REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010. UFPR – Curitiba, PR.

ANAIS

Edição: Volume 4 - 2010
ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:

REDE DE ESTUDOS RURAIS

APOIO:

UFPR IPARDES

ITAIPU BINACIONAL

SEAB

CAPES

CNPq

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

ITC Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

APRESENTAÇÃO

O IV Encontro da Rede de Estudos Rurais tem como objetivo reunir pesquisadores e estudiosos para apresentar e discutir trabalhos relacionados com o tema*: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político*. Nesse sentido, as palestras, mesas de discussão e grupos de trabalhos tratam do tema a partir de diversos subtemas, definidos pela organização do evento e pelas propostas de grupos de trabalhos apresentadas pelos associados. Considerou-se central abordar o tema geral do evento considerando duas perspectivas: a perspectiva dos atores e a perspectiva das políticas públicas.

Especificamente, no caso dos atores os participantes discutem trabalhos que traduzem o conhecimento sobre diversos grupos sociais do mundo rural, como camponeses, agricultores familiares e povos tradicionais de modo geral. No que se refere às políticas públicas o debate leva em conta a sua avaliação e as suas consequências, bem como os aspectos relacionados ao papel dos consultores. Desta forma, o evento pretende atualizar as análises sobre as questões pautadas na agenda do encontro, divulgar os resultados de estudos e pesquisas e consequentemente contribuir com a formulação de políticas públicas orientadas aos atores privilegiados nos debate. O evento também tem por finalidade promover o encontro de grupos de pesquisadores organizados nacionalmente estimulando seu registro no espaço virtual da rede.

COORDENAÇÃO

ORGANIZAÇÃO LOCAL

Alfio Brandenburg - Depto de Ciências Sociais/UFPR
Osvaldo Heller da Silva - Depto de Ciências Sociais/UFPR
Angela Duarte Damasceno Ferreira - Curso de Doutorado em Meio ambiente e Desenvolvimento/UFPR
Jorge Montenegro Gómez - Depto de Geografia/UFPR
Liliana de Mendonça Porto - Depto de Antropologia/UFPR
Luciano de Almeida - Depto de Economia Rural e Extensão/UFPR

COORDENAÇÃO NACIONAL

COORDENAÇÃO PARA O BIÊNIO 2008-2010

Presidente: Delma Pessanha Neves (UFF)
1º Secretário: Alfio Brandenburg (UFPR)
1º Tesoureiro: César Augusto Da Ros (UFRRJ)
2º Secretário: Maristela Simões do Carmo (UNESP)
2º Tesoureiro: Luiz Henrique Hermínio da Cunha (UFCG)

CONSELHO DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Região Norte: Dalva Maria Mota (Embrapa/NEAF-UFPA)
Região Nordeste: Maria de Nazaré Wanderley (UFPE)

Região Centro-oeste: Joel Orlando Beviláqua Marin (UFG)

Região Sudeste:

- Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo: Roberto Moreira (CPDA/UFRRJ)
- São Paulo: Sonia Maria P.P. Bergamasco (Unicamp)

Região Sul:

- Paraná: Luiz Antonio Norder (UEL)
- Rio Grande do Sul e Santa Catarina: Jalcione Pereira Almeida (UFRGS)

COMITÊ CIENTÍFICO

Maria de Nazaré Wanderley (UFPE)

Sonia Maria P.P. Bergamasco (Unicamp)

Jalcione Pereira Almeida (UFRGS)

SUMÁRIO

GT1. TECENDO O FUTURO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORES SENIORES E GRADUANDOS 19

A EXTENSÃO RURAL COLOCADA EM PRÁTICA NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS . 20

A FORMAÇÃO DO AGRICULTOR ENQUANTO ATOR AGROECOLÓGICO 26

A INTERELAÇÃO ENTRE DIFERENTES ESTÁGIOS DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: TEORIA E PRÁTICA NO SEMI-ÁRIDO SERGIPANO 30

A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM INTEGRADA DO ESPAÇO RURAL NO 8º DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ – PELOTAS/RS. 36

ANÁLISE DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR RURAL PERANTE A CRISE ALIMENTAR 46

APTIDÃO DO USO DAS TERRAS POR DEMANDA: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL 58

DO CAMPO À CIDADE: PEDAÇOS RURAIS NO CORAÇÃO DE PELOTAS (RS) 64

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA EM PERÍMETROS URBANOS: O “RURURBANO PELOTENSE” COMO PRODUTOR DE ALIMENTO PARA O MERCADO LOCAL 70

FESTA DE SANT’ANA: SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES E RECIPROCIDADE COM DEUS 78

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: OS TRABALHADORES RURAIS NO VALE DO SÃO FRANCISCO 87

IDOSOS E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM LOCALIDADES DE VÁRZEA NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ 93

O OLHAR DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SOBRE OS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA EM OITO LOCALIDADES RIBEIRINHAS DA VÁRZEA AMAZÔNICA 101

OS PROBLEMAS CAUSADOS PELO LIXO NO ESPAÇO RURAL: UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NAS COLÔNIAS MACIEL E SÃO MANOEL – RINCÃO DA CRUZ- PELOTAS - RS 107

OUTRA CARTOGRAFIA É POSSÍVEL: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA SOCIAL 115

PERMACULTURA: DE UMA CONTRA-HEGEMONIA PARA UMA NOVA REALIDADE 122

PROCESSO DE (RE)PECUARIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CARIRI PARAIBANO 127

PROCESSO DE (RE) PECUARIZAÇÃO NO CARIRI PARAIBANO: POLÍTICAS PÚBLICAS E RECONVERSÕES PRODUTIVAS 134

PROJETO DE ASSENTAMENTO CHE GUEVARA (RJ): NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA 141

QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA (MA): ENTRE O USO COMUM DA NATUREZA E A EXPANSÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA) 146

REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: A REALIDADE DO CAIO PRADO – SE 152

VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL 160

“VOZES DA ESPERANÇA”: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM REDES DE ALICIAMENTO E DENÚNCIA NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO MARANHÃO 166

GT2. POLÍTICAS PÚBLICAS: QUADROS INSTITUCIONAIS E BENEFICIÁRIOS 173

A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA TERRA SOL DO INCRA 183

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A PRODUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL 194

A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO NO SUDESTE DO PARÁ 204

A CONDIÇÃO DE ATOR: O RECONHECIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES NO ESPAÇO LOCAL 218

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR 229

A EXTENSÃO RURAL ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS 240

A FACE INOVADORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DO PIAUÍ 250

A FORMAÇÃO DA REDE NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E AS EXPERIÊNCIAS DO CERAUP 258

A NOVA PNATER: UMA ANÁLISE DE SUA TRAMITAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL 284

A POLÍTICA PARA FORMAÇÃO HUMANA NA ÁREA DA PESCA MARINHA, CONTINENTAL E AQUICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DE SEUS CONCEITOS E PRÁTICAS ATRAVÉS DE UMA PRÁTICA EXTENSIONISTA... 298

A QUESTÃO AGRÁRIA NO ENSINO PÚBLICO: O TRABALHO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ (NATRA) 309

AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO PARÁ. 319

ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS POR AGRICULTORES FAMILIARES: LIÇÕES PARA A POLÍTICA DE ASSESSORIA TÉCNICA DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NA PROMOÇÃO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA POR AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA 332

AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO FAMILIAR: PREMISSAS À FORMAÇÃO DO SERVIDOR COMUNITÁRIO E AO DESENVOLVIMENTO 347

AS REDES SOCIAIS DENTRO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNCIA E EXTENSÃO RURAL - UMA ANÁLISE TEÓRICA DA POLÍTICA PÚBLICA 359

ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO NOROESTE MINEIRO 369

DA ESCOLA “SALVADORA” DA AGRICULTURA BRASILEIRA À UNIVERSIDADE MASSIFICADA: 1967 E O MARCO NA MODIFICAÇÃO DA TRADIÇÃO AGRÁRIA DA UFRRJ 379

DE ESPERANÇOSAS PARTIDAS E TRISTES RETORNOS (CAMPESINATO, MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO NO CORTE DE CANA, ADOECIMENTO: QUAIS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL? O CASO DE ELESBÃO VELOSO-PI) 390

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA 399

EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA OS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS RURAIS 407

EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 421

ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: AS RELAÇÕESSOCIAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS) DE CACHOEIRAS DE MACACU –RJ 432

GETTING PEOPLE BACK TO THE LAND: INTERDEPENDÊNCIA ENTRE GOVERNO E ONGS NA PRODUÇÃO DE BENEFICIÁRIOS POR TERRA DA PROVÍNCIA DE KWAZULU-NATAL. 444

HEGEMONIA E DOMINAÇÃO NA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS: O CASO DA TRANSPOSIÇÃO 454

IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES DO RURAL POR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO 465
INCLUSÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 474
INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PAPEL DOS ATORES REGIONAIS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO TAQUARI, RS 486
MUDANÇAS NO USO DA FLORESTA NA COMUNIDADE SANTA MARIA, ASSENTAMENTO OLHO D'ÁGUA II, MUNICÍPIO DE MOJU, PARÁ 498
O DIREITO À EDUCAÇÃO EM PAUTA: A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO DE ANDRADINA, SP 506
OS COMITÊS GESTORES DE MICROBACIAS – COGEM E A APROPRIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PROGRAMA RIO RURAL: ESTADO E SOCIEDADE NA IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 517
OS NOVOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA NO PARÁ 527
POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS, PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E A IDÉIA DE "CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO" 537
POLÍTICAS DE ESTADO: DISPUTA POR RECURSOS E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS 547
POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO AMAZONAS: O PAPEL POLÍTICO DE UM MEDIADOR INSTITUCIONAL 554
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECIPROCIDADE 23
POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPERATIVOS DESENVOLVIMENTISTAS: NOTAS PARA UMA ETNOGRAFIA DOS DILEMAS PRESENTES NO MEIO RURAL BRASILEIRO 565
PROJETO CURSO PRÉ-VESTIBULAR INDÍGENA À DISTÂNCIA 576
PRONERA NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA 585
REDES POLÍTICAS E FREIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DE ÁGUAS EMENDADAS 594
REFORMA AGRÁRIA PARA QUEM? CONSIDERAÇÕES SOBRE O TIPO IDEAL E O SUJEITO REAL NOS ASSENTAMENTOS 607

GT3. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: IDENTIDADES CULTURAIS E ÉTNICAS E A PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 615

A CRIAÇÃO DO "LUXO" ECO-SOCIAL NA PRODUÇÃO ARTESANAL BRASILEIRA 616

A INSEGURANÇA DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTOS NA CONTEMPORANEIDADE 626
A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO PARÁ 637
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E OS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE ... 649
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: COTIDIANO E POLÍTICAS PÚBLICAS 658
ATER INDÍGENA COMO POLÍTICA PÚBLICA: DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO E PROPOSTA PARTICIPATIVA DE SUSTENTABILIDADE NA ALDEIA TERENA DE BANANAL, MATO GROSSO DO SUL 670
CIDADE PEQUENA E O MEIO RURAL: RESQUÍCIOS DE UMA CULTURA CAIPIRA PAULISTA – CRISTAIS PAULISTA (SP) 679
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MERCANTILIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA TERRA 692
DE CABOCLOS-RIBEINHOS A POVOS TRADICIONAIS: MOBILIZAÇÃO E NOVAS IDENTIDADES SOCIAIS NO SUL DO AMAZONAS 705
EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEDIADORA DA IDENTIDADE CAMPONESA 721
INDÍGENAS CANAVIEIROS: AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS COMUNIDADES TERENA DO MUNICÍPIO DE MIRANDA-MS 731
INVASORES E PROPRIETÁRIOS: A MARAMBAIA SOB A ÓTICA DO CONFLITO SOCIAL 742
MADEIRA SEM LEI : MEMÓRIAS DE UM CONFLITO FUNDIÁRIO NO INTERIOR DO PARANÁ 757
MEDIADORES SOCIAIS E POLÍTICOS: ESTADO, LIDERANÇAS E COMUNIDADES NA AMAZÔNIA 769
O MOVIMENTO SOCIAL NO FAXINAL DO SALSO: IDENTIDADE ÉTNICA, VISIBILIDADE SOCIAL E A LUTA PELO TERRITÓRIO 778
OS GERAIZEIROS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS VIVIDOS MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL 789
PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS BENEFICIADAS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE (FNO) DA VILA DE BONIFÁCIO, BRAGANÇA-PA 801
POPULAÇÃO TRADICIONAL RIBEIRINHA E POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA: UM OLHAR SOBRE O AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO - PAE-SF 814
PRÁTICAS CULTURAIS CERCEADAS E PRODUÇÃO DA IDENTIDADE 827
PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO EM MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA: ABORDAGEM DO SISTEMA AGRÁRIO DO CAMPESINATO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL 839

PROJETO XAVANTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SEUS IMPACTOS 851
“QUEM CONTROLARÁ AQUELA QUE PODE VIR A SER A MAIS RICA MINA DE DIAMANTES NO MUNDO?”:1O TERRITÓRIO E O CONFLITO 861
GT4. FAMÍLIA, GÊNERO E GERAÇÃO 872
A EDUCAÇÃO POPULAR E AS NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA 873
A ESTRUTURA FAMILIAR, AS CONEXIDADES DE GÊNERO E OS DESAFIOS GERACIONAIS COLOCADOS À COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO BARRO ALTO/AM 883
A FORMAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE SAHU-APÉ EM IRANDUBA/AM 892
A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO RURAL 902
A INSERÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO, SERTÃO DO PAJEÚ DE PERNAMBUCO 914
A MIGRAÇÃO DOS JOVENS RURAIS NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA: TRAMAS DE DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES NO MEIO RURAL 922
A PERSPECTIVA DOS PAIS QUANTO AO AMPARO NA VELHICE: UM ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSORES 932
AGRICULTURA FAMILIAR E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AGRICULTORAS 942
ARQUITETURAS DO COTIDIANO: A ESCOLA, AS FAMÍLIAS, A TERRA E O ARTESANATO 946
AS MULHERES CONTAM A HISTÓRIA: MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA, ASSENTAMENTO PADRE JOSÍMO TAVARES (PA) 955
AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: O PAPEL FEMININO EM (RE)CONSTRUÇÃO 967
CAMPESINATO, RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E LUTA PELA TERR 977
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR 991
DO VÉU A MINI-SAIA: ACONTECIMENTOS QUE REDEFINIRAM AS RELAÇÕES DE GÊNERO 1000
FICANDO O PÉ NA BARRANCA! REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO FEMININA NA DEFESA DO TERRITÓRIO EM MUTUCA DE CIMA/MÉDIO JEQUITINHONHA 1010
GÊNERO LINGUAGEM E EDUCAÇÃO, UMA REFLEXÃO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS E DEBATES COM EDUCADORAS E EDUCADORES DO SETOR DE SAÚDE E GÊNERO NO MST NO PR 1020
INFÂNCIA E TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR 1030

INSERÇÃO DE “RAPAZES” E “MOÇAS” NA DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR: O CASO DO ASSENTAMENTO UNIÃO NO BREJO PARAIBANO 1042

JOVENS E PROJETOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL..... 1054

LÓGICAS DE SUCESSÃO NO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE: FAMÍLIA, GÊNERO E GERAÇÃO NO GERENCIAMENTO DA PROPRIEDADE DA TERRA 1065

MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA: NOTAS SOBRE TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS DO SUL DO BRASIL PARA O MATO GROSSO 1076

MUDANÇAS NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DAS NOVAS GERAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES EM ÁREAS DE AGRICULTURA IRRIGADA 1085

MULHERES E AÇÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO ARUEGA 1096

MULHERES RURAIS EM DEBATE: MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO NO PERÍODO DE DITADURAS MILITARES DO BRASIL E DO PARAGUAI (1979 – 1989) 1108

NA CASA E NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: TRANSFORMAÇÕES NO PAPEL DAS MULHERES ASSENTADASO PERFIL DAS MULHERES RURAIS INTEGRANTES DOS GRUPOS PRODUTIVOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS 1121

O PERFIL DAS MULHERES RURAIS INTEGRANTES DOS GRUPOS PRODUTIVOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS..... 1131

O TRABALHO PLURIATIVO DA MULHER QUILOMBOLA NA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E MANUTENÇÃO DA FAMILIA NO VALE DO RIO DOCE/MG.... 1142

OFICINAS DE ARTESANATO COM PAPEL JORNAL COM MULHERES RURAIS ASSENTADAS NO MUNICIPIO DE CAPÃO DO CIPÓ: RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 1156

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS COMUNIDADES RURAIS 1165

REDIGINDO SENTIDOS, CONSTRUINDO IDENTIDADES: INTERPRETAÇÕES SOBRE SER JOVEM RURAL..... 1179

RELAÇÕES DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE MEM DE SÁ, ITAPORANGA D’AJUDA/ SE .. 1191

SER MOÇA OU RAPAZ NO MEIO RURAL: AS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES JUVENIS..... 1200

SINDICALIZADAS RURAIS E ATIVISTAS POLÍTICAS: UMA NOVA FACE DO EMPODERAMENTO DA MULHER NO MEIO RURAL 1206

SÍNTESE DAS PESQUISAS DO MARCO I DE GÊNERO DO PDHC..... 1215

TRABALHO, PRÁTICAS DE DESLOCAMENTO E TRAJETÓRIAS FAMILIARES ENTRE OS ASSALARIADOS DO CAFÉ EM UMA REGIÃO DE MINAS GERAIS..... 1227

GT5. DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL 1237

A DISTÂNCIA ENTRE DEMANDAS, COMPROMISSOS ASSUMIDOS E SONHOS REALIZADOS 1238

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIO LAGO: UMA EXPERIÊNCIA DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO CENTRO DA INDÚSTRIA AGROCANAVIEIRA DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO 1250

A PLURIATIVIDADE NA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL: O CASO DO AÇUDE DE PENTECOSTE/CE 1263

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDUSTRIA ARTESANAL: INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO SUDOESTE DO PARANÁ 1270

AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SEMENTES CRIOULAS: A PREMISSA DE UMA REDE REGIONAL 1277

AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS DE UMA REGIÃO ESSENCIALMENTE AGRICOLA E SUAS IMPLICAÇÕES 1285

ASSOCIATIVISMO COMO FORMALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR E DE ALCANCE DE NOVAS FRONTEIRAS DA AGRICULTURA DO SUL NA AMAZÔNIA 1296

COOPERATIVISMO NO ESPAÇO RURAL: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS 1308

DESENVOLVIMENTO RURAL EM ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: A PERSPECTIVA DE RUMOS DIFERENCIADOS 1319

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO 1333

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENQUANTO ESTRATÉGIA ECONÔMICA E SOCIAL NA QUARTA COLÔNIA - RS 1345

EXTENSÃO DE CONHECIMENTO DO CURSO DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PATO BRANCO COM ALUNOS DA CASA FAMILIAR RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO - PR 1356

GESTÃO PÚBLICA DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA COMO INVENÇÃO DEMOCRÁTICA 1364

INDICADORES AGROECOLÓGICOS PARA ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: CONTRIBUIÇÕES AO MESMIS WILON MAZALLA NETO 1375

OS INCENTIVOS PARA A PRODUÇÃO DE GIRASSOL E CANOLA NO OESTE CATARINENSE: OS CASOS DE ABELARDO LUZ E XAXIM 1385

PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DA LOCALIDADE DE TRAPEIRA-CANGUÇU/RS 1397

PROXIMIDADE E DIFERENÇAS: A DIVERSIDADE DE PRODUTORES RURAIS COOPERATIVADOS DA COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL PINDORAMA LTDA. – ALAGOAS 1408

REDES DE COOPERAÇÃO EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: A CASA DA QUARTA COLÔNIA 1420

SEMENTES CRIOULAS: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO EM UM ASSENTAMENTO NO SUDOESTE DE GOIÁS 1430

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS:O CASO DO ASSENTAMENTO 24 DE NOVEMBRO – CAPÃO DO LEÃO - RS 1442

TRABALHO INTENSIVO E PAGAMENTO POR PRODUÇÃO NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO 1452

VIABILIDADE ECONÔMICA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS DE CACAUEIRO COM ESPÉCIES MADEIREIRAS, DIFERENCIADOS PELA COMPOSIÇÃO COM EUCALYPTUS UROGRANDIS OU PAU-JACARÉ (PIPTADENIA GONOACANTHA) PARA FINS ENERGÉTICOS, NA REGIÃO SUL DA BAHIA 1466

GT6. MEIO AMBIENTE E RURALIDADES:POSSIBILIDADES E LIMITES DE DESENVOLVIMENTO 1478

“A ÁGUA QUE DÁ VIDA”: LIMITES AO ACESSO DOS RECURSOS NATURAIS E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES ASSENTADOS NO PA CHE GUEVARA, RJ 1479

A [ECO]LÓGICA DO “AGRONEGÓCIO”: UMA REFLEXÃO SOBRE DISCURSOS AMBIENTALISTAS 1501

A FORMAÇÃO DO DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST: BREVES CONSIDERAÇÕES 1517

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NOS NOVOS RUMOS DO SISTEMA LOCAL DE PRODUÇÃO SUINÍCOLA 1527

A MODERNA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO SOBREPOSTA/IMPOSTA A TERRITÓRIOS RURAIS CAMPONESES: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL 1538

A NATUREZA NO MUNDO DA VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR: UM ESTUDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – PR 1549

A TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO (E DA VOTORANTIM) NO MÉDIO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE 1560

AGROECOLOGIA E ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ: ECOLOGIZAÇÃO E AUTONOMIA 1570

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NOS NOVOS RUMOS DO SISTEMA LOCAL DE PRODUÇÃO SUINÍCOLA 1581

AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: UMA METODOLOGIA PARA AVALIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTOS RURAIS 1598

AGROECOLOGIA PARA UM PROJETO DE REFORMA AGRARIA SUSTENTÁVEL 1598

APOIO À DIFUSÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS DE MENORES IMPACTOS AMBIENTAIS A PARTIR DA ANÁLISE DA DINÂMICA AGRÁRIA REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO SUDOESTE DE NOVA FRIBURGO (RJ) 1611

APROPRIAÇÃO SOCIAL DO BURITI NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: SISTEMAS DE ACESSO E REGIMES DE PROPRIEDADE 1623

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS DA AMÉRICA DO SUL 1634

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA AMERICANA (GRÃO MOGOL-MG) 1643

CONSERVAÇÃO E USO DE RECURSOS NATURAIS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS, PASSOS MAIA – SC 1651

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CRESOL: AUTOGESTÃO E SUSTETABILIDADE 1659

DESENVOLVIMENTO RURAL E EXPANSÃO DAS LIBERDADES - UM ESTUDO SOBRE O CARIRI PARAIBANO 1671

DESENVOLVIMENTO RURAL PROMOVIDO PELO PRONAF 1682

EFEITOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO: NOTAS SOBRE UM ESTUDO DE CASO EM PIRACICABA (SP) 1695

ENTRE AS CATEGORIAS DE CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DO ACAMPAMENTO TERRA LIVRE EM RESENDE, NO RIO DE JANEIRO 1705

ESTADO, FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE: DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE AGÊNCIAS E AGENTES 1715

IDENTIDADE AGROECOLÓGICA E A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS 1725

IDENTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE PLANTAS NATIVAS MATRIZES: COMPARTILHANDO SABERES 1734

LE « ROLE DES “CONSOMMATEURS” DANS LA CONSTRUCTION D’UN ACCORD ENTRE AGRICULTEURS ET ENVIRONNEMENTALISTES 1743

MEDIAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO DE SABERES: O CASO DO CAPA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SUDOESTE PARANAENSE 1757

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPECTIVAS EM AGRICULTURA FAMILIAR E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL 1760

MEIO AMBIENTE OU MEIOS AMBIENTES? REFLEXÕES SOBRE AS INTER-RELAÇÕES ENTRE DEMANDAS GLOBAIS E CONHECIMENTOS LOCAIS .. 1770

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS COMUNIDADES RURAIS: UM DEBATE PRELIMINAR 1780
O ESVERDEAMENTO DO BOI PANTANEIRO: ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO TRADICIONAL NO PANTANAL 1790
O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO 1798
O PARADIGMA PRODUTIVO DA AGROECOLOGIA A PARTIR DA RACIONALIDADE AMBIENTAL 1807
O REFLORESTAMENTO E A VENDA DE CRÉDITOS DE CARBONO PODEM SE CONSTITUIR NUMA ALTERNATIVA DE RENDA PARA PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS? 1816
O SISTEMA FAXINAL COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA 1824
OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DA GESTÃO AMBIENTAL EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS 1833
OS IMPACTOS E A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO FLORESTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR 1844
OS PESCADORES ARTESANAIS DE OLD PROVIDENCE E SANTA CATALINA ISLANDS: UMA APROXIMAÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE SERES HUMANOS E ECOSSISTEMAS 1855
OS TERMOS DO DEBATE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ABORDAGEM CÉTICA E A ABORDAGEM INTEGRALISTA NO CONJUNTO DAS DISCUSSÕES SOBRE OS AGRO(BIO)COMBUSTÍVEIS 1867
RACIONALIDADE SOCIAL E CONDIÇÃO DE AGENTE: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE PARA OS ATORES E POPULAÇÕES RURAIS 1880
RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E AS RELAÇÕES TERRITORIAIS E A PAISAGEM RURAL, NO CONTEXTO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA 1893
RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E “TRAGÉDIA DOS COMUNS” EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO 1907
RURALIDADES, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ATORES DA SUSTENTABILIDADE 1920
SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA NO ALTO URUGUAI DO RS 1927
SISTEMAS AGROFLORESTAIS: SUA INTERFACE COM A CULTURA CAMPONESA 1946
SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORDESTE PARAENSE 1956

SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL E MANUTENÇÃO DOS LAÇOS FAMILIARES EM PROPRIEDADES RURAIS: ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UMA PROPRIEDADE 1966

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: O CASO DO CONTESTADO 1978

UMA LEITURA DA PAISAGEM SOCIOAMBIENTAL DO RURAL DA RMC: A DINÂMICA NATURAL, SEUS LIMITES E POTENCIALIDADES, E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 1991

GT7. CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL 2002

A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA FOLKCOMUNICAÇÃO 2003

CLASSE, CULTURA E IDENTIDADE EM COLÔNIAS RURAIS NO SUL DO BRASIL: ANÁLISE DE EXPRESSÕES DE MANIFESTAÇÕES POPULARES ATRAVÉS DA MÍDIA IMPRESSA LOCAL 2013

COMUNICAÇÃO, RELIGIÃO E CULTURA: UM ESTUDO DE ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS ENTRE MISSIONÁRIOS E GRUPOS CATÓLICOS LEIGOS. 2024

DINÂMICAS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL EM DOIS VIZINHOS 2034

FOTO-HISTÓRIAS: O OLHAR DO SUJEITO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL 2046

IDENTIDADE TERRITORIAL, MÍDIA E DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL MERIDIONAL 2056

IMAGINÁRIOS E SIGNIFICADOS DAS FESTAS CAMPONESAS: OLHARES URBANOS E RURAIS 2068

“MAS O FUTURO VAI DEMORAR A CHEGAR” CULTURA, LAZER E JUVENTUDE EM UMA “COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA” DO MST 2078

MEMÓRIA AMBIENTAL E CULTURAL DO VALE HISTÓRICO DO RIO PARAÍBA DO SUL 2088

MULHER ALÉM DA MARÉ: UM DIÁLOGO CINEMATOGRÁFICO ENTRE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL VIVENCIADO POR PESCADORAS ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA (PE) 2094

PROJETO REDE RIBEIRINHA DE COMUNICAÇÃO 2102

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL 2110

VOZES FEMININAS NO AR: RÁDIO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CONTEXTOS RURAIS 2120

GT8. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR 2131

A FOME E O RURAL: CONTRADIÇÕES DE UMA REALIDADE ATUAL 2132

A REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO POLITRANSDIMENSIONAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM OS POVOS INDÍGENAS DE

MINAS GERAIS – UM ESTUDO ANALÍTICO DAS TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA ALIMENTAR 2142
A REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO POLITRANSDIMENSIONAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM OS POVOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS 2153
A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTADO DO TOCANTINS 2164
AGRICULTURA AGROECOLÓGICA EM HORTAS COMUNITÁRIAS NA CIDADE DE MARINGÁ (PR) 2172
AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRUTURA SÓLIDA QUE GARANTA A SEGURANÇA E A SOBERANIA ALIMENTAR 2175
AGRICULTURA URBANA: EXPERIÊNCIA PRÁTICA 2181
“CONFORME COMERMOS, ASSIM SEREMOS”? – SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS PARA SE ALCANÇAR A SAN 2185
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA E AGRICULTURA FAMILIAR 2198
HORTA COMUNITÁRIA E O INCREMENTO DA RENDA FAMILIAR E QUALIDADE DE VIDA 2209
MULHERES E A SOBERANIA ALIMENTAR 2215
NATIVO, CATIVO E ESTRANGEIRO: CATEGORIAS ALIMENTARES E PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2225
PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO, POTENCIAL PARA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ESPAÇOS RURAIS: SITUAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO TAQUARI, RS 2235
SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR 2245
SEGURANÇA ALIMENTAR, REFORMA AGRÁRIA E FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO 2251
SEGURANÇA ALIMENTAR, UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS 2261

GT9. AGRICULTURA FAMILIAR, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESTRATÉGIAS DE MERCADO 2272

A “ROÇA” E A “LAVOURA”: A COMPLEMENTARIDADE ENTRE CONSUMO E INSERÇÃO NO MERCADO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA CAMPONESA NA REGIÃO DA SERRA DO BRIGADEIRO - MG 2273
A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO UMA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DE NOVIDADES PRODUTIVAS NA AGRICULTURA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE SUL E NORDESTE DO BRASIL 2283

A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM DOIS MUNICÍPIOS BRASILEIROS 2293

A EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA COMO POLÍTICA VIVIDA: UM ESTUDO DE CASO EM MIRANDIBA/PE E ESPERANTINA/PI 2304

A INSERÇÃO DIFERENCIADA NO MERCADO COMO IMPORTANTE ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO NOROESTE PAULISTA 2314

A PRODUÇÃO E NOVIDADES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EXPERIÊNCIAS NO SUL E NORDESTE DO BRASIL 2326

AS PERSPECTIVAS E OS ENTRAVES PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O ACESSO A DIFERENTES MERCADOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS À UNAIC - UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO INTERIOR DE CANGUÇU (RS) 2337

CONSUMO DE PRODUTOS ORGANICOS EM FRANCISCO BELTRÃO/PR: INFLUÊNCIAS EXERCIDAS PELO ESTILO DE VIDA ADOTADO PELO CONSUMIDOR 2348

COOPERATIVA ECOMORANGO: UMA ESTRATÉGIA DE POSICIONAMENTO NO MERCADO DE AGROALIMENTOS ORGÂNICOS 2356

DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR NOS MERCADOS DIFERENCIADOS 2366

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE: A PARTICIPAÇÃO DO ASSENTAMENTO PALMARES II NA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DE PARAUAPEBAS/PA 2377

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE: A EXPERIÊNCIA DO PAA LEITE 2391

ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO PEDRO/SP: PERSPECTIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DE UM SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO? 2402

ESTRUTURAS SOCIAIS E CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS EM ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MERCADO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UM OLHAR SOBRE EXPERIÊNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL E RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL 2415

EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTORES E CITADINOS NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO ALIMENTAR 2426

EXTENSÃO RURAL DESTINADA A AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DAS FEIRAS DE PRODUTORES NO NOROESTE DO PARANÁ. O PROJETO REDIFEIRA 2435

GESTÃO SOCIAL DE ÁGUAS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A EXPERIÊNCIA DO PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA (PB) E ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO SINDICAL (PR) 2446

O PADRÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA FIBRA DO CURAUÁ NO OESTE PARAENSE E AS DEFICIÊNCIAS DO ASSOCIATIVISMO 2457

ORGANIZAÇÃO PARTICIPATIVA DA REDE DE PRODUÇÃO E CONSUMO SOLIDÁRIO ENTRE CAMPONESES DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO E CONSUMIDORES DE TANGARÁ DA SERRA-MT 2467

POLÍTICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA ... 2478

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE MERCADO DE APOIO E VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS DA AMAZÔNIA 2493

PROCESSOS DE INOVAÇÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CASO 2494

PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NUM BAIRRO RURAL DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG 2509

QUALIDADE DOS ALIMENTOS NA RELAÇÃO ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES: O CASO DAS CONSERVAS DE HORTALIÇAS COMERCIALIZADAS NA FEIRA ECOLÓGICA DA JOSÉ BONIFÁCIO, EM PORTO ALEGRE/RS..... 2520

REFLEXÃO ACERCA DA TEMÁTICA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADO NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO 2530

TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA AGROALIMENTAR: NOVAS E VELHAS POSSIBILIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR..... 2540

UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DA GOIABA – O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CURRALINHO EM SÃO JOSÉ DO EGITO-PE 2551

UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NO CINTURÃO VERDE: A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS..... 2556

REDE DE ESTUDOS

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES
E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO
06 a 09 de julho de 2010.

GT1

TECENDO O FUTURO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORES SENIORES E GRADUANDOS

COORDENADORES

LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS (UFRJ/CPDA)

MARISTELA DE PAULA ANDRADE (UFMA)

A EXTENSÃO RURAL COLOCADA EM PRÁTICA NAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Bruno Santiago S. Goveia; Everton S. Santos; Idamar da S. Lima; Marina Franca L. Bezerra [1]

Dr. Maria Lúcia da Silva Sodré[2] **Msc. Auceia Matos Dourado**[3]

Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Engenharia Agronômica.

GT 01 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

1. INTRODUÇÃO

No eixo pertencente ao enfoque social, das Ciências Agrárias, a Disciplina Extensão Rural, rotineiramente é vista no final do curso. O fato desta matéria ser vista apenas no final do curso de graduação, acaba levando o aluno, ao desconhecimento da importância da extensão rural para sua futura profissão, ou até mesmo da sua importância no contexto agrário e agrícola, não motivando-os a procurarem mais informações, e, até mesmo Instituições que trabalhem com a extensão rural para realizar um estágio, para que possam "viver" na prática o significado da extensão rural.

Vale destacar que, o modelo de formação atual das Ciências Agrárias a partir de uma perspectiva tecnicista, ignora em parte, as especificidades da realidade rural, o que ocasiona problemas no desenvolvimento de uma visão crítica dos futuros profissionais. Pois, "ler e escutar propostas" é diferente de praticá-las e vivenciá-las na realidade, por meios de estágios junto aos segmentos da sociedade onde o futuro profissional poderá se inserir.

[1] Graduandos em Engenharia Agronômica/ Bolsistas do PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC. bssgoveia@yahoo.com.br

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe e Coordenadora do Projeto PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC

[3] Doutoranda em Geografia a Universidade Federal de Sergipe e Co-Orientadora do Projeto PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC

O conceito de extensão rural definido pela EMBRATER (1989) afirma que a extensão rural é um processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade, da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, observando o meio ambiente. Acrescenta-se ainda neste conceito a idéia de função social que a extensão rural engloba quando trabalhada nas Universidades, podendo a mesma intervir junto aos setores sociais à sua volta, "além dos muros" da Universidade, como forma de compromisso social e não como mera posição individual.

A partir deste pensamento surge a proposta do atual método de extensão rural, que segundo Lima (2008), deve ser baseada no princípio de agir do profissional como *práxis*, onde a ação e a reflexão se alimentam mutuamente para transformar a realidade local, considerando o conhecimento de todos, com o devido respeito à sabedoria popular, através de mecanismos de participação. Dessa forma, a associação entre ensino, pesquisa e extensão não tem como objetivo propor soluções ou receitas prontas para as práticas pedagógicas na Universidade, e sim, sugerir que os professores prestem mais a atenção ao contexto social e coloque o seu saber de cientista-educador à disposição, principalmente das realidades marcadas pela exclusão social.

"Estudos recentes sobre a extensão rural mostram que, frente aos desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão terão que transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender às novas exigências da sociedade" (CAPORAL 2003, p.01). Com isso, vários questionamentos são feitos sobre o real comprometimento do extensionista com a sociedade.

É neste contexto que o Departamento de Engenharia Agronômica da Universidade Federal de Sergipe – DEA/UFS através da Pro - Reitoria de Extensão – PROEX e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão – PIBIX, em parceira com a ONG Centro Dom José Brandão de Castro – CDJBC vem executando o Projeto intitulado **"O fortalecimento da organização social e do processo produtivo para garantia da segurança alimentar: uma proposta agroecológica e o papel da extensão rural"**, apresentando-se enquanto Projeto de Extensão no Território do Alto Sertão de Sergipe, onde se encontra nossa área de estudo, tendo como objeto de reflexão a prática da extensão e as ações sócio-produtivas da Associação de Mulheres "Resgatando Suas Histórias" no Povoado Lagoa da Volta – Porto da Folha/SE.

Este Projeto tem como objetivo o fortalecimento da organização social desta Associação, além do fortalecimento do processo produtivo que possa gerar a garantia da segurança alimentar, além da inserção no mercado, sempre embasado nas práticas agroecológicas. O Projeto destaca também o fundamental papel da extensão rural como suporte técnico/humanista para o desenvolvimento rural, com destaque para a valorização do saber acumulado entre gerações e o *empoderamento* das mulheres envolvidas na Associação. Mulheres estas que há anos atrás eram "invisíveis" na sociedade tanto pelos seus maridos quanto pelo governo.

Com este objetivo nós, enquanto estudantes/bolsistas do curso de Engenharia Agronômica da UFS nos inserimos neste processo de integração com a comunidade com o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade de vida destas famílias envolvendo teoria e prática na nossa formação profissional, vivendo assim, o verdadeiro sentido da extensão, com os envolvidos capazes de assumir o papel de gestores do desenvolvimento local e não apenas como difusores de uma dada tecnologia. Acreditamos que o trabalho de extensão universitária através do contato com o agricultor familiar representa uma experiência única e diferenciada dos demais estudantes de Engenharia Agronômica e até mesmo das Ciências Agrárias por estar proporcionando ao aluno uma proximidade empírica com problemas enfrentados pela comunidade e que nós só vemos nos livros, na teoria. Esta parceria entre o ensino, pesquisa e extensão inclui também o respeito entre os diálogos e saberes teóricos e técnicos e o envolvimento dos próprios sujeitos da ação, tornando fundamental a valorização do saber local, transmitido entre gerações, como instrumento importante no desenvolvimento da agricultura sustentável.

2. METODOLOGIA

Quanto à metodologia utilizada neste trabalho, podemos destacar que inicialmente conhecemos o diagnóstico no local, incluindo as histórias de vida das mulheres pertencentes à Associação. Após esta etapa e, de acordo com a demanda local, nós realizamos oficinas teórico/práticas sobre temas de interesse comum. Todas estas oficinas foram trabalhadas em reuniões com grupo de trabalho onde realizávamos as revisões bibliográficas. As nossas dúvidas eram questionadas aos professores do Departamento que nos esclareciam e com isso era possível transmitir conhecimentos com referências seguras, transmitindo segurança para nosso público-alvo. As nossas

visitas acontecem quinzenalmente ou mensalmente, a depender da demanda. Nestas visitas nos realizamos, além das oficinas (teórica e prática), os acompanhamentos técnicos, tirando as dúvidas e observando as necessidades, incluindo também o trabalho de monitoramento das atividades dos *grupos de interesse*[4] específicos para cada área de atuação da Associação.

3. RESULTADOS: A AÇÃO DA EXTENSÃO RURAL

Dessa forma, nós atuamos nos grupos de interesse existentes na Associação, onde as mulheres se dividem para que cada uma delas possa assumir uma tarefa e com isso toda a estrutura produtiva seja fortalecida e produza alimentos, garantindo dessa maneira a segurança alimentar e a comercialização dos excedentes. Assim, os grupos de interesse relacionados com as atividades produtivas, acima mencionados são denominados de: Grupo da Avicultura, Grupo da Apicultura, Grupo do Minhocário, Grupo da Horta, Grupo do Viveiro de Produção de Mudas.

Ainda podemos citar como atividades desenvolvidas neste local pela nossa equipe do Projeto, algumas oficinas que desenvolvemos para trocarmos nossos conhecimentos com esta mulheres, sobre o manejo alimentar e sanitário na avicultura, confecção do biogeo, compostagem, minhocário, produção de mudas. Experiências que jamais teríamos, caso não estivéssemos inseridos neste Projeto de Extensão, com isso, temos a certeza da importância de colocar em prática a extensão rural, principalmente nos cursos das Ciências Agrárias.

Não podemos deixar de comentar que nosso objetivo era contribuir para a estruturação da produção familiar através de mecanismos que potencializassem as tecnologias alternativas e disponíveis, melhorando assim a produção agroecológica, a geração de renda, visando melhoria nas condições de qualidade de vida para as famílias envolvidas, o desenvolvimento rural/local sustentável além da nossa experiência com a realidade do campo enquanto estudantes de Engenharia Agronômica, mas acabamos por realizar outras tarefas, como foi o caso do acompanhamento de todo o processo de construção das cisternas que captam a água da chuva, além da realização de uma mobilização no Povoado, uma tentativa de atrair novas associadas, fortalecendo ainda

[4] Cabe ressaltar que na Comunidade existem 5 grupos de Interesse, a saber: apicultura, horta comunitária, minhocário, viveiro de produção de mudas e avicultura (corte e postura).

mais esta Associação. Estes fatos vêm comprovar o verdadeiro sentido da extensão rural, pois, não devemos ter um "pacote de técnicas" padronizado para ser inserido na Comunidade, mas devemos agir sempre através de planejamentos participativos, definir nossas metas para obtermos um resultado consideravelmente positivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes resultados nós já estamos colhendo através da nossa experiência que a cada dia tende a ser ainda mais ampliada, pois este contato com a realidade que nos está sendo proporcionada é de extrema importância para a vida pessoal, acadêmica e profissional. Estes resultados também são vistos por todos na Associação, com o resultado a boa produtividade aliada à elevação da alta estima das mulheres. Os resultados desta atividade de pesquisa-ensino-extensão também se tornaram claro em eventos científicos, através de trabalhos apresentados: no Seminário Internacional Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Desafios para a Ação Pública realizado em Campina Grande-PB; e, em Eventos internos na Comunidade universitária como a Semana de Extensão/UFS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Desafios de a segurança alimentar no Brasil.** Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. CONSEA/IICA/FAO- Brasília, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma Nova ATER pública**. 2003. Santa Maria – RS. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/886028 >. Acesso: 03 set. 2009.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 9. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra. 1988.

FREIRE, Paulo. **O compromisso do profissional com a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 79p. (Educação e Mudança). Disponível em: <http://br.geocities.com/crb_bh/textos/Paulo_Freire__O_Compromisso_do_Profissional_com_a_Sociedade.doc.>. Acesso em: 27 ago. 2009.

LIMA, Irenilde de Souza. A importância da leitura da realidade na articulação do ensino, pesquisa e extensão pesqueira. In: LEITÃO, M. R. F. A. *et al*. **Extensão rural e extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Recife: FASE. 2008. v. 01.

MACEDO FILHO, Renato. **Influências da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas implicações no desenvolvimento local** - APAEB - Valente/BA. Viçosa: UFV, 2003**.**

Relatório Trimestral PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC (1º, 2ºe 3º trimestre) do Projeto **"O fortalecimento da organização social e do processo produtivo para garantia da segurança alimentar: uma proposta agroecológica e o papel da extensão rural"**, São Cristovão – SE , 2009/2010.

SILVEIRA FILHO, José. **A sociologia rural e a formação em ciência agronômica**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. 2006. Quito, Equador. Disponível em:< http://www.alasru.org/cdalasru2006/13%20GT%20Jos%C3%A9%20Silveira%20Filho.pdf.>. Acesso: 17 jul. 2009.

A FORMAÇÃO DO AGRICULTOR ENQUANTO ATOR AGROECOLÓGICO

Gustavo do Carmo Lopes
(gustavolopes84@hotmail.com)
Pr. Dr. Alfio Brandenburg
(alfio@onda.com.br)
Centro de Estudos Rurais do Paraná (CERU) - Departamento de Ciências Sociais – UFPR

GT1 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

Desde o seu surgimento, a agricultura ecológica anteriormente conhecida como agricultura alternativa, tem demonstrado resultados positivos em relação à preservação ambiental e a saúde dos consumidores de produtos oriundos desta técnica de cultivo. Com sua expansão na década de 90 apoiada pela crescente procura da população por produtos saudáveis e livres de adubos químicos provenientes da agricultura convencional, a agricultura ecológica torna-se uma das práticas mais conscientes na sociedade atual. Dentre suas diversas correntes, podemos citar a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agricultura biológica, a agricultura natural e a permacultura (Brandenburg, 2002).

As correntes ecológicas da agricultura questionam o modelo de capital industrial, o qual a agricultura convencional está relacionada, se opondo as tentativas de industrialização da agricultura e primando por uma menor dependência externa dos sistemas produtivos possibilitando assim, uma maior autonomia aos agricultores.

O agricultor ecológico tem uma dupla responsabilidade porque ao mesmo tempo em que se utiliza da terra como instrumento de trabalho e sustento, visando a sua preservação e o bom uso da mesma, o produto proveniente do seu trabalho será a base alimentar para os consumidores do meio urbano e do meio rural. Nesse contexto, a agricultura ecológica se insere na perspectiva de construção de um novo paradigma de produzir e de viver contribuindo com a construção de uma nova cultura do consumo.

É pertinente nesse caso as contribuições de Alain Touraine, que faz uma reflexão acerca da modernidade. Os termos “indivíduo”, “Sujeito” e “ator” são amplamente utilizados para se discutir a modernidade e segundo Touraine a definição

dos três deve ocorrer pela relação de uns com os outros. O ator é aquele que questionando qualquer forma de dominação, age no sentido de transformar o ambiente em que vive ao mesmo tempo em que luta pela realização de seu projeto, afirmando-se sujeito de suas ações (Touraine, 1995).

O agricultor ecológico pode ser entendido mediante a categoria de ator social na medida em que se confronta e se relaciona de determinada maneira com os outros determinando assim sua existência num contexto social específico. A sua existência é dada pela capacidade de agir com os outros atores num momento de transição onde a agricultura familiar e a reforma agrária se encontram na agenda política da atualidade juntamente com a questão da sustentabilidade.

Os diferentes atores pesquisados têm trajetórias sociais distintas podendo ser descritos em três categorias como: o agricultor tradicional, o neo-rural e o migrante. O agricultor tradicional é aquele que percorreu toda sua trajetória no meio rural, o neo-rural é aquele relativo a pessoas provenientes do meio urbano que posteriormente se tornam agricultores e o migrante seria o agricultor que migrou para a cidade, teve um período de experiências urbanas e posteriormente retorna ao campo (Silveira Rosa Pinheiro, 2004).

A agricultura ecológica atualmente é um tema de fundamental relevância no contexto social brasileiro, à medida que os recursos naturais vão se tornando cada vez mais escassos e a preocupação pela preservação do meio ambiente e de suas reservas naturais aumenta. A procura por alimentos sem a utilização de insumos químicos por uma grande parte da população comprova a importância dos estudos relativos à agricultura alternativa. Assim, a importância da agricultura ecológica pode ser demonstrada pela sua expansão produtiva e organizacional. Os agricultores ecológicos inovaram na forma de produzir e se organizar. Articulando-se em rede, instituem-se como novos atores, no contexto da organização social do campo.

Na definição de Ilse Scherer-Warren, o termo rede atualmente é empregado tanto como conceito teórico-metodológico utilizado pela ciência, quanto uma definição na qual diferentes atores sociais fazem referência a determinadas práticas ou relações sociais. Segundo a autora existem duas principais tradições dentro da abordagem sociológica de redes. A primeira é referente a teoria da mobilização de recursos (TMR) de tradição americana e a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) de tradição européia. A primeira tradição foca os esforços na mobilização dos atores no sentido de compreender como estes se articulam em torno de um objetivo comum para o

desenvolvimento de redes. A segunda tradição utiliza a noção de redes para caracterizar o campo ou tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os diferentes atores coletivos (Scherer-Warren, 1999).

Seguindo a versão da primeira tradição, na Região Sul onde há uma maior concentração de redes de produção agroecológicas como a Rede Ecovida, os produtores optaram por estratégias de comercialização como o sistema de transação direto com o consumidor, criando uma clientela fiel a seus produtos. Desenvolveram também formas de se vender o produto como as feiras, as vendas na propriedade, o sistema de entrega direto ao consumidor e os eventos especiais (festas e exposições).

Os novos agricultores apresentam uma proposta ecológica para o desenvolvimento da agricultura, buscando um novo sentido para a prática, reencontrando sua raiz familiar perdida ou construindo um projeto de vida que se realiza pela atividade agroecológica. Isto está diretamente relacionado com o processo de formação dos agricultores. Assim, indaga-se de que forma ocorre a formação deste ator ecológico e qual sua representação na atualidade, fatores estes a se pesquisar e analisar bem como sua função e seu perfil de sujeito ecossocial.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como ocorre a formação do agricultor ecológico, sua visão sobre meio ambiente natural e as razões que o levaram a optar por este tipo específico de agricultura. Contemplando os agricultores da Rede Ecovida residentes na Região Metropolitana de Curitiba a pesquisa foi aplicada nas propriedades dos agricultores e nas chamadas "Feiras Verdes" de produtos orgânicos e agroecológicos que ocorrem nas praças e ruas da capital paranaense. Considerando que a pesquisa tratou de coletar informações relacionadas a qualidade dos produtos ecológicos, no que tange a ausência de resíduos tóxicos, bem como aquelas relacionadas ao ambiente de produção; orientamo-nos pela hipótese de que a forma e conteúdo formacional estejam diretamente relacionados com o ambiente em que se realiza a produção, a qualidade dos produtos agrícolas e sua conduta social de ator ecológico.

BIBLIOGRAFIA

BRANDENBURG, A.; *Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica.* Curitiba, PR: Editora UFPR, n.6, 2002.

BRANDENBURG, A.; *Ciências Sociais e Ambiente Rural: Principais temas e perspectivas analíticas.* Texto apresentado em sua primeira versão no I Encontro da

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP.

SCHERER-WARREN, Ilse.; *Cidadania Sem Fronteiras: Ações Coletivas na era da Globalização.* São Paulo, 1999: Editora Hucitec.

SILVEIRA ROSA PINHEIRO, Gustavo.; *Agricultor Familiar e Projeto Agroecológico de Vida.* Curitiba, 2004. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, UFPR.

TOURAINE, A.; *Crítica da Modernidade.* Petrópolis, Vozes, 1994.

A INTERELAÇÃO ENTRE DIFERENTES ESTÁGIOS DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: teoria e prática no semi-árido sergipano

Marina Franca L. Bezerra [1] ,Bezerra,Bruno Santiago S. Goveia; Everton S. Santos[2]; Idamar da S. Lima[3]

Prof.Dra.Maria Lucia Sodré[4]

Msc. Auceia Matos Dourado[5]

Universidade Federal de Sergipe

GT 01 - Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

1.INTRODUÇÃO

Porto da folha é um dos trinta e seis municípios que compõe o semi-árido sergipano. A associação de Mulheres "Resgatando sua História", objeto desta reflexão, tem como foco de seus trabalhos a segurança alimentar e a inserção no mercado, assim como, o fortalecimento dos laços culturais da localidade, as atividades produtivas. As atividades de produção desenvolvidas por estas mulheres são o cultivo de hortaliças, a criação de galinhas caipira (corte e postura) e a apicultura. Todas as atividades são realizadas de forma coletiva, possibilitando o convívio de mulheres com historias de vidas semelhantes que compartilham suas experiências individuais em um espaço alternativo e autônomo.

A partir dessa iniciativa cria-se um elo entre diferentes estágios e áreas de conhecimento, pois o trabalho que é realizado envolve: alunos que se encontram na fase inicial de sua formação acadêmica, e que através desse Projeto tem a oportunidade de trabalhar com a diversidade de áreas de atuação da Agronomia, de forma prática. Por outro lado, envolve também as agricultoras, mulheres que vivenciam a agricultura e passam a ter um incremento técnico em suas práticas agrícolas de uma forma mais ampla e sistematizada, podendo encarar novos desafios com maior segurança e trocar

[1] Graduandos em Engenharia Agronômica/ Bolsistas do PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC. marinanabezerra@yahoo.com.br

[2] Graduanda em Eng.Agronomica/ Bolsista do PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC. idamaragro@hotmail.com

[3] Graduando em Eng.Agronomica/ Bolsista do PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC

[4] Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe e Coordenadora do Projeto PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC mlsodre@yahoo.com.br

[5] Doutoranda em Geografia a Universidade Federal de Sergipe e Co-Orientadora do Projeto PIBIX/PROEX/UFS/CDJBC auceia@bol.com.br

conhecimentos com esses novos agentes do processo. Fundamentando-se dessa maneira a interelação entre diferentes estágios do conhecimento, que é construído de forma coletiva agregando conhecimento técnico por intermédio dos estudantes de Agronomia e de profissionais da ONG- CDJBC , e a prática diária das agricultoras.

A linha de atuação que tem por base a agroecologia visa contribuir para o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, em perspectiva de análise multidimensional - econômica, social, ambiental, cultural, política ética. (CAPORAL, 2006). Apresentando dessa maneira, a coerência da estruturação do presente trabalho de extensão que promove o enlace da técnica com a visão social e humanitária associada ao aspecto ambiental e cultural. Esta ação traz outro fator de grande relevância, que é o alcance da sociedade por parte da instituição universitária, pois, a academia muitas vezes constrói conhecimentos que não consegue transmitir à população, e mais do que isso, é a possibilidade de construir e conservar conhecimentos de forma conjunta com agricultores a partir de mecanismos de participação e diálogo e, da oportunidade proporcionada por pesquisadora e alunos.

Contudo, vivemos em um contexto no qual a universidade tem sido destinada a atender às necessidades do mercado, perdendo assim o seu caráter de instituição social e adquirindo o formato de organização, no qual se restringe as áreas limitadas de conhecimento voltadas para atender a concorrência do contexto capitalista, perdendo seu caráter emacipatorio e universalizante do conhecimento (JESUS, 2010).

Na agricultura o agronegocio segue a contra mão do campesinato e da agroecologia restringindo seus espaços, a partir da apropriação das áreas produtivas, de práticas que recuam da sustentabilidade ambiental, e ainda detém do domínio de créditos e preços. Ao fazer essa análise um grande desafio se coloca: de que forma pesquisadores e alunos podem transpor os muros da academia para a construção coletiva do conhecimento, utilizando *práxis* agroecológicas em comunidades rurais como uma ferramenta de mudança social mútua?

Como forma reflexiva pode-se citar Petersen, Soglio e Caporal, (2009) que afirmam que:

> A construção do conhecimento agroecológico se faz pela articulação sinérgica entre diferentes saberes e recoloca a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre acadêmicos (as) e agricultores (as). Nessa ordem de idéias, o avanço da

> agroecologia como paradigma científico exige a substituição do modelo diretivo e vertical adotado pelo difusismo tecnológico por um modelo construtivista, baseado no dialogo de saberes.

Diante do exposto é possível perceber o quanto é necessário agir nessas comunidades não só com o olhar de mestre, ”donos do saber”, mas com o olhar atento de um aprendiz promovendo a troca de experiências, vislumbrando dessa maneira as alternativas para a superação dos entraves postos.

Nas vivências realizadas no município de Lagoa da Volta o simples ato de almoçar junto com as agricultoras após realizar uma tarefa no campo, onde estavam profissionais e estudantes todos juntos respeitando suas experiências individuais e mesclando-as, nos faz ver que a confiança mútua entre pesquisadora e alunos frutifica em ações simples, porém progressivas.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada lança mão da observação atenta dos problemas, para propor ações, através de mecanismos participativos, em seguida é realizada uma consulta a professores das áreas especificas em sala de aula, integrando mais profissionais e enriquecendo o suporte técnico oferecido a comunidade, efetivando assim o tripé do ensino aprendizagem: ensino-pesquisa-extensão. São realizadas oficinas teóricas e práticas com diversos temas de interesse da Comunidade.

3. RESULTADOS

As ações que já foram desenvolvidas pela equipe até o momento envolveram diferentes grupos de interesse:

-Grupo da horticultura: marcação dos canteiros (figura1) e adubação modelo (figura2)

Figura1

Figura2

-Grupo do minhocário: colheita do húmus (figura 3) e adição de uma nova compostagem (figura 4)

Figura 3

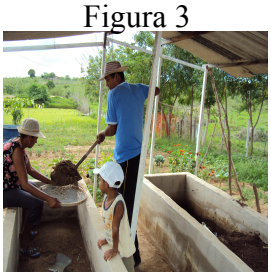
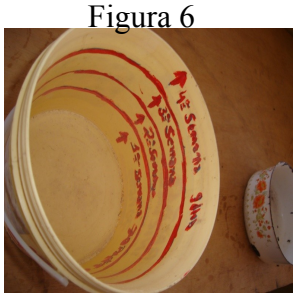


Figura 4

-Grupo da avicultura: observação do galinheiro (figura 5), formulação de rações e confecção de um balde medidor (figura 6)

Figura 5

Figura 6



-Grupo da apicultura: visita ao apiário (figura 7) captura de uma colméia à noite (figura 8)

Figura7

Figura 8

Além dos trabalhos específicos aos grupos de interesse, foram realizadas oficinas como confecção de mudas, compostagem, biogeo, e ações de infra-estrutura, a exemplo do acompanhamento da construção das cisternas (figura10) e o planejamento para a instalação do projeto de irrigação

Figura 10

No âmbito da interação social foram aplicados de questionários no povoado, a fim de investigar maneiras ampliar o raio de atuação desse grupo (figura 11).

Figura 11

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas iniciativas atestam o sucesso de um Projeto que vem superando as limitações que os projetos de extensão comumente encontram, desde deslocamento até o diálogo com as comunidades, êxito que jamais seria atingido sem a confiança pesquisador-aluno e a consciência de que esse é um processo que não se concretiza apenas do acúmulo, mas da "troca de saberes", através de mecanismo de participação, entre a equipe do projeto e a comunidade, objeto de reflexão.

5. BIBLIOGRAFIA

PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro-RJ, AS-PTA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília-DF, 2006.

JESUS, Sonia Meire S. Azevedo de. **Texto: Educação popular e a universidade. Cartilha do segundo estágio interdisciplinar de vivência em áreas de reforma agrária de Sergipe.** São Cristóvão - SE, 2010.

LIMA, Irenilde de Souza. A importância da leitura da realidade na articulação do ensino, pesquisa e extensão pesqueira. In: LEITÃO, M. R. F. A. et al. **Extensão rural e extensão pesqueira: experiências cruzadas**. Recife: FASE. 2008. v. 01.

MACEDO FILHO, Renato. **Influências da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas implicações no desenvolvimento local -** APAEB - Valente/BA. Viçosa: UFV, 2003**.**

SILVEIRA FILHO, José. **A sociologia rural e a formação em ciência agronômica**. In: VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural. 2006. Quito, Ecuador. Disponível em:< http://www.alasru.org/cdalasru2006/13%20GT%20Jos%C3%A9%20Silveira%20Filho.pdf.>. Acesso: 17 jul. 2009.

A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: Uma abordagem integrada do espaço rural no 8º distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS.

Tiaraju Salini DUARTE
Integrante do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – UFPEL
Bolsista PIBIC/CNPQ
tiaraju.salini@yahoo.com.br
Giancarla SALAMONI
Professora Associada I do Departamento de Geografia e Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPel
gi.salamoni@yahoo.com.br
Adão José Vital da COSTA
Professor Assistente IV do Departamento de Geografia e Coordenador do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPel
vital.costa@yahoo.com.br

GT01**:** Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

Introdução

Pela importância que o debate em torno da água vem ganhando há alguns anos as pesquisas acadêmico-científicas buscam sistematizar informações que sirvam de balizadoras para ações de preservação ambiental, tendo como fundamento legal políticas de gestão dos recursos hídricos. Parte-se do princípio de que a gestão das águas, a qual abrange tanto os aspectos físicos como humanos, ou seja, as relações que a sociedade estabelece com os mananciais hídricos, devem estar amparadas em documentos norteadores que possam orientar ações sobre o uso eficiente e sustentável das bacias hidrográficas, buscando, também, estruturar sistemas de gerenciamento para auxiliar as decisões que prevêem a proteção dos recursos hídricos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral diagnosticar os limites e potencialidades dos recursos hídricos, de maneira a se traçar um perfil socioeconômico e ambiental promovendo um conjunto de ações na perspectiva da gestão territorial de bacias hidrográficas, aliadas ao turismo rural e a educação ambiental.

Apesar da privilegiada situação quanto à quantidade e a qualidade das suas águas, no Brasil os recursos hídricos vêm sendo utilizados de forma incorreta e irresponsável. Despreocupação com a preservação dos mananciais, má distribuição, poluição, desperdício da água potável, desmatamento das matas ciliares, principalmente próximo das nascentes, são fatores que demonstram a falta de cuidado com este valioso bem. O uso incorreto deste recurso põe em risco a vida de todos os seres vivos e afeta diretamente as diversas atividades humanas. A preservação dos recursos hídricos é, na atualidade, discutida e está diretamente ligada à gestão destes recursos. Sua análise nos remete ao conceito de sustentabilidade que pode ser entendida como "...atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades". (LEMOS, 1996, p. 12).

Como afirma Buss (2002), o interesse com relação às questões ambientais aumentou depois da realização da reunião da Cúpula da Terra em Estocolmo. A partir dela, esta temática foi sendo aprofundada em outras reuniões como a Rio 92 e a Rio + 10. Nesse sentido, a questão da água vem sendo apontada como estratégica para o século 21. O autor faz referência ao documento das Nações Unidas, Agenda 21, salientando que:

> O manejo integrado dos recursos hídricos baseia-se na percepção da água como parte integrante do ecossistema, um recurso natural e bem econômico e social cujas quantidade e qualidade determinam a natureza de sua utilização. Com esse objetivo, os recursos hídricos devem ser protegidos, levando-se em conta o funcionamento dos ecossistemas aquáticos e a perenidade do recurso, a fim de satisfazer e conciliar as necessidades de água nas atividades humanas. Ao desenvolver e usar os recursos hídricos deve-se dar prioridade à satisfação das necessidades básicas e à proteção dos ecossistemas. (BUSS, 2002, p. 75).

O uso cada vez mais intenso dos recursos hídricos vem obrigando à adoção de medidas de regulação e modificação dos cursos d'água o que gera variações nos ecossistemas e microclimas, com prejuízos à flora, fauna e aos agroecossistemas. O aumento da contaminação da água é uma das características mais importantes do uso dos recursos hídricos em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento são poucas as cidades que contam com estações de tratamento para os esgotos domésticos, agrícolas e industriais, incluindo os agrotóxicos.

Método e técnicas: uma abordagem sistêmica e integrada do espaço rural.

A Geografia, entendida como uma ciência de síntese tem na abordagem sistêmica um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão dos processos naturais e humanos de forma integrada, ou seja, o espaço geográfico é analisado tanto a partir do ambiente físico quanto das intervenções antrópicas, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979).

A utilização do método sistêmico permite que o pesquisador defina os elementos e variáveis a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise. A idéia norteadora considera as inter-relações dos elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Fundamentalmente, as propriedades dos sistemas podem, assim, ser resumidas: um grupo de componentes independentes que operam unidos para um fim comum, que é capaz de reagir como um todo frente a estímulos externos; cabe ressaltar, que todo o sistema pode ser visto como um subsistema, ou seja, uma parte do todo. Entretanto, as partes, fora do contexto, são apenas "átomos" isolados. Por isso, se diz que o todo é maior que a soma das partes, pois, a organização do sistema confere ao agregado características não só diversas, mas, também, muitas vezes, não encontradas nos componentes isolados. Conforme Bertalanffy,

> O significado da expressão um tanto mística "o todo é mais do que a soma das partes" consiste simplesmente em que as características constitutivas não são explicáveis a partir das características das partes isoladas. As características do complexo, portanto, comparadas "as dos elementos, parecem "novas" ou "emergentes".(BERTALANFFY, 1973,p.83)

No entanto, para se estudar e analisar os sistemas torna-se necessário delimitar as "fronteiras" do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de racionalidades sócio-econômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere ao trabalho familiar, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as técnicas utilizadas, portanto, nem todos adotam as mesmas formas de exploração dos ecossistemas, o que resulta em agroecossistemas diversificados.

Para a delimitação da área de estudo foi utilizada como base cartográfica a divisão distrital do município de Pelotas - RS. Para fins deste projeto, foi escolhido como área de análise o 8º Distrito, denominado Rincão da Cruz, o qual representa a região colonial do referido município, com uma organização do sistema da agricultura tipicamente de base familiar. Inicialmente, foi elaborada a carta-base das sub-bacias hidrográficas dos Arroios Caneleira e Quilombo, tributários da Bacia do Arroio Pelotas, a partir de cartas topográficas na escala de 1:50.000. Após, foram confeccionados mapas temáticos a partir do uso de técnicas de geoprocessamento (SIG's – Sistema de Informações Geográficas) o qual resultou em um mapa-síntese no qual foram indicadas algumas nascentes existentes no interior das propriedades rurais e utilizadas como fonte de abastecimento de água pelos agricultores,

acompanhadas por uma caracterização geral sobre as condições de conservação e/ou degradação dos cursos da água (arroios e sangas), a fim de avaliar a situação da mata ciliar, assoreamento e contaminação por deposição de lixo doméstico e agrícola.

Para o levantamento de dados e informações primárias, necessárias à análise proposta, optou-se por um tipo de amostra não-estatística, cujo esforço consistiu em assegurar a representatividade das propriedades de caráter familiar, em cada uma das colônias analisadas. Cabe ressaltar, que houve certa dificuldade em determinar o universo das propriedades rurais em face da inconsistência das fontes de informações disponíveis. Na aproximação realizada adotaram-se os dados do cadastro elaborado pelos agentes do Programa de Saúde Familiar – PSF (Quadro 1), para a Colônia São Manoel e o cadastro de associados fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas – STR (Quadro 2), para a Colônia Maciel. A primeira vista, constatou-se a limitação no uso de cada uma das fontes, porém, dada à escassez de fontes alternativas e igualmente confiáveis, procedeu-se a conciliação das informações do PSF e do STR que resultou na escolha de uma amostra equivalente a 30% , ou seja, 43 propriedades na Colônia Maciel e 48 propriedades na Colônia São Manoel.

Quadro 1 – Colônias do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas - RS

Colônias	**Nº total de propriedades**	**Nº unid. amostrais**
São Manoel	***160***	***48***
Arroio Bonito	34	
Rincão da Cruz	107	
Municipal	26	

Fonte: Programa de Saúde Familiar - PSF, 2008.

Quadro 2 – Colônias do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas - RS

Colônias	**Nº total de associados**	**Nº total de propriedades**	**Nº de unid. amostrais**
Maciel	***193***	***143***	***43***
São Manoel	418	-	
Rincão da Cruz	194	-	
Municipal	907	-	

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas - STR, 2008.

Definida a amostra, o levantamento de dados primários se deu por meio da utilização da técnica de entrevista, com os agricultores familiares, baseada em um questionário semi-aberto. O questionário foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura, onde: o subsistema social permite a caracterização do produtor; o subsistema funcional engloba os elementos técnicos e o último, subsistema de produção trata de caracterizar o *output* do sistema da agricultura. Este conjunto de subsistemas permite o

estabelecimento de relações entre os elementos da organização sócio-produtiva na área estudada (DINIZ, 1984).

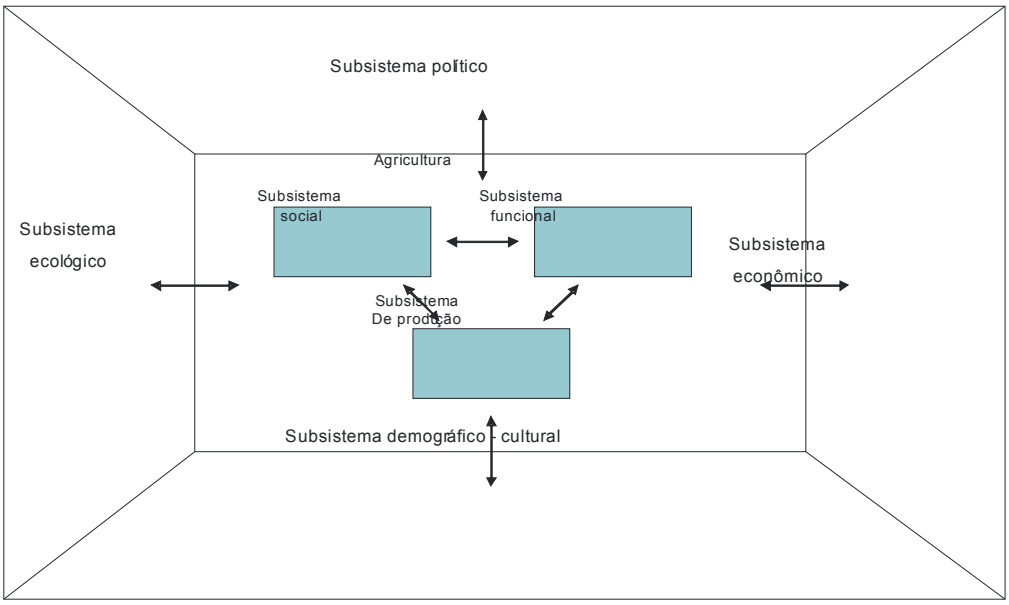


Figura 1- Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos
Fonte: DINIZ, 1984, p.58.

As informações levantadas nos questionários foram computadas, inicialmente, na plataforma MS-Excel para posterior interpretação e análise. Para tanto, foi preciso um método e uma metodologia que permita avaliar as relações entre as características socioeconômicas e fisiográficas, com vistas ao planejamento ambiental. A figura 2 apresenta o esquema teórico-metodológico básico que orienta a percepção sobre a realidade concreta, a partir de uma visão integrada dos elementos físicos e humanos, o qual inclui a seleção, processamento e sistematização de informações sobre a organização do espaço geográfico e, por conseqüência, da paisagem em questão.

A partir dessa concepção é possível reunir os produtores em grupos distintos, baseado em critérios previamente estabelecidos, dentro dos quais a organização sócio-tecno-produtiva é semelhante, porém, distinguindo-se de outros que apresentam características e estratégias diferenciadas.Trata-se, assim, de elaborar uma tipologia de produtores familiares, resultado da combinação do sistema da agricultura com o sistema hídrico presente nas propriedades rurais.

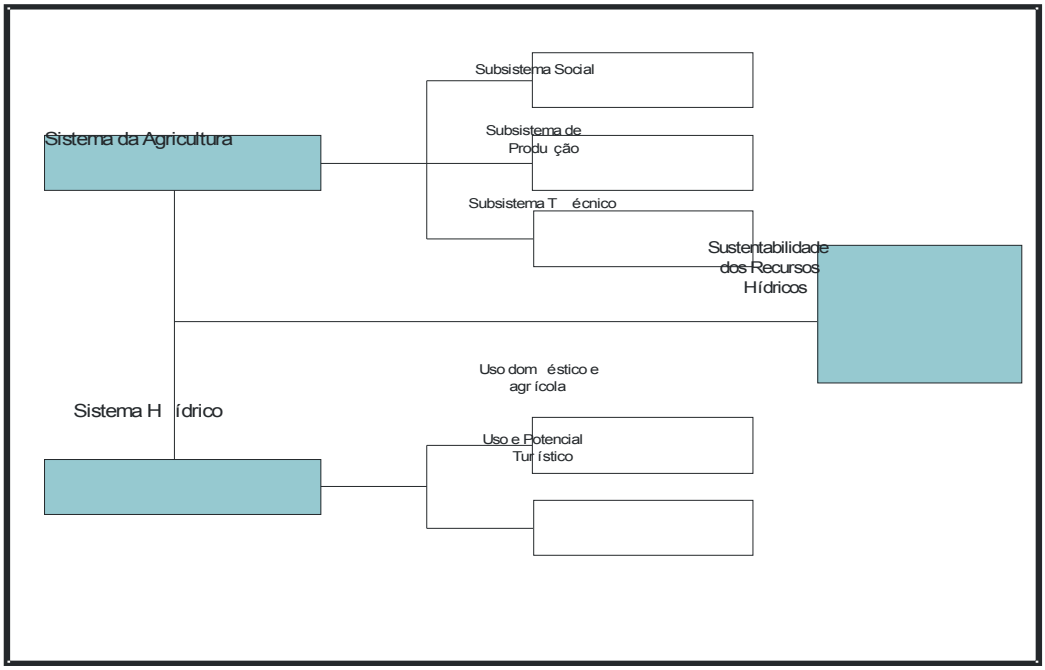
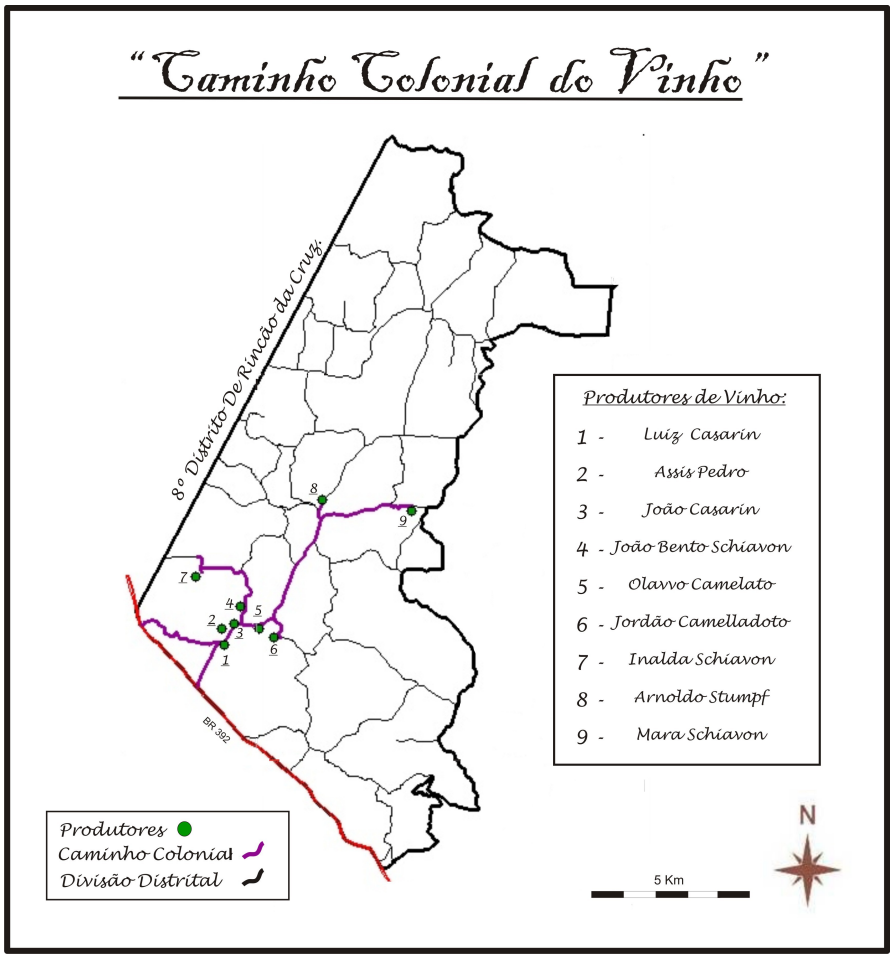


Figura 2: Modelo analítico das propriedades rurais

Aliada à caracterização das propriedades rurais da área de estudo, foram analisados os processos históricos de organização desse espaço rural com base em levantamento bibliográfico específico sobre a formação social e econômica do Estado do Rio Grande do Sul e, especificamente, do município de Pelotas, onde está inserida a Colônia Maciel e São Manoel. Cabe ressaltar, a importância de se considerar, nesse contexto, a presença da imigração italiana, corrente étnica formadora dessa porção do território, e responsável pela produção vitivinicultora, a ser caracterizada e representada cartograficamente pelo denominado "Caminho Colonial do Vinho". (figura 3). Ainda, o levantamento de informações diretas na área pesquisada resultou em um inventário fotográfico sobre o potencial turístico, a partir de um conceito amplo de territorialidade que engloba tanto o patrimônio natural **(paisagens**), quanto o patrimônio cultural (**memória)** da comunidade em tela.



O Turismo rural e suas relações com a educação ambiental

O recorte territorial analisado nesta pesquisa, correspondendo a Colônia Maciel e Colônia São Manoel, é um lócus de grande potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo rural. Primeiramente, porque este local tem em sua formação histórico-espacial a presença significativa da imigração italiana, a qual imprimiu no território seus traços culturais. Assim, na configuração do arranjo espacial criado por estes imigrantes encontram-se, ainda hoje, enquanto patrimônio material, as primeiras casas de pedra, construídas para abrigar às famílias, os moinhos coloniais, pontes antigas, instrumentos de trabalho e de lazer, enfim, todo tipo de acervo propício para constituição de um museu. De outro lado, como parte do patrimônio imaterial, tem-se a preservação de técnicas agrícolas, da herança culinária, da tradição no fabrico do vinho, das práticas religiosas, enfim, traços marcantes de "saberes e sabores" que permanecem como elementos da identidade local.

Em segundo lugar, parte desse patrimônio material e imaterial deixado pelos imigrantes deu origem à instalação do Museu Etnológico da Colônia Maciel, classificado na

categoria de Ecomuseu[1]. Enquanto, comumente, um museu possui um prédio, uma coleção de objetos e um público visitante, o Ecomuseu possui, respectivamente, um território (vinculado a uma história e cultura local), um patrimônio (material e imaterial) e uma comunidade participativa e envolvida nos processos de desenvolvimento local.

Como atividade econômica, o turismo rural parece ser uma via natural para a promoção do desenvolvimento rural, permitindo aos agricultores combinar a diversificação das suas atividades com uma melhor valorização das suas produções e de seu patrimônio cultural. Além de rendimentos complementares, traduzidos no desenvolvimento do comércio e da agroindústria familiar, o turismo produz melhorias na infraestrutura e nos serviços de apoio, beneficiando, em primeiro plano, a população local. Há, no entanto, um conjunto de preocupações que devem ser observadas no sentido de garantir um processo continuado de turismo rural que pretende conservar os recursos naturais tendo como referência o paradigma da sustentabilidade. Nestes termos, é preciso que se desenvolvam uma série de trabalhos e atividades no sentido, não só de preservar, mas, também, de identificar a melhor maneira de conjugar o binômio uso/preservação dos recursos naturais, de forma a potencializar os elementos constitutivos do arranjo espacial colonial. Dessa forma, fazem-se necessários estudos que diagnostiquem os limites e potenciais destes recursos, principalmente dos recursos hídricos, de maneira a se traçar um perfil sócioeconômico e ambiental para, numa etapa posterior, promover um conjunto de ações na perspectiva da gestão territorial de bacias, aliadas ao turismo rural e a educação ambiental.

Nesse sentido, a educação ambiental surge como um paradigma, uma nova maneira de encarar o papel do ser humano no mundo, buscando alternativas que alterem as relações entre sociedade e natureza. Com uma visão sistêmica, adota estratégias de participação onde a comunidade é estimulada a exercitar a plenitude de sua cidadania cooperando para uma melhor qualidade ambiental, que se materializa a partir de ações locais.Ressalta-se, então, a importância da educação ambiental no espaço rural, fazendo com que esta cumpra o processo permanente de aprendizagem, valorizando as diversas formas de conhecimento (saber empírico e acadêmico-científico) e trabalhando para uma consciência local e planetária, onde seus atos refletirão em reações em outra parte do planeta, como por exemplo, o lixo jogado em cursos d'água que passa em uma determinada propriedade será transportado pelas águas à propriedade vizinha e, assim, sucessivamente.

[1] O radical "*eco"* do termo ecomuseu deriva, o "e", do termo grego óikos que significa a casa, lugar, propriedade, um território delimitado, e "co" está diretamente relacionado com a comunidade. Dessa forma, "eco" significa um território com uma característica cultural e comunitária próprios do lugar.

Diante disso,a análise sobre potencialidades e restrições para o turismo rural norteiam-se por parâmetros multidimensionais, na tentativa de inter-relacionar as ações de conservação dos recursos hídricos e a promoção de atividades que, ao mesmo tempo, sejam capazes de gerar renda aos agricultores e valorizar a paisagem natural.

Considerações Finais

Finalizando, ressalta-se que a abordagem sistêmica e integrada das relações entre o sistema socioeconômico e físico-ambiental permite entender a organização do espaço e, a partir daí, elaborar diagnósticos que possam subsidiar ações voltadas ao planejamento territorial rural.

A partir de uma visão geográfica, verifica-se que existe, hoje, um desafio no que se refere à compreensão sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos. Conciliar a demanda biológica com a oferta deste bem natural, articulada à divisão social, técnica e territorial do trabalho representa a possibilidade de minimizar os conflitos ambientais tanto em espaços urbanos quanto rurais. Por outro lado, há, evidentemente, uma inadequação de escalas quando se trata da questão do planejamento e gestão das águas. Exemplo disso, é que o recurso hídrico tem seu planejamento mínimo dado pela bacia (ou microbacia/sub-bacia) hidrográfica, enquanto que o seu uso efetivo, tanto doméstico quanto agrícola, no espaço rural, está condicionado aos limites legais da propriedade.

Nesse sentido, investigações diretas junto aos agricultores/moradores tornam-se fundamentais em vários aspectos, a saber: a alimentação de um sistema de informações, tendo em vista a carência de dados hidrológicos, geomorfológicos, socioeconômicos, capazes de avaliar a representatividade do espaço rural na conservação e gestão dos recursos hídricos e a presença ou não de conflitos ambientais. Ainda, além da pesquisa, atividades de educação ambiental têm papel importante na orientação sobre o uso sustentável da água, tanto no que se refere à irrigação, quanto nas atividades não agrícolas como turismo rural. Este processo de conscientização necessita da atuação das escolas rurais na formação de uma geração que tenha presente a nova visão sobre a preservação dos recursos hídricos.

Referências

BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. . **Manual de Irrigação**. Viçosa: UFV, 2006.

BERTALANFY,L.V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

BUSS, D.F. Proteção à vida aquática, participação das comunidades e políticas de recursos hídricos. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n.25, p.71-84, 2002.

CÁNEPA, Eugênio M. A gestão dos recursos hídricos sob a perspectiva da economia ambiental. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n.4, p.55-68, 1992.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de sistemas em Geografia.** São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

_____. **Geomorfologia.** São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura.** São Paulo: Difel, 1984.

LANNA, Antônio E.; CÁNEPA, Eugênio M. O gerenciamento de bacias hidrográficas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem integrada. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 269-282, 1994.

LEMOS H. M. de. **Desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1996.

MENDONÇA, F.; SANTOS, L. J. C. Gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil: avanços e desafios a partir das Bacias Hidrográficas – uma abordagem Geográfica.**Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 1,p.103-117, jan./abr. 2006.

SILVA, Clécio Azevedo da. Da Gestão dos Recursos Hídricos ao Desenvolvimento Rural:Uma Reflexão Metodológica. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 101-110, jan/abr, 2004.

VIEGAS FILHO, J.S. A Gestão de Recursos Hídricos e o papel das micro-bacias nesse contexto**.** In: **CD ROOM: Gestores Regionais de Recursos Hídricos**. Curso de Especialização, Pelotas, 2007.

ANÁLISE DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR RURAL PERANTE A CRISE ALIMENTAR

Regiane Fonini[1]

GT 01 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

RESUMO

Este estudo propôs-se a discutir a questão da crise alimentar atual e seus impactos sobre o rural brasileiro. Para tanto, escolheu-se a temática da (in)segurança alimentar no campo por este mostrar-se altamente vulnerável em tempos de crise. O artigo buscou em outros autores a resposta para a atual crise, articulando sempre a noção de segurança alimentar e nutricional e também da agroecologia. A agroecologia vem como forma alternativa que se contrapõe ao modelo de produção em voga, o qual é considerado como excludente e concentrador de renda e riqueza. Foi possível perceber que a crise alimentar atual vem sendo causada principalmente pelo modelo político e econômico neoliberal que permite que a produção alimentar esteja sob o controle de transnacionais que visam apenas alta lucratividade. Enfatiza-se que formas sustentáveis de produção têm a real capacidade de gerar e manter a segurança alimentar e nutricional de uma população bem como a soberania alimentar de uma nação, tornando-se meio e fim da busca pela segurança alimentar e nutricional nacional. Porém, para que isso seja possível, o desenvolvimento deve ser orientado por objetivos sociais e estar pautado na sustentabilidade social, econômica, política e ambiental, além de na inclusão da população pobre. Afinal alimento não pode ser considerado mercadoria e não pode ficar à mercê da especulação de investidores que aproveitam o momento de crise econômica visando apenas lucratividade, fator esse considerado como o principal gerador da crise alimentar atual.

Palavras chave: Segurança Alimentar, Crise Alimentar e Agroecologia.

ABSTRACT

[1]Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Paraná – Brasil, atua com a formação de pequenos agricultores sobre a ótica da Agroecologia, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.
End: Rua Frederico Lampe, 62 Casa 20 Xaxim Curitiba – Paraná - Brasil. CEP 81710-540
Contatos: (5541) 30767074 e (5541) 92237209 e regifonini@hotmail.com

This study proposed to discuss the current food crisis and its impact on the rural areas. To this end, we have chosen the theme of food (in) security in the field for this to be highly vulnerable in times of crisis. The article sought in others the response to the current crisis, when articulating the concept of food security and nutrition and also of agroecology. Agroecology comes as an alternative, as opposed to production model in vogue, which is regarded as exclusionary and hub of income and wealth. It is noted that the current food crisis has been caused primarily by political and economic model that allows neo food production is under the control of transnational corporations that target only high profitability. It is emphasized that sustainable forms of production have a real capacity to generate and maintain food security and nutritional status of a population and food sovereignty of a nation, becoming middle and end of the quest for food security and nutrition level. But for this to be possible, development must be guided by social objectives and be founded on sustainable social, economic, political and environmental, as well as the inclusion of the poor. After all food can not be considered commodity and can not be at the grace of speculative investors who enjoy their moment of economic crisis, seeking only profits, a factor seen as the main event for the current food crisis.
Keys words: Food and Nutrition Security, Food Crisis, Agroecology.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere no processo de investigação de formas alternativas de produção que visem o autosustento e a valorização do mercado interno e de hábitos alimentares saudáveis, capazes de construir a segurança alimentar e nutricional (SAN), fugindo da lógica mercantilista geradora da chamada crise alimentar. O objeto de atenção foi a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de famílias rurais produtoras no modo agroecológico, modo este proposto como forma alternativa de produção frente as mazelas criadas pelo modelo político e econômico neoliberal.

O tema proposto reflete a necessidade de desenvolver e o interesse em valorizar formas alternativas de produção, matrizes geradoras de segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a grave situação de pobreza que grassa a população brasileira, em especial a que reside em meios rurais, agravada pela recente crise alimentar mundial. Considera-se como contexto um país no qual se revela fundamental promover o desenvolvimento rural no sentido de aumentar a autossuficiência alimentar, além de garantir o poder de decisão do que será produzido e para que fins, contribuindo para a redução da pobreza e para a maior diversificação da base econômica do país.

A região rural destaca-se por possuir índices que a caracteriza como sendo potencialmente vulnerável se comparada a região urbana, devido ao extenso processo de exclusão do desenvolvimento que vem sofrendo, condicionando grande parte da sua população a uma situação constante de insegurança.

A Insegurança alimentar tem suas várias dimensões e se reflete em situações em que há uma alimentação sem qualidade ou em quantidade insuficiente, além de poder ser detectada a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças relacionadas à má nutrição, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos, e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural [1].

Entende-se como crise alimentar, muito mais que a alta dos preços dos alimentos, uma crise de modelo global de produção e consumo, por considerar que esta alta dos preços foi causada por diversos fatores, porém teve como base políticas de desenvolvimento pautadas em valores de mercado e não na realização de direitos humanos.

Diante dessa problemática, o foco desse artigo, definido dentro da categoria alimentação, foi a temática da situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de famílias rurais e sua relação com a crise alimentar atual. Elegeu-se como recorte estudo sobre famílias rurais produtoras de alimentos agroecológicos, que devido à pobreza e a falta de acesso aos bens e serviços que viabilizam melhores condições de vida, tem um risco aumentado de sofrer com a insegurança alimentar. Considera-se o agricultor (a) como condutor da relação sociedade natureza, relação estabelecida através do modo de produção agroecológico. Dessa maneira, o presente trabalho tem como perspectiva trabalhar a noção de desenvolvimento sustentável, visando definir a produção agroecológica como meio e fim pela busca de um Brasil mais plural e igualitário.

DISCUSSÃO SOBRE A CRISE ALIMENTAR A PARTIR DA PERSPECTIVA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR RURAL

A discussão a seguir envolverá a temática da Insegurança Alimentar no campo, articulando noções que levam a discussão da crise alimentar atual.

A insegurança alimentar e nutricional, há tanto tempo denunciada, por diferentes organizações tanto de âmbito internacional como nacionais, virou uma questão mundial, um problema a ser enfrentado pela comunidade global. A miséria, a pobreza e a violência social oriundas do processo de exclusão há décadas praticado no planeta, da qual a crise dos alimentos é apenas uma de suas facetas, não são mais questões que afligem somente os países em desenvolvimento, mas que também já estão presentes nas nações ricas [2].

Como um mártir precursor do tema na pauta social e política nacional, Josué de Castro iniciou na década de 1950 o deflagramento da situação de insegurança alimentar no Brasil. Ao investigar as causas fundamentais da alimentação em regra tão defeituosa e precária de boa parte da população brasileira, chegou à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica, e ainda percebeu que o problema da fome não estava na produção, mas sim na falta de acesso a alimentos por parte da população e também na letargia dos que poderiam mudar essa situação [3].

Entretanto, continuam a existir milhões de pessoas que não possuem meios para comprar ou produzir os alimentos que necessitam para viver com dignidade e por isso são afetadas diretamente pela alta dos preços dos alimentos. No mundo todo, estima-se que um bilhão de pessoas tem o seu direito humano à alimentação adequada violado, isto é, convivem diariamente com o flagelo da fome, em situação de insegurança alimentar permanente [2].

Assim, desde o seu desbravamento, a questão da fome vem sendo debatida em diversas áreas e compõe-se em elemento significativo ao tratar do estado de saúde e nutrição de uma população, bem como é capaz de questionar o atual modo de produção e de consumo, concentrador de riqueza e excludente.

Revela-se, portanto, que a fome é um problema estrutural, derivado principalmente da falta de acesso a alimentos em adequada quantidade e qualidade, sendo que, assim como afirma Valente (2003) [4] a questão de acessibilidade ao alimento pressupõe a acessibilidade econômica (acesso a recursos) e física (para todos), diretamente relacionado ao direito humano a alimentação adequada.

Cabe registrar que em um país como o Brasil no qual as desigualdades regionais são expressivas, a promoção da alimentação saudável pressupõe a definição de estratégias políticas que tornem acessíveis alimentos saudáveis e que valorizem a produção regional. Porém, enfatiza-se que as políticas de desenvolvimento atuais têm se pautado em interesses do mercado

financeiro e não na garantia de direitos e na dignidade humana, imbricado diretamente na falta de acesso da população pobre a uma alimentação adequada. Dessa forma, o alimento tem sido visto como mercadoria e não como um direito humano cuja implementação é obrigação dos Estados [2].

De acordo com a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) a alta dos preços dos alimentos é a face mais visível de um conjunto de fatores que vem, historicamente, promovendo a exclusão social e a sistemática violação do direito humano à alimentação adequada de expressivos contingentes populacionais [2]. Estreita-se, portanto a relação que tem a alimentação com as políticas de desenvolvimento, de produção e abastecimento que vêm sendo seguidas há décadas.

Considerando a alimentação como uma questão social, e que em geral as escolhas alimentares são determinadas não tanto pela preferência e pelos hábitos, mas muito mais pelo sistema de produção e de abastecimento de alimentos [5], a mesma se vê vulnerável às determinações humanas, muitas vezes beneficiando apenas parcela da população. Na exigência de expor essa situação, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) tornou-se garantido através da Lei 11346 [6] e agora mais recentemente também se encontra inserido na Constituição Federal Brasileira, fortalecendo-se e tornando-se definitivamente um direito constitucional de todo cidadão brasileiro, o que favorece sua exigibilidade e também a promoção de novas políticas voltadas ao DHAA.

Nesse contexto, a noção de segurança alimentar vem sendo construída, incorporando inclusive o conceito de eqüidade e de sustentabilidade ambiental para que se alcance a plenitude da segurança alimentar [7]. A Resolução da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional promovida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, definiu a segurança alimentar e nutricional como:

> "O direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis" [8].

Outro conceito relevante é o da soberania alimentar que por sua vez é definida como o direito de cada país em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção,

distribuição e consumo de alimentos que garantam o DHAA para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos [1].

Logo, é possível inferir que os conceitos de soberania alimentar e SAN convergem em direção ao mesmo objetivo de proteção a alimentação dos brasileiros, sendo que a soberania confirma a necessidade de promover e implantar políticas que assegurem uma produção de alimentos sustentável do ponto de vista social, econômico, político, ambiental e nutricional, enquanto a segurança alimentar respalda a produção sustentável agroecológica como a que vai permitir o acesso a uma alimentação saudável e adequada, além de reafirmar a produção policultora dos pequenos agricultores brasileiros. Vincular a segurança alimentar ao princípio da soberania alimentar é reconhecer o direito do nosso povo em determinar livremente o que vai produzir e consumir de alimentos [5].

Maluf e Zimmermann [2005?] [9] afirmam que o Brasil é um país no qual ainda se pode atribuir um papel relevante às famílias rurais e à agricultura familiar (AF) na construção de uma sociedade equitativa e ambientalmente sustentável. Isto fica ainda mais visível quando consideramos que as formas de alimentação, os produtos consumidos e a forma de cozinhá-los relacionam-se diretamente com os recursos locais, as características do clima e dos solos, ou seja, com o território, as formas de produção, a agricultura e a pecuária [10].

Entretanto, a modernização da agricultura modificou sobremaneira a forma de produzir os alimentos, introduzindo nos sistemas alimentares uma lógica externa, desvinculada da racionalidade camponesa e voltada ao atendimento das demandas dos complexos agroindustriais [11]. Tal processo contribuiu para a desestruturação de sistemas alimentares tradicionais e modificou a forma de produzir e consumir os alimentos no campo e na cidade, inibindo inclusive a prática ancestral de autoconsumo [11]. Outro ponto importante é a diminuição da variedade de culturas alimentares causada pela especialização da agricultura moderna, o que levou à mudança de hábitos alimentares e à redução da base alimentar.

Outro fator foi a intensificação da globalização, por meio das novas tecnologias introduzidas e disseminadas pelo mundo, que possibilitou que os preceitos do livre comércio se tornassem mais ativos, as noções e ideologias utilizadas nos setores industriais e de serviços migraram para o agronegócio, onde se busca produzir mercadorias (alimentos) que tenham bons preços, uma boa demanda e que lhe traga alta lucratividade, pois, o foco principal do produtor no agronegócio é exportar.

No entanto, apesar de a produção familiar ter peso econômico, social e uma sustentabilidade muito maior que os grandes empreendimentos, a concentração de terra e a falta de subsídios voltados a essa população dificultam sua ascensão. Há uma necessidade urgente de valorizar a AF e as formas alternativas de produção, principalmente a de base ecológica, como a verdadeira responsável pela garantia da SAN, sendo fonte de alimentação e de trabalho, contribuindo para preservar e recuperar o meio ambiente, promover a diversificação da produção e consumo, e a biodiversidade, através de uma produção sustentável, além de incentivar por extensão a criação de hábitos alimentares saudáveis que respeitam os valores regionais e culturais.

Grifa-se que, de acordo com Maluf, Menezes e Valente (1996) [12], a disponibilidade de alimentos e a sustentabilidade do sistema alimentar são vistas como um elemento formador da condição de segurança alimentar e estarão garantidas quando a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo não se der através do sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tornando possível a preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos no longo prazo.

A agroecologia vem dessa forma, contrapor-se ao atual modelo, propondo-se principalmente a garantir saúde e renovação da inserção do homem à natureza e de reverter as causas da crise alimentar através da sua sustentabilidade social e ambiental. Ademais, garantir a produção e a subsistência da agroecologia permite fomentar a SAN e promover o desenvolvimento de um país mais igual e plural.

Respaldando essa afirmativa, muitas ações da agroecologia estão contribuindo para a construção da Soberania e Segurança Alimentar, tais como: a produção de alimentos saudáveis, o resgate de sementes crioulas, a diversificação dos sistemas agrícolas para a produção de alimentos, a valorização da produção para o autoconsumo, o resgate de práticas e culturas alimentares, a melhoria da saúde, assim como ações que tratam o mercado a partir da relação produtor/consumidor, da valorização do alimento de qualidade e que influenciam as políticas públicas [13]. Os alimentos de origem agroecológica têm ainda a vantagem de preservar a biodiversidade e de ser um produto mais saudável do ponto de vista nutricional, pois mantêm os nutrientes naturalmente contidos no alimento e o sabor característico, sobretudo por não utilizar-se de insumos que prejudicam a saúde, além de ao ambiente.

Ratifica-se, portanto, que políticas públicas de conversão ao modelo agroecológico que visem à inserção de pequenos agricultores são de extrema importância para reduzir as desigualdades sociais no campo, contribuindo para a emergência da agricultura familiar estável e autônoma. Para concretizar isso, será necessário superar numerosas barreiras, pois o modelo convencional persiste dominante, técnica, econômica, social e politicamente [14].

Percebe-se dessa forma a importância que toma a produção alimentar mundial, visto que o impacto de uma crise alimentar recai principalmente sobre os países pobres (e populações mais pobres), subdesenvolvidos que dependem extremamente da importação de alimentos para seu consumo.

Observando o aumento do hiato entre os mais ricos e os mais pobres, milhões de famílias encontram-se à mercê da especulação de transnacionais que dominam o mercado global graças à liberdade de determinação do mercado sobre os preços dos alimentos (commodities). No tocante ao Direito Humano a Alimentação percebe-se a necessidade dos Estados nacionais estejam cada vez mais ativos e conscientes da necessidade de intervenção para garantir a não violação de direitos humanos básicos à vida. Infelizmente a maioria pobre está praticamente excluída do processo de desenvolvimento, entendido como a apropriação efetiva da totalidade de direitos humanos [15], sendo que o direito a alimentação deve ser preservado acima de interesses econômicos, ressaltando mais uma vez que sua não garantia configura-se em violação.

Altieri (2004) afirma que a crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. Segundo o autor, as estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável, incapazes de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais [16].

Corroborando com essa afirmativa, Leff (2002 p. 60) afirma que a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Para o autor, esta crise teve sua gênese num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os

lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais [17].

Tratando especificamente sobre a crise alimentar que recentemente assolou em esfera global o preço dos alimentos, esta deriva, segundo Maluf (2008) de quatro fatores principais: inicialmente a elevação de renda que vêm sendo observada em países emergentes (China, Índia, Brasil, entre outros), que favorece o aumento da demanda por alimentos, além do uso de alguns alimentos básicos para a produção de agrocombustíveis, tal como o milho nos Estados Unidos. Um segundo ponto deriva da elevação dos preços do petróleo observada nos últimos anos, que gerou aumento nos custos de insumos (fertilizantes, adubos) e do transporte e mecanização, meios indispensáveis aos padrões da agricultura industrializada atual. Um terceiro aspecto está ligado à quebra de safra em vários países com importância no mercado internacional de alimentos como a China e Austrália, além de perdas importantes na América Latina, Caribe e Ásia. Por último, a conversão de produtos alimentares como milho, soja e trigo em commodities negociadas em bolsa, ao se tornarem atrativos interessantes ao capital financeiro nacional e internacional [18].

A ABRANDH cita ainda como motivos para a emergência da crise de alimentos as políticas agrícolas protecionistas, o neoliberalismo, a redução de ajuda ao setor agrícola internacional, além do enorme desperdício de alimentos observado inclusive aqui no Brasil [2]. O neoliberalismo tem sido apontado como cofator da crise por retirar o Estado e permitir o mercado (e seus interesses escusos) regulando a economia. Conforme Sachs (2008) [15], a regulação dos mercados é urgente tendo em vista o resultado negativo da aplicação das prescrições neoliberais.

Ainda segundo Leff, esta crise tem sido explicada como resultado da pressão exercida pelo crescimento populacional sobre os limitados recursos do planeta. Além disso, por outro lado, é interpretada como o efeito da acumulação de capital que induz a padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais [17].

É importante assinalar que há um crescente desenvolvimento de iniciativas alternativas ao modelo hegemônico atual, que buscam resgatar saberes e conhecimentos tradicionais e propor novas formas de organização social que respondam à crescente demanda por formas de desenvolvimento mais justas e ambientalmente equilibradas.

Finalmente, a resposta à crise deve estar pautada em reconhecer que o acesso pleno a uma alimentação adequada é um direito humano, o qual os Estados devem respeitar, promover, proteger e prover para toda a população. Além disso, faz-se necessário desencadear imediatamente medidas que alterem as formas de produzir e consumir, tais como políticas de segurança e de soberania alimentar e nutricional sustentáveis, respaldando a produção agroecológica como forma principal [2].

A agricultura familiar e camponesa busca desenvolver um processo de co-evolução entre ser humano e natureza, uma vez que esta é vista como fonte de bens e serviços, fundamentais à reprodução social e econômica e das famílias. Partindo desse pressuposto, o incentivo a agricultura familiar, especialmente a ecológica, sobressai como uma alternativa interessante para ajudar no combate a elevação de preços dos produtos agrícolas, diminuindo os impactos sobre a biodiversidade, tornando-se proposta de fuga à insustentabilidade do contraditório modelo de produção incapaz de conter os efeitos da crise alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, afirma-se que a segurança alimentar somente será conseguida com desenvolvimento econômico orientado por objetivos sociais e por uma visão pautada na ética, na equidade, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na radicalização da democracia [12]. Afinal alimento não pode ser considerado mercadoria e não pode ficar à mercê da especulação de investidores que aproveitam o momento de crise econômica visando apenas lucratividade, o que certamente pode ser considerado como o principal fator gerador da crise alimentar atual. Somente políticas e ações baseadas em estratégias sociais podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento [15].

Com expectativa que o presente contribua para a discussão, a reflexão e o debate sobre formas sustentáveis de produção e sua capacidade de gerar e manter a segurança alimentar e nutricional de uma população bem como a soberania alimentar de uma nação, a realização desse estudo, surgiu do interesse na condição de (In)Segurança Alimentar e Nutricional no campo na atual conjuntura da crise alimentar, justificado pelo fato que estudos como esse remetem à

necessidade de ação imediata voltada a realização do direito humano de ter uma alimentação adequada essencial à uma vida digna, superando, assim, o paradigma da fome.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (III CNSAN). Documento Base. Brasília, 2007.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **A Crise Mundial de Alimentos Viola o Direito Humano à Alimentação.** Texto para discussão. Brasília, 2008

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 9ª Edição, 1946/ 2008. P 34

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação**: Desafios e conquistas. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2003

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b

BRASIL. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006a

PEREIRA, R.A; SANTOS, L.M.P. A Dimensão da Insegurança Alimentar. **Rev. Nutrição. Campinas**, 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/02.pdf> Acesso em 29/10/2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (II CNSAN). Relatório Final. Olinda, 2004.

MALUF, R; ZIMMERMANN, S. **Políticas Municipais de Erradicação da Fome e a Promoção da Agricultura Familiar no Brasil**. Documento de preparação do seminário franco-brasileiro "Fim dos agricultores, fome no mundo!". Rio de Janeiro, [2005?]

HERNÁNDEZ, J.C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, A.M; GARCIA, R.W.D. (Org.) **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. P 129-145

RIGON, S.A. *et al*. **A Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade Natureza**: Um Estudo de Caso sobre a Agricultura Ecológica e o Autoconsumo em Turvo – PR. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006

MALUF, R; MENEZES, F; VALENTE, F. L. S. **Contribuição ao Tema de Segurança Alimentar no Brasil**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. Revista Cadernos de Debate. São Paulo, 1996.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Soberania e Segurança Alimentar**: Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2007. P 5, 6.

TONNEAU, JP; TEIXEIRA, O.A. Políticas Públicas e Apoio Institucional à Agricultura Familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes -Revista de ciências sociais e econômicas**, 2002. Disponível em: <http://publications.cirad.fr/une_notice.php?dk=522757> Acesso em 20/10/2009

SACHS, I. Desenvolvimento Includente e Trabalho Decente para Todos **In: Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008. P 38

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 5ª Edição, 2004. P 19

LEFF, E. Interdisciplinaridade, ambiente e desenvolvimento sustentável **In: Epistemologia Ambiental**. Ed. Cortez, 2ª Edição – São Paulo, 2002. P 60, 62

MALUF, R. Elevação nos preços dos alimentos e o sistema alimentar global. **In: Artigos mensais OPPA**, no 18. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2008

APTIDÃO DO USO DAS TERRAS POR DEMANDA: Uma Alternativa para o Desenvolvimento Rural

Juniele Rodrigues Pivetta

batateiraju@ibest.com.br

Roberta Pereira Martins

(agrobeca@yahoo.com.br)

Ivan Luiz Zilli Bacic

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

GT1 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

Introdução

Aptidão de uso das terras pode ser definido como um processo de prever o desempenho das terras no tempo de acordo com tipos de utilização específicos (VAN DIEPEN et al. 1991). Os resultados destas deveriam então ser usados para guiar decisões estratégicas sobre o uso e o manejo das terras.

Vários autores têm dito que os tomadores de decisão em geral não fazem uso destes resultados, nem estão aparentemente satisfeitos com eles, em muitas vezes nem mesmo têm conhecimento da sua existência (ROSSITER, 1996; BOUMA, 1997, 1999). Até o momento, mais atenção tem sido dada aos métodos de levantamentos de solos e aptidão de uso das terras propriamente ditos, do que à importância e utilização da informação gerada e disponibilizada. Tem sido sugerido que, para mudar a situação atual, as estratégias de planejamento e opções de uso e manejo adaptados, deveriam ser formuladas com a participação dos tomadores de decisão, e de acordo com suas possibilidades (BACIC, 2003), ou seja, uma metodologia participativa e por demanda. É fundamental conhecer os problemas, as necessidades e as possibilidades dos tomadores de decisão antes de iniciar qualquer processo de avaliação das terras, caso contrário, existe um forte risco de responder a perguntas sem prioridade e/ou que perguntas não sejam respondidas apropriadamente de acordo com as expectativas da comunidade.

Geralmente os levantamentos e aptidão de uso das terras mostram o que está sendo feito erroneamente em termos de uso e manejo, quais são e onde estão os conflitos de uso, mas não oferecem opções boas e realistas para serem selecionadas pelos agricultores.

Os resultados encontrados por BACIC (2003) sugerem que quando o processo se inicia com a análise cuidadosa do ambiente onde vivem os usuários das terras agrícolas, e segue uma metodologia direcionada pelas demandas, as informações serão provavelmente mais realistas e,

portanto mais úteis tanto para as instituições de planejamento, quanto para os tomadores de decisão finais (agricultores).

As tecnologias atualmente utilizadas (geoprocessamento, sensoriamento remoto) têm um importante papel em estimular a interação com os tomadores de decisão. A visualização dos diferentes cenários pode ser uma ferramenta poderosa para envolvê-los no processo de planejamento de uso das terras.

Com este contexto, foi elaborado o Projeto "Aptidão de Uso das Terras por Demanda" com financiamento de CNPq, cuja empresa responsável pela execução é a Epagri. O principal objetivo do projeto foi o de usar uma metodologia de aptidão de uso das terras por demanda que propicie melhor uso e utilidade das informações existentes (ex.: inventário das terras, dados climáticos e mapas de solos) para tomada de decisão em relação ao uso e manejo das terras no meio rural, gerando opções realistas de uso e manejo das terras para serem selecionadas pelos agricultores, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Metodologia

O trabalho está sendo desenvolvido em três municípios do Estado de Santa Catarina, pela Epagri, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar – MDA/SAF e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS/SESAN. O projeto iniciou oficialmente em dezembro de 2007, mas efetivamente em março de 2008. Os municípios foram selecionados de acordo com os seguintes critérios principais: (1) localização em três regiões diferentes no Estado de Santa Catarina; e (2) aceitação e apoio por parte das gerências regionais da Epagri, lideranças, equipes técnicas (extensionistas) atuantes em cada município, das prefeituras municipais e principalmente das comunidades. Seguindo-se os critérios mencionados e após reuniões realizadas nas regiões citadas acima, foram selecionados os municípios de Lontras (Alto Vale do Itajaí), Luzerna (Meio-Oeste) e Barra Bonita (Oeste) (Figura 1). Também em conjunto com as comunidades e lideranças locais, foram definidas as áreas de estudo em cada município.

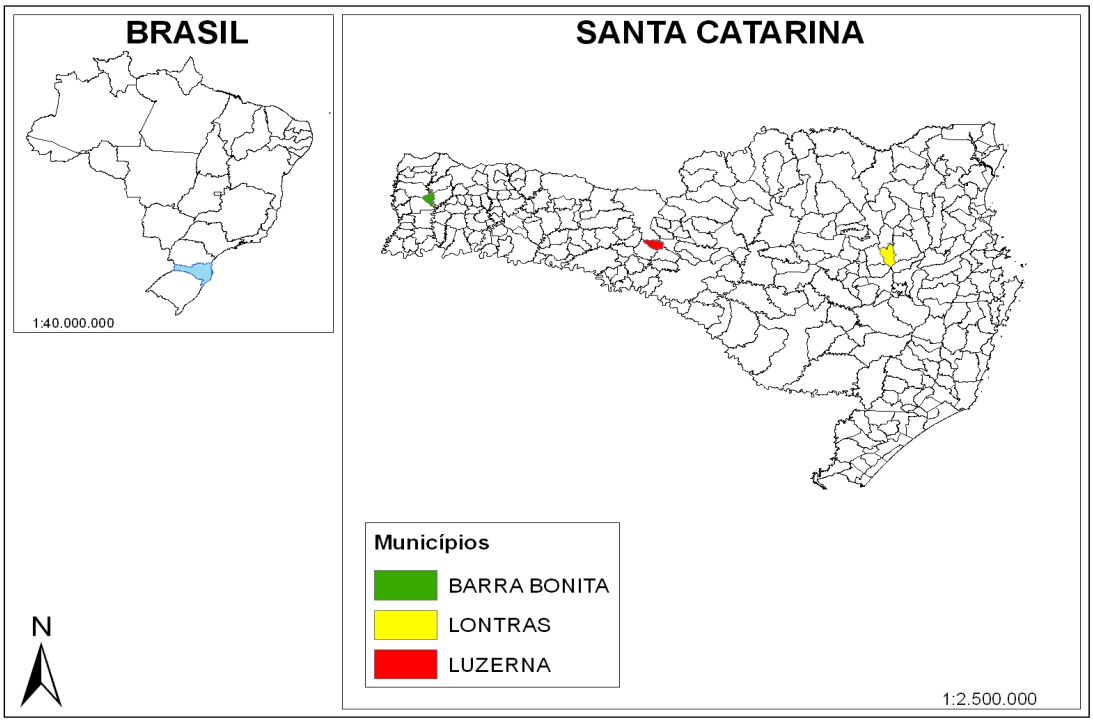


Figura 1. Mapa de localização dos municípios selecionados para a execução da pesquisa.

Após a escolha das áreas de estudo, foram levantadas de maneira participativa (em conjunto com os extensionistas, agricultores e lideranças locais) quais eram as demandas por informações interpretadas (ex: aptidão de uso das terras, riscos climáticos, informações econômicas, sistemas de produção, estudo de mercado, etc.) para tomada de decisão nas diferentes comunidades das microbacias hidrográfica selecionadas. Estas demandas foram levantadas em reuniões, a partir da aplicação de questionários e entrevistas, após uma apresentação do projeto. As informações demandadas foram então sistematizadas e priorizadas de acordo com as necessidades das comunidades. Nesta etapa, para se conhecer melhor as condições locais, os agricultores também responderam perguntas sobre suas atividades nas propriedades, quais delas gostariam de melhorar ou até mesmo abandonar, além de manifestarem a intenção de iniciar uma atividade nova e que informações seriam necessárias para tomarem esta decisão.

Na seqüência do projeto, outras reuniões foram realizadas para apresentação de informações solicitadas, bem como para avaliação sobre a qualidade e relevância das informações apresentadas e das ferramentas utilizadas. Em cada uma das reuniões foi feita também uma re-avaliação das prioridades. A metodologia prevê vários encontros com os atores envolvidos, e ao final do projeto, a expectativa é de se encontrar de maneira conjunta, novas formas de manejo das terras e outras opções para geração de renda sem prejuízo ao meio ambiente, contribuindo para a inclusão social das famílias e melhorando a qualidade de vida no campo. Até o momento já foram realizadas quatro reuniões em cada comunidade trabalhada, com previsão de realizar mais duas até o término do projeto. Paralelamente às reuniões, foi realizado também o levantamento e mapeamento dos solos,

do uso e da aptidão de uso das terras, bem como a coleta de diversos pontos de controle com GPS topográfico de precisão para ortorretificação das imagens utilizadas. Para essa etapa do trabalho foram utilizados os seguintes equipamentos: penetrômetro, anéis para análise física do solo, clinômetro, esterioscópio; material de apoio: caderneta de cores, sistema brasileiro de classificação de solos; e softwares ILWIS, ARC GIS, etc.

Resultados encontrados

Considerando que todo o projeto foi direcionado a partir das demandas das comunidades locais e com os resultados das análises dos solos que estão sendo utilizados para finalizar os relatórios e mapas de solos e aptidão de uso das terras, serão apresentadas algumas das principais demandas levantadas pelas comunidades, e principais ações já executadas:

Um importante resultado indireto da metodologia aqui apresentada, foi a aproximação da extensão com a pesquisa nas regiões estudadas. Ficou claro que os pesquisadores têm muitas informações e conhecimentos que apesar de eles desejarem, não estavam chegando aos extensionistas e agricultores; por outro lado, extensionistas e agricultores necessitavam de informações, e não sabiam onde buscá-las.

Tabela 1: Demandas levantadas e suas ações executadas.

	Demandas levantadas	Ações executadas até o momento
Gado de leite	• Agregação de valor na atividade leiteira; • Expansão da área para pastagens; • Aumento da produção e da produtividade.	• Palestra feita aos agricultores por técnico da região especialista em gado de leite; • Visita dos agricultores às Estações Experimentais e a outros produtores que já possuem pastagens melhoradas e seguindo recomendações de manejo feitas pelos técnicos; • Coleta de solos para análise de fertilidade.
Legislação Ambiental	• Necessidade de esclarecimentos sobre a legislação ambiental vigente; • Dificuldades para adequar as propriedades à legislação ambiental.	• Apresentação feita por especialistas regionais em legislação ambiental.
Olericultura (pepino)	• Falta de assistência técnica especializada; • Saúde das plantas (vírus, fungos, nematóides e manchas); • Alto preço dos insumos (custo de produção elevado); • Alternância de produção e baixa produtividade.	• Apresentação e discussão com os agricultores feita por pesquisador da área; • Treinamento feito por pesquisadores aos extensionistas da região; • Coleta de solos para análise de fertilidade; • Visita dos agricultores à Estação Experimental.
Plantas de lavoura	• Melhorar a produtividade de milho e feijão;	• Coleta de solos para análise de fertilidade.

Resultados esperados

Ainda estão previstas até o final do projeto, o desenvolvimento das seguintes atividades:

apresentação os resultados parciais encontrados até o momento das reuniões; avaliação parcial do projeto pelos agricultores e técnicos locais; avaliação da necessidade de buscar novas informações; apresentação dos resultados e relatórios finais; e avaliação final dos resultados do projeto.

Com relação às novas alternativas de uso do solo, muitas informações (necessidades sociais, econômicas e ambientais e exigências físicas) já foram coletadas para cada uma delas e estão sendo sistematizadas no momento. Após a sistematização, será possível verificar a necessidade de busca por mais informações. Estas informações serão então utilizadas para a definição da aptidão de uso para cada umas destas alternativas, que serão posteriormente confrontadas com as condições de cada área estudada e com as situações individuais de cada agricultor, para que eles avaliem com a ajuda dos técnicos, a viabilidade de implementação em suas propriedades, ou pelo menos para que sejam testadas em pequenas áreas.

Quanto à legislação ambiental, considerando que a maioria dos agricultores não tem nos seus registros as coordenadas geográficas de suas das propriedades, o que dificulta a delimitação precisa dos limites das mesmas, o primeiro passo é de testar a delimitação das propriedades por interpretação visual participativa nas imagens existentes. Em seguida serão cruzadas as informações do uso atual das terras com as áreas que deveriam estar sendo preservadas segundo a legislação ambiental, gerando um mapa de conflitos de uso ambientais. Finalmente, será feita uma avaliação dos impactos sócio-econômicos considerando a realocação do uso das terras para cumprir com as exigências da legislação ambiental, e discutir com as comunidades possíveis planos e diferentes cenários para se propor ações viáveis para resolver ou pelo menos minimizar o problema.

Conclusão

Até o momento pode – se constatar que as informações levadas através do projeto motivaram e contribuíram para que os atores principais tomassem algumas decisões com relação as suas atividades agrícolas levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Informações continuam a ser levantadas para que novas opções realistas de uso e manejo sejam geradas e beneficiem a agricultura familiar.

Como o projeto tem como característica a demanda do agricultor, sabia – se como ele iniciaria, mas não exatamente como seria o seu desenvolvimento. Desta forma, surgiram resultados que não estavam previstos nos objetivos iniciais, como por exemplo, a aproximação da pesquisa com a extensão rural.

Considerações finais

Como reflexão das experiências adquiridas durante o projeto, podemos destacar: a aproximação com as realidades locais (agricultura, extensão rural, pesquisa agropecuária); a

participação dos agricultores e extensionistas como atores principais para as tomadas de decisões em relação as suas atividades agrícolas; a aproximação da pesquisa agropecuária com a extensão rural; a percepção de características distintas (gênero, etnia, religião, idade, etc) entre comunidades e sua aproximação para discutir melhorias comuns em suas propriedades; entendimento da relação solo – paisagem, para a compreensão das condições ambientais nas quais os solos estão inseridos;o reconhecimento dos principais solos ocorrentes nas sub paisagens das áreas trabalhadas; a utilização de equipamentos para interpretação dos dados coletados e para ajudar na visualização das informações aos tomadores de decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BACIC, I. L. Z., 2003. **Demand-driven land evaluation: with case studies in Santa Catarina, Brazil**. Wageningen, Wageningen University and ITC.

BOUMA, J., 1997. "**The role of quantitative approaches in soil science when interacting with stakeholders (with discussion).**" Geoderma 78: 1-12.

BOUMA, J., 1999. **Land evaluation for landscape units. In: Handbook of soil science**. Sumner, M. E. (Ed.) Boca Raton, FL, CRC Press, pp. E393-E412.

ROSSITER, D. G., 1996. "**A theoretical framework for land evaluation (with discussion).**" Geoderma 72: 165-202.

VAN DIEPEN, C. A., Van Keulen, H., Wolf, J., Berkhout, J.A.A., 1991. **Land evaluation: from intuition to quantification. Advances In Soil Science**. Stewart B. A. (Ed.). Springer, New York, pp 139-204.

DO CAMPO À CIDADE: *pedaços* rurais no coração de Pelotas (RS)

Maurício Dias Schneider

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

E-mail: mauriciodschneider@gmail.com

Profª. Drª. Renata Menasche

Professora do curso de Bacharelado em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPEL. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br

GT 01 - Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

INTRODUÇÃO:

O município de Pelotas, localizado na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, constituiu-se, historicamente, sobretudo, em função de uma atividade produtiva semi-urbana: a indústria de charque[1]. Logo após seu povoamento, a região já possuía uma forte característica de centro urbano, como fica evidenciado pelas atividades econômicas e pela densidade demográfica do município. Como aponta o historiador pelotense Mario Osório Magalhães (1993, p.32), nos anos de 1880, "Pelotas teria praticamente a mesma população de Porto Alegre e São Paulo".

Não obstante, em meados do século XIX tem início o processo de colonização na Serra dos Tapes. São criadas colônias agrícolas no município e incentivada a migração de famílias

[1] O charque foi o principal alimento produzido na região de Pelotas e exportado para todo o Brasil e para o exterior até o final do século XIX. Constituía a alimentação central dos escravos brasileiros no período escravocrata. Semelhante ao que em outras regiões do país se conhece por carne seca, ou carne de sol. "Uma vez morto e esfolado o gado, arranca-se a carne dos flancos numa só peça larga, algo de semelhante a um pano de toucinho; salpica-se em seguida ligeiramente com sal, e seca-se ao sol" (LUCCOCK, 1809 *apud* MAGALHÃES, 2000)

camponesas de diversos países da Europa. Entre os imigrantes, estariam italianos, franceses, alemães e pomeranos[2].

Atualmente Pelotas compreende uma zona urbana com uma população de 300.952 habitantes e uma zona rural com 22.082 habitantes[3], cada uma delas com particularidades culturais bem demarcadas. Todavia esses dois universos – urbano e rural – não são incomunicáveis. Antes pelo contrário, percebe-se cada vez mais uma interação entre os dois. Tanto no plano simbólico, produzindo olhares, discursos e idealizações mútuos, como no plano material, interagindo economicamente e deslocando-se de seus espaços habituais para adentrar nos espaços do outro.

Como já dissemos em outra oportunidade, "Sujeitos urbanos *desfrutam* de áreas antes ocupadas somente por comunidades rurais, criando o que Silva (2009) denomina 'núcleos urbanos em área rural'; bem como sujeitos rurais *desfrutam* dos centros urbanos e estabelecem redutos de convívio – segundo a mesma autora, 'núcleos rurais em área urbana'. Esses redutos de ruralidade no centro da cidade de Pelotas são, sobretudo, bares e restaurantes localizados junto a terminais de ônibus que ligam a cidade e as colônias". (SCHNEIDER; MENASCHE, 2009). São esses últimos que constituíram nosso principal foco de análise neste estudo.

Optou-se por analisar mais especificamente, dentro da amplitude do fenômeno do contato rural/urbano, as dimensões culturais desse processo. Para tanto, lançou-se mão de um viés antropológico, utilizando a metodologia etnográfica, realizando observação participante, entrevistas semi-estruturadas, bem como a utilização do recurso fotográfico.

PEDAÇOS **RURAIS NO CORAÇÃO DA CIDADE**:

Entendemos por "núcleos rurais em área urbana" alguns bares e restaurantes que se localizam conjugados aos terminais de transporte coletivo no centro urbano do município e que ligam a cidade e as colônias. Os principais estabelecimentos são o Restaurante Buchweitz, o Bar e Restaurante Liberdade e o Bar Rackbart. Cada um deles é, durante o dia,

[2] "A Pomerânia, palavra que significa em polonês 'país ao longo do mar', situava-se ao longo de toda a costa meridional do mar Báltico e entre os rios Oder e Vístula. (...) A Pomerânia como um todo fazia parte do Império Prussiano à época da imigração pomerana para o sul do Brasil" (SALAMONI, 2001, p.68). Além disso, os pomeranos possuíam seu dialeto próprio e a maioria dos colonos que migraram dessa região para o sul do Brasil mantiveram seu dialeto e costumes como marcadores de identidade, em contraste com os colonos alemães.

[3] **Fonte:** http://www.pelotas.com.br/cidade_dados/pelotas_dados.htm

frequentado majoritariamente por moradores rurais. Propusemo-nos a tentar interpretar esses "núcleos rurais no meio urbano" à luz do conceito de *pedaço* cunhado por MAGNANI (2002).

MAGNANI (2002) apresenta uma série de categorias analíticas utilizadas para compreender os espaços espalhados pela cidade e frequentados por grupos urbanos. Entre elas, está a categoria de *pedaço*. *Pedaço*, nas palavras do autor, seria o "espaço entre o privado (a casa) e o público [(a rua) – conforme a fórmula proposta por Roberto Da Matta], onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade" (MAGNANI, 1998, p.116 *apud* MAGNANI, 2002, p.21). O que estaria em jogo na noção de *pedaço* seriam dois elementos, "um de ordem espacial, física – configurando um território claramente demarcado ou constituído por certos equipamentos – e outro social, na forma de uma rede de relações que se estendia sobre esse território" (MAGNANI, 2002, p.21).

Também Jonh Comerford (2005), defende a ideia de *comunidade rural* definida enquanto um grupo concreto, delimitado por seu território e sua atividade, e ao mesmo tempo, enquanto uma rede de relações sociais. Assim sendo, entende-se que uma comunidade rural pode, sem problema algum, espraiar-se sem por isso perder sua especificidade. Ao pensarmos uma comunidade rural em suas bases sociológicas (como uma rede de relações) entendemos como possível encontrarmos um *pedaço* dessa comunidade em um meio físico adverso, como a cidade, por exemplo. Uma vez que as relações sociais mantidas nesse meio são semelhantes àquelas mantidas em seu território original, por assim dizer.

Pode-se dizer que, ao contrário do observado nos estabelecimentos que servem "refeições coloniais", esses *pedaços rurais* não são destinados à venda para sujeitos urbanos de uma imagem do que seriam os colonos, mas, sim, tem como público alvo os próprios colonos, que periodicamente se deslocam para as cidades. No restaurante Buchweitz, por exemplo, segundo o dono, mais de 80% dos clientes que frequentam o estabelecimento são colonos, a maior parte de origem Pomerana.

Percebe-se que nesses *pedaços rurais*, as relações sociais estão pautadas em lógicas culturais distintas daquelas percebidas em outros estabelecimentos que comercializam refeições na cidade. Embora estejam localizados em um centro urbano e as transações ocorram por meio de trocas monetárias, as relações sociais nesses estabelecimentos, como

poderia se pensar, não são puramente mercantis e impessoais, mas transladam em torno de outros valores, que podem ser associados a uma cultura camponesa.

Ao passarmos por uma das duas portas de entrada do Restaurante Buchweitz, logo nos deparamos com uma das regiões do estabelecimento – próxima ao balcão de entrada – ocupada somente por homens, a maioria de pé, bebendo cerveja e conversando em tom elevado, sendo a maior parte dos assuntos tratados em dialeto pomerano. Em outra área do Restaurante, encontramos as mulheres, com formas de sociabilidade diferente das dos homens. Raramente encontra-se uma mulher no espaço destinado aos homens, entretanto o espaço das mulheres é aberto ao público em geral.

Também a relação entre fregueses, dono e funcionários do estabelecimento é diferente da observada em outros restaurantes da cidade. As conversas travadas entre os fregueses homens eram quase todas compartilhadas com o dono e os funcionários homens. Não se notava um distanciamento profundo entre dono, funcionários e fregueses do restaurante, o que muitas vezes percebe-se em outros restaurantes da cidade, onde as relações são pautadas principalmente pela lógica mercantil. A sensação que o local transmitia era a de estarmos na colônia, não em meio ao centro da cidade.

Essas e outras particularidades observadas no Restaurante Buchweitz, um dos "núcleos rurais em área urbana" encontrados no centro da cidade de Pelotas, levam o pesquisador a sentir-se em um local privilegiado de observação, um espaço brasileiro intermediário entre o íntimo da casa e o público da rua (DA MATTA, 1991), parte do universo cultural de grupos camponeses. Ou, como muito bem definiu MAGNANI (2002), em um *pedaço*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sabemos que segundo Max Weber (1968 *apud* JARDIM, 2000, p.31), a etnicidade estaria baseada na crença subjetiva "fundada através de uma igualdade de hábitos e costumes que servem como facilitadores de processos de comunicação e comunização". A identificação étnica se daria, portanto, pela similaridade das práticas e valores. O contraste com o "outro" faria crescer esse sentimento de pertença a determinada etnia. Dessa forma, como já dissemos em outra ocasião, "o imigrante ou descendente de imigrante pomerano pertence a esse grupo

étnico porque não pertence nem ao alemão, nem ao francês, nem a nenhum outro. Do mesmo modo, pensando em identidades, o colono se afirma enquanto tal à medida que não é japonês, nem asteca, nem citadino" (SCHNEIDER; MENASCHE, 2009).

A nova relação estabelecida com o meio urbano, impulsionada principalmente por novas práticas de consumo, trazem os colonos até a cidade periodicamente. Esse contato entre culturas distintas, portanto, é uma realidade que está dada.

Entretanto, ao contrário do que poderia se pensar, o trânsito e a comunicação mais frequente entre esses grupos, a alimentação que se assemelha, entre outros fatores apontados ao longo do texto, não tem como consequência imediata um processo de homogeneização cultural, ou de aculturação. A aproximação cada vez maior entre os grupos não ressalta os pontos nos quais eles se parecem, mas sim no que diferem. Esse é o único meio poderem sustentar-se enquanto grupos distintos, com uma identidade própria. Do contrário, seríamos uma massa amorfa. Como disse WEBER (1968 *apud* JARDIM, 2000), é o contraste com o "outro" que reforça o sentimento de pertença ao grupo.

Contudo, por mais que fiquem evidenciadas as distinções entre culturas urbanas e rurais e por mais que o contato não sirva para homogeneizar, mas para afirmar as diferenças, é impossível sustentar a ideia de que essas culturas saiam ilesas do contato. Como vimos, a modernidade, de fato, entrou no mundo rural (que, por sua vez, a seu modo, está presente no mundo moderno urbano). Os colonos, antes auto-suficientes, passam a buscar nas cidades bens de consumo que não podem encontrar no campo. Entretanto, os sujeitos rurais utilizam-se da modernidade a favor de sua própria cultura. Empregam os produtos da cidade, mas nem por isso com a mesma lógica e os mesmos significados dos sujeitos urbanos. Passam por um processo que Marshall Sahlins (1997) denomina de "transculturação". Incorporam elementos da modernidade, ao mesmo tempo em que resistem culturalmente, e nessa fusão entre elementos novos e os antigos que não são descartados tornam-se uma cultura híbrida diferente das culturas que lhe deram origem.

Nesse contexto, podemos entender os *pedaços rurais* como mais uma característica desse fenômeno. Ao se depararem com as necessidades e as seduções impostas pelo "mundo moderno", os colonos não se fecham em seu mundo, mas vão atrás desses produtos e serviços na cidade. Contudo, ao se depararem com o "outro", um ser com uma cultura bastante distinta da sua, afirmam-se ainda mais enquanto colonos que são e estabelecem ilhas de convivência no meio urbano, nas quais o que prevalece são os valores, os costumes e os modelos de relações sociais originários do campo.

REFERÊNCIAS:

COMERFORD, John. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil**: Identidade Étnica e os Mecanismos Sociais de Produção da Etnicidade - Chuí/RS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 493f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Ed. UFPel/Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Pelotas: toda a prosa**. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17 n.49, p.11-29, jun. 2002.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v.7, pp. 25-42, dez. 2001.

SAHLINS, Marshall. O "Pessimismo Sentimental" e a Experiência Etnográfica: Porque a Cultura não é um Objeto em Via de Extinção (Parte I). **Mana**, (3): 1, 47-73,1997.

SCHNEIDER, Maurício Dias; MENASCHE, Renata. Culturas em contato: O rural no centro da cidade de Pelotas. In: XVIII CIC, 2009, Pelotas. **Anais do XVIII CIC.** CD-ROM.

SILVA, Karen Melo da. **Patrimônio Cultural, Ruralidade e Identidade Territorial**: Diversidade na Colônia de Pelotas-RS. Pelotas: UFPEL, 2009. 228f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA EM PERÍMETROS URBANOS: o "rururbano pelotense" como produtor de alimento para o mercado local

PINTO, Carlos Vinícius da Silva
Aluno do 5° semestre curso de Licencia em Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL - Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – UFPel
carlosv.sp@hotmail.com
SALAMONI, Giancarla
Professora Associada I do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – UFPel
gi.salamoni@yahoo.com.br

GT1 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

INTRODUÇÃO

O conceito de agricultura urbana, em primeiro lugar, está associado a prática da agricultura no interior (agricultura intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma localidade, cidade pequena, média ou até mesmo metrópole, cultivando, criando e produzindo uma variedade de alimentos utilizando serviços e produtos provenientes da zona urbana, facilitada pela sua proximidade com esta.

A prática da agricultura na zona urbana e ao redor dela é realizada, geralmente, em pequenas áreas destinadas ao autoconsumo das famílias produtoras e para a venda em pequena escala no mercado local, como explica Campanioni(2000):

> Es una agricultura participativa, popular, en la cual la gran heterogeneidad de las condiciones en que se desarrolla, obliga al productor a realizar constantes ajustes en las técnicas a utilizar, para crear las mejores condiciones a las plantas o los animales en producción. Por su ubicación geográfica y destino de consumo, es uma agricultura de bajos insumos, que no permite el uso de agrotóxicos, con extrema economía en el uso del agua, y exquisitez en el cuidado de la fertilidad de sus tierras, manejo de los cultivos y de los animales.(CAMPANIONI, 2000. p.93)

Sendo assim, a prática da agricultura urbana que compreende a diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos hábitos e práticas rurais – ruralidades - nas periferias dos centros urbanos, aparece como estratégia produtiva destes habitantes voltada para o fornecimento de alimentos e até mesmo geração de emprego para

a mão de obra familiar e, o mais importante, contribui com a segurança alimentar não só das famílias produtoras, como também, uma melhor nutrição dos habitantes da cidade.

A expansão do perímetro urbano, por meio de decisões normativas das câmaras municipais, incorpora áreas com características e dinâmicas rurais que adquirem um novo sentido funcional para a urbanização. Este uso, por sua vez, imprime nas áreas periféricas do sítio urbano atividades rurais como os cultivos agrícolas e a criação de animais.

Para entender o território "rururbano" e suas atribuições como tal é preciso compreender, primeiramente, a complexa questão da relação entre cidade e campo, compreender os motivos que levaram ao inchamento das cidades e como se ampliam as necessidades pela obtenção de alimentos. Nesse sentido, a agricultura urbana, de uma forma geral, pode ser a solução para os inúmeros problemas gerados pela rápida e intensa urbanização e pode se constituir em uma estratégia com vantagens comparativas de mercado.. Além da compreensão das questões agrárias e urbanas, é a partir da compreensão da noção de território urbano e rural, suas relações e contradições que se pretende desenvolver esse projeto.

METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho partiu-se de uma revisão teórica a respeito do tema de forma geral, além de pesquisa de campo junto a prefeitura Municipal de Pelotas/RS a fim de compreender o III Plano Diretor Integrado do município, a partir da definição das funções das diferentes áreas do perímetro urbano. Para tanto, é preciso conhecer os motivos que desencadearam o processo de ocupação do solo na zona norte de Pelotas, como parte do modelo urbano visando à expansão do perímetro urbano do município e, que acabou incorporando diversos fenômenos da organização espacial, principalmente, as expressões da ruralidade, muito embora já adquirindo características urbanas, nesta determinada área da cidade. E, principalmente, se as vantagens da proximidade com o mercado consumidor favorecem de fato os agricultores urbanos com relação aos produtores rurais, tendo em vista as estratégias para atingir o mercado visando as facilidades encontradas pela localização da produção.

A revisão da bibliografia ocorreu por meio da leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordem o tema em questão para aprofundamento das temáticas e fortalecimento dos pilares teóricos que nortearão o desenvolvimento da pesquisa

Para conhecimento da realidade empírica foram realizadas entrevistas com algumas famílias nos bairros Sanga Funda e Arco Íris que tem na prática da agricultura uma forma de geração de renda, ou como ingresso principal ou como renda complementar. Além disso, este trabalho servirá de apoio teórico a monografia de conclusão do curso de Geografia, na Universidade Federal de Pelotas

PARA ENTENDER O PROCESSO

O êxodo rural decorrente do processo de industrialização e urbanização, não só no Brasil, mas também no mundo, levou ao "inchamento" das cidades e um crescimento da população urbana, agravando os índices de pobreza e desemprego e o problema com o espaço decorrente ao grande número de pessoas num determinado lugar. O êxodo rural deslocou para as cidades um contingente expressivo de famílias de origem rural e que sempre tiveram na agricultura as bases do seu modo de vida e de estratégia de reprodução social.

A discussão que permeia esse estudo é a de que a agricultura urbana pode ser concebida como alternativa ou solução para os problemas gerados pela urbanização acentuada. Um dos problemas mais evidentes é a falta de emprego e a fome, ambos abarcados na alternativa encontrada na agricultura urbana para a geração de renda e alimentos. Como explicam Aquino e Assis (2007):

> A urbanização não planejada se apresenta como um dos principais problemas da humanidade. A Fao-Sofa (1998) estima que, para o ano de 2015, mais de 26 cidades em todo o mundo estarão com mais de 10 milhões de habitantes. Para alimentar essa população de acordo com a Fao (1998), seria necessário importar pelo menos 6.000 toneladas de alimentos por dia. Dessa crescente urbanização, além do fornecimento de alimentos, resultam outros problemas como a preservação ambiental e a oferta de empregos. (AQUINO ; ASSIS, 2007, p.137)

O problema da urbanização constante e sem planejamento é evidente, cidades com um grande número de pessoas, que muitas vezes não conseguem ser absorvidas pelo mercado de trabalho urbano-industrial ainda persiste até os dias de hoje. A agricultura urbana em comparação a agricultura tradicionalmente rural destaca-se como alternativa evidente em países subdesenvolvidos para as populações que muitas vezes são provenientes da zona rural e que pela sua trajetória de vida acabam por estabelecer formas de ocupação do solo e de organização socioeconômica fundamentadas na prática de produzir os seus próprios alimentos.

A cidade de Pelotas está dividida em setores geoeconômicos, de acordo com as atividades predominantes por eles desempenhadas. Um deles é a zona "rururbana" que se destaca pela atividade econômica com características rurais.

Portanto, a zona norte da cidade de Pelotas, mais especificamente, a região macroeconômica das Três Vendas, constitui-se na área definida pelo III Plano Diretor de Pelotas como "rururbano". Nestes espaços, a chamada agricultura urbana e demais atividades não agrícolas, mas, relacionadas às dinâmicas rurais se inserem no contexto da expansão urbana. Enfim, no caso da cidade de Pelotas, esse processo não é resultado de iniciativas ou propostas de planejamento e gestão dos territórios, mas, como expressão espontânea dos moradores desses locais, porém, assume uma nova funcionalidade para estas áreas no entorno da cidade já constituída.

Historicamente, a área de estudo foi incorporada ao perímetro urbano prevendo que o crescimento da cidade se daria em direção ao norte, e quando isso ocorreu abarcou propriedades rurais que mesmo agora urbanas por uma decisão normativa, mantém suas características e atividades ligadas a ruralidade. Porém, existe o caso de famílias provenientes de áreas rurais tanto de Pelotas quanto de municípios vizinhos que por motivos diversos compraram lotes nos bairros da zona norte e se instalaram ali mantendo as atividades agrícolas que já desempenhavam anteriormente, no entanto, agora dentro dos limites urbanos da sede do município de Pelotas. É importante destacar que não existe uma unanimidade de motivos pelos quais é evidente a existência de produtores de alimentos no espaço urbano de Pelotas. Existem famílias que vieram em busca de emprego, mas que sem sucesso resolveram, então, permanecer no lote em que já estavam instaladas mas passam a desempenhar atividades agrícolas para obtenção de alimentos que em um outro momento já desempenhavam, e casos de famílias que foram "engolidas" pelo perímetro urbano. Independente do motivo é interessante notar que estes agricultores têm uma alternativa na geração de renda frente as suas necessidades básicas e que a proximidade com a cidade é uma vantagem na comercialização dos seus produtos.

Sendo assim, este trabalho se justifica ao se fazer uma análise dos diversos motivos e formas que a agricultura urbana se desenvolve e da análise na escala local, mais precisamente na zona norte da cidade de Pelotas, e como esta forma de agricultura consegue se inserir no mercado local de alimentos competindo com a agricultura rural.

FACILIDADES DE ACESSO AO MERCADO LOCAL

As estratégias socioprodutivas presentes no chamado "rururbano" encontram-se ligadas intimamente a possibilidade de obtenção de alimento e renda para as famílias que ali se encontram. Muniz (2003) explica basicamente como isso ocorre:

> Pode-se considerar, que os empregos e rendas oferecidos pela agricultura urbana e periurbana, também são responsáveis pela segurança alimentar, junto à população de baixa renda, principalmente, nos grandes centros, onde o índice de desemprego é maior. (MUNIZ .2003, p.2)

Ao fazer uma análise das vantagens da agricultura familiar que se encontra bastante próxima à áreas urbanas, e também analisando como ela se desenvolve na zona norte da cidade de Pelotas, nota-se a existência de uma forte ligação desses produtores urbanos com a cidade, por se tratar de proximidade e de uma relação de troca mais explicita, essas famílias consideram-se em vantagem maior das que produzem na zona rural, embora o espaço seja mais reduzido para a prática da agricultura. No perímetro urbano o espaço é limitado, devido mesmo ao tamanho físico dos lotes e, muitas vezes, correndo o risco de que o crescimento urbano incorpore estas áreas produtivas pela forte especulação imobiliária. Ainda assim, as vantagens são apontadas devido ao fato de que os alimentos que ali são produzidos chegam com mais facilidade ao mercado consumidor, graças a menores distâncias percorridas, barateando o valor final do alimento e tornando possível obter melhores rendimentos com o produto.

O mesmo autor acrescenta:

> As atividades ligadas à agricultura urbana e periurbana podem trazer benefícios à comunidade devido ao fácil acesso aos mercados consumidores, ao armazenamento, ao transporte e a geração de empregos. Estas atividades podem contribuir com a segurança alimentar devido à proximidade com a população, e também, porque há um aumento de produtos disponíveis, principalmente, às pessoas de renda mais baixa, as quais irão incrementar a variedade de alimentos e acrescentar à alimentação um maior valor nutritivo. (MUNIZ, 2003. p. 1-2)

É interessante analisar essa proximidade dos produtores agrícolas urbanos com a cidade a partir da ligação, não só na função da facilidade de atingir o mercado local que é bastante próximo, diminuindo custos de transporte e manejo dos produtos, mas também, a possibilidade da família continuar no espaço que lhe garante renda e facilidade de acesso aos serviços que a cidade proporciona em geral. Sendo assim, permite que os filhos destes agricultores estudem na cidade, mantenham contatos com o centro urbano, mas retorne para

a casa sem a necessidade de se deslocar para outros centros urbanos em busca de educação formal. Isso fica mais evidente quando existe ensino superior na cidade, como é o caso de Pelotas.

ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE MERCADO DA AGRICULTURA URBANA

A zona urbana de Pelotas produz uma série de alimentos que em sua totalidade é comercializada no próprio perímetro urbano do município. Além de servir para o autoconsumo de quem produz serve, também, para o abastecimento local de alimentos.

As estratégias produtivas variam de cada família, de acordo com suas necessidades e condições de produção. Famílias com lotes pequenos produzem menos, portanto, a renda é menor do que as que possuem lotes maiores.

Para entender melhor como isso ocorre, foram entrevistados dois proprietários que possuem seus lotes no bairro Sanga Funda no bairro Arco Íris, respectivamente. Foi constatado que apenas um desses proprietários possui maquinário como trator, e o mesmo presta serviços para as demais famílias do bairro arando as terras a serem cultivadas. Também, se observou a presença de caminhões de pequeno e grande porte na mesma propriedade e que são utilizados para o transporte da produção agrícola. Os demais lotes visitados apresentam características e dimensões de produção em uma escala menor.

A pesquisa ainda revelou que a demanda do mercado local é parcialmente atendida, já que alimentos produzidos na zona rural também abastecem a cidade. Com relação ao comércio dos alimentos produzidos no espaço urbano de Pelotas, percebe-se que a comercialização de legumes, frutas e hortaliças é feita em feiras, realizadas em diferentes pontos da cidade. O acesso até os pontos de venda é facilitado, já que a produção e comercialização se encontrarem em um espaço próximo, variando entre 3, 5 ou no máximo 10 km de distancia um do outro. Essa proximidade, como já dito antes, ajuda na redução do custo final do produto, já que a perecibilidade é mantida devido à menor distancia percorrida para chegar até ao consumidor.

Por outro lado, a criação de animais atende a mercados diferentes, por exemplo, o rebanho bovino atende, prioritariamente, a produção de leite a qual é comercializada com uma grande cooperativa leiteira da região, que por sua vez, se encarrega de colocar no mercado o leite produzido na cidade, além do que é produzido na zona rural do município.

Existem, também, casos em que a criação de vacas leiteiras é voltada para o consumo interno da família, mas, o excedente é vendido na própria residência, identificado, muitas vezes, apenas por uma placa escrita: “vende-se leite” e representa uma estratégia para atrair consumidores e reforça a economia familiar.

A criação de outros tipos de animais como frango ou eqüinos é, basicamente, para a utilização na propriedade, onde o cavalo serve de transporte e como tração animal e o frango para o consumo familiar. Por outro lado, a criação de suínos, nos lotes visitados, é destinada para a venda, que, em grande parte, é feita com dois frigoríficoss instalado no próprio bairro Sanga Funda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas do “rururbano” pelotense como fornecedor de alimentos para a cidade de Pelotas e suas estratégias, tanto produtivas como e de mercado, estão intimamente ligadas a sua localização, que ganha destaque pela proximidade com o consumidor final, favorecendo, não somente quem produz por diversos motivos e entre eles a vantagem na competitividade com alimentos provenientes da zona rural, já que esta mais perto e sendo assim diminuindo os custos destes alimentos diante dos demais. Além disso, a criação de animais atende ao mercado agroindustrial de leite e de carne da região.

Entende-se essas estratégias como o resultado de um processo histórico, não só em Pelotas, que por sua vez, possibilitou que a cidade, dentro da sua organização espacial, mantivesse características – formas e funções – relacionadas ao espaço rural. E, os moradores dessas áreas, tenham tanto na cultura de alimentos como na criação de animais, garantido a produção de autoconsumo como alternativa à falta de empregos na cidade.

Outro fator importante é a valorização da agricultura familiar, de uma forma geral, mas também a agricultura urbana praticada por famílias que imprimem no espaço urbano um modo de vida tipicamente rural. E, principalmente, a valorização do alimento que é cultivado em áreas urbanas, reconhecendo sua importância na obtenção de renda para as famílias.

BIBLIOGRAFIA

MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (orgs). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisas no rural e no urbano.** Uberlândia: Assis Editor, 2008.

MOREIRA, Roberto José. (orgs.) **Identidades Sociais no Brasil Contemporâneo**: Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão, WHITACKER, Artur Margon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano que se calcula.**

Campinas: Editora Autores Associados, 2003. 304p.

COMPANIONI, N.; PÁEZ, E.; OJEDA, Y.; MURPHY, C. La agricultura urbana em Cuba. In: FUNES, F.; GARCÍA, L.; BOURQUE, M.; PÉREZ, N.; ROSSET, P. (Ed.) **Transformando el campo cubano.** La Habana : ACTAF, Cuba, 2001. p. 93–110.

MUNIZ, Tiago Ribeiro de Paula, SIQUEIRA, Bruno Lourenço, OLIVEIRA, Hélio Castro Miranda de, ISIDORO, Marcos Paulo, BRUSTOLIN, Solange Borges dos Santos. Agricultura urbana e periurbana em Uberlândia: Um estudo de caso**. Anais do II Simpósio regional de Geografia "Perspectivas para o cerrado no século XXI.** Disponível em < http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-167.pdf >

MACHADO, Altair Toledo. MACHADO, Cyntia Torres de Toledo. **Agricultura Urbana.** Planaltina, DF: EMBRAPA CERRADOS, 2002.

OKIDO, R. H., LIMA, T. S, STOL, C. F. C. Agricultura urbana: Reflexões e práticas. **ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 29., 2009** Pelotas. *Anais*...Pelotas.

FESTA DE SANT'ANA: Saberes e práticas alimentares e reciprocidade com Deus

Carmen Janaina Batista Machado
Aluna do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Integrante do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA – UFPel)
carmemachado3@yahoo.com.br

Renata Menasche
Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPEL). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
renata.menasche@pq.cnpq.br

GT01 – Tecendo o Futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Introdução[1]

O presente trabalho parte das discussões que giram em torno dos estudos relacionados às percepções sobre a comida, tendo ai o, pano de fundo, para apreender as relações que conformam a sociedade. Para isso cabe atentar para os significados do alimento e da comida, tal como comentado por Barbosa (2007) a seguir,

> Os alimentos são sempre ingeridos sob alguma forma culturalizada. Isso significa que os alimentos são sempre manipulados e preparados a partir de uma determinada técnica de cocção, apresentados sob uma forma específica e ingeridos em determinados horários e circunstâncias, na companhia de certas pessoas... E comida significa o que, o como, o quando, o com quem, o onde e de que maneira os alimentos selecionados por um determinado grupo humano são ingeridos. Assim, considera-se comida todo o processo de transformação do alimento – conjunto de nutrientes necessários à reprodução física da vida humana – naquilo que se come sob uma forma específica; aquilo de que se gosta ou se detesta e que é um elemento básico da reprodução social de qualquer grupo humano. (BARBOSA, 2007, p.6).

Entendendo que a comida diferencia-se do alimento por passar por uma transformação cultural e que esta nutre o corpo e a alma, ou seja, possui significados simbólicos, é que se toma a festa de Sant'Ana como um espaço privilegiado de estudo.Assim é que objetiva-se, neste trabalho, atentar para os saberes e pra práticas alimentares que conformam a festa e a comunidade, buscando, também, perceber as mudanças na comida, em suas relações com os processos de modernização da

[1] Neste trabalho, serão usadas aspas para remeter a conceitos trazidos a partir da bibliografia consultada ou para destacar termos. As palavras em itálico representam expressões dos interlocutores da pesquisa.

agricultura. Ainda, observando o por quem e para quem a festa é produzida, toma-se a cozinha como campo de estudo, uma vez que, como afirma Levi–Strauss (1968, p.169, *apud* Wedig, 2009b) a cozinha conforma-se em elemento cultural, sendo que "tal como não existe sociedade sem linguagem, tão pouco existe nenhuma que, duma maneira ou doutra, não cozinhe pelo menos alguns dos seus alimentos".

A presente festa é realizada em homenagem à padroeira Sant'Ana na comunidade católica de Colônia Maciel, pertencente ao 8º distrito do município de Pelotas. A festa acontece anualmente, no mês de fevereiro, sendo esta historicamente organizada pelas famílias da comunidade, em forma de mutirão.

Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado levantamento bibliográfico referente aos pressupostos teórico-metodológicos, a saber: observação participante, estudos referentes à antropologia da alimentação e referente a festas religiosas em comunidades rurais. A inserção a campo, a partir de observação participante, deu-se durante a preparação da festa, beneficiando-se, ainda, de contatos decorrentes de situações de pesquisas anteriores, na mesma localidade[2].

Cabe destacar que o trabalho encontra-se em fase inicial, devendo vir a constituir-se em trabalho de conclusão de curso e estando inserido em um projeto de pesquisa mais amplo intitulado "Saberes e Sabores da Colônia: patrimônio alimentar e campesinato no Rio Grande do Sul".

O Campo de Estudo

A Colônia Maciel foi fundada em 1885, pelo governo imperial e em 1900 possuía 65 lotes com 55 famílias e 343 pessoas (Anjos, 2000, p.71 apud Silva 2009). Segundo a historiografia local, a localidade apresenta-se como a mais representativa presença italiana na região de Pelotas, abarcando um patrimônio (material e imaterial) referente aos imigrantes italianos, que possibilitou a criação do Museu da Colônia Maciel e a busca pelo reconhecimento desta como a 5ª Colônia de Imigração Italiana do

[2] Cabe destacar que o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – ICH – UFPEL, desde 2004 realiza pesquisas nesta localidade, destacando-se dois projetos: Projeto de Educação Ambiental e Gestão do Lixo no Espaço Rural - EAGLER e A Sustentabilidade dos Recursos Hídricos na Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas - RS: turismo rural, educação e gestão ambiental.

Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que se destacam os imigrantes italianos nesta colônia, mas esta é composta, atualmente, por alemães, pomeranos, franceses e negros.

A cozinha como leitura das relações sociais: notas de pesquisa

Tomando a cozinha como campo privilegiado de análise e tendo como fio condutor a comida, adentrei a cozinha do salão onde é preparada a comida da festa. No dia que antecede à festa trabalham em torno de 25 mulheres, divididas em equipes para melhor desenvolver as tarefas, assim como os homens desenvolvem as tarefas em equipes, na parte externa da cozinha. No cotidiano desses homens e destas mulheres, ocorre uma divisão do trabalho, referente a uma hierarquia familiar e a relações de gênero, como já analisado dentre outros, por Heredia (1979) que mostra que,

> Se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. [...] A casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos. (HEREDIA, 1984, p 30-31)

Essas relações mantêm-se na organização da festa, sendo as mulheres responsáveis pela parte interna do salão, limpeza, arrumação das mesas, colocação das cortinas e preparação da comida, enquanto que os homens são responsáveis pela parte externa do salão, por organizar a churrasqueira, preparar espetos, *fazer* a lenha para assar o churrasco.

No cotidiano da família, aos domingos o pai de família assa o churrasco e a mãe prepara as "miudezas" que acompanham o churrasco, sendo esse o prato principal preparado pelo o "chefe" da família. Percebe-se, assim, uma reprodução do cotidiano das famílias na festa. Também na festa os pais de família assam o churrasco (carne – *forte*) e as mulheres, na maioria mães de família, preparam as "miudezas" (alimento *fraco*), como salada de batatas e tomates, cucas, pães, itens presentes na refeição como complemento do churrasco. Pode-se também perceber na divisão de tarefas entre as mulheres, uma hierarquia, por idade e experiência de trabalho em organização de festa. A mulher responsável por fazer os bolos doces e a que prepara as cucas são mais velhas, portadoras dos saberes, tendo mulheres mais novas, algumas filhas, como ajudantes. Também as meninas adolescentes ajudam no café: elas não *trabalham* na festa, *ajudam*.

A festa tem sua experiência relacionada ao trabalho em mutirão, cuja freqüência, no decorrer dos últimos anos, principalmente após a modernização da agricultura vem se reduzindo. Neste sentido vale lembrar o trabalho de Candido (1987), dedicado aos

caipiras do interior paulista de meados do século XX, que destaca os mutirões como elemento de conformação do bairro rural, no qual este pode definir-se como o agrupamento territorial cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. Assim como as relações sociais, culturais entre os grupos de um mesmo bairro.

O autor destaca a participação no trabalho agrícola – que compõe com a participação nas festas religiosas os elementos de agregação do bairro – como parte de uma reciprocidade com Deus: o auxílio prestado seria primeiramente a este, não ao vizinho. Assim é que se conforma o mutirão da festa, uma forma de sociabilidade pautada na reciprocidade: com os vizinhos, mas, sobretudo, com Deus, por intermédio da padroeira da comunidade, Sant'Ana.

Em conversas, uma interlocutora, ao explicar como preparar o pão de milho, acrescido de batata doce, explica que faz o pão com farinha de milho branca, a *mais fraquinha*, porque a amarela é muito forte. Partindo do estudo de K. Woortmann e E. Woortmann (1997) com sitiantes sergipanos e suas classificações com relação à comida *forte* e *fraca*, podemos sugerir que utilizar a farinha *fraquinha* no pão de milho possa ser motivado por, ser este, servido na comida de domingo, dia de descanso, em que as atividades não demandam força física e, consequentemente, não é demandada comida *forte*. Por outro lado, percebe-se no dia consagrado ao descanso a presença de um público de fora, moradores da cidade, em sua maior parte parentes e amigos dos que residem na colônia. Cabe, ainda, perguntar se não seria a presença usualmente alimentadas com uma comida considerada – pelos colonos- como *fraca* (comida da cidade), o elemento explicativo da utilização da farinha *mais fraquinha* na elaboração do pão de milho consumido naquele dia.

Os saberes e sabores da festa são perpassados pela modernização no rural. Em conversa com as interlocutoras (de 65 a 70 anos), elas contam que a preparação das cucas, pães e bolachas antes eram manuais, a massa preparada à mão e assada nos fornos de tijolo na rua, elas relembram que eram três fornos na rua e que chegavam a amassar mais de cem quilos de farinha a mão, para fazer as cucas. Com o tempo, foram adquiridos uma máquina para preparar as massas e um forno industrial para assar os pães, bolachas e cucas, com capacidade para assar 16 formas de cuca, enquanto que nos fornos da rua eram assadas três formas de cuca por fornada, o que possibilitou que neste

ano fossem preparadas 140 cucas grandes. No entanto, percebe-se a presença dos saberes antigos: no controle da temperatura do forno industrial, as mulheres utilizam folhas de bananeira, assim como utilizavam nos fornos de tijolos, tanto para *medir* a temperatura como para *baixá-la*. Para preparação dos bolos, tortas de frutas e rocamboles, foram utilizados dois fornos elétricos - sendo que um deles uma das mulheres trouxe de casa - além de batedeira, liquidificador e outros utensílios que foram sendo adquiridos com os recursos arrecadados na própria festa. Assim, ao lado da aquisição de maquinários para a lavoura, a aquisição de eletrodomésticos reflete mudanças advindas com a modernização.

Analisando, ainda, os saberes e sabores que conformam a festa de Sant'Ana cabe apontar a inserção de alimentos industrializados nas receitas preparadas pelas mulheres. Ao observar a elaboração dos bolos doces, indaguei a mulher que preparava o bolo a respeito da utilização de bolos pré - preparados, *bolos de caixinha*, ao que ela respondeu considerar que este bolo é mais prático e é gostoso. Na mesa em que ficavam expostos os ingredientes para elaboração dos bolos e pudins, percebia-se a predominância de produtos industrializados, tais como: chocolate em pó, granulado de chocolate para decoração, margarina, leite condensado, açúcar, óleo, canela em pó, fermento para bolos, ovos comprados na cidade (ovos brancos). No entanto, enquanto preparavam o pão, uma das mulheres comentou que utiliza a banha de porco na massa, porque o óleo resseca o pão. Percebe-se aí o que Ramos (2007) denominou de um "cardápio hibrido", ou seja, um cardápio "montado" a partir do que se produz e do que se compra, entre o alimento produzido na propriedade e o industrializado. Assim, os saberes e sabores se conformam entre modos de preparo e produtos novos e tradicionais.

Em um grupo, constituído em sua maior parte por adolescentes, a unanimidade está em não querer trabalhar na lavoura: essas moças vêem na cidade, seja para estudar ou trabalhar, uma forma de *ganhar o seu dinheiro sem passar por tanto trabalho*. Mas, ao mesmo tempo, dizem gostar de morar na colônia, sendo que muitas estudam e/ou trabalham na cidade, retornando à casa da família todos os dias ou nos finais de semana. Como observado por Carneiro (1998), em pesquisa em que analisa a situação de jovens rurais em dois diferentes contextos - um no estado do Rio de Janeiro e outro no Rio Grande do Sul – a autora destaca que,

> Os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de "melhorarem o padrão de vida", de "serem algo na vida", e o compromisso com a família, que se

> confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas "sociedades tradicionais". Dentro dessa ambigüidade está em curso a construção de uma nova identidade. Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem refletidas no espelho da cultura "urbana", "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. (CARNEIRO, 1998, p. 3).

Percebe-se uma busca de independência por parte desses jovens, mas, ao mesmo tempo, o desejo de permanecerem na colônia, pelo compromisso com a família, mas também por uma alegada tranqüilidade, pertencimento ao lugar, alimentos saudáveis, ou seja, uma imagem idealizada de rural, associado ao natural (Menasche, 2004). Assim, como dito por Carneiro (1998), esses jovens buscam "o melhor dos dois mundos".

Alimentando o corpo e a alma: a festa de Sant'Ana

> Cantar o canto ensinado por Deus. Com poesia ensinar nossa fé, **plantar o chão**, **cultivar o amor**, como poetas que querem sonhar, pra realizar o que o mestre ensinou. Viemos **cear**, restaurar o coração, fonte de vida no altar a brotar, a **nos alimentar**. (canto de abertura da missa da padroeira Sant'Ana – grifos meus)

As festas religiosas conformam a sociabilidade da comunidade analisada, pois a festa tradicional da padroeira alimentando a alma, o corpo e as relações sociais. Como citado acima no refrão do canto entoado na missa, percebe-se a ligação com o cotidiano das famílias rurais, associando que devemos plantar o chão, cultivar o amor, cear e nos alimentar, tanto no plano material (lavoura), quanto no plano simbólico (fé). Assim na tradicional realização da festa em homenagem à padroeira, que se dá há cerca de 50 anos, os festeiros são mediadores do compromisso da comunidade para com Sant'Ana, os 2 casais escolhidos pela comunidade, são responsáveis – juntamente com a diretoria da comunidade da Igreja católica – pela divulgação e organização da festa, bem como pela recepção e atendimento ao público no dia da festa. No decorrer da missa, percebe-se a interlocução do pároco com o contexto vivido pela comunidade, quando cita, no sermão que "... bem aventurado é aquele que mesmo perdendo grande parte da safra de pêssego encontra-se na casa de Deus agradecendo...". Assim, esses agricultores buscam a "força" espiritual para dar continuidade às suas tarefas, assim, como buscam na comida a força física.

Com o corpo nutrido, após receber o "corpo de cristo" – a hóstia - agradecerem e pedirem proteção à padroeira, todos seguem em direção ao salão, para nutrirem o corpo e as relações. As famílias compram os espetos de carne (porco, galinha e gado) na

churrasqueira, na copa das mulheres compram porções de salada de batata, pães e cucas e seguem para as mesas, que estão distribuídas pelas sombras, enquanto outras se direcionam para suas casas, com familiares e amigos, retornando pela tarde, para o baile e jogos e/ou para *matear* com parentes, amigos e vizinhos. A tarde segue com café colonial com todos os quitutes preparados preparadas pelas "mulheres da cozinha". Atualmente, as comidas são colocadas em um buffet, não mais sendo disponibilizadas em uma mesa de madeira, por, segundo explicam. No café nota-se uma grande presença de casais mais velhos, sendo aí raros os jovens que optam pela comida "urbana", cachorro quente e coca-cola. Em conversa com uma interlocutora, ela relatou que na época em que era jovem e ajudava no café, os jovens vinham em *peso tomar* café e os meninos escolhiam as mesas que elas, as jovens, estavam cuidando e aí se davam as *paqueras*. Hoje podemos perceber que as *paqueras* e namoros estão relacionados à discoteca, à noite. A mesma interlocutora conta que este ano é o primeiro ano que a sua filha de 11 anos, ajuda no café, a mesma idade em que ela começou a ajudar, sendo que na época *ajudar no café* era o *máximo*. Nota-se que à medida em que as mulheres assumem determinadas tarefas, ascendem na hierarquia da organização da festa. As adolescentes geralmente iniciam picando legumes e ajudando na barraquinha dos jogos, sendo, posteriormente, *convidadas* a ajudar no café colonial.

O público da tarde são famílias, com os avós e filhos. À noite este público muda, prevalecem os jovens. No baile da tarde, animado por uma banda, as famílias dançam musicas gaúchas, *bandinha*, geralmente o que estes escutam no dia-a-dia. Muitos ficam no entorno do salão analisando os casais que estão dançando. Outros bebem cerveja e conversam com os amigos, sendo que as mulheres ficam em um grupo e os homens em outro. Quando a *noite cai*, a banda para de tocar e a discoteca, como chamada pelos jovens, formada por rapazes da localidade, assume o baile.

O baile da noite, a discoteca, fica lotado, difícil de circular, sendo a maior parte dos participantes jovens da colônia, que frequentam a festa somente à noite para dançar ao som das músicas urbanas. Lembro aqui o estudo de Bourdieu que, analisando bailes locais, em uma comunidade rural francesa, comenta:

> Esse pequeno baile do interior dá ocasião a um verdadeiro choque de civilizações. Nele é todo o mundo da cidade, com seus modelos culturais, sua música, suas danças, suas técnicas corporais, que irrompe na vida camponesa. [...] As danças de antigamente, que traziam a marca do campo em seus nomes (*la crabe*, *lou branlou*, *lou mounchicou* etc.), em seus ritmos, em sua música, nas letras das músicas, foram substituídas por danças importadas da cidade. (BOURDIEU, 2006, P.85).

Considerações Finais

Tendo por fio condutor de analise a comida podemos perceber que a festa de Sant'Ana alimenta o corpo, a alma e as relações sociais, conformando em uma festa mantida pela comunidade e para a comunidade, também organizada visualizando um público urbano, parentes, amigos e outros que buscam por um rural idealizado, uma comida natural, tradicional da colônia.

Entende-se que assim como a lavoura passou por um processo de transformação com a modernização da agricultura, aquisição de máquinas e equipamentos, a cozinha das famílias rurais, assim como, a cozinha da comunidade também passou por esta transformação, o que é demonstrado pela aquisição de forno industrial e fornos elétricos, máquina de preparar massa, liquidificadores, batedeiras, entre outros eletro domésticos que compõem hoje a cozinha destas mulheres. Assim, como a adoção de produtos industrializados para preparação da comida da festa, outro fator que teve início na cozinha das mulheres e estendeu-se para a cozinha da comunidade, conformando o chamado "cardápio hibrido".

Entende-se que estes homens e mulheres vão adaptando-se as mudanças, a modernidade, reproduzindo-se socialmente e culturalmente e a comida passa a ser o "prato" que possibilita estudar as relações sociais, econômicas e culturais que regem a vida destas famílias.

Referências

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975 [1964].

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. et al. **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BARBOSA, Lívia. Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.

FETTER, L.M.W**. A Colonização Ocorrida na Área Rural de Pelotas na Segunda Metade do Século XIX**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2002. (Dissertação de Mestrado).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ltc, 1989 [1973].

HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JUNIOR, Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MENASCHE, Renata. Riscos à mesa: alimentos transgênicos no meu prato não?. **Campos**: Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 5, n. 1, p.111-129, 2004.

RAMOS, Mariana Oliveira. **"A comida da roça" ontem e hoje:** um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquine (RS). 2007. 175 f. Dissertação 073 (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Karen Melo da. **Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial**: diversidade na Colônia de Pelotas - RS. Pelotas, PPGCS/UFPEL, 2009.

WEDIG, Josiane C.; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Anie K. **Juventude, Consumo & Educação.** Porto Alegre: Espm, 2009 a.

WEDIG, Josiane C. Agricultoras e Agricultores à Mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. 2009. 165 f. Dissertação 099 (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009b.

WOORTMAN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Unb, 1997.

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: os Trabalhadores Rurais no Vale do São Francisco

Victor de Oliveira Rodrigues[1];

Drª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti[2];

GT1 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

No último quartel do século XX, o capitalismo inicia uma fase de profundas transformações na esfera produtiva (Antunes, 1997). Emergem novas formas de organizar o trabalho e a rigidez do modelo *fordista* vai sendo paulatinamente substituída por propostas mais *flexíveis* (Bonanno, 1999). Em contraposição à produção em massa de produtos homogêneos, observa-se uma maior diversificação da produção para atender nichos de mercado. A agricultura, apesar de suas especificidades, também é afetada por essas transformações, como veremos mais adiante (Cavalcanti, 1999; 2004; Lara, 1998).

Nesse sentido, uma questão que passa a ser central é a emergência de localidades especializadas em produzir determinados produtos (Lara, 1998). O caso estudado, o Vale do São Francisco, especificamente, o pólo Petrolina (PE)/ Juazeiro (BA) é um exemplo disso. Podemos dizer que o processo de reestruturação produtiva na região tem início por volta de 1985. Dois movimentos são fundamentais para isso: a crise do complexo agroindustrial e a emergência da fruticultura como principal atividade econômica. Neste momento, o mercado externo passa a ser o alvo mais cobiçado dos produtores. Alguns autores enfatizam o papel que as mudanças nos hábitos alimentares de consumidores, ou seja, *a* demanda por alimentos novos e exóticos nos países do Norte tiveram para impulsionar a fruticultura no Vale do São Francisco (Cavalcanti, 1999). Empresas, pequenos produtores e trabalhadores rurais passam a atuar em resposta às demandas específicas dos mercados, enquanto as condições de trabalho são ajustadas, quase permanentemente, aos níveis de expectativas do capital.

[1] Recém-Graduado em Ciências Sociais (UFPE, 2009) e aluno regular do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Contato: rodrigues.victor@hotmail.com

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: saletcav@hotlink.com.br

Considerando as mudanças produzidas no contexto da globalização *dos sistemas agroalimentares*, analismos os impactos da reestruturação produtiva para os trabalhadores do Vale e as atuais relações de trabalho.

No final do século XX, mais precisamente no último quartel, o capitalismo adquiriu uma nova configuração; as características da mobilidade do capital e as inovações tecnológicas marcaram as suas diferenças em relação ao período anterior. Para Hobsbawm (1995), estamos nas "décadas de crise", período em que as referências sociais do pós-guerra são enfraquecidas. O Estado de bem-estar Social vai sendo, paulatinamente, substituído pelo Estado neoliberal. Na esfera produtiva, o *fordismo* deixa de ser o principal paradigma, cedendo espaço para novas dinâmicas na produção e circulação de mercadorias, bem como no trabalho; flexibilização e ou precarização são as suas principais características. O binômio *fordista/taylorista* tem sido reconfigurado e complementado ou até mesmo substituídos por novas experiências de organização da força de trabalho que emergiram em diferentes contextos. Entre estas novas experiências destacam-se aquelas desenvolvidas na Alemanha, Suécia, Itália, Estados Unidos e Japão. Entre estas, sem dúvidas, destaca-se o *toyotismo,* que mais se distinguiu e foi pouco a pouco sendo adotado em outras regiões do planeta (Antunes, 1997). No *toyotismo*, a linha de montagem *fordista*, a produção em massa de produtos homogêneos, a rígida separação entre concepção e execução, assim como rígido controle *taylorista* do tempo, são substituídos por equipes polivalentes de profissionais flexíveis, por uma produção mais diversificada e por uma mudança na hierarquia entre os que concebem e os que executam o processo produtivo.

O processo de reestruturação produtiva em curso tem conseqüências objetivas e subjetivas para o mundo do trabalho (Antunes, 1997). Ocorre uma nova forma de captura da subjetividade operária pela lógica do capital, ou seja, diferentemente do *fordismo/taylorismo*, onde existia apenas um envolvimento formal, no novo paradigma produtivo, existe também um envolvimento intelectual onde a criatividade operária é apropriada pela lógica do capital (Alves, 2000). Nesse sentido, o envolvimento do trabalhador com o processo produtivo é um consentimento manipulado e faz com que este seja responsável por fiscalizar a qualidade do produto no espaço da produção, através dos *Círculos de Controle de Qualidade*. Esse aspecto do *toyotismo*, presente no atual mundo do trabalho, tende a mistificar as relações de produção e os trabalhadores passam, em alguns casos, a serem considerados como "sócios" da empresa. O *toyotismo*

representa uma ofensiva do capital na produção e sua principal característica é a "captura da subjetividade operária pela produção do capital" (Alves, 2000: 38).

Segundo Antunes, as transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital acarretaram uma nova morfologia da classe trabalhadora. A crescente incorporação do trabalho feminino, as novas formas de contrato, o trabalho em tempo parcial e outros elementos geraram uma maior "fragmentação, complexificação e heterogeneização da classe trabalhadora" (Antunes, 1997:42).

A agricultura, apesar de suas especificidades, também é afetada por essas transformações (Cavalcanti, 1999; 2004; Lara, 1998). No entanto, falar em reestruturação produtiva na agricultura requer uma atenção especial, principalmente sobre o novo papel que esta passa a desempenhar na economia mundial. Estamos falando do abastecimento de uma demanda por produtos novos e de luxo (Lara, 1998). Segundo esta autora, as principais características do processo de reestruturação produtiva na agricultura são: A questão da diversificação dos produtos, com destaque para os não-tradicionais; a busca por novos mercados (os nichos); A adoção de novas tecnologias; a horizontalidade das empresas e, por fim, porém não menos importante, as novas formas de organização do trabalho (Lara, 1998: 87). Ainda segundo Lara, uma questão central é o surgimento de localidades que se tornam especializadas em determinados tipos específicos de produtos.

Cavalcanti (1999) analisa que enquanto as demandas dos países do Norte e incorporação na dieta dos seus consumidores de novos e exóticos alimentos e padrões de consumo, os países exportadores de alimentos do Sul se vêem obrigados a incorporar mudanças condizentes com padrões de qualidades exigidos por esses novos consumidores.

Metodologia

A estratégia metodológica adotada foi a combinação de abordagens teóricas e técnicas de coleta de dados qualitativos através de trabalho de campo. Numa primeira aproximação ao campo, fizemos 35 entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores e trabalhadoras rurais. Também entrevistamos dirigentes de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) da região, um gerente de *packing house* e um engenheiro

agrônomo. Num outro momento, acompanhamos, durante três dias, uma rodada da Convenção Coletiva de Trabalho, anotando as observações no diário de campo.

Resultados e Discussão

A partir da análise da literatura e dos dados coletados diretamente através do trabalho de campo, delineamos o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que trabalham na fruticultura, especificamente dos que atuam nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). As informações obtidas até o presente nos permitem afirmar que os trabalhadores, em sua maioria, são migrantes de outras cidades próximas, que foram atraídos pelos empregos da região, têm diferentes graus de escolaridade, variando dos que nunca estudaram aos que possuem o ensino médio completo. Esses trabalhadores têm idade entre 18 e 40 anos. As competências práticas adquiridas durante experiências de trabalho ao longo da vida são valorizadas, embora não reconhecidas em termos salariais.

Entretanto, há algumas mudanças em processo; os conhecimentos formais de informática passam a ser, em alguns casos de empresas do setor frutícola, um dos requisitos para a contratação, em atendimento às exigências de qualidade e rastreabilidade impostas pelos mercados exigentes dos países do Norte. Observa-se também uma divisão sexual do trabalho, segundo a qual, aos homens são reservadas as tarefas na cultura da manga, enquanto as mulheres são as preferidas para a produção de uvas. Apoiando-se em uma divisão do trabalho doméstico, baseada nas relações de gênero, os empresários se utilizaram de tais características na hora de recrutar a mão de obra para a fruticultura (Lara, 1998; Cavalcanti & Bendini, 2001; Cavalcanti *et al.,* 1998). Essa dimensão de gênero vem sendo, todavia, revista no momento atual *de crise* (Pires & Cavalcanti, 2009) e de uso de novas estratégias para incrementar níveis de produtividade. Isto tende, em conseqüência, a reduzir a proporção de mulheres no total de trabalhadores empregados no setor. Vários dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na atualidade vêm sendo discutidos pelos sindicatos. Os sindicatos dos trabalhadores rurais vêm, desde 1994, atuando em atenção às condições de trabalho e

demandas dos trabalhadores e, a partir de seminários anuais, elaboram uma extensa lista de reivindicações que apresentam aos empresários na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Nas pautas, encontramos a reafirmação de direitos históricos conquistados pelos trabalhadores rurais, a questão salarial, demandas de gênero, melhores condições de trabalho e a permanência da luta contra o banco de horas, entre outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. (2005), *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo editorial.

ANTUNES, Ricardo. (1997), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.

BONANNO, Alessandro. (1999), "A Globalização da Economia e da Sociedade: O Fordismo e o Pós-fordismo no Setor Agroalimentar", in: J.S.B. Cavalcanti (org.), Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife, Editora Universitária da UFPE.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1997), "Frutas para o mercado global". *Estudos Avançados*, 11, 29:79-93.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; RAMOS, Juliana e SILVA, Ana Cristina B da. (1998), "El trabajo femenino en la agricultura de exportación. Las trabajadoras en la producción de uva- Brasil", *in* M. Bendini & e N. Bonaccorsi (orgs), *Con Las Puras Manos,* Buenos Aires, Editora La Colmena.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999), *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife, Editora Universitária da UFPE.

_____. BENDINI, M. (2001), "Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina", *in*: N. Giarraca (Org.), *Una nueva ruralidad en America Latina?* CLACSO/ASDI.

_____. (2004), "Globalização e Ruralidade", in: M.N.B. Wanderley (org.), Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro. São Paulo, Polis.

_____. NEIMAN, Guillermo. (2005), Acerca de la Globalización en la Agricultura: Territórios, Empresas e Desarrolo Local en América Latina. Buenos Aires, Fund. Centro Integral Communicación, Cultura e Sociedade.

_____. MOTA, Dalva Maria; SILVA, Pedro Carlos Gama. (2006), "Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil, in: P.SCOTT & R. CORDEIRO (orgs.), Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas, Recife, Editora Universitária da UFPE.

HOBSBAWN, Eric. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX – 1941-1991*. São Paulo, Companhia das letras.

LARA, Sara Maria Flores. (1998), *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana*, México, Juan Pablo.

IDOSOS E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM LOCALIDADES DE VÁRZEA NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Thabata Santos de Farias
(thabata-farias@hotmail.com)

Orientadora: Prof. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
(edilamoura@hotmail.com)

Universidade Federal do Pará – UFPA;
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH;
Faculdade de Ciências Sociais – FCS.

GT 01: Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

INTRODUÇÃO:

O declínio das taxas de fecundidade em conjunto com o aumento da expectativa de vida da população fez com que o fenômeno do envelhecimento no Brasil apresente dados demográficos relevantes. Com um perfil cada vez mais idoso as decisões relativas à idade da aposentadoria, disponibilidade e direito à pensão, assim como outras questões relacionadas à força de trabalho afetarão significativamente a economia brasileira no próximo século (VERAS, 1994).

Para os trabalhadores rurais, segundo Marshall (1960), citado por Wolf (1976), o trabalho é muito mais, é sinônimo de moral, de vida.Os trabalhadores rurais são caracterizados pela poliprodução agrícola, onde suas atividades são manuais e exaustivas, o que dificulta a continuidade da participação dos idosos nesse meio de produção. Com a ausência do trabalho, surge o questionamento a respeito da sobrevivência dessa população, atentando para a busca do novo papel do idoso nesse contexto de não mais força produtiva de bens e serviços (BOSI, 1987).

A aposentadoria é a reorganização do papel social do indivíduo idoso. Devido o estado de pobreza das famílias rurais os aposentados colaboram com um ingresso econômico significativo para o núcleo familiar e para a comunidade. Os benefícios da aposentadoria deram à família rural que possui um idoso, estabilidade econômica mínima (ALVAREZ, 2002).

Com este trabalho pretendi identificar as características das mudanças na vida dos idosos, com idade de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, em relação ao grupo família nuclear e à família extensa após o recebimento de benefícios da Previdência Social. A difusão dos benefícios da previdência nessas populações está produzindo mudanças relevantes, principalmente na região Norte e Nordeste do país, onde encontramos uma concentração maior de agricultores com baixa renda. É importante analisar esse fenômeno não apenas pelo ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social e assim contribuir para o debate em torno da questão rural na atualidade.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL:

A aposentadoria e os demais benefícios da Previdência Social fazem parte de um sistema mais amplo que é o da Seguridade Social. Esta, por sua vez, está dividida em três grandes áreas de atuação: Saúde, Assistência Social e Previdência Social (ALVAREZ, 2002). A Previdência Social é uma instituição de propriedade dos trabalhadores, administrada pelo governo federal. Visa beneficiar os meios indispensáveis de manutenção, por incapacidade laborativa, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte de quem dependia economicamente.(Lima, 1994, apud Albuquerque, 1999).

No Brasil existem dois sistemas previdenciários: o estatal, que é obrigatório e o privado, que é complementar e facultativo. O trabalhador rural em muitas situações espera que seja mantida a proposta constitucional, para que possa usufruir de seus direitos civis e políticos:

> "O produtor, o parceiro, o meeiro e o arredantário rurais e o pescador artesanal, bem como os seus respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão juz aos benefícios nos termos da lei" (CONSTITUIÇÃO, 1988, Art. 195, parágrafo 8).

A política de Seguridade Social para população rural, ao longo dos anos, sofreu reformulações para inclusão e maior difusão na tentativa de atender aos diferentes grupos de moradores das áreas rurais. A partir de 1992 os aposentados rurais passaram a ser chamados de "segurados especiais", passando a receber o equivalente a um salário mínimo mensalmente. Segundo Albuquerque (1999) essa especificidade é dada devido ao fato desses trabalhadores estarem submetidos a incertezas e fragilidades, e com a

aposentadoria, o trabalhador rural encontra-se protegido pela lei tal qual o trabalhador urbano. De acordo com dados da previdência, na região Norte paga-se mensalmente 875 mil benefícios, onde 56,7% do total é destinado à população rural. A média em outras regiões do Brasil é de 33% (ALVAREZ, 2002).

Ao contrastar a renda da aposentadoria com a renda obtida com a venda de produtos do extrativismo ou da venda de farinha, valoriza-se a aposentadoria como o dinheiro que *entra todo mês*. Segundo estimativas do IBGE, cada prestação paga pela Previdência beneficia, em média, 3,5 pessoas- o próprio beneficiário e mais outras 2,5, que vivem no seu entorno. (ALVAREZ, 2002).

A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ:

A área da região Norte estudada foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), localizada no estado do Amazonas na região do médio Solimões. É considerada a maior unidade de conservação de várzea do mundo. A RDSM apresenta-se em duas subdivisões: uma área com 260.000 ha, anteriormente denominada de área focal ou experimental e uma área maior com 864.000 ha, anteriormente denominada subsidiária. Na área menor da reserva registrou-se aproximadamente 49 localidades, com 423 domicílios e 2.661 moradores (MOURA, 2006).

As comunidades amostrais estudadas foram: Vila Alencar, Pirarara Novo, Nova Colômbia, Nova Jerusalém, Maguari, Barroso, Novo Viola e Sítio Fortaleza São José, com um total de 88 domicílios e uma população de 552 moradores. Essas localidades foram selecionadas para o estudo por representarem a diversidade socioambiental desse ecossistema, afetadas em sua organização social pelas distinções sociais na forma de ocupação desses territórios, das características socioambientais da várzea e das condições de acesso aos serviços de saúde (MOURA, 2009).

MÉTODO:

O entrevistador dirigia-se até o domicílio do presidente da comunidade, ou vice- presidente, ou morador mais idoso e explicava-lhe o objetivo da pesquisa, pedindo a colaboração de todos os moradores. Após, dava-se início à entrevista em cada domicílio. A coleta de dados foi realizada em todas as comunidades amostrais e a entrevista só era realizada com o chefe da família (patriarca ou matriarca).

Foram realizadas entrevistas em todos os domicílios, acompanhadas por um roteiro previamente estruturado em forma de questionário, onde foram abordadas questões socioeconômicas, demográficas, política, de saúde, de educação, migração, infra- estrutura, distância e custos até a cidade.

Com relação aos idosos, aplicou-se esse questionário, mas atentando para o acesso aos benefícios da Previdência Social. Perguntava-se nesse item sobre o processo de cadastramento do benefício, modo de recebimento e valor recebido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Os idosos representam 5% do total da amostra (n=552). Em 2008 foram entrevistados 27 idosos, onde 14 eram do sexo feminino e 13 do sexo masculino. Em 2010, foram entrevistados 14 idosos, onde 9 eram do sexo feminino e 5 eram do sexo masculino. Mais de 60 % dos entrevistados eram casados, 26 % viúvos e apenas 11% solteiros/ separados. Em relação ao nível de instrução dos idosos foi constatado que a maioria é analfabeta, apenas 4 idosos sabem ler bem e dentre esses, apenas 1 é do sexo feminino. É importante ressaltar que essa mulher foi alfabetizada pelas escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base, em execução na década de 1970.

Os resultados apontam que, entre os idosos, os aposentados rurais representam 81 % da amostra, 11% recebem pensão por invalidez e 7% não recebem nenhum tipo de benefício (apresentado no anexo 1). O recebimento dos valores monetários é feito via redes bancárias e correios, nas cidades de: Tefé, Uarini, Maraã e Fonte Boa.

A locomoção até às cidades é realizada de forma individual ou coletiva, geralmente em pequenas canoas, onde são acoplados motores movidos à gasolina, chamados *rabeta*. Quando a distância é maior, a locomoção ocorre através de barcos da comunidade ou em barcos maiores, de linha comercial, conhecidos como *Recreio*, onde a passagem custa em média 40 reais (por pessoa).

Os gastos da viagem até a cidade representam em média 13% do total do benefício recebido pelos idosos da Reserva Mamirauá. É comum que os aposentados que moram longe das cidades de pagamento, deixem passar um mês sem receber para que compense os gastos até a cidade (ALVAREZ, 2002).

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) os idosos aposentados garantem a compra da casa na cidade, por ser uma renda mensal fixa e assim é mais fácil a compra do terreno, construção da casa ou até mesmo a casa pronta, através de prestações, empréstimos bancários e financiamentos (apresentado no anexo 2). Entre os 27 idosos entrevistados, constatou-se que 13 (48%) têm moradias na cidade além das casas que mantêm nas comunidades. A aposentadoria garante a compra mensal do *rancho*[1] e dos móveis e eletroeletrônicos, como colchões, tv's, fogões. Isso é constatado quando do total de famílias que possuem idosos (n= 18), aproximadamente 60% possuem casa na cidade e todos que possuem casa na cidade os idosos recebem benefícios da Previdência Social. A casa na cidade não só facilita a vida dos idosos, mas de toda a família e até mesmo na busca de atendimento médico, recebimento de benefícios e moradia para os filhos que continuam os estudos, diminuindo os gastos. Moradores da comunidade também são beneficiados quando necessitam ir até a cidade.

CONCLUSÃO:

A Previdência Social trouxe modificações na vida dos moradores idosos da RDSM e pode ser considerado um indicador de melhores condições de vida na área econômica, social de infra-estrutura e transporte até a cidade. Mas, ainda há muito que melhorar na vida desses idosos, como o atendimento médico adequado nos hospitais públicos das cidades, pois existe uma demora no atendimento, na execução de exames e definição dos diagnósticos.

É preciso que os desafios sejam compartilhados entre as lideranças locais e os agentes representativos dos programas estaduais, de modo que possam ser refletidas práticas sociais adequadas para a melhoria da qualidade de vida dos idosos moradores dessas comunidades distantes da cidade e para que as políticas públicas sejam aprimoradas para uma assistência cada vez mais adequada, qualificada e eficiente.

05- BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, A. M. O. (1999). *A trama da vida: Maturidade e gênero. Humanidades*, 48, 120-131

ALVAREZ, Gabriel Omar. *Amazônia cidadã: Previdência social entre as populações tradicionais da região norte do Brasil.* Brasília: 2002.

[1] Termo localmente usado para os bens de consumo *não-duráveis* que são adquiridos no mercado e considerados de maior necessidade para a sobrevivência do grupo familiar (MOURA 2007).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho.* São Paulo: Queiroz- EDUSP. 1987.

ALBUQUERQUE, Francisco José B.; **LOBO**, Alexandre Lucena and **RAYMUNDO**, Jorge da Silva. *Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais*. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1999, vol.12, n.2, pp. 503-519. ISSN 0102-7972. doi: 10.1590/S0102-79721999000200016.

MOURA, E. A. F (org) Censo Demográfico das localidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. (manuscrito,) IDSM, 2006.

MOURA, E. A. F.*"cesta básica" (rancho) das populações ribeirinhas na Amazônia.* Cad. Saúde coletiva (Rio J.).2007. Disponível: http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=527828&indexSearch=ID

MOURA, E. A. F. *Indicadores Ecossistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica: Estudo com populações locais no médio Solimões, Amazonas, Brasil*. Universidade Federal do Pará, Belém 2009.

VERAS, Renato P. *País Jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil.*1994. Rio de Janeiro UERJ. (p.23- 49).

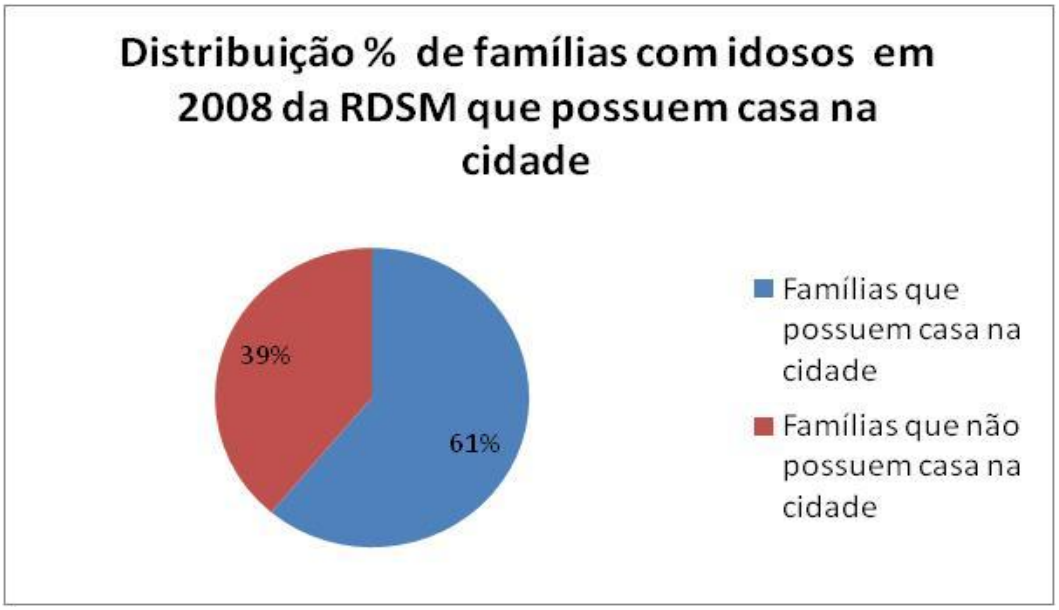
WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*.1976.Rio de Janeiro: Zahar Editores (p. 13-34).

ANEXO

Tabela 1 - Número de idosos da RDSM beneficiados pela Aposentadoria Rural Ano 2008 (N=22).

Localidade	População	Nº de idosos		Total	%	Nº de aposentados rurais				Total	%	nº de pensionistas por Invalidez	%
		Mulheres 55 anos e +	Homens 60 anos e +			Mulheres 55 anos e +	%	Homens 60 anos e +	%				
Vila alencar	120	5	5	10	8	5	100	2	40	7	70	2	20
Pirarara Novo	31	1	-	1	3	1	100	-	-	1	100	-	-
Nova Colômbia	37	1	1	2	5	1	100	1	100	2	100	-	-
Nova Jerusalém do Capucho	43	1	1	2	5	1	100	1	100	2	100	-	-
Maguari	71	1	0	1	1	1	100	0	0	1	100	-	-
Barroso	85	4	4	8	9	4	100	3	75	7	88	1	13
Novo Viola	67	-	1	1	1	-	-	0	0	0	0	-	-
Sitio Fortaleza São José	98	1	1	2	2	1	100	1	100	2	100	-	-
Total	**552**	**14**	**13**	**27**	**5**	**14**	**100**	**8**	**62**	**22**	**81**	**3**	**11**

Fonte: Pesquisa de campo Indicadores Ecossistêmicos da Saúde na Várzea Amazônica 2008.



Fonte: Pesquisa Indicadores Ecossistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica 2008 e 2010.

O OLHAR DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SOBRE OS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE PÚBLICA EM OITO LOCALIDADES RIBEIRINHAS DA VÁRZEA AMAZÔNICA

Bruno Cicalise Mouzinho
bcmouzinho@hotmail.com
Prof. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
edilamoura@hotmail.com
Universidade Federal do Pará – UFPA; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH; Faculdade de Ciências Sociais – FCS.

GT01: Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Objeto da reflexão

Mediante a necessidade da organização comunitária, várias são as medidas adotadas pelos moradores da várzea amazônica para um melhor convívio e o usufruto da vida em comunidade. Entre essas medidas, destaca-se a importância do líder comunitário como fundamental à condução administrativa da localidade, incluindo o acesso comunitário aos serviços básicos de saúde oferecidos pelas instâncias locais do poder público.

Esse estudo tem como principal foco o olhar dos líderes comunitários sobre os serviços públicos de saúde, com o objetivo de entender de que maneira essas lideranças, na condição de representantes dos interesses comunitários, mediam o acesso aos serviços de saúde pública oferecidos pelos municípios.

A área estudada foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá – RDSM, localizada no estado do Amazonas, na região do Médio Solimões. É considerada a maior reserva de proteção à várzea no mundo. O estudo foi realizado na área experimental dessa unidade de conservação, em oito comunidades amostrais das 23 localizadas nessa área, envolvendo uma liderança de cada comunidade.

A característica marcante dos moradores da várzea amazônica é a convivência com a variação anual dos níveis de água dos rios, que interfere diretamente na organização social das comunidades.

Situação empírica

O estudo integra o projeto *Indicadores Ecossistêmicos de Saúde na Várzea da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM*, desenvolvido entre os anos de 2007 a 2010. O objetivo desse projeto foi a construção de indicadores que revelassem as formas de integração entre saúde e meio ambiente no ecossistema da várzea Amazônica.

As oito comunidades da amostra foram escolhidas com base em critérios que representassem as diversidades das condições sociais desse ecossistema. Pirarara Novo, Nova Colômbia, Nova Jerusalém, Maguari, Novo Viola, Barroso, Sítio Fortaleza São José e Vila Alencar, representam diferentes níveis de interação com os centros urbanos, diferentes religiões, com diferentes formas de organização social, comunidades mais jovens e mais antigas e estão vinculadas administrativamente aos municípios de Alvarães, Maraã, e Uarini.

Uma das questões analisadas nessa pesquisa foi as formas de acesso dessas populações rurais aos serviços públicos de saúde. No conjunto dessas questões, destaquei para a produção da minha monografia uma análise sobre o olhar das lideranças comunitárias estudadas e sobre a atuação do poder público no que diz respeito ao atendimento às necessidades básicas de saúde dessas populações ribeirinhas.

Para a realização desse estudo foram realizadas entrevistas com as lideranças das comunidades. A prioridade da entrevista era dada aos presidentes. Caso não estivessem disponíveis, a segunda opção era o vice-presidente e como terceira opção a entrevista foi feita com o morador mais antigo da localidade.

O Quadro 1, a seguir, mostra a distribuição das lideranças entrevistadas, por comunidades da amostra, onde se destaca a predominância dos presidentes das comunidades como informantes nessa pesquisa

Quadro 1. Distribuição das Lideranças Entrevistadas, por comunidade (N= 8) 2010

Localidade	Presidente	Vice- presidente	Morador mais antigo
Vila Alencar	x		
Pirarara Novo		x	
Nova Colômbia		x	
Nova Jerusalém	x		
Maguari	x		
Novo Viola	x		
Barroso			x
Sítio Fortaleza	x		
Total	**5**	**2**	**1**

Fonte: Pesquisa Indicadores Ecossistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica 2010.

A atenção básica à saúde nas comunidades

> A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior freqüência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. (Ministério da Saúde, 2010)

Com o objetivo de levar em consideração os valores sociais e culturais, a atenção básica à saúde dos indivíduos é proposta no intuito de promover "(...) saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável." (Ministério da Saúde, 2010)

Durante as entrevistas, perguntava-se às lideranças comunitárias sobre qual a forma de participação dos municípios a respeito do atendimento básico à saúde nas comunidades com o intuito de entender a forma como o poder público atendia as demandas locais de promoção à saúde.

A presidente da comunidade do Maguari relatou que a atenção à saúde básica na comunidade "*chega bem pequenininho*", e faz menção a atuação do agente de saúde que deveria ir pelo menos duas vezes ao mês à comunidade, mas que não cumpre essa tarefa. Em outra comunidade, Nova Jerusalém, segundo o agente de saúde ele além de atender a comunidade, seria encarregado de mais outras três comunidades próximas, o que dificulta o trabalho do agente, contribuindo para seu fraco desempenho. Informou ainda que, o médico aparecia apenas uma vez a cada ano.

O presidente do Novo Viola informou que os representantes municipais faziam visitas à comunidade, mas achava que "*eles não ligam muito para a saúde*" e ainda nos informou que as campanhas de vacinação há muito tempo não são realizadas Na comunidade do Sítio Fortaleza São José, o presidente da comunidade informou que ocorre regularmente a vacinação na localidade. Essas comunidades pertencem administrativamente ao município de Uarini.

Em Nova Colômbia, o vice-presidente da comunidade relatou que a ida de médicos, assim como a vacinação da população, havia ocorrido no ano anterior. O vice-presidente da comunidade do Pirarara Novo, que pertencente ao município de Uarini, informou que o

município de "*Alvarães não ajuda*" e que o município de "*Uarini manda remédio, agente de saúde e doutor*".

A atuação dos agentes de saúde

Embora a equipe de profissionais da saúde básica seja composta por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, dentistas e auxiliares de consultórios dentários, a principal referência nessa área, para os ribeirinhos da várzea amazônica é o agente de saúde. É ele o incumbido de auxiliar e controlar os indicadores das manifestações epidemiológicas. Os agentes contribuem nas comunidades, ajudando na prevenção e observação das doenças. São eles os responsáveis pelo fortalecimento dos elos entre a comunidade e os serviços de saúde pública, monitorando e acompanhando as doenças mais decorrentes nas comunidades.

Oliveira (2001) ressalta que os agentes de saúde são encarregados do acompanhamento das doenças que mais ocorrem em sua comunidade, assim como verificação do peso e altura média de crianças e com essas informações devem elaborar relatórios mensais para a prefeitura de seus municípios, além de serem encarregados pela distribuição de hipoclorito para melhorar a qualidade da água de consumo nas comunidades. No Quadro 2, a seguir, está apresentado o número de agentes de saúde das comunidades amostrais, em comparação ao número de famílias de cada comunidade.

Quadro 2. Distribuição do numero de agentes de saúde por comunidade (N=8 comunidades) 2010

Localidade	Agente comunitário de saúde	Nº de famílias	Nº agentes de saúde	Nº de agentes de saúde entrevistados
Vila Alencar	Possui	24	2	1
Pirarara Novo	Não Possui	7	-	-
Nova Colômbia	Não Possui	9	-	-
Nova Jerusalém	Não Possui[1]	11	-	-
Maguari	Não Possui[2]	16	-	-
Novo Viola	Não Possui	10	-	-
Barroso	Possui	15	1	1
Sítio Fortaleza	Possui	14	1	1
Total		**106**	**4**	**3**

Fonte: Pesquisa Indicadores Ecossitêmicos de Saúde na Várzea Amazônica 2010.
[1] Quem atende a comunidade de Nova Jerusalém é a Agente Comunitária de Saúde da comunidade São Francisco do Bóia, mas encontrava-se doente.
[2] Quem atende a população do Maguari é o ACS da comunidade do Barroso, mas não se encontrava na comunidade, pois estava em uma reunião dos ACS da prefeitura de Uarini.

Conforme apresentado no quadro acima, é possível perceber que as comunidades com maior número de famílias, possuem agentes de saúde. Em destaque, está a comunidade de Vila Alencar com duas agentes de saúde. Nessa comunidade foi registrado um fato curioso acerca das agentes. O presidente da comunidade informou que a agente atuante há mais

tempo, seria contratada do município de Alvarães. Como ela já não estaria atuando como deveria, pois se encontrava morando mais na cidade do que na comunidade, na reunião mensal dos comunitários foi decidido que deveria ser indicada outra pessoa para atuar como agente de saúde. A pessoa indicada foi contratada, mas não pelo município de Alvarães e sim pela prefeitura de Uarini. O presidente da localidade nos diz que "*agora que mudou o prefeito de Uarini, é que está ajudando*".

As comunidades do Pirarara Novo e Nova Colômbia apresentam o menor número de famílias. Em ambas as comunidades, não há a presença do agente de saúde.

Em Nova Jerusalém, o agente de saúde contratado para atuar, reside e também atua em uma comunidade próxima chamada São Francisco do Bóia. Esse fato acabou gerando um grave problema, pois o agente somente trabalhava na comunidade em que morava e ainda apresentava atas falsas para a prefeitura, como se estivesse atuando em NJ, o que na realidade não ocorria, segundo o presidente da localidade.

Outra comunidade dependente de um agente de saúde que reside em outra localidade é o Maguari. A presidente informou que "*O agente de saúde é do Barroso que atende três comunidades. O prefeito dá gasolina para ele vir pelo menos duas vezes por mês, mas ele não vem*". Embora já houvesse acontecido a queixa, até então, nada havia sido feito pela prefeitura.

Conclusão

As lideranças comunitárias transmitem em suas falas a falta de planejamento e ordenamento público para atender as demandas sociais de saúde em suas localidades. A distância das comunidades aos centros urbanos é um dos principais fatores de *defasagem* da prestação dos serviços à saúde, distâncias essas que o poder público ainda não consegue diminuir.

O principal agente, na questão do atendimento à saúde básica, que é o agente de saúde, se mostra insuficiente no momento em que não consegue efetivar as atuações nas localidades levando em consideração suas *especificidades*. O presidente de Nova Colômbia relata que em um das conversas que teve com a prefeitura de Uarini, o prefeito havia dito "*para a agente de saúde que só era para levar para Uarini, a pessoa que não tivesse mais andando e nem falando*", mostrando o descaso com os ribeirinhos.

A principal solução apontada pelas lideranças de comunidades, a respeito da falta e/ou limitada atuação dos agentes de saúde, seria a utilização de pessoas da própria comunidade como agentes comunitários de saúde, pois essas pessoas residindo na comunidade, estariam

mais próximas das demandas locais e sua atuação seria mais reconhecida e valorizada pelos moradores do lugar.

Bibliografia

AKERMAN, Marco. *Saúde e Desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação*. Hucitec. 2007

Ministério da Saúde. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/conheca_dab.php Data do acesso: 29/03/2010

MOURA, Edila Arnaud Ferreira. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Estado do Amazonas, Brasil*. 2007. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. Indicadores *Mudanças sociais em tempo de modernização ecológica na Amazônia: a experiência de Mamirauá*, Brasil. Universidade Federal do Pará, Belém 2009. Disponível em: http://www.encontroanpocs.org.br/2009/ Data do acesso: 27/03/2010.

OLIVEIRA, Maria C.; ROCHA, Maria I. B. R.(orgs.). *Saúde reprodutiva na esfera pública e política*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

OS PROBLEMAS CAUSADOS PELO LIXO NO ESPAÇO RURAL: uma abordagem socioambiental nas Colônias Maciel e São Manoel – Rincão da Cruz- Pelotas - RS

Glauber Sudo Cabana

Acadêmico do curso de Geografia – LEAA/UFPel Bolsista PROBEC/UFPEL. Mail: glaubercabana@hotmail.com

Adão José Vital da Costa

Professor Assistente IV do Departamento de Geografia ICH/UFPel. Mail: vital.costa@yahoo.com.br.

Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – ICH – Universidade Federal de Pelotas

GT 01 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata sobre a questão do lixo nas comunidades das Colônias Maciel e São Manoel, Distrito de Rincão da Cruz do município de Pelotas - RS e a participação da educação ambiental na gestão do lixo nas propriedades rurais, principalmente, no que diz respeito à geração de resíduos, reciclagem e a minimização dos impactos sobre o ambiente. Essa discussão tem ganhado destaque, atualmente, devido ao aumento significativo dos índices de degradação ambiental decorrentes da produção de lixo e seu descarte em local inapropriado, desperdício no aproveitamento dos resíduos orgânicos e inorgânicos (falta de reciclagem) e as relações com os hábitos de consumo doméstico e com o padrão técnico das práticas agrícolas.

A QUESTÃO DO LIXO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A geração de lixo pode ser considerada uma questão socioambiental, pois, além de estar relacionada à saúde pública, uma vez que faz parte do saneamento básico junto com o tratamento da água e do esgoto, tem repercussões sobre a preservação e/ou conservação dos recursos naturais, principalmente, no que tange aos mananciais hídricos.

Em uma dimensão mais abrangente, sabe-se que o lixo hoje é um dos grandes problemas a serem enfrentados, principalmente, nos países subdesenvolvidos onde grande parte da população carece de informações e orientações adequadas para a gestão do lixo produzido. Em linhas gerais, a

produção de lixo no mundo é subdividida em três categorias: lixo reciclável (30%), lixo degradável (50%) e os 20% restantes, obrigatoriamente, devem ser depositados em locais previamente escolhidos para construção de aterros sanitários, de acordo com a legislação ambiental vigente em cada país.

O lixo reciclável é o "lixo que não é lixo", ou seja, é o material que não se decompõe como o plástico, metal, vidro, lata, osso etc. Esses resíduos, quando reutilizados, economizam energia (toda aquela consumida na produção), e, depois de comercializado auxilia muitas famílias (catadores) na geração de renda; Em algumas cidades brasileiras existem cooperativas de catadores que trabalham exclusivamente com a atividade de reciclagem de lixo, porém, o problema do lixo poderia ser mais rapidamente resolvido se a população colaborasse com a separação do lixo doméstico, como acontece na maioria dos países desenvolvidos.

O lixo degradável, que corresponde cerca de 50% do total do lixo gerado, é destinado a compostagem. O principal subproduto deste tipo de lixo é sua transformação em adubo orgânico, utilizado em hortas e jardins. Os 20% restantes, correspondem ao lixo que não tem reutilização, este é necessariamente depositado em aterros sanitários e devem ser recobertos por terra e compactados por máquinas, evitando a contaminação do solo, do lençol freático, e a proliferação de insetos etc.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS: um estudo de caso nas colônias Maciel e São Manoel

A educação ambiental é um novo conceito de educação voltada para a sustentabilidade da relação entre sociedade e natureza, diante de problemas ambientais que podem ser equacionados, a partir de mudanças nos processos de aprendizagem e difusão de conhecimentos. Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - Educação Ambiental é um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência critica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

A conservação da natureza e, conseqüentemente, da qualidade de vida tem sido uma preocupação da sociedade há algum tempo. Com isso, intensifica-se a demanda por atividades que estimulem o desenvolvimento de uma consciência ambiental, não só ecológica, mas também visando às questões sociais, culturais e econômicas relacionadas à existência do homem. Dessa forma, uma

pretendida sociedade sustentável pressupõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto ao tipo de valor atribuído à natureza, quanto ao uso dos recursos naturais.

No que diz respeito às questões socioambientais relacionados à temática da água, podemos citar situações como, por exemplo, problemas de saneamento básico, onde em determinados locais o lixo e o esgoto não recebem um tratamento adequado e são lançados diretamente nos cursos de água, além das indústrias que liberam todos os seus dejetos em mananciais hídricos. Estes tipos de práticas ocasionam graves problemas, pois, além de poluírem os recursos hídricos causam contaminação da fauna e da flora, alagamentos e a proliferação de várias doenças. Sobre essa situação Dias (2004, p.250) afirma que: Os impactos são produzidos na qualidade da água e em sua disponibilidade. As cidades poluem os rios, e os mares são poluídos pelo metabolismo das cidades e pela aplicação de biocidas e fertilizantes, utilizados na agricultura.

No recorte territorial analisado pelo projeto de pesquisa, é possível identificar problemas relacionados à sustentabilidade dos recursos hídricos, pois, nas Colônias Maciel e São Manoel a organização socioespacial da agricultura familiar tem como principais produtos comerciais o fumo e o pêssego, cultivos que utilizam intensivamente os agrotóxicos. Os produtores, na maioria das vezes, não têm preocupações quanto a sua saúde e da sua família, nem quanto à preservação dos recursos hídricos, pois, por estarem integrados a um modelo de produção agroindustrial, no qual grandes empresas, como as fumageiras transnacionais, impõem a adoção de pacotes tecnológicos no processo produtivo, retiram a autonomia dos agricultores sobre a utilização dos recursos disponíveis na propriedade, principalmente, no que se refere à terra e a água.

Para confrontar a teoria da educação ambiental e sustentabilidade com as práticas socioprodutivas dos agricultores, realizou-se trabalho de campo no qual foram coletados dados e informações primárias, por meio de entrevistas, nas Colônias Maciel (48 proprietários rurais) e São Manoel (43 proprietários rurais), ambas localizadas no Distrito do Rincão da Cruz, 8º Distrito de Pelotas-RS, sobre as seguintes questões: destino dos diversos tipos de lixo (lixo doméstico – seco e orgânico –, lixo agrícola e embalagens de agrotóxicos); e, por fim, sobre a lavagem das embalagens de agrotóxicos e dos equipamentos agrícolas utilizados pelos agricultores.

Quando questionados sobre qual era o destino do lixo seco produzido nas suas propriedades, os entrevistados da Colônia Maciel deram as seguintes respostas: 53,19% fazem a coleta; 34,04% utilizam a queima; 2,13% descartam em qualquer lugar e 10,64% realizam outras práticas. Já na Colônia São Manoel, 47,37% fazem a coleta; 40,36% queimam; 8,77% enterram; 1,75%

descartam em qualquer lugar e 1,75% realizam outras práticas de destinação para o lixo reciclável.

Na área onde foi realizada a presente pesquisa, por ser um espaço rural, observa-se que a gestão do lixo apresenta algumas particularidades, como por exemplo: a deficiência no sistema de coleta do lixo seco ou reciclável, pois, o serviço é realizado apenas uma vez na semana nestes locais. Muitos agricultores afirmam ter aderido a este serviço, executado pelo poder público municipal, na expectativa de colaborar com a preservação da natureza e na manutenção da paisagem. Principalmente, no que diz respeito aos recursos hídricos (arroios, sangas e nascentes), pois, além do abastecimento de água para o consumo doméstico estes são utilizados para atividades de turismo no espaço rural.

Ao serem questionados sobre o destino do lixo orgânico produzido nas suas propriedades rurais, na Colônia Maciel os entrevistados deram as seguintes respostas: 57,14% reaproveitam na alimentação animal; 6,12% enterram ou jogam em algum local na própria propriedade; 34,70% usam como adubação e 2,04% realizam outras práticas. Na Colônia São Manoel, 57,41% reaproveitam na alimentação animal; 25,92% enterram ou jogam em algum local na própria propriedade e 16,67% usam como adubação.

Com relação à utilização de insumos de forma regular, na Colônia Maciel 30 agricultores utilizam herbicida, 29 aplicam inseticidas, 28 utilizam adubo químico, 27 fungicida e 18 utilizam adubo orgânico. Para Colônia São Manoel 38 agricultores utilizam adubo químico, 37 utilizam fungicidas e inseticidas, 36 utilizam herbicidas, 27 utilizam calcário e 24 utilizam adubo orgânico. Sabe-se que, durante todo o processo de cultivo, tanto do fumo quanto do pêssego, o agricultor utiliza significativas quantidades de agrotóxicos e, em conseqüência, está exposto a riscos de intoxicação em todas as fases do sistema produtivo. Por conta disso, cabe ressaltar a questão da produção de lixo tóxico, o qual nas comunidades analisadas ainda representa um problema, tanto em relação ao destino dado às embalagens quanto ao manuseio desses produtos. Entre os agricultores investigados observa-se que as embalagens vazias de produtos químicos são abandonadas em qualquer lugar na propriedade ou jogadas nos arroios próximos.

Segundo afirmação de Salamoni e Gerardi:

> A poluição por praguicidas é o exemplo mais notório de degradação do meio, causada por práticas agrícolas concebidas para combater os efeitos do desequilíbrio motivado pela excessiva simplificação do ecossistema agrícola.

> Sabe-se também que além da contaminação dos solos, das águas e dos produtos alimentares a utilização sistemática de praguicidas provoca reações de defesa nos organismos que se quer controlar, reação que os torna cada vez mais resistentes aos tratamentos. É preciso, então, aumentar as dosagens e/ou introduzir novos produtos, numa corrida sem fim contra as reações da natureza. (SALAMONI E GERARDI, 2002, p. 123)

Em relação ao destino das embalagens de agrotóxicos utilizadas nas suas propriedades, os entrevistados da Colônia Maciel responderam que: 48,84% entregam para as empresas (fumageiras); 2,32% enterram; 4,65% realizam a queima; 4,65% fazem o descarte em qualquer lugar; 27,91% não utilizam agrotóxicos e 11,63% entregam para a Subprefeitura. Já na Colônia São Manoel, os proprietários deram as seguintes respostas: 35,30% entregam para as empresas (fumageiras); 1,96% reutilizam para outro fim; 5,89% realizam a queima; 19,60% não utilizam agrotóxicos e 37,25% entregam para a Subprefeitura.

Aos entrevistados das Colônias Maciel e São Manoel foi perguntado como era feita a lavagem das embalagens dos agrotóxicos utilizadas por eles nas suas respectivas propriedades. Na Colônia Maciel, 75,86% fazem a tríplice lavagem e o reaproveitamento da água na aplicação da lavoura; 6,90% fazem, no máximo, uma lavagem; 17,24% fazem a tríplice lavagem e colocam a água em um local que consideram não representar riscos ambientais. Na Colônia São Manoel, 72,22% fazem a tríplice lavagem e o reaproveitamento da água na aplicação da lavoura; 25,00% fazem a tríplice lavagem e colocam a água em um local que consideram não representar riscos ambientais e 2,78% não fazem a tríplice lavagem, apenas realizam a queima das embalagens.

Em relação à lavagem das embalagens de agrotóxicos, pode-se perceber nas entrevistas realizadas, que a maioria dos produtores rurais executa a tríplice lavagem e reutiliza a água da lavagem na pulverização da lavoura. Porém, uma minoria faz a tríplice lavagem e descarta a água em lugares que acham próprios para depositá-los, desperdiçando a sobra do produto e tendo chances de contaminar o solo, lençol freático e cursos d'água adjacentes.

Apesar de estarmos vivendo em uma época na qual a grande maioria da população tem acesso à coleta de lixo, especialmente no caso dos centros urbanos, nas entrevistas percebe-se que uma parte considerável dos moradores da área rural ainda mantém os hábitos de seus antepassados como, por exemplo, enterrar o lixo, queimá-lo, descartá-lo a céu aberto, entre outras práticas. Durante o trabalho de campo foram encontradas embalagens de agrotóxicos em meio à mata ciliar e em outros locais onde o lixo é queimado e/ou depositado para ser decomposto

naturalmente. Provavelmente, essas ações insustentáveis ocorram devido à falta de informação entre os proprietários rurais, as suas famílias e a instituição escolar sobre a dinâmica dos recursos renováveis e não renováveis, a fim de que a natureza possa atender as demandas da sociedade, ou seja, as novas gerações com qualidade de vida. Cabe ressaltar, que dependendo do material depositado, como plásticos, a natureza pode levar até 400 anos para decompô-lo, ou seja, de nada adianta enterrar o lixo se ele não for degradável.

Em contrapartida, encontram-se produtores que reaproveitam o lixo de maneira ecologicamente correta, como é o caso do lixo orgânico, este é reutilizado por mais da metade dos produtores rurais residentes nas duas colônias analisadas. Nesse caso, os resíduos usados na alimentação dos animais domésticos e, também, uma parcela significativa reutiliza o mesmo no cultivo de hortaliças e frutas como adubo orgânico.

Numa visão mais ampla, para obtermos melhores resultados, o homem e a natureza precisam estabelecer uma relação de reciprocidade, pois, a sobrevivência da raça humana depende, única e exclusivamente, da forma com a qual ele a trata, já que o homem criou uma incrível habilidade de manipular a natureza, colocando-se numa posição superior à do meio natural, como afirma Santos:

> A história das chamadas relações entre sociedades e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição do meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. (SANTOS, 2002, p.33)

A partir das principais proposições do trabalho, a educação ambiental se insere como resultado da ação voltada para a transformação social, fazendo com que a comunidade tenha a consciência de que o homem é um ator ativo na natureza e precisa conhecer o ambiente que o cerca para saber de que forma suas ações podem ou não interferir na qualidade ambiental. Segundo Carvalho,

> O Sujeito Ecológico deve ser compreendido como um tipo ideal que alude simultaneamente a um perfil identitário e a uma utopia societária. Diz respeito ao campo ambiental e, na medida em que esse ganha legitimidade, se oferece ao conjunto da sociedade como modelo ético para o estar no mundo.(CARVALHO, 2002, p.71)

O objetivo fundamental da educação ambiental é mostrar as correlações econômicas, políticas,

sociais, culturais e ecológicas do mundo, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e solidariedade entre os indivíduos, as sociedades e o meio ambiente. De acordo com Silveira (s/d apud MARTINS, 1997, p117) "Educação é um processo complexo e não se faz educação apenas por fazer. Faz-se educação porque ela é vital para o desenvolvimento social como um todo."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas exercidas pela sociedade se tornaram tão nocivas para a natureza que esta vem perdendo sua capacidade regenerativa, e sendo assim se este modelo indiscriminado não for freado chegaremos em breve a um colapso ambiental. No mesmo sentido, Porto-Gonçalves afirma: "Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura". (PORTO-GONÇALVES, 1990, p.21)

Observados e analisados os dados coletados, verifica-se que é preciso desenvolver uma série de trabalhos e atividades no sentido, não só de preservar, mas também, de identificar a melhor maneira de conjugar o binômio uso/preservação dos recursos naturais e aumento da produtividade na propriedade rural, de forma a potencializar os elementos constitutivos do arranjo espacial colonial.

Para dar uma resposta à comunidade, está sendo elaborado um projeto de extensão, de caráter itinerante, voltado para as escolas localizadas na área de estudo, visando levar informações que ampliem o conhecimento em relação a minimizar os danos causados pelo impacto ambiental oriundo do descarte inadequado do lixo. Além disso, é importante conscientizar as crianças e jovens da comunidade a consumirem de maneira sustentável. Nesse sentido, a educação ambiental surge como um paradigma, uma nova maneira de encarar o papel do ser humano no mundo, buscando novas dimensões para as relações entre sociedade e natureza. Com uma visão sistêmica e integradora da realidade, adotam-se estratégias de participação onde a comunidade é estimulada a exercitar a plenitude de sua cidadania cooperando para uma melhor qualidade ambiental, que se materializa a partir de ações locais. Ressalta-se, então, a importância da educação ambiental no espaço rural, fazendo com que esta cumpra o processo permanente de aprendizagem, valorizando as diversas formas de conhecimento (saber empírico e acadêmico-científico) na construção de uma consciência local e planetária.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Ion Trinade. **Manual de Educação Ambiental**. Porto Alegre: Síntese, 1997.

REIGOTA, Marcos. **Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção Ecológica: Narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

SALAMONI, Giancarla. e GERARDI, Lucia H.O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L.H.O . e MENDES, I. A . M. (Orgs.) **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea.** Rio Claro:AGETEO, 2001.

_____. Agroquímica e Fumicultura no Rio Grande do Sul. Rio Claro, **Geografia**, v. 27, n. 2, p. 121-130, 2002.

SANTOS, Milton**. A Natureza do espaço: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

OUTRA CARTOGRAFIA É POSSÍVEL: construção da identidade de Povos e Comunidades Tradicionais através da Cartografia Social

Marina Eduarda Armstrong de Oliveira
(malyoliveira@yahoo.com.br)
Renato Alves Ribeiro Jr.
(cherenato@gmail.com)
Otávio Gomes Rocha
(otaviogr@gmail.com)
Thiago Vinícius de Almeida da Silva
(thiagodageografia@gmail.com)
Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
(jorgemon@ufpr.br)

Departamento de Geografia/UFPR

GT 01: Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

A Nova Cartografia Social vem se consolidando desde 2005 no Brasil como uma alternativa de representação territorial apropriada pelos Povos e Comunidades Tradicionais[1] e como um instrumento de articulação, resgate de identidade e força motriz de suas ações, em um contexto de forte pressão sobre seus territórios e sobre os recursos necessários para sua sobrevivência. Nesse tempo, várias foram as comunidades que resolveram incorporar a cartografia como ferramenta para se afirmar, se mostrar e se construir como sujeito político. O presente trabalho objetiva apresentar um panorama da construção da cartografia social em três comunidades tradicionais paranaenses (uma delas também territorializada em Santa Catarina), contextualizando essa prática no que significa a utilização da cartografia a partir de processos participativos. Para tanto, em primeiro lugar situamos a apropriação da cartografia por esses grupos, para depois abordar exemplos concretos de cartografia social que os autores acompanhamos desde o primeiro trimestre de 2009 e que se encontram hoje em diversas fases de realização.

[1] "Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (Art. 3 do Decreto n.º 6.040– Política Nac. de Desenv. Sustent. dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Cartografia Tradicional e Cartografia Social: quem está do outro lado do mapa?

A representação cartográfica tradicionalmente pode ser entendida como estratégia de dominação e afirmação de poder, cujo processo de produção aparece restrito em sua elaboração e difusão aos interesses de uma classe dominante. Dessa forma, a representação espacial ficou submetida à hegemonia do Estado moderno capitalista e das organizações internacionais de controle (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas etc.), sendo utilizada como ferramenta de controle social que não está isenta de estratégias de dominação. O geógrafo Yves Lacoste, em sua obra "A Geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra" afirmava:

> Muito mais que uma série de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégias. Tal formalização do espaço que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início, criada por oficiais para os oficiais." (LACOSTE, 1988, p.23)

Entretanto, a confluência em nossos dias da difusão das técnicas de produção cartográfica junto à emergência de novos movimentos sociais com um arraigo territorial fundamental introduz na análise territorialidades alternativas. Novas formas de pensar o território a partir de perspectivas que desafiam o *mainstream* do capital moderno globalizado criam resistências espacializadas e enraizadas na luta pelo território, configurando novos mapas.

As comunidades e povos tradicionais inserem-se neste contexto propondo novos dispositivos jurídicos, que segundo Almeida (2006) traduzem-se em disputas entre diferentes forças sociais. A abrangência da categoria "populações tradicionais" vêm sendo foco dessas disputas e "tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo usada para designar **agentes sociais que se autodefinem**", sujeitos sociais com existência coletiva, e que nos últimos anos vêm se constituindo como movimento social. (ALMEIDA, 2006, p. 28, grifo nosso)

A cartografia revela-se neste sentido como ferramenta essencial para a auto-afirmação coletiva desses sujeitos sociais, cumprindo com a dupla função de resgate histórico e identitário, e de busca por visibilidade social e política. Podemos afirmar que em certo sentido, as comunidades criam os mapas e os mapas "criam" as comunidades. Para além de instituições externas registrando normativamente um território que controlar, o processo da cartografia social

re-coloca as comunidades tanto atrás do mapa (cartógrafos) como na frente (cartografiados), protagonistas de um processo em que se auto-definem.

Preparando o terreno: cartografia social dos faxinalenses[2] de Mandirituba e Quitandinha-PR

Como afirmamos anteriormente, os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil vêm se organizando para alcançar visibilidade perante a sociedade em geral e perante o Estado em particular. Esses povos que há muito tempo vivem enraizados em um determinado local sofrem com a invisibilidade social que traz como conseqüência a perda de seus territórios e o esquecimento de suas culturas. Na última década, por exemplo, os povos praticantes do sistema Faxinal vêm se organizando para contestar os dados levantados por algumas pesquisas que apontam para o desaparecimento dessa pratica[3].

No caso dos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba que estamos acompanhando, há seis comunidades localizadas entre os municípios de Quitandinha e Mandirituba[4] que iniciaram o processo de cartografia social. Na primeira reunião, onde se decidiu pela realização do processo de cartografia, também foram convidados setores da sociedade local (como o prefeito e alguns vereadores), regional (como pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, que seriam convidados a auxiliar o processo) e estadual (como órgãos da administração do Estado[5]). Já na segunda reunião, o processo de cartografia se iniciou com a participação apenas de membros das comunidades envolvidas e dos pesquisadores que auxiliam tecnicamente o processo, estabelecendo quais seriam os principais conflitos e os principais laços que os unem como comunidade (diferenciando-os de outras comunidades) e começando a localizá-los no mapa.

Toda essa articulação entre as comunidades faxinalenses tem como objetivo se tornar visíveis ao poder publico e à sociedade mostrando o seu modo de vida tradicional que mantém laços comunitários. Assim esse processo tende a afirmar os direitos étnico-territoriais dos faxinalenses, utilizando a cartografia como instrumento de enfrentamento contra, por exemplo, chacareiros que compram terrenos dentro do criadouro comunitário do faxinal e os cercam

[2] O Faxinal é uma formação social tipicamente camponesa, de caráter agro-silvo pastoril, com tradição secular de terras de uso comum, independente de a (ou da) propriedade de ser privada ou não, que constrói, mantém e reconstrói a fração do território comunitário camponês faxinalense. (TAVARES, 2008)
[3] Como Chang (1988).
[4] Faxinais da Pedra Preta, do Mato Branco, do Campestre do Paula, do Espigão das Antas, do Meleiro que estão começando o processo de cartografia e o Faxinal do Salso que já o realizou e auxilia os demais.
[5] Como o ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociência) e o IAP (Instituto Ambiental do Paraná).

impedindo o acesso comum aos recursos naturais e impedindo o livre trânsito e alimentação das criações.

Ainda que em um momento inicial da construção da cartografia social, os faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba se utilizam dessa ferramenta para reconhecer-se como grupo diferenciado com demandas que têm eco na legislação e que retro-alimentam sua auto-definição.

Tecendo as redes do cipó: o mapeamento dos cipozeiros de Paraná e Santa Catarina

No caso dos cipozeiros do Paraná e Santa Catarina, em março 2007, construíram um primeiro fascículo restrito ao município de Garuva-SC. Atualmente, as comunidades cipozeiras espalhadas pela área de mata atlântica da serra litorânea do Paraná e Santa Catarina vêm realizando uma segunda cartografia social, mostrando onde se situam as diferentes comunidades dessa grande "região cipozeira", seus problemas e sua cultura.

Autodenominam-se cipozeiros, as comunidades tradicionais que vivem da coleta do cipó e do artesanato[6]. No entanto, o livre acesso à floresta da Mata Atlântica está sendo negado a esse grupo, pois a região passa por processos de disputas territoriais desencadeadas por legislações ambientais, que interferem de forma direta em suas relações de vivência, fazendo com que eles adquiram de outras formas o cipó imbé, comprando através de "atravessadores" que não conhecem o manejo tradicional e correto da retirada do cipó e degradam o meio ambiente.

A cartografia social realizada pelos cipozeiros rompe com os limites estaduais, se utilizando de diversos métodos para o mapeamento, pois somente o agente social envolvido no processo da cartografia social detém o conhecimento da região e da comunidade a ser mapeada e quais regiões devem ser pesquisadas. Junto a eles a equipe de pesquisadores que acompanha o mapeamento tem a função de suporte, contribuindo com a locomoção dos cipozeiros nas pesquisas de campo e sistematizando os materiais das atividades de oficinas da cartografia social.

Portanto, os cipozeiros realizam o seu próprio mapeamento, "revelando a importância da mobilização identitária objetivada em um movimento social capaz de desbloquear e alargar os limites impostos pelo Estado para que tenha alcance real ao direito a diferença através da cartografia social" (SOUSA, 2007).

[6] Várias famílias de cipozeiros se dedicam direta ou indiretamente ao artesanato com fibras vegetais. A principal fibra nativa é o cipó imbé, utilizado há gerações para artesanato de cestas e balaios diversos, chapéus e luminárias, entre outros artigos decorativos e utilitários (NOVA CAROGRAFIA SOCIAL, 2007).

Depois de todo este processo, o fascículo torna visível a identidade coletiva e serve como instrumento jurídico perante o Estado, uma vez que concretiza a voz da comunidade em uma ferramenta que tem o aval científico e que reivindica uma prática tradicional extrativista que ajudou a conservar a mata que hoje a legislação ambiental vigente coloca fora do alcance dos próprios cipozeiros.

Entre o mar e a mata: a cartografia social dos pescadores artesanais da Ilha de Superagüi enquanto instrumento jurídico

Para a comunidade de pescadores artesanais de Superagüi (ilha do litoral norte paranaense pertencente ao município de Guaraqueçaba), ser pescador artesanal é mais do que uma atividade econômica que envolve pesca, mas um modo de vida constituído também por outras atividades em terra. Nesse sentido, percebemos que no caso dos pescadores, o conflito tem, de um lado, os pescadores artesanais e, de outro, a legislação ambiental.

Em 25 de abril de 1989, foi aprovado o Decreto n.º 97.688 que criou o Parque Nacional do Superagüi, que se sobrepôs ao território dos pescadores artesanais, impedindo-os de manter o cultivo de subsistência que praticavam há muitos anos, construir casas e praticar coleta de materiais (madeira, plantas decorativas e ervas) da floresta. Sendo assim, em terra não poderiam levar adiante seu modo de vida tradicional e garantir sua subsistência. Então passaram a ter como opção a pesca, até que em 06 de dezembro de 2004 surgiu a IN/MMA n. 29, que proíbe a pesca de arrasto a menos de 1 milha náutica (1.800 m) da costa. Desta forma, os pescadores artesanais passaram a ser proibidos de usufruir de seu território pesqueiro sendo, então, fadados à concorrência desleal com a pesca industrial que realiza pesca diuturna com técnicas muito mais agressivas e que se revela como extremamente prejudicial aos ecossistemas marítimos. Dessa forma, podemos observar que também no mar o modo de vida tradicional desta comunidade tem sido comprometido.

A cartografia social dos pescadores artesanais foi realizada durante todo o ano de 2009, mediante três oficinas, com a participação de aproximadamente 50 pessoas, o que resultou num fascículo que deve ser o apoio jurídico utilizado para reverter esse encurralamento que os pescadores sofrem entre o mar e a mata. Existe, por parte da comunidade, um controle do processo de construção da sua própria cartografia, e isso tem desdobramentos políticos e jurídicos evidentes, pois, ao conhecer a totalidade dos conflitos e das entidades que os protagonizam, passam a tentar reverter sua situação utilizando a legislação a seu favor.

Considerações finais

Os Povos e Comunidades Tradicionais não têm sido levados em consideração, no que diz respeito a seu modo de vida tradicional e suas necessidades, quando da elaboração de políticas públicas. Diante deste descaso do Estado, eles têm buscado alternativas que proporcionem a manutenção de seus territórios e o fortalecimento de sua identidade, o que encontram na Cartografia Social. Esta, por sua vez, os têm instrumentalizado e impulsionado para a luta por seus direitos.

A relação dos pesquisadores com as comunidades também tem um enfoque a ser denotado: a medida que o pesquisador se insere no projeto, configura-se como um técnico que tem como atribuição auxiliar no processo. Isso imputa ao pesquisador adquirir a consciência de que os protagonistas da cartografia são os próprios sujeitos das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUSA**,** Roberto Martins de. Da invisibilidade à existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. UFSC, Florianópolis: 2007.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum.** 2008. 751 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

BRASIL. Decreto n.º 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagüi, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=69&seq_tp_documento=3&seq_finaliddoc=7>. Acessado em: 01/12/2009.

BRASIL. Instrução Normativa n.º 29, de 06 de dezembro de 2004, do Ministério do Meio Ambiente.

OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 2ª ed. Brasília: OIT, 2005.

BRASIL. Decreto nº 6040 de 7 de febrero de 2007. Brasilia, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná.** Londrina: IAPAR, 1988b.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. Fascículo 9. Cipozeiros de Garuva, Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

PERMACULTURA: de uma contra-hegemonia para uma nova realidade

Luna Letícia de Mattos Lambert Soares

(lumattos1@yahoo.com.br)

Universidade de Brasília – UnB

Msc. Gilberto Oliveira Júnior

Departamento de Geografia - UnB

GT 01 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

Introdução

O presente texto objetiva realizar um movimento reflexivo acerca da realidade que compreende, ou é compreendida, pelo mundo atual, apesar de não contemplar nenhum projeto específico, pesquisa ou relatos práticos. Acreditamos que o meio rural e o modo de viver e fazer agricultura consistem no cerne de muitas das problemáticas vividas na contemporaneidade. Assim, pensamos ser possível engendrar esforços para alterá-las significativamente partindo de novos modos de tratar a Terra e o homem, o que pode e, em nosso ver, deve ser iniciado pela produção do alimento.

Na atualidade, o esgotamento no padrão de produção adotado pelo homem é evidente quando se observa o desgaste dos recursos naturais, que em breve não serão mais suficientes para suprir as necessidades criadas pela sociedade. A partir deste reconhecimento, considera-se ser o momento ideal para fomentar a adoção de práticas orientadas por uma perspectiva consubstanciada pela visão socioambiental. Por isso, defende-se um modelo de agricultura de pequena escala pautado nos ideais da permacultura.

O presente trabalho se apresenta dividido em três momentos reflexivos: primeiramente serão abordadas questões referentes ao espaço geográfico constituído pela sociedade e a realidade derivada dele. Em seguida, a permacultura será apresentada como uma possibilidade de mudança da constituição espacial rural, capaz de valorizar a vertente socioambiental e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento verdadeiro, não limitado ao crescimento econômico. Por fim serão explicitadas as considerações finais.

Vale ressaltar que no presente artigo abordamos o modelo permacultural como uma possibilidade, ainda repleta de incertezas e carente de mais experiências práticas, principalmente envolvendo agricultores de baixa renda. Portanto, reconhece-se que é

necessário haver estudos e práticas que possibilitem maior desenvolvimento e amadurecimento do tema, o que pode ser fortalecido e instigado a partir de debate.

O espaço e a realidade social

De acordo com Santos (2008, p. 11, grifo do autor), o espaço geográfico é um "*fator* da evolução social". Significa que é uma *instância* social, assim como a economia, o cultural-ideológico e o político-institucional, e por isso *contém* e *é contido* pelas demais instâncias. Logo, a essência do espaço é social (SANTOS, 2008, p. 12) e são os processos sociais que dão vida a ele, movimentam e dão sentido aos objetos geográficos – naturais e artificiais – que vão de infra-estruturas (fixos) a movimentações (fluxos)[1].

Em relação à realidade, Kosik (1985, p. 15) afirma:

> Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. A práxis cotidiana utilitária cria o "pensamento comum" – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a consistência e a validez do mundo real: "é o mundo da aparência" (Marx). A representação da coisa, não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.

Considerando as observações acima, compreende-se que "o mundo" em que vivemos foi criado pelo homem a partir do "pensamento comum" social e, por isso, não representa uma realidade terminada e imutável. As relações – tanto homem/homem quanto homem/meio - foram desenvolvidas e passadas ideologicamente a partir da *práxis* cotidiana e da coerção social. Consistem em uma realidade *social* e, portanto, passível de ser modificada pela sociedade que a produziu.

A realidade social se constitui a partir do modo de produção do espaço e este foi, em algum momento, criado e aceito pelo próprio homem. Em âmbito rural, a racionalidade hegemônica que orienta as relações tem expressão material: a estrutura fundiária injusta, a depauperação do camponês e a degradação ambiental. Tendo isto em vista, considera-se que há grande necessidade de uma mudança desta realidade que subjuga homem e meio.

[1] "Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1982, p. 53 *apud* SANTOS, 2006).

Concordando com Santos (2004, p. 186) quando o autor afirma que o espaço tem papel ativo na evolução social e, tendo em vista que o pensamento comum é passado pelas instituições sociais - sociedade civil e sociedade política (Estado) – acredita-se ser possível modificar a "técnica de tratamento das coisas" utilizando as mesmas ferramentas, ou seja, o "pensamento comum como forma ideológica do agir humano" e, assim, reconstruir a realidade ou, geograficamente falando, o espaço do homem. Isto, sendo possível por meio de uma organização na sociedade civil que crie rupturas na ordem espacial instituída e, aqui, a permacultura é considerada uma possibilidade nesta realização.

Permacultura: uma nova técnica de tratamento das coisas

No momento, motivado principalmente pelo debate sobre mudanças climáticas, o discurso em prol do meio ambiente está se fortalecendo. Embora ainda haja limitação e grande apropriação deste discurso, de fato, um novo contexto vem sendo criado e talvez permita uma modificação no "pensamento comum" da sociedade. Em nosso ver, é o momento ideal para fomentar novas formas de lidar com o meio, incentivando o respeito e equilíbrio nas relações entre os homens e entre estes com o meio. A permacultura foi escolhida como uma possibilidade por se adequar aos mais diversos contextos, por trazer a idéia de harmonia entre homens e meio ecológico como ética orientadora de suas práticas e por adotar uma visão sistêmica da realidade.

Em um modelo permacultural busca-se reduzir a dependência de recursos externos ao sistema. A idéia é que os elementos constituintes deste se complementem e interajam numa relação de interdependência, assim, quanto maior a diversidade de elementos, melhor. Ao alcançar a harmonia, o sistema deve produzir os recursos energéticos necessários à sua própria reprodução. O homem tem como função básica pensar e mediar as interações. Cabe a ele estabelecer o posicionamento de cada elemento, visando a eficiência das funções e acelerando os processos em seu próprio benefício sem, contudo, degradar o meio ecológico. Consistem em modelos diferenciados de uso e configuração do espaço.

A ética da permacultura é dividida em três partes: cuidado com o planeta Terra; cuidado com as pessoas e cuidado com a distribuição do excesso. A primeira refere-se ao cuidado com todas as coisas, vivas ou não. Neste caso, o cuidado com o solo, com a água, com as espécies, com a atmosfera e outros. Sendo assim, implica-se a utilização de atividades menos agressivas e a mudança em alguns hábitos de vida, como o consumismo. A segunda refere-se ao cuidado com o outro, que significa que todos devem ter acesso à alimentação, a

abrigo, à educação, ao trabalho. O cuidado com as pessoas também garante menores impactos à Terra. A terceira refere-se aos excedentes, o cuidado com o excedente de energia, de tempo, de dinheiro e outros. Cuidando dos excedentes, realiza-se também as duas primeiras éticas, cuidando da Terra e das pessoas. Estas três englobam a ética da vida, na qual se percebe o valor de tudo o que vive (MOLLISON, 1998, p.15).

Sendo assim, depreende-se que a permacultura é outro paradigma, que visa à interação e à harmonia, atribuindo outra ideologia ao agir humano, atuando a favor e não contra a natureza, que por si, já tem funcionamento perfeito. Sem a pretensão de romantizar o tema, acreditamos que a única forma de promover maior justiça social atrelada à preservação do meio ecológico é mudando a forma de trabalhar as relações entre homens e meio. A permacultura tem potencialidade para ser uma dessas formas e, por isso, defende-se que seja mais explorada a fim de ampliar a compreensão de sua real aplicabilidade em contextos práticos. Defendemos que é importante que os movimentos na sociedade civil visem, utilizando as ferramentas existentes – políticas, ideológicas, econômicas - modificar o uso delas e criar espaços que permitam modelos promotores de um real "desenvolvimento", capaz de integrar de forma equilibrada as diversas esferas sociais.

Considerações Finais

Segundo a concepção de espaço proposta por Milton Santos (2006), este corresponde a uma totalidade que está em constante movimento, em um processo de totalização. A totalidade é incompleta e é um resultado, constituindo a realidade em sua integridade. Já a totalização é o processo no qual a totalidade se dá. O geógrafo afirma que "a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo" (2006, p. 75). As duas convivem no mesmo lugar e no mesmo momento.

Assim, o espaço permite movimentos internos contrários à ordem instituída, podendo ser desfeito e refeito em um outro todo, sempre no movimento constante de totalização. Espaços de negação da ordem instituída, surgidos do dissenso da sociedade civil, podem e devem ser criados, pois trabalhando elementos da configuração do espaço, este, por ser ativo na sociedade pode ir gradativamente gerando mudanças nesta, numa relação constante de vai-e-vem.

Considera-se o agricultor familiar compatível com esta realização por três principais motivos: (1) ele exerce papel econômico muito relevante na sociedade; (2) habita e lida com a

terra, estando em contato direto com o meio ambiente e atuando principalmente na agricultura, prática que vem sendo feita de forma extremamente degradante do meio natural e do homem do campo e; (3) representa, em grande parte, a massa populacional que atualmente vive à margem do desenvolvimento e muitas vezes em situação de extrema miséria[2]. Sendo assim, acredita-se que por meio deste ator social pode-se interferir na realidade socioambiental e econômica do país.

Já a permacultura, além de adotar uma racionalidade compatível com o funcionamento da produção familiar, consiste na negação em adotar o mesmo padrão que foi e ainda é utilizado para subjugar grande parte da população. Em qualquer âmbito e contexto, ela modifica as formas - de uso do espaço, de produção, de relação entre o homem e meio – assim, é a negação em adotar um modelo imposto e fortemente cravado no subconsciente social. Defendemos que pode ser considerada uma contra-hegemonia, que, por sua vez, estabelece locais de resistência à ordem imposta, modificando as formas, criando novos processos e tendo potencialidade de iniciar um movimento de modificação do todo, ou seja, da realidade.

Tem-se consciência da dificuldade que existe em transpor os padrões existentes, estabelecendo novos. Pode-se pensar ser um tanto utópica a defesa aqui travada e, realmente, não ousaria negar que se trata de uma utopia. No entanto, questiona-se o seguinte: se nós, indivíduos pensantes em condição de ação, não formos utópicos e acreditarmos nas possibilidades de mudança, então de onde esta virá?

Referências Bibliográficas

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. -2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 230p. Do original tcheco: Dialetika konkrétiniho.

MOLLISON, Bill. **Introdução à Permacultura.** Tradução de André Luis Jaeger Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. 204p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. – 4 Ed. – São Paulo: EDUSP, 2006.

_____, Milton. **Por uma geografia nova:** Da crítica da geografia a uma geografia crítica. – 6 Ed. – São Paulo: EDUSP, 2004.

_____, Milton. **Espaço e método. –** 5 Ed.- São Paulo: EDUSP, 2008.

[2] 39,4% dos estabelecimentos familiares são ocupados por agricultores da categoria D, os menos capitalizados, que apresentam a média de Renda Total Anual de apenas 98 reais (INCRA/FAO, 2000).

PROCESSO DE (RE)PECUARIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CARIRI PARAIBANO

Luiz Henrique Gamboa Marques
(luizgamboa@hotmail.com)
Prof. Dr. Luis Henrique Cunha
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

GT1- Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos**.**

INTRODUÇÃO

A década de 1980 é marcada por um forte sentimento de crise regional no semi-árido nordestino. O declínio do sistema produtivo pecuária/algodão/latifúndio, o fracasso das políticas de combate à seca, a ineficácia dos perímetros irrigados, denunciam a falência do projeto de desenvolvimento anterior e determina a emergência de um novo projeto de modernização. Novos atores sociais (agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, movimentos sociais populares, ONGs ambientalistas), antes esquecidos pelo poder público, apresentam-se no cenário político reivindicando medidas que atendam seus interesses. Nesse período de profundas transformações econômicas e políticas, esses e outros fatores contribuíram para, a partir da década de 1990, ser construído um novo projeto de modernização e desenvolvimento do semi-árido nordestino. E, entre muitos formuladores e demandantes de políticas públicas, a pecuária passa a ser vista como a atividade que melhor se adapta à realidade e clima do semi-árido.

Essa ênfase sobre a pecuária como alternativa de desenvolvimento tem informado um processo de (re) pecuarização do semi-árido (CUNHA, 2009), em que esta atividade – tão vinculada ao processo de formação histórica do Nordeste – volta a ser valorizada, agora em novas bases discursivas, no âmbito da idéia de "convivência com o semi-árido" e das políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. O presente trabalho pretende discorrer sobre como esse processo de (re) pecuarização tem ocorrido no Cariri paraibano. Esta região da Paraíba tem sido alvo desde o início da década de 2000 de um conjunto de políticas voltadas para o estímulo à atividade da caprinocultura leiteira, articuladas pelo escritório do SEBRAE localizado no município de Monteiro. Por outro lado, os recursos liberados para a agricultura familiar via

PRONAF, a partir da agência do BNB do município de Sumé, tem privilegiado o financiamento da atividade pecuária, em detrimento de projetos agrícolas.

Como efeito destas políticas, agricultores familiares têm se organizado em torno de associações de produtores e de cooperativas de beneficiamento do leite de cabra, que têm no PAA Leite o principal comprador. Neste trabalho, procuramos analisar como esses estímulos têm afetado as práticas destes produtores, na chave de apreender como esse processo de conversão produtiva – em que os agricultores são transformados em produtores de leite de cabra – conecta-se com esforços de racionalização (e, portanto, modernização) da agricultura familiar.

O trabalho de pesquisa tem sido realizado desde agosto de 2009, centrando principalmente nos municípios de Sumé e Monteiro, mas com inferências sobre processos que estão ocorrendo em todo o Cariri Ocidental. A análise das transformações das estratégias produtivas entre agricultores familiares se conecta com a apreensão de mudanças também em outros setores do mundo rural na região, com as escolhas por diferentes atividades pecuárias entre classes diversas de produtores: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura de corte, além da caprinocultura leiteira voltada para a agricultura familiar.

A RACIONALIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO

Observa-se em parte considerável do semi-árido nordestino uma série de transformações na forma de produção econômica (com a implantação de novas tecnologias e difusão de inovações por redes sócio-técnicas (Sabourin, 2001) diferenciadas; nos discursos de legitimação política e social, e no universo simbólico da população, que refletem um esforço de um conjunto muito diversificado de atores sociais na construção de um projeto de modernização do semi-árido distinto dos modelos anteriores e que visa, a partir da atividade pecuária, integrar diferentes interesses e visões de mundo.

Com uma abordagem baseada na ecologia política, buscamos compreender dinâmicas sociais, as reelaborações e mudanças discursivas ao longo do tempo e as transformações no quadro dos atores constituintes desse processo de reconversão produtiva, relacionado com mudanças no pensamento em vista uma tendência à maior grau de "racionalização". Nesse sentido, o Cariri paraibano se apresenta como um

espaço bastante frutífero que possibilita a compreensão do processo ora em análise, por apresentar de maneira bastante marcante as transformações até aqui apontadas.

Max Weber foi um dos primeiros teóricos a aprofundar o estudo sobre o ***processo de racionalização***. Weber enxerga no ocidente um processo de transformação na forma de pensar e na maneira em que os homens levam sua vida, que passa a ser imbricado por uma lógica de adequação meios-fins. Por processo de racionalização ocidental ele entende essa tendência geral de intelectualização seguida de racionalização da vida prática:

> "Consiste na organização da vida, por divisão e coordenação das diversas atividades, com base em um estudo preciso das relações entre homens, com seus instrumentos e seu meio, com vistas à maior eficácia e rendimento." (FREUND, 1975, p. 19)

Esse processo perpassa todas as esferas da vida (seja econômica, jurídica, política, artística, religiosa. etc.), tendo ele dedicado bastante esforço intelectual para demonstrar como a racionalidade se evidenciou em cada uma delas. Por exemplo, na economia: ele afirma ter existido vários tipos de capitalismo na historia mundial, mas o que caracteriza o capitalismo moderno não é a ávida busca pelo lucro, como pensavam alguns, e sim a organização *racional* do trabalho e da produção.

A racionalização da vida é visto pelo autor como um processo crescente e como já colocado, espalha-se para todas as esferas, mas, no entanto, não é um processo homogêneo e sim multidimensional. Daí podemos concluir que embora seja um processo crescente, não segue uma direção única e expressa-se de maneiras particulares e históricas.

De maneira mais especifica, a obra "O Desencantamento do Mundo", de Bourdieu, nos ajudou a transportar a discussão sobre a racionalização para nosso universo de pesquisa. Nesse texto, o autor apresenta um montante de pesquisas etnográficas e estatísticas realizadas na Argélia. É apresentado um período histórico em que a sociedade Kabila, comunidade rural da Argélia , está sobre forte pressão externa para adequar-se a lógica de racionalização econômica capitalista. Bourdieu demonstra uma série de transformações no cotidiano e na maneira de pensar daquela sociedade; indo desde mudanças puramente materiais a concepções de tempo e espaço.

Para o autor, a transformação do sistema de modelos culturais e dos valores não é o resultado de uma simples combinação entre modelos externos e internos sendo ao mesmo tempo conseqüência e condição das transformações econômicas. Tais mudanças se dão a partir do *habitus,* definido como "princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas" (BOURDIEU,1979,p.162). A posição ocupada no espaço social, determinada pelas "condições de existência material objetivamente classificáveis", é relacionada à construção de uma disposição ou habitus, e origina uma série de práticas de ações reiteradamente produzidas por indivíduos ou grupos e também constrói um esquema de percepção e classificação de práticas; isto é, a partir da incorporação da estrutura do espaço social "tal como ela se impõe". Através da experiência de uma determinada posição, de condições objetivas de existência, as pessoas agem e constroem seu modo de pensar, de ver o mundo, sua maneira de comer, falar, seu valores, e a partir dessa posição julgam a sua maneira de viver e as dos outros.

Com isso, Bourdieu defende que o processo racionalizador vivido pela sociedade Kabila não é um fator externo necessário que determina o comportamento econômico uniformemente, e sim um complexo processo que interfere em toda a visão de mundo dos indivíduos e também é vivenciado de forma diferente para cada posição dentro do espaço social.

RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CARIRI OCIDENTAL

O cariri paraibano passou por transformações profundas nas ultimas décadas. Transformações tecnológicas utilizadas na produção da pecuária implicam mudanças no universo simbólico e nas categorias de pensamento dos indivíduos daquela região. O discurso e prática de racionalização técnica está presente na fala de quase todos os atores. Mudanças no suporte forrageiro; no combate a pragas com utilização de produtos químicos; o aprimoramento genético dos animais; a produção de forragem artificial, entre outras preocupações técnicas que expressam um forte esforço racionalizador da atividade pecuária, que emerge não somente das ações estatais – que exigem uma série de obrigações técnicas para conceder um empréstimo ou outros benefícios – mas de um projeto de modernização que abrange uma multiplicidade maior de grupos sociais. Por vezes é denotado uma visão empreendedora, de competitividade

e adequação à lógica de mercado capitalista. No entanto, nas falas aparece, também, por vezes nos mesmos entrevistados, a valorização do tradicional e da cultura local. Além de, aparentemente de forma contraditória, o projeto de modernização ter seu foco na agricultura familiar, que para muitos é o espaço do tradicional.

Outro aspecto relevante a ser apontado é a gradativa institucionalização dos produtores em associações, cooperativas e sindicatos demonstrando uma tendência à organização e burocratização antes não vivenciada naquela região.

As atividades de campo, realizadas nas cidades de Monteiro e Sumé, localizadas na região do Cariri Ocidental paraibano, possibilitaram identificar atores e agentes envolvidos, incluindo instituições, ONGs, órgãos do estado; etc. além contato direto com os produtores no qual foram observadas essas inovações na produção cotidiana. No entanto, o discurso do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) da região pode ser bastante explicativo. Este órgão é uma dos protagonistas do processo (sendo o responsável por financiamentos, auxílio técnico, capacitação, etc.) e esta diretamente relacionado com a visão modernizadora imbricada na (re) pecuarização, passando principalmente pelo incentivo à caprinocultura leiteira, atrelada a programas e políticas sociais (PAA – leite).Observemos um trecho da cartilha de capacitação dos ADRs (agentes de Desenvolvimento rural) programa coordenado pelo órgão:

> A necessidade de reformulação se torna mais evidente, na atualidade, devido à integração dos mercados: blocos econômicos surgem mudando a geografia do comércio internacional.Assim sendo, o Nordeste não pode permanecer na inércia da agricultura tradicional ou como simples expectador das transformações - temos de nos inserir neste novo contexto e buscar a superação dos modelos ultrapassados e exploração agropecuária.[...]
>
> A criação de um sistema de "agribusiness" moderno e competitivo,que seja eficiente e sustentável sob o ponto de vista social e ambiental,é a condição indispensável à construção de uma nova agricultura, ajustada às novas realidades emergentes no mundo.(SEBRAE, 2003)

Podemos afirmar que este é o discurso "oficial" do processo de (re) pecuarização. Ele exibe aspectos de como está sendo encarada a atividade pecuária e como relacionam-se mudanças nos aspectos técnicos e institucionais, movimentos de um processo de racionalização implicando também elaborações simbólicas nos grupos ligados a atividade produtiva.

O que até agora podemos afirmar com certeza é que a questão é de grande complexidade e que certamente ocorreram uma série de mudanças, que se não podem

ser consideradas uma ruptura total com o passado, pelo menos demarcam descontinuidades, deslocamentos, reestruturações sociais que necessitam ser analisadas com maior profundidade e rigor. Todavia, é possível levantar algumas questões: até que ponto as transformações técnicas na atividade pecuária refletem um esforço maior de racionalização? Quais são as principais fontes promotoras desse esforço? A agricultura familiar pode ser denotada como uma "civilização" ou "cultura" camponesa? Ou podemos admiti-la como relacionada com processos de racionalização que ultrapassam as fronteiras do rural?

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

P. e SABOURIN, E. (Ed.). Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica,.p.103, 2003.

EISENSTADT S., Modernidades múltiplas. Sociologia, problemas e práticas, nº 35, p. 139-163 , 2001.

FREUND, JULIEN. A sociologia de Max Weber,São Paulo.Forense universitari, p. 19, 1975.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. SIDRA. Disponível em < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2009

_____. Pesquisa Pecuária Municipal (1974-2008). SIDRA. Disponível em < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2009 .

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar na PB, Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, v.16, p. 37-59, Abri de 2001.

SEBRAE/PB. Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. João Pessoa. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, v. 21, p. 42-61, , Outubro de 2003.

WEBER, M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 335p. 2004.

PROCESSO DE (RE) PECUARIZAÇÃO NO CARIRI PARAIBANO: políticas públicas e reconversões produtivas

Valdênio Freitas Meneses
valdeniofmeneses@hotmail.com

Dra. Ramonildes Alves Gomes
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

GT01- Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

1. PROBLEMATIZAÇÃO

Pensada como região problema em virtude das secas periódicas e dos baixos indicadores de desenvolvimento, o semi-árido brasileiro tem sido alvo, sistematicamente, de políticas públicas que objetivam tanto o combate à seca (agora pensada em termos de convivência com o semi-árido) quanto à modernização, para superação do que se considera um atraso crônico.

Contudo, esse esforço desenvolvimentista não alcançou todos os setores do meio rural especialmente os mais necessitados no qual as instituições representantes acabaram dentro de disputas de poder entre os grupos políticos dominantes, mantendo as desigualdades internas e regionais além do impacto limitado, ou até negativo, nos aspectos sociais e ambientais da região.

A década de 1990 pode ser caracterizada por uma reflexão e reformulação dos modelos de politicas públicas voltadas para o desenvolvimento, com o reconhecimento dos limites e problemas nos discursos dos programas de políticas públicas do passado. Essas novas estratégias de atuação do poder público ampliam as atribuições da sociedade civil e dos governos locais alem do principio de sustentabilidade unido ao desenvolvimento, no qual é válido o exemplo na região do cariri paraibano (BURSTYN, 2003). Um dos principais eixos dessa pesquisa é um momento de reconstrução nos modelos de políticas públicas no qual a atividade pecuária emerge como um elemento integrador em um novo projeto de modernização[1] para o semi-árido junto a uma série de questões centrais que não estavam presentes em projetos públicos anteriores como a problemática ambiental em termos de falta

[1] Para uma melhor compreensão no decorrer do texto, termos como ´´moderno`` e´´modernização`` são aqui entendidos principalmente como um processo de racionalização das práticas sociais enfatizando uma série de fenômenos nas sociedades modernas (Weber 2004).

de sustentabilidade e desertificação na região. Outra dimensão nessa retomada de políticas públicas estimulando a atividade produtiva da pecuária são os grupos que passam a ser protagonistas dessas novas estratégias de desenvolvimento como agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, movimentos sociais populares por meio de programas como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), tendo o BNB (Banco do Nordeste) como um de seus agentes financiadores e no estimulo direto à atividade pecuária nesses grupos temos programas a nível micro e regional propostos pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

A análise desses novos projetos públicos e de como seus agentes promovem uma articulação com os grupos- alvo em uma determinada atividade produtiva emerge como um meio de compreensão de processos de mudança social e econômica no semi-árido e também de transformações e reestruturações que envolvem aspectos técnicos e institucionais em relação aos projetos anteriores, dentro das dinâmicas processuais no qual diferentes atores estão vinculados na atividade produtiva da pecuária no semi-árido.

2- OBJETO DE REFLEXÃO NA PESQUISA

Após essa problematização inicial definimos o objeto de reflexão na pesquisa – **a (re) pecuarização do semi-árido** - como os processos sociais associados à elaboração, institucionalização e execução desses novos projetos de modernização , que articulam um campo de políticas públicas e um conjunto diversificado de atores sociais para atividade pecuária, com foco prioritário sobre os agricultores familiares. A partir dessa definição buscamos a compreensão de novos surtos modernizadores nessas articulações entre políticas públicas e diferentes atores sociais além de movimentos de reconversão produtiva na atividade da pecuária, ou seja, transformações e reestruturações que envolvem aspectos técnico-científicos e institucionais no contexto do cariri ocidental paraibano.

O estudo nessa região da Paraíba, em articulação com outro projeto PIBIC/UFCG/CNPq[2], é uma das etapas de um âmbito maior de pesquisa que pretendem analisar o processo de (re) pecuarização em cinco (05) diferentes regiões do semi-árido: duas áreas alvo de políticas de incentivo à caprinocultura (além do Cariri ocidental da Paraíba, também o entorno do município de Uauá, no Nordeste baiano) e três áreas em que foram feitos investimentos no

[2] **A (re) pecuarização do semi-árido** nordestino: estratégias produtivas, elaborações simbólicas e mudança ambiental no Cariri paraibano, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Henrique Cunha, também da UFCG.

desenvolvimento da bovinocultura (Sertão sergipano; Vale do Pajeú, em Pernambuco e o Seridó do Rio Grande do Norte).

3. DIRECIONAMENTOS DE PESQUISA

As estrategias de pesquisa incluem desde um mapeamento das políticas públicas e a análise da articulação entre estas e os diferentes atores sociais inseridos no estimulo a atividade pecuária além de informações sobre os recursos direcionados ao desenvolvimento dessa atividade produtiva no cariri paraibano e quais grupos estão acessando esses investimentos. Esses elementos foram analisados durante pesquisa de campo realizada na cidade de Sumé, que é um centro de referência na pecuária, principalmente na caprinocultura na região. Dessas atividades de campo podemos selecionar as seguintes como sendo as mais importantes na obtenção de dados para serem problematizados na pesquisa:

- Observações na feira de animais de Sumé,
- Entrevistas com representantes das instituições envolvidas com as políticas de incentivo à atividade pecuária na região (BNB, EMATER e os Agentes de Desenvolvimento Rural - ADRs).

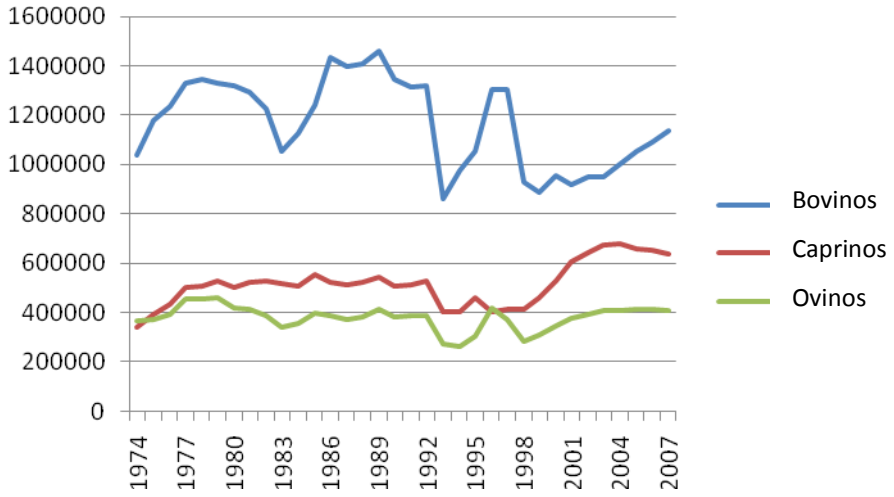
- Visita a uma propriedade localizada próximo ao açude de Sumé, pertencente a um pequeno produtor, voltado principalmente para a caprinocultura leiteiras. Foram feitas observações na propriedade acerca do plantio de palma forrageira e de espécies de capim, instalações para a atividade leiteira e nos espaços para criação, além dos procedimentos de alimentação dos animais

Uma dimensão quantitativa da pesquisa auxilioa não por serem reflexos ou resultados diretos das dimensões do processo que definimos por (re) pecuarização mas fornecem na análise dos dados questionamentos que direcionam a atividade da pesquisa. Aqui, tomaremos uso de partes de dados cedidos pelo BNB da cidade de Sumé[3] (**ver Apêndice I**) junto com alguns dados de mensuração da atividade pecuária que foram obtidos através do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Aqui usaremos parte dos dados tomando base a Pesquisa Pecuária Municipal (1974-2008) no site do IBGE. Esses dados quantitativos sobre a

[3] O BNB da cidade de Sumé opera com o PRONAF nos seguintes municípios: Amparo, Camalaú, Caraúbas,Congo, Coxixola, Gurjão, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, e Zabelê.

evolução da atividade pecuária, desde os anos 1970, mostram as variações do efetivo de rebanhos. Selecionamos um desses gráficos elaborados a partir dos dados no SIDRA :

Gráfico 1 - Evolução da pecuária municipal na Paraíba (1974-2007)



Fonte: IBGE-Pesquisa Pecuária Municipal (1974-2008)

A partir desse gráfico podemos construir alguns questionamentos: quais políticas públicas voltadas à pecuária foram executadas nos anos 1980 na Paraíba que podem explicar uma ascensão significativa no numero de animais? Sabendo que os anos 1990 foram marcados por uma seca em que medida essa queda no rebanho, como visto tanto a nível estadual como na microrregião está relacionada apenas ao problema natural da região, investigando também direcionamento de políticas publicas voltadas a pecuária nesses anos? Nessa época a pecuária bovina era colocada como atividade pouco racional de produtividade baixa além de uma série de dificuldade na organização produtiva e de mercado para a caprinocultura (COHEN, 1997). E no inicio desta década (2001), quais estímulos à atividade pecuária, principalmente a caprinovinocultura, faz com que haja uma subida significativa? Esses questionamentos são importantes na compreensão do atual momento da pecuária

Outro aspecto importante na investigação está na relação entre a atividade pecuária e a agricultura entre grupos assistidos pelo PRONAF na região. Nos dados cedidos pelo BNB da cidade de Sumé 77,9% dos investimentos estão voltados para a pecuária, enquanto que a agricultura ocupa 3,5% do total. A análise desses dados possibilita a seguinte reflexão: se realmente ocorre uma mudança ou deslocamento entre essas atividades produtivas, saindo da agricultura para a pecuária, a partir de que momento e em que grupos sociais, captando o

desenvolvimento das políticas públicas de estimulo à pecuária, é efetivada essas transformações e como relacionar essas reconversões, não apenas no âmbito econômico, mas nos meios técnico institucionais.

A caprinocultura é um setor importante na atividade pecuária, pois além de ser um dos expoentes nos investimentos do PRONAF (46,4% do total) tem sua defesa e estímulo nos documentos institucionais[4], voltado principalmente para a produção de leite dentro de uma articulação entre os pequenos produtores e o ambiente institucional, via SEBRAE, na figura dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs). A partir do que foi feito na pesquisa de campo indicamos esse elemento do interesse institucional pela caprinocultura leiteira abordado para evidenciar o tema da mediação e do desenvolvimento social no qual os agentes mediadores atuam em contextos diferenciados, articulando fragmentos de significados construídos em contextos diferenciados e interligação de mundos sociais diferenciados (NEVES, 2008). Os ADRs são recrutados pelo SEBRAE nos próprios municípios através de um perfil que une uma vivência próxima ao produtor local somado a um treinamento contínuo tanto nos aspectos técnicos como sociais da produção (empreendendorismo, associativismo, mercado) e são importantes elementos pois transitam em diferentes contextos inseridos no processo de (re) pecuarização no contexto do cariri ocidental paraibano.

[4] A caprinocultura é defendida pelos seus notáveis atributos de adaptação, estando aparelhada anatômica e fisiologicamente para sobreviver e produzir sob essas condições, qualificando-se inda pela prolificidade, velocidade do ciclo produtivo e adequação à pequena propriedade. (SEBRAE, 2003, P. 13)

Apêndice I : Investimento do PRONAF por atividade no período de 2000-2009

ATIVIDADES	Valor (R$)	% do total	Operações	% do total
PECUÁRIA	**41.006.806,16**	**77,91**	**7.762,00**	**78,51**
Bovinocultura	**14.089.664,62**	**26,77**	**3.775,00**	**17,76**
Corte	3.879.393,55	7,37	2031	9,56
Cria, recria e engorda	90.480,24	0,17	19	0,09
Leite	9.434.990,21	17,92	1325	6,24
Caprinocultura	**24.472.064,12**	**46,49**	**3186**	**14,99**
Corte	10.204.053,34	19,39	1296	6,10
Leite	14.268.010,78	27,11	1890	8,89
Ovinocultura	**3.129.878,04**	**5,95**	**1.201,00**	**5,65**
AGRICULTURA	**1.877.021,09**	**3,57**	**182**	**0,86**
OUTROS (ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS)	**1.707.545,77**	**3,24**	**698**	**3,28**
Criação de animais*	569.984,02	1,08	244	1,15
Implantação de forragem	121.398,03	0,23	48	0,23
Pesca artesanal	419.311,25	0,80	119	0,56
Serviço.Auxiliar em Agropecuaria,Extrativismo e Silvicultura	596.852,47	1,13	287	1,35
ATIVIDADES NÃO AGROPECUÁRIAS	**6.441.741,33**	**12,24**	**1.245,00**	**5,86**
Comércio e serviços**	4.400.469,00	8,36	1194	5,62
Microcrédito rural	2.041.272,33	3,88	51	0,24
TOTAL	**51.033.114,35**	**100**	**9.887,00**	**100**

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo BNB

*Avicultura (corte e postura), suinocultura e piscicultura

** Atividades relativas a variados tipos de comercio e serviços como vestuário, mercearias, restaurantes, varejo, foram incluídas nessa categoria

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. Campina Grande: Raízes, vol. 22, nº 01, jan./jun, 2003, p. 73–79.

CARON, P. e HUBERT,B. Dinâmica dos sistemas de pecuária. In: CARON, P. e SABOURIN, E. (Ed.). Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003,.p.103

COHEN, M. As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do cariri paraibano. In: CASTRO e PINTON (orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Editora CEJUP/NAEA-UFPA, 1997, p. 399-420

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. SIDRA. Disponível em < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2009

_____. Pesquisa Pecuária Municipal (1974-2008). SIDRA. Disponível em < http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em Outubro de 2009

NEVES, D. P. . Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, D.P.. (Org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR, 2008, v. 1, p. 21-44

SEBRAE/PB. Capacitação de agentes de desenvolvimento rural (ADRs) para a caprinovinocultura. João Pessoa. 2003

WEBER, M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras. 2004, 335p.

PROJETO DE ASSENTAMENTO CHE GUEVARA (RJ): notas de uma experiência etnográfica

Rodrigo Pennutt da Cruz

(rpennutt@yahoo.com.br)

Delma Pessanha Neves

Universidade Federal Fluminense

GT01 – Tecendo o Futuro da Rede de Estudos Rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

Entender a etnografia como uma "espécie de escrita" (Cf. Geertz, 2009) permite elaborar reflexões em torno de possíveis problemáticas que acompanham essa prática. Ao longo do texto, problematizo então minha experiência em trabalho de campo realizado em situação de assentamento rural, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

A região norte fluminense, em especial o município de Campos dos Goytacazes, tem seu histórico fundado na produção de cana de açúcar e na concentração da propriedade da terra em mãos de grandes produtores, que, todavia, não corresponde a conquistas sucessivamente reproduzidas. Várias são as situações em que esta apropriação foi colocada em questão. Um dos exemplos mais dramáticos dessa instabilidade ocorreu nos últimos anos, momento em que a área foi palco de grandes transformações. Das 14 usinas existentes no início da década de 1970, apenas cinco permanecem em atividade. Tal situação foi acompanhada de questionamentos por parte dos trabalhadores e porta-vozes de movimentos organizados em luta pela redistribuição de terra no Brasil, correspondendo, em efeito, à criação de uma série de assentamentos rurais, especialmente no município de Campos (cf Neves (1997).

Na última década do século XX, sete projetos de assentamentos foram constituídos, incorporando aproximadamente 301 (trezentas e uma) famílias[1], correspondendo a projetos diferenciados dos representantes de órgãos do Estado, pois que atos correlatos à expansão da produção do etano. Tais modificações, nessa região, não estão sendo acompanhadas por pesquisas acadêmicas, tão pouco pela mídia. Em consequência, acompanhar tais mudanças estudando algumas situações do processo de modificação espacial e social na região, torna-se de extrema relevância.

[1] Informação obtida junto à Superintendência Regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Rio de Janeiro, em junho de 2009.

O trabalho de campo por mim realizado ocorreu no Assentamento Che Guevara[2], criado no ano de 2.000, após a falência da Usina Santo Amaro, tradicional proprietária das terras das Fazendas Marrecas e Ilha Grande, área na qual se encontram os assentados em causa, transferência que se apoiou na falta de cumprimento, conforme a Constituição, da função social da terra. (cf. Peixoto: 2001, 31).

Com a notícia da falência, em 1998, dirigentes do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) organizaram acampamento em torno das terras, aí permanecendo até o ano da desapropriação. Na ocasião, poucos dos anteriores trabalhadores da Usina decidiram acampar, posto que, pela posição anterior, consideravam irracional tal atitude. Após criação do Projeto de Assentamento Che Guevara, setenta e quatro famílias foram assentadas, em lotes em torno de 10,00 ha. Dessas, boa parte adveio de outras regiões do norte fluminense, reafirmando um projeto negado pelos ex-trabalhadoares da usina.

Atualmente as famílias que residem no Che Guevara vivem da cultura da cana de açúcar e quiabo, bem como de plantações de subsistência. Além disso, criam alguns animais como gado vacuum (para mercado) e galinha (fonte diária da oferta de ovos e, em ocasiões especiais, de carne), e ainda cavalo e burro para auxílio na lavoura. Todos os agricultores reconhecem que operam com baixa produtividade e produção vis-avis o mercado consumidor, limite quase sempre apresentado como um dos principais dramas enfrentados pela maior parte dos assentados. Na tabela seguinte, sistematizo os principais cultivos e as orientações produtivas, bem como os instrumentos de produção, basicamente manuais, outra razão apontada para as dificuldades de melhoria das condições de produção.

Tabela I – Principais cultivos e modo de produção

Produto	Destino	Instrumento	Criação
Cana	Venda	Enxada	Gado
Quiabo	Venda	Enxadão	Galinha
Coco	Venda	Facão	Cavalo
Banana	Autoconsumo	Bomba d'água	Burro
Aipim	Autoconsumo	Foice	Cabrito
Milho	Autoconsumo	Machado	Peru
Abóbora	Autoconsumo	Charrete	Pato
Laranja	Autoconsumo	Carrinho de mão	Ganso

*Dados coletados durante trabalho de campo, realizado no mês de agosto de 2009.

*Tabela organizada pelo autor.

Como força de trabalho, valem-se dos membros da unidade familiar de produção, mas de forma predominante dos mais velhos, uma vez que a segunda geração de assentados,

[2] O que hoje compreende assentamento Che Guevara, até 1998 era fazenda Marrecas. E ao assentamento Ilha Grande, à antiga Fazenda Ilha Grande, também pertencente ao Complexo Agrícola Baixa Grande, com capacidade assentar cinquenta e oito famílias.

avaliando-se sem oportunidades no campo, sai para inserção em outras atividades, especialmente em olarias existentes na região.

2- Condições da pesquisa

Na situação de pesquisa, o "estar lá", como enfatiza Geertz (2009), faz com que a percepção dos dados seja ambígua e ao mesmo tempo real, no entanto, condição fundamental para se compreender o espaço social no qual os agentes atuam (Cf. Geertz, 2009). Nesse caso, a experiência vivida com os assentados é de extrema relevância para se construir o objeto de análise, visto que o contexto em que os atores sociais e o pesquisador estão inseridos correspondem às alternativas da elaboração de temas e questões dignas de pesquisa. Esta perspectiva de estudo muitas vezes nos leva a lugares nunca antes imaginados, pelo menos no início do trabalho de campo, afinal ela é construída segundo apresentação dos próprios informantes que, de certa forma, são também definidores do trabalho do antropólogo.

O trabalho por mim realizado no assentamento Che Guevara ocorreu durante o período de 21/8/2009 a 1/9/2009, situação na qual pretendia compreender os padrões de reprodução social de assentados, dirigindo questões preliminares sobre a relação familiar (grau de parentesco entre os membros de cada família, número de filhos - moradores ou não no assentamento), as atividades exercidas por todos os membros, a sistematização de percursos de vida de cada entrevistado; além de temáticas envolvendo condições de moradia, produtos cultivados, apropriação de instrumentos de trabalho, créditos obtidos e, por fim, formas de absorção de trabalhadores externos. A intenção do questionário[3], em parte dotado de informações sistematizáveis para facilitar a comparação, era não só permitir registrar os dados observados, como também demonstrar aos entrevistados, a importância das informações por eles oferecidas, assim também legitimando minha atuação como pesquisador[4].

Legitimar a presença do pesquisador implica algumas consequências cruciais para o trabalho de campo, principalmente quando se está estudando assentamento rural, espaço social referenciado por investimentos formais e valorativos da construção do assentado, mas também espaço de impossibilidade de correspondência a tais modelos formais. Além disso,

[3] Foram realizadas vinte e três entrevistas formais, algumas com o emprego de questionário.

[4] Muitas vezes não damos importância para utilização de questionários, pois temos medo, pelo menos no meu caso, de uma padronização da pesquisa. Porém, durante trabalho de campo, conversando com alguns ex-funcionários da usina, não estando com meu caderno à mão, fui indagado por um senhor, com tom de espanto: '...cadê seu documento? Você não está fazendo pesquisa? Então precisa de um papel para anotar tudo...'. Os demais participantes logo se manifestaram: '...que tipo de documento você quer? Não acredita no rapaz?'. O primeiro explicou: 'Como ele vai lembrar de tudo? Eu não consigo guardar, na cabeça, tudo que "tamos" falando, não lembro de mais nada. Esqueço tudo!'. Tal pergunta me fez refletir sobre a importância de um instrumento de registro de dados como referencial, pelo menos para quem está sendo entrevistado. Depois desse episódio, procurei sempre andar com objetos referentes ao meu trabalho, tais como máquina fotográfica, gravador ou simplesmente papel e lápis.

também espaço de intensas ações de concorrência entre assentados e de insistente observação e avaliação comumente referenciadas a idéias negativamente preconcebidas. São vários os agentes, dotados de interesses diversos, que disputam a atenção ou criam expectativas por parte dos moradores no P.A. Por isso, a todo o momento era confundido com funcionário do INCRA, pois estava visitando lotes e residências e, muito comumente, munido de lápis e papel, o que representava, para os assentados, a configuração de agente público. Além da presença de funcionários do INCRA, existem investimentos de outros agentes técnicos no espaço, como EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e alunos e professores universitários. Não sem razão, a todo instante eu era recebido, não como pesquisador da UFF/Niterói, mas como funcionário de algum setor público. Isso fez com que, a cada tentativa de aproximação, eu tivesse que renovar os termos de minha apresentação, passando sempre por novos questionamentos quanto à minha identidade.

Conhecer o entorno do local de estudo se tornou de extrema valia, posto que o povoado de Marrecas corresponde a lugar de concentração residencial dos antigos trabalhadores das fazendas da usina (Cf. Neves, 1989: 49), seguidos por muitos dos recem-vindos na condição de assentados, em parte porque local de concentração de comércio, serviços e de tráfego mais intenso de carros e transporte público. Considerando ainda a reflexão de Becker (2007), tal análise também correspondia à necessidade de estudo aprofundado do espaço social no qual os indivíduos implicados na construção do "objeto" de análise encontram-se inseridos. Segundo este autor, "os fenômenos sociais estão conectados de tantas maneiras a tantas condições ambientais que talvez nunca consigamos obter um projeto adequado" (: 64). Essas conexões nos permitem entender os múltiplos processos em curso na situação social estudada. Esta ampliação dos investimentos de pesquisa fora apresentada pela própria situação social em causa, através de ex-funcionários das fazendas e da usina que encontrei no local. Logo de início, comecei a questionar a posição que eles hoje ocupam, após a criação de assentamentos (Che Guevara e Ilha Grande), além das consequências inevitáveis, tendo em vista a constituição de outras formas de organização com o novo contexto.

Algo constante nas monografias antropológicas, que também aprendi muito bem durante meu trabalho de campo, foi a importância e as consqueência da eleição de um informante principal. Este exerce o papel fundamental para permanência e continuidade da pesquisa, mas também de interação social em situações de tensão e conflito que a priori não temos consciência. E não poderia ser diferente no caso analisado. Para os assentados, todos são partes dos conflitos, até mesmo ou por isso mesmo, os de fora. Os dados que obtive por esse

padrão de relacionamento estão marcados pelo fato de ter sido muitas vezes percebido como pertencente a uma das facções em disputa pelo poder local.

O "estar lá" proporcionou certa compreensão do trabalho de campo, situação inédita para mim. Tiro como lição, somente agora reconhecida, o estudo dos limites que enfrentei para alcançar os dados obtidos. Hoje distanciado, ao ouvir as gravações e ler as anotações do meu caderno, percebo não ter dado muita importância a algumas informações fornecidas e ter dado valor demais a outras, não tão relevantes assim. Conforto-me com a advertência de Becker (2007), que já me prevenia que a maioria dos estudantes, inexperientes, quando fazem uma entrevista, conversam sobre coisas triviais, como o jogo de futebol da noite anterior. Mas temas triviais que também facilitam lidar por certa inocência em ambiente tão competitivo e organizado sob suspeições de comportamentos, abarcando agentes diversos: funcionários de órgãos públicos, outros pesquisadores e os próprios assentados, que se encontram repletos de expectativas em relação às investidas dos atores externos.

Bibliografia

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** 3ª Ed. Rio de Janerio: Ed. UFRJ, 2009.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz. (et al.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

NEVES, Delma P. **Por trás dos verdes canaviais.** Niterói: EDUFF, 1989.

----------. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas.** Niterói: EDUFF, 1997.

----------. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In.: FERRANTE, Vera L. S. B.; WHITSKER, Dulce C. A. (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** NEAD: Brasília, 2008.

PEIXOTO, Marcus (coord.). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara.** Outubro de 2001.

QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA (MA): entre o uso comum da natureza e a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Leonardo Oliveira da Silva Coelho
(leoosc@yahoo.com.br**)**
Professora Dra. Maristela de Paula Andrade
Universidade Federal do Maranhão

GT 01 – Sociabilidades e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos

1 - Objeto de reflexão

"A espiritualidade do etnocídio é a ética do humanismo" (CLASTRES; 2004)

Mamuna é uma das comunidades que compõem o território étnico de Alcântara, Maranhão. Os autodenominados quilombolas[1] que lá residem são reconhecidos como tal pela Fundação Palmares, com base no Decreto 4887 e na Constituição Brasileira. Essas famílias enfrentam, desde 1985, um processo de expropriação decorrente da instalação e expansão de um centro de lançamento de artefatos espaciais, o CLA.

Nos anos 80, uma ação expropriatória, por meio de um decreto de utilidade pública, desapropriou 62.000 hectares do território de Alcântara, para implantação do CLA. Foi a imposição deste decreto que possibilitou o deslocamento compulsório de 312 famílias de 23 povoados para ocuparem restritas áreas improdutivas e distantes dos locais de pesca, as chamadas *agrovilas*.

Nas áreas desapropriadas se construiu o CLA (Centro de Lançamento de Alcântara) controlado pelo MAer (Ministério da Aeronáutica). Esse processo expropriatório trouxe e continua causando fortes impactos econômicos, culturais, ambientais e sociais. Recentemente, o governo federal prevê a plenitude dos seus objetivos com ampliação do CLA, através da construção do CEA (Centro Espacial de Alcântara). Passa-se, assim, à idéia da implantação de um centro civil, separado daquele militar.

[1] Ver Paula Andrade (2006), **Quilombolas – Etnicidades Emergentes? Subsídios para uma discussão**; Ciências Humanas em Revista. São Luís. V. 4. n.1. Junho 2006.

A hipótese levantada é que, a ampliação do CLA, limitando o uso da terra, tornará inviável a reprodução material e social desses grupos, já que estes se apropriam da natureza apoiados numa dinâmica de uso comum dos recursos naturais.

Dessa maneira, os objetivos centrais da pesquisa se voltam para: compreensão das formas de controle e apropriação da natureza, levando em conta as fronteiras do território étnico delineadas pelo grupo social estudado; reflexão sobre o confronto entre o saber nativo e as atuais tentativas de intrusão nesses territórios.

2 - Situação empírica

Para o trabalho de campo utilizei pesquisa etnográfica, partindo de uma de suas vertentes mais clássicas, sobretudo autores da Escola Francesa de Sociologia, como Durkheim (1981) e Mauss (1981), na tentativa de compreender os sistemas nativos de classificação da natureza. E também em seus discípulos, como Lévi-Strauss, quando conceitua o chamado pensamento selvagem (LÉVI-STRAUSS; 1983).

Sendo o conceito de cultura essencialmente semiótico (GEERTZ, 1989), parti em busca de significados, atentando para as categorias e o ponto de vista do nativo (GEERTZ; 2000:85), para construção e análise do objeto de estudo. O trabalho de campo se constituiu de entrevistas abertas, conversas informais, a permanência em campo e a prática constante da observação direta.

Apesar dos estudos terem se estendido nos povoados de Baracatatiua, Brito, Peru e Camarajó, o povoado Mamuna foi meu principal universo empírico. Reúne imensa riqueza de recursos naturais, um berçário de ecossistemas que abastecem mais de 70 famílias da comunidade, como também de outros povoados e das *agrovilas*. Lá existe uma diversidade de ecossistemas: manguezais, babaçuais, carnaubais, juçarais, muricizais, arrecifes, igarapés, rios, manguezais, áreas agricultáveis, praias, áreas de extração de frutas nativas e de frutos do mar.

Durante o trabalho de campo ficava alojado na casa da delegada sindical e uma das lideranças do povoado, a Sra. Maria de Fátima Ferreira. Destaco que ela é uma das herdeiras da terra, ou seja, em Mamuna habita um grupo étnico; constitui uma *terra de parentes* (PAULA ANDRADE e SOUZA FILHO; 2006) - sem partilha formal - expressando o que ALMEIDA (2002) chamou de *territorialidade específica*, "resultante de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território étnico" (ALMEIDA; 2006; p.25), ou seja, esta *territorialidade*

específica conforma com outras, o que Almeida (2002) vai chamar de território étnico de *remanescentes de quilombo,*

> A idéia de remanescente de quilombos passa aqui por esses diferentes planos de organização social, que entrelaçados delineiam uma territorialidade própria, cuja persistência no tempo pressupõe mobilização de cada conjunto de famílias vizinhas, de cada grupo de parentes e de cada **comunidade** solidariamente estruturada, mediante ameaças de destruição de sua forma de viver e de agir livremente (ALMEIDA, 2002:07).

O grupo étnico referido é classificado enquanto categoria de atribuição e identificação realizada pelos próprios atores e, assim, tem a característica de organizar a interação entre as pessoas. São vistos, portanto, naquilo que é socialmente efetivo, em uma forma de organização social (Barth, 1997:188-193).

Ressalto, também, que a idéia de grupo étnico, aqui entendida, vai ao encontro do conceito forjado por Weber (1996), qual seja:

> aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no hábitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 1996:270).

Fiz pesquisa de campo no povoado Mamuna durante mais de três anos, desde o período (agosto de 2006) em que me tornei bolsista de iniciação científica, através do PIBIC/CNPq. Construí meu plano de trabalho - intitulado *Relações Étnicas na Apropriação e Controle dos Recursos Naturais em um Território Quilombola* - a partir do projeto "Expropriação de Grupos Étnicos, Crise Ecológica e Insegurança Alimentar", de autoria da Professora Dra. Maristela de Paula Andrade, coordenadora, ao lado do Professor Dr. Benedito Souza Filho, do GERUR/MA (Grupo de Estudo Rurais e Urbanos do Maranhão), do qual sou integrante.

3 - Resultados e Conclusões

A instalação do CLA há mais de duas décadas – que culminou com o deslocamento compulsório de centenas de famílias dos seus antigos lugares de origem – repercutiu em comunidades como Mamuna. Esta repercussão constituiu o que chamo de reapropriação do território, ou seja, a comunidade de Mamuna passou a se reapropriar de certas áreas despovoadas, aí implantando o cultivo de alimentos e realizando atividades pesqueiras e extrativas.

A autonomia do grupo na reapropriação dessas áreas – antes utilizadas por famílias remanejadas compulsoriamente – atualmente, sob o controle da Aeronáutica, revela o vínculo, a identidade étnica existente entre todas as comunidades que compõem o território étnico de Alcântara.

Sobre a definição de território Raffestin (1978), o diferencia da acepção de espaço. Diz que o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado da ação de um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Explica que este, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação), o territorializa. Esta territorialidade é entendida por esse autor como um conjunto de relações que se inscrevem nas práticas de produção, troca e consumo.

Os resultados indicam ainda, uma relação sustentável com a natureza, guiada por regras e crenças tradicionalmente acatadas pelo grupo. Isto demonstra o dinamismo de tal apropriação, que desobedece a preceitos geográficos.

Isso é perceptível em Mamuna, onde há terras férteis e outras recuperando sua fertilidade (*capoeiras*) em áreas próximas, que poderiam ser utilizadas pelas famílias. Algumas famílias optaram, no entanto, por cultivar em áreas longínquas como Camarajó, ao mesmo tempo em que realizam extrativismo vegetal e animal no Peru.

Compreende-se, portanto, que essa dinâmica de apropriação do território é tecida por estes camponeses[2] apoiada em fronteiras reconfiguradas pela dinâmica no uso comum desses variados espaços, que não são vividos como separados.

Há uma interdependência entre essas comunidades *quilombolas*, já que eles não determinam uma "descontinuidade decisória na continuidade natural" (BOURDIEU; 1989 p.113). Não foi por outro motivo que Almeida (2002), ao delinear o território étnico, englobou 139 povoados em um grande perímetro, oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro.

Conforme Souza Filho (2006), penso, para a situação de Mamuna, que a vivência do espaço no interior dessas fronteiras, invisíveis para um observador externo, é conformada pelos diferentes *planos de organização social* (GEERTZ, 1967, p. 256), apresentando variadas e interpenetradas configurações, estabelecidas por códigos sociais específicos diferentes da forma como os aparelhos de Estado definem a delimitação destes territórios.

[2] Grupos que vivem fundamentalmente do cultivo da terra, da exploração dos recursos pesqueiros, da extração dos recursos florestais e animais, com base no trabalho familiar. No caso de Alcântara esses grupos o fazem articulando sistemas de apropriação e manejo que combinam o usufruto comum e a apropriação privada (familiar) desses recursos (PAULA ANDRADE, 2009)

Nesse contexto, o Estado Brasileiro tem assumido, por meio de seus diferentes aparatos, posições políticas bem definidas a respeito do Centro de Lançamento de Alcântara, comportando-se como protagonista na efetivação de acordos internacionais para fins de desenvolvimento de tecnologia espacial. Nessas negociações é patente a presença de interesses econômicos que se constroem em projetos de desenvolvimento que, supostamente, vislumbram o progresso e a modernização do país. Este discurso desenvolvimentista, porém vem acompanhado de ações expropriatórias de diversos grupos étnicos que ocupam o território étnico de Alcântara há séculos.

Se, porventura, este empreendimento espacial for expandido, não mais para fins de utilidade pública, como se propôs inicialmente, mas para fins comerciais, toda a faixa litorânea de Alcântara envolvendo os povoados Mamuna, Baracatatiua, Brito, Itapera, Canelatiua, Mato Grosso e outros, será ocupada pela construção de sítios de lançamento de artefatos espaciais, intensificando a expropriação desses grupos étnicos.

Dessa forma, a situação de insegurança alimentar pode se generalizar, já que esses povoados, hoje, além de abastecerem, pela disponibilidade de recursos naturais, o sustento e a economia das comunidades locais, também suprem as necessidades de famílias que não têm mais acesso aos recursos naturais, nas *agrovilas*.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida; **Laudo Antropológico: Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara (MA)**; Setembro de 2002; 1 vol.; Mimeo.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. **"Algumas Formas Primitivas de Classificação" – contribuição para o estudo das representações coletivas**. In: MAUSS, Marcel – Ensaios de Sociologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

BARTH, Fredrick. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de cultura econômica, 1976.

BOURDIEU, Pierre; **Introdução a uma sociologia reflexiva**. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand Brasil, p.17-58, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

PAULA ANDRADE, Maristela de, SOUZA Filho, Benedito, **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís**: EDUFMA, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. RJ: Zahar Ed., 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo (SP). 1993.

WEBER, Max. **Relações Comunitárias Étnicas**. In: Economia e Sociedade vol. 1. Brasília, UnB. 1991a.

REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: a realidade do Caio Prado – SE

Adélya Thizah Silveira Fernandes
thizahse@yahoo.com.br[1]
Natália Barreto Meneses-
natxiagro@hotmail.com[2]
Thaís Nascimento Meneses
thaismorenight@hotmail.com[3]
Maria Lúcia da Silva Sodré
mlsodre@yahoo.com.br[4]
Msc. Auceia Matos Dourado
auceia@bol.com.br[5]

GT01 - Sociabilidade e reciprocidades intergeracionais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

1 - INTRODUÇÃO

O contexto de luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil pode ser analisado em uma escala menor, porém representativa no Estado de Sergipe. Dados do INCRA[6] apontam que área total desapropriada para fins da Reforma Agrária é de 155.016.2830 ha, representando menos de 1% da área total do Estado, distribuída para 8.371 famílias. Dados apontam também que a desapropriação de áreas no Estado é insuficiente e a demanda por terra ainda é grande, são 10.097 famílias acampadas que almejam o acesso legal à terra.

Diante deste cenário, apresenta-se como objeto de reflexão o Assentamento Caio Prado, antiga Fazenda Capivara desapropriada em 2003. Local marcado pela expansão da citricultura e pecuária, atividades que vêm contribuindo para a eliminação das áreas de cultivo alimentício,

[1] Graduanda em Eng.Agronomica/ Bolsista do PIBIC/CNPq/UFS
[2] Graduanda em Eng.Agronomica/ Bolsista do PIBIC/CNPq/UFS
[3] Graduanda em Eng.Agronomica/ Bolsista do PIBIC/CNPq/UFS
[4] Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe e Coordenadora do Projeto PIBIC/CNPq/UFS
[5] Doutoranda em Geografia a Universidade Federal de Sergipe e Co-Orientadora do Projeto PIBIC/CNPq/UFS
[6] INCRA:Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

favorecendo a concentração de terras e atraindo incentivos para os grandes proprietários, gerando conflitos, expulsão e proletarização do homem do campo.

O acesso à terra tem representado para os trabalhadores rurais um novo desafio à permanência no lote conquistado, pois, muitas famílias assentadas ainda vivem em condições de empobrecimento dentro do próprio Assentamento. Isto evidencia que a Reforma Agrária não deve se limitar apenas ao acesso a terra, mas, à possibilidade de ter uma vida digna com qualidade, o que implica na geração de renda, produção de alimentos, acesso à infra-estrutura, uma serie de direitos que lhes foram negados ao longo da historia.

2. METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura sobre a temática do rural e de assentamentos de reforma agrária no Brasil e em Sergipe. Posteriormente a esta etapa foi realizado um primeiro contato da equipe com o assentamento, e, em seguida partiu-se para a construção do Instrumental Metodológico. A Pesquisa de Campo foi realizada em novembro e dezembro de 2009. Dentre as técnicas de pesquisa de campo foram utilizadas a observação participante, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Depois da aplicação dos questionários em campo, seguiu com a fase de revisão da pesquisa, tabulação e construção do banco de dados. Paralelo a este banco de dados foram sistematizados parcialmente os resultados da pesquisa e análise dos mesmos. Um caderno - diário de campo - serviu também para registrar os fatos e os diálogos observados e as impressões pessoais e reflexões sobre o objeto observado. A máquina fotográfica também foi um recurso utilizado em campo.

3 - RESULTADOS PARCIAIS

3.1 - Condições de vida dos assentados e infra-estrutura

É fato notório que a construção do novo *modo de vida* possibilitado pelo acesso a terra deve garantir a implantação de uma infra-estrutura básica, que assegure condições mínimas de qualidade de vida para as famílias beneficiadas.

Com relação à moradia e permanência na terra, o assentamento Caio Prado já foi beneficiado com o crédito habitação. As casas possuem sete cômodos, soma-se os quintais de 2 a 2,5 tarefas bastante produtivos, sendo cultivadas normalmente hortaliças e fruteiras para consumo

próprio e comercialização. Na frente das casas costuma ter jardins e na parte de trás fogão a lenha, giral para criação de animais e alguns cisternas para captação da água da chuva. Os assentados também foram beneficiados com o crédito instalação, utilizado para a compra de ferramentas, mudas e insumos, já que de inicio os assentados não apresentam disponibilidade de recursos financeiros para aplicarem em suas terras.

Em termos de acesso a água, o processo de canalização ainda está inacabado. Enquanto isso o rio Capivara é a principal fonte para atender suas necessidades básicas como banho e lavagem de roupa. Para o consumo humano, cerca de 70% da água tem origem nas cisternas que captam a água da chuva, com capacidade de armazenar até 25 mil litros de água, servindo também para suprir à sede e realizar tarefas no período de seca.

No que diz respeito à educação, as crianças em idade escolar estão matriculadas, apesar dos assentados reclamarem da falta de uma escola dentro do assentamento. Quanto à disponibilização dos serviços de saúde estes só são encontrados na sede do município. A procura por atendimento é intenso, já que o hospital atende também todo o município de Estância. A falta de remédios distribuídos pela rede pública é um fato, por isso, por hábitos culturais e questões financeiras, as famílias usam os remédios fitoterápicos (caseiros).

O assentamento Caio Prado até o momento não possui saneamento básico como fossas sépticas e coleta de lixo. A maioria do lixo produzido é queimado a céu aberto e os restos orgânicos são utilizado na lavoura. A instalação da rede elétrica e telefônica já foi conquistada, por todas as famílias assentadas, sendo a energia elétrica beneficiada pela estrutura criada a partir do programa luz para todos, do governo do Estado.

Em campo foram observadas algumas limitações referentes à infra-estrutura social e produtiva, dentre elas, a principal está na demora da demarcação dos lotes individuais, voltados à produção, que ficará com cerca de 10 ha por família, após esta demarcação os assentados esperam a aprovação do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) para terem acesso ao PRONAF-A[7]. A falta deste, impede a iniciativa de uma produção maior, que gere emprego, renda e mais recursos financeiros. Foi apontado também que não existe água canalizada, soma-se a isto, a degradação do Riacho Capivara que atravessa o assentamento por mais de 4.000 metros de extensão, e que se apresenta em estado de degradação, sem vegetação nativa, sua margem encontra-se em processo de erosão e o seu curso bastante assoreado. A precariedade dos serviços

[7]PRONAF-A: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

de saúde, também foi apontada como problema. Outro fator limitante refere-se à quantidade de telefones públicos disponíveis.

3.2 – Atividades de Produção e Renda

A área utilizada para desenvolver as atividades produtivas é pequena. A maior parte ainda está inutilizada ou usada como pastagens. As culturas que merecem destaque são mandioca e o milho, alimentos essenciais para o consumo dos assentados e dos animais.

As entrevistas apontaram que o preparo do solo é feito de forma manual. Com relação a insumos e produtos químicos, poucos assentados afirmam não utilizar nenhum tipo desses produtos.

Quanto à existência de Programas para o desenvolvimento da produção no assentamento, cabe destacar, que no momento da pesquisa estava sendo construída uma casa de farinha automatizada, este Programa está vinculado ao Projeto Terra Sol através do INCRA, vale destacar também o Programa da CONAB, que compra os alimentos dos assentados como milho, maracujá e macaxeira para abastecer as creches, asilos e escolas, estimulando os quintais produtivos e garantindo mercado para estes produtos. A agricultura é a principal fonte de renda dos assentados. Os produtos da pecuária - leite e ovos - são apenas para o consumo interno da família.

Foi registrado ainda que a produção do assentamento destina-se praticamente em sua totalidade ao consumo das famílias, ocorrendo em poucas famílias à venda de alguns produtos excedentes.

A assistência técnica é desenvolvida pela equipe técnica da Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, mas, segundo a maioria dos assentados, não cumpre efetivamente seu papel. Sobretudo, porque a quantidade de pessoas destinadas ao atendimento é insuficiente, o que inviabiliza o desenvolvimento do processo produtivo.

Como estratégia para complementar sua renda principal, os assentados se dedicam, de forma rudimentar, à criação de gado bovino leiteiro e também à criação de galinhas caipiras. Estas atividades são consideradas poupança viva ou fonte de alimentação. Algumas famílias têm a renda complementada com os benefícios da bolsa família e com a aposentadoria.

As entrevistas apontaram ainda que na maioria das famílias entrevistadas algum membro desenvolve atividades não-agrícolas como o trabalho na construção civil e vendedor de picolés.

3. 3 - Dinâmicas Sociais dos Assentados

Em função da própria historia de luta do assentamento Caio Prado, a convivência entre eles é pacifica, possuindo uma boa política de vizinhança, grande numero dos assentados já se conheciam anteriormente, na fase de acampamento. Alguns possuem laços de parentesco entre si, ou são oriundos de cidades vizinhas. Este fato é bastante significativo, e, em termos de dinâmicas sociais e organização faz muita diferença. Além das relações de parentesco e das antigas amizades, as pessoas se aproximam por seguirem a mesma religião. A religião evangélica é a que tem um número maior adeptos.

No que se refere às atividades de lazer, destacam-se entre os mais jovens os torneios de futebol com integrantes de assentamentos e acampamentos diferentes, o banho de rio e as noites e finais de semana nos barzinhos. Os mais velhos optam por ir à Igreja, ou permanecem em suas residências assistindo televisão. O assentamento não dispõe de infra-estrutura e que viabilize a realização de lazer e atos culturais e religiosos.

As festas de maior repercussão no assentamento são as tradicionais festas juninas, *embaladas com muito forró, fogueiras acessas e comidas típicas*. Outras comemorações como aniversários, batizados e natais acontecem de forma mais particularizada no ceio familiar. Os mais jovens costumam ir às festas na cidade e a passeio em praias, integrando-se à sociedade global, enquanto parte integrante dela.

No Caio Prado, como em outras comunidades, há conflitos, mas o que as diferenciam é a freqüência e a intensidade com que os mesmos acontecem. Os problemas ocorridos estão ligados ao consumo de bebidas alcoólicas, uso de drogas e pequenos furtos de galinha, sendo este último, bastante eventual.

Em se tratando de organização social a Associação de Pequenos Produtores, constitui um meio significativo para reunir os assentados, que discutem sobre questões diversas a exemplo da aplicação dos créditos, comercialização dos produtos, como também problemas de ordem interna. É o lugar onde os assentados podem expressar suas opiniões.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados e discutidos neste estudo, ainda que de forma preliminar, revelam a importância da reforma agrária em Sergipe, enquanto política publica de desenvolvimento rural,

porém, a mesma ainda necessita ser realizada com maior eficiência e eficácia, de modo a atender as necessidades dos assentados. Cabe ressaltar que ela não se restringe apenas ao acesso a terra, mas contempla a garantia de condições de produção, geração de renda, organização social e o acesso a infra-estrutura social, fatores que contribuem para permanência do homem no campo e desenvolvimento da economia local.

Mas, apesar de toda dificuldade enfrentada, os assentados entrevistados reconhecem a importância da reforma agrária, pois para quem não possuía nada, o acesso a terra permitiu agregar famílias, gerar renda a partir da terra e proporcionar uma melhoria nas condições de vida, e, mesmo inoperante, é o melhor caminho para recriar o espaço agrário, onde a família, o trabalho, a terra, os amigos e os valores, possuem um amplo significado que se definem a partir de um *tecido social bem tramado*, e um *modo de vida* específico.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números **Estudos Avançados**. Ano 1, V. 31, 1997.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

LAMARCHE, H.Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas-SP**: Ed. da Unicamp. 1998. v. 2, p. 61-88.

LINHARES, E. F.; MEDEIROS, L. S.; PADRÃO, L. N.; et. al. **Conhecendo Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Fundação
Ford. 2002.

LOPES, E. S. **A história dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar.** Revista Candeeiro. **Ano VI, V.9 e 10 Out/2003. p.63-75**

LOPES, E. S. A.. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe** – *1985/2005.*

MACEDO, R. F. **Influência da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas implicações no desenvolvimento local** APAEB/ValenteBA-Viçosa:UFV,2003

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RELATÓRIO do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Caio Prado (PDA) 2009.

SCHWENDLER, S. F.. **A luta pela terra e a recriação social da vida no campo** 2002.

SILVA, G. da S. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. (p. 7 a 22) (Coleção primeiros passos).

SILVA, R. M. da, LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Sergipe. EDUFS, 1996.

SODRÉ, M. L. da S. **Às margens do Velho Chico: o projeto inconcluso do INCRA e as consequências para as famílias assentadas no PAE-SF**. 2008. 207 f. Tese – (Doutorado em Sociologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUSA, J. M. M. **Entre a Demanda e a Conquista: análise de luta pela terra e a reforma agrária em Sergipe.** (tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFS).

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo. Atual. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Globalização e Desenvolvimento Sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo. Polis. 2004.

_____. M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-145, out. 2000.

_____. M. de N. B. Identidade social e espaço de vida**.** In: _____ (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES - Unicamp, 2004.

VIDA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS: um estudo sobre a configuração do poder local

Saadya Jezine da Silva
Graduanda de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Bolsa de iniciação científica fornecida pelo CnpQ
saadyajezine@yahoo.com.br

Antonio Carlos Witkoski
Professor adjunto do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Ciências Sociais.
acwitkoski@uol.com.br

GT01 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

O Brasil tem muitas dívidas com o povo brasileiro. Uma das dívidas, histórica e social é sem dúvida alguma, o fato de as elites econômicas e políticas não terem feito a reforma agrária. Referindo-se as elites econômicas e políticas porque, em muitos países tipicamente capitalistas, elas o fizeram e modernizaram as relações sociais de trabalho no campo através da "democratização" da propriedade privada da terra. No Brasil, a consulta à iconografia presente no livro de José de Souza Martins, *Os Camponeses e a política no Brasil* (1990), mostra cabalmente a luta histórica dos camponeses pela reforma agrária e a sua tragédia transformada em morte social.

A questão da reforma agrária, mais recentemente, ganhou centralidade na vida social brasileira em decorrência tanto das pressões sociais – o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) é evidencia disso – como de algumas iniciativas do Governo que tem proposto transformar o perfil da estrutura fundiária brasileira, através da desapropriação e da redistribuição de terras. Não podemos deixar de notar que o problema da não realização da reforma agrária no Brasil resulta, em parte, da natureza histórica do processo de ocupação colonial e, mais próximo de nós, pelas formas como tem ocorrido a ocupação das terras, principalmente das regiões Centro/Oeste e Norte do País.

Na perspectiva de sua estrutura fundiária, a região Norte apresenta características básicas: 1) relaciona-se com sua "moderada" ocupação humana e "escassa" atividade econômica; 2) uma segunda, de natureza socioambiental, tem determinado a criação de

grandes áreas na forma de Unidades de Conservação. Estas duas características básicas, aliadas à mostruosidade geográfica própria da região, tem traçado seu perfil socioecológico. Assim, em razão de sua enorme extensão territorial e seu passado recente, a região Norte tem uma ocupação extremamente diferenciada internamente. Temos, por exemplo, uma relativa experiência de colonização nos estados de Rondônia e Acre, mas, ao mesmo tempo, tem-se, também, no sul do Pará, a presença da luta de classes materializada no conflito socioeconômico pela posse e uso da terra onde a questão da titularidade assume papel fundamental.

Em razão da natureza econômica e social da região Norte e, em particular, do estado do Amazonas, as características fundamentais que constituem sua formação social exige uma política fundiária singular e apropriada. A elas, são necessários projetos sociopolíticos de ocupação adequados à qualidade ambiental do Amazonas e da Amazônia. As diferenças regionais e as diferenças no âmago dos próprios estados, em razão da formação social da região Norte e, principalmente, do desenho da atual estrutura fundiária brasileira – o estado do Amazonas encaixa-se perfeitamente nesse contexto – não devem permitem mais a definição de políticas fundiárias, fundadas em diagnósticos baseados em índices nacionais, pelo simples fato deles não representarem nem apreenderem as singularidades regionais.

Portanto, o problema fundiário no Brasil, assim como em outras sociedades com o mesmo antecedente histórico, é marcado pelas contradições políticas. As lutas dos trabalhadores rurais desalentavam ao fundo o problema. A resistência dos posseiros de muitas regiões, os acampamentos dos sem-terra, as ocupações de terras ociosas, representaram o questionamento do poder dos grandes proprietários, ao desafio à lei injusta. O reconhecimento da legitimidade contida nas lutas dos trabalhadores rurais, a sua transformação na lei, que por sua vez dependiam de transfigurações políticas, fruto da intensificação dos projetos políticos de intervenção e a ocupação das "fronteiras" das regiões "mais afastadas" do país no que tange ao processo de ocupação e posse de terra, são reflexos das estratégias de desenvolvimento resultantes do período militar no país, no qual agregaram um segmento diferenciado ao direcionamento de políticas fundiárias, que mologaram em grande parte a tentativa de ordem dos problemas agrários.

As transformações ao longo do período de 1984 até o caminho que percorreram os trabalhadores rurais para se alcançarem um considerado apoio na implementação de uma política de reforma agrária, surge como um processo emergente fruto da pressão dos demandantes de terra, surgindo dessa maneira, uma maior organização nos movimentos sociais. As leis que contribuíram para o reconhecimento do trabalhador rural, com uma

política mais preocupada com as questões ambientais e econômicas, o incentivo, a legalização de terras e uso de determinadas áreas para produção agrícola, são resultados das intervenções dos agentes envolvidos neste processo.

Na Amazônia, por volta de 1970, vindo de diferentes lugares, muitos trabalhadores rurais chegaram e ocuparam terras devolutas, tribais e de latifúndios. De todas as regiões do país, vinham trabalhadores rurais e seus familiares para a Amazônia. Essa migração já ocorria nos anos 1956-60, mas se intensificou em 70. A essa época, com a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, o governo colocou a disposição de latifundiários e fazendeiros estímulos e favores fiscais e creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas, ou empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração. Um elemento bastante visível desse processo foi à construção de uma extensa rede de rodovias. Estes fatores configuraram o modo como a recente ocupação e posse de terra se deram na região. Portanto, é a partir destes fenômenos que se torna possível compreender os conflitos e os problemas que envolvem a questão fundiária no Estado como um processo que possui uma complexidade singular para a região.

Sob vários aspectos, as migrações espontâneas de trabalhadores rurais para a Amazônia, configuraram uma espécie de reforma agrária. Desde o termino da construção Belém-Brasília, em 1960, a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, a criação do INCRA, em 1970, entre outras, acelerou e estendeu a expansão do capitalismo na Amazônia.

Atualmente, algumas dessas instituições criadas na década de 70 ainda possuem papel fundamental na política de reforma agrária do estado do Amazonas e desenvolvem políticas efetivas relacionadas a assentamentos rurais. Todavia, é necessário desenvolver políticas públicas pensando nas especificidades de cada região, para obter assim, resultados que garantam estratégias alternativas na constituição de projetos comprometidos com a questão fundiária.

Em razão da natureza econômica e social da região Norte e, em particular, do estado do Amazonas, as características fundamentais que constituem sua formação social exige uma política fundiária singular e apropriada. A elas são necessários projetos sóciopolíticos de ocupação adequados à qualidade ambiental do Amazonas e da Amazônia. A política de colonização da Amazônia, posta em prática pela ditadura instalada no Brasil desde 1964, recoloca dois problemas importantes, encadeados: a questão da terra e do trabalhador rural sem terra. Essa colonização, dirigida na Amazônia, pode expressar um aspecto fundamental da política que favorece a monopolização as terras – devolutas, tribais e ocupadas – pelos

grandes negociantes, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, nacionais e estrangeiros.

Portanto, essa pesquisa fez um diagnóstico sóciopolítico levando em consideração às relações socioeconômicas e político/culturais dos demandantes de terras nos municípios de Anori, Silves e Itacoatiara, formulando dessa maneira, uma pesquisa mais detalhada, evidenciando os traços configurativos do poder local e as formas de associativismo, tal como o mapeamento das lideranças políticas, as representações sociais da vida política dos demandantes de terra, e as formas de associativismo local, revelando a capacidade de organização social com o intuito de desenvolver a conformação dos assentamentos.

Contudo, tal projeto nasceu com o intuito de compreender as populações tradicionais, e o contexto organizacional na qual elas estão inseridas. Na região amazônica, as atividades voltadas para os recursos naturais (terra e água), tornam a vida no campo repleta de singularidades. Para tais atividades, como pesca, caça, extrativismo vegetal, madeiro e não madeireiro o contexto organizacional ganha forças. Porém, é principalmente na agricultura que essas relações ratificam o importante papel das diferentes formas de cooperação.

Diante disso, o presente trabalho visa compreender as necessidades de organização das populações tradicionais amazônicas, através dos conflitos fundiários vividos principalmente na década de 70, e a percepção dessa população em encontrar meios para realizar seus anseios, suas necessidades, e se inserir na sociedade, principalmente obtendo a participação política, que em Anori, Itacoatiara e Silves os demandantes de terra compreendem como fundamental para o exercício da sua cidadania, especificamente seus direitos de terra e seus deveres para com a conservação da natureza.

BIBLIOGRAFIA

AMBROSOLI, M. Questão agrária. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ARAÚJO, W. P. **Práticas pedagógicas no meio rural**. Manaus: EDUA/FAEPAM, 2004.

BOBBIO, N. Democracia. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. Política. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CESAREO, V. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FOLLIS, M. Autogestão. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HERKENHOFF, B. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEITE, S. P. e ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007 (Ciência de bolso).

MAFFEY, A. Utopia. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4 ed; Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. Grupos de pressão. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. Mobilização. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

_____. Movimentos sociais. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PETRACCA, O. M. Liderança. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SANDRE, I. Carisma. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SEMIN. G. R. Protótipos e representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Trad. Luís Guerreiro Pinto Cacais, João Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

WOLF, ERIC R. Encarando o poder: velhos *insigts*, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric R. Wolf. Trad. Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003. (Coleção Antropologia).

"VOZES DA ESPERANÇA": Estratégias de Comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão

Andréa Rabelo Almeida
Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Antropologia
GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade)
Deca_ra@hotmail.com

Profa. Msc. Flávia de Almeida Moura
Departamento de Comunicação Social/UFMA
flaviaalmeidamoura@hotmail.com

GT01 - Tecendo o futuro da rede de estudos rurais: diálogo entre pesquisadores seniores e graduandos.

1. Introdução

A proposta desta pesquisa é dar continuidade ao estudo iniciado primeiramente com a elaboração da dissertação de mestrado, defendida pelo PPGCS/UFMA (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão), em 2006 pela Profa. Msc. Flávia de Almeida Moura, porém agora numa perspectiva aplicada no campo da Comunicação e das Ciências Sociais.

Como membro pesquisadora desta pesquisa dei início a este estudo a convite da Prof. Flávia Moura discutindo as condições de funcionamento da economia familiar, bem como as estratégias de sobrevivência de um grupo de trabalhadores resgatados em condição análoga à de escravo[1] pela Polícia Federal, por meio de seu Núcleo de Operações Especiais, juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão - DRT-MA, em março de 2009, na Fazenda Abelha, localizada no município de Codó (MA), porém agora numa perspectiva aplicada no campo da Comunicação já que esta pesquisa é coordenada pela Profa. Msc. Flávia de Almeida Moura – Departamento de Comunicação Social/UFMA.

Nesta perspectiva, a pesquisa envolve pesquisadores de dois departamentos da UFMA - de Ciências Sociais e de Comunicação - para dar continuidade a este estudo, agora com o objetivo de compreender as estratégias dos principais sistemas de comunicação identificados durante a pesquisa.

Durante o trabalho de campo, identificamos uma rede de aliciamento para o recrutamento de mão-de-obra em atividades consideradas análogas a de escravos tanto dentro

[1] Termo jurídico encontrado no Artigo 149, do Código Penal Brasileiro.

do estado do Maranhão como para trabalhar em outros estados brasileiros ou ainda até fora do país. Observamos ainda que nesta rede de aliciamento de trabalhadores funcionam verdadeiros sistemas de comunicação que utilizam os canais mais acessíveis àqueles públicos (no caso, os trabalhadores), como emissoras de rádios locais ou ainda aparelhos de som colocados em automóveis, bicicletas, postes, entre outros, que passam a informação de oferta de emprego, na maioria das vezes com propagandas "enganosas" de promessas de oportunidades para ganhar dinheiro ou melhorar as condições de sustento.

Outro sistema de comunicação identificado durante a pesquisa se dá entre agentes da igreja católica e/ou movimento social (que fazem um trabalho de prevenção e denúncia do trabalho escravo contemporâneo) e os trabalhadores ou entre os próprios trabalhadores que se encontram na situação de vítimas do trabalho escravo. Esses canais de comunicação são responsáveis por fazer chegar à informação aos trabalhadores acerca de seus direitos bem como atraí-los aos locais de denúncia e mediação (na maioria das vezes as pastorais sociais ligadas à igreja católica ou os centros de defesa).

Neste contexto, a pesquisa proposta busca compreender o funcionamento desses dois sistemas de comunicação, intitulados como "Vozes da Esperança", que são responsáveis, num primeiro momento, por atrair os trabalhadores a uma "promessa de trabalho", depois caracterizada por condições análogas a de escravos (rede de aliciamento) e, num segundo momento, por "libertá-los" dessa situação (rede de denúncia da exploração do trabalho).

Cientes de que podemos encontrar especificidades em cada região quanto à formação e ao funcionamento desses canais de comunicação, buscaremos entender como eles são formados, quais as estratégias utilizadas tanto no recrutamento quanto no resgate desses trabalhadores e quais os principais atores sociais envolvidos em dois municípios maranhenses considerados referências de estudo acerca da escravidão contemporânea: Codó e Açailândia; sendo a escolha do primeiro com interesses de estudo pelas estratégias utilizadas para aliciamento da mão-de-obra escrava e do segundo pela presença do movimento social organizado.

1.2 Justificativa

A pesquisa contribuirá para identificar e entender as principais estratégias utilizadas nos sistemas de comunicação utilizados tanto para atrair quanto para retirar trabalhadores maranhenses da situação de trabalho escravo, encontrada principalmente na área rural do estado nas atividades de limpeza do pasto para plantação de capim em fazenda de gados (chamado por eles de "roço da juquira") e em carvoarias.

Dessa forma, a partir da identificação dessas redes de aliciamento (realizada pelos chamados empreiteiros ou gatos) e denúncia acerca do trabalho escravo (realizada principalmente pelo movimento social), o estudo terá condições de sistematizar discursos e práticas dos principais atores sociais que utilizam canais de comunicação de forma estratégica.

No âmbito teórico, a pesquisa possibilitará uma reflexão acerca desses sistemas de comunicação utilizados em municípios do interior do Maranhão bem como em outros estados brasileiros, como Tocantins, Pará, Mato Grosso entre outros, pouco conhecidos no âmbito da pesquisa em comunicação realizada no Brasil na atualidade.

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Compreender as principais estratégias de comunicação utilizadas nas redes de aliciamento (1) e de denúncia (2) de trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

1.3.1 Objetivos específicos

Identificar e mapear os principais canais de comunicação utilizados tanto para o aliciamento de mão-de-obra escrava quanto para acesso à rede de denúncia das condições degradantes de trabalho em dois municípios do Estado do Maranhão: Codó e Açailândia.

Entender o funcionamento desses dois canais de comunicação; um que serve para atrair trabalhadores e outro que serve para libertá-los de condições degradantes de trabalho.

Identificar os principais canais de comunicação (emissoras de rádios, alto-falantes, folhetos explicativos, spots institucionais, materiais de divulgação) utilizados nos dois sistemas (de aliciamento de denúncia) bem como a interlocução de discursos e práticas sociais.

2. Metodologia

A metodologia tem como ponto de partida uma classificação preliminar de informações recolhidas em entrevistas e observações durante o trabalho de campo realizado durante a pesquisa para a obtenção do título de mestrado.

Neste sentido, o levantamento bibliográfico na área da Comunicação será um primeiro passo para a construção de um embasamento teórico interessante para a análise do material coletado em campo bem como para a observação do funcionamento das redes de aliciamento e denúncia de trabalho escravo e de sua apropriação das estratégias de comunicação.

Trabalharemos a comunicação a partir de estratégias e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001) para realizar análise dos canais populares, como alto-falantes, no caso do recrutamento de trabalhadores, e estratégias dos agentes da rede de denúncia e proteção, como utilização de charges, histórias em quadrinhos (campanha Comissão Pastoral da Terra), xilogravura (campanha Organização Internacional do Trabalho), radionovelas (ONG Repórter Brasil) e demais materiais produzidos no âmbito do movimento social.

A escolha dos materiais que serão analisados será feita durante a pesquisa de campo, sob a orientação de representantes do movimento social que atuam no combate ao trabalho escravo no Maranhão – principalmente com atuação na região tocantina, como o CDVDH (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia), o FOREM (Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão), e de atuação nacional, como é o caso da ONG Repórter Brasil, que realiza o projeto "Escravos nem Pensar" no Maranhão e demais estados brasileiros onde há situação de trabalho escravo contemporâneo.

Cientes de que podemos encontrar especificidades em cada região quanto à formação e ao funcionamento desses canais de comunicação, buscaremos entender como eles são formados, quais as estratégias utilizadas tanto no recrutamento quanto no resgate desses trabalhadores e quais os principais atores sociais envolvidos em dois municípios maranhenses: Codó e Açailândia; sendo a escolha do primeiro com interesses de estudo pelas estratégias utilizadas para aliciamento da mão-de-obra escrava e do segundo pela presença do movimento social organizado.

Para obter informações e entender principalmente o canal de comunicação entre os trabalhadores sobre o acesso à rede de apoio e denúncia serão realizadas entrevistas e observação participante no CDVDH (Centro de defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia) e na CPT (Comissão Pastoral da Terra) Regional do Maranhão, duas entidades principais que sustentam a rede de denúncia da escravidão contemporânea no Estado. Os principais questionamentos que devem nortear as análises junto aos agentes do movimento

social, num primeiro momento, são sobre como chegam as denúncias até eles (quais os principais canais de comunicação) bem como as estratégias de representação e fala desses trabalhadores (ARAÚJO, 2002).

O referencial teórico-metodológico que orienta a construção da presente pesquisa parte das reflexões de autores das Ciências Sociais, como Pierre Bourdieu (campo, capital social, poder simbólico, *habitus*) e Michel Foucault (ordem do discurso) e da Comunicação Social, como Mikhall Bakhtin (lugares de interlocução, dialogismo, semiologia do discurso) e Norman Fairclough (discurso e mudança social), e também correlatos, como é o caso de Enesita Soares de Araújo, em sua tese de doutoramento "Mercado simbólico: interlocução, luta e poder – um modelo de comunicação para políticas públicas" (CFCH/UFRJ, 2002), quando trata sobre discurso, representação e espaços de interlocução, à luz dos autores citados anteriormente.

Sob a orientação de Bourdieu (2002), as estratégias e práticas partem de regularidades, muitas vezes não conscientes pelos autores sociais, resultando no *habitus*, categoria trabalhada pelo autor que utilizamos como ferramenta para pensar nos sistemas de comunicação que pretendemos estudar, principalmente realizadas pelos intermediadores da mão-de-obra escravista.

Para a realização desta pesquisa contamos com a infra-estrutura do Departamento de Comunicação Social da UFMA, com salas para reunião, laboratórios de fotografia, multimídia, informática e de rádio e TV, além das instalações do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, com sala para reunião, computador e impressora além das futuras instalações do GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade), no qual a coordenação e uma consultoria desta pesquisa estão inseridas.

3. Resultados e Impactos Esperados a partir da pesquisa

Retomando o resultado da pesquisa anterior concluímos que situação de trabalho nas fazendas não é considerada 'boa' pelos trabalhadores, e mesmo assim há a reincidência, um dos aspectos fortes no argumento dos entrevistados para justificar o retorno ao mesmo tipo de trabalho passa pela discussão de uma categoria nativa muito utilizada por eles: a chamada *precisão*, termo regional que identifica períodos de maior necessidade econômica no contexto da economia familiar desses trabalhadores rurais. A *precisão* está ligada à falta de oportunidade de trabalho às famílias de trabalhadores rurais que, sem terra para plantar, precisam pagar renda aos donos de pequenas e médias propriedades para poderem fazer suas

roças e ainda complementar a renda tanto para o consumo de suas famílias quanto para levantar recursos destinados ao investimento no plantio de novos cultivos, inseridos no ciclo agrícola anual. Concluindo, a *precisão* é apontada pelos trabalhadores como uma das principais causas da reincidência ao chamado *trabalho escravo*.

No campo da pesquisa atual propriamente dita, a idéia é ter ao final deste estudo dois sistemas de comunicação identificados e compreendidos bem como as estratégias de utilização de seus discursos e práticas sociais. Um, a serviço do aliciamento de mão-de-obra escrava, e outro, a serviço de uma rede de proteção e denúncia das condições degradantes de trabalho no Maranhão contemporâneo.

A partir da compreensão da lógica do canal de comunicação para o recrutamento de trabalhadores, acreditamos também estar contribuindo com a eficácia da atuação do movimento social, que terá a partir do acesso a esses dados, subsídios para conseguir avançar nos processos comunicacionais mais eficazes para o trabalho de prevenção.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Enesita Soares de. (2002) **Mercado simbólico: interlocução, luta, poder.** Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese de doutorado, CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro.

BAKHTIN, Mikhail. (2006) **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** Hucitec, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. (1996) **A economia das trocas linguísticas.** O que falar quer dizer. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ (2002) **O Poder Simbólico.** Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. (2002) **Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental:** distante da cidadania, além da mera exclusão. In Revista Sociedade em Debate. V. 8, nº 2, UCPEL, Rio Grande do Sul.

ESTERCI, Neide. (1994) **Escravos da Desigualdade:** estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Cedi :Rio de Janeiro.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001) **Discurso e mudança social.** Editora Universidade de Brasília, Brasília.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende**.** (2004) **Pisando fora da própria sombra:** a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

FOREM. (2004) **Cartilha de Combate ao Trabalho Escravo no Maranhão**, São Luís.

FOUCAULT, Michel. (1996) **A ordem do discurso.** Edições Loyola, São Paulo.

_____, (2005) **A arqueologia do saber.** Forense Universitária, Rio de Janeiro.

MOURA, Flávia de Almeida. (2006). **Escravos da Precisão:** economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). Dissertação de mestrado/Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFMA, São Luís (MA).

REDE DE ESTUDOS

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES
E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO
06 a 09 de julho de 2010.

GT2

POLÍTICAS PÚBLICAS: QUADROS INSTITUCIONAIS E BENEFICIÁRIOS

COORDENADORES

IRAN PEREIRA VEIGA JUNIOR (UFPA)

OSMAR THOMAZ DE SOUZA (PUC/RS)

A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: uma análise a partir do programa Terra Sol do INCRA

Evander Eloí Krone[1]

evanderkrone@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar a aplicação do Programa Terra Sol nos assentamentos de reforma agrária do Estado do Rio Grande do Sul. Criado em 2004 pelo Governo Federal, e executado pelas superintendências do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nos Estados, o programa foi concebido com objetivo de fomentar a agregação de valor e a geração de renda em assentamentos de reforma agrária.

Não obstante ser um programa federal e com abrangência nacional, o Rio Grande do Sul tem sido o Estado que mais tem captado os recursos deste programa. Apesar de financiar praticamente qualquer atividade produtiva, os recursos do Programa Terra Sol estão sendo aplicado nos assentamentos do Rio Grande do Sul, principalmente para desenvolver projetos de agroindústrias e ampliar ou restaurar antigas unidades agroindustriais.

O programa prevê a execução de projetos coletivos e com ampla participação das famílias beneficiárias nos processos de discussão, bem como a capacitação dos beneficiários para o desenvolvimento das atividades produtivas. No entanto, o que vem se observando é uma prática onde as famílias assentadas praticamente não vêm participando das discussões.

Neste contexto, percebe-se que as definições vêm ocorrendo num âmbito macro-político entre MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra) e INCRA, sem uma discussão dos projetos junto a base dos assentamentos. Desta forma, muitos dos projetos de agroindústria são introduzidos nos assentamentos a partir de avaliação externa e sem uma maior mobilização e discussão junto as famílias beneficiárias.

Neste sentido, muitas vezes não há uma produção organizativa dentro dos assentamentos voltada a produção de matéria-prima para as agroindústria. A demora na execução dos projetos, a falta de experiência e de uma estrutura de apoio do INCRA e o

[1] Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial e Mestre em Desenvolvimento Rural. É estudante do curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde atua também prestando assessoria técnica aos projetos de agroindústria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Estado do Rio Grande do Sul.

próprio desconhecimento dos projetos pelas famílias tem levado a uma situação de dificuldade de viabilização dos projetos.

É dentro desse contexto que o presente estudo se situa, buscando analisar as ações desenvolvidas e a forma de aplicação do Programa Terra Sol nos assentamentos do Rio Grande do Sul, evidenciando os seus principais limitantes atuais.

O PROGRAMA TERRA SOL

Criado em 2004 pelo Governo Federal, o Terra Sol é um programa de fomento à industrialização, comercialização e ao desenvolvimento de atividades pluriativas solidárias em assentamentos de reforma agrária. O Programa Terra Sol faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Plano Plurianual (PPA) que define os programas e projetos prioritários do Governo Federal.

O programa tem como objetivo gerar o incremento de renda nos assentamentos de reforma agrária a partir do desenvolvimento de atividades que valorizem as características regionais e experiências locais.

Cabe ressaltar que o programa é executado a partir de projetos coletivos, elaborados pelas entidades representativas das famílias assentadas, ou através de parcerias formadas com Prefeituras Municipais e os Estados.

O programa viabiliza praticamente qualquer tipo de atividade geradora de renda, no entanto, o Terra Sol prioriza projetos de fomento onde houver um maior número de famílias participantes, bem como onde a matéria-prima utilizada seja dos próprios assentamentos. Projetos que trabalhem como o desenvolvimento sustentável e a agroecologia também são prioritários para o programa.

Desta forma é possível identificar quatro eixos principais de aplicação do Programa Terra Sol, são eles: agroindustrialização; comercialização; atividades pluriativas e agroecologia.

A execução do programa cabe as superintendências regionais do INCRA nos Estados, que definem os projetos e assentamentos prioritários para realização da ação. No entanto, além da execução direta pelas superintendências regionais é possível firmar convênios para a execução dos projetos.

Na execução dos projetos também é exigido que os beneficiários sejam capacitados para executar e desenvolver as atividades de agregação de valor, bem como as propostas devem se adequar a legislação necessária ao seu funcionamento.

O PROGRAMA TERRA SOL NO RIO GRANDE DO SUL

Apesar de o Programa Terra Sol ter uma abrangência nacional a maior parte dos recursos vem sendo aplicados no Sul do Brasil, sendo o Estado do Rio Grande do Sul o Estado que mais vem recebendo recursos desse programa. Segundo estimativas da superintendência do INCRA no Rio Grande do Sul, somente em 2008 cerca de 80% dos recursos do programa vieram para assentamentos localizados em território gaúcho.

Tal fato revela uma tendência antiga do Estado na captação de recursos provindos de programas federais. Cabe lembrar, por exemplo, a experiência do PRONAF. Desde a sua criação em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) vem destinando a maior parte dos recursos à região Sul do Brasil.

No Rio Grande do Sul, o Programa Terra Sol tem sido implantado com objetivo principal de fomentar a agroindustrialização nos assentamentos. Além da reforma de estruturas antigas ou a construção de unidades agroindústrias novas os recursos do programa também estão sendo aplicados no desenvolvido da cadeia produtiva do leite.

Neste sentido, grande parte dos recursos têm sido usados na compra e aquisição de resfriadores estacionários de leite e tanques isotérmicos para o transporte de leite nos assentamentos. Outras ações mais pontuais também vem sendo alvo do programa no Estado, como o apoio a feiras agroecológicas e oficinas de capacitação.

Apesar de o programa fomentar praticamente qualquer atividade geradora de renda, o foco central de aplicação dos recursos no Estado tem sido a reforma, ampliação e construção de unidades agroindustriais.

Atualmente o INCRA/RS têm convênio firmado com 21 prefeituras municipais a fim de viabilizar atividades agroindústrias nos assentamentos de reforma agrária. Cabe chamar atenção para o fato de que grande parte dos projetos referem-se a construção de moinhos coloniais para a produção de farinha.

O incentivo a constituição de moinhos coloniais nos assentamentos revela a preocupação com a segurança alimentar das famílias assentadas e com a revitalização desse tipo de empreendimento. Os moinhos coloniais sempre foram uma marca do meio rural brasileiro, a maioria utilizava a própria água dos rios para movimentar as máquinas que processavam a farinha. No entanto, no decorrer do século passado, em especial a partir dos anos de 1950, incentivos fiscais e creditícios concedidos ao capital industrial fizeram surgir um monopólio estatal do trigo que gerou o progressivo fechamento de inúmeros moinhos coloniais (ANJOS *et al*, 2006).

Alguns municípios já vem incentivando a algum tempo a reativação desse tipo de empreendimento. O objetivo de tal iniciativa nos assentamentos visa aproveitar a produção de grãos, como milho e trigo incentivando a geração de renda e o autoconsumo.

Além do incentivo a reativação de moinhos coloniais o Programa Terra Sol vem financiando atividades também na área de laticínios, industrialização de mel, abatedouros, beneficiamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível, cachaça e melado, bem como na área de industrialização de grãos como feijão, arroz e amendoim.

AS DIFICULDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS

Podemos acompanhar especialmente nas últimas duas décadas, um novo tipo de incentivo aos agricultores familiares, que tem se tornado cada vez mais uma importante estratégia de agregação de valor a partir da criação de políticas públicas voltadas para a constituição de agroindústrias familiares. Este tipo de estratégica vem no sentido daquilo que Boucher e Riveros (1995), entendem como fundamental na constituição de agroindústrias familiares, ou seja, uma atividade que permite manter nas zonas rurais o valor agregado da produção, por meio da realização de tarefas de seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalamento, transporte e comercialização dos produtos dos agricultores familiares.

Neste período, importantes iniciativas foram tomadas, como, por exemplo, a criação de linhas de crédito específicas como o PRONAF Agroindústria, voltado especificamente para atender agricultores familiares interessados em beneficiar a sua produção.

No Sul do país tivemos a importante experiência do Programa de Agroindustrialização do Governo do Estado Rio Grande do Sul, a partir da criação do selo Sabor Gaúcho em 1999. O programa pretendia amenizar as dificuldades inerentes das pequenas e médias agroindústrias criando um selo de qualidade que pertencia ao Estado, o que trazia uma diferenciação a marca dos produtos (CARUSO; SACCO DOS ANJOS, 2008).

Apesar dessas importantes iniciativas até então não havia uma linha de crédito ou uma estrutura de apoio específica para fomentar a agroindustrialização nos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Apenas em 2004, com a criação do Programa Terra Sol se estabeleceram ações voltadas exclusivamente para atender a demanda de processos de agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária.

Contudo, a experiência de implementação do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul nos revela também as dificuldades inerentes a criação de agroindústrias nos assentamentos e a falta de uma estrutura de apoio para fomentar tais atividades.

Cabe chamar atenção que muitos projetos de agroindústrias formulados ainda no começo da implementação do programa em 2005 e 2006 somente em 2010 estão sendo concretizados, e em alguns casos os projetos se quer saíram do papel.

É notório à muito tempo que o INCRA, carece de meios materiais e humanos para implementar programas deste vulto. Dentre as principais dificuldades está a falta de pessoal e debilidades em termos de formação e capacitação dos profissionais para atuar em uma área que apenas recentemente vem sendo alvo da ação de políticas públicas.

Outra dificuldade encontrada relacionasse ao fato de os próprios beneficiários dos projetos agroindustriais muitas vezes desconhecerem os projetos e/ou carecerem de uma formação específica ligada ao desafio de passar da condição de agricultor para processador de alimentos. Cabe lembrar ainda que com a demora na implementação das unidades agroindustriais muitos dos projetos caem na incredulidade, descrédito e na desconfiança por parte das famílias.

É dentro dessa conjuntura de dificuldades e na falta de uma estrutura própria de apoio na implementação e operacionalização do Programa Terra Sol, que a partir do ano de 2008 começa o ocorrer uma aproximação entre a superintendência do INCRA no Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no sentido de se criar uma estrutura que visasse dar as condições técnicas, econômicas e sociais para a implementação das agroindústrias do programa no Rio Grande do Sul.

Desta forma, formulou-se ainda em 2008 uma proposta de criação de um programa e de uma equipe técnica voltada especificamente para assessorar tanto os órgãos públicos como as famílias assentadas nos processos de constituição das agroindústrias. É desta forma, que diante das dificuldades de viabilização dos projetos agroindustriais que nasce o Programa SOMAR[2], a partir de um convênio de apoio técnico entre a UFSM e a superintendência estadual do INCRA no Rio Grande do Sul.

Desta forma, o Programa SOMAR surge a partir do entendimento da necessidade de criação de uma equipe de profissionais voltada a dar suporte técnico ao Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul, com a criação de um Sistema (**S**) de Orientação (**O**) e Mobilização (**M**) Assistida (**A**) e com Responsabilidade Técnica (**R**).

O Programa SOMAR visa capacitar agricultores e técnicos dos órgãos extensionistas no que tange a especificidade da agroindustrialização das matérias-primas produzidas nos assentamentos, visando garantir a viabilidade econômica e social das unidades

[2] Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica para o Desenvolvimento da Agroindustrialização de Produtos de Origem Animal e Vegetal em Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul.

agroindustriais. O programa também tem por objetivo garantir uma formação continuada dos agentes envolvidos nos empreendimentos, tanto suporte em áreas como gestão financeira, controle de qualidade, licenciamento ambiental e sanitário, planejamento e gestão das unidades agroindustriais.

Parece claro que o Programa SOMAR surge exatamente num momento critico de implementação de várias unidades agroindustriais. É a partir de 2008 que muitos dos projetos começam a sair do papel, e várias obras começam a ser executadas. Por conseguinte, com a aproximação da finalização das obras físicas e partindo de um acumulativo de experiências, percebe-se que muitos dos projetos foram pensados apenas viabilizando as condições estruturais e físicas dos empreendimentos. Em muitos casos não se levou em conta a quase total inexistência de uma organização produtiva dos assentados, bem como a falta de experiência dos beneficiários dos projetos e dos próprios agentes responsáveis pela assistência técnica. Junte-se a isso a falta de uma estrutura de apoio próprio que, teoricamente deveria ser fornecida pelo INCRA, enquanto órgão executor do Programa Terra Sol.

A equipe SOMAR constitui-se e começa a atuar no ano de 2009, e surgi a partir de uma nova leitura feita tanto por parte do INCRA quanto do MST de que a viabilização das unidades agroindustriais passa por ações qualificadas nas diversas áreas: organizativa, produtiva, ambiental, sanitária, econômico e social.

O desafio maior colocado a equipe SOMAR passa a ser assessorar a implementação de um programa de fomento a agroindustrialização que basicamente foi implementado pensando apenas a viabilização de estruturas e equipamentos, sem uma maior discussão junto as famílias beneficiárias dos projetos.

A CENTRALIZAÇÃO NA DISCUSSÃO DOS PROJETOS

Podemos perceber que um dos principais problemas enfrentados na consolidação das unidades agroindustriais centra-se no fato de que até então o Programa Terra Sol foi implementado a partir de uma lógica que visava viabilizar a infra-estrutura física dos empreendimentos, sem, no entanto levar em consideração o nível de conhecimento, experiência e organização dos beneficiários dos projetos.

Esta constatação nos leva a compreender que muitos dos problemas enfrentados atualmente, para a consolidação das unidades agroindustriais, está associada a falta de participação das famílias assentadas nos processos de discussão sobre estratégias de agregação de valor para os assentamentos. Isso mostra que muitas das propostas foram

introduzidas a partir de avaliação externa, sem atender necessariamente o interesse das famílias rurais assentadas.

Apesar de o Programa Terra Sol prever a participação por meio de projetos coletivos, elaborados com a efetiva participação das famílias beneficiadas e de suas entidades representativas, na prática ainda se está longe de entender a importância de incluir as pessoas no processo, principalmente quando se trata de gestão coletiva dos empreendimentos. Muitos dos projetos agroindustriais foram discutidos apenas no âmbito macro-político entre as lideranças do MST com o INCRA, sem levar à cabo discussões internas nos assentamentos.

Neste contexto cabe abrir aqui um parêntese, e lembrar que um dos meios encontrados para fortalecer e desenvolver os assentamentos foi a criação de cooperativas de produção, tendo este tipo de organização a função principal de mobilizar e agrupar esforços conjuntos no sentido de viabilizar econômica e socialmente os projetos de assentamentos. Santalucia (2006) nos diz que nos assentamentos onde se constituem laços fortes de sociabilidade, quer pela convivência na vida comum, quer pela presença de instituições como as cooperativas, existe uma redução na evasão dos assentamentos. Estudo da FAO/INCRA (1998, p. 40) mostrou que:

> Através da existência de grupos de produção e/ou de máquinas e equipamentos, ou pela gestão coletiva do uso das áreas, afetou positivamente os projetos de assentamentos e, em alguns casos, foi decisivo para o sucesso. A organização diminuiu os custos, potencializou os recursos naturais, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos.

As cooperativas são então uma forma importante de organização dos assentamentos, e a cooperação é um processo de integração social, que visa juntar esforços comuns no sentido de alcançar objetivos traçados, e onde as ações e os benefícios são repartidos entre todos. Vemos, por tanto, que a partir do momento que os trabalhadores sem terra se organizam, a cooperação agrícola torna-se a principal ferramenta de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária (EID; PIMENTEL, 1999).

È inegável, portanto, a importância das cooperativas nos assentamentos, contudo, na prática o que se vem observando é que há muitas vezes uma centralização administrativa e um contínuo decréscimo da participação das famílias associadas nos processos de decisão. No caso exclusivo dos projetos das unidades agroindustriais financiadas pelo Programa Terra Sol, isso se torna evidente quando percebemos que grande parte das famílias assentadas desconhece os projetos agroindustriais. Neste contexto as agroindústrias servem muitas vezes

apenas como instrumento para agregar-se a uma estrutura de controle, de centralização e de poder da direção das cooperativas.

Neste caso, onde a direção administrativa das cooperativas aparece de forma centralizada há pouca participação das famílias associadas, sendo que isso se reflete numa situação onde as famílias associadas não se sentem comprometidas ou responsáveis com os projetos propostos pelas cooperativas.

Tal situação de descrédito e pouca participação das famílias assentadas em relação aos projetos agroindustriais também são evidenciadas nos locais onde sequer há uma organização formal em torno de uma cooperativa ou associação. Neste caso, muitas vezes são as lideranças locais que centralizam as decisões.

Um exemplo crítico da falta de participação das famílias assentadas nos processos de discussão e elaboração das unidades agroindústrias é o caso de um dos mais novos e emblemáticos assentamentos criados no Rio Grande do Sul. Considerado o berço do latifúndio no Estado, a cidade de São Gabriel possui um histórico de mobilização de fazendeiros que lutam contra a ação do MST na região. A cidade foi palco de anos de disputa pelas terras da fazenda Soutall, pretendidas pelo MST e pela Aracruz Celulose. Finalmente em 2008, mesmo sobre a forte pressão de ruralistas da região a fazenda foi adquirida pelo INCRA.

Mas o que nos cabe chamar atenção aqui é que mesmo antes da chegada das primeiras famílias em dezembro de 2008, já havia se decidido no âmbito macro-político entre INCRA e MST que a linha produtiva dos novos assentamentos em São Gabriel seria o leite. Para tanto foi elaborado, sem nem uma discussão mais ampla junto a base, a elaboração de um projeto de entreposto de recebimento de leite com capacidade para 60.000 litros/dia.

Esta situação nos mostra que apesar de o Programa Terra Sol prever a ampla participação dos beneficiários na discussão e elaboração dos projetos, na prática as famílias assentadas não vêm sendo incorporadas como as principais protagonistas do processo. Até então o Terra Sol tem-se colocado como um programa que pensa e viabiliza as infra-estruturas dos empreendimentos, mas sem uma maior participação dos beneficiários dos projetos.

Neste contexto muitos problemas emergem e enfraquecem a possibilidade de sucessos dos empreendimentos financiados. Um deles é a produção de matérias-primas para as unidades agroindustriais. Diante da falta de participação das famílias na discussão dos projetos, também fica claro que não há nenhum comprometimento ou organização produtiva nos assentamentos para a produção de matérias-primas. Isso tende a levar à situações onde

muitas agroindústrias poderão iniciar as atividades em uma escala de produção abaixo do necessário para que se viabilizem economicamente os empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar as ações desenvolvidas pelo Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul. Foi possível evidenciar que o programa lançado no ano de 2004 tem sido uma importante ferramenta de aporte para fomentar a criação de agroindústrias em assentamentos no Estado.

No entanto, apesar de o programa prever a ampla participação das famílias assentadas na elaboração e implementação dos projetos, na prática isto não vem ocorrendo. Até então o Terra Sol tem se colocado como um programa que pensa e viabiliza as infra-estruturas, obras físicas e equipamentos.

Em grande medida as discussões sobre os projetos agroindustriais vem se dando num âmbito macro-político entre INCRA e MST e com pouca ou quase nenhuma discussão junto a base dos assentamentos. Desta forma, muitas das propostas foram introduzidas a partir de avaliação externa, sem atender necessariamente o interesse das famílias rurais assentadas.

Com a falta de uma maior discussão na base surgem problemas como a quase inexistência de uma organização produtiva voltada a atender as demandas de matéria-prima das agroindústrias. Da mesma forma com a demora na execução das obras muitos dos projetos caem na desconfiança e incredulidade das famílias assentadas.

Acredito que devemos entender que a iniciativa, a efetiva participação e o protagonismo das famílias rurais são de fundamental importância para viabilizar qualquer ação no âmbito das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Ações executadas externamente e que não levem conta a necessidade e vontade do público atendido tendem naturalmente a passar por dificuldades para a sua execução.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávio Saccos dos *et al*. Certificação solidária na região das Missões: a experiência do projeto Doce Sabor. In: XLIV Congresso da Sober, 2006, Fortaleza. **Anais**...Fortaleza: SOBER, 2006. 1 CD ROM.

BOUCHER F., RIVEROS H. **La agroindustria rural de América Latina y del Caribe**: su entorno, marco conceptual y impacto, San José (Costa Rica): PRODAR, 1995.

CARUSSO, Cíntia. de Oliveira.; ANJOS, Flávio Sacco dos. Políticas públicas e o fomento à implantação de agroindústrias familiares no extremo sul gaúcho. In: IV Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. **Anais**...Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. A organização da produção em cooperativas de reforma agrária. In: XXXVII Congresso da Sober, 1999, Foz do Iguaçu (PR). **Anais**...Foz do Iguaçu (PR): SOBER, 1999. 1 CD ROM.

FAO/INCRA (1998). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt *et al,* 1998.

HASS, Jaqueline M. et al. Agentes de desenvolvimento rural, assentados e projetos de agroindústrias: quais seus papéis?. In: X Congresso Iberoamericano de Extensión Universitária, 2009, Montevidéu. **Anais**...Montevidéu : Universidad de la República Uruguay, 2009.

SANTALUCIA, M. **Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia Q**: o caso de Charqueadas – RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2006.

A assistência técnica e a produção de capital social

Jaqueline da Luz Ferreira
(jaquelineluzferreira@gmail.com)
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/ UFRRJ
Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais
Rua Gomes Freire, n° 788, ap. 814, Centro. Rio de Janeiro – RJ.
CEP: 20230011

GT 02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

1- **Contribuição ao debate do grupo de trabalho:**

Este texto pretende contribuir para o debate sobre os desenhos institucionais das políticas públicas que tem como um de seus objetivos a incorporação dos seus, beneficiários em seu processo de gestão e implementação. A política de assistência técnica aqui tratada, em especial, como um serviço de educação não formal e continuo, apresenta questões específicas a este debate. Com isso, pretende-se discutir não só os ideários presentes no texto da política, mas também o desenho institucional, normas e procedimentos que orientam a sua implementação, a partir de alguns autores que discutem a construção de atores sociais por meio de políticas públicas.

A assistência técnica e a produção de capital social

Jaqueline da Luz Ferreira

A Política Nacional de Assistência Técnica para a agricultura e reforma agrária (PNATER) institui a assistência técnica e a extensão rural como um serviço de educação não formal e continuada no meio rural, para a promoção de "processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais" (BRASIL, 2010). Entre os princípios da política encontramos a adoção de metodologias participativas e a descentralização do serviço como forma de promover a democratização de sua gestão.

Considerando o enfoque desta política na participação e capacitação dos beneficiários, esse texto procura levantar alguns elementos para uma reflexão sobre os desenhos institucionais de programas e políticas públicas que criam um ambiente favorável a produção e fortalecimento de capital social[1]. O que nos interessa aqui é levantar algumas questões sobre as possibilidades dos desenhos institucionais das políticas públicas potencializarem processos de mudança social em que seus beneficiários sejam protagonistas. Para tanto, consideramos ser necessário, primeiramente, destacar alguns princípios e diretrizes que norteiam a PNATER e que aqui nos interessam.

Entre os princípios da PNATER estão o desenvolvimento rural sustentável, a adoção de princípios da agricultura de base ecológica, o aumento da renda, da produção, qualidade e produtividade das atividades dos beneficiários[2] , dos beneficiários, por meio da assessoria às diferentes fases da atividade econômica.

O incentivo a adoção de uma agricultura com base ecológica como uma tecnologia de produção, assim como o incentivo ao aumento da produção e produtividade sugere adaptações e mudanças nos modos de produção dos beneficiários. A assessoria e a

[1] Para Putman (1993), capital social refere-se à organizações sociais, normas de reciprocidade e redes cívicas de engajamento (PUTNAM, 1993). Para Bebbington (1999), o capital social é inerente aos tipos de relações que permitem o acesso, é um precursor fundamental para que o acesso seja possível. Aqui, o sentido atribuído ao termo mescla essas duas perspectivas. Capital social como organizações sociais, normas de reciprocidade e redes cívicas de engajamento que possibilitam o acesso a recursos.

[2] A PNATER define como seus beneficiários os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.

capacitação técnica têm o papel de orientar esta mudança. Complementando esse caráter orientador ou educativo do serviço, a PNATER possui princípios como: "promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário" e "construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional" (BRASIL, 2010), que caracterizam o processo educativo como democrático, ao valorizar os saberes e práticas dos seus beneficiários. Desta forma, o desenho da política procura fugir de um processo educativo voltado para a disseminação de um modelo técnico único entre os agricultores.

Surgida como uma crítica à prática extensionista convencional, baseada na transferência de pacotes tecnológicos da revolução verde[3], a PNATER pretende então, a partir destes princípios e normas, orientar processos mais democráticos em que os beneficiários possam participar e discutir a viabilidade dos projetos de assistência técnica e extensão rural.

A adoção de metodologias participativas e o incentivo ao associativismo e cooperativismo também estão entre os princípios da PNATER. Sendo a inserção dos beneficiários da política garantida por meio da participação em Conselhos (Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similares).

A participação dos beneficiários nestes conselhos é feita por meio de suas organizações representativas, ou seja, depende de suas capacidades de associarem-se e organizarem-se coletivamente. Neste sentido, assumimos aqui que a PNATER, ao condicionar o seu processo de implementação à participação dos beneficiários por meio de suas organizações, proporciona uma estrutura e ambiente favoráveis para o surgimento de capital social e/ou potencializam o seu desenvolvimento.

Para compreendermos melhor processos que incentivam a produção e/ou fortalecimento do capital social, traremos para a análise uma bibliografia que trata o tema, ou seja, as relação entre as instituições e a produção de capital social.

[3] Segundo Peixoto, a revolução verde "caracterizou-se, sobretudo, pelo cultivo de espécies vegetais e criação de animais melhorados geneticamente, e pelo uso intensivo de máquinas (tratores e colhedeiras automotrizes), equipamentos (arados, grades, semeadoras, adubadoras, pulverizadores) e insumos industriais, utilizados no preparo do solo e sua correção de acidez (calcário) e adubação química, plantio, tratos culturais, irrigação, aplicação de defensivos vegetais e animais (inseticidas, fungicidas, bactericidas, nematicidas, acaricidas, medicamentos veterinários), colheita e beneficiamento" (PEIXOTO, 2009: 7). Tal mudança no padrão tecnológico da agropecuária teve início nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 1940 e 1950.

Jonathan Fox (1997), em um de seus trabalhos, faz uma análise sobre os caminhos para o aumento da densidade e amplitude de organizações representativas da sociedade civil em contextos autoritários, com pouca tradição democrática. Fox (1997) afirma que, o Estado e os agentes externos podem fornecer elementos de incentivo ao desenvolvimento da ação coletiva local ou mesmo atrapalhar seu desenvolvimento. Apesar de reconhecer a capacidade dos atores locais de criarem organizações e laços associativos horizontais, Fox salienta que este tipo de iniciativa não é suficiente para promover a mudança social.

Ao analisar as comunidades indígenas na zona rural do México, Fox (1999) avalia que, algumas comunidades, mesmo em situação de pobreza, possuem uma tradição de cooperação horizontal. Segundo Fox (1999), essas comunidades sofrem constantemente a ação do Estado autoritário que acaba por prejudicar a manutenção de parte destas relações de cooperação horizontal, o que resulta em um mapa muito desigual, com variações extremas no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade civil. Nos locais em que as organizações indígenas conseguiram se consolidar, o fizeram a partir de relações de convergência com o Estado – por meio de projetos de desenvolvimento local apoiados por agentes reformistas do Estado – e/ou com agentes externos (ONGs, igreja, etc.). Fox irá chamar esse tipo de relação entre Estado e sociedade civil de relações de co-produção de capital social (FOX, 1997). Desta forma, para o autor, embora muitos movimentos sociais rurais localizados tenham surgido no México de forma independente, a partir de baixo, os vínculos externos têm sido vistos como cruciais para a capacidade dos atores locais de ampliar e consolidar as organizações representativas de maior escala.

Para Fox, o contexto institucional, ou melhor, a "estrutura de oportunidade política" (termo emprestado de Sidney Tarrow)[4], tem grande importância para o desenvolvimento do capital social. Contextos em que governam regimes democráticos, voltados para a promoção de políticas mais igualitárias, constituem ambientes favoráveis a produção de capital social.

[4] Segundo Fox (1997), Sidney Tarrow chama de "estrutura de oportunidade política" o contexto político que pode oferecer tanto incentivos políticos quanto sanções negativas à ação coletiva. Nesta abordagem a ação coletiva, em grande parte, surge em resposta às mudanças nas oportunidades que reduzam os custos da ação coletiva, revelam potenciais aliados e mostram onde as elites e as autoridades estão vulneráveis.

Da mesma forma, políticas como a PNATER, que se objetivam a partir da criação de espaços públicos de discussão e decisão conjunta entre atores do Estado e da sociedade civil, exercem não só influência no surgimento ou reorganização das associações locais, mas também na criação de vínculos com o Estado que possibilitam o acesso à recursos.

No entanto, qual a importância do desenvolvimento e fortalecimento do capital social em projetos de desenvolvimento que objetivem mudanças na qualidade de vida de grupos sociais fragilizados como os beneficiários da política PNATER? Anthony Bebbington, em seu texto sobre as trajetórias de vida da população camponesa pobre dos Andes, nos ajuda a pensar esta questão.

Para Bebbington (1999), o capital social refere-se ao desenvolvimento de redes e organizações sociais que aumentam a capacidade dos atores de serem seus próprios agentes de mudança. Isso porque, tais relações acrescem a capacidade desses indivíduos para acessar, defender e transformar seus recursos. Nesta perspectiva, o capital social também é visto como um recurso, que tem papel fundamental para que os atores tenham acesso à outros tipos de recursos. Desta forma, para Bebbington (1999), para que os atores sociais tenham capacidade de transformar as suas realidades, eles precisariam ter acesso não só a recursos materiais, mas também a recursos imateriais, como o capital social.

Buscando ampliar nosso ideário sobre os recursos necessários para compor uma trajetória de vida, Bebbington (1999) troca o termo "recurso" por "ativos", referindo-se não só a disponibilidade dos recursos, mas ao seu acesso. Os ativos produzem significados às vidas das pessoas, lhes dão capacidade de ser e agir, ou seja, de mudar as regras sobre o uso e transformação destes recursos.

Assim, os agentes sociais precisam ter acesso ao capital social e transformá-lo em ativo, ou seja, em redes sociais e organizações que aumentem suas capacidades de acessar outros recursos e mudar suas trajetórias de vida[5]. Muitos atores sociais não conseguem transformar suas realidades por não conseguirem utilizar adequadamente as redes de atores sociais que podem possibilitar acesso a recursos ou a manutenção destes (BEBBINGTON, 1999).

Da mesma forma, para que os mecanismos institucionais mais democráticos, como os que garantem espaços de gestão participativa na PNATER, funcionem é preciso que

[5] O termo original é *Livelihoods*. Traduzido para trajetórias de reprodução pelo Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado (CPDA/UFRRJ). O termo indica os meios necessários para prover as necessidades da vida, que no entanto, não são estáticos.

os beneficiários da política transformem esses recursos em ativos, que sejam capazes de utilizar e defender estes mecanismos em favor suas trajetórias de vida.

Os mecanismos institucionais de gestão participativa previstos pela PNATER constituem-se em espaços para que os beneficiários possam defender os recursos disponibilizados, por meio do monitoramento e avaliação de seus usos. Partindo da perspectiva trazida por Bebbington (1999), os conselhos constituem-se em um recurso a serem utilizado pelos beneficiários da política em favor de suas trajetórias de vida.

No entanto, cabe a nós refletirmos sobre a forma como esses conselhos funcionam. O desenho institucional destes espaços, apresentam alguns limites para que seus participantes (principalmente os beneficiários da política) transformem este recurso em ativos. O princípio da paridade entre representantes da sociedade civil e do Estado como regra para a composição dos conselhos serve como exemplo. Ao dividir o número de participantes deste espaço de forma igual entre os atores envolvidos com a política, a regra desses conselhos acaba por igualar poderes desiguais (como por exemplo, o poder de um técnico-administrativo do Estado e de um agricultor, que não possui a mesma experiência com os trâmites institucionais), o que pode diminuir a capacidade dos beneficiários do programa de defender novos recursos e/ou a manutenção dos recursos já existentes. Da mesma forma, o fato destes espaços de gestão participativa terem um caráter consultivo apenas, não possuindo poder de decisão sobre os processos administrativos do programa – como, por exemplo, a alocação de recursos –, também pode diminuir a capacidade dos beneficiários de interferirem na administração do processo de implementação da política. A própria lógica de funcionamento da esfera institucional impõe limites ao que pode ou não ser obtido pelos agentes sociais dentro desta esfera[6].

Outro aspecto apontado pelos autores (Fox, 1996 e Bebbington, 1999) que devemos considerar relevante para o estudo de políticas como a PNATER, que estimulam a participação de seus beneficiários em seu processo de implementação, é a

[6]Para um melhor detalhamento destas questões ver Dagnino (2002). Para Dagino, um dos conflitos presentes na relação entre Estado e sociedade civil diz respeito a partilha efetiva do poder. As experiências nos mostram que esta partilha de poder, quando existe, tem um caráter limitado e restrito, a capacidade de decisão destes espaços é mínima, na sua maioria têm apenas uma função consultiva. Características estruturais do Estado, como a burocracia, a lentidão, a ineficiência, a falta de recursos, a instabilidade dos projetos e a falta de transparência, também contribuem para o bloqueio da partilha de poder. Por parte da sociedade civil, elementos estruturais também dificultam o exercício da partilha do poder, como por exemplo a exigência de qualificação técnica e política dos representantes da sociedade civil para lidar com a maquina administrativa do Estado. Para qualificar-se as organizações da sociedade civil dispendem tempo e energia que seriam dedicados à manutenção de vínculos com a base. Assim como a rotatividade das representações capacitadas para lidar com o Estado fica debilitada.

tradição de cooperação dos beneficiários e implementadores da política. O estoque de capital social de cada comunidade pode influenciar no funcionamento dos espaços de gestão participativa, e constituir um limite ou potencial para o seu funcionamento. Assim como, as instituições do governo podem levar décadas ou gerações para mudar suas lógicas de atuação devido à ausência de experiências de cooperação entre Estado e sociedade civil.

Nesta mesma perspectiva Evans (1997) argumenta que, a sinergia entre Estado e sociedade civil se desenvolve mais facilmente em regiões com estruturas sociais mais igualitárias e que possuam eficientes burocracias estatais, mas, para o autor, situações adversas não impedem a construção desta sinergia. Neste sentido, Evans questiona em seu estudo se as sinergias entre "Estado-sociedade" podem ser construídas em curto prazo, ou impõe a fundação histórica de instituições, normas e valores. Para tanto, expõe diferentes estudos que mostram que experiências de fomento de capital social tiveram sucesso mesmo em situações adversas (EVANS, 1997).

De fato, só participam dos conselhos que monitoram a PNATER, organizações que já possuam uma representatividade significativa entre os beneficiários da política. Sem entrar no mérito das questões que envolvem a representação política, essa exigência sinaliza para a necessidade das comunidades beneficiárias colocarem em ação seus estoques de capital social. Desta forma, nas regiões onde os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similares já se encontram constituídos e em plena atividade, com a participação de organizações e associações da sociedade civil fortalecidas, pode ser que os beneficiários da PNATER encontrem maior facilidade de utilizar estes espaços para atuar a seu favor, o que não impede que regiões com um histórico diferente consigam transformar este recurso em ativo.

Para Evans (1997), existem dois tipos de sinergias entre Estado e sociedade: a complementaridade – a maneira mais convencional de relações de apoio mútuo entre os agentes públicos e privados – caracterizada por uma clara divisão do trabalho entre as instituições públicas e privadas, e por outro lado, relações que superam a fronteira entre o público e o privado.

A terceirização dos serviços de assistência técnica e extensão rural constitui um exemplo das relações sinérgicas de complementaridade entre agentes públicos e privados, explicitadas por Evans (1997). A terceirização dos serviços da PNATER, por exemplo, impõe uma série de restrições para o credenciamento de entidades executoras

da política, entre eles, a exigência de que a entidade possua base geográfica no local que pretende atuar (BRASIL, 2010). A partir de relações como esta, o Estado entrega um ambiente governado por regras às entidades locais, ou seja, providencia o ambiente necessário para que as entidades locais atuem prestando o serviço de assistência técnica. No entanto, neste caso, as agências públicas não estão diretamente ligadas aos atores sociais.

Segundo Evans (1997), é dada uma nova dimensão à uma relação sinérgica de complementaridade quando o capital social está incluído junto aos bens e serviços como um resultado desejado da cooperação público-privado. No caso da PNATER, a adoção de metodologias participativas é um princípio a ser adotado no processo de objetivação da política. Para tanto, o texto da política incentiva a parceria entre Conselhos e Estado no seu processo de implementação. Neste sentido, a existência de regras pode ser um importante complemento para os esforços dos grupos menos favorecidos a se organizarem. Normas de cooperação e redes de engajamento cívico entre cidadãos comuns podem ser promovidas por órgãos públicos e utilizadas para fins de desenvolvimento. Assim, os interessados em fomentar o capital social, mesmo entre os grupos que normalmente são excluídos e oprimidos, na prática, não devem automaticamente assumir que "o Estado é o inimigo" (EVANS, 1997).

Em uma situação de sinergia entre sociedade e Estado, em que há a oferta pública de recursos imateriais (como o conhecimento), mesmo sem estabelecer regras e normas para a geração e fortalecimento do capital social, a experiência pode se tornar um complemento à mobilização dos menos privilegiados (EVANS, 1997). A PNATER, neste sentido, por ser uma política que visa oferecer um serviço de educação não formal e continuado, proporciona aos beneficiários o acesso a recursos imateriais necessários para a inserção em novos processos que possibilitem mudanças em suas condições e modos de vida.

Evans (1997) também se refere a relações de sinergia entre Estado e sociedade que criam redes de confiança e colaboração entre e os funcionários públicos e a comunidade. As próprias relações estabelecidas entre os técnicos que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural e a comunidade com a qual trabalham cotidianamente, são sinérgicas nesse sentido, pois podem estabelecer relações de confiança e colaboração. No entanto, com a terceirização do serviço, como ocorre na PNATER, o Estado acaba por promover, à distância, o surgimento destas redes que potencializam a implementação da política. Tais relações sinérgicas, ao ligar cidadãos

mobilizados às entidades implementadoras da política podem vir a melhorar a eficácia do processo, pois os cidadãos contribuem com o conhecimento e experiência locais que seriam custosas para os agentes institucionais adquirirem.

As abordagens institucionais desenvolvidas por Fox (1997), , Bebbington (1999), e Evans (1997) a cerca da produção de capital social parecem partir do pressuposto de que há um compartilhamento de interesses entre os diferentes atores envolvidos. No entanto, cabe ressaltarmos aqui que, uma das característica das relações entre Estado e sociedade é o conflito e a tensão. E a política pública, como forma de ação do Estado, expressa as disputas em torno dos recursos e regras que definem os interesses dos agentes sociais em questão, caracterizando os diferentes projetos políticos presentes na sociedade.

No processo de implementação de uma política pública estão presentes, ainda que por vezes seja difícil de delimitar claramente, atores que ocupam posições hierárquicas. Assim, para compreendermos o processo de implementação da PNATER é fundamental olharmos também para o quadro institucional, ou seja, para as regras, saberes e hierarquias que objetivam esta política pública em um determinado contexto de sua implementação.

As abordagens expostas à cima nos fornecem elementos para compreender a relação entre as instituições e as mudanças nas trajetórias de vida de grupos sociais em situações inferiores. O objetivo deste texto foi enfatizar a importância dos mecanismos institucionais disponíveis para que os grupos sociais possam agir, questionar e desafiar as estruturas de poder, a partir do diálogo com as normas e diretrizes da PNATER.

Os recursos oferecidos pelo Estado, por meio de políticas públicas e outras relações de sinergias, constituem elementos indispensáveis aos processos de desenvolvimento local e mudança social das condições de vida de grupos que vivem em situações de pobreza. Neste sentido, enfatizamos as regras e normas institucionais que criam ambientes favoráveis à produção e fortalecimento do capital social.

Por estarmos falando das normas e diretrizes de uma política pública, ao nos remetermos a "participação dos beneficiários" estávamos nos referindo a utilização dos mecanismos institucionais disponíveis pelos beneficiários da política, tais como o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da política por meio dos Conselhos. Isso, no entanto, não quer dizer que não consideramos a existência e eficácia de outros modos de influência e participação de beneficiários no processo de implementação de uma política pública. Mais uma vez, o que nos motivou aqui foi levantar algumas

questões sobre os limites e as possibilidades dos desenhos institucionais promoverem ambientes favoráveis à processo de mudança social.

A assistência técnica como uma política de educação continuada, que busca promover a geração de renda, a apropriação coletiva de conhecimentos e construção coletiva de processos de desenvolvimento, caracteriza-se como um projeto de transformação social da vida dos beneficiários, em que os próprios seriam protagonistas deste processo. Os princípios e diretrizes da política, assim como seus mecanismos de execução pretendem-se instrumentos para que os beneficiários possam agir para a transformação de suas vidas. No entanto, para além do desenho institucional do programa, outros elementos compõem essa mudança e influenciam o acesso e a transformação de recursos em ativos pelos agricultores assentados. No caso da PNATER, não só a criação de espaços públicos de negociação entre implementadores e beneficiários da política, mas também a criação de alternativas de reprodução social que aumente a renda e qualidade de vida dos beneficiários da política são cruciais para que ocorra mudanças a serem incorporadas nas suas trajetórias de vida.

O fato do texto que institui a PNATER ter objetivos como: "aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais", "promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários" e "promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional" (BRASIL, 2010), representa a possibilidade da obtenção de recursos, materiais e imateriais, por parte dos seus beneficiários, que poderão ser ou não transformados em ativos, ou seja, incorporados em suas trajetórias de vida.

No entanto, a capacidade dos beneficiários de utilizarem o quadro institucional de uma política em seu favor e dos próprios agentes institucionais contribuírem com esse processo só poderão ser analisados a partir de uma experiência concreta, com características próprias que podem incentivar ou limitar este processo.

Bibliografia:

BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities**. A Framework for analysing Peasant Viability Rural Livelihoods and Povrty in the Andes. London: IIED/DFID, January 1999, 54p.

BRASIL. **Lei** de n° 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial [Da República Federativa do Brasil]**, Brasília, ano CXLVII, N°7, p.61, 12 jan., 2010. Seção 1.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** 1ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

EVANS, Peter. **Government Action, Social Capital and Development:** Reviewing the Evidence on Synergy Location: Global, Area, and International Archive. (1997). Obtido em: http:// escholarship.org/uc/item/1f0812j7>.

FOX , Jonathan. **How Does Civil Society Thicken?** The Political Construction of Social Capital in Rural Mexico Location: Global, Area, and International Archive. 1997. Obtido em: < http:// escholarship.org/uc/item/2n9263zb>.

PEIXOTO, Marcus. **A extensão privada e a privatização da extensão:** uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro.

PUTNAN, R. D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO NO SUDESTE DO PARÁ

Luciano Leal Almeida

CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

O objetivo desse trabalho é fazer algumas reflexões sobre um campo analítico que permita a aproximação entre as noções de sociedade civil, atuação dos movimentos sociais e desenvolvimento. Para isso, utilizarei a perspectiva adota por Soares (2009) que, na sua dissertação de mestrado, identifica instrumentos de análise que permitem a construção de uma abordagem integradora em que se explicita o papel de atores sociais normalmente marginalizados em relação aos aspectos políticos e econômicos na construção dos processos de desenvolvimento local e regional, na área conhecida como Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins.

Assim como Soares (2009) parto da noção de que o sentido do desenvolvimento é determinado pelo jogo social que ocorre nos espaços em que se constroem o significado, se disputa o controle sobre os instrumentos de implementação e avaliação, e que acontece a concretização das ações de desenvolvimento por parte dos diferentes atores sociais e que, portanto, a expressão de um determinado sentido do desenvolvimento é fruto das capacidades destes diferentes atores em participar ativamente deste jogo.

Para guiar nossa reflexão, será necessário percorrer o caminho de abordagens feitar por Bebbington (1999), retomando as questões discutidas por Sen (2000), que explora o conceito de igualdade, e conclui que a o sentido da igualdade nos processos de desenvolvimento está relacionada ao conceito de capacidade. Ou seja, o desenvolvimento pode ser considerado verdadeiramente equânime quando dinamizado por um processo que promova a constante redução das desigualdades nas capacidades, dos diversos atores sociais, utilizadas na construção de estratégias de acesso, de defesa e de mobilização dos diferentes conjuntos de ativos que constituem os capitais em jogo nas ações de promoção do desenvolvimento (Soares, 2009).

Tomando como base esse campo analítico, trarei elementos para fazer uma reflexão sobre a relação entre a sociedade civil, em especial os pequenos agricultores e o surgimento e fortalecimento de suas entidades de representação, e os processos de desenvolvimento regional do sudeste paraense, principalmente no que se refere ao equacionamento da questão

agrária na região.[1] Para isso, trarei alguns elementos empíricos da obra de Assis (2007) e da reflexão de alguns autores como Anthony Bebbington (1999), Robert Putnam (1996) e Amartya Sen (2000).

Pontos iniciais para uma reflexão: o sudeste paraense e a sua dinâmica de fronteira.

A região sudeste do Pará esteve, nas últimas décadas, sempre ligada a grandes conflitos fundiários, seja em função de seu potencial natural de produtos florestais extrativos, produção mineral ou a agropecuária. A violência que os tem acompanhado tem sido característica marcante da região. A presença de agricultores entre os muitos grupos que se deslocaram para a região foi sempre marcante, participando ativamente da construção social, econômica e política da região, porém, durante a maior parte do século XX, os agricultores permaneceram invisíveis politicamente no espaço social (Assis, 2007).

Desde o fim da década de setenta, com o início da abertura política, a meados da década de 80, com a retomada da democratização do país e com a ampliação das liberdades civis, as organizações de representação de diversos setores populares iniciaram um processo de construção de ações afirmativas na ampliação das liberdades formais, assim como uma reflexão e um processo de luta contra os instrumentos de exclusão que ainda se perpetuavam e geravam os entraves para a promoção de um desenvolvimento mais equânime para a região.

Observando alguns autores que estudaram o sudeste paraense,[2] verifica-se que o processo de ocupação desta região contou com a participação efetiva de um grande número de camponeses que desde as primeiras décadas do século XX, se embrenharam na mata e ocuparam a região, num processo que marcou uma profunda mudança nas estratégias da exploração dos recursos naturais nesta parte do país.

Conforme ficará claro mais à frente, buscarei associar a forma como foi construído o processo de ocupação da região, e a construção das relações sociais que serviram como base para a constituição do que alguns autores chamaram de embrião da esfera da sociedade civil na região sudeste paraense. Também mostrarei como essa "sociedade civil", distribuídos, em algumas vezes, em comunidades com fortes laços de vizinhança e parentesco desenvolveram relações de solidariedade e construíram um capital social que ajudaram a garantir sua existência social, a despeito da frágil participação nas esferas da política e da representação

[1] Adotar a obra de Soares (2009) como referência para tratar da região sudeste paraense não é mero acaso ou coincidência, visto que esse autor desenvolveu sua dissertação na região do Bico do Papagaio, uma região localizada geograficamente na fronteira com sudeste do Pará e que teve processos semelhantes de organização da campesinato e da dinâmica de conflitos pela posse de terra.

[2] HÉBETTE, J. (1997), GUERRA, G. A. D. (1991), ASSIS (2007).

profissional, e conseguiram diversas conquistas no âmbito das políticas públicas para a pequena agricultura na região.

A dinâmica de ocupação dessa região de fronteira se insere no contexto do campesinato mestiço que surgiu através da "brecha camponesa", no nordeste do século XIX, responsável pela ocupação da região oriental da Amazônia brasileira no século seguinte, como uma categoria social forjada pela dinâmica exclusão x inovação. Nesta perspectiva, podemos entender a migração para terras distantes, não apenas como uma fuga em função do acirramento dos conflitos e da ampliação das restrições de acesso aos recursos necessários a sua reprodução, mas também como uma estratégia de construção de acesso à terra, em contextos de opressão e falta de direitos respaldados por um Estado injusto e patrimonialista (Soares, 2009).

Segundo as observações feitas pelo autor na região do Bico do Papagaio, podemos notar que foi nessa etapa de ocupação da região pela frente camponesa que aparentemente se percebem os primeiros embriões do processo emancipatório que caracterizou o período dos conflitos e posteriormente o de estabelecimento de um jogo mais equilibrado do mundo da vida e posteriormente da sociedade civil com as esferas do Estado e do mercado, que também podem ser observadas no contexto da região sudeste paraense.

Para entender esse contexto específico de ocupação da região pela frente camponesa torna-se fundamental então compreender a trajetória de um ator social e político específico, o camponês, no contexto do jogo que constitui a construção de estratégias de acesso e mobilização de recursos e na superação dos mecanismos de exclusão, bases para a estruturação de suas trajetórias de vida, através das relações que estabelece com atores articulados pelas esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Soares (2009) ressalta ainda que na lógica de reprodução camponesa, a terra se tornou um recurso chave. A partir do seu esquema analítico, o autor argumenta que o acesso à terra associado ao conjunto de capacidades necessárias para utilizá-la, para o camponês, é o alicerce para o que Sen (2000) denomina a construção de novos encadeamentos de liberdades, ou o que na perspectiva de Bebbington (1999), significa um recurso base para a conquista e mobilização de novos ativos.

Nesse sentido, o acesso e a garantia de permanência na terra é parte fundamental da construção de sua identidade, como camponês e homem livre. Ou seja, o acesso e a garantia da posse da terra é parte fundamental da construção das trajetórias de vida daqueles que fazem a opção por uma situação de maior autonomia e liberdade em relação ao Estado, ao patrão, ao fazendeiro, etc.

Neste ponto, de acordo com o marco conceitual proposto por Soares (2009), é importante ressaltar que a possibilidade de acesso a terra incorporada ao rol de titularidades destas famílias migrantes é o fator determinante para a definição de possibilidades de ampliação das liberdades para cada um, como também na construção de uma solidariedade comum, que na obra de Putnam (1996) está expresso como capital social,[3] e que vai dar início ao processo de organização desses agricultores em sindicatos e associações com objetivo de lutar por terra e por direitos.

O período de conflitos

O período dos conflitos fundiários na região sudeste paraense é um período marcante para a compreensão tanto dos rumos do desenvolvimento da região quanto do surgimento e fortalecimento da esfera da sociedade civil.

Os conflitos pela posse de terra geralmente foram resultado do choque entre duas estratégias distintas de ocupação do território, coordenadas por diferentes atores sociais. Foram reflexos também do choque entre dois conjuntos de normas diferentes gerados a partir das lógicas de um lado das esferas associadas do mercado e do Estado que, através dos grandes projetos de investimento em infra-estrutura e dos incentivos fiscais, estabelecem [illegible]lvimento agrário na região o latifúndio e a pecuária extensiva, utilizando como instrumento para a abertura de novas áreas a grilagem; e de outro a população dispersa, desmobilizada e desorganizada, fugindo da expropriação pretérita, avançando sobre a mata e que na perspectiva de construção de um futuro incerto em um novo pedaço de chão, se organiza e estabelece um novo conjunto de regras de convivência e de postura em relação aos mecanismos de expropriação a que estão sujeitos, que são a base da resistência no período dos conflitos (Soares, 2009).

Num contexto de repressão, representado pelo Estado autiritário, a intermediação exercida pela Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra/CPT, e também de outros agentes mediadores foi fundamental tanto para construir acesso da população local a outros atores que contribuam para ampliar a visibilidade dos fatos ocorridos na região a nível nacional e internacional, quanto para ampliar as capacidades dos atores locais em agir sobre a

[3] Em Putnam (1996) o capital social diz respeito a características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas: "Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...) Numa comunidade rural (...) onde o agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos" (PUTNAM, 1996: 177). Para o autor o capital social facilita a cooperação espontânea.

base normativa predominante, acessando outros atores que possam defendê-los dentro das regras do direito vigente.

O período que vai do final dos sessenta até meados dos noventa, em que se concentram os conflitos, ocorre uma densificação e diversificação institucional no âmbito da esfera da sociedade civil, marcando um processo em que os atores locais fortalecem suas capacidades, constroem estratégias de acesso a um conjunto cada vez mais complexo e diversificado de recursos e passam de uma postura de defesa de ativos conquistados no passado, a uma outra, de negociação e conquista de novos recursos (no sentido amplo, proposto por Bebbington (1999), fortalecem sua identidade e passam a interagir através de redes, como a que se constitui através de coordenações sindicais (nível local) e da Federação dos Trabalhadores Rurais, dentro do sistema CONTAG (níveis estadual e nacional), e também com outros atores da região como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, o Comitê Rio Maria, a Universidade Federal do Pará/UFPA, entre outros (Assis, 2007).

Neste contexto, os movimentos sociais passam a atuar dentro do que Cohen e Arato chamam de lógica dual, tanto internamente, de forma dialógico-reflexiva, fortalecendo e inovando sua própria forma de organização, e estrategicamente nas negociações com o estado e o mercado, no que se refere às políticas públicas e novos espaços públicos e formas de comercialização (Soares, 2009).

O surgimento da sociedade civil e o seu fortalecimento nos lotes e assentamentos

Inicialmente é necessário compreendermos que o processo histórico que engendrou a construção social de algumas regiões do país, favoreceu o surgimento de uma estrutura organizativa associada à esfera da sociedade civil, principalmente vinculada ao mundo rural, mais atuante e participativa. Nestas regiões, como a região sudeste do Pará, através de processos que favoreceram a construção de maior identidade entre os atores sociais, possibilitou-se a intensificação das relações de cooperação, (ampliação do capital social), favoreceu – se a emergência de movimentos sociais mais dinâmicos e consistentes, que passaram a estabelecer uma relação mais equilibrada, autônoma e propositiva com as esferas do Estado e do mercado.

Nesse sentido, em regiões como o sudeste paraense aparentemente existe uma articulação entre os processos de fortalecimento da esfera da sociedade civil e de desenvolvimento, quando compreendido na perspectiva de Sen (2000),[4] como um processo de

[4] Em seu recente "Desenvolvimento como Liberdade", Sen (2000) procura demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Sen confronta a

ampliação das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam para construir suas próprias trajetórias de vida nas formas em que tenham razões para valorizar.

Para compreender esse processo de surgimento e fortalecimento da sociedade civil também passa a ser importante a identificação e compreensão dos aspectos da vida cotidiana que nestes locais contribuíram para a produção e acumulação do capital social, que veio a ser utilizado na defesa dos interesses dos agricultores no período dos conflitos pela terra.

Diversos depoimentos obtidos a partir das entrevistas feitas por Soares (2009) e outras relatados na obra de Assis (2007) descrevem estas formas de funcionamento da resistência social e cotidiana, características da dinâmica social nos lotes, centros, comunidades e assentamentos da região. As práticas de trabalho em conjunto, como mutirões, trabalho "a de junto", troca de dias de serviço, etc. eram práticas cotidianas, muito comuns, quase a regra entre os agricultores habitantes destas comunidades, principalmente para a implantação das roças nas atividades de "derriba" e limpeza.

A grilagem na região sudeste do Pará foi outro elemento responsável pelo surgimento e fortalecimento da sociedade civil no contexto da luta dos pequenos agricultores. Como parte das estratégias de resistência e principalmente a partir do reconquista da democracia, houve um processo de institucionalização que resultou na criação de um amplo conjunto de organizações, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores(as), apicultores(as), quebradeiras de coco, assentados, colônias de pescadores, integrados a movimentos estaduais e nacionais articulando uma complexa rede social, fortalecendo estratégias de ação coletiva, contribuindo para que estes agricultores/as passassem a desempenhar papel ativo na negociação de políticas públicas e influenciando as diretrizes do desenvolvimento da região.

Dessa maneira os agricultores migrantes se apoiaram mutuamente tanto nas tarefas cotidianas de formação de roçados, na construção de uma infra-estrutura mínima, quanto em atividades que visavam estabelecer novas famílias na região. Fortalecidos internamente pelas relações de parentesco, vizinhança, compadrios e de confiança, construíram estratégias de ocupação de fazendas e castanhais, de distribuição dos lotes entre as famílias, fortaleceram o

visão de desenvolvimento como liberdade, com autores que analisam o desenvolvimento a partir da ampliação da renda no caso das pessoas ou do PNB no caso das Nações. Consideram a partir daí que estes critérios, podem ser considerados meios importantes para a expansão das liberdades, porém entende que estas dependem de um amplo conjunto de fatores determinantes, relacionados com as disposições sociais e econômicas e os direitos civis.

capital social e mais tarde organizaram a resistência à expulsão comandada por jagunços e policiais.

Todas estas estratégias foram sendo construídas desde a formação dos primeiros aldeamentos, valorizando, fortalecendo e contribuindo para a acumulação do capital social das famílias e comunidades. Também parecem ser as bases para o processo de constituição das organizações sociais, sindicatos e associações, que viriam a formar o tecido institucional da sociedade civil, campo que passa a se constituir nos últimos anos da ditadura, quando se amenizam as restrições a expressão e organização por parte das famílias camponesas (Soares, 2009).

Nesse sentido é que podemos afirmar que a formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no sudeste paraense foi um processo complexo resultante da articulação de diferentes atores sociais, principalmente da ação de milhares de agricultores e posseiros, que organizaram lutas de resistência e pelo acesso à terra. As entidades de representação (associações, sindicatos e outras formas de organização) assumiram um lugar de destaque em função de sua importância no processo de construção e inserção dos agricultores como um ator político no cenário regional.

Outra forma de atuação e reivindicação organizadas pelos agricultores foram os chamados grandes acampamentos que ocorreram na década de 1990 na cidade de Marabá-PA. Esses acampamentos organizados pelas entidades sindicais e pelo MST no sul e sudeste paraense apresentaram algumas particularidades em relação a outras experiências de ação de massa desenvolvidas dentro e fora da região (Assis, 2007).

Como resultado dessa dinâmica verificou-se que, a partir de 1996, um crescimento acelerado no número de associações, possivelmente como resultado conseguido com a primeira grande mobilização dos trabalhadores rurais realizados em frente ao INCRA.

Assis (2007) relata que em 2001, a região já contabilizava 336 projetos de assentamento, ou seja, um crescimento de mais de 270% em relação ao ano do primeiro acampamento, em 1997. Esse número também era revelador da situação conflituosa em que a região estava imersa. Dados do Incra (2004) mostraram que, entre 1997 e 2001, foram criados 239 projetos de assentamento na jurisdição da SR27. Segundo a mesma fonte, nos dez anos anteriores (1986-1996) haviam sido criados apenas 86 assentamentos. Houve, portanto, um incremento muito forte no número de assentamentos na região, sendo a forte mobilização dos agricultores organizados pelas entidades sindicais e o MST decisivas para esse incremento.

Em relação a este aspecto da atuação dos movimentos sociais nesta região é importante registrarmos uma reflexão baseada no esquema analítico proposto por Soares (2009), onde mais uma vez observamos a diversificação da base de recursos mobilizados na construção das trajetórias de vida das famílias e da mobilização para a construção de uma sociedade civil forte e atuante.

Neste período de maior articulação da sociedade civil assistimos também ao aumento gradual da participação das organizações dos trabalhadores rurais nas instâncias de decisão relacionadas com políticas públicas para a Agricultura Familiar. Os Conselhos Municipais de Saúde, Educação e Desenvolvimento Rural (CMDR) e os espaços públicos de diálogo junto aos órgãos governamentais se multiplicaram. Estas conquistas políticas tem provocado a ampliação da capacidade de intervenção e proposição por parte das organizações (STRs e associações), firmando este conjunto de instituições vinculadas a esfera da sociedade civil, associadas a Agricultura Familiar como elemento essencial nos debates sobre o desenvolvimento da região.

Neste sentido, o fortalecimento destes elos tem contribuído para o fortalecimento de modos de funcionamento das organizações mais próximos do que comumente tem-se chamado de redes sociais, apontando para um dos aspectos mais inovadores relacionados ao funcionamento das organizações vinculadas e esfera da sociedade civil. Ou seja, a cooperação, a solidariedade e o fortalecimento do capital social passam a ser valores relacionados a modos de funcionamento que fortalecem a ação coletiva do conjunto das organizações com atuação regional (Soares, 2009).

Considerações Finais

Ao longo do texto busquei construir um campo analítico que permitisse a aproximação das noções de organização da sociedade civil e desenvolvimento. Nesse contexto, a luta pela terra foi o eixo entorno do qual se construiu todo o processo de mobilização das famílias camponesas, durante as décadas entre os anos sessenta e noventa, a partir do qual se formaram as organizações articuladas pela esfera da sociedade civil na região sudeste do paraense. Ao longo dos diferentes períodos que marcaram esta luta, foi construído um extenso rol de "tecnologias" organizacionais e estratégias de intervenção social adaptado a partir do conjunto de capitais, capacidades e titularidades acumulados e construídos em cada um destes períodos (Soares, 2009).

Toda essa organização e estratégias de intervenção mostraram a capacidade das entidades de representação dos agricultores familiares de se fazer ouvir e respeitar pelo Estado, gerando impactos significativos no espaço sócio-econômico regional. Nesse sentido, a realização de uma reforma agrária no sudeste do Pará, nos níveis verificados atualmente, jamais seria feita se dependesse apenas da vontade política dos governantes e da elite política local.

A experiência vivenciada nos ano 90 pelo conjunto de atores sociais no sudeste paraense mostrou também que a mobilização permanente dos agricultores familiares dotou-os de um "poder social" (Offe, 1989), capaz de afetar a ação do Estado, sendo a realização dos Grandes Acampamentos foi a maior demonstração desse poder social dos agricultores.

Como resultado da luta dos trabalhadores houve a ampliação da importância da agricultura familiar na composição da renda bruta da agricultura regional e ampliação do acesso a políticas de crédito e o fortalecimento do poder político dos trabalhadores que se concretiza na ampliação da participação de partidos com os quais estes movimentos se identificam nas administrações municipais da região.

Considerando todos os aspectos analisados até aqui, podemos concluir que houve significativos impactos na estrutura fundiária dessa região, a partir da ação coletiva estruturada pelas famílias camponesas que empreenderam a ocupação das primeiras terras. Todo o processo de mobilização social engendrado por estas famílias e pelas organizações de representação e apoio que constituem o campo popular rural da sociedade civil nesta região contribuiu para a definição de um desenho da estrutura fundiária significantemente diversa e complexa, se compararmos com outras regiões do Estado do Pará.

Os agricultores familiares e os sem terra, representados por diferentes entidades, se afirmaram enquanto atores políticos decisivos dentro dos processos desencadeados regionalmente. A presença marcante das entidades de representação desse segmento de produtores rurais, seja em discussões do desenvolvimento nacional como a política de produção de energia hidroelétrica, a construção de hidrovias, a implantação de grandes projetos de mineração para exportação, seja nas discussões de desenvolvimento regional como a política de criação de assentamentos, créditos diferenciados, desmatamento e gestão dos recursos naturais, foram indicativos dessa importância política assumida ao longo dessas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Tese de Doutorado, 2007.

BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes.** London: IIED/DFID, January 1999, 54 p.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado.** São Paulo. Brasiliense, 1989.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (1ª Ed. Em inglês: 1993).

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1ª Ed. Em inglês: 1999).

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura familiar, movimentos sociais e Desenvolvimento Rural na região do Bico do papagaio, Estado do Tocantins: Um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

A CONDIÇÃO DE ATOR: o reconhecimento dos agricultores familiares camponeses no espaço local

André Augusto Michelato Ghizelini
Doutor em Sociologia/UFPR. Docente da FAE Centro Educacional.
michelato@hotmail.com

GT02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da tese de doutoramento em Sociologia, realizado no curso de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, no período de 2006 a 2009, que teve como objeto de pesquisa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com doação simultânea, e os agricultores familiares e as organizações de agricultores dos municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro, ambos no Estado do Paraná, que participaram do Programa no período de 2004 a 2009.

O objetivo da pesquisa foi compreender como o Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para a reorganização das formas e estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares, e desta forma, em que medida esta reorganização contribuiu para o reconhecimento destes agricultores e suas organizações enquanto atores do processo de desenvolvimento nos espaços locais.

Desta forma, esta pesquisa buscou compreender como o PAA interfere na condição de vida e na lógica produtiva dos agricultores, na perspectiva de verificar em que medida o Programa: interfere na lógica produtiva e nos mecanismos de comercialização utilizados pelos agricultores da amostra; aproxima e articula o rural e o urbano; mas, fundamentalmente, como o PAA tem possibilitado o reconhecimento dos agricultores e suas organizações enquanto atores no espaço local.

O OBJETO DE PESQUISA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O PAA foi instituído através da lei 10.696, de 02 de julho de 2003[1], com o objetivo de garantir a disponibilidade de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar, através da aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares[2] do próprio município, ou seja, ao mesmo tempo em que objetiva promover a geração de renda para famílias de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e econômica promove ações de segurança alimentar e nutricional para famílias e pessoas em situação de fome e insegurança alimentar do rural e do urbano.

Para tanto, o Programa permite ao Estado adquirir alimentos diretamente de agricultores familiares sem que seja necessário nenhum tipo de atravessador externo à lógica e dinâmica dos agricultores ou de suas organizações. Ou seja, o Estado passa a adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, através da nota de produtor ou de organizações de agricultores sem que para isto seja necessária a realização de processos licitatórios[3].

Desta forma, a lei que institucionaliza o PAA propõe um reordenamento do funcionamento e da dinâmica da burocracia estatal no que se refere às compras institucionais de alimentos[4]. A partir do Programa, as compras de alimentos passam a ser realizadas de forma descentralizada em todo território nacional, seja em âmbito municipal ou regional, de forma a garantir que os agricultores familiares participem diretamente do processo de comercialização e que esteja o mais próximo dos locais de entregas.

---

[1] BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acessado em: 11/06/ 2007.

[2] Quais agricultores podem acessar o programa

[3] Do ponto de vista do funcionamento burocrático do Estado, o PAA não trouxe mudanças estruturais ao funcionamento da máquina pública, pois a lei 8.666 de 1993, que regulamenta os contratos e compras governamentais, entre outros, já permitia que o Estado adquirisse bens e serviços até o valor de 8 mil reais por ano, por CNPJ ou por CPF, sem que para tanto houvesse um processo de concorrência. No entanto, o aparato legal que instituiu o PAA possibilitou a instrumentalização legal para que as compras de alimentos tivessem preços máximos tabelados e procedimentos administrativos normatizados. Porém, mais importante do que a elaboração de instrumentos legais e administrativos, a lei que regulamentou o PAA permitiu que houvessem recursos disponibilizados no orçamento do Governo Federal e nos Governos Estaduais e Municipais, assim como a formação de equipes de técnicos e demais adequações da máquina pública para que o programa pudesse entrar em funcionamento.

[4] Vale ressaltar que as compras institucionais de alimentos são realizadas desde a década de 40. Entretanto, a forma como o Estado implementava estas compras impossibilitava a participação da agricultura familiar, em função, principalmente, dos tipos e da forma como o alimento era demandado pelos governos, que na sua maioria eram industrializados e em grandes quantidades que deveriam abastecer regiões ou mesmo grupos populacionais distribuídos em todo território nacional. Ainda hoje, o Estado adquire cestas básicas de atacadistas e indústrias através de grandes licitações centralizadas, sendo que as quantidades de alimentos e a logística necessária para a distribuição destes inviabilizam de todo modo à participação da agricultura familiar. Mais do que a participação dos agricultores no processo de compras institucionais de alimentos, a baixa qualidade dos alimentos tem sido alvo constante de denúncias na mídia, do poder judiciário e de organizações da sociedade civil, o que demonstra a precariedade e a insustentabilidade de tais procedimentos.

No entanto, além da compra institucional destinada para a doação às entidades sociais e organizações governamentais que atuam nas áreas da saúde, educação e assistência social, o Programa de Aquisição de Alimentos possui mais outros 6 instrumentos de compras institucionais[5], no entanto, este trabalho teve como foco apenas as compras para doação simultânea. Este instrumento de compra institucional, convencionou-se denominá-lo como Compra Direta Local da Agricultura Familiar ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar.

No Estado do Paraná, onde está pesquisa foi desenvolvida, o Programa tem como gestores públicos o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através da Superintendência Regional no Paraná (SUREG/PR), de forma que ambos são financiados com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Segundo dados coletados por esta pesquisa, como consta na tabela 01 – que segue abaixo, o PAA teve um crescimento quantitativo expressivo no que se refere ao número de municípios, alcançando 75% de presença nos municípios paranaenses ao final do ano de 2007.

TABELA 01 - PRESENÇA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, SEGUNDO ORGÃO FINANCIADOR

ÓRGÃO CONVENENTE	2003	2004	2005	2006	2007
GOV. PR – SETP	03	39	93	240	240
CONAB/SUREG/PR	00	21	32	53	57
MDS/convênios com prefeituras municipais	00	00	00	03	04
TOTAL	03	60	125	296	301

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP (2007). CONAB/SUREG/PR (2008).

NOTA: O autor (2008).

No entanto, esta presença territorial, não representa uma atuação na mesma proporção no que se refere ao conjunto de famílias de agricultores nestes municípios, ou mesmo no Estado do Paraná. Pois, como pode ser constatado na tabela 02, o número de agricultores,

[5] O Programa de Aquisição de Alimentos se constitui enquanto um amplo Programa governamental que tem a perspectiva de promover ações de comercialização e abastecimento alimentar através de seis modalidades diferentes de compra institucional. Estas seis modalidades seriam: 1) Compra Direta Local da Agricultura Familiar ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar; 2) a Compra Direta da Agricultura Familiar; 3) a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar; 4) o Contrato de Garantia de Compra; 5) o PAA – Leite; e mais recentemente foi criado a 6) Formação de Estoques para Agricultura Familiar.

mesmo sendo informações exclusivas da SETP, demonstram que em 240 municípios, apenas 5.648 agricultores tem participação no PAA no ano de 2006.

TABELA 02 - EVOLUÇÃO DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA SEGUNDO DADOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP. PERÍODO DE 2004 A 2006

	2004	2005	2006
Municípios que possuem PAA	39	93	240
Agricultores/as Familiares	943	2.864	5.658
Entidades Sociais	341	1.117	791.567
Pessoas Beneficiadas	96.514	415.812	650.000
Recursos Financeiros Investidos	1.635.000	5.008.000	10.631.000

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ /SETP (2007).

NOTA: O autor (2008)

No entanto, o PAA tem se colocado e sido avaliado por agricultores, gestores, técnicos e beneficiários das entidades sociais, como uma política que propicia avanços significativos na forma como a agricultura familiar é reconhecida nos espaços públicos e perante a sociedade local, o que será discorrido e debatido durante este artigo.

Assim, mais do que resolver as questões do conjunto da agricultura familiar, este trabalho, busca compreender de que forma o PAA tem contribuído para o reconhecimento dos agricultores enquanto atores sociais nos espaços locais.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em dois municípios do interior do Estado do Paraná: o município de Turvo e o município de Fernandes Pinheiro. Estes municípios foram selecionados segundo alguns critérios de exigibilidade para a definição da amostra intencional, os quais foram: 01) participar do PAA desde o ano de 2004 e estar participando do Programa em 2009; 02) a organização-associação responsável pela execução do Programa no município, deveria, necessariamente, pertencer e ser gerida por um grupo de agricultores familiares e; 03) serem caracterizados como municípios rurais (ter menos de 20 mil habitantes e densidade demográfica menor de 80km²); 04) grau de urbanização não superior a 50%; 05) municípios com taxa de pobreza superior a 20%; e 06) projetos que tenham sido financiados tanto pela CONAB como pelo Governo do Paraná, no período de 2004 a 2009.

Os critérios utilizados foram estabelecidos de forma a garantir que os municípios selecionados apresentassem as seguintes condições: sustentação e continuidade dos projetos (critério 01); caracterizar-se enquanto município rural (critérios 03 e 04); apresentar níveis de

pobreza acima da média estadual (a média do Estado do Paraná está em 20,87), demonstrando a necessidade de investimentos emergenciais para com estes municípios e sua população (critério 05); e, por fim, que os projetos, independentemente da fonte financiadora, tivessem certa continuidade e sustentação ao longo do tempo, segundo a dinâmica e funcionamento das associações executoras (critério 06).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram organizados a partir de dois públicos alvos: o primeiro, 45 famílias agricultores (11 agricultores do município de Fernandes Pinheiro e 34 do município de Turvo) participantes de associações de agricultores e do PAA nos dois municípios selecionados; o segundo público, formado por lideranças municipais, diretores/as de escolas públicas e instituições sociais, gestores públicos municipais, presidentes das associações de agricultores e técnicos de uma organização não-governamental de assessoria rural.

A coleta de informações/dados foram realizadas através de um roteiro de entrevista estruturado, um roteiro semi-estruturado e um roteiro de entrevista não estruturado, sendo que o primeiro foi utilizado junto aos agricultores, o segundo junto ao público urbano e o roteiro não estruturado foi aplicado nos agricultores participantes do PAA após a aplicação do roteiro estruturado.

O PAA E O FORTALECIMENTO DA LÓGICA PRODUTIVA COM VISTAS AO RECONHECIMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

O impacto do PAA, embora tenha uma participação ainda pequena de agricultores familiares nos municípios, pode ser avaliado de forma a compreender em que medida estes agricultores têm interagido com o Programa e de que forma esta relação tem gerado ou não consequências para com a lógica e dinâmica produtiva familiar e para o reconhecimento dos agricultores e de suas organizações enquanto atores nos espaços locais.

Para tanto, a condição de vida camponesa funda-se na relação produção-consumo na perspectiva da autonomia, caracterizando-se por ser uma forma particular de agricultura familiar que tem como características: 1) a produção fundada na policultura – pecuária; 2) a transmissão do conhecimento e do capital material para as futuras gerações; 3) o local enquanto espaço de produção de subjetividade e intersubjetividade, que extrapola as relações

familiares e de parentesco; 4) certa autonomia em relação às relações externas; 5) e à produção de subsistência, mas não enquanto atividade central da produção[6].

No entanto, num ambiente pós-industrial, onde a pressão da condição de vida urbana e capitalista interage com as famílias de agricultores, e a qualidade de vida no rural passa a ser desconstruída enquanto formas tradicionais de reprodução social.

Não há como defender a tese de que o rural tradicional seja considerado atrasado e inviável diante desta nova realidade social. Resguardar certas tradições, desde que ressignificadas num ambiente de modernidade, é condição para a sobrevivência e reprodução social dos agricultores na perspectiva de serem "incluídos" na dinâmica da sociedade, desde que resguardada a condição de autonomia.

No entanto, incluir os camponeses numa lógica de industrialização tem se mostrado insustentável, seja do ponto de vista econômico, político e social. Os agricultores se veem retirados da lógica construída cultural e historicamente, quer na relação com as formas de produção ou mesmo com os espaços de convivência. Assim, mais do que pressionar os agricultores para uma certa re-estruturação das condições de vida, à luz da racionalidade econômica capitalista, o Estado tem estruturado, historicamente, ações públicas que reafirmam, que os espaços de reprodução do campesinato necessitam ser qualificados na perspectiva da eficiência e eficácia econômica.

As relações entre produção e comercialização estabelecidas pela agricultura familiar camponesa se estruturam na medida em que os agricultores necessitam, de um lado, do acesso a recursos monetários para atender a demanda de bens de consumo e, de outro, custear insumos para a produção e investimentos para a propriedade.

O estabelecimento de relações comerciais não é e nunca foi algo estranho à reprodução da agricultura familiar. No entanto, as modernas formas de fazer agricultura, a partir da década de 60, do século XX, trouxeram uma realidade paradigmática diametralmente diferente da realidade vivenciada pelos pequenos agricultores até então. Mecanismos de comercialização construídos local e muitas vezes comunitariamente, deixam de ser regra, para que mecanismos de comercialização integrados a uma lógica agroindustrial e agroexportadora faça parte da dinâmica da agricultura familiar.

Assim, a produção de alimentos de comercialização e consumo local deixam de ser uma prioridade enquanto instrumentalidade de acesso ao mercado, para que produtos como o fumo, o bicho da seda, o carvão, a soja, o trigo, o algodão, o leite, o feijão e o milho,

[6] WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

produzidos com certa escala, passem a ser prioridade enquanto formas de produção. No entanto, estas, ao longo dos anos, foram se configurando enquanto atividades que, além de estranhas as formas de produção e comercialização dos agricultores, contribuem para inviabilizar economicamente, em certa medida, as formas e dinâmicas de produção da agricultura familiar à luz da autonomia camponesa.

Modernamente não há como imaginar os camponeses isolados da sociedade. Enquanto categoria produtiva e importante segmento da economia nacional, os pequenos agricultores são levados a reorganizar-se diante de novos arranjos organizativos. Porém, este novo enquadramento deve considerar certos limites e especificidades das formas de produção camponesa. Tais limites se configuram em função dos baixos investimentos governamentais, da pressão dos mercados de atacado e agroindustrial, da baixa capacidade do capital social presente na pequena agricultura e das relações políticas precarizadas entre camponeses e sociedade envolvente.

No entanto, num ambiente de democracia, ambiente este que é fundante para a emergência dos atores sociais[7], os agricultores familiares camponeses devem ter sua identidade e condição de vida respeitadas na medida em que o Estado estrutura e organiza as políticas e, de certo modo, o sistema social, na perspectiva de oportunizar condições para que os agricultores sejam reconhecidos enquanto atores sociais do desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, esta pesquisa investigou como o Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea, enquanto uma ação pública, pode interferir diretamente na produção dos agricultores e assim pode alterar ou não a condição de vida camponesa perante o sistema social.

Nesta perspectiva, foi perguntado aos agricultores da amostra, quais eram as variedades e tipos de produtos que eles produziam com o objetivo de comercialização, antes de participarem do PAA, ou seja, no ano de 2003, e a mesma pergunta foi realizada para caracterizar a produção para a comercialização após 04 anos de participação no PAA, ou seja, em 2008, como segue na tabela 03 abaixo.

TABELA 03 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMOSTRA, REFERENTE AO

[7] O ator se produz a partir da relação entre individuação, projeto coletivo, articulação entre instrumentalidade e subjetividade e democracia e participação. A identificação e defesa por um projeto coletivo, além da articulação com os espaços de instrumentalidade e a defesa pelas tradições, possibilita ao ator lutar pela sua identidade (individual e coletiva), contra as "intervenções" do sistema social e econômico que desconstrói sua relação com o sistema organizativo e sua cultura.

PERÍODO ANTERIOR AO PAA, 2003, E NO ANO DE 2008

	ANTES DO PAA - 2003		DURANTE O PAA - 2008	
PRODUTOS	N° Agricultores	% de Agricultores	N° Agricultores	% de Agricultores
Amendoim	02	04	27	60
Arroz	05	11	07	16
Batata doce	01	02	37	82
Bicho da Seda	03	07	00	00
Carvão	02	04	01	02
Derivados de Leite	00	00	06	13
Erva Mate	10	22	16	36
Feijão	30	67	21	47
Frutas	00	00	25	56
Fumo	02	04	01	02
Geléias e Doces	00	00	06	13
Hortaliças	02	04	44	98
Legumes	01	02	30	67
Leite	05	11	17	38
Mandioca	02	04	37	82
Mel	01	02	05	11
Milho Seco	23	51	00	00
Milho Verde	00	00	27	60
Ovos	01	02	30	67
Panifícios	02	04	17	38
Pequenos Animais	07	16	02	04
Pinhão	02	04	26	58
Soja	07	16	03	07
Sucos	00	00	05	11
Não Comercializava	09	20	00	00

Fonte: O autor (2008)

Como pode ser observado na tabela 03, a partir do PAA, produtos que anteriormente não eram comercializados ou eram comercializados com uma baixa representatividade, passaram a fazer parte da pauta de produtos "comercializáveis" pela grande maioria dos agricultores da amostra. Produtos como hortaliças, legumes, mandioca, pinhão, milho verde, ovos e batata doce passaram a ser produzidos pelos agricultores com foco na comercialização, numa dimensão significativamente superior à realidade anterior ao PAA. O que chama atenção é o fato de que alguns dos produtos, como é o caso do pinhão, que passou de 4% dos agricultores comercializando antes do PAA, para 58% em 2008. Ou então, no caso das hortaliças, que passaram de 4% para 98%, considerando que aqui há uma significativa

diversidade de espécies incluídas, o que amplia em muito o número de produtos comercializáveis.

No entanto, aliado a produção, os mecanismos de comercialização utilizados pelos agricultores sofreram mudanças a partir da participação no Programa, como pode ser observado no gráfico abaixo.

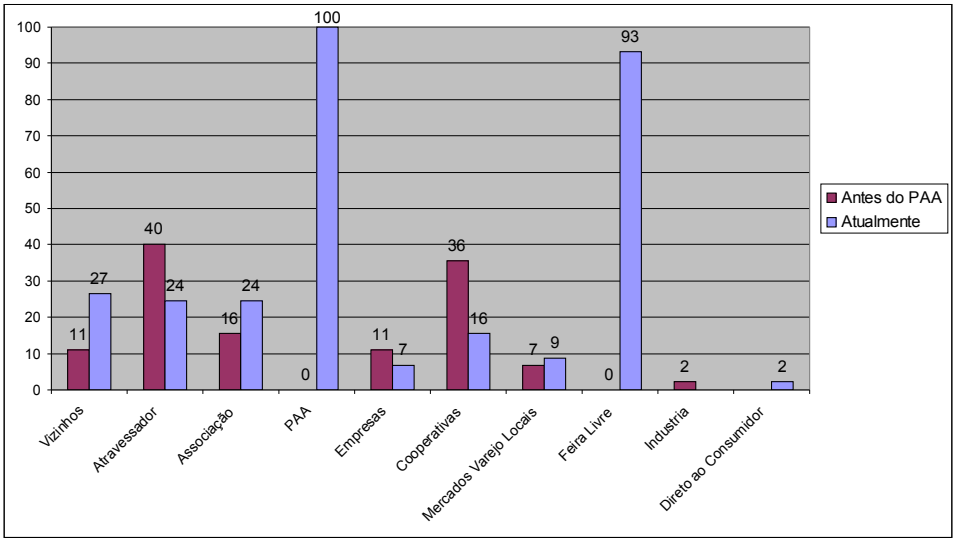


GRÁFICO 01 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES E OS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, ANTES DO PAA (2003) E NO ANO DE 2008. O autor (2008).

Observa-se que os agricultores acessavam o mercado através de instrumentos "tradicionais" de comercialização (cooperativa, atravessadores, empresas etc.), que lhes permitiam pouca ou quase nenhuma autonomia[8], seja referente aos produtos produzidos ou aos preços praticados. Nesta lógica, passam a ser reféns da demanda estabelecida pelo mercado, à exceção do comércio realizado com os vizinhos, pois os preços são estabelecidos de comum acordo entre quem vende e quem compra. No entanto, os demais mecanismos estabelecem o que deve ser produzido e a que preço pode ser comercializado.

A partir do PAA, os mecanismos que os agricultores avaliam negativamente e que desestruturam as formas de produção e as relações sociais e econômicas dos agricultores, foram perdendo espaço para o Programa. Segundo relatos dos agricultores, o PAA contribui

[8] Segundo relato dos agricultores da amostra, mecanismos como os atravessadores, cooperativas e mercados varejistas locais não permitem aos agricultores negociar os preços e a qualidade dos produtos, além de terem que produzir em grande quantidade.

para o fortalecimento e a reestruturação da lógica produtiva segundo sua história e cultura, pois potencializa a produção de alimentos e aproxima os agricultores da população urbana local.

No entanto, em que medida esta alteração na lógica produtiva e de comercialização dos agricultores contribui para o reconhecimento enquanto atores nos espaços locais?

Foi a partir da intervenção pública, através do PAA, que os agricultores passaram a alterar de forma significativa, tanto as formas de produção como as de comercialização, o que oportunizou uma aproximação da população urbana, pois são os agricultores os responsáveis por produzir, mas também, organizar, planejar e realizar as entregas diretamente nas entidades sociais, espaços públicos e famílias beneficiadas pelo Programa. Esta interação, assim como a visualização dos agricultores como produtores de alimentos, possibilitou que a população urbana, passasse a reconhecer os agricultores enquanto indivíduos e grupos participantes da economia local.

No entanto, esta condição não possibilita o reconhecimento dos agricultores enquanto atores. O Programa por si só não é/foi responsável por este processo, mas oportunizou que os agricultores, a partir da organização coletiva, organizar e estabelecer processos que lhes permitissem serem reconhecidos enquanto atores sociais, políticos e econômicos no contexto local.

Foi a partir do PAA que os agricultores e suas organizações conquistaram:

1) o reconhecimento político no espaço local, pois os agricultores asseguraram a participação do poder público municipal na operacionalização do Programa, pois, foi em função de processos de negociação, entre agricultores e gestores públicos, que a prefeitura passou a subsidiar o transporte dos alimentos das propriedades para as entidades beneficiadas e pessoal técnico para acompanhar as entregas;
2) a viabilização de espaços de comercialização local, a partir do PAA, em ambos os municípios, à exemplo das feiras agroecológicas, no entanto estas só foram possíveis em função de que os consumidores legitimavam e reconheciam os agricultores e suas organizações como participantes do processo produtivo e econômico local;
3) o auto reconhecimento enquanto atores locais, pois, mesmo já organizados em associações anteriormente ao PAA, os agricultores da amostra, não participavam política, econômica e socialmente do contexto local, e a partir do PAA, passaram a se reconhecer enquanto participantes dos processos locais;
4) o reconhecimento por parte de órgãos governamentais federais, como a

CONAB, e estaduais, como a SETP, que passaram a reconhecer nestas associações de agricultores, parceiros e gestores para a operacionalização desta política;

5) o reconhecimento político-institucional, na medida em que a experiência do PAA em ambos os municípios, foram reconhecidos no âmbito institucional das prefeituras municipais, mas também das organizações públicas beneficiárias, assim como no caso do município de Fernandes Pinheiro, que ganhou o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar de 2006, no quesito desenvolvimento local, em função da experiência do PAA no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que os agricultores e as associações pesquisadas conquistaram a emergência enquanto atores a partir da participação no PAA. Esta afirmação é passível de legitimação em função de que os agricultores e suas organizações passaram a estabelecer, a partir do PAA, processos de relação com o espaço local, seja com consumidores ou com as organizações públicas e não governamentais, o que ocorreu em função da alteração nas formas de organização da produção, mas fundamentalmente, a partir da interação com estas organizações.

Assim, sem a participação no PAA e, consequentemente, sem alterar as formas de produção dos agricultores, estes não conseguiriam estabelecer esta aproximação com o espaço local e desta forma, não conquistariam o reconhecimento social, político e econômico por parte da população e das organizações locais.

Embora haja a preocupação e valorização do PAA enquanto uma ação pública que garante certa viabilidade econômica para os agricultores, esta dimensão não é posta como única e exclusiva, pois a preocupação em estruturar e consolidar as feiras agroecológicas, assim como manter o co-financiamento do PAA pelas prefeituras, acaba sendo um dado importante para re-afirmar que os agricultores têm um projeto, ou seja, da condição de ator, que vai além da preocupação econômica do Programa.

Da mesma forma, a defesa do PAA não se restringe à sua dimensão política, embora esta seja valorizada e utilizada pelos agricultores. Portanto, os agricultores e as associações não se utilizam do PAA como um instrumento político para viabilizar um projeto que não tem sua sustentação econômica. Isto se verifica a partir do momento em que os agricultores, mesmo utilizando-se do PAA para viabilizar politicamente os agricultores no município, ampliaram significativamente as ações econômicas do Programa ao longo dos anos em que participaram, assim como diversificaram as formas de comercialização no mercado local.

Desta forma, os agricultores, a partir de um projeto coletivo estruturado e organizado, não se aliaram única e exclusivamente à dimensão econômica, muito menos à dimensão política, mas firmaram-se a partir da articulação da dimensão econômica e política com a perspectiva de defender o seu projeto e, assim, consolidarem-se enquanto atores no espaço local.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

AMIN, A.; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org). *As regiões ganhadoras – distritos e redes:* os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar:* ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. Lei n° 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acessado em: 11/06/ 2007.

_____. Decreto n° 4.772, de 02 de julho de 2003. Regulamenta o artigo 19 da Lei n° 10.696, 02 de julho de 2003. Disponível em: <www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/decreto_4772_de_02_07_2003.doc>. Acessado em 07/11/2008.

_____. Lei n°11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em: 09/10/2008.

_____. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acessado em: 10/11/2008.

_____. Lei n° 11.947/09, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n° 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acessado em: 20/07/2009.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Camponesa.* Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Material institucional:* Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>. Acessado em: 23/05/2009.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>. Acessado em: 23/05/2009.

_____. *Relatório da Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Região Sul.* Relatório Síntese. Curitiba. 26 a 28 de Abril de 2006. 26 f. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/1_relatorio_oficinapaa_sul.pdf>. Acessado em: 28/04/2008.

GARCIA, A. R. *O Sul:* caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Laemert,1968.

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar:* do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas.* Rio de Janeiro: Editores Sahar, 1978.

NIERDELE, P. A. A Coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*: CSOnline. Publicação Editora da UFJF. Juiz de Fora. V. 5. Ano 2. p. 319-325. Dezembro. 2008. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/407/380>. Acessado em: 18/11/2009.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, B. de S (org). *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. Revista Agricultura: experiências em agroecologia. Publicação AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro. v. 5. Ano 2. p. 7-13 Junho. 2008.

TOURAINE, A. *Cartas a uma jovem socióloga.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *O Retorno do Actor*: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget. 1984.

_____. *Crítica da modernidade*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Igualdade e diversidade:* o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. *Poderemos viver juntos?* iguais e diferentes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

VIOLA, E. J. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. *Em busca da modernidade social:* uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar*: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. *O mundo rural como espaço de vida*: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Compiladora). *Uma nueva ruralidade em America Latina.* Buenos Aires: Clacso/ASDI, 2001.

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Valdemar João Wesz Junior[1]

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

1. Introdução

Após um longo período de privilégio da política agrícola brasileira aos grandes e médios produtores, espacialmente localizados na região Sul e Sudeste e com produtos destinados à exportação, a década de 1990 presenciou a modificação parcial do escopo de atuação dos mecanismos de intervenção voltados ao meio rural. O novo contorno dos programas aconteceu através da inclusão de segmentos até então renegados pelas políticas agrícolas (agricultores familiares, pescadores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, etc.) e pela inserção, reconhecimento e legitimação de atividades diferenciadas no campo (agroindustrialização em escala familiar, turismo rural, artesanato, geração de energia, etc.).

Em meio à ampliação das formas de intervenção no meio rural brasileiro e frente o acréscimo dos pequenos empreendimentos rurais de beneficiamento da produção agropecuária, surgiu em 2003 o Programa Federal de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Essa política possui um caráter diferenciado em sua estrutura da ação, pois atua em um conjunto de arestas que afetam diretamente a atividade de agregação de valor (crédito, legislações, capacitação, tecnologia e mercado). Embora essa ferramenta se apresente como uma importante inovação no campo das políticas direcionadas para o meio rural, poucos estudos tem apreendido essa questão, deixando uma série de lacunas sobre o Programa.

O objetivo central do artigo é analisar e problematizar a distribuição espacial dos resultados do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Para a realização da pesquisa foram utilizados, inicialmente, os documentos oficiais disponibilizados pelo Programa, além de outras fontes secundárias que retratam e discutem essa política pública.

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Assistente de Pesquisa do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ). Endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima, 64/401 – Cep. 20240-051 – Rio de Janeiro/RJ. E-mail: jwesz@yahoo.com.br

Posteriormente, em formato complementar, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os gestores (*policy-makers*) envolvidos no desenvolvimento do Programa.

Além da Introdução, este artigo traz uma apresentação do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, destacando as motivações para a sua construção, os condicionantes da elaboração, os objetivos gerais e o público-alvo. O tópico seguinte problematiza a distribuição espacial dos resultados do Programa, destacando a sua concentração no centro-sul do Brasil, em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Por fim, as considerações finais fazem um breve paralelo com outras políticas para o campo que atravessam pela mesma dificuldade.

2. O Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar

A entrada do governo Lula em 2003 deu início, e em alguns casos continuidade, a uma série de políticas públicas voltadas para agricultura familiar no Brasil. Se por um lado foram instituídos programas inovadores em suas concepções e formas de intervenção, como é o caso da agroindústria familiar, desenvolvimento territorial (PDSTR), compra direta (PAA) e biodiesel (PNPB), por outro aconteceu uma intensificação de algumas políticas já presentes e implementadas no governo anterior (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf), porém reformuladas e difundidas em contextos geográficos que se encontravam isolados ou com baixíssima participação dentro desses mecanismos de intervenção. Além dessa (re)espacialização de alguns programas, teve-se um comprometimento do governo em aumentar os recursos aplicados para este público – agricultura familiar – na tentativa de ampliar os beneficiários diretos.

Uma das iniciativas de apoio criada em 2003 foi o Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, implementado pelo Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política foi planejada inicialmente para ser operada do início de 2003 até o final de 2006, mas com a reeleição do governo foi renovada por mais quatro anos.

É importante destacar que foram diversas as motivações para a implementação do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. Um dos principais impulsos diz respeito a situação da agricultura familiar brasileira, que apresentava uma trajetória de especialização produtiva com a redução da autonomia e da renda deste público, proporcionando um ambiente de crescente vulnerabilidade socioeconômica para estas

famílias. Nesse sentido, uma importante alternativa que passa a ser concebida pelas entidades de organização dos produtores rurais é a agroindustrialização da produção, uma vez que possibilita a geração de renda através da agregação de valor da própria matéria-prima, diminuindo a dependência dos segmentos a montante e a jusante das cadeias produtivas.

Paralelamente, já existia no Brasil uma séria de políticas públicas estaduais de agroindustrialização (Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola/DF, Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária/MS, Programa da Agroindústria Familiar/RS, Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Verticalização da Produção/SC, Programa da Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor/PR e Programa Social de Promoção de Emprego e Renda na Atividade Rural/RJ). Estas políticas estaduais demonstraram, por um lado, que a atividade de agroindustrialização poderia ser convertida em uma importante alternativa ao problema da especialização produtiva e da redução de renda na agricultura familiar e, por outro lado, que essa atividade era passível de tradução na linguagem da ação pública. Este cenário auxiliou na criação de um instrumento político comprometido com a promoção da atividade de agroindustrialização em nível nacional, transcendendo as iniciativas em escala estadual e municipal.[2]

Outro fator decisivo no apoio à agroindústria familiar foi a mobilização de atores-chaves em favor da atividade. Neste sentido, os movimentos sociais, ONGs e organizações de representação da agricultura familiar apontavam a agregação de valor como a opção a ser assumida frente às dificuldades supracitadas. Esta demanda estava "na pauta da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)" (Gestor do Programa). Portanto,

> teve uma mobilização muito forte dos movimentos sociais para o apoio a essas atividades ao mesmo tempo que já existiam algumas experiências anteriores que foram determinantes na decisão de governo de criar esse Programa [...]. Mas eu acho que a demanda dos movimentos sociais foi o fator decisivo (Gestor do Programa).

O segundo ator externo ao governo que desempenhou um importante papel para afirmação da agroindústria familiar como estratégia política foi a academia, através da proliferação de estudos e pesquisas que apontavam para a importância dessa atividade e de sua positiva contribuição para o desenvolvimento do espaço rural. A maioria dos trabalhos apresentava seus argumentos pautando-se fundamentalmente na realidade empírica do Sul do país, até porque existiam políticas específicas sendo implementadas nesses locais (Wesz

[2] Vale destacar que já existia a experiência em nível federal através do "Pronaf-Agroindústria: Integração, Agroindustrialização e Comercialização da Agricultura Familiar", mas que não chegou a ser implementado.

Junior, Trentin e Filippi, 2008). Sob outro aspecto, foram importantes as proposições que indicavam a necessidade de pensar essas iniciativas de agregação de valor em nível nacional como um mecanismo de geração de emprego e renda para os agricultores familiares de todo o Brasil.

Deste modo, o reconhecimento por parte do poder público, das organizações de representação e da academia de que a agroindustrialização poderia ser considerada uma alternativa viável à perda de autonomia e à redução da renda dos agricultores familiares colaborou para fortalecer a atividade na agenda política do Governo Lula. Em conseqüência, esse movimento conduziu a elaboração do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar.

A partir da elaboração da política, o objetivo do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar ficou definido em "apoiar a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas pelo Programa" (Brasil, 2004, p. 14).

O público beneficiário do Programa ficou delimitado nos "agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores e aqüicultures, proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária, enquadrados no Pronaf nos grupos 'B', 'C', 'D' e "E"' (Brasil, 2004, 17). Considerando as regras do Pronaf, seriam beneficiados os agricultores que residem na propriedade ou em local próximo, que detém no máximo uma área de terra de 4 módulos fiscais (6 módulos quando se tratar de pecuarista familiar), que possuem no trabalho familiar a forma predominante de exploração do estabelecimento, podendo manter ainda até 2 empregados permanentes (admite-se a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade exigir). Paralelamente, o documento referencial apresentou um compromisso em direcionar grande parte de sua atenção ao Norte e Nordeste brasileiro, pois são as regiões com maior concentração de pobreza e um menor ritmo de crescimento econômico.

Depois de delimitar os objetivos e o público do Programa, foram estipuladas 6 linhas de ação: crédito, legislações, capacitação, tecnologia e mercado (Brasil, 2004). A proposta é buscar combater os principais problemas e gargalos presentes no momento de implementar e de manter a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar. Portanto, a política já é criada com o propósito de auxiliar justamente nos percalços como: a falta de recursos financeiros dos produtores, o significativo número de agroindústrias ilegais, o elevado índice

de agricultores despreparados tecnicamente, a carência de máquinas e equipamentos adequados para o processamento em pequena escala e a dificuldade de identificar e articular sua produção com os mercados.

Para a implementação do Programa, os gestores federais propuseram o sistema de co-gestão federativa, onde foram efetuadas uma série de parcerias com os governos estaduais e municipais, além de convênios com ONGs e movimentos sociais, visando a participação das entidades no momento da implementação das ferramentas de intervenção. A idéia era ter uma política no plano federal, mas a sua efetivação ficava em grande parte condicionada à mobilização e ao comprometimento de uma série de instituições públicas e privadas nos níveis estaduais e municipais, criando assim um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento das estratégias de ação do Programa, oportunizando e ampliando as ações pela proximidade entre implementadores e beneficiários.

Para ampliar o espaço participativo e institucionalizado do Programa durante a sua implementação, foi criada uma Rede de debate, planejamento e articulação entre a SAF/MDA e os parceiros do Programa em 2007, buscando aprofundar a discussão na temática agroindustrial e intercambiar experiências de modo a subsidiar a formalização e implementação de políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar (MDA/SAF, 2009). Essa arena é composta pelos gestores da política, organizações de representação da agricultura familiar e as instituições oficiais de assistência técnica e extensão rural de todo Brasil. Neste sentido, a rede tem um papel central no *feedback* do Programa, pois os atores trazem as demandas locais, reordenando os instrumentos de intervenção a partir dos resultados encontrados.

3. Problematizando a distribuição espacial dos resultados do Programa

Neste artigo não será realizado um exame mais detalhado sobre os resultados do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (esse exercício pode ser encontrado em Wesz Junior, 2009). Entretanto, cabe destacar que uma evidência comum nas cinco linhas de ação desta política pública foi a grande concentração de beneficiários na região Sul do Brasil, com a baixíssima presença do Norte e Nordeste. Isso pode ser visto nas afirmações dos gestores sobre o crédito rural para a agroindústria familiar (Pronaf-Agroindústria e Pronaf Custeio-Agroindustrial)[3], na legislação sanitária através do Sistema

[3] Nesse caso é importante advertir que a linha de agroindústria segue a tendência mais geral do Pronaf. Em 2008, por exemplo, mais de 50% do montante de recurso aplicados por todo o Pronaf foram para a região Sul do Brasil.

Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - Suasa (90% dos municípios que buscaram a adesão estão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina), nos perfis agroindustriais (50% deles foram baseados nas experiências empíricas coletivas de Santa Catarina) e na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (50% dos participantes com agroindústrias familiares de 2005 a 2008 são da região Sul do Brasil).

Cabe destacar que esta orientação não esteve presente somente nos resultados, mas também no momento da construção do Programa. Isso porque, a política foi planejada em cima de algumas experiências estaduais já existentes no Centro-Sul do país, o que acabou, mesmo que sem uma intenção direta dos gestores do Programa, formatando esse mecanismo a partir de uma situação específica. Paralelamente, as demandas realizadas pelos movimentos sociais sulistas e a sua participação na formação das linhas de ação auxiliaram na modelagem de uma feição mais distante da realidade do Norte e Nordeste. Para agravar ainda mais essa situação, o princípio de co-gestão do Programa afetou essas localidades diante do desinteresse de grande parte dos Estados e municípios em trabalhar com atividades diferenciadas para o meio rural.

Mesmo reconhecendo esta direção do Programa antes de sua implementação, um argumento que tem sido freqüentemente utilizado tanto pelos *policy-makers* como por alguns estudos acadêmicos para justificar essa configuração é que a participação expressiva do Sul é compatível com a tradição de agroindustrialização da agricultura familiar dessa região. Isso porque,

> o centro sul do país tem uma influencia forte da colonização européia e o europeu traz a questão da agroindústria, nem que seja num primeiro momento só pra conservar os produtos pra própria família e que depois foi se expandido e começou a vender o excedente. Nas áreas do Norte e Nordeste é menos, até pelos próprios aspectos históricos da população, a origem dessas pessoas, por mais que a gente tente não colocar só na questão da origem (Gestor do Programa).

Embasando-se nesse argumento, a cultura, a descendência e a origem dos agricultores seriam os principais fatores que explicariam a presença das agroindústrias, o rumo tomado pelo Programa em análise e, automaticamente, a baixa participação do Norte e Nordeste nos resultados obtidos.

Mesmo reconhecendo o papel da cultura na difusão de algumas técnicas que envolvem a agroindustrialização – e que pode facilitar o acesso às políticas públicas específicas – é pertinente trazer outros elementos que acabam influenciando esse contexto, não resumindo-o

simplesmente a apenas um fator isolado[4]. Nesse sentido, é fundamental entender que uma significativa parcela da Região Norte e Nordeste enfrenta uma série de dificuldades no acesso a infraestruturas que impossibilitam grande parte das atividades de processamento. Estes problemas estruturais podem ser vistos na localização das propriedades (existem vilarejos que ficam isolados e distantes de qualquer centro consumidor), na falta de energia elétrica (alguns estabelecimentos carecem de equipamentos de resfriamento para manter a qualidade dos produtos) e nas estiagens (algumas regiões permanecem por mais de seis meses sem a incidência de chuvas). Isso tudo compromete a distribuição da produção, a manutenção da qualidade da mercadoria e o cultivo da própria matéria-prima.

Diferentemente do Norte e Nordeste, no Sul do país grande parte das cidades está localizada em proximidade e existe um fácil acesso entre elas, o que acaba fomentando a existência de um importante mercado local no interior dos Estados. No caso das agroindústrias familiares, esse é um dos principais meios de comercialização da produção da maioria dos empreendimentos interioranos pela facilidade e agilidade no encaminhamento dos produtos. Desta forma, grande parte dos agricultores do Norte e Nordeste acaba ficando *a mercê* de um importante instrumento para a criação e consolidação das unidades de beneficiamento da produção da agricultura familiar. Concomitantemente, a especialização das propriedades rurais no Sul do Brasil acaba criando um público consumidor de produtos artesanais que não está presente na região Setentrional.

Além disso, como a fiscalização sanitária, fiscal e ambiental dificilmente acompanha as pequenas agroindústrias do Norte e Nordeste, acaba-se mantendo e, em alguns casos, reforçando a disseminação da informalidade entre os estabelecimentos. Esta situação cria um ambiente fundamentalmente endógeno e restrito às suas localidades, onde a demanda pelos produtos processados da agricultura familiar fica limitado pelo baixo grau de urbanização das cidades não-metropolitanas. Já a opção de entrar nos mercados mais distantes e formalizados agrega a necessidade de um investimento inicial, que nem sempre é acessível aos agricultores mais empobrecidos. Até porque, muitos agentes financeiros impossibilitam o acesso ao crédito a um público mais marginalizado, principalmente quando se trata de atividades não-convencionais dentro do meio rural.

Para inflamar ainda mais a situação, não foi implementada nenhuma política pública estadual no cenário recente voltada às agroindústrias familiares ao Norte dos Estados de Minas Gerias, Distrito Federal e Mato Grosso. Diante disso, muitas federações mantêm uma

[4] Grisa (2007) realizou esse debate a partir do autoconsumo na agricultura familiar, mostrando que a valorização de algumas atividades nas propriedades não é reflexo somente de questões étnicas, sendo necessário entender o contexto mais geral de inserção dos produtores.

assistência técnica despreparada e desinformada para trabalhar com esse tipo de produção, além de uma estrutura bancária inexperiente e mais resistente para liberar recurso para as atividades precursoras. Nesse sentido, não é possível desconsiderar que no Sul houve um grande avanço institucional provocado pelas políticas anteriormente implementadas, o que oportunizou uma demanda mais direcionada para essa iniciativa produtiva. Portanto, os programas estaduais criaram uma estrutura político-institucional organizativa que tem se manifestado na qualificação do quadro burocrático e na obtenção de resultados expressivos dos mecanismos nacionais, diferenciando assim as federações cobertas por políticas próprias daquelas que não foram contempladas.

Paralelamente, os movimentos sociais rurais são mais ausentes na reivindicação da agroindústria familiar e na proposição de mecanismos de incentivo a essa atividade no Norte e Nordeste, uma vez que se têm outras prioridades ou necessidades mais urgentes para serem resolvidas. Entretanto, essa baixa exigência por políticas públicas de agroindustrialização nas unidades de base familiar não significa que não exista o interesse em implementar a atividade. Mas, sem essa demanda, acaba-se enfraquecendo a atuação do Programa federal nesta região, já que os *policy-makers*, pelo seu reduzido número[5], têm conduzido a política a partir do diálogo com as entidades de representação do setor. Além disso, a Rede de ATER/Agroindústria, que se constitui em uma importante arena de decisão e divulgação do Programa, tem presenciado uma baixa participação de atores do Norte e Nordeste brasileiro se comparado com as demais regiões do país.

Simultaneamente, a presença cada vez mais disseminada de recursos não reembolsáveis (a fundo perdido) no Norte e Nordeste acabam reduzindo o interesse pelo acesso ao Pronaf-Agroindústria ou Pronaf-Custeio Agroindustrial na região. Já a participação na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária tem sido baixa porque foram privilegiados até aqui os empreendimentos mais consolidados do ponto de vista técnico e legal, sendo mais comum encontrar esse perfil no Sul do país. O que reforça esse quadro são as cotas que foram estabelecidas com base nos anos anteriores e que reduzem a possibilidade de contornar a grande participação do Centro-Sul brasileira. Por outro lado, o artesanato tem mantido a sua expressividade na região Setentrional.

Em suma, a baixa participação das agroindústrias familiares da região Norte e Nordeste do Brasil no Programa em destaque tem por trás uma série de condicionantes (dificuldades estruturais, reduzido peso do mercado local, carência de políticas estaduais,

[5] As iniciativas e metas do programa foram criadas e planejadas para serem executadas por doze pessoas, enquanto que atualmente as ações federais são conduzidas por apenas dois consultores.

assistência técnica despreparada, resistência nas agências bancárias, baixa mobilização dos movimentos em torno da atividade, etc.) que vão além de uma diferença estritamente cultural, étnica e de descendência, embora se reconheça o seu peso. Diante dos problemas que assolam estes agricultores, é previsível que o número de iniciativas produtivas beneficiadas seja menor do que no Centro-Sul do país. Entretanto, isso não quer dizer que a agroindústria familiar seja uma estratégia sem perspectivas na região Norte e Nordeste. Ao contrário, existe um potencial de expansão desde que se reconheça a especificidade e que se oportunizem as condições mínimas para o desenvolvimento do segmento.

Diante desse contexto, parece pertinente apontar que a distribuição espacial do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar não é causada somente pelo desinteresse ou pela "falta de vocação" de algumas regiões, mas também pela própria estrutura da política que desconsidera parcialmente as particularidades de alguns lugares. Nesse sentido, a problemática do direcionamento dos resultados não acontece somente pelo desinteresse ou despreparo das regiões em receber os mecanismos de intervenção, mas pela postura do Programa em relação a alguns estrangulamentos e especificidades regionais. Possivelmente, por mais que se mantenham as mesmas estratégias até o final de 2010, é pouco provável que o Norte e o Nordeste ampliem a sua participação, até porque foi uma política construída a partir de uma grande participação dos movimentos sociais do Sul, onde eles procuraram formatar o Programa a partir das suas realidade e demandas.

Portanto, não se trata de desviar o olhar sobre algumas regiões que não tem a bagagem que o Sul já agregou, mas de modificar os instrumentos de ação para que se construa um Programa mais próximo da situação atual de algumas localidades até então pouco beneficiadas. É provável que mesmo com uma alteração e com uma atenção especial para outros locais, o Sul permanecerá majoritário. Contudo, é uma construção que precisa avançar porque não é possível tratar de forma igualitária a atividade de agroindustrialização no país, como se qualquer região apresentasse as mesmas condições de se beneficiar dos instrumentos a ela dispostos. Nesse sentido, mesmo estando no documento referencial do Programa a preocupação de direcionar o apoio aos espaços com maiores índices de pobreza (Norte e Nordeste), isso não é uma tarefa simples por uma série de razões e condicionalidades a qual estão expostas as localidades destacadas. Obviamente, isso envolve ações de médio prazo em conjunto com outras instâncias de governo, ministérios e entidades, não podendo ser tratada unilateralmente.

4. Considerações finais

A concentração espacial dos resultados do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar no centro-sul do Brasil é uma fragilidade central encontrada na análise desta política pública, pois aponta que a sua estrutura operacional desconsiderou, em momentos específicos, as particularidades de algumas localidades em privilégio de outras. É importante resgatar que esse cenário não está vinculado simplesmente a uma falha na implementação do Programa ou ao desinteresse do público do Norte e Nordeste em demandar este tipo de política e de atividade, mas a uma orientação assumida pelo instrumento de intervenção nas suas fases iniciais (mesmo que de forma não-intencional). Deste modo, a presença e a participação de uma série de atores sulistas, vinculados às organizações de representação da agricultura familiar, foram decisivos na construção e implementação de ferramentas de apoio mais próximas aos seus interesses.

Outro fator que reforçou essa configuração foi o formato da ação pública, pois os instrumentos de intervenção foram planejados a partir das experiências estaduais já existentes no Sul do país, o que fez com que as ferramentas estivessem mais adaptadas as características e especificidades meridionais. Além disso, a presença de políticas estaduais anteriores nestes espaços acabou favorecendo na adaptação dos instrumentos nacionais, pois já existia em muitas localidades uma "bagagem" político-institucional e organizativa que havia qualificado o quadro burocrático, ampliando a difusão do Programa e facilitando a sua implementação.

O desafio maior que está por trás dessa discussão não é simplesmente a criação de agroindústrias familiares no Norte e Nordeste, mas a implementação de políticas públicas para o meio rural que reconheçam, valorizem e se adaptem as especificidades e diversidades da agricultura familiar no Brasil. Obviamente, esse é um desafio que se apresenta em praticamente todos os programas que buscam atuar a nível nacional com esse público (Pronaf, PAA, PDSTR, PNPB, Mais Alimentos), onde as experiência atuais vem mostrando saldos positivos. Mas, o que complica a situação no caso do processamento de alimentos é o envolvimento da atividade com uma série de questões que fogem do domínio da maioria dos agricultores (legislações específicas, mercados diferenciados, etc.) e que ainda é vista por muitos segmentos (agências bancárias, órgãos de assistência técnica, entidades de fiscalização, etc.) como uma atividade urbana e/ou para grandes estabelecimentos.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. *Programa de agroindustrialização da produção dos agricultores familiares*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf> Acesso em: set. de 2007, 2004.

GRISA, C. *A produção "pro gasto"*: um estudo-comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA); SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF). *Redes Temáticas de ATER*. Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: jan. de 2009, 2009.

WESZ JUNIOR, V.J.; TRENTIN, I.C.L. e FILIPPI, E.E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 6, p. 59-85, 2009.

WESZ JUNIOR, V.J. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A EXTENSÃO RURAL ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

Danielle Wagner Silva

Eng. Agrônoma, Mestranda do PPG Agriculturas Amazônicas, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável- MAFDS/NCADR//UFPA.

Email: danicawagner@yahoo.com.br

GT 02- Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

A assistência técnica e extensão rural- ATER- no Brasil, enquanto processo educativo, surge no bojo do processo de modernização da agricultura e tendo prática baseada no modelo linear de transferência de tecnologia, contribuiu para expansão das relações capitalistas de produção no campo (FONSECA, 1985). Todavia, em consonância com o movimento antagônico cujos porta-vozes colocam em questão a lógica de desenvolvimento até então hegemônica e se apresentam como dissidentes do modelo preconizado pela revolução verde, o serviço de ATER vem sendo reformulado. Esta reformulação respalda em princípios agroecológicos, preconizando a contribuição com o desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2001; CAPORAL, 2003), significando ruptura cognitiva que vem deslocando barreiras, na tentativa de promover transformações não apenas na práxis dos agricultores, mas também nos paradigmas das políticas públicas.

Partindo desse contexto, neste trabalho de revisão das temáticas obrigatórias e concorrentes que têm nutrido a literatura concernente, pretendo então discorrer sobre as contraposições que embasam as diversas abordagens da extensão rural no cenário brasileiro, enfocando, em cada contexto de consagração conceitual, as possibilidades e os desafios, mas principalmente refletindo sobre as alternativas de execução do serviço de ATER no formato da agroecologia.

Para tanto, o texto foi elaborado por três grandes eixos. No primeiro deles discorro brevemente sobre o contexto de implantação da extensão rural no Brasil, com o intuito, não de refazer análises por demais sistematizadas e de enfoques repetitivos, mas de refletir os dilemas em cada contexto. Enfim, retomo as reflexões para situar a questão analisada no cenário no qual surge e é configurada a ATER no Brasil, visando demonstrar que as críticas posteriormente feitas não alcançaram a descontinuidade das propostas. As práticas posteriormente condenadas continuam, ora mais ora menos, contagiando contextos onde ela é

advogada como negação. Complementando o mesmo exercício do primeiro eixo de questão, mas assumindo uma perspectiva contrastiva, discuto então no terceiro eixo de reflexão, os pressupostos da nova ater pública e as bases teórico-metodológicas na qual ela emerge. Neste eixo procuro acentuar dilemas que corroem a transição, dado o risco de construir velhos corpos com novas roupagens.

A ESTRUTURAÇÃO DA ATER: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O berço da extensão rural brasileira

A abordagem conceitual do termo extensão rural vem sendo alvo de muitos paradoxos, abarcando os mais diversos discursos de autores que questionam e dissertam sobre este serviço. A definição feita por Olinger (2001) representa bem a concepção gnosiológica dominante no que diz respeito a esse termo, já que para esse autor, a extensão rural é um processo educativo que proporciona às famílias rurais, assistência técnica, econômica e social, com o intuito de ajudá-las. Essa conceituação emerge articulada a extensão rural americana[1] cujo modelo foi expandido para outras partes do mundo no período pós-guerra através de convênios dos governos locais com as agências americanas de extensão rural, principalmente nos países considerados subdesenvolvidos (FONSECA, 1985).

No Brasil, a extensão rural surge oficialmente em 1948 com a implantação da Associação de Crédito e Assistência Rural- ACAR- em Minas Gerais. Essa instituição não-governamental sem fins lucrativos, mantida inicialmente por recursos próprios, visava atender os pequenos produtores rurais beneficiados pelo crédito rural supervisionado, associando a assistência ao crédito e ao ensino coletivo (FONSECA, 1985). Seguindo os moldes americanos, a assistência técnica era vista como um processo educativo que objetivava a mudança de comportamento dos agricultores. Em 1950, sua experiência piloto resultou na implementação desse modelo nos demais estados brasileiros e em 1959, as ACAR's estaduais passaram a ser coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural- ABCAR que nesse mesmo ano passou a ser uma instituição governamental.

Durante a década de 1960, a política governamental, sob influência da revolução verde, estava voltada para o aumento da produção e expansão do mercado externo (políticas de exportação) e direcionou-se a incentivar a intensificação da agricultura visando sua modernização e o aumento da produtividade. Dentro desse padrão de desenvolvimento

[1] De acordo com Fonseca (1985), a extensão rural americana Surgiu no contexto da agricultura mercantil e produtivista nos Estados Unidos da América-EUA, no final do século XIX.

econômico para o país, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA que, juntamente com a ABCAR, assume o papel de solucionar os problemas identificados pelos agricultores, caracterizando a extensão rural nos padrões do modelo de transferência de tecnologia a partir de "pacotes tecnológicos".

Nessa época, a extensão rural e a pesquisa agropecuária representavam bem as intenções governamentais. Enquanto a EMBRAPA desenvolvia as tecnologias agropecuárias, as instituições de ATER difundiam as inovações geradas e transferiam-nas aos que tinham condições para "abrir o pacote". Dessa forma, a política do país atendia aos agricultores mais capitalizados e ao latifúndio, categorias que poderiam "alavancar" o setor produtivo brasileiro. Em conseqüência, também pressupunham sérias implicações, como a marginalização das famílias mais pobres no campo e o aumento do êxodo rural.

Durante esse período, especificadamente em 1974, a ABCAR passara por reformulações, ganhando um novo formato: surgem as EMATER's-Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenadas por um órgão maior, a EMBRATER-Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

Desenvolvimento social x desenvolvimento econômico

Por conta da inoperância do modelo de ATER, nas décadas de 1970 e 80, as críticas são intensas e resultam em tentativas de melhorias no serviço. No cenário internacional, o movimento ecológico fortalece o debate sobre os efeitos da agricultura convencional[2] impulsionando inovações nos métodos de pesquisa e extensão rural.

Durante esse período, as críticas são elaboradas por perspectivas metodológico-conceituais diferenciadas, muitas estimuladas pelas concepções freirianas. Freire (1988) considerou que o termo "extensão", acentuando conteúdos como transmissão, invasão cultural, etc., designava uma assistência técnica que operava com objetivo de transformar a realidade, razão de sua condenação, dado o proselitismo populista de propor aos assistidos as soluções para os seus problemas, as respostas a todas as perguntas. Enfim, aqueles ideólogos da extensão rural faziam crer que na verdade, a forma como a realidade vinha sendo construída (a despeito do papel atual dos sujeitos envolvidos nessa construção) não continha suportes para a melhoria, necessitando da solução geral, externa e mágica da extensão rural para que mudanças ocorressem e reconstruíssem a realidade.

[2] Modelo estabelecido a partir dos pilares da Revolução Verde (agroquímica; motomecanização; manipulação genética) que visava o aumento da produtividade agrícola.

Na década de 1990 a Embrater foi então extinta e o setor da extensão passou por um período de desgaste (sucateamento). Todavia, as cobranças construídas por porta-vozes dos movimentos sociais camponeses em torno da política nacional de reforma agrária, em especial do serviço de ATER são configuradas em 1996. Em resposta, cria-se o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural- DATER, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, com a premissa de embasar as ações governamentais de ATER, enfocando a agricultura familiar. Nessa década, em paralelo à decadência das instituições públicas, emergiam entidades cujos partícipes traziam proposta de metodologias inovadoras de intervenção técnica e, conjuntamente com as mudanças na visão governamental sobre a revitalização da extensão rural, passaram a implementar experiências alternativas ao modelo defasado que se tinha até então[3].

Em 2003, ocorreram mudanças estruturais nas ações governamentais e o MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, coordenou a elaboração da nova PNATER e a reformulação da sua missão, significando uma tentativa de redirecionamento da intervenção pública nos moldes epistemológicos do desenvolvimento sustentável e das metodologias participativas, preconizando o fortalecimento da agricultura familiar.

Como forma de operacionalizar o proposto pela PNATER, ainda em 2003 foi institucionalizado pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- Pronater, que propõe um conjunto de ações interinstitucional que objetivam, dentre outros fins, qualificar os serviços de ATER ofertados aos agricultores familiares, potencializar os processos de inclusão social, de valorização da cultura nos territórios, apoiar iniciativas que propiciassem geração de trabalho e renda e estimular estratégias de comercialização.[4] Partindo dessa concepção, para atender à demanda dos agricultores beneficiários da Reforma Agrária, foi criada, nos quadros do Pronater, a Assessoria Técnica, Social e Ambiental- ATES.

Com isso, atualmente o sistema público de ATER está dividido em duas estruturas: o programa (descentralizado) de ATES, posto em prática por prestadoras de serviço, como tentativa de suprir a demanda provinda do processo de criação de assentamentos rurais; e a ATER para os demais agricultores familiares, através das EMATER's (SCHMITZ, 2006).

[3] Como exemplo dessas experiências, relembra-se o Projeto Lumiar, um projeto do Governo Federal, realizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA no período de 1997 a 2000 em parceria com entidades representativas da agricultura familiar. Destinava-se aos serviços de assistência técnica e capacitação de famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Apesar da tentativa de implementar um método alternativo ao modelo tradicional de ATER, o processo de descentralização dessa política através do Projeto Lumiar sofreu resistência daqueles que defendiam a extensão rural estatal (SCHMITZ, 2006).

[4] Sobre o Pronater, consultar DATER; SAF; MDA. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2005.

Considera-se essa estruturação como forma de o Estado tentar melhorar a operacionalização da PNATER, de modo a atender às reivindicações dos porta-vozes dos movimentos sociais acerca da inoperância do serviço de extensão rural.

Diante desse quadro de alterações estruturais no serviço de ATER, as mudanças institucionais no campo da extensão rural são consideradas reflexos do processo de ruptura paradigmática no campo temático, e se articulam principalmente às diferentes concepções sobre desenvolvimento.

A Agroecologia e a "Nova" ATER: ruptura cognitiva para mudar a *praxi*

A reformulação da PNATER em 2003 está diretamente relacionada ao movimento de construção do saber agroecológico e à ascensão da importância dos movimentos sociais no campo. Diante da crise socioambiental desencadeada pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, em nível mundial, desde a década de 1970 pesquisadores referidos à reprodução de recursos naturais passam a questionar os impactos da ação antrópica sobre o meio ambiente e sua relação com os problemas sociais. Foi posta em pauta principal do debate, a necessidade de se pensar uma forma diferenciada de gerir os recursos naturais.

Os problemas ecológicos e sociais decorrentes do modelo divulgado pela revolução verde passam a impulsionar a construção de um novo paradigma, pautado na idéia do desenvolvimento sustentável. No Brasil, esse debate é fortalecido no final dos anos 80, quando ganha foco novas formas de interpretar a natureza, havendo o reconhecimento de racionalidades múltiplas e a incorporação das questões ambientais nos discursos e debates sobre desenvolvimento, movimento reflexo do processo de politização da natureza (ALMEIDA, 2009).

No contexto desse movimento global, a agroecologia surge como um novo modo de se apropriar da natureza, incorporando as multidimensões da sustentabilidade[5]. Comungando com as projeções de Gliessman (2000) e Altieri (2002), Caporal e Costabeber (2000; 2001), concebem que a agroecologia instituiu-se como enfoque científico inovador, capaz de dar suporte à transição de estilos convencionais (e insustentáveis) de agricultura para estilos sustentáveis[6].

[5] Ver Marco Referencial da Agroecologia (EMBRAPA, 2006).

[6] Todavia, como discorre Caporal e Costabeber (2001), nem todos os discursos que abordam essas categorias temáticas comungam a mesma vertente, havendo duas abordagens distintas que se aportam na sustentabilidade. De um lado, a corrente ecotecnocrática, pautada na economia ambiental, investe no modelo que dissemina a idéia da revolução verde ou a idéia da intensificação verde, seguindo a lógica tecnicista. De outro, a corrente ecossocial, pautada em modelos de agriculturas sustentáveis, vislumbra mudanças estruturais profundas na sociedade, buscando novas estratégias de desenvolvimento.

Os princípios agroecológicos são hoje considerados em muitas das ações do Estado e de instituições sociais concernentes à questão, a exemplo das mudanças de paradigmas das políticas ambientais, do desenvolvimento de pesquisas e também da extensão rural. No âmbito da ATER, esse novo enfoque foi preconizado pelos porta-vozes de movimentos sociais envolvidos na luta pela reforma agrária, que demandavam mudanças na extensão rural pública. Na concepção da nova PNATER, o modelo de agricultura sustentável supõe a conjunção dos saberes locais ao conhecimento científico para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam construir modelos de agricultura com padrões ecológicos (respeito à natureza), econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade em longo prazo. Nesses temos, Caporal e Costabeber (2000) e Caporal (2003) sugerem adoção do conceito de extensão rural agroecológica cuja proposição denota um processo de intervenção baseado em metodologias participativas, associando pesquisa e extensão, de forma a viabilizar o desenvolvimento de uma prática social pautada na lógica ação-reflexão-ação, resultando em desenvolvimento socialmente eqüitativo e ambientalmente sustentável, de acordo com princípios teóricos da agroecologia.

Essa definição representa as perspectivas dos movimentos dissidentes do paradigma produtivista, cartesiano, mecanicista e utilitarista. Sugere também a ruptura com o modelo tradicional de extensão rural e a implantação de um modelo que potencialize o desenvolvimento endógeno. Elege-se assim a incorporação de uma pedagogia construtivista e humanista, que agrega elementos como a utilização de metodologias participativas, estabelecimento de relação dialógica entre técnico e agricultor e a consideração da situação social local, tripé do ponto de partida para as ações, como preconizava Paulo Freire.

Nessa perspectiva, a interseção entre o enfoque agroecológico e a intervenção pública é um exercício necessário e um desafio que tende a ser superado paulatinamente, através de estratégias que possam permear a ação governamental em todas as esferas. Alguns passos importantes foram dados, tendo em vista que ao menos no âmbito do discurso oficial sobre extensão rural as tentativas de mudanças do modelo convencional para uma nova abordagem de ATER, pautada nos princípios da agroecologia, são clarividentes. Muitas propostas vêm sendo assentados na premissa de discorrer sobre o novo formato da ATER, todavia muitos desafios precisam ser superados para que as proposta sejam de fato efetivadas.

DILEMAS PARA PRODUÇÃO DE RUPTURAS COGNITIVAS E PRÁTICAS

Como demonstrado no texto, o serviço de extensão no Brasil, bem como a pesquisa agropecuária, passaram por algumas modificações decorrentes da ruptura cognitiva sobre

desenvolvimento rural. Nesse quadro de mudanças, os agentes vinculados às Ong's e organizações sociais tiveram importante papel nas transformações desse cenário. A questão ambiental, assim como a social, influenciaram diretamente nesse quadro.

Atualmente, algumas categorias e termos estruturam o debate sobre o serviço brasileiro de geração e difusão de tecnologia agropecuária: agricultura familiar, participação, visão holística, realidade local, metodologias participativas, questão ambiental, interdisciplinaridade, agregação de valor, associação da pesquisa e extensão. A incorporação dessas temáticas, tanto na PNATER quanto nos espaços de discussão sobre ações para o fortalecimento da agricultura familiar, supõe a necessidade de revisão da prática extensionista. Nesse novo formato, o técnico deve se posicionar como um facilitador do processo de desenvolvimento e não mais como aquele que vem resolver os problemas a partir das soluções apontadas pelo conhecimento científico (em geral tecnologias "modernas"). A relação estabelecida entre extensionista e agricultor nega a linear crença difusionista e positivista, para valorizar a relação dialógica, construtivista e sistêmica, onde o *feedback* é considerado o elemento motor da construção do conhecimento e do processo de desenvolvimento endógeno.

Deste modo, pensar numa extensão rural inovadora com bases nos princípios agroecológicos significa romper com os pressupostos que vinham conduzindo as ações de desenvolvimento. Por isso, compreende-se que o processo de transição agroecológica incida sobre a própria estrutura institucional, a partir de mudanças na extensão rural enquanto prática social, como supõe a PNATER. O investimento no serviço público deve ultrapassar a reformulação do serviço em âmbito legal e burocrático, para poder ser expressa onde de fato ele é concretizado: na relação técnico-agricultor.

Apesar do discurso inovador, tem sido observado que a estrutura organizacional não permite uma melhor operacionalização desse serviço. Alguns problemas como a descontinuidade na ATER, a centralidade no crédito rural e o não cumprimento do Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA, como apontam Alves e Navegantes (2006), além da prevalência do enfoque produtivista, são indicativos de que é preciso repensar o funcionamento da PNATER. Esse exercício é fundamental na tentativa de evitar a reprodução do modelo da "velha" ATER, relegando as inovações apenas ao discurso.

Além disso, é necessário ficar claro que centrar a prática extensionista na transição agroecológica, projetando a intervenção apenas para a substituição das práticas convencionais por práticas sustentáveis, não significa mudança na *práxis* do técnico. Apesar da compreensão de que essa mudança é paulatina e acontece ao decorrer de um processo de formação, esse ponto merece ser destacado. Isso porque, o que se observa é que a maioria das experiências

agroecológicas sistematizadas está relacionada à mudança de sistemas produtivos, principalmente para a forma de produção orgânica. Em vista disso, questiona-se, então: Não seriam as políticas públicas elaboradas com base nos princípios da agroecologia, uma forma de reprodução de um novo "pacote", agora "verde" e num outro formato?

Essa questão precisa ser exaustivamente debatida para que não se corra o risco de reproduzir, mesmo que a partir de uma proposta pautada nos princípios da equidade, um modelo de desenvolvimento excludente. É preciso ficar atento para que as mudanças nos sistemas produtivos não sejam pensadas apenas do ponto de vista ecológico e econômico, como considerado pelos ecotecnocratas. Não se pode desconsiderar as múltiplas dimensões que fundamentam a agroecologia e a nova PNATER. Como reforça Moreira e Carmo (2007), os métodos agroecológicos estão pautados no compromisso social e na concertação política.

Por isso, para além da divulgação de práticas alternativas, é preciso investir em pesquisa (e em pesquisadores) que busquem conhecer melhor o funcionamento dos diferentes ecossistemas e a gestão sustentável dos mesmos enquanto um processo de construção social. Também é fundamental refletir sobre os métodos de extensão rural, sendo um desafio maior estreitar a relação dicotômica entre pesquisa e extensão. Nessa esfera, insere-se também a formação de novas competências e a requalificação profissional dos envolvidos na atividade da extensão rural e também da pesquisa, tendo em vista que a ATER, para ser nova, precisa também de um quadro profissional disposto a inovar e a vestir a camisa dos princípios básicos dessa prática extensionista. As experiências de pesquisa-ação desenvolvidas por algumas Ong's podem contribuir sumariamente com esse tópico.

Talvez o maior desafio esteja na esfera epistemológica. Em termos conceituais, são diversos os pontos de vista que circundam o debate, havendo a necessidade de melhor operacionalizar uma rede de diálogo do qual participem ativamente pesquisadores, extensionistas, agricultores e suas representações políticas. É preciso garantir a interconexão entre a pesquisa, o ensino, as atividades de extensão e as experiências desenvolvidas pelos agricultores, vislumbrando o avanço de estudos científicos, a formalização de saberes e a construção de ações de desenvolvimento condizentes com as dinâmicas sociais locais. Por isso, as reflexões sobre a participação dos atores envolvidos em todas as etapas da prática da ATER devem ser contínuas, através de um sistema de avaliação do funcionamento do serviço.

Por último, ressalta-se que as mudanças no serviço de ATER estão correlacionadas ao movimento global que vem questionando os paradigmas desenvolvimentistas, focando a análise na relação que o homem vem estabelecendo com a natureza (gestão dos recursos

naturais)[7]. Por isso, a nova ATER para ser utilizada como instrumento no processo de desenvolvimento rural, rompendo com os conceitos, métodos e objetivos inerentes à velha ATER, defronta-se com o maior dos desafios: a ruptura cognitiva dos diferentes agentes sobre o projeto de desenvolvimento que estes almejam para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, as mudanças estruturais do serviço de ATER resultaram em diversas formas de atuação das empresas estatais e permitiu expandir esse serviço através das instituições não estatais. Contrapondo ao modelo tradicional da extensão rural, a nova PNATER pode ser considerada como um instrumento diferencial no processo de intervenção estatal em prol do desenvolvimento rural, trazendo novas questões como saber local, participação, descentralização, desenvolvimento sustentável e o novo profissionalismo. Todavia, torna-se necessário avançar em sua operacionalização. Apesar de algumas experiências, a pesquisa ainda está dissociada da extensão, não havendo, na maioria dos casos, o estabelecimento de uma rede de diálogo entre as instituições, o que compromete os pressupostos estabelecidos na PNATER. Além do mais, o que se tem observado é que mesmo com a associação dos princípios agroceológicos ao discurso da intervenção estatal, na prática extensionista ainda prevalece a idéia de desenvolvimento agrícola, pensando prioritariamente no aumento da produtividade Essas contradições derivam da herança a partir do qual essa prática foi construída, sendo preciso ficar atento para que essa visão não contamine e se reproduza no debate sobre transição agroecológica.

Talvez por conta dessa questão, apesar da retórica apontar para transformações que se contrapõem aos modelos fracassados anteriormente, é preciso avançar nas reflexões sobre os resultados desse serviço, todavia a partir das transformações que ocorreram no âmbito institucional. Desta forma, é preciso que pesquisadores e extensionistas mobilizem teorias e metodologias no âmbito da agroecologia, do desenvolvimento sustentável e sobre a extensão rural para sistematizarem suas experiências e repensarem sua *práxis*. O exercício do repensar a prática tanto por extensionista, como por pesquisadores e agricultores, talvez seja o passo fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento e principalmente para o processo de construção e execução de referências para políticas públicas, como a PNATER.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

[7] Alguns autores, a exemplo de Redclif (2001) e Almeida (2009), contribuem com essa reflexão dissertando que o meio ambiente é o produto do pensamento humano objetivado através das ações antrópicas, sendo, portanto, uma construção social.

ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismo, Geografismo e dualismo: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: PORRO, R. (org.) **Alternativa Agroflorestal na Amazônia em transformação**. Brasília, DF. EMBRAPA Informação Tecnológica, 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALVES, L. N. & NAVEGANTES, R. da S. O técnico e o humano: a construção de uma nova assistência técnica no Sul do Pará. In: MONTEIRO, D. M. C. & MONTEIRO, M. de A. (orgs). **Desafios na Amazônia:** uma nova assistência técnica e extensão rural. UFPA/NAEA. Belém, PA. 2006. p. 165-178.

CAPORAL, F. **Bases para uma nova ATER pública.** 2003. Disponível em http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf acessado em 04/11/2009, às 03:00 h.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: ETGES, V. E. (org.). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão**.** Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

DATER- SAF- MDA. **Política Nacional de ATER-** Assistência Técnica e Extensão Rural. 2004. 25 p.

DATER; SAF; MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** 2005.

EMBRAPA (Grupo de trabalho em agroecologia). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006.

FONSECA, M. T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil:** um projeto educativo para o capital. São Paulo, Ed. Loyola, Coleção popular nº 3, 1985. 192 p.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MOREIRA, R. M. & CARMO, M. S.. Agroecologia na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 51, n. 2, jul./dez. São Paulo. 2007. p. 37-56. Disponível em http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf, acessado em 05/10/2009.

OLINGER, G. **Métodos de Extensão Rural**. Florianópolis. EPAGRI, 2001. 163p.

REDCLIF, M. Feitos a nossa imagem: o meio ambiente e a sociedade como discurso global. In: ARIZPE, Lourdes (org). **As dimensões culturais da transformação global:** uma abordagem antropológica. Brasília: UNESCO, 2001.

SCHMITZ, H. Extensão Rural no Brasil: Educação ou Aconselhamento?. In: MONTEIRO, D. M. C. & MONTEIRO, M. de A. (orgs). **Desafios na Amazônia:** uma nova assistência técnica e extensão rural. UFPA/NAEA. Belém, PA. 2006. p. 51-74.

A FACE INOVADORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise da política de desenvolvimento territorial no Estado do Piauí.

Jascira da Silva Lima (1)

Ramonildes Alves Gomes (2)

(1)Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Programa de Pós Graduação em Ciências sociais – PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. E-MAIL: jascira@msn.com

(2)Doutorada em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco.

GT02- Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

A pesquisa que estamos desenvolvendo consiste na tentativa de responder algumas inquietações acerca da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, implementada a partir do ano de 2003, pelo governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. No Estado do Piauí a articulação da política conta com o apoio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola– CEDERPA, a Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR e da Secretaria de Planejamento – SEPLAN. No território rural dos Carnaubais com o apoio do Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC (organização não-governamentais – ONG) e dos poderes públicos locais, basicamente prefeituras e câmaras municipais dos dezesseis municípios que compõem o território em estudo.

Essa política tem fomentado na pesquisadora uma discussão orientada por Peter Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003) sobre: qual o papel das instituições na determinação de resultados sociais e políticos. O aparato de governo e de poder disposto para a mesma, em seus vários níveis, configura-se como reflexo de um estado indutor, executor e regulador das políticas? E mais ainda, mesmo considerando ter o PRONAT nascido a partir de demandas sociais no ambiente rural, a estratégia de organização de uma secretaria reflete a tentativa de controle do estado sobre essa demanda? Ou, em sentido contrário, como orienta Bernard Pecqueur (2005), apresenta uma missão diferenciada para o estado, que lhe permite assegurar pelo menos três funções: a *redistribuição, a mediação e a coordenação*? Para o mesmo a redistribuição se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a mediação aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a coordenação deve ser vertical –

proveniente das coletividades territoriais – e horizontal, entre projetos e entre atores do território.

Nossa hipótese é a de que o ambiente institucional do PRONAT longe de ser um reflexo de um estado indutor, executor e regulador de políticas, pretende a partir de sua composição mostrar uma face do estado mais próxima dos atores sociais demandantes de políticas públicas. Pois que "as forças vivas" dos territórios fazem-se representar nesses ambientes.

A estratégia de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – DSTR investe num conjunto de ações orientadas para promover e apoiar, onde já existem, iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural. Um outro elemento inovador e que chama atenção dentro da política é a opção pela *abordagem territorial*, que considera as múltiplas dimensões e as inter-relações contidas em uma população diversificada e com necessidades e potencialidades distintas. Nessa política o *desenvolvimento sustentável* deve contemplar medidas que objetivem a melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território, não apenas de parte dela. Portanto, torna-se indispensável uma forte articulação de políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade civil, do setor privado dos diversos ramos de atividades. (SDT/2005)

Diante de tais orientações observa-se, a partir da vivência nos processos de implementação dessa política no Estado do Piauí, algumas questões que emergem e nos convidam a refletir sobre em que medida a concepção de desenvolvimento territorial, adotada pela SDT, coincidindo em seus muitos aspectos com o debate apresentado pela comunidade acadêmica. Para autores como Abramovay (2005), *a abordagem territorial do desenvolvimento*, particularmente a do desenvolvimento rural, aqui defendida, remete a aplicação de categorias de análise, além dos enfoques mercantis e setoriais. Nesse sentido, uma abordagem territorial da sociedade deve levar em consideração a descontinuidade e complementaridade dos espaços (urbano e rural), as formas de coordenação não formalizadas ou institucionalizadas (redes, relações de proximidade, reciprocidade camponesa, etc.), os atributos comparativos dos produtos e os recursos associados a territórios específicos, social e culturalmente marcados (capital social, valores de uso, valores éticos, valores de prestígio), e, finalmente, as dinâmicas de inovação ligadas a esses processos e a valores de natureza diferenciada.

Nosso propósito é saber se os conceitos e princípios adotados pela mesma respondem as demandas sociais das comunidades rurais, que são o público alvo da política, ou, se como nos provoca Bruno Latour (1994) elas são apenas reflexos de um modismo moderno, mas exógeno ao ambiente rural piauiense?

Note-se que durante os processos de sensibilização, mobilização e capacitação dentro dos territórios rurais, quais sejam as reuniões municipais, as oficinas de Aglomerados Territoriais[1], Oficinas Territoriais e Encontros Estaduais e até Regionais a discussão sobre esses conceitos provocava certa estranheza aos atores sociais. Parte daí nossa hipótese de que, embora as instituições e atores sociais tenham adotado a estratégia de desenvolvimento territorial (alargando os olhares para dimensões social, cultural, ambiental, entre outras) em suas agendas a discussão, as ações e projetos que mobilizam e articulam esses mesmos espaços ainda nos parece centrado no desenvolvimento econômico. Um elemento importante a ser considerado e que valida nossas impressões é a de que a porta de entrada da do DSTR no Estado do Piauí foram as oficinas de definição dos projetos de PRONAF Infra-estrutura, orientada apenas pelo viés econômico, viciando o olhar dos atores sobre as outras dimensões do desenvolvimento.

No PRONAT toda a estratégia de descentralização com vistas à promoção do desenvolvimento em territórios rurais esta baseada na busca do pleno funcionamento de espaços colegiados de tomada de decisão. É assim que a mesma pretende fortalecer institucionalidades participativas e estáveis, capazes de gerir, no longo prazo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos territórios rurais. A mesma foi projetada para um horizonte temporal de 15 anos consecutivos em cada território, em três ciclos de implementação. Cada ciclo da estratégia de desenvolvimento territorial compõe-se de três fases onde estão intercaladas períodos de atuação direta e intensificada das políticas de promoção ao desenvolvimento territorial (oferta), com períodos de acompanhamento e suporte aos territórios (auto-organização), quando os territórios deverão agir realizando as atividades planejadas. Para cada uma dessas fases esta prevista a efetivação de determinados resultados.

Na primeira fase, a ênfase recai sobre a preparação do território para o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS e para a

[1] Subdivisão do território que aglomera os municípios por proximidade geográfica, logística de estrutura de serviços do Estado (educação, saúde, assistência técnica do EMATER, etc.), acesso através de estradas e rodagens, e, a teia de relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil (basicamente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STTR).

projeção de ações imediatas com visão estratégica. Nessa fase, se destaca a mobilização, sensibilização e capacitação dos atores sociais: uma primeira aproximação de um diagnóstico geral sobre o território. Promovem-se investimentos em infra-estruturas e serviços públicos, apóia-se a formação de institucionalidades para a gestão territorial, a formulação de iniciativas ajustadas às características do território visando à dinamização da economia através da organização, da inovação e da diversificação.

Na segunda fase, ocorre o processo de planificação do território propriamente dito, com ações como o diagnostico participativo, elaboração de uma visão de futuro, definição do eixo aglutinador, construção do PTDRS, com estratégias, ações e instrumentos de médio prazo, e a formulação dos projetos territoriais específicos, relacionados à materialização do plano em iniciativas concretas. Com isso espera-se fortalecer as institucionalidades, criadas ou identificadas na primeira fase, o desenvolvimento do capital social[2], a consolidação da gestão social e o incremento das capacidades territoriais.

Na terceira fase, inicia-se a execução dos projetos e a concretização gradual do plano, havendo continuamente atividades de monitoramento e avaliação. Amplia-se a afirmação da identidade e da representatividade do território, possibilitando, cada vez mais, parcerias externas, participação em redes, cooperação inter-territorial.

Dialogando com essas fases a questão problema é que na implementação de uma política pública, orientada por fases que passam pela tomada de decisão, elaboração, implementação, controle social e avaliação, segundo Celina Souza (2006). Aquilo que pode parecer simples e fácil de ser implementada, por ter sido construída com uma forte mobilização e comprometimento de instituições de bases sociais forte, pode não ter os mesmos efeitos desejados quando da sua implementação, pois que os processos inerentes aos espaços públicos de tomada de decisão, com representações do poder público e da sociedade civil, no âmbito municipal, territorial e estadual, são dinâmicos e podem nem sempre seguir as orientações norteadoras da política. Tanto por uma possível reconfiguração desses espaços

[2] Entendido como o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica a habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjuntas, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão das informações.

quanto pela disposição dos mesmos dentro da estrutura de apoio. O que pode vir a comprometer profundamente o cenário até então harmonioso da política como um todo?

É também no decorrer dessas fases que percebemos os primeiros descontentamentos (divergências) com a política. Visto que nas orientações metodológicas do PRONAT sobre quais ações e projetos a serem priorizados tanto no PTDRS, como os executados através de recursos do PRONAF Infra-estrutura (antigo PRONAF global), bem como os articulados nas diversas áreas e instâncias de governo federal e estadual, devem ser discutidos e aprovados pelo Colegiado Territorial (espaço de discussão e tomada de decisão à nível territorial). Nossa hipótese é que, grosso modo, podemos dizer que a transposição do Pronaf global para o Pronaf infra-estrutura representa uma transposição do poder de decisão, sobre determinados projetos, da prefeitura para uma instância colegiada com representação tanto do poder público quanto da sociedade civil de forma paritária (ambas "forças vivas" presentes no território) e que representam um conjunto de municípios que se autodenominam território. A disputa pela localização do espaço físico que sediará a obra e o bônus político pela execução da mesma tem se configurado como entrave para execução dos projetos, visto que em debates e argumentos sobre projetos e sua localização a sociedade civil organizada, a exemplo de Sindicato de Trabalhadores Rurais, têm conseguido apresentar e aprovar demandas em detrimento das apresentadas pelos representantes do poder público.

Com relação à planificação trabalhamos como hipótese o fato de que em um estado cuja discussão sobre DSTR teve como agentes mobilizadores distintos, para além da SDT, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF e a Organização dos Estados Americanos OEA, que buscava o desenvolvimento integrado de ações para a potencializar a bacia do Rio Parnaíba (com a construção do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP); e a SEPLAN com a estratégia de regionalização para a definição dos recursos do orçamento do Estado (os cenários regionais). Observa-se que embora muitos dos atores sociais mobilizados para esse fim fossem os mesmos, os produtos distintos para cada um desses agentes provocam divergências e acirramentos quanto a unificação das demandas e das institucionalidades postas nos territórios. Muitas vezes reproduzindo ambientes de animosidade do Estado nos territórios, inviabilizando a implementação de determinadas ações e projetos.

É importante ressaltar que para além do modelo de desenvolvimento que esta sendo apresentado ao universo rural, interessa refletir sobre qual face desse mesmo universo

despontará como força atuante e até certo ponto determinante nos espaços colegiados de tomada de decisão, ou mesmo paralelo a estes, e em que medida os mesmos apresentam consenso ou oposições com o PRONAT? Visto que nossas observações no processo deixam claro o reconhecimento de "forças vivas" presente e divergente nos territórios rurais. Nossa hipótese, nesse caso é que o ator coletivo assinalado por WANDERLEY (1998) não é uno, mas multifacetado e transita com certa habilidade e facilidade os mais variados ambientes institucionais do programa, dividindo esforços com articulações políticas que validam e invalidam ações e projetos de acordo com seus interesses.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial tem animado a criação e o fortalecimento de instâncias de desenvolvimento territorial rural sustentável, como espaço de encontro entre sociedade civil e o governo representado pelos Colegiados Territoriais (os fóruns, conselhos territoriais, etc.). Inicialmente esses espaços surgem como uma comissão informal, amadurecendo para se constituírem como um tipo de organização adequada às necessidades e a cultura local. Apresentam a participação de órgãos governamentais, mas não se constituem como estrutura de governo. Suas principais funções são: formular estratégias e propostas de ações integradas para a construção do DTRS, bem como contribuir para a construção de parcerias e propor e acompanhar as políticas públicas de desenvolvimento, criando assim um espaço de diálogo entre atores sociais e organizações que se relacionam com o desenvolvimento do território, se tornando um espaço de gestão social do desenvolvimento do território. (SDT - 2005).

Segundo orientação da SDT a estrutura do arranjo institucional ou instância colegiada (Colegiado Territorial) para a gestão do DTRS deve-se estruturar a partir de três esferas:

1. Plenário: é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial rural sustentável. O plenário também ficará responsável pela elaboração, análise e aprovação do regimento interno, o qual detalhará, entre outros aspectos, as prioridades e formas de convocação das reuniões e as regras relativas às tomadas de decisão.

2. O ND – Núcleo Diretivo: terá a função de coordenar as ações do arranjo, ou instância colegiada, articulando atores sociais para a construção e implementação dos planos e projetos territoriais e, de maneira geral, para a efetivação

das decisões do plenário. Deverá ter caráter paritário e ser representativo das forças estratégicas atuando no território.

3. O NT – Núcleo Técnico: terá como atribuição essencial oferecer o apoio técnico as atividades da instância colegiada e deverá ser formado por organizações de apoio e assessoria técnica.

Nossa questão e saber se o desenho desse arranjo institucional tem favorecido à implementação das políticas públicas e democratizado os espaços de discussão e tomada de decisão no âmbito desta?

Considerando as próprias argumentações da SDT nossa hipótese é que as institucionalidades podem ter conformações distintas, segundo entendimentos distintos dos próprios atores sociais, mas deverão sempre expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre as forças sociais, para que processos horizontais de negociação e decisão transformem práticas verticalizadas de gestão em acordos multisetoriais de gestão social em processos de planejamento ascendente. Isso, considerando ainda um ônus na política visto sobre duas perspectivas: uma relacionada ao tempo necessário para implementação e consolidação da mesma; e a outra relacionada ao custo financeiro de permanente investimentos na linha da capacitação e da qualificação dos atores sociais, visto que, a mesma passa por constantes processos de mudanças nas representações desses espaços, requerendo uma atenção constante quanto a contextualização da abordagem, dos conceitos e das concepções que orientam a política.

E uma ultima questão será responder quais as estratégias de articulação que atores sociais locais (poder público e sociedade civil) têm adotado para garantir o diálogo e a implementação das ações e dos projetos territoriais demandados, apresentados, discutidos e aprovados pelos diversos segmentos sociais presentes no território, aqui denominados de "forças vivas" dos territórios?

Nossa hipótese é a de que a fragilidade na estrutura de apoio disponibilizado pela SDT para efetivação das ações e projetos territoriais compromete o ambiente mobilizado pela mesma na medida em que fragiliza as instâncias colegiadas e as próprias instituições nelas representadas. A racionalidade burocrática de instituições intervenientes no processo, a exemplo da Caixa Econômica, Secretária de Desenvolvimento Rural do Estado, a empresa de assistência técnica – EMATER, entre outras, dificulta a efetivação das demandas mobilizadas

e definidas pelas instâncias territoriais. Atentando ainda para a possível constatação de que os processos horizontais de negociação e decisão não são suficientemente legitimados e fortalecidos a ponto de transformar práticas verticalizadas de gestão em acordos multisetoriais de gestão social nos processos de planejamento ascendente como bem orienta o PRONAT.

A pesquisa é desenvolvida no Estado do Piauí, durante o ano de 2005-2007, com um olhar mais aprofundado para o território dos Carnaubais, na investigação sobre o desenho institucional do PRONAT e as formas de organização do Colegiado Territorial e do seu Núcleo Diretivo. Ressalte-se que a opção por esse território esta relacionada principalmente ao fato do mesmo já possuir sua instância colegiada definida e reconhecida pelas instâncias legitimadoras estaduais e federais (MDA/SDT, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - DFDA; CEDERPA; SDT/MDA; entre outras).

Para realização dessa pesquisa fez-se necessário á utilização de alguns recursos teóricos e metodológicos que permitem uma coleta e análise mais precisa dos dados até agora levantados e que servem de base para compreender o objeto estudado, ora apresentado e referenciado por alguns autores.

A natureza da pesquisa apresentada requer a prática da etnografia, pois segundo Clifford Geertz (1973) a mesma requer que durante sua execução a pesquisadora estabeleça relações, selecione informantes, faça transcrição dos textos, o levantamento de genealogias e o mapeamento do campo. Definindo assim um tipo de esforço intelectual pautado na observação, na coleta de dados e na relação entre os mesmos, resultando numa interpretação menos ingênua dos fatos.

Para levantamento das informações utilizamos técnicas de pesquisa, tais como: levantamento e análise documental, pesquisa qualitativa (etnográfica para descrição dos fatos e do próprio desenho institucional da política), observação participante com descrição densa dos processos e entrevista semi-estruturada (individual). Para a leitura e análise dos discursos é importante ressaltar que adotamos a proposta sugerida por Norman Fairclough (2001), ou seja, o discurso não como reflexos das relações sociais, mas como modos de posicionamentos de pessoas de diversas maneiras, como sujeitos sociais. Focalizando as mudanças históricas de diferentes discursos que se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso.

Ressalte-se ainda que, para além dos instrumentais teóricos e metodológicos utilizados para levantamento e análise das informações, consideramos de fundamental importância para a construção desse trabalho a imersão da pesquisadora nos processos de sensibilização, mobilização e capacitação dos atores sociais locais, como articuladora territorial[3] contratada pelo Centro Piauiense de Ação Cultural - CEPAC, para trabalhar no Território dos Carnaubais e como pesquisadora participante nos espaços de discussão, articulação e definição das ações e projetos a nível estadual e territorial.

Com uso desses recursos teóricos e metodológicos que passam desde levantamento e analises de documentos, tais como relatórios e textos base norteadores da política, à participação em eventos promovidos tanto pela SDT como pelas instituições parceiras do desenvolvimento rural no Estado, até entrevistas individuais semi-estruturadas com os atores sociais que mobilizam e articulam a política no estado esperamos estar produzindo material de pesquisa que subsidie análise consistente do PRONAT no Estado.

O material da pesquisa tem sido levantado junto aos arquivos da MDA/SDT, impressos e digitalizados na pagina virtual da mesma, no CEDERPA, atas e relatórios de reuniões e eventos com relevância para o tema. Nas instituições parceiras do DSTR do poder público: SEPLAN e CODEVASF; e da sociedade civil: no CEPAC.

A escolha dos entrevistados, durante a pesquisa foi conduzida pelos seguintes critérios: na SDT, será orientado pelo tempo de permanência do informante na mesma; para o consultor estadual da SDT o critério é a participação nos processos de implementação da política no Estado, durante o período 2005-2007 (período em que ocorreu os processos de implementação do PRONAT); para os atores sociais locais o critério será estar no Colegiado Territorial e no Núcleo Diretivo desde o início, sendo dois entrevistados, um do poder público e outro da sociedade civil.

Contudo espera-se a partir desse estudo contribuir para uma melhor compreensão dos processos sociais de desenvolvimento não planejados e de longo prazo, que, como diria Norbert Elias (2006), produzem as condições para a prática de planejamento de nossos dias ao qual todo desenvolvimento social planejado continua intrinsecamente ligado, e, que a imersão nos processos da atualidade nos impossibilita de perceber com mais clareza os fatos ocorridos e os impactos dos mesmos a médio e longo prazo.

[3] Geralmente profissional contratado no próprio território. Esses articuladores atuam no núcleo técnico do CIAT apoiando a execução de diversas atividades vinculadas ao plano territorial, ao monitoramento, ao acompanhamento de contratos de serviços técnicos e animando processos diversos, segundo suas capacidades.

Em sentindo complementar Leonardo Avritzer (2006), ao prefaciar o livro Diseño Institucional y Participación Política: experiências em El Brasil contemporâneo lembra ser o Brasil, desde a Constituição de 1988, um grande laboratório para a análise de políticas públicas com participação social. Destaca ainda que os maiores exemplos de analises sobre essas políticas recaem no âmbito municipal, deixando clara a existência de uma lacuna quanto a necessidade de estudos de caso que ampliem o horizonte de análise para o Território, Estado e porque não dizer do próprio País. Sendo essa também uma das pretensões desse estudo de caso sobre as institucionalidades articuladas a partir do PRONAT.

BIBLIOGRÁRIA:

ABRAMOVAY, Ricardo. Razões e ficções do desenvolvimento. EDUSP.2001.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. Referencias para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Guia para o Planejamento. Publicado pelo MDA/SDT. 2005.

FAIRELOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a antropologia. 1973.

HALL, Peter A. e Rosemary C. R. Taylor. As três versões do neo-institucionalismo. Revista Lua Nova nº. 58. 2003.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1994.

PELNÁRIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Documento Base. CONDRAF/MDA/SDT.

PECQUEUR, Bernard. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA NOVA ABORDAGEM DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS ECONOMIAS DO SUL. Tradução: Ghislaine Duque. Revista Raízes, nº. 24. Janeiro-dezembro - 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista de Sociologia, nº.08, junho-dezembro de 2006, pag. 20-45.

WANDERLEY, M. de N. B. Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: a agricultura familiar no Nordeste: dívida social e potencial econômico. Brasília: IICA, 1998.

A FORMAÇÃO DA REDE NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E AS EXPERIÊNCIAS DO CERAUP

Wesley Rodrigo Rossi[1]

Ednaldo Michellon[2]

Enio Gonçalves[3]

Tiago Ribeiro Costa[4]

1Assistente Social do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá, Rossi_cobain@hotmail.com

2 Coordenador, Engenheiro Agrônomo Dr. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá, emichellon@uem.br

3 Psicólogo do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá, enio89@hotmail.com

4 Engenheiro Agrônomo da Rede de Dinamização de feiras de Produtores Familiares – Redi Feira da Universidade Estadual de Maringá, Tiago-ribeiro@oi.com.br

GT 02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Resumo:

O objetivo deste trabalho foi analisar a estruturação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no eixo da Agricultura Urbana e Periurbana – AUP, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e sua influência nas ações do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Universidade Estadual de Maringá CERAUP/UEM na Região Metropolitana de Maringá – RMM.

Palavras-chaves: Agricultura Urbana e Periurbana, Políticas Públicas e Segurança Alimentar e Nutricional.

1. Introdução

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), chamada de produção de subsistência ou auto consumo de acordo com Wanderlei (2000), Silva (2002) e Veiga (2002), cada um dentro da sua abordagem, o conceito de AUP encontra-se em construção, diferenciando-se da agricultura convencional, por ser centrada na qualidade de vida do cidadão, principalmente da população de baixa renda: Famílias pobres urbanas, desempregados, desalojados por conflitos armados ou eventos climáticos extremos, migrantes rurais, afetados pelo HIV-AIDS e famílias chefiadas por mulheres.

Tais ações conduzem à preservação e elevação do bem estar social, desde que alcancem todas as classes sociais, gerando uma economia na comercialização dos alimentos produzidos, beneficiando assim as famílias envolvidas neste processo.

A pratica de AUP apresentou-se como demanda no Brasil a partir da década de 1970, onde o pais passou por uma urbanização desenfreada, por conta da produção em grande escala, uso de herbicidas e mecanização no campo, chamada de revolução verde. Essa urbanização propiciou uma grave situação de vulnerabilidade social, desde o momento que o mercado de trabalho não absorveu a mão-de-obra migrada do campo, surgindo então os subempregos para garantia da alimentação.

No ano de 2004 a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2004) identificou que de 109 milhões de pessoas entrevistadas, 34,8% (correspondente a 72 milhões de pessoas) estavam em situação de insegurança alimentar.

Sobre esta problemática, uma das soluções apontadas para promoção e a consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional é o fortalecimento da Rede de Agricultura Urbana e Periurbana (Rede AUP). Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo é apresentar em síntese as políticas públicas de AUP e suas contribuições nas ações extensionistas realizadas pelo Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) na Região Metropolitana de Maringá (RMM).

2. Metodologia

A metodologia utilizada contou com uma revisão de literaturas especializadas em políticas públicas e abordou ainda a comparação entre seus diversos aspectos e a pratica realizada através das ações e experiências adquiridas pelo CERAUP.

3. Resultados

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE SUSTENTA A CRIAÇÃO DA REDE NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

A principal Política Pública na esfera Federal envolvida na criação da Rede-AUP é a de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) representada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, de 2006, desenvolvida e implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), por meio da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) sendo assessorado pela rede de conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) nas esferas Estaduais e Federal.

3.2 COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Coletivo nacional de AUP é o espaço de participação, consulta, avaliação monitoramento e planejamento estratégico da política nacional de AUP tendo como função segundo. SANTANDREU (2009 p. 15):

> i) *"Promover o desenvolvimento sustentável da AUP nos territórios;*
>
> *ii) Assessorar o MDS a implementar da política nacional de AUP e, monitorar e avaliar sua implantação;*
>
> *iii) Fixar as grandes diretrizes e responsabilidades da Rede-AUP;*
>
> *iv) Articular ações com outros espaços e instrumento da política federal;*
>
> *v) Promover a mais ampla participação da sociedade civil em setor privado na implementação da política nacional de AUP;*
>
> *vi) Promover a articulação da política nacional de AUP com outras políticas de governo federal, em especifico a política nacional de SAN;*
>
> *vii) Contribuir para a busca de recurso para implementação da política nacional de AUP;*

viii) *Colaborar para a realização do seminário nacional de AUP participando da sua co-organização."*

3.3 COLETIVO METROPOLITANO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Ainda SANTANDREU (2009 p. 17) cita que o Coletivo Metropolitano tem como funções:

> *i) "Promover a AUP na escala regional/metropolitana/territorial elaborando um Plano de Ação de SAN com foco na AUP para a escala Regional/Metropolitano/Territorial;*
>
> *ii)Assessorar o Coletivo Nacional de AUP na formulação e implementação da Política Nacional de AUP;*
>
> *iii)Assessorar os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional Estadual e Municipais nas promoção de SAN relacionadas as ações de AUP;*
>
> *iv)Identificar e canalizar as demandas dos diversos atores governamentais e não governamentais interessados na promoção da AUP no território de sua atuação;*
>
> *v)Se fazer representar nas instancias de participação nacional da Rede-AUP, caracterizadas pelo Coletivo Nacional e pelo Seminário Nacional de AUP".*

3.4 CENTROS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Os Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs) são espaços descentralizados para implantação da política nacional de AUP, que foram concebidos e implementados através de editais de seleção pública de projetos elaborados por instituições e órgãos governamentais e não governamentais SANTANDREU (2009 p.19) afirma que as principais funções destes centros são:

> - *"Prestar serviços públicos gratuitos de qualidade para os agricultores urbanos e junto com os Operadores da Política Nacional de AUP prestarão serviços:*
>
> - *<u>Técnico</u> de acompanhamento, promoção e assessoria técnica para os/as agricultores;*

- *Fomento/provisão de insumos e serviços a um preço justo e de qualidade;*
- *Fortalecer as capacidades de gestão técnicas e produtivas dos gestores públicos, dos operadores e dos/as agricultores urbanos promovendo a criação de capital social;*
- *Ser um espaço de referência demonstrativo de ações de AUP potencializando visitas e troca de experiências entre os diversos atores interessados na temática da AUP orientada a la SAN.*

- *Articular o Coletivo Metropolitano de AUP como um espaço de discussão e elaboração do Plano de Ação de SAN com foco na AUP;*
- *Brindar apoio e dar seguimento as atividades do Coletivo Metropolitano de AUP;*
- *Participar ativamente no Comitê Gestor dos Centros de Apoio;*
- *Elaborar um Plano Operativo Anual (POA) que garanta a implementação das ações contidas no Plano de Ações de SAN com foco na AUP e nos projetos aprovados pelo MDS e outros financiadores;*
- *Articular os agricultores urbanos promovendo o intercambio, sua organização e consolidação como atores de AUP;*
- *Monitorar e avaliar a implementação das ações contidas no POA;*
- *Articular suas ações com as iniciativas desenvolvidas pelos outros atores nos territórios em que intervêm;*
- *Ser um instrumento para a implementação da Política Nacional de SAN e outras políticas públicas relacionadas a AUP que promovam o desenvolvimento territorial sustentável."*

Ainda, segundo o mesmo autor, para sua gestão os Centros de Apoio a AUP devem contar com:

- *"Coordenação: será constituída pelo proponente do projeto aprovado, ou outra forma (em função de cada realidade local) com funções*

de decisão e gestão, planejamento e implementação do Plano Operativo Anual, coordenação dos serviços e monitoramento e avaliação do Plano Operativo Anual dos Centros (aprovado pelo MDS).

Equipe Técnica: constituída por técnicos contratados pelos Centros, subordinados a Secretaria Executiva e com funções de implementação dos serviços públicos de qualidade que brinda o Centro, assim como do monitoramento e avaliação das atividades incluídas no Plano Operativo Anual"

3.5 A PRATICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: O CASO DO CERAUP.

O CERAUP órgão vinculado a Universidade Estadual de Maringá, através de uma gama multidisciplinar de profissionais e estagiários (acadêmicos), sendo um Assistente Social, um Psicólogo, três Engenheiros Agrônomos e nove estagiários do curso de Agronomia fornece consultoria especializada na condução de culturas, administração dos empreendimentos envolvidos e na comercialização dos excedentes de produção.

Além disso a consultoria também enfoca aspectos sobre Economia Solidária e iniciação ao Associativismo, formando um novo conceito de coletividade.

Salienta-se ainda que o CERAUP opera suas ações no resgate da cidadania de homens e mulheres, jovens e idosos a partir do atendimento humanizado através das visitas domiciliares, reuniões periódicas atendimentos individuais e coletivos sob o foco da integralidade humana - o ser humano como agente transformador da realidade e protagonista de suas ações (Lacki, 1995).

O CERAUP, através de seu coletivo, fornece subsídios para estruturação das políticas públicas de AUP, não somente como executor mais também como órgão atuante no cenário social regional, se fazendo presente no encontro regional da rede de SAN, ocupando duas cadeiras de delegados para representar a RMM no Encontro Estadual de SAN, que aconteceu em Curitiba no ano de 2009, defendendo a importância da AUP na política de Estado.

A atuação vigorante do Centro se destaca também através da elaboração e envio do pré-projeto de lei à Câmara Municipal de Maringá, no intuito de institucionalizar a Política Pública de AUP no município.

Outro exemplo de atuação do coletivo do CERAUP foi a participação ativa no Primeiro Encontro de profissionais recém formados do Universidade Sem Fronteiras (USF, 2010) o que promoveu uma intensa troca de experiência com projetos correlatos.

Ainda em 2010 o CERAUP teve representatividade na II Conferência Regional de Economia Solidária em Maringá, ocupando cadeira como delegado e suplente para representar os empreendimentos econômicos solidários da AUP na Conferência Estadual de Economia Solidária que será realizada no mês de abril de 2010 em Foz do Iguaçu, Paraná.

As dificuldades encontradas na atuação do CERAUP na consolidação de seus objetivos, principalmente quanto da formação do Coletivo Metropolitano de AUP, foram em decorrência do processo burocrático da administração pública, na utilização dos recursos advindos da esfera federal bem como em decorrência das individualidades pertinentes aos atores envolvidos, o que não permitiu o pleno desenvolvimento das ações pretendidas.

4. Conclusões

Todavia, os resultados da implantação da Política nacional de AUP, através das ações do CERAUP são positivos quando se observa a geração de renda, o desenvolvimento local, os valores de coletividade nos atores envolvidos (pautados pelos princípios de Economia Solidária) e o incentivo a produção sustentável,o que permite concluir que as Políticas Públicas que sustenta a criação de uma rede nacional de AUP influência positivamente nas ações do CERAUP na RMM e que dados os exemplos de sucesso a perenização dessa política além de factível torna-se amplamente justificável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

LACKI, P. *Desenvolvimento agropecuário - da dependência ao protagonismo do agricultor, Desenvolvimento Rural, 9*, Santiago FAO/Ofic. Reg. America Latina y el Caribe, 1995. Disponível em <http://www.polanlacki.com.br/agrobr/indice.html>. Acesso em 16/03/07.

SANTANDREU, A. *Proposta para a rede nacional de agricultura Urbana e Periurbana dos Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP), 2009.*

WANDERLEY M. N.D. A. *A valorização da agricultura familiar e a reinvidicação da ruralidade no Brasil.* Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 2, 29-37-2000.

VEIGA, J. E. *Cidades Imaginarias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Capinas: Autores Associados, 2002.

SILVA J.G. da. *O novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2002.

A NOVA PNATER: UMA ANÁLISE DE SUA TRAMITAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL

Lourival de Moraes Fidelis[1]

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco[2]

Davi Gabriel Lopes[3]

Tânia Regina Inácio Rodrigues[4]

[1]Mestrando da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas – FEAGRI/UNICAMP - E-mail: lourivalfidelis@yahoo.com.br

[2]Professora Dra. da Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas - FEAGRI/UNICAMP - E-mail: sonia@feagri.unicamp.br

[3]Doutorando da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas- FEM/UNICAMP - E-mail: davig@fem.unicamp.br

[4]Pós Doutoranda do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – IG/UNICAMP - E-mail: taniar@agr.unicamp.br

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Esta reflexão, pretende analisar a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, no que se refere ao seu tramite, discussão e mudanças que ocorreram na Câmara Federal. A nova PNATER, surgiu num momento de definições, arranjos e lutas dos agricultores familiares e seus diversos segmentos e atores (Assentados da Reforma Agrária, Povos Indígenas, Remanescentes de Quilombos e demais povos e comunidades tradicionais do Brasil) por políticas públicas que lhes garantissem acesso a crédito e assistência técnica. Em outras palavras, a nova PNATER e sua construção se deram de forma participativa e contou com a atuação de diversos atores. Fruto de elaborações e discussões de diversos segmentos da sociedade e poder público, a PNATER contou com uma ampla mobilização por parte, sobretudo, de Movimentos Sociais, ONG's, Sindicatos, Empresas de Extensão Rural estaduais, bem como também, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Neste sentido, entender a PL 5.665/2009, desde o primeiro momento em que esta lei foi proposta na Câmara Federal e as diversas emendas que recebeu nesta casa legislativa, dará subsídios para entender como se deram as mudanças em relação à proposta inicial e a proposta final aprovada. Para melhor entendimento, neste artigo traçaremos em um primeiro

momento, um breve histórico do que foram as discussões políticas na Câmara Federal. Logo a seguir discutiremos o que é a lei propriamente dita, as mudanças ocorridas no decorrer dos debates, inovações e possíveis avanços que ela pode representar para a agricultura familiar e os diversos segmentos que compõe esta categoria social do meio rural brasileiro.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de analisar os trâmites para a aprovação da nova lei de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER no Congresso Nacional, bem como, de registrar as mudanças que foram realizadas no seu esboço original até a sua aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para alcançar o objetivo proposto, o texto deste artigo, foi subdividido em partes. Primeiramente foi feita uma revisão sobre a origem das ações de extensão rural no Brasil, a partir da revisão da literatura pertinente. Conseguinte, um breve histórico da PNATER e seu tramite no Congresso Nacional, bem como o cenário e disputas a cerca da PL 5.665/2009 no Plenário da Câmara Federal. Na sequência, é feita uma caracterização das mudanças que ocorreram na proposta do PL original. E para finalizar foram feitas algumas considerações relativas a estas mudanças.

A ORIGEM DAS AÇÕES DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

As primeiras ações de extensão rural no Brasil surgiram em meados do século XIX, com a criação de institutos imperiais de agricultura. Estes institutos segundo PEIXOTO (2008) possuíam atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, bem como, difusão de informações que na época eram realizadas por meio de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas. Segundo LEMOS, (2005), este período marcou o início das primeiras relações educativas entre técnicos e agricultores e ainda assim, muitos pesquisadores não o consideram como um período extensionista. A institucionalização da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil só ocorreu oficialmente quase um século depois, no final da década de 40, no município de Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo e é implantada oficialmente em Minas Gerais, em 1948. A extensão rural, sempre foi exercida tendo como base a ideia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias e o apoio financeiro através do crédito contribuiria para o aumento da produção e para a melhoria das condições de vida do meio rural. É neste cenário que surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma

Agrária – PNATER, um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo (PL nº 5.665/2009) que direciona as ações da PNATER no que tange os Agricultores Familiares.

Breve histórico da PNATER e seu tramite no Congresso Nacional

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER – nasceu da necessidade de um novo modelo de extensão rural para Brasil. Modelo que atendesse principalmente os seguimentos do meio rural brasileiro que historicamente ficaram alijadas ou foram prejudicados pelo processo de modernização de uma agricultura ancorada, política e ideologicamente, no que se convencionou chamar de Revolução Verde.

Ademais, a assistência técnica no decorrer dos mais de 60 anos de existência oficial, não atendeu os anseios de uma massa enorme de agricultores familiares que veio paulatinamente sendo deixada de lado no que refere ao atendimento de suas especificidades.

Frente aos resultados, obtidos no decorrer destas seis décadas, os avanços técnicos muito pouco contribuíram para minimizar o atraso e/ou mesmo a quebra e expulsão de muitos agricultores familiares. Tal aperfeiçoamento não deu conta de minimizar as diversas mazelas do campo nem de distribuir terra à massa de agricultores acampados e a espera da reforma agrária.

A nova PNATER surge então como uma proposta que visa melhorar entre outros indicadores, a qualidade de vida, assistência técnica qualificada sintonizada com as necessidades de agricultores familiares em suas diversas facetas.

Reivindicação histórica dos Movimentos Sociais do campo, que apontaram durante muito tempo um novo modelo de projeto e uma política nacional para a Agricultura Familiar, a PNATER torna-se realidade concreta, como resultado destas reivindicações já no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva em 2004.

A PNATER neste sentido é fruto da ação e pressão dos Movimentos Sociais, agricultores familiares, ONG's, extencionistas engajados na construção de uma agricultura baseada nos paradigmas da Agroecologia, da ação coletiva pautada pela participação cidadã para atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Da elaboração até o momento da sua apresentação no Congresso, passaram-se 5 anos, a PNATER foi apresentada como projeto de lei por iniciativa do Poder Executivo em 3 de agosto de 2009 e tramitou em regime de urgência constitucional baseada no art. 64, §1º da CF/88 que regulamenta esta prática.

Na sua apresentação ao congresso o projeto propôs não só a "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária" mas também a criação do "Programa Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural na

Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER" e ainda, mudanças na lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 que versa sobre as normas e regras para a licitação e contratos da administração pública adicionando a esta lei o inciso XXX.

A proposta de lei teve como percurso inicial, tão logo foi apresentado à Câmara Federal, a passagem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Aprovadas nestas 4 comissões, com uma serie de modificações no que se refere ao seu conteúdo notadamente nos que diz repeito à dispensa de licitação e contratação de terceiros para fiscalização dos serviços prestados. Retorna então para tramitação na Câmara Federal, onde passou a ser discutida pelos congressistas nos mais diversos aspectos e que passamos a avaliar agora.

CENÁRIO E DISPUTAS A CERCA DA PL 5.665/2009 NA CÂMARA FEDERAL

No tocante à sua tramitação e discussão na Câmara Federal os Congressistas apresentaram 29 emendas das quais 26 foram apresentadas no prazo regimental que apresentamos no quadro a seguir relacionando autor, co-autor e partidos que apresentaram emendas ao projeto de lei.

Quadro – 1: emendas apresentadas ao PL 5.665/2009

Emenda nº	Autor/ Partido	Co-autor	Proposta
1	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Estabelece que as metas, diretrizes e orçamento do Pronater (a ser encaminhado pelo MDA e INCRA) serão decididos por Conferência Nacional do Pronater, realizada segundo normas do regulamento. Estabelece, também, que os relatórios do Pronater (com valor dos contratos) serão publicados na Internet e que anualmente serão submetidos ao Condraf.
2	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Estabelece limite de R$ 3 milhões e de 3 anos de prazo, para cada contrato de ATER sem licitação.
3	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Suprime o dispositivo que permite que a fiscalização e o monitoramento possam ser realizados por terceiros contratados.
4	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio -	Eleva de 5% para 10% do valor do contrato o valor do adiantamento à

		PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	empresa/organização contratada.
5	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Retira a expressão "junto aos conselhos estaduais" do dispositivo relativo ao credenciamento, uma vez que as empresas/organizações podem, também, ser credenciadas pelos órgãos federais.
6	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Atribui ao MDA – ao invés dos gestores do Pronater - a competência para julgar os recursos relativos à negativa de credenciamento pelos conselhos estaduais.
7	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Dá nova redação a todo o art. 7º, que trata dos conselhos estaduais, de sua relação com o governo federal e com o credenciamento das empresas/organizações. Explicita as responsabilidades do MDA e do INCRA e introduz a necessidade de articulação com Embrapa, Conab e outros órgãos.
8	Assis do Couto – PT/PR	Beto Faro-PT/PA Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES	Suprime a "Declaração de Aptidão (Pronaf) e o RB (Reforma Agrária)" como documentos de habilitação exclusiva para o agricultor ser beneficiário da assistência, estendendo-a a quaisquer agricultores familiares.
9	Beto Faro – PT/PA	Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES Assis do Couto – PT/PR	Estabelece que os recursos do Pronater serão dimensionados (pelo MDA e pelo Incra) a partir das metas de famílias a assistir.
10	Beto Faro – PT/PA	Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES Assis do Couto – PT/PR	Estabelece que a qualificação das equipes deve ser, em especial, com habilitação em técnicas de Agroecologia e outras técnicas poupadoras de produtos químicos.
11	Beto Faro – PT/PA	Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES Assis do Couto – PT/PR	Suprime o dispositivo que permite que a fiscalização e o monitoramento possam ser realizados por terceiros contratados.
12	Beto Faro – PT/PA	Osmar Serraglio - PMDB/PR Iriny Lopes - PT/ES Assis do Couto – PT/PR	Suprime o credenciamento a cada 2 anos. O credenciamento seria permanente, exceto se os gestores entenderem que a empresa deva ser descredenciada.

13	Raimundo Matos – PSDB/CE	Ronaldo Caído – DEM/GO	Suprime dois dispositivos: 1) que permite a contratação, sem licitação, das empresas/organizações executoras; e 2) que permite a contratação de terceiros para a fiscalização e o monitoramento.
14	Raimundo Matos – PSDB/CE	Ronaldo Caído – DEM/GO	Exige regularidade fiscal – RFB, PGFN, FGTS e INSS – das empresas/organizações candidatas à contratação.
15	Raimundo Matos – PSDB/CE	Ronaldo Caído – DEM/GO	Acrescenta a integração do beneficiário ao mercado produtivo nacional, nos "objetivos" da PNATER.
16	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	Ronaldo Caído – DEM/GO	Inclui a integração à pesquisa agropecuária nos "princípios" da PNATER.
17	Luis Carlos Heinze – PP/RS	Ronaldo Caído – DEM/GO	Retira a possibilidade de contratar, sem licitação, empresas com fins lucrativos e exige que as demais sejam de utilidade pública estadual. Amplia prazos de existência da empresa/organização privada para candidatar-se à contratação.
18	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do Couto - PT/PR	Exige que as empresas/organizações a serem contratadas tenham sede ou filial no estado em que irão atuar.
19	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do Couto - PT/PR	Altera a disposição que limita os recursos do Pronater à disponibilidade do MDA, para estabelecer que os recursos constarão dos orçamentos do MDA e do Incra e não poderão ser contingenciados.
20	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do Couto - PT/PR	Amplia de 15 para 30 dias o prazo de divulgação da chamada pública para contratação.
21	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do Couto - PT/PR	Dá preferência à contratação de empresas/organizações que tenham experiência no estado em que irão atuar.
22	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do Couto - PT/PR	Inclui mais um "objetivo" na PNTER, relativo à expansão da escolarização e da qualificação profissional formal.

23	Anselmo de Jesus PT/RO	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF Assis do C\outo - PT/PR	Inclui, nos "princípios" da PNATER, a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, a busca de cidadania e a qualificação profissional formal e diferenciada dos beneficiários.
24	Flávio Dino PCdoB/MA	Perpétua Almeida - PCdoB/AC Maurício Rands - PT/PE Colbert Martins - PMDB/BA	Cria a residência em ATER, por 2 anos, para recém-formados, em parceria com instituições de ensino.
25	Flávio Dino PCdoB/MA	Perpétua Almeida - PCdoB/AC Maurício Rands - PT/PE Colbert Martins - PMDB/BA	Suprime o dispositivo que permite que a fiscalização e o monitoramento possam ser realizados por terceiros contratados.
26	Flávio Dino PCdoB/MA	Perpétua Almeida - PCdoB/AC Maurício Rands - PT/PE Colbert Martins - PMDB/BA	Obriga que os documentos relativos às informações do monitoramento e fiscalização fiquem à disposição das entidades sindicais rurais e do MP.

Adaptado de: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. (Brasil, 2009).

No tocante ao número de deputados podemos perceber que 13 deputados, entre autores e co-autores, apresentaram emendas à PNATER. Desta seara de debates que ocorreram no congresso nacional, podemos observar que as emendas apresentadas concorreram qualificar o PL.

No rol de propostas apresentadas, há uma emenda que apresenta uma distorção no que se refere à adoção da Agroecologia como técnica, emenda esta apresentada pelo deputado Beto Faro do PT/PA. A discussão e produção cientifica que vem sendo feito pelos pesquisadores propõem uma Agroecologia como ciência dentro de um novo paradigma para pensar métodos e técnicas. Para Caporal e Costabeber (2002) há uma séria confusão por parte dos discursos a respeito da Agroecologia e resumem que:

> Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos "limpos" ou ecológicos, em

> oposição a aqueles característicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: "existe mercado para a Agroecologia"; "a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional"; "a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional"; "a Agroecologia é um novo modelo tecnológico". Em algumas situações, chega-se a ouvir que, "agora, a Agroecologia é uma política pública". (Caporal e Costabeber, 2002: p.05).

Do **quadro 1** apresentado a cima, elaboramos alguns números e tabelas que demonstram um pouco das disputas entre deputados e seus partidos.

Quadro – 2: Número de emendas (autor e co-autor) apresentadas à PL 5.665/2009

Deputado	Número de emendas-Autor	Número de emendas co-autorias	Partido	% de emendas - autor	% de emendas - co-autor
Assis do Couto - PT/PR	8	8	PT	30,8	13
Beto Faro - PT/PA	4	8	PT	15,4	13
Raimundo G. de Matos - PSDB/CE	4	0	PSDB	15,4	0
Ronaldo Caiado - DEM/GO	0	5	DEM	0,0	8
Anselmo de Jesus - PT/RO	6	0	PT	23,1	0
Osmar Serraglio - PMDB/PR	0	12	PMDB	0,0	20
Iriny Lopes - PT/ES	0	1	PT	0,0	20
Luis C. Heinze - PP/RS	1	0	PP	3,8	0
Flavio Dino - PCdoB/MA	3	0	PCdoB	11,5	0
Rodrigo Rollenberg - PSB/DF	0	6	PSB	0,0	10
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	0	3	PCdoB	0,0	5
Maurício Rands - PT/PE	0	3	PT	0,0	5

Colbert Martins - PMDB/BA	0	3	PMDB	0,0	5
Total	26	49	7	100,0	100,0

Fontes dos dados: www.camara.gov.br. Elaboração dos autores.

Percebe-se através dos quadros 2, 4 e 5 que a participação dos deputados do Partido dos Trabalhadores e os partidos da base governista se fizeram presentes dominando as discussões e a apresentação de emendas. Obviamente isto se explica pelo fato do PT e PCdoB terem deputados ligados as bases populares e sindicatos rurais e outras formas de representação dos Agricultores Familiares tais como associações e cooperativas. Percebe-se também a ação dos partidos da oposição se organizando através dos deputados do PSDB e PP contando com o apoio em todas as suas emendas do deputado Ronaldo Caiado DEM/GO, líder político histórico dos ruralistas e dos interesses dos latifundiários brasileiros, fazendo assim um contraponto às emendas apresentadas pelos deputados da base aliada.

Quando observamos a participação dos partidos na discussão – quadro 3 e gráfico 1 – o que relatamos a cima toma mais força. O Partido dos Trabalhadores apresentou mais de dois terços das emendas (69,3%), e o PcdoB com 11,5%. Na soma PT e PCdoB apresentaram 80,8% do total das emendas demonstrando a força e articulação destes partidos e de seus deputados em torno das questões que cercaram a PNATER no congresso. A oposição apresentou 19,2% das emendas totalizando 5 das proposições discutidas.

Quadro – 3: Participação dos partidos na apresentação de emendas à PL 5665/2009

Participação dos partidos		
Partido	**Número de emendas**	**%**
PT	18	69,3
PMDB	0	0,0
PcdoB	3	11,5
PSB	0	0,0
DEM	0	0,0
PSDB	4	15,4
PP	1	3,8
Total	26	100,0

Fontes dos dados: www.camara.gov.b. Elaboração dos autores.

Dentre os deputados com a maior participação – Quadro 4 – destacamos a participação de Assis do Couto do PT do Paraná com 30,8% de emendas apresentadas sendo que boa parte delas foram aprovadas com exceção da proposta que desobrigava que os Agricultores Familiares detivessem as certidões do PRONAF e a RB, como já comentamos anteriormente. O deputado Anselmo de Jesus também petista do estado de Roraima com 23,1% de

proposições, seguido de Beto Faro do PT do Pará e Raimundo G. de Matos do PSDB do Ceará com 15,4%.

Quadro – 4: Percentual de emendas Autor por deputado apresentadas à PL 5665/2009.

Deputado	% de emendas – autor
Assis do Couto – PT/PR	30,8
Beto Faro – PT/PA	15,4
Raimundo G. de Matos – PSDB/CE	15,4
Ronaldo Caiado – DEM/GO	0,0
Anselmo de Jesus – PT/RO	23,1
Osmar Serraglio – PMDB/PR	0,0
Iriny Lopes – PT/ES	0,0
Luis C. Heinze – PP/RS	3,8
Flavio Dino – PcdoB/MA	11,5
Rodrigo Rollenberg – PSB/DF	0,0
Perpétua Almeida – PcdoB/AC	0,0
Maurício Rands – PT/PE	0,0
Colbert Martins – PMDB/BA	0,0
Total	100,0

Fontes dos dados: www.camara.gov.b. Elaboração dos autores.

Por outro lado percebe-se também uma disputa no quadro das co-autorias – Quadro 5 – feitas pelos deputados e seus partidos visando fortalecer suas propostas. Neste âmbito aparece novamente o papel de destaque do PT, mas observamos de forma mais clara a atuação dos partidos da base aliada do governo se fazendo presente bem como também a atuação do PP e DEM através da atuação de seus deputados: Luis C. Heinze do Rio Grande Sul e Ronaldo Caiado de Goiás como podemos observar no quadro a baixo.

Quadro – 5: Percentual de emendas – co-autor – por deputado apresentadas à PL 5.665/2009.

Deputado	% de emendas – co-autor
Assis do Couto – PT/PR	13
Beto Faro – PT/PA	13
Raimundo G. de Matos – PSDB/CE	0
Ronaldo Caiado – DEM/GO	8
Anselmo de Jesus – PT/RO	0
Osmar Serraglio – PMDB/PR	20
Iriny Lopes – PT/ES	20
Luis C. Heinze – PP/RS	0
Flavio Dino – PcdoB/MA	0
Rodrigo Rollenberg – PSB/DF	10

Perpétua Almeida – PcdoB/AC	5
Maurício Rands – PT/PE	5
Colbert Martins – PMDB/BA	5
Total	**100,0**

Fontes dos dados: www.camara.gov.b. Elaboração dos autores.

Do ponto de vista quantitativo podemos observar que o Partido dos Trabalhadores e seus aliados determinaram quase que absolutamente o cenário das discussões para definição da PL 5.665/2009. Pode-se inferir que estes congressistas são representantes de bases populares organizadas no campo tais como sindicatos rurais, cooperativas de crédito e de agricultores familiares alem de alguns destes estarem ligados aos movimentos de luta por reforma agrária.

QUESTÕES DE FUNDO QUALITATIVO: AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA PROPOSTA DE PL ORIGINAL

Apesar dos números demonstrarem aparentemente certa folga dos partidos governistas no processo de discussão da lei no congresso, não se pode afirmar que tudo tenha ocorrido de forma amena. Em entrevista concedida ao site na internet de seu partido, o deputado Lira Maia DEM/PA, relator na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural afirma que:

> "Aprovar a proposta do jeito que está é assinar um cheque em branco para que o governo repasse recurso para ONG's diversas, principalmente, em período eleitoral. É um retrocesso do ponto de vista da transparência, da concorrência, da eficiência e da boa gestão administrativa. Não podemos concordar com isso". (Deputado Lira Maia - DEM/PA entrevista concedida em 02.10.2009 ao site www.blogdemocrata.org.br)

A indignação do deputado se da em função de aspectos relacionados à contratação de empresas com apenas 1 ano de atuação para prestar serviços de assistência técnica sem licitação, receber pagamento adiantado com recursos públicos e ainda ter uma penalização de apenas dois anos fora do cadastro, que será criado junto ao MDA, caso não cumpra o contrato.

Os apontamentos levantados pelo relator da comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural foram acatados pelo plenário e aprovados com os seguintes conteúdos: *as empresas contratadas deverão ter 5 anos de experiência e caso não cumpram com os contratos serão descredenciadas por 5 anos e não poderão acessar recursos públicos neste período.*

O ponto de maior polêmica foi sem dúvida, o que permite a dispensa de licitação na contratação de empresas para prestação de serviços. Esta proposta constante da redação original da lei foi mantida pelo congresso mesmo tendo pareceres contrários dos deputados Lira Maia – DEM/PA e do deputado Wandenkolk Gonçalves – PSDB/PA relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que em entrevista a agência de noticias da Câmara Federal disse:

> "O artigo foi colocado para facilitar o chamamento de apadrinhados políticos", critica Wandenkolk. "Eles transformarão o dinheiro público em um festival de incompetências, pelo fato do despreparo e das condições administrativas que essas empresas, muitas vezes recém-criadas, não têm condição de fazer [o trabalho]. Só o serviço oficial de assistência técnica teria, porque está bem estruturado".(entrevista concedida ao site: www2.camara.gov.br/agencia/noticias)

O item referente à dispensa de licitação chegou a ser suprimido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, no entanto, foi mantido pelo Plenário sob a justificativa do poder executivo e dos ministros da Fazenda, Planejamento e do Desenvolvimento Agrário de que a dispensa de licitação, da forma que foi sugerida no PL, teria a intenção de garantir a qualidade dos serviços ao setor da agricultura familiar, tendo em vista a sazonalidade deste seguimento produtivo.

Logo no inicio da lei aprovada no Capítulo I em seu art. 1º que institui a PNATER, já observamos a primeira mudança com relação à proposta original apresentada ao congresso nacional. Neste artigo foi acrescentado que a *"formulação e supervisão"* da PNATER será de competência do MDA. E que os *"recursos financeiros priorizarão apoio a entidades públicas e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER"*.

No artigo 3º foi acrescido o inciso IV que versa sobre: *adoção dos princípios da agricultura de base ecológica com o enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.*

O artigo 3º trata da adoção dos princípios de uma agricultura de base ecológica, conceito que é o mais correto para denominar este tipo de sistema de cultivo em substituição ao que foi apresentado pelo deputado Beto Faro do PT/PA.

No artigo 4º mais uma mudança é sentida quando comparamos com a proposta original. Neste artigo que discorre sobre os objetivos da PNATER e que originalmente continha 10 incisos, na proposta aprovada passa a ter 12 que regem sobre questões relacionadas à pesquisa, formação, qualificação e capacitação profissional apropriada e contextualizada com a realidade rural brasileira.

Mas adiante percebe-se outra mudança, na redação do artigo 5º, que inicialmente tratava da operacionalização da PNATER e não continha nenhum inciso descrevendo como isto ocorreria. Passa a ter na lei aprovada, questões relacionadas os beneficiários da nova PNATER acrescidos de mais dois incisos e um parágrafo único.

Ponto importante de se observar, neste artigo é a definição clara de quem será a prioridade das ações da nova política de ATER. No entanto, a permanência da obrigatoriedade do beneficiário ter que ser detentor da *Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário – RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA* de certa forma afasta um grande número de possíveis beneficiários da PNATER. Em outras palavras é deixado de lado um grande número de agricultores familiares sem condições de acessar os benefícios que a lei oferece. Principalmente aqueles agricultores da qual fazem parte os remanescentes de Quilombos e de outros povos tradicionais, pois é notoriamente sabido que boa parte das comunidades Quilombolas do país estão em processo de regularização de suas terras.

No Capítulo II que trata do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER observa-se uma mudança no art. 6º que teve nova redação. Na proposta original relatava apenas que a PNATER seria *implementada por meio do PRONATER em consonância com o plano plurianual do Governo Federal.* Alem de conter dois parágrafos discorrendo sobre os objetivos, organização, execução e de abordar questões relativas aos recursos e sua disponibilidade.

A mudança mais importante é a que trata da composição de uma Conferencia Nacional que será realizada sob a Coordenação Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Esta Conferencia terá que assegurar a participação paritária de representantes da sociedade. Neste aspecto há uma melhora sensível com relação à proposta inicial que não previa como se daria a participação dos seguimentos diretamente interessados na

PRONATER.

No Capítulo III que na sua origem versava sobre o Monitoramento e Fiscalização passa na proposta aprovada a tratar do Credenciamento das Entidades Executoras. E para a função de fiscalização e controle é criado o Capítulo V na lei e passa a se chamar *Do Acompanhamento, Controle, Fiscalização e da Avaliação dos resultados da Execução do PRONATER*.

Neste aspecto também houve sensível melhora com relação à proposta inicial que no art. 15 em seu parágrafo único ressaltava: *Aos gestores do PRONATER será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização.* Porem na proposta aprovada este aspecto é retirado do texto e a obrigatoriedade de fiscalização e acompanhamento fica diluído numa série de alternativas que envolvem o MDA, CONDRAF alem dos próprios beneficiários das ações.

No Capítulo IV, que na proposta original tratava das considerações finais sem muito acrescentar no que se refere à clareza das proposições, toma outro sentido na redação dada após as rodadas de discussão. Neste Capítulo são tratadas as questões referentes à Contratação das Entidades Executoras dos serviços de ATER de forma mais clara e sucinta. Nos artigos 18º a 26º deste Capítulo fica ressaltado que as entidades a serem contratadas serão efetivadas pelo MDA e pelo INCRA observadas às disposições da lei 8666/1993 que regulamenta a contratação com dispensa de licitação. Porem esta contratação deverá ocorrer por meio de chamada pública contendo uma série de itens para garantir que o processo seja licito.

Estes aspectos não estavam bem organizados na proposta original e constavam dos art. 9º ao 13º que previam um prazo para chamada pública de apenas 15 dias, prazo que na lei aprovada foi ampliada para 30 dias.

Na formulação original previa-se também que as entidades que pleiteassem recursos precisariam de apenas 1 ano de fundação, fato que incorreria num sério risco no tocante a qualidade das entidades a serem contratadas. Na proposta aprovada na câmara este prazo passa para 5 anos de experiência e caso a entidade seja descredenciada por algum motivo, não poderá acessar recursos públicos e ficará descredenciada por 5 anos.

Por último, há o acréscimo do Capítulo VI que discorre sobre as disposições finais. Neste capítulo há a citação do artigo 24 da lei 8666/1993 que versa sobre as condições de dispensa de licitação. Esta lei passa a conter com isto o inciso de número XXX, que regulamenta de que forma se dará tal dispensa de licitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das mudanças discutidas até agora, podemos observar que a proposta original da forma como chegou ao congresso foi substancialmente modificada no seu percurso no Congresso Nacional.

A proposta de lei original continha 4 capítulos e 22 artigos, na lei aprovada no Congresso passou a ter 6 capítulos e 27 artigos. Porem não foi só em número que a PL mudou. Pode-se afirmar que a lei aprovada na forma de substitutivo de lei pela Câmara parece ser melhor do que a proposta original.

O projeto que foi referendado pelos deputados, alterou o texto original do Executivo para que seja dada prioridade às entidades e órgãos públicos oficiais de assistência técnica e extensão rural na destinação de recursos financeiros da política nacional de ATER.

A Projeto de Lei foi aprovado no Senado Federal, após apreciação pelos senadores das sugestões e mudanças que ocorrerão na Câmara Federal, no dia 15 de dezembro de 2009 com poucas modificações e manteve-se seus aspectos positivos da forma como foi discutida pelos deputados federais.

Pelo que dispusemos aqui, se pode afirmar que se faz urgente a existência de uma política nacional que trate de forma coerente as questões relacionadas à Agricultura Familiar e os seus diversos segmentos. Os agricultores familiares vêm cada vez mais demonstrando que são um segmento importante dentro do cenário produtivo nacional e junto com os movimentos sociais do campo vem se organizando para reivindicar seus direitos.

Numa outra tangente, há cada vez mais presente no meio rural brasileiro, a presença de novos atores sociais que ao se mobilizarem pautam sua agenda de lutas e de reivindicações. São exemplos deste fato os Quilombolas, Caiçaras, Faxinalenses, Povos das Florestas, Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Quebradeiras de coco, etc.

Fica patente que há um novo rural brasileiro em formação e que será cada vez mais premente a necessidade de políticas públicas que garantam o desenvolvimento destes da sociedade e ao garantir isto, também se garantirá um Desenvolvimento Rural realmente Sustentável.

BIBLIOGRAFIA

CAPORAL. F. R.; Costabeber. J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**. Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3,n.3,Jul/Set 2002.

LEMOS, J.A.C. **O diálogo na ação extensionista como promoção do desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo**. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade

em Filosofia e Ciência. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, São Paulo: 2005.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no **PROJETO DE LEI Nº 5.665-D DE 2009 – Câmara do Deputados** – Brasília DF, 2009.

MARQUES, M.S.; VIELMON, G.R.R. **Instituições estaduais de Ater**. Texto apresentada a Plenária do IX CONFASER, Aracaju – SE, Outubro de 2006.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica na legislação**. Textos para discussão, Brasília, DF: outubro/2008. Disponível em http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Site do Partido Democratas: www.blogdemocrata.org.br. Acesso em 27/11/2009.

Site da Câmara dos Deputados: **www2.camara.gov.br.** Acesso em 16/11/2009.

Site da Câmara dos Deputados: **www2.camara.gov.br/agencia/noticias**. Acesso em 26/11/2009.

ANEXO 1

Projeto de Lei 5.665/2009 (do executivo) x Projeto Lei aprovado no Plenário da Câmara Federal.

PL do poder Executivo	**PL aprovado no Plenárioda Câmara dos Deputados**
CAPÍTULO I	
Art. 1º Fica instituída a Política. Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER	**Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.** **Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.**
Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por: I - assistência técnica e extensão rural: serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promova processos de gestão, produção,	**Art. 2º Para os fins desta lei entende-se por:** **I-Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promova processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços**

beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; II - Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; e III - Relação de Beneficiário – RB; relação de beneficiário do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA	**agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;** **II-Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; e** **III-Relação de Beneficiários – RB; relação de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** **Parágrafo único. Nas referências aos Estados, entende-se considerado o Distrito Federal**
Art. 3º São princípios da PNATER: I-desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II-gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III-adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar e interdisciplinar buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV-equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e V-contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	**Art. 3º São princípios da Pnater:** **I-desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;** **II-gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;** **III-adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;** **IV-adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável;** **V-equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e** **VI-contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional**
Art. 4º São objetivos da Pnater: I-promover o desenvolvimento rural sustentável; II-apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III-aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV-promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;	**Art. 4º São objetivos da Pnater:** **I-promover o desenvolvimento rural sustentável;** **II-apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;** **III-aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;** **IV-promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;** **V-assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e**

V-assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI-desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade; VII-construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII-aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção; IX-apoiar o associativismo e cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e X-promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário.	**abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;** **VI-desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade;** **VII-construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;** **VIII-aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção;** **IX-apoiar o associativismo e cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e** **X-promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;**
	XI-promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
	XII-contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.
Art. 5º A PNATER será operacionalizada por meio do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER	**Art 5º São beneficiários da Pnater:** **I-os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e** **II-nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei.** **Parágrafo único. Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ou constar na Relação de Beneficiário – RB, homologada no**

	Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA
CAPÍTULO II	
Art. 6º A PNATER será implementada por meio do PRONATER, em consonância com o plano plurianual do Governo Federal. § 1º O PRONATER terá como objetivo a organização e a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural ao público beneficiário previsto no parágrafo único do art. 1º. § 2º Os recursos do PRONATER respeitarão a respectiva disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério do Desenvolvimento Agrário.	**Art. 6º Fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.**
Art. 7º O PRONATER será implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA, em parceria com os conselhos estaduais e distrital de desenvolvimento rural sustentável ou similares. § 1º O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA serão responsáveis pela gestão e coordenação do PRONATER. § 2º Os conselhos previstos no **caput** que aderirem ao PRONATER ficarão responsáveis pelo credenciamento das instituições e organizações capacitadas para a execução do serviço de assistência técnica e extensão rural. § 3º Em caso de não adesão do conselho estadual ou distrital ou na inexistência desses colegiados, o credenciamento previsto no § 2º será efetivado pelos gestores do PRONATER, observados os requisitos previstos nesta Lei.	**Art. 7º O Pronater terá como objetivos a organização e a execução dos serviços de Ater ao público beneficiário previsto no art. 5º desta Lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira.**
Art. 8º Poderão se credenciar junto aos conselhos previstos no **caput** do art. 7º as instituições e organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que preencham, pelo menos, os seguintes requisitos: I-estar legalmente constituída há mais de um ano;	**Art. 8º A proposta contendo as diretrizes do Pronater, a ser encaminhada pelo MDA para compor o Plano Plurianual, será elaborada tendo por base as deliberações de Conferência Nacional, a ser realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF.**

II-contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural; III-possuir base geográfica de atuação na unidade da Federação em que solicitar o credenciamento; IV-possuir corpo técnico multidisciplinar; e V-dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso. § 1º O prazo previsto no inciso I não se aplica às instituições e organizações públicas. § 2º Da decisão que indeferir o pedido de credenciamento, caberá recurso aos gestores do PRONATER para análise e julgamento. § 3º O credenciamento previsto no **caput** terá validade de dois anos.	**Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá as normas de realização e de participação na Conferência, assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil.**
Art. 9º A contratação das instituições ou organizações credenciadas na forma prevista no art. 8º, para a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, será efetivada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ou pelo INCRA, mediante dispensa de licitação, desde que observado o disposto nesta Lei.	**Art. 9º O Condraf opinará sobre a definição das prioridades do Pronater, bem como sobre a elaboração de sua proposta orçamentária anual, recomendando a adoção de critérios e parâmetros para a regionalização de suas ações.**
Art. 10. Para fins de contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, o contratante publicará chamada pública que deverá conter, no mínimo, os seguintes requisitos: I-objeto a ser contratado em descrição precisa, suficiente e clara; II-qualificação e quantificação do público beneficiário; III-definição da área geográfica da prestação dos serviços; IV-definição de prazo de execução dos serviços; V-fixação dos valores para contratação dos serviços; VI-definição de critérios objetivos para a seleção de contratado; e VII-definição da qualificação técnica da equipe necessária para a prestação dos serviços.	**Art. 10. O Pronater será implementado em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similiares.**

§ 1º Será dada publicidade à chamada pública, pelo prazo mínimo de quinze dias, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do contratante. § 2º O regulamento poderá definir outros requisitos a serem observados na chamada pública.	
Art. 11. O percentual de até cinco por cento do valor do contrato poderá ser adiantado aos executores dos serviços de assistência técnica e extensão rural contratados, na forma e condições definidas na chamada pública. Parágrafo único. O adiantamento a que se refere o **caput** deverá ser motivado técnica e economicamente pela administração pública.	**Art. 11. As Entidades Executoras do Pronater compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preencham os requisitos previstos no art. 15 desta Lei.**
Art. 12. Para fins de liquidação de despesa, os executores do PRONATER deverão apresentar laudo de prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural, em modelo a ser definido em regulamento, com ateste do órgão gestor contratante, a partir das informações resultantes do monitoramento previsto no art. 14. § 1º O laudo de prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural deverá conter as atividades realizadas, o tempo de execução com a devida identificação, endereço, assinatura e ateste do beneficiário. § 2º O laudo de prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural será encaminhado digitalmente, por meio de sistema eletrônico de acompanhamento de serviços de assistência técnica e extensão rural, devendo o executor manter os originais dos laudos para fins de fiscalização pelo prazo de cinco anos, a contar da aprovação das contas anuais do contratante pelo tribunal de Contas da União.	**Art. 12. Os Estados cujos Conselhos referidos no art. 10 desta Lei firmarem Termo de Adesão ao Pronater poderão dele participar, mediante:** **I-o crescimento das Entidades Executoras, na forma do disposto no art. 13 desta Lei;** **II-a formulação de sugestões relativas à programação das ações do Pronater;** **III-a cooperação nas atividades de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução do Pronater;** **IV-a execução de serviços de Ater por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública.**
Art. 13. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA encaminharão	**Art. 13. O credenciamento de Entidades Executoras do Pronater será realizado pelos**

relatório de execução do PRONATER ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, que o apreciará, podendo emitir recomendações e contribuições de aperfeiçoamento da PNATER e do PRONATER.	**Conselhos a que se refere o art. 10 desta Lei.**
CAPÍTULO III	
Art. 14. Para fins de monitoramento, todas as instituições e organizações contratadas deverão inserir as informações de execução das atividades no sistema eletrônico de acompanhamento de serviços de assistência técnica e extensão rural.	**Art. 14. Caberá ao MDA realizar diretamente o credenciamento de Entidades Executoras, nas seguintes hipóteses:** **I-não adesão do Conselho ao Pronater no Estado onde pretenda a Entidade Executora ser credenciada;** **II-provimento de recurso de que trata o inciso I do art. 16 desta Lei.**
Art. 15. A execução do contrato deverá ser monitorada e fiscalizada por representante do contratante, especialmente designado para este fim. Parágrafo único. Aos gestores do PRONATER será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização.	**Art. 15. São requisitos para obter o credenciamento como Entidade Executora do Pronater:** **I-contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;** **II-estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos;** **III-possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento;** **IV-contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade;** **V-dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso;** **VI-atender a outras exigências estipuladas em regulamento.** **Parágrafo único. O prazo previsto no inciso II não se aplica às entidades públicas**
Art. 16. Regulamento disporá sobre a metodologia de monitoramento, bem como sobre outros mecanismos de controle e fiscalização **in loco** dos contratos firmados com as instituições e organizações para a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural. Parágrafo único. A fiscalização **in loco** dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica e de extensão rural poderá ser realizada após o pagamento da prestação do serviço contratado, sem	**Art. 16. Do indeferimento de pedido de credenciamento, bem como do ato de descredenciamento de Entidade Executora do Pronater, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que o interessado tomar ciência do ato contestado:** **I-ao gestor do Pronater no MDA, na hipótese de indeferimento ou descredenciamento por Conselho Estadual;** **II-ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, nas demais hipóteses de indeferimento ou descredenciamento.**

prejuízo do seu monitoramento.	
Art. 17. Assegurada a ampla defesa e o contraditório, o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições estabelecidas no contrato ou a sua inexecução parcial ou total poderá implicar rescisão por denúncia, independentemente de interpelação extrajudicial ou judicial, de iniciativa popular, ou do Ministério Público, além do descredenciamento da instituição ou organização executora, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Parágrafo único. A instituição ou organização descredenciada, nos termos do **caput**, somente poderá voltar a se credenciar após o decurso de dois anos, contados a partir da aplicação da sanção.	**Art. 17. A critério do órgão responsável pelo credenciamento ou pela contratação, será descredenciada a Entidade Executora que:** **I-deixe de atender a qualquer dos requisitos de credenciamento estabelecidos no art. 15 desta lei;** **II-descumpra qualquer das cláusulas ou condições estabelecidas em contrato.** **Parágrafo único. A Entidade Executora descredenciada nos termos do inciso II deste artigo somente poderá ser novamente credenciada decorrido 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato que aplicar a sanção.**
CAPÍTULO IV	
Art. 18. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso: "XXX – na contratação de instituição e organização pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal." (NR)	**Art. 18. A contratação das Entidades Executoras será efetivada pelo MDA ou pelo Incra, observadas as disposições desta Lei, bem como as da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**
Art. 19. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA adotarão as medidas administrativas destinadas à operacionalização do disposto nesta Lei.	**Art. 19. A contratação de serviços de Ater será realizada por meio de chamada pública, que conterá, pelo menos:** **I-o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e suscinta;** **II-a qualificação e a quantificação do público beneficiário;** **III-a área geográfica da prestação dos serviços;** **IV-o prazo de execução dos serviços;** **V-os valores para contratação dos serviços;** **VI-a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;** **VII-a exigência de especificação pela entidade que atender à demanda pública do número de profissionais que executarão os serviços, com**

	suas respectivas qualificações técnico-profissionais; **VIII-os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora.** **Parágrafo único. Será dada publicidade à chamada pública, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por meio de divulgação na página inicial do órgão contratante na Internet e no Diário Oficial da União, bem como, quando julgado necessário, por outros meios.**
Art. 20. A instituição do PRONATER não exclui a responsabilidade dos demais entes federados na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de forma continuada.	
Art. 21. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.	
Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
CAPÍTULO V	
	Art. 20. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
	Art. 21. Os contratos e todas as demais ações do Pronater serão objeto de controle e acompanhamento por sistema eletrônico, sem prejuízo do lançamento dos dados e informações relativas ao Programa nos demais sistemas eletrônicos do Governo Federal. **Parágrafo único. Os dados e informações contidos no sistema eletrônico deverão ser plenamente acessíveis e qualquer cidadão por meio da Internet.**
	Art. 22. Para fins de acompanhamento da execução dos contratos firmados no âmbito do Pronater, as Entidades Executoras lançarão, periodicamente, em sistema eletrônico, as informações sobre as atividades executadas, conforme dispuser regulamento.
	Art. 23.Para fins de liquidação de despesa, as Entidades Executoras lançarão Relatório de Execução dos Serviços Contratados em sistema eletrônico, contendo: **I-identificação de cada benefício assistido,**

	contendo nome, qualificação e endereço; **II-descrição das atividades realizadas;** **III-horas trabalhadas para realização das atividades;** **IV-período dedicado à execução do serviço contratado;** **V-dificuldades e obstáculos encontrados, se for o caso;** **VI-resultados obtidos com a execução do serviço;** **VII-o ateste do beneficiário assistido, preenchido por este, de próprio punho;** **VIII-outros dados e informações exigidos em regulamento.** **§ 1º A Entidade Executora manterá em arquivo, em sua sede, toda a documentação original referente ao contrato firmado, incluindo o Relatório a que se refere o caput deste artigo, para fins de fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da aprovação das contas anuais do órgão contratante pelo Tribunal de Contas da União.** **§ 2º O órgão contratante bem como os órgãos responsáveis pelo controle externo e interno poderão, a qualquer tempo, requisitar vista, na sede da Entidade Executora, da documentação original a que se refere o § 1º deste artigo, ou cópia de seu inteiro teor, a qual deverá ser providenciada e postada pela Entidade Executora no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento da requisição.**
	Art. 24. A metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado serão objeto de regulamento.
	Art. 25. Os relatórios de execução do Pronater, incluindo nome, CNPJ e endereço das Entidades Executoras, bem como o valor dos respectivos contratos e a descrição sucinta das atividades desenvolvidas, serão disponibilizados nas páginas do MDA e do Incra na internet.
	Art. 26. O MDA encaminhará ao Condraf, para apreciação, relatório anual consolidado de execução do Pronater, abrangendo tanto as ações de sua responsabilidade como as do Incra.

CAPÍTULO VI	
	Art. 27. O art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXX: **"Art.24.....** **XXX- na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.**

Fonte de dados: Projeto Lei nº 5.665/2009 -Elaborado pelos autores. 1

A POLÍTICA PARA FORMAÇÃO HUMANA NA ÁREA DA PESCA MARINHA, CONTINENTAL E AQUICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DE SEUS CONCEITOS E PRÁTICAS ATRAVÉS DE UMA PRÁTICA EXTENSIONISTA.

Tito Carvalho Tsuji
Engenheiro de Pesca
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA
Coordenador do Núcleo de Pesquisa Aplicado em Aquicultura e Pesca Nordeste 04/NUPAAP

Av. Getúlio Vargas, n^0 04.
Monte Castelo.
São Luís-MA.
CEP: 65030-005.
E-mail: tito@ifma.edu.br

GRUPO DE TRABALHO

Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

OBJETO DE REFLEXÃO

O objeto de reflexão que trata este estudo é o pescador artesanal e o aquicultor familiar numa perspectiva de sujeitos da Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar e das Políticas de Pesquisa e Extensão.

SITUAÇÃO EMPÍRICA

O trabalho trata da execução do projeto de extensão “Diagnósticos Participativos - Uma via para o desenvolvimento comunitário pesqueiro”, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA, sido apoiado pela Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar.

DEFINIÇÃO, PELO(S) AUTOR(ES), DA CONTRIBUIÇÃO QUE PRESSUPÕE(M) OFERECER AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GRUPO DE TRABALHO

O trabalho pretende discutir o acordo de cooperação técnica n^0 001/2010 estabelecido entre o Ministério da Educação e o Ministério da Pesca e Aquicultura, que visa dar continuidade à implementação da Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar, porém, este acordo estabelece objetivos, os quais, estão embutidos conceitos e práticas não explicitadas. Então, faz-se necessário o embasamento teórico-metodológico destes assuntos a fim de que a política possa ser efetivada nas instituições incumbidas de executá-las.

INTRODUÇÃO

Em 2006 foi assinado o termo de cooperação técnica nº 02/2006, entre o Ministério da Educação/MEC e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República/SEAP-PR, vindo a ser prorrogado no ano de 2010 através de novo acordo de nº 01/2010 agora entre o MEC e o recém criado Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA. O acordo vigente tem o objetivo de manifestar a vontade firme destas instituições em estabelecer um projeto de cooperação mútua a fim de implementar a Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar. Entre os objetivos deste acordo estão: "Induzir as ações educativas que promovam a equidade de gênero, o manejo sustentável dos recursos naturais, a organização dos trabalhadores da pesca e da aqüicultura sob formas associativas e a *extensão pesqueira e aquícola*", assim como, "Ministrar cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos para os pescadores artesanais e aquicultores familiares...*em programas especialmente dimensionados para estes públicos*" (grifos nossos).

Uma das ferramentas encontradas pelo Ministério da Educação para efetivar a política de formação humana na área da pesca é a criação e operacionalização, em todo Brasil, de Núcleos de Pesquisas Aplicados em Aquicultura e Pesca, sendo que nos dias 09 e 10 de julho de 2008, realizou-se em São Luís do Maranhão a reunião de constituição do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Aqüicultura e Pesca Nordeste 04/NUPAAP, que tem como área de abrangência os estados do Maranhão e Piauí, este Núcleo, criado no então Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão CEFET/MA, está sediado atualmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA.

Apresentado este breve histórico da implantação da Política de Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar, buscaremos em seguida discutir as formas de entendimento de conceitos e práticas embutidos nos objetivos explicitados no acordo de cooperação técnica do MEC e MPA, com especial referência ao que se entende por "*extensão pesqueira e aquícola"*, e da prática de "*propor programas especialmente dimensionados para estes públicos*". Para isto será feita uma análise do conceito de Extensão, sua concepção e "filosofia", que como veremos, assumiu diferentes significados conforme o momento histórico que atravessava. Analisaremos também as diferentes metodologias empregadas pela

extensão, que, de certa forma, tiveram de se reformular em acompanhamento aos novos conceitos de Extensão.

Também configura objetivo deste trabalho descrever a forma prática como o IFMA através do NUPAAP executou o projeto "Diagnósticos Participativos - Uma via para o desenvolvimento comunitário pesqueiro" numa tentativa de aproximar a prática aos princípios da Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar.

EXTENSÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA: A BUSCA DE UM CONCEITO

A Extensão Universitária

A Extensão Universitária no Brasil vem sendo estruturada desde as primeiras décadas do século passado. Considera-se que seu primeiro registro oficial deu-se no ano de 1931 com a promulgação do Estatuto da Universidade Brasileira instituído pelo Decreto-Lei nº 19.851, nesta ocasião o entendimento sobre a extensão permanece como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, destinada àqueles possuidores de diploma universitário. As transformações sofridas na sociedade brasileira nas décadas subseqüentes, dado a fatos políticos como, por exemplo, o regime militar autoritário dos anos 60, influenciou substancialmente a filosofia da extensão que assumiu um modelo desenvolvimentista e tecnicista implantado no país naquele momento (FORPROEX, 2006).

Os desdobramentos de um regime militar afloraram durante a década de 80, que presenciou o fortalecimento e mobilização da sociedade civil com repercussão e geração de um novo paradigma de universidade, de sociedade e de cidadania. A população deixa de ser percebida pela comunidade acadêmica como mera receptora de conhecimentos e de práticas produzidas no interior da academia. Nesse movimento é criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e neste mesmo ano é realizado seu I Encontro Nacional onde é tecido o novo conceito de Extensão Universitária e que permanece em vigor até hoje, o conceito foi definido como (FORPROEX, 2007):

> "A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade

> acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social".

O amadurecimento da sociedade frente ao debate sobre a Extensão Universitária transpareceu na Constituição Federal de 1988, que, na seção onde trata da educação, em seu artigo 207, assegura a obediência das universidades ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A partir desse momento a extensão assume uma posição de destaque dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) respaldadas também pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pala Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, onde deixa claro que são atividades típicas das universidades o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que estas práticas constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País. Esta determinação legal sobre a institucionalização da extensão nas universidades corrobora com a manutenção das Pró-Reitorias de Extensão dentro de suas estruturas organizacionais.

Como já vimos os pró-reitores de extensão das universidades públicas, reúnem-se em seu fórum em reuniões anuais e no ano de 2001 divulgaram o Plano Nacional de Extensão Universitária (edição atualizada), nesta publicação é expressa a nova concepção de extensão que ajuda a entender melhor o conceito de extensão já mencionada acima, onde é entendido que:

> "Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo.
> A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores".

A nova concepção de Extensão superou a idéia tradicional de uma extensão voltada à disseminação de conhecimentos feita através de cursos, conferências ou seminários; da prestação de serviço realizada por assessorias e consultorias; ou da difusão cultural promovida por eventos, produtos artísticos e culturais. Em sua nova concepção a Extensão orienta uma prática onde a universidade deve buscar o diálogo com a população, para com ele, reformular todo o exercício acadêmico.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como conseqüência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade (FORPROEX, 2001).

A Extensão do Serviço Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesqueira

Na civilização ocidental, a extensão rural institucionalizada, como é considerada atualmente, começou a ser realizada há mais de 150 anos na Europa, com modalidades que variavam de país para país. Nos países nórdicos e especialmente na Dinamarca a extensão foi promovida e conduzida independentemente por organizações de agricultores. Na Grã-Bretanha, esteve a cargo das universidades. Na França e em outros países latinos a extensão surgiu vinculada ao governo e estava a cargo de organismos agrícolas que tinham também a responsabilidade fazer pesquisas agropecuárias. Em seu começo e a semelhança do que ocorreu em vários países latino-americanos no final do século XIX e princípios do século XX, a Extensão era realizada por grupos de professores/técnicos ambulantes antes de ser instituído um quadro de profissionais extensionistas permanente (Ramsay, J. & Beltran, L. R., 1997).

No Brasil, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, foram iniciados no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A ATER foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR,

constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados. Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel "estatizou" o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de ATER nos estados, as EMATER (MDA, 2004).

O serviço oficial de extensão pesqueira, específico, surgiu no Brasil no final dos anos sessenta com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro. Entre os argumentos principais estavam a imensidão da costa nacional, a piscosidade da suas águas e o desamparo socioeconômico das comunidades pesqueiras artesanais. Aos modos como ocorria no meio rural, a difusão de tecnologias modernas de pesca representou o caminho mais promissor para se alcançar o desenvolvimento social e econômico desse setor historicamente esquecido das políticas públicas (Callou, A. B. F., 2005).

Um dos programas de governo a propor uma assistência técnica e extensão direcionada especificamente ao pescador artesanal foi o então Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PESCART, este plano partia da premissa que o modo de produzir, a base tecnológica e o sistema de comercialização das pescarias de pequena escala eram atrasados e causadores da pobreza dos pescadores que a praticavam. Daí, fundado nos princípios metodológicos da assistência técnica e extensão rural, pretendia modernizá-los ensinando-lhes novas tecnologias de produção, modernizando suas embarcações, sobretudo pela substituição da propulsão à vela pela motorizada (Marrul, F. S., 2003).

Atualmente a Extensão Rural está amparada pela Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 187 prevê a estruturação da política agrícola no país sendo que ela deve ser planejada e executada com a participação efetiva dos diversos seguimentos que compõem o setor, levando em conta a assistência técnica e extensão rural. A Política Agrícola mencionada pela constituição foi finalmente instituída pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e em seu capítulo V, indica que a Assistência Técnica e Extensão Rural devem buscar viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente; cabendo ao Poder Público manter um serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas.

Mais recentemente a Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 oficializa a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER no entendimento que a Assistência Técnica e Extensão Rural compreende um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Constitui um dos princípios da PNATER a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. Esta Lei considera como seus beneficiários, entre outros, os aquicultores e pescadores.

Quando analisadas de perto as políticas de Extensão Universitária e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, constata-se que estas políticas podem servir de referência teórico-metodológica para as ações de extensão a serem executadas pelos Núcleos de Pesquisas Aplicados em Aquicultura e Pesca. Pois, como vimos ambas as políticas encaram a Extensão como um processo educativo que busca o desenvolvimento de setor pesqueiro e aquícola (neste caso específico), além de ratificam iguais princípios da ação participativa, do enfoque multidisciplinar e o exercício dialógico entre pesquisadores/extensionistas e pescadores artesanais e aquicultores familiares.

A PRÁTICA PESQUISA/EXTENSÃO EM ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE EXTENSÃO

A idéia deste tópico de fazer uma análise da prática pesquisa/extensão considerando os diferentes contextos históricos e suas as diferentes orientações teórico-metodológicas, para isso será feita uma breve síntese das escolas de pesquisa e extensão que foram levantadas por autores como: Souza (1995), Callou (2005), Olinger (2006), Freire (1969), Ramsay & Beltran (1997) e Santos (2008).

Segundo estes autores a produção do Conhecimento Técnico Nativo[1] de um dado grupo, ou mais especificamente o seu Sistema de Conhecimento Agrícola, é

[1] Encontrado no trabalho de Souza (1995). Segundo o autor o termo Conhecimento Técnico Nativo tem-se apresentado por diferentes denominações conforme diferentes autores, como por exemplo: Sistema de Conhecimento Nativo, Conhecimento local, Conhecimento do Povo Rural.

formado por um conjunto de crenças, cognições, modelos, teorias, conceitos e outros produtos da mente, no qual a experiência de uma pessoa ou grupo, com respeito à produção agrícola, é acumulada. Este processo desenvolveu-se durante milênios, através da seleção natural e da seleção das variedades cultivadas, era realizada empiricamente pelos agricultores, conduzindo à evolução dos materiais e métodos usados na agricultura. Nesta fase a divulgação de novas tecnologias ocorria pela informação oral.

O desenvolvimento dos métodos científicos e sua aplicação na agricultura pelas instituições de pesquisa proporcionaram a produção de conhecimento em forma de "pacotes tecnológicos", simultaneamente, o aprimoramento e aplicação dos métodos de comunicação acarretaram, nos países mais tecnificados, rápidos aumentos da produtividade agrícola, porém, este movimento não alcançou a maioria dos agricultores. É neste contexto, e com o início da estruturação do sistema de inovação tecnológica na agricultura nos Estados Unidos é que nasce a escola difusionista.

A Escola Difusionista

A pesquisa agrícola difusionista desenvolve o seu processo científico, de gerar novos conhecimentos, traduzindo o conhecimento novo e o existente em uma nova tecnologia, sem considerar o Conhecimento Técnico Nativo do agricultor. Logo que algo novo é produzido e aprovado, a pesquisa deve buscar outra inovação. Fica evidente a abordagem tecnicista, pois, o conhecimento é criado dentro das estações de pesquisa, e, embora testada num sistema agrícola, não há preocupação com sua viabilização no sistema do agricultor, cujos problemas não chegam a ser a preocupação principal do pesquisador. O modelo de comunicação adotado pela escola difusionista é o da comunicação linear, é uma visão de que a comunicação humana se dá apenas num sentido, ou seja, as mensagens são transferidas da fonte para o receptor, portanto do técnico para o agricultor. A operacionalização do modelo era feita através de duas instituições estanques: a de pesquisa, que gerava a inovação como um pacote tecnológico a ser entregue, e a extensão agrícola, para difusão desse pacote. Por estas características a escola difusionista era caracterizada por uma abordagem autoritária.

A Escola Sistêmica

Contrapondo a escola difusionista, surgiu nos anos 70 a escola sistêmica que propunha desenvolver uma estreita interação entre as atividades agrícolas, destacando aquelas de subsistência, na tentativa de solucionar o problema dos pequenos

agricultores. Esta prática parte do reducionismo, ou seja, quebra o todo (sistema) em partes menores (subsistemas) e as estuda separadamente para então traçar suas relações. Este tipo de prática pode ser exemplificado se considerarmos uma propriedade como um sistema, tentando enfocar as relações de interdependência entre os vários componentes da atividade agrícola que estão nas mãos dos proprietários (objetivos e metas), considerando os atributos da exploração agropecuária (acesso aos recursos naturais, escolha das atividades produtivas e práticas gerenciais) e como estes elementos interagem com os fatores que não estão sob seu controle (condições físicas, biológicas e sócio-econômicas). Na condução das ações de pesquisa e extensão de forma sistêmica devem ser considerados, portanto, as interações que acontecem dentro da propriedade como um tudo, medindo seus resultados de acordo com os objetivos dos agricultores, tentando ainda, integrar as ciências sociais no processo. Porém, a operacionalização de suas ações ainda acontece a partir de estruturas institucionais governamentais separadas, uma fazendo a pesquisa, enquanto a outra executa a extensão, mas propõe-se uma estrutura integradora entre elas.

A Escola Participativa

Uma terceira escola a propor uma nova metodologia de pesquisa e extensão é a escola participativa, sendo sua principal obra de referência o livro "Extensão ou Comunicação?" do educador brasileiro Paulo Freire, publicado em 1969. Esta obra de Freire vai de encontro à escola difusionista a que era contemporâneo, na medida em que os caminhos teórico-metodológicos apontam para uma atitude e estratégias de comunicação dialógica entre o técnico e o agricultor/pescador. O pesquisador extensionista deve tomar uma postura de que a pesquisa é um processo educacional tanto, para o produtor ou comunidade, quanto para o pesquisador. Neste sentido a pesquisa e extensão é uma via de mão dupla entre o conhecimento do técnico é o conhecimento do agricultor/ pescador. Para se alcançar este entendimento é necessário que as ações de pesquisa e extensão sejam realizadas de forma participativa, entendendo que a participação significa o envolvimento direto dos cidadãos no desenvolvimento social de suas comunidades, além de delegar o controle de seus membros sobre as decisões que afetam seu próprio bem estar.

Atualmente existem diversas ferramentas metodológicas utilizadas nas ações de pesquisa e extensão para que os princípios da participação sejam efetivados. Os Diagnósticos Participativos constituem uma das ferramentas mais difundidas e

utilizadas e consistem em uma série de técnicas que orientam as comunidades a problematizar sua realidade tecendo um diagnóstico que os auxiliam no planejamento de ações de interesse comum.

Analisando as principais correntes teórico-metodológicas aplicadas às ações de pesquisa e extensão (Escola Difusionista, Escola Sistêmica e Escola Participativa) fica notório que as políticas de Extensão Universitária e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, adotam os princípios da escola participativa como constituinte de suas orientações. Portanto, as ações de extensão realizadas pelos Núcleos de Pesquisas Aplicados em Aquicultura e Pesca devem privilegiar as metodologias sugeridas por esta escola.

DA TEORIA À PRÁTICA EXTENSIONISTA: O CASO DO PROJETO "DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS - UMA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PESQUEIRO"

É inserido no contexto da implementação da Política para Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar, sob as orientações legais e o embasamento teórico-metodológico das Leis que regem as ações de Pesquisa e Extensão direcionadas aos pescadores artesanais e aquicultores familiares, que o IFMA, através do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Aqüicultura e Pesca Nordeste 04, realizou no período de 01 de janeiro a 15 de fevereiro de 2009 o projeto "Diagnósticos Participativos - Uma via para o desenvolvimento comunitário pesqueiro".

O projeto foi realizado nos municípios de Alcântara, Raposa, Humberto de Campos e Barreirinhas, sendo estes escolhidos por critérios que levou em consideração a relevância sócio-econômica que a pesca exerce no município, o volume de produção, ou ainda naqueles municípios em que há previsão de receber futuras ações do IFMA.

Constituiu objetivo maior do projeto o de compreender a dinâmica da atividade pesqueira nos municípios em questão, através da aplicação de diagnósticos participativos, oportunizando a discussão e inclusão dos pescadores nas decisões sobre políticas públicas destinado a eles, uma vez que o IFMA, estando em uma fase de expansão, iniciará ações, de ensino, pesquisa e extensão na área da pesca e aquicultura. Buscou-se ainda através do projeto caracterizar a atividade pesqueira praticada nos municípios; entender os mecanismos de comercialização dos produtos gerados pela

atividade; levantar os maiores entraves encontrados pelos pescadores em suas atividades; sugerir ações de ensino e pesquisa a serem executadas pelo IFMA.

Para tanto o projeto adotou, nas oficinas, metodologia com base no enfoque participativo, através de técnicas de moderação e visualização móvel (fichas coloridas e trabalho com pequenos grupos). Assim foi possível promover o debate ativo, a interação entre os participantes, a troca de experiências e a problematização da realidade dos pescadores, especialmente, no diz respeito à prática da pesca, a dinâmica da cadeia produtiva, a organização da categoria e as oportunidades de capacitação dos pescadores e dos seus filhos. A construção da árvore do problema (ferramenta ZOPP) possibilitou a identificação, pelos pescadores, das situações que afetam o setor pesqueiro na localidade.

Os resultados das oficinas indicaram que a pesca praticada nestes municípios é essencialmente artesanal, cujas habilidades são transmitidas através das gerações. Não houve muitas modificações nas técnicas de pesca nos últimos anos, porém, a introdução de certas tecnologias como, por exemplo: o emprego de gelo para conservação do pescado e o uso de linhas monofilamento de nylon facilitou a pescaria e o comercio de pescado.

Na percepção dos pescadores, captada através da análise de envolvimento de instituições, foi levantado número significativo de instituições governamentais e não governamentais com atuação nos municípios, porém, esta atuação não é tida ou reconhecida como ações eficientes ou de relevância para os pescadores, o que traduz num distanciamento deles com as políticas a que são beneficiários.

Alguns problemas levantados pelos pecadores apareceram com recorrência nos diagnósticos realizados nos quatro municípios, sendo que os principais correspondem a baixa renda dos pescadores; a desorganização política dos pescadores; a pesca predatória; poucas oportunidades de capacitação profissional dos pescadores e de seus filhos; a indisciplina e desordenamento da pesca; reduzidos investimentos em equipamentos públicos de comercialização e beneficiamento de pescado; falta de integração das instituições que atuam coma pesca; a presença de impactos ambientais que influenciam na pesca (poluição das praias e rios, desmatamento de mangues e matas ciliares); o baixo acesso a informações relacionados a suas atividades; Insegurança dos pescadores pelo não uso de equipamentos de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal ao anunciar que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, além de garantir o desenvolvimento nacional, e o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, desencadeia uma série de leis complementares como as que foram discutidas neste trabalho, porém, estas leis passam por reformulações periódicas conforme o momento histórico que atravessa a sociedade brasileira.

As leis que regem as ações de extensão asseguram o direito da participação dos sujeitos numa tentativa de democratização da política nacional. Conscientes de que os métodos indicados pela escola participativa, adotada como princípio pela legislação "extensionista", carece de acertos. É que foi proposto, pelo IFMA, o projeto intitulado "Diagnósticos Participativos - Uma via para o desenvolvimento comunitário pesqueiro", como forma de exercício de aproximação instituição-comunidade e na busca de novas ferramentas que garantam o efetivo respeito a todos os modos de vida de grupos comunitários, como os dos pescadores artesanais.

Portanto, os Diagnósticos Participativos mostraram ser uma importante ferramenta para o IFMA uma vez que propicia um estreitamento na relação instituição-comunidade em ações de caráter extensionistas, abrindo possibilidades de interação em projetos futuros e na construção de uma agenda de desenvolvimento para as comunidades trabalhadas. Nesta metodologia é possível inserir os pescadores nas discussões das políticas a eles direcionadas, induzindo-os a exercer atitudes pró-ativas na defesa de seus interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALLOU, A. B. F. O ensino da Extensão Pesqueira no Brasil: desafios atuais. In: Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável/Jorge Roberto Tavares de Lima (Org.) 2ª Ed. 2005.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão (2006). Disponível em: www.pr5.ufrj.br/doc.gtflex-revisado.doc

FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José

Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. - Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária (edição Atualizada), 2001. Disponível em: http://www.proex.ufpa.br/arquivos/legislacao/pnext.pdf
RAMSAY, J. & BELTRAN, L. R. Extension Agraria Estrategia Para El Desarrollo Rural. IICA/CIARA. 1997.

OLINGER. G. Métodos de Extensão Rural. Fleranópolis. Epagri, 2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Grupo de Trabalho Ater. "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004". Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf

MARRUL, F. S. Crise e Sustentabilidade no Uso dos Recursos Pesqueiros. Brasília. IBAMA, 2003.

SANTOS, M. S. T. Metodlogias em Extensão Rural: a pesquisa-ação em debate. *In*: Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas. Org. Maria o Rosário de Fátima Andrade Leitão. Recife. FASA, 2008.

SOUZA, J. R. F. Pesquisa, Extensão e o Agricultor: Envolvimento, Participação ou Intervenção? O Papel do Profissional. R. Econ. Nordeste. Fortaleza, v. 26. N. 02. P. 205-238, abr./jun. 1995.

A questão agrária no ensino público: o trabalho de extensão universitária do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA)

Graziella AP. G. de Lima; Raquel Santos Sant'Ana.

(lima.graziella@yahoo.com.br); (raquelssfranca@yahoo.com.br)

Afiliação institucional dos autores: Faculdade de História, Direito e Serviço social de Franca, UNESP,Campus de Franca.

Titulação do autor: 1º autor mestrando; 2º autor livre docente.

-

GT 02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

Objeto de reflexão: Questão Agrária e ensino público: contraponto à defesa do agronegócio.

Situação empírica: As informações apresentadas tratam das atividades realizadas pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA-UNESP), campus de Franca, no projeto "Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano", aprovado pelo Núcleo de Ensino da UNESP-Franca e desenvolvido ao longo do ano de 2009. Esta parceria propiciou o debate sobre a Reforma Agrária na Escola Estadual "Profº. Antonio Fachada", localizada na periferia deste município, com educandos da terceira série do ensino médio. As oficinas realizadas neste ano trabalharam diversos temas relacionados ao meio rural e urbano e a metodologia adotada baseia-se na filosofia de Paulo Freire, já que o grupo privilegia a relação de horizontalidade atentando para o aspecto sócio-político-pedagógico caracterizado por este método.

Contribuição do trabalho: Este artigo visa contribuir com análises a respeito das atividades desenvolvidas pela extensão universitária, enfatizada a importância da Universidade Pública considerando o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Ressalta ainda sua responsabilidade para com o desenvolvimento da comunidade tanto urbana como rural, tendo assim, a proposta de atuação do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA-UNESP), campus de Franca, no projeto "Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano", fundamental importância para a instrumentalização dos educandos da terceira série do ensino médio.

As atividades desenvolvidas contribuíram com a formação de educandos face à organização política e econômica social, com a absorção crítica dos diversos conteúdos trabalhados nas mais variadas disciplinas, como História, Geografia, Sociologia e Literatura, abarcando inclusive os aspectos culturais essenciais na formação plena dos sujeitos.

A questão agrária no ensino público: o trabalho de extensão universitária do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA)

INTRODUÇÃO

Este artigo discute as ações desenvolvidas no projeto "Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano", efetivado pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA-UNESP) em parceria com o Núcleo de Ensino da UNESP-Franca no ano de 2009.

O NATRA é um grupo de extensão constituído em 1997 e tem como partícipes discentes dos cursos de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, além de profissionais e doutores colaboradores. Sua área de atuação é com movimentos sociais de luta pela terra na região e tem suas ações organizadas por meio de Frentes de Trabalho que abarcam a educação infantil, trabalho em comunidade e cultura, em assentamentos da região e o trabalho pedagógico com jovens em Escolas periféricas do município de Franca.[1]

Nesta última frente, o projeto idealizado especificamente para o trabalho em escolas estaduais é voltado para educandos da última série do ensino médio; visa a uma contribuição crítica-pedagógica e a complementação ao currículo escolar em temas pouco debatidos em sala de aula.

Assim, a proposta de atuação se coloca de fundamental importância para a instrumentalização dos educandos no sentido de contribuir com sua formação face à organização política e econômica social, com a absorção crítica dos conteúdos trabalhados nas mais variadas disciplinas, como História, Geografia, Sociologia e Literatura, abarcando inclusive os aspectos culturais essenciais na formação plena dos sujeitos.

DESENVOLVIMENTO

As formas de sociabilidade no âmbito rural e urbano, as necessidades e o desenvolvimento econômico, político e social são caracterizadas por significativas diferenças entre o campo e a cidade, ao mesmo tempo em que ocorre grande dependência entre essas duas esferas.

Para a compreensão das reflexões do desenvolvimento rural em relação ao urbano impõem-se debater esses dois "mundos" como sendo diferentes e não segundo critérios de superioridade entre eles. Dessa forma, é de fundamental importância evidenciar os aspectos políticos, econômicos e sociais que predominam essas duas esferas para que se possam combater os preconceitos desenvolvidos entre elas e a percepção de que ambas fazem parte do

[1] Em 2009 o NATRA era composto por 25 extensionistas, discentes dos quatro cursos da UNESP-Franca: Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais, a coordenadora, três profissionais (uma Assistente Social, uma mestra em Serviço Social e um mestre em História).

mesmo processo de desenvolvimento brasileiro. Segundo afirmação de Leonilde Servolo MEDEIROS (2003), importante pesquisadora sobre a questão agrária,

> (...) o fato de o Brasil se destacar mundialmente como exportador de produtos agrícolas e de essas exportações serem alardeadas como essenciais para garantir a estabilidade econômica, não é menos verdade que a pobreza tem aumentado continuamente e o tecido social tem dado mostras de graves esgarçamentos com a continuidade das migrações, o aumento da criminalidade e da violência, etc. [2]

Desta forma, as duas realidades, a do meio rural e urbano sofrem as conseqüências desse modelo de desenvolvimento agrícola. Além do acima exposto, ressalta-se a questão da produção de alimentos e da qualidade destes, considerando o enfoque produtivo do agronegócio não privilegiar o cultivo de gêneros alimentícios para o mercado interno, e sim o cultivo em larga escala voltada à exportação de cana-de-açúcar, soja e eucalipto, entre outros produtos.

A problemática ambiental também deve ser analisada, pois o emprego de agrotóxicos, o cultivo de um só produto em grandes extensões de terra, assim como os altos investimentos em pesquisas para a produção de transgênicos afetam, sobretudo a fauna e a flora local, as nascentes de rios e lençóis freáticos (por exemplo, o Aqüífero Guarany, na região de Ribeirão Preto) bem como a saúde do trabalhador e da população próxima a essas áreas, como acontece com relação aos efeitos da queima da cana.

Outra problemática a ser analisada é com relação às condições a que está submetido o trabalhador. Apesar da obtenção de altos lucros, a exploração da força de trabalho nessas empresas ocorre de forma desumana, com desrespeito aos direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), direitos estes que abrangem todos os trabalhadores, sejam rurais ou urbanos, em descumprimento à Constituição Brasileira de 1988, aos Direitos Humanos de maneira geral.

Assim, o desenvolvimento agrícola altamente mecanizado, priorizando a produção para as exportações acarreta impactos sobre a questão da exploração do trabalho[3], da geração

[2] MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (p, 07). (Col. Brasil Urgente).

[3] "A imposição da média de 12 toneladas de cana colhidas por dia é uma forma de selecionar os trabalhadores, pois aqueles que não atingem o nível de 10 toneladas são dispensados. Os níveis de esforços exigidos para o corte da cana, somados à não reposição adequada de nutrientes e calorias perdidos no eito, e o não esclarecimento sobre o volume da produção diária do trabalhador, são o comprovante dos índices de superexploração e também do desrespeito aos direitos humanos do trabalho". SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas.** In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 33 - nº 2. (p, p, 111-141), AGO/DEZ, 2006. (p, 129).

de renda, da produção e oferta de alimentos, das migrações e seus rebatimentos na questão urbana sublinhando, inclusive, os custos sociais resultantes desse modelo agrícola.

Portanto, os desdobramentos da não-realização da reforma agrária no Brasil e o incentivo ao agronegócio determinam a condição das famílias brasileiras, estando elas no campo ou na cidade, fato não debatido de maneira crítica, seja no âmbito escolar, familiar, nos meios de comunicação, isto é, na sociedade como um todo.

A atuação do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) se dá tanto no meio rural como urbano. Tem seu trabalho realizado em parceria com várias entidades e tem como objetivo debater a questão agrária no Brasil, tendo seu trabalho de campo efetuado no município de Franca e região de Ribeirão Preto/SP[4].

No município de Franca, estabelece diálogo com a comunidade francana através do projeto Reforma Agrária nas Escolas, em parceria com o Núcleo de Ensino da UNESP/Franca; neste artigo será discutido este projeto em específico. As atividades se deram em parceria com a Escola Estadual "Profº Antonio Fachada".

Como um grupo de extensão, o NATRA defende a concepção da Universidade Pública considerando o tripé: ensino, pesquisa e extensão, ressaltando sua responsabilidade para com o desenvolvimento da comunidade tanto urbana como rural. É nesta posição que o NATRA se propõe a realizar o projeto "Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano", acreditando poder contribuir pedagogicamente com a formação dos educandos. Segundo Paulo Freire:

> O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador - educando e educando - educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação. [5]

Desta forma, compete ao educador estimular o educando a um processo contínuo de procura do saber, processo este que deve se desenvolver junto envolvendo a sua própria existência, considerando seu início, mas jamais seu término. Portanto, é desvendar a si mesmo e ao mundo que poderá situar-se como sujeito histórico e desenvolver-se de maneira plena,

[4] Suas atividades na região de Ribeirão Preto ocorrem em áreas de assentamentos rurais, tal como o Assentamento Mário Lago, no mesmo município e o Assentamento Sepé Tiarajú, em Serrana/SP. Estas ações são viabilizadas pela parceria com o Centro de Formação Dom Hélder Câmara e o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

[5] FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** (Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira/Prefácio de Jacques CHONCHOL. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (p, 35). (Col. O Mundo, Hoje, v. 24)

seja em sua identidade, seja na percepção crítica das relações estabelecidas entre ele e o mundo, alterando assim sua visão de homem-mundo.

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), em 2007, 4,8% dos educandos matriculados no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries/1º ao 9º ano) desistiram de freqüentar a escola, e ainda que o índice pareça baixo, significa cerca de um milhão e meio de educandos. No mesmo período, 13,2% destes cursavam o ensino médio.[6]

Dentre os vários problemas encontrados no ensino público, notam-se carências com relação à estrutura física das escolas, com grande número de educandos em salas de aula, que superlotadas acabam por dificultar a aprendizagem destes. Com relação aos educadores, a condição salarial e a falta de investimentos na capacitação são fatores determinantes para a significativa deficiência de aprendizado dos educandos, bem como pela expressiva evasão escolar, que apesar de atenuada no ciclo fundamental, graças aos programas federais de transferência de renda que se vinculam à freqüência escolar. Assim, a evasão está especialmente centrada na faixa etária adolescente. Outro fator que muitas vezes contribui para esta evasão é o das grandes distâncias a serem percorridas para que os educandos tenham acesso a uma instituição de ensino público.

Distintas problemáticas que também contribuem para a evasão escolar são a da violência juvenil, bem como a falta de perspectivas na inserção do mercado de trabalho, considerando que o desemprego estrutural é um fenômeno contemporâneo que atinge a uma ampla faixa da população.

Os elementos acima mencionados se mostram relevantes ao se analisar a conjuntura educacional brasileira, mas o desempenho do Estado para que essa condição se perpetue é crucial, já que sua proposta pedagógica privilegia o aspecto tecnicista em detrimento do desenvolvimento crítico do indivíduo e da formação de uma nova leitura da realidade, uma educação mais "humanizada" no sentido de auxiliar na edificação de "valores inclusivos" socialmente, de uma elevação qualitativa na percepção dos sujeitos e seu papel na sociedade.

É nesta perspectiva que as atividades desenvolvidas pelos grupos de extensão devem se pautar, principalmente no caso da Universidade Pública, tendo em vista que sua estrutura de funcionamento e os recursos investidos estão vinculados aos aparatos fiscais público, devendo por isso atuar de forma responsável para com o desenvolvimento comunitário.

[6] In: http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar

Para o desenvolvimento do projeto "Diálogo entre mundo: refletindo o rural e o urbano", foi necessária a organização de todos os extensionistas do NATRA para a execução das atividades propostas e para que estas ocorressem de maneira mais adequada à realidade escolar.

Neste sentido, os graduandos realizaram no decorrer do ano letivo, várias reuniões de preparação e estudos direcionados que pudessem qualificar as ações desenvolvidas e que abarcassem uma reflexão sobre as significações culturais na relação campo/cidade e suas diferenciações, o estímulo às leituras que envolvessem essas realidades distintas, assim como o estímulo a produção de textos com a utilização de variadas formas de linguagem que fomentassem o debate sobre a questão agrária.

> A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas. [7]

Assim, o programa de estudos para a execução das oficinas foi organizado a partir de sete (07) módulos para que, metodologicamente, estivesse ajustado à variedade de temas que necessitariam ser abordados com os educandos. Também se considerou certa maleabilidade neste cronograma para que fosse possível inserir elementos propostos pelos próprios educandos.[8]

Neste cronograma, os temas concernentes ao primeiro módulo relacionavam-se à **História e Conjuntura do Município de Franca e Região**, abarcando a concepção de sujeitos históricos e os aspectos vividos pelos educandos. Todos os assuntos trabalhados propiciaram uma reflexão entre o passado e o presente, contextualizando o processo histórico da cidade, tanto no âmbito econômico, político, como o cultural trazendo análises sobre o incremento na produção da cana-de-açúcar, seus impactos na condição de trabalho, geração de renda, questão ambiental, produção de alimentos, desenvolvimento local-regional, etc.

Com relação à temática desenvolvida no segundo módulo, procurou-se trabalhar as peculiaridades econômicas e sociais dos diversos **Tipos de Desenvolvimento no Campo.**

[7] FREIRE. P. **A importância de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (p, 12). (Coleção polêmicas do nosso tempo; nº 4)

[8] Um dos temas que os educandos propuseram maior aprofundamento foi o debate sobre temas relacionados à diferenciação entre o Arcaico e o Moderno.

Desta forma, partiu-se do resgate histórico do município e do modelo de desenvolvimento agrícola instaurado, demonstrando as transformações que se deram na produção de determinadas culturas e os impactos que estas causaram tanto no meio rural quanto urbano, no município de Franca e região, ressaltando-se as mudanças no âmbito político-cultural advindas desta forma de desenvolvimento.

No terceiro módulo, o objetivo das oficinas era o de trabalhar as questões especificamente relacionadas à **Economia e Trabalho.** Neste, priorizou-se a reflexão sobre aspectos socioeconômicos e o impacto desse modelo agrícola nas várias relações de trabalho, tanto no campo quanto na cidade de Franca e entorno. A especial característica deste módulo foi a de introduzir elementos para debates mais aprofundados sobre a compreensão do desenvolvimento agrário, não apenas na região, mas o desenvolvimento amplo ocorrido no meio rural, quer dizer, o incremento dado na esfera nacional e suas implicações advindas do âmbito internacional.[9]

> Devido ao fato de que a maioria dos recursos em terras úteis e em capacidade tecnológica para aumentar os lucros se encontra hoje em dia concentrada nos países ocidentais industrializados, alguns pensam que no porvir o problema do aumento das necessidades alimentares dos países em desenvolvimento pode ser resolvido mediante o aumento das importações provenientes dos países desenvolvidos. Essa hipótese é absolutamente irrealista porque não somente seria necessário aumentar a produção nestes últimos em volumes enormes, o que teria conseqüências ecológicas negativas para seus recursos, mas porque, além disso, há o fato de que, como nos encontramos em economia de mercado, isso propõe o problema em divisas dessas exportações e de poder de compra das populações rurais e urbanas envolvidas.

Dando continuidade ao módulo anterior, o quarto módulo abordou o debate sobre **Soberania Alimentar** destacando sua atualidade graças à difusão do tema nos meios de comunicação. Sua atualidade se dá pelo fato do cultivo de cana-de-açúcar, laranja, soja e madeira ter-se ampliado para fomentar a produção de etanol, e as exportações de maneira geral, segundo CARVALHO (1995) [10], HOFFMANN (1996)[11], BRUNO (2008)[12] em detrimento do cultivo de alimentos interferindo, sobretudo na oferta de gêneros alimentícios, e

[9] In: CHONCHOL, J. **A Soberania Alimentar.** Estud. av. vol.19 nº. 55. São Paulo Sept./Dec. 2005. In: www.scielo.com.br.

[10] CARVALHO FILHO, José Juliano de. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 173-193. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141995000200008.

[11] HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** In: GALEAZZI, M.A.M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas : Mercado de Letras, 1996. p.195-213.

[12] BRUNO, R; CARNEIRO, M. J. SECRETO, M. V. **O campo em debate: terra, homens, lutas.** Mauad Editora, 2008.

conseqüentemente no valor e na qualidade destes no mercado local, regional e nacional. E ainda segundo o alerta do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à alimentação, Olivier de Schutter, "O mundo terá de aumentar a produção de alimentos em 50% até 2030 e dobrar até 2050 se não quiser sofrer uma falta de comida nas próximas décadas." [13]

Esta temática foi diretamente percebida pelos educandos, por versar sobre problemas enfrentados cotidianamente por estes no espaço familiar, considerando o preço dos alimentos e a dificuldade relacionada a acesso a alimentos no quesito quantidade e qualidade.

Já com relação ao quinto módulo, a temática debatida relacionou-se com a diferenciação entre **Cultura Camponesa e Urbana,** enfatizando as similaridades encontradas em ambas, assim como sua diversidade. Neste módulo, privilegiaram-se as transformações históricas ocorridas nas duas esferas, assim como suas particularidades.

A temática debatida no sexto módulo, **As Relações Sociais Estabelecidas entre Campo e Cidade,** como continuidade da questão antecedente, procurou fomentar reflexões acerca do modo de vivência no mundo rural e urbano, realçando a existência de diferenças, porém, trabalhando no sentido de dissolver os preconceitos instaurados historicamente entre essas duas realidades.

Já no sétimo e último módulo, procurou-se atentar sobre o debate do surgimento **Movimentos Sociais: no Meio Urbano e Rural,** tendo já trabalhado com diversas informações que dessem subsídios para a compreensão da organização social, por meio de movimentos, tanto no campo como na cidade, assim como seus aspectos históricos que culminaram na edificação destes, através de questionamentos econômicos, políticos e/ou culturais.

A metodologia utilizada pelo grupo refere-se à filosofia freireana, considerada fundamental na execução do projeto por se tratar de uma opção pela horizontalidade e pelo desenvolvimento pedagógico de todos os envolvidos, no caso, de educadores e educandos.

As linguagens empregadas nas oficinas se deram através de amplo repertório, sendo utilizadas músicas, apresentação de curtas-metragens, slides, textos jornalísticos entre outras que se relacionassem com a temática de cada módulo e sempre com intérpretes e trabalhos nacionais, visando o conhecimento artístico da sua própria nação, privilegiando trabalhos

[13] In: http://www.ecodebate.com.br/2008/09/10/crise-alimentar-relator-da-onu-diz-que-a-producao-de-alimentos-precisa-dobrar-ate-2050. Por Jamil Chade, da Agencia Estado, terça-feira, 9 de setembro de 2008, 17:07.

brasileiros. O pressuposto, aqui, é que do desenvolvimento de percepção de identidade coletiva de *povo brasileiro,* aí sim pode emergir uma abordagem que atinja as realidades de outros povos, com padrão de autonomia e cooperação entre os vários sujeito.

As oficinas ocorreriam ocorreram quinzenalmente e todas as atividades tiveram o acompanhamento dos educadores da própria instituição. Foram realizadas reuniões com a coordenação pedagógica no intuito de dinamizar as oficinas de forma que contribuíssem com o cronograma e grade da instituição de ensino.

Ao final do ano letivo e em avaliação realizada pelo grupo e pelos parceiros, constatou-se que a efetivação do projeto foi positiva, significando um importante reforço tanto para os educandos, como para os educadores e, conseqüentemente para a instituição escolar. Especificamente para o NATRA, constituiu-se numa conquista seja com referência à formação dos extensionistas, seja para a concretização da proposta por ele defendida, que é subsidiar o debate sobre a questão agrária e a difusão de conhecimentos para o equilíbrio entre as relações constituídas entre campo-cidade.

A maior evidencia do êxito da proposta é que no ano de 2010, o NATRA irá ampliar o projeto para duas escolas do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar as atividades realizadas pelo projeto Reforma Agrária nas Escolas - "Diálogo entre mundos: refletindo o urbano e o rural", as parcerias realizadas para sua viabilização e a continuidade e ampliação deste, além de demonstrar a atuação do grupo de extensão "Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA - UNESP/Franca)

No desenvolvimento das oficinas procurou-se debater as relações entre campo e cidade e os diferentes tipos de vivências encontrados nas duas esferas, de modo que pudesse minimizar os preconceitos historicamente instaurados entre as duas realidades.

Para tanto, procurou-se considerar a conjuntura do ensino público brasileiro e suas deficiências, assim como a realidade específica da instituição de ensino em que o projeto se desenvolveu, a sua localidade (periferia do município) e a particularidade informacional dos educandos. Os diferentes processos de desenvolvimento enfocados são portadores de

especificidades próprias e foram analisados vários elementos que constituíram a formação do meio rural e urbano, relevantes para a compreensão de ambos.

Denota-se, diante disso, o subsídio dos extensionistas e parceiros deste projeto na contribuição para educação de jovens e na possibilidade de desenvolvimento de uma pedagogia que, de forma crítica, auxilie na formação de sujeitos responsáveis socialmente, com a exata noção de seu papel na construção de um país, transformando suas características para uma relação mais justa e menos desigual.

Ante o esforço conjunto desenvolvido pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), Núcleo de Ensino (UNESP/Franca) e as instituições de Ensino Profº "Antonio Fachada" e Profº "Sérgio Leça Teixeira", será possível dar prosseguimento ao projeto "Diálogo entre mundos: refletindo o urbano e o rural", que se mostrou significativo para o incremento educacional público em sua primeira edição, qualidade esta que pretende ser buscada também em sua continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, R; CARNEIRO, M. J. SECRETO, M. V. **O campo em debate: terra, homens, lutas.** Mauad Editora, 2008.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 173-193. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141995000200008.

CHONCHOL, J. **A Soberania Alimentar.** Estud. av. vol.19 nº. 55. São Paulo Sept./Dec. 2005. In: http://www.scielo.com.br

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** (Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira/Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (p, 35). (Col. O Mundo, Hoje, v. 24)

_____ **Pedagogia do Oprimido.** 9ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1981. (p, 79)

_____ **A importância de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (p, 12). (Coleção polêmicas do nosso tempo; nº 4)

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** (Trad. Coutinho, C. N.) Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968. (p, 07-08)

HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil.** In: GALEAZZI, M.A.M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas : Mercado de Letras, 1996. p.195-213.

http://www.ecodebate.com.br/2008/09/10/crise-alimentar-relator-da-onu-diz-que-a-producao-de-alimentos-precisa-dobrar-ate-2050. Por Jamil Chade, da Agencia Estado, terça-feira, 9 de setembro de 2008, 17:07.

http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar, sexta-feira, 9 de abril de 2010, 14:30.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (p, 07). (Col. Brasil Urgente).

SILVA, M.A.M. **A Morte Ronda os Canaviais Paulistas.** In. Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 33 - nº 2. (p, p, 111-141), AGO/DEZ, 2006. (p, 129).

AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO PARÁ.

Martha Parry (1)

Ieda Rivera (2)

Maria de Nazaré Angelo Menezes (3)

(1) Engenheira agrônoma, MS. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Belém, Pará

(2) Engenheira agrônoma, Especialista. Secretaria Municipal de Economia da Prefeitura de Belém.

(3) Engenheira agrônoma, Doutora em História Agrária, Professora do Núcleo de Ciencias Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará, Belém..

GT02 – Políticas públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

O Estado Brasileiro esteve presente na última reunião em Davos onde uma nova visão para a agricultura mundial foi assim indicada**:**

> **...** devem ser ampliados os investimentos em ciência e tecnologia, com o objetivo de redesenhar os sistemas de produção agropecuário. Isso significa não apenas aprimorar as bases tradicionais da revolução verde - melhoramento genético, adubação, irrigação e manejo de pragas e doenças. Deve ser dada ênfase para sistemas de produção mais eficientes ecologicamente e capazes de conservar os solos, sequestrar carbono e conservar a biodiversidade - além de produzir alimentos de melhor qualidade (menos agroquímicos) e baixo custo. Exemplos disso são sistemas agroflorestais e permacultura (VIANA e FURLAN, 2010).

As ações governamentais no Estado do Pará para o desenvolvimento da agricultura orgânica tiveram início, formalmente, em 2005. Em reunião realizada na Superintendência Federal do Pará (SFA-PA), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um grupo de pessoas representando entidades governamentais e não governamentais, discutiu o cenário da agricultura orgânica e possíveis estratégias para o desenvolvimento deste sistema de produção no Estado do Pará. Esta reunião foi o embrião da Comissão da Produção Orgânica no Pará (CPOrg-PA). A CPOrg-PA, constituída, formalmente, em 30 de agosto de 2006 através da Portaria SFA-PA 158, seguiu orientações da Coordenadoria de Agroecologia (COAGRE) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

como estratégia de desenvolver, de forma participativa e abrangente, a agricultura orgânica nos diversos Estados do Brasil. Esta Comissão tem a função explícita de assessorar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a adoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura orgânica, e se constituiu como a principal política pública para que, em um curto período de tempo, as unidades federativas do Brasil implementassem ações de capacitação, de fomento, de organização e de promoção da agricultura orgânica no país.

O conceito de políticas públicas se confunde com o de ações governamentais, o que pretende-se distinguir neste artigo, a exemplo do que podemos encontrar em casos descritos por Pierre Teisserenc (2002), em que os atores sociais se coordenam para promover o desenvolvimento de um determinado território. No caso específico das ações de apoio e fomento à Agricultura Orgânica no Estado do Pará, elas vem se consolidando a partir de uma forte interação de produtores rurais e técnicos engajados em organismos governamentais de âmbito municipal, estadual e federal. Para efeito deste artigo, a Feira dos Produtores Orgânicos mobilizada pelo Ministério da Agricultura, Secretaria Municipal de Economia, Empresa de Assitencia Técnica e Extensão Rural e a Associação dos Produtores Orgânicos do Nordeste Paraense – APONPA, tem sido um espaço de crescimento destas ações. Na prática, o surgimento da Associação dos Produtores orgânicos enquanto ator social, com identidade própria e que vem se definindo ao longo dos últimos três anos, é um fenômeno a ser devidamente identificado. Composta de produtores que têm vindo ofertar seus produtos durantes as feiras realizadas em Belém, vêm paulatinamente discutindo a implementação destes pontos comerciais, mas ali também vão se delineando as contradições inerentes à aliança entre categorias diversas de produtores, ainda que sob alguns elementos comuns, como a preocupação com a qualidade dos alimentos que estão ofertando.

No Estado do Pará, a primeira ação governamental efetiva voltada para o desenvolvimento da agricultura orgânica foi a criação da CPOrg-PA por onde deveriam fluir outras que pudessem se constituir em políticas públicas consistentes e coerentes com a vertente ambiental. A criação da CPOrg-PA agregou, em um único espaço, setores produtivos e técnicos, entidades governamentais e não governamentais. Através da CPOrg-PA se pode visualizar a situação da agricultura orgânica no Estado do Pará que se restringia a produções pontuais baseadas nos princípios da Agroecologia em suas diferentes vertentes (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2001), ou com o uso deficiente de insumos químicos e mecanizaods, e no

extrativismo de produtos da floresta amazônica. Com base nesta evidência, a CPOrg-PA identificou a necessidade de trabalhar tanto a produção quanto o consumo de produtos de qualidade biológica garantida por medidas de contrôle tanto governamental quanto social.

O Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF representa o núcleo do processo que desencadeou as ações e atividades existentes no país que indicaram e indicam os caminhos para a formalização de decretos e leis que regem as políticas públicas voltadas para o setor da produção rural familiar. Pode-se citra como exemplo destas as políticas financeiras destinadas especificamente à agricultura familiar, ao contrário do que estabelecia o orçamento da união que reconhecia somente o setor agropecuário voltado para uma produção em grande escala e excluía as unidades de produção e consumo da agricultura familiar, responsável por parte significativa do abastecimento interno de alimentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados e as informações foram extraídos de relatórios internos do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento e de atas de reuniões da CPOrg-PA realizadas ao longo de 2006, 2007, 2008 e 2009. Em quatro anos de existência foram realizadas 20 reuniões da CPOrg-PA, demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 - Reuniões da CPOrg-PA no período de 2006-2009

Ano	Reuniões
2005[1]	1
2006	3
2007	5
2008	7
2009	4
Total	20

Fonte: Atas de reuniões no SEPDAG-PA

[1] Reunião realizada a convite da SFA-PA, mas sem a CPOrg-PA estar oficialmente formada

As medidas explicitadas neste trabalho foram separadas em dois grandes blocos de acordo com o público beneficiado, ou seja produtores e consumidores. Foram consideradas apenas os procedimentos cujo escopo da atividade e poder de decisão se encontram dentro da abrangência e da jurisdição das entidades[2] representadas na Comissão de Produção Orgânica no Pará-CPOrg-PA. Não foram incluídas políticas de crédito rural, de regulamentação, renda e outras, apesar da importância destas na tomada de decisão de produzir ou consumir organicamente, respectivamente, pelos produtores rurais e consumidores urbanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações governamentais visando o desenvolvimento da produção orgânica no Estado do Pará foram elencadas em dois grandes grupos. O primeiro diz respeito às voltadas para aumentar a oferta do produto, ou seja para a área da produção. O segundo grupo trata das políticas voltadas para incrementar o consumo dos produtos orgânicos, principalmente em Belém, capital do Estado do Pará.

a) Ações Públicas voltadas para a Produção

A produção orgânica no Estado do Pará ainda é pequena e de monitoramento deficiente. Até onde se sabe, restringe-se ao extrativismo, fruticultura (açaí –*Euterpe oleracea* Mart*,* laranja – *Citrus sinensis* L Osbeck*,* cacau – *Theobroma cacao* L. *e* dendê – *Elaeis guineensis* Jacq.) e alguma produção de hortifrutigranjeiros. Uma das ações da CPOrg-PA foi identificar produtores que trabalhavam o sistema orgânico de produção nos diversos municípios do Estado do Pará. Ao final de 2009 foram identificados no Sepdag /DT/SFA-PA 179 produtores dispersos no Estado como resultado de um esforço conjunto das diversas instituições que compõem a CPOrg-PA. No

[2] As organizações que compunham a primeira versão da Comissão eram, entre as **Não Governamentais: 1)** Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará; 2) Federação de Agricultura do Estado do Pará; 3) Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Agricultura – PA; Grupo AGROPALMA; 4)Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Pará; 5) Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico; 6) Instituto Gestor de Pesquisa na Amazônia; 7) Fundação Viver, Produzir e Preservar; 8) Cooperativa Agroflorestal de São Francisco do Pará, 9) Empresa Horta Sorriso; 10) Nova Amafrutas. 11) Empresa Eco Consultoria; 12) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Entre os organismos governamentais contavam-se 13) Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da UEPA. 14) Ministério do Desenvolvimento Agrário/Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário; 15) Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará; 16) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Amazônia Oriental; 17) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira/Superintendência Regional da Amazônia; 18)Secretaria Executiva de Estado de Agricultura; 19)Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará; 20) Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará; 21) Universidade Federal do Pará; 22) Universidade do Estado do Pará; 23) Universidade Federal Rural da Amazônia; 24) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará

que diz respeito à produção identificada, pode-se dizer que é pequena, pouco volumosa, pontual e dispersa. Soma-se a esta constatação a ausência de uma assistência técnica qualificada para a produção orgânica, havendo necessidade de se investir em ações de capacitação de técnicos e produtores visando à mudança da oferta de produtos orgânicos. A grande maioria de técnicos envolvidos com a assistência técnica não apresentam uma formação básica nem em agricultura sustentável, nem em agroecologia, nem em agricultura orgânica, em que pese todo o debate que vem ocorrendo desde os anos 70 do século passado (MOURÃO, 2004). Esta realidade é resultado da ausência destas matérias na grade curricular da principal escola de formação de técnicos no Estado, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Neste sentido foram realizados curso, mini-cursos, seminários, dias de campo e palestras sobre produção orgânica pela CPOrg no sentido de sensibilizar os técnicos, estudantes e agricultores para estes aspectos.

Quadro 2 Atividades de capacitação em agricultura orgânica, ou agroecológica e ou Sustentável

Atividade	Eventos
Cursos	6
Mini cursos	2
Seminários	4
Dia de campo	2
Palestras	10

Fonte: Relatório CPOrg-PA 2007, Relatório Gestor SFA-PA 2008, Relatório Gestor SFA-PA 2009

Foram implementadas também ações de fomento relacionadas com a distribuição de sementes para formação de Bancos Comunitários de Sementes de adubo verde. A motivação desta política de fomento se encontra na viabilidade desta prática para a fertilização do solo na agricultura orgânica e na carência de material básico (sementes) para a consecução desta prática. Foram distribuídos 2.500 kg de sementes nos anos de 2008 e 2009, sendo 270 kg de Mucuna preta (*Mucuna aterrima,* Piper & Tracy), 1.230 kg de feijão Guandu (*Cajanus cajan,*(L). Millsp.), e 1.000 kg de Crotalária (*Crotalaria juncea*, L.). Após um ano agrícola cada produtor deveria repôs para um Banco Comunitário de Sementes a mesma quantidade recebida. A agenda das instituições parceiras e o pouco conhecimento da prática de adubação verde podem ter sido as principais causas desta atividade não ter tido a continuidade esperada.

Outra atividade incentivada pela CPOrg-PA diz respeito à organização da produção. A organização dos produtores torna-se visível desde sua participação nas tomadas de decisões dentro da Comissão da Produção Orgânica no Pará-CPOrg-PA, através de representantes de

entidades do setor produtivo, assim como nas ações voltadas para a organização dos produtores para venda direta em feiras do produtor.

Algumas palestras sobre associativismo e organização foram proferidas para um grupo de produtores envolvidos na venda direta de seus produtos. Como resultado direto desta ação nasceu uma associação de produtores orgânicos cujo objetivo comum é a participação na Feira do Produtor Orgânico em Belém do Pará. No que diz respeito à comercialização dos produtos orgânicos, apenas as frutas (açaí, laranja, dendê e cacau) e a Castanha-do-pará (*Bertollethia excelsa* Bonpl.) (produto do extrativismo), eram comercializados sob égide de produto orgânico.

Havia a necessidade de se criar um espaço onde o produtor e o consumidor pudessem interagir. Um espaço específico onde, além da venda, o produtor pudesse conhecer outras experiências de produção, em que ele se sentisse valorizado por dispor de um produto diferenciado, procurado por consumidores exigentes na qualidade dos alimentos. Com este objetivo foram realizadas 8 feiras do produtor distribuídas ao longo dos 4 anos de atividades da CPOrg-PA (2006-2009) como mostra o Quadro 3. Pode-se constatar que as feiras têm tido uma ocorrência cada vez mais freqüente visando atender aos apelos dos consumidores. Por outro lado, o produtor que, na inexistência de um espaço específico para a venda de produtos orgânicos vendia sua produção de forma convencional, encontrou nas feiras de produtos orgânicos um espaço que o identifica e permite um outro tipo de interação. É um espaço onde ele pode apresentar seu produto de forma diferenciada, onde ele troca experiências com seus pares, em que exerce sua cidadania, e que o leva a buscar sua organização e apoio governamental para se manter no mercado.

Quadro 3 Feiras de Produtos Orgânicos Realizadas em Belém

Ano	**Feiras realizadas**
2007	1
2008	2
2009	5
Total	**8**

Fonte: Relatórios Secretaria Municipal de Economia em Belém, PA

Uma outra atividade desenvolvida voltada para a produção foi a missão técnica para a Biofach América Latina em 2008[3]. Os produtores do Pará e técnicos de entidades governamentais e não governamentais precisavam visualizar a existência e o ambiente da comercialização da produção orgânica. Com o apoio das entidades governamentais para transporte e logística, a

[3] Evento realizado em São Paulo, de 24 a 26 de agosto de 2008.

missão envolveu 10 técnicos e 20 produtores que puderam visualizar o universo brasileiro da produção orgânica, agregar conhecimentos, conhecer fornecedores, expor seus produtos e trocar experiências.

Uma outra ação que se fez necessária diz respeito ao envolvimento dos órgãos públicos no desenvolvimento de atividades voltadas especificamente para a agricultura orgânica. Assim como o grupo técnico não teve a oportunidade na sua escolarização formal de conhecer o sistema orgânico de produção, os gestores dos órgãos públicos envolvidos com a agricultura não conheciam o sistema. Assim sendo, foram formatados "cafés orgânicos" com o objetivo de apresentar o sistema orgânico de produção para os gestores públicos de entidades envolvidas com a agricultura no Estado do Pará. Apesar da motivação política, a CPOrg-PA formatava o "café orgânico", como uma atividade social para a imprensa na abertura das atividades das semanas do alimento orgânico. Quem assumiu fazer as honras da casa, nos primeiro anos, foi o Secretário de Agricultura do Estado, coordenador da política agrícola Estadual.. Em 2009 não houve apenas um café orgânico, mas 4, o que demonstra o envolvimento dos organismos governamentais nas atividades de produção e comercialização de produtos orgânicos.

b) Ações voltadas para o Consumo

As atividades voltadas para o consumo dizem respeito principalmente à promoção do alimento orgânico com informações visando especificamente os consumidores. Os membros da CPorg-PA entendem que para haver uma mudança do hábito cotidiano do consumidor, este precisa conhecer as vantagens e benefícios do produto colocado no mercado. Neste sentido foram realizadas cinco versões anuais da Semana do Alimento Orgânico, cujas atividades se desenvolveram principalmente na cidade de Belém, escolhida como cenário para as ações voltadas para o consumidor, considerando a população de quase dois milhões de habitantes e o poder aquisitivo desta população. Durante a Semana do Alimento Orgânico diversas atividades costumam ser programadas para atingir o público consumidor. Dentre elas podemos citar a divulgação na imprensa, os café orgânicos, palestras, degustações e o encerramento com uma feira do produtor rural. Após uma semana de novas informações sobre o produto o consumidor precisava de um local onde ele pudesse adquirir este produto diferenciado. É neste sentido que foram organizadas as feiras do produto orgânico no encerramento (no sábado) de cada Semana. No período compreendido entre 2006 e 2009 foram realizadas 4 Semanas do alimento Orgânico e 18 Feiras do Produto Orgânico como demostrado no Quadro 4.

Quadro 4 Semanas e Feiras realizadas

Ano	Referência	Data	Feiras Realizadas
2005	I	10 a 16 de setembro	0
2006	II	24 a 30 de junho	1
2007	III	05 a 11 de novembro	2
2008	IV	25 a 31 de maio	5
2009	V	24 a 30 de maio	8

Fonte: Relatório Gestor SFA-PA

Pelo que se pode ler das atividades acima descritas, a promoção das Semanas do Alimento Orgânico oportunizaram o debate tanto sobre o consumo sobre como a produção, tendo como resultado inevitável o estímulo à Feira. Nas Feiras, algumas barracas institucionais são montadas para facilitar a divulgação de informações sobre o alimento orgânico e experiências pontuais. Além de informações verbais repassadas diretamente entre o consumidor e o técnico ou entre o consumidor e o produtor rural, material impresso como panfletos e cartilhas foram distribuídos. Vale salientar que em se tratando de alimento saudável, como se caracteriza o alimento orgânico, a imprensa tem dado todo o apoio e divulgado nos jornais tanto as semanas do alimento orgânico quanto as feiras.

Outra política adotada pela CPOrg-PA para a promoção do alimento orgânico diz respeito à degustação em supermercados. Além da degustação propriamente dita realizada por voluntários, informa-se o consumidor das vantagens e benefícios do alimento orgânico. Panfletos e cartilhas complementam as informações ao consumidor. Tal atividade tem obtido resultados positivos no que diz respeito ao interesse dos consumidores e à participação posterior dos mesmos nas feiras de produtos orgânicos.

Ainda sobre agricultura orgânica, foram promovidas por diversos membros da CPOrg-PA, em ambientes de entidades, em momentos distintos, algumas palestras pontuais. Foram realizadas palestras na Universidade Estadual do Pará, na Emater e em comunidades rurais. As palestras em locais dispersos e atendendo a agenda de parceiros geralmente foram proferidas por ocasião das 5 semanas do alimento orgânico.

Após quatro anos de existência e funcionamento da Comissão da Produção Orgânica no Pará, o cenário se encontra diferente principalmente no que diz respeito ao consumo. Parte dos consumidores de Belém já conhece o produto orgânico, tem comparecido sistematicamente às feiras do produtor na busca de alimento saudável, sem agrotóxico e demandado uma constância

maior das mesmas. Por outro lado, a produção, apesar de ter avançado na organização, não apresenta um incremento considerável na produção devendo este fato servir de orientação para ações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Feira do Produtor Orgânico de Belém vem se constituindo em espaço efetivo de formalização do encontro entre produtores e consumidores de produtos orgânicos do município de Belém e do Nordeste Paraense. Reunindo técnicos de orgãos governamentais e não governamentais, associações de produtores e produtores isolados, consumidores e visitantes em geral, são espaços de socialização do conhecimento sobre a produção agrícola pautada no respeito do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais. Pelas características dos seus participantes, tende a ser um espaço fundamental de formulação de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais e da difusão do ambientalismo que tem se firmado como um dos paradigmas da modernidade. A Feira tem se intensificado na frequencia e expandido espacialmente. De ocorrencia vinculada a um evento anual sobre produtos orgânicos, a tendencia é que venha a ocorrer todos os sábados, em pelo menos duas praças do município de Belém, em que pese a demanda em vários pontos da cidade.

Nada garante que se firme a exclusividade de produtores orgânicos nestes espaços, uma vez que a certificação é custosa e implica procedimentos de controle que deverão ser construidos pelo conjunto de participantes. O registro de queixas sobre a qualidade do produto e mecanismos de acompanhamento das práticas produtivas e comerciais têm sido cada vez mais exigidos para se preservar a credibilidade do empreendimento que envolve princípios e traz embutida uma proposta associada a uma relação homem-natureza diferenciada daquela inspirada na Revolução Industrial e no capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M**. Agroecologia: As bases cientificas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA - FASE, 1998. 235p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia:** Processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Um olhar de gênero sobre a reconstrução da Agricultura em Abaetetuba- Pará. Belém: Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar, 2004 (Dissertação de Mestrado).

TEISSERENC, Pierre. Les politiques de Développement Local 2ed. Paris : Econômica, 2002 (Collectivités territoriales).

VIANA, Virgilio e FURLAN, Luiz, Davos e uma nova visão para a agricultura.**Valor**, (Opinião)**.** 03/03/2010. Disponível em http://www.agrolink.com.br/culturas/milho/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=106288. Acessado em 11 de abril de 2010.

ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS POR AGRICULTORES FAMILIARES: lições para a política de assessoria técnica da experiência da Universidade Federal de Goiás na promoção da transição agroecológica por agricultores do município de Itapuranga[1]

Gabriel da Silva Medina
Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da UFG (Campus II).
gabriel.silva.medina@gmail.com

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

Uma nova política pública de assessoramento técnico está sendo construída no Brasil para apoiar a agricultura familiar. A política busca substituir o paradigma difusionista de transferência de pacotes tecnológicos por uma abordagem construtivista que promova a facilitação de processos compatíveis com os interesses e capacidades dos agricultores. Depois da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) no ano de 1990 pelo governo Collor, em 2003 o sistema de assessoria técnica nacional foi reformulado e o governo federal voltou a apoiar os estados na reestruturação das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Uma das linhas de frente da nova política é a agroecologia definida como o cultivo de alimentos de forma natural, sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos solúveis como uma forma de reduzir custos e dependência de insumos externos. As técnicas agroecológicas incluem adubação verde, adubação mineral, o não uso de agrotóxicos e adubos químicos solúveis, o uso de defensivos naturais e a combinação e rotação de culturas. A promoção da agroecologia é vista como um processo de transição para a substituição de práticas convencionais (Costabeber, 1999).

As práticas promovidas pela política de assessoramento técnico (mesmo as agroecológicas) guardam, em muitos casos, uma distância técnica em relação às práticas convencionais. Análises sobre experiências de promoção de novas práticas existentes revelam o dilema da baixa adoção generalizada das novas práticas. Embora exista um esforço significativo das políticas públicas em promover novas práticas que, a princípio representam

[1] Agradecimentos: O projeto de extensão da UFG "Promoção de práticas agroecológicas entre agricultores familiares de Itapuranga (Goiás)" que permitiu a elaboração deste trabalho recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

vantagens para o agricultor, em muitos casos a adoção é restrita. Estudos indicam o risco de que um número limitado de agricultores adotem e um número ainda menor mantenham as novas práticas ao longo do tempo (Hoch *et al.* 2009).

As experiências também revelam o dilema dos projetos piloto dependentes de subsídios constantes. Em experiências apoiadas por ONGs é oferecido apoio muito intensivo e subsídios consideráveis. Devido aos altos custos, o apoio fica normalmente restrito a projetos demonstrativos. Em muitas dessas iniciativas apenas os agricultores apoiados diretamente conseguem adotar as práticas e, em muitos casos, precisam de subsídio constante para sua manutenção. Agricultores que não são apoiados na mesma intensidade não conseguem adotar as práticas (Medina *et al.* 2009).

É, portanto, fundamental analisar o potencial de adoção pelos agricultores familiares das práticas promovidas a fim de desenvolver políticas de assessoramento técnico com eficiência. A literatura sobre programas de assessoria técnica sugere que, quanto menor for a distância técnica entre as práticas propostas e as práticas convencionais, maiores serão as possibilidades de adoção e manutenção pelo agricultor familiar (Medina & Pokorny, 2008). Para reduzir a distância, uma alternativa é a construção de uma abordagem de assessoramento técnico que parta dos interesses e capacidades dos agricultores, tal como pretendido pela nova política de assessoria técnica.

Este trabalho pretende contribuir com o processo de construção de uma abordagem de assessoramento técnico que considere os interesses e capacidades dos agricultores familiares para promover práticas de produção com grande potencial de adoção e manutenção. Especificamente o trabalho pretende: (1) Construir uma ferramenta de análise do potencial de adoção de novas práticas de produção pelos agricultores familiares e, (2) Aplicar a ferramenta para avaliar o potencial de adoção das práticas agroecológicas pautadas como alternativas às práticas convencionais.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com base na metodologia de pesquisa-ação associando um componente acadêmico responsável por construir a ferramenta de análise do potencial de adoção de novas práticas e um componente de assessoria técnica que aplicou a ferramenta para avaliar o potencial de adoção das práticas agroecológicas e construir um plano de trabalho dentro dos interesses e capacidades dos agricultores. A construção da ferramenta foi feita com base na revisão de literatura sobre a economia familiar e sociedades camponesas e resultou em parâmetros chave para avaliar o potencial de adoção de novas práticas. O

entendimento das particularidades da agricultura familiar foi fundamental para subsidiar a atuação dos assessores técnicos, principalmente aqueles que eram especialistas em agroecologia mas conheciam pouco da sócio-economia familiar.

A aplicação da ferramenta resultou no diagnóstico da distância técnica entre cada prática proposta e a convencional e ofereceu elementos para os técnicos e agricultores definirem um plano de trabalho a partir dos interesses e capacidades existentes. Foram priorizadas as práticas com maior potencial de adoção e construídas alternativas para as práticas mais distantes das capacidades locais.

A assessoria técnica junto ao agricultor foi feita em três passos fundamentais: (1) definição da meta pelo agricultor – o agricultor informou ao assessor técnico onde gostaria de chegar em um prazo de dois anos; (2) construção dos passos necessários – o técnico e agricultor definiram conjuntamente as práticas a ser realizadas para alcançar a meta; (3) pesquisa aplicada – as práticas propostas foram caracterizadas a partir dos parâmetros definidos para permitir uma análise crítica do potencial de sua implementação. Os resultados da pesquisa subsidiaram as decisões dos agricultores e técnicos no plano de trabalho.

Embora o trabalho tenha sido desenvolvido para os sistemas de horticultura, fruticultura, e gestão de pastagem tipo *voisin* para criação de gado leiteiro, esse artigo apresenta a análise dos dados apenas para o sistema *voisin*. Os dados apresentados no artigo resultam da média de uma amostra de três agricultores que adoram o sistema em suas propriedades. Os dados são apresentados considerando as etapas de estabelecimento do sistema e manutenção ao longo do tempo.

FERRAMENTA DE ANÁLISE DO POTENCIAL DE ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS POR AGRICULTORES FAMILIARES

A partir da revisão da literatura foi possível identificar quatro parâmetros fundamentais para avaliar o potencial de adoção de novas práticas pelos agricultores familiares: (1) se os investimentos necessários e os custos produção são condizentes com o capital detido pelo agricultor, (2) se a demanda de mão-de-obra é compatível com a capacidade existente, (3) se os conhecimentos requeridos para estabelecer a prática estão de acordo com saber ou condições de aprendizado do agricultor, e (4) se existe um contexto institucional favorável com mercado, crédito e assessoria técnica.

Parâmetro 1 – mão-de-obra

Um dos aspectos cruciais da agricultura familiar para definir a possibilidade ou não em adotar uma nova prática é a disponibilidade de mão-de-obra e o interesse da família em empregar unidades adicionais de trabalho nessa prática. A proposição de práticas que não coincidem com a disponibilidade existente de mão-de-obra pela família é uma das falhas clássicas da assistência técnica difusionista. Diferente da agricultura empresarial, a agricultura familiar usa essencialmente mão-de-obra da família para a produção que atende ao mercado e ao consumo (Chayanov, 1974).

Daí resultam dois aspectos fundamentais a ser considerados no momento de se propor uma nova prática (de acordo com Costa, 1995). O primeiro é a disponibilidade de mão-de-obra existente na estrutura familiar – As dimensões da economia familiar como unidade de produção são determinadas pela sua disponibilidade de membros aptos para o trabalho, isto é, pela quantidade máxima de trabalho que estes podem realizar até atingir limite de sua capacidade física;

O segundo é o interesse da família em empregar unidades adicionais de trabalho em determinada prática – O uso de uma unidade adicional (mesmo quando disponível) é visto pela família como economicamente vantajosa sempre que o rendimento daí resultante possibilite o preenchimento do orçamento. Esse uso é otimizado quando o rendimento adicional é obtido com o menor esforço possível (reduzindo a penosidade do trabalho).

Assim, é fundamental analisar a quantidade de mão-de-obra demandada ao longo do ano por uma nova prática proposta e contrastar com a disponibilidade de mão-de-obra pela família. Para isso, trabalhos de administração rural desenvolveram mecanismos práticos que incluem a estimativa de Unidades de Trabalho Homem disponíveis e a elaboração do Itinerário Técnico da produção que serve para identificar como demanda por mão-de-obra varia durante o ano de acordo com as diferentes práticas sendo executadas na propriedade (Lima, 1995).

Já a definição do interesse da família em investir a mão-de-obra disponível em determinadas práticas passa essencialmente por aspectos subjetivos como tradição, interesse em experimentar, motivação familiar ou promovida por assessores externos e expectativa de retorno financeiro. Para esse aspecto, o mecanismo mais prático de avaliação é a consulta aberta ao agricultor sobre seu interesse. Estudos sociológicos apontam para a importância da relação de confiança estabelecida entre o técnico e o agricultor como essencial para uma consulta eficiente (Chambers, 1987).

Os seguintes elementos podem ser derivados como essenciais para avaliar se o agricultor tem a mão-de-obra necessária e o interesse em investi-la na nova prática: (1)

Calcular a quantidade de mão-de-obra disponível na propriedade; (2) Elaborar o itinerário técnico para avaliar se há espaço para novas práticas no calendário; (3) Analisar a demanda em mão-de-obra da nova prática proposta e contrastar com a disponibilidade ao longo do ano; (4) Consultar o agricultor sobre seu interesse em investir trabalho na prática proposta.

Parâmetro 2 – capital

Um outro parâmetro fundamental a ser avaliado é se os investimentos necessários para o estabelecimento e os custos produção de uma nova prática são condizentes com o capital detido pelo agricultor. A adoção de novas práticas normalmente implica na necessidade de investimentos de implantação. Tais investimentos podem ser demandados na aquisição de novas ferramentas, insumos e até no acesso ao conhecimento necessário para a gestão da prática. Considerando que a economia familiar opera normalmente sem capital de giro, os agricultores frequentemente têm recursos limitados para fazer investimentos.

Uma ferramenta clássica proposta para superar esse problema é o crédito rural. Apesar dos avanços na capilaridade do crédito, parte importante dos agricultores ainda tem dificuldades de acesso e, os que acessam, enfrentam dificuldades para financiar atividades por eles priorizadas. Assim, na proposição de uma nova prática, é fundamental avaliar a capacidade de investimento do agricultor e sua possibilidade real de conseguir alternativas atrativas de financiamento externo.

Mesmo quando o agricultor consegue estabelecer uma nova prática, é ainda fundamental considerar sua capacidade de manutenção. Assim, a análise criteriosa dos custos de manutenção dessas práticas é um passo importante de ser dado. Um aspecto importante é que, principalmente na primeira safra, o agricultor terá custos de produção que só serão cobertos com o fim da safra e comercialização da produção. Assim, é fundamental considerar que o financiamento da primeira safra também terá que ser feito com capital do agricultor.

Os seguintes elementos podem ser derivados como essenciais para garantir que o agricultor tenha disponibilidade do capital necessário para investir no estabelecimento da nova prática e cobrir os custos de produção da primeira safra: (1) Levantar a quantidade de capital existente para investimento (o que sobra por mês); (2) Mensurar os custos de adoção a partir da análise dos insumos necessários, de quais estão disponíveis na propriedade e quais precisam ser adquiridos; (3) Estimar os custos da primeira safra a ser pré-financiada; (4) Calcular a expectativa de retorno da prática com base nas condições reais de campo.

Parâmetro 3 – conhecimento

Na abordagem difusionista o fluxo de conhecimento é unidirecional com o conhecimento gerado por centros de pesquisa (como a Embrapa), difundido por empresas de assistência técnica (como a Emater), para um ponto focal de recepção do conhecimento (os agricultores). Como o conhecimento é gerado em campos experimentais e difundido, os agricultores acabam ficando dependentes da tecnologia externa uma vez que não dominam o sistema produtivo.

A nova política de assessoria técnica traz o objetivo de estabelecer uma abordagem diferenciada para o apoio aos agricultores familiares, superando o paradigma difusionista para a adoção de uma abordagem construtivista. Na nova abordagem o conhecimento passa a ser construído em conjunto entre o técnico e o agricultor a partir do diagnóstico da situação da propriedade. A construção de conhecimento passa, portanto, pela comunicação entre o técnico e o agricultor (Freire, 1983) no sentido de identificar os problemas, planejar ações, propor e testar soluções e analisar os resultados. Trata-se de uma abordagem de processo que busca avanços gradativos com base nos interesses e capacidades dos agricultores.

Da nova abordagem os seguintes elementos podem ser derivados como essenciais para garantir que os conhecimentos requeridos para estabelecer uma prática estejam de acordo com o saber ou condições de aprendizado do agricultor: (1) Partir dos interesses dos agricultores para a proposição de novas práticas; (2) Garantir que o agricultor tenha domínio da prática e autonomia em relação aos técnicos; (3) Promover a implementação gradual partindo das práticas existentes.

Parâmetro 4 – favorecimento do contexto institucional

O último parâmetro elencado é a análise do contexto institucional como forma de avaliar que tipo de apoio externo existe para que os agricultores adotem novas práticas em substituição às convencionais. Nesse caso foram selecionados três indicadores importantes do favorecimento institucional das práticas em questão: (1) se existe mercado estabelecido para a oferta dos insumos necessários à nova prática e para a comercialização da produção obtida; (2) se existem linhas de crédito disponíveis para a nova prática mais atrativas que as linhas para as práticas convencionais; e (3) se existe um sistema de assessoramento técnico capaz de apoiar os agricultores adequadamente.

POTENCIAL DE ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA

Parâmetro 1 – mão-de-obra

As famílias de Itapuranga são normalmente compostas pelo casal e um filho que fica na propriedade para ajudar os pais. Na prática pecuária especificamente a mão-de-obra é principalmente masculina, embora haja participação feminina na fabricação de queijo. O mais comum é que o pai seja o principal responsável ao longo do ano pela prática e receba a ajuda do filho nos meses de férias dos estudos. Assim, o resultado é que as famílias disponham de cerca de 20 diárias de trabalho por mês nos meses em que o filho está em aula e 35 diárias de trabalho por mês nos meses de férias escolares (considerando cinco dias de trabalho por semana e o trabalho do pai equivalendo a uma diária e o do filho a 0,75 diária) (Tabela 1).

Parte significativa dessa mão-de-obra já está empregada na propriedade em práticas como horticultura, fruticultura, cuidados no quintal e criação de pequenos animais. Nos meses de agosto a dezembro as famílias estão com menor disponibilidade de trabalho com o pai tendo o equivalente a 1 diária livre por mês. Nos meses de janeiro a julho as famílias têm um pouco mais de trabalho livre com o pai dispondo do equivalente a duas diárias por mês e o filho (nos meses de férias escolares) o equivalente a 0,75 diária disponível.

A instalação de um hectare de pasto e piquetes do sistema *voisin* implica em uma maior demanda de mão-de-obra em comparação com a instalação de um hectare de pasto convencional (13 diárias contra 9,2 diárias). Na calagem da área, preparo da cerca e instalação do sistema de água a prática proposta excedeu a mão-de-obra existente na propriedade (Tabela 1). Para reverter essa limitante os agricultores contrataram um diarista ao custo de R$ 35 a diária (resultando em 5,75 diárias ao custo total de R$ 201,25). Mesmo com os custos, os agricultores decidiram arcar com a implantação da prática interessados no retorno esperado, por causa da contrapartida financeira do projeto de apoio e do processo de animação feito pela assessoria técnica.

Tabela 1. Demanda de mão-de-obra para a implantação de um hectare de pastagem tipo convencional e *voisin* por agricultores familiares de Itapuranga, Goiás

	Itinerário técnico	Mão-de-obra existente (diárias/mês)	Mão-de-obra disponível (diárias/mês)	Mão-de-obra necessária (em diárias de trabalho)	
				Convencional	Proposto
Análise de solos e recomendação	Julho	35	2,75	0	0,2
Preparo das estacas	Setembro	20	1	0,5	1
Calagem da área	Outubro	20	1	0	1,5

Gradeamento da área	Novembro	20	1	0,5	0,5
Plantio Brachiaria	Novembro	20	1	0,2	0,2
Plantio Estilozante e Mombaça	Novembro	20	1	0	0,1
Preparo da cerca	Janeiro	35	1	8	6
Instalação do sistema de água	Janeiro	35	2,75	0	3
Instalação do sistema elétrico	Fevereiro	20	2,75	0	0,5
TOTAL				9,2	13
TOTAL ANUAL (por 10 anos)				0,92	1,3

Uma vez implantada a nova prática, na manutenção há ainda diferença na demanda de mão-de-obra em relação à prática convencional. Ao longo do ano a diferença foi de 42 diárias de trabalho. Vale notar que a silagem, a adubação, a manutenção diária (troca de piquete) e a manutenção da cerca representam demandas extras de mão-de-obra, em alguns casos acima da disponibilidade do agricultor, levando ao sobre-trabalho (trabalho extra acima das oito horas diárias) (Tabela 2).

Tabela 2. Demanda de mão-de-obra para a manutenção da prática convencional e *voisin*

	Itinerário técnico	Mão-de-obra necessária (em diárias de trabalho)		Diferença mensal entre proposto e convencional	Diferença anual entre proposto e convencional
		Convencional	Proposto		
Energia eletrica	Mensal	0	0	0	0
Silagem	Janeiro e outubro	0,5	2,5	2	24
Sal	Mensal	0	0	0	0
Vacina	Maio e novembro	0,5	0,5	0	0
Combate carrapato	Mensal	0,5	0,5	0	0
Adubação (cama de frango) (sc)	Novembro	0	1	1	1
Ordenha	Mensal	7,5	7,5	0	0
Manutenção (troca de piquete)	Mensal	0	1,25	1,25	15
Manutenção de cerca por ano	Janeiro	0	2	2	2
TOTAL		**9**	**15,25**		**42**

Parâmetro 2 – capital

Apesar da prática do *voisin* apresentar retorno financeiro potencialmente maior que o sistema convencional, sua implantação demanda um investimento significativo de capital. Os resultados indicam que em diversas práticas propostas a demanda de capital foi maior que a disponibilidade pelo agricultor: análise de solos, compra de arame, calagem, gradeamento, instalação do sistema de água e sistema elétrico (Tabela 3). O custo total de instalação de um hectare de *voisin* foi de R$ 1.799,20 em contraste com o custo de R$ 448,00 de instalação de um hectare convencional. Nas iniciativas apoiadas o projeto cobriu parte dos custos e outros foram cobertos pelos agricultores. A prática de instalação do sistema de água não foi feita por seu custo superar a capacidade de investimento do agricultor e do projeto de apoio. Nesse

caso, a prática foi substituída por diferentes arranjos em cada agricultor que permitiram ao gado um corredor de acesso às fontes existentes de água. A identificação do potencial entrave representado por essa prática foi fundamental para subsidiar o posicionamento do técnico na antecipação de busca por alternativas.

Tabela 3. Demanda de capital para a implantação da prática convencional e *voisin*

	Itinerário técnico	Capital disponível	Investimento necessário		Investimento do agricultor	Investimento do projeto
			Convencional	Proposto		
Analise de solos e recomendação	Julho	50	0	55	0	55
Preparo das estacas	Setembro	100	24	67,2	67,2	0
Arame liso	Setembro	100	200	140	140	0
Calagem da área	Outubro	100	0	120	0	120
Gradeamento da área	Novembro	100	160	160	0	160
Plantio Brachiaria	Novembro	100	64	32	0	32
Plantio Estilozante e Mombaça	Novembro	100	0	10	0	10
Peparo da cerca	Janeiro	50	0	0	0	0
Instalação do sistema de água	Janeiro	50	0	1125	0	0
Instalação do sistema elétrico	Fevereiro	50		90	90	0
TOTAL		**800**	**448**	**1799,2**	**297,2**	**377**
TOTAL ANUAL (por 10 anos)		**80**	**44,8**	**179,92**	**29,72**	**37,7**

Além dos custos de implantação, os agricultores também têm que arcar com custos produção que são maiores no sistema proposto. Esses custos são particularmente relevantes durante o primeiro ano em que o agricultor precisa pré-financiar a prática com a expectativa de retorno apenas no final do processo. A diferença anual do custo de produção entre o sistema proposto e convencional chegou a R$ 1.774,00 que foram integralmente financiados pelo agricultor (Tabela 4). Vale notar que esse valor supera significativamente o capital disponível para investimentos pelo agricultor durante o ano. Nos casos estudados o custo foi pago com a venda de animais do rebanho.

Tabela 4. Demanda de capital para a manutenção da prática convencional e *voisin*

	Itinerário técnico	Capital necessário (R$/mês)		Diferença mensal entre proposto e convencional	Diferença anual entre proposto e convencional
		Convencional	Proposto		
Energia elétrica	Mensal	0	10	10	120
Silagem	Mensal	240	312	72	864
Sal	Mensal	540	540	0	0
Vacina	Maio e Novembro	8,4	8,4	0	0
Combate carrapato	Mensal	54	54	0	0
Adubação (cama de frango) (sacos)	Novembro	0	400	400	400
Ordenha	Mensal	0	0	0	0

Manutenção (troca de piquete)	Mensal	0	0	0	0
Manutenção de cerca por ano	Janeiro	20	50	30	30
Caroço de algodão	Mensal	0	30	30	360
TOTAL (R$)		**862,4**	**1404,4**	**542**	**1774**

No sistema convencional os agricultores conseguem uma lotação de pastagem de três cabeças por hectare. No sistema *voisin* a lotação alcançada é de 7 cabeças por hectare. A tabela abaixo resume a remuneração estimada pela produção de leite, queijo e venda de bezerros nos dois sistemas. A remuneração líquida esperada no sistema convencional é de R$ 903,00 por ano, enquanto que a remuneração esperada no sistema *voisin* é de R$ 2.816,00 por ano (Tabela 5). A remuneração por dia de trabalho é de R$ 18,42 por dia no sistema convencional e de R$ 41,41 no sistema *voisin*.

Tabela 5. Retorno anual por hectare (três cabeças no sistema convencional e sete cabeças no *voisin*)

	Rendimento por dia		**Remuneração por dia (R$)**		**Remuneração por ano (R$)**	
	Convencional	Proposto	Convencional	Proposto	Convencional	Proposto
Leite (l)	5	11,5	4,37	10,051	454	1045
Queijo (kg)	0,8	1,8	3,6	8,1	936	2106
Venda de bezerros (n)					400	1250
Remuneração total bruta					**1790**	**4401**
Remuneração total líquida					**903**	**2816**

Parâmetro 3 – conhecimento

O sistema *voisin* de gestão de pastagens é implementado de acordo com quatro leis: (1) Lei do repouso do pasto para permitir a rebrota do capim, (2) Lei do tempo de ocupação máxima para evitar esgotamento das reservas, (3) Lei da ajuda para suprir a exigência alimentar do animal com fontes alternativas ao pasto e (4) Lei dos rendimentos regulares para evitar variação na produção.

A proposta traz modificações importantes no manejo da pastagem e rebanho em comparação com a prática convencional. Novos conhecimentos são necessários para o estabelecimento do sistema e monitoramento e ajustes são importantes ao longo do processo. Na preparação da área uma prática relevante é a análise de solos para avaliar a eventual necessidade de calagem e adubação (Tabela 6). Os agricultores de Itapuranga conhecem pouco o procedimento de coleta e os laboratórios que podem fazer a análise, além de dependerem do assessoramento técnico para a recomendação de correção e adubação. Nos

casos analisados, essa dificuldade foi superada pela presença da equipe técnica do projeto, dada à ausência de uma assessoria pública operacional.

Para a instalação do sistema as práticas relevantes foram a medição do tamanho do pasto para calcular a área de cada piquete e a quantidade de estacas a ser preparada, o plantio de estilosante (*Stylosanthes spp.*) e mombaça (*Panicum maximum*) junto com as sementes de capim, e a eletrificação dos piquetes com a instalação do arame de forma a evitar perdas de eletricidade. Essas práticas foram realizadas pelo técnico com o acompanhamento do agricultor. Considerando as novidades apresentadas em relação à prática convencional, um agricultor que não conheça o sistema deverá precisar do apoio do técnico para a sua instalação.

Para a manutenção é recomendado o controle do tamanho do capim de cada piquete como forma de definir o momento de entrada e saída dos animais. Dessa forma é possível garantir a recuperação da pastagem entre uma ocupação e outra. Essa prática foi apresentada pelo técnico e o agricultor vai promovendo ajustes ao longo do tempo de acordo com a reação do capim em cada época do ano. Ao longo do tempo é possível prever que o agricultor possa dominar essa prática.

Tabela 6 - Práticas que apresentam diferença entre o sistema convencional e proposto

Práticas	Diferenças entre o sistema convencional e proposto
Análise de solos e recomendação (n)	Foi feita uma análise de solos (no convencional não é feito)
Calagem da área (tonelada)	A recomendação foi de uso de duas toneladas de calcário por ha (o convencional não usa calagem)
Adubação	Foi feita adubação com cama de frango (o convencional não usa adubação)
Preparo das estacas (n)	O cálculo da área resultou na indicação da necessidade de preparar 112 estacas por há (no convencional são 40)
Plantio Estilosante e Mombaça (kg)	Foram usados 3,5 kg de sementes por ha (o convencional não usa)
Instalação do sistema de água	O sistema de água não foi instalado, mas os agricultores deixaram corredores de acesso às fontes de água existentes
Instalação do sistema elétrico	Foi comprado um sistema e o arame foi instalado de forma a evitar perdas de corrente
Manutenção diária (troca de piquete)	O sistema voisin sugere um momento de entrada no piquete e um momento de retirada identificado pela altura do capim (o convencional é em área contínua)

Parâmetro 4 – favorecimento do contexto institucional

Primeiramente foi avaliada a existência de mercado estabelecido para a aquisição dos insumos necessários à nova prática e para a comercialização da produção alcançada. Algumas práticas introduzidas pelo *voizan* encontram ainda uma oferta limitada de insumos no mercado local. Na preparação da área, os agricultores precisam recorrer ao município vizinho de Itaberaí para comprar o calcário para a correção e a cama de frango para a adubação do

solo. Para a implantação o mercado local não dispõe das sementes de estilosante e mombaça e do sistema elétrico.

Referente às oportunidades de comercialização, o mercado local não apresenta diferencial de preço nem garantia de compra para a produção agroecológica de maneira geral (incluindo leite, fruticultura e horticultura). A produção agroecológica é comercializada em conjunto com a convencional. O projeto de apoio busca diferenciar a produção agroecológica na feira local através da elaboração de um *banner* que apresenta os agricultores produzindo sem agroquímicos. Não obstante, não existe uma política pública nem privada estabelecida nesse sentido.

O crédito seria importante para os agricultores terem condições de financiar todas as práticas de preparação da área e implantação do sistema que foram subsidiadas pelo projeto como calagem e gradagem da área e a prática de instalação do sistema de água que não foi realizada por ter custo superior aos recursos existentes. Não obstante, a maior parte dos agricultores da região não teve acesso a crédito e os que tiveram não encontraram linhas que incentivassem a produção agroecológica ou fossem flexíveis para incorporar o financiamento de algumas práticas específicas.

Em relação ao assessoramento técnico foi constatada a existência de um escritório da Emater no município. No entanto o escritório não tem o pessoal nem a estrutura necessária para atender o agricultor em sua propriedade. O único apoio que o agricultor interessado em adotar o sistema *voisin* poderia obter da assessoria local seria na recomendação de calagem e adubação do solo mediante a apresentação da análise de solos. Os técnicos existentes conhecem o sistema de criação convencional, mas não têm o conhecimento para assessorar os agricultores no sistema *voisin*.

CONCLUSÃO

O sistema de assessoramento técnico implementado com os agricultores de Itapuranga foi composto por três elementos chave: a definição da meta a partir dos interesses do agricultor, o planejamento em conjunto entre o agricultor e o técnico e a análise crítica do potencial de adoção de cada prática a partir do levantamento (pesquisa) de informações. Foi avaliado se a demanda de mão-de-obra era compatível com a capacidade existente na propriedade, se os custos de investimentos coincidiam com capital detido pelo agricultor, se os conhecimentos requeridos para estabelecer a prática estavam de acordo com saber ou condições de aprendizado do agricultor, e se apoio institucional com mercado, crédito e assessoria técnica estavam disponíveis. O resultado permitiu a identificação de práticas com

maior e menor potencial de adoção e a construção de propostas de assessoramento técnico com maior êxito. Subsidiado pelas informações geradas no planejamento e levantamento (pesquisa) o técnico teve melhores condições de assessorar o agricultor com base em informações da realidade local.

BIBLIOGRAFIA

CHAMBERS, R. **Sustainable Livelihoods, Environment and Development: Putting Poor Rural People First**, Discussion Paper 240. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1987

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires. 20p.

COSTA, F. O investimento camponês: considerações teóricas. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, 1995. v.15, n1, p.83-100

COSTABEBER, J. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: Bracagioli, A. **Sustentabilidade e cidadania:** o papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater-RS, 1999. p.67-120

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: paz e terra, 1983

HOCH, L.; POKORNY, B.; MEDINA, G. **Plantios florestais por produtores familiares na Amazônia**. 6 p. (Policy brief), 2008.

LIMA, A. **Administração da unidade de produção familiar**. Ijuí: Unijuí, 1995

MEDINA, G. & POKORNY, B. **Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário**. Brasília, IBAMA, 2008. 215 p.

MEDINA, G.; POKORNY, B.; & CAMPBELL, B. Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier. **International Forestry Review**, 2009**.** 11(3), 408-420.

AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO FAMILIAR: PREMISSAS À FORMAÇÃO DO SERVIDOR COMUNITÁRIO E AO DESENVOLVIMENTO

Gustavo Bittencourt Machado[1]

gubimac@yahoo.com.br

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

LAÇOS AFETIVOS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

O afeto à família é um sentimento presente e intenso nas relações em comunidade. Tradição, costumes, hábitos, cultura e educação que perpassam gerações, mantêm-se e transformam-se na história de uma comunidade, particularmente. Nesse texto, não se trata de sociedade, como categoria genérica, ou de uma nação, Estado ou de âmbito regional, mas da família em comunidade inserida numa cultura identificada a um território.

As principais categorias de análise dessa abordagem são a família, a comunidade e o território local e regional. São essas três categorias que norteiam as premissas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento em suas várias dimensões e à ciência, tecnologia e inovação em comunidades rurais e urbanas, baseadas nos laços afetivos e na educação familiar.

A questão que se coloca é a seguinte : o que as une? Qual é o elo entre a família, a comunidade[2] e o território local? O que as interliga? O que conecta essa relação? É a afetividade consolidada no âmbito da educação familiar. São os laços afetivos estabelecidos

[1] Doutor em Agricultura Comparada *pelo Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech)*, França. Realiza estudos de pós-doutoramento no Programa de Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (UFBA) Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[2]Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independentes. "Comunidade" produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra "comunidade" carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar, mas que não alcança mais... Quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar? Para nós em particular, que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer "sim", e mesmo eles apenas nos comerciais e nunca em seus escritórios – a palavra "comunidade" soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes (BAUMAN, 2001).

desde a infância no seio da família, que adiante, na juventude e na fase adulta, permanecem na memória do indivíduo em relação ao passado, quanto ao que pode ser realizado no presente, pensando no futuro.

O presente texto refere-se tanto a comunidades rurais quanto a comunidades urbanas já consolidadas, embora sem desconsiderar estas últimas, far-se-ão referências às comunidades rurais em virtude de pesquisas empíricas de validação de uma metodologia de formação do pesquisador local, para-extensionista ou agente comunitário local, cujos dados ainda não estão disponíveis.

O afeto: este é o elo principal que vai consolidar o sentimento de pertencimento e de identidade de um indivíduo em relação a uma comunidade. Esse sentimento que impulsiona empiricamente a ação de jovens rurais em busca de bem estar, para a sua família e a comunidade onde reside, precisa ser reconhecido e valorizado pelo Estado como uma estratégia de desenvolvimento e de alcance das políticas públicas nas localidades.

Amar e sentir prazer em estar com a família ou relembrar dela são sentimentos e sensações que não podem ser ignorados pelas políticas públicas quando se vislumbram estratégias de como assegurar direitos sociais e individuais nas comunidades a partir da ação do Estado. A afetividade surge, germina e manifesta-se pela convivência em família e na comunidade.

Os processos migratórios não rompem os laços afetivos de forma alguma com a família (mulheres e filhos, ou pais e avós), a herança imaterial e imemorial, nem com a comunidade onde o indivíduo se formou com uma visão de mundo. As migrações são consequências da não valorização do sentimento de afetividade presente nas famílias rurais em comunidade, que o mercado e as relações sociais não a garantem.

Às relações sociais no mercado não interessa o afeto ao local, à cultura, à herança imaterial da família. O mercado, em suas relações de dominação e subordinação de classe, destrói a família, dos agricultores familiares, camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros grupos sociais inserido na lógica da acumulação de capital. Violentam-se a educação familiar intergeracional e os laços de afetividade, não somente transformando o indivíduo e a família em mercadorias, mas mediante violação cultural.

Os laços de afetividade são violentamente reprimidos pelas relações sociais[3] no mercado, o que obriga o indivíduo a deixar o *locus* onde nasceu, cresceu e formou-se para vida na educação familiar, em que o trabalho doméstico e o trabalho agrícola (educação doméstica e educação para o trabalho) são fundantes das condições de autonomia do jovem rural diante do mercado.

Segundo Max Weber *apud* Bauman (2001), o ato constitutivo do capitalismo moderno foi a separação entre os negócios e o lar – o que significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sua sobrevivência. Esse duplo ato libertou as ações voltadas para o lucro, e também voltadas para a sobrevivência, da teia dos laços morais e emocionais, da família e da vizinhança – simultaneamente esvaziando tais ações de todo o sentido de que eram, antes, portadoras.

A separação entre o meio de vida e o lar, o outro lado da primeira separação, não pretendia, desatar das mãos e una libertação do indivíduo. Pretendia ser e era percebida como um ato de expropriação, um desenraizamento e evicção de um lar defensável. Os homens e mulheres deviam primeiro ser separados da teia de laços comunitários que tolhia seus movimentos, para que pudessem ser mais tarde dispostos como equipes de fábrica. Destruídos os laços comunitários que a mantinham em seu lugar, a maioria viria a ser submetida a uma rotina inteiramente diferente, ostensivamente artificial, sustentada pela coação nua e sem sentido em termos de «dignidade, mérito ou honra» (BAUMAN, 2001).

O trabalho agrícola, que não se dissocia do trabalho doméstico, na agricultura familiar, é restrito à educação familiar, sendo a primeira forma de educação profissional para o trabalho. Não é o mercado que fornece essa qualificação, como um operário que vai trabalhar numa fábrica, nem o Estado através da educação formal; mas, a família.

É a família rural que fornece as condições de autonomia ao jovem rural ao ensinar-lhe, desde a infância, na convivência diária com os pais, na ida à roça, para plantar, colher, no ambiente de discussão na residência, nos afazeres domésticos. Ensina-lhe alguma agricultura,

[3] Segundo Maurice Stein *apud* BAUMAN (2001), as comunidades se tornam cada vez mais dispensáveis... As lealdades pessoais diminuem seu âmbito com o enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos ligam a uma imagem coerente de nós mesmos.
A decadência da comunidade se perpetua : uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido (BAUMAN, 2001).

perpassada entre as gerações. Esta é a função educativa da família na discussão sobre multifuncionalidade da agricultura familiar, presente neste texto. Ao estabelecer alguma condição de autonomia, a família rural, até certo limite, prepara o jovem rural para enfrentar o mercado[4].

Esta função educativa estabelece os laços de afetividade do indivíduo com a comunidade, o território local, criando as condições para o fortalecimento de relações comunitárias. Enfraquecem-se essas relações através de movimentos migratórios decorrentes da ausência de ocupação, trabalho e renda na região, e quando o Estado não se faz presente através das políticas públicas.

Para Maturana (2009), o educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como «sistema educacional» configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao serem educados no educar.

Maturana (2009) ainda afirma que a educação é um processo contínuo que dura toda a vida, e que faz da comunidade onde vivemos um mundo espontaneamente conservador, ao qual o educar se refere. Isso não significa, é claro, que o mundo do educar não mude, mas sim que a educação, como sistema de formação da criança e do adulto, tem efeitos de longa duração que não mudam facilmente. Há duas épocas ou períodos cruciais na história de toda pessoa que têm consequências fundamentais para o tipo de comunidade que trazem consigo em seu viver. São elas a infância e a juventude.

[4] Duas tendências acompanharam o capitalismo moderno ao longo de toda a sua história, embora sua força e importância tenham variado no tempo. Um delas consistiu no esforço consistente de substituir « o entendimento natural » da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão, por uma outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. A segunda tendência foi uma tentativa muito menos consistente (e adotada tardiamente) de ressuscitar ou criar um « sentido de comunidade ‘, desta vez dentro do quadro da nova estrutura de poder (BAUMAN, 2001).

Na infância, segundo Maturana (2009), a criança vive o mundo em que se funda sua possibilidade de converter-se num ser capaz de aceitar e respeitar o outro a partir da aceitação e do respeito de si mesma. Na juventude, experimenta-se a validade desse mundo de convivência na aceitação e no respeito pelo outro a partir da aceitação e do respeito por si mesmo, no começo de uma vida adulta social e individualmente responsável.

Se ao mercado não interessam as relações de afetividade, o Estado não pode desincumbir-se do reconhecimento desse sentimento. Por princípio, o Estado conservador de classe tem que ser rompido, a fim de que se reconheçam e valorizem-se, mediante as políticas públicas, as relações de afetividade, como fundantes de uma estratégia de desenvolvimento local e de âmbito territorial.

Para Bowlby (2006), existe uma forte relação causal entre as experiências de um indivíduo com seus pais e sua capacidade posterior para estabelecer vínculos afetivos em que se baseia a teoria da ligação, como um modo de conceituar a propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afetivos com alguns outros, e de explicar as múltiplas formas de consternação emocional e perturbação da personalidade, incluindo ansiedade, raiva, depressão e desligamento emocional , a que a separação e perda involuntárias dão origem.

O comportamento de ligação é concebido como qualquer forma de comportamento que resulta em que uma pessoa alcance ou mantenha a proximidade com algum outro indivíduo diferenciado e preferido, o qual é usualmente considerado mais forte e ou mais sábio.

A principal variável, segundo Bowlby (2006), é o grau em que os pais de uma criança lhe fornecem uma base segura e a estimulam a explorar a partir dessa base. Nesses papéis, o desempenho dos pais varia segundo vários parâmetros, dos quais o mais importante, porque permeia todas as relações, talvez seja o grau em que os pais reconhecem e respeitam o desejo e a necessidade que a criança tem de uma base segura , e ajustam seu comportamento a isso.

O afeto é um sentimento humano e também é percebido a um território, a uma comunidade, a uma cultura, à família, à memória, ao passado do indivíduo. A partir do reconhecimento e valorização desse sentimento inerente à espécie humana, entre outras espécies, como uma manifestação das emoções e do amor, estabelece-se uma política do afeto. Essa política do

afeto traduz-se, entre outras ações, em uma política pública que estabeleça os condicionantes jurídicos[5] de uma nova categoria de servidor: o servidor comunitário.

A relação entre afetividade, racionalidade e a idéia do servidor comunitário aproxima-se das idéias de Maturana (2009), ao estabelecer o elo entre o emocional e o racional. Para ele, o humano se constitui no entrelaçamento do emocional com o racional, que se constitui nas coerências operacionais dos sistemas argumentativos que se constroem na linguagem, para defender ou justificar nossas ações. Segundo o autor, normalmente, vivem-se argumentos racionais sem fazer referência a emoções em que se fundam, porque não se sabe que eles e todas as ações têm um fundamento emocional e acredita-se que tal condição seria uma limitação ao ser racional. Sustenta que não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato.

Nesse aspecto, este texto converge com o pensamento de Maturana (2009), ao considerar o servidor comunitário, como uma categoria jurídica, sendo o elo entre o Estado e as comunidades rurais e urbanas. A «cola» desse elo é o afeto, que faz a liga. É o afeto entre sujeitos (indivíduos e os coletivos família e comunidade) e entre sujeitos e objeto (o espaço, o território, os recursos naturais, o meio ambiente).

Do ponto de vista da política pública e da condição do servidor comunitário, como agente e pesquisador, referenciando-se em Galeffi (2009), ter vida própria implica processos afetivos de relações interpessoais vivas, históricas: uma política de afetos e uma economia sustentável com autonomia sempre compartilhada – uma ética da comum-responsabilidade e do cuidado radical com o cuidado radical.

Galeffi (2009) também afirma que o que se deveria fazer para fomentar a produção de conhecimento qualificado em nosso país não é feito, que seria o investimento concentrado na experimentação de novas idéias e de novos talentos investigativos, a partir de uma educação básica de qualidade... o que se vê é a manutenção dos feudos e das autorizações baseadas não na produção de idéias próprias e conjugadas e sim no formalismo normativo que é usado como uma receita única para todos os casos de igual maneira.

[5] O direito, como venho afirmando um pouco em oposição às pretensões encobertas pela retórica acadêmica – é saber local; local não só com respeito ao lugar, à época, à categoria e variedade de seus temas, mas também com relação à sua nota característica – caracterizações vernáculas do que acontece ligadas a suposições vernáculas sobre o que é possível (GEERTZ, 2009).

Maturana (2009) ainda afirma que só são sociais as relações que se fundam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e que tal aceitação é o que constitui uma conduta de respeito. Sem uma história de ações suficientemente recorrentes, envolventes e amplas, em que haja aceitação mútua num espaço aberto às coordenações de ações, não se pode esperar que surja a linguagem. Se não há interações na aceitação mútua, produz-se a separação ou a destruição. Essa história, a que se refere Maturana, é a história da comunidade, do que ficou consolidado na memória e nos conteúdos educativos perpassados pela oralidade entre as gerações.

O servidor comunitário consiste no elo entre as políticas públicas e as comunidades rurais e urbanas, como um agente comunitário local, que reúne as condições de um projeto participativo de desenvolvimento e de avanço das políticas em ciência, tecnologia e inovação voltadas a estas comunidades.

O fundamento da existência dessa categoria social, servidor comunitário, empiricamente observada em pesquisas de campo, e a construção teórica e jurídica de seu reconhecimento pelo Estado, residem nas relações de afetividade desse agente com sua comunidade e seu entorno.

Como afirma Nicolescu (2008), cada indivíduo tem seu lugar e ele pode ser feliz se permanecer em seu próprio lugar. Não há lugar mais degradante que outro, lugar mais inviável que outro. O único lugar que nos convém é o nosso, e ele é único, na medida em que cada ser humano é único. Encontrar nosso lugar, em conformidade com nosso ser interior e nosso ser exterior, é um processo extremamente difícil, que uma sociedade baseada apenas na efetividade torna praticamente impossível.

Para Nicolescu (2008), a abordagem transdisciplinar não opõe holismo e reducionismo, mas os considera como dois aspectos de um único e mesmo conhecimento da Realidade. Ela integra o local no global e o global no local. Agindo sobre o local, modificamos o global e agindo sobre o global, modificamos o local. Holismo e reducionismo, global e local são dois

aspectos de um único e mesmo mundo multidimensional e multirreferencial[6], o mundo da pluralidade complexa e da unidade aberta.

A busca por projetos para a comunidade em que habita é impulsionada pela afetividade que o indivíduo carrega em si, desde a infância, ou a partir de uma história de luta em movimentos sociais pela conquista de uma terra. Esses projetos traduzem-se em ações para o desenvolvimento que necessariamente devem estar vinculadas a políticas públicas.

Salienta-se que, segundo Freire (2009), quanto mais se pulverize[7] a totalidade de uma área em «comunidades locais », nos trabalhos de « desenvolvimento de comunidade », sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental), tanto mais se intensifica a alienação.

Considerando que o servidor comunitário é aquele que pode dialogar permanentemente com os pares da sua comunidade, a linguagem é o fenômeno social que une todos. Para Maturana (2009), a linguagem não ocorre na cabeça nem consiste num conjunto de regras, mas ocorre no espaço de relações e pertence ao âmbito das coordenações de ação, como um modo de fluir nelas.

Em pesquisas empíricas, financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em assentamentos rurais de reforma agrária no Território do Sisal, no semi-árido do estado da Bahia, validou-se uma metodologia de formação de pesquisadores locais, ou para-extensionistas, ou agentes comunitários na comunidade de Gregório, município de Queimadas, comunidade de Nova Palmares, no município de Conceição do Coité e comunidade de Mucambinho, no município de Santaluz, com a participação de um homem e uma mulher, de cada comunidade, agricultor ou filho ou filha de agricultores familiares.

[6] A multirreferencialidade se configura numa epistemologia da pluralidade que, em criticando os sistemas que se querem monorreferenciais, convoca olhares diversos para compreender situações e objetos complexos, através de operações dialógicas e dialéticas (MACEDO, 2009).

[7] Uma das características destas formas de ação, quase nunca percebidas por profissionais sérios, mas ingênuos, que se deixam envolver, é a ênfase da visão localista dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma totalidade (FREIRE, 2009).

Remunerados com uma bolsa do CNPq, estes pesquisadores locais tinham as seguintes atribuições: acompanhar as mesmas vinte famílias do assentamento onde residem durante dez meses, aplicando um questionário sobre o sistema de produção agrícola e atividades, renda familiar, custos de produção, manejo, relações de gênero, entre outras questões.

Os pesquisadores locais elaboraram projetos conceituais de desenvolvimento[8] para as suas comunidades, sobre aquicultura familiar, radiodifusão comunitária, gênero, piscicultura, além de cartilhas informativas sobre aquicultura familiar, combate à podridão vermelha do sisal, radiodifusão comunitária e gênero. Estas atividades foram acompanhadas por profissionais graduados e pós-graduados das diversas áreas do conhecimento do mencionado projeto financiado pela agência federal de fomento à pesquisa (CNPq).

Muitas dessas ações inclusive as de articulação política e institucional, a fim de garantir a consolidação de projetos às comunidades, já são desenvolvidas por esses agentes locais, não remunerados, e de forma empírica, sem qualquer acompanhamento ou apoio do Estado. Projetos de implantação de escolas, postos de saúde, lazer, aquisição de equipamentos coletivos, eventos e ações culturais, reflorestamento, estradas vicinais são alguns dos temas constantes nas iniciativas desses agentes junto às diversas instâncias do Estado.

É preciso ainda, segundo Galeffi (2009), uma ciência que se torne um meio de formação para todos, em diversos graus de aprofundamento e dedicação. Chega de aceitar a idéia de que so cientistas e filósofos profissionais têm autoridade para pensar criticamente e desenvolver métodos infalíveis de pesquisa... a qualidade é algo próprio de quem sente, percebe, julga, conceitua, afeta e é afetado por aquilo que percebe.

O autor fala ainda de uma política de afetos, o que converge com a idéia de servidor comunitário e suas relações de afetividade com o *locus*, a comunidade, por sua família, afeto, história e memória.

Para que haja desenvolvimento, é necessário que haja um movimento de busca, de criatividade, que tenha, no ser mesmo que o faz, o seu ponto de decisão; que esse movimento

[8] Pode-se dizer que a liberdade de articular e perseguir demandas por reconhecimento é a principal condição da autonomia, da capacidade prática de autoconstituição (e de auto-avanço) da sociedade em que vivemos e que nos dá a possibilidade de que nenhuma injustiça ou privação será esquecida, posta de lado ou de outra forma impedida de assumir sua correta posição na longa linha de 'problemas' que clamam por solução (BAUMAN, 2001).

se dê não só no espaço, mas no tempo próprio do ser, do qual tenha consciência (FREIRE, 2009).

Dar um caráter técnico e científico a essas ações, que se convertam em projetos conceituais de desenvolvimento[9] para as comunidades, significa atribuir um estatuto jurídico a esse agente, reconhecendo-o como servidor comunitário, que cumpre uma *atribuição pública e comunitária*, a ser valorizada e remunerada pelo Estado, como uma política pública de desenvolvimento, e que, necessariamente, pode estar articulada com as políticas de C,T&I voltadas para comunidades rurais e urbanas.

Segundo Galeffi (2009), o propósito perseguido pela sociedade globalizada atual não tem a qualidade capaz de reconhecer a natureza do tempo e dos afetos na composição da vida humana, e se imagina que tudo pode ser resolvido com os artifícios tecnológicos, porque tudo deve dirigir-se para a eficiência da produção de riquezas, sem que seja necessário investigar, respeitar e potencializar os limites a partir dos quais o ser humano alcança a sua destinação como espécie, sem perder de vista a sua finitude como individuo e como sociedade histórica.

Nessa perspectiva, **transferência e socialização de conhecimento de tecnologias é também e sobretudo transferência, transmissão, compartilhamento e socialização de afetos** nas comunidades rurais e urbanas.

Uma indagação que poderia surgir seria a seguinte : todas essas atividades não poderiam ser exercidas pelo servidor público? Por mais que fossem executadas exclusivamente por servidores públicos vinculados a órgãos estatais, a estes falta-lhes um atributo chave desse novo servidor: a afetividade ao local.

O servidor público, mesmo com competência institucional para isso, tem limites na sua atuação, jurisdição de ação, obediência a hierarquias, que não o permitem superar barreiras,

[9] Toda investigação temática de caráter conscientizador se faz pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar. « um jovem chileno, Gabriel Bode, que há mais de dois anos trabalha com o método na etapa de pós-alfabetização, trouxe uma contribuição da mais alta importância. Na sua experiência, observou que os camponeses somente se interessavam pela discussão quando a codificação dizia respeito, diretamente, a aspectos concretos de suas necessidades sentidas. Qualquer desvio na codificação, como qualquer tentativa do educador de orientar o diálogo, na descodificação, para outros rumos que não fossem os de suas necessidades sentidas, provocavam o seu silêncio e o seu indiferentismo (FREIRE, 2009).

impasses, além da ausência de *laços de afetividade* intensos e permanentes com a comunidade.

O servidor público não tem família na comunidade, não possui uma história de vida nela, não tem memória, herança imaterial, suas ações são movidas pela remuneração e por motivos ideológicos ou por uma identificação com o trabalho até certos limites, além de ser o representante da instituição pública. Por algo mais, ele não vai além em prol do desenvolvimento das comunidades.

Em diversos relatos e acompanhamentos de atividades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, que atuam em comunidades rurais, seja em pesquisa, seja em ensino, seja em assistência técnica e extensão rural, observa-se a dependência destes aos membros das comunidades para executarem e dar continuidade às ações públicas, na concretização das políticas públicas. Isso vale para a área de saúde, como o Programa Saúde da Família (PSF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), para a pesquisa agropecuária, através da EMBRAPA, para a assistência técnica e extensão rural, através das EMATERs, para a área de educação, na fiscalização de equipamentos escolares, e outras possíveis políticas públicas.

Por que, então, não remunerar agentes dessas comunidades na perspectiva de previsão de uma nova categoria de servidor no sistema jurídico brasileiro: o servidor comunitário ? Que, por sua vez, complementa as ações dos servidores públicos estabelecendo o elo das comunidades com o Estado?

Esse elo é estabelecido pelas relações de afetividade, de permanência e identidade com o local, a comunidade. O querer bem, o melhor para os seus e vizinhos é a motivação das ações desses servidores comunitários. Isso não significa negar a existência de conflitos comunitários em torno de espaços de poder, que são comuns.

Por outro lado, a afetividade do indivíduo em relação à sua comunidade e à sua família é reprimida quanto lhe faltam as condições objetivas e materiais de permanência na comunidade pela inexistência de oportunidade de trabalho e obtenção de renda. A falta dessa oportunidade anula, ainda que temporariamente, a relação de afeto com o local, embora não a elimine.

Do mesmo projeto de pesquisa do CNPq anteriormente mencionado, em atividades de campo nas comunidades negras de Jurema do Alto Alegre e Laje do Antônio, no município de Monte Santo, sertão semi-árido da Bahia, região Nordeste do Brasil, a fim de se desenvolverem estudos sobre o reconhecimento dessas comunidades como remanescentes de quilombos, observou-se, em várias famílias, o deslocamento do marido, agricultor, à cidade de São Paulo, no sudeste brasileiro, para trabalhar como operário em firmas de construção civil, em obras de pavimentação.

A permanência dos maridos em São Paulo varia, em média, de 4 a 6 meses, cujas mulheres recebem deles, mensalmente, de R$100,00 a R$300,00, conforme a família. Isto é comum nessas duas comunidades, tanto em casais novos, quanto em casais de meia idade. Um caso chamou a atenção, em um jovem casal. Assim que se procedia à entrevista com a agricultora, o jovem marido agricultor deixava, naquele momento, a residência rural, para viajar para São Paulo, centenas de quilômetros, de ônibus - existe linha direta de Monte Santo a São Paulo - para lá permanecer, quem sabe, 4, 6 ou 8 meses.

Este caso típico de migração temporária por trabalho comum em várias famílias dessas duas localidades consiste numa demonstração de que a falta de oportunidades de trabalho e renda anula, reprime, naquele momento, embora não o elimine, qualquer sentimento de afetividade e permanência em relação ao local onde reside sua família, em virtude de razões de sobrevivência da própria família; entretanto, o retorno à comunidade sempre acontece, para, mais alguns meses, iniciar-se outra jornada de viagem, como um ciclo migratório anual. A necessidade do retorno evidencia que o sentimento de afetividade não foi eliminado ou superado, e este sentimento afirma-se ainda mais se surgirem oportunidades de renda nas próprias comunidades ou região.

Uma política pública que reconheça o servidor comunitário também romperia os vícios e as imposições de poder que presidentes de associação, representantes de vereadores e prefeitos exercem nas comunidades rurais e urbanas, estabelecendo relações de troca entre a ação pública, em torno de bens que são públicos e de todos, e o voto e a obediência eleitoral.

Na busca do bem público e do bem-estar, através dos investimentos públicos na comunidade, o servidor comunitário estabelece uma relação direta com o Estado, como legítimo representante da comunidade, para apoiar a execução de políticas públicas. Essa relação direta

insere-se numa equipe formada por servidores públicos e articulação em rede, entre os servidores comunitários.

Cita-se, como exemplo, numa dessas andanças no sertão semi-árido da Bahia, quando se presenciou uma reclamação de uma agricultora familiar a um militar do Exército brasileiro, em que a senhora afirmava que o carro pipa com água não chegara à sua residência em virtude de o fornecedor, contratado pelo Exército, para tal finalidade, pertencer ao grupo político do prefeito e aquela família não havia votado no atual chefe do executivo municipal. Ela dirigiu-se à prefeitura e o problema, a falta de água, não havia sido até então resolvido.

Trata-se de uma comunidade rural ainda não beneficiada com sistema integrado de abastecimento de água, e que era abastecida com água mediante carros-pipa. A previsão era que, em breve, a comunidade teria o sistema de abastecimento de água. Essa relação direta entre a família e o Exército, que visita as famílias para entregar um carnê com tickets a serem entregues ao contratante no momento de cada abastecimento da cisterna com água, além de fiscalizar, nesse caso, rompe a dependência da comunidade com a utilização subordinada, para fins políticos, da água, que sempre sustentou a indústria da seca no Nordeste brasileiro.

A presença do servidor comunitário facilita a execução das políticas públicas em geral, e a sua fiscalização, acompanhando os impactos gerados ao bem-estar das famílias nas comunidades.

A relação de afetividade que se estabelece com a mãe, com o pai, com os avós, com a família, no caso da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e indígenas, também se estende a outras dimensões: o afeto à terra, à paisagem, ao plantio, à colheita, aos animais, ao espaço, à comunidade, ao território, à região, como afetos a coisas materiais, mas também o afeto à memória, ao conhecimento, às histórias dos antepassados, às técnicas de produção, ao modo de produzir, ao conhecimento, como afeto a coisas imateriais.

Diante desse ambiente do espaço doméstico que transcende e imbrica-se com o espaço da produção e do mercado, encontram-se as condições possíveis para o desenvolvimento, que também consiste em acesso às políticas públicas com bem-estar às comunidades. Estabelecer políticas que ressaltem os laços afetivos comunitários fortalece reflexões e processos democráticos com visão de futuro para as comunidades e territórios. Por conseguinte,

fortalecem-se os laços afetivos para um projeto nacional de desenvolvimento, a partir de movimentos de base, perpassando várias dimensões do poder, do local ao nacional.

Nesse sentido, políticas públicas que valorizem as relações de afetividade nas comunidades, a exemplo, do reconhecimento do agente comunitário local e territorial, como um servidor comunitário, com o seu estatuto jurídico próprio, consolidam decisões democráticas para a viabilidade das demais políticas públicas sociais e de desenvolvimento em espaços rurais e urbanos, inclusive aquelas políticas voltadas para a segurança pública e o sistema de inteligência e informações.

Da mesma forma que existem as condições objetivas e subjetivas para impulsionar movimentos em torno de novos projetos para as comunidades, também essas mesmas condições estabelecem movimentos de resistência familiar ou comunitária até o limite do suportável, diante de forças opressoras externas e internas, como as provenientes do mercado e do próprio Estado.

Para Freire (2009), quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora ? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação ? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Freire (2009) apresenta alguns aspectos que para ele parecem constituir o que se chama pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca, que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido (FREIRE, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ressaltar os riscos de uma política pública tornar-se impositiva ao ponto de conhecer, monitorar e exercer controles sobre pessoas, famílias e comunidades. Essa política, para que não assuma tal desvio de função, não infrinja direitos humanos, individuais e coletivos, constitucionalmente defendidos por instrumentos jurídicos, apóia-se na legitimidade democrática das comunidades e apenas impulsiona, revela e valoriza os laços afetivos existentes entre o indivíduo e o *locus*, mediante ações, nas comunidades, voltadas ao desenvolvimento, como elo entre as comunidades rurais e urbanas e o Estado, através das políticas públicas. Isso significa que toda a informação proveniente dessas comunidades tem que ser permitida, participada e admitida pelas famílias.

O servidor comunitário apreende uma centralidade das ações público-comunitárias para as quais convergem as políticas públicas. Consiste em um elo entre o Estado e a comunidade, além de poder rearfirmar ações democráticas e participativas na execução das próprias políticas públicas a partir da percepção dos membros das comunidades.

Uma política pública que reconhece o servidor comunitário como agente do desenvolvimento não se estrutura como um pacote de ações governamentais, pois, se existem diferentes níveis de realidade em dimensões continentais, como o Brasil, também existem diferentes níveis de percepções sobre o que se entende por desenvolvimento. Essa condição afirma uma perspectiva democrática de respeito aos interesses, condições materiais e realidade de cada comunidade e região.

É com essa pluralidade de realidades locais e regionais que uma possível política pública dessa perspectiva pode ser estruturada de forma transdisciplinar com as demais políticas públicas e ações comunitárias.

AS REDES SOCIAIS DENTRO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNCIA E EXTENSÃO RURAL - uma análise teórica da política pública

Cibele Cristina Bueno de Oliveira (1)
Clenivalda França dos Santos (2)
Volnei Porfírio da Silva (3)

(1) Mestre em Ciências Agronômicas pela FCA/UNESP de Botucatu/SP. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. Secretária da Agricultura Familiar – SAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. E-mail: ccbolive@hotmail.com

(2) Aluna de Pós-graduação do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária. Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail: clenivaldafranca@uol.com.br

(3) Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER
Secretária da Agricultura Familiar – SAF. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. E-mail: volnei.porfirio@hotmail.com

GT02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil compõe um universo numericamente significativo e bastante diverso de famílias rurais para as quais a agricultura constitui importante componente de sua reprodução econômica e principal referência de identidade social. Mesmo assim, esses agricultores familiares enfrentam problemas de oportunidades desiguais em sua história de acesso e exploração da terra e de apropriação dos frutos de seu trabalho, até os dias de hoje.

Este documento utiliza como conceito de Agricultura familiar, a agricultura em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo a iniciativa, o domínio e o controle do que e de como produzir; havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido, mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. Para efeito deste documento, entendem-se como agricultores familiares os agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA (Lei no 11.326 de 24 de julho de 2006 e PNATER, 2007. pp.22).

Entende-se que a agricultura realizada em bases familiares, por sua vez, representa uma ocupação socialmente eqüitativa do espaço agrário, bem como favorece a valorização das dimensões social, ambiental e cultural associadas à produção agroalimentar, rumo à garantia

da segurança e soberania alimentar. A questão da agricultura familiar deve ser abordada, portanto, por dois ângulos: o acesso a alimentos suficientes e de qualidade pelas famílias rurais e a contribuição dessas famílias para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e qualidade.

Percebe-se que o desenvolvimento rural de bases sustentáveis vem se estruturando, principalmente, nos últimos dez anos, a partir da organização da sociedade civil organizada em movimentos como o "Grito da Terra', marcha da CONTAG, via campesina e outros espaços como, Fóruns, Conferências Nacionais etc. Esses "espaços" de socialização da discussão e maior democratização no processo de elaboração de diretrizes e metas, mesmo com as ressalvas e dificuldades, têm promovido resultados, no âmbito das proposições de ações, programas, e conseqüentemente das políticas públicas para o rural brasileiro. A intersetorialidade entre as políticas públicas, mostra-se como um fato necessário e decisivo para o desenvolvimento de todas as políticas públicas sociais e econômicas.

No âmbito das políticas públicas para o rural, não há dúvidas quanto a importância do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), bem como a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o recente Programa da Alimentação Escolar. Essas políticas ampliaram o montante de recursos para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, na perspectiva de aumentar a produção e a comercialização da produção de alimentos dos agricultores familiares .

Portanto, no que tange o espaço institucional do governo federal a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural vive um momento ímpar na sua história, momento de consolidação. Um intenso processo de fomento vem sendo construído, ampliando e fortalecendo o seu papel junto à agricultura familiar, conquistando pela primeira vez um programa no orçamento PPA (2008-2011) e Lei Nº 12.188/2010 - que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER e cria o PRONATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar -, bem como o aumento do o número de unidades familiares beneficiadas.

A Política Nacional de ATER também está sendo pautada pelos governos estaduais e municipais, bem como estabelecendo uma maior interlocução com outras políticas públicas que visam o desenvolvimento rural.

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural mostra-se como uma política estruturante e emergencial para o desenvolvimento rural, pois a Assistência

Técnica e Extensão Rural enquanto um instrumento de educação informal, visa a promoção da inclusão social no campo, o acesso a tecnologia sustentável de produção, o aperfeiçoamento dos sistemas de produção, a organização da produção e o acesso à mercados, conseqüentemente melhores condições de renda e a qualidade de vida para as famílias dos agricultores famílias brasileiros.

Cabe ao extensionista rural levar a assistência técnica aos agricultores familiares, o qual é vinculado, em sua grande maioria, aos órgãos estaduais de ATER ou organizações não governamentais. Nos últimos anos essas organizações passaram a se organizar em redes de ATER e diante dessa conjuntura o presente documento visa pautar a trajetória de ATER no país, bem como o papel das redes sociais de ATER.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de conhecimentos, geradas pela pesquisa e de experiências diversas. Essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal, pesqueira e extrativista.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foram iniciados, no país, no final da década de 40, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. (MDA, 2004, p.4)

A institucionalização efetiva dos serviços de assistência técnica e extensão rural no País se deram ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR); coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Associações de Crédito e Assistência Rural eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

O modelo de serviços de ATER institucionalizado no Brasil foi público e gratuito, e alcançou seu auge na década de 70 e início dos 80, durante a modernização da agricultura, com novas tecnologias. Todavia, a década de 80 foi marcada por mudanças na política agrícola, privilegiando outros instrumentos de fomento à agropecuária, e pela redução da disponibilidade dos recursos governamentais para o crédito rural e para o serviço de ATER, deflagrando uma crise no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER. O contexto neoliberal dos anos 80 e a economia de gastos públicos, face à crise

fiscal do Estado, culminaram com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER em 1990; coordenadora do Sistema, acentuando a crise das entidades estaduais de ATER.

Em termos gerais, pode-se afirmar que os serviços de ATER figuraram como um importante instrumento de apoio na implementação da política agrícola do Estado brasileiro e, por isso, foram expandidos e mantidos com recursos públicos, especialmente oriundos do governo federal.

Reconhecendo a importância dos serviços de ATER através das reivindicações dos movimentos rurais fica estabelecido na Constituição Federal de 1988 que a União devesse manter serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores.

Em meados da década de 90, inicia-se toda uma discussão a respeito da execução de políticas públicas e programas governamentais através do Terceiro Setor (composto por organizações não governamentais, sindicatos, associações). Neste mesmo período, introduz-se o conceito de agricultura familiar, influenciando as políticas públicas, assim como, a intensificação das ações de Reforma Agrária e de fortalecimento dessa categoria de produtores rurais. Reflexo disso, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

Ao mesmo tempo em que se consolidava o PRONAF, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço de ATER público, gratuito e de qualidade.

A partir do Seminário Nacional sobre ATER, realizado em 1997, surgiu à proposta de consolidação de um modelo institucional de ATER pública estatal e não estatal, descentralizado, pluralista, autônomo e gratuito. Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusiva para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes (PEIXOTO, 2008).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA surge por meio da Medida Provisória (MPV) 1999-14, de 13 de janeiro de 2000, contido no art. 17, inciso XII. Posteriormente, o Decreto Nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000, que aprovou a estrutura regimental do MDA, em seu art. 8º, IV, dispôs que: à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF compete apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização voltados a agricultores familiares.

Entretanto, o marco da mudança em relação às políticas de ATER do Governo Federal se deu de fato com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, que efetuou a transferência da competência relativa à assistência técnica e extensão rural, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Ao longo de 2003, foi elaborado pelo MDA uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER de forma democrática e participativa, em articulação com diversos setores do Governo Federal, assim como, os segmentos da sociedade civil, organizações de representação da agricultura familiar e dos movimentos sociais.

A PNATER incorpora a visão inovadora de que os serviços de ATER devem ser caracterizados por uma pluralidade de formas institucionais, da qual, participem entidades governamentais e não governamentais. Aliado a isto, diz respeito à forma de sua implementação, que deve respeitar primeiramente a pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro.

Com o Decreto Nº 5.033, de 05 de abril de 2004, foi instituído o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, o qual, estabelece a competência de coordenar, promover, implementar e supervisionar ações, estratégias e instrumentos na execução, qualificação e ampliação da PNATER, em todo o território nacional.

Em maio de 2004, a PNATER definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, cuja primeira versão foi publicada em 1º de março de 2005.

O programa propõe um conjunto de diretrizes, dando operacionalidade a uma política pública fundamental para o desenvolvimento do país. Dentre elas, destaca-se, "novos enfoques metodológicos e incentivos a agroecologia, sugerida como novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento sustentável. Privilegia-se também o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham em regime de economia familiar, estimulando o uso sustentável dos recursos locais*"*.

De acordo com ARAÚJO, segundo PETTAN (2005):

> "o serviço público de assistência técnica e extensão rural no Brasil, encontra-se no seu quarto momento histórico, onde o Estado reassume o seu papel de coordenador das atividades do Setor ao lançar, [...], a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PNATER."

Seguindo a trajetória de avanços, em 11 de janeiro de 2010, foi sancionada a Lei Nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER e cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, focados na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária. A Lei visa assegurar mais qualidade, agilidade e eficácia na oferta de serviços aos agricultores familiares, bem como substituir a forma de contratação de projetos de ATER,

O PRONATER é o instrumento que operacionaliza a PNATER, estabelecendo as diretrizes e orientando as ações de ATER e a implementação das políticas voltadas para a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Visando a melhoria dos serviços de ATER, reforçando alguns desafios para as organizações prestadoras dos serviços aos agricultores familiares, na busca da eqüidade, justiça social e sustentabilidade.

Outro enfoque, que se destaca, é a estruturação das Redes de ATER, o qual, vem demonstrando, sobretudo, uma expressiva capacidade de disseminação em escalas e dimensões territoriais, estaduais e regionais; criando novas possibilidades de construção de processos formativos integrados e organizados de Assistências Técnicas e Extensão Rural. Vale ressaltar, a articulação de Redes de ATER é uma recomendação da PNATER na qual procura estabelecer a formação de novos arranjos institucionais com capacidade de inovar e resolver problemas atuais.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE REDE

No âmbito das relações institucionais e das políticas públicas o conceito de Rede vem sendo abordado como um caminho para estudar a articulação entre as organizações sociais e seus respectivos movimentos.

No entanto, o conceito de rede têm vários enfoques, no sentido epistemológico o termo "rede" é derivado do latim, que significa "entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido em que os fios e as malhas dão a forma básica da rede. Os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas ou os "nós"(Loiola & Moura, 1997, p. 54).

Para Cândido et al (2000) a teoria de redes está diretamente relacionada com o reconhecimento da importância do ambiente organizacional e das contingências vividas e, principalmente com a importância e necessidade das pessoas e suas diversas formas de interação e integração (individual e coletiva) social para a consecução dos objetivos organizacionais e individuais.

Partindo da premissa que o homem é um ser eminentemente social e necessita durante toda a sua existência manter diversos tipos de relacionamentos e interações com outras pessoas é que Cândido et al (2000) trata esse comportamento social como principio do conceito de Rede. Sendo esse conceito constituído pela interação, o relacionamento, a ajuda mútua, o compartilhamento, a integração e a complementaridade.

Uma das premissas da organização social em rede é a horizontalidade. Talvez a melhor

forma de explicar o que é horizontalidade seja relacionar com seu oposto: a verticalidade (FIGURA 1).

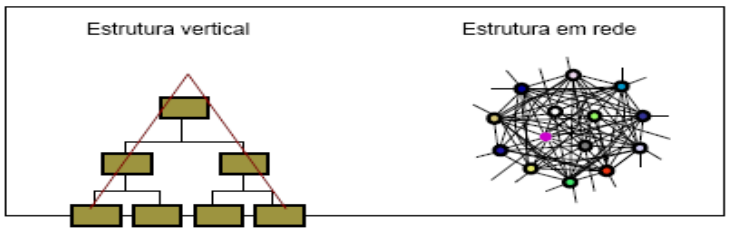


FIGURA 1 – Estruturas de relacionamento vertical e em rede
Fonte: Amaral (2004, p. 5).

A situação de verticalidade como uma pirâmide, uma vez que quando se fala em relações verticais a abordagem são as estruturas em rede de relações hierárquicas caracterizadas por subordinação, onde os que estão acima possuem mais poder de decisão dos que estão abaixo.

Por sua vez, a horizontalidade é entendida como uma qualidade de relações que se dão fora do contexto de dominação-subordinação, pois é resultado e produto do acionamento simultâneo de alguns valores, como respeito às diferenças e à diversidade, à autonomia, o reconhecimento da interdependência, a co-responsabilidade e a colaboração, expressos em práticas de gestão da rede e nos relacionamentos entre os membros (Amaral,2004).

Nesses termos, as estruturas e processos muito verticalizados, burocráticos e autoritários encontram dificuldades para criar um meio de acolhimento e confiança que estimule e torne possível o desenvolvimento de uma cultura referenciada na colaboração, na valorização da autonomia, no reconhecimento da interdependência, no respeito às diferenças e à diversidade.

Para Amaral (2004):

> [...] A morfologia da rede facilita e potencializa a horizontalidade, mas não a cria. Ela é fruto das relações entre as pessoas. Assim temos diversos desenhos de redes operativas, adequados aos objetivos que as inspiraram e moldados pela cultura e prática política de seus membros (Amaral,2004).

Nas organizações humanas, inclusive nas redes, é possível retratar dois tipos de estruturas as formais e informais. As estruturas formais, são as estruturas planejadas de organização, representadas em seus documentos oficiais, onde descrevem a missão da organização, suas políticas formais, seus objetivos, seus princípios e diretrizes.

As estruturas informais são as parcerias, amizades, as redes de influência de cada integrante da organização, os canais informais de comunicação, as habilidades tácitas e fontes de conhecimento que estão em contínuo desenvolvimento. Estas estruturas emergem de

processos informais que continuamente surgem, crescem, mudam e se adaptam as novas situações, gerando mudanças que muitas vezes impactam todo o sistema.

Para Amaral (2004), os dois tipos de estruturas, formais e informais, são muito diferentes e estão presentes em todas as organizações humanas gerando tensão. Caso as estruturas formais se fortaleçam em detrimento das estruturas informais, perde-se muito da riqueza e inventividade, e avança-se em direção à verticalização e ao predomínio das hierarquias.

Cabe enfatizar que independente da estrutura de rede é fundamental o reconhecimento no grupo e pelo grupo da figura do líder (coordenador, articulador), pois este tem o papel de liderar e nutrir a rede, uma vez que todo o processo de articulação em rede está sustentado nas pessoas, em suas relações ponto a ponto, na credibilidade dos facilitadores, nos relacionamentos interpessoais.

Para Warren (2006), numa organização em rede há uma distribuição do poder, pois ou os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros (nós/elos), o poder se redistribui. Deve-se levar em consideração que mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), que detêm maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede. Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento sociais**.**

Entretanto a mesma autora ressalta que as redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento.

A rede é constituída e /ou alimentada por um conjunto de elementos conectados entre si. A existência de conexões é a condição fundamental para existência de rede, portanto, a primeira coisa a fazer no processo de formação de redes é estimular a conectividade, isto é, fomentar a ocorrência de mais e mais conexões entre os atores. Quanto mais conexões tiverem a rede, mais produtiva ela será em seu conjunto, e conseqüentemente maior a coesão entre os atores. Portanto, um conjunto mais coeso é um conjunto mais produtivo e uma rede mais forte (Amaral, 2004).

O processo de multiplicação e expansão depende da conexão e da densidade estabelecida entre os atores e instituições da rede. Pois, toda vez que alguém estabelece uma conexão, cria a ligação de um ponto com outro e, simultaneamente, estabelece a ligação de um ponto com um conjunto maior de conexões. Essa intensa capacidade de fazer conexões simultâneas faz com que a estrutura de rede tenha alto poder de multiplicação e expansão.

Para Warren (2006 p.113):

> [...] A idéia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Portanto, a Rede pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os seus atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Nesse contexto, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) vem trabalhando a otimização e a capilaridade da sua ação através de redes de organizações governamentais, oficiais, e por organizações não governamentais, sociedade civil organizada. No próximo item será abordada a realidade, as dificuldades e as perspectivas dessa experiência junto a gestão da política pública.

4. REDE NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Ao longo dos tempos o rural passou a adquirir papel central na construção de um novo projeto de sociedade, sendo visto como um espaço que deve diversificar multiplicar a pluralidade, tanto dos sistemas de produção de alimentos quanto das atividades rurais não agrícolas, buscando viabilizar novas tecnologias de conservação ambiental compatíveis com a produção local, promover e estimular dinâmicas de inclusão social e promoção da igualdade e equidade social.

Desde a década de 90, com o novo foco do rural no desenvolvimento da agricultura familiar, a Assistência Técnica e Extensão Rural vem sendo fortalecida. Contribuíram para esse processo a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, Rio-92 (Eco-92), e em 1995 o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, uma vez que ocorreu o resgate do Fomento da Agricultura Familiar e foco na produção e abastecimento de alimentos, na diversidade cultural e alimentar da população brasileira, bem como na preservação da biodiversidade.

Para a PNATER as "redes" são instrumentos intelectuais ou representações usadas para evidenciar as diversas formas de relação social. O Sistema em Rede também é reconhecido como "o desenho das relações entre pessoas, o qual permite prever quem fala com quem, favorecendo a transmissão e a formação das idéias". Desta forma, o estabelecimento de redes é particularmente decisivo no caso da circulação da informação, troca de praticas e da inovação.

Um dos objetivos específicos da PNATER é fortalecer as atuais articulações de serviços de ATER e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para

ampliar e qualificar a oferta de serviços de ATER, visando alcançar patamares crescentes de sustentabilidade econômica e socioambiental.

Murdoch in Mior (2005, p. 15) contextualizam a estrutura vertical e horizontal de rede com desenvolvimento rural, identificando a rede vertical como a forma que a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. As redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. Nesse sentido, as redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente.

Nesses termos, as Redes de (ATER) buscam se organizar como rede de estrutura horizontal, baseado na qualidade do serviço de ATER a partir de instrumentos participativos que fomentem a autonomia do agricultor, a valorização da diversidade das diferentes realidade sociais, ambientais, políticas, na perspectiva de garantir a sua produção de alimentos bases sustentáveis e alternativas de geração de renda e fortalecer o desenvolvimento rural local.

Nessa mesma perspectiva, uma das orientações para as ações da ATER é apoiar o estabelecimento de redes de cooperação que ajudam a potencializar e articular o conhecimento necessário para estabelecer processos sustentáveis de desenvolvimento local e territorial.

No caso da ATER, o fomento à formação de redes locais, regionais, estaduais e/ou nacional tem o objetivo de apoiar a promoção da assistência técnica e extensão rural por meio da articulação entre os atores, no interior e exterior das diferentes localidades do país e da convergência das estratégias de ação na perspectiva da PNATER.

A inserção da concepção de Rede no âmbito da ATER é um dos avanços conquistados pela PNATER, período em que o desenvolvimento rural passou a ser pontuado a partir de diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental, territorial e mais recentemente a partir da segurança alimentar e nutricional).

Conforme pode-se verificar no QUADRO1 13 redes de origens diferentes participam da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo que a menor rede é constituída de 4 instituições e a maior é composta de 28. Constata-se grande diversificação quanto a área de abrangência, ou seja, existem 03 redes com abrangência nacional e as demais distribuídas em diversos estados. Percebe-se que essa forma de organização possibilita maior arranjo institucional dentro dos movimentos sociais e para o governo federal uma maior

transparência, controle do recurso, acompanhamento e monitoramento e avaliação das atividades executadas.

Com isso pode se concluir que os serviços de assistência técnica e extensão rural está conseguindo alcançar um maior capilaridade e diversidade do público da agricultura familiar.

Quadro 1**. Relação das Redes de ATER que atuaram em parceria com a SAF/MDA, até o ano de 2008.**

Rede de ATER	Ano de Criação	Número de Instituições	Abrangência
REDE ASBRAER	2006	28	Nacional
REDE SISATER - CONTAG	2007	27	Nacional
REDE UNICAFES	2006	18	Nacional
REDE FETRAF- Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar	2006	21	BA, GO, MA, PI, RN, SC, RS, PR, SP, RN, CE, MG, PI, PA, PE, DF, MS, GO, MA, TO
REDE MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores	2006	26	AL, BA, DF, ES, MG, PA, PE, PI, PR, RO, RS, SC e SE
REDE CEFFAS -Centro Familiares de Formação Por alternância	2003	15	AP, BA, ES, GO, MA, MG, PA, PI, PR, RJ, RO, DF
REDE ECOVIDA	2004	15	PR e SC
REDE AMA - Articulação Mineira de Agroecologia	2003	14	MG
REDE PARDAL	2003	13	RN
REDE CARIRI	2007	4	CE
REDE ATER NE	2003	13	BA, CE, PB, PE e PI
REDE PROAMBIENTE	2005	9	AC, AM, AP, MT, PA, RO, RR e TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Técnica e Extensão Rural é a principal estratégia para eficácia das políticas públicas voltadas para agricultura familiar, uma vez que a conquista de um desenvolvimento rural sustentável permeia por bases orientadoras para apoiar a transição agroecológica, valorizando o papel ativo dos agricultores, construindo espaços de interação social entre as instituições públicas e as organizações populares, fomentando intercâmbios entre agricultores.

Conforme Warren, na ação intercruzada e cumulativa das múltiplas formas de organizações e práticas pela cidadania, a partir das redes das redes de movimentos sociais, que a sociedade civil se fortalece e cria legitimidade na esfera pública".

Murdoch in Mior (2005, p. 23) afirma que a existência de dicotomias como local/global, interno/externo em processos de desenvolvimento rural poderia ser parcialmente superarada com a utilização das noções de redes de desenvolvimento rural. Esta perspectiva permitiria enfatizar a diversidade de processos de mudança rural com a intervenção de atores sociais e institucionais, integrando elementos locais e não locais, o que é visto como fundamental para alavancar o desenvolvimento rural. Contudo, como o próprio Murdoch enfatiza, deve-se adequar a abordagem de rede para o conjunto de condições naturais, políticas, econômicas e sociais da área rural que estamos investigando.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Viviane. **Redes Sociais e redes naturais: a dinâmcia da vida.** Disponível em: http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm

ARAÚJO, R.T. et al. **Resenha: A Política Nacional de Assitência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Novo Perfil Profissional do Medico Veterinário**. Disponível em: http://www.faculdadecomunitaria.edu.br/progamasinst/revistas/revistas2007/veterinaria/resenha_a_política_nacional.pdf . Acesso em: 23/09/2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br

CANDIDO, Gesinaldo A.; GOEDERT, Adriano; ABREU, Aline. F. Os conceitos de Rede e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório. *Read*, Porto Alegre, v. 6, n. 6, dez. 2000. Disponível em <http://read.adm.ufrgs.br/read18/read18.htm>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** MDA/SAF/DATER. Brasília/DF, 2004.

_____. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural-PRONATER**. DATER/SAF/MDA; Brasília/DF, 2006.

MDA/SAF/DATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Junho, 2007. Brasília-DF. 26p.

MDA/SAF/DATER. *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural* (PRONATER). Maio, 2006. Brasília-DF.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Textos para Discussão 48, Senado Federal; Brasília, outubro 2008.

WARREN, Ilse S. Das mobilizações às Redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.

ASSENTAMENTOS RURAIS: Uma Análise dos Impactos Socioeconômicos no Noroeste Mineiro

Poliana Oliveira Cardoso

(poliana.cardoso@ufv.br)

Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa

Diego Neves de Sousa

(diegocoop@hotmail.com)

Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa

José Ambrósio Ferreira Neto

(ambrosio@ufv.br)

Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

1. Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa[i] "Assentamentos rurais e desenvolvimento socioeconômico: Uma análise do Noroeste de Minas Gerais" realizada em 2008, que levou em consideração a importância e o número de assentamentos rurais implementados na região Noroeste de Minas Gerais e o que eles têm representado para o cenário político, econômico e social nos municípios desta região. Assim, tem-se como proposta realizar neste artigo uma análise dos aspectos sociais, baseada, principalmente, na percepção da população local, ou seja, da forma como esta percebe os impactos ocasionados pelos assentamentos rurais no desenvolvimento socioeconômico dos municípios em que estão inseridos.

Serão apresentados os impactos causados pela criação de assentamentos do noroeste mineiro que, na maioria, foram constituídos em meados dos anos 90, na percepção de ocupantes de cargos públicos, diretores e supervisores escolares, funcionários da prefeitura, técnicos de extensão rural, vereadores, religiosos, representantes de sindicatos e associações que levantaram aspectos importantes no que se refere às questões atinentes aos aspectos sociais.

Sabe-se que os assentamentos rurais no Brasil foram criados como uma tentativa de diminuir os conflitos pela terra que haviam se intensificado no país entre as décadas de 80 e 90, depois de um longo adormecimento durante a ditadura militar instalado no pós 1964. Ao mesmo tempo, os assentamentos representavam uma tentativa de resolver a falta de

planejamento agrário no país. Conceitualmente, Medeiros e Leite (1999) explicam que os assentamentos rurais são entendidos

> "como a ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária" (MEDEIROS e LEITE, 1999, p.279).

É certo, que o Brasil passa por vários problemas sociais que envolvem questões ligadas as áreas de saúde, educação, transporte, violência, desemprego, dentre outros. Diante disso, é que surge a motivação para a investigação do que realmente os assentamentos proporcionam para o desenvolvimento socioeconômico de um município, ou, até mesmo, uma região. Dessa forma, a pergunta problema que evidencia este estudo é: qual é a opinião da população local, quanto à contribuição dos assentamentos rurais para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em que estão inseridos?

2. Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, o estudo possui uma natureza explicativa ao tentar entender a transformação ocorrida no processo de implementação dos assentamentos rurais até os dias atuais, isto na perspectiva da população local. Para isso, primeiramente, se utilizou de um levantamento bibliográfico sobre questões atinente aos assentamentos rurais e desenvolvimento socioeconômico. Posteriormente, foram verificados dados secundários relativos aos 9 (nove) municípios estudados. Foram analisadas informações referentes à população, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), receitas municipais e índice de Gini.

Entre os municípios selecionados destacam-se pelas dinâmicas distintas, tais como, número de assentamentos existentes, dinâmica demográfica e processo de criação do município. Os municípios selecionados para a amostra foram: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buriti, Formoso, João Pinheiro, Paracatu, Riachinho e Unaí.

Após o levantamento das informações secundárias, partiu-se para a terceira fase da investigação dos impactos causados pelos assentamentos rurais no Noroeste Mineiro, onde foram realizadas 74 entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave que apresentaram suas impressões sobre o processo de implementação dos assentamentos rurais. Entre eles, representantes do comércio local, religiosos, ocupantes de cargos públicos, diretores e

supervisores escolares, funcionários da prefeitura, técnicos de extensão rural, vereadores, representantes de sindicatos e associações que acompanham cotidianamente os assentamentos rurais.

3. Contextualização

A reforma agrária e os movimentos sociais estimularam o surgimento de novos atores sociais na realidade brasileira, como os arrendatários, meeiros, os atingidos por barragens e os trabalhadores rurais assalariados. Categorias que se viram atraídas ao programa de reforma agrária que, nos anos 90, ofereceu mais espaço aos trabalhadores rurais que lutavam pela terra em meio a um cenário conturbado pela violência no campo e mortes resultantes dos conflitos.

Na década de 90, foi criada a maioria dos assentamentos rurais no Brasil, o que ocorreu também no Noroeste Mineiro, que recebeu uma grande parcela de famílias de outros estados atraídos pela possibilidade de acesso à terra. O secretário municipal de agropecuária e meio ambiente do município de Arinos explica que na época da criação dos assentamentos rurais na cidade uma grande quantidade de imigrantes atraídos pela oportunidade de obter um lote se deslocou em direção ao município.

> "Foi anunciado na rádio de Feira de Santana/BA que havia terra de graça em Arinos o que provocou a chegada de um ônibus fretado, além de vir pessoas de Brasília proveniente de favelas" (Secretário Municipal, 29 anos, Arinos, 2008).

Desse modo, como foi evidenciado pelos dados secundários levantados, observou-se um aumento da população dos municípios investigados como poder ser visualizado no Quadro 1.

QUADRO 1 - Evolução da população (1991-2008)

Municípios	1991	2000	2008	Variação em % 1991-2008
Paracatu	62.774	75.216	82.850	131,98
Unaí	58.710	70.033	77.433	131,89
João Pinheiro	40.674	41.368	44.834	110,22
Buritis	18.417	20.396	22.290	121,02
Arinos	17.125	17.709	18.126	105,84
Brasilândia de Minas	9.283	11.473	13.406	144,41
Riachinho	7.253	7.973	8.401	115,83

Bonfinópolis de Minas	4.464	6.443	5.927	132,77
Formoso	7.199	6.522	6.831	(94,88)

Fonte: Fundação João Pinheiro, (1991) (2000) e Confederação Nacional de Municípios, (2008).

A região abrange 11% da população total no território Mineiro e no ano de 2000 a população urbana do Noroeste de Minas chegou a 263.683 habitantes, enquanto a população rural a 108.902 habitantes. Nota-se que alguns municípios como Paracatu, Unaí, Brasilândia de Minas e Bonfinópolis de Minas apresentaram um aumento superior a 30% na composição da população, o que é muito significativo para apenas uma década.

QUADRO 2 - Composição da população, 2000.

Municípios	População Rural	População Urbana	População total
Arinos	7.572	10.137	17.709
Brasilândia de Minas	2.261	2.261	11.473
Buritis	6.525	13.868	20.396
João Pinheiro	8.944	32.424	41.368
Paracatu	12.202	63.014	75.216
Riachinho	4.074	3.899	7.973
Bonfinópolis de Minas	2.241	4.202	6.443
Formoso	3.113	3.409	6.522
Unaí	14.484	55.549	70.033

Fonte: Fundação João Pinheiro (2000), Confederação Nacional de Municípios (2000).

No que se refere à distribuição espacial da população dos municípios estudados verifica-se uma média de 31,5% residentes no meio rural, sendo a maioria composta por famílias assentadas. Em linhas gerais, os municípios onde a população rural passa dos 50% da população total tiveram o processo de criação do município atrelado à reforma agrária, logo, sofreram certa influência dos assentamentos na sua dinâmica socioeconômica, fato verificado quando se observa os dados secundários que mostram a melhoria da economia e do Índice de Desenvolvimento Humano destes municípios, ao longo do tempo.

4. Resultados e discussão

Estima-se, até o ano de 2008, que na região dos municípios estudados existiam em torno de 83 assentamentos, beneficiando um número aproximado de 5.405 famílias. A partir das 74 entrevistas com informantes foi possível conhecer a realidade dos assentamentos rurais do Noroeste Mineiro, desde o processo de implantação dos projetos até a busca da sobrevivência pelo trabalho na terra e a convivência dos assentados com a população urbana dos municípios.

QUADRO 3 - Número de assentamentos e famílias beneficiadas

Município	Nº de assentamentos	Nº de famílias
Arinos	12	771

Brasilândia de Minas	4	203
Formoso	5	388
Buritis	16	526
João Pinheiro	8	537
Paracatu	9	670
Unaí	22	1.357
Bonfinópolis de Minas	2	60
Riachinho	5	893

Fonte: INCRA MG – SR06 (2008), INCRA DF- SR28 (2006) e www.assentamentos.com.br (2008).

Com certa frequência, é percebido na fala dos entrevistados que os municípios foram beneficiados com a melhoria da infra-estrutura na área da educação, saúde e transporte, após a criação dos assentamentos. De acordo com esses informantes, os municípios precisam estar preparados para receber mais pessoas, fato que leva o governo municipal em alguns casos a se preocupar mais com as questões de infra-estrutura desses demandantes. "Querendo ou não, ele (o governo) começou a olhar principalmente para nosso lado social", diz um comerciante de Buritis.

Consequentemente, esta demanda por recursos públicos leva a uma melhoria na qualidade de vida não apenas dos beneficiários da reforma agrária, como também para a população dos municípios onde são criados os assentamentos. Pode-se notar que de acordo com o IDH, que a partir da criação da maioria dos assentamentos rurais na região do Noroeste de Minas Gerais houve um aumento significativo nos indicadores de educação, longevidade e renda destes municípios.

QUADRO 4 - Indicadores de educação, longevidade e renda (1991-2000).

	Educação		**Longevidade**		**Renda**	
	1991	**2000**	**1991**	**2000**	**1991**	**2000**
Buritis	0.676	0.789	0.665	0.723	0.530	0.687
João Pinheiro	0.699	0.844	0.666	0.761	0.622	0.675
Paracatu	0.752	0.844	0.666	0.761	0.622	0.675
Formoso	0,571	0,758	0,659	0,716	0,543	0,610
Brasilândia de Minas	0,661	0,831	0,647	0,761	0,557	0,644
Bonfinópolis de Minas	0,704	0,838	0,697	0,787	0,589	0,636
Arinos	0,648	0,814	0,612	0,744	0,522	0,576
Riachinho	0,610	0,773	0,695	0,780	0,503	0,546
Unaí	0.740	0.860	0.697	0.829	0.607	0.748

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (1991, 2000).

O desinchaço nas cidades, também, é levantado pelos entrevistados com certa frequência, por perceberem ser natural, algumas pessoas saírem da periferia em direção aos assentamentos. Afirmam, ainda, que aqueles que permanecem nos assentamentos produzem,

apesar de ter parcela de beneficiados que ao serem contemplados com as terras, efetuam trocas ou, até mesmo, vendas.

É muito elogiada a capacidade de liderança e a visão de mundo que as pessoas desenvolvem quando se propõe a lutar pelas melhorias dos assentamentos. A sociabilidade também é lembrada como um ponto positivo, apesar de, no início da implementação dos assentamentos, a relação com os mesmos fosse, sobretudo, limitada e marcada pela desconfiança. Essa resistência aos assentamentos foi consequência de conflitos que marcaram o processo e que eram muito comuns naquela região, principalmente, na década de 90.

Para os entrevistados os assentamentos rurais representam uma legítima forma de organização social que marca a volta do homem ao campo. Assim sendo, identificam os assentamentos como um meio de fixar as pessoas no campo, mesmo que na maioria das vezes sejam idosos e crianças. Questão esta que é muito retratada, por boa parte dos entrevistados, ao se referir ao perfil dos atuais assentados, dizem que são, sobremaneira, os idosos. Por outro lado, percebem a dificuldade existente de fixar o jovem no campo, permanecendo, assim, a força de trabalho dos mais velhos.

Quanto à produção, os beneficiários da reforma agrária são considerados pela população urbana local como agricultores familiares, que participam de "feirinhas" expondo produtos como mandioca, frango, ovos, leite, verduras, legumes, compotas de doces, feijão, milho, arroz, porcos, farinha, polvilho, cachaça, queijo e vassouras. Apontam que algumas mulheres ainda trabalham com artesanato fabricando bonecas de pano, crochê e bordados.

Os entrevistados argumentam que às vezes o solo não está adequado ao cultivo das culturas tradicionais, fato este que, muitas vezes, dificulta a permanência nas terras, sendo assim os assentados busca alternativas a este problema como a preferência ao trabalho com gado e a produção de farinha.

Na visão da população, a maioria dos projetos de reforma agrária está fora da realidade dos assentados visto que não existe uma seleção adequada na escolha dos beneficiados, e aqueles que possuem aptidão para agricultura, muitas vezes acabam se endividando na tentativa de ampliar sua capacidade produtiva e obter uma renda monetária que lhes possibilite uma vida mais digna. Surgem, além disso, várias críticas quando lembram que várias pessoas adquiriram os lotes como forma de oportunismo, efetuando a troca dos mesmos por veículos, ou, em alguns casos, utilizando à verba pública para outros fins que não em prol a melhoria das terras e da própria produção. Apesar destas considerações anteriores, a maioria dos informantes sabe identificar pessoas que conseguem levar com seriedade a produção nos assentamentos e que se dedicam as atividades agrárias, pois se preocupam com

o investimento em pastagens, gado, melhoramento do solo e infra-estrutura dos lotes, alcançando, assim, a melhoria na qualidade de vida dos mesmos e, consequentemente, a geração de renda o que é considerado positivo para o comércio dos municípios. Lamentam, apenas, o fato de ser uma parcela menor dos assentados que possuem esta aptidão e consciência ao utilizarem os créditos concebidos pelo governo.

É muito comum na maioria dos municípios investigados, levantarem o fato dos assentados, serem associados às organizações cooperativas, como a CAPUL - Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda - que está presente na maioria dos municípios do Noroeste Mineiro. Principalmente para municípios menores representa uma alternativa aos atravessadores, sendo, por isso, que em alguns municípios existem grupos de assentados que efetuam compras coletivas em lojas agropecuárias da cooperativa. Em uma das sedes da CAPUL, situada em Arinos, foi levantado o fato de os associados provenientes de assentamentos rurais serem o segundo maior fornecedor (associado) de leite para aquela unidade, o que representa um grande investidor para o empreendimento cooperativo supracitado.

Também foi levantada à questão da boa sociabilidade dos assentados com a população dos municípios. Consideram que são bastante participativos, frequentam as festas que acontecem nos municípios e alguns promovem até eventos religiosos em suas comunidades incentivando a participação da população local nos mesmos. Percebem o interesse que alguns assentados possuem em representar os assentamentos politicamente o que na opinião dos entrevistados pode vir a somar ao trabalho desenvolvido pelos sindicatos dos trabalhadores rurais que configuram uma atuação positiva aos assentados, uma vez que oferecem acompanhamento as famílias, além de capacitação, representação e orientação aos trabalhadores rurais.

Os entrevistados notam que o melhor uso de terras antes improdutivas também é um ponto positivo uma vez que antes os lotes eram escuros e largados, o que incomodavam a vizinhança e as pessoas da cidade, depois da criação dos assentamentos tais lotes passaram a ser bem cuidados e não oferecem mais nenhum tipo de perigo. Acreditam, também, em uma modificação no contexto rural uma vez que além de trazerem as pessoas de volta ao campo ainda proporciona melhorias nas estradas, energia elétrica e saneamento básico ao meio rural, à medida que as famílias se instalam.

5. Considerações finais

Entre os resultados obtidos pela pesquisa por meio das 74 entrevistas com informantes que tinham maior contato com a realidade dos projetos e de dados secundários, observou-se que os impactos percebidos e valorizados pela população local tendem a atribuir aos assentamentos rurais uma melhoria na dinâmica socioeconômica e, ainda, numa significativa contribuição destes na demanda do comércio local. Pressupõe-se que isso ocorre graças aos créditos aplicados pelo governo federal nos projetos, bem como o aumento da oferta e demanda de produtos, principalmente os agropecuários, por parte dos assentados. Esta influência positiva não está limitada, apenas, aos municípios pequenos ou com uma economia estagnada, mas é também percebida nos maiores com uma economia dinâmica e diversificada como é o caso dos municípios de Unaí, Paracatu e João Pinheiro.

O contexto do Noroeste mineiro é caracterizado por possuir uma estrutura fundiária e de distribuição de renda bastante concentrada, somados ainda a características do cerrado que às vezes dificulta a prática da agricultura com baixo nível de aplicação de insumos. Ainda assim, percebe-se que muitas famílias têm conseguido se auto-sustentar por meio da agricultura familiar e, ainda, da pecuária leiteira que tem se tornado cada vez mais uma alternativa as dificuldades encontradas para o trabalho com a terra. Apesar destas dificuldades é comum o plantio de mandioca, arroz, frangos, verduras e legumes que podem ser encontrados em "feirinhas" de alguns municípios como um sinal de que realmente existem famílias que superam as dificuldades.

De modo geral, os assentamentos rurais injetam parte significativa de recursos financeiros nos municípios, em especial, decorrente do recebimento de linhas de crédito provenientes do governo federal. Ainda assim é notado com mais frequência pela população os aspectos sociais que de certa forma atinge toda a população do município, e não apenas os assentados. Além de os assentamentos rurais serem importantes à medida que representam uma alternativa aos indivíduos antes considerados excluídos pela sociedade é uma oportunidade de trabalhar com a terra, remetendo estas pessoas a própria subsistência por meio da pecuária e da agricultura familiar. Desse modo, na opinião dos entrevistados, a população sente-se satisfeita pelas melhorias de infra-estrutura de estradas, saneamento, saúde, segurança e educação, ocasionada pelo aumento da demanda. Consideram, além disso, que o uso das terras, antes improdutivas, é um aspecto importante porque a presença dos assentados tornou o ambiente mais alegre e habitável.

Entende-se ao fim desta pesquisa que tanto impactos positivos quanto negativos são surtidos com a implementação dos assentamentos, porém é reconhecido por relativa parcela da população que os impactos positivos muitas vezes são maiores que os negativos uma vez

que a criação dos assentamentos representa uma alternativa ao desemprego e a marginalização. Por outro lado, os assentamentos são criticados pelo aumento de demandas ao setor público e por serem focos de contestação e enfrentamento, como opinam algumas diretoras de escolas. Porém, os impactos negativos podem ser contornados por se tratarem de problemas de seleção das famílias beneficiadas, organização e planejamento dos assentamentos.

Estudos como este podem contribuir para ajudar a contornar os pontos negativos da implementação dos assentamentos nos municípios bem como o melhor funcionamento dos mesmos, à medida que apresentam os problemas sob o olhar daqueles que os vivenciam, podendo servir como fonte para busca de alternativas que cada vez mais minimizem os pontos fracos que impedem o melhor desenvolvimento dos assentamentos rurais e, consequentemente, dos municípios e da população como um todo.

6. Referências bibliográficas

ATLAS do Desenvolvimento Humano e Condições de vida: Indicadores Brasileiros. PNUD/IPEA/FJP, 1998.

ASSENTAMENTOS. Disponível: <www.assentamentos.com.br>, acesso em 14 de fevereiro de 2010.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais.** São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Disponível: < www.cnm.org.br>, acesso em fevereiro de 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível: <www.fjp.gov.br>, acesso em maio de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível: <www.ibge.gov.br>, acesso em maio de 2008.

MATA-MACHADO, M. B. N. **História do sertão noroeste de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. P. 168.

MEDEIROS, L; LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. 1º Edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Ed Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999.

Secretaria de Estado de Fazenda. Disponível: www.sef.mg.gov.br, acesso em 22 de agosto de 2008.

[i] Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

DA ESCOLA "SALVADORA" DA AGRICULTURA BRASILEIRA À UNIVERSIDADE MASSIFICADA: 1967 E O MARCO NA MODIFICAÇÃO DA TRADIÇÃO AGRÁRIA DA UFRRJ

Ana Lúcia da Costa Silveira

Doutoranda do curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

analucia_ctur@terra.com.br

GT 02 – Políticas públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ofereceu vagas para cinquenta e cinco cursos de graduação no processo seletivo para ingresso de alunos novos em 2010. Uma particularidade que vem permeando essa oferta de vagas, já há alguns anos, é a criação de muitos cursos novos, com pouca ou nenhuma relação com a área de ciências agrárias. Apesar da palavra "rural" existente em seu nome, a oferta de cursos ligados a essa área corresponde, atualmente, a menos de um quarto do total de cursos oferecidos. Muitos dos novos cursos funcionam em horário noturno e em outros *campi*, sendo que nenhum deles pertence à área de agrárias, o que gera a percepção de que têm ocorrido modificações relevantes no perfil desta universidade, cuja origem, datada do início do século XX, advém do interesse dos governos em investir na criação de escolas superiores agrícolas para ajudar a alavancar e modernizar a agricultura brasileira.

O objetivo deste trabalho é investigar, com maior exatidão, quando e como se deu o início do processo que desencadeou as modificações citadas. Após pesquisa bibliográfica envolvendo autores que dissertaram sobre o pensamento social brasileiro, trabalhos acadêmicos sobre a UFRRJ e informações coletadas em fontes documentais sobre a sua história, localizou-se, no ano de 1967, um relevante marco da transformação da tradição agrária desta instituição, ocasião em que ela mudou o vínculo administrativo do Ministério da Agricultura para o da Educação.

A fundamentação teórica do estudo é centrada no tema das relações entre Estado e universidade. Na data delimitada, observou-se certo desequilíbrio de forças apontando para

um maior poder de influência estatal, personificada por governos mais centralizadores que implementavam políticas públicas conservadoras direcionadas ao ensino superior brasileiro. Esse conservadorismo resulta de um tipo de modernização "pelo alto", vivida pela sociedade brasileira nas décadas que antecederam o "1967" (mas não somente) e explicada sociologicamente por teorias elucidativas a respeito da modernização do país.

Apoiada nesses autores, a investigação arma um quadro teórico com subsídios para o entendimento de que um relevante fator a acarretar mudanças na vocação agrária da UFRRJ foi o processo de incentivo à oferta de outros cursos não agrários, intensificada a partir da transferência de sua subordinação administrativa para um ministério de hegemonia mais urbana, o da Educação, bastante alinhado com ações de um poder público pressionado por demandas das camadas médias, ampliadas e fortalecidas em decorrência dos processos de modernização e urbanização vividos no país desde 1930, para ingresso no ensino superior.

O CARÁTER CONSERVADOR DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 1960/1970

Os modelos de modernização inglês, assim como o francês e o americano, ao se concretizarem, apresentaram semelhanças no que tange à necessidade, como pré-requisito fundamental, de uma burguesia com expressiva capacidade revolucionária. Não representam, no entanto, segundo Moore (1983), os únicos caminhos de consolidação do capitalismo no mundo. Há percursos diferenciados rumo à modernidade, entre eles se destacando o alemão, aquele em que a classe burguesa possuía um fraco impulso revolucionário. A esse caso Moore denominou "revolução vinda de cima" ou "conservadora", palavra esta extremamente apropriada para qualificar, à semelhança da Revolução Passiva gramsciana (COUTINHO, 1992), um tipo de processo de acumulação capitalista que "conservou", sempre que possível, as estruturas sociais tradicionais, por meio de uma ação estatal forte e autoritária, que dominou todas as esferas do processo revolucionário.

É possível encontrar semelhanças entre os casos alemão e brasileiro quanto à existência de pré-requisitos fundamentais para a concretização da referida Revolução Conservadora (segundo Moore) ou Passiva (segundo Gramsci). Além da existência de uma classe burguesa debilmente consolidada, outros elementos necessários para desencadear tal modelo revolucionário seriam concentração fundiária rural e união entre burguesia agrária e comercial.

Vianna (2004) insere, no que chama de "Revolução Passiva à brasileira", vários momentos da nossa história em que se "conservou-mudando". A expansão da ordem burguesa, e com ela de parcelas recrutadas nas camadas médias citadinas até exerceria certa pressão na ativação de um "fermento revolucionário", de modo que pudesse acolher algumas demandas mais populares junto aos setores tradicionais das elites, mas sem se desprender das bases agrárias e territorialistas da estrutura social, econômica e política brasileira.

Entre os momentos da história brasileira nos quais Vianna (2004) mobiliza o conceito de revolução passiva ou conservadora, pode-se distinguir os anos 1950. Neste período, o desenvolvimentismo foi marcado por uma "fuga para frente": o ator em luta contra o tempo, os "cinquenta anos em cinco", queimando etapas essenciais para a construção de um processo que integrasse social e politicamente tanto as elites territorialistas como as do liberalismo econômico.

Caio Prado Jr. (SANTOS, 2001) igualmente vê com reservas o acelerado desenvolvimentismo que norteou a economia brasileira no pós-2ª guerra. Na sua avaliação, esses momentos revelaram um cenário mantenedor de estruturas desiguais pretéritas, por apresentar uma prosperidade aparente, que beneficiou setores reduzidos do país, sem tornar sólida ou durável a estrutura básica da economia e sem trazer melhorias significativas nas condições gerais de vida da grande massa da população.

No entanto, esse cenário conservador não se apresentava, de todo, incompatível com mudanças. Percebia-se que os novos e acelerados rumos da modernização brasileira, consolidados pelo incremento da industrialização e da urbanização, vinham alimentando um padrão de desenvolvimento capitalista favorável à ampliação e fortalecimento das classes médias, que, outrora mais castas e elitizadas, naquele momento passavam a englobar também elementos genuinamente mais pobres, de origem operária e socializados previamente para viver como operários.

A pressão das ampliadas classes médias na conquista de benefícios anteriormente reservados apenas às elites vai exercer certa influência em programas de ação governamentais dotados de negociação política para centralizar exatamente nas ascendentes camadas médias os segmentos populacionais tomados em maior consideração na conquista dos benefícios oferecidos. Entre tais benefícios, estaria a expansão das vagas no ensino superior, concebida, em tese, como fator dinamizador do crescimento econômico, do desenvolvimento sociocultural e do progresso da pesquisa científica e tecnológica típicos daqueles anos 1950/1970, mas que acabou por ser desenvolvida predominantemente no plano quantitativo traduzindo um progresso ingrato, porque estariam sendo empregados recursos materiais e

humanos escassos na propagação de um ensino superior que mereceria ser posto à margem e superado.

Explicando melhor: mesmo dispondo de poucos recursos financeiros, o Estado patrocina a criação de novas instituições de ensino superior ou de vários cursos novos nas já existentes, preocupado em satisfazer as pressões das massas para o acesso aos estudos superiores, desde que tal acesso cumpra apenas a função de formação estritamente profissional, e não cultural. Cria-se uma aparente situação de democracia de oportunidades, quando, na realidade, os mecanismos de estratificação social se mantêm, porque estas instituições ou cursos criados "no atacado" apresentam dificuldades em formar pessoas capazes de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem as dirige e, principalmente, com dificuldades de romper com o campo intelectual da revolução passiva no Brasil.

Pode-se dizer, então, que, com a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior nas camadas médias, o Estado brasileiro adquire um maior controle (quase que uma "cumplicidade") junto a esses grupos, que, potencialmente (por supostamente comporem um possível "fermento revolucionário") apresentariam condições para desestruturar o consenso burguês, mas não o fazem, não apenas por serem agraciados com o benefício citado (entre outros), como também por se tornarem colaboradores dos mecanismos de consenso que continuarão a conservar as relações sociais vigentes.

Além desse mecanismo de controle, a radicalização política que levou ao regime de 1964 reforçou um outro tipo de domínio resultante da transformação da aparelhagem coercitiva estatal em sujeito político coletivo dominante. A já citada fragilidade da burguesia brasileira como classe revolucionária também pode ser entendida como recurso explicativo que levou ao golpe de 1964, posto que tal classe apresentava seu potencial de transformação capitalista enfraquecido por fatores diversos, quer seja pela dominação imperialista externa, quer seja pelo desenvolvimento desigual, que aumentava a pressão das classes operárias e destituídas por uma distribuição mais paritária de benefícios econômicos e sociais. Tal fragilidade acarreta um tipo de impotência burguesa que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do seu poder de decisão e de atuação:

> Essa impotência [...] colocou o Estado no centro da evolução recente do capitalismo no Brasil e explica a constante atração daquele setor pela associação com os militares e, por fim, pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas (FERNANDES, 1975, p. 307).

A contextualização do cenário que levou a um marco da modificação da tradição agrária da UFRRJ desperta interesse por estar diretamente relacionada à formação de um

Estado detentor de poder e autoridade, sustentado por um regime militar, que modernizou o país de modo conservador, interferindo bastante nos rumos da expansão do ensino superior brasileiro.

1967: ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS

As origens da UFRRJ remontam as décadas iniciais do século XX, quando as políticas dos governos buscavam criar escolas superiores agrícolas, para contornar, por meio da difusão do saber e das técnicas rurais, uma crise mundial dos preços agrícolas que afligia as nações naquela época. De 1877 a 1930, foram criadas 17 escolas ligadas à agronomia, entre elas a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), considerada a originária da atual UFRRJ. A criação se deu pelo Decreto nº. 8.319, assinado em 1910 pelo presidente Nilo Peçanha, que a subordinava administrativamente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa subordinação administrativa durou até o ano de 1967, mas não esteve livre de controvérsias, em virtude de existirem, com muita frequência, embates no interior dos próprios governos, entre os ministérios da Agricultura e Educação, na disputa pela tutela do ensino agronômico no Brasil.

Enquanto existiu sem a "concorrência" do Ministério da Educação e Saúde, até a criação deste, em 1931, o Ministério da Agricultura (que funcionava em conjunto com as pastas da Indústria e do Comércio), buscou exercer a sua "missão" de modernizar a arcaica e pouco produtiva agricultura brasileira, fortalecendo a vocação eminentemente agrícola que sustentava a economia do país naquele início de século e que mantinha no poder as elites agrárias territorialistas, beneficiando-as. Nessa tarefa, tal ensino era ideologicamente dividido em dois eixos, o da cultura técnica, elementar e voltado para jovens que compunham uma "massa rural" ignorante e inerte, a ser "civilizada"; e o da cultura científica, destinado à formação de líderes naturais do processo de modernização da agricultura brasileira, quer no âmbito da burocracia estatal (funcionários públicos), quer no da representação das culturas agrícolas de exportação (latifundiários). Os eixos do ensino agronômico no Brasil da Primeira República representavam mecanismos de conservação política e econômica das elites agrárias, posto que sequer cogitavam qualquer tipo de contestação em relação à essência territorialista dos grupos dominantes (MENDONÇA, 1998).

O cenário das supremacias políticas começa a se modificar nos anos 1930, quando, com a crescente urbanização do país, ocorreu uma crise hegemônica das oligarquias rurais, que passaram a fracionar o poder com novos estratos socioeconômicos ligados ao mercado interno (os grupos agrários do Sul) e setores emergentes, formados basicamente por uma

pequena classe média. Esse deslocamento de forças acabou isolando as tradicionais oligarquias agroexportadoras, que monopolizavam, até então, os rumos do ensino agronômico no país.

O novo governo fixado no poder após a Revolução de 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde, que passou a causar alguns entraves diante das políticas de ensino agronômico até então estabelecidas, principalmente por desejar atribuir à sua alçada todo tipo de pioneirismo no que dissesse respeito a qualquer modalidade educacional. Na verdade, o "pano de fundo" dessa "disputa pedagógica" revelava um embate bem maior, entre ministérios de hegemonias diferentes, o da Educação e Saúde, de preponderância mais urbana, alinhado com as novas frações então consolidadas no poder; e o da Agricultura, controlado pelos setores dominantes agrários (MENDONÇA, 2006).

A partir de então, consagrou-se, nas escolas superiores brasileiras de agricultura, entre elas a que originou a UFRRJ, uma tutela simultânea entre os dois ministérios, que volta e meia punha em xeque a subordinação administrativa dessas escolas. Como já explicitado, dado o caráter conservador dos projetos de modernização brasileiros, em especial os agrícolas, tais instituições se mantiveram na alçada do Ministério da Agricultura enquanto foi interessante às frações dominantes a atuação dessas escolas como instrumentos de negação dos conflitos sociais do campo e enquanto não surgiram outros projetos mais urgentes e necessários de manutenção das estruturas sociais vigentes.

No que diz respeito à ESAMV, uma primeira tentativa de transferir o seu vínculo administrativo ocorreu em 1932, logo após a criação do Ministério da Educação e Saúde, quando, alegando a necessidade de uma maior adequação desta Escola ao Estatuto das Universidades (Decreto de 11 de abril de 1931), cogitou-se desvinculá-la do Ministério da Agricultura e transformá-la em universidade (OLIVEIRA, 2005). Internamente, na própria ESAMV, houve pressão da Escola de Química para que isso acontecesse. A modificação do vínculo não ocorreu, no entanto a ESAMV acabou por ser desmembrada em três escolas distintas: de Agronomia, de Veterinária e de Química, sendo que esta última abandonou o vínculo com o Ministério da Agricultura, ao ser transferida para o conglomerado de escolas que compunham a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ).

A necessidade de investir em uma escola agronômica modelo, que conservasse os interesses das elites agrárias territorialistas na modernização passiva do mundo rural brasileiro manteve a então UFRRJ na alçada do Ministério da Agricultura até os anos 1960, ocasião em

que as modificações já assinaladas no cenário político e econômico da sociedade brasileira determinaram outros tipos de prioridades em seus projetos conservadores.

Com a reunião das escolas de Agronomia e Veterinária, desmembradas da ESAMV junto com a de Química nos anos 1930, inaugura-se, em 1943, Universidade Rural (UR), subordinada ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, órgão do Ministério da Agricultura. De 1960 em diante, uma sucessão de decretos e leis vai modificar ou não o vínculo da Universidade Rural e outras congêneres com um dos dois Ministérios (OTRANTO, 2009).

De início, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em dezembro de1961, em seu artigo 6º, determinava que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) exerceria as atribuições do poder público federal em matéria de educação, abrindo apenas às escolas militares a possibilidade de serem reguladas por leis especiais. Em tese, o ensino agronômico estaria então na alçada no MEC e, como desdobramento disso, a então UR reformulou os seus estatutos vinculando-se a ele. No entanto, tal determinação não pode ser cumprida, em virtude da Lei Delegada nº. 9, de outubro de 1962, que mantinha a instituição vinculada ao Ministério da Agricultura, juntamente com a Universidade Rural de Pernambuco. Tal situação se manteve até 1967, quando o já endurecido regime militar determinou a transferência das universidades agrícolas para o MEC e, em menos de três meses, a transferência por ele desejada durante mais de trinta anos finalmente se concretizava (OTRANTO, 2009).

As análises que podem ser realizadas diante de tal panorama refletem, como já dito, modificações na conformação das hegemonias sociais brasileiras. Um fator determinante na composição desse cenário foi o aumento da influência estrangeira, em especial a norte-americana, nas determinações do ensino brasileiro, capitaneadas, de 1942 até os anos 1960, por diversas instituições [1], que, por meio de acordos camuflados como "assistência técnica", ditaram medidas influenciadoras dos rumos não só do ensino agrícola, como do ensino superior em geral (MENDONÇA, 2006).

No que tange ao ensino agrícola, o imperialismo norte-americano associou-se às oligarquias agrárias, interessado em impedir o avanço do comunismo na América Latina, utilizando-se das práticas "educacionais" adotadas, como subterfúgio para conter as mobilizações políticas organizadas pelos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária, e

[1] Algumas delas: Institute of Inter-American Affairs, Technical Cooperation Administration, Foreign Operations Administration, International Cooperation Administration, United States Agency for International Development (USAID).

direcionando sua manipulação mais para os níveis de ensino agrícola elementares (MENDONÇA, 2006).

Quanto ao ensino superior, e aí se incluem as escolas superiores rurais, a tutela exterior voltou-se para a preservação do monopólio do saber nas velhas elites, supostamente ameaçadas diante do surgimento de novas categorias sociais, especialmente as classes médias. A melhor maneira de realizar tal tarefa seria através da disseminação, junto a estas classes, de escolas superiores meramente profissionais, que congelariam a universidade como fator social construtivo, tornando-a inoperante para romper com o campo intelectual da revolução passiva.

Reunir todas as universidades na alçada de um único ministério, bastante comprometido com os interesses externos e das elites internas, justifica, nesse cenário, a rapidez com que se deu o processo burocrático de transferência administrativa das universidades rurais para o MEC, em 1967. Os desdobramentos dessa política na UFRRJ se revelaram mediante um incremento na oferta de cursos não mais ligados à área de agrárias.

Até 1968, a UFRRJ funcionava com as graduações de Agronomia, Veterinária, Educação Técnica, Educação Familiar, Engenharia Florestal e Engenharia Química. No período de 1969 a 1976, foram criados os cursos de História Natural, Química, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geologia, Zootecnia, Educação Física e Licenciatura em Física e em Matemática. Exceto pelo curso de Zootecnia, os demais cursos criados distanciavam-se, alguns mais e outros menos, da sua originária tradição agrária.

Convém lembrar que todo esse processo de expansão foi realizado com escassos recursos, pois, ao se subordinar ao MEC, a UFRRJ passou a dividir o orçamento deste Ministério com um número muito maior de universidades públicas. Fora isso, exatamente por conta de seu vínculo anterior com o Ministério da Agricultura, ela não vinha sendo contemplada financeiramente pelos acordos MEC/USAID, que privilegiavam somente as universidades já subordinadas ao MEC. A escassez de recursos intensificava-se ainda mais em virtude de a UFRRJ ser uma instituição de porte pequeno, se comparada a outras já vinculadas ao MEC desde a sua criação, portanto recebia menos recursos que as de vulto maior.

Para viabilizar o aumento no número de alunos nos novos cursos sem maiores ampliações nas verbas destinadas pelo governo, a UFRRJ, desde 1969, passou a aceitar a matrícula de alunos externos, sem direito a alojamentos, o que praticamente dobrou a oferta de vagas, mas rompeu com o padrão qualitativo do “aluno-residente”, adotado desde a sua

transferência, em 1947, para o espaçoso *campus* do km. 47 (Seropédica/RJ), que contava com diversos prédios de alojamentos e, por causa disso, só aceitava alunos em regime de internato.

Consagrava-se, então, um novo perfil para a UFRRJ, relacionado, àquela época, a um mundo rural que se modernizava, num processo conhecido na literatura como *modernização tecnológica socialmente conservadora* ou ainda *Revolução Verde*, delineando um novo padrão de organização da produção agrícola. Nesse processo, a grande propriedade é estimulada a se estruturar como empresa capitalista, modernizando sua tecnologia. Dessa forma, num mundo rural em que boa parte dos trabalhadores é substituída pela máquina, esmaecia a necessidade de se investir na formação de profissionais irradiadores das técnicas modernas de que, anteriormente, carecia a agropecuária brasileira. Este foi, sem dúvida, um outro fator relevante a definir a tutela das universidades rurais não mais no Ministério da Agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por considerar a data de 1967 um marco na modificação da tradição agrária da UFRRJ não deve gerar o entendimento de que tal modificação se deu de forma abrupta e inesperada. Nesse sentido, a assinatura do decreto modificador do vínculo administrativo da UFRRJ tornaria o "1967" um emblema de um processo, dado ao longo do tempo, de enfraquecimento da preponderância da tradição agrária na UFRRJ, diretamente ligado ao cenário de mobilizações das forças que disputavam hegemonias no cenário sociopolítico e econômico brasileiro. Pontos comuns nos momentos da configuração deste cenário foram as condições conservadoras e passivas da modernização brasileira, que trouxeram desenvolvimento ao país, porém de forma desigual, primando pela dispersão dos grupos burgueses, pela debilidade produtiva do mundo econômico e por um Estado operante muito além da esfera econômica (SANTOS, 2009).

E, diante desse Estado "tentacular", desperta o interesse, no que se refere ao objeto de estudo em questão, a disputa de protagonismos existente nas próprias engrenagens estatais internas, a exercer bastante influência nos rumos das universidades rurais, entre elas a UFRRJ.

É certo que os desdobramentos advindos da modificação de sua originária tradição agrária não se revelaram unicamente na expansão da oferta de cursos pouco relacionados à área das ciências agrárias. Ainda assim, esse incremento na oferta de cursos com tal perfil constitui relevante dado a consolidar a modificação citada. E mais, tal processo de expansão não ficou localizado apenas nos anos 1960/1970. Quase meio século depois, a UFRRJ está

revivendo uma situação semelhante àquela aqui delimitada, conforme citado na introdução deste texto.

Sabe-se que algumas das motivações a alimentar o processo atual configuram-se de modo distinto daquelas do "1967". O incentivo à vocação agrária das poucas universidades rurais que ainda existem já abandonou, há muito, a pauta de prioridades dos projetos conservadores do Estado. Permaneceu, porém, o interesse em prover serviços sociais (sendo a conquista de uma vaga em universidade pública um deles) para camadas massificadas aptas potencialmente a desestruturar o consenso burguês, mas que não o fazem, não apenas por serem agraciadas com os serviços citados como também por se tornarem colaboradoras dos mecanismos de consenso que continuarão a conservar as relações sociais vigentes. Consolida-se, dessa forma, mais uma vez, a influência do campo intelectual da revolução passiva nos rumos não só da UFRRJ como do ensino superior brasileiro em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960). **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA/UFRRJ, vol.14, número 1, abril/2006, pp.88-113.

_____. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia.** Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, G.S. **O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Unicamp.

OTRANTO, Célia Regina. **A autonomia universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva?** O caso da universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ): EDUR, 2009.

SANTOS, Raimundo. Política e Agrarismo no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. CPDA/UFRRJ, vol. 17, número 1, abril/2009, pp. 121-154.

_____. **Caio Prado Jr. na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DE ESPERANÇOSAS PARTIDAS E TRISTES RETORNOS
(Campesinato, migração temporária para o trabalho no corte de cana, adoecimento: quais políticas de proteção social? O caso de Elesbão Veloso-PI).[1]

Teodorio Rogério Júnior[2]
Maria Dione Carvalho de Moraes[3]

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

I INTRODUÇÃO

(...) Nós vamo a São Paulo, que a coisa tá feia.
Por terras alheia nós vamo vagar.
Meu Deus, meu Deus!
Se o nosso destino não for tão mesquinho
Pro mesmo cantinho nós torna a voltar (...)
(Triste Partida – Patativa do Assaré)

Este artigo aborda o tema da precariedade das condições de reprodução social de famílias camponesas piauienses com membros do sexo masculino envolvidos no trabalho temporário no corte de cana-de-açúcar, na agroindústria canavieira, mais especificamente, no Sudeste brasileiro, principalmente no interior paulista, centro do agronegócio brasileiro produtor de biocombustíveis. O trabalho manual de corte de cana é definido pelos próprios trabalhadores como arriscado, pesado, escravo, e causador de doenças. De fato, não é incomum o retorno de trabalhadores, ao município de origem com problemas de saúde - alguns levando a óbito -, e sem proteção social efetiva por parte do Estado. E enfrentam sérias dificuldades para a efetivação dos direitos sociais como aposentadoria por invalidez ou pensão por morte.

Além de pesquisa bibliográfica e documental (MAY, 2004), fez-se pesquisa empírica de cunho etnográfico (GOLDENBERG, 2001), entre os meses de maio e setembro de 2009, tendo como *locus* empírico o município de Elesbão Veloso, localizado a 143,56 Km da capital do Piauí, Teresina. O trabalho de observação direta (DAMATTA, 1978; FOOTE-WHYTE, 1990; NADEL, 1987) com registro no diário de campo (BRANDÃO, C., 1982 e 1998; WHITAKER, 2002; OLIVEIRA, 2006) contou, ainda, com a realização de 27 entrevistas semi-estruturadas (BOURDIEU, 1997, WITHAKER, 2002, GASKELL, 2003) com camponeses doentes[4] e familiares de falecidos, gestores públicos

[1] Artigo oriundo da Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas – UFPI (ROGÉRIO JR., 2010). Orientadora: Profa. Dra. Maria Dione Carvalho de Moraes.
[2] Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Políticas Públicas – UFPI, Professor da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC. E-mail: teorojunior@yahoo.com.br
[3] Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal do Piauí, no Departamento de Ciências Sociais/CCHL, no Mestrado em Políticas Públicas/CCHL e no Mestrado em Antropologia e Arqueologia/UFPI. E-mail: mdione@superig.com.br; mdione@uol.com.br
[4] O emprego do termo doente, aqui, deve-se à própria atribuição dos sujeitos da pesquisa que assim se identificam.

municipais e dois médicos, conversas no cotidiano (MENEGON, 2000) e produção de imagens fotográficas (BITTENCOURT, 1998). A pesquisa empírica envolveu aspectos bastante delicados da vida de pessoas e grupos familiares tais como mudanças em padrões hierárquicos no interior da família, processos de reconstruções identitárias que o estar doente implica, dentre outros. A relação com os sujeitos pautou-se em princípio éticos de respeito à dignidade, à privacidade e à autodeterminação como participante da pesquisa (COOK, 1987; MAY, 2004) cuja aproximação foi mediada tanto por experiência anterior de pesquisa, no município e região, quanto por agências de contato (WEBER, R., 1996), sobretudo, STTR de Elesbão Veloso, Paróquia, Pastoral do Migrante.

II CAMPESINATO, MIGRAÇÃO, TRABALHO E AGRAVOS À SAÚDE

Em que pesem desconstruções conceituais do conceito de campesinato como meta-narrativa (ALMEIDA, 1998), concordamos com Shanin (1980) que este possibilita a compreensão de sujeitos e processos na realidade social contemporânea. Lembra, ainda, o autor que todo conceito para ter certo grau de generalização – fugindo aos excessos – e valor explicativo, precisa ser seletivo. E que "é pelo trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e ações políticas reais que as utilizações de um conceito [como o de camponês] devem ser julgadas" (SHANIN, 1980, p.76). De fato, não há apenas um tipo único de campesinato em uma sociedade,[5] e o caso brasileiro[6] não foge à regra (FORMAN, 1979; GODOI, 1999; WOORTMANN, E., 1995). É o que se pode identificar no trabalho de pesquisa de campo. Um desses tipos é o campesinato de Elesbão Veloso, e região, que migra temporariamente para o trabalho na lavoura canavieira em outras regiões do Brasil.[7]

A literatura socioantropológica, no Brasil, aponta, nas populações rurais,[8] para duas categorias (ANDRADE, 1986): a/ sujeitos que já foram completamente expropriados da terra e de suas ferramentas de trabalho, vivendo apenas da venda da sua força de trabalho (assalariados ou trabalhadores rurais); b/ quem ainda possui o controle de pequenas porções de terra e/ou ferramentas de trabalho (pequenos proprietários, meeiros ou rendeiros) que produzem visando, sobretudo, a aprovisionar a família. Mas convém lembrar que na realidade dos campesinatos no Brasil, encontram-se, muitas vezes, estes elementos em um mesmo grupo social, como pequenos proprietários, posseiros,

[5] A propósito, Shanin (2008) alude à reinvenção do campesinato no Brasil.
[6] Convém lembrar, ainda, a pluralidade de nomes com os quais habitantes da zona rural brasileira são referidos e auto-referidos: caboclo, peão, vaqueiro, lavrador, pequeno produtor, agricultor familiar, etc. Para detalhes, ver Martins (1995) e Moraes (2003).
[7] Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, principalmente, São Paulo são os principais destinos de camponeses piauienses para o trabalho temporário no corte de cana-de-açúcar. Lembramos, ainda, que esta migração ocorre de várias regiões do estado, sendo Elesbão Veloso um de seus pólos significativos.
[8] Na sociedade agrária, é bom lembrar, há segmentos populacionais que não dependem diretamente do trabalho na agricultura para sobreviver (VICENT, 1987).

etc., piauienses que se assalariam temporariamente no corte de cana em outras regiões do Brasil (MORAES; FRAZÃO FILHO; ROGÉRIO JR., 2007).

É comum que na definição conceitual de camponês, o trabalho familiar se apresente como elemento central, embora, como lembra Neves (1998), não esgote a compreensão do que venha a ser campesinato. Aliás, Woortmann, K., (1990) diz que em cada cultura há categorias nucleares específicas e que, nas sociedades camponesas, estas são: terra, família e trabalho, todas elas só compreendidas, se relacionadas entre si, não se podendo tomá-las separadamente. A produção agrícola familiar camponesa, por sua vez, caracteriza-se como uma economia de aprovisionamento (SAHLINS, 1983), [9] o que não significa estarem camponeses e camponesas fora das relações de trocas mercantis, mas sim, que o foco é aprovisionar a família.

E Woortmann, E. (1995) refere a importância das relações de parentesco na análise do campesinato, ao contrário de teorias que focalizam a família, apenas, como unidade econômica, produtora e consumidora de bens (CHAYANOV, 1996; GALESKI, 1975; TEPICHT, 1973; etc. apud WOORTMANN, E., 1995). Esta importância se apresenta no campesinato elesbonense, sobretudo nas tessituras das redes sociais no âmbito do processo migratório (CARNEIRO; SOUSA; MARINHO, 2007; MENEZES, M., 2006).

.A migração de populações camponesas elesbonenses se insere, em termos gerais, nos constantes e intensos deslocamentos espaciais de pessoas, principalmente em um mundo globalizado, no qual se pode falar de um *homo migrans.*[10] Cada vez mais as migrações humanas, sejam entre países (legais, ilegais, permanentes e temporárias) ou internas (inter, intra-regionais, permanentes, temporárias) se tornam mais intensas (GIDDENS, 2005; MARTINE, 2005) e evidentes nas sociedades contemporâneas, globalizadas, diaspóricas (HALL, 2002) ou sociedades em redes ou fluxos CASTELLS, 2000)[11].

Silva, Maria A. e Menezes, M., (2007) referem três enfoques da migração, na literatura: interpretação macroestrutural; migração como estratégia de reprodução camponesa, e migração como processo social. De fato, a migração é um produto histórico, social, cuja existência depende de condições socioeconômicas, ambientais e políticas nas quais homens e mulheres se inserem como produtos e produtore/as. No caso em análise, são homens e mulheres que migram temporariamente em busca de trabalho.[12] Se como diz Martins (2003) o anormal, hoje, seria a não-migração, o mesmo autor

[9] Em análises de campesinato piauiense, Godoi (1999) e Moraes (2000) empregam esta concepção.
[10] Expressão formulada a partir de Faria (1955).
[11] A migração em si não é um problema. Como diz Edgar Morin, "é possível e até plausível que o homem, em vez de surgir pluralmente em diversos pontos do globo, tenha nascido uma única vez, isto é, [...] seja um acontecimento único" (MORIN, 1999, p.242).
[12] Lembramos, com Teodor Shanin e Ana Valim, a existência de um campesinato que, em busca de trabalho temporário, atravessa as fronteiras de seus países (SHANIN, 2008; VALIM, 2006).

considera, no entanto, que quando ela é compulsória, apresentando-se aos sujeitos como única possibilidade de reprodução social – caso do campesinato elesbonense – e, em cujo âmbito o/a migrante não consegue ascender socialmente, se manifesta "a problemática social da migração" (MARTINS, 2003).

A migração temporária[13] de camponeses elesbonenses para o trabalho manual no corte de cana,[14] alhures, sobretudo, no Estado de São Paulo, é tanto uma forma de eles, no presente, reproduzirem-se socialmente como camponeses, como um processo social cuja complexidade, com lembram Silva, Maria A. e Menezes, M., (2007) exige que se compreendam migrantes como agentes desse processo, uma vez que a migração é algo que atinge tanto a quem parte quanto a quem fica. Um acontecimento constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, inclusive, dimensões sociais de classe, gênero e raça/etnia.

No dizer de Durham (2004), a emigração, em certos casos, torna-se um recurso para aliviar tensões econômico-sociais, como em Elesbão Veloso e tantos outros lugares do Piauí, Nordeste e Brasil de onde se recorre à migração temporária em busca de trabalho e ganho monetário. No caso dos elesbonenses, pode-se falar em migração compulsória, pois, como dizem os próprios migrantes e familiares, se não necessitassem, não migrariam para o trabalho na agroindústria canavieira. E assim como nas atividades agrícolas tradicionais, esta estratégia é desenvolvida, entre famílias camponesas, por meio de redes sociais de reciprocidade horizontal (CARNEIRO; SOUSA; MARINHO, 2007; MENEZES, M., 2006).

Nos lugares de destino da migração, onde esses migrantes temporários passam a viver uma parte do ano, eles desenvolvem novas estratégias de sobrevivência. Assim, geralmente, é o próprio trabalhador – sobretudo se solteiro – quem prepara, no barraco onde reside, sua alimentação, ainda na madrugada, para ser consumida no local de trabalho. Esta e outras atividades domésticas, somadas à do corte de cana, resultam em sobrecarga de trabalho, a qual compromete até os finais de semana desses migrantes, em termos de lazer e diversão. Mas é com o ganho monetário do trabalho na cana, sob tantas adversidades, que eles, geralmente, conseguem adquirir, em Elesbão Veloso, determinados bens de consumo, dentre os quais motocicleta, mobiliário para as residências, eletrodomésticos e, até mesmo a própria casa.

[13] O IBGE (2000) não registra deslocamentos de pessoas no período inferior a um ano, como o abordado aqui, e que se dá, geralmente, entre os meses de fevereiro e dezembro. Mas a expressão migração temporária é cada vez mais utilizada pelos movimentos sociais e pesquisadore/as do tema.

[14] Umas das conseqüências do referido à nota de rodapé 13, é a ausência de estatísticas oficiais sobre a migração temporária de piauienses para o trabalho no corte de cana. De acordo com a Pastoral do Migrante – PI, há cerca de 40.000 piauienses, na atualidade, envolvidos neste movimento. Somente no município de Elesbão Veloso, com população aproximada de 15.000 habitantes, cerca de 2.500 pessoas, segundo entrevistado/as na pesquisa de campo, estão envolvidos nesta migração.

Nos canaviais, sob pressão pela alta produtividade, muitas vezes sob constrangimentos morais, sendo "raiados", como dizem os trabalhadores, estes vêem-se obrigados a trabalhar em ambientes insalubres. De fato, o trabalho no corte de cana é concebido por eles como pesado e escravo, principalmente quando comparado com o "da roça", na região de origem. Para atingir a produção das toneladas de cana cortada, estipuladas pelas agroindústrias, girando em torno de dez toneladas/dia, produzem além de sua capacidade física, sendo comum entre eles, no eito da cana, o uso de drogas lícitas e ilícitas,[15] com vistas a uma suposta melhoria no desempenho.

E é através da experiência (THOMPSON, 1981) na atividade laborativa do corte de cana, que doentes e seus familiares afirmam que tal trabalho provoca doenças e morte nos trabalhadores.[16] Na perspectiva epidemiológica há cautela com tal assertiva (ADAM; HERZLICH, 2001; MENEZES, A., 2009), não acontecendo o mesmo com a dos próprios trabalhadores, assim como de médicos e lideranças comunitárias ouvidas na pesquisa que lidam freqüentemente com tais sujeitos doentes.

Assim, com base nas informações de campo e na literatura a respeito (BOAS; DIAS, 2008; FERREIRA et. al, 2008; LAAT, 2008; NOVAES, 2008; etc.) pode-se referir um conjunto de agravos à saúde desses trabalhadores, como: doenças no coração: arritmias; parada cardíaca (estafa); nos pulmões: asma; bronquite; fibrose pulmonar; câncer; infecção pulmonar; nos membros superiores e inferires: micose e lesões; tendinites; doenças osteo-musculares; na coluna vertebral: dor lombar; hérnia de disco; em partes diversas do corpo: cãibras; luxação de articulações; estresse físico e mental; tensão nervosa; úlcera e hipertensão; tontura, dor de cabeça; vômito; convulsões; câncer de pele; dependência química.

> E pra falar sobre a cana é muito difícil o trabalho na cana.
> **É difícil?**
> Virgem! Rapaz, eu vou te falar! Muita gente dá valor [o trabalho no corte de cana, porque] não entende, nunca foi lá! Não é fácil! Tem adoecido muita gente.
> **Você acha que o seu problema na coluna foi derivado do trabalho na cana ou não? Ou já sentia antes?**
> Não. Com certeza, provavelmente[17] foi da cana. Todos laudo médico [comprovam]. Aonde eu passei por uma perícia de indenização em Ribeirão Preto [- SP], no dia dez de julho de dois mil e oito [2008], que vai fazer um ano agora [em 2009]. Eu fiz essa perícia, lá, concluindo o laudo médico, segundo o advogado, lá, que falou que eu estava inválido, concluído sobre o acidente de trabalho sobre o esforço da cana. [...]. O mundo é umas porteira que a gente vai abrindo e, às vezes, pode vim fechando pra você não abrir mais. Se torna nesse perigo [o trabalho no corte de cana] (Comunicação oral).[18]
>
> **Na sua visão, esse trabalho no corte de cana provoca doenças no trabalhador?**
> Às vezes, eles [cortadores de cana] voltam com problema desse trabalho forçado que eles enfrentam, lá. Como, por exemplo, os problemas de coluna vertebral, que é o principal problema. Já temos pessoas jovens do nosso município que se encontram praticamente deficientes por conta desse trabalho, pelo esforço que eles querem fazer por trabalhar por produção e querer ganhar mais pra trazer alguma coisa pra suas famílias ou mandar alguma coisa pra seus familiares que ficam, aqui, na cidade.

[15] Camponeses ouvidos na pesquisa de campo falaram da existência nos canaviais do consumo de bebidas alcoólicas e até mesmo de maconha, com a finalidade de aumentar a produção de cana cortada.
[16] Para maiores detalhes, ver Rogério Jr. (2010).
[17] Este emprego do termo "provavelmente" não alude possibilidade ou algo possível ou incerto. Significa algo capaz de ser provado, mais certeza que possibilidade.
[18] A. C. S. M., camponês, ex-cortador de cana, doente, 29 anos de idade. Elesbão Veloso (ROGÉRIO JR., 2010).

Você como médico já atendeu alguns casos de pessoas doentes, lá, desse trabalho?
Vários casos. Vários casos!
Quais os problemas mais freqüentes, assim?
É coluna: hérnia de disco, desgaste na coluna vertebral (Comunicação oral).[19]

III CAMPESINATO ELESBONENSE, PRECARIZACÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO: quais políticas públicas?

A estrutura fundiária predominante no município é a grande propriedade, sendo a maior parte da população camponesa sem terra suficiente para a prática de sua agricultura de sequeiro, de aprovisionamento[20]. Assim, é comum o pagamente de renda, por famílias camponesas, a proprietários de terra no município. Além disto, a oscilação na intensidade e distribuição das chuvas se torna um entrave para a agricultura camponesa de sequeiro. Trata-se de uma realidade social na qual, mesmo quando a produção envolve todo o trabalho da família, os resultados nem sempre são suficientes, o que agiliza, em muitos casos, a migração de famílias do "interior"/zona rural para a "rua"/zona urbana do município - muitas vezes em busca de melhor condição de estudo para filho/as - e/ou para o trabalho no corte de cana.

Neste contexto, a presença de políticas públicas para este segmento populacional deixa a desejar, sobretudo nos níveis municipal e estadual. No federal, há políticas de desenvolvimento rural, caso do o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como de transferência direta de renda, como o Bolsa-Família.[21] No entanto, não se pode dizer que atendam, em plenitude, à população que se enquadraria, como beneficiária, nos desenhos de tais políticas sendo, inclusive, a excessiva burocracia institucional tida pela população camponesa como um dos entreves ao seu funcionamento adequado.

Que ano foi que você vez o Bolsa-família? E não saiu, ainda?
O Bolsa-família, aí, da mulher,[22] eu nem sei o ano que ela fez. Não procuro isso. Já sei que essas coisa são enrolada. Então, não posso nem explicar que data foi que ela fez a entrada,[23] como foi (Comunicação oral).[24]

E você, já tirou o Pronaf?
Não. Até hoje, graças a Deus, não. Uma, porque eu tenho medo de fazer uma dívida e pagar de onde, né? E, aí, você pega aquele dinheiro pra multiplicar ele, mas, às vezes, de repente, [se] der errado. . . Como com meu pai deu errado (Comunicação oral)![25]

[19]Manoel da Silva Moura, clínico geral e prefeito de Elesbão Veloso. (ROGÉRIO JR., 2010).
[20] Para detalhamento do município e região, ver Moraes; Frazão Filho; Rogério Jr. (2007) e Rogério Jr. (2010).
[21] Não objetivamos, aqui, a uma avaliação da presença destas políticas no universo pesquisado. Para uma análise do Pronaf na trajetória de camponeses piauienses que migram para o trabalho temporário na agroindústria canavieira, ver Frazão Filho (2009) e sobre o Bolsa-família no Piauí, ver Silva, Maria O., (2008).
[22] É comum que o recurso do Programa seja tido como sendo "da mulher", pelo fato de que, por definição do Programa Bolsa-Família, a esposa/mãe é a primeira indicada para a aquisição do benefício.
[23] A esposa desse camponês disse que no mês de maio de 2009 fez três anos que solicitou o benefício e, até junho de 2009, não tinha conseguido o mesmo.
[24] A. C. S. M., camponês, ex-cortador de cana, doente, 29 anos de idade. Elesbão Veloso. (ROGÉRIO Jr., 2010).
[25] J. C. S., camponês, ex-cortador de cana, doente, 26 anos de idade. Elesbão Veloso. (ROGÉRIO JR., 2010).

Por seu turno, políticas públicas de proteção social, mesmo as ligadas ao trabalho assalariado, não protegem, a contento, trabalhadores enfermos do trabalho no corte de cana e sua família. Eles vivem sem assistência pública de qualidade em sua região de origem, em termos de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, por exemplo. Nestas condições, ocorre de o camponês doente suspender, inclusive, a medicação prescrita pelo médico, quando familiares não lhe conseguem provê-la. Além disto, é comum que familiares assumam o trabalho na roça do membro doente, da própria família, além de outras ajudas.

> **E você compra os remédios como, agora?**
> Eu, durante esse período que está fazendo um ano e seis mês, eu não estou usando remédio. Não tenho condição financeira de comprar. Eu tenho remédio que pede, aí, cento e tantos reais na receita! Se eu for hoje no hospital de Elesbão Veloso ou em qualquer hospital desse com dor, eles vão falar que não entende o meu problema: "- tu procura teu médico". [...] Um comprimido que eu uso o governo não dá, que eu só uso remédio caro e o governo bota remédio nas farmácias dele é coisa barata. [...]. E eu não gosto de me consultar com esses médico daqui de Elesbão. Porque eu chego, lá, e eles passa aquela injeção, dipirona[26]. E eu já estou encaliçado de tomar injeção! Aqui, acolá, eu tomo um remédio caseiro. Eu tomo. Sempre eu uso umas casquinha de árvore. Às vezes eu uso, tomo [remédio caseiro feito com] a sucupira [*Bowdichia nitida Spruce ex Benth*]; um remédio que sirva mais, que a coluna, provavelmente, o médico falou, que é uma inflamação (Comunicação oral).[27]
>
> **Ajuda em que ela [a "bissogra"[28] dele]?**
> Ela compra o leite do menino, compra a massa [amido de milho].[29] Essas coisa. Quando ela pode, ela dá uma lata de óleo, dá um quilo de açúcar pra nós. Então, pra mim tudo isso, aí, é ajuda, entendeu? Às vezes, se ela é de mim dar vinte reais, ela me dando o de comer dos menino, algum litro de óleo pra dentro de casa, eu fico satisfeito. Melhor do que ela pegar o dinheiro vivo e me dar. Aí, o meu pai, ali, me ajuda do outro lado, quando ele pode. Tem minha sogra, mesmo, que trabalha na cana [no corte] também no Estado de São Paulo mais o marido dela, lá, que é o padrasto de minha mulher. Aqui e acolá ela manda cinqüenta reais [R$ 50,00] por mês, sessenta [R$ 60,00]. Quando ela pode mandar setenta [R$ 70,00], ela manda. Quando ela não pode mandar, quando está com dois mês, também, que ela não pode mandar, a gente tem que entender, também, quando ela não manda. Aí, a gente vai rebolando devagarinho, está entendendo (Comunicação oral)?[30]
>
> Três médico, aí, não deu garantia de nada e só fez dizer que eu não era homem nunca mais pra trabalhar, né? Nunca mais! O que eu sinto é seguinte: o que eu sinto é que eu não consigo trabalhar. Não trabalho em nada, nada, nada! Recebo uma ajudinha, aí, do meu sogro que me ajuda. Ele é aposentado, e meu pai e minha mãe que aqui e acolá dá pra me ajudar um pouquinho. Mas eu, trabalhar pra ganhar mesmo, não ganho mais não. Nada, nada! Não ganho diária de ninguém! Se não for o povo me ajudando,[31] que eu não consigo trabalhar (Comunicação oral).[32]

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação destes ex-migrantes cortadores de cana flagra, no Brasil, um sistema de proteção social que não assiste com eficiência e eficácia nem mesmo a trabalhadores que contribuem com a

[26] Analgésico e antipirético encontrado em drogarias e adquirido sem necessidade de prescrição médica.
[27] A. C. S. M., camponês, ex-cortador de cana, doente, 29 anos de idade. Elesbão Veloso. (ROGÉRIO JR., 2010).
[28] Bissogra significa a bisavó da esposa.
[29] Massa industrializada, à base de milho, trigo ou arroz, utilizada na preparação de mingau para crianças.
[30] J. C. S., camponês, ex-cortador de cana, doente, 26 anos de idade. Elesbão Veloso. (ROGÉRIO JR., 2010).
[31] Para detalhes destas ajudas, ver Rogério Jr. (2010).
[32] R. R. L. S., camponês, ex-cortador de cana, doente, 43 anos de idade. Elesbão Veloso. (ROGÉRIO JR., 2010).

Previdência, como estes, os quais, legalmente, estão protegidos pelas políticas direcionadas ao trabalhador, pois possuem contrato de trabalho formalizado.

As políticas públicas no Brasil, historicamente, desde a década de 1930, sempre estiveram fortemente vinculadas ao trabalhador formal e urbano, o de carteira de trabalho assinada, objetivando o desenvolvimento da cidadania regulada (SANTOS, 1987) ou operária (CARVALHO, 2001), embora, pelo menos, no plano institucional, com a Constituição de 1988, tenha havido um rompimento com tal perspectiva, com a universalização de certos direitos sociais, mas não se efetivando na prática.

Constata-se neste estudo com camponeses doentes que nem mesmo esta cidadania "regulada" ou "operária" chega até eles, pois, ao adoecerem, na realidade, não efetivam os seus direitos trabalhistas. Assim, dependem das solidariedades simétricas, formadas, principalmente, por familiares e amigos. Aliás, estas solidariedades estão mais presentes e são de maior consistência onde e quando as políticas públicas são inexistentes ou ineficientes.

V REFERÊNCIAS

ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

ALMEIDA, M. W. **Imagens e narrativas agrárias**. Curso: HS 139 A - Ementa do Curso Antropologia das Sociedades Agrárias. 1998, II Semestre. Campinas, 1998, 18 p.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998 197-211.

BOAS, S. W. V.; DIAS, E. C. In: Contribuição para a discussão sobre as políticas no setor sucroalcooleiro e as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÕMICAS. Impactos da agroindústria no Brasil: Poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores, Brasil: Plataforma BNDES, Brasil, 2008. Pp. 26-35.

BOURDIEU, P. Compreender. In: --------. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 693-732.

BRANDÃO, C. R. Cenários e momentos da vida camponesa: três dias de caderno de campo em uma pesquisa no *Pretos de Baixo do Bairro dos Pretos*, em Joanópolis, São Paulo. In: NIEMEYER, A. M. GODOI, E. P. (orgs.) **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de letras, 1998, pp.133-166.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAMATTA, R. O ofício do antropólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Pp.23-35.

DURHAM, E. R. Migrantes rurais. In: ___ . **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São

Paulo: Cosac Naify, 2004. Pp.183-2001.

FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação, 1955.

FERREIRA, L. L.; GONZAGA, M. C.; DONATELLI, S; BUSSACOS, M. A. Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara - SP. 2ª ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 2008.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp. 77-86.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil; tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Coleção Estudos brasileiros. V. 39. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRAZÃO FILHO, F. A. **Migração temporária e pronaf**: uma combinação estratégica na trajetória social de populações camponesas em francinópolis- PI. Dissertação (Mestrado em Políticas Publicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2009.

GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 64-89.

GIDDENS, A. Raça, Etnicidade e Migração. In: ___. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. Pp.204-232.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Unicamp, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: migração. Brasil, 2000.

MARTINE, G. A Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org). **Travessias na desordem global**. Fórum nacional das migrações. São Paulo: Paulinas, 2005. Pp.37-75.

MARTINS, J. S. **A Sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2003.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAY, T. Observação participante: perspectivas e prática. **Pesquisa social** – questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004. Pp.173-294.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, M. J (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano** (org). São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 215-242.

MENEZES, A. M. B. **Noções básicas de epidemiologia**. 2009. Disponível em http://www.mp.to.gov.br/portal/sites/default/files/noc%C3%B5es%20de%20epidemiologia.pdf. Aceso em 04 de jan. 2010.

MENEZES, M. A. Reciprocidade e campesinato. In: MARTINS, P. H.; CAMPOS, R. (Orgs.). **Polifonia do dom**. Recife: UFPE, 2006. Pp. 209-233.

MONDIN, B. **Curso de filosofia**. Vol. I. São Paulo: Paulus, 1982.

MORAES, M. D. C**. Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2000.

MORAES, D. C. Falas da Experiência Feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. In: **Raízes**: Revista de ciências sociais e econômicas. Vol.22, nº1. Janeiro a junho de 2003. pp.30-45.

MORAES, M. D. C.; FRAZÃO FILHO, F. A.; ROGÉRIO JR, T. Andando Pelo Mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, J. R. P.; ALVES, F. (orgs.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos-SP: EDUFSCar, 2007. Pp. 257-296.

MORIN, E. Para o pensamento complexo. In: ___. **Ciência com consciência**. Ed. 11ª rev. e ampl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Pp. 175-344.

NADEL, S. F. Compreendendo os povos primitivos. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. Pp. 49-73.

NEVES, D. P. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D. M. et al. (Ed.) **Agricultura familiar**: desafios para a sustentabilidade (coletânea). Aracaju: Embrapa-CPATC, SDR/MA, 1998, p. 13-33.

NOVAES, R. Campeões de produtividade. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf. 11p. Acesso em 30 de jul.2009.

OLIVEIRA, R. C. Viagem ao território Terêna. **Os diários e suas margens**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, pp.23-51.

ROGÉRIO JR., T. "**A gente leva o dinheiro, mas fica o couro**" (Migração temporária de camponeses para o Trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso – PI). Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

SAHLINS, M. D. O modo de produção familiar. In: ___. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro, Zahar Editor: 1983. Pp.118-127.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. In: Estudos Cebrap, nº 26, São Paulo, 1980. Pp. 41-80.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 23-47.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. . **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. Revista Eletrônica do Nead, Brasília/DF, v. 1, p. 1-14, 2007. Disponível em http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em 20 jan. 2010.

SILVA, M. O. S. (Coord). **O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza no Maranhão e no Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pp. 180-201.

VALIM, A. **Migrações**: da perda da terra à exclusão social. 10ª ed. São Paulo: Atual, 2006.

VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. Pp. 375-402.

WHITAKER, D. et al. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à margem, 2002.

WOORTMANN, E. F. Teorias do campesinato. In: ___ **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Hucitec-Edunb, 1995, pp. 29-66.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87,** Brasília: UNB, 1990. Pp. 11-73.

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Dalvanir Avelino da Silva

Mestre (Doutoranda).UFRN/INCRA E-mail: dallad2@yahoo.com.br

GT 02-Políticas Públicas: Quadros institucionais e beneficiários

A promoção do desenvolvimento é um processo complexo, no qual as políticas públicas assumem um papel central. Nesse processo o sentido atribuído a idéia de desenvolvimento é determinante quando da definição da agenda pública e das ações e programas que serão implementados. Desse modo a reflexão aqui apresentada busca contribuir para a compreensão do desenvolvimento como um processo de eliminação de privações de diversas ordens e expansão das capacidades colaborando com o alargamento da visão acerca do desenvolvimento que muitas vezes confunde-se com crescimento econômico ou aumento de renda. Essa compreensão abre espaço para formulação de políticas públicas que contribuem para a remoção de privações de diversas ordens, bem como para o exercício de análise e avaliação das políticas e programas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária.

DESENVOLVIMENTO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UMA IDÉIA

A noção de *desenvolvimento* como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso de alta tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade. Nesse cenário imaginava-se que a expansão dos processos de industrialização e o avanço da ciência possibilitariam que todos os países do mundo atingissem o alto grau de "desenvolvimento" já conseguido por alguns, o qual se evidenciava no alto padrão de consumo e na acumulação de bens. Lopes (2006) destaca que:

> "o conceito de desenvolvimento tem uma trajetória intimamente ligada às concepções e modelos de expansão da sociedade ocidental pós-revolução industrial. Pode-se mesmo afirmar que a idéia de desenvolvimento tem sua gênese na sociedade moderna, sob o signo da concepção de modernização desdobrada na experiência social da modernidade e nos movimentos do modernismo".

Sobre esse assunto Lobão (2003) ressalta que o desenvolvimento das ciências e as rápidas transformações no mundo econômico passam a ser apresentados como prova inquestionável de um prospero caminho evolutivo, evidências da veracidade do progresso e da capacidade humana de melhorar a sua própria vida (Lobão, 2003). É importante destacar que a noção de subdesenvolvimento reflete um estado transicional ou temporário, pressupõe que os países periféricos e os semi-periféricos nutram a expectativa de num futuro próximo integrarem o núcleo orgânico, constutindo-se nações desenvolvidas. Nessa lógica é imprescindível que nos países periféricos ou subdesenvolvidos exista uma pequena parcela da população com padrões de consumo equivalentes aos dos países desenvolvidos de modo a manter, equilibradas, as relações internas.

De acordo com Brito (1997) as idéias em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foram forjadas para servir a um modelo de classificação da organização e complexidade das sociedades. Assim, segundo o autor, uma sociedade que incorporou certo nível de progresso tecnológico, com elevado aproveitamento dos recursos mobilizados neste processo e que adotou uma complexa estrutura institucional, é uma sociedade desenvolvida.

A crença de que o desenvolvimento econômico, da forma como foi praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial, podia de certa forma ser universalizado para o resto do mundo foi defendida por muitos cientistas sociais, economistas e analistas políticos de diversas filiações teóricas.

Ribeiro (1992) chama atenção para dois aspectos que integram essa noção de desenvolvimento. O primeiro é que o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a exigir uma ideologia/utopia que conseguisse justificar as posições desiguais ocupadas pelos diversos países dentro do sistema, promovendo uma explicação que possibilitasse aos povos situados em nível mais baixo entender sua posição e acreditar na existência de uma saída para a situação do atraso. O segundo aspecto enfatizado pelo autor é que o desenvolvimento enquanto noção universalmente desejada constitui-se um rótulo neutro para se referir ao processo de acumulação em escala global. Para o autor o uso do termo "desenvolvimento" ao invés de expansão ou acumulação, possibilita evitar uma conotação indesejável: a diferença de poder entre as unidades do sistema em termos econômicos, políticos e militares.

O paradigma do DESENVOLVIMENTO como sinônimo de CRESCIMENTO ECONÔMICO tornou-se hegemônico no século XIX, pautando a agenda política e governamental de diversos países até o inicio da segunda metade do século XX. Nessa

perspectiva a discussão em torno dos tipos de desenvolvimento não se constituía um problema central nas análises dos cientistas sociais, ou mesmo dos governos. O grande debate dava-se em torno das nações desenvolvidas e não desenvolvidas e das derivações dessa noção, as quais buscavam estabelecer uma hierarquia entre os países: centrais X periféricos, primeiro mundo X do terceiro mundo, avançado X atrasado etc. Esta hierarquização reforçava a crença de que o futuro seria melhor do que o presente e do que o passado, através de uma série de melhoramentos e inovações realizadas pelo homem, sendo portanto funcional à crença de que há um ponto desejável que pode ser alcançado (Ribeiro, 1992). A palavra desenvolvimento, nesse cenário assumiu rapidamente a conotação de um estado positivo e desejável.

De acordo com Heidemann (2009) o sonho do progresso e conseqüentemente do desenvolvimento era alavancado, até a terceira década do século 20, de forma dominante pelo sistema de mercado auto-regulado. Quando este falhou, o Estado passou a regular a economia, e o desenvolvimento foi de então em diante alavancado por um mercado politicamente regulado, ou seja, pela iniciativa conjunta do Estado e do mercado.

É precisamente no contexto pós-segunda guerra, sob as bases do Welfare States, que a intervenção do Estado na economia se fortalece. Este modelo de desenvolvimento engendrou uma longa fase de prosperidade ao capitalismo, possibilitando estabilidade social no período pós-segunda guerra. De acordo com Pires (1998, p. 36), tal fato não é fruto de uma determinação econômica, mas "resultado da dinâmica da luta de grupos e classes sociais, que exigiu mudanças na forma de gestão econômica, no papel e estrutura do Estado, na relação salarial e no padrão de consumo". De qualquer modo o novo padrão de desenvolvimento que se consolidou, pautava-se nas políticas de modelo keynesiano/fordista, as quais possibilitaram um período de crescimento econômico, sob a hegemonia do capital internacional norte americano.

Desse modo foi imposta à economia internacional o padrão de produção e de consumo norte-americano. Para Motta tal fato ocorre "por meio das empresas industriais transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho". (MOTTA, 1995, p. 50).

Nesse cenário observa-se um avanço na industrialização de diversos países, tendo como grande responsável e impulsionador os Estados nacionais, os quais intervêm na formação de uma base produtiva, através do incentivo e financiamento da indústria de bens de capital e de obras de infra-estrutura. Sobre o papel do Estado na dinâmica do desenvolvimento.

Nogueira afirma que:

> "A forma social que possibilitou esta dinâmica impõe um papel de destaque para a atuação do Estado, que, ampliando seu leque de intervenção, passa a intervir nos processos de reprodução da força de trabalho e a construir as bases para o desenvolvimento do padrão tecnológico e de produção industrial de massas vigente." (Nogueira e Pfeiffer, 2010).

Esse modelo, possibilitou que alguns países tornassem ricos com o processo de industrialização, motivo pelo qual fortaleceu-se a tese de que os países subdesenvolvidos sairiam dessa condição na medida em que conseguissem incrementar seu processo de crescimento mediado pela crescimento da indústria. Tal modelo, entretanto, começa a dar sinais de esgotamento quando se constatou que os resultados da industrialização e do crescimento econômico não se materializaram no acesso das populações mais pobres a riqueza produzida.

A percepção de que o desenvolvimento não se confundia com crescimento econômico, de acordo com VEIGA (2005, p.19), inexistia até a década de 1960. Conforme o autor: (...) não existia a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois, coincidentemente ou não, as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.

Tal fato levava a crença de que havia uma relação direta entre industrialização e crescimento econômico, portanto desenvolvimento. Todavia foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido na década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu um intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento (VEIGA, 2005, p.19).

Aliado a esses fatores acrescenta-se o aumento da degradação ambiental, o desgaste das fontes não-renováveis de energia, como o petróleo, a elevada concentração de renda entre outros. Segundo Gadotti (2000) o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista globalizado, que reduz o desenvolvimento humano ao crescimento econômico, polariza o poder e os recursos, fomentando desigualdades de toda ordem, conseqüentemente, destruindo o meio ambiente (GADOTTI, 2000). Analisando os resultados desse modelo Campos (2009) considera que:

> "Embora tenha gerado resultados materiais diferenciados entre os países, em um aspecto o modelo de desenvolvimento em pauta apresentou resultados semelhantes naqueles países que o adotaram: a deteriorização do meio ambiente em função do uso e da subordinação indiscriminada dos recursos naturais as demandas do crescimento econômico" (CAMPOS, 2009).

Para o economista Ignacy Sachs, está claro que o crescimento não traz, automaticamente, o desenvolvimento, tampouco à felicidade (SACHS, 2001). Ao avançar no debate o autor chama a atenção para o fato de que uma situação mais comum é a do *crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos*: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, com a simultânea produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida.

Nesse cenário de crise a concepção de desenvolvimento como crescimento econômico começa a dar sinais de esgotamento. Constata-se a falência da maioria dos chamados projetos nacionais, evidenciando-se na necessidade de repensar o sentido atribuído a idéia de desenvolvimento e as estratégias para conquistá-lo. Não se trata apenas de entraves econômicos, mas de limites ecológicos a essa modelo de crescimento. Corroboramos com as idéias de (Corsi, 2002) para quem o problema dos limites ecológicos do desenvolvimento adquirem relevância não apenas em função do aumento da distancia entre riqueza e pobreza na economia globalizada e no interior das economias nacionais, mas sobretudo em função da finitude dos recursos naturais. Desse modo o autor afirma que o modelo de desenvolvimento capitalista seguido pelos EUA, Japão e Europa Ocidental, calcado na industrialização e na sociedade de consumo de massas, não só não é universalizável como tende mais cedo ou mais tarde, a esbarrar nos limites naturais do planeta.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas segundo Offe (1984) são estratégias que viabilizam e orientam a ação do Estado. Na prática transformam-se em planos, programas ou projetos que trazem em si uma visão de determinado problema e uma proposição para enfrentá-lo. Desse modo significa concretamente a eleição de um problema entre tantos outros. Longe de se constituírem consensos as políticas públicas são arenas de disputas que representam uma concepção de sociedade, de mundo.

Compreender a lógica das políticas públicas que se orientam em busca do desenvolvimento é fundamental para a percepção do modelo de sociedade que se quer construir. O sentido atribuído a idéia de desenvolvimento é determinante na definição da agenda pública e na construção de um padrão de desenvolvimento.

A formulação de políticas públicas para o DESENVOLVIMENTO nessa nova perspectiva, apontada por SEN (2000), adquire um papel central no processo de eliminação das diversas privações vivenciadas pelos indivíduos. Tal fato, todavia, não representa o abandono dos aspectos econômicos e de renda, mas significa incorporar na formulação outras variáveis que são tão importantes quanto, e que podem contribuir para a eliminação de privações de outra ordem que estão além da renda econômica (Campos: 2009). Trata-se de investir na condição de agente das pessoas e na expansão de suas capacidades.

Desse modo as políticas que visam à promoção do desenvolvimento deverão contribuir para remover os obstáculos que impedem uma pessoa de fazer aquilo que ela quer da vida, tais como analfabetismo, falta de saúde, impossibilidade de acesso a recursos, ou mesmo ausência de liberdades civis e políticas.

No caso dos assentamentos de Reforma Agrária a noção de *liberdade*, como prerrogativa para o processo de desenvolvimento, proposta por Amartya Sen ganha um enorme eco, medido pela própria valoração que os assentados atribuem à situação posterior ao acesso à terra, que, invariavelmente, se opõe às experiências anteriores de escravidão ou semi-escravidão,como é freqüentemente encontrado em situações variadas no caso brasileiro(Heredia et al.,2005).

Os diversos estudos acerca dos assentamentos rurais no Brasil revelam que o acesso à terra tem significado a conquista de uma autonomia por parte das famílias beneficiadas, rebatendo diretamente na promoção da cidadania e na diminuição das injustiças sociais. É importante destacar que o momento em que a terra deixa de ser uma área de ocupação e transforma-se em assentamento é o momento em que o Estado intervém com a liberação de recursos para o desenvolvimento do assentamento, impondo regras, decidindo quem será contemplado entre outras questões.

É facilmente perceptível que na maioria dos assentamentos a infra-estrutura comunitária é bastante deficitária. Não obstante, esse fato constata-se uma melhoria no padrão de habitação e na posse de bens duráveis, em grande parte dos assentamentos. Essa melhoria é resultado da reivindicação dos trabalhadores frente ao poder público e do esforço individual e coletivo no sentido de superar as dificuldades. Nesse cenário constata-se que a conquista da

casa própria é um fator importante, pois representa uma segurança que não existia quando se era posseiro, morador, arrendatário ou empregado nas fazendas

As precariedades identificadas com relação à infra-estrutura, aliadas às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, fazem com que o assentamento seja um ponto de partida para novas reivindicações no sentido de garantir sua viabilização econômico social. Segundo Medeiros:

"A nova situação obriga os assentados a intensificar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política" (Medeiros,2002, P.25).

Nesse cenário o assentamento e a terra não são apenas os espaços do trabalho, representam na verdade o espaço em que uma nova vida se constituirá em todas as dimensões. No meio rural esses espaços em geral não se separam. Desse modo a inclusão pela via do trabalho não significa uma simples integração ao modelo econômico. O acesso à *terra de trabalho* vem acompanhado de uma inclusão do ponto de vista social, político, ou seja da constituição da cidadania (Dal Moro:2000). Esse processo não acontece livre de tensões ele é resultado de disputas que envolvem estigmas e preconceitos, sobretudo nas relações estabelecidas com o entorno e com o poder local.

A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas e à busca de novos lugares onde se façam ouvir.

De acordo com Campos (2002) a multiplicação dos assentamentos, mediante pressão exercida pelo MST e pelas organizações e agentes que diretamente trabalham ou apóiam a reforma agrária, vem sendo acompanhada, ainda que de forma um tanto quanto modesta, por algumas iniciativas que visam desenvolver os assentamentos tornando-os produtivos e politicamente organizados a fim de alcançarem com êxito a sustentabilidade pretendida.

Essas iniciativas são desenvolvidas por diversos atores. No âmbito do Estado às diversas ações que vem sendo propostas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais podem contribuir para a eliminação de diversas privações. Destaca-se entre essas ações o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e o Crédito Instalação nas suas diversas modalidades. É importante assinalar que a remoção de uma

privação pode contribuir de forma intencional ou não para a eliminação de outras privações. Desse modo é fundamental a articulação entre os diversos programas e ações desenvolvidos pelo Estado em suas diferentes esferas (federal, estadual ou municipal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção do desenvolvimento é um processo complexo, no qual as políticas públicas assumem um papel central. Nesse processo o sentido atribuído a idéia de desenvolvimento é determinante quando da definição da agenda pública e das ações e programas que serão implementados. A compreensão do desenvolvimento como um processo de eliminação de privações de diversas ordens e expansão das capacidades contribui para o alargamento da visão acerca do desenvolvimento que muitas vezes confunde-se com crescimento econômico ou aumento de renda. Essa compreensão abre espaço para formulação de políticas públicas que contribuem para a remoção de privações de diversas ordens.

Concordamos com SEN quando afirma que: "Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do desenvolvimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.

REFERÊNCIAS:

1. ARAÚJO, Tânia Bacelar. Planejando o desenvolvimento sustentável. A experiência recente do Nordeste do Brasil. Brasília, IICA, s/d.
2. IICA; RIO GRANDE DO NORTE; SEPLAN. *Plano regional de desenvolvimento sustentável do Seridó*: diagnóstico. v. Caicó: IICA, 2000.
1. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.
2. CAMPOS, Gardênia Margarida Medeiros.Desenvolvimento e Sindicalismo:o projeto de economia solidária da Central Única dos trabalhadores no Pajeú Pernambucano – a experiência da ECOSOL Pajeú/PE.
3. Dal Moro, M. O significado da luta pela Terra hoje.Anais do VII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília:2000;
4. MEDEIROS, L. Os impactos regionais da Reforma Agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas 2002. Disponível no site: www.dataterra.org.br

5. OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. 1. Ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA OS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS RURAIS

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
(severinobsilva@uol.com.br)
Universidade Federal da Educação
Doutor em Ciências Sociais-Sociologia pela PUC/SP

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Neste texto, apresento as bases sociais, políticas e pedagógicas que instituíram o movimento nacional por uma proposta de educação para o campo brasileiro, objetivando assistir os segmentos sociais que ocupam inúmeros territórios da Reforma Agrária, em primeiro plano e paralelamente ou posteriormente a todas

No I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em Brasília no ano de 1997, promovido pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conjuntamente com a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), deu origem ao PRONERA, logo após, o MST e seus parceiros realizaram, na cidade de Luziânia (GO), a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, um marco para a política pública de alfabetização, escolarização e profissionalização na modalidade Educação de Jovens e Adultos em áreas de acampamentos assentamentos da reforma agrária.

O PRONERA surgiu no ano de 1998, através da Portaria Nº 10/98, do Governo Federal, resultado de uma parceria entre governo, universidades e movimentos sociais rurais, vislumbrando desencadear uma política de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Dessa forma, o PRONERA passou a representar um legítimo canal para promover políticas públicas que atenda as necessidades dos assentamentos rurais, no tocante aos elevados índice de analfabetismo, como baixa escolaridade e profissionalização dos assentados, conforme (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996).

O Programa encontra-se embasado nas concepções de uma prática educativa ligadas aos princípios de uma educação do campo e não no campo, visando, sobretudo, fortalecer as experiências e identidades sociais dos camponeses que se organizaram, lutaram e

conquistaram a terra para viver e trabalhar. Dessa forma em sua pauta pretende propiciar processos educativos não-formais e formais de: alfabetização e escolarização (ensino fundamental e médio), a formação de educadores (as), cursos profissionalizantes e superiores para jovens e adultos que habitam em assentamentos da reforma agrária.

No caso específico da Educação de Jovens e Adultos objetiva projetos de alfabetização e escolarização possibilitando a continuidade nos estudos escolares nos Ensino Fundamental e Médio, por meio de diversos projetos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, por possuírem os maiores índices de analfabetismo, além de alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do Ensino Fundamental, capacita pedagogicamente educadores e fortalecer os canais organizativos e participativos das áreas de assentamentos, nas questões educacionais, produtivas, e tantas outras relacionadas ao cotidiano das famílias assentadas.

O Ensino Médio técnico profissionalizante atende a diversas carências dos assentamentos como na área educacional, com o curso normal (formação para o magistério), na área de agricultura com cursos agrícolas e agroindustriais. E no tocante ao ensino superior (graduação e de especialização), garante a formação profissional, em cursos na área de Pedagogia, Licenciatura em História, Agronomia, Administração, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária, em áreas que capacitam jovens e adultos para responderem às questões fundamentais ao mundo dos camponeses assentados, como educação, produção, organização, sustentabilidade. E no campo da relação universidade e os assentamentos rurais, além de promover o diálogo e a pesquisa científica, possibilita a democratização através do acesso e permanência de jovens de origem popular oriundos do campo na universidade pública.

É prioridade para o PRONERA que em seus projetos os educadores e coordenadores locais sejam jovens e adultos ligados aos próprios assentamentos, com o intuito de fortalecer as potencialidades locais, a formação e escolaridade dos educadores e a formação de lideranças jovens, o que nem sempre é viável pela própria ausência de quadros com tais habilidades pedagógicas, técnicas e políticas.

No manual de operacionalização do PRONERA, observamos princípios básicos norteadores de suas ações como: o participativo, o interativo, o multiplicador, e o inclusivo. A PARTICIPAÇÃO (Manual de Operação de 1998, 2001 e 2004) assegura o envolvimento-participativo da comunidade em todos os processos, desde a elaboração, e execução e avaliação nos projetos; a INTERAÇÃO ocorre entre eles e avança para as parcerias com órgãos governamentais (INCRA, UFPB, FUNDAÇÕES e órgãos locais). O princípio da MULTIPLICAÇÃO fortalecer e ampliar as potencialidades locais em vários aspectos, dos

educandos e educadores, de outras representações e as ações locais. E o aspecto da INCLUSAO que aparece em 2004, objetiva essa política como um espaço de direitos e conquista da cidadania.

A realidade escolar dos assentamentos rurais no Brasil foi revelada através dos dados apontados pelo Censo da Reforma Agrária (1997), nos quais, a média nacional de analfabetismo era de 39,41 %, chegando a 66,63% na região Nordeste do país, situação que denuncia a carência, em caráter urgentíssimo, de políticas públicas que possam amenizar a curto e médio prazo tal problemática. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO de 1999 e 2002 mostram que o "PRONERA atendeu 105.491 assentados inscritos nos cursos de alfabetização, elevação de escolaridade e formação técnico-profissional, dos quais 56.776 concluíram o nível ou modalidade de estudo pretendida. E que, dentre todas as regiões, o Nordeste foi o mais beneficiado pelo Programa, tendo recebido 47% do total dos recursos aplicados entre 1998 e 200l", PEREIRA, (2008, p. 29) acrescenta que:

> Entre as tentativas já realizadas no campo da EJA, o PRONERA se apresenta como um Programa que pode contribuir para reverter esse quadro, já que seu objetivo está relacionado à permanência do homem no campo e à conquista de sua autonomia enquanto cidadão consciente de seu papel social. O Projeto, sendo fruto da incansável luta dos movimentos sociais do campo, desponta no país com a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as dimensões da vida humana – econômica, social, ambiental, política, cultural e ética - e executar políticas de educação em todos os níveis de ensino.

Neste sentido, a política pública apresentada pelo PRONERA representa uma nova forma de atender as necessidades dos camponeses, sujeitos sociais da luta e conquista pela reforma agrária, construindo um novo fazer, pensar e agir pedagógico, desconstruindo a visão tradicional de política educacional, na qual o campo era e se tornava, dependente das políticas e concepções construídas na cidade e para a cidade, ou seja, projetos descontextualizados que desconhecem o modo de vida e as culturas locais.

No PRONERA o campo se apresenta como um novo paradigma de educação, mediante as seguintes dimensões; emerge como bandeira de luta, conquista e resistência dos movimentos sociais; como canal de universalização e democratização do conhecimento científico e especialmente o do campo; uma concepção de escola pautada na autonomia institucional e gestão democrática; criação, aplicação e recriação de instrumentos

metodológicos relacionados a educação popular e propõe uma experiência educativa que tem como parâmetro as culturas/identidades e diversidades locais em sintonia com as questões regionais, nacionais e internacionais. Como aborda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ambas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Observando por este prisma a educação proposta para os camponeses assentados é indispensável à reconstrução de identidades locais esquecidas dos modelos educacionais tradicionais, e nesta direção o novo projeto de educação do campo ancora-se a temáticas cravadas nas cotidianidades locais em conexão com problemáticas gerais relacionados aos direitos sociais básicos.

Um projeto educacional dessa dimensão do PRONERA vai redescobrindo as experiências educativas formais e não-formais existentes no campo brasileiro de um lado, e por outro, vai apresentando um modo diferenciado de política pública que emerge das carências sociais e processos organizativos de grupos sociais que pedagogicamente vão ensinando ao Estado brasileiro a construir políticas públicas para o campo/cidade numa dimensão pedagógica inovadora e de qualidade. É como se os movimentos sociais do campo, juntamente com seus parceiros, começassem a avaliar as práticas tradicionais propostas pelo Estado e ensinassem ao mesmo a respeitá-los como sujeitos sociais-históricos capazes de pensar e formular políticas sociais mais eficientes e democráticas. Neste sentido a educação do campo constitui na contemporaneidade um debate e uma política fundamental entre vários segmentos dos movimentos sociais e dos gestores locais, regionais e nacionais. Ou seja, a capacidade de organização, criticidade, criatividade e de resistência dos movimentos sociais rurais, força os setores estatais a atenderem suas demandas o que representa um processo educativo também para o próprio Estado.

No ano de 1998 ocorreu na cidade de Luziânia-Goiás a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, além de um conjunto representativo de entidades ligadas com a problemática da educação no campo, contamos com a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e da Comissão Pastoral da terra- CPT, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Universidade de Brasília - UnB e da UNESCO, um compromisso dessas instituições foi o de sensibilizar e mobilizar a sociedade e órgãos governamentais para os dilemas do campo brasileiro, especialmente o direito à educação para os povos do campo que formam a população rural brasileira, como os camponeses, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros. Como publicização, visibilidade e socialização dos debates ocorridos durante a

referida conferência foram sistematizados vários Cadernos, sobre temas relacionados à educação do campo, como se expressa Arroyo (1999), em um dos Cadernos, que trata da pedagogia dos gestos como característica marcante do movimento social do campo; setores da sociedade brasileira têm aprendido com este, a entender que suas ações se expressam diferentemente dos modelos oficiais, pois, as mobilizações, os rituais, as músicas, as ocupações, as escolas o jeito pedagógico de pensar, ensinar e vivenciar o ensino tem nos obrigado a pensar e repensar como a educação do campo é tratada neste país.

Dessa forma, uma pedagogia para atender os povos do campo, precisa considera os elementos simbólicos das culturas que norteiam os modos de vida desses educandos e comunidades, especialmente, no tocante as alternativas produtivas, as suas práticas e rituais, as suas curas, festividades, temporalidades. Pois entendemos, como o autor apontou que essas vivências são marcadas por gestos, musicalidades, corporeidades, sociabilidades que vão delimitando o pensar, o fazer e o contemplar desses povos que são, por razões ontológicas, completamente diferenciadas dos universos simbólicos daqueles que habitam cidade de grande e médio porte. Negar, camuflar ou tentar silenciar tais diferenciações foi e continua sendo o grande equívoco, ausência e fracasso das políticas públicas direcionadas aos povos do campo, sobretudo a educação escolar.

Outra discussão que vai alimentando, o debate sobre uma educação do campo e não no campo, é que tal reflexão só terá sustentação se articulasse com outros setores da sociedade civil brasileira, no sentido de pensar na construção de um projeto popular para o Brasil que tenha como paradigma a democratização das esperas públicas e a construção de uma sociedade sustentável, especialmente quando pensamos no campo brasileiro frente aos novas perspectivas e avanços do modo de produção capitalista. E é óbvio que o espaço da escola posposto pelos movimentos sociais, se apresenta como um instrumento vital para vivenciar, propor e elaborar tal projeto.

O amadurecimento da proposta de uma educação do campo vai ganhando espaço em vários cenários do Brasil, tanto nos movimentos sociais rurais, em universidades públicas e em setores estatais tanto no âmbito municipal, estadual e federal, e com isso essa política pública vai ganhando mais legitimidade e praticidade, dessa forma registramos que no ano de 2001, o Conselho Nacional de educação – CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, através do parecer do CNE/CEB N°. 36/2001, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; e a Resolução CNE/CEB N° 1, de 1 ° de abril de 2002.

Como vislumbramos a educação do campo vai cada vez mais se corporificando

nas práticas dos movimentos sociais e educadores, como também na legislação brasileira, nos espaços formais, não-formais e informais de educação e nos debates e reflexões germinadas em aulas, encontros, reuniões, seminários, etc. Foram de um lado alimentando e dando forma pedagógica e política a utopia de se ter uma educação do campo, e por outro, que essa fosse construída nos mosaicos dos próprios sujeitos sociais assistidos e que tenha como paradigma fundamental reconstruir as identidades locais, a democracia participativa, a competência e a qualidade político-pedagógica.

Outro evento de relevância que trata da educação do campo, mediante o surgimento das primeiras experiências foi em 1997 o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, como o objetivo de refletir, avaliar e propor experiências e projetos que atendam as especificidades sócio-política e pedagógica do PRONERA, em especial a formação do educador. Dentre várias reflexões ocorre uma que consideramos base neste processo: desconstruir a concepção tradicional que no campo brasileiro não ocorre práticas sociais e culturas "eficientes" para serem abordadas nos manuais didáticos, o que alimentou a século a visão que a educação do campo deveria ser a continuidade da educação da cidade. Nesses mais variados e expressivos encontros essa problemática foi refletida e reelaborada e daí surgiu a expressão educação DO campo e não educação NO campo. Ver Caderno SECAD nº 02, 2007, p.13 do MEC, "Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas:

> Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque *(sic)* idéias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construí das, entre campo e cidade.

Pensando que esse novo paradigma de educação para o campo, tem como princípio à contextualização dos envolvidos enquanto educandos/educadores e comunidade, outra destaque e que essa educação DO campo pó si não representa uma prática pedagógica diferenciada no contexto da escola (espaço físico), mas deve ser parte de uma rede de articulação que pensa o campo como um todo, na qual a escola será uma instituição social/comunitária no seio dos assentamentos rurais.

Um desafio que esta posto com os projetos educativos do PRONERA é ver o campo como território de vida e trabalho, através das práticas sociais, valores culturais e éticos e trabalho numa dimensão cultural e econômica da própria vida(visão que se diferencia

completamente da concepção de vida e trabalho para aqueles que habitam a cidade) e neste sentido a educação do campo prioriza esse território camponês e seus espaços e lugares, como instrumentos para pensar uma pedagogia que convida o camponês a pensa o mundo mediante o lugar onde pisa, come , dança, reza, trabalha, etc. Fortalecendo com isso as identidades locais e suas interfaces com as demandas globais.

PEREIRA, (2008, p.40), citando CALDART, (2004, p.21), descreve que o paradigma da educação do campo deve ser pedagogicamente tocado por uma relação dialógica, evidenciando, assim, uma nova concepção de educação que "[...] legitima na sua existência a pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório e por isso mesmo educativo". "A teoria da ação dialógica está embasada na colaboração, na organização e na síntese cultural, o que significa combater a manipulação através da liderança revolucionária, tendo como compromisso a libertação das massas oprimidas."

As experiências de educação do campo que, emergiram também das vivências dos camponeses organizados em movimentos sociais, foram apontando para novas perspectivas e desafios, sobretudo do ponto de vista da própria pedagogia do campo, o que sabiamente inspirou CALDART a denominar de Pedagogia do Movimento, o que fica inviável refletir neste momento, considerando a natureza deste artigo, os significados dessa pedagogia no contexto do pensamento pedagógico brasileiro e também dos movimentos sociais rurais e urbanos. E como a mesma foi fundamental para fundamentar e refletir as experiências do PRONERA.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Márcia Regina, DI PIERRO, Maria Clara, MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sonia Meire A. de. (org.) **Uma avaliação do programa nacional de educação na reforma agrária**, São Paulo: Ação Educativa, PRONERA 2004.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo:** a educação básica e o movimento social no campo. V. 2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo:** projeto popular e escolas do campo. V. 3. Brasília, 1999.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Leitura freireanas sobre educação.** In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). Série Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do campo –** proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Por uma Educação do Campo:** identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília: 2002.

CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar J. (org.). **Educação do campo:** identidades e políticas públicas. Coleção por uma Educação do Campo. V. 4. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.

PEREIRA, Fabíola Andrade. **A Educação de pessoas jovens e adultos e a cidadania no campo: um olhar sobre o PRONERA norte de Tocantins**, Dissertação de Mestrado,2008-PPGE- João Pessoa-PB

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Márcia Regina. **PRONERA:** dados básicos para uma avaliação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Caderno n. 2. Brasília, março de 2007.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem-terra aprende e ensina:** estudo sobre as políticas educativas dos movimentos dos trabalhadores rurais. Campinas: Editores Associados, 1999.

KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo.** V. 1. Brasília, 1999.

SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos rurais- territórios de conflitos e sociabilidades camponesas.** Tese de doutorado 2003- PUC-SP

UNESCO-CEEAL-CREFAL-INEA. **Séptima Reunión Del Comitê Regional Intergubernamental Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe – Documento de Trabajo – Balance de los 20 años Del Proyecto Principal de Educación em América Latina y El Caribe.** Santiago de Chile, Mayo de 2000.

EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO NA AMAZÔNIA: A experiência dos movimentos sociais populares do campo e a construção de novos espaços públicos de cidadania e democracia participativa

Waldir Ferreira de Abreu - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Damião Bezerra de Oliveira - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Sérgio Roberto M. Corrêa - Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Salomão Antônio Hage Mufarrej – Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO

O artigo aborda a temática da educação popular do campo na Amazônia, a partir das experiências dos movimentos sociais populares, focalizando a construção de novos espaços públicos e de cidadania e democracia participativa. Objetiva-se, com isso, problematizar a experiência e organização desses sujeitos coletivos na construção de espaços públicos e reescrever as relações de poder e políticas no horizonte da garantia e ampliação de direitos e de cidadania ativa dos sujeitos do campo na Amazônia Paraense, imprimindo uma nova cultura política que emerge de "baixo" e pelos de "baixo". Essa é uma reflexão inicial desse grupo, que compõe a Linha de Pesquisa Estado, Desenvolvimento Territorial e Movimentos Sociais na Amazônia, pertencente ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), vinculado ao Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Pará (ICED-UFPA).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Não-Formal. Educação Popular do Campo. Movimentos Sociais e Participação Democrática.

INTRODUÇÃO

No enredo da história brasileira, as classes populares vêm sendo excluídas pelas políticas públicas, dentre elas a educação. Quando esse direito lhes chega, vem de cima para baixo e de fora para dentro, pautado e orientado pelas diretrizes definidas pelo Estado em profunda proximidade com os interesses das classes dominantes, seus padrões econômicos e valores.

Nessa empreitada, segmentos populares vão escrevendo novas formas e métodos de educação, que se aprende na luta e na história dos conflitos e das contradições. Aprende-se a partir da prática concreta, da vivência, onde se gestam saberes e novas formas de ser, de pensar e de agir.

Nessa trajetória de luta e resistência das classes populares do campo e da cidade, foram sendo gestando novas concepções e práticas educacionais por fora das instâncias e esferas oficiais do Estado e da sua tutela, sempre contestando suas políticas de exclusão. Por isso, torna-se importante retomar essa discussão no âmbito das experiências dos movimentos sociais populares do campo, a fim de mostrar seu protagonismo no terreno da educação do campo e da construção de espaços públicos de garantia, de ampliação de direitos, de materialização da cidadania e democracia participativa.

Neste sentido, nossa intenção não é falar da educação formal, mas da educação não-formal numa perspectiva da educação popular emancipatória.

Por isso, o presente texto está estruturado em duas partes. Na primeira, que se intitula: **Educação Não-Formal como Educação Popular Libertadora: na trilha de um horizonte teórico-conceitual**, fazemos uma reflexão teórico-conceitual, demarcando a relevância da educação popular como experiência protagonizada, também e sobretudo pelos movimentos sociais populares e que, ao lutarem pela construção de espaços públicos democráticos e afirmação de seus direitos e cidadania, educam e gestam uma pedagogia vinda dos de "baixo" e pelos de "baixo"; na segunda parte, intitulada: **Educação Popular do Campo e Movimentos Sociais: construindo novos espaços públicos de participação e de políticas públicas**, delineamos alguns aspectos da experiência dos movimentos sociais do campo na Amazônia Paraense na construção desses espaços públicos e desses direitos, expressando, assim, uma pedagogia do movimento e em movimento.

1- Educação Não-Formal como Educação Popular Libertadora: na trilha de um horizonte teórico-conceitual

Em comparação com a *educação formal*, representada e instituída pela figura da educação escolar normatizada e regulada pelo Estado, usualmente, define-se a *educação não-formal* por uma ausência e/ou negatividade, figurando, assim, a educação formal como único parâmetro e paradigma legitimo para o pleno desenvolvimento do ensino-aprendizagem e do conhecimento, como se essa educação formal, também, não pudesse aceitar a não-formalidade, relacionar-se com esta, reforçando, por conseguinte, um conjunto de dicotomias presentes na nossa sociedade e no nosso sistema educacional: instituído x instituinte; conhecimento científico x saberes cotidianos; conhecimento x realidade.

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de "progressão". Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

São múltiplos os espaços formativos da educação não-formal. Além das próprias escolas, onde pode ser oferecida educação não-formal, temos as organizações não-governamentais, as igrejas, os sindicatos, os partidos, as mídias, as associações de bairros, os sindicatos, os movimentos sociais e as comunidades do campo e da cidade. É importante considerar que esses espaços de educação não-formal expressam territórios de poder e de interesses conflitantes, atravessados pelas contradições sócio-políticas e econômicas de nossa sociedade, gestando, assim, concepções e práticas educativas, também, conflitivas, conservadoras e progressistas. Isso implica dizer, portanto, que nem toda educação não-

formal expressa uma prática emancipatória, uma concepção de educação popular transformadora (CORRÊA, 2007).

Para Gohn (2003), a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas cotidianas. Nela, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, os colegas, a igreja, os meios de comunicação de massa, as associações, os sindicatos, os movimentos sociais populares e o grupo político.

Segundo essa autora (1999), ainda, a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A educação não-formal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade: da localidade, da idade, do sexo, religião e da etnia. "*A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se freqüenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu é local onde acontece educação informal"*. (GONH, 1999, p. 2).

Brandão (1986) diz que a educação não-formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente. Usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um e de um coletivo. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Ela opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados.

A educação não-formal, segundo Gohn (1999), poderá desenvolver, como resultado, uma série de processos, tais como:

• consciência e organização de como agir em grupos coletivos;

• A construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo;

• contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;

• forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho);

• quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificadamente, como a auto-estima); ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes

são dirigidos, o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças;

• os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

• Inserção e respeito do grupo a diferentes culturas e o reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, isto é, trabalha o "estranhamento";

• Construção da identidade coletiva de um grupo e do movimento.

No terreno de uma perspectiva libertadora de educação popular (FREIRE, 1987), o processo educativo que se realiza num território não-formal funda-se e enraíza-se na busca da humanização e libertação dos sujeitos excluídos do campo e da cidade com sua participação; na construção de uma consciência crítica e política de sua condição de sujeito sócio-histórico na sociedade. Daí ela estar ligada, indissociavelmente, à aprendizagem ético-política e social dos direitos dos indivíduos e do coletivo enquanto cidadãos ativos e à participação em atividades grupais e de classe no conjunto da sociedade.

Nesse sentido, a educação não-formal pode se constituir em uma educação popular emancipatória, intensamente democrática, por isso tem mostrado inúmeros exemplos de solidariedade e justiça social, de vida dedicada à ética e à educação política em defesa das classes populares, de uma formação e sociedade humanas (FREIRE, 1987, 1996; CALADO, 2003). Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos ativos; a capacitação dos indivíduos para a formação e o trabalho humanos, por meio de um *que fazer político-pedagógico* significativo de desenvolvimento e de potencialidades e autonomia; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários e sociais mais amplos, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos e de transformação das estruturas sociais desiguais; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos sujeitos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de seu contexto real, da problematização e da compreensão do que se passa ao seu redor, num movimento de práxis de desvelar, revelar e anunciar (FREIRE, 1987, 2001).

Ao se referir ao conceito de *Educação Popular* (EP), Alder Calado (2003, p. 120, 121) defende que:

> nós a entendemos como um processo educativo protagonizado por diferentes sujeitos (individuais e coletivos), normalmente pertencentes ou aliados à base da sociedade, cuja experiência pode se dar em espaços educativos formais e não-formais, numa dinâmica de formação contínua e numa perspectiva emancipatória e transformadora da realidade vigente, a partir da transformação cotidiana dos próprios protagonistas, que, graças ao exercício de sua dimensão docente e discente, se empenham no desenvolvimento

> integral de suas potencialidades subjetivas, étnicas, de gênero, de idade/geração, de classe, na relação com a Natureza e com o Sagrado, aspirando a construir uma sociedade justa, politicamente solidária e culturalmente plural.

Essa leitura possibilita compreender a *educação* para além dos muros da escola e perceber múltiplos e complexos processos educativos presentes na sociedade, dentre eles o protagonizado pelos movimentos sociais populares do campo e da cidade. Ao expressar sua compreensão de *educação*, Calado (1998, p. 123) explica que ela se *manifesta num imenso leque de espaços e dimensões sociais*, na relação-interação entre *Oikía* e *Polis*, o que implica entender o espaço e a dimensão do exercício educação popular para além do terreno não-oficial, ou seja, fazendo-se, também, na sua esfera pública, com a finalidade de transformá-la e democratizá-la.

> A educação se manifesta, como é sabido, num imenso leque de espaços e dimensões sociais de que são tecidas as relações do cotidiano: da *Oikía* (casa, família, espaço privado, subjetivade) à *Polis* (espaço público, *locus* das decisões macro-estruturais), e desta àquela, passando pelas relações associadas à produção/trabalho/classe social, a gênero, a etnia, a nação/região/espacialidade, a distintos grupos etários, a ética, a religião, à lida com o meio ambiente, as suas interações e rebatimento no plano da subjetividade (sexualidade, desejo, afetividade, paixão...).

Cabe fazer aqui um diálogo com Miguel Arroyo (1999 apud CORRÊA, 2007, p. 73), para quem:

> A escola é um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

Norteando-nos por essa linha de reflexão crítica, é digno de citação o conceito de «popular». Para Calado, esse conceito está associado a um «componente nitidamente classista», que remete diretamente ao «protagonismo das classes populares», rompendo com a ideologia e prática elitistas classistas, preconceituosas e parasitárias de destinatárias de políticas formuladas e implementadas pelo Estado em seu benefício. Nesse sentido, «Não querem mais que se trabalhe para elas, nem mesmo apenas com elas», «trata-se de decisões a serem democraticamente discutidas e tomadas por elas, mediante seus legítimos organismos de base».

> Neste caso, o «popular» comporta um componente nitidamente classista, remetendo diretamente ao protagonismo das classes populares, cuja condição rompe com a idéia de alvo destinatário de políticas elaboradas pelo Estado em seu benefício. Não se trata de meros consumidores de bens materiais e imateriais produzidos por outrem. Também, não se trata de participar pontual ou formalmente, no âmbito do «varejo», dessa ou daquela fase do processo decisório. Ou seja: exercitando sua condição de protagonista, as classes populares rejeitam o tratamento de meras destinatárias de decisões alheias – ainda que delas se beneficiem. Não querem mais que se trabalhe para elas, nem mesmo apenas com elas. Outra passa a ser sua condição: a de efetivo protagonista de decisões,

> em todas as fazes do processo, trata-se de decisões a serem democraticamente discutidas e tomadas por elas, mediante seus legítimos organismos de base. (p. 46).

Calado, em face dessas assertivas, considera que a «concepção de «democrático» passa, então, a ser necessariamente correlativa à noção de «popular», que assume uma concepção democrático-participativa radical, que se expressa no vigor das lutas e práticas educativas populares dos movimentos sociais do campo e da cidade.

Nessa perspectiva, o objetivo da educação não-formal é a inserção e socialização dos indivíduos como sujeitos em potencial para construir novas formas de sociabilidade, de desenvolvimento de uma cultura política participativa, de atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar como protagonistas das políticas públicas e da gestação de espaços públicos democráticos. Trata-se, assim, do processo de inserção crítica na sociedade e não de adaptação, ajustamento a ela.

Sua finalidade é abrir "janelas" de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, a construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalecendo o exercício da cidadania, a transmissão de informação, a formação política e sociocultural. *"Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo"* (BRANDÃO, 1988, p. 23).

Numa abordagem critica e emancipatória de educação popular, registramos, portanto, que a educação não-formal vem das práticas sócio-políticas e culturais geradas pela sociedade civil, particular e sobremaneira dos movimentos sociais populares do campo e da cidade, que alteram a relação sociedade política e sociedade civil ao longo do tempo e constroem novas formas políticas e sociais de agir e reescrever as relações de poder, criando e ampliando espaços públicos democráticos, reinventado a democracia e a cidadania num horizonte participativo, imprimindo, assim, a emersão de uma nova cultura política que contesta e confronta com o estabelecido e instituído, oficial e conservadoramente, pela classe dominante (CALADO, 2003, DAGNINO, 2000; SANTOS, 1999, 2003).

2- Educação Popular do Campo e Movimentos Sociais: construindo novos espaços públicos de participação e de políticas públicas

No presente contexto de mudanças estruturais e conjunturais, os movimentos sociais mudam, assim como os paradigmas teóricos de análise, que tomam esse fenômeno social, conceituando-o a partir de diferentes e antagônicas abordagens, como lente para ler, apreender e explicar a realidade social (CORRÊA, 2007). Para Gohn (2004, p. 19, 20),

> Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se ascendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los.

Cabe, no entanto, considerar que o território dos movimentos é contraditório e conflituoso, expressando conservação do *status quo*, reformismo e transformação social. Calado (2004, p. 01) situa teoricamente os movimentos sociais numa acepção dialética, demarcando seu caráter e papel quer seja de "manter, de reforçar", quer seja "de mudar, em parte ou no todo, a ordem social estabelecida". Ele compreende o conceito de *Movimento Social* como:

> [...] a ação organizada de um sujeito coletivo integrante da sociedade civil, que, a partir de suas diferentes motivações e horizonte, orienta suas atividades conforme seu perfil próprio, visando alcançar seus objetivos de manter, de reforçar ou de mudar, em parte ou no todo a ordem estabelecida.

Isso nos ajuda a desmistificar a noção de movimento social e de sua natureza e ação como unilateral, vista, quase sempre de um ângulo progressista, desconsiderando e desconhecendo aqueles que se situam num território conservador, fortemente vinculados aos interesses das classes e grupos dominantes, como a União Democrática Ruralista (UDR), que articula e coordena as estratégias e ações dos grandes proprietários do agronegócio na sociedade política e sociedade civil do país, a fim de avançar na implementação e territorialização do desenvolvimento do agronegócio, bem expresso na dinâmica territorial conflitiva e contraditória da Amazônia e do Estado do Pará.

Nessa nova dinâmica de sociedade globalizada e reestruturação produtiva do capital no campo e na cidade, hegemonicamente conduzida e orientada pelo viés (neo) colonialista, novos atores surgem e outros se reinventam com novos temas e problemas para fazer resistência e re-existência a essa lógica hegemônica. Os movimentos sociais populares do campo e da cidade se reinscrevem, ampliando e complexificando sua agenda, suas estratégias e táticas, como as *redes* de relações reais e virtuais. A ***Via Campesina*** se constitui como um desses exemplos, articulando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) etc; em prol da ampliação da luta por uma outra plataforma política e de projeto de sociedade brasileiro, que articula e combina o local, regional, nacional, continental e global.[1]

[1] Outro exemplo recente e a criação, em 2006, da **Intersindical**, que aglutina e articula um conjunto de sujeitos coletivos populares, dando um novo caráter para a organização sindical, a fim de pautar e levar a cabo sua agenda de reivindicações contra a macro-política e lógica de desenvolvimento neoliberal na sociedade brasileira.

Como parte protagonista do **Fórum Social Mundial** (FSM)[2], a *Via Campesina* vem pondo com mais vigor uma agenda das populações do campo de desenvolvimento e de educação, sobretudo para os países do terceiro mundo, que tem como marca a reforma agrária, nova matriz energética, novo paradigma de desenvolvimento e de educação do campo.

Os movimentos sociais populares do campo na sociedade brasileira, na Amazônia e, em particular, no Pará, como MST, MAB, MPA, FETAGRI, têm conseguido pautar, com ajuda e protagonismo de outros segmentos: universidades públicas e entidades populares uma agenda para educação e desenvolvimento do campo, que se articule a um Projeto de Nação. Isso está bem expresso no **Movimento e Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**. Esses movimentos têm grande visibilidade como um *ator educativo coletivo* independente e autônomo, pois suas lutas e demandas, em certa medida, têm sido transformadas em políticas públicas, reconfigurando e demarcando, com isso, um terreno de relações de poder com o Estado na conquista e ampliação dos direitos das populações do campo. Como exemplo, podemos mencionar: o Programa Nacional de Educação em Área de Reforma Agrária (PRONERA); o Programa Saberes da Terra; as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo; e a criação de uma Coordenação Nacional de Educação do Campo, composta pela sociedade civil e pelo poder público, para definir as diretrizes das políticas públicas em educação do campo para o Brasil rural.

Concomitantemente a esse movimento de luta por políticas públicas e como resultado da reflexão *sobre* e *dessas* lutas desses sujeitos e segmentos populares do campo, um conjunto de estudiosos (as), pesquisadores (as)-professores (as) vêm teorizando e elaborando, a partir dessas experiências e vivências coletivas diversas dos sujeitos do campo, um "**Paradigma de Educação do Campo**" que entende o campo como *espaço de vida*, de produção e reprodução da existência humana e social; um espaço de produção de saberes, de identidades e culturas diversas; de produção de novas territorialidades e de novas formas de sociabilidades, que se diferenciam e, em muito se conflitam, com a dinâmica sócio-espacial e temporal urbana e com sua lógica de desenvolvimento mercadológica, o que exige, portanto, um outro olhar do Estado no tocante à formulação e implementação das políticas públicas de educação e desenvolvimento territorial do campo (ARROYO, 1999; CALDART, 2002, 2004; FERNANDES, 2002, 2004, 2006; MOLINA, 2002; 2004).

Esse novo paradigma da educação do campo se sustenta nos referenciais e matrizes críticas da pedagogia ***Socialista***, da ***Educação Popular de Paulo Freire*** e da ***Pedagogia dos Movimentos Sociais*** (CALDART, 2004). Esse paradigma reafirma o compromisso com as

[2] O próximo **FSM** ocorrerá em Belém-PA, janeiro de 2009.

classes populares concebendo-as como sujeitos protagonistas da ***Educação do e no Campo***. (CALDART, 2002).

Nessa caminhada, os movimentos sociais populares do campo na Amazônia Paraense estão presentes e protagonizando o **Fórum Paraense de Educação do Campo** (FPEC)[3], que tem se constituído num espaço público de participação e contribuição com a construção de uma outra cultura política de cidadania ativa, pautando em nível local (municipal), estadual e federal (nacional) uma agenda propositiva de políticas para educação e desenvolvimento do campo no estado. Nessa assunção de espaço público democrático e participativo, podemos apontar que esse FPEC assume características de um ***movimento de educação popular do campo***, principalmente pela luta que trava pelos direitos e novos horizontes e paradigmas de conhecimento e sociabilidade das Populações do campo (indígenas, negras e remanescentes de quilombo, caboclas, ribeirinhas, (re)assentadas, atingidas por barragem, trabalhadores (as) rurais etc.). [4]

Na sua trajetória dialética entre limites e possibilidades, o FPEC, em 2005, apresentou e aprovou o Projeto **EducAmazônica: Construindo ações inclusivas e multiculturais no campo**, que articulou, nesse primeiro ano, um conjunto de instituições - Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Secretaria Executiva Estadual de Educação (SEDUC) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) -, para avançar na formulação e implementação de políticas públicas em educação e desenvolvimento do campo na Amazônia Paraense.[5] Esse Projeto é apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) e está na sua terceira edição (2008), de forma ampliada, envolvendo na composição de sua coordenação geral o FPEC e mais a União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME / Seção-PA.

[3] Esse Fórum foi criado em 2003. Ele é constituído por movimentos e organizações populares do campo e por segmentos do poder público, em suas diversas esferas: Federal, Estadual e Municipal e autarquias: As Universidades Públicas Federal do Pará (UFPA) e Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade Estadual do Pará (UEPA). Atualmente, ele é composto por uma Coordenação Executiva, na qual estão presentes movimentos sociais e sindicais e a UFPA; e Colegiada Ampliada, na qual se reúne um conjunto de setores do poder público e da sociedade civil mais ampla. Essa reconfiguração foi definida em Assembléia, que se constituí em seu mecanismo consultivo e deliberativo de suas ações.

[4] O FPEC já realizou dois grandes Seminários Estaduais de Educação do Campo (junho de 2005 e julho de 2007) e um da Juventude da Educação do Campo (julho de 2007), colocando em pauta uma Agenda de Diretrizes propositivas para formulação de políticas públicas para educação e desenvolvimento do campo no Pará, responsabilizando as esferas Federal, Estadual e Municipal pela implementação e garantia dessas políticas em seus diversos níveis e modalidades de educação.

[5] Nessa primeira edição de 2005, esse Projeto teve como objetivo realizar um inventário de pesquisa (quanti-qualitativa) da realidade da educação básica rural do Estado do Pará. Esse trabalho possibilitou construir um relatório, que retrata a realidade rural da educação no estado e lançar proposições de políticas públicas para educação do campo. Esse material vai está sendo disponibilizado em livro no início do mês de junho-2008.

Nessa caminhada, ainda do FPEC, com a mudança no cenário político do Estado do Pará, o FPEC, em 2007, elaborou a **Carta do Campo** e apresentou ao Governo do Pará, delineando um conjunto de proposições para formulação e implementação de políticas públicas. Dentre essas propostas, destacamos:

- Acesso e permanência à Educação infantil, fundamental, média e superior
- Organização curricular diferenciada, a partir das especificidades de cada meso-região e do próprio local, considerando a participação qualificada das representações sociais/instituições/professores. Privilegiar o processo desta organização, a partir de temas geradores/conteúdos discutidos de acordo com as realidades e demandas locais. Incluir temas da cultura geral das humanidades, com possibilidades de intersecção entre arte e ciência, literatura, música, esportes, teatro, artesanato, introdução à sociologia, à filosofia, à psicologia, à antropologia, em todos os níveis de ensino, com aportes específicos para crianças, adolescentes e adultos.
- Financiamento para uma educação escolar com qualidade socialmente referenciada, considerando o custo aluno necessário para a execução prática desta formação cultural geral e profissional, socialmente desejada pelos filhos dos trabalhadores do campo.
- Gestão democrática (eleição para diretores nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão rural), visando-se afirmar um ambiente de trabalho em que o planejamento/projetos e o seu exercício prático não remeta à centralização das decisões, mas sim, que estas sejam colegiadas, com participação de todos os segmentos sociais que fazem o coletivo de cada instituição.
- Redirecionamento das políticas públicas: Construção/reconstrução dos Planos estaduais/municipais de educação, de agricultura, de saúde, de meio ambiente, de turismo, de cultura, na perspectiva da inclusão social das demandas dos trabalhadores, uma vez que delineia-se duas dimensões de projetos no campo: o dos empresários/latifundiários e o dos trabalhadores. A criação/implementação/afirmação das Diretrizes Operacionais da Escola do Campo em todas as Unidades Regionais da SEDC, promovendo o debate para a participação qualificada dos atores locais, em instâncias coletivas.
- Realizar parcerias com os movimentos sociais do campo (CFR, EFAS e demais experiências) no sentido de fortalecer estruturas existentes (ao invés de só se investir em novas estruturas físicas) e, garantir o pagamento dos monitores, podendo, com isso, ampliar o numero de vagas em cada Casa/escola existente no Estado do Pará.

As demandas apresentadas ao Governo do Estado fazem parte de uma plataforma política mais ampla no FPEC, que vem forçando o governo do Pará a colocar como prioridade política a educação do campo.

As experiências educativas protagonizadas pelos movimentos sociais do campo, como a Pedagogia da Alternância, vem sendo pautada como diretrizes para referenciar as políticas públicas de educação do campo. Essa discussão tem se materializado como possibilidade implementação, ampliação e melhoria das escolas da educação básica do campo. Essa tem sido uma tarefa prioritária, haja vista a exclusão de crianças, adolescentes e jovens, adultos e pessoas idosas da educação escolar, que em grande medida, vão até o primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) na forma de escolas multisseriadas (HAGE, 2005).

Um outro aspecto que FPEC assumiu como crucial é o financiamento para educação do campo. Entendemos que sem uma política de financiamento para educação do campo, corre-se o risco de emperrar e comprometer os avanços que vêm sendo desenhados pelos movimentos sociais e sindicais populares do campo.

Por último, queremos frisar, nessa trajetória recente do FPEC, a influência na criação de Fóruns de Educação do Campo e Desenvolvimento Local nos municípios do Estado do Pará. Isso tem possibilitado territorializar essa plataforma política de educação do campo e articular, em rede, um conjunto de sujeitos para protagonizar esse Movimento Por Uma Educação do Campo. Como reflexo disso, para realização do II Seminário de Educação do Estado em 2007, antes, foram realizados Encontros Regionais de Educação do Campo preparatórios, nos quais foram elaboradas Cartas de Intenção de Educação do Campo e Desenvolvimento Local. Nesse movimento, novos sujeitos passaram a ganhar rosto e voz e criar novos espaços públicos de participação política para defesa e construção de direitos e de cidadania.

Nessa tenra caminhada, o FPEC, protagonizado por um conjunto diverso de sujeitos coletivos do campo no Estado do Pará, constitui-se como território fértil de ensino-aprendizagem dos direitos e de participação democrática, semeando novas territorialidades públicas de construção de direitos e de políticas públicas de educação e desenvolvimento do campo na Amazônia Paraense. Isso expressa uma pedagogia popular em movimento que educa ao construir e reinventar novos espaços públicos e cultura política de participação e emancipação.

Considerações Finais

Esse movimento do campo paraense na Amazônia é fonte fértil de produção de saberes e educabilidade. O tema dos direitos é fundamental porque ele dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório, contestando as estruturas conservadoras e burocráticas do Estado e da estrutura produtiva capitalista.

É a partir dos direitos que esse movimento faz o resgate da educação e cultura popular a qual defende, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais, desestruturando e esgarçando as instituições públicas e intensificando a promiscuidade entre público e privado. A partir dessa ótica, a educação popular do campo é de fundamental importância para conscientização dos direitos de um povo ou agrupamento social, pois ela é dotada de um princípio ético-político, baseado nas lutas, necessidades e experiências acumuladas historicamente dos seres humanos e não nas necessidades do mercado.

Reiteramos a importância da educação popular do campo para organização e fortalecimento dos movimentos sociais e das escolas do campo, pois ela é promotora de mecanismos de inclusão social. Entende-se por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como: o de liberdade e igualdade, interculturalidade, justiça social e ambiental, democracia participativa; e cria, também, caminhos de alternativas de sociabilidade.

Defendemos que é preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, entendidos como a participação coletiva de pessoas diferentes com metas iguais. Isto tudo está no campo da educação popular do campo. Entretanto, se não houver sentido nas formas de participação na área da educação, com projetos de emancipação dos cidadãos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços mais autoritários do que já vivenciamos antes, regulamentados por instâncias oficiais.

Para nós, as tarefas dos movimentos sociais são gigantescas. Não dá para contar apenas com heroísmos de alguns gestores públicos bem intencionados ou de poucas lideranças da sociedade civil, pois construir sentido e significados é função não das lideranças, mas dos movimentos sociais organizados emancipatórios.

Para isso, é preciso criatividade e ousadia porque as novidades só ganham força quando passam a ter hegemonia em certos coletivos organizados mais amplos. Por isso, é preciso voltar os olhos para a organização da sociedade civil, para os processos de educação

popular que nela se desenvolvem, e para o papel que os movimentos sociais podem ter como sujeito coletivo educativo na formação para construção de um novo modelo civilizatório.

No nosso entendimento, precisamos de uma nova educação que forme o cidadão (a) para atuar nos dias de hoje, e transforme culturas políticas arcaicas, arraigadas em culturas políticas transformadoras e emancipatórias. Isso não se faz em aulas e cursos de formação tradicionais, formulados em gabinete de forma burocratizada, mas sim a partir da prática da gestão compartilhada escola-territorialidade-movimentos sociais, numa determinada localidade territorial.

Construir cidadão (as) éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com "particularismos fechado", viés da pós-modernidade, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas agendas. Essas agendas devem contemplar projetos emancipatórios que tenham como prioridade a mudança social, qualifiquem seu sentido e significado, pensem alternativas para um novo modelo econômico não excludente que contemple valores de uma sociedade em que o ser humano é centro das atenções e não o lucro ou o mercado. A educação popular do campo é um território valioso na construção dessas concepções, práticas e políticas que poderão dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação visando à transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. G. Pedagogia em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? LIMA, Antônio B. [et al] (Org). Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: as Experiências Formativas da CUT. Porto Velho, RO. 2002. Imediata.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1986). ***A educação como cultura***. São Paulo: Brasiliense.

CALADO, Alder Júlio F. Movimento Sociais Populares: Qual cidadania? Qual educação?

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

___; et al, Introdução. O cultural e político nos movimentos sociais Latino-Americanos. In. et al. Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

___; Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In. (Org). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasliense, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. e MOLINA, Mônica. O Campo da Educação do Campo. MOLINA, Mônica. [et al]. Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. (Orgs). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004. Coleção Por uma educação do campo, n° 05.

Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento da Amazônia (FPECDA). Caderno de Textos: contribuições para o debate Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará. II Seminário Estadual de Educação do Campo. Belém-Pa, junho de 2005.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GOHN, Maria da G. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

___; Movimentos sociais e educação. 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

___: O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: as relaçõessociais no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Cachoeiras de Macacu –RJ

Joana Tereza Vaz de Moura

Departamento de Políticas Públicas, UFRN. Doutorado em Ciência Política

joanatereza@gmail.com

GT02 - Políticas Públicas: quadro institucional e beneficiários

INTRODUÇÃO

Com a redemocratização da sociedade brasileira**,** a partir de fins da década de 70, assiste-se a um intenso e complexo processo de revitalização da sociedade civil, de valorização da cidadania e de fortalecimento das instâncias públicas municipais. Tal processo foi incentivado, sobretudo, pela pressão dos movimentos sociais junto ao Estado e desdobrou-se na implementação de políticas públicas descentralizadoras e na criação de instituições, tais como os inúmeros conselhos municipais instituídos por meio de legislação nacional e que abarcam diferentes formas e atores sociais.

Abramovay (2001) ressalta que os conselhos municipais são inovações institucionais e que se estruturam de modo a incorporar representantes da sociedade civil e do Estado, inclusive aquelas categorias e grupos sociais que antes estavam excluídos do espaço público institucional e do debate com os representantes do Estado.

No meio rural, citam-se os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS – que, impulsionados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, mais especificamente da linha Infra-estrutura[1], permitiram e potencializaram o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural de municípios (MDA/PRONAF, 2002).

[1] Até 2004, o PRONAF fundamentava-se em quatro linhas de ação bem definidas: i) o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios selecionados (PRONAF infra-estrutura); ii) o financiamento da produção da agricultura familiar (PRONAF crédito); iii) a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF capacitação); e iv) a negociação de políticas públicas voltadas ao setor. A partir de 2005, foram criadas mais quatro linhas, totalizando oito linhas de ação: v) o financiamento destinado para agricultoras que possuam renda familiar anual bruta entre R$ 2 mil até R$ 60 mil, nos grupos C, D e E (PRONAF- mulher); vi) o financiamento ao filho ou filha do agricultor familiar, com idade entre 16 e 25 anos, que concluiu ou está cursando o último ano de cursos técnicos agrícolas de nível médio ou passou por cursos de capacitação (PRONAF-Jovem); vii) o financiamento às cooperativas de crédito rural (PRONAF-Cooperativas); e viii) o estímulo à agregação de valor aos produtos (PRONAF- Custeio de Agroindústrias Familiares).

O presente artigo tem como objeto central a questão da interpretação e do reconhecimento das políticas públicas, como um processo de interação entre sociedade e Estado. A proposta situa-se no campo da investigação sociológica sobre as formas de relacionamento entre os atores da sociedade civil e do Estado na promoção de políticas públicas. O objetivo principal do artigo é entender como se relacionam os diferentes atores no CMDRS para a discussão de políticas para a agricultura familiar, a partir de análises sobre os principais atores envolvidos, quem tem mais poder na decisão, o espaço de decisão dessa política, os pontos de maior conflito e os de maior convergência e como os atores se articulam. O artigo aponta a *Sociologia Relacional*, cunhada nos pensamentos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, como uma postura possível para se pensar essa relação.

O artigo aproveita dados empíricos de uma pesquisa maior feita pela autora para a sua dissertação de mestrado, defendida em 2004. Esta pesquisa foi realizada no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS do município de Cachoeiras de Macacu, no estado do Rio de Janeiro

Para o levantamento de dados foram utilizados roteiros para entrevistas com os representantes dos agricultores familiares. Uma segunda fonte de dados constitui-se de documentos disponibilizados pelos entrevistados e pela Secretaria de Agricultura de Cachoeiras de Macacu. Estes documentos são de origens diversas e ajudaram a recompor a trajetória da construção do CMDRS.

"O REAL É RELACIONAL": PARA UMA ANÁLISE ENTRE ESTADO E SOCIEDADE NO CMDRS

No Brasil, nas análises sobre as relações entre Estado e sociedade, predominaram perspectivas que conferiam uma primazia ao Estado enquanto ator protagonista na estruturação da vida social e do seu desenvolvimento (STEPAN, 1985). Ou seja, identifica-se o predomínio de uma concepção "estatista", a qual tendia a reservar ao Estado a capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sócio-política do país, cabendo aos atores não-estatais, especialmente àqueles segmentos excluídos da sociedade, um papel de passivos receptores de políticas públicas (MOURA e SILVA, 2008).

A partir da década de 70, surge uma nova interpretação sobre o Estado, agora identificado não mais como solução, mas sim como problema, devido ao fracasso em alcançar os objetivos esperados no período anterior. Fortalecem-se, assim, as visões que

entendiam que um Estado minimalista era o ideal, pois o Estado não deveria ser um agente econômico ativo. Ancorados neste pensamento, os governos empreenderam processos de liberalização de suas economias e privatizações, que se constituíram em símbolos para a interpretação do Estado.

Na década de 80 reconhece-se novamente a centralidade do Estado no desenvolvimento, o que reacende as discussões sobre o papel do Estado e das políticas públicas. Especialmente porque no final desta década são criados novos espaços de participação social, em que diversos atores "entram em cena" (SADER, 1988) e os estudos começam a enfatizar o papel destes atores sociais na reconstrução, sustentação e/ou aprofundamento da democracia no país. Ou seja, a dicotomia entre sociedade e Estado aparece fortemente ao atribuir ao Estado o papel de vilão e à sociedade civil o papel de salvadora dos ideais democráticos.

Esta literatura, no entanto, tem sido crescentemente problematizada (LAVALLE, 2003; SILVA, 2006) por apresentar uma abordagem normativa e estilizada da sociedade civil, a qual limita sua capacidade de apreensão e análise da complexidade da "sociedade civil realmente existente" e das suas relações com os atores e as instituições do campo político-institucional (entre elas, os espaços institucionais de participação).

Observa-se a necessidade de ruptura com uma apreensão estática e substancialista da sociedade civil, a partir da adoção de um enfoque processual-relacional que permita analisar o processo de construção dos atores sociais na sua relação com outros atores e instituições (em especial, com o campo político-institucional) (MOURA e SILVA, 2008).

Para Elias (1999; 2000), a partir do conceito de figuração, entende que as pessoas vivem em relação de interdependência, podendo-se perceber o envolvimento de milhares e milhões de pessoas relacionadas umas com as outras, dependentes entre si. Bourdieu (1989) destaca a noção de campo como um espaço estruturado de posições, onde os ocupantes têm características diversas. Em cada campo (religioso, político, filosófico etc) existe uma luta entre os representantes que tem seus objetos de disputas e de interesses próprios. Um campo não pode ser considerado isoladamente dos outros. Neste sentido, é possível relacionar a obra destes dois pensadores articulando seus conceitos, como o de habitus, ou figuração (Elias) / campo (Bourdieu), objetivando romper com uma perspectiva dicotômica, capaz de separar indivíduo e sociedade

Norbert Elias destaca que os objetos constituintes de processos sociais devem ser analisados a partir de uma abordagem processual e relacional, em que a idéia de configuração aparece como forma de se entender as relações sociais entre Estado e sociedade, e seria, portanto, uma abrangência relacional, o modo de existência do ser social e a possibilidade conceitual de aproximação às emergências do cotidiano. O estudo de uma configuração social não pode ser reduzido ao estudo de um elemento, isoladamente: não basta a compreensão de aspectos do comportamento ou das ações das pessoas, individualmente consideradas; é preciso acenar para a interdependência, para as configurações que as pessoas estabelecem umas com as outras (GONSALVES, 2003).

Para Bourdieu (1989), as lutas políticas ocorrem num campo estruturado e estruturante que se constitui como campo de forças relacional, cujo eixo de relações se dá entre dominantes e dominados, numa dimensão, e entre mandantes e mandatários (e destes com suas organizações), noutra dimensão, todos posicionados diferencialmente em relação aos instrumentos de produção de representações legítimas do mundo social. No campo político, é através da concorrência direta entre os agentes que são gerados "produtos políticos" (problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos) entre os quais os cidadãos comuns devem "escolher", de tal maneira que a vida política pode ser descrita como um mercado de bens regido pela lógica da oferta e da procura.

A abordagem relacional permite compreender o espaço das políticas públicas a partir das relações que são estabelecidas entre grupos, organizações e/ou pessoas. Assumindo como fator central a importância dos laços sociais, essa abordagem retoma a idéia clássica da sociologia de que as relações sociais constituem o elemento de estruturação da vida social. Nesta direção, a análise permite refletir sobre o papel desempenhado por diferentes tipos de organizações e as formas como estas organizações estabelecem um relacionamento entre si. A sociologia relacional propõe-se a compreender e enfatizar as ligações entre mudanças na organização estrutural da sociedade e mudanças na estrutura de comportamento do individuo, pretendendo escapar da dicotomia indivíduo e sociedade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Na origem do processo de constituição do CMDR percebe-se em Cachoeiras de Macacu um movimento associativista expressivo no final dos anos 80. A base do movimento era a necessidade dos pequenos produtores de se unirem para reivindicar, junto à Prefeitura municipal, seus direitos e políticas específicas a essa categoria. As reivindicações giravam em torno de melhorias na infra-estrutura do meio rural e, principalmente, nas vias de acesso para a comercialização dos seus produtos. Entretanto, este movimento não teve uma participação ativa na criação do CMDRS.

A explicação do Secretário de Agricultura para justificar a não participação das associações na constituição do CMDRS refere-se a dois principais fatores: a questão do tempo; e o fato de as associações estarem passando por um processo de desestruturação e de perda da consciência do coletivo devido à expansão do turismo. Diz ele,

> como o processo de institucionalização do PRONAF Infra-estrutura foi muito corrido, não houve tempo de mobilização de todas as associações. Além do mais muitas associações estavam passando por um processo de desestruturação. As comunidades que não participaram é porque perderam a consciência do coletivo devido à venda de propriedades para o turismo, ou seja, perderam a característica de comunidade de agricultores. (MOURA, 2004).

Na tentativa de organizar e/ou revitalizar rapidamente outras associações em busca da proporção necessária para receber recursos do PRONAF-Infra-estrutura, perdeu-se o caráter de discussão prévia relevante para a formação de uma associação consistente e que fosse capaz de organizar interesses, e isto gerou na conformação de um Conselho totalmente atrelado à Secretaria de Agricultura e com grande centralização na pessoa do Secretário. Ou seja, esse padrão de relações entre as associações de pequenos produtores e o campo político-institucional ofereceu poucas oportunidades para a constituição de organização e atuação mais autônomas e reivindicativas (SILVA, 2006) dessas associações, ficando dependentes da atuação do poder público e de relações tradicionais baseadas no clientelismo.

Outro fator que define a centralidade do poder público é o Art. 3º, parágrafo 1º, do regimento interno do CMDRS que estipula que "A presidência do Conselho caberá ao Secretário Municipal de Agricultura**."** Deste modo, ao se definir legalmente que a presidência do Conselho sempre seria exercida pelo representante de confiança do Executivo, criou-se uma relação de poder desde então marcada pelo domínio do poder público, evidenciando a diferença com os demais representantes. Essa atribuição de responsabilidade levou à operacionalização do programa conforme interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes do jogo de forças que preside à eleição de cada prefeito.

Significa também o predomínio do discurso da competência precedendo uma visão democrático-participativa.

A ênfase neste aspecto é importante para a compreensão da instituição Estado e para a demonstração de que, como toda instituição

> o Estado incorpora uma idéia que procede da ordem desejável a ser objetivada, e os atos que a exteriorizam fundamentam-se na percepção e na auto-atribuição da competência. Mas esta competência incorpora visões constituídas em outros campos, como, por exemplo, a atribuição de sentido e de importância ao saber qualificado como científico, ele mesmo constituído e legitimado pelas especializações (NEVES, 1997:77).

Em 1997, foram nomeados pelo Prefeito Municipal os membros indicados pelos órgãos e entidades representativas do município e ficaram definidos os órgãos que participariam do CMDR, como pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01

Composição inicial do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeiras de Macacu

ORGANIZAÇÕES	Nº REPRESENT.
A) Órgãos Governamentais:	04
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca;	01
EMATER-RIO;	01
INCRA-RJ;	01
Núcleo de Defesa Sanitária;	01
B) Entidades Parceiras:	05
Sindicato dos Produtores Rurais;	01
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	01
Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Cachoeiras de Macacu;	01
Cooperativa dos Criadores de Rãs de Cachoeiras de Macacu, Magé e Adjacências;	01
Associação Regional de Piscicultores do Vale do Macacu;	01
C) Representantes dos Agricultores Familiares	09
Associação de Pequenos Produtores de São José da Boa Morte;	01
Associação dos Lavradores e Amigos do Faraó;	01
Associação dos Produtores das Comunidades de Quizanga;	01
Associação dos Produtores das Comunidades da Gleba G, Rio do Mato, Nova Ribeira, Marubaí e Adjacências;	01
Associação de Pequenos Produtores, Lavradores, Artesãos do Soarinho e Adjacências;	01
Associação de Moradores, Produtores de Sebastiana e Boa Sorte;	01
Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Serra Queimada;	01
Associação de Produtores e Amigos do Vecchi e Ilha Vecchi;	01
Cooperativa Agropecuária Nova Esperança de São José da Boa Morte;	01

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca (2001) (in MOURA, 2004).

Nota-se que era uma composição bastante heterogênea. No primeiro sub-campo, estavam os órgãos governamentais, representados pela Secretaria de Agricultura, EMATER e INCRA. A Secretaria de Agricultura participava porque, além de estar diretamente relacionada com o meio rural, foi o órgão responsável pela implementação do PRONAF

Infra-estrutura no município. A EMATER por ser um órgão de assistência técnica rural do Governo e com uma ligação direta com a Prefeitura. E o INCRA, através dos representantes municipais, por ser o órgão responsável pelos assentamentos em Cachoeiras de Macacu. No segundo sub-campo, estavam as chamadas entidades parceiras, juntando-se sindicatos diferenciados, que estão no âmbito político, com organizações de produções especializadas, como é o caso da Associação Comercial, da Cooperativa de Criadores de Rãs e da Associação de Piscicultores. Estas últimas foram convidadas pelo Secretário de Agricultura para participarem do CMDR e tratam de questões mais técnicas ligadas a aqüicultura. No terceiro sub-campo, estavam formalmente os representantes dos agricultores familiares.

Apesar do baixo nível de instrução em geral, as associações escolheram pessoas que eram mais maduras, melhor capacitadas e que faziam parte da cúpula dirigente da organização, de modo a terem melhor preparo para entender os assuntos tratados e participar com desenvoltura nas reuniões, ou seja, pessoas que detinham um capital político. Bourdieu (1989:187) denomina de capital político

> uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento (...) nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhe reconhecem(...)A delegação do capital político pressupõe a objetivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias.

Tanto a representante da Associação de Moradores do Faraó, quanto o representante da Associação do Guapiaçu e a representante do STR tinham uma história política relevante, que fazia com que as intervenções nas reuniões do CMDR fossem mais freqüentes e de maior peso que a dos outros representantes dos agricultores familiares.

O Secretário de Agricultura também era o principal responsável pela execução das obras de infra-estrutura definidas como prioritárias nas reuniões do CMDR. Ele fazia a gestão dos técnicos envolvidos no planejamento, controlava e negociava a liberação de verbas junto às secretarias e órgãos da administração municipal. O Secretário fazia todo o processo de mediação junto à prefeitura, uma vez que além de ser representante do poder público era o presidente do CMDR. Essas duas funções se misturam porque a linha entre a Secretaria de Agricultura e o Conselho é muito tênue.

Como os conselheiros não negociavam diretamente com os gestores públicos, o Secretário Municipal acabava servindo como o único mediador entre os conselheiros das diferentes associações e a burocracia estatal. Pode-se dizer que, de certa forma, ele não

democratizava as informações, deixando para si toda a tarefa. Esta centralização nas mãos do Secretário reforçava o seu poder nesse espaço do Conselho, atuando na sua legitimação.

No caso que interessa, pode-se perceber o efeito do silêncio assumido ou incorporado àqueles representantes que não se sentiam à vontade para expor suas fala Eles se sentiam inferiores aos demais por terem menos estudos e por não falar com determinadas palavras utilizadas pelo Secretário de Agricultura.

O senso do que pode ou não ser dito em determinado momento exerce uma censura incrível. Para Bourdieu (2000:54),

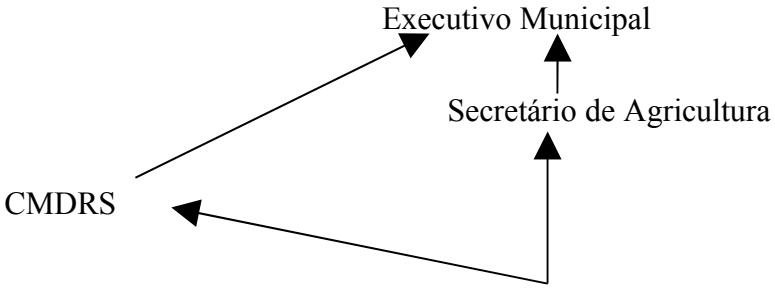
> está certo que todos têm uma competência lingüística, todos podem falar, acontece que "certas categorias de locutores se vêem como que desapossados dessa competência em determinadas situações, e notam esse desapossamento, como aquele agricultor que, para explicar porque nem sequer pensou em disputar o cargo de prefeito de uma cidadezinha disse: Mas eu não sei falar.

Para finalizar e como parte da reflexão sobre relação entre Estado e sociedade, foi possível sistematizar como os conselheiros concebiam o CMDRS de Cachoeiras de Macacu, identificando claramente dois campos. São visões e concepções que, de algum modo, se confrontam e são conflitantes.

As lutas políticas ocorrem num campo estruturado e estruturante (Bourdieu, 1989) que se constitui como campo de forças relacional, cujo eixo de relações se dá entre dominantes e dominados, numa dimensão, e entre mandantes e mandatários (e destes com suas organizações), noutra dimensão, todos posicionados diferencialmente em relação aos instrumentos de produção de representações legítimas do mundo social.

No primeiro campo, com algumas concepções consensuais sobre o Conselho, tem-se o Secretário de Agricultura, o Secretário Executivo do PRONAF no estado e a EMATER. No segundo, tem-se os conselheiros ligados a agricultura familiar, especialmente o STR, e aqueles representantes que se posicionam frente às discussões.

A configuração das relações entre agricultores familiares e o campo político- institucional pode ser sintetizada no seguinte esquema:



Organizações de agricultores familiares (especial o STR)

O que este esquema indica é a presença de uma configuração sociopolítica caracterizada pela centralidade do Secretário de Agricultura, que se constitui como intermediário entre as demandas dos agricultores e os núcleos de decisão e ação do governo municipal, mesmo que haja o CMDRS. Essa intermediação se constitui, por sua vez, no fundamento do poder e, assim, da reprodução social e política deste ator.

Da mesma forma que a relação dos atores sociais e políticos com o Executivo municipal é feita de forma particularista, a relação daqueles com a população também o é. Ou seja, as demandas da população são encaminhadas e, eventualmente, atendidas como demandas particulares, bloqueando-se, assim, a construção de qualquer sentido coletivo ou público entre demandas idênticas, mas que se colocam como concorrentes pelo acesso privilegiado aos bens e serviços públicos.

Percebeu-se, na análise das trajetórias dos representantes, que aqueles conselheiros representantes dos agricultores familiares que já tiveram ou tem atuação em associações populares, movimentos sindicais e partidários destacam-se dos demais. A influência da trajetória individual ou como as redes pessoais de contato, as vivências políticas, os ciclos de vidas pessoais e interesses particulares apresentam-se no trânsito de um mundo privado ao mundo público, conformando a militância política de cada um (FELTRAN, 2006). Entretanto, estes representantes já buscavam maneiras de se relacionar com o Estado por outros meios.

Pode-se dizer que a introdução de um canal de "participação social", no caso o CMDRS, mesmo inserindo segmentos que até então não faziam parte do debate público, não implicou em nenhuma alteração importante em termos de democratização da gestão municipal, já que a centralização do poder continuava nas mãos do Secretário de Agricultura. O problema passa pela capacidade de compreensão e de condições para o reconhecimento político da posição dos agricultores. O desafio é criar condições para construção de esses processos evidenciam o fato de que o espaço político reservado aos conselhos ainda é bastante incipiente. Não se trata de esperar que as posições dos conselhos prevaleçam sobre as do Governo, mas de reconhecer que, mesmo sendo consultados sobre importantes decisões referentes às políticas públicas, contam com poucos recursos políticos para vocalizar suas posições e torná-las efetivas dessas políticas.

Nesse sentido, algumas condições são necessárias para o funcionamento dos conselhos: aumento efetivo de recursos públicos nos orçamentos, condições de acesso e de exercício da participação de forma igualitária, formas de acompanhar a atuação dos conselheiros.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. . In: **Revista Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, set/dez, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**. A dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Nova Biblioteca 70, 1999.

_____. & SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A ; PANFICHI, A . (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

GONSALVES, E. P. O conceito de configuração social em Norbert Elias – espaço social de ambivalência? In: **Anais** do 7º Simpósio Internacional – Processo Civilizador História, Civilização e Educação, UNIMEP, Piracicaba, junho, 2003.

LAVALLE, Adrián G. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos CEBRAP**, julho, 2003.

MDA/PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 2002.

MOURA, J.T.V. Um por todos. E agora? Um estudo sobre a representação de interesses da agricultura familiar no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeiras de Macacu, RJ. **Dissertação Mestrado**, Ciências: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2004.

MOURA, J.T.V & SILVA, M.K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. Revista de Sociologia e Política, vol. 16, n. suplem., out, 2008.
NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas**: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas. Mercantis. Niterói:EDUFF, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SILVA, M. K. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul-dez, 2006.

STEPAN, Alfred. State power and the strength of civil society in the southern cone of Latin America. IN: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Getting people back to the land: interdependência entre Governo e ONGs na produção de beneficiários por terra da província de KwaZulu-Natal.

Joyce Gotlib

(joyce.gotlib@hotmail.com)

UNICAMP – Doutorado em Ciências Sociais

GT 02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

Objeto de reflexão:

Meu foco foi analisar o planejamento e execução do programa de terras sul-africano da província de KZN a partir dos sujeitos que trabalham para os órgãos burocráticos fundiários: o departamento de assuntos fundiários e a comissão de reivindicações por terra. Fruto de minha dissertação de mestrado, este *paper* foi escrito com o intuito de trazer para o debate da sociologia rural e das políticas públicas agrárias questões pouco trabalhadas e negligenciadas pela maioria dos pesquisadores brasileiros que abordam o tema. O destaque desse trabalho direciona-se para a descoberta da participação de agentes estatais e não estatais na produção de beneficiários de terras na África do Sul demonstrado a ineficácia teórica da distinção entre Sociedade Civil e Estado utilizada para compreender as ações estatais contemporâneas em países do Sul.

Situação empírica: Este *paper* baseia-se na pesquisa de campo realizada nos meses de fevereiro e março de 2009 na província de KwaZulu-Natal, África do Sul. O intuito foi compreender como a política publica funcionava, tendo como sujeitos de pesquisa os funcionários dos aparatos burocráticos estatais que lidam com o tema da terra. Foi feito uma pesquisa documental nos acervos disponíveis (Bibliotecas, universitárias, arquivos de ONGs,entre outros acervos); dezesseis entrevistas com funcionários do governo; acompanhamento etnográfico de ativistas, militantes por terra e funcionários do governo em trabalho de campo e participação em manifestações e protestos que ocorreram na província no período de realização do campo. A pesquisa foi realizada durante o mestrado e foi financiada pela Fundação Ford, pela CNPQ e pela CAPPES.

Contribuição do *paper* para o GT: Diferentemente da maioria dos autores que definem a priori um conceito de política pública, não o farei aqui. Esta minha decisão deve ao fato de ter percebido durante a pesquisa que intenções e práticas estão imbricadas no fazer dos funcionários e suas amizades com ativistas e militantes por terras. As correntes definições do conceito de política pública não dão conta de abarcar o caso sul-africano onde os sentidos das categorias estatais e o objetivo do programa , o tempo todo, se ressignificam. Nesse caso, prefiro utilizar o termo programa, já que meu trabalho envolve sujeitos em ação que produzem beneficiários por terra. Acredito que minhas contribuições podem trazer para o grupo de trabalho em questão um olhar diferenciado para as ações por reforma agrária e para a metodologia utilizada até então. A novidade é encarar, tanto teórica quanto metodologicamente, o elo interdependente entre Governo e ONG e repensar a participação destas na execução dos programas agrários. Sendo assim, trazer um caso sul-africano para o debate nos permitira repensar o caso brasileiro, traçando um quadro comparativo das políticas fundiárias em questão.

Texto:

Desde 1913 até 1991, a população original sul-africana ficou restrita a 13 % do território nacional. Em 1994, instaurou-se um processo de democratização do país com a eleição de Nelson Mandela. Uma das prioridades do novo governo foi a restauração das condições sociais prévias ao *apartheid* por meio de uma política de restituição de terras à população negra. Após constantes debates entre ativistas que atuavam nas áreas rurais do país, do Banco Mundial e governantes sobre o desenho da politica pública fundiária, o programa de terras fora implementado em 1996 ,estruturado a partir de três vertentes: a restituição, que abrangia famílias que tinham o título da terra e foram expropriadas durante o período do *apartheid* chamados de demandantes por restituição, a redistribuição que visava transformar indivíduos em pequenos agricultores e a reforma da posse para trabalhadores que residiam e trabalhavam para o proprietário(labour tenants, farm dwellers e occupiers) que não tinham o direito de posse assegurado.

A escolha do tema e dos sujeitos de pesquisa tem relação com minha trajetória acadêmica. Desde a graduação, quando fui bolsista de iniciação cientifica, venho trabalhando com o tema da terra na áfrica do Sul. Na época, minha base de dados era documentos e as historias que meu orientador nos contava de lá e de seus amigos africanos. Dentre tantas possibilidades de pesquisa, optei por estudar o *National Land summit,* um evento feito pelo governo sul-africano para colocar frente a frente todos os sujeitos que participavam direta ou indiretamente do programa de terras e tentar elaborar saídas para as dificuldades enfrentadas pelo governo. Mergulhando neste material percebi a especificidade do contexto sul-africano e a singularidade com que o Estado lidava com o tema da terra naquele país.

A opção de estudar os indivíduos que ocupam cargos no governo veio tanto das indagações nascidas do meu trabalho de monografia quanto da curiosidade e necessidade de ter como ponto de partida a administração pública, já que Marcelo e Antonádia(coordenadores do projeto que estava inserida no mestrado) desenvolviam pesquisas na África do sul a partir dos movimentos sociais. Pesquisar os sujeitos que trabalham para o governo e seus esforços em executar a política pública fundiária sul-africana foi um desafio inovador e que permitem perceber a complexidade das relações entre movimentos sociais, ONGs e governo no contexto sul-africano, fato que nos ajuda a pensar com mais cuidado sobre a política agrária brasileira e seu modo de execução.

A pesquisa que norteia este trabalho tem como recorte empírico a província de KwaZulu-Natal. Dentre as razões, a principal delas foi a facilidade de entrada no campo, já que meu orientador realizava pesquisas nessa região desde 2005, como foi mencionado anteriormente.

O trabalho de campo foi realizado nos meses de fevereiro e março de 2009. Eu fazia parte de uma equipe de 6 integrantes : dois professores da Universidade de Brasília (UNB), Marcelo Carvalho Rosa, meu orientador, vinculado ao Departamento de Sociologia, e Antonádia Borges, vinculada ao Departamento de Antropologia; três alunos de graduação de Ciências Sociais da UFF e da UNB: Paula Monteiro , Fabrício Melo e Maíra Vale; e um estudante de mestrado da UFF, no caso, eu. Concentrei-me em estabelecer contatos com os funcionários do governo, aqueles que implementam o programa de reforma agrária sul-africano. Parte do meu trabalho junto à equipe era levantar documentos em todos os acervos disponíveis relativos à questão da terra na África do Sul. No entanto, não havia uma separação clara entre minha pesquisa individual e meu trabalho coletivo junto à equipe. Ou seja, enquanto pesquisava documentos, novas questões surgiam tanto para mim quanto para o grupo. Ou seja, nossas pesquisas individuais estavam todas entrelaçadas num objetivo principal que era colher informações sobre a questão fundiária sul-africana.

Minha preocupação inicial era dominar a linguagem do Estado para lidar com a população sem terra. Hoje já não sei se foi tempo perdido ou não, debruçar sobre as categorias e a linguagem construída para lidar com reivindicantes e beneficiários do programa. Pois quando cheguei a África do Sul, em fevereiro de 2009, a lógica com que entendia a política publica fundiária desmoronou. Durante as primeiras duas semanas, analisamos os processos de moradores e trabalhadores de fazendas contra fazendeiros brancos acompanhados pela AFRA, ONG que atua na província de KwaZulu-Natal e que já tínhamos um vinculo de amizade com seus membros, construído pelos nossos coordenadores. Eu olhava para aquelas pilhas de processos crendo se tratar de um tipo específico de vitimas: *labour tenants*. Acreditava que aqueles processos eram pessoas transformadas em papéis. Fui descobrir tempos depois, durante minhas conversas com meus sujeitos de pesquisa que estava completamente errada quanto àquela afirmação. Ou seja, o que estava em jogo era transformar pessoas em categorias, documentos. Todavia,não era um simples ato burocrático. Envolvia estratégias, ações imbricadas a sentimentos e habilidades singulares.

Nesse caso, minha contribuição aqui vai ao encontro da literatura existente sobre o tema. James (2007) e Walker (2008) insistem em olhar para a ineficácia do programa de terras acreditando na incapacidade tanto dos funcionários quanto dos beneficiários de compreender as vertentes do programa fundiário. Eu procurei ver como o programa era executado e sentido pelos funcionários do governo. Observa-se que os autores que falam da política agrária estatal apontam para um problema no Estado, sem adentrar o processo de transformação da burocracia fundiária e deixando de lado as experiências dos sujeitos que ocupam posições no governo e os esforços construídos para a implementação do programa. O ponto aqui é chamar a atenção para a inexistência de análises que não tenham como premissa a ineficácia do Estado. Nessa dissertação, optamos por, ao invés de constatar a decepção de beneficiários e planejadores, dissertar sobre a linguagem da política fundiária e as relações sociais entre funcionários do governo e ativistas que engendram a transformação do próprio programa fundiário.

Considerando que "o governo atualiza-se ou toma forma por meio de seus funcionários"

(Borges,2005:115), analisamos os sujeitos que trabalham para o governo e suas experiências sociais, tendo em vista compreender como a burocracia fundiária se (trans)forma e se movimenta no cenário sul-africano.

A primeira questão que permeia este texto diz respeito a formação da legibilidade estatal e sua relação com a entrada de ex-ativistas no Estado. O objetivo é perceber como determinadas nomenclaturas passaram a fazer parte da linguagem do programa de terras. Por meio de atos, legislações, conferências e reuniões, foi possível ver o processo de construção da burocracia da política pública fundiária sul-africana e sua relação com o transito de ex-ativistas para órgãos do Governo. Observei que, no governo Mandela, 70% do quadro administrativo que lidava com os assuntos fundiários foram formados por sujeitos que trabalharam em ONGs.

O que fica claro era que para ingressar no governo era preciso ter uma competência especifica, deter um saber especializado e prático (aqui chamado de expertise) construído durante a trajetória do individuo na ONG. Portanto as ONGs no caso sul-

africano participavam da governabilidade tendo um papel fundamental na formação, planejamento e execução da política fundiária estatal sul-africana.

Ao longo da pesquisa realizada, notei também que as expertises requisitadas para o ingresso tanto no departamento fundiário quanto na Comissão se alteraram com a mudança dos indivíduos que ocupam cargos no governo. Entre os anos de 1994 e 1999, os requisitos que permitiam o ingresso no Estado eram o conhecimento prático de técnicas de mediação, de negociação e o saber jurídico acerca dos direitos dos reivindicantes por terra. Com a troca de governantes em 1999, indivíduos do Departamento de Agricultura migraram para cargos de auto-escalão dos órgãos estatais que lidam com o tema da terra, alterando significativamente o objeto legitimo da política fundiária. Tornaram-se funcionários do governo indivíduos com uma *expertise* relacionada a um conhecimento em técnicas agrícolas. Ou seja, as posições no governo passaram a ser ocupadas por indivíduos com experiências sociais em ONGs que transmitiam técnicas de cultivo da terra para reivindicantes e beneficiários, sujeitos com competência para transformar os beneficiários em agricultores comerciais. Portanto, é possível dizer que a mudança de indivíduos nas posições estatais alterou a própria burocracia fundiária, já que modificaram os requisitos para ocupar um cargo no governo.

Com relação ao contexto sul-africano, as ONGs que lidam com a questão da terra posicionam-se de forma peculiar no período *pós apartheid*, trabalhando para os órgãos estatais. Ao analisarmos as legislações fundiárias e as regras do programa fundiário sul-africano, notamos que a ONG é entendida como *role player*, participando da implementação da política pública. Sendo assim, insisto que ONGs como a AFRA têm um papel fundamental na formação, planejamento e execução da política fundiária

A segunda questão que trago para o debate é a singularidade com que os funcionários lidam com os problemas enfrentados ao ocupar cargos na administração pública que lida com o tema da terra. O objetivo é entender como a burocracia é praticada e entendida pelos sujeitos que trabalham para o Estado. Centrei-me nos problemas que os funcionários do governo enfrentavam ao trabalhar na produção de beneficiários da política pública fundiária. Os obstáculos foram aparecendo durante as conversas com os funcionários do governo. Consegui acessá-los pelos meus amigos que trabalhavam na AFRA por meio das redes de relações sociais que uniam esses ativistas, militantes por terras e meus sujeitos de pesquisa. Os laços de amizade entre eles levaram-me para dentro dos órgãos do Estado. Mas quem eram estes funcionários? Como eram tão

próximos dos meus amigos que trabalhavam na AFRA? A resposta veio pela fala de um dos que trabalhavam para a ONG: Thabo Myniathi me disse: NGO significa Next Government Official, ou seja, todos aqueles que no período anterior ocuparam posições no governo haviam trabalhado para ONGs no período do apartheid, envolvendo-se na reivindicação por terra no pais.

Isto é, na África do Sul, e especificamente, em KwaZulu- Natal, os órgãos burocráticos fundiários estavam sendo construídos por meio de uma certa interdependência entre Governo e ONG que podia ser percebida pelo trânsito de indivíduos entre a AFRA e o Estado, pelos laços de amizade entre ativista e funcionários do governo, pela burocracia do programa fundiário e pelos critérios de ingresso no serviço público. A passagem pela ONG era condição necessária para ocupar um cargo no departamento de terras.

Com o intuito de conhecer a trajetória dos funcionários do governo, procurei questioná-los acerca dos obstáculos que enfrentavam diariamente trabalhando para o governo na execução do programa. As narrativas que ouvi apontavam para um drama comum vivido pelos funcionários: encaixar indivíduos em categorias abstratas, que faziam parte da linguagem construída para lidar com reivindicantes por terra na áfrica do sul. E essa descoberta me permitiu ver que a dificuldade não estava nas pessoas em compreender a linguagem do Estado, mas na limitação das categorias que restringiam o poder de agência dos funcionários.

Iremos perceber que todos os funcionários do governo que trabalham com as políticas públicas de terras sul-africanas lidam com o problema comum de produzir beneficiários. Isto é, todos necessitam encaixar indivíduos em classificações que fazem parte da *legibilidade* estatal, já que esse seria o processo por meio de qual se produzem beneficiários de terras. *Portanto, a intenção é chamar a atenção para: a singularidade com que cada funcionário dá sentido às categorias estatais, a singularidade das expertises, a trajetória comum entre eles, as experiências sociais diferenciadas e o problema comum de produzir beneficiários.*

O drama do desencaixe era enunciado pelos sujeitos que trabalhavam para o governo como *overllaping claims*: que pode ser traduzido por uma sobreposição de pessoas reivindicando uma mesma porção de terras. Descobri ao longo da pesquisa que esta sobreposição ocorreria entre reivindicantes e entre os departamentos que lidavam com o tema da terra. Cada aparato burocrático do programa de terras lidava com um tipo de beneficiário. A comissão de reivindicações por terra tinha um certo prestigio devido ao

publico que atendia, reivindicantes por restituição, os mais legitimados pelo Estado desde o governo Mandela.

A diferenciação entre os funcionários de cada repartição construiu-se por meio da complexificação do programa fundiário e das diferenças de legitimidade entre os reivindicantes, tornando-se observável tanto na fala dos entrevistados quanto nos documentos que abordam o processo de transformação da burocracia fundiária.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelos funcionários, notei uma semelhança entre as formas de ação da organização de origem desses sujeitos e as atividades realizadas no governo. Quando os ativistas passam a ocupar cargos no Estado, eles continuam negociando conflitos entre os reivindicantes e os fazendeiros brancos, lançando mão de sua *expertise*, construída durante sua história de engajamento na luta pelo direito a terra. Os modos de agir aproximam-se também quando observamos a posição dos funcionários do governo com relação aos fazendeiros brancos. Em algumas situações, os sujeitos que trabalham para o governo adotam uma postura de cumplicidade com relação ao beneficiário, engajando-se na finalização do processo e na transferência da terra para o reivindicante.

Como instrumento de compreensão da ação dos funcionários do governo, utilizei o conceito de *mediação* (Delma, 1997,2001). Ficou claro que este conceito quando usado para desvelar as ações dos funcionários do governo na produção de beneficiários contribui para a percepção de um tipo de Estado que vem se construindo no contexto sul-africano. O conceito nos permite compreender a diferenciação construída entre os funcionários do departamento de assuntos fundiários e os da Comissão de Reivindicações por Terra. Apesar do trabalho de negociação dos funcionários dos dois órgãos citados assemelhar-se em alguns aspectos, os funcionários da Comissão lidam com grupos de demandantes com experiências diferenciadas do público atendido pelos funcionários do DLA o que acaba por construir saberes diferenciados.

No desenrolar da pesquisa de campo descobri que diante dos problemas de enquadrar indivíduos em categorias abstratas, os funcionários do governo criam alternativas para garantir a concretização dos projetos de reforma da terra, tema que constitui a terceira questão desse *paper*.

A criatividade dos sujeitos que trabalham para os aparatos burocráticos fundiários da província de KwaZulu-Natal está associada a sua *expertise* (habilidade diferenciada), elo que permite ao funcionário construir alternativas possíveis para a produção de beneficiários. Nesse caso, partimos da premissa que os sujeitos que trabalham para o governo são agentes produtores de saberes inventivos utilizados para lidar com a *legibilidade* (Scott,1998) estatal.

A percepção das formas de agir criativas dos funcionários tornou-se possível pelo acompanhamento dos funcionários em suas atividades dentro e fora dos órgãos públicos. Optou-se por uma metodologia capaz de abarcar os sujeitos de pesquisa em diversas esferas de ação, procurando englobar situações diferenciadas do dia-a-dia dos funcionários. Borges (2005) emprega uma etnografia diferenciada, de longa-duração, que a permitiu perceber o engajamento de empregados políticos do Hotel Popular da Central do Brasil, no município do Rio de Janeiro.

A criatividade das alternativas construídas pelos funcionários tem relação com o trabalho desenvolvido na ONG, agente que o formou como indivíduo com competências. Os dados observados mostram a semelhança das formas de ação dos funcionários e dos ativistas. Tanto coletivamente como individualmente, as estratégias dos funcionários originaram-se durante sua formação na ONG. Isto tem relação com o próprio título da dissertação: ―Getting People Back To The Land: frase estava estampada no uniforme dos funcionários do Departamento de Assuntos Fundiários do Governo que demonstra, além da vontade dos funcionários em restaurar uma condição prévia ao *apartheid*, uma expressão de luta semelhante aos gritos de protestos dos ativistas e militantes por terra. Ou seja, os sujeitos que trabalham para o Estado carregam para dentro dos órgãos burocráticos uma vontade e um engajamento político próprio do passado ativista que os move na produção de beneficiários por terra.

Observou-se também que as ações criadas por cada funcionário, singularizavam-se por meio das *expertises* diferenciadas. Cada habilidade somadas às histórias pessoais de cada funcionário engendravam ações inéditas. Muitas delas, ao longo dos anos, transformaram-se em um modelo de conduta, como foi o caso da contratação de uma empresa privada para intermediar os conflitos entre a Comissão e o DLA.

Um dos pontos chaves foi perceber que os funcionários criam demandantes, utilizando como instrumento sua virtude e acabando por alterar ou preservar sua posição dentro do aparelho estatal. O primeiro exemplo que confirma este fato foi a manifestação dos

funcionários do Departamento de Assuntos Fundiários, que reivindicavam o reconhecimento e o prestigio do trabalho realizado pelo órgão, buscando, em certa medida, alterar a situação desigual entre os beneficiários dos Programas de Restituição e Redistribuição. Ficou evidente que os órgãos estatais existem para além da política pública. O segundo exemplo que demonstra a firmação anterior foi a alternativa inventada por Dumisani Zuma para produzir beneficiários por terras. O ex-ativista, que hoje faz parte do quadro do Departamento de assuntos fundiários, passa parte de seu dia negociando com fazendeiros e convocando moradores de fazendas para transformarem-se em beneficiários de recursos do Estado. Os clientes são construídos *a posteriori*. Ambos os casos reforçam a tese que os órgãos burocráticos fundiários existem para além do programa de transferência de terras.

Outro instrumento utilizado pelos funcionários foi as *redes de relações sociais*, um recurso usado desde a formação da burocracia fundiária que dever ser entendido como uma característica das formas de agir dos funcionários do governo.

São as relações pessoais que proporcionam o caminhar dos projetos, demonstrando que o governo se movimenta por meio de sua interdependência com as ONGs. Ou seja, as relações de amizade entre funcionários e ativistas é condição necessária para a execução do programa fundiário na província de KwaZulu-Natal.

Portanto, mais do que transformar os indivíduos em beneficiários, os funcionários do governo acabam por modificar o próprio Estado, na medida em que ao driblar os obstáculos, estes sujeitos criam formas de agir que se institucionalizam ao longo dos anos. Sendo assim, reforço que os trânsitos dentro e fora do governo constroem e reconstroem o Estado sul-africano de uma certa maneira, demonstrando que este existe e se movimenta por meio das redes de relações sociais dinâmicas entre ONG e Governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, Antonádia. **Mats, blankets, songs and flags: ethnography of the politics of funerals in contemporary South África**. Texto apresentado no III Ethnografeast, CEAS,Lisboa 2007.

_____ **O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política.** Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 2005, p. 91-125, 2006.

_____**Sobre pessoas e varáveis: etnografia de uma crença política.** Mana vol.11 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2005

BUDLENDER, Geoff. **Proposals for a New System**. 50 Indicator SA, vol. 19, n. 3, dez. 2002.

CAMPOS, Edmund(ORG). **Sociologia da Burocracia**.2° Edição. Zahar editores(1971).

COUSINS, B. & CLASSENS,A. **Communal land tenure: livelihoods, rights and institutions,** Development Update 4, pp. 55–78,2004.
ELIAS, Norbert.**Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Organização de M. Schroeter. Rio de Janeiro, Zahar, 431 pp.1997
_____ **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
FAY, Derrick & JAMES, Deborah. The anthropology of land restitution: an introduction. In: Fay, Derrick and James, Deborah, (eds.) **The rights and wrongs of land restitution: 'restoring what was ours**. Routledge, London, UK, pp. 1-24.2008.
FERGUSON, James. **Seeing Like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa**. AMERICAN ANTHROPOLOGIST, Vol. 107, Issue 3, pp. 377– 382, ISSN 0002-7294, electronic ISSN 1548-1433.2005
GREENBERG, Stephen. **Land Reform and Transition is South Africa.** Transformation 52(2003).
HARLEY, ANNE & ROMY FORTHERINGHAM. **AFRA: 20 years in the Land Rights Struggle,1979-1999**, Pietermaritzburg,1999.
HERZFELD, Michael. **Political Optics and the Occlusion of Intimate Knowledge** American Anthropologist, Vol. 107, Issue 3, pp. 369–376, ISSN 0002-7294, electronic ISSN 1548-1433.2005
ICG **. Blood and Soil: Land, Politics and Conflict Preventions in Zimbabwe and South Africa.** Brussels, ICG Press:2004
JAMES, Deborah. **Gaining Ground?'Rights and 'Property in South Africa Land Reform**.Taylor & Francis Ltd:2006. 153
LAHIRE, Bernard. **Homem plural: Os determinantes da ação**.. Petrópolis: Vozes, 2002.
LI, Tania. **Beyond 'the State' and Failed Squemes**. American Antrophologist, Vol. 107, Issue 3, pp. 383–394, ISSN 0002-7294, electronic ISSN 1548-1433. 2005
LIMA, Antônio Carlos Souza.**Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 316 pp. (Coleção Antropologia da Política)
LYNE, M & DARROCH. **Land Redistribution In Kwazulunatal, South Africa: Five Census Surveys Of Farmland Transactions, 1997-2001**. Collaborative Research Support Program, 2004
MAMDANI **Citizen and subject: contemporary Africa and he legacy of late colonialism**. Princeton, Princeton University Press:1996.
MARAIS, Hein. **South Africa. Limits to Change: The political economy of transformation.** 2001**.**
MKHIZE, Sihle. **10 years of subdued Land Reform**. AFRA News, n 57, Maio de 2004.
MORRIS, Pauline. A **history of black housing in South Africa.** Johannesburg : South Africa Foundation, viii, 158 p, 1981.
NEIBURG & WAIZBORT (orgs.).**Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 238pp. 2006.
NEVES,Delma Peçanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas.**UDUFF.Niterói, 1997.
_____ (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. 1. ed. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008. v. 1. 174 p.
NTSEBEZA, L. **Democracy compromised. Chiefs and the politics of tha Land in South Africa**, Leiden, Brill: 2005.
_____ **The Land Question: Exploring obstacles to land redistribution in South Africa.**2008

PALMER , R & PARSONS, N.**The Roots of rural poverty in central and southern Africa**. University of California Press, Berkeley and Los Angeles,California,1977.
PARNELL, S. **Johannesburg's backyards: the Slums of New Doornfontein, Bertrams and Prospect 1934-1939**. In South African Geographical Journal, 1988
PLATZKY,L. & WALKER, C.**The Surplus People: Forced Removals in South Africa.** Johannesburg,Havan,1985. 154
ROSA, M. **Landless experiences: youth and social movements in Brazil and South Africa.** Trabalho apresentado no Research Comitee do World Congress of Sociology, Durban, South Africa: 2006.
_____. **Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares**. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008a, p. 292-318.
_____**I was a soccer star: sobre os limites da sociologia dos militantes em um estudo de caso com o Landless People´s Movement na África do Sul**. In: II Congreso Latinoamericano de Antropologia, San Jose. Anais. San Jose, 2008b.
_____ **Sem-Terras: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil.** Lua Nova (Impresso), v. 76, p. 197-230, 2009.
SCOTT, J**. Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed .**New Haven: Yale University Press: 0300070160.1998
SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil(Orgs). **The Anthropology of the state: a reader**.Blackwell Publishing.2006.
SIGAUD, L. M. . **Os Clandestinos e Os Direitos**. Sao Paulo: duas cidades, 1979. 00260 p.
TURNER, Victor. **O processo ritual: Estrutura e Anti-Estrutura.** Petrópoles, Vozes,1974.
WALKER, Cheryl. Land **Marked:Land Claims and Land Restitution in South Africa**.Ohio University Press, Johhannesburg.1998
WEBER, M. **Economía y sociedad.** Madrid: Fondo de Cultura Económica.1993.
WEIDEMAN, Marinda. **Land Reform, Equity and Growth in South Africa: a comparative analysis.** Tese submetida ao Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Artes da Universidade de Witwatersrand,.Johannesburg,2006.

HEGEMONIA E DOMINAÇÃO NA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS: O CASO DA TRANSPOSIÇÃO

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima

(lenacarvalho@gmail.com)

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

Em 1945 e 1950 foram criados, respectivamente, o Departamento Nacional de Obras Contra Seca (Dnocs) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dois órgãos com o objetivo de desenvolver a região enfrentando o problema da seca, mas os resultados permaneceram inacessíveis para a população no geral. Isso ocorreu porque o Dnocs agiu construindo e/ou financiando estradas e açudes majoritariamente em terras privadas (já que só alguns fazendeiros podiam pagar pela parte não-financiada da obra) e a Sudene impulsionou um desenvolvimento industrial revertido em aumento das disparidades interestaduais, especialmente no semi-árido, onde investiu na irigação desenvolvida por grandes proprietários, por um lado, e em políticas emergenciais para os agricultores familiares, por outro (Galindo, 2003).

Esse tipo de política pública tem três pontos a ser questionados. O primeiro diz respeito à criação de um discurso sobre os efeitos da seca sobre os pobres como forma de captar recursos para grupos privilegiados (Albuquerque Júnior, 1988); o segundo é a perspectiva de que a resolução dos problemas seria uma maior oferta d'água, desconsiderando que o subdesenvolvimento do semi-árido não está relacionado à estiagem, mas a uma estrutura política que a torna tão grave para os pequenos produtores, que não dispõem de sistemas de armazenamento, treinamento ou capital suficientes para lidar com ela (Suassuna, 2003). Por fim, a lógica liberal de que o desenvolvimento nacional resulta do crescimento dos setores produtivos (possibilitado por uma menor regulação governamenal) cria uma separação ilusória entre política e economia, cujo resultado é a submissão do Estado aos interesses de mercado.

As conseqüências disso tudo para a população do semi-árido são, por um lado, a migração e a falta de perspectiva e, por outro, uma série de conflitos quanto ao uso das águas. **A transposição de águas do rio São Francisco, orçada em 1,5 bilhões de dólares[1], foi lançada como promessa de resolução do problema, acabando com a falta d'água até 2025**. Segundo o plano, isso será feito levando cerca de 3,5% da vazão do rio, entre as barragens de Sobradinho e Itaparica para outros rios e açudes de PE, PB, RN e CE. Para tanto, serão construídos 622km de canais, 27 canais suspensos, oito túneis, nove estações de bombeamento, 30 barragens, 36 reservatórios e duas pequenas hidrelétricas, tudo dividido em dois sistemas adutores: Eixo Norte e Eixo Leste.

Entretanto, enquanto o Ministério da Integração Nacional (MIN) anuncia que esta obra grandiosa vem resolver impasses sobre a utilização dos recursos hídricos através de um aumento na oferta, o que se tem assistido é um crescimento do número de conflitos pela água. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2008), o ano de 2007 apresentou 87 conflitos por água, o maior número dos últimos 5 anos, comparável apenas a 2005 (71 conflitos). Mais de 163 mil pessoas estiveram envolvidas e 35% das disputas ocorram nos Estados banhados pelo São Francisco.

Desde que a transposição foi anunciada pela primeira vez, no governo FHC, vários protestos foram realizados e, à medida que o projeto foi se tornando realidade, grupos variados foram se unindo até formar um único pólo opositor, que uniu entidades da sociedade civil e órgãos do governo, como o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e, até um determinado momento, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama. Diante disso, o Governo Federal, que, de início, tentou enquadrar a transposição numa política participativa de recursos hídricos, partiu para a imposição.

Este artigo tem como objetivo analisar como essa política pública, desenhada para basear-se na hegemonia, acirrou conflitos relacionados à bacia do Velho Chico e, então, passou a ser implementada como dominação, sufocando movimentos de resistência, burocratizando processos supostamente participativos e excluindo agentes internos de oposição. Para tratar desse evento, seguirei a gênese do CBHSF, de sua criação como órgão inserido no governo a sua passagem para um conflito aberto contra a

[1] O RIMA compara o valor com a aplicação, pela Sudene, de cerca de 1 milhão de dólares, entre 1998 e 2000, em atendimento emergencial contra efeitos da seca. Considerando a ineficácia da administração da Sudene no período descrito (que levou à sua extinção em 2001), esse valor é questionável.

transposição, denunciando o descumprimento dos princípios da política participativa por parte do governo.

DISPUTAS SOCIAIS E QUEBRA DA HEGEMONIA

Mais comum nas sociedades modernas, hegemonia é uma forma de conquista e manutenção do poder através de relações pelas quais a classe fundamental age de forma diretiva (mais que dominante) e utiliza o bloco ideológico dos intelectuais para conquistar uma base social ampla. A hegemonia é identificada por Gramsci com as sociedades modernas porque chegar ao poder pela força e mantê-lo dessa maneira, torna-se inviável partir do desenvolvimento da sociedade civil, sobre a qual o uso da força prejudica a credibilidade ideológica do Estado (Gramsci, 1972:48; Portelli, 1990:16,65-68; Eagleton, 1997:108). Conquistar a hegemonia é, portanto, fazer a visão de mundo própria de um determinado grupo ser difundida como representação geral. Essa visão de mundo, que traz em si formas de conceber a sociedade, o Estado e as pessoas, reflete-se não só nas formas de organização e ação política, como também na economia, visto que ambas são inseparáveis.

O governo Lula, com sua popularidade[2], é um bom exemplo de hegemonia, na qual o consentimento é mais forte que a dominação. Por outro lado, este mesmo governo é uma demonstração clara de como essas duas formas sempre aparecem combinadas, com ênfase para uma ou outra forma a depender da base social conquistada em cada caso. Além da decapitação[3] de grupos subalternos pela incorporação de seus intelectuais no aparelho estatal, há exemplos de ações claramente autoritárias, como foi a implementação da transposição do rio São Francisco.

> Tendo a ANA - Agência Nacional das Águas - como executora, o governo agiu ostensivamente para criar e fomentar o conflito como parte interessada, tirando do CBH-SF e levando a questão da transposição para o plenário do Conselho, em Brasília, onde tem maioria, e empurrou "goela abaixo" o projeto de transposição com a ajuda de maus agentes públicos e do hidronegócio (Entrevista concedida à ASA por

[2] Lula alcançou 72% de aprovação nacional em dezembro de 2009 (e 81% no Nordeste), um recorde nas pesquisas do instituto Datafolha, que realiza consultas sobre os presidentes desde 1990. Já o Instituto Exatta, em dezembro de 2007 (ano em que as obras da transposição começaram), constatou que, embora a avaliação do governo federal pelos moradores do Sertão do São Francisco tenha sido a segunda pior do estado (66% o consideravam ótimo ou bom), 88% das pessoas dariam a Lula um terceiro mandato.

[3] Desorganização das classes subaltarnas pela cooptação de seus intelectuais. O governo Lula realizou várias decapitações a partir da imagem de governo dos trabalhadores. Além da incorporação de dirigentes sindicais ao governo, há também o financiamento a setores dos movimentos trabalhista e estudantil.

> João Clímaco Soares, representante das organizações não-governamentais no CNRH, em 12/2007. Disponível em: www.asabrasil.org.br).

O favorecimento político a grupos econômicos e sociais hegemônicos ocorre não só quando os governantes fazem parte desses grupos, mas também quando se aliam a eles. No caso de Lula, temos a já tão debatida formação de alianças em prol da governabilidade. É importante ressaltar que o fato de, perante a população, a hegemonia deste governo estar fundamentalmente baseada na figura de Lula apenas reforça a difusão da visão de mundo neoliberal dos aliados, pois, ao adequar-se à forma de governo dos grupos dominantes, ele se adequa, também, à ideologia dominante.

Essa hegemonia neoliberal no Brasil está na base não só na onda de privatizações e parcerias público-privadas que ganharam espaço desde o governo de Collor, como, ainda, de um incremento nas políticas públicas voltadas para os setores financeiro e produtivo. Nesse aspecto, podemos ressaltar, tanto no nível federal quanto no estadual, as reduções das taxas, os financiamentos e as concessões ambientais e sociais para a implementação de "grandes negócios" (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009), sendo este último o caso da transposição.

Como lembra Eagleton (1997:105), a hegemonia pode utilizar meios ideológicos, mas também pode assumir um ar menos impositivo com formas econômicas (por favorecimento, por exemplo), políticas (ilusão de autogoverno) e culturais. O governo Lula usou dessas três formas no caso da transposição, mas, pelo caráter dos grupos envolvidos em cada uma, essa tornou-se uma base insustentável.

Primeiramente existe a utilização de uma imagem cristalizada do Nordeste seco, criação discursiva do século XIX, quando a estiagem (fenômeno que já era secular) afetou as oligarquias locais (já abaladas com o fim da escravidão), passando a ser levada para a política nacional como problema central da região (Albuquerque Júnior, 1988).

> Este é em termos nacionais, o discurso de uma parcela da classe dominante em processo de declínio político e econômico (...) Talvez por isso o discursante aqui se identifica sempre ou com o espaço regional pelo qual fala ou se coloca como porta-voz dos desamparados, dos flagelados. Nestes flagelados eles claramente se incluem, apagando as diferenças sociais. Todos são vítimas da secca, todos são flagelados, pois todos estão enfrentando uma crise que a todos "nivela" (Albuquerque Júnior, 1988:268)

Essa utilização o discurso da seca não mudou muito desde o século XIX, mas sua recepção não é a mesma nas parcelas mais organizadas da sociedade civil. Dessa mudança surge o primeiro dilema para tal construção hegemônica, ou seja, a acusação, feita pelo pólo opositor em nível local e nacional, de que as populações difusas, que sofrem diretamente as conseqüências da estiagem, não serão beneficiadas pelos canais da transposição. Foi, inclusive, por esse tipo de questionamento, que o Governo Federal inseriu no projeto não só a revitalização, como também o programa Água Para Todos, voltado para essas populações, com a construção ou reativação de poços e cisternas (estas em parceria com a ASA). Essa ação, com orçamento ínfimo de R$307 milhões, pode ser pensado como um reconhecimento de que a transposição não vem para "matar a sede dos irmãos nordestinos", mas, ao ser tratado em conjunto como uma única iniciativa (o Projeto Sâo Francisco[4]), passa a reforçar a transposição, que, assim, continua a basear-se nas imagens da necessidade e da distribuição como sinônimo de justiça, especialmente para rebater a oposição dos estados doadores de água:

> Porque o baiano que é baiano, o sergipano que é sergipano, o alagoano que é alagoano, o mineiro que é mineiro e, sobretudo, quem é cristão, não nega um copo d'água ao seu irmão nordestino (Discurso de Lula no lançamento do PAC no Ceará, 03/07/2007 (www.info.planalto.gov.br)

A segunda forma de conquistar a hegemonia foi a econômica, pela qual governos estaduais e municipais foram conquisatados, pois, facilitando a implantação de empreendimentos pela oferta d'água, a transposição facilita, automaticamente, uma geração de emprego e renda no local de estabelecimento desses "grandes negócios". Nesse caso, surge um segundo dilema, que são os impactos sócio-ambientais que também acompanham a instalação de indústrias e do hidro e agronegócio. Além da concorrência imbatível que se estabelece para os pequenos proprietários, os impactos da produção intensiva sobre os solos e as águas são sentidos mais fortemente por eles.

Politicamente, a estratégia de legitimação foi a criação, ainda por FHC, de um sistema de política participativa para a gestão dos recursos hídricos, que até certo momento pôde respaldar as ações nessa área. **A política participativa para os recursos hídricos foi**

[4] Vale ressaltar que as ações não são conjuntas e o orçamento para a transposição (R$ 4,8 bilhões) é mais de quatro vezes superior ao que é dirigido à revitalização (R$ 1 bilhão para saneamento e R$ 307 milhões do Água para Todos).

estruturada tendo na ponta os Comitês de Bacias[5], órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, responsáveis pela ligação entre Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o governo e a sociedade civil organizada. Para possibilitar essa atuação conjunta, a diretoria dos comitês de bacia (eleita a cada três anos) é formada por até 50% de representantes dos poderes executivos da União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo as vagas restantes distribuídas entre representantes de usuários das águas, entidades civis de recursos hídricos e, quando há índígenas na bacia em questão, representantes seus e da FUNAI (CBHSF, 2007, Capítulo II artigo 6 º; idem, cap IV, art 8º §1º).

Entre as responsabilidades dos comitês estão o arbítrio de conflitos relacionados às águas, a aprovação de planos de recursos hídricos e acompanhamento sua execução e a definição de alguns dos investimentos na bacia em questão. Sendo assim, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, criado em 2001, seria encabido de mediar conflitos em relação a essa bacia e decidir sobre políticas a ela relacionadas, o que incluiria, naturalmente, a transposição. **Esse caminho, que poderia ter ajudado a legitimar o projeto, tornou-se ponto de discórdia a partir do momento em que o CBHSF começou a questionar o projeto (inclusive pelo caráter dos favorecimentos econômicos acima descritos). A partir daí, essa via foi cortada pelo governo, que substituiu a participação por burocracia, de forma que a atuação do CBHSF passou a ser casada com a do pólo opositor, reivindicando seu poder deliberativo.**

Na opinião de Quermes (2005:225), o surgimento dos comitês de bacia está inserido num processo de crise do sistema representativo em que a combinação de cidadania participativa e autoritarismo burocrático gera um processo político esquizofrênico, sendo a política nacional de recursos hídricos apontada como exemplo claro da situação. Por parte do governo, a maior dificuldade para as políticas participativas ocorreria pela concentração de planejamento e decisões políticas nas mãos de uma burocracia especializada, no caso em questão, a Agência Nacional das Águas (ANA).

DENÚNCIAS E ENCRUZILHADAS

O problema de qualquer hegemonia, como fica claro no caso da transposição, é que a estrutura político-econômica de uma sociedade capitalista gera conflitos ineliminâveis (entre latifundiários e pequenos produtores, por exemplo). Assim, não há como um governo atender

[5] criados em janeiro de 1997 pela lei 9.433.

a um grupo sem ferir os interesses de outros, sendo necessário, então, fazer permanentes negociações e conceções, no sentido de manter uma base social ampla. Ao aumentar o fornecimento de água e possibilitar a instalação de grandes indústrias e a criação de camarão em larga escala, por exemplo, o governo amplia a possibilidade de utilização dos rios e açudes nordestinos pelo hidro e agronegócio, reduzindo, em contrapartida, o controle dessas águas por parte de grupos anteriormente ligados às águas do São Francisco. **Para garantir a hegemonia dessa ação entre pescadores, pequenos agricultores, indígenas e ambientalistas, era preciso incluí-los na elaboração e execução do projeto, possibilitando a negociação garantidora da hegemonia que, por sua vez, não poderia ocorrer sem conceções. Como a participação foi reduzida à aprovação de um projeto já pronto (e que não levou em consideração os interesses destes grupos), o conflito tornou-se inevitável.**

A primeira mostra dessas incompatibilidades deu-se ainda no governo FHC, com as denúncias feitas pelos ambientalistas em relação à incompletude do EIA-RIMA e, posteriormente, pela explicitação dos impactos sócio-ambientais não só da obra, como do crescimento do hidro e agronegócio dela decorrentes (Andrade, 2002; Suassuna, 2003). Não por acaso, quando, dois anos depois, a Câmara dos Deputados criou um Grupo de Trabalho sobre a Transposição do Rio São Francisco, foram promovidas dezoito audiências públicas sobre o tema, com representantes do poder público federal e estadual e quadros técnicos do governo, mas não houve espaço para nenhuma entidade da sociedade civil ligada à defesa do São Francisco (Mello, 2008).

Esse tipo de atitude não mudou no governo Lula que, em 2003, anunciou o projeto e, questionado pelo CBHSF sobre a falta de estudos e consultas populares sobre o tema, solicitou que o órgão apresentasse, no curto prazo de seis meses, um Plano Decenal para a Bacia que justficasse um posicionamento contrário ou favorável à transposição (CBHSF, 2004:3). Mesmo apresentando o documento a tempo, o CBHSF teve desconsiderada sua posição de que qualquer transposição só deveria ser feita para fins exclusivos de consumo humano e dessedentação animal, e em casos de comprovada escassez nos locais receptores (CBHSF, 2004:243; Quermes, 2005:233-234).

O ponto central dessa quebra (e daí a impossibilidade de haver consentimento) é que as reivindicações do CBHSF e dos movimentos contrários às obras baseiam-se no mesmo discurso levantado pelos defensores da transposição (da necessidade, da estiagem, do povo sedento), mas não poderiam ser atendidas pelo mesmo projeto que as levantava. A

transposição não pode dar conta do que promete porque, como as políticas do Dnocs e da Sudene, ela não se volta para a população atingida pela estiagem (chegará a apenas 0,3% da população do semi-árido), e sim para o setor privado e o abastecimento de grandes centros urbanos. Esse direcionamento das águas foi assumido por parte dos defensores da transposição, com detaque para Ciro Gomes, ex-ministro da Integração Nacional e um dos maiores entusiastas da transposição em Brasília:

> Essa conversa mole de "um copo d'água pra quem tem sede", isso tudo é papo furado. Não é a redenção do nordeste nem nada, mas resolve a questão da segurança do abastecimento humano e dessedentação animal de 12 milhões de pessoas na área de influência do projeto (Discurso de Ciro Gomes no Senado Federal em 02/2008. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=MUaoTM2Oz9E)

É a partir da compreensão de que a polêmica sobre a política de recursos hídricos envolve questões mais amplas sobre as prioridades governamentais que podemos compreender a crítica feita ao projeto pelo CBHSF. A gênese do órgão no caso da transposição torna-se especialmente interessante porque ilustra tanto o caráter conflituoso das políticas públicas, sempre incapazes de atender aos interesses de todos, quanto a flexibilidade do campo político, que pode ser claramente percebida nas mudanças de postura de indivíduos e grupos, nas ampliações ou modificações de alianças e na variação das agendas políticas ao longo do tempo. **E foi a partir da tentativa de boicote político com o fechamento do debate que o CBHSF uniu-se ao pólo opositor e os movimentos que o cumpunham alcançaram uma organização rápida e coesa**, a despeito de todas as diferenças que eles comportam quanto às visões sobre o rio e às formas de atuar em relação às pessoas e ao Estado.

Um dos fatores que podem ter facilitado essa articulação é que, **embora as plenárias do comitê tenham inaugurado a primeira experiência de política participativa em relação às águas, já havia, entre ribeirinhos e entidades a eles ligadas, experiências prévias de mobilização de resistência, que remontam ao período de construção das barragens para geração de energia.** Isso porque, além dos problemas causados pelos deslocamentos populacionais e inundação de municípios inteiros, outros impactos atingiram maior extensão, como o fim do regime natural de cheia e vazante, o desaparecimento espécies de peixe, a diminuição da fauna local e a perda de navegabilidade em extensas áreas do rio

(Andrade, 2002). Além disso, outro impacto substancial que esta população já sofrera com a presença de grandes projetos foi o desmatamento das matas ciliares (que no alto São Francisco ocorreu de forma mais intensa devido à implantação da monocultura do eucalipto) (Cappio, et al, 2005:32-34).

Por outro lado, o estado de degradação do rio tornou-se também uma das formas encontradas pelo pólo favorável para lidar com os ribeirinhos, já que o MIN passou a associar transposição e revitalização, tratando-as como uma única iniciativa, o Projeto São Francisco. No caso dos povos indígenas, inclusive, há denúncias de que o acordo com eles sobre as obras, previsto pela Constituição[6], tenha sido negociado em troca da realização de serviços públicos, urgentes justamente pela degradação ambiental e abandono social em que se encontram (CIMI, 2010:27-28).

> Contrariando os dispositivos citados, o governo não realizou nenhum procedimento de consulta prévia junto aos Povos Indígenas afetados pelo Projeto de Transposição, tão pouco submeteu o Projeto à autorização do Congresso Nacional com a ouvida das comunidades indígenas afetadas (...) As poucas audiências realizadas aconteceram nas capitais dos estados, distantes portanto da Bacia e dos Povos diretamente interessados. Desta forma, vê-se uma evidente lesão ao princípio constitucional da autodeterminação dos Povos, alienando diversas populações tradicionais - ribeirinhas, quilombolas e indígenas - de participarem de um processo decisivo para suas vidas (CIMI, 2010: 26)

Procedendo dessa forma, o governo Federal iniciou as obras (sob protestos inclusive no canteiro de obras) e conseguiu vencer todos os processos judiciais contrários até o momento, mas o custo disso foi uma fragilização do poder central diante dos grupos envolvidos na polêmica, que deve aumentar com o término do mandato de Lula (que sustenta uma imagem positiva a partir de uma certa mistificação feita em torno de sua pessoa). A transposição é, portanto, uma política pública com tendências não a resolver, mas a acirrar conflitos, visto que a conquista da hegemonia envolve conceções e, ao implementar um projeto voltado pra um grupo a partir de um discurso voltado para outro, não se levou em conta que haveria, em meio a essa contradição, uma sociedade civil desenvolvida o suficiente para fazer denúncias, especialmente tendo em mãos um instrumento poderoso como o comitê de bacia.

[6] O artigo 231, § 3º estabelece que o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. Além disso, o artigo 225, § 1º obriga o Poder Público a divulgar o estudo de impacto ambiental, o que também não aconteceu.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (1988). *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – do problema à solução*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp

ANDRADE, Renata (2002). *Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio*. Califórnia, IRN report

CBHSF (2007). *Regimento interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com alterações aprovadas na plenária de Salvador*. Disponível em http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/regimento.htm Acessado em de março de 2010

CIMI (2010). *Relatório de denúncia – Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do São Francisco*. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/ 1241549933_relatapoinmetransp.pdf Acessado em fevereiro de 2010

EAGLETON, Terry (1997). *Ideologia*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo,Unesp/Boitempo

GRAMSCI, Antonio (1972). *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Buenos Aires, Nueva Visión

MELLO, **Cecília Campello do Amaral (2008). "O debate parlamentar sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002)**" in *Gestión ambiental y conflicto social en América Latina.* **Buenos Aires: CLACSO. Disponível em bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/alimon/ 06campe.pdf Acessado em março de 2010**

PORTELLI, Hugues (1990). *Gramsci e o bloco histórico*. 5 edição, tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo (2005). *Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos Comitês da Bacia*. Brasília: Programa de pós-graduação em Política Social - UNB.

SUASSUNA, João (2003). *Transposição do Rio São Francisco na Perspectiva do Brasil Real*. Disponível em: www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A; BEZERRA, Gustavo das Neves (2009). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond

Outras referências

Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco: www.cbhsaofrancisco.org.br/

Discursos do presidente Lula: www.info.planalto.gov.br

Discurso de Ciro Gomes no Senado Federal em 02/2008. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=MUaoTM2Oz9E Acessado em 04/2009

Projeto São Francisco (Governo Federal): www.integracao.gov.br/saofrancisco/

IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES DO RURAL POR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO

Janailton Coutinho (1)

France Maria Gontijo Coelho (2)

Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto (3)

Nina Valéria Paixão(4)

Michele Paula da Silva(5)

Professor Assistente I da Universidade Federal do Piauí, campus de Bom Jesus. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.
[2]Professora Dra do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa e Orientadora desta pesquisa.
[3] Professora Dra da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
[4] Estudante do Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
[5]Estudante do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

GT 02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

Esta reflexão faz parte de uma pesquisa intitulada – Experiências de Formação da FETAG-RJ: Educação do Campo em Questão. Tem como base de reflexão uma nova articulação que pode ser chamada "Por uma Educação do Campo". Assim, diferencia-se de outra prática que se tornou reconhecida socialmente por Educação Rural. A primeira, a educação do campo, vincula-se aos grupos sociais organizados ou não que fazem parte do mundo rural brasileiro. Dentro desta temática, ou seja, a educação dos povos do campo e os movimentos sociais e sindicais, buscou-se conhecer e identificar os imaginários e perspectivas do rural por profissionais da educação que atuam diretamente nas escolas do campo no estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa apresentada neste relato faz parte de uma dissertação de mestrado que definiu como objetivo geral dar a conhecer as motivações e as dinâmicas de espaços de formação, caracterizando estratégias pedagógicas formadoras. A partir desta análise, buscou-se compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos (profissionais da educação e lideranças sindicais) a essas experiências de formação em educação do campo, vivenciadas em 2006 e 2007. Pretendeu-se identificar ainda que efeitos essas formações provocaram no espaço de

trabalho de ambos os grupos, ou seja, tanto no movimento sindical e no local de moradia dos trabalhadores(as) rurais quanto nas escolas, espaço privilegiado de atuação dos profissionais da educação. Dentro deste contexto e destas indagações que não serão todas respondidas neste espaço buscou-se identificar as imagens e as representações do rural por profissionais da educação que atuam diretamente no que se pode chamar atualmente de escolas do campo. Assim, este último questionamento ou pode-se chamar de objetivo é o espaço de análise e discussão deste trabalho.

A noção de escola do campo foi trabalhada por atualmente buscar fazer parte de uma articulação nacional que inicia-se um espaço estruturante a partir de 1998, quando ocorre a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em Brasília, e essa educação passa a ser chamada não mais de educação rural, mas sim de educação do campo. Os movimentos sociais e sindicais, junto com pesquisadores, professores e outros militantes políticos, constroem essa proposta. Desta conferência foi pensado um movimento ou articulação por uma educação do campo que tivesse como base o direito de esses grupos sociais de pensarem o mundo "a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda da sua realidade". (FERNANDES, 2004: 141)

A referência da proposta é um ponto específico, ou seja, um espaço social com características próprias, o campo, que é entendido como

> Lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação (FERNANDES, 2004: 137).

O movimento por uma educação do campo, além de buscar trabalhar o conhecimento a partir da realidade dos educandos, busca uma identidade em constante construção, como afirma Caldart (2002). Na "luta pelo direito de todos à educação" e na ideia de que os sujeitos da educação sejam os povos do campo vincula a educação às lutas desses protagonistas, ao diálogo entre os diferentes sujeitos sociais. A construção de escolas do campo e a formação de educadoras(es) para essas escolas diferenciadas se darão à medida que todos os envolvidos se sentirem sujeitos nesse processo (CALDART, 2002: 27-35).

Um dos fundamentos de identidade da educação do campo é a incorporação de princípios próprios ao pensamento e à prática freirianos. Essa pedagogia problematiza a superação da opressão dos "esfarrapados do mundo", pois estes possuem uma grande tarefa: a

de "(...) libertar-se a si mesmo e aos opressores. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos"(FREIRE, 2005:33). A pedagogia do oprimido trabalha, assim, com a contradição entre opressor e oprimido, e critica a chamada "educação bancária" e a antidialogicidade. Na justificativa da pedagogia do oprimido, Freire (*Idem*) dizia que

> A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas, na vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma "ordem" injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos" (p.32).

Segundo o Ministério da Educação, os índices de analfabetismo são extremamente altos, principalmente quando se fala das populações rurais. De acordo com o censo demográfico, 29,8% da população rural é analfabeta, enquanto na área urbana essa taxa cai para 10,3% (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

Em 1998, reuniram-se em Luziânia-GO a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a UNICEF, a UNESCO e a Universidade de Brasília, e realizam a Primeira Conferência Nacional por uma Educação do Campo, onde foi construída uma proposta de luta por uma educação do e no campo.

A expressão *por uma* não é um acaso ou um mero efeito de linguagem. Ela pretende explicitar o desafio da construção dessa educação, em que pela primeira vez, a partir dessa conferência, é oficialmente organizado um espaço para pensar estratégias objetivas voltadas para a educação dos povos do campo. Esta busca se justifica por não ter sido atendido, satisfatoriamente até aquele momento, o direito à educação básica no campo e nem mesmo delineado o que se poderia querer com uma proposta de educação que levasse em consideração a heterogeneidade dos camponeses brasileiros (ARROYO, 2004).

Já a expressão *do campo* está atrelada à proposta de que a educação deve ser vinculada ao modo de vida das pessoas do campo, à sua identidade, às suas próprias formas de se relacionar socialmente. Ou seja, essa proposta parte da premissa de que haveria um jeito de viver próprio e distinto aos homens e mulheres que têm o campo como espaço de convivência, de vida, trabalho e produção. Para Caldart (2002), "o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais" (p. 26).

Os estudos da educação *no campo* evidenciam que as escolas não mais estariam sendo projetadas no meio rural. As crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos são retirados e enviados à cidade para estudarem. Existe relato de crianças que saem de casa às 6 horas da manhã e só voltam às 3 horas da tarde, pois dependem do transporte escolar para voltarem a suas residências. Por esse motivo, dentre muitos outros, a luta se faz no sentido de que escolas do campo estejam no local onde as pessoas residem, portanto no campo. Sendo assim, Caldart (2002:26) afirma que "o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive".

Na continuidade da mobilização e da articulação por uma educação do campo, em 2004, novamente os educadores e educadoras do campo, os militantes de movimentos sociais do campo e os representantes de universidades, de órgãos de governos municipais, estadual e federal, de organizações não governamentais e de muitas entidades que possuem um comprometimento com a identidade das escolas do campo e com a luta por políticas públicas nesse sentido reúnem-se em Brasília para a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo.

Esses movimentos e organizações reuniram-se para continuar o processo cujo objetivo foi assim expresso:

> garantir que todas as pessoas do campo tenham acesso a educação pública e de qualidade em seus diversos níveis; lutar por um novo projeto de desenvolvimento; buscar um novo processo de agricultura, como a Agroecologia popular; lutar por respeito, valorização e formação dos profissionais que trabalham com a educação do campo; defesa do projeto de educação integral e a luta no campo das políticas públicas, pois o Estado precisa ser pressionado para que se torne um espaço público (ARROYO, 2004).

Por meio dessa mobilização foram aprovadas no dia 3 de abril de 2002, no Conselho Nacional de Educação e no Conselho de Educação Básica, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (DOEBEC), cuja identidade

> É definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na maioria coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (DOEBEC, p. 37).

Falando do projeto das escolas do campo, as diretrizes ainda dizem que

> O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos

> direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (DOEBEC, p. 38).

Além da aprovação dessas diretrizes, o que representa uma vitória para os movimentos do campo, a continuidade do projeto nacional de uma educação do campo se faz por meio de pesquisas. Em 2005 realizou-se em Brasília, no período de 19 a 21 de setembro, o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Um evento que era parte das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no qual participaram também o INCRA e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Coordenação Geral de Educação do Campo. Em 2008 foi realizado um novo encontro, reunindo pesquisadores e militantes da educação do campo e da questão agrária brasileira.

Nesse mesmo sentido, caberia aqui relatar que durante o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se no Rio de Janeiro o Seminário Educação do Campo: possibilidades formativas. Este aconteceu no espaço da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em setembro de 2008. A proposta de realização desse seminário surgiu a partir de um encontro entre a representante do movimento sindical e a vice-reitora da UFRRJ[1]. O encontro teve como objetivo discutir possibilidades formativas em educação do campo a partir da experiência de movimentos sociais e de universidades que possuem práticas nessa temática, como cursos de graduação em Licenciatura em Educação do Campo ou Pedagogia da Terra (JORNAL RURAL SEMANAL, 2008).

Importante destacar que a demanda e luta por uma educação do campo foram e continuam sendo pensadas pelos camponeses junto com o Estado e as organizações não governamentais. Sendo assim, esta é uma proposta dos camponeses para os camponeses, pois esses participam da luta por educação no Brasil, organizados nos mais diferentes movimentos sociais e sindicais existentes no País. Com isso, os movimentos camponeses possuem uma relação muito forte com a educação, especialmente quando se pensa a existência de processos educativos fora dos canais institucionais.

A partir da luta e da organização dos povos do campo pode-se pensar em novas pinceladas no quadro da educação do campo. Mesmo com o histórico de abandono e escassez, há atualmente uma nova possibilidade de transformação da situação das escolas do campo no Brasil.

[1] O pesquisador desta dissertação esteve presente na reunião da representante sindical com a vice-reitora da UFRRJ, participando da discussão de sua operacionalização.

Além do referencial teórico da educação do campo, baseia-se também na teoria das representações sociais, cujas mesmas, pode-se compreender como

> Elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo... e assim por diante. Essas mensagens, medidas pela linguagem, são construídas socialmente, e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem. (FRANCO, 2004. p.170)

Para identificar essas representações, utilizou-se de metodologias que possibilitassem uma maior interação do pesquisador com as professoras e lideranças que participaram desta pesquisa. Refere-se neste trabalho, como já mencionado somente as professoras, pois, o objetivo deste está nas representações deste grupo profissional. Assim, acompanhou-se os cursos de formação oferecidos pelo movimento sindical rural do Rio de Janeiro a estas professoras. Desta forma, foi realizado um processo etnográfico por acompanhar a realização destes cursos desde a sua elaboração até a sua avaliação; entrevistas semi-estruturadas e observação participante com esse grupo[2].

O RURAL PARA AS PROFESSORAS QUE ESTÃO NAS ESCOLAS

Para as professoras que participaram dos cursos são diversas as características do rural. Ao serem indagadas sobre o tema, elas fazem uma descrição de mundo rural como algo distante da cidade; espaço negado; rural tratado como urbano; o rural da *Globo* e da *Veja*; rural dos sem-terra; rural da "invasão de terra"; rural que necessita "elevar nível cultural"; espaço de produção tecnológica; e por último um meio longínquo e romântico, como a imagem dos quilombolas e dos indígenas.

Para a professora abaixo, que participou de um dos cursos que foi chamado de "Curso Territorial de Capacitação de Professores que atuam nas Escolas do Campo" (Coutinho, 2009) oferecido pelo movimento sindical, o rural encontra-se totalmente distante dela quando afirma que algumas professoras trabalham em escolas totalmente distantes. O final da sua fala afirma categoricamente que a escola possui problemas, embora esteja em uma área urbana. Esse rechaço ao rural é tão grande que no meio da entrevista a diretora (que não fez a capacitação) chegou e falou enfaticamente "essa escola não é rural!". A professora que fez o curso

[2] Metodologicamente não serão explicitados neste trabalho a exposição de todas as ferramentas de forma detalhada por acreditar que estes materiais estão disponíveis em manuais de metodologia científica.

apresenta sua visão de espaço geográfico onde ela está inserida, o que permite pensar com maior detalhe sobre a classificação desse espaço. Ao mesmo tempo em que ele tem características rurais, possui também características urbanas. O conceito apresentado por essa professora é o de espaço virtual, "excluído do urbano e do rural", ou seja, não participa nem das políticas públicas destinadas ao mundo urbano e nem das destinadas ao rural. Por isso, pode-se inferir a importância do curso para ela. Contudo, ela achou, no momento da entrevista em 2008, que a formação recebida não se aplica totalmente à sua realidade, como mostra o trecho da entrevista:

> Mas, é uma pena a gente não encontrar de novo, sabia? Foi bom o que aconteceu. Também é que como nós não trabalhamos em escolas do campo fica difícil a gente fazer uma... dar continuidade sobre aquilo que a gente viu lá, mas têm outras professoras que trabalham, não têm? Então, aquelas pessoas que moram e trabalham em lugares mais distantes, elas ficam mais empenhadas. Mas o que mais me chamou atenção lá, embora eu não esteja numa área rural, aqui a necessidade é a mesma que aquela turma lá da educação do campo, por exemplo: eles necessitam de coisas. Por exemplo, a educação do campo trabalha mais de 1ª à 4ª né, e aqui eles tem uma formação de 1ª à 4ª, mas ainda precisam de muito e muito reforço em português, em matemática, e esse reforço tem que ser dado por nós, embora a gente esteja aqui numa área que seja urbana (Rosilda).

Em outro momento ficaram evidentes o receio e o pouco conhecimento a respeito da questão da luta pela terra no Brasil.

> Pra você entrar nessas escolas rurais, fica às vezes um pouco difícil, porque nós entramos em áreas até de conflito de terra! Então para você chegar lá, você tem que ter um aval. Por exemplo, quando eles **invadem** uma determinada propriedade, aí eles montam um acampamento e nesse acampamento tem de desenvolver alguma coisa de nível de educação. Pra você chegar lá e dizer apenas que você é professor e que você quer ajudar, que **você quer elevar o nível cultural** daquela população, que tá lá no campo, eles vão acabar até te boicotando, pensando que você é uma espiã ou alguma coisa nesse sentido, a mando até do dono da terra. Então, eles não vão acreditar. Acho que é nessa hora que os líderes sindicais podem nos ajudar, porque eles já têm um contato com a liderança sindical e eles vão dar essa oportunidade de estar promovendo escola praquelas pessoas que estão lá, não só pra crianças, mas adultos também. O papel das lideranças seria uma ajuda pra poder fazer esse pessoal desse assentamento chegar na escola, facilitar, seria um mediador. Porque eles também não vão atuar como professores. Eles vão deixar essa bola pra nós. Como nós vamos chegar lá? (Rosilda) (grifo nosso).

Em outra escola visitada, localizada próximo à mencionada anteriormente, não se percebeu esse distanciamento do rural tão grande. A professora entrevistada disse que quando voltou do curso de formação na cidade de Parati buscou, com bastante força, organizar os professores de sua escola para transformá-la em profissionalizante. A empolgação foi tão grande que ela organizou um encontro em seu ambiente de trabalho para discutir essa

possibilidade. Contudo ela esbarrou em problemas com o processo burocrático para transformação da escola em escola agrícola, pois tem apenas o ensino fundamental:

> Quando nós voltamos de Parati, tentamos transformar essa escola em escola agrícola. Começamos a procurar lei, quais eram os parâmetros, e a gente viu que a burocracia era muito grande, que ia ser muito difícil, porque a gente ia precisar de outros professores. Pra nós, ia ter que ter horário disponível pra gente. Então a única coisa que a gente pensou foi fazer a horta, fizemos esse ano (Rafaela, professora de Ciências).

Os professores esbarraram em dificuldades que são atribuições do Estado, como o processo de contratação de professores e mudança da estrutura pedagógica, dentre outras características. Para tentar encaminhar o processo de forma mais subsidiada, um grupo de professores dessa escola visitou outras realidades que tinham escola agrícola, para compreender esse contexto.

Contudo, ainda é perceptível o receio de trabalhar com práticas organizacionais do povo do campo. Em uma das falas isso ficou evidente: "nós não queremos uma escola com caráter de movimento nenhum." Ao lado da escola da professora que deu esse depoimento existe um assentamento e um acampamento de sem terra, mas as professoras nunca foram nesse lugar. A diretora comentou que foi lá uma vez deixar bombons para as crianças, mas foi extremamente rápido. No meio da conversa, o pesquisador desta dissertação sugeriu a possibilidade de ir conhecer o assentamento. Diante da proposta, a diretora afirma: "você tem coragem?" Dando a entender que aquele lugar era perigoso e recomendando que não devesse ir ao assentamento. Vale lembrar que todas as crianças desse assentamento estudam nessa escola.

A transformação da escola em agrícola profissionalizante é vista como necessária a partir de uma concepção de que o espaço rural necessita ter escolas que possam ensinar técnicas agrícolas e zootécnicas, e não em uma escola que possa discutir e problematizar as relações sociais, de poder e de opressão existentes na sua realidade. Mesmo diante de fatos do tipo "o rural não é o espaço do atraso" e que "o rural precisa ser trabalhado no cotidiano escolar", a concepção de rural se liga muito mais a uma ideia de que o campo é o espaço da produção e da mudança tecnológica e que necessita de tecnologias do mundo moderno para ser compreendido como um espaço de possibilidades de sobrevivência. Essa concepção está em disputa ideológica com aspectos da questão agrária brasileira, que tem na concentrada estrutura agrária cerne da discussão. Concentração de terra, renda e poder não é a referência, mas um rural moderno e tecnológico.

Falando a respeito da transformação da escola profissionalizante na qual uma professora entrevistada trabalhava, ela afirma que

> [Há] rejeição ao rural, o preconceito que eles têm, caso essa escola seja transformada em escola agrícola. Eles querem uma vida mais urbana, tecnologia, internet, a ideia de rural já é de uma coisa ruim. É a ideia de quem tá na roça, de quem tá atrasado. Acho que a primeira coisa a ser trabalhada é essa coisa mesmo do rural, que não é uma coisa assim atrasada. (Rafaela, professora de ciências).

Para compreender o significado desses relatos é preciso ver nesse confuso imaginário do rural algo que foi construído na mente de cada pessoa pelo cotidiano da modernização vivida depois dos anos 1970 no Brasil. Os meios de comunicação, como formadores de opinião da grande massa da população brasileira, muito contribuiram para a sedimentação de estruturas mentais como essas. Em estudo sobre suplementos agrícolas de grandes jornais brasileiros, constatou-se que as dimensões do agronegócio ocupam as partes mais nobres dos jornais, prevalecendo o rural como o espaço do *agribusiness* ou agronegócio(LIBERAL *apud* XAVIER E COELHO, 2007). Nesse mesmo trabalho é destacado que para as professoras de escolas rurais a imprensa falada e escrita possui papel importante como fonte de pesquisa. Temas como produção animal, lavouras permanentes, indústria rural, dentre outros, são os temas mais recorrentes nesses jornais. Temas como questão agrária e impactos ambientais da modernização são pouco recorrentes em reportagens, se comparados às frequentes notícias sobre a riqueza do grande negócio agrícola. Quando os telejornais são analisados, percebe-se que "a tecnologia adquire o significado de único e exclusivo como meio para melhorar a produtividade" (SEIXAS *apud Idem*, 2007).

Com isso pode-se dizer que a imagem de um rural veiculada pela mídia cria uma representação para a qual a única necessidade de discussão e reflexão sobre o rural é a que envolve instrumentos tecnológicos, nas suas mais diferentes áreas. A tecnologia é a que garantiria mudanças necessárias. Por desconhecerem as formas de produção, de vida e de organizações sociais existentes no campo, em tempos passados ou no presente, os professores orientam suas ações e expectativas pelos desafios tecnológicos mais comumente valorizados pela mídia.

A PENSAR...

Alguns questionamentos são importantes para a finalização desta pesquisa, a fim de promover inquietações a respeito da prática destes profissionais, pois as representações

elaboradas por estes profissionais refletem diretamente na prática cotidiana da sala de aula. As representações elaboradas mentalmente são identificadas na prática social destas professoras, assim como em outras pesquisas, como, por exemplo, em Franco, (2004) anteriormente mencionada.

Assim, indaga-se, a partir de uma prática coletiva dos movimentos sociais organizados o processo de continuidade da luta dos trabalhadores da reforma agrária. Quando se percebe certo distanciamento entre o imaginário da prática social das professoras e das lideranças, questiona-se o processo educacional de engajamento, mobilização e continuidade do espaço social e de luta dos movimentos que lutam por terra no Brasil. Desta forma, nos parece necessário que o movimento sindical rural – FETAG – necessita ocupar, com maior profundidade, o espaço da educação formal, caso contrário... como pensar novos espaços de sociabilidade a partir dos movimentos sociais organizados no campo brasileiro?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis: vozes, 2004. p. 65-86.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE – CEB Nº 1. 3 de Abril de 2002. Brasília, DF: MEC. 2002.

COUTINHO, Janailton. **Experiências de Formação da FETAG-RJ: educação do campo em questão.** Viçosa: UFV, 2009. 152f. (Dissertação de Mestrado)

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLLI, Ricardo Paulo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. 2002. p. 25-36.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.121, p.169-186, jan./abr. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

Seminário ‘Educação do campo: possibilidades formativas”. **Rural Semanal**. Seropédica, RJ, p.1, 15 Set. 2008. (Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

XAVIER, Kamillla Moreira. COELHO, France Maria Gontijo Coelho. Que rural é Esse? O que a imprensa mostra e o que agente vê? In: COELHO, France Maria Gontijo. (Org). **Escola no Campus: Encontro da Universidade com as Escolas Rurais de Viçosa.** Viçosa, MG. 2007. p. 10-24.

INCLUSÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: uma abordagem multidisciplinar na avaliação de políticas públicas

Enio Gonçalves de Moraes(1)

Ednaldo Michellon (2)

Wesley Rossi (3)

(1) Psicólogo do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá.E-mail: enio89@hotmail.com

(2) Coordenador, Engenheiro Agrônomo Prof. Dr. do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá, E-mail: emichellon@uem.br

(3) Assistente Social do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana Ceraup/UEM Universidade Estadual de Maringá. E-mail Rossi_cobain@hotmail.com

GT 02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

Entendemos o sujeito como aquele que não é apenas um indivíduo, e que não se centra no indivíduo; que não é universal e não se separa de seus objetos; sujeito, não se prendendo a uma linha de conhecimento em particular. A subjetividade, por sua vez, é algo que não é passível de totalização e também não está centrada no indivíduo, porque uma coisa é a individuação do corpo, e outra é a multiplicidade de processos que fabricam subjetividade (Teixeira, 2001). Dessa forma, são múltiplos os vetores de formação de subjetividade e, neste sentido, a subjetividade toma o lugar de "coisa", produzida e concebida como algo modelado e produzido nos processos coletivos, sociais e institucionais que não se dão no indivíduo, mas que o atravessam e o constituem como sujeito, dando forma e matérias de expressão ao desejo. Birman (1995) já destacava corpo e afeto como dimensões essenciais da subjetividade, sendo que o sujeito é aquele que vivencia afetivamente determinada situação.

É certo que uma noção de sujeito ligada à interioridade e ao individualismo já havia sido fundada desde a época do Cartesianismo, de forma que o próprio sistema capitalista necessite de um modo de produção de subjetividade no indivíduo, para que seu sistema

funcione, ou seja, de acordo com GUATTARI (1986), os indivíduos são resultado de uma produção de massa e fabricados no registro do social.

Para prosseguir a análise dos dados, cabe aqui um resgate de alguns pressupostos da Psicologia Social brasileira. Segundo Lane (1994), duas tendências sempre delinearam o entendimento do ser humano na psicologia: o determinismo biológico (o indivíduo era causa e efeito de si mesmo) e o determinismo social (o indivíduo era produto do meio). Superando esses determinismos, a psicologia social, de base sócio-histórica, afirma que a construção do psiquismo se dá na intersecção da história pessoal com a história da sociedade.

Portanto, podemos dizer que a subjetividade é produto das redes da história, descentrada do indivíduo, coletiva e nunca individual; é inventada e atende a interesses determinados. Para Michellon (2006, p.63/64) "as idéias de Freud não podem ser classificadas como estritamente inatistas. A par de desejos, impulsos, instintos inatos, de grande importância na determinação da conduta, há referências à atuação do meio social".

Segundo Guimarães (2003), a normatividade que está colocada sobre a sociedade e o corpo, reproduz um conjunto de estilos de vida e regras, que impedem o sujeito de agir com autonomia sobre si mesmo. Os efeitos deste modo de subjetivação podem ser observados no que é suscitado no indivíduo, a partir do que denominamos de padrões de comportamento no cotidiano. Com isso, as políticas públicas, neste caso as de agricultura urbana e periurbana (AUP), passa a assumir, em nível individual, um modo de produção de subjetivação que privilegia o indivíduo, centrado no corpo, tanto orgânico quanto racional.

Do ponto de vista institucional, as práticas de agricultura urbana e periurbana remetem à produção e transformação de forma lúdica de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, espécies florestais etc.) e pecuários (animais menores e maiores) nas áreas intra e periurbanas das cidades, em terrenos vagos e subutilizados em áreas não edificáveis e terrenos sem aproveitamento, terrenos comunitários e áreas abertas em residências, entre outros, assim aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.).

Por sua vez, a Agricultura Urbana e Periurbana – AUP, como prática de promoção da soberania alimentar, é uma tática de extrema importância para melhorar, não somente, a nutrição a saúde psíquica dos atores envolvidos e com a segurança alimentar e, também, promover a inclusão social de famílias pobres urbanas desempregadas, famílias desalojadas

por conflitos armados ou eventos climáticos extremos, famílias afetadas pelo HIV-AIDS, famílias chefiadas por mulheres, migrantes, ex-presidiários (Pró-egresso), estudantes, grupos culturais, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e outras categorias dispostas a trabalhar.

Além disso, a AUP busca viabilizar o processamento e a venda de alimentos para a organização comunitária, promover o restabelecimento socioeconômico e a melhoria da auto estima do tecido social. Ademais, é uma fonte de rendimentos secundários para as famílias pobres. É, também, importante ao oferecer, a baixo custo, oportunidades de recreação e descanso, e podem servir de base para iniciar pequenos projetos educativos ou de geração de renda envolvendo jovens.

A AUTOGESTÃO ENTRA NA HISTÓRIA

O tema de segurança alimentar ganha força quando passa a ser tratado através de uma visão multidisciplinar onde o termo "autogestão" tem uma importância fundamental dentro deste enfoque, pois segundo diversos autores constitui o objetivo central perseguido na ação junto com a comunidade (Montero, 1984; Almeida, 1998; León Cedeño, Montenegro, Ramdjan e Villarte, 1997). No dizer de Montero (1984),a Psicologia Comunitária se apresenta então como uma via de interação, geradora de tecnologia social, cujo objetivo é lograr a autogestão e o bem estar subjetivo, para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato.

A relevância da autogestão, entretanto, não é exclusiva desta área: a dupla "autogestão/comunidade" é o centro de múltiplas atividades e programas sociais na América Latina cujo enfoque não é, necessariamente, o da psicologia comunitária. Áreas como, por exemplo, a sociologia, o serviço social, a medicina, ou a religião se utilizam também da palavra autogestão no âmbito comunitário, e o próprio nome de vários destes empreendimentos deixa ver um interesse pela promoção da autogestão e a visão desta como um objetivo central a alcançar (CEDEÑO,1999).

A forma de organização que o trabalho dentro dessa prática de orientação política e social adquiriu na contemporaneidade, não vem propiciando aos seres humanos desenvolver a atividade produtiva e manter níveis adequados de saúde e integridade física, psíquica e social. No entanto, para Carvalho (2001) – mesmo estruturado de forma perversa – o trabalho não perdeu sua função como nucleador dos processos de construção da identidade social. Ele

continua sendo fundamental aos papéis representativos do "eu". Segundo o autor, o sujeito se reconhece e é reconhecido socialmente a partir da atividade que desenvolve. Abeche (2003), reportando-se a Marx (1818-1883), afirma que o trabalho não é apenas uma atividade em si, mas sim uma atividade que propicia ao indivíduo um modo de viver e consequentemente, um modo de ser e se relacionar.

Assim, sobretudo a mediação semiótica que se estabelece, inicialmente através de signos externos e, no decurso do desenvolvimento da criança, através também de signos psicológicos é apontada por Vygotsky e Luria (1996) como fundamental tanto para o desenvolvimento qualitativo, quanto para a análise de funções como a memória, o pensamento e a atenção, não só do ponto de vista filogenético como também ontogenético. Após essa contextualização e reportando-se ao objetivo deste artigo, constata-se plausível a interrogação: afinal, que enlaces podem ser feitos entre essas questões e a práxis das políticas publicas de segurança alimentar e nutricional?

A revisão de textos de alguns dos principais estudos sobre Psicologia Comunitária (Góis, 1994, 2005; Montero, 2003, 2006; Campos, 2000; Freitas, 1998, 2005) confirmam a pluralidade de interfaces possíveis de serem feitas nessa área.

Porém, um ponto de convergência é patente: a compreensão de que o desenvolvimento psicológico dos atores comunitários e os movimentos intersubjetivos dos seus contextos se dão de modo imbricado.

Nos interstícios deste consenso, há pontos que aproximam a Perspectiva Histórico-Cultural e as produções de psicologia comunitária consideradas aqui, como a influência do materialismo histórico dialético, a partir do qual se reitera a existência de relações de mútua constituição entre o tecido social e os seus agentes, bem como a potência destes de serem co-construtores de sua história (Lane, 1995). Inclusive, no tocante à concepção de psiquismo, a Psicologia Comunitária traz consigo, peremptoriamente, a ideia da gênese social do psiquismo, em alguns casos com referência explícita à Teoria Histórico-Cultural, como em Góis (1994, p. 45), para quem "o indivíduo é uma realidade histórico cultural que se encontra fortemente enraizado em um processo social que lhe é próprio."

Na atualidade, o que se percebe com a urbanização, a produção e a comercialização dos alimentos, tal como ocorre nas cidades, podem contribuir para agravar a pobreza e as desigualdades econômicas. A pobreza está muitas vezes está associada a um estado de saúde

deficiente e a um risco maior de se contrair doenças físicas e psicológicas, como depressão, transtornos de humor, transtornos de ansiedade, melancolia, entre outros. Os esquemas comunitários de comercialização solidária, que aproximam os produtores dos consumidores, ainda são esquemas raramente presentes

Já do ponto de vista social e fisiológico, o que se percebe é a existência de três desafios básicos ligados à saúde, que as políticas urbanas de alimentos devem abordar:

a. a insegurança alimentar;

b. a nutrição inadequada da população; e

c. as diferenças sócio-econômicas frente à disponibilidade de alimentos.

Uma questão importante que se coloca é ter em mente que a dieta e a nutrição têm claros vínculos com a saúde. Uma dieta pobre em hortaliças e frutas está associada ao aumento do risco de se contraírem doenças cardiovasculares. As estimativas apontam que entre 30 a 40% de certos cânceres podem ser prevenidos por uma ingestão mais significativa de hortaliças e frutas. (WCRF, 1997). Um consumo pobre em hortaliças e frutas também está associado a deficiências de nutrientes, hipertensão, anemia, partos prematuros, baixo peso ao nascer, obesidade, transtorno de humor, diabetes e enfermidades cardiovasculares (OMS, 1990).

A pergunta é, portanto, como aumentar a disponibilidade e o acesso à hortaliças e frutas suficientes para abastecer todos os moradores urbanos?

Por sorte, as condições urbanas e periurbanas são muito propícias para a produção de hortaliças e frutas. O cultivo cada vez maior desses alimentos, ricos em nutrientes, contribuirá de maneira importante para a segurança alimentar urbana e para a nutrição e a saúde da população seja ela física e mental. A produção mais próxima das cidades ajuda a assegurar, para os consumidores, o fornecimento de produtos mais frescos e possivelmente mais ricos em certos nutrientes do que os armazenados por longos períodos e transportados por longas distâncias (Lobstein, 1999).

Para poder a alimentar e renda extra durante tempos econômicos e sociais difíceis ou de guerra, as pessoas começam a cultivar seus próprios alimentos. Um exemplo recente ocorreu em Sarajevo, durante a guerra de 1992 a 1994 (Curtis, 1995).

A necessidade de políticas alimentares urbanas locais

Os governos em nível local e nacional necessitam criar políticas explícitas para garantir acesso mais seguro aos alimentos e à boa nutrição nas áreas urbanas, pois, muitos problemas urbanos, de saúde e meio ambiente têm soluções similares. As políticas de produção urbana de alimentos buscam aumentar a disponibilidade e o acesso a alimentos produzidos localmente e ao mesmo tempo melhorar a economia, criar empregos e promover a coesão social, e destacamos aqui, os resultados obtidos através da observação direta, sobre questões da saúde psíquica. Mais, ainda, incentivos podem ser dados para a produção de alimentos que utilize métodos sustentáveis e ambientalmente adequados.

As autoridades municipais envolvidas com o desenvolvimento do meio ambiente, da saúde e das comunidades estão começando a integrar todos esses diferentes temas em seus projetos e parcerias. Os projetos de iniciativas do Governo Federal que objetivam o alívio da pobreza, a renovação urbana e o desenvolvimento comunitário, as redes dedicadas à criação de Cidades Saudáveis e às iniciativas da Agenda Local 21, podem colaborar entre si através de programas e políticas municipais de produção local de alimentos que melhorem a segurança nutricional e as estratégias de produção de si.

A Agricultura Urbana faz parte do Programa Fome Zero, e permite a produção de alimentos de forma comunitária com uso de tecnologias de bases agro ecológicas em espaços urbanos e Peri – urbanos, escolas e instituições. Com a mobilização comunitária, são implementadas hortas, lavouras, viveiros, pomares, canteiros de ervas medicinais, unidades de processamento/beneficiamento agro alimentar, feiras e mercados públicos populares. Os alimentos produzidos são destinados para auto-consumo, e venda de excedentes geralmente no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação e nutrição e geração de renda.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A prática da política pública de AUP através das ações do CERAUP/UEM

O Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da Universidade Estadual de Maringá CERAUP/UEM, se localiza na cidade de Maringá, vale ressaltar também que conta com uma gama multidisciplinar de profissionais e estagiários (acadêmicos) sendo três engenheiros agrônomos, um assistente social um psicólogo, e dez estagiários do curso de agronomia capacitados ao atendimento dos atores envolvidos, fornecendo-lhes os insumos necessários à instalação de hortas comunitárias, assistência técnica na condução das culturas,

consultoria para administração e comercialização dos excedentes de produção destes empreendimentos.

É realizado o acompanhamento no que tange à saúde e qualidade de vida dos beneficiários, utilizando da metodologia participativa, Gandini (1994), lidando com os mesmos de forma a atendê-los como homens/mulheres integrais: considerando o bem estar físico e mental, através da prática saudável do trabalho.

O projeto começou a ser construído a partir de abril de 2008, com o planejamento das atividades, estabelecimentos de metas e, posteriormente, com a divisão em subgrupos em suas respectivas regiões de atuação onde as hortas já estavam instaladas. A divisão foi feita de acordo com a afinidade do subgrupo com as regiões, permitindo, assim, obter-se uma previsão da realidade que cada uma exige, utilizando se para isso, métodos grupais, conforme Biasi (1991). Cada subgrupo presta assistência técnica e extensão rurbana e psicossocial, auxiliando no tratamento das culturas, na estrutura de cada uma, bem como acompanhamento e trabalho com as famílias. O projeto encontra-se em andamento, com trabalhos realizados nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandú.

RESULTADOS

O Ceraup atende de maneira direta em torno de 350 famílias, levando até elas todos os benefícios e contribuições que são objetivos do projeto. Além disso, as hortas comunitárias têm uma grande população à sua volta, que se beneficia de alguma forma, seja através dos cursos, da aquisição de alimentos sem o uso de agrotóxicos e de custo abaixo do preço de mercado, ou mesmo convivendo em um ambiente mais saudável, proporcionando um espaço de relacionamentos interpessoais para crianças, jovens, adultos e idosos.

A agricultura urbana oferece grande contribuição não só para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, mas também para o exercício da cidadania, com comunidades em situação de vulnerabilidade social e contribuindo neste processo de formação de novas subjetividades. O Ceraup tem conseguido grande resultado junto às prefeituras, gerando demanda para ampliação das atividades, de forma a possibilitar a formulação de política pública para Agricultura Urbana e Periurbana, assim, possibilitando uma sustentabilidade maior para a AJUP que não seja apenas plano de governo.

REFERÊNCIAS

ABECHE, Regina Peres Christofolli. Por trás das câmeras ocultas a subjetividade desvanece. 2003. 457 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

ALMEIDA, F. H. E. (1998). El impacto de la Psicología Comunitaria en políticas de desarrollo.México, VIII Congresso Mexicano de Psicologia, 15 a 17-10.

BIASI, C. A. F. Planejamento da ação pedagógica. Curitiba: EMATER-PARANÁ, 1990.

BIRMAN, J. (1995). Estilo e modernidade em psicanálise. São Paulo: Editora 34.

CAMPOS, R. H. F. (Org.). (2000). Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes.

CARVALHO, R. A. A. O mundo do trabalho e o início do milênio: reconfiguração de perfis entre os processos de inserção, "desinserção" e reinserção dos (novos) sujeitos trabalhadores. In: HORTA, C. R. & CARVALHO, R. A. A. A (orgs.). Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional. Belo Horizonte: C/ arte, 2001. p.149-165.

CEDEÑO. A L. (1999). Reflexoes sobre autogestão e psicologia social comunitária na America latina. PSI –Revista de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

CEDEÑO. A L. (2006). Emancipação no cotidiano: Iniciativas igualitárias em sociedade de controle. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

CURTIS P. 1995. Urban Household Coping Strategies during War: Bosnia-Hercegovina. Disasters 19 (1). European Sustainable Cities. 1996. Informe do grupo de peritos em meio ambiente urbano.

FREITAS, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicologia: Reflexão e crítica, 11(1), 175-189.

FREITAS, M. F. Q. (2005). Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as psicologias sociais da Libertação e comunitária. Rev Psico, 36(1), 47-54.

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GÓIS, C. W. L. (1994). Noções de psicologia comunitária. Fortaleza: Edições UFC.

GÓIS, C. W. L. (2005). Psicologia comunitária: Atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

GUATTARI, F. (1986) Paradigma de todas as submissões ao sistema. Leia. São Paulo: Juruês, junho, p.18.

GUATTARI, F.; Rolnik, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, C. F. & MENEGUEL, S. N. (2003). Subjetividade e saúde coletiva: produção de discursos na re-significação do processo saúde-doença no pós-moderno. Revista Mal-Estar e Subjetividade. V.3 n.2 Fortaleza.

LANE, S. T. M. (1994). O que é psicologia social. São Paulo, Ed. Brasiliense.

LANE, S. T. M. (1995). Avanços da psicologia social na América Latina. In S. T. M Lane, & B. Sawaia. (Org.). Novas veredas da psicologia social. (pp. 67-81). Rio de Janeiro:Brasiliense.

LOBSTEIN T & LONGFIELD J. 1999. Improving diet and health through European Union food policies: A discussion paper prepared for the Health Education Authority, Londres: Health Education Authority.

MARX e ENGELS. Obras escolhidas. Tomo II. Lisboa, Edições "Avante!", Moscou, Edições Progresso, 1983.

MICHELLON, E. (2006). O dinheiro e a natureza humana: como chegamos ao moneycentrismo. MK Editora, 2006.

MONTERO, M. (1984). La Psicología Comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos. Revista Latinoamericana de Psicología, 16(**3**): 387-400.

MONTERO, M. (2003). Teoría y práctiva de La psicologíac: La tensión entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós.

MONTERO, M. (2006). Hacer para transformar: El método en la psicolgía comunitaria. Buenos Aires: Paidós.

TEIXEIRA, R. R. (2001). Agenciamentos tecnosemiológicos e produção de subjetividade: contribuição para o debate sobre a transformação do sujeito na saúde. Ciência e Saúde Coletiva, 6(1), 49-61.

VYGOTSKY, L.S. & LURIA, A.R (1996). Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre, Artes Médicas.

WCF/AIC (1997). This report has had a great influence on cancer prevention at all levels. For instance, the methodology developed by WCRF/AICR to classify the strength of scientific evidence was later adopted by WHO in its 2003 report on 'Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases' (WHO, 2003b).

INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: uma análise a partir do papel dos atores regionais na execução do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Vale do Taquari, RS

Leonardo Beroldt (1)
Osmar Tomaz de Souza (2)
Angélica Massuquetti (3)

(1)Professor Assistente em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: beroldt@gmail.com

(2) Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
E-mail: osmar.souza@pucrs.br

(3) Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); E-mail: angelicam@unisinos.br

GT02 – Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

A REGIÃO E OS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A região do Vale do Taquari reúne 36 municípios[1] que ocupam aproximadamente 2% do território do Rio Grande do Sul (4.867 km²), abrigando em torno de 320 mil habitantes (FEE, 2006). A população regional classificada como rural é pouco menor que 30% da população total. Entretanto, eliminando desse cômputo os quatro municípios que apresentam populações maiores que 20 mil habitantes[2], tem-se 45% da população total dos demais municípios vivendo no espaço rural. Cabe ainda mencionar que nada menos do que 25 municípios da região apresentam populações totais menores que 5 mil habitantes. Em contrapartida, os quatro municípios com maior população concentram 45% da população total do Vale do Taquari.

O significativo desenvolvimento econômico da região tem por base a agricultura familiar (cerca de 35 mil propriedades rurais com área média aproximada de 13 hectares), que fornece matéria-prima para boa parte das mais de 30 diferentes atividades abarcadas pelo parque industrial regional. Vários são os itens da produção agropecuária regional a ser

[1] A região como referida neste trabalho corresponde aos municípios que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari, no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE), instituídos no RS a partir de 1994.
[2] Estrela, Lajeado, Taquari e Teutônia.

destacados: aves e ovos, suínos, leite, milho, soja, fumo e erva-mate. No Vale do Taquari, a agropecuária responde diretamente por cerca de 18% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que as participações da indústria, serviços e comércio correspondem, respectivamente, a 47%, 30% e 5%. Em 2007, enquanto o PIB *per capita* nacional foi de R$ 14.183,00 e o estadual R$ 16.689,00, na região o mesmo índice atingiu R$ 17.047,00 (FEE, 2009).

Tendo como base do seu crescimento a agricultura, e uma estrutura produtiva baseada no policultivo e na força de trabalho familiar, a economia do Vale do Taquari esteve baseada, durante a primeira metade do século passado, em uma produção diversificada. Porém, um produto teve destaque na maioria dos sistemas produtivos da região: a criação de suínos. Com a crise do preço da banha, na década de 1950, e o avanço do óleo de soja, em substituição à gordura animal, nos mercados consumidores, o Vale do Taquari experimentou uma transformação da produção suína, deixando de produzir banha para produzir carne. Este processo iria não apenas modificar a estrutura produtiva, mas alterar as relações de trabalho entre os agricultores, a indústria e os mercados. Nas décadas de 1970 e 1980 este processo foi sendo aprofundado, a partir das políticas de modernização da agricultura brasileira. Crédito acessível e assistência técnica iriam facilitar a mudanças tecnológicas na agricultura da região. Porém, estas mudanças não se deram de forma homogênea. Limitados pelo relevo desuniforme e as tecnologias disponíveis, especialmente a mecanização apta a terrenos mais planos, os agricultores das áreas de várzea se beneficiaram mais do pacote tecnológico que aqueles localizados nas encostas de morros. Enquanto os agricultores das partes mais planas do vale investiram mais na mecanização das lavouras, nas encostas, aqueles agricultores que dispunham de recursos, buscaram investir na produção de suínos e aves, em sistemas de integração com as indústrias.

As cooperativas de produção foram importantes que contribuíram substantivamente para a propagação das novas técnicas de cultivo e de criação, com o objetivo de buscar aumento de produtividade da agricultura do Vale do Taquari. Nas décadas de 1970 e de 1980, as cooperativas, que vinham mantendo um leque diversificado de produtos, mudaram sua estratégia, procurando especializar-se em alguns produtos, especialmente suínos e leite. Esta nova estratégia buscava atender a uma lógica de mercado, cada vez mais competitivo, exigindo maior profissionalização dos produtores.

Estas transformações pelas quais passou a agricultura do Vale do Taquari trouxeram algumas consequências. No caso da suinocultura, integrada com a agroindústria ou de forma cooperativa, intensificaram-se os sistemas de criação, substituindo-se as raças anteriores por

raças com aptidão para a carne, com período de terminação menor. Além disso, intensificou-se a produção, concentrando as criações. Isso teria como objetivo facilitar o recolhimento e transporte dos animais pela indústria. Com os criadores de aves ocorreu processo semelhante.

Esta concentração veio a acarretar num maior impacto ambiental, considerando o grande volume de dejetos produzidos e os limites na destinação destes dejetos. Região de hidrografia abundante, não tardaria a enfrentar o problema de contaminação dos cursos hídricos por dejetos animais. Como alternativa, os agricultores destinam os dejetos dos suínos para as áreas de lavoura da propriedade ou de propriedades vizinhas. O sistema de licenciamento ambiental condiciona o número de animais que o produtor pode criar ao tamanho da área de cultivos possível de receber os dejetos. Vizinhos podem assinar termos de compromisso, responsabilizando-se por receber os dejetos em suas áreas de cultivo. O problema reside na dificuldade do órgão ambiental em fiscalizar o cumprimento dos termos.

A partir da década de 1990, emerge o debate sobre a sustentabilidade, passando a influenciar a elaboração das políticas públicas. É o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, embora tenha adotado um discurso pró-sustentabilidade, parece ter sido determinante para o padrão de desenvolvimento recente do Vale do Taquari. Ao mesmo tempo, as políticas ambientais, restritivas ao uso indiscriminado dos recursos naturais, parecem não ter a mesma aceitação na região.

O Vale do Taquari vive, atualmente, um dilema em relação ao padrão de desenvolvimento de sua agricultura. De um lado, a busca para atender os mercados externos, cada vez mais exigentes e competitivos, demanda uma produção cada vez mais especializada e intensiva. De outro, o modelo de desenvolvimento parece mostrar seus efeitos ao ambiente através da contaminação dos recursos hídricos e do solo, além da ocupação das APP, de uso restrito segundo a legislação ambiental.

O PRONAF E A ATUAÇÃO DOS ATORES NO ÂMBITO REGIONAL: MEDIAÇÃO, EMBATES E ADAPTAÇÕES AO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com Bonnal e Kato (2009), o PRONAF se enquadra na tipologia de "políticas desconcentradas", sendo o poder federal quem define as regras e normas, delegando aos demais participantes na sua execução (municípios, empresas de assistência técnica e extensão rural, sindicatos, etc.) a aplicação dos princípios previamente definidos. A participação dos representantes de agricultores (como as centrais sindicais) e de outros atores pertinentes, quando for o caso, se verifica no momento inicial, ainda no âmbito da esfera

central. Na esfera local, o que irá ocorrer será a "interpretação" das regras e normas pelos atores, conforme se perceberá adiante.

No caso do PRONAF no Vale do Taquari, os atores e instituições envolvidos em alguma função relacionada à sua execução são: a EMATER-RS, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em suas variadas afiliações, os agentes financeiros Banco do Brasil e Banco Sicredi, além da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a quem compete realizar os licenciamentos ambientais dos projetos financiados pelo PRONAF[3].

Na pesquisa foram entrevistados representantes de todos esses atores envolvidos na execução do PRONAF, visto que em graus diferenciados, todos participam dos ajustes, arranjos e rearranjos pelos quais o Programa passa no seu processo de execução na região. É a partir do perfil destes atores que se poderá compreender o porquê da predominância de determinadas atividades produtivas e mesmo de certas ações em detrimento de outras. Foram 13 entrevistados representando a Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales (AMTURVALES); a COSUEL e a Cooperativa Languiru Ltda., em Teutônia [4]; o Escritório Regional da EMATER-RS, em Estrela; o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas; a Cooperativa de Crédito de Encantado – Sicredi/Região dos Vales; Gerência de Mercado do Banco do Brasil para o estado; Regional Vale do Taquari da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG; Cooperativa de Crédito de Lajeado – Sicredi/Vale do Taquari; Núcleo de Gestão de Programas da EMATER-RS (Escritório Central Porto Alegre - responsável pela política de crédito rural); FEPAM na região do Vale do Taquari; Regional Vale do Taquari do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O PRONAF foi analisado a partir de três aspectos, a saber: a) as atribuições ou funções das instituições encarregadas da aplicação local da Política; b) as dinâmicas e os processos locais de negociação e de mediação nos quais se engajam os atores em questão; e c) o jogo dos atores, as tensões e conflitos observados nos procedimentos de aplicação.

Iniciado em 1994 com o nome de Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), consistia basicamente em uma linha de crédito que beneficiava os agricultores familiares classificados de acordo com o tamanho das propriedades e o tipo de mão de obra utilizada na produção. Embora de alcance reduzido, foi o embrião do PRONAF.

[3] O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (agente financeiro) e as prefeituras que, em alguns casos, possuem autorização para licenciamento ambiental, desde que observados os limites dos empreendimentos, não foram incluídos nas entrevistas deste estudo.

[4] A Cooperativa de Suinocultores de Encantado Ltda. (COSUEL) e a Cooperativa Languiru Ltda., são duas cooperativas de produção com maior inserção regional. A primeira já chegou a ter em torno de 7.000 associados e, em 2008, contava com um quadro de 2.845 associados (BEROLDT et al., 2009), e a segunda possuía um quadro de 4.205 associados no ano de 2008 (LANGUIRU, 2008).

Sucessivos aprimoramentos nos objetivos, ajustes nas normas para enquadramento de agricultores e lógica de funcionamento deram ao programa abrangência e alcance que o colocam como a mais importante política de desenvolvimento rural direcionada aos agricultores familiares do país na atualidade. No Vale do Taquari é consenso entre os atores pesquisados a grande abrangência do programa e a sua posição estratégica na viabilização socioeconômica da agricultura familiar e da atividade agropecuária regional. Para ilustrar o crescimento do programa, ressalte-se que segundo dados do MDA/SAF (BRASIL, 2010), no Rio Grande do Sul foram 42 mil contratos e R$ 95 milhões na safra 1998/1999 e 257 mil contratos e R$ 1,4 bilhão na de 2009/2010. No Vale do Taquari, os dados disponíveis para o ano de 2007 indicam que 8,9 mil contratos foram realizados, totalizando R$ 65,8 milhões.

A pesquisa indicou que o acesso ao PRONAF na região é generalizado e mesmo representando uma simplificação da realidade, cabe apontar que este número de contratos equivale a ¼ do total de estabelecimentos agropecuários da região. É consenso também entre os atores regionais que o PRONAF é um programa de desenvolvimento rural sustentável. Contudo, há que relativizar tal constatação tendo em vista que o discurso da sustentabilidade na região é, em geral, muito associado à sustentabilidade econômica. Há uma percepção de que a não viabilização econômica das famílias agricultoras torna a questão da sustentabilidade um discurso vazio, conforme se expressa nas falas de entrevistados: “Primeiro tem que viabilizar o agricultor economicamente” ou ainda

> [...] o social é a própria renda, a satisfação do agricultor. [...] o agricultor que não consegue crescer acaba tendo depressão. Tem muitos casos de depressão aí no interior de agricultor que não consegue ter importância na comunidade dele. [...] na medida em que ele consegue esse crescimento ele se sente importante, útil na sua comunidade.

Outras dimensões da sustentabilidade aparecem nas entrevistas na forma de conflitos e tensões entre as dimensões da sustentabilidade, caso das dimensões social e cultural:

> [...] tem que causar o mínimo de impacto, tem que respeitar a natureza, o vizinho, a comunidade; mas também tem que respeitar os aspectos culturais do agricultor, sua origem, os valores dele. Hoje, a empresa viabiliza o agricultor economicamente, mas ele tem que se sujeitar a trabalhar nos domingos, feriados”; “esse desenvolvimento promove muito individualismo do agricultor. A gente vê muita estrutura comunitária que foi fechada, salão, clube de futebol.

Contudo, o aspecto produtivo se sobressai conforme se evidencia no discurso do "crescimento econômico" *versus* "importância na comunidade" indicado acima e as preocupações acabam recaindo sobre o atual quadro econômico regional, o esgotamento das possibilidades de expansão da atividade criatória ou as alternativas econômicas que se desenham, casos da bovinocultura leiteira ou mesmo o reflorestamento.

Os processos locais de negociação e de mediação nos quais se engajam os atores

Em relação ao PRONAF, há pouco espaço para negociação e mediação no âmbito local, sobretudo em relação ao regramento e normatização do Programa. Entretanto, isso não impede que haja um processo regional de priorização de ações a serem financiadas. No Vale do Taquari existe uma articulação entre EMATER-RS, sindicatos de trabalhadores rurais e os Bancos que operam linhas de crédito do PRONAF com o objetivo de nivelar as informações sempre que ocorrem mudanças nas regras do Programa. Além disso, os técnicos dos escritórios municipais da EMATER-RS são orientados pelo assessor técnico regional para políticas públicas a encaminharem para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) possíveis divergências que possam haver em relação ao enquadramento de agricultores no PRONAF. Esse procedimento não está estabelecido nas normas do Programa. É um procedimento definido pela EMATER-RS no âmbito regional.

A FEPAM, embora seja a responsável pelo licenciamento ambiental obrigatório a muitos projetos do PRONAF, tem visibilidade restrita no cenário das negociações e mediações locais/regionais. Pouco aparece nas falas dos demais atores como integrante dos processos de negociação e quando se faz referência a ela, é pela sua figura restritiva e burocrática na concessão das licenças e aplicação da política, ou seja, como o agente que restringe a execução do PRONAF via regulamentação e entraves legais relacionados ao meio ambiente.

Na opinião da presidência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, os licenciamentos ambientais na região, para o PRONAF, ocorrem muito mais pró-forma, para cumprir um quesito legal junto ao agente financiador ou licenciador do que uma análise de impacto no ambiente propriamente dita. É realizada uma verificação das dimensões de cada empreendimento, mas não há uma totalização ou soma desses empreendimentos na região para realizar uma avaliação de impacto ambiental no desenvolvimento do Vale do Taquari. É notório o caso do município de Capitão, em que o

Ministério Público teria proibido a expansão do rebanho de suínos no município. Para que se possa ter uma ideia, esse pequeno município de 74,6 km² e uma população de 2.667 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de 35,75 hab./km^2 (FEE, 2008), possui uma produção anual de mais de 100 mil suínos prontos para a indústria, o que resulta uma densidade de 1.340,48 suínos/km^2. Avalia-se que os recursos hídricos do local estejam severamente comprometidos, aumentando o grau de poluição na bacia como um todo.

O Comitê avalia de forma crítica a execução do PRONAF na região, voltado à orientação dos mercados com estreita aproximação com a agroindústria regional, articulação promovida em grande parte pelos fóruns organizados pelo CODEVAT. Ou seja, estimula que os projetos de financiamento sejam executados de acordo com os interesses da agroindústria integradora e exportadora.

Em Porto Alegre, a Gerência do Núcleo de Projetos de Crédito Rural da EMATER-RS avalia também da mesma forma a questão do PRONAF e a sua sustentabilidade ambiental ao apontar a dificuldade de uma empresa que historicamente orientou os agricultores ao uso de insumos e novas tecnologias em iniciar rapidamente a execução de programas e a articulação com produtores para um novo modelo de agricultura, com novos conceitos e paradigmas.

O jogo dos atores nos procedimentos de aplicação

As entrevistas realizadas sinalizam que a expansão do MPA na região do Vale do Taquari tem ligação com seu perfil mais reivindicatório e de enfrentamento às normas das políticas públicas. No discurso de atores ligados a este Movimento, aparece mais explicitamente um papel "proativo" quando o assunto se refere ao possível não enquadramento de agricultores no PRONAF, a *priori*.

Alguns relatos nos revelam conflitos de interpretação sobre as regras para enquadramento de agricultores, bem como os possíveis interesses ocultos nesses enquadramentos. Pode-se citar, como exemplo, a fase inicial do PRONAF, quando os critérios acabaram por excluir um número substantivo de agricultores. O MPA teria tido uma atuação no sentido de organizar esses agricultores não contemplados como forma de exercer pressão junto ao governo federal para que se criassem as condições que viabilizassem a inclusão desses agricultores no acesso ao PRONAF. Daí a iniciativa do aval solidário, onde grupos de agricultores passariam a ter acesso ao crédito usando o coletivo como avalista dos contratos.

Outro exemplo relatado refere-se ao PRONAF Mulher, quando teria havido casos de projetos de agricultoras não enquadrados por sindicatos vinculados à FETAG. Nestas

ocasiões, os sindicatos alinhados ao MPA acabavam por enquadrar os projetos e, após, buscavam legitimação dos enquadramentos. Esta parece ter sido uma estratégia do MPA para chamar a atenção e pressionar o governo federal a realizar alterações e ajustes no PRONAF.

As cooperativas de produção, que até a década de 1970 tinham como estratégia a diversificação de sua produção, para se manterem competitivas, passam a adotar novas estratégias, buscando uma especialização da sua produção. Esta nova estratégia visava a redução de custos e a profissionalização da produção. Esta especialização levou as cooperativas e também as empresas integradoras a constituírem equipes técnicas para prestar assistências aos seus associados e/ou integrados.

Decorre disto a criação de um serviço de assistência técnica prestado pela agroindústria, paralelo à assistência técnica da EMATER-RS, com o objetivo de oferecer um atendimento mais especializado aos agricultores, buscando sua profissionalização. Do ponto de vista da indústria, esta assistência técnica viria a atender aos seus interesses, ou seja, aumentar a eficiência da produção, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

Com a implantação do PRONAF, não apenas a agricultura familiar se beneficiou dessa modalidade de crédito. O segmento agroindustrial, em especial as cooperativas de produção, passou a contar com uma linha de crédito para financiar suas estratégias de expansão. O PRONAF vem viabilizando aos agricultores da região o investimento na construção ou na ampliação de aviários, pocilgas e tambos de leite, além da incorporação de novas tecnologias a sua produção.

Conforme já ressaltado, muitas vezes são os técnicos das cooperativas que orientam e informam os agricultores sobre as possibilidades dos recursos disponíveis para estes investimentos. Como nas palavras de um dos entrevistados, “o PRONAF financiou a agroindustrialização do Vale do Taquari”. Ou ainda, ao se referir ao programa e à facilidade de diálogo com determinado agente financeiro, outro entrevistado afirma que “[...] há uma afinidade muito grande em termos de conversa, há uma necessidade de crescimento da produção, de crescimento para a exportação”. Em outras palavras, a “afinidade” em questão tem a ver com o interesse da própria cooperativa, que é de crescimento da produção e exportação. É também por esta razão que outras linhas do programa que não se “afinam” com estes objetivos encontram dificuldade de evoluir na região, como se evidencia na fala: “houve algumas tentativas de projetos com *pinus* e com minhocas, mas quando se pensa o projeto tem que se pensar o mercado, a assistência técnica”.

Observe-se que tal constatação é verdadeira para as duas cooperativas de produção. Sua capacidade de estabelecer normas, regras e padrões de comportamento aos agricultores

nos leva a refletir sobre esta "instituição" regional que consiste na capacidade associativa e cooperativa dos agricultores do Vale do Taquari. As cooperativas envolvidas na pesquisa (COSUEL, Languiru, Sicredi) são parte representativa daquela que aparenta ser uma das "instituições" regionais mais importantes, ou seja, o cooperativismo. Não fosse assim, como explicar a elevada influência das mesmas na definição dos padrões técnico-produtivos, das linhas de crédito predominantes, dos produtos mais representativos, dos canais de comercialização, etc.? Por outro lado, ao ditar regras para a dinâmica produtiva da agropecuária regional, a instituição cooperativa também reforça a ampliação de uma série de problemas decorrentes de tal opção. Por exemplo, a especialização tem se refletido em uma concentração dos produtores, sinalizando para uma "exclusão tecnológica" daqueles agricultores que não convergem para o padrão produtivo em vigor. Além disso, a concentração da atividade criatória na região trouxe a reboque os limites e problemas ambientais já citados anteriormente.

A preocupação ambiental aparece muitas vezes mais como uma preocupação com o cumprimento da legislação ambiental. Isso pode ser observado no discurso da COSUEL ao afirmar que a Cooperativa tem sim uma preocupação com esta questão e os seus técnicos orientam os agricultores quanto às normas, pois um dano ambiental praticado por um associado irá repercutir também na Cooperativa "que responde solidariamente perante o órgão ambiental, em caso de notificação". Esse enquadramento dos agricultores acaba também por ser mais um critério de exclusão de alguns.

Entre os agentes financeiros pesquisados, a representação estadual do Banco do Brasil para o Crédito Rural (principal agente de operação do PRONAF no estado) destacou que, no Vale do Taquari, a negociação local com outros atores (EMATER-RS, sindicatos e cooperativas) é "perfeitamente afinada". Seria uma exigência do agente financeiro que suas gerências regionais/locais guardem uma relação de proximidade com os demandantes do PRONAF, pois caso contrário, os recursos não chegam aos produtores. Aparentemente, esta "proximidade" do Banco do Brasil com os produtores é verdadeira também para a representação sindical que afirma que a relação com o Banco do Brasil "é muito boa".

Apesar das definições gerais do PRONAF se darem em âmbito nacional, dois aspectos da dinâmica regional merecem ser destacados. O primeiro é que grande parte das reivindicações dos movimentos sociais possui mecanismos próprios para alcançar a esfera federal de negociações. As representações regionais dos agricultores parecem ter uma dinâmica sistemática para a constituição de uma agenda de reivindicações a serem discutidas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O segundo é que os atores regionais são

capazes de atuar como "filtros" à aplicação de determinadas linhas de financiamento do PRONAF, na região.

O fato de os agricultores da região acessarem preferencialmente as linhas de crédito "tradicionais" (suinocultura, avicultura, leite, milho), tem muito a ver com as estratégias desses atores. Como exemplo, pode-se citar a produção agroecológica e o reflorestamento que não se encontram entre as opções prioritárias das agroindústrias da região. Logo, estas não demonstram interesse em incentivar seus associados e/ou integrados a acessar estas linhas de crédito. Ao mesmo tempo, têm-se modalidades como PRONAF Mulher e Jovem que são interpretadas como complementares ao crédito tradicional de custeio e investimento, já obtido pelo agricultor, aumentando assim os montantes de recursos por estabelecimento da agricultura familiar.

Na Gerência Regional da EMATER-RS, em Estrela, se aponta que todos os 36 municípios de abrangência do CODEVAT, acessam o PRONAF[5]. Entretanto, "há linhas de financiamento que nunca acessamos, como o PRONAF Agroecologia, e outras com muito pouca demanda como o PRONAF Turismo. Já o PRONAF Jovem é demandado ainda de forma reduzida e o que aumentou mesmo a demanda foi o PRONAF Mulher". Um exemplo significativo revela e ilustra o panorama do desenvolvimento rural dos últimos anos na região: "o homem financia o equipamento e a mulher o telhado do aviário".

De qualquer forma, trata-se de linhas que complementam o crédito convencional obtido pelos agricultores. Por mais que elas representem a evolução da política em seu objetivo de tratar o conjunto da unidade produtiva beneficiando seu núcleo principal, a família, a ampliação do PRONAF com a criação de alternativas que o aproximem mais de uma política de desenvolvimento rural "sustentável" esbarra nesta espécie de "filtro" regional/local, representada pela própria visão de sustentabilidade imperante.

REFLEXÕES FINAIS

A apropriação ou a "institucionalização" dos preceitos do desenvolvimento sustentável consiste um dos grandes desafios das políticas de desenvolvimento nas últimas décadas, especialmente desde a última década do século passado. Embora a incorporação do termo "sustentável" pelas políticas públicas e pelo discurso de atores representativos pareça uma realidade, a sustentabilidade ainda parece longe de se tornar rotina ou norma e de se constituir

[5] A Gerência Regional da EMATER-RS em Estrela é mais ampla e atua em 64 municípios. Os pertencentes ao CODEVAT estão todos inseridos na área de atuação daquela Gerência.

como padrão de orientação efetiva às políticas em escala regional/local. Esta é, em parte, a principal constatação que resultou desta pesquisa. O desafio foi entender os "porquês" do aparente descolamento entre as orientações globais/nacionais das políticas de desenvolvimento, representada aqui pelo PRONAF, e a sua execução em âmbito local.

O que se observou foi a importância das instituições locais e regionais, que se expressam a partir da "visão local/regional" de desenvolvimento sustentável no sucesso ou insucesso das estratégias de implantação das políticas. Em outras palavras, a visão de desenvolvimento sustentável na região estudada, que é predominantemente a do desenvolvimento econômico, está institucionalizada a tal ponto que torna a mesma (a região) relativamente impermeável às inovações da política em questão, qual seja, o PRONAF.

Ainda que as diretrizes do PRONAF sejam estabelecidas na esfera federal e que contemplem a visão de sustentabilidade multidimensional (econômica, social, ambiental), o jogo dos atores regionais, baseado na sua própria visão de sustentabilidade, trata de "filtrar" a política quando da sua execução, encontrando estratégias que possibilitem a manutenção das linhas mais tradicionais do PRONAF como as mais acessadas na esfera regional.

Em resumo, as análises decorrentes da pesquisa realizada apontam para a centralidade das instituições (entendidas como regras, normas, padrões) e do jogo dos atores e seus interesses na construção e na execução de políticas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

BEROLDT, Leonardo; SOUZA, Osmar T. de; AGUIAR, Marcos D. S. de; FILIPPI, Eduardo E. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento rural em uma região de agricultura familiar modernizada: o caso do Vale do Taquari, RS. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.) **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 209-228.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar - contratos PRONAF. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/>. Acesso em: 14 jan. 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Estimativa da população, por município e situação de domicílio, Rio Grande do Sul – 2006**. Projeção FEE/CIE/NIS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?ano=2006>. Acesso em: 01 fev. 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico do RS**. 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php> . Acesso em: 01 fev. 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul - 2009**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 01 fev. 2010.

LANGUIRU. Cooperativa Agrícola Languiru. **Balanço de Atividades 2008**. Teutônia: Languiru, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2004.

RAMBO, Balduíno. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1956.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Política Estadual de Recursos Hídricos**. Porto Alegre: SEMA, 2000.

ROCHA, Jefferson Marçal da; BECKER, Dinizar F. As raízes do declínio econômico da "Metade Sul" do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, a. 5, n. 1, p. 47-73, 1998.

MUDANÇAS NO USO DA FLORESTA NA COMUNIDADE SANTA MARIA, ASSENTAMENTO OLHO D'ÁGUA II, MUNICÍPIO DE MOJU, PARÁ[1].

Liliane Freitas Costa Moreira (1)

Dalva Maria da Mota (2)

(1)Professora de Ciências Agrárias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Engenheira Agronôma Msc.em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. e-mail: liaacapu@yahoo.com.br

(2) Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA; Bolsista de Produtividade do CNPq; Dra. em Sociologia.e-mail: dalva@cpatc.embrapa.br

GT02- Políticas Públicas: Quadros Institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

O extrativismo, que para Benjamim (2003, pág. 31) é "a coleta dos produtos da floresta", vem sendo realizado desde os primórdios da humanidade e tem garantido, ao longo dos tempos, a sobrevivência das populações que residem em áreas de florestas. É o caso das famílias que vivem nas florestas da região Amazônica, para quem as atividades extrativistas têm sido, há muito tempo, atividade principal e/ou complementar (ALLEGRETTI, 1996; BENJAMIN, 2003, e SIMONIAN, 2000).

Caso semelhante a isso ocorreu com os agricultores familiares[2] que vivem na atual comunidade Santa Maria espacializada no assentamento Olho D'Água II, município de Moju, região do Nordeste Paraense, para os quais o uso dos recursos da floresta sempre representou o principal meio de vida. A implantação do assentamento que ocorreu em 2002 estabeleceu o regime de propriedade privada e modificou a forma de acesso às áreas de floresta, promovendo com isso transformações nos usos deste recurso, principalmente com relação à obtenção de caças e à realização de roças, cujos produtos constituíam os principais itens da dieta alimentar das famílias dessa.

[1] Este artigo desenvolve a discussão apresentada em minha dissertação de mestrado (MOREIRA, 2009), defendida no Núcleo de Estudo da Agricultura Familiar- NEAF, da Universidade Federal do Pará- UFPA, sob a orientação da Dra. Dalva Maria da Mota.

[2] Utilizou-se essa categoria em virtude de ser esta uma forma de organização produtiva, cujos critérios que orientam as decisões com relação à exploração agrícola não consideram apenas a produção/rentabilidade econômica, mas também os objetivos da família e suas necessidades, situação que representa a das famílias desta pesquisa.

A semelhança do que foi observado por Mota et al. (2007) em outro contexto na região do alto Moju (Nordeste Paraense), a população residente tem abandonado algumas práticas extrativistas em decorrência da escassez de floresta. Neste caso, a população tem constituído novas estratégias de sobrevivência, investindo mais na agricultura. O que, segundo eles, coloca em risco a sobrevivência e reprodução social das suas famílias devido à forte dependência que elas têm dos recursos da floresta.

Na comunidade Santa Maria essas estratégias tem se baseado na roça, que, configurava-se ao mesmo tempo um espaço social, onde praticamente todos os membros da família participavam, e um espaço de cultivo agrícola, onde, era possível obter parte dos bens necessários à sobrevivência. Essa participação diferenciava-se segundo o sexo e a idade dos membros, e dependendo disso as tarefas a serem executadas eram destinadas a cada um, bem como, o tempo a ser empregado por eles.

No presente (após a implantação do assentamento), a obtenção da caças tornou-se menos frequente, e essas mudanças incidiram nos hábitos alimentares dos entrevistados e em seu contexto social, os quais são bastante significativos para eles. Assim, o principal uso da floresta é para a realização de roças de onde provém parte dos alimentos necessários à sobrevivência. De um lado, os entrevistados ressaltaram que precisam dedicar bastante tempo e esforço para esse tipo de trabalho e, dessa forma, dispõem-se de menos tempo para outras atividades como as caçadas. De outro, o acesso às áreas de floresta na comunidade Santa Maria é privado, sendo o uso deste recurso exclusivo ao proprietário do lote. Para o caso da caça, a atual configuração socioespacial inviabilizou as regras que foram instituídas e mantidas pelas famílias durante décadas.

Em se tratando dos assentamentos, Carmo (2005, pág. 229) afirma que os assentamentos "constituem a forma *sui generis* que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária em resposta às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra". Constituem-se, na grande maioria, a partir de conflito[3] social, ao que Neves (1999, pág.02) atribuiu serem os assentamentos, respostas pontuais às pressões dos trabalhadores pela "posição social de titular de lote de terra". E é a partir de então que o direito da posse definitiva de uma terra lhe é assegurado (LEITE et al., 2004), devendo cumprir a sua função social em concordância ao Estatuto da Terra de1964.

Na região do Nordeste Paraense, a gênese dos assentamentos rurais tem forte relação com o processo de ocupação e formação fundiária que se deu ali (SOUSA, 2002). Loureiro e

[3]Segundo Glasl (1997, apud SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2006), o conflito social é definido como "uma interação entre atores na qual pelo menos um ator vivencia incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro".

Pinto (2005) enfatizam que nesta região incidiram vários conflitos sociais entre grileiros e populações que há décadas já habitavam nas terras griladas, a exemplo do ocorrido com a população que constituiu o assentamento aqui estudado.

O acesso a terra por meio do assentamento promove mudança de mentalidade do "assentado" (MARTINS, 2003). Para esse autor, os assentados, proprietário de terras e protagonista de um direito, são sujeitos submetidos às tensões inerentes à expressão "proprietário de terra", e adverte para que qualquer análise a respeito disso não seja generalizada, mas fundamentada a partir do conhecimento da vivência, isto é, diante das práticas cotidianas e do modo como o assentado experimenta as alterações da situação social promovida pelo assentamento. Razão, entre outras, pela qual a instituição de assentamentos recebe o atributo de "processos sociais complexos" (NEVES, 2005, pág. 80).

O objetivo deste artigo é exatamente tratar de um destes processos, qual seja, aquele que implicou nas transformações quanto aos usos da floresta na comunidade Santa Maria, assentamento Olho D'Água II, influenciando nas categorias de autodenominação, quais sejam: lavrador e extrativista no passado (antes do assentamento) para agricultor familiar no presente.

O olhar especial ao assentamento Olho D'Água II ateve-se ao fato de sua formação social ser de uma população local[4] que desde o início do século XX já habitava na área onde hoje se configura este assentamento, diferentemente da maioria dos assentamentos do Brasil, os quais apresentam uma grande diversidade social de origens, de experiências, de trajetórias e aspirações dos assentados (MARTINS, 2003 e MEDEIROS; LEITE, 1999). Essa escolha deu-se ainda, e principalmente, em razão das mudanças que ocorreram no uso da floresta pelas famílias que ali residiam após a constituição do mesmo, quando o acesso às áreas de floresta que antes era comum tornou-se privado[5] em lotes individuais.

Dentre as três comunidades[6] que existente no referido assentamento a opção de realizar a pesquisa com as famílias da comunidade Santa Maria deu-se em virtude de ser esta a que apresenta o maior número de famílias nativas[7]: trinta e duas (32) de um total de quarenta e duas (42) famílias alocadas nessa comunidade. Optou-se também, por realizar a

[4]Neste trabalho considera-se a expressão população local ou residente, a partir do exposto por Barreto Filho (2006), para o qual, essa expressão é a mais conveniente para referir-se á população original, população nativa, tratada por alguns autores, entre os quais Diegues (2002), pelo termo de "tradicionais".

[5]A partir da constituição do assentamento, em 2002, as famílias residentes adquiriram a Autorização de Ocupação e Uso da Terra, ocasião em que cada família obteve um lote, que em média é de 50ha, desde então autodenominam-se proprietários. Segundo o regime do assentado após a demarcação dos lotes os assentados detêm o título de domínio o que lhes garante a propriedade da terra, entretanto, não podem vendê-lo ou repassá-lo a terceiros.

[6] Além da comunidade Santa Maria, existem nesse assentamento outras duas comunidades: Limoeiro e Monte das Oliveiras, todas já constituídas quando da implantação do mesmo, mas reconfiguradas após isso.

[7] Assim denominadas por serem famílias que já habitavam a área desde muito antes da implantação do assentamento.

pesquisa junto a todas as famílias nativas presentes na comunidade durante a realização do trabalho de campo. Obtendo-se assim uma amostra de 28 famílias, sendo que em 04, um dos filhos de maior idade também detém um lote, e nestes casos, considerado como extensão do lote das suas respectivas famílias.

OS PRINCIPAIS USOS DA FLORESTA

Segundo os entrevistados, até 2002 existiam os seguintes tipos de regime de propriedade: áreas próprias (com ou sem a posse jurídica); áreas devolutas (ausência de direitos de propriedade bem definidos); áreas arrendadas e áreas concedidas (comodato). Isto possibilitava os diversos usos da floresta, dentre eles a caça e a roça, os quais eram os de maior importância para a alimentação das famílias que residiam na área da comunidade Santa Maria, sendo que as roças, geralmente, eram realizadas em pequenas dimensões, apropriando-se para isso, de áreas relativamente pequenas, traduzindo-se nas falas dos entrevistados como "pedacinhos de roça".

Para isso, foram estabelecidos alguns acordos, os quais fazem parte do que Ostrom (1990, pág.91) define por "instituições", termo que, segundo ela, pode ser entendido como: "um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias e a distribuição de benefícios".

Apesar das afirmações de Hardin (1968) quanto a inexistência de direitos de propriedade bem definidos com relação ao acesso aos recursos comuns, isso não corresponde ao caso das famílias da comunidade estudada. Durante décadas constituíram regras e acordos, tais como: todas as pessoas residentes na comunidade podiam usar a floresta; um segundo caçador somente permaneceria numa determinada área se o que já estivesse, desse a permissão para isso; quantidade de caças deveria ser apenas a necessária ao consumo doméstico.

Então, dos diversos usos da floresta (frutas, madeiras, caças, plantas medicinais e roças) dependia o próprio modo de vida das famílias da comunidade Santa Maria. Sendo as caças terrestres e as roças os de maior importância tanto em termos sociais quanto econômicos, uma vez que eram estes usos quem asseguravam a alimentação dessas famílias. Conforme constatado na pesquisa, para 100% dos entrevistados, a atividade de maior importância para a aquisição dos principais alimentos era a roça, seguida da caças (96%), da pesca e extração madeireira (64%), da criação de suínos e aves (39%) e, da extração do açaí (14%).

Na síntese dessas informações podemos perceber o quanto a roça e a caça representaram à base alimentar do grupo social alocado ali naquela comunidade, já que, quase 100% dos entrevistados afirmaram que essas duas práticas eram realizadas em suas famílias. Tais práticas eram efetuadas, como relataram os entrevistados, a partir do acúmulo dos vários conhecimentos que detinham sobre os recursos naturais, o que Diegues (1996), caracteriza como sendo o conhecimento construído a partir das relações entre homem e natureza e que pode ser denominado de "conhecimento tradicional", ou seja, o saber e o saber fazer sobre o mundo natural.

CAÇA: SOLUÇÃO DIVINA DO PASSADO, PROBLEMAS NO PRESENTE

Uma característica peculiar das pessoas da comunidade estudada é a valorização positiva e negativa do uso das caças, devido à idealização do passado se mesclar com a escassez do presente e principalmente por causa da crescente valorização das roças. Se no passado ser um caçador conferia *status* dentro da comunidade, no presente representa a sua inferioridade social, devido a impossibilidade dessa atividade prover a sobrevivência e reprodução familiar, o que no presente é assegurada através da venda dos produtos da roça.

Isso provavelmente contribuiu para mudar a concepção que os entrevistados têm quanto as diferentes atividades sendo que a caçada não é mais considerada como trabalho, mas lazer. Outra influência deriva da influência dos técnicos do INCRA, que não concebem tal atividade como trabalho. Segundo os entrevistados, as suas recomendações é que eles "trabalhem" referindo-se ao cultivo agrícola e/ou a criações, como pode ser observado no trecho do relato de um entrevistado: "é porque ninguém se dedica a criar as caças, apenas as obtêm".

Embora em menor uso, a caça ainda é um dos recursos da floresta utilizado pelas famílias que ali vivem, sendo o tatu (*Priodontes maximus*), o veado (*Mazama americana e Mazama gouazoubira*) e a paca (*Agouti paca*) as espécies mais utilizadas. Além dessas, também são obtidas: guariba (*Alonatta belzebul*), mucura (*Didelphis marsupialis*) e cutia (*Dasyprocta azarae)*. Apesar dessas duas últimas raramente terem sido utilizadas para o consumo familiar, atualmente fazem parte das suas alimentações, fato que possivelmente está associado à crescente escassez de animais, realidade esta que para Huss-Ashmore e Johnston (1997, apud SILVA, 2007, pág.156) ocorre devido à escassez e/ou extrema situação de fome, que podem repercutir em modificações alimentares, "em que alimentos geralmente evitados são consumidos".

Apesar de todos os entrevistados terem relatado que as caças não são mais a principal fonte de alimentação, cinco deles (18%) afirmaram que esse recurso ainda contribui significativamente para a dieta alimentar de suas famílias, fato constatado durante toda a pesquisa de campo por meio das observações e/ou pelos relatos:

> "Quando os meus filhos vão caçar e conseguem pegar alguma caça ajuda muito. Por exemplo, todos estes dias nós estamos comendo a caça que eles estão trazendo se a gente passar dois dias comendo uma caça que eles mataram a gente já não gasta o dinheiro que iria comprar a bóia para comer [...] (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

A menor ou nenhuma frequência do consumo das caças para a dieta alimentar das famílias dos entrevistados deve-se à reduzida disponibilidade desse recurso. Constatação semelhante foi feita por Oliveira, Carvalho Junior e Chaves (2004) em algumas comunidades por eles estudadas. No caso da comunidade aqui estuda isso passou a ocorrer após a implantação do assentamento, pois além da privatização das florestas, a qual no passado as pessoas tinham acesso para realizarem as suas caçadas, a quantidade de caças e também de floresta é menor devido a maior demanda que houve por esses dois recursos.

Apesar da maioria dos entrevistados ainda realizar caçadas elas ocorrem com menor frequência do que no passado. Além disso, o número de entrevistados que abandonaram essa atividade é significativo (26% do total da amostra).

Uma das explicações para esta diminuição está no fato das pessoas terem que dedicar um grande intervalo de tempo para a obtenção de alguma caça, mas, principalmente, porque não há nenhuma garantia que obterão algum animal, o que significa para os entrevistados "perder tempo". Os entrevistados explicitam que o tempo deve ser empreendido em outras atividades que assegurem o necessário para a alimentação dos membros da família. Alem disso, apesar dos técnicos do INCRA atuarem bem pouco nessa comunidade, suas "recomendações" acerca da obtenção das caças constituíram a base das novas regras que foram estabelecidas, as quais são: evitar as obtenções de caças; proibir as obtenções de caças fêmeas, a quaisquer condições; vetar as caçadas com cachorro e caçar apenas no lote que lhe pertença.

Nos casos em que se permite que parentes consanguíneos de grau mais próximo tenham acesso às florestas para que realizem as caçadas, estes devem sempre "pedir permissão ao dono do lote antes de entrar na floresta, e com o qual se divide a carne que for obtida durante a caçada" (M.P.R., 49 anos, lavradora e extrativista), pois isso ratifica seu

“direito” enquanto proprietário, além de ser essa uma forma de controlar a entrada de outras pessoas em seu lote.

No passado, raramente alguém desrespeitava as regras. No presente, entretanto, as transgressões tornaram-se práticas comuns, principalmente no que se refere às “invasões” aos lotes. A maioria das queixas dos entrevistados é com relação a este fato, pois segundo eles, as pessoas nem ao menos lhes pedem licença, no entanto, reconhecem que dificilmente alguém permitiria isso (exceto nos casos citados).

Se no passado as caças eram consideradas uma coisa “divina”, isto é, eram providas por Deus e por isso consideradas um bem que pertencia a todas as pessoas, para as quais o acesso às áreas de floresta era permitido, principalmente, porque a disponibilidade desse recurso era farta; no presente as caças são consideradas como uma “coisa humana”, isto é, pertence ao proprietário do lote no qual ela encontra-se. Diante disso apenas um entrevistado mostrou-se indiferente, pois segundo ele, a

> “A caça que está no mato não fui eu quem criou. Essa caça que tem no mato foi Deus quem deixou e nos deu, então se o amigo tem necessidade porque está com fome, se ele matou uma caça dentro do meu terreno eu não fico brabo por isso, pois era dele, Deus deu para ele” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

Embora as caças sejam recursos de natureza comum (FEENY et al., 2001), as florestas pertencem aos proprietários dos lotes e portanto, segundo os entrevistados, eles têm o direito de privar o acesso a elas. Em decorrência disso, as caças que estão em sua propriedade são bens que lhes pertencem. Neste caso, ao entrar e retirar determinada caça sem que tenha o consentimento do proprietário o “invasor” estará lhe roubando.

A partir dos diversos relatos constatou-se que o comportamento das pessoas com relação ao acesso às áreas de floresta, em especial para a obtenção de caças, é muito diferente do comportamento que elas tinham no passado. O que ocorreu tanto em decorrência da mudança de regime de propriedade, agora privado, quanto e, principalmente, por causa da menor disponibilidade de caças, fato proveniente do crescimento populacional ocasionado a partir do assentamento, que além de promover a maior demanda por esse recurso, elevou as taxas de desmatamento (no assentamento de modo geral) fragilizando as condições de sobrevivência das caças.

Os argumentos de Hardin (1968) a respeito da relação que há entre superpopulação, maior pressão de uso e exaustão dos recursos comuns, correspondem à situação que ocorre com o uso das caças na comunidade estudada, na qual a demanda excede em muito a sua oferta. No entanto, os problemas a respeito disso ocorreram a partir do estabelecimento da

propriedade privada, o que contrapõe os pressupostos desse autor acerca de que ela seria a solução para a "tragédia dos comuns".

Segundo Mccay e Acheson (1987) há vários estudos empíricos que não confirmam a tese de que proprietários privados tenham maior responsabilidade ecológica e social em relação a populações que manejam recursos naturais de forma coletiva. Além do que há vários estudos de populações humanas que asseguram a gestão dos recursos naturais através de regras e acordos definido por elas próprias (SCHMITZ et al., 2006 e CUNHA, 2002). No entanto, é relevante considerar que a intervenção de agentes externos, entre outros fatores, pode contribuir para fragilizar ou inviabilizar a gestão de determinado recurso (OSTROM, 1990).

ROÇA: NEGÓCIO DA FAMÍLIA ONTEM E HOJE

Durante toda a pesquisa de campo observou-se o empenho das pessoas nas atividades da roça ou relacionadas a ela, principalmente na fabricação de farinha. Neste caso, todos os membros da família que pudessem participar eram envolvidos. Por ser o período de férias escolar as crianças podiam dedicar-se mais tanto nessa quanto nas demais atividades e, segundo seus pais, a contribuição delas mesmo quando ocasional é uma importante ajuda.

Para a realização das roças os entrevistados permanecem utilizando a técnica conhecida como corte e queima, isto é, transforma-se a floresta em fonte nutricional para os cultivos. Essa técnica constitui-se uma tradição milenar (ADAMS, 2000; LEAL, 2002; e, OLIVEIRA, 2002) e consiste nas seguintes etapas: roço, derruba, e queima da floresta (nativa ou capoeira[8]), seguida do plantio dos cultivos das culturas alimentares (principalmente mandioca, arroz e milho), capina (remoção de plantas invasoras ou plantas daninhas, técnica que foi alterada depois da evidencia da agroecologia e da possibilidade dessas plantas poderem servir de apoio ao cultivo principal), colheita e pousio (repouso dado às terras cultiváveis por certo período de tempo).

Há tempos questiona-se a viabilidade desse modelo de agricultura associada ao predatório, arcaico e irracional. Entretanto, autores como Hurtiene (2005), Felipim, Resende e Ribeiro (2000), Adams (2000) e Leal (2002) comungam da idéia de que a viabilidade

[8]Capoeira é uma das denominações populares para a vegetação secundária. Para a agricultura itinerante, as áreas de capoeira representam uma etapa de recuperação da fertilidade do solo a fim de que após um período de pousio (recuperação) as mesmas possam ser novamente utilizadas. Nos trabalhos de Homma et al. (1998) essa vegetação apresenta a seguinte classificação: capoeirão, vegetação secundária com mais de 10 anos depois da última derrubada; capoeira, vegetação secundária entre 4-10 anos; e, juquira, vegetação secundária com até dois anos.

ecológica e econômica desse tipo de agricultura está diretamente relacionada a algumas condições, dentre as quais, a baixa densidade demográfica e o período de pousio que assegure o restabelecimento da fertilidade do solo cultivado.

Para o caso em análise, a baixa densidade demográfica perdurou até o início da década de 90 quando residiam na comunidade apenas vinte e oito famílias. Naquele período a demanda por floresta para o cultivo das roças ainda era relativamente pequena, principalmente quando comparada à quantidade de floresta disponível e em condições de uso, fato que contribuía para a viabilidade do sistema de corte e queima realizado por aquelas famílias.

Apesar das famílias poderem fazer roças em outras partes da floresta, tinham preferência em utilizar as suas próprias áreas, pois o deslocamento e o transporte de produtos era muito penoso e demorado e, também, porque favorecia as mulheres e crianças a participarem das atividades. Além do mais, contribuía para a maior sociabilidade entre os vizinhos, uma vez que residindo próximo aos cultivos as redes de ajuda poderiam ser mais frequentemente utilizadas.

Mas, essa configuração vem se modificando, pois segundo os entrevistados houve um aumento significativo da quantidade de área (ha) de floresta utilizada para a realização de roças. Isso porque "de uns anos para cá a gente está passando a viver mais da roça" (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista) e por isso os "pedacinhos de roça" do passado não são mais suficientes para garantir o consumo de suas famílias. No presente a média da quantidade de área (ha) de floresta utilizada é de 2,3ha, isto representa um aumento de aproximadamente 35%, quando comparado ao passado que era de 1,7ha.

Devido à menor disponibilidade de floresta frente à crescente necessidade de seu uso para a realização de roças, os intervalos de tempo do pousio têm sido menores. Alguns estudos como LEAL (2002); OLIVEIRA et al. (1994) e HURTIENE (2005) apontam que quando isso ocorre há uma considerável redução da eficiência da vegetação secundária em restaurar os nutrientes do solo necessário para a realização de uma nova roça.

Essa situação, possivelmente, compromete a viabilidade do sistema de produção dos entrevistados (HURTIENE, 2005). Sobre isso, Oliveira et al. (1994, pág.45) destaca, que quando a prática de corte e queima é utilizada "por populações numerosas, circunscritas em pequenos lotes rurais, o pousio é compelido a períodos menores, insuficientes para a restauração da fertilidade do solo".

A problemática apresentada por esses autores é bastante pertinente para análise do caso aqui estudado, principalmente porque além dos entrevistados estarem "circunscritos em

pequenos lotes" e disporem cada vez menos de área de floresta apropriada ao uso da roça, o tamanho da área utilizada é maior do que no passado.

Com relação à preparação das roças há três tipos de acesso: privado (familiar), comum e comodato. Neste último caso, o acesso é permitido apenas a parentes ou compadres que não possuem lote ou quando estes dispõem de quantidade insuficiente de terra firme para a realização de roças para o autoconsumo familiar. Aliás, apenas com esta finalidade a permissão é dada, pois se partilha da compreensão de que cada família deve ter o necessário a sua sobrevivência diária, motivo pelo qual os produtos dali advindos não devem ser vendidos. O negócio seria incompatível com a lógica da doação da possibilidade de uso pelo proprietário, pois são transações cujos conteúdos são simbólicos, mas não monetários.

O ato de ceder a floresta do lote para outras pessoas realizarem roça é pouco recorrente em decorrência da menor quantidade de floresta disponível para esse tipo de uso e da preocupação dos pais com relação às áreas que destinarão aos seus filhos quando estes se casarem, como 'tradicionalmente' ocorria no passado. Também revela a preocupação que alguns entrevistados têm em relação à perda do domínio da terra no caso de vir cedê-la a outrem.

O acesso comum também é pouco recorrente porque as pessoas preferem fazer roça apenas no lote que lhe pertence. Apesar disso, três entrevistados relataram que o uso da floresta de seus lotes ainda permanecia sendo de uso comum, neste caso todos eles são parentes (um pai e dois filhos), podendo neste caso, considerar um tipo de uso familiar. E, quanto às decisões com relação ao seu uso sempre são discutidas entre eles.

O principal tipo de acesso à floresta para a realização de roças é o privado, e para isso os proprietários dependem fundamentalmente da disponibilidade que há desse recurso em seus lotes (salvo raras exceções), e ainda, restringido pela legislação ambiental vigente. No passado, embora a maioria das pessoas fizesse suas roças na área em que elas residiam, havia outras possibilidades de acesso como: livre acesso, acesso comum e o arrendamento. Além disso, suas áreas e a disponibilidade de floresta eram maiores.

REFLEXOES FINAIS

A pesquisa evidenciou que após o estabelecimento da propriedade privada via assentamento os principais usos da floresta sofreram modificações. A hipótese apresentada para isso foi comprovada, constatando-se a partir da narrativa oral dos entrevistados que em decorrência da mudança no regime de acesso a terra, agora privado via assentamento de reforma agrária, e da maior demanda pelos recursos da floresta em decorrência do aumento

demográfico, ocorreu uma redução da oferta desses recursos e, em consequência, alterações nas relações das pessoas com os mesmos.

Diferentemente de algumas populações ribeirinhas e extrativistas que habitam as florestas da região Amazônica, para a população estudada, o consumo das caças teve muito mais importância do que o da pesca devido a elevada disponibilidade dos animais, a preferência alimentar das pessoas que ali residiam e pelo fato de ser muito mais estratégico obtê-los, visto que lhes forneciam uma farta quantidade de carne, o que lhes favorecia um tempo maior para se dedicarem a outras atividades, em especial aos trabalhos das roças.

Tanto no passado quanto no presente, o uso das caças destinou-se fundamentalmente para o autoconsumo da família. Direcionada em especial aos mamíferos terrestres de médio e grande porte. Estas são as espécies mais valorizadas por sua carne, principalmente por causa de seu porte, que implica em um maior retorno de proteína animal por unidade de esforço de caçada.

No presente a roça é o uso da floresta de maior importância para a produção de culturas alimentares para as famílias daquela comunidade, num contexto em que há uma forte pressão humana por esse recurso. Devido a isso, as condições de sobrevivência e reprodução das caças são cada vez mais difíceis e, como consequência, o uso da carne desses animais por essas famílias tem sido menor, substituído-a por outros alimentos, principalmente o charque e a carne bovina, adquiridos pela venda da farinha de mandioca.

Com o estabelecimento da propriedade privada, via assentamento, o acesso das famílias às áreas de florestas para a obtenção das caças é, em geral, apenas na área de seus lotes. Esta nova situação, aliada à pouca oferta desse recurso torna cada vez mais difícil a sua obtenção, sendo necessário investir um maior tempo nesta atividade e nem sempre se consegue obter algum animal, fato que desmotiva as famílias a se dedicarem a isso. Elas têm buscado novas estratégias de sobrevivência, sendo a principal a especialização na realização de roças, em especial o cultivo da mandioca.

No contexto em que há uma enorme dependência da floresta para a realização de roças e diante da menor disponibilidade desse recurso, o período de pousio tem sido cada vez menor, mesmo sabendo-se de sua importância para recuperar a capacidade reprodutiva do solo cultivado. Apesar deste fato ainda não comprometer a viabilidade da técnica de corte e queima empreendida para a realização de roças, tem tornado a sobrevivência e reprodução social das famílias cada vez mais vulneráveis.

Diante das mudanças que ocorreram nas regras e no uso da floresta, considera-se que houve uma importante influência dos funcionários do INCRA, seja através de

“recomendações” ou de imposições para que as caçadas sejam evitadas quer seja por não serem consideradas como trabalho, quer seja por desviarem a atenção da agricultura que muitas vezes é considerado a essência da atividade rural.

Como ressaltado por diversos autores (MARTINS, 2003a; LEITE, 2005; NEVES, 1999; FERRANTE;BARONE;BERGAMASCO, 2005), o assentamento é um processo dinâmico, partindo do ponto de vista de que ele constitui e é constituído pelas novas vivências das famílias que se tornam proprietárias de terra. Para as famílias da comunidade estudada a concepção da “propriedade” lhes trouxe uma nova vivência que tem sido determinante para as transformações no acesso e uso de suas florestas.

O DIREITO À EDUCAÇÃO EM PAUTA: a realidade dos assentamentos da região de Andradina, SP.

SANT'ANA, Raquel Santos; SANT'ANA, Antonio Lázaro, BELLINI, Tito Flávio; HERMINELLI, Ana Paula; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio.

Faculdade de História, Direito e Serviço social de Franca, UNESP,Campus de Franca.
(raquelssfranca@yahoo.com.br)

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Introdução

Este artigo faz uma discussão sobre o acesso à educação nos assentamentos da região de Andradina, noroeste do estado de São Paulo.

Os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla realizada, em 2008, por uma equipe de pesquisadores do Núcleo Agrário Terra e Raiz, em parceria com Instituto Práxis de Educação e Cultura – IPRA (Franca/SP), e apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais-FEPAF.

Dentre os mais de 30 assentamentos existentes na região de Andradina, a pesquisa envolveu nove[1], em sete municípios; os dados foram coletados diretamente com a comunidade assentada em reuniões previamente agendadas para discutir não apenas a educação – que será nosso objeto de reflexão neste artigo, mas também questões referentes à sociabilidade, a saúde, infra estrutura, trabalho, lazer etc.. As entrevistas foram coletivas com variação de 4 a 10 participantes em cada assentamento selecionado para compor a amostra da pesquisa e utilizou-se de um roteiro por pautas para coordenar o debate.

[1] Fizeram parte da pesquisa os assentamentos São Sebastião (ou Belo Monte) e Timboré no município de Andradina, Celso Furtado e Terra Livre em Castilho, Estrela da Ilha em Ilha Solteira, Primavera II em Mirandópolis, Orlando Molina em Murutinga do Sul, Regência em Paulicéia e o Assentamento Esmeralda em Pereira Barreto.

A apresentação dos dados referentes à educação permite dimensionar as dificuldades vivenciadas pelas famílias assentadas no sentido de fixar-se na terra. O acesso à educação como direito é permeado por dificuldades decorrentes de condições estruturais que se não inviabilizam, dificultam sobremaneira e permanência das crianças e jovens na escola. Além disto, inexiste por parte do Estado uma discussão mais aprofundada no sentido de pensar uma educação no campo que respeite as particularidades da comunidade e as especificidades da realidade agrária.

Desenvolvimento.

Pensar a educação no campo é mais que pensar o acesso à escolaridade; envolve a possibilidade de desenvolvimento de um projeto político que fortaleça um projeto camponês para o campo.

> Quando dizemos Educação Básica do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que não apenas esteja no campo, mas que sendo do campo, seja uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos sociais do movimento do campo (ARROYO, 1999, p.79, apud Carvalho e Sant'Ana.)

A educação como processo educativo não pode prescindir da análise das especificidades territoriais locais; ao considerá-las será possível compreender as formas de acesso à educação, bem como a possibilidade de proposição de práticas sócio-educativas que possam engendrar formas organizativas na construção e potencialização de sujeitos coletivos. Uma outra dimensão insuprimível são as condições objetivas que possibilitam o acesso à escola, principalmente no espaço rural, tendo em vista as condições precárias da infra-estrutura que é evidenciado em larga medida nesses espaços.

Na pesquisa realizada sete assentamentos, dentre os nove, manifestaram dificuldades com as estradas nos períodos chuvosos, o que traz um rebatimento direto no transporte dos alunos para as cidades e, consequentemente, na própria condição do ensino das crianças e jovens assentados. Os assentados relataram que os alunos perdem dias seguidos de aulas, pois com as chuvas, as estradas não permitem acesso ao ônibus.

> Teve época que choveu aqui uma semana, as crianças ficam uma semana sem ir na escola. Depois que a chuva passa é mais uma semana pra consertar. Sabe? Então fica 15 dias parado as crianças, fica em casa quando fica assim. (Assentado do Primavera 1)
>
> Essas crianças vêm a pé, porque não tem condições de ônibus ir até lá, né, uma porque a ponte caiu e outra por que não tem estrada, né, é tudo carreador (...) (Assentado do Belo Monte)
>
> Ó, esses dias, há uns quinze dias atrás, deu uma chuvada forte, ficou dois dias sem ônibus de estudante vir pegar as crianças porque não tinha tráfego, não tinha como passar da estrada por causa da lama ... E depois, antes da usina implantar, a usina faz um ano que ta implantada em Paulicéia, antes da usina vir ser implantada aqui a gente tinha problema era muito, muito pouco, né. Mas depois que a usina pra cá, os caminhão é muito passado, então as estradas não tá suportando tanto ... tá muito esburacada, né. Então quando chove a gente fica ilhado aqui; e daqui na cidade dá vinte e cinco quilômetros. (Assentado em Regência)
>
> (...) quando chove ai paralisa tudo, né? Ficam semanas sem ter aula." (Assentado do Esmeralda)

A construção e manutenção das estradas dos assentamentos é responsabilidade dos municípios, porém, o governo Federal por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem estabelecido parcerias com os municípios para a viabilização do acesso aos assentamentos, mesmo porque esta é uma condição fundamental para a viabilização social e econômica do mesmo.

A precariedade dos ônibus disponibilizados pelas prefeituras para o transporte dos estudantes, em dois assentamentos, demonstram o descaso do poder público no atendimento a esta população: além das condições inadequadas e do constrangimento causados às crianças que chegam sujas à escola,existe o risco de acidente.

Uma mãe do assentamento Timboré relata a discriminação sofrida pelas crianças e também por suas famílias, ao mesmo tempo em que alerta para os riscos do ônibus funcionando em tão precárias situações:

> Eu sei o quanto é difícil os filhos chegar numa sala de aula e ser discriminado e as mãe como vagabunda que deixaram as crianças ir tudo sujo, um monte de sem-terra sujo, mas os professores e os filhos de papai da cidade não sabe que os ônibus que andam dentro do assentamento tem uns buracos desse tamanho que a criança tem que tomar cuidado pra não cair pelo buraco. Ainda trinta, quarenta quilômetros afogando na poeira aí dentro. Como é que vai chegar limpo numa sala de aula? Então eu sei o quanto é difícil chegar na pista ali e descer com uma compra debaixo da chuva, que eu fiz muito isso. Então se uma pessoa saber da realidade, viver essa situação e não fizer nada pra poder mudar essa comunidade, que aqueles companheiros lá eleito lá do Chão Preto, aqueles não. (...) Um

> doutor não, vamos votar num companheiro da nossa categoria que se esse não fizer, que conhece a realidade sabe o que é sofrer. Pega um dia desse como hoje e tenta ir lá na minha casa pra ver se você vai conseguir chegar lá. (Assentado em Timboré)

A perda de dias consecutivos de aulas traz dificuldades no desempenho escolar do aluno.e é uma preocupação constante dos assentados.

> (...) os ônibus que andam dentro do assentamento tem uns buracos desse tamanho que a criança tem que tomar cuidado pra não cair pelo buraco (...) (Assentado em Timboré)
>
> Ai passa todos os dias, essa semana passou um dia só, inclusive quando começo as aulas, no começo, inicio de fevereiro, ai as crianças já foi ate um pouco muito tarde, que ate inclusive eu queria passa minha menina para Castilho porque tava perdendo muita aula aqui. Agora durante esse dia atrás, esse mês passado, fico três quatro dia sem i pra escola, e como essas crianças podem passa? Não passa, né? Chega no final do ano essas crianças tem que passa...que jeito? Fica faltando na aula, faltando na aula, que jeito que vai passa, isso é muito difícil pra nós aqui no assentamento. (Assentada em Orlando Molina)

> Teve época que choveu aqui uma semana, as crianças ficam uma semana sem ir na escola. Depois que a chuva passa é mais uma semana pra consertar. Sabe? Então fica 15 dias parado as crianças, fica em casa quando fica assim. (Assentado em Orlando Molina)

Outra dificuldade existente em vários assentamentos diz respeito aos horários que os ônibus passam para levar os estudantes. Um dos casos mais graves ocorre no assentamento Orlando Molina onde crianças da pré-escola tem que acordar as 5 da manhã para poder pegar o ônibus. Duas mulheres do assentamento falam a respeito disto:

> Os maiores e o pré começa dez horas e sai cinco horas da manha, fica lá no pátio, com frio, as vezes, esperando o horário, o inicio da aula (...) E se imagina se uma criança acorda cinco horas, nem todas as mães tem condições de manda uma bolacha pra comer de manha, agora vc coloca esse horário é uma absurdo. (Assentada em Orlando Molina)

Em outro assentamento, no Timboré, depois de relatar as dificuldades do transporte escolar, um assentado fala a respeito da ameaça da prefeitura em cortar o transporte escolar nos períodos de menor demanda:

> Ciclo um e clico dois. E eles ainda estão querendo cortar o ônibus em dois períodos. Principalmente que eles falam que a demanda de crianças é pouca no período da noite e no período da manha. Segunda uma pesquisa no Assentamento, o ônibus gasta duas horas dando voltas, ou seja, são duas horas para ir e duas para voltar. Esse tempo para quem mora no sítio é muito. Fora o tempo que ficam esperando. Para reduzir os custos a prefeitura pega um ônibus comum, só que esse ônibus dá uma volta muito grande em toda a cidade, ai vai pegando as crianças por onde for, até joga-las no meio

> escola, e cada uma tem que saber qual é seu ônibus. Então se é uma criança de 3 ou 4 anos vai se perder. (Assentado em Timboré)

Com todas as dificuldades, os grupos organizados conseguem colocar a discussão acerca da educação em pauta, como prioridade: "*Que parar de estudar é muito ruim, que educação é tudo para gente",* como relata um assentado do Timboré. Porém, as dificuldades ainda são tantas, que a qualidade das escolas é pouco debatida ainda, visto que a luta se dá pelo acesso à mesma. Em nenhum dos assentamentos discutiu-se a questão da qualidade do ensino oferecido pelas escolas.

Em um dos assentamentos tem escola com até a 4 série do ensino fundamental. No Timboré, os assentados disseram que havia a previsão de construir uma escola lá, mas no momento da pesquisa só um assentamento tinha escola: o Esmeralda, em Pereira Barreto. A escola atende de primeira a quarta série do ensino fundamental. As crianças do assentamento Belo Monte estudam no Primavera que foi um dos primeiros assentamentos do estado de São Paulo e que hoje, encontra-se emancipado.

Segundo Carvalho e Sant'ana, no assentamento a escola possuía, no ano de 2007, quando foi realizado o levantamento, 132 alunos incluindo ensino fundamental e ensino médio. O Ensino Fundamental é multisseriado devido ao pequeno número de alunos, ou seja, a 1ª e 2ª séries funcionam numa mesma sala, o mesmo ocorrendo com a 3ª e 4ª séries.

Na pesquisa realizada pelas autoras foram feitas entrevistas com as professoras desta escola que se chama Escola Estadual João Carreira. Estas relataram que não há diferença entre o currículo da escola daquele que é ministrado na cidade; o calendário escolar e o currículo da Escola rural são iguais ao da cidade, porque a Delegacia de Ensino assim o exige. Não há diferença com o calendário e currículo da escola da cidade. Para as professoras, elas não escolhem nada, os currículos vêem "prontos" e isso as revolta muito porque, faz com que os alunos percam o interesse pela escola. Declaram que o governo "podou" e cortou todo o ensino voltado para o homem do campo. (Carvalho e Sant'Ana)

Ao problematizar a realidade encontrada, as autoras enfatizam que segundo a Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 23 e 28, abre a possibilidade de adaptação dos currículos de maneira a fazer as adequações necessárias do ensino às condições da vida do campo, mas que isto acaba não ocorrendo de fato.

Esta é uma problemática que não se restringe à escola em questão. O próprio censo realizado sobre a educação no campo também constatou situação semelhante. Andrade e Di

Pierro ,2007, ao fazer uma análise do relatório da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária realizado em 2004, afirmam:

> A análise dos dados da PNERA sobre as escolas dos assentamentos, relativo à persistência e dominância de concepções e práticas pedagógicas orientadas por visões dicotômica e hierárquica dos espaços urbano e rural, que orientam os currículos e práticas pedagógicas na direção do modo de vida urbano, mantendo a escola afastada da história, da cultura, do trabalho, do ambiente e dos projetos de mudança política e econômica dos protagonistas da reforma agrária, que são as famílias assentadas e os movimentos sociais que elas organizam.

Com relação a Educação de Jovens e Adultos – EJA não há classes nos assentamentos. Poucos são os assentados que continuam estudando nas salas de educação de jovens e adultos existentes nos municípios. O percurso para deslocamento até a cidade acaba desanimando o aluno, que via de regra, por ser adulto trabalhou durante o dia todo.

Os assentados do Timboré que freqüentam o EJA deslocam-se até a cidade de Andradina,porém poucos conseguem freqüentar devido ao horário do ônibus; além disto uma questão pedagógica também foi destacada:

> Tinha, mas por causa do horário não vão mais. Porque é complicado para idoso, ou mesmo o adulto que toma conta do lote. As pessoas que iam para escola elas apreendiam a copiar e não a interpretar. (Assentada em Timboré)

No assentamento Esmeralda tem uma sala de EJA no próprio assentamento, mas só está funcionando porque a professora é do próprio assentamento e apesar de não estar recebendo, continua ministrando as aulas. É o que relata a assentada que participou da pesquisa:

> Só pra complementar a questão do EJA que a gente tava falando a minha cunhada é professora, mas ele não contava como professora é através de um projeto com o governo federal, eles alegaram que não tinha ônus o suficiente pra por outro professor e ela trabalha com um projeto do governo federal e ganha R$200,00 só, alias não ganha nada não, por que desde novembro ela ta trabalhar e não recebeu nenhum salário até agora. (Assentada em Esmeralda)

No assentamento Timboré, os participantes da pesquisa disseram que entre 15 e 20 jovens fazem o curso de Técnico agrícola em Andradina; mencionam ainda cursos no SENAI, e alguns filhos de assentados que fazem faculdade, mas destacam que estes são minorias.

Um fato que merece destaque é que alguns jovens, filhos dos assentados, que continuam estudando no nível médio acabam conseguindo bolsa de estudo para cursos técnicos, cuja formação é voltada para as atividades da agroindústria canavieira, que está cada vez mais avançando na região. A prefeitura municipal acaba estimulando as atividades do setor, fornecendo bolsas para a qualificação dos trabalhadores neste ramo de atividade, como no caso de Pereira Barreto, no assentamento Esmeralda e de Ilha Solteira, assentamento Terra Livre:

> Distribui por Andradina, por Três Lagoas. A Prefeitura tem, dá, tem muita bolsa de estudo. Esse ano, por exemplo, esses caras distribuiu trezentas bolsas de estudo, a Prefeitura deu. (Assentado em Esmeralda)
>
> (...) uns faz técnico em açúcar e álcool, segurança do trabalho, a outra faz pedagogia, só que é difícil né, é complicado, tem pouca gente que faz, muito pouco. (Assentado em Esmeralda)

Pensar o processo educacional e a formação dos jovens dos assentamentos significa pensar a viabilização dos lotes e da política de Reforma Agrária. A formação dada aos jovens os levam para qualificar-se nas atividades do agronegócio e não na gestão e produção da pequena propriedade onde reside. Ao longo de sua formação o processo educativo incute uma percepção urbanocêntrica e, depois, o mercado lhe oferece uma salário fixo para integrar uma atividade que é dada como mais moderna e rentável. Como esperar que ele permaneça nos lotes e dê continuidade àquilo que foi resultado de luta e conquista de seus pais?

Considerações Finais

A questão educacional nos assentamentos permanece como algo que deve ser objeto de reflexão e ação do Estado de maneira a permitir a viabilidade e a continuidade da política pública de reforma agrária. Dois aspectos são fundamentais: um refere-se ao próprio acesso e outro é o conteúdo e a adequação do ensino às especificidades da área rural onde se encontram as crianças e jovens.

Na região de Andradina, é recorrente nas falas dos assentados as dificuldade com a educação e dois motivos concorrem para isto: a precariedade das estradas e a qualidade e funcionamento dos ônibus. Em dois casos era mais grave a situação das estradas, porém havia ainda as más condições dos ônibus que buscavam as crianças e inadequação dos horários, pois não é possível viabilizar ensino de qualidade com as crianças acordando no início da madrugada para deslocar-se até as escolas localizadas na cidade.

Um aspecto que foi pouco destacado pelos assentados que participaram da pesquisa, mas que permeia as discussões do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o conteúdo do ensino e sua predominância urbanocêntrica. A educação no campo que respeite as especificidades da comunidade e permita a formação de um identidade positiva da realidade agrária é algo que fica subsumido, no cotidiano, pela luta de acesso à escola.

A formação dos jovens dá continuidade à lógica do capital: forma profissionais para atuar na agroindústria nas condições de assalariado, mesmo que um assalariado mais qualificado; a ideologia do capital vai construindo a negação da luta pela terra por meio do discurso competente da ciência e da tecnologia.

Reverter este quadro é algo que depende da organização das comunidades assentadas, dos movimentos sociais, mas também da universidade e do Estado no sentido de pensar uma educação voltada para a formação e qualificação do homem do campo valorizando seu saber e respeitando as particularidades culturais das comunidades; é preciso construir alternativas de formação para a atuação junto as pequenas propriedades, uma qualificação que exige elementos técnicos e políticos específicos para viabilização e continuidade dos lotes dos assentamentos, mas também de pequena propriedade em geral, afinal, é ela que responde pela segurança alimentar deste país.

Referências

CARVALHO, Lívia Hernandes, SANT'ANA, Raquel Santos.Ação Político-Pedagógica dos Educadores no Assentamento Primavera e Belo Monte do Noroeste Paulista**.** Anais. II Encontro IberoAmericano de Educação. Setembro de 2007. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP. São Paulo.

ANDRADE, Márcia Regina e DI PIERRO. PERFIL DAS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS PAULISTAS: ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA 2004. III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. FEAGRI. 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos (coordenadora); SANT'ANA, Antonio Lázaro Sant'Ana, BELLINI, Tito Flávio; HERMINELLI, Ana Paula; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio. Assentamentos Rurais e Dinâmica Econômica Regional no Oeste de S.P. Relatório Final de Pesquisa. 2008.

Os Comitês Gestores de Microbacias – COGEM e a apropriação comunitária do Programa RIO RURAL: Estado e Sociedade na *implantação* do Desenvolvimento Rural Sustentável.

OS COMITÊS GESTORES DE MICROBACIAS – COGEM E A APROPRIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PROGRAMA RIO RURAL: ESTADO E SOCIEDADE NA IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL[1].

Heliodora, Carolina.
Teixeira, Nelson.
Hissa, Helga.
Yunes, Gerson.
Versari, Diogo.
Lopes, Adriano.

Resumo: Esse artigo trata das formas de gestão comunitária do Programa RIO RURAL, destacando a interface e territorialização com outras formas de gestão locais como conselhos locais de desenvolvimento rural, fóruns, comitês de bacias e conselhos territoriais e estaduais bem como o lugar que as comunidades rurais ocupam no campo de decisões do Programa RIO RURAL. A gestão comunitária do RIO RURAL é executada pela participação dos beneficiários do Programa nos Comitês Gestores de Microbacias – COGEM, ocorre, no entanto, que o campo de decisões sobre as políticas públicas que tratam do desenvolvimento rural também passam por outros níveis, além das microbacias: municípios, territórios, regiões, Estado e às comunidades rurais são

[1] **Carolina Maria Heliodora, Nelson Teixeira, Helga Hissa, Diogo Versari, Adriano Carneiro, Gerson Yunes.** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA/ Superintendência de Desenvolvimento Sustentável -SDS/RJ. **Nelson Teixeira –** Superintendente de Desenvolvimento Sustentável, Secretário Executivo do Programa Rio Rural e dos Projetos Rio Rural GEF e Rio Rural BIRD.microbacias@agricultura.rj.gov.br; **Helga Restum Hissa –** Coordenadora técnica do Programa Rio Ruralmicrobacias@agricultura.rj.gov.br; **Gerson José Yunes Antonio** –Assessor técnico do Programa Rio Rural.gersonyunes@yahoo.com.br. **Adriano Martins Carneiro Lopes** - Assessor Técnico em organização comunitária e capacitação no Projeto Rio Rural / GEF.adrianolopes@agricultura.rj.gov.br; **Carolina Maria Heliodora** – Consultora em Projetos e Iniciativas Territoriais.carolinaheliodora@yahoo.com.br. **Diogo Versari** - Consultora em Projetos e Iniciativas Territoriais.diogoversari@yahoo.com.br

dadas distintas atribuições e canais de participação em cada um desses níveis: em conselhos, associações, comitês de bacia. Os comitês gestores de microbacias demandam e impulsionam maior autonomia e uma organização comunitária fortalecida, fundamentados em princípios da autogestão e cidadania.

Introdução

O Programa RIO RURAL é executado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SEAPPA), por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), com recursos do Banco Mundial /BIRD e do Governo de Estado.

O objetivo geral do projeto é promover o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) no estado do Rio de Janeiro pelo aumento da produtividade agrícola e sustentabilidade sócio-ambiental das comunidades de pequenos agricultores. Tem como área de abrangência todo o Estado do Rio de Janeiro, cujo território apresenta uma área de 43.697 km², dividido em 92 municípios, 6 mesorregiões e 18 microrregiões. O Projeto atuará em 3 regiões (Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense e Serrana) e 270 microbacias, envolvendo 59 municípios, abrangendo 64% do total de municípios do Estado. As regiões Norte e Noroeste (Área Focal Prioridade 1) – **Figura 1.**

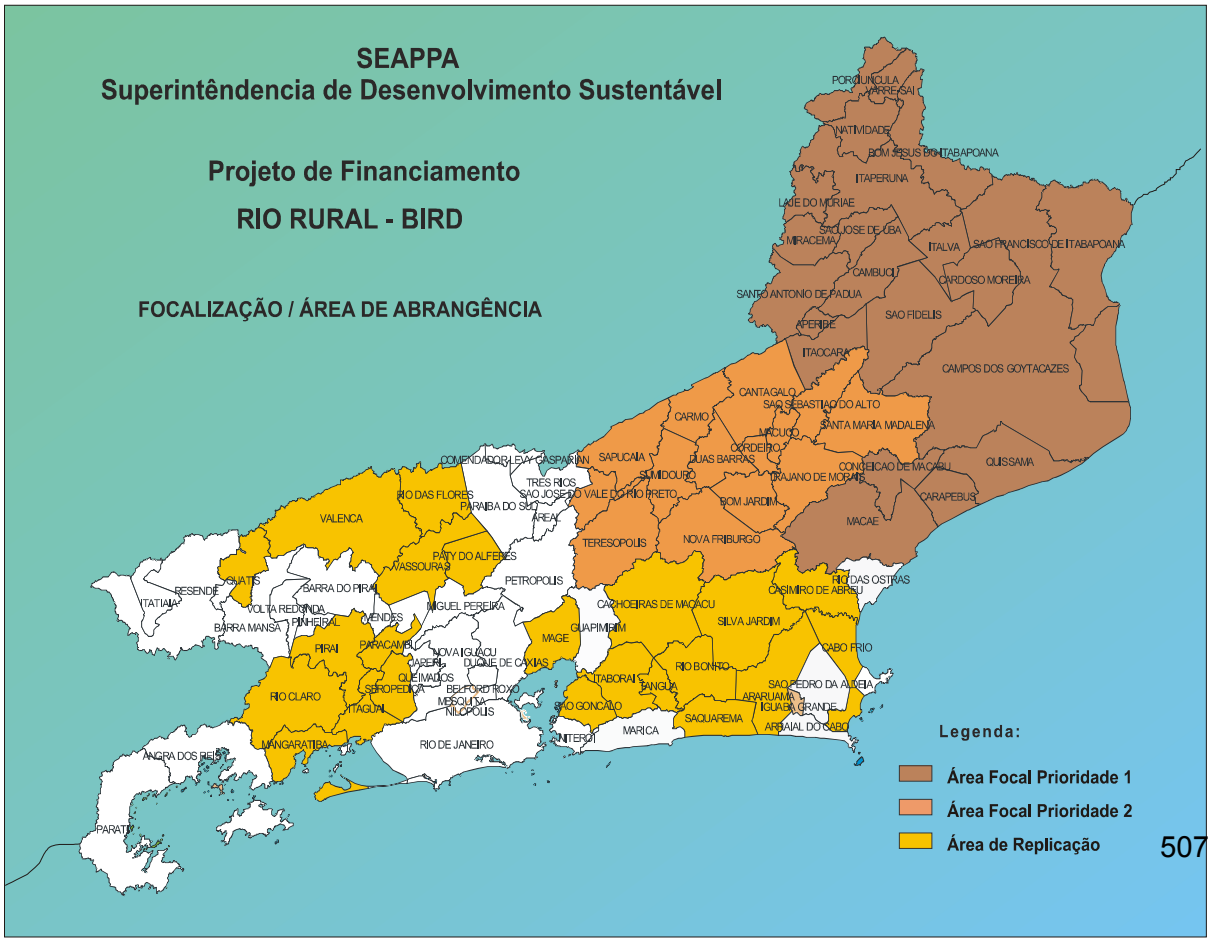


Figura 1: Abrangência Atuação Programa RIO RURAL, 1ª fase.

Assim, o Programa Rio Rural, por intermédio de sua estratégia de atuação em microbacias como unidades de planejamento, estabelece a ligação e interação entre os espaços de decisão micro-localizados (os comitês gestores de microbacias – COGEM) para os macro-localizados: conselhos municipais, conselhos territoriais, comitês de bacia. Os beneficiários dos programas e políticas públicas têm de lidar, em seu cotidiano, com essa multiplicidade de espaços de participação, onde são estabelecidas relações entre representantes da sociedade civil e representantes da administração pública local. Esse processo é interessante de ser observado.

Nesse sentido, uma das inovações mais significativas do Programa RIO RURAL diz respeito à integração com outras iniciativas que promovam o Desenvolvimento Rural Sustentável. Atento a políticas rurais de âmbito federal e estadual, o Programa RIO RURAL tem como princípio a atuação compartilhada junto a outros órgãos e entidades que também realizam atividades que tem foco na conservação no desenvolvimento rural sustentável. E vai além: o protagonista desse processo deverão ser os agricultores familiares, aqueles que estão diretamente ligados a conservação ambiental e a sustentabilidade econômica e social nas microbacias, e que, gradualmente, vem mudando seus comportamentos para a gestão das microbacias hidrográficas: tanto nos aspectos ambientais, como também nos sociais, políticos e econômicos.

Referencial Teórico

Os conselhos de deliberação sobre políticas públicas têm, na última década, se constituído como espaços supostamente democráticos para as tomadas de decisões.

Estes conselhos são formados a partir da paridade representativa entre a "sociedade civil" e o "poder público". Ao observarmos a dinâmica existente em alguns conselhos em que haja representantes de poder público de distintos níveis (municipal, estadual e federal) e um certo modelo de relações sociais locais, podemos notar que essas duas classificações (sociedade civil e poder público) podem ser relativizadas.

As concepções teóricas de sociedade civil e de poder público nem sempre correspondem às práticas dos grupos (Hann, 1996:3). Os conselhos de gestão de recursos públicos, são, a partir de algumas abordagens (Gohn:2003), tidos como espaços de concertação social entre a sociedade civil e o poder público. Esta concertação significaria que os agentes da administração pública municipal e da sociedade civil dos municípios possuiriam os dispositivos necessários ao estabelecimento de articulações e decisões junto a outros agentes sociais de âmbito estadual e federal. A partir da década de 1990, essa forma de gestão – sobretudo a partir de "conselhos municipais" tem proliferado em diversas áreas da administração pública e tido a sua legitimidade social reconhecida a partir de um conjunto de representações acerca da relação entre Estado e sociedade, fundamentadas em pressupostos de um modelo específico de democracia (Gohn:2003). Esse cenário apresenta, no entanto, uma série de configurações em relação à organização dos beneficiários das políticas públicas e programas de desenvolvimento, de acordo com os modos de vida e situações sociais já experenciadas nas localidades onde são implantados os conselhos de desenvolvimento. No mesmo sentido, os COGEM cumprem o papel de catalisadores de projetos de desenvolvimento, não seguindo, no entanto, o formato "paridade entre sociedade civil e poder público", trata-se de incentivar, em nível local, a autonomia dos agentes sociais "receptadores" dos planos e programas de desenvolvimento locais.

Quando se observa os processos sociais que são mobilizados a partir desses "*espaços de concertação social*" identifica-se uma variedade de representações, agentes e ações nem sempre consensuais sobre as formas que os conselhos assumem, considerando-se a especificidade de cada localidade ou temática em que sejam operacionalizados.

A estrutura organizacional levada a cabo pelos COGEMs se pretende um tanto diferenciada com relação aos conselhos municipais em função de algumas

características principais: *i)* as comunidades não necessariamente têm de fazer parte dos arranjos políticos decisórios já constituídos tais como associações, conselhos, etc. Isso propiciaria maior autonomia e independência em relação à estrutura do poder local. *ii)* os comitês gestores de microbacias são grupos ainda menores que os conselhos municipais, potencializando a resolução dos problemas mais localizados.

Nas formulações de Mosse (2003), há que se conceber a implantação de projetos e programas governamentais dentro de um sistema de representações sociais, que não estão, jamais, descolados de suas práticas (idem, ibidem: 5). Entre beneficiários e formuladores de projetos há todo um processo de negociação e de estratégias estabelecidas, que fazem das práticas (nem sempre coerentes e uniformes) o fundamento para o "desenho" dos pressupostos teóricos presentes nas formulações dos projetos. Todas as noções evidenciadas nesse artigo foram consideradas a partir de uma tentativa de não rotular *a priori* ou sem um exercício de afastamento das pré-noções (Durkheim, 1978) não apenas do senso comum mas também das pré-noções acadêmicas, sobre os conceitos utilizados. Com as indicações de Mauss (1974, 2001), ressalta-se que o conjunto de representações sobre o desenvolvimento "produzem efeitos" na prática de operacionalização das políticas públicas. E a esses efeitos podemos chamar também de "*eficácia social*" (Mauss, 1974: 40).

É necessário fazer referência às políticas públicas contemporâneas como reflexos de um conjunto de representações sociais acerca da relação entre sociedade e Estado. Isso quer dizer que o foco é o de analisar as políticas públicas de desenvolvimento circunscritas a um contexto de significados, práticas e representações específicas, tanto por parte dos formuladores e executores das políticas e programas de desenvolvimento, como dos próprios beneficiários. Na leitura de Durkheim (1983) relembra-se a necessidade de relativização e problematização das categorias estatais bem como a própria definição de Estado. Segundo o autor: "*Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários "sui generis", onde se elaboram representações e avaliações que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade"* (*idem, ibidem*: 46)

As administrações públicas (grupos secundários do Estado) estão inseridas dentro de um contexto de representações coletivas, legitimadas no poder de Estado estreitamente

relacionado com aquele de classificar e produzir conhecimentos. No entanto, elas são necessariamente coletivas, como elucida a abordagem supracitada de Durkheim porque não estão descoladas das sociedades. Assim, relativizar a administração pública como oriunda de contextos sociais específicos nos auxilia a compreender as diferenças de entendimentos sobre as formas de implantação de programas de desenvolvimento, o que acarreta, muitas vezes, em conflitos dentre os formuladores de políticas públicas e beneficiários de outro.

Relativizar a administração pública é ainda necessário na medida em que essa não é homogênea e também tende a se tornar conflituosa nas relações estabelecidas entre seus distintos níveis: federal, estadual e municipal. Em um bom número de vezes, as formas com as quais se implantam os projetos tendem a ser motivo de discordância, oriundas de distintas representações sociais de agentes "implantadores" de um lado, e "beneficiários", de outro, e sobre o lugar que os agentes tomariam neste processo, fundados em noções sobre os papéis do "poder público" de um lado e da "sociedade civil" de outro.

Conforme observaremos ao longo do artigo, as reflexões em torno de considerar a sociedade civil sob uma certa perspectiva nos auxilia a demonstrar algumas formas de relações sociais que não se enquadram, necessariamente, nos postulados existentes nas conceituações do que seja "a sociedade civil" e o que seja "o poder público". A

idéia de sociedade civil é oriunda de um processo histórico de desenvolvimento da teoria política e, ao relativizarmos essa idéia, podemos circunscrevê-la como sendo apenas a leitura de um dos modos de organização social (ocidentalizada), e que não pode ser sempre replicada nos mais diversos contextos sociais (Hann, 1996:1). Nesse sentido, a relação dos grupos sociais com a estrutura do Estado (comumente classificada como relação entre a sociedade civil e Estado), deve ser relativizada a partir de diferentes significados para os grupos sociais aos quais esteja referenciada.

A solidariedade grupal que enunciara Durkheim baseia-se em princípios de "classificação compartilhada" (Mauss e Durkheim (1907) *apud* Douglas, 1998: 101). Uma das questões abordadas nesse artigo é a de demonstrar que as formas de gestão de recursos públicos e de organização da sociedade fazem parte de um conjunto de entendimentos compartilhados entre grupos diferenciados sobre quem e como deva

fazê-lo, o que, não necessariamente, se dá de forma pacífica, sem conflito dentre os agentes sociais envolvidos. Todos concordam, no entanto, que deva se "implantar" o desenvolvimento e fortalecer as bases comunitárias dos beneficiários no âmbito do COGEM.

Criação e Funcionamento dos COGEM

Os COGEMs são formados por representantes de "grupos de identidade" das pessoas que vivem nas microbacias abrangidas pelo RIO RURAL. Seu objetivo é discutir e decidir os caminhos que levam ao desenvolvimento rural sustentável e bem estar. É formado por representantes de todos o grupos sociais que vivem na microbacia e que queiram se fazer representados, por intermédio da escolha de seus representantes.

A partir disso os representantes dos grupos de identidade elaboram um Regimento Interno, com o apoio dos técnicos executores e onde são definidas as formas de atuação. Em termos de assessoria, são disponibilizados um técnico da EMATER e um técnico da prefeitura para execução das atividades junto à microbacia.

Até o ano de 2009, já haviam sido criados 48 COGEMs nos 24 municípios de abrangência do RIO RURAL (regiões norte, noroeste e serrana). Dentre os grupos de identidade, podem ser citados grupos de mulheres, pecuária leiteira, jovens, fruticultura, artesanato, agroindústria, olericultura etc. No **Quadro 1** a seguir estão detalhadas as microbacias, gupos de identidade e nº de componentes na primeira fase de execução do RIO RURAL, envolvendo 24 COGEM, 138 grupos de identidade e 362 componentes.

Quadro 1: Composição dos COGEM Norte e Noroeste Fluminense, 2009.

Região	Município	Microbacia	Nº de grupos de identidade	Nº de componentes
Noroeste	Aperibé	Pito Aceso	3	18
Noroeste	Bom Jesus do Itabapoana	Córrego Lambari	4	20
Noroeste	Cambuci	Valão rio Grande II	6	19

Noroeste	Italva	Córrego Marimbondo	4	22
Noroeste	Itaocara	Valão do Papagaio	12	17
Noroeste	Itaperuna	Marambaia (Campinho)	6	23
Noroeste	Laje do Muriaé	Ribeirão da Jararaca	6	13
Noroeste	Miracema	Médio Ribeirão do Bonito	12	19
Noroeste	Natividade	Conceição	6	10
Noroeste	Porciúncula	Ouro	6	12
Noroeste	Santo Antônio de Pádua	Ribeirão Ourives	7	14
Noroeste	São José de Ubá	Santa Maria	8	15
Noroeste	Varre-Sai	Varre-Sai	6	18
Norte	Campos dos Goytacazes	Rio Ururaí	8	15
Norte	Carapebus	Lagoa de Carapebus	1	6
Norte	Cardoso Moreira	Valão dos Pires	3	12
Norte	Conceição de Macabu	Córrego São Domingos	5	11
Norte	Macaé	Rio D'Antas	4	16
Norte	Quissamã	Brejo da Piedade	1	11
Norte	Santa Maria Madalena	Médio Imbé	5	11
Norte	São Fidélis	Valão dos Milagres	7	10
Norte	São Francisco do Itabapoana	Brejo da Cobiça	9	20
Norte	São João da Barra	Canal Degredo	6	18
Norte	Trajano de Moraes	Caixa D'Água	3	12
TOTAL	**COGEM**	**24**	**138**	**362**

Principais Questões

Dentre as principais questões sobre o funcionamento dos COGEM, destacam-se: *i)* a autogestão comunitária para a resolução de seus problemas em nível local, *ii)* a institucionalização da participação e do envolvimento cidadão a partir da possibilidade de intervenção em outros níveis de planejamento: nas microbacias, nos municípios, territórios, regiões e no estado do RJ; *iii)* a apropriação de planejamentos e diagnósticos (Planos Executivos de Microbacias) para a intervenção e desenvolvimento de parcerias locais e extralocais, iv) o tempo de amadurecimento organizacional e reconhecimento comunitário sobre as políticas e programas sociais disponíveis e de seu papel como interventores não acompanha o "tempo" de implantação dos programas e projetos.

Considerações

No que diz respeito às dimensões e significados atuais sobre as políticas públicas rurais no Brasil, Leite (2007)[2] destaca a necessidade de contextualização histórica acerca dos processos, discursos e disputas tanto políticas quanto acadêmicas sobre o lugar da agricultura em suas formulações, sobretudo no que tange aos processos de mudança na relação entre Estado, sociedade, agricultura e modernização nos moldes como fora realizada no Brasil.

É notória a construção da democracia como uma questão a ser tratada pelos planejadores governamentais. Leite (idem) lembra ainda que a partir do período reformista engendrado pela década de 1990, os pressupostos da democracia passam a compor um *custo* (certamente também social) no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, o desenho do RIO RURAL, demanda, junto às comunidades rurais, à "base" de implantação do Programa, níveis de organização, auto-gestão, participação e cidadania, que poderão, em médio e longo prazo, constituir uma nova forma de organização das comunidades rurais: um (re)ordenamento das práticas e relações sociais locais no intuito de garantir o protagonismo dos atores sociais locais na proposição de políticas e projetos locais de desenvolvimento.

Com relação à conformação das redes de políticas públicas (Romano, 2007) através dos processos de *liberalização, globalização e integração econômica e política nos debates sobre a reforma do Estado* (idem, ibidem: 273), há uma tendência de revalorização do local e do regional como foco de ações de tais políticas (Romano e Leite:1999:4 *apud* Romano, 2007).

Nesse sentido, o desenho dos COGEMs tem como suporte sua relação com os Comitês Regionais de Microbacias – COREMs, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs, Colegiados Territoriais dos Territórios da Cidadania Fluminense e demais instâncias de planejamento supra-locais. Há um conjunto de prerrogativas – cristalizadas em manuais técnicos e diretrizes dos programas – referente ao campo de atuação das políticas públicas; às formas de atuação esperadas para a sua "implantação" e operacionalização, os beneficiários a serem atingidos, os modelos ou noções de desenvolvimento acionados e as formas as quais podem ser tomadas as decisões entre os distintos segmentos. Este processo aciona um conjunto de papéis sociais que põem as comunidades, ou os indivíduos dela componentes, em *relação direta com o Estado* (Lima, 2002). E nessa relação direta há dinâmicas interessantes de serem observadas no

[2] Leite, Sergio. Comunicação Pessoal. Seminário do Observatório de Políticas Publicas, CPDA, 14.06.07.

âmbito dos COGEMs, principalmente as formas com as quais os atores locais se apropriam desse cenário.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DURKHEIM, E. Emile. As formas elementares da vida religiosa. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1989.

_____. Lições de Sociologia. A moral, o direito e o Estado. Trad e notas de J. B. Damasco Penna. T.A. Queiroz Editor, Ed. USP. Sp, 1983.

HANN, Chris. Introduction: political society and civil anthropology. Em: Civil Society. London and New York, 1996.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. Em: Oliveira, João Pacheco (org). Além da tutela: Bases para uma política indigenista III, Contracapa, 2002.

_____. Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Antonio Carlos de Sousa Lima (org) – Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, UFRRJ, 2002.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. Em: Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Levi-Strauss; tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo, EPU, 1974.

MOSSE, David. Cultivating Development. An Ethnography of Aid Policy and Practice. Pluto Press, London, 2005.

_____. Good Policy is unimplementable? Reflections on the ethnography of aind policy and practice. EIDOS Workshop, "Order and Disjuncture the Organisation of Aid and Development", SOAS, London, set 2003.

ROMANO, Jorge O. Política nas Políticas : um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, 2007.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Agricultura, Aqüicultura, Pesca e Desenvolvimento do Interior – SEAPPA. Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Micro-bacias Hidrográficas do Norte-Noroeste Fluminense, Rio Rural GEF. Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável em Micro-bacias Hidrográficas, 2005.

OS NOVOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA NO PARÁ[1]

Terezinha Cavalcante Feitosa
Bolsista da Fundação Ford e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
tecafe@msn.com

Fernanda do Socorro Santos Ferreira
Bolsista da Capes e Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
icamiaba@gmail.com

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Introdução

Historicamente, as políticas públicas para a Amazônica brasileira se encontram ligadas a um binômio que alia a visão geopolítica de ocupação e integração da região ao restante do país, à ótica modernizante de utilização de vantagens comparativas e alocação eficiente de fatores de produção como alternativa ao desenvolvimento. Essa lógica de intervenção justificou a elaboração de medidas que privilegiavam a lógica de homogeneização e maximização dos lucros da grande propriedade monocultora em detrimento da diversidade econômica, social, ambiental e cultural da pequena produção local.

O estado do Pará se destaca pelo alto índice de violência relacionado à questão fundiária e por várias décadas o governo federal e estadual se negou a reconhecer o problema. As pesquisas demonstram que as disputas de terra eram resolvidas no enfrentamento entre as partes. Predominando a lei do mais forte (Feitosa, 2003; Pereira, 2004).

Mais precisamente, o problema da terra no Pará entra em cena na década de 1970, no bojo dos programas dos governos militares, para colonização da Amazônia. Alguns efeitos conhecidos das medidas adotadas sobre a região são à concentração de terra e renda, a

[1] Este trabalho apresenta resultados parciais das pesquisas realizadas para elaboração de tese de doutoramento sobre a institucionalização e naturalização da violência agrária no Estado do Pará sob a orientação da Profa. Dra. Regina Ângela Landim Bruno; e dissertação de mestrado sobre instrumentos de ordenamento territorial na região do Baixo Amazonas (PA), sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite. Ambas pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Av. Presidente Vargas, 417 6º. a 9º. Andares, Centro, 20071-003, Rio de Janeiro, RJ.

exploração predatória dos recursos naturais e a reprodução de graves problemas sociais como a miséria e a violência.

Paralelo a esse processo começou a acontecer também um movimento de contestação dessa sanha de ocupação, manifestada nos processos de ocupação de terra que embora já viesse acontecendo desde a segunda metade da década de 1970, ampliaram, de maneira efetiva e intensa, a partir da Nova República (Figueira, 1986). Verifica-se que a partir dessa década a média de ocupações aumentou sendo identificado por Pereira (2004) um índice de 13,55% ao ano para o período de 1975 a 1984 e de 17,8% para o período de 1985 a 1990.

Este *paper*, fundamentado em fontes bibliográficas e documentais, tem como objetivo analisar os instrumentos de ordenamento territorial e fundiário desenvolvidos pelo Governo do Pará no período recente. Como resultado preliminar aponta-se o esforço do atual governo em realizar o zoneamento ecológico-econômico do estado, em cancelar títulos de propriedades rurais duvidosos retomando o controle do estoque de terras públicas estaduais, assim como a criação de novos instrumentos jurídicos para regularização fundiária (individual e coletiva).

Estes instrumentos, em sincronia com a lógica de reforma agrária e combate a grilagem de terras do governo federal, conforme já apontado pela extensa produção acadêmica sobre o tema, não se completam apenas na atuação do órgão de terras do estado. A sua viabilização depende da ação articulada de vários órgãos da administração pública estadual e federal, assim como a articulação do poder legislativo, judiciário, ministério público e a sociedade civil organizada.

2. Revisitando o cenário da grilagem[2]

Até meados do século passado, as terras do território amazônico pertenciam basicamente aos estados e a União. Segundo Loureiro; Pinto (2005) do total de terras registradas na região 87% constituía-se de matas e terras incultas exploradas por caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; e outros 11% eram campos naturais destinados a grandes fazendas de gado, criado de forma extensiva. A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como estradas naturais e fonte de alimento, trabalho e vida.

Segundo Hébette (2004), desde 1940 os olhares do poder central já se voltavam para região Norte, como pode ser evidenciado no famoso "Discurso do Amazonas" proferido pelo

[2] De acordo com o Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil, grilagem é toda ação ilegal realizada com o intuito de transferir terras públicas para o patrimônio de terceiros (Brasil, 2000).

presidente Getúlio Vargas em 1940, convocava a nação a um maior esforço de defesa do espaço amazônico. No mesmo discurso, pode se notar, ainda, a valorização do de fora. Levar o de fora para provocar o desenvolvimento. Um dos efeitos desse processo é a mudança no modo de vida das populações tradicionais, incluindo nesse contexto, caboclos, ribeirinhos e indígenas, que passam ser vistos, pelos de fora, como incultos e preguiçosos. É com esse olhar "exógeno" que o governo brasileiro, em toda sua amplitude, dedica-se a colonização da região. Assim a corrida para Amazônia é intensificada desordenadamente (Hébette *et al*., 2004).

Ainda de acordo com Hébette (idem, p. 37), a situação da Amazônia agravou-se durante as décadas de 1950 e 1960, ou seja, quando se inicia a abertura da Belém-Brasília, a primeira rodovia destinada a romper o isolamento geográfico existente entre a região e o restante do país. Nesse período, especuladores do sul do país passaram a negociar terras com o Governo do Pará. Desse modo, compreende-se que foi no traçado das rodovias que surgiram os primeiros projetos de colonização, alguns idealizados por setores econômicos que pretendiam colocar a Amazônia no centro das discussões dos projetos desenvolvimentistas que vinham sendo gestados pelo governo central.

Nos últimos 15 anos a ocupação de grandes fazendas no estado do Pará pelo MST e outros grupos ligados a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) trouxe a público outra faceta da questão agrária no Estado. Grande parte das terras onde estão estabelecidas as grandes fazendas ou empresas agropecuárias são terras públicas pertencentes ao estado ou a União, os títulos (de aforamento ou arrendamento)[3] que não possuem fundamento legal.

Uma nota da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicada em 30 de abril de 2009 cita alguns dos imóveis com títulos irregulares no estado do Pará. Entre eles está à fazenda Espírito Santo, em Xinguara, palco de confronto violento entre seguranças da fazenda e trabalhadores rurais sem terra em 18 de abril de 2009. A mesma segundo registro de cartório possui quase oito mil hectares e atualmente pertence ao banqueiro Daniel Dantas que a adquiriu de um particular que, mesmo detendo apenas um título de aforamento, vendeu-a como se fosse propriedade sua, ou seja, ilegalmente.

[3] Segundo Santos Júnior *et al* (2007) outro instrumento adotado durante o período e digno de menção são os Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP) que, regulados pela Instrução Normativa Especial nº. 6 do Incra, de 29 de novembro de 1977, concediam terras em favor de pequenas e médias empresas rurais e que desde a década de 1980 geraram enfrentamentos entre "empresários" e posseiros nas zonas de colonização. Um dos exemplos mais emblemáticos desse processo é o caso de Anapú, que culminou com o assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005.

Aliado a apropriação ilegal das terras, há também, a violência praticada contra os trabalhadores rurais e seus representantes e apoiadores, bem como os crimes ambientais por parte de alguns fazendeiros e empresas agropecuárias. Segundo Sauer (2005) no ano de 2005, haviam, no estado do Pará, 48 pessoas ameaçadas de morte, sendo 18 lideranças; 12 dirigentes de sindicatos e associações; 6 posseiros; 3 agentes pastorais e 1 religioso; 3 testemunhas de assassinato e um parente de vítima; 1 acampado; 1 trabalhador rural e 1 técnico[4]. Diante disso, pode-se imaginar que esse processo violento ainda vai gerar muitas discussões.

Recorrendo a literatura sobre a ocupação da Amazônia pode-se perceber que o estado do Pará recebeu o maior contingente migratório a partir de 1970. Grande parte destes imigrantes foi trazida pelas empresas colonizadoras, ou pelo próprio Estado que se encarregavam em alocar as famílias em áreas pré-estabelecidas, sendo esta denominada de colonização dirigida. Por outro lado, ocorria também a ocupação espontânea, ou seja, trabalhadores migravam movidos pela propaganda oficial que descrevia a região como um paraíso perdido, um espaço vazio de natureza intocada que, ainda deveria ser ocupado (Tavares dos Santos, 1993; Martins, 1980).

O Pará se destaca na região por sua centralidade e as facilidades de entrada por várias frentes, bem como, pelas grandes riquezas extrativistas, exploradas de forma artesanal e pouco comercializadas até aquele período. Soma-se a isso a generosidade tanto do governo federal quanto o estadual na concessão de títulos. Esse contexto se tornou propício para investidas individuais e empresas do sul e do sudeste do país que viram nesse processo uma oportunidade de grandes lucros. Logo foram surgindo empresas colonizadoras que lançavam seus programas de acordo com as diretrizes do governo, embora suas práticas fossem outras (Tavares dos Santos, idem). Nota-se que este processo foi um dos fios condutores de inúmeras irregularidades, muitos conflitos sociais seguidos de violência e diversos processos judiciais, pela posse da terra, que ainda se arrastam na justiça até os dias de hoje.

3. Novos caminhos com velhos problemas

A realidade fundiária do Pará não se constitui um fato novo. A este respeito já foi instalada, em 1999, uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado para investigar a grilagem de terras; e em 2001 a CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, da Câmara

[4] Essas atitudes têm sido constantemente denunciadas e publicizadas por grupos de defesa dos direitos humanos entre quais se destacam a Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e mais recente a ONG Repórter Brasil. Para maiores detalhes ver: <http://www.cpt.org.br>, <http://www.reportbrasi.org.br;

Federal, que relata no estado alguns dos maiores casos de grilagem de terras do Brasil . Porém, só mais recentemente, tanto o governo federal quanto o estadual passaram a reconhecer a gravidade da situação e a necessidade de um plano estratégico de curto e longo prazo que pudessem coibir tais práticas. Sendo assim, foram realizados estudos voltados a identificar problemas e propor medidas de ordenamento territorial (Benatti *et al*, 2006; Governo do Pará, 2006).

Neste contexto, foi concebido o Programa Estadual de Ordenamento Territorial (PEOT) que visa estabelecer uma política de ordenamento territorial que contemple as necessidades das terras agricultáveis e não-agricultáveis do estado. Entre as medidas propostas pelo plano destaca-se: "regularização fundiária, licenciamento ambiental das propriedades rurais, cumprimento da função social da propriedade, controle, fiscalização e instrumentos econômicos capazes de estimular a gestão sustentável dos recursos naturais" (Governo do Pará, 2008, p.1)[6].

Normalmente, confundido com a própria política de ordenamento territorial, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é considerado como um dos principais instrumentos de proteção ambiental na medida em que define a divisão do território em parcelas nas quais se autorizam, restringem ou proíbem o exercício de determinadas atividades, com a finalidade de satisfazer demandas econômicas, sociais e ambientais (Benatti *et al*, 2007).

Neste sentido, somente nos últimos dois anos o Governo do Estado elaborou e aprovou os zoneamentos da Zona Oeste, abrangendo 19 municípios e uma área de 334.450 km^2; e os da Calha Norte e Zona Leste, envolvendo outros cento e dez municípios e uma área superior a 840 mil Km^2 e pretende ainda investir na realização do zoneamento costeiro do estado.

Outra iniciativa adotada pelo atual governo diz respeito à criação de projetos de assentamento estaduais e a regularização dos territórios quilombolas[7]. Os primeiros receberam concessão de direito real de uso da terra e, os últimos a titulação definitiva e coletiva, conforme já estabelecem à Constituição Federal e do Estado do Pará. Foi definido ainda um termo de cooperação técnica entre o Instituto de Terra do Pará (ITERPA) e o Instituto

[5] De acordo com levantamentos realizados pelo Governo Federal em 1999, existiam aproximadamente 100 milhões de hectares grilados em todo o país. Sendo que os dados do relatório final da CPI apontam a existência de mais de 30 milhões de hectares grilados apenas no estado do Pará (Sauer, 2005; Benatti *et al*, 2006).

[6] O PEOT é uma iniciativa elaborada conjuntamente por técnicos do ITERPA, secretarias de Projetos Especiais (SEPE), Meio Ambiente (SEMA), Agricultura (SAGRI) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

[7] Referência ao Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS), o Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista (PEAEX) e o Território Estadual Quilombola (TEQ), conforme os termos do Decreto Estadual Nº. 713 de dezembro de 2007.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de tal forma que os mesmos moradores dessas áreas possam ter acesso às políticas públicas que são concedidas aos assentamentos federais (Governo do Pará, 2008).

Do mesmo modo, foi elaborado o arcabouço jurídico para a regularização fundiária das terras do estado e o estabelecimento de parcerias visando acelerar os processos de titulação, licenciamento das atividades agrárias e fomento a produção agrícola nos imóveis rurais[8]. Como critérios de regularização o ITERPA propõe a emissão de título definitivo ou a concessão do direito real de uso. Esta última modalidade sendo destinada às pequenas unidades produtivas, ou seja, agricultura familiar e em ambos os casos sendo prevista o cumprimento de resolutivas agrárias e ambientais (Governo do Pará, 2008).

Igualmente, destaca-se que para resolver o problema fundiário causado pelos próprios órgãos oficiais, nas gestões anteriores e, também, pelas empresas colonizadoras, em alguns momentos, o governo federal teve que extinguir algumas instituições e, criar outras. Além disso, o Governo do Pará reconhecendo o grave problema fundiário em que o Estado estava submerso passou a cancelar títulos de terras, alguns destes concedidos pelo o próprio estado.
Em períodos mais recentes o governo procura o caminho de ajuizamento das Ações de Nulidade e Cancelamento de Matrícula, Transcrições e Averbações no Registro de Imóveis nas comarcas, onde os imóveis estão localizados. Esse processo mostrou-se ineficaz, para efeito de cancelamento das propriedades griladas, posto que, além da lentidão dos processos, os juízes ao julgar a ação, na maioria das vezes favoreciam os grileiros, por desconhecer o processo de grilagem com raízes nos registros de cartorários.

A maior concentração de títulos terras cancelados foram nos municípios de Altamira, 589.817ha, São Domingos de Capim, 480.005ha, São Felix do Xingu, 304.920, Moju, 303.912ha, Conceição do Araguaia, 87.320ha e tinham em média na sua maioria 4.356 há, com exceção de Altamira que apenas seis títulos corresponde a somatória de mais de meio milhão de hectare. Supostamente esses títulos de 4.356ha se referiam a projetos de colonização do governo anterior, uma vez que, quase todos foram expedidos entre 1962-1964[9] e cancelados em 1969 pelo governador Alacid Nunes. Imagina-se que o cancelamento dos títulos tenha sido a um marco preparatório para dar início ao processo de colonização sob a orientação dos governos militares.

Diante dos problemas de ajuizamento de ações a Corregedoria das Comarcas do Interior realizou durante três anos, correições especiais em vários cartórios de registros de

[8] Essas parcerias obedecem ao mesmo arranjo definido na elaboração e execução do PEOT.
[9] Para ter acesso aos decretos de cancelamento ver: <http:///www.iterpa.gov.br/cancelamentos de títulos>.

imóveis no estado, cujos resultados foram classificados pela Desembargadora como "verdadeiros absurdos jurídicos".

Neste sentido, o governo criou uma Comissão de Estudos e Monitoramento das questões ligadas à grilagem de terras no Estado do Pará nos cartórios de registro de imóveis das comarcas do interior do Estado. Esta Comissão composta pelo ITERPA, INCRA, Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal (MPF), FETAGRI e CPT que após investigação minuciosa nos documentos expedidos pelos diversos cartórios concluiu que a grilagem de terras no Pará, além de não ser um fenômeno recente é um processo escandaloso. Diante do caos e as dificuldades de ação a comissão pede providências ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alegando todas as irregularidades relacionadas à questão da terra[10].

A mobilização e as denúncias feitas pelos trabalhadores rurais, nas ultimas décadas, também, tem provocado reações no judiciário. Este tem levado a cabo as denúncias dessas entidades, inclusive reconhecendo a grilagem como um dos maiores problemas da Amazônia. Tais reações se evidenciam no Provimento de Nº. 13/2006 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior emitido pela Desembargadora Osmarina Onadir Sampaio Nery que propõe averbação de bloqueio de todas as matrículas de imóveis rurais nos Cartórios de Registro de Imóveis do Interior, que tenham sido registradas nos seguintes períodos: de 16/07/1934 com áreas superiores a 10.000 ha (dez mil hectares); de 09/11/1964 com áreas superiores a 3.000ha (três mil hectares) e; a partir de 05/10/1988 com áreas superiores a 2.500ha (dois e quinhentos hectares)[11].

Contudo, as medidas tomadas atualmente pela Corregedoria e o ITERPA no sentido de equacionar o problema fundiário no estado tem sido insuficientes, em virtude das dimensões que a grilagem de terras adquiriu no Pará. Ainda segundo a desembargadora, há vários municípios do interior do estado com áreas registradas que supera, em uma, duas ou mais vezes a sua superfície territorial[12].

Constatou-se durante a pesquisa que o processo de cancelamento de um título de terra grilada é demorado e envolve muitos órgãos do governo, em alguns casos, até a Justiça Federal é acionada. Dessa forma, presume-se que a lentidão dos processos deve estar ligados também, ao desprovimento de recursos e provavelmente, em alguns casos, vontade política.

[10] Para consultar o Pedido de Providência, ver: <http://www.cnj.gov.br>. O pedido foi encaminhado em 30 de abril de 2009, e faz um relato dos fatos.
[11] Esses dois últimos períodos, aliás, indicam os graves problemas fundiários existente na Amazônia e especificamente no Estado do Pará.
[12] Informação essa corroborada por Benatti *et al* (2006) e Governo do Pará (2006 e 2008).

Ainda no que tange ao cancelamento de títulos, embora o Governo do Pará já utilizasse desse instrumento desde o final de 1969, pode se considerar que o tamanho da fraude só foi revelado de fato mediante o processo de ocupação de grandes fazendas intensificado a partir da década de 1990 com a presença do MST e de outros grupos organizados que denunciavam a grilagem por parte dos grandes latifundiários, assim como também por meio de estudos realizados sobre o tema.

Atualmente, um dos desafios do Governo do Estado tem sido o desenvolvimento de instâncias e ações coordenadas envolvendo diversas instituições de poder executivo e judiciário, os quais precisam agir de forma sincronizada, para que os problemas existentes possam ser resolvidos com mais rapidez. Considerando também a grande quantidade de terras griladas no estado do Pará, mesmo que haja vontade política por parte das instituições, o cancelamento de um título de terra pode ser lento, em virtude do longo caminho percorrido, pelo processo que pode tramitar em todas as esferas do judiciário[13].

Assim é salutar o empenho do Governo do Estado no sentindo de criar instâncias de planejamento de ações, integradas, sistêmicas e permanentes em curto, médio e longo prazo, bem como promover a gestão democrática e transparente das políticas públicas de ordenamento territorial em parceria com as diferentes instâncias governamentais e não-governamentais[14].

4. Aproximações conclusivas

O atual governo do estado (2007-2010) tem sinalizado com medidas que favorecem re-incorporação e destinação das terras públicas griladas, mas como dito antes, este é um processo lento e oneroso. Além disso, o Estado do Pará dispõem de comunidades indígenas, povos tradicionais e agricultores familiares, que também foram expropriados por grileiros, ou

[13] Como exemplo de prática fraudulenta pode se observar o processo de n.º: 2006.39.03.000887-0 Classe: 1900 Objeto: 01.06.05.00 referente a GNG Importação Exportação Ltda no município de Altamira no Pará cujos documentos apresentados pela requerente não tinha valor legal como afirma o juiz: "As certidões de imóveis trazidas pela autora não possuem validade, tendo em vista que há sobreposição sobre terras registradas, legal e anteriormente, em favor da União. Ou seja, a autora somente "adquiriu" os imóveis objeto da presente ação muito após o procedimento discriminatório de terras e a efetivação do registro em nome da União". O processo é de aproximadamente 2000 páginas.

[14] Neste sentido, destaca-se ainda a reestruturação interna de órgãos como, por exemplo, o ITERPA que passou por um processo de revisão da base legal, reestruturação administrativa, a modernização tecnológica, a melhoria da infra-estrutura física e a capacitação técnica de pessoal. O processo de desmembramento da antiga SECTAM, que deu origem a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SEDECT) e a SEMA; a criação da SEPE que coordena projetos como a realização do ZEE e o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR), criado com a finalidade de fazer a gestão das florestas públicas estaduais e promover o desenvolvimento da cadeia florestal no estado.

ainda estão sob situação irregular, ou seja, terras sem titulação, portanto, para atender toda essa diversidade torna-se necessária habilidade de gestão, em todos os níveis.

A publicização dessas irregularidades e morosidade dos órgãos oficiais já colocava em dúvidas o papel destas instituições que estavam sendo corroída pela sua falta de eficácia na tomada de decisões. Assim, pode-se considerar que o atual Governo tem realizado esforços no sentido de rever distorções no processo de ocupação das terras, que durante séculos, foram sendo incorporadas, aceitas e reforçadas pelo próprio Estado.

Contudo, esse é um processo lento que ainda precisa ser internalizado pelas instituições para romper o costume e aplicar a lei. Evitar a geração novos conflitos na medida em que opõe explicitamente "ganhadores" e "perdedores" dessas políticas públicas.

Neste sentido, é de suma importante a mobilização dos movimentos sociais, organizações não-governamentais e universidades em torno da realização de denúncias das irregularidades cometidas tanto pelas grandes empresas madeireiras, agropecuárias e mineradoras, bem como a inoperância do poder público constituído, o desenvolvimento de pesquisas e a realização de projetos de extensão rural que possam contribuir com a melhoria da qualidade vida dos beneficiários dessas políticas.

Por fim, é preciso assinalar que essas medidas foram um importante passo na democratização do patrimônio fundiário e na gestão sustentável dos recursos naturais do estado. Porém, se não forem acompanhadas pelo fortalecimento de ações que visem garantir a permanência, com sustentabilidade ambiental e econômica, dessas comunidades, a concentração de terra, o desmatamento acelerado e o quadro de conflito social continuarão sendo uma realidade no Estado do Pará, tornando-se uma ferida incurável.

Referências bibliográficas

BENATTI, J.H et al. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília: MMA/IPAM, 2006, 108 p. (Série Estudos, 8).

BRASIL. **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasi.,** Brasília: INCRA/MDA, 2000.

FEITOSA, T. C. **Análise da sustentabilidade na produção familiar no Sudeste Paraense: o caso dos produtores de leite de Rio Maria**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, 2003.

_____. **A posse da terra pela resistência no sul do Pará.** *Anais*. Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (15). Rio de Janeiro: UFRJ, 28 a 31 de julho de 2009.

FIGUEIRA, R.R. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia,** Petrópolis: Vozes, 1986.

GOVERNO DO PARÁ. **Ordenamento territorial e regularização fundiária no Pará.** Belém: Iterpa, fevereiro de 2008.

_____. *Relatório Preliminar Situacional: Iterpa, Sectam e Pará Rural*. Belém: Transição Administrativa; GT Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, 29 de novembro de 2006.

HÉBETTE J. A questão agrária: uma introdução aos clássicos In: HÉBETTE J. **Cruzando Fronteiras: 30 de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol II. Belém: Edufpa, 2004, p. 24-31.
_____. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária Amazônica da colônia até hoje. In: HÉBETTE J. **Cruzando Fronteiras: 30 de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol II. Belém: Edufpa, 2004, p. 33-41.
LOUREIRO, V.R; PINTO, J.N.A. **A questão fundiária na Amazônia.** *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. II, nº. 54, p. 77-98, 2005.
MARTINS J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
PEREIRA, A.R. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia paraense: o caso da fazenda Bela Vista.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 2004.
SANTOS JR, R.A.O. et al. Ocupação planejada e transformação das formas de acesso à terra. In: VENTURIERI, A. (Ed). **Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém).** Vol. 1, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, v.1, p. 113-131.
SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** conflito e violência na fronteira paraense. [Tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer]. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
TAVARES DOS SANTOS, J. S. **Matuchos: exclusão e luta: do sul do Pará a Amazônia.** Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1993.

Documentos consultados

Ação de Indenização. Reconvenção. Grilagem de Terras/ S E N T E N Ç A N° ___ / 2006 n.º: 2006.39.03.000887-0 Classe: 1900 Objeto: 01.06.05.00
Provimento de Nº 13/2006 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do tribunal de Justiça do estado do Pará.
Pedido de Providência. O pedido foi encaminhado em 30 de abril de 2009, e faz um relato dos fatos sobre a grilagem de terras

Sítios consultados

www.noticiasdaamazonia.com.br/7652-relator-quer-orgao-para-regularizar-amazonia
www.iterpa.gov.br
www.cnj.gov.br.
www.iterpa.gov.br/cancelamentos de títulos
www.reportbrasi.org.br;
www.cpt.org.br
www.diariodopara.com.br
www.bicopapagaioam.hpg.com.br.
www.agenciaparadenoticias.gov.br
www.pa.gov.br/portal/sepe/artigos.asp

POLÍTICAS DE ACESSO À ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS, PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E A IDÉIA DE "CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO"

Luis Henrique Cunha

luishcunha@uol.com.br

PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande

GT 02: Políticas públicas: quadros institucionais e beneficiários

INTRODUÇÃO

As décadas de 1990 e 2000, no semi-árido brasileiro, foram marcadas por esforços de elaboração tanto de discursos renovados para fundamentar ações voltadas ao desenvolvimento regional quanto de formulação e execução de políticas públicas consideradas inovadoras. Esses discursos e essas políticas alimentaram-se fortemente das críticas produzidas às estratégias de combate à seca e às grandes políticas hídricas e projetos de modernização econômica. Num cenário marcado por grande experimentação e pelo debate em torno da sustentabilidade e da degradação ambiental, a idéia de "convivência com o semi-árido" passar a ser a referência discursiva dominante de um conjunto muito diversificado de atores sociais. Essa idéia vai estar associada a uma grande variedade de políticas, com destaque para iniciativas de ampliação do acesso à água entre moradores das áreas rurais do semi-árido.

Um dos pontos mais criticados nas grandes obras hídricas executadas no Nordeste ao longo do século XX residia justamente na exclusão de moradores das comunidades rurais da região ao acesso à água. Os grandes açudes, adutoras, estações de tratamento atendiam principalmente populações urbanas e grandes projetos econômicos privados, com pequena repercussão entre os segmentos mais pobres da população rural. O foco sobre os conflitos e contradições referentes ao acesso água, o intenso debate acerca das formas mais adequadas de gestão de recursos hídricos e a anunciada crescente escassez de água potável no mundo (SILVA et al, 2006) são elementos que compõem o cenário no qual passam a ser pensadas políticas públicas "inovadoras" de ampliação do acesso a água entre "camponeses" ou "comunidades difusas" do semi-árido. Na década de 1990, duas diferentes alternativas emergem como solução hídrica para comunidades rurais no semi-árido brasileiro: as cisternas

de placa que armazenam água de chuva e os sistemas de dessalinização via osmose inversa de águas subterrâneas salobras e salinas. Serão a base, nos anos 2000, de duas políticas públicas para atender os objetivos da ampliação da oferta de água para as populações rurais, no contexto da "convivência com o semi-árido".

Em 2003, a Articulação do Semi-Árido (ASA), com base em experiências de algumas das entidades que lhe dão sustentação, lança o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais (conhecido pela sigla P1MC), com apoio do governo federal e financiamento da FEBRABAN. Em 2004, a então Secretaria de Recursos Hídricos (hoje Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano) do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Embrapa e a Universidade Federal de Campina Grande e com a participação das secretarias de recursos hídricos estaduais, lança o Programa Água Doce (PAD), voltado para oferta de água via sistemas de dessalinização, com financiamentos da PETROBRAS, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, BNDES, entre outros.

Neste artigo, proponho que essas políticas (P1MC e PAD) sejam contextualizadas em termos: 1) da construção social de alternativas tecnológicas (cisternas de placas e sistemas de dessalinização); 2) das novas articulações entre os diferentes atores sociais relacionados ao mundo rural nordestino (associações rurais, ONG's, representantes de órgãos públicos, financiadores, entre outros); e 3) das transformações discursivas, em particular da passagem do paradigma do "combate à seca" à idéia de "convivência com o semi-árido".

Defendo a tese que essas políticas públicas "inovadoras" de ampliação do acesso à água entre moradores das áreas rurais do semi-árido podem ser apreendidas como parte dos esforços recentes em torno de um **renovado projeto de modernização**. Em que pese as importantes transformações no balanço de poder entre os diferentes grupos sociais (ELIAS e SCOTSON, 2000) vivenciadas no Nordeste nas duas últimas décadas; as críticas realizadas ao modelo modernizador associado à atuação da SUDENE e a ausência quase completa do tema da modernização nos textos que fundamentam essas políticas e no discurso da "convivência com o semi-árido", é possível identificar um forte viés modernizante, com ênfase institucional e com foco nas populações mais pobres, que precisa ser revelado e melhor compreendido pelas ciências sociais e atores do campo das políticas públicas.

O RENOVADO ESFORÇO DE MODERNIZAÇÃO

O tema da modernização goza de grande prestígio nos dias que correm. Mas poucos têm consciência disso e pode-se dizer mesmo que nos mundos sociais em que sua presença é mais notória é também mais invisível. Paradoxalmente, o tema da modernização tem sido alvo de críticas permanentes desde pelo menos meados da década de 1970, e é justamente entre os grupos sociais em que essas críticas ecoaram (e continuam a ecoar) mais fortemente que o ideal da modernização novamente ganha força, ainda que transfigurado, renomeado, sem deixar, no entanto, de revelar suas características principais e suas patentes contradições. É preciso desvelar a modernização em meio à miríade de conceitos aparentemente novos que lhe ocultam a face e lhe protegem da crítica acadêmica (CUNHA et al, 2009).

É possível compreender as políticas públicas "inovadoras" de ampliação do acesso à água entre populações rurais do semi-árido brasileiro como parte dos esforços atualizados das antigas estratégias modernizadoras. Essas estratégias modernizadoras não se limitam a estas políticas e em sua feição renovada se diferencia do antigo projeto de modernização conservadora principalmente em dois aspectos: a) substitui a ênfase nos aspectos econômicos dos processos de modernização, pela ênfase sobre as transformações institucionais; e b) o público prioritário do novo projeto modernizador deixa de ser as classes dominantes (e seus interesses), substituídas pelas classes dominadas (e pela interpretação de quais são seus interesses). Em outras palavras, esse renovado projeto de modernização compreende a opção mais ou menos consciente de muitos agentes públicos e da sociedade civil organizada em avançar no processo de modernização da sociedade brasileira pela via institucional (dado o fracasso da via econômica – esgotada , material e simbolicamente, na década de 1980) e com foco para aquelas parcelas da sociedade marginalizadas no surto modernizador anterior (CUNHA et al, 2009).

Mais uma vez o mundo rural e suas populações se vêem no centro dos esforços modernizadores. Num momento, pela necessidade de modernizar o que se considerava os principais resquícios de formas econômicas e elites arcaicas, como meio de impulsionar o desenvolvimento. Noutro, pela necessidade de modernizar o que agora se considera os principais resquícios de formas institucionais e relações sociais arcaicas, como meio de também impulsionar o desenvolvimento (CUNHA et al, 2009).

Idéias como participação social, concertação, empoderamento, capital social, sustentabilidade, autogestão, são transformadas em crença coletiva para muitos setores da sociedade brasileira (sendo, portanto, inatacáveis e inquestionáveis para aqueles que lhes dão

significado social e político). São idéias que não procuram levar a uma racionalização completa nas ações de exploração de recursos naturais e de geração de riquezas, mas a uma racionalização dos modos de vida através da instituição de normas e regras cada vez mais formais, complexas e abrangentes. Essas idéias, finalmente, são apresentadas como auxílio à emancipação (esse tema tão moderno) de parcelas dominadas da sociedade, e podemos interpretar o uso do conceito de protagonismo como mais uma forma moderna de se pensar o papel dos indivíduos, de suas escolhas e ações, nas transformações sociais (EISENSTADT, 2001; CUNHA et al, 2009).

É importante, neste contexto, diferenciar projetos de transformação social e os processos sociais efetivados. Os projetos referem-se às intencionalidades expressas pelos atores sociais e às estratégias adotadas para influir no curso das transformações sociais – interpretadas em termos de grau de institucionalização (na medida em que certos projetos são reconhecidos pelo estado, tornados políticas públicas ou formalizados em termos de regulamentos, decretos, leis, etc) e disputas por legitimação, que são travadas no campo discursivo (CUNHA et al, 2008).

Já os processos sociais referem-se às direções efetivas, não planejadas, de transformação social. É neste sentido que percebemos as políticas de acesso a água, tidas como inovadoras[1] (e, em certo sentido, apresentam mesmo diferenças em relação às antigas iniciativas de combate à seca), como parte das tendências modernizantes que permanecem, apesar de toda a crítica realizada, ainda que tenha aberto mão de produzir efeitos econômicos consideráveis, contentando-se em implantar controles institucionais em realidades mitigadas de convivência com secas e estiagens prolongadas.

DISCURSOS, TECNOLOGIAS E ATORES: P1MC E PROGRAMA ÁGUA DOCE

Ainda que voltado à oferta às populações rurais de água potável para beber e cozinhar através do recurso à acumulação de água de chuva em cisternas de placas, o P1MC deveria também, no âmbito de um "movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semi-Árido", promover o "fortalecimento da sociedade civil" e a "mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual". De acordo com a ASA, "cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros

[1] O mesmo poderíamos dizer das políticas de desenvolvimento territorial e das políticas ambientais, entre outras (CUNHA et al, 2009).

de água. Essa água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados. Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o Semi-Árido e com mais saúde e mais tempo para cuidar das crianças, dos estudos e da vida, em geral"[2].

É importante perceber como os objetivos práticos da política (água potável para beber e cozinhar, melhoria na saúde e na qualidade de vida, entre outros) aparece junto com objetivos mais políticos e mesmo gerais (fortalecimento da sociedade civil, autonomia, liberdade de escolher gestores públicos). Mas eu gostaria de ressaltar, principalmente, o caráter racionalizante das práticas cotidianas das famílias beneficiadas pelas cisternas expressas nas estratégias de capacitação das famílias, na idéia de educação processual e na busca por outras técnicas de convivência com o semi-árido. Segundo a ASA, quase 300 mil cisternas foram construídas até abril de 2010. E, junto com as cisternas, as famílias foram capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Duque et al (2004) referem-se a esta e outras experiências da ASA e das organizações que integram essa rede como "inovação na prática social". Se é verdade que é possível perceber muitas novidades na experiência da ASA, também é verdade que o processo de institucionalização das cisternas de placa como política pública alternativa resulta num enquadramento modernizante (e racionalizante), tendo levado inclusive ao abandono dos fundos rotativos solidários como suporte para a construção de cisternas de placa. Duque et al (2004) consideram que os fundos rotativos eram ancorados na reciprocidade tradicional das comunidades rurais, mas no contexto de um processo de modernização, essas tradições não podem ser consideradas.

O Programa Água Doce, por sua vez, tem um viés mais claramente modernizante, já que apresenta a tecnologia de dessalinização de águas subterrâneas salobras e salinas via osmose inversa como parte dos avanços científicos e tecnológicos. Mas essa tecnologia teria um caráter social. É importante ressaltar que dois principais desafios tiveram que ser enfrentados pelo PAD: as críticas ambientais à dessalinização, em virtude do concentrado salino que é produzido no processo (que produz, em média, 50% de água doce e 50% de água ainda mais salobra ou salgada, que era normalmente jogada diretamente no ambiente) e ao fato de que a grande maioria dos sistemas instalados no semi-árido brasileiro desde meados

[2] Os trechos entre aspas bem como as informações sobre o P1MC foram retirados do site da ASA Brasil (www.asabrasil.org.br).

dos anos 1990 se encontram sem funcionar, colocando assim a questão da gestão como problema crucial a ser enfrentado.

Esses dois desafios têm caráter racionalizante, e as ênfases sobre a necessidade das comunidades assumirem a gestão coletiva dos sistemas de dessalinização, em formas institucionais estabilizadas, e no destino adequado dado ao concentrado salino (em reservatórios para evaporação) expressam o viés modernizante da política. A política prevê, inclusive, a instalação de unidades demonstrativas do PAD, com aproveitamento do concentrado para fins econômicos (criação de tilápia e cultivo de erva-sal, planta que incorpora o sal em seus processos metabólicos e que pode ser utilizada como parte da alimentação de caprinos, ovinos e bovinos). Esse viés econômico do projeto (que também está presente no P1MC) é pensado na chave da segurança alimentar e dos rebanhos, e não como meio de promover aumento significativo da produção e da renda.

Há, segundo cálculos da coordenação do programa, cerca de dois mil sistemas de dessalinização instalados no semi-árido brasileiro. O PAD tem realizado esforços principalmente no sentido de recuperar alguns desses sistemas, introduzindo uma nova metodologia de gestão e o destino adequado ao concentrado; na implantação de unidades demonstrativas (sete já haviam sido implantadas até abril de 2010 e outras 10 estavam previstas) e na elaboração de planos estaduais que orientem as ações dos governos estaduais na temática, adotando ações regulares de monitoramento e manutenção dos sistemas implantados.

Em resumo, podemos indicar que estas duas políticas, ainda que às vezes apresentadas como concorrentes e que, em alguns fóruns, tenha havido uma disputa sobre a efetividade e conveniência de apoiar uma ou outra, apresentam muitos pontos em comum. Em termos discursivos, podem ser associadas à idéia de convivência com o semi-árido, em oposição ao referencial simbólico de combate à seca (QUADRO 1). Promovem ações pontuais (ainda que pensadas em termos sistêmicos), em oposição a grandes obras hídricas, num contexto de segurança hídrica e alimentar e de preocupações com a sustentabilidade das ações.

QUADRO 1. SÍNTESE DAS MUDANÇAS DISCURSIVAS

Do combate à seca	À convivência com o semi-árido
Grandes obras hídricas	Ações pontuais
Agricultura irrigada/agronegócio	Adaptação/agroecologia
Industrialização	Segurança hídrica e alimentar
Crescimento regional	Sustentabilidade

É também importante ressaltar que essas políticas só se viabilizaram através do que podemos chamar de construção social de alternativas tecnológicas. Tanto o P1MC como o Programa Água Doce estão estruturados em torno destas alternativas (as cisternas de placa e os sistemas de dessalização) (QUADRO 2).

QUADRO 2. CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS

P1MC	PAD
Cisternas de placa Desafios: baratear custos de construção e capacitar profissionais para disseminação da tecnologia Tecnologia social	Sistemas de dessalinização Desafio: dar destino adequado ao "rejeito" ou concentrado e baratear custos de instalação e manutenção Inovação tecnológica permanente

Finalmente, é possível comparar essas duas políticas em termos da articulação entre atores sociais que lhes dá sustentação. De acordo com Sabourin et al (2003, p. 62):

> São de dois tipos as instituições que podem ser chamadas de *novos atores do desenvolvimento rural* no semi-árido nordestino. Uma primeira vertente é composta por entidades privadas de interesse coletivo ou comunitário. São, principalmente, organizações de produtores do tipo de associações comunitárias e de sindicatos de trabalhadores rurais, mas também entidades da sociedade civil, (...) como as ONG's, os fóruns regionais de desenvolvimento e as cooperativas de técnicos. A segunda vertente corresponde aos órgãos administrativos públicos locais e microrregionais (...). Esses dois tipos de instituições (...) desempenham novas funções e papéis que

> emergiram das dinâmicas atuais (territoriais ou setoriais) do desenvolvimento rural brasileiro, funções antes assumidas parcialmente pelos órgãos do governo estadual ou federal. Em outras palavras, as transformações (...) da agricultura familiar ainda permanecem estreitamente ligadas às mudanças organizacionais proporcionadas pelos próprios agricultores e pela evolução recente do "ambiente institucional" local ou regional.

Estes novos atores do desenvolvimento rural (e, em certo sentido, protagonistas do novo esforço modernizador) aparecem tanto no PIMC quando no Programa Água Doce. A análise de Quadro 3 revela esse novo quadro de articulação entre grupos sociais, mais complexo que aquele que levou a cabo o antigo projeto de modernização conservadora. É ainda curioso perceber como as duas políticas, em algum momento, procuram articular os níveis comunitário e familiar. No P1MC, através da instituição de arranjos sociais comunitários (fundos rotativos) e familiares (gestão da água pela unidade familiar). No PAD, pela instituição de arranjos sociais comunitários ("acordos de gestão") e familiares (via "educação ambiental" para conservação e manuseio de reservatórios de água).

QUADRO 3. Articulação dos atores sociais no P1MC e Programa Água Doce

P1MC	PAD
ONG's, organizações eclesiais e entidades de representação camponesa ou da agricultura familiar (ASA – rede hierárquica, com protagonismo múltiplo e diferenciado, RAMOS, 2009)	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, EMBRAPA, UFCG E ATECEL
FEBRABAN	Secretarias estaduais de recursos hídricos e outros órgãos federais e estaduais
Governo federal	PETROBRÁS, FBB, CODEVASF, BNDES
	Prefeituras
Comunidades rurais beneficiadas	Comunidades rurais beneficiadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Programa 1 Milhão de Cisternas e do Programa Água Doce revela os desafios de enquadramento institucional das comunidades rurais no Brasil, e em particular no

semi-árido. Para serem beneficiárias de políticas públicas, mesmo aquelas consideradas inovadoras, têm sido instadas a passarem por um processo de modernização institucional e de racionalização de suas práticas cotidianas. Estas políticas estão inseridas num quadro de disputas simbólicas por legitimação, e são confrontadas com alternativas que mesmo persistentemente combatidas, não foram completamente erradicadas, como é prova o projeto de transposição de bacias em curso no Nordeste. Refletem certamente projetos de transformação social diferenciados, mas que podem ser lidos num quadro de modernização.

Parece-me necessário refletir de modo mais aprofundado sobre a opção de uma modernização institucional para os pobres. E sobre os desdobramentos dessa opção. Chamo a atenção, principalmente, para o fato de que a nova onda institucional compartilha com a via econômica de modernização alguns pontos em comum, objetos da crítica sociológica no passado. Em primeiro lugar, a atualização de um indisfarçado dualismo entre tradicional e moderno – que define como mundos sociais distintos aspectos contraditórios de uma mesma figuração, com a diferença de que o tradicional é muitas vezes valorizado discursivamente para ser combatido institucionalmente. Em segundo lugar, a utilização da ciência e da técnica como meios de legitimação de formas específicas de dominação, com a diferença de que a ciência (principalmente a biologia, a ecologia e as próprias ciências sociais) agora fundamenta a promulgação de vasto corpo de instrumentos legais e não projetos econômicos. E, finalmente, a incapacidade de instituir formas completamente modernas, dado que não conseguem combater as tendências inerciais expressas pelo patrimonialismo, clientelismo e ineficiência dos órgãos estatais no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, L.H.; PAULINO, J. e MENESES, V. O uso da idéia de território nas políticas públicas para o mundo rural como estratégia de modernização. XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife – PE, 2009.

CUNHA, L. H.; SILVA, J. I. A. e NUNES, A. M. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e nas RPPN's: conflitos ambientais e processos de territorialização. Raízes, v. 27 (01): 80-96, 2008.

DUQUE, G.; SIDERSKY, P. e OLIVEIRA, M. S. L. Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano – Potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade. Raízes, v. 23 (01/02): 117-126, 2004.

EISENSTADT, S. N Modernidades múltiplas. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 35: 139-163, 2001.
ELIAS, N. e SCOTSON, J. S. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SABOURIN, E.; DUQUE, G. e MALAGODI, E. Novos atores do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro: uma visão crítica do período 1997-2002. Raízes, v. 22 (01): 58-72, 2003.

SILVA, J. B; RAMALHO, D. S.; GUERRA, L. D. e FERNANDES, M. Ambivalências e contradições do discurso sobre a escassez de água no Brasil e no mundo e da proposta de gestão racional de recursos hídricos. Raízes, v. 25 (01/02): 26-36, 2006.

POLÍTICAS DE ESTADO: disputa por recursos e criminalização dos movimentos sociais

Sérgio Sauer
(sauer@unb.br)
Professor da Universidade de Brasília – Faculdade de Planaltina (FUP/UnB)

GT 02 – Políticas públicas: quadros institucionais e beneficiários

A existência e lutas dos movimentos sociais em geral, e dos movimentos agrários em particular, são indispensáveis à consolidação da democracia no Brasil. Estes movimentos vêm exigindo políticas públicas capazes de diminuir a desigualdade social, alterando a atual correlação de forças na sociedade brasileira. A formulação e implantação de políticas públicas são resultados de embates sociais e políticos. Em sociedades tão desiguais como a brasileira, estas formulações ganham significado especial, pois explicitam demandas, mobilizações e lutas de setores populares da sociedade.

Estas mobilizações populares resultaram em conquistas, ou seja, políticas públicas e programas governamentais, o que tem provocado oposições de setores do próprio Estado. O resultado destes embates são tentativas de criminalizar os movimentos sociais, explicitando uma disputa política por recursos públicos. Usando instrumentos criados no contexto da retomada da democracia, o principal objetivo desta criminalização é bloquear avanços e conquistas, inclusive impedir a formulação e implantação de políticas e programas governamentais voltados para setores empobrecidos da sociedade.

1. Democracia, políticas públicas e movimentos sociais

A Constituição de 1988 representa uma mudança, pois consolidou a transição de um regime de governo autoritário para instituições políticas democráticas. Apesar dos embates na Constituinte, de uma maneira geral, o resultado final é uma "Constituição cidadã", pois assegura amplo rol de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Mais que qualquer outra, a Constituição de 1988 fez uma clara opção pela democracia, ao definir a República como sendo um Estado democrático de direito, tendo cidadania e dignidade da pessoa humana como alguns de seus fundamentos (CF, art. 1º).

Segundo Marilena Chauí (1982), no entanto, a democracia não se resume a princípios e normas que informam o processo político (dimensão político-institucional), mas se completa quando presentes as suas condições sociais. A democracia se dá somente através de uma efetiva igualdade socioeconômica e do acesso efetivo às fontes de informação e aos bens

culturais, abrindo-se a todos possibilidades de intervenção como produtores do saber (Chauí, 1982).

Os dados mais evidentes da desigualdade no campo brasileiro são justamente aqueles relacionados às causas da desigualdade, ou seja, a estrutura fundiária. Os dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), confirmam o processo histórico de concentração da terra e, por conseqüência, das desigualdades de renda e níveis de vida no meio rural.

Além das desigualdades sociais, a democracia política proclamada pelo texto constitucional é negada cotidianamente pelo ranço autoritário de várias instituições brasileiras, especialmente em reação às ações e demandas dos movimentos sociais. Conseqüentemente, o Brasil apresenta uma democracia meramente formal, porque a soberania popular foi confinada aos processos de escolhas dos representantes via pleitos eleitorais (Chauí, 1982).

Para que haja efetividade da democracia, portanto, para que o Estado democrático de direito não seja apenas uma letra constitucional, é fundamental a afirmação da política. Essa afirmação não se dá apenas através de instrumentos tradicionais (constituição de partidos políticos e realização de pleitos eleitorais), mas principalmente pelas mobilizações sociais e organizações populares (formais e informais) que se contrapõem aos poderes instituídos, estabelecendo formas de contrabalancear o poder do Estado (Chauí, 1982).

A afirmação da política pressupõe a existência e reforça a importância de sujeitos políticos coletivos como entidades de representação, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) e, no caso específico do campo, entidades e movimentos sociais como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses se constituíram em pleno processo de redemocratização política do País e atuam na defesa de direitos e na representação política de grupos sociais que buscam ser sujeitos políticos (Sauer, 2008), historicamente excluídos de pactos e decisões que forjaram o Estado e seu aparato jurídico-legal (Martins, 1994).

As tensões produzidas pela ação dos movimentos sociais agrários contribuem para redimensionar os conflitos no campo, que passam de meras contendas em torno do direito de propriedade, para tornarem-se conflitos sociais e políticos diretamente relacionados a questões estruturais da sociedade brasileira (Fernandes, 2008). É fundamental reconhecer processos sociais de construção da democracia – mobilizações populares para reivindicar direitos que, nos termos de Chauí (1982), se constituem em exercícios de poder e contrapoder – e da cidadania, ou seja, processos de luta que geram sujeitos históricos conscientes de seus direitos (Sauer, 2008).

Em um regime democrático, além dos mecanismos de participação e decisão estabelecidos na Constituição, é fundamental abrir espaço político para a consolidação de outros mecanismos para tornar a soberania efetiva e a democracia uma realidade. O caminho do fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais significa reconhecer a legitimidade dos embates políticos e das mobilizações sociais.[1]

Ao organizar os trabalhadores e trabalhadoras do campo, as lutas dos movimentos agrários resgatam o protagonismo do povo (soberania popular) na definição das políticas estruturantes da sociedade (cidadania). Além de lutar pela efetividade de direitos das populações rurais, amplamente sonegados pela realidade agrária nacional, estes movimentos têm demandado e proposto políticas públicas. Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é, certamente, o mais conhecido, mas pode-se mencionar ainda o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre vários outros programas governamentais que são frutos das lutas sociais.

2. A criminalização da luta pela terra

A repressão às mobilizações e reivindicações populares representa um traço da cultura política brasileira, pois os grupos investidos de poder jamais toleraram a existência de movimentos organizados. As estratégias de repressão adotadas (usadas de forma simultânea ou complementarmente) sempre foram de isolamento político, cooptação e repressão, especialmente com o uso de aparelhos repressores do Estado (Sauer e Souza, 2008).

As classes dirigentes brasileiras sempre foram absolutamente intolerantes com organizações e mobilizações populares que não aceitam o isolamento ou a cooptação, resultando, em muitos casos, em massacre e aniquilação. A lógica de tratar reivindicações populares como "caso de polícia" (ação institucional/estatal de combate a um crime) ou as reações violentas e ilegais dos proprietários de terras não são novidades, nem mesmo mudaram significativamente com a promulgação da "Carta cidadã", como demonstram dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) e da Ouvidoria Agrária sobre a violência no campo (Souza e Sauer, 2008).

Por outro lado, mais recentemente, alguns órgãos de Estado (Parlamento, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas da União – TCU) têm manejado mecanismos e instrumentos legais e/ou constitucionais, criados para aprofundar o regime democrático para,

[1] Um aspecto importante, destacado por Gohn, em sua definição de movimentos sociais, é o caráter conflitivo das ações, pois segundo a autora (1997, p. 251), esses "têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação constituídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam".

subvertendo-os, conferir caráter ilícito às ações de movimentos sociais e de lideranças populares (Sauer, Souza e Tubino, 2008).

Não se trata aqui de questionar a atuação tópica desses órgãos quando visam coibir condutas que desrespeitem a legislação penal ou a legislação relacionada à aplicação dos recursos públicos. No entanto, essa mesma atuação deixa de ser consentânea à democracia e legítima quando voltada para calar o movimento social ou embaraçar-lhe o funcionamento, ao ponto de impedir o exercício da liberdade de expressão e de reunião.

Nesse debate, é preciso estabelecer uma distinção entre violência e criminalização,[2] sendo que criminalizar não significa utilizar a força policial para reprimir manifestações sociais, mas é caracterizar ou tipificar uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (Sauer, 2009).

A criminalização pode ser classificada como uma violência, mas é também um aprimoramento ou sofisticação dessa violência, possuindo características particulares. O uso da força bruta (policial ou miliciana) e a violência direta e explícita (assassinatos, ameaças de morte, despejos violentos etc.) vêm dando lugar a mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas sociais. Isso evita rejeição da sociedade como acontece com a violência aberta e retira a legitimidade e a eficácia das ações populares. A acusação de crime retira a legitimidade dessas demandas, pois transformam os atores em "criminosos" e "agitadores", pessoas à margem da lei e da ordem. Um de seus principais objetivos é deslegitimar as ações, diminuindo a sua força política (eficácia do contrapoder) e retirando a solidariedade de outros setores da população (Sauer, 2009).

Mesmo com todas as imperfeições que as desigualdades e injustiças sociais impõem a uma real democracia, a Constituição instituiu um Estado democrático de direito. No entanto, está em curso uma estratégia um tanto quanto difusa, porém, cada dia mais evidente, de utilizar os direitos e garantias asseguradas pela Constituição para criminalizar os movimentos sociais populares e, em especial, o MST.[3] A conduta das lideranças e as ações dos

[2] Diferente de concepções que associam Estado ou política (poder) e violência, Arendt (1994) afirma que a violência se constitui na negação da política, pois esta é expressão concreta e real da ausência de diálogo e ação, componentes definidores da política. A violência e a repressão aos movimentos sociais se configuram não em uma técnica de poder, mas na negação da política e do Estado democrático de direito (Sauer, 2008).

[3] Polêmicas em torno da luta pela terra e perseguições (ou mesmo assassinatos de lideranças) não são novidades, mas o MST vem sendo vítima de muitos tipos de acusações. Basicamente, estas gravitam em torno de três aspectos centrais: a) ilegalidade (Thums, 2008), pela não existência de um registro formal; b) falta de legitimidade (Navarro, 2008), porque a luta pela terra seria uma luta extemporânea e, c) violência (Lupion, 2005; Sciarra, 2008), por que a principal forma de luta (ocupação) seria uma violação do direito de propriedade.

movimentos são enquadradas por organismos de Estado como ilícitas, quando não criminosas,[4] de sorte a legitimar a repressão, sem que o uso da força represente violação da democracia, interditando movimentos sociais em nome da mesma (Sauer, 2009).

Em nome dessa democracia, as ações institucionais resultam em uma inversão do espírito constitucional. O discurso de posse do Ministro Gilmar Mendes, como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), é extremamente revelador dessa inversão. A partir de uma avaliação positiva dos 20 anos da Constituição, tomando a democracia como um dado da realidade brasileira, Mendes afirmou que as

> ...forças políticas não colocam em xeque as linhas básicas do Estado de Direito, ainda que alguns movimentos sociais de caráter fortemente reivindicatório atuem, às vezes, na fronteira da legalidade. Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. O direito de reunião e de liberdade de opinião devem ser respeitados e assegurados. A agressão aos direitos de terceiros e da comunidade em geral deve ser repelida imediatamente com os instrumentos fornecidos pelo Estado de Direito, sem embaraços, sem tergiversações, sem leniências (Mendes, 2008).

Diferente de muitas ações violentas que podem ser condenadas pela opinião pública como abusos de poder (uso violento de força policial), a lógica (uma sofisticação da estratégia) é que a atuação do Estado deve ser no "rigor que o regime democrático impõe" (Mendes, 2008). Esse rigor e "imposição democrática" passam pela necessária "demonstração" de que as ações de repressão são contra um movimento ilegal e ilegítimo. Nesse contexto se colocam as acusações da não legitimidade do MST por não ser um movimento legalmente constituído, portanto, um movimento "na fronteira da legalidade" (Sauer, 2009).

A ênfase do presidente do STF para uma atuação enérgica não só do Judiciário, mas de todos os aparelhos estatais, dá consistência legal a uma ideologia conservadora que, apesar de marcada por um discurso democrático, coloca a ordem social vigente – baseada quase que exclusivamente no direito de propriedade – acima de todos os outros valores democráticos (Sauer, 2009). Afirma defender a democracia nos marcos do Estado democrático de direito, mas a reduz a sua face oligárquica já que não se manifesta com a mesma clareza em relação àquele que a afrontam utilizando o trabalho escravo, por exemplo.

3. O papel do Parlamento na criminalização

A criminalização dos movimentos sociais (inclusive urbanos), em geral, e do MST, em particular, explicita uma novidade porque outros atores institucionais entram em cena ou reforçam seus papéis de reação às demandas populares. Os principais atores dessa "nova

[4] Há várias evidências (inclusive com o "vazamento de informações") de investigações dos movimentos sociais por parte do serviço de inteligência. A polêmica entre a Polícia Federal (PF) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) tornou público que a ABIN tinha agentes infiltrados nos movimentos sociais. Segundo notícia da Folha de São Paulo, entre os documentos apreendidos na sede da ABIN, havia informações sobre "trabalhos voltados ao monitoramento de movimentos sociais e terrorismo" (11/11/2008).

onda" de criminalização são a Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, setores do Ministério Público e do TCU (Souza e Sauer, 2007).

A Bancada Ruralista no Congresso Nacional é conhecida pela sua militância aguerrida e histórica contra a reforma agrária e os movimentos sociais. No entanto, a partir de 2003, o Congresso passou a assumir um papel preponderante na criminalização de reivindicações sociais e bandeiras de lutas (Souza e Sauer, 2007). Com a posse de um Presidente da República com relações históricas com movimentos sociais agrários, a estratégia de criminalização, antes centrada no Poder Executivo, é deslocada para o Parlamento.

A atuação parlamentar "intra-muros" – ou seja, discursos contra a reforma agrária, ações para impedir votações ou votações contra projetos que penalizam a grande propriedade como é o caso da PEC do trabalho escravo nas comissões e plenários das duas Casas – ganha em amplitude (Tubino, 2008). Parlamentares passaram a utilizar ostensivamente mecanismos constitucionais e regimentais como, por exemplo, a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) e a apresentação de Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), pedidos de fiscalização ao TCU e Decretos Legislativos (PDC).[5] Estes últimos com o intuito de cancelar decisões do Executivo que atendem reivindicações de grupos sociais como comunidades quilombolas e povos indígenas (Souza e Sauer, 2008) e para criminalizar e interditar a ação dos movimentos agrários (Souza e Sauer, 2007).[6]

Um exemplo importante dessa mudança na estratégia parlamentar foi a criação, instalação e trabalhos da CPMI da Terra (2003-2005). Os trabalhos foram permeados por várias ações externas (diligências, convocação de lideranças, quebras de sigilo bancário de entidades agrárias, etc.) de investigação dos movimentos sociais, em geral, mas com o nítido objetivo de criminalizar o MST (Sauer, Souza e Tubino, 2006). O relatório final vencedor (substitutivo do Dep. Lupion – DEM/PR e apoiado pela maioria dos membros da CPMI) é a expressão maior dessa criminalização pois classifica as ocupações de terras como "crime hediondo" e "ato terrorista" (Lupion, 2005).

Não contentes com os resultados da CPMI da Terra, outro exemplo das tentativas de criminalização dos movimentos sociais foi a criação, em 2007, da CPI das ONGs (Souza e Sauer, 2007). A partir do Requerimento 217/2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes (DEM/PI), a instalação desta CPI (ainda em funcionamento no Senado) tem como objeto a

[5] Um bom exemplo é o PDC 1.323, de autoria do Dep. Homero Pereira (PR/MT), apresentado ainda em 2008, procurando sustar Portaria (nº. 1.429, de 4 de agosto de 2008, do Ministério da Justiça) que "declara de posse permanente do grupo indígena Manoki a Terra Indígena Manoki, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso".

[6] Levantamento na Câmara (Tubino, 2008) demonstrou que Deputados da Bancada Ruralista, membros da Comissão de Agricultura da Câmara, apresentaram mais de 40 projetos com o objetivo bloquear ou retirar direitos de populações do campo. Em 2009, foram outros 20 projetos, propondo fiscalizações ou cancelamento de decretos presidenciais demarcando terras indígenas ou áreas quilombolas (Sauer, 2010).

apuração da utilização de recursos públicos por ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (Souza e Sauer, 2007).

Um aspecto importante dessa instalação é a explicitação da disputa em torno da aplicação de recursos públicos, como um componente fundamental dos interesses em torno da criminalização (Sauer, 2010). O argumento da necessidade de investigação rigorosa da utilização dos recursos, argumento central no requerimento, veio acompanhado por uma "suspeita" de má versação dos mesmos, justificando o objeto da CPI das ONGs,[7] bem como das ações do TCU e da Controladoria Geral da União (CGU).

Com a CPI das ONGs ainda em andamento no Senado, a Bancada Ruralista apresentou mais um requerimento, em 2009, e forçou a instalação de uma nova Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para "investigar o MST". O requerimento, encabeçado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), recebeu apoio suficiente nas duas Casas para instalar a CPMI com a finalidade de "apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras..."

Um bom exemplo da atuação externa do Parlamento foi a aprovação de requerimento do Dep. Lupion (DEM/PR) para fiscalizar a ocupação da fazenda da Syngenta Seeds pelo MST, onde o IBAMA já havia condenado experimentos de transgênicos em área de amortecimento do Parque Nacional Iguaçu. Ignorando completamente o ataque armado de uma empresa de segurança, contratada pela Syngenta, que resultou na morte de uma liderança sem terra, o relatório do dep. Sciarra (DEM/PR) concluiu que o MST "deixou para trás suas lutas reformistas do sistema fundiário nacional e transformou-se em um movimento político-ideológico. Esta nova estratégia se assemelha às estratégias dos movimentos terroristas internacionais" (Sciarra, 2008, p. 58).[8]

Essas ações não são exemplos isolados do uso de mecanismos parlamentares para transformar ações populares legítimas em crime. Além da criação da CPI das ONGs no Senado, em 2007 (Souza e Sauer, 2007), da "CPMI do MST", em 2009, a apresentação de várias Propostas de Fiscalização e Controle e solicitações de investigação ao TCU são outras estratégias adotadas para interferir (atividade externa de parlamentares) e investigar os movimentos sociais (Tubino, 2008).

[7] Neste processo de criminalização e disputa, em 2009, a CPI aprovou requerimento solicitando a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de quatro (4) entidades agrárias: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), Centro de Formação e Pesquisa Contestado (CEPATEC) e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (ITAC).

[8] No levantamento realizado este ano, em 2009, membros da Bancada Ruralista apresentaram várias PFCs, todas com o intuito de investigar desvios e ações de movimentos sociais. Para mais detalhes, ver Sauer (2010).

4. Ações do Estado: criminalização X políticas públicas

O MST tem sido o principal alvo de ações de criminalização do Judiciário, pois dezenas de mandados de prisão são expedidos todos os anos contra lideranças agrárias. São acusações de esbulho, formação de quadrilha, furto, roubo, crimes contra organização do trabalho e outros tipos penais imputados às lideranças. Recentemente, outras decisões da Justiça cobram altíssimas multas de dirigentes com o propósito de ressarcir danos causados nas mobilizações do MST. A lógica é, se e o MST é um movimento ilegal (por não ser formalmente registrado), suas ações também o são, portanto, as lideranças devem responder a processos criminais e ressarcir por danos causados com suas ações "ilegais" (Sauer, 2009).

Outros atores estatais com papéis importantes no processo de criminalização são o Ministério Público e o TCU. Esses dois mecanismos estatais foram construídos em uma lógica republicana – ou seja, poderes instituídos para evitar o abuso de outros poderes – e da democracia (inclusive para proteger direitos das pessoas), portanto, são revestidos de legitimidade na sociedade (Sauer e Tubino, 2008).

O caso realmente emblemático desse processo de criminalização são as ações do Ministério Público do Rio Grande do Sul, ao entender que o exercício do direito de liberdade de reunião e associação dos militantes do MST representa um ato criminoso, que deve ser combatido pelo Estado. O extremo foi a utilização da Lei de Segurança Nacional para enquadrar as ações dos movimentos sociais populares (Scalabrin, 2008).[9] Entre os direitos fundamentais atacados pelo Ministério Público gaúcho estão o cancelamento de títulos de eleitores de famílias assentadas em vários municípios do interior do Estado (Scalabrin, 2008) e, recentemente, o fechamento das escolas itinerantes que atendiam crianças nos acampamentos.

As ações do TCU, além de desligitimar, funcionam como um mecanismo para impedir ou limitar ao máximo o repasse de recursos públicos para entidades populares (ONGs) e movimentos sociais. Qualquer análise de procedimentos investigatórios do TCU (por exemplo, comparando a fiscalização do repasse de recursos para as entidades patronais e para entidades populares) revela uma ação articulada que visa condenar o uso de recursos públicos por setores populares (Sauer e Tubino, 2007). Esse rigor funciona como um caminho para, acusando de desvio ou má versação de recursos públicos, pressionar o Executivo e bloquear repasses de verbas, inclusive para atividades de educação, na tentativa de impedir apoio institucional a ações e mobilizações sociais (Sauer, Souza e Tubino, 2006).

[9] Esse trabalho resultou em um relatório detalhado (relatório de inteligência nº. 1124-100-2007) de atividades cotidianas de mais de dois mil militantes e dirigentes das organizações sociais do Estado (dados pessoais, local de residência, o que cada um faz no dia-a-dia, etc.), demonstrando o nível de empenho da PM em "revelar ações criminosas" dessas pessoas. Para maiores detalhes, ver Scalabrin (2008).

A criminalização dos movimentos sociais, além de uma violência aos valores de cidadania, representa um verdadeiro atentado às conquistas democráticas e ao próprio Estado democrático de direito. Essa atuação dos aparelhos de Estado é uma das principais fontes geradoras da falta de credibilidade nos valores da democracia e nas possibilidades de uma sociedade justa e participativa. Retira a legitimidade desse Estado de direitos e de sua contribuição na regulação e efetivação da democracia.

Conclusão

As lutas dos movimentos sociais agrários transcendem à mera demanda pelo acesso à terra. São lutas voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e opressão sociopolítica e cultural. Podemos definir o MST como "um movimento camponês moderno" (Fernandes, 2008) que, junto com os demais movimentos e entidades, tem construído agendas e reivindicações amplas, resultando em políticas públicas e programas governamentais nas diversas áreas (educação, saúde, comercialização, etc.) voltadas para a população empobrecida do campo.

A luta pela terra resgata a noção de soberania popular, particularmente o protagonismo do povo do campo, resultando em um aprofundamento da concepção democracia. A participação política (Chauí, 1982) transforma o povo do campo de meros espectadores ou eleitores a sujeitos históricos, protagonistas de suas vidas e de seu futuro (Sauer, 2008).

Em um país com tantas disparidades sociais e políticas, somente a ação de sujeitos coletivamente organizados é capaz de garantir a concretização de políticas públicas, especialmente aquelas que tratam da reforma agrária. A organização da luta pela terra, as mobilizações, os acampamentos são fundamentais para a concepção, formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1982.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Caderno de Conflitos no Campo no Brasil*. Goiânia: CPT Nacional, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "O MST e as reformas agrárias do Brasil". In: *OSAL*, ano IX, nº. 24, Buenos Aires, CLACSO, 2008, p. 73s.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário de 2006*. Disponível no site: www.ibge.gov.br – acesso em 20 de março de 2010.

LUPION, Dep. Abelardo. *Voto em separado – CPMI da terra* (substitutivo aprovado). Brasília, Congresso Nacional, novembro de 2005.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O poder do atraso: Ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

MENDES, Gilmar. *Íntegra do discurso de posse do ministro Gilmar Mendes na presidência do STF*. Disponível em http://www.direito2.com.br/stf/2008/abr/23/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-gilmar-mendes (acesso em 27 de agosto de 2008).

NAVARRO, Zander. "Nunca cruzaremos este rio" – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a "Sociologia militante", e o caso da reforma agrário no Brasil. In: *XXXII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, outubro de 2008.

SAUER, Sérgio. "O Parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários". In: *Cadernos de Conflitos no Campo no Brasil 2009*. Goiânia, CPT, 2010 (prelo).

_____. "Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares". In: PRETTO, Dep. Adão (org.). *25 anos de luta pela terra*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2009, p. 31s.

_____. "Conflitos agrários no Brasil". In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2008, p. 231s.

SAUER, Sérgio e TUBINO, Nilton. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. In: *Revista NERA*, Ano 10, nº. 11, Presidente Prudente, UNESP, julho/dezembro de 2007. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/rev11.php (acesso em 25 de novembro de 2008).

SAUER, Sérgio e SOUZA, Marcos Rogério de. "Os movimentos sociais na luta pela terra: disputas e perspectivas sócio-políticas". In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B. e WHITAKER, Dulce C. A. (org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília/São Paulo, NEAD/Uniara, 2008, p. 53-87.

SAUER, Sérgio, SOUZA, Marcos Rogério de, e TUBINO, Nilton. "O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra". In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. São Paulo, ABRA, vol. 33, nº. 2, ago/dez, 2006, p. 41s.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. *O crime de ser MST*. Carazinho, 2008 (mimeo).

SCIARRA, Dep. Eduardo. *Relatório da Proposta de Fiscalização e Controle nº. 125*, Brasília, Câmara dos Deputados – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 2008 (mimeo).

SOUZA, Marcos Rogério e SAUER, Sérgio. "A reforma agrária e a Constituinte". In: *Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular*. Brasília, Câmara dos Deputados – Comissão de Participação Legislativa, 2008, p. 85s (mimeo).

_____. "O que esperar da CPI das ONGs". In: *Pagina 13,* São Paulo, outubro de 2007.

THUMS, Procurador Gilberto. *Relatório do processo administrativo nº. 16315-09.00/07-9*, Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008 (mimeo).

TUBINO, Nilton. *Levantamento de ações parlamentares da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados contra os movimentos sociais*. Brasília, Gabinete do Dep. Adão Pretto, julho de 2008 (mimeo).

POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO AMAZONAS: O PAPEL POLÍTICO DE UM MEDIADOR INSTITUCIONAL

Maglúcia Izabel de Assis Oneti

(magizabel@hotmail.com)

Mestrado em Sociologia/Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

GT 02: Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

O presente trabalho buscou compreender o processo de concepção e implementação das políticas voltadas para o campo, tendo como *locus* da pesquisa as ações do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM). Trata-se de perceber a relação entre Estado e sociedade, seus interesses e um possível diálogo na implementação de tais políticas no estado.

As políticas fundiárias elaboradas pelo Estado no Brasil remontam ao período colonial, com a política de colonização e ocupação conhecidas como capitanias hereditárias e das sesmarias. Posteriormente, com o conflito entre proprietários e posseiros a Coroa brasileira institui a Lei de Terras de 1850, restringindo o direito de posse da terra, ou seja, só seria proprietário da terra aquele que a comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, pagando uma taxa para a Coroa.

Outras leis foram elaboradas para responder aos conflitos sociais devido a concentração de terras, e os posseiros e camponeses foram expulsos de suas terras. Com isto, as cidades cresceram mais que o campo, este enfrentando problemas como a pobreza e pela seca. A solução encontrada pelo Estado se deu no direcionamento dos fluxos migratórios, advindo principalmente do Nordeste do país, por meio dos primeiros assentamentos, os projetos de colonização em área de fronteira, a partir de 1933 (LINHARES, 1999).

O problema agrário na visão do Estado era a falta de terras para produzir alimentos, o que afetaria a cidade, em expansão industrial. Uma das áreas estratégicas para o direcionamento dos fluxos migratórios foi a Amazônia. Foram criadas as primeiras colônias no Pará (Monte Alegre), no Amazonas (Bela Vista), e no Maranhão (Barra do Corda), em 1941 (LINHARES, 1999). Posteriormente, estes empreendimentos vieram a sucumbir devido a problemas de gestão destes territórios e a problemas dos colonos com a região.

Devido o insucesso das colônias, nos governos militares, as terras passaram a ser vendidas para grandes empresas para desenvolverem projetos de colonização particulares. A maioria das empresas não trabalhavam com agropecuária, causando desmatamento e conflitos sociais até hoje existentes na Amazônia. As políticas públicas foram tratadas como

promotoras do desenvolvimento, devendo ser banido dela toda forma atrasada de produzir, como a agricultura familiar. A concentração de terras gerou um processo de capitalização das terras e posteriormente, tornou-se meio de especulação com a implantação dos grandes projetos do setor de mineração e energia.

Neste sentido, as políticas não eram de fato "públicas", pois em sua concepção pressupõe a participação dos agentes que serão foco das políticas, já que se pressupõe que a política pública se configure como um processo de discussão entre Estado e Sociedade. As políticas territoriais que englobam as políticas públicas e fundiárias devem ser entendidas como um todo para atender as demandas socialmente discutidas (CASTRO, 2001).

Ainda, deve-se atentar que as políticas agrárias, enquanto ação do Estado são produtos das ações sociais, de idéias e práticas reproduzidas por agentes num determinado campo, movidos por interesses diversos (CASTRO, 2001). Interesses encobertos por programas e propostas que historicamente não levavam em consideração os agentes locais e as especificidades de cada lugar, gerando um passivo que até agora não foi sanado, como a implantação de assentamentos rurais na região que não obtiveram os resultados esperados por não incluírem a variável sócio-ambiental. Assim, questiona-se se as atuais institucionalidades têm contribuído para o agravamento da situação fundiária ou para a sua possível resolução, visto as dimensões continentais do estado e ainda, se estas estão atentando para as especificidades de tal situação.

A partir destes questionamentos, objetivamos perceber como as políticas territoriais estão sendo implantadas por meio da intervenção do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) na intervenção na situação fundiária no Amazonas. Atentando também para as organizações políticas dos agentes que estão no campo, que lutam para reproduzir-se social e culturalmente em suas terras e os conflitos existentes em torno delas. Pretende-se com isto identificar os espaços institucionalizados ou não onde há a interação entre instituto e agricultores e associações.

O instituto foi criado em 2003, pela Lei Estadual n° 2.783, vinculado a Secretaria de Política Fundiária (SPF) atuando nas áreas de domínio do estado, contabilizando em torno de 39,0% de terras do estado, 60,0% de terras da União e 1,0% sob domínio do município (ITEAM, 2009). Sua política se concentra nas ações de regularização fundiária e reforma agrária.

Nas terras estaduais estão dispostos grupos sociais que se relacionam de forma diferenciada com a terra e historicamente têm sido alvo de políticas governamentais que sem o seu consentimento e participação trouxeram resultados que outrora chegou a agravar o

problema fundiário, que atualmente relaciona-se a disputas em torno da apropriação dos recursos naturais disponíveis no estado pelos agentes sociais locais e agentes de comercialização.

O contexto das ações voltadas para a terra não deixam de ser contraditórias pois são políticas pensadas e implantadas no âmbito do Estado, concebido como a concentração de forças ou em concorrência entre a sociedade política e sociedade civil. Com este trabalho pretende-se contribuir para um debate em torno das ações do Estado sobre questão da terra no Amazonas a partir da visão de seus próprios agentes, não enfatizando que as ações do ITEAM são de cunho imediatista, paternalista ou outros conceitos reconhecidos academicamente como sendo próprias das ações de Estado. A abordagem exposta se volta para a percepção que a criação do ITEAM, assim como o processo de elaboração de políticas para a terra são frutos das contradições e pressões existentes no âmbito do Estado e por meio das pressões dos agentes da sociedade civil, por exemplo, as políticas podem atender aos interesses públicos.

Desta forma, iremos abordar como os agentes deste instituto elaboram suas ações e a sua relação com os agentes institucionais, ou seja, de outras instituições que atuam sobre a situação fundiária e com os agentes locais, que moram e trabalham na terra.

O modo de pensar os sujeitos como agentes sociais da ação parte da premissa metodológica de Anthony Giddens, onde o autor afirma que os agentes conhecem de certa forma as condições de reprodução da sociedade a qual pertence, possibilitando a eles transformarem suas ações ou investir em sua recriação. Este dado permite perceber como os agentes descrevem a recriação de suas ações através dos seus discursos, considerando as razões e as intenções iniciadas de forma rotineira na atividade social até a criação de estruturas institucionalizadas.

Para a observação das razões e intenções embutidas nas ações dos agentes do ITEAM e dos agricultores e agricultoras foi realizada num primeiro momento o levantamento bibliográfico para buscar referências sobre a questão do campo, políticas públicas, conceito de Estado. Foi consultada fontes secundárias, assim como as páginas eletrônicas de instituições estatais. Posteriormente foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas aplicadas aos agricultores na pesquisa de campo nos municípios escolhidos. Entrevistas com perguntas semi-abertas também foram realizadas com os agentes do ITEAM, além da observação participante, para captar dados que não nos são fornecidas nas entrevistas e registradas no caderno de campo. O material fotográfico foi organizado e empregado na pesquisa, com a devida permissão dada pelos agentes fotografados.

O percurso teórico do trabalho inicia-se com a análise do processo de elaboração e implantação das políticas públicas voltadas para a terra, mais precisamente a política agrária e seus resultados no campo brasileiro, abordando a discussão sobre o conceito de desenvolvimento nos projetos políticos distintos que tratavam a questão da terra de modo diferenciado, influenciando nas políticas agrárias atuais.

Lembrando que os projetos políticos são impulsionados dentro da concepção do que seja o Estado, que se modifica em cada contexto político específico. O conceito tomado para esta pesquisa assenta-se nos estudos de Antonio Gramsci sobre o Estado, como sendo formado por duas esferas: a sociedade política (o que utiliza a coerção) e a sociedade civil (organizações que difundem suas ideologias como o sistema escolar, os partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e meios de comunicação de massa), configurando-se como a "hegemonia encouraçada de coerção" (BUCI-GLUCKMANN, 1980).

Com o intuito de clarificar o processo de elaboração e implementação das políticas pública para o campo nos utilizaremos do estudo de Nelson Giordano Delgado (2008) que expõe de forma pedagógica a diferenciação entre política macroeconomicas, regionais e setoriais. Tomamos também as abordagens de políticas em rede, de Vanessa Fleischfresser (2006), para pensar acordo ou arranjos políticos institucionais envolvendo uma ampla variedade de atores sociais de diferentes níveis e funções no âmbito do Estado e da sociedade. As redes permitem que não somente os agentes estatais mais agentes privados e de segmentos sociais subalternos possam participar do processo de formulação e implementação das políticas públicas.

Adota-se a noção de capital de Pierre Bourdieu (2007), para compreender como os agentes acumulam e utilizam seu capital social para intervir ou contribuir com as políticas públicas. Iremos expor também sobre as atribuições e intervenções do primeiro instituto voltado para a questão fundiária no Amazonas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que atua nas terras sob o domínio da União. Em seguida, apresentaremos a instituição onde abordarmos as políticas fundiárias atuais, a saber, o Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM).

Expomos posteriormente a questão agrária atual do Amazonas, a partir de realidades concretas dos municípios de Uarini, Anori, Itacoatiara/Silves, Maués e Manicoré, pois cada contexto histórico imprime a maneira como se dá a organização política dos agentes sociais em campo. A situação de cada município reflete respectivamente a natureza da questão agrária amazônica atual, qual seja, de modo geral, os conflitos em torno da apropriação dos

recursos naturais. A situação tornar-se mais complexa pela diversidade de agentes que estão na terra.

Pode-se falar em muitos interesses embutidos na questão da terra no Amazonas, principalmente aqueles relacionados com a política no estado, baseado no poder de mando local das oligarquias, dos grupos que detêm o monopólio da violência simbólica fazendo crer que este poder de imposição sempre ocorreu e que é natural. Esta situação pode ser um reflexo das relações políticas que se estabeleceram na Amazônia, imposição pela força ou uma dominação mais sutil.

Percebemos a partir destas realidades que a questão fundiária no estado vincula-se aos conflitos em torno também do uso dos recursos naturais, o que nos remeterá ao questionamento sobre os possíveis diálogos ou conflitos existentes no campo das políticas ambientais e agrárias, expondo a relação entre ITEAM, INCRA e CEUC (Centro Estadual de Unidades de Conservação), instituições que atuam no processo de regularização fundiária.

Ao compreender as ações dos agentes do ITEAM verificamos, a partir do discurso dos agentes do ITEAM, como se dão as relações de poder no espaço de discussão criado pelo instituto, o Fórum da Terra. Este fórum foi criado no dia seis de junho de 2007 pelo Instituto de Terras do Amazonas pela portaria n° 104/2007-GP/ITEAM, com o intuito de criar um espaço de discussão, participação e controle social pertinente às questões relativas ao ordenamento fundiário, nos municípios do Amazonas onde existam áreas de domínio do Estado, discutindo sobre conflitos pela posse de terra, ocupação irregular, grilagem e danos ao meio ambiente (ITEAM, 2009).

A organização do fórum pelo instituto remete ao julgamento de uma causa, no caso, o processo de regularização fundiária, onde os agentes do ITEAM consultam os demandantes, o poder público municipal e outros interessados para a efetivação desta ação. O fórum configura-se como um instrumento anterior, tal como foi explicitado, a regularização fundiária, onde o ITEAM ouvirá os agentes locais, o que almejam e o que seria necessário para realizar as ações.

O fórum não é impositivo, pois a solicitação para que este ocorra nos municípios provém das organizações locais de agricultores, sindicatos, poder público municipal como passo inicial de reconhecimento da situação fundiária, movida principalmente por conflitos de limites territoriais, invasões, grilagem. Se a área for de interesse do estado para criação de UC's são chamadas a participar outros órgãos interessados, como o CEUC.

Assim, são discutidas propostas e projetos, abertos a apresentação de sugestões, identificação das áreas e beneficiários prioritários para sanar conflitos e irregularidades,

contribuindo para o ordenamento fundiário nos municípios. Este fórum representa para os agentes do ITEAM a possibilidade de estabelecer redes com os agentes de outras instituições, com o poder público e com as organizações da sociedade civil, de modo a entender as demandas destes agentes.

Ressalta-se que as ações do ITEAM, suas redes e projetos discorrem num contexto onde o instituto mesmo estando atrelado ao poder estadual desfruta de certa autonomia, podendo estabelecer como pode atuar e participar nas políticas fundiárias no Amazonas.

Sendo assim, pode-se afirmar que o instituto acima atua como mediador entre Estado e sociedade civil, contribuindo para que ocorra a participação dos agentes sociais locais que moram e trabalham na terra. Estes últimos não são passivos a ação do Estado, pois se organizam e lutam em defesa de suas terras, que sofrem constrangimentos de agentes da comercialização como madeireiros, grileiros, pescadores comerciais que avançam sobre as terras ainda não tituladas. Daí a importância atribuída ao título pelos agricultores, para além da propaganda governamental da disponibilidade de recursos financeiros para o investimento na produção familiar a ser acessada pelos agricultores.

As organizações políticas destes últimos exigem que seu direito de reprodução econômica, social e cultural seja garantido pelo Estado nacional, pois a questão da terra mesmo não sendo tratada ainda como deveria ser não pode, não deve e não será esquecida por aqueles que dependem dela para tal reprodução.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Edna. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. IN: CASTRO, Edna. **Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

DELGADO, Nelson G. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. CARVALHO, Luiz F. & GEORGES FLEXOR, Raimundo S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2008, p. 199-237.

FLEICHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. São Paulo: Campinas, Armazem do Ipê, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Dualidade da estrutura: Agência e estrutura**. Oeiras: Celta Ed. 2000.

INSTITUTO TERRAS DO AMAZONAS (ITEAM). Ano 1, abril 2004.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Site <http://www.iteam.gov.br> Acesso: Jun. 2009.

LINHARES, Maria Y. & SILVA, Francisco C. T da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECIPROCIDADE

Eric Sabourin

Doutor em antropologia. CIRAD, Unidade "Ação coletiva, Políticas e Mercados"

sabourin@cirad.fr

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários.

INTRODUÇÃO

A comunicação trata dos aportes da teoria da reciprocidade para a leitura e a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma critica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do principio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade, que não relevam da lógica da troca, no mundo rural brasileiro, entre outros. Como conseqüência, a concepção, a elaboração e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do principio da troca.

O objetivo do trabalho é, portanto, de propor elementos complementares para pensar as políticas e os instrumentos de desenvolvimento rural em situações que qualifico de mistas, quer dizer, associando práticas de troca e práticas de reciprocidade.

Um primeiro campo de aplicação tem a ver com as políticas dedicadas às agriculturas familiares e camponesas, pois essas categorias oferecem exemplos de sistemas mistos. Trata-se também dos instrumentos de gestão dos recursos comuns e dos territórios.

A abordagem metodológica associa uma reflexão teórica, que aqui será apenas resumida e a evocação breve de alguns resultados de um trabalho empírico no tempo longo, mediante o acompanhamento dos processos de elaboração e aplicação de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural, no Brasil como em outros países.

O trabalho é divido em duas partes: i) a apresentação do referencial teórico e da teoria da reciprocidade; ii) a contribuição da teoria da reciprocidade para as políticas públicas, com três eixos: a questão da agricultura camponesa; a analise das políticas públicas; o aporte para pensar políticas públicas alternativas e, finalmente, como consideração final, a questão da critica da alienação na aplicação das políticas.

ANTECEDENTES E REFERENCIAL TEÓRICO

O que entendemos por reciprocidade?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário)* ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos em particular nas sociedades, indígenas e camponesas (Mauss, 1923-24). Lévi-Strauss (1949) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações e estruturas de parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como é a troca.

Nos últimos anos, a sociologia se interessou pouco pela noção de reciprocidade, talvez por causa da universalização das relações de troca, sob sua forma material ou também simbólica (Bourdieu, 1994). É, portanto, o conceito da dádiva que foi repensado pelos sociólogos anti-utilitaristas (Godbout, 2000; Caillé, 1994) e inclusive proposto como um terceiro paradigma, face ao individualismo e ao holismo (Caillé, 2001). É, provavelmente, porque a dádiva se entende mais facilmente como um princípio oposto ao da troca. De fato, a reciprocidade, se sua definição permanece confinada à figura da dádiva/contra dádiva, é freqüentemente confundida com uma troca simétrica. Entretanto, o grande mérito do renascimento dos trabalhos sobre a dádiva, em particular mediante o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, o MAUSS, terá sido institucionalizar uma reflexão crítica sobre a naturalização da troca. Colocando em evidência a importância da reciprocidade das dádivas (a reciprocidade positiva), vários trabalhos fizeram emergir a necessidade de uma reflexão central sobre a reciprocidade em torno de uma teoria da dádiva, inclusive no Brasil (Martins, 2002; Martins e Nunes, 2004). Paralelamente à renovação das pesquisas sobre o dom moderno, a antropologia e a sociologia econômica, em particular a partir dos trabalhos de Mauss e de Polanyi (1944, 1957) continuaram a trabalhar a noção de reciprocidade. Ela foi assim aplicada às relações de sociabilidade privada ou de sociabilidade primária (Caillé, 2001; Martins, 2002) e às prestações da economia chamada de não mercantil (Laville, 2000). A reciprocidade como princípio ou categoria econômica foi especialmente reabilitada recentemente a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (Martins, 2004; Castel, 2006; Menezes, 2006).

Para uma teoria da reciprocidade

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socio-antropológico. ***O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos.*** O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1995) pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o ser dessa relação e de dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irredutível à troca de bens ou de serviços que libera do elo social ou da dívida.

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O segundo elemento da teoria, e que participa do seu caráter universal, é que ***a reciprocidade pode recobrir várias formas.*** De forma geral, a antropologia e a etnologia consagraram sob essa terminologia apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, igualmente, uma forma de *reciprocidade negativa,* a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica de concorrência e de acumulação pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva "*mais eu dou, mais eu sou*". Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva, a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que destruam e submetam o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, ***as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas,*** no sentido antropológico. Assim se declinam segundo algumas estruturas elementares, tais que elas foram propostas inicialmente por Mauss (1923-24), Lévi-Strauss

(1949), Temple (1998) ou Anspach (2002). Essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvidas, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o aspecto mais difícil de validar, visto que ele envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana.

O quarto elemento da teoria envolve os ***diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos.*** Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações).

Para resumir, existem várias *estruturas fundamentais de reciprocidade* nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias *formas* de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para formar sistemas de reciprocidade.

Convém definir os limites da teoria da reciprocidade. Ela não nega a existência do princípio de troca, do ponto de vista econômico ou social, nem está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura. Pois, cada uma dessas lógicas podendo ser averiguadas nos fatos, elas podem prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis. Assim como o indicou Temple (1997: 107) o reconhecimento cientifico e público da economia da reciprocidade permite delimitar uma articulação ou uma interface de sistema entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade.

Este reconhecimento abre espaço para um debate entre os partidários de uma ou outra lógica. Tal debate permitiria tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Sem interface, o equívoco entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o exclusivo benefício da lógica de troca para a acumulação. Enquanto a economia

política só reconhecer uma única lógica econômica, a da livre-troca, o pensamento único reinará, mesmo que escondido atrás de várias escolas ou teorias.

CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA RECIPROCIDADE PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Agriculturas familiares e camponesas como "sistemas mistos"

Minhas pesquisas consideram a aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, mais particularmente no âmbito das comunidades rurais e da agricultura familiar onde as relações de reciprocidade e de troca coexistem.

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de formas de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade: i) justaposição de mundos paralelos, ii) complementaridade reversível; iii) contradição, com dois tipos de conseqüência : paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

Portanto, a coexistência pode se dar de maneira paralela e separada; pode ser mediante tensões por conta do antagonismo de sistema; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca.

De fato, a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das agriculturas camponesas se situa primeiro no plano epistêmico, sem hipotecar da natureza das prestações e relações plurais que correspondem a essas formas típicas de sistemas mistos.

Por isso, deve-se ter o cuidado de não fechar as categorias como *agricultura camponesa*, ou *agricultura familiar* dentro de guetos, como nota Ploeg (2008) a propósito de certas tendências dos *Peasant studies*. Mas mesmo se o universo camponês foi bem reduzido, em particular nos países o Norte, sua diversidade e sua herança essencial para o futuro do planeta, conferem-lhe uma importância humana e, portanto, heurística nas ciências sociais.

A noção de sistemas mistos é explicativa. Os agricultores familiares que pertencem geralmente a esse tipo de configuração, se revelam mais faladores quando constatam que nos interessamos por coisas que, para eles, têm sentido e importância. É essencial não entrar em julgamentos de valor e explicitar as diferenças de natureza dos dois sistemas, mas também as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade. São representações teóricas e, antes de tudo, ferramentas de análise. É evidente que não vamos pedir aos agricultores ou a outros atores sociais de quais estruturas elementares de reciprocidade eles participam. Em compensação, fazendo as perguntas certas a partir de hipóteses construídas pela observação, torna-se possível identificar essas relações, os

valores materiais e éticos específicos que elas geram e os projetos humanos que elas subentendem. Daí pode-se deduzir se tal ou tal relação ou prestação revela uma estrutura de reciprocidade ou não, e de qual natureza. Para analisar essas situações de interface, as contradições ou as articulações possíveis, é preciso compreender e, portanto, estudar como funcionam os mercados, as redes, as decisões políticas, os programas de desenvolvimento além das unidades familiares e das organizações dos agricultores. Da mesma forma, no nível das unidades familiares, trata-se de compreender os sistemas de parentesco, as representações, mas também, o funcionamento dos sistemas técnicos de produção e de gestão dos recursos naturais.

Dito isto, as dificuldades concretas das comunidades e das organizações rurais se situam também na interface com o mundo da troca. A interface pode ser imposta pela própria comunidade, se ela for suficientemente forte para manter vivas as regras de reciprocidade no seu seio e com o seu entorno. Ainda é, às vezes, o caso na África, na Oceania, na Amazônia ou nos Andes. Mas, muitas vezes, essa interface deve ser proposta ou imposta por uma autoridade reguladora, por exemplo, o Estado.

RECIPROCIDADE E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Articulação de sistemas e políticas de regulação

Esta temática abre um novo campo de pesquisa e de aplicação na área das políticas públicas. Trata-se em particular das políticas de regulação (meio ambiente, comercio, políticas fundiárias), de tributação (renda de cidadania e legislação tributaria) e das políticas de investimento: equipamentos públicos, manejo das infra-estruturas comuns, etc.

Mostrei as limitações de interfaces de sistemas baseadas apenas nas regras das comunidades de reciprocidade ou nas legislações nacionais e até das constituições (Sabourin, 2009b). Nesse contexto, o papel das políticas públicas como instrumentos de interface, ou de articulação entre os dois sistemas, é essencial. Considero em particular as políticas de regulação do comercio no Brasil: será interessante acompanhar a aplicação e a evolução do Sistema nacional de comercio justo e solidário nesse país (SENAES, 2008), em particular em comparação com a dinâmica construída em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (Delgado et al, 2007). Uma das dificuldades das políticas de economia solidária, ligada a suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade, e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).

As políticas territoriais

As recentes abordagens territorializadas das políticas públicas ambientais (preservação dos recursos naturais) e de desenvolvimento regional repousam na ação pública, quer dizer nas interações entre a ação coletiva e os poderes públicos.

As analises dessas políticas no caso do Brasil (Duarte et al, 2009; Ávila et al, 2010) mostram três principais tipos de limites:

- uma avaliação insuficiente das conseqüências da assimetria de poder e de capacidades entre o setor popular, o setor privado e os poderes públicos nos conselhos e espaços de negociação;
- uma confusão entre planejamento ascendente (elaboração de projetos locais ou regionais) e avaliação pública (fiscalização dos resultados dos programas e das ações);
- uma dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura pela única lente do desenvolvimento da troca.

Os trabalhos comparativos sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais constituem, entre outros, um bom exemplo da contribuição da teoria da reciprocidade para tratar da produção do bem comum, seja através da produção de bens públicos locais ou do manejo compartilhado dos recursos comuns (Sabourin, 2008a e 2008c).

Reciprocidade e alternativas de políticas públicas

Quando o sistema de troca é dominante, como no Brasil, a interface pode ser instituída pelo Estado através da legislação, por exemplo, no caso das leis de regulação fundiária ou dos recursos naturais (terras, água, florestas, pastos). O Estado ou as coletividades territoriais podem também elaborar políticas ou dispositivos públicos assegurando esse tipo de interface por meio de diversos mecanismos de regulação (Sabourin, 2009).

Mostrei o interesse do reconhecimento e do apoio público às estruturas e dispositivos locais dos atores rurais que asseguram a gestão ou a produção de bens comuns ou públicos na base de relações de reciprocidade. É o caso do manejo de terras e equipamentos coletivos, dos recursos comuns (água, florestas, biodiversidade) e dos bens públicos locais: informação, inovação, educação, patrimônios culturais e ecológicos, saberes locais e indígenas, etc (Sabourin, 2007 e 2008b; Sabourin et al, 2005).

Ao nível internacional, tais políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade correspondem ao espírito dos acordos comerciais preferenciais ou compensatórios, assim como aos programas de comércio justo (SENAES, 2008; Sabourin, 2009).

A qualificação e a certificação dos produtos oferecem um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista (Temple, 2003; Sabourin, 2009).

A política de qualificação, em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista e pode contribuir para a construção de territórios de reciprocidade. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores para transformá-los em serviço mercantil de verificação. Mas, de fato, para produtos agro-alimentares, a sanção é primeiro a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

No Brasil, existem, portanto, cada vez mais, iniciativas de implantação de sistemas de co-certificação ou de certificação de grupos ou chamada participativa entre produtores e consumidores (Medaets e Medeiros, 2004).

Tais instrumentos oferecem uma alternativa em termos de estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Eles são particularmente adaptados para as políticas valorizando a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais, os serviços ambientais e os atributos específicos dos territórios (Cazzella et al, 2009).

De fato, em termos de política pública, facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a modernização dos dispositivos coletivos dos agricultores manejando recursos comuns ou produzindo bens públicos locais, apresenta várias vantagens mútuas.

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços mediante uma política pública formalizada. Para as organizações rurais e camponesas, esse apoio é bem vindo, pois reforça suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma.

Tal política remete ao conjunto das medidas de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) visando garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão desses dispositivos.

Essas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; entretanto, além do apoio à produção, elas garantem outras funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, das águas, etc.

Podemos medir o quanto pesquisas nesse campo abrem novas perspectivas capazes de propor estratégias concretas de desenvolvimento realmente sustentável, de eco ou etno-

desenvolvimento baseadas nos saberes e práticas locais. Aplicações nesse campo permitiriam negociar alternativas viáveis em matéria de proteção das produções regionais ou nacionais ou de direitos em produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS: CRITICA DA ALIENAÇÃO E RECIPROCIDADE

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na questão da identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não esta sendo tratado pela teoria da dádiva.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca ou dádiva e mercado) deve ser completada por uma dupla leitura das suas formas de alienação. No caso contrario, não existe possibilidade de crítica e de correção.

Frente ao desenvolvimento do clientelismo e do populismo na America latina, precisa-se dessa dupla análise para sair do impasse da critica pela única razão da lógica ocidental.

Além do mais, deve se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. No entanto, essas alienações são de natureza diferente daquelas da economia de troca (a exploração capitalista). Por outra parte, foram pouco estudadas e, então, criticadas, salvo raras exceções (Geffray, 2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Se os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.) são conhecidos e fazem objeto de estudos, como no caso do Brasil (Lanna, 1995)? De fato, podem ser sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2009).

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face de esse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos (Sabourin, 2008a). Essas situações são particularmente graves nos países do sul onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (Sabourin, 2008b). Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou de fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas) ganhariam também ser reconsiderados sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

BIBLIOGRAFIA

ANSPACH Mark. **A charge de revanche.** Figures de la réciprocité. Paris: Seuil, 2002.

AVILA, Mario; SABOURIN Eric, MASSARDIER, Gilles; DUARTE Laura, Redes e poder na política de desenvolvimento territorial brasileira: a paradoxal contribuição da assistência técnica**, 4° Encontro da Rede Rural,** Curitiba, julho de 2010.

BOURDIEU Pierre. **Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action**. Paris : Le seuil, 1994,

CAILLÉ Alain. **Don, intérêt et désintéressement. Bourdieu, Mauss, Platon et quelques** autres, Paris : La découverte, 1994, 340p

CAILLÉ Alain, **Anthropologie du don Le tiers paradigme** Paris : Desclée de Brouwer, 2001.

CASTEL Odile, La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution, in Colloque **L'économie au service de la société**, Dakar, PEKEA & CODESRIA, 2006, 13p

CAZELLA Ademir, BONNAL Philippe, MALUF Renato. S. **Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Rio de Janeiro: Mauad Ed. Nead, 2009, 301p

DELGADO, G. Carlos; JUNIA C.; JADER J.O, Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). ***Sociedade e Desenvolvimento Rural*****,** n° 0, 2007:18-39

DUARTE Laura, SABOURIN Eric, ÁVILA Mario; MASSARDIER Gilles., Participação dos atores sociais e territorialização do desenvolvimento rural no Brasil, **XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Recife, 2009

GEFFRAY Christian **A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro***,* Rio de Janeiro : Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007, 230 p.

GODBOUT T. Jacques **Le don, la dette et l'identité**, Paris : La Découverte/MAUSS, 2000.

LANNA, Marcos. **A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, 249p.

LAVILLE Jean Louis (dir) **L'économie solidaire: une perspective internationale**, Paris : Desclée de Brouwer, 2000, 343p.

LÉVI-STRAUSS Claude **Les structures élémentaires de la parenté,** La Haye : Mouton, [1949] 1967.

MARTINS Paulo Henrique (org), **A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social**, Petrópolis: Editora Vozes, 2002, 205p.

MARTINS Paulo Henrique ; NUNES FERREIRA Brasilmar (org) **A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004, 241p.

MAUSS, Marcel "Ensaio sobre a Dádiva", In: **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac e Naify. [1924] 2003.

MEDAETS J. P. ; MEDEIROS J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In **XLII Congresso da SOBER**, 2004

MENEZES, Maria Aparecida de. 2006 A reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato, in MARTINS. P H & CAMPOS B C, **Polifonia do Dom**, Recife: Ed. UFPE, pp 209-234

PLOEG Jan Douwe Van der **The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization** London: Sterling, Earthscan, 2008, 356p.

POLANYI Karl, **La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps**, Paris : Gallimard, [1944] 1983, 420p.

POLANYI Karl, ARENSBERG Conrad (dir). **Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory**, New York: The Free Press, 1957.

SABOURIN Eric; DUQUE Ghilaine, DINIZ, Paulo C, OLIVEIRA LIMA Maria do Socorro, FLORENTINO Laurence. Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. ***Cadernos de Ciência e Tecnologia*** , 22, 2005: 293-307, Brasília

SABOURIN Eric Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. ***Sociedade e Estado***., set./dez. 2007, vol.22, n°.3, p.715-751

SABOURIN Eric. Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil Groupe Polanyi (coord), **La Multifonctionnalité de l'agriculture. Une dialectique du marché et de l'identité**, Paris, Quae Editions, pp 191-211, 2008a

SABOURIN Eric, Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in ***Lusotopie,*** n° 15, vol 2, pp 231-234 2008b

SABOURIN Eric, Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro, ***Revista Tempo da Ciência***,Vol. 15, n° 29: 57-72 2008c.

SABOURIN Eric, **Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SABOURIN Eric. **Organisations et sociétés paysannes, une lecture par la réciprocité.** Dossier scientifique présenté pour l'HDR de sociologie anthropologie. Paris : IEDES, Université Paris 1, Panthéon Sorbonne, 2009b. Vol 2 (Synthèse théorique) 259p.

SENAES, 2008 Sistema **Nacional de Comercio Justo e solidário**, http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp

TEMPLE Dominique ; CHABAL Mireille, **La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine**, Paris : l'Harmattan, 1995, 263p.

TEMPLE Dominique, L'économie humaine ***Revue du MAUSS*** n°10, (1) 1997:103-109

TEMPLE Dominique, Les structures élémentaires de la réciprocité ***Revue du MAUSS*** n°12, (2) 1998: 234-242,

TEMPLE Dominique, **Teoría de la Reciprocidad**. La Paz : PADEP/ GTZ, 2003, 3 Tomos

POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPERATIVOS DESENVOLVIMENTISTAS: NOTAS PARA UMA ETNOGRAFIA DOS DILEMAS PRESENTES NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Marcos Alexandre Veríssimo da Silva

(marcusverissimus@yahoo.com.br)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense

GT 02 - Políticas Públicas, Quadros Institucionais e Beneficiários

1. Considerações Iniciais.

O presente texto se origina da investigação que venho buscando desenvolver no doutorado em antropologia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense – e que se dirige ao contexto do chamado *"narcoagronegócio"* na Região conhecida como Submédio São Francisco, no Sertão Nordestino. Cabe aqui, pois, antes de tudo, explicitar as inquietações que me levaram às questões agora se apresentam.

Por ocasião da preparação do projeto para a entrada no doutorado, estava (e estou) interessado, juntamente com outros colegas antropólogos de vários níveis de formação, em construir, como diria Remi Lenoir, conhecimento sociológico acerca de problemáticas sociais já estabelecidas (LENOIR: 1998) em torno do consumo de substâncias psicoativas. Após um detido levantamento bibliográfico no que concerne à complexa questão das assim chamadas drogas ilícitas, pudemos notar que, no Brasil, a despeito de haver, já uma ampla bibliografia acerca dos usos, mercados e repressão de tais substâncias, a literatura que se ocupou até hoje da cadeia produtiva é ainda incipiente. Justamente por este motivo, decidi voltar minha atenção para este aspecto.

> Existe, contudo, uma faceta da questão das drogas no Brasil ainda pouco estudada e com investigações preliminares carentes de maior aprofundamento e de investimento, principalmente no referente aos estudos sócio-antropológicos. Trata-se da violência e das relações oriundas do cultivo de plantas consideradas ilegais para o consumo, como é o caso do cultivo de *cannabis sativa*. (FRAGA, 2006, 97)

Neste sentido, a escolha do objeto de minha pesquisa acabou me levando para os estudos do meio rural. A região conhecida como o *Polígono da Maconha* compreende uma área de aproximadamente 40 mil quilômetros quadrados, a maioria dos quais no Estado de Pernambuco. Fazem parte ainda desta geografia, municípios localizados nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. *"Recentemente, com a descoberta de plantações da erva na Chapada do Araripe, a Polícia Federal também tem considerado o Ceará como pertencente à região pela sua proximidade"* (FRAGA, 2006, 99). A maior parte das plantações é encontrada em ilhas do Vale do Rio São Francisco, em áreas que pertencem à União. Os policiais só localizam a maconha com a ajuda dos helicópteros. Os produtores de maconha, por sua vez, usam armadilhas para atrapalhar o trabalho da polícia – colocando traves de madeira com arames pra dificultar o pouso das aeronaves nas ilhas onde se dá o cultivo.

As tentativas de erradicar a erva sem um planejamento mais profundo, com propostas de outras fontes de renda, põem em risco o balanço, não somente econômico, mas também social de toda a região. No que concerne a esta espécie de capitalismo do ilícito, o volume de dinheiro movimentado, bem como a natureza de tal atividade, faz com que o cultivo da maconha pertença ao agronegócio, não obstante seu caráter criminoso. O agricultor, por sua vez, se vê duplamente acossado: de um lado, pela superexploração imprimida por seus *"patrões"* ligados ao narcotráfico; e de outro, pelo fato de se verem transformados em agentes do crime e, justamente por isso, diretamente submetidos à repressão dura do Estado.

Enquanto isso, ao nível de políticas de Estado para o meio rural, muito se fala em *desenvolvimento*, modernização, etc.

> O modelo desenvolvimentista acompanhou esta lógica e se fortaleceram instrumentos jurídicos, mas não se abriu para a participação da sociedade civil no controle da gestão pública, para uma *accountability* que permitisse uma maior eficácia do Estado. Além disso, não interessava ao poder local consolidar instâncias de decisão que aprimorassem as políticas públicas, principalmente no campo policial e da repressão. (ALMEIDA: 2004, 14)

Neste contexto onde as relações de apadrinhamento, o assim denominado *coronelismo* e o recurso às ações violentas, não raro, têm lugar, prejudicando as distinções entre público e

privado, desafios de grande monta há muito são postos à implementação de políticas públicas (LEAL: 1993). Nunca é demais lembrar dos efeitos de *"uma longa história de banditismo, cujas características estão presentes no inconsciente coletivo de uma população que aprendeu, muito cedo, a idéia do poder baseado na força e nas relações familiares"* (ALMEIDA: 2004, 21). Dado o exposto, creio que a apresentação do presente trabalho neste encontro é condição fundamental para que não só o mesmo – mas sobretudo o projeto para o doutorado – cresça, na direção do entendimento dos dilemas políticos e sociais que se impõem no meio rural brasileiro.

2. Territorialidade, Saber Naturalístico e Políticas Públicas.

Para complexificar este quadro, temos a constatação de que, a despeito dos avanços democráticos promovidos pela ordem institucional dos anos mais recentes da história de nosso país, ainda há um longo caminho a avançar no que tange à promoção de uma esfera de paridade, representatividade e respeito à diversidade, tanto nas grandes cidades com seus dilemas urbanos, quanto nos grotões mais afastados das zonas rurais. Em se tratando de comunidades ditas tradicionais, o quadro é ainda mais complexo em razão de arraigados estigmas e preconceitos dirigidos àqueles que são sujeitos postulantes de políticas públicas para este setor.

> Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos (LITTLE: 2002, 13).

O processo de *dinamização econômica* é uma das frentes sobre as quais incide – para apresentarmos aqui um exemplo empírico – o esforço do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (*cf.* MDA/DST: 2005) ao mesmo tempo em que é, não raro, um ponto conflituoso com os modelos de ocupação e apropriação do espaço das ditas comunidades tradicionais. Faz-se necessário, portanto, um acompanhamento do processo em questão. Sem esta preocupação, a própria idéia de *sustentabilidade* – implicitamente compreendida como uma

modalidade de desenvolvimento atenta às condições sociais das pessoas e dos grupos aos quais pertencem, bem como em relação ao meio ambiente – fica ameaçada.

. Por exemplo, programas destinados a pescadores e agricultores desconsideram, muitas vezes, as profundas diferenças entre agricultores e coletores, em termos de ciclos temporais, organização da produção e etapas de trabalho. Por isso mesmo, pescadores são, muitas vezes, vistos como predadores, porque não trabalham com a lógica do plantar e colher no mesmo local, o que não implica serem avessos às políticas de conservação de recursos. É relevante considerar a distinção entre o papel do conhecimento naturalístico sobre o ambiente na produção, indisponível na sociedade sob outra forma, salvo raríssimas exceções. Se tais diferenças não são consideradas, poderá haver distorções no que diz respeito à transferência de tecnologia quando realizada através de assistência técnica não especializada (em pesca ou agricultura) que não estejam atentas aos saberes naturalísticos em questão.

> Supor, como o fazem tantos economistas, a maximização dos ganhos monetários dos indivíduos como a única atitude racional possível, como um modelo absoluto, exclusivo, é esquecer que essa forma de racionalidade econômica é o produto de uma evolução histórica singular e caracteriza as sociedades capitalistas desenvolvidas onde o controle e a acumulação do capital constituem o ponto estratégico da competição social. (GODELIER: [s.d.], 363-364)

Nesse sentido, devemos procurar identificar as categorias mobilizadas pelos atores no que diz respeito à representação sobre as políticas públicas em curso, verificando os significados delas para os mesmos. De maneira geral, os resultados infrutíferos de políticas públicas são concebidos como conseqüência de uma indisponibilidade ou incompreensão por parte dos *"agentes receptores"* ou à ineficiência dos formuladores das políticas públicas.

> Diante do caráter concorrencial do campo de construção de padrões de desenvolvimento social (no rural), muitas das características de cada modelo só se tornam explícitas pela análise da inerente contraposição que as delimita; e só se tormam compreensivas através da análise das formas de combate pelas quais se objetivam. Um investimento político desta envergadura depende da criação de atores

> específicos para o exercício de mediação entre os universos de significação que se contrapõem; dos que devem ser articulados ou condenados em nome da recomendação de valores, metas e referências econômicas e morais. A coexistência de todos estes fatores guarda dependência com os quadros institucionais que vão se configurando para tornar alguns dos objetivos e metas expressões factíveis de intenções anunciadas ou proclamadas. (NEVES: 2009, 9)

O problema, contudo, talvez possa residir nos desafios em viabilizar uma comunicação que não resulte em ruídos, mas que permita que os conflitos, diferenças e interesses possam se manifestar livre e democraticamente para a efetiva transferência de tecnologia que culmine no desenvolvimento social e econômico regional e nacional. Ora, devemos ter em mente a possibilidade da coexistência de diferentes racionalidades que por sua vez informam lógicas de ação distintas.

> Uma questão, contudo, que parece se evidenciar é a permanência de plantio [na região do objeto de minha pesquisa] há mais de um século. Pierson (1972) já relatava, em seus apontamentos, como as margens do rio São Francisco nos anos de 1950 já era possível observar plantações de *cannabis*, nos quatro estados, cujos municípios compõem as regiões do Baixo e do Submédio São Francisco, e acusava o comércio clandestino da região para outras cidades do sudeste do país e para Salvador. Outro elemento evidenciado pelo antropólogo americano diz respeito à baixa repressão policial ao plantio. Este dado, somado às informações que o autor deste artigo pôde obter junto a atores locais, parecem evidenciar o fato de que a repressão dos órgãos policiais só se amplia no final dos anos 1980 e 1990. (FRAGA: 2007, 105)

As políticas públicas não obtêm, necessariamente, os efeitos desejáveis porque sua implementação se dá em contextos locais que carregam em si inúmeros fatores imprevisíveis, que podem distorcer ou retardar seus resultados, ou mesmo provocar efeitos contrários. Muito do esforço contido em uma etnografia do plantio de *cannabis* no Submédio São Francisco consiste, portanto, identificar os contextos culturais e as racionalidades econômicas que informam as tomadas de decisão dos atores. Isso implica em uma atitude metodológica que não se conforma

em tomar como dado o fato de que os agricultores são como que *empurrados* para uma atividade ilícita por conta da assim propalada *miséria* do meio em que vivem diante do quadro da decadência da atividade agropecuária no Sertão Nordestino. Não se trata de ignorar o fato de um agricultor lucrar muito mais com o cultivo de maconha do que no plantio do algodão ou de cebola (para dar dos exemplos de culturas existentes na mesma região). Trata-se, por outro lado, de trazer para a discussão fatores de ordem sociocultural ali presentes.

> A importância do cânhamo no Brasil sempre foi mais significativa como remédio e droga psicoativa. Nos próprios quilombos, segundo o historiador Édson Carneiro (*O quilombo dos palmares*, 1947), os escravos fugidos cultivavam-na para obter o tão apreciado "fumo de angola". O uso terapêutico dos derivados do cânhamo era também generalizado, com ampla gama de indicações médicas. No livro de medicina mais popular no Brasil do Século XIX, *Formulário e Guia Médico*, de Pedro Luis Napoleão Chernovitz, a maconha é indicada, em cigarros ou na forma de tinturas ou extrato, como remédio útil na cura da bronquite crônica das crianças e para todos os tipos de asma, assim como na tuberculose. (CARENIRO: 2006, 22 – grifos do autor)

Avaliar e acompanhar a implementação das políticas públicas implica a produção de um conhecimento sobre esses complexos contextos, que não pode ser simplificado em oposições de tipos como urbano-rural, moderno-tradicional, avançado-atrasado, lícito-ilícito, mas que precisam compreender os múltiplos significados que operam na relação entre os grupos alvo das políticas, estas, e os gestores públicos. Daí a necessidade de acompanhar a implementação de tais políticas públicas e policiais de erradicação destes plantios ilícitos, atuando como um tradutor dos contextos em que elas estão sendo implantadas.

No Sertão Nordestino em geral, bem como na região do Polígono da Maconha em específico, estudos anteriores (LEAL, 1993; FRAGA, 2007) observam que o emprego de formas de violência – como a utilização de jagunços, cabras, capangas – para a resolução de conflitos de terra, rixas de família e disputas políticas são tradicionalmente disseminados nesta região. Assim o foi em todo o período no qual a pecuária extensiva figurou como uma das mais importantes atividades econômicas da região. Tal recurso era bastante comum, a ponto de haverem, em ocasiões específicas, deslocamento de tropas estaduais e federais para determinadas regiões. Os

sertões nordestinos foram cenário de lutas intensas entre jagunços que compunham *"exércitos"* particulares, numa demonstração de arbítrio do poder privado dos chefes municipais. Em muitas cidades do sertão nordestino, essas brigas entre famílias e a ameaça aos programas sociais persiste até os dias de hoje, configurando-se como um considerável entrave ao efetivo fortalecimento da experiência democrática nesta região.

Como observa Fraga:

> A CPI do Narcotráfico, implementada pela Câmara Federal, em 1999, identificou (...) que em municípios do Submédio São Francisco, como Floresta e Salgueiro, as rixas entre famílias, o envolvimento das mesmas com atividades ilícitas de grilagem de terra e os conflitos históricos, migraram para o plantio da maconha, quando esta atividade economica tornou-se possível, rentável e alternativa. O envolvimento de políticos dos executivos municipais, juizes, deputados, vereadores e policiais constitui-se elemento fundamental para que a atividade de plantio ganhasse contornos violentos. (FRAGA: 2007, 102)

Antes de enfrentar questões como esta, historicamente presentes no campo em questão, como pensar seriamente em *desenvolvimento*, em políticas de *modernização*? Tais imperativos, na forma como vêm sendo tratados e pensados, acabam se tornando mais um fator contrário ao efetivo empoderamento dos atores envolvidos na cadeia produtiva do meio rural nordestino – principalmente aqueles rotulados como narcoagricultores, digamos assim.

3. Considerações Finais.

Essas considerações, ainda que finais, dado o estágio (inicial) do estudo que as embasa, não podem ser de maneira alguma conclusivas. Logo, trata-se muito mais da tentativa de um levantamento de questões a serem enfrentadas e caminhos a serem trilhados ao longo da pesquisa, e sendo assim, tanto melhor que este levantamento seja feito no âmbito de um encontro como este – para que esta investida possa se valer da intervenção qualificada que certamente julgo poder esperar encontrar ao expor as referidas questões nesta rede de pesquisadores.

Espera-se, no decorrer desta pesquisa, contribuir para a produção do conhecimento empírico e teórico sobre os processos de administração institucional de conflitos no meio rural brasileiro, com foco na produção e reprodução da desigualdade e de formas de discriminação nos cidadãos. A partir desse conhecimento, pretende-se gerar mecanismos e instrumentos de divulgação dos resultados que possibilitem uma reflexão conjunta por parte de diversos setores sociais sobre os problemas sociais e sociológicos levantados, tais como as representações sobre a idéia de igualdade, a crença na equidade e sua relação com as políticas de Estado implementadas pelo poder público brasileiro, a crença ou não no funcionamento das instituições púbicas como mecanismos de igualação ou desigualação dos cidadãos, os processos de discriminação social, moral, econômica, entre outros.

Assim, a realização desta pesquisa possibilitará disponibilizar um conjunto de dados empíricos e de modelos interpretativos relacionados aos dilemas do processo de transferência de responsabilidades (*accountability*) em pleno curso no Brasil. Pretendo ainda contribuir para dar visibilidade às demandas por representatividade no meio rural e por parte das populações tradicionais, robustecendo ainda o escopo do conhecimento relativo às temáticas da discriminação, discriminalização, do direito e do papel das instituições públicas, de forma a subsidiar a continuidade de pesquisas na área, bem como nutrir a elaboração e avaliação de políticas públicas.

De modo mais específico, espera-se que esta pesquisa contribua para a construção do conhecimento acerca das lógicas de funcionamento dessa realidade onde são comuns os conflitos de morte, colocando sob descrição os contornos presentes em certos padrões de produção, venda, uso, repressão policial, no que concerne às chamadas substâncias psicoativas. Dessa maneira, é possível ainda que tal investimento contribua para possíveis políticas que buscam dar tratamento mais igualitário e menos traumático às relações entre as instituições policiais e os cidadãos (agricultores, usuários de drogas, etc.), sejam eles transgressores da lei ou não.

Contudo, o compromisso maior deste estudo é com a criação e a difusão do conhecimento. E neste ponto, cabe explicitar a questão a ser resolvida que ressoou o tempo todo enquanto estas linhas eram escritas: qual é o sentido do público das referidas políticas públicas no Brasil? Tal indagação não cabe somente ao estudo dos dilemas do meio rural, mas se espraia, como defende Roberto Kant de Lima, para a sociedade brasileira como um todo. Sendo a idéia de público no Brasil bastante diversa da acepção que lhe é dada na cultura francesa ou inglesa, onde

designa tudo aquilo que deve ser de todos, compartilhado pela coletividade, o público na acepção aqui dominante é percebido como o que é do Estado, ou então de ninguém – e que por isso pode ser freqüentemente apropriado não coletiva, mas privadamente (KANT DE LIMA: 1989 e 2008).

Os municípios que estão envolvidos com a produção de maconha passam a ser representados na opinião pública como sendo muito violentos, o que acarreta ainda um incremento negativo (digamos assim) de seus indicadores sociais e econômicos. Os pequenos agricultores são os mais prejudicados pelos projetos de erradicação da maconha implementados pelos mecanismos coercitivos do Estado. Ou seja, tais operações policiais *"pegam"* os pequenos plantadores e não aqueles que pagam por (e mais lucram com) estas plantações. Outro problema, como vimos, é que a agricultura da maconha também se insere em um contexto de rixas entre grupos tradicionalmente instalados nestes locais pelo poder econômico e político. Como existem muitas armas envolvidas, a incidência de mortes é bastante alta. Existem na área muitos grupos de extermínio, que supostamente teriam ligações informais dentro da própria polícia. Brigas de família, a questão da seca, a falta de políticas públicas adaptadas às questões da região, também mudanças, como a construção das barragens e as perdas das terras são outros tantos problemas que ou precedem à percepção do plantio da erva como problema social na região, ou a ela se sobrepõem. Sendo assim, a procura por tais atividades acaba também sendo representada como alternativa econômica nestas regiões carentes de políticas agrárias definidas por parte do poder público.

Neste contexto, o dono da plantação contrata os agricultores como assalariados, ou fazem acordos onde os últimos são chamamos de *meieiros*, onde o latifundiário fornece a terra e compra os insumos, cabendo ao trabalhador cuidar da plantação. Ao fim e ao cabo, os lucros seriam divididos, mas, como quem faz a venda é o *"empresário"*, o agricultor não tem controle nenhum sobre a parcela que corresponde a ele. Sobre ele recai ainda o peso de fortes estigmatizações, uma vez que quem planta maconha é, não raro, mal visto pela sociedade. Estas pessoas são sumariamente associadas com assaltos, roubos e assassinatos. Diante disso, vale corroborar a idéia segundo a qual a *"política de redução de danos talvez necessite não só atingir o usuário, mas também alcançar o trabalhador rural"* (FRAGA, 2006, 115).

Em suma, o objeto desta discussão aqui posta é a problemática em torno do *"narcoagronegócio"* na Região do Polígono da maconha, que acaba pondo a atividade do agricultor em uma espécie de fronteira entre o *trabalho* e o *crime*, considerando todos os

significados que se enfeixam para a consolidação destas categorias na área etnográfica em questão. Direciono, portanto, meu enfoque para a cadeia produtiva da erva, dando visibilidade aos atores, mediadores e políticas que nela estão inseridos.

4. Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Manoel Severino Moraes de. Crime Organozado e Patrimonialismo em Irene. Pernambuco: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, 2004.

CARNEIRO, Henrique Soares. A Vingança do Quilombo. Rio de Janeiro: Revista Nossa História, Ano 3, número 33, 2006.

FRAGA, Paulo César Pontes. Plantios Ilícitos no Brasil: notas sobre o cultivo de cannabis no Polígono da Maconha. Florianópolis. Especiaria (UESC), VOL. 9, 2007.

GODELIER, Maurice. Antropologia Econômica. *In:* COPANS, Jean *et al.* Antropologia, ciência das sociedades primitivas? Lisboa: Edições 70, 1974.

_____ . Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, [s.d.].

KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: o dilema brasileiro do espaço público. *In:* GOMES, Laura Graziela, BARBOSA, Lívia, DRUMMOND, José Augusto(orgs.) O Brasil não é para Principiantes. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____ . Ensaios de Antropologia e Direito. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1993.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social *in:* CHAMPAGNE, Patrick et alii. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In:* Série Antropologia. Brasília, UNIB, 2002.

MDA/SDT. Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documentos Institucionais 02-2005.

NEVES, Delma Pessanha (org.). Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RIBEIRO, Ana Maria Motta . Narcotráfico e Campesinato. Revista Tempo e Presença, Rio de Janeiro, n. nov/dez, p. 13-17, 1999.

_____ Sociologia do Narcotráfico na América Latina e a Questão Camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELLI, Jorge Atílio S. Narcotráfico e Violência no Campo. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

_____ RIBEIRO, Ana Maria Motta . O "Polígono da Maconha". Le Monde Diplomatique Brasil, v. Ano 1, p. 30-31, 2008.

_____ A Entrada do tema do cultivo de maconha na agenda do Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. Tese de Doutorado, UFRRJ. 2008.

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

PROJETO CURSO PRÉ-VESTIBULAR INDÍGENA À DISTÂNCIA

Luiz Carlos Santos de Oliveira
(lucasaol@hotmail.com)
Roberta Michelline Porfírio Alves da Costa
(robertamichelline@gmail.com)
Marta Ferreira da Silva Severo
(marta_ff10@hotmail.com)
Nícia Celcy Brito Tavares
(nictha19@gmail.com)
José Nascimento de França
(jnfranca_@hotmail.com)
Faculdade de Serviço Social (Universidade Federal de Alagoas)

Introdução

O Brasil começa a fazer parte do chamado mundo ocidental e cristão em 1500 e esse processo envolve três aspectos que se articulam entre si, sendo eles: a colonização, a educação e a catequese.

Segundo Bobbio *et*. al. (1998), "colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial". No Brasil e na América Latina, o processo "colonizador" foi alicerçado, sobretudo, pela perseguição e eliminação cruéis de enormes contingentes dos povos originários do nosso Continente, efetivadas pelos invasores portugueses e espanhóis. Esse processo de aprisionamento, perseguição e extermínio dos povos indígenas brasileiros contribuiu para que essas etnias se evadissem para o interior do país e negasse sua cultura e, especialmente, sua religião, processo que só começou ser revertido no final da década de 70, com o fortalecimento dos movimentos sociais que resultou em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil.

A educação, segundo Saviani (2007), é "um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos

> [...] A educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo,

> isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonizado (p. 27).

Já catequese, ainda segundo Saviani (2007), "é entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores" (p. 29).

Antes da chegada dos colonizadores ao Brasil, a sociedade indígena detinham características de comunidades primitivas, como as descritas por Ponce (2001): "pequenas coletividades, unidas por laços de sangue, cujos membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que viviam sobre a base da propriedade comum da terra" (p. 17). Essas características vão sendo eliminadas ao longo dos anos, devido ao processo de colonização, educação e religiosidade imposto pelos colonizadores portugueses.

A problemática do acesso as diversas instâncias da educação brasileira está ligada ao seu processo de colonização e não pode ser dissociada da relação existente no período colonial entre o Estado e a educação, desenvolvida pelos colonizadores e os padres jesuítas. A escritora Aranha (1996) esclarece que:

> As primeiras escolas reúnem os filhos dos índios e dos colonos, mas a tendência da educação jesuítica é separar os 'catequizados' e os 'instruídos'. A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com o filho dos colonos, porém, a educação tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever. (p. 101)

Os colonizadores portugueses trazem consigo o modelo educacional da Europa do século XVI, culminando em uma ruptura na educação daqueles que já habitava as terras do Novo Mundo, ou seja, os índios. No Brasil os jesuítas se dedicarão a ensinar a moral, os costumes, a religiosidade européia e os métodos pedagógicos.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal (no ano de 1759) que pretendia implantar a educação a favor do Estado e não a serviço da fé, como estava acontecendo, é elaborada uma forma de educação voltada para interesses comerciais de Portugal, iniciando-se uma educação laica e pública para os filhos dos colonos.

Durante o período colonial a educação era um direito dos colonizadores, pois deveriam prosperar no território do Novo Mundo para levar qualidade comercial à Portugal, os negros e os índios não teriam direito e acesso à educação oferecida aos brancos.

Segundo Leonardi (1996) quando os índios rejeitavam trabalhar ou se revoltavam, contrariando o processo de escravidão imposto pelos colonizadores, eles eram arduamente perseguidos e reprimidos de tal forma que não podiam expressar a sua cultura. Desta forma, eles eram vistos como selvagens e bárbaros pelos colonizadores.

Diante de tal fato ocorrido ao longo da história da educação brasileira, percebe-se que a tradição e a cultura indígena foi massacrada pela cultura do "homem branco" que além de negar o valor da cultura indígena impôs uma nova ordem social aos mesmos de forma a implantar um sistema educacional excluindo a cultura indígena e obrigando-os a negar-se como índios. Segundo Freire (2004) *apud* Henriques et al. (2007):

> Quando a escola foi implantada em área indígena, às línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem sua cultura e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. (pág. 23)

Atualmente, as escolas indígenas tem em seu currículo o ensino da língua matriz e o ensino de sua cultura. Mas, isso vem ocorrendo apenas nas escolas indígenas, que estão localizadas dentro das aldeias que, em sua grande maioria, detém apenas o ensino fundamental. Quando se trata do ensino médio, os índios têm de sair de suas aldeias adquirindo, a partir daí, um conhecimento desvinculado de sua realidade.

O processo de exclusão de índios à educação ainda persiste. Ao se avaliar os indivíduos que ingressam no ensino superior no país fica evidente que poucos ou em sua grande maioria nenhum desses indivíduos são índios. Isto está relacionado a diversos fatores, dentre os quais podemos citar as condições socioeconômicas, educacionais, motivacionais, além da falta de políticas públicas que incentivem e promovam o ingresso de jovens e adultos indígenas ao ensino superior.

Os fatos históricos comprovam a discriminação social, étnica, religiosa, de gênero e outras exercida pela sociedade burguesa e branca. Sendo assim, o Estado brasileiro tem o desafio de sanar com essas desigualdades, ainda, existentes. Pois, nos dias atuais os negros, índios e brancos pobres sofrem com injustiças e preconceitos que os excluem da sociedade contemporânea.

Acesso da população Indígena ao Ensino Superior

Como política de acesso ao ensino superior, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, implementou, desde 2003, a política de formação de professores indígenas em cursos de licenciaturas interculturais, habilitando-os para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Tal política vem auxiliando os indígenas a concluírem o Ensino Fundamental e, em alguns casos, o Ensino Médio, mas quando se trata do acesso ao Ensino Superior as políticas educacionais demonstram fragilidades.

O Estado, segundo a concepção de Marx, representa a dominação burguesa sobre o proletariado e este Estado estabelece e consolida as lutas de classes; sendo assim, para estimular o processo de mudança nas diferenças sociais deve ser desenvolvidas políticas como medidas especiais com o objetivo de sanar as desigualdades étnicas, religiosas, de gêneros, econômicas, dentre outras. As políticas devem garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização provocada pelos que detém o poder do capital ao longo da história do país. Segundo Casassus (2002), "uma política para a igualdade é uma política que procura igualar o acesso a educação e que busca a igualdade nos resultados" (p. 46).

As autoras Cavalcante e Moraes (2007) consideram que ainda estamos distante da criação de políticas públicas que garantam, de forma efetiva, não apenas o acesso, mas a permanência bem sucedida dos indígenas na universidade. Ainda, segundo as autoras,

> [...]pensar a presença de estudantes indígenas em nossas instituições universitárias é enfrentar o desafio de mudar mentalidades, superar o histórico preconceito, velado ou aberto, para com os povos indígenas, transformar relações [...] que envolve diversos protagonismos, nos quais diálogos, conflitos e negociações tem de ser trabalhados [...] (p. 93-94).

Portanto, pensar no acesso e permanência de indígenas na universidade é defender projetos indígenas nas instituições de ensino superior. Pois como expõe Paredes (2007) não é novidade destacar a situação de pobreza, marginalização e discriminação por que passam os índios, tanto por parte do Estado, que não define políticas públicas que os beneficiem, enquanto cidadãos brasileiros, bem como pela sociedade em geral que os mira e os trata com desprezo, os ignora e em certos casos os utiliza como objetos exóticos e folclóricos.

Citando Paredes (2007) a reflexão sobre o acesso indígena ao ensino superior deve priorizar três aspectos:

> [..] a inter-relação entre a educação superior e a educação básica dos índios; a possibilidade de construir uma educação superior indígena bilíngüe e com a participação comunitária, segundo as propostas e diretrizes da LDB para a educação indígena; por último, e a modo de conclusão, refletir sobre os desafios e possibilidades das Instituições de Ensino Superior frente à demanda de educação superior por parte dos povos indígenas[...](p. 75)

Um grave problema que afeta, não só os grupos indígenas, mas a toda classe desfavorecida da sociedade, é a desvinculação dos níveis educacionais, ou seja, não há uma inter-relação entre esses níveis de ensino, o que há é um ensino desfragmentado não demonstrando as possibilidades futuras para a continuidade da formação.

O acesso dos povos indígenas ao ensino superior está garantido no Inciso "II" do Artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LBD, em que é garantido o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias, através do Sistema de Ensino da União, com colaboração das agências federais de fomento à cultura e a assistência aos índios, como é o exemplo da FUNAI e FUNASA, no desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural.

Para que os indígenas possam ter acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos torna-se necessário uma inter-relação entre a educação básica e a educação superior; sendo que, a primeira tem de possibilitar o acesso e a segunda está preparada para a inclusão desse grupo diferenciado.

Desta forma, tendo consciência de sua realidade este povo, discriminado ao longo da história, passa a lutar pelo acesso ao conhecimento, pois a partir da educação, política, economia, entre outros, uma sociedade tem a possibilidade de desenvolver-se de forma justa, equânime e igualitária, ou seja, a transformação social torna-se possível através dos diversos fatores que constituem a formação e integração da sociedade. Lutar pelo acesso incondicional da educação é um processo que Freire (1997) chamava de "lutar pela restauração de sua humanidade" (p.31). Diante de tal luta, o autor expõe:

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (p.31-32)

Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

A universidade é compreendida como um mecanismo de ascensão social por parte daqueles que estão inseridos nela. Segundo Azevedo (1991) apud Volpi (1996) a universidade é "uma instituição intimamente vinculada à conservação de uma cultura de poucos" que efetivamente sempre se distancia da população que a faz existir, ou seja, a universidade encontra-se fechada sobre ela mesma não exercendo, na maioria dos casos, impacto direto sobre a sociedade.

Diante desta realidade, cabe aos indivíduos, que compõem essas Instituições, transpor os muros e incorporar a realidade cultural e social à fonte de conhecimento e principio do saber acadêmico. Isto é, por o conhecimento produzido a serviço efetivo da sociedade.

De acordo com Mosquera (1990) apud Volpi (1996), a universidade deve cumprir com "duas funções precípuas: de crítica e participação, tomando como base o conhecimento da realidade social e produzindo conhecimentos que possam influir sobre os modelos sociais, econômicos, políticos e culturais" da sociedade. E, a partir daí, exercer sua função social e contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Projeto Pré-Vestibular Indígena: uma proposta para possibilitar o acesso de índios ao Ensino Superior

Através de visitas realizadas por membros do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Movimentos Sociais, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, à aldeia do Povo Xokó, localizada em Porto da Folha-SE, foi constado a

partir de um levantamento familiar, que 70 jovens haviam concluído ou estavam em fase de conclusão do Ensino Médio. E, através de solicitação de ações para com a juventude, por parte do Povo Wassu-Cocal, localizado no Município de Joaquim Gome-AL, surgiu o Projeto Curso Pré-Vestibular Indígena à Distância.

Os jovens das duas tribos, que concluíram ou ainda estão cursando o nível médio, apresentaram interesse em participar do pré-vestibular indígena, proposto pelo Grupo de Pesquisa, a fim de ingressarem nas Universidades Federais de Alagoas e Sergipe. As dificuldades vivenciadas pelas tribos são inúmeras, dentre elas destacamos as condições sócio-econômicas, a distância existente entre as mesmas e as universidades citadas, além da falta de preparação dos jovens indígenas para prestarem o vestibular.

A formação acadêmica é muito importante para estes jovens, pois além de contribuir para desenvolvimento e fortalecimento das relações sociais da organização interna da tribo, ampliará a relação entre a universidade e as tribos indígenas, fortalecendo o intercâmbio entre o conhecimento acadêmico e o popular. Esta ação tem como fundamento a responsabilidade social, da universidade pública, em ampliar a relação entre si e os moradores de espaços populares, além de proporcionar a democratização do acesso ao ensino superior em cursos presencias e a distância, para os índios da etnia Xokó e Wassu-Cocal.

O maior desafio encontrado na execução do projeto foi a distância, entre as tribos e a universidade, e a não existência de sinal de Internet nas tribos, o que impossibilita a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizado – AVA (tais como: Moodle, E-proinfo e outros). Sendo assim, adotou-se outras tecnologias de informação e comunicação como facilitadoras do processo ensino-aprendizagem.

Devido a distância e a impossibilidade da utilização dos ambientes virtuais de aprendizado, as aulas foram gravadas em mídias de DVD's e posteriormente enviadas para as aldeias. Foi proposto a formação de turmas para assistirem as aulas e foi escolhido 4 alunos entre eles para atuarem como monitores.

Para acompanhamento foi instituída 2 coordenações, sendo uma local, composta por membros da aldeia e professores da escola indígena e uma coordenação geral composta pelos membros do Grupo de Pesquisa.

As aulas foram gravadas em salas de aulas na própria Universidade em parceria com professores do Pré-Vestibular do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre as universidades e as comunidades populares. O conteúdo das aulas foram planejadas conforme o programa do Processo Seletivo Seriado – PSS, disponibilizado pela equipe do vestibular da UFAL.

Para esclarecimento de dúvidas foi elaborado um Formulário de Duvidas, em que os alunos expõem seus questionamentos e enviam para os professores responderem os mesmos em aulas gravadas. Além das mídias de DVD's contendo as aulas, os alunos receberam apostilas e contaram com equipamentos áudios-visuais, como: aparelhos de DVD e TV.

O acompanhamento foi realizado através de visitas mensais e ligações telefônicas às tribos. Durante algumas visitas mensais a aldeia, os alunos contaram com a presença de professores do Programa Conexões de Saberes que participaram das reuniões gerais e dos encontros com monitores e aluno. Ainda durante as visitas, foram desenvolvidas, ações motivadoras, tais como: reuniões avaliativas, vivências de dinâmicas de grupo, entre outras, tendo em vista uma melhor consecução dos objetivos do projeto.

Em 2010, o Grupo expande suas ações para atender a dois povos indígenas e um total aproximado de 150 índios, de forma a auxiliá-los na preparação para o vestibular no fim do ano em curso, seja na modalidade presencial ou a distância.

BIBLIOGRÁFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Juliana Lopes. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas.** Maceió: EDUFAL. (Volume de1 a 5)

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CASASSUS, Juan. **A Escola e a Desigualdade**. Brasília: INEP, 2002.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; MORAES, Ana Alcídia de Araújo. **Povos Indígenas e Acesso ao Ensino Superior**. In: Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Edufal/18º EPENN, 2007. p.93 – 111.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HENRIQUES, Ricardo; GESTEIRA, Kleber; GRILLO, Susana; CHAMUSCA, Adelaide. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: SECAD/MEC, 2007. (Cadernos SECAD)

LEONARDI, Victor. ***Entre Árvores e Esquecimentos*: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB, 1996.

PAREDES, José Bolívar Burbano. **Possibilidades e Desafios da Universidade Brasileira Frente ao Acesso e Permanência dos Povos Indígenas no Ensino Superior**. In: Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Edufal/18º EPENN, 2007. p. 73-91.

PONCE, Anibal. **Educação e Luta de Classes**. 20ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHADEN, Egon. **Aculturação indigena : ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos.** São Paulo: Pioneira:EDUSP, 1969.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

VOLPI, Marina Tazón. **A Universidade e sua Responsabilidade Social.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

PRONERA NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Maria Elcineide de A. Marialva
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Mestranda em Educação
elcineide@yahoo.com.br

Vicente Rodriguez
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Professor Doutor em Educação
virodri@unicamp.br

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

O presente texto é um recorte da pesquisa de Mestrado intitulada "Pronera: o cenário do financiamento na educação de jovens e adultos dos assentamentos da reforma agrária" que vem sendo desenvolvida e tem por objetivo refletir a construção desse programa enquanto política pública, sob o enfoque noliberal no final da década de 90. Para tanto, apresentamos então, uma breve reflexão sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no final da década de 90, que culmimou com sua criação e implementação na educação de jovens e adultos assentados da reforma agrária.

Após defender o Estado de Bem-Estar Social como principal causa da crise do capital no final dos anos 70, a ideologia neoliberal encontra terreno fértil nas elites nacionais, engendrando o "Estado mínimo" socialmente e "Estado máximo" economicamente, além de reforçar o transcurso da reforma do Estado brasileiro, defender as privatizações e os cortes orçamentários nas políticas públicas, que segundo Barroso (2005):

> [...] a influência das idéias neoliberais fez-se sentir que por meio de múltiplas reformas [...], destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração aos serviços [...] público estatal, de "encorajamento do mercado" [...] e de promoção de medidas tendentes à privatização. (p.741)

Por meio da reforma do Estado, as políticas públicas sociais, dentre elas as educacionais, fazem parte deste programa de reformas cuja elaboração e controle ficaram a cargo da União, e a execução sob responsabilidade dos Estados e Municípios com a colaboração da sociedade civil e organizações não-governamentais através de convênios e parcerias. No campo das políticas públicas, quase sempre, o direito à educação não foi

assegurado, apenas acabou-se por priorizar as políticas compensatórias em detrimento aos direitos sociais básicos, essas políticas de caráter compensatório tem por referência a focalização, ou seja, apenas um grupo específico de necessitados são beneficiados dando sustentação àquela ideologia, corroborando com Höfling (2001) quando afirma:

> [...] Em um estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua "capacidade e escolhas individuais", não usufruem do progresso social, *porque são excluídos do processo*. (p.39, grifo no original)

Diante desse quadro que se privilegia as políticas compensatórias, está inserida a Educação do Campo[1], que de acordo com Furtado (2004) nunca foi tida como um espaço prioritário de ação institucionalizada, pelo contrário apenas foi remediada através de projetos, programas e campanhas emergenciais e sem continuidade, com ações justapostas e concepções de educação pautadas na realidade de uma educação urbana.

De acordo com Freitas (2003) a educação do meio rural no Brasil sempre esteve diante de um papel marginal no que concerne as políticas públicas para educação, tendo a população do campo acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. Se o quadro geral da educação no país ainda apresenta graves problemas, na zona rural esses problemas são ainda maiores. A situação da educação do campo é conseqüência de um processo de exclusão econômica, social e cultural. Neste caso, o descaso histórico com o sistema educacional rural levou a inexistência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas, e de dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis.

Concordamos com Ramos (2005) quando expressa que o quadro da educação no campo apresenta ainda problemas sérios como: escolas geograficamente mal distribuídas, insuficiência ou ausência de transporte escolar, condições inadequadas de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo, falta de livros didáticos e materiais pedagógicos que retratem a realidade do mesmo, havendo nesse sentido, o uso do livro didático - uma imposição da cultura urbana sobre a rural.

Diante desse quadro desalentador em que historicamente se constituiu a educação no meio rural, que no final da década de 90 ocorreu uma forte pressão dos movimentos sociais por direitos à educação, especificamente por educação do campo, com o propósito de elaborar

[1] Existe diferença conceitual e política entre a educação rural e a Educação do Campo, ver SOUZA, Maria Antônia. A Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais do Campo. 2008.

e materializar um conjunto de iniciativas educacionais para enfrentar o processo de exclusão dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, além de forjar a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso à educação e construam uma identidade própria da realidade rural.

Respondendo a essa necessidade, tem-se destacado a articulação nacional "Por uma Educação do Campo", considerada atualmente uma das expressões de mobilização pela afirmação da educação do campo no Brasil, que reúne em sua composição órgãos do poder público, ONGs e movimentos sociais do campo. Há também a primeira e segunda Conferência Nacional de Educação do Campo ocorridas respectivamente, em 1998 e 2004 em Luziânia – Goiás, constituindo-se em marcos históricos dessa articulação nacional nesse processo de afirmar o direito das populações do meio rural à educação, ao reivindicar que a educação do campo seja assumida como política pública de maneira mais explícita; que os órgãos públicos responsáveis pela educação em nosso país se façam mais presentes reconhecendo a dívida social, cultural e educacional que tem para com os diversos sujeitos que vivem no campo e na floresta; e que seja reconhecida a especificidade desses povos e de suas formas de viver e de ser. (II CNEC, 2004).

As lutas dos movimentos sociais por educação do campo sugerem que as experiências e a formação dos sujeitos constituem-se num movimento de interesses contraditórios, voltados de um lado, para a composição de cidadãos de direitos, com autonomia quanto a sua sobrevivência material e cultural; de outro, para a superação de uma realidade econômica, política, cultural e educacional, que exclui milhões de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária das condições básicas para a existência com liberdade e com dignidade.

Assim, essas lutas foram muito significativas na conquista do que se alcançou e vem se alcançando enquanto Educação do Campo, exercendo assim um papel fundamental na construção de alternativas e de propostas contrárias ao pensado e construído pela ideologia neoliberal. Entre essas ações está a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, consideradas como marco político na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela educação, além de novas possibilidades de conquistas dessas lutas, como exemplos podem ser citados os Fóruns Estaduais e Regionais de Educação do Campo, Observatório Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e Observatórios Estaduais, na busca de fomentar as discussões e ações pedagógicas sobre a educação do campo.

No universo destas conquistas a alfabetização de jovens e adultos também é pautada como instrumento de extrema importância no processo de conscientização política e social

para as transformações das estruturas atuantes em nosso país. Apesar dos avanços, de acordo com os dados do IBGE, até o ano de 2002 ainda tínhamos um total de 11,8% de pessoas acima dos quinze anos de idade analfabetas em nosso país, sendo que o Nordeste apresenta o menor índice de declínio na queda do analfabetismo, sendo de 27% nos anos de 1993 a 2003.

Após um período de reuniões e discussões no I ENERA[2], somado ao desejo por uma educação para a população do campo, mais especificamente para jovens e adultos dos assentamentos da reforma agária, nasce o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária enquanto política pública no governo Fernado Henrique Cardoso. Oficializado em abril de 1998, pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária, o PRONERA vem atuando com estratégias de focalização e de transferência de recursos para financiar projetos educacionais com o objetivo de promover ações educativas nas áreas dos assentamentos da reforma agrária, sendo implementado por meio de convênios entre universidades, órgãos públicos, instituições governamentais e entidades da sociedade civil, que apresentam representatividade de trabalhadores e trabalhadoras das áreas rurais.

O objetivo do PRONERA é promover o acesso à educação formal em todos os níveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de Reforma Agrária. Para isso desenvolve ações de Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio; cursos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e cursos de especialização. Em convênio com mais de 50 universidades públicas e comunitárias, os cursos garantem a chamada alternância regular de períodos de estudos com tempos diferenciados de aprendizados, de maneira que os assentados possam estudar sem sair do campo. Existe ainda, o envolvimento das comunidades onde esses trabalhadores e trabalhadoras residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região[3].

Porém, a modalidade prioritária do PRONERA é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que compreende o processo de alfabetização e escolarização dos assentados, que de acordo com o Manual de Operações do Pronera[4] (2004),

---

[2] ENERA – I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – foi realizado em Brasília, em julho de 1997, na qual os educadores envolvidos em projetos educativos em assentamentos buscavam a ampliação das atividades já desenvolvidas, surgindo assim a idéia de criar um programa nacional de educação na reforma agrária.

[3] Disponível em : www.incra.gov.br - acesso em 19/09/2009.

[4] O Manual de Operações do Pronera é o documento base que define a estrutura operacional e as orientaçãoes pedagógicas do Programa. Desde sua criação, foram produzidas três versões: a primeira foi aprovada com a criação do Programa (Portaria MEPF/Nº 10/1998), a segunda incorporou as deliberações oriundas das medidas extremas do Governo, a partir de meados de 2001 (Portaria INCRA/Nº 837/2001); a terceira e atual edição constituiu o resgate da essência do Programa, retomando, desde o processo de reformulação, seus princípios e pressupostos (Portaria INCRA/Nº 282/2004).

> Examinadas as possíveis linhas de ação, decidiu-se dar prioridade à questão do analfabetismo de jovens e adultos, se ser excluído o apoio a outras alternativas. As razões para essa opção foram: o alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa de Reforma Agrária; a preferência do Ministério da Educação pela política de reforço do ensino regular e a tendência verificada entre os dirigentes municipais de considerar os assentamentos áreas federais e, portanto, fora do âmbito de sua atuação. (MANUAL DE OPERAÇÕES, 2004, p.15)

Desse modo, as ações de escolarização e de formação dos jovens e adultos assentados da reforma agrária, direciona-se a para inclusão social destes sujeitos, com o objetivo de torná-los constutures de suas identidades, para que finquem raízes e reconheçam o campo como seu lugar de vida e trabalho, além de procurar atender às necessidades de produção, organização e sustentabilidade socioambiental dos assentamentos rurais.

De acordo com Di Pierro (2001), o PRONERA acolhe projetos propostos por instituições de ensino superior (IES) que mantenham parcerias com movimentos sociais e organizações não-governamentais. Estes parceiros devem está envolvidos com as atividades em assentamentos da reforma agrária. No início, os projetos eram avaliados pela Comissão Nacional do Pronera[5], depois de seram analisados pela Comissão Administrativa que verifica os aspectos formais de adequação aos critérios de elgibilidade, e a Pedagógica que emite o parecer técnico, esse modelo de gestão foi alterado a partir de 2001, quando o Pronera passou a subordinar-se à Superitendência do Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e as decisões administrativas passaram a ser tomadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, dessas instâncias tripartites originais, foi preservada a Comissão Pedagógica Nacional, e permanece até hoje essa estrutura organizacional do Programa.

O PRONERA, vem enfrentando muitos desafios desde sua implementação e execução. Ainda permanece como uma intervenção setorial associada à democratização do acesso à terra. Na maior parte dos contextos, essa intervenção não impacta significativamente as condições de vida, devido à ausência e/ou insuficiência de outras políticas públicas de combate à pobreza, garantia de direitos e desenvolvimento rural, como o acesso ao crédito e à assistência técnica, melhoria das condições físicas de infra-estrutura (moradia, sistema viário, iluminação, meios de transporte, saneamento básico), segurança alimentar, saúde e educação escolar.

[5] A Comissão Nacional do Programa é exercida pela Direção Executiva (responsável pela administração e gestão do Programa) e Comissão Pedagogica Nacional (instância responsável pela orientação e definição das ações político-pedagógicas do Programa).

Nessas condições, é compreensível que a população assentada nem sempre encontre motivação suficiente para engajar-se ou permanecer em processos educativos que envolvem investimento pessoal e familiar, sendo elevada a evasão nos cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos. Um dos desafios é o de investir na articulação interministerial e intersetorial de políticas públicas para estabelecer nexos mais efetivos entre a elevação de escolaridade, a qualificação profissional, o acesso ao crédito e a oportunidades de geração de renda[6].

Dessa forma, diversos estudos tratam sobre o PRONERA. O estudo de Andrade (2009) procura investigar a constituição e organização do PRONERA como anúncio de uma política pública de educação do campo pautado na parceria, num caso especifico do Estado do Pará. Nesta mesma direção existe a pesquisa de Freitas (2008) que procura analisar como se constitue as relações políticas e pedagógicas entre os atores que constroem os cursos vinculados ao Pronera. Uma outra análise sobre o Pronera é a que faz Peruis (2008) quando verifica as formas de gestão que foram estabelecidas pelo programa na intenção de trabalhar com a educação de jovens e adultos das áreas de assentamento da reforma agrária do Mato Grosso do Sul. No estudo que Rocha (2007) realiza, busca apreender os impactos do Pronera na formação dos educadores(as), especificamente nos assentamentos do MST no estado do Maranhão, tomando como parâmetro a contribuição desse programa na melhoria da qualidade da educação e formação política dos assentados da reforma agrária. Silva (2001) em sua pesquisa apresenta informações e reflexões sobre a educação de jovens e adultos em um assentamento do sudeoste paulista a partir da implantação do Pronera.

O estudo realizado por Di Pierro (2001) apresenta as tendências descentralização, focalização e a parceria como características das políticas de cunho social nas políticas de educação de jovens e adultos. Além da pesquisa desenvolvida por Molina (2004) que busca entender o Pronera enquanto *política pública*, a partir das condições históricas e do acúmulo político que tornou possível propor-se esta política de educação específica para as áreas de reforma agrária, numa conjuntura de desmonte e intervenção do Estado na educação, ao mesmo tempo que procurou analisar o que significou e o que produziu a existência dessa política.

Essa rápida incursão nos estudos que analisam o PRONERA, nos leva considerar a necessidade de uma investigação mais detalhada desse programa enquanto política pública pensada e implementada dentro de uma conjuntura econômica e política que marcaram o final

[6] Esses são alguns dados levantados na pesquisa que resultou no trabalho: A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva : Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Jesus et. al., 2004)

da década 1990 no Brasil, principalmente, no que concerne a questão do financiamento, uma vez que PRONERA atua com estratégias de focalização e de transferência de recursos para financiar projetos educacionais com o objetivo de promover ações educativas nas áreas dos assentamentos da reforma agrária. Por isso, buscamos traçar um diálogo com esses autores com a finalidade de dimensionar esse programa não só no que pese as questões já pontuadas, mas com o objetivo de configurar o Pronera enquanto uma politica concebida sob o enfoque neoliberal, para financiar projetos educativos para jovens e adultos dos assentamentos da reforma agrária.

A investigação inclui estudo de campo, onde estamos combinando procedimentos de pesquisa quantitativa e qualitativa, pautados numa matriz de indicadores correspondentes às seguintes dimensões do PRONERA, como: sustentabilidade político-institucional; estrutura organizacional e de gestão; financiamento; cobertura do programa. Além de uma extensa pesquisa bibliográfica que partiu da dificuldade de encontrar material disponível sobre os temas com os quais nos deparamos ao longo de nossa pesquisa, utilizamos, também, um conjunto significativo de *fontes primárias e secundárias*. Estão sendo utilizados instrumentos de pesquisa empírica, tais como questionários e entrevista, que estão sendo realizadas com gestores, asseguradores da Superintendência Regionais do INCRA, coordenadores dos projetos financiados pelo PRONERA, secretários financeiros do Programa Nacional e Estadual, com intuito de apreender as expectativas, percepções, significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos com o Programa a ser investigado.

Então, de forma preliminar, o estudo revela que o PRONERA enquanto política pública, foi instituído devido à intensa pressão dos movimentos sociais do campo, pois, não tem existido política social desligada das reivindicações populares, o Estado acaba assumindo algumas dessas reivindicações, ao longo de sua existência histórica, porém, não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o governo no momento. (VIEIRA, 1992, p.)

O programa se mostra como um pólo positivo de uma política focal de cunho compensatório que atende um público específico, neste caso os jovens e adultos assentados da reforma agrária. As políticas focais para a área social ampliam-se no Brasil e consolidam o novo paradigma de políticas de oferta econômicas e não mais as políticas de demanda social com origem na sociedade civil organizada a exigir os direitos subjetivos do cidadão e dever do Estado. A sociedade civil assume o dever de uma nova forma de regulação e controles sociais, depois do reajuste realizado com a reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a

reorganização da sociedade civil, neste último caso elegendo organizações não governamentais (ONGs) e o Terceiro Setor como interlocutores privilegiados do governo, em vez dos movimentos sociais da década de 1980.

O PRONERA é a continuidade da reforma educacional e dos programas sociais decorrentes do governo de Fernando Henrique Cardoso, naturalizando as metas de uma regulação e controle sociais que teve origem na reforma do Estado cujo início foi partir de 1995, que se seguiu na segunda metade da década de 1990. Portanto, ainda seria impossível indicarmos as fragilidades das políticas de governo, especialmente, as focais, para resolução de problemas estruturais de tamanha densidade histórica.

Concluimos, que o PRONERA consiste numa enorme possibilidade de reconstrução de políticas públicas no âmbito do Estado e da sociedade civil, de se produzir política de Estado para Educação do Campo que privilegiem a intensificação da condição humana da excluída população que vive no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciane Almeida Mascarenhas. Desafio da parceria na implementação do PRONERA: o caso do projeto alfabetização cidadã no noroeste paraense. Natal, 2009. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ANDRADE, Márcia Regina. PIERRO, Maria Clara Di. MOLINA, Mônica Castagna. SANTOS, Sônia Maire (Orgs). **Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do PRONERA.** São Paulo: Ação Educativa, Brasília: PRONERA, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2004. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida no Meio Rural. Brasília, DF: 2004.

CNBB et al. II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo: Declaração Final. Luziânia, GO: 2004. (Mimeo)

CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

DI PIERRO, Maria Clara e ANDRADE, Márcia Regina. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. S/d. (Mimeo).

_____. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo. V. 27. n. 2, p. 3210337, jul /dez. 2001.

_____. **O financiamento público da educação básica de jovens e adultos no Brasil no período de 1985-1999**. Caxambu, 2000. 30 p. Trabalho apresentado na Reunião Anual da ANPED. 23 de set. 2000, Caxambu, MG.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados de reforma agrária:** o PRONERA. Florianópolis, 2007. **Tese** (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **A Formação da Rede de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o PRONERA. In:** http://www.alasru.org/cdalasru2006/21%20GT%20Helana%20C%C3%A9lia%20de%20Abreu%20Freitas.pdf. (acesso em 04/01/2010)

FURTADO, Eliane D. P. **Estudo sobre a Educação para a População Rural no Brasil**. In: http://www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf ou http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf (acesso em 04/01/2010)

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro /2001.

MOLINA, Mônica C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2003. **Tese** (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília. http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/MonicaMolina.pdf

PERIUS, Lúcia Célia Ferreira da Silva. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- A gestão do Pronera no Estado do Mato Grosso do Sul 1998 – 2001**. Campo Grande - MS, 2008. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Cátolica Dom Bosco.

RAMOS, Marise Nogueira et al (Coords). **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROCHA, Helianane Oliveira. **A educação do campo nos espaços de lutas politicas dos movimentos sociais: analise e contribuição da formação dos(as) educadores (as) do MST no Maranhão via o Pronera**. São Luís, 2007. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Maranhão.

RODRIGUES, Lyvia Maurício. **Desafios e Possibilidades na Educação de Jovens e Adultos no contexto do PRONERA**. Florianópolis, 2006. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Edivaneide Barbosa da. **Práticas educativas dos assentados no Sudoeste Paulista: um olhar sobre o Pronera**. Campinas, 2001. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, Maria Antônia. A Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais do Campo. In: *31ª Reunião Anual da ANPED.* GT 3 – Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, Minas Gerais: ANPED, 2008. Disponível no site: http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4765--Int.pdf. Acesso: 01/03/2010.

REDES POLÍTICAS E FREIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DE ÁGUAS EMENDADAS

Mário Lucio de Avila[1]
Laura Maria Goulart Duarte[2]
Eric Sabourin[3]
Gilles Massardier[4]

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Introdução

A política pública de desenvolvimento territorial (PTDRS) no Brasil é uma proposta ambiciosa de nova orientação para o desenvolvimento rural, pautada na territorialização e participação dos agricultores, sociedade civil e governo nos espaços de concertação, negociação e seleção de projetos públicos de investimentos.

A temática do desenvolvimento rural no Brasil não é nova, mas ganhou novo fôlego e nova roupagem teórica no ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2003) sendo reforçada com o Programa dos Territórios da Cidadania lançado no ano de 2008.

O aspecto mais inovador dessa discussão, tal como hoje se apresenta, refere-se à inclusão da dimensão territorial. Apesar das dificuldades da nova abordagem da problemática, das mudanças políticas e da condução do processo, a prioridade estabelecida pela SDT, buscando institucionalizar uma política de desenvolvimento territorial rural no Brasil, é inovadora e demonstra um olhar diferente e emancipador para os problemas do campo e merece analises mais profundas visando seu aperfeiçoamento.

[1] Professor do IFET-Goiano – campus Ceres - GO, Doutorando em Desenvolvimento Sustentável (CDS-UNB), iapecmario@gmail.com
[2] Professora do CDS-UNB, doutora em Sociologia. lauraduarteunb@yahoo.com.br
Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável - Campus Universitário Darcy Ribeiro
[3] Pesquisador do CIRAD, doutorado em Antropologia e Etnologia , sabourin@cirad.fr
CIRAD - Departement Environnement et Sociétés.
[4] Pesquisador do CIRAD, Maître de conférences de science politique à l'université Lumière Lyon-2, gilles.massardier@cirad.fr
CIRAD - Departement Environnement et Sociétés.

Criaram-se espaços coletivos de discussões, diagnósticos e apresentação de propostas para o chamado desenvolvimento territorial sustentável. As CIAT's, (Comissão de Implantação das Ações Territoriais) são arenas de decisão coletivas, amplamente abordadas na literatura como espaços participativos de exercício e prática da democracia (AVRITZER, 1994; 2003; COSTA, 1997; GOHN, 1997; SANTOS, 2002). Entretanto, apesar da potencialidade, nos últimos anos receberam clamores para um olhar mais atento dada à complexidade da sociedade civil e de suas relações com o campo político-institucional, além dos problemas históricos estruturais que marcaram as relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil. (DAGNINO, 2002; LAVALLE, 2003; SILVA, 2006).

Algumas evidências apontam para o desbalanço de forças que se estabelecem nesses espaços e reforçam a necessidade de problematizar a relação da política com as configurações[5] estabelecidas nesses dispositivos[6]. Avila, Duarte et al., (2009) apontam que são os técnicos que aparecem como maiores freios ao processo de territorialização. Estes, que supõem serem os responsáveis pela mediação dos processos, acabam disputando exclusividade de recursos (competências técnicas para elaboração de projetos, informações privilegiadas) e dominando os agricultores num processo de cooptação e disputa por legitimação de projetos muitas vezes descendentes. Deriva deste fato, conforme apontado por Avila, Sabourin et al., (2009) a baixa identidade dos projetos com os agricultores e suas reais demandas, assim como sua exclusão no acesso aos resultados.

A dinâmica da participação nesses espaços é mediada quase que exclusivamente por agentes de assistência técnica oficial, ou por técnicos de ONG's que potencializam redes e circuitos alternativos para a construção dos projetos e acesso aos recursos. Nestas redes, os agricultores, muitas vezes, não têm acesso aos recursos circulantes, apenas conhecendo as informações ou projetos concebidos nos momentos de apresentação de propostas ou votação em plenárias.

As redes acabam por influenciar a ação pública e fazem do processo político um circuito pouco conhecido, revelando resultados muitas vezes diferentes daqueles originalmente planejados na concepção da política.

[5] Dizer que os indivíduos "entram em configuração" equivale nas palavras de Elias e Scotson (1965) dizer que o ponto de partida de qualquer pesquisa sociológica é uma pluralidade de indivíduos que, de uma ou outra forma, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis, equivale a dizer que não conseguiríamos explicá-las com termos que suponham que, de certa forma, elas existem de maneira independente em relação aos indivíduos. Tampouco conseguiríamos fazê-lo por meio de termos que envolvam a existência dos indivíduos fora destas configurações.

[6] Entendidos como arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação. (MORMONT, 1996)

Na tentativa de contribuir com a discussão dessa problemática, essa comunicação propõe analisar a dinâmica da ação pública do desenvolvimento territorial, através da compreensão das redes de poder, assim como evidenciar as características e as conexões das redes estabelecidas no Território das Águas Emendadas[7] (TAE), a partir do estudo de dois projetos discutidos e formulados no âmbito do colegiado territorial no período de 2003 a 2009.

Duas questões fundamentais orientam nossa reflexão: quais as consequências da criação de redes nestes espaços? Que efeitos elas produzem na política pública de desenvolvimento territorial? Estas questões dão o pontapé inicial desta comunicação e suas interpretações contribuem para compreender a dinâmica territorial após quase oito anos de ações da SDT.

O texto está assim estruturado: além desta introdução, apresenta-se um quadro teórico sobre as redes e políticas públicas, em seguida, os resultados evidenciam o dispositivo CIAT, as redes que se estabelecem nestes dispositivos e as consequências destas redes para a política pública em questão. Ao final, apontam-se três grandes linhas de conclusões a partir das análises evidenciadas no texto.

REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Na literatura internacional, um grande esforço é realizado pela sociologia política na tentativa de entender os complexos espaços das redes, sobretudo graças às abordagens de redes de políticas públicas que nos últimos anos apresentou uma consolidação teórica e metodológica.

No Brasil, apesar de crescente, ainda são poucos os estudos que se propõem a analisar a ação pública e as políticas públicas de maneira relacional e dinâmica, através das chamadas redes sociais ou de poder. (MOURA e SILVA, 2008; PAULILLO, 2001; MARQUES, 1999; MÜLLER, 2006)

As consequências analíticas - no caso de políticas públicas das abordagens de redes ou configurações, segundo Massardier (2003), declinam-se em função dos seguintes pontos:

- Um dispositivo concreto de política pública resulta da estrutura da configuração social que o fabrica.

[7] Território que conta com 11 municípios (DF, GO e MG), possui 10.114 agricultores familiares e 5.507 famílias assentadas.

- O jogo entre os atores da configuração é dependente dos recursos dos quais estes dispõem (educação, capacidades, militante, profissional, especializado, autoridade, financiamentos, etc.).
- As racionalidades à obra são, por conseguinte múltiplas: técnicas, políticas, comerciais, etc.
- O que convêm então chamar "a ação pública" é, por conseguinte o resultado de uma luta entre diversos atores, ações e racionalidades.
- O jogo é policêntrico[8], o que não significa necessariamente ser horizontal e igualitário. Da mesma forma, certos atores também são policêntricos.
- A confecção dos dispositivos de política pública é o resultado de conflitos, de negociações, de cooperações, de mediações e de concertações ao mesmo tempo formais e informais.
- Os dispositivos concretos de políticas públicas são procedentes "de projetos de território" eles mesmos emaranhados em dinâmica nacionais (planificação, contexto e sistema político) e frequentemente internacionais (intervenção de ONG's (Organizações não governamentais) e OI's (Organismos Internacionais)).

Falamos de objetivos de políticas públicas, quando nos referimos aos bens produzidos pelo processo político (*policy making*). Apesar de nem sempre esses bens atenderem ao propósito inicial da demanda ou da concepção da política, esse é o conceito moderno de política pública. Para Kitschelt (1986) a analise das políticas públicas devem considerar o grupo social que se mobiliza em torno da política; as arenas institucionais; o processo de decisão e os produtos gerados.

Comum às diversas vertentes de análise está à noção de que as decisões políticas não são atos singulares tomados em determinado momento do tempo; ao contrário, são o resultado final de uma sequência de decisões tomadas por diferentes atores situados em distintas posições institucionais. As decisões políticas requerem um acordo em vários pontos ao longo de uma cadeia de decisões, tomadas por representantes em diferentes arenas políticas (IMMERGUT, 1996: 144).

Modelos interpretativos

Existem diversos modelos de interpretação do processo político, dentre os quais, os principais, tidos como ideais para interpretar as variações nos modos de produção de políticas são: o pluralista, o neocorporativista e o neopluralista.

[8] Policentrismo refere-se à existência de vários centros de decisão ou organização num sistema ou organização

No pluralismo clássico (DAHL, 1964) enfatizam-se elementos tais como a dispersão do poder e o acesso livre e competitivo de grupos de pressão às esferas de decisão. Acredita-se que os espaços de decisões ou concepções de políticas fossem de acesso "livre". Desta maneira, todos teriam chances de influenciar os processos decisórios na escala governamental.

O neocorporativismo (CAWSON, 1986) por sua vez, se opõe à visão pluralista ao atribuir aos interesses organizados um papel principal no processo político. No neocorporativismo, reconhece-se a existência dos grupos de interesse e dos lobbies.

O neopluralismo por sua vez, logra a institucionalização das relações entre governo e grupos de pressão. Concorda que esta situação leva a constante exclusão de alguns grupos, já que o acesso à agenda política não está sempre aberto (ROMANO, 1999, P. 212-213) e reconhece que as relações governo-interesses podem estar institucionalizadas, que existe conflito, cooptação e consenso e que certos grupos são excluídos" (LABRA, 1999, p. 157). Admite-se ainda que a política moderna pressupõem antagonismos entre múltiplas elites em torno da distribuição de recursos escassos, que há ideologia na política e que o consenso pode ser resultado da manipulação. São nos trabalhos dos neopluralistas que as redes de políticas ganham perspectiva e destaque.

Redes de políticas e intermediação de interesses

As redes de políticas ou *policy networks* compartilham a noção de um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vincula uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referencia a uma política e que intercambiam recursos para perseguir estes interesses compartilhados, admitindo que a cooperação seja a melhor maneira de alcançar as metas comuns.

Importa considerar que o conceito de redes de políticas apresenta um caráter intrinsecamente relacional (EMIRBAYER, 1997), destacando tanto a influência dos atores e instituições estatais sobre a conformação e expressão dos interesses societais e/ou do mercado, quanto a participação dos atores sociais e/ou mercantis na definição das ações do Estado, (MOURA e SILVA, 2008)

Rhodes é um dos autores que mais se deteve sobre os estudos das redes de políticas. Para ele, a intermediação de interesses que constitui uma dada rede pode variar conforme a integração dos atores e a distribuição de recursos (RHODES, 1988) e recebe diversas nomenclaturas, entre elas: comunidades epistêmicas, comunidades políticas (*policy communities*), redes políticas (*policy network*), redes de questões (*issue network*), etc.

Comunidades e redes políticas

De maneira geral, a maior parte dos estudos de redes políticas concorda com a heterogeneidade destas e apontam que os atores possuem recursos e interesses diferentes. Esta heterogeneidade aponta Bözel (2002), cria um estado de interdependência entre atores, onde podem mediar seus interesses e trocar seus recursos.

A noção de comunidades políticas (*policy community*) foi introduzida por Heclo e Wildavsky's (1974) para descrever o fenômeno que estava intimamente correlacionado às redes de políticas. Os autores definiram "comunidades políticas como um conjunto de relações pessoais entre os principais atores políticos e administrativos no âmbito de uma política" (p. 389)

Para Smith (1994) comunidades políticas são formas institucionalizadas de relações entre grupos de pressão e governo. Implica dizer que existe um espaço formal, "tipo comitê consultivo" cuja estrutura pode favorecer alguns grupos e excluir outros, decidindo-se sobre opções políticas disponíveis mediante acordos e não por pressão aleatória, como supõe o pluralismo clássico.

Comunidades epistêmicas

Apesar de menos comuns, existem redes homogêneas, onde os atores possuem interesses e recursos similares, como nos casos das chamadas redes profissionais, (BURLEY e MATTLI, 1993), as comunidades epistêmicas (HASS, 1992) e as redes baseadas em problemas (SIKKIRT, 1993).

Uma rede homogênea, contudo, pode servir como recurso importante para os atores envolvidos em redes heterogêneas (HÉRITIER, 1996). Constituem-se em fontes importantes de informações e, por aportar recursos diferenciados para estes atores, garante a eles capacidade de interferência diferenciada, ou o que se chama recursos de poder.

Redes, poder e governança

A ação dos atores seja a partir das oportunidades (lógica adaptativa) ou de seus próprios interesses e preferências (lógica consequencial), num dado contexto, está cercada da noção de poder. Este mecanismo de governança desenvolvido na rede permite determinar, segundo Paulillo (2001) a intensidade da assimetria de poder que se estabelece em uma configuração.

Duas significações de poder estão envolvidas nas configurações: o poder de representação, definido a partir da participação dos atores coletivos nas redes de relações estratégicas estabelecidas e existentes quando um ator possui status de negociador. O status público atribuído pelo Estado é bastante importante neste contexto. Por sua vez, o poder de aglutinação é reconhecido quando um dado ator é capaz de aglutinar parte significativa dos membros potenciais da configuração, apresentando-se como um interlocutor válido nos processos de negociação.

O DISPOSITIVO CIAT

As CIAT's constituem espaços de tomada de decisão no âmbito dos territórios rurais, destinadas a estabelecer pluralidade de participação, concertação de ações e ampliação de acesso a benefícios para os agricultores familiares, apoiados por uma nova concepção de assistência técnica.

A presença de novos atores ampliou as redes políticas na intermediação dos interesses dos territórios. ONG's ligadas ao movimento social e sindical se posicionaram junto à Emater na construção de laços com os ministérios (fonte de recursos) e com os agricultores.

O MDA estabeleceu a ampliação de parceiros como condição do desenvolvimento rural. No Distrito Federal, a título de ilustração, foram destinados mais de 40 milhões[9] em projetos e propostas, através de mais de 100 projetos contratados ou em fase de execução, com 34 parceiros diferentes, sejam eles órgãos do poder público (Distrito Federal, Emater, Secretaria de Agricultura) ou organizações não governamentais[10] (CONTAG, ArcoBR, ANCOSOL). Dentre as ações, destacam-se principalmente aquelas ligadas à capacitação dos agricultores (31% dos recursos) familiares, e à infra-estrutura e serviços (13%).

Analisando as ligações existentes dos diversos parceiros do MDA no Distrito Federal, fica evidente a polaridade estabelecida entre a rede de Ater oficial, representada pela Emater-DF, ASBRAER, SEAGRI-DF, Fundação Rural-DF e o próprio governo do DF e por outro lado, a rede ligada às organizações sociais e sindicais, representadas pela CONTAG, ANCOSOL, UNEFAB, UNICAFES, ARCO BR e DF, IBRADEC e ANAB.

Apesar da ampliação dos atores, ainda é majoritária a presença de técnicos ligados ao rural na CIAT. Representantes oficiais da Emater dos três estados, secretarias de agricultura

[9] Nesta quantia, estão contabilizados recursos destinados a infra-estrutura e serviços, assistência técnica, capacitação, elaboração de estudos, planos, etc. Dados extraídos do sistema de gestão de contratos e propostas do MDA.

[10] Dada a extensa lista de organizações, optamos por não nominar cada uma das siglas citadas. Ex. CONTAG, ASBRAER, etc.

(geralmente representada por um agrônomo), ONG's de Ater, associações de funcionários da Emater-DF (que disputam espaço no lado da sociedade civil), além de múltiplos técnicos aposentados, inativos ou outros que representam Embrapa, Universidades ou mesmo setores da agricultura familiar.

As redes originadas da Ater oficial, são direta ou indiretamente ligadas ao Estado, com poder de representação instituído e poder de aglutinação. Estes recursos permitem aos técnicos oficiais a exclusividade na coordenação das ações do território, mesmo que não formalmente instituídos para tanto. Desta forma, reuniões, eventos, capacitações, projetos e decisões de toda natureza, passam pelo aceite destes para sua execução.

Constituem desta maneira, conforme a noção de comunidades políticas (HECLO e WIDAVSKY'S, 1974 e SMITH, 1994), um grupo de pressão tipo "comitê consultivo", tanto no âmbito da formulação da política (ministério) como na execução e decisão desta nos colegiados.

Por sua vez, enquanto profissionais ligados quase exclusivamente à agronomia, estes se constituem em redes profissionais (BURLEY e MATTI, 1993), com laços anteriores que permanecem e se manifestam quando necessários. O MDA mesmo que permeado de atores de outras afiliações, recruta boa parte de seus técnicos nas escolas de agronomia e Emater's do país. Estas redes homogêneas (HERITIER, 1996), servem de aporte de insumo para a ação dos técnicos oficiais na construção de um requerimento de exclusividade na dinâmica territorial.

A presença de múltiplos técnicos na arena de negociação conduz inevitavelmente, as decisões políticas para terrenos técnicos, onde estes possuem maiores recursos que os outros participantes.

A elaboração dos projetos quase sempre é realizada pelos técnicos e sua execução exige "conhecimento técnico". As maiores cifras do TAE, até então, foram gastas em capacitações, atividades que, em sua quase totalidade, são realizadas por técnicos das Ater oficial. O objetivo final, um bem comum, disponível para toda a coletividade, acaba disputando com os meios (projetos, estudos, capacitações) os recursos alocados.

Por outro lado, novos atores se constituíram em parceiros do MDA na execução da política de desenvolvimento rural e criaram redes alternativas que por meio dos movimentos sociais e sindicais - sobretudo a CONTAG, estruturam um caminho que compete com a Ater oficial no sentido de mobilizar recursos e promover ações no Território.

Estes caminhos, que quase não se cruzam colocam as redes de Ater oficial e de ONG's em constante disputa de recursos através da mobilização de seus laços e interesses. Para a

execução dos projetos, necessitam do agricultor familiar (beneficiário final), que se torna (ou não deixa de ser) insumo aos projetos das organizações.

A necessidade de legitimação por qualquer um destes intermediários conduz, no entanto, a um processo de dominação dos agricultores, que se manifesta pela relação de poder estabelecida e pela ausência de novas lideranças nos espaços.

A construção política decorrente desta ampliação de espaços, ao invés de promover a pluralidade da Ater e a participação ampliada de atores ligados ao desenvolvimento rural criou uma disputa que se reflete nos territórios rurais de maneira negativa hoje. Se por um lado, a ampliação dos espaços a novos atores, como ONG's, movimentos sociais e sindicais possibilita o acesso a mais recursos, por outro lado, em resposta, reforçaram-se as redes sócio-técnicas, principalmente dos agrônomos dominantes nas Emater's e MDA que requerem exclusividade na condução da política territorial junto aos agricultores familiares.

Redes de políticas como freio ao processo

Diante do exposto, as redes se convertem em verdadeiros freios ao processo de territorialização da política de desenvolvimento rural. Há, pela desigualdade de recursos que detém os atores, uma relação de dominação e submissão dos agricultores, historicamente constituída e ainda não superada.

Esta situação leva a manutenção da dependência e consequentemente, reproduzem-se as mazelas no processo de desenvolvimento e na participação dos agricultores, quase sempre restrita ao limite exigido pelo MDA nos núcleos diretivos e na plenária, caracterizando-se como uma participação passiva e controlada, no sentido atribuído por Peruzzo (1998). Nas redes de decisões e escolhas de projetos, estes são excluídos pela "falta de competência técnica" ou pelo não acesso às redes técnicas e aos técnicos do ministério, que não os reconhecem como pares, diferentemente dos agrônomos.

Os técnicos da Ater oficial por sua vez, ocupam os espaços no limite permitido e em alguns casos, utilizam organizações de classe para se travestir de sociedade civil e compor as organizações do colegiado, ampliando sua participação e dominação nos processos de decisão.

As redes que se formam, sejam elas de técnicos oficiais ou de ONG's conduzem os processos para fora da arena oficial de decisão (CIAT) uma vez que pelo enfrentamento, alguns projetos ficam estagnados. Dessa forma, apesar de acessarem mais recursos, informações e aspectos que podem favorecer o território, surgem projetos que não derivam das verdadeiras demandas dos agricultores e se constituem em verdadeiros "alienígenas".

A imposição de projetos se constitui em um freio e faz com que não haja afinidade nem identidade com as demandas apresentadas nos documentos anteriores (planos, estudos e diagnósticos), elaborados por estas mesmas organizações.

Tais projetos muitas vezes, se tornam bens do tipo "clube" (LÉVÊQUE, 1998), uma vez que excluem parcela significativa dos beneficiários. É o caso do mercado de orgânicos criado no DF a partir de um projeto territorial, que hoje é gerido por apenas poucos integrantes e com fortes barreiras a novos entrantes. (LANDEL, AVILA et al., 2009)

Outra consequência é a geração de um sentimento de exclusividade ou, no limite, de competição, já que, quando um dado projeto vem na via ascendente ou descente através de uma ONG, a assistência técnica oficial desconhece, finge não compreender e não procura participar desse projeto. A recíproca é verdadeira e os boicotes são constantemente mobilizados.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A ação pública em torno dos projetos territoriais trouxe à tona a polaridade que se expressa na disputa dos agentes intermediários (ONG's e Ater oficial) de desenvolvimento rural. Notadamente respaldada pelo poder designado pelo Estado, a Ater oficial ainda se mantêm dominante no processo, graças às redes do tipo comunidade profissional e política que os técnicos desta, sobretudo agrônomos, estabelecem vertical e horizontalmente, permeando a CIAT, o MDA e os órgãos estatais parceiros.

Se a ampliação de espaços de participação, como a CIAT ampliou o acesso a recursos para o desenvolvimento rural, as redes que se formaram dentro destes espaços se constituem em elementos que causam tripla problemática, pelo menos no que se refere:

1) à exclusão dos agricultores familiares de parte significativa dos benefícios disputados na política. Grande parte dos recursos, sobretudo financeiros, são apropriados pelas organizações de apoio, sejam elas oficiais ou não governamentais em processos meios; em outros casos, os benefícios se tornam excludentes (bens clubes) e de difícil acesso ao agricultor familiar.

2) aos caminhos paralelos, distintos do circuito oficial, que são instituídos para o aporte de recursos aos projetos de desenvolvimento territorial, aos quais os agricultores não tem acesso. Estabelecem-se redes profissionais ou redes políticas que influenciam a natureza dos projetos que, de maneira descendente, são aportados no território, com baixa adesão e identidade.

3) aos espaços de participação dos agricultores que não se ampliaram, ao contrário, em alguns casos, sobretudo após a constituição dos Territórios da Cidadania, diminuíram. De maneira geral, a dominação existente por parte das organizações sobre os agricultores permanece e não

permite a participação destes em decisões importantes, salvo na legitimação das ações das ONG's e Ater oficial quando os mesmos são indispensáveis.

As constatações aqui apresentadas convergem em relação ao que os teóricos das ciências políticas e da sociologia política apresentam como alternativa para a análise, ou seja, buscar nas teorias do Estado complementos para estes resultados. Neste sentido, vale ressaltar que seria imprudente de nossa parte apontar como conclusivos os resultados sobre o processo político apenas com as análises realizadas neste trabalho. Contudo, mesmo que parciais, temos a certeza de que as mesmas contribuirão para avançar na reflexão sobre a problemática apresentada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, M. L.; DUARTE, L. M. G.; VALARIÉ, Pierre; MASSARDIER, G.; SABOURIN, E. P. Jeux de pouvoirs et configurations d acteurs autour des projets territoriaux : le cas Aguas Emendadas - Brésil. In: COLLOQUE SFER - 3EME JOURNEES DE SCIENCES SOCIALES, 2009, Montpellier. **ANAIS...** Montpellier, SUPAGRO, 2009.

AVILA, M. L.; SABOURIN, E. P.; DUARTE, L. M. G.. Governança e ação pública territorializada de desenvolvimento rural: o caso do território das águas emendadas. In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49. 2009. Porto Alegre. **ANAIS...** Porto Alegre, UFRGS, 2009.

AVRITZER, L. (org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BÖRZEL, T. ¿Qué tienen de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea, **Revista Redes**, 2002 . Disponivel em: www.revista- redes.rediris.es/webredes/textos/policynet.doc. Acesso em 10 fev 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referencias para um desenvolvimento territorial sustentável. MDA-SDT-CONDRAF. Brasília. 2003 p. 35

BURLEY, A. M.; WALTER, M. Europe before the Court: A political Theory of Legal Integration. **International Organization.** v. 47, n. 1, p. 41-77, 1993.

CAWSON, A. **Corporatism and political theory**. New York: Basil Blackwell, 1986.

COSTA, S. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Revista novos estudos,** São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar. 1997.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil : limites e possibilidades. *In* : _____. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, R. **Who governs?.** New Heaven: Yale Press University, 1964.

ELIAS, N.. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes. 1980. 202p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **The established and the outsiders**: a sociological inquire into community. Califórnia: F. Cass. 1965. 199 p.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology [S.I.],** v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais: **Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organisation.** v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HECLO, H.; WILDAVSKY, A. The private government of public money: **community and policy inside British politics**. London: Macmillan, 1974.

HÉRITIER, A.; KNILL, C.; MINGERS, S. Ringing the Changes in Europe: Regulatory Competition and the Redefining of the State: Britain, France, Germany, Berlin, New York: de Gruyter., 1996.

IMMERGUT, E. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suiça e na Suécia. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, v. 3, p.139-165, 1996.

KITSCHELT,H. Four theories of public policy-making and fast breeder reactor development. **Internacional Organization**, v. 40, n.1, p. 65-104, 1986.

LABRA, M. E. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Dec. 1999.

LANDEL, P.; AVILA, M. L.; MASSARDIER, G.; SABOURIN, E. P.. Développement territorial et participation : Analyse du marché biologique de Brasilia - Brésil. In: COLLOQUE SFER - 3EME JOURNEES DE SCIENCES SOCIALES, 2009, Montpellier. **ANAIS...** Montpellier, SUPAGRO, 2009.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 90. ***Revista Novos Estudos***, São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003. Disponível em : http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/SemPenaNemGloriaNovosEstudos.pdf. Acesso em: 10 jan 2010.

LÉVÊQUE, F. **Economie de la réglementation**. Paris: La Découverte, 1998. 125p.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 43-67, out. 1999. Disponível em : http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1751.pdf . Acesso em: 10 jan 2010.

MARSH, D. & RHODES, R.A.W. **Policy networks in British government**. Oxford: Clarendon Press, 1992. 295p.

MASSARDIER, G. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin. 2003. 302 p.

MORMONT, M. . Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs. **Economie Rurale**, v.236 p.28-36, 1996

MOURA, J. ; SILVA, M.. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, p. 43-54, ago 2008.

MÜLLER, A. L. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: **o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAULILLIO, L.F. Rede de relações e Poder de negociação: uma análise do caso citrícola Brasileiro. **Revista gestão e produção**, v.8, n.3, p.250-270, dez. 2001

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

RHODES, R.A.W. **Beyond Westminster and Whitehall.** London: Unwin Hyman, 1988.

ROMANO, J.O.: Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. Mundo rural e política: **ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SANTOS, B. S. (org.). Democratizar a democracia: **os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SIKKINK, K. Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America. **International Organization** [S.I.], v. 47, n. 3, p. 411-441, 1993.

SMITH, M. Pluralismo, pluralismo reformado y neopluralismo. **Zona Aberta**. Madrid, n. 67/68, p.137-170, 1994.

REFORMA AGRÁRIA PARA QUEM?

considerações sobre o tipo ideal e o sujeito real nos assentamentos

Patrícia Alves Ramiro
UNESP
profa. assistente doutora
e-mail:patriciaramiro@rosana.unesp.br

GT02 - Políticas Públicas: quadros institucionais e beneficiários

Partindo da premissa da necessidade de uma redistribuição de terras no país como forma de compensação histórica aos milhares de trabalhadores rurais expropriados do campo, especialmente, a partir da década de 50, pretendemos com este trabalho propor o difícil e urgente debate entre o **tipo ideal** de público beneficiário demandado pelos agentes sociais (analista de desenvolvimento agrário e técnicos agrícolas) responsáveis pela prestação de assistência técnica e extensão rural nas áreas de reforma agrária e o **perfil real** deste mesmo público, a saber, os assentados.

Este tema é resultante da experiência em assistência técnica e extensão rural da autora, a qual foi, durante mais de quatro anos, analista de desenvolvimento agrário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação ITESP) - órgão responsável pelas áreas de assentamento no Estado de São Paulo - fase em que participou de diversos treinamentos e cursos oferecidos pelo estado e de suas observações sobre as visões dos agentes públicos referentes às políticas públicas implantadas para os assentamentos rurais, e de material de pesquisa empírica realizada no assentamento Nova Pontal, município de Rosana, na região do Pontal do Paranapanema, *locus* de pesquisa de sua tese de doutorado. (RAMIRO, 2008)

Inicialmente, porém, faz-se necessária algumas colocações referentes à definição pelo poder público da categoria social de assentado, a qual é federal, e algumas normas estabelecidas para definir quem pode vir a ser um assentado no estado de São Paulo, localidade onde foram feitas as observações e a pesquisa aqui citada.

No que se refere à definição de assentado postulada para fins de políticas públicas, a Portaria MDA/ Nº. 80, de 24 de abril de 2002, estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) partindo da seguinte prerrogativa:

> O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das suas competências que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da

> Constituição Federal, considerando a necessidade de padronizar e ajustar os conceitos adotados nos documentos internos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Manuais, Instruções Normativas, Normas de Execução entre outras), em especial no INCRA, e nos Programas de Crédito Fundiário.

A necessidade de *padronizar e de ajustar os conceitos* para definição de quem são os beneficiários do PNRA faz emergir (na visão institucional) uma categoria de pessoas que compartilham certas características comuns, as quais podem ou não ser reconhecidas como formadoras das identidades sociais dessas mesmas pessoas. Para chegar à definição de assentado, a portaria do MDA parte do conceito de assentamento, o qual é o qualificador da categoria assentado como ocupante deste tipo de território. Segundo a definição federal, o assentamento é entendido como uma:

> Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão do patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra. (Anexo/ Portaria MDA N 80, de 24/04/2002)

Mesmo reconhecendo a diversidade nas formas originárias que um assentamento pode apresentar, para fins de políticas públicas, o assentado aparece como:

> O candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito de uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa. (ibidem)

No estado de São Paulo, o processo de seleção pelo qual essas pessoas devem passar é decorrente da tentativa estatal de incluir nestas áreas pessoas que se encaixem nos **critérios obrigatórios** presentes no Manual de Procedimentos dos Assentamentos Fundiário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (ITESP)[1], sendo esses: a) ser brasileiro nato ou naturalizado; b) **ser trabalhador rural sem terra** ou agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; c) residir há pelo menos 02 anos na região onde está sendo realizado o cadastramento; d) ser maior de dezoito anos ou emancipado; e) não exercer função pública, em órgãos da administração direta, autarquias, fundações, ou em órgãos paraestatais

[1] Este Manual é de uso interno aos funcionários da Fundação ITESP, não disponível, portanto, ao público em geral.

civis e militares, estar investido em atribuições parafiscais da administração federal, estadual ou municipal; f) não ser proprietário, cotista, acionista ou sócio no exercício de atividade comercial; g) não ter sido beneficiário de programa de reforma agrária ou de planos públicos de valorização dos recursos fundiários, estadual ou federal, salvo por separação judicial do casal ou outros motivos justificados; h) não possuir sentença condenatória à pena privativa de liberdade transitada em julgado, não prescrita e não cumprida; i) **não serem ambos os titulares aposentados por invalidez,** ressalvando-se os casos em que haja comprovação de que a deficiência apresentada não impossibilita o exercício da atividade física e j) não serem ambos os titulares portadores de deficiência física ou mental, cuja incapacidade os impossibilite totalmente para o trabalho agrícola ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola.

O órgão responsável por este cadastramento no Estado de São Paulo é a própria Fundação ITESP, sendo realizado em todos os Grupos Técnicos de Campo dispersos pelo estado e validados para região do estado na qual se inscreve. Atualmente, esse cadastro interno da Fundação ITESP está informatizado e, após averiguação do funcionário público de que o interessado preenche os requisitos acima mencionados, comporta basicamente as seguintes informações sobre os inscritos: dados pessoais dos titulares (nome, data de nascimento, CPF, RG, estado civil, tempo de moradia no município atual, escolaridade, tempo de experiência na agricultura, local de moradia atual – acampamento, cidade, campo e filiação) e número de dependentes que irão compor (ou compõem) a mão-de-obra familiar no campo. Importante frisar que a inscrição não lhes dá o direito de uso de terra, necessitando ainda passar por processo seletivo realizado por Comissão de Seleção no município onde será implantado o projeto, quer seja para ingresso em terras a serem incorporadas (caso de assentamentos em fase de implantação), quer seja para ingresso em projetos já concretizados através da compra de benfeitorias existentes em caso de desistência de alguma família.

Importante frisar que a decisão de "ser assentado" está condicionada à decisão de habitar no lote rural do assentamento e buscar a sobrevivência através de um sistema produtivo baseado na utilização predominante da mão-de-obra familiar, condição estabelecida no Termo de Autorização de Uso da Terra assinado entre os titulares do lote e a Fundação ITESP e pré-condição para acesso às linhas de crédito através do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com Leite (2004, p.21), "na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os "assentados", que

passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente".

Sendo assim, o assentamento como local de moradia-trabalho-produção pressupõe conhecimentos e/ou "habilidades" para conseguir optar pela melhor atividade produtiva para a localidade na qual sua família foi assentada, gerenciar todas as etapas produtivas de seu lote, estar preparado para enfrentar as intempéries climáticas e pragas que possam vir a aparecer em sua lavoura ou doenças em criações de animais, além de conseguir inserir-se no mercado local para comercialização de seus produtos.

A discussão que aqui se inicia **é se esses conhecimentos e/ou habilidades necessárias, comumente tratadas como *aptidão para o meio rural*, devem ser apenas direcionados pelos extensionistas rurais públicos ou serem construídos e/ou reconstruídos com os assentados, ou seja, é pré-condição que um morador de áreas de reforma agrária tenha, ele mesmo, vivenciado, na prática, a vida rural? Ou será a reforma agrária uma dívida um pouco mais antiga de nosso país com os filhos dos que foram expropriados da terra em décadas anteriores e cresceram ouvindo histórias de seus pais de como a vida, antigamente, quando estavam no campo, era mais fácil e prazerosa que na cidade?** Afinal, para quem é realizada a reforma agrária no Brasil? E, compreendida a questão, será que as políticas púbicas estão adequadas ao perfil deste público alvo?

Para responder ao questionamento, optei, ao invés da discussão histórica fundiária (não menos importante), recorrer à observação sociológica de campo e verificar quem são os assentados em seu cotidiano ideal e real.

O tipo de "habilidade" que cada família possui está diretamente relacionado à sua trajetória de vida. Há distinções não apenas entre os diferentes projetos de assentamento, mas também no perfil interno de cada assentamento e, deste modo, as percepções e os sonhos para a nova jornada da vida familiar que constroem, após a conquista da terra, expressam esta multiplicidade de sujeitos sociais inseridos no programa de reforma agrária.

Com base na pesquisa de campo realizada no projeto de assentamento Nova Pontal (RAMIRO, 2008), no qual estão 122 famílias, a análise das ocupações anteriores ao ingresso na luta pela terra das famílias ali assentadas mostra uma imensa variedade nas ocupações que os titulares dos lotes tiveram durante a etapa anterior de vida. Detectamos um contingente significativo de pessoas que viveram em centros urbanos trabalhando como: vigia, diaristas, eletricistas, soldador, escriturário, auxiliar de serviços gerais, operador de máquinas, pedreiros, domésticas, costureiras, açougueiro, pintores, mecânicos, carpinteiros, barrageiros

e recepcionistas. Enquanto outros fizeram do assentamento a escolha de permanecerem vinculados às atividades agropecuárias, pois eram agricultores, bóias-frias, técnicos agrícolas, tratoristas, cerqueiros, capatazes, e domadores de animais.

Quantitativamente, quando estas ocupações anteriores são agrupadas conforme o ambiente de origem, temos um percentual de 62% de ocupações tipicamente urbanas e 38 % para as rurais.

Essa grande variedade de ocupações anteriores, no caso estudado, está relacionada ao histórico da área e à inclusão de diferentes grupos no local: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Sindicato Rural do Município de Rosana e ex-funcionários. Dos 36 titulares homens vinculados ao Sindicato, por exemplo, apenas 11 declararam atividade rural antes do ingresso, sendo 1 tratador de animais, 9 agricultores, 1 técnico agropecuário. Os demais, devido ao vínculo empregatício que tiveram com a construção das Usinas ou atraídos para o município para oferta de serviços à população eram: operadores de máquinas, vigilante, escriturário, pedreiro, encanador, armador, soldador, açougueiro, pintor, ambulante e um ex-pescador. Do grupo de mulheres titulares de lote vinculadas no início ao grupo do Sindicato, entre as dezesseis apenas três eram agricultoras, todas as outras eram: doméstica (3 casos), donas de casa (06), uma recepcionista, uma vendedora e outra cozinheira.[2] A ênfase no número de profissões rurais aparecerá na população vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual apenas 8 dos 32 titulares homens declararam ocupações profissionais anteriores tidas como urbanas: três carpinteiros, dois pedreiros, um motorista e um barrageiro. Todo o restante afirmou ser trabalhador rural, agricultor, lavrador e diarista. Já as sete mulheres titulares do MST apenas uma era bóia-fria, declarando-se o restante como *do lar* e doméstica. Quando analisamos as pessoas ligadas ao MAST, a situação se equilibra quando o assunto é a profissão anterior conforme caracterização da origem rural ou urbana, pois dos 12 homens, cinco declararam-se lavradores, sendo o restante formado por: pedreiros, vigilante, doceiro, auxiliar técnico, motorista e administrador. Entre as mulheres, a declaração de ocupação principal como afazeres domésticos se repete: são três donas de casa e uma ex- doméstica. Por fim, no grupo dos ex-funcionários, os quais, legalmente têm o direito, se assim o desejarem, de ser assentado na fazenda transformada em assentamento, eram, obviamente, todos trabalhadores rurais na fazenda, sendo: dois campeiros, dois tratoristas, um cerqueiro, um capataz e um técnico agrícola. Das três mulheres titulares inclusas neste grupo, apenas uma

[2] Uma das mulheres titulares pertencente à este grupo não informou a ocupação anterior.

declarou também praticar atividades rurais na fazenda, outra cuidava da casa e das crianças e a terceira mulher trabalhava na cidade como auxiliar de serviços gerais.

Compreender esta vivência da cidade pela qual muitos assentados passaram é fundamental para interpretação das práticas ideais e reais adotadas no cotidiano atual, dado que a percepção que têm da vida, os valores que adotam e as ações adotadas refletem a história de vida de cada um e explicam seus modos de vida: atitudes, pensamentos, gestos, idéias, trajes, hábitos alimentares, etc.

As políticas públicas precisam estar em sintonia com estas práticas existentes para conseguirem de fato gerar condições para que os assentamentos rurais sejam locais de moradia-trabalho-produção satisfatórios. Se recordarmos que, para a Fundação ITESP, dentre as orientações do Manual de Cadastramento dos interessados vemos que, embora "exijam" a comprovação de ser **trabalhador rural** sem terra, também definem que podem ser pessoas aposentadas por invalidez. Ora, a aposentadoria rural na qualidade de segurados especiais da previdência social é concomitante ao auge da implantação de assentamentos rurais em São Paulo no início da década de 90 e, portanto, tal cláusula traz consigo pré-concebida a idéia de uma vivência urbana para obtenção de tal benefício.

Todavia, o discurso freqüente e bastante intenso que ecoa pelos corredores e nos eventos governamentais referentes à assistência técnica e extensão rural recrimina a falta de aptidão rural do público assentado no estado como principal condicionante da existência de indicadores econômicos insuficientes para o êxito da reforma agrária. Assim, o discurso oficial torna-os *culpados* por seu destino trágico devido à sua inaptidão e "falta de vontade" para trabalhar com as atividades do campo.

O significado do termo aptidão, segundo dicionário Aurélio, é traduzido como a "habilidade ou capacidade resultante de conhecimentos adquiridos", ou seja, a aptidão é algo que se constrói através da aprendizagem. Pois bem, mesmo a tão aclamada aptidão rural pode ser questionada quando observamos o público alvo da reforma agrária, afinal muitas são pessoas que tiveram contato com a produção rural, mas em condições de exploração e em atividades bastante específicas: caso dos bóias-frias que são reivindicados em épocas de colheita e/ou plantio de lavouras específicas: cana-de-açúcar, por exemplo. Devemos convir que a aptidão rural para corte da lavoura canavieira não prepara ninguém para lida diária com outras lavouras e ou criações animais e, muito menos, torna-os aptos para serem "pequenos produtores rurais", como assim o deseja o discurso político e que, mesmo esses, demandam políticas públicas adequadas para conquistarem a habilidade necessária para uma vida digna.

Considero mérito dos movimentos sociais de luta pela terra a inclusão desta gama diversificada de pessoas nos assentamentos rurais e me pergunto se no processo de industrialização do país a aptidão urbana não foi algo construído? Se hoje as cidades não conseguem oferecer uma condição adequada de vida para muitos, é um direito histórico tentar recuperar a dignidade humana através do retorno ao campo e construir uma nova ruralidade. Assim, retornar ou permanecer no meio rural passa por um processo de escolha que recorre a uma grande desvalorização do ambiente urbano, no qual se sentem marginalizados e excluídos. Desejar um agricultor preparado para ser um pequeno empreendedor rural soa-me, neste sentido, deveras "ingênuo" (na melhor das hipóteses); afinal são estas pessoas tão distintas, porém com histórias de vida difíceis em comum, o público de direito principal do acesso à terra. A reforma agrária deve ser para elas, expropriadas e/ou exploradas, para as quais as políticas públicas precisam estar aptas ao entendimento desta nova categoria social inserida no campo: os assentados.

A distância percebida entre o tipo ideal e real da população assentada coloca em pauta a eficácia das políticas públicas adotadas, visto que são planejadas e implantadas sem a compreensão, ou melhor, sem a aceitação, do perfil das pessoas que compõem os assentamentos rurais. O não reconhecimento do direito à terra à grande parte dos assentados coloca-os à margem dos programas existentes e num espaço de ausência da presença do poder público através do acompanhamento de seus funcionários. Para estes "inaptos" para o trabalho agrícola, cabe-lhes o estigma de desinteressados, preguiçosos e/ou ignorantes. Como quantitativamente, estes estigmatizados parecem ser muitos, faz-se urgente aprofundar o debate sobre esta questão e defendo que as políticas públicas para as áreas de reforma agrária precisam alterar suas práticas, as quais estão bastante afastadas de seus discursos teóricos e metodológicos. A distância entre o discurso e a prática da assistência técnica e extensão rural, no estado de São Paulo, fica nítida quando lemos em uma das edições do Caderno ITESP a seguinte normatização para compreensão da realidade dos assentamentos:

> Utilizar métodos de apreensão da realidade como o da Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários, possibilitando compreender melhor os sistemas de produção existentes, para **discutir e planejar com os assentados** as melhores alternativas para o desenvolvimento do projeto de assentamento e do seu projeto individual. Assim, deve-se considerar cada lote ou grupo enquanto unidade de produção a ser trabalhada, diferenciando a atuação para as diversas tipologias de produtores e sistemas de produção, adotando políticas que se prestem à aceleração de seu processo de capitalização. (CADERNOS ITESP 7, 2000, p. 27-29/ grifos da autora)

O uso de metodologia participativa, embora promovido no discurso, se perde ao ouvir nas reuniões comunitárias aquilo que não se deseja saber, ou seja, a demanda por transformações significantes na forma de prestação de assistência técnica e extensão rural, que aceite e compreenda a necessidade de qualificação ou (re)qualificação destes "novos atores sociais" e por que não, novos trabalhadores rurais?

Referências bibliográficas:

CADERNOS ITESP 7. **Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária.** São Paulo: ITESP; Páginas & Letras Editora Gráfica, 2000.

LEITE, Sérgio Pereira [et. al.]. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Editora da UNESP; 2004. (Estudos NEAD, n 6)

RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos Rurais**: o campo das sociabilidades em transformação.O caso dos assentados do Nova Pontal. Tese de Doutorado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos, em março de 2008.

REDE DE ESTUDOS

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES
E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO
06 a 09 de julho de 2010.

GT3

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: IDENTIDADES CULTURAIS E ÉTNICAS E A PERCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENADORES

LILIANA DE MENDONÇA PORTO (UFPR)

CHRISTINE A. CHAVES (UNB)

COLABORADORES

OSVALDO HELLER DA SILVA (UFPR)

A CRIAÇÃO DO "LUXO" ECO-SOCIAL NA PRODUÇÃO ARTESANAL BRASILEIRA

Virginia Borges[1]

Lucimar Santiago de Abreu[2]

GT03 - Povos e Populações tradicionais: identidades culturais e étnicas e percepção das políticas públicas

Resumo - Esta pesquisa tem como objetivo principal, a interpretação do significado sociocultural de práticas artesanais vinculadas à produção de vestimentas e ornamentos, desenvolvida em oficinas e ateliês de produção de moda artesanal. Primeiramente, buscou se definir e caracterizar esse objeto de estudo e suas múltiplas dimensões. Em seguida, descreveu se o contexto da pesquisa e institucional, onde se insere as práticas artesanais, o debate científico vinculado à problemática da pesquisa, a metodologia, a interpretação dos resultados e discussão. Por último, apresenta se as conclusões da pesquisa. Trata se de estudo desenvolvido no âmbito das oficinas de capacitação e treinamento em design de moda, integrada ao Projeto denominado Talentos do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta iniciativa é fruto da parceria com o SEBRAE, ABIT e GTZ, visa estimular, estruturar e emancipar economicamente grupos de artesãs agricultoras familiares através de capacitações no âmbito da valorização da produção (moda artesanal),gestão e do mercado.

Esta pesquisa tem um caráter exploratório e o intuito de explicitar o conteúdo das experiências práticas de produção de artesanatos ecológicos de diferentes regiões brasileiras, criadas e vivenciadas pela primeira autora, em interação com artesãs, nas ocasiões em que ocorriam as oficinas. Foram realizadas entrevistas orais e um questionário aberto foi aplicado, para identificar e captar as identidades culturais e o conhecimento tradicional das artesãs. As características do processo de emergência do artesanato ecológico de moda foram interpretadas, denominando essa criação artesanal, com o termo inédito no design contemporâneo de moda*, luxo eco social*, em contraponto à noção de luxo convencional. Assim, conclui se o estudo, com a redefinição da idéia de luxo na contemporaneidade, pela produção de produtos que integram elementos da diversidade do patrimônio cultural, dos ecossistemas naturais, e da esfera micro econômica das práticas familiares que visam à reprodução social.

[1] Virginia Borges: Designer de Moda, Faculdade Santa Marcelina, São Paulo (SP), Membro da equipe técnica do Projeto do MDA, Talentos do Brasil, Coordenado por Patrícia G. Mendes, executado pelo SEBRAE. E-mail: viviborges@hotmail.com

[2] Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, Doutora em Sociologia. E-mail: lucimar@cnpma.embrapa.br

PALAVRAS CHAVES: agricultoras familiares, práticas artesanais, sustentabilidade, geração de renda;

I- INTRODUÇÃO

A produção de base ecológica no Brasil tem sido intensificada na escala global, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, China, Japão e da Europa. O fator crucial para esse crescimento foi o aumento da demanda por produtos ecológicos nos países desenvolvidos do hemisfério norte, além do aumento crescente do mercado doméstico em alguns países, ainda em desenvolvimento.

Consumidores brasileiros e de centros urbanos ao redor do mundo estão sendo expostos a um crescente aumento no número de produtos ecológicos locais e importados. Além da melhoria da qualidade ambiental, esse tipo de desenvolvimento contribui para inclusão de pequenos produtores e produtoras familiares, oportunizando pequenos negócios possivelmente mais justos. Quais são as motivações e valores associados à produção e ao consumo? Quais são os beneficiários deste tipo de comércio produzido em áreas remotas do território brasileiro?

Em oposição ao luxo vinculado a uma concepção convencional, fenomenológica e midiática associado à moda, sob o conceito do fashion, (ligado à ostentação) nas sociedades contemporâneas, construiu se a noção de *"luxo eco social",* a partir da descrição de experiências decorrentes da redefinição e resignificação de produtos artesanais. O objetivo deste trabalho é o de realizar uma reflexão sociológica, em torno de práticas ocorridas no âmbito das oficinas e ateliês de produção de moda artesanal. Trata se de iniciativas do Projeto denominado Talentos do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desenvolvido em parceria com o SEBRAE, ABIT e GTZ, que almeja estimular, estruturar e emancipar economicamente, grupos de artesãs agricultoras familiares através da capacitação e do treinamento em design de moda, gestão e mercado.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo principal interpretar sociologicamente algumas das experiências práticas de produção de design de moda contemporâneo de artesanato ecológico de diferentes biomas brasileiros, criadas pela primeira autora, em interação com artesãs, nas oficinas ou ateliês.

Esta pesquisa exploratória não avaliará o impacto social deste programa, mas pretende discutir um fenômeno novo dentro da produção familiar, associado às atividades artesanais, cuja conexão vincula mercadorias de grupos sociais rurais dos Estados da Bahia, Pará,

Maranhão, Paraíba, Piauí, etc. a mercados urbanos de grandes metrópoles nacionais e internacionais, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Paris, Tóquio, etc.

Assim, pode se observar em diferentes localidades territoriais brasileiras, a emergência do artesanato ecológico de moda, denominado *luxo eco-social*, termo original, no âmbito do vocabulário do design contemporâneo de moda.

II - REVISÃO DA LITERATURA E O DEBATE CIENTÍFICO

De Platão a Políbio, de Epicuro a Epicteto, de Santo Agostinho a Rousseau, de Lutero a Calvino, de Mandeville a Voltaire, de Veblen a Mauss, durante 25 séculos, o supérfluo, a aparência, a dissipação das riquezas jamais deixaram de suscitar o pensamento de nossos mestres (Lipovetsky, 2005).

O luxo vive mudanças cruciais nas últimas duas décadas, uma forte expansão, seguida de uma financeirização do setor, porém sem que desapareçam os imperativos específicos de criatividade e excelência dos produtos. O mundo do luxo que se desenha aparece assim, como uma síntese inédita e antinômica de lógica financeira e de lógica estética, de imposições de produtividade e de savoir-faire tradicional, de inovação e de conservação da herança. O luxo que antigamente era reservado aos círculos da burguesia rica, em nossos dias, coexiste com um luxo intermediário e acessível. Daí por diante, não há mais luxo, mas luxos em vários graus e para públicos diversos.

Ao mesmo tempo em que houve um aumento considerável do número das marcas de luxo (enumeravam-se 412 no final dos anos 90), houve uma intensificação do investimento publicitário, e mais amplamente da midiatização das marcas de luxo, enfim, assiste se a extensão das redes de distribuição numa acelerada abertura de boutiques exclusivas, “os corners” reservados às grandes marcas em grandes lojas. De um lado, a distribuição continua seletiva, desenvolvem-se fórmulas de vendas e conceitos que se aproximam das técnicas da grande distribuição (e-commerce e auto-serviço). Lipovetsky, então nos sinaliza duas tendências cohabitantes, uma banaliza o acesso ao luxo e o desmitifica, a outra reproduz o poder de sonho e de atração pela política de preço e de imagem.

Além disso, as expectativas e os comportamentos relativos aos bens caros, também vem se transformando, destacando se pela relação menos institucionalizada e mais personalizada, mais afetiva com os signos prestigiosos. Aos olhos da geração precedente o luxo parecia envelhecido, agora parece absolutamente pós-moderno, no impulso da reabilitação do antigo, do retorno aos verdadeiros valores, do vintage, da inflação do memorial e do autêntico. Tudo que ontem figurava como conformismo empoeirado, é

beneficiado por uma nova valorização: A consagração contemporânea do luxo é acompanhada por uma nova relação com a herança, por uma valorização inédita do passado histórico tradicional, pelo desejo pós-moderno de reconciliar criação e permanência, moda e intemporal idade.

À luz dos pensamentos de Lipovetsky assiste se, a uma verdadeira mudança de época. Então, é com esse cenário que reconsidera se, o sentido social dos consumos dispendiosos e propõe se a resignificação estrutural do luxo, substituindo a lógica de dissipação das riquezas, pela lógica do "investimento", calcada no mercado ético e na justa valorização de produtos culturais ecologicamente manufaturados.

As evidências sugeridas por diversos cientistas sociais dentro de outra perspectiva de análise, mostram que o ambiente rural está sendo redesenhado, a partir de uma nova síntese entre valores rurais e valores das sociedades industrial e moderna. Evidências da realidade atual demonstram que um novo reordenamento moral e econômico encontra-se em curso e, será fruto de uma nova dinâmica: local e global ou rural, e urbana. Trata-se de uma revalorização do local, plena de ambigüidades e de incertezas, que pode ser atribuída tanto às estratégias de reprodução social, quanto ao "renascimento do rural" diante da imposição social de novos valores ditados pelo discurso ecológico e pela crise do paradigma produtivista. Para a compreensão desses novos processos sociais é necessário focalizar as especificidades das localidades (Abreu, 2005).

Nos estudos de Douglas (1996), fica claro que o consumo é como um código e através desse código são traduzidas muitas das relações sociais. Este código, ao traduzir relações, permite classificar coisas e pessoas, produtos e serviços, indivíduos e grupos. Desse modo, consumir é exercitar um sistema de classificação do mundo.

Segundo Abreu, 2009, o surgimento da idéia de um consumo ecológico, só foi possível, a partir da conjunção de três fatores, inter-relacionados: (a) o advento, a partir da década de 70, do movimento ambientalista, (b) a integração da questão ambiental por segmentos do setor empresarial, a partir da década de 80, enfatizando estratégias de enfrentamento da crise ambiental dentro dos tradicionais mecanismos de mercado e de inovações tecnológicas e (c) a emergência, a partir da década de 90, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e de consumo.

III - A METODOLOGIA

A metodologia utilizada empiricamente (oficinas) baseou se em técnicas da sociologia compreensiva, inspirada na matriz teórica de Max Weber, para compreender as memórias

afetivas e o repertório simbólico do grupo, garantindo autenticidade à produção. A questão foi focada na construção da autoria grupal, de forma dialógica e participativa.

A experiência local foi resgatada através de entrevistas orais e aplicação de questionários abertos com a finalidade de coletar elementos para montagem de painéis semânticos utilizado com a definição da matriz identitária do grupo. Foi o ponto de partida obrigatório para o desenvolvimento de coleções autênticas e de valor simbólico agregado. O trabalho de campo foi realizado entre janeiro de 2009 a fevereiro e 2010.

A partir do material coletado, trabalhou se a concepção de novos produtos e coleções. As atividades foram desenvolvidas com os seguintes grupos de agricultoras artesãs:
1) Grupo de 30 mulheres que trabalham o trançado de piaçava, localizadas no litoral norte da Bahia (100 km da cidade de Salvador); 2) Grupo de 40 mulheres que trabalham o crochê, o macramê e o tear, dos municípios de Barreirinhas e Tutóia, Maranhão (localizados a 440 km da capital São Luiz); 3) Grupo de 50 mulheres bordadeiras das comunidades de Varjadas e Candiais, localizado no semi-árido pernambucano (112 km de Recife); 4) Grupo de 40 mulheres bordadeiras do agreste da Paraíba (localizado a mais ou menos 30 km de Campina Grande); 5) Grupo de 30 mulheres costureiras do município de Salinas (localizado no Norte de Minas); 6) Grupo de 40 mulheres rendeiras do município de Parnaíba (localizado a mais ou menos 450 km de Teresina no Piauí).

Paralelamente foram realizadas as seguintes atividades: i) Levantamento de tendências do consumidor (centros urbanos); ii) Definição de tema por coleção; iii) Extração de cartela de cor; iv) Estudos de texturas e matérias primas; v) Estudo de formas, ergonomia e funcionalidade; vi) Levantamento dos produtos mais vendidos nas últimas coleções; vii) Definição de mix de produto; viii) Apresentação de estudo de tendências; ix) Discussão e validação pelas artesãs. x) Desenhos técnicos de cada item. xi) Desenvolvimento das peças-piloto e registro de ficha técnica de produção.

IV - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificação do objeto de estudo

Primeiramente buscou se definir e caracterizar o objeto de estudo. Trata se de um objeto de estudo de natureza multidisciplinar, complexo e integra diversas dimensões:

Dimensão da tradição e da diversidade cultural:

Valorização da diversidade cultural brasileira através do resgate dos saberes, dos conhecimentos locais, e das técnicas manuais tradicionais associadas à produção de

artesanato. Entre os trabalhos manuais utilizados temos: a renda de bilro e renascença (chegou no Brasil pelas portuguesas); os trançados em fibra de piaçava e cipó (herança indígena), os diversos bordados, o richelieu (forte vínculo com a cultura afro-brasileira), ponto cruz, ponto cheio, além do crochê, macramê, tear, labirinto, etc..

Dimensão ecológica da preservação e da biodiversidade brasileira:

Priorização do uso de matérias primas locais e sustentáveis, por meio de extrativismo não agressivo de palmeiras de piaçava (palha), de buriti (fibra), tururi, (coco e palha de babaçu), látex (borracha), sisal, cipós, coleta de sementes, restos de madeiras, bagacilho de cana, couro de peixe, etc.. Beneficiados prioritariamente por tecnologias sustentáveis como a do tingimento de fibras, palhas, couros e sementes com a utilização de insumos naturais, como o açafrão, o gengibre, a salsa, etc..

Dimensão da agregação de valor na produção

Trata se do desenvolvimento de coleções artesanais e tradicionais da comunidade de agricultoras familiares, redefinidas em interação com a designer, com a finalidade de inserir a produção artesanal brasileira, no nicho do mercado global de bens simbólicos de consumo de luxo.

Esta foi à situação experimentada nas oficinas com as artesãs extrativistas de piaçava do litoral norte da Bahia, a coleção está sendo comercializada em grandes centros urbanos. A exemplo, da venda de bolsas para lojistas japoneses de Tóquio. Esse caso, associado à demanda Japonesa, por produtos de moda artesanal brasileira, surgiu através de ações apoiadas pelo projeto Talentos do Brasil e, qualifica com precisão o que o *Luxo eco-social* promove factualmente.

CONTEXTO DA PESQUISA INSTITUCIONAL E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As oficinas realizadas nos municípios de Barreirinhas no Maranhão, Porto do Sauípe na Bahia e de Joarez Tárvora na Paraíba[3], foram subsidiadas pelo Projeto Talentos do Brasil MDA e SEBRAE. Entretanto, a ação do projeto Talentos do Brasil é mais ampla, envolvendo ações em outros 9 grupos, além dos estados já citados, beneficiando também os estados do Pará, Amazonas, Rio de janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O desenvolvimento da pesquisa *Luxo eco-social* é uma proposta complementar ao Projeto Talentos do Brasil. O Projeto Talentos do Brasil desenvolve ações tendo o artesanato

[3] Além da autora e da equipe técnica do Projeto Talentos do Brasil/MDA, participou de algumas oficinas, o consultor designer Eduardo Barroso Neto.

como linguagem da moda, a proposta do estudo exploratório, foi de potencializar essas atividades empíricas para desenvolver uma reflexão em torno da construção do *luxo eco-social* como resultado das oficinas.

A denominação *luxo eco-social* é, portanto fruto da convivência e interação com os grupos de artesãs de diferentes territórios e da constatação de que a possibilidade de obter renda complementar, explica as adesões das mulheres, às oficinas de redefinição do design do produto. Trata da necessidade premente de contribuir com a reprodução social da família.

Trajetórias das artesãs e identidades locais

O estudo sobre o conhecimento tradicional (artesanato) e as identidades dos grupos de artesãs, possibilitou que se identificasse as trajetórias dessas mulheres. De modo geral, desde muito cedo, elas aprendem com suas mães e avós, a produzir panos de pratos, centro de mesas, detalhes em toalhas e outros artefatos de cama, mesa e banho, para trocas e presentes entre amigos e familiares, e para a venda em feiras locais ou em salões regionais de artesanato. Nestes espaços de vendas obtêm preços baixos, quando comparados aos preços do mercado global, não condizendo com o tempo empregado na produção. Portanto, o trabalho artesanal com o design de moda, entra no universo de agricultoras, como uma oportunidade não só de aumentar o ganho familiar, mas também como uma oportunidade de re-significar o artesanato brasileiro a partir de uma recolocação estratégica no mercado, o nicho de bens de consumo de luxo.

O treinamento e a capacitação possibilitam recolocar os produtos em mercados inovadores, promovendo o artesanato brasileiro, fato que justifica o investimento realizado em termos de expertise técnica das artesãs e de desenvolvimento de coleção de acessórios de moda. Isto foi factível na medida em que manteve se o vínculo desses produtos com a cultura de origem.

Assim o valor agregado é um importante indicador do grau de autonomia produtiva e da eficiência no uso de recursos disponíveis nos agroecosistemas. Valor agregado corresponde à nova riqueza gerada pelo trabalho da família agricultora no processo produtivo (PLOEG, J. D. Van Der, 2009).

As coleções foram criadas, a partir da *Matriz referencial da identidade local* de cada grupo, fazendo a convergir com os valores da cultura de consumo de luxo ecológico, levando em consideração esse público alvo cosmopolita e o consumidor crítico com poder de compra. Comunicando assim, valores culturais do local somados à expertise técnica, por meio de produtos, embalagens, etiquetas, catálogos, desfiles e pontos de vendas estratégicos.

A estratégia se orientou no sentido de agregar valor aos saberes tradicionais, para posicionar de maneira inovadora em nichos de artigos de moda artesanal. Este aspecto está intrinsecamente associado à preservação da biodiversidade, da propagação da identidade cultural local e da geração de renda às comunidades envolvidas.

A AGREGAÇÃO DE VALOR E DEMOCRATIZAÇÃO DO LUXO NA CONTEMPORANEIDADE

Até a segunda metade do século XIX, o universo do luxo funcionou segundo um modelo de tipo aristocrático e artesanal. Se desde a Renascença, os artistas ganharam a glória, em compensação os artesãos, em sua maioria são desconhecidos, sem prestígio.

O cliente é patrão, o artesão, executa na sombra, enquanto o valor do trabalho manual parece reduzido em comparação com o valor do material utilizado. A situação na pós-modernidade não mudou muito, ou quase nada para o artesão, o luxo social propõe aqui uma democratização neste sentido do luxo.

A QUESTÃO DO PREÇO

Tomemos como exemplo qualitativo, a coleção que foi desenvolvida com as artesãs do litoral norte baiano, no vilarejo de Porto do Sauípe: A matéria prima utilizada é a piaçava colorida, esse grupo de mulheres artesãs, anteriormente produzia artefatos de decoração: tapetes, jogo americano, pufs e artefatos de moda praia: bolsas, viseiras, chapéus, etc.. O item mais vendido atualmente, e valorizado é a bolsa. (Menor custo de matéria prima por maior valor agregado no produto final).

Na interação com o grupo, diagnosticou se, quais eram os modelos de bolsas mais vendidos, propôs se re-leituras para cada uma das bolsas campeãs de vendas, sem alterar na matéria prima, com intenção de não alterar no preço, apenas sugerindo novas formas atualizadas (para mesmos tamanhos). Em contrapartida, na outra metade da coleção, foi feito um trabalhado criativamente agressivo ao desvincular a matéria prima, palha de piaçava, do contexto da praia, integrando o couro e metais. A proposta foi à produção de bolsas urbanas, artigos de design cosmopolita, convergindo cultura de origem, com cultura de destino (grandes centros urbanos).

A bolsa grande de praia pode custar entre 50,00 reais no atacado, até 80,00 reais no varejo. A bolsa pequena cosmopolita pode custar entre 120,00 reais no atacado, até 370,00 reais no varejo. O artigo tradicional foi mantido e o antigo público consumidor conservado. Além disso, as bolsas cosmopolitas foram as primeiras a serem vendidas, causa “frisson” pela

inovação, conquistaram outro tipo de público, é o caso da exportação para o Japão, por exemplo, e fizeram com que o prestigio do produto diferenciado, repercutisse-nos outros modelos mais básicos. Até o presente momento, está sendo qualificado o fenômeno denominado *luxo eco-social*, a quantificação do custo e benefício, está previsto para a próxima etapa do estudo, em que se contabilizarão esses valores.

A idéia de luxo remete a idéia de ostentação. É fato que o luxo por um longo tempo esteve estruturalmente ligado a desigualdade social. Max Weber e Norbert Elias já sublinharam fortemente: Nas sociedades aristocráticas o luxo é uma necessidade absoluta da representação decorrente da ordem social desigual.

Portanto, esta reflexão nos permite pensar que o processo de subjetivação do luxo, levou a necessidade da revisão de valores pessoais e adequar gastos a ideologias que regem estilos de vida.

V - CONCLUSÃO

Tendo em conta a referência teórica privilegiada no trabalho e as situações estudadas, o consumo de produtos do artesanato ecológico, expressa novas relações socioambientais, na medida em que está inserido em uma nova lógica cultural. É a valorização baseada no vínculo na cultura de origem que diferencia o trabalho artesanal de outro produto manufaturado comum, de tal maneira que o universo simbólico e a história das comunidades, passam a ser parte integrante do produto nos diferentes mercados.

Constatou se aqui também que as tradições culturais podem ser *reafirmadas e reconstruídas, no bojo de novos projetos e oportunidades.* Assim, atividades como a do artesanato brasileiro, resignificado sob a perspectiva do novo "luxo eco social" é, portanto, uma forma nova de agregar valor a produção familiar artesanal e contribuir para a reprodução social de famílias camponesas ou de famílias do território nacional**.**

Assim a idéia *luxo eco-social* ora proposto por esta reflexão, nada tem a ver com o supérfluo, mas é a proposição de que o processo de agregação de valor ao produto artesanal que procura acessar preços justos para esse universo social, ocorra através de produtos artesanais de matérias primas locais (*exóticas*) sustentáveis e do design de moda sensível, que respeita a identidade cultural de grupos sociais específicos, destacando o alto valor agregado da dimensão simbólica.

A lógica do desperdício, característica intrínseca ao luxo até então, seja ela sagrada (período anterior a sociedades de classes) ou profana (período das sociedades de classes), deve ser substituída por uma lógica de circulação, desentesouramento, redistribuição

financeira, por revisão de valores e ideologias, promovendo justiça social à produtora familiar e artesã brasileira.

A pressão cultural local e global em prol de uma sociedade ecológica e socialmente justa, motiva mudanças de hábitos e de costumes e as escolhas dos consumidores podem ser reorientadas para o consumo de produtos sustentáveis e que ao mesmo tempo reafirmem interesses na questão da justiça social.

Alguns aspectos da dimensão sociocultural e econômica desta investigação devem ser aprofundados e ampliados, o que nos sugere a necessidade de dar continuidade ao estudo. Ainda assim deve salientar que essa pesquisa adotou uma abordagem original e avaliou um objeto de estudo inovador.

VI - BIBLIOGRAFIA

ABREU, L. S. de. **A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Campinas: Emopi, 2005. 174 p.

ALMEIDA, F. G.; ABREU, L. S. de. **Estratégias produtivas e aplicação de princípios da agroecologia**. Revista Científica. São Paulo. Junho, 2009.

DOUGLAS, M. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

DOUGLAS, M. In defense of shopping. In: FALK, P.; CAMPBELL, C. **The shopping experience**. London, SAGE, 1997

LIPOVETSKY, G e ROUX, E. O luxo eterno: Da idade do sagrado, ao tempo das marcas. São Paulo, editora Companhia das Letras, 2005.

PLOEG, J. D. van der. "Sete teses sobre agricultura camponesa". In: PETERSEN, P. (0rg.), **Agricultura familiar camponesa: Na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009, pp. 17/31;

A INSEGURANÇA DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Paulo Rosa Torres[1]

Cristina Maria Macêdo de Alencar[2]

[1]Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Professor de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Consultor do Banco Mundial. Advogado de trabalhadores rurais

E-mail: paulortorres@uol.com.br

[2]Doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL, consultora do IICA

E-mail: cristinamm@ucsal.br

GT 3 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

RESUMO

Ao explicitar a insegurança das comunidades de fundo de pasto na sua condição de uso e posse da terra, uma vez que por estarem situadas em Terras Devolutas do Estado da Bahia, não têm o título de propriedade e vivem em permanente conflito com grandes fazendeiros que tentam se apropriar das áreas que ocupam, este artigo problematiza a insegurança da condição tradicional dessas comunidades localizadas na região Nordeste da Bahia. Sua condição de comunidade tradicional está no uso coletivo da terra que se dá de forma a garantir o sustento, preservando a caatinga e o meio ambiente constituindo características de cultura e sociabilidade, que atualiza sua continuidade ao se integrarem na economia da região, fazendo surgir novas relações entre o campo e a cidade nos municípios onde estão situados. Conclui pela necessidade de se propiciar a regularização fundiária de tais áreas, o que possibilita o mínimo de segurança e acesso às políticas públicas includentes dessa tradição contemporânea.

PALAVRAS-CHAVES: Fundos de pastos. Comunidade tradicional (Posse; Terras devolutas). Regularização fundiária. Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

A apropriação privada das terras no Brasil, iniciada com a concessão pela Coroa Portuguesa de imensas extensões, inicialmente Capitanias Hereditárias e posteriormente sesmarias, efetiva privilégios e privilegiados, em detrimento daqueles que constroem seu modo de vida produzindo diretamente na terra. A concentração fundiária se atualizou com o agronegócio introduzido no nordestino a partir dos anos 1970, e é confrontada com o cumprimento da função social e atendimento às restrições ambientais. Entretanto, o princípio da função social inscrito no art. 5º, XXIII e no artigo 186 da Constituição Federal mais as limitações administrativas, ambientais, civis e penais impostas não têm sido suficientes para diminuir a existência e a formação de grandes propriedades rurais, quase sempre improdutivas por não atenderem aos graus de utilização e eficiência exigidos pela legislação agrária.

Essa afirmação sustenta-se na constatação da proliferação dos conflitos entre proprietários, posseiros e trabalhadores rurais sem terra que, segundo a Comissão Pastoral da Terra totalizou no Brasil, em 2004, 1.398 conflitos pela posse da terra, envolvendo 965.710 pessoas que disputavam 5.089.399 hectares e 71 assassinatos. (CPT, 2005, p. 18). Na Bahia, no mesmo período, 11.990 famílias disputavam 93.69 hectares de terra (CPT, 2005, p. 55).

No semi-árido, que compreende cerca de 52% do território do Estado da Bahia, encontram-se o que se conhece como Fundos de Pastos, uma expressão usada para identificar inúmeras comunidades que ali trabalham e moram, formadas no interior de grandes fazendas constituídas de terras devolutas do Estado. Tais fazendas, embora sejam perfeitamente delimitadas por seus ocupantes, nunca tiveram proprietários no sentido legal e as ocupações são sempre seculares. Em tais comunidades estão perfeitamente identificadas áreas de moradia, de plantio e de criatório. As duas primeiras são individuais, a última sempre coletiva. Como a agricultura é de alto risco, poucos se dedicam a ela, sendo muito mais adaptada a pecuária de pequeno porte, basicamente, de ovinos e caprinos, pela resistência à seca e capacidade de sobrevivência destes animais.

Em meados dos anos oitenta o governo do Estado da Bahia iniciou um processo de regularização fundiária dessas terras, concedendo o título coletivo das áreas de criatório e

separadamente, os de moradia e pequenos cultivos. A Constituição Estadual de 1989, no artigo 178, Parágrafo Único, estabeleceu que aos ocupantes de tais áreas fosse concedido o título, concessão de direito real de uso, proibindo a concessão do título dominial. Em que pese isso, dezenas de títulos foram expedidos, estando agora ameaçados de cancelamento para adequação à Constituição. Diante de tal situação, duas ameaças pairam sobre os ocupantes das terras devolutas de fundos de pastos: aquela perpetrada pelos grileiros da região, que tentam a todo custo expandir seus domínios sobre terras públicas e aquela perpetrada pelo Estado, que além de negar a concessão de novos títulos, pode anular aqueles já concedidos.

Nesse diapasão, vivem os ocupantes de terras devolutas das áreas de fundos de pastos, a insegurança de não terem o reconhecimento do domínio, por parte do Estado da Bahia das áreas que ocupam secularmente, além de serem vítimas constantes de invasões de tais áreas, o que os obriga a estarem sempre promovendo atos de defesa, seja pessoal, seja judicialmente. Acresce ainda mais o problema porque a legislação de terras da Bahia é anterior às constituições federal e estadual, sendo sua principal lei, datada de 1972 (Lei n. 3.038), que tem marcante traço individualista, o que impede o reconhecimento e a regularização fundiária de forma coletiva.

Este artigo resulta da pesquisa para elaboração da dissertação sobre regularização fundiária das áreas de funfo de pastos e está estruturado situando a condição tradicional das comunidades de fundo de pastos, sua inserção contemporânea e insegurança frente ao problema agrário.

A CONDIÇÃO DE FUNDO DE PASTO

Áreas de **Fundos de Pastos** são aquelas tradicionalmente ocupadas por grande número de famílias na região do semi-árido baiano, basicamente nos Municípios de Uauá, Senhor do Bonfim, Andorinhas, Juazeiro, Jaguarari, Campo Formoso, Casa Nova, Remanso, entre outros. As famílias vivem em núcleos habitacionais formados por elas próprias e criam rebanhos de caprinos e ovinos de forma coletiva, em figura jurídica que se assemelha à composse[1] e ao compáscuo[2].

[1] Composse é a posse compartilhada, equivalente ao condomínio, na propriedade.

[2] Compáscuo, pasto comum ou local em que se apascenta o gado comunitariamente (Garcez, 1987, p.21).

Em sua forma de organização as comunidades de fundos de pastos constroem suas casas formando vilas ou aglomerados habitacionais, sem qualquer interferência do Poder Público, mantendo áreas de cultivo que, devido à escassez de chuva, se tornam agricultura de alto risco, reservando o criatório para as "áreas comuns mais afastadas dos locais onde se erguem as sedes das fazendas" (ALMEIDA, 2006, p.122). Nesses locais, todos criam em conjunto, aproveitando toda a diversidade da caatinga, de onde os caprinos retiram sua alimentação. Na Bahia, segundo dados coletados até 2005 pelo Projeto Geografar da Universidade Federal da Bahia junto à Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA (IGEO/UFBA, 2008) existem 344 comunidades de fundos de pastos, organizadas em forma de associações o que dá a dimensão da importância socioeconômica da região e do número expressivo de famílias em torno dessa forma de vida.

As associações atualizam como institucionalidade o caráter coletivo tradicionalmente estabelecido pela comunidade e potencializam a sobrevivência dos seus associados com o aproveitamento e beneficiamento de todas as partes do caprino ou do ovino que criam, além de uma atividade suplementar de coleta do umbu e da palha do ouricuri da qual produzem chapéus, esteiras, bolsas, etc. Ressalte-se, entretanto, que os milhares de criadores agrupados nas centenas de associações têm como norma, não apenas conseguir a sobrevivência ou consegui-la a qualquer preço. Para eles a convivência com a caatinga e o respeito ao meio ambiente são essenciais para permitir a continuidade das espécies – humana, natureza, animais. Daí porque o trato com a caatinga recebe um cuidado especial, estando a preservação do meio ambiente intimamente ligada à vivência e à convivência do bioma (CAR, 1987, p. 59/60/63). Entretanto, tal situação nem sempre é pacífica, permanecendo conflitos devido ao fato de que as relações sociais e econômicas das famílias se dão em terras devolutas, cuja regularização depende do Estado, que pelas dificuldades legislativas mencionadas e pela falta de regulamentação da Constituição Estadual, permitem uma situação de insegurança dessas comunidades, expostas aos mecanismos de grilagem de terras.

Atualmente há um reconhecimento oficial por parte do governo brasileiro considerando as comunidades de fundos de pastos como comunidades tradicionais integrando-as à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, instituída pelo Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que define no Inciso I, do artigo 3º, tais povos e comunidades como

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, de "1988 para cá o conceito de 'terras tradicionalmente ocupadas', vitorioso nos embates da Constituinte, tem ampliado seu significado, coadunando-o com os aspectos situacionais, que caracterizam hoje o advento de identidades coletivas (ALMEIDA, 2006, p. 37).

As "comunidades tradicionais" e "terras tradicionalmente ocupadas" estão intrinsecamente ligadas; nestas terras essas comunidades têm seu habitat, onde estabelecem relações sociais, econômicas e culturais. Reconhece-se no posseiro de fundo de pastos um camponês como "aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção" (ANDRADE, 1986, p. 6), ou seja, que mantém vínculo com a terra na qualidade de posseiro ou pequeno proprietário e exerce suas atividades de forma coletiva, sendo, pois aquele que "manteve a posse da terra em comunidades pastoris". (FERRARO JÚNIOR e BURSZTYN, 2008, p. 5); a identidade política contemporânea é a de comunidade tradicional.

As comunidades de fundos de pastos estão situadas em territórios geograficamente definidos pelos próprios posseiros, ou seja, pela própria comunidade já que se localizam em antigas "fazendas", cujos limites são por eles conhecidos mas de cuja legitimação dependem de ações do Estado (discriminação e concessão). Neste sentido, pode-se conceituar como território, que reúne o espaço físico e o espaço tradicional, onde desenvolvem as relações culturais, sociais, familiares, religiosas e econômicas, aproximando-se do conceito exposto por Milton Santos, segundo o qual o território "inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política" (SANTOS, 2006, p. 247). Também o Decreto 6.040/07 conceitua, ainda, no inciso II, do artigo 3º, o território em que elas estão localizadas como Territórios Tradicionais, sendo "os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária". Aplicando-se tal conceito às comunidades de fundos de pastos é possível dizer o vínculo com a terra não é apenas dela retirar a produção, mas que há "uma variedade de dimensões, tais como: dimensão física, dimensão econômica, dimensão simbólica,

dimensão sócio-política" (ALBAGLI, 2004, p. 27). Poder-se-ia dizer ainda que há um verdadeiro sentimento de pertencimento, de territorialidade "como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence" (SANTOS, 2006, p. 19), ou mais do que isso, reconhecer que a territorialidade "pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem" (SANTOS, 2006, p. 19).

As comunidades de Fundo de Pastos desenvolvem diversas atividades compatíveis com a noção de pluriatividade enquanto "noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais" (CARNEIRO, 2003, p. 11). O posseiro ou camponês do fundo de pasto, também vem diversificando suas atividades, não é mais apenas o criador de bode que vai à cidade no dia da feira e troca os produtos que levou por outros que necessita. Ele não é mais aquele "camponês tradicional para quem a agricultura era um estado, um gênero de vida e não um ofício ou uma profissão" como fala Henri Mendras ao se referir ao camponês da França (MENDRAS 1969. p. 59).

Sem que isso signifique urbanização do seu modo de vida, constata-se inovação dos camponeses das áreas de fundos de pastos dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá ao se uniram e fundaram a Cooperativa Agropecuária Familiar – COOPERCUC, onde beneficiam, transformam e comercializam seus produtos, inclusive o umbu, do qual produzem entre outras coisas a geleia. Essa inovação qualifica a relação com as cidades, mantendo as características seculares de convivência com o semi-árido nordestino e ao mesmo tempo produzindo renda de forma social e ambientalmente sustentável. A qualificação se traduz na agroindustrialização da matéria prima que atende a um perfil de consumidor que incorporou o cuidado com a saúde pessoal e ambiental em suas decisões de consumo, estabelecendo assim um vínculo com o rural, sem deixar de ser urbano.

DESAFIOS DE INSERÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

As comunidades de fundos de pastos vivem o desafio de manterem a tradição e se modernizarem beneficiando seus produtos e qualificando sua economia, mantendo-se vivas com relações não capitalistas imersas no sistema capitalista que vai se afirma no campo brasileiro em processos que vão da militarização à modernização da chamada Revolução Verde, fenômeno vastamente estudado pela sociologia rural até final da década de 1980. No final da década de 1990, o debate acadêmico era se essa modernização e até mesmo diversificação de atividades que se dão com a produção, o beneficiamento e a comercialização

significou também a "urbanização do meio rural" como quer Graziano da Silva (SILVA, 1996, p.186), ou se foram a sociologia e economia que mudando o olhar teórico puderam apreender nas estratégias de reprodução do campesinato, do pequeno produtor rural ou do agricultor familiar interações mais estreitas entre o rural e o urbano. Nesse sentido, compreende-se que o processo de transformação das relações rurais e a imprecisão para conceituar e diferenciar rural e urbano, ruralidade e urbanidade mesmo levando a considerar a existência de "diferenças classificatórias, estão internamente referenciados e mutuamente relacionados" (ALENCAR, e MOREIRA, 2005, p.300/301).

As transformações no meio rural fizeram surgir inúmeras atividades não agrícolas chegando a representar em 1995, 26% da população rural ocupada, o que significava quase quatro milhões de pessoas (BALSADI, 2001, p. 155). Além disso, o mesmo autor chama a atenção para o fato de que a "agricultura em tempo parcial e a pluriatividade promovem uma articulação entre agricultura e os demais setores econômicos, num contexto territorial que já foi agrícola e rural, passando cada vez mais a ser caracterizado pela presença de diversos ramos de atividade, com exceção das áreas mais atrasadas e mais pobres". (BALSADI, 2001, p 159).

Por outro lado, o relacionamento produtivo e social com a cidade, se dá historicamente condicionado, sem que a identidade rural ou a urbana se diluam, se homogeneizem. Continua atual a afirmação de que

> " a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também constituem um quadro complementar de vida. Assim, para os que ficam no campo, o esvaziamento do meio rural foi compensado, de alguma forma, pela dupla inserção na cidade e no campo" (WANDERLEY, 1999, p. 20).

Para a mesma autora, o fato de ir à cidade não apenas para obter serviços, mas por numa relação de parentesco e amizade é uma forma de "apropriação" da cidade que faz com ela deixe de ser desconhecida e "só reitera a tradição dos antigos roceiros" (WANDERLEY, 1999, p. 20).

O mundo rural como lugar do camponês, do pequeno e o médio proprietários de terras, do agricultor familiar, dos assentados de reforma agrária, das comunidades tradicionais, dos

pescadores, das marisqueiras foi reinventado pelos seus sujeitos sociais, que criaram novas relações sociais, produtivas e ambientais, fazendo-se presentes nas políticas públicas do Estado com identidades políticas constitucionalmente reconhecidas. Nas abordagens dessas políticas está a diversidade do mundo rural, a exemplo da política de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Criam, nesse âmbito, novas relações com a cidade, conhecendo-as e fazendo-se conhecer, seja nos momentos reivindicatórios, caminhadas, ocupações de órgãos públicos, manifestações, seja através da difusão de sua cultura, etc.., constituindo unidades dialéticas. Concorda-se com Oliveira (2004) que, contraditoriamente, é nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária.

As comunidades de fundos de pastos que já se organizaram em associações e cooperativas vivem a possibilidade de estabelecer novas relações internas e externas criando e produzindo, mantendo vínculos entre si e com a cidade. O desafio contemporâneo é pensar a relação campo-cidade de forma relacional, interdependente e não de forma antagônica e dissociada. As novas relações sociais, as novas relações produtivas aproximam de tal forma o rural e urbano que os dois se completam e disputam, mantendo cada um a sua identidade, o que contextualiza a atualidade das comunidades tradicionais. Nesse desfio de inserção atualizada dessas comunidades cujas terras ainda não foram regularizadas, estão as constantes ameaças de invasões e conflitos, gerando insegurança jurídica e social. Com o advento da Carta Política Estadual de 1989, no Parágrafo Único do Artigo 178, um elemento novo foi trazido à baila, no que diz respeito às áreas de Fundos de Pastos e Fechos, a concessão de direito real, em substituição ao procedimento da concessão de títulos de doação anteriormente exercitada pelo Estado, mas que por depender da Administração Pública, obedecendo ao princípio da conveniência, pode ser suspensa, interrompida ou cassada.

A INSEGURANÇA AFIRMADA

As comunidades de fundos de pastos, como comunidades tradicionais, utilizam a terra nas caatingas da região Nordeste da Bahia, se organizam em cooperativas, associações, aprendem a transformar e a beneficiar seus produtos agregando valor econômico diversificam a oferta de sua produção. Organizam-se em instituições que ultrapassam as barreiras municipais, como a Cooperativa e exportam para outras cidades do Brasil e para o exterior.

Entretanto, a insegurança se afirma na condição de possuidores das terras devolutas, sujeitos à discricionariedade da Administração e do Administrador. Ademais, em que pese longevidade de tais ocupações, os conflitos são constantes nas áreas ainda não regularizadas

devido a constantes agressões de fazendeiros e latifundiários que tentam apropriar-se de tais áreas na expectativa de fazer expandir seus domínios. Somam-se a tais conflitos a insegurança da posse sem título e a luta permanente para a garantia da sobrevivência na convivência com o meio ambiente marcado pela falta d'água e de apoio oficial. Por outro lado, a interpretação que vem sendo dada ao dispositivo contido na CE/89, ignora a condição de comunidade tradicional atribuída a essas comunidades, que atualmente são equiparadas a quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, etc. Fossem elas devidamente identificadas como tradicional, receberiam tratamento jurídico diferenciado e não haveria impedimento legal para a transferência definitiva da propriedade pelo Estado.

É inegável a necessidade da regularização fundiária com a concessão dos títulos da terra, questão considerada estratégica até por agências de financiamentos internacionais para combate à pobreza e moradia no espaço urbano (SAULE JÚNIOR, 2004, p. 504), em especial aos ocupantes de terras devolutas, para que essas comunidades possam se constituir em pessoas jurídicas, permitindo e ampliando a produção e o beneficiamento de seus produtos.

Se de um lado o mundo rural se reinventa contemporaneamente e se requalifica mantendo sua ruralidade, por outro lado, a convivência, as relações comerciais e culturais, as relações de amizade e parentesco, a mobilidade entre campo e cidade, a relação de interdependência, indicam que existe disputa e cooperação entre a cidade e o campo. Essa relação de disputa e cooperação projeta para além dos fundos de pastos a relevância da inclusão dessas comunidades em políticas públicas includentes, que revertam a tendência sinalizada de expropriação da terra que é seu lugar de trabalho e vida e, consequentemente, contribuam para redução do inchaço populacional das cidades sem urbanidade efetiva.

Evidencia-se, portanto, que a questão fundiária está presente e exige maiores investimentos em políticas públicas que nela interfiram diretamente, seja em relação às terras particulares que não cumprem a função social, seja nas terras públicas, cuja função social está sendo cumprida pelos possuidores que, quase ainda com poucos recursos oficiais, moram e fazem a terra produzir. A não inclusão das especificidades das comunidades de fundo de pastos nas possibilidades de legalização fundiária põe em risco sua condição tradicional, que se contextualiza na contemporaneidade viabilizando-se social, econômica e ecologicamente.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, CMM e MOREIRA, RJ. **Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo.** In: Identidades Sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

BALSADI, Otavio Valentim. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo Perspec. v. 15 n. 1 São Paulo jan./mar. 2001.

BRASIL**.** PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, publicado no DOU de 08.02.2007.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica**. In: El mundo rural: transformaciones y perspectivas a La luz de la nueva ruralidad. Bogotá – Colombia, Pontificia Universad Javeriana, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo, Brasil 2003**. Goiânia: CPT, 2004.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS UAUÁ E CURAÇA – COOPERCUC **–** www.coopercuc.com.br – acesso em 28.02.2010.

ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Avaliação da Intervenção Governamental no Sistema Produtivo Fundo de Pasto**. Salvador, INTERBA/CAR, 1987, v. I e II.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio e BURSZTYN, Marcel. **À margem de quatro séculos e meio de latifúndio: Razões dos Fundos de Pasto na história do Brasil e do Nordeste (1534-1982).** Artigo apresentado no IV Encontro Nacional da Anppas em 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília – DF. (disponível em www.anppas.org.br/encontro 4/index.php), acesso em 20 de março de 2009.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador, INTERBA/CAR, 1987.

MENDRAS, Henri. **Sociologia no meio rural**. Tradução de Darcy da Silva. In: Queiroz, Maria Isaura Pereira de (org). Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo, Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **A Proteção Jurídica da Moradia nos Assentamentos Irregulares.** Porto Alegre: Sergio Fabris, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Unicamp, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. INSITUTO DE GEOCIÊNCIAS. **Fundo e Fecho de Pasto**. Projeto Geografar, Salvador, 2008.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Olhares sobre o "rural" brasileiro**, em HTTP://www.locus.org.br/files/OLHARES.pdf - acessado em 14/7/2006.

A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO PARÁ

Rosane de Oliveira Martins Maia

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento do Trópico Úmido – PDTU - Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) - Universidade Federal do Pará, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

E-mail: historiarosane@hotmail.com

GT03- Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e percepção das políticas públicas

INTRODUÇÃO

No contexto do debate da sustentabilidade e valorização dos povos da floresta, mudanças institucionais, deste a 1992 a criação Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), resultaram o surgimento das Reservas Extrativistas como instrumento para regulamentação fundiária e recursos naturais dos seus territórios proposta pelos movimentos sociais dos seringueiros. Em 2003 o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e a SPU(Secretaria do Patrimônio da União) desenvolvem políticas de regularização fundiária nas Várzea e Ilhas no Estado do Pará em que resultou a implantação de 211 PAE(Projetos de Assentamento Agroextrativista) entre o período de 2003 a 2010. O presente paper faz alguns questionamentos: a respeito da construção desta política de regularização fundiária e a sua relação com as peculiaridades das comunidades ribeirinhas das ilhas do Pará; das articulações de forças que possibilitaram a construção dessas políticas; e a respeito da vulnerabilidade e a cooptação das representações locais para a captura da política em questão.

Faz uma breve analise da percepção dessas populações no contexto do paradigma do desenvolvimento, da importância do fazer etnográfico para interpretar suas culturas e no processo prévio do pensar em políticas públicas, relata sobre o processo de fortalecimento de uma categoria política e suas articulações diante dos demais atores na disputa nas políticas públicas. E por ultimo procura analisar o processo de implantação do PAE nas ilhas estuarinas do Pará e as suas influências no contexto dos das comunidades locais.

1- DE BARBÁRIE À ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

As primeiras concepções européias sobre desenvolvimento estavam vinculadas a idéia de progresso, construído através da racionalidade humana permitia ao homem conhecer o seu mundo e construir uma sociedade melhor (Furtado, 2002). Nestas discussões os teóricos evolucionistas explicam as diferenças do desenvolvimento através de leis naturais, no qual o processo histórico é linear e evolutivo, no qual as sociedades européias estariam no ultimo estágio. O antropólogo britânico James Frazer (1854- 1941) traçou um modelo evolutivo em três fases: magia, religião e ciência. Pelos modelos evolucionistas as sociedades consideradas "atrasadas" são aquelas que não haviam atingido ao ponto máximo de civilidade e cientificidade. As suas práticas sócio-culturais não se enquadravam aos postulados teóricos do conhecimento científico das sociedades européias. Tornaram-se laboratórios para os pesquisadores descobrirem a "verdade" que pudessem explicar porque algumas sociedades não haviam atingido a evolução das civilizadas européias e norte-americanas.

Neste sentido de buscar justificar tal diferença o antropólogo Bronislaw Malinowaki desenvolveu seu trabalho "Argonautas do Pacífico Ocidental" a observação participante, tirando a pesquisa dos gabinetes e uso exclusivo dos relatos dos viajantes e tornar possível a pesquisa de campo. A partir de então a etnografia tornou-se o principal oficio do antropólogo para construir uma descrição densa sobre as organizações das populações exóticas, através do exercício de olhar, ouvir e escrever(Oliveira,1996). Através do fazer etnográfico de Evans-Prichards(1978) estudou a singularidade do povo Nuers, e portanto conhecer a estrutura social deste povo atrelada ao sistema ecológico; como também possibilitou ao Levi-Straus(1973) que os saberes desta populações são também construídas a partir de suas relações com o mundo natura, desenvolvendo uma ciências cotidiana do concreto.

A crise ambiental a partir dos anos 60 colocou no debate o paradigma da sustentabilidade e a percepção que as praticas de trabalho da lógica capitalista estava impedindo a manutenção dos recursos naturais. Ampliados nos anos 80, o Nosso Futuro Comum(1987) inaugurou o conceito de desenvolvimento sustentável envolvendo equidade social, crescimento econômico e conservação ambiental. No Brasil os discursos ambientalistas as sociedades tradicionais, tornaram-se o baluarte do desenvolvimento sustentável, com base no argumento que são populações harmônicas com a natureza, "bons

selvagens", dentre seu mundo cultural existe algo mágico que faz estes sujeitos a respeitarem a mãe natureza com uma lógica não capitalista (Lima, 2000).

Na década de 1990 disseminou pelo Brasil a expressão "população tradicional"[1] que foi criada de forma exógena, inicialmente usada quando referência as populações étnicas(Nosso Futuro Comum, 1987), a grande questão que o termo ainda continua vago e não percebe as particularidades sócio-culturais das populações nativas(Vianna,2008). E no caso da Amazônia podem incluir a totalidade da população, em termos jurídicos permite cobrir as populações que por um motivo ou outro não conseguiram afirmar politicamente sua identidade, e buscam através de políticas públicas (Léna, 2002).

2- AS SOCIEDADES TRADICIONAIS: A REGULAMENTAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS E DOS RECURSOS NATURAIS

As populações haliêuticas na Amazônia possuem suas relações econômicas e sociais com base no espaço e suas limitações naturais, no que se refere ao território culturalmente construído a partir de suas interações com a natureza(Furtado,1998; Maués, 1990). De acordo com Castro(1999) os ribeirinhos baseiam-se nos saberes relacionados ao tempo, às marés, aos estoques e cardumes, às fases da lua e a ação das chuvas, para explicar seus processos de trabalho, a lógica de suas técnicas de captura e a invenção de sua vida social. O mundo natural é constantemente reelaborado e re-significado pelo homem na constante busca de construir um mundo humano que corresponda e reflita suas práticas sociais (Brandão, 2002).

A sua intima relação com a natureza determinar a dinâmica de suas relações sociais, as práticas cotidianas de trabalho e a construção de seus saberes. A relação com o natureza é uma questão de referência humana, e o território representa materialmente seu locus identitário. O mundo e o lugar se constituem num par indissociável, o lugar é a categoria concreta real, e portanto o local de existência, coexistência e resistência(Santos, 2005). Não são sociedades estáticas diante das influências tecnológicas e culturais da globalização, as populações tradicionais da Amazônia também utilizam de estratégias para a sua inserção e proteção diante das novas e dinâmicas tendências de mercado[2]. Também mudam suas práticas

[1] O poder público, a legislação e os meios acadêmicos construíram os diversos conceitos de populações tradicionais, mas sem as ponderações e contribuições dos atores e instituições locais.

[2] Podemos citar o ALMEIDA,T Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos naturais". In Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: normas vigentes e propostas, 1º vl. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas-UEA, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas. Coleção documento de bolso nº 4, 2008.

diante da disputa competitiva pelos recursos naturais e pelo território. Portanto somente preservar não garante a sustentabilidade de suas populações, mas tornar o ambiente sustentável às suas práticas de trabalho na construção de sua sustentabilidade econômica.

Os movimentos dos seringueiros no Acre na década de 1980 acirraram suas lutas para a regulamentação de seus territórios e recursos, exigiram o reconhecimento do particularismo das populações extrativistas, e ao mesmo tempo promover a proteção do ambiente o que resultou a criação das Resex(Alegretti, 2002; Vianna, 2008). Os seringueiros tiraram das gavetas e escritórios oficiais as diretrizes das políticas púbicas que garantiam às populações tradicionais o controle pelo território e a garantia do uso sustentável dos seus recursos naturais. Em 1992 foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), como uma divisão do Ibama, o órgão federal encarregado do meio ambiente. Na esfera internacional, a sanção foi obtida durante a Convenção pela Diversidade Biológica e Agenda 21, no Rio de Janeiro, também em 1992, quando foi exposta a importância da conservação das comunidades locais e nativas.

As reservas extrativistas possibilitaram o acesso aos recursos naturais, mas o que podemos constatar que em muitas Unidades de Conservação e Resex a sustentabilidade econômica de suas populações continuam constantemente vulneráveis as pressões da competitividade do mercado(Simoniam, 2007). O que nos faz levantar uma questão da sustentabilidade no discurso e não concretizada pelas políticas públicas, e questionar a relevância entre a sustentabilidade ambiental com as suas necessidades materiais.

3- BREVE ANALISE SOBRE A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA: O PAE (PROJETO DE ASSENTAMENTO AGRO-EXTRATIVISTA) NAS ILHAS DO PARÁ

A política de regularização fundiária e de reforma agrária nas terras de Ilhas e Várzeas no Pará está sendo realizada em torno de uma dinâmica institucional, que envolve uma rede de instituições federais, estaduais e municipais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), reconhece à população ribeirinha como parte de seu público alvo e prevê a elaboração e implantação de políticas públicas. O Ministério de Orçamento Planejamento e Gestão, através da Secretaria do Patrimônio da União iniciam o processo de regulamentação fundiária das terras de Ilhas e Várzea, terras sob influencia das Marés e nas margens de rios navegáveis consideradas de

terrenos de Marinha[3]. A SPU e o INCRA através de um termo de cooperação organizaram a força tarefa com o objetivo de regularização fundiária dessas terras, através do Termo de Autorização de Uso[4] que constitui legalmente as populações ribeirinhas ao acesso e posse de recursos de bens comuns, o INCRA realiza assentamentos nas comunidades ribeirinhas existentes no território como o instrumento concreto da política.

A SPU, por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), efetiva as diretrizes de gestão compartilhada do patrimônio entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, envolvendo também a sociedade civil organizada. Neste sentido as comunidades ribeirinhas são representadas por suas associações, visto que o Termo de Autorização de Uso é assinado pelas mesmas de acordo com a proposta do Programa de gestão coletiva dos recursos naturais. Segundo SPU(2006) o processo de regularização fundiária representa um grande avanço, propicia o reconhecimento de vários direitos: não apenas dá poder ao ribeirinho nas disputas fundiárias, como acaba permitindo o acesso a outros programas e ações, como a Bolsa-Família, a emissão de documentação civil, programas de saúde, e de assentamentos agroextrativistas.

Na análise sobre uma política pública em seu arcabouço instrumental e documental e ao mesmo tempo observando as contradições da realidade social podemos nos perguntar qual o sentido e os objetivos da política? Como afirma Arretche & Rodden (2004), quando o governo usa sua autoridade para taxar, gastar e regular, quem são os principais beneficiados? Neste sentido quais os reflexos das políticas públicas sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas amazônicas, que habitam as regiões das ilhas por gerações; comunidades hibridas que desenvolvem a pesca, extrai produtos da floresta, pequenas lavouras, faz artesanato, olaria, carvão e faz dos rios o caminho de integração aos mercados e culturas, e que desde os projetos integração da região a sociedade nacional foram sistematicamente invisibilizadas

[3] A legislação brasileira interferiu na definição de apenas um evento natural, que foi uma parte da várzea de maré, dando-lhe o nome de "terreno de marinha" (Decreto-Lei nº 9.760/46, artigo 2º).

Os terrenos de marinha são, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha da Preamar Média de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas até onde se façam sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros, pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

[4] Segundo o documento da SPU o Termo de Autorização de Uso, instrumento prévio à titulação das famílias ribeirinhas, permite o reconhecimento do direito à ocupação e à exploração sustentável das áreas de várzeas, a comprovação oficial de residência e também assegura o acesso a linhas de crédito e a programas sociais do Governo Federal, tais como aposentadoria e recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

politicamente. O sujeito ribeirinho que sobrevive dos recursos naturais de livre acesso e que diante de outros atores também faz alianças e trocas. A questão é perceber a moeda de troca que essas comunidade oferecem pelo o uso das políticas públicas, e principalmente perceber quem ganha mais e o que ganha com esta política.

As iniciativas para a regularização fundiária das terras de ilhas de várzeas tiveram suas origens em períodos anteriores[5] organizadas com a participação da comunidade local. A solução para regularização fundiária para as ilhas e Várzea não foi pensada inicialmente pelo MDA e pelo MPOG, mas das articulações de instituições acadêmicas, ONG(Fase, Instituto Internacional de Educação do Brasil) e sindicatos de trabalhadores e associações de moradores que contribuíram com a possibilidade da regularização de terras e manejo, que para isso tiveram que recorrer a GRU(Gerencia do Patrimônio da União) a solicitação dos instrumentos legais. A Secretaria do Patrimônio da União possuía as terras, que poderia ajudar o Ministério de Desenvolvimento Agrária realizar o maior Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil, regularizando as terras das ilhas de várzea no Pará.

Movimentos sociais das comunidades ribeirinhas no Pará organizaram pressões junto ao INCRA para a sua inserção nas políticas públicas. No Município de Abaetetuba, a Comissão Pastoral da Terra, MST e o MORIVA(MOVIMENTO DE ILHAS E VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA) invadiram a sede do INCRA. A Secretaria do Patrimônio da União fez um termo de cooperação técnica com o INCRA, que ficou responsável pela implantação do PAE Nossa Senhora do Livramento e de São João Batista nas ilhas de Jarumã e Sapopema, em 2004 foi inaugurando os primeiros assentamentos agroextrativistas em ilha no Brasil. Desde então o projeto foi implantado nas ilhas do município de Abaetetuba, Cametá, Igarapé Mirim, Melgaço, Portel , Oeiras do Pará, Belém, Ananindeua e Marituba, além de alguns municípios da Ilha do Marajó, chegando atualmente em 211 Projetos de Assentamento Agroextrativista em Ilhas.

Para SR01(Superintendência Regional do INCRA) os assentamentos em Ilhas e Várzea são considerados um sucesso. De acordo com o documento "Ação da Superintendência Regional do INCRA no Pará 2003-2008", a Superintendência Regional do INCRA no Pará(SR01) assentou 67. 864 famílias em projetos de assentamentos no meio rural e ribeirinho em sua jurisdição em 78 municípios, localizados nas regiões do Nordeste

[5] As iniciativas do projeto Pró-Várzea com vínculo do Ministério do Meio Ambiente que estuda as possibilidades de regularização fundiária para as comunidades ribeirinhas presentes em região de Várzea. Também é valido ressaltar o trabalho do Instituto Internacional de Educação do Brasil pela Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA.

Paraense, Baixo Tocantins, Metropolitana de Belém e o Arquipélago do Marajó. Entre os anos de 2005 e 2008, com Termo de Cooperação assinado entre INCRA e a Secretaria de Patrimônio da União(SPU) foram criados 180 Projetos de Assentamentos Agroextrativista(PAE) nas ilhas estuarinas sob sua jurisdição. Somente na Ilha do Marajó foram beneficiadas 15.373 famílias em 103 PAE, até dezembro de 2008.

Os projetos de assentamento foram adaptados em uma realidade atípica[6] ou a realidade ribeirinha foi adaptada aos programas de reforma agrária convencionais. A sua economia das unidades familiares depende do acesso aos recursos das florestas, campos e lagos do interior da várzea. Portanto, mesmo onde a terra é dividida em lotes individuais, esse componente coletivo é de fundamental importância para a viabilidade econômica da pequena produção na várzea. Assim, a unidade econômica verdadeira não é apenas a propriedade individual, mas um território muito maior, compartilhado com outros moradores da comunidade e da região (MCGRATH & GAMA, 2005). Situações conflituosas foram construídas neste contexto, e por isso é valido perceber as resistências e as adaptações dessas comunidades aos projetos de assentamento. Com base nas observações participantes que realizei nas ilhas de Ananindeua percebe-se que o Projeto Nossa Várzea está concretizado em apenas nas construções de casas que estão na sua maioria fechada. Seus moradores conseguem seu sustento com atividade em Curucambá, Icoaraci, Benevides e Outeiro. Os planos de utilização dos projetos de assentamentos devem ser efetivados com o objetivo de seus assentados consigam seus sustentos desenvolvendo atividades agrícolas e extrativas nas ilhas e em suas águas.

O PAE tem como base a co-gestão, os moradores na qualidade de co-autores na administração do PAE, através de suas associações e cooperativas em parceria com os gestores municipais traçam os caminhos para promoção do desenvolvimento sustentável local (INCRA, 1996). A partir de 2004 as associações das comunidades ribeirinhas cresceram consideravelmente, como interlocutores entre os moradores e as instituições públicas[7] e muitas vezes tem o seu poder de representação questionado quando são avaliados a ordem de

[6] Os assentamentos de reforma agrária foram destinados para áreas demarcadas pelo INCRA, destinadas para trabalhadores rurais sem terra, tendo como interlocutor o MST diante as esferas públicas e sociedade civil. Então as populações tradicionais possuem lutas diferenciadas pela valorização de sua identidade e controle de seu território identitário.

[7] Cabe ao INCRA viabilizar obras de infra-estrutura básica e a assistência técnica social e ambiental, bem como a demarcação topográfica dos assentamentos e outras ações necessárias para a inclusão social e econômica das famílias assentadas. À prefeitura cabe indicar um profissional da área agrícola para acompanhar o projeto, disponibilizar a infra-estrutura municipal para a realização de eventos técnicos e cursos de capacitação dos trabalhadores rurais.

entrega das casas e dos recursos materiais[8] que fazem parte do projeto. O que podemos perceber que foram associações construídas a partir de uma necessidade de inserção a uma política pública, e não possui autonomia para participar de forma efetiva da co-gestão, o que a torna vulnerável a cooptação e dependência.

Seu Tarcísio[9] em sua fala afirmou que "eles querem que a gente plante", não compreendia como iam plantar se as casas foram construídas próximas uma da outras. Então a implantação do PAE não foi discutida, os planos de utilização não foi uma construção coletiva. Fazendo um breve *survey* pela ilha de João Pilatos(Ananindeua-Pa.) onde mora seu Tarcísio percebemos que a maloca da farinha está abandonada há tempo, eles não desenvolvem atividade agrícola. Conclui-se que o PAE foi imposto para essas comunidades ribeirinhas, que receberam como a realização de forma de regularização fundiária do seu lugar, o que lhe possibilita o controle e acesso dos recursos naturais de seus territórios. A regularização fundiária destina-se a concretizar o domínio e a posse do estado sobre as terras inseridas nos limites da área a ser regulamentada, no caso ilhas e várzea ocupadas por ribeirinhos, o poder público está regularizando um apossamento preexistente (BENATTI,2005).

As instituições podem ter um papel ativo nos processos de incentivo de mudanças econômicas e tecnológicas, assim podem ser responsáveis pelos processos de manutenção das ordens tradicionais estabelecidas (HALL & TAYLLOR, 2003). E suas políticas podem representar esta carga intencional de mudança ou conservação de uma ordem estabelecida, diante do fato das políticas agrárias brasileiras as mudanças são tímidas no sentido de democratizar o acesso a terra, e também principalmente aos seus recursos. As populações tradicionais disputam não somente nas arenas políticas, mas em espaço natural os recursos de que tanto precisa para a sua sobrevivência, e quando o quadro institucional não garante este acesso aos recursos, representa a intenção de manutenção da ordem pela sua omissão. Entretanto as chances das categorias sociais influenciarem a agenda são desiguais, porque o acesso e o controle dos meios de produção, de organização e de comunicação são também desiguais (SILVA, 2000). A regulamentação fundiária não é medida suficiente para a regulamentação real, e não garante de fato as sociedades tradicionais o uso exclusivo de seus territórios e dos recursos naturais.

[8] Trabalhadores rurais envolvidos no PAE recebem crédito de instalação de casas e para incrementos agrícolas, extrativo ou de pesca, os assentamentos recebem crédito de infra-estrutura social (abastecimento de água, estradas, pontes etc..), assistência técnica agrícola e podem ser inseridos no PRONAF A.

[9] Entrevista concedida em 15 de Abril de 2008.

CONCLUSÃO

No jogo político as instituições locais devem estar fortalecidas para fazer valer os interesses comuns da comunidade para o uso coletivo dos recursos. As políticas de regularização fundiária, os planos de utilização e desenvolvimento são construídos por interesses divergentes, e em muitos casos distantes das demandas locais, são oriundas de programas exógenos. A dinâmica institucional inaugurada pelo programa de regularização fundiária esta provocando mudanças nos cenários políticos municipais e nas ilhas que sofrem assentamentos. As representações políticas das populações locais na disputa pelo acesso e manejo dos recursos de propriedade comum a força de barganha é frágil, diante dos demais atores que possuem o poder informacional e financeiro dos projetos.

Ao poder público cabe criar agencias de monitoramento do desempenho dos sistemas de recursos naturais e que controlam informações e conhecimento, que devem ficar disponíveis aos usuários no aperfeiçoamento de seus conhecimentos e para criação de programa de sistema de recursos naturais auto-organizados. Ostrom(1997) defende que as instituições robustas(supranacionais, nacionais ou regionais) devem possibilitar arranjos aceitáveis e organizados pelos usuários, devem representar um apoio macro aos atores locais e valorizar a auto-organização para traçar suas próprias regras.

A complexidade e a diversidade do mundo cultural das populações tradicionais se caracteriza a partir de uma situação sócio ambiental, que as relações sociais estão imbricadas nas relações cotidianas com o ambiente natural. As instituições que constroem políticas públicas devem considerar que os ribeirinhos, as populações indígenas, os quilombolas e os pescadores artesanais são atores inseridos em contextos diversos. O desenvolvimento local sustentável de suas comunidades é viável e realizável a partir de suas dinâmicas e organizações sociais, senão continuaremos tendo a sustentabilidade somente como discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos naturais”. **In Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: normas vigentes e propostas.** 1º vl. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas-UEA, Programa

de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas. Coleção documento de bolso nº 4, 2008.

ALLEGRETTI, M.M. A Construção Institucional da Reserva Extrativista. In: **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Brasilia: UNB, 2002.

ARRETCHE, M. RODDEN, J. **Política Distributiva na Federação: Estratégias Eleitorais, Barganhas Legislativas e Coalizões de Governo**. DADOS- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol 47, nº 3, 2004, pp.549 a 576.

BENATTI, José Heder . Aspectos Jurídicos e Fundiários da Várzea: uma proposta de regularização e gestão dos recursos naturais. In: Benatti, J. H. ; Surgik, A. C. S. ; Treccani, G. D. A; Mcgrath, D. G.; Gama, A. S. P. **A Questão Fundiária e o Manejo dos Recursos Naturais da Várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama / ProVárzea, 2005.

BRANDÃO,Carlos Rodrigues. **A Educação como cultura**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

CASTRO,Edna. **Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia**. In: Cadernos NAEA, Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Volume 2, número 1, junho de 1999.

COMISÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CMMAD. **Nosso Futuro Comum**.Rio de Janeiro: FGV,1988.

EVANS-PRITCHARD, E.E.***Os Nuers***. Estudos. Editora Perspectiva, 1978.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 3ª edição, 2002.

FURTADO, L.G. & NASCIMENTO. I. H. do. ***Lago Grande d Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas*.** Bol. Mus. Emilio Goeldi, Ser. Antropologia, v. 14 (1), Belém: MPEG, Julho 1998. p.21-95

HALL, P; TAYLOR, R. C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. *Lua Nova*, nº. 58, p. 193-223, 2003.

INCRA. **Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agroextativistas**. Brasilia: Setembro, 2006

_____.**Ribeirinhos assent. pelo Incra em Abaetetuba recebem R$ 1,6 milhão para a construção da casa própria** .Seg, 31 de Julho de 2006.

_____. **Cooperação técnica dá força para reforma agrária em Ananindeua (PA).** Ter, 11 de Julho de 2006.

_____**. INCRA cria mais 15 assentamentos agroextrativistas.** Sex, 01 Dezembro de 2006.

LÉNA, As Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: problemas e contradições.In: **Diversidade Sociocultural e Politicas Ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo.** Boletim Rede Amazônia. Ano 1. Nº 1. 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. ***O pensamento selvagem***. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LIMA, T. L. Populações Tradicionais e Estado: Interesses e Disposição Normativas na RESEX Cajari(AP). In: **Estados e Políticas Públicas na Amazônia; gestão de recursos naturais**. Coelho, M. C. N.; Simonian, L.; Fenzl, N.(org). Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 2000.

MCGRATH, David G.; GAMA, Antonia S. P. A situação fundiária da várzea do rio Amazonas e os experimentos de regularização fundiária nos Estados do Pará e do Amazonas In: Benatti, J. H. ; Surgik, A. C. S. ; Treccani, G. D. A; Mcgrath, D. G.; Gama, A. S. P. A **Questão Fundiária e o Manejo dos Recursos Naturais da Várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama / ProVárzea, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. ***Os argonautas do pacífico ocidental*.** Capítulo Introdução: Tema, objeto e método desta pesquisa. Col. Os Pensadores, Editora Abril, 1978.

MAUES, Heraldo. *Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série. Antropologia, , v.6, n.1, jun., p29-40, 1990.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** 2004.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Ação da Superintendência Regional do INCRA no Pará 2003-2008**. ANO 2009

OSTROM, Elinor. Reformulando los bienes comunes. In: Smith, R.C. e Pinedo, D. **El cuidado de los bienes communes: govierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP, Instituto del Bien Común, 2002.

_____.**A behavioral approach to the rational choice theory of collective action.** American Political Science Reviem. V 92, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. IN. OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16. Buenos Aires : CLACSO, 2005 - ISSN 1515-3282 Disponible en:http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf

SECRETRIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO. **Manual de Regulamentação Fundiária em Terras da União**. MPOG. MAR-NOV, 2006.

SILVA. Ionara Ferreira. Formulação de Políticas e o Processo Decisório. In: **O processo decisório nas instâncias colegiadas do SUS no Estado do Rio de Janeiro.** Fundação Osvaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. 2000.

SIMONIAN. Lígia.T.L. Tedências Recentes Quanto a Sustentabilidade no Uso dos Recursos Naturais Pelas Populações Tradicionais Amazônicas. IN: **População e Meio Ambiente na Pan-Amazônica.** Aragon.L.E(org). Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

VIANNA. L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E OS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Jandaira dos Santos Moscal[1]

Tatiana Cristina Guimarães Kaminski[2]

[1] Graduação em Engenharia Florestal - E-mail: jandamoscal@yahoo.com.br

[2] Graduação em Engenharia Florestal e Especialização em Educação no Campo e Desenvolvimento Territorial – E-mail: tatikaminski@yahoo.com.br

GT03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas

QUILOMBOLAS DAS LAURÁCEAS

Historicamente, a região do Vale do Ribeira foi palco de grande parte do ciclo da mineração durante o século XVII. Partindo das povoações litorâneas de Cananéia e Iguape, os colonizadores europeus fundaram garimpos que mais tarde se transformaram em sedes e povoados. A mata fechada formada por uma cadeia de montanhas e os rios tortuosos com pedras e corredeiras foram favoráveis a formação de quilombos, pois era difícil o acesso aos mineradores que se estabeleciam ao longo do rio Ribeira. Após o ciclo do ouro, a população do Vale do Ribeira se dispersou pela região praticando a agricultura tradicional através de roças itinerantes em terras devolutas.

Apesar de gerações seguintes ocuparem a mesma região, o processo de transformação e interação com o ambiente externo resultou em uma nova identidade que hoje está sendo redescoberta. Recentemente, estas comunidades vêm discutindo o conceito de quilombo, que latente no decorrer do tempo, ressurge como estratégia de conquista de direitos territoriais e resgate de sua cultura. Este reconhecimento pode ser visto como decorrência do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, seguido de um arcabouço legal que vem tentando viabilizar o acesso aos remanescentes de antigos quilombos à direitos negados até então.

O Paraná até três anos atrás não dispunha de dados fidedignos sobre o contingente de comunidades remanescentes de quilombos. Passados mais de 200 anos, o Grupo de Trabalho

Clóvis Moura[1] mapeou no Paraná 87 comunidades negras rurais, das quais 36 estão em processo de titulação definitiva. As ações de desenvolvimento, então restritas ao universo local, passaram a ser estimuladas por iniciativa governamental e também pela sociedade civil, destacando-se ações em saúde, educação, e um movimento crescente de fomento à dinamização de atividades econômicas de cunho agroecológico.

Entretanto, o isolamento geográfico e a omissão do poder público colocaram as comunidades em situação de vulnerabilidade frente à ação de fazendeiros, das indústrias madeireiras, da pesca comercial predatória e de exploradores de palmito. A atitude desses últimos, sobretudo, provoca a pressão dos órgãos de fiscalização sobre as famílias das comunidades, que recebem o ônus da ação predatória de grupos externos.

As comunidades quilombolas do entorno do PEL apresentam importante proximidade socioeconômica com o estado de São Paulo, uma vez que a divisão geográfica existe cotidianamente somente no mapa. Essa mesma situação acarreta em dificuldades políticas e administrativas para as comunidades paranaenses, considerando a longa distância e péssimas condições de estrada que os quilombolas têm de enfrentar até chegar ao centro de Adrianópolis ou de Bocaiúva do Sul.

A principal atividade econômica praticada pelos quilombolas, a agricultura destinada ao consumo familiar, atualmente encontra-se ameaçada por fatores diversos que vão desde a precária Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ao receio em utilizar áreas restritas pela legislação em decorrência da existência de áreas protegidas e correspondentes áreas de entorno.

O Parque Estadual das Lauráceas (PEL) está localizado na porção nordeste do Estado do Paraná, próximo à divisa com o estado de São Paulo. Criado em 1979, abrange os municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul, e tem o objetivo de conservar importantes remanescentes de uma outrora vasta biodiversidade paranaense, e promover a visitação pública, a pesquisa e a educação ambiental.

O PEL é atualmente o maior parque estadual do Estado do Paraná, com 27.524ha. Inserido no Vale do Ribeira, região caracteristicamente montanhosa e de vales profundos, abriga uma extensa rede de drenagem protegida pela Floresta Atlântica, onde também estão presentes cavernas e formações calcárias associadas a uma significativa biodiversidade.

[1] Entidade do Governo do Paraná criada em 2005 com o objetivo de mapear a existência de comunidades negras rurais através de diagnósticos socioeconômicos e culturais e implementar políticas públicas de âmbito federal e estadual.

Na Zona de Amortecimento (ZM), região ao redor do Parque onde atividades atuais ou futuras que exerçam ou venham a exercer algum tipo de influência sobre a Unidade de Conservação, e dentro da qual o uso e ocupação do solo devem ser constantemente monitorados, estão localizadas oito comunidades remanescentes de quilombo, a saber: São João; Córrego do Franco; Três Canais; Estreitinho; Areia Branca; Tatupeva; Praia do Peixe; João Surá.

As atividades econômicas predominantes na ZM são vastos plantios de Pinus entremeados por áreas de pecuária extensiva e agricultura comercial. Também existem várias famílias que praticam agricultura de subsistência. Em relação à cobertura florestal nativa, a vegetação apresenta regeneração em diferentes estágios de desenvolvimento, do inicial ao tardio.

Antes da década de 70 as comunidades da ZM do PEL apresentavam estreita e dependente relação com o meio natural. O conhecimento de fauna e flora era construído como garantia de sobrevivência, assim como a utilização dos rios e de caminhos que cortavam as matas consistia em rotas obrigatórias para o deslocamento de mercadorias e pessoas.

Antigamente as roças eram feitas mais distante das casas, com a derrubada da mata local para prática da agricultura. Aceiros eram feitos para que não se espalhasse o fogo praticado tradicionalmente na limpeza das áreas, prática esta que perdura até hoje. A estratégia de uso do solo era determinada através de rotação, onde depois de alguns anos voltava-se para a mesma área apenas se a capoeira já tivesse crescido sobre ela, funcionando como um indicador de fertilidade. Todo esse processo é chamado de pousio.

Porém, a partir da criação do Código Florestal em 1965, começa a surgir a preocupação nas atividades de roçada e queimada. Este receio aumentou depois da implantação do PEL, com a intensificação da fiscalização ambiental.

O palmito Juçara (*Euterpe edullis*), devido sua abundância, sempre foi consumido e até um passado recente, vendido pelos moradores por ser uma fonte de renda rápida e garantida, atualmente o manejo desta espécie é proibido no estado do Paraná. Os quilombolas destacam a diferença entre a prática de extração cometida pelos palmiteiros, que são grupos de pessoas que não fazem parte das comunidades, e a retirada de palmito na lógica quilombola, definida a partir do consumo e sustento familiar.

Antigamente os moradores utilizavam os caminhos abertos dentro da mata para a realização de visitas, mutirões e reunidas na vizinhança, comércio (transporte de erva-mate de Bocaiuva do Sul-PR para Iporanga-SP), cerimoniais de óbito, romarias, casamentos, festas. Segundo Seu Sebastião, morador de João Sura, seu avô acompanhado de alguns “camaradas”

realizavam mutirões todos os anos para a abertura e manutenção de caminhos dentro da floresta. Isso aconteceu até a década de 40, aproximadamente. Atualmente estas rotas são pouco utilizadas, um tanto pela proibição em função da existência do PEL, mas principalmente pela facilidade em se deslocar pela estrada. Grande parte dos caminhos se fechou e os palmiteiros que atuam na região até hoje percorrem esses caminhos.

Percebe-se que os hábitos de uso e manejo dos recursos em áreas que não foram ocupadas pelo pinus e por pastagens, até hoje estão produzindo alimentos e abrigam florestas, o que afirma as comunidades do entorno do PEL como agentes de conservação da natureza, que merecem maior visibilidade dentro do processo de elaboração de políticas públicas ambientais e culturais.

CONTEXTO E ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

O poder público, as instituições de ensino e pesquisa e parte da sociedade civil vêm somando esforços para formular e efetivar ações específicas para populações tradicionais. Como exemplo, é possível observar a elaboração participativa de políticas públicas e de novos instrumentos legais nos espaços de gestão local.

Entretanto o discurso romântico e vitorioso por vezes dedicado à causa quilombola confronta-se duramente com a realidade em que se encontram as comunidades. Nos espaços rurais, além da inoperância política, a distância e o isolamento geográfico certamente são exemplos das dificuldades de se assegurar o direito dessas populações ao desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente justo.

Avanços em espaços de discussão definiram questões socioambientais prioritárias para povos e comunidades tradicionais, onde além da regularização fundiária, foi formalizada a polêmica acerca da criação de Unidades de Conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais e a demanda pela solução de conflitos onde esta situação já existe. Além disso, o fomento e implementação de projetos de produção sustentável também é visto como ferramenta aliada aos processos de manutenção e conservação da natureza enquanto instrumentos legais de gestão.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC[2], é composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, onde regras de utilização dos recursos são definidas dependendo da localização, interesse e relevância que a biota local apresenta. Dentre seus objetivos, está o de proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu

[2] Criado pela Lei 9985/00 e regulamentado pelo Decreto 4340/02.

conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. Os instrumentos previstos para por em prática esta diretriz estão presentes no Plano de Manejo e no Conselho Gestor das Unidades de Conservação.

O Parque Estadual das Lauráceas, o mais antigo Parque do estado do Paraná está inserido em uma zona estratégica para preservação do bioma Mata Atlântica, apresentando grande importância zoogeográfica, faunística, florística, educacional e ecológica. Mas paralelamente a esta enorme vocação conservacionista, falta ao PEL consolidar seu Conselho Gestor para garantir de fato sua função legal, prioritariamente na esfera de ações que transcendem a fiscalização, numa perspectiva preventiva e proativa que seja capaz de envolver diretamente as comunidades inseridas em toda a área de influência do Parque.

Além do PEL, outras UC´s reforçam a quantidade de áreas protegidas na vizinhança, abrangendo os municípios de Tunas do Paraná, Barra do Turvo e Iporanga.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO, busca prevenir e reduzir a fragmentação das florestas tropicais a partir do conceito de corredores ecológicos. No âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), a proposta é realizar uma abordagem descentralizada, onde o governo e a sociedade civil organizada compartilhem a responsabilidade pela preservação da biodiversidade. Esta abordagem permite planejar a utilização dos recursos naturais, envolver e sensibilizar instituições e pessoas, além de criar parcerias em diversos níveis: federal, estadual, municipal, setor privado, ONG's, comunidades tradicionais, agricultores e moradores de entorno de áreas protegidas.

Um exemplo bem sucedido sobre conservação da natureza envolvendo o conceito de corredores ecológicos, unidades de conservação e populações inseridas em zonas de amortecimento é o Mosaico do Jacupiranga. Criado em 1969 e considerado o maior Parque do estado de São Paulo, o então Parque Estadual de Jacupiranga, que tinha extensão de 140.000 ha, obteve aumento de sua área total graças à anexação de 16 UCs de proteção integral e de uso sustentável, tendo sido subdividido em três Parques Estaduais, além de cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA), duas Reservas Extrativistas (Resex) e duas Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN), totalizando assim 243.885,15ha.

A gestão das áreas é realizada através de encontros mensais do Conselho Gestor, criado em 2004, com notória participação tanto dos conselheiros quanto de demais representantes das comunidades envolvidas. Todas as ações referentes às estratégias de uso dos recursos disponíveis dentro das áreas do Mosaico foram definidas através de deliberações do Conselho

Gestor, com respaldo dos Gerentes das UC´s, e com ações que não extrapolam limites legais. A autonomia gerada com a efetivação do Conselho Gestor otimiza ações que demandariam mais tempo ou que resultariam em crimes ambientais, como a utilização de madeira morta e de lenha, reforma de casas, e utilização de motosserras.

O Paraná, entretanto, não apresenta ações de semelhante envergadura, mas reconhece a necessidade premente de serem iniciadas discussões que tendam para a criação de UC´s de uso sustentável. Em 2008, por iniciativa do Departamento Socioambiental do IAP, articulou-se um Grupo de Trabalho para a formulação de uma resolução conjunta entre IBAMA/IAP/ SEMA que dispunha sobre as práticas de manejo agroflorestal sustentável, de interesse social e de baixo impacto ambiental, inclusive em áreas de preservação permanente, praticadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar (PCTAF), incluindo os assentados, no estado do Paraná.

Este GT foi constituído por representantes do poder público estadual e federal, sendo representados pela EMATER, SEAB, IAP, SEMA, e INCRA, ICMBIO, IBAMA, respectivamente, além de representantes de ONG's com atuação socioambiental no estado e lideranças comunitárias dos PCTAF. Entretanto apesar do aparente avanço pelo fato de algumas reuniões terem sido realizadas para a discussão e definição de demandas prioritárias de políticas públicas, os entraves entre conceitos e divergências entre grupos de interesse fez com que as proposições apresentadas pelo poder público não fossem acatadas pelos participantes, resultando no término das reuniões.

Já em 2009, diversos acordos e políticas públicas ambientais e agrárias, estaduais, federais e internacionais impulsionaram a elaboração de uma minuta que dispõe sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) prestados por propriedades rurais na região que integra o Bioma Mata Atlântica no estado do Paraná. Mais uma vez, a visível falta de sintonia entre governo e sociedade civil foi suficiente para impedir a publicação da minuta.

Vista de maneira ideal, a concretização de iniciativas como essas seria uma forma de reafirmar as comunidades tradicionais como agentes de conservação da natureza e detentores de conhecimentos de manejo e produção sustentável, pois são notórias as boas condições florestais que se encontram os territórios destes povos. Não por menos, grande parte destas áreas são escolhidas para se tornarem protegidas. É neste momento que o debate sobre a conservação da natureza e populações humanas atinge sua maior dificuldade, sob o ponto de vista dos territórios tradicionais. A Lei da Mata Atlântica, considerada um marco no contexto da conservação, é absolutamente restritiva em relação às populações locais, não permitindo

quaisquer atividades de subsistência por considerar que as mesmas populações humanas são potenciais ameaças à manutenção da biodiversidade.

O paradoxo existente entre essas diferentes visões ainda impede a definição de regras de uso dos recursos que seja capaz de aliar técnicas sustentáveis de produção com conservação da natureza. A conexão entre usufruir e conservar pode ser harmônica quando utilizado o conceito de etnoconservação, que tenta definir como e quais são as relações entre populações humanas e ecossistemas naturais. Grande esforço é destinado a divulgar exemplos existentes em todo o mundo sobre casos onde as comunidades inseridas em áreas de influência de Unidades de Conservação conseguem aliar as duas atividades de forma positiva em escala local e regional.

A porção do Vale do Ribeira que este estudo aborda teve poucas oportunidades de discutir a etnoconservação, embora receba iniciativas ligadas à prática de produção sustentável, como a agroecologia e sistemas agroflorestais, não há uma abordagem específica que promova as comunidades tradicionais e agricultores familiares como agentes de conservação da natureza.

O debate acerca deste tema é ainda incipiente no Paraná, porem existe exemplos próximos de sucesso de manejo de áreas protegidas com respeito a culturas tradicionais existentes em seu interior e entorno, como o caso do Mosaico Jacupiranga citado anteriormente.

Cabe ressaltar a formação da Rede Juçara, composta por entidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que tiveram sua legislação florestal modificada para proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo a utilização racional da Juçara, espécie bastante utilizada pelos moradores da Mata Atlântica. É difícil compreender porque o governo e representantes da sociedade civil do Paraná ainda não aderiram a essa proposta que une conservação da natureza, geração de renda e soberania alimentar.

O Vale do Ribeira, então permeado de áreas protegidas e de comunidades tradicionais, apresenta aptidão para o desenvolvimento de atividades de cunho etnoconservacionista, cabendo à sociedade e ao governo reconhecerem e demonstrarem interesse sobre esta realidade.

CONSIDERAÇÕES

A apropriação dos saberes levados às comunidades é fator determinante para o sucesso e continuidade das ações empregadas nesses locais, e maneiras de exercitar a criticidade devem fazer parte do empenho dos agentes externos para o desenvolvimento da autonomia dos comunitários como um todo, pois muitas discussões foram apreciadas e sobrecarregadas por poucas lideranças o que comprometeu o repasse e discussão de informações e a construção de um pensamento coletivo.

As diferentes inferências institucionais nas comunidades paranaenses pouco apresentaram interligações e/ou cooperações, e a organização e fortalecimento comunitário muitas vezes não foi o foco das ações. É obvio que os esforços empenhados pelas diferentes organizações que atuam na região são relevantes, porem a falta de dialogo e compartilhamento dos resultados obtidos prejudica a efetividades de tais iniciativas.

O estabelecimento de parcerias entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público devem almejar resultados a médio e longo prazo, pois, o assistencialismo imediatista praticado há anos, reflete em um dos entraves para o empoderamento das decisões por parte da população da região. E a quebra desse paradigma demanda tempo e empenho de todos os atores sociais envolvidos no processo de reconhecimento das populações tradicionais e conservação dos recursos naturais.

FONTES CONSULTADAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, 2005. Disponível em www.mda.gov.br. Consultado em 10/03/2010.
- DIEGUES, Antonio C. 2001. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Editora Hucitec. São Paulo.
- GUAPYASSU, Sandra S. (coord). 2002. Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas. SEMA, IAP, DIBAP. Curitiba- PR.
- KAMINSKI, Tatiana G. 2008. Potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento local sustentável em comunidade tradicionais: estudo de caso na comunidade quilombola de João Sura, no Vale do Ribeira, Estado do Paraná´. UFSC
- LEI DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em www.mma.gov.br. Consultado em 01/03/2010.

- MOSCAL, Jandaira S. e KAMINSKI, Tatiana G. 2008. Conservar Remanescentes. SEMA, Paraná Biodiversidade. Curitiba. -PR.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em www.rbma.org.br. Consultado em 05/03/2010.

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: COTIDIANO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Juliana Carneiro Guimarães[1]

Dinalva Donizete Ribeiro[2]

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás

E-mail: juguimaraes2004@gmail.com

[2]Professora Adjunta – Departamento de Geografia e Programa de Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Goiás

E-mail: dinalvadr@gmail.com

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

RESUMO: este artigo tem como foco principal investigar a constituição de um assentamento e as relações cotidianas dos respectivos assentados no município de Jataí (microrregião Sudoeste de Goiás). Objetiva-se na pesquisa em desenvolvimento, investigar a trajetória de vida dos assentados do Projeto de Assentamento Rio Claro e as relações cotidianas destes sujeitos e do assentamento, confrontando-as com os conceitos e diretrizes que norteiam a constituição de assentamentos rurais no Brasil, principalmente no que tange à concepção de desenvolvimento impregnada em tais políticas. Metodologicamente as fontes orais serão privilegiadas para a coleta de dados primários, contando com apoio de pesquisa bibliográfica e questionário misto com perguntas abertas e fechadas. Em um primeiro momento serão elencadas de forma genérica as políticas implementadas pelo Estado para colonização e inserção das áreas de cerrado para produção de *commodities* e como tais políticas expropriaram e expropriam os camponeses e geram inúmeros transtornos para o campo e para cidade por meio da concepção de desenvolvimento que as norteiam. Num segundo momento será evidenciado o contexto em que emerge o assentamento pesquisado e algumas contradições gestadas a partir da incoerência entre a concepção de desenvolvimento, presente nas políticas oficiais dos assentamentos e o cotidiano dos assentados.

PALAVRAS-CHAVE: assentados; assentamento; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui duplo significado, por um lado, decorre de uma pesquisa que se encontra em andamento, para defesa de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí (UFG/CAJ) e, por outro, reflete alguns anseios oriundos da práxis profissional em assentamentos de reforma agrária na Microrregião Sudoeste de Goiás e dos projetos aí desenvolvidos.

O contato com assentamentos na região foi propiciado devido à participação no Núcleo de Estudos, Pesquisa e extensão em Agricultura Familiar (NEAF/UFG/CAJ), enquanto bolsista e colaboradora de projetos de extensão que visam atuação direta nestes locais, em parceria com as associações e assentados. No entanto, para uma atuação com mais qualidade, sentiu-se a necessidade em recorrer a pesquisas e trabalhos que tratassem da temática de assentamentos e assentados na região, sendo a partir de então que se percebeu quão pouco estudado é o universo que trata sobre agricultores familiares, camponeses, pequenos agricultores e assentados do/no Sudoeste de Goiás.

Isto ocorre pelo fato de que, a maioria das pesquisas e produções bibliográficas sobre o Sudoeste de Goiás trata prioritariamente da modernização da agricultura e revolução verde; do crescimento econômico, nominado de desenvolvimento regional a partir do modelo agrícola adotado; da produção de *commodities* na região; do agronegócio; dentre outras temáticas que perpassam pelas políticas públicas e o papel do Estado, os planos de desenvolvimento, o perfil dos agricultores, o potencial produtivo do Cerrado e os problemas na sua exploração, a inserção da economia regional no plano internacional, etc.

Daí emerge a necessidade em aprofundar a análise sobre a constituição dos assentamentos na região, buscando trazer para o meio científico as vozes de agricultores ora assentados que outrora viviam na condição de parceiros, meeiros, arrendatários, camponeses, enfim trabalhadores da terra, conforme nominados por Mendonça (2004), investigando histórias de vida que são ofuscadas e silenciadas em meio ao despontar da região no mercado internacional de *commodities*, observando como se constitui a identidade do assentado numa região cuja paisagem rural está marcada pela monocultura e pela tecnificação, levando em consideração os limites e as determinações próprias da política de reforma agrária.

Sendo assim, pretende-se com esta pesquisa, que ainda se encontra em andamento, evidenciar tais questões e lançar mão de algumas reflexões, ampliar o debate e contribuir teoricamente com a área pesquisada, a partir da investigação da trajetória de vida dos

assentados do Projeto de Assentamento Rio Claro no município de Jataí-GO, reconstituindo por meio de suas memórias, três etapas delimitadas neste estudo como sendo os seguintes períodos: antes de estarem acampados; o acampamento; e o cotidiano destes na atualidade, enquanto assentados. De posse deste resgate também pretende-se confrontar as relações cotidianas destes sujeitos com os conceitos e diretrizes que norteiam a constituição de assentamentos rurais no Brasil.

No presente artigo retomamos, de forma genérica, algumas das principais políticas de incorporação das áreas de Cerrados à produção nacional de grãos e à modernização agrícola, analisando a concepção de desenvolvimento para o Estado, quando da gestação de tais políticas e, por fim, discutindo alguns resultados deste processo que expropriou os camponeses, provocando conflitos e contradições.

Tais resultados, principalmente a expropriação dos camponeses, serão abordados pelo fato de que vários dos sujeitos a serem pesquisados foram vitimados por este processo. Logo esta análise é uma das metas da pesquisa, perfazendo o que consideramos como sendo a primeira etapa a ser investigada, a fim de entender e compreender qual a relação histórica e identitária destes sujeitos com o campo, como eram seus costumes, tradições e quais os reflexos das políticas públicas de modernização agrícola na vida dos mesmos, desvelando o fio de suas expropriações, pois cada um possui uma singularidade em sua história, que compõe um contexto maior.

O segundo período de suas histórias de vidas a ser considerado, está aqui delimitado como sendo o período do acampamento e nos dará o entendimento do que motivou estes sujeitos a lutarem pelo retorno a terra e como se davam as relações sócio-espaciais no acampamento.

Feito isto, a pesquisa procurará desvendar o que, esquematicamente, denominamos aqui como sendo a terceira fase da vida destes sujeitos, ou seja, o período no assentamento; o cotidiano dos assentados; as relações sócio-espaciais ali existentes; as territorialidades constituídas; o que permanece da cultura herdada e trazida para o assentamento; como se dá a convivência no grupo de assentados; as relações de parentesco, compadrio, solidariedade, amizade; quais elementos da tradição camponesa foram preservados e quais ainda perduram; os conflitos a partir das relações internas e externas, neste caso perpassando pela assimilação das políticas públicas, pelo INCRA e demais representações do poder público.

No contexto da terceira fase da pesquisa, é necessário, para o que se propõe, analisar a origem dos assentamentos na região pesquisada. Neste caso, torna-se importante, também, analisar o conceito institucionalizado de desenvolvimento presente nas políticas para

assentamentos, enquanto territórios demarcados pelo Estado e ponderar isto num contraste com o modo de vida e o cotidiano dos assentados, que são alvo e receptáculo das políticas, pois acredita-se que são duas lógicas distintas e, por isso, em constante conflito.

2 POLÍTICAS DE "DESENVOLVIMENTO": EXCLUSÃO E CONTRADIÇÃO

A apropriação do termo "desenvolvimento" pelo Estado tem sido recorrente dentre as diferentes políticas e programas para o campo, tendo em vista que desde o modelo desenvolvimentista, empregado a partir dos anos 1950, vários programas foram instituídos por diferentes governos para promover o desenvolvimento no campo, principalmente nas áreas de Cerrado, que abriga o objeto de estudo desta investigação (município de Jataí, localizado na microrregião Sudoeste de Goiás).

Tais políticas, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), instituído pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1975, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER I e II), instituídos respectivamente em 1980 e 1987 e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), visavam, em sua essência e a qualquer custo, "colonizar" as áreas de cerrado, inseri-las no processo produtivo nacional, modernizar o campo e elevar os quantitativos de produção e produtividade no campo, apregoando que tais políticas gerariam riqueza e desenvolvimento para as regiões abrangidas.

Porém, percebe-se que o conceito de desenvolvimento travestido em tais programas e políticas públicas é tido apenas como sinônimo de crescimento no setor econômico agrícola,visto sob a ótica do capital e da técnica, não podendo ser assim denominado, pois de acordo com Franco (2002), todo desenvolvimento tem que ser social e deve promover a equidade social, distribuição da renda e melhorar a qualidade de vida de todos setores da população.

Por isso corrobora-se com a

> [...] premissa de que os números do desenvolvimento agrícola não são suficientes para afirmar o desenvolvimento rural e social de uma dada região, já que não é possível avaliar e mensurar o desenvolvimento rural sem um estudo integrado do desenvolvimento econômico e social. (RIBEIRO, 2005, p. 158)

Percebe-se que tais políticas geraram outros resultados, que nem de perto podem ser traduzidos como desenvolvimento, deixando evidente seus reflexos no que concerne às mudanças na questão agrária brasileira, pois aumentou a concentração de terras e de renda e promoveu inúmeros transtornos e conflitos, tanto no campo, quanto na cidade, podendo ser elencados vários exemplos na região estudada.

Como demonstra Ferreira (2001, p. 51), o resultado deste processo foi principalmente o "[...] incremento na concentração de terras, com a expulsão de milhões de pequenos agricultores", o que provoca uma inversão da situação de moradia das pessoas do campo para a cidade a partir da implementação destes programas, não somente na região Sudoeste de Goiás, mas em todos os demais estados e regiões alvo destas políticas.

Observa-se de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), extraídos de Ribeiro (2005), que em 1970 o estado de Goiás apresentava uma população de 2.997.570 habitantes, sendo que desta 42,34% residiam na cidade e 57,66% no campo, já no ano de 2.000 a população era de 4.994.897 habitantes, sendo que 87,88% residiam na área urbana e apenas 12,12% no campo. Em Jataí, no ano de 1970 a população era de 41.374 pessoas, sendo que 65% residiam na cidade e 35% no campo, no ano de 2.000 a população era de 75.451 pessoas, sendo que 92% residiam na cidade e 8% na zona rural.

Esta inversão do local de moradia da população provoca um inchaço nas cidades gerando ainda o aumento do índice de desemprego, aumento da criminalidade e da violência, falta de saneamento básico, coleta de lixo, enfim de toda a infra-estrutura, que não acompanha o acelerado crescimento populacional. Segundo Ribeiro (2005) nos municípios sudoestinos de Jataí e Rio Verde foi provocada uma enorme segregação sócio-espacial, onde

> os pobres e miseráveis que sobrevivem nas periferias das cidades foram, em outros tempos, na sua maioria, camponeses, que aos poucos foram tendo suas condições de produção e reprodução sufocadas e comprometidas pelos moldes da recente exploração agrícola. (RIBEIRO, 2005, p. 183)

3 INVESTIGANDO ALÉM DA MONOCULTURA E DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DE GOIÁS...

No bojo da contradição do modo capitalista de produção, que gera riqueza e concentração de terra com a política agrícola implementada pelo Estado, os sujeitos expropriados do campo, como aqueles que mantinham relações de parceria, que eram

meeiros, arrendatários e pequenos agricultores, não encontram uma condição de vida favorável na cidade, formando um grande contingente de agricultores sem terra e de trabalhadores sem trabalho.

A insatisfação destes sujeitos, aliados ao desejo de voltar a terra, impulsiona vários conflitos e lutas, explicando várias ocupações e o surgimento de alguns assentamentos na região. Somente em Jataí, de acordo com dados da rede DATALUTA (2009), no período de 1993 a 2007 foram instituídas 22 ocupações (acampamentos) em diferentes propriedades rurais (fazendas), tendo em 2009 o pré-assentamento Guadalupe com 56 famílias e quatro assentamentos: Projeto de Assentamento Rio Claro, com 17 famílias assentadas, Projeto de Assentamento Santa Rita com 23 famílias assentadas, Projeto de Assentamento Rio Paraíso com 176 famílias[1] e o Projeto de Assentamento Três "T" com 85 famílias assentadas.

Bergamasco e Norder (1996) mencionam que o termo "assentamento" emerge no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, se difundindo para inúmeros países e mencionam que, de uma forma genérica, podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais, que visam o reordenamento do uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

No Brasil os assentamentos rurais são sinônimo da principal medida de implementação da Reforma Agrária a que se propõe o Estado, como ressalta Carvalho (2004, p.116),

> a luta popular no campo pelo acesso a terra insere-se, ainda que de maneira limitada, na dinâmica da luta de classes pela apropriação do espaço e do território rural. Há, sim, luta popular pelo acesso à terra e propostas de reforma agrária por parte dos trabalhadores rurais sem terra. Mas, de parte do governo o que se constata é o exercício de uma política compensatória e populista de assentamentos rurais e, portanto, uma negação explícita de qualquer tipo de reforma agrária que altere a estrutura fundiária do país.

Esse fato é justificável, pois é fruto de uma contradição social: o Estado que expropriou milhares de famílias do campo por meio das políticas de integração dos cerrados à produção

[1] O assentamento Rio Paraíso possui características diferenciadas dos demais, pois se trata de um dos assentamentos com maior índice de venda de lotes no Brasil. A maioria das famílias que ali se encontram atualmente, compraram as parcelas dos assentados originais, ou de segundos e terceiros e se constituíram, na sua maioria, em agricultores empresariais, monocultores, sobretudo de soja e milho. Prevalece, também, o arrendamento de lotes para fazendeiros vizinhos ampliar suas áreas de monocultivo, o que o diferencia dos demais assentamentos da região.

de *commodities* é o mesmo Estado que, contraditoriamente, deve implementar políticas para que estes sujeitos retornem à terra, apesar de ter deixado clara sua opção por um modelo de modernização totalmente conservadora, que só aumentou as contradições sociais, não sendo sua prioridade resolver a questão agrária e sim a questão agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

Nesse sentido, já se elaborou um panorama teórico e analítico das diretrizes políticas de constituição de assentamentos rurais no Brasil, a fim de compreender o contexto sócio-político em que emergiu o assentamento pesquisado e, enquanto objetivos, pretende-se investigar a trajetória de vida dos assentados em três etapas: antes de estarem acampados, o período de acampamento e o estágio de assentados; e, assim, analisar as relações cotidianas no/do assentamento, focando na prática dos sujeitos em relação à terra, ao trabalho, à cultura e a organização política, confrontando esta realidade com os conceitos e diretrizes que norteiam a constituição de assentamentos rurais no Brasil.

A reconstituição das histórias de vida destes sujeitos se dará por meio da metodologia da história oral, buscando evidenciar como era o cotidiano dos sujeitos assentados, de onde vieram, como eram suas vidas anteriormente ao processo de acampamento, quais aspectos constituíam sua cultura e ainda inquirir qual motivo os impulsionou retornar à terra, como era o cotidiano no acampamento, se havia união, se permaneciam no acampamento todo o tempo, etc;

Julgamos necessário investigar as histórias de vida e o cotidiano destes sujeitos por meio de suas memórias, para que possamos buscar respostas para algumas inquietações que surgem na relação de parceria promovida com alguns assentamentos da região por meio dos projetos de extensão em desenvolvimento[2]. Acredita-se que, por não ter clareza da realidade já vivida pelos mesmos, de quais eram seus anseios, suas perspectivas, sonhos e idealizações, estas inquietações podem se transformar em entraves nesta aproximação, sendo necessário evidenciá-las, como se pretende por meio da pesquisa em desenvolvimento.

Tais inquietações dizem respeito a uma percepção já constituída, por meio de observações e trabalhos em campo, da falta de articulação entre os assentados e o desgaste de costumes e relações inerentes ao camponês, conforme trata Cândido (1979): o mutirão, traição, boas relações de vizinhança, união, dentre outros comportamentos, como o fato de

[2] O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF), da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, conduz cinco projetos financiados pelos editais 036/2007, 023/2008, 029/2009 e 033/2009 do CNPq (sendo dois projetos no último edital), todos desenvolvidos junto a assentamentos dos municípios de Jataí e Perolândia, localizados na microrregião Sudoeste de Goiás. Para maiores detalhes dos projetos e demais atividades do Núcleo visitar o endereço www.neafufg.org

muitos nem plantarem alimentos básicos, como os que compõem suas dietas, o arroz, feijão, mandioca e milho.

As inquietações decorrem ainda da percepção de como a concepção de desenvolvimento, embutida nos programas e políticas para a agricultura familiar (a exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e outros Programas de Doação Simultânea) vem caracterizada de novos significados, envolvendo os assentados na lógica de mercado, mas que conserva sua essência, que é a mesma apregoada para fomentar a modernização conservadora e esvaziar a lógica camponesa no assentamento.

Dessa forma, analisar esta concepção de desenvolvimento à luz das políticas para reforma agrária se faz necessário, tendo em vista que ela se manifesta no cotidiano dos assentados, pois o que se percebe no assentamento objeto da pesquisa é que a lógica do modo de vida dos assentados não se encaixa na lógica de mercado das políticas e programas instituídos nestes locais e daí emergem diversos conflitos, tendo em vista a distonia das exigências para se acessar os programas e a forma de agir, estruturar e articular a produção e as relações demandadas para tal acesso.

Isto ocorre entre os assentados pelo fato de que "a sua lógica reprodutiva difere-se da capitalista, mesmo estando a ela atrelada como contradição que representa no processo de reprodução ampliada do capital", como trata com propriedade Almeida (2006, p. 77), mencionando ainda que isso se justifica pela oposição entre uma lógica que se refere a unidade familiar de trabalho e outra que se estabelece enquanto empresa capitalista.

Goméz (2008) pontua que se observadas, as políticas e programas para reforma agrária pretendem estruturar e integrar a agricultura familiar dentro do mercado, fundamentalmente via PRONAF, que é o principal instrumento de controle sobre o crédito para assentados contemplados com este programa, pois a lógica de desenvolvimento que permeia tais políticas está diretamente ligada às concepções do INCRA e do MDA (2004) em relação aos territórios rurais e boa parte carregam, subjetivamente em seus objetivos e concepções, a lógica do desenvolvimento rural sustentável, baseado na abordagem territorial em voga nos últimos anos, que de acordo com Goméz (2008), se encaixa perfeitamente ao molde do sistema capitalista.

> A profusão de estudos sobre agricultura familiar dos anos 1990, dentro de uma ótica de desenvolvimento rural com base local, vai sendo substituída por estudos pioneiros acerca do desenvolvimento

> territorial rural que começam a forjar um outro paradigma de análise do meio rural e também de implementação de política pública. (GOMÉZ, 2008, p.3)

Esta "nova" lógica que permeia a implementação de políticas públicas tenta de todas as formas inserir os sujeitos neste contexto e, ao tentar, esta imposição provoca grandes desajustes aos assentados, principalmente no que diz respeito a administrar o lote com recursos vindos de linhas de crédito e financiamentos fornecidos pelo Estado, pois estes não tem a percepção mercantilista e administrativa requeridas pelo sistema capitalista.

> [...] o que se constata é o despreparo do meio rural para assumir um enfoque de desenvolvimento como o desenvolvimento territorial rural, que exige articulações, identidades, coesões, participações etc., que não fazem parte do cotidiano real do meio rural. (GOMÉZ, 2008, p.11)

No entanto, o despreparo apontado por Goméz (2008) não é inerente à incapacidade ou falta de inteligência do camponês, mas principalmente porque seu modo de vida está centrado na manutenção da família e numa lógica interna que se baseia na relação consumidores-trabalhadores, ou seja, na relação de quem trabalha na família e de quem consome o que é produzido e quando se consegue o equilíbrio entre estes fatores, o camponês se satisfaz, não produzindo para além do que necessita para obter lucros e enriquecer, ele apenas vende o excedente para suprir necessidades básicas da família. (ALMEIDA, 2006)

Isso diz respeito à questão dos valores, que para o camponês está calcado em princípios distintos daqueles impostos pela lógica da reforma agrária de mercado imposta pelas políticas públicas para os assentamentos, corroborando novamente com a questão que julga-se central de que a lógica camponesa se difere em muito da lógica capitalista, como pode ser claramente percebido em um dos objetivos Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que visa promover e apoiar (dentre outros) "a articulação de políticas públicas, com vistas a redução das desigualdades sociais e regionais e a **geração de riquezas** com equidade social". (MDA, 2004, p. 4, grifo nosso)

A falta de articulação política nos moldes de associações ou cooperativa, também é percebida no assentamento investigado e, como Goméz (2008) afirma, isso se dá, pois, esta forma de reunir e se envolver coletivamente não faz parte das suas representações e estratégias de relações e produção. No entanto, o acesso a políticas e programas exigem uma

articulação dos assentados, via associação e/ou cooperativa, que acaba por impor uma suposta "organização" interna, mas, esta não parte dos assentados, enquanto necessidade de articular suas ações de forma coletiva e sim por uma imposição externa que delimita a associação e, sobretudo, a cooperativa para formar uma rede comercial com os assentamentos, para a venda de produtos e liberação de financiamentos. Neste caso reitera, de forma travestida, a concepção de desenvolvimento e a abordagem territorial em voga.

> A perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que levam em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo dos recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais. (MDA, 2004, p. 5)

O conflito entre o cotidiano dos assentados e as diretrizes e conceitos impregnados nas políticas para assentamentos, deriva, essencialmente, desta concepção, contraditória, do tão propalado desenvolvimento, tendo em vista que os assentados não se prendem a estas lógicas que vem de "cima para baixo", impostas, pensadas por moldes institucionais, que não consideram as possibilidades e potencialidades dos assentados, pautada na experiência e modo de vida, com sua lógica própria, pois Almeida (2006, p. 84-85) menciona que

> [...] o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe 'pura' do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas reflexões podemos averiguar o quanto as políticas e programas como POLOCENTRO, PRODECER I e II, PROFIR, dentre outras, gestadas para incorporar os cerrados no processo produtivo nacional e tornar tais áreas produtivas ao mercado, foram excludentes e concentradoras e, ainda, responsáveis pela inversão da população do campo para a cidade.

Tal fato provoca inúmeras ocupações e a partir disto a constituição de vários assentamentos, cujos sujeitos, na sua essência, possuíam (e possuem) desejos, sonhos e um imaginário de (re)construir suas identidades no assentamento e que se contrasta com a concepção de desenvolvimento impregnada nas políticas oficiais, que o institui enquanto território de desenvolvimento, pois a lógica do modo de vida dos assentados é diferente da lógica que rege a implementação dos assentamentos e do acesso a fontes de crédito como o PRONAF, que tenta inserir os assentados numa lógica de mercado, utilitarista, própria do modo de produção capitalista.

A partir disto percebe-se o quão desigual é todo este processo e que a lógica de desenvolvimento do Estado, por vezes, é tida apenas como sinônimo de crescimento econômico, ocasionando inúmeros problemas ambientais e sociais, o que então não pode ser tomado como desenvolvimento, pedindo emergencialmente uma ressignificação do mesmo, para promover equidade social e melhorar a qualidade de vida das pessoas, seja no campo ou na cidade, pois

> uma sociedade na qual uma pequena minoria de indivíduos melhora suas condições de vida, mas não consegue melhorar as condições de vida do restante da população, não é uma sociedade que se desenvolve, ainda que possa ser uma sociedade que cresce economicamente. (FRANCO, 2002, p. 53)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARVALHO, Horácio Martins de**. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária**. Revista NERA – ano 7, n. 5 – Ago./Dez., 2004

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2008**. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, São Paulo, 2009.

FERREIRA, D. F. **Análises das transformações recentes na atividade agrícola da Região Sudoeste de Goiás, 1970/ 1995-6.** 145 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia (MG), 2001.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local.** Brasília: ARCA, Sociedade do conhecimento, 2002.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. O desenvolvimento territorial rural sob perspectiva escalar: uma genealogia recontada. In: **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais,** Campina Grande – PB, out. 2008.

GRAZIANO DA SILVA. José. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial:** Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília: Brasil, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. São Paulo: s.n., 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2004.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura "caificada" no Sudoeste de Goiás:** do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental. Niterói: s.n., 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

ATER INDÍGENA COMO POLÍTICA PÚBLICA: DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO E PROPOSTA PARTICIPATIVA DE SUSTENTABILIDADE NA ALDEIA TERENA DE BANANAL, MATO GROSSO DO SUL

Miguel Jordão[1]

Canrobert Costa Neto[2]

[1]Mestrando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)

[2]Professor do Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Doutor em História Social da Agricultura na América Latina (Universidade Federal Fluminense-UFF)

Email: canrobertp@uol.com.br

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Relatos históricos afirmam que os Terena, no período Pré-Colonial, chegaram a atingir nível de produção que os distinguia dos demais grupos nativos, dada a excepcionalidade de seus cultivos agrícolas, artesanato e tecelagem, chegando a abastecer outros povos indígenas, como é o caso dos Guaicuru, bem como aos portugueses com quem fizeram aliança por ocasião da Guerra com o Paraguai. Com o final da Guerra com o Paraguai e conseqüente expansão da colonização que atingiu enormemente o território Terena, estes se viram privados de sua organização econômica e perderam sua autonomia enquanto grupo étnico, passando a ter uma configuração social dependente dos interesses da sociedade do entorno. Nas circunstancias atuais, o exercício das relações comerciais e das práticas de subsistência representa a alternativa viável aos Terena, enquanto grupo, desde que mantida a posse comunitária da terra. Isso permite assegurar a unidade étnica, ao lado de alguns elementos culturais tradicionais dentro das unidades familiares.

Ao longo do processo de colonização, parte significativa das populações indígenas do Brasil foi expropriada de seus antigos territórios e, junto com eles, seus recursos naturais. Isto resultou no estrangulamento das economias indígenas enquanto meios de manutenção desses

[1] Bolsista Indígena da Fundação Ford

povos. No caso do Estado do Mato Grosso do Sul, depois de sucessivas invasões espanholas e portuguesas, ou mesmo titulação oficial cedida pelo Estado Brasileiro aos gaúchos, paranaenses e nordestinos, na implantação da política de desbravar o Brasil Central, os povos indígenas foram dispersos, gradualmente, pelas grandes cidades, fazendas e por diversas regiões e estados brasileiros. Os que permaneceram foram confinados em "Reservas", nas quais se verifica a sobreposição de etnias, grupos familiares e clãs.

Os Terena são índios do grupo Aruak que viveram no Chaco paraguaio às margens do rio Paraguai. Eles eram originalmente povos agricultores de hábitos sedentários e no Chaco foram dominados por povos guerreiros: os Mabyá (Oberg,1985). Carvalho (1979) sugere que a relação com os Mabyá não era de dominação, mas de aliados com alguma subordinação. Na metade do século XIX eles migraram para o Estado do Mato Grosso do Sul, mas as razões não estão bem entendidas. Durante este período viveram em pequenos grupos e dispersos. Após 1916 passaram a viver em aldeias novamente, sobretudo em razão do trabalho de Rondon. No curso destes três séculos, os Terena sofreram grandes mudanças e tiveram afetada sua cultura, economia, organização social, fé e práticas religiosas.

Os Terena vivem, na quase totalidade, no Estado do Mato Grosso do Sul em reservas indígenas criadas, no início do século XX, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e hoje sob a responsabilidade da Funai. Segundo Fernanda Carvalho (1992), um número considerável de indivíduos Terena vive na periferia das cidades da região. Em Anastácio (cidade limítrofe com Aquidauana) existe um bairro Terena denominado Aldeinha, atualmente conhecido como reserva indígena legalizada oficialmente. Já Água Limpa, no município de Rochedo, não é conhecida como reserva indígena legalizada. Na cidade de Sidrolândia, os Terena vivem em uma área de 10 Hectares denominada Aldeia Tereré. Na aldeia urbana Marçal de Souza localizada na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande encontra-se um número maior de índios Terena, com aproximadamente 1.300 indígenas, isso explica por que os indígenas migraram para as cidades de modo a garantirem seu sustento de vida e talvez por encontrarem trabalho remunerado com mais facilidade. Segundo Oliveira (1968) as aldeias Bananal e Ipegue canalizaram para a cidade de Campo Grande e Aquidauana muitas pessoas. Bananal está em primeiro lugar, entre as aldeias: 23,91%. Ipegue está em segundo com 18,11%. Outra pequena parte da população Terena encontra-se na reserva de Araribá (próximo a Bauru – SP), onde são em um número maior que os Guarani. Estes Terena descendem de famílias transferidas do Mato Grosso do Sul, pelo SPI, na década de 1920, com intenção de que ensinassem os Guarani (Aldeados por Nimuendaju no inicio do século) a trabalhar na agricultura e sericicultura, obedecendo uma política bem definida de colonização interna. Há

ainda alguns Terena nas reservas de Vanuiré e Icatú, ambas do estado de São Paulo (Carvalho, 1992).

Os Terena tem uma longa história de contato com a sociedade brasileira, morando em áreas algumas vezes próximas às cidades. Muito provavelmente devido a este fato, o grupo adotou muitos dos usos, costumes e práticas da sociedade nacional. A partir de 1920 um processo de migração teve início com muitas famílias deixando as aldeias para morar nas cidades e/ou trabalhar em fazendas. Nos anos trinta houve um crescimento desta migração. Cardoso de Oliveira (1968) considera que os conflitos religiosos foram fatores importantes neste processo. Apesar disto, na grande cidade, eles conseguiram preservar seus vínculos tribais, mantendo como se fosse uma rede de contatos informações e notícias, não se desligando da aldeia. Hoje, somente na aldeia de Bananal, existe uma quantidade de aproximadamente 2.000 pessoas. Vale ainda ressaltar que existem ainda dois Postos Indígenas da Funai na aldeia de Ipegue e Bananal. Pin Ipegue tem sob sua jurisdição duas aldeias, com o total de aproximadamente 1.400 pessoas, já o Posto Indígena Taunay tem sob sua jurisdição cinco aldeias com um total de 3.600 pessoas aproximadamente. Aldeias que, no passado, não existiam foram criadas no decorrer do tempo por algumas famílias, devido a longa distancia da aldeia sede Bananal.

REFERENCIAL TEÓRICO BÁSICO

Como forma de permitir a permanência dos índios, garantindo sua autonomia e sustentabilidade é importante que o processo de construção de projetos tenha a participação da comunidade a ser beneficiada de forma conjunta e efetiva, valorizando o conhecimento tradicional indígena, fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento dessas populações. Desta forma, assim penso que todos os projetos a serem praticados nas aldeias deveriam possuir, como meta principal, o etnodesenvovimento. Iara Ferraz, coloca suscinta e claramente a questão do etnodesenvolvimento no contexto das sociedades indígenas brasileiras: "E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas" (Ferraz, 1997). Antes, porém, uma palavra sobre a qualificação "etno" ao desenvolvimento. Segundo o propositor do conceito (Stavenhagen, 1985), seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade (sua etnicidade). Desenvolvimento, nesta acepção, tem pouco ou nada a ver com indicadores de "progresso" no sentido usual do termo (PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc...). Ou na definição daquele autor: "O etnodesenvolvimento significa que

uma etnia - autóctone, tribal ou outra - detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses" (Stavenhagen, op.cit.). Segundo Azanha (apud Inglez de Sousa, 1996), os princípios básicos para um etnodesenvolvimento - em termos gerais - seriam os seguintes: "objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas ao invés de priorizar o crescimento econômico; embute-se de visão endógena, ou seja, (em) dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais: valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visa autosustentação e independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, (com) atividades mais participativas". Já a sustentabilidade, segundo Aquino e Assis (2005), significa a "ruptura com as formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de produção, sejam estes de natureza ecológica, socioeconômica ou política", tais como "a valorização, regeneração ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população definida a partir de sua própria identidade local", bem como "a valorização da biodiversidade, tanto biológica como sociocultural". O que está acontecendo, na fase atual, é que os projetos são elaborados de cima para baixo, não havendo nenhuma preocupação com a participação da comunidade indígena, apesar de que as mesmas detém grande conhecimento sobre a agricultura tradicional indígena e a agricultura continua sendo a principal fonte de subsistência e de renda destas comunidades. Todavia está cada vez mais difícil suprir as necessidades básicas das famílias já que a comercialização dos produtos das unidades de produção indígena, para constituir a renda familiar, vem sendo reduzida, segundo os Terena aldeados. Isso ocorre devido ao enfraquecimento do solo, ao crescimento das famílias e a conseqüente divisão de áreas de roça que ocasionam a diminuição das áreas de plantio, além da impossibilidade de se obter novas áreas para plantio e de se recuperar as áreas "enfraquecidas". Com o enfraquecimento do solo, as espécies vegetais mais exigentes não são mais produzidas, diminuindo assim a diversidade das culturas, o que gera um grande problema para esses agricultores natos, acostumados com o plantio de várias espécies diferentes, cada qual em sua época, permitindo plantios e colheitas durante o ano inteiro. Dessa forma, podemos dizer que, nem sempre, o que é bom para os não-indios é bom para os índios, Isto poder ser percebido quando os recursos dos projetos já vem "engessados" e os indígenas não participam deles. Então, com o monopólio de projetos, todos os anos se vê a mesma coisa: investimento em agricultura (arroz, milho, feijão, mandioca... conserto de maquinas agrícolas, implementos aquisição de

óleo diesel) e fraca produção. Os índios se vêem obrigados a deixar a aldeia e procurar por sustento de suas famílias vendendo sua força de trabalho. Os indígenas não pensam que devem produzir para abastecer mercados, mas para o sustento dos seus parentes imediatos. Segundo Azanha (op. cit.) eles produzem para sustentar-se. Portanto, nas sociedades indígenas, isto significa manter o equilíbrio das trocas com o mundo natural (e sobrenatural) visando à segurança dos parentes mais próximos e repondo, no processo, os estoques de corpos humanos, das almas e dos seres (recursos) "naturais". A não compreensão desta realidade implica nos inúmeros projetos fracassados com sociedades indígenas. Um fator que podemos citar como exemplo de fracasso destes investimentos é a da falta d'água, ora existente, na aldeia e também o pouco espaço de terra com que se deparam, geralmente, os indígenas. Os agricultores indígenas se utilizam do mesmo espaço agrícola por varias vezes, o que torna o solo empobrecido, não tendo espaço para se fazer as áreas de pousio, pois os mesmos não têm condições de fazerem investimentos para melhorar a qualidade do solo. Em relação à falta d`água na aldeia, que dificulta as condições para a reprodução da vida humana, no sentido de prejudicar a produção de alimentos e o próprio desenvolvimento em nível local, Porto-Gonçalves (2006) considera que hoje "a questão da água não se apresenta mais como um problema localizado, manipulado por oligarquias latifundiárias regionais ou por políticos populistas". Para o autor, "esses antigos protagonistas que durante tanto tempo manejaram a escassez de água, intermediando secas e bicas, estão sendo substituídos no controle e gestão desse recurso por novos e outros protagonistas, entretanto o mesmo discurso da escassez vem sendo brandido, acentuando a gravidade da questão, agora em escala global". Ainda de acordo com Porto-Gonçalves, "o fato de agora se manipular um discurso com pretensões de cientificidade e que invoca o uso racional dos recursos por meio de uma gestão técnica nos dá, na verdade, indícios de quem são alguns novos protagonistas que estão se apresentando, no caso os gestores com formação técnica e cientifica". Ainda segundo este autor, "a agricultura é responsável pelo consumo de 70% da água de superfície no planeta, assim é todo o sistema agrário-agricola que está implicado no ciclo da água. O mesmo pode ser dito dos pratos de cerâmicas ou de metal, dos talheres de aço inoxidável ou de alumínio que, para serem produzidos, exigem um elevadíssimo consumo de água, alem de lançarem resíduos líquidos em altíssima proporção no ambiente, já a indústria é responsável por 20% do consumo de água da superfície..." Porto-Gonçalves também considera que "outro fato importante é que um habitante urbano consome em media três vezes mais água do que um habitante rural" e que "para se produzir um quilo de qualquer grão, seja de milho ou de soja,

se demanda com as atuais técnicas agrícolas 1.000 litros de água, já um quilo de frango consome 2.000 litros de água."

A infraestutura da aldeia Bananal conta hoje com uma quantidade de 03 poços artesianos que atendem a 2.000 índios, sendo que a água que as famílias conseguem coletar é suficiente apenas para a realização dos trabalhos domésticos, não sendo assim possível a realização de hortas e pomares no fundo de quintal, já os indígenas que possuem animais de criação tais como gado de corte, leite e eqüinos, se utilizam da sazonalidade das chuvas que ocorrem de forma esporádica, o que dificulta o desenvolvimento da criação, ocasionando muitas vezes perda de muitos animais por falta de água e alimentação, também responsável por muitas perdas nas lavouras de subsistência dos indígenas.

Outro fator importante, a nosso ver, para o fracasso dos investimentos, é a ausência de uma assistência técnica diferenciada que poderia romper com a lógica de que os indígenas devem ser tratados como os agricultores familiares, em geral. Um outro tipo de assistência técnica seria mais adequada aos indígenas da Aldeia Bananal, pois a agricultura lá praticada é diferenciada, assim como nas demais aldeias Terena. Segundo Cardoso de Oliveira (1952), já há muito tempo que existem falhas na assistência técnica à produção indígena, no Brasil. A rigor, essa assistência ocorre exclusivamente na distribuição de sementes ou na cessão de animais para moagem da cana em engenhos dos Postos.

METODOLOGIA

Nesta proposta, vamos enfrentar o desafio da construção de uma metodologia específica, adequada para a ATER INDÍGENA, enquanto Política Pública, na Aldeia Terena Bananal, com assistência técnica permanente e exclusiva para os indígenas.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), abriu a Chamada de Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para populações indígenas (Ater Setorial). O objetivo é "selecionar propostas de instituições que atuam com Ater para populações indígenas no contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)."De acordo com o Portal do MDA, "entre as ações prioritárias que devem constar nos projetos estão: gestão e controle territorial que contribua para a ocupação, defesa e usufruto dos territórios indígenas; abordagem agroecológica da produção e valorização de técnicas produtivas tradicionais da etnia; comercialização, agregação de valor, agroindustrialização e certificação socioparticipativa da produção indígena; conservação, revitalização e beneficiamento de espécies tradicionais de uso indígena, entre outros."

Segundo o MDA, “os projetos devem contemplar o atendimento de ações compatíveis com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar implementadas pelo MDA. Também devem atender aos princípios da Pnater, em conjunto com as seguintes diretrizes: redução da pobreza rural; sistemas de produção sustentáveis; geração de renda e agregação de valor; segurança alimentar e nutricional; gênero, raça e etnia; e participação e metodologias participativas.”

Como acabo de afirmar no 16tem acima, considero que existe fatores que vem contribuindo para o fracasso dos projetos sociais de investimentos em áreas indígenas. Um destes fatores são os Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para áreas indígenas, da maneira como eles estão sendo implementados atualmente. O problema, a nosso ver, não está propriamente na concepção da ATER INDÌGENA, mas na elaboração das propostas diferenciadas e especificas de acordo com a realidade local dos povos indígenas. Por esta razão, as propostas não vem tendo um caráter efetivamente participativo do ponto de vista das populações das Terras Indígenas envolvidas nestes Projetos. Em nossa avaliação, para haver participação efetiva das populações indígenas nos Projetos de ATER é preciso que seja feito, em primeiro lugar, um grande esforço para resgatar todo o conhecimento acumulado historicamente pelos indígenas das aldeias, em termos produtivo/culturais.

Neste sentido, consideramos que esta proposta de pesquisa-ação deve incluir os seguintes aspectos metodológicos para levar a cabo o desafio de construir uma metodologia realmente adequada para uma ATER INDÍGENA, que possa se tornar um instrumento diferenciado e participativo de Política Pública para a Aldeia Bananal:

- promover a revisão bibliográfica e documental da produção cientifica, antropológica e etno-histórica, em especial, sobre a dinâmica territorial cultural dos indígenas Terena, em geral e da Aldeia de Bananal, em particular e acerca dos principais instrumentos de produção utilizados pelos seus ancestrais;

- elaborar um diagnóstico etno-ambiental, na Terra Indígena da Aldeia de Bananal, com a participação da comunidade indígena local, com a utilização de várias ferramentas participativas, adaptadas das técnicas de DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), tais como mapas desenhados pela comunidade, entrevistas com grupos de indígenas e técnicos e caminhadas transversais, resgatar o conteúdo histórico da situação social da Terra Indígena;

- com base na revisão bibliográfica e documental e no diagnóstico etno-ambiental sugeridos, vamos procurar identificar e avaliar criticamente os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural que foram ou estejam sendo desenvolvidos em outras comunidades indígenas, visando constituir as bases metodológicas para um novo Projeto de ATER

INDÍGENA, de caráter diferenciado e participativo, a ser proposto como Política Pública para a Aldeia Bananal, como resultado das pesquisas desenvolvidas para a execução dessa proposta.

CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, muitos programas de fomento vem sendo elaborados sem o mínimo de conhecimento da realidade indígena. Vimos que muitos projetos para aldeias indígenas foram implantados, mas ainda assim não se resolveu o problema da saída dos indígenas da aldeia, pois encontramos muitos indígenas impossibilitados de manterem a família com os recursos coletados e produzidos na própria comunidade. Muitos procuram alternativas de trabalho em usinas de cana-de-açúcar, fazendas, comércio e nas grandes cidades da região, onde a faixa etária mais engajada na busca de alternativas externas às áreas indígenas, como mão-de-obra, é a população jovem. Quem permanece na aldeia, com o crescimento populacional e o pouco espaço territorial, é penalizado pela escassez dos recursos naturais e redução do espaço utilizado em atividades agrícolas, pecuárias, coleta de alimentos, caça, pesca e lazer. Nesse sentido, pensamos em como utilizar melhor os pequenos espaços físicos existentes na aldeia. Vimos que essa situação de transferência para as cidades, usinas e fazendas não atende a necessidade indígena, uma vez que estes sentem a ausência do "elo étnico", principalmente em datas comemorativas consideradas importantes para os indígenas. Pretendemos que o desdobramento desta pesquisa, sirva como referência às políticas publicas propostas pelos governos e mesmo por Ongs aos indígenas brasileiros.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

AZANHA, Gilberto - Comentários e observações sobre o desenho preliminar do PDI - mimeo, 1999.

_____. - Relatórios de Trabalho, CTI- Centro de Trabalho Indigenista (*mimeo*), São Paulo - *1986 / 1998*. - Relatório GT 553/FUNAI, *2000.*

BITTENCORT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa**. A historia do povo Terena.** Brasília: MEC, 2000

CARVALHO Fernanda, Koxomuneti e Outros Curadores: **Xamanismo e Prática de Cura entre os Terena**, Universidade de São Paulo, 1992.

COLEÇÃO SEMEAR, 4 Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR, Brasília janeiro 2007

FERRAZ, Iara - Observações acerca da produção de pessoas e bens entre as sociedades Tupi do Sudeste do Pará - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997.

JÚNIOR, José Resina Fernandes. **Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande – MS.** Campo Grande: UCDB/CESUP/ SOCIGRAN, 1997.

OLIVEIRA. R.C. O *Processo de Assimilação dos Terena.* Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro. 1960.

OLIVEIRA. R. C *Urbanização e Tribalismo:* A integração dos Índios Terena numa sociedade de classes. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1968.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, A globalização da natureza da globalização – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização:* A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. 4ª Ed. Vozes Rio de Janeiro. 1982

SOARES, Mariana de Andrade, Um novo olhar sobre a Ater indígena no Rio Grande do Sul - Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008 - 56 p. : il. (Realidade Rural; n. 50)

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista - Anuário Antropológico nº 84, RJ - 1985.

Sites utilizados: Portal MDA abre seleção de projetos para Ater indígena.

CIDADE PEQUENA E O MEIO RURAL: RESQUÍCIOS DE UMA CULTURA CAIPIRA PAULISTA – CRISTAIS PAULISTA (SP)

Almir de Paula e Silva

Mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia -UNESP – Fclar Araraquara (SP) E-mail: almirps@fclar.unesp.br

GT03 – Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

A seleção do tema de pesquisa foi decorrente de uma vivência particular numa região de pequenos municípios, a microrregião de Ituverava, Estado de São Paulo, próxima à microrregião de Franca, que será objeto de estudo deste trabalho, que só nos dias de hoje tem-se dado uma maior atenção a essas pequenas localidades, principalmente por parte da geografia urbana. Ainda é um tema que não aparece nos trabalhos de outras áreas como a história e a sociologia. Questionamentos surgem quando vemos um total "esquecimento" ao se tratar de estudos sobre os pequenos municípios e percebemos que em pleno século XXI vivenciamos uma modernidade que não chega por completo nesses pequenos centros, mas ao mesmo tempo também essas cidades não podem ser vistas como sinônimos de atraso, gerando uma contradição. Temos em todos esses lugares uma cultura, uma memória a preservar, problemas e uma formação histórica peculiar, de cada lugar.

Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos 5.561 municípios brasileiros, 4074 (73,2%) têm menos de 20 mil habitantes, concentrando 19,7% da população brasileira. São nesses municípios que as condições de saneamento básico, educação e renda apresentam os piores índices, chegando a 35,5% a taxa de domicílios que se encontram em condições precárias segundo os itens acima. Esse percentual cai para 4% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Pelos dados oficiais, esses pequenos municípios apresentam um desenvolvimento bem abaixo das médias e grandes cidades. Qual a causa desse fraco desenvolvimento apontado pelo IBGE?

A problemática evidenciava ainda mais quando analisada por meio da relação cidade-campo e pensarmos o vínculo que esses municípios através de sua população possuem com o meio rural. Não há como abordarmos os pequenos municípios sem referir à influência que o rural exerce sobre sua economia, política, cultura e em toda sua realidade social.

A fundamentação teórica para o trabalho está baseada na análise que Maria de Nazareth Baudel Wanderley faz, principalmente no tocante aos pequenos municípios que vivenciam um processo precário de urbanização.

Wanderley destaca o estudo dos pequenos municípios brasileiros, tratando dos municípios pernambucanos. Ela propõe algumas dimensões de análises para se estudar esses municípios e identificar o seu caráter urbano:

- o exercício das funções propriamente urbanas;
- a intensidade do processo de urbanização;
- a presença do mundo rural;
- o modo de vida dominante;
- a dinâmica da sociabilidade local.

A intensificação das relações entre urbano e rural ocorridas durante o processo de desenvolvimento urbano-industrial não descaracterizou o rural, mas simplesmente obrigou-o a uma reestruturação frente a essa nova realidade. No caso dos pequenos municípios é preciso um estudo mais detalhado e abrangente, sendo que são as atividades rurais que direcionam a sua dinâmica.

As regiões do interior do Estado de São Paulo se destacam como áreas agrícolas com relevante papel de abastecedoras tanto do mercado interno quanto externo, se sobressaindo as culturas de cana-de-açúcar, café e laranja.

Como todo o país essas regiões sofreram o processo de modernização agrícola, industrialização e conseqüentemente uma urbanização acelerada, reforçando o papel das cidades no processo produtivo e na distribuição de bens e serviços e também no consumo.

A vida cotidiana de pequenas cidades é regida por permanências temporais em seu cotidiano, como por exemplo: festas religiosas, as safras agrícolas, pautadas pela tradição, passando sempre uma imagem de ser um ambiente estagnado, onde nada parece evoluir, quando comparamos com centros maiores onde as mudanças ocorrem rapidamente.

Por isso, o abandono dessas pequenas localidades como objetos de pesquisa por parte de estudiosos se deve a um aparente atraso dessas cidades. Os grandes centros representariam o progresso, a modernidade, a prosperidade (o urbano propriamente dito), enquanto as pequenas cidades trazem um significado de retrocesso, passado, miséria, escassez populacional e de pesquisadores interessados em estudá-las (o rural). Mas encontramos nesses espaços relações sociais específicas, territórios particulares, onde podemos entender somente a partir de sua vida cotidiana e cultural.

Essas relações sociais são marcadas pela pessoalidade entre seus moradores, que tem na residência, na família, na relação de vizinhança elementos importantes para entendermos seu funcionamento.

Um comportamento marcante nas pequenas cidades e que aqui surge de uma experiência pessoal de um ambiente em que o autor viveu e trabalhou. Apesar de apresentar estruturas materiais simples, é interessante notar a percepção que seu habitante possui da cidade dependendo do lugar onde ele se encontra dentro do espaço.

Era algo corrente para quem residia nos bairros, quando se dirigia ao centro da cidade usar a expressão "subir" ou "ir na cidade". O termo subir representa, na verdade que essas pessoas viam a cidade como o lugar onde se desenvolvia relações sociais distintas daquelas que ocorriam nos bairros, ocupados por uma população com características rurais.

A área central era visto como moderno, por hospedar o comércio, um sistema de serviços públicos, religiosos, etc. O fato importante destacar aqui é que esse moderno reflete uma rede de relações regidas pela pessoalidade entre seus habitantes. Numa cidade pequena, todas as pessoas se conhecem. Há uma relação entre pessoas e não entre indivíduos. Elas são reconhecidas com particularidades daquele local.

Podemos destacar outros elementos presentes nestas localidades que pertencem a uma lógica rural, mas que residem na "cidade". São eles: relações de afetividade, parentesco, respeito, muitas transações são firmadas baseadas na confiança pessoal e nesse sentido não temos um rompimento de regras, pois, se alguém quebra esse código de confiança, ele também perde bastante em suas relações, talvez nunca mais recuperando a confiança perdida.

Outro fator seria o da heterogeneidade da população, como será tratado adiante no município de Cristais Paulista. Mesmo num espaço dito pequeno, teremos diversas origens étnicas, procedência, idade e etc. Há então um conjunto de particularidades urbanas inclusive também nessas pequenas cidades.

Espaços característicos desses pequenos centros também reforçam esses laços de pessoalidade, como a praça central, lojas comerciais, bares, uma avenida central. São nesses lugares onde as coisas acontecem, são espaços de socialização entre seus habitantes. Outra referência bastante utilizada pelos seus habitantes para denominar bairros e locais que possuem determinados traços ou tradições, seria, por exemplo, a um bairro com tradições rurais, ou mais afastado da área central, serem denominados como o "povo da roça". Essa denominação "povo" é utilizada frequentemente para se referir a alguma família ou grupo da cidade, se remetendo sempre ao nome da pessoa geralmente mais velha, o "povo do fulano", ou o "povo de tal bairro", o "povo da igreja".

As relações de pessoalidade permanecem mesmo com a chegada da modernização. Ao olhar para as práticas monetárias, comerciais, nessas pequenas cidades, as relações de confiança pessoal resistem às novas imposições como a "caderneta" onde se anotavam as compras realizadas. O "comprar fiado" é um costume que se baseia justamente na confiança e funciona, pois, o comprador se não pagar terá seu nome "negativado" na cidade, ofendendo assim sua própria moral como homem. São nesse sentido características próprias de pequenos centros, onde as relações estabelecidas são oriundas do mundo rural.

CRISTAIS PAULISTA: UMA HERANÇA CAIPIRA

O município de Cristais Paulista situa-se no nordeste do Estado de São Paulo, na microrregião de Franca fazendo divisa ao norte com o município de Pedregulho e ao sul com Franca, ao leste com as cidades de Ribeirão Corrente e Jeriquara e a oeste com a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. O acesso principal da cidade é a Rodovia Cândido Portinari – SP 334, distante 417 quilômetros da capital e a 14 quilômetros de Franca fica próximo à região dos Lagos (Furnas, Estreito, Jaguará e Peixoto) e do Parque Nacional da Serra da Canastra. O rio que banha a cidade é o Rio Canoas, que se estende à Franca e Claraval (MG). O Rio Canoas é o grande fornecedor de água bruta para tratamento e distribuição no município de Franca e região, fazendo também fronteira entre Cristais Paulista e o Estado de Minas Gerais.

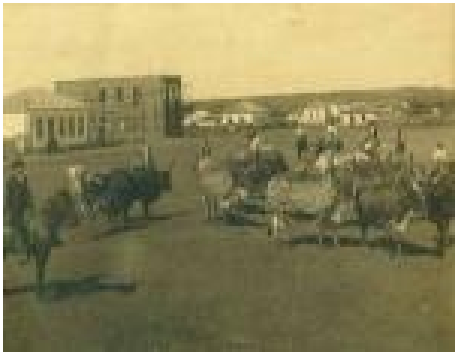
A origem do nome *Crystaes* se deve à grande quantidade de Cristais de Quartzo, encontrados no local. Outros fatos relacionados ao nome estão: a existência de um riacho e de uma propriedade rural com esse nome.

Ao fazermos um resgate da história do município de Cristais Paulista, nos é colocado um desafio que é tentar desvincular em alguns momentos a sua história da história da região e de Franca, enfatizando suas peculiaridades e estabelecendo as relações sócio-econômicas do local.

Migrante mineiros formavam famílias compostas por uma quase inexistente mão-de-obra escrava. Assim, uma tradição é trazida para o nordeste paulista por essas pessoas que migravam para cá, dando continuidade a essa tradição de isolamento e subsistência. Um testemunho de Saint-Hilaire, no século XIX, ao viajar por essas bandas, já assistia e identificava esse homem que aqui vivia e que trajava-se em farrapos e que a ele era atribuído o nome *curupira* (de onde surgiu o caipira), cujo significado era uma entidade malfazeja habitante da floresta.

Ainda sobre a ocupação desse espaço, ela pode ter sido habitada por tribos indígenas. Foram encontradas igaçabas, vasos fúnebres de índios caiapós, onde hoje localiza-se o cemitério da cidade. Pode ter ocorrido então uma primeira miscigenação entre brancos paulistas e indígenas. Mas as fontes sobre o assunto são quase que inexistentes. Há então, como dito anteriormente uma complexidade já na formação dessa identidade local, onde foi incorporado diferentes processos de formação. Na origem do *Districto de Crystaes* houve também um segundo vilarejo constituído por baianos, no final do século XIX, responsáveis por uma tradição religiosa fundamentada na Igreja de Bom Jesus da Lapa. Ressaltamos que essa questão racial nada interfere na constituição dessa identidade caipira, já que de acordo com José Rodrigues Brandão pode existir caipiras brancos, negros ou miscigenados.

Antes mesmo de se tornar distrito do município de Franca, o aparecimento da antiga *Villa dos Crystaes* se deu por volta de 1895, com a construção das linhas da estrada de ferro da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.



A Villa dos Crystaes

Em 1910 a vila se eleva a distrito de Franca. Nesse momento de criação do *Districto de Crystaes* é importante que entendemos o seu contexto histórico. A área urbana da vila pertencia ao fazendeiro Alexandre Vilella de Andrade. Este doou parte de sua propriedade, a fazenda Belo Horizonte, para que fosse estabelecido o espaço urbano do distrito. O *Districto de Crystaes* fazia fronteiras com as cidades de Pedregulho, Ribeirão Corrente e o Estado de Minas Gerais. A área em questão seria para a construção de prédios públicos (igreja, escola, etc.). Em um documento da Prefeitura Municipal de Franca de 1910, endereçado a Alexandre Vilella, dizia que ele providenciasse a escritura desses terrenos para que pudesse utilizar da forma que quisesse a parte restante da propriedade doada. Subtende-se que o dito proprietário teria liberdade para instalar quem e o que ele pretendesse no local que não fizesse parte da doação. Enfim, era criado um distrito, como um espaço público, fruto de uma doação de

terras, ao mesmo tempo era permitido legalmente ao doador o controle de terrenos a cargo de seu interesse particular.

Em 1949 o nome do *Districto Crystaes é* alterado para Guapuã, para diferenciar de outras localidades mineiras e goianas que tinham o mesmo nome obedecendo a um Decreto Lei do Governo Federal. Seguindo uma tendência das cidades vizinhas: Itirapuã, Jeriquara, que possuíam nomes em Tupy, os políticos da época escolheram Guapuã, que significa na língua nativa "Pouso Alto".

A partir de 1950, um movimento busca a emancipação do distrito e a devolução do nome Cristais, sendo que não houve uma aceitação do nome de Guapuã por parte da população.

Movimento iniciado em 1953 só obteve sucesso em 1958, para em 1959 o distrito se emancipar e se tornar município com o nome de Cristais Paulista, diferenciando da cidade mineira de Cristais.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍL
CRISTAIS PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO - 1970/2000

Anos	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Total	Urbana	Rural	Total %	Urbana %	Rural %
1970	4.974	1.131	3.843	100	22,7	77,3
1980	4.903	1.413	3.490	100	28,8	71,2
1991	5.649	2.401	3.248	100	42,5	57,5
2000	6.579	3.898	2.681	100	59,2	40,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados

Pelos dados do Censo Demográfico 2000, o município apresenta uma população total de 6.579 habitantes, sendo 40,8% de população que vive no campo, se destacando como o maior índice na microrregião de Franca (conforme tabela 1). Observamos também pelos dados, que mesmo apresentando uma população rural significativa, esta vem tendo uma maior redução nas últimas décadas

Usando também os dados do censo demográfico 2000, descobrimos um fato interessante referente ao município. Cristais Paulista possui um maior contingente populacional que não é natural do local dentre os municípios da região e até mesmo se comparado à média estadual que é 54,7% e para municípios até 10 mil habitantes o percentual

aumenta para 56,8. A menor taxa no estado seria para municípios entre 100 até 500 mil habitantes que chega apenas a 49,6%, sendo que a de Cristais Paulista é de apenas 37,0%. Conforme tabela abaixo:

TABELA 2 - POPULAÇÃO TOTAL E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SITUSAÇÃO DOMICÍLIO E PROPORÇÃO DE PESSOAS NATURAIS DOS MUNICÍPIOS - MICRORREGIÃO DE FRANCA ESTADO DE SÃO PAULO - 2000

Municípios	População			
	Total	Situação do domicílio (%)		Proporção de pessoas naturais dos municípios (%) (1)
		Urbana	Rural	
Cristais Paulista	6 579	59,2	40,8	37,0
Franca	287 737	98,1	1,9	56,3
Itirapuã	5 412	79,7	20,3	59,9
Jeriquara	3 280	76,5	23,5	50,6
Patrocínio Paulista	11 416	75,4	24,6	60,4
Pedregulho	14 994	72,8	27,2	62,1
Restinga	5 584	74,2	25,8	51,1
Ribeirão Corrente	3 881	75,7	24,3	48,3
Rifaina	3 325	89,5	10,5	51,7
São José da Bela Vista	8 075	86,3	13,7	69,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Refere-se às pessoas que sempre moraram ou nasceram no município de residência por ocasião do Censo.

Características sócio-econômicas do município

Um dos fatos que se refere ao nome de *Crystaes* seria originário de uma fazenda que data de 1893, a propriedade era uma grande faixa territorial que mantinha poucos produtores de café no local e por sinal apresentava uma baixa produtividade e a vila, um espaço onde o café se instalaria um pouco mais tarde do que no restante da região. Justificativa para essa entrada tardia do plantio do café na *Villa dos Crystaes* seria a manutenção de uma tradição herdada dos mineiros ocupantes do local. A ferrovia e o café não rompem os traços históricos culturais dos habitantes daquele espaço. Houve uma integração entre as novas relações de produção e a tradição local.

Em 1910, quando a vila já passa a ser distrito e a ferrovia já havia chegado à vila, vários proprietários rurais continuaram a praticar atividades estabelecidas antes da chegada do café. Produziam alimentos, criavam gado, e pelas cifras arrecadadas e pelas quantidades de pés plantados, fica evidente que se preservou muito do que se produzia antes da cafeicultura.

A pecuária foi outra atividade expressiva na época da chegada da Mogiana e segundo dados Secretaria de Agricultura Municipal de Cristais Paulista, a criação de gado,

principalmente o leiteiro sempre foi marcante, no município, pelo menos até a década de 1990, como poderemos comprovar mais a frente com os dados do LUPA 2007/08. Tinha uma produção que perdia somente para Patrocínio Paulista, que se comparado ao tamanho do município e as grandes extensões de terra necessárias às pastagens, o potencial do gado leiteiro de Cristais seria muito mais produtivo.

A atividade leiteira é uma herança dos antigos proprietários, quando no mínimo, parte de uma tradição local, era utilizado para o próprio consumo.

Já que essa tradição local mantinha esse perfil agropecuário de fins do século XIX, com a criação de gado, as plantações de subsistência, verifica-se o café como um produto novo inserido na localidade, porém, sem romper com a cultura tradicional, mesmo que essa atividade estivesse inserida no mercado, gerando lucros. A chegada da ferrovia na região se deve mais ao fato de uma dinâmica do local com o mercado mineiro do que do que a chegada do café.

Com relação a uma tradição caipira na cidade, utilizaremos a obra de Antonio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito,* como fundamentação teórica sobre o tema.

Segundo Cândido, a cultura caipira local está baseada em traços de solidariedade, na vida coletiva, sobrevivência em uma economia naturalmente fechada, caracterizada pelo isolamento dos grupos familiares em área rurais.

Através de dados do Projeto Lupa 2008, podemos refletir sobre a permanência dessas características em Cristais Paulistas, como mostra as tabelas a seguir. É relevante os dados referentes ao município se compará-lo somente com os pequenos municípios da microrregião (excluiremos Franca da análise). Cristais se destaca em vários itens, sempre junto com outros dois municípios: Patrocínio Paulista e Pedregulho. Mas novamente lembramos que são dois municípios com área e população maiores que Cristais Paulista. Nos itens cultura temporária e cultura perene, ele só fica atrás dos dois municípios citados acima, respectivamente. No tamanho das propriedades seu índice nas propriedades até 100 ha só perde para Itirapuã e Ribeirão Corrente. A quantidade de familiares dos proprietários que residem nas unidades produtoras se comparado aos menores municípios o número é significativo, conforme tabela 3. Na bovinocultura de corte e mista Cristais Paulista também se sobressai entre os demais municípios. Na eqüinocultura também só fica atrás novamente de Patrocínio Paulista e Pedregulho, tabela 4.

A tabela 5 nos oferece alguns dados valiosos a respeito das atividades agrícolas de Cristais Paulista, sempre comparando com a microrregião. Eles nos revelam alguns pontos importantes para analisarmos o rural no município como: a quantidades upas que utilizam

energia elétrica em suas atividades agrícolas; o uso do computador e internet apresenta dados importantes sobre o município, pois o uso dessas tecnologias supera muito o restante da microrregião. Quando verificamos atividades rurais não-agrícolas percebemos que a microrregião e em especial Cristais Paulista não pratica ainda uma grande quantidade de atividades ligadas a Hotéis Fazenda, turismo rural ou ecoturismo, pesque-pagues, etc., nos sugerindo um rural ainda agrícola na região. É expressivo também no município a quantidade de proprietários que residem nas próprias upas.

Em Cristais Paulista encontramos o que podemos chamar de vestígios de uma cultura caipira, mesmo que influenciado pelo processo de inserção do mercado em suas atividades econômicas e sociais, se revela detentora e guardam consigo ainda características rurais tradicionais.

BIBLIGRAFIA

BACELLAR, C. de A. P. e BRIOSCHI, L. R. **Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista.** São Paulo: Humanitas/CERU, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A formação do habitus económico. Disponível em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/266.pdf. Acesso em 18 mar. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 1997

COSTA, Danilo Roberto. **História e Memória: Crystaes entre o passado e o presente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, Franca, São Paulo, 2005.

ENDLICH, Ângela. Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Lelio Luiz de. **Heranças guardadas e transições ponderadas**: **história econômica do interior paulista – 1890-1920.** Franca (SP):UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SILVA, Joseli. Cultura e territorialidades urbanas – uma abordagem da pequena cidade. In: **Revista de História Regional 5 (2): 9-37**, 2000.

TOSI, Pedro Geraldo Cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização. In: **Estudos de História**, Franca, v.5, n. 2, p. 113-148, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: **estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Recife: UFPE, 2001.

WILIAMS, Raymond. **O campo e a cidade – na História e na Literatura.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WILLEMS, Emilio. **Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

TABELA 3 - ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS, MICRORREGIÃO DE FRANCA - ESTADO DE SÃO PAULO, 2007-2008

Área	Km	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Total (UPAS)	Há	548	880	290	209	679	724	345	346	112	367
Com cultura perene		318	381	161	91	184	349	83	275	6	90
Com cultura temporária		277	291	165	126	330	252	217	119	49	261
Com pastagens		476	774	274	106	583	674	311	205	104	204
Com reflorestamento		87	92	47	4	83	74	60	32	2	15
Com vegetação natural		494	582	224	128	469	595	174	250	102	262
Com vegetação de brejo e várzea		32	61	7	65	197	20	12	66	25	9
Com em descanso		2	2	2	3	31	18	1	3	3	6
Complementar		515	712	254	131	584	658	246	309	86	276
Em hectare											
Com (0,1)		0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
Com (1,2)		1	11	4	0	9	2	1	2	1	4
Com (2,5)		17	115	28	8	62	31	5	29	6	32
Com (5,10)		43	161	40	10	77	38	7	52	10	37
Com (10,20)		121	190	62	33	101	124	171	71	16	58
Com (20,50)		190	211	75	75	140	179	31	105	32	106
Com (50, 100)		83	97	41	48	114	160	39	50	19	60
Com (100, 200)		57	53	26	21	111	114	47	28	11	33
Com (200, 500)		27	34	14	12	55	55	32	7	14	27
Com (500, 1.000)		7	4	0	2	8	16	8	2	3	8
Com (1.000, 2.000)		2	1	0	0	2	3	4	0	0	1
Com (2.000, 5.000)		0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Familiares do proprietário que trabalham na UPA	unid.	402	728	132	84	465	398	327	255	50	205
Trabalhadores permanentes	unid.	301	351	166	65	343	357	128	118	50	140

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa

TABELA 4 - EXPLORAÇÕES ANIMAIS, MICRORREGIÃO DE FRANCA - ESTADO DE SÃO PAULO, 2007/2008

Item (unidade/cabeça)	UPAS	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Bovinocultura de corte	cabeças	191	164	80	25	75	181	4	23	33	71
Bovinocultura de leite	cabeças	35	3	93	11	107	119	5	19	32	35
Bovinocultura mista	cabeças	230	467	84	50	320	179	201	133	39	91
Bubalinocultura	cabeças	-	-	-	-	1	3	-	-	-	1
Apicultura	cabeças	-	1	4	-	3	-	-	-	-	-
Asininos e muares	cabeças	32	55	25	1	19	25	4	2	1	28
Avicultura de corte	cab./ano	9	4	49	3	21	9	18	1	-	47
Avicultura ornamental/dec./exótica	cabeças	249	8	31	1	9	263	98	2	-	-
Avicultura para ovos	cabeças	-	19	55	1	54	24	4	2	-	42
Caprinocultura	cabeças	8	5	2	-	11	9	-	2	-	4
Carcinocultura	pós-larvas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Codomicultura	cabeças	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Cunicultura	cabeças	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Equinocultura	cabeças	271	397	163	6	295	359	144	52	2	82
Jacarés	cabeças	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Javalis	cabeças	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Minhocultura	canteiros	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ovinocultura	cabeças	4	27	10	3	24	8	13	10	1	21
Piscicultura, área de tanques	m2	6	3	7	1	4	4	6	1	-	5
Suinocultura	cabeças	128	97	83	7	72	184	90	38	1	64
Outra exploração animal	cabeças	-	-	-	1	3	-	1	-	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa

TABELA 5 - OUTRAS ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS, MICRORREGIÃO DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO - 2007-2008										
Item (nr. de unidades produtoras)	**C. Paulista**	**Franca**	**Itirapuã**	**Jeriquara**	**P. Paulista**	**Pedregulho**	**Restinga**	**R. Corrente**	**Rifaina**	**S.J.B.Vista**
Produtor faz parte de coop. produtor.	278	193	123	103	319	267	114	110	26	207
Produtor faz parte de assoc. de prod.	49	64	226	33	124	70	98	27	47	92
Não utiliza assistência técnica	319	715	30	99	303	486	96	97	61	208
Utiliza assist. téc. Govern./privada	110	3	95	50	79	58	51	48	6	48
Utiliza crédito rural	157	83	32	72	69	171	194	134	19	41
Utiliza escrituração agrícola	251	47	95	167	252	464	128	55	23	226
Dispõe de energia elétrica para uso na atividade agrícola	439	628	237	141	555	607	311	248	83	280
Utiliza computador nas ativ. agropec.	68	31	22	7	34	46	47	26	4	41
Acessa INTERNET para fins agrop.	61	11	19	5	34	30	32	32	2	48
Utiliza práticas de conservação de solo quando necessário	361	417	204	180	411	421	174	296	43	208
Realiza análise de solo, qdo neces.	337	295	161	175	339	349	143	269	40	139
Esporte e lazer	3	5	1	1	6	2	1	2		5
Hotel Fazenda, Pousada ou SPA	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Pesque-pague	-	-	2	-	2	1	-	-	-	2
Restaurante ou lanchonete	2	3	1	-	1	1	1	-	-	2
Transformação artesanal	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Turismo rural ou ecoturismo	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Outras atividades econômicas rurais	3	5	1	1	3	2	67	1	-	-
Agroindústria	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	16	61	7	-	10	32	33	31	8	8
Proprietário c/ antigo primário comp.	150	345	78	50	190	246	72	141	28	126
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginasial) completo	110	76	55	27	94	110	38	30	12	59
Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	155	132	55	74	119	108	77	71	22	42
Proprietário com curso superior comp.	117	243	93	58	254	223	121	72	42	130
Proprietário residente na própria UPA	124	184	51	30	111	180	165	84	20	58

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MERCANTILIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA TERRA

Jefferson de Oliveira Salles

Assessor para povos e comunidades tradicionais do Instituto de Terras Cartografia e Geociências - ITCG PR

E-mail: jefferson_salles@itcg.pr.gov.br

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

Os moradores dos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira na sua margem paranaense encontram-se há décadas envolvidos em disputas de terras com órgãos estatais e grandes proprietários (pecuaristas ou empresas plantadoras de pinus e eucalipto). Estas disputas têm envolvido uma complexidade de conflitos em torno da criação de parques de preservação ambiental; projetos de ordenamento fundiário nos moldes da reforma agrária; projetos de construção de hidrelétricas; denúncias de grilagem de terras e atos de jagunçagem[1]. Contemporaneamente, em decorrência de uma conjuntura na qual movimentos de caráter étnico e identitário tem ganhado visibilidade, as comunidades negras rurais da região tem, a partir da auto-definição como remanescente de quilombo, reivindicado o reconhecimento de uma territorialidade específica, demandando um processo de reconhecimento e demarcação de territórios tradicionalmente ocupados. É neste processo que o ITCG, por meio de um diálogo constante com o INCRA (responsável legal pela tarefa de demarcação das áreas quilombolas) realizou o presente trabalho identificando uma série de situações que explicitam processos de expropriação das terras das comunidades em questão.

INTRODUÇÃO[2]

Contemporaneamente, o debate em torno do significado do termo quilombo tem adquirido uma visibilidade enorme. Na constituinte de 1988 os artigos 215 e 216 abriram à possibilidade de regularização de terras de comunidades remanescentes de quilombos. Através

[1] Negros do Ribeira: "Reconhecimento Étnico e Conquista do Território". ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva. São Paulo Outubro 2000.

[2] A primeira parte deste texto foi retirada de minha monografia de especialização. SALLES, Jefferson de Oliveira. *Porque o "Pinhão não cai longe do Pinheiro": o saber socialmente construído no Conselho dos Anciões do Quilombo Paiol de Telha*. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção ao título de Especialista. CURITIBA, 2007.

do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, ficou estipulado que "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Este foi um momento fundamental na ressemantização do termo quilombo.

A conquista desta legislação irá causar, em décadas subseqüentes, um embate entre comunidades quilombolas, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o movimento negro organizado de um lado e, de outro lado, setores vinculados a grandes proprietários de terras que alegavam que quilombos eram somente comunidades formadas durante o período escravista pela ocupação de terras remotas através da fuga e que tivessem permanecidos em tais terras. Os movimentos sociais e a ABA defendiam a idéia de que aquelas comunidades negras que acessaram a terra, seja por doação, compra ou ocupação de áreas devolutas, deveriam ser reconhecidos como remanescentes de quilombos[3]. Esta disputa que se iniciou nos primórdios da Constituinte de 1988, passou pela tentativa de sustar o decreto 4887/03 através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº. 3.239 – 24/06/2003) impetrada pelo PFL (atual DEM) junto ao Supremo Tribunal Federal[4]. Contemporaneamente a este movimento no Congresso Nacional houveram também a mobilização de parte da mídia corporativa e, é importante destacar a atuação do Movimento Paz no Campo, fundado pelo deputado federal Valdir Colatto, PMDB-SC, da bancada ruralista, que congregou várias manifestações contrárias a posição defendida pelos movimentos sociais e ABA[5].

No Paraná este movimento também se fará sentir. Desde a campanha em apoio à comunidade do Paiol de Telha (Guarapuava) organizada por movimentos sociais populares – CPT (Comissão Pastoral da Terra), sindicatos (APP-Sindicato, SISMAC), movimento negro (ACNAP, Associação Cultural de Negritudes e Ação Popular), MST e pesquisas acadêmicas publicadas durante a década de 90 nasceu uma nova visibilidade da questão quilombola no Paraná. Na década seguinte, a partir do levantamento efetuado desde 2005, pelo Grupo de

[3] Esta articulação expressou-se na seguinte conjuntura: a união de várias comunidades quilombolas em organizações regionais e nacionais, como a ACONERUQ e a CONAQ (Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). A aliança destes grupos com outros movimentos sociais se expressa no fato de que a titulação e reconhecimento de suas terras tornaram-se o segundo item da "Carta da Terra" (elaborada em 2003 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, entre seus componentes estão o MST, CONTAG, CPT, CNBB, MPA, MAB, FETRAF-SUL/CUT e ABONG). Outro apoio às comunidades quilombolas esteve presente na pauta Carta da VI Jornada de Agroecologia do Paraná em 2006 (este encontro reuniu seis mil pequenos agricultores). Estes documentos podem ser acessados no sítio www.terradedireitos.org.br.

[4] Para detalhes ver o sitio www.koinoima.org.br, página "Dossiê Anti-quilombola".

[5] No sitio www.inesc.org.br consta conceituação e boletim sobre a composição e atuação dos ruralistas no Congresso. Consultar www.paznocampo.org.br. Sobre o movimento Paz no Campo uma curiosidade, este editou duas obras: "A Revolução Quilombola" e "Trabalho escravo: nova arma contra a propriedade privada no Brasil", sendo que seu assessor jurídico esta na lista de autores da TFP. Ver também www.cedefes.org.br, www.racismoambiental.org.br.

Trabalho Clóvis Moura, criado pelo governo do Estado, as comunidades quilombolas se tornam conhecidos "oficialmente" e seu número passa para 37 já reconhecidas, com indícios da existência de 86 comunidades[6].

O somatório destes esforços levou o INCRA, a partir da solicitação das comunidades quilombolas, a dar início a uma série de Relatórios Técnicos Antropológicos em comunidades quilombolas no Paraná[7]: João Surá, Córrego do Franco e São João, em Adrianópolis; Varzeão em Doutor Ulises; Água Morna e Guajuvira, em Curiúva; Serra do Apon, em Castro; Maria Adelaide Trindade, em Palmas; Manoel Ciríaco, em Guaíra. Estes procedimentos encontram-se em diferentes fases de andamento, sendo realizados por antropólogos de universidades públicas estaduais (através de um convênio da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, envolvendo Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Estadual do Centro Oeste) e de convênios entre INCRA e o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARANÁ

O Estado do Paraná durante seu período de colonização foi palco de verdadeiras guerras camponesas (vide Revolta dos Colonos do Sudoeste em 1957, Revolta de Porecatu 1945, Guerra do Contestado), a par destes conflitos ocorreram, como o caso da Revolta Três Barras do Paraná, entre outros[8]. Obviamente as comunidades negras rurais não estiveram imunes a estes conflitos – como podemos observar dos relatos sobre fatos ocorridos nas comunidades de Paiol de Telha, Varzeão, Guajuvira e Serra do Apon, onde moradores referem-se a violentos casos de jagunçagem nas décadas de 1950-70. Ou seja, as disputas por terras no Paraná são um "*conflito político por excelência*"[9] devido a sua regularidade de eventos violentos e seu período de duração.

Acreditamos que, a partir do início dos trabalhos dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID's) vários conflitos existentes nas comunidades, que eram *mascarados*, explicitaram-se e outros se agravaram (entre 2008-2009 houveram ameaças de agressão física a familiares de representantes da comunidade quilombola de João Surá[10] em

[6] Sitio www.seae.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyd=307, 14/03/08.
[7] Informações diretamente prestadas pelo INCRA.
[8] MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no Oeste. Paranaense (1961/66). Niterói: UFF, 2002.
[9] THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
[10] "Relato de fatos presenciados nos dias 19 e 20 de abril na Comunidade Quilombola de João Surá", redigido por professores e extensionistas da UFPR.

Adrianópolis e comunidade Manoel Ciríaco em Guaíra[11]; queima de casas no quilombo do Varzeão, em Doutor Ulisses[12] e quilombo de São João, Adrianópolis[13]; integrantes da Comunidade Quilombada Invernada Paiol de Telha ocupam sede do INCRA[14]). Conflitos estes que giram em torno de políticas públicas (e sua forma de sua aplicação[15]) e disputas de terras, tendo como eixo transversal a questão étnico-racial.

Tendo em vista esta problemática e sua complexidade, alguns órgãos públicos (Grupo de Trabalho Clóvis Moura, ITCG, INCRA, Ministério Público Estadual) realizaram reuniões para colaborar no andamento dos RTIDs e no acompanhamento a implementação de outras políticas públicas – por exemplo, membros deste grupo participaram e/ou colaboraram na realização de audiência pública de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira[16]; encontros e cursos de comunidades quilombolas realizadas pelo governo do Estado e/ou pela sociedade civil; criação de projetos piloto de educação escolar para comunidades quilombolas; projeto auto-cartografia social; grupo de trabalho criado no âmbito da administração pública estadual para formular diretrizes para uma política pública para comunidades tradicionais do Estado; etc.

O início deste trabalho se deu a partir de uma solicitação efetuada informalmente pelo INCRA em relação à dúvidas sobre a regularidade de alguns procedimentos jurídicos de compra e venda de terras envolvendo grandes proprietários de terra e integrantes da comunidade de João Surá. Para conseguir realizar este trabalho o ITCG realizou, com apoio do INCRA, um levantamento em algumas das matrículas de terras localizadas dentro da área reivindicada pelas comunidades quilombolas (especialmente na Gleba João Surá e Gleba Rio Pardo).

Trata-se de um relatório que não seguiu uma organização e reflexão teórico-metodológica acadêmica, pois o objetivo era descrever algumas transações suspeitas de irregularidade de terras – não obstante este caráter, o trabalho foi influenciado pela leitura de documentos produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (Cadernos de Conflitos Agrários no Campo) e pelos trabalhos do projeto Nova Cartografia Social. Porém, com o início do levantamento deste caso, outros fatos foram surgindo, o que mudou o planejamento inicial,

[11] www.ilustrado.com.br/noticias.php?edi=011009&id=00000006, noticiado em 01.10.09, baixado em 06.10.09.
[12] www.bemparana.com.br/index.php?n=75209&t=encapuzados-queimam-casas-em-comunidade-quilombola.
[13] Informe prestado via email pelo Presidente do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Glauco Souza Lobo.
[14] www.bemparana.com.br/index.php?n=100200&t=direitos-tem-entraves-no-parana, baixado em 01.04.09.
[15] ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
[16] BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BORSATTO, Ricardo Serra; FELIPE, Aline; FIDELIS, Lourival de Moraes; HARDER, Eduardo; HOELLER, Silvana Cássia. **Audiência Pública Quilombola: relato de uma experiência política dos povos tradicionais quilombolas do Vale do Ribeira paranaense**. I Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR 2009: Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. Vol. 1, pp.1-4, Curitiba, PR, Brasil, 2009.

resultando em um relatório abaixo apresentado de forma sintética:

1. Denúncias quanto a abuso de poder econômico sobre moradores das comunidades quilombolas.
2. Indícios de irregularidades envolvendo transferências de terra entre quilombolas de um lado (ou pequenos proprietários não quilombolas) e fazendeiros e negociantes de terras de outro.

I - Denúncias de abuso de poder econômico

Tendo como objetivo conhecer melhor a situação das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, o ITCG apoiou a iniciativa da comunidade de João Surá em participar do Projeto Nova Cartografia Social[17]. Embora esse mapeamento tenha acontecido antes da elaboração deste relatório, alguns relatos dos quilombolas durante as oficinas são importantes para a contextualização do presente trabalho.

A partir de nossa participação nas oficinas deste projeto e da sistematização do Fascículo delas resultantes, incorporamos ao nosso relatório o que identificamos como casos de abuso de poder econômico[18] no processo de aquisição de terras de integrantes das comunidades. Percebemos que, na interpretação dos moradores, foram vários os fatores que, nas últimas décadas, levaram à migração para outras regiões:

a) Péssimo estado de conservação das vias públicas pioradas pela prática comum dos fazendeiros soltarem seus animais em invernadas que atravessavam estradas sem construir os "corredores" ao lado das estradas – o que, ressaltam, ainda constituí uma ameaça a crianças e idosos que tem que transitar por estes caminhos para ir a escola, posto de saúde, ou sair da comunidade;
b) Estes animais, várias vezes causaram danos aos cultivos familiares dos quilombolas os

[17] "Elaborado e coordenado pelo Antropólogo e Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, teve início junto a organização de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, do Maranhão, e aos poucos foi se expandindo para outras comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas. O Projeto combina técnicas de mapeamento com atividades participativas, em reuniões para discutir temas sobre a realidade local, cria condições para que cada comunidade tradicional possa se auto-cartografar e leva em conta o que de fato ao essencial e relevante para elas. Como produto dessas experiências foram publicados mapas, livros e fascículos, que constituem um registro desses grupos sociais e contribuem para orientar a elaboração de políticas públicas públicas para a Região." www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Cartografia_Social_ITCG.pdf, www.novacartografiasocial.com/default.asp. As observações acima são frutos do Fascículo Comunidade Quilombola João Surá deste projeto, do relatório produzido sobre a audiência pública pelo ITCG em caderno de campo.

[18] Entendemos abuso de pode econômico como "a capacidade de determinar comportamentos econômicos alheios, em condições diversas daquilo que ocorreria em regime concorrencial puro, que se expressa não só, mas fundamentalmente, através da capacidade de controlar preços de mercado", que, no caso em questão, explicita-se pela venda de terras a baixos preços (ou mesmo em sua desvalorização). CASTRO, R. M. A repressão ao abuso de poder econômico em face da reforma do sistema brasileiro de defesa da concorrência (SBDC). Rev. Ciên. Jur. e Soc. da Unipar. Umuarama v.11, n.1, p.63-78, jan./jun. 2008. revistas.unipar.br/juridica/article/viewFile/2250/1851, baixado em 08.04.2010.

quais raramente eram pagos pelos pecuaristas. Quando efetuavam suas reclamações, os quilombolas relatam que recebiam ofertas de compra de suas terras. Os danos causados aos roçados tinham grande impacto, pois estes eram as únicas fontes alimentares dos moradores, sendo que também destes plantios que retiravam o excedente que era comercializado;

c) Aumento de incidência de pragas agrícolas decorrentes do monocultivo de larga escala de pinus e pecuária: insetos, aves e roedores foram expulsos de seus habitats pelos monocultivos em larga escala de pinus e eucalipto e acabam por atacar, na ausência de alimentos, os roçados dos quilombolas; a expansão das pastagens pelos roçados causou grandes impactos nos cultivos, visto que era tradicionalmente usada a técnica da coivara e da capina, a primeira contribuía para alastrar as pastagens, a segunda era impossibilitada pelos pastos;

d) Ameaças de agressão física e insultos de fazendeiros ou seus prepostos a integrantes da comunidade.

Efetuado este contexto, passamos para o relato por nós produzidos a partir de fontes documentais.

II – Levantamento das matrículas de terra

O trabalho realizado pelo ITCG consistiu em um levantamento de algumas matrículas de terra que incidem sobre territórios reivindicados por comunidades quilombolas. A partir deste levantamento encontramos vários registros que nos sugerem irregularidades nas transações de terra.

Os indícios de irregularidades por nós identificadas aparecem de forma significativa nas transações envolvendo "vindouros"[19] que haviam recebido o "título definitivo" expedidos pelo INCRA entre1975-1985 que negociaram estas terras. Segundo depoimentos dos moradores das comunidades quilombolas em muitos casos boa parte dos vindouros nunca estiveram na comunidade (ou ali estiveram apenas para escolher o lote). Outro elemento que nos chamou atenção foi o significativo número de casos em que estas pessoas foram representadas por procuradores (cujos nomes repetiram-se em diversas transações) que negociaram as terras com um reduzido número de compradores. Cabe ressaltar que a presença destes procuradores esteve presente tanto nas negociações envolvendo "vindouros" ausentes quanto quilombolas.

O relato pormenorizado destas situações foi transformado em uma tabela aqui resumida.

[19] "Vindouros" é a forma pela quais os quilombolas designaram as pessoas de fora da comunidade que receberam lotes de terra do INCRA entre 1975-1985.

TABELA DE MATRÍCULAS DE TERRA

TRANSAÇÃO	INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE
Os lotes de matrículas n. 829, 830 e 831, respectivamente pertenceram inicialmente a: L. P.; R. F. e esposa agricultores; G. R. e esposa agricultores. Todos beneficiários de títulos definitivos expedidos pelo INCRA em 18/12/75. O Sr. L. P. tem registro de suas terras em 22.08.1980, o Sr. R. F em 22.08.1980 e o Sr. G. R. em 22.08.1979. Todos os lotes são da gleba João Surá I. O lote de matrícula 829 é vendido em 13.03.1985, os lotes de matrícula 830 e 831 11.04.1985, todos para Verdeflora Empreendimentos Florestais representada, no ato da compra, por seu sócio diretor L. C. Scheneider. Todas estas pessoas, no ato da venda das terras são representadas por um procurador, R. Berticelli, "do comércio" residente e domiciliado em Francisco Beltrão.	Em 16/04/2009 o Exmo. Sr. Dr. José Alexandre Barra Valente, Juiz de Direito da 5a Vara do Trabalho de Curitiba, procede a "averbação" da matrícula 5-829 "para constar a ineficácia da alienação do registro em razão da "declaração de alienação em fraude à execução em tela" devido ser vendida enquanto estava sob penhora trabalhista. Nestes casos, segundo integrantes das comunidades, trata-se de pessoas que nunca residiram e/ou trabalharam nas terras. Suspeita-se de uso de "laranjas" para se apropriar dos lotes.
O lote de matrícula n. 214 na gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" pelo INCRA para Agenor Pereira de Andrade em 17/07/75, que o vendem para L. R. Amorim, estudante, menor, representado pelo procurador, seu pai, N. C. de Amorim Filho, funcionário público federal; O lote de matrícula n. 191 Benedito Florindo da Silva gleba João Surá I teve "título definitivo expedido" pelo INCRA 17/07/75. Sendo que o beneficiário vendeu, em agosto de 1980, o lote para L. R. Amorim, estudante, residente e domiciliado em Curitiba, neste ato assistido pelo seu pai e procurador N. C. de Amorim Filho (supracitado). Este lote, em maio de 2000 foi vendido por L. R. Amorim, advogado, para J. Ninno Furlanetto que o revende a Reflorestadora Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005; O lote de matrícula n. 561 na gleba João Surá I teve "título definitivo expedido" pelo INCRA para E. A. de Oliveira e esposa em 18/12/75, que o vendem para L. F. P. Amorim em novembro de 1992.	No caso matrícula 561 repete-se a atuação do Exmo. Sr. Dr. José Alexandre Barra Valente, Juiz de Direito da 5ª. Vara do Trabalho de Curitiba. Nas transações de terras citadas neste quadro há denúncias de que os compradores de terra de beneficiários do INCRA sejam funcionários de órgãos de regularização fundiária e ambiental (temporários ou concursados) ou pessoas associadas a estes com intuito de comercializar terras.
O lote de matricula 148, gleba João Surá I teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para M. Kierski. Em janeiro de P. Santi, janeiro de 1980 foi procurador de M. Kierski e A. C. Kierski (esposa) residentes e domiciliados em Curitiba, quando vendem seu o lote. O lote de matrícula 149 da gleba João Surá I teve "título definitivo expedido" pelo INCRA para A. C. Kierski. P. Santi, industrial,	No caso das matrículas 6-148, 6-149 e 6-152 da gleba João Surá I repete-se a atuação do Exmo. Sr. Dr. José Alexandre Barra Valente, Juiz de Direito da 5ª. Vara do Trabalho de Curitiba.

atuou como procurador de A. C. Kierski, “estudante”, maior, residente e domiciliado em Adrianópolis, quando este vende seu lote o lote – no caso dos lotes de matrículas n. 148 e 149 a venda foi para Realsul-Reflorestamento da América do Sul LTDA, representada em ambos os casos pelo seu diretor L. M. Silveira. O lote de matrícula 152 da gleba João Surá I teve “título definitivo expedido” pelo INCRA para A. dos Santos Leite e M. T. Leite (esposa) que vendem em setembro de 1979 a P. Santi, empresário; O lote de matrícula 886 da gleba Rio Pardo teve “título definitivo expedido” pelo INCRA para A. P. de Matos. P. Santi, empresário residente e domiciliado em Curitiba, em novembro de 1978 foi procurador de A. P. de Matos, residente e domiciliado em João Surá, Adrianópolis, quando este vendeu seu o lote para J. Knorr, professor, domiciliado e residente em Curitiba; O lote de matrícula 365 da gleba Rio Pardo teve “título definitivo expedido” em 18/12/75 pelo INCRA para E. C. Kenorr. P. Santi, empresário residente e domiciliado em Curitiba, em novembro de 1978, foi procurador de E. C. Kenorr e M. Prado Kenor (esposa), residentes e domiciliados em Curitiba, quando estes vendem o lote para J. Kenor, professor, residente e domiciliado em Curitiba.	Em todos estes casos, segundo integrantes das comunidades, as pessoas beneficiadas pelo INCRA residiram por poucos meses ou nunca residiram e/ou trabalharam nas terras. Suspeita-se de uso de “laranjas” para se apropriar dos lotes.
O lote de matrícula 142 da gleba João Surá II teve “título definitivo expedido” em 18/12/75 pelo INCRA para J. dos Santos. Estes vendem, em julho de 1980, o lote para A. F. de Almeida, domiciliado e residente em Curitiba (assim como os vendedores). E. Dias Groxco, foi procurador de A. F. de Almeida quando este vende o lote, em 07.02.2007, para E. Dias Groxco (o mesmo procurador), lote que foi revendido para L. Maristel Barbosa representada pelo seu procurador J. Ninno Furlanetto em fevereiro de 2006; O lote de matrícula 4040 da gleba João Surá II teve “título definitivo expedido” em 18/12/75 pelo INCRA para J. A. de Oliveira. N. Dias Groxco, domiciliado e residente em Apiaí-SP, em março de 2006, foi procurador de J. A. de Oliveira e R. de Oliveira, domiciliados e residentes em Campo Grande (MT), quando vendem lote para E. Dias Groxco, que em 21.03.2006 vende lote para L. Maristel Barbosa, representada por seu procurador J. Ninno Furlanetto; O lote de matrícula 4041 da gleba João Surá II teve “título definitivo expedido” em 18.12.75 pelo INCRA para N. Dias Groxco, domiciliado e residente em Apiaí, em março de 2006, foi procurador de E. Chaves Filho e S. Chaves (esposa) residentes e domiciliados em Campo Grande (MT) quando estes vendem lote para L. Maristel Barbosa, representada por seu procurador J. Ninno Furlanetto; O lote de matrícula 4042 da gleba João Surá II teve “título definitivo expedido” em 18/12/75 pelo INCRA para D. P. da Costa. N. Dias Goxco, residente e domiciliado na cidade de Apiaí, em março de 2006 foi procurador de D. P. da Costa, residente e domiciliada em Campo Grande (MT), quando esta vende lote para E. Dias Groxco, que por sua vez revende para L. Maristel Barbosa, representada pelo seu procurador J. Ninno Furlanetto; O lote de matrícula 1552 da gleba João Surá II teve “título definitivo expedido” em 18/12/75 pelo INCRA para J. Blum. I. Martins	A partir de informações expedidas pelo Cartório de Bocaiúva do Sul, o Juiz Dr. Paulo Antônio Fidalgo, do foro de Bocaiúva do Sul, procede, em 11.09.2007, declarou “suspenso o registro R-2-4040”, que envolve N. Dias Groxco, J. Ari de Oliveira e E. Dias Groxco, “ficando proibidas alienações, transferências, vendas, doações em pagamento, garantias e outros ônus do imóvel”. Fato que se repete para os registros das matrículas “R-6-142” (A. F. de Almeida e E. Dias Groxco), “R.2-4041” (N. Dias Groxco, E. Chaves Filho e E. Dias Groxco) e “R.2-4042” (N. Dias Groxco, Dirce Pinto da Costa e E. Dias Groxco). Todas transações originadas no **Cartório de Adrianópolis**[20]; Para lote de matrícula n. 80: Nas transações de

Groxco, em agosto de 1986, foi procurador de J. Blum e E. dos Santos Blum (esposa) residentes e domiciliados em Mamonas, município de Adrianópolis, quando estes vendem lote para E. Dias Groxco, que revende em janeiro de 2006 para L. Maristel Barbosa, representada pelo seu procurador J. Ninno Furlanetto; O lote de matrícula 80 da gleba João Surá II teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para B. de Andrade Ramos. I. Martins Groxco foi procurador de B. de Andrade Ramos e A. Lourenço Ramos (esposa), em junho de 1986, quando vendem lote para Conflora Empreendimentos Florestais LTDA, representado por J. Joaquim de Medeiros. Este lote passa por diversas transações de compra e venda, entre eles por V. C. Casabona (matŕicula n. R. 5-80), domiciliado e residente na cidade de São Paulo, que revende o lote a L. Maristel Barbosa, representada pelo seu procurador J. Ninno Furlanetto em novembro de 2005; O lote de matrícula 52 da gleba João Surá II teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para de J. B. dos Santos. E. Dias Groxco foi procurador em fevereiro de 1984 de J. B. dos Santos e A. A. dos Santos (esposa) residentes e domiciliados em Sete Barras, Adrianópolis, quando estes vendem o lote para E. Dias Groxco (o mesmo procurador), que, revende em junho de 1986 o lote para Conflora Empreendimentos Florestais LTDA, representado pelo seu sócio J. J. de Medeiros; O lote de matrícula 632 da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para E. G. de Freitas. N. Dias Groxco foi procurador em outubro de 1978 de E. G. de Freitas e N. Matos de Freitas (esposa), quando venderam lote para E. A. de Oliveira, que revende lote para D. Furlanetto e J. Ninno Furlanetto, que, em setembro de 2005, revendem lote para Florestal Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005.	terras citadas neste quadro há denúncias de que os compradores de terra de beneficiários do INCRA sejam funcionários de órgãos de regularização fundiária e ambiental (temporários ou concursados) ou pessoas associadas a estes com intuito de comercializar terras.
O lote de matrícula 351 da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para M. Silva. A. João Sette, técnico agrícola residente e domiciliado em Curitiba, foi procurador em dezembro de 1979 de M. Silva e L. Rodrigues (esposo), domiciliados e residentes em Curitiba, quando venderam lote para Verdeflora Empreendimentos Florestais LTDA representada pelo seu sócio L. C. Schneider, que por sua vez revendem o lote em março de 1985 para Conflora Empreendimentos Florestais LTDA, representada pelo seu sócio João Joaquim de Medeiros. Este imóvel é vendido para V. Carlos Casabona; O lote de matrícula 746 da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 07.02.75 pelo INCRA para E. Sette. R. Setti, residente e domiciliado no mesmo endereço que E. Sette, foi procurador de E. Sette em dezembro de 1979, quando este vende lote para A. João	Para lote de matrícula n. 351, 715 e 760: No caso matrícula repete-se a atuação do Exmo. Sr. Dr. José Alexandre Barra Valente, Juiz de Direito da 5ª. Vara do Trabalho de Curitiba supracitada.

[20]Para o INCRA o cartório de Adrianópolis uma larga fama, participando de um seleto grupo nacional: "notórios de cartórios contaminados pela fraude são os das comarcas de Altamira, São Félix do Xingu e Marabá, no Pará; de Boca do Acre e Lábrea, no Amazonas; de São Miguel do Araguaia, em Goiás; de Sena Madureira e Taraucá, no Acre; de Grajaú, no Maranhão; Catanduvas, Primeiro de Maio e **Adrianópolis**, no Paraná." **Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil.** Ministério da Política Fundiária e do desenvolvimento agrário. INCRA. 1999 p. 2. Disponível em www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=111&Itemid=140.

Sette (residente e domiciliado no mesmo endereço dos supracitados). A. João Sette e D. Barbosa Sette (esposa) vendem o lote para D. Furlanetto e J. Ninno Furlanetto em março de 1984, que vendem lote para Florestal Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005; O lote de matrícula 586 da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 18/12/75 pelo INCRA para N. A. Keller, domiciliado e residente em Pato Branco. M. L. Pinto Silva foi procurador de N. A. Keller e I. Keller Iris em maio de 1978 quando venderam seu lote para A. João Sette técnico agrícola residente e domiciliado em Curitiba. Este vendeu o lote para D. Furlaneto e J. Ninno Furlanetto em março de 1984, que o revenderam para Florestal Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005; O lote de matrícula 715 da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 07.02.75 pelo INCRA para J. Vieira do Amaral, domiciliado e residente em Florianópolis. A. João Sette foi procurador de J. Vieira do Amaral, domiciliado e residente em Florianópolis, em agosto de 1979, quando este vende lote para H. N. Palumbo, engenheiro agrônomo, domiciliado e residente em Curitiba que vende lote para D. Furlaneto e J. Ninno Furlanetto em março de 1984. Estes últimos revendem lote para Florestal Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005; O lote de matrícula 760 da Reserva da Gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 07.02.75 pelo INCRA para L. Youn Jee Yang. R. Setti, domiciliado e residente em Curitiba foi procurador em janeiro de 1980 de L. Youn Jee Yang e A. Y. Wang Yang (esposa), residentes e domiciliados em Londrina-PR, quando venderam lote para A. João Sette (R. Setti, E. Sette e A. João Sette tem em todas estas matrículas o mesmo endereço: rua, prédio e apartamento). A. João Sette e D. Barbosa Sette (esposa), em março de 1984, vendem lote para D. Furlaneto e J. Ninno Furlanetto, que o revendem para Florestal Vale do Corisco LTDA em setembro de 2005.	
O lote de matrícula 057 da Reserva da gleba Rio Pardo teve "título definitivo expedido" em 07.02.75 pelo INCRA para T. Tomas Kwaczynky. H. N. Palumbo, agrônomo, domiciliado e residente em Curitiba, em agosto de 1979, foi procurador de T. Tomas Kwaczynky e I. T. Kwaczynky (esposa) residentes e domiciliados na comarca de Guarapuava-PR, quando venderam lote para A. Garibaldino do Amaral, médico, domiciliado e residente em Curitiba, que por sua vez, juntamente com sua esposa, I. A. Pires, revendem o lote para D. Furlaneto e J. Ninno Furlanetto em março de 1984. Estes vendem lote para Florestal Vale do Corisco em setembro de 2005.	Repete-se a atuação do Exmo. Sr. Dr. José Alexandre Barra Valente, Juiz de Direito da 5ª. Vara do Trabalho de Curitiba. Nestas transações há denúncias de que os compradores de terra de beneficiários do INCRA sejam funcionários de órgãos de regularização fundiária e ambiental (temporários ou concursados) ou pessoas associadas a estes com intuito de comercializar terras.

Em relação às transações dos lotes acima é importante destacar que a maioria destes lotes, em algum momento, foi propriedade da L. Maristel Barbosa, representada pelo seu procurador J. Ninno Furlanetto (ou propriedade do próprio J. Ninno Furlanetto) que revenderam os lotes a empresas plantadoras de pinus e eucalipto.

III – Atritos entre fazendeiros, moradores da região e órgãos de regularização fundiária

Outro momento em que constatamos os conflitos entre negociantes de terra/pecuaristas e os moradores da região foi registrado por meio de documentos do antigo ITCF. Em relatório produzido em 06/03/1987 o Dr. Vitório Sorotiuk, advogado responsável na época pelo Setor de Terras do Escritório Regional de Curitiba do ITCF, informa a Procuradoria Jurídica do órgão sobre reunião realizada no núcleo de moradias de João Surá. Neste relato o advogado teceu reflexões e apontou estratégias para encaminhar a solução dos conflitos existentes na área[21].

Ao relatar a "reunião no Núcleo João Surá, com todos os moradores ocupantes" informa que nesta "foram apresentadas as costumeiras reivindicações de mais terras para plantar" por parte dos moradores, declarando também que estes solicitaram informações sobre uma área de 80 alqueires "sem uso na faixa destinada ao uso agrícola e que estava de posse do Sr. J. Ninno Furlanetto[22]", ao que foram informados pelo Dr. Vitório, que presidia a reunião, que a "área estava sendo requerida pela Sra. M. L. Furlanetto[23] ao ITCF, que ainda não havia se pronunciado". Ao repassar esta informação, o Dr. Vitório ouviu do Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adrianópolis que este iria entrar com requerimento solicitando a área para que fosse destinada a agricultores sem terras do município.

Fica evidente, deste relato, que no momento, havia divergências sobre o direito aquela terra entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sr. J. Ninno Furlanetto. E, que por outro lado, não encontrava seu direito aos referidos 80 alqueires assegurados pelo órgão fundiário[24]. A comunidade, por sua vez, entende que esta área deveria ser por ela utilizada, o que significava uma pressão sobre o Estado.

Estas pressões se fizeram sentir no relatório o advogado, que encontra-se dividido partes, sendo que uma delas tem o significativo título: "De onde vem a ameaça as terras do Patrimônio do Estado do Paraná?" na Gleba E. A resposta dada salientava que um dos perigos para o "patrimônio do Estado" constituía-se na "ocupação da área por 'posseiros", posto que

[21] O Dr. Vitório Sorotiuk foi funcionário por vários anos do ITCF, alcançando inclusive o cargo de diretor presidente.
[22] Trata-se do mesmo personagem citado nos tópico referente às matrículas de terra.
[23] Esta senhora estava sendo representada na reunião pelo Sr. J. N. F., supracitado, sendo que o sobrenome "F." é utilizado por ambos.
[24] O ITCG no futuro negou tal pedido, não atendendo ao pedido da Sra. M. L. Furlanetto.

escapa “ao controle meramente jurídico e da ação fiscalizatória” o comércio destas posses, pois “existem fatores culturais do entendimento do que o título e a concepção de que a área lhes pertence por herança que levam eles a comercializá-la. Há o fator econômico....”. Ou seja, há indícios de que a ação do Estado não correspondia às concepções e usos jurídicos da comunidade (THOMPSON, 1997).

Estes relatos expressam descontinuidades entre a intencionalidade dos órgãos públicos de regularização fundiária e seus efeitos na comunidade, fator que, aliado a outros decorrentes da política agrícola e a conjuntura do final a ditadura (que inviabilizava a comunidades excluídas como estas reivindicassem seus direitos), levaram a maioria das famílias das comunidades quilombolas a tornarem-se “sem terras” em um período de pouco maior que uma década.

Por fim, é importante destacar que, segundo o relatório produzido pelo Dr. Vitório, o Sr. J. Ninno Furlanetto, citado acima diversas vezes, é um dos “transgressores mais renitentes” na área, sendo um “personagem difícil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> “O INCRA deixou a gente desabrigado de terras” Dita Freitas 82 anos, quilombo de João Surá.
>
> “não há dia no Escritório Regional de Curitiba que não chegue alguém da Colonia 'E' com o seu problema. Desmate, problema de divisa, venda de posse, reclamação contra o Fiscal, problema de estrada, problema a escola, brigas até, etc. Se fossemos encaminhar todos os problemas ao Presidente do ITCF ou Chefe do ERCBA, um não administraria o ITCF outro não administraria Escritório Regional, ambos administrariam a Colônia 'E', tal é o volume de casos”. Advogado do Escritório Regional de Curitiba do ITCF Dr. Vitório Sorotiuk.

Do exposto acima, corroborado por diversas fontes já citadas percebe-se que o processo levado a cabo por órgãos de ordenamento fundiário e ambiental a partir da década de 1970 coincidiu com o início da expropriação territorial da comunidade, que teve parte de seu território ocupada pelos chamados “vindouros”, sendo que ambos, decorridos alguns anos, a quase totalidade das pessoas que receberam “títulos definitivos” do INCRA (assentados ou “posseiros”), venderam suas terras para fazendeiros (muitas das vezes passando pelas mãos

dos Srs. J. Ninno Furlanetto, Groxco e Sra. L. Maristel Barbosa supracitados) que os revenderam a empresas plantadoras de pinus e eucalipto. Sendo este justamente efeito contrário ao desejo desta política pública – conforme declaração do advogado do ITCF, Vitório Sorotiuk.

Existem indícios também de que a comercialização dos lotes/parcelas de terra foi caracterizada pela especulação imobiliária, resultando no contínuo decréscimo populacional e territorial das comunidades quilombolas. A especulação imobiliária foi marcado nesta situação pelo abuso de poder econômico de um pequeno grupo sobre uma maioria desassistida dos mesmos poderes e conhecimentos jurídicos, comerciais e das mesmas redes de contato dentro do aparelho estatal.

1. Há indícios através das narrativas dos membros das diferentes comunidades e da leitura das matrículas de terra do uso dos chamados "laranjas" para esquentar as transferências de terras que findam quase que em sua totalidade, em mãos de empresas plantadoras de pinus e eucalipto, vinculadas a uma empresa multinacional do setor de papel – portanto, agentes de grande poder político e econômico.
2. Tendo em vista as falhas da atuação dos órgãos de regularização fundiária e ambiental estatais, cumpre estar atento a conjunturas semelhantes à de João Surá para o período, principalmente para os casos envolvendo as comunidades quilombolas que margeiam o Parque das Lauráceas, pois boa parte de seus territórios passou por procedimentos similares conduzidos em uma mesma época.

Por fim, creio que os elementos supracitados têm ressonância na história de expropriação de outras comunidades quilombolas do Paraná, o que certamente será explicitado a partir dos RTID's em curso e, principalmente, pelos processos de luta por cidadania destas comunidades, que promovem a resignificação de sua trajetória, rompendo com estigmas e silêncios produzidos e impostos sobre estes comunidades.

DE CABOCLOS-RIBEINHOS A POVOS TRADICIONAIS: MOBILIZAÇÃO E NOVAS IDENTIDADES SOCIAIS NO SUL DO AMAZONAS

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Professora Doutora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Universidade Federal do Amazonas (PPGAS-UFAM)

Email: therezaccm@uol.com.br

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

PALAVRAS-CHAVE: territorialização, Amazonas, povos tradicionais

A PRODUÇÃO INTELECTUAL DA INVISIBILIDADE CABOCLA

A assimetria e a subordinação do sistema social ao sistema natural costumam ser as características inicialmente destacadas por autores que estudam a relação entre habitantes da Amazônia e a floresta. A literatura freqüentemente aponta a natureza como elemento que limita, absorve e torna invisível do ponto de vista sócio-político os grupos sociais amazônicos. Em recente publicação voltada a refletir sobre as "sociedades caboclas amazônicas" (Adams et alli, 2006) as sociedades não-urbanas contemporâneas desta área são divididas e classificadas em três grupos: sociedades indígenas, camponeses "tradicionais" ou históricos (os chamados "caboclos"[1]) e neocamponeses.

Os índios teriam sido ecologizados e absorvidos pela representação da Amazônia e transfomados em populações reguladas por parâmetros naturais" (Castro 1992: 25). Os camponeses tradicionais (caboclos), seriam oriundos da agregação da Amazônia ao empreendimento colonial e representariam o fracasso das tentativas de integração nacional do passado, finalmente, os neocamponeses, migrantes vindos durante a década de 1970 através das políticas governamentais voltadas à ocupação da Amazônia e excluídos de projetos

[1] Categoria de classificação que articula dimensões raciais, geográficas e de classe, representando para o senso comum o tipo humano característico da população rural da Amazônia. Segundo Lima (2001), este tipo de formação social camponesa seria marcado por uma forma particular de organização social, uso de recursos naturais e ocupação do espaço ou por apresentar um modelo sociocultural específico de adaptação ao meio ambiente .

desenvolvimentistas de industria extrativa capitalista. Apesar das diferenças, a invisibilidade sócio-política seria o traço marcante dos três grupos (Nugent, 1993).

Uma certa escala de originalidade ou concepções fundadas no dualismo espúrio/ genuíno, expressa na classificação acima sobre as três sociedades amazônicas. Com base neste pressuposto, parte importante dos estudos antropológicos sobre a paisagem social da região tenderam a privilegiar pesquisas sobre grupos indígenas em virtude da desafiante alteridade radical representada pela concentração de diversificados grupos que na região. Os índios da Amazônia encarnavam o arquétipo do "selvagem", objeto caro à antropologia por longa data. Neste contexto, as sociedades camponesas amazônicas, com sua inserção na região marcada pelo advento do colonialismo e sociedade nacional raramente são objetos de pesquisa antropológica ou o são pelo prisma comparativo do indígena. Deste modo, se o indígena é o habitante genuíno e fonte de cultura rica, única e capaz de abalar, até mesmo, os pilares do pensamento ocidental, as sociedades camponesas são "Outros falsificados", pois sua existência é parte da deletéria intervenção civilizatória.

Duas obras referenciais da história da antropologia brasileira trataram a Amazônia para além da temática exclusivamente indígena. Charles Wagley (1953) e Eduardo Galvão (1952[2]), inspirados nas questões levantadas pela antropologia americana pós-boasiana escreveram importantes obras versando sobre mudança cultural no encontro de sociedades. Os dois textos destes autores realizaram estudos de comunidades caboclas amazônicas a partir da ênfase do caboclo como integrante das camadas mais dominadas e marginalizadas das populações rurais. A partir de uma análise processual Galvão indicava que a cultura cabocla estaria sempre em mudança, constituindo a resultante de um longo processo histórico e que o caboclo personificava o elo entre a cultura indígena ocidental.

A abordagem dos autores inspirada na combinação de conceitos provenientes da antropologia americana produzida por Redfield, Linton e Herscovitz (idéias de aculturação) e Steward (tipos de cultura) destacou-se nos estudos antropológicos brasileiros, espaço de predominância de estudos descritivos de traços culturais realizados em grupos localizados. Outros trabalhos relevante foram realizados sobre as sociedades camponesas amazônicas posteriormente (Staiford, 1964; Leacock, 1972; Veríssimo, 1970; Murphy,1974) mas não alcançaram destaque comparável às obras de Wagley e Galvão. Em geral prevalece nos estudos mais recentes abordagens direcionadas a um ponto de vista ecológico cultural que

[2] Foi o primeiro antropólogo brasileiro com doutoramento. Sua tese de doutorado defendida na Universidade de Columbia foi orientada por Charles Wagley.

reifica a cultura ao percebê-la como modelo de uso de recursos e sistema adaptativo (Moran, 1974;).

Autores como Nugent (2006) atribuem como motivo da escassez de estudos rurais na Amazônia a concentração do interesse na temática do desenvolvendo, o que teria dado ênfase às pesquisas em realidades moldadas pelo capitalismo agrário e industrial baseado na *plantation*, tornando casos de inserção na economia global moderna através do extrativimo distante do foco de interesses teóricos e políticos. Outro elemento complicador seria o fato do campesinato amazônico não poder ser considerado pós-indígena como nos Andes e Mesoamérica, mas ao contrário, formado por mão de obra vinda de fora. A situação singular da fronteira amazônica tornou-se outro elemento complicador, pois não estava plenamente integrada ao Estado, mesmo a relação com o comercio se dava diretamente com os mercados internacionais, com pouca intervenção do Estado. Nem índio isolado, nem trabalhador rural da *plantation*, ou seja, por sua realidade não se encaixar nos preceitos teóricos disponíveis, o mundo rural amazônico manteve-se um caso sem possibilidades de diálogo os estudo em curso sobre o campesinato.

Apesar de suas singularidades, houve, algumas tentativas de inscrever a realidade rural amazônica no universo conceitual em voga. Fraxe (2000) ao estudar camponeses que habitam a várzea do Rio Solimões-Amazonas sublinhou que o *caboclo ribeirinho* (chamado pela autora de homens anfíbios) teria uma tripla inserção, conformando um camponês agricultor-pescador-extrator. A distinta relação com o meio ambiente indicaria outra singularidade, visto que suas atividades não dependeriam da alternância de estação chuvosa e seca, mas, principalmente do regime fluvial o que redundaria, a partir de uma particular leitura de Karl Marx, na existência de uma renda de terra molhada e renda da água.

Baseada na idéia de sistema de pousio de Eric Wolf, Fraxe destacaria outro diferencial do campesinato amazônico, o pousio manejado associando policultivos de subsistência e sistema de produção agroflorestal, práticas oriundas de práticas indígenas caboclas de produção. Tal estratégia de uso recursos naturais seriam passadas de geração para geração denotariam conhecimento aprofundado dos ciclos naturais e implicariam no uso de tecnologias simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente. Finalmente, a dependência e simbiose com a natureza identificariam o campesinato amazônico e este caráter estaria expresso em mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativas. São mencionados por Fraxe também como peculiaridades deste grupo social: a grande divisão social e sexual do trabalho, o fraco poder político e a força das relações de compadrio, uso quase exclusivo da

mão de obra familiar, importância do território onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente e a integração parcial a mercados incompletos.

A PRODUÇÃO SOCIAL DA VISIBILIDADE OU COMO OS CABOCLOS SE TORNARAM POVOS TRADICIONAIS

Do ponto de vista jurídico e institucional o termo caboclo tem sido substituído recentemente pela noção de "populações tradicionais" ou "povos tradicionais". A noção surgiu no âmbito dos debates do conservacionismo internacional[3] sobre zoneamento e gestão de áreas protegidas para dar conta da questão da ocupação humana e uso de recursos naturais em unidades de conservação (Barreto Filho,2001). A partir da constatação de o manejo muito restritivo é inadequado a gestão de espaços protegidos, reconheceu-se povos autóctones destas áreas como parte dos ecossistemas[4]. Já Diegues (1996) assinala para o caso do Brasil, a íntima relação entre campesinato e populações tradicionais, caracterizando todas as "populações tradicionais não-indígenas" brasileiras como "camponesas" (rurais, fruto de miscigenação entre brancos, índios e negros).

A noção de miscigenação e, sobretudo gêneros de vida que resultaram de adaptação à diversidade a aspectos fisiográficos do Brasil também dão sustentação à noção de populações tradicionais no Brasil. Quando aplicada a Amazônia esta concepção permite unir na mesma categoria caboclos e povos indígenas, pois o caboclo seria herdeiro do arsenal tecnológico-adaptativo dos índios.

Resultados de estudos de áreas como etnobotânica e ecologia histórica permitiram ainda novos enfoques sobre as populações residentes em áreas de florestas. Se antes estas eram vistas como invasoras, estudos destas áreas de conhecimento atestaram a adaptação entre sistemas regenerativos da floresta e as atividades do homem primitivo. Autores como Balée chegam a falar em "florestas culturais" sustentando a idéia de que a paisagem florestal é uma resultante de habitats manejados e não manejados.

Segundo Viana (1996:107), os elementos mais comuns para identificar populações tradicionais são: 1) a relação particular com a natureza, fundada na dependência dos ciclos naturais que teria colaborado para a constituição de saberes técnicos e sistemas de uso e manejo adaptados às condições do ecossistema em que vivem; 2) posição periférica face ao

[3] Por exemplo: assembléias da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e os Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas. A mais recente destas reuniões foi realizada em Durban, na África do Sul em 2003.

[4] A Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art.225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, faz menção as populações tradicionais e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação.

mercado que teria resultado em áreas pouco transformadas e aproximação entre biodiversidade e sociodiversidade. Esta situação particular tornaria estas populações protetoras preferenciais da biodiversidade global.

A populações tradicionais ganham visibilidade legal com o artigo 68 da constituição brasileira de 1988, onde foi instituída a apropriação formal de terras para povos como quilombolas baseada no direito a propriedade definitiva e não mais disciplinadas pela tutela conforme ocorre com povos indígenas. É empregado na Constituição o termo "terras tradicionalmente ocupadas" (parágrafo 1º do Art.231) definidas como "habitadas em caráter permanente, utilizadas em atividades produtivas, imprescindíveis a preservação dos recursos ambientais e reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

No Brasil, em 2004, o Governo Federal decretou a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, visando a implementação de uma política nacional dirigida a tais comunidades. O uso de comunidades e não de populações para nomear a comissão já indica um debate ocorrido na OIT no fim da década de 1980[5] onde o termo povos tradicionais passam a ser adotados em lugar de populações. Nos debates da Convenção optou-se pelo termo "povos" indicando a existência de sociedades organizadas com identidade própria, em vez de simples aglomerados de indivíduos com as mesmas características raciais e culturais.

Partilhando da posição de Barreto Filho (2006: 121) sobre a idéia de que "populações tradicionais trata-se de um "construto ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu emprego, pretendo explorar como o termo tradicional se tornou socialmente operativo e aproximou-se das demandas de grupos sociais no Amazonas. Exploro a questão a partir de estudos de casos onde a nova categoria tornou-se instrumento de legitimação de políticas territoriais e movimentos sociais por demanda territorial. Os dados apresentados são baseados em trabalho de campo realizado em municípios situados no Amazonas[6].

O SUL DO AMAZONAS E SUAS NOVAS FRONTEIRAS

[5] O Brasil ratificou, através de Decreto Legislativo n.143 a Convenção 169 da OIT, de junho de 1989. Esta Convenção reconhece como critério fundamental os elementos de autoidentificação.

[6] O material apresentado é o resultado da primeira etapa do trabalho de campo realizado no âmbito do projeto "Transformações sócio-econômicas no Rio Madeira: análise crítica para fins de monitoramento de políticas governamentais" coordenado por Alfredo Wagner B. de Almeida, Ana Paulina Soares e por mim. Em sua primeira etapa o projeto contou co apoio financeiro da IRN (International Rivers Network) e Rede Brasil. A segunda etapa da pesquisa terá apoio da Fundação Ford através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

A região do sul do Amazonas, sobretudo na área às margens do Rio Madeira, vem sendo alvo de exploração econômica desde o período inicial de extração da borracha. Nas últimas décadas, a região tem sido local de desenvolvimento de projetos governamentais e empresariais. O cenário atual do entorno do Vale do Rio Madeira, sobretudo na faixa situada ao sul do Amazonas combina a reconstrução de rodovias como a Rodovia Federal BR 319 (Porto Velho-Manaus), criação de assentamentos rurais pelo INCRA, incentivo do governo do Estado ao cultivo de grãos e exploração da pecuária e a implantação do complexo Madeira Hidroelétrico.

Na década de 1990, antigos seringais tornaram-se, ainda, objeto de exploração de empresas madeireiras internacionais e o garimpo no Rio Madeira (entre Humaitá e Borba) empregam sazonalmente um número crescente de ribeirinhos. A expansão da fronteira agrícola que vem ocorrendo no sentido Porto Velho-Sul-Amazonas é ainda favorecida pela viabilização da hidrovia Madeira-Amazonas, que reduz o custo de transporte de escoamento da produção. Ao longo de todo trajeto Porto Velho Manaus pelo Rio Madeira é comum observar um intenso fluxo de transporte de balsas graneleiras dando escoamento à produção do Centro Oeste e Rondônia e sul do Amazonas para os portos de Itacoatiara e Belém.

Para os representantes de instituições como Ibama, Incra e Funai contatados durante o trabalho de campo, o perfil da região seria caracterizados pelo rápido avanço da fronteira agropecuária, exploração de madeireiras e as grandes obras de infra-estrutura como rodovias e o gasoduto urucu-Porto Velho. No município de Humaitá, por exemplo, sobressai o cultivo de arroz e soja realizado por produtores originários do sul do país, em outros municípios da região como Lábrea (no Vale do Rio Purus) prevalece a exploração da madeira e pecuária. Esta matriz de projeto de desenvolvimento já produz efeitos marcantes. Lábrea,, por exemplo, ostenta o título de campeão em desmatamento no Estado do Amazonas[7].

O baixo grau de integração ao Estado do Amazonas é outro ponto de destaque do universo pesquisado. Humaitá está situada à cerca de 200 Km de Porto Velho e possui acesso rodoviário (cerca de 3 horas) a capital de Rondônia pela BR-319. Por outro lado, está distante 700 Km de Manaus, percurso que leva cerca de 3 dias de barco. Lábrea, por sua vez, está situada a 7 horas de barco de Manaus e os povoados situados na parte sul do município procuram Rondônia ou Acre para ter acesso a serviços hospitalares, de justiça e previdência.

[7] Os sete municípios que concentram 90% de desmatamento no Amazonas estão inseridos na área intitulada arco do desmatamento: Humaitá, Manicoré, Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã, Canutama e Boca do Acre. Em Lábrea está a maior área desmatada estadual, mas o ritmo da destruição caiu de 343,13 Km2 em 2006 para 176,6 Km2 em 2007. Em Humaitá houve crescimento, passando de 5,88 Km2 em 2006 para 11,2 Km2 em 2007.

Humaitá tornou-se nos últimos anos um importante produtor de soja e, segundo dados de mapeamento realizado na região (IEB,2001) o município teria uma área plantada de soja de 15.000 ha, indicando a preferência de médios e grandes proprietários por expandir cultivo de grãos nos campos naturais existentes na região.

A grande presença de migrantes de Mato Grosso , Rondônia, Paraná e outros estados do sul do país é uma característica marcante deste município onde a população é majoritariamente branca e é cena comum ver pessoas na porta de casa tomando chimarrão.

A crescente expansão da agroindústria tem gerado conflitos institucionais no tocante aos processos de licenciamento e regularização de terras na região. Licenças concedidas pelo órgão ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) não são reconhecidas pelo Ibama devido à impossibilidade de enquadramento nas normas do Governo Federal. O Incra não pode legalizar parcelas com mais de 100 hectares e, sem esta, o Ibama não pode conceder licença para desmatamento e queimada. Os entraves burocráticos contribuem pela opção de madeireiros, pecuarista e produtores de soja de atuarem na ilegalidade, sobretudo face ao precário sistema de fiscalização.

Em Humaitá, preservação ambiental e agronegócio são temas que costumam suscitar conflitos. Em agosto de 2005, em um no seminário sobre alternativas ao desmatamento no sul do Amazonas, realizado em Manaus, o secretário-geral da ong GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) proferiu palestra sobre a necessidade de preservação do Cerrado Amazônico e proteção das terras de povos tradicionais contra os grileiros. Após o discurso, o secretário do GTA foi cercado, ofendido verbalmente pelos produtores de soja de Humaitá[8] e agredido a pontapés pelo Secretário de Produção do município.

O impasse preservação natureza/povos tradicionais e desenvolvimento manifestam-se ainda no âmbito das políticas públicas. No final da década de oitenta, o governo do Estado do Amazonas incentivava o agronegócio na região através da implantação do projeto III Ciclo de Desenvolvimento no período 1994-1998. O projeto pautava-se pela concessão de incentivos fiscais e orientação técnica para a instalação de projetos de produção de grãos, cujo objetivo seria criar o terceiro grande ciclo econômico do Amazonas após a borracha e a Zona Franca de Manaus[9]. Humaitá tornou-se maior produtor de arroz de terras altas e irrigadas desde então.

Segundo técnico ambiental do Ibama lotado em Humaitá há vinte anos (antes e funcionário da SUDEB e IBDF), o projeto III Ciclo tornou-se motivo de disputa freqüente

[8] Os produtores de soja estão organizados na Associação dos Produtores de Grãos de Humaitá.

[9] O atual governo do Amazonas mantém em funcionamento os escritórios do III Ciclo, voltados exclusivamente ao incentivo ao agronegócio nos três municípios pesquisados.

entre o órgão, a administração municipal e proprietários locais. O fato do Ibama não conceder as licenças ambientais para a execução dos projetos de expansão da soja resultou na acusação de que o órgão era um entrave ao desenvolvimento do município. Em virtude do fato, as autorizações passaram a ser emitidas pelo IPAAM (órgão estadual de meio ambiente). Visando a controlar a expansão do agronegócio foi recentemente criada uma Unidade de Conservação (UC) de 800 mil hectares chamada "Campos da Amazônia", cujo objetivo é funcionar como uma área de contenção justamente nas área mais visadas para expansão de grandes empreendimentos de soja e agropecuária em Humaitá e Manicoré.

A grilagem e o desmatamento ilegal são percebidos em todas as entidades pesquisadas como associados à expansão do agronegócio no município. As áreas exploradas pelas madeireiras em um primeiro momento são posteriormente transformadas em pastagens. O município de Boca do Acre, também situado no sul do estado, já possui o maior rebanho bovino do Amazonas.

No caso do Incra, as metas do governo federal para a área são elementos importantes para delinear a ação do órgão. Segundo a superintendente do Incra em Humaitá (há 23 anos no órgão e há 4 anos no posto de superintendente), a grande meta para a área é a criação e expansão de assentamentos rurais. A área controlada pelo Incra-Humaitá possui três "antigos assentamentos": PA São Francisco (criado em 1997 em Canutama), PA Matupi (criado em 1995 em Manicoré) e PAE Botos (criado em 2004 na margem do Rio madeira em Humaitá e em expansão, visto pelo Incra como um assentamento de ribeirinhos). Em processo de criação existem 7 PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista)[10] e 1 PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Assentamento Realidade na BR-319).

Segundo Terezinha, a criação de assentamentos se inscreve na valorização dos povos tradicionais, um modo de reconhecimento de "famílias tradicionais já há longa data implantadas no lugar". A expansão dos assentamentos estaria também associada a problemas ocorridos no sul do Amazonas entre 2003 e 2005. Neste período houve muitas denúncias na imprensa nacional a respeito da grilagem na região, motivada pelo avanço do cultivo de soja. Por outro lado, a recuperação da BR-319 tornou os municípios do entorno da estrada, principalmente Beruri, Tapauá, Canutama, e Lábrea , objeto de ação prioritária para a criação de projetos de assentamento visando a conter a ocupação irregular. Era evidente a posição do órgão que o reconhecimento dos direitos territoriais de povos tradicionais era uma estratégia

[10] Projetos de Assentamento Agroextrativistas citados: PAE S. Maria Auxiliadora, PAE Novo Oriente, PAE Rio Assua, PAE São Joaquim, PAE Urupiara, PAE Floresta Ipixuna e PAE Santa Fé.

para impedir a ocupação territorial por outros grupos degradadores como posseiros, madeireiros, representantes do agronegócio.

A criação de áreas de contenção a agropecuária sejam Unidades de Conservação ou Assentamentos agroextrativistas tem gerado uma série de efeitos sociais. Os conflitos envolvendo unidade de conservação e área indígena foram temas obrigatórios levantados por pescadores nos municípios pesquisados. Em Humaitá, a criação sem discussão prévia ou mesmo a divulgação de informações aos os pescadores como a concessão de mapa de localização das unidades foi uma queixa recorrente. Área recentemente criadas estavam, por exemplo, situada em locais que inviabilizavam a pesca em uma grande região e vinha prejudicando seriamente a produção pesqueira local.

Em Lábrea, a ênfase na proteção aos povos tradicionais tem concentrado a atenção na proteção dos indígenas. O crescimento destas áreas vinha provocando embates entre pescadores e indígenas em função da interdição em locais tradicionais de pesca que recentemente se tornaram terras indígenas. Segundo índios Paumaris, por exemplo, frotas pesqueiras de Lábrea, Manacapuru, Boca do Acre e Manaus em busca de cardumes de tambaquis invadiam suas áreas. Muitos grupos indígenas vinham reagindo com a expulsão, apreensão de equipamentos de pescadores, praticas que eventualmente resultavam em conflitos armados. A visão do representante da Funai de Lábrea, que é um índio Apurinã, é de que "pescadores são como garimpeiros, só pensam em destruir" e devem ter sua atividade veementemente coibida pelos indígenas. Buscando reagir ao fechamento de áreas de pesca ocasionada pela criação de terras indígenas, os pescadores tentam com a colaboração da CPT e Ibama garantir um território para eles, pleiteando a criação de uma reserva extrativista (Reserva Extrativista do Médio Purus), buscando assim um espaço possível de pesca em uma área já cercada por 8 terras indígenas[11] . O representante da Funai via a iniciativa como expressão da "ciumeira que os pescadores tem dos índios".

A exploração privada do potencial hidrelétrico dos rios do sul do Amazonas vem também ganhando impulso na região. O Grupo Cassol, por exemplo, iniciou suas atividades no Amazonas em 1977, nos setores madeireiro e agropecuário e atualmente dedica-se ao setor de geração e comercialização de energia elétrica, já possuindo cinco pequenas hidrelétricas.

[11] São oito Terras Indígenas em Lábrea, segundo dados do *site* da Funai, incluindo áreas homologadas, registradas e identificadas. Os povos nestas áreas são Apurinã, Kanamati, Jarawara, Jamamadi, Paumari. Em Humaitá há 4 terras indígenas onde vivem: povos Torá, Djarrui, Tenharim, Parintim e Apurinã. Em Manicoré há dez terras indígenas onde vivem os povos Mura, Djarrui, Tenharim, Tora, Parintim e Apurinã. Na contabilidade da OPIMP (Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus) existiriam 72 comunidades indígenas e 24 terras indígenas em Lábrea. Durante o período de trabalho de campo, representantes da Funai estavam na área para identificação de índios isolados.

Ivo Cassol, governador de Rondônia, declarou ter comprado com mais dois amigos 3 mil hectares de terra no Rio Ituxi, em Lábrea e teria, supostamente, obtido autorização do Ministério das Minas e Energia para fazer o inventário hidrelétrico da área.

Em Manicoré as disputas entre indígenas, pescadores e ribeirinhos aparentavam maior atenção dos órgãos públicos em virtude da ocorrência prévia de conflitos armados. O ambiente de rivalidade e o sentimento de revolta em relação aos índios era marcante nos pescadores entrevistados na colônia de pescadores do município. Para estes, as áreas indígenas não fazem sentido porque não há "índios de verdade"[12] lá, o presidente da colônia dizia "aqui todos nós somos apenas "povos tradicionais", categoria entendida na Colônia como formada por pescadores, ribeirinhos, extrativistas, pequenos produtores, ou seja, pessoas que o Estado considerava etnicamente diferentes, mas que eram socialmente percebidas como iguais.

Na conversa com os pescadores afirmou-se que a demarcação das áreas indígenas criou conflitos e desestruturou uma convivência previamente não conflituosa, fundada em acordos de pesca ou normas tradicionais de manejo e uso de recursos naturais entre ribeirinhos, pescadores e índios. O Presidente da Colônia de Manicoré, resume a situação dizendo que "o mundo inteiro está derrubando muros, enquanto o Amazonas não pára de construí-los."

Os pescadores descrevem o processo de criação de várias terras de Manicoré como suspeito e arbitrário. Segundo eles, a prática da Funai é fundada na auto-identificação e baseia-se no decreto "quem acha que é índio fica, e quem acha que não é índio sai". Durante uma visita à esta Colônia fui apresentada a um filiado indígena que havia passado por este processo e decidido sair da terra indígena, sendo por isso considerado um exemplo por ter optado pela identidade de pescador àquela de indígena. Ele residia anteriormente em área que atualmente é uma terra indígena Mura (TI Rio Manicoré) e parte da sua família decidiu sair e outra parte ficou.

As vicissitudes desta escolha/identificação, bem como a percepção que se tem dela é um ponto que precisaria ser aprofundado com mais dados de campo, mas é possível sugerir a partir das conversas com lideranças das organizações indígenas, que, se tornar índio significa proteção e benefícios (sobretudo saúde e educação), mas também perdas. Tanto em Lábrea quanto em Manicoré fui informada que não se estava aceitando mais novos associados de

[12] Em geral, os pescadores só se consideram índios de verdade os índios isolados. Os Suriá em Lábrea e os Pirahã, em Manicoré são citados como índios de verdade e suas terras consideradas legítimas para a sociedade abrangente. O termo povos tradicionais reúne todos aqueles que não são os índios isolados

origem indígenas nas colônias de pescadores, o que por sua vez representa a perda do acesso a direitos trabalhistas e, sobretudo, ao salário desemprego na época do defeso.

As representações negativas referentes aos que decidiram permanecer e se tornarem indígenas estão acompanhadas de acusações de perda da dignidade ao atribuir como efeito do privilégio de torna-se eleito das políticas públicas, o desenvolvimento de um comportamento vicioso manifesto no fato de ocupantes de terras indígenas converterem-se em dependentes da espera dos donativos, remédios e cestas básicas provenientes do governo. Este novo estatuto condenaria os índios ao isolamento de uma relação exclusiva com a Funai e a ruptura de outros vínculos como de vizinhança, de pertencimento a colônia de pescadores ou sindicatos, por exemplo.

Esta retórica de acusações contra indígenas é muito recorrente. Escutei-a inúmeras vezes em conversar nas viagens de barco pelo Rio Madeira e quase sempre remete a divisão diferencial de privilégios concedidos pelo Estado em grupos antes socialmente homogêneos e que agora passam a gozar de tratamento especial (saúde, recursos para projetos) que não é desfrutado por outros que não foram incluídos na nova identidade[13].

No entanto, o motivo objetivo dos conflitos tem sido a proibição da entrada de barcos empreendida por índios Mura no Rio Mataurá, área de acesso ao Rio Marmelo. Os índios começaram a impedir o acesso por considerarem que a captura de peixe na boca do Rio Marmelo prejudicava a pesca dos índios dentro de suas terras.

A situação inversa também foi encontrada em Manicoré município que possui uma Reserva Extrativista criada há 3 anos (RESEX Capanã Grande). A área é a maior produtora de seringa e castanha do município e a prática da caça de peixe boi e exploração de castanha por indígenas na área da reserva era outro motivo para o clima de tensão crescente entre ribeirinhos que buscavam controlar o acesso aos recursos naturais pelos indígenas que invadiam suas áreas, segundo relatou técnico do Ibama de Manicoré.

Nos três municípios pesquisados encontramos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A atuação destes está voltada quase que exclusivamente para encaminhamento de processos de aposentadoria de trabalhadores rurais junto ao INSS. Com exceção de Manicoré, os sindicatos pesquisados contam com pouca infra-estrutura. Em Humaitá, o STR funciona na casa do Presidente da entidade que é originário de Sirinhaém (Zona da Mata de Pernambuco)., Vindo de área com sindicatos atuantes, o Presidente destacou como diferença entre

[13] As acusações são semelhantes àquelas entre trabalhadores de engenho da Mata Sul Pernambucana em pesquisa realizada anteriormente (Menezes, 2004). As acusações davam-se no contexto de beneficiários da reforma agrária e não beneficiários. Os trabalhadores que continuavam empregados nas usinas freqüentemente acusavam seus vizinhos ex-trabalhadores rurais de terem se tornado dependentes do Estado e, por isso, parado de cultivar suas parcelas, se transformado "alcoólatras e desocupados".

Amazonas e Pernambuco o "desânimo do povo em um lugar onde o patrão pode tudo". Para Maurílio, os trabalhadores buscam o sindicato apenas em momentos de crise, a evidencia deste fato eram as 76 "questões" de trabalhadores na justiça que o sindicato mediava, todas relacionadas a comprovantes de posse da terra necessários para a obtenção da aposentadoria.

O STR de Lábrea também está exclusivamente voltado para a concessão de aposentadorias. Não há escritório do INSS em Lábrea, o acesso a serviços da previdência ocorre uma vez por ano com a visita de um barco que passa alguns dias recolhendo documentação a ser levada para Manaus para dar andamento aos processos. Em função da distância, os mediadores mais freqüente dos graves conflitos fundiários existentes no sul são os sindicatos ou a federação dos trabalhados do Acre.

O SUL DE LÁBREA E OS SEM TERRA

No Amazonas raramente algum conflito por terra em área rural ganha notoriedade da imprensa. Lábrea notabilizou-se pelo mais destacado conflito de terra do estado, conflito que trazia elementos novos para a realidade do Amazonas: ocupação, acampamento, despejo, milícias violentas expulsando trabalhadores.

Lábrea está localizado entre Rondônia e Acre constituindo uma das áreas mais remotas do Amazonas famosa por grandes áreas grilada[14] e tendo as frentes de expansão de desmatamentos com acesso a Ponta do Abunã (RO), no entorno das estradas federais BR-230 (Transamazônica) e BR-319 (Porto Velho-Manaus). Ao sul do município há acessos pela BR-364, que liga Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC) e também o Brasil à Bolívia.

A parte sul do município é identificada com a região como os mais violentos conflitos agrários do Estado do Amazonas e maiores desmatamentos do estado. A política de criação de unidades de conservação teria excluído Lábrea da criação de novas Ucs, optando por investir em novas unidades na área de recuperação da BR-319 área prioritária devido à previsão de grandes impactos. Segundo o Superintendente do Ibama, "do ponto de vista ambiental a área desmatada de Lábrea , já era". A sugestão do órgão é a criação de reservas ao redor da frente de desmatamento, como os parques nacionais de Ituxi, Mapinguari e as reservas extrativistas de Ituxi e do Purus. Também se pensa na ampliação da Floresta

[14] . No relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica, conhecida como CPI da Grilagem, havia 16 páginas sobre Mustaf Said,que foi prefeito de Lábrea por dois mandatos. Elas contam que, em 1898, o governo do Amazonas expediu à família Said títulos de propriedade das glebas São Pedro e São Pedro I, com 660 e 740 hectares, respectivamente.Em 1974, graças a uma ação de usucapião julgada em tempo recorde por juiz da comarca de Lábrea, Mustaf Said conseguiu unificar os lotes. O registro de suas propriedades foi ampliado para 485 mil hectares. Em 2001, como um dos resultados das investigações da CPI da Grilagem, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas anulou esses títulos de propriedade.

Nacional Balata-Atufari. Todas estão engavetadas em Brasília, na Casa Civil. A criação da Resex de Ituxi, por exemplo, contraria interesses do Ministério de Minas e Energia, que quer gerar energia em cachoeiras na região, segundo afirmou o superintendente do Ibama.

O sul de Lábrea, particularmente, notabilizou-se por recentes conflitos entre agricultores acampados em um seringal e madeireiros, resultando no assassinato de dois agricultores. A região era habitada por seringueiros e em 1985 um grupo 40 famílias de posseiros ocupou a área e iniciou plantações. Em 2001, o Incra constatou grandes irregularidades no local como desmatamento e grilagem e decidiu-se que a área seria arrecadada pelo órgão para programa de reforma agrária. Uma área de 37 mil hectares foi vistoriada, sendo 12 mil hectares destinados à futura implantação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDV), destinados a assentar os agricultores nesta área.

A possibilidade da criação do assentamento fez o dono da fazenda (75 mil hectares) entrar com um pedido no IPAAM de projeto de manejo florestal na área de conflito, no entanto, durante a vistoria do Incra, os procuradores detectaram que a área teve um aumento irregular de mais de 60 mil hectares comparado ao título de terra expedido no início do século.

Em 2005, com apoio da CPT-Amazonas a área voltou a ser ocupada através da formação de um acampamento (acampamento Nova Esperança) formado por antigos agricultores estabelecidos na área há mais de dez anos e outros provenientes das áreas de fronteira entre Rondônia e Acre.

Um novo mandato de reintegração de posse foi concedido pela justiça de Lábrea no mesmo ano, os acampados se recusaram a cumpri-lo e milícias privadas expulsaram violentamente os ocupantes. Nova ocupação e despejo ocorreram em 2006, sedo expulsas tanto as famílias que chegaram em 2005 quanto os antigos grupos de seringueiros lá residentes. Em 2007 o Incra concluiu os trabalhos de demarcação do assentamento, foi confirmado o perímetro de 12 mil hectares e inscritas 148 famílias como beneficiárias do agora Assentamento Gedeão (nome de um dos agricultores que participou da ocupação e foi assassinado).

A imprensa noticiou o fato afirmando que o acampamento era formado por “800 famílias de sem terras”. O uso da expressão é encorajada pela CPT[15] e a líder do grupo é conhecida como “Rosa sem terra”. No entanto, nem sempre as lideranças do acampamento assim se autoidentificam, preferindo usar para tal expressões como agricultores.

[15] O conflito de Lábrea marcou um momento de inflexão na CPT-Amazonas que há mais de 20 anos busca criar um movimento de ribeirinhos no estado e esta mobilização resultou somente em reuniões anuais.

Diferentemente dos assentamentos criados em Humaitá respaldados, segundo representantes do Incra, na idéias de proteção aos povos tradicionais ou no acionamento da mesma identidade para contestar o privilégio do controle de áreas pesqueiras por indígenas em Manicoré; em Lábrea foi como "sem terra" que se criou as condições de romper a invisibilidade e pleitear direitos à terra. Em uma área que ambientalmente "já era", como considerou o superintendente do Ibama do Amazonas a respeito do sul de Lábrea, seria ineficaz legitimar direitos territoriais com base na proteção a ecossistemas.

Ao longo deste texto busquei demonstrar a grande complexidade o universo rural amazônico na literatura e no âmbito legal, buscando apontar a passagem da invisibilidade antropológica advinda do caráter não genuíno de sua cultura ou de sua relação precária com o universo capitalista para a sua visibilidade legal conferida pelo imperativo da proteção ambiental e .

As situações observadas no Amazonas indicaram uma cisão de termos clássicos, mas sempre pouco adequados para a realidade amazônica como camponês, trabalhador rural ou posseiro. Destaco ainda que associações como Sindicato de Trabalhadores Rurais ou as Colônias de Pescadores sejam referenciais apenas no que concerne ao direito das categorias ocupacionais. O que há de distinto é a crescente necessidade de outra filiação de caráter identitário que, como tentei demonstrar, está associada tanto a legitimação da criação de espaços de tutela estatal (assentamentos, unidades de conservação, RESEX, terras indígenas) quanto à possibilidade de inserção ou exclusão de direitos territoriais em um ambiente onde se forma uma nova cartografia com base em filiações identitárias que exige a todos a decisão de se autoindentificar.

BIBLIOGRAFIA:

ADANS, C; MURRIETA, R; NEVES, W. As sociedade caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade In. ADANS, C; MURRIETA, R; NEVES, W (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas*.São Paulo: Annblume, 2006, p. 15-32

BARRETO FILHO, Henyo. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2001. 2v

_____ . Populações tradicionais: introdução a crítica da ecologia política de uma noção. In. ADANS, C; MURRIETA, R; NEVES, W (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas.*São Paulo: Annblume, 2006, p.109-143

CASTRO, Eduardo Viveiros de. 1992. "Sociedades indígenas e natureza na Amazônia" *Tempo e Presença* , ano 14 no. 261, pp. 25-26

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada.*Sào Paulo: Hucitec. 1996

FRAXE, Therezinha. *Homens anfíbio: etnografia de um campesinato das* águas. São Paulo: Annablume, 2000

GALVÃO, E. *Santos e visagens.* São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1955

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, I.C.G; SILVA, J; OREN, D; D'INCAO, M.A. (orgs.).*Diversidade biológica e cultural da Amazônia.*Belém: Museu Paraense Emílio Goeld, 2001, p.195-251

MENEZES, Thereza C.C. Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente no litoral sul-pernambucano em perspectiva comparada, 2004. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). PPGAS-Museu Nacional, Rio de Janeiro

MORAN, E.F. The adaptative system of of the Amazonian caboclo. In: WAGLEY, C. (Ed.). *Man in the Amazon.* Gainsville: University of Florida, 1974, p.136-159

NUGENT, S. *Amazonian Caboclo Society: um essay on invisibility and peasant economy.*Oxford: Berg, 1993

_____. Utopias e distopias na paisagem social da Amazônia. In. ADANS, C; MURRIETA, R; NEVES, W (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas.*São Paulo: Annblume, 2006, p. 33-44

VIANNA, L.P. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto de unidades de conservação.Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social)-FFLCH/USP, São Paulo, 1996

WAGLEY, C. *Amazon Town: a study of man in the tropics*. New York: Macmillan,1955

EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEDIADORA DA IDENTIDADE CAMPONESA

Lucimária Martins Rocha[1]

Roberto Toshio Tsukahara[2]

[1]Graduação em Pedagogia da Terra - Universidade do Estado Bahia – UNEB

E-mail: martinsrlu@hotmail.com

[2]Engenheiro Agrônomo - Mestrando profissionalizante - Programa de Pós-Graduação em Agroecossitemas/UFSC

E-mail: toshioes@hotmail.com

GT 03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

RESUMO: O presente trabalho traz como tema: Educação do Campo: prática para o fortalecimento da Escola Estadual de Ensino Fundamental "Três de Maio" localizada no Assentamento Castro Alves município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo. Tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas que a referida escola desenvolve como espaço de valorização da cultura camponesa e a apropriação de conhecimentos na perspectiva da Educação do Campo. A pesquisa foi realizada no assentamento, com os pais dos educandos, trabalhadores da escola, educadores e ex-educandos, utilizando as entrevistas semi-estruturadas totalizando 25 pessoas entrevistadas com e dados secundários. Podemos considerar que os princípios de educação do MST na Escola Estadual de Ensino Fundamental "Três de Maio", estão implementadas, porém há limites para atingir a totalidade, pois há desfalque na aplicação do planejamento; entre estes está a falta de unidade na aplicação das tarefas preparadas pelo coletivo. Para que a Proposta pedagógica da escola citada fortaleça a Educação do Campo como mediadora da identidade camponesa é preciso que os educadores, educandos e famílias procurem cada vez mais participar da vida da escola na construção e execução do Projeto Político Pedagógico, fortalecendo o vínculo ao trabalho e a terra, possibilitando condições de acompanhar os educandos nas atividades propostas e consolidar a Educação do Campo, como um dos instrumentos para o fortalecimento e consolidação da reforma agrária no Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo; princípios educativos do MST; cultura camponesa

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, a construção da identidade camponesa e sua valorização, incuindo a educação escolar, foi marcada por descaso e discriminação pela elite dominante do país, assim, o homem do campo pouco tem valor e isso impregna no senso comum a idéia que o campo significa "lugar de atraso" e sabe-se que a cultura camponesa sempre foi dotada de conhecimentos populares que enriqueceram outros estudos, porém essa sabedoria tem sofrido ameaças de desvalorização cultural, econômica, política e familiar intensificado pela chamada Revolução Verde à partir do desenvolvimento tecnológico (mecanização pesadas e dependência dos produtos químicos) e mais recentemente pelo "agronegócio".

A Educação do Campo advém da cultura dos camponeses, com relação dialógica os quais estes possuem conhecimentos que não podem ser negados no contexto escolar e são autores da sua própria existencia. Esta educação possui princípios que são essenciais para as ações educativas as quais são construída intencionalmente, e somam muitas conquistas as quais ainda são pontuais e tomam a forma de programas e não de políticas publicas consolidadas.

Mesmo assim, os movimentos sociais do campo de forma especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que faz acontecer a luta dos trabalhadores na promoção de melhor qualidade de vida e os princípios filosóficos e pedagógicos deste Movimento direcionam o processo educativo e estar sempre em movimento.

A pesquisa foi realizada no assentamento Castro Alves, localizado o município de Pedro Canário, norte do Estado do Espírito Santo sendo de origem qualitativa, semi-estruturada, com 25 pessoas dentre elas está os pais, trabalhadores da escola, educadores, educandos e ex-educandos.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na diversidade de povos existente no mundo, a educação se manifesta de diferentes maneiras e em diferentes espaços, e não há único modelo de educação. A educação por não ser considerado banco de dados, é uma série de envolvimentos que cria e recria invenções relacionadas ao trabalho, à cultura, à religião na sociedade a qual se vive. Neste sentido, "[...] não há uma única forma nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante". (BRANDÃO, 1981, p. 09)

Neste contexto, a educação é livre, de caráter permanente e incompleta. É o ser humano vivendo em buscas de superação constante. É fundamental a ampliação da concepção de educação para desmistificar a relação de transmissão de conhecimentos que vem sendo desenvolvida pela sociedade humana. A educação se aprende e ensina com o homem na prática cotidiana, mesmo nos espaços onde não existe escola, porque a prática social é um princípio educativo, a qual inclui o trabalho e preocupação com a dimensão da formação dos sujeitos nos processos que relacionam à cultura e participação nas lutas sociais.

A Educação do Campo, filha da luta pela terra, nasce em contraposição da Educação Rural, a qual se associava a uma educação atrasada e sem qualidade e os seus programas de educação eram prontos para serem desenvolvidos sem a participação dos camponeses que subordinava os estudantes a não refletirem sobre o espaço onde vive.

Atualmente, a Educação do Campo se faz através dos Movimentos Sociais com seus diferentes sujeitos, pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, roceiros, Sem Terra. Em especial, a partir de 1997, a educação destinada aos camponeses vem, tomando forças com a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado na Universidade de Brasília, com as seguintes parcerias: Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que diante de tantas discussões discute-se a formação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em consolidação a esse encontro é realizada as Conferencias Nacionais Por uma Educação Básica no Campo, com reflexões direcionadas às políticas de educação e fincando bases no PRONERA, sendo este desenvolvido no país por meio de parcerias do governo federal, universidades e movimentos sociais. Essas conferências objetivavam a defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável que atendessem todos os camponeses e camponesas na agricultura, em todas as modalidades escolares.

Diante de tantas lutas é aprovada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que anuncia recomendações aos governantes, medidas relacionadas à educação escolar que possa atender a população camponesa e representar um novo Brasil rural, com novos caminhos, envolvendo uma organização permanente para fortalecer a discussão da Educação do Campo no âmbito nacional. O Artigo 2º destas Diretrizes institui:

> Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2002).

Nesta trajetória da Educação do Campo a participação do Estado, das universidades, dos movimentos sociais e sociedade civil se fazem presentes e torna-se visível a conquista da Educação do Campo na teoria da Legislação Educacional.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO MST

Os princípios da educação do MST encontram-se no Caderno de Educação nº 08, os quais vêm propondo uma educação para as classes populares. É pautada na educação do povo e se caracteriza nos princípios filosóficos e pedagógicos, apresentando a valorização do trabalho e da realidade, ambas ligadas ao princípio educativo e da luta política, sendo preciso:

> [...] Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumento científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. (ARROYO 1999, p.27),

E como vincular o cotidiano da escola, o currículo, a prática com o movimento do campo? Como incorporá-los á prática? É preciso entender a dinâmica do campo, as raízes culturais dos camponeses que de certa forma para a sociedade estes valores estão defasados. Não basta abrir o livro didático e adaptá-lo na comunidade.

> A questão é mais fundamental, é ir às raízes culturais do campo e trabalhá-las, incorporá-las como herança coletiva que mobiliza e

> inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação. Superar a visão de que a cultura do campo é estática paralisante, voltada para a manutenção de formas e valores arcaicos. (ARROYO,1999, p.30)

Nos princípios filosóficos apresentam novas visões sociais do mundo, um pensar diferenciado em relação à humanidade, à sociedade e um novo jeito de compreender e fazer a educação, a saber: educação para a transformação social; educação para o trabalho e cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para os valores humanistas e socialistas; e educação como um processo permanente de formação.

Nos princípios pedagógicos trazem a proposta de concretizar os princípios filosóficos. Refere-se ao jeito de fazer e pensar a educação. Para concretizar a educação do MST é preciso ter: relação teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade com base na produção de conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos/processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educandos/as; e atitude e habilidade de pesquisa.

As propostas destes princípios políticos apontam que a Educação do Campo deve ser compreendida com ação de afirmação da realidade educacional dos camponeses que pressupõe o trabalho e a pesquisa como principio educativo, pois os conhecimentos são construídos de forma coletiva a partir do trabalho na terra, da problematização sistemática da relação dos camponeses com a natureza.

Outra proposta que a os princípios de Educação do MST propõe é a interdisciplinaridade como construção do conhecimento coletivo, sendo a educação um ato criativo e transformador. Estes princípios políticos e pedagógicos se enraízam num projeto de sociedade que lutam para construir, na perspectiva de buscar superar as relações de opressão, dominação e desigualdades que são intrínsecas à sociabilidade capitalista.

ESCOLA ESTADUAL DO FUNDAMENTAL "TRÊS DE MAIO"

O Assentamento Castro Alves, fruto da segunda ocupação do MST no estado do ES, é uma das realizações que media a concretização da reforma agrária e favorece a viabilidade e permanência do homem do campo, pois tem presença da escola Estadual de Ensino Fundamental " Três de Maio" que é assistida pelo órgão mantenedor - Estado e funciona sob a Pedagogia da Alternância que atende educandos de 5ª a 8ª séries e tem integração com escola-família-comunidade, permitindo troca de conhecimentos, fortalecendo os laços familiares e ampliando vínculos com a comunidade – MST e a terra. É desenvolvida em dois tempos distintos e intercalados: tempo escola e tempo comunidade.

> Articular os tempos e espaços da formação consiste em criar liga e ligação isto é, interação entre os dois espaços-tempos, continuidade na sucessão das micro rupturas engendradas pela passagem de um para o outro no plano (nos planos relacionais, afetivos, epistemológicos) coerência, unidade, integração. (GIOMET, 2004, p. 26)

Diversos são os elementos que constituem a Pedagogia da Alternância: Pesquisa da realidade; Caderno da realidade; Trabalho e cooperação; Visita às famílias; Viagens de estudo; Oficina de capacitação; Planejamento e execução e avaliação. Esta escola possui setenta e dois educandos (72), cinco (5) educadores e cinco (5)trabalhadores de serviços gerais.

ANÁLISE DE INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A pesquisa buscou trazer elementos que pudesse contribuir na análise da realidade da escola nesta comunidade identificando a participação das famílias nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, bem como analisar de que forma é vista por outras pessoas que de certa forma estão inseridas no processo de aprendizagem escolar. Outro aspecto abordado na pesquisa diz respeito aos fatores que possivelmente dificultam o processo de aprendizagem. Os entrevistados acreditam que é possível superar os desafios que dizem respeito às práticas pedagógicas a partir da organização, da união, do exercício prático cotidiano e do diálogo. Portanto foram entrevistadas 25 pessoas, entre elas estão cinco pais, cinco educadores, cinco educandos, cinco trabalhadores da escola e cinco ex-educandos,

Em respostas à questão que você acha da educação escolar oferecida pela Escola Estadual de Ensino Fundamental "Três de Maio"? Foram atribuídas, provavelmente, pois os entrevistados têm a compreensão de que as práticas pedagógicas que a escola desenvolve, tais como: os temas geradores, a pesquisa da realidade e as visitas às famílias reforçam o entendimento da proposta da escola, enquanto espaço de vida, os conhecimentos dos sujeitos que ali vivem é de extrema riqueza e as pessoas são concebidas como sujeitos sócio-históricos. Então, a escola pondera o processo de ensino-aprendizagem a partir do diálogo entre os saberes da tradição e científico em que a apreensão do conhecimento é construída coletivamente a partir da análise das contradições vivenciadas na realidade dos sujeitos.

Na arguição sobre as práticas pedagógicas que a escola desenvolve que ajudam no desenvolvimento da educação escolar pode compreender que são diversas as práticas e espaços de aprendizagens em construção coletiva, de intervenção, a busca pelo conhecimento por meio da pesquisa e dialogando com os atores sociais. Estas práticas possibilitam a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações. As práticas pedagógicas que a escola desenvolve, trata o trabalho científico como algo inseparável do empírico, próprio do campesinato tradicional e das outras formas de trabalho existente na sociedade, por isso, é fundamental que a escola discuta o significado e a importância do trabalho na vida do homem, a preparação para o trabalho contido no currículo escolar reforça a proposta da Educação do Campo.

Pelas argumentações da terceira questão, em busca dos principais limites que a escola enfrenta, podemos supomos que o entendimento geral, existente que a escola é parte integrante dessa sociedade por conseqüência as políticas públicas para a educação hegemonicamente impõe o rítmo e as necessidades do capital, que a Educação do Campo não faz parte deste processo. Referindo ao limite do trabalho coletivo dos educadores e a visão mais integrada do fazer pedagógico tem sido dificultado pela divisão técnica do trabalho que se instalou no interior das unidades escolares, pois a mesma foi produzida por esta divisão.

Na arguição sobre a como é a sua participação da vida escolar de acordo com a pesquisa a participação é uma questão individual, que parte dos princípios e formações adquiridas no decorrer de sua vida e convivência dentro de uma organização. De certa forma todos participam da vida da escola de sua maneira, desde a realização da matrícula filial, a participação nas assembléias como ouvinte, à exposição de sugestões, apreciação de eventos culturais e o contribuir na realização de tarefas coletivas.

Valorizando cada sujeito, que na escola comparece nas mais diversas maneiras de participar e buscar mecanismo de fortalecimento da proposta pedagógica e a participação escolar, sendo uma conquista.

Na quinta questão, que proposta você oferece para melhorar a oferta da educação escolar da escola Três de Maio? Pelas respostas obtidas, entendemos que da comunidade, a escola não realizará os seus objetivos se não estiver ancorada por uma proposta pedagógica coletiva, adequada à realidade camponesa, integrada à dinâmica do assentamento.

Para que os educandos possam acompanhar e participar das transformações tecnológicas que vêm ocorrendo, o grande desafio da escola está em garantir um padrão de qualidade humana, técnica e política para todos e que respeite a diversidade local, social e cultural, entendendo o educando como sujeito, histórico, cultural, social e ético do processo educativo, em constante processo de evolução

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia da Alternância das escolas de Assentamentos do MST projeta por meios de sua pesquisa um desenvolvimento equilibrado dos sujeitos e do meio social que propicia a assimilação da sua realidade transformando-a, buscando desenvolver de forma contínua as potencialidades humanas em todas as dimensões.

A necessidade de tomar decisões concretas e partir para a ação dentro de um contexto coletivamente construído e planejado surge a necessidade de organizar o trabalho pedagógico que envolve também o administrativo, pois é a capacidade de organização que vai garantir o que se pode executar. É neste momento que apresenta a revelação dos compromissos de todos os responsáveis pela educação escolar (pais, educadores, educandos, serventes, auxiliar de limpeza e secretária) na garantia de fazer acontecer a todos os educandos o que foi proposto como fundamental para sua formação emacipatória.

Diversos são os limites enfrentados por alguns educandos, sendo um deles é o acompanhamento por parte da família, devido aos trabalhos dos pais ou dos responsáveis, outro percalço visível no desenvolvimento da prática pedagógica é a falta de conhecimento, por parte da família, dos elementos da Pedagogia da Alternância e o apoio da família nos estudos. Este modo de agir deve ser trabalhado para não desestimular outros sujeitos envolvidos no procedimento metodológico. Por outro lado, as interferências burocráticas ampliam no interior da escola, dificultando a realização das tarefas.

Apesar dos fatores citados limitarem o fortalecimento da prática pedagógica, nesta pesquisa pode-se constatar a visão das famílias assentadas em respeito às praticas pedagógicas que a escola cultiva a qual a mesma dentro da possibilidade insere dentro dos princípios filosóficos e pedagógicos do MST e respeita a legislação em vigor, os conteúdos são desenvolvidos em todas as áreas do conhecimento, que se desdobram em conteúdos curriculares da Base Nacional Comum, bem como em uma parte diversificada voltada para uma formação vinculada à vida no campo, em consonância com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e, também, com as Diretrizes Operacionais Para as Escolas do Campo, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A pesquisa aponta que a escola não está completamente desorganizada, pois o tempo, organização e metas é que se consolidam as conquistas. É neste caminhar que está uma das funções da escola de desenvolver um amplo processo de formação do sujeito que por meio das diversas atividades desenvolvidas poderá integrar a comunidade na escola não somente para apreciar eventos**,** mas sim contribuir no vínculo organizativo da escola desde o planejar ao executar.

Para que a Proposta pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Três de Maio fortaleça a Educação do Campo como mediadora da identidade camponesa e a estratégia geral do MST é preciso que os educadores, educandos e famílias procurem cada vez mais participar da vida da escola na construção e execução do Projeto Político Pedagógico fortalecendo o vínculo ao trabalho e a terra, possibilitando condições de acompanhar os educandos nas atividades propostas e consolidar a Educação do Campo, como um dos instrumentos para o fortalecimento e consolidação da reforma agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? 17ª ed. Brasiliense, São Paulo,1981

MOVIMENTO DOS TRABALHDORES RURAIS SEM TERRA.Dossiê: MST escola. Caderno de Formação nº 13 edição especial. ITERRA, 2005

GIMONET. Jean-Claude. Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais. Documentos pedagógicos. UNEFAB. 2004

MINISTÉRIO da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo. Resolução CNE/ CEB nº 1 de 3 de abril de 2002.

ARROYO. Miguel Gonzáles, FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma Educação do Campo: a educação básica e o movimento social do campo. Vol. 02. Brasília 1999.

INDÍGENAS CANAVIEIROS: AVANÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS COMUNIDADES TERENA DO MUNICÍPIO DE MIRANDA-MS[1]

Mario Ney Rodrigues Salvador

Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ/CPDA

Email: mario-ney@hotmail.com

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

RESUMO

O objetivo desta proposta é refletir sobre como os índios Terena da aldeia Lalima, da Terra Indígena Lalima e da aldeia Passarinho, da Terra Indígena Pílad Rebuá, do município de Miranda-MS, percebem e avaliam a relação que possuem com as usinas de álcool e o avanço da lavoura de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul. Observar junto aos Terena os elementos positivos e/ou negativos dessa relação, críticas, posicionamentos favoráveis e/ou contrárias, resistências e percepção das pessoas que compõem a comunidade. A proposta surgiu da identificação de que grande parte da mão-de-obra admitida nas usinas provém das comunidades indígenas Terena, e que esta relação é um dos elementos que interfere nas relações comunitárias através dos desdobramentos e agravamentos de problemas sociais, familiares e às relacionadas ao trabalhador indígena.

1 APRESENTAÇÃO

O povo indígena Terena, tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica, é descendente da família Aruak no Brasil (BITTENCOURT, 2000). Estão aldeados em oito municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Nioaque, Dourados

[1] Proposta de pesquisa apresentada à Comissão de Seleção/mestrado da UFRRJ/CPDA 2009/2010. Foi minimamente alterada para se tornar uma proposta de discussão e reflexão deste encontro.

e Rochedo. (FERNANDES JÚNIOR, 1997). Neste Estado, há aproximadamente 32.000 índios, sendo a etnia Terena composta por cerca de 17.000 índios, de acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2007).

Bittencourt (2000) afirma que os momentos mais significativos da vida dos Terena foram: 1) a Guerra do Paraguai, que trouxe muitas mudanças na região, sendo a perda de território a mais significativa; 2) a delimitação das Reservas Terena chefiadas por Rondon. Essa época é marcada por uma maior proximidade com a população não-índia, os *purutuyé*. Desde então os Terena tem sido obrigados a se submeter a trabalhar para os proprietários de terras particulares.

Ao longo da história o grupo Terena sofreu ataques das mais variadas formas que, segundo Bittencourt (2000), aos poucos o tem isolado em pequenos pedaços de terra insuficientes para a promoção de desenvolvimento comunitário capaz de garantir o "mandamento constitucional" chamado "cidadania e dignidade da pessoa humana" constante no preâmbulo da Carta Magna de 1988.

2 TEMA E JUSTIFICATIVA

Como os Terena percebem e avaliam a relação entre usinas de álcool e comunidades indígenas, na conjuntura do avanço da cana-de-açúcar? Quais são os elementos positivos e/ou negativos desta relação? Quais motivos levam os Terena a deixarem a aldeia em busca de trabalho nas usinas de álcool? Quais são os impactos dessa "migração temporária" dentro das comunidades indígenas? O trabalho da usina contribui para a renda da família? As relações comunitária e familiar são afetadas por essa relação com as usinas? A usina estimula a capacitação do trabalhador? Há benefícios além do ganho de salário? A percepção da pessoa que vai pra usina é diferente daquela que fica na comunidade? A percepção da família que depende dos ganhos da usina é diferente daquela que vive de outros meios (pessoas que possuem emprego dentro da aldeia: merendeira, professores, agente de saúde, por exemplo)? A ausência dessas pessoas interfere na produção ou no modo de viver da comunidade? Com a quantidade de mão-de-obra fora da aldeia, poderia ser diferente se essa mão-de-obra fosse empregada dentro da aldeia? Existem em construção no interior da comunidade questionamentos, práticas e/ou resistências a essa relação com as usinas? Ou, as pessoas entendem como benéfica essa relação? Existem mais forças contrárias ou forças que apóiem essa relação[2]? O que pensa o cacique, o líder religioso, o cabeçante, o jovem da escola

[2] Pela narrativa dos Terena a relação com as usinas não é positiva quando se coloca em questão a saúde do trabalhador, o valor da mão-de-obra, a relação comunitária, a relação familiar, a exploração do trabalho, ect. Tomando ainda suas narrativas, as usinas, todavia, são as poucas formas de emprego, ainda que exploratória, que

e o pai de família? Há diferença em seus pensamentos? Que tipos de resistência estão sendo levantados? Quem é mais crítico, a mãe, as lideranças, os jovens ou o trabalhador que vai para a usina? Com esses questionamentos que é que apresento este trabalho na busca de uma reflexão acerca do povo indígena Terena.

A falta de preparo e conhecimento para ingressar no mercado de trabalho mais qualificado, a ausência de políticas públicas adequadas, a pressão e presença da usina na região, a escassez de alternativa de trabalho, a influência de amigos, a busca por um bem material[3], podem ser fatores determinantes que levam os índios para uma das poucas alternativas de trabalho possíveis a esta camada social – **o corte da cana-de-açúcar**. Dentre as conseqüências podemos perceber o agravamento dos problemas como, a **prática do alcoolismo, o uso de drogas, a violência praticada entre os próprios índios, o desrespeito às lideranças (autoridades) indígenas, a destruição da relação comunitária e familiar, o abandono do ensino, a superexploração do trabalho dos jovens, a dependência da usina, a desmotivação para pensar alternativas**, entre outras. Estes problemas não se resumem, a esta relação, mas tendem a agravar, pois o ambiente é favorável, essas pessoas estão longe da família, executam um trabalho pesado, a eles parece não existir perspectivas e alternativas. Para exemplificar com um dos elementos, a bebida alcoólica se torna um elemento de refúgio para a situação em que estão inseridos. A usina, por sua vez, não coíbe esta prática, ao contrário, parece apoiar para reafirmar essa dependência que possuem os indígenas para com elas.

Com a implantação de novas usinas no Mato Grosso do Sul (atualmente já somam 19 usinas em funcionamento segundo o Ministério da Agricultura), estas se aprestam como a principal alternativa de trabalho para jovens que abandonam a carreira estudantil[4] e dispõe-se ao corte da cana. Isso pode ser ao fato de inexistir dentro das reservas indígenas alternativas de trabalho, de formação e educação ou políticas públicas adequadas que possam estimular a sua permanência na área, tendo em vista que necessitam de renda para suprir suas necessidades, além de outros como, trabalhos educativos que promovam a auto-estima dos jovens indígenas. Verificou-se aí a **grande vulnerabilidade a que está exposto o povo Terena**.

no período de safra, que vai de maio a dezembro, garante aos Terena o salário.

[3] Geralmente uma roupa, um tênis ou uma moto. Não que não tenham o direito de tê-los, mas poderia procurar outros meios de adquiri-los sem se sujeitar ao trabalho pesado.

[4] A maioria, por exemplo, é jovem entre 18 e 25 anos que estudou até o ensino fundamental ou nem concluiu esta escolaridade. É importante observar que nas TI's de estudo há escolas com Ensino Médio completo.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O município de Miranda está localizado há cerca de 200 km da capital Campo Grande, acesso pela BR 262 (que liga Campo Grande a Corumbá), no Pantanal sul-mato-grossense e abriga hoje três terras indígenas (TI's) sendo elas: Terra Indígena Lalima – composta pela Aldeia Lalima; Terra Indígena Pílad Rebuá – composta pelas Aldeias Passarinho e Moreira; e Terra Indígena Cachoeirinha – compostas pelas Aldeias Lagoinha, Babaçu, Argola, Morrinho e Cachoeirinha.

A economia dessas aldeias é baseada na plantação de produtos como arroz, mandioca, milho, feijão, batata, abóbora, entre outros, assim como, na prática rudimentar de criação de gado, porcos e galinhas. Essas atividades são práticas basicamente para subsistência. Muitos desses produtos são comercializados na cidade de Miranda ou seguem para a capital Campo Grande. Na comercialização há grande presença das mulheres, uma vez que os homens ficam na aldeia na atividade produtiva. Uma observação valiosa é que a prática da agricultura é feita principalmente pelas pessoas mais velhas, uma vez que as atividades "fora" da comunidade, como nas usinas, por exemplo, exigem muito esforço físico – e aí que vamos notar a grande presença de jovens nos canaviais. Além disso, é possível a prática da pesca e da caça nas TI's Lalima e Cachoeirinha. Pílad Rebuá está localizado na região suburbana de Miranda e **possui limitações ou nenhuma disponibilidade de recursos naturais**, como rios e matas. Em todas elas, e isso é prática constante e histórica, é possível observar a prática de trabalho fora da comunidade, como nas cidades, em fazendas e em canaviais. A relação com as fazendas e usinas, isso já tive observando em alguns escritos e em muitos "causos" contado pelos "mais velhos" da comunidade vem desde antes de haver a demarcação das terras indígenas. Oliveira (1968), coloca que por volta da década de 1950 índios da aldeia Passarinho e Moreira já trabalhavam na "Usina Santo Antonio" em Miranda, sendo neste período, acredita-se, o primeiro contato dos Terena da região com as usinas.

Do que é possível perceber, com base no relato dos Terena e de minhas recordações[5], por volta de 1986/1987, era comum o índio sair da aldeia, muitas vezes de caminhão ou ônibus, para trabalhar "fora", nas usinas ou nas fazendas. Meu avô e meus tios contam que quando chegavam ao local de trabalho tinham que montar seus "barracos", feitos de lona, geralmente próximo a um córrego que seria utilizado para se banhar, lavar roupa e fazer comida. Nesse local ficavam por 30, 60 e até mais dias de vigência do "contrato" de trabalho. Nesses trabalhos havia a figura do "gato", no caso das fazendas, e do "cabeçante", no caso das usinas, termos usados ainda nos dias de hoje. Essas atividades, do "gato" ou

[5] Além de Pós-Graduando da UFRRJ, sou indígena da etnia Terena da aldeia Lalima, Miranda-MS.

"cabeçante" geralmente eram realizadas por aquelas pessoas que dominavam a escrita, mesmo que precariamente, e que tinham maior contato com os não-índios. Na época o contato era feito pelo gerente das usinas com o cabeçante. Este seria o responsável por formar o grupo de trabalho na comunidade, geralmente composto por mais de 30 pessoas. Meu avô sempre exerceu o papel de cabeçante. Para as pessoas interessadas em trabalhar na usina era disponibilizada uma espécie de "adiantamento" ou "gasto"[6]. Aqui se observam dois fatos interessantes: 1) esse "gasto" ou crédito, uma vez efetuado, recaía sobre os índios como um tipo de obrigação a cumprir, ou seja, não poderia desistir porque o gasto já tinha sido efetuado. Isso mostra também a preocupação em preservar seu nome diante da fonte de trabalho. 2) outro fato é a supervalorização das mercadorias nessa mercearia. Um produto que custava R$ 1,00, para os contratados pela usina seria R$ 2,00. Não era possível optar por outro estabelecimento, pois a própria usina fechava acordo com uma só mercearia.

Mato Grosso do Sul é hoje palco do chamado ***boom* do etanol**[7] e, nos últimos anos, vem recebendo altos investimentos de grupos nacionais e internacionais, caso este observado pela **crise energética mundial e as oportunidades de mercado** que, ao que tudo indica, parece estar no auge da economia nacional e mundial – usinas sucro-alcooleiras. Para exemplificar isso, segue este trecho do trabalho de Novaes (2008):

> Ouvindo empresários do setor [sucroalcooleiro], o jornal *Folha de São Paulo* (19/02/2006) informou: nos próximos 5 anos (até 2010) serão implantadas 90 novas usinas no Brasil, incorporando uma área plantada de cana de 2,7 milhões de hectares aos 6 milhões de hectares já ocupados pela lavoura no país. (Novaes, 2008, in: *Democracia Viva nº 36*).

É importante observar que os investimentos são vistos pela sociedade e principalmente pelos governantes como de grande importância para o desenvolvimento econômico nacional e para o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que gera emprego e renda para a comunidade local.

No entanto, enquanto se vive a euforia da expansão das lavouras de cana, no próprio Estado sul-mato-grossense, **sob fortes ameaças, "sobrevivem" as populações**

[6] O "gasto" era um crédito disponibilizado numa mercearia da cidade para que o indivíduo comprasse produtos, geralmente alimentícios, para deixar com sua família. Hoje esse valor gira em torno de R$ 150,00 que ainda pode ser um "gasto" ou adiantamento em espécie e isso é uma característica do laço de dependência das usinas.

[7] Termo utilizado pela ONG Repórter Brasil para o avanço da cultura canavieira. Segundo Novaes (2008), outro autor que trata do assunto, "a modernização e a expansão da agroindústria canavieira no Brasil estão diretamente relacionadas às oportunidades de mercado e à crise energética mundial. Nesse cenário, a competitividade do etanol produzido no Brasil tem atraído grandes investimentos de grupos internacionais para aquisição de usinas".

indígenas, confinadas, oprimidas, desnutridas e visivelmente contrastante com a riqueza gerada pelo setor, fatos notórios principalmente nas comunidades **guarani/kaiwá**. Com os Terena a preocupação desta proposta está na relação que este povo estabelece com as usinas.

O "desenvolvimento" não deveria ser relacionado apenas ao econômico, ou da acumulação de riqueza e progresso, que acompanha os investimentos do agronegócio, mas ao suprimento das diversas necessidades humanas, principalmente as de cunho social das comunidades envolvidas. Assim, a relação interétnica a qual se submeteu os Terena pode apresentar discursos diferentes de "processo de desenvolvimento".

Acredita-se que, há muitos anos, boa parte da mão-de-obra contratada pelas usinas é oriunda das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Muitos Terena sem qualificação profissional e sem perspectiva de ganho salarial dentro das reservas são submetidos às duríssimas condições de trabalho do corte de cana-de-açúcar[8], ficam de dois a três meses nas usinas de álcool, realizam um trabalho penoso e ao término de cada contrato não ganham, muitas vezes, o suficiente para a recompensa do seu trabalho.

"A região do Pantanal, em que estão concentradas as Terras Indígenas Terena, é a que concentra menor números de empregos permanentes e temporários" (FERREIRA, 2007, p. 98). No município de Miranda-MS não há usinas de álcool instaladas. Os indígenas se deslocam para outros municípios, geralmente os da região sul do estado onde há maior concentração de usinas instaladas, em busca de trabalho.

A relevância deste trabalho está para muito mais além da própria representação e significação dessa relação, uma vez que o estudo não apresenta uma receita para a "cura" das problemáticas, mas propõe aos Terena um olhar e uma reflexão através das "feridas" para a construção dessa receita que por vezes parece tapada pela ignorância.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Ferreira (2007) expõe que:

> [...] o Mato do Grosso do Sul ocupa nas últimas décadas posição chave em certos grupos de atividade econômica (como soja e cana de açúcar), que por sua vez são estratégicos do ponto de vista da política de exportações e comércio exterior do país. Uma vez situada à posição do Mato Grosso do Sul na economia nacional, podemos avançar na identificação dos principais traços da economia dentro do próprio

[8] As duras condições variam desde as de clima e tempo, como também alimentação e alojamentos. Amigos indígenas afirmaram que é necessária saúde perfeita para suportar sol, chuva, frio, desgaste físico, alimentação inadequada (como apenas pão e chá de manhã) e alojamentos em mau estado de conservação.

> estado, de maneira a determinar como a economia e sociedade regional afetam as relações interétnicas. (FERREIRA, 2007, p. 94, *grifo meu*)

Atualmente diversos autores e entidades (ONG Repórter Brasil; CIMI; Ferreira, 2007) têm observado a questão da relação das usinas com as comunidades indígenas. A preocupação vem principalmente das entidades protetoras dos direitos indígenas e conselhos indigenistas. Em uma nota publicada na *web* Egon Heck – Assessor do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul – mostra-se preocupado dizendo que:

> Foi colocado com bastante ênfase o previsível impacto avassalador da cana sobre as comunidades indígenas da região. Isso porque aqui a Constituição está sendo desrespeitada uma vez que não estão sendo garantidas as terras aos povos indígenas, o que torna o MS a região de menor percentagem de terra para os índios e conseqüentemente das maiores violências contra esses povos. O cenário é de que com a implantação das usinas tudo isso será agravado tremendamente. (www.adital.org.br, acesso em 06/07/07)

A preocupação ainda continua quando afirma:

> Outra questão levantada é sobre as condições do trabalho nas usinas. É degradante e escravagista. Em dez anos o trabalhador está com a saúde acabada. Além disso, muitos estão morrendo de exaustão no trabalho nos canaviais. Com os índios é pior ainda porque os trabalhos de contrato coletivo dão menos segurança ao trabalhador indígena.

Em sua pesquisa realizada com os Terena de Mato Grosso do Sul, Ferreira (2007) expõe que "Em Cachoeirinha, a maior parte dos grupos domésticos está dedicado aos trabalhos na lavoura, e também com um mesmo grau de importância, ao trabalho temporário nas Usinas e Fazendas do estado" (FERREIRA, 2007, p. 80). Mais adiante coloca que "[...] o trabalho nas Usinas se destaca como uma das principais formas de interação econômica, tendo um grande impacto sobre a vida do grupo" e que "[...] as reservas indígenas são antes de qualquer outra coisa, uma 'reserva de mão de obra', que é disponibilizada hoje para as Usinas de Açúcar no Mato Grosso do Sul" (FERREIRA, 2007, p. 81 e 82).

Recente relatório da ONG Survival International sobre o povo Guarani, afirma que os mesmos "encontram-se em uma das piores condições vividas pelos povos

indígenas do Brasil, se não nas Américas". O relatório afirma que **o progresso econômico não está beneficiando os povos indígenas do Brasil** e que suas terras tradicionais estão "sendo perdidas para o cultivo da cana-de-açúcar, soja e chá, à criação de gado e programas de assentamento do governo." (ONG Survival International, 2010).

"O processo de reestruturação do capitalismo, com a sua lógica cada vez mais rigorosa de competitividade econômica, é responsável por uma grande parte desse sofrimento (**crescente desigualdade e exclusão social** em todo o mundo)". (CASTELLS, 2003, p. 81) Aos fatos colocados por Heck (2007), somam-se, ainda, os problemas já existentes nas comunidades indígenas Terena (alcoolismo, violência, desrespeito às lideranças indígenas). Bueno (1980), já questionava o programa Pró-álcool, afirmando que o mesmo "só não seria desastroso se fizesse parte de um outro modelo de desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades básicas das famílias pobres". Com essa colocação, estava ainda preocupado com a **concentração de riquezas** que a cana-de-açúcar iria proporcionar, principalmente aos grupos estrangeiros.

Com estas proposições fica claro a existência da superexploração que, para Castells (2003), "indica relações laborais que permitem que o capital retenha sistematicamente os pagamentos / distribuição de recursos, imponha condições a determinados tipos de trabalhadores, mais rigorosas do que aquilo que é considerado regra num dado mercado de trabalho, em determinado tempo e espaço".

É necessário, portanto, estar atento a este *boom* do etanol, haja vista o contraste entre riqueza e pobreza que caracteriza o setor sucroalcooleiro, isto se refere não somente aos Terena, mas aos pequenos agricultores, assentamentos e a outras populações desfavoráveis. "Por um lado altos investimentos de grupos nacionais e internacionais garantem o desenvolvimento de tecnologia de ponta; por outro, o avanço da monocultura gera **danos ambientais** e milhares de trabalhadores continuam submetidos à **superexploração laboral**." (ONG Repórter Brasil, 2008). Este é o fato preocupante do estudo em questão, pois ao longo dos anos parece somente tem agravado as situações sociais das comunidades indígenas, principal fonte de mão-de-obra "exploratória" das usinas de álcool. Como exemplo, tomamos novamente Ferreira (2007), que relata uma observação de contratação de mão-de-obra por uma usina em Cachoeirinha:

> Segundo Jesulino [gerente da usina], que trabalha neste ramo há 17 anos, a maior parte da mão obra empregada no Mato Grosso do Sul pelas Usinas do Grupo José Pessoa é indígena, recrutada

> principalmente em Cachoeirinha, Pílad Rebuá, Taunay e Buriti. A Usina trabalha com uma média de 15 grupos de 45 homens. Segundo ele a Usina também emprega brancos, que trabalham o ano inteiro, somente os índios ficam por contratos temporários. (FERREIRA, 2007, p. 77)

Numa visão antropológica, no campo da antropologia social ou etnologia, é importante atentar-se aos aspectos consideráreis da interferência não-índia dentro das comunidades indígenas, uma vez que afeta "seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimento, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, suas criações artísticas" (LAPLANTINE, 1999, p. 19). Assim sendo, observar e buscar, talvez, junto aos Terena a reafirmação daquilo que Ferreira (2007) chama de emergência do "**protagonismo étnico**" e também os planos de "**resistência**" adotados pelas comunidades frente ao avanço da cana. Ferreira colocou com bastante ênfase as diversas formas de "resistência" do povo Terena tanto na luta política comunitária interna quanto nas externas (frente a tutela do Estado). A partir do seu trabalho nota-se que o povo Terena de alguma forma, mesmo que imperceptível ou inconsciente, está atento a sua participação no contexto de relações política, social e econômica interna e externa da comunidade.

Castells (2003) já dizia, "a exclusão social é um processo, não uma condição". Portanto, por que não se mobilizar para uma reavaliação do processo que foi submetido o povo Terena?

6 REFERÊNCIAS

BASTOS, Lília da Rocha; PAIXÃO Lyra; FERNANDES Lúcia Monteiro; DELUIZ, Neise. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 6ª Ed. LTC Editora, 2003.

BIONDI, Antonio; MONTEIRO, Maurício; GLASS, Verena. (ONG Repórter Brasil). **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos da lavoura sobre a terra, o meio e a sociedade.**

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BUENO, Ricardo. Pró-álcool: **Rumo ao Desastre.** Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1980.

CARDOSO, Wanderley Dias; BRAND, Antônio Jacó (Orientador). **Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local.** 2004. 67 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento local.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de Classes.** Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ, 1968.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro.** Tese de Doutorado, UFRJ/PPGAS, 2007.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. **Divina abundância: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal das crianças Guarani.** Séria Antropologia e Educação, FAPESP, São Paulo, 2002.

HECK, Hegon. Brasil – **Usinas de Álcool: Remando contra a correnteza.** Disponível em: <www.adital.org.br>. Acesso em 06 jul. 2007.

FERNANDES JUNIOR, José Resina. **Índio Urbano em Campo Grande: conflito cultural e estratégias de sobrevivência – Desenvolvimento Local.** Tese de Doutorado. Campo Grande. UCDB, 2006.

FERNANDES JÚNIOR, José Resina. **Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande-MS.** UCDB, 1997.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; CASTILHO, Maria Augusta de; NOAL, Mirian Lange. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**, 2ª Ed., Editora UCDB, 2006.

MIRANDA, Claudionor do Carmo; BRAND, Antônio Jacó (Orientador). **Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades terena de MS.** 2006. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento local.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Heróis Anônimos.** Revista Democracia Viva. Edição nº 36, 2008.

SOUZA, Cássio N. Inglez de; LIMA, Antonio Carlos de Souza; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; WENTZEL, Sondra; (Orgs). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento.** Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2007.

Survival International. **Relatório sobre Violações dos direitos dos índios Guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**, 2010

INVASORES E PROPRIETÁRIOS: A MARAMBAIA SOB A ÓTICA DO CONFLITO SOCIAL

Aline Caldeira Lopes

Mestranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
E- mail: alinecaldeiralopes@gmail.com

GT 03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

INTRODUÇÃO

No dia dezessete de dezembro de 2009 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu a favor de um posseiro que ocupava de "boa fé" uma área de propriedade da União Federal no Estado do Rio de Janeiro (STJ. Recurso Especial n° 931.060 – RJ). O julgamento foi a última etapa de uma ação de reintegração de posse ajuizada no ano de 1996 contra o Sr. Benedito Augusto Juvenal pela União Federal.

A decisão emitida em um recurso ao STJ não teria maior importância para a nossa pesquisa não fosse o fato do referido posseiro ocupar uma região conhecida como ilha da Marambaia, localizada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro - administrada pela Marinha do Brasil para a manutenção de uma base de treinamentos militar -, e integrar uma comunidade remanescente de quilombos. Além de reconhecer que o Sr. Benedito teria direito a permanecer na área em disputa, o texto da decisão judicial reconheceu também que este direito estaria embasado em dois argumentos chaves: o primeiro deles foi a predominância da posse em relação à propriedade privada, afirmando que no confronto entre posse e propriedade, vence a posse e o segundo foi o fato do Sr. Benedito ser integrante da comunidade remanescente de quilombos da ilha da Marambaia (STJ. Recurso Especial n° 931.060 – RJ).

A decisão do STJ é consequência de uma crescente legitimidade perante a sociedade do direito ao território de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil e da visibilidade do conflito na ilha da Marambaia. A partir do acirramento da disputa social pelo território da Marambaia na segunda metade da década de 1990 quando além do Sr. Benedito Augusto, outras dez famílias foram réus em ações de reintegração de posse e tiveram sua ocupação ameaçada, iniciaram-se uma série de ações dos moradores que articularam apoios, constituíram a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia

(ARQIMAR) e manifestações favoráveis de outros setores sociais como membros do poder judiciário, advogados, pesquisadores e organizações não governamentais.

A decisão de dezessete de dezembro incide diretamente sobre o conflito social na ilha da Marambaia e pode deslocá-lo para outro patamar, pois coloca em outro nível o debate nacional acerca do reconhecimento do direito das comunidades remanescentes de quilombos no país e da regularização fundiária de seus territórios. Os grupos de remanescentes de comunidades de quilombos passam a contar com uma decisão positiva da segunda mais importante corte do país, quando tramita no Supremo Tribunal Federal uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (ADI)[1] que questiona a aplicação do decreto presidencial que atualmente define os procedimentos de reconhecimento e titulação de áreas quilombolas[2] como norma regulamentadora dos procedimentos de regularização fundiária de territórios quilombolas no Brasil.

Um dos principais pontos do decreto questionado pela ADI é relativo à definição da categoria constitucional "remanescente de quilombo", segundo o texto do decreto: "grupos étnico raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência histórica sofrida[3]". Ao reconhecer a comunidade da ilha da Marambaia como comunidade remanescente de quilombo, o STJ o faz com base na legislação vigente, reconhecendo por consequência a constitucionalidade do decreto questionado. Ainda que não seja competência do STJ decidir em última instância sobre a constitucionalidade de um dispositivo legal, seu pronunciamento colabora com a consolidação de entendimentos na cúpula do poder judiciário brasileiro.

Aqui percebemos que a dimensão do conflito social expressa no conflito jurídico tem uma dinâmica própria e interdependente. Historicamente o direito e a luta judicial nos tribunais representaram em alguns momentos, um campo aberto na disputa entre posseiros e grandes proprietários de terras, não sendo incomuns os casos em que, por alguma questão formal como de citação ou mesmo pelo mérito, tenha-se prevalecido a legitimidade da ocupação da terra para moradia e plantio sobre um título de propriedade. Reconhecia-se assim, em alguns casos, o direito de pequenos posseiros em contradição com o processo social de avanço das fronteiras capitalistas sobre o campo (MOTTA, Nas Fronteiras do Poder, THOMPSON, 1997).

[1] ADI 3239.
[2] Decreto 4.887 de 2003.
[3] Art. 2° do Decreto 4778 de 2003.

Sob este aspecto uma análise da história do conflito social da ilha da Marambaia através dos conflitos judiciais deve orientar nosso olhar para uma observação da dinâmica das ações judiciais como *signo*, ou seja, como uma expressão do conflito social pelo território, traduzido sob a forma de teses jurídicas, leis, doutrinas e jurisprudências; como *causa* do conflito social, na medida em que ele (o conflito judicial) impulsiona os atores a adequarem suas táticas e estratégias de modo que lhes proporcione melhor posicionamento na arena jurídica e como *conseqüência*, na medida em que precisa se pronunciar sobre problemas novos, cristalizando os acúmulos do conflito ou posicionando-se ao lado de uma das partes (VILAR, 1983:118). As leis, as decisões e as doutrinas jurídicas podem representar, portanto, para o pesquisador social uma lente através da qual ele poderá observar elementos do conflito além do direito.

NOTAS SOBRE UM CONFLITO SOCIAL

A Ilha da Marambaia situa-se no litoral da Costa Verde ao Sul do Estado do Rio de Janeiro no município de Mangaratiba na entrada da Baía de Sepetiba, defrontando-se com a Ilha Grande. A Restinga da Marambaia possui uma extensão de aproximadamente 42 km e é separada do continente pelo Canal do Bacalhau em Barra de Guaratiba no município do Rio de Janeiro. A Ilha da Marambaia não é de fato uma ilha cercada de água por todos os lados, porém recebe esta denominação devido ao porte das elevações que se erguem no extremo Oeste no final da longa restinga. O seu ponto culminante é o Pico da Marambaia (647 metros de altura) e sua vegetação reúne uma das últimas reservas de Mata Atlântica do sudeste brasileiro com áreas de restingas (incluindo praias e dunas) e manguezais como ecossistemas associados[4]

O mapa de ocupação territorial da ilha da Marambaia está dividido em áreas de rios, estradas não pavimentadas, caminhos e trilhas, áreas de sítios arqueológicos, praias, depósito de lixo, cemitério, heliporto, área residencial, campo de pouso, cobertura vegetal, área militar da Marinha e área de manobras militares[5].

Na Marambaia funcionou o empreendimento escravista do Comendador Joaquim José de Souza Breves, que manteve no local um lucrativo empreendimento escravista no século XIX, e as marcas deste tempo permaneceram, assim como dos projetos assistenciais da Fundação Cristo Redentor e da Escola de Pesca, períodos que marcaram cada trecho da ilha e podem ser notados ainda hoje na disposição das casas, nas ruínas das senzalas e da casa

[4] Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível em https://www.mar.mil.br/cgcfn/. Acessado em 20 de janeiro de 2010.
[5] Ibdi.

grande, nas denominações de morros e picos. Algumas décadas na Marambaia se passaram como se fossem séculos e outros séculos como se fossem décadas.

A Marambaia é marcada também pelas relações econômicas e de sociabilidade desenvolvidas ao longo de cerca de cento e cinqüenta anos por homens e mulheres escravizados no século XIX e por seus descendentes juridicamente livres e da instalação do Centro de Adestramento Militar da Ilha da Marambaia, o CADIM, que desde a década de 1970 alterou significativamente na ilha. De receptora de alunos para a Escola Técnica Darcy Vargas para iniciarem os estudos na prática pesqueira - período em que a Marambaia foi o destino de estudantes de todo o país - atualmente a administração da ilha opera no sentido de tornar-la de uso exclusivo das Forças Armadas.

A Marambaia contemporânea é fruto de lutas históricas, das disputas cotidianas de diversas gerações e administrações. Aparece-nos que estão em jogo no conflito contemporâneo da ilha duas formas opostas de apropriação do território. De um lado a Marinha do Brasil, para quem a Marambaia é local privilegiado para atividades de treinamento militar com a possibilidade de realização de treinamentos de tiro com bala real. Para a comunidade quilombola a Marambaia é espaço de pesca, vida, festa e reprodução física e cultural. As duas formas de apropriação do território ilha da Marambaia estão em conflito e demonstram-se incompatíveis, mas uma delas foi alçada a uma condição de direito superior por um artigo da Constituição Federal de 1988 em seus atos de disposições constitucionais transitórias e por suas regulamentações.

Para Otávio Ianni, a terra tem a "idade dos homens, da sociedade dos homens, das distintas formas de organizar a produção" e "são as relações econômicas e políticas dos homens que transformam a terra em terra de pasto e plantio (...) o rio em reserva de peixes e caminho, a sombra em repouso, os espaços em lugares", a terra transforma-se assim em condição e produto destas mesmas relações econômicas e políticas (IANNI, 1978:230):

Em cada época da história, a propriedade desenvolveu-se de modo diferente e sob uma série de relações sociais totalmente diversas. (...) Assim, uma é a idade que aparece na cronologia; outra é a idade que se revela nas relações sociais, nas relações econômicas e políticas que se constituem, desenvolvem, entram em crise ou transforma-se, independentemente da cronologia, da historicidade aparente dos acontecimentos (IANNI, 1978: 231).

No início do nosso período de análise (1996), os sucessivos comandos do CADIM já conduziam investigações sobre reformas, construções e ampliações de casas na ilha desde 1994 e a segunda metade da década de 1990 inaugurou na ilha da Marambaia um período de

disputa sobre os direitos de utilização do território em um novo campo, que, ao menos para os moradores quilombolas era desconhecido: o campo jurídico. Foram cerca de onze ações de reintegração de posse ajuizadas entre o ano de 1996 e 1998 sob o argumento de que os "réus" eram "invasores de terreno da União" e que deveriam ser expulsos imediatamente, *inautida altera partes,* isto é: sem que pudessem ao menos se pronunciar no processo judicial.

Estas iniciativas judiciais ocorreram num contexto social marcado por uma disputa local envolvendo, de um lado, os moradores nativos da ilha que tentavam conquistar uma autonomia permanente para dispor do seu território e do outro lado o Estado brasileiro que, através da Marinha do Brasil, impunha um controle detalhado e hierarquizante, muitas vezes autoritário, sobre o que poderia e o que não poderia ser feito na ilha, inclusive submetendo ao seu jugo atividades ordinárias como a reforma das unidades habitacionais ocupadas pelos nativos.

O que foi modificado nas relações de poder e no contexto sócio político para que aqueles que ocupavam a região por cerca de cento e cinqüenta anos e antes eram denominados "nativos" fossem agora classificados como "invasores" e não detentores de direitos, sendo-lhes exigida a certidão de propriedade? Como explicar que relações que, até então eram mediadas pelo uso da coação física e moral, agora o fossem por leis e decisões judiciais?A publicação da primeira norma de âmbito nacional que regulamentava o reconhecimento dos territórios quilombolas no Brasil no ano de 1995 pode ser um caminho a ser seguido na busca de resposta para estes questionamentos, ou ao menos para que seja apresentado como uma possibilidade

O objetivo deste artigo é desenvolver uma reflexão sobre o conflito social na ilha da Marambaia através das estratégias dos atores envolvidos e a partir da visibilidade nacional dos instrumentos de regulamentação do artigo constitucional que reconheceu, em 1988, o direito à propriedade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil[6]. Nossa análise está compreendida, para fins metodológicos, entre os anos de 1996 e 1999: período marcado pela primeira ação de reintegração de posse como instrumento para retirada da comunidade do local até o início do processo de reconhecimento, demarcação e titulação do grupo como comunidade remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. A partir deste recorte temporal, serão analisados dados que seja decorrência deste período, de modo que a delimitação do período não atue como uma limitação à nossa análise.

[6] Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

SOBRE A ESTRATÉGIA DOS ATORES EM CONFLITO: UM PANORAMA DA DÉCADA DE 1990

Após sua inclusão na Constituição Federal de 1988, o "artigo 68" (ADCT) passou cerca de sete anos sem qualquer regulamentação de abrangência nacional que orientasse a sua efetivação. Isto se passou não sem a pressão de organizações sociais de luta pela terra que em alguns Estados como o Pará pressionaram os governos locais para que realizassem a titulação através de regulamentações estaduais[7]. A primeira manifestação do poder público pelo desdobramento do dispositivo constitucional foi a portaria 307 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, que regulamentava a demarcação e a titulação das áreas quilombolas sobre áreas públicas e foi publicada no ano de 1995 (site CPI-SP).

A iniciativa estava inserida num contexto de mobilização nacional pela titulação de territórios reconhecidos como quilombolas, ainda que incipiente. As comunidades dos estados do Maranhão e do Pará conduziram neste período iniciativas como a de fundação da Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses, com o apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, articulação que posteriormente daria origem à Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão (ACONERUQ). No Pará a articulação das comunidades quilombolas com diversas organizações não governamentais de apoio como o Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, a Comissão Pró Índio de São Paulo, a Federal de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Comissão Pastoral da Terra, articulação que em 1999 reuniram-se e dariam origem à Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará e em novembro de 1999 ocorreu o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais em Brasília (DF) e em maio de 1996 foi fundada em Bom Jesus da Lapa (BA) a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) (CHASIN, 2009). Para uma reflexão sobre as estratégias dos atores no conflito que se desenvolveu na ilha da Marambaia entre o ano de 1996 e 1999 é necessário que, inicialmente, tenhamos em mente quais eram as possibilidades em jogo.

Os debates em torno da interpretação do "artigo 68" na década de 1990 atravessavam uma questão chave: a definição da categoria constitucional "remanescentes das comunidades dos quilombos" (Art. 68 dos ADCT da CF/88). O dispositivo constitucional impulsionou os membros de comunidades negras rurais em todo o país, de movimentos negros, da academia e

[7] Comissão Pró Índio de São Paulo. Quilombos e a Legislação. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html>. Acessado em 15 de agosto de 2009.

de agentes do Estado como o Ministério Público Federal, a buscar uma definição para a categoria que seguiu, portanto, um caminho inverso ao da prática antropológica "partindo do conceito para a realidade concreta" (OLIVEIRA JÚNIOR in: CARVALHO, 1996, pg. 224).

Em meio às disputas em torno da definição da categoria, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de sintetizar as reflexões que vinham sendo apresentadas por antropólogos chamados a se posicionar nos conflitos, após as conclusões do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, divulgou em 1994 um documento em que definiu a categoria "remanescente de quilombo". A definição iniciou-se pela sua oposição, pela sua negativa, de modo que eles não seriam resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, nem grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea, nem foram constituídos somente a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas são "grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar." [8]

Devido ao histórico da ilha da Marambaia, as características da comunidade poderiam perfeitamente corresponder à definição de remanescentes de quilombos tal qual se estava discutindo naquele momento. A região, que no século XIX era propriedade do Comendador Joaquim José de Souza Breves, grande proprietário de terras e traficante de escravos da época, havia sido um "entreposto" de escravos, recebendo os navios negreiros que vinham da África e redistribuindo-os para outras fazendas na região, tendo mantido o empreendimento mesmo após a proibição do tráfico de escravos.

Quanto às estratégias de resistência e de reprodução do modo de vida da comunidade remanescente de quilombos, as dimensões da ilha da Marambaia e os registros históricos sobre o período apontam para o fato de que, mesmo durante a vida de Breves e de funcionamento do empreendimento escravocrata, este não possuía total domínio sobre toda a extensão do território da Marambaia, favorecendo a constituição de núcleos familiares de escravos, posseiros, landinos, etc, que viviam em relativa autonomia com relação à Praia da Armação, onde estava localizada a casa grande:

Transitavam pela ilha, além de Joaquim Breves, negociantes, pescadores, agricultores, autoridades policiais, oficiais de marinha, traficantes brasileiros de várias províncias e até mesmo estrangeiros, etc. O que antes era visto como um bloco só denominado "escravos da

[8] Comissão Pró Índio de São Paulo. Comunidades Quilombolas. O Que São? Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html>. Acessado em 15 de agosto de 2009.

Marambaia", tratava-se na verdade de ladinos, campeiros, crioulos e boçais. Uns adquiridos de José Guedes com a compra da ilha, outros que talvez fossem transferidos das demais fazendas do sul fluminense que pertenciam ao comendador e outros que desembarcados da África tenham ficado por ali mesmo, tanto no tempo do Guedes quanto no tempo do Breves. Para fazer esse grande porto clandestino funcionar, eram necessários administradores para as fazendas, médicos para a enfermaria, além de um grande número de feitores (YABETA, 2009:98).

Modificaram-se as administrações da Marambaia sem que, no entanto, a dinâmica de ocupação por família entre as praias fosse substancialmente alterada. A descrição da ocupação da Marambaia no século XIX apresentada pela historiadora Daniela Yabeta de Morais aponta para a hipótese de que o registro da memória dos moradores de que antes da sua morte, o Comendador havia "doado de boca" as praias da ilha às famílias de escravos pode ter sido tão somente o reconhecimento da situação fática de então (2009).

Quando a Marinha passou a administrar o imóvel, ela conhecia a história do local. Em um ofício do dia quatro de setembro de 1997 do Comando do 1° Distrito Naval ao Prefeito de Mangaratiba, Celso Busatto Júnior, o Vice Almirante Alberto Carlos de Aguiar transcreveu um episódio da história da ilha: "Ao passar para a jurisdição da Marinha, em 1906, a ilha já era habitada por várias pessoas, **remanescentes de escravos** que, vivendo basicamente da pesca, criaram uma comunidade distinta, com casebres e edificações de condições higiênicas precárias" (Ofício n° 2574) (grifos nossos).

Na segunda metade da década de 1990, portanto, estavam em confronto na Marambaia dois interesses opostos: de um lado a comunidade quilombola e as perspectivas de crescer e se reproduzir física, social e culturalmente no local e de outro a Marinha do Brasil cujo objetivo era manter a ilha como local de utilização exclusiva das forças armadas. O campo jurídico neste momento do conflito apresentava-se como um campo favorável aos interesses da Marinha do Brasil. A predominância de uma mentalidade privatista que pode ser percebida, por exemplo, em decisões judiais de magistrados cariocas em processos onde estão em disputa a interpretação da noção de propriedade privada condicionada ou não ao cumprimento de sua função social (QUINTANS, 2008) aliada ao desconhecimento de grande parte do judiciário com relação às discussões jurídicas e antropológicas em torno da efetivação do "artigo 68" (ADCT, CF/88) pode ter contribuído para boas expectativas da Marinha quanto ao resultado das ações de reintegração de posse ajuizadas entre os anos de 1996 e 1998.

Além disto, outra estratégia se aliaria a esta: a individualização das ações e a sua distribuição por diferentes varas da Justiça Federal do Rio de Janeiro. A opção facilitaria a expulsão de cerca de dez famílias que ocupavam há cerca de cento e cinqüenta anos o território da ilha da Marambaia sem que os magistrados responsáveis por cada uma delas percebessem que se tratava de um conflito de dimensões sociais mais amplas. Some-se a isso o procedimento judicial relativo aos pedidos de reintegração de posse em caráter liminar que permite que o réu seja expulso sem o direito de se manifestar no processo judicial e tem caráter satisfativo, ou seja, na medida em que o pedido principal da ação é a retirada do réu do local reivindicado, quando ele é atendido em caráter de medida liminar, satisfaz-se o pedido do autor. Sem a oportunidade de apresentarem de constituírem advogados e apresentarem suas defesas no processo judicial, a questão seria decidida sem o conhecimento das provas da ocupação histórica da comunidade, feita através de certidões de nascimento, morte e casamento, fotos, documentos de identificação civil, entre outros.

Ao contrário do que poderiam ter sido as expectativas da Marinha, as onze ações de reintegração de posse ajuizadas pela União Federal entre os anos de 1996 e 1998 tiveram caminhos diversos. As ações em foram réus a Sr. Porfíria Joaquim e o Sr. Benedito Santana foram extintas sem que o mérito da ação fosse julgado, por uma nulidade processual que os favoreceu: após a morte dos dois, que já estavam em idade avançada, a Marinha não informou os dados dos herdeiros que passariam a compor a relação processual. Com um desenvolvimento diverso, no entanto, ao do processo da Sr. Porfíria, a Sr. Sebastiana teve expedido um mandado de reintegração de posse contra ela, cumprido alguns anos depois, após a sua morte e que foi expedido em caráter liminar. Da mesma forma o Sr. Sebastião Santana também perdeu a ação na primeira e na segunda instância de julgamento e teve o mandado de reintegração expedido, porém sem ser executado até então[9].As ações em foram réus a Sr. Beatriz Maria Inocêncio, Eraldo de Oliveira, Paulo Vicente Machado, Élcio Santana e Zenilda Soares Felicíssimo foram suspensas por uma decisão na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no ano de 2002 que determinou que o andamento de todas as ações de reintegração de posse ajuizadas pela União Federal contra os moradores da região estariam condicionados ao julgamento desta.A ação em foi réu o Sr. Benedito Augusto Juvenal tramitou com a vitória da União Federal até o recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu no dia dezessete de dezembro de 2009 pela vitória da posse do Sr.

[9] No mês de novembro de 2009 o mandado de reintegração de posse contra o Sr. Sebastião Santana foi suspenso por conta de uma decisão na Ação Civil Pública (Justiça Federal n°2002.51.11000118-2) que julgou que, assim como as demais, a ação deveria ser suspensa até o julgamento final desta.

Benedito em oposição à propriedade da União. A Sr. Eugênia Eugênio Barcellos obteve vitória na primeira e na segunda instância de julgamento, com o entendimento também favorável à sua posse centenária e ainda não temos notícia sobre o recurso da União Federal ao Superior Tribunal de Justiça[10]:

Fase Atual	*N° de Ações*
Extinção por nulidade processual	2
Revelia	2
Suspensão pela Ação Civil Pública (2003)	5
Vitória no Superior Tribunal de Justiça	1
Vitória no Tribunal Regional Federal	1
Expedido mandado de reintegração de posse	2
Concessão de medida liminar	1

Considerando que o tempo em um processo judicial que discute o direito de permanência em um local é determinante para a mensuração da parte vitoriosa e que a extinção do processo por nulidade processual, apesar de não adentrar no mérito, permite a manutenção da situação fática pré- existente, pode-se afirmar que, das onze ações de reintegração de posse em nove delas os réus saíram vitoriosos.

As estratégias judiciais, portanto não seriam as únicas articuladas pela Marinha e o recurso ao processo judicial não significava que não dispusesse de outros meios para o alcance de seus objetivos estratégicos. A escolha, no entanto, aponta para uma dimensão do recurso ao direito como forma de legitimar atos ilegítimos por si só. Aos dominantes, portanto, não resta somente a lei par oprimir os dominados, no entanto ela cumpre uma papel na legitimação de seus atos (THOMPSON, 1997:351):

Além e por cima de suas funções instrumentais [da lei], ela existia por direito próprio, enquanto ideologia; uma ideologia que, sob muitos aspectos, não só servia ao poder de classe, como também o legitimava. A hegemonia da fidalguia e aristocracia do século 18 expressava-

[10] Fonte: Justiça Federal do Rio de Janeiro

se não pela força militar, mas pela coerção econômica, mas sobretudo pelos rituais de profunda meditação dos Juízes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões Judiciais e pelo teatro de Tyburn (THOMPSON, 1997: 353).

A reflexão acerca dos mecanismos de mediação das disputas sociais através do poder judiciário aponta para uma relação entre a lei e o conflito social que vai além da relação direta entre a interpretação da lei pelo magistrado e sua aplicação aos interesses das classes dominantes em determinado período histórico. A lei compreendida como ideologia deve, para desta maneira atuar, exercer mecanismos de legitimação de seus atos através da forma de um discurso universal, por exemplo, que pode ser articulado tanto por representantes das classes dominantes como das dominadas (THOMPSON, 1997):

Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa (THOMPSON, 1997: 354).

Podemos dialogar, no caso do conflito jurídico na Marambaia, com uma dimensão da lei e do direito como um campo aberto de disputa em determinados períodos e contextos históricos (THOMPSON, 1997, MOTTA, 1998, GRINBERG, 2006), no entanto, o cálculo em relação à vitoria de uma ou outra parte na disputa judicial não deve ser feita somente sob este aspecto formal, da vitória, anulação ou suspensão do conflito jurídico.

Os cinco processos de reintegração de posse que foram suspensos por conta de uma decisão na ação civil pública, o foram cerca de sete anos após sua distribuição e as demais; a vitória do Sr. Benedito Augusto Juvenal, ocorreu onze anos após o início do trâmite da ação e as ações que foram declaradas nulas tramitaram ainda por cerca de cinco anos.

O simples ingresso de ações judiciais que contestavam a legalidade da ocupação histórica dos membros da comunidade quilombola na Marambaia impôs aos moradores a lida cotidiana com procedimentos dos quais desconheciam. Não podemos deixar de considerar também a alternância do recurso da legalidade e da força física em conjunto com a coação, como instrumentos para a expulsão dos moradores de suas casas[11].

[11] Durante a realização do nosso trabalho de campo na ilha da Marambaia no dia vinte e três de janeiro de 2010,

> um morador relatou que no período analisado, recebeu autorização para construir uma casa de alvenaria da Marinha, pois seu filho era alérgico e a moradia em uma casa de pau a pique contribuía para as crises. Quando a casa já estava de pé, cerca de três homens da marinha, armados, chegaram a

Não deve passa despercebido, portanto, o simbolismo que o recebimento de intimações para que os moradores apresentassem provas de sua posse, a presença de oficiais de justiça na ilha dentre outros procedimentos legais tiveram para a legitimação e, em alguns casos, a legalização das expulsões de membros da comunidade quilombola da ilha da Marambaia, como foi o caso da Sr Sebastiana Henriqueta de Lima, que teve a sua casa "reintegrada à União" através de mandado de reintegração de posse emitido pela Justiça Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um questionamento inicial impulsiona a nossa pesquisa: como o primeiro instrumento de regulamentação nacional do artigo constitucional que declarou a propriedade da terra a comunidades quilombolas no Brasil interferiu no conflito local entre descendentes de escravos e a Marinha do Brasil no território da ilha da Marambaia?

A partir deste questionamento inicial acompanhamos o desenvolvimento do conflito na década de 1990 sob a perspectiva das estratégias dos atores e, apesar de não podermos afirmar taxativamente tal interferência, nossa análise demonstra que ela pode ter influenciado no acirramento das estratégias de expulsão dos moradores "civis" da Marambaia, inclusive através de ações judiciais que os acusavam de "invasores" de território da União.

Num primeiro momento e a partir de uma análise posterior e do nosso olhar mais de uma década após o período analisado, poderíamos imaginar que o campo jurídico para os atores em conflito na Marambaia poderia ser considerado um "campo aberto" na disputa entre interesses conflitantes (THOMPSON, 1997, MOTTA, 1998, GRINBERG, 2006), no entanto, aspectos como o tempo de um processo judicial que, muitas vezes descola-se do "tempo da vida" e os aspectos simbólicos dos procedimentos jurídicos com o objetivo de incutir legitimidade em atos, muitas vezes ilegais e ilegítimos, devem ser levado em consideração para este diálogo.

BIBLIOGRAFIA

sua residência para destruí-la. A operação era comandada pelo Capitão Alexandre, identificado pelos moradores nas entrevistas realizadas, com um período de maior truculência da Marinha na Marambaia. O morador não pode resistir e viu sua casa ser demolida sem nunca ter sido notificado da demolição seja pela Marinha ou pela Justiça e jamais fora réu em processo algum de reintegração de posse.

MORAES, Daniela Paiva Yabeta. **Tudo chegou sobrevivente num navio – A Auditoria Geral da Marinha contra o tráfico de africanos livres pós 1850 no Rio de Janeiro**. Dissertação: Uni Rio, 2009.

QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. **A constituição federal de 1988 e as interpretações judiciais: permanência ou mudança na interpretação sobre o direito de propriedade no Brasil?** XII Encontro de História da ANPUH-Rio, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208628034_ARQUIVO_textoparaANPUH.pdf. Acessado em 20 de fevereiro de 2010.

IANNI, Octavio. A **Luta Pela Terra: História Social da Terra e da Luta Pela Terra numa Área da Amazônia.** 2° Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.

THOMPSON. Edward P. **Senhores e Caçadores**. Editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Atos Das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT artigo 68.** Lex:.Constituição Federal – Código Civil – Código de Processo Civil, São Paulo: RT, p.169, 2006.

GRINBERG, Keila. **Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil do Século XIX** in LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). Direitos e Justiças no Brasil: Ensaios de História Social. São Paulo: Unicamp, 2006. 101-125.

VILAR, Pierre**. Economía, Derecho, Historia: Conceptos y Realidades**. Barcelona: Ariel, 1983.

MOTTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PROCESSOS JUDICIAIS

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 96.0005706-0 5011 – **Reintegração/Manutenção de Posse**. AUTOR: União Federal. REU: Paulo Vicente Machado.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0014829-9 5999 – **Reintegração/Manutenção de Posse**. AUTOR: União Federal. REU: Élcio Santana.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0007737-5 5999 - **Reintegração/Manutenção de Posse**. AUTOR: União Federal. REU: Porfíria Joaquim Machado.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0007738-3 5011 - **Reintegração/Manutenção de Posse**. AUTOR: União Federal. REU: Sebastiana Henriqueta de Lima.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0009932-8 5011 - **Reintegração/Manutenção de Posse.** AUTOR: União Federal. REU: Benedito Augusto Juvenal.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0010456-9 5999 - **Reintegração/Manutenção de Posse.** AUTOR: União Federal. REU: Benedito Santana e Outro.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0015334-9 5011 - **Reintegração/Manutenção de Posse.** AUTOR: União Federal. RÉU: Eraldo Oliveira dos Reis.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 96.000.7684-7 - **Reintegração/Manutenção de Posse.** AUTOR: União Federal. RÉU: Sebastião Santana e Outro.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. 98.0013915-0 - **Reintegração/Manutenção de Posse.** AUTOR: União Federal. RÉU: Eugênia Eugênio Barcellos.

SITES ELETRÔNICOS

Comissão Pró Índio de São Paulo. Comunidades Quilombolas. Disponível em: < http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html>. Acessado em 15 de agosto de 2009.

Site Observatório Quilombola. Memorial Marambaia. Disponível em http://www.koinonia.org.br/OQ/dossies.asp Acessado em 16 de Agosto de 2009.

Justiça Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.jfrj.gov.br. Acessado em 20 de dezembro de 2009.

Tribunal Federal Regional da Segunda Região. Disponível em: http://www.trf2.gov.br. Acessado em 30 de novembro de 2009.

Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: http://www.stj.gov.br. Acessado em 5 de janeiro de 2010.

Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível em https://www.mar.mil.br/cgcfn/. Acessado em 20 de janeiro de 2010.

MADEIRA SEM LEI : MEMÓRIAS DE UM CONFLITO FUNDIÁRIO NO INTERIOR DO PARANÁ

Dibe Salua Ayoub

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: dibeayoub@gmail.com

GT03 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

O CONFLITO FUNDIÁRIO EM PINHÃO

Localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, o município de Pinhão é destacado, nas narrativas de seus habitantes, como terra onde um dia houve madeira em abundância e lugar de bastante violência. Rodeado por grandes florestas de araucária e imbuia, o município é palco de um conflito de terras iniciado no final da década de 1940, quando as Indústrias João José Zattar S/A se instalaram no local. Sua intervenção sobre o território de Pinhão foi bastante intensa, já que não só obteve um terço da área total do município[1], como fechou com portões o acesso a bairros da zona rural, num espaço que a firma chamou de Zattarlândia, reduto particular da empresa e de seus empregados. Ao longo da década de 1980, a madeireira passou por um período de decadência. Foi também nesse momento que habitantes do interior do município, os quais haviam sido grilados pela indústria e sofrido intimidações diversas para deixarem suas terras, organizaram-se politicamente para divulgar e levar adiante sua luta contra os abusos sofridos. Assim, em 1987 foi criada a Associação de Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP), e em 1992, criou-se o Movimento dos Posseiros de Pinhão.

As pessoas que vivem nessas áreas são, em grande parte, faxinalenses. Apesar de termos encontrado alguns documentos e inventários que apontam para os originais proprietários de terras em Pinhão, a maioria das famílias que ali residem não possuem os títulos de suas propriedades rurais. Por isso mesmo, eles se auto-denominam "posseiros". Quando a madeireira Zattar chegou no município, a estratégia de seus administradores foi de, inicialmente, comprar os pinheiros que estavam nas áreas de faxinais. A biografia de Miguel

[1] A empresa possui em torno de 30.000 alqueires paulistas de terras em Pinhão.

Zattar, intitulada “Madeira de Lei”(2008), informa que, quando seu pai, fundador da empresa, morreu, possuía sete mil escrituras de terra. Segundo informantes, a obtenção dessa quantidade de alqueires foi possível porque os contratos de venda de pinheiros eram na verdade contratos de venda das terras. A população, que naquela época era de maioria analfabeta, assinava contratos confiando que estava vendendo árvores, mas na verdade estava abrindo mão de suas propriedades. Esse processo de grilagem, através da assinatura de contratos, persistiu desde a década de 1950 até finais da década de 1980. Guardas armados da madeireira, os “jagunços”, iam com frequência às casas das pessoas para pedir que elas assinassem os contratos de arrendos e vendas de pinheiros. Além disso, esses homens armados costumavam queimar os paióis das pessoas, bloquear estradas, matar criações e conta-se, também, que mataram muita gente.

Atualmente, o município possui diversas frentes de luta pela terra. Há posseiros que buscam sua regularização fundiária via usucapião. Por outro lado, há também o esforço da Associação local em negociar áreas de assentamento junto ao INCRA. Uma terceira frente de regularização do território compreende os povos faxinalenses que reivindicam o estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável em suas terras. E, por fim, a região é marcada pela presença de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os quais apresentam propostas distintas de ocupação e de aproveitamento da terra.

Além disso, muitos filhos de posseiros que não possuem terras regularizadas estão nos acampamentos do MST e do MPA. É comum encontrar posseiros que dizem ter participado desses movimentos sociais, ou que fazem acordos com eles – tanto em termos de concessão de terras para os acampamentos, quanto em termos de negociação política. Outro aspecto a se destacar, nesse quadro, é que ex-funcionários da Zattar também integram o coro em prol da redistribuição das terras que supostamente pertencem à madeireira. Grande parte desses sujeitos ficou sem emprego e sem terra, quando a firma entrou em decadência. Finalmente, há os “vindouros”, pessoas de outros lugares, em especial do Rio Grande do Sul, que compraram, na década de 1980, terras de Zattar em Pinhão. Porém, como as terras que a madeireira vendia estavam hipotecadas, não havia como registrá-las, e os compradores ficaram sem seus títulos. Foi assim que alguns desses vindouros se tornaram posseiros.

Cabe ressaltar que, embora seja possível distinguir essas diferentes frentes de luta pela terra, as pessoas transitam por elas ao longo de sua história. Há sujeitos que, ao mesmo tempo que possuem processos de usucapião em andamento na justiça, reivindicam o estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável em suas terras. É possível,

então, afirmar que não há uma distinção óbvia entre posseiro e faxinalense. Enquanto "posseiro" é a categoria utilizada para definir o sujeito que não tem a terra titulada, o termo "faxinalense" remete ao indivíduo ou grupo que vive no faxinal, apresentando um modo específico de territorialidade. Ou seja, é possível ser ambos ao mesmo tempo, ou se perceber como exclusivamente um ou outro. Nesse sentido, posseiro e faxinalense são também categorias de auto-definição em constante construção.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Embora de grandes proporções e de impacto significativo para a região em que se insere, o conflito de terras no município de Pinhão ainda é pouco conhecido no estado do Paraná. Tive acesso a essa realidade através do Projeto Memórias dos Povos do Campo, criado em 2008 e integrado por professores da UFPR, UEM e UNIOESTE, e por um historiador do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do estado do Paraná (ITCG). Em abril de 2009, fomos à Pinhão, onde fizemos o primeiro contato com a AFATRUP e com os posseiros, guiados pelo nosso colega do ITCG que já havia tomado conhecimento da luta por terras na região. Em agosto de 2009, numa visita à Curitiba, o Presidente e o advogado da Associação se reuniram com alguns integrantes do Projeto Memórias e solicitaram ao Departamento de Antropologia da UFPR a elaboração de um estudo antropológico sobre os posseiros e faxinalenses de Pinhão.

Esse pedido se relaciona diretamente com os objetivos políticos da AFATRUP, que, atualmente, negocia junto ao INCRA a criação de assentamentos em Pinhão, os quais são percebidos como uma das possíveis soluções para o conflito de terras que ocorre no município. Segundo o Presidente e o advogado da Associação, a sugestão do estudo antropológico partiu de reuniões realizadas com o INCRA, nas quais os representantes da AFATRUP levantaram a necessidade de que os projetos de assentamento levem em conta a especificidade da ocupação territorial local, e nesse sentido, o modo de ser e de viver dos pequenos produtores de Pinhão. Para tanto, é preciso também considerar todo o processo histórico no qual se insere essa população local, marcada pelo conflito com agentes do avanço desenvolvimentista no campo, dentre os quais a empresa madeireira Indústrias João José Zattar S/A possui a maior relevância, já que é percebida, no município como um todo, como a grande responsável pelos problemas fundiários existentes nessa localidade.

Dentro desse campo de luta fundiária, situa-se minha pesquisa de mestrado, a qual faz parte do estudo antropológico requisitado pela Associação das Famílias dos Trabalhadores

Rurais de Pinhão ao DEAN/UFPR[2]. Tendo em vista a complexidade desse contexto e a relevância que o trabalho antropológico possui na sustentação das reivindicações políticas dos posseiros, o foco de minha pesquisa recai sobre as memórias do conflito de terras no município, mais especificamente sobre as memórias da violência vivida. Minha intenção, de modo geral, é perceber como essas narrativas são construídas e que aspectos desse processo histórico de expropriação são mais marcados pelos sujeitos. Nesse sentido, o diálogo entre os relatos revela dados mais gerais sobre esse processo, assim como os modos de ser e viver das pessoas que fazem parte desse conflito, as estratégias da madeireira, e as formas de resistência de diferentes posseiros.

Os relatos aqui discutidos foram coletados ao longo do mês de fevereiro deste ano, durante a primeira fase de meu trabalho de campo, que está em andamento, devendo ser concluído no início de 2011. Nesse primeiro momento, o campo foi organizado junto à AFATRUP, que nos informou sobre a situação em que se encontram as diferentes áreas do município e nos indicou pessoas, em cada localidade, que viveram e vivem o embate com a empresa Zattar. Assim, durante o mês de fevereiro, percorremos o interior do município de Pinhão, visitando áreas de faxinais, terras de ocupação mais recente, a região da Zattarlândia, áreas próximas à barragem da Usina Bento Munhoz da Rocha Netto, acampamentos do MST e do MPA, e um assentamento já consolidado. Pudemos conhecer tanto personagens centrais para a organização política dos posseiros e faxinalenses, quanto figuras que são localmente conhecidas como porta-vozes do processo de violência e expropriação vividas.

A discussão que se segue tem como base esses primeiros diálogos e a pesquisa documental realizada no ITCG, ao longo do segundo semestre de 2009. A análise dos relatos tem como base teórica o diálogo entre a antropologia e a micro-história. Nesse sentido, as narrativas orais são percebidas como processos criativos, que se constróem através do tempo, expressando relações de poder e uma visão de mundo específica, mas que, justamente por existirem no tempo, são contextuais e abertas (Fabian, 1998).

Além disso, ao dar atenção à maneira com que as situações concretas são encadeadas, a etnografia pode revelar tanto os diversos campos de discurso (declarações oficiais e marginais, concepções compartilhadas ou enunciados proibidos) existentes em determinado domínio, quanto perceber os processos através dos quais os acontecimentos são construídos. Para isso, a análise tem como primeiro objetivo compreender o sentido imediato do enunciado. A partir deste, outras interpretações podem ser realizadas, pelo alargamento do contexto de enunciação. É também nesse sentido que o presente histórico "se decompõe em

[2] Esse trabalho é atualmente realizado pela Profª Dra. Liliana Porto e por mim, sua orientanda de mestrado.

realidades sociais articuladas no tempo; assim são restituídas as situações no interior das quais os indivíduos reorganizaram sua experiência e fizeram valer sua estratégia própria(...)" (Bensa, 1998, p.52). Destaca-se então, que as pessoas com quem conversamos estão inseridas num amplo quadro de luta pela terra, e que seus relatos sobre o passado dizem respeito à maneira com que compreendem sua situação presente.

Enfim, os estudos focados num nível mais "micro" podem revelar "processos, regras de enunciação, faculdades de comunicar cuja lógica não é irredutivelmente específica dos contextos, mas se encontra e também age em outros lugares" (ibid, p.75). Nesse sentido, o processo de violência e expropriação vivido pelos moradores da zona rural de Pinhão revela dinâmicas que são típicas do avanço das frentes desenvolvimentistas no campo, e que marcam o meio rural brasileiro ao longo do século XX.

MEMÓRIAS DA VIOLÊNCIA: CERCA, JAGUNÇO E CONTRATO

Quando nos contou sobre o processo de expropriação realizado pelas Indústrias Zattar em Pinhão, Jorge[3], que é uma das lideranças políticas locais, apontou para um sistema complexo de dominação, cujos elementos centrais, nas palavras do narrador, são: cerca, jagunço e contrato. Segundo Jorge e diversas outras pessoas entrevistadas, Zattar teria vindo à Pinhão após ter ganhado uma concessão de terras do governador Lupion. No entanto, não há documentos históricos que comprovem esse fato. Além disso, a própria biografia do filho do empresário conta que João José Zattar conseguiu as terras "comprando" pinheiros dos moradores locais. Por outro lado, Jorge e diversos outros sujeitos com quem conversamos ressaltaram que a empresa Zattar comprava pinheiros, e que, através de sua rede de relações, comandava os cartórios e instâncias políticas locais.

Segundo Jorge, ao assinarem os contratos de arrendamento e de vendas de pinheiros, as pessoas passavam suas terras para o nome de Zattar. Havia algumas maneiras de fazer as pessoas assinarem esses documentos: ou os jaguços chamavam as pessoas para uma reunião na casa deles, ou eles mesmos, junto com o delegado, iam até a casa das pessoas e as intimidavam para que assinassem o contrato. Seu Marcelino, figura bastante conhecida no local, relata, numa entrevista gravada, quando seus problemas com a empresa começaram, e como foi o processo de expropriação:

> *Aqui desde 70* (ele tem problemas com a Zattar). *O problema é por causa dos jagunços, nós não podia plantar, nós não podia fazer nada, eles iam*

[3] Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados, todos os nomes aqui descritos são fictícios.

> *espremendo tudo, fazendo contrato, e daí no primeiro ano fizeram contrato por um ano, depois no segundo ano por dois, e foram indo, por três. Daí quando chegou nos três anos eles queriam fazer contrato por cinco anos e o povo começou a reinar. (...) O contrato é o seguinte, eles queriam ser donos da área mas não tinham documento legal. O João José Zattar queria ser dono. Então eles queriam ser donos e o povo era muito mais velho que eles (...). Eles queriam ser donos e daí começaram a fazer contrato. Eu era contra (...).*(Seu Marcelino, morador do Faxinal dos Taquaras, 70 anos).

Sob as ameaças da jagunçagem, seu Marcelino deixou sua mulher e as crianças na terra visada pela Zattar, e foi trabalhar numa firma fora de Pinhão. Conta que, com a inviabilização da produção, que não podia ser feita já que os guardas da empresa ou destruíam os paióis ou confiscavam os produtos, teve que sustentar sua família através do trabalho assalariado. Outros aspecto destacado por esse senhor é a inexistência de cercas no Faxinal dos Taquaras antes da entrada dos "de fora". Segundo ele, foi a vinda desses forasteiros que fez com que os posseiros começassem a cercar suas terras. Marcelino foi uma das únicas pessoas na área do Faxinal dos Taquaras que não assinou o contrato com a Zattar. Ele conta que quando *o povo* não queria assinar o contrato, os jagunços promoviam ações para expulsá-los. Outra fala que aponta para isso é a de Dona Joana que, viúva, teve de enfrentar as ameaças contra ela e seus filhos pequenos:

> *Eles* (a empresa Zattar) *chegaram e já queriam que aquela terra fosse deles. Que era pra nós sair (...). Jagunço é como um, um polícia. Ele chega, manda e faz o que o chefe mandou (...). Eles andavam a cavalo. Armados (...). Daí chegavam na nossa casa e queriam que a gente assinasse de qualquer jeito o contrato. Nós não quisemos.* (Dona Joana, 72 anos, moradora do Assentamento dos Ribeiros).

Nesse mesmo ano, essa senhora teve de ir a uma localidade distante de onde morava, para ajudar uma grávida. Como não havia com quem deixar suas crianças, teve de levá-las com ela. Conta que no dia seguinte, quando chegou, encontrou somente as cinzas de sua casa. *Queimaram tudo, mantimento, feijão, roupas, as latas de banha que eu tinha, tudo, não sobrou nada*. Isso aconteceu por volta de 1973.

Outra narrativa que fala das estratégias dos jagunços é a de José, outra das lideranças do Movimento dos Posseiros:

> *Em alguns lugares eles* (os jagunços) *iam e amarravam os bois e puxavam, era direto (...). Atiravam fogo. Aqui eu vi muito, as pessoas estavam secando erva pro chimarrão, era esse o sistema, e eles chegavam e queimavam a erva das pessoas (...). E aí eles mudavam a estratégia, quando uma não funcionava eles montavam outra.* (José, morador do Avencal, 40 e poucos anos).

Quando perguntadas sobre quem são esses jagunços, e de onde estes vêm, as pessoas explicitam que, exceto no início da década de 70, quando os primeiros jagunços vieram de fora, os guardas da empresa eram moradores da região, vizinhos e parentes dos posseiros que ameaçavam. Nesse sentido, os jagunços que intimidavam os posseiros eram quase sempre pessoas próximas a eles. Essas relações entre os posseiros e a madeireira revelam a impossibilidade de se pensar nesse conflito como um universo onde há uma diferenciação óbvia entre vítimas e opressores. Assim, tendo em vista a construção das relações sociais e as diferentes estratégias utilizadas por posseiros e pela empresa Zattar, é mais interessante perceber os contextos de vitimização e opressão que são gerados ao longo do processo histórico de conflito.

As histórias de Ana e Francisca são bastante elucidativas para a compreensão dessa complexidade de arranjos sociais e situações de violência. Ana, senhora de 55 anos, moradora do Faxinal do Bom Retiro, é uma figura famosa na região. Seu sucesso se deve ao fato de que ela matou Adir, jagunço conhecido como o mais valente, em 2002. Segundo Ana, no dia em que o matou, Adir e seu bando estavam pintando a cerca das terras dela. Vendo isso, Ana perguntou para os jagunços por que eles vieram pintar a cerca agora que estava podre, e disse que eles deveriam ter vindo quando a cerca estava nova. Como resposta, Adir ameaçou amarrá-la numa árvore e fazê-la assistir eles pintarem a cerca. Esse jagunço, ressalto, era casado com a prima do marido de Ana, e, além disso, era seu padrinho de casamento. A senhora conta que ele já havia ameaçado ela e seu marido outras vezes, e que assassinara o próprio afilhado a mando da empresa Zattar. Sob a ameaça de Adir, Ana deixou os jagunços pintando sua cerca. Correu para dentro de sua casa, pegou a espingarda, voltou para onde os homens estavam e atirou no peito e na perna de Adir, matando-o. Ao contar sua história, Ana ri, e faz questão de falar do quanto a comunidade ficou feliz ao saber da notícia da morte do jagunço.

Francisca, por sua vez, era esposa de jagunço. Antes de morrer, o marido dividiu seus bois entre ela e seus filhos, e disse para Francisca que, se algo acontecesse com ele, era para

ela ficar na terra. Tudo indica que ele foi morto por queima de arquivo, já que, antes de ser assassinado, deu dicas de que isso poderia ocorrer. Viúva, Francisca, de 59 anos, moradora do Faxinal dos Silvérios, passou a sofrer ameaças dos jagunços. Além de intimidarem-na para que assinasse o contrato de arrendamento, e de confiscarem sua erva-mate, em 1991 os jagunços realizaram um tiroteio, no meio da noite, contra a casa dela. Mesmo com toda essa opressão, Francisca permaneceu na terra, e não assinou os contratos. Foi assim que ela se tornou posseira. Ela conta que somente em 2008, com a chegada do MST na área, os jagunços pararam de incomodá-la. Isso porque agora eles tinham mais pessoas com quem se preocupar.

Ambas essas histórias nos mostram a mudança na condição de duas pessoas dentro do conflito: Ana, de vítima à heroína local; Francisca, a de mulher de jagunço à posseira. Por outro lado, essas histórias nos apontam para complexidade de possibilidades de arranjos sociais existentes nesse universo. Ana, posseira e faxinalense, mata o próprio compadre, vizinho seu, que é também um jagunço muito ruim. Houve quem dissesse que o marido de Ana também trabalhava para a Zattar, mas disso ela não falou. Francisca, por sua vez, ao ficar viúva, torna-se alvo das ações violentas da empresa, cuja intenção era retomar as terras que essa senhora ocupava junto com o marido. O fato de seu marido ter sido jagunço não impede Francisca de ser reconhecida como posseira. Assim, para compreender esse universo e a maneira com que esse conflito se constrói, é preciso estar atento para o fato de que a empresa madeireira tinha relações pessoais com as comunidades, e que nem sempre essas relações eram percebidas como algo negativo mas, pelo contrário, às vezes eram elas que possibilitavam a resistência das pessoas na terra. Com isso, é preciso pensar na maneira com que a própria empresa Zattar se insere nesse domínio de relações pessoais e estabelece ligações com as pessoas do local.

Tanto Francisca quanto Lúcio, ex-jagunço da Zattar, destacam que os "guardas florestais" – como eram chamados os jagunços da empresa – não eram registrados como tais, mas como empregados rurais. Dessa maneira, não havia provas documentais de que a empresa empregava trabalhadores para servirem de jagunços.

Por outro lado, as pessoas que entrevistamos chamam atenção o tempo todo para sua capacidade de enfrentar a empresa. Ressalta-se, nesse sentido, o fato de a casa dos jagunços no Faxinal dos Taquaras ter pegado fogo misteriosamente. Nessa mesma localidade, seu Camilo afirma que, mesmo após os jagunços terem probido ele de retirar qualquer material vegetal da área, ele cortou taquaras e as deixou expostas na porta de sua casa. Diversas pessoas relatam que, mesmo com a proibição, imposta pela empresa, da retirada de erva-mate, elas continuaram a colher o produto e a enfrentar os jagunços.

Embora haja casos de enfrentamento, há outras pessoas que relatam uma resistência silenciosa. Seu João, senhor de bastante idade, morador do Lajeado Feio, nos contou que assinou o contrato com a Zattar, e que era frequente a presença de jagunços nos entornos de sua residência. Ele diz que, mesmo com a proibição, cortava madeira e retirava erva-mate escondido. E que foi, aos poucos, plantando árvores frutíferas e expandindo sua criação ao redor de sua terra, construindo coisas, para que pudesse garantir, futuramente, que aquele espaço era dele.

Destaca-se também que, apesar de vista como empresa expropriadora, e que matou muita gente, as Indústrias Zattar são também reconhecidas como responsáveis pelo desenvolvimento do município de Pinhão. Essa ambiguidade, que tem como dois extremos o progresso e a miséria, repercute nos discursos das pessoas que relatam a presença da empresa Zattar na zona rural. A memória da Zattarlândia como local de fartura para os empregados da firma, onde havia farmácia, mercados, posto de gasolina, escola, igrejas, festas e muitos moradores é cruzada com a memória das ações violentas cometidas pela Zattar. Essa localidade, quartel-general da empresa, possuía até moeda própria de circulação. O "boró" era o dinheiro pago aos empregados da indústria, que deveriam gastar seus salários nos armazéns da Zattarlândia, os quais pertenciam à própria empresa. Para entrar e sair desse reduto particular da família Zattar, era preciso ter permissão. Toda a área era fechada com portões e guaritas. Hoje, quem passa na estrada vê apenas os restos das casas de madeira onde antigamente reinava o esplendor dos Zattar em Pinhão. Zattarlândia ficou largada no tempo, e quem a vê não consegue imaginar o lugar de fartura descrito por seus antigos moradores. Rápida como veio, a empresa também ruiu. Ainda assim, os filhos do fundador da Zattar ainda dominam algumas áreas dentro de Pinhão, onde plantam pinus e eucaliptos. Têm como herança a visão da Zattarlândia fantasma, os estragos causados às florestas, e uma multidão de pessoas que lutam por reaver as terras que, para elas, jamais deixaram de ser suas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do contexto em que se dá o conflito de terras em Pinhão é algo que salta aos olhos. Embora tenhamos a madeireira como agente idealmente opressor, os sujeitos que seriam comumente considerados vítimas de sua ação, relacionam-se com ela de diversas maneiras. Alguns, como vizinhos e parentes de jagunços. Outros, como empregados da empresa. Há ainda os que relatam somente histórias de confronto, onde colocam-se como pessoas que resistiram aos avanços da Zattar, e sofreram ataques dela. Além dessa

complexidade de relações com a empresa, há diferentes frentes de luta por terra dentro de Pinhão. Nesse sentido, é impossível pensar nas pessoas que passaram por situações de embate contra a madeireira como portadoras de uma identidade única. É assim que minha pesquisa se foca nas memórias do conflito, o qual é uma vivência que essas pessoas têm em comum, e não sobre as memórias como organizadoras de uma identidade comum – pois, embora exista algo em comum, as auto-definições e inserções em movimentos sociais são diversificadas e mudam com o passar do tempo.

As narrativas do conflito em Pinhão, especialmente a memória da violência vivida, trazem à tona não somente visões parciais de diferentes situações e categorias, como apontam para um processo histórico que, apesar de ter sido vivido de diferentes maneiras, segundo os diferentes sujeitos que dele participam, é comum entre os moradores do meio rural do município. Nesse sentido, embora nem sempre o assunto sobre Zattar surja espontaneamente, a presença da madeireira e as histórias de violência marcam a localidade como um todo. Assim, se as narrativas são construídas de acordo com quem as narra, por outro lado, elas trazem notas que dizem algo sobre o todo do conflito, revelando sua faceta talvez mais surpreendente: não há vítimas e opressores, mas contextos de vitimização e opressão, onde se destacam como elementos centrais as cercas, os jagunços e os contratos. Todos se encontram num jogo que pode virar a qualquer momento, segundo o estado das relações sociais e o desenrolar dos acontecimentos.

O estudo sobre as memórias do conflito de terras em Pinhão traz à tona dados que podem ser encontrados em outras regiões do Paraná e do Brasil, e revela dinâmicas que estão ligadas a processos históricos mais amplos. Entre outras coisas, a pesquisa em Pinhão incita reflexões sobre o *ethos* do campesinato, o desenvolvimento do capitalismo no campo, as políticas de terras, a violência no interior, e as representações e ações da figura do jagunço, histórica e presente no meio rural brasileiro como um todo. Assim, a etnografia pode apontar para as várias escalas e contextos que influem sobre a situação local, e esta, por sua vez, pode nos ajudar a compreender dinâmicas que não se restringem ao universo pesquisado. E finalmente, o registro desse processo histórico e das visões que os sujeitos que o enfrentaram possuem sobre ele sustenta e legitima as atuais reivindicações de terras dentro de Pinhão. Sua leitura nos propicia, sobretudo, uma compreensão mais complexa dos mecanismos de expropriação pelo qual passaram as pessoas que hoje lutam para garantir seus territórios tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. 2001. “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização” in: **Mana**, vol.7, n.2, Rio de Janeiro, pp. 7-33.

ALMEIDA, Alfredo Wagner & SOUZA, Roberto Martins de. 2009. **Terra de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas.

BENSA, Alban. 1998 [1996] .“Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: REVEL, Jacques (org.) Jogos de Escalas: A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, pp.39-76.

FABIAN, Johannes. 1998. ***Moments of Freedom: Anthropology and Popular Culture.*** Charlottesville: University Press of Virginia.

MONTEIRO, Nilson. 2008. **Madeira de Lei: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar.** Edição do autor, Curitiba.

POLLAK, Michael. 1992. “Memória e Identidade Social” in: Estudos Históricos, vol.5, n.10, Rio de Janeiro, pp 200-212.

PORTELLI, Alessandro. 1991. ***The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History***. New York: State University of New York.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. 1998 [1995] "O domínio da etnicidade: as questões-chave" in: **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, p. 141-172.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BELINATI, E., CONSTANTINO, O . , GUIMARÃES, M. 1991. Relatório da Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná, organizada para verificar os conflitos fundiários no município de Pinhão.

HAMAN, Ernesto. 1994. Memorando Interno do Instituto Ambiental do Paraná, 11/11/1994.

IAP. 1994. Relatório Preliminar sobre o conflito generalizado no município de Pinhão.

IPARDES. 2009. Caderno de Estatísticas do Município de Pinhão.

SITES CONSULTADOS

Para referências históricas sobre Pinhão: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/pinhao.pdf>. Acesso em 1 de Novembro de 2009.

Para consulta do Censo 2000:
<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 1 de Novembro de 2009.

FILMES CONSULTADOS

"Posseiros do Pinhão: A Luta Pela Terra". Comissão Pastoral da Terra, 1993."9ª Romaria da Terra". Comissão Patoral da Terra, 1994.

MEDIADORES SOCIAIS E POLÍTICOS: ESTADO, LIDERANÇAS E COMUNIDADES NA AMAZÔNIA

Raquel Wiggers

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS – e Departamento de antropologia – DAN – da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Email: raqwig@hotmail.com

GT 03 – Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas

1. APRESENTAÇÃO

Este é um ensaio onde elaboro algumas reflexões sobre o papel de mediadores sociais e políticos no surgimento de comunidades rurais no Rio Cuieiras. O enfoque na mediação social e política exercida por alguns agentes pretende desvendar o seu aspecto de mão dupla entre as reivindicações de direitos e serviços junto ao Estado por parte do representante da comunidade e o seu esforço político local de convencimento para que as pessoas colaborem na formação e coesão social da comunidade.

Podemos afirmar que os povos do Amazonas vivem em cidades e fora da cidade. Os primeiros têm uma vida "urbana" e contam com serviços e modos de vida específicos desta urbanidade, lembrando sempre que as cidades da Amazônia têm características muito próprias (Ramos, 1999), e elementos da ruralidade amazônica são freqüentemente encontrados na constituição das cidades. Os outros são habitantes das margens dos rios e das florestas. Estes povos da floresta recebem diversas designações, entre elas, caboclos (Adams, 2006), indígenas, povos tradicionais (Almeida, 2004, 2005), populações tradicionais (Diegues, 2000), moradores de RESEX (Creado, 2006), bosquesinos (Gasché, 2007)[1].

[1] Os termos pelo qual são designados referem-se prioritariamente a duas bases identitárias: étnica e espacial. Para fins desta analise considero que as classificações étnicas não são interessantes, porque separam grupos humanos que estão em constantes relações sociais, manifestadas por ajudas e trocas, inclusive matrimoniais. Nas classificações espaciais são levadas em consideração os locais de residência e a mobilidade das pessoas no espaço. E o enfoque deste texto privilegia estas relações que ocorrem entre as comunidades do Rio Cuieiras sejam elas indígenas ou não.

Interessa-me aqui especialmente o argumento de Gasché (2007) para classificá-los como bosquesinos: existe uma série de características genéricas comuns a todas elas e que distinguem, em seu conjunto, da sociedade urbana de tipo "ocidental". Estas características não privilegiam distinções étnicas entre as comunidades e enfatiza os aspectos culturais compartilhados, a forma de produção e a ênfase nas necessidades de sociabilidade e de mobilidade. Além de ressaltar que estas populações que vivem no mundo rural amazônico estão em intensa relação com os rios, a floresta, o roçado e áreas de várzeas cultiváveis ou não.

Estes povos da floresta, que Gasché denomina de bosquesinos, residem prioritariamente de duas formas, ou são moradores isolados ou são comunitários. Os moradores isolados residem em sítios, e podemos traçar algumas diferenças entre sítio e comunidade. No sítio mora geralmente apenas uma família, composta preferencialmente por um casal e filhos, algumas vezes estes filhos são casados – e como o casamento geralmente acontece quando a moça fica grávida – estes filhos casados já têm suas próprias crianças. Nos sítios não há mais que duas casas, com raras exceções, três casas. E de certa forma poderíamos dizer que algumas comunidades são em termos de tamanho e número de moradores quase como sítios, porque são locais de residência de uma família extensa. Nos sítios do Rio Cuieiras, diferentemente do observado por Neves (2008) em Tefé, os sitiantes não criam gado, nem têm outra atividade econômica diferente daquelas dos comunitários. Sitiantes e comunitários vivem praticamente do mesmo modo. A diferença principal é que os sítios nunca são sedes de benfeitorias comuns, nem de sedes de instituições do Estado. As comunidades, por sua vez, sediam escolas, postos de saúde, igreja, antena de celulares, telefone público. Nelas residem desde uma família extensa – em casas separadas – ou diversas famílias. As comunidades têm um líder comunitário eleito ou indicado pelos moradores que o representa frente ao Estado.

Por ocasião de reivindicações de algum beneficio público do Estado ou de ONGs, no rio Cuieiras são feitas listas de assinaturas em que participam comunitários e sitiantes. No entanto, na maior parte das vezes, "quando o beneficio chega os sitiantes não aproveitam porque moram longe". Morar "longe" significa que suas residências são distantes do local da comunidade e para deslocarem-se até ela é preciso ter gasolina para a *rabeta* ou força e disposição para remar.

As *comunidades são* tradicionalmente a unidade política com a qual as instituições estaduais, os órgãos governamentais, as Ongs e as igrejas se relacionam com as pessoas que vivem no mundo rural amazônico, e isso se dá através de um líder comunitário, reconhecido

como tal pelos comunitários e pelo estado. Estes líderes comunitários eleitos pelos moradores da comunidade são responsáveis por fazerem a mediação social e política entre a comunidade e o Estado, e entre os moradores da própria comunidade.

Gostaria de enfatizar neste texto a forma como estes mediadores sociais que são lideres comunitários[2] das comunidades do Rio Cuieiras atuam no estabelecimento da relação entre os membros da comunidade e delas com o poder público, as igrejas o Estado e ONGs. Tendo em conta que o papel exercido por estes mediadores nas instâncias públicas de poder é essencial para o próprio surgimento da comunidade como agrupamento social. A atuação política destes agentes fornece o poder necessário para que o presidente da associação de moradores cumpra o papel aglutinador necessário para a organização comunitária.

É preciso ainda retomar do texto de Gasché que os bosquesinos têm necessidades distintas dos moradores da cidade. O autor as caracteriza como necessidades de socialidade e de motricidade, "estas duas necessidades ontológicas" que "nossa sociedade urbana, capitalista e consumista só marginalmente satisfaz". As necessidades de sociabilidade são satisfeitas nas interações com os outros, que ocorrem na cooperação de trabalho, como na preparação de festas, em um mutirão, mas também em tempos dedicados a visitas, a comidas, bebidas compartilhadas, jogos de futebol e volei, conversa com familiares e vizinhos. Gasché lista três tipos de interação onde são estabelecidas relações específicas: pessoas com quem se compartilha comidas e bens; pessoas com quem se compartilha trabalho; e pessoas com quem se celebram festas. Estes três grupos de interações são os que compõem o pano de fundo das práticas sociais que satisfazem a necessidade de sociabilidade entre os bosquesinos. A partir da convivência nas comunidades do Rio Cuieiras, eu acrescentaria a estes três mais um tipo de relação desejável: aquele estabelecido no cuidado e convívio com as crianças. As crianças são o próprio motivo da vida comunitária, porque que circulam em grupos, brincando e fazendo algazarra, interagindo e provocando dos adultos a cuidá-las, e também porque em nome da escola das crianças famílias se mobilizam para morar nas cidades ou em comunidades.

Ressalto a importância de nos atentarmos para o fato de que a necessidade de interagir das pessoas é satisfeita nestes quatro grupos de interação específicos e que as relações são estabelecias com grupos distintos e não com a comunidade em seu conjunto. Não é a comunidade como unidade que se relaciona, mas seria mais correto afirmar que as pessoas compõem grupos de interação nos membros da comunidade onde moram e nas comunidades e

[2] Temos outros mediadores sociais importantes nas comunidades que não são os lideres comunitários, entre eles, os professores, a merendeira, o dono do "passeio".

cidades próximas. Temos então duas formas distintas de perceber comunidade: enquanto Estado e os projetos de desenvolvimento feitos para estes grupos partem do princípio de que comunidade é uma unidade, a vida social na comunidade se desenvolve em termos de grupos com interações sociais privilegiadas.

Outra necessidade descrita por Gasché é a de motricidade. As atividades físicas dos bosquesinos se desenvolvem sempre em sua sociedade e em seu meio natural. Sendo que a sociedade bosquesina se caracteriza pela autonomia de cada unidade doméstica, o que repousa no fato de que nenhum comunitário pode dar ordem a outro comunitário (falando de adultos), a pessoa bosquesina é livre e dispõe de seu corpo. Seus esforços de trabalho nunca obedecem constrangimentos externos, sempre são o resultado de sua própria decisão e iniciativa. O bosquesino exerce sua motricidade à seu gosto pessoal. O bosquesino se esforça em atividades laborais como nós "ocidentais" fazemos um esporte em nosso tempo livre, com prazer e a nosso gosto. O exercício da motricidade procura a satisfação da pessoa, a condição de que ela disponha livremente de seu corpo e não tenha que cansar-se sob constrangimento, como ocorre entre trabalhadores submetidos aos ritmos das maquinas e a horários[3].(Gasché, 2007)

Tendo em mente estas particularidades podemos perceber a importância do papel do líder comunitário como mediador social e político dentro de uma comunidade. Ele tem que acenar com vantagens da vida em comunidade – escola, posto de saúde, possibilidade de ganho financeiro – em oposição com a liberdade de decisão e de motricidade que as pessoas têm quando vivem em sítios. Nos dois casos têm-se vantagens, que são colocadas em equilíbrio principalmente pela atuação do líder comunitário.

2. O RIO CUIEIRAS

Com fins de embasar o argumento principal deste ensaio, recorro às entrevistas e observações feitas durante trabalho de campo nas comunidades do Rio Cuieiras, no município de Manaus, em fevereiro de 2010. São seis as comunidades ao longo do Rio Cuieiras, da nascente para "boca" do rio, localizadas na seguinte ordem: Barreirinha, Boa Esperança, Nova

[3] Poderíamos considerar que estas pessoas que não concebem esta lógica de trabalho para as pessoas também não a concebam para os animais. Projetos desenvolvimentistas que tentaram investir na produção de frangos e porcos em escala industrial foram fracassados nas comunidades do Rio Cuieiras. O mundo das atividades humanas não está apartado do mundo da natureza, então animais e vegetais fazem parte do mesmo princípio das atividades humanas. Poderíamos pensar que na lógica local é também inaceitável que os animais tenham sua motricidade limitada pelo querer de outro ser, neste caso, humano. Frangos e porcos são criados soltos, são poucos e não são a base do consumo de proteínas nas comunidades. Animais caçados e peixes capturados são considerados bons alimentos. Deles que se fala e se comenta.

Esperança, Nova Canaã, São Sebastião e Três Unidos. Barreirinha, Nova Esperança e Três Unidos são "comunidades indígenas", Boa Esperança e São Sebastião são "comunidades brancas" e Nova Canaã é uma "comunidade mista". Considero que para fins de análise neste texto que objetiva analise de organização comunitária não seja interessante separá-las pelo critério étnico, mas enfatizar o aspecto de unidade em que as relações sociais estabelecidas são próximas e constantes[4].

Além das comunidades ao longo do rio temos diversos "sítios" onde moram famílias isoladas. A maior parte destes sítios *pertence* às comunidades próximas, outros poucos são isolados, considerados independentes da comunidade.

Nos 10 dias de trabalho de campo fiquei morando na comunidade Nova Esperança, e a maior parte das observações foram feitas ali. Nova esperança é uma comunidade indígena da etnia Baré, onde moram aproximadamente 25 famílias, todas relacionadas entre si por laços de parentesco. A comunidade é dividida em duas famílias extensas que se organizam como dois grupos de convivência, e é liderada por seu Zé Mutuca que é o Tuchaua da comunidade. Ele é casado com a filha mais velha do casal Jonas e Hugolina, que são os cabeças da segunda família extensa da comunidade. Uma família extensa é composta por Zé Mutuca, sua mulher, três filhos solteiros e cinco filhos casados e com filhos, e uma irmã dele casada com um irmão de sua mulher. Outra é composta pelo casal Seu Jonas e dona Hugolina, com seus 10 filhos casados com filhos e uma filha solteira.

O Rio Cuieiras como todos os afluentes do rio Negro, tem águas escuras e as terras de várzea não são utilizadas para plantio, porque as margens dos rios, por ocasião dos períodos de seca, não são agricultáveis. Então as terras cultivadas são terras altas, e o cultivo predominante, senão exclusivo, é a mandioca. Em todas as casas havia um canteiro suspenso com tempero verde, e não pude observar outro tipo de plantação além destes e algumas árvores frutíferas.

Estes ribeirinhos mantêm-se como agricultores familiares nas roças de mandioca, o trabalho na casa de farinha, pescadores, caçadores e extratores dos recursos da floresta. Na época da cheia o peixe escasseia. Em todas as comunidades do rio Cuieiras a grande parte das famílias recebia algum tipo de rendimento em dinheiro, seja na forma de aposentadoria, bolsa

[4] As pessoas de todas as comunidades do Rio Cuieiras têm relações constantes com Manaus, vem visitar familiares, receber aposentadoria, bolsa família – a viagem de barco até Nova Esperança demora 3 horas partindo da Marina do Davi em barco com motor de 15 HP, e 6 horas no recreio, que sai da comunidade as 4 da manhã e chega no porto da Compensa as 10 horas.

família, bolsa floresta, ou vendiam artesanato para os turistas que vinham de navio conhecer a reserva de Anavilhanas[5].

3. A DINÂMICA DO SURGIMENTO

O Rio Cuieiras me parece interessante para esta análise porque tem comunidades relativamente recentes. A atual configuração das comunidades do rio tem pouco menos de três anos. Havia moradores no rio Cuieiras desde muito tempo, e algumas comunidades já existiram e deixaram de existir naquele lugar. Todas as comunidades têm ciclos de vida, e não seria completamente equivocado comparar com nosso próprio ciclo: nascimento, crescimento, fortalecimento enfraquecimento e morte. Durante o ciclo de vida de uma comunidade em alguns momentos ela está fortalecida e em outros momentos bastante enfraquecida. Vários são os motivos que levam uma comunidade a enfraquecer, no entanto neste texto vou me ater ao esforço de surgimento e fortalecimento de comunidades.

De forma genérica podemos dizer que as comunidades do Rio Cuieiras formam-se da seguinte forma: uma família veio do interior, (das regiões de São Gabriel, Juruá, Tefé) circulava por Manaus e pelo Tarumã, residindo e trabalhando em diversos lugares e depois vinham morar no Rio Cuieiras atraídos por um parente que já morava na região ou pela possibilidade de fazer um sítio naquelas terras[6]. Então neste primeiro momento não se pode dizer que eles se organizavam em comunidade.

A seguir descreverei o processo de surgimento da comunidade Nova Esperança segundo relato do seu Zé Mutuca, atual Tuchaua da comunidade Nova Esperança. Porque esta história é exemplar de outras histórias de surgimento da comunidade e organização comunitária no rio Cuieiras.

Segundo narrativa de Seu Zé Mutuca ele e a família saíram de sua terra natal por ocasião da morte de sua mãe, trabalhou em diversos locais próximos de Manaus e depois de alguns anos foi morar em um sítio no rio Cuieiras. No inicio era bastante difícil porque a família ainda não tinha roça e "a vida ficou muito difícil". Seu Zé contou que:

> *Há 16 anos, seu Getúlio "um índio Baré que não se identificava mais como índio, aposentado do exercito" morava em um sítio com a família e permitiu que seu*

[5] Parte das comunidades do Rio Cuieiras estão localizadas em Unidade De Conservação Estadual, e outra parte em Parque Estadual.

[6] Mas a própria idéia de fixar pode ser provisória, porque há uma grande mobilidade das famílias entre a comunidade, o sítio e a cidade . Interessante a idéia de propriedade, onde uma família sai do sítio onde morava, e nos primeiros anos as benfeitorias que fizeram no terreno podem ser compradas por quem queira viver naquele local. Mas depois de algum tempo, outra família pode simplesmente mudar-se para lá. Quando se vende um sítio se recebe pela casa, pelas telhas, pela casa de farinha. As terras não são pagas. Estão ali para serem usadas – isto me fez pensar na forma como ocorrem as ocupações da periferia de Manaus.

Zé construísse sua casa próximo da sua, na área do seu sítio. Ajudou-o com material para construção da casa, e a vida começou a melhorar porque fez roça e vendia muita farinha. Contou com ajuda financeira de Seu Getúlio nos primeiros tempos. Seu Getúlio queria formar uma escola e o impedimento era o fato de só haver duas famílias morando no local, então convidou Seu Domingos (na época morador de um sítio próximo), que veio e construiu sua casa. Com isso "aumentou duas famílias, Seu João Caeté e seu Sisto vieram também, o que já aumentou a comunidade. Roçamos para comprar um motor rabeta porque as crianças estavam aqui, crescendo sem estudo. Eu tinha 8 filhos (hoje o mais velho é o professor) – chamou uma reunião mas ninguém veio, nem um município ajudou, não conseguiu. Ele não conseguiu porque ele era o chefe. Cabo reformado do exercito, a mulher dele era professora, Seu Getúlio comprava merenda e material – 4 anos assim – ficava assim sustentando a gente assim – construiu escola porque antes era na sala da casa dele – comprou motosserra – o prefeito de Novo Airão ajudou na escola – começou a melhorar – passou 3 anos assim – não tava bom – Novo airáo não dava assistência – pedir em Manaus – eles disseram que precisavam de assistência de Manaus mas de Manaus eles disseram que precisavam crescer a comunidade – minha irmã veio com Lindoso – filho de Jonas – morava no sitio de Jonas e dona Hugolina – veio outro cunhado que vivia com a filha de seu Francisco – foi conseguindo separar eles – ficou só o velho – seu Domingos mudou-se daqui vendeu a casa pra ele. Seu Getúlio era o presidente – em 2000 chegou convite para participar de oficina de conhecimento dos povos indígenas, participaram todos órgãos que trabalham com saúde. Comecei a entender, fui um dos candidatos e em 2 de janeiro de 2000, voltei pra cá e tinha treinamento de agente de saúde em Autazes – fui, eu já tinha 3 meses de curso (era concursado) – passou mês fora – treinamento – já veio contratado pela COIAB como agente de saúde – ganhando 25 cruzeiros – já era real – chegou a 50 reais – sempre lutava pela comunidade – ficou conhecido como líder comunitário indígena – seu Getúlio identificava a gente como indígena. Eu e seu Waldemiro (Tuchaua da comunidade Três Unidos), nós dois fomos como representantes indígenas do Rio Cuieiras. Eu trabalhava com 7 comunidades. Trabalhando assim 2002 e 2003 trabalhando como agente de saúde nas 5 comunidades. Seu Jonas e Dona Hugolina chegaram a 2 ou 3 anos.

Na narrativa do Seu Zé Mutuca[7] ele é o responsável por atuações em duas frentes: em uma delas junto aos órgãos estatais, no caso a Funasa, no qual é agente de saúde, em outra frente age como sujeito aglutinador das pessoas para a formação da comunidade Nova Esperança. Dar à comunidade Nova Esperança a configuração que tem hoje foi um esforço contínuo de sociabilidade, e um dos pontos principais a ser ressaltado era trazer os sogros para morar na comunidade porque com eles viriam os filhos casados e com filhos.

Ao dizer que era preciso "*crescer a comunidade"* para terem escola, Seu Zé enfatiza o fato de ter conseguido trazer sua irmã casada com um irmão de sua esposa que moravam no sitio de seu sogro, foi trazendo cunhados e " *foi conseguindo separar eles"*. Refere-se ao fato de separar as famílias dos cunhados casados da família da sua sogra. Ao enfatizar o esforço de conseguir separá-los Seu Zé está nos dizendo que existem sociabilidades estabelecidas por grupos com interações sociais privilegiadas que antecedem o nascimento da comunidade e que são elementos essenciais na coesão de uma comunidade. No caso destas interações privilegiadas agirem como forças centrífugas das pessoas a comunidade vai perdendo a força. Com a chegada dos sogros de Seu Zé para morar na comunidade, por um lado ela se fortaleceu porque as interações sociais eram voltadas para dentro; por outro lado, sempre há uma tensão entre a capacidade de aglutinação do líder comunitário e as outras solidariedades que se estabelecem por meio das relações de trabalho, trocas alimentares e organização cerimoniais entre as pessoas que estão em relações de parentesco próximas.

O principal motivo que fez os casais adultos virem morar na comunidade, deixando o sítio em que moravam com Dona Hugolina e Seu Jonas, foi a escola para as crianças, e na esperança de conseguirem continuidade nos estudos para os jovens, uma vez que se a comunidade estiver forte e grande o suficiente poderá requerer que seja aplicado o projeto de ensino médio em formato programado para o interior em que os professores dão as disciplinas por módulos e os alunos fazem provas como supletivo. É sempre a escola das crianças que é o primeiro argumento para a vida em comunidade. Forma-se a comunidade por causa da educação das crianças, e em nome dela a sociabilidade dos adultos é estabelecida.

[7] A narrativa de seu Zé Mutuca não é única versão da formação da comunidade, e em outras versões, como da Dona Hugolina, o papel de sujeito aglutinador de Seu Zé é minimizado. No entanto vou privilegiar neste texto a analise desta narrativa porque a discussão sobre divergências narrativas requer necessariamente uma discussão sobre o grau de coesão que esta comunidade tem hoje. Além disso, cada narrador enfatiza sua atuação na formação da comunidade onde mora.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Cristina et al. **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) ; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.) . **Populações Tradicionais Questões de Terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas - UNAMAZ, v. 1. 104, 2006.

ALMEIDA, Mauro. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19 n.55, 2004.

DIEGUES, Antonio. "Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos". In: **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP. 2000, p.1-46.

GASCHÉ, Jorge. Para que sirve el concepto de "sociedad bosquesina", **Folia Amazónica,** Iquitos: IIAP, VII. 16, N 1-2, 2007, p81-88.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro/Belém, p. 47-59, 2003.

NEVES, D. P.. O MEB – *Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental*. Texto apresentado no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – ALASRU – Quito, Ecuador, 20 a 24 de novembro de 2006.

NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento Social e Mediadores politicos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

O MOVIMENTO SOCIAL NO FAXINAL DO SALSO: IDENTIDADE ÉTNICA, VISIBILIDADE SOCIAL E A LUTA PELO TERRITÓRIO

Emanuel Menim

Graduando de Ciências Sociais – UFPR – E-mail: emanuelmenim@gmail.com

GT03 – Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção de políticas públicas

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GRUPO DE TRABALHO

A contribuição ao debate no GT03 é dada, sobretudo, pelo aprofundamento do saber sociológico sobre o movimento social no campo, mais especificamente entre os faxinalenses de uma comunidade localizada no município de Quitandinha / Paraná, e a construção da identidade étnica nessa comunidade, a resistência que eles exercem sobre os que demandam suas terras, a visibilidade social conquistada nos últimos anos. Para isso, as observações de campo e as análise das entrevistas abertas gravadas realizadas neste trabalho podem contribuir com a discussão desta temática. Através das entrevistas estamos analisando a fala dos moradores, suas histórias, as informações sobre a vida no campo, seu modo de vida tradicional, a identificação coletiva com uma cultura própria da comunidade faxinalense em questão. Ao mesmo tempo discutimos suas lutas com o movimento social, seus anseios, aspirações, temores. As leis estaduais e federais que a partir de 2005 passam a existir em favor dos povos e comunidades tradicionais é outro ponto de debate importante para analisarmos o relacionamento da comunidade com os vizinhos, os chacareiros, bem como com os políticos locais, com a polícia, com os secretários municipais e com outras comunidade de faxinais não organizados. Assim, dialogaremos com teóricos das ciências sociais e as observações de campo, as entrevistas realizadas com vereadores, faxinalenses e secretários.

SITUAÇÃO EMPÍRICA

Para a realização do trabalho de monografia, concernente à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, era-me necessário

escolher um tema para discussão, bem como a forma em que empreenderia esse exercício. Para os graduandos a tarefa de escolher um tema de pesquisa e encarar o trabalho de campo não é das mais fáceis, tendo em vista que os exercícios construídos durante o nosso curso são, em sua maioria, temas elaborados pelos docentes, além de que temos raras oportunidades de irmos a campo. Portanto, demorei mais tempo do que pensava precisar para definir essas coisas.

Depois de várias tentativas de elaborar um projeto, foi-me possível delimitar a pesquisa em torno da constituição do movimento social dos Faxinalenses (um estudo sobre a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses), problematizando questões sobre visibilidade social, identidade étnica, territorialidade e a luta pelo território. Primeiro selecionei o município de Irati/PR como campo de pesquisa, mas foi justo o empecilho da distância (aproximadamente 152 km da cidade de Curitiba/PR) e a possibilidade de economia de tempo e dinheiro, principalmente por conta do transporte coletivo, que me fizeram ponderar outra opção de campo para os trabalhos. Se, em dado momento, não tínhamos um endereço certo, bastou uma conversa com o doutorando em Sociologia da UFPR, Roberto Martins de Souza, para determinar em qual comunidade trabalhar. Então, pela relativa proximidade e potencial riqueza de análises empíricas, escolhemos como local de trabalho de pesquisa uma comunidade faxinalense chamada Faxinal do Salso, localizado em Quitandinha/PR, município da Região Metropolitana de Curitiba que dista aproximadamente 70 km da capital do Estado e com facilidade de acesso através de linha metropolitana. O trabalho empírico teve início no mês de julho de 2009, data da primeira visita ao faxinal, e ainda está em andamento, pelo menos enquanto escrevo estas linhas, até junho deste ano, 2010, data prevista para conclusão do trabalho.

Apesar da dificuldade inicial descrita, o mais difícil estava por vir, ou seja, entrar em campo. Em 29 de abril de 2009, Roberto Martins de Souza, durante o intervalo de uma audiência pública ocorrida na Assembléia Legislativa do Paraná para debater a política nacional dos povos e comunidades tradicionais, apresentou-me como pesquisador para alguns moradores do Faxinal do Salso, na fila do almoço realizado em praça pública. Conversei com alguns moradores enquanto trocava cumprimentos e piadas amistosas e também troquei contatos com o líder do movimento na comunidade, Ivan. A partir desse evento conversamos através de e-mails para agendar uma possível visita no mês de férias de inverno da faculdade. Certa noite, pouco antes de embarcar no ônibus Pinheirinho-Quitandinha numa manhã de sol forte em meio ao inverno curitibano, liguei para o Ivan a fim de marcarmos minha primeira visita. Nem bem tinha falado que gostaria de marcar a data e ouvi um desabafo do líder

comunitário que, em tom severo, disse-me que se eu era mais um que iria lá para sugar informações deles sem nada oferecer em troca era melhor não ir, pois os moradores do Faxinal do Salso e os faxinalenses em geral estavam cansados de ser objeto de pesquisa dos estudantes das universidades que os usavam para seus trabalhos, mas que nunca ofereciam nada em troca. Respirei fundo antes de dizer que meu objetivo era aprender o ofício de pesquisador, e que havia escolhido esse tema por achá-lo pertinente à produção de conhecimento em voga na academia nacional. Expliquei que não sabia o que poderia dar em troca a não ser a produção de conhecimento que creio ser importante para o Salso. Porém, acrescentei que estava a disposição para auxiliar a comunidade em suas demandas quando fosse solicitado. No dia seguinte, descido na praça central em frente à igreja matriz do município de Quitandinha, empreendi uma caminhada de 5 km debaixo de sol forte em destino ao Salso. Fui bem recebido e pude dar início aos trabalhos de campo.

OBJETO DE REFLEXÃO – DISCUSSÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

Esse trabalho tem como objeto de pesquisa o movimento social dos faxinalenses na promoção da identidade étnica dos moradores do Faxinal do Salso, em Quitandinha, Paraná. Também a atuação do movimento social na luta pelo território, e na conquista da visibilidade social adquirida pelas ações. O fruto desta discussão é resultado do trabalho de monografia do curso de Ciências Sociais da UFPR.

Bem, o tema dos Movimentos Sociais, tão debatido quanto controverso, ocupa lugar central na teoria e reflexão sociológica desde os autores clássicos aos contemporâneos. Entretanto, mesmo com o aparecimento de diversas correntes que lançaram mão a tarefa de analisar os comportamentos coletivos identificados como movimentos sociais, não foi até hoje elaborada uma teoria que abrangesse total e satisfatoriamente a problemática examinada, pois como demonstra Touraine (1984) as relações sociais e a ordem estão em constante mudança.

Segundo os moradores mais antigos do Faxinal do Salso, o que hoje chamamos faxinal sempre foi conhecido por eles como terras de criador comum, ou criadouros comunitários. No entanto, Souza (2001) ressalta que há diferenças físicas entre criadouro comunitário e faxinal, sendo o primeiro a área de uso coletivo da terra onde criam os animais, enquanto o segundo se refere ao conjunto criadouro e áreas de lavoura.

Segundo Bertussi (2008), faxinais são povos tradicionais de formação social que tem como característica principal o criadouro comum, o uso coletivo da terra e dos recursos hídricos e florestais disponíveis em seus territórios. Os animais são privados, muito embora

sejam criados em comum. Neste espaço estão as moradias cercadas em pequenas áreas de terras, os quintais, lugar onde cultivam a policultura alimentar de subsistência que são separadas do criadouro e que são muitas vezes compostas de milho, feijão, arroz e fumo. Assim, um território composto e complexo que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra é característica marcante dos faxinais.

Bertussi (2008) conta que na década de 1960 o modelo da agricultura convencional e a mercantilização das terras avançaram gradualmente sobre os territórios faxinalenses. A questão central do conflito é a maneira diversa como cada qual entende o uso da terra. Os faxinalenses visam a continuidade das práticas e acordos coletivos, e os agricultores modernos prezam a lei do capital.

Souza (2001) investigou as transformações sociais e econômicas que aconteceram, no período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1990, no Faxinal Saudade Santa Anita – localizado no município de Turvo-PR. Para o autor, foi a partir de meados da década de 1940 que as indústrias madeireiras penetraram a região tornando-se marco referencial do processo de desagregação do sistema faxinal ali constituído. Para o autor esse é o início do fim do projeto de autonomia dos agricultores camponeses dessa região.

Contudo, sobre o morador do Faxinal do Salso, podemos dizer que embora sua preocupação maior seja de igual modo a desagregação de seus territórios, os conflitos centrais que marcam o cotidiano local e a fala dos homens e mulheres envolvidos com o movimento social que os representa estão longe do barulho de máquinas e dos estrondos das derrubadas de árvores das indústrias madeireiras. Há em meio aos seus territórios uma outra ameaça: o chacareiro. Na ótica dos faxinalenses, chacareiro é uma pessoa aposentada que não depende da vida na cidade. Eles procuram um pedaço de terra e o encontra em meio aos faxinais. Na ótica dos faxinalenses o chacareiro não compreende o modo de vida faxinalense e por isso cerca sua terra diminuindo o território do faxinal, diminuindo a área de reprodução dos animais. Esse é um dos principais motivos de conflito que envolve o Salso em disputas com seus vizinhos.

Tendo em vista que durante as últimas décadas a agricultura moderna contou com sua legitimidade e reconhecimento com o status de políticas governamentais, o resultado da lógica capitalista do uso da terra é notadamente destacado pela desagregação dos faxinais, bem como pela expropriação gradual de seus territórios. Esse cenário de ameaça dos territórios específicos – pela modernização da agricultura e pelo avanço aos territórios de faxinal por parte dos chacareiros – deu motivos para que em agosto de 2005 fosse realizado em Irati/Paraná o 1º Encontro dos Povos de Faxinais. Nesse encontro a Articulação Puxirão

dos Povos Faxinalenses – com o apoio da Pastoral da Terra e o Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) – surgiu como um movimento social que tem como proposta a valorização cultural e social juntamente com o direito de existir dos faxinalenses, bem como a empresa da luta pela terra e por um modelo sustentável de produção adaptado ao seu modo de vida.

Há avanços conquistados pela AP – Articulação Puxirão – tanto em relação ao poder público como no reconhecimento de sua territorialidade específica por Leis Estaduais e Municipais. Há vitórias também no âmbito organizacional, na mobilização de novas comunidades de faxinais e na divulgação da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Pela mobilização social e pressão política os faxinais conquistaram a identificação de sua territorialidade específica. Através do Cf. Decreto Federal 10.408/2006 – Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais – e pela Lei Estadual 15.673/2007, os faxinais passam a ser reconhecidos pelo Estado como povos tradicionais de territorialidade específica.

Apesar dos avanços da AP, para os moradores do Faxinal do Salso o maior conflito continua sendo em grande medida a perda de territórios para os chacareiros. Os faxinalenses que desejam buscar a realização dos sonhos de consumo como a aquisição de carros, motos, casas, bem como os que não têm mais condições de sobrevivência pelas várias dificuldades que o povo campesino enfrenta, decidem vender seus territórios e partir para a vida na cidade. Há casos em que a venda da terra ocorre pela divisão da herança em virtude da morte dos pais e donos do imóvel, seguido pela falta de interesses dos filhos em dar continuidade no modo de vida campesino. Isto acontece porque esses filhos já residem em outras localidades como os centros urbanos onde buscam melhores oportunidades de vida. Os faxinalenses que ficam não podem comprar os territórios por não terem dinheiro e nem acesso ao crédito para tal aquisição. Assim, ficam os territórios em meio aos faxinais abertos à compra das pessoas de fora do faxinal. Desta forma, o espaço físico de reprodução cultural diminuiu drasticamente nos últimos anos, bem como a qualidade de vida no tocante a alimentação e as finanças.

Os faxinalenses organizados em movimento social lutam por conquistas em meio ao poder público para a realização de seu projeto de valorização cultural e social, pela manutenção de seus territórios e por ampliação dos espaços de reprodução social, ou seja, os faxinalenses lutam pelo direito de produzir a sociedade por si mesmos. Neste ponto concordamos com Touraine, (1996) que afirma serem os movimentos sociais o objeto da Sociologia, pois tais movimentos são os mais importantes comportamentos coletivos, são modos permanentes no âmago da vida social, são a trama da sociedade, ou seja, os

movimentos sociais são as forças centrais que lutam entre si para tomar a direção da produção da sociedade, são lutas pela direção da historicidade. A historicidade representa uma coleção de instrumentos, de orientações culturais produzidas pelos homens, como a forma de conhecimento, de um tipo de investimento ou acumulação e um paradigma cultural. Deste modo, Touraine concebe a sociedade como um campo da cultura atormentado pelo conflito entre os que se apossam da historicidade e os que se submetem à sua dominação lutando pela reapropriação coletiva desta historicidade. Ela é controlada por um grupo específico que com ela se identifica e que a identifica com seus interesses próprios, enquanto o restante da população tenta se proteger do grupo dirigente buscando retomar o controle da historicidade. Neste sentido, Touraine define o movimento social como a ação de um sujeito, ou seja, do ator que põe em causa a formação social da historicidade. Tomamos o autor como base teórica para entender as lutas pela direção da historicidade ocorridas no Faxinal do Salso.

Outro aspecto importante de análise é o que tange a questão da identidade étnica da comunidade em estudo. Há duas maneiras de enxergar os moradores do Salso: uma visão de dentro e outra de fora da comunidade. Por meio das entrevistas realizadas percebemos o olhar dos servidores públicos de diversas secretarias como a da saúde, a do meio ambiente, a da agricultura, e das autoridades políticas como os vereadores que, apesar de entenderem que a questão trata de povos e comunidades tradicionais, em seus discursos deixam transparecer que vêem os faxinalenses organizados do Salso como uma ameaça a ordem pública, agitadores sociais comparados, de uma maneira pejorativa, aos militantes do MST. Pensam que o modo de vida dos faxinalenses é atrasado e que gera riscos à saúde do povo em geral. Segundo o presidente da Câmara Municipal dos Vereadores de Quitandinha, Loir Esconiscki (46 anos), ex-faxinalense, em entrevista gravada no dia 21/11/2009, conta que os vereadores do município, em sua maioria, desaprovam o modo de vida faxinalense, pois há implicações levantadas pela Secretaria da Saúde. Loir argumenta que embora saibam da existência das leis que advogam a criação à solta, e que por um lado isso beneficia as famílias de pequena posse, por outro lado há riscos à saúde e à sociedade que a permanência desse modo de vida acarreta. Há na comunidade casos de neurocisticercose, uma doença da qual o porco é vítima e transmissor. Relata que onde há animais criados à solta existem casos de vítimas de epilepsia (transmitida pelo porco) diagnosticados pela Saúde. Além disso, para o vereador, há também o risco de contaminação das águas por esses animais, pois é com poços artesianos que as comunidades se abastecem, e como os animais não tem limites para pastagens os rios ficam sujeitos às excreções destes.

Estivemos junto com uma comitiva de organizadores da Articulação Puxirão do Salso, dia 20/11/2009, em outra comunidade não organizada, mas em vias de se organizar graças ao incentivo dos moradores do Salso, que de maneira persistente os informam sobre as leis que garantem seus direitos. A comunidade chamada Doce Grande é mais um exemplo de faxinais sofrendo com a desagregação de seus territórios por conta do avanço dos chacareiros no município. Por lá, duas secretarias da prefeitura (da Agricultura e Meio Ambiente e da Saúde) participaram de uma reunião na comunidade. A reunião foi organizada pelos moradores que são contra os faxinais e eles convocaram os faxinalenses com a condição de que apenas ouvissem os secretários Os secretários trouxeram palestras desaprovando o modo de vida e destacaram os contras, conforme acreditam, desse modo de vida em relação à saúde e ao meio ambiente. Norlon Paulo Gabardo (41 anos), secretário da Agricultura e do Meio Ambiente diz ser contra os faxinais por ser um modo de vida atrasado, que os animais criados a solta degradam o meio ambiente, contaminam as águas, estragam plantas nativas, entre outras coisas. Ele acrescenta que apesar de ser contra os faxinais, sabe que a lei está a favor deles, portanto, como funcionário, deve respeitar a lei independente da sua opinião. É o mesmo que diz Loir, quando perguntado sobre sua posição em relação aos territórios de faxinais.

> É aquilo que eu te disse menino. Eu, particularmente assim, é... sou contra por causa disso tudo que te falei, mas, a lei existe e eu, como não podia deixar de ser, tenho que respeitar a lei. Não posso passar por cima dela. (ESCONISCKI, 2009. sic).

Por outro lado, há a visão dos faxinalenses que entendem seu modo de vida como tradicional, e o tradicional que não está em oposição ao moderno. Eles não acreditam que seu modo de vida é atrasado. Para eles a sociedade é plural e há espaços para modos de vida diferentes. As entrevistas deixam transparecer que eles acreditam que ao contrário de serem agitadores públicos, apenas deixaram de se calar mediante injustiças para reclamar seus direitos, atuação que provoca temor e constrangimento às secretarias municipais citadas e aos opositores políticos que preferiam que eles se mantivessem calados.

Para discutir a questão da identidade selecionamos dois autores: Cuche (1999) e Pollak (1992). Tomamos como ponto de partida o etnólogo francês Denys Cuche (1999) que, em seu livro **A noção de cultura nas Ciências Sociais**, descreve a concepção de identidade na obra pioneira de Frederik Barth. Para Barth a identidade é uma construção elaborada numa relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. Por conta disto é necessário buscar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações existente

entre os grupos sociais. A identidade é uma maneira de categorização usada pelos grupos para organizar as trocas culturais. Para definir a identidade de um grupo o importante é localizar os traços culturais que são usados pelo grupo para afirmar e manter uma distinção cultural.

Pollak diz que o sentimento de identidade é "o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si próprio" (1992, p.204). O autor entende identidade como uma auto-representação, pois seria a construção do próprio indivíduo da imagem de si para si e para os outros, e não uma imagem também dos outros para si. Dessa forma, Pollak não atenta para uma hetero-identidade / exo-identidade. Diferente da posição de Cuche, que coloca a identidade como uma negociação entre a identidade que é definida por si e aquela que é definida pelos outros. O autor discute sobre a existência de uma construção e reconstrução constante da identidade no interior das trocas sociais.

> Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação (...)

Pollak crê que as identidades coletivas atuam como um investimento feito por um grupo para dar a cada membro um sentimento de "unidade, de continuidade e de coerência" (1992, p.207). Estamos observando no trabalho de campo, principalmente através da fala dos faxinalenses, que há uma reconstrução dos laços de solidariedade, comunhão, e um fortalecimento da auto-identidade do grupo. Há também uma construção da imagem dos faxinalenses de si para si e para os outros quando lutam pelo reconhecimento de seu modo de vida tradicional, de seus direitos específicos e pela visibilidade social. Os faxinalenses têm reconstruído sua identidade nos últimos anos. Ivan Colasso (39 anos), líder do movimento social na comunidade, disse que desde que o Salso assumiu a luta com a Articulação Puxirão, o povo teve mais conhecimento de si mesmos, mais informações das leis, e que hoje têm mais consciência de sua posição coletiva no mundo. Onorato Taborda (62), em entrevista gravada no dia 19/11/2009, disse que desde que o povo da comunidade se uniu na luta pelo território e por seus direitos, muitas coisas boas aconteceram. Além de haver mais comunhão entre as famílias da comunidade, aumentou a solidariedade entre eles. Além do fortalecimento das relações dentro do próprio grupo, do reconhecimento de suas semelhanças no modo de vida, também passaram a ser mais respeitados pela polícia, pelos políticos e, em partes, até pelos vizinhos, muito embora ainda não cumpram toda a lei. Políticos, policiais e vizinhos sempre

foram, no passado e em certa medida ainda hoje, opressores dos faxinalenses, interferindo no seu modo de vida em diversas ocasiões.

Isidoro Taborda (82 anos), morador do Salso, em entrevista gravada no dia 19/11/2009, conta que desde 2005, quando a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses organizou o movimento social no Salso e que eles tiveram conhecimento das leis estaduais e federais, as relações entre chacareiros, faxinalenses, polícia e políticos locais mudaram sensivelmente. Hoje as demandas dos faxinalenses são ouvidas porque há lei que os protegem. Antes, a construção de cercas fora do perímetro permitido era comum, bem como a construção de mata-burros, que é outra forma de limitar o espaço de pastagens dos animais. Agora os conflitos tomaram novo rumo em virtude das leis. Sobre um conflito em relação à construção de uma cerca que infringia a lei, Isidoro disse:

> Ali foi derrubado, porque ele (um chacareiro) chegou bancando o jacu rabudo, trazendo tormento e montando a cerca não comunhando com ninguém. Mas, urinou no carcanhá, porque não teve voz ativa quando os polícia chegou. (...) E não teve quem falasse brabo com nóis, porque aqui é uma comunidade que manda, não é o prefeito (…) (TABORDA, 2009. *sic*)

Este estudo buscou responder como os faxinalenses e o movimento social exercem na realidade concreta, ou seja, no cotidiano faxinalense, a resistência ao avanço de terceiros aos territórios dos povos tradicionais. Qual é a atuação desta mobilização no que diz respeito à manutenção, recuperação e ampliação territorial dos faxinalenses, bem como na questão da visibilidade social, dos vínculos de solidariedade e na reconstrução da identidade étnica da comunidade. A escolha deste faxinal se deu por ser este setor um dos mais engajados com o movimento social na região, como também pela proximidade geográfica com outros territórios de faxinalenses assinalada pelo mapeamento da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios de faxinais vêm sendo diminuídos e desagregados nas últimas décadas. As comunidades restantes precisaram se organizar para enfrentar o problema da diminuição de seus territórios. A organização trouxe maior coesão ao grupo, e eles estão mais informados sobre seus direitos e lutam por eles. A questão da territorialização no Salso sofreu mudanças

desde que a comunidade se organizou com a AP. O que consolidou a mudança foi, em princípio, a organização do grupo em torno de objetivos comuns: a luta pela terra, visibilidade social, reconhecimento de seu modo de vida tradicional. Legislações favoráveis aos povos e comunidades tradicionais, tanto as federais quanto as estaduais, surgiram e o movimento social com o apoio das leis mudou as relações entre os faxinalenses, chacareiros, polícia e autoridades locais. Antes os faxinalenses viviam à moda dos chacareiros que agiam como lhes aprouvesse, agora vivem por seus acordos comunitários reconhecidos legalmente. Os conflitos com os chacareiros não cessaram, mas diminuiu o número de cercas construídas fora do perímetro bem como a construção de mata-burros nas redondezas. Os faxinalenses ainda acreditam poder recuperar suas terras, mas é necessário muito trabalho e organização, além de documentação reconhecida sobre seus territórios para que possam retomar parte do que já fora seu, como previsto em lei.

Embora as leis estejam do lado dos faxinalenses, não estão sendo cumpridas de maneira ideal. A fiscalização do município é pífia, e acreditamos que o motivo esteja calcado em interesses econômicos, pois o presidente da Câmara dos Vereadores, Loir Esconiscki cita o poder aquisitivo superior dos chacareiros em relação ao dos faxinalenses que vivem de uma economia de subsistência. Além disso, as autoridades locais acreditam serem os faxinais um modo de vida atrasado, e que acarreta riscos à saúde do povo. Essa tem sido a bandeira dos políticos e secretários envolvidos com a questão em Quitandinha. No entanto, todos reconhecem que, se os faxinalenses não aceitarem seus argumentos, eles nada podem fazer, pois a legislação garante seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTUSSI, M. L. . Faxinais Etnicidade e Reconhecimento. Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008, Florianópolis. **Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico**, 2008.

CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v.5, n.10,1992, p. 200-215.

SOUZA, R. M. **Transformações econômias e trajetória social na agricultura familiar: O caso da desconstrução da autonomia no faxinal saudade Santa Anita.** Tese ou dissertação (?) defendido no Programa de Pós-Graduação tl da Universidade tal. Turvo-PR nome da cidade da universidade onde o trabalho foi realizado: 2001.

TOURAINE, Alain. **O retorno do Actor.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
(Padronize os nomes dos autores, ou todos abreviados ou todos inteiros... escolha)

OS GERAIZEIROS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS VIVIDOS MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL

Reginaldo Ribeiro da Silva

Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

E-mail: regisd2opara@hotmail.com

GT03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

Os Geraizeiros são povos que se localizam a margem esquerda do Rio São Francisco no norte de Minas. O nome vem da denominação gerais, ou seja, planaltos, encostas e vales das regiões de cerrados. Esses povos são pequenos agricultores que vivem do plantio de lavouras diversificadas como lavoura de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, frutas, verduras e são grandes conhecedores de ervas medicinais. Todos esses produtos que são cultivados em suas pequenas propriedades são comercializados nas feiras e beiras de estradas que é a principal fonte de renda para a maioria dessas populações. Eles desenvolveram um modo de vida muito peculiar, associando a produção de alimentos, a criação de animais e ao extrativismo de lenha e de frutos nativos como Pequi, Panan, Coquinho azedo, dentre outros, que também são vendidos nas feiras para complementar a renda familiar.

Para conhecer a especificidade dos geraizeiros há que considerar os estudos sobre comunidades tradicionais ou grupos tradicionais rurais. A partir dos estudos sobre comunidades rurais, hodiernamente, em diversos campos disciplinares há o enfoque a partir da conceituação em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que trata dos direitos das populações tradicionais e, derivando daí, os direitos que emergiram na Constituição Brasileira de 1988 para os grupos sociais que contribuíram historicamente para a formação da Sociedade e da Nação Brasileira.

A construção do conceito sociológico de populações tradicionais não será tratada neste trabalho porque requer uma longa discussão. A sua emergência está vinculada ao aparecimento de comunidades diferenciadas como sujeitos políticos no campo do conservacionismo para Barreto Filho (2001). Para este autor, a categoria foi cunhada com o objetivo de demarcar a existência de grupos sociais detentores de características positivas para

a conservação da natureza. De outra forma, Little (2005) enfatiza as reivindicações territoriais de grupos sociais fundiariamente diferenciados frente ao Estado brasileiro, porque detentores de territórios coletivos articulados com apropriação familiar.

Estes dois antropólogos enfatizam por um lado a diversidade sociocultural do Brasil que se expressa, entre outros aspectos, através da pluralidade de formas de uso e apropriação do ambiente ou de territorialidades específicas que tendem a ser reunidas sob a denominação de povos tradicionais.

As comunidades rurais que historicamente ocuparam áreas economicamente marginais construíram para si mesmas um "isolamento", em grau variável, uma interdependência com a natureza e inscreveram no espaço onde habitam suas especificidades culturais, sociais, políticas e econômicas, transformando as terras habitadas em um território coletivo.

No estudo sobre populações rural a partir do conceito de populações tradicionais, há que considerar, no escopo da antropologia, algumas questões que se imbricam entre si e propiciam fazer uma leitura de seus modos de vida. São eles: Identidade, Organização Social, Território, Sistema de Produção ou Economia e Cultura.

Trazendo esse conceito sociológico de populações tradicionais para a realidade norte de mineira, encontramos diversos estudos com comunidades rurais que podem ser caracterizadas como populações tradicionais, como nos informam estudos de Donald Pierson (1972) estudando o homem no vale do São Francisco. Este autor apresenta como resultado da pesquisa realizada a existência de veredeiros e geralistas ou geraizeiros. Por sua vez, Ladeira (1951 apud Dayrell, 1998),

> "impressionado com as vastidões "incultas" no Norte de Minas, cita a existência, no interior das regiões do vale do São Francisco, de pequenos núcleos de populações com denominações especiais, conforme a região habitada: Chapadeiro - os que moram em regiões denominadas de chapadas; Campineiro - os que habitam nas campinas; Barranqueiro ou Vazanteiro - os que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco".

A essas denominações pode-se aplicar a conceituação etnicidade ecológica cunhada por Parajuli (1996). Há no espaço social norte mineiro, os chapadeiros, que vivem nas chapadas regionais, o campineiro, gentes que habitam as campinas, os barranqueiros e/ou vazanteiros que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco.

Como afirma Dayrell (1998) essas identidades vinculadas a diversos grupos populacionais são construídas auto-afirmativa e constrastivamente, pois elas se referem "a outras e a elas mesmas, como sendo vazanteiros, barranqueiros, caatingueiros ou geraizeiros" (1998: 70). Há que considerar, segundo Costa (sd, p.10) que no cenário humano constituinte e constitutivo da realidade cultural, social, política, econômica e ambiental norte mineiras há, também, os quilombolas e os indígenas, notadamente os Xakriabá.

Ainda de acordo com o autor,

> Todas essas identidades vinculadas às comunidades ou grupos rurais existentes no norte de Minas são construídas a partir do nicho ecológico em que se encontram situados os mundi sociais vinculados a esses grupos sociais singulares. As identidades são sempre auto-identificações, mas, elas se dão constrastivamente. Os caatingueiros, por exemplo, podem se afirmar como tal porque são identificadas por si mesmos e por outros grupos com quem se encontram e convivem. Enquanto uns se afirmam e são afirmados como caatingueiros, os outros são afirmados e se afirmam como geraizeiros (COSTA, sd, p. 10).

Nessa mesma perspectiva, numa ampla cartografia social regional essas populações tradicionais encontram-se situadas em espaços sociais distintos no território norte mineiro. Na margem direito do rio São Francisco, há os veredeiros, os chapadeiros, os campineiros e os Xakriabá. Os geraizeiros e os vazanteiros estão localizados na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os quilombolas concentram-se no vale do rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional e os caatingueiros estão situados nos sopés da serra do Espinhaço na região da Serra Geral. Os barranqueiros vivem nas margens do rio São Francisco, notadamente nas cidades. (COSTA, 2007)

A identificação de cada uma dessas populações tradicionais é construída através da fixação de algum aspecto de sua cultura que é afirmado como o diacrítico a partir do qual é construída a diferença frente a outras populações com quem se relacionam.

Nesse sentido o signo identitário dos geraizeiros está vinculado à formação a que se denomina gerais, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrado. Nesse ambiente, o aspecto que os diferencia é uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos (DAYRELL, 1998). Com o plantio de lavouras

diversificadas em espécies e variedades, essa população tradicional constrói seus sistemas de produção.

Uma forma singular de apropriação da natureza é o aspecto distintivo das populações identificadas, como as geraizeiras, como possuidoras de modo de vida tradicional. O sistema de produção elaborado secularmente se estrutura na articulação de lavouras diversificadas em espécies e variedades, da criação de gado e animais de transporte, e do uso dos cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas de onde retiram, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos. A reprodução material e social de cada família e de cada coletividade, como uma unidade social, é decorrente, da diversificação produtiva em que a relação com a natureza se realiza pelo manejo de quatro grandes unidades ecológicas presentes no cotidiano de cada geraizeiro: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes.

O principal aspecto da vida dessa população vivendo nos gerais que é transformado em diacrítico é a lógica da ocupação do terreno e o manejo nele desenvolvido, além da constituição de todos os grupos familiares em uma comunalidade que se apropria do espaço transformado em território de cada comunidade ou grupos locais.

Poucos estudos existem sobre a origem do sistema produtivo geraizeiro. Pode-se afirmar a contribuição da agricultura indígena, da colonização portuguesa e a influência dos negros oriundos da África. Dayrell (1998) tendo como principal referencia Diegues Junior (1975) cita os elementos culturais fornecidos por distintas tribos que nos legaram a mandioca, o milho, a batata doce, amendoim, inhame, cana, queijo, entre outros alimentos, ainda o tabaco, a pesca, a tecelagem e cestaria, o uso das plantas medicinais, costumes, ritos.

POLÍTICA DE ESTADO NO SERTÃO NORTE MINEIRO

A lógica desenvolvimentista emergiu no cenário regional, incipientemente, nos anos 1940 com a criação das sociedades rurais em algumas cidades norte mineiras, mas aprofundou-se a partir dos anos 1970 com a implantação da modernização da agricultura, que não levou em conta as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade. As áreas de terras devolutas, ou seja, terras de ninguém, mas de apropriação coletiva pelas populações tradicionais foram consideradas pelo governo Federal e Estadual como terras inteiramente desocupadas e inaproveitadas, situadas no domínio do Estado.

Nestas terras de ocupação tradicional, principalmente dos geraizeiros, ergueu-se uma floresta exótica de eucalipto e pinus para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro e a maior planta de celulose do mundo. Esta política estava afinada com o pensamento da geopolítica dos militares no período da ditadura, onde, em nome da segurança nacional, propugnava-se a ocupação dos espaços considerados "vazios econômicos".

Até meados dos anos 70 e em seus diferentes agroecossistemas, a produção se organizava em torno de grandes fazendas de criação de gado ou de núcleos esparsos de agricultores familiares que viviam de uma agricultura diversificada, criação em pequena escala de animais, da caça, pesca e da coleta dos recursos vegetais oferecidos pelos ecossistemas locais. Como produtos exportados pela região, além do gado, farinha de mandioca, rapadura, o couro e diamantes. (COSTA, 1997)

Outro setor incentivado, agora com o discurso de ser a única solução para enfrentar a seca, foi à produção agrícola moderna e intensiva, principalmente, via irrigação.

O uso intensivo de maquinaria pesada, agrotóxicos e fertilizantes nestes projetos de pecuária, reflorestamentos e irrigação, além de degradar os solos e contaminar os trabalhadores, passaram a poluir os recursos hídricos, fundamentais para a sobrevivência de numerosas populações moradoras do semi-árido norte mineiro.

Segundo Dayrel (1998) o processo desenvolvimentista aconteceu de forma acelerada, alterando drasticamente a paisagem regional,

> "Os agroecossistemas tradicionais, extremamente diversificados, cederam lugar a uma agricultura homogênea e monótona, onde a utilização de maquinaria pesada, adubos químicos e agrotóxicos vem aumentando a erosão dos solos e a poluição por produtos altamente tóxicos, dos parcos recursos hídricos e ameaçando tanto a vida humana quanto a fauna nativa ainda existente. Pastagens e reflorestamentos homogêneos dominam, hoje, a paisagem dos cerrados, ao lado de capoeiras degradadas e grandes manchas de áreas indicativas de pré-desertos." GEA (1991 apud Dayrell, 1998, pag. 81)

Além desse projeto de desenvolvimento na perspectiva da expansão das fronteiras capitalista ocorrido no norte de Minas que não levou em conta a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no

manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos hábitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Surgem as políticas de criação de unidades de conservação ambiental como unidades de compensação em varias localidades do norte de Minas.

Nesse sentido o segundo momento que emerge na vida das populações rurais, do município de Grão Mogol, em fins dos anos 1990 é a implantação do Parque Estadual de Grão Mogol.

Os geraizeiros no entorno do Parque, seis comunidades tradicionais que se articulam entre si, perderam o direito de permanecerem em suas terras. Sendo elas, as comunidades de Bocaína, Santa Rita, Bosque, Taquaral, Bosquinho-Ventania e Serra do Barão que constituem uma coletividade que hodiernamente se vêem pressionadas a abandonarem suas terras devido à implantação da unidade de conservação (LAUDO ANTROPOLOGICO, 2006). Há que considerar, que outras populações próximas do parque, utilizavam de extrativismo, garimpo e coleta de lenha, para garantirem sua sobrevivência. Passaram a conviver com um número sempre crescente de funcionários de órgãos ambientalistas fiscalizando o Parque e as populações do seu entorno.

Esta unidade de conservação criada através do Decreto n 39.906, de setembro de 1998, estabelece a área que deverá ser protegida pelo Estado e também pelas populações que estão localizadas no seu entorno.

Com uma área de 33.324,72 hectares o Parque se inicia nas proximidades do perímetro urbano e se estende pelas serras da região até a comunidade de Santa Rita, distante aproximadamente 80 quilômetros. Nesta área encontra-se uma grande diversidade de espécies de plantas e animais e também concentra uma grande quantidade de nascentes de água que deságuam nos diversos córregos que cortam o Parque e, por fim, deságuam no rio Itamcambiraçu, um dos principais afluentes do rio Jequitinhonha.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS VIVIDOS POR PELOS GARAIZEIROS QUE PODEM SER APREENDIDOS NA FEIRA LIVRE

Para uma apreensão maior desses impactos na vida desses geraizeiros foi escolhido realizar uma observação direta na feira livre do município de Grão Mogol. A feira livre é um lócus privilegiado para se observar também as transformações sociais vividas por essas populações. A “oferta dos produtos” realizada por esses geraizeiros na feira livre e as

estruturas significativas nelas contidas possibilitou fazer uma leitura dos processos de transformação social que historicamente essas populações, assim como outras do norte de Minas, estão sofrendo.

A partir da observação dos produtos e dos tipos de produtos que são ofertados por esses feirantes e de como eles contam quais eram e quais tipos de produtos que ofertavam na feira livre anterior as políticas impostas pelo Estado, fica evidente as readaptações realizadas por eles.

O processo de chegada das carvoeiras em decorrência do objetivo de atender à crescente demanda por carvão vegetal para o pólo siderúrgico do Estado trouxe grandes conseqüências para as populações locais. Na feira livre, em conversas com feirantes e ex-feirantes há muito tempo não tem mais oferta de arroz de pilão.

Segundo o ex-feirante Antonio de Melo de 77 anos, da região de Vargem da Onça.

> Tinha de tudo, farinha, rapadura, arroz, tudo, agora arroz não era arroz... Era arroz só de pilão só, tudo, tinha de tudo, fartura, vinha de Maria Nopoles, Josenopoles, vinha de todo canto dessa região, mas era cargueiro, não havia há, a não fosse tropa, tinha as tropas, tropeiro mesmo que era daqui era só meu pai... (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09).

Na fala dele, assim como na fala do Senhor José de Braulino de 64 anos, da região de Jataí, havia oferta de arroz na feira,

> Desde que eu comecei lá, tinha feijão, milho, arroz, frango, ovos, carne, eram essa coisas rapadura, café, requeijão, queijo, doce, q mais? Era mais ou menos isso ai. Cebola, o alho, era só, por que cenoura, essas coisas, o povo plantava era ervilha, que hoje não planta mais as principais coisas eram essas. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Senhor José de Braulino, não é feirante mais, somente sua esposa Dona Tudinha é a feirante da família. A causa do não cultivo mais de arroz segundo eles é a escassez de água.

Antonio de Melo diz,

> Aqui pra nós não tem mais não, aqui pra nós acabou o arroz... O tempo bom de arroz, você planta agora, agora em outubro se tiver chuva no cacho dele ai ele é bom pra arroz, se tiver chuva no cacho, se

> faltou chuva no cacho ele não da não nada, e maior parte ta faltando chuva é no cacho... Ai não tem como produzir. Até que pra criar com qualquer chuvinha criam, mas se faltou chuva no cacho não produz... Não ta tendo mais chuva... Acabou as terras de brejo chovia muito, conservava as terras de brejo ai, cadê não tem mais. Lugar que era brejão... (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Senhor José de Braulino ainda acrescenta outro fator que justifica a desestruturação do processo produtivo,

> Capivara come tudo arroz. Antes tinha muita água para todo lado, elas espalhavam. O cara desmata a beira de rio vem à chuva e leva a terra para o rio. Eu peguei muito peixe e agora não tem mais. Carvão, desmatamento para fazer carvão. Hoje esta cabeceira de jataí, estão desmatando e plantando eucalipto. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Após o processo de desmatamento para produção de carvão vegetal, o Estado tinha como política o reflorestamento dessas áreas para, com a implantação de monoculturas de eucalipto, para suprir a demanda, das indústrias de papel e celulose.

Como apresentado na fala do Senhor Braulino, o desmatamento seguido do secamento dos rios fez com que as capivaras migrassem para as poucas reservas de água que ainda persistem, em conseqüência disso atacando as poucas plantações de arroz que ainda sobrevivem na região.

A desarticulação do sistema produtivo pode ser percebida também pela presença de novos produtos na feira,

> "hortaliças, verduras, banana, jabuticaba, manga, quem é que dava valor nisso, mas isso vivia perdendo pra todo canto. Isso ninguém dava valor nisso não. É hoje, é que tem isso que tem esse valor, ainda nem a jabuticaba lá, ta ruiva lá no pé leva lá para o comercio... Hoje é que ta isso... É como eles falam lá pra cima que o vale do Jequitinhonha ta na miséria, hoje é que ele ta na miséria, naquele tempo não tinha nada disso não, ninguém envolvia com manga, ninguém envolvia com banana... Tinha fartura demais para todo canto, uma fartura." (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Segundo relatos do Senhor Antonio de Melo a escassez de frutas provocadas pelo desmatamento para a produção de carvão, teve como conseqüência a diminuição da oferta natural de frutas. E por isso, hoje se encontra fruta a venda na feira, as frutas se tornaram um produto escasso. Virou mercadoria.

> Mas depois que veio a carvoeira cabo, cabo esses tem tudo e foi cabando tudo e foi tudo cabo a carvoeira cabo as frutas de um lado, hoje se você plantar uma rocinha, se você plantar uma rocinha não tem mais uma fruta para um bicho comer um passarinho, um periquito comer ela vai comer e sua roca, comer a rocinha que você plantou então foi isso o que cabo mesmo que fez mais falta no lugar foi o carvão, isso que mais fez falta no lugar. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

A fala dele aponta para outras mudanças provocadas pelo desmatamento, como acabou o alimento dos pássaros, eles vêm alimentar na lavoura.

> Cortou as arvores, cortou as fruteiras cortou tudo cabo com tudo ne isso e que cabo mais com o lugar, num tem mais como era antigamente isso aqui era macaqueira pra todo canto, era fruteira de pau d'óleo pra todo canto era murici pra todo que era canto, era goiaba pra valer pra todo canto, cadê que tem isso mais, botou tudo no carvão... O que, que um louro vai comer o que, que um periquito vai comer, o que uma maritaca vai comer, era o que eles comiam cabo,... Se tiver uma espiguinha de milho lá,... Eles vão arranchar nela lá e comer ela toda, é isso e que cabo com mais com o lugar foi o carvão, foi quando fundou carvoeira pra cá e que, a siderúrgica, hoje é ferro, põem tudo no ferro. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Outra mudança significativa na vida dessas pessoas é o processo de cercamento de terras. Até então, e principalmente nos gerais, as terras não eram cercadas. Tanto os grandes fazendeiros quanto os pequenos sitiantes, todos aproveitavam os gerais para criarem seus animais, coletarem plantas medicinais, madeira e frutos. Principalmente na época de seca, quando a produção das roças não era suficiente.

Segundo os informantes os gerais tinham uma rama mansa e tinha água à vontade. Serviam para o gado pastar no auge da seca, antes das primeiras chuvas. Quando era falta de chuvas, o coco catule era quebrando para dar as galinha.

O acesso a alimentação para o gado no período das secas era maior quando se podia criar à solta mantendo assim uma regularidade maior na produção de leite das vacas quando desse cria, fornecendo o leite diariamente. Esses são aspectos apontados por Dayrel (1998) em sua pesquisa realizada no município de Riacho dos Machados, na divisa com Grão Mogol.

Segundo o senhor Jose de Braulino,

> Na chapada, foi chegando reflorestamento foi desmatando, tinha muito terreno que era devoluto à floresta foi pegando pra ela fechou, fechou tudo... Ficou mais difícil por o cara às vezes, não tem onde cria, e naquele tempo você podia criar não era proibido, não tinha asfalto, ninguém proibia tinha uma grande parte de chapada que você podia ter vários gados dentro ninguém ia te falar nada, tava na solta mesmo, hoje você não acha mais, ta tudo fechado, também não tem água, as águas que tem ta toda fechada, se soltar uma criação sua pra fora ela morre de sede, você tem que correr atrás achar se não ela morre de sede por que não bebem. Cabo os meios. (José de Braulino, entrevista, 19/09/09)

Com a implantação do Parque aumenta a limitação de recursos no sistema produtivo desses geraizeiros. Principalmente para quem mora no seu entorno. Em conversa com morador da região, e também feirante, o mesmo informa que depois da criação da Unidade de Conservação a vida deles tornou-se mais difícil. Segundo ele, a ameaça por parte do IEF e da Policia de Meio Ambiente tornaram-se freqüentes obrigando-os a evitar o trabalho nas áreas até então utilizadas por eles.

Em conversa com o presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Tingui, Vanderley de Oliveira, de 46 anos, morador da comunidade de Ventania, uma das comunidades que compõe a região, o mesmo informou que depois do Parque a sua movimentação ficou restrita ao quintal fechado e as bananeiras que ficam um pouco distante da propriedade. Segundo ele, o que antes era uma área amplamente movimentada por causa do garimpo, hoje se constitui num verdadeiro deserto onde não se vê ninguém e também não se planta nada.

Segundo Vanderley, a feira é um importante espaço para eles venderem seus produtos, mas a implantação do Parque dificultou o processo produtivo e a oferta de produtos na feira,

> A nossa região ela não produz sem queimar entendeu, se não queimar a nossa região não produz,... Se plantar tudo tem que colocar o adubo químico, e sapecando a terra não precisava, na nossa região não precisava... Então é questão de nós hoje não poder queimar, é isso ai, o povo questiona, não sou só eu, mas a região toda lá questiona,... Por que roçar não pode roçar, queimar não pode por fogo, tirar uma madeira pra fazer a cerca não pode tirar mais, então muita gente já ta fora, tem uns que fica desesperado. (Vanderley de Oliveira, entrevista, 18/09/09)

Segundo ele, hoje não tem condição de mudar para a terra mais nova e a terra cansada não produz mais. Pode plantar quatro anos na mesma terra, e depois você tem que mudar, mas hoje você não pode mudar para deixar a terra descansar.

O plantio de lavouras que era feito nas terras que margeiam os diversos rios e córregos que cortam a região foi suspenso com o intuito de se evitar um conflito maior. As ameaças de prisão e multas obrigaram boa parte dos moradores da região a abandonarem tanto as lavouras quanto o garimpo que também era praticado na região.

Estas ações determinadas pelo Estado proporcionaram a migração para a cidade de Grão Mogol de centenas de pessoas que historicamente ocupavam a região e hoje se amontoam na pequena cidade que vive do comércio e do turismo.

Até mesmo geraizeiros que não moram na área do Parque, sentiram as mudanças em suas vidas,

> Acabou uai. Foi empregar lá nós eucalipto, plantar eucalipto, com outras coisas. É como em Grão Mogol, se acha em Grão Mogol, a maior parte, não havia aposentadoria naquele tempo. Povo vivia era do garimpinho, era do diamante, era do feixe de lenha. Quem é que pode pegar um feixe de lenha? Não pode pegar mais em nada. Acabou ne. Quem é que pode tirar um diamantinho ali mais? Muita gente ali vivia é do garimpo. (Antonio de Melo, entrevista, 20/09/09)

Segundo senhor José de Braulino tinha época que as pessoas viviam da coleta de plantas exóticas como a Sempre Viva, uma florzinha.

Se por um lado as populações foram empurradas, pelas empresas reflorestadoras e pela modernização agropecuária que atuam na região, para as beiradas dos rios, por outro lado, a criação da Unidade de Conservação também empurrou estas mesmas populações para fora de sua área limítrofe.

REFERENCIAS

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **"Populações Tradicionais: Introdução a Critica da Ecologia Política de uma noção"**. In: Worshop Sociedades Caboclas Amazonicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2002 (mimeo).

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: O Norte de Minas como Síntese da Nação Brasileira.** In: Revista Verde Grande. Vol.1, n.3(dez./fev.2005). Montes Claros: UNIMONTES/SEMMA, 2005.

_____. **Populações tradicionais do sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas.** (mimeo)

_____. **Tempo reversivo e espaço transfigurado: etnocídio nas veredas do sertão.** (mimeo)

DAYREL, Carlos**. Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Universidade Internacional de Andalucia Sede Ibero Americana - La Rábida 1998. (Dissertação de mestrado).

LAUDO ANTROPOLOGICO, **De comunidades Rurais da Área do Parque Estadual de Grão Mogol**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. **"Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade".** In: Anuário Antropológico, 2002/2003, pp. 251-290, 2005.

PERFIL SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS BENEFICIADAS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE (FNO) DA VILA DE BONIFÁCIO, BRAGANÇA-PA

Sebastião Rodrigues da Silva Junior[1]

Norma Cristina Vieira Costa[2]

Zélia Maria Pimentel Nunes[3]

[1]Mestre em Biologia Ambiental - UFPA- E-mail: sebast@ufpa.br.

[2]Mestre em Biologia Ambiental – UFPA- E-mail: normalevindao@yahoo.com.br

[3]Doutora em Ecologia e Recursos Naturais – UFPQ – E-mail: znunes@ufpa.br

GT 3 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

RESUMO

Este estudo buscou investigar a situação socioeconômica e educacional dos pescadores artesanais beneficiários pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO) da Vila de Bonifácio, em Bragança, nordeste do estado do Pará. Foram aplicados questionários nos domicílios dos pescadores beneficiados da Vila, previamente identificados. A coleta dos dados foi realizada *in locus*, com o auxilio de gravações fonográficas e fotográficas. Os resultados indicam que os pescadores beneficiados pelo FNO da Vila de Bonifácio exercem a profissão há mais de vinte anos, oficio que foi ensinado pelo pai, desde a infância. A atividade pesqueira desempenhada é essencialmente artesanal e estuarina, justificada pelas espécies capturadas, destacando-se a pescada gó (*Macrodon ancylodon)*, o camarão (*Litopenaeus schmitti)* e a pescada amarela (*Cynoscion acoupa)*. Das artes de pesca utilizadas destacam-se a linha, as redes e as armadilhas fixas. A renda mensal varia em torno de 1 a 2 salários mínimos, para sustentar uma família que tem em média 5 pessoas. Para uma parte dos entrevistados, o financiamento foi importante, pois conseguiram uma embarcação, trabalho para os filhos e consequentemente melhorias. Para outra, o financiamento causou problemas como o endividamento.

PALAVRAS – CHAVE: Pesca artesanal, estuário, financiamento, educação

ABSTRACT

This study sought to investigate the socioeconomic and educational fisherfolk beneficiaries by the Constitutional Fund of the North (FNO) of the town of Bonifacio, in Bragança, northeastern state of Para. Questionnaires were given to households of fishermen benefited the town, previously identified. Data collection was performed in locus, with the help of phonograph records and photographs. The results indicate that the fishermen benefit from the town of Bonifacio FNO practice the profession for over twenty years, that office was taught by his father since childhood. The activity performed is essentially artisanal fisheries and estuarine, justified by the species caught, especially hake go (Macrodon ancylodon), shrimp (Litopenaeus schmitti) and hake yellow (Cynoscion acoupa). Fishing gear used to highlight the line, nets and traps set. The monthly income varies around 1 to 2 minimum wages, to support a family that has an average of 5 persons. For part of the interviewees funding was important because it secured a boat, work for their children and consequently improved. For another, the funding has caused problems such as debt.

KEYWORDS: Artisanal fishing, estuary, finance, education

1 - INTRODUÇÃO

No litoral nordeste paraense, a atividade pesqueira constitui a principal ocupação econômica, especialmente para as famílias de pescadores artesanais, que têm na captura de peixes, crustáceos e moluscos uma forma de garantir sua reprodução social, assim como, a possibilidade de explorar comercialmente esses recursos. No município de Bragança, a atividade pesqueira responde por cerca de 50% da economia do município, representada tanto pela pesca industrial como pela pesca artesanal, no entanto, sua maior expressividade está na captura pela pesca artesanal.

A sazonalidade da atividade pesqueira requer do pescador grande esforço, investimento que ele nem sempre dispõe. As dificuldades – intempéries, hábitos alimentares e migrações dos peixes, horários das marés, condicionam a realização de seu trabalho. Mais ainda, a dependência financeira, a situação socioeconômica, o coloca diante de situações limites, que acabam muitas vezes, condicionando a dinâmica de trabalho e a vida social.

Dada a importância econômica e social da categoria, se observa a necessidade de garantir sua reprodução social, mediante ações que lhe permita não apenas fazer frente aos desafios do mar, mas os meios necessários ao exercício de uma qualidade de vida.

Ao fazer uma análise das políticas governamentais brasileiras nas últimas décadas (MELLO, 1994; LEITÃO, 1995), percebe-se que, em geral, elas seguiram o padrão de acumulação capitalista, priorizando determinado segmento em detrimento de outro. Em relação aos recursos pesqueiros, esse processo não foi diferente, pois os investimentos direcionados ao setor privilegiaram o segmento industrial em detrimento do artesanal.

Mello (1994) observou que o financiamento destinado a implantação do pólo pesqueiro no estado do Pará privilegiou o setor industrial ao criar condições econômicas, financeiras e tecnológicas para que este setor pudesse ampliar a frota pesqueira, melhorar o maquinário e os instrumentos de produção e beneficiamento do pescado.

Um estudo sobre a organização socioeconômica da Vila de Ajuruteua (Bragança, PA) destacou as dificuldades de reprodução social enfrentadas pelos pescadores, em virtude da forma de organização da produção e da dependência do sistema de comercialização (MANESCHY, 1995).

De acordo com a autora,

> "O esquema de comercialização, apoiado na estreita dependência do pescador ao intermediário, deprime ainda mais sua renda. O valor de

> seu produto, já depreciado no mercado, tem de remunerar diferentes agentes da comercialização, de modo que os resultados monetários da pesca, em geral, situam-se para os pescadores, em níveis inferiores aos dos salários dos trabalhadores da indústria" (MANESCHY, *op.cit.*).

Neste sentido, que perspectiva tem o pescador artesanal diante dos desafios que sua atividade apresenta? Como capitalizar-se sem o apoio do intermediário? Tais questões permitem questionar a condução das políticas destinadas ao setor pesqueiro.

Segundo Leitão (1995), ao se fazer à discussão de uma política de financiamento, deve-se levar em consideração às especificidades que tal política requer, principalmente pela peculiaridade do pescador artesanal, que devido as suas carências sociais, educacionais e políticas não consegue dominar os elementos necessários ao entendimento do sistema monetário financeiro.

Para tanto, este estudo buscou investigar a situação social, econômica e educacional dos pescadores artesanais beneficiados pelo FNO (Fundo Constitucional do Norte) da Vila de Bonifácio, em Bragança, nordeste do estado do Pará.

2 - ÁREA DE ESTUDO

A Planície Costeira Bragantina abrange a faixa do município de Bragança e se estende da ponta do Maiaú até a foz do rio Caeté, entre as coordenadas 00° 43' 18" – 00° 04' 17" S e 46° 32' 16" – 46° 55' 11" W. Dominada por macromarés, esta região é caracterizada pela ocorrência de manguezal que ocupa 95% de toda área costeira (SOUZA FILHO *et al*., 2001). Nessa planície está localizada a Vila de Ajuruteua que por sua vez possui três ambientes sócio-econômicos: Praia, Vila dos Pescadores e Vila de Bonifácio (KRAUSE *et al*., 2005).

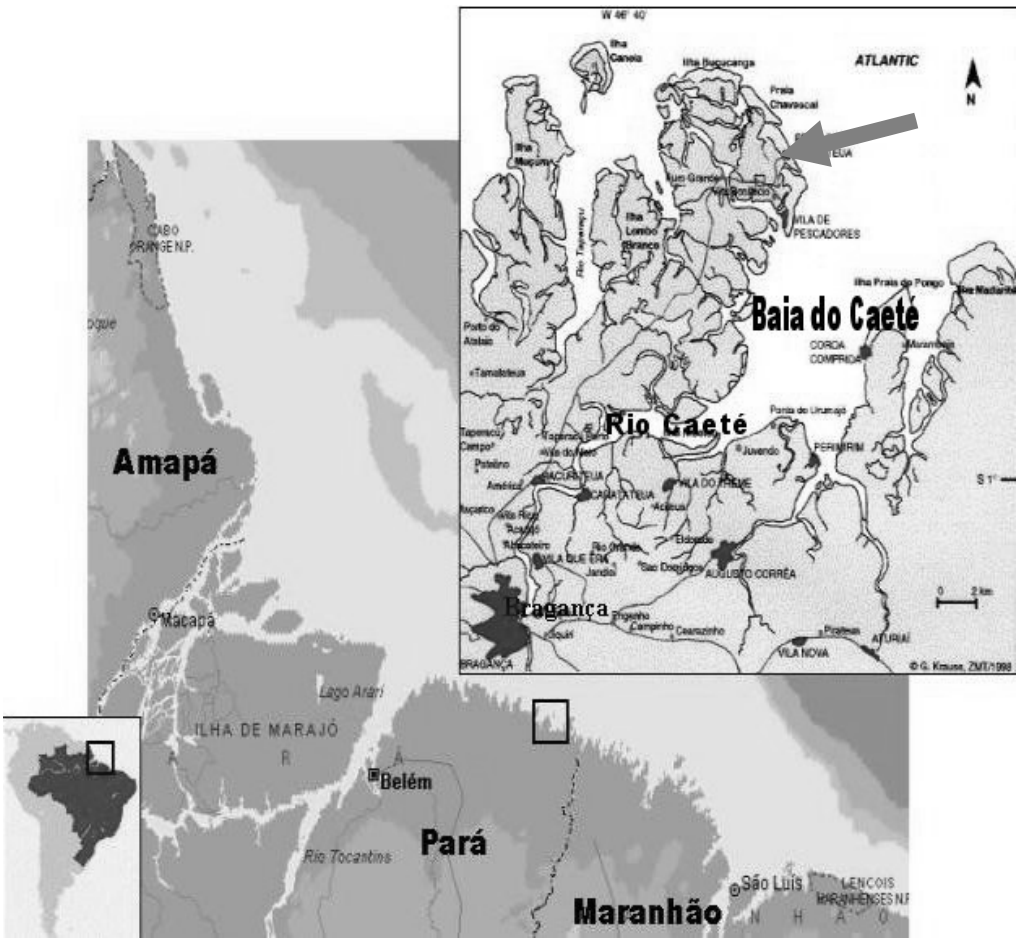


Figura 1- Planície costeira bragantina, ressaltando a Vila de Bonifácio.
Fonte: Adaptado de G. Krause, ZMT/1998).

3 – MATERIAIS E MÉTODOS

No trabalho de campo, foi realizada uma pesquisa exploratória com observação participante (diário de campo) e entrevistas parcialmente estruturadas (AMAROSO *et al*., 2002). O público alvo a ser entrevistado foi identificado previamente a partir de informações colhidas junto à agência local do BASA e ao Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança. O período analisado compreendeu os anos de 1996 a 2000, quando foram feitas as operações de créditos do referido financiamento. Foram entrevistados 35% das famílias da vila e 30% dos pescadores financiados.

A observação participante, registrada em um diário de campo. A coleta dos dados foi realizada num período de 12 meses, com o auxilio de gravações fonográficas e fotográficas.

Os dados, registrados em formulários, foram digitados em um banco de dados ACCESS e, posteriormente, analisados através da estatística descritiva (VIEIRA & HOFFMANN, 1990), com auxílio do programa EXCEL.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesca artesanal tem grande importância na comunidade de Bonifácio, pois, além de assegurar a alimentação das famílias de pescadores, representa uma fonte de renda. Krause *et al.*, (2005) descrevem a pesca artesanal como fonte primária de renda na Vila de Ajuruteua. Para Furtado *et. al*., (1993) os pescadores artesanais fazem da pesca seu principal meio de trabalho, na qual ocupam quase que totalmente seu tempo. Essa dedicação foi observada diariamente na comunidade em estudo, pois mesmo quando o pescador encontrava-se fora do mar era comum vê-lo desempenhando atividades voltadas à pesca, principalmente, na manutenção dos apetrechos.

A maioria dos entrevistados possui moradia própria na Vila de Bonifácio. Na Vila de Ajuruteua, localizada a poucos quilômetros da área em estudo, foi encontrado resultado semelhante em relação à propriedade de moradia (GUIMARÃES, 2005).

O pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda e a produção é destinada ao mercado local, sem perder, contudo o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização (MALDONADO, 1986). Estudos desenvolvidos por Krause et al., (2005) revelam que 81% dos domicílios da Vila de Bonifácio são constituídos por pescadores artesanais comerciais. Esses não possuem uma renda fixa mensal, pois dependem da produção pesqueira que varia sazonalmente (GUIMARÃES, *op. cit.*). Por isso, a receita orçamentária familiar é instável e "*varia conforme a safra e o movimento das águas"* (Pescador, 15 anos). "*Nas águas grandes a renda é inferior a um salário mínimo, na maré de quarto é superior"* (Pescador, 16 anos). "*De todas as pescas o camarão é o que dá mais dinheiro"* (Pescador, 11 anos). "*Às vezes a pescaria é sorte"* (Pescador, 10 anos). Segundo Maneschy (1995), a atividade pesqueira é ditado pelas marés, sendo também influenciada pelas variações climáticas.

Cerca de 80% das famílias entrevistadas capturam até 500 kg de pescado por mês. Esta produção aliada a bolsa família (R$ 95,00) geram aos pescadores uma renda média mensal de um a dois salários mínimos para manter uma família numerosa (4 a 7 filhos) e em

alguns casos, outros parentes. Essa situação sócio-econômica estimula o envolvimento da família na atividade pesqueira, inclusive os mais jovens, em idade escolar.

Entre as espécies de peixes e crustáceos capturadas pelas famílias da Vila de Bonifácio, destacam-se gó (*Macrodon ancylodon)*, bandeirado (*Bagre bagre)*, pescada amarela (*Cynoscion acoupa)*, uritinga (*Arius proops)*, bagre (*Arius herzbergii)* e cação (*Carcharhinus* spp), camarão branco (*Litopenaeus schmitti),* entre outros, já observados por Espírito Santo (2002), Barboza (2006) e Maneschy (1995).

O calendário de pesca (safra) é uma das características mais relevantes da pesca artesanal da Vila (ISAAC, 2006). Os pescadores seguem o calendário de atividades adaptado ao ciclo de vida e a abundância dos diferentes recursos pesqueiros. De abril a junho, a pesca é dirigida principalmente à pescada gó. Durante o período seco ao camarão branco. Ao longo do ano, os bagres são capturados. Esses dois períodos de safras são apontados pelos moradores como os mais importantes na composição da renda familiar da vila.

A renda obtida pelo pescador artesanal da Vila de Bonifácio não é suficiente para sustentar uma família grande com mais de 5 pessoas. É interessante um estudo local, onde se percebe a busca de outras fontes de renda, para ajudar no orçamento doméstico. Gomes (2004), em estudo na Vila dos Pescadores e na Vila de Bonifácio, observou que os moradores complementam sua renda através da venda de produtos e serviços aos veranistas, no mês de julho.

Tais questões remetem a própria situação deste pescador, que em virtude de sua atividade ser muito rotativa, dependente das condições climáticas, oscilações de maré, e mesmo das condições mínimas para sair para o mar, tais como alimentação, combustível, gelo e apetrechos de pesca. Deste modo, tem dificuldades de planejar as receitas e as despesas, de formar um orçamento equilibrado. Todas essas condições contribuem para a falta de capitalização do pescador artesanal, a ponto de precisar do marreteiro, por exemplo, salvo raras exceções.

Os pescadores dependem dos marreteiros para financiar as despesas com a viagem ao mar, rancho, gelo, combustível, iscas, entre outros. Essa dependência assegura ao marreteiro a compra da produção financiada, pelo preço estipulado pelo mesmo. Além destas relações, a falta de meio de transporte adequado para comercialização do pescado que tornaria o fluxo de comercialização mais eficiente, consistem nos principais entraves a capitalização do pescador artesanal (ISAAC, 2006).

A pesca artesanal apresenta algumas especificidades que devem ser consideradas durante a elaboração de programas nacionais. Isto significa que é preciso compreender as

peculiaridades do próprio pescador: baixo grau de escolaridade, ausência de participação nas decisões políticas, dependência econômica do marreteiro, desconhecimento do sistema monetário financeiro, entre outros elementos.

A escolaridade dos pescadores da vila de Bonifácio é baixa, a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto. Em estudo realizado pela Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social (2003) junto aos filiados das Colônias de Pescadores no Estado do Pará, foram observados índices de 78,9% de pescadores artesanais com escolaridade ao nível do ensino fundamental e 20,5% sem escolaridade. O que comprova o baixo grau de escolaridade dessa categoria. Resultados semelhantes foram encontrados por Nierdele & Grisa (2006) e Santos (2006) em pesquisas realizadas com pescadores da lagoa dos Patos (RS) e em duas comunidades ribeirinhas em Cuiabá (MT), respectivamente.

Do ponto de vista de uma sociedade letrada, tal questão implica em dificuldades de relacionamento com a mesma quanto à exigência do conhecimento letrado, principalmente, quando se trata de questões financeiras. Nesses casos, os processos se tornam mais complexos em virtude da linguagem bancária ser de difícil compreensão para quem não tem letramento, isto é, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita (SOARES, 2004).

Souza (2006) ao analisar os níveis de alfabetismo e as atitudes dos sujeitos, observou que:

> Os níveis de letramento (ou alfabetismo) dos clientes influencia nas atitudes dos mesmos em relação ao ambiente bancário, sendo este um fator que lhes favorece ou dificulta uma interação autônoma com este ambiente, influenciando sua capacidade de auto atendimento, de controle e planejamento de sua movimentação bancária e decisão, com o máximo de discernimento, pela aquisição de novos produtos e serviços oferecidos pelo banco (SOUZA, 2006).

Moock (1981) *apud* Arima (2000) observou que baixos índices de escolaridade podem comprometer a capacidade de gerenciamento e administração do crédito rural. Arima (*op. cit*.) confirmou que produtores com nível fundamental completo apresentaram cerca de 10% de probabilidade de satisfação com o financiamento, em relação aos analfabetos.

Uma outra questão diz respeito à assistência técnica necessária. Segundo os pescadores, o banco não disponibilizou um técnico ou uma equipe para acompanhar todo o desenrolar do processo. Os próprios pescadores não dispõem de entidade ou técnico que possa

prestar tal serviço. Dessa forma, os pescadores ficaram à margem do que o banco informava ou do que conseguiam assimilar a partir do que o banco lhes informava.

É claro que pela cultura política existente em nossa realidade, tal questão remete à falta de autonomia destes pescadores, no sentido de estabelecer uma relação mais propositiva, seja com o banco, seja com a assistência técnica, seja com o marreteiro seja com a própria categoria. Diferentemente do que aconteceu aos agricultores da região tocantina, onde "a adesão dos camponeses à luta pelo crédito bancário representou uma decisão autônoma da própria categoria, que a partir desse momento passou a tomar decisões nas instâncias representativas dos próprios camponeses" (SOUSA, 2002). Essa autonomia se contrapunha ao passado, no qual a relação com o crédito, até a década de 60, se dava através do comerciante (lógica do aviamento) e, posteriormente, década de 80, por meio da Igreja Católica.

No que se refere ao relacionamento entre o beneficiário e o banco, percebeu-se visões distintas do processo. Para o banco, o pescador é um beneficiário como outro qualquer, que tem obrigações financeiras a cumprir. Em caso de inadimplência o beneficiário terá o seu nome colocado na lista do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), SERASA ou na lista dos devedores ativos da união, já que os recursos do FNO são oriundos do Orçamento Geral da União. Na visão do pescador, a instituição bancária não o auxiliou quando era necessário. Não há uma relação de confiança entre a instituição e o pescador e vice-versa.

Neste sentido, ressalta-se a necessidade dos pescadores artesanais estabelecerem, como categoria organizada, uma outra relação, mais propositiva e menos reivindicativa junto ao agente financiador. Deve-se considerar que o FNO, enquanto fundo de financiamento e de desenvolvimento, é fruto das lutas de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida (TURA, 2000; SOUSA, 2002).

Tais fatores demonstram a necessidade de se repensar às políticas direcionadas à pesca artesanal, pois esta é uma atividade econômica de grande importância regional e nacional que abastece de pescado um mercado consumidor cada vez mais exigente. Há necessidade de garantir a reprodução social da categoria, bem como, garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Estas questões, longe de ser um problema localizado ou regional, são mais abrangentes e estão relacionadas ao aumento da demanda em virtude do crescimento demográfico, ao aumento do esforço de pesca e, também, aos incentivos governamentais. Em geral, esses incentivos beneficiaram o setor industrial em detrimento do artesanal, criando conflitos ou ampliando os já existentes entre os pescadores que fazem do mar, seu espaço de sobrevivência. Esse fato foi observado por Nierdele & Grisa (2006) em estudo feito na lagoa

dos Patos, RS. A atuação das embarcações industriais impediu a entrada dos peixes nesta lagoa. Desse modo, os pescadores artesanais capturavam peixes de menor tamanho, prejudicando a produção e a renda dos mesmos.

Pergunta-se então, qual a lógica do financiamento? “Garantir eficácia, aumentar a produtividade, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda” conforme diz o plano de aplicação do FNO? Considerando o montante investido (cerca de 3 milhões) e o retorno almejado (financeiro ou social), percebe-se no estudo em questão que esse retorno ficou aquém do esperado. Por um lado, a maioria dos pescadores deixou de pagar, tornando-se inadimplente perante o BASA e impossibilitada de obter crédito na rede bancária, enquanto for devedor da União. Porém, a maioria dos pescadores continua dependente da figura do marreteiro.

Apesar dos aspectos negativos, observa-se a necessidade de programas governamentais direcionados à pesca artesanal. Para tanto, é imprescindível que os mesmos sejam amplamente discutidos com a categoria, levando em consideração as peculiaridades, as limitações, bem como a realidade atual dos recursos pesqueiros. Considera-se que a execução de uma política pública implica na utilização dos recursos públicos, priorizando um desenvolvimento que assegure a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Neste sentido, conclui-se que o referido financiamento teve percalços que levaram ao seu insucesso, considerando os objetivos e as metas do FNO, como Fundo de Desenvolvimento Regional. As limitações deste iniciaram desde a elaboração dos projetos, sem participação efetiva dos pescadores até a ausência de uma assistência técnica efetiva (antes, durante e após o financiamento), pois estes não estavam acostumados a lidar com a realidade deste tipo de crédito.

6 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAROZO, Maria Cristina de Melo; MING, Chau; SILVA, Sandra Pereira. **Métodos de coleta e análise dos dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: UNESP, 2002.

ARIMA, E. A distribuição espacial do crédito do FNO no estado do Pará. IN: TURA, L. (org) **Campesinato e Estado na Amazônia:** impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília jurídica; 2000.

BARBOZA, R. S. L. **Interface conhecimento tradicional-conhecimento científico:** um olhar interdisciplinar da etnobiologia na pesca artesanal em Ajuruteua, Bragança-Pará. 2006.111 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). Campus Universitário de Bragança, Bragança.

ESPÍRITO SANTO, R. V. do. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, Bragança-Pará-Brasil.** 2002. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). Campus Universitário de Bragança, Bragança.

FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. **Povos das águas :** realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GLASER, M. Inter-relações entre ecossistema manguezal, a economia local e a sustentabilidade social no estuário do Caeté, Norte do Brasil. In: GLASER, M. CABRAL, N. RIBEIRO, A. L. (Orgs). **Gente, ambiente e pesquisa:** manejo transdiciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 41.

GOMES, I. A. **Turismo, ambiente e vida:** estudo na ilha de Ajuruteua, Bragança, Pará. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2004.

GUIMARÃES, D. O. **Aspectos sócio-ambientais da praia de Ajuruteua, Bragança, PA,** (Brasil): Subsídios para o gerenciamento costeiro integrado. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2005.

ISAAC, V Diagnóstico da pesca no litoral do Estado do Pará. IN*:* ISAAC, V. (org). **A pesca marítima e estuarina do Brasil no início do século XXI:** Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais; 2006b**.**

KRAUSE, G. GLASER, M. SOARES, C. Co-evolução das dinâmicas geomorfológica e socioeconômica numa comunidade pesqueira. In: GLASER, M. CABRAL, N. RIBEIRO, A. L. (Orgs). **Gente, ambiente e pesquisa:** manejo transdiciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 193.

LEITÃO, W. Pesca e Políticas Públicas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia. Belém; v. 11, nº 2. 1995.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, M. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: UFPA/NAEA. 1995.

MELLO, A. Capitalismo e empobrecimento na Amazônia: a contraface da modernização. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 473-489. (Coleção Eduardo Galvão).

NIERDELE P; GRISA, C. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, RS. FURG. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 16, jan. 2006.

PARÁ. Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. A Pesca Artesanal no Estado do Pará: perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias de pescadores. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

SANTOS, L. **Dinâmica da pesca artesanal em duas comunidades ribeirinhas tradicionais do rio Cuiabá, MT:**uma abordagem ecológica. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas), Cuiabá; 2006.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2004.

SOUSA, A. **Desafios educacionais do ambiente bancário:** o banco enquanto espaço específico de uso social da linguagem escrita. Trabalho de Conclusão de Curso. Bragança, UFPA. 2006.

SOUSA, R. **Campesinato na Amazônia:** da subordinação á luta pelo poder. Belém, Naea; 2002.

SOUZA FILHO, P. W. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, Maria Thereza; MENDES, Amilcar (Orgs.). **Ecossistemas Costeiros:** Impactos e gestão ambiental. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi,2001. p. 134.

TURA, L; COSTA. F. (org) **Campesinato e Estado na Amazônia:** impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília jurídica; 2000.

VIEIRA, Sonia; HOFFMANN, Rodolfo. **Elementos de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1990.

POPULAÇÃO TRADICIONAL RIBEIRINHA E POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA: UM OLHAR SOBRE O AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO - PAE-SF

Maria Lúcia da Silva Sodré

Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe – UFS
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
E-mail: mlsodre@ufs.br

GT03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

1.INTRODUÇÃO

No Brasil há diversas situações que fazem parte da política de assentamento de reforma agrária, dentre elas se encontram os *Projetos de Assentamentos Agroextrativistas* (PAE) que são definidos, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como aqueles assentamentos que visam promover a *reforma agrária ecológica*, regularizando a situação fundiária de povos tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infra-estrutura que permitam o *desenvolvimento sustentado*.

Os PAE foram inicialmente implantados na Amazônia e no Acre. Na Bahia, até o momento, esse modelo foi aplicado unicamente no *Projeto Agroextrativista São Francisco* (PAE-SF), objeto de reflexão deste estudo, que se vem desenvolvendo a partir de 1995. O PAE-SF encontra-se situado na região semi-árida do médio São Francisco, no Oeste do Estado da Bahia. A sua extensão territorial totaliza uma área de 20.820,05ha. A singularidade do PAE-SF está em localizar-se em uma área de preservação permanente, à margem esquerda do rio São Francisco, que possui regulamento próprio, pelo que só admite o uso de suas terras com restrições. O PAE-SF teve como objetivo fundamental a regularização fundiária de famílias ribeirinhas que tradicionalmente lá viviam. No projeto, foram identificadas 600 famílias, legalmente assentadas, divididas entre onze comunidades. É nesse contexto que se focaliza o nosso interesse em investigar, as conseqüências da implantação de um projeto do Governo, ainda não concluído, para o *modo de vida* das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

Este assentamento representa uma ação do Estado, diferenciada dos demais projetos implantados na Bahia. A singularidade do PAE-SF está no fato de localizar-se em uma Área de Preservação Permanente[1], que possui regulamento próprio e teve como objetivo fundamental a regularização fundiária das famílias ribeirinhas que tradicionalmente viviam à margem esquerda do rio São Francisco. O *modo de vida* dessas famílias define-se a partir de uma forma de viver e de produzir ligada, principalmente, à dependência dos recursos da natureza (pesca e agricultura) e às relações sociais que têm fortes vínculos com os laços anteriores à implantação do projeto. É também referenciado por valores próprios como, por exemplo, suas crenças e seu afeto ao local de origem. É evidente que não se pode estudá-lo dissociando-o do tripé que o envolve: terra, trabalho e família, conforme a lógica da organização econômica, social e cultural do grupo.

A formulação do problema da pesquisa aqui apresentado está pautado em duas questões. Por um lado, o PAE-SF refere-se a uma Área de Preservação Permanente (APP), que está sujeita a normas, a padrões e a critérios de uso restritos, conforme uma legislação ambiental que passa a impor regras e limites à população assentada, freqüentemente em oposição ao modo de vida tradicional. Isto repercute profundamente na própria noção de pertencimento dessas famílias, pois inúmeras vezes se sentem tolhidas de realizar práticas muito antigas.

Por outro lado, nesse assentamento, não existe uma questão jurídica simples, referente à desapropriação de terras e ao assentamento de famílias, como na maioria dos outros assentamentos. Neste caso, a intervenção do Incra objetiva regularizar a situação fundiária da população tradicional de agricultores-pescadores, nascida e criada na área sem, no entanto, sequer disponibilizar uma extensão de terra suficiente para tirar sua subsistência. Em virtude da peculiaridade do assentamento, a permanência das famílias na área também só pode ser admitida através de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e a regularização fundiária se dará de forma coletiva.

Além dessas questões, do ponto de vista sociológico, verifica-se que deve ser particularmente observado que o contingente populacional em foco se estrutura como um tecido social bem tramado, tanto pela sua especificidade e sua escala, quanto pela importância das normas, valores e tradições que fundamentam um modo de viver, de produzir e de se relacionar com as pessoas, com o ambiente natural em que vivem e com o próprio rio São Francisco.

[1] Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Áreas de Preservação Permanente (APP) têm como base legal a lei n. 4771/65 – Código Florestal, alterado pela lei n.7801/89.

Desta forma, impõe-se, enquanto objetivo deste estudo, uma reflexão sobre as formas de uso das terras e também sobre a relação homem-natureza, para compreendermos o projeto do INCRA e os conflitos decorrentes, em função da difícil conciliação entre a preservação da natureza e a reprodução das famílias. Neste sentido, o problema se instaura entre a preservação do ambiente, regulamentada em lei, e a reprodução produtiva e social do modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas, que compreende o seu espaço como "lugar de vida e de trabalho" em um Projeto do INCRA que é, ao mesmo tempo, um projeto de assentamento de agricultores/pescadores (produção) e um projeto ambiental (preservação), contraditório e ambíguo**.**

Metodologicamente, para compreensão do modo de vida das famílias tradicionais ribeirinhas frente à implantação do PAE-SF, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, realizado através de procedimentos qualitativos que incluíram observação participante e entrevistas semi-estruturadas. O método de estudo de caso permitiu compreender a realidade estudada de uma forma aprofundada, pois ele não se limita a descrever os fatos e acontecimentos, mas possibilita compreender as interações entre estes e a sua importância no contexto em que acontecem (GIL, 1995).

Como um primeiro passo no nosso Estudo de Caso, buscamos respaldo na teoria existente e para tanto realizamos uma revisão de literatura. Dentre as técnicas de pesquisa de campo disponíveis para este estudo, foram utilizadas a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas. Na observação participante, o trabalho se iniciou pela conquista da confiança da comunidade. Isto foi possível graças à abordagem de "pessoas-chave", que exercem uma liderança e que mantêm o respeito ou o afeto da comunidade.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram também significativa importância no nosso trabalho de busca de entendimento sobre o modo de vida das famílias assentadas. Elas foram enriquecidas pelo uso do gravador[2], o que teve como objetivo deixar o entrevistador mais livre, direcionando a sua atenção ao entrevistado, como por exemplo, prestando atenção às expressões faciais, à postura e aos gestos. A câmera fotográfica também assumiu a condição de complemento importante à pesquisa, pois nos permitiu captar visualmente a bela paisagem do lugar e as expressões das pessoas.

[2] Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com a permissão dos entrevistados. Cabe ressaltar que a sua transcrição demanda muito tempo e as informações muitas vezes aparecem mais ou menos indiferenciadas, o que torna trabalhoso separar aquelas consideradas mais importante das menos importantes. Nesse caso, a memória do pesquisador é um grande auxílio para estabelecer prioridades.

A entrevista semi-estruturada permitiu-nos (GASKELL, 2003) compreender, em detalhes, os aspectos mais subjetivos como os que envolvem valores, atitudes, crenças, comportamentos, motivações e relações afetivas em situações sociais particulares.

As entrevistas semi-estruturadas, na pesquisa aqui relatada, foram realizadas em três etapas. A primeira etapa foi realizada entre os meses de julho e setembro de 2005. A fase seguinte do trabalho em campo ocorreu no final do mês de novembro e em dezembro do mesmo ano. Uma terceira fase da pesquisa, realizada em abril de 2006, teve a finalidade de tirar dúvidas no momento da construção das diferentes seções da tese, que originou este texto. No total foram entrevistados 78 assentados. A última visita ao assentamento ocorreu em dezembro de 2006 e teve como objetivo principal visitar a ATES que passou a dar acompanhamento ao assentamento. Em novembro de 2006, esse órgão havia elaborado um diagnóstico da área que nos trouxe muitos subsídios.

Através da análise das entrevistas, foi possível conhecer aspectos do passado[3], através do resgate da memória, dos costumes, da cultura, dos valores, dos laços de parentesco, da relação de reciprocidade, da organização da produção, da vida social, da sua relação com a natureza e das crenças do grupo, aspectos formadores de um modo de vida peculiar, aqui definido como *modo de vida camponês*. Por esta razão, os depoimentos das famílias foi um dos principais instrumentos metodológicos utilizados pois estes se adequaram perfeitamente ao estudo que teve como objetivo compreender as conseqüências de um modelo de intervenção de uma política pública sobre o modo de vida tão peculiar, quanto o nosso caso em estudo.

2. Resultados da Pesquisa

2.1 O modo de vida tradicional e a política de reforma agrária

A pesquisa de campo apontou que as famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF sempre mantiveram laços muito estreitos com o ambiente que as circunda. O saber que essas famílias adquiriram sobre o meio ambiente decorre da sua relação constante com ele e, portanto, a forma de preservá-lo vem, sobretudo, da necessidade de mantê-lo para a sua

[3] A utilização desta técnica, associada à observação direta, neste caso, permitiu-nos compreender as modificações ocorridas no *modus vivendi* desta população, a partir das referências feitas ao passado pelos moradores e a observação continuada do presente pelo pesquisador. Considerando que o modo de vida destas famílias é fortemente marcado pela relação com o local, foi nossa preocupação lançar um olhar sobre o espaço e o tempo vivenciados de maneira entrelaçada por estas famílias.

própria sobrevivência e ainda para os seus sucessores. Representa, assim, uma relação de dependência e de continuidade. Além disso, essas famílias tradicionais têm seu modo de vida atrelado a uma relação repleta de significados simbólicos, culturais e míticos com o ambiente. O conhecimento que elas detêm sobre a terra, o rio, as plantas, a pesca constitui a herança cultural da comunidade sendo aperfeiçoada sempre.

No PAE-SF, esse saber que se pode denominar tradicional se expressa, por exemplo, no modo de pescar ou de cultivar. Via de regra, tais técnicas implicam em conhecer detalhes específicos sobre a pesca e os peixes, "conhecer o rio e os locais que os peixes se escondem" e os "segredos da terra que só quem trabalha nela conhece" (Edvaldo, 43 anos, Água Fria)

É, extremamente importante para estas famílias o *saber fazer* quando se trata do solo e do rio, naquilo que se relaciona à cultura, à criação, à pesca e à vegetação, elementos que estruturam o *saber popular local,* do qual os assentados lançam mão no desenvolvimento de suas atividades. Caracterizam este saber o conhecer a natureza e até mesmo recorrer às fases da lua e às benzedeiras para a melhoria do cultivo.

Contrapondo-se ao saber tradicional leigo e intuitivo, passado entre gerações, surge o saber científico representado pelos instrumentos burocráticos que conceitua o ambiente como Unidade de Conservação (UC) – Área de Preservação Permanente (APP) e que, baseando-se no princípio da precaução, proíbe todas as práticas seculares de domínio público.

Sendo assim, o uso dos recursos da mata, em forma de coleta (extrativismo), principalmente para a retirada da lenha para cozimento e da matéria-prima para artesanato, como cestos para pesca, além de algumas práticas como a pesca e a caça resultam em crimes contra o meio ambiente. As restrições impossibilitam a exploração pela população dos recursos naturais que garantem a reprodução da família. Quando em lugares fora da várzea (o lameiro) o trabalho com a lavoura é precedido sempre de uma coivara da capoeira, prática que também tem sido condenada, tal como as queimadas e o preparo de pasto para criação de gado, que também são proibidos.

Por conta das proibições, algumas famílias desenvolvem essas práticas clandestinamente. O resultado são as transgressões das leis como relata um assentado: "Antes eu respeitava, a gente vivia aqui, não tinha desmatamento, as roças eram afastadas da beira do rio, a gente só trabalhava mais, era na vazante, em cima só da água que o rio vinha e cobria" (Carlixto Alves, 46 anos, Estreito).

Nesta entrevista, o assentado fala sobre como era sua vida antes dos projetos do INCRA chegarem e se referem ao desmatamento que vem ocorrendo depois da implantação dos projetos governamentais, provavelmente se reportando ao Projeto Especial de

Colonização – Serra do Ramalho (PEC-SR) que desmatou e abriu estradas e criou assentamento para 8 mil famílias na região, com o objetivo de exploração agrícola da reforma agrária (23 agrovilas). Posteriormente, com a implantação do PAE-SF e a antropização, continuou a retirada de madeiras, conforme afirma a assentada:

> Nascida e criada dentro da área, minha história de criança foi muito boa. Naquele tempo aqui era tudo diferente. Aqui antigamente, quando o INCRA não tinha chegado aqui, a preservação aqui era total, ai depois do INCRA foi que começou a destruição aqui em 1975. Porque antes a preservação dos barrancos existia. Depois que o INCRA chegou aqui e começou a indenizar (os fazendeiros) ai o pessoal começou a desmatar, tirar aquelas aroeiras antigas que tinham, aí acabou [...] mas aqui era uma mata imensa de preservação. O povo criava solto, o gado, o porco, a cabra, essas coisas tudo solto, não tinha essa demarcação. (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande).

As restrições ambientais adotadas no PAE-SF afetaram de forma significativa o modo de vida das populações tradicionais que sempre desenvolveram atividades agrícolas, pesca e caça, atividades que hoje só são possíveis por meio de licenças concedidas pelo Estado ou são tratadas como crime ambiental. Ao lado dessas proibições, muitas delas incompreensíveis para os assentados, existe também um desconhecimento sobre os conceitos ecológicos do agroextrativismo e a sua aplicabilidade dentro do PAE-SF.

O envolvimento da comunidade local com o manejo e a conservação das áreas é fundamental para preservá-las. Os assentados reconhecem, assim, o seu papel no processo de preservação do meio ambiente, quando afirmam que: “Isso ia acabar tudo. Quem faz assegurar essas leis não é o INCRA, não é o IBAMA, somos nós assentados” (Benedito, 43 anos, Água Fria). Além disso, ressalta uma assentada a necessidade de preservação da natureza para as gerações futuras e não necessariamente para o benefício do Estado. Segundo ela:

> Isso é bom não para os órgãos, mas é bom para mim e para minha geração que aí está. Hoje muitas famílias já pensam em ir ali no rio e arrancar um capim que está na margem do rio, já pensa, se eu arrancar isso aqui vai desbarrancar e futuramente eu não vou ter esse

> rio aqui para está me beneficiando (Maria Aparecida , 35 anos, Barra do Ipueira).

As terras do PAE-SF são consideradas pelos assentados como terras muito férteis, boas para o plantio: "aqui é bom porque dá de um tudo, é só plantar. Mas quando não tem chuva à gente sai e vai trabalhar como diarista nas roças que tem regradio (irrigação) [...] porque aqui só tem promessa de projeto e nada" (Dejael, 49 anos, Mariápolis). Com isto, ele está se referindo ao principal fator limitante enfrentado pelas famílias assentadas: a deficiência hídrica pluvial. Ressalta também que o projeto acenou com assistência técnica para irrigação e até o momento não houve o investimento correspondente.

No período de seca, a possibilidade de *aprovisionamento* e geração de renda, com recursos da própria terra, vai a zero porque é o momento em que há insuficiência da produção e conseqüentemente, o aumento das dificuldades para as famílias. Alguns "chegam até a passar fome mesmo, quando o rio tá seco (até o pescado desaparece) e a chuva não molha a terra" (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande). Segundo entrevista: "aqui a gente não produz nada, agora mesmo que a chuva tá escassa, a única coisa que a gente produz é uma mandioca, é milho, feijão, quando chove bastante dá pra comer. Dizer que eu tenho isso aqui em casa por que eu plantei, e produzi, não" (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Para contornar tal situação, a produção das famílias assentadas está apoiada, sobretudo, no cultivo de produtos de ciclo curto, como o feijão e milho, assim como em culturas de rama: melancia, abóbora, maxixe, etc., que se plantam e colhem no período de três meses.

É por conta de tantas dificuldades que as famílias assentadas apelam para o sistema de lameiro das áreas de alagadiço, tradicionalmente usado. Este tem uma produtividade superior à de sequeiro, devido à umidade e fertilidade deixada pela vazante do rio. Este processo é repetido a cada enchente que deposita novos elementos no solo das margens do rio. A plantação é realizada depois das chuvas, com a terra ainda molhada, as chamadas terras úmidas, o que favorece o melhor cultivo. Uma assentada descreve com suas palavras esse processo:

> A chuva chove, o rio enche, molha a terra aí quando o rio vaza a gente vai e aproveita aquela área que o rio deixou molhado e vai cultivar aquela terra. Planta feijão, planta abóbora, planta milho, planta mandioca, dá de tudo naquela terra. Aí quando for no mês de agosto/setembro/outubro a gente ta colhendo feijão catador (feijão

> que em geral se come ainda verde, é aquele feijão que dá em ramas), arrancando feijão de arranque (feijão que em geral é consumido seco, portanto deve-se "espera secar para bater") (Rita, 49 anos, Barreiro Grande).

O plantio no lameiro é uma das proibições do Incra que se baseia na inconveniência da retirada da mata ciliar e na movimentação do solo de várzea que provoca o transporte de areia e conseqüentemente o assoreamento do rio além da queda dos barrancos, problemas que já podem ser observados a olho nu. No entanto, é considerada pelos assentados a melhor área para o plantio. Soma-se, ao fato de não terem alternativas que viabilizem melhores condições de vida, como já relatado.

As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas queixam-se dos efeitos, porém não se conformam com a proibição, esta proibição reside na causa de uma das principais divergências entre os assentados e o Estado, com afirma uma assentada:

> Eu plantava no lameio, mas tem o Incra/Ibama que proibiu, ai o pessoal aqui ainda vive de teimoso. Agora é época de chuva, a gente planta na caatinga, na parte alta. Mas ai quando o rio lavar lá (lameiro) ninguém suporta deixar aquela terra vazia lá. Ai a gente planta pra sobreviver. Até o momento, o projeto do Incra (irrigação) não foi repassado (Maria Rosângela, 41 anos).

Na realidade, o plantio no lameiro, bem como a pesca, a caça e outras atividades tradicionais têm se tornado mais inconvenientes após a confluência de pessoas e o aumento da densidade populacional. Juntos, os projetos de assentamentos não só o PAE-SF, mas também o PEC-SR (cujas muitas famílias moram nas agrovilas, mas exploram os recursos do PAE-SF), vão causando impactos como os desmatamentos, as erosões, as atividades pesqueiras e de caça predatórias, bem como a exploração agrícola e pecuária convencionais que são bastante deletérias ao meio ambiente.

A autonomia sobre a unidade produtiva familiar continua sendo a tônica, conforme se pode identificar na fala do assentado:

> Nem sei falar assim, primeiramente o que nos estamos esperando melhorara é a dividição das terras, porque uns tem pouquinho de terra (40mx100m) e outros não tem nada. Estamos na espera da dividição,

> enquanto um não tem nada outros têm demais (os irregulares). Como eles estão prometendo que vai ter a dividição cada um vai ter a sua parte, pra dizer esse aqui é meu [...] porque muitas vezes vem um plano até de dinheiro (créditos/projetos) pra gente trabalhar e a gente fica até sem saber como pegar, porque não dá pra trabalhar sem ter aquele espaço que cada um deve ter (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Recentemente tivemos a informação de que foram encaminhados projetos de manejo sustentável para financiamento de projetos de apicultura, caprinocultura e ovinocultura. Esses projetos, entretanto, contemplam apenas cinco das onze comunidades, além disso, cabe um questionamento: qual a área em que estes animais serão criados?

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos resultados, brota a conclusão de que as concepções dessas famílias tradicionais, quanto à produção, às relações sociais, à importância conferida aos valores e à relação de interdependência que mantêm com a natureza, que conformam em um modo de vida camponês, se apresentam, em muitos aspectos, divergentes em relação ao *modelo* implantado para essa modalidade específica de assentamento. Este *modelo* é aqui compreendido como um projeto diferenciado, que tem uma dupla dimensão, ele é um projeto de preservação ambiental, visto que se encontra localizado em uma APP e, ao mesmo tempo é um projeto de assentamento de agricultores. O resultado mostra os conflitos entre a difícil conciliação da preservação do ambiente e a garantia de sobrevivência das famílias, estabelecido, pelo fato do Incra não ter concluído o projeto a que se propôs, tornando-se, portanto, incapaz de assegurar a reprodução das famílias assentadas, no presente, e para as gerações futuras.

Procuramos demonstrar que as famílias estão sendo guiadas por um modelo de reforma agrária, um Projeto inconcluso, contraditório e ambíguo - com "leis próprias" –, que permite o uso de seu território, com restrições, cuja referência maior é a preservação do meio ambiente. Nesta análise é preciso compreendermos que "o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas (...) Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo" (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 7).

No que se refere às conseqüências que ocorreram devido ao processo inacabado de um projeto de regularização fundiária, concretamente, podemos dizer que trouxe dificuldades de sobrevivência às famílias e restrições quanto aos trabalhos tradicionalmente utilizados pelos ribeirinhos. Com isso, não queremos negligenciar a ação, muitas vezes, predatórias destes ribeirinhos. Mas, apenas questionar por que o Incra não finalizou este projeto. Diante dessa situação, vimos que, entre a realidade vivida – "o ser" –, e a realidade concebida, prescrita na lei – "o dever ser" –, apresentaram tensões a serem examinadas.

Uma das principais restrições impostas pelo Estado à população local refere-se à proibição de se plantar no "sistema de lameiro", uma prática tradicional e bastante comum para esta população ribeirinha. Como foi observado, diante das dificuldades, as famílias, sob muitos aspectos, ignoram as "leis" do Incra e do Ibama, enquanto forma de resistência.

Queremos ressaltar que, a maior parte das conseqüências e tensões, atualmente vivenciadas pelas famílias, frente a um modelo parcialmente implantado, se refere à falta de terras, justificadas pela presença das famílias irregularmente assentadas, os "sem perfil" que atualmente ocupa ¼ de todo o PAE-SF e impede que os assentados disponham de áreas maiores para o trabalho, como observado. Destinando, às famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF, *porções residuais de "lotes" em assentamentos precariamente assistidos,* e neste caso, em especial, comprometendo o sentido da própria política agrária.

Os conflitos que existem entre assentados e Estado se referem, sobretudo, ao fato de o Estado ter denominado "regularização fundiária" uma figura jurídica, desconhecida dos ribeirinhos (direito real de uso), sem, no entanto, proporcionar-lhes terras disponíveis que estes possam de fato utilizar, fazendo jus à concessão de uso da terra.

O Incra, como sabemos, não tinha sequer terras suficientes disponíveis para atender as aspirações dos assentados. Dessa forma, uma relação direta com a terra, com o ambiente e a possibilidade de reprodução social dos assentados encontram-se comprometida no PAE-SF, causando conseqüências à sua reprodução no lote, enquanto boa parte das terras se mantiver nas mãos dos irregulares e enquanto o Incra não concluir o projeto a que se propôs, o que diretamente necessita é que se resolva a saída dos irregulares e a conclusão do Projeto.

A natureza não significa para o camponês simplesmente algo que está ao seu redor, mas é, acima de tudo, o local com que ele interage, *lugar de vida e de trabalho*: constitui uma visão de mundo. No PAE-SF, a relação homem-natureza é resultado de uma história construída ao longo de muitas gerações. Passar pela mudança da condição de ribeirinho para assentado da reforma agrária não se constitui apenas uma "mudança de nome", mas, sobretudo, representa a construção de uma nova identidade.

No entanto, o trabalho de campo evidenciou que embora os assentados enfrentem dificuldades cotidianas de diversa natureza, a sua regularização na área não representou um fracasso. Ao contrário, eles se sentem felizes e de forma unânime declararam que não sairiam do PAE-SF, ainda que recebessem outra terra. Eles têm procurado adaptarem-se as condições reais e, ao que parece, estão tirando partido das convergências e divergências que estão vivenciando para gerenciar e viver o seu modo de vida camponês, que certamente haverá de mesclar características do modo de vida sob o *modelo de reforma agrária* e do modo de vida tradicional.

Num embate de forças entre os assentados e o Estado na busca de um efetivo programa de reforma agrária e por uma vida melhor, acreditamos que o PAE-SF pode ser o local ideal para o sucesso e desenvolvimento destas famílias tradicionais ribeirinhas, a partir de uma agricultura ecologicamente e economicamente sustentável, com práticas adequadas, considerando sua diversidade. No entanto, é essencial que está área seja alvo de uma política pública comprometida, destinada e estruturada para esta finalidade, com vontade de fazer, efetivamente um projeto acabado para estas famílias tradicionais nascidas e criadas às margens do Velho Chico.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do alto Solimões. **Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais, Belém**, ano 3, n. 1, p. 67-75, 2004..

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (Org..) **Etnoconservação.** São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000. p.273-290.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais**. IFCH/UNICAMP, 1, 1, 2007. p. 37-64.

BRANDENBURG, A. **A agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Plano de utilização do**

Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Diretoria de Asentamento . **Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agroextrativista.** Brasília, 1996.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES,A. C. S. (Org..) **Etnoconservação**. São Paulo. Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Etnoconservação**. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000. p. 225-255.

DIEGUES,A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Etnoconservação.** São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000, p. 1-46.

DIEGUES, A. C. S. *O* **mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB – USP, 2002.

DUMONT, S. **ABC do Rio São Francisco**. (mimeo)

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. **Rede Amazônia: dinâmicas de ocupações de exploração – efeitos e respostas socioculturais**. Manaus, ano 2, n. 1, p.47-59, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

RELATÓRIO do **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Extrativista São Francisco** (PDSA). Organizado pelo Desagro/Incra. Bahia, 2002. (Mimeografado).

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e familia: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo (Ediupf), 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003a.

_____. M. de N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPE, 1999. p. 23-56.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANONE, M. M. et.al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em áreas de proteção ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.39-55, 2000.

PRÁTICAS CULTURAIS CERCEADAS E PRODUÇÃO DA IDENTIDADE

Elisa Cotta de Araújo

Doutoranda em Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – PPGA/UFF - E-mail: elisacaa@gmail.com

GT 03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas

Rio pequeno, riozinho é o nome dado ao braço menor do São Francisco que separa a ilha da terra firme e onde as águas correm mansas e chegam a secar nos períodos de estiagem. Sua travessia é feita sempre de barco, mesmo quando as águas estão baixas e dão passagem a pé. No caso dos grupos estudados, encontramos o *rio pequeno* separando, mas também unindo, a ilha da Ressaca com o Acampamento Rio São Francisco. Sendo ao mesmo tempo lugar de passagem e de permanência para *vazanteiros* e *vazanteiras*.

A mexida na *vazante* e a lida diária com o rio, fonte de água e alimento coloca homens e mulheres, jovens e crianças em contato com a natureza e suas dinâmicas. Estes aprendem na convivência cotidiana a acompanhar o subir e baixar das águas, e sabem que mudanças na sua cor são indicativos importantes, que ajudam a marcar o tempo das *cheias* e das chuvas, e neste sentido orienta diferentes plantios e a pesca.

Nos arredores da ilha da Ressaca e da ilha do Capão o correr da manhã no rio é intenso. São muitos os afazeres e o trabalho da mulher começa sempre muito cedo, normalmente quando o dia ainda está escuro. Ela levanta para acender o fogo, providenciar a água para o café, varrer o quintal, preparar as crianças para a escola. Na sequência, quando não vai para a roça, segue para o rio para lavar as vasilhas e roupas sujas.

Indo para o rio leva consigo também as crianças menores e as meninas pequenas. De modo que, pela manhã as crianças que não estão na escola são encontradas junto da mãe na beira do rio, permanecendo com ela, com suas irmãs mais velhas e tias, enquanto estas realizam a lavação. Deslocando-se sempre juntas da beira do rio para a casa ou arredores.

Assim, as mulheres ao mesmo tempo em que trabalham, cuidam e orientam as crianças nas suas brincadeiras, banhos e pequenos serviços, não permitindo que estas permaneçam distantes ou sozinhas no rio, porque conhecem e temem a força das águas e seus perigos.

As práticas e representações sobre o rio são transmitidas no convívio entre gerações. De modo que, quando exercem suas atividades cotidianas, homens, mulheres, jovens e crianças, compartilham histórias e aprendizados sobre a vivência no rio e com o rio. Um rio habitado por outra qualidade de seres, infra-humanos, com sentimentos e intenções, os quais interagem com os atos humanos de bondade e maldade, bem como, realizam brincadeiras e exercem domínio sobre alguns lugares, refletindo valores próprios do grupo, transmitidos oralmente para as novas gerações.

Os beiradeiros e beiradeiras do São Francisco explicitam o seu olhar sobre o rio São Francisco a partir do recontar de histórias do compadre d'água e do encantado[1]. Os relatos evidenciam uma proximidade como o rio, um convívio dinâmico e regulado moralmente a partir de uma vivência respeitosa com os encantados e com os seres que vivem debaixo d'água, o que se dá em proximidade e interação com as práticas sociais do grupo que definem, por exemplo, os padrões para um bom pai e para um pai ruim.

Com o compadre d'água, "gente igual a gente" se estabelecem rituais, no sentido de fortalecer vínculos, quando se pede proteção e auxílio no deslocamento pelo rio e na pesca. Assim, o rio pensado como a principal fonte de recursos alimentares, oferta peixes e água, mas, também se oferece como espaço de trabalho e de lazer. Além de ser fonte de vida, integrado e constituinte dos lugares e das dinâmicas que se desenvolvem ao longo dele.

No contato com lugares de memória, a sociabilidade em relação à região das lagoas foi atualizada pelas mulheres da comunidade de Várzea da Manga. Pude conhecer e compreender a importância dos lugares em torno das lagoas do poço redondo, do mamão, do puçá, da lagoa seca, do cajueiro, da mamoneira, comprida, do sujo, da pombinha, do marim, do estreito e da perneira. Lugares de vida e de "recursagem", hoje espaços proibidos em função da criação do Parque estadual da Lagoa do Cajueiro.

Durante a caminhada que realizei junto ao grupo de mulheres evidenciou-se pelas suas narrativas a proximidade com o lugar e com a natureza ali encontrada. E, sobretudo, que o Estado ao criar uma unidade de conservação integral objetivando privar o ambiente das

[1] As *vazanteiras* de onde desenvolvi minha pesquisa consideram que os *encantados* são lugares em que as entidades míticas, como o caboclo d´água, exercem seus domínios. A aproximação e acesso aos *encantados*, ou seja, aos lugares de domínio destes seres míticos requer comportamento respeitoso e restrições no gestual e na forma de conversação.

relações humanas, na perspectiva de uma natureza intocada, também atua expropriando saberes e práticas, ao impedir a transmissão do conhecimento sobre a biodiversidade local construída em séculos de convivência pelas populações locais.

As informações transmitidas pelas mulheres durante o percurso envolveram o reconhecimento de plantas e de suas características num conjunto de relações possíveis, que passa por mapear a existência de terras altas, brejos e baixios, plantas com valor medicinal ou que servem a alimentação de animais, bem como os fluxos migratórios. Esta leitura ampla e articulada daquele domínio me permitiu compreender a existência de uma prática comum à população *vazanteira*, a atenção às dinâmicas naturais para mapeamento de seus fluxos e potencialidades, o que não se direciona, necessariamente, para uma perspectiva utilitarista em relação a natureza ali apreendida. Não se caracterizando assim como um aprendizado objetivado pela necessidade, mas que escrutina diferenças e semelhanças nas formas, cheiros, cores e sabores, sendo o uso dos elementos posto por esta proximidade estabelecida com o lugar onde se vive.

Ao acompanhar o cotidiano dos grupos foi possível apreender valores culturais compartilhados nas relações que vazanteiros e vazanteiras estabelecem entre si e com o lugar onde vivem. Estes valores são transmitidos e interagem na construção social da identidade e se afirmam na interação com os lugares de significação do próprio grupo, mas também na distinção com outros sujeitos aos quais estes se confrontam como relata seu José Roque:

> Proprietário é aquele que tem terra deles, só vão no rio para usufruir da água, nem plantam na vazante, nem gostam que chove. Mexem com irrigação, plantam banana, feijão e milho, plantam de acordo com o projeto que pegam. Plantam contratado, plantam melancia ou qualquer outra coisa que dá dinheiro. E *vazanteiro* é aquele que trabalha nas *vazantes* da beira do rio, nos lameiros, nós só plantamos de água molhada pelo rio. Por isso chama vazanteiro, porque aproveita que o rio vazou, tomba a terra e planta. Quando ele vai descendo a gente vai aproveitando e plantando alguma coisa. Em maio, dependendo do ano planta milho e feijão na *vazante* e em junho bate a palhada dos altos, para quando chover plantar. Antes chovia em outubro, agora só chove de novembro para frente. Nos altos, planta em novembro quando o ano é bom, dependendo perde tudo. Antes eu plantava daqui na lagoa, plantava arroz nos baixios. O arroz plantava

> quase no limite das aguadas, em outubro e em dezembro mudava – dia de Santa Luzia desbrotava – levava para outra terra. Ai rendia muito e o arroz ia de um ano a outro (Seu Zé Roque, Pau de Légua, maio de 2009).

De acordo com Pierson (1972) era comum na década de 1950 o emprego de categorias nativas como forma de diferenciação social. Opunham-se a vazanteiros outras categorias existentes como a de *veredeiros*, os "moradores das veredas da caatinga"; de *geralistas*, os "habitantes das imensas campinas" e a *gente da caatinga*, ou os *caatingueiros*, que vivia nas zonas mais afastadas aos rios e sujeitos às grandes estiagens. Sendo empregadas na diferenciação interna de um conjunto com pequena assimetria foram por algum tempo considerado simplesmente por sertanejos.

A partir da década de 1990, com a regularização dos dispositivos constitucionais definidos pelo Congresso Constituinte em 1988 a diferença, ganha novo lugar, passa a ser reconhecida e as características distintivas que informam determinadas identidades coletivas passam a ser observadas. Com o novo marco legal as identidades étnicas passam a ser acionadas como forma de acesso à direitos, o que vai sendo progressivamente percebido como possibilidade e assume um crescente. Trazendo a público uma infinidade de conflitos decorrentes das disputas territoriais e/ou ambientais.

A categoria vazanteira é acionada e vai ser resignificada neste novo contexto. Por outro lado, a categoria quilombo que não existia enquanto categoria nativa, na região da beira do São Francisco, passa a ser apropriada por alguns grupos, os quais com base na cor da pele e numa origem comum presumida passam a reivindicar a emissão do certificado de auto-reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo junto à Fundação Cultural Palmares. A Constituição de 1988, como informa Eriksen (1993) pode ser aqui pensado como um exemplo de mudanças mais amplas que são importantes na leitura dos processos de produção da identidade étnica.

EMERGÊNCIA DE IDENTIDADES CONTRASTIVAS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

A partir da década de 1970 tem início o tempo da Ruralminas e dos Fazendeiros que se caracteriza por profundas transformações protagonizadas pelo Estado que atua no sentido de favorecer a privatização e a apropriação das terras "livres" por parte de segmentos dominantes

de dentro e de fora da região. Para os subalternos este é o período da expropriação das terras familiares, como narrado pelo Seu Carolino:

> fui de Matias para Jaíba em 1954. Naquela época o Jaíba chamava Núcleo de Cooperação do Jaíba, por que era uma cooperativa. Qualquer pessoa que chegasse lá tinha um animal, tinha gado, tinha foice e machado para trabalhar. Lá tinha um dinheiro incrível, que se chamava "coló", pedaço de papel carimbado. Nesta época veio o INCRA e por infelicidade chegou a RURALMINAS, ela chegou para legitimar terra devoluta e trabalhar com os colonos, mas essa que chegou lá era diferente, ela chegou lá para nos expulsar. Por quê? Porque tinha que vender para os latifundiários. Cada família, na época, Tinha 10 hectares, tudo demarcado. Lote um, dois, três, quatro, cinco. Entendeu? E qual o problema que teve? Foi muita gente espancado, preso na delegacia, muitas mulheres perderam os maridos. Hoje muita gente fala assim: Projeto Jaíba é uma maravilha! Nem tanto! Porque aquilo ali foi desapropriado, chegavam nas casas das famílias falavam: vocês tiram as telhas e as portas e metia o trator. Então, hoje nós queremos resgatar aquelas terras que eram nossas. As pessoas saíram, viraram uns pobres coitados que não tem para onde ir (Carolino, Montes Claros, maio de 2008).

A violência física e simbólica, as mudanças nas relações sociais e na relação com a terra caracterizam este período, que é apontado como fase inicial do processo de expropriação que deu origem ao *encurralamento*. Este período também se caracterizou pela perda da liberdade e pela subjugação dos lugares ao interesse do capital. Posteriormente, com a criação do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba – SAP Jaíba surgem novas políticas que passam a definir a destinação territorial de extensas áreas, o que na perspectiva dos grupos local se evidencia como uma onda de novas restrições.

Isso se deve ao fato do SAP Jaíba se constituir numa política negociada que buscou atender aos ambientalistas belohorizontinos interessados na ampliação de áreas de preservação no Estado e também aos segmentos empresariais e governamentais que se

movimentavam no sentido de mobilizar recursos públicos e privados para o Projeto de Irrigação do Perímetro Irrigado do Jaíba.

No espaço do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais – COPAM, foi definido destinar aproximadamente cento e setenta e nove mil e oitocentos e setenta e oito hectares para serem transformadas em UPI, como compensação à degradação ambiental provocadas por este projeto. Neste contexto, definiu-se um novo desenho territorial assentado sobre o paradigma ambiental, que concebe a natureza como objeto que precisa ser protegido do próprio homem. Consequentemente a medida significou a imposição de restrições em relação ao uso de recursos e, em grande medida, o deslocamento da população local, colocando em suspensão suas estratégias de reprodução social.

Assim, no contexto do *encurralamento* evidenciam-se o que estamos chamando aqui de iniciativas de resistência por parte das famílias e comunidades que vieram progressivamente sendo expropriadas e impactadas em relação à suas estratégias reprodutivas. As iniciativas de resistência são caracterizadas aqui, tanto, por práticas e fazeres cotidianos que vinculam as pessoas entre si e com o lugar, como, por práticas políticas que inserem as famílias e grupos em processos mais amplos, onde estas passam a buscar o reconhecimento público. Assim, apoiados por entidades e instituições da sociedade civil que integram as redes sociais do norte de Minas os *beiradeiros* deflagram um processo de atualização da sua identidade e passam a se apresentar através do *samba* manejando no espaço da música e da dança aspectos contrastivos da sua identidade.

É nos momentos coletivos de encontros e reuniões que as identidades quilombola e/ou *vazanteira* passam a ser acionadas e afirmadas como categorias distintivas que comunicam diferenças entre sujeitos sociais, o que é reforçado pela criação das Associações Quilombo da Lapinha e *Vazanteiros* do Pau de Légua. Em consequência diferenciações internas entre moradores das *ilhas* tidos com *fracos* e afirmados em contraposição aos moradores da *terra em comum* tidos como *fortes* passam a ser atenuados visando o fortalecimento de uma unidade maior articulada em torno de interesses coletivos de reapropriação do território expropriado e manutenção de suas práticas culturais.

São também engendrados esforços no sentido da positivação do passado vislumbrado como "tempo de abundância" em contraposição à vida atual de um contínuo cerceamento em relação ao acesso à terra e aos recursos e, neste sentido, de ausência de liberdade. Com algumas comunidades se mobilizando em torno do objetivo comum de reconhecimento e

acesso a direitos constitucionais, o que passou a demandar a participação dos grupos em encontros e reuniões na região e fora dela. Atuam neste sentido entidades de base e assessoria, principalmente a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM. Estas estimularam internamente o grupo a atualizar junto aos mais velhos a história e as tradições do grupo. Emergem desta iniciativa lideranças mais novas, a maioria delas mulheres, a reafirmação de práticas culturais como o cultivo *vazante*, a pesca de *lagoa* e a de *rio* como práticas tradicionais e fortalecimento do *samba* como forma de expressão da tradicionalidade do grupo.

No passado, o batuque acontecia nos momentos de manifestação da devoção, ou seja, nas datas festivas vinculadas a determinados Santos, cujas ocasiões eram "guardadas" pela comunidade ou família e também durante as festas de casamento que uniam as famílias e fortaleciam antigos vínculos. Nestes momentos, só depois do batuque e do *samba* é que se tinha início o forró. Posteriormente, com a intensificação do êxodo e dos fluxos migratórios se tornando mais intensos e constantes "o tambor ficou esquecido, pendurado no esteio do barraco" e quase deixou de ser tocado.

No passado, o lugar ocupado pelo batuque era mantido sob a vigilância dos mais velhos, que não deixavam batucar a qualquer hora, mas só no dia do Santo e só depois da reza. Hoje o batucar se tornou uma constante, principalmente no espaço do Acampamento São Francisco, onde foi realizada a iniciativa de reapropriação de terras, que no passado foram expropriadas por fazendas de gado e estão hoje sendo reivindicadas como parte do território quilombola. Neste lugar resignificado como "nosso" os integrantes do Acampamento tocam e dançam quando têm vontade, "para reavivar o ânimo, a alegria e também para buscar forças quando há tristeza" ou quando querem comemorar algum Santo ou festejar alguma conquista coletiva e nestes casos soltam foguetes. Tocam também para apresentar sua cultura e divulgar a luta, por isso tocam e dançam também na sede do município em outras cidades quando são convidados. Desta forma, atualizam a tradição transmitida pelos mais antigos que hoje já não estão juntos, mais são mantidos vivos na memória. Eles têm incorporado às letras cantadas nas rodas de *samba* os motivos que atualmente alimentam a luta coletividade, o que pode ser observado na letra composta por Dona Isabel e divulgada nos encontros políticos que o grupo participa:

Nós somos Quilombolas, viemos prá lutar,

Sou filho de Quilombo, que sabe batucar.

Quilombola chegou, chegou aqui agora,

O Quilombola chegou, o Samba agora arrojou.

O Estado quer tomar a nossa terra,

Mas nós vamos resistir,

Nós não vamos sair daqui.

(Dona Isabel, Acampamento São Francisco, julho de 2009)

Também, em função da luta pelo território há um esforço dos grupos de ocupar novos espaços e de estabelecer um diálogo mais próximo junto à prefeitura do município de Matias Cardoso, com Ministério Público Federal e a Promotoria da Bacia do São Francisco, o que leva a uma constante preparação para estes momentos. Sendo possível identificar na apresentação do grupo tanto uma maior elaboração discursiva como também, em alguma medida, uma maior manipulação de símbolos diacríticos associados à identidade quilombola e/ou vazanteira por parte dos integrantes próprio grupo, o que se realiza no diálogo com um conjunto de mediadores: prefeito, vereadores, lideranças locais, sindicatos, associações, entidades de apoio e assessoria, órgão públicos municipal, estadual e federal.

Nas falas que realizam nos espaços públicos normalmente destacam os fatos históricos que localizam sua presença de longa data na região, a gramática cultural de significação dos ambientes manejados distintivamente por eles e as práticas sociais que informam vínculos e direitos em relação ao território. Porém, a relação entre a luta pelo direito territorial e a identidade étnica se desenvolve de forma complexa, sendo permeada por dilemas.

Uma questão principal é o risco da substantivação das identidades e de naturalização da relação existente entre os grupos e meio natural. Uma vez que, as políticas que demarcam os novos direitos se substanciam na noção de auto-reconhecimento, mas a sua aplicação impõe a institucionalização do grupo e seu conseqüente enquadramento, o que tensiona a identidade no sentido da sua instrumentalização, em decorrência de leitura reducionista da

realidade por parte dos próprios funcionários. Assim, categorias analíticas passam a ser manejadas pelos agentes do Estado, que para as suas tomadas de decisão passam a se apoiar nas definições disponíveis, desconhecendo a razão histórica informada pelas populações e exigindo que estas se mostrem como algo passível de ser apreendido externamente.

A título de exemplo citamos aqui o processo de normatização da pesca no rio São Francisco, que tem sido orientada no sentido de transformar a prática cultural associada à pesca em atividade exclusivamente profissional/produtiva, o que tem levado a uma classificação dos beiradeiros em pescadores e não pescadores. Assim, somente pescadores habilitados transitam com liberdade pelo rio, ficando os demais a mercê da ação fiscalizadora da policia florestal, que agem, em geral, desqualificando e ameaçando aqueles que insistem em não se submeter.

No sentido de garantir o exercício da pesca com alguma liberdade ou mesmo para evitar novas humilhações alguns vazanteiros tem se registrado na Colônia de Pescadores de Januária, objetivando conseguir a carteira profissional. Estar vinculado a esta colônia garante que no período de piracema se tenha, ante a proibição da pesca no defeso, o acesso ao salário benefício e também acesso a linhas de financiamento de equipamentos, principalmente, barcos e motores. Porém, este vínculo com a colônia tem atuado aumentando a estratificação entre os pescadores que passam a se diferenciar dos *vazanteiros, os* quais têm na pesca uma atividade, na maior parte do ano, voltada para a reprodução material da família. Além disso, a ação política da Colônia se inscreve em torno do esforço de institucionalização e de normatização da pesca, se pautando por uma visão corporativista e até fiscalizadora em relação aos *vazanteiros*. Em consequência emergem atritos que contribuem para a desarticulação de práticas culturais dos vazanteiros, que por isso passam a se afastar do rio em decorrência das pressões sofridas.

O IEF e a Polícia Florestal frente a esta situação se limitam a um papel proibitivo em relação à pesca e dedicam boa parte do seu tempo em ações punitivas, fiscalizando, multando e apreendendo os equipamentos utilizados pelos *vazanteiros*. Estes orientados por uma racionalidade própria buscam manter seus vínculos com o rio o que os coloca na condição de transgressores e clandestinos e na eminência de serem tratados vergonhosamente como bandidos.

Em casos como este a cultura passa a ser tratada como algo instrumental, indo contra a afirmativa de Sahlins (1997) quando este informa que a cultura por ser dinâmica não pode ser

tomada como algo instrumental, como mero elemento de diferenciação social. Havendo o risco das políticas, ao tomarem determinados aspectos como essenciais para o estabelecimento de condicionantes de acesso privilegiado ao território, engessarem a própria cultura, desconsiderando seu dinamismo e capacidade de agencia dos sujeitos que interagem. As políticas ambientais restritivas construídas com base nesta racionalidade econômica e técnico-científica regulam os afazeres costumeiros a partir de uma noção utilitarista da natureza e transformam práticas culturais em transgressões (O'DWYER, 2002).

Também em relação aos processos de normatização percebe-se a ausência de espaços destinados aos povos tradicionais. Esta ausência de espaço "de gentes" pode ser lida como uma questão mundial. Para Martinez Alier (2007) o avanço desproporcional das fronteiras do capital sobre populações camponesas, pobres e minorias étnicas deu origem ao movimento mundial que articula os "pobres do mundo" em torno da "justiça ambiental". Um movimento que, antes de tudo, reivindica a natureza como fonte e condição de sustento da vida humana. Ao estabelecer estas bases na leitura deste movimento, o autor reposiciona a questão dos conflitos ambientais numa dimensão ética.

Sob a ótica da justiça ambiental a identidade essencializada perde sua centralidade e passa a fazer sentido, no jogo com o Estado. A identidade agora ancorada nas relações políticas de mediação assume um caráter discursivo podendo ser compreendida como elemento passível de plasticidade uma vez que o objeto de sua ação é o acesso ao direito territorial obstruído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Elisa Cotta de. *Nas margens do São Francisco*: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. Montes Claros: Unimontes, 2009. Dissertação de Mestrado, PGDS/Unimontes.

BARTH, Fredrik (ed.). Introduction. In: Barth, Fredrik (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries*: The. Social Organization of Cultural Difference. London: George Allen, 1969.

_____. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: Tomke Lask (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica.* Niterói, n. 19, p. 15-30, 2005.

BORDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989, pp. 107-132.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade. In: *Identidade, etnia e estrutura social.* São Paulo: Pioneira, 1976. pp.33-51.

DÜRKHEIM, Emile. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ERIKSEN, Thomas H. *Ethinicity and Nationalism* – Anthropological Perspectives. London/Chicago: Pluto Press, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora perspectiva, 1993.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In.: *Anuário Antropológico*, 2002/2003, pp. 251-290, 2005.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos*: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, Tomo II.

ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu da e O'DWYER, Eliane Cantarino. Apresentação. in.: *ANTROPOLÍTICA*, *Antropolítica.* Niterói: EdUFF, 1995, v.19, , n. 1.

SAHLINS, Marshll. *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica*: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. MANA 3(1):41-73, 1997.

SOUZA, J. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, I. et al. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand

PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO EM MOÇAMBIQUE PÓS-INDEPENDÊNCIA: ABORDAGEM DO SISTEMA AGRÁRIO DO CAMPESINATO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

André Camanguira Nguiraze

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande de Norte-UFRN – E-mail: acamaguira@yahoo.com.br

GT03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas

RESUMO

Com euforia da independência em Moçambique, o Estado-Frelimo pretendia atingir elevado índice de participação popular na gestão pública. Infelizmente, uma fraca capacidade de gestão por parte do Estado-Frelimo aliado aos erros de estratégia da socialização do campo para promover a agricultura como base de desenvolvimento do país, fez com que a capacidade real dos atores sociais participarem deste processo fosse raramente abordado até hoje. É neste contexto, que este artigo pressupõe oferecer uma reflexão sobre os mecanismos de inserção dos sujeitos sociais na governança territorial. A nossa hipótese central para o desenvolvimento territorial/rural deve-se preocupar em reforçar o espaço rural de pertencimento resultante de um sistema de crenças práticas herdados da trajetória do grupo humano considerado. A metodologia foi de cunho qualitativo, onde delimitamos, como *universo de pesquisa*, a literatura produzida em Moçambique, Portugal e Brasil, no âmbito do meio rural que completam o material empírico pesquisado. Este processo constrói um patrimônio sociocultural respaldado na tradição e possibilita apontar alternativas inovadoras, desencadeando processo de construção de cidadania.

PALAVRA CHAVES: Socialização do campo; desenvolvimento territorial; camponeses; Agricultura familiar e homem situação.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico que compreende Moçambique é de 801.590 km², situado no sudoeste africano e banhado por Oceano Indico, onde vivem 21.396.916 pessoas, 70% das quais nas zonas rurais. A última guerra civil durou 16 anos associada à seca e às cheias cíclicas, e, causou deslocamento de cerca de 6 milhões de pessoas e suas terras de origens, afetando as atividades agrícolas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) em seu censo de 2007, cerca de 2/3 da população vive na pobreza absoluta (menos de US $1,00 /dia) (World Bank, 2005).

Em 1975, com a proclamação da independência de Moçambique e implementação da revolução moçambicana, foi abolida a administração colonial, suprimida a autoridade tradicional e estabeleceu o poder revolucionário; foi promulgada uma nova constituição e fez-se uma nova divisão administrativa. Assim, Moçambique está administrativamente, divido em províncias, distritos, localidade e círculos [bairro]. (Martinez, 1988, p.30). E é neste contexto, que as transformações visavam uma sociedade sem classes, onde não existisse a exploração, sendo os meios de produção pertença do Estado e para o povo. Depois de proclamação da independência a Frelimo acreditava que o futuro do país estava na construção de uma economia moderna baseada numa agricultura mecanizada e num aumento das indústrias, que seriam cada mais servidas por moçambicanos preparados para o desempenho de funções administrativas e técnicas. Para este fim, a ciência iria substituir a tradição, uma transformação que seria efetuada pela locomotiva das empresas comunais e a educação de estado moderno (Nelwitt, 1997, p.490).

UM BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO MODELO COLONIAL DA AGRICULTURA

A integração das economias locais na "economia moderna" foi realizado de acordo com as necessidades desta, o que dependia fundamental de variáveis exógenos. Assim sendo, o colonialismo influi menos nas estruturas de poder tradicional, por interesse próprios da sua reprodução material. Pode assim adiantar-se que o sistema colonial teve uma grande ambivalência para com as estruturas políticas pré-coloniais, que se resumiram em desestruturação do modelo das relações políticos pré-coloniais, através de sedimentação identitária de grupos sociais, confinados a um espaço geográfico preciso, definido em termos de classificação étnica, e submetidos a uma organização administrativa e política única, a do

Estado colonial, sobejamente designado na África por *Regulado*[1]. Segundo Eduardo Mondlane, em "Lutar por Moçambique", (1995), afirma que "em Moçambique foi à dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica fundamentada na experiência de descriminação, exploração, trabalho forçado e outros efeitos do sistema colonial".

O sistema colonial possuía uma lógica reprodutiva onde o setor agrário e o meio rural assumiam um importante papel. Porém, a baixa produtividade dos camponeses permitia a prática de salários e de preços baixos dos alimentos, condição importante para manter o custo de vida nas cidades e para garantir o equilíbrio dos orçamentos públicos que tinham que suportar uma pesada máquina administrativa. Como escreve Mosca (1996, p. 16), deste modo e até aos finais da década dos 50, a reprodução da economia colonial pressupunha a manutenção do subdesenvolvimento das economias locais e a sua integração no mercado era realizada em função das necessidades da "economia moderna" e foi realizada através de intervenção coersivas (assalariamento forçado, culturas obrigatórias, etc.).

Embora haja quem considere que a governação colonial também desenvolver estratégica para o desenvolvimento rural através das companhias magestáticas, colonatos de povoamento, latifundiários, complexos agro-industriais entre outras, (Vala, 2006) nós encaramos o fato numa outra perspectiva. A tais medidas coloniais podiam enquadrar naquilo que Marx chamou de modos de produção capitalista que tinham como fim último beneficiar a coroa portuguesa através da produção e transferência de capitais. O despertar pelo interesse nesta meta surge praticamente no pós independência, altura em que o governo emergente começou-se a preocupar com o bem estar sócio econômico dos nativos.

A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A "SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO".

As estratégica de desenvolvimento levada a cabo pelo Governo emergente no pós independente foi de enquadrar a população rural moçambicana, num vasto projeto de desenvolvimento rural, assente na implementação de estruturas produtivas coletivas "socialistas". As transformações impostas por esse processo nos modelos de reprodução social da sociedade camponesas tiveram como conseqüência a desestruturação dos sistemas de produção, principalmente da produção familiar, que constituía a base da produção nos meios rurais. Para alguns, como Florêncio (1998. p. 4), não foi apenas o sistema de produção camponês que foi afetado pelo projeto de socialização rural. Com a introdução desse projeto,

[1] Regulado – é uma área de jurisdição pertence a uma autoridade tradicional designado por Régulo.

o Estado-Frelimo[2] visou igualmente a desestruturação de todo o edifício político tradicional, o que conduziu ao aparecimento de processo de diferenciação social. Sublinha ainda o autor que, motivados pelo desigual acesso a bens de produção, nomeadamente a terra, e a posição de influência dentro do aparelho de estado, nomeadamente nas cooperativas e nos *Grupos Dinamizadores*, que teriam alterado a relação política entre grupos domésticos e linhagens.

No entanto, o projeto de sociedade preconizado pela Frelimo pretendia constituir uma profunda ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista e com as estruturas sócio-politicas herdadas do colonialismo. Para isso, a eliminação das autoridades tradicionais, assim como de outros homens situado, no meio rural, representava para o Estado-Frelimo simultaneamente: a eliminação de um "inimigo" político que pudesse entravar o processo de socialização rural; e a eliminação de um grupo com pretensões econômicas, que poderia retirar vantagens da saída dos colonos portugueses, e estabelecer-se como intermediário privilegiado nas zonas rurais, tal como foi formulado por (Florêncio, 1998, p. 4).

A socialização do campo tinha como pressuposto transformar o povoamento disperso – típico da tradição rural moçambicana, como bem aponta Sambo (2008), numa outra forma de povoamento moderno através de aldeias comunais. Embora a medida tenha sido implementada com boas intenções governamentais, não foi assim compreendida pelo grupo alvo desta iniciativa. Estes aspectos tradicionais e culturais podem talvés encaixar-se naquilo que Merlin (1996) chamou de travões ao desenvolvimento econômico e social.

Conforme a *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, *III Série, n. 21* publicado em 2008, sublinha que:

> [...] pretendia-se a socialização do meio rural através de um processo radicalizado, onde a estatização do setor privado constituía um dos eixos de desenvolvimento. A cooperativização era considerada a via para envolver os camponeses na coletivização produtiva e social. Apenas estas duas formas de produção eram consideradas com integrantes no sistema de planificação centralizada. Os produtores de pequena escala e o setor privado, não eram incorporados nos planos e, sem afetação administrativa de recursos, tiveram dificuldades de reproduzir os ciclos produtivos. [...] E assim, a população no meio rural deveria concentrar-se em aldeias comunais, como estratégica de

[2] Aparelho de Estado, vigente no período de partido único com uma reprodução de práticas autoritárias. De acordo com Médard (1990), [...] na maioria parte dos países africanos, o funcionamento do Estado é marcado por uma confusão o público e o privado.

> transformação social e cultural dos camponeses, sendo a base produtiva e econômica as empresas estatais e as cooperativas.

Ainda, no contexto de estratégica de desenvolvimento rural:

> Era ainda um modo de controle da população no quadro de um regime monopartidário de natureza autoritário, sobretudo moçambicana, pois, quando o conflito se alastrou por uma importante parte do território. Em condições de guerrilha da RENAMO[3], o controle da população, em aldeias ou outras formas de *habitat*, deixa de ser um elemento da estratégica de desenvolvimento para uma questão militar, para ambas partes em confronto (p.1).

Depreende-se que estas transformações sociais impostos pelo Estado-Frelimo, estariam na base dos conflitos de interesse entre o Estado-Frelimo e as populações camponeses, como conseqüência da aglomeração obrigatório em aldeias comunais, da desarticulação do sistema produtivo familiar, da marginalização política a que as autoridades tradicionais foram sujeitos após a independência e da desestruturação do seu universo mágico-religioso. Para Florêncio (1998, p. 5), a Renamo teria sido a grande beneficiada por estes conflitos, pois soube capitalizar em seu favor o descontentamento camponês, e integrar na sua organização as autoridades tradicionais marginalizados.

Deste modo, como afirma João Mosca (1996, p.18) os grupos sociais que esperavam obter benefícios econômicos com a independência ficaram rapidamente decepcionados. Os camponeses que esperavam recuperar ou possuir uma maior acesso às melhores terras então ocupadas por agricultores estrangeiros foram impedidos de o fazer.

A agricultura foi considerada a base do desenvolvimento e que o sector Estatal seria dominante e determinante e que a produção de bens alimentares era uma prioridade. Embora fosse os camponeses os principais produtores destes bens, os investimentos públicos realizados para esse fim foram concentrados no setor Estatal em grandes projetos. Paradoxalmente, houve, Mosca (1996), nos fins da década de 1970, um debate no qual se

[3] RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique – que se formou na década 1980, e desencadeou uma o conflito armado com a Frelimo – Partido no Poder desde independência Nacional em 1975.

argumentava que o apoio à pequena exploração camponesa era uma forma de desenvolver a pequena burguesia rural, o que era contrário à política da FELIMO[4].

Neste sentido, os apoios públicos apenas chegavam aos camponeses quando estivessem associados a alguma forma de produção e/ou organização socialista (neste caso as aldeias comunais) e quando estivessem integrados no sistema de troca dos excedentes. Este sistema garantia, através de preços reais desfavoráveis (MOZ/86/007, 1987), a transferência de recursos dos camponeses para Estado por meio das empresas públicas que comercializavam os excedentes, mantendo, simultaneamente, o poder aquisitivo e a procura privada a níveis baixos como forma de concentrar a afetação dos recursos da economia nos projetos estatais. Os excedentes econômicos das pequenas explorações eram assim transferidos para o Estado. A mesma tese é corroborado por teórico francês Christian Geffray (1990) ao afirmar que [...] a adesão ao associativismo,

ao trabalho voluntário e/ou comunitário, entre outras medidas impostas pelo governo, podiam ter sido alvo de sabotagem por parte dos atores sociais descontente, o que de certa forma minou a possibilidade de lograr com os resultados almejados.

No entanto, o projeto desenvolvimentista foi concebido sem ter a integração sociais das comunidades "os promotores das aldeias comunais concebiam tudo como se as populações rurais fossem uma enorme série de indivíduos, homens, mulheres, velhos e crianças, sem qualquer vinculo social, que subsistiam independemente (Cuhaela, 2007, p. 96). O recurso a uma critica tradicionalista não decorreu de uma simples oposição entre comunidades tradicionais imutáveis e um Estado modernizador; pelo contrario, "constituiu uma critica eficaz e historicamente enraizada da implementação autoritária de políticas produzidas centralmente e profundamente imperfeitas, uma rejeição não de modernização *per se*, mas de uma modernização falhada e coerciva no contexto de tentativas da afirmar um controlo local sobre processos centrais a vida rural" (Alexander, 1997, p. 48).

Reavaliando esta situação do Estado-Frelimo, compreendeu que tinha perdido um importante parceiro e que era necessário doravante, descentralizar os focos de decisão na base, envolvendo as populações na identificação de propriedades, problemas e pontos fortes para um desenvolvimento local adequado.

Nessas condições, compreendemos que sendo Moçambique, uma sociedade extraordinariamente complexa em termos de formas de agregação, expressão de interesses, saberes e com a consciência da complexidade das interações simbólicas e práticas existentes

[4] Este debate teve origem e realizou-se principalmente no Norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado, envolvendo altos cargos do partido e do governo, de nível provincial e central.

entre os atores (pessoas, organizações, instituições) que se constrói primeiramente sobre a confiança e a participação ativa dos homens da situação. Eles que detêm boa parte da resolução dos enigmas. Para isso, torna se lógico que a escala mais pertinente seja a do território.

As "aldeias comunais" que foram concebido para a transformação social do mundo rural em Moçambique mostrou-se improfícuo, na medida em que o *homo situs* africano encontra a ligação ao território disperso, Zaoual (2006, p.18), espaço simbólico e cognitivo, o sitio magnetiza os comportamentos e marca profundamente os códigos, as normas, as convenções, as instituições locais e, finalmente o meio local circundante. A teoria dos sítios desvenda tudo o que acontece como se os sítios tendessem a se reproduzir na eternidade. Esse "instinto" de sítio explica a existência da permanência dentro da mudança. Os sítios se disfarçam para não morrem. Podem mudar para não mudar. Como escreveu B. Walliser (2000) "os atores são dotados de crenças relativas a seu entorno, que servem de intermediário entre as informações que recebem do mundo e as antecipações que formulam sobre o mundo". Pois a coesão do sítio aumenta a densidade e a fiabilidade das informações. É por esta razão, aliás, que ele desempenha um papel na redução da incerteza. No caso de Moçambique a necessidade de sitio é, ao mesmo tempo, existencial e prática. "Constrói-se em torno de um senso comum que é fonte de identidade e de conhecimento comum, daí a importância do quadro semântica endossado pelo ator", (ib. p.23).

O avolumar dos conflitos nos planos econômico, político, social e cultural no período pós independência levou a mudanças na política externa do Estado - Frelimo e na sua relação com agências multilaterais. É assim que em 1984 se dão os primeiros passos para a adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods. Depois de uma fase caracterizada por uma economia centralmente planificada seguia-se agora um período de reestruturação capitalista (Francisco, 2003, p. 162). E estabeleceu-se o acordo de Paz em 1992[5] entre a FRELIMO e a RENAMO. Este período destaca-se pelo desenvolvimento de uma "cultura de paz" e a primazia de dialogo para permitir a realização das transformações socioeconômicas. Mas mesmo com as reformas introduzidas, não se coloca em realce as raízes de futuro que pressupõem respeito à pluralidade, variedade, proximidade e localidade. Wuyts (1989), refere que os objetivos do PAE não são apenas econômicos: " as reformas econômicas pretendem reestruturar os padrões de acumulações e de distribuição de uma economia, e consequentemente, tais reformas afetam a estrutura do modo de vida das populações.

[5] Que colocou o fim da guerra civil dos 16 anos e a conseqüente introdução do multipartidarismo em Moçambique.

"REMENDO NOVO EM PANO VELHO": REATIVAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E O POSICIONAMENTO FAVORÁVEL AO SITIO

O processo de reformas que levou à transformação da economia socialista numa economia de mercado capitalista, e o seu enquadramento sistemático, ocorreu a partir de 1987 com a introdução do PRE – Programa de Reabilitação Econômica. Em 1990 é introduzido o PRES – Programa de Reabilitação Econômico e Social – num esforço para enfatizar a área social do Programa de Reajustamento Estrutural (PAE) (Francisco, 2003, p. 162). Tal como em outros processos semelhantes, o Reajustamento Estrutural em Moçambique levou a uma massiva desvalorização da moeda nacional, o *metical*[6], à redução de subsídios para vários serviços sociais, à restauração de mercados, à eliminação do controle de preços e às privatizações.

No meio deste processo de mudanças políticas, as atenções anteriormente centradas sobre as comunidades rurais decresceram significativamente. Ou seja, as novas estratégicas de desenvolvimento rural tiveram maior impacto sobre os centros urbanos que propriamente no meio rural. Para Sambo (2008), como conseqüência alargou o fosso entre os pobres e ricos, onde estes correspondiam à classe política que através do *empowerment* – imposto pelo FMI e O Banco Mundial acabaram se fazendo grandes empresários.

O desenvolvimento rural passou então a ser gerido por via da extensão rural[7] levada a cabo pelo Ministério de Agricultura, ONGs e estrangeiros através de pequenos projetos. Estes na sua maioria concebidos pelos *outsiders* de Chambers (1995), não refletiam as reais necessidades das zonas de implementação o que resultou da não incorporação da componente *participativa.* No entanto que envolvendo o homem situado ajuda a desenvolver confiança e senso de propriedade, "com a consciência da complexidade das interações simbólica e práticas existentes entre os atores (pessoas, organizações, instituições etc.), esse "pragmatismo" se constrói primeiramente sobre a confiança e a participação ativa dos homens da situação. São eles que detêm boa parte da resolução dos enigmas. Torna-se lógico que a escala mais pertinente seja o território. (Zaoual, 2006, p. 17).

Infelizmente, a fraca participação comunitária nos projetos de desenvolvimento rural, constituíram e até hoje tem constituído um grande entrave no alcance das metas pré-

[6] Metical é a moeda nacional moçambicana.

[7] Esporadicamente o trabalho de extensão rural é realizado pela agricultura, a níveis que estão aquém de responder às necessidades dos camponeses. E ainda, o setor agricultura familiar, em particular, e a agricultura em geral, não estão dotados de mecanismos que permitam trabalhar de forma orientada e regrada para o desenvolvimento que se pretende [Bene, 2008, p. 5].

estabelecidas. Na visão de Sambo (2008, p.6) a extensão rural e/ou agrícola levada a cabo pelo Ministério da Agricultura moçambicana marginalizou[8] as outras esferas do desenvolvimento como social, política, econômica, cultural, etc., assim sendo diria que o programa de ajustamento estrutural e o programa de reabilitação econômica, como estratégica de desenvolvimento não contribuíram significativamente para o meio rural.

Por sua vez o PARPA[9] como estratégica de Desenvolvimento Rural em uso até hoje, tem uma estrutura e dinâmica peculiar. Para Sambo (2008), ele visa responder essencialmente os problemas dos pobres não só das zonas rurais, mas também urbanos, e ao mesmo tempo potenciar cada vez mais o setor privado.

Tanto como as outras estratégias adotados pelo governo em busca do desenvolvimento rural não tem trazido resultados satisfatórios, se bem o PARPA- Pobreza é a "incapacidade dos indivíduos de assegures para si e para os seus dependentes, um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade". Infelizmente, esta abordagem de análise para o caso de Moçambique, qualifica o pobre como incapaz, seria reconhecer que 70% da população moçambicana é incapacitada.

Segundo a avaliação feita pelas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI), o PARPA foi concebido sem uma participação efetivas dos parlamentares, e a sociedade civil, para além de não ter sido discutido publicamente em fóruns apropriados.

Neste sentido, pode-se inferir que o PARPA precisa se enriquecer pela observação dos fatos plurais e por mudanças voltadas para a epistemologia que a torne capaz de captar os comportamentos dos agentes em situação real. E é neste contexto, que daria margens de análise para obter determinante mais apropriado da pobreza. Para Zaoual (2006, p.109) considera que "mediante este cuidado, ela poderá atender de maneira apropriada às necessidades da demanda social". Segue dizendo "os fatos e a ação requerem conceitos operários abertos acerca dos territórios e das *memórias vivas* dos homens da situação e com isso o desenvolvimento rural ganharia credibilidade e eficácia".

Tal situação afeta de sobremaneira no desenvolvimento rural pelo fato de concebermos teorias e políticas que mal se ajustam ao campo da sua implementação. Chambers (1995) entende que a saída fundamental da pobreza consiste em incutir na mentalidade dos *outsiders* uma fiel radiografia da miséria vivida nas zonas rurais.

[8] As famílias camponesas alocam os seus recursos materiais e esforços físicos, dada a falta de uso de outros insumos agrícolas, os rendimentos da produção não correspondem aos custos envolvidos, tornando esta atividade mais dura e não viáveis, sob ponto de vista econômico (Bene, 2008).

[9] PARPA é Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta em Moçambique, que preconiza a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de menos de 50% em 2010.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Neste trabalho tomou-se em consideração todos os processos históricos, compreendendo todas as alterações da agenda política de desenvolvimentista, propositada ou forçada pelas circunstâncias logo após a independência moçambicana. Ao nível social a ascensão do modelo pró-soviético na organização do Partido e do Estado, implicou uma ruptura nas relações entre o Partido e a população e que na década 1980, e que com a alteração nos países socialistas não asseguravam a ajuda necessária.

Que tudo nos adverte acerca dos riscos da própria noção de projeto, pequeno ou grande. A noção em questão sugere uma visão preestabelecida, uma racionalidade e, finalmente, uma ideologia de dominação da situação que predispõe os governantes e especialistas à arrogância. No entanto, as aldeias comunais que foram concebidas como galvanizador de socialização do campo, criaram uma suspensão do saber popular, "em qualquer nível, a menor perturbação ou mudança provoca reação em cadeia através das quais o sitio busca recompor-se, integrando ou neutralizando a entidade intrusa (Zaoual, 2006, p.32).

Diante disso, torna-se necessário uma estrutura mais complexa, onde o saber fazer popular que podia ser preservado no meio rural africano e melhorado dentro de uma visão reflexiva desaparece em nome de um processo material cego e fugaz.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEXANDER, J. **The local state in post-war Mozambique: political practices and ideas about authority.** South African: Ed: Africa, 1997.

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Agricultura de Moçambique pós independência:** da experiência socialista à Recuperação do Modelo colonial, III Série, n.21, pp 47-66, Lisboa, 2008.

BENE, Paulo, D. **Situação da agricultura familiar na Província de Sofala**. In:Boletim de notícias da África-America-Institute, n. 85, Marco/Abril. 2008

CHAMBERS, Robert. **Desenvolvimento Rural – Fazer dos últimos aos primeiros**. Lunda: ADRA, 1995.

CUHAELA, Ambrósio. Descentralização e autoridade tradicionais: Memória do projeto. In: KYED, *et al* (Orgs.), **o reconhecimento pelo Estado das autoridades locais e da participação pública**. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Ministério da Justiça, 2007.

FLORÊNCIA, Fernando. **O Papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique**. Lisboa: Brief papers n. 6/98:CEsA, 1998.

FRANCISCO, António. Reestruturação econômica e o desenvolvimento de Moçambique. In: SANTOS, Boaventura Sousa & TRIDADE João Carlos (Orgs.), **Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique.** Porto: Afrontamento, 2003.

GEFFRAY, Christian. **La cause des armes ou Mozambique: anthropologie d'une guerra civil.** Paris: Karthala/Nairobi : CREDu, 1990.

INE – **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA**. Anuário de Estatística da Província de Nampula: Maputo, 2007.

MARTINEZ, F.L. **O povo macua e sua cultura**. Paris: Universidade de Paris, 1988. (tese de doutoramento).

MÉDARD, JOHN F. **L'etat patrimoniaalise. Paris** : Politique africaine, 1990.

MERLIN, P. **Espoir pour l'Afrique Noir. Paris** : Présencie Africaine, 1990.

MONDELANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Nosso chão Ed., 1995.

MOZ/86/007. **Ministério da agricultura – os preços na agricultura moçambicana. Maputo:** MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 1987.

MOSCA, João. **Evolução da agricultura moçambicano no período pós-independência**. 3ª edição, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1996.

NELWITT, M. **História de Moçambique. Lisboa**: Publicações Euro - América, 1997.

SAMBO, Book. **Estratégica de desenvolvimento rural: Sucesso e retrocessos**. Maputo, 2008. <http://www.booksambo.net> Acesso em 19.02. 2010.

VALÁ, S. Fracasso no combate à Pobreza ou esperança no desenvolvimento sustentável? In: XITIMELA. S. (org.), Reestruturação produz bons resultados. Maputo: CFM, 2006.

WALLISER, Bernard. **L'économie cognitive.** Paris: Odile Jacob, 2000.

WORD BANK. Mozambique food security study. Banco Mundial. Washington, DC, 2005.

WUYTS, Marc. **Economic Crisis and third world countries**: Impact and response. Conferência proferida na United Nations Research Institute for Social Development. Jamaica: Kingston, 1989.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A - Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2008.

PROJETO XAVANTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE SEUS IMPACTOS

Rafael José Navas da Silva[1]

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello[2]

[1]Engenheiro agrônomo - Mestre em Ecologia Aplicada - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" /ESALQ/USP – Programa de Pós-Graduação Interunidades Ecologia Aplicada

E-mail: rafaelnavas@usp.br

[2]Doutora em Antropologia Social

GT 03 - Povos e Comunidades Tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

INTRODUÇÃO

No início do século XVIII os xavantes junto com os xerentes habitavam a bacia do Rio Tocantins e formavam um só povo, pertencente ao grupo etnolinguístico Acuen, da família Jê. Nessa região ocupavam um amplo território. Com a descoberta de ouro na região ocupada por este povo, atuais Estados de Goiás e Tocantins e a chegada de mineradores, bandeirantes, colonos e missionários houve pressão sobre estes povos, o que ocasionou diversos conflitos. A reação dos xavantes ao contato permanente se deu de diferentes modos. Alguns fizeram uso de ataques e guerras, outros aceitaram a aproximação ou migraram em busca de novos territórios. Durante a segunda metade do século XVIII, em busca de refúgio, alguns grupos xavantes estiveram assentados em aldeamentos do governo, onde tiveram os efeitos de epidemias. Diante dos problemas de saúde nestes locais, os indígenas optaram pela saída dos aldeamentos e no final do século XVIII e início do XIX, os xavantes cruzaram o Rio Araguaia. Esse deslocamento separou definitivamente os xavantes dos xerentes, onde os últimos não realizaram a travessia.

Realizada a travessia, os xavantes se estabeleceram na região da Serra do Roncador, atual estado de Mato Grosso. Durante o século XIX e a primeira metade do XX, o grupo sofreu divisões e realizou novas migrações para oeste, nas margens dos Rios Suiá-Missu, Mortes e Kuluene. Até a terceira década do século XX, todos eles viveram relativamente livres das perturbações provocadas pela sociedade nacional. Após este período, a política adotada pelo governo federal, através da chamada "Marcha para o Oeste", empreendeu os primeiros esforços para colonizar a região central do Brasil, incentivado em promover seu

povoamento e pela crescente preocupação com a ocupação das fronteiras do país. Nessa época, a maior parte dos grupos xavantes estabeleceu contato pacífico com representantes da sociedade nacional, esgotados pelas doenças, fome e conflitos. Alguns grupos dirigiam-se a postos do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.)[1], outros buscaram refúgio em missões religiosas. O último grupo a aceitar o contato foi o de Pimentel Barbosa, ocorrido em 1946.

À medida que os xavantes cederam à pressão da expansão nacional, o território que ocupavam, pela vida com mobilidade que possuíam, realizando excursões de caça e coleta, tornavam-se acessíveis aos propósitos do governo. Assim, conseguiu-se implantar o modelo econômico capitalista no setor rural, através da política adotada no período pós-64, ao mesmo tempo em que se realizaram projetos fundiários, alguns em áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas (MENEZES, 1982).

Com o novo modelo agropecuário, extensas áreas de cerrado foram desmatadas, principalmente para o cultivo de arroz e criação de gado.

No final da década de 70 e início de 80, os xavantes procederam a intensas lutas, visando à recuperação de terras que tradicionalmente ocupavam, principalmente pelos grupos que haviam deixado estas áreas para refugiarem-se em missões ou postos do S.P.I. Diante destes conflitos, os xavantes pressionavam o órgão tutelar e com os problemas alimentares nas aldeias, principalmente com escassez de caça, devido a redução da área disponível para a atividade e a mudança da paisagem do entorno, o governo reconheceu a necessidade de promover um projeto para os xavantes. Este projeto, na perspectiva governamental, deveria estar alinhado ao modelo de modernização que estava sendo implantado na região. Além disso, o projeto amenizaria a pressão que o órgão tutelar estava sendo alvo. Na política do governo, esta modernização deveria ocorrer também às áreas indígenas, atrelando os índios ao sistema econômico capitalista, transformando os mesmos em produtores comerciais. Esta era a política de integração definida pelo governo, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, estava sendo preparado para ingressar na "civilização". Essa política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia esta diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento, que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional. A política de integração fundava-se na crença de que a civilização ocidental representava o estágio mais avançado, além do que, não se reconhecia o caráter coletivo destas populações. Por isso, o S.P.I. desenvolvia uma política que propunha dar aos índios condições de evoluir lentamente, até integrarem-se totalmente à sociedade (FUNAI, 2007). Desta forma, o órgão tutelar demarcava as terras indígenas e evitava que fossem

[1] O S.P.I. foi criado em 1910 e substituído pela FUNAI em 1967.

invadidas, prestava atendimento de saúde, ensinava técnicas de cultivo e proporcionava educação formal. No final de 1981, seis Terras xavantes haviam sido demarcadas: Areões, Pimentel Barbosa, São Marcos, Sangradouro, Marechal Rondon e Parabubure.

Com a submissão dos xavantes ao órgão tutelar, este tentou incentivá-los à prática da agricultura[2], pois para este, os xavantes possuíam um vasto território, que economicamente estava sendo pouco utilizado com o modo de vida tradicional. Na visão capitalista que estava sendo introduzida na região, esta mesma área poderia sustentar um número bem maior de agricultores, principalmente em função de estar sendo aberta à colonização. Para a FUNAI, incorporando a agricultura como fonte importante de obtenção de alimentos, os xavantes poderiam se adaptar à redução de seu território. Além disso, os funcionários do órgão teriam facilidade para administrar os indígenas (MAYBURY-LEWIS, 1984). Mesmo com este incentivo, os xavantes de Pimentel Barbosa realizaram as excursões de caça e coleta até início da década de 80 (SILVA, 1992). Porém, com o contato permanente e a fragmentação dos territórios, a realização das excursões tornou-se cada vez mais difícil. Com a modernização da agropecuária, a paisagem do entorno de suas Terras foi alterada e as fontes de alimentos tradicionais reduzidas, principalmente a caça.

O "PROJETO XAVANTE"

Diante da nova situação de vida através do contato permanente, as comunidades apresentavam problemas graves de alimentação e a FUNAI na época, tentando resolver estes problemas e atrelando ao seu objetivo de integrar os índios à sociedade e buscar uma forma de sedentarizá-los, desenvolveu um projeto de cultivo mecanizado de arroz em larga escala. Através deste projeto, para a FUNAI, as comunidades se tornariam auto-suficientes, superariam as desigualdades entre as aldeias e teriam meios para competir economicamente. Além disto, solucionaria os problemas causados pela redução dos territórios, que acarretou no abandono das excursões de caça e coleta e redução das fontes tradicionais de alimentos (MAYBURY-LEWIS, 1984; MENEZES, 1982). Também, traria retorno econômico à FUNAI, restituindo o investimento realizado, principalmente com a compra de maquinas e implementos.

O processo de sedentarização do grupo era importante para a elaboração de políticas e para a administração da FUNAI e seria facilitado com a introdução da agricultura (MAYBURY-LEWIS, 1984).

[2] A subsistência xavante baseava-se na caça e coleta, realizada através de excursões, onde percorriam o território por meses. A agricultura possuía importância secundária para a alimentação, em função de ser realizada apenas na estação chuvosa (outubro a março), característico de regiões de cerrado.

O Projeto xavante, como ficou conhecido foi realizado nas décadas de 70 e 80 e o arroz foi escolhido por ser o principal produto de mercado na época e a região era uma das maiores produtoras, o que facilitava sua comercialização.

Em função dos recursos necessários para a produção, com compra de máquinas, implementos e insumos, muitos xavantes iam em busca de recursos financeiros aos escritórios da FUNAI, criando uma situação que os administradores do órgão não tinham como manejar. Com os recursos disponíveis, houve cisão de aldeias, necessitando cada uma dos meios e materiais para produção. Em função deste projeto, os xavantes concentraram a maior quantidade dos recursos financeiros do órgão, bem como a atenção administrativa por ele prestada. Por fim, em lugar de atenuar as demandas dos xavantes, o projeto intensificou a presença dos mesmos nos escritórios da FUNAI e no fim dos anos 1980, o órgão já não conseguia controlar a situação e o projeto foi suspenso (MENEZES, 1982).

Mesmo tendo se encerrado, o projeto provocou alterações nos padrões de subsistência desta população, principalmente pela introdução do arroz, que tornou-se base alimentar.

Deste modo, este trabalho teve como objetivo analisar os impactos da introdução da mecanização agrícola e suas implicações na produção e consumo de alimentos em uma aldeia xavante.

O trabalho foi realizado na aldeia *Wede'rã*, localizada na Terra Indígena Pimentel Barbosa, municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira/Mato Grosso. A área do território é de 328.966 hectares. A população atual é de aproximadamente 1.700 pessoas, distribuída em seis aldeias, incluindo a deste estudo (ISA, 2009). A aldeia *Wede'rã* foi criada em 1997 e a população é de 57 pessoas. Nesta vivem três homens e uma mulher da geração anterior ao contato com o não-índio, ocorrido em 1946.

Foram realizadas quatro viagens a campo entre 2006 e 2008, sendo usadas técnicas qualitativas, como observação participante; entrevistas parcialmente estruturadas e não estruturadas (VIERTLER, 1988). Também foram realizadas entrevistas com representantes da Prefeitura Municipal de Canarana, referente à alimentação escolar e com a Associação Cana Rica, que desenvolve projeto de produção mecanizada de arroz nas aldeias da Terra Indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a introdução do arroz na alimentação xavante, o arroz substituiu os demais produtos em importância, tornando-se o principal alimento vegetal, ocorrendo perda das

variedades de milho que eram cultivadas. Esta provavelmente se deu em função dos investimentos para o cultivo de arroz, não valorizando as variedades tradicionais existentes na comunidade, acarretando na redução de seu plantio. Mesmo com o fim do Projeto xavante, no final da década de 80, o arroz continuou a ser cultivado pela comunidade nas roças tradicionais, como pode ser observado na Tabela 1. Antes do contato permanente, os produtos cultivados entre o grupo eram de ciclo curto, o que favorecia seu cultivo esporádico. Tratava-se de espécies apropriadas, pois dedicavam pouco tempo para esta atividade (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Observamos entre os xavantes, que os cultivos podem ocorrer nas roças, que são comunitárias (*buru*), onde toda comunidade participa do trabalho, desde a derrubada da mata, limpeza, plantio e colheita; podem ser familiares (*buru wauen*), em que apenas o grupo doméstico realiza o trabalho; ou ocorrer nos quintais (*rimãnana rómhurë)*, que são as áreas no entorno das casas, sendo que o uso destes tiveram início após o fim da mobilidade pelo território e também pertencem ao grupo doméstico. Nas roças familiares normalmente são cultivadas as mesmas espécies das roças comunitárias. Entre os Bororos as culturas mais importantes cultivadas foram introduzidas após o contato com o não-índio (PINTO e GARAVELLO, 2002).

O cultivo de arroz, que era realizado com maquinas, contribuiu para a sedentarização dos xavantes, pois podia ser armazenado, em razão das alta produção. Desta forma, os quintais passaram a contribuir para a subsistência da comunidade, como pode ser observado na Tabela 2. Este incremento de espécies cultivadas nos quintais se deu principalmente pelo plantio de frutíferas perenes e exóticas, tornando-se importantes para a subsistência. Assim, o uso dos quintais, pode ser considerado uma interferência positiva, sendo uma possibilidade de fonte complementar de alimentos, do ponto de vista nutricional. Os indígenas consideram que estas áreas não são boas para os principais cultivos, como milho e feijão. As frutíferas não exigem muitos cuidados e tratos culturais, sendo compatível com o pouco tempo dedicado para essa atividade, mesmo a comunidade atualmente dependendo mais dos produtos da agricultura para sua subsistência.

Após a sedentarização, novas espécies de plantas começaram a ser cultivadas nas roças, diversificando a alimentação. Estas, inicialmente foram introduzidas por agentes da S.P.I. e posteriormente pelos próprios indígenas em trocas com as outras aldeias e com a sociedade do entorno. Em trabalho com os bororos, Pinto e Garavello (2002) e Serpa (2001) identificaram que, após o contato a atividade agrícola foi intensificada com a introdução de

novas técnicas e espécies, principalmente o arroz, acarretando também na substituição do milho tradicional, com perda destas variedades.

Com relação ao milho tradicional xavante, observamos em *Wede'rã,* na primeira viagem à campo, três variedades de milho sendo cultivadas, das sete existentes. Na segunda viagem, observamos o cultivo de cinco variedades. Este aumento foi devido à trocas realizadas entre parentes que residem em outras aldeias, evidenciando a importância desta prática, tanto do ponto de vista agrícola, aumentando a variabilidade genética dos cultivos, como do ponto de vista cultural, mantendo as relações entre familiares.

As alterações ocorridas entre os xavantes se deram, principalmente em função do projeto mecanizado de arroz, que buscava a inserção dos indígenas à sociedade, caracterizando a política indigenista adotada no país nas décadas de 70 e 80. Os projetos desenvolvidos eram baseados na utilização de insumos sintéticos, sementes melhoradas e uso intenso de máquinas agrícolas, condições que os indígenas não poderiam manter, devido aos altos custos necessários para a produção, acarretando na dependência das comunidades ao órgão tutelar.

Tabela 1. Espécies cultivadas nas roças na aldeia *Wede'rã* entre 1998 e 2008.

Roças coletivas em pousio	**Roças familiares**	**Roça coletiva atual**
Abacaxi	Abacaxi	Abóbora
Abóbora	Abóbora	Arroz
Algodão xavante	Araticum	Batata-doce
Arroz	Arroz	Banana
Banana	Algodão	Cará nativo
Batata-doce	Banana	Cana-de-açúcar
Cana-de-açúcar	Batata-doce	Feijão xavante
Cará nativo	Caju	Melancia
Erva-cidreira-de-folha	Cana-de-açúcar	Milho xavante
Feijão	Feijão xavante	
Melancia	Feijão-guandu	
Milho xavante	Jatobá	
Milho	Mandioca brava	
Mamão	Mamão	
	Melancia	
	Milho	
	Milho xavante	
	Urucum	

Tabela 2. Espécies cultivadas nos quintais da aldeia *Wede'rã* entre 2005 e 2008.

Casa 1	Casa 2	Casa 3	Casa 4	Casa 5	Casa 6	Casa 7
Abacaxi	Abacaxi	Abacaxi	Abacaxi	Abóbora	Abacaxi	Abacaxi
Abóbora	Abóbora	Abóbora	Abóbora	*Abare'ture*	*Abare'ture*	Abóbora
Caju	*Abare'ture*	*Abare'ture*	*Abare'tur e*	Laranja	Abóbora sp.1	*Abare'tur e*
Coco	Algodão	Algodão xavante	Baru	Melancia	Abóbora sp.2	Algodão xavante
Jatobá	Baru	Caju	Babaçu	Mandioca brava	Amendoim	Caju
Laranja	Banana	Coco	Caju	*Tomonti*	Algodão xavante	Laranja
Mandioca brava	Batata-doce	Erva-cidreira	Cará	*Zoroin'ró*	Baru	Mandioca doce
Mandioca doce	Buriti Caju	Jatobá	Erva-cidreira		Caju	Mandioca brava
Mamão	Cana	Laranja	Jatobá		Cará	Manga
Manga	Cará	Macaúba	Laranja		Coco	Macaúba
Macaúba	Cabaça	Mandioca brava	Limão		Erva-cidreira	Melancia
Melancia	Coco	Melancia	Macaúba		Feijão xavante	Pequi
Milho xavante	Erva-cidreira	Pequi	Manga		Feijão	
Pequi	Gengibre	Urucum	Mandioca brava		Laranja	
Urucum	Laranja		Melancia		Macaúba	
Zoroin'ró	Limão		Pequi		Manga	
	Mamão		Timbó		Mandioca brava	
	Macaúba				Melancia	
	Manga				Milho xavante	
	Mandioca doce				*Mooni'häir é*	
	Mandioca brava				*Zoroin'ró*	
	Melancia					
	Medicinal*					
	Pequi					
	Tomonti					

* Espécie não identificada.

Recentemente, entre os anos 2003 e 2006, houve outra interferência no modo de produção xavante, através do Projeto da Associação Cana Rica[3], que desenvolveu o cultivo de arroz para as aldeias da T.I. Pimentel Barbosa, adotando o mesmo modelo de produção do

[3] A Associação Cana Rica é formada por agricultores do entorno da T.I. Pimentel Barbosa e localiza-se no município de Ribeirão Cascalheira/MT.

Projeto xavante da década de 70. A maior parte das etapas agrícolas foram realizadas por não-índios, com máquinas agrícolas. Este projeto surgiu através de um acordo entre indígenas e produtores, para que os primeiros não manifestassem interesse em aumentar a área da T.I., o que poderia provocar desapropriações. Os indígenas participaram apenas nas etapas da capina e colheita. Em 2006, com a realização deste projeto, verificamos que a comunidade de *Wede ′rã* não realizou o plantio em roças. O arroz foi o principal alimento, sendo cultivado seis hectares, com produção de 280 sacos de 50 kg para a aldeia. A produção da comunidade ocorreu nos quintais, que pertencem ao grupo familiar, em detrimento das roças coletivas tradicionais. Estas áreas ganharam importância para produção de alimentos, sendo observado aumento de 16 para 28 espécies cultivadas, entre 2005 e 2007. Também, os cultivos mais importantes, como milho e feijão ocorreram nestas áreas. O trabalho nas roças coletivas é um momento em que toda comunidade trabalha e os produtos colhidos são divididos. Esta é uma característica da aldeia por ser pequena e há parentesco entre todas as casas.

Em 2007, a Associação Cana Rica não realizou o plantio, justificando os altos custos dos insumos agrícolas. Neste ano, a comunidade voltou a fazer roça coletiva, principalmente com produtos tradicionais da alimentação xavante. Neste momento as mulheres da aldeia se juntaram para selecionar as sementes e realizaram o plantio. Além disso, sendo o trabalho nas roças coletivo, é um momento em que toda comunidade trabalha e os produtos colhidos são divididos, característica destas comunidades. Também, observou-se a coleta de frutos nativos, quando as mulheres foram às roças, havendo relação entre as atividades.

Por ser o arroz a base da alimentação e produzido em grande quantidade, atendendo a necessidade de todo o ano, a coleta está sendo reduzida pelas mulheres. As jovens estão deixando de conhecer os locais com frutos nativos e há consequente redução no consumo destes produtos. Uma das consequências foi constatada pela ONG Nossa Tribo (2007), que verificou taxa de anemia na aldeia *Wede'rã* de 56,3%. Este fato deve-se principalmente à mudança nos hábitos alimentares, em que o arroz é a base e às vezes o único alimento consumido durante o dia, como observado durante o trabalho.

Com o incremento de produtos da agricultura, principalmente o arroz, o equilíbrio alimentar não é alcançado, considerando-se a homogeneização e redução da variabilidade da dieta. Como os cultivos ocorrem nas épocas chuvosas, não há disponibilidade de produtos ao longo do ano todo e não se aproveita a sazonalidade de produtos do cerrado, devido à redução da atividade de coleta pelas mulheres, mesmo havendo disponibilidade destes produtos no território, conforme relato da mulher mais idosa da aldeia. Por estarem em uma área nova, pois a aldeia *Wede′rã* possui nove anos, não se conhece totalmente os locais com os recursos

naturais disponíveis, fato agravado pela pouca realização da atividade. Além disso, a delimitação do território e o desmatamento do entorno, tem aumentado a dificuldade da caça, que é a principal fonte de proteína. Vieira Filho (1981) em pesquisa realizada entre os xavantes aponta para uma dieta baseada no arroz e no aumento do consumo de produtos industrializados, como pães, biscoitos, açúcar e óleo. Também, entre os índios Suruí, as mudanças alimentares, principalmente a maior dependência de produtos industrializados, em especial o arroz e pouca presença de carnes e frutas, têm provocado alterações na saúde da população, com elevada taxa de anemia, principalmente em crianças (ORELLANA et al, 2006).

Em razão dos projetos desenvolvidos nas aldeias xavantes, buscando solucionar os problemas decorrentes do contato, a situação alimentar deste povo apresenta-se de forma preocupante. Dados indicam que 14% das crianças xavantes não sobrevivem até os dez anos de idade (ISA, 2009); de acordo com Feitas & Freitas (2004) a diabetes atinge níveis preocupantes entre o grupo, principalmente em função da mudança nos hábitos alimentares, do sedentarismo e do maior contato com a cidade.

As técnicas de cultivo mecanizado, mesmo apresentando diversos impactos nutricionais e sócio-culturais entre os xavantes, muitas vezes não percebidos por eles, foram aceitas pela comunidade, já que a produção atende à demanda do ano inteiro e o arroz faz parte da alimentação xavante. Isto é comprovado ao observarmos os itens consumidos, em que o arroz é base, com consequente redução no consumo de frutos e tubérculos. Outra evidência é que o arroz foi comprado em algumas casas e cultivado nas roças tradicionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, Joana Zelma Figueredo.; FREITAS, Fábio de Oliveira. Influência da mudança do hábito alimentar na prevalência de diabetes na área indígena xavante: estudo de caso – Reserva Indígena São Marcos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, n. 59, EMBRAPA, 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em: 10/07/2009.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade xavante**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984. 400p.

MENEZES, Cláudia. Os xavantes e o movimento de fronteira no leste matogrossense. **Revista de Antropologia**, v. 25, p. 63-87, 1982.

ONG NOSSA TRIBO – relatório parcial do Projeto "Nutrição infantil para o povo xavante", 2007.

ORELLANA, Jesem D. Y.; COIMBRA JR., Carlos. E. A.; LOURENÇO, Ana Elisa Port; SANTOS, Ricardo Ventura. Estado nutricional e anemia em crianças Suruí, Amazônia, Brasil. **Jornal de Pediatria**; 2006; 82; 5:383-388.

PINTO, José Galvão; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transformação (agri)cultural ou etnossustentabilidade: relato de uma aldeia Bororo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 54-60, 2002.

SERPA, Paulo. **Povos indígenas do Brasil.** ISA, 2001. Disponível: www.socioambiental.org.br. Acesso em: 22 jan. 2007.

SILVA, Aracy Lopes. **Povos indígenas do Brasil**, Instituto Socioambiental, 1992. Disponível em: www.socioambiental.org.br. Acesso em: 23 jan 2007.

VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. Problemas da aculturação alimentar dos Xavantes e Bororo. **Revista de Antropologia**; 1981; 24:37-40.

VIERTLER, Renate Brigite. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61p. (Série Princípios).

"QUEM CONTROLARÁ AQUELA QUE PODE VIR A SER A MAIS RICA MINA DE DIAMANTES NO MUNDO?":[1]O TERRITÓRIO E O CONFLITO.

Nathália Thaís Cosmo da Silva[1]

Sheila Maria Doula[2]

José Ambrósio Ferreira Neto[3]

[1]Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural/Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa

E-mail: nathaliacoop@yahoo.com.br

[2]Professora do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural/Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa

E-mail: sheila@ufv.br

[3]Professor do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural/Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de

E-mail: ambrosio@ufv.br

GT 3 - Povos e comunidades tradicionais: identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas

A QUESTÃO CINTA LARGA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

É no sudoeste da Amazônia brasileira que se localizam os grupos indígenas Cinta Larga, compreendendo parte dos estados de Rondônia e Mato Grosso. Acredita-se que as Terras Indígenas (TI`s) homologadas a este grupo chega a 2,7 milhões de hectares, sendo elas: Roosevelt, Aripuanã, Serra Morena e Parque Aripuanã. Para o presente estudo, o recorte se dará pela TI Roosevelt.

Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2009), existem 28 grupos indígenas no estado de Rondônia, totalizando uma população de 6.314 índios. Deste total, 1.500 índios Cinta Larga habitam a Reserva Indígena Roosevelt. Com 231 mil hectares, esta Terra Indígena se localiza em Espigão D`oeste, município que dista 539 quilômetros da capital Porto Velho.

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA)[2], ao longo da história, a TI Roosevelt sofreu um grande número de invasões motivadas pelas atividades exploratórias.

[1] Original do documento "Jewel of Amazon publicado na Revista Airs on PBS: Who should control what may become the richest diamond mine in the world?

[2] http://www.socioambiental.org/

Nos anos 1950, impelidos pela política de modernização e ocupação da Região Norte do Brasil, inicia-se a marcha de empresas mineradoras em direção à região amazônica. A intensificação das invasões gerou um contexto de hostilidades entre índios e não índios, de modo que essa situação vai se agravar em virtude da inauguração da BR 364 em 1960, resultado das políticas do governo Juscelino Kubitschek.

Foi nessa década que se deu o "Massacre do Paralelo 11", prática considerada como genocídio de índios no Brasil e que repercutiu na imprensa internacional. Sobre o massacre, Melatti (2002) inclusive evidencia o envolvimento da empresa seringalista Arruda e Junqueira, como se visualiza no trecho abaixo:

> Em 1963, um homem chamado Francisco de Brito, que trabalhava para a Arruda e Junqueira, organizou um bando de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cinta Larga de suas terras. O fato ficou conhecido depois de dois anos como "Massacre do Paralelo Onze". Brito alugou um avião e mandou jogar açúcar envenenado e dinamite em cima de uma aldeia Cinta Larga que estava em meio de uma festa. Os mandantes dos crimes não foram punidos. (MELATTI, 2002, [s.n])

Embora a mineração seja praticada desde a década de 60, foi em 1999 que se deu a descoberta da jazida de diamantes na TI Roosevelt, sendo este ano o marco de sucessivos conflitos e mortes. No ano seguinte, as terras começam a ser invadidas e o garimpo intensivo é iniciado. Já em março de 2002, a Polícia Federal chega a expulsar 2.500 garimpeiros da região. O acirramento das hostilidades culminou no assassinato de 29 garimpeiros pelos índios Cinta Larga em abril de 2004.

No que tange aos conflitos resultantes do jogo de interesses entre índios e não índios, vale destacar:

> Sem dúvida, a presença do garimpo nas terras dos Cinta Larga é o que, de fato, atualmente movimenta a economia local, propiciando o aparecimento de um grupo de chefes com acesso aos principais bens ocidentais, obtidos em troca do diamante explorado pelos garimpeiros. (ISA: Instituto Socioambiental, 2009).

Ainda que nos anos 80, tenha havido intensificação da extração de borracha, esta atividade não progrediu devido às dificuldades em relação ao acesso à Reserva e os altos custos de transporte, o que a tornou pouco rentável. Este acontecimento nos leva a considerar a preponderância da exploração dos diamantes para a movimentação da economia local. Vale considerar que não somente as práticas econômicas foram alteradas, mas também sociais e culturais.

As questões que envolvem a entrada de não índios, a ausência de políticas públicas eficazes, o estigma atribuído às sociedades indígenas pela população local, a exploração indiscriminada de recursos naturais não se restringem a uma problemática local, mas se remetem à própria história brasileira, desde o contato dos europeus com os primeiros habitantes, em que se observa o desrespeito à diversidade cultural e a dizimação dos povos que compõem essa sociedade tradicional.

Segundo dados da FUNAI (2009), a população indígena brasileira está estimada em aproximadamente 460 mil índios, dispostos em 215 sociedades indígenas, que perfazem 0,25% da população nacional. Esses dados que demonstram explicitamente a política etnocêntrica que fomos adotando ao longo da história. Curi (2005) faz uma importante observação dentro dessa perspectiva:

> Estimulados por um crescimento econômico que prometia o desenvolvimento do país, caracterizado como progresso, adotamos, dentre outros, uma política de abertura das fronteiras agrícolas e de incentivo à exploração dos recursos naturais, como a mineração e a construção de usinas hidrelétricas. No entanto, essa expansão, que visava principalmente a ocupação da região Norte do país, não levou em consideração os povos indígenas, seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e a importância da manutenção da pluralidade étnica e da dignidade humana como requisitos fundamentais para a construção de um país efetivamente justo e democrático. Pelo contrário, esses povos eram tidos como empecilhos ao desenvolvimento e não raro a medida adotada era a de "limpeza da área", ou seja, de dizimação de comunidades indígenas inteiras para que o avanço se concretizasse. (CURI, 2005, p.14)

Percebe-se na análise de Curi (2005) que a aproximação de não índios em território indígena obedeceu a uma lógica exploratória impelida pelo processo de modernização, crescimento econômico e expansão territorial. De modo geral, as ações empreendidas por essa política desenvolvimentista desembocou na ampliação do contexto relacional indígena. A busca por materiais e bens de consumo passou a fazer parte do contexto indígena, trazendo para as discussões que envolvem essas comunidades tradicionais uma série de questionamentos no que tange ao movimento indígena em relação à aculturação.

É importante observar que a alteração na escala da interação com os brancos se dá, em grande parte, por transformações da própria dinâmica de não índios em que pese a facilidade de locomoção pela construção de estradas, construção de usinas hidrelétricas, crescimento dos núcleos urbanos que culminaram em assentamentos mal planejados, agravamento da propriedade fundiária, incentivo à pecuária, à extração de madeira e à mineração. Neste sentido, Gordon (2006) nos leva a refletir esse fenômeno dentro do seu objeto de estudo que "não apenas os xicrin mudaram, mas também os brancos." (GORDON, 2006.).

Num contexto não muito distante dos Xicrin do Cateté, a intensificação da relação dos Cinta Larga com os não índios se dá atualmente pela exploração do diamante, que parece resultar num movimento dos índios em direção às perspectivas econômicas sob a lógica dos brancos em relação à mercantilização dos diamantes e à (re) significação de determinados elementos simbólicos, dentre os quais, o próprio diamante.

MAS QUAL EXTENSÃO RURAL? - TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente discussão aborda a questão indígena, mais especificamente a Cinta Larga, situando-a dentro da perspectiva dos territórios bem como das políticas públicas. Levando-se em consideração que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) atualmente abarca uma população rural heterogênea, como índios, quilombolas, extrativistas, pescadores de população ribeirinha, agricultores familiares, emerge o questionamento ""Mas qual extensão rural?". Dada essa heterogeneidade, parece pertinente debater acerca do lugar das diferentes culturas e identidades em que pese o plano estratégico das políticas públicas e os modos de trabalhar a extensão rural. Diante do novo rural heterogêneo, multifacetado, Abramovay (2007) tece uma crítica à política de extensão rural da forma como ela vem sendo praticada:

> [...] não é admissível que a extensão rural limite-se a preocupar-se com a agricultura ou com as atividades a jusante da agricultura (agroindustrizalização) quando seu desafio básico deveria ser o de contribuir para o desenvolvimento rural. (ABRAMOVAY, 2007 p.02).

A questão fundamental que se aborda no presente trabalho é que não basta contemplar os diferentes grupos na política de extensão rural, é preciso saber do potencial do território em que esses grupos estão inseridos além de saber como se dá a interação dos diferentes atores sociais. Sobre a abordagem territorial, Abramovay (2007:4) inspirado pelos argumentos de Irigilia (2005), sustenta que "há um tecido social a ser valorizado pela ação pública que exige cooperação entre os atores, para que consigam implantar um conjunto de bens públicos capazes de valorizar o que o território tem de melhor: sua inteligência, sua capacidade de inovação, seus talentos, suas tradições."

No caso estudado em que índios, garimpeiros, e instituições públicas estão inseridos num território, movidos por interesses distintos na disputa pelos mesmos recursos ou na disputa ideológica de decisão sobre o que será feito com esses recursos, é cabida a discussão de como deve se inserir a atuação do Estado através das políticas públicas diante não somente da diversidade étnica e cultural, mas dos diferentes interesses que polarizam os territórios. Desta discussão, emergem a seguintes questões: a política pública leva em consideração esses conflitos existentes nos territórios? É capaz de lidar com a heterogeneidade manifestada através identidades diferentes?

Nesta perspectiva, a contribuição argumentativa de Favareto (2007) no que tange à abordagem territorial permite um distanciamento das abordagens tradicionais, nas quais imperava o paradigma agrário, passando a conceber o rural como integrante de uma dinâmica maior dos processos de desenvolvimento:

> [...] a chamada abordagem territorial emerge num contexto sócio-histórico muito específico, revelando-se tanto em uma categoria empírica, em cuja base estão as transformações recentes muitas vezes batizadas sob a definição ampla e vaga de "novas ruralidades", como uma categoria cognitiva, formulada visando dar conta da dinâmica emanada desta nova situação. (FAVARETO, 2007, p.29).

Embora o conceito de territórios permita diferentes interpretações e seja batizada por outros nomes como "novas ruralidades", importa para a presente discussão as questões que se referem ao estímulo ao desenvolvimento em que se considere as diversidades como forma de explorar as potencialidades de um determinado local, como argumenta o estudioso:

> Se a extensão rural quer contribuir para o desenvolvimento e, especialmente, para a luta contra a pobreza o ponto de partida está na compreensão da natureza diversificada do próprio tecido econômico e social da esmagadora maioria das regiões rurais. A ruralidade não é composta necessariamente por agricultores que, eventualmente, exercem outras atividades mais ou menos tributárias da agricultura. Ela é multi setorial e neste heterogeneidade, muitas vezes, está o caminho para ampliar a geração de oportunidades que, com tanta freqüência, a agricultura não pode mais oferecer. (ABRAMOVAY, 2007, p.3)

Entendemos, portanto, que é limitado contemplar comunidades tradicionais na política de extensão rural, ou investir em assistência técnica sem conhecer o cenário territorial e as especificidades dessas comunidades tradicionais, inclusive o capital cultural cada uma delas.

"SE VOCÊ PASSAR PERTO DE UMA COLMÉIA, AS ABELHAS NÃO FARÃO NADA A VOCÊ, MAS SE VOCÊ TENTAR LEVAR ALGO DE DENTRO DELA, ELAS O ATACARÃO": ATORES SOCIAIS EM CONFLITO

Através das entrevistas contidas no documentário "Jewel of Amazon" realizadas com os atores sociais do conflito – Representante do Grupo Indígena Cinta Larga, da FUNAI, da Associação de Garimpeiros e da Polícia Federal- foi possível extrair diferentes discursos que denotam uma luta pelo poder de explorar a mina de diamantes ou de opinar sobre quem deverá explorá-la.

Tais discursos apresentam certas contradições entre os atores bem como seus posicionamentos. Nesse sentido, a contribuição de Foucualt (2005: 171) é válida por alertar que "analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar

o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência."

O discurso de cada ator social é fortemente marcado pelos interesses das instituições ou pelas causas que representam. É neste sentido que as discussões acerca do imaginário social angariam pertinência, uma vez que este "torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem" (BACZKO, 1985, p.311).

De acordo com Baczko (1985), a linguagem, ao materializar as representações sociais, evidencia as relações de poder na sociedade e os embates de interesses dos diferentes grupos que a compõem:

> "O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz dos dispositivos de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício de autoridade e poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o *lugar* e o *objeto* dos conflitos sociais" (BACKZO, 1985, p.310)

É pensando na efetividade do discurso como indicador das representações e das práticas sociais que elaboramos o quadro abaixo, mapeando os significados que os diferentes atores sociais em conflito atribuem a si mesmos, aos "outros" e à própria gestão da jazida de diamantes da TI Roosevelt.

Quadro 1 – Atores Sociais em Conflito

Representante dos Cinta Larga	**Representante da Funai**	**Representante dos Garimpeiros**	**Representante da Polícia Federal**
"Tudo isso é meu";	Visão romantizada do índio;	"A mina pertence aos brasileiros"	"Uma guerra de miseráveis"';
Anseio de explorar a mina;	O índio é ingênuo;	Os garimpeiros não vão se rebaixar;	Iguala índios e garimpeiros na luta pela sobrevivência;
Cria a Companhia de mineração indígena;	O índio deve ser instruído para o contato;	Os garimpeiros encontraram a mina e por isso devem explorá-la também;	Quem se beneficia são os financiadores, as empresas de mineração;
Lógica indígena de exploração – Nós índios só vamos explorar quando precisarmos;	É um grupo que segue seus instintos;	"Diamantes de sangue";	As empresas de mineração formam um cartel que fomenta o comércio ilegal

“A vida se tornou mais estressante”;	Induzidos pelo homem branco;	Se proibirem os garimpeiros de explorar haverá uma guerrilha.	Manipulação das empresas financiadoras;
“Somos índios, mas devemos ser tratados de forma diferente do homem branco”	O homem branco é sem caráter, perverso		Índios e garimpeiros são vítimas do Mercado de Diamantes.
“Hoje nós sabemos o que é o diamante e o que é o dinheiro”.	Os Cinta Larga são dóceis, pessoas calmas		
Atacamos quando somos atacados.	Incapazes de tomar decisão.		

Fonte: Adaptado do Documentário Jewel of Amazon, 2009.

Mediante o anseio de explorar a jazida de diamantes, é possível perceber na fala do chefe Pio um desejo indígena pelo tratamento diferenciado enquanto categoria social, cultural e étnica, como se pode observar na passagem que segue:

> Por um lado, melhorou, por outro ficou pior, porque a vida se tornou mais estressante. Hoje, eu posso ver o lado negativo da mina - pessoas que perderam seus casamentos, alguns membros estão separados, as mulheres vão para a cidade. Esse foi o lado ruim. O lado positivo e onde a mina tem beneficiado a comunidade é a construção de casas bem construídas, estradas, projetos agrícolas, e ele trouxe o gado. Acho que o tratamento tem que ser diferenciado. Somos índios de modo que então devemos ser tratados de forma diferente do homem branco. Então, hoje nós temos um sistema de saúde diferente, diferentes sistemas de ensino, porque nem todos sabem falar português.[3] (Airs on PBS, 2006.)

Neste caso, a representação dos indígenas sobre si mesmos aponta para uma alteridade, uma vez que é através do “tratamento diferenciado” que se dá o reconhecimento

[3] “On the one hand it improved, on the other it got worse because life has become more stressful. Today, I can see the negative side of the mine -- people lost their marriages, some members are separated, women go to the city. That was the bad side. The positive side and where the mine has benefited the community is in the building of well-built houses, roads, agricultural projects; and it brought cattle. I think the treatment has to be differentiated. We are Indians so we should be treated differently from the white man. So today we have a different health system, different educational system, because not all of us know how to speak Portuguese”.

social, mas também a tentativa de influenciar as políticas públicas que tendem a homogeneizar os diferentes atores sociais.

Outro ponto interessante a ser salientado no discurso do representante indígena é que existe uma lógica Cinta Larga para a exploração dos diamantes na mina: "Não que nós queremos explorá-la até que não reste nada nela, mas explorá-la quando precisarmos." (Chefe Pio). Esta lógica econômica aponta para uma exploração que, ao invés de abraçar os valores ocidentais capitalistas, obedece a uma dinâmica própria em que a exploração só é permitida mediante a necessidade, e não no interesse do acúmulo de riquezas.

Já no discurso do Representante da Funai, encontra-se uma visão romantizada do índio, pois ele entende que são os brancos que facilitam a aquisição de bens aos índios. Nesta perspectiva, a pureza desse grupo é afetada pela perversidade de não índios. Este ator social retoma a representação já existente dos índios em relação à população local ao rebater que, ao contrário da imagem que se tem do índio como estranho, preguiçoso, perigoso, os Cinta Larga são pessoas calmas, dóceis e gentis.

O argumento encontrado por este Representante para o assassinato dos garimpeiros se baseia numa frase que ele já ouviu de um Cinta Larga: "Se você passar perto de uma colméia, as abelhas não farão nada a você, mas se você tentar levar algo de dentro dela, elas o atacarão". A justificativa para o massacre é, então, uma atitude de defesa, e não sinônimo de agressividade.

Diante da "ingenuidade" do indígena, tal representante acredita ainda que a exploração da jazida traria para os índios efeitos iníquos, pois acarretaria a perda da identidade e da cultura indígena. A identidade, neste prisma, é algo estático e que não permite (re) elaborações. Explorar diamantes, inserir a lógica da permuta, do lucro, portanto, é representado como a morte de um estado "natural".

Já a ótica do representante dos garimpeiros é marcada pelo interesse em explorar a jazida. Frente à ameaça latente de que a exploração da mina fique a cargo dos Cinta Larga, a representação construída por ele é percebida no momento em que este assevera que a mina pertence aos brasileiros, indicando, portanto, que índios não são brasileiros. Assim, à diferenciação étnica, se sobrepõe uma diferenciação de nacionalidade o que, por sua vez, implica em uma desigualdade de direitos em relação à exploração econômica da jazida.

Por fim, cabe considerar o discurso do Representante da Polícia Federal, que aponta a existência de interesses dos cartéis na especulação em relação ao Mercado de diamantes. A representação construída por este ator social diz respeito à pobreza que iguala garimpeiros e indígenas, podendo ser percebida na frase: "é uma guerra de miseráveis".

A miséria, neste discurso, é simbolizada como o alimento do embate. Mas o embate não tira os "guerreiros" da condição de miseráveis, pois ele é travado entre "iguais". Trata-se, segundo esse representante, de um artifício para que os cartéis das empresas mineradoras sejam camuflados. Esta representação revela também que o papel atribuído à instituição Polícia Federal seria o de investigar o que tem "por trás do conflito".

A pertinência das considerações de Baczko (1985) para o problema aqui tratado diz respeito à conformação do conflito no qual se dá uma disputa não só pela exploração dos diamantes na Reserva Roosevelt, mas também pela legitimização dos discursos dos atores sociais neles envolvidos com vistas às decisões do Estado em relação ao futuro da reserva, dos índios e dos garimpeiros.

O quadro construído acima deixa claro que as opiniões estão polarizadas. Se, de um lado, tem-se a esfera do Estado aqui representada pela Polícia Federal e pela FUNAI, que refletem concepções institucionalizadas, de outro há o embate pela exploração da jazida no qual índios e garimpeiros elaboram discursos diferentes em decorrência da disputa, evocando e mesclando representações de ordem econômica, étnica e sobre nacionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu do entendimento de que não basta que as políticas públicas contemplem os diferentes grupos, em especial as comunidades tradicionais, em suas diretrizes. Faz-se necessário também perceber que as Identidades dos Grupos beneficiados podem ser construídas e desconstruídas a todo momento; assim, as políticas públicas voltadas à gestão dos territórios, além das potencialidades econômicas, devem considerar também as tradições, a heterogeneidade cultural e a possibilidade da erupção de conflitos entre os diversos atores sociais a partir da intervenção ou potencialização de uma ou outra atividade econômica.

As discussões aqui propostas não tiverem a pretensão de investigar a política pública voltada aos indígenas, mas de indagar se as políticas públicas elaboradas pela abordagem territorial, são capazes de lidar com a herogeneidade das identidades desse "novo rural" e se elas se atentam ao potencial conflitivo de determinadas regiões.

O questionamento "Mas qual extensão rural" vem de encontro com a necessidade de abertura de diálogos com a heterogênea população rural e se insere no debate da importância do Estado enquanto agenciador do desenvolvimento sustentável. O conflito envolvendo os Cinta Larga da TI Roosevelt bem como diferentes posicionamentos dos atores sociais é uma forma de contribuir para esse diálogo, evidenciando as especificidades deste

grupo e a necessidade da valorização territorial e do seu tecido econômico, social e cultural. Para além dos discursos e polarização dos atores sociais em conflito, faz-se mister problematizar o papel do extensionista nestes territórios, tendo em vista que a atuação convencional até então não se atentou para os cenários conflitivos. Nesta perspectiva então, faz-se necessário inserir na pauta de discussões de identidades culturais e étnicas e a percepção das políticas públicas, a própria formação do extensionista rural e sua capacidade de lidar com essa nova dinâmica territorial.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação**. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos.htm. Acesso em 10 de setembro de 2009.

BACZKO , Bronislaw. Imaginação Social. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda Vol 5, 1985.

CURI, Melissa Volpato. **Mineração em terras indígenas:** caso terra indígena Roosevelt. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas. 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

GORDON, Cesar. **Economia Selvagem:** ritual e mercadoria entre os índios. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006. 252p.

FRONTLINE/WORLD. Brazil Jewel of the Amazon: The conflict over Brazil`s diamond. AIRS ON PBS. Disponível em: http://www.pbs.org/frontlinewold/stories/brasil501/. Boston. Acesso em: 17 abr. 2009.

FAVARETO, Arilson (2007). **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. Ed. Iglu/Fapesp, São Paulo.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Enciclopédia dos Povos Indígenas. Disponível em: http://www.socioambiental.org. São Paulo. Acesso em: 04 ago. 2009.

MELATTI, Júlio Cezar**.** Aripuanã. In: **Índios da América do Sul** – Áreas Etnográficas, 2002. Disponível em http://br.geocities.com/indiosbr_nicolai/ias/ias20-27/23aripua.htm. Acesso em: 06 jun. 2009.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Versão Final: 25/05/2004. MDA, Brasília: 2004.

REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010.

GT4

FAMÍLIA, GÊNERO E GERAÇÃO

COORDENADORES

PARRY SCOTT (UFPE)

ROSINEIDE CORDEIRO (UFPE)

COLABORADORES

MARILDA MENEZES (UFCG)

IRAILDES CALDAS TORRES (UFAM)

VILÊNIA AGUIAR/ANDRÉA ZARZAR (NEAD)

A EDUCAÇÃO POPULAR E AS NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA

Catiane Cinelli

(katimmc@gmail.com)

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

Estudante de pós graduação – Mestrado

GT04 - Família, gênero e geração

Neste trabalho, pretendemos trazer elementos de como vem sendo discutida e construída as chamadas *novas relações de gênero* no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) com aporte da Educação Popular e, como este processo contribui para a libertação das mulheres. Aborda-se a violência estrutural na sociedade classista e patriarcal bem como se busca compreender o feminismo e seu papel no interior do MMC SC.

Este ensaio é resultado de uma pesquisa realizada com base, principalmente, em pesquisa bibliográfica, documental, sendo esta em documentos do próprio MMC. Também pesquisa de campo com diálogo com as mulheres e, especialmente, com observações. Essas, muitas vezes foram resultado da militância. O que me levou a usar esses métodos é compreender que a prática tanto vivenciada, como sistematizada em documentos, é a melhor forma de analisar-se uma experiência.

De acordo com Paludo (2001), as concepções de educação popular são ressignificadas dependendo de cada momento no processo histórico, especialmente do jogo de forças sociais que a impulsionam ou que a fazem retrocederem. Entendendo que o MMC em seus processos de formação se pauta por princípios da educação popular, esta se dá em vista, principalmente da libertação das mulheres, objetivo maior do movimento[1].

Ao assumir os princípios da Educação Popular nos processos de formação no MMC, se trabalhada a partir da realidade das mulheres. Com isso dizemos que as mulheres trazem o seu modo de vida para os espaços de formação do Movimento, assim como recebem informações novas com a convivência, experiência e estudos. Tais informações se mesclam entre teoria e prática, sendo que muitos desencadeiam em novas práticas sociais, seja na família, seja no espaço da sociedade, em meio a crises e avanços.

[1] Pode ser observado que a missão do Movimento é "libertação das mulheres", desde os primeiros materiais elaborados pelo mesmo, desde folderes e cartilhas.

Foi basicamente no início da década de 80, que eclodiram os principais movimentos camponeses existentes nos dias atuais, sendo que a chamada revolução verde se encontrava em ainda processo acelerado. Nesse contexto é que as mulheres camponesas iniciam formas específicas de Organização para reivindicar direitos, os quais os eram negados até então e, que em espaços mistos, elas diziam não ser ouvidas (Paludo, 2009).

De acordo com a mesma autora, neste período se constata que a organização das mulheres se deu mais por meio de influência de setores progressistas das igrejas do que por outras instituições. Desta forma, as mulheres foram compreendendo o que se passava com elas e se organizaram a partir de suas necessidades. Em um depoimento[2], conseguimos perceber quanto foi importante a Organização das mulheres quando uma mulher fez a seguinte afirmação. "A gente como mulher ainda é muito explorada, mas naquela época a gente achava tudo normal".

Em Movimento, no caso o Movimento de Mulheres Agriculturas de Santa Catarina (MMA SC) com seus processos de formação, organização e lutas, desde o início da década de 80, se percebe que houve junção de saberes e, de necessidades e por isso assumem a luta. As mulheres militantes aprenderam e aprendem que podem questionar a autoridade masculina expressa pelo pai, marido, sogro. Dão-se conta da importância da organização das mulheres e que seu universo pode ser para além da casa e da roça. Questionam autoridades e as leis injustas frente a elas, como trabalhadoras e mulheres.

No ano de 2004, por ocasião do primeiro congresso nacional do MMC, ocorrido em Brasília entre os dias 05 a 08 de março, vários movimentos autônomos de mulheres, os quais estavam organizados em diferentes regiões do Brasil, se juntam e consolidam o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em caráter nacional. Com isso se intensifica discussões sobre a opressão e exploração da sociedade patriarcal sobre as mulheres ao passo que é assumido o feminismo (Conte, Daron e Martins, 2009).

De forma explícita, a educação popular que permeia o MMC SC, permite o Movimento assumir a formação como é uma ação libertadora, que visa contribuir para que as mulheres sejam solidárias umas com as outras, questionem, reflitam, sejam sujeitas, e estão em um mundo onde são capazes e podem contribuir na construção de uma nova sociedade.

As observações realizadas no Movimento deixam bastante evidencia disso, uma vez que nos processos formativos em que acompanhamos, se trabalhava temas a partir da história de vida das próprias mulheres envolvidas. Acrescentava-se elementos políticos para que as mulheres pudessem perceber-se como sujeitas e interferir em suas vidas e na sociedade, para

[2] Depoimento presente no trabalho de Cinelli, 2006.

conquistar seus espaços e ir dando passos rumo a libertação. Constata-se, desse modo, que esta é uma forma de o MMC trabalhar as novas relações de gênero.

Vale ressaltar, contudo, aquilo que chamam de novas relações de gênero não são trabalhadas em momentos separados como em seminários específicos sobre o tema, apenas, mas, o cotidiano das ações do Movimento leva a isto. Por se tratar de um movimento especifico de mulheres a questão de gênero perpassa todas as discussões e ações que envolvem mulheres militantes, inclusive nas pautas políticas e relação com demais entidades e movimentos sociais mistos.

As próprias mulheres falam que no Movimento conseguiram libertar-se, perderam o medo de falar, começaram a confiar em si mesma, sentiram-se capazes. Desafiando-se a cada dia, a cada luta, pois a formação no Movimento é compreendida como um processo integral, o qual não acontece de forma separada das lutas e mobilizações.

Durante a realização da pesquisa, realizamos questionamentos às mulheres, perguntando-lhes: "O que mudou em sua vida após a inserção no MMC?" Eis as respostas: *"Fiquei mais desenvolvida, perdi a timidez de falar com as pessoas. Antes pra falar em público eu quase desmaiava. Agora consigo falar normal, me sinto mais livre e descontraída"*. Outra mulher diz: *"Muita coisa boa, comecei ser mais aberta ao povo, com vontade de viver, com ânimo, desde que comecei conquistamos muita coisa e isso dá ânimo. Antes eu não tinha ânimo nem para sair de casa. Tudo o que a gente aprende é bom"*.

Uma terceira afirma que *"... meu marido fazia de tudo, para que não saísse de casa, eu não ia. Hoje eu digo: eu vou e pronto..."*. Outra fala demonstra que *"mudou muito (...) ir a locais públicos, falar com prefeito, vereador, antes eu achava que era coisa de grande (...) Organizo-me em casa pra ter mais tempo, dividindo as tarefas"* e por último, outra entrevistada diz que o seu grande aprendizado foi *"a valorização da mulher"*.

Quando falamos em novas relações de gênero e feminismo, a partir da concepção do MMC, aponta-se a perspectiva de que as mulheres sejam "donas da própria vida", e, por isto muitas vezes, surgem conflitos, pois elas começam a romper aos poucos com muito daquilo dito normal para uma mulher da roça.

Tais fatos foram perceptíveis a partir do que as mulheres entrevistadas expressaram com relação a seu engajamento no Movimento. De outro lado, sabemos, também e, como afirmam as mulheres, que não é fácil se manterem no Movimento, pois, exige convicção de que se está numa luta – contra a sociedade machista patriarcal e capitalista.

Outra pergunta, na tentativa de perceber as novas relações de gênero, questionou mulheres acerca do que é ser liberta e elas disseram que: *"Ser liberta é fazer o que nos deixa feliz, ir para onde se tem vontade. Não precisar pedir licença para alguém só porque é homem". "Passar a valorizar as mulheres e não aceitar mais piadinhas maldosas sobre elas, que só fortificam o machismo".*

Questionar as formas de tratamento as mulheres é ação de quem está consciente e se libertando das amarras do patriarcado. Atrevemos-nos a dizer que através desse fazer estamos desenvolvendo uma educação popular feminista e também estamos construindo novas relações entre os seres humanos. Temos clareza de que o processo de transformação é mais lento e não acontece em um momento estanque, mas que essas iniciativas são importantes e necessárias para o processo mais global.

A violência do Patriarcalismo e a Luta pela Libertação.

No patriarcado, de acordo com textos do MMC (2004), as mulheres passam a ser subjugadas de forma mais intensa, perdem o poder e são relegadas basicamente à esfera doméstica. Com isto, a sobrecarga do trabalho não reconhecido e não valorizado na grande maioria dos casos ocasiona doenças. O homem, por sua vez, acaba tendo papel de destaque, centralizando o poder da família. Seu trabalho é considerado produtivo, ao passo que o da mulher não. A ela são delegadas as tarefas de reprodução, logo, é ele quem comanda a economia familiar.

No entanto, Muraro (2003) nos diz que na sociedade primitiva, o homem não sabia o seu papel na procriação e pensava que as mulheres pariam dos deuses. Ressalta ainda que, como as mulheres eram mais prestigiadas naqueles grupos, muitas vezes elas governavam, sendo que o faziam por meio da persuasão e do consenso. Diante disso, ressalta-se que a sociedade nem sempre foi de opressão, ao menos na intensidade como nos dias atuais, sobre as mulheres, e, por este motivo é possível pensar e construir algo diferente.

Segundo Collet (2005)[3], é com o estabelecimento do patriarcado que as relações de poder, começam a ser alteradas, momento em que vai acontecer o surgimento da propriedade privada. Para garantir a herança precisava-se saber "quem era o pai" e aos poucos vai criando-se uma concepção de supervalorização do homem. Desta forma se estabelecem relações de desigualdade, de exploração e dominação sobre as mulheres.

Contudo, a partir do descrito pelas autoras, entendemos e salientamos que a exploração e a desvalorização das mulheres não aconteceram de maneira estanque e

[3] É importante lembrar que Collet não foi a primeira autora que falou isso, teve outras, entre elas Muraro.

momentânea. Acima de tudo, cabe refletir e estudar sobre tais fatos do passado, para entender e, além disso, perceber como podemos, nos dias atuais, construir formas de reempoderamento[4] das mulheres, vista as transformações possíveis já que a sociedade é fruto da ação humana, como já dizia Marx e outros (as) autores.

Sabe-se que na história houve vários momentos de rebeldia e contravenções das mulheres, especialmente, contra as ações do patriarcalismo, com maior ou menor intensidade, dependendo do período em que se vivia e, faziam isto de forma organizada ou não. Um exemplo disso pode ser a presença das bruxas na história da humanidade, que apesar da perseguição e das mortes, organizavam-se em movimentos considerados heréticos, como por exemplo, os cátaros segundo Muraro (1992).

De acordo com a mesma autora, o cristianismo foi uma das bases contribuidoras para o patriarcalismo. O deus único e macho e a imagem das mulheres vinculadas à Eva, pecadora e culpada pela fraqueza dos homens perpassam concepções e práticas consideradas oficiais segundo um livro sagrado, inspirado por Deus. Assim sendo, vários escritos bíblicos em vários trechos, trazem a discriminação da mulher e sua condição "natural" de inferioridade.

Na primeira carta de Paulo aos Coríntios, por exemplo, ele fala que "a cabeça das mulheres é o homem" por isso precisam rezar com o véu na cabeça, pois esse é o sinal de sua dependência. Outra frase que explicita a subordinação da mulher ao homem, muito utilizadas em cerimônias de casamento, são as cartas deste apóstolo dizendo que "as mulheres devem ser submissas a seus maridos" (Bíblia Sagrada, 1990).

Se de um lado, conseguimos fazer a crítica, inclusive por atuarmos em movimento específico de mulheres, de caráter feminista, de outro, sabe-se que há uma grande parcela de mulheres que acreditam que são inferiores, nascidas da costela de Adão. Isto porque elementos religiosos conservadores e discriminatórios estão presente na cultura da sociedade e são transmitidos de geração em geração. Isso demonstra quanta luta feminista precisa ser efetuada no que diz respeito à libertação das mulheres.

Nesse sentido, cabe a reflexão de que trabalhar e lutar cotidianamente por avanços nas questões de gênero tem a ver com a possibilidade de outros valores familiares ou grupais para as demais gerações, pois, se conseguiu-se alguns avanços, foi devido a muitas lutadoras (es) que enfrentaram o patriarcado antes de nossa geração. Neste aspecto, olhar para a história e projetá-la, mesmo que de forma utópica nos ajuda a perseguir um horizonte de maior igualdade, já que há indícios de que houve sociedades de parceria[5].

---

[4] Gebara (2002) fala da necessidade de as mulheres se reapropriarem de um poder que lhes foi roubado.

[5] De acordo com Eisler, 1996.

Segundo Muraro (2003), a espécie humana tem aproximadamente dois milhões de anos de existência. Nos primeiros, um milhão novecentos e noventa mil anos, não havia a supremacia masculina, conhecida hoje. Era o princípio masculino e feminino que governavam juntos o mundo. Consideramos de fundamental importância o que nos apresenta a autora, pois, o que nos é mostrado, enquanto história é a supremacia masculina, inclusive com poucos questionamentos sobre ela.

Castells (1999) fala que a família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada pelos processos, inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. As forças propulsoras desses processos são: o crescimento de uma economia informal global, as mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie, e o impulso poderoso promovido pelas lutas das mulheres e por um movimento feminista multifacetado; três tendências observadas a partir do final do ano de 1960.

Segundo o mesmo autor, as mulheres, por ocupar o mercado de trabalho e serem remuneradas, deixam de ser dependentes economicamente do marido. Por outro lado o autor fala a respeito do peso colocado sobre os ombros das mulheres, que chegam a assumir quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em beneficio do marido). Na área rural, além das mulheres sofrerem as conseqüências do modelo capitalista de agricultura, enfrentam também a cultura patriarcal que se revela de muitas maneiras.

O autor fala que uma das maneiras que se revela é a dominação machista, onde as mulheres têm pouca participação nas decisões, pois ainda permanece a opinião do pai, quando solteiras e depois do marido. Isto é evidente no ato de investir os recursos na propriedade. Outra situação é na distribuição da herança, onde o filho homem normalmente fica com a terra ou com uma parte maior. Nos momentos de lazer isso também fica evidente, o filho sempre tem mais acesso e liberdade com relação ao dinheiro do que a filha mulher.

A partir das observações, pudemos perceber que O mais perto que as mulheres estão chegando com relação à questão do acesso a terra, é buscar titulação conjunta da propriedade e ter o nome no bloco de produtor. É muito difícil encontrar um exemplo concreto da herança da terra ser da filha.

Segundo Brumer (2007), apesar de a mulher trabalhar o dia todo na agricultura e ainda fazer todo o trabalho doméstico, é vista como ajudante do homem, sendo que todos os afazeres domésticos não são considerados trabalho, e sim serviço. No senso comum, como as mulheres “nasceram para servir, isto é tarefa delas”, algo que o MMC desde seu surgimento busca questionar e intervir por meio de seus processos formativos, em que as mulheres vão

tendo percepções mais alargadas de seus universos.

Devido a inferioridade das mulheres atribuída a elas na sociedade patriarcal, seus trabalhos são, da mesma forma, inferiorizados, o que é uma forma de violência contra elas. Gebara (2002) argumenta que a estrutura básica da sociedade em que vivemos violenta e principalmente, violentadora das mulheres e crianças pobres, sendo que muitas formas de violência serem quase que naturalizadas e não mais percebidas. Para ilustrar:

> Em se tratando da família: afirmar e querer que a responsabilidade de cuidar das crianças, dos doentes, dos idosos, seja só da mulher, quando deveria ser uma responsabilidade de todos, é violência. Quando na família, o homem busca se apossar do dinheiro, decidindo sozinho onde será aplicado, ao invés de todos os membros da família participar do resultado da produção, que é fruto do trabalho de todos, também é violência. O homem sair de casa na hora que bem entender e a mulher sair de casa somente quando tiver todo o trabalho organizado, pronto. Na relação sexual entre o casal, a mulher ser forçada sem desejar esta relação e nem sentir nenhum prazer, são situações e práticas de violência. (MMA/SC, 2004, p 3)

Em muitos casos, em nossos cotidianos ainda experienciamos fatos em que quando um homem fala, sua palavra é considerada, valorizada. Quando trata-se de uma mulher, tantas vezes sua palavra passa em branco, ou é apropriada por um homem, e, daí acaba sendo reconhecida, tendo importância. Este e tantos outros casos fazem parte de um círculo de violência patriarcal, das quais muitas passam despercebidas por grande parcela da população. Muitos casos como estes foram relatados pelas mulheres participantes do curso de formação que observamos.

Disso, poderíamos concluir que não há como falar de novas relações de gênero sem mexer na estrutura da sociedade violenta, que vitima de modo especial mulheres, acima de tudo, índias, negras, as mais empobrecidas. Não há como falar em um mundo melhor até que for aceito qualquer ato de diminuição e proibição das mulheres serem sujeito, serem mais, no sentido freireano[6].

Entendemos que a igualdade, inclusive respeitando as diferenças, entre homens e mulheres, a autonomia das mulheres em relação aos homens são condições indispensáveis para o combate ao machismo e a violência sexista. A situação de dependência afetiva, financeira, a falta de amor próprio fragilizam mais as mulheres, vitimizando-as diante da violência. Isso não significa dizer que quem está em um processo de libertação ou na luta coletiva pela emancipação já superou todas essas formas de violência, por isso, há contradições na própria luta e nas vivências das mulheres observadas, que buscam libertação.

[6] Pedagogia do Oprimido.

E é no sentido da luta e pratica pela libertação da mulher que se justifica a organização de movimentos de mulheres. Essa é muito necessária na construção de novas relações entre os seres humanos e, no mundo atual sabemos que esse fazer é indispensável para o futuro da raça humana.

Considerações Finais

Ao final do texto, apontamos algumas reflexões decorrentes do que nos foi possibilitado por autoras e autores e também pela pesquisa de campo. Diante disso constatamos que continuar práticas de Educação popular, nos mais variados contextos do MMC SC, sejam momentos de estudos, passeatas, mobilizações, momentos de enfrentamento a estrutura desigual da sociedade tem sido fundamental em vista da libertação das mulheres e do povo oprimido.

Como uma das falas de uma mulher ressaltou, que era impedida de sair de casa pelo marido, fato como este é corriqueiro numa sociedade onde grande parte dos homens sentem-se donos das mulheres, os enfrentamentos ao patriarcado precisam ser feito cotidianamente em vista da chamada reapropriação de poder, parafraseando Gebara.

Nas várias observações realizadas, decorrente de vivenciarmos muitas situações no MMC, podemos ressaltar que as próprias mulheres militantes, cada vez mais se dão conta de que elas precisam estar se fazendo sujeitas de todas as ações do Movimento, desde pensar e estrategiar a formação política, bem como os rumos do Movimento. Na medida em que estão na formação e na luta, as mulheres camponesas vão crescendo, avançando, também se deparando com contradições e conflitos.

Compreende-se que as contradições vividas no Movimento, não se dão por acaso, mas, pelo fato de que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde as mulheres são tidas como criaturas dóceis e frágeis, apaziguadoras e jamais como pessoas que enfrentam conflitos e desafiam o sistema.

Em geral todas as formas de contestações são rechaçadas e, quando partem de mulheres, e mulheres camponesas, são mais estereotipadas ainda. Mas, devido a isto, com a força proporcionada pelo Movimento, aprendem a superar e continuar em luta por algo maior, como elas dizem, almejando uma sociedade liberta, sem violência e opressão sobre as mulheres, sobre o planeta como um todo.

Podemos afirmar que a concepção de formação do MMC segue os princípios da

educação popular, sendo que está baseada na realidade vivida pelas mulheres, leva em conta a história dos sujeitos envolvidos, é essa concepção que se faz presente nas atividades de formação, lutas e organização. Acima de tudo, as falas das mulheres mostraram o que elas aprenderam com a participação no Movimento, o que nos leva a concluir que está se dando passos rumo a libertação.

Neste sentido, as mulheres forçam transformações desde o ambiente em que vivem e, com isso, há possibilidade de novas gerações pensarem um pouco diferente, onde homens e mulheres, jovens e adultas, vivenciem as novas relações de gênero, respeitando a essência do humano e valorizando-se como tal.

Então podemos dizer que a formação, ou melhor, a pratica de Educação Popular presente no MMC, contribui para a libertação das mulheres e, consequentemente, para a não violência. Pois esta é uma concepção de formação humana, que forma para a vida, levando a consciência de que um novo mundo é possível e necessário. Na concepção do Movimento a construção do Socialismo se dará com o feminismo, ou seja, com a participação efetiva das mulheres.

As mulheres são mais da metade da população que não aceita mais ficar calada diante da violência e vêm abrindo espaços em terrenos considerados inicialmente masculinos. A discussão da libertação da mulher é a oportunidade de mulheres e homens criarem um novo pacto absolutamente essencial para a sobrevivência da própria espécie (Gebara, 2002).

Entendemos que para mudar as próprias condições de produção das relações de dominação é necessário todo um processo coletivo de reeducação da sociedade. Assim como acordos, um mínimo de consenso, análises comuns para intervir no habitual. Acredita-se que aos poucos, mesmo que lentamente, muitas mulheres em diversos movimentos têm incidido sobre as práticas cotidianas e, desta forma, na cultura.

Consideramos importante cultivar sempre a dialética das relações mulher e homem, tendo em vista que a vida humana se desenvolve na interação contínua entre os dois sexos, apesar das injustiças históricas que sofremos.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA SAGRADA. Brasília, Edições Paulinas, 1990.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: revista **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2007. V. 12, n. 1, p. 205-227.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CINELLI, Catiane. **Mulheres em Formação no Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.** Veranópolis, Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, 2006.

CONTE, Isaura Isabel; DARON, Vanderléia Pulga; MARTINS, Mariane Denise. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponês. IN: PALUDO, Conceição (org.) **Mulheres, resistência e luta***:* em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

EISLER, Raiane. **O prazer sagrado***:* sexo, mito e política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GEBARA, Ivone. **Cultura e Relações de Gênero**. Seminário do Cepis. São Paulo. Instituto Cajamar, 2002.

Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Nossa história, nossas lutas.** Chapecó, SC, MMA/SC, 2000.

Movimento de Mulheres Camponesas. **Plantando saúde pelos caminhos do RS.** MMC/RS, 2004.

MURARO, Rose Marie. **Um Mundo Novo em gestação**. Campinas; São Paulo, Versus, 2003.
_____. **A mulher no terceiro milênio.** 2 ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

PALUDO, Conceição (Org.) **Mulheres, resistência e luta:** em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

_____. **Educação popular em Busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre.Tomo Editorial, 2001.

A ESTRUTURA FAMILIAR, AS CONEXIDADES DE GÊNERO E OS DESAFIOS GERACIONAIS COLOCADOS À COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO BARRO ALTO/AM

Iraildes Caldas Torres
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Doutora em Ciências Sociais/ Antropologia
Iraildes.caldas@gmail.com

Raimunda Vanusa Barreto da Silva
Assistente Social da Secretaria de Assistência Social do Município de Coari

GT04: Família, Gênero, Geração

As famílias moradoras da área rural do Amazonas banhada pelo rio são conhecidas como ribeirinhas. O Amazonas é o Estado do Brasil com maior dimensão com uma área de 1.570.745 quilômetro quadrado, que ocupa 18% do território brasileiro. É banhado pelos três maiores rios: o Negro, o Solimões e Amazonas.

Coari é um dos municípios que fazem parte do Amazonas. Está localizado na região do Médio Solimões, e limita-se com os seguintes municípios: ao Norte Codajás; ao Sul - Tapauá e Camaruã; leste - Anori e Codajás; Oeste - Tefé e Maraã. Possui uma área territorial de 57.320 quilômetros quadrado.

Na direita da sede de Coari está o rio Solimões que abriga nas suas bordas ou ribeiras grandes partes das comunidades ribeirinhas, em especial a área deste estudo (comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro-Alto).

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro-Alto fica à margem direita do rio Solimões e está localizada aproximadamente a 40 km por via fluvial, em linha reta da sede do Município de Coari onde vivem aproximadamente 40 famílias.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008 na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro-Alto. Foram ouvidos 15 mulheres e 5 homens, moradores da referida comunidade totalizando 20 entrevistados, sob técnica de entrevista do tipo semi-estruturado e formulário contendo perguntas aberta e fechada.

Barro-Alto (comumente chamada) possui essa denominação por ser uma localidade de relevo acidental. Inicialmente era um pequeno lugarejo que pouco a pouco foi crescendo até que no ano de 1981 foi elevado à categoria de comunidade.

Para compreendermos o que seja comunidade uma breve análise a esse respeito é pertinente. Conforme pontua Wagley (1988), comunidade pode ser entendida como sendo um lugar onde os indivíduos vivem em grupos, de acordo com os preceitos de sua cultura, expresso através de suas crenças, seus mitos, seus símbolos, seus saberes e códigos, desenvolvem suas relações sociais, apreendem, partilham e reproduzem de forma dinâmica a sua identidade sócio culturais.

Nesta mesma direção Chaves (apud CARVALHO, 2006, p.121) considera comunidade como "instrumento peculiar de organizações socio-políticas desses grupos na defesa de direito sociais básicos". Na ótica desta mesma autora, comunidade é um "importante e fecundo espaço de representatividade sócio-politica e de exercício de cidadania" Carvalho (2006, p.121). Assim, concordamos com esta autora, pois comunidade é viver em cooperação, é apreender uma luta

conjunta pelo mesmo ideal. Comunidade, portanto, não é apenas uma estrutura física ou um espaço físico. Segundo Souza (1986, p.66-67).

A subsistência da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações de poderes e contra poderes que se estruturam, tomando como referencia à infra-estrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. Comunidade é, portanto, uma forma particular de expressão da própria sociedade.

A comunidade objeto deste estudo segue o padrão da região. Ou seja, as casas são construídas em madeira e sua localização encontra-se perto do leito do rio, característica esta peculiar da região. Possui infra-estrutura como escola, posto de saúde, centro comunitário, igreja, telefone dentre outras.

A escola da comunidade foi reconstruída recentemente pela administração municipal. A construção da nova escola foi adaptada ao modelo adotado para a zona rural, sendo toda de madeira, como as demais moradias existentes na comunidade com exceção da igreja e do centro comunitário.

A comunidade dispõe de Posto de Saúde, apesar de nunca ter funcionado como tal, atualmente está sendo utilizado como moradia. Dispõe de agentes de saúde capacitados e lancha para eventuais necessidades.

Existem também na comunidade outros equipamentos sociais que fazem parte de sua infra-estrutura, tais como: 01 motor de energia, casas de farinha motorizada, 01 poço artesiano com encanamento de água para todas as residências, sendo que não funciona deste de 2006, 01 centro comunitário que foi recentemente reconstruído e revestido de alvenaria onde acontecem os eventos culturas e 01 Cemitério.

A crença predominante dos comunitários é fundada na religião Católica Apostólica Romana, por esse motivo a única igreja existente na comunidade é a católica. Para Wagley (1988), o modelo de organização espacial observado em comunidades amazônicas é fruto da herança jesuítica na região, cujo plano estrutural tem na edificação da igreja o seu principal símbolo, sendo geralmente localizada numa área central da comunidade, e de frete para o no.

A pesquisa constatou que na área estudada a igreja assume a centralidade tal qual indica Wagley (1998). Na pesquisa que realizamos priorizamos as seguintes variáveis: tempo de moradia, média de idade, renda familiar, escolaridade, para um melhor conhecimento das famílias moradoras da comunidade.

Em relação à faixa etária das informantes a pesquisa revela que a média de idade está entre 31 a 40 anos com 33%, e 33% também afirmaram ter acima de 50 anos, 27% são as que têm entre 20 a 30 anos e 7% são as mulheres que têm de 41 a 50 anos.

Em relação à média de idade das mulheres que participam do processo de produção a pesquisa não revelou uma definição exata. Tanto as mulheres mais jovens quanto aquelas mais adultas estão incluídas no processo de produção. As crianças também desde a idade de 7 anos, já participam dessas atividades. As mulheres com idade superior a 50 anos ainda participam ativamente do processo de produção, somente não participam aquelas que a saúde não permite. Noda et all (2001, p.194) ressalta que "em geral, todos os membros das famílias estão incluídos no processo de trabalho, executado prioritariamente pelas mulheres e crianças de ambos os sexos".

Quanto ao tempo de moradia no local 7% residem de 6 a l0 anos; 7% vivem no local de 11 a 20 anos a maioria de 73% afirmam morar na comunidade de 21 a 40 anos, 130/0 afirmam morar no local há mais de 40 anos.

A pesquisa revelou que as famílias moradoras da comunidade do estudo na sua maioria vivem no local desde o seu nascimento. Não constatando dessa forma, que os moradores da comunidade do Barro-Alto, tenham migrado para outra comunidade ou para a cidade, como acontece com é o caso de outras comunidades da região, onde os moradores migram para a cidade em busca de melhoria de vida. Fato observado com a chegada da empresa Petrobrás na área do município e que acabou gerando um grande inchaço populacional. Segundo Gawora (2003, p.201-203) a cidade de Coari não estava preparada para a confrontação com o grande projeto. A migração descontrolada para a cidade foi entendida pela população como um atropelamento".

Concorda-se com porque as famílias ao migrarem para a cidade se deparam com uma realidade totalmente diferente do que idealizam, ou seja, na cidade as famílias desempregadas não têm onde morar, nem mesmo onde construir suas casas, e acabam construindo nas encostas dos igarapés. Isso acarreta o aumento das periferias, a moradia inadequada e o empobrecimento das famílias aumentam.

Constata-se, portanto, que diferente de outras realidades ribeirinhas os moradores da comunidade do Barro-Alto ainda buscam a sua subsistência na própria comunidade, trabalhando na agricultura. Sabedores da realidade os moradores sentem-se amedrontados para enfrentar uma realidade diferente das que são acostumados.

Nossa pesquisa também constatou (gráfico abaixo) que as mulheres da comunidade do Barro-Alto, na sua maioria são casadas.

No que se refere ao estado civil das informantes constata-se que a maioria das entrevistadas 86% vive em companhia de um parceiro, dentre estas 66% são casadas oficial civil e/ou religiosa, 20% vivem em estado de união estável; 7% são separadas e 7% viúva.

Para as mulheres das comunidades rurais geralmente o casamento religioso é imprescindível, por motivos dos valores dado a religião. Porque nas comunidades rurais os valores matrimoniais são muito importantes para que as famílias vivam de acordo com a lei de celebração de uma aliança, um pacto de amor, fidelidade e mútua assistência diante de Deus, que sela este compromisso, Brandão (200 p.03).

O estado civil também é uma variável considerada pelos agricultores que normalmente preferem as mulheres solteiras mais que as casadas para comercialização de diária de trabalho. Mesmo que as mulheres casadas também participam da comercialização de diária de trabalho19, a preferência é dada às mulheres solteiras. Porém, não significa dizer, que as mulheres casadas são mais frágeis ou que as solteiras têm menos encargos, essa é um entendimento distorcido dos agricultores que comercializam a mão-de-obra feminina. 19 A comercialização de diária de trabalho é a compra da força de trabalho, essas negociações se dão na maioria das vezes na farinha onde a mulher é mais requisitada.

Outro fator é que as mulheres da zona rural casam mais cedo, este fator vem implicar também na multiplicação das famílias, pois casando cedo têm filhos mais cedo. Ainda tem os casos das separações que na maioria das vezes acarretam a responsabilidade apenas para a mulher.

Em relação a estrutura familiar do grupo estudado a pesquisa revela que todos possuem filhos, sendo que o maior percentual são aquelas que possuem de 1 à 3 filhos o equivalente 37%, 21% as mulheres que afirmaram ter de 6 à 8 filhos, 210/0 têm de 9 a 10 filhos, 14% a que afirmaram ter de 4 à 5 filhos e apenas 7% das mulheres afirmaram ter acima de 10 filhos.

No que se refere o número de filhos é possível afirmar que todas possuem filhos e a maior relevância é das mulheres que possuem de 1 a 3 filhos. Poder-se-ia que as famílias vêm diminuindo o número de filhos nos últimos anos. Segundo Ribeiro et alii (2005, p.146),0

tamanho da família também está associada a sua situação sócio econômica sem dúvida, níveis de renda e de instrução mais elevado possibilitam às mulheres maior acesso aos serviços de saúde, permitindo-lhes melhor planejar o tamanho da prole e o controle da natalidade.

A estrutura familiar vem se modificando ao longo do processo histórico, pois as famílias tradicionais eram mais extensas, mas esta mutação pode ser atribuída por dois fatores: o primeiro porque os filhos crescem, casam e mudam para suas própria residência, segundo porque em alguns casos os casais já usam métodos contraceptivos para evitar um número mais elevado de filhos.

Esses métodos eram inadmissíveis pelas pessoas mais antigas da comunidade, pois as mesmas acreditavam que o uso de algo que impedisse gravidez, como tomar anticoncepcionais ou realizar laqueadura, era contra a religião e lei de Deus. Hoje, constata-se que houve mudanças em muitos aspectos dos modos tradicionais das famílias da comunidade .. O modo de pensa e agir das famílias pesquisadas são indicativos para que se comprove as mudanças ocorridas nesta comunidade.

As mulheres casadas gostariam de aprimorar sua aprendizagem, mas não são oferecidos cursos de capacitação ou qualificação profissional na comunidade.

A pesquisa revelou que do quadro total das entrevistadas 87% têm o ensino fundamental incompleto, 13% não são alfabetizadas e nenhumas das entrevistadas conc1uíram o ensino fundamental.

As mulheres do Barro-Alto estão no patamar de escolaridade da 5ª a 8ª séries, visto que anteriormente nesta comunidade o ensino fundamental era até a 4ª série e em virtude da ausência de outras séries as mulheres ficaram sem estudar por algum tempo. A esse respeito Ammann (1997, p.86) pontua que, para além da questão do analfabetismo, há que examinar se houve ganho da mulher no interior do sistema formal de educação. A desagregação por sexo remete à constatação de que em quase todos os países do continente reduziram-se as disparidades sociológicas de gênero, pois é notória a presença feminina em todos graus do sistema.

Estabelecendo a comparação entre a escolarização dos homens da comunidade com a das mulheres, os homens ficam num patamar menor.

Quanto à escolaridade dos homens, 60% não possuem nenhuma formação, 40% possuem ensino fundamental incompleto. Podemos observar no gráfico acima.

A pesquisa mostrou que a escolaridade na comunidade é o fator de maior vulnerabilidade social. Se, por um lado, as mulheres têm grau de escolaridade até o ensino fundamental incompleto, por outro, os homens estão na situação de analfabetismo. Torres (1997, p.08) considera que "o alto índice de pessoas que não concluíram o ensino fundamental decorre do fato de que a educação ainda se constitui num privilégio para alguns."

Quando observado o índice de analfabetismo dos homens conclui-se que as mulheres, mais do que os homens, mesmo que não tenha concluído o ensino fundamental, estão buscando (mesmo de forma limitada) 20 aprimoramento no que se 20 Mesmo que a comunidade disponha apenas do ensino fundamental, o comunitário tem expectativas que breve esse obstáculo venha a ser superado, ou seja, que nos próximos anos o ensino médio venha ser implantado na comunidade e que não necessite do deslocamento para a cidade para concluir seu estudo. Segundo Ammann (1997, p.86) "no Brasil, as novas gerações de mulheres com idade de 10 a 34 anos, apresentam taxas mais altas que as dos homens".

Na variável aprendizagem constatamos que as meninas sobressaem mais do que os meninos. Elas são mais atuantes na escola. A esse respeito Karam (2004, p.315) pontua que, "o que chama atenção é que, de modo geral, são as filhas dos agricultores, mais que os filhos, quê têm sido persistentes no que se refere à continuidade nos estudos regular. Na maior parte das

vezes, aquelas que têm idade superior a 15 anos estão concluindo ou já concluíram o ensino fundamental (até a 8° série)".

Algumas jovens ao completarem o ensino fundamental quando o paI tem condições, elas vão continuar os estudos na cidade. Na pesquisa constatamos que algumas das jovens da comunidade se mudaram para a cidade para continuar o estudos. Para Karam (2004, p.315) "essa situação é aprovada particularmente pelas mães, mais também pelo.s pais, que vêm na aquisição de anos de estudo possibilidade de obter outras colocações em termos de trabalho e renda".

A pesquisa revela que a preocupação que as mulheres têm é em concluir pelo menos a 8ª série. Na comunidade, como já foi pontuado, há escolarização até o ensino fundamental. Para que os jovens continuem seus estudos precisa haver o deslocamento deles para a cidade. Para as mulheres casadas, isto se toma extremamente difícil, por vários fatores entre os quais a situação socioeconômica que dificulta a sua estadia na cidade.

Os trabalhos da agricultura são essenciais para os moradores da comunidade, é de grande importância tanto para os que produzem, quanto para os que consumem.

As atividades agrícolas dos comunitários nos últimos anos vêm sofrendo algumas alterações. Por exemplo, os moradores não realizam algumas plantações. Um dos produtos que utilizavam como fonte de economia que atualmente raramente se percebe na comunidade é a banana. A banana era muito comercializada anteriormente, ultimamente é utilizada em pouquíssima escala para o consumo. Existem outras pequenas plantações para consumo como cupuaçu, mamão, laranja, lima entre outras.

As famílias da comunidade têm sua economia baseada na agricultura familiar cujo a principal fonte de renda é o cultivo da mandioca.

No que se refere ao principal produto das mulheres entrevistadas 87% trabalham na agricultura de mandioca, 130/0 possuem além da roça de mandioca a roça de pupunha.

Constata-se que a plantação da mandioca é a mais utilizada pelos moradores da comunidade. Rodrigues (2007, p.13) nos informa que no Brasil "a mandioca é cultivada em quase todo o território nacional, dado que constitui um alimento básico na dieta de milhões de pessoas principalmente nas regiões Norte e Nordeste, no Norte (36,4%) e Nordeste (24,6%)".

A produção de mandioca é a mais produzida pelos agricultores e sua predominância é mais acentuada no Norte. No Amazonas a mandioca está na cultura do trabalho amplamente, pois a farinha é utilizada pela população rural e urbana.

No que se refere o destino do produto 87% das mulheres afirmaram que o destino da farinha é para consumo/venda e das mulheres que produzam farinha e a pupunha 13% afirmaram que o produto é para consumo/venda, conforme ilustra a tabela acima.

A análise dos dão conta de que todas as entrevistada utilizam sua produção para consumo e venda. A esse respeito Carvalho (2006, p.150) pontua que os produtores "comercializam somente parcela dessa produção, destinando parte desse recurso também para o consumo do grupo." A venda do produto final é realizada para os marreteiros, na feira ou comercializam para os supermercados, dependendo de quem está comercializando. Os produtos não têm um preço fixo, por esse motivo, a renda familiar normalmente é baseada em até I salário mínimo, especialmente quando se trata das mulheres, que a dificuldade é ainda maior no momento da venda. O gráfico a seguir demonstra a renda individual das mulheres entrevistadas.

Quanto à renda individual das informantes constatou-se que 40% têm renda mensal menos de 1 salário mínimo e outras 40% afirmaram que sua renda é sua renda é de até 1 salário mínimo e 20% têm renda de 2 a 3 salário mínimo. É o que apresenta o gráfico.

No que se refere à renda familiar dos entrevistados, 60% afirmaram que a renda familiar é de 1 a 2 salário mínimo, 20% afirmam que sua renda é de 1 salário mínimo e outros 20% responderam que a renda é de 2 a 3 salário mínimo.

Em relação ao trabalho, mulheres e homens atuam no processo de produção. Entretanto, a média salarial dos homens é mais elevados do que das mulheres, "revelando a descriminação e a desvalorização da mão-de-obra feminina" Ramos (2003, p.135).

A comercialização dos produtos resultantes do trabalho das mulheres alcança em média entre um a menos de um salário mínimo. No que se refere ao valor dos produtos comercializados, Souza (2005, p.66), considera que

> estão sujeitos a variações de acordo com determinantes produto /consumo e venda, que sofrem influência tanto no mercado (tipo de negociação e variação de preço do produto) quanto do próprio processo produtivo.

Sendo assim, buscar-se-á compreender como é delineado esse processo no que tange às formas de cooperação entre os membros da comunidade. O Ajuri é modelo de ajuda mútua utilizada pelos comunitários. Esta ajuda se dá pela organização dos comunitários sendo que na maioria das vezes é organizado pelas mulheres por possuírem maior habilidade para organização. Esta ajuda se dá quando ocorre de algum morador ficar doente, sendo que este último é menos utilizado conforme pontua um dos entrevistados:

> a prática do ajuri era muito utiliza ao aqui quando organizado pelas pessoas mais antigas, especialmente pelas mulheres, eram as mulheres que organizavam. Neste tempo, acontecia também o mutirão, na verdade, os comunitários eram mais unidos acredito que era bem melhor porque uns ajudavam o outro. Agora o ajuri de ajuda aos doentes é menos utilizado somente em alguns casos que acontece, mas é difícil, quando acontece o ajuri é o dono do trabalho mesmo que organiza, o meio mais utilizado é a da troca de diárias de trabalho (AM.C entrevistado 2007).

O ajuri é dirigido pelo responsável do trabalho que é o homem ou mulher, ou às vezes somente um deles. Isto é mais utilizado no plantio da roça, na farinhada que são atividades que exigem maior número de pessoas.

Além da ajuda mútua as próprias famílias buscam realizar suas atividades com os seus membros (filhos, filhas e outros componentes do grupo familiar). Nesta farinhada a mão de obra feminina é muito solicitada, pela sua habilidade para descascar mandioca. A mulher é essencial neste processo como relata um entrevistado:

> As mulheres são muito esforçadas em seus trabalhos, digo isso porque minha esposa trabalha bastante e muitas mulheres aqui da nossa comunidade trabalham muito, às vezes tem alguns homens que não trabalham tanto quanto a mulher. (S.S.P entrevistado 2008).

Na fala do morador nota-se que o mesmo considera o trabalho da mulher importante na atividades da produção e sinaliza para o fato de algumas mulheres trabalham mais que alguns homens

É indubitável que a presença da mulher no processo de produção é indispensável, porém suas atividades não aparece como trabalho pois os homens são apontados pelas próprias mulheres

como o principal provedor, isto faz com que o seu oficio de trabalhadora continue na invisibilidade.

A venda dos produtos (farinha e/ou pupunha) é realizada no Porto da cidade de Coari para os marreteiros ou atravessador que conforme sinaliza Carvalho e Chaves (2006, p.143) são os

> agentes de comercialização que tem seu campo de atuação, em sua grande maioria das vezes, no porto da feira da sede do município, onde atuam juntos aos produtores diretos, abordando-os, assim que estes se aproximam com suas canoas a fim de desembarcar a produção.

Os produtos também podem ser vendidos na feira do produtor rural ou comércio, variando de produtor para produtor. A esse respeito Rodrigues (2007, p.37) pontua que

> esses produtores encontram dificuldades para comercializar suas mercadorias, em função da cadeia de intermediação que os separa do consumidor final, seja por estarem mais dispersas ou desorganizados, ou por não possuírem transportes adequados para comercialização.

Na observação constatamos que as dificuldades encontradas pelos produtores rurais são muitas. As agricultoras também estão relacionadas neste contexto, e também lidam com este conglomerado como os demais produtores. O deslocamento da difícil para as agricultoras, porque na percepção dos marreteiros pelo fato de ser mulher que está comercializando, ele se vê no direito de pagar um preço inferior ao do homem pelos produtos.

A longitude da sede é o fator de dificuldade para essas famílias. Por esse motivo buscou-se saber dos órgãos competentes até que ponto o poder público está contribuindo para o melhor acesso desses agricultores, para a venda de seus produtos. O representante da Secretaria de Agricultura e Infra-estrutura Rural nos apontou a seguinte forma:

> [...] ultimamente estamos dando apoio aos agricultores [...] dando transporte para comunidades mais distante do município. Assim, os produtores vêm vender seu produto. O transporte serve para buscá-los e levá-los de volta para a comunidade, as beneficiadas são as que ficam na abrangência das áreas do Rio Piorini /Codajás mirim; e Rio Copeá (L.M entrevistado 2008).

Constata-se com nesta fala que o poder público tem consciência que os agricultores têm dificuldade para a escoação de seus produtos, porém, não as ações que esta secretaria desenvolve não abrange todas as comunidades distantes da cidade, pois nas áreas descrita pelo Secretario não está inclusa a área do alto Solimões onde está localizada grande parte das comunidades rurais especialmente a comunidade em estudo.

Dentre as mulheres entrevistadas que afirmam desenvolver trabalho de criação de animais domésticos 27% criam pato, galinha, 53% criam apenas galinha, 13% criam porco e galinha e 7% afirmaram criam porco. Como mostra tabela.

No espaço do quintal as mulheres realizam suas pequenas criações. Porém nem sempre podem ter o cuidado necessário com as criações, então a solução como elas definem é "criar de meio", essa estratégia segundo Carvalho (2006, p. 176), é

> uma prática comum, sobretudo, entre aqueles grupos que possuem vinculo familiares. Onde um determinado grupo doméstico adquire um animal, mas, não

> possuindo tempo para dispensar-lhes os cuidados necessários, repassam esse trabalho a outro grupo dividindo entre esse o produto derivado da produção [...] segundo o acordo firmado entre as parte.

No se refere ao destino da produção 80% das mulheres utilizam a criação apenas para consumo e 20% das mulheres utilizam as pequenas criações para consumo/venda.

Esta análise nos permite afirmar que as pequenas criações destinam-se basicamente ao consumo, é perceptível que a criação mais freqüente são as galinhas, porém, alguns animais como onça, gato maracujá, caiçara e outros que ficam próximos das casas devoram essas criações. A galinha é uma preza fácil para esses animais e isto implica na perda de motivação para que continuem suas criações. Contudo, constata-se que as mesmas ainda buscam incentivos para continuarem as criações, porque em época de falta de peixe as criações servem para que se alimentem. A esse respeito Carvalho (2006, p.156) pontuam que

> Assim sendo, em tempo relativamente abundante, ou quando conseguem uma renda extra alguns grupos domésticos buscam adquirir uma galinha, um porco, entre outros. Dentre os motivos para este investimento tem-se; 1. prover' o consumo do grupo, sobretudo, quando outras fontes de alimentos se tomam escassas; 2. guardam para uma ocasião de festa - engordam para os festejos (festa de fim de ano, entre outros); quando, diante de alguma emergência/necessidade este tem como se desfazer de algum "bem".

Existem outros fatores que contribuem para economia dos moradores. Além de exercerem sua atividade na agricultura têm aqueles que são assalariados. Nos últimos anos vários moradores estão tendo a oportunidade de obter uma renda a mais, são os funcionários municipais, que atualmente exercem alguns cargos dentro da própria comunidade, como serviços gerais; merendeiras; catraieiros[21], guias[22] e também alguns da comunidade que alugam o barco para transporte das crianças; agente comunitário de saúde e administradora rural que também é assalariados.

Com isso não significa que essas pessoas deixaram de continuar com sua produção, porque o emprego pela prefeitura é utilizado como complementar a economia agrícola, pois a renda mensal é de 1 salário mínimo, porém é de grande utilidade porque complementa na compra de alimento, ou "rancho"[23] denominação utilizada pelos moradores.

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. MULHER: Trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. In: Revista Serviço Social e Sociedade São n55.

CARVALHO, Célia Oliveira de. As forças de organização das práticas produtivas a partir das determinações do ritmo da natureza e do mercado pelas populações ribeirinhas do município de Coari- AM, dissertação de pós-graduação em sociedade e cultura na Amazonas, Manaus 2006.

GAWORA, Dieter. Urucu impacto sociais, ecológicos e econômico do projeto de petróleo e gás "Urucu" no Estado do Amazonas. Manaus: Ed. Valer, 2003

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidade. Universidade Federal de Santa Catarrna. Estudos Feministas, Florianópolis, Janeiro e Abril /2004.

RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. A representa ão do papel social da mulher. No contexto da violência conjugal na cidade de Manaus, 2 03.

RIBEIRO, Rosa Maria et am. Família brasileira a base de tudo. Estrutura familiar, trabalho e renda. Cortez 73 edição 2005.

SOUZA, Janaina Silva de. Educação e Desenvolvimento Social na Comunidade de Vila Lira em Coari/ Am. Trabalho de conclusão de curso, Manaus 2005.

SOUSA, Maria do Socorro Bezerra de. Assimetrias de gênero no grupo moto honda da Ama7ônia. Trabalho de Conclusão de Curso- Manaus-AM. 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. As Novas Amazonidas. Manaus editora da Universidade do Amazonas 1995.

WAGLEY, Carles. Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Traduçi'o de Clotilde da Silva Costa.3. ed. Belo Horizonte: ltatiaia; São Paulo: editora. da Universidade de São Paulo, 1998(Coleção Recordista: do Brasi1.2. série; v. 136).

RODRIGUES, Carla Thais Lima Araújo. Os fatores que limitam a expansão da produção de derivados de mandioca no Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso. Manaus 2007.

A FORMAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE SAHU-APÉ EM IRANDUBA/AM

Solange Pereira do Nascimento[1]

Irraildes Caldas Torres[2]

[1]Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM

E-mail: soliamnisnascimento@yahoo.com.br

[2]Doutora em Ciências Sociais /PUC-SP.

E-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

GT04- Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

O estudo das relações de parentesco dentro da antropologia ocupa um lugar proeminente. Tradicionalmente o parentesco assumiu a condição de marca registrada da etnologia. Ninguém nega a grande importância que essa temática tem nas sociedades em pequena escala, o mesmo não se aplica aos estudos de sociedades em larga escala.

O sistema de parentesco nas sociedades de pequena escala está intrinsecamente ligado às relações econômicas, religiosas e políticas. De certo modo se pode dizer que o parentesco representa para essas sociedades o denominador comum de todas as relações sociais desenvolvidas em seu meio.

A nossa preocupação foi a de localizar e descrever de forma detalhada a origem da Comunidade Sahu-apé, neste momento, a nossa atenção se volta para a formação dessa comunidade a partir de uma família extensa que por questões culturais tem descendência patrilinear (agnática) enquanto linhagem. Ou seja, para os Sateré-Mawé os filhos pertencem aos pais (masculino), se for filho de pai indígena e pertence à mãe se o marido for branco. Levando em consideração os estudos de classificação de Tornay (a*pud* MELLO 2009), esta comunidade é organizada politicamente a partir de um referencial feminino (matriarcal) porque se refere diretamente ao exercício de poder, que neste caso em particular emana de uma mulher, a tuxaua Baku. Para o autor acima referido isto ocorre porque,

> Opunham-se sociedades matriarcais a patriarcais, ao mesmo tempo que se procurava apurar qual tipo teria precedido o outro no desenvolvimento da humanidade. Estas idéias enraizaram-se profundamente no espírito dos etnólogos e do público, e ainda hoje as pessoas se surpreendem quando se lhes diz que o matriarcado não existe. É necessário, todavia, reconhecer que os homens têm uma tendência – deplorável, talvez, mas comprovada em toda

> parte – para exercer o poder e o controle social mesmo no seio das sociedades matrilineares. (TORNAY *apud* MELLO 2009, p. 317).

Apesar de os homens terem uma tendência deplorável no sentido de exercerem o poder em todas as instâncias, na comunidade Sahu-apé os papéis são bem definidos no que se refere à descendência (linhagem patrilinear) e ao exercício do poder (matriarcado). O marido da tuxaua Baku, por exemplo, tem plena consciência de que o poder dentro de sua comunidade emana de sua esposa. É ela quem decide questões de ordem privada (filhos) e também político-social. Ele nos disse de maneira muito tranqüila que o comando da comunidade é da tuxaua Baku, ao mesmo tempo em que nos informou qual é o seu papel neste grupo social. Vejamos:

> Olhe. Outro dia dona Baku estava danada. Fico com pena dela. Quando ela está assim me manda logo ir embora, só que eu não vou. Depois de tanto tempo[...] Mas isso é quando ela está estressada. Eu sei que é muita perturbação na cabeça dela. Não é fácil comandar isso aqui. É problema demais. Aí eu saio e depois volto e fica tudo bem. Eu gosto mesmo é de sair por aí, pescar, fazer as coisas que ela me manda. Bem, aqui nós temos um carro e é somente eu que dirijo, mas, quando o carro quebra a dona Baku coloca a culpa em mim. Mas eu só pego para fazer os mandados dela. Eu não mando em nada (Sr. Aceí, entrevista/2009).

Atentemos para o fato de que o senhor Aceí tem plena consciência de não exercer nenhuma posição de comando dentro da comunidade, mas ser um membro dela com suas atividades inerentes. Pelo de saber dirigir é o motorista oficial da comunidade, o executor de mandados da tuxaua, vigilante durante a noite juntamente com o seu filho Wawori e ainda o cantor oficial durante os rituais festivos da tucandeira. Estas são atividades que ele desenvolve com prazer pelo que nos disse.

De fato Aceí é uma pessoa introspectiva, quieto, calado. Não tem características de líder, não gosta de muita conversa. É um senhor de 60 anos cheio de energia e sempre muito disposto fisicamente. Apesar de sabermos que em todas as relações conjugais os conflitos ainda que silenciados são inevitáveis, um fato que nos surpreendeu é o nível de cumplicidade que um tem para com o outro. Tratam-se carinhosamente também de ‘meu bem’ e ele faz sempre questão de ajudar em tudo a dona Baku, como ele se refere a ela, para não confundir a relação conjugal com o papel de chefe exercido pela esposa.

O marido da tuxaua escolheu para si um estilo de vida que não se adéqua ao ritmo que a comunidade teve que escolher para sobreviver. A vida dele ainda é fortemente marcada por aquele tempo em que viviam um pouco mais longe da sociedade não – indígena, ou quem sabe seus 25 anos de trabalho na construção civil longe de casa, tenha tirado essa

característica de presença familiar. Ele não se envolve diretamente nas atividades e só faz exatamente o que é solicitado pela tuxaua em relação aos mandados fora da comunidade. Conhecer um pouco mais do Senhor Benedito nos fez entender melhor a estrutura social sobre a qual está organizada a comunidade Sahu-apé.

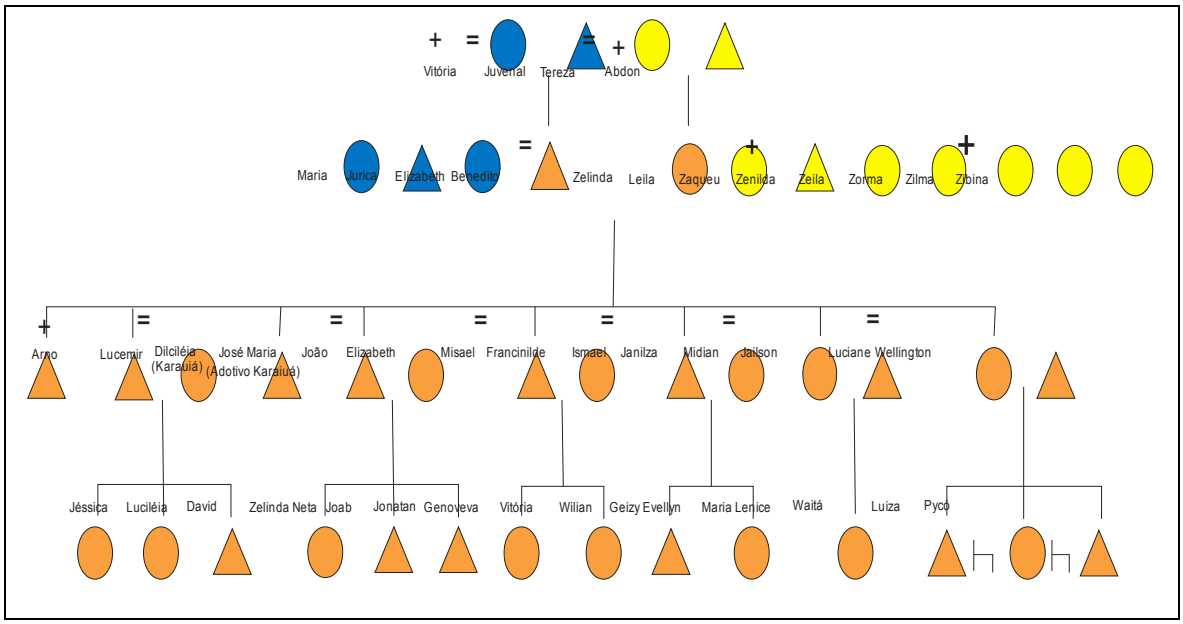
Os Sateré-Mawé descendem de clãs patrilineares ou patriclã se assim quisermos nos referir. Todavia, a formação social do Sahu-apé está organizada de outra maneira que ainda não é muito comum no meio indígena. Sem sombra de dúvida, podemos nos referir a essa comunidade como sendo um matriclã, pelo fato de termos como líder uma mulher. Ela nos disse em entrevista que já se sente um pouco cansada de suas funções, porém, nunca poderá deixar de exercê-las já que é uma Tuxaua e que um tuxaua não se aposenta. Todavia, pelas suas limitações humanas, quem a sucederá como líder política será sua filha mais velha (Midian) e enquanto Pajé, seu filho mais novo (Sahu). Eles já vêm sendo preparados há um bom tempo, e, na sua ausência são os responsáveis diretos pela Comunidade. Vejamos mais detalhes em uma de suas falas:

> Para a comunidade e para essa região do entorno sou eu que atendo. Já para as pessoas que vêm de Manaus é o Sahu. Ele já sabe tudo. Ele explica direitinho, ele já nasceu com esse dom, porém ainda tem medo quando é coisa ruim ou doença mais grave. Eu já conversei com ele, já orientei e disse que os espíritos ajudam, porém se ele tiver medo eles não poderão ajudá-lo, porque os espíritos não gostam de gente covarde. Aí já de tanto eu falar ele começou a aceitar. O medo que ele tem é porque quando é uma doença grave, o espírito desce e se move dentro do corpo da gente. Por exemplo, eu estou conversando aqui com a senhora e tem momentos e tem palavras que eu não sei falar, então os espíritos vêm e falam através de mim, então dessa forma eles nos ensinam. Já como tuxaua é a Midian que vai responder. Já fizemos reunião e ela foi aceita. Todos já sabem que quando eu saio é ela que resolve tudo. Mas, tanto o Sahu como a Midian só vão assumir mesmo quando eu morrer (Tuxaua Baku, entrevista/2009).

Para Uggé (1993) a tradição, as normas e o parentesco são bem definidos. O indivíduo pertence ao clã da própria família. Cada grupo recebe um nome relacionado a animais ou vegetais como gavião, cutia, cobra, guaraná, açaí e outros. Por tradição, ao nascer, o índio pertence ao clã do pai, podendo casar somente com pessoa de diferente clã. Existem indivíduos e famílias que, apesar de viverem há muito tempo em área indígena, falarem a língua indígena e possuírem padrões culturais de várias gerações, não são considerados autênticos Sateré-Mawé. Como exemplo, temos os descendentes de famílias nordestinas, seringueiros e foragidos do nordeste do Brasil. Vale ressaltar também, o chamado *cian* – filho de índio com não-índio – assim como os descendentes de índios de outras tribos que ficaram

na área dos Sateré-Mawé. As normas e padrões, regulamentados pela tradição, são definidos pelo comportamento e sistema de vida doméstica e tribal. O Tuxaua e o Pajé são as autoridades que garantem a estrutura tribal – as narrações orais, ritos e mitos – e o bom funcionamento social em seus componentes físico, religioso e psíquico.

O quadro 1 mostra a tipologia de parentesco do clã. Em seguida procuramos analisar a formação de cada família, a partir das uniões matrimoniais, que diz respeito às relações de afinidade. Na prática é esse clã que vai dar continuidade às relações de sangue. Homens e mulheres estabelecem aliança conjugal tanto dentro do mundo indígena com pessoas da mesma etnia ou de etnias diferentes (parentes), como também com indivíduos da sociedade branca (*karaiwa)* dando origem assim a novas formas de organização de parentesco. De acordo com Alvarez (2006) são poucas as pesquisas que analisam a formação social dessa etnia. Segundo o autor, muitos etnólogos como Curt Nimuendaju e Nunes Pereira chegaram a relatar sobre essas alianças mais não tinham estudo suficiente para aprofundar o assunto. Outros pesquisadores já fizeram vários registros sobre diversas situações que compõem a vida desses povos, porém, não tiveram um interesse específico sobre as relações de parentesco, pelo fato de disporem de ferramentas necessárias ao estudo e em outros momentos pelo grau de complexidade da pesquisa. A análise que faremos terá como pressuposto de discussão os estudos de Alvarez sobre o parentesco da Etnia Sateré-Mawé.



Quadro 1 - Tipologia de Parentesco da Família Freitas construído pela pesquisadora/2008

Existem muitas formas de classificar[1] os casamentos e as formas como essas regras são estabelecidas. Entre os Sateré-Mawé há um costume ancestral de casar-se com seus próprios parentes (casamento endogâmico), mas de aldeias distintas para evitar o incesto e outros problemas de consangüinidade. No entanto, em face do contato mais aproximado com o mundo urbano está se tornando comum a prática de casamento com pessoas de outras etnias conforme podemos perceber no quadro 1 referente à família de Zelinda da Silva Freitas.

Wagley e Galvão (1946) criaram um primeiro modelo de parentesco tupi a partir de dados coletados com os Tapirape, Tenetehara e Cayua. Segundo os autores o modelo Tupi é de descendência bilateral, terminologia bifurcada na primeira geração ascendente e descendente de Ego. Afirmam a ausência de descendência unilinear.

Para MacDonald (1995) o sistema Tupi-Guarani estaria caracterizado pela terminologia de parentesco do tipo fusão bifurcada na primeira geração ascendente e pelo tipo Iroquês na geração de Ego. Para ele é de descendência bilateral em que ambas as linhas de descendência, paterna e materna eram reconhecidas por ego, entretanto reconhece uma forte dependência para do lado paterno, por exemplo, no caso dos Mawés, com residência patrilocal e família extensa patrilateral. Esse autor, porém, não leva em conta o sistema de atitudes e a importância dos *siblings* como elemento de organização social. Entre os Tupi o grupo de *siblings* costuma diferenciar entre o irmão mais velho e o irmão mais novo. O trabalho de MacDonald é meramente classificatório, afirma Laraia (1972).

Fausto (1995) na sua análise sobre o sistema de Parentesco Parakanã conclui que o sistema tupi resulta da articulação de duas estruturas terminológico-matrimoniais. Por um lado uma terminologia dradiviana horizontal e por outro lado uma avuncular oblíqua. O primeiro modelo separa/categoriza o grupo em consaguíneos e afins. O segundo resulta da interferência entre a norma avuncular e a dradiviana. Tanto a prima cruzada, como as filhas da irmã (DS) são uma espécie de esposa em potencial e os tios maternos poderiam ser classificados como sogros potenciais e/ou cunhados. As considerações acerca do sistema de parentesco dos Sateré-Mawé realizado por Alvarez (2006) é inspirada na tradição americana em consonância com o modelo antigo formulado para os Tupi, onde apresenta fusão bifurcada na geração ascendente.

Esse modelo de organização de parentesco foi formulado para os Tupi tendo como referência o modelo americano, é bem antigo e pelo que observamos na estrutura de

[1] Há certa polêmica estabelecida em torno dos sistemas de parentesco Tupi e a presença ou não de grupos de descendência unilineares Vejamos a distinção de classificação em (WAGLEY e GALVÃO 1946; MacDonald, 1965; Laraia, 1986; Fausto, 1995 In Alvarez Gabriel O. Pós-Dradiviano: Parentesco e rituais de afinabilidade entre os Sateré-Mawé. Série Antropologia. UnB. Brasília: 2006.

parentesco do Sahu-apé e apresentamos no quadro 1 este tipo de estrutura não condiz com a realidade deste grupo Sateré-Mawé urbano.

A pesquisa de doutorado de Cristiane Lasmar (2005) apresenta alguns motivos e estratégias político-sociais que incidem diretamente sobre as atuais uniões indígenas, modificando quase que radicalmente a sua forma de organização primitiva, principalmente quando os casamentos são realizados a partir de matrizes culturais diferenciadas como é o caso da mulher indígena com o homem branco ou vice versa. Segundo essa autora,

> Pode-se atribuir ao casamento com branco um papel importante no processo de transformação do modo de vida de uma mulher e de seus parentes, uma vez que ele cria um contexto singular para a realização de novos roteiros e para a produção de um corpo diferenciado. Do ponto de vista da estrutura da aliança, esse casamento pode ser visto como um casamento distante, que atende à necessidade de ampliar a rede de afinidade de uma família para fazer frente às demandas de um novo tempo. Ter uma filha casada com um branco garante acesso facilitado ao mundo da cidade, do hospital, da escola e das mercadorias. [...]. A própria opção por um marido branco já é sinal de um estilo de vida alterado (LASMAR, 2005, p. 197).

A comunidade da tuxaua Baku é o *locus* privilegiado para entendermos as novas relações principalmente de caráter matrimonial que foram se fazendo ao longo desses quase 40 anos quando ela e suas irmãs saíram da TI para Manaus.

O quadro 1 mostra que as figuras em amarelo representam a descendência clânica por parte de pai. Da união entre Juvenal e Vitória nasceram duas filhas mulheres e dois homens, dentre os quais Benedito, esposo de Baku que pertence ao clã Sateré. As figuras na cor laranja representam a descendência da Tuxaua Baku que pertence ao clã do Gavião por parte de pai e ao clã Sateré por parte de mãe. Dessa união, nasceram oito filhos sendo sete mulheres e apenas um homem que veio a óbito ainda quando criança.

A descendência da Tuxaua Baku está representada no quadro 1 na cor laranja. A família do casal é composta por seis homens e duas mulheres. Seguindo da esquerda para a direita do quadro de tipologia, o primeiro filho representado é o Arno que veio a óbito ainda quando era criança, o segundo filho é o Lucemir que casou-se com uma moça branca da cidade de Manaus, tiveram três filhos (duas mulheres e um homem) e que por motivos não relatados nesta pesquisa, vieram a se separar, ficando os filhos sob a responsabilidade da mãe. O terceiro filho é o José Maria, filho de pais não indígenas e que foi adotado pela tuxaua quando ainda era um bebê. O José Maria não convive com seus pais adotivos há muito tempo, mas, mantém contato com a tuxaua pelo telefone.

O João, quarto filho do casal, casou-se com Elizabeth que segundo o RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Índio) expedido pela FUNAI, a descendência de pai não

ficou registrada sendo, pois, considerada Sateré-Mawé por parte de mãe. Dessa união nasceram três filhos: uma menina e dois meninos. O quinto filho é Misael que casou-se com Francinilde. Apesar do RANI declarar que ela é Sateré-Mawé tanto por parte de pai quanto de mãe, ela mesma afirma que é Tukano e que sua mãe veio do Alto Rio Negro (da região do Triângulo Tukano) para servir como empregada doméstica em casa de família na cidade de Manaus. De fato sua característica física se aproxima muito dos povos que habitam as regiões de Pari-Cachoeira, Yauareté e Taracuá. Desta união nasceram duas meninas.

O sexto filho e também o caçula dentre os homens é o Ismael. Este casou-se com Janilza que é paraense da cidade de Óbidos de origem e de descendência quilombola, porém considerada pelo RANI como sendo Sateré-Mawé. Dessa união tiveram um casal de filhos.

Este caso da Janilza não é único na família da tuxaua Baku. As histórias de casamentos com pessoas não indígenas são marcadas fortemente por 'conflitos' amorosos de característica ocidental. A Midian, filha mais velha da Tuxaua e que já se prepara para substituí-la na função casou-se com Jailson que é irmão de Janilza. O Jailson, assim como sua irmã é de origem negra e ambos vieram do Estado do Pará para Manaus. No período da pesquisa Midian estava de resguardo do parto de seu segundo filho e não pode nos conceder entrevista para falar como foi que se conheceram. Segundo Janilza foi ela própria foi a responsável em aproximar seu irmão da comunidade, onde conheceu a Midian e se casaram.

A última união matrimonial é de Luciane (Pian Hin), a qual vem de uma relação de três casamentos curtos e que geraram filhos de pais diferentes. O primeiro casamento ocorreu quando ela era praticamente uma menina com Joelson Araújo Albuquerque Sobrinho (etnia Mura). Desta relação nasceu o Waitá. Segundo a tuxaua Baku ele era um homem muito bom, mas muito ausente. Gostava muito de pescar. Era um excelente pescador, disse ela. Os dois discutiam muito tendo a Baku que intervir várias vezes para acalmar os ânimos. De acordo com o que nos relatou, ela e seu marido, sofreram muito vendo o sofrimento da filha pelo desgaste da relação. Finalmente um dia ele foi embora e nunca mais voltou. Apareceu depois de um longo tempo, mas não reivindicou seu lugar de marido, posto que Luciane havia contraído um segundo casamento com o Isaque de Souza Ferreira (etnia Mura) do qual nasceu sua filha Himbá. A relação não chegou a durar nem quinze dias, conforme informou sua mãe. Por fim, encontra-se no terceiro casamento com o Hellington de Souza Nogueira (não-índio).

A história desse casamento é feita de preconceito por parte da família de Hellington em relação à condição de Luciane ser indígena. Ouçamos o que a Baku nos disse dessa pretensa história de amor que começou quando os dois ainda eram adolescentes:

> Quando eles se conheceram ele tinha quatorze anos e ela tinha dez. Ela tinha sido convidada por uma moça da vila para ser dama de honra na sua festa de casamento. Foi aí que os dois se conheceram. Os dois começaram a brincar juntos, mais o pai dele não queria porque ela era indígena. Mas, assim mesmo os dois começaram a ter aquele namoro de criança. Quando foi uma noite, o pai dele chegou na minha casa com um cinturão, um terçado e uma corda para bater nele, porque ele não queria de modo algum que os dois, namorassem. Ele chegou para mim e disse que cada um tinha que procurar o seu nível e que minha filha não servia para o filho dele. Diante do ocorrido, eu chamei os dois esclareci a situação e os dois acabaram. Passou o tempo e ela conheceu Joelson. Ela casou-se com este por birra, porque o pai do Hellington tinha falado que ela não tinha nível para casar com o filho dele. Só que este casamento não foi feliz, de um lado sofria o Hellington que bebia o tempo todo, chorava pelos cantos e fumava muito e do outro ela que não era feliz com o marido e os dois brigavam muito. Só sei que ainda quando estava grávida, resolveu se separar do Joelson. Só que nós sempre fomos amigo dele e tentávamos ajudá-lo de todo jeito. O tempo foi passando e ela arranjou outro marido[2]. Eu a chamei, conversei, orientei, mas não teve jeito. Só passaram 15 dias casados. Só que ficou grávida novamente. Se separaram e depois a história com o Hellington recomeçou até que hoje meio a trancos e barrancos porque de vez em quando os dois brigam pra valer, estão levando a vida cuidando do filho deles (Tuxaua Baku, entrevista/2009).

Para Lasmar (2005, p. 199) Do ponto de vista do pai da moça, o casamento com um homem branco traz algumas vantagens. Por conta da confortável situação que o marido lhe proporciona, a filha pode presenteá-los com bens duráveis, mercadorias, remédios. É bem verdade que esses benefícios estendem-se a uma vasta gama de parentes, inclusive aos irmãos, mas nem por isso estes deixam de se sentir lesados pelo casamento da irmã. Em geral, o genro branco costuma ser apoiado pela sogra, que alega que os homens indígenas bebem muito e não podem dar conforto material à mulher e aos filhos. Ancoradas na opinião da mãe, que quase sempre traz o consentimento do pai a reboque, as jovens depositam nesse tipo de casamento suas expectativas de futuro.

Na comunidade Sahu-apé este tipo de desconforto entre os cunhados é inexistente, pois como revela essa autora, cabe à sogra este acolhimento e direcionamento da presença do genro branco na casa. Neste caso específico, a sogra é mãe das filhas e também a tuxaua, ou seja, aquela que tem o papel de conciliar as tensões internas da comunidade. Os laços de união entre eles são necessários à sua própria estrutura física e psicológica, importante para a sua sobrevivência e organização tribal.

A presença indígena não é bem-vinda na cidade, por isso, eles criaram várias estratégias para bem-viver com seus vizinhos. Como seus filhos foram discriminados também no campo de futebol, a tuxaua Baku desfez o terreno que servia para o plantio de mandioca porque era totalmente impróprio. Para esse tipo de cultivo é necessário um amplo espaço e

[2] O segundo Marido é Isaque de Souza Ferreira.

manejo da terra para evitar o desgaste do solo, por isso fez um campo de futebol para a sua comunidade sem fechar as portas para seus vizinhos. Durante a pesquisa e outras visitas à comunidade, pudemos observar esta interação entre eles e as pessoas da vila, porém, esta relação é muito frágil. Sobre esta discriminação, Bernal (2009, p. 211) assinala que,

> Em torno da situação escolar, tece-se uma dinâmica de caráter social mais ampla, percebida pelos índios como um dos obstáculos maiores à sua integração social e que corresponde ao preconceito branco segundo o qual ' o índio é um bruto', 'ele não é assíduo aos estudos', 'ele é preguiçoso', 'inútil', 'amigo do jogo' etc. Essa maneira de pensar não é outra coisa que uma nova forma de racismo sem nenhuma base histórica. 'O índio é um burro', 'o índio é feio; os brancos são bonitos', 'o índio é violento', 'o índio é guerreiro', todas essas expressões não têm nada a ver com a performance social em termos de 'raça'.

Segundo o autor, até mesmo entre os indígenas, as manifestações concretas de alusão ao sangue e à raça como 'o índio se transmite pelo sangue', nossa raça não desaparece', fazem parte de uma lógica comum que considera os grupos étnicos como entidades quase naturais. Isto tem a ver com os laços de sangue e de parentela, transmitidos pelas características somáticas. Trata-se de uma antiga noção de raça que é parte de uma representação ideológica, colonial do séc. XIX e que tende a desaparecer porque gera preconceitos diante das diferenças étnicas.

Quanto a esta problemática pelas quais a Comunidade Sahu-apé vem passando, a FUNAI já foi informada pela tuxaua Baku e já esteve no local para averiguar a real situação. Isto resultou em um acordo formal que gerou um relatório encaminhado através do Memorando Nº 114/SFU/AER/2008 com propostas bem definidas a respeito da vida desse grupo que vive em constante conflito com a vizinhança não-índígena.

Os problemas sociais da comunidade Sahu-apé são bem variados: Moradia (espaço reduzido), Escola (ausência de professores capacitados e infra-estrutura); Saúde (obesidade – principalmente em relação os homens). Para evitar o avanço do abuso por parte dos moradores mais próximos, principalmente os que estão localizados à esquerda da entrada da comunidade, a FUNAI afixou no local uma placa de área protegida. Até o final desta pesquisa não obtivemos informações de como se encontra o processo na Procuradoria da FUNAI.

Em relação às vivências preconceituosas e intolerância para com o outro, pode-se dizer a partir de Bernal (2009, p. 170), que "esse preconceito, nas suas múltiplas manifestações, marca de um cunho especial o processo possível de 'reconformação' da identidade". São poucas as relações de vizinhança. O interesse dos moradores do Sahu-apé se concentra no atendimento aos clientes-turistas que chegam dos hotéis de selva. Outras participações sociais dizem respeito ao atendimento que a tuxaua Baku faz a alguém que

venha em busca de socorro. Isso, muitas vezes ocorre, quando alguém é picado por cobra ou mesmo no atendimento de alguma parturiente. De uma forma ou de outra, os indígenas também estabelecem relações com outras pessoas da vila pelo processo de compra e venda de produtos, através dos comércios estabelecidos em torno da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gabriel O. **Sateré-Mawé: Do movimento social à política local**. Série Antropologia (366).UNB. Brasília: 2004

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2008.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. EDUA:FSDB. Manaus, 2009

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. SP: UNESP:ISA; RJ: NUTI, 2005

LORENZ, S. da S. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992

MAUÉS. Maria Angélica Motta. '**Trabalhadeiras' e 'Camarados': relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: UFPA, 1993

MONAGAS, Ângela Célia Sacchi. **União, luta , liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela UFPE.

PEREIRA, Nunes. **Os índios maués**. Rio de Janeiro: editora Valer e Governo do Estado Amazonas, 2003

SEGATO, Rita Laura. **Uma Agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil**. Série Antropologia (326). UNB. Brasília: 2003

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005
UGGÈ, Enrique. **Mitologia Sateré-Mawé**. *Ecuador: Abya-Yala*, 1991

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO RURAL[1]

Vera Terezinha carvalho da Silva[2]

Cleudia Ribeiro Camargo[3]

[2]Pedagoga da EMATER-RS/ASCAR. E-mail: vcarvalho@emater.tche.br

[3]Presidente da Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul.

E-mail: cmr.camargo@yahoo.com.br

GT04- Família, gênero e geração

PERFIL DAS MULHERES ENVOLVIDAS NO PROCESSO

O município é composto, na maior parte, por descendentes de portugueses e espanhóis, mas também possui uma parcela de descendentes africanos, alemães, italianos, sírio-libaneses e asiáticos (japoneses).

Predominam as tradições e hábitos gaúchos, herdados da formação açoriana e espanhola. Somaram-se a estas, tradições e hábitos da cultura alemã e italiana, o que ocorreu devido às colônias aqui instaladas no final do século passado. Há também alguns hábitos e costumes oriundos da presença do negro no município.

Antigamente, as mulheres tinham o papel de cozinheiras das fazendas ou de esposas dos fazendeiros, e cuidavam exclusivamente dos afazeres domésticos.

O novo cenário, que se faz presente, fez com que as comunidades resistissem a estas mudanças, principalmente no que tange ao envolvimento das mulheres como fator determinante para uma discussão de desenvolvimento local.

---

[1] Esta experiência foi premida na **II Edição da Coletânea sobre Estudos Rurais** – Margarida Alves em 2007, porém pela categoria, na qual foi enquadrada, não previa a participação de estudantes e profissionais. Sendo assim, somente constou o nome da agricultora na publicação.

[2] Extensionista Rural da **EMATER-RS/ASCAR** desde de 1990, nos municípios de Paraíso do Sul, Cachoeira do Sul e Passo do Sobrado. Desde 2005 passou a Assistente Técnica Estadual na Gerência Técnica Estadual, Escritório Central da EMATER-RS/ASCAR.

[3] Agricultora, representante das mulheres rurais, no STR.

Inserida numa sociedade, onde o modelo deste segmento social é submetido à subordinação, de início levava as mulheres a desacreditarem do seu poder de interferência no intuito de modificar a situação a qual vivenciavam.

Até o surgimento da Associação das Trabalhadoras Rurais, a participação da mulher era inexistente, sendo que a representação do espaço rural era considerado específico do sexo masculino. Tal situação vem passo a passo se modificando desde então. Hoje já há uma pequena, mas efetiva representatividade da mulher rural nos segmentos sociais e comunitários do município.

O meio rural possui pouca ou nenhuma estrutura comunitária. Quase inexistem postos de saúde e pavilhões de esporte e lazer. As escolas rurais foram todas nuclearizadas, afastando-as ainda mais das famílias rurais, pois o município tem uma extensão territorial muito grande.

Os filhos das famílias rurais, na maioria das vezes, são estimulados a irem embora para cidade objetivando a continuidade dos estudos, ou muitas vezes em busca de oportunidade de trabalho.

Os jovens que possuem condições econômicas e vão em busca desses objetivos, chegam aos centros urbanos para estudar e não mais retornam, em sua maioria.

Quanto às mulheres rurais, o nível de escolaridade geralmente é baixo, ou seja, muitas não chegaram a completar o ensino fundamental.

O novo contexto social ainda não contemplou a mulher quanto às definições do seu papel no meio rural.

As decisões para as políticas públicas e demais decisões municipais relacionadas ao meio rural, são tomadas predominantemente por lideranças urbanas, o que leva o meio rural a sentir-se subordinado àquelas lideranças, gerando um descrédito quanto ao atendimento de suas reivindicações possam ser atendidas.

Tal situação é agravada ainda pela distância física que as comunidades rurais têm em relação aos poderes determinantes (urbanos).

Certamente esta forma de poder arcaica, desgastada de não aceitar o envolvimento e a participação ativa da mulher como parceira para o desenvolvimento das comunidades rurais, vem acarretando prejuízos no processo.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O início se deu no ano de 1998 quando a agricultora Cleudia Ribeiro Camargo, solicitou o trabalho da Extensão Rural da EMATER/RS-ASCAR, para atuar junto à comunidade na qual reside, localidade denominada de Sanga Funda (Bosque).

Num primeiro momento, reuniram-se 5 (cinco) mulheres trabalhadoras rurais, as quais discutiram com os profissionais: Gênero, cidadania e desenvolvimento rural.

Posteriormente, mulheres da comunidade das localidades Guajuvira e Dorasnal, também solicitaram semelhante trabalho.

Assim aos poucos este trabalho foi se expandindo a ponto de ser fundada a **Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais**, envolvendo inicialmente 150 (cento e cinqüenta) mulheres de 6 comunidades rurais.

A medida que este trabalho foi avançando, começou a chamar a atenção de outros segmentos da sociedade despertando interesse em conhecê-lo.

O passo seguinte foi formar uma equipe composta por profissionais do JUS mulher, Liga Feminina de Combate ao Câncer, EMATER/RS-ASCAR, STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Secretaria Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores, contando ainda com a participação de profissionais como: advogados, assistentes sociais, enfermeiras, pedagogas, psicólogos, médicos do PSFs (Programa de Saúde da Família), além de outros.

O fortalecimento deste trabalho aos poucos foi trazendo seus primeiros resultados. Entre eles podemos citar a ampliação da participação da mulher nas associações comunitárias e conselhos, além do número expressivo de mulheres que passaram a envolver-se.

Hoje, este trabalho conta com a participação de 27 comunidades e mais de 1.000 (mil) mulheres rurais envolvidas. As mulheres participam através de grupos organizados em suas comunidades.

A metodologia de trabalho se dá através da realização de reuniões mensais nas comunidades do meio rural, sendo que cada grupo tem uma liderança. Todo início de ano realizam um planejamento de atividades para ser executado nas comunidades, buscando para isso o apoio da Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais, que busca as parcerias necessárias para desenvolver as atividades. Organizam campanhas , como a do agasalho no inverno, o Natal das crianças carentes, encaminham pessoas da comunidade que necessitam de auxílio, aos respectivos órgãos de acordo com a necessidade individual. Também realizam eventos comunitários com intuito de angariar recursos financeiros, o que possibilita investimentos nas atividades do grupo, bem como o acesso ao lazer.

A Secretaria Municipal de Saúde está engajada neste trabalho, disponibilizando um assistente social médicos e enfermeiros.

Através do JUS Mulher há o acompanhamento junto à comunidade para a não violência doméstica e inserção da mulher junto à sociedade. Esta organização, através de seus profissionais como, assistente social, advogados, psicólogos e enfermeiras presta assistência à família, sempre primando pelo trabalho preventivo de fortalecimento das relações no seio familiar. Quando necessário, os profissionais auxiliam, por exemplo, nas separações entre casais, acompanhamento psicológico continuado às mulheres vítimas de violência, além de outros serviços essenciais para melhorar o convívio familiar.

As comunidades abrangidas estão bastante envolvidas e aceitam muito bem os trabalhos realizados pela Associação de Trabalhadoras Rurais. Em conjunto desenvolvem um horto para a produção de plantas bioativas. Além disso, possuem uma farmácia caseira, onde elaboram em

conjunto, uma vez por mês, produtos, como pomadas, sabonetes medicinais, própolis e outros farmacológicos caseiros. Todos esses produtos ficam à disposição do consumo nas comunidades envolvidas e são armazenados e distribuídos nos respectivos centros comunitários (pavilhões).

Para melhor interação os grupos trocam visitas entre si ao realizarem festividades, torneios de futebol feminino, jogos de bochas, festas comunitárias, jogos de integração das famílias rurais. O convite a todos os grupos da associação ocasiona um intercâmbio entre as comunidades e fortalece as relações de amizade entre os participantes. Organizam mutirão com as entidades responsáveis pela emissão de documentação de identidade, para que propicie à comunidade o acesso a esses serviços.

No âmbito da Associação Municipal de Trabalhadoras Rurais, também realizam reuniões mensais com todas as lideranças de grupos organizados com as suas representantes por comunidade. Para o deslocamento às reuniões, após uma negociação entre a Associação e o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), ficou acertado que este paga, ao ano, seis passagens em transporte coletivo, as demais ficam a cargo da Associação.

Através do planejamento anual e avaliação das atividades que foram desenvolvidas pelos grupos e pela associação, as participantes distribuem responsabilidade entre elas, encaminham e realizam projetos como a implantação da Casa da Trabalhadora, das agroindústrias, o pedido ao poder público municipal para a cedência de escolas municipais desativadas para que sirvam como sedes dos grupos no meio rural.

Realizam seminários e conferências municipais, chamando as autoridades do município para discussão e encaminhamento das demandas da associação. Nos conselhos comunitários e/ou municipais, discutem e deliberam sobre as demandas advindas das comunidades. Agendam audiência com o prefeito municipal para encaminhar solicitações dos grupos organizados, citando-se a exemplo o pedido de transporte escolar, construção ou manutenção de pontes e estradas.

Através da Associação conquistaram para as duas comunidades onde foram instaladas as agroindústrias, uma atenção especial por parte da administração municipal, no sentido de

priorizar a disponibilidade de equipamentos e maquinários necessários para a construção e instalação daqueles empreendimentos.

No aspecto da cidadania, em época de campanha eleitoral do município, chamam os candidatos a prefeito e vereador, para expor o plano de trabalho da associação, visando buscar o apoio para efetivação do mesmo.

Por meio das ações descritas anteriormente, aos poucos as mulheres, apropriando-se de informações e conhecimento, resgatam a confiança na sua força de trabalho de decisão, passando a interferir significativamente nas decisões locais e em outros âmbitos através da sua participação em Conselhos de Saúde, de Desenvolvimento Agropecuário e nas sessões da Câmara de Vereadores.

Cabe frisar, que no início, as reuniões eram realizadas nas casas das participantes dos grupos que se formavam nas comunidades. Aos poucos, com a interferência e mobilização da família no meio rural, pavilhões comunitários foram construídos e hoje além de servir para reuniões de comunidade, são ocupados para o lazer, encontros religiosos, entre outros.

Uma das maiores conquistas das trabalhadoras rurais ocorreu em 2003 quando passaram a ter uma representatividade dentro do STR, frise-se até a data composto por homens.

Até então, o voto de decisão da organização era apenas do marido, sendo que a mulher era considerada como dependente, sem poder de voto.

Mesmo com a abertura de votos para as mulheres no meio sindical, houve uma enorme resistência da diretoria em aceitá-las, pois a entidade era composta exclusivamente por homens.

As práticas cotidianas eram discriminatórias. Pelo estatuto da entidade sindical, o cargo o qual a representante das mulheres fora eleita, era efetivo e ensejava o recebimento de salário.

Mas de maneira autoritária e, como o sexo oposto era a maioria e usava desse pressuposto, o salário que seria destinado a mulher eleita, estava sendo pago ao seu vice-presidente (homem), com a justificativa de que o cargo ao qual a mulher fora eleita não tinha

direito a salário e que a assembléia teria decidido que a necessidade maior seria ter um vice-presidente.

É importante ressaltar que a mulher eleita para o cargo de secretária assumia uma intensa agenda de trabalho, na representação desta entidade, porém não recebia remuneração por isso.

A partir de então as demais mulheres rurais, solicitaram uma audiência com a diretoria e exigiram a participação efetiva do seu segmento na entidade sindical. Houve resistência na aceitação da proposta. As mulheres então se dirigiram às instâncias competentes e exigiram providências.

Eis que as mulheres lotaram o Clube Círculo Operário, para uma assembléia, onde não só conseguiram o atendimento de sua exigência, bem como conseguiram impor a modificação no estatuto do STR, principalmente no que diz respeito ao espaço antes reservado exclusivamente aos maridos. Hoje o casal divide a mensalidade de sócios e ambos têm o poder de voto.

Diante deste e outros fatos, as mulheres sentiram-se encorajadas, juntando suas vozes na luta contra a subordinação e a pobreza, buscando o desenvolvimento e o respeito às suas demandas.

Ainda em 2003, a Associação de Trabalhadoras Rurais de Cachoeira do Sul, após insistente busca, conseguiu um recurso financeiro de R$ 50 mil, oriundos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para investir em ações onde as mulheres rurais estivessem envolvidas.

Após uma assembléia realizada pela Associação, resolveram que o recurso financeiro seria investido na criação de duas agroindústrias familiares para o processamento de frutas e hortaliças. Na mesma assembléia, deliberaram para que o recurso fosse destinado às comunidades de Faxinal da Guardinha e Dorasnal, as quais, através de Diagnóstico Rápido Participativo(DRP), mostraram a necessidade desta alternativa para o desenvolvimento local.

Em 2004, por uma decisão do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, foram repassados às comunidades, por meio do RS ESPCIAL, recursos necessários para terminar e

equipar as agroindústrias, sendo que as mesmas organizaram-se em forma de cooperativas para comercialização dos produtos.

A comercialização é realizada em feiras, mercados locais e de porta em porta, o que traz uma ótima agregação de renda às famílias.

A partir de então surgiu uma nova demanda para este segmento rural, necessidade de um espaço comercial de referência na cidade, onde os consumidores pudessem procurar pelos produtos.

Diante desta questão, a prefeitura Municipal se sensibilizou com a situação e ofereceu um prédio abandonado no centro da cidade. Patrimônio que estava depredado pelo seu abandono. A comunidade doou móveis antigos que foram restaurados. Hoje é a Casa da Trabalhadora Rural. Neste local as famílias deixam seus produtos para serem comercializados. A praça tornou-se um ponto de referência para visitas.

A organização da venda é administrada pelas trabalhadoras rurais através de diretoria composta para esse fim. O recebimento dos produtos é registrado em planilhas e a venda é baixada noutra. A cada 15 dias, é realizado por uma tesoureira, o pagamento das vendas. Existe também uma comissão de controle para o recebimento dos produtos, mantendo a qualidade dos produtos.

A casa também possui um quarto com móveis, para hospedar as trabalhadoras e seus familiares, caso precisem pernoitar na cidade para ir ao médico, dentista entre outras necessidades que porventura venham a ocorrer.

A Associação das trabalhadoras Rurais passou a ser convidada para discutir as políticas públicas do município, quando acontecem reuniões ou eventos para decisão e encaminhamento de propostas. Pode-se citar, por exemplo, Conselho de Desenvolvimento Agropecuário(Comagro), Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Desenvolvimento (Comude), Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comsea), Conselho Municpal de Meio Ambiente (Condema), STR, Prefeitura Municipal, Câmara de Indústria e

Comércio de Cachoeira do Sul (Cacisc), também seguidamente são chamadas a relatar a sua experiência de trabalho cooperativos para acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UERGS).

Uma conquista com a efetiva participação da Associação foi a obtenção de atendimento em postos de saúde desativados do meio rural. Hoje as trabalhadoras rurais estão engajadas na luta pela ampliação da Casa da Trabalhadora Rural, para que tenham um salão onde possam realizar capacitações. Junto a União Brasileira de Mulheres trabalham na aquisição de uma casa de passagem para mulheres em situação de risco, pelo atendimento da saúde da mulher em dias especiais (para que as mulheres não precisem vir do interior e esperar por ficha ou perder a viagem por não conseguir consultar), na criação de um fundo rotativo municipal para financiar iniciativas de mulheres rurais no intuito de alcançar sua independência financeira. Foram responsáveis, através de sua mobilização, pelo abastecimento de água por meio da construção de um poço artesiano para a comunidade de Dorasnal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres rurais passaram a interferir significativamente nas decisões da família, fato este foi de grande valia para o desenvolvimento local, pois com a renda obtida na venda de artesanatos, produtos coloniais, entre outros, passaram a ter uma diferença significativa na família ajudando no investimento e na melhoria das propriedades.

O protagonismo da mulher rural, se deu através da sua iniciativa em modificar a situação de anonimato ao qual se encontravam, passando a interferir nas decisões da comunidade, do município, além das políticas públicas. Também obtiveram a credibilidade e o respeito da sociedade local pelas suas conquistas deste espaço.

A divulgação e a aceitação dos produtos da agricultura fizeram com que as mulheres rurais fossem chamadas a expor o trabalho da Associação, nos mais diversos eventos, em espaços, onde anteriormente somente eram consumidos produtos industrializados.

Sem dúvida nenhuma, tratou-se de um avanço das mulheres rurais rumo a emancipação plena, como ser humano, como sujeito social e portador de um projeto de vida, participando e liderando as lutas de classe ,como Associação de Moradores, STR, Conselhos e outros.

Ante isso, se constata o importante papel que existe para o desenvolvimento rural sustentável com a participação e o envolvimento da mulher rural. Além disso, a ocupação pela mulher na liderança no sindicalismo rural– não só cumprindo os 30% (trinta por cento) que a lei exige, antes historicamente masculino, mas, participando ativamente nas decisões leva a possibilidade da aceitação dos agricultores de ter uma mulher a presidente do STR de Cachoeira do Sul.

Portanto, está configurada ai a inserção deste segmento social, desfazendo a história do anonimato. Mais, a percepção de que a mulher é muito mais sensível a projetos de qualidade de vida, portanto contribui essencialmente para o desenvolvimento rural sustentável.

Prova-se este fato com o restabelecimento do patrimônio público (Praça da Caixa D'Água), tornando o espaço no qual está situada a Casa da Trabalhadora Rural, mais conservado

e muito mais visitado.

Foi estabelecida uma relação de igualdade entre o meio rural, cidade e família por meio de iniciativa das mulheres, o que inicia uma superação da dominação patriarcal nas relações de gênero.

O movimento das mulheres articulado com outros segmentos da sociedade passou a atrair muitas conquistas para o meio rural, como a criação de cooperativas, ampliação de recursos oriundos do RS Especial, PRONAF, Prefeitura Municipal, MAPA, entre outros.

Foi estabelecida uma maior relação de igualdade, entre o meio rural, urbano e família através da iniciativa das mulheres em desenvolver projetos de geração de renda, assim como a participação no Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, Conselho de Saúde, organizações rurais, STR e outros segmentos da sociedade.

Como a mulher possui maior facilidade de relacionar-se de planejar pensando na família, consegue envolver um maior número de atores sociais em suas demandas e, portanto, contribuindo essencialmente para o desenvolvimento rural sustentável. Além disso tem

conseguido de maneira organizada e planejada levar as discussões para a sociedade, não só de questões que dizem respeito a mulher, mas de toda a sua família, da comunidade e do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sociologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre:2000.V.1, nº 1, p.61 –71, jan./ mai. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi. Pdf. Acesso em 25 de outubro 2006.

NAVARRO, Zander. Política, protesto e cidadania no campo. Porto Alegre: Editora da **UFRGS**, 1996, 228p.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre: **EMATER-RS**, v.1, n.1, jan./mar., p. 61-70, 2000.

A INSERÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO, SERTÃO DO PAJEÚ DE PERNAMBUCO

Laís de Pádua Souza[1]
Wiliane Barbosa de Oliveira[2]
Horasa Maria Lima da Silva Andrade[3]
Luciano Pires de Andrade[4]

[1] Graduanda de Bacharelado em Economia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. E-mail: lais.padua19@hotmail.com

[2] Graduanda de Bacharelado em Economia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. E-mail: enailiw_barbosa@hotmail.com

[3] Mestra em Ciências Florestais, Professora de Extensão Rural e Cooperativismo da UAG/UFRPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns. E-mail: horasa@uag.ufrpe.br

[4] Mestre em Administração Rural e Comunicação , Professor de Administração e Economia Rural da UFRPE/UAST, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. E-mail: luciano@uast.ufrpe.br

GT 04- Família, gênero e geração

A ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que "reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho" (Woortmann, 1997). Essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar nega a existência de "famílias monoparentais femininas"[1] nesse modo de produção.

Segundo o diretor-presidente da Embrapa[2], Alberto Duque Portugal, a chamada agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores e representa a imensa maioria

[1] Esse grupo familiar é crescente no mundo. No Brasil, indicadores do IBGE (1999) apontam um aumento de famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos aumentando de 15,1% em 1992, para 17,1% em 1999. (Jornal do Commercio – PE. 6/4/2001).

[2] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% encontram-se no Nordeste.

O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção.

Em geral são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diminuir os custos e aumentar a renda aproveitando as oportunidades que a natureza oferece e a disponibilidade de mão-de-obra.

Pode-se analisar que a agricultura familiar é uma forma de sustento familiar que, através da utilização dos recursos naturais, transforma e melhora a renda de muitas famílias.

Um levantamento inédito do IBGE trouxe importantes informações sobre a área rural brasileira. A agricultura familiar, pela primeira vez retratada nessa pesquisa, é responsável por 75% da mão de obra no campo, mas ocupa um quarto da área onde há estabelecimentos agropecuários do País.

Apesar de ocupar área bem menor, a agricultura familiar tem contribuição significativa para assegurar a alimentação de milhares de brasileiros. Ela produz 70% do feijão, 58% do leite e 50% das aves consumidas no Brasil. Em outros produtos, como milho, arroz e carne, a produção da agricultura familiar também é elevada. Na agricultura familiar, trabalham 12, 3 milhões de brasileiros, dos quais 4,1 milhões são mulheres.

Na área rural, o trabalho produtivo realizado pelas mulheres na agricultura de base familiar ainda é desvalorizado e pouco visível, devido à idéia de que as suas atividades restringem-se às tarefas domésticas.

E não somente no Brasil que isto acontece não, no mundo as mulheres são reconhecidas por serem "as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Na África, elas cultivam 80% dos produtos alimentares de subsistência; no subcontinente Indiano, entre 70% e 80% das colheitas de subsistência são de responsabilidade das mulheres, enquanto que na América Latina e no Caribe, 50% da alimentação consumida são originados do trabalho feminino" (Jacobson, apud Corrêa 1996, p.20).

A mulher está cada vez mais ganhando espaço em diversas áreas em que atua, e agora, mais do que nunca, está conseguindo mostrar o seu valor dentro da agricultura familiar. Torna-se

então necessário analisar os assentamentos e as comunidades de agricultura com base familiar a partir do enfoque de gênero, e assim observar a condição das mulheres as quais expressam uma grande desigualdade em relação aos homens.

Para entendermos melhor este estudo, vamos analisar segundo Silva (2005):

> A construção social de gênero impacta negativamente na vida das mulheres, porque fornece um substrato através do qual se consolidam – de forma diferente nos diversos tempos históricos e nas formações sociais – normas culturais que estruturam o lugar das mulheres como restrito a espaço privado, continuando sendo vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com as crianças.

E além de serem vistas como "para o trabalho doméstico", muitas delas que desenvolvem papel na agricultura familiar, não têm o seu trabalho reconhecido e muito menos remunerado.

Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem - PNAD revelam, para o ano de 1997, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20.1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não-remuneradas e 41.8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo. Ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho.

O percentual de homens na mesma situação é de apenas 26.3%. O cenário geral do trabalho feminino não remunerado é igualmente desolador quando comparado ao masculino: 20.% da população feminina economicamente ativa estão classificados como mulheres não-remuneradas, enquanto a população masculina com a mesma classificação econômica (não-remunerada) corresponde a 0.09%.

Uma diferença ainda muito exorbitante em frente ao trabalho que a mulher desenvolve no campo.

O desenvolvimento deste trabalho foi embasado em pesquisas qualitativas, levantamento de dados do instituto de pesquisa – IBGE, e o emprego de um roteiro de entrevista com mulheres do município de Triunfo, que atuam na agricultura familiar. Também foi realizado através de dados cedidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, por D. Hosana Ferreira de Araújo, presidente do sindicato e da associação de apoio a mulheres rurais e também agricultora, que organiza e procura melhorar as condições dessas ditas 'guerreiras' do meio rural.

No Estado de Pernambuco, que conta com uma população de 810.256 hab (segundo dados do IBGE 2009), o município de Triunfo conta com uma população de 15.770 onde 57,84% fazem parte da zona rural. Desde último total, 16,45% são mulheres que atuam na agricultura familiar, desempenhando importante papel pra o desenvolvimento do município. Elas estão desenvolvendo um ótimo trabalho no campo e mostrando que a sua força é capaz de preencher as mesas brasileiras, mesmo com o preconceito e a não valorização do seu trabalho.

Citando mais uma vez Silva (2005), compartilhando suas reflexões que ilustram muito bem o sentido deste texto:

> As desigualdades estruturais que se desenvolvem a partir das relações de gênero, relações raciais e relações de trabalho, são produzidas pelo processo econômico, político cultural de organização de modo de vida social, no qual estamos vivendo, em detrimento de um lado e em favorecimento de outro (...) Não basta, portanto, analisar a realidade a partir do enfoque econômico, ou apenas refletir sobre a cultura e as representações sociais, ou ainda pensar no processo político. Por conta disso, a perspectiva política de construção de igualdade de gênero, de combate ao racismo e de fim da exploração, devem ser eixos estruturadores do nosso projeto político (...).

A falta de conscientização tanto da sociedade como também os tabus culturais que a própria sociedade impôs desde os tempos da civilização, tornam a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua participação na renda familiar ainda mais difíceis.

Ao se analisar esta situação no município de Triunfo, percebe-se que a luta é grande, mas a força que existe dentro de cada mulher é maior ainda.

No município existe cerca de 1.500 mulheres agricultoras que participam ativamente da renda familiar, com a ajuda dos filhos e do marido. Produzem desde grãos e frutos (feijão, milho, guandu, fava, café, banana) até o artesanato com folha de bananeira, produção de licor de rosas e criação de animais.

Essas mulheres se encontram em toda zona rural e no entorno da cidade e recebem apoio do sindicato. Porém não foi tão simples assim receber esse tipo de ajuda. Para a CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – chegar ao que é hoje (27 coordenações estaduais com comissões em pólos e sindicatos), as trabalhadoras rurais tiveram um longo trajeto no movimento sindical. Por muito tempo foram cadastradas como dependentes de pais ou

maridos nos sindicatos. E para mostrar que sindicato também é lugar de mulher foi necessário mais de 30 anos de luta.

As mulheres trabalhadoras rurais de Triunfo conseguiram ter acesso a seus direitos através das lutas da CNMTR, e com isso a região subdividiu-se em 07 pólos (Microondas, Espírito Santo, Jericó, Canaã, Brejinho, Iço e Pará) onde assim ficam mais acessíveis as informações sobre direitos adquiridos e palestras que colaboram com o desenvolvimento do meio rural.

Uma das maneiras encontradas para que esses direitos fossem atendidos, foi através da Marcha das Margaridas idealizada por Margarida Maria Alves[3], que tinha por intuito fazer com as mulheres lutassem por seus direitos, buscassem trabalho bem remunerado e sem preconceito.

Tanta luta trouxe resultados positivos para o município, podendo citar o Pronaf Mulher – antes tido somente como apoio ao homem rural -, onde o título da terra passa a pertencer também à mulher; Seguro Safra; Terra Pronta ou terra arada; Política de Crédito, que passa a garantir crédito às trabalhadoras rurais e o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos - que é um programa do governo que compra o alimento produzido por essas mulheres do campo através de uma tabela de preços fixa, sem auxílio de um atravessador e que é repassado para as escolas, contribuindo com a merenda escolar de muitas crianças do município.

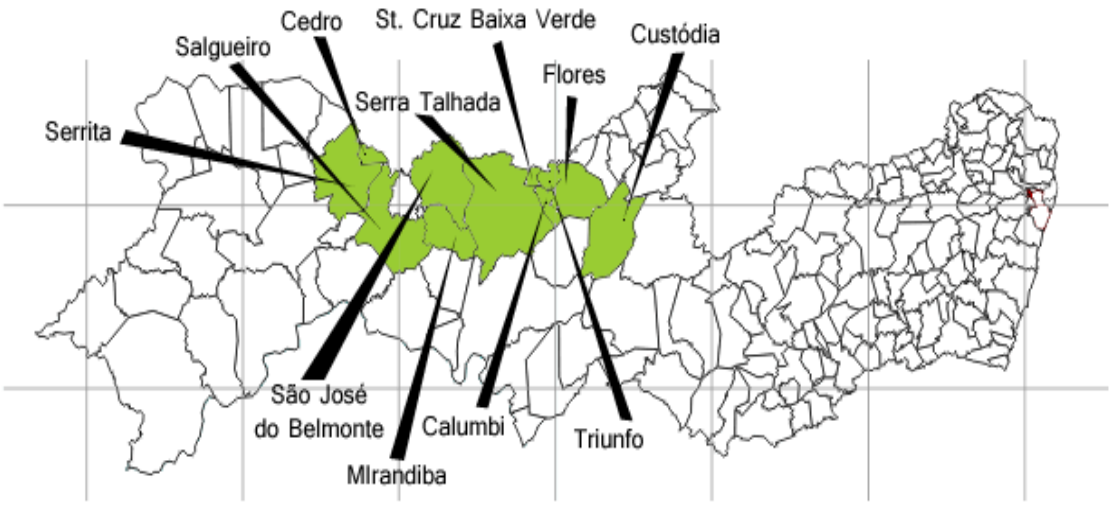
Outros benefícios também foram adquiridos como: auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria e auxílio reclusão, em caso de morte ou prisão do marido.

O apoio dos grupos de mulheres aos pólos fez com que elas participassem de todo o processo produtivo fazendo com que a produção fosse vendida em feiras e mercados da cidade.

Além desses apoios recebidos, há um movimento chamado "Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central – PE" que atua nas comunidades rurais procurando enfrentar as dificuldades na agricultura familiar, na falta de terra, na falta de sementes para a época do plantio, na falta de políticas públicas voltadas para o período da seca, para saúde e

[3] Margarida Maria Alves foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Incentivou os trabalhadores rurais a buscar na Justiça a garantia dos seus direitos protegidos pela legislação trabalhista. Promoveu campanhas de conscientização com grande repercussão entre os trabalhadores rurais.em conseqüência disso passou a receber diversas ameaças e foi assassinada em 12 de agosto de 1983 com um tiro no rosto na presença de seu filho menor.

contra a violência. Atuando nos seguintes municípios: Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serrita, Serra Talhada e Triunfo, conforme mostra o mapa logo abaixo:



Esse movimento atua e intervêm no meio rural provocando mudanças nelas mesmas, nas famílias, nos sindicatos, nas associações, nos partidos políticos e em todos os lugares do qual fazem parte.

Assim conseguem fazer a diferença não somente de gênero, mas também de crescimento, atuação, capacidade e desenvolvimento.

A agricultura familiar tem grande participação na economia do país, mas sabe-se também que esse setor encontra muitos problemas para seu crescimento. A inserção da mulher no mercado e nas despesas da casa ainda é visto com preconceito e até mesmo vergonhoso.

Na cidade de Triunfo as mulheres mais carentes, pertencentes a classes menos favorecidas sempre tiveram que ajudar com as despesas da casa. A quantidade de filhos também chega a ser um fator relevante nessas despesas, aumentando ainda mais a necessidade de complementos para a renda da família.

Nos dias atuais esse contexto está se transformando e a mulher ganhando espaço e consolidando-se sem tanto preconceito, realizando-se pessoal e profissionalmente. Todas as

conquistas alcançadas pelas mulheres a tornam mais fortes não diminuindo a sua feminilidade e mostrando o quanto podem, em se tratando de trabalhos realizados por homens, através de garra, determinação e força de vontade, pegar na enxada e realizá-lo com perfeição.

CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE NA TEMÁTICA DO GRUPO

A questão de gênero na agricultura familiar sempre foi emblemática. E, atualmente, dentro de uma nova dinâmica social este tema merece um maior aprofundamento pois estamos em curso de uma mudança de paradigmas. Neste novo cenário, a mulher começa a ocupar cada vez mais o espaço que antes era restrito ao homem do campo como provedor da família. Preconceito, descrença e vergonha está se transformando em auto-afirmação e luta por direito e reconhecimento de seu papel substantivo no ambiente produtivo. Daí a necessidade de se estudar e aprofundar os impactos e reflexos desta nova realidade rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 23 de março de 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/

GUILHERME CASSEL. A íntegra da pesquisa está no Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22464#

GUILHOTO, Joaquim J. M. ET AL. A importância do agronegócio familiar no Brasil. Ver. Econ. Sociol. Rural, Set 2006, vol.44, no.3, p.355-382.

INFOEASCOLA, Navegando e aprendendo. Acessado em 23 de março de 2010. Disponível em: http://www.infoescola.com/demografia/populacao-de-pernambuco/

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, – Sertão Central – Pe. Acessado em 23 de março de 2010. Disponível em: http://www.mulheresrurais.org/?area=atuacao&id=12#

SILVA. Carmem. *Raízes das Desigualdades*. Livro Mulher e Trabalho - SOS Corpo, Recife, 2005.

WOORTMANN. Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres. Ed.Hucitec/Ednunb 1994.

A MIGRAÇÃO DOS JOVENS RURAIS NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural

Marcelo Saturnino da Silva[1]

Maciel Cover[2]

[1]Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Email: marcelo_saturnino@yahoo.com.br

[2]Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Email: macielcover@gmail.com

GT 04- Família, Gênero e Geração.

INTRODUÇÃO

A migração é um processo que afeta as relações de gênero, de geração e, consequentemente da família. Perpassadas por práticas de dominação e resistência, o espaço do meio rural do alto sertão paraibano vai além das fronteiras dos municípios, tornando próximos horizontes geograficamente distantes.

Neste artigo pretendemos demonstrar algumas facetas desta realidade dos jovens rurais migrantes, buscando compreender a ocorrência do processo migratório e suas conseqüências na vida desses jovens e dessas populações tanto na zona rural das localidades de origem na Paraíba como nas Usinas Canavieiras em São Paulo. Analisaremos também a ocorrência de praticas de dominação e resistência.

A JUVENTUDE DO RURAL DO ALTO SERTÃO PARAIBANO

A literatura especializada em juventude do meio rural tem utilizado diversas maneiras para conceituar estes atores. A categoria mais freqüente é a de *juventude rural*, analisado tanto no Brasil, quanto na America Latina (Wanderley 2003, Durston 1998, Abramoway 1997, Menezes 2009, Silva 2006, Carneiro 1998, Strapasolas 2002), mas também existe a conceituação de *jovens agricultores* (Weisheimer, 2004) e *juventude camponesa* (Mansan 2008). Conforme pontua Strapasolas (2002, p.192) "os jovens rurais há muito tempo não formam um grupo homogêneo: não existe uma juventude rural, mas várias, assim como existem várias juventudes, em geral".

Carneiro (1998), ao buscar delimitar o universo de estudo dos jovens rurais expõe que:

> o jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem nas comunidades pesquisadas.

Para Durston, "a fase juvenil se caracterize por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas" e, mas adiante: "a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo" (Durston, 1994: 14-15), os limites variam em diferentes sociedades e classes sociais.

Adotar uma faixa etária para definir quem se enquadra como jovem rural é um dos critérios, mas não o único, pois conforme nos apontam Abramo (1994), Levi & Schmitt (1996) há ritos de passagens entre as fases da vida que são historicamente construídas. No meio rural, o casamento é um dos ritos de passagem da juventude para a idade adulta. Também a migração se constitui, no caso em tela, um rito de passagem para vida adulta, o que também já foi apontado por outros pesquisadores a exemplo de Woortmann (2009).

Silva (2006) ao analisar os jovens no sertão paraibano conceitua jovem rural como "indivíduos de ambos os sexos, residentes na zona 'oficialmente' tida como rural (os sítios) quanto nas zonas urbanas dos pequenos municípios, que ainda não constituem uma unidade familiar autônoma e se reconheçam e sejam reconhecidos por seus pares como jovens" (SILVA, 2006, p. 24).

A MIGRAÇÃO DOS JOVENS RURAIS.

A realidade que abordaremos é o das migrações sazonais de jovens do semi-árido da Paraíba, para o corte da cana no estado de São Paulo. A migração é uma prática comum e com relevância econômica no nordeste brasileiro. No Alto Sertão Paraibano, a migração para o sudeste acontece desde a década de 1950, com o declínio da economia do algodão e com a aceleração do processo de industrialização do sudeste que atraia força de trabalho.

Garcia Jr. (1989) e Menezes (1984) apontam duas características interessantes da migração no rural paraibano. Primeiro, as dificuldades das famílias das pequenas propriedades agrícolas camponesas de se reproduzirem com base na alocação de recursos endógenos, o que se dá, sobretudo pela concentração da estrutura fundiária.

Nesse caso a migração aparece como uma estratégia de reprodução da família camponesa. Assim, o deslocamento de um membro da família para o Sudeste funcionava como uma estratégia de acesso a recursos financeiros o que propiciava investimentos no próprio local de origem. Dentre os investimentos realizados merecia destaque a compra da terra, razão pela qual era oportuno falar no Sul como o caminho do Roçado.

A segunda característica da migração era de ser um meio para os camponeses romperem com a dominação tradicional, exercida pelos grandes proprietários de terras, através do sistema de morada. A morada consistia num sistema de organização da vida social em que o camponês, desprovido de terra, pedia para o grande proprietário (senhor de engenho, produtor de algodão ou gado) uma casa para morar e com a casa recebia, também, um espaço para trabalhar [o sítio] e, dessa forma, produzir para a subsistência. Em troca o camponês era sujeitado a servir o patrão a qualquer momento, configurando um tipo de dominação tradicional. Nesse sentido a migração aparecia como um meio para fugir da sujeição, o que ocasionou uma crise neste tipo de dominação (Garcia Jr, 1989).

Existe, portanto, no imaginário social, no inconsciente e no consciente coletivo a idéia de que a migração é uma saída para resolver problemas relacionados à renda das famílias.

No processo de migração, destacam-se os jovens, tanto por questões estruturais quanto por questões culturais, como nos aponta o estudo de Marques (2006) ao estudar os jovens rurais nos Assentamentos da Reforma Agrária no Brejo Paraibano. Este autor realça que os jovens assentados recorriam à migração, sobretudo, em virtude dos assentamentos não permitirem o equilíbrio entre produção e consumo.

Um elemento que deve ser considerado é que a maioria dos migrantes são homens entre 20 e 30 anos. Woortmann (2009) ao analisar os processos migratórios de comunidades camponesas no Sergipe na década de 1990, desenvolveu o conceito de *migração pré-matrimonial* que é realizada por jovens que pretendem formar uma nova família. Como a renda oriunda da terra da família do pai não é suficiente para manter uma nova família, o filho busca na migração um meio para adquirir recursos e comprar seu lote de terra e assim constituir o novo núcleo familiar. Essa relação se constitui como um rito de passagem para a idade adulta: "a migração marca, sobretudo, a superioridade dos que agora são *homens* com relação aos que ainda são *rapazes*" (2009, pg. 219).

Ao estudar a migração dos jovens de Tavares/PB para o corte de cana em São Paulo, Silva (2006) explica a que a migração dos jovens opera como um desejo de autonomia em relação aos pais em termos de renda e relação hierárquica.

> os jovens migram, sobretudo, motivados por projetos de autonomia, pela afirmação de suas identidades de jovens e de gênero que passa hoje pelo acesso a certos serviços e bens de consumo: a participação em práticas culturais como as festas locais; a compra de motos e acessórios próprios para este grupo etário: roupa, som, etc. (SILVA, 2006, p. 31)

Estes jovens rurais, filhos de pequenos proprietários rurais, trabalham na produção agrícola de subsistência. Por mais que os jovens digam gostar do *sitio* (meio rural), eles avaliam que a penosidade do trabalho na agricultura, as inconstâncias do clima, que por vezes causa prejuízos às lavouras, e a baixa renda obtida no trabalho não permitem a permanência no campo. Assim são marcados por uma vontade de querer, que, todavia não se revela como poder, visto que, em última instância, resta-lhes apenas a possibilidade de partir, mesmo que continue acalentando o sonho de ficar.

Assim, entre os meses de maio e abril, as comunidades se esvaziam dos jovens, que migram para o corte da cana, principalmente para o estado de São Paulo, os quais só voltarão para a Paraíba em dezembro, quando finda a safra da cana. "Ao voltarem, já não são mais os mesmos, pois se sentem agora, cidadãos 'plenos'. Os espaços, antes interditados, foram abertos com seus próprios esforços. Agora já podem entrar num bar e chamar os amigos e ainda pagar a conta." (SILVA, 2006, p.186).

O DESTINO DA MIGRAÇÃO

O destino destas migrações é o complexo agroindustrial da cana de açúcar no estado de São Paulo. Com a reestruturação do setor sucroalcooleiro, ocasionado por diversos fatores[1], no início dos anos 2000, as plantações de cana-de-açúcar avançaram e quase duplicaram sua área plantada no espaço de apenas uma década. Pochmann (2009) chama atenção para o fato de que:

> O desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Brasil ganha maior ênfase no limiar do século XXI, com os crescentes indícios de

[1] Fatores conjunturais como a decisão da OMC em proibir a exportação do açúcar europeu; o advento dos carros flex.(movidos tanto a gasolina como a álcool); o Protocolo de Kyoto e os baixos custos da produção de cana no Brasil podem contribuir na explicação no aumento das plantações de cana. "A área ocupada por lavouras de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo cresceu 90,6% nos últimos 12 anos, ou seja, entre os Lupas (Levantamentos Censitários de Unidades de Produção Agrícola) realizados em 1995/1996 e 2007/2008." Retirado do site: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&id=739:area-ocupada-por-cana-de-acucar-tem-alta-de-906-em-12-anos-em-sao-paulo&option=com_content&Itemid=54

> limitação no uso das tradicionais fontes energéticas não renováveis, bem como com o avanço do debate mundial sobre o agravamento da temática ambiental (Pochmann, 2009, p. 94)

Com o aumento das plantações de cana, aumentou também a demanda por força de trabalho. Menezes (2009) explica a preferência dos agentes alocadores de mão-de-obra para os canaviais de São Paulo pelos jovens trabalhadores do Nordeste:

> Os trabalhadores migrantes são considerados aptos para suportarem o trabalho pesado da agricultura canavieira, por terem sido socializados desde crianças e trabalharem na agricultura. Assim desenvolveram resistência física e habilidade para o trabalho agrícola. Um segundo argumento que explica a contratação de trabalhadores migrantes é a diferença de remuneração entre o setor canavieiro e dos seus locais de origem na região Nordeste, que em geral é em torno de um terço do salário ganho nas usinas. (MENEZES, 2009, p. 6)

Em outras palavras, o fato dos migrantes serem socializados, desde crianças, na agricultura, sob a égide da autoridade paterna, tende a torná-los mais disciplinados. Alem disso, como lembra Alves (2007) o trabalho na agricultura de toco contribui para amenizar a penosidade do trabalho de cortar cana.

Menezes (2009) chama atenção sobre mais um elemento para entender a preferência por trabalhadores migrantes: o fato das diversas greves por salários e melhores condições de trabalho, ocorridas desde a década de 1980, promovidas pelos trabalhadores paulistas dos canaviais de São Paulo, que tornaram o custo da força de trabalho mais elevado do que em relação aos migrantes.

A USINA CANAVIEIRA: ESPAÇO DA DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O período que os jovens ficam nas Usinas trabalhando é marcado pela dominação, a qual é exercida diretamente pela exploração do capital sobre o trabalho. Os jovens trabalhadores ficam em alojamentos nas fazendas, ou em casas alugadas, e trabalham durante seis dias por semana.

A jornada de trabalho ultrapassa, geralmente, às oito horas previstas pela lei. Porém, a exploração se dá principalmente na intensidade do trabalho. Em 1980, a média de produtividade era de seis toneladas/homem/dia. Em 1990, passou a ser 10 ton/homem/dia, e na década de 2000 passou para 12 ton/homem/dia.

Menezes (2009, p. 55-56) aponta que "para alcançar os níveis de produtividade impostos pelas usinas, os trabalhadores migrantes, muitas vezes, esforçam-se até o

limite de sua capacidade física, chegando, não raro, a ocorrerem casos de doenças e até mortes". Outro elemento prejudicial à saúde dos trabalhadores é o fato de respirarem entre fuligens de carvão, em razão das queimadas realizadas nos canaviais antes do corte. Em média um trabalhador faz este processo de migração sazonal por dez anos.

A remuneração desta força de trabalho é realizada através da produtividade do trabalho. No final da jornada é pesada à quantidade de cana que o trabalhador cortou, e o mesmo receberá por isso. A mensuração é realizada por um método chamado "campeão", que consiste em:

> antes do corte (da cana), um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesada. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas amostras colhidas. (MENEZES, 2009, p.53).

Em média, os trabalhadores ganham de R$ 800,00 a 1.200,00 por mês. A mais-valia, ou seja, o valor explorado além do valor necessário para a reprodução da força de trabalho é extraído pelas duas clássicas maneiras: tanto absoluta, pois o tempo de trabalho realizado é maior do que o necessário para garantir sua reprodução; e também da maneira relativa, pela intensidade do trabalho.

Guanais (2009), ao analisar as formas as relações de dominação e resistência entre os patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP, descreve o processo de exploração atual nas Usinas Canavieiras a partir de duas estratégias de relação com os cortadores de cana por parte dos agentes administrativos da Usina: estratégias de controle e estratégias de envolvimento.

No que tange as estratégias de controle, há diversas técnicas que buscam organizar e aproveitar ao máximo o tempo e a força de trabalho: pagamento por produção, pagamento por média, suspensão a trabalhadores não obedientes e fiscalização permanente.

No que tange as estratégias de envolvimento, as técnicas utilizadas são o treinamento; o programa de participação dos resultados e as premiações aos cortadores que tiverem os melhores desempenhos no trabalho.

Para compreender as relações de dominação recorremos teoricamente à obra de Max Weber, que focando o individuo, estabelece relação entre a dominação e a obediência:

> Para o exame sociológico, o decisivo não é, decerto, a existência "ideal" de tal poder, deduzível de uma forma mediante conclusões dogmáticas jurídicas, mas sim a sua existência efetiva, isto é, que uma autoridade que pretende para si o direito de emitir determinados

> mandatos encontra, num grau socialmente relevante, efetivamente obediência (WEBER, 1999, p. 192-193).

O que Weber chama a atenção é relevante, pois as pessoas não são obrigadas a obedecer ou aceitar a dominação apenas através da violência física direta. Da mesma maneira, os migrantes não são obrigados ou diretamente forçados a migrarem, com correntes sob seus pés e chicotadas nas costas, como acontecia no processo de escravidão. Há todo um processo social, uma rede de relações sociais, de elos invisíveis, que irão fazer com que a migração se realize e este processo de dominação se efetive.

Assim, para interpretar a dominação no interior das migrações sazonais, é necessário levar em conta que os sujeitos, trabalhadores jovens, não aceitam de maneira silenciosa a dominação imposta pelos agentes da Usina e podem, a partir de suas consciências, de suas redes de relacionamento, elaborar estratégias para resistir à dominação nas relações de trabalho.

Dentro da perspectiva da resistência cotidiana dos grupos subalternos, Scott trabalha com dois conceitos: o discurso público e o discurso oculto. Define discurso público "como una descripción abreviada de las relaciones explícitas entre los subordinados y los detentadores del poder" (Scott, 1990, p. 24), e usa o termo discurso oculto

> para definir la conducta "fuera de escena", mas allá de la observación directa de los detentadores del poder. El discurso oculto es, pues, secundario en el sentido de que está constituido por las manifestaciones lingüísticas, gestuales y prácticas que confirman, contradicen o tanvergisan lo que aparece en el discurso público (SCOTT, 1990, p. 28).

A relação entre discurso oculto e público se dá de maneira dialética e são originados nas práticas de dominação:

> La práctica de la dominación, entonces, crea el discurso oculto. Si la dominación es particularmente severa, lo más probable es que produzca un discurso oculto con la riqueza equivalente. El discurso oculto de los grupos subordinados, a su vez, reacciona frente al discurso publico creando una subcultura y oponiendo se propia versión de la dominación social a la de la elite dominante. Ambos son espacios de poder y de intereses. (SCOTT, 1990, p. 53).

RECONFIGURAÇÕES E REDEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A migração é um fenômeno reorganiza o tempo e o espaço nos municípios do alto sertão paraibano. Dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de

Piranhas apontam que neste município cerca de 1.200 homens, em sua maioria jovens, migram anualmente para os canaviais do Estado de São Paulo.

Redefine o tempo, pois, ao antigo calendário que classificava o tempo em tempo do inverno e o tempo do verão, é justaposto outro, que classifica em tempo da partida e tempo da chegada. Tempo de trabalho para os que partem de espera para quem fica tempo povoado de saudades para ambos.

O tempo em que os jovens estão lá é um tempo de ausência, de vazios. Vazios estão os espaços, da casa, do terreiro, mas também dos sítios e povoados.

O tempo do local foi engolido, colonizado pelo tempo do capital, tempo da usina e do usineiro. Assim é que muitos dos festejos tradicionais são abandonados ou perdem muito de seu brilho e dinamismo próprio, a exemplo das festas juninas, dos padroeiros etc. No entanto, a usina não tem a ultima palavra, como atestam as redefinições das festas de fim de ano (Natal e Ano Novo) que passam de segundo a primeiro plano, tornando-se também a festa da chegada, das boas vindas, do re-encontro.

Nas Usinas os migrantes têm horário para ligar para as famílias, que passam a se organizar para receber as ligações dos migrantes, geralmente pela parte da noite.

Também as representações sobre o mundo rural é ressignficada. Se antes este era um lugar de moradia e de trabalho, agora é apenas um espaço de lazer, de recomposição das forças ao lado dos seus, lugar onde se reclina à cabeça entre uma safra e outra, fato este que tem sido motivos de conflitos integeracionais, pois os pais que ficam não costumam aceitar de bom grado a ausência dos filhos das atividades do roçado, sobretudo por coincidir o tempo da chegada, do retorno, com o tempo do inverno.

Redefine, ainda, as relações familiares, pois os jovens quando voltam com seus recursos obtidos com o trabalho no corte de cana, passam a gozar de maior autonomia financeira em relação aos pais.

A questão de gênero também sofre alteração com a migração. Durante os oito meses que os homens ficam em São Paulo, o número de mulheres fica quantitativamente maior nas comunidades rurais, apesar de que, como constatado em entrevistas, é regra geral dos homens em São Paulo administrarem os negócios da propriedade através do telefone, ordenando as mulheres sobre o que deve ser feito em relação à comercialização de animais, alocação de trabalhadores para plantações e etc.

Outra redefinição está relacionada com a própria estrutura das famílias. Neste movimento de idas e vindas, muitas relações e mesmo casamentos são feitos, desfeitos e refeitos. Assim, é “normal” a presença nos espaços de origem, das viúvas de maridos

vivos, nome dados às mulheres abandonadas por seus esposos ou companheiros migrantes. Nos lugares de destino, são comuns também as mães solteiras, cujos destinos dos pais de seus rebentos são, em alguns casos, desconhecidos, já que os trabalhadores migrantes não têm destino certo, indo um ano para determinada cidade e, no outro ano, para outra.

Todas essas redefinições apontam para a importância que o elemento externo, aquilo que esta ausente, tem na configuração da paisagem, do local.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

DURSTON, John. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano.** Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. Apud Carneiro, 1998.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **O Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Brasília: CNPq, 1989.

MANSAN, Paulo R.A**. A emergência da identidade de juventude camponesa no interior dos Movimentos Sociais da Via Campesina Brasil.** Dissertação de Mestrado. UFCG, 2008.

MARQUES, Francisco Roberto de Souza. **Juventude Rural e Assentamentos de Reforma Agrária: trajetórias e experiências coletivas**. Campina Grade/PB. Dissertação de Mestrado. UFCG, 2006.

MARX. Karl. **O capital: critica da economia política.** São Paulo: Difel, 1973.

MENEZES, Marilda. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho.** Dissertação de Mestrado. UFCG, 1985.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais.** Campina Grande/PB. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB, 2002.

POCHMANN, Marcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de historia com foco atual na produção de cana-de-açúcar.** Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência.** México: Ediciones Era, 1990.

SILVA, Marcelo Saturnino da. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural.** Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalhos e trabalhadores na região do "mar da cana e rio de álcool". In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Orgs). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro).** São Paulo: EdUFSCar, 2007.

STROPASOLAS, Valmir. Luis. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro – SC.** Florianópolis UFSC, 2002. (Tese de Doutorado).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: Revista **Brasileira de Estudos da População**. Jan/jun, 1980 (s/e).

A PERSPECTIVA DOS PAIS QUANTO AO AMPARO NA VELHICE: um estudo com agricultores familiares sem sucessores.

Rosani Marisa Spanevello[1]

Alessandra Matte[2]

[1]Professora Adjunta do Departamento de Zootecnia, Centro de Educação Superior Norte – Universidade Federal de Santa Maria, RS.

Email: rspanevello@yahoo.com.br

[2]Graduanda em Zootecnia, Centro de Educação Superior Norte – Universidade Federal de Santa Maria, RS. Email: alessandramatte@yahoo.com.br

GT04 – Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

No Brasil, pesquisas[1] realizadas no âmbito acadêmico vêm apontando a falta de perspectiva de permanência dos filhos no meio rural, principalmente nas regiões de agricultura familiar no sul do país. Uma das derivações negativas deste processo são os efeitos indiretos e diretos. Os efeitos indiretos da falta de sucessores impõem um desafio sobre a manutenção da dinâmica sócio-econômica e produtiva das regiões de agricultura familiar, especialmente em razão da limitação de constituição de novas famílias no meio rural. Os efeitos diretos, tanto para as famílias como para as propriedades é a permanência apenas dos pais no meio rural, sem nenhum filho (ou sucessor) estabelecido na propriedade para garantir ajuda nas atividades produtivas, domésticas e especialmente no amparo na velhice, tais como cuidados com a saúde, alimentação, roupas, entre outros.

Com base nas considerações expostas acima, este artigo discute as perspectivas dos pais em relação ao amparo na velhice. A análise retrata a conseqüência da ausência de sucessores sobre o amparo dos pais na velhice e as formas de encaminhamento dos agricultores quanto a esta questão. O universo da pesquisa é no município de Esperança, região noroeste do Rio Grande do Sul. Neste município foram entrevistados 10 agricultores familiares sem sucessores. Considera-se agricultores sem sucessores aqueles em que nenhum filho permaneceu na propriedade para sucedê-lo.

[1] É o caso da pesquisa de Abramovay *et al*. (1998) e de Silvestro *et al*. (2001), ambas localizadas na região oeste de Santa Catarina, Weisheimer (2007), no Rio Grande do Sul, Brumer e Spanevello (2008), nos três estados da Região Sul.

OS IMPASSES DA SUCESSÃO E A QUESTÃO DO AMPARO DOS PAIS

A reprodução social da agricultura familiar[2], especialmente no longo prazo, está estreitamente ligada a reprodução intergeracional, que é quando as novas gerações substituem as antigas na gestão das propriedades. Tradicionalmente, o modelo sucessório da agricultura familiar é dado pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, obedecendo a uma organização interna familiar demarcada pela autoridade paterna e pela preferência dos filhos homens na continuidade da agricultura. A sucessão acontece efetivamente em caso da morte ou aposentadoria do pai (GASSON; ERRINGTON, 1993). As responsabilidades dos sucessores não se resumem a manter o nome da família, a função produtiva e econômica da propriedade, mas também garantir aos pais que continuem residindo na propriedade e assumindo os cuidados na alimentação, saúde e bem estar.

Na atualidade, os padrões de referência em torno da sucessão vêm passando por mudanças, como mostram autores como Champagne (1986a, b), Bourdieu (2000), Carneiro (1998) e Silvestro *et al*. (2001). Segundo esses autores, as mudanças são motivadas pelas transformações estruturais na sociedade em geral, afetando o meio rural e o modo de vida das famílias, gerando implicações na sucessão dos estabelecimentos familiares.

Se, até o final dos anos 60, a continuidade da ocupação agrícola e a pressão moral prevaleciam, seria um exagero dizer que esse processo faz parte do passado e hoje a escolha da profissão é livre e soberana (SILVESTRO *et al*., 2001). Da mesma forma não se pode afirmar que os filhos - ou todos os filhos -, não desejam seguir a atividade paterna ou que as relações familiares e a família, enquanto instituição formadora tenha perdido a validade (TEDESCO, 1999). Mas o fato é que atualmente, o processo de sucessão na agricultura familiar é marcado por indefinições e incertezas,

[2] De acordo com Gasson e Errington (1993), a agricultura familiar pode ser definida através de seis características: 1) a gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos; 2) os proprietários do empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3) é responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento; 4) o trabalho é feito pela família; 5) o patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração; 6) os membros da família vivem no estabelecimento. Em termos representativos, os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2009) mostram que de um total de 5.175.489 estabelecimentos, 4.367.902 são estabelecimentos de agricultura familiar (representando 84,4% do total), sendo que estes ocupam 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No Rio Grande do Sul, 85,7% das propriedades agropecuárias são consideradas familiares.

pois as regras estabelecidas ou padrões sucessórios antigos estão perdendo a validade, sem que outras novas sejam estabelecidas (SILVESTRO *et al*., 2001).

A questão central, como assinala Silvestro e Cortina (1998), é a ruptura com as possibilidades objetivas de formação de novos estabelecimentos em razão da impossibilidade da repartição das áreas paternas (para evitar a perda da viabilidade econômica) e pela vontade dos filhos em sair do meio rural, em função da desvalorização da agricultura e da atividade agrícola. Para Champagne (1986a), há uma situação de "crise" na reprodução social da agricultura, pelo crescente desinteresse dos filhos em seguir na profissão dos pais. Segundo Woortmann (1990), a crise tem origem no momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra.

As dificuldades sucessórias impõem aos pais a possibilidade da venda da propriedade ou mesmo deixar para os filhos, embora saibam que estes não retornaram a propriedade para produzir (SPANEVELLO, 2008). As conseqüências da não sucessão rompem com outra dinâmica já estruturada da sucessão familiar: a responsabilidade pelos pais. Segundo Silvestro *et al.* (2001) hoje a obrigação de ficar com os pais é fracamente minoritária, confirmando que o padrão sucessório anterior em que o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade está enfraquecendo.

O trabalho de Spanevello (2008), com agricultores familiares sem sucessores, mostra que a ausência dos filhos na propriedade é motivo de preocupação dos pais e os encaminhamentos derivados do amparo na velhice é um assunto, que embora não abertamente discutido com os filhos, permeia os pensamentos da atual geração de agricultores. Spanevello (2008) constata duas situações: agricultores que almejam ser amparados pelos filhos ou mesmo por terceiros, embora gostariam de ficar residindo no meio rural; agricultores que esperam ser amparados pelos filhos e pretendem residir na cidade junto deles.

Segundo o estudo da autora, uma parcela dos agricultores sem sucessores, gostariam que os filhos tomassem para si a responsabilidade dos cuidados na velhice. No entanto, ciente que esta possibilidade pode não ocorrer optam por inserir "alguém de fora", podendo ser um parente, um vizinho, um conhecido não apenas para auxiliar nas atividades da propriedade por conta da diminuição da força física advinda com o avanço da idade, mas para garantir o amparo e os cuidados necessários na velhice. A questão central é a preocupação com os cuidados, ainda que não sejam os filhos. Outro fator que

está atrás desta decisão é a possibilidade permanecer residindo na propriedade, tendo em vista que os filhos residem no meio urbano.

No entanto, outra parcela de agricultores entrevistados por Spanevello (2008), buscam assegurar o amparo dos filhos quando não puderem mais trabalhar na propriedade em razão do avanço da idade. Neste caso, o compromisso moral de cuidar dos pais, tende a persistir. Os agricultores não abrem mão de serem amparados pelos filhos, querem ficar junto deles, mesmo que isso implique em sair da propriedade e residir na cidade. O que parece efetivamente importar não é o local de moradia "se tiver que ir para a cidade, vamos ir", mas a possibilidade de contar com o apoio dos filhos. E ir para a cidade, segundo Spanevello (2008), refere-se ao fato dos pais não esperam o retorno dos filhos a propriedade abrindo a possibilidade de residir na cidade, mas "mais para frente", conforme retratam os agricultores pesquisados pela autora. O mais para frente, conforme Spanevello (2008) está diretamente relacionado ao esgotamento da capacidade física e não a idade. No meio rural, o conceito do ser velho não pode ser levado pelo rigor da legislação. Na legislação brasileira, a velhice é demarcada pela idade: 60 anos, sendo que os aspectos mais determinantes desta faixa etária é a aposentadoria. No meio rural, especialmente nas regiões de agricultura familiar, a pessoa com mais de 60 anos, embora aposentada[3], ainda é ativa. A aposentadoria, conforme Paulilo (2004, p.235), "não significa parar de trabalhar, mas receber todo o mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado". Nestas condições, a aposentadoria não representa o fim da vida produtiva, a ausência do mundo do trabalho e das atividades sociais comunitárias.

O receio de migrar para a cidade e morar com os filhos também está associado ao fato de evitar ser um inconveniente para os descendentes e até mesmo para os netos. Conforme cita Spanevello (2008), os pais reafirmam não querer ir para a cidade, enquanto puder vou "ir me virando por aqui". O que está em jogo neste caso, é a liberdade do casal, a autonomia da casa, os costumes especialmente para aqueles que passam a residir na mesma casa em que os filhos. As diferenças entre as gerações podem ser motivos de conflitos e desentendimentos que os pais tentam evitar através da resistência a moradia no meio urbano, especialmente se tiverem que viver embaixo do mesmo teto que os filhos. Ao sair da propriedade, como mostra Spanevello (2008), os agricultores aceitam viver longe do estabelecimento quando precisarem efetivamente

[3] A idade mínima para uma pessoa se aposentar no meio rural é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, conforme estabelecido na Constituição Brasileira de 1988.

dos filhos, mas é possível constatar que os pais tendem a permanecer na propriedade até o "limite das forças", seja pelo apego a terra e a vida construída no local.

O trabalho de Zanini (2009) realizado entre descendentes de italianos na região central do RS, também mostra que casais morando sozinhos, sem filhos, produzindo apenas o necessário para a sobrevivência, preferem continuar morando na zona rural, apesar do chamamento de algum filho para se mudar para a zona urbana. Esta resistência, segundo a autora (2009, p. 105) "pode também estar associada ao receio de representarem um empecilho à liberdade ou ascensão dos filhos".

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados da pesquisa confirmam que o amparo na velhice é motivo de preocupação entre os agricultores. A análise dos dados revela distintas situações ou encaminhamentos que levam em consideração ficar na propriedade ou residir na cidade, estar junto com os filhos e/ou ser cuidado pelos filhos e aceitar os cuidados de terceiros. Os principais encaminhamentos são: a) ser amparados pelos filhos e residir na cidade com eles; b) gostariam de ser amparados pelos filhos, mas não sabem como vai ser; c) gostariam de ser amparados pelos filhos, mas podem ser cuidados por terceiros; d) gostariam de ser amparados pelos filhos, esperando o retorno dos descendentes a propriedade.

a) **Vão ser amparados pelos filhos e pretendem morar na cidade com eles.**

Diante da escolha dos pais - ficar com os filhos - a possibilidade encontrada é ir junto deles já que os mesmos não pretendem voltar a propriedade, seja para produzir ou morar. A decisão de ficar com os filhos está embasada não apenas na vontade dos pais, mas na sinalização dos filhos para tal possibilidade, conforme observa-se na fala da agricultura 10: "*Acho que eles vão me cuidar, não me importo se vou com eles ou se eles vem. Mas eu acho que eles vão me levar para perto deles."*

Segundo os entrevistados, o principal argumento usado pelos filhos para levá-los a passar o final da vida na cidade é as maiores facilidades na assistência a saúde existente no meio urbano. Além disso, os agricultores levantam que a redução gradual da capacidade física para produzir funciona como outro argumento impulsionador usado pelos filhos para conseguirem que os pais partam para junto deles. A partida para a cidade, segundo os entrevistados, possibilita aos filhos dar a devida atenção aos pais.

No entanto, é importante ressaltar que a ida para o meio urbano traz um sentido de mudança para os pais: sair de uma vida tranqüila, do contato com a natureza, do silêncio da "colônia". Ademais, os entrevistados reforçam que aceitam ir para junto dos filhos, mas isso não significa residir na mesma moradia: "*Uma filha quer que eu vá na casa dela, mas eu disse que não quero"* Agricultor 5. A preocupação dos entrevistados é que ao residir sob o mesmo teto, podem acabar se tornando inconvenientes ou até mesmo um fardo para os filhos.

Em síntese, este grupo de agricultores de entrevistados aceita o amparo dos filhos, abrindo a possibilidade de residir no meio urbano próximo dos seus descendentes. No entanto, a opção por estar perto dos filhos e de contar com a ajuda deles não significa residir sob o mesmo teto.

b) Gostariam de ser amparados pelos filhos, mas não sabem como vai ser.

Para os entrevistados deste grupo, a saída dos filhos gera um sentimento de "perda", cuja conseqüência no longo prazo é a própria solidão dos pais, uma vez que passa a residir na propriedade apenas o casal.

Embora cientes que os filhos não vão deixá-los desamparados, que farão o possível para que os pais sejam auxiliados de alguma forma na velhice, os entrevistados ainda não planejaram como este processo pode ocorrer e nem mesmo parecem ter conversado com os filhos sobre tal definição. As indecisões giram em torno de quem ira ampará-los, se permaneceram na propriedade ou se irão para o meio urbano. No entanto, se a decisão dependesse unicamente dos entrevistados, certamente gostariam de serem cuidados pelos filhos, conforme ressalta o agricultor 1 *"Se pudesse escolher, escolheria só ficar perto delas"* e de preferência permanecer na propriedade. Mas este desejo enfrenta algumas oposições: a dificuldade do retorno dos filhos que já possuem suas famílias e seus empregos e a retomada das atividades produtivas.

> Eles não querem terra. Não é fácil a gente ficar sozinha, queria ter uma filha perto. A gente se sente sozinho. Eu me preocupo com o amanhã, o que vai acontecer comigo. A gente é um estorvo para eles. Se uma filha quisesse morar comigo eu queria, mas eu não vou ir morar com eles. Os filhos já não vêm visitar a gente, imagina se vão querer cuidar de nós. Eles nem reconhecem mais as origens, às vezes parece que eles nem cresceram aqui, pois tratam com desprezo. Agricultor 3.

Nesta condição, as contradições entre os que querem os pais e o que querem os filhos são aparentes: ser amparados pelos filhos, com o retorno dos mesmos para a

propriedade, conforme salienta o agricultor 7 "*Eles não vem, mas eu queria. Queria que eles viessem, só que eles já têm a vida feita. Não podem mais voltar*". Neste circulo de incertezas, não há nada definido entre os pais e os filhos.

c) Gostariam de ser amparados pelos filhos, mas poderão ser cuidados por terceiros.

Diferentemente do padrão sucessório anterior, podemos dizer atualmente que agricultura familiar está passando por uma fase de novas escolhas: os pais estão tendo que tratar de forma distinta seu próprio destino na velhice. Uma das formas encontradas entre os agricultores entrevistados é a opção por uma pessoa de fora do núcleo familiar (podendo ser um parente, vizinho ou alguém de confiança). Ciente das dificuldades em termos de retorno dos filhos e dos inconvenientes de residir junto deles, os pais agem de forma distinta quanto ao encaminhamento: contratar uma pessoa. Desta forma, terão quem os cuide, sem precisar interferir na vida dos filhos. Um aspecto importante deste encaminhamento, é que os filhos não se negam a ajudar os pais, como o entrevistado 2:

> ...acho que eles cuidarão de nós. Acho que eles vão querer nos levar, mas eu não quero ir para a casa de filho nenhum. A gente pensa em arrumar uma pessoa para cuidar da gente, não quero incomodar os filhos. Temos que ficar no canto da gente até que Deus venha buscar nós. Sei que meus filhos tem a vida deles, se preocupam com nós, mas sabem que não podem largar as coisas deles para nos cuidar.

No entanto, os pais avaliam que devem procurar outra forma para garantir o amparo na velhice, independentemente dos filhos. "*Se tem possibilidade vamos pagar alguém, porque os filhos não podem cuidar. Eles têm seus empregos e não podem ficar sem*" (Agricultor 9).

Ao tomar esta decisão, os entrevistados salientam também a preocupação em como pagar a pessoa irá cuidá-los. Uma das possibilidades relatadas é fazer uso dos recursos financeiros acumulados durante a vida (especialmente através da poupança e do uso da aposentadoria rural), conforme afirma o agricultor 4 "*Eu já disse para elas (filhas), a gente já acumulou um pouquinho para pagar alguém para cuidar de nós. Elas tem a vida delas para cuidar, e mesmo que elas estarão muito longe, como já estão hoje*".Outra possibilidade é usar a terra ou propriedade como garantia para pagar um terceiro, conforme esclarece o agricultor *7 " ... a terra é garantia para nós quando velhos. E se eles (filhos) não vão cuidar, podemos pagar alguém"*.

É possível identificar outros aspectos que permeiam este encaminhamento dado pelos pais: 1) ao abrir mão dos cuidados dos filhos e julgar que uma pessoa fora os filhos pode assumir esta responsabilidade, os pais deixam claro que gostariam de ser cuidados com dedicação e atenção, no conforto da suas casas repudiando a idéia de *"ir para um asilo*" conforme ressalta o agricultor 8; 2) o local para passar a velhice pode ser tanto no meio rural, através da permanência na propriedade ou mesmo cidade: *"vamos ficar aqui em Esperança, na cidade. Já temos nosso túmulo aqui. Não vamos incomodar os filhos"* agricultor 8. Neste caso, ter o túmulo significa já ter pensando no momento da morte e estar prevenido para quando este fato ocorrer, sempre dentro da lógica de "não dar trabalho aos filhos".

d) Gostariam de ser amparados pelos filhos, contando com o retorno dos mesmos para a propriedade.

Os valores morais e econômicos empregados a propriedade são fortemente identificados entre os entrevistados. Uma das formas mais expressivas deste apego é a tentativa de permanecer na propriedade até o final da vida, ou seja, os agricultores não pretendem sair da propriedade.

Apesar de compreender que os filhos construíram uma vida diferente daquela dos pais, e já terem suas próprias famílias, gostariam que os filhos voltassem: "*A minha filha mais velha queria voltar, mas daí o marido dela ainda ta trabalhando. Eu acho que ela volta pra cuidar de nós"* Agricultor 9. A forma encontrada pelos pais - e vista por eles como a mais indicada- é o retorno dos filhos a propriedade. Assim, além de estarem amparados pelos filhos, podem contar com a possibilidade de reativação produtiva da propriedade.

Dentre todos os entrevistados constatou-se um caso, em uma filha voltou para a propriedade. Mas o retorno é marcado por condições bastantes específicas: A filha e o marido já estavam aposentados e seus filhos também já tinham sido encaminhados profissionalmente, então voltou para cuidar dos pais e produzir alguma coisa na propriedade. No entanto, exemplos como o citado acima, são pouco freqüentes e conhecidos, apenas sabe-se que o retorno dos filhos, em alguns casos, é possível. É com esta esperança que os pais insistem em permanecer na propriedade *"...os filhos podem voltar um dia"* Agricultor 4.

CONCLUSÕES

A análise dos dados revelou que boa parte dos entrevistados espera ou gostaria de ser cuidado pelos filhos, seja no meio urbano ou na propriedade. No entanto, uma parcela de agricultura tem dúvidas se os filhos assumiram esta responsabilidade e não sabem como vai ser quando a velhice chegar, enquanto outros entrevistados resolveram decidir esta questão por conta própria, com a justificativa de que os filhos têm suas moradias, suas famílias e o trabalho, não dispondo de tempo para cuidar dos pais.

Estes aspectos reforçam a idéia da mudança pela qual está passando a questão sucessória da agricultura familiar. Se anteriormente os filhos tendiam a ficar e amparar os pais, hoje uma parcela de agricultores não somente percebem a dificuldade de ter um sucessor, como apresentam dúvidas se serão cuidados ou não pelos filhos, outros aceitam sair da propriedade para residir no meio urbano na tentativa de ficar perto dos filhos, pois os mesmos não retornam a propriedade ou, ainda, procuram contar com a possibilidade de terceiros para ampará-los na velhice em razão da ausência dos filhos. Estas diferentes possibilidades construídas pelos agricultores reforçam não somente a desestruturação de um padrão que prevalecia nas antigas gerações, mas revela a ausência de um padrão uniforme ou único na atualidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMOVAY, R. *et al*. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, Paris, n**.** 5-6, p. 32-135, 1962.

BOURDIEU, P. Reprodução Proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: _____ **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l´identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales,** Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986a.

CHAMPAGNE, P.Elargissement de l´espace social et crise de l´identité paysanne. **Cahiers d´Economie et Sociologie Rurales**, Paris, n.3, p.73-89, dez. 1986b.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em 15 dez. 2009.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

SILVESTRO, M. *et al*. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SILVESTRO, M.; CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.11, n.4, p.5-8, dez.1998.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

WEISHEIMER, N. **Caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. Relatório.

WOORTMANN, K. **"Com parente não se neguceia"**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

ZANINI, M.C.C. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, D. P (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** – Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, Vol. II, p. 89-108, 2009.

AGRICULTURA FAMILIAR E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES AGRICULTORAS[1]

Roseli Alves dos Santos

Doutora em Geografia pela Unesp – campus de Presidente Prudente. Colegiado de Geografia, GETERR, Unioeste. E-mail: roseliasantos@gmail.com

GT04- Família, gênero e geração

INTRODUÇÃO

Desde o início da organização do projeto de pesquisa/extensão que objetiva registrar as experiências político organizativas das mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná, a questão do processo produtivo, das dificuldades, dos avanços, da organização e da participação política dos agricultores e agricultoras familiares sempre esteve presente. Assim como o questionamento: **como as mulheres se inseriram neste processo? Quando se conta a história da agricultura familiar, também se conta a história das mulheres?**

A invisibilidade da rica organização das mulheres agriculturas desde a década de 1970 e o não reconhecimento deste trabalho pelas novas gerações, aliado as dificuldades de reorganização do trabalho das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná possibilitou que a partir de debates se constituísse uma equipe de trabalho para efetivação do estudo e do respectivo registro das experiências através da organização de um documentário e de uma cartilha destinada ao debate da temática e da organização da agricultura familiar destacando a participação das mulheres agricultoras. Inicialmente a parceria se estabeleceu entre ASSESOPAR (Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural), COOPAFI (Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada), INFOCOS (Instituto de Cooperação do Cooperativismo Solidário), STR (sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A organização do projeto de pesquisa/extensão teve por subsídio a metodologia de Sistematização das Experiências Populares utilizada pelos movimentos sociais da América Latina. Essa, embora utilizada de forma parcial, foi fundamental na construção de uma

[1] Pesquisa realizada a partir de uma parceria entre a Universidade e entidades da agricultura familiar, realizada no âmbito do projeto de extensão do programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pela Secretaria de Ciências e Tecnologia do Estado do Paraná.

narrativa, composta por cerca de 50 mulheres que vivenciaram o processo de organização desde a década de 1970.

A construção da narrativa demonstrou as dificuldades e conquistas decorrentes da organização política das mulheres agricultoras. Desde a Revolta dos Colonos, quando se instituiu a luta política em defesa da agricultura familiar e a decorrente regularização das terras a participação das mulheres foi fundamental, na defesa de suas famílias e propriedades, no entanto a luta institucionalizada destas ocorre somente a partir de 1970.

A organização das mulheres agricultoras em um primeiro momento se estrutura com base no Movimento Popular de Mulheres, ligado a ala progressista da Igreja católica. Neste processo a ligação com a Igreja o debate se centrava na importância da organização política das agricultoras, mas não em sua especificidade de mulher e sim no contexto da agricultura familiar, no entanto, o tema "mulher" ligado a Igreja, sindicato, família fosse prioritário.

A participação das mulheres nesse movimento não foi tranqüila, pois no período, a estrutura familiar patriarcal restringia as mesmas ao trabalho doméstico e da roça, a esfera privada, o qual era considerado como uma forma de ajuda no trabalho do marido ou dos irmãos.

O Movimento Popular de Mulheres contou com o forte apoio de padres e leigos belgas, que realizavam na região um trabalho missionário e de organização da agricultura familiar, focando na participação política e na organização coletiva. Assim, mesmo em um período de ditadura militar, embora não encontramos relatos de maiores conturbações decorrentes desta, constituíram forte base de organização da agricultura familiar, a qual se colocou contrária ao pacote tecnológico da agricultura, debatendo suas conseqüências e as formas alternativas de se posicionar frente ao mesmo.

Apesar da oposição efetivada, o pacote tecnológico aos poucos se efetiva na região e trouxe consigo conseqüências na estrutura produtiva e organizativa da agricultura familiar, que não constitui neste momento no foco do estudo.

O Movimento Popular de Mulheres se posta contrário à modernização tecnológica capitalista da agricultura da forma que se impunha, provocando alienação e subordinação dos agricultores, em especial, os familiares. O trabalho deste grupo, juntamente com os padres belgas e leigos fomenta a contraposição a partir de práticas de organização e reflexão sobre a prática agropecuária. Preocupavam-se em estruturar as famílias na

agricultura, pois nessa época o êxodo rural estava intensificando-se e precisava propor atividades que possibilitassem ao agricultor permanecer no campo.

Entre as ações desse movimento destacavam a importância da participação política por meio dos sindicatos e também de partidos políticos.

Na década de 1980, após muita luta, as mulheres passam a ser organizar em torno da organização sindical. Ao conseguirem chegar aos sindicatos, tanto o Movimento Popular como a Comissão Sindical, se envolvem nas lutas em defesa da terra e pelo reconhecimento da mulher como agricultora, estabelecendo como bandeira a aposentadoria rural integral para mulheres, a assistência previdenciária, a documentação feminina etc. Nestes momentos, há uma luta conjunta em defesa dos direitos sociais defendidos por homens e mulheres de forma conjunta.

O trabalho sindical deu maior visibilidade à participação feminina, apesar dos preconceitos que encontravam. No entanto, a luta continuava centrada na sua condição de mulher agricultora e na defesa da agricultura familiar, não sendo parte principal das pautas da organização política a questões específicas das mulheres, como tripla jornada (afazeres domésticos, trabalho na roça e participação nas entidades), falta de locais para deixarem os filhos etc.

As mudanças na produção também provocam alterações na comercialização, com as unidades produtivas familiares produzindo para atender o mercado capitalizado. As famílias agricultoras tornam-se consumidoras dos produtos e mercadorias localizadas no espaço urbano.

No final da década de 1980, as relações entre o urbano e o rural se intensificaram, mas o agricultor que antes produzia a maior parte do que necessitava para continuar produzindo e vivendo na e da terra passou a depender do mercado. Mais uma vez as mulheres se organizaram para defesa da organização da agricultura familiar, inicialmente organizando protestos e posteriormente debatendo e edificando formas coletivas de comercialização, as quais são aos poucos dominadas e dirigidas pelos homens. Sendo na atualidade restrita a participação das mulheres nas entidades representativas da agricultura familiar.

O leite é um exemplo, pois na região sempre foi considerado como um trabalho de "mulher" e a renda oriunda da comercialização do mesmo também. Mas quando se

transforma em uma das mais importantes alternativas, para a agricultura familiar, passa a ser administrada pelos homens.

> O leite era trabalho das mulheres, os homens nem entravam nas estrebarias... Se os homens entrassem na estrebaria, a vaca faltava só se matar, pois ele só entrava lá para vacinar! Hoje que estamos vendendo o leite e o cheque sai no nome do homem. A mulher precisa ser respeitada como igual, não ser melhor. Se a gente organiza o movimento de mulheres é porque queremos ser iguais. Que a sociedade nos veja assim, alguém como instrumento para mudar a história" (Maria Libardi do Couto – Planalto - PR).

Essa e outras questões que se apresentam no cotidiano da agricultura familiar demonstram que mesmo com a organização das mulheres, estas têm dificuldades para conseguir se firmarem na liderança desse processo. Uma das causas observadas é justamente o foco das organizações, tanto do movimento Popular de Mulheres como a Comissão Sindical de Mulheres, nas questões de organização do trabalho e não nas especificidades das mulheres, as quais tiveram dificuldades para ampliar o movimento de organização, trazendo mais mulheres para o processo formativo, quer seja por questões e conflitos familiares, interesses pessoas ou por falta de condições materiais para viabilizar a sua participação.

Na atualidade a temática da organização das mulheres agricultoras tem sido discutida e reavaliada pelas mulheres que atuam nas diferentes organizações da agricultura familiar. A efetivação deste projeto de pesquisa e extensão tem ajudado nesta reflexão, inclusive, com a constituição em 2009 de um coletivo de mulheres que buscam promover a participação política das mulheres, em especial das novas gerações, na defesa dos direitos das mulheres.

BIBLIOGRAFIA

Batistti, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. Campo- Território: revista de geografia agrária, v.1, n.2, p. 65-91, ago. 2006.

Movimento Popular de Mulheres do Paraná: 10 Anos Construindo Vida. Márcia Carneiro Knapik (org)

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. IN: Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 175-204. acesso em 01/04/2010.

ARQUITETURAS DO COTIDIANO: A ESCOLA, AS FAMÍLIAS, A TERRA E O ARTESANATO

Exzolvildres Queiroz Neto – Doutorando Eng. Agrícola: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – FEAGRI-UNICAMP. Bolsista do CNPq.
exzolvildres.neto@feagri.unicamp.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Professora Titular – FEAGRI-UNICAMP.
sonia@feagri.unicamp.br

Madeleine Piana de Miranda Queiroz – Professora Assistente – DED-UFLA.
madeleine.piana@ufla.br

GT04 – Família, gênero e geração

RESUMO

O objetivo deste texto é analisar a arquitetura do cotidiano, isto é, as ações e reflexões dos atores a partir do artesanato, da terra (o solo "vivido) e o ambiente, o projeto político-pedagógico da escola que é uma proposta curricular e, ao mesmo tempo, a concepção de educação de uma professora; a organização familiar dos agricultores, para além das concepções de populações tradicionais, onde o artesanato abre novas perspectivas para a participação feminina e, também, masculina na geração de renda produzindo um desenho familiar complexo em um espaço migrante (as saídas temporárias e definitivas) e mutante (adensamento da população) na Comunidade Rural de Campo Buriti. Destarte discorrer sobre a visão de mundo das pessoas em seus contextos e ambiente. O artesanato, a escola, a terra e a família como amálgama de uma arquitetura de complexas estruturas em fluxos

1. INTRODUÇÃO

À medida que se descortinava a realidade dos agricultores familiares de Campo Buriti, município de Turmalina no Alto Jequitinhonha, MG (pesquisa em 2006), evidenciou-se a complexa organização familiar, a visão de mundo dos atores sociais e suas perspectivas de produção, a estrutura agrária, o ambiente, a construção de uma escola, a dinâmica do artesanato e os desenhos de família, gênero e geração. Uma arquitetura do cotidiano ao mesmo tempo, material, imaterial e simbólica.

A pesquisa foi realizada com um total de 150 famílias. Os procedimentos metodológicos compuseram-se de: observação não participante e de entrevistas semi-estruturadas (Rojas, 2004). Objetivou-se, neste sentido, um levantamento das questões sociais, ambientais (o solo como

elemento de interface), educação, infra-estrutura, bens e serviços públicos. A terra (solo) foi uma variável fundamental para entender o contexto das famílias e a convivência com as limitações: baixa da fertilidade, processo de erosão, diminuição da oferta de água e as estratégias para contornarem os problemas viabilizando alternativas, entre elas, a migração (principalmente para São Paulo, para o corte da cana-de-açúcar na usinas, nos períodos de abril a novembro), a migração da grota (vale) local das terras férteis para a chapada onde ocorre o adensamento populacional em Campo Buriti.

Sem embargo, a escola se tornou um referencial, pois, está diretamente relacionada com a migração de algumas famílias em busca da educação formal para os filhos (as). O artesanato faz a conexão da arquitetura do cotidiano demonstrando os novos arranjos das famílias de agricultores e a transposição de uma representação de gênero, onde o artesanato é visto como trabalho feminino, mas ocorre a incorporação de vários homens, principalmente, jovens que despontam a perspectiva de permanência e de geração de renda em oposição à migração.

A contribuição vislumbrada, pelo autor e as autoras, diz respeito à complexidade do cotidiano, mesmo em um espaço rural, onde a história é uma construção e as escalas um trabalhar com as vicissitudes da vida. O cotidiano, em uma perspectiva de Freire (1987), onde a comunidade é um arranjo dinâmico e reconstrutivo *na práxis*. O cotidiano, também, como instância da arena e o uso dos bens e recursos comuns e os conflitos a partir de Ostrom (1993). A construção do cotidiano, em uma perspectiva espacial em Santos (2002), uma solidariedade no acontecer do tempo social. Por conseguinte, tem-se por pretensão demonstrar os atores sociais construindo espaços de dignidade em uma paisagem de teórica escassez.

A arquitetura do cotidiano é uma construção de fixos e fluxos ao longo do tempo, portanto, da história (Santos, 1982 e 2002). O sentido do tempo cotidiano é uma composição histórica das narrativas de cada pessoa e comunidade em determinado lugar. As estruturas são construídas e reconstruídas e alteradas pela ação-reflexão do cotidiano, pois, não é possível rendermos às condições fixas desta arquitetura, pois, são os fluxos que dinamizam a história pessoal e coletiva. Por suposto, é sempre melhor explicar os fatos à luz da história do cotidiano do que das abstrações? De fato a historicidade do sistema do lugar (cotidiano) nos leva a problematizar e refletir, pois esta história é construída por atores que fazem escolhas e agem. Logo, o sentido do tempo envolve uma percepção das atitudes e opções pelas mudanças, as visões de mundo. São experiências que se inter-relacionam; uma situação presente às experiências passadas e às perspectivas futuras.

2. A TERRA

A terra (solo) não é percebida como um bem de troca, mas como um bem de uso e que agrega vantagens, para além de uma concepção meramente econômica, como a possibilidade de manter a família unida (mesmo que alguns integrantes tenham migrado) e o de cultivar os referenciais culturais como o artesanato (Woortman, 1990). A terra é o esteio da comunidade, é o pertencer a um lugar. Com relação à questão sobre a posse da terra 93% das famílias entrevistadas possuem terra. Destas 73% tiveram acesso por herança e 20% compraram a terra. Há, por suposto, um processo de fragmentação da terra conduzindo ao uso excessivo do solo (dados de pesquisa, 2006).

O solo (a terra) é um amálgama, local de trabalho, descanso, conflito, confraternização, espaço do face a face na comunidade. Destarte desenvolve-se uma prerrogativa distinta, ao agronegócio, quanto às aspirações da comunidade em relação ao solo e ao ambiente – ser, estar, fazer, saber – uma interação múltipla e simultânea em um mesmo contexto. Na perspectiva de Freire (1987) um processo de ação-reflexão das pessoas com o mundo, um saber-fazer. Neste sentido, não há um solo "ideal" a partir do uso dos bens comuns em um cotidiano solidário. Por suposto o solo ideal depende do uso que se pretende dele (Resende *et. al*., 2007). Existe, sem embargo, o solo "vivido", que não se contrapõe ao solo "ideal", mas é uma construção. É o suporte para a construção das pessoas em seus espaços cotidianos, um lapidar de técnicas e conhecimentos, por vezes imemoriais, mas adornados pelos saberes e as emoções, os conflitos, os equívocos, as migrações, as possibilidades de se trabalhar com o tempo e o ambiente. O solo "vivido" é a terra, é uma das conexões, se não a principal, na arquitetura do cotidiano e das vicissitudes do ambiente na Comunidade de Campo Buriti.

3. AS FAMÍLIAS

De modo geral o universo das famílias de agricultores é construído por uma relação fundamental entre dois "mundos": a casa e o roçado (Heredia, 1979). É um processo de reprodução biológica, econômica, simbólica e cognitiva. É na concretude do espaço casa-roçado que a vida dos agricultores se enreda em uma arquitetura do cotidiano. Mas, por outro lado, o conceito de família traz em si a complexidade da própria humanidade.

Para Lévi-Strauss (1986) família é universal. A vida familiar está presente, praticamente, em todas as sociedades, mesmo naquelas que possuem costumes sexuais e educacionais bastante distantes dos costumes ocidentais. Os diversos campos disciplinares, em quaisquer correntes teóricas, são confrontados com as mudanças produzidas pela própria sociedade em relação ao "desenho" da família. O conceito de família, conforme Bruschini (1989), deveria ser dinâmico, mas está sedimentado em questões sociais e culturais que transcendem a questão demográfica. Para a

Antropologia a família, tal como a conhecemos atualmente em nossa sociedade, não é uma instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, a reprodução, como também, o conceito de família refere-se, de um lado a um grupo social concreto e empiricamente delimitável e de outra parte a um modelo cultural e a sua representação.

Assim neste texto, na tentativa de apreender o conceito de família, de um lado o que se tem é o recorte simbólico mais fluido dos estudos antropológicos, demográficos e sociológicos. Admite-se, destarte, a família como fator de produção de formas simbólicas, isto é, a inter-relação entre as pessoas em determinado contexto, conforme (Thompson, 1995); o esteio para a vida em comunidade, referencial individual e coletivo, de amparo, de produção de um espaço de diálogo interno e com a sociedade, uma mediação entre as tensões do mundo de dentro e o mundo de fora.

O trabalho doméstico é a principal atividade das mulheres na Comunidade Rural adensada de Campo Buriti, o que poderia parecer óbvio e até reforçar a representação de papéis masculinos e femininos. Mas um fato interessante, advindo das entrevistas (2006), que corrobora com a idéia da mulher, como agente de ligação do mundo da casa com o mundo de fora, é a expressão utilizada, por algumas entrevistadas, que é o processo de "gerenciar a casa". O trabalho doméstico não encerra, em si, somente as tarefas diárias, mas é um importante fator na estrutura social, quando se combina o cuidado dos filhos com as representações em comunidade e, principalmente, com o artesanato em cerâmica (atividade desenvolvida, prioritariamente, pelas mulheres). Há um considerável número de lares chefiados por mulheres na comunidade, o que aproxima esta realidade ao censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que constata, em todas as regiões brasileiras, o aumento do número de mulheres chefiando os lares.

A importância das mulheres, neste delicado equilíbrio das representações de gêneros, está associada ao fato de que algumas famílias têm no artesanato uma importante fonte de renda familiar e esta atividade, pelo menos por enquanto, é uma prática das mulheres. Este fato nos remete as perspectivas de renda, que algumas famílias vislumbram no artesanato e, por isso, induzem os homens para um processo de compreensão das técnicas e dos processos artesanais de tempos co-relatos, mas distintos do trabalho na terra. A arquitetura do cotidiano nas representações de gênero, na comunidade, está em franca mudança. Os valores, atitudes e ações se relacionam com uma perspectiva de valorização do artesanato (geração de renda) e no fato de haver uma relação de poder, isto é, uma instância de debate, na contemporaneidade, entre homens e mulheres sobre os destinos da família.

1. O ARTESANATO

O artesanato em cerâmica, como foi constatado durante as entrevistas (2006), funciona como uma irrupção sinérgica para a geração de renda na Comunidade de Campo Buriti e as representações de gênero. Muitas famílias dependem da renda gerada pela venda das peças levando os homens a vislumbrarem o processo de ensino-aprendizagem. Pode estar em curso um processo de redimensionamento da arquitetura do cotidiano a partir do reposicionamento dos atores em relação ao uso dos bens comuns. Neste sentido, o artesanato como linguagem produz um espaço de debate, em uma perspectiva de Bakhtin (1992), produz mecanismos que aproximam as representações de gênero, por vezes assimétricas, numa relação de poder. As artesãs, em Campo Buriti, na medida em que "detêm", simbolicamente, a técnica e a reprodução das peças e a possibilidade da reprodução econômica através da renda, mas também da autonomia criativa, geram um ambiente de possibilidades e ambigüidades. O que é extremamente promissor para a arquitetura do cotidiano.

O Centro de Artesanato de Campo Buriti acolhe a Associação das Artesãs. O espaço é, também, a arena da capacidade humana de reinventar o seu cotidiano. A associação é um dos fatores de mudanças na arquitetura do cotidiano, pois as artesãs e artesãos associados, principalmente, as mulheres, que são maioria, são comunicadoras das mudanças. De apurado senso estético estas mulheres fazem a anunciação como atores ativos na comunidade. Conforme Marim-Barbero (2003) as mulheres são grandes reveladoras de paradoxos sociais e culturais, pois, promovem a união entre as tramas sociais e as afetivas, as problemáticas e as alternativas, a dor e a esperança.

Contudo valoriza-se, neste texto, o papel da mulher em Campo Buriti, mas não se coaduna com a perspectiva funcionalista, e por vezes ufanista, da mulher na contemporaneidade. Corre-se o risco de imputar às mulheres a remissão do próprio homem e, até mesmo, de algumas políticas públicas voltadas para a família.

O trabalho artesanal tem suas fontes no processos culturais locais, contudo, o resultado final depende da habilidade individual de cada artesã, o que produz uma classificação, na perspectiva do autor, de uma certa hierarquia do resultado do trabalho e reflete na facilidade com que a artesã consegue comercializar as suas peças. Observou-se, em Campo Buriti, certa tensão, quanto às reais possibilidades de geração de renda do artesanato. Algumas demandas foram debatidas pelas artesãs durante uma reunião da associação, mas a questão fundamental, que se inter-relaciona a várias outras, é como expandir as vendas? Esta é uma questão fundamental e simultaneamente paradoxal, uma vez que todo tipo de artesanato não é uma produção em série e, ainda mais, cada peça, em si, traz um ciclo de trabalho, tal qual o trabalho do agricultor familiar. Portanto, que estratégias e

alternativas tendem a contrapor a imposição de modelos externos (políticas públicas, ações de organizações não-governamentais) que buscam diminuir a dependência a partir de elementos locais? Contudo, que caminhos percorrer para tornar o artesanato uma fonte de renda sustentável? O artesanato foi, também, inserido na midiatização sobre o Vale do Jequitinhonha, na contemporaneidade, é uma "marca" veiculada pela mídia muito mais colada a uma "ideologia idílica" do espaço rural e suas tradições do que da valorização da arquitetura do cotidiano e sua complexidade.

Sem embargo, há, em Campo Buriti, uma relação estética com o mundo. Quando se observa uma peça do artesanato em cerâmica, do Vale do Jequitinhonha, chama a atenção a estética peculiar de suas formas, cores e contornos. Cada elemento que compõe o todo da peça passa por referenciais históricos, culturais e da relação das pessoas com o ambiente. Admirar uma peça de artesanato, principalmente, para que a faz é admirar a si mesmo e o seu contexto. Em Campo Buriti o artesanato tem, atualmente, uma função útil e uma função estética. Neste sentido, admite-se o termo estética, para além das definições tautológicas ou somente da procura do belo como verdade, mas na perspectiva de Sánchez Vásquez (1999, p. 146), "O estético a que nos temos referido é [...] a qualidade de um objeto humano, ou humanizado, peculiar, não importa se natural ou artificial, ao qual, por sua forma sensível, é imanente certo significado." Falta, entretanto, uma leitura mais apurada destes significados pelos atores das políticas públicas.

2. A ESCOLA

A escola é, para a Comunidade de Campo Buriti, um fator medular na arquitetura do cotidiano. As famílias que saíram de suas terras em busca de novas perspectivas, o que parece indicar, valeram-se da escola como suporte a um novo dimensionamento para a vida dos filhos e filhas.

Por outro lado as reflexões sobre a educação não apresentam, por vezes, uma consonância entre as necessidades dos(das) alunos(as), os currículos propostos, a formação dos professores e os projetos político-pedagógicos da escola. Neste contexto, a escola, como instituição, as normas e regras e, principalmente, a estrutura física – o prédio – são em muitas comunidades o acesso às políticas públicas. A questão envolve recursos financeiros, mas gravita, também, em torno de uma distribuição de responsabilidades e autonomias entre municípios, estados e a federação. Como se não bastasse, cada escola é uma processo único no todo da educação.

Mas qual a importância da escola para a arquitetura do cotidiano de Campo Buriti? A concretude da escola surge da imaterialidade do sonho da professora Faustina:

Nosso Sonho

> Todos na vida temos sonhos.
>
> É direito de sonhar. Sonhamos com vida digna sem precisar migrar.
>
> Precisa-se de dar um jeito, mas por onde começar?
>
> Aparecem várias propostas para acabar com a migração.
>
> Mas se não tivermos emprego nem tampouco uma formação,
>
> como podemos enfrentar a vida do Sertão?
>
> Vimos falar de um projeto de uma escola diferente, que nos prepara para a vida.
>
> Esse projeto apresenta grande importância na região unindo, escola, família e parcerias [...].

Quando se lê o que esta professora escreve (esta é uma entre as diversas poesias de um trabalho literário fecundo) é possível dimensionar o papel da escola para a arquitetura do cotidiano. Para corroborar com a maestria do seu trabalho, há que se valer de Paulo Freire (1987, p. 78).

> A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas nas palavras, no trabalho, na ação-reflexão.

O sonho da professora Faustina se materializa a partir da presidência da Associação Comunitária de Educação Rural de Turmalina (ACERT), que conduz a Escola Família Agrícola, uma proposta de escola que se constrói no cotidiano. A ACERT é uma associação constituída de pais de alunos, agricultores, que respondem juridicamente pela Escola Família Centro de Artesanato (CEART).

Neste contexto, novas linguagens, espaços e tempos no ensina e aprender são pretendidos pela Escola Família. Assim, o artesanato é um dos elementos de mediação com o mundo. É, ao mesmo tempo, histórica e cultural, saber local e universalização das possibilidades e da cidadania. O currículo está voltado para o processo de ensino-aprendizagem formal, mas que não se detém, somente, na vertente do conhecimento, mas leva em consideração um processo: família-escola-comunidade, para se atingir o conhecimento vinculado à realidade do(da) aluno(a). É uma arquitetura complexa e em fluxo, portanto, transdisciplinar.

3. AS ARQUITETURAS DO COTIDIANO

O tempo e o espaço, de uma arquitetura do cotidiano, são dimensões indissolúveis que envolvem as ações e reflexões humanas e, também, os processos do ambiente. Para Milton Santos (2002).

> A unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio não é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física chama-se tempo real, e do ponto de vista histórico, será chamado de interdependência e solidariedade do acontecer (p. 27).

Portanto, quando se fala das arquiteturas do cotidiano não importa tanto a perspectiva de um território fixo e de estruturas com conexões perpétuas, mas de relações dos elementos do espaço. O resultado da combinação desses elementos extrapola a possibilidade de uma homogeneização definitiva de um lugar ou região.

Assim, como o tempo, o espaço e a arquitetura do cotidiano podem ser particularizados, mas não é possível estremá-lo da ação-reflexão das pessoas em seus contextos. Não é possível dissociar as pessoas dos espaços e, por conseguinte, de suas arquiteturas, pois um engendra o outro ao mesmo tempo em que por este é engendrado. Em termos do espaço e do tempo uma arquitetura cotidiana vai sendo concebida, construída e reconstruída.

Diante de todas as grandes e rápidas modificações por que está passando o mundo, qual a importância de continuar estudando a arquitetura do cotidiano? Mas é, justamente, por isso que estas arquiteturas se tornam fundamentais, pois é onde se encontra a universalidade do ser humano: a ação-reflexão do mundo, a reconstrução crítica da realidade, a problematização.

4. POSSÍVEIS CONCLUSÕES

A realidade das famílias de agricultores em Campo Buriti expõe a complexidade do espaço rural. Na contemporaneidade muitos estudos buscam explicar a ruralidade em curso. Ora, não é possível traçar significados precisos, mas identificar o crepúsculo da simplificação da análise dos processos humanos pelo viés econômico-setorial. Por outro ângulo vislumbrar aqueles processos que se estruturam no e a partir das inter-relações dos fluxos no espaço rural. Como ficou demonstrado, mesmo em comunidades "tradicionais", há um (re)arranjo, talvez recente(?) das perspectivas de gênero, como também, do desenho de família.

É fundamental considerar a perspectiva dos atores em seus cotidianos, talvez as arquiteturas devam ser analisadas pelo ângulo de um caleidoscópio, que apresentando combinações novas no tempo e no espaço social nos leva a problematizar.

Assim, esta arquitetura cotidiana: terra, escola, famílias e artesanato devem ser compreendidos pelas razões (lógicas), não somente pelos padrões, pelas quais famílias de agricultores conseguem traçar estratégias em ambiente de "escassez" ou "limitações", o que pode contribuir para ampliar o conhecimento do uso da terra e do solo, da cultura, dos desenhos de famílias, da importância da escola e das pessoas a partir do cotidiano, isto é, do tempo social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRUSCHINI, C. **Uma abordagem sociológica de famílias**. Revista Basileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-11, jan-jun, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. IFCH-UNICAMP, [s,d] mimiografado, 1986.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

OSTROM, E. GARDNER, R., WALKER, J. **Rules, games and common-pool resources**. Michigan University Press. Michigan, 1993.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, A. **Convite à estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SANTOS, M. **O espaço e seus elementos: questões de método**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. In: Revista Brasileira de Estudos de população. Jan-Jun. 1990.

AS MULHERES CONTAM A HISTÓRIA: MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA, ASSENTAMENTO PADRE JOSÍMO TAVARES (PA)

Elizangela Rodrigues Lopes de Oliveira
Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas
Graduada em História
Rua Alberto de Salvo, 54 , AP16
Santa Genebra II, Campinas –SP, CEP 13084-759
elizangelalaloliveira@gmail.com

Taísa Marotta Brosler
Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas
Mestranda
R. Tenente Lorival Bertinotti, 852, casa 04
Village Campinas, Campinas – SP, CEP: 13085-724
taisamb@terra.com.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas
Doutora
Avenida Candido Rondom, 501
Cidade Universitária II, Campinas – SP, CEP 13083-875
sonia@feagri.unicamp.br

GT04 - Família, gênero e geração

Objetivo da reflexão

A conquista da terra de trabalho é vivenciada coletivamente, produzindo histórias e memórias que guardam, entre outros sentimentos, os ressentimentos e frustrações. Isso, através dos olhos de um grupo de mulheres, é relatado, através da história de vida, problemáticas que perpassam a convivência coletiva, resultando em particularidades que afloram os sentimentos e os ressentimentos contidos na memória.

A experiência de vida das mulheres do assentamento Pe. Josímo Tavares – Conceição do Araguaia (PA), onde a memória ainda encontra seus resquícios de vivência, oferece relatos ricos em detalhes e sentimentos para a construção da memória e ressentimento que tais sujeitos carregam durante suas vidas, vidas essas marcadas por discursos que nem sempre levaram em consideração suas perspectivas para o cultivar da vida, principalmente no reconhecimento do poder de voz da luta das mulheres

agricultoras.

Situação empírica

A pesquisa foi realizada no Assentamento Pe. Josimo Tavares, na cidade de Conceição do Araguaia-PA, onde se entrevistou cinco mulheres assentadas no período de 2007 a 2008. Quatro dessas apresentavam idade entre 50 e 60 anos e uma delas possuía 24 anos, apesar dessa última diferenciar na idade dentre as outras não ocorreu diferença nas narrativas no que tange suas memórias e ressentimentos. Outro aspecto dessas mulheres é que todas são vizinhas, esse fator é fundamental devido à organização das mesmas na criação do grupo de mulheres no presente local e a representação de seus desejos coletivos.

A pesquisa empírica, assim como a pesquisa de campo no que tange as mulheres e a conquista da terra, busca uma abordagem da história das mulheres na história e discorre sobre a luta destas, expondo a realidade do estudo sobre as mulheres no âmbito da academia e a realidade vivida pelas mulheres que participaram da pesquisa. Para além dos discursos sobre a história das mulheres, demonstra-se também a realidade da luta pela terra e os problemas atrelados a conquista da terra, a presença da mulher nesse processo e a inserção da mesma em questões sociais, políticas e econômicas. Partindo para o campo das sensibilidades, essas mulheres narram suas trajetórias de vida e, com isso, expõem suas memórias e ressentimentos arraigados em suas lembranças e sonhos.

Contribuições

Estudar a sensibilidade, a sociabilidade, os ressentimentos e a construção da memória individual e coletiva dessas comunidades, através da história de vida das mulheres, é mostrar, também, a sua importância e relevância para a história. A questão agrária brasileira retratada por assentamentos, acampamentos e movimentos sociais explicita uma realidade constituída de problemas e impasses na organização territorial nacional, na distribuição e uso da terra. Com essa ponderação a realização de pesquisas nesse sentido, na compreensão do modo de vida dessas pessoas e a forma como percebem os fatos que se dá em seu próprio meio e no seu entorno, tende a acrescentar outras discussões já realizadas sob outros aspectos, de modo que com a construção de um olhar voltado para si possa favorecer um conhecimento em benefício da própria comunidade.

AS MULHERES E A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA

Introdução

Buscar a história das mulheres na história tradicional é deparar-se com o esquecimento e a negação das mesmas. A história calcada em valores culturais, sociais, políticos e econômicos de cada tempo e espaço por muito se deteve e ainda se detém a processos cujos sujeitos, em sua maioria, são do gênero masculino. Esses fatores intrínsecos às sociedades, e orientados por valores viris, ofuscaram e até obstruíram a manifestação das mulheres na própria história, o que relegou a importância delas e com eles os ensejos da vida.

O silêncio e a invisibilidade a que as mulheres foram submetidas é notável a partir do momento em que se constata a sua quase ausência nas fontes históricas, isso fica claro na escrita de Perrot (2005);

> *"(...) as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (...)"* (PERROT, 2005, p.17)

Conforme a mesma autora, as representações que se têm das mulheres são produzidas pelos homens, o que as coloca sob um discurso empreendido pela imaginação e idealizações do olhar masculino.

A historiografia ancorada nos moldes que cada sociedade propõe à escrita histórica deixa à margem a vida de mulheres que apoiaram ou vivenciaram de forma direta ou indireta revoluções, guerras, dentre outras participações, onde as mulheres em meio à pluralidade permaneceram submetidas à generalização masculina.

O estudo das mulheres depara-se em dificuldades que variam desde o confronto com as fontes, devido ao silêncio destas, dificultando as interpretações, até a falta de reflexão sobre a especificidade do objeto e a aplicação de categorias de pensamentos que, até então, eram advindas da história "tradicional".

Pensar a mulher e sua inserção na sociedade é ampliar o olhar sobre novos

sujeitos e situações sociais, que apontam para uma nova escrita da história. A reescrita da história supõe que novos olhares e novos métodos se estabeleçam no processo em que se insere. Assim, o movimento feminista e a própria escrita da história das mulheres está inserido em processo histórico articulado no tempo e no espaço, espaço esse não só geográfico, mas também social e político no qual as mulheres se manifestam, participam e constroem suas próprias narrativas.

Considerando que o silêncio das mulheres nos discursos é significativo em relação à proporção masculina, o que dizer então das mulheres que estão à margem da sociedade e não apenas por serem mulheres, mas também por fatores econômicos, culturais e políticos? O que dizer das mulheres iletradas que dedicaram e dedicam suas vidas ao campo, à agricultura? Qual memória as mulheres camponesas carregam na sua própria história?

Para responder a essa questão a discussão sobre gênero apresenta-se como bandeira representativa desse discurso; seu reconhecimento fez com que a história das mulheres deixasse de ser apenas uma tentativa de corrigir um registro do passado considerado incompleto e torna-se um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção de saber e de gênero. Isto possibilitou, principalmente, divisar a fragmentação e explicitar a diversidade que existe entre as próprias mulheres.

Escrever sobre a história das mulheres constitui uma aventura que perpassa os paradigmas pré-determinados na história, aventura que com as possibilidades emergidas da história cultural permite-nos olhar para a própria história e perceber fatos que passaram despercebidos conforme caminhava a história tradicional. Dessa forma, o confronto entre racionalismo e sensibilidade deixa de ocupar os pólos do conhecimento e passa a interagir, o que representa para os atuais pesquisadores um desafio na composição de trabalhos que visem os reparos ou mesmo novas criações para história.

Ao conceber a história como em constante construção, propõe-se uma abertura para transformações e para o surgimento de novas formas de interpretações e olhares sobre a própria história, vários olhares propuseram-se cabíveis nas interpretações de problemas e estiveram imersos na própria história em um determinado tempo e espaço.

Dessa forma, pode-se atribuir à história cultural, com suas respectivas características, um olhar que enxerga e pressupõe novas perspectivas para a história. Nesse caminho, adentra-se no campo das sensibilidades, da memória e dos ressentimentos para trabalhar a memória.

Memória essa que carrega significado e re-significa do passado evocado e lembrado, memória que pertence ao tempo, o tempo de lembrar e de narrar, o tempo de relembrar e esquecer, o tempo vivido. Assim, o estudo da memória evoca um passado não representado ou rememorado pela história e um passado que guarda particularidades nas lembranças de quem o viveu.

Atrelada a memória os ressentimentos se delineiam na história de vida e são caracterizados pela dor, inveja, medo, angústia, sonhos que trazem consigo o nostálgico e o melancólico (ANSART, 2004).

Para alcançar esse conteúdo, fez-se uso da técnica da história oral, a qual possui relevância na medida em que se dá a importância da aproximação de histórias não documentadas pelos modelos historiográficos tradicionais e o acesso a fontes produzidas por sujeitos históricos que registram determinadas faces da história, serve como ferramenta na construção do discurso e permite uma maior aproximação de novos sujeitos e suas subjetividades.

A história de vida, uma das formas de se trabalhar com a história oral, apresenta-se como um caminho na qual o sujeito se expõe, resultando em biografia e memória do entrevistado. Dessa forma, a história como um todo decorre de toda uma postura do sujeito com relação à história e às configurações socioculturais, privilegiando-se a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2004).

Dentro dessas discussões, pretende-se demonstrar que a conquista da terra de trabalho é vivenciada coletivamente, produzindo histórias de vida e memórias que guardam, entre outros sentimentos, os ressentimentos e frustrações. A conquista da terra, como forma de legitimação do trabalho da família agricultora, é propulsora de experiências individuais e coletivas vivenciadas pelo grupo que constitui o assentamento e que relatam, através da história de vida, problemáticas que perpassam a convivência coletiva, resultando em particularidades que afloram os ressentimentos contidos na memória.

Nessa perspectiva de estudo da memória tanto individual como coletiva é que vão delineando visões de mundo, características peculiares a cada assentamento ou acampamento e assim a história vai se construindo. A memória vivida que ainda existe e a história da memória que segue no rastro das variadas experiências e práticas de memórias que ainda persistem e relutam em permanecer ativas (NORA, 1993); constituem em ressentimentos que são compostos no cotidiano do processo de luta e conquista da terra.

Para tanto, apreende-se, mais que sujeitos sociais com memória coletiva, a memória individual que retrata realidades múltiplas, mas com características semelhantes, desejos, sonhos, ressentimentos e perspectivas de pessoas que tem sua trajetória de vida desbotada pelas marcas do sofrimento tanto a nível psíquico quanto físico, que desempenharam e desempenham até o ultimo suspiro em luta pela sobrevivência.

O presente estudo trata da memória e dos ressentimentos de mulheres do Assentamento Pe. Josímo Tavares, na cidade de Conceição do Araguaia – PA. A história de vida dessas mulheres rompe as barreiras do concretismo de paradigmas para mostrar outra face da história que alarga suas fronteiras a novas temáticas.

Assentamento Pe. Josimo Tavares: A construção de um lugar e a esperança de um povo.

O Assentamento Pe. Josímo Tavares foi constituído em 1997, sob a responsabilidade do INCRA, da desapropriação de 30,1 mil hectares da Fazenda Tainá-Rekã, mais conhecida entre seus atuais moradores como Fazenda Bradesco, localizado no Município de Conceição do Araguaia, Pará.

Com esse nome, o assentamento expressa a luta campesina das comunidades locais e os embates entre a via campesina e a grande propriedade privada, assim como os elementos que compõe o processo de apossamento da terra e grilagem.

Este faz parte de um processo de desapropriação de terra advindo, antes de tudo, da luta e persistência de um grupo que reivindica direitos sociais garantidos constitucionalmente, o qual teve início com os grupos formados por famílias acampadas em frente à sede da fazenda Bradesco, onde passaram meses aguardando o processo de desapropriação. Durante esse tempo, decorrem-se muitos fatos ligados a questões internas do movimento dos acampados, nesses aglomerados os problemas sociais afloram-se. Na experiência de acampamento da assentada de 64 anos, em entrevista cedida em julho de 2008, é relatado o seguinte:

"(...) nesse acampamento nós sofremos demais, só eu com aquele menino, o Leonardo, ele tinha um ano de nascido. Menina, a gente ia buscar água pro acampamento eram quilômetros, para nós irmos buscar água ainda era olhando para um lado e pro outro, pistoleiro pra todo lado com as armas metidas. Tinha uma cerca que nós passávamos beirando pra ir pra essa fonte, cheio de pistoleiro, é nós não

tirávamos um galho de folha do lado da cerca pra lá, que era do lado daqui da Bradesco, nós ficamos acampados na terra do Dr. Carlo, já beirando a cerca pra entrar pra cá, que pra lá não entrava não que pistoleiro estava. Aí nós íamos, mulheres, buscar água e eu com aquele menino nas costas. Ainda tinha horário marcado que é por dono pegar água, o nosso horário era de nove até onze da manhã, é o horário quente, aí de duas até três, que era hora de tarde de pegar água pra poder banhar e tudo, e aí voltava pra traz, e eu com aquele menino nas costa e uma lata d'água na cabeça e era tudo correndo que era muita gente, (...)" (Neutina, assentada, 54 anos)

Com essa narração percebem-se algumas dificuldades enfrentadas durante a estadia no acampamento, porém, ela demonstra mais do que isso, a distribuição dos afazeres, deixando claro que a mulher era a responsável por abastecer o acampamento com as necessidades, distanciando sua participação dos problemas políticos.

Outra questão está na insegurança e ameaça constante de jagunços que, por se tratar de uma experiência, uma prática vivenciada, ficará na memória dessas mulheres e das crianças por longas datas.

A vida antes de chegar à sonhada terra é cheia de percalços, dificuldades que implicam em sofrimento. Essas dificuldades, pelas quais as mulheres agricultoras passaram e passam, mostram a força e a vontade de mudança, uma mudança na qualidade de vida, porém deixam em suas memórias as marcas de uma história de sofrimento.

"(...) essa terra aqui foi ganha, nós fomos pro acampamento com meus menino. A vida no acampamento não era muito boa não, a água era longe, a cesta de alimento que eles davam pra nós era pouco, só a quantidade do dia. Tinha muita gente, nós fazíamos a barraquinha de lona e de palha, e era aquela vida. Tinha muita violência, tinha festa e o pessoal brigava. Hoje aqui ta bom pra nós (...)" (Maristela, assentada, 53anos)

O problema mais comum constatado era o da alimentação, com pouco alimento conquistado através de doações, tanto do INCRA como de parentes da cidade. Uma das assentadas entrevistadas relata o grande número de pessoas no acampamento, aproximadamente quinhentas (500) famílias que se abrigavam em barracos de lona. A comida, no caso dela, era a filha que mandava, pois esta trabalhava na cidade.

Com o passar do tempo, a conquista do alimento foi adquirindo espaço pela cooperativa, pelo povo pedindo comida na rua e por "ajuda" – que, segundo as entrevistadas, provinha dos "grandes" que estavam envolvidos no movimento. Na fala da mesma fica explícita a marca em sua memória, a do ressentimento e angústia quando expõe tal realidade.

"(...) arrumaram uma cooperativinha, aí traziam comida, e aí a gente pegava com ***humilhação*** *um pouquinho de açúcar, só a quantia do dia, aí foi levando até, quando nós entramos aqui pra dentro (...)" (Neutina, assentada, 54 anos,* ***grifo nosso****)*

Ao chegar à área destinada as famílias, apesar de realizar o sonho de ter e estar na terra, enfrentam as adversidades advindas do lugar e da própria estrutura do processo de se assentar. Tais experiências, que ao longo do tempo foram sentidas e vividas por essas pessoas, fazem parte de suas memórias como um período de muitas dificuldades e labuta.

"(...) Nós entramos aqui pra dentro, daí pra cá nós vem sofrendo, chegamos aqui não tinha nada, só mata, água de jeito nenhum. O INCRA não ajudou ninguém, só fez cortar e dizer mesmo que é aqui, esse pedaço é seu, ta aqui no mapa e aí é picada, só mesmo pra dizer e pra mostrar o rumo, aí que nós fomos nos virar, essa muita água que tem aí hoje, não tinha não, as casas nossas eram ali em baixo, ali onde é o córrego, aquele córrego ali, era cheio de barraco. E hoje já tem umas quatro famílias que usam dessa água (...)" (Neutina, assentada, 54 anos)

O processo de assentamento das famílias passou pela divisão da terra onde cada família recebeu aproximadamente 14 hectares dessa área, os critérios dessa divisão ainda não estavam bem claros para os moradores e as dificuldades para instalação das famílias nos locais destinados pelo INCRA são percebíveis no decorrer da instalação na área desapropriada.

No ano de 1997, e nos conseguintes, as famílias levavam tudo que conseguiam, objetos domiciliares, e muitas vezes caminhavam cerca de 10 km de suas residências até o ponto de ônibus na estrada. No começo alguns moradores fizeram várias derrubadas, venderam madeira, construíram suas casas da madeira extraída do lote de terra cedido e conviviam com os famosos madeireiros que passaram a extrair madeira ilegalmente,

tanto da região que foi loteada quanto da área destinada à reserva ambiental.

A falta de infra-estrutura que, aliás, constitui um problema até os dias atuais, mostra a realidade que a conquista da terra traz embutida em sua luta, e esta não termina com a criação do assentamento. Um exemplo está na estruturação do local de moradia, relatadas anteriormente como sendo de lona ou de madeira, representadas como soluções locais. A energia é uma expectativa para os moradores, alguns já possuem, outros ainda esperam.

"O projeto da energia feito pela associação veio até o seu Salvador, agora diz que vai vim a energia para todos, só que nós não sabemos se vai chegar aqui este ano. Eu sei que a região da Xibiu foi contemplada, beneficiada, pra cá ainda não. Eu ouvi no rádio, teve a reunião com Ana Júlia (governadora do Estado), ai eles disseram que o único que foi contemplado foram eles. As coisas que a gente fica sabendo é pelo rádio, a não ser quando tem reunião e os presidente das associações informam. Mas eles não fazem esforços pelos agricultores, é igual quando eles fazem o projeto ai a gente já paga os técnicos, mas ninguém vêm, eles só fazem assim, olham as coisa e diz que está bom, mas não trabalham de verdade." (Elionete, assentada, 26 anos)

No decorrer dos anos os projetos de desenvolvimento foram chegando, as famílias receberam crédito moradia cujas transações foram realizadas pelo (BBC) Banco do Brasil, no Município de Conceição do Araguaia (PA), o que possibilitou abrir mais estradas e construíram pontes de madeira sobre os córregos que cortam as terras.

Para além de fases da vida roubadas por tamanhas necessidades e responsabilidades, as mulheres representam um forte apoio para a sustentação da família, essa característica é comum no meio rural, o que é incomum é o reconhecimento destas, de que a mulher é um fator de peso na política da agricultura familiar e do reconhecimento político das mesmas na tomada de decisões junto aos homens nas reuniões de associações onde a voz da mulher nem sempre é colocada. Por ser categorizado como um trabalho gratuito na maioria das vezes, o trabalho realizado pela mulher na agricultura familiar é considerado como uma "ajuda", e essa afirmação atenta-se para a falta de reconhecimento do trabalho da mulher como atividade econômica.

Na tentativa de inserção e reconhecimento diante das políticas do assentamento algumas mulheres se esforçam e criam pequenas cooperativas de cunho econômico para

conseguirem não só uma renda, mas, o reconhecimento e o respeito pela sua participação. Desconhecer o trabalho da mulher na agricultura familiar é torná-la invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola. As tentativas do grupo de mulheres na região da Inã, dentro do assentamento, demonstram as diversas dificuldades que enfrentam aquelas que se dispõe a participar do grupo.

"Nós não tínhamos nem um material, tinha que comprar primeiro, nós só tínhamos uma vasilha. Nós ainda não temos renda, como a Didi, ela já começou com a renda dela. Ai as mulheres exigiram o dinheiro, nem trabalharam e já queriam, essas já saíram, elas não entendem, pensam que a gente é que está ficando com o dinheiro, aí é que eu digo cadê a união?" (Neutina, assentada, 54 anos).

A falta de orientação e norteamento às mulheres do assentamento prejudica a formação da cooperativa, não que estas não tenham vontade de vencer, essa não é a questão mais pertinente, o que falta é uma instrução mais organizada e o acompanhamento pela assistência técnica, que não atende bem as questões levantadas pelas mulheres.

"Lá no Mineirinho nós íamos nas reunião dos grupo de homem, da cidadania da mandioca. Aí começaram a falar que tinha que ter os grupos de farinha e tudo mais, ai disseram: porque não funda o grupo de mulher, ficamos mexendo, um dia numa casa outro dia em outra. A EMATER toda semana vinha pra casa de compadre Salvador, e eu ia reunir pra conversar, fazer os planejamentos, pra ver como é que ia ser, fazer surgir alguma coisa assim. Eles vinham pra fazer uma reunião, o João estava dentro do grupo dos homens, mas quando o João não estava aqui, eu que ia, e eles falavam: e o grupo de mulheres? Eu dizia, o grupo acabou, esmueceu. E eles diziam: não, arruma as mulheres. Eu sei que fui mexendo, conversando até que um dia marcamos a reunião. Antes eu só participava do grupo dos homens, ai a Lenice da EMATER trouxe umas mulheres lá da Ingá (região de outro assentamento no município de Conceição do Araguaia), aí nós animamos. Compramos um pouco de coisa pra não estar pegando nas casas, aprendemos com elas, ai eu disse, vamos fazer, vamos trabalhar, fizemos requeijão, queijo, iogurte e doce, vendia tudo, só mesmo pros conhecido, os doces não dava pra nada, logo acabava. Entrou duas mulheres, viram que estava dando certo, começou entrar dizendo que queria dinheiro, que nós tínhamos que pagar desde o dia

da reunião, ai eu disse: Vamos parar um pouco pra dar um controle." (Elizabeth, 56 anos).

A participação das cooperativas na organização do grupo de mulheres desse local limitava-se a dar orientações para a formação do grupo, o acompanhamento e instrução contínua não se faziam presentes, e eram as próprias mulheres que tinham que arrumar o dinheiro para a incitativa. Para além dos problemas estruturais, existe ainda a falta de uma orientação pedagógica de gerenciamento e organização, uma consciência mais politizada que algumas mulheres não dispõem. Um fato interessante a ressaltar é que as mulheres começaram a desenvolver projetos participando de reuniões destinadas aos homens, e na fala de Dona Elizabeth, já é perceptível a relação de gênero quando a mesma identifica um universo masculino, nesse caso o grupo de homens, e é a partir desse outro, o homem, que se busca uma organização para as mulheres que possa atingir os interesses das mesmas.

Essa realidade expõe que a idéia de que a mulher não trabalha efetivamente na agricultura familiar é uma interpretação distorcida. É preciso achar as mulheres, descobri-las para que elas mesmas possam repensar suas vidas e se manifestarem na história, com as suas histórias.

CONCLUSÃO

A memória das mulheres é marcada por acontecimentos que envolvem o coletivo, seus olhares e ouvidos percebem um mundo do grupo, é uma representação que se forma do que é necessário no individual. Esse é o universo em que vivem essas mulheres e o lugar em que suas memórias e ressentimentos se ancoraram, seus sonhos são muitos, mas a desesperança já aparece na fala, no olhar daqueles que lutam e nem sempre vêem chegar o resultado.

"Eu queria tanta coisa"! Exclama Dona Elizabeth com a voz mansa e compassada como se passassem em sua mente todos os seus desejos. "hoje eu perdi a esperança". Direitos desrespeitados como ocorre com Dona Neutina "O tanto que eu já trabalhei, eu já sofri aqui na roça e não tenho nada, na idade que eu estou, 53 anos, já na idade de aposentar, ai não aposenta". Sonhos e desejos que lutam em insistir na concretização do que possa ser chamado de seu, do seu pedaço de terra.

A memória da conquista pela terra relatada por mulheres assentadas possibilita um outro olhar na construção histórica da conformação dos assentamentos no rural

brasileiro. Mostram a luta diária de representar a família, o grupo dentro do assentamento, fortalecer o seu poder de prover um futuro melhor para os filhos e parentes, na constituição do reconhecimento como parte do trabalho na agricultura familiar.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, 236p.

ANSART, P. "História e memória dos ressentimentos". In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res) sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 15-34.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005, p. 520.

AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: O PAPEL FEMININO EM (RE)CONSTRUÇÃO.

Jairo Barduni Filho – Universidade Federal de Viçosa
E-mail: rfbarduni@yahoo.com.br
Aline Guizardi Delesposte – Universidade Federal de Viçosa
E-mail: aline_guizar@yahoo.com.br
Ana Louise Fiúza de Carvalho – Universidade Federa de Viçosa
E-mail: louisefiuza@ufv.br

Grupo de Trabalho 4 – Família, gênero, e Geração.

Objeto de reflexão.

Dentro de um recorte das relações de gênero no meio rural, apontamos como foco de nossa reflexão o trabalho como demarcador de hierarquias, e negociações de gênero no meio rural e a ascensão das atividades pluriativas no meio rural como uma estratégia para o experenciar subjetivo do sujeito, enquanto "independência" almejada com as perspectivas abertas com as demandas pluriativas do campo.

Situação empírica (quando concernente à proposta do paper).

Este artigo foi construído sob a base teórica de disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, e pela experiência vivida por uma aluna recém graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa, proveniente do meio rural. Esta aluna veio por meio de sua pesquisa apontar novas perspectivas que decorreram de sua "saída" do meio rural, bem como a realização do matrimônio no viés do amor romântico (por escolha dela própria), em detrimento do destino traçado pela família, de continuação no trabalho rural, e matrimônio arranjado.

Definição, pelo(s) autor (es), da contribuição que pressupõe(m) oferecer ao debate na temática do grupo de trabalho.

Procuramos com este artigo problematizar a relação de gênero demarcada pelas hierarquias no trabalho e relações de convívio no meio rural, captar as subjetividades de

relações, discutindo aqui o que existe por detrás do visivelmente construído e reproduzido tanto pela imagem como pelo discurso como fundo de manutenção para a produção econômica do grupo familiar. Este estudo aponta para a perspectiva de pensarmos os sujeitos dessa construção coletiva como indivíduos possuidores de desejos particulares, com necessidades pessoais e com objetivos de vida individuais. Nesse sentido, podemos contribuir para pesquisas que venham a investigar processos de êxodo rural, produção no meio rural, conflitos rurais, desigualdade de gênero, sucessão familiar. Além de colaborar com pesquisas que trabalham com as mudanças de um rural agrícola após meados da década de 1990, onde se torna fundamental a perspectiva de pesquisar tais relações de gênero e seus desdobramentos neste novo rural que vem sendo delineados por investigações onde a subjetividade passa a ser mais visível em relação às pesquisas anteriores da década de 1990, que consideravam relevantes apenas o aspecto econômico e de produção do rural.

Introdução

O objetivo deste trabalho é construir de uma abordagem teórica a respeito da relação de gênero no meio rural; discussão da problemática que envolve a construção de um projeto de vida dentro coletivo familiar em detrimento às aspirações de um projeto de vida individual; analisar o papel da mulher e do homem como definidores de tarefas no meio rural, retratando uma nova dinâmica do rural do qual a pluriatividade se torna elemento de implicações nas relações de gênero, na melhoria das condições de vida e na realização pessoal.

Apresentam-se, inicialmente, um panorama sintético sobre as novas significações do rural e uma breve abordagem sobre a questão de gênero no meio rural, para depois serem examinados algumas características da forma de como a mulher está inserida na agricultura familiar, tais como: 1) A divisão do trabalho por sexo; 2) Os espaços de trabalho definidos pelas relações de gênero; 3) A questão da tecnologia e gênero; 4) A mulher rural diante das atividades pluriativas. E finalmente, ao trabalhar estas perspectivas, consideram-se as possibilidades de mudança e limitações da mulher com relação a situação de trabalho da mulher rural.

Pretendeu-se construir a análise a partir de uma revisão bibliográfica elaborada durante as disciplinas Relações de Gênero no Meio Rural e Sociologia Rural do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Recorremos também

a fontes complementares, como por exemplo, a monografia de uma aluna graduada em Pedagogia.

As novas significações do rural

O debate sobre a noção de rural, ou ruralidades, ganha importância no seio das análises sobre as recentes transformações ocorridas no mundo rural (após décadas de 1970 e 1980). A partir da crise agrícola vivenciada no sistema fordista em meados da década de 1970, o rural com viés agrícola passa a ser revisto pelas políticas públicas. As áreas rurais deixam de ser vistas como sinônimos de práticas agrícolas, em linhas gerais, observa-se um esforço em demonstrar que as populações que vivem nas chamadas áreas rurais são tão diversificadas, tanto em termos econômicos, composição social, acesso a bens e serviços, por exemplo, quanto sua contraparte urbana. Nesse sentido, é preciso levar em conta a multidimensionalidade do rural. O rural ganha dupla função, local de produção e consumo (PIRES, 2004).

E dentro desses contextos de transformações verificados no meio rural, que surge a questão de uma nova realidade, essas transformações não apontam para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade, tema do trabalho de Wanderley (2000).

De acordo com a autora, a nova ruralidade apresenta algumas dimensões como: a diversificação social, novos usos do rural, em especial, por pessoas provenientes do meio urbano, com fins produtivos, residenciais ou preservacionistas; Maior complementaridade entre rural e urbano, substituindo assim o caráter de antagônico; Crescimento demográfico, devido à diminuição das migrações e valorização de outros estratos sociais; Maior acesso a tecnologias, confortos e serviços que antes eram privilégio da cidade; Valorização e proteção do meio ambiente, das culturas e tradições locais que passam ser vistos como fonte de renda para população rural; Os agricultores passam a ter novos papéis, desempenhando uma diversidade de atividades, tornando-se profissionais para além do núcleo agrícola.

O rural foi sendo progressivamente (re)espacializado e a emergência da ruralidade será relevante para discutirmos as relações de gênero nesse meio.

A questão do gênero no meio rural

Para problematizar as diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres, que muitas vezes são naturalizadas, é necessário incorporar na análise a p*erspectiva de*

gênero. Para Lisboa (2003) essa perspectiva seria uma nova forma de compreender as percepções de mundo, os valores e os modos de vida, colocando em crise o força do patriarcalismo. A autora pontua que a perspectiva de gênero possibilita entender que as relações de desigualdade e injustiça entre os gêneros resultam da dominação socialmente construída e que as diversas opressões de classe, raça, geração desempenhadas sobre a mulher são moldadas por uma superposição de domínio.

A categoria "gênero" refere-se a características socialmente construídas, que por motivos políticos, econômicos, culturais e sociais, atribui papéis diferentes aos homens e mulheres. Dessa forma, gênero é uma construção simbólica e contém o conjunto de características designadas às pessoas a partir do sexo. Por sua vez, o sexo e o gênero não estão condicionados um ao outro de maneira reducionista, a própria sexualidade é uma diferença construída social, histórica e culturalmente (BRUMER; PAULILO, 2004).

As autoras denotam as especificidades imbricadas em relação ao sexo como uma construção social/cultural capaz de refletir na ausência ou delimitação de oportunidades que estas mulheres podem vir a garantir. Uma das possibilidades de conquista seria em relação ao estudo, que de certa forma proporcionaria o rompimento da reprodução de um *habitus* cristalizado. O trecho que segue abaixo nos ajuda a exemplificar esta condição de não reprodução do ofício no meio rural.

> Sou proveniente de uma comunidade rural e, durante a minha trajetória escolar, encontrei muitas dificuldades, para construir uma carreira escolar longa, como, por exemplo, a distância entre minha casa e a escola; os meios de transporte escolares precários e também conflitos familiares, pois prevalecia em minha família a hierarquia de gêneros, na qual as mulheres deveriam ser educadas apenas para a condição de esposa e mãe e, portanto, não se impunha a necessidade de uma escolarização longa, dado que o sustento familiar era visto como responsabilidade exclusiva dos homens. O desejo da minha família era que eu me dedicasse ao trabalho rural, juntamente com eles e aprendesse os fazeres básicos para uma boa "dona de casa" e esposa (PEREIRA, 2009, p.6).

1. A divisão do trabalho por sexo

A agricultura familiar brasileira é caracterizada pela participação de todos membros na produção do grupo familiar, entretanto é dado ênfase na figura do homem *pleno* como o principal membro deste grupo, isto é aquele que detém o conhecimento e domínio de toda cadeia de produção de sua propriedade. Esta condição demarca o papel da mulher como coadjuvante na relação de produção e de entendimento e apropriação das técnicas de produção. Esta incoerência de gênero é um fato decorrente ao longo história de sublevação do papel da mulher na sociedade.

Nesse sentido, o estudo apresentado por Moura (1978) expõe que o trabalho familiar que rege a lógica produtiva e reprodutiva do grupo está fundamentado na divisão sexual do trabalho, sendo que determinadas tarefas são consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres, além de estarem relacionadas com a posição ocupada por cada membro da família (pai, mãe e filhos). O reforço da idéia de que é o homem quem define as condições de sobrevivência do grupo perpassa pela cabeça de toda família, sociedade e Estado, predominando a crença de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo.

Deste modo os papéis definidos hierarquicamente no meio rural se reproduzem como o *habitus*, que Bourdieu (2001) aponta como uma predisposição, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são mecânicas, nem determinísticas. São dinâmicas e flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias. Tende a manutenção da história estanque que foi sendo construída através do discurso machista, e assimétrico na disputa de poder.

Essa ordem simbólica de dominação sinalizada pela lógica patriarcal contribui para a subordinação das mulheres na esfera do mercado de trabalho, na segregação da herança, salienta a divisão sexual do trabalho, naturalizando o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado) e designando ao homem o trabalho produtivo (remunerado) despendido nas atividades consideradas econômicas (PAULILO, 2004).

O processo de trabalho não é apenas algo que se faz. É também algo que se pensa. É uma "linguagem" por meio da qual, além de se construir a hierarquia e o gênero, se refletem sobre a condição humana. A divisão sexual do trabalho contribui com uma minimização de identidade da mulher rural em se considerar também como uma protagonista no trabalho rural. Levanta-se a questão de até que ponto uma divisão mais paritária de trabalho propiciaria uma relação de reconhecimento como indivíduo atuante e propositiva dentro da lógica de produção familiar?

2. A casa e o campo dois espaços de trabalho definido das relações de gênero.

A casa dentro da perspectiva antropológica indica que este espaço deve ser primado pela harmonia, pela convivência pacífica do obedecimento verticalizado de quem naquele espaço detêm da lei de comando entre os outros membros familiares, ao

contrário da desarmonia, confusão entre outros atritos que podem por em risco a coesão social, e a produção como um todo, que é oriundo dessa eficácia relacional (DaMatta, 2000).

Woortmann (1995) aponta para uma forma de produção pensada e praticada através de uma cultura de divisão de papéis a serem executadas por homens e mulheres, aos homens cabe o trabalho mais pesado em consonância com sua natureza biológica que lhes tornam aptos a: abrir a mata, cuidar do gado, cortar a madeira, e para a mulher, dentro de um pensamento demarcado por um amálgama do binarismo, seu corpo é condicionado ao trabalho de cuidado com a horta, com a casa, com a preparação dos filhos para a reprodução desse modelo social rural por herança, e o próprio cuidado do esposo, sendo este último talvez a mais importante função da tarefa da esposa. Tornando-se questionável as funções que determinam a construção protagonista da masculinidade à frente da relação de produção dentro do grupo familiar.

Neste aspecto a mulher enquanto cônjugue que teoricamente é possuidora de mesmos direitos possui uma participação majoritária no âmbito da casa, ao menos no sentido do trabalho doméstico. Mesmo assim esta participação se dá dentro de uma lógica da parte que complementa o todo do esposo, no caso o poder material e simbólico de mando na relação tanto social, quanto de produção.

Se dentro de casa o trabalho é tido como serviço, ou até mesmo prazer, ou favor, como lembra DaMatta (2000), é de se problematizar também a relação de gênero no meio rural, pois a relação de desejos no que diz respeito a individualidade, é o ponto de tensão condescendente com a cultura binária de espaços. O desejo de ocupar outros espaços inclusive o da roça não é um sentimento desconhecido para as mulheres do meio rural.

3. A questão da tecnologia e gênero, os entraves.

A tecnologia construída pelo homem, não abarca todos os homens, principalmente quando o contexto é o meio rural, esta tecnologia é renegada para as mulheres da casa, devido à divisão construída culturalmente da casa versus o campo, atesta-se que o serviço da casa não provém dificuldades, que a casa pode continuar arcaica em detrimento a dinamização do trabalho do campo.

Tendo em vista a aproximação entre cidade e campo, é compreensível que a tecnologia e conforto sejam um bem almejado pela família como um todo na medida do possível, porém sendo a mulher a responsável pelo espaço doméstico, ela acaba que não tem

participação nas questões que envolvem técnicas relacionadas à produção no campo, e mesmo quando esta é viúva a tecnologia não chega até ela devido a preconceito advindo de técnicos, se já não há uma relação dialógica entre o homem rural e este, o abismo de comunicação ainda é maior quando se trata da mulher provedora da casa.

Geralmente quando um trabalho realizado manualmente pela mulher passa a ser mecanizado quem o assume é o homem. Isso não ocorre pelo fato de as mulheres não gostarem de *mexer com máquinas*, mas sim pelo fato de os cursos de capacitação técnica ser voltados aos homens, bem como outros recursos, entre eles financiamentos, crédito, etc (BRUMER, 2004). A participação das mulheres em algum tipo de curso, na maioria das vezes, reforça os papéis femininos, ou seja, são cursos de beneficiamento artesanal de produtos agropecuários, de floricultura, panificação e confeitaria, etc.

SOTO (2002) não aponta a tecnologia como sendo algo ruim, entretanto, crítica a falta de liberdade do agricultor na liberação de outras atividades (culturais e filosóficas). Ou seja, aponta para a situação refém que este trabalhador se encontra na incorporação da tecnologia e cultura de produção urbana.

Apesar do reforço oferecido pelas instituições técnicas como os cursos para as mulheres desenvolverem atividades manuais, ainda este tipo trabalho deixa a desejar no que diz respeito às perspectivas das mulheres em ter maior expressão e reconhecimento do trabalho junto ao marido no trabalho rural.

4. A mulher rural diante das atividades pluriativas

A nova ruralidade que vem se tecendo a partir de meados dos anos 90, permite que sejam identificadas novas possibilidades de transformação das relações de gênero no meio rural, através de diferentes formas de organização do trabalho na unidade familiar.

Segundo Graziano da Silva (1999) o ator social privilegiado desse "novo rural" seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional, como forma de ampliarem os rendimentos, redimensionando, assim, o peso da atividade agrícola na reprodução social da família.

O projeto Rurbano[1] aponta alguns fatores que contribuíram para emergência dessa situação. A emergência da pluriatividade é decorrente do processo de aproximação entre urbano-rural, que resulta na expansão de novas atividades que não estão ligadas com a produção agrícola. Dentre os novos tipos de ocupação destacam-se as atividades de lazer (os pesque-pague, os agroturismo), as moradias da classe média urbana, o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques, estações ecológicas) e novas formas de emprego como jardineiros, pedreiros, atividades ligadas à prestação de serviço (Graziano da Silva, 1999).

A pluriatividade seria uma estratégia de negociação ou possibilidade de rompimento do papel cristalizado pela relação desigual de gênero, tornando-se um elemento fundamental de expansão das atividades de geração de renda, bem como a possibilidade de conquista de melhoria de vida da família concomitantemente à realização de projetos de vida do membro familiar como indivíduo. Identificamos um "salto qualitativo" de condições do *EU* enquanto sujeito de desejos próprios.

Possibilidades de mudança e limitações da mulher com relação a situação de trabalho da mulher rural.

Apesar de o indivíduo mulher ter como enfrentamento toda uma construção social e histórica de secundarização de seu papel dentro das relações familiares e de trabalho, entendemos que a nova dinamização do meio rural pode incentivar e desmistificar essa imagem social do trabalho considerado como ajuda, que é imbricado no imaginário social.

A disparidade nas relações sociais fragiliza a coesão harmoniosa da produção familiar, tendo em vista que é preciso que cada indivíduo se sinta como parte integrante de um sistema coletivo sem que prejudique as vontades e intenções de construção de seu projeto de vida individual. Nesse sentido a ampliação e apropriação de oportunidades individuais podem colaborar tanto para a autonomia do indivíduo quanto para a continuidade da vida familiar no meio rural.

BIBLIOGRAFIA

[1] O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva. Maiores informações [http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html].

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, V. 7, 2004, Nº. 12, p. 171 -174.

DA MATTA Roberto. **A casa & A Rua (Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil).** Editora Rocco. Rio de Janeiro. 2000.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Entre elas: afetividade versus complementaridade. In: **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. WOORTMANN, Ellen F.;HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. Brasília: NEAD,2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: Unicamp.Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**: **trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Argos, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural.** São Paulo: Hucitec, 1978.

PAULILO, Maria Inez S. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. V.12, 2004,p. 229-252, jan/abr.

PEREIRA, Simone Barbosa de Oliveira. **Trajetórias Escolares de Jovens rurais e a relação com a escola.** 2009. 52f. Trabalho de conclusão de curso - Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

PIRES, André. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2004. p. 149- 171.

WOORTMAM, Ellen. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Editora Universidade de Brasilia. São Paulo – Brasilia, 1995.

SOTO, Willian Héctor Gómez. **A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. 1a.. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002. 324 p.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000

CAMPESINATO, RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E LUTA PELA TERRA

João Augusto de Andrade Neto
CPDA / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
joaoaugustofox@gmail.com

GT04 - Família, gênero e geração

Introdução

Levantaremos alguns aspectos sobre a história do relacionamento de duas famílias da região do Meio-Norte brasileiro (estados do Piauí e Maranhão) investigada por meio de breves períodos segmentares de observação direta e por entrevistas abertas em profundidade realizadas entre julho de 2006 e março de 2009, no âmbito de nossa pesquisa de mestrado[1]. Para muitas pessoas a história e o tempo são compreendidos em termos das relações de parentesco, estas as quais possuem significados que estão para além dos laços consangüíneos ou de afinidade e suas derivações propriamente genealógicas (CARSTEN, 1997, p. 13-14). Neste sentido, basearemos nossa narrativa sobre o percurso e a constituição de ambas as famílias segundo os termos utilizados por seus próprios membros, cuja referência discursiva central está nas relações de parentesco e leva em consideração também os deslocamentos geográficos que efetuaram.

A primeira família é formada por pessoas em sua maioria provenientes do estado do Piauí, os Monteiro, que realizaram um movimento de migração de seu estado natal para a localidade rural conhecida como Pitoró dos Pretos, no município de Peritoró, na região do Médio Mearim, interior do Maranhão. No início dos anos 1990, após se assentarem em diferentes localidades próximas às fronteiras entre o Piauí e o Maranhão, foram ao encontro de uma situação de conflito por terras que terminaria lhes garantindo um lugar novo para viver e trabalhar, unindo-se a camponeses que usufruíam de antigas posses de terras.

A segunda família, por sua vez, é basicamente formada por antigos posseiros, os Arruda, que constituem o que podemos denominar um campesinato negro em área de colonização antiga. Seus membros compartilham da referência comum a um ancestral que é

[1] Cabe ressaltar que a possibilidade de realização de trabalho de campo deveu-se a atividades profissionais desenvolvidas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Maranhão, aliado aos esforços de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais / UFMA.

reconhecido como o fundador do *sítio*[2] que ainda hoje ocupam, no povoado[3] Pitoró dos Pretos. Após aproximadamente meio século de apropriação e usufruto das terras, em meados dos anos 1950 os Arruda assistiram-nas serem vinculadas aos domínios fundiários de um dono de fazenda e comerciante que alegava ter adquirido sobre estas a propriedade.

Neste movimento de reapropriação das terras, diferentes *sítios* ocupados por famílias camponesas a longa data, tal qual a área dos Arruda, foram incorporados aos limites da fazenda, sendo seus moradores obrigados a pagar anualmente o aluguel das terras agricultadas ao fazendeiro na forma de gêneros agrícolas, extrativistas ou por meio de serviços prestados. No final dos anos 1980, esse contexto foi radicalmente transformado pela deflagração de um conflito de terras que ficou conhecido pelos moradores de Pitoró dos Pretos como *o tempo da greve*. Em tal período as famílias decidiram coletivamente por não mais pagar o aluguel pela utilização das terras e começaram a se mobilizar junto às instituições oficiais para conseguir livrar-se da dominação e exploração do proprietário.

Sobre tal pano de fundo, partiremos da contribuição de autores que discutem temas relativos ao campo de estudos da família e do parentesco como antropólogos, sociólogos e historiadores, para interpretar algumas situações identificadas com base em nossos dados empíricos. Colocaremos em foco a constituição de inter-relações de parentesco entre os piauienses da família Monteiro e os maranhenses da família Arruda, partindo de noções como familiarização, amizade, vizinhança, compadrio, padrões de residência e mobilidade geográfica.

Partiremos da narrativa dos sujeitos entrevistados para esboçar uma análise que considere o papel da família e das relações de parentesco na constituição de suas trajetórias. Conforme Bourdieu, a noção de trajetória traduz-se numa série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou grupo num espaço social sujeito a incessantes transformações. Qualquer tentativa de substancialização dos sujeitos que não considere suas colocações e deslocamentos no espaço social seria prejudicial à análise sociológica (2002).

Concebemos o termo família tanto na conotação de grupo doméstico, ou seja, o espaço de reprodução econômica e social dos seus membros (que pode ou não estar relacionado a um núcleo residencial fixo), como quanto por certa perspectiva utilizada para interpretação das relações de parentesco que considera as relações de consangüinidade, afinidade e mecanismos

[2] A categoria *sítio* será descrita mais adiante ao abordarmos o modo como se estabeleceram as residências nos primeiros tempos de povoamento em Pitoró dos Pretos.

[3] Entendemos por povoado um núcleo que reúne pessoas habitando residências em estreita proximidade geográfica, sendo que para cada residência corresponde em geral uma família nuclear. Os membros das diferentes famílias mantêm diversos níveis de relações entre si, além de serem vizinhos e em alguns casos parentes.

de familiarização que permitem a assimilação dos sujeitos a famílias distintas daquelas nas quais têm origem. Observaremos ainda a relação entre as famílias e os padrões de residência e mobilidade geográfica, considerando as dinâmicas de formação de vizinhanças.

O antigo padrão de estabelecimento de moradias

Conforme os relatos de membros da família Arruda, de alguns dos moradores mais antigos de Pitoró dos Pretos e de membros de comunidades vizinhas no município de Peritoró, o fundador do povoamento na localidade teria sido o ancestral Joaquim de Arruda. Por volta de 1905 este teria adentrado junto com sua esposa Maria Inês Francisca Arruda e uma segunda mulher chamada Marcela na região de densa mata à margem do rio Peritoró[4], a qual não se encontrava desbravada ou ocupada por outros posseiros ou proprietários.

Inês Arruda vinha da localidade vizinha Santo Antônio dos Sardinhas e Joaquim de Arruda de Nossa Senhora das Dores. Não pretendemos nos aprofundar na descrição destes pontos da trajetória dos ancestrais da família Arruda por dois motivos. Primeiro, nossos informantes mais idosos possuíam em torno de 60 a 70 anos, não tendo vivenciado o período de estabelecimento do primeiro *sítio* no local que viria a ser chamado de Pitoró dos Pretos, o que inviabiliza a produção de informações mais aprofundadas sobre esta etapa. Além disto, o foco de nossa análise está num período posterior, no qual os Arruda estabelecem relações com os Monteiro.

Quando nos referimos à família Arruda, estamos mencionando todos aqueles que são parentes por laços de consangüinidade e/ou afinidade e compartilham em algum nível da referência aos ancestrais Joaquim de Arruda e Inês Arruda. Os filhos de Joaquim de Arruda e Inês Francisca nasceram e foram criados em Pitoró dos Pretos, tendo estabelecido suas próprias moradias e deixando de integrar o grupo doméstico de seus pais à medida que contraíam matrimônio. Conforme os relatos, o casamento em geral proporcionava a possibilidade de segmentação do grupo doméstico originalmente formado pelos pais, dando origem a um novo. Sua função é a de prover os meios para a reprodução econômica dos membros a partir do trabalho baseado na utilização da mão-de-obra dos integrantes do próprio grupo doméstico.

Ao longo do tempo os grupos domésticos têm modificado seu tamanho, número de participantes e grau de complexidade. É comum que passe por diferentes fases de co-residência entre gerações distintas, bem como outras fases em que sua composição torna-se

[4] A informação de que Joaquim de Arruda morava com duas mulheres numa mesma casa é mais um exemplo prático de que a noção correntemente utilizada de família ou família conjugal encontra significativas exceções.

mais simples. O número de braços ativos disponíveis para as atividades econômicas é um determinante da capacidade de reprodução do grupo doméstico. A herança e os sistemas de transmissão de direitos de sucessão representam uma outra dimensão a qual é particularmente importante no que tange a famílias camponesas (SEGALEN, 1983, p. 56-77), como é o caso dos Arruda.

Classificamos os Arruda assim como as demais famílias que vieram a se juntar ao povoamento em Pitoró dos Pretos como camponeses, com o objetivo de indicar certa caracterização sócio-antropológica. Essas famílias constituem parte de um segmento da sociedade nacional mais ampla que se encontra numa posição subordinada na estrutura social, podendo em linhas gerais ser identificado por desfrutar de um modo de vida próprio ao homem do campo, usufruir de uma dada extensão de terras e desenvolver atividades agrícolas sobre esta.

Antes da chegada do *fazendeiro*, as famílias de *assituantes* já haviam se apropriado das terras e definido seus topônimos (Pitoró, Resfriado, Costa, entre outros). A noção de propriedade privada conforme esta é concebida pelo ordenamento jurídico imposto pelo Estado-nação defrontava-se com o tradicional sistema de uso comum ali desenvolvido pela comunidade que se constituiu. Tal sistema combina a apropriação individual transitória de um grupo doméstico sobre as áreas utilizadas para agricultura (a chamada *roça*) com a posse permanente sobre a moradia e os *sítios* – que são áreas com árvores plantadas pelo seu *dono*, que servem também para o desenvolvimento de hortas e criação de animais (ANDRADE, 1999). As matas e rios utilizados para o extrativismo vegetal, para a pesca e a caça, não são considerados propriedade de ninguém, sendo usufruídos por todas as famílias que passam a integrar o povoamento que fora iniciado pelos pioneiros.

A chegada de outras famílias a um novo *sítio* em geral obedece a regras que são definidas pelo seu *dono*. O fato de ter investido o trabalho de grupo doméstico o qual chefia naquela porção de terras lhe confere certas prerrogativas no que tange ao controle dos recursos naturais na localidade e o acesso de novas famílias. À medida que estas passam a compor uma coletividade juntamente com os pioneiros, se tem a formação de uma comunidade que opera conforme um sistema de regras que permite a regulação do uso dos recursos. Se num primeiro momento as regras são ditadas pelos *assituantes* (fundadores do povoamento), na medida em que novas famílias se estabelecem estas podem ser alteradas e a autoridade dos pioneiros questionada (SANTOS, 2007).

A lógica do estabelecimento de *sítios* representa um tipo de expansão do povoamento rumo a localidades não-desbravadas e despovoadas, as quais são apropriadas por grupos

domésticos e podem dar origem à formação de comunidades compostas pela união de diferentes famílias. A associação de novas famílias ao grupo familiar de pioneiros se faz geralmente pelo estabelecimento de matrimônios, relações de compadrio e amizade. As novas famílias, ao estabelecerem tais vínculos com a família pioneira, não apenas é a esta assimiladas como adquirem o direito a construir moradias na localidade desbravada, o que dá lugar à formação de vizinhanças.

No caso do povoamento iniciado pela família Arruda, até os anos 1950 eram admitidos como novos moradores em geral parentes consangüíneos e afins. Com a chegada do *fazendeiro* que alegava deter a propriedade sobre as terras, outras famílias passaram a estabelecer moradias em Pitoró dos Pretos com a autorização deste, derrubando a mata e desenvolvendo suas *roças* em áreas vizinhas. Embora os Arruda presumissem deter uma espécie de *direito* sobre as terras, por as terem ocupado continuamente durante quase meio século, a chegada do *fazendeiro* implicou em grandes transformações no que diz respeito ao controle da terra e demais recursos naturais. Com essa mudança a nível local, diversas famílias de imigrantes vindos de outros estados da região Nordeste como Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Piauí, Paraíba e mesmo de outras localidades do Maranhão, passaram a ser vizinhos dos Arruda e de outros antigos *assituantes* assentados nas redondezas. Alguns dos mais antigos imigrantes confirmam que ao chegarem à localidade de Pitoró dos Pretos em meados do século passado, só havia *os pretos* da família Arruda ali residindo.

Situações semelhantes de apropriação privadas de terras antes livremente usufruídas por camponeses são comuns em todo o país e no mundo. Fazem parte de um movimento mais amplo de expropriação e exploração da mão-de-obra camponesa pela classe dos proprietários de terras, que em muitos casos se utilizam de expedientes criminosos como a grilagem para expropriar e subjugar famílias que mantinham antigas posses de terras.

No final dos anos 1980, com a distensão do regime ditatorial brasileiro e o retorno às instituições democráticas do Estado de Direito, novos movimentos na sociedade passam a se insurgir contra a dominação e exploração imposta pelos grandes proprietários de terras. As famílias de camponeses que são protagonistas de tais situações, como os Arruda e outros moradores de Pitoró dos Pretos, começam a construir em suas comunidades mobilizações para se verem livres dos desmandos dos assim chamados *fazendeiros*.

A ação dos chamados mediadores (políticos, representantes de movimentos sociais e ONGs, sindicalistas, dentre outros atores) ganha crescente destaque ao possibilitar a comunicação entre o nível local das comunidades e as instituições políticas e econômicas do Estado-nação (WOLF, 2003). Desta forma, conflitos fundiários surgidos entre famílias

camponesas e *fazendeiros* levam à elaboração de pautas de demandas que são encaminhadas aos representantes do poder público, com o objetivo de desfazer antigos mecanismos de dominação e exploração da mão-de-obra camponesa.

Nesse contexto e em paralelo a outros focos de conflito social que eclodiram na região vizinha em municípios como Codó, Coroatá, Lima Campos e São Luís Gonzaga (posteriormente em Peritoró, que se originou a partir do desmembramento de partes destes), surgiu um movimento de contestação do poder político e econômico do *fazendeiro* liderado pelos Arruda, contando com a adesão de várias outras famílias que viviam sob o jugo daquele. Esse movimento envolvia famílias residentes em povoamentos estabelecidos a partir de outros antigos *sítios*, como nas localidades Costa e Resfriado, bem como na Precateira, esta última cuja origem remonta ao período após 1950. Iniciado em 1989, após uma grave seca que impediu o pagamento anual do aluguel da terra pelas famílias, esse período entrou para a memória dos participantes como *o tempo da greve*.

A união na luta pela terra

A família Monteiro é em sua maior parte originária do estado do Piauí. Francisco Monteiro é o seu membro mais idoso, com 68 anos. Nasceu em Barra de Maratoã, no Piauí, e aos dois anos já havia morado em Inhuma, no Maranhão, para onde havia se dirigido o grupo doméstico original ao qual pertencia. Depois, sua família retornou ao Piauí, onde Francisco casou-se com Maria Monteiro.

Logo no início do seu casamento seus pais decidiram mais uma vez emigrar para o Maranhão, para o município de Aldeias Altas. Desta vez, Francisco Monteiro não os acompanhou a princípio, passando oito anos em Campo Maior vivendo junto com a família de origem de Maria Monteiro. Posteriormente deslocou-se de Campo Maior para Aldeias Altas, no Maranhão, com o objetivo de reencontrar seus pais. Junto com sua esposa que se encontrava grávida, conseguiu se estabelecer nas terras de um proprietário que cobrava um aluguel anual sobre as terras trabalhadas por meio da agricultura.

Não concordando com o fardo de ter que pagar pela utilização das terras plantadas, conseguiu emprego numa indústria de beneficiamento de arroz, trabalhando como assalariado no manuseio de uma máquina para pilar arroz. Por conta de um desentendimento com uma pessoa da localidade, foi perseguido por *pistoleiros* (assassinos de aluguel). Diante da ameaça à segurança de sua família, tratou de buscar moradia em outro lugar, indo de encontro a um velho amigo proprietário de uma pequena porção de terras no município de Gonçalves Dias, também no Maranhão.

Desde a sua estadia em Aldeias Altas um de seus irmãos e seu sobrinho o acompanhavam, ampliando assim a composição do grupo doméstico, que àquela altura já contava também com duas filhas de Francisco e Maria, chamadas Maria da Paixão e Maria Margarida e o filho Raimundo Monteiro. Juntos, todos partiram para Gonçalves Dias, onde depois de alguns anos de residência e do nascimento de mais alguns filhos de Francisco e Maria, o proprietário das terras onde se encontravam lhes ofertou a venda de dois terrenos. Seu irmão adquiriu um destes e ali permaneceu residindo, mas Francisco não, o que levou o proprietário a vendê-lo para outra pessoa. Neste ponto seu irmão e o sobrinho se separam do grupo doméstico de Francisco Monteiro, que por sua vez parte para a área urbana do município de Gonçalves Dias.

Ao apresentarmos essa narrativa temos como propósito indicar alguns aspectos relativos à trajetória dos chamados "migrantes", os quais muitas vezes passam despercebidos. O primeiro, diz respeito ao fato de que não é sempre e necessariamente que a mobilidade geográfica do migrante nordestino está ligada ao grave problema da estiagem que afeta a vida do sertanejo. São diferentes necessidades que pressionam as famílias migrantes a adotar novas estratégias de reprodução social, desde o contraste negativo entre as expectativas culturais da família e o contexto sócio-econômico vivenciado em uma dada localidade, até questões de cunho pessoal como a opção por tentar novas oportunidades de vida em outro lugar, ou mesmo discussões entre vizinhos que podem levar a situações de tensão entre os agentes.

Fica claro também que é impossível compreender a trajetória de sucessivas migrações centrando-se apenas na biografia de um sujeito, uma vez que em geral a mobilidade geográfica é realizada pela unidade do grupo doméstico, ou por alguns grupos domésticos que possuem entre si relações de parentesco. Entretanto, geralmente a chefia do grupo doméstico em contextos rurais é atribuída ao marido e pai de família, o que lhe atribui um papel decisivo no que diz respeito a certas decisões e ações fundamentais que forjam o destino de todos aqueles que estão sob sua liderança.

A condição camponesa vivenciada pelos Monteiro não é uma característica essencial a qual nasce com os sujeitos e os acompanha por toda a vida. Como demonstramos no relato, Francisco Monteiro já trabalhou como assalariado numa indústria de beneficiamento de arroz, o que representou uma mudança no estrato social ao qual pertencia. No mais das vezes a agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo são opções bastante utilizadas no âmbito das estratégias de reprodução social do grupo doméstico, mas existem exceções que nos sugerem a necessidade de se desconstruir certa tendência à substancialização da caracterização sociológica do camponês.

Depois de aproximadamente quinze anos vivendo na zona rural de Gonçalves Dias, em 1990 o grupo doméstico de Francisco Monteiro passa a residir na *rua*, isto é, na zona urbana municipal. Pouco tempo depois seu filho Raimundo Monteiro tomou a iniciativa de dar continuidade aos deslocamentos espaciais realizados no âmbito das estratégias de reprodução social do grupo doméstico. Por meio de amigos e parentes que haviam se mudado de Gonçalves Dias para Santa Cruz, localidade próxima à Pitoró dos Pretos, Raimundo descobriu que estavam em curso alguns processos de luta pela terra na região vizinha de Peritoró. Surgiu então a esperança de se buscar assentamento em outras terras, nas quais não se precisaria pagar pelo aluguel das terras trabalhadas.

Em 1991, partiram então para Pitoró dos Pretos Raimundo e Francisco Monteiro, aos quais se juntou também Francisco das Chagas de Souza, cunhado de Francisco casado com sua irmã Maria Monteiro. Ao chegarem, uma mudança substancial já havia ocorrido quanto à gestão das terras que até então eram controladas pelo *fazendeiro*. Ao invés de solicitar a este a permissão para construção de moradias, os três se dirigiram aos membros da família Arruda, que eram reconhecidos como líderes do movimento de *greve*.

Sua liderança se fundava tanto na tradição de sua posse das terras em Pitoró dos Pretos, como na capacidade de organização e mobilização dos demais moradores, a qual foi desenvolvida em grande parte por intermédio dos relacionamentos estabelecidos com agentes que assumiam o papel de mediadores. Dentre estes figuravam políticos profissionais do denominado campo da esquerda, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, membros da Comissão Pastoral da Terra, membros de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos, dentre outros.

Eric Wolf aponta para a importância dos chamados mediadores que se situam entre a comunidade camponesa e a sociedade complexa mais ampla. A mediação é um canal comunicativo estabelecido entre esses dois pólos, através da atuação de agentes ou grupos conectados a instituições do Estado-nação. Por intermédio de tal relação se dá a confluência entre o camponês e as instituições nacionais, a rede de relações de mercado e a rede de relações políticas. Os mediadores podem ser tanto membros do nível da comunidade quanto membros do nível da nação, desempenhando relevantes funções na vida do camponês e merecendo particular atenção (2003).

No nível da comunidade, os membros da família Arruda e outro importante personagem que era seu amigo, Assis, um ex-encarregado do *fazendeiro* que se voltou contra este e aderiu à luta ao lado das famílias de camponeses, se destacaram nas funções de mediação entre o grupo social e as estruturas políticas do Estado-nação por meio de sua

capacidade de liderança e seus esforços para organizar a comunidade para a ação política durante o chamado *tempo da greve*. Contribuíram fundamentalmente por meio do estabelecimento de relações de comunicação com entidades da sociedade civil e os aparelhos de Estado.

Durante o *tempo da greve*, Assis e membros da família Arruda formavam o grupo orientado para a nação no âmbito da comunidade que realizava as tarefas relacionadas à mediação entre as demais famílias e a sociedade nacional. Juntamente com as outras famílias, na localidade Pitoró dos Pretos estabeleceram o principal núcleo de organização da resistência ao *fazendeiro*, ficando Pitoró dos Pretos conhecida como a *sede* do movimento. Os homens de Pitoró e Resfriado assistiam aos moradores de Precateira durante os períodos de maior insegurança, por conta da ameaça violenta que impunha a presença dos *pistoleiros* na área deste povoado.

No processo de luta pela terra em questão a família Arruda teve um papel fundamental. Por conta de sua ocupação ancestral na localidade, os Arruda presumiam deter um *direito* sobre a terra, o qual se contrapunha ao direito de propriedade do *fazendeiro*. A íntima relação dos Arruda com aquela porção de terras e a sua descendência em relação ao fundador do povoamento lhes conferia a certeza de que aquelas terras não pertenciam de fato ao dito proprietário, uma vez que Joaquim Arruda já se encontrava na localidade muito antes da reivindicação de domínios realizada por aquele por volta de 1950.

A descendência e a memória dos Arruda forneceram os elementos ideológicos para fortalecer a demanda das famílias camponesas pelo livre usufruto das terras. Baseados nas convicções oriundas desses elementos, os membros dos diferentes grupos domésticos que compõem a família Arruda alçaram a posição de lideranças no movimento de enfrentamento do poder do *fazendeiro*. As mesmas terras que haviam desempenhado ao longo do tempo a função de manter laços de identificação duradouros entre o grupo de parentes dos Arruda, agora seriam reivindicadas e disputadas frente ao antagonista, tendo como força motriz que impulsionou à luta a identidade desenvolvida pela família com as próprias terras. Sendo reconhecidos, portanto como os líderes do movimento de *greve*, bem como aqueles que detinham autoridade sobre as terras em contraposição ao *fazendeiro*, os Arruda foram procurados pelos Monteiro que chegavam a Pitoró dos Pretos.

Interessa aqui revelar os mecanismos sociais pelos quais os Monteiro foram sendo progressivamente assimilados ao seio da família Arruda. Certamente o apoio dos demais moradores das três localidades que estavam unidos na luta contra o *fazendeiro*, de Pitoró dos Pretos, Resfriado e Precateira, foi um elemento importante para a aceitação dos novos

moradores. Mas queremos relevar o fato de que a admissão dos Monteiro como moradores de Pitoró dos Pretos e membros da comunidade não foi uma decisão tomada apenas por meio de uma deliberação formal efetuada num espaço como uma reunião ou assembléia do movimento de *greve*.

A antropóloga Janet Carsten, em etnografia desenvolvida junto a pescadores de uma comunidade na Malásia, revela os processos pelos quais se estabelecem relações de parentesco entre imigrantes vindos do continente e os moradores da ilha de Langkawi. Partindo da idéia de que a identidade é algo sempre fluído e mutável, a autora compreende que esta é tanto adquirida ao nascer numa família como também por viver junto numa mesma residência e compartilhar da alimentação. Algumas formas para incorporação de novos membros a uma família são a hospitalidade, as trocas, casamentos, geração de filhos, dentre outros elementos que forjam uma similaridade entre pessoas bastante diversas em suas identidades e origens (CARSTEN, 1997, p. 4-5).

Compreendendo o parentesco para além das relações propriamente genealógicas, Carsten investiga os processos pelos quais os não-parentes de sangue se tornam parentes por mecanismos que os pressionam no sentido de uma uniformização e similarização no âmbito da vida doméstica, a despeito das diferenças de origem geográfica. Esse processo de incorporação traz consigo um apagamento das diferenças prévias de costumes e outros atributos regionais e passa por alguns estágios: alimentação, adoção, casamento e ter filhos. Desta forma, um estranho imigrante primeiramente compartilha da alimentação com o grupo doméstico ao qual se aproxima, em seguida é "adotado", depois estabelece casamento com alguma nativa da ilha e desse casamento nascem filhos (CARSTEN, 1997). Partindo desta proposta, podemos tentar compreender a dinâmica de assimilação dos Monteiro à comunidade em Pitoró dos Pretos como um fenômeno social mediado pela família e pela constituição de relações de parentesco entre os Arruda e os Monteiro.

Num primeiro momento, estabeleceu-se uma relação de troca fundamental entre os Monteiro e os Arruda. No quadro de crescente tensão social que se encontrava em Pitoró dos Pretos, tornava-se cada vez mais difícil aos camponeses garantirem sua subsistência pelo trabalho agrícola, uma vez que *pistoleiros* a mando do *fazendeiro* podiam a qualquer momento realizar ataques. Francisco Monteiro se dispôs a vender as poucas cabeças de gado que tinha e trouxe todos os mantimentos que podia de Gonçalves Dias para Pitoró dos Pretos, para fins de compartilhar com os Arruda e as demais famílias que necessitassem.

Meyer Fortes (1969) apontou para um princípio definidor do domínio de parentesco, o qual denominou de "amistosidade". Trata-se de um princípio geral de moralidade das relações

de parentesco que permite a divisão das pessoas em parentes e não-parentes pelo binômio generosidade / não-generosidade. Ser parente de alguém implica em assumir uma postura de altruísmo e generosidade para com o alter. O valor do princípio da "amistosidade" é fundamental conquanto as relações de parentesco não possuam nenhum tipo de estatuto contratual formalizado, devendo ser reguladas segundo certos parâmetros, os quais se exercem de maneira mais incisiva nos casos de parentesco por descendência do que nos de parentesco por afinidade.

A generosidade expressa no ato de oferecer os recursos e mantimentos pertencentes ao grupo doméstico dos Monteiro para os Arruda – embora não caracterize vínculos de parentesco conforme a referência de Fortes – foi um dos primeiros passos que possibilitou a consolidação do que podemos chamar de uma "amizade instrumental" entre Francisco Monteiro e Otávio Arruda, o mais idoso membro da família Arruda e importante liderança do movimento de *greve*. Eric Wolf distingue dois tipos de amizade, a instrumental e a emocional. A relação de amizade corresponde sempre a uma díade: no caso da amizade emocional, ego e alter satisfazem alguma necessidade emocional por intermédio do seu oposto. Esse tipo de amizade permite fornecer a liberação emocional e a catarse das tensões e pressões decorrentes da representação de papéis (2003).

Em contraste com a amizade emocional, a amizade instrumental permite que cada membro da díade aja como uma ligação em potencial com outras pessoas fora da díade, cada participante apadrinhando o outro. Conforme o autor pode ser que não se tenha estabelecido tal relação "com o objetivo de obter acesso a recursos – naturais e sociais – mas o empenho por esse acesso torna-se vital nessa relação". Diferentemente da amizade emocional, que é associada à limitação do círculo social, a amizade do tipo instrumental vai para além das fronteiras do grupos existentes e procura estabelecer alianças em novos grupos (BELA-FELDMAN & RIBEIRO, 2003, p. 104-105).

Mas a relação de amizade instrumental pressupõe uma carga mínima de afeto para se perpetuar, seja este autêntico ou fingido, ou a conexão poderá ser rompida:

> Pode-se especular sobre a função dessa carga emocional. A situação inicial de amizade é de reciprocidade, não daquele tipo "toma lá e dá cá", ao qual Marshall Sahlins (1965) se referiu como reciprocidade equilibrada, mas um tipo mais generalizado de reciprocidade. A relação tem por objetivo uma grande série não especificada de atos de assistência mútua. A carga de afeto pode assim ser vista como um artifício para fazer do relacionamento algo que envolva confiança ou crédito declarado (BELA-FELDMAN & RIBEIRO, 2003, p. 105).

A relação de reciprocidade generalizada característica da amizade do tipo instrumental se iniciou com a prestação de mantimentos feita por Francisco Monteiro a Otávio Arruda.

Este por sua vez ofereceu como contrapartida tangível e imediata a disponibilização de sua residência para a moradia do grupo doméstico de Francisco Monteiro. Além de tais trocas de cunho material mais perceptíveis ao observador externo, pressupõe-se que se seguiram muitos outros atos de assistência mútua entre ambos os sujeitos, que consolidaram uma amizade marcada também pelo afeto, como se evidenciou a partir das entrevistas realizadas.

O que se iniciou como uma relação de amizade entre dois sujeitos acabou por permitir uma aproximação bastante íntima entre os membros da família Monteiro e da família Arruda, compreendendo os diferentes grupos domésticos que integram cada qual. A partir do vínculo de amizade mantido com Otávio Arruda, Francisco Monteiro e seus parentes conquistaram acesso à terra e aos demais recursos naturais existentes em Pitoró dos Pretos. Além disto, expandiram seu círculo social e estabeleceram relações também com outras famílias que participavam do movimento de *greve* e com os agentes mediadores de fora da comunidade.

A amizade, assim como o casamento, introduz relações com toda uma família e seus amigos. Em alguns casos, a amizade é a porta de entrada que abre espaço para o estabelecimento de casamentos, noutros casos, ocorre o contrário. No caso do relacionamento entre os Arruda e os Monteiro, a amizade de Otávio e Francisco tornou possível a união do irmão deste, Pedro Monteiro, com a filha do chefe de outro grupo doméstico da família Arruda, Cleudinice de Morais. Este casamento possibilitou a consolidação da aliança entre as duas famílias extensas, para além da mera formação de uma nova família conjugal. Com o tempo, membros da família Monteiro e da família Arruda passaram a convidar uns aos outros para assumir o papel de padrinhos das crianças recém-nascidas. Ao contrair o laço de compadrio tornavam-se parentes rituais que detinham papéis estratégicos para ambas as famílias, concretizando seu inter-relacionamento (SABEAN, 1998).

Estabelecimento de residência na vizinhança em proximidade às moradias pertencentes aos grupos domésticos da família Arruda, investimento em relações de amizade, casamento e compadrio. Todos esses passos foram fundamentais para a aliança das famílias Monteiro e Arruda, as quais, a despeito de suas distintas histórias e origens, passaram a compartilhar uma identidade comum em Pitoró dos Pretos e uniram-se na luta pela terra. Em 1996, cinco anos após a chegada dos Monteiro em Pitoró dos Pretos e após a morte de Assis, importante agente na mobilização e organização das famílias para a luta contra o *fazendeiro*, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conseguiu por fim desapropriar as terras que o proprietário comprovou lhes pertencer. Foram criados dois Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, denominados Conceição Salazar e Costa Fundamento, sobre os dois imóveis que o proprietário alegava possuir. Com a

reterritorialização da comunidade sobre a égide da ação oficial de reforma agrária – a qual na realidade não fez senão por regularizar a posse comunitária ancestral das famílias sobre as terras – estão sendo criadas novas regras locais entre os membros da comunidade. Isto se dá tanto no povoado de Pitoró dos Pretos, como em Precateira, Resfriado e Torneio do Meio (esta última criada em 2003 com a chegada de outros moradores sobre o antigo povoado Costa), todas as quais integram o perímetro dos Projetos de Assentamento em questão.

Por fim, dada a extinção da dominação do *fazendeiro* sobre as famílias da comunidade, novos desafios surgiram como a necessidade de constituição de mecanismos de gestão dos recursos naturais, de mediação das relações sociais e de poder entre os moradores das localidades no interior dos Projetos de Assentamento. As respostas vão sendo esboçadas lentamente e no mais das vezes de forma autônoma pelas famílias, na medida em que a assistência técnica prestada pelo INCRA aos assentados se exerce de forma inconstante e obtêm poucos resultados práticos. Diferentes projetos de vida estão em jogo entre os moradores e algumas vezes isso traz situações de conflito latente, as quais, na falta de um comprometimento do poder público em suas ações, têm de ser resolvidas localmente por táticas e estratégias dos próprios camponeses[5].

Conclusão

Através análise da história do relacionamento entre a família Arruda e a família Monteiro e da elucidação das trajetórias de seus membros buscamos enfatizar a importância do estudo das relações de parentesco para a compreensão do processo de constituição de classes e segmentos da sociedade, como os diferentes tipos de campesinato brasileiro. Por meio da formação de alianças entre as famílias tornou-se possível o estabelecimento de conexões para fins de lutas sociais, possibilitando a reprodução social do campesinato na região investigada. A nova situação que se configurou coloca problemas prementes para as novas gerações, especialmente no que diz respeito à gestão territorial a aos projetos futuros do grupo.

Bibliografia

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio:** identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís: UFMA, 1999.

[5] No espaço da dissertação de mestrado dedicamo-nos à investigação de uma disputa faccional que se deu posteriormente no âmbito do relacionamento entre os Arruda e os Monteiro, se consolidando numa "questão" não apenas entre as duas famílias extensas, mas entre associações e moradores dos dois povoados nos quais residem atualmente (Pitoró e Precateira, respectivamente). Aqui nossa análise se detém sobre um momento anterior na trajetória dessas pessoas, no qual a família pode ser vista mais como um elemento de coesão do que de rivalidade e tensão, o que não significa que ignoremos a existência desta outra dimensão.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 183-191.

CARSTEN, Janet. “*Introduction”*. Em: ***The Heat of the Hearth****: the Process of Kinship in a Malay Fishing Community.* Oxford: Clarendon Press, 1997. pp. 1-29.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric R.Wolf. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

FORTES, Meyer. Em: “***Kinship and the social order****: the legacy of Lewis Henry Morgan*”. London: Rouledge, 1969.

SABEAN, David W. “*Kinship and class formation*”. Em: ***Kinship in Neckerhausen****, 1700-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SANTOS, Murilo. **Fronteiras:** a expansão camponesa no Vale do rio Caru. Texto fornecido no curso sobre Campesinatos Comparados. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2007.

SEGALEN, Martine. ***Love and power in the peasant family****: rural france in the nineteenth century*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR[1]

Débora Mate Mendes
(bedamate@hotmail.com)
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
Acadêmica do Mestrado em Educação nas Ciências

Isaura Isabel Conte
(isauraconte@yahoo.com.br)
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
Mestranda em Educação nas Ciências

Marlo dos Reis
(marloreis@hotmail.com)

GT04 – Família, Gênero e Geração.

A Juventude da Agricultura Familiar vem se consolidando com**o** sujeito social e conquistando espaços de discussão e proposição de políticas públicas específicas para esse setor, abrindo caminhos para a possibilidade de se manter no campo por opção, com qualidade de vida e acesso a educação de qualidade, cultura, lazer, renda. Para tanto, a organização é fundamental, bem como espaços de discussão e reflexão como o Seminário Sul da Juventude da Agricultura Familiar da FETRAF-SUL/CUT, realizado em março de 2010.

Esse espaço tornou-se fecundo no debate acerca dos desafios e perspectivas da Juventude da Agricultura Familiar e apontou como principal tema a questão da sucessão das propriedades rurais, bem como**,** as condições de permanência a que os Jovens estão submetidos, sejam estas, materiais ou subjetivas, e suas imbricações.

O objetivo deste ensaio é possibilitar reflexões sobre o contesto da juventude da agricultura familiar engajada na FETRAF-SUL/CUT, que se pensa e planeja ações em vista da possibilidade de continuar na roça, participando da gestão da propriedade e , com reconhecimento de sua importância.

A metodologia utilizada para a escrita do texto baseou-se em observações e relato das discussões propostas no Seminário Sul da Juventude da Agricultura Familiar da FETRAF-SUL/CUT, consulta a documentos internos da FETRAF-SUL/CUT e Coletivo de Jovens, bem

[1] Texto produzido a partir do Seminário Sul da Juventude da Agricultura Familiar. Apresenta a discussão do coletivo de Jovens da FETRAF-SUL/CUT , especialmente as contribuições de Severine Carmem Macedo – Secretária da Juventude da FETRAF-SUL/CUT (até 26/03/2010) e de Rosane Spanevello – Pesquisadora Convidada.

como da inserção militante de dois autores na organização do Coletivo de Jovens da FETRAF-SUL/CUT.

1. Juventude da Agricultura Familiar: sua organização

O Coletivo de Jovens da Agricultura Familiar antecede a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL/CUT, pois**,** sua organização inicia no Fórum Sul dos Rurais da CUT, vinculado ao Departamento dos Rurais da CUT (DETR/CUT) nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Constata-se que a articulação acontece nos estados acima citados, nas regiões de atuação, anteriormente do DETR/CUT e atualmente da FETRAF-SUL/CUT**.**[2]

Sua criação se deu no sentido de organizar os Jovens e suas demandas, para que as pautas defendidas pela FETRAF-SUL/CUT no âmbito da Juventude fossem referentes às necessidades e estratégias dos próprios Jovens. O espaço de atuação inicia no sindicato de origem dos respectivos Jovens, ampliando sua estrutura para a região, estado e Sul do Brasil, com uma secretaria específica na direção executiva da Federação.

No período inicial de organização do Coletivo de Jovens, foi levantada a necessidade de uma pesquisa para diagnosticar a realidade em que os Jovens estavam inseridos e quais eram suas necessidades[3]. De acordo com observações durante o encontro mencionado, a partir das falas dos jovens, atualmente, boa parte das pautas que apareceram na pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais - Deser permanecem atuais. Os temas mais importantes das pautas da Juventude da Agricultura Familiar eram Terra e Crédito, seguidas por formação, assistência técnica, entre outros.

Para conquistar tais políticas, o Coletivo de Jovens partiu para a mobilização que culminou em momentos marcantes, os Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar**.** No primeiro acampamento, ocorrido em 2003 com a participação de mais de 2000 jovens o debate de acesso a terra foi impulsionado e muito se fez em termos de organização e de mobilização dos Jovens com a conquista do Programa Nossa Primeira Terra[4]. No segundo, ocorrido em 2005, predominou o debate da formação e o Consórcio Social da Juventude

[2] História da FETRAF-SUL/CUT, disponível em http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=33

[3] Pesquisa encomendada pela FETRAF-SUL/CUT ao Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais, Deser em 2002.

[4] Linha de crédito específica para a Juventude adquirir terra. Atualmente persiste o Programa Crédito Fundiário.

Rural[5] foi outra conquista importante, formação para os Jovens, com uma perspectiva técnica e organizada em várias áreas produtivas conforme a vocação das regiões[6].

Com a expansão e fortalecimento da Federação pelo país, a Juventude da Agricultura Familiar também ampliou sua organização em âmbito nacional, com a organização dos coletivos nas áreas de atuação e uma secretaria específica também na FETRAF-BRASIL/CUT.

2. Desafios e Perspectivas

O processo organizativo da Juventude da Agricultura Familiar não se dá de forma linear, inclusive pelo fato de que o período de atuação dos Jovens[7] é transitório, sem aqui restringir o conceito de Juventude à faixa etária, mas no sentido de explicitar como isso interfere na condição de existência e articulação do Coletivo de Jovens. Por si só, a organização permanente da Juventude se apresenta como um desafio ao longo da história, e que se movimenta criando uma dinâmica característica da condição Juvenil.

Nesse sentido, refletir sobre a condição da Juventude nos reporta a construção da identidade juvenil, que não cabe em um único conceito, e, se assim o fosse ficaria muito restrito, o que não se pode conceber em se tratando de Juventude. Acerca das diferentes Juventudes, Gilberto Velho afirma que: "*Colocar juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos".* (2006, p.192)

Avançando nesse elemento da construção da identidade da Juventude da Agricultura Familiar, o debate recorrente pressupõe questões materiais e subjetivas que estão no terreno dos padrões culturais. Sobre isso o mesmo autor propõe que:

> A construção das identidades é um processo que decorre no tempo, é dinâmico, transforma-se e se dá em múltiplos contextos sócio-culturais e níveis de realidade. Essas experiências, no entanto, não são indiferenciadas. Elas têm pesos, valores e significados específicos que precisam ser analisados tendo como referência básica os pontos de vista e visões de mundo das categorias sociais consideradas. (2006, p.193)

[5] Programa vinculado ao Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Formação desenvolvida em oito módulos com Jovens dos três estados da região sul.
[6] Projeto Consórcio Social da Juventude Rural.
[7] Levando em consideração o critério de faixa etária para conceituar Juventude, utilizado pelo IBGE, por exemplo.

Além dessas significações referentes aos diferentes contextos e suas visões de mundo, cabe-nos uma reflexão acerca da Agricultura Familiar em si que são comuns para Jovens que se constituem Agricultores e Agricultoras Familiares. O Coletivo da FETRAF-SUL/CUT afirma que:

> Não é um recorte empírico ou teórico que diz o que é Juventude, mas um conjunto de características que precisam ser comparadas, agrupadas e incorporadas para formar uma resposta mais compatível com a diversidade que compõe a Juventude da Agricultura Familiar. (2006 ,p. 20)

Dessa forma, conceituar Agricultura Familiar talvez seja tão complexo quanto conceituar Juventude, porém, é possível encontrar referência na legislação. A lei 11.326/06 a conceitua a partir de critérios como: área de até quatro módulos fiscais, utilização de mão de obra da própria família, renda familiar predominantemente originada da atividade agrícola e gestão do estabelecimento/empreendimento com auxílio de pessoas da própria família. Outras características fazem parte dessa definição. Valter Bianchini afirma que:

> Quando se fala em Agricultura Familiar no Brasil, fala-se na integração do policultivo manejando além de diversas espécies agrícolas, muitas variedades de cada uma delas, com a criação de diversas espécies animais e com o uso múltiplo das plantas nativas. Alguns fatores determinam essa opção pela diversificação. A considerar, a unidade agrícola familiar que é um sistema econômico de produção de e de consumo; a preservação e a valorização de subsistemas voltados para o mercado e para o auto-consumo da família e a manutenção do equilíbrio de suas inter-relações, sendo uma condição fundamental para a reprodução socioeconômica do sistema em seu conjunto. (2006, p.237)

A Agricultura familiar produz alimentos, e para além das questões econômicas, enquanto identidade aponta para o campo das relações sociais e pretende essa construção a partir da autonomia e respeito dos diferentes sujeitos, além do respeito e conservação do meio ambiente. Este, ao menos tem sido o debate ocorrido no interior da FETRAF-SUL/CUT, como contraponto as formas de produção utilizadas pelo agronegócio.

Decorrente da militância e das próprias vivencias na agricultura, pode-se afirmar que a dimensão característica que diferencia a Agricultura Familiar é o trabalho. Ele acaba fazendo parte da identidade dos sujeitos da Agricultura Familiar a semeadura, o cuidado, a colheita, a partilha, não apenas mecanicamente como forma de sustento, mas, com a mística e o universo simbólico que permeia esse cotidiano, ou seja, "*as mãos que alimentam a nação*[8]".

[8] Slogan utilizado pela FETRAF-SUL/CUT.

Essa diferença dá conta das questões referentes ao imaginário social e do universo simbólico desses sujeitos, e, portanto de traços significativos de sua identidade. Plantar é muito mais do que simplesmente colocar a semente na terra, mas manifesta toda a dimensão do cuidado e da produção de alimentos. Plantar o trigo, moer, misturar a farinha e fazer da simplicidade da semente o pão de cada dia.

De outro modo, a dinâmica referente ao contexto da Agricultura Familiar, impõe aos Jovens determinados valores aos quais devem se submeter, relacionados ao modo de vida que perpassa gerações nesse espaço. A problemática central está nessas condições a que os/as Jovens estão sujeitados na Agricultura Familiar, sendo que a possibilidade de autonomia e a participação na gestão da propriedade é decisiva na escolha entre permanecer ou não no meio rural.

Conforme dizem os próprios jovens em depoimentos**,** não basta a renda na família se o jovem não tem poder de decisão e torna-se um pedinte. Além disso, a gestão da propriedade não é partilhada. Questões como essa fazem parte do cotidiano desses sujeitos que se diferenciam de outras Juventudes, e merecem sair da invisibilidade para um olhar diferenciado que perceba suas especificidades. Nilson Weisheimer afirma que:

> Entre os jovens agricultores ocorre um processo de socialização diferente de jovens do meio urbano, ou mesmo do meio rural, que não exercem o trabalho agrícola. Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade ao jovem na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares. Volta ao centro da análise a dimensão do trabalho enquanto lócus da produção de valores materiais (produtos e serviços) e também simbólicos (idéias, representações e identidades sociais), uma vez que os jovens agricultores são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. (2006, p. 05)

A partir da argumentação do autor, pode-se considerar o chamado Problema Geracional, em que as moças são as mais afetadas – são sempre ajudantes, como afirma Anita Brumer[9]:

> Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como

[9] Disponível em: http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:3V3NzMnJDWEJ:www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf+BRUMER,+Anita.+G%C3%AAnero+e+agricultura:+a+situa%C3%A7%C3%A3o+da+mulher+na+agricultura+do+Rio+Grande+do&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjfUMhtQIjh58RZksGLM91rhEp9yb8WkxfnuQ9JVpacqhtpkhRR4LRfRPTpu7BgZSVTtixKNNQ3Pv7_WNSEDoRYs95FjISMqx9npSxy0SXlJcAUPVDAGr3q6lyyyR9cLzmwZByC&sig=AHIEtbSJMuKCG1N4Fnke-onCxoCdMu34DA. Consultado em 31/03/2010.

> ‘ajuda’ mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (2004, p. 210)

Delas se espera que estudem mais, pois não são vistas como possibilidade de sucessão. Isso se dá pela divisão de tarefas e pelos papéis atribuídos a cada integrante da família, que empurram as Jovens para outras alternativas de trabalho que possibilitem renda e o reconhecimento da família.

As moças que não querem permanecer no meio rural pro conta das condições e da divisão desigual do trabalho, também não desejam estabelecer vínculo Matrimonial com os rapazes que pretendem ficar. Nesse aspecto aparece claramente a subjetividade de fugir da vida dura que a mãe leva. O trabalho da mulher na propriedade não é reconhecido, apesar do trabalho fundamental para a sobrevivência da família realizado por ela, porém, na divisão do trabalho construída histórica e socialmente, seu trabalho torna-se invisível, o que é visível e “garante” o sustento da família é a renda produzida pelo trabalho masculino. É disso que as moças tentam fugir.

Esses elementos são decisivos na questão da migração para os centros urbanos, principalmente entre as moças, sobre isso Weisheimer aponta que:

> O fato das moças dedicarem mais tempo aos estudos enquanto os rapazes ao trabalho agrícola não deixa de ser revelador dos papéis sociais atribuídos a cada um dos filhos de agricultores do universo em questão. Estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não agrícola e tido por grande parte das moças como uma possibilidade de realização pessoal e profissional, que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado (2006, p. 10).

Os rapazes por sua vez, procuram moças que sejam Agricultoras Familiares, pois, argumentam que elas já conhecem o trabalho rural. Ainda, afirmam que as da moças da cidade “não agüentariam”, e, na fala deles, *“não há amor que resista”*.

Esse elemento problematiza ainda mais a perspectiva de sucessão das propriedades na Agricultura Familiar que caminha para um processo cada vez maior de envelhecimento e masculinização do campo.

Os Principais fatores de Migração[10] são a autonomia, principal elemento para a permanência do jovem na Agricultura Familiar. Os rapazes querem ficar na propriedade desde que tenham o seu bloco de produtor, o seu espaço e poder de decisão, ou seja, voz; e a renda,

[10] Conforme pesquisa realizada durante o CSJR, apresentada pela Prof. Dr. Rosane Spanevello no Seminário.

sobrevivência e acesso a educação de qualidade, cultura, lazer e serviços. Atualmente há uma grande demanda por internet no meio rural, por exemplo.

Porém, a sucessão é um problema recente. Anteriormente era uma questão moral, o sucessor era escolhido pelo pai. Além disso, as oportunidades fora da propriedade eram mais escassas. Até a década de 1960 e 1970 a ocupação das propriedades na Agricultura Familiar se dava de forma endógena. A construção do imaginário social das crianças, diferentes para meninos (boizinho, tratorzinho...) e meninas (casinha, panelinha), já acontecia de modo à tomar "gosto pela coisa", ou seja, definição de papéis construída desde a infância. A aprendizagem da profissão de Agricultor Familiar, se dava e persiste ainda hoje, de geração para geração, como aponta Weisheimer:

> O processo de trabalho, como atividade consciente, é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. Trata-se de um saber fazer que será transmitido no próprio trabalho, o que confere uma dimensão simbólica, educativa, ao processo de trabalho da agricultura familiar. (2006, p. 4)

Durante esse período, as opções não eram muitas, era necessário contentar-se com o possível, ou, com a única alternativa viável. Enquanto era viável, a terra era dividida entre os membros da Família, quando não era mais possível, buscavam-se alternativas de assentamento, mas, ser filho de Agricultor significava ser Agricultor. Outro aspecto a ser considerado é que devia ficar com a terra quem sabe trabalhar com ela, logo, os filhos homens, salvo, quando a família tinha apenas filha mulher, então o genro ocuparia essa tarefa.

Outra situação recorrente na Agricultura Familiar é a do filho designado para a sucessão que não tem autonomia na propriedade enquanto convive com a longevidade do pai, no chamado regime de usufruto. Quando acontece de o primogênito ser o sucessor e o pai atingir grande longevidade, o filho mais velho atinge também idade avançada e os seus filhos acompanham todo esse processo de demora na sucessão e acabam significando seus desejos e aspirações longe da propriedade. Segundo o mesmo autor:

> Por isto, o processo de trabalho é o espaço privilegiado de socialização dos filhos no mundo adulto, na lógica do trabalho e da produção, processo este que configura o meio objetivo que acaba por consolidar a construção subjetiva do jovem agricultor. Conclui-se que a socialização dos filhos no processo de trabalho familiar agrícola cumpre um importante papel na construção social do jovem agricultor e na definição de seus projetos futuros. (2006, p. 5)

Porém, o que os filhos querem para permanecer não está ao alcance da família, nem da propriedade, nem da comunidade. Quem fica na propriedade não é necessariamente o mais novo e nem necessariamente o que o pai gostaria que ficasse. Suceder está perdendo o caráter de obrigação moral. A propriedade e a terra perdem o sentido simbólico de reprodução de família se o filho não quer ficar na propriedade e as possibilidades se limitam a arrendar ou vender.

A abertura do meio rural aciona as comparações entre a Agricultura Familiar e os jovens urbanos (facilidades, benefícios, acesso). E acontece a chamada crise sucessória. Hoje a lógica se inverte: os filhos dizem para os pais quem fica na Agricultura. Os pais não delimitam mais seus sucessores, os jovens têm outras escolhas, os filhos são em menor número, acessos à urbanização, migração, outros. Ainda, sendo em menor número de filhos, menos opções de sucessão. Os que desejam permanecer, encontram as dificuldades de mobilidade e acesso a direitos básicos como o da Educação. Como afirma um Jovem participante do Seminário:

> Hoje o jovem do meio rural não precisa usar calça remendada, camisa suja, mas como jovens agricultores têm direito a comodidades, que os jovens da cidade têm. O que prejudica o jovem do meio rural são as condições a que ele tem que se submeter. Como por exemplo: como ter o acesso à universidade e trabalhar na propriedade ao mesmo tempo? (J. F. B, Seminário da Juventude, 2010).

Nesse sentido, torna-se necessário perceber que a Juventude não é o futuro da Agricultura Familiar, mas, sujeito desse processo e com condições de produzir. Se esperamos o Jovem chegar a adulto para ser reconhecido como tal, possivelmente ele estará na cidade com outras alternativas de sustento, se conseguir.

Outra problemática é o acesso ao lazer e convivência na Agricultura Familiar, e, nesse sentido a Educação é um dos temas estratégicos, pois, da forma como tem se constituído não pensa a diversidade do País e da Agricultura Familiar, é uma educação urbana no meio urbano e preza esse espaço como o melhor para viver, não reconhecendo os diferentes modos de vida.

A discussão posta é o direito de viver com qualidade na Agricultura Familiar, ninguém quer fixar o jovem no campo, mas que ele tenha possibilidade de escolher e não seja empurrado para a cidade por falta de condições de vida material e/ou reconhecimento.

Nesse sentido, como apontam os próprios jovens em suas falas, e, acima de tudo sua organização no coletivo, ainda há a necessidade de discutir políticas públicas específicas para a Juventude, pois os programas conquistados até hoje foram muito incipientes e não criaram

as condições de se tornarem políticas públicas. Portanto, persiste a necessidade de universalizar as políticas e torná-las permanentes para que possam significar possibilidade de mudança e condições claras de permanência, por opção, dos jovens no meio rural.

De outro modo, somente polícias públicas não dão conta, enquanto houver concentração fundiária, de um lado políticas mínimas para os pequenos e, grandes volumes em recursos e benefícios aos grandes proprietários a Juventude da Agricultura Familiar continuará vulnerável à exclusão do campo. Para enfrentar esses limites, a resistência e organização desses sujeitos persiste e continuará sendo ferramenta de construção de uma Agricultura Familiar como um bom lugar, com condições dignas para se viver.

Referências

BIANCHINI, Valter. **Políticas Públicas para a agricultura familiar** *in* CONTI, Írio; PIES, Marcelino e CECCONELO, René. Agricultura Familiar: Caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

BRUMER, Anita. Gênero **e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** *Revista Estudos Feministas*/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.

Coletivo de Jovens da FETRAF-SUL/CUT. Documento interno

Consórcio Social da Juventude Rural. Módulo I e II: Conexão Assessoria e publicidade. 2006.

FETRAF-SUL/CUT. **Nossa História**. On line, disponível em http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=33 consultado em 31/03/2010.

Seminário Sul da Juventude da Agricultura Familiar. Relatório Interno, 2010.

VELHO. Gilberto. **Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea** *in* ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGÊNIO, Fernanda (orgs). Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Riode Janeiro: Jorge Zahar Editora.2006

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens Agricultores: Gênero, trabalho e projetos profissionais.** XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Título do GT: **Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas, 2006.**

DO VÉU A MINI-SAIA: Acontecimentos que redefiniram as relações de gênero

Hosana Suelen Justino Rodrigues
Programa de pós-graduação da UFCG
suelenhosana@gmail.com

Este texto visa discutir com olhares críticos a diversos pontos da história da desigualdade das relações de gênero. Na busca pela reflexão que a tão célebre Simone Beauvoir nos propõe de que nossa sexualidade é construída socialmente. "não nascemos mulheres. Tornamo-nos mulher." Os indivíduos ficam assim reduzida ao sexo, ele e ela se confundem, o seu sexo marca as posições sociais que ela deve ocupar e o seu lugar na família.

Discutiremos algumas fatos históricos-sociais que interferiram diretamente nas mudanças das relações de gênero que ocasionaram uma séries de mudanças dentro da família, e na própria estrutura de família. Para chegarmos ao nosso objetivo analisaremos principalmente a modernidade, com todo o aparato de tecnologia e de novas identidades que surgiram a partir da revolução industrial. Admitimos porém, que as mulheres estiveram presentes em todos os fatos históricos da sociedade porém, estes acontecimentos incidiram de forma diferente para homens e mulheres. A natureza deste texto advém de discussões em sala de aula na pós- graduação, numa disciplina de gênero. Ele é resultado de pesquisas bibliográficas e reflexões em grupo.

A contribuição deste texto permitirá fortalecer os nossos posicionamentos com uma discussão de vários autores que enfatizam o tema, iremos propor um espaço para pensar questões recorrentes nas leituras de família e gênero como: Qual o impacto da entrada da mulher no mercado de trabalho? Como isto modificou as posições sociais dentro da família? Será que com a pílula anticoncepcional, a mulher opta por menos filhos para que ela possa ter a possibilidade da dupla jornada de trabalho fora e dentro de casa? Ela ainda é inconsciente desta sobrecarga de trabalho? Como a mulher lida com um novo projeto de vida que surge com a emancipação feminina cada vez mais aparente? Sabemos que a mulher agora tem novas dimensões no mundo público, se dividindo entre o lar, instrução escolar, e novas carreiras. Muitas vezes estas atitudes provocam um choque com o projeto de vida dos cônjuges, seria esta a causa de crises familiares? Todas estas questões e outras mais são extremamente válidas para

desenvolvermos um senso crítico sobre o tema em questão, e abre novos contornos para a visão sociológica do tema.

Era uma vez... submissão e opressão feminina

Diante do quadro de reprodução da opressão feminina por toda a sociedade até por elas mesmo, devemos nos perguntar quais as origens destas submissão feminina? Bem, não se sabe ao certo como isto vem se reproduzindo através da sociabilização dos indivíduos, porém podemos apontar alguns pontos que sugerem bem explicitamente a subordinação feminina como algo virtuoso o louvável.

A igreja é um deles. Por muitos séculos a bíblia é o livro mais lido do mundo, concluímos com isto o seu caráter e poder de formação de opinião dos indivíduos do mundo. A mulher como conta o mito bíblico foi retirada das costas de Adão, para ser para ele uma ajuda adequada. O catolicismo é "macho", apenas os homens podem fazer parte dos altos pontos hierárquicos da igreja. "eles detêm o poder, o saber e o sagrado" (PERROT: 2008). Além disto, temos mais santos do que santas, pois para elas ficava bem mais difícil conjugar a sua virgindade com a vida pública. Em relação com a sexualidade fica bem claro qual o símbolo da honra feminina: a virgindade. A igreja ainda também é contra qualquer meio de contracepção que não seja o natural. Até na liberdade sexual entre os casados o catolicismo tem suas regras que submetem a mulher ao homem, a posição do ato sexual deve ser sempre a mulher por baixo e o homem por cima como sinal de superioridade e de dominação sobre o corpo.

A adequação da mulher ao privado da casa e ao privado do próprio corpo que não pode ser mostrado faz parte da "ordem da sociedade." Por muitos anos as mulheres que quisessem experimentar ser diferente das regras da sociedade pagavam o alto preço da coerção social que Durkheim tanto defendia. Mulheres foram queimadas em praça pública, mulheres que se tornavam adulteras eram apedrejadas, outras que manifestassem qualquer sensualidade e desejos sexuais mais explícitos eram tidas como histéricas. A histeria foi uma doença que Freud estudou por muito tempo, em que ele afirmava que era decorrente de desejos sexuais reprimidos.

Pela força da tradição elas eram obrigadas a sair de casa como um pudor excessivo, não podiam mostrar o corpo e o véu foi substituído pelo uso obrigatório do cabelo comprido. Podemos inferir por este silêncio velado pelas mulheres que parecem

até que elas são perigosas para os homens. Deviam andar cobertas para não despertarem neles a tentação. Perrot afirma que: "*em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. È a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo*." (2008:17)

Nas fontes históricas as mulheres são representadas ao em vez de si representarem. Sabemos que sem as mulheres o desenvolvimento das cidades não seria possível. Os relatos dos historiadores mostras mulheres imaginadas, em vez de descritas ou contadas e quando eles se remetem a elas é para mostrar erros que justificam ainda mais a sua submissão.

Um ponto a se destacar é a idéia entre público e privado que permeia a vida feminina. Inicialmente na vida das mulheres o público era algo destinado apenas aos homens. A eles cabiam trabalhar fora, estudar, e ter uma série de permissões sociais para se expor na sociedade. A mulher caberia então o privado, representado primordialmente pela casa juntamente com o sobrepeso dos serviços domésticos, incluindo o cuidado com o marido, criadas e filhos. A mulher que desejasse por alcançar objetivos além do de ser uma excelente e bem dedicada esposa, incorria no erro de se tornar falada. A honra da mulher foi representada por muito tempo pelo bem desempenhar dos serviços domésticos. Uma mulher virtuosa que era o desejo de todos os homens era aquela que recebeu uma educação capaz de prepará-la para desempenhar um bom papel de mulher e de esposa.

Na visão dos homens e não apenas deles mais de toda uma sociedade, o lugar da mulher era dentro de casa, e uma boa mulher e esposa era aquela que reconhecia o seu lugar perante a sociedade, lugar este que era sempre atrás do seu marido. A sociedade por muitos anos tratou das mulheres assim como fizeram com as crianças por muitos séculos, através de lentes de invisibilidade. Mulheres que não podiam sonhar com determinadas profissões, mulheres que não podiam votar, mulheres que não podiam exercer livremente a sua sexualidade. Como vemos existem na história das mulheres grandes vitórias que foram alcançadas ao longo da história da humanidade.

Outro ponto que incentiva a submissão feminina está na própria faixa etária da vida. Com a leitura do clássico de Ariès (1978) vemos que antes do século xix meninas eram desconhecidas. As crianças de um modo geral eram invisíveis. As grandes taxas de mortalidade infantil não impressionavam a ninguém. O descaso com as crianças que

morriam bem pequenas era normal. Mostrando que por muito tempo as crianças também não tiveram espaço dentro das memórias remotas da história social.

Quando pequenas as meninas são sociabilizadas por suas mães que transmitem a elas a herança social de invisibilidade e de desigualdade de gêneros. Elas aprendem se enclausurarem em casa, mais uma vez o público não cai bem para uma mulher mesmo que elas sejam pequenas. Se saírem suas mães mandam os seus irmão vigiá-las para que elas não aprendam costumes desonrosos. Interiorizam também o destino das mulheres que é se tornar uma dona de casa. Se as mães não se encontram elas assumem a casa. "Futura mãe, a menina substitui a mãe ausente." (PERROT, 2008:43)

Não é nenhuma novidade o sentimento de posse que alguns homens sentem pelas mulheres. O dote que vinha acompanhado de uma mulher virgem foi extinto logo com a expansão da industrialização. (DONZELOT,1986) Nesta nova situação as mulheres a partir de então oferecem aos seus maridos o seu trabalho doméstico especializado. Com isto, firma-se uma dupla vantagem estatal, mais casamentos, uma substituição de um acesso de trabalho não remunerado, e a introdução da higiene na vida dos operários. A virgindade das moças pertencia aos homens que a cobiçavam. Elas como "filhas de Maria" deviam se defender de estupros e se manter como pudor para enobrecer os seus futuros maridos.

As relações de poder dentro da família representadas pelo modelo de marido chefe de casa, senhor todo poderoso e da esposa como a mãe de muitos filhos, pode ser consideradas um ponto bastante complexo dentro dos estudos de família, por causa da sua subjetividade. A presença de um homem numa família seja ele pai ou esposo representa um universo simbólico que envolve estas funções sociais. O casamento gera um status social novo para a mulher casada. Um filho sem pai possui um status social comprometido, tanto para a mãe quanto para ele mesmo. A união familiar mais do que uma obrigação contratual entre duas pessoas é uma troca de interesses pessoais. O seu valor enquanto indivíduo social, a identidade social, a identidade enquanto membro da sociedade está totalmente interligada a sua posição familiar e o que ela representa.

Modernidade: implicações no cenário das disputas de gêneros.

A modernidade e todo o aparato tecnológico e as mudanças sociais trazem para as mulheres uma grande transformação na simbologia do corpo e da sua identidade. (GIDDENS, 2002). Além das virtudes o que chama atenção em uma mulher é a expressão e a valorização de sua beleza. Perrot (2008) chama a atenção para a valorização do corpo da mulher que variou de acordo com as épocas.

A ditadura da beleza faz parte hoje da vida de qualquer mulher. Os padrões de beleza socialmente aceitos vêm colocando as mulheres numa série de exigência para consigo mesmas a fim de que elas se sintam desejadas e belas. O mundo dos cosméticos que foi filho da modernidade. Trouxe para elas um leque de possibilidade de se transformarem e de valorizar a sua beleza. A "mulher feia" que eram esquecidas até o século xix são seduzidas pelas vantagens das modernidades: todas as mulheres podem ser lindas! Basta saber usar cosméticos e entrarem na moda.

A moda hoje símbolo do consumismo que tanto fornece lucros para o capitalismo, oferecem as mulheres a valorização das partes. As mulheres conquistam agora o desfrute de poder se insinuar sem serem queimadas vivas em praças públicas.

O véu que foi por tanto tempo sinal de devoção a Deus instrumento de pudor, é retirado com a modernidade e mais do que isto, as mulheres não são mais "obrigadas" a terem os cabelos compridos. Entram em cena cortes modernos e curtos, alterações nas corres das mechas, e diversidade de penteados para diversas ocasiões. O cabelo como afirma Perrot às mulheres são: "a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução e o pecado." (2008:55) o cabelo agora é mais uma deixa para a prática do erotismo. O esconder/ mostrar se insere como uma nova conquista a sexualidade feminina.

Continuando a descrição dos progressos da modernidade para a igualdade nas relações de gênero, não podemos deixar de mencionar a maternidade, como um momento que dura pelo resto da vida.

Da idade média até a metade do século xix as famílias eram extensas e expressavam fortemente o patriarcalismo. As mulheres senhoras de engenhos ou donas de casa possuíam uma série de afazeres que eram incumbidos a sua pessoa. Cuidar das criadas, dos filhos, do marido e também substituí-lo na sua ausência eram tarefas comuns no dia-a-dia das mulheres. Não podemos deixar de fora os grandes números de

filhos que elas possuíam. A fidelidade da mulher era comprovada com a gravidez em seqüencia.

Nesta época não existia métodos anticoncepcionais além dos naturais, tão defendidos pela igreja. Inevitavelmente existiam muitos bebês indesejados. As altas taxas de mortalidade infantil como foi exposto acima também fazia parte deste universo, juntamente com os abortos, que eram mais tolerados por as crianças não significarem nada. (Ariès:1978)

A pílula é o ponto central na busca pela liberdade sexual. Sarti (2003) comenta que nos anos 60 no Brasil, com a introdução da pílula anticoncepcional as mulheres ganharam mais liberdade na sua sexualidade e puderam se defender da maternidade para seguir o lado profissional da vida. Nos anos 80 a possibilidade de se criar uma gravidez *in vitro*, separa conseqüentemente o ato sexual da gravidez.

A reprodução assistida e outras técnicas de reprodução humana não dissociam a noção de família da natureza biológica. A difusão do exame de DNA coloca novas doses de responsabilidade nos laços familiares. A descoberta do pai biológico sugere uma cobrança pela figura de um pai, e põe em xeque toda a irresponsabilidade das aventuras sexuais que os homens são acobertados desde a família patriarcal.

Na esfera rural ainda na década de 60, temos um incentivo dos médicos-higienistas, para a separação entre o amor e o sexo. Este é um processo interessante para se perceber as transformações sociais na instituição da família. Com a separação entre amor e sexo, o homem que possui a liberdade sexual legitimada pelo social, pode buscar uma diversidade de aventuras sexuais sem, contudo, firmar compromissos formais. A mulher por outro lado reprimida sexualmente pela sociedade, só vai poder começar a usufruir desta separação e ganhar um degrau na escada da liberdade sexual após 1970. Pois, com a difusão da pílula anticoncepcional e de outros métodos que permitiram a elas um domínio maior sobre o seu corpo na decisão pela opção da gravidez. A manifestação das feministas nesta mesma época também trouxe discursos que defendiam uma liberdade sexual feminina.

No prisma jurídico, vemos o reflexo das mudanças sociais dentro da família, isto desde o estatuto da criança e do adolescente até na lei que rege os divórcios e na lei Maria da Penha (lei: 11.340). Antes da constituição de 1988 os filhos eram separados

entre legítimos e ilegítimos e o homem tinha a chefia familiar. Vaistman (1994) trás um dado relevante, que no Estado Novo o Brasil era regido por um estatuto da família. Na realidade a família que eles propuseram foi um modelo que não foi difundido amplamente, mas que sérvio de tipo ideal para orientar os comportamentos dos demais. Este tipo ideal de família devia ser "*conjugal, moderna e patriarcal, formada por indivíduos cujo lugar social não partia da própria escolha pessoal, mas de papéis atribuídos e normalizados segundo o genro.*" (Vaistman: 1994,59)

Em 1930 com a presença do Estado na economia, ocasionaram-se mudanças no acesso ao ensino. Como conseqüências disto as mulheres tiveram acesso á terminar o primeiro grau e muitas delas ainda iam até o ensino profissionalizante. Houve com isto um novo redesenhar nas relações de gênero e das divisões social do trabalho, sem, contudo modificar as relações de dominação entre os homens e as mulheres. Qualquer que fosse a atividade realizada pela mulher fora de casa, isto se impunha como um desafio ao sistema de hierarquia social. O embate das mulheres da época era entender porque a industrialização tinha começado com elas e neste momento requeria que elas ficassem de fora.

O saber foi por muito tempo privilégio apenas dos homens. As primeiras mulheres a estudarem e se tornarem intelectuais foram as que tinham títulos e uma renda superior. O fato de a mulher chegar a ser mais ou igualmente instruída do que os maridos era um fato inaceitável. O saber não era contrário a feminilidade. Toda a educação das mulheres estava permeada de como agradar os seus homens (pais e maridos). Atualmente este universo foi invertido. Há nas universidades mais mulheres do que homens. As mulheres tomam em disparada vários campos profissionais específicos. Se aperfeiçoando cada vez mais, e procurando condições e salários mais igualitários aos dos homens.

Revolução industrial: mulheres no mercado de trabalho, e a família?

A revolução industrial gerou uma mudança radical na vida das pessoas. Na família burguesa ou operária provocou uma crescente privatização da vida familiar, uma redução no número de membros e um afastamento dos parentes. (BRUSCHIMI, 1990; VAISTMAM, 1994; DONZELOT, 1986) Ela instaurou uma nova divisão sexual do trabalho. Através dela a mulher ocupou inicialmente o papel de mãe e de esposa, para posteriormente assumir outros postos de trabalho. Na lógica do valor da mercadoria e

do lucro, as tarefas que se regularizam tipicamente como femininas foram se tornando invisíveis. O trabalho doméstico realizado pela mulher não é reconhecido como trabalho, nem pelo homem e nem pela mulher.

Conforme conta-nos Vaistman (1994) no séc. XIX com a incipiente modernização tivemos com a livre escolha dos casamentos um compromisso maior entre os cônjuges. Compromisso este que também servia para a satisfação social. No contexto da transição do artesanato para a industrialização em massa, tivemos que, com a necessidade das indústrias por mão-de-obra, muitos homens deixaram de realizar as suas atividades no seio da família e foram para as fábricas. (BRUSCHIMI, 1990; VAISTMAN, 1994) Muitas famílias também se transferiram do campo para a cidade em busca de emprego, uma vez que não podiam concorrer com as indústrias. Com isto, temos um direcionamento da mulher para o universo privado, pelo ou menos neste primeiro momento.

A industrialização transformou o que não estivesse voltado para o mercado de trabalho perdesse o seu valor. Deste modo, com a dedicação das mulheres nas atividades de mãe e esposa, tornou-se paulatinamente mais desvalorizado e invisível. O trabalho doméstico fica assim sem ser considerado um trabalho, tanto na perspectiva dos homens quanto das mulheres. Firmando ainda mais a subordinação feminina. Podemos nos perguntar por que são as mulheres que são submissas ao homem e não o contrário? Estamos lidando com anos e anos de uma reprodução social histórica da identidade e auto-afirmação dos indivíduos. No clássico de Ariès(1978), "A História Social da Família e da Infância" em que ele faz com muita propriedade em apanhado dos séculos XII até o século XIX, vemos bem através das obras de artes e dos estudos que ele realizou que a diferença de gênero não é uma coisa recente.

Existem referencias como Bruschimi (1990) que tentam justificar o episódio da divisão social do trabalho pelo fato de que a mulher ao ficar na obrigação de ter o bebê, e junto com isto todas as obrigações da maternidade, de algum modo fez-se uma associação da maternidade com o restante dos afazeres domésticos.

Vaistman (1994) cita Parsons e Bales para mostrar que com a industrialização e a urbanização ocorre uma modernização rumo ao igualitarismo. Logo em seguida o autor faz uma crítica à suposta "igualdade" presente na família moderna. O trabalho da esposa em casa não é considerado como trabalho e uma ajuda financeira. Bruschimi

(1994) faz uma observação interessante apontando que as atividades domésticas das mulheres economizam muito da renda familiar, sem falar do fato da exploração onde não existe dia feriado e nem folga, todo dia é dia de trabalho para o marido e para os filhos.

Na década de 70 tivemos no Brasil a intensificação da industrialização. Este foi um dos motivos que exigiu dos outros membros da família a entrada na jornada de trabalho para que se aumentasse a renda, tudo por uma questão de subsistência familiar. Com a ampliação das horas de trabalho do homem, e com a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve uma repadronização dos papéis sociais dentro da família. Ainda mais intensa se tornou este ingresso, quando ocorreu a crise de 1980 a 1983.

Montali & Lopes (2002) citam Bruschimi (2000) que afirma que nos anos 90 é crescente o número de mulheres inclusas no mercado de trabalho. As menores taxas são daquelas que possuem filhos pequenos. Um fato bem importante que estas autoras alegam é perceber que a renda das mulheres ajuda a diminuição da taxa da pobreza.

Confirmam também a queda da ocupação de cargos por homens e o aumento de cargos das mulheres. Segundo elas o aumento das taxas de mulheres se dá a dois fatores, a seletividade do mercado que permite a inserção da mulher no mercado de trabalho e outro, as alterações das estruturas familiares que permitem o acesso da mesma nestes novos empregos. Entre as mulheres que são chefes de família os índices de inserção no mercado de trabalho foram maiores neste período. Na conclusão da década de 90, além da inserção significativa de mulheres no setor de trabalho principalmente no de serviços, houve também uma dedicação maior de todos os membros da família em empregos ate mesmo as filhas a partir de 18 anos.

Considerações finais

O universo das lutas de gênero é amplo demais. Para nos remeter a contextualização histórica de fatos que ampliaram as igualdades de gêneros não esgotariam as nossas palavras. A luta de gêneros é uma história que está apenas por começar, não chegamos ainda ao seu "final feliz".

Mas é bastante válido para nós apontarmos outros fatos primordiais para se entender a configuração feminina na modernidade, como por exemplo, a revolução Francesa, os períodos de escravidão, as mulheres muçulmana, entre outras. Entretanto

ficam para nós os avanços e a pergunta: será que os nossos olhos contemplarão a igualdade entre homens e mulheres? As mulheres são as grandes atrizes da história, como afirma Perrot(2008). A história delas não pode ser resumida apenas a opressão e a posições de vítimas. As mulheres nem sempre foram vítimas, elas além dos anos souberam conquistar o seu espaço, porém nem sempre elas tiveram certas, como "todo mundo" afinal.

O que não pode deixar de ser dito é que por muitos séculos tivemos a mulher colocada num lugar inferior na história da humanidade e na vida social. A igualdade efetiva entre homens e mulheres se encontra entre um desvio entre teoria e prática. No papel tudo é mais fácil. E as mulheres escrevem a sua história dia-a-dia.

Referencias bibliográficas

PERROT, Michelle. A minha história das mulheres. Ed. contexto: são Paulo, 2008

GIDDENS, Anhony. Modernidade e identidade. Ed. zahar: Rio de Janeiro,1938

MONTALI, Lilia & LOPES, Giovanna.Relações familiares e trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo, 2002

SARTI, Cyntia Anderson. Famílias enredadas. São Paulo: autores Associados editora,2003

BRUSCHIMI, Maria Cristina Aranha. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. Vértice, São Paulo: 1990. (Cap I)

ÁRIES, Philippe. História da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC editora, 1978

DONZELOT, Jacques. A polícia das Famílias. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986.

VAISTMAN, jeni. Flexiveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós- modernas. Rio de Janeiro: Rocco,1994

FICANDO O PÉ NA BARRANCA! Reflexões sobre a atuação feminina na defesa do território em Mutuca de Cima/Médio Jequitinhonha

Lívia Tavares Mendes Froes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ UFF - Universidade Federal Fluminense.
liviafroes@gmail.com

GT04 - Família, Gênero e Geração

Introdução

Mutuca de Cima é uma das 22 comunidades rurais afetadas pelo projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Murta na região do Médio Jequitinhonha em Minas Gerais. Em 1999, ao tomarem conhecimento da situação, a população local se organiza e busca maiores informações formando a Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta. Desde então, a grande maioria tem se manifestado de forma contrária ao empreendimento. Durante esse processo, os moradores de Mutuca de Cima apresentaram uma participação bastante ativa com destaque especial para as mulheres de uma família, cuja matriarca foi uma importante referência na comunidade.

A primeira vez que lá estive foi em maio de 2004. Através dos trabalhos de pesquisa e extensão, sobre o licenciamento ambiental de barragens, desenvolvidos pelo GESTA/UFMG, tive a oportunidade de conhecer Mutuca de Cima. Naquela ocasião visitamos outros três povoados: Barra de Salinas, Pianos e Mutuca de Baixo. Percorremos as localidades juntamente com a Comissão de Atingidos a fim de fornecer informações sobre o processo de licenciamento da barragem projetada para a região.

As reuniões em Mutuca de Cima eram as mais animadas, e era onde os moradores demonstravam mais interesse e participação. Além disso, o envolvimento de algumas mulheres era claramente distinto do de outras localidades visitadas. Lá, elas não se intimidavam (e ainda não se intimidam) em demonstrar publicamente sua oposição à implantação da usina hidrelétrica ou em perguntar caso houvesse alguma dúvida sobre o processo de licenciamento. Nas demais comunidades, acontecia o oposto, as reuniões eram freqüentadas majoritariamente por homens e eram os mesmos que constantemente pediam a palavra e se posicionavam.

Retornei anualmente à região até março de 2009, com uma pausa em 2008, sempre no âmbito das atividades do GESTA. Desde aquela primeira visita, em 2004, questionava-me quais elementos operavam para que a atuação feminina em Mutuca de Cima fosse mais ativa.

Dessa forma, através dos instrumentais metodológicos da pesquisa qualitativa (BECKER, 1993), observação participante, entrevistas em profundidade gravadas com os sujeitos envolvidos, pretendo equacionar a discussão teórica com a observação e análise de um fenômeno empírico. No que será trabalhado a seguir, procuro entender como marcadores de identidade, tais como status e gênero se articulam na luta pela defesa do território em Mutuca de Cima.

A Mobilização

O processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta tramita desde 1998[1]. Pertencente ao Consórcio Murta Energética, composto pelas empresas Logos Arcadis S.A, Eptisa e construtora EIT a barragem prevê uma potência de 120 Mw. Previsto para o rio Jequitinhonha, sua implantação envolve a inundação de 20,6 Km2, além da expulsão de aproximadamente 900 famílias de suas terras, que residem em 22 comunidades rurais espalhadas por 5 municípios da região[2]. O caso ainda não foi a julgamento pelo COPAM, órgão decisório político para apreciação de sua primeira licença, a Licença Prévia[3].

Essa espera tem alterado de forma significativa o cotidiano dessas comunidades. Diante desse fato, ao contrário da idéia de passividade que a identidade de carência atribuída inúmeras vezes ao Vale do Jequitinhonha[4], a população local evidencia suas demandas e posições. Em

[1] Para um histórico mais completo do caso e uma análise mais detalhada da mobilização popular como um todo ver Oliveira (2005).
[2] Os municípios são: Coronel Murta, Berilo, Josenópolis, Grão Mogol e Virgem da Lapa.
[3] O licenciamento ambiental em Minas Gerais requer a concessão de três licenças, são elas: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, cada uma com seus devidos trâmites. Para uma análise sociológica do licenciamento ambiental no estado ver Zhouri et al (2005).
[4] Atualmente, o Vale do Jequitinhonha é amplamente conhecido por seu profundo quadro de desigualdades sociais. Ora mencionado como um bolsão de pobreza devido aos seus baixos indicadores sociais, também é exaltado e mistificado pelas suas ricas manifestações culturais, pela exuberante natureza e também pela riqueza de seus recursos minerais. Situado no nordeste de Minas Gerais, é limitado ao norte e a leste com a Bahia, ao sul com os Vales do Rio Doce e do Rio Mucuri e à oeste com a bacia do Rio São Francisco. É composto hoje por 75 municípios. Sua divisão mais comumente conhecida e que será adotada aqui, corta o Vale em três: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo. E é neste segundo, o Médio Jequitinhonha, que se localiza Mutuca de Cima, pertencente ao município de Coronel Murta.

1999 eles se organizaram e formaram a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Murta dando inicio à mobilização de oposição ao empreendimento.

A atuação da população local contra o empreendimento no processo de licenciamento da barragem de Murta apresentou outro panorama no que se refere à participação popular em casos desse tipo. Em julho de 2005 a empresa solicita à ANEEL alteração do Contrato de Concessão que modificava a posição do eixo da barragem. Neste novo projeto, comunidades residentes em torno do rio Salinas não seriam mais alagadas. Coincidentemente, Mutuca de Cima, uma das mais atuantes neste processo, não teria mais suas terras imersas pela barragem. Fontes não oficiais afirmam que o motivo da alteração do eixo seria a resistência e pressão dos moradores para a não implantação da barragem na região. Recuada, a Murta Energética desativa, em 2006, seu escritório em Coronel Murta, conforme noticiado na Gazeta de Araçuaí em dezembro de 2006. O jornal de circulação local informa que o diretor superintendente da empreendedora alegou que as razões da suspensão do projeto era a morosidade da ANEEL em aprovar a autorização da já mencionada alteração do Contrato de Concessão.

Nesse processo de mobilização, a participação das mulheres de uma família de Mutuca de Cima merece destaque. De forma incisiva e atuante, sua atuação teve grande importância para o movimento dos atingidos. No entanto, veremos a seguir que essa participação possui limites e é circunscrita à comunidade. Assim, se em alguns momentos, foi possível perceber mudanças, em outros vemos a permanência de desigualdades de gênero.

Fincando o Pé na Barranca!

Qual será, portanto, a dimensão da atuação dessas mulheres. Por quê em Mutuca de Cima elas são tão aguerridas? Afinal, quem são essas mulheres?

Conforme mencionado anteriormente, a matriarca de Mutuca de Cima, Dona Amélia falecida em dezembro de 2008, foi uma figura importante. Em sua família, as mulheres exercem papel central. Ela e suas filhas são viúvas, e uma delas não se casou. Todas possuem filhos e uma rotina extremamente atarefada. Além dos serviços domésticos, lavar, cozinhar, elas trabalham

no grupo escolar, na roça, buscam lenham constantemente para acender o fogão e são bastante dedicadas ao exercício da religião[5].

Durante muitos anos Dona Amélia foi a parteira da comunidade, além de madrinha de batismo ou de crisma de várias pessoas. Praticamente todos da comunidade ao encontrá-la pedem sua benção. São várias as relações de compadrio, que marcadas pela reciprocidade atribuem à matriarca e à sua família status e prestígio dentro da comunidade. Além disso, é em sua casa que visitantes de fora se hospedam, como ocorreu comigo.

São pistas que vão trilhando o caminho em direção a uma melhor compreensão da posição que aquelas mulheres ocupam em Mutuca de Cima. Como já mencionei no início desse trabalho, me instigava muito o fato delas não se intimidarem em anunciarem suas idéias e posições, enquanto que em outras comunidades o recorrente era justamente o oposto, o silêncio e a timidez. A fala dessas mulheres durante as reuniões era comovente e determinada. Inúmeras vezes as ouvíamos dizer *"Não vamos sair corrido por causa de barragem, se precisar, a gente finca o pé na barranca!"*

Sua participação de grande parte dos moradores atingidos envolvidos na mobilização contra a barragem estava localizada nos limites de sua comunidade. O trabalho de base é uma parte importantíssima para a constituição de qualquer movimento social e ficava a cargo da comissão de atingidos. Eles eram responsáveis por essa articulação local e por receber e guiar a equipe do GESTA às comunidades quando houvesse reuniões de esclarecimento sobre o processo de licenciamento. Assim, um trabalho de base bem feito e lapidado resulta em manifestações coordenadas e bem sucedidas. A Audiência Pública que é uma etapa constituinte do processo de licenciamento ambiental é um bom exemplo. Trata-se de um momento tenso em que tanto a empresa quanto a população atingida possuem direito à fala e manifestações. O papel da empresa é basicamente explicitar e explicar o projeto de implantação da barragem. O momento reservado às falas da população atingida foi marcado por discursos de valorização do patrimônio e lugar de produção e reprodução social.

[5] A maioria dos moradores de Mutuca de Cima são católicos, mas não há igreja ou capela na comunidade. A reza, acompanhada por canções e instrumentos musicais como pandeiro, caixa e violão, é organizada por eles mesmos e acontece todos os domingos à tarde no grupo escolar.

Das mais de vinte falas registradas, apenas duas falas provinham de mulheres a serem atingidas, e uma delas pertence a uma das filhas de Dona Amélia. Ela fez uso do microfone, afirmando sua posição e defendendo seu patrimônio e história:

> Queremos água para a vida igual nós temos, o nosso rio onde lavamos roupa, pegamos água, nosso lajedo, onde nossas crianças brincam, tomam banho. Não necessitamos de barragem, vivemos a nossa vida tranqüilos sem a barragem. (Trecho de fala durante Audiência Pública de Barra de Salinas, realizada em 15 de outubro de 2002)[6].

Nos anos seguintes à Audiência Pública, as reuniões realizadas em Mutuca de Cima sempre tiveram uma participação ativa dessas mulheres. Na maioria das vezes iam uniformizadas com camisas que tinham o seguinte dizer "Diga não à barragem de Murta". Será que o prestígio de Dona Amélia e de suas filhas e o fato de elas não possuírem marido possibilitava um desempenho mais animado nas reuniões?

Procuro responder tais questionamentos dialogando com a pesquisa de Santana (2006), realizada nos assentamentos rurais de Sergipe. Veremos então, como alguns desses marcadores influenciam a participação pública tanto das mulheres, quanto dos homens.

Santana (2006) destaca que nestes assentamentos existem esferas e níveis diferenciados de poder, sendo que em alguns momentos, afirmam-se as vontades femininas e, em outros as vontades masculinas Santana (2006:49). Ela afirma ainda que a participação política das assentadas é pouco exigida, uma vez que seu esposo é o principal canal de informação sobre assuntos da associação e do Movimento dos Sem Terra, que chegam filtrados até elas. Através de uma tipologia hierarquizante representada por uma pirâmide, fica mais fácil compreender o acesso diferenciado de homens e mulheres a recursos materiais e simbólicos. Assim:

> No topo da pirâmide, estão os homens que mais participam dos trabalhos produtivos e que são militantes ou ex-militantes do Movimento, seguidos das mulheres que participam dos trabalhos produtivos e que são militantes ou ex-militantes; logo abaixo, estão os homens que participam dos setores produtivos e que não passaram pela socialização no Movimento; e por último, estão as mulheres que não participam dos setores produtivos e que não foram socializadas no Movimento. (Santana, 2006:51)

Sabemos que, tradicionalmente, no que se refere à participação pública esse seria um espaço de atuação majoritariamente masculina. Enquanto que às mulheres seria destinado o

[6] A pesquisa documental a respeito do histórico do caso foi realizada nos próprios arquivos do GESTA/UFMG.

resguardo em seus lares, uma vez que são absorvidas principalmente pelas atividades domésticas devido ao seu papel de mãe (Rosaldo, 1979). A naturalização desses papéis vem sendo discutido e questionado há um bom tempo não só pelo movimento feminista, mas por diversos outros autores das Ciências Sociais.

Neste sentido, Errington (1990) afirma que as diferenças entre mulheres e homens não estão necessariamente ligadas diretamente a um corpo macho ou a um corpo fêmea, e sim a uma ideologia de representação que irá orientar as ações sociais. A autora diz ainda que há uma interação contínua entre corpos e cultura, e que esses não devem ser entendidos como camadas que se sobrepõe uma a outra. Além disso, como afirma Costa (1994) o paradigma mais frutífero da perspectiva de gênero é aquele cujo ponto de partida seja o sistema social de relacionamentos, dentro do qual os interlocutores se situam, e não o indivíduo e seus papéis. O enfoque central dessas abordagens referem-se, portanto, ao contexto da interação social. Dessa forma,

> Ao enfocar a dinâmica dos contextos sociais e as configurações particulares de arranjos de gênero, tal conceitualização nos permite conceber uma pluralidade de masculinidades e feminilidades em oposição a uma visão de homens e mulheres como dois blocos homogêneos e indiferenciados entre si. (Costa, 1994: 159)

Como vimos na pirâmide de Santana, a diferença não se referia apenas às mulheres e homens, mas também dentro deles mesmos, ou seja, entre as mulheres e entre os homens.

Assim, as relações de reciprocidade que conferem à Dona Amélia e suas filhas um grau considerável de status e prestígio na comunidade, o fato dela ter sido a parteira da comunidade, o tempo de residência, o conhecimento geral sobre seu grupo devem ser fortemente considerados como fatores que contribuíram para uma participação feminina diferenciada na região.

Outro ponto a ser considerado refere-se à forte migração masculina característica do Vale do Jequitinhonha, proporcionando uma atuação feminina mais consistente. Sobre isso, Galizoni (2000), em seu estudo sobre comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, menciona que a migração é um importante definidor da posição da mulher nesta sociedade. Muitas vivem durante longos períodos do ano sem seus maridos ou companheiros. O processo de expropriação rural na região é intenso, e a migração tornou-se, portanto uma alternativa ao

mesmo. Muitos camponeses passaram a se inserir em outras atividades urbanas e rurais fora dos seus locais de origem, temporária ou permanentemente. Os movimentos migratórios dirigem-se na maioria das vezes para as grandes monoculturas do sul de Minas, Mato Grosso do Sul e o estado de São Paulo, onde os trabalhadores vão cortar cana, colher laranja ou trabalhar como ambulantes nas praias do litoral. As mulheres também experimentam essa migração e muitas vezes trabalham como domésticas em casas de família (Amaral, 1988), (Botelho, 2003). Contudo, a saída masculina ainda prevalece.[7]

Deste modo, em locais do Vale do Jequitinhonha ,como em Mutuca de Cima, a roça não é uma atividade exclusivamente masculina, com exceção da tarefa de roçar. Isso é evidenciado pelo trecho a seguir:

> P: Mulher aqui também trabalha na roça?
>
> E: Nós mulher nós corta na enxada, (?) nós dá cova...
>
> P: Então pera aí, como é que é na hora que vai fazer a roça, o que a mulher faz, o que o homem faz?
>
> E: Homem é mesmo pra roçar a roça né, faz as cerca, queima pra nós e ainda dá... em dinheiro nós mesmo dá, nós mesmo planta!
>
> P: Aí faz o que? Limpa?
>
> E: Limpa (?) do tempo da colheita nós colhe, nós mesmo, o milho nós quebra pra poder trazer pra casa pra por no paiol.
> (Entrevista realizada com moradora de Mutuca de Cima por pesquisadora do GESTA, em 22/01/2005)

A divisão sexual do trabalho, normalmente mais dura no campo, sofreu nesse caso uma reconfiguração. Se na pesquisa de Moura (1978), realizada no meio rural do sul de Minas Gerais, a divisão do trabalho familiar entre trabalho masculino/roça e trabalho feminino/casa é realizado de forma radical, em áreas do Vale do Jequitinhonha o baixo contingente masculino leva algumas mulheres a trabalharem na roça também. Essa ausência masculina típica da região é uma faca de dois gumes para a atuação feminina.

Por um lado, a independência de laços matrimoniais pode promover uma maior liberdade de participação na vida pública às mulheres. Retomo o trabalho de Ribeiro (2008) sobre a participação feminina no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. Segundo a autora,

[7] A migração de herdeiros se apresenta, também, como uma estratégia para a não fragmentação da terra que é um patrimônio familiar.

algumas mulheres apontaram o ingresso no OP como coincidente com a morte do marido e a emancipação dos filhos. A autora afirma o seguinte:

> "Um recente trabalho realizado por Luciano Fedozzi (2007) aponta que as mulheres que participam são as que se encontram independentes dos laços matrimoniais: as solteiras, viúvas e separadas. Dos delegados que já foram eleitos no Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA), as mulheres representam 62%; 81,3% dos viúvos; 65% dos separados. Segundo o autor, as mulheres casadas e que não contam com trabalhadores domésticos enfrentam dificuldades para participar do OP-POA por causa da dupla jornada e da relação patriarcal que determina que o homem representa a família na vida pública (Fedozzi, 2007, p.16)". (Ribeiro, 2008: 155)

De posse dessas informações é possível deduzir que a ausência masculina juntamente com o status e prestígio que a família de Dona Amélia detém, promoveram uma atuação feminina mais efetiva. No entanto, por outro lado, essa ausência provocou um acúmulo de tarefas em sua jornada de trabalho, como a inclusão da lida na roça.

Há outro fator que contribui para o caráter ambíguo do processo. Ainda que elas sejam figuras importantes no trabalho de base, a representação da comunidade na Comissão dos Atingidos, ao menos até o período estudado, era feita por uma figura masculina. Assim, quando essa representação envolvia viagens da Comissão à Belo Horizonte, por exemplo, o mesmo era feito somente por homens. Apesar de algumas mulheres demonstrarem interesse em participar e um certo descontentamento em não estarem presentes nessas viagens, pergunto-me se elas teriam ou não condições de fazê-lo, uma vez que ocupar espaços de liderança exige condições materiais de participação distintas do que a participação na base. Se a saída da mulher para o espaço público tem crescido gradativamente, a entrada do homem para o espaço doméstico não acompanha o mesmo movimento. Conseqüentemente, isso torna os homens mais livres para se aventurarem nos espaços públicos e disputarem cargos de liderança sem que haja um aumento de sua jornada de trabalho.

Ainda assim, os movimentos sociais, bem como outros espaços de participação, o Orçamento Participativo é um ótimo exemplo, possuem sim um potencial para o ingresso feminino, (Santana, 2006), (Ribeiro 2008). Dessa forma, casos como o de Mutuca de Cima, nos leva a repensar como os sujeitos lidam e ressignificam as representações de gênero através de suas práticas diárias, reformulando hábitos e driblando obstáculos para defenderem uma causa.

Estamos diante, portanto, de um processo excessivamente dual. Quando nos debruçamos sobre a participação e atuação política feminina nas mais variadas esferas, é inevitável nos depararmos ao mesmo tempo com limites e potencialidades, entraves e possibilidades, rupturas e permanências.

As reflexões aqui trazidas permanecem em aberto e em constante formulação. Torna-se cada vez mais pertinente ampliar os estudos de situações nas quais a política é feita na presença das mulheres através dos vários caminhos por elas traçados.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos Canaviais:* em busca do paraíso mineiro. 1988. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG – Mestrado em Sociologia – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira (2003). *Experiências e vivências na migração sazonal.* Unimontes Científica, Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003..

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. In **CADERNOS PAGU**, vol. 2, 1994. p.141-174.

ERRINGTON, Shelly. Recasting Sex, Gender and Power: a theoretical and regional overview. In: ATKINSON, Jane; ERRINGTONS, S. (orgs.) **Power and Difference:** gender in Island Southeast Asia**.** Stanford: Stanford University Press, 1990.

GALIZONI, Flávia Maria. *A Terra Construída:* Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. Dissertação de Mestrado, USP/FFLCH, São Paulo.

MOURA, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MURTA Energética desativa escritório. *Gazeta de Araçuaí.*, 6 de dezembro de 2006.

OLIVEIRA, Raquel. Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta: mobilização política e reelaboração cultural no Médio Jequitinhonha – MG. Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Sociologia da FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO, Uriela Coelho. Participação Política e as Relações de Gênero: O caso do orçamento participativo de Belo Horizonte. In: **3º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero. Redações e artigos científicos vencedores** – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

ROSALDO, Michelle Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. e LAMBPHERE, L. (orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

SANTANA, Mônica Cristina S. Muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam P, SHWADE, Elisete (orgs.). **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade.** Blumenau: Nova Letra, 2006, pp. 47-70.

ZHOURI, A. ; LACHESFSKI, K. ; PAIVA, Angela . Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental. O caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens; Pereira, Doralice. (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 89-116.

Gênero Linguagem e Educação, uma Reflexão a partir de experiências e Debates com Educadoras e Educadores do setor de Saúde e gênero no MST no Pr.

Tereza Lopes Miranda

Graduada em Serviço Social- UEPG, Especialista em Psicologia da educação- UEPG e Especialista em estudos Latinos – americanos- UFJF, Técnica em Reabilitação de dependentes químicos- UFPR. Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG.

Casturina Lopes Miranda

Graduada em serviço Social-UEPG.

Palavras chaves: Gênero, Linguagem Educação e Geração

Introdução:

Este artigo tem por objetivo problematizar as relações de gênero no processo histórico cultural e seus determinantes na formação do ser humano. Busca compreender como e porque as diferenças de gênero são transformadas em desigualdade, ou seja, como as diferenças naturais, biológicas entre seres humanos convertem-se na naturalização da desigualdade e da opressão de um sexo sobre o outro, analisando a condição de como os sujeitos se vêem nesse processo.

> "Dado ao fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas" (BOURDIEU, 2003, p.20).

Assim, estamos entendendo que a forma como nos concebemos tanto objetiva como subjetivamente passa pelo processo de construção social, histórico e cultural. Neste sentido buscaremos no processo histórico de formação e

construção cultural entender as ações políticas "educativas" com respeito ao ser no mundo enquanto pessoa bem como; perceber qual a representação, que o ser feminino e masculino tem a respeito de seu mundo e do mundo do outro ou da outra. Para tanto partimos da hipótese de que a linguagem enquanto processo dialético é fundamental na desconstrução e reconstrução do ser humano onde mudanças significativas no campo da transformação social passam pela re-significação da linguagem no processo educacional.

Conforme Cecília Toledo para que possamos entender a situação da mulher é preciso conceber a situação do homem. E para conhecer de fato a opressão da mulher é preciso estudar o seu opressor, que é a sociedade de classes, que tem o homem como agente dessa opressão. (2001)

Segundo BOURDIEU, convocar as mulheres para que se comprometam com uma ação política

> "è desejar que elas saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica, de que elas são, juntamente com os (as) homossexuais, um dos alvos privilegiados, formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólica, sobretudo capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua discriminação." (2003, p.5)

Para o autor, a mobilização marcadamente política abre caminho a uma ação coletiva de resistência para as mulheres na luta contra as forças históricas, neutralizando os mecanismos de neutralização da história. E ainda

> "colocar o problema nestes termos é marcar um progresso na ordem do conhecimento que pode estar no princípio de um progresso decisivo na ordem da ação. Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais do que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola e também, em outra ordem, o esporte e o jornalismo (...)" (BOURDIEU, 2003, p.5).

Assim percebidas tais instituições se apresentam de forma subseqüente na vida dos sujeitos naturalizando práticas e visões de mundo que passam a ser

entendidas como prontas e eternas. Quando na verdade são resultados de uma construção que se convencionou como única a ser seguida e onde qualquer comportamento que não combine com o que está posto, representado para os sujeitos, passa a ser discriminado, julgado e até mesmo condenado. Esquecendo de que somos produtos e produtores da realidade que nos cerca, onde

> "(o corpo e seus movimentos, matrizes de universais que estão submetidos a um trabalho de construção social, não são nem completamente determinados em sua significação, sobretudo sexual, nem totalmente indeterminados, de modo que o simbolismo que lhes é atribuído é, ao mesmo tempo, convencional e "motivado", e assim percebido quase como natural.)" (BOURDIEU, 2003, p.20)

O que leva as pessoas a se identificarem com modelos que a partir de uma concepção com base no discurso da natureza ignoram os efeitos da cultura, no processo de construção da identidade dos sujeitos.

Neste sentido, a identidade não é somente o que aparenta, mas também é o seu interior, ou seja, a história de vida do indivíduo. Assim a identidade pode ser pontos referenciais da pessoa, pontos que não mudam com o tempo, como o nome, relações de parentesco entre outros. A pessoa só se reconhece quando se diferencia do outro, quando passa a comparar-se com os outros. Entenda-se na questão de gênero que o outro é sempre visto em relação ao masculino, branco e heterossexual "ser perfeito", onde qualquer outro que não seja ele mesmo é, portanto, alguém não só diferente, mas necessariamente desigual. Assim "dois sexos incomensuráveis são resultado de práticas discursivas, mas só se tornam possíveis dentro de realidades sociais às quais essas práticas dão sentido." (LAQUEUR, 2001, p. 245)

Para LAQUEUR, a linguagem supostamente neutra do liberalismo deixou as mulheres sem voz própria, dando início a um discurso de diferença. Afirma que

> "se as mulheres fossem simples versões inferiores dos homens, como ditava o modelo de sexo único, não precisariam escrever, nem participar de alguma ação pública, nem fazer outras reivindicações a si próprias como mulheres; os homens podiam representá-las muito melhor que elas próprias." (LAQUEUR, 2001, p. 245)

Desta forma a identidade depende de diferenciação do outro, ou da identificação com o outro, e com o meio, estabelecendo interação entre o indivíduo e sua cultura. Notamos que há diferentes identidades; entre as várias culturas, o que pressupõe que a cultura influencia a linguagem e que em sua relação com o meio o ser se constituí, se afirma ou se modifica, e a linguagem como vínculo de transmissão de valores nos pressupostos culturais exerce fundamental importância, sendo um referencial por meio do qual a desigualdade pode ser desvelada ou reafirmada. A identidade social que diferencia os indivíduos e se define pelo conjunto de papeis que desempenhamos, cria uma expectativa de comportamentos e uma ilusão de que os papeis são "naturais e necessários". Quando reproduzimos o esperado pelos grupos que nos cercam somos considerados "bem ajustados". No entanto para LOURO, as identidades sociais (não apenas sexuais e de gênero, mas também de classe, raça e nacionalidades etc.), se definem no âmbito da cultura e da história.

> “Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.” (LOURO, 2007, p.12)

Para a referida autora, somos sujeitos de identidades múltiplas, transitórias e contingentes com caráter fragmentado, instável, histórico e plural, isto vale tanto para as identidades de gênero e sexual como para todas as identidades sociais, onde as identidades múltiplas podem até mesmo cobrar lealdades diferenciadas, divergentes ou contraditórias. “Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser então rejeitadas e abandonadas.” (LOURO, 2007, p. 12)

Estamos desta forma entendendo a linguagem como fator social que exerce influência na formação e compreensão do ser e de sua identidade, Onde múltiplos olhares precisam ser considerados levando em conta inclusive a questão geracional.

Para Lane, a linguagem é aquilo através do que se generaliza a experiência da prática sócio-histórica da humanidade. (Lane: 1991). Conforme a autora, a linguagem se desenvolveu historicamente quando os seres tiveram que cooperar para a sobrevivência, criando instrumentos necessários para prática. A linguagem surge como forma de generalizar e transmitir esta prática. Podemos dizer então que a linguagem existe como produto social e que é através das relações com os outros que elaboramos nossas representações sobre o mundo através de sucessivas gerações.

Assim a linguagem age como facilitadora no processo de socialização, onde o indivíduo determina e é determinado pelo meio. Sua forma de existir será influenciada, mas também influenciará o meio pela sua prática e compreensão de mundo. (Lane, 1991)

A questão de gênero desde a década de 70 é um termo que vem sendo usado "para teorizar a questão da diferença sexual. O gênero sublima o aspecto relacional entre mulheres e homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de um estudo que os considere totalmente em separado" (Samara, 1997, p 63).

Neste sentido percebemos que a questão de gênero tem a ver com a questão social, onde a exclusão da mulher é mais uma dentre outras tantas formas de exclusões. Assim, se não partirmos da realidade da mulher e do homem, não será possível entendermos a realidade de exclusão, no âmbito político, econômico, étnico racial e social.

Neste contexto estamos entendendo que, se quisermos de fato avançar na construção de novas relações de gênero é necessário considerarmos a linguagem de forma dialética no contexto das relações humanas e no processo das gerações que se sucedem. Para CARBONI e MAESTRI, a linguagem é vista

> como palco privilegiado da luta de classes, expressão e registro de valores e sentimentos contraditórios de exploradores e explorados. As nações imperialistas lutam para impor suas línguas e, através delas, impor seus valores às noções periféricas. “Os dominantes esforçam-se para que os dominados submetam-se plenamente a uma ditadura lingüística, que facilita e consolida a ditadura social e econômica.” (2003 p. 10-11).

Para os autores acima, o domínio econômico político, social religioso e cultural no Brasil se constitui a partir da dominação lingüística, imposta ao

dominado pelo dominador nas formas de falar e sobre tudo, de compreender o mundo pela ótica do colonizador.

O massacre lingüístico sofrido no Brasil e na América Latina é muito mais complexo do que aparenta. Para os nativos e posteriormente para os escravos negros, assumir a língua do opressor mais do que desaprender sua própria língua significou a desconstrução de suas raízes de sua identidade; simbolizou a negação de si, de sua simbologia, de suas crenças, do seu mundo e mais que isso, de sua compreensão de mundo, de sua memória. Na medida em que o invasor vai avançando na conquista do espaço, na toma de riquezas e com a "religião e a educação" vai transplantando seus costumes, suas falas e seu "deus" que pune que castiga e que mata em nome da "fé" e que nada mais era que o poder de destruir o dominado, de torná-lo submisso atacando-o naquilo que ele tem de mais sagrado, sua "alma", sua essência sua capacidade de ser por si mesmo.

Se partirmos desta compreensão de que o conflito, choque entre as culturas travou-se além da força física também na linguagem, no simbolismo e na representação do mundo entre os dominadores e os dominados, percebemos que a linguagem passará desde então por um processo de embate e de combate, onde a luta de classes estará presente na luta lingüística e em toda simbologia que a língua carrega.

Partimos do princípio de que a educação é a reprodutora por excelência na construção de papéis para os indivíduos segundo suas diferenças tanto biológicas quanto sociais que se afirmam também por meio da linguagem.

Mas queremos mostrar principalmente que sendo a linguagem fator determinante na construção do ser e de seu imaginário ela traz base para um processo de desconstrução de valores e possibilita uma reconstrução a partir de uma nova prática transformadora e de igualdade entre os sexos, daí que este trabalho aponte a linguagem em seu caráter dialético.

É com base nestas colocações que discutiremos a idéia gênero e o papel da linguagem na construção do ser homem ou ser mulher. Entendendo que falar

sobre gênero é falar sobre valores que se estabelecem na sociedade onde se super valoriza o homem e se desvaloriza a mulher, significa discutir relações entre homens e mulheres, entre adultos e crianças e entre estes e a sociedade e não simplesmente falar apenas de problemas de mulher, de forma isolada em seu "destino" de natureza inferiorizada.

Percebemos o destino criado para a mulher ou para homem, seja a fragilidade feminina ou a fortaleza masculina, como produto da ação das pessoas na sociedade. E estamos entendendo que destino é história não é natureza; natureza é biologia, papel e destino é ideologia, é representação, é símbolo construído, ser homem ou ser mulher, são representações sociais construídas socialmente na interação com valores reproduzidos dentro de um contexto determinado. Representação aqui é fuga do real, é uma construção, um desenho feito por outro para determinar como alguém deve ser ou se apresentar. Assim as pessoas se vêem com o olhar que a sociedade projeta sobre elas procurando corresponder a essa expectativa onde os papeis de gênero são apresentados como modelos “ideais” a serem assumidos pelos sujeitos.

Um rápido olhar no processo histórico vai nos mostrar como as várias ciências vão sucessivamente contribuindo para apresentar a mulher sempre num patamar desigual com relação ao homem a partir de seu aparelho reprodutor, fazendo da sexualidade um instrumento que vai determinar politicamente quem é o ser mulher e o ser homem, onde cada um deve estar e como cada um pode e deve se comportar.

Platão inventa a matriz feminina, cujo útero é um animal; que vive nelas e com o único desejo de procriar, e a mulher só se realiza se ele produz. É na matriz filosófica e mais tarde no advento do capitalismo com a criação do culto Mariano que a maternidade tem seu fundamento, passa, portanto a ser difundida largamente pela simbologia religiosa como única forma de realização feminina. Cria-se assim o ideário de que toda mulher deve assemelhar-se a Maria e, portanto deve ser mãe, reprodutora da vida e do sistema pela ideologia nela inculcada através da linguagem religiosa com fundamento na filosofia.

Aristóteles vai dizer também que o cérebro da mulher é menor que o do homem, portanto ela pensa menos e morre antes. Assim em 1916 o código civil brasileiro vai definir que a mulher deve estar sob o comando de quem pensa mais, logo sob tutela do homem. Mais tarde no Brasil cria-se também o código civil da mulher casada, onde diz que: a mulher não é ninguém, é tão incapaz assim como os loucos, índios e crianças, tendo, portanto que estar sob tutela do marido, o casamento passa então a ser status, a mulher sozinha não tinha valor.

Conforme a historiadora Ana Coli, o casamento se torna um passaporte para a felicidade, e também para a gaiola. Assim vai durante décadas se configurando seres com uma visão colonizada de si, as mulheres se vêem com o olhar daqueles que as representaram ou desenharam, é preciso descolonizar este olhar e devolver à mulher a linguagem que lhes foi negada é preciso "desconstruir" os protótipos humanos plasmados em nossas mentes de homens e mulheres, isto é "desnaturalizar" as construções de masculino e feminino que estão desenhados na memória da sociedade e servindo para justificar uma dupla moral para homens e mulheres onde, por exemplo, “trair” para o homem é uma questão privada, moral que faz parte de sua condição de sua "natureza", mas a mulher, se “trai”é uma questão pública e imoral sua "natureza" é ser honesta. (Coli, 2004).

Nessa mesma linha a psicologia com a contribuição Freudiana vai nos dizer que a mulher por não ter falo é uma eterna invejosa, carece de senso de justiça e não tem razão. Reafirmando, portanto a Supremacia masculina. E em todas estas etapas de afirmação de desigualdades a linguagem sempre possibilita esta construção. E assim cm o aval da própria ciência vai se consolidando a relação de dominação que pauta o imaginário social. Para BOURDIEU,

> “a linguagem do ‘imaginário’ que vemos aqui e acolá ser utilizada, um pouco a torto e a direito, é sem dúvida ainda mais inadequada que a da ‘consciência’, dado que tende particularmente a esquecer que o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (‘idéias na cabeça’), uma ‘ideologia’, e sim um sistema duradouramente inscrito nas coisas e nos corpos.” (2003, p. 53-54)

O que leva o opressor a eximir-se de qualquer culpa, visto que há um "consentimento" o que BOURDIEU chama de invasão da consciência pelo poder onipresente dos homens.

Conclusão:

Para BOURDIEU, (...) "só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes." (2003, p. 54)

Entendemos que a linguagem enquanto instrumento simbólico, sendo ao mesmo tempo vítima e culpada na dominação de gênero, deve ser considerada em seu potencial no remodelamento deste processo de desconstrução e reconstrução de símbolos e valores nas relações sociais, em especial na recriação de novas relações de gênero, com respeito e equidade entre as pessoas. Sendo, portanto, fundamental que a educação se reeduque, para que possa exercer de fato sua função na formação de cidadãs e cidadãos capazes de forjar a igualdade na diferença. Entendendo que ser diferente é normal, mas não ser desigual.

Neste sentido é preciso entender o passado para que no presente sejamos capazes, de projetar um futuro com igualdade na diferença. E a linguagem certamente será o principal instrumento do qual precisamos lançar mão para que possamos nos descolonizar a partir de nós mesmos de nossa prática diária, na família, no trabalho, na sociedade, enfim num constante exercício de nos desconstruirmos e reconstruirmos de geração para geração, a partir do que vivemos, falamos e acreditamos. É na afirmação ou negação do dia a dia da cultura e das novas gerações, que nos forjamos e somos forjados. Entender a mensagem das falas, nas piadas, nas músicas ou até mesmo nos elogios e nas críticas, e criar outras maneiras de nos comunicarmos sem necessariamente nos depreciarmos ou sobre elevarmos frente aos outros é um desafio dialético que precisa ser enfrentado por todos que acreditam na transformação social. Transformar a linguagem é mudar também nossas representações de ser humano

seja ele homem, mulher, heterossexual, homossexual, Idoso, jovem criança ou adolescente. É ciar novas maneiras de vernos como somos e/ou poderemos vir a ser enquanto humano e não como nos fizeram acreditar que deveríamos ser de forma construída pelos modelos que nos foram impostos pelas estruturas de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho (org).* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina; tradução Maria Helena Kuhner. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARBONI, Florence e **MAESTRI**, Maria. *A linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta de classes.* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COLLING, Ana Maria. A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira: a Questão da Igualdade e da Diferença. Tese de Mestrado.

LANE, S.E. Codo, W. Org. Psicologia Social: *O homem em Movimento.* 9ª ed. S. P. Brasiliense, 1991.

LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: *corpo e gênero, dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO. Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: *Uma perspectiva pós-estruturalista.* 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____ (Org) O corpo educado: *pedagogia da sexualidade*. 2ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 20

SAMARA, Eni Mesquita e org.Gênero em debate: *trajetória e perspectivas na história Contemporânea.* São Paulo: Educ. 1997.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres o Gênero nos une, a classe nos divide*. Editora Xamã: São Paulo, 2001

INFÂNCIA E TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Joel Orlando Bevilaqua Marin[1]

Rafaela Vendruscolo[2]

[1]Doutor em Sociologia, Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: bevilaquamarin@gmail.com

[2]Cientista Social e Mestre em Extensão Rural, – Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: rafasociais@yahoo.com.br

GT 04 - Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

Em 2009, os contratos de integração da cadeia produtiva de tabaco em folha, firmados entre agroindústrias fumageiras e os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, inseriram uma cláusula social que obriga o agricultor a cumprir a legislação brasileira referente a "não-utilização da mão-de-obra infantil", mais especificamente o disposto no artigo 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), bem como toda a legislação complementar relacionada ao tema trabalho infantil. Essa cláusula social foi resultado da assinatura de um Termo de Compromisso firmado pelas agroindústrias de fumo, do Sindicato da Indústria do Fumo da Região Sul do Brasil e a Associação dos Fumicultores do Brasil, sob a orientação do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. Por meio deste documento, criaram-se mecanismos para intimidar o agricultor que produz fumo no Rio Grande do Sul quanto ao uso do trabalho de crianças e adolescentes, menores de 16 anos, bem como constranger os pais no sentido de manter seus filhos matriculados e com freqüência regular na escola.

Essa problemática tornou-se objeto de uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq, que está sendo desenvolvida por pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Goiás. O presente artigo tem por objetivo compreender as categorias de "trabalho infantil" e "trabalho da criança como ajuda", a partir da compreensão das concepções presentes na legislação brasileira e do estudo da bibliografia produzida na área dos estudos sociais rurais no Brasil. Para tanto, na primeira sessão, buscamos analisar sinteticamente a construção social da infância como uma fase da vida associada aos estudos e ao não-trabalho, bem como os esforços de certas

organizações internacionais para universalizar os direitos das crianças. Na segunda sessão, com base na bibliografia dos estudos sociais rurais, o artigo procura compreender as relações estabelecidas entre infância, trabalho e escola, nos processos de socialização historicamente construídos pelos diferentes grupos sociais que trabalham na agricultura em regime de trabalho familiar.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E DA NOÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

A infância é uma construção social, cujas representações transformaram-se ao longo da história e diferenciaram-se entre os grupos sociais. Segundo Áries, as concepções modernas de infância, como uma fase específica da vida dedicada aos estudos e à preparação para o futuro, foram construídas a partir da ascensão de uma classe burguesa européia. Na Idade Moderna, a família burguesa desenvolveu cada vez mais um sentimento de responsabilidade em relação às crianças e passou a demonstrar maior interesse pela escolarização, provocando mudanças significativas nos sentimentos em relação à criança, bem como em sua formação moral e espiritual. A criança passou a receber educação diferenciada nos colégios internos, em regime especial, antes de propriamente unir-se aos adultos e de interagir com eles. Isso se processou concomitantemente a uma profunda transformação da família, com a emergência da vida privada e a valorização dos sentimentos afetivos.

Nesse longo processo de mudanças elaboraram-se concepções modernas de infância, que desenvolveu um sentimento de maior dependência das crianças em relação aos adultos. Essa ideia resultou na necessidade de fortalecimento da família para proteger as crianças, bem como de uma maior intervenção da sociedade e do Estado para oferecer a elas escolarização, assistência e proteção. A construção dessa consciência coletiva sobre a infância surgiu e se desenvolveu, inicialmente, entre a classe burguesa e, muito tempo depois, difundiu-se entre as classes trabalhadoras, em um processo que se realizou em modos e tempos distintos entre os segmentos sociais.

A concepção burguesa de infância foi internacionalizada a partir do século XX, especialmente após a segunda guerra mundial, pela intervenção de organizações internacionais de defesa dos direitos das crianças como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por meio de um conjunto de doutrinas e da indicação de políticas públicas de intervenção, estas organizações internacionais procuram difundir as concepções burguesas de infância, os direitos da criança e o aparato de regulação do trabalho infantil, socialmente construídos nos países

desenvolvidos. Os organismos internacionais defendem a universalização das concepções que associam a infância aos estudos, à inocência, às brincadeiras e ao não-trabalho. As crianças são percebidas como pessoas em condições especiais de desenvolvimento, sujeitos de direitos próprios, com direitos de capacitação adequada e necessidades de proteção diferenciada, específica e integral. Construídas e positivadas nas legislações dos países desenvolvidos, tais concepções de infância são universalizadas pela atuação incisiva dos organismos internacionais (MARIN, 2005, 2006).

No Brasil, a promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, estabeleceram-se medidas de *jurisdicionalização* impeditivas da incorporação da criança ao mundo do trabalho, como forma de garantir seu pleno desenvolvimento físico e social. Além disso, esses documentos legais tornam-se marcos da promoção, controle e garantia dos direitos das crianças, que balizam a adoção de políticas públicas, para a proibição e erradicação de todas as formas de trabalho infantil, em consonância com as doutrinas da ONU, Unicef e OIT. A criança passou, então, a ser percebida sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, tal como propugnavam os organismos internacionais de defesa dos direitos da criança.

Todavia, a tendência à universalização das representações da infância – em cujo eixo mobilizam-se os diversos movimentos de moralização, conscientização e denúncia contra a exploração da força de trabalho infantil – normalmente desconsidera as especificidades dos contextos econômicos, sociais e culturais dos diversos grupos sociais em que as crianças vivem. Considerando que a infância é uma construção social, interessa compreender a relação estabelecida entre infância, trabalho e escola nos processos de socialização dos filhos de camponeses, colonos, pequenos agricultores, pequenos produtores ou agricultores familiares, a partir da literatura produzida na área dos estudos sociais rurais no Brasil.

A criação do Termo de Compromisso firmado na cadeia produtiva do fumo foi uma decorrência do Decreto n. 6.481, de 12 de julho de 2008, que regulamenta o terceiro e quarto artigos da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 178, de 14 de dezembro de 1999 e promulgada pelo Decreto 3.597, de 12 de dezembro de 2000. O Decreto 6.481, no primeiro artigo, aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) proposta pela OIT e, no segundo artigo, proíbe o trabalho do menos de dezoito anos nas atividades previstas na Lista TIP. Nesta lista estão especificados os Trabalhos Prejudiciais à Saúde e à Segurança que ocorrem nas atividades

agrícolas, pecuária, silvicultura e exploração floresta, detalhando os trabalhos que ocorrem nos processos produtivos do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi.[1]

No Rio Grande do Sul, o fumo é fundamentalmente produzido por agricultores familiares. Por ser uma atividade que demanda muita mão-de-obra, historicamente, as famílias dos agricultores fumicultores recorreram à "ajuda dos filhos", sejam crianças ou adolescentes. Após a aprovação do Termo de Compromisso, os agricultores familiares e suas entidades de representação passaram a debater a questão do significado do trabalho realizado pelas crianças no âmbito da família e, mais especificamente, nos trabalhos da produção do fumo. O aparato legal, recentemente promulgado, procura criar uma concepção de que o trabalho realizado nas atividades do fumo pelas crianças e adolescentes, com menos de 16 anos de idade, deve ser categorizado como trabalho infantil. Na concepção das famílias dos agricultores, o trabalho realizado pelas crianças e adolescentes, no âmbito da família, sempre foi compreendido com uma "ajuda" e um importante meio de socialização e formação dos futuros agricultores e herdeiros.

Nota-se, portanto, que há confrontos de diferentes concepções sobre direito, infância e trabalho na agricultura familiar. Pela concepção legal, os pais estão submetendo seus filhos ao trabalho infantil e aos correlatos problemas de saúde e de educação, portanto, negando a possibilidade da garantia do pleno desenvolvimento das crianças. Fundamentando-se numa tradição histórica dos agricultores do sul do Brasil, as famílias acreditam que tem o dever de educar seus filhos, que o trabalho é um importante meio de socialização dos filhos, além do que as crianças também devem contribuir solidariamente no trabalho familiar.

O TRABALHO DA CRIANÇA COMO AJUDA E SOCIALIZAÇÃO

Diversos autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil destacaram a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. A formação profissional e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores de gerações anteriores, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se aos trabalhos produtivos e reprodutivos das famílias, na condição de ajudante.

[1] Segundo a Lista TIP, os riscos ocupacionais dos trabalhos das crianças e adolescentes nessas atividades são o esforço físico e posturas viciosas, exposição à poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes com animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, umidade, chuva, frio, acidentes com instrumentos perfuro-cortantes. As prováveis repercussões à saúde das crianças são afecções músculo-esqueléticas, pneumonoconioses, intoxicações exógenas, cânceres, bissinoses, hantaviroses, urticárias, envenenamentos, intermações, queimaduras na pele, envelhecimento precoce, câncer de pele, desidratação, doenças respiratórias, ceratoses actínicas, ferimentos e mutilações, apagamento de digitais.4

As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para a vida adulta e para tornarem-se agricultores ou donas-de-casa, assim como o foram seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses.

O estudo de Candido (1987) sobre o modo de vida de um agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), nos anos de 1948 e 1954, fornece elementos sobre os processos de socialização da infância no meio rural. Nessa comunidade, desde pequenos, os filhos, ao acompanharem os pais, se familiarizavam com a experiência acumulada sobre as técnicas agrícolas e artesanais, o trato dos animais e os serviços domésticos. Assim, o trabalho da criança, além de representar uma ajuda para garantir o sustento da unidade familiar, era reconhecido como momento de formação e preparação para a reprodução do modo de vida caipira. Para este grupo, a família e a comunidade local representam os principais espaços de sociabilidade e de transmissão do conhecimento necessário para a sobrevivência e reprodução, o qual é mais significativo que o conhecimento da escola no interior das restritas relações comunitárias. A valorização da família e da comunidade, como os principais espaços de transmissão dos conhecimentos requeridos, tornava insignificantes os saberes repassados pela escola, sendo raros os caipiras que tinham rudimentos de leitura e escrita. Na perspectiva das crianças, a família era praticamente o mundo onde podiam se mover, o que constituía um dos fatores importantes para a persistência dos padrões socialmente estabelecidos, principalmente nos grupos sociais tradicionais.

Nos diversos estudos sobre as sociedades rurais da década de 1940 e 1950, que buscavam compreender a dinâmica e o modo de vida das comunidades, a infância constituía mera figurante da unidade familiar. Os estudos sobre comunidade, com freqüência, apenas salientavam as tarefas destinadas às crianças, como forma de aprendizado da vida no interior das unidades de produção familiar. Entretanto, merece destaque o protagonismo de Caldeira (1960) no sentido de centralizar o tema do trabalho e da escolarização das crianças no meio rural, a partir dos dados fornecidos pelo Censo do IBGE de 1950 e das Inspetorias Regionais de Estatística. O autor constatou que este trabalho, muitas vezes adjetivado como ajuda, dificultava ou impossibilitava a continuidade da escolarização, em virtude da difícil conciliação do trabalho com o calendário escolar. Estudando a diversidade das formas de incorporação da criança ao trabalho nas produções de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, trigo e fumo na Região Sul e no Estado de São Paulo, Caldeira (1960) identificou um problema de ordem histórica e estrutural na sociedade brasileira, que perpassava todas as situações analisadas: a questão central da educação rural estava associada à pobreza da população, que, movida pela

necessidade, era obrigada a requisitar a ajuda da criança. Segundo o autor, escolarização e trabalho eram incompatíveis, uma vez que a criança tinha dificuldade de coadunar as exigências da ajuda na família com o calendário do ano letivo. Vários outros fatores afastavam a criança da escola: a dispersão demográfica da população rural; a mobilidade espacial dessa população, especialmente os mais empobrecidos; a baixa qualidade do ensino ministrado; a má distribuição da rede escolar; o desestímulo do professorado e o despreparo dos pais para compreender a necessidade da escola na vida das crianças. Estas considerações atribuem a Caldeira um importante destaque nos estudos sobre o trabalho de crianças no meio rural ao salientar as difíceis relações entre o trabalho e o processo de escolarização.

Também no contexto paulista da década de 1960, Queiroz (1967) observou a inserção do trabalho das crianças, no âmbito das unidades de produção familiar em processos de transformações, desencadeadas pelo processo de industrialização e tecnificação no meio rural. Ao analisar as relações no interior das unidades de produção familiar, Queiroz (1967) concluiu que o trabalho das crianças e adolescentes estava relacionado às precárias condições dos sitiantes, que tornava necessária a incorporação da mão-de-obra infantil. No contexto analisado pela autora, a família numerosa possibilita que o meeiro assuma maior quantidade de terra aos seus cuidados, acentuando a importância da relação das crianças com a força de trabalho da unidade familiar.

A problemática do trabalho infanto-juvenil no rural brasileiro adquiriu centralidade no estudo de Antuniassi (1983), destacando os vários tipos de trabalho infanto-juvenil no meio rural, inclusive nas unidades de produção familiar, e suas implicações no processo de escolarização das crianças. A partir dos dados do Instituto de Economia Agrícola, a autora buscou compreender a evolução do trabalho das crianças e adolescentes no interior de São Paulo, mesmo após o processo de modernização das lavouras. Desta forma, no contexto rural paulista dos anos 70, ao lado do trabalho familiar socialmente valorizado, expandia-se o trabalho assalariado, caracterizado pela incorporação precoce da criança à força produtiva, em jornadas prolongadas, em franco prejuízo da escolarização. Seja na unidade agrícola familiar, seja em trabalhos assalariados, a incorporação das crianças ao processo produtivo representava uma estratégia para rebaixar o custo da mão-de-obra no campo. Em muitos casos, a participação da criança na unidade de trabalho familiar liberava os adultos para que se incorporassem ao contingente de trabalhadores assalariados temporários. Dessa forma, a mão-de-obra do adulto podia ser remunerada minimamente, posto que as atividades de subsistência complementavam a reposição da força de trabalho. Nas relações assalariadas na agricultura, nas quais a remuneração se dá não pela carga horária, mas pelo serviço realizado, toda a família era

requisitada para o trabalho, inclusive as crianças, que cooperavam para aumentar os rendimentos (ANTUNIASSI, 1983).

Para entender a problemática da educação e do trabalho no meio rural, Martins (1975) propõe como perspectiva de análise as representações dos próprios camponeses. Partindo de estudos em diferentes situações sociais do Estado de São Paulo, o autor admite que a valorização da escola no meio rural tem estreitas relações com as condições históricas do trabalho produtivo. Tais condições histórico-sociais dos camponeses estariam polarizadas entre a produção de mercadorias e a economia de excedentes. Nas unidades de produção inseridas em relações mercantis, a escola era valorizada na medida em que o domínio da leitura, da escrita, das operações matemáticas e de outros conhecimentos transformava-se em instrumento necessário para se inserir em relações da circulação de mercadorias e possibilitar a defesa de seus próprios interesses sociais. No âmbito da economia de excedentes, em que o processo produtivo estava orientado para a produção de bens de uso, os conteúdos repassados pela escola assumiam pouca importância, e as aspirações em relação à escola se restringiam apenas a ler, escrever e fazer contas.

A melhoria das condições de trabalho e vida no meio rural relacionada à quantidade de filhos em condições de trabalhar, neste período, também foi salientada por Lia Fukui (1979). Ao analisar as relações de parentesco e família entre os sitiantes tradicionais do interior de São Paulo e do Sertão da Bahia, a partir de um olhar externo sob a divisão das tarefas na roça, a autora identifica a organização no interior da unidade familiar, pautada na relação de trabalho e reprodução social ao ritmo tradicional da roça. Na organização para o trabalho, as crianças assumem um papel de ajuda, ao mesmo tempo em que esta consiste em uma forma de aprendizado do valor do trabalho. Desde os quatro anos, as crianças iniciam seu processo de aprendizagem e de ajuda à família, sendo que a atribuição das tarefas varia de acordo com o grau de força e de aprendizado. Por volta dos nove anos, a criança tem condições de assumir responsabilidades e atua em todas as tarefas, com condições iguais ao adulto. “Aos treze, quatorze anos, espera-se dos jovens um comportamento realmente de adulto” (Fukui, 1979, p.154). Desta forma, a infância é precocemente substituída pelas responsabilidades da vida adulta, ignorando as atividades escolares. A evasão escolar ocorre muito cedo, pois a idade escolar coincide com a idade em que a criança passa a ser útil no trabalho da unidade familiar e assim, a escolarização das crianças raramente ultrapassa o primeiro ano. Contudo, aos quinze anos, os jovens adquiriram conhecimento e independência suficiente para compor uma nova unidade de produção familiar.

Dentre os estudos que tematizaram o trabalho da criança na pequena produção agrícola na década de 1970, destacam-se os estudos de Garcia Jr. (1983), Tavares do Santos (1984), Martins (1991). Sob diferentes olhares e em diferentes contextos sociais do rural brasileiro, estes autores identificaram a presença da criança como parte integrante do trabalho da unidade familiar. Garcia Jr. (1983), ao analisar as relações no interior da unidade de produção familiar em Pernambuco, observa que mesmo que haja uma hierarquia masculina, que carrega a responsabilidade do sustento da família, o trabalho de todos os membros da família é requisitado constantemente no roçado, de onde provém o alimento para o consumo. Neste local, o trabalho das crianças é considerado ajuda ao pai, o qual determina a necessidade de solidariedade dos filhos. Ajuda que também é requisitada pelos espaços de responsabilidade da mãe. Na compreensão do autor, o roçado constitui o ambiente de socialização das crianças, as quais, a partir dos 10 anos já podem assumir responsabilidades sobre as atividades agrícolas e botar seu próprio roçadinho. Desta forma, a infância está associada à formação do trabalhador que se concretiza por meio da ajuda, momento de aprendizado e preparo para a reprodução da condição de vida.

Tavares do Santos (1984) também observou a vivência das crianças nas diversas tarefas da unidade de produção familiar no interior do Rio Grande do Sul. No contexto dos colonos produtores de uva, as crianças também dividem seu tempo entre a escola e o trabalho na roça ou nos afazeres domésticos, no turno inverso ou integralmente mesmo em épocas que o ano agrícola coincide com o calendário escola. A socialização das crianças ocorre no interior da unidade familiar onde o trabalho é internalizado como valor e passa a fazer parte do mundo infantil por meio de estímulos, como distração, forma de aprendizado e ajuda. Posteriormente, por volta dos 15 anos, os jovens assumem as mesmas responsabilidades dos adultos.

Já no contexto da década de 1980, Martins (1991) procurou compreender como diferentes grupos sociais percebem a infância, a partir da própria fala das crianças filhos de gaúchos migrantes de Mato Grosso e de posseiros do Maranhão. Entre os filhos de gaúchos migrantes, sob um contexto familiar de busca por condições de reprodução da unidade familiar, a terra assumia um papel simbólico, presente no imaginário das crianças, como provedora do ‘futuro’. Símbolo também reconhecido pelos filhos de posseiros do interior do Maranhão, mas sob as condições de constante ameaça de expulsão pelos grileiros ou fazendeiros. Mesmo sob diferentes representações sobre a terra, as crianças, em ambos os casos, vivenciam responsabilidades dos adultos e estão presentes como força de trabalho. Contudo, o valor do trabalho e a própria infância são compreendidos de forma distinta pelos dois grupos. Para os migrantes gaúchos, a terra e o trabalho representam a garantia de reprodução social das novas

gerações. Desta forma, ser criança significa aprender a ser adulto, socializando-se no trabalho e nas responsabilidades dos adultos. Contudo, entre os posseiros, não há herança que justifique o trabalho infantil. As crianças trabalham pela necessidade de sobreviver, bem como, vivem a realidade de expulsão e de constantes migrações em busca de um lugar melhor para viver, um lugar onde possam plantar para sua subsistência, frequentemente desiludidos por não possuírem a propriedade da terra. As crianças, em ambos os casos analisados pelo autor, trabalham desde cedo na vida em tarefas consideradas de adultos, o que o autor considera "uma *falsa infância*". Contudo, entre os colonos, constitui um período em que a criança se prepara para o futuro, por meio do trabalho e da escolarização que complementam o aprendizado para o trabalho na agricultura. Mas, para os posseiros, "a infância é resíduo de um tempo em que houve infância, um tempo que está no fim" (MARTINS, 1991, 79). Mesmo que sobrevivam, estão sujeitos a um novo ritmo e novas necessidades, mesmo assim, a infância não volta. Um olhar externo do autor que, ao apropriar-se das falas dos atores sociais, entende a o trabalho na infância de forma negativa, pois as crianças vivenciam os problemas e responsabilidades dos adultos.

A preparação do herdeiro também é identificada por Woortmann & Woortmann (1997), ao analisarem o significado do trabalho na vida dos agricultores familiares no nordeste, no início da década de 1980. Os autores compreenderam a ajuda das crianças e adolescentes como um dos processos do ritual que transforma o menino em homem. Assim, a ajuda constitui parte do ciclo de vida dos filhos de sitiantes que são herdeiros e que vão reproduzir o modo de vida camponês. A partir dos estudos salientados, observamos que o trabalho da criança e do adolescente na unidade de produção familiar vem sendo compreendido ao longo dos estudos como ajuda ou como um processo de formação e preparação para a vida adulta. Desta forma, a infância constitui uma fase da vida dividida entre a formação escolar e a formação para o trabalho e reprodução da vida familiar, a qual engloba responsabilidades de possibilitar o sustento da unidade familiar.

Entretanto, a partir da Constituição de 1988 e das Declarações da OIT (2004), a presença da criança nas atividades agrícolas da agricultura familiar passaram a ser interpretadas como trabalho infantil e, portanto, nocivo e prejudicial ao pleno desenvolvimento da criança. Desta maneira, vem construindo-se a categorização de trabalho infantil, negativado sob um olhar externo que ignora as compreensões relativas ao modo de vida da unidade de produção familiar, construídas pelos grupos sociais compostos pelos camponeses ou agricultores familiares. Sob este olhar, o estudo de Kassouf & Ferro (2004) identificou a forte presença do trabalho infantil no meio rural brasileiro, em determinadas atividades produtivas desenvolvidas por agricultores familiares. Ao analisar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) de 2001, as autoras problematizaram a intensa presença da força de trabalho infantil no cultivo de produtos como o fumo, a cana-de-açúcar e até verduras e frutas.

Contudo, o encontro entre os significados atribuídos à presença da criança nas atividades rurais apresenta-se como uma problemática pouco estudada na contemporaneidade. Schneider (2005) procura rebater aquelas compreensões que associam a existência do trabalho infantil entre os agricultores familiares, sob o argumento de que a contribuição do trabalho das crianças no espaço das unidades de produção familiar deve ser entendida com uma ajuda à família. O autor atenta para o risco de utilizar a categoria trabalho infantil no âmbito da agricultura familiar, tendo em vista que o auxílio das crianças nas atividades rurais constitui, historicamente, uma tarefa corriqueira. Assim, aponta a necessidade de uma melhor compreensão sobre as relações de trabalho na agricultura familiar, as causas e efeitos do trabalho na unidade de produção familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção bibliográfica na área dos estudos social rural, embora realizada em diferentes contextos econômicos, sociais e históricos, enfocou o trabalho da criança sob os aspectos da "ajuda", da "necessidade" de contribuir com o trabalho coletivo da família, do caráter de "socialização" das novas gerações e da "formação" do futuro herdeiro. Neste sentido, as crianças não são concebidas como trabalhadores de fato, mas como "ajudantes" da família, seja no espaço do trabalho agrícola seja no trabalho doméstico. Historicamente, nos diferentes contextos socioeconômicos, as crianças aprendiam a trabalhar por meio da inserção no processo de trabalho familiar, como condição necessária à reprodução social da família e como meio fundamental de formação do futuro agricultor.

A legislação vigente no Brasil, procura problematizar o trabalho realizado pelas crianças em certas atividades produtivas da agricultura, categorizando como trabalho infantil. No Rio Grande do Sul, a problemática adquire força com a identificação e proibição do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, atividade que está associada aos riscos de saúde e ao desenvolvimento da criança. Neste caso, evidencia-se o confronto entre concepções sobre a infância e trabalho expresso nos documentos legais recentemente promulgados e as compreensões historicamente construídas pela cultura transmitida pelas famílias dos agricultores familiares. Por um lado, os dispositivos legais — que se expressa nos contratos de integração assinados pelos agricultores — categorizam como trabalho infantil, qualquer trabalho realizado pelas crianças na produção do fumo. Por outro lado, os pais percebem o trabalho da criança como uma ajuda e um importante processo de formação para a vida, como

legado que deve ser passado entre as gerações. Frente aos novos dispositivos legais, os pais sentem-se desautorizados em seu papel primordial de educar os seus próprios filhos, a qual perpassa a transmissão dos valores, dentre os quais o trabalho apresenta-se como protagonista na cultura dos agricultores familiares.

As concepções aqui apresentadas ao longo dos estudos rurais constituem um aporte para compreendermos as significações e os anseios presentes no imaginário das famílias produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul, diante do cenário de proibições recentemente instituídas pelo Termo de Compromisso que são obrigados a assinar nos contratos de integração com as indústrias fumageiras. As análises das diferentes concepções construídas em torno da infância e do trabalho permitem compreender o problema social desencadeado não somente na produção do fumo, mas também em outras atividades agrícolas em que há inserção da criança em trabalhos agrícolas de base familiar, previstas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil propaganda pela OIT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da infância.** 2º Ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1981.

CALDEIRA, Clóvis. **Menores no meio rural:** Trabalho e escolarização. Rio de Janeiro: CBPC/INEP, 1960.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7º Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e bairro rural:** parentesco e família entre sitiantes tradicionais**.** São Paulo: Ática, 1979.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra: 1983.

KASSOUF, Ana Lúcia; FERRO, Andrea Rodrigues. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. Brasília: OIT, 2004. 92 p

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Crianças do trabalho**. Goiânia: Editora da UFG, Brasília: Plano, 2005.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Trabalho infantil:** necessidade, valor e exclusão social. Brasília: Plano, Goiânia: Editora da UFG, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil: São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **O Massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991, p.51-80.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Bairros Rurais Paulistas. In: **Revista do Museu Paulista**. v. XVII. São Paulo, 1967.

SCHNEIDER, Sérgio. **O Trabalho Infantil no Ramo Agrícola Brasileiro**: uma apreciação do estudo da OIT. Porto Alegre, Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Fetag-RS, Série Documentos nº 01, Janeiro de 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho:** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2º Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997.

INSERÇÃO DE "RAPAZES" E "MOÇAS" NA DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR: o caso do Assentamento União no Brejo Paraibano.

Marilda A. Menezes (PPGCS/UFCG)[1]
Edgard A. Malagodi (PPGCS/UFCG)[2]
José Aderivaldo S. da Nóbrega (UACS/UFCG)[3]

GT-4 - Família, gênero e geração

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a posição de rapazes e moças na divisão social do trabalho familiar entre assentados. A cooperação entre os diversos membros – mãe, pai e filhos e filhas nas diversas tarefas do trabalho agrícola e doméstico indicam a o equilíbrio familiar. No entanto, a família é, também, um espaço de tensões, de dominação de pais sobre filhos e filhas. A construção do projeto de vida do jovem é, portanto, um processo tensionado pela presença dirigente dos pais, do seu regime de disciplina e das suas projetos de vida, de trabalho etc. em confronto com um universo de sonhos e anseios juvenis.

Este texto é parte da pesquisa "*As estratégias de autonomia da juventude rural: família e gênero*"[4] desenvolvida no período 2007-2008 com jovens e seus pais no Assentamento União, localizado na meso-região do Brejo Paraibano, especificamente no município de Areia. A metodologia de pesquisa utilizada foi a etnografia e entrevistas. Nossos interlocutores foram jovens de idade de 16 a 25 anos e os respectivos pais. A entrevista, de caráter semi-estruturado, foi realizada com os pais e rapazes e moças. Os temas das entrevistas com os pais foram: a produção familiar, a divisão do trabalho, projetos para o futuro dos filhos e a vida social no assentamento. Quanto aos rapazes e moças, buscou-se compreender nas narrativas como descrevem a sua posição no trabalho familiar, as suas necessidades, desejos e o que projetam para o seu futuro.

Sobre o assentamento União

O assentamento ocupa uma área que pertencia à Usina Santa Maria e está localizado no município de Areia-PB. A dinâmica produtiva da região até inicio da década de 1990 era fundamentada na produção canavieira (GARCIA JÚNIOR, 1989; MOREIRA et al 2005; MARQUES 2006). Em decorrência da crise do setor açucareiro, a Usina Santa Maria entrou

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFCG, menezesmarilda@gmail.com
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFCG, emalagodi@uol.com.br
[3] Estudante de Mestrado do PPGCS/UFCG, aderivaldocg@gmail.com
[4] Este projeto é parte da pesquisa JUVENTUDES RURAIS NO NORDESTE: trabalho, migrações e movimentos sociais, coordenada por Marilda A. Menezes e financiada pelo CNPq, Edital Universal 2006-8.

em falência e, por conseguinte, teve suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária em 1996, dando origem a 11 Assentamentos. O assentamento Socorro que fica no município de Areia tem um posto de saúde que atende aos moradores próximos, um grupo escolar que atende até a 2ª.fase do ensino fundamental e tem eletrificação.

Os assentados, em sua maioria, são ex-funcionários da usina ou pelo menos já cortaram cana alguma vez durante sua trajetória de vida. As 56 famílias do Assentamento União estão distribuídas em lotes que medem aproximadamente cinco hectares nas quais plantam banana, para a venda, e outros cultivos, como feijão, milho, mandioca, macaxeira, fava e algumas hortaliças para consumo próprio. A banana, que é comprada por intermediários que a comercializam nas feiras públicas de municípios não muito distantes como Barra de Santa Rosa, São Sebastião de Lagoa de Roça e para outros municípios da região semi-árido dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. À renda adquirida com a venda da banana soma-se com outras fontes, como a criação de animais, trabalho alugado em propriedades nas áreas circunvizinha ou através da migração para trabalhar no corte de cana no mesmo estado ou estados vizinhos e, ainda, empregos urbanos na região sudeste do Brasil. É a partir dessa situação concreta de vida e de trabalho no Assentamento União que estudamos a posição social do jovem, na divisão do trabalho na família e nas formas de distribuição da renda. As estratégias de autonomia fundamentam-se no esforço coletivo de todos os membros da unidade familiar.

Rapazes, moças e o trabalho familiar

A inserção dos jovens nas atividades produtivas começa ainda quando são crianças, especificamente com 7 anos de idade. O trabalho é um valor importante na socialização de crianças[5], constituindo, nos termos de Neves (1999), um recurso de enquadramento moral dos pobres (camponeses, trabalhadores rurais e urbanos):

> "Pela ausência de outras instituições de apoio, os trabalhadores e seus familiares se tornam constrangidos à reação diante de condições que consideram injustas e ilegítimas. Não dispondo de outras formas de expressão

[5] E.P. Thompson, em seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa na transição do século XVIII para XIX, mostra que a disciplinarização dos indivíduos pelo trabalho é instaurada pela necessidade do processo de produção capitalista e do Estado em garantir a ordem social, de outro lado, o trabalho também se expressa como um valor construído pelo jogo de tensões, lutas e estratégias das classes populares em relação às classes dominantes. Com relação a socialização de crianças entre os plebeus no século XVIII, Thompson diz: "A aprendizagem como iniciação nas destrezas adultas não está limitada a sua expressão industrial regulamentada. A menina faz seu aprendizado de dona de casa, primeiro com sua mãe (ou avó), depois como criada doméstica, como mãe jovem, nos mistérios da criação dos meninos, se processa o aprendizado das matronas da comunidade" (Thompson, 1979: 42).

social e vivendo sob a suspeição da desqualificação, produto em grande parte do abandono e do insulamento, eles constroem uma imagem social fundada na honra do trabalho[6]" (Neves, 1999, p.99)"

As moças participam do trabalho familiar não apenas cuidando da casa, mas também na roça. No decorrer da pesquisa tivemos a oportunidade de observar as relações de gênero em situações cotidianas do trabalho dos diversos membros da família. Em uma das entrevistas, de Sr. José Cândido fez menção ao fato de que *"a fêmea é diferente, ela sempre chega na roça mais tarde. Os homem sempre chega mais cedo."* Este cedo e tarde refere-se ao fato de que no processo de trabalho do agricultor existe inicialmente a preparação da terra. A tarefa de realizar a primeira limpa da terra exige grande força, dado que o mato é muito enraizado e alto. É difícil para aqueles agricultores contarem com o trator para preparar a terra, dado o alto custo do aluguel do equipamento que serviria para poucas áreas no assentamento em função do terreno acidentado de modo que o trabalho é, geralmente, manual. Quando se trata de plantar feijão, milho, hortaliças, fava, macaxeira, a presença feminina no roçado é mais indispensável na cooperação familiar. As meninas também limpam o mato, porém esta atividade é desempenhada quando a terra já recebeu a primeira limpa ou quando existem áreas da roça nas quais o mato é pouco denso, ou seja, mais esparso e exige menos força física.

Dois critérios estabelecem como ocorre a inserção de rapazes e de moças no trabalho familiar. Em primeiro lugar, existe a separação do que é tarefa doméstica (cozinhar, lavar roupas, varrer a casa etc.) e o trabalho na roça. No caso das tarefas domésticas as moças são as que prioritariamente têm que exercer o domínio destas atividades, enquanto os homens e as mães estão na roça e para que apreendam os saberes e práticas necessários a se tornar o que as mulheres do assentamento definem como "donas de casa". Não significa que os rapazes não realizem estas tarefas em casa, contudo, existe uma expectativa socialmente partilhada de que as moças é que executem estas tarefas. No que se refere ao trabalho na roça, tem-se o inverso, ou seja, os rapazes são preparados de modo mais intenso para executarem todo tipo de tarefa exigido na roça.

Em segundo lugar, existe o critério de separar o trabalho "maneiro" do "pesado". As moças também vão para a roça ajudar, mas, neste caso, os rapazes são mais cobrados. A observação do cotidiano dessas famílias assentadas nos fez concluir que a divisão do trabalho por gênero não é feita por atividade, mas em cada atividade, moças e rapazes atuam com

[6] Sartri (1996:33) que desenvolveu pesquisa com famílias de camadas populares em São Paulo propõe compreender a família como "ordem moral":"a família não é apenas o ele efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social **".**

maior ou menor envolvimento. Neste sentido, podemos afirmar que rapazes e moças pegam a enxada e roçam o mato, contudo, os rapazes ficam com áreas mais difíceis; rapazes e moças plantam, contudo, os rapazes cavam a terra e as moças jogam as sementes e entopem; rapazes e moças criam animais, contudo, os rapazes aprendem a negociar de modo mais rápido.

Em suma, gradativamente os rapazes vão sendo preparados para sua autonomia no trabalho na roça e as moças são preparadas para se tornarem donas de casa e para terem habilidades no trabalho na roça para ajudarem os seus futuros esposos. Retomamos a literatura sobre este tema (NEVES, 1999; NASCIMENTO, 2003, MARQUES, 2006) para afirmar que a inserção dos filhos na divisão do trabalho familiar tem a função de ajudar a viabilizar a sobrevivência, mas também, e não menos importante, para socializar as crianças e suscitar nelas os valores da honestidade, honra, dignidade pelo trabalho.

As instruções do que deve ser feito na atividade são passadas já em casa no momento da refeição que antecede a ida da família ao roçado, e o pai é o orientador do tipo de trabalho que deve ser realizado, pois é ele que tem autoridade sobre aquilo que deve ser feito (STOLCKE, 1986). Ocorrem casos em que a mãe acompanha o pai ao roçado e as meninas ficam em casa com as responsabilidades de cuidar da casa, lavar roupa, cuidar das ovelhas e do gado pastorando-os ou levando-os de volta para o curral. O gado das famílias geralmente é manso e, portanto, as meninas logo são acostumadas a lidar com esses animais. Assim o pastoreio dos animais é uma das atividades que ocupa mais os jovens de maneira particular as jovens e as crianças. As meninas do assentamento voltam-se, sobretudo, para o pastoreio das ovelhas.

A rotina das meninas inclui como umas das primeiras atividades do dia colocar as ovelhas para pastar. Ao retornar desta atividade aquelas que estudam pela manhã vão se preparar para ir ao colégio e, para as que estudam no turno da tarde, cabe as tarefas de cuidar da limpeza da casa, de lavar roupas, cozinhar e ir para o roçado dependendo da demanda. Colhemos algumas descrições das atividades cotidianas das meninas e rapazes:

> "A primeira coisa que eu faço de manhã é amarrar minhas ovelhas. Aí volto quando mainha num ta em casa cuido dos serviços de casa, faço o almoço. Aí vou mudar as ovelhas e os garrotes de paim. Tomo banho vou para a escola e nesse mês [maio] quando chego vou rezar o terço com as meninas. (Jordânia, 19 anos)"
>
> "Em casa eu trabalho mais meu pai, cuido dos garrotes, cinco garrotes e eu dou minhas voltas por aí. Tem vez que quando falta banana eu saio assim somente...(Availdo, 17 anos)"
>
> "De manhã eu levanto para ir amarrar as minhas ovelhas, aí volto vou fazer as coisas de casa e aí depois eu vou para escola (Luciana, 19 anos)"

Observando que a atividade de criar ovelhas é muito recorrente entre as meninas e rapazes do assentamento, passamos a nos questionar sobre o papel dessa atividade na conquista da

autonomia das jovens e o que ela representa em termos de composição da renda da família. Os animais constituem uma reserva de valor (GARCIA JR, 1989; WOORTMANN, 1995), ou seja, possibilitam ao jovem a geração de recursos para utilização futura e são comercializados de ano a ano ou quando surge uma adversidade como casos de doença ou necessidade de viajar etc. Jordânia (18 anos) e Luciana (19 anos) para fazerem referência ao desenvolvimento do pastoreio das ovelhas usam a expressão "pastorar minhas ovelhas" ou "amarrar minhas ovelhas". Essas ovelhas são adquiridas por doação e, por conseguinte, são multiplicadas gerando assim o acúmulo de animais que são "propriedade" dos jovens. No caso de Jordânia, por exemplo, ela recebeu da sua avó de presente uma ovelha em função da jovem ter cuidado com o rebanho da avó e, deste modo, ela foi multiplicando os animais. Em outros casos o animal do rebanho que é reconhecido como propriedade do jovem foi conseguido também pela doação de algum parente ou mesmo pela utilização dos recursos de algum programa como é o caso da bolsa família

Constatamos que todos os jovens entrevistados têm posse sobre algum animal e responsabilidade de tomar conta de todo o rebanho, inclusive dos animais que "não são seus". Não obstante haja o reconhecimento da família de que determinada jovem dispõe de um animal, a sua comercialização não é feita pelo(a) jovem, mas é acompanhada pelo pai ou pela mãe que se responsabiliza por negociar o preço do bicho e a maneira pela qual vai ser o pagamento – se é na hora ou se fica para outro dia.

Na casa de dona Lúcia, a mãe de Luciana, além das ovelhas que os filhos criam, há outra maneira de dar aos jovens a possibilidade de gerar recursos, foi a reserva de um espaço no roçado para que eles cultivassem a banana. Este terreno pode ser visto como pequeno na sua dimensão geográfica, mas grande na sua dimensão simbólica, proporcionado aos filhos uma nova posição social. São pouco menos de cinqüenta bananeiras plantadas e a responsabilidade de cuidar delas é dividida entre os filhos de seu José Cândido, ainda não estão produzindo uma vez que o plantio é recente, mas em breve dará para produzir algum recurso para cobrir as necessidades dos filhos e, pela conduta e pela norma moral que orienta os filhos daquela família a ajudarem em casa. Certamente as bananas contribuirão par compor as várias estratégias de renda familiar.

Nossa pesquisa reforça a análise de NASCIMENTO (2003) que considera que o trabalho do jovem representa muito mais uma possibilidade de realização pessoal e social, bem como de afirmação de valores como respeito, responsabilidade, dignidade, honestidade etc. do que simplesmente um instrumento para garantir a sobrevivência material. Uma das mães, perguntada sobre a possibilidade dos filhos irem embora do assentamento, respondeu:

> "Ah eu num sei nem dizer... quando eles tiverem nas idades deles... eles é quem vai escolher eu num posso dizer nada. Mas eu prefiro ver eles sair pra trabalhar do que viver ai um vagabundo mexer nas coisas alheias, da pra fumar maconha, bebida que é coisa que eu num quero que eles se envolvam nisso, se for pra eles trabalhar eu num digo nada não, so posso dizer se for pra fazer coisa ruim mesmo."

Este relato, dentre os demais registrados no processo de pesquisa, é dos mais expressivos em relação aos projetos que os pais fazem para o futuro dos filhos. O trabalho está na subjetividade daqueles assentados implicitamente ou explicitamente como forma de garantir a sua reprodução social, bem como na socialização dos filhos e filhas, que para os próprios pais representa uma preparação para uma vida honesta e honrada.

As estratégias de renda e sua distribuição na família

No caso estudado, a composição da renda da casa é basicamente oriunda da venda da banana, da venda dos animais, e do "trabalho alugado" pago na modalidade de diárias que giram em torno de R$ 15,00, além dos programas de transferência de renda. Tem sido fundamental para a manutenção daquelas famílias, o trabalho em diversas atividades fora do lote (fato que se mostra ser um elemento comum à maioria dos assentados, embora o tipo de atividade varie). No contexto da pesquisa, nas dez famílias entrevistadas havia, pelo menos uma, prestando serviços na construção de um condomínio residencial próximo ao assentamento. Dos seis jovens entrevistados, apenas um trabalhava nesse local (prestava serviço nesse trabalho), sendo que os demais ficavam trabalhando no lote.

Na região é muito antigo esse mecanismo de trabalhar "alugado", enquanto forma de garantir renda. GARCIA JÚNIOR (1989, 50) já havia identificado a existência do trabalho alugado enquanto forma de obter renda monetária para dar acesso "à subsistência familiar, quando se está diante de uma situação particularmente difícil". O autor refere-se ao trabalhador que "vive do alugado", ou seja, os mantimentos são comprados semanalmente com dinheiro oriundo das diárias ou com a empreitada. São duas modalidades de pagamento que o autor identificou já na sua pesquisa na década de 1980: a primeira, a diária, refere-se ao pagamento por dia de serviço executado, enquanto que, a segunda, a empreitada, consiste pagar pela execução de um serviço determinado, cujo valor é anteriormente acordado entre trabalhador e contratador. Trata-se de uma forma de conseguir renda monetária bastante recorrente entre as famílias do assentamento União, como por exemplo, a família de José Cândido:

> Como é a renda da casa do senhor?

> José Candido: É porque... olha, se eu trabalho cinco dias dá sessenta né [*menção indireta à diária paga a R$ 12,00]*, mas eu num trabalho cinco dia, aí tem a renda dela[7], eu apuro por mês setenta ou oitenta de banana – que agora baixou muito né, - às vezes dá cem... é assim sabe variado num tem mesmo um total certo não, o total mesmo sempre é variado.

Na família de Sr. José Candido, apenas ele "trabalha fora", tem cinco filhos, três homens e duas mulheres que se envolvem no trabalho do lote. Mas encontramos na pesquisa outro caso em que além do pai, dois filhos trabalham fora: trata-se da família de Manoel Serafim, que tem quatro filhos dos quais dois, um de 16 anos e outro de 17, ambos ajudando-o no serviço, pela manhã um vai para o colégio e o outro trabalha com o pai e à tarde invertem-se os papéis:

> *Os meninos ajudam nas atividades?*
> M.S. ajuda, eles trabalha mais eu, agente trabalha alugado.
> *Como é o pagamento?*
> M.S. Tem a diária, tem semana que eu to fazendo um serviço... é R$ 15 a 20 e os meninos é 14 conto 12; pulverizar é vinte...

A influência financeira do trabalho alugado na formação da renda familiar é grande: a maioria dos entrevistados afirma que trabalham no mínimo quatro dias de serviço na base da diária de R$ 15,00, o que, permite uma renda semanal de R$ 60,00 e mensal de R$ 240,00.

Todas as famílias têm em seus lotes o plantio de bananeiras. A cada duas semanas, os assentados têm banana para vender, em todas as etapas do cultivo da banana, a saber, plantio, limpa, colheita e contagem a participação dos filhos é importante. Em relação ao destino da produção constatou-se que elas são destinadas ao mercado de Areia, Barra de São Miguel e Cuité. Essa comercialização é feita por meio do atravessador que é a figura que faz a compra diretamente na unidade de produção. .

O agricultor prefere repassar a banana a custo baixo ao atravessador para livrar-se da indefinição que é o mercado e das despesas com transporte do produto para o local de venda. Os valores do milheiro de banana conforme encontramos nas casas visitadas variam entre R$ 20,00 a R$ 50,00 de acordo como o produto e com a concorrência.

A partir do levantamento de informações da pesquisa podemos compreender que existe um tripé que sustenta a família: a) lavoura para auto-consumo/criação; b) comercialização da banana ; c) prestação de serviços ou trabalho alugado. O estudo da conjunção dessas três atividades na vida dos assentados daquela região já foi em outro momento realizado por GARCIA JUNIOR (1989) cuja síntese poderíamos selecionar o seguinte fragmento:

> " A criação de gado soma-se à agricultura e ao negócio como forma de obtenção da renda que garante o consumo doméstico necessário e permite a reprodução das condições sociais de produção."

[7] A esposa de seu José Cândido atualmente recebe do programa Bolsa Família o valor de R$ 120,00

A lavoura/criação é voltada, em primeiro lugar, para a geração da alimentação básica da casa durante o ano: feijão - que supre a necessidade da família parcialmente para o ano - mandioca, farinha, milho, hortaliças, leite, galinhas e, especialmente, as de capoeira e gado. Em segundo lugar, é através da venda da banana que se adquire dinheiro para comprar os mantimentos que não são produzidos ou que não foram suficientes para todo o ano, ou seja, a compra da cesta-básica, incluindo o feijão quando se esgota o da colheita doméstica, de remédios e o suprimento de outras necessidades. A criação do gado e das ovelhas é vendida para os "marchantes"[8]de Areia e não é durante todo ano, existem fases em que os agricultores vendem os animais; eles não abatem os garrotes, apenas os vendem para que sejam abatidos e a carne de gado é comprada pelos assentados nos açougues da cidade.

A criação de ovinos é muito recente no Assentamento União e, pelos dados colhidos, podemos afirmar que este rebanho está se inserindo no local a partir dos empréstimos feitos no Banco do Nordeste junto ao PRONAF (Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar). Segundo dados do IBGE (2007) o rebanho total de ovinos no município era de 1.190 cabeças divididas entre 192 estabelecimentos rurais e, especificamente no Assentamento União esse rebanho corresponde a mais de 100 cabeças distribuídas entre a maioria das famílias. A escolha dos assentados por criar ovelhas e carneiros é a facilidade de criar esses animais bem como o ciclo reprodutivo mais rápido do que gado bovino e, portanto, é mais adequado para a venda e o atendimento das emergências. Assim, criar é uma atividade que implica na reserva de valor para gastos futuros (GARCIA JÚNIOR, 1989; WOORTMANN, 1995), entretanto, no contexto do Assentamento União, essa reserva não é destinada apenas aos homens como observou Garcia Junior em sua pesquisa, e nem a criação de ovelhas tem a finalidade de gerar recursos para aquisição de gado como é o caso da pesquisa de Woortmann. Os assentados dão às filhas ou aos filhos mais novos a tarefa de criar como maneira de gerar alguma reserva para subsidiar as despesas corriqueiras dos filhos, para viagens e para compra de remédio em ocasiões de doenças. Não há abate para o consumo entre os assentados do gado bovino que eles mesmos criam; o contrário ocorre com as "galinhas-de-capoeira" e com os animais de pequeno porte.

A importância da criação de animais de pequeno porte (ovinos e caprinos) pelas crianças e jovens foi também identificada por Godói entre os camponeses do sertão do Piauí. Em sua análise desta atividade, a autora associou a criação dos animais com o ciclo de vida:

"Não estaremos exagerando ao afirmarmos que, em certa medida, a criação dos animais marca as etapas sucessivas da vida do sertanejo. A constituição do rebanho de um indivíduo é progressiva, ela segue os "ritos de passagem" que marcam sua vida e começa com o nascimento ou com a sua incorporação em uma nova família –

[8] Comerciantes de carne que abatem o animal e comercializam a carne em stands.

no caso dos "filhos de criação" – com o dom de uma "semente de gadinho". Esta é constituída de um ou dois animais, de toda maneira de pelo menos uma fêmea, para que a criança possa começar a constituir seu próprio rebanho. As crianças, menino ou menina, desde muito pequenas são encorajadas a cuidar dos animais. O "pai de família" jamais se apropriará de seus animais, somente em caso de necessidade – pois as necessidades da família prevalecem sobre as do indivíduo – e, ainda nesses casos, essa apropriação toma a forma de um empréstimo, que o pai tem a obrigação moral de restituir". (Godói, 2009: 297)

No que se refere à comercialização das ovelhas e caprinos, verificou-se que as transações são realizadas no próprio assentamento e diretamente entre assentado e comprador, que é geralmente o *marchante* da localidade ou, eventualmente , um criador que compra para a engorda e depois recoloca o animal no mercado. O preço da ovelha circula em torno de R$ 50,00 a R$ 80,00 a cabeça, dependendo do peso e da idade do animal, o que é negociado com o comprador.

Cabe analisar ainda, dentro da rubrica "renda familiar monetária", os programas de transferência de renda enquanto parte integrante do orçamento familiar. Em se tratando de um assentamento da reforma agrária, o acesso a programas sociais do governo é certo, neste sentido, o acesso ao Programa Bolsa Família cobre a totalidade dos moradores do Assentamento União. As dez famílias possuem o benefício, pago em função da existência de algum filho de menor idade; como a média de filhos por família está entre 3-4 filhos por família, há casas em que encontramos mais de um benefício por família. Os valores pagos pelo governo são de acordo com a faixa-etária, assim, por exemplo, há casas em que dois filhos recebem auxílio de R$ 90,00, sendo R$ 30,00 para o filho abaixo de 16 anos e R$ 60,00 para o que tem 16 anos.

Assim sendo, o valor da bolsa família[9] recebida em cada casa varia, mas se configura como um recurso que entra com regularidade e dentro de determinado período de tempo, pois parte dos seus recursos seja voltada para custear as despesas escolares dos filhos (o bolsa escola incorporado ao bolsa família). No discurso dos agricultores, esse programa é apenas um complemento da renda da casa e sua destinação, segundo as mães entrevistadas, é voltada para a compra de material escolar dos filhos e de outros produtos como os de higiene pessoal, roupas e calçados etc.

As condições de reprodução da vida no assentamento, no que se refere aos rendimentos monetários, são complementadas pela agregação de diversos elementos de renda monetária, como mostra o exemplo a seguir:

[9] O valor que cada família recebe é variável em função da quantidade de pessoas da família e, por conseguinte, da renda per capita existente. O dinheiro do Programa Bolsa Família distribui benefícios na escala de R$ 20,00 até R$ 182,00 em três níveis de carência: extremamente pobres que têm renda mensal de até R$ 60,00; famílias com renda mensal de até R$ 120,00 e demais famílias que tenham adolescentes de 15 até 17 anos.

Composição de renda monetária da família		
Fonte	*Freqüência*	*Valor*
Venda da banana	Mensal	R$ 80,00
Trabalho alugado	Mensal	R$ 240,00
Benefícios	Mensal	R$ 124,00
	Total	**R$ 444,00**

Fonte: Dados da pesquisa

Esta tabela representa a situação de uma das famílias pesquisadas e que tem como característica: composição de sete pessoas – o casal, três filhas e dois filhos – o pai trabalha alugado, a mãe cuida da casa e ajuda na roça e a idade dos cinco filhos se distribui entre 13 (do menor) a 20 anos de idade (do maior). Os valores foram passados pela mãe que mostrou que a renda dá pra se manter, entretanto, a proximidade do casamento das filhas tornará necessário um novo lugar para os que casarem tendo em vista o tamanho do lote. No caso dela, a distribuição da renda entre os membros da família a partir do atendimento das prioridades da casa como ela mesma demonstra:

> "Aqui é o seguinte o que nós tira é pro consumo de casa e o resto que sobra nós compra roupa pra um, chinela pra outro, uma calça pra outro distribui nisso né? Fazendo o que dá, sai nisso mesmo." (Lúcia, 38 anos)

A distribuição da renda da casa varia entre as famílias, entretanto, todos reconhecem que em primeiro lugar está a compra dos mantimentos, saúde, depois vem a distribuição entre os filhos. Na maioria das casas, seis das dez entrevistadas, o que ocorre é que a mãe, responsável pela administração da renda, dá parte para os filhos de maneira que eles estão livres para comprar aquilo que quiserem.

> *Como é feita a divisão da renda?*
> "O que entra agente compra comida que é só pra isso mesmo, paga energia, paga bujão, aí o que sobra compra uns negocinhos" (Maria José, 38 anos)

> "O do meu marido é pra feira né, e o meu é pra comprar as coisas pra mim, pros meninos e pra os empréstimos do banco. Um tem o curso de computação e o eu pago R$ 20,00. (Sara Matias, 50 anos)"

Nos três casos percebemos que o princípio que orienta a distribuição da renda entre os membros da família é, justamente, o atendimento das necessidades que são mais gerais como é o caso da alimentação e da saúde. Além disso, não existe um controle absoluto do dinheiro que entra na casa, mas parte da renda fica com os filhos para que eles comprem o que acharem necessário. Há uma centralização do dinheiro na mão da mãe que tem a autoridade e coordena a distribuição dos recursos. Não há, entretanto, valores estipulados para cada um de acordo com o trabalho, sexo, idade ou qualquer outro critério porquanto a distribuição seja

baseada no trabalho da família como um todo não havendo distinção de pessoas (STOLCKE, 1986).

Considerações finais

Pudemos perceber através da pesquisa que a inserção de rapazes e moças no trabalho familiar tem a finalidade de viabilizar a vida do conjunto familiar no assentamento União. Mas a forma como isso ocorre permite dizer que esta inserção no trabalho representa um importante momento de socialização. Sobre a qualidade da participação dos filhos no trabalho familiar observamos que as moças participam não apenas cuidando da casa, mas também na roça. Elas participam das mesmas tarefas que os rapazes, contudo, a capacidade física é que vai estabelecer até que ponto as moças devem trabalhar na roça. Os saberes e práticas do cuidado com a casa e com os animais de menor porte (galinha, pato, etc) são prioridade das moças. Enfim, há uma divisão do trabalho, mas não há exclusividade no trabalho da roça ou doméstico. E no trabalho da roça, a definição pela intensidade do esforço físico exigido, sendo masculinas as atividades que exigem esforço físico maior.

A renda familiar em seu conjunto se distribui entre uma parte que é produzida e consumida pela própria família e outra parte, que é renda monetária. A renda familiar monetária não é exclusivamente um resultado da produção agropecuária no lote, pois ela se complementa com o trabalho alugado e com os benefícios sociais a exemplo do programa bolsa família

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília, Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude não é mais que uma palavra". IN: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983. P. 112-121

CARNEIRO, M.J.T. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. **Mundo rural e política.** Rio de Janeiro, Campos PRONEX, 1998. 95-117

GARCIA JR, A. R. **O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CF EDUNB, 1989

GUIGOU, Jaques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. IN: **Sociologia da Juventude II.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1968. p 73-88

Heredia, Beatriz Maria Alasia de**. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Sao Paulo : Paz e Terra, 1979. 196p

IBGE. **Produção Pecuária municipal 2006; Malha municipal digital do Brasil. Situação em 2006**. Rio de Janeiro. IBGE, 2007

MARQUES, Francisco Roberto de Sousa. **Juventude Rural e assentamentos da reforma agrária: trajetórias e experiências coletivas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
MENEZES, M.A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes**. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002a
MENEZES,M.A. **Memórias de infância de mulheres e homens camponeses**. Trajetos: revista de História UFC, Fortaleza, vol.2, nº. 3, 2002b. p. 195 a 207.
MENEZES, M.A. et al. Construindo narrativas orais: interações no trabalho de campo. **Cadernos de Campo.** São Paulo V.13, N.12, 2004.
MOREIRA et al, Impactos sócio-territoriais e econômicos da reforma agrária na Zona Canavieira do Nordeste. IN BRUMER, et al. (org) **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2005.
NASCIMENTO, Kelly Faustino. **O trabalho das crianças nas famílias camponesas.** 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.
NEVES, Delma Pessanha. A Perversão do Trabalho Infantil: Lógicas Sociais e Alternativas de Prevenção – Niterói: Intertexto, 1999
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminho de construção da pesquisa em ciências humanas. **In: OLIVEIRA, Paulo de Salles , org. Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: UNESP & HUCITEC, 1998.
SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG).** 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro SC**. 2002. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
STOLKE, Verena. A exploração da moralidade familiar. IN: STOLKE, Verena **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** SP: Ed. Brasiliense, 1986. p. 347-360
THOMPSON, E.P. (1979) Clase, revuelta y conciencia de clase. Barcelona, Edirorial Crítica S.A.
VELHO, Gilberto**. Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1994. 137 págs.
WOORTMANN, Elen. **Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDNUB, 1995.
WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia", o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília. Tempo Brasileiro. 1990

JOVENS E PROJETOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL

Jonas Anderson Simões das Neves[1]

UFRGS/RS

GT 04: Família, Gênero e Geração.

Resumo

O presente trabalho - elaborado durante a realização do curso de Mestrado em Sociologia junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - pretende discutir a relevância do fator qualidade do trabalho agrícola na formulação de projetos ocupacionais entre jovens envolvidos na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul/RS. Para tal, analisam-se, inicialmente, as implicações da relação de integração para os produtores, concluindo-se que a mesma representa uma opção consciente dos agricultores a fim de garantirem uma fonte regular de receitas, mesmo que nessa relação sua posição seja submissa e o trabalho extremamente penoso e insalubre. A pesquisa permitiu constatar também, que apesar do trabalho agrícola ser de baixa qualidade entre os jovens na produção integrada de fumo, especialmente para as moças, este não é o elemento primordial considerado pelos jovens em suas escolhas. Em verdade, concluiu-se que a busca dos jovens é por reconhecimento e autonomia, de modo que a definição dos projetos – rurais ou não rurais - é comumente feita por eles tendo em vista estratégias para assumirem as "rédeas" de suas vidas.

1. Introdução:

As constantes transformações pelas quais vem passando o espaço rural brasileiro, somadas a um acentuado êxodo rural, têm levado alguns estudiosos, como Graziano da Silva et. al. (2002), a questionar a própria sobrevivência e viabilidade da agricultura familiar no futuro. E a situação torna-se ainda mais preocupante dada a constatação de que quem mais tem migrado em direção às cidades são os jovens, em especial as mulheres (Camarano e Abramovay: 1999: p.13), provocando um desequilíbrio na distribuição por sexo no meio rural.

Considerando-se, tal como sugere Champagne (1986), que cabe aos filhos dos atuais agricultores a responsabilidade pela sobrevivência dessa atividade, o processo de masculinização e envelhecimento do campo torna-se ainda mais preocupante. Nesse sentido, são essenciais trabalhos que ponham em pauta a questão da sucessão nas propriedades agrícolas familiares, bem como estudos dedicados a discutir as questões que compõem a problemática dos jovens rurais.

[1] Doutorando em Sociologia - UFRGS, Bolsista REUNI/CAPES. e-mail: jonasanderson@ig.com.br

Em relação à problemática dos jovens rurais, cinco questões adquirem maior relevância: a) a opção pela permanência ou não na atividade agrícola; b) a sucessão hereditária; c) a autonomia e a renda; d) o reconhecimento; e) a socialização ao trabalho. É importante ressaltar que essas questões não se apresentam de maneira isolada na realidade dos jovens rurais, mas estão imbricadas entre si, adquirindo maior relevância no momento em que os jovens estão encaminhando seus projetos futuros.

Tendo em vista a crise de reprodução geracional que vem ocorrendo na agricultura familiar e a complexidade dos elementos que compõe a problemática dos jovens rurais, o presente trabalho se propõe a discutir a importância que a qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo possui na definição dos projetos ocupacionais dos jovens, utilizando-se como realidade empírica para o desenvolvimento da argumentação o município de São Lourenço do Sul-RS.

2. O município de São Lourenço do Sul.

O município de São Lourenço do Sul localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul, às margens da Lagoa dos Patos, estando distante da capital Porto Alegre 191 Km. De acordo com dados da FEE para o ano de 2006, o município conta com 46.187 habitantes, dos quais 39,1% são moradores na zona rural.

Conforme dados disponibilizados pelo IBGE em seu sítio eletrônico, referentes ao ano de 2005, os setores de serviços e agropecuário contribuíram, respectivamente, com 55,4% e 24,7% do total de um PIB de R$322.495.00.

São Lourenço do Sul, de colonização predominantemente alemã, caracteriza-se pela atividade agrícola de caráter familiar, com destaque para as culturas do fumo, arroz, milho, soja, batata e feijão, além das criações de aves e suínos e da produção de leite. Dessas, chama atenção a produção integrada de fumo, a qual, segundo dados da prefeitura municipal, ocupava, na safra de 2003, um total de 2527 famílias. Considerando-se a estimativa de Silva (2002: p.3) de que, na região Sul do Brasil, o fumo ocupa em média 3,4 integrantes por família, pode-se esperar que em São Lourenço do Sul, na safra de 2003, estiveram ocupadas quase 8.600 pessoas, representando 50% da população rural do município.

3. Métodos de coleta e análise de dados

A abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento desta pesquisa foi quanti-qualitativa, isto é, articulou-se um estudo de tipo quantitativo com uma análise qualitativa.

Os dados para o desenvolvimento da pesquisa foram coletados em dois momentos distintos. Inicialmente, foram aplicados questionários aos jovens que participaram de um curso oferecido pelo Consórcio Social da Juventude Rural[2]. Cada jovem participante do Consórcio recebeu quatro questionários, um a ser preenchido por ele mesmo e outros três a serem por eles aplicados em suas comunidades de origem, sendo critério que pelo menos uma moça fosse incluída entre os entrevistados. As informações foram tabuladas com o auxílio do software SPSS (Social Package for the Social Sciences). Desta etapa resultou um banco de dados, no total de 1736 questionários, do qual foram utilizados 55 questionários referentes ao município de São Lourenço do Sul, que foram utilizados na elaboração deste trabalho[3].

Posteriormente, com vistas à elaboração da dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foram realizadas entrevistas, pelo autor do trabalho, com um representante da FETRAF/Sul – CUT, com um orientador de fumo, com os pais dos jovens e com os jovens, sendo critério que ao menos dois rapazes e duas moças de cada uma das faixas etárias pré-estipuladas (15-17 anos; 18-21 anos; 22-25 anos) fossem entrevistados.

Com base nesse conjunto de dados, juntamente com a utilização de fontes documentais e bibliográficas, elaborou-se a dissertação "Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul – RS", que serviu de base para a elaboração deste artigo.

4. A produção integrada de fumo.

A relação de integração, segundo Paulilo (1987: p.1-2), é definida como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, com o processo produtivo sendo organizado industrialmente. Produtores integrados são os que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria prima apenas para ela. O integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, do que

[2] O curso foi desenvolvido pela FETRAF/Sul-CUT e ministrado a jovens de 15 a 26 anos. Segundo um dos jovens que participou do curso, o mesmo tratava de temáticas diversas, indo da educação sexual a formas de gerenciamento de propriedades rurais. Os jovens que participaram do curso receberam uma bolsa-auxílio no valor de R$ 600.00

[3] O autor deste trabalho não participou da elaboração, aplicação e codificação dos questionários.

decorrem relações de poder assimétricas, caracterizadas pela forma monopólica-monopsônica que toma a atuação da firma integradora, a qual adquire exclusividade junto ao produtor, tanto na venda de insumos quanto na compra de matéria prima. Dessa forma, a empresa integradora adquire controle sobre o processo produtivo.

Essa relação entre a empresa e os produtores integrados é entendida por Tavares dos Santos et al (1989: p.270) como uma troca entre desiguais, pois põe, de um lado, a empresa, com poder de controle sobre todo o processo produtivo e a prerrogativa de determinar o preço da matéria prima que está adquirindo; e, do outro lado, o agricultor, descapitalizado e dependente daquele dinheiro que receberá pela entrega de seu produto à empresa.

Analisando teoricamente o fenômeno da integração, Pincelli (2005: p.29) define-o como uma transição incompleta para a agricultura moderna, pois o integrado produz individualmente – conservando seu patrimônio sócio-cultural – para uma economia globalizada.

Segundo Silva (2002: p.147), a relação de integração é uma estratégia utilizada pelas empresas a fim de reduzirem os custos de transação, sendo bastante comum na produção de aves, suínos e fumo, entre outras. Mas, segundo Paulilo (1987: p. 294), a produção de fumo é aquela que mais tipicamente representa o fenômeno da integração, visto que é nela que o controle sobre os produtores se faz de maneira mais presente.

No contrato da empresa com os produtores de fumo, cabe à primeira fornecer – via financiamentos, a juros semelhantes aos de mercado – os pressupostos de produção (sementes, insumos, etc), assistência técnica, transporte e créditos; e aos segundos entregar toda a sua produção à empresa, ao preço que ela julgar mais justo[2] no momento da compra do produto.

A principal divergência dos produtores com a empresa ocorre em função da classificação e do preço. No que se refere à classificação, os produtores reclamam que a empresa desconsidera a pré-classificação feita por eles na propriedade no momento da colheita[3], propondo uma classificação – a que realmente vale – que sempre rebaixa o padrão de qualidade de seu produto. Em relação ao preço, as duas queixas mais comuns são relativas à definição unilateral – por parte da empresa – do preço do fumo e também em função de a definição do valor a ser recebido pelo fumo só ser conhecida pelos produtores após a entrega do produto, fato esse que impede, inclusive, um melhor planejamento administrativo da unidade de produção familiar.

[2] Segundo a empresa, os preços são definidos de acordo com a cotação do mercado.
[3] Segundo os produtores, há também o dito "aperto" na classificação, isto é, nos momentos em que a safra é melhor, a classificação torna-se mais rígida. Este "aperto" é percebido pelos fumicultores e, pode-se dizer que, assumido pelas empresas.

É consenso entre os estudiosos do trabalho na fumicultura – a exemplo de Paulilo, 1987; Silva, 2002; Pincelli, 2005 – que essa é a atividade agrícola com maior exigência de trabalho, em termos de quantidade de trabalhadores, de pouca qualidade e da insalubridade do trabalho. O fumo ocupa praticamente todo o ano, exige jornadas médias de 8,5 horas[4], chegando a 16 horas/dia nos períodos de safra, é um trabalho cansativo e prejudicial a saúde[5], além de envolver a participação de crianças e idosos. Dores nas costas, náuseas e vômitos são alguns dos sintomas relatados pelos agricultores que se envolvem nessa atividade.

Todavia, não se pode ignorar a importância dos dividendos oriundos do fumo no interior das unidades de produção, visto que esse produto é totalmente comercializado e oferece um ingresso regular de recursos, permitindo também, através dos financiamentos oferecidos pela empresa integradora, a capitalização da propriedade. Nesse sentido, a conclusão a que se chega é de que a produção integrada de fumo – apesar do trabalho de baixa qualidade e de um rendimento por trabalhador familiar relativamente baixo[6] - é uma opção racional[7] dos produtores familiares a fim de garantirem sua reprodução social enquanto agricultores.

Segundo Weisheimer (2004), na agricultura familiar é pelo processo de socialização no trabalho que os jovens tomam contato - e o gosto ou não – pela atividade agrícola, e, considerando-se que o fumo é uma atividade bastante penosa, aventou-se a hipótese de pesquisa de que a qualidade do trabalho na produção integrada de fumo fosse determinante na definição dos projetos ocupacionais formulados pelos jovens envolvidos nessa atividade.

5. Qualidade do trabalho agrícola na fumicultura entre os jovens lourencianos.

A noção de qualidade do trabalho/emprego é bastante discutida em estudos ligados à Sociologia do Trabalho, destacando profissões/ocupações urbanas, industriais e assalariadas, todavia são raros estudos que abordem essa temática enfatizando o trabalho na agricultura familiar.

[4] Segundo dados do questionário, 79% das moças e 85% dos rapazes afirmam possuir jornadas superiores a 40 horas semanais. É importante lembrar que todas as propriedades pesquisadas possuíam outras atividades, além da fumicultura, o que, aliás, é característico da agricultura familiar.
[5] Pela exposição aos agrotóxicos, a nicotina e ao "fumo verde" - líquido que solta do fumo.
[6] Segundo Pincelli (2005: p.34), o rendimento médio é de ½ salário mínimo mensal por pessoa.
[7] Fala-se de "opção racional" pelo fato de se ter verificado que os produtores são conscientes de sua submissão na relação com a empresa, mas dentro de uma estratégia visando sua reprodução social, julgam mais benéfico para si continuar produzindo fumo integrado do que abandonar essa relação e as vantagens que ela pode oferecer-lhes.

Considerando-se as especificidades do trabalho agrícola familiar[8], e tendo como parâmetro estudos destinados a discutir o conceito de qualidade do trabalho, optou-se por sugerir uma definição operacional para o conceito de qualidade do trabalho agrícola.

Neste sentido, a definição proposta pelo presente trabalho aborda a qualidade do trabalho agrícola a partir de duas dimensões: uma objetiva, que entende o trabalhador enquanto membro de uma unidade produtiva composta por todos os integrantes da família e outra subjetiva, que se refere ao trabalhador e suas percepções enquanto sujeito. A qualidade do trabalho agrícola implica, portanto, na sua avaliação em termos de remuneração, tempo de atividades, relações de trabalho, condições de exercício das tarefas, percepções e grau de satisfação dos trabalhadores com o seu trabalho.

Dessa forma, definiu-se, para a análise objetiva da qualidade do trabalho agrícola, os seguintes indicadores: a) renda; b) jornada de trabalho; c) acesso à proteção social (bloco de produtor, financiamentos, acesso a terra); d) condições de exercício das tarefas; e) autonomia (constituída a partir de elementos empíricos como acesso individual á renda; posse, em seu nome, de bloco de produtor, de conta corrente, de área de terra, de financiamento e poupança em banco, grau de participação em decisões; desenvolvimento autônomo de atividades na propriedade); e) possibilidade de continuidade na atividade.

Em relação à renda, que na maioria dos casos é centralizada pelos pais, duas conclusões chamam a atenção, uma primeira é ligada à idade dos jovens, visto que a satisfação com as formas de recebimento/não recebimento de pagamento pelo trabalho na propriedade familiar é inversamente proporcional à idade dos jovens, ou seja, a insatisfação vai aumentando conforme o jovem vai tornando-se adulto e aumentando suas expectativas e necessidades. Uma outra conclusão é ilustrativa de como a questão de gênero é marcante na agricultura familiar, pois enquanto 66% dos rapazes recebem salário ou alguma remuneração por seu trabalho, apenas 3% das moças recebem alguma remuneração pelas atividades que desenvolvem no interior da unidade familiar.

Analisando as informações relativas à jornada de trabalho – bastante longas, como já referido – cabe ressaltar que as jornadas relatadas pelos rapazes são mais extensas do que a das moças, sem esquecer contudo, conforme argumentam Brumer e Weisheimer (2006: p.218) que

[8] O trabalho é coletivo e os rendimentos são esporádicos – comumente administrados pelo chefe da família (o homem-pai), segundo Carneiro (1998(a): p.71) reconhecido como provedor.

pelo fato de as atividades femininas não serem reconhecidas como trabalho, é comum que elas subestimem suas jornadas, desconsiderando alguns de seus afazeres da categoria trabalho.

No que se refere ao acesso à proteção social, o viés de sexo também é marcante, pois apesar de a maioria se dizer filho de agricultor, entre os que se auto-definem como agricultores todos são rapazes. Igualmente, em relação ao bloco de produtor rural, enquanto a maioria dos rapazes o possui, apenas a minoria das jovens mulheres conta com um ou é anotada como trabalhadora no bloco dos pais.

A questão do aperfeiçoamento profissional é uma dificuldade entre os jovens lourencianos, pois apesar de 62% deles almejarem acessar o ensino superior, a maioria já abandonou os estudos, dificultando assim, inclusive, o acesso a cursos técnicos de aperfeiçoamento na atividade agrícola. Não há um consenso entre os jovens ao se tratar da importância de realizar cursos para o aperfeiçoamento na atividade agrícola, pois enquanto alguns acham isso importante, outros entendem que os cursos são desnecessários. Um dos motivos apontados pelos jovens como desmotivador para a realização de cursos técnicos refere-se a um conflito de gerações, visto que consideram seus pais pessoas conservadoras em demasia para permitirem que seus filhos ponham em prática na propriedade novos conhecimentos adquiridos através de um curso técnico. Em contrapartida, todos os pais de jovens que foram entrevistados nesta pesquisa concordaram que é importante que seus filhos participem de cursos técnicos voltados à atividade agrícola.

Analisando as condições de exercício das tarefas, foi possível confirmar que o trabalho na produção de fumo é cansativo, penoso e prejudicial à saúde. Outrossim, foi possível perceber que a tradicional divisão sexual do trabalho que caracteriza a agricultura familiar foi incorporada pelos jovens, dado que as moças demonstraram preferência por atividades tipicamente femininas e os rapazes por atividades masculinas[9]. Também se pode concluir que os jovens desprezam atividades insalubres e trabalhos "invisíveis".

Quando se trata de autonomia a questão de gênero salta aos olhos, pois os rapazes são maioria entre os jovens que possuem algum tipo de renda, bloco de produtor e veículos. Além disso, os rapazes também predominam entre os que desenvolvem atividades autônomas na

[9] São consideradas, na agricultura familiar, atividades tipicamente femininas àquelas voltadas à reprodução da unidade de produção, como as tarefas domésticas e o trabalho em cultivos/criações destinados ao consumo da própria família ou de baixo valor comercial. Já as atividades consideradas tipicamente masculinas na agricultura familiar são aquelas realizadas na produção propriamente dita, isto é, o trabalho desenvolvido em cultivos e/ou criações destinados ao mercado e que compõe a maior parte da receita familiar.

propriedade e participam bem mais do que as moças das decisões tomadas na unidade de produção familiar.

Ao analisar as possibilidades de continuidade na atividade também se pode perceber uma diferença entre os sexos. Apesar de a maioria dos rapazes e das moças afirmar que gostaria de permanecer na atividade agrícola[10], verifica-se que as possibilidades deles são maiores, pois predominam entre os possíveis herdeiros e também entre os que pretendem ser agricultores mesmo não herdando a terra. O casamento é um elemento importante na avaliação das possibilidades de continuidade na agricultura familiar[11], e, neste sentido, os rapazes parecem estar mais certos do que as moças de que irão ficar, pois apesar de a maioria ser solteiro sem namorada, 90% deles afirma que gostaria de casar com uma agricultora, enquanto 47% delas prefeririam casar com um agricultor. Essa informação torna-se mais relevante ainda, se considerar-se que as moças comumente são preteridas da herança da terra na agricultura familiar, e neste sentido casar-se com um agricultor pode significar, para elas, também o acesso à terra.

Para o estudo da dimensão subjetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola definiu-se como indicadores as seguintes avaliações e percepções dos jovens: a) sobre o modo de vida dos pais; b) sobre o seu modo de vida; c) sobre o modo de vida no meio rural; d) sobre o reconhecimento interno e externo por sua atividade (entendendo-se por interno o reconhecimento da família e da comunidade e por externo o reconhecimento de atores como o Estado e o mercado).

A maioria dos jovens avalia positivamente o modo de vida dos pais, sendo que aqueles que avaliam de forma negativa tendem a estabelecer projetos não agrícolas para seus futuros. Analisando a avaliação que os jovens fazem relativamente a seus pais pode-se perceber que eles tendem a ver como vantagem na atividade de seus pais aquilo que mais almejam para si (renda no caso dos rapazes e reconhecimento no das moças). Nesta avaliação também transparece a invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar, pois a maioria dos rapazes afirmou que não há desvantagens no trabalho de suas mães[12].

Ao analisarem seu próprio modo de vida, a maioria dos jovens demonstrou-se satisfeito. Todavia, pode-se notar que essa satisfação está mais ligada às vivências propiciadas pelo rural do

[10] Essa informação corresponde apenas aos dados coletados pelo questionário para auto-preenchimento, visto que nenhuma das moças entrevistas pelo autor do trabalho possui projetos de permanência.

[11] Segundo Brumer e Spanevello (2007: p.16), aqueles(as) que possuem companheiros(as) tendem a permanecer, e os(as) solteiros(as) sem namorada(o) a migrar.

[12] É verdade que muitos também afirmaram não haver desvantagens no trabalho do pai, todavia a proporção foi bem maior em relação ao trabalho da mãe (40% não vê desvantagem na atividade do pai e 52% na da mãe).

que propriamente a atividade agrícola, tanto é que vários jovens referiram que sua opção pela permanência está mais ligada à falta de oportunidades na cidade do que propriamente às perspectivas da agricultura.

A maioria dos jovens avalia positivamente o modo de vida no meio rural e, inclusive, gostaria de morar nele. Os dados também permitiram concluir que não há uma correlação direta entre a avaliação do modo de vida no meio rural e a vontade de permanência na atividade agrícola. Aliás, é possível perceber, mais uma vez, a pertinência do argumento levantado por Carneiro (1998(b)), de que os jovens tendem a querer o melhor dos dois mundos, visto que vários afirmaram que gostariam de trabalhar no meio urbano e morar no meio rural.

Analisando as percepções dos jovens relativas ao reconhecimento, nota-se que eles – inclusive as moças – sentem-se reconhecidos e valorizados por seu trabalho pela família e pela comunidade, mas reclamam da falta de reconhecimento externo, não referente apenas a eles, mas à agricultura familiar de um modo geral. Cabe lembrar que o fato de as moças afirmarem possuir o reconhecimento da família e comunidade não significa que elas sejam reconhecidas, mas sim que o não reconhecimento que caracteriza a atividade feminina na agricultura familiar – já demonstrado por diversos pesquisadores – foi por elas incorporado e, infelizmente, é imperceptível também para boa parte delas mesmas.

6. Considerações finais:

A principal conclusão a que se chegou foi que a qualidade do trabalho na produção integrada de fumo, apesar de baixa, é apenas um entre os vários fatores que conduzem as escolhas dos jovens em relação a seu futuro ocupacional. No entanto, constatou-se que o peso do fator qualidade do trabalho foi mais significativo entre as jovens mulheres, especialmente porque elas não são vistas como agricultoras plenas, ocupando-se majoritariamente com atividades domésticas e com a produção de gêneros para o consumo da família. Além disso, devido ao fato de seu trabalho na produção para o mercado ser considerado apenas uma "ajuda", ao invés de trabalho propriamente dito, seus esforços se tornam invisíveis para os homens e, por vezes, também para elas mesmas.

Constatou-se, então, que a principal motivação dos jovens ao definirem seus projetos ocupacionais futuros é o desejo de renda e autonomia, isto é, de serem os "donos" de suas vidas, o que também explica a predominância das moças entre os que desejam migrar, pois se para eles

o objetivo almejado é possível no âmbito da agricultura familiar (seja pela herança ou pela aquisição de uma propriedade independente) para elas só é vislumbrado através de um emprego urbano.

7. Referencias bibliográficas:

BRUMER, Anita et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens do Oeste Catarinense, numa perspectiva de gênero.** Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, 2007.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil.** Porto Alegre: Relatório de pesquisa, 2008.

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In NEAD: **Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: MDA/NEAD, 2006, p. 46-87.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** IPEA (texto para discussão, n° 621), 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998 (a).

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). **Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998 (b), p. 97-117.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto "Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne". **Cahier d'Economie et Sociologie Rurales, n.3**, déc.1986, p.73-89.

GRAZIANO da SILVA, José et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, vol19, nº1, p.37-67, Jan/abr. 2002.

NEVES, Jonas Anderson Simões. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul – RS.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no Sul do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Tese de Doutoramento - UFRJ, 1987.

PINCELLI, Ângela Cristina. **Trabalho infantil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz** Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 2005.

SILVA, Leonardo Xavier. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Porto Alegre: Tese de Doutoramento – UFRGS, 2002.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente et al. Agroindústrias e lutas sociais (a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto)**.** IN. **Ensaios FEE**, Porto Alegre: ano 10, n°2, p.266-284: 1989.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2004.

Sítios visitados:

www.fee.tche.br, acesso em 01/12/2008

www.ibge.gov.br, acesso em 01/12/2008

www.saolourenco.net, acesso em 09/02/2009

LÓGICAS DE SUCESSÃO NO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE:
família, gênero e geração no gerenciamento da propriedade da terra

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Doutoranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ).

E-mail: cordeiro.manuela@gmail.com

GT04- Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

O problema da fragmentação da terra ao longo do tempo e o uso de estratégias de reprodução social que visam controlar esse processo, bem como a inserção do sistema de produção familiar ao longo da expansão da moderna sociedade capitalista, são questões recorrentes na dinâmica da agricultura familiar. O objeto de reflexão deste artigo é a verificação de mecanismos de reprodução social da família assentada, especificamente relacionados às lógicas de sucessão, o que passa pela compreensão do que é ser família no lócus de pesquisa analisado e, nesta, a interação das dimensões de gênero e geração.

As condições históricas e sociais as quais perfazem o contexto de inserção das famílias não devem deixar de ser contempladas, mas esta unidade de análise não pode ser entendida apenas como um grupo estruturado de acordo com esses aspectos. Neste sentido, estudar a família e verificar a sua conformação para um determinado contexto de pesquisa implica levar em conta dois aspectos: tanto as relações entre os indivíduos propriamente ditos, quanto os valores e representações que dão sentido a essas práticas.

Assim, é importante salientar a peculiaridade do assentamento Novo Horizonte que é analisado por este artigo, uma vez que é considerado um dos poucos emancipados no estado do Rio de Janeiro. Isto implica em ter pelo menos 70% de suas terras tituladas, ou seja, a grande maioria das famílias já dispõe do título de domínio definitivo, podendo alienar esse bem se assim julgar necessário. Além disso, quase a totalidade das famílias assentadas são ex-trabalhadores da usina homônima, cujas terras foram desapropriadas para originá-lo, conferindo uma interação entre as famílias anterior ao processo de Reforma Agrária. O assentamento se subdivide em duas regiões (região do Rio Imbé e a do Rio Preto), sendo que apenas a região do Rio Preto, que engloba as fazendas Novo Horizonte e Baiano, foi abarcada pela pesquisa que originou

este artigo. É importante assinalar que nesta região estava localizado o complexo industrial da Usina Novo Horizonte, o que determinou a formação de um bairro operário. Para a concepção do trabalho foram realizadas entrevistas em profundidade com aproximadamente 50 pessoas, sejam os titulares da terra, seus cônjuges ou seus filhos que perfazem 17 redes familiares.

Dessa forma, o artigo se subdivide em cinco seções. A partir da introdução, uma pequena seção é dedicada a explicitar o que é ser família em Rio Preto, levando em consideração as tensões intergeracionais, a subdivisão de gênero e idade e a conseqüente inserção diferenciada no trabalho do lote, bem como a configuração da autoridade de poder. Na terceira seção, o objetivo é discutir a organização dos espaços produtivo e residencial, com o fim de compreender as possibilidades de permanência e interação entre os membros familiares a partir do que denomino sistema casa-lote. Posteriormente, o objetivo é expor algumas das principais características relacionadas especificamente ao processo de sucessão que ocorre em Rio Preto, o que engloba também a dimensão de gênero. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais de acordo com o que foi exposto.

SER FAMÍLIA EM RIO PRETO

A pertença a uma determinada família no assentamento Novo Horizonte é um princípio organizador e classificador das pessoas dentro da comunidade moral que não se inicia a partir da política pública de Reforma Agrária, mas é mantida sob determinados aspectos desde o funcionamento da usina. Para o caso do Novo Horizonte, a família – também a vizinhança e amizade - possibilitaram o sentimento de segurança e estabilidade, sobretudo, em momentos de miséria e dificuldades de provisão dos meios necessários para viver.

Falar de família em Rio Preto significa aludir aos membros da família nuclear. A referência à família extensa é feita por meio do uso do termo "parente", aquele que se tem algum tipo de laço de parentesco, seja por consangüinidade ou afinidade, tanto pelo lado materno quanto pelo lado paterno. Dessa forma, o termo é mais abrangente do que a família na localidade, e esta unidade de referência é a primordialmente utilizada quando se trata dos processos de herança e sucessão. Aqueles que moram juntos no lote são considerados como a família, que é referência para o gerenciamento do patrimônio, ainda que a transmissão do mesmo também inclua os filhos que migraram para a cidade ou outras localidades. A tensão intergeracional é verificada, principalmente quando há a

coabitação, ainda que temporária, entre o titular da terra e sua esposa com um filho que recém formou a sua unidade doméstica. Os conflitos aparecem geralmente entre a sogra e a nora, nesses casos.

A utilização do termo grupo doméstico[1] ou unidade doméstica é interessante para este trabalho, uma vez que está ligado intimamente aos padrões de residência e esses padrões denotam a escolha do filho que será "construído" como o sucessor, já que na maioria das vezes ele não migra, continuando a trabalhar efetivamente no lote. No entanto, é importante salientar que para efeitos de herança são levados em conta tanto os filhos homens legítimos ou adotados, se houverem. O termo grupo doméstico também permite verificar o dinamismo próprio à família que se expande e se retrai em diferentes momentos de sua história. A partir do período de fissão, a formação de novas unidades domésticas é um dos elementos que diminui as tensões intergeracionais, com no caso do casamento dos filhos homens. As novas unidades domésticas formam um circuito de reciprocidade e interação dos membros familiares que é peculiar ao assentamento analisado, aqui denominado como sistema casa-lote, que será explicitado oportunamente.

O trabalho realizado no lote é eminentemente organizado e conduzido pelos familiares. Desta forma, há o uso da produção tanto para o consumo da própria família, quanto para a comercialização e obtenção de renda. Aquele responsável pelo trabalho na terra é geralmente o titular, na maioria dos casos, o pai de família que tem a ajuda de seus filhos homens até que atinjam uma determinada idade. Há uma divisão de tarefas no que tange à produção que obedece a uma hierarquia tanto de sexo quanto de idade[2].

As filhas mulheres podem ser também iniciadas no trabalho da roça, junto com os seus irmãos, entre os dez a doze anos. Assim, todos os irmãos estão igualmente subjugados, sobretudo, à autoridade paterna. Esta autoridade é também expressa pelo

[1]Tal como proposto por Fortes (1969) está ligado aos padrões de residência, incluindo parentes consangüíneos, afins e agregados.

[2]No entanto, essa divisão de tarefas é flexível se comparada a outras comunidades camponesas. Sobre este aspecto, Garcia Jr. (1975), para o caso dos pequenos produtores marginais à *plantation* canavieira de Pernambuco, atribui as tarefas relacionadas ao roçado e praticamente todas aquelas relacionadas à negociação dos produtos do roçado como da esfera masculina e as tarefas femininas são aquelas relacionadas à organização do espaço doméstico, o consumo da produção, sendo os filhos hierarquizados de acordo a idade, o que permite a maior participação em tarefas produtivas mais autônomas, como a plantação dos roçadinhos, seja para formar uma poupança para o casamento vindouro, bem como utilizar o resultado da produção para gastos pessoais. Como explicita Heredia (1979) também à respeito dos pequenos produtores de Pernambuco, é a partir da divisão das tarefas que é definida a oposição masculino-feminino, o que implica em diferenciar o que é considerado trabalho, as tarefas realizadas pelos homens da esfera do não-trabalho, as atividades realizadas pelas mulheres. Essa distinção sobre o que é ou não considerado como trabalho não foi encontrado para o contexto de pesquisa de Rio Preto.

controle da decisão sobre o espaço produtivo: que culturas plantar e onde realizar este plantio, bem como sobre o destino da renda obtida com a comercialização da produção. Desta forma, a autoridade atribuída ao pai é a conseqüência principal da representação do chefe da unidade produtiva[3]. Para o caso especifico aqui analisado, a autoridade paterna não é exercida apenas em relação ao espaço produtivo do lote, mas também no que tange ao espaço de residência na terra. A partir do casamento dos filhos homens, eles podem "pedir casa" ao pai que os instala seja na antiga casa da região central do "bairro operário" da usina ou mesmo no lote de Reforma Agrária.

Mesmo que haja a autoridade eminente do pai de família na gestão do orçamento familiar advindo da produção, o fato de existir a coabitação de várias gerações no espaço de uma mesma casa pode levar a diferentes inserções no mercado de trabalho, sobretudo, quando há o desejo de individualização por parte dos mais jovens. Este movimento não é tido como conflituoso, mas sim parte do gerenciamento dos bens da família de acordo com valores reconhecidos e reproduzidos por todos.

Em relação às mulheres, na condição de esposas ou de filhas, sobretudo quando as últimas também se tornarem esposas, os valores ressaltados são a lealdade e o companheirismo, de forma a ajudar o homem - a autoridade da casa nas situações mais difíceis, tal como a que aconteceu à época da falência da usina. Especificamente sobre a dimensão de gênero, é importante salientar que a partir da Reforma Agrária, a mulher passa a poder utilizar o vínculo legal com a terra, como cônjuge, para se tornar aposentada como "segurada especial"[4]. Se não fosse por essa estratégia, seria mais difícil a possibilidade de se aposentar, tendo que comprovar período de trabalho na terra, quando a maioria dos contratos de trabalho nas fazendas de particulares não são assinados em carteira de trabalho. Some-se a isso a constatação por meio do trabalho de campo de que a mulher assentada desempenha mais comumente as tarefas relacionadas ao âmbito doméstico, o que levaria à sua aposentadoria ser adquirida apenas por idade devido à impossibilidade de acumular comprovações de trabalho fora deste âmbito.

[3] Segundo Carneiro (1998), a autoridade repousa em grande parte no controle do patrimônio, o que incluía a propriedade territorial, a casa, a lavoura e o capital simbólico. Quando era a viúva do agricultor quem exercia esse poder, o filho indicado como sucessor ficava impedido de realizar plenamente suas funções mesmo após o seu casamento. Além disso, acrescenta Carneiro (1998): *"O homem era socialmente reconhecido como o provedor da família e para alcançar este objetivo concentrava em suas mãos o controle sobre a renda familiar indivisa e sobre a produção agrícola, o que lhe atribuía a posição de autoridade máxima dentro do grupo familiar*" (71).

[4]Na categoria de "segurado especial" estão contemplados os assentados, bem como todos os trabalhadores do campo que produzam em regime de economia familiar. Além do titular da terra, nesta categoria também estão inseridos o cônjuge e os filhos maiores de 16 anos que trabalhem com a família nas atividades agrícolas. O filho que possui outra fonte de rendimento de atividade remunerada ou esteja casado não é considerado "segurado especial" (Lei n.º 8.213, 24/7/1.991).

Neste sentido, a Reforma Agrária representou a possibilidade de inserção da mulher no âmbito formal do trabalho rural, garantindo à mesma os direitos cabíveis, ainda que segundo a sua inserção na hierarquia familiar esta desempenhe tarefas que não se ligam ao trabalho na roça, o que em alguns contextos de pesquisa significa dizer que pertencem à esfera do "não trabalho".

SISTEMA CASA-LOTE

A organização da casa e da terra enquanto espaço residencial são elementos-chave para a compreensão do gerenciamento do patrimônio e consequentemente para a transmissão deste no futuro. A casa é concebida como o espaço primordialmente da mulher (cf. HEREDIA, 1979), sendo o homem aquele que provém a casa dos meios para a compra de alimentos a serem consumidos, incorporando este a figura da autoridade.

Elemento fundamental frisado pelos próprios assentados é a possibilidade de ter uma casa "no que é da família", o que foi possível depois do processo de desapropriação das terras em Novo Horizonte. Isto em contraste com a situação anterior, onde a unidade doméstica estava localizada em terreno seja dos fazendeiros ou do proprietário da usina, o que indica uma relação de *sujeição,* por oposição ao *liberto* que pode dispor de sua própria vida e dos membros familiares como lhe aprouver (cf. GARCIA Jr., 1989). Antigamente, tanto o acesso quanto a manutenção da casa eram mediados por uma relação assimétrica seja com os fazendeiros ou proprietários da usina. A partir da Reforma Agrária, o acesso à casa é negociado no âmbito familiar respeitando a socialização diferenciada das posições e relações de autoridade que cada familiar ocupa.

A disposição das casas na época da usina era organizada de acordo com os padrões hierárquicos de trabalho e recorrentemente coincidiam com os laços de parentesco. Com a manutenção de muitas das antigas casas do bairro operário da usina como espaço de residência atual, a disposição destas favorece o intercâmbio de mão-de-obra, troca de tarefas femininas, como por exemplo, a filha cuida das tarefas domésticas para o seu pai viúvo que tem outro espaço de residência, além da ajuda para o cuidado das crianças menores que podem permanecer na casa de um parente quando é necessário resolver alguma pendência no centro de Campos. Esse processo de disposição das casas de maneira a formar "territórios de parentesco" (COMERFORD, 2003), uma vez que a interação entre localidade e parentesco se dá por meio da relativa

agregação territorial das áreas de residência e trabalho da família, é reforçado com a construção de novas casas dentro do mesmo lote de terra, reproduzindo as trocas entre os membros familiares ao longo do tempo. O que se liga à afirmação de Marcelin (1996) sobre a configuração de casas, na medida em que a casa só existe a partir de uma rede de unidades domésticas, as quais ele denomina configuração, sendo *"pensada e vivida em interrelação com as outras casas que participam de sua construção – no sentido simbólico e concreto"* (106). No entanto, é importante salientar que estas não correspondem a um conjunto imediatamente localizável, não coincidindo com a "família extensa".

A própria organização das casas favorece tanto o estabelecimento quanto a manutenção do circuito de reciprocidade, ainda que circunscrevendo a necessidade da privacidade da nova unidade doméstica. Desta forma, a nuclearização familiar convive com a lógica da rede familiar originária. No entanto, é necessário o estabelecimento de uma circunscrição mínima de privacidade a fim de evitar conflitos comuns sobre o gerenciamento das atividades domésticas entre diferentes gerações, principalmente as sogras e as noras. Assim, a nuclearização é condição imprescindível para o convívio amistoso da nova unidade doméstica com a rede familiar originária – isto é entre as gerações - sobretudo a do noivo, uma vez que o padrão de residência é patrivirilocal em Rio Preto. A partir da casa central do titular da terra, são construídas novas casas dos filhos que dividem o mesmo "quintal"[5], palco de cooperação e também tensão, não pressupondo, no entanto, uma individualização total das novas unidades domésticas, mas instaurando um circuito aumentado de reciprocidade entre as gerações[6]. Os espaços de intercessão das unidades domésticas que perfazem as redes familiares e mesmo das redes de vizinhança sejam estes os quintais, as cozinhas e as varandas têm grande importância para a "habitabilidade das famílias populares" (DUARTE e GOMES, 2008). Em Rio Preto, há sempre a expectativa da agregação de novos parentes, o que se faz mediante a construção de novas casas no espaço do lote, dividindo a terra com o titular ou mesmo outros irmãos, constituindo um recurso muito apreciado pela família assentada de forma a garantir pelo menos o espaço de residência das gerações seguintes.

[5]De acordo com Duarte e Gomes (2008): "Os quintais constituem um modelo representativo de organização e reprodução das relações familiares presentes nas camadas populares" (171). É importante salientar que os assentados de Rio Preto não utilizam esse termo.

[6]Sobre o exposto, Duarte e Gomes (2008) salientam: "Há uma conciliação do modelo nuclear e conjugal de família com o modelo de família extensa, imersos nas relações de vizinhança, compadrio e parentesco. Mesmo assumindo o formato nuclear, essas famílias não deixam de ser famílias extensas, abertas e porosas à relacionalidade englobante" (171).

Isto também pode acontecer por meio da compra de casas vizinhas aos pais e irmãos na antiga região central da usina ou mesmo lotes contíguos, ainda que ocorram com menos freqüência.

É interessante retomar a organização do espaço produtivo e do espaço residencial para o caso dos assentados de Rio Preto. Chamarei de sistema casa-lote os múltiplos arranjos possíveis realizados pela família assentada por meio do uso dos espaços da antiga casa da *usina* e o lote de Reforma Agrária[7]. A possibilidade de permanência nas antigas casas da usina levou a uma configuração espacial diferente daquela encontrada em alguns assentamentos e, muitas vezes, uma dissociação dos espaços produtivo e residencial, pelo menos para uma das unidades domésticas que coabitam o sistema casa-lote. Essa dissociação se dá principalmente pela vontade da proximidade ao centro da localidade, o que permite acesso ao centro do município de Campos, bem como a serviços básicos, como educação, posto médico, mercados, entre outros. É mais verificada quanto maior for a distância em relação à terra, sobretudo, para o caso dos assentados da fazenda Baiano, mais distante do centro de Rio Preto e portanto do acesso à cidade

Além disso, a existência do sistema casa-lote como verificado em Rio Preto, isto é, um lote de terra e uma casa de propriedade da família em localidades distintas, aumenta as possibilidades de permanência dos filhos de acordo com a possibilidade de inserção produtiva que foi acertada na família, seja trabalhando no lote após a realização da sucessão, bem como a permanência apenas como espaço de residência. Na medida em que se havia verificado que a oposição casa-roçado era relevante para entender a construção dos espaços masculino e feminino para os contextos de pesquisa de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1975), a interação entre a casa-lote perfaz a singularidade do espaço aqui analisado, uma vez que intensifica os laços de reciprocidade entre a comunidade da usina que existia anteriormente, com as redes de parentesco e vizinhança, bem como oferece possibilidades de arranjos familiares pertinentes à sucessão com a maior ou menor permanência das diferentes gerações no espaço produtivo ou residencial ou mesmo ambos.

LÓGICAS DE SUCESSÃO

A constituição de unidades de produção e de consumo das famílias rurais

[7]Em alguns poucos casos, pode existir também a utilização das "terras de herança" ou mesmo parentes com terras no assentamento vizinho Santo Amaro, cuja desapropriação aconteceu no ano de 2004 e também diz respeito às antigas terras da usina Novo Horizonte.

depende tanto da reprodução imediata, quanto das estratégias que os levem a reprodução da condição social de agricultor ao longo do tempo (perspectiva geracional) (BRUMER, 2007). Uma vez que todos os filhos não podem permanecer na propriedade familiar, o processo de sucessão costuma beneficiar apenas um dos herdeiros, geralmente o filho homem mais novo ou mais velho. Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, pela redução do número de filhos e também pelo processo de individualização dos jovens em relação à lógica coletiva familiar.

As lógicas de sucessão estão estreitamente ligadas a aspectos da relação familiar existente - as estratégias matrimoniais, a composição do grupo doméstico, perfazendo e sendo organizado pela hierarquia subjacente à família que tem a autoridade de manejar tanto o capital material quanto o simbólico. Acerca especificamente do grupo que perfaz o conjunto de famílias assentadas de Novo Horizonte, Neves (1997) destaca:

> Um grupo que se representa pela consideração dos modos de inserção no sistema de posições sociais, que exalta o pertencimento a um mesmo território espacial e cultural e que o faz incluindo a participação de duas a quatro gerações, põe em destaque as regras de apropriação e transmissão, os modos de manutenção e de devolução de um conjunto de bens materiais e simbólicos. Exalta a experiência coletiva de construção e acatamento de regras, consagrando um sistema de pensamentos e valores (159).

Dessa forma, pode-se depreender do exposto que há uma relação intergeracional dos assentados com a terra que foi desapropriada. Tal existência de um fundo de reputação comum para a região de Rio Preto, como apontado anteriormente, influencia na escolha do sucessor, na medida em que fornece valores que são apreciados desde a época da usina para a construção dos valores do filho que seja passível de manter a honra familiar. Esse sucessor poderá gerir tanto as terras da Reforma Agrária ou outras heranças das famílias assentadas, ainda que esse segundo caso tenha menor número de ocorrências.

Em Rio Preto, a sucessão é realizada de forma primordial pelos filhos homens ou na falta destes a solução encontrada é a realização de um casamento de genro, quando este passa a ser o encarregado da produção. A transmissão de conhecimento relacionado ao trabalho agrícola ou mesmo na fábrica (*ofício*) é uma das principais heranças apontadas pela geração mais antiga, aquela que é titular da terra, em relação à atual: os filhos jovens. A herança imaterial ou simbólica era a única possibilidade de transmissão intergeracional quando a família ainda não possuía nenhum bem material. No entanto, este tipo de herança permanece relevante até hoje inclusive para dotar o

sucessor de condições de condução dos atuais bens da família. O processo de socialização em Novo Horizonte ocorre por meio do trabalho conjunto no lote que é considerado da família, mas está sob a autoridade do pai[8]. Assim, o sucessor é construído por meio de atividades realizadas na terra, mais do que é determinado por sua posição que ocupa na linha de nascimento.

Ainda que não exista uma regra ou padrão específico aplicável ao caso de Novo Horizonte, geralmente o filho mais novo é "preparado" como o sucessor por duas razões. Isto porque coincide com o período necessário de instalação da família no empreendimento da Reforma Agrária, o início da produção, viabilização da comercialização e, consequentemente do provimento de renda a partir do lote de terra com o momento em que o rapaz atinge uma idade que permite iniciar o trabalho na produção. Outra razão a ser destacada é que para o filho mais novo o casamento geralmente tardaria a acontecer mais do que no caso dos outros filhos, adiando um conflito de autoridade que é uma das questões centrais ao processo de sucessão.

O processo de sucessão não diz respeito somente às terras de Reforma Agrária ou mesmo "de herança", mas também a pequenos estabelecimentos comerciais localizados na região do Rio Preto. Também nesses casos, há uma preparação do sucessor para assumir o pequeno comércio futuramente. A sucessão pode ser feita de forma combinada com o gerenciamento tanto da terra quanto do empreendimento comercial, como podem ser escolhidos dois filhos para desempenhar as diferentes funções, sendo mais comum que um único sucessor desempenhe ambos os trabalhos, tal como o chefe de família realiza atualmente. Desta feita, é importante salientar a existência da combinação de estratégias das famílias assentadas que também foram derivadas de suas múltiplas inserções, seja no âmbito administrativo, industrial ou agrícola da usina que construíram saberes distintos muitas vezes desempenhados até hoje.

Quanto à ausência de um sucessor, seja pela inexistência de filho ou porque estes já saíram do espaço do assentamento e não manifestam o desejo de voltar, é feito referência a parente do sexo masculino que assuma o lote em caso de grave enfermidade ou mesmo morte do titular. Nesses casos que a questão da sucessão é mais explicitada dentro do âmbito familiar, e para a realização da sucessão nos casos em que não havia

[8]Ao focalizar especificamente a geração mais nova dos sitiantes analisados, Heredia (1979) verificou que à oposição masculino e feminino se somava à oposição maior e menor, uma vez que além do roçado principal, existem os roçadinhos que são destinados ao usufruto pessoal. Neste sentido, se constituem com um instrumento de socialização e de individualização.

ainda um sucessor sendo preparado, algumas considerações devem ser feitas em relação àquele que virá para cuidar da terra. Preferencialmente, o parente a ser considerado não deve estar exercendo uma atividade formal que permita ter a sua carteira de trabalho assinada. Assim, pode se tratar de um trabalhador já aposentado para vir a morar novamente na terra. Isto porque o valor relacionado à provisão do futuro garantido por meio da segurança que a renda da aposentadoria permite é uma das principais conquistas para alguns ex-trabalhadores da usina que atualmente produzem nas terras de Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sucessão estudada em Rio Preto não diz respeito somente à transmissão do lote agrícola, mas também ao gerenciamento pela geração seguinte de outros bens de posse da família assentada, quando presentes. No entanto, foi verificado que para a maioria das famílias o lote representa uma situação inédita de formação de patrimônio que passaram de uma relação assalariada na antiga usina para uma situação de autonomia relativa do camponês com a posse do título de sua pequena propriedade. O título de domínio definitivo estabiliza o processo de sucessão e garante a posse de um bem com alto valor mercantil para o qual a família pode dispor quando julgar conveniente.

Assim, mais do que garantir a integridade do patrimônio, o objetivo das lógicas de sucessão em Rio Preto é a manutenção da unidade familiar, a possibilidade de a família ter bens próprios aos quais podem se voltar em casos de necessidade, bem como ajudar os filhos e netos (gerações subseqüentes) a formarem o seu próprio patrimônio). Isto não está necessariamente vinculado à manutenção propriedade da terra e, muitas vezes, passa pelo acesso à educação formal (principalmente no caso das mulheres) que os titulares da terra e até mesmo os filhos dos titulares não puderam ter. Dessa forma, o fim primordial da organização coletiva da família assentada não é a manutenção da integridade do patrimônio, mas atingir os fins necessários como ponto de apoio a pelo menos duas gerações familiares.

Neste sentido, é possível proceder a uma interação nesses processos de acordo com as gerações nas quais acontecem. Para a primeira geração, ou seja, os titulares da terra, esta é vista como uma conquista da família em relação à situação de “morada” que viviam anteriormente, sendo um espaço de residência e ao mesmo tempo produtivo. No entanto, para os jovens assentados, com exceção do sucessor (a segunda ou mesmo

terceira geração), a terra é considerada primordialmente um espaço de residência, uma vez que não é suficiente em extensão para morar e trabalhar. No limite, para os ambos os membros familiares, a terra é considerado um bem que deve ser administrado em conjunto, ainda que possivelmente atendendo a interesses não necessariamente coletivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no. 8213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm. Acesso em: 22 fev. 2009

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DUARTE, L. F. D. e GOMES, E. C. **Três famílias: identidades e trajetórias intergeracionais nas classes populares.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, M. **The Developmental cycle in Domestic Groups.** Jack Goody ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GARCIA Jr., A. R. Terra de trabalho. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, 1975.

_____ **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e a transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCELIN, L. H. **Família, Parentesco e Domesticidade entre os negros do Recôncavo do Bahia, Brasil.** Tese de doutorado (1996). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

NEVES, D.P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis.** Niterói, EDUFF, 1997.

MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA: notas sobre trajetórias de famílias do Sul do Brasil para o Mato Grosso

Cristiano Desconsi
(cristiano.desconsi@consultor.mda.gov.br)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

GT04 - Família, gênero e geração

INTRODUÇAO

Compreender o processo migratório do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires/MT, através das trajetórias familiares que se constituíram como "pequenos" proprietários rurais no período pós-90, foi o eixo central desta pesquisa.

No tocante, não haveria como o fazê-lo sem refletir sobre as dinâmicas que envolvem os atores migrantes e suas famílias. Nesse sentido, o termo família foi utilizado como a principal categoria analítica, a partir da concepção de família nuclear (onde se apresentam o casal e os filhos). Esta unidade analítica foi foco no estudo associado ao conceito de trajetória (familiar). Porém, faço menção a noção de família, segundo o entendimento dos atores foco desta pesquisa. A concepção de família comumente utilizada nas narrativas dos atores remeteu a pensar a partir da consanguinidade do esposo da casa, onde estavam agregados os pais dele, os irmãos, as irmãs, quando a pergunta se refere diretamente sobre a família. Tios, primos e os pais da esposa por vezes são também pertinentes nas narrativas, especialmente quando estes foram elos fundamentais na migração e no processo de adaptação. A menção em relação às irmãs da família consideram em geral o cunhado como parte da família.

Para Comerford (2003), famílias não são unidades inequivocamente estabelecidas de uma vez por todas. São unidades compostas, componíveis e decomponíveis, círculos vivos multilocalizados, em expansão, segmentação, contração, agregação e desagregação. Isto permite lançar a categoria de família a partir dos membros individuais que se interligam mais que somente por consanguinidade, mas por relações de reciprocidade, afeto, ajuda, compondo um conjunto de valores morais que formam as teias desta rede. Isto permite entender a família para além da consanguinidade, de membros estabelecidos em um único espaço físico, o que se torna um instrumento importante para mapear as relações e as próprias redes sociais onde estão dispostos os movimentos migratórios deste estudo.

As trajetórias familiares apresentaram várias etapas migratórias, além de apresentar um "ponto de partida" que está relacionado à etapas do ciclo de vida (pré e pós matrimônio). Diante deste fato, este texto pretende analisar confluências e divergências entre as trajetórias do núcleo familiar, relacionadas ao ciclo de vida.

A análise das migrações pela trajetória social dos agentes pode ser associada ao ciclo de vida (no caso da família trata-se do ciclo de vida familiar - casamento, juventude, filhos, idade). Os estudos do campesinato dos colonos do Sul compreendem que na formação de novas unidades familiares e de produção, o momento do matrimônio (ou pré-matrimônio), o momento de nascimento dos filhos e, ainda, a fase dos filhos em idade adulta são relevantes para desencadear novos deslocamentos de membros familiares (WOORTMANN, 1995). No caso de famílias estudadas, nesta pesquisa a tentativa de estabelecer uma relação na análise sob o inicio da trajetória social do grupo familiar ao ciclo de vida teve relação com categoria expressa pelos entrevistados; "começar", ou "nós começamos". Começar aponta o início de uma trajetória social cujo objetivo é acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar ou a geração seguinte (filhos). Esta trajetória poderá ou não estar associada aos deslocamentos espaciais. De outra parte, tratar de trajetória migratória remete a pensar a partir dos deslocamentos em si. Nota-se que a trajetória migratória adquire corpo e visibilidade não apenas para o seu agente, mas para toda uma comunidade de espectadores, através da inscrição e do reconhecimento legitimado de sua ação em um contexto histórico específico (SAYAD, 1998).

Na racionalidade camponesa estabelecida a partir da relação entre número de trabalhadores e número de consumidores na unidade doméstica, há um momento em que o grupo familiar dispõe de um máximo de trabalhadores o que implicaria no potencial máximo de produção e acumulação de patrimônio. Porém, neste momento há um tensionamento no sentido da formação de novas unidades familiares. Garcia Jr. (1989) observa este momento do ciclo de vida no campesinato do Agreste paraibano. Considera que esta existência de muitos trabalhadores, especialmente os homens, permite o crescimento da produção e, assim, da acumulação de recursos, porém, observa que isto não é de fato uma garantia de que todos os herdeiros terão acesso a estes recursos ou em quantidade ao menos suficiente para reproduzir uma nova unidade doméstica.

Desta forma, os estudos do campesinato apontam o ciclo de vida como determinante para a reprodução de novas unidades familiares; começa no casamento e vai se prolonga até o casamento dos filhos (as) que constituiriam novas unidades familiares (WORTMANN K.,

1990; WORTMANN E., 1995). O casamento de um filho exige uma acumulação previa a fim de criar as possibilidades de que esta nova unidade familiar possa assumir posição igual ou melhor que a antiga unidade. Se estas condições das unidades não são favoráveis, seja pela escassez de terras, seja de por não oportunizar um mínimo de acumulação de recursos para dar conta de todos os filhos, novos caminhos acabarão sendo trilhados por estes filhos, ou seja, novas estratégias serão buscadas. Verificamos que a busca de acumulação de patrimônio é uma constante para estas famílias, o que implicou na maioria dos casos, em empreender novas etapas migratórias com vistas à acumular bens e patrimônio.

DESENVOLVIMENTO

Para construir esta análise entre migração e ciclo de vida é importante diferenciar as noções de trajetória social e trajetória migratória. Trajetória social, segundo a concepção de Bourdieu (2006), trata-se "de uma série de posições sociais sucessivamente ocupadas por um mesmo pelo agente". Neste trabalho, o ator é o núcleo familiar (casal, ou casal mais filhos) que demarca um percurso na busca de acumulação de patrimônio familiar, e às vezes de mobilidade social, podendo estar diretamente associado à migração ou não. De outra parte, a noção de trajetória migratória se baseia nos deslocamentos espaciais, sendo que o seu "ponto de partida" está diretamente relacionado à primeira migração. Mais que um simples deslocamento é um caminho que se apresenta a este núcleo familiar:

> Neste sentido, uma trajetória migratória é mais que uma estrada para o migrante. É um caminho social para o qual o migrante é mobilizado, uma alternativa aberta pela sociedade e sujeita, portanto, aos mesmos crivos das desigualdades sociais, sujeita à mesma seletividade (BRITO, 2000, p. 19).

Feita esta diferenciação entre estas duas noções, pretendemos agora observar a partir do conjunto de casos, qual a relação que se apresenta entre o início da trajetória social, a trajetória migratória e a etapa do ciclo de vida associada ao matrimônio. Observamos os dados na tabela abaixo:

QUADRO 01 - Relação entre período do casamento, 1ª migração e migração para o Mato Grosso

Traje-tória	Casamento			1ª Migração			Migração para o MT			
	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Ano	IdadeH	IdadeM	Condição no período entre casamento/1ª migração
Ildo Coraza	1986	31	29	1989	34	31	1989	34	31	Terra *da família*[1]- herança
Lauro Marchiori	1978	22	20	1981	25	23	1997	41	39	Terra *da família*- herança
Carlos Jackobsen	2000	29	28	2001	30	29	2001	30	-	Xxxxx
Cássio Pascoali	1973	20	17	1971	19	15	2002	49	46	Terra arrendada
Enio Trento	1992	30	26	1984	22	-	1998	36	32	Sitio próprio
Célio Vilarin	1996	30	26	1997	31	27	1999	33	29	Xxxxx
Antonio Theobaldo	1983	25	22	1986	28	25	1986	28	25	Terra *da família* e peão
Ivo Patias	1989	26	24	1990	27	25	1990	27	25	Peão
Nelson Mariak	1996	25	21	1997	26	22	1997	26	22	Xxxxx
Rodrigo Pedó	1997	24	21	1999	26	23	1999	26	23	Terra *da família* e irmãos
Lorival Santini	1994	31	*	1996	33	*	2005	42	*	Terra *da família*
Elton Rubin	1994	22	18	1998	26	22	2004	32	28	Terra *da família* + negócio autônomo
Almir Nadiani	1992	27	*	1994	29	*	2000	35	*	Terra *da família* e empregado
Inácio Fernandez	1990	19	20	1986	15	--	1986	15	*	Peão
Ildemar Pavarino	Não	casa		1983	23	--	2000	40	*	Terra *da família*
Edson Ferrarini	1995	29	30	1992	26	--	1997	31	32	Terra *da família*
Oscar Barbian	1984	21	--	1980	25	23	1998	43	42	Peão
Elomar Mariatti	1990	30	-	2005	45	-	2005	45		Sítio próprio
Roberto Trezz	1984	22	17	1994	42	37	1994	42	37	Terra própria + negócio autônomo
Euclides Kasanova	1974	26	24	1990	42	40	1990	42	40	Terra herança + arrendamento
Luis Picolotto	1983	27	22	1992	36	31	1992	36	31	Terra sogro e sitio próprio
Airton da Silva	1987	26	24	1997	37	34	1997	37	34	Sítio próprio
Afonso	198	26	21	200	45	41	200	45	41	Sítio próprio

[1]A categoria utilizada na tabela de "terra de família" refere-se à terra de posse ou propriedade do grupo familiar de onde provém o homem do casal citado. Esta área de terra em todos estes casos é comandada pela autoridade patriarcal (pai) e participa do trabalho e das "disputas" de herança o conjunto dos irmãos que também integram esta unidade doméstica.

Hartmann	4			3			3			
Camilo Bortolli	1992	26	*	2002	36	*	2002	36	*	Sítio próprio-herança
Lucas Cancian	1971	*	*	1996	52	50	1996	52	50	Sítio Próprio

Período entre casamento e 1ª migração menor que 5 anos.
Período entre casamento e 1ª migração maior que 5 anos.
Migração antes do casamento.
* Sem informação sobre a idade.

A análise dos dados expressa uma relação latente entre a etapa do ciclo de vida pré e pós casamento com a ocorrência da primeira migração. Nesta relação (apresentada em cor cinza claro), tomamos como referência o período de cinco anos antes do ano do casamento e cinco anos depois. Tomando a diferenciação conceitual apresentada anteriormente entre trajetória social e trajetória migratória, consideramos que esta etapa do ciclo de vida em todos os casos, demarca o início da trajetória migratória não do indivíduo, mas do novo núcleo familiar.

No caso da migração pré matrimonial (identificada na cor cinza escuro), o número de casos é pequeno e heterogêneo. Destacamos três pontos para refletir sobre eles; i) primeiramente, há casos "de solteiros" que migraram antes do casamento e vão casar-se nos anos seguintes nos locais onde migraram (casos de Inácio Fernandez, Edson Ferrarini. e Oscar Barbian). Migraram visando construir alguma acumulação prévia de patrimônio não possibilitada pelas condições das unidades familiares de onde partiram; ii) em segundo lugar há, casos de migração pré-matrimonial temporárias, visando acumulação de patrimônio no trabalho de peão no Mato Grosso e retorno para adquirir um sítio nos estados do Paraná ou Rio Grande do Sul (casos de Enio Trento e Ildemar Pavarino). Este caminho assemelha-se muito à análise de Woortmann (1990), ressaltando, porém as migrações temporárias como estratégia de reproduzir a condição camponesa. iii) e o terceiro aspecto é que, mesmo sendo um grupo pequeno e heterogêneo, identificamos uma relação entre a etapa do ciclo de vida pré matrimonial (cinco anos antes do casamento) e o início da trajetória migratória.

Se os casos de migrações pré matrimoniais são menos recorrentes, isso reforça a perspectiva de que o início da trajetória social ocorre após o casamento, conforme já consideramos anteriormente. Nas narrativas, o verbo no plural que melhor descreve o início da acumulação de patrimônio é "começamos". Dois indivíduos se somam e vão começar recorrendo a diversos mecanismos para tal, cujo destaque está na migração:

> Bom, pra começo, eu casei e morei na lavoura lá no Sul mexendo com vaca de leite morando com a minha mãe e o irmão também (Elton Rubin, assentado, 17/06/08).

> Casei em 1979 (...) já naquele ano fui conhecer Canarana, vim a primeira vez pro Mato Grosso dois anos depois (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/08).
>
> O Ari nunca tinha saído de casa e aí recém-casado, lá tinha ganhado meia colônia de terra e assim resolvemos começar lá [Santa Catarina] (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/08).

Se a maioria dos casos apresenta uma relação entre a etapa do ciclo de vida e o início da trajetória migratória, isto pode estar em grande parte relacionado à condição de acesso à terra e ao trabalho dessas famílias. Na análise dos casos, verifica-se que a condição do casal logo após o casamento foi de residência em terras de herança ou terra da família. Nesses casos, a estratégia dos pais foi ceder algum espaço (casa, parte da área de terra, ou alguma proposta de parceria) para acomodar temporariamente o novo casal até que este viesse a tomar algum rumo.

Já nos casos onde não há uma relação direta entre o casamento e a primeira migração, verificam-se a condição de acesso à terra própria do novo casal, ou negócio próprio. Isto decorrente de duas situações: i) da compra da uma área de terra pela família ou da conquista do direito de herança neste período; ii) ou de diferentes formas o casal, trabalhando em sistemas de parceria, ou ainda na terra da família conseguiu algum recurso que permitiu a compra de um lote ou sítio nestas mesmas regiões de origem.

No entanto, o que chama a atenção nesta análise da relação entre ciclo de vida e migração para o Mato Grosso, é que há 18 casos que migram no período entre 1996-2006. Nestes casos estão abrigados os casos daquelas famílias que dispunham de área própria no Sul, ou seja, o conjunto de casos onde não havia uma associação direta entre a etapa do ciclo de vida do matrimônio e a 1ª migração. Isto permite inicialmente relativizar a relação direta construída nos estudos, entre migração e pobreza, ou migração e os "excluídos da herança". Da mesma forma, observando a Quadro 01, há casos onde a trajetória migratória é composta por várias etapas; ou seja, se há, na maioria dos casos, uma relação presente entre a 1ª migração e o matrimônio, vale destacar que as trajetórias migratórias se constituem de diversas etapas não somente uma migração com uma origem e um destino. Este fato aponta para a necessidade de ir além de uma associação direta entre migração e ciclo de vida, incluindo no debate as possíveis relações entre estas trajetórias e os contextos sócio-históricos, seja para compreender o meio social onde se construíram as possibilidades da 1ª migração, seja para compreender outras etapas migratórias empreendidas por estas famílias. Nesse período, migram jovens solteiros, casais idosos, famílias recém casadas, com ou sem filhos. Em suma, migram pessoas de todas as idades e fases do ciclo de vida.

No caso de Cássio Pascoali e a sua futura esposa que se encontravam na fase do ciclo de vida (pós casamento), dentre as possibilidades de "começar" a trajetória social migraram para o oeste do Paraguai. O meio social onde viviam (Oeste do Paraná na década de 60) estava perpassado pela ideologia de uma nova fronteira agrícola no país vizinho. Caso semelhante é de Camilo Bortolli, que se casou em 1992. Naquele mesmo ano viajou para Canarana/MT visando adquirir terras, pois ali se encontravam assentamentos em fase inicial. Não ocorreu a migração, pois não houve na época negociação da área de terra (de herança) que dispunha no Sul. Na busca por terras na fase do ciclo de vida pós-matrimônio, o novo casal estava avaliando entre o ficar ou migrar. O local analisado como possibilidade (naquela ocasião, o município de Canarana) têm relação com uma política de Estado em voga no início na década de 90. Essa década demarca um grau de urbanização crescente nas cidades que margeiam a BR-163 e norte do Mato Grosso, o aumento de produtividade agrícola, que em parte contribui para explicar o grande crescimento demográfico desta microrregião. No entanto, há outro fator que deve ser analisado que são os projetos de assentamentos de Reforma Agrária. A possibilidade de acesso à terra atrai famílias de migrantes do Sul do Brasil, bem como produz um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio Estado do Mato Grosso.

As desapropriações para fins de Reforma Agrária empreendidas pelo Estado brasileiro vão ter nova ênfase nas décadas de 80 e vão ganhar destaque expressivo, pelo menos do ponto de vista numérico (número de famílias assentadas), na segunda metade da década de 90. Os dados sobre projetos de assentamentos no estado do Mato Grosso indicam que no período de 1996-2001 foram criados 189 projetos totalizando 35.493 famílias assentadas, o que significa um crescimento de 136% (CUNHA *et. al,* 2002).

CONSIDERAÇOES FINAIS

O cruzamento entre as etapas do ciclo de vida e a migração permitiu identificar uma relação direta entre o período do matrimônio e a 1ª migração. Do mesmo modo, uma relação direta com a que os atores definem como o começo da trajetória social do núcleo familiar. Porém, logo verificamos que, quando observadas as trajetórias onde aparecem várias etapas migratórias (especialmente na relação com a migração para o Mato Grosso) constata-se a necessidade de contextualizar estas trajetórias historicamente. Este exercício permitiu apurar

que as trajetórias, mesmo com suas peculiaridades no que tange as estratégias e aos locais de migração, estavam inseridas no contexto dos projetos de colonização e o respectivo "chamamento" realizado por estes projetos.

As trajetórias dos "pequenos proprietários rurais" delineou o fato que, muito mais do que a clássica forma de perceber os deslocamentos das famílias como um movimento único, operado associado à etapa do ciclo de vida (pré e pós matrimonio), aponta que as trajetórias familiares apresentam cada vez mais latente a condição de provisoriedade, ao percebermos que as avaliações entre o permanecer e o migrar passam à compor o cotidiano dessas famílias e do conjunto de suas relações sociais que são operadas como um processo negociado. Do mesmo modo, esta provisoriedade é verificada quando identificamos que a maior parte dos casos (16 entre 25 dos casos da tabela) possuem mais de uma etapa migratória em suas trajetórias, muitas vezes isto não estando diretamente relacionado à etapa do ciclo de vida, como pode ser verificado na análise que fizemos entre migração e ciclo de vida na história da migração dessas famílias para o Mato Grosso. Assim, a condição da família que sai do Sul ou de outras etapas migratórias não pode ser relacionada somente ao ciclo de vida, e muito menos somente à precariedade de condições vividas no Sul. Nas décadas recentes, migram recém-casados, jovens solteiros, idosos, famílias de meia-idade, tanto em condições de pretensa pobreza e dificuldades no acesso à terra, quanto famílias capitalizadas que dispunham de acesso à terra e patrimônio nos locais de origem.

O último aspecto para a reflexão, possível de ser produzida a partir desse trabalho, está associado a necessidade de perceber que as últimas décadas as famílias apresentam nova configurações cujo destaque está na construção de trajetórias sociais marcadas por diversas estratégias que implicam na migração de todos ou parte dos membros. Há que se repensar os aportes teórico-metodológicos que desenvolvem a reflexão da reprodução das unidades familiares do Sul do Brasil, tomando como unidade analítica a unidade produtiva (lote, propriedade, área de terra), para um aporte teórico-metodológico que abrigue as famílias (e seus membros) como um processo onde: i) as famílias "se (re) constroem numa rede social que está sempre em movimento, ii) que esta rede pode apresentar elos de ligação entre espaços sociais localizados em áreas geográficas distantes, iii) que compõe parte do cotidiano a avaliação sobre o permanecer ou migrar, diante de cada momento histórico vivenciado pelas famílias. Em suma, o desafio é compreender as famílias em movimento, a partir da sua condição de provisoriedade, como nova perspectiva de pensar a reprodução social da agricultura familiar.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Morais; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRITO, Fausto - **BRASIL, Final de século:** A transição para um novo padrão migratório?, XII Encontro da ABEP, Caxambu. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2007.

CUNHA José Marco Pinto da *et. al*. - **Migrações e Transformações Produtivas na Fronteira:** o caso do Mato Grosso. Anais do XIII Encontro da ABEP – Caxambu/MG. Disponível:<www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Cunha_texto.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2008. 2002

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul caminho do roçado:** estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília UNB, 1989.

SAYAD, Abdelmalek. **– A imigração – e os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

WOORTMANN, Klass. **Migração, Família e Campesinato.** Brasília: Unb, 1990. (Série Estudos Antropológicos n 87).

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec, 1995.

MUDANÇAS NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DAS NOVAS GERAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES EM ÁREAS DE AGRICULTURA IRRIGADA

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos
MS em Desenvolvimento Agrícola – CPDA UFRRJ; Doutoranda em Sociologia UFC.
Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical
helenira@gmail.com

GT 04 – Família, gênero e geração

INTRODUÇÃO

No Nordeste, a partir do final da década de 1960, a irrigação passou a ser o eixo central de uma política[1] que por um lado favoreceu, no Vale do São Francisco, a instalação de grandes empresas de fruticultura irrigada e de outro, investiu na criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar, cabendo ao Estado, sob a gestão do DNOCS, a criação de pequenos empreendimentos familiares, estimulados pelo uso de modernas técnicas.

Nesse contexto, foram criados no Ceará 14 projetos públicos de irrigação[2], sendo três deles moldados em termos empresariais: Limoeiro Apodi, Baixo Acaraú e Araras Norte. Os demais projetos, planejados e executados sob a tutela do DNOCS, assentaram agricultores familiares em condições de extrema pobreza. Um desses, o Curu Paraipaba, objeto desse estudo, aos 32 anos de existência, é considerado o projeto "detentor da maior área de fruticultura irrigada do Estado" (ADICP, 2007, p.7).

De fato, nos espaços refeitos pelo projeto não se enxergam áreas nuas. Seus cerca de oitocentos lotes agrícolas exibem uma área verde na qual predominam o cultivo do coco, com cerca de 2.200 ha, seguido pela cana-de-açúcar com 317 ha. As demais culturas não têm relevância, já que a terceira de maior expressão é o cultivo do feijão com apenas 112 ha plantados.

A paisagem verde, contudo, não exibe aspectos da reestruturação produtiva, que estão além da permutação de seus plantios de feijão, milho, mandioca e arroz pelos de cana-

[1]Tratava-se de novo intervencionismo estatal, centrado em espaços econômicos restritos, através de pacotes, projetos e programas especiais, como o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE).
[2] Projetos sociais localizados no Ceará: Aires de Souza, em Sobral, Forquilha, Curu- Paraipaba, Curu-Recuperação, em Pentecoste, Morada Nova, Jaguaruana, Ema, Várzea do Boi, Icó-Lima Campos e Quixabinha (DNOCS, sd).

de-açúcar e do coco. O que a paisagem não exibe ao olhar desatento é o que este estudo tenta explicar: as alterações provocadas nos modos de vida dessa população, demarcando continuidades e descontinuidades provocadas pela transformação de uma ordem social mediada por dispositivos de uma intervenção estatal e suas conseqüências sobre as trajetórias individuais e coletivas de um novo agente social do sertão: os colonos ou irrigantes.

ACERCAMENTO DO TEMA DE PESQUISA

Em 2004, quando pela primeira vez enfrentei um trabalho em projetos de irrigação, no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, comecei a desconstruir a suposição de que as mudanças de trajetórias de trabalho dos jovens como agricultores familiares deviam-se às restrições de água e de terra. Fazendo um levantamento nesse Projeto travei contato com um grupo de pequenos produtores egressos do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba. Eram filhos ou netos de irrigantes que haviam migrado para um novo projeto de irrigação. Entrevistei-os e observei que suas motivações para migrar de um perímetro para outro se associavam a impossibilidade de no projeto conseguir sustentar suas próprias famílias com a atividade agrícola.

Por meio desses irrigantes tomei conhecimento que o projeto de irrigação Curu Paraipaba era constituído por unidades de produção familiar que experimentavam dificuldades para garantir a reprodução social almejada. Na visão deles dois caminhos se apresentavam para garantir a reprodução social dos descentes dessas unidades: 1) migrar para outras áreas caso quisessem permanecer na mesma profissão dos pais e, 2) empregar-se em outras atividades agrícolas, ou não-agrícolas no entorno do projeto.

Daí para tentar compreender a organização e gestão dessas unidades apreendendo, nesse contexto, a diversidade de estratégias ocupacionais entre as gerações de famílias que se sucedem na área irrigada de Curu Paraipaba foi um salto. Em meados de 2007, cheguei ao projeto Irrigado, tendo na cidade me instalado para morar.

Apresentei-me, em primeiro lugar, à gerente administrativa da Associação do Distrito de Irrigação Curu Paraipaba – ADICP. Esclarecidos meus propósitos, tive acesso a dois estudos produzidos por uma fonte alternativa, pois antes de chegar ao projeto, à exceção da contribuições de Mônica Martins[3], minhas principais fontes - mapas, fotos,

[3] Em sua tese de doutoramento, a autora trata da ofensiva do capitalismo na região tangenciando as atribulações porque passaram os colonos com a implantação da AGROVALE, empresa instituída para produção de álcool. Vê MARTINS, 2008.

depoimentos, dados de produção e discursos que conceberam o projeto, faziam parte do acervo documental do DNOCS.

Destacando problemas como a tendência de envelhecimento dos colonos, ou de esvaziamento da mão-de-obra familiar, a constituição de famílias extensas, a proliferação de novas ocupações, etc., os dois estudos intitulados "Marco Zero 25" e "Versão" 32, realizados por técnicos contratados pela Associação dos Irrigantes, foram os primeiros documentos em que acessei informações contendo alguns dados sobre a vida dos colonos.

A pesquisa intitulada "*Marco Zero 25 – Levantamento sócio-econômico do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba"*foi o primeiro estudo que traçou um perfil dos irrigantes. Entre seus diversos dados, retive, como de maior importância para a temática, a existência de "uma discreta maioria de irrigantes com idade entre 45 e 65 anos, com 49,7%" e o "significativo número de irrigantes com idade entre 65 e 85 anos, com 30%". Esses números, conforme o estudo, apontavam "para a necessidade de envolver os jovens na vida social do Perímetro" pois os irrigantes estavam "perdendo gradativamente sua força de trabalho" (ADICP, 2001, p.5).

O perfil delineado por essa pesquisa se assemelhava, em parte, ao que minhas primeiras impressões alcançavam, sobretudo, em relação à predominância de idosos. Entretanto, dissemelhava-se pelo não registro da marcante figura dos jovens apanhando coco nos lotes e carregando o caminhão dos atravessadores; jogando em *lan houses*, sinucas, campos de futebol; reunidos em lanchonetes ou nas celebrações religiosas.

Para entender a oposição entre o que informava a pesquisa e a minha experiência visual retomei o estudo do Marco Zero 25. Uma observação mais atenta mostrou que o perfil do irrigante focava apenas o titular da unidade doméstica[4]. O quadro de idade dos irrigantes estava ordenado por faixas etárias divididas em intervalos de 10 anos, iniciando o primeiro estrato a partir de irrigantes que tinham entre 25 e 35 anos.

Ao privilegiar os titulares das unidades domésticas, o estudo deixou de fora a população de menos de 25 anos. Essa ausência, em nosso entender, não expressava, obrigatoriamente, uma tendência de que os irrigantes estivessem perdendo sua força de trabalho familiar, por uma recusa à vivência no meio rural, ou mesmo por abandono ao

[4]Considerei unidade doméstica os espaços que cada chefe de família recebia ao ser aceito como irrigante do projeto: um quintal de 0,5ha chamado de unidade habitacional e um lote de 3.12ha, correspondente à unidade agrícola. Nessa última, era expressamente proibida a construção de residências. Depois ocorreu um relaxamento e hoje, além dos quintais nos lotes foram construídas muitas residências.

projeto, pois esse mesmo estudo indicava um elevado adensamento populacional no interior das unidades domésticas.

Os dados da outra pesquisa [5], de conclusão mais recente, ratificou tanto a tendência de envelhecimento dos titulares das unidades domésticas quanto a possibilidade de reconfiguração nas ocupações dos membros dessas famílias. De um lado por registrar um aumento de cerca de 11, 0% na população idosa e de outro por desvelar a formação de famílias extensas na área pertencente ao perímetro público de irrigação, já que demonstrou que o número de casas construídas para os parentes expandiu-se tanto no interior das unidades agrícolas, quanto nas "áreas mortas"[6].

Se, conforme mostram os dados, os filhos e netos permanecem agregados às suas estruturas de origem no interior das UD´s ou em "áreas mortas", por que então 70.0% dessas unidades utilizam mão-de-obra de terceiros? O que persiste e o que se revela como descontinuidade no processo de aprendizado e de sucessão profissional dessas unidades de produção familiar? Onde estão e o que fazem as novas gerações da agricultura familiar? Que condicionantes internos ou externos ao estabelecimento familiar concorrem para ruptura de uma tradição, na qual, sob a orientação da autoridade paterna, as novas gerações (Martins, 2001) apropriam-se, desde a infância e ao longo da vida, de um saber, que as fazem profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar?

Com efeito, as questões suscitadas a partir desses dois estudos evocavam a busca de novos caminhos de indagação e de verificação. Caminhos que pudessem trazer à baila, não apenas o que está nos relatórios oficiais do DNOCS ou da ADICP, mas a natureza do problema na percepção que dele tem quem por ele é vitimado, pois como é virtuosamente lembrado por Cândido (1977, p.19) ao sociólogo, em seu ofício, "que a pretexto de buscar o geral, fareja por toda parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar (...) desce ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias".

Tanto as médias fornecidas nos trabalhos da ADICP quanto as observações de campo e transcrição dos depoimentos são analisadas mais à frente nos resultados do trabalho.

[5] Intitulada "Pesquisa Perímetro Irrigado - Versão 32". (ADICP, 2007) .

[6] As "áreas mortas" constituem - se de pequenas áreas intercaladas aos quintais e lotes, que na elaboração do projeto foram consideradas sem ou de baixo potencial para irrigação. A investigação, feita em 2007, contemplou, além das famílias do projeto, os ocupantes das áreas mortas dos oito setores do Perímetro.

REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

De uma maneira geral, a perspectiva analítica adotada está desenhada por um quadro de mudanças sociais que, grosso modo, pode ser qualificado como de desencaixe (Giddens, 1991), ou seja, a transportação dos sujeitos de uma ordem social instituída por formas tradicionais de produção e autoridade nas grandes propriedades pecuaristas e de culturas de subsistência, até os anos 1970, e pelo reencaixe desses sujeitos em estruturas produtivas da cana-de açúcar e fruticultura irrigada, tutelado por um intervencionismo estatal.

A escolha do percurso metodológico de primeiro fundamentar as suposições iniciais pelas médias estatísticas para em seguida diluí-las por meio de uma pesquisa qualitativa deve-se muito ao estudo de Cândido em os "*Parceiros do Rio Bonito",* obra singular para compreensão das transformações de sociedades tradicionais do mundo rural. Falando, ainda de trilhas metodológicas, a opção de desvendar a realidade espelhada na concepção que deles tem quem por eles é vitimada é inteiramente inspirada na obra do grande socólogo brasileiro José de Souza Martins.

Para finalizar, por onde talvez devesse ter começado, esclareço que a categoria social aqui estudada personificada na figura do "colono" ou "irrigante" é aqui entendida pela noção de camponês nos termos elaborados por Moura 1986, p.9) para expressar quem é o camponês:

> [...] Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e a do príncipe, do tecelão e do soldado, *o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza"*[7].

Chamaria atenção que na noção tomada como referência sobressai o aspecto da integração camponesa com os diversos mercados consumidores, no exemplo, representada nas relações com a mesa do príncipe, do tecelão e do soldado. O reconhecimento e entendimento dessas relações são âncoras para compreensão do objeto, na medida que não se pode querer compreender a dinâmica da produção camponesa sem analisar a sua integração subordinada à lógica econômica do capital industrial. Sobre esse tema, em particular, não se pôde prescindir da contribuição de Maria Nazaré Wanderley em *"Camponês um trabalhador para o capital*". Especificamente os aspectos de subordinação dessa categoria social à lógica do capital agroindustrial são referências exemplares em nosso estudo as contribuições de Delma Pessanha Neves e Cavalcanti e Mota (2002).

[7] Grifos meus.

RESULTADOS DA PESQUISA

As duas pesquisas realizadas pela Associação dos Irrigantes constituíram-se, sem menores dúvidas, instrumentos válidos na formulação dos primeiros resultados. Apreendê-las em detalhes, comparar-lhes os dados permitiu enxergar contradições que insinuam a ocorrência de um fenômeno, recorrente no mundo rural, brasileiro: a redução dos processos de migração para as grandes cidades, sem que isso signifique uma permanência na atividade agrícola. Permitiu, principalmente, verificar que o forte intervencionismo estatal, verificado nessa área irrigada, promoveu rupturas e continuidades nas tradições da agricultura familiar, conforme se mostra na Tabela 1.

Nos dados do Marco Zero 25, olhando a Tabela 1, notar-se-á que, em 2001, numa amostra de 548 irrigantes, que representava 68.5 % da totalidade de famílias assentadas, 404 casas foram agregadas aos 800 estabelecimentos originais, configurando uma das tendências da agricultura familiar, que é a formação de famílias extensas, que consiste (Wolf, 1976, p.98) em um conjunto de unidades nucleares, agrupadas em uma única estrutura.

Tabela 1: Número de casas contruídas nas Unidades Domésticas (UD's)

Pesquisa 2001 Marco Zero 25				Pequisa 2007 Versão 32			
N° de UD's respondentes	N° de casas contruídas		Total %	N° de UD's respondentes	N° de casas contruídas		Total %
	um	total			um	total	
309	00		56.4	256	00		50.7
136	01	136	24.8	132	01	132	26.1
59	02	118	10.8	64	02	128	12.6
31	03	93	5.7	32	03	96	6.3
08	04	32	1.5	11	04	44	2.3
05	05	25	0.9	10	05	50	2.0
548		**404**	**100**	**505**		**450**	**100**

Fonte: ADICP. Marco Zero 25 e Versão 32.

Não obstante, a pesquisa registrasse que 70.0% dos irrigantes utilizavam, regularmente, mão-de-obra de terceiros, o elevado adensamento populacional do projeto, marcado pela ampliação das famílias de irrigantes abria espaço para, além da visão de esvaziamento da mão-de-obra familiar, se pensar em descontinuidades nas estratégias ocupacionais entre diferentes gerações.

Seis anos passados, o s resultados do estudo "Versão 32", de 2007, mostraram que cerca de 29,0% dos titulares de lote tinham entre 55 e 65 anos e 38,0% entre 65 e 85 anos, dados que, comparados ao estudo anterior, revelaram um aumento de cerca de 11,

0% na população idosa, já que à época apenas 29,0% dos irrigantes tinham idade superior a 65 anos.

Por outro lado, revelou um processo de intensificação do adensamento populacional no interior das unidades domésticas, que como mostra a Tabela 1 passou de 404 construídas, em 2001, para 450, em 2007. O número de novas casas pode ter sido ampliado se considerarmos que a pesquisa de 2001, contou com uma amostra que representava 68.5 % do total de titulares de UD's. Já em 2007, por recusa de participação, esta amostra caiu de 548 para 505 respondentes.

A segunda pesquisa, trouxe um dado pioneiro para fortalecer o argumento de não esvaziamento da força de trabalho familiar do projeto, já que mostrou que as famílias expandiram-se para áreas contíguas aos lotes e quintais, as chamadas "áreas mortas[8].

Em abordagem considerada como "Análise situacional dos assentados em áreas mortas do DNOCS", a segunda pesquisa estimou que existiam 3.981 pessoas, distribuídas em 979 residências, morando nessas áreas, que embora marginais, pertencem ao Perímetro Público Irrigado. Além disso, os dados mostraram a predominância de uma população jovem: 39.7% situada na faixa de 0 – 15 anos de idade e 32.2 % na faixa entre 15 e 35 anos (ADICP, 2007, p. 70 -72). O achado dessa população jovem, deduziu a pesquisa, "demonstra que o perímetro possui uma mão-de-obra potencial", contraditando o que concluiu o estudo anterior de que a predominância dos idosos representava a perca da força de trabalho familiar.

O acesso aos dados empíricos colhidos nessas pesquisas constituíram-se uma primorosa porta de entrada para, de um lado, enxergar a continuidade de uma das tradições da agricultura familiar que é a constituição de famílias extensas e, de outro, estranhar no universo ampliado dessas unidades domésticas a quebra de outra tradição do empreendimento familiar que é a sucessão profissional na atividade agrícola.

Para perfilar essa oposição entre permanências e rupturas nas tradições da agricultura familiar o mais insinuante foram os colóquios informais com comerciantes, empregados da prefeitura, do DNOCS, da ADICP e de algumas empresas agroindustriais acerca dos problemas do projeto. Sobre essas mesmas

[8] As "áreas mortas" constituem - se de pequenas áreas intercaladas aos quintais e lotes, que na elaboração do projeto foram consideradas sem ou de baixo potencial para irrigação. A investigação, feita em 2007, contemplou, além das famílias do projeto, os ocupantes das áreas mortas dos oito setores do Perímetro.

questões, e com a mesma informalidade, conversava quase que diariamente, com os irrigantes e seus familiares.

Na opinião de técnicos do DNOCS a perca de vigor do projeto deve-se à acomodação de sua gente. Os técnicos da ADICP concordavam com isso, mas reputavam ao DNOCS a criação dessa e de outras mazelas. Indo na mesma direção o Pe. Pascoal [9] faz a mesma referência, mas com o entendimento de que não se tratava de uma ação isolada do DNOCS, mas de sua inserção em uma malha institucional [10] arquitetada para viabilizar a produção de álcool no Vale do Curu. Sem que aludisse ao fenômeno da acomodação, para ele, a obrigatoriedade de transformar agricultores de subsistência em colonos produtores de cana subverteu uma cultura de labor diário "sol a sol" em favor de uma outra que fomentava a ociosidade, pois o cultivo da cana os ocupava por apenas três a quatro meses no ano.

Por seu turno, os depoimentos dos colonos têm um tom contestador. Retrucando a pecha da "acomodação", eles retorquiam: como poderíamos ir além da cana se tudo era proibido? O DNOCS ditava as normas. 'O que' e 'para quem' plantar não era uma decisão dos colonos. "Era tudo controlado". Alguns poucos que ousaram transgredir passaram pelo desconforto "de ver o trator destruir seus campos de feijão florando".

De fato, as novas gerações, como argumentavam muitos, não tinham como seguir exemplo para continuar como agricultores. Os plantios de laranja e de tomate, no começo do projeto, que poderiam ter proporcionado ocupação para os filhos, fracassaram. No caso do tomate, a CIVAC não precedeu ao plantio um estudo de mercado, tendo como consequência uma supersafra, parte dela jogada na BR 222, enquanto o plantio da laranja que inspirou-se em um modelo do Japão, não vingou nessas terras do semi-árido brasileiro.

Outro contra-senso cometido pelos formuladores do projeto é que pesava como um dos mais importantes critérios para ser aceito como colono ser detentor de um maior número de filhos, principalmente homens. Era de todo incompreensível a idéia de recrutamento de um grande contingente de mão-de-obra para trabalhar

[9] O Pe. Pascoal Belmont era o pároco de Paraipaba na fase de implantação do projeto.

[10] Compunha esta malha, além do DNOCS, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e, da iniciativa privada a AGROVALE.

no "*tempo da cana* "[11], quando não se tinha atividade durante o ano inteiro. "De fracasso em fracasso", como diziam, o projeto ia perdendo seu vigor.

Assim, os desejos da terceira geração iam mudando. Quando veio a "febre do coco" os tempos eram outros. Mesmo assim, deu-se continuidade a uma monocultura que, embora requisitasse cuidado o ano inteiro, era insuficiente para empregar tanta gente. Mesmo desfrutando de um pouco mais de liberdade, as unidades agrícolas eram pequenas para ampliar e diversificar as produções. Além disso, os pais não mais podiam levar os filhos para trabalhar, tendo em vista a política de proibição do trabalho infantil.

A implantação da cultura do coco, ampliou as esperanças de ocupações seja pelo emprego em atividades como decascadores e apanhadores de coco, seja pela expectativa de trabalho nas nascentes indústrias de beneficiamento. De outro, Paraipaba, sede do município, crescia, ampliando as ofertas de empregos para os mais jovens, especialmente, nos serviços públicos, no comércio, nos transportes e nas atividades ligadas ao turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tentamos recuperar a história da área irrigada, os colonos do projeto Curu Paraipaba fazem um corte nítido entre "o tempo da cana" e "o tempo do coco". Para alguns, o "tempo da cana" era o "tempo da ditadura".

Nos dois tempos oposições estão presentes. O tempo da cana eram bons tempos por serem "tempos de dinheiros certo". Em contraste, eram tempos de pouca liberdade e de pouco trabalho, já que a proibição de plantar outras culturas, associada a ociosidade estimulada pelo pouco trabalho requisitado nos tratos culturais da cana impediam a geração de ocupações que facilitasse aos pais ensinar os filhos a seguir uma carreira de agricultor.

O 'tempo do coco' aparece como um tempo de mais liberdade, pela permissividade de se plantar outras culturas. Mesmo tendo piorado, o coco trouxe dinheiro. A liberdade do tempo do coco é referenciada em relação aos processos de comercialização, especialmente quando comparada às restrições do tempo da cana em que os colonos eram obrigados a subordinarem-se a um único dono - a AGROVALE. De certa forma, se opina que a presença de quase cem atravessadores na região permite escolher a quem

[11] É corriqueiro no projeto uma divisão do tempo marcada pelo "*tempo da cana*" e "*tempo do coco*". Quando se trata do tempo da cana muitas vezes se complementa como o "tempo da ditadura".

vender. Quanto ao trabalho das novas gerações muitos dos mais velhos são enfáticos ao dizer que, na cana se tinha pouco trabalho para ensinar aos filhos "hoje é Conselho Tutelar que não deixa".

Entre os vários depoimentos que têm sido colhidos para essas análises, trago para as considerações finais a declaração de um filho de colono de Paraipaba que está no Baixo Acaraú, expressando sua visão de alguns dos grandes problemas (Figura1) para a continuidade das gerações mais novas no trabalho agrícola em Paraipaba. Adotando uma postura retrospectiva, ele enfatizou

> [...] vou dizer. Eu acho que muita gente desistiu de seguir a vida de agricultor lá na Paraipaba por causa dos exemplos ruins (...) a gente ajudando o pai no lote que morria de trabalhar e vendia o quilo do coco por vinte e cinco ou trinta centavos e o atravessador entregava em Fortaleza por sessenta (...) ora com dois anos esse homem fazia uma casa boa perto da gente, comprava um carro bom e nossas famílias com mais de vinte anos de trabalho não conseguia fazer nem uma casinha pra um filho que quisesse casar (...) a gente viu logo que na Paraipaba não ia dá pra nós. Os lotes num tem nem quatro hectare. Um pai de família com quatro filhos, por exemplo, pode morrer de ensinar os filhos a trabalhar na agricultura, mas como ele pode repartir entre os filhos uma terra que num vai dar nem um hectare pra cada" (Pequeno Produtor do Baixo Acaraú).

Casa de um atravessador de coco

Casa de um Colono

Figura1. Mostra de uma comparação recorrente entre os colonos

Identificamos famílias, cujos filhos jovens estão trabalhando nos lotes, contudo é valido assinalar que as descontinuidades no trabalho agrícola se insinuam mais severas, pois quase 40% dos irrigantes de origem já venderam seus lotes. Essa tendência pode se elevar, num futuro próximo, se levarmos em conta as reflexões aportadas pelos idosos de que "os pais dessa geração de jovens não querem para os filhos o destino de agricultor". Esse último aspecto está em fase de análise por meio de um estudo de famílias trigeracionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *et al*. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. 2ed. Brasília: Edições Unesco, 1998.
ADICP. "Marco Zero 25 – Levantamento Sócio Econômico do Perímetro Irrigado Curu Paraipaba". Associação do Distrito Irrigado Curu Paraipaba. Paraipaba, CE, 2001. (mímeo).
ADICP. "Pesquisa Perímetro Irrigado Versão 32". Associação do Distrito Irrigado Curu Paraipaba. Paraipaba, CE, 2007. (Impresso).
CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.
CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. Assalariamento, agricultura familiar e sociabilidade na fruticultura irrigada nordestina. *In*: V Simpósio latino-americano sobre investigação e extensão em pesquisa agropecuária - IESA, 2002, Florianópolis. V Simpósio IESA/SBSP. Florianópolis : Epagri, 2002. v. 1. p. 24-28.
DNOCS. CURU-PARAIPABA. S.d. (Impresso).
GIDDENS, Anthony. As conseqüências da Modernidade. 2a. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
DNOCS. Estudos de operações conjuntas de reservatórios da bacia do Curu. Fortaleza, 1993.
GIDDENS, Antonhy. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 5ª edição, São Paulo, Editora UNESP, 1991.
MARTINS, José de Souza. *A Sociedade Vista do Abismo*: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
MARTINS, Mônica D. Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume Editora, 2008.
MOURA, M. M. Camponeses.São Paulo: Editora Ática,1986
NEVES, Delma P. A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói, RJ, INTERTEXTO, 1999.
WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MULHERES E AÇÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO ARUEGA

Arnaldo José Zangelmi
(arnaldozan@yahoo.com.br)
Professor substituto na Universidade Federal de Ouro Preto e doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

GT04 - Família, gênero e geração

> Eu decidi vim por que ele (marido) falô que vinha. Ai depois que internô a minina, ele falô:
> " Oh EV, é melhó nois larga isso pra lá. Nóis não i "
> Eu falei:
> " Náo, nóis vamo sim! Eu vô buscá a menina e quando a menina ganha alta, nóis vai!"
> Eles (mediadores) falô que nóis podia i com 3 ou 4 ou 5...até com 10 dia (depois do dia inicial da ocupação) nóis ainda decidia i. E as menina tudo animada pra vim, mais tudo miudinha e animada pra vim, mais todo mundo animado pra vim. Ai eu tatiei ele... Ele falo assim:
> " Então nóis vamo!" (EV, assentada, 53 anos)

Introdução

O Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro-MG) é resultado da primeira ocupação de terras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais, iniciada em 1988. Sua trajetória foi marcada por intensa mobilização, pressão e resistência frente às autoridades da região, o que tornou esse assentamento um ponto de referência para as ações do MST em Minas Gerais. Seu processo de mobilização, enfrentamento e posterior inserção social constituíram identidades relacionadas à interação entre os vários atores envolvidos, como os trabalhadores rurais mobilizados, mediadores do MST, representantes do poder estatal e comunidades locais.

Pretende-se nesse artigo discutir a participação das mulheres assentadas nesse processo, demonstrando como essa trajetória está associada à um redimensionamento do papel da mulher. Nesse sentido, se busca demonstrar como, ao atuar nesse movimento social, essas mulheres assumiram uma postura de proeminência na família, na militância do MST e, principalmente, nas atividades organizativas no Assentamento.

Desde o início do trabalho de campo[1], com os primeiros contatos, chamou atenção o fato de mulheres, de várias idades, terem posições de destaque nas atividades do Assentamento. Várias mulheres de Aruega ocupam posições de liderança, atingiram altos níveis de escolaridade ao estudarem fora, são chefes de família, etc., o que destoa do papel feminino tradicional. Grande parte dos grupos organizados no assentamento é dirigida por mulheres ou conta com mulheres em posições importantes na direção.

Essa constatação levou ao questionamento sobre quais seriam os motivos dessa especificidade em relação ao padrão tradicional de papel feminino, ainda muito presente nessa região, inclusive nas cidades de origem dessas mulheres. Em seguida, discute-se parte da história do Assentamento e a participação feminina no processo de luta - que passou pela pressão, enfrentamento, estigma e resistência dos assentados frente autoridades da região – demonstrando como essas mulheres têm nessa mobilização uma base importante para suas identidades individuais e grupais.

Assim, pretende-se demonstrar que essa trajetória transformou suas atitudes políticas e princípios organizativos, passando a situá-las como *sujeitos* capazes de construir ativamente seu futuro. Nesse sentido, elas consideram a auto-organização como princípio fundamental para a construção de um ambiente comunitário, o que levou à participação atual dessas mulheres na organização do Assentamento. Por fim, demonstra-se que várias mulheres assumiram posição de destaque em grupos organizados no Assentamento e valorizam essas atividades como base para a continuidade da luta.

Mulheres na Luta por Aruega

> Oh moço, porque a gente entrô na luta e depois eu acho que nunca vô disisti da luta. Porque pra mim a luta foi boa, né, foi pra valê! (EV, 53 anos, assentada)

As famílias que fizeram a ocupação, cerca de 300, provieram de vários municípios da região do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. Essas pessoas moravam em casas pequenas, de pau a pique ou madeira, muitas vezes sem luz elétrica e água encanada. Alguns possuíam terra de herança, sempre muito desgastada e pequena em comparação com o grande

[1] Essa pesquisa foi desenvolvida como parte das atividades no Mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa, entre os anos de 2005 e 2007.

número de herdeiros. Outros eram assalariados, trabalhavam "a meia" para fazendeiros da região ou eram agregados.

Aruega teve uma mobilização com participação dos mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, principalmente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Desde a década de 70, alguns membros da Igreja Católica e de sindicatos de trabalhadores rurais do Nordeste Mineiro organizavam discussões relacionadas às injustiças na região (RIBEIRO, 1996).

De acordo com os assentados, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), até então ainda muito restrito à região sul do País, estabeleceu contato com alguns membros dos sindicatos, surgiu a idéia de organizar uma ocupação na região e as reuniões ganharam um caráter mais prático e preparatório. Isso ocorreu alguns meses antes da ocupação, variando a antecedência de acordo com a cidade.

A noite escolhida para a ocupação foi a de 12 de fevereiro de 1988, pois era carnaval e a polícia estava ocupada. Caminhões e caminhonetes passaram recolhendo as pessoas, que levavam poucos mantimentos e roupas. Foi uma noite chuvosa, tensa, e muitos encontraram problemas com a desconfiança da polícia, o que atrasou sua chegada no local da ocupação e aumentou o clima de insegurança.

Na chegada a Aruega, rapidamente as barracas de lona foram montadas e comissões e grupos de trabalho formados. Havia as comissões de alimentação, saúde, segurança, moradia, etc. Num dos barracos, improvisou-se uma escola, que no começo contava com professores do acampamento. Membros dos sindicatos, do MST e da Igreja arrecadavam doações em várias cidades da região para garantir alimentação, remédios, roupas, etc., até que os acampados fizessem a colheita. Havia também uma grande horta coletiva que rapidamente contribuiu na alimentação.

A ocupação em Aruega rapidamente chamou atenção das autoridades locais. Fazendeiros da região, Prefeito e policiais exerceram forte pressão sobre o Assentamento, independentemente dos processos que corriam na justiça. A pressão mais intensa ocorreu por intermédio da polícia da região. Foram realizadas "vistorias" freqüentes em Aruega, além de agressões físicas, sabotagens, perseguições, tentativas de despejo, interrogatórios, bloqueios de alimentação, ameaças, etc. Os policiais acampavam por semanas nas proximidades do

Assentamento, tanto para intimidar e gerar desconforto, quanto para evitar novas ocupações na região, que era o grande temor dos fazendeiros locais.

Os sem-terra estabeleceram, então, estratégias para conter esse avanço e evitar a entrada de grande número de policiais no Assentamento. Vigias se organizaram para dar um sinal, com foguetes, quando os policiais se aproximassem. Nesses momentos tensos, as pessoas iam para a única entrada de Aruega e fechavam a passagem. Muitas vezes, para evitar o confronto, as crianças e mulheres se posicionavam na frente, o que deixava a polícia sem possibilidade de ataque direto.

Um momento emblemático da resistência em Aruega ocorreu quando a segunda ocupação da região, na Fazenda Sapezinho, foi despejada com ordem judicial. Após esse despejo, aproveitando-se do momento, as autoridades tentaram expandir ação de despejo também para Aruega, gerando um confronto que até hoje é muito lembrado, no qual os assentados impediram a entrada dos policiais, que tiveram que recuar frente à multidão perseverante. A pressão policial, após esse acontecimento, foi diminuindo gradualmente.

Das cerca de 300 famílias que participaram da ocupação, 25 foram assentadas em Aruega. Os excedentes foram, em sua maior parte, para o Assentamento Santa Rosa, no município de Itaipé, e para o Assentamento 1º de Junho, no município de Tumiritinga, no Vale do Rio Doce. Ficou muito forte em Aruega a lembrança sobre a época em que esses excedentes ainda estavam lá, como uma época de efervescência, de cantoria, de união e de luta intensa.

Outra forma de pressão que sofreram, essa mais contínua e corrosiva, foi o estigma de ladrões de terra, arruaceiros, bandidos, imorais, atribuído pela população da região. Com o passar dos anos, o afastamento dos mediadores do MST e o constante convívio com a Cidade, os assentados passaram a ser cada vez mais aceitos como integrantes de Novo Cruzeiro, como pessoas de bem, mesmo que o estigma não tenha se dissipado totalmente.

Evidenciou-se na pesquisa, principalmente nas entrevistas com assentadas, que as mulheres participaram ativamente do processo de mobilização e valorizam esse processo como parte fundamental de sua trajetória pessoal e coletiva. Uma das entrevistadas que relatou mais profundamente esse processo de luta foi EV, uma assentada de 53 anos que hoje trabalha como serviçal na Escola Estadual de Aruega. EV é reconhecida pelos assentados como uma mulher que vivenciou a resistência em Aruega com muito sofrimento e força.

O momento de decidir entrar na mobilização foi definidor para EV, principalmente diante do temor de ligar-se à um movimento desconhecido em Minas Gerais. O temor e estranhamento de vizinhos e parentes contribuíram para gerar insegurança, mas a entrevistada demonstra que decidiu ir, superando essa reprovação de pessoas próximas:

> Por que uma pessoa falô comigo: "O Eva, não vai não, porque cê num sabe... com certeza cê vai passá fome...o policial vai querê pegá o cêis lá". Oh moço, eu não sei como é que nada...Eu não sei, né. Parece uma coisa mandada por Deus. Eu era tão medrosa...e não fiquei com medo de nada.

Os relatos sobre a opressão das autoridades da região, representada pelas liminares de despejo freqüentes, também estão muito presentes em seu depoimento. Sobre a pressão policial, afirmou:

> Foi muito ruim. Muita pressão em cima da gente. O policial entrava ai, queria que a gente saia de quarqué jeito. Marcava liminar de despejo pra tirá nóis daqui. O policial vinha...Nóis não saia. Foi 3 liminar de despejo que eles marcaro pra despejá a gente daqui. Ai Deus ajudô que o policial veio mas nóis resistimo, não saiu. Falô com ele que nóis não saia, que nóis tava aqui pra trabaiá. E não saiu de manera nenhuma.

Em várias passagens ela relata as estratégias policiais, como controle de entrada e saída, vistorias inesperadas, interrogatórios constrangedores e ameaças de despejo e violência:

> Acho que com medo da gente ocupá mais terra ai, coloco um policial aqui, aqui pra baixo desse...ai perto da ponte. Ocê viu a ponte, né. Colocô um policial lá pra pirsigui a gente, né. Ai, moço, a gente tava aqui sem esperá nada, os policial entrava tudo aqui. E as pessoa ficava [lá fora]. Queria sabê um tanto de coisa. quem [tratava] de nóis e não sei o que (...) Ficava investigano de todo jeito.

Outra forma de pressão contra os assentados foi o estigma, que afetava diretamente a identidade desses trabalhadores. Os assentados foram rotulados de ladrões de terra, bandidos, arruaceiros, imorais, etc. EV conta como sentia esse preconceito:

> Nóis percebia porque quando nóis ia...porque sempre a gente ia na Cidade, né... porque quando nóis ia e quando, assim, que a gente tava aqui tamém, tinha gente lá que fechava até a porta quando ovia falá que nóis veio pra lá. Fechava a porta com medo. Falava que nóis era um bocado de, um bocado de assartante, né, não sei o que...Pensava um monte de coisa ruim de nóis, né. E seno que nada disso, Ave Maria!, nada disso nóis num era.

Após relatar essa pressão, EV conta como foi a resistência frente a entrada de policiais no acampamento, reforçando a importância da união e da participação de todos, inclusive mulheres e crianças, no enfrentamento em relação às ações policiais:

> Entrava sim. E a gente não podia falá nada, porque se falasse....Teve um dia que eles entrô ai, bastante, fico bastante, entrô bastante policial. Ai nóis juntamo ai na praça, juntô o povo tudo. Ai naquele tempo tava todo mundo ai, ai o povo ai fêis uma assembléia e fêis uma roda. **Ai quando a gente pegava a cantá, a gritá palavra de ordem, né, eles olhava um pro otro e danava a ri**.
> (...)Ai ficô um poquinho, depois foi embora. E teve uma outra época que eles entrô aqui de novo e ai o povo saiu, né...**o povo não, nóis, né**, saiu com facão, foice, com um tanto de coisa ai. Ai veio a policia, né, o comandante. Ai quando eles ia passano aqui o povo veio de lá pra cá, porque nóis tinha um segurança aqui nessa casinha. Quando o segurança viu que eles vinha sortô o foguete e ai o povo ajuntô. Ai eles vortô, não teve corage de entrá não, vortô de ré. Ainda quase que eles joga o carro ali na barroca. Vortô de ré e foi longe. **Oh moço, foi muita pressão viu, foi muita pressão. Só que a gente resistiu, né.** (*Grifo nosso*)

EV enfatiza como essa resistência teve como resultado o impedimento de que os despejos fossem efetivados e, em seguida, a conquista da terra. Essa percepção sobre o processo que viveram se repete nos depoimentos de outras mulheres, como CL, uma assentada de 60 anos que afirma:

> E eu passei muita enfermidade por isso. Eu cheguei aqui eu tava grávida de quatro meses. Vi a hora de morrê com criança e tudo...o sofrimento que nóis tava. Passei muita necessidade de alimentação. (...) Ai eu peguei...Ficava naquela luita de madrugada, nos frio, nas viagem...passano da hora de alimentá. Acabô que meu filho nasceu doente. (...). Eu perdi um filho tamém.

A assentada MA, 35 anos, também contou sobre a pressão policial, o estigma e a resistência. A falta de tranqüilidade para executar tarefas básicas, como cozinhar, ´é lembrada com angustia:

> Aqui nóis num tinha sossego nem pra dormi, nem pra comê. Quando a gente tava pensano assim que tava sossegado o povo vinha com a notícia: "-Hoje vai te despejo. Hoje vai te despejo e você vai te que ficá prevenindo". Então a gente tava com as panela no fogo e precisava...Nem ânimo a gente tinha mais pra comê, né. Naquela hora...A polícia entrô aqui duas vezes, né. (...) Juntô um bocado de gente ali na praça...foi todo mundo com ferramenta e boto eles pra corrê. Ai eles nuna mais vortô. (...) Oh, moço, eles num gostava de nóis não. Nóis era os "ladrão de terra. Era ladrão de terra, ladrão de terra". Até aqui por roda de nóis o povo chamava nóis é de ladrão de terra.

GE, uma assentada de 52 anos, nos deu relatos importantes sobre o processo de enfrentamento, no qual policiais praticaram agressões e sabotagens. Relata também a resistência dos assentados, com participação importante de mulheres e crianças, e o estigma sofrido perante o restante dos moradores da região:

> Nós ainda ta aqui porque nós somo insistente mesmo! Nóis ficô aqui mais de um ano sem podê trabalhá. A gente ia pras roça trabalhá e os policial chegava. Ai a gente chegava e recuava eles. A primera vez que veio um policial aqui nós tinha chegado...Nós chegô num dia, no outro dia, né, as polícia já chegô. Já chegô pra atacá. Ai nós tava com um fogãozinho feito de barro, né, naqueles murundu. Ai tava fazeno comida. Eu tava com arroz no fogo cozinhano. Ai eles chamaro, que as polícia tava lá embaixo.(...) Daí correu todo mundo. Nós com as criança. Essa menina minha que tá de resguardo ai tava com quatro aninho. O SG tava pequeno também. **Ai juntô um monte de mulher, minino...os homi**. (*Grifo nosso*)
>
> (...)
>
> O pessoal via a gente assim com mal...Olhava a gente esquisito, estranho...Chamava a gente de ladrão de terra. Ai muitas pessoa num gostava de chegá nem perto da gente, sabe. Se falasse que era de Aruega: **"Ó o ladrão de terra lá!"** Ai **a gente ficava constrangido ,mas nós num parava não.** Nós fazia manifestação, em Novo Cruzero o pessoal do sindicato fazia, nós ia. Nós fazia palestra. E falava da importância que tinha da terra, de cada pessoa te um pedaço de terra. Mais foi muito difícil pra nós, num foi fácil. (...) A gente sentia um poco de revolta, né. **Ficava um poco envergonhado também. A gente passava num canto e o povo gritava: "Ai vem lá os ladrão!"** (*Grifo Nosso*)

Esses depoimentos demonstram como essas mulheres assentadas em Aruega passaram por um processo de intensa mobilização, pressão e resistência, que definiu fortemente sua identidade pessoal e a identidade do Assentamento enquanto grupo. Elas viveram ações conjuntas que redefiniram suas noções de direitos, justiça social, princípios organizativos, e passaram a se ver enquanto *sujeitos* capazes de construir ativamente seu futuro.

Nesse sentido, deram novo significado às suas compreensões sobre as atitudes políticas e, muitas delas, passaram a ver a auto-organização como princípio fundamental para a construção de um ambiente comunitário já há muito almejado (ZANGELMI, 2007), o que trouxe reflexos para a participação atual de muitas mulheres nos grupos organizados no Assentamento

Mulheres na organização de Aruega

> Ah, eu aprendi mais, assim, sobre os direito da gente, né. Porque onde a gente morava lá a gente era isolado, sabe. Ninguém sabia. Nóis as vezes sabia, mais ou menos, algum direito que a gente tinha, mas muitas vezes a gente não podia exigí, né. Pra gente exigí os

> direito tem que te uma turma de gente unida. Então eu aprendi que pra gente consigui as coisa a gente tem que lutá, junto uns com os otros. (GE, assentada, 52 anos)

Nas primeiras entrevistas em Aruega, realizadas com militantes homens, várias respostas direcionaram os entrevistados para a sugestão de que fosse realizada uma entrevista com EZ, uma senhora de 60 anos que coordena grande parte dos grupos internos organizados em Aruega. Mulher de CV, um líder reconhecido na mobilização para a ocupação, EZ é vista como alicerce de permanência de muitas atividades comunitárias.

Quando procurada para a entrevista, EZ preferiu que CV desse o depoimento, pois ele "lembrava melhor da luta". Assim que se iniciou a entrevista ficou claro que CV era um narrador cativante, lúdico e com uma ótima memória. Contou sua trajetória, sua entrada na mobilização, como se tornou uma liderança comunitária e a resistência na ocupação. Em seguida, as questões se direcionaram para a organização do Assentamento.

EZ acompanhava a entrevista atenta, preparando o almoço no fogão e, quando questionei CV sobre a existência de missas no assentamento, EZ interveio. Com muita ênfase, ela relatou que existiam missas semanais, místicas, encontros que fortificavam a comunidade, principalmente por envolver os jovens. Desse momento em diante, EZ se aproximou e tomou a frente da entrevista. CV consentiu e acompanhou, complementando as vezes.

Nessa entrevista, percebeu-se que EZ considerava que a luta da ocupação não tinha terminado e que a organização das atividades no Assentamento, envolvendo os jovens, para o desenvolvimento de um espírito comunitário, seria fundamental para a continuidade da luta. Pela sua postura na entrevista, percebe-se que assume essa responsabilidade para si, o que se repete em relação à algumas outras mulheres no Assentamento.

Como parte do trabalho de campo, realizou-se também um *diagrama de Venn*[2] com LC e IL, duas irmãs, entre 25 e 35 anos. LC é esposa de um dos principais diretores do assentamento e IL uma militante do MST que esteve fora alguns anos para estudar numa

[2] *Diagrama de Venn* é uma técnica de diagnóstico participativo utilizada para avaliar a importância e a atuação de organizações e grupos que se relacionam com o grupo em questão. Essa técnica se baseia na construção coletiva de respostas para três questões: Quais grupos/organizações atuam no grupo em questão (Assentamento)? Qual a importância dessas organizações para o grupo (tamanho no diagrama)? Qual sua proximidade com o grupo (distância no diagrama)? Constrói-se, assim, uma representação gráfica de círculos identificados com os respectivos grupos. Pela discussão desencadeada por essa atividade, essa estratégia é complementar e potencializadora da História Oral.

escola do Movimento. Ambas participam de grupos organizados no assentamento e salientaram a importância dessas atividades para a comunidade.

Quando questionadas sobre quais grupos atuam no Assentamento, LC e IL lembraram inicialmente dos grupos internos, como equipes de liturgia, médica, pastorais, etc., que têm nas mulheres sua base organizativa. Essas organizações também foram diagnosticadas pelas assentadas como sendo de maior importância e proximidade com o Assentamento.

Num primeiro momento, a Associação de Aruega foi um grupo que naturalmente propuseram como mais importante, no entanto, no decorrer da discussão, IR afirmou: "Pra mim a equipe litúrgica é do tamanho da Associação, a Igreja (risos). Porque foi o maior sacrifício prá fazê essa igreja, foi com muita luta! E ela não ta pronta ainda".

A construção da igreja é considerada um reflexo de sua luta, principalmente uma luta das mulheres, em contraste com a Associação, cujos principais diretores são homens. Nessa discussão, também relataram a importância da organização no Assentamento levar à participação na direção do Movimento. Segundo IL:

> Com poca gente na direção, ai o que que acontece? Ai que a gente tem que brigá pra colocá alguém do Assentamento na direção pra você ter acesso às informações, o que que ta aconteceno lá fora, pra não deixá centralizá. Porque se o pessoal daqui não quizé i pra direção, acaba centralizano. Não porque eles quizero, porque nóis deixamo.

Foi realizado também um *diagrama de Venn* com o grupo de jovens do Assentamento, intitulado "Renascer". Esse grupo conta com a participação de muitas jovens, inclusive na organização. Os resultados dessa dinâmica podem ajudar a perceber a continuidade e transformação, entre as gerações, de princípios organizativos construídos no processo de mobilização e organização do Assentamento.

Nessa dinâmica, evidenciou-se a postura de muitas jovens na tentativa de definir os rumos da atividade, levando ao registro de grupos internos como grupo de mães, grupo de jovens, litúrgico e vários outros núcleos coordenados por mulheres. Atribuíram grande importância para esses grupos, algumas vezes gerando tensão pelo contraste com formas de organização típicas do MST. No diálogo abaixo, os jovens tentam definir o tamanho (importância) da organização do MST em comparação com o grupo de jovens e núcleos:

> TS(mulher): Agora é (a vez da) Diretoria.

JS(homem): Diretoria tem que ser maior que o núcleo.

PZ(mulher): Ela, **por enquanto**, tá seno maior que o núcleo, né.(...)

JS: O grupo de jovens é maior que a diretoria.

SG(homem, militante): Não, é a importância. **O grupo de jovens não pode ser maior que o MST**, maior que a Diretoria e maior que a Brigada!

TS: Uai, **num sei não**!

(*Grifo Nosso*)

Os argumentos que justificaram a inclusão desses grupos giraram em torno da importância de reforçar laços de sociabilidade no Assentamento. O grupo de jovens se apresentou amplamente nos depoimentos como um foco importante de expressão, organização e continuidade dos anseios comunitários em Aruega (ZANGELMI, 2007).

Evidenciou-se nas dinâmicas e entrevistas discutidas nesse tópico que as mulheres são responsáveis por grande parte das atividades organizadas no Assentamento e que assumiram para si essa responsabilidade, considerando que são atividades importantes para a continuidade do processo que viveram na mobilização pela terra, pois fortificam a comunidade, vinculam as gerações, criam laços de sociabilidade e podem ser base para projetar externamente o Assentamento.

Na maior parte dos depoimentos, tanto com mulheres quanto com homens, existe uma forte percepção de que os grupos organizados pelas mulheres têm mantido sua vivacidade enquanto outros, como a Associação, têm demonstrado dificuldades para manter a participação freqüente dos assentados. "As reuniões foram esvaziando" ao longo dos anos, segundo afirmam. Nesse sentido, grande parte dos homens tem ampliado sua participação em grupos organizados principalmente por mulheres.

Essa questão está intimamente associada à uma mudança nos padrões de organização do Assentamento. Cada vez mais, atividades referentes à busca pela construção de laços comunitários vêm ganhando força (ZANGELMI, 2007). Uma busca pelo ambiente comunitário pode ser visto na ligação entre as atividades organizadas pelos assentados e a rede de sociabilidade, principalmente na constituída em ligação com atividades religiosas.

Essa rede é tanto a base dessas atividades quanto grande parte de seu objetivo. Não é por acaso que grupos muito atuantes no Assentamento - como a Pastoral da Criança, a Equipe de Liturgia e o Grupo de Mães - estão associados às redes de solidariedade da Igreja. Por um

lado, essa rede é o alicerce dessas organizações. Por outro, ela tira dessas organizações sua vitalidade, sua fluidez e sua continuidade. Nesse sentido, a postura organizada, reflexiva, está á serviço do anseio por um ambiente comunitário mais integrado.

A capacidade de dirigir esforços coletivos, atuar eficazmente, em consonância com a busca tradicional pelo enraizamento numa comunidade, está se dirigindo cada vez mais para esses grupos. Eles são, como afirmado anteriormente, quase em sua totalidade organizados por mulheres, que consideram essas ações fundamentais para a unidade e desenvolvimento do Assentamento.

Considerações Finais

As mulheres de Aruega participaram ativamente do processo de mobilização, com pressões e resistências, e valorizam esse processo como parte fundamental de sua trajetória pessoal e coletiva. Elas passaram por experiências que redefiniram suas noções políticas e princípios organizativos, passando a se ver enquanto sujeitos capazes de construir ativamente seu futuro. Assim, passaram a ver a organização como princípio fundamental para a construção de um ambiente comunitário, o que trouxe reflexos para a participação atual das mulheres nos grupos organizados no Assentamento.

É uma marca de Aruega o redimensionamento do papel da mulher. As mulheres de Aruega, ao redefinir seus papeis tradicionais, passaram a redefinir também a trajetória de seu grupo, sua identidade coletiva, empenhando-se na busca pelo ambiente comunitário que cada vez ganha mais espaço no Assentamento. Elas foram atores fundamentais no processo de constituição da identidade em Aruega, que é pautada tanto na rearticulação de valores tradicionais quanto na reavaliação de atividades organizativas típicas do MST (ZANGELMI, 2007), numa busca específica pelo enraizamento em que as mulheres são alicerce e vitalidade.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Maria da Glória. **Lutas e Conquistas de Camponeses Sem Terra: a trajetória dos**
assentados da Fazenda Aruega. (Dissertação) Lavras: UFLA, 2000.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Contagem: CEDEFS, 1996.

ZANGELMI, A. J. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG**. Viçosa, 2007, 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

MULHERES RURAIS EM DEBATE: Movimentações sociais no campo no período de ditaduras militares do Brasil e do Paraguai (1979 – 1989)

Larissa Viegas de Mello Freitas[1]
Curso de graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina

GT4: Família, Gênero e Geração

Neste artigo procuro pensar, por meio do método comparativo[2] de análise histórica e a partir de uma perspectiva de gênero[3], a participação de mulheres em movimentos sociais no campo no período de ditaduras, a partir das trajetórias de três mulheres: duas do Brasil e uma do Paraguai. Busco observar também os contatos que ocorreram entre algumas dessas organizações sociais e o feminismo de segunda onda, movimento que emergia naquele momento. Esses dois países foram escolhidos, pois possuíram grupos que se organizaram de forma significativa no meio rural, e possuem uma série de semelhanças e também de particularidades relevantes para este estudo.

Nessa análise são utilizadas como fontes, três entrevistas que foram feitas nos anos de 2007 e de 2008 com Rosalina Nogueira da Silva, Elizabeth Teixeira (ambas do Brasil) e com Magiorina Balbuena Cardozo (do Paraguai). Essas mulheres relataram suas experiências de militância dentro dos movimentos sociais dos quais fizeram parte e trazem em suas falas questões notavelmente interessantes sobre este tema. Nesta perspectiva, os estudos metodológicos ligados à memória[4], a partir das subjetividades, das ressignificassões do passado e dos múltiplos significados que podem estar presentes nessas entrevistas embasam toda essa pesquisa. Quando observamos os relatos memorialísticos desses sujeitos a partir de uma leitura mais analítica, podemos entender melhor como se deram os processos de formação das identidades[5] e dos discursos que foram se construindo a partir da inserção dessas pessoas em movimentos rurais.

Movimentos sociais rurais e participação da Igreja: breve contextualização

[1] Bolsista PIBIC/CNPq, orientada pela Prof. Dra. Joana Maria Pedro

[2] Utilizo esta metodologia a partir da proposta de PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. Revista de História [online]. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, Nº 153, 2º semestre de 2005, p. 11-34. Disponível em http://www.scribd.com/doc/3010757/Revista-de-Historia-ptbr. Acesso em 07 de outubro de 2009.

[3] Os estudos de gênero enquanto categoria de análise histórica nesta pesquisa buscam fazer: a) uma apreciação que evidencie que as práticas sociais e culturais dos sujeitos são historicamente construídas, e que isso interfere na construção de suas subjetividades e nas suas práticas discursivas; b) uma análise que observe as relações de gênero que se configuravam dentro das redes de movimentos sociais que existiam naquele momento histórico. Ver PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf >. Acesso em julho de 2009.

[4] Baseio-me nas idéias propostas por JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XX, 2002; e por OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los ´70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62

[5] HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13.

O Paraguai e o Brasil possuem algumas características semelhantes quando se evidencia a questão dos movimentos sociais[6] (mistos ou compostos unicamente por mulheres) ocorridos no campo nesta época de ditaduras militares. Um ponto em comum foi a atuação de uma ala "progressista" da Igreja Católica e de algumas igrejas evangélicas (no caso do Brasil), ligadas a Teologia da Libertação[7] que foram, num primeiro momento, as grandes propulsoras desses movimentos a partir de fortes atuações nas áreas de base[8]. Maria Helena Moreira Alves[9] observou que "em termos políticos, o aspecto mais significativo de atuação da Igreja foi talvez sua capacidade de superar a defasagem entre a política formal e a política de base", ou seja, em âmbitos mais locais, em comunidades espalhadas por todo o país - em áreas urbanas e rurais - a Igreja desenvolveu um trabalho de aproximação de fiéis das questões políticas e sociais que estavam ocorrendo na época.

Desde a década de 1950, a Igreja Católica vinha reestruturando sua atuação perante a sociedade mostrando-se mais sensível aos problemas sociais da população, e isso vinha ocorrendo em grande parte da América Latina[10]. Entre 1961 e 1965, ocorreu o Concílio Vaticano II que, de modo geral, definia uma atuação mais popular de orientação pastoral da Igreja, propondo a realização de trabalhos sociais com as comunidades em que estavam inseridas; muitos desses trabalhos se desenvolveram nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base[11]. As CEBs se fundamentaram, em larga medida, nas reflexões difundidas pelas Conferências de Medellin (que ocorreu na Colômbia em 1968) e Puebla (sediada no México em 1979), que defendiam, dentre outras questões, novos rumos religiosos para a América Latina, baseados na libertação e na opção pelos pobres.

No Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil passou no decorrer da década de 70, a defender com mais veemência causas em prol da defesa dos direitos humanos, denunciando

---

[6] Sobre movimentos sociais são utilizadas as conceituações propostas por TOURAINE, Alain. **Movimientos sociales hoy.** Barcelona [Espanha]: Hacer, 1990.

[7] A teologia da libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos 70, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da Igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos. Ver DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político:** a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

[8] As áreas de base podem ser entendias como espaços de concentração de pessoas num povoado ou num bairro; e como grupos de pessoas que, morando numa mesma localidade, se encontram para reivindicar melhorias em suas comunidades. Ver CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo:** Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1991; e MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênesis:** o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[9] ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 243.

[10] É preciso ressaltar, no entanto, que esta atuação da Igreja Católica ocorreu de formas variadas no Cone Sul, e que outros setores desta instituição, em vários momentos, apoiaram os regimes militares instalados nesses países.

[11] MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênesis:** o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

muitas das arbitrariedades que ocorriam com a forte repressão do Estado em vários domínios da sociedade[12]. Ligada a CNBB, se formou, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra, em uma conferência ocorrida em Goiás, com propostas que envolviam ações diretas com a população. Ainda no decorrer dessa década, várias destas Comissões Pastorais foram se formando no país, auxiliando em trabalhos de orientação cristã que estimulavam uma participação maior da comunidade em questões referentes a realidade em que viviam[13].

No Paraguai também repercutiram as ações de cunho mais popular e pastoral por parte da Igreja. No decorrer da década de 70, grupos ligados a Igreja Católica, como as *Ligas Agrárias Cristianas e a Acción Obrera Católica*, se articulavam em várias zonas rurais do país[14]. Magiorina Ballbuena Cardozo, uma das lideranças camponesas dessa época, nos fala sobre esta atuação:

> A Igreja Católica organizava também movimentos sociais como a associação de mães, a associação dos obreiros, e a CACL[15], que era a agrária; havia outros grupos, mas a CACL dependia da Igreja. Mas como nós nos relacionamos com a Igreja pela Teologia da Libertação, pelo sacerdote que estava na minha família, então muito rápido foi nosso desenvolvimento político e ideológico, nós trabalhamos muitíssimo pelo desenvolvimento da consciência no Paraguai[16] [...].

Estes movimentos agrários cristãos atuaram na defesa dos direitos civis e faziam forte resistência à ditadura militar no decorrer da década de 60 e 70[17]. No início dos anos 70, ocorreu uma abrupta desarticulação desses movimentos quando as tropas do ditador Stroessner[18] descobriram onde se concentravam estas organizações e fizeram violenta repressão, perseguindo, prendendo, torturando e dizimando a maior parte dos integrantes, entre membros da Igreja, bispos e padres, além de muitos civis[19]. Magiorina Balbuena, também nos fala sobre este período:

> Em 1976, depois de eu estar quase um ano vivendo no exílio no Brasil, houve outra repressão terrível, e aí já foram desarticuladas as organizações campesinas e as ligas agrárias, em 1976 houve massacres de comunidades, opressão, desaparições, torturas, encarceramentos. As pessoas que foram presas em 76 foram sair no final de 1979. [...] Quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou; as Ligas Agrárias Campesinas e as Ligas Agrárias Católicas se desfazem totalmente,

---

[12] ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit p.245

[13] Este tema pode ser observado no site da Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional. Disponível em <http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>. Acesso em 12 de abril de 2009.

[14] ALCALA, Guido Rodriguez. Testimonio de la Represion Politica en Paraguay 1975-1989. **Serie Nunca Más Vol 3**. Asunción: Comite de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990. p. 3-20

[15] Centro Agrário Católico.

[16] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital), em Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - UFSC.

[17] SOTO, Clyde; BARREIRO, Line; RIQUELME, Quintin; VILLALBA, Roberto. Sociedad Civil y Construción Democrática en Paraguay: Experiências de participacción e incidência de los Movimientos Sociales. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). **La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur**. San Pablo: Instituto Polis, 2004. p. 135-195.

[18] Diferente do que ocorreu durante a ditadura no Brasil - que teve alternância de presidentes -, no Paraguai Stroessner governou desde o golpe militar, ocorrido em 1954, até 1989, quando foi deposto.

[19] Este tema pode ser observado no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>. Acesso em 19 de abril de 2009.

> nossos companheiros do movimento alguns tinham sido assassinados, alguns desaparecidos, outros mortos, outros no cárcere [...][20].

Muitos dos movimentos que foram desarticulados e que eram anteriormente fortemente ligados a Igreja Católica, quando voltaram a se organizar objetivavam uma atuação política mais autônoma e desvinculada da mesma. A esse respeito Magiorina comenta que:

> Em 1977 consolidamos um comitê de organização campesina nacional; trabalhamos e em 1980 se funda um Movimento Campesino Paraguaio, em plena ditadura. Todavia, fundamos uma organização com uma diferença das Ligas Agrárias, que nós já não dependíamos de nenhum partido político da direita, nem tampouco da Igreja Católica, definimos nossa autonomia porque tudo o que ocorreu, os massacres ocorreram com o campesinato e não com a Igreja... Houve sacerdotes que foram expulsos ou perseguidos, mas não foram assassinados como ocorreu com os camponeses; então definimos uma linha autônoma de organização[21].

A Igreja Católica foi muito importante na formação inicial do movimento campesino[22] no Paraguai. Porém, a partir de um determinado momento de repressão, sobre o qual Magiorina destaca a repressão diferenciada que sofreram os camponeses em relação aos membros da Igreja, que também participavam destes movimentos, os camponeses se reorganizaram definindo uma linha de atuação mais autônoma, desvinculada da influência da instituição Católica.

Formação de Movimentos de Mulheres no Campo: alguns apontamentos

No Brasil, o período de formação de grande parte dos movimentos de mulheres no campo se insere num contexto de abertura política que se iniciou a partir da segunda metade da década de 1970, mas que vai se consolidar a partir dos anos 80. No Paraguai, o momento não era necessariamente de abertura, já que a ditadura militar terminou um pouco mais tarde por lá, em 1989; mas no começo desta década o governo militar paraguaio já mostrava fortes sinais de desgaste tanto político como econômico[23].

Jacir L. Casagrande, em sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo, enfocando as mulheres agricultoras de Santa Catarina, observou que:

> Em Santa Catarina, o Movimento de mulheres agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. Por um lado a problemática vivida pela pequena produção, no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam embora de forma anônima[24].

---

[20] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista Citada.

[21] Idem

[22] Há uma discussão teórica sobre os termos campesinato, camponesa, agricultora, campesina etc. A escolha na utilização de um termo ou de outro indica optar por palavras carregadas de significados históricos. Aqui são utilizadas as conceituações propostas por MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: VOZES, 1984; AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Agricultura familiar.** Florianópolis: Insular, 2004; WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: ed. Loyola, 1993.

[23] ALCALA, Guido Rodriguez. Testimonio de la Represion Politica en Paraguay 1975-1989. **Serie Nunca Más Vol 3**. Asunción: Comite de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990.

[24] CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo:** Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1991. p. 37.

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) surgiu em Santa Catarina no início da década de 1980. Foi um movimento em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) exerceram importante papel na estruturação deste e de outros grupos de mulheres[25]. Sobre essa questão, Rosalina Nogueira da Silva, integrante do MMA na época, nos fala:

> A partir das Comunidades Eclesiais de Base, surgiu e despertou nas mulheres o interesse em se organizar em grupo para ter mais força de lutar em busca dos seus direitos. Isso aconteceu em 1983, no distrito de Itaberaba, o primeiro grupo teve 28 participantes. [...] A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças às CEBs, ligando a fé com a vida e a conscientização nos mostrando o rumo da organização[26].

Pode-se perceber, a partir da fala de Rosalina, que há uma forte valorização do papel das CEBs para o desenvolvimento do MMA; e que a fé e o início da luta política, estavam fortemente relacionados, o que demonstra, de certo modo, que no imaginário coletivo dessas mulheres a religião ocupou um papel muito importante para o "despertar" político das mesmas.

Sem dúvida, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base em Santa Catarina foi fundamental para a organização do Movimento de Mulheres Agricultoras, mas talvez não tenha sido a única motivação existente naquele momento. A partir das reuniões nos moldes de grupos de reflexão as mulheres passaram a entrar em contato com outros campos de idéias e a partir das experiências compartilhadas, foram observando a necessidade de se posicionarem criticamente diante da realidade em que vivam, passando, desta forma, a observar a necessidade de organização em um movimento de mulheres para defender seus direitos.

Rosalina Nogueira da Silva também comenta que: "A mulher se despertou em busca da libertação, de se organizar, de buscar espaço, de se valorizar, de ter sua identidade e buscar seus direitos perante a sociedade [...]". Ao mesmo tempo em que conferiu às CEBs o "despertar" político das mulheres do MMA, Rosalina também atribuiu às próprias mulheres essa busca por organização, que ocorreu quando elas passaram a se valorizar em outros espaços - não apenas naqueles ligados ao privado - e quando buscaram firmar uma identidade de mulheres agricultoras, algo que fortaleceria suas lutas.

De acordo com Marques, "essas mulheres assumiram primeiro a defesa de sua classe, assumindo a identidade de agricultoras (camponesas), para depois buscarem também a libertação no campo do gênero[27]", ou seja, essa busca por maior participação política se deu primeiramente para defender certas condições como a busca por reconhecimento da profissão de agricultoras - para

---

[25] DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político:** a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

[26] Rosalina Nogueira da Silva. Entrevista concedida a Gabriela Miranda Marques (por e-mail). Chapecó, Brasil, 09/05/2007. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - UFSC.

[27] MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura. **Rev. Santa Catarina em História** [online] - Florianópolis – UFSC - Brasil, vol.1, n.1, 2007, pp. 17. Disponível em <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewPDFInterstitial/35/42 > Acesso em 3 de setembro de 2009.

poderem ter direito a aposentadoria, por exemplo - e para defender espaços que estavam sendo ameaçados diante da crescente campanha governamental de modernização do campo, ligado a um processo de crescimento do agro-negócio e, consequentemente, do latifúndio que praticamente excluía deste planejamento a questão da agricultura familiar[28].

Mais do que uma iniciativa da Igreja e dos agentes pastorais, a emergência desses movimentos sociais de mulheres foi algo sintomático ao contexto da época; em vários outros lugares do país surgiam naquele momento movimentos de mulheres no campo, com reivindicações semelhantes quando exigiam a ampliação da participação das mulheres em espaços públicos para lutarem, dentre outras coisas, por melhorias e garantias sociais[29].

No Paraguai Magiorina nos conta que "[...] nos centros (espaços católicos) se promovia muito a participação das mulheres e por isso eu tinha um grupo de companheiras na CACL que eram pessoas muito boas, valentes [...]". Podemos perceber a partir do ela nos disse, que a Igreja Católica (assim como no Brasil) também teve uma participação inicial importante, nos anos 70, na formação de grupos de mulheres.

E após a organização do *Movimiento Campesino Paraguayo* - anteriormente citada - a necessidade de se articular ali dentro uma participação mais representativa da mulher, foi um ponto importante de discussão:

> [...] Em 1982, em plena ditadura, começamos a trabalhar com as mulheres. Porque todos que se aglutinavam ao movimento na nova organização, a MCP, eram homens e havia ali tão poucas mulheres que começamos a trabalhar pelas mulheres, pela organização das mulheres [...][30].

Após o processo de aglutinar mulheres para aumentar a participação delas dentro do MCP, se formou, em 1985, a *Coordinación de Mujeres Campesinas*[31]. Na fala de Margiorina, este momento de formação fica bem explicitado:

> Cristina - E porque decidiram neste momento começar com as mulheres, o que ocorreu?
> Magiorina - Porque era muito pouca a participação das mulheres na organização. E como eu e meu companheiro também éramos anteriormente das CACL, que eram organizações mistas, ou seja, havia mulheres e havia homens, em nossa organização, então usamos o critério de que era importante a participação das mulheres, a organização das mulheres, então começamos a trabalhar com outras companheiras na organização das mulheres, nós envolvemos várias comunidades em várias regiões; e em 1985 fundamos a *Coordinación de Mujeres Campesinas*[32].

---

[28] DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político:** a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

[29] CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo:** Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1991.

[30] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada.

[31] Este tema também pode ser observado no site do MCP, disponível em <http://www.okaraygua-paraguai.org/es/conozcanos.html>. Acesso em 25 de agosto de 2009.

[32] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada.

A *Coordinación de Mujeres Campesinas* era um organismo interno do *Movimiento Campesino Paraguayo*, voltada para questões específicas de mulheres e pretendia articular campesinas de todas as partes do país para formar redes de militância fortalecidas por reivindicações conjuntas, que buscassem alternativas frente às graves situações de pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe etnia e gênero[33]. Esta coordenação reivindicava, dentre outras coisas, espaços de atuações igualitárias dentro de organizações mistas, para que pudessem lutar de forma conjunta em defesa de direitos civis, melhores condições de vida, por liberdade de atuação e organização política, democracia social e reforma agrária[34], itens semelhantes àqueles presentes nas pautas reivindicativas de grupos de mulheres rurais do Brasil.

Lideranças de mulheres em movimentos sociais no campo

As mulheres tiveram um papel importante como militantes não unicamente em movimentos de mulheres, mas também em outros movimentos sociais que não tinham em suas pautas de luta questões especificas das mulheres. A participação feminina dentro de movimentos sociais no campo ocorreu no Brasil muito antes do período de abertura democrática que foi anteriormente destacado. Espera-se, geralmente, que as lideranças sejam masculinas; mesmo que não estejam muito evidenciadas as lideranças de mulheres em movimentos que não sejam especificamente compostos por elas, e voltados para suas reivindicações, não significa que não tenham existido lideranças femininas nos movimentos sociais.

Na Paraíba, por exemplo, Elizabeth Teixeira, era líder das Ligas Camponesas[35] na época do golpe militar, nos anos 60, mas ainda pouco se estudou sobre sua trajetória. Em uma entrevista realizada durante o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fala de Elizabeth levanta algumas questões interessantes; como quando perguntada, por exemplo, sobre como entrou nas Ligas Camponesas:

> *O que fez a senhora integrar as Ligas Camponesas?*
>
> Elizabeth – Eu participei das ligas camponesas porque meu marido, João Pedro Teixeira, foi quem fundou a Liga Camponesa em Sapé, na Paraíba. Ele fundou em 1958. Na época, o homem do campo dos engenhos, das fazendas estavam todos se associando. E porque ele foi tomando conhecimento da situação do homem do campo, foi assassinado barbaramente. O homem do campo vivia uma situação muito difícil. Próximo à casa que a

[33] A esse respeito ver: site da Coordención Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) desponível em <http://conamuri.org.py/>; e OCAMPOS, Genoveva. **Mujeres campesinas y estrategias de vida:** el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA). Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, s/d. cap 1.

[34] Observação feita a partir de informações coletadas no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>. Acesso em 19 de abril de 2009.

[35] As Ligas Camponesas eram, de modo geral, associações rurais que se formaram principalmente na região nordeste do Brasil, sob influência do PCB entre as décadas de 1940 e 1960; reuniram trabalhadores/trabalhadoras rurais e camponeses/camponesas que objetivavam lutar, dentre outras coisas, pela reforma agrária e contra a exploração de trabalho feita por grandes proprietários de terras. A esse respeito ver MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989; e AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

> gente morava, tinha o engenho Melancia, e o Sapucaia, e o João Pedro foi tomando conhecimento da sobrevivência daqueles trabalhadores, pai de filhos, a situação dos filhinhos passando fome, analfabetos, sem ter direito a ir a uma escola. O João Pedro foi conversando com eles, fazendo reuniões, até que fundou a Liga Camponesa e eles foram se associando e o número da liga crescendo. Passou para dois, três mil e um latifundiário mandou tirar a vida de João Pedro numa emboscada, em 2 de abril de 1962, numa estrada que ligava João Pessoa, Sapé, e Café do Vento.
>
> *E depois que o João Pedro morreu?*
>
> Elizabeth - Eu assumi a liderança dele na Liga, lutava na Liga camponesa o dia todo. Acontecia muitas prisões a minha pessoa, até que chegou o golpe militar e com ele eu tive que ser presa. Passei seis meses presa no Exército. Quando me liberaram, o Exercito já me disse que a Polícia ainda ia me prender. Eu tive que fugir para um Estado, o Rio Grande do Norte, para qual ninguém me conhecia e fiquei lá todo o tempo da ditadura militar. Trabalhei como lavadeira de roupa. Lá o sol era muito quente e eu era Marta Maria da Costa e não Elizabeth Teixeira[36].

Por meio da fala de Elizabeth, é possível perceber que sua trajetória de militância dentro das Ligas Camponesas se divide basicamente em duas fases: a primeira, em que acompanha o marido na formação da Liga Camponesa na Paraíba, e uma segunda, em que assume a liderança do movimento, após a morte deste. A expressão, "o homem do campo" aparece repetidas vezes em sua fala; a construção de sua memória possui um discurso político ligado a questões que, por vezes, dão a impressão de que Elizabeth se exclui de sua própria história quando ela, como mulher que teve participação de liderança, fala do sujeito no campo no masculino, se colocando em um papel secundário e excluindo também de sua fala outras mulheres militantes. O discurso nesta entrevista foi construído a partir da memória que Elizabeth tinha de seu companheiro; a atuação dele aparece muito mais do que a dela, sua fala se direcionou em torno da liderança dele e de sua luta pela reforma agrária. Mas e as lutas dela? No trecho que segue, este tema aparece um pouco:

> *Como era a participação da Senhora na Liga?*
>
> Elizabeth - Ele como meu esposo e eu, como mãe de 11 filhos, a minha luta era em casa, mas, nos sábados, acontecia de eu chegar até lá, na Liga Camponesa, e era justamente o dia dos companheiros do campo irem se associar. Eu ia escrever o nome deles, ia fazer a carteira deles para entregar. Com o João Pedro, o número de associados cresceu tanto que ele dizia pra mim que iam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária ia ser implantada em nosso País. Já fez 45 anos da morte dele, agora, no dia 02 de abril, e ainda não foi implantada a reforma agrária.

A luta de Elizabeth ainda aparece de modo secundário, sua liderança se deu, de acordo com ela, para continuar o trabalho de seu marido. Mas ainda assim há uma sutil indicação da importância de seu trabalho quando, segundo ela, "os companheiros iam se associar", e ela estava presente; e quando comenta que "sua luta era em casa", o que demonstra o quanto um discurso pode conter múltiplas significações[37], pois observar que o "estar em casa" também era uma luta, indica dar valor

[36] Elizabeth Teixeira. Entrevista concedida a Mayrá Lima e Marina Costa. Brasília (DF), Brasil, junho de 2007. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/867>, acesso em 20 de agosto de 2009.

[37] Ver OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los ´70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62

a um espaço que é muito pouco valorizado quando comparado a lutas em movimentos sociais, por exemplo. Esta valorização do privado é pouco comum em espaços políticos, e reconhecer isto confere à significação que Elizabeth construiu de sua trajetória um sentido muito mais complexo e, de certa forma, paradoxal, pois destaca uma questão que inicialmente não parecia ter recebido muita acuidade, mas que em seguida foi sutilmente exaltada.

A área rural possui uma lógica própria com costumes, tradições e paradigmas diferenciados dos grandes centros urbanos. Muitas práticas e representações de trabalhadores e de trabalhadoras rurais eram guiadas por valores da chamada "campesinidade"; esses valores, de acordo com Maria Inês M. Marques, seriam honra, hierarquia, reciprocidade e tradição[38]. Com relação à hierarquia, por exemplo, podemos observar que a figura do homem enquanto o chefe da família estava (e em muitos casos ainda está) acima da figura da mulher[39] dentro da esfera familiar. E quando a mulher participava de grupos políticos, essa hierarquia acabava se estendendo pra a esfera pública. Existia e ainda existe, em muitos desses lugares, um predomínio e uma perpetuação de costumes e de idéias machistas ligadas ao patriarcado que vem de longa data; e essa reprodução ocorre, muitas vezes, por parte das próprias mulheres, como pode ser observado em alguns momentos da fala de Elizabeth.

No meio rural paraguaio, Magiorina Balbuena Cardozo também foi uma liderança muito antes da formação da *Coordinación de Mujeres Campesinas*: "[...] Eu fui também fundadora do movimento campesino paraguaio, e ocupo também a direção nacional há vários anos[40] [...]". Quando discorre sobre quando começou a trabalhar em movimentos sociais no campo, Magiorina também destacou que:

> No campo não havia organização [de movimentos sociais na década de 50]. Já na década de 60, começaram a organizar-se nas Ligas Agrárias Campesinas e na Juventude Agrária Católica. Eu, quando tinha 21 anos, comecei a participar na Juventude Agrária Católica [...] Em 70 ou 71, eu fui a Missiones, e em seguida falei com meu tio, que era sacerdote, e me propus a trabalhar na organização, porque ele apoiava as ligas agrárias, já havia o grupo de sacerdotes da teologia da libertação aqui que apoiavam muito as organizações campesinas. Então ele me perguntou um dia: "minha sobrinha não quer ir trabalhar comigo, me ajudar na paróquia e participar das reuniões?" Eu não entendia nada, achava como todos, que era um povo aventureiro, então eu disse que queria ir; então disse ao meu pai que eu queria ir e fui. E comecei a participar da organização na mesma tarde em que cheguei, com o grupo de jovens. E nos três meses que havia participado já me elegeram como secretária da mesa departamental[41] [...].

A ocupação de um cargo de liderança ocorreu bem cedo para Margiorina, como pode ser notado; e a partir da entrada neste grupo campesino católico, sua atuação começou a contribuir, em grande medida, para que o movimento campesino paraguaio se organizasse politicamente. É perceptível também a semelhança da atuação da Teologia da Libertação no campo paraguaio e no

[38] MARQUES, Maria Inês M. Terra e Modernidade em Assentamentos de reforma agrária. In:WOORTMANN, Ellen (org). **Os Significados da Terra**. Brasília: UNB, 2004. p. 255 – 289.

[39] PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. **Ciência hoje**, v.5, n.28, p. 64 - 70, jan./fev.,1987.

[40] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada.

[41] Idem.

campo brasileiro; essa iniciativa da Igreja que deu "início" à trajetória de militância política de Margiorina, também ocorreu com a brasileira Rasalina Nogueira de Silva, anteriormente citada. Embora essas trajetórias de militância tenham ocorrido de formas distintas, a importância da Teologia da Libertação foi um ponto em comum e relevante para que a participação política dessas mulheres ocorresse nas comunidades em que viviam.

Observar a atuação das mulheres nos movimentos sociais no campo e as formas de resistências e de organização por elas empreendidas durante as ditaduras militares ocorridas no Cone Sul, a partir de um olhar direcionado para as relações de gênero que existiam na dinâmica desses movimentos significa uma tentativa de dar voz a sujeitos e a contextos sócio-políticos que não possuem muita visibilidade na história. As trajetórias de mulheres em cargos de comando dentro de organizações no campo é algo ainda pouco explorado pela historiografia e carece de estudos mais detalhados.

Movimentos de mulheres no campo e a segunda onda do feminismo

O chamado feminismo de segunda onda[42] estava em evidência no período de formação de muitos dos movimentos de mulheres rurais naquele período. As idéias discutidas por movimentos feministas existentes em vários lugares do Brasil e do mundo chegavam ao meio rural através do rádio, jornais, revistas, por meio da leitura em grupo de livros sobre essa temática, e também por meio de contatos com mulheres que vinham de outros lugares, como centros urbanos, onde essas questões estavam em debate já há algum tempo[43]. Millie Thayer em seu estudo presente na revista Estudos Feministas, nos coloca que:

> A segunda onda do feminismo brasileiro surgiu no fim da década de 70, à sombra da ditadura, como um movimento de mulheres educadas e de classe média e alta ligadas aos grupos de esquerda. Nas duas décadas seguintes, porém, esse núcleo se diversificou, o feminismo se tornou feminismos, enquanto outros movimentos de mulheres foram sendo criados por lésbicas, sindicalistas, operárias, empregadas domésticas, negras, trabalhadoras rurais e outras.[44]

Boa parte das mulheres que participavam de movimentos de mulheres no campo, no Paraguai e no Brasil, quando entraram em contato com as idéias do feminismo de segunda onda, em muitos casos, simpatizaram com esses conceitos, pois perceberam que muitas das reivindicações feministas estavam presentes em vários aspectos de suas vidas. Apesar disso, em entrevistas feitas nos dias de hoje com algumas dessas mulheres, foi dito que a auto-identificação como feministas

[42] "O feminismo chamado de 'segunda onda' surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: 'o privado é político' ". PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [on-line]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2009.

[43] CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. Cit.

[44] THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estud. Fem**. [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 104. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2009.

não ocorreu num primeiro momento; dizem que aconteceu numa fase posterior ao período de ditaduras. Magiorina também respondeu a essa questão:

> Cristina: E hoje você diz que é feminista?
> Margiorina: Sim, eu sou feminista.
>
> Cristina: E desde quando?
> Margiorina: Bom, nesta época [de ditadura] praticamente não se discutia esse problema, eram outros problemas muito mais graves, quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou. [...] Trabalhamos pelas organizações campesinas, em 1977 conformamos um comitê de organização campesina nacional, trabalhamos e em 1980 se funda um movimento campesino paraguaio, em plena ditadura, todavia [...] [45].

O discurso construído por Magiorina para falar sobre a época da ditadura militar em seu país possui um viés de militância que procura colocar o Movimento Campesino Paraguaio sempre em primeiro plano, antes de outras questões, inclusive de sua luta como feminista. E apesar de nos dias de hoje se dizer feminista, quando é perguntada "desde quando?", sua fala é enfática ao dizer que na época da ditadura esta questão praticamente não era discutida no grupo campesino do qual fazia parte.

Além disso, é perceptível a desqualificação que Magiorina faz das lutas do movimento feminista na época ao dizer que existiam "outros problemas muito mais graves"; esse pensamento está muito ligado a uma tradição e a um ideário marxista presente em muitos movimentos sociais de esquerda no Cone Sul naquele período. Cristina Scheibe Wolff[46] nos coloca que muitos desses grupos de esquerda partilhavam de "matrizes discursivas" que muitas vezes se baseavam nas correntes político-ideológicas do marxismo, leninismo, trotskismo, etc. Essas correntes consideravam o feminismo como sendo algo "pequeno-burguês", e talvez por ter em seu discurso questões que claramente nos remetem a uma inclinação marxista, Magiorina considere que a luta feminista era algo a ser colocado em segundo plano, e que o projeto socialista ou a luta contra a repressão da ditadura deveriam ser priorizadas. Wolff também nos fala que

> Embora a incorporação de mulheres nos grupos de esquerda armada não possa ser vista apenas como uma decorrência 'natural' do feminismo é certo que não se pode pensar esses dois acontecimentos (o feminismo da Segunda Onda e a luta armada) como totalmente isolados um do outro[47].

A própria inserção das mulheres dentro dos movimentos de esquerda está muito relacionada, dentre outras coisas, a influência das idéias propagadas por muitos movimentos feministas da época, mesmo que tal influencia não tenha sido muito evidente. Mas, de qualquer forma, como já foi indicado, a identificação com o feminismo de muitas das mulheres provenientes da área rural ocorreu, de fato, num período posterior, ligado a reconstrução da democracia nesses países em questão.

[45] Magiorina Balbuena Cardozo. Entrevista Citada

[46] WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, dez 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

[47] Ibidem. p. 22.

Na área rural o acesso a questões ligadas ao gênero e ao feminismo ocorreu por meio de processos diferenciados daqueles ocorridos nas cidades. Se as idéias do feminismo de Segunda Onda se espalharam pelo mundo no decorrer da década de 60, e se difundiram nos meios urbanos do Brasil mais fortemente na década de 70, nas áreas rurais essas idéias só foram influenciar a maior parte dos movimentos de mulheres em meados da década de 80 e no decorrer da década de 90[48]; este processo ocorreu de forma semelhante no Paraguai também.

***

As mulheres dos movimentos de mulheres rurais cujas trajetórias foram brevemente abordadas nesse texto passaram por processos de conscientização e identificação como camponesas/campesinas e de auto-reconhecimento como sujeitos ativos da história, que deveriam lutar por seus direitos. Essas mesmas mulheres passaram, de modo geral, a partir da consciência da opressão feminina, a inserir em suas pautas políticas reivindicações especificamente de mulheres. Essas reivindicações eram contra a discriminação que sofriam nos espaços políticos de predominância masculina; participação nas definições e igualdade de atuação dentro dos movimentos sociais rurais; direitos trabalhistas, dentre outras. Pode-se dizer, portanto, que de certa forma o feminismo inspirou algumas das lutas dessas mulheres, como a luta pela igualdade de direitos, que no contexto dos movimentos rurais poderiam se traduzir em lutas por espaços de atuação política mais igualitários das mulheres perante os homens.

Muitos dos movimentos sociais que ocorreram no campo foram, de modo geral, organizações mistas que lutavam por direitos mais amplos ligados a questões próprias do ambiente rural, como lutas relacionadas a questões de direitos pela terra, contra a exclusão social que acometia muito este meio, autonomia sindical, liberdade política, democracia participativa, lutas contra a repressão sofrida quando um movimento se organizava e se engajava em uma militância política mais incisiva e, acima de tudo, pela reforma agrária, uma luta política e social pelo direito a terra que estava sendo tirado dos agricultores e das agricultoras devido ao aumento dos latifúndios ligados a um projeto governamental de modernização do campo que, na prática, quase excluía de seu planejamento a questão da pequena propriedade e da agricultura familiar[49].

Há, evidentemente, uma contradição intrínseca entre o campo e a cidade que precisa ser observada; os valores que regem essas duas sociedades são diferenciados em muitos aspectos, inclusive nas lutas sociais que ocorreram e que ocorrem nesses ambientes. Todavia, a repressão por parte dos governos militares - que de um modo geral buscava por meio de mecanismos de controle e coerção social a defesa de uma suposta segurança nacional e mantimento da ordem pública - se deu, sob essa ótica, de forma aproximada nas cidades e nos meios rurais. No campesinato e no meio

[48] THAYER, Millie. Op. Cit. p. 103-130.
[49] MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: VOZES, 1984.

urbano a repressão agia contra as organizações coletivas, grevistas, sindicais, partidárias, religiosas que se formaram ao longo de todos os anos de ditadura; as formas de atuação, organização, militância e resistência contra essas ações repressivas é que se diferenciavam de acordo com o contexto vivido por cada grupo social.

NA CASA E NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: transformações no papel das mulheres assentadas

Henrique Carmona Duval
Bolsista AT do Nupedor/Uniara – Doutorando em Ciências Sociais (Unicamp)
henriquecarmona@hotmail.com

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara – Livre-Docente em Sociologia (Unesp)
vbotta@techs.com.br

GT04: Família, Gênero e Geração

Introdução

Historicamente, o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens. A demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual, mas é expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por outro lado, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de obter renda monetária. Por mais que o papel das mulheres em casa não seja diminuído, agora elas passam a se ocupar de atividades na agroindústria familiar e a se inserir em políticas públicas, fazendo-se ouvir por agentes municipais e participando de espaços urbanos de comercialização.

No presente artigo, discutimos alguns aspectos do papel reprodutivo das mulheres, principalmente em relação ao autoconsumo alimentar das famílias rurais e apresentamos como isso vem mudando com a experiência de mulheres no comando de agroindústrias familiares, no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara-SP. A partir da perspectiva de que o papel e o trabalho das mulheres rurais vêm sendo redefinidos, algumas mulheres desse assentamento se organizaram em torno de ações municipais (Orçamento Participativo e Economia Solidária), conquistando uma padaria e uma cozinha comunitárias. O acompanhamento da experiência revela que elas se organizaram em associações exclusivamente de mulheres e passaram a produzir alimentos como pães, bolos e doces,

normalmente feitos para o autoconsumo e a partir de receitas tradicionais, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos.

Por meio de trabalho de campo, observação direta e registro em diários de campo, vem sendo possível perceber que diminui a dicotomia público-privado em relação ao papel das mulheres assentadas rurais, na medida em que elas reivindicam ações públicas; seus novos trabalhos extrapolam a esfera domiciliar e atinge a esfera da produção agroindustrial, inclusive, pelo fato delas processarem produtos do próprio lote, com repercussões na composição da renda familiar e também pelo fato de sua produção (antes restrita ao consumo familiar) chegar ao mercado consumidor.

O papel naturalizado da mulher rural em casa

O trabalho agrícola da mulher, de reprodução familiar, é planejado conforme as necessidades alimentares da família, por isso ocasiona a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra – como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica, integração animal/vegetal, dentre outras, feitas em pequenos lugares (DUVAL, 2009). A alimentação da família envolve uma cesta alimentar diversificada e também a preocupação de ingerir alimentos "naturais", levando-se em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas animais, advindos das pequenas criações que toma conta. Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, ou sítios, ou "lugares"[1] do autoconsumo, que as mulheres têm a coordenar no interior de uma propriedade rural familiar.

Para Woortmann (1993), homens e mulheres que vivem em comunidades pesqueiras se ajudam e se complementam em suas atividades de trabalho, como mostra a tabela a seguir. O homem, que trabalha no "mar de fora", ajuda a mulher nas atividades na terra, como a preparação do solo, coleta de algas para adubá-la, em momentos em que não está no mar e pode ajudar a mulher; enquanto a mulher, prepara artefatos para a pesca, costura redes, faz a secagem e a salga dos peixes, a comercialização nos mercados, dentre outras atividades. O homem ajuda a mulher quando não está no mar exercendo seu trabalho, quando está em terra.

[1] Para Martins (2009), existe uma distinção entre o que se conceitua por espaço e por lugar. Na construção dos lotes agrícolas dentre famílias assentadas pesquisadas pela autora, o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade. Tais relações podem ser também entre as pessoas e a terra e os animais, e não apenas entre membros familiares.

A mulher ajuda o homem no preparo/confecção dos utensílios de trabalho e quando ele chega do mar com o pescado, pois o peixe é perecível e comercializável, tem valor de mercadoria. Mesmo havendo tal complementaridade, não se declara que mulher trabalha na pesca.

Tabela 1 – Divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras.

Mar de fora – homens

- -

Mar de dentro – homens e mulheres

Praia – mulheres e homens

- -

Terra – mulheres

Fonte: Woortmann, 1993.

Para essa autora, na alimentação da família há outro exemplo de complementaridade, embora ocorra de forma muito desigual: o homem traz peixe para compor a dieta da família, enquanto a mulher produz ou coleta todos outros itens necessários à boa nutrição, além de transformar o alimento em comida. Nesse sentido, o trabalho da mulher pode ser colocado como mais importante para a regularidade da alimentação familiar, pois o pescado sofre fortes variações de abundância e de escassez, enquanto a produção agrícola e a culinária são cotidianas.

Ainda segundo Woortmann (1993), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédio que elas mesmas fazem, novenas e orações para proteção do homem quando está ao mar, ou seja, uma outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes. Além de tudo isso, é ela quem gesta e educa os filhos, tem maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos e, portanto, responsável pela reprodução social. Seu trabalho, portanto, extrapola a esfera doméstica e a construção do lugar, enquanto seu papel também é o de tecer importantes estruturas das redes sociais internas e externas à comunidade pesqueira. Porém, a autora supracitada também explica que esse cotidiano de reprodutora social da mulher sofre alterações na modernidade, novos trabalhos lhe são impostos e com eles a obrigação de se ganhar dinheiro.

Para o caso das comunidades agrícolas, poderíamos adaptar a tabela de Ellen Woortmann – unicamente para fins de ilustrar a complementaridade entre trabalho de homens e mulheres na família camponesa e considerando que isso não implica em nenhuma rigidez conceitual – para o seguinte:

Tabela 2 – Divisão do trabalho nas comunidades agrícolas.

Trabalho agrícola assalariado – homens

- -

Roças comerciais – homens e mulheres

Roças de autoconsumo – mulheres e homens

- -

Trabalho doméstico – mulheres

Fonte: Elaboração dos autores.

Por outro lado, um estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleto de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem renumeração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo[2]. Suas atividades agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher rural. Mesmo que exerça tais atividades e isso lhe retorne financeiramente, há uma tendência historicizada de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, pois quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

[2] Essas duas categorias (jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e autoconsumo) não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE até 1992, quando houve uma reformulação do critério adotado.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total de mão-de-obra feminina e 8,9% da mão-de-obra masculina na agropecuária. "Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano" (BRASIL, 2006, p.54). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem renumeração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente da cidade, conclui-se que realmente se trata de uma questão de invisibilidades. Mesmo porque o trabalho em atividades de autoconsumo também é agropecuário.

Mulheres assentadas: papéis em transformação

No assentamento rural Monte Alegre, uma diferença nas memórias masculina e feminina, conforme depoimentos coletados por Whitaker et al. (1994), pode ser expressa no fato de que a memória masculina prioriza a produção, os meios de produção da vida. Já a memória feminina prioriza os casamentos, a alimentação, os meios de reprodução da vida. Portanto, para Whitaker et al. (1994), memórias femininas e a presença da mulher são fortes no trabalho da roça e da casa, da indústria doméstica – plantações e animais são produtos do seu trabalho, para a reprodução nutricional e social da família.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote, a autora também percebeu que as mulheres são responsáveis pela horta e pelo cuidado de pequenos animais.

As mulheres assentadas cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social

"convencional", na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica[3].

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, 1993).

Diante desse quadro de mudanças, as mulheres rurais vêm se mobilizando em esferas política e produtiva em busca de sua auto-afirmação. Muitas delas partem para a busca de alternativas e, hoje em dia, já se percebe um forte movimento feminista que ocasiona grande demanda de trabalho voltado a elas.

Tomamos como exemplo o assentamento Monte Alegre, onde vem sendo percebida essa demanda. A recente criação de duas associações exclusivamente de mulheres, que lutam por alternativas de trabalho e renda através da agroindustrialização de seus produtos, ilustra essa luta por autonomia das mulheres. Elas vêm criando alternativas que lhes retornem financeiramente, buscando sua emancipação, dentro dessa lógica em que predomina o nexo monetário. Após um período de perda do valor de seus trabalhos (prioritariamente domésticos), elas estão se adaptando à racionalidade moderna, mas resgatando alguns pontos essenciais de seus papéis enquanto reprodutoras sociais.

As mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre já tinham uma organização informal para a produção de pães, baseada nos seus laços de amizade e vizinhança. A grande participação delas nos programas municipais foi decisiva para que houvesse, nesse momento, uma prioridade em se constituir nesse núcleo uma associação de moradores, que terá como um de seus principais objetivos a produção de pães e bolos como forma de gerar trabalho e renda às "mulheres do pão".

[3] Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é reconhecido porque é reprodutivo, enquanto do homem é produtivo e se reverte em dinheiro. Metaforicamente, Bourdieu exemplifica que a mão direita do Estado é a mão das finanças e a mão esquerda é de questões 'sociais'; assim, a direita subjuga a esquerda. Por conseguinte, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera renda.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos desse grupo de mulheres em relação ao modo como eram e são produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo 6 utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em seus laços de sociabilidade, com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo, mas importante no âmbito da segurança alimentar.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Nesse programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira na região central da cidade. As mulheres do pão passaram a contar com melhores espaços para a produção e para venda que possibilitaram, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, inclui-las socialmente ao município.

A atuação das mulheres do assentamento em âmbito municipal, nesse mesmo período, se deu ainda em outra frente. Elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, também em 2002, a prioridade sugerida por esse grupo foi a aquisição de equipamentos e a construção de uma padaria industrial no núcleo 6. Essa proposta entrou em disputa com outra de outro grupo de mulheres, do núcleo 3 do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da "disputa", embora a prioridade da cozinha tenha sobressaido, as duas iniciativas foram contempladas nesse mesmo ano como se fossem um único projeto. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados[4].

[4] Segundo a coordenadora da Economia Solidária à época, algumas prioridades de geração de trabalho e renda do Orçamento Participativo, entre elas a do Monte Alegre III e VI, que estavam atrasadas desde 2002, passaram à nova pasta para serem solucionadas e para fosse contemplado aquilo que havia sido aprovado no O.P. Em entrevista, ela nos lembrou que de 2002 a 2008 as mulheres tiveram que perseverar trabalhando na escola e no barracão comunitário, de forma precária, sendo que a maioria das mulheres do núcleo 3 desistiram da cozinha, passando a trabalhar de forma individualizada ou indo buscar trabalho fora do assentamento (além do caso de

Da execução da obra ao funcionamento da cozinha e da padaria, vale lembrar, a organização das assentadas contou ainda com o apoio da prefeitura de Araraquara, através da Coordenação de Economia Solidária, como também com apoio do Itesp e de grupos de pesquisa universitários. Enquanto essa Coordenação atuou na mediação das verbas que garantiram às assentadas o cumprimento de suas demandas, a fim de que as atividades corressem normalmente, junto com um grupo de extensão universitária foi feito auxílio para elaboração dos estatutos das associações[5].

Atualmente, as mulheres constituem dois núcleos como associações exclusivamente de mulheres, trabalhando em seus respectivos espaços produtivos, que foram construídos e equipados com verbas públicas municipais, contando também com a parceria de outras instituições (Fundação Itesp, Uniara, Unesp, dentre outras)[6]. A associação da padaria tem doze mulheres, enquanto a da cozinha tem apenas duas. No âmbito desse assentamento, esse tipo de iniciativa está representando uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir no lote agrícola as matérias-prima para sua própria agroindustrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, tudo feito pelas mulheres, em parceria com agentes regionais e permeado por relações de vizinhança e de amizade – reforçando importantes laços comunitários –, mas também por rupturas.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação desses produtos são usados para fazer as receitas de "bolo de fubá da vovó", assim como elas mesmas definem.

No entanto, o papel das mulheres no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades produtivas, como no caso da padaria do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento da Dna. Nice, a seguir, ela continua responsável pelo trabalho doméstico e ainda ajuda o marido na roça, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

uma mulher cuja família teve que ir embora do assentamento).

[5] Trabalho desenvolvido dentro do projeto: COSTA, M.B.B. da. **Apoio à Construção de Processos de Geração de Ocupação, Renda e Sustentabilidade na Agricultura Familiar Paulista**. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.

[6] Alguns equipamentos que as mulheres solicitaram e ganharam por meio do Orçamento Participativo de Araraquara são: liquidificador industrial, fogão e forno industrial, batedeira industrial, mesa de inox, seladora para os doces em pedaço, freezer, geladeira, cilindro, balança trifásica, batedor de massa, estufa para pães, panelas e formas especiais, dentre outros.

> Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10:30hs), pois ela tinha acabado de parar com essa atividade e ido para casa fazer o almoço. Nos falou: "daqui a pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto", por isso não podia parar para nos atender naquele momento. A Danuta (pesquisadora que estava junto a campo) perguntou em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela podia responder algumas perguntas num outro momento, dna. Nice respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02:30hs e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13:00hs e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Essa assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

Conclusões

Numa análise preliminar das mudanças no cotidiano das mulheres rurais, no campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infra-estrutura, em reivindicações apresentadas à Prefeitura. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Podemos afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Este aprendizado também se dá em esferas organizativa e produtiva. No entanto, a abertura de poder público municipal não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva.

Como afirmamos, a construção de uma nova identidade política e mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como conseqüência, uma (re)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato:** um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009, 194 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

MARTINS, V.S. **Lugar da Morada:** a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009, 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, n.79, UnB, 1993.

O PERFIL DAS MULHERES RURAIS INTEGRANTES DOS GRUPOS PRODUTIVOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Regina Ângela Landim Bruno[1]
Valdemar João Wesz Junior[2]
Laeticia Jalil[3]
Caroline Araujo Bordalo[4]
Silvia Lima de Aquino

[1]Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) E-mail: regina_bruno@yahoo.com.br
[2] Doutorando do CPDA/UFRRJ. E-mail: jwesz@yahoo.com.br
[3]Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: laeticiajalil@gmail.com
[4]Mestranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: caroline_tato@yahoo.com.br
Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: silvinha_aquino@yahoo.com.br

GT04 - Família, gênero e geração

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas constituíram-se no Brasil várias organizações produtivas de mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aqüicultoras familiares, indígenas e quilombolas. O surgimento destes grupos está relacionado a uma multiplicidade de fatores e motivações, merecendo destacar: i) a perspectiva de aumentar a renda familiar; ii) a expectativa de obter uma remuneração econômica distinta do marido; iii) a necessidade de união das mulheres e o fortalecimento da sua sociabilidade; iv) a possibilidade de aproveitar a produção excedente; v) a esperança de trabalhar em uma atividade menos desgastante que a agrícola[1].

Embora exista um reconhecimento da presença das organizações produtivas de mulheres no meio rural, pouco se sabe sobre as suas características organizativas,

[1] Não é em vão que a maioria dos grupos está envolvido como o artesanato e o beneficiamento da produção agropecuária, pois além de serem atividades tradicionalmente ocupadas pelas mulheres, são trabalhos de menor desgaste físico se comparados com a agricultura.

formas de produção, demandas e, principalmente, sobre o perfil das integrantes (quem são as mulheres que formam estes grupos?). É a partir deste desconhecimento que foi desenvolvido em 2009 uma pesquisa para a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério de Desenvolvimento Agrário (AEGRE/MDA). Este trabalho, intitulado "*Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres em Áreas de Reforma Agrária situadas em Territórios da Cidadania"* [2]*,* teve como principal objetivo traçar um perfil das mulheres envolvidas em grupos produtivos localizados em assentamentos rurais nos Territórios da Cidadania com a finalidade de fornecer novos elementos que contribuíssem para a reflexão sobre o tema e para a formulação e reorientação de políticas públicas. O estudo procurou abordar a caracterização do perfil para além dos aspectos socioeconômicos, trazendo conjuntamente as representações e valores dos entrevistados.

Para tal, a pesquisa contemplou a diversidade regional e buscou compreender a heterogeneidade das organizações de mulheres rurais no Brasil. Para cada região foi escolhido um estado identificado por meio de um sorteio. Após o sorteio ficou estabelecido 1 (um) grupo produtivo por estado representativo de sua respectiva região perfazendo, assim, um total de 5 (cinco) grupos produtivos: Fibra e Arte (Macaé/RJ), Pé da Serra (Bonito/MS), Rio Fábrica (Ponta de Pedras/PA), Liberdade (Pitimbú/PB) e Anescha (Joaçaba/SC)[3]. A distribuição espacial dos grupos por estado e região pode ser visualizada na Figura 1.

[2] BRUNO, Regina. BORDALO, Caroline. WESZ JUNIOR, Valdemar; JALIL, Laeticia e AQUINO, Silvia. "*Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres em Áreas de Reforma Agrária situadas em Territórios da Cidadania"*. **Relatório de Pesquisa** Contrato de Prestação de Serviços n.209411. PCT - Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – REDES/IICA-MDA –NEAD – Rio de Janeiro, fevereiro 2010, 226p.

[3] Para a pesquisa foram feitas visitas de campo junto aos grupos pesquisados, onde foram realizadas: 17 (dezessete) entrevistas com as mulheres dos grupos produtivos, 9 (nove) entrevistas com mediadores, 13 (treze) entrevistas com assentados (as) e pessoas externas aos grupos que vivem no assentamento, 2 (duas) entrevistas com representantes de órgão público e 13 entrevistas complementares, a fim de obter uma visão mais complexa do grupo, assim como de sua relação com outros sujeitos.

Figura 1 – Localização dos grupos produtivos de mulheres rurais pesquisados conforme as regiões e os estados brasileiros
Fonte: IBGE. Organização dos autores.

Neste artigo será enfatizado o perfil socioeconômico das mulheres integrantes das organizações produtivas, partido do reconhecimento do grupo como espaço singular de construção de identidade (a de ser mulher do grupo, assumindo todas as conseqüências que isso pode causar), de sociabilidade (como momento de organização da luta), de geração de renda, de participação política e de reconhecimento de seus direitos. É importante ter claro que a identidade do grupo não está aprisionada ao espaço físico e geográfico, mas se constrói e se redefine constantemente a partir das necessidades e situações, conquistas e reconhecimentos. Não é algo fixo e natural de cada sujeito, mas se constrói na relação com outros, com o espaço e com o tempo.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES RURAIS ENVOLVIDAS COM O GRUPO PRODUTIVO

A pesquisa permitiu traçar um perfil das mulheres rurais envolvidas nos grupos produtivos, possibilitando a visualização das principais características socioeconômico das integrantes deste tipo de organização. Inicialmente é importante destacar que 82,4% das mulheres têm uma faixa etária entre 41 e 60 anos. Esse dado nos chama atenção

para pensar qual o tempo da mulher assumir o trabalho fora do espaço doméstico. Muitas delas disseram que só saíram para trabalhar quando os filhos já "estão criados" e outras afirmam que não participam do grupo porque "*não tenho com quem deixar a criança, mas assim que ele [filho] começar a ir na escola eu vou entrar no grupo*".

Em relação à procedência das mulheres, 88,2% delas são de origem rural e 11,8% de origem urbana (esse percentual está atrelado fundamentalmente com o grupo Fibra e Arte, de Macaé/RJ, onde muitas pessoas que foram para o assentamento moravam na sede dos municípios). Junto a isso, a pesquisa possibilita identificar a diversidade de atividades exercidas por estas mulheres, já que apenas 23,5% exerceram a agricultura, 29,5% foram empregadas domésticas, 23,5% trabalhavam com artesanato, 17,6% eram professoras e 5,9% foi gerente de posto de gasolina. Essa questão nos remete a discussão do meio rural brasileiro como espaço de vida e dinâmico, e não apenas como espaço de produção agrícola.

Quando perguntadas sobre como se definem em relação à cor/raça, 35,3% se identificam como pretas, 23,5% morenas, 23,5% brancas, 5,9% pardas e 5,9% mestiças. Isso demonstra que há uma predominância de mulheres negras e morenas no meio pesquisado, e este pode ser um bom indicador analisado ao se pensar as especificidades das mulheres rurais a partir de um recorte racial.

Outra dimensão observada foi a baixa escolarização das mulheres, pois 52,9% têm o primeiro grau incompleto, 17, 6% o segundo grau incompleto, 11,8% o primeiro grau completo, 5,9% terceiro grau, 5,9% segundo grau completo e 5,9% são analfabetas. Em alguns relatos, as mulheres contam que não puderam ir à escola enquanto moravam na casa dos pais.

> Nem o meu nome eu sei escrever porque eu fui criada na roça e o meu pai era um piauiense muito carrasco e para ele mulher não poderia estudar porque era só para escrever carta para homem. Quando eu era pequena eu chorava quando via os meus primos indo para a escola e o meu pai não deixava e dizia que tem que trabalhar.

No que se refere ao estado civil, 82,3% das mulheres são casadas, 11,8% são solteiras e 5,9% são separadas. Neste sentido, há uma predominância de mulheres casadas, que pode ser um elemento de *status* e de poder para esta mulher. Ser casada também pode estar na idéia de ter "mais liberdade", sair da casa dos pais e ter seu espaço. Esta imagem esta fortemente alicerçada por um conjunto de valores e normas

sociais de aceitação desta mulher e de reconhecimento de "seu papel" como dona de casa e mãe.

Compreendendo estas especificidades, pesquisas ressaltam que a vida da mulher rural é marcada por certa constância no que diz respeito às relações de dominação, que se estabelecem tanto no espaço doméstico quanto no público. Esta constância se refere ao patriarcado ou dominação patriarcal, percebida aqui como sistema de valores, simbólico e cultural, que se materializa e ganha coerência a partir da prática das pessoas, da institucionalização constante e da capacidade de readaptação aos diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Segundo SHIVA (1998):

> O mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor (p.58).

Esta dominação está pautada em relações sociais de opressão e violência, em que se invisibiliza e desvaloriza o trabalho executado pelas mulheres rurais, bem como sua participação e importância na produção de bens e para a reprodução da família e do campesinato como tal, mas ela não é absoluta, tão pouco atemporal.

Na pesquisa verificamos que as mulheres vivem esta dominação e que existe a resistência dos maridos com a participação de suas esposas nos grupos produtivos. As pressões e as proibições interferem, em grande medida, no funcionamento dos grupos, porém há uma tensão entre esta dominação e o questionamento. Isso se reflete na disputa entre elas e os maridos em aceitar sua condição de mulheres do grupo e convencê-los desta condição. São recorrentes e significativos os relatos sobre a reação dos maridos contra a participação das mulheres em grupos produtivos, e tais argumentos versam sobre: "*não quer deixar a casa sozinha*"; "*se acostumou comigo em casa*"; "*gosta quando eu fico em casa*"; "*fica nervoso quando eu saio*"; "*fica triste nos dias que eu to no grupo"*. De um modo geral, a postura das mulheres diante da reação dos maridos é de convencimento**,** como nos diz uma das entrevistas: "*Meu marido chegou ao ponto de dizer: 'ou o artesanato ou eu'. Hoje ele está se acostumando a não criar obstáculo*".

Outro ponto a ser destacado é sobre a imagem social que as entrevistadas fazem de si. Quando perguntadas sobre o que é ser mulher, essa imagem se constrói,

prioritariamente, na relação estabelecida com o conjunto da sociedade e na relação com os homens: pai, marido, companheiro político. Há uma sacralidade da maternidade – uma das condições para ser socialmente respeitada.

Trata-se de um processo que se constituiu ao longo de sua existência, com base nas relações de dominação e que atribui às mulheres um lugar de inferioridade e desqualificação social. Entretanto, a introjeção desta imagem não impede a valorização de si próprias e a percepção de si como sujeitos portadores de direitos. Elas não estão reduzidas à visão do outro, na medida em que consideram que sua condição de mulher não é devidamente valorizada socialmente.

No decorrer das entrevistas as especificidades sobre ser mulher amiúde despontavam como legitimadoras de um determinado comportamento que sinaliza, sobretudo, para a coragem e a capacidade de união das mulheres. Do que foi possível inicialmente perceber, o grupo produtivo se constitui em um dos espaços por excelência de construção e/ou de fortalecimento de uma representação sobre a mulher como uma pessoa com direitos, "*guerreiras*", etc.

Um dos recursos analíticos que nos auxiliam a compreender melhor esta relação é a categoria gênero. No meio rural a questão de gênero é central quando se toma o papel da mulher como sujeito de reprodução do campesinato brasileiro. As relações de gênero são relações que se naturalizam a partir de discursos, normas, valores e práticas que vão passando de geração em geração, em que se definem, tanto o "lugar e papel" tradicional das mulheres (o espaço doméstico, privado, de reprodução da família, onde as regras se estabelecem sob valores morais) quanto o "lugar e papel" dos homens (o espaço público, da vida pública, da participação política, da produção de bens).

Esta divisão simbólica ganha materialidade na vida cotidiana dos sujeitos nela envolvidos a partir da divisão sexual do trabalho e a forma com que normatiza os papéis desempenhados e sua legitimidade se constrói fazendo referência ao sexo biológico. Estes se tornam princípios e valores que são incorporados e passam a fazer parte do que é "natural e inquestionável", ganhando *status* de verdade.

BOURDIEU (2005) alerta para a necessidade de desconstrução da idéia primeira de que gênero e sexo signifiquem a mesma coisa. Para esse autor, a ligação entre os conceitos se faz e ganha força simbólica não porque são complementares, mas porque o caráter social da relação de poder que está nas relações de gênero ganha força de verdade inquestionável na natureza biológica dos sexos.

> A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas […], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. […] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (p. 17)

Neste sentido, utilizar o conceito de gênero nos auxilia a compreender as relações de poder que estão "por trás" das relações sociais, sobretudo de forma a potencializar o questionamento da lógica que estrutura a vida das mulheres, tais como a divisão sexual do trabalho que merece ser mais bem compreendida.

Para Hirata (1995) a organização entre os sexos não é a forma exclusiva de divisão do trabalho em uma cultura ou sociedade e, tampouco, é exclusiva das nossas sociedades ocidentais, porém, sua importância reside na capacidade de proporcionar visibilidade às relações sociais. Isso porque a divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas).

Há nesse processo de divisão distintas posições para cada membro da família (homens, mulheres, jovens, crianças e idosos). Os homens se dedicam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinam ao comércio e as posições políticas da sociedade como participação em cooperativas, associações, acesso a financiamentos em bancos, etc. O trabalho da mulher está "mais próximo" da casa: as pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos), a horta ou dentro da própria casa; o cuidado e educação dos filhos, preparo das refeições, limpeza da casa, cuidado com as roupas, ou seja, as tarefas rotineiras. Esses trabalhos são os considerados "leves" (PAULINO, 1987).

Cabe neste ponto destacar as motivações que levam as mulheres a formarem ou participarem dos grupos. Quando perguntadas sobre a principal motivação, 43,8% das mulheres afirmaram que a oportunidade de geração de renda foi determinante ("*Retorno financeiro*". "*Ganhar dinheiro*". "*Ter renda*". "*Comprar casa*". "*Tinha pouca renda*"), 31,2% dizem que é a sociabilidade ("*Sozinha nós não somos nada*". "*Terapia. Ter com quem conversar*". "*Partilhar*". "*Consolidação das amizades*". "*Ajuda a lidar com a lentidão dos acontecimentos do assentamento*"), 18,8% vêem como possibilidade de experiência e aprendizado ("*Vontade de aprender*". "*Vontade de ensinar*". "*Ter*

experiência") e 6,2% acreditam que ajuda no assentamento ("*Queremos ajudar no crescimento do assentamento*").

Essa questão é mais bem compreendida quando as mulheres são questionadas sobre quais os pontos positivos dos grupos para elas e 42,8% afirmam que o grupo é uma possibilidade de trabalho ("*Aproveita para trabalhar*". "*As pessoas estão trabalhando*". "*A força para trabalhar*"), 28,5% afirmam que é a questão do convívio e companhia das mulheres ("*Um convívio e um trabalho prazeroso*". "*Se distrair e se divertir*". "*Pela companhia das mulheres com quem trabalha*"), para 14,3% é a força de vontade e empenho ("*A força de vontade e a união das mulheres*". "*A força e o empenho das mulheres*") e 14,3% afirmam ser mudança de vida ("*Mudança de vida e de renda*").

Portanto, as entrevistadas identificam múltiplas motivações e pontos positivos na participação de um grupo de mulheres, que perpassam por questões econômicas (geração de renda), sociais (sociabilidade e união), culturais e simbólicas (mudança nas relações com os maridos), políticas (envolvimento com o assentamento) e produtivas (experiência e aprendizado).

No que se refere à relação das mulheres rurais com a propriedade da terra, o acesso dá-se através do casamento e, algumas vezes, por herança. Com relação à herança, PAULILO (2004) constatou que, em Santa Catarina e nos demais estados do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, o costume é o de dividir a propriedade entre os filhos homens. Nesta pesquisa com as mulheres envolvidas com os grupos produtivos essa tendência se reafirma na medida em que 47% dos lotes está no nome exclusivamente do marido, 29,4% em nome próprio, 11, 8% tem titularidade conjunta e 11,8% tem o lote em nome do pai. Para BUTTO (2003), a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas outras políticas públicas paralelas voltadas para a agricultura familiar, como é o caso do crédito rural. Esta questão se reafirma nos cinco grupos produtivos pesquisados na medida em que, quando perguntadas se conhecem o PRONAF Mulher ou tem acesso, 35,5% não têm acesso e nunca ouviu falar, 41,2% não tem acesso, mas já ouviram falar e apenas 23,5% acessaram. Quando perguntadas sobre o porquê do não acesso, as respostas variavam entre insegurança, medo da dívida e desconhecimento, como podemos ver nos relatos: "*Pronaf é fazer dívida*"; "*não quero ficar devendo*"; "*não dá para mexer com banco*"; "*tentei mas não consegui*"; "*não conheço a regra*". Para as

mulheres que acessam as impressões são bem distintas: "*É importante porque é um financiamento diferenciado*"*;* "*dá oportunidade à mulher de comprar máquinas*".

Em contrapartida, estas mulheres apresentam um histórico de participação em diversos espaços políticos como associação do assentamento, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, igreja, dentre outros. Isso demonstra uma tendência destas mulheres a romperem com a dicotomia público *versu*s privado/doméstico, e incidirem diretamente nos espaços de representatividade e que estão diretamente relacionados aos seus interesses diretos. Na pesquisa 100% participam da associação, 82,3% de cultos religiosos, 52,9% de sindicatos, 47% cooperativas, 47% de outros grupos e 17,6% de partidos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser visto acima, as mulheres integrantes dos grupos tem um perfil relativamente definido: faixa etária acima de 40 anos, com baixa escolaridade, casadas, de origem rural (embora suas ocupações não se restrinjam a atividade agrícola), a maioria auto-definida como negras e morenas, com baixo acesso ao crédito rural e elevada participação em espaços públicos. Embora sejam perfis muito semelhantes com o daquelas mulheres que não participam de grupos produtivos, é de suma importância destacar como a sua organização provoca transformações nas suas vidas, distinguindo-se do estilo predominante de mulheres rurais.

É importante apontar que a participação no grupo de mulheres tem modificado algumas estruturas e relações, onde a questão da renda juntamente com a sociabilidade são determinantes nesse sentido, já que isto está diretamente relacionado à possibilidade das mulheres questionarem o lugar tradicional e construírem outros espaços sociais. Assim, chamamos atenção para as diferentes racionalidades que se apresentam para *estarem* em grupo ou *participarem* de grupos. A questão da sociabilidade e a possibilidade de geração de renda são as mais facilmente identificáveis, porém a idéia de construção de autonomia, de ter mais liberdade e de poder escolher rompe com a identificação dos grupos com espaços de produção *stritu senso.* Estas racionalidades também se relacionam não só ao espaço social (*ser mulher assentada*), mas também as possibilidades (*ser mulher do grupo*) e desejos de cada uma (*ser mulher de luta*).

É central destacar que a presença do grupo altera algumas ordens até então inimagináveis em muitos contextos familiares. No grupo Pé da Serra (Bonito/MS), por exemplo, a contribuição da renda da mulher passa a ser superior a do homem e isso

provoca significativas transformações na decisão familiar sobre o destino dos recursos e proporciona às mulheres uma maior autonomia. Já no grupo Fibra e Arte (Macaé/RJ) e Liberdade (Pitimbu/PB), a mulher passa a ser a dona do seu trabalho (não é mais um trabalho de ajuda), e o marido é quem vai tirar a palha para o artesanato, alterando a dominação simbólica no momento em que o homem é quem passa a "ajudar". Esses exemplos possibilitam compreender a espessura das transformações, rompendo, mesmo que localizadamente, algumas estruturas históricas baseadas nas relações de dominação e que atribuía às mulheres um lugar de inferioridade e desqualificação social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUNO, Regina. BORDALO, Caroline. WESZ JUNIOR, Valdemar; JALIL, Laeticia e AQUINO, Silvia. Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres em Áreas de Reforma Agrária situadas em Territórios da Cidadania. *Relatório de Pesquisa* Contrato de Prestação de Serviços n.209411. PCT - Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – REDES/IICA-MDA – NEAD – Rio de Janeiro, fevereiro 2010.

BRUNO, Regina. Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres em Áreas de Reforma Agrária situadas em Territórios da Cidadania. In: *Encontro da REAF* – Brasília, 2010. (Apresentação em slides).

BUTTO, Andréa. *A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas.* In Seminário "Gênero y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural", Anais. Natal: 14 a 17 de julho, 2003.

CARNEIRO, M. J. "Esposa de agricultor na França". Revista *Estudos Feministas*, vol. 4, nº 2. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1996.

CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido–espaço permitido no contexto da Reforma agrária.* Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.

HEREDIA, B. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, B. e CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. O Progresso das Mulheres no Brasil.* Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em http://www.mulheresnobrasil.org.br.

HIRATA, H. *Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*, vol. 1, nº 65, p. 39-49, janeiro-março. Brasília: MEC/Inpe, 1995.

MELO, Hildete Pereira de. DI SABATTO, Alberto. "Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil". In *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no mercosul.* Brasília: MDA, 2006. p.83.

PAULILO, Maria Ignez. "O peso do trabalho leve". *Revista Ciência Hoje.* Rio de Janeiro: SBPC, vol. 5, nº 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez. "Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise". In *Revista Estudos Feministas***,** UFSC, vol. 12, nº 1, p. 229-252, 2004.

SHIVA, Vandana. *La práxis del ecofeminismo*. Barcelona. Ed. Icaria. 1998.

O TRABALHO PLURIATIVO DA MULHER QUILOMBOLA NA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E MANUTENÇÃO DA FAMILIA NO VALE DO RIO DOCE/MG

Maria Aparecida Dos Santos Tubaldini

Profa. Dra. Associada III da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: ubaldini1@uol.com.br

GT04 - Família, gênero e geração

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte integrante de um amplo projeto desenvolvido no Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar do Instituto de Geociências (IGC) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), "O Papel da Mulher em Comunidades Rurais e Periurbanas e em Núcleos de Afro-descendentes e Imigrantes no Processo de Reelaboração da Diversidade Cultural do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais".

A pesquisa desenvolvida no ano de 2009 analisa a realidade particular do trabalho feminino na comunidade rural afro-descendente do Barro Preto, tratando com maior enfase o trabalho externo das mulheres como diaristas nas empresas empreiteiras no ramo da silvicultura e de revegetação de antigas áreas de mineração

A Comunidade do Barro Preto localiza-se no município de Santa Maria de Itabira, Zona Metalúrgica de Minas Gerais, cuja população ainda detém parcialmente o perfil de agricultores familiares em suas próprias terras e parceiros em terras de fazendeiros vizinhos. A população da Comunidade são agricultoras(es) familiares, e trabalhadores externos reunidas no distrito do município -; conceituado pelo IBGE como aglomerados urbanos, porém no caso de Barro Preto não fornece serviços à população para que se possa defini-lo como tal, se mantendo ainda com especificidades rurais- (TUBALDINI, M. A. S. et all (2009).

A Comunidade do Barro Preto possui cerca de 150 casas compostas por pequenos quintais, onde são cultivadas reduzidas áreas de feijão, arroz e milho, além de serem criados animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, utilizados como complemento na dieta

alimentar familiar. A prática da parceria para produção de alimentos, comum no passado, não tem acontecido com a mesma freqüência nos dias atuais, pois as terras de plantio estão destinadas às pastagens artificiais e à monocultura do eucalipto.

A estrutura familiar no núcleo comunitário é forte, sendo marcada por intensos laços matriarcais, já que as mulheres possuem importante e fundamental papel como (re)produtoras, agregadoras e mantenedoras das relações sociais, econômicas e culturais, além de se destacarem como provedoras integrais ou parciais das necessidades financeiras em muitas famílias. Apesar dessa característica, os homens/pais desempenham importante papel na Comunidade, também se destacando como chefes e provedores da família.

As mulheres nessa comunidade negra rural possuem um papel ativo, sendo consideradas como importantes agentes no desencadear dos processos sócio-econômicos locais, desempenhando inúmeras atividades diárias, tais como o trabalho rural assalariado no plantio e recuperação de áreas degradadas pela mineração, de professoras, artesãs e outras profissões. Além da prática de atividades remuneradas, ainda cabe a essas mulheres o papel sócio-historicamente construído e a elas tradicionalmente confiados de mães, esposas e donas-de-casa. Cabe a elas também a manutenção e transmissão do patrimônio cultural das memórias das vivências atuais e dos seus antepassados, da alimentação, artesanato e danças.

Os objetivos gerais da pesquisa consistiram em identificar e analisar o trabalho das mulheres na Comunidade do Barro Preto, definindo a sua contribuição sócio-econômica para a reprodução e manutenção da familiar e as relações sociais processadas no interior dessa comunidade de remanescentes quilombolas

O objetivo específico busca analisar os trabalhos extra familiar e extra comunidade desenvolvidos pelas mulheres como diaristas nas empresas TERVIT, DJ e HM, ligadas ao ramo da silvicultura e resgate ambiental de áreas de mineração da VALE DO RIO DOCE e CENIBRA(Celulose Nipo-Brasileira S/A) .

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica consistiu em um dos pilares para a elaboração das análises teóricas desse estudo, possibilitando o fornecimento de subsídios às discussões desenvolvidas. As análises do trabalho feminino são tradicionais na Geografia Agrária,

fazendo interface com a Sociologia Rural e a Antropologia utilizadas para trabalhar os aspectos etnográficos, além da Cartografia nas representações dos elementos espaciais e mapeamentos temáticos.

Este estudo demandou o levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre as diferentes possibilidades de trabalho da mulher dentro e fora do domínio privado do lar, bem como a sua fundamental importância na reprodução sócio-econômica de sua família e a discussão da intensa jornada de trabalho diário desenvolvido por elas

As atoras sociais dessa pesquisa são mulheres trabalhadoras assalariadas em diversas profissões, empregadas trabalhadoras de 03 (três) empresas privadas que atuam na recuperação e recomposição vegetal de áreas degradadas por atividades de mineração e na monoculturas de eucaliptos – DJ, HM e TERVIT -, professoras regulares e educadoras de dança na escola da Comunidade, aposentadas/pensionistas (sendo uma ex-assalariada de recuperação de áreas degradadas), funcionárias públicas concursadas, auxiliar de enfermagem, conselheira tutelar, doméstica e salgadeiras para representar a diversidade de profissões femininas existentes na comunidade.

Para analisar e interpretar a realidade particular das mulheres trabalhadoras que integram a Comunidade do Barro Preto no Vale do Rio Doce/MG selecionou-se aleatoriamente, para compor a amostragem, 36 mulheres assalariadas desempenhando diversas atividades que representam a variedade de profissões existentes no local de estudo.

A coleta de dados foi obtida por meio de entrevistas direta com perguntas semi-estruturados direcionados às mulheres e o recurso do registro da história oral aos grupos de pessoas mais idosas, que juntos permitiram a obtenção de informações sobre a história e formação da comunidade quilombola.

A metodologia deu suporte à análise da realidade e do cotidiano feminino na Comunidade através dos depoimentos das mulheres entre julho e dezembro de 2009 sobre suas situações de vida, trabalho, divisão de tarefas domésticas e a pluriatividade do trabalho delas, além da luta por melhores condições de vida para a sua família.

ASPECTOS TEÓRICOS - COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E CAMPESINATO

As discussões teóricas partiram do entendimento de comunidades negras rurais, abordando a sua origem, seu processo de formação no território brasileiro. As comunidades

negras rurais geralmente surgidas de antigos quilombos se consolidaram após a promulgação do ato da Abolição da Escravidão em 1888 no Brasil.

Autores como FUNARI e CARVALHO (2005: 24), através de suas pesquisas, acreditam que o termo quilombo foi adotado "*apenas tardiamente para se referir a Palmares, e depois se expandiu por toda a colônia para designar um refúgio de escravos. Sua origem é africana, e parece querer dizer separado"*.

No século XVII, a palavra quilombo era utilizada em Angola para designar uma sociedade guerreira, representando assim, os povos africanos. O Conselho Ultramarino, em correspondência enviada à Coroa Portuguesa, caracterizou os quilombos, como *"toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele"*.

ANJOS (1999: 8-9) coloca que os quilombos "*apresentam uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro, dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações de grupos do movimento negro"*.

Nos quilombos, foi possível aos ex-escravos formarem núcleos agrícolas, o que era dificultado ou mesmo impedido pelos senhores em suas fazendas. Assim, como as terras ocupadas pertenciam coletivamente ao quilombo, todos tinham acesso à mesma, sendo a produção agrícola, base da economia dessas unidades, desenvolvidas individualmente ou coletivamente, esta última praticada em regime de solidariedade, como ocorre em comunidades camponesas.

O sustento nos quilombos era obtido através da policultura de subsistência, a partir de cultivos de milho, feijão, mandioca, inhame, abóbora, bananas, dentre outras culturas base de sua alimentação, bem como da caça, pesca e extrativismo vegetal. BRAZIL (2006: 13) observa: pela primeira vez "*o trabalhador escravizado apropriava-se de sua capacidade de trabalho, compartilhando-a com o grupo quilombola*".

Contudo, mesmo com a criação de núcleos agrícolas, os quilombolas não se fixavam a terra, como o camponês brasileiro, a exclusão imposta pela política territorial forçava-os a se deslocarem para "conquistar" ou adquirir novas terras para produção. Para os quilombolas "*não havia, e não podia haver, preocupações com a posse da terra. Para o quilombola, a terra não tinha valor comercial"*, FIABANI citado em BRAZIL (2006: 13).

Após a extinção da escravidão, grupos de ex-quilombolas e afro-descendentes em geral começaram a formar o campesinato negro, passando daí em diante a lutar pela conquista das terras que já ocupavam por muito tempo. SILVA e BRAZIL (2006: 02), colocam *"(...) após a Abolição, essas comunidades deram origem a um campesinato negro que tendeu a se fechar sobre si, como já haviam feito os caboclos descendentes de nativos"*.

A retomada aos estudos sobre o passado escravista no Brasil, na década de 1970 por intelectuais comprometidos com a causa negra decorre a importância dos quilombos para a questão agrária pela influência nos padrões lingüísticos e culturais nacionais. A luta dos afro-descendentes em territórios rurais pelo reconhecimento jurídico e legal do direito de posse de suas terras culminou com o Decreto nº 4.887/2003, regulamentando o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de antigos quilombos mencionados no Artigo 68 do ADCT.

QUESTÃO DE GÊNERO: O TRABALHO DA MULHER

As relações entre gêneros não se encontram prontas e acabadas. Na verdade, elas estão em permanente processo de troca de valores e conhecimentos que possibilitam continuamente (re)construções e transformações no contexto das relações sociais e dos processos culturais. Assim, cada sujeito, masculino e feminino, mantém traços das suas particularidades no espaço, onde compartilham as suas experiências e vivências.

As diferenças construídas socialmente nas relações entre os gêneros masculino e feminino estão fundamentadas no confronto de poderes entre a vida pública e a privada, resultando em vivências hierarquizadas entre os dois sexos.

Na sociedade em que vivemos, sob uma organização ocidental descendente de uma cultura patriarcal, machista, conservadora e centralizadora, o papel da mulher ainda é marcado pela submissão e, prioritariamente, pela responsabilidade em relação aos afazeres domésticos e desenvolvimento dos filhos. Ao homem cabia o sustento da casa, sendo responsável, exclusivamente, pela manutenção material de sua família. Nessa concepção, ele deveria assumir um caráter dominador e forte, transformando-se no centro das atenções familiares e mantendo o seu ponto de vista, que julgava como o melhor em sobreposição aos interesses alheios. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho diferenciava os papéis sociais: ao homem, eram destinados o trabalho remunerado e a vida pública; à mulher, as atividades

estavam circunscritas ao espaço privado do lar, acumulando a responsabilidade na criação dos filhos, nos cuidados com o marido e nas tarefas domésticas.

O trabalho remunerado e o não-remunerado realizado habitualmente pelas mulheres na esfera privada, como: artesanato, plantio e cuidados com a casa e a família, consistem em dimensões do trabalho social que se encontram intimamente ligadas, estando invisível por muito tempo aos "olhos da sociedade", e considerado como complemento ao trabalho do homem.

A mudança na divisão de trabalho entre os gêneros ocorre após a gênese do processo de industrialização e expansão capitalista. O homem, obrigado a ingressar no ambiente de trabalho assalariado perde em grande parte ou totalmente sua capacidade de auto-sustento que detinha quando ainda possuía uma relação de sustentabilidade com a produção rural.

Sob a nova organização industrial, os rendimentos do homem passaram a ser insuficientes para o sustento familiar. Como solução para aumentar a renda do lar, a mulher se viu obrigada a também vender a sua força de trabalho no mercado capitalista, alterando, assim, a organização da antiga estrutura sócio-cultural de divisão entre gêneros. cita MALDANER e STADUTO (2006: 02),

> A maior participação feminina no mercado de trabalho é explicada por muitos autores como resultado de determinantes econômicos como a crise, o empobrecimento da população e a conseqüente degradação das condições de vida; no entanto, uma hipótese bastante plausível é a de que, além disso, estariam ocorrendo mudanças nos valores relativos ao trabalho feminino, o que conferiria ao fenômeno um atributo de irreversibilidade.

As condições de vida e de trabalho da mulher nos espaços público e privado – compostos pelo ambiente de trabalho extra-doméstico e doméstico -, foram submetidas a intensas transformações, especialmente a partir de meados do século XX. É inegável que muitas conquistas foram e estão sendo obtidas pelas mulheres. Porém, ainda há um longo caminho ser percorrido devido às múltiplas formas de discriminação e desvalorização a que estão submetidas pela divisão sexual do trabalho, a forte pressão e cobranças no ambiente de trabalho e sobretudo, devido à sobrecarga de atividades, com dupla e às vezes tripla jornada de trabalho.

Atualmente, as transformações contemporâneas no mercado de trabalho possibilitaram também uma flexibilização das relações de gênero: os papéis atribuídos aos

homens e as mulheres começam a apresentar maior mobilidade. Já não se pode responsabilizar a divisão sexual do trabalho como a principal determinante na divisão entre gêneros, uma vez que a atuação feminina no mercado de trabalho se tornou ampla e consolidada no sistema econômico, em um ambiente antes tido como exclusivamente masculino.

No âmbito da divisão sócio-cultural, ainda permaneceu como atividade essencialmente feminina os cuidados com a casa e com a família, forçando as mulheres a iniciarem uma fase de acúmulo de jornadas de trabalho desgastantes, desvalorizadas e que não eram reconhecidas socialmente. A partir da sua introdução no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, a remuneração obtida pela mulher passou a se apresentar como um complemento da fonte principal da renda familiar, e/ou como principal rendimento do seu domicílio conforme analisa SORJ (2004: 112),

> A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Esse princípio faz com que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes.

Assim, as conquistas inerentes à crescente participação feminina na esfera de produção econômica do trabalho remunerado, possibilitaram significativos avanços na sua busca por maior autonomia, além de realização profissional e pessoal.

O TRABALHO FEMININO NA COMUNIDADE DE BARRO PRETO

No contexto específico da Comunidade do Barro Preto, de afro-descendentes remanescentes de um quilombo rural, os núcleos familiares apresentam a realidade de acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas pelas mulheres. Segundo a discussão e análise das informações obtidas, elas desenvolvem atividades remuneradas na esfera pública objetivando complementar a renda familiar e também o auto-sustento, conforme observado no caso das solteiras e que não possuem filhos. Também se registrou a busca pela satisfação profissional e pessoal. Dessa forma, as mulheres dessa Comunidade podem vir a acumular até três jornadas diárias de trabalho, sendo que as atividades não estão necessariamente relacionadas ao ambiente rural. A primeira jornada refere-se às atividades restritas à esfera privada, de organização da casa e cuidados com os familiares, as quais elas foram habituadas a realizar desde crianças. A segunda ocorre no desempenho do trabalho extra-domiciliar,

onde elas se sujeitam a condições de trabalho precárias e adversas visando gerar o mínimo de renda para a sua família. Como terceira jornada de trabalho, as mulheres ainda cultivam alimentos e criam animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, para auxiliar no sustento familiar.

Esse acúmulo de tarefas faz aflorar sentimentos contraditórios de superação e incompletude nessas mulheres, que lutam para superar as suas limitações de energia física e de tempo para dar conta de produzir e desenvolver inúmeras atividades diárias. No entanto, a cobrança subjetiva é muito forte quando elas não conseguem produzir da maneira que julgam ser a melhor para atender as necessidades de sua família, principalmente com relação às demandas dos filhos, principal motivação para o empenho das suas atividades.

O trabalho externo como trabalhadoras assalariadas em Empresas de Recuperação Ambiental de Áreas Mineradas contribui como maior rendimento das mulheres na Comunidade, para a manutenção financeira da casa conjuntamente ao trabalho como professoras e por ultimo, o trabalho na formação de mudas de eucaliptos. Ao acumularem funções de mães, esposas, donas-de-casa e agricultoras familiares conjuntamente ao externo à comunidade, o trabalho desenvolvido por elas adquire caráter pluriativo.

Muitas mulheres de Barro Preto correspondem à chefes de família, sendo responsáveis pelo sustento dos filhos e do marido desempregado ou que recebe um salário inferior ao dela. A mulher/mãe desempenha ainda outro papel de extrema importância na família, pois acumula as tradicionais funções de apoio, aconselhamento, cuidados, o exercício da autoridade e referência moral para os seus filhos.

Apesar da Comunidade de Barro Preto apresentar fortes traços matriarcais, em muitos casos, as mulheres são submissas e dependentes de seus maridos e companheiros, ainda que elas sejam as responsáveis diretas pela reprodução financeira familiar.

Significativa parcela da liderança local é composta por homens, as mulheres cabe administrar as tarefas domésticas e cuidados com a família, ficando restritas a participação nos movimentos sociais e políticos externos a comunidade, demonstrando a desigual divisão do trabalho, embora participem ativamente de reuniões da AQUBI (Associação dos Quilombos Unidos do Barro Preto e Indaiá). Entretanto, elas também possuem uma importante liderança feminina, que representa a todos da Comunidade no cenário estadual e

nacional, reivindicando e lutando pelos direitos quilombolas de reconhecimento e permanência em seu território cultural.

No desenvolvimento da pesquisa também se procurou avaliar o sentimento dessas mulheres extremamente atarefadas com relação à noção de tempo, uma categoria complexa e construída sócio-historicamente (LEAL e DA COSTA, 2006: 01). Como é o tempo delas? Resta algum período do dia para que possam ter cuidados com elas próprias, relacionados com a sua saúde, estética, descanso, atividades de lazer, enfim, os cuidados na esfera pessoal e de lazer? É certo que o tempo para essas mulheres não pode ser considerado como o mesmo experimentado e vivenciado pelas mulheres que moram em sociedades urbanas, já que o espaço em que estão inseridas possui características peculiares, mesmo que tenham incorporado inúmeros elementos do cotidiano urbano. A noção de tempo adotada tem como referência o período gasto para o desempenho de todas as atividades executadas pelas mulheres ao longo do dia, sendo, portanto, subjetivo, pois cada uma delas possui uma noção de tempo diferenciada. A longa jornada de trabalho desenvolvida pelas mulheres da Comunidade de Barro Preto implica em significativas repercussões em suas vidas que alteram o uso do seu tempo pessoal, pois elas têm obrigatoriamente que se dividir entre as atividades do lar e as desempenhadas fora do ambiente doméstico. Essas últimas, de maior importância, pois através delas, as mulheres podem contribuir com o orçamento familiar, tornando-se provedoras ou co-provedoras. Mesmo assim, as mulheres ocupam postos de trabalho de baixa remuneração e desenvolvem atividades mais discriminadas quando comparadas com as desempenhadas pelos homens do local.

Nos contatos iniciais com a Comunidade do Barro Preto, já foi possível perceber o termo utilizado por todos os moradores para designar as mulheres que trabalham nas empresas de recuperação e recomposição vegetal: elas são denominadas de **"as donas"** que trabalham na DJ, HM e TERVIT que trabalham na DJ, da HM, e da TERVIT. Pudemos inferir após diversas entrevistas e conversas com a população masculina, que essa denominação é um termo respeitoso criado para elas, e também, porque os homens da Comunidade também atuam nessas empresas,porém em baixo número, tornando essa denominação uma diferenciação entre os gêneros. Os homens respeitam este trabalho feminino mesmo porque a maior parte deles se encontrarem empregados na indústria mecânica ligada à siderurgia e construção civil em inúmeros municípios mineiros e em outros Estados.

Cabe ressaltar, ainda, que as empresas de reflorestamento têm uma preferência em contratar mulheres locais, pela experiência com o trabalho rural, afinal, muitas delas praticavam e ainda desenvolvem cultivos agrícolas em seus pequenos quintais e na parceira com fazendeiros vizinhos. Soma-se a isso, o fato delas serem responsáveis, solidárias, *"guerreiras"* e não *"rejeitarem serviço",* pois precisam trabalhar para auxiliar ou assumir integralmente o pagamento das despesas familiares**.** O *"não rejeitar o serviço"* está ligado a exigência de produtividade dia, e das condições do sitio - escarpas com acentuada declividade, onde são semeados capim, plantadas as árvores e feito a roçada para o capim não abafar as mudas das árvores.

O trabalho é considerado "pesado" para as mulheres, por demandar grande esforço físico, o manuseio de ferramentas com corte como foices e "machadinhas"; carregar pesadas sacas de mudas ao longo das fileiras de plantio e por serem atividades desenvolvidas em ambientes abertos e ficarem expostas à intensa radiação solar e às chuvas.

Em suas respostas, as entrevistadas demonstram os valores inerentes ao caráter das mulheres com este trabalho, além da importância econômica do rendimento para a complementação ou pagamento integral das despesas familiares. Uma das "donas" que trabalha em uma empresa de reflorestamento fez a seguinte afirmação, quando questionada sobre a importância deste trabalho para a manutenção da Comunidade: "*Porque as mulheres aqui não têm medo de serviço, 'enfrenta' qualquer coisa, sempre estão ali lutando, ajudando os maridos não importa se eles ganham pouco ou se 'ganha' muito. Querem entrar sempre com o dela junto pra estar ajudando"*. Uma salgadeira e doceira da comunidade, também fez a seguinte declaração sobre as "donas" de sua comunidade: *"Elas trabalham, dão duro mesmo. Se não der pros homens ir, elas vão, trabalham. Não tem medo, não."* Outra moradora, coloca: "*A gente sabe, que muitas vezes, as mulheres trabalham mais do que os homens. Hoje em dia, tem parte das mulheres que estão trabalhando mais do que os homens. Mas os homens também fazem os serviços deles, 'né'*?". Dessa forma, as análises desses relatos permitem comprovar o quanto trabalham.

O deslocamento é diário e se faz em ônibus empresas de reflorestamento para o deslocamneto das trabalhadoras, da Comunidade até os diversos locais de serviço que podem estar localizados em municípios distantes e o retorno no final do dia. As mulheres saem da Comunidade por volta das 05:50 horas da manhã e retornam por volta das 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. È comum retornarem por volta das 21:00 horas, recebendo hora extra

por isso. O trabalho aos sábados permite "emendarem" os feriados prolongados ou quando a demanda por seus serviços é muito grande.

As vantagens apontadas por elas com o trabalho de recuperação ambiental nessas empresas são: os benefícios trabalhistas, tais como, as contribuições mensais ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), as cestas básicas (no caso da DJ e HM), vale cesta e refeição na empresa (TERVIT), assistência médica, transporte para as áreas de trabalho, pagamento de horas extras (TERVIT), pagamento remunerado das férias, 13º salário, além de terem a sua carteira de trabalho assinada e remuneração mensal fixa, muito importante para a manutenção e reprodução social parcial ou integral de suas famílias.

A primeira parte do trabalho diário das "donas" é conhecida como DSS – Diálogo de Segurança do Trabalho. Nessa etapa, todos os trabalhadores são orientados a procederem de acordo com as normas de segurança da empresa. Após essa reunião, assinam um termo de responsabilidade em que declaram estar cientes de que devem executar o trabalho de acordo com as orientações recebidas.

Em seguida, as trabalhadoras colocam os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), compostos por botina com biqueira de aço (nos períodos de chuvas, são utilizadas botinas de plástico com biqueira de aço), luvas de vaqueta (para proteção das mãos no momento de roçar, covear e coroar as plantas) e luvas de PVC (para o plantio, adubação química e orgânica). Utilizam-se luvas de raspa para o desmate, capacete com jugular, óculos, máscara, abafador de ruídos, uniforme e colete com refletor luminoso.

A cada dia realiza-se um tipo de serviço nas empresas, podendo ser a roçada com o auxílio de foices e machadinhas, no outro o coveamento, adubação, plantio, coroamento e nova adubação no final do processo de plantio das árvores. Todas as mulheres trabalham em duplas, em regime de "parceria" com suas vizinhas da Comunidade e amigas, para agilizar as tarefas numa área de 1000 m² desempenhadas diariamente, e concluí-las em tempo hábil. Nos dias de plantio, "as donas" recebem as mudas em sacos com peso variando entre 25 kg e 70 kg, que são distribuídas nas covas já preparadas por outros trabalhadores ou por elas mesmas em dias anteriores. Elas cortam o plástico que envolve as mudas, recolhe-o e coloca em depósito de resíduos sólidos; colocam a muda na cova e cobrem com solo para o crescimento da árvore.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da elaboração dessa pesquisa foi possível ratificar e ampliar as discussões sobre a importância do trabalho da mulher em núcleos rurais tradicionais.

Nessa Comunidade, as mulheres possuem um papel bastante ativo e importante na diversificação do trabalho no âmbito das unidades familiares, revitalizando as formas de produção e de reprodução da força de trabalho no meio rural e também no meio urbano, desempenhando assim, inúmeras atividades diárias que não estão associadas exclusivamente à produção de alimentos e matérias-primas.

A metodologia adotada enriqueceu a pesquisa, possibilitando conhecer e compreender o cotidiano das mulheres a partir dos depoimentos sobre suas situações de vida, identificar a pluriatividade no trabalho a divisão de tarefas domésticas e a busca por melhores condições de vida para as suas famílias.

Guardadas as devidas exceções, foi possível constatar que baixos níveis de escolaridade e capacitação profissional associados à escassa oferta de emprego na região, condicionou a principal atividade econômica desempenhada por 21 das 36 mulheres entrevistadas que é extremamente desgastante como recuperadoras de áreas degradadas pela mineração denominadas de “as donas”, principal trabalho das mulheres abordado nesta pesquisa.

A partir da introdução massiva delas no mercado de trabalho externo, suas remunerações passaram a complementar a renda familiar ou se tornou o principal rendimento do seu domicílio. Em alguns casos identificados na Comunidade, as mulheres desempenham o papel de chefes de família, responsabilizando-se pelo sustento integral de seus filhos e do marido desempregado ou que recebe um salário inferior ao delas. A sua participação nos movimentos sociais e culturais locais é fundamental para a reivindicação pela demarcação e titulação do seu território tradicional, além do resgate da auto-estima dos moradores e da cultura afrodescendente. O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu ampliar e elaborar novas discussões sobre a importância do trabalho feminino em comunidades rurais tradicionais, num contexto sócio-econômico e cultural próprios, como é o caso da Comunidade do Barro Preto.

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Rafael S. Araújo dos. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil** – Primeira configuração espacial. Brasília: Edição do Autor, 1999. 94 p.

BRAZIL, Maria do Carmo. Formação do campesinato negro no Brasil: Reflexão categorial sobre os fenômenos "quilombo", "remanescente de quilombo" e "comunidade negra rural". In: Encontro de História de Mato Grosso do Sul. 8. Dourados, MS. **Anais** ... Dourados-MS: ANPUH. 2006. CD

DELGADO, Lucília A. Neves. **História Oral** - Memória, tempo e identidades. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo e CARVALHO, Aline Vieira de. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. 74 p.

GOMES, Cícera Maria dos Santos; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. Trabalho feminino e participação sócio-político da mulher no semi-árido pernambucano. XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP. 2000.

GORBÁN, Débora. Experiencia y representaciones de una actividad particular. El caso de las mujeres cartoneras del Tren Blanco. In: III Congresso Iberoamericano de estudos de Género/ VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, 2006, Córdoba - Argentina. CD-Room do evento: Imprenta Universidad Nacional de Córdoba, 2006. 10 p.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). ***A*** **agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas, Sp V.2- Editora da UNICAMP, 1998.

LEAL, Álida A. Alves; COSTA, Denise F. da. Mulheres professores por entre os tempos da escola e da casa: algumas reflexões. In: III Congresso Iberoamericano de estudos de Género/ VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, 2006, Córdoba - Argentina. CD-Room do evento: **Imprenta** Universidad Nacional de Córdoba, 2006.

LOMBARDI, Sheila Priscila Makoski; STADUTO, Jefferson Andronio Raimundo; WADI, Yonissa Marmitt. Relações de gênero e movimentos sociais: O caso da Crabi-Paraná, Brasil. In: III Congresso Iberoamericano de estudos de Género/ VIII Jornadas de

Historia de las Mujeres, 2006, Córdoba - Argentina. CD-Room do evento: **Imprenta** Universidad Nacional de Córdoba, 2006. 7 p.

MALDANER, Iandra de Souza e STADUTO, Jefferson A. Raimundo. Desvalorização profissional: A importância do salário feminino para superar a pobreza do Brasil. In: III Congresso Iberoamericano de estudos de Género/ VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, 2006, Córdoba - Argentina. CD-Room do evento: **Imprenta** Universidad Nacional de Córdoba, 2006. 8 p.

MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 265p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

TUBALDINI, Maria A. S., Nogueira, M, Diniz, Garcia, Ricardo A., Raphael, F. Et all. A questão conceitual de aglomerados rurais: discutindo as categorias de classificação nos espaços rurais de município de pequena cidade. **Simpósio** Rural Urbano, Rio de Janeiro, UERJ, 2009 20 p.

OFICINAS DE ARTESANATO COM PAPEL JORNAL COM MULHERES RURAIS ASSENTADAS NO MUNICIPIO DE CAPÃO DO CIPÓ: relato de experiência

Vilson Flores dos Santos[1]
Paulo Roberto Cardoso da Silveira[2]
Jaqueline Mallmann Haas[3]
Paulo Fernando Righes dos Santos[4]

[1]Mestre, Pesquisador do grupo NEPALS/ UFSM. E-mail: vilsonflores@yahoo.com.br
[2]Prof. Dr. Pesquisador do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, UFSM
Coordenador do grupo NEPALS. E-mail: prcs1064@yahoo.com.br
[3]Doutoranda em Extensão Rural – UFSM. E-mail: jaquelinehaas@yahoo.com.br
[4]Engenheiro Agrícola, UFSM. E-mail: pfrighes@hotmail.com

GT 04 - Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

O relato que segue é fruto da experiência de extensionistas da Universidade Federal de Santa Maria, pertencentes ao grupo de trabalho NEPALS (Núcleo de Estudos e Pesquisa Alimentação e Sociedade), vinculado por sua vez ao departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural deparados com o desafio de organizar alternativas de ocupação, trabalho e renda para um grupo de mulheres assentadas, abordando o artesanato com papel jornal, como alternativa para esta realidade. O público alvo foram mulheres com faixa etária variando entre 16 e 55 anos moradoras de quatro assentamentos da reforma agrária localizados em uma área continua de 3.846 hectares, a leste do município de Capão do Cipó, no Estado do Rio Grande do Sul.

O histórico dos assentamentos é constituído de períodos diferenciados. O primeiro grupo de assentados chegou a localidade com a instalação do *Assentamento Federal Nova Santiago*, onde foram assentadas 43 famílias em 18/02/1987, em uma área de 1000,57 ha. O segundo grupo veio com a instalação do *Assentamento Federal Sepé Tiaraju*, onde foram assentadas 25 famílias em 18/05/1992, em uma área de 480 hectares. Já o terceiro grupo veio para o *Assentamento Federal 14 de Julho*, onde foram assentadas 32 famílias em 18/05/1992 uma área de 530 hectares. E o quarto e ultimo grupo é formado com a instalação

do *Assentamento Estadual Nova Esperança*, onde foram assentadas 100 famílias, em 11/12/2001, com uma área de 1830,77 hectares. Os assentamentos trazem em comum serem formados por pessoas provindas de áreas consideradas de extrema pobreza rural.

Em todos os grupos que vieram para esta área estavam presentes um considerável número de mulheres, quer como companheiras de futuros beneficiários da reforma agrária ou ainda como proprietárias de glebas de terras por sua participação no Movimento dos Sem Terra (MST). Este contingente aumentou na medida em que as filhas e os filhos destes casais foram constituindo novas uniões e permanecendo na gleba. Ao longo de 20 anos de assentamento, as mulheres se constituíram em importante ferramenta para a produção e o desenvolvimento deste espaço agrário onde ainda enfrentam inúmeras dificuldades no campo social e econômico.

Desta forma, quando o autor principal era professor na escola Chico Mendes do assentamento Sepé Tiarajú levantou-se o seguinte questionamento: que alternativas de ocupação, trabalho e renda podem ser viáveis para os grupos de mulheres já organizados nos quatro assentamentos.

Apresentou-se assim como objetivos no trabalho do artesanato com papel jornal: a) promover alternativas ocupacionais e de interatividade entre as mulheres assentadas; b) possibilitar a realização de atividade artesanal individual e em grupo; b) favorecer a adoção de praticas artesanais, como condição para a promoção de renda.

MULHERES RURAIS E AS RELAÇÕES COM A TERRA

As relações das mulheres com a terra datam dos tempos mais remotos da historia da humanidade, a mulher ainda no período mesolítico (10000 – 7000 a.C), era considerada figura divina, representante da fertilidade, razão pela qual devia cultivar a terra, pois, esta é aquela que alimenta, dá vida e não podia, portanto, ser cultivada por qualquer pessoa, mas, por aquela que tivesse boa relação com ela. Assim, somente a mulher tinha esta identificação, somente ela podia cultivar a terra, o que leva a crer então que as primeiras agricultoras foram as mulheres (HILÁRIO & CHACOM, 1987, p.42).

Para Cordoso & Malerba (2000, p.131), a mulher tinha neste período um papel fundamental no que se referia a família e a sociedade.

> A fêmea humana grávida era a metáfora central dos poderes da vida para povos que dependiam totalmente das forças espontâneas da terra a fim de juntar comida.

Na Idade Média, as mulheres camponesas trabalhavam muito: cuidavam das crianças, fiavam a lã, teciam e ajudavam a cultivar as terras. Aquelas com um nível social mais alto tinham uma rotina igualmente atribulada, pois administravam a gleba familiar quando seus maridos estavam fora, em luta contra os vizinhos ou em cruzadas à Terra Santa. Atendimento aos doentes, educação as crianças também eram tarefas femininas. (PERNOUD, 1977, p.14)

Assim, ao longo da historia humana observa-se que em determinados períodos a mulher teve elevada importância e em outros participou como coadjuvante nos processos de desenvolvimento social, mas sempre esteve ao lado do homem quando não a sua frente, sempre buscando uma vida melhor para si a seus familiares.

June Hahner (1981. p. 15), estudando a historia da mulher, aponta que esta foi facilitada em grande parte pela ascensão da história social e pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas.

A autora pondera que nos tempos atuais, é possível fazer uma reflexão sobre a historia da mulher, por que nos últimos tempos está ocorrendo uma grande mudança nos hábitos e costumes do cotidiano feminino, onde elas estão participando mais e discutindo com maior profundidade a ralação homem/mulher e sua condição social.

Já Rachel Soihet (1978, p.278), aponta ser válido considerar que a ascensão feminina na história também se deve a história cultural que, nas últimas décadas do século XX, apostou em novas temáticas e se interessou por grupos sociais até então excluídos do seu interesse, entre eles as mulheres.

Trabalhando ainda nesse viés, são relevantes as ponderações de Michelle Perrot (1998, p.186) quando destaca que: "[...] o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder".

Assim no tecido do tempo atual existe uma diversidade nas condições em que vivem as mulheres, mais nenhuma é tão diversificada como a das mulheres que hoje participam de movimentos que envolvem as questões de Reforma Agrária. Percebe-se que intensas mudanças tem se processado nos últimos tempos em relação ao crescimento e qualificação dos grupos femininos.

MULHERES RURAIS E A REFORMA AGRÁRIA

O crescimento de grupos de mulheres assentadas e o aparecimento de lideranças têm reafirmado o aprendizado das mulheres. Assim no processo de reforma agrária a mulher tem

se destacado na busca de melhor qualidade de vida para si e para seus familiares. Esta busca tem propiciado a mulher assentada a buscar cada vez mais, novas alternativas que proporcionem meios para o aumento de renda e maior estabilidade financeira, no espaço rural que lhe foi destinado.

Para Foucault (1994, p.21), a mulher assentada que já foi uma mulher acampada, é uma pessoa sofrida, que já teve uma trajetória de vida, mãe, religiosa, trabalhadora, que em situações adversas assume todos os compromissos da propriedade familiar rural. A mulher assentada participa ativamente de todos os acontecimentos relativos ao seu habitat conquistado. Esta realidade se processa nestes espaços rurais pelos mais diversos motivos entre os quais podemos destacar, fim de relação conjugal, viuvez, trabalho externo do cônjuge.

Neste sentido Borges (1997, p.132), com base em relatos, sustenta que algumas características comuns definem o perfil destas mulheres que participam desta população nestes espaços rurais.

> [...] há um traço comum que lhes confere uma identidade enquanto grupo – o nascimento na terra, o trabalho na terra, a peregrinação por outras terras, a expulsão da terra, a vida na cidade e a volta a terra, onde era o seu lugar.

Esta experiência da mulher vivida em diferentes estágios, faz com ela tenha dinamismo frente as dificuldades do cotidiano nas áreas de assentamentos. Assim, nos assentamentos rurais as mulheres são mais instruídas que os homens, após a chegada no assentamento, elas continuam a buscar cada vez mais instrução. Trata-se de uma constatação compreensível: as mães estudaram mais que os pais, e as filhas estudaram ou estão estudando mais que os filhos. Desta forma, na grande maioria dos assentamentos, as filhas são mais escolarizadas que as mães, esta particularidade contribui na transformação dos espaços rurais onde vivem.

O processo de reforma agrária da região das missões no Rio Grande do Sul, assume grande relevância na medida em que nas ultimas duas décadas já somam-se 49 assentamentos rurais neste região e neles esta se constituindo um considerável numero de mulheres, sendo que em alguns assentamentos os grupos femininos são superiores aos dos homens, e em todos eles a atividade feminina é tida como muito importante para a estruturação e desenvolvimento local.

Nos assentamentos do município de Capão do Cipó, esta realidade não é diferente, as mulheres estão buscando cada vez mais ocuparem espaços, participar do processo produtivo,

social e econômico. Para isto buscam qualificar-se e empreender práticas diversificadas que possibilitem o aumento de renda e a agregação de valores em seus produtos.

MÉTODO DE TRABALHO

As oficinas foram oferecidas a dois grupos de mulheres com idades entre 16 e 55 anos, formados por moradoras dos assentamentos da reforma agrária do município de Capão do Cipó, com cerca de 20 participantes cada grupo. Estes grupos foram coordenados por um professor da Escola Estadual Chico Mendes, localizada no interior do assentamento Sepé Tiarajú. As oficinas contaram também com a experiência de uma professora de artesanato da cidade de Santiago. Os encontros aconteceram as terças e quintas feiras e tinham duração de 8 horas cada um, durante três meses, totalizando 24 oficinas, sendo doze oficinas com cada grupo constituído. Em cada uma destas oficinas foram trabalhados temas, através de palestras e diálogos, como a terapia ocupacional, a gradativa orientação sobre a preparação de material para confecção de peças artesanais com jornais (constituição da peça, acabamento e pintura). Foram trabalhados também questões relativas a importância do artesanato em jornal como fonte de renda alternativa (vendas de peças individuais, vendas coletivas, participação em feiras e eventos rurais).

Nos encontros aconteceram palestras, troca de experiências e orientações sobre a confecção de peças de artesanato. Como forma de interação cada uma das participantes trazia algum item alimentar previamente combinado onde era realizado um almoço partilhado, sendo que na ultima oficina foi realizada uma festa de encerramento, que contou com a presença de todos os participantes e convidados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após um período de divulgação de que na Escola Chico Mendes do Assentamento Sepé Tiaraju iriam acontecer oficinas de artesanato, iniciou uma intensa procura por informações, mostrando o interesse pela temática. A grande demanda resultou na organização de dois grupos, levando-se em consideração o assentamento em que moravam, a disposição e interesse. Assim marcou-se o inicio do curso para um primeiro grupo e orientou-se às participantes sobre os materiais necessários para o inicio das atividades. As vagas acabaram sendo limitadas devido a falta de espaço e o tempo limitado. No entanto, ficou estabelecido que as contempladas pelo curso posteriormente agiriam como tutoras de possíveis novos grupos. Durante os encontros foi possível discutir alguns itens considerados importantes no

processo de qualificação destas mulheres, como por exemplo, a importância de uma terapia ocupacional e a interatividade com as outras mulheres assentadas, item este muito bem aceito pelos grupos

Para as mulheres assentadas, o espaço das oficinas serviu para discutir o cotidiano de cada assentamento, contando com relatos das mulheres sobre o histórico dos quatro assentamentos construídos no município, enfatizando aspectos relativos a produção e modo de vida. Destacou-se nestes grupos a diversidade de idade promovendo assim uma maior interação na medida em que as experiências tanto em relação ao período de acampamento, quanto de assentamento foram sendo relatadas durante os encontros.

O desenvolvimento da atividade artesanal foi realizado com muito sucesso na medida em que foram sendo constituídos os primeiros preparativos de cada grupo no sentido de desenvolver as habilidades para preparação do material que iria constituir as peças artesanais, centro de interesse das oficinas. O interesse de cada um dos participantes no aprendizado chamou a atenção na medida em que muitas das assentadas tiveram dificuldades iniciais devido terem as mãos rústicas do trabalho na terra, que aos poucos foram sendo superados pela vontade de aprender.

A chamada preparação do material se constituía em: com uma haste de metal (raio de bicicleta), fazer finíssimos canudos a partir de faixas cortadas de jornal usado, preparadas considerando o tamanho e formato da peça; sendo usado neste trabalho, tesouras para constituir as faixas de jornais previamente cortados, cola de papel para colar o final da constituição dos canudos.

De posse deste material, começa então a constituição da peça artesanal, que ao longo dos encontros iam tomando forma das mais diversas. Alguns componentes primavam por fazer pequenos porta cuias, outros por pequenas cestas, outros por cestos mais consistentes e desta forma surgiram as primeiras peças artesanais que trouxe emoção para muitas das participantes.

Durante o desenvolvimento das oficinas, foram confeccionados diversas peças artesanais por cada um dos participantes, que embora tenham começado de forma muito rústica, aos poucos foram tomando forma e se constituindo em belas peças artesanais ecologicamente produzidas.

A euforia que tomou conta do processo de produção das peças artesanais em papel jornal levou os participantes a buscar cada vez mais praticar sua confecção, assim elas confeccionavam peças em casa e traziam para serem observadas pela instrutora ou ainda corrigidas quando necessário.

Assim com o desenvolvimento das oficinas, alguns componentes de cada grupo destacavam-se e terminavam por auxiliar os demais juntamente com a instrutora. Esta experiência terminou por unir cada vez mais os grupos de mulheres que antes pouco se viam e algumas delas até então não se conheciam.

Após este período de aprendizagem, os grupos foram reunidos para tratarem de uma exposição publica dos trabalhos. Feita uma explanação pelo coordenador, de que todas deveriam participar de um evento que iria acontecer na sede do município de Capão do Cipó, onde estaria reunida toda a comunidade em torno da Amostra de trabalhos do Programa União faz a Vida, desenvolvido por este município. Surgiram muitas duvidas, medos, incertezas e muitas não queriam ir por achar que não iria dar certo.

Assim, a proposta era montar um destacado estante neste evento onde seriam expostos todos os trabalhos e se houvessem interessados seriam então comercializadas as peças. O estande foi montado com antecedência e todas as participantes das oficinas estiveram presentes na montagem do local que aconteceu no dia anterior ao evento. No dia do evento, que se realizou durante um sábado, as mulheres se fizeram presentes com seus familiares, (maridos, companheiros, filhos, parentes e amigos), que vieram prestigiar, mesmo morando em média a mais de 15 Km do local do evento.

Durante todo o evento aconteceu uma intensa visitação ao estande de artesanato, foram vendidos cerca de 45% do estoque apresentado. Também foi no evento que se realizou um contrato com algumas das artesãs para a confecção de peças, para uma loja localizada no município de Capão do Cipó. Mais tarde vieram outros convites para participações em feiras em outros municípios, além de participações em diversos eventos locais, que tem contato com o apoio do governo municipal. Assim, aconteceram as primeiras vendas de peças artesanais confeccionadas a partir de papel jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das oficinas de artesanato em papel jornal para mulheres dos assentamentos da reforma agrária do Capão do Cipó na região missioneira do estado Rio Grande do Sul, se constitui em uma experiência impar e de uma importância jamais antes alcançada. A medida em que esta atividade proposta ganhou importância e passou a figurar como uma importante ferramenta no desenvolvimento da auto estima destas mulheres, que encontraram no trabalho artesanal forma de participação social e com isto passaram a tomar gosto por se produzirem mais, de obter renda com este trabalho que evoluiu e passou a figurar como importante fonte de renda de diversas famílias.

Percebe-se, também, o fato de que muitas destas mulheres estão hoje ministrando cursos de artesanato para outros grupos dos assentamentos e fora dos assentamentos. Sendo esta ultima uma atividade que vem sendo desenvolvida a convite da secretaria de ação social do município que passou a ter nesta experiência uma de suas metas de trabalho no campo municipal.

Constitui-se assim, a partir desta experiência, alguns grupos de trabalho e grupos de convivência e com eles tem surgido novas idéias de valorização e qualificação das mulheres no município de Capão do Cipó.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada**: *identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

CARDOSO. Ciro Flamarion e MALERBA Jurandir (orgs.) **"Representações: Contribuição a um debate transdiciplinar**. Campinas , SP: Papiro Editora, 2000 – (Coleção texto do Tempo).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 10ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1994

HILÁRIO Franco Júnior, & CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1986.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: brasiliense, 1981..

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, . Nesta obra a autora dedica um terço do seu livro a analisar a situação da mulher na Europa, em especial na França.

RÉGINE PERNOUD **, "O Mito da Idade Média**",(Edições Europa-América,), com o título original **"Pour en finir avec la Moyen Âge"** (Seuil, 1977).

SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo.(Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 275.

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS COMUNIDADES RURAIS

Valmir Luiz Stropasolas

Professor Adjunto CCA/UFSC, Doutor em Ciências Humanas/UFSC.

E-mail: valmir@cca.ufsc.br

GT 04 – Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

Ao se analisar concepções teóricas e proposições de políticas, projetos e iniciativas orientados ao desenvolvimento rural de Santa Catarina e ao fortalecimento da agricultura familiar, especificamente, constatamos que há uma ênfase em se afirmar que, diante de um cenário de empobrecimento de grupos sociais rurais, de migração de jovens e de envelhecimento e masculinização da população que permanece nas comunidades rurais, é fundamental se investir nos jovens rurais como público estratégico das ações de desenvolvimento, visando sustar a sua saída para os centros urbanos e inseri-los nas políticas e ações governamentais. Algumas experiências como o caso do Projeto Microbacias em nível de Setor Público Agrícola e iniciativas de movimentos sociais, entidadades representativas sindicais e determinadas ONGs, intencionam inserir jovens rurais nas suas ações presentes ou futuras. É importante registrar, no entanto, que o público visado se concentra fundamentalmente na faixa etária de 15 a 25 anos, que é o segmento de idade e grupo social escolhido pelas instituições oficiais para qualificar e delimitar a categoria juventude rural. Todavia, ainda persiste a migração seletiva de jovens e, sobretudo, esse público ainda não tem sido incluído satisfatoriamente nas políticas e programas, nem acessado suficientemente os recursos disponibilizados pelas instituições. Por outro lado, constatamos uma lacuna essencial nesse processo: a invisibilidade das crianças rurais e a precária e insuficiente abordagem da infância rural na literatura e nas iniciativas das instituições que atuam nas comunidades rurais.

Ou seja, estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude, por um lado, passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento rural, por outro, diminui drasticamente nas comunidades rurais o número de indivíduos que poderia assumir este papel, pois ao alcançarem esta faixa etária os jovens e, sobretudo, as moças, vem recusando assumir a sua condição social no meio rural migrando para as

cidades em busca de uma profissão alternativa à de agricultor(a). Quanto às crianças, filhos e filhas de agricultores familiares, potencialmente se constituem na geração que vivencia, também, os problemas estruturais que afetam a condição social e econômica da suas famílias nas localidades em que residem, ao mesmo tempo que na sua trajetória individual, familiar e social rural (potencialmente) poderiam liderar os novos desafios demandados ao campo pela sociedade para o desenvolvimento rural sustentável. Contudo, o que se conhece deste público? Em que sentido está se orientando a sua formação e socialização, para ficar ou sair das comunidades rurais? Estas e outras questões de natureza multidimensional, que são objeto de uma pesquisa realizada e concluída em 2010 autor, com recursos do CNPq, em determinadas regiões de SC, relativizam e colocam em xeque determinadas proposições de desenvolvimento rural que elaboram idéias equivocadas da natureza essencialmente econômica dos interesses das famílias rurais ou que concebem as crianças como seres passivos e subsumidos em instituições como a família, a comunidade e a escola.

Embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos não se restringem apenas às necessidades de desejo-satisfação material (POLANYI, 1980). A migração de jovens ilustra esse processo e as explicações devem levar em consideração outras dimensões da vida desse público, entre as quais as suas novas necessidades e demandas, além das redefinições em curso nos processos de socialização e nos ambientes culturais que se inserem os jovens e as crianças nos espaços sociais rurais e urbanos das pequenas localidades, em que as crianças vem se constituindo como sujeitos e atores sociais ativos (SIROTA, 2001; MONTANDON, 2001; SARMENTO, 2006).

Nesse sentido, entendemos que a infância e, sobretudo, as crianças que residem nas comunidades rurais, não podem mais ser pensadas como outrora. Ao se abordar esta categoria como ator social procuramos fazer um contraponto às tradicionais imagens da infância reproduzidas pelas instituições oficiais, que concebem as crianças como seres passivos e dependentes dos adultos para a sua socialização e inserção na sociedade. É fundamental analisar as modificações em curso nas pequenas localidades rurais – nas dimensões sociais e culturais, demográficas, econômicas, etc - e de que modo estas redefinições afetam a infância.

Parte-se da hipótese de que a compreensão da origem dos problemas que afetam os jovens rurais deve ser buscada ainda na infância, em que se concebem, formam e se reproduzem os conceitos, os valores, as escolhas, as possibilidades e as oportunidades

que moldam e marcam indelevelmente a trajetória social da juventude. Nesse sentido, não conteremos a erosão social e a migração juvenil se não incluirmos na análise, nas pesquisas e nas políticas as crianças e, particularmente, as representações construídas em torno da infância. Ao focalizar o objeto de nossa pesquisa neste público, adentramos num terreno fértil e revelador das mudanças em curso nas comunidades rurais, pois as crianças se constituem em sujeitos e atores sociais ativos na sociedade, em portas de entrada para a compreensão dos processos sociais mais abrangentes. Este artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões em torno dos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais, implicados na condição social da infância e nos significados de ser criança na agricultura familiar.

ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

As pesquisas com crianças e os estudos orientados para a infância, de modo geral, não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças, subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas, às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem. Esse processo é permeado de heterogeneidade e singularidades. Segundo Sarmento e Pinto (1997, ps. 20, 21 e 22), a interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social e necessita se sustentar nas análises das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem. Ou seja, ainda se verifica lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais. A negligência metodológica acaba reproduzindo a exclusão da fala e das próprias crianças na construção dos pressupostos e objetivos das investigações.

No que se refere especificamente à Sociologia Rural, Martins (1993) colocou em questão o paradigma até então dominante na Sociologia de privilegiar nas análises os atores sociais comumente presentes nos circuitos convencionais das instituições oficiais, nos projetos e nas pesquisas, que têm o domínio dos discursos sobre os fenômenos sociais, enfim que são os interlocutores dos acontecimentos nos espaços sociais, sobretudo rurais. Foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar entrevistas gravadas com esse público, além de valorizar os depoimentos escritos pelas próprias crianças. Cabe salientar que o autor realizou seus estudos com filhos(as) de colonos do Mato

Grosso e posseiro*s* do Maranhão, enfatizando de forma precursora a importância de se dar voz às crianças nas pesquisas. Quando se refere à metodologia adotada na sua investigação, o autor nos diz que "falo da fala das crianças, que por meio delas me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto)". (cf. MARTINS, 1993, 51-80).

Na perspectiva de investigação proposta por Corsaro (1997, 2003), pautada na noção de reprodução interpretativa, busca-se "penetrar" no mundo das crianças visando compreender os significados das práticas e das culturas infantis a partir da sua própria perspectiva. Para isso, sugere abandonar o ponto de vista adulto, o que nem sempre é tão fácil de ser realizado, exigindo um certo distanciamento, no qual necessariamente o pesquisador precisa se despir de preconceitos, o que não implica neutralidade. Todavia, ressalvam Delgado & Muller (2005, p. 161-179), para entrar no mundo das crianças e nas suas culturas de pares, é necessário ser aceito. Lembram que, ao contrário do que fazíamos em pesquisas em outros tempos, hoje discutimos a dimensão ética, o que garante à criança o direito de consentir ou não participar da pesquisa. Enfim, fazer pesquisa com as crianças exige uma postura diferente do/a pesquisador/a, para que possa interpretar como a criança interpreta o mundo. A utilização do vídeo, do cinema ou mesmo da literatura - como recursos e ferramentas metodológicas complementares - vem adquirindo um espaço importante na abordagem desse público, como forma de se abordar as maneiras singulares como as crianças vêm, interpretam e representam a realidade social em que vivem e as suas relações intra e inter geracionais, seja no âmbito da família, da comunidade ou da escola

A partir de dados secundários obtidos junto ao IBGE, EPAGRI/Icepa e LAC (Levantamento Agropecuário Catarinense), entre outros, elaborou-se um mapa social que ilustra as modificações demográficas havidas no meio rural das regiões Oeste e Serrana Catarinense, selecionadas para a pesquisa por serem essencialmente rurais mas com características diferenciadas e específicas. A sistematização dessas informações censitárias, através de uma série histórica com dados de 1970 a 2007, permitiu colocar em relevo a migração seletiva de jovens, bem como as tendências de envelhecimento, masculinização e diminuição no número de filhos nessas regiões. Foi realizado estudos de caso nos municípios de Lacerdópolis e Cerro Negro, pertencentes às regiões Oeste e Serrana catarinense, respectivamente, através da aplicação de um questionário semi-estruturado e, de forma complementar, aplicou-se uma dinâmica qualitativa nos

municípios de Coronel Martins (Oeste) e Celso Ramos (Serrana) visando aprofundar temáticas específicas do cotidiano das crianças.

O eixo metodológico do projeto de pesquisa foi orientado para a análise das condições sociais da infância nas comunidades rurais, como forma de compreender quem são e como vivem atualmente as crianças de origem rural. Para isso, aplicou-se uma triangulação de métodos (MINAYO, 2005), envolvendo um questionário semi-estruturado com questões fechadas e abertas, entrevistas semi-estruturadas com pais das crianças, dinâmica de grupo, grupos de discussão e utilização de vídeo e fotografia. No âmbito da pesquisa foi produzido um vídeo-documentário e uma cartilha educativa, a serem disponibilizados a educadores e extensionistas das regiões envolvidas na pesqusa. O questionário abrangeu 72 crianças de escolas públicas estaduais e municipais dos municípios de Cerro Negro e Lacerdópolis. Sendo que, dos entrevistados(as), 36 foram do sexo feminino e 36 do sexo masculino, abrangendo as faixas etárias de 5 a 9 anos, 10 a 12 anos e 13 a 14 anos de idade. Para cada faixa etária referida foram aplicados 24 questionários (12 meninos e 12 meninas). De forma complementar, foi realizada entrevistas com 10 pais das crianças participantes da pesquisa, além de entrevistas informais com diretoras e professoras das escolas. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de outubro e dezembro de 2008; junho, setembro e dezembro de 2009.

A amostra das crianças selecionadas para a aplicação do questionário e da dinâmica levou em consideração variáveis como idade, gênero e renda, objetivando distinguir e colocar em relevo as diferentes condições existentes no conjunto desta categoria social, bem como as diversas visões, expectativas, escolhas e oportunidades verificadas entre os diferentes estratos e, finalmente, os significados e a importância atribuída pelas crianças à família, à comunidade, à escola, ao trabalho, à agricultura, às brincadeiras, ao lazer e à cultura, à cidade, ao futuro e à permanência ou não nas suas localidades de origem.

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS COMUNIDADES RURAIS

Ao se fazer um levantamento das principais vertentes de pensamento integrantes do campo das ciências sociais voltadas às crianças, percebemos que o conjunto de transformações vinculadas à infância estão entre as mais importantes redefinições sociais e culturais ocorridas no final do século XX. Entre a série de modificações havidas, podemos citar as mudanças na abordagem dos estudos e pesquisas, nos valores

e nas representações, no lugar ocupado e nos papéis atribuídos às crianças nas sociedades modernas, sobretudo ocidentais. Como salienta Belloni (2009, p. VII), a criança passa a ser reconhecida como um valor em si, no presente, não mais como uma promessa para o futuro (da nação, da família). Mais precisamente, "essa valorização inédita de um grupo social antes dominado e dependente provoca debates e polêmicas, exigindo uma reflexão nova e inovadora nas ciências sociais e na educação, no sentido de melhor compreender a infância hoje e as implicações dessas mudanças para os processos de socialização das novas gerações" (BELLONI, 2009).

Embora as crianças se façam presente já há um longo tempo como uma categoria abordada de viés nas problemáticas de investigação das ciências sociais, apenas recentemente é elevada ao status de objeto sociológico, particularmente pelos estudos e pesquisas realizados pela Sociologia da Infância e com incremento importante a partir do início da década de 90. Porém, como se refere Sarmento (2008), para além dos desafios teóricos suscitados no interior do campo sociológico, é a infância como problema social que mais fortemente tem pressionado o trabalho científico da Sociologia da Infância. Aqui, juntamente com o autor, podemos inserir um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca como hoje as crianças foram objeto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e sofrimento.

Importa destacar que esses indicadores não se restringem aos espaços urbanos da nossa sociedade contemporânea, sendo perceptíveis, em muitos casos de forma até mais acentuada, nos espaços rurais de diversos países, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa; é, com efeito, a totalidade da realidade social o que ocupa a Sociologia da Infância. Como espelhos retrovisores (ampliados) da sociedade (rural), as crianças espelham, refletem e ilustram as suas mais profundas contradições, hierarquias e desigualdades de ordem social, econômica, política, cultural, histórica, etc. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente dessa disciplina.

Por outro lado, importa destacar que as crianças são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e, especificamente em determinados territórios rurais, e a significativa redução do número de crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afeto e até na própria formação de

rendimentos da família e na estabilidade do Estado-Providência (QVORTRUP, 1991). Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vem menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (SARMENTO, 2008).

As redefinições da noção de infância estão também associadas às balizas etárias que definem a categoria geracional e que são variáveis no espaço-tempo. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, estabelece o limite da infância nos 18 anos e, assim como Sarmento e Pinto (1997), consideramos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites superiores da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sociais (e não apenas psicológicas) no interior da infância. Contudo, para o contexto e para os objetivos da nossa pesquisa, e pela necessidade de se estabelecer um limite etário para os sujeitos da pesquisa, estabelecemos como estrato superior de idade do público pesquisado o limite de 14 anos.

Entendemos que o mais importante não é fixar limites concretos ao período da infância mas, sobretudo, compreender os motivos que justificam a delimitação das idades na infância, como e por quem são construídos esses limites, em que contexto e sob quais condições sociais e culturais se formam as representações e as normas em torno das faixas de idade na infância. Particularmente, discernir como as próprias crianças percebem e interagem no processo de definição dos limites em que se é considerado criança na sociedade em que vivem. Como se referem Sarmento & Pinto (1997, p. 17), "ser criança" varia entre sociedades, culturas e comunidades, podendo variar inclusive entre as gerações de uma mesma família. Ou, nas palavras de Franklin (1995:7): "A infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância".

Para isso, é importante resgatar e "historicizar" o conceito de geração, sem perder de vista as dimensões estruturais e interacionais (Sarmento, 2005). Para o autor, a infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. Ou seja, é continuamente atualizado na prática social, nas interações estabelecidas entre as crianças e entre estas e os adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos

diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos. Em decorrência desse processo, a geração da infância está num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus atores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos fatores que a constroem e das dimensões de que se compõe. Enfim, o conceito de geração não só nos permite distinguir o que separa e o que une, nos planos estrutural e simbólico, as crianças dos adultos, como as variações dinâmicas que nas relações entre crianças e entre crianças e adultos vai sendo historicamente produzido e elaborado.

A inserção dos indivíduos na sociedade, mais precisamente a sua socialização, é uma das principais preocupações de autores representativos das ciências sociais, particularmente Durkheim (1978) e Parsons e Bales (1955), além de outras versões e redefinições. Na concepção tradicional de Durkheim, a socialização durante a infância significa conceber crianças sendo socializadas por adultos e integradas passivamente na sociedade, através da incorporação de saberes, valores e normas sociais vigentes, por meio de indivíduos "já socializados", com o objetivo de manter a coesão e a ordem social. Segundo alguns autores que criticam essas interpretações "conservadoras" e "funcionalistas" de socialização, as crianças não são consideradas como seres sociais plenos, na medida em que são percebidas como estando em vias de ser, a partir da ação de socialização da geração adulta e das instituições que as cercam.

Em decorrência, o conceito de socialização se constitui mais que uma construção interpretativa da condição social da infância, na medida em que se configura como o próprio fator da sua ocultação. Segundo Sarmento (2008, p. 20), se as crianças são o "ainda não", o "em vias de ser", não adquirem um estatuto ontológico social pleno – no sentido de que não são verdadeiros entes sociais completamente reconhecíveis em todas as suas características, interativos, racionais, dotados de vontade e com capacidade de opção entre valores distintos – nem se constituem como um objeto epistemologicamente válido, na medida em que são sempre a expressão de uma relação de transição, incompletude e dependência. Ou seja, é na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia que a criança é estudada tradicionalmente pela sociologia – raras vezes a partir da consideração da sua condição social e geracional. Assim, na perspectiva de J. Qvortup (1991), mais do que ignoradas, as crianças têm sido marginalizadas e "menorizadas" pelo discurso sociológico.

No campo sociológico centrado na infância, a revisão crítica do conceito de socialização tem como principais representantes: SIROTA, 1994; CORSARO, 1997; PLAISANCE, 2004; MOLLO-BOUVIER, 2005. Particularmente na produção de língua francesa, assim como da inglesa, os trabalhos de Sirota (2001) e Montandon (2001) fazem uma releitura crítica do conceito de socialização e suas versões funcionalistas. Nesse processo de redefinição da categoria, as crianças passam a ser reconhecidas como atores no processo de socialização e não apenas como coadjuvantes passivos da socialização adulta. Ao se ampliar o foco de análise do processo de socialização, são inseridas as interações complexas que se estabelecem na comunicação de conhecimentos, valores e condutas sociais, sendo que as crianças passam a ser reconhecidas como tendo, também, um papel ativo nas relações existentes entre os agentes sociais. Nessa perspectiva de análise da categoria, são inseridas também variáveis como classe, gênero e etnia, as quais se associam a características inter-individuais que "tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe" (SARMENTO, 2008).

A concepção da socialização enquanto um processo pode ser verificada na obra de Norbert Elias, que resgata em Simmel o conceito de "processos de socialização". Cabe salientar que aqui acentua-se os aspectos dinâmicos, flexíveis e mutáveis das relações e interações que se estabelecem na sociedade. Consideramos importante inserir na análise a socialização enquanto um processo, pois nos permite ampliar o foco de investigação e compreender as várias dimensões que interferem na sociabilidade das crianças, no caso pesquisado as de origem rural, que envolvem aspectos de ordem individual (vivências, práticas cotidianas, conhecimentos adquiridos, construção identitária, entre outros), bem como fatores vinculados às condições sociais e culturais em que vivem as crianças e suas famílias (relações e interações na família, na escola, na comunidade, com seus pares, etc), além de fatores implicados nas relações étnicas, de gênero e de classe. Nesse sentido, socializar-se implica necessariamente a existência de processos que são dinâmicos e em constante modificação, cujas dimensões integram fatores de ordem estrutural da sociedade, aliado a aspectos de natureza contextual e individual.

Os processos de socialização na infância no mundo rural apresentam algumas singularidades que necessitam ser levadas em consideração ao se abordar, nesta pesquisa, as condições sociais das crianças nas comunidades rurais. Entre as quais, cabe

destacar inicialmente as interações intra e intergeracionais vivenciadas pelas crianças no âmbito comunitário em que residem, nos espaços de sociabilidade, nas atividades lúdicas e esportivas, nos eventos culturais, nas relações de interconhecimento, ajuda mútua e religiosidade que caracterizam singularmente essas comunidades. Por outro lado, as crianças interagem particularmente nas unidades familiares de produção, com relações de parentesco, sociabilidade e de aprendizagem envolvendo o conjunto dos membros da família (em muitos casos envolvendo mais que uma geração sob o mesmo teto familiar), nas quais são (re)construídos e desempenhados papéis pelas crianças e demais integrantes do grupo doméstico na economia familiar, muitas vezes dependendo (e questionando essa dependência) financeira e emocionalmente dos adultos. Além disso, as crianças relacionam-se também no interior da instituição escolar, comumente localizada fora da sua comunidade de origem (em muitos casos na sede das cidades), onde interagem com crianças de outras comunidades, além das que residem no espaço urbano local, como também com professores(as) e funcionários(as) da instituição escolar, que pode ser municipal ou estadual. Finalmente, as relações e interações intrageracionais envolvendo as brincadeiras e as trocas de vivências e aprendizados entre os pares.

É justamente nesse conjunto dinâmico de processos de socialização que as crianças se apropriam e interagem do mundo social, construindo objetiva e subjetivamente a sua própria identidade na relação com o outro (Berger & Luckmann, 1973). Cabe salientar, no entanto, que são relações processuais que perpassam a infância de diversas formas ao longo do tempo. Nesse contexto, não podemos esperar que as crianças sejam repentinamente inseridas ou integradas na sociedade circundante, com todas as conseqüências nefastas ou favoráveis que isto possa acarretar, na medida em que são vários fatores conjugados interferindo nesse processo, em que as crianças, mais que serem socializadas, socializam-se ao desempenharem (e questionarem) papéis na interação com ou outros.

Enfim, o conceito de processos de socialização permite reconhecer que os atores sociais (no nosso caso, as crianças) são ativos nas relações estabelecidas nos espaços sociais que estão inseridos. Cabe salientar, no entanto, que essas interações são, em muitos casos, perpassadas por relações de hierarquia e poder que geram desigualdades de oportunidades entre as infâncias nos diversos contextos sociais e históricos. Assim como, relações conflituosas entre os gêneros e as gerações de uma mesma família, grupo social ou comunidade. Acreditamos que o conceito de socialização assim

construído nos instrumentaliza a abordar com mais profundidade a heterogeneidade que caracteriza as comunidades rurais e a agricultura familiar, de maneira geral, e a diversidade presente entre as crianças rurais, especificamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos modificações importantes nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e, especificamente, na agricultura familiar e no ambiente cultural em que se insere esse público, decorrentes das transformações socioculturais e econômicas que afetam a condição social das famílias rurais pesquisadas e das estratégias e planos que são formulados no cotidiano dos membros do grupo doméstico. Nesse cenário, em que se percebe que as crianças possuem um papel ativo no cotidiano da propriedade, da família e da escola, aumentam as trocas e as interações de bens de consumo, vivências, símbolos, valores culturais e expectativas entre as crianças nos diferentes espaços sociais, oportunizando o questionamento de padrões, hierarquias e costumes tradicionais e a busca de autonomia, independência e, particularmente, de profissões alternativas à agricultura, sobretudo por parte das filhas de agricultores familiares. Tendo em vista as implicações que essas transformações trazem para o processo sucessório da agricultura familiar, consideramos de fundamental importância que as entidades representativas e as instituições públicas que atuam nas comunidades rurais busquem aprofundar as reflexões, o conhecimento e o debate em torno da condição social da infância e os significados de ser criança na agricultura familiar, visando a inclusão das necessidades e demandas desse público nos projetos e nas políticas orientados ao mundo rural. Em síntese, alguns resultados principais da pesquisa indicam que:

1) Ocorrem modificações significativas nos processos de socialização das crianças nas comunidades rurais e na agricultura familiar especificamente. Em algumas localidades, as precárias condições sociais das famílias, a migração de jovens, a debilidade de equipamentos sociais e de espaços de sociabilidade, com implicações no ambiente cultural em que se inserem as crianças (restringindo as oportunidades de interação social intrageracional), a diminuição no número de filhos(as) e a ausência de instituições sociais atuando com crianças rurais, acarretam dificuldades nos processos de socialização dessas crianças, fato que estimula muitas delas (sobretudo na faixa etária de 13 a 14 anos) e, principalmente, as meninas, a fazer planos visando a continuidade dos estudos e a busca de uma profissão alternativa à agricultura.

2) Persistem problemas estruturais vinculados à condição social e econômica das famílias, que ainda acarreta empobrecimento, descapitalização e sucateamento dos equipamentos sociais comunitários, particularmente em comunidades rurais integrantes dos municípios estudados na Região Serrana. Isto pode ser ilustrado a partir das informações coletadas na pesquisa, que demonstram a falta de investimentos sociais, culturais e econômicos nessas comunidades rurais (comunicação, estradas, escolas, saúde, cultura, etc), tendo em vista a precariedade de desenvolvimento dessas municipalidades. Por outro lado, na realidade dos casos estudados na Região Oeste, verifica-se que nas famílias integradas às agroindústrias, em que se ampliam as exigências de escala e produtividade nos processos produtivos, há uma sobrecarga de trabalho entre os membros do grupo doméstico (inclusive nos finais de semana) que, muitas vezes, acaba afetando crianças e jovens, com implicações na sociabilidade, na autonomia, na liberdade, no tempo de lazer, etc. Esforços esses nem sempre reconhecidos e remunerados suficientemente no âmbito da família. Cabe salientar, no entanto, que mesmo nestas condições, os pais valorizam e incentivam as crianças a se dedicar aos estudos. Embora estas famílias apresentem rendimentos monetários mais elevados, as crianças e, sobretudo, as meninas não deixam de questionar e recusar a profissão de agricultor(a), fazendo planos para ampliar a sua formação educacional e profissional e sair do meio rural. Segundo os pais entrevistados, ocorre um desestímulo das famílias devido à desvalorização da profissão de agricultor(a) na sociedade, o que faz com que eles acabem incentivando os filhos(as) a estudarem e buscar outras profissões.

3) A reprodução de padrões culturais no seio do grupo doméstico acarreta hierarquias e desigualdades de gênero e geração, em detrimento das mulheres, com implicações nas condições sociais das crianças nas comunidades rurais, sendo sentido e percebido pelas meninas já na infância.

4) Além do papel de formação, o ambiente escolar constitui-se em espaço de socialização para as crianças, oportunidades de interação entre os membros desse público das diversas comunidades rurais, assim como entre crianças rurais e urbanas, estando implicado nesse processo a constituição de turmas mistas, a inclusão digital, a prática de esportes, as relações de afeto, entre outros, etc.

5) Há uma redefinição no ambiente lúdico nas comunidades rurais, com diminuição do contato com a natureza e com maior presença da televisão, vídeo-game,

computador, etc. Nesse processo, verifica-se uma substituição dos brinquedos naturais por brinquedos industrializados.

6) O retorno sistemático de jovens migrantes às comunidades rurais nos finais de semana aumenta a troca e a interação de bens de consumo, informações, valores, símbolos, rurais e urbanos, entre as crianças, filhos e filhas de agricultores familiares.

8) Observa-se nos depoimentos dos pais a diminuição progressiva da presença das crianças, sobretudo das meninas, nas atividades realizadas na roça; o que trás implicações importantes na prática cultural de transmissão/construção de conhecimentos vinculados à agricultura, às culturas agrícolas, entre as gerações. Esse processo resulta no distanciamento das crianças dos saberes tradicionais vinculados à natureza. As atividades intensivas de criação de animais, particularmente nas comunidades da Região Oeste, que ocupam significativamente o tempo em que algumas crianças destinam ao trabalho/ajuda aos pais, o tempo destinado ao estudo, a televisão e o computador, e a desvalorização monetária das culturas vegetais na agricultura familiar, a diminuição no número de filhos/as, o desestímulo dos jovens em se tornar agricultores, acabam influenciando nessa diminuição na transmissão dos conhecimentos agrícolas para as novas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Maria L. **O que é sociologia da infância?** Autores Associados, 160 p. 2009.

BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade** – tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

CORSARO, W.A. **The sociology of childhood**. London: Pine Forge, 1997.

CORSARO, W.A. **We're friends, right? : inside kids'cultures**. Washington, DC: Joseph Henry , 2003

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. **Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FRANKLIN, Bob (1995). **The Handbook of Children's Rights**. Comparative Policy and Practice. London. Routledge.

MARTINS, José de Souza (org.). **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo : Hucitec, 1993.

MINAYO, M.C.S; ASSIS, S.G; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244 p.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. **Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica.** In: Sociologia da Infância. Revista Educação & Sociedade , mai-ago/2005.

MONTANDON, Cléopâtre. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa.** In: Cadernos de Pesquisa. n. 112. Março, 2001.

PARSONS, T. & BALES, R.F. **Family, Socialization and Interaction** Process. Nova York: Free Press. 1955.

PLAISANCE, E. **Para uma sociologia da pequena infância**. Educação e Sociedade, vol. 5, n. 86, p. 221-241, 2004.

POLANY, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

QVORTRUP, J. **Childhood as a social phenomenon: an introduction to a series of national reports**. Vienne: European Centre, 1991.

SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo.** As crianças, contextos e identidades. Braga, Portugal, Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, Ed. Bezerra, 1997.

SARMENTO, Manuel J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. In: Sociologia da Infância: Pesquisas com crianças. Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação, Volume 26, mai/ago, 2005.

SARMENTO, Manuel J. (2006). **Imagens sociais e (in)visibilidade da infância**. Relatório da disciplina. Braga: Universidade do Minho.

SARMENTO, Manuel J. **Sociologia da infância: correntes e confluências.** In: Estudos da Infância. Editora Vozes, Petrópolis-Rj, 2008.

SIROTA, R. **L'Enfant dans La sociologie de l'éducation: um fantôme ressuscite?** Revue de l'Institut de sociologie, ½, p. 147-163, Université Livre de Bruxelles, 1994.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar.** In: Cadernos de Pesquisa. n. 112. Março/2001.

REDIGINDO SENTIDOS, CONSTRUINDO IDENTIDADES: interpretações sobre ser jovem rural

Maria de Assunção Lima de Paulo

Doutoranda em Sociologia, PPGS- Universidade Federal de Pernambuco

GT04- Família, gênero e geração

Este artigo objetiva discutir a visão dos jovens rurais sobre os sentidos de ser jovem e ser jovem rural, tendo como objeto redações elaboradas por estudantes de ensino médio das zonas rurais de um pequeno município[1] do Nordeste do Brasil: o município de Orobó – PE[2]. Tais redações serão analisadas como texto que contêm, embora limitadas por meio da expressão escrita, as interpretações dos jovens sobre a sua condição juvenil[3] e sobre a especificidade desta condição no meio rural. Nesse sentido, ao analisar as redações dos jovens estudantes, estarei fazendo uma interpretação no mínimo de segunda mão (GEERTZ, 1978).

No percurso da minha pesquisa de campo para a tese de doutorado, tive a oportunidade de me inserir em algumas escolas de ensino fundamental e médio do município. Nessas inserções, pude realizar conversas, participar de bate-papos em sala de aula, observar aulas e, dentre os vários métodos utilizados para compreender como jovens rurais constroem suas identidades na relação com o mundo urbano, eu, em diálogo com alguns dos professores, tive a idéia de pedir para que tais jovens escrevessem uma redação sobre: o que é ser jovem e se existe diferença entre o jovem do meio rural e o jovem do meio urbano naquele município. Esse trabalho resultou na elaboração de 109 redações por

[1] Para entender a problemática que gira em torno da distinção rural/urbano nos pequenos municípios do Brasil, ver Veiga (2003) e Wanderley (2002 e 2009). Estes autores discutem o caráter de urbanidade das pequenas cidades, que contêm menos de 20.000 habitantes, sendo estas, consideradas por eles, como parte do mundo rural, embora não se possa negligenciar o fato de oficialmente elas serem definidas como urbanas e de concentrarem os serviços básicos para a população do município, podendo-se afirmar que existe um ethos urbano.

[2] O município de Orobó fica situado na micro-região do Agreste Setentrional de Pernambuco, com uma população de 22.800 habitantes sendo que três quartos (75,1%) vivem na zona rural. FONTE: IBGE.

[3] O conceito de condição juvenil é utilizado por Pais (2003) e por Abramo (2005) e será discutida nesse artigo.

rapazes e moças da zona rural e urbana de duas escolas de ensino médio, uma localizada na sede do município e a outra em um dos seus distritos.

Mesmo sabendo os limites desse tipo de trabalho, ele tem a grande vantagem de deixar os atores pensar e expressarem suas idéias na forma da escrita. Evidentemente, é necessário atentar para os limites do vocabulário, das condições da escrita, do interesse em escrever e da diferença entre expressar suas impressões através da fala e da escrita de uma redação, embora, as mesmas constituam rico material a ser analisado.

As redações foram elaboradas por alunos de duas escolas do município: a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rita Maria da Conceição, (E.E.R.M.C) localizada na sede do município e a Escola Estadual Professor Antônio Pedro de Aguiar, (E.E.P.A.P.A) localizada no distrito de Matinadas[4]. Das 109 redações, 67 foram elaboradas por alunos do 1º e 3º anos do normal médio e de estudos gerais na primeira e 42 por alunos do 1º ano, nível médio, estudos gerais, na segunda. A escolha das duas escolas foi feita respeitando o critério de localização das mesmas, ou seja, uma estar sediada em um distrito, mais ligado ao meio rural e outra na sede do município, considerado como espaço urbano, uma vez que a intenção era perceber se existem diferenças de percepção dos jovens, estudantes dessas duas escolas, sobre a condição de ser jovem rural.

Compreendo o jovem com base na corrente teórica que o considera como pertencente de uma geração que é definida socialmente como juventude, entendida, para além de uma demarcação cronológica, como uma categoria, devendo ser definida por suas especificidades sócio-culturais. Nesse sentido, não entendo que exista a juventude, mas juventudes que se definem pela classe social, etnia, gênero e lugar onde vivem (PAIS, 2003, ABRAMO, 2005).

Partindo dessa perspectiva e empenhado em estudar especificamente o jovem rural, John Durston, define a juventude como "[...] Uma etapa da vida que começa com a puberdade e termina com o momento de assumir plenamente as responsabilidades e autoridade de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente" (DURSTON, 1998a).

[4] O distrito de Matinadas, possui uma população de cerca de 1200 moradores, escola de ensino fundamental e médio, posto de saúde, ruas calçadas, mercado público, feira, mercadinhos e farmácias, casa de material de construção, algumas lojinhas, *lan houses*, entre outros estabelecimentos comerciais e uma capela cujo padroeiro é São Severino para o qual é realizada a famosa festa de Matinadas no mês de novembro. Tal distrito não dispõe de muitas oportunidades de lazer para os jovens.

Neste artigo, os jovens, atores da pesquisa, serão entendidos como jovens rurais ou urbanos, não somente pelo lugar em que vivem, (zona rural ou zona urbana), mas pela forma como eles se classificam e classificam o lugar. Tendo em vista os limites desse artigo, resolvi trabalhar apenas com a auto-identificação e definição dos jovens rurais em relação aos urbanos, ficando para outro momento, as classificações dos urbanos, que também escreveram as redações. Deve-se apenas considerar, que estes últimos, ao escreverem sobre o que é ser jovem urbano, não acionaram o rural para ser interpelado, como se não fosse importante para eles tal diferença, ou como se não necessitassem mencionar, enquanto que os rurais se definem sempre na relação com o urbano.

Destarte, ao me referir aos jovens que escreveram tais redações, escolhi partir das categorias locais de classificação, denominando-os então, de *moças* e *rapazes,* me referindo, respectivamente, a jovens do sexo feminino e masculino. É importante salientar que em Orobó, denomina-se *moças* aquelas jovens que nunca praticaram ato sexual, mas como normalmente, isso não se torna público, toda jovem solteira e que não tem filhos ou que não é "mal falada" é considerada moça, existindo assim a *moça velha*[5]. Já os rapazes são considerados também os solteiros, mais jovens ou mais velhos, estes últimos, são chamados de *rapaz velho*.

Usarei também a categoria *sítio* utilizada pelos próprios jovens, sem querer aqui me remeter ao conceito utilizado por Ellen Woortmann (1995). Remeter-me-ei, portanto, ao *sítio* em referência às comunidades rurais e *rua* referindo-me aos espaços que indiquem, na interpretação deles, certo grau de urbanidade. Assim, a identificação do local da escola, da residência dos jovens, bem como o gênero a que pertencem e a faixa-etária serão levados em consideração na análise das redações.

Das 67 redações elaboradas na Escola E.R.M.C., 48 foram elaboradas por moças e 19 por rapazes, sendo que entre as moças, 25 residem na cidade e 23 na zona rural e entre os rapazes, apenas 02 residem na zona rural. Estes dados corroboram também a preferência, já aludida pelos professores, por parte dos estudantes da sede do município por essa escola.

Das 42 redações elaboradas pelos alunos da E.E.P.A.P.A., 28 foram elaboradas por moças e 14 por rapazes.

[5] Nesse caso, ressalta-se que não é apenas a condição juvenil, referente a uma faixa-etária que determina quem é ou não moça, mas a sua "reputação" social, sendo possível encontrar *moças* de idade avançada, denominadas ali de *moça velha*.

Apesar de entendermos que a juventude não pode ser somente definida por uma questão cronológica, para efeitos metodológicos e operacionais, mesmo percebendo limites, resolvi adotar o critério de idade que está sendo utilizado pelo IBGE e por muitos estudiosos da juventude rural no Brasil (ABRAMO, 2005, WANDERLEY, 2006, CASTRO, 2005), que é de 14 a 24 anos. No interior dessa faixa-etária, situações como: gênero, casamento, filhos e mesmo idades diferentes, implicam em diferenças nas visões de mundo desses jovens, havendo, portanto, uma heterogeneidade de jovens dentro da categoria juventude. (ABRAMO, 2005)

Nesse sentido, a pesquisa revela que existem importantes diferenças de interpretação do mundo, comportamentos e auto-identificações de jovens, entre 14 e 18 anos e jovens acima desta idade. Tal diferença é decorrente tanto da maioridade legal, da cobrança por parte da sociedade, quanto da internalização por parte dos próprios jovens em relação à tomada de posição diante do futuro, na busca de trabalho, muitas vezes para ajudar a família, ou mesmo, na definição de uma profissão futura, principalmente nas classes mais pobres. Por isso, tive a preocupação de identificar nas redações a faixa-etária dos jovens que as escreveram.

Assim, quanto às idades, as redações estão distribuídas da seguinte forma: na escola R. M. C. tivemos: Entre as moças que residem na cidade, 23 tem idade entre 14 e 17 anos e apenas 01 acima de 18 anos, 01 não informou a idade. Entre os rapazes, 12 deles estão com idade entre 14 e 17 anos e 01 não informou a idade. Das moças que residem na zona rural, 20 delas estão com idade entre 14 e 17 anos e apenas 03 com idade acima de 18 anos e dos rapazes residentes no rural, todos estão com idade entre 14 a 17 anos.

Na escola Escola E.P.A.P.A., os alunos participantes estão na seguinte faixa-etária: entre as moças, 13 delas estão na faixa-etária entre 15 e 17 anos e 12 estão com idade acima de 18 anos, sendo que, 03 não informaram a idade. Entre os rapazes da mesma escola, 04 estão na faixa etária de 15 a 17 anos e acima dos 18 anos, 01 deles não informou a idade na redação[6]. Claro que esse critério de idade não é o mais importante para definir a juventude, mas valores, sentidos e significados específicos construídos a partir de sua inserção em mundos específicos, que o fazem constituir uma *cultura juvenil* (PAIS, 2003).

[6] É importante notar, que ao menos nesta amostra os rapazes jovens da zona rural, estão mais incluídos em uma distorção idade/série, questão que precisa ser melhor investigada e analisada.

Nas redações, valores como otimismo, menor responsabilidade, maior liberdade para falar o que pensa, poder se divertir, pensar mais no futuro e ao mesmo tempo, se preocupar com questões sociais, são os atribuídos pelos jovens rurais de Orobó ao ser jovem. Esses valores são construídos em relação tanto com a vida local, mas também com o que é veiculado pela mídia. São eles que também aparecem como identificadores do ser jovem, embora, tenham dado ênfase à diferença entre o rural e o urbano, o ser jovem aparece como uma condição única, diferenciada, no caso deles, pelo *lugar de vida*[7] (WANDERLEY, 2009).

Na importante obra *Retratos da Juventude Brasileira*, (2005) a organizadora Helena Wendel Abramo, mostra que, ser jovem, mais do que uma idade cronológica, está ligada a uma série de valores, como liberdade, menor responsabilidade, compromisso com o futuro etc. Segundo a autora, esses valores não se diferem muito entre rural e urbano, moças e rapazes, mas, embora a forma de vivenciar esses valores seja diferenciada, em geral, são eles os valores enfatizados pelos jovens.

Em pesquisa realizada com jovens que residiam especificamente nos espaços oficialmente denominados como rural no Estado de Pernambuco, entre eles o município de Orobó, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2006), também buscou compreender os sentidos do ser jovem. As respostas não sofreram grande variação em relação às analisadas por Abramo (2005). Assim também, uma pesquisa exploratória desenvolvida por mim e pela professora Dra. Nazareth Wanderley (2006) demonstrava que esses mesmos valores eram os norteadores da condição de ser jovem no meio rural daquele município.

A condição de morar no sítio é a primeira enfocada em todas as redações para definir o que é ser jovem rural. Das 109 redações, 14 delas apontam simplesmente esta condição como o identificador do jovem rural. Geralmente, nessas os jovens escreveram pouco, o que é importante considerar, pois pode indicar simplesmente um desinteresse em escrevê-la. Estas, foram mais elaboradas por rapazes. "Eu me considero um jovem rural, o jovem rural é o que vive no campo, lavoura, etc". (O. V. 18 anos, comunidade Chã do Rocha[8], E. E.P.A.P.A.).

[7] Wanderley denomina o lugar de vida, não apenas como o lugar onde se mora, mas no qual e do qual se constroem sentidos e significados que norteiam as identidades sociais dos atores que nele habitam.

[8] Chã do Rocha é um distrito que fica localizado no final do município fazendo divisa com o município de Natuba-PB. Nele, pode-se encontrar escola de ensino fundamental e posto de saúde, possui linha telefônica, um pequeno mercadinho. Uma capelinha que tem como padroeiro São Sebastião para o qual é realizada uma

É importante considerar que a representação do que é *sítio* e do que é *rua* não tem critério claro de definição, sendo assim, muitas vezes um pequeno vilarejo, por proporcionar um pouco mais de acesso a alguns serviços básicos, como escola, transporte, posto de saúde e ter calçamento pode ser definido como *rua*. Dentre os jovens que estudam na Escola de Matinadas, 02 deles apenas não se consideram como sendo jovem rural. Estes, residem na vila Feira-Nova, um aglomerado de casas, composto por cerca de 100 famílias, com rua calçada, chafariz, escola de ensino fundamental e médio, mercadinhos, *lan house*, posto de saúde, tornando-se um local de mais acesso, em relação às demais comunidades rurais, fator que fez diferença na hora da classificação entre *rua* e *sítio/ urbano* e *rural*. Vejamos o que um desses jovens escreveu em sua redação:

> Eu me considero um jovem urbano apesar de conviver com a natureza, os animais, pessoas que convive e moram aqui plantam para tentar melhorar sua renda em casa, pessoas que crescem e terminam sem sair de seu local. Em nossa comunidade existe transportes escolares, escola perto, também existem poluição diferente de ser um jovem rural que se identifica trabalhando na roça por exemplo. (G.A.J.S. 18 anos, comunidade de Feira Nova: E.E.P.A.P.A.)

Feira Nova não é identificada por esse jovem como sítio, apenas como comunidade, o que indica algumas diferenças e apesar de considerar o contato com a natureza algo que lhe aproxima do rural, algumas oportunidades proporcionadas pelo vilarejo onde mora, além do fato de não trabalhar na agricultura[9] lhe impõem, segundo sua própria percepção a condição de jovem urbano. O mesmo jovem também aponta alguns dos problemas vistos como específicos do mundo urbano, como característicos do vilarejo, diferenciado-o do meio rural.

Tanto para esse, quanto a maioria dos rapazes e moças que escreveram as redações, à condição de morar no campo, ou no *sítio,* agregam também a boa relação com a natureza e a tranqüilidade como os principais qualificativos da mesma. Além disso, vários outros valores que constituem a especificidade do que é viver no meio rural, são também enfatizados. Em grande parte das redações, o ser jovem rural, esteve relacionado com maior dificuldade. Vejamos na redação abaixo:

> Para mim ser jovem rural é igual a todo os outros, é você se divertir, aprender coisas novas, trabalhar um pouco, não muito pois pode fazer

festa no mês de janeiro conhecida em todo o município.

[9] Vale salientar que muitos dos rapazes do vilarejo de Feira Nova trabalham na agricultura, pois muitas das famílias dali vivem deste trabalho.

> mal. Ser um jovem rural são aquelas pessoas que moram em sítios que ajudam seus próprios pais em alguns serviços domésticos ou até mesmo no campo, a vida de um jovem no sítio é mais difícil pois não temos tudo que precizamos no momento necessário, pois só tem na cidade e para chegar na cidade é mais outro problema pois não temos transporte certo no momento em que necessitamos, ser jovem rural tem seus defeitos e suas qualidades, mas mesmo assim não dechamos de ser jovem.
> Na minha opinião a diferença entre um jovem rural e o jovem urbano é que as pessoas do sítio elas trabalham um pouco mais e não tem tudo que quer no momento, já as pessoas da cidade são mais preguiçosas e são mais mimadas. É essa minha opinião. (M. B. S. 15 anos, 1º ano Estudos Gerais, comunidade: sítio Pirauá. E. R. M. C.)

Como podemos observar, as dificuldades de acesso constituem uma das maiores características do rural elencadas para diferenciar o jovem rural do urbano. O lugar onde vive com suas dificuldades é uma das primeiras questões a serem consideradas nessa diferenciação.

De fato, das 109 redações elaboradas pelos jovens das duas escolas, 21 delas apontaram a dificuldade de acesso a serviços básicos e o pouco desenvolvimento como a principal característica do rural, sendo a condição de enfretamento dessas dificuldades um dos elementos diferenciadores dos jovens rurais para os urbanos.

O lugar de onde partem, ou onde vivem é apontado por estudiosos como José Machado Pais (2003) como uma das *condições juvenis* através das quais se podem classificar os jovens. Assim, a condição de ser jovem rural, na própria representação desses jovens, mas também no que sentem no cotidiano, não pode ser entendida sem levarmos em conta as especificidades do mundo rural. Especialmente no Brasil, em que o projeto de modernização do campo, não foi concretizada, o rural é caracterizado pela oposição ao urbano e se definindo como o espaço da carência e do atraso, sendo esta visão concretizada no direcionamento das políticas públicas, concentradas quase sempre no meio urbano. Essa dualidade cidade / campo (OLIVEIRA, 2006) tem seus reflexos hoje tanto no acesso precário aos serviços básicos, que se apresenta nas regiões rurais, como em um marcante êxodo rural que incha as grandes metrópoles e ainda, na forma como o rural é percebido pelos citadinos. Esta visão é, muitas vezes, internalizada pelos moradores do rural, que o assumem como o lugar da "falta". Nos pequenos municípios, essa diferença é marcada pela oposição (mais construída do que real) entre as pequenas cidades - sedes, que concentram

praticamente todos os serviços essenciais e as comunidades rurais que ficam dependentes desta e das grandes cidades.

Outra característica importante e apontada em 19 das redações elaboradas pelos jovens rurais, é o trabalho no interior da família como uma prática social que serve de referência para distinguir jovens rurais dos urbanos. De fato, essa é uma das principais características do *modo de vida* camponês ao qual pertencem esses jovens. Destas redações, metade foi elaborada por rapazes, o que, diante do número total de rapazes participantes, constitui a maioria. Estes, escreveram que o trabalho na agricultura, na ajuda com o trato dos animais (mais praticado pelos rapazes, embora as moças também o façam) ou mesmo em casa, (este último, sempre praticado pelas moças)[10] faz parte da realidade dos jovens do *sítio*, o que, na representação deles, não acontece no caso dos jovens da *rua*. Assim, os jovens rurais, são aqueles que vivem uma vida mais dura, de menos diversão e mais trabalho para ajudar a família. As representações sobre esse trabalho podem ter várias facetas, pois, ao mesmo tempo em que é penoso, é também um valor importante a ser considerado e motivo de orgulho por parte de muitos deles, mesmo que, em muitos lugares e, diante de algumas pessoas, haja certa vergonha em assumir essa condição de trabalhador da roça, principalmente por parte das moças, como já analisei em outro artigo (PAULO, 2009).

Esses valores em relação ao trabalho podem ser percebidos em algumas redações:

> Na minha opinião os jovens rurais são aqueles jovens, que vivem no sítio que trabalham lá, que ajuda os pais. Sim, pois o jovem rural ele trabalha lá no sítio, cultiva. E o urbano ele só trabalha em casa e muito mal. A vida do jovem rural faz com que ele consiga ter coragem para enfrentar as coisas novas da sua vida, crie iniciativas cada vez mais.
> E também os jovens urbano tem muita oportunidade para o estudo mais nem se preocupa em estuda e o rural nem tem como eles tem e se preocupa mais.(V. F. S. 15 anos, 1º ano de estudos gerais, sítio Pirauá. (E.R.M.C.)

Na pesquisa realizada em Orobó em 2004, (PAULO; WANDERLEY, 2006) vimos que esse trabalho é percebido como algo positivo, embora não constitua necessariamente o desejo futuro desses jovens. Quando relacionamos o morar no meio rural com as dificuldades de acesso a serviços básicos, citadas anteriormente, mesmo que os jovens

[10] É importante salientar que em toda pesquisa, mesmo utilizando outros métodos e técnicas, os rapazes nunca afirmaram fazerem atividades de casa, embora tenham demonstrado que não têm preconceito contra os que fazem.

valorizem o trabalho como um qualificativo moral, por sua dificuldade, esse trabalho não continua sendo o sonho de profissão futura dos mesmos.

É importante considerar que tal trabalho tem a característica de ser realizado sempre no interior da família e para a manutenção desta. Por isso, quando os jovens falam do trabalho, a maior parte deles, enfatiza que o mesmo é realizado para ajudar os pais. Esta relação é uma das características da família camponesa que balizam a realidade presente dos jovens e seus sonhos futuros. Esta família é entendida como uma unidade de interesses, afetos e conflitos (WANDERLEY, 1999), sendo a relação dos jovens no interior da mesma, bastante diferente de uma família urbana. Assim, para além da relação de ajuda através do trabalho, a maior obediência e valorização da família são enfocadas em algumas redações. "Ser jovem rural é dar mais valor ao trabalho, pois da terra tiramos tudo, é conviver com a natureza e ter mais respeito e da mais valor a família (...)os jovens urbanos não trabalha acorda tarde e vai pra onde quer sem obedecer os pais". (M.O.S. 17 anos, Comunidade: sítio Pirauá, E.R.M. C.).

É perceptível que esse jovem constrói sua identidade interpelando o jovem urbano como o "outro", aquele que, mesmo tendo mais oportunidades, as valoriza menos. Assim, os rapazes e moças do *sítio*, se vêem como os que buscam a mesma coisa que os da *rua*, mas que as dificuldades cotidianas, exigem deles mais coragem, os impelindo a terem mais iniciativa. O trabalho mais pesado, cotidiano e disciplinado pelas necessidades impostas naquele meio, os incita, segundo eles próprios, a serem mais corajosos, mais fortes para poder vencer as dificuldades impostas pelo seu *lugar de vida*. Como nos romances da literatura nordestina, onde o sertanejo, homem do campo aparece como um herói que para sobreviver, precisa vencer todos os obstáculos impostos pela dureza do lugar onde vive, assim também, esses se percebem como heróis que precisam enfrentar todas as adversidades ali impostas.

Do *lugar de vida*, também advém costumes específicos que foram destacados em 05 das redações elaboradas nas duas escolas. Essas diferenças apontam para um modo de vida rural, (MENDRAS, 1969, WANDERLEY, 2002) marcado por um aspecto cultural mais do que pelo simples fato de morar no sítio.

Isso fica claro nas redações abaixo:

> Apesar de ter morado 10 anos em cidade, me considero uma jovem rural pelos costumes que adquiri e por minha residência situar-se em um sítio.
> Ser jovem rural é morar um lugar de difício acesso, ter um ambiente com muitas matas, e ter costumes que é ensinado pelos mais velhos que nem sempre é ensinado nas cidades. Somos mais simples. Somos diferentes dos jovens urbanos pois temos hábitos diferentes. Por exemplo: jovens rurais acordam mais cedo que jovens urbanos...Enfim, somos opostos sim! (J. G. P. C. 18 anos, comunidade: sítio Serra Verde. E.P.A.P.A.).

A redação desta moça aborda a persistência dos hábitos vivenciados no *sítio* mesmo ao viver na cidade. Esses hábitos são identificados em ações práticas como acordar mais cedo, mas também na simplicidade em oposição ao luxo, a certos consumos e ao comportamento diante dos outros, como sendo própria do comportamento desses jovens. Várias outras redações abordaram a simplicidade como caracterizador das *moças* e *rapazes* do *sítio* em relação às *moças* e *rapazes* da *rua.* Nesse sentido, se identificar como rural é um processo que se constitui na construção também da diferença implicando, portanto, ser diferente do urbano, pelas características do lugar, mas, principalmente pelo comportamento social. Os rapazes e moças da *rua* aparecem na figura do "outro" com muita consistência, é na oposição àquele comportamento que estes *rapazes* e *moças* do sítio se percebem. Assim, valores como a simplicidade e a austeridade identificadora destes últimos, são opostos aos comportamentos mais exibidos e desinibidos, ao mesmo tempo mais "simpáticos" que caracterizam as *moças* e *rapazes* da *rua*. É importante salientar que esse tipo de diferença foi mais mencionado pelas moças. Como nesse trecho da redação que segue: "O jovem urbano é muito mais saído e muito mais bagunceiros, pois moram na cidade e tem mais simpatia".(Josefa Júlia da Silva, 16 anos, sítio água branca. Escola de Matinadas.)

Não sendo possível no espaço deste artigo esgotar as possibilidades de interpretação dos sentidos do ser jovem atribuídos pelos *rapazes* e *moças* do *sítio*, é possível considerar que os processos de construção das identidades destes jovens estão diretamente relacionados às suas representações e vivências sobre o rural e o urbano, bem como, que esse processo se faz relacionalmente ao construir também as diferenças, interpelando ora os adultos do seu próprio meio, ora o jovem urbano como o "outro" (SILVA, (2007) HALL, 2005). Todavia, esse "outro", visto como urbano, necessariamente não precisa estar em uma cidade ou na sede do município, mas em qualquer espaço que na representação

daqueles jovens, seja considerado rural, como afirma Gupta e Fergson (1992) o outro pode ser também o que está dentro de casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO. Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo.In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

DURSTON, John. **Juventud rural em Brasil Y México; reduciendo la invisibilidad**. Santiago do Chile, CEPAL, 1998ª.(políticas sociales, 28) Acesso Internet WWwcinterfor. Org.uy em 18.08.2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Além da "Cultura": Espaço, Identidade e a Política da Diferença. *In* **Cultural Anthropolgy**, Volume 7, número 1, 1992.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós Modernidade**. Editora DP&A. Rio de Janeiro, 2005.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista o Onitorrinco**. Editora Boitempo: São Paulo, 2006.

PAULO. Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural e trabalho agrícola**: pensando na dimensão da vergonha. Artigo publicado nos anais do XIV Congresso de Sociologia: Sociologia: Consensos e Cotrovérisas. – UFRJ: Rio de Janeiro, 2009.
Disponível em: www.sbs2009.sbsociologia.com.br/

PAULO, Maria de Assunção Lima de; WANDERLEY. Maria Nazareth Baudel. Jovens Rurais de Orobó: A realidade do presente e os sonhos para o futuro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero**: práticas, movimentos e política pública. Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2006.

SILVA, Thadeu Thomaz. da.(org.) **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos culturais**. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7ª Ed. Editora Vozes: Petrópolis- RJ, 2007.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Editora: autores Associados. Campinas, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas:** o "rural" como espaço singular e ator coletivo. Revista sociedade e Agricultura, 15: outubro de 2000b. 87-145.

_____, **A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Revista Desenvolvimento e Meio ambiente, n.2 , Editora da UFPR: 2000a.

_____, Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. **Ensaios de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.

_____, Morar, trabalhar: o ideal camponês dos assentados de pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza. (org.) **Travessias**. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Editora da UFRG: Porto Alegre, 2003.203-246.

_____. **O Mundo Rural como Espaço de Vida,** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo Brasília: Hucitec/Edunb,1995.

RELAÇÕES DE GÊNERO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA COMUNIDADE MEM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA/ SE.

Mônica Cristina Silva Santana
Doutora em Ciências Sociais pelo Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais, Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe
E-mail: monicacss@ufs.br

GT 04. Família, Gênero e Geração

INTRODUÇÃO

Alcança expressividade no contexto das últimas décadas à conformação de uma nova perspectiva de leitura e de proposições acerca do desenvolvimento de pequenas localidades como as comunidades tradicionais, assentamentos rurais e/ou municípios, que tem sido denominada de "enfoque territorial de desenvolvimento" ou ainda "desenvolvimento local". As mulheres estão envolvidas com os problemas que afetam o setor pesqueiro, assim como com as grandes questões relativas à viabilidade das comunidades pesqueiras artesanais. A capacidade de resistência que estas vêm demonstrando é, em grande medida, conseqüência do papel de suporte desempenhado pelas mulheres e crianças. Daí a necessidade premente de se conhecer como, em vários casos específicos no Nordeste, às mulheres vêm desempenhando esse papel de suporte (COSTA-NETO & MARQUES, 2000). É essencial analisar as atividades das mulheres no espaço doméstico, tais como cuidar dos filhos, manter a casa e pescar e plantar para o consumo das famílias. São elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra. Por isso, elas têm condições de levantar importantes questões relacionadas com a qualidade de vida e de inseri-las na agenda das organizações profissionais de pescadores. Por outro lado, em diversas situações elas estão atuando na própria pesca. É o caso das "marisqueiras" (coletoras de mariscos em praias nordestinas), das "tecedeiras" de redes de pesca, das pescadoras nas praias e nos rios, das que beneficiam pescado, das que fazem farinha de pescado (na região dos lagos do Baixo Amazonas), das ex-pescadoras, das esposas e filhas de pescadores, bem como das presidentes ou membros de diretorias de colônias ou outras associações.

Ademais, muito do que fazem não se destina ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar: cozinhar, costurar velas de canoa, confeccionar armadilhas de pesca para o marido e os filhos, fazer o café e o carvão que eles levam a bordo, remendar roupas de trabalho, etc. As atividades femininas tendem, pois, a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas, geralmente centradas em uma ou duas atividades principais, como por exemplo, pesca e lavoura (SANTANA, 2003). Esse fato reforça a invisibilidade de seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários. Se a construção de um modelo de pesca responsável passa pelo fortalecimento das comunidades de pescadores artesanais (GLIESSMAN, 2001), é necessário ressaltar as relações entre homens e mulheres. Segundo o modelo tradicional de divisão de tarefas, ao homem cabe o trabalho fora, para sustento da família e, à mulher, a função de dona de casa, no máximo trabalhando fora para "ajudar". Na prática, as coisas estão longe de ser assim.

O fato de pertencer/viver numa ilha exprime uma rede de relações laborais, culturais e sociais que expressa vínculos na construção social das identidades, muito embora tais identidades possam estar relacionadas às necessidades expressas em determinados momentos históricos. O contexto que abrange a vida na "beira do rio" – é assim que identificam o local onde vivem - implica a existência de diversas identidades, quer sejam culturais, territoriais, sociais, dentre outras adquiridas e até perdidas no processo de construção social.

A dinâmica identitária é responsável pela construção dos vínculos e pela inserção dos indivíduos no mundo social. As tradições, as culturas, as crenças, os valores, os ritos, as representações e as próprias relações sociais são elementos na elaboração da identidade – "conjunto de traços, de imagens e de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio (...) o ponto de referência a partir do qual, surge o conceito de si e a imagem de si, de caráter mais restrito" (JACQUES, 1998:161-165). Como formas mentalmente elaboradas e compostas de significações, a identidade exprime uma representação de si mesmo, de sua história, de sua singularidade e se transforma num fator de orientação na construção das próprias práticas sociais.

Entretanto, a identidade é inerente à própria vida social, uma espécie de pertença social que se realiza em um mundo social específico (BERGER & LUCKMANN, 1998). Almeida (1998:36) ressalta que os sentimentos de pertencimento são "sentimentos que correspondem às práticas e aspirações, estando estas relações" – entre os homens e o meio – "codificadas por signos que lhes dão sentido".

Esse conhecimento, socialmente elaborado e partilhado em consonância com as práticas sociais tem por objetivo a construção e interpretação da realidade (social), conferindo-lhe significado - as representações sociais não generalizam, mas evidenciam a realidade.

Na construção social desses pescadores e marisqueiras, as representações sociais revelam a realidade vivenciada, enquanto o território revela um domínio que delimita um espaço ou estabelece fronteiras, por meio de marcas simbólicas e tangíveis, oriundas de representações e sentimentos; esse domínio é estruturado por elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Aquele espaço vivido, controlado, dominado onde veiculam e se concretizam as relações sociais, diferindo de lugar, uma vez que este expressa vínculos identitários, enquanto o território expressa as relações de poder. No entanto, é o lugar que torna possível a construção do território e das territorialidades. Santos (1998) se refere ao território como *"*o produto dos atores sociais" (p. 21) e à territorialidade "como os meios utilizados pelos atores para se chegar ao (...) ao território" (idem).

Segundo Souza (1995), os territórios podem ser construídos e desconstruídos dentro de diversos contextos e diversas escalas, podendo ser também relativos e funcionais. As representações sociais, enquanto conhecimento da realidade vivenciada, são produzidas e transformadas pela dinâmica social, revelando a identidade do grupo, da mesma forma que o território e a territorialidade.

Na construção social, dos ribeirinhos, tanto o território, como as territorialidades e as representações sociais criaram padrões de comportamento e elementos simbólicos que estabeleceram a sua própria dinâmica social.

Para entender o significado das redes de relações e trabalho construídas na comunidade, é necessário analisar como explicita Geertz(1989):

> Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumimos a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (1989:15)

O significado de cultura aqui expresso está relacionado ao *sentido*[1], determinado pelos diferentes atores considerados – os pescadores e as marisqueiras, que são sujeitos da comunidade.

[1] A distinção entre *sentido* e *significado* foi estabelecida a partir da compreensão de Cardoso de Oliveira (1998). Segundo o autor, *sentido* é uma categoria que pertence ao horizonte semântico do 'nativo', enquanto *significado* representa a leitura do sentido exercida pelo cientista, no seu caso, pelo antropólogo. Esta diferenciação foi construída por Cardoso de Oliveira a partir de Hirsch (1967).

O desafio que se descreve neste contexto é a promoção de estratégias de coleta e análise de dados relativos à realidade da ilha Mém de Sá que permitam descortinar as relações de gênero no cotidiano de trabalho, com o avanço de conhecimentos e a identificação de mecanismos para a definição de proposições de desenvolvimento para a baixada litorânea nesta região do Nordeste.

CONHECENDO A ÁREA

O povoado Mem de Sá é formado por uma população de aproximadamente 75 famílias (em torno de 375 pessoas) que vivem há décadas em situação de isolamento geográfico em relação ao seu município, Itaporanga D'Ajuda. Neste sentido, a Ilha, limítrofe ao Campo Experimental de Itaporanga (uma área experimental da Embrapa, também conhecida por Reserva do Caju, por estar se tornando uma Reserva Particular do Patrimônio Natural), apresenta-se como uma comunidade de importância estratégica para esta instituição e demais parceiros na efetivação de uma proposta que favoreça a ampliação do conhecimento sobre este território e a definição de mecanismos de gestão e conservação deste fragmento da Mata Atlântica, mediante a participação da população local em todas as fases do processo. Apesar do isolamento geográfico, a Ilha Mem de Sá, de grande beleza cênica, está localizada a apenas 23 km da sede do município e 53 km da capital do Estado de Sergipe, Aracaju, o que favorece o emprego da mão-de-obra de alguns moradores nestes locais. No entanto, a maior parte da população se dedica à pesca (ainda abundante na região) no estuário do rio Vaza Barris, onde desenvolveram, ao longo do tempo, um saber ambiental extremamente importante que carece de valorização na localidade.

Trata-se, portanto, de uma comunidade localizada numa ilha fluvial originada pelo povoamento iniciado por três famílias que, ao longo de várias gerações, estabeleceram uma profunda interação com o ecossistema local, fazendo da pesca a principal atividade econômica.

OBJETIVOS

Compreender como as comunidades de pescadores artesanais vêm se reproduzindo requer um olhar abrangente, que leve em conta o trabalho das famílias, direta ou indiretamente ligado ao sistema produtivo da pesca. Por isso, ganham relevo hoje as abordagens de gênero que direcionam nosso olhar para a divisão de trabalho entre os sexos. Trata-se de uma

dimensão geralmente pouco valorizada, quer no âmbito dos estudos, que privilegiam a situação do homem pescador, quer no âmbito das políticas e das organizações sindicais de pescadores onde ainda predomina uma concepção restritiva de pescador.

Dentre as diretrizes desta pesquisa constam: estudar a história e o papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas (se houve) contra a marginalização e examinar como a comunidade Mem de Sá pode integrar a perspectiva de gênero em suas lutas pela sobrevivência, valorizando e dando visibilidade ao trabalho da mulher marisqueira.

MULHERES E A ATIVIDADE DE CATAÇÃO E A PESCA DOS HOMENS

Aos homens cabe a pesca, numa rotina que se inicia de madrugada, quando se deslocam até os principais pontos de pesca para depositarem as redes durante a maré cheia, e retirá-las com a maré baixa. Alguns se dedicam à cata do guaiamum (*Cardisoma guanhumi*) e do aratu (*Goniopsis cruentata*), sendo esta uma atividade normalmente desenvolvida pelas mulheres. Na pesca, um universo denominado de "masculino", a relação de gênero reproduz as relações sociais de subordinação, semelhante a outras instâncias da sociedade. Processo em que a desvalorização e muitas vezes invisibilidade do trabalho feminino dificulta, até para as próprias mulheres, o reconhecimento de seu papel de sujeito nas relações sociais. Entre populações pesqueiras, a produção das mulheres é tão importante quanto à dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal. De fato, em um contexto de produção de mercadorias, as atividades voltadas ao mercado alcançam necessariamente maior visibilidade, obscurecendo-se as outras dimensões da divisão social do trabalho e, em particular, as conexões que se estabelecem entre a casa e o mundo do trabalho.

Apesar de as mulheres desenvolverem múltiplas tarefas, o trabalho feminino é invisibilizado e considerado de menor relevância para o grupo a que pertencem. No caso de ser mulher marisqueira a situação se torna mais complexa, na medida em que o trabalho na pesca é pouco considerado pelo poder público e pela própria academia, o que por certo acarreta o esquecimento desse setor em relação a outras atividades desenvolvidas por populações tradicionais.

Em meio a essa situação de pouca visibilidade há, ainda a desconsideração do trabalho feminino em áreas de manguezais. Nessas áreas as mulheres coletam moluscos e crustáceos, mas esse trabalho é menos valorizado entre os próprios pescadores porque não está ligado diretamente à captura de peixe no rio. Essa visão é decorrente da própria formação de

pescadores que privilegia a aprendizagem do saber ligado à pesca aos homens, cabendo à mulher outras atividades produtivas. Quando uma mulher pesca, ela o faz desenvolvendo a chamada *pesca pequena*, ou *pesca da beira* ou *"ajudando"* o marido no barco.

O aratu é relevante economicamente para os moradores da Ilha Mem de Sá devido à produção e comercialização de sua carne, garantindo obtenção de renda para os moradores, principalmente para a maior parte das mulheres dessa localidade. Entretanto, tal trabalho não é reconhecido como relevante pelos habitantes locais que vêem na pesca do peixe uma atividade mais importante. Todavia, a pesca quando é tratada em seu sentido amplo permite a visualização dos trabalhos de mulheres e homens na captura de espécies aquáticas que não se restringem aos peixes.

O conhecimento tradicional que as mulheres possuem sobre seu ambiente é essencial para a preservação das espécies, principalmente em países cuja economia depende de recursos biológicos. Segundo Woortmann (1992), à mulher cabe a socialização através da aprendizagem de saberes ligados ao cultivo da terra e aos cuidados da casa. Nessa perspectiva, a relação mulheres, gênero, meio ambiente e desenvolvimento é não só permanente como muito estreita.

A produção da carne do aratu exige conhecimento da técnica de catação e envolve conhecimentos tradicionais sobre o aratu, o manguezal, o rio, as marés. Portanto, é importante conhecer todo o ecossistema ligado de forma direta ou indireta à vida desse crustáceo. Nessa atividade estão inter-relacionado os saberes locais sobre o ambiente e os valores e crenças da população humana que ora habita na Ilha Mem de Sá.

Se, admitidamente, as mulheres estão presentes na maioria das atividades de pesca ditas "de proximidade" – beira e manguezal – o rio, teoricamente, é "negócio dos homens". Segundo eles, um dos elementos do *métier* de pescador é o embarque e, como as atividades das mulheres se efetuam a pé ou, se embarcado, limitam-se aos igarapés, se atribui menor valor e reconhecimento, mesmo por vezes, elas sendo parceiras de pesca.

A dicotomia terra-rio, espaço feminino-espaço masculino, esquema comum a todas as comunidades pesqueiras, determina a divisão de tarefas. Esta foi analisada em Vigia, terra das tecedeiras de redes de pesca (Maneschy, Escallier, 2000), onde as mulheres aprendem a tecer, deixando a tarefa de consertar(remendar) as redes aos homens. Como não é necessário dispor de grandes espaços para tecer, tal atividade mantém as mulheres em casa e limita sua mobilidade. Em compensação, o remendo exige locais amplos onde se possam estender as redes, o que permite aos homens estar fora de casa.

Constata-se na literatura (Woortmann 1992, Alencar 1993) que, as atividades das mulheres na pesca são percebidas pelos homens como fazendo parte do conjunto das tarefas domésticas – arrumar, cozinhar, cuidar das crianças, do quintal, pois elas se fazem seja em casa, como tecer redes e beneficiar mariscos, seja em locais geralmente acessíveis a pé. Tais atividades são sempre entremeadas com as responsabilidades domésticas cotidianas. Isso mostra bem que o papel das mulheres na economia pesqueira tem "limites" sociais e territoriais, que podem sempre ser redefinidos com o tempo e as mudanças culturais.

SER MULHER/MARISQUEIRA NA ILHA MEM DE SÁ

Na narrativa das mulheres da comunidade, ser mulher significa: conquistas, obstáculos, felicidade, experiência, fé, e guerreira. Argumentaram, nas entrevistas realizadas, sobre o porquê de cada palavra na construção do discurso da mulher/marisqueira enquanto sujeito social.

Assim, para elas, ser mulher, significa conquistas, porque "*como as palmeiras, vem a tempestade, mas com o novo dia erguem as suas folhas e estão prontas para um novo dia*" (entrevistada 1). Elas exemplificaram essas conquistas com a obtenção por uma mulher da Presidência da Associação de Moradores, da Presidência da Colônia de Pescadores e como chefes de família em algumas das casas da comunidade.

Sobre os obstáculos, eles são acentuados na esfera doméstica, a falta de valorização do trabalho das marisqueiras e a baixa remuneração dos pescados por elas vendidos e as condições econômicas como um todo, em que delimitam os espaços que as pessoas devem ocupar na sociedade e, mais especificamente, na comunidade local. No caso dessas mulheres, algumas dificuldades destacadas em suas narrativas se referem prioritariamente, a não valorização do trabalho feminino e a visão do trabalho das mulheres como sendo secundário. Principalmente por que "*nós ajudamos nas despesas de casa e catar marisco quase todos os dias e ainda tem o serviço de casa e os filhos.*"

Para as entrevistadas, ser mulher é felicidade por estar viva e podendo sobreviver do trabalho no mangue e no rio; nestes relatos, as relações de subordinação ao doméstico vieram à superfície ao afirmarem que: "*a mulher tem que fazer tudo mesmo e ainda ta bem para poder ir pegar uns mariscos para ajudar na renda da família. Mas o que seria de nós sem trabalho, sem o aratu e o catado*?". Uma delas afirmou que "*na nova vida quero ser homem*".

Por fim explicitam a relação entre ser mulher, guerreira e a experiência ao afirmar que "*as mulheres entram em todas as guerras e de tudo sabe um pouco*", "*a mulher, nós aqui marisqueira, vamo em frente e conseguimos enfrentar tudo*."

O aratu e o caranguejo são relevantes economicamente para a Ilha Mem de Sá devido à produção e comercialização de sua massa, garantindo obtenção de renda para os moradores, principalmente para um grande número de mulheres dessa comunidade. Entretanto, tal trabalho não é reconhecido como tão relevante pelos habitantes locais que vêem na pesca do peixe uma atividade mais importante. Todavia, a pesca quando é tratada em seu sentido mais amplo permite a visualização dos trabalhos de homens e mulheres na captura de espécies aquáticas que não se restringem aos peixes.

O conhecimento tradicional que as mulheres possuem sobre seu ambiente é essencial para preservação das espécies, principalmente em comunidades cuja economia depende de recursos biológicos. À mulher cabe a socialização através da aprendizagem de saberes ligados ao manejo dos mariscos, cultivo da terra e aos cuidados da casa. Mesmo assim, muito pouco tem sido feito pelo Estado, agências financiadoras, organizações não-governamentais (ONGs) e pelas próprias populações tradicionais, no sentido de utilizar esses saberes no desenvolvimento local e sustentável. Nessa perspectiva, a relação entre mulheres, gênero, meio ambiente e desenvolvimento é não só permanente como muito estreita.

Por fim, a problemática envolvendo gênero e meio ambiente se revela como da maior importância, embora ainda requeira maiores pesquisas e políticas públicas específicas. Nessa direção, no que diz respeito ao reconhecimento da participação das mulheres na conservação e desenvolvimento de áreas ambientais, há todo um campo a ser explorado e trabalhado, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. F. **Pescadeiras, companheiras e perigosas. Um estudo sobre a pesca feminina em lençóis**. Brasília, UnB, 1993 (dissertação de mestrado).

ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do sertão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 35-46. Jul./dez. 1998.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 15 ed. Petrópolis/RJ : Vozes, 1998. 248p. (Coleção Antropologia 5).

COSTA-NETO, E.M. & MARQUES, J.G.W. **A etnotaxonomia de recursos ictiofaunísticos pelos pescadores da comunidade de Siribinha, Norte do Estado da Bahia, Brasil**. Biociências, Porto Alegre 8:61-76, 2000.

JACQUES, M. G. C. Identidade. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa et. al. **Psicologia social contemporânea**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1998. p.159-67.

MANESCHY, M. C. & ESCALLIER, Ch. "Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em Vigia, litoral do Pará". In: **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**, Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, Belém, pp. 57-89, 2000.

SANTANA, M. C. S. **Muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais no estado de Sergipe**. Tese de Doutorado, UFBA, mimeo, 2003.

SANTOS, F. A. **Itabaiana, agricultura familiar e identidade: uma experiência com o lugar.** Aracaju, 1998. 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: temas e conceitos**. Rio de Janeiro : Bertrand, do Brasil, 1995. p. 77-99.

WOORTMANN, E. F. "Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste". **Revista brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 41-60, 1992.

SER MOÇA OU RAPAZ NO MEIO RURAL: as implicações de gênero na construção de identidades juvenis.

Maria Simone Euclides, Mestranda em Extensão Rural
simoneeuclides@yahoo.com.br
Érika Oliveira Amorim, Mestranda em Extensão Rural
erikaoamorim@hotmail.com
Ana Louise de Carvalho Fiúza, Professora do Departamento de Extensão Rural
louisefiuza@ufv.br

GT-4 - Família, gênero e geração

OBJETO DE REFLEXÃO: Juventude e relações de gênero no meio rural

SITUAÇÃO EMPÍRICA: Este artigo foi produzido através de referencial bibliográfico trabalhado nas disciplinas oferecidas pelo programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa bem como das reflexões e experiências adquiridas pelas autoras.

DEFINIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GT-4:

Discutir as questões de gênero na sociedade contemporânea faz se necessário diante da realidade de desigualdade entre mulheres e homens das quais não se pode mais esconder. Dentre as várias conseqüências, a sociedade patriarcal deixa como herança nos dias atuais, a divisão sexual do trabalho e subordinação da mulher em relação ao homem, repercutindo em várias esferas da sociedade onde a representação feminina se faz frente a estereótipos criados e recriados no cotidiano e nas relações familiares.

Ademais, enquanto questões que se reproduzem muitas vezes de forma naturalizada, a tentativa de problematizar e trazer a tona questionamentos sobre as relações de gênero emerge como um caminho possível para a reconstrução da equidade e igualdade. Dessa forma, este artigo pretende analisar as relações de gênero que existem no meio rural e identificar sob quais contextos a socialização de gênero para moças e rapazes se dá junto aos seus pares. Com isso, essa reflexão pretende contribuir para os debates no **Grupo de Trabalho Família, Gênero e Geração**, através de questionamentos acerca do reconhecimento das desigualdades de gênero no meio rural e, sobretudo, na maneira como essas têm sido ou não repassadas e vivenciadas por jovens nas relações familiares.

INTRODUÇÃO

Dentre os desafios colocados na atualidade para a construção de um mundo mais justo e igualitário, os assuntos referentes às questões de gênero merecem ser analisados e ressignificados. Gênero refere-se a uma categoria de análise para descrever as características de homens e mulheres que foram socialmente construídas, em contraste com aquelas que são biologicamente determinadas. Portanto, gênero tem uma conotação distinta do que a biologia incide sobre os corpos.

Considerar as questões de gênero enquanto construções que fazem parte da identidade dos sujeitos é, ao mesmo tempo, considerar que essa construção é dinâmica e se transforma ao longo dos anos a depender do contexto histórico e cultural.

Historicamente, essa construção dá-se de forma hierárquica, indicando papéis e atitudes para homens e mulheres na sociedade. Como conseqüência, historicamente os papéis masculinos possuem posições mais valorizadas do que os femininos, condicionando uma série de desigualdades e subordinação das mulheres em relação aos homens.

Notadamente no meio rural, as desigualdades de gênero se apresentam de maneira bastante evidente e naturalizada, sobretudo nas relações estabelecidas na agricultura familiar. Nesse espaço está reservada à mulher uma posição de subordinação em relação ao sujeito masculino, desde o papel reprodutivo até a invisibilidade do trabalho nas propriedades rurais (NOBRE et al., 2005).

As relações estabelecidas no meio rural são, pois, relações nas quais o lugar do feminino encontra-se relacionado a um lugar de menos prestígio e reconhecimento na sociedade. Mesmo que esta chegue a "invadir o espaço masculino" (a roça ou a lavoura, por exemplo), tal invasão nada mais é do que uma extensão do seu trabalho reprodutivo, não lhe é atribuído valor econômico.

Ademais, essas relações hierárquicas entre mulheres e homens nos espaços cujas produções são gerenciadas pela própria família vão sendo socializados de geração em geração tendendo fazer com que os jovens estabeleçam entre si relações também de desigualdades, tanto de identidades de gênero como na maneira como vão representar os espaços e os lugares dos quais fazem parte.

Tendo como pano de fundo a concepção de que no meio rural, principalmente nas relações familiares, as questões de gênero permeiam as inter-relações dos sujeitos, este artigo busca analisar a socialização de gênero para os jovens do meio rural e as conseqüências desta socialização na formação da identidade desses jovens.

OBJETO DE REFLEXÃO

Antes de entrarmos na reflexão a qual este artigo se propõe a fazer, é necessário distinguir a concepção que tratamos aqui sobre agricultura familiar. Esta, neste texto, refere-se ao lócus onde as relações de produção agrícola são administradas e realizadas pelos próprios membros de uma determinada família. Bem mais que um espaço onde a relação de produção e subsistência se concretiza, é um lugar também marcado por tensões e jogos de forças das mais diversas esferas. Sem, contudo, discutir amplamente essas várias esferas, o foco dado, por ora, à reflexão se faz sob a lente de gênero no meio rural e das relações familiares.

A concepção de gênero aqui utilizada refere-se a uma construção social e histórica que ocorre envolvendo o corpo do homem e da mulher além de sua dimensão biológica. Por se tratar de uma dimensão histórica e social, as relações entre homens e mulheres e o conceito de masculino e feminino são plurais e diversificados em culturas diversificadas e até mesmo em uma mesma cultura em função da classe, religião, raça, idade etc.

Enquanto conceito relacional é algo que se reproduz nas relações cotidianas, através dos códigos presentes nas várias esferas da sociedade. Essas relações têm sido construídas a partir de uma hierarquia social na qual o sujeito do masculino tem tido ao longo do tempo posições superiores ao feminino. Tais situações são visivelmente analisadas e reais quando analisamos as condições das mulheres no mercado de trabalho, as expectativas e papéis sociais que a sociedade impõe sobre estas dentre outros agravantes.

No meio rural, se considerarmos as relações de gênero no núcleo familiar, a situação de desigualdade e subordinação feminina não muda, pelo contrário, torna-se ainda mais acentuada. Historicamente, desde as sociedades patriarcais, predomina nesses espaços a imagem e figura do homem enquanto o provedor, figura central no contexto familiar, no qual os demais membros, principalmente a figura feminina, encontram-se em posição de subordinação a ele.

Além disso, é visível a divisão sexual do trabalho, na qual a mulher está diretamente relacionada à reprodução (ou espaço privado), enquanto o homem encontra-se no espaço produtivo (público: roças, lavouras); distinguindo e delimitando assim onde cada um e como cada um desses deve agir para manter a reprodução da sociedade.

Conforme Brumer et al (2008), quando a mulher sai do espaço dito privado para também atuar também no espaço público, este é visto não como trabalho e passa a ser tido como ajuda

Haja vista que a família é um lugar privilegiado no qual a socialização das normas, valores e regras sociais se perpetuam, este é, pois, o espaço onde a socialização dos papéis de gênero inicialmente se dão para moças e rapazes do meio rural.

Conforme bem destacado por Gesser (2006)

> à família tem um papel fundamental, que consiste na transmissão, no decorrer das gerações, dos valores, costumes, linguagem, alimentação, religiosidade, modos de vida e reprodução social.

Sendo assim, é nesse espaço que os jovens desde cedo irão construir suas identidades de gênero, de acordo com as relações estabelecidas pelas gerações anteriores. E conseqüentemente as representações de gênero para moças e rapazes irão refletir no que estes incorporam como sendo ou não de acordo com a posição ocupada por eles na divisão social do trabalho junto aos seus pares (WEISHEIMER, 2006).

De forma conflituosa e hierárquica, reproduzem-se assim posições e papeis sociais distintos entre rapazes e moças. A naturalização e legitimação entre o espaço público e privado para homens e mulheres, a relação e hierarquia dos filhos (as) em relação aos pais, juntamente com o conjunto de regras e valores da sociedade, acabam por incidir nas desigualdades entre moças e rapazes.

Percebe-se que há certas exigências do comportamento para moças diferentes para os rapazes. Há um maior controle da sexualidade feminina em relação à masculina, cobranças e regras sociais que distinguem e delimitam papéis hierárquicos para cada um destes sexos (BRUMER, 2007).

A divisão sexual do trabalho se reproduz, pois, nas identidades construídas pelos jovens do campo bem como nas diferentes perspectivas que moças e rapazes terão futuramente com relação às identidades profissionais.

De acordo com Weisheimer (2006),

> a desvalorização da força de trabalho feminina e a subordinação das mulheres funciona como um dispositivo fundamental para a máxima apropriação do valor gerado pelo trabalho no interior da unidade de produção familiar. Como resultado, muitas mulheres – principalmente as jovens - valorizam o trabalho externo à unidade de produção, porque, quando têm um trabalho independente, elas mesmas gerenciam os recursos obtidos com seu trabalho. O trabalho externo da mulher possibilita, ainda, sua atuação num espaço fora da família e da autoridade do marido, pai ou irmão, provocando mudanças nas relações entre os indivíduos de ambos os sexos (pág. 6)

OBJETIVOS

Este artigo pretende analisar as relações de gênero no meio rural, mais precisamente situando a socialização de gênero para moças e rapazes que se encontra inserida nesse contexto. As questões que nortearam as reflexões desse artigo foram: sob

quais contextos as relações de gênero se dão no meio rural? O que é ser moça e rapaz no meio rural? Como as identidades de gênero se refletem nas escolhas profissionais desses jovens?

MÉTODOS DE TRABALHO

A busca pela compreensão e explicação das ressignificações que surgem no meio rural perpassa o quadro das ciências sociais, especialmente o âmbito da Antropologia e da Sociologia, tendo como base as relações de gênero no meio rural.

O principal aspecto desta pesquisa refere-se ao trabalho teórico com aprofundamento bibliográfico sobre os principais debates já realizados sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações desiguais de gênero são questões que infelizmente ainda são marcantes na sociedade e se perpetuam de diversas formas, principalmente no meio rural, onde o binômio dominação X subordinação é bastante evidente na divisão sexual do trabalho. O agravante é que tais simetrias são reproduzidas de tal forma que ser moça ou rapaz no meio rural está arraigado por uma série de estereótipos e valores pré-determinados socialmente que acabam interferindo na construção de identidades de ambos para a aceitação ou negação de suas origens.

Tal realidade se expressa, por exemplo, no elevado índice de êxodo rural principalmente de moças que abandonam a "roça" em busca de maior reconhecimento e valorização do seu trabalho, já que na agricultura familiar ele é invisível. A educação aqui aparece como fuga, possibilidade de mudança e autonomia e maior liberdade para as moças.

É necessário um trabalho mais aprofundado sobre tais questões e políticas públicas suficientemente sensíveis capazes de incitar questionamentos e novas construções de gênero com foco para a equidade de oportunidades para homens e mulheres do meio rural, bem como no que tange as relações na agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil.** Anais do

VIII Seminário Fazendo Gênero Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 25 a 28 de agosto de 2008.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO,M. J. ; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

GESSER, Marivete. **A contribuição da educação formal para a ressignificação do "lugar" subalterno das mulheres jovens no meio rural.** Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Gênero & Juventude. Florianópolis. 28, 29 e 30 de 2006.

NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. **Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates**. SOF: São Paulo, 2005

WEISHEIMER, N. **Jovens Agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Gênero e Juventude. Florianópolis. 28, 29 e 30 de 2006.

SINDICALIZADAS RURAIS E ATIVISTAS POLÍTICAS: uma nova face do empoderamento da mulher no meio rural

Érika Oliveira Amorim
bolsista CAPES
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Departamento de Extensão Rural
erikaoamorim@hotmail.com

Maria Simone Euclides
bolsista CAPES
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Departamento de Extensão Rural
simoneeuclides@yahoo.com.br

Ana Louise de Carvalho Fiúza
Professora do Departamento de Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Departamento de Extensão Rural
louisefiuza@ufv.br

GT-4 - Família, gênero e geração

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, apesar de todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres ainda não podem decidir sobre suas vidas e reproduzem comportamentos de uma sociedade patriarcal.

Nesse sentido, propomos neste texto a discussão da questão do empoderamento de mulheres sindicalizadas e ativistas políticas tentando compreender se tais políticas e ações de organizações públicas e privadas geram formas de empoderamento para trabalhadoras rurais.

Compreender a questão do poder e, de forma especial, do poder nas relações de gênero, representa importância fundamental para inserção da mulher num projeto político no qual estariam presentes aspectos de mobilização coletiva aliados à construção de uma nova identidade social da mulher rural pautada em conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais.

OBJETO DE REFLEXÃO

A subordinação e a exclusão das mulheres em várias formas de direito ocorrem há tempos. Atinge a participação em processos eleitorais (o Brasil só possibilitou esse direito na

década de 30), a falta de reconhecimento de sua força de trabalho, a luta por direitos previdenciários, o direito à propriedade da terra e o acesso à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. O empoderamento[1] poderia significar a capacidade de fazer representar sua visão de mundo dentro de espaços democráticos e participativos, tais como organizações e sindicatos. Conforme define Deere e León (2002) o empoderamento implica a "alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher" e pode ser percebido nas dimensões econômicas, sociais e políticas representando perspectivas como aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na sua participação no poder.

Deere e León (2002) ao analisarem o conceito de empoderamento estabelecem diferenciações entre "poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro" nas quais consideram que os três últimos representam formas positivas de poder capazes de abrir possibilidades e ações sem a dominação que é representada pelo "poder sobre" permitindo que o poder seja compartilhado ("poder com") estimulando o afloramento do poder interior ("poder de dentro") que é relacionado à auto-estima e dessa forma, resiste ao poder exercido por outros e rejeita a subordinação da mulher.

A partir do momento em que a mulher desafia relações familiares patriarcais criando espaço para novas abordagens e perspectivas através do empoderamento está implicando em mudanças não só em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e de sua família e na construção de uma nova identidade. No processo de construção dessa nova identidade da mulher rural a mobilização em organizações políticas permite reconhecer sua participação política corrigindo a visão subalterna de sua atuação sindical e dando fim a invisibilidade da participação feminina na produção.

A luta pela ampliação da cidadania das mulheres rurais tem sido marcada pela busca por maior democracia de gênero. A fim de justificar a legitimidade dessas reivindicações, enfatiza-se o papel econômico que as mulheres desempenham nas unidades de produção familiares, especialmente no que se refere às mulheres trabalhadoras rurais. Grande parte da população rural feminina acumula funções reprodutivas e produtivas nas quais a inserção na produção constitui um prolongamento das atividades domésticas. Essas funções representam posições de subordinação dentro da organização familiar conforme afirma Carneiro (1995)

> *"a luta contra a "dupla subordinação" a que elas estão sujeitas dentro da sociedade capitalista seria neutralizada pelas relações familiares de produção onde*

[1] A noção de empoderamento vem sendo utilizada desde a década de 70, quando surgiu em meio aos movimentos sociais, e nos últimos anos o termo passa a ter abordagem no campo ideológico de desenvolvimento tanto nas relações sociais, como políticas e cognitivas (relações e ideologias de gênero).

> *a posição subordinada da mulher não seria definida por uma relação de trabalho, mas por uma situação decorrente da relação conjugal." (p. 49)*

A imagem tradicional que torna invisível o trabalho feminino e a contribuição econômica da mulher no campo fica evidente quando sua atuação é tida apenas como auxílio ou complemento dentro da organização familiar, o que ocorre na maioria dos casos. Essa subordinação reforça o caráter patriarcal no qual a sociedade brasileira se insere.

Tais caracterizações são o reflexo da divisão sexual do trabalho no qual a imagem do homem encontra-se relacionada ao que é tido como produtivo enquanto a mulher se reserva aos espaços reprodutivos.

De acordo com Nobre et al. (2005) e Pacheco (2009), ainda hoje, a divisão sexista do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim, tudo que se associa ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta, e dos pequenos animais, tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros).

Nos estudos brasileiros sobre o campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado. No roçado encontra-se a figura do pai (chefe de família). Fato considerável é que a mulher e os filhos, quando também trabalham nestes espaços, são caracterizados pelo termo de ajuda e não são reconhecidos como também integrantes do trabalho produtivo (BRUMER 2004; NOBRE 2005). Além disso, o trabalho realizado pelas mulheres, especialmente nos quintais, muitas vezes é visto como extensão de seu papel feminino (NOBRE et al, 2005); PACHECO (2009).

O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico. A mulher do meio rural sempre esteve historicamente ligada ao trabalho doméstico e ao trabalho de subsistência e sentiu a necessidade de adaptar às novas relações de trabalho e diante dessas novas funções externas e internas à família, a mulher rural passou a criar uma nova identidade e redefinir papéis no núcleo familiar. A mobilização política passou a ser um meio de construir a nova identidade da mulher rural e como afirma Carneiro (1995) é vista como um meio de conferir visibilidade a sua participação na produção:

> *"Mobilizando-as para a luta por interesses comuns advindos, principalmente, da condição de produtora, a organização política torna-se uma das etapas, talvez a mais importante, do processo de elaboração da nova identidade feminina." (p.51)*

A participação política legitimando seu reconhecimento como trabalhadora aproxima sua imagem à do homem e dessa forma contribui para mudanças na representação social da mulher, antes restrita às funções de esposa e mãe, além de representar a ruptura com o isolamento decorrente das formas de produção familiar no campo intensificando práticas organizativas.

Os movimentos sociais rurais têm favorecido o acesso das mulheres a direitos e a políticas públicas. As primeiras organizações de mulheres rurais datam do início dos anos 1980 incentivadas pela Igreja Católica, sindicatos e partidos políticos. Quando foram realizados os primeiros encontros voltados à discussão da participação da mulher em movimentos sociais observou-se que a participação das mesmas nesses encontros se dava através da participação dos respectivos maridos e/ou familiares[2] e essa participação, segundo Carneiro (1994) não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação e nesse momento, as distinções de gênero[3] não importavam.

A resistência à exploração e a expropriação a qual estão submetidas às mulheres rurais se traduz na busca de novos caminhos e identidades que influenciam na construção social da identidade feminina e no processo político pela conquista dos direitos da mulher rural como trabalhadora. Em propriedades familiares rurais é praticamente indissociável o trabalho doméstico do trabalho produtivo. O reconhecimento da jornada que acumula as funções de trabalhadora, esposa e mãe, tem distinguido a participação das mulheres nos movimentos sociais.

Estudos recentes de organizações femininas realizadas tanto na região Nordeste do Brasil quanto do Sul, apesar de aspectos distintos em suas bases sociais por se tratarem de regiões com características próprias, comprovam que as reivindicações são as mesmas: direitos aos benefícios sociais como aposentadoria aos 45 anos, auxílio natalidade, seguro

---

[2] Segundo P. C. Giuliani, a trajetória sindical das trabalhadoras rurais é iniciada, geralmente, pela mediação de familiares de quem obtêm as primeiras referências sobre o sindicato, ao contrário das trabalhadoras urbanas que tomam conhecimento da entidade através de companheiros de trabalho (cf. P. C. Giuliani. "Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE", 1976-86, In: A. O. Costa e C. Bruschini (orgs.): *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo, F. Carlos Chagas/Vértice, 1989, p. 255-300.

[3] Gênero refere-se a uma categoria social e política que, apesar de apoiada nas diferenças biológicas entre os sexos, é definida social e culturalmente contemplando os papéis sexuais, a divisão sexual do trabalho e as construções ideológicas de masculinidade e feminilidade. (Cf. León, M. "Política agrária en Colombia y debate sobre políticas para la mujer rural". In: M. León e C. D. Deere [orgs.] *La mujer y la política agraria en America Latina*. Bogotá, Siglo Veintiuno /ACEP, 1986.)

para acidente de trabalho e direito à sindicalização, além do reconhecido como "trabalhadoras" em detrimento à designação de "doméstica". É oportuno o trabalho realizado por Carneiro (1994) onde são enfatizados os movimentos da Paraíba e de Pernambuco, e o do Rio Grande do Sul, conhecido como "Movimento das Margaridas:

> *"As nordestinas, em geral, não vêem o trabalho na lavoura como um "trabalho" feminino. Elas se utilizam da categoria "ajuda" para designar essas atividades e reconhecem como seu espaço próprio a casa e suas atividades "naturais", aquelas voltadas para a reprodução dos membros do grupo doméstico.*
> *Entre as "Margaridas do Sul" destacam-se as lutas pelo preço justo do produto, pelo direito a se associarem às cooperativas com o respectivo controle sobre a comercialização das mercadorias por elas produzidas (o leite, principalmente) pela divisão mais equilibrada das tarefas domésticas através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos tanto em casa quanto na escola, por uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores e reivindicação mais puramente feminista, o repúdio à utilização do corpo da mulher em propagandas" (p.51)*

A mobilização das mulheres rurais em movimentos reivindicatórios representa uma estratégia para garantir direitos a benefícios sociais mínimos, como a aposentadoria e o salário-maternidade. Mas esses movimentos também abarcam outras demandas, como a defesa dos direitos de propriedade, redistribuição de renda e o reconhecimento da profissão de agricultora em detrimento da classificação como doméstica. Da mesma forma essas demandas acabam se tornando contraditórias conforme analisa Carneiro (1994) porque a mulher quer ser reconhecida como trabalhadora ao mesmo tempo em que deseja dedicar-se exclusivamente às atividades domésticas.

> *"Há aqui uma contradição entre a categoria trabalhadora, qualificando identidade construída ao longo de um processo político, e as categorias que nomeiam a identidade de gênero: mãe e esposa". (p. 53).*

Ligada à intervenção de agentes externos como organizações não governamentais, sindicatos ou organizações feministas, a noção de empoderamento representa mudanças das condições sociais de mulheres através da ruptura dos processos de subordinação a que estão sujeitas integrando processos sociais dinâmicos que possibilitam o acesso a recursos e até mesmo a uma nova identidade capaz de inseri-las em outros tipos de relações de dominação social como movimentos sociais ou agentes externos construindo uma nova face da mulher rural.

As pesquisadoras feministas Virginia Vargas, Saskia Wieringa e Geertje Lyclama (1996) denominaram três grupos de agentes sociais como "o triângulo do empoderamento": mulheres participantes nos movimentos sociais (rurais e urbanos), mulheres no Estado e mulheres na política formal. A esses três agentes, as autoras Deere e León (2002) sugerem

mais um participante a ser integrado: os órgãos internacionais, tendo em vista que, segundo essas autoras:

> *"Os órgãos internacionais têm também um papel importante por intervirem em momentos políticos decisivos em favor dos direitos da mulher à terra em alguns países ". (p. 243)*

Os órgãos internacionais contribuem para o processo de empoderamento da mulher na medida em que fortalecem as organizações e promovem mudanças na legislação. Para que o "triângulo de empoderamento" possa implementar políticas progressivas quanto ao gênero é preciso que mantenha constante pressão sobre o Estado.

Tanto as mobilizações em torno de reforma agrária quanto dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais possibilitam melhores condições econômicas, sociais e culturais que fazem parte do processo de empoderamento da mulher. A identidade feminina no campo está sempre relacionada à terra e à família e sustenta a lógica da organização social no contexto no qual está inserida e representa condições para um projeto político no qual estariam presentes aspectos de mobilização coletiva aliados à construção de uma nova identidade social da mulher rural pautada em conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais.

OBJETIVOS

Este artigo pretende analisar a perspectiva de empoderamento entre mulheres sindicalizadas e ativistas políticas acreditando que tais políticas e ações de organizações públicas e privadas geram novas perspectivas de poder para trabalhadoras rurais. Dessa forma, busca identificar como o reconhecimento da mulher rural como trabalhadora pode alterar as relações no espaço doméstico e de que forma o acesso às esferas de representação coletiva pode contribuir para a construção de novas identidades femininas no campo.

MÉTODOS DE TRABALHO

Mediante o processo de reestruturação do rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, tornam-se cada vez mais relevantes as pesquisas acadêmicas voltadas para as questões rurais.

A busca pela compreensão e explicação das ressignificações que surgem no meio rural perpassa o quadro das ciências sociais, especialmente o âmbito da Antropologia e da Sociologia tendo como base o trabalho feminino rural.

O principal aspecto desta pesquisa refere-se ao trabalho teórico, que acontece com aprofundamento bibliográfico sobre os principais debates acerca do tema, trabalhado nas

disciplinas oferecidas pelo programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Outro aspecto metodológico da pesquisa se refere aos instrumentos, às técnicas e métodos utilizados. Considerando que o estudo analisa diferentes tipos de grupos, verificando similitudes e divergências, o método Comparativo permite analisar dados concretos, abstratos e gerais aliado ao método Estruturalista desenvolvido por Lévi-Strauss, que conforme LAKATOS & MARCONI (2006)

> *"(...) parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando, por fim, ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social."(p. 95)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres rurais engajadas em movimentos sejam eles autônomos, sindicais ou ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se preparam para entrar no espaço público discutindo a desigualdade de gênero e, dessa forma, entendendo e superando outras desigualdades. Questões como acesso à terra e à políticas públicas, redistribuição de renda, violência praticada contra a mulher e conquista de direitos individuais pluralizam a luta e contribuem para a construção de uma nova face da mulher no meio rural. Os movimentos de mulheres rurais exercem papel fundamental nas mudanças culturais reconhecendo, de fato, as mulheres como atores sociais e políticos.

Dessa forma essas discussões permitem vislumbrar um novo espaço da mulher na sociedade com melhorias das condições sociais de sua existência.

Corrigir heranças culturais e institucionais implica em mobilização e, nos últimos anos, diversas medidas foram tomadas em resposta às reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadoras rurais. A participação ativa é que fará o reconhecimento necessário para ampliar a cidadania das mulheres e sustentar uma cultura de igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRUMER, Anita. **"O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho**". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 8, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

BRUMER, Anita. **"Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**". In: Revista Estudos Feministas, v. 12, n.1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. **"O trabalho da mulher na pequena produção agrícola"**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo.** 1981. ANPOCS

CARNEIRO, Maria José. **A pluriatividade na agricultura familiar**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 19, outubro, 176-183, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho, 11-22, 1994

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?** In.: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Associação PIPSA. Anais do XVII Encontro Nacional. Vol. 1. Prog. Pós-grad. Sociologia / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRS. Porto Alegre, 1995.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: novas identidades em construção**. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. N 11, 1998.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Mulher rural nos discursos dos mediadores.** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 05, novembro, 45-57, 2005.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ECO, Umberto**. Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 10ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

HEILBORN, Maria Luíza. "**Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil**". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder: Edusp, 1969. Capítulo 9.

LAKATOS, E.M., e MARCONI, M. de A., **Metodologia Científica**, São Paulo, Editora Atlas, 2006 (4ª edição).

LAVINAS, Lena. **A força de trabalho feminina na agricultura: marchas e contramarchas**. 1988. ANPOCS

LAVINAS, L., CAPPELLIN, P.G. **"Gênero e Classe: Mulheres Trabalhadoras Rurais".** In: Mulheres Trabalhadoras Rurais participação e luta sindical. CUT, 1991.

LOBO, Elisabeth Souza. "O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-265.

LOPES, Adriana; ZARZAR, Andréa Butto. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008

MARTINS, José de Souza (org.). **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, n 15, 2000.

MEENTZEN, Ângela; GOMÁRIZ, Enrique. **Democracia de Gênero. Una propuesta para mujeres y hombres del siglo XXI.** Fundación Heinrich Böll, Costa Rica, 2000.

NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. **Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates**. SOF: São Paulo, 2005.

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. Disponível em <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899547>. Acesso em 25/02/2010.

PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise.** In: Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.

PINTO, Céli R. "**Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **"Rearticulando gênero e classe social**". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth, FERRANTE, Vera B. **Trabalhadoras rurais: exclusão e contradição**, 1982. ANPOCS

STOLCKE V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980**). São Paulo, Brasiliense, 1986.

VARGAS, V; WIERINGA, S; LYCLAMA, G. Introducion. In: VARGAS, V; WIERINGA S; LYCLAMA, G. (org.). **El triángulo del empoderamento.** Bogotá: Tercer Mundo, 1996.

SÍNTESE DAS PESQUISAS DO MARCO I DE GÊNERO DO PDHC

Dayse Reis Rodrigues
Especialista em Gestão Social para Instituições da sociedade civil organizada - UNICAP;
Especialista para o Desenvolvimento local Sustentável - OIT

GT04 - Família, gênero e geração

HISTÓRICO

O PDHC (Projeto Dom Helder Câmara) é fruto de acordo de cooperação entre o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrária) e o FIDA (Federação Internacional de Desenvolvimento Agrário) para trabalhar o Desenvolvimento Rural Sustentável dos Assentamentos e Comunidades no semi-árido do Brasil. Atende a 15 mil famílias distribuídas em oito territórios nos estados de PE, SE, PI, PB, CE, RN. Em 2003 e 2004 realizou cinco Diagnósticos compondo o Marco Zero, com o objetivo de revelar o perfil sócio econômico, e a condição de organização social das mulheres no contexto da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária nos territórios de atuação do PDHC. Neste período, foram feitos pesquisas nos territórios do Sertão Central, Apodi, Pajeú, Cariri e Sertão Sergipano. Na época, o Marco Zero ouviu em torno de 3.200 mulheres dos assentamentos e comunidades da agricultura familiar (praticamente todo população feminina adulta) dos cinco territórios de atuação do Projeto. Os resultados dessas pesquisas foram publicados e amplamente divulgados.

No decorrer de cinco anos, foram implementadas várias estratégias de Ações no âmbito de atuação do PDHC, com o objetivo de superar as desigualdades de gênero apontadas nos diagnóstico Marco Zero, o que vamos apresentar a seguir.

Organização social e política das Mulheres

Na área de acesso a direitos foi realizada a Campanha de Documentação[1] "Nenhuma trabalhadora sem documentos" nos cinco territórios do PDHC, cursos de formação política para lideranças locais como ação de fortalecimento político para as mulheres, nos conselhos, comitês, sindicatos, assembléias, e diretorias. Também formam realizadas atividades e eventos referentes a datas históricas das mulheres como: Dia internacional da mulher, Dia de Combate a Violência contra a Mulher, entre outros que contribuíram para o reconhecimento das mulheres como Sujeitos Políticos dessas localidades.

Produção comercialização e acesso a crédito

Foram mobilizados recursos para capacitações, organização e comercialização dos grupos produtivos de mulheres, na área agrícola, de beneficiamento, ou artesanal. Também foram criados Unidades Demonstrativas produtivas e FISP (Fundo de Investimento Social e Produtivo) específicos para as mulheres, além das inserções de suas produções nas feiras locais e agroecológicas. No campo da assistência técnica aos grupos de mulheres, foram intensificados os acessos ao PRONAF Mulher, aos fundos rotativos solidários, e as cooperativas de crédito.

Marco I

O Marco I foi realizado em 2008 para comparar avanços, potencialidades e fragilidades apontados no Marco Zero, como também, novos rumos para superação das dificuldades para equidade nas relações de gênero no âmbito desses territórios. Os temas pesquisados levantaram dados da condição habitacional, situação agrária em relação ao acesso a terra, o nível de capacitação técnica, o envolvimento das mulheres nos projetos produtivos e de geração de renda, além do engajamento no processo de comercialização dos seus produtos e acesso ao crédito. Outros temas como o acesso à documentação, lazer, saúde, organização social e política, foram também pesquisados, revelando a necessidade de forte intervenção do PDHC, através em Ações para promover a equidade de gênero e fortalecimento da participação das mulheres.

[1] Esta Campanha realizada pelo PDHC em parceria com o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) foi uma Ação Afirmativa do Projeto frente aos dados alarmantes de mulheres sem documentos que o diagnostico Marco Zero apontou. Em 2004/05 foram realizados mutirões em parceria com governos locais, que expediram cerca de 13 mil documentos nos cinco territórios assistidos pelo Projeto. Esta campanha serviu como referencia para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizar o "Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais" como política pública para área rural de vários estados do Brasil.

A metodologia utilizada na realização do Marco I foi semelhante a do Marco Zero com o objetivo de garantir a possibilidade de comparação dos dados. No entanto, a escolha foi por amostragem, diferente do Marco Zero que pesquisou todo o universo de mulheres existentes nas comunidades e assentamentos. Através desse percentual foram observadas as dinâmicas de aumento ou diminuição significativa entre esses dois marcos como também, aferido alguns indicadores de avanços e desafios em relação à condição de vida das mulheres nestes territórios.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA MARCO I

PERFIL GERAL DAS ENTRAVISTADAS

Sendo assim, neste bloco faremos o traçado do quadro demonstrativo geral, sobre quem são essas mulheres trabalhadoras rurais, sujeitos de nossa investigação:

Territórios	Faixa etária Pesquisada	Mulheres pesquisadas	Comunidade	Assentamento
Apodi - RN	19 a 70	**385**	**175**	**210**
Pajeú- PE	18 a 80	**240**	**128**	**112**
Cariri - PB	20 a 70	**515**	**255**	**260**
S. Central-CE	18 a 80	**331**	**112**	**218**

A **faixa etária** das mulheres entrevistadas foi bastante diversificada, com maior concentração de mulheres pesquisadas entre 20 e 49 anos. A predominância nesta faixa deve-se a orientação de priorizar mulheres chefes de família / donas de casa, com o objetivo de colher dados que viessem a responder informações necessárias para construção do Marco I de Gênero.

Em relação ao **estado civil** das pesquisadas, a maioria declarou ser casada ou viverem em relações instáveis. No quesito **cor/raça**, a autodenominação preponderante em todas as pesquisas foi **pardas**. A principal **religião** informada foi a **Católica**, em segundo lugar a religião Evangélica.

Sobre o **Lazer,** a principal diversão das mulheres continua sendo a televisão, como apontou o Marco Zero, em seguida (sem ordem, pois tem pequenas variações entre territórios) "ida a feira", igrejas ou cultos, e casas de parentes.

Quanto à **fecundidade**, a pesquisa mostrou que a maioria das mulheres possui de um a três filhos, quando investigadas as causas nas faixas mais jovens, verifica-se que as mulheres fazem uso da laqueadura tubária cada vez mais cedo, como também, observou-se o uso intensivo de contraceptivos oral e injetável. Estes dados tiveram pouca alteração em relação à primeira pesquisa.

Em relação à **renda familiar** das mulheres entrevistadas, apesar do aumento nos últimos anos, da maioria ainda recebe o inferior ao salário mínimo.

Avanços Importantes mostrados no Marco I

Acesso a Documentação, um direito conquistado.

As mulheres estão em sua maioria com documentos, é o que indicou os resultados dos dados encontrados em todos os territórios pesquisados, mostrando com isto, o impacto da Campanha de Documentação realizada pelo PDHC.

"Com relação à documentação, constatamos que a maioria das agricultoras tem todos os documentos. Sendo identidade ***91,2%;****CPF 97%,título de eleitora* ***98,8%;****carteira de trabalho* ***94,9%.****Acreditamos que esse é um resultado da luta das trabalhadoras rurais por documentação, campanha da década de 90, que já foi transformada em política pública. Em 2005/2006 deu-se início aos mutirões de documentação, atividade essa realizada em parceria com entidades governamentais, não governamentais e movimento de mulheres".****(Marco I Sertão do Cariri –PB).**

Escolaridade

O analfabetismo diminuiu. Na maioria dos territórios o fator colocado como impulsionador dessa mudança são os programas governamentais de alfabetização, com ênfase para o PDHC.

"*Fazendo uma análise comparativa com a situação anterior observamos que o percentual de mulheres analfabetas diminuiu. Em 2003* ***(35%)*** *das mulheres pesquisadas eram analfabetas. Nesse segundo Diagnóstico o percentual é de* ***(18%).*** *Na oficina focal com as agricultoras e assentadas, as mulheres destacaram a intervenção do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos" Alfabetizando Todas e Todos em "Três Meses", que foi uma ação do PDHC nas comunidades beneficiadas pelo Projeto. (Marco I Sertão do Pajeú-PE).*

Assistência Técnica, reconhecimento como produtoras.

Sobre o tema Capacitação Técnica os índices que foram encontrados em todas as pesquisas do Marco I, refletem o processo evolutivo em relação aos encontrados nos Diagnóstico -Marco Zero, em quantidade e qualidade da participação das mulheres nestas instâncias de aprendizado não formal. Como mostra a seguir:

"No que se refere ao acesso a cursos e qualificações desvinculadas do ensino formal, ***251 (48,7%)*** *mulheres já tiveram a oportunidade de participar de algum. Essa é uma informação que merece destaque se comparada à situação em* ***2003****, por ocasião do Marco Zero, quando apenas* ***11, 8%*** *declararam terem tido acesso a algum curso. Além desse aspecto, é importante ressaltar que naquela ocasião as poucas oportunidades se concentravam em cursos 'tradicionalmente' considerados para mulheres, como trabalhos manuais e corte e costura, reforçando a divisão sexual tradicional de trabalho e os papéis femininos na produção e geração de renda familiar". (* ***Marco I – Pajeú)***

Sobre este tema, fica evidente o aumento da assistência técnica aos projetos dos grupos de mulheres agricultoras, como podemos verificar abaixo, os dados levantados através do processo de análise comparativa desses percentuais:

"O Marco zero revelou uma situação bastante precária das mulheres em relação ao acesso à Assistência Técnica, atividade tradicionalmente destinada aos homens. (...) Analisando os dados desse segundo momento, vimos que há indicativos de mudanças. Podemos estimar de que há uma dinâmica de alteração do tipo de assistência onde às

*mulheres estão em percentual maior (...) Os dados do Marco I revelaram que **(47%)** das mulheres pesquisadas **não** haviam recebido Assistência Técnica. O quadro atual revela que **(28%)** das mulheres pesquisadas declararam **não** ter recebido Assistência Técnica". **(Marco I Pajeú)***

Produção e Comercialização, caminhos para a autonomia econômica das mulheres.

O tema relativo à produção, pode-se constatar mudanças significativas no Marco I se comparadas as dados do Marco Zero. Pode-se observar que houve uma ampliação da participação das trabalhadoras que antes só desenvolviam atividades "meramente femininas", para outras que historicamente só os homens exerciam na Agricultura Familiar:

"Diagnóstico II/ ***marco I***	*Diagnostico I/**marco zero***
Comunidades/Vizinhança - ***33%***	***24%***
Feira Livre Local - ***37%***	***21%***
Atravessador- ***15%***	***20%***
Feira de outros municípios - ***8%***	***11%***
Ponto comercial - ***1%***	***1%***

*Observa-se que o Gráfico se manteve com destaque para o aumento no percentual nas Feiras locais, o que indica para uma análise positiva com relação ao investimento que se têm feito no desenvolvimento local e fortalecimento das feiras locais. Haja vista a forte participação das mulheres nas Feiras Agroecológicas da Região."**(Marco I – Pajeú)***

Todas as pesquisas foram categóricas em afirmar que a renda econômica das famílias melhorou depois do PDHC. Os dados relativos à situação financeira das mulheres trazem informações muito importantes sobre este tema, e relacionam esta situação ao conjunto de fatores frutos dessas ações, no contexto que vem favorecendo de forma diferente em cada território. Podemos citar o acesso à assistência técnica, documentação, capacitação, educação, comercialização, organização do processo produtivo, organização política das

mulheres, geração de renda oriunda de outras fontes (artesanato, trabalhos prestados a comunidade), são alguns dos fatores que influenciou a evolução desse processo.

"Esse espaço de dar oportunidade da mulher trabalhar, pois ela só trabalhava nas cozinhas e hoje depois que trabalha (...) Com o PRONAF Mulher já tem sua própria vaca pra tirar o seu leite para alimentar a sua família e trabalhar também no Projeto de Apicultura, com abelhas com colheitas de mel". (Fala de pesquisada ***- Marco I – Apodi).***

Direito a terra, ainda um processo de conquista.

O documento de posse da terra continua sendo um grande desafio para as mulheres. Apesar da política pública do MDA/PPIGRE[2] que estabelece a titulação conjunta (através do INCRA) para casais, e em nome das mulheres quando chefes de família. Mas, em sua maioria, continuam em nome dos homens, sejam pais, maridos, parentes, como confirmam os dados, não alterados desde o Marco Zero. Sobre as causas, as pesquisas apontam a falta de informação e divulgação desse direito para as mulheres, famílias residentes como mostram os dados a seguir:

"No Diagnóstico- Marco I ***(28%)*** *disseram que o documento está no nome do homem e* ***(5%)*** *no nome da mulher* ***(8%)*** *está no nome do casal e* ***(22%)*** *no nome dos pais****.*** *Não observamos indicadores de mudança em relação ao quadro anterior* ***(2003)*** *onde o percentual de mulheres que respondeu que o documento da terra está no nome da mulher é ainda muito insignificante, demonstrando a necessidade de um maior investimento nesse campo da reforma agrária e dos direitos das mulheres****".(Marco I Sertão do Apodi- RN)***

Acesso Ao Crédito, algumas conquistas.

Sobre o acesso ao crédito oficial, os dados demonstram alguns avanços, mas, principalmente a necessidade de maior investimento neste campo.

[2] Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) com o objetivo de promover políticas públicas em nível nacional, que garantam oportunidades de direitos para as mulheres trabalhadoras rurais e para as comunidades quilombolas.

Dados importantes levantados no Marco I do Pajeú demonstram uma leve evolução sobre acesso ao crédito, como vemos a seguir:

*"Os dados anteriores demonstravam que **(89%)** das mulheres pesquisadas não acessavam o crédito. Hoje o percentual é de **(70%)** das mulheres pesquisadas no Marco I". **(Marco I Pajeú-PE).***

Em relação ao FISP[3] Mulher, dependendo do território vamos encontrar percentuais que indicam o acesso de grupos de produtoras, como nos casos a seguir: Apodi 1%, Pajeú com 4,9%, Sertão Central 4,5, o Cariri não especificou. A partir desses dados, fica evidente que os grupos produtivos de mulheres tiveram pouco acesso a este aporte.

Cuidados com a Saúde da Mulher

Em relação à saúde reprodutiva e sexual, vimos em todas as pesquisas avanços importantes do acesso das mulheres ao exames preventivos de câncer de útero, mama, pré-natal, métodos contraceptivos, entre outras, quando comparados aos dados dos Diagnósticos – Marco Zero:

*"**403 (78,5%)** mulheres disseram já ter feito pelos menos um exame preventivo de câncer de útero, um número relativamente superior ao encontrado no Marco Zero, quando **43%** afirmaram já terem feito o preventivo. Atualmente, entre as mulheres que já fizeram o preventivo de câncer, **239 (46,4%)** declararam fazê-lo anualmente, **77 (14,9%)** revelaram só tê-lo feito apenas uma vez".* **(*Marco I do Cariri*)**

Violência contra a mulher

A violência contra as mulheres uma realidade tanto na cidade quanto no campo, sendo que na área rural este problema é camuflado devido aos valores machistas existentes dentro dessas famílias, e no contexto geral da região impedindo que estes abusos sejam denunciados.

[3] FISP (Fundo de Investimento Social e Produtivo) é um aporte financeiro do PDHC para os projetos produtivos da agricultura familiar. O FISP Mulher foi cria como Ação Afirmativa com o objetivo de dar suporte aos projetos produtivos de grupos de trabalhadoras rurais.

O PDHC dentro do plano de ações para equidade de gênero vem apoiado ações de combate a violência (em alguns territórios), através de suas parceiras referenciais, com o objetivo de contribuir este tipo de abuso. Seguem trechos do Marco I, que mostram a dimensão do problema encontrado:

"40,8% das entrevistadas já sofreram e/ou sofre algum tipo de violência sexista. Esses dados são alarmantes, pois revelam a situação de violência cotidiana sofrida pelas agricultoras, além de trazer indícios de que os números reais podem ser ainda mais alarmantes, já que sabemos que muitas das mulheres ainda não se sentem à vontade para falar sobre o tema. (...) a dificuldade das mulheres de falar sobre a violência sofrida, pois mesmo tendo declarado serem vítimas de violência, uma grande parte delas (57,7%) preferiu ao comentar sobre o tipo, omitir a forma de violência vivenciada". (Marco I Sertão Central)

Organização Social

Sobre a organização social e política das mulheres, todas as pesquisas mostram crescimento e a melhoria da qualidade dessas participações nas instâncias públicas, embora também evidenciaram que ainda é muito incipiente esta participação nos espaços dos Comitês e Conselhos de Desenvolvimento. Podemos comparar estes percentuais através dos dados do Marco I do Sertão do Cariri.

*"Quando perguntadas se participavam de algum tipo de organização social, 396 mulheres, correspondendo a **77%** das entrevistadas, responderam afirmativamente. Esse é um dado revelador da dinâmica social existente no território nos últimos quatro anos. Naquela ocasião, em **2003,** apenas **40,7%** das mulheres entrevistadas participavam de alguma organização social. Sendo que **19,7%** do total estavam filiada à Associação Comunitária e **15%** das mulheres eram sócias dos sindicatos. As outras **6%** estavam engajadas em grupos diversificados, apenas uma mulher declarou participar de um grupo de mulheres. (...) "hoje entre as mulheres das áreas de atuação do PDCH no Cariri Paraibano que participam de algum tipo de organização social, **62,3%** das mulheres*

participam da Associação da Comunidade, ***37,3%*** *participam do Sindicato de Trabalhadores Rurais e* ***14,5%*** *das entrevistadas estão ligadas a um grupo de mulheres. Ressaltamos a pequena participação das mulheres nas instâncias de representação (comitês e conselhos) bem como sua ausência nas cooperativas de produção ou crédito. (...) Nas áreas de comunidades de agricultura familiar,* ***84,3%*** *das mulheres estão filiadas a alguma organização da sociedade civil, enquanto que nos assentamentos o percentual de mulheres filiadas a alguma organização é de* ***70,3%.***

Outro dado importante é referente à ocupação nos cargos de poder dessas instituições: direção, presidência, coordenação. As pesquisas do marco I detectaram que de forma ainda tímida, houve crescimento na ocupação desses cargos, antes predominantemente ocupados por homens.

"" A participação feminina ainda é mais tímida quando se trata da ocupação de cargos de direção nas organizações. Das 396 (77%) mulheres que participam de alguma organização, apenas 69 (17,4%) ocupam algum cargo ". ***(Marco I - Sertão do Cariri)***

CONCLUSÃO

Estas pesquisas trouxeram informações que vão além de mensurar os avanços em relação à condição de vida das mulheres, para compreender as dificuldades relativas à atuação do PDHC para a superação das dificuldades apontadas. As recomendações encontradas nesses documentos que formam o Marco I de gênero apontam a necessidade de grandes enfretamentos para promover a eqüidade de gênero na zona rural, ao mesmo tempo, serve como importante ferramenta para a luta de empoderamento das mulheres dessas localidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SANTOS Graciete**,** MARLI Almeda: **As relações de Gênero na Agricultura Familiar:** Casa da Mulher do NE: Recife 2003 -PDHC

OLIVEIRA, Lúcia Maria, RABAY Glória, MELO Heleina, CISNE Mirla. **Mulher, Pobreza e Teimosia**. Diagnóstico gênero Cariri. PDHC, 2004

PEIXOTO, Socorro Letícia F; OLIVEIRA, Adriana Paula Gondim de; CRUZ, Elizabeth Ferreira. **As relações de gênero no semi-árido: diagnóstico do território do sertão central cearense**. Fortaleza: Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria. PDHC, 2004.

DANTAS, Conceição; MONTEIRO, Janete (org.) **Mulheres e Semi-árido: diagnóstico de gênero do território de Apodi**. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, PDHC 2003.

FRANÇA, Débora Bispo de França; ROCHA, Maria Cleia (org.). **Relações de gênero no contexto da agricultura familiar: diagnóstico do território do sertão Sergipano**. Aracaju: Centro Dom José Brandão de Castro, PDHC 2004.

RABAY Gloria, SOUZA Mauricélia de, BEZERRA Elaine, OLIVEIRA Malu: **As mulheres nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades de agricultura familiar no semi-árido do Cariri Paraibano.** PB- Cunhã, CM8, 2007 PDHC.

OLIVEIRA Adriana**, LUÍZA** Sarah**, PEREIRA** Adriana**: Relação de gênero no Semi-árida -** Diagnóstico de Território do Sertão Central do Ceará – ESPLAR 2007, PDHC. do Rio, no período de junho de 2007 a abril de 2008.

PRÓ-REITORIA de Extensão, da Universidade do Estado do R. **Grande do Norte: 8 MARÇO Centro** - Diagnóstico De Gênero no Território Sertão do Apodi RN 2007/08- CF8 .PDHC

ALMEIDA Marli -Marco I de Gênero do Território do sertão do Pajeú/PE: Sertão do Pajeú – PE, Casa da Mulher do Nordeste- 2007/08- PDHC.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista EDUCAÇÃO E Realidade, n 2, vol.20, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas" ?**

ALMEIDA, M.W.B.de **Redescobrindo a família rural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais.n.i.vol. junho 1986.

TRABALHO, PRÁTICAS DE DESLOCAMENTO E TRAJETÓRIAS FAMILIARES ENTRE OS ASSALARIADOS DO CAFÉ EM UMA REGIÃO DE MINAS GERAIS

Roberta Brandão Novaes

Mestre em Ciências Sociais na Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ.

E-mail: rb_novaes@yahoo.com.br

GT 04: Família, Gênero e Geração

APRESENTAÇÃO

O tema deste artigo – as trajetórias familiares dos trabalhadores contratados temporariamente para as diversas etapas da produção do café, sobretudo para a colheita, em um município na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais é parte resultante da minha pesquisa de mestrado, cuja proposta mais ampla buscava também levantar as experiências de trabalho e o histórico de deslocamentos daqueles trabalhadores.

A cidade onde a etnografia foi realizada, à qual darei o nome fictício de Esmeralda, é considerada, ao menos na fala de seus fazendeiros, uma das maiores produtoras de café do Brasil. No período da safra, aproximadamente entre abril e outubro, um grande contingente de trabalhadores vindos de outras cidades e estados chega ao município para o trabalho na colheita.

A chegada desses trabalhadores, considerados como "gente de fora", envolve e incomoda profundamente aos moradores locais. Em todos os lugares – bares, restaurantes, lojas, bancos, hotéis, farmácias – ao também ser identificada como "de fora" e contar o propósito da minha estada em Esmeralda, não houve oportunidade em que não tenha ouvido relatos sobre os distúrbios atribuídos à permanência desses trabalhadores na cidade, como o aumento da violência e da estatística de assaltos e furtos, o alcoolismo, a mendicância.

Acompanhei essa "gente de fora" durante dois meses, em dois espaços, basicamente: em um bairro, ao qual denominarei de Monte Azul, e em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no entorno da rodoviária. Os trabalhadores que chegam à cidade sem emprego, situação da maioria, podem se hospedar por até três noites nesse abrigo, que agora é gerido pela prefeitura local.

O bairro Monte Azul começou a ser formado há 19 anos com uma distribuição de lotes feita pela prefeitura e é considerado o mais problemático e mais populoso do município. Ele localiza-se em uma região afastada, do outro lado de uma estrada que corta a cidade. Tem aproximadamente 15 mil habitantes, entre os quais sua quase totalidade veio de outros municípios de Minas Gerais ou de outros estados para trabalhar na safra do café.

A diversidade dos sotaques ouvidos tanto no bairro quanto no abrigo, denota a diversidade das regiões de origem desses trabalhadores. As tabelas a seguir ilustram, de forma sintética, as trajetórias dos trabalhadores com os quais tive um contato mais permanente, nos dois locais por mim freqüentados.

Tabela 1 – Trabalhadores do bairro Monte Azul

Nome	**Idade**	**Estado civil/Trajetória matrimonial**	**Estado/cidade natal**	**Experiências de trabalho**	**Estado/cidade onde trabalhou**
1.Dora	42 anos	Casada	MG/Abadia dos Dourados	Colheita de café, faxineira de escola	Unaí (MG)
2.Davi	48 anos	Casado	GO/Formosa	Colheita de café, pecuária (tirando leite)	Buriti de Minas (MG), Brasilinha (GO), Cristalina (GO), Cabeceira de Goiás (GO) e Brasilândia (MS), Unaí (MG)
3.Leopoldo	50 anos	Casado	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, viveiro de mudas de café, pecuária	São Paulo, Mato Grosso
4.Marília	Entre 45 e 50 anos	Casada	MG/Lagoa Grande	Colheita de café, faxineira de escola, dona de uma pequena loja de roupas	Foi direto para Esmeralda
5.Gaspar	Entre 35 e 40 anos	Casado	MA	Pesca, vendedor ambulante, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)

6.Márcia	Entre 35 e 40 anos	Casada	BA	Pesca, faxineira de empresa, colheita de café, diária, colheita de feijão	Manga (MG), São Paulo (capital)
7.Verônica	38 anos	Casada	PE/Recife	Operária de empresa têxtil, colheita de café, toma conta de crianças	Foi direto para Esmeralda
8.Dina	32 anos	Separada	MG/Novo Horizonte	Colheita de café, empregada doméstica	Araxá (MG), Itapevi (SP)
9.Eliane	37 anos	Casada	MG/Romaria	Colheita de café, diária, toma conta de crianças e idosos	Foi direto para Esmeralda
10.Lucimara	30 anos	Recasada (2º casamento)	PR/Goerê	Colheita de café, diária	Foi direto para Esmeralda
11.Adriana	Em torno dos 60 anos	Casada	MG/São Pedro da Ponte Firme	Colheita de café, diária, hortaliças, colheita de cebola	Santo Antonio (MG)
12.Helena	38 anos	Viúva	MG/São Pedro do Suaçuaí	Colheita de café, empregada doméstica	Foi direto para Esmeralda
13.Omar	49 anos	Casado	MG/Esmeralda	Colheita de café, diárias	Nunca saiu de Esmeralda
14.Roberto Carlos	46 anos	Casado	MG/Janaúba	Colheita de café, diária, vendedor ambulante, construção civil	Goiás
15.Janice	37 anos	Casada	MG/Jaíba	Colheita de café, diária, empregada doméstica	Não mencionou

Tabela 2 – Trabalhadores do abrigo

Nome	Idade	Estado civil/Trajetória matrimonial	Estado/cidade natal	Experiências de trabalho	Estado/ cidade onde trabalhou
1.Roberto	42 anos	Separado	BA/Miguel Calmon	Colheita de café, usina de cana, colheita de feijão	Luís Eduardo Guimarães (BA), Barreira (BA), Boqueirão (GO)
2.Manoel	37 anos	Separado	BA/Salvador	Colheita de café, corte de cana, colheita de feijão	Minas Gerais
3.André	35 anos	Separado	MG/Pedra da Maria da Cruz	Colheita de café, entrega de charques	Juscelino Kubistchek (MG), João Pinheiro (MG), Magé (RJ), Montes Claros (MG)
4.Ramiro	52 anos	Recasado (2º casamento)	BA/Itabuna	Colheita de café, construção civil, colheita de cacau, colheita de açaí, corte de cana, pesca	São Paulo (SP), sul da Bahia, Goiás
5.Damião	44 anos	Separado	PR/Umurama	Colheita de café, motorista de caminhão, usina de cana, pecuária, peão de rodeio, tratorista	São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso
6.Viriato	40 anos	Separado	PR/Lobato	Corte de cana, colheita de café, colheita de laranja, carvoeira	Goiás, São Paulo
7.Josué	64 anos	Não mencionou	PB	Colheita de café	Não mencionou
8.José Luís	41 anos	Solteiro	BA	Colheita de café	Goiás
9.Patrício	Em torno	Separado	PR	Colheita de café, colheita de	Monte Carmelo

	dos 60 anos			laranja	(MG), Citrino (MG), São Paulo
10.Eduardo	65 anos	Casado	PR	Colheita de café	Atualmente só trabalha em Esmeralda
11.Aluísio	24 anos	Solteiro	SP/Campinas	Não mencionou (ainda havia trabalhado na colheita de café)	São Paulo, Pirapora (SP), Patos de Minas (MG)
12.Josiel	28 anos	Separado	BA/Irecê	Soja, colheita de milho, colheita de feijão, colheita de mamona, carvoeira	Não mencionou
13.Sérgio	Em torno dos 35 anos	Separado	MG/Guimarânea	Colheita de café, tratorista	Não mencionou
14.Benedito	60 anos	Separado	SP	Colheita de hortaliças, corte de cana, colheita de café	São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais
15.João Fagundes	50 anos	Viúvo	PE	Colheita de café,construção civil	Monte Carmelo, São Gotardo, São Paulo (SP), São João do Meriti (RJ)
16.Jairo	46 anos	Viúvo	SC	Carvoeira, ainda não havia trabalhado no café	Mato Grosso
17.Marcelinho	30 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, corte da cana, colheita de laranja	Estados do sul e do sudeste
18.Fernando	Em torno dos 25	Solteiro	PR	Colheita de café, corte de cana, colheita de laranja	Centro/sul do país, Mato Grosso

	anos				
19.Ricardo	24 anos	Casado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil	Uberlândia
20.Rafael	22 anos	Casado	BA/Irecê	Não mencionou	Não mencionou
21.Artur	Em torno dos 25 anos	Separado	BA/Irecê	Colheita de café, construção civil, corte de cana	São Paulo, Goiás
22.Mauro	30 anos	Casado	SP/São Paulo	Colheita de café, corte de cana, soja, colheita de algodão, colheita de feijão	São Paulo, Luís Eduardo Magalhães (BA)
23.Édson	Em torno dos 25 anos	Não mencionou	BA/Bom Jesus da Lapa	Colheita de café	Não mencionou
24.Leonardo	24 anos	Casado	Norte de Minas Gerais	Colheita de café	Não mencionou

TRAJETÓRIAS FAMILIARES

Por não ter focado na migração em si, mas no trabalho no café e nas trajetórias de sua mão de obra, chamar de práticas de deslocamento a circulação desses trabalhadores no interior do Brasil pareceu-me a decisão mais acertada.

Nos grupos estudados, essas práticas de deslocamento adquirem três formatos. O primeiro, ao qual chamarei de *deslocamento segmentado*, refere-se às trajetórias mais comuns aos moradores do bairro Monte Azul. Chamo de *deslocamento segmentado* porque, embora haja uma circulação desses trabalhadores entre as cidades, eles costumam se estabelecer e morar muitas vezes por anos no novo local, comprando, se possível um imóvel onde possam viver.

As mudanças de cidade relacionada a este tipo de deslocamento são feitas em família, apenas por casais ou pelos casais e seus filhos. O objetivo é encontrar uma cidade onde a família possa estabelecer-se por oferecer boas oportunidades de trabalho e condições de vida, como escola acessível para os filhos em idade escolar. Irmãos, pais e cunhados geralmente acompanham-se nesta mudança, embora não necessariamente no

mesmo momento. Esses deslocamentos podem acontecer em estágios distintos da vida desses trabalhadores. A mudança para a cidade onde se estabeleceu pode ter acontecido na infância com os pais, ou na fase adulta, com o marido ou a esposa e os filhos.

Além do trabalho, razões familiares também podem motivar a mudança de cidade, como a procura por algum membro da família ao qual se deseja rever.

Ao formato das práticas de deslocamento dos trabalhadores os quais conheci no abrigo, denominarei de *deslocamento intermitente*. Esse tipo de deslocamento é masculino e quase sempre solitário. Embora seja raro, irmãos, cunhados, primos, amigos ou conhecidos podem fazer juntos essas viagens. As mulheres, filhos e filhas, ou pais ficam sempre no lugar de origem. A motivação para deixar a cidade onde vivem é a busca de trabalho que permita acumular dinheiro para enviar à família durante os meses em que se está fora.

O terceiro tipo de deslocamento, o *deslocamento contínuo,* também diz respeito aos trabalhadores do abrigo. Nestes casos, os trabalhadores haviam perdido o contato com suas famílias e não tinham mais residência fixa[1].

Havia entre as famílias que conheci em Monte Azul e os homens do abrigo, uma série de diferenças notórias.

No bairro Monte Azul, as famílias eram compostas em sua maioria por pais e filhos em idade escolar ou adultos, mas solteiros. As únicas duas famílias nas quais os filhos haviam se casado e já tinham filhos eram as de Adriana e de Davi e Dora. Somente no caso de Adriana, seus filhos casados ainda moravam com ela.

A única exceção a esse modelo era a família de Gaspar e Márcia. Uma das irmãs de Gaspar havia construído uma casa nos fundos do terreno do casal. Embora, a rigor, ela vivesse em uma casa separada, o relacionamento entre as cunhadas era bastante amistoso e uma tinha livre trânsito na casa da outra.

Em Esmeralda, o contato entre irmãos adultos também é maior do que o contato entre pais e filhos. É mais comum que os irmãos se acompanhem nas mudanças de cidades do que os pais, como no exemplo de Márcia e Gaspar, cujos irmãos também se mudaram para Esmeralda, e como aconteceu com os filhos mais velhos de Dora e Davi, que se mudaram juntos para o Rio de Janeiro.

[1]Embora eu proponha essa tipologia das práticas de deslocamento, esse é apenas um exercício de reflexão. Essa análise não pode ser feita de forma estanque, mesmo porque essas práticas podem se diferenciar de acordo com as etapas distintas da vida dos trabalhadores. Um trabalhador casado e com filhos que há anos estabeleceu-se em Esmeralda, pode ter se deslocado continuamente quando jovem e solteiro.

Já os trabalhadores do abrigo passavam muito tempo longe de suas famílias, sem contar aqueles que haviam perdido o contato com seus filhos, pais e esposas. As viagens não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre solitários ou com conhecidos. Mesmo aqueles que ainda tinham casa e mantinham a família como referência, poderiam passar meses ou até anos sem dar notícias.

Não faltaram relatos entre os trabalhadores abrigo sobre a falta que sentiam de suas famílias.

Por estas razões, a instabilidade conjugal era maior entre os trabalhadores do abrigo do que entre os do bairro. No abrigo, havia um número significativo de homens separados e vários solteiros. Na perspectiva deles, a vida de pobreza e de deslocamentos em busca de trabalho era um obstáculo aos relacionamentos duradouros e casamentos. Também havia uma certa quantidade de homens mais velhos que não apenas nunca haviam se casado, como também não haviam tido filhos.

De acordo com o que me foi relatado por esses trabalhadores, não parece haver entre eles e as mulheres que conhecem nos municípios onde trabalham um envolvimento para além de um breve contato sexual. A maioria desses homens não cogitava formar novas famílias, por mais que tivesse perdido o contato com os filhos e esposas. Eles explicavam que não conseguiam nem manter a família que tinham deixado no lugar de origem, e, portanto, não tinham condições de formar novas famílias.

No Monte Azul apenas Lucimara estava no segundo casamento, tendo se desquitado do primeiro marido. Dina também era separada, mas não havia se casado novamente. Helena era viúva, e também não havia encontrado um novo companheiro. De resto, todos aqueles que entrevistei no bairro eram casados e viviam com seus respectivos cônjuges.

Ao contrário da realidade descrita por Fonseca (2000) em relação ao grupo de moradores de uma vila pobre de Porto Alegre, nas famílias entrevistadas em Esmeralda, as mulheres trabalhavam fora tanto quanto os homens. Não havia um padrão moral que reprovasse o trabalho feminino não-doméstico. Era não somente desejável, como necessário que as mulheres trabalhassem e ganhassem dinheiro.

No discurso dos trabalhadores do abrigo, aqueles que eram casados mencionavam que suas esposas apenas *colaboravam* com o sustento da casa,

trabalhando como domésticas ou como babás. Em sua perspectiva, o dinheiro enviado ou acumulado por eles é que constituiria a base da renda da família.

No grupo com o qual tive contato no bairro, assim que os jovens faziam 17 anos, era imperativo que começassem a trabalhar. Mesmo no caso da filha de Marília e Leopoldo que estava fazendo faculdade, a moça trabalhava em uma papelaria da cidade para ajudar a pagar o seu curso. Todos nessas famílias, com exceção dos menores de 16 anos, precisavam contribuir para o orçamento da casa.

Embora a proibição do trabalho infantil não seja sentida exatamente como um benefício, havia um reconhecimento entre esses trabalhadores de que era preciso que os jovens não abandonassem o estudo para ter melhores oportunidades de vida do que seus pais.

Enquanto no bairro as trajetórias pessoais e familiares tiveram maior peso nas minhas conversas com meus entrevistados, meus interlocutores do abrigo acabaram por direcionar as entrevistas para as questões relacionadas ao trabalho e ao seu enquadramento institucional.

Em síntese, é necessário destacar que não são exatamente os mesmos trabalhadores que estão no abrigo e no bairro, são dinâmicas diferentes. No bairro tive contato com famílias, e, sobretudo com as mulheres; no abrigo, circulam apenas homens. As famílias do bairro vivem juntas, irmãos, pais e filhos estão próximos; os trabalhadores do abrigo vivem longe de suas famílias, muitos não vêem há anos seus filhos e suas esposas. Há uma maior estabilidade conjugal entre as famílias do bairro; no abrigo, há um alto índice de casamentos desfeitos e de homens solteiros, que nunca casaram ou tiveram filhos. As famílias do bairro também parecem ter uma maior estabilidade econômica do que os homens do abrigo.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, H. Capítulo 2: Problemas de Inferência e prova na observação participante. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo. Hucitec. 1993.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. FGV. 1996.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra. Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2000.

MENEZES, M. A. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro. Relume Dumará. João Pessoa. EDUFPB. 2002.

REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010.

GT5

DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO ENQUANTO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

COORDENADORES

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE (UNIARA)

PROF. DR. LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA (UFGO)

A DISTÂNCIA ENTRE DEMANDAS, COMPROMISSOS ASSUMIDOS E SONHOS REALIZADOS

Marcos Augusto Paladini dos Santos[1]
Alecio Rodrigues de Oliveira[2]

[1]Professor do Instituto Federal Catarinense – Campus de Videira, Engº Agrônomo, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela FEAGRI/ UNICAMP. E-mail: marcospaladini@yahoo.com.br e marcospaladini@ifc-videira.edu.br
[2]Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Roque-SP, Geógrafo, Doutor em Sociologia pela FCLAr- UNESP. Coordenador do Projeto de Extensão. alecioro@yahoo.com.br

GT-05 – Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural.

Universo de Pesquisa

Na região Sudoeste Goiana estão instalados dois assentamentos rurais (Assentamento Rio Doce e Rio Verdinho) e dois acampamentos um em fase de instalação (Assentamento Rancho Queimado) e outro aguardando definição do projeto de assentamento (Acampamento das 30 famílias).

No que se refere aos problemas encontrados, tanto os assentados, quanto os acampados esperam o apoio dos agentes públicos para a implementação de ações que facilitem a estruturação destes ou auxílio no desenvolvimento das atividades econômicas entendidas como construção de benfeitorias nestas áreas.

O campo de forças existente, por se encontrarem em estágios diferenciados, tem demandas e expectativas multifacetadas, hora confluentes, hora divergentes. Essa disputa pode ser percebida nas discrepâncias nos discursos e posicionamentos dos diferentes grupos. Nessa perspectiva uma das formas de dominação é o controle do espaço/tempo. A dominação representa um processo de resistência e confronto, resultando conflitos permanentes (Fernandes, 1994).

Território / Comunidade

As informações sobre histórico e outros dados, não são oficiais e não foram confrontados com outras fontes de informação, quer pela dificuldade de confirmação, como pela inexistência de registros. Foram utilizados registros orais, que confrontados entre os depoimentos dos entrevistados, foram considerados verídicos e fidedignos (Whitaker, 2002).

O levantamento do histórico de luta, ocupação e conquista da área, é uma informação muito importante, visto que trata-se do histórico vivencial e participativo das famílias. Isso constitui um campo de experimentação e construção de valores e referencias de luta e organização das famílias. Através deste diagnóstico foi possível identificar as redes e as intrincadas relações intra e inter-familiares. Este histórico, juntamente com outros do processo de evolução do assentamento, podem orientar sobre as oportunidades e facilidades que foram vivenciadas pelas famílias, como também suas experiências difíceis e não positivas que ocorreram. Assim será possível entender o nível de organização e os fatores (des)integradores que foram vivenciados pela comunidade nestes 10 anos de existência.

As dificuldades e os conflitos se tornam evidentes nos depoimentos orais, explicitados na concretude de investimentos desabilitados, ou relações de cooperação e/ou competição.

Neste período de existência, várias intervenções foram realizadas no território, muitas delas não tiveram continuidade, outras foram rearranjadas entre as famílias, de forma a se manterem por iniciativas individuais ou de pequenos grupos que hoje polarizam as diferentes ações.

Histórico das Comunidades

Assentamento Rio Verdinho

O Assentamento Rio Verdinho foi oficializado no ano de 1999, quando o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, iniciou a demarcação dos lotes e o assentamento das famílias.

A ocupação pelas famílias pioneiras foi apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Jataí - GO.

Não foi possível levantar mais informações sobre o histórico, ou confirmar as poucas que foram verbalizadas, por isso optamos por não registrar. Contudo constatamos que a oficialização do assentamento, a época, abriu precedente, motivando o fortalecimento e a união de outras famílias para ocupação de novas áreas.

No período de 1995 a 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra obteve apoio de muitos setores da sociedade, pois seus trabalhos com cooperativismo e educação, eram reconhecidos internacionalmente, refletindo grande credibilidade e respaldo para ações, como também o momento econômico favorecia a demanda por terras, pois o desemprego urbano era alto. As lutas dimensionam a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico, tais como educação, saúde, política agrícola. A realidade dos assentamentos criam novas formas de organização do trabalho, cooperativas de produção, comercialização e moradia (Fernandes, 1994).

Nesta fase, várias organizações e sindicatos independentes deste movimento aderiram à ocupação de terras, ganhando espaço político e presencial. Independente de quais atores e agentes envolvidos, o fato é que os assentamentos representam possibilidade de melhoria das condições de vida das pessoas.

Assentamento Rio Doce

Em 01 de março de 2000 às 23:00 horas ocorreu a ocupação da fazenda que tinha sido abandonada pela AGRINCOR Armazéns Gerais, patrimônio comprometido com pagamento de dívidas. Esta área antes da ocupação era utilizada por Aparecido Cocarelli, sem ônus pelo seu uso.

A ocupação ocorreu sob a coordenação de Manoel Messias Mendes de Souza, juntamente com 06 famílias. Decorridos 30 dias da ocupação inicial, esse acampamento já contava com 25 famílias. Estas buscaram apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, município originário das primeiras famílias acampadas.

Os trabalhos de vistoria, avaliação e divisão da área se desenvolveram até junho de 2002, quando as famílias foram assentadas definitivamente em seus lotes. A partir do assentamento as famílias passaram a ser acompanhadas pelo Sindicato Rural de Rio Verde, município em que está localizada a propriedade.

Acampamento Rancho Queimado

Trata-se de um grupo de 05 produtores que ocuparam uma propriedade de 135 ha e, se encontram de posse de 21 ha que exploram e já construíram benfeitorias, contudo não possuem a documentação completa e oficial de assentado reconhecida pelo INCRA. Segundo informações, esta oficialização ocorrerá assim que o INCRA conseguir a assinatura do proprietário no acordo para desapropriação. Esta situação impede de acesso a créditos para investimento nos lotes.

Acampamento das 30 famílias

Trata-se de uma ocupação que teve início em 22 de novembro de 2006, cujo líder, José Felipe, foi dos primeiros a ocupar, juntamente com mais 25 famílias. Esse acampamento chegou a abrigar 30 famílias, sendo atualmente um número aproximado de 27 famílias. Estas oscilações, ou alterações de famílias, ao mesmo tempo que demonstra fragilidade e instabilidade dos que se vão, apresenta a força e determinação dos que ficam. Pois as condições dos barracos de lona e a instabilidade de futuro, não são condições simples ou fáceis de serem vivenciadas no cotidiano.

Segundo informações das lideranças, o INCRA já realizou a vistoria de fiscalização para desapropriação e a avaliação das benfeitorias, no período entre setembro a novembro de 2008, havendo necessidade apenas da assinatura do proprietário para conclusão e assentamento na área definitiva, que já se encontra desocupada.

A Fazenda Rio Verdinho da Barra Grande, de propriedade de Mikishok Kamata, possui em torno de 876 ha (181 alqueirão). Não houve início dos trabalhos de divisão dos lotes.

A comunidade recebe esporadicamente cestas básicas do INCRA, e nesses 30 meses em que estiveram acampados, receberam aproximadamente 6 vezes as cestas básicas.

As famílias moram em barracos de lona plástica, enquanto aguardam a finalização do processo de desapropriação para o assentamento.

Observou-se o isolamento das famílias, por não receber assistência técnica rural estável ou definida, sente-se desamparada e as informações muitas vezes contraditórias, perpassam por um jogo de poder entre os envolvidos (Foucault, 1979).

Equipamentos e Infra-estrutura

O Assentamento Rio Verdinho possui agrovila, com pequena área para exploração individual e uma outra área coletiva; o Assentamento Rio Doce não possui agrovila, apenas a atividades exploratória dos lotes.

Tanto o Assentamento Rio Verdinho, quanto o Rio Doce, possuem habitações com boa qualidade para a zona rural, mas impressiona as construções do primeiro, demonstrando um diferencial entre as duas populações. Essas diferenciações podem refletir os momentos de constituição e a organização dos grupos, pois na década de 80 as agrovilas eram consideradas ponto fundamental para a organização dos trabalhadores, facilitava a comunicação, convivência e articulação.

Com o tempo percebeu-se algumas desvantagens das agrovilas, pois a proximidade de vizinhança com a atividade rural (criações de pequeno porte) sempre criavam desajustes e pequenos conflitos com o deslocamento dos animais, ou higiene e odores destas.

Outras vantagens da agrovila são as facilidades de investimentos públicos (água, luz, esgoto, arruamento, calçamento), além da proximidade que facilita a organização e convocação de reuniões para discussão de problemas, como também o reconhecimento de questões comuns que surgem no dia-a-dia.

A escola representa um elemento agregador da comunidade, quer pelos alunos, ou professores que exercem função no local, ou como símbolo de conquista e efetivação do funcionamento.

Enquanto elemento promotor da organização da sociedade, a educação com sua bagagem, constrói pilares na comunidade, recebendo destas uma cota igual à transferência de conhecimentos, de saberes locais e empíricos que proporcionarão uma melhor adequação de suas funções sociais, como construtora do desenvolvimento local e regional. Para que esta missão se concretize e atinja seus objetivos, há necessidade de posicionamento destes como pessoas que adentram a um novo contexto, que podem conhecer teoricamente, mas este é complexo e permeado por uma intricada rede de inter-relações humanas e inter-institucionais, que devem ser (re)conhecidas e respeitadas, para que ocorra a construção de um novo momento e oportunidade (Foucault, 1979).

A experiência exige um auto-questionamento de todas as práticas e vivências já realizadas pelo educador, que ao mesmo tempo em que utiliza sua experiência anterior, esta não pode ser considerada como solução pronta dos problemas locais, mas sim como rumo ou norte ou exemplificação, que deve ser a todo momento revisados, pois neste campo de forças, o dinamismo dos participantes exige reposicionamento estratégico frente as alterações que vão ocorrendo a todo instante.

Assentamentos

A Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental “Vale do Rio Doce” – EMREF “Vale do Rio Doce”, local em que foi desenvolvido o estudo para construção de parcerias para instalação do Curso Técnico de Agropecuária como ponto avançado a do IFGoiano - Campus Rio Verde, apresenta um boa estrutura física para as aulas teóricas.

Houve reunião com membros da comunidade com vistas a conhecer e identificar demandas, anseios e necessidades desta para compreender a melhor forma de atender o

compromisso institucional assumido pela diretoria do IFGoiano - Campus Rio Verde de instalação do referido curso.

Durante o diagnóstico preliminar foram contatadas várias lideranças e representantes da comunidade, e identificado aspectos históricos e de formação do assentamento, formas de produção e organização.

Ocorreram visitas e entrevistas com vários membros dos diferentes grupos do Assentamento Rio Verdinho, Assentamento Rio Doce, Pré-Assentamento Rancho Queimado e Acampamento das 30 famílias. Neste momento percebeu-se diferentes conflitos de interesse, ou de disputa nas comunidades, e internamente a estas. Outros problemas sociais também foram identificados como drogas, alcoolismo e prostituição. Agentes desagregantes da comunidade, que antes de qualquer trabalho de transformação, devem ser encaminhados e encarados de frente, para abarcar futuros desencontros.

O curso a ser implantado no local atenderá estas comunidades e outras do entorno que são propriedades que possuem integração com empresas agroindustriais.

Foi constatado o distanciamento das famílias integradas, não havendo representação, nem proximidade nas citações que ocorreram.

Projeto de Implantação do Curso Técnico em Agropecuária nos Assentamentos

Em janeiro de 2009 o Diretor Geral do IFGoiano - Campus Rio Verde assumiu um compromisso de parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Verde para a instalação de um Curso Técnico em Agropecuária no Assentamento Rio Doce, esse projeto visava atender a demanda de alunos rurais que se deslocam até a Sede do IFGoiano – Campus Rio Verde para acesso a educação técnica formal.

Os alunos que atualmente freqüentam o curso técnico totalizam 45, deslocando-se 40 km, saindo de suas residências por volta de 09h30min horas e retornando às 21:30 horas, da sede do Campus do IFGoiano na cidade de Rio Verde.

Este deslocamento se faz necessário pelo circuito que o transporte tem que cumprir para "pegar" os alunos em suas residências, espalhadas por toda região. Corroborando com o desgaste físico, emocional deste, o que diminui o rendimento escolar, como também aumenta a preocupação das famílias com este percurso e o tempo de viagem. Alguns membros da comunidade manifestam interesse de participar desta educação formal, desde que seja realizada no assentamento, próximo de suas residências.

Contudo por questões de ordem burocrática e falta de articulação entre a Prefeitura de Rio Verde e o IFGoiano, até o presente momento (março/2010) o curso não foi implantado e o

projeto encontra-se paralisado. Enquanto isso os adolescentes e jovens residentes nos assentamentos pesquisados continuam se deslocando diariamente para o IFGoiano, situação que culmina numa significativa de evasão desses estudantes.

Rede de Integração

A existência de vários agentes e instituições no território em que será instalado o curso técnico, ao mesmo tempo, que exige um projeto amplo e bem coordenado, abre uma grande oportunidade de trabalhos inter-instituicionais, que possibilitam a ocorrência de sinergias, que ampliem e fortaleçam o desenvolvimento da comunidade e das instituições envolvidas, pois a formação de uma grande rede de integração, base para o desenvolvimento sustentável é a missão almejada por agentes socialmente responsáveis.

As redes não são propriedade, desta ou daquela instituição, mas sim um processo auto-motivador de todos, alicerçado na confiança entre os participantes. Portanto exige lealdade entre estes e um projeto macro de ações coordenadas, construído multilateralmente, com participação de todos os envolvidos, complexo conhecimento das ações em suas diversas dimensões (o que, porque, quem, quando). Somente assim os elementos constituintes poderão desenvolver individualmente seus trabalhos, buscando suas metas, colaborando para sinergia de suas ações com outras dos parceiros participantes (Inojosa, 2001).

Esta rede é definidora e/ou delimitadora entre os sonhos e realidades, demandas e realizações; concretizadoras de novas possibilidades e oportunidades, que irão surgir da sinergia das ações, efetivando a função de cada participante, não apenas no discurso, como na prática.

Por tratar-se de assentamentos rurais e acampamentos, há ações do INCRA como regularização de beneficiários e acompanhamento da situação dos titulares e seus familiares nos lotes. No caso dos acampamentos, a ação do INCRA é imprescindível para disponibilização da área por desapropriação/aquisição, seleção dos beneficiários, parcelamento da área e regularização junto aos diversos agentes federais/estaduais/municipais.

Podemos observar a importância de todos os agentes locais no projeto, pois a solução de pendência/conflitos, minimizam desgastes, reforçando laços de confiança, que sustentam as redes (Inojosa, 2001).

Outras entidades de formação e treinamento como SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,

já desenvolveram trabalhos na área, a identificação de suas ações (anteriores, atuais e futuras) é importante para a compreensão e articulação dos programas de formação e desenvolvimento das atividades produtivas nos lotes e da comunidade, tendo claro que a interação com o curso a ser instalado é de fundamental importância.

O IFGoiano - Campus Rio Verde também se faz presente nesta área com os trabalhos iniciados por profissionais da área da administração, assistência social e psicológica, com a finalidade de identificação dos elementos produtivos e produções realizadas, composição familiar e anseios dos assentados.

O Banco do Brasil como agente financeiro, tem ação importante na questão de projetos que exijam recursos/financiamentos, como também na regularização da situação creditícia dos beneficiários, que precisa ser estudada e equacionada antes de qualquer ação empreendedora produtiva. Pois sem uma gestão financeira, os projetos construídos, não passaram de ilusões, deleites, sem a concretude necessária ao avanço social das famílias.

A Agencia Rural é reconhecida como entidade que acompanha(ou) os projetos do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, emissor das DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

Empresas comerciais da área de laticínios, agroindústria, grãos e cooperativas foram identificados como parceiras em vários empreendimentos produtivos no território. A participação destas empresas é importante quer na continuidade, ou ampliação, desenvolvimentos de outros empreendimentos produtivos no local.

Os proprietários rurais do território têm importância pela vizinhança e como parceiros em demandas comuns que possam ocorrer no decorrer do projeto. Como também muitos dos filhos de seus empregados poderão participar do curso técnico ou da escola rural, possibilitando o desenvolvimento de trabalhos integradores que colaborarão positivamente para a execução dos trabalhos educacionais.

A Prefeitura do Município de Rio Verde tem participação imprescindível como parceira na instalação do curso técnico, bem como na manutenção da escola rural e outras demandas que a este estiverem ligadas diretamente. Esta também realiza o trabalho de saúde através do PSF- Programa de Saúde da Família e sua agente na comunidade.

Devido ao grande número de envolvidos nesta rede, há necessidade de uma coordenação para polarizar as ações, este papel terá que ser desempenhado por atores, que tenham bases já atuantes neste território através de diferentes formas de ação, cada qual na sua área, no caso da escola técnica, o IFGoiano – Campus de Rio Verde poderá polarizar, para cumprir o papel da educacional que conjuga formação e transformação.

Demandas de Estudos e Projetos

O território em que o IFGoiano - Campus Rio Verde pretende instalar o curso técnico tem grande demanda reprimida de estudos e projetos, havendo necessidade identificação destas, como também elencar as prioridades.

Estas demandas vem ao encontro com a potencialidade e competência do IFGoiano - Campus Rio Verde, pois possibilita o trabalho de extensão universitária, como uma das contribuições possíveis de retribuição a sociedade, principalmente no entorno em que está instalado, corroborando para o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento econômico e social regional.

As produções de maior importância existentes no local são de grãos e leite. Outros empreendimentos como produção de doces e artesanato também são desenvolvidos envolvendo alguns assentados.

A produção de grãos e leite podem ser palco de muitos estudos e projetos, quer na identificação de sua forma de trabalho, organização, custo, como também na otimização e agregação de valores, nesta e em outras atividades inter-relacionadas.

Outras como, produção de hortaliças orgânicas são manifestadas pelos beneficiários, mas há necessidade de estruturação e orientação para minimização dos riscos envolvidos nesta atividade.

Há demandas de estudos, para desenvolver novas atividades ou para o melhor entendimento das já realizadas são imprescindíveis, pois o conhecimento científico e o desenvolvimento sustentável planejado, não se faz através de *"rumores ou humores de iluminados"*, mas com dados consistentes, um histórico cultural e social bem estruturado, que possibilite a identificação do real ponto do desenvolvimento da comunidade e seus pontos de estrangulamento, fortalecendo sua organização social, para a emancipação e empoderamento desta, na manifestação precisa de suas necessidades e demandas, como também a negociação com as instituições competentes para o encaminhamento de demandas e seu atendimento.

Este território é um grande campo de pesquisa científica, experimentação e treinamento para os alunos do IFGoiano - Campus Rio Verde, estes poderão complementar seus estudos e aprendizado como agentes sociais potencializadores do desenvolvimento local.

Considerações Finais

A intervenção neste território mesmo que apenas com o curso Técnico em Agropecuária, exige o desenvolvimento de atividades preparatórias para assegurarem o sucesso do empreendimento, que vai muito além da escola e dos professores, mas do

empoderamento comunitário do conhecimento e saberes da conquista. Apesar de já existirem alunos do local que freqüentam o IFGoiano - Campus Rio Verde, a presença na comunidade como entidade de educação e comprometida com o desenvolvimento, exige uma postura participativa e aberta para que os diversos atores locais atuem na construção conjunta deste projeto, visando exercer o papel educacional com base nos princípios de formação e transformação. Somente assim a escola será um espaço mediador e libertador da comunidade, podendo auxiliar na convivência dos diferentes, dentro da diversidade, não como problema, mas como possibilidade criativa de novas estruturas endógenas de desenvolvimento.

Caso isto não ocorra, o ônus poderá ser transferido para os agentes intervenientes no território, dificultando assim os trabalhos das instituições que permanecem instaladas e fixas neste local, como a escola e seus cursos técnicos.

A intervenção em uma comunidade exige preparação e planejamento, para conhecer a melhor forma de atuação, sem incorporar o caráter paternalista ou não democrático, o que não auxiliaria no processo de emancipação e empoderamento local da comunidade, hoje colocados como premissas de qualquer plano de desenvolvimento sustentável que se queira realizar.

Para esse correto posicionamento, há necessidade de aprofundamento da participação dos agentes, conhecimento dos valores comunitários, visto que a situação atual, não foi sustentada pelos diversos atores e agentes que lá atuaram, como ciclos e ondas. A construção de um DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, que mobilize os agentes públicos e privados, para elaboração de novas metas, podem possibilitar o início da aproximação, reconhecimento e identificação dos anseios desta comunidade e do real compromisso de todos os envolvidos.

Algumas observações devem ser analisadas com maior profundidade e melhor compreendida no seu processo construtivo, pois alguns pontos merecem atenção especial, tais como: o endividamento dos produtores, projetos já desenvolvidos e abandonados, problemas sociais, organização administrativa, projetos de vida das famílias.

Estas observações devem ser consideradas apenas como sinais de "fumaça", dentro do intrincado contexto das relações sociais e familiares que existem na comunidade, não tratando-se ou devendo ser tratado como problemas, mas sim como elementos importantes do projeto de intervenção, se existirem e forem reais.

Ressalta-se a que a intervenção em uma comunidade que possui um histórico de ação de diversos agentes, o que dificulta as futuras intervenções, pois toda experiência acumulada, positiva ou negativa será manifestada na relação com os novos agentes, sendo necessário a construção de relações de confiança, baseadas em lealdade com a comunidade e seus

membros, posicionando como mediador nas zonas de conflito, numa atuação dialógica e problematizadora, perante esta para construção dos conhecimentos necessários ao seu crescimento.

Há uma forte expectativa na comunidade da instalação pelo IFGoiano - Campus Rio Verde do Curso Técnico em Agropecuária, esta muitas vezes dissimula um comprometimento por parte dos envolvidos, encobrindo a existência de diferenças e seus sonhos de vida, não manifestados verbalmente, mas expressos em silêncios que podem ser entendidos como concordância, mas podem representar discordância e/ou descompromisso.

Ouvir a comunidade em suas expressões verbais e não verbais é imprescindível para a construção de um projeto participativo, democrático e emancipatório.

Após o desfecho deste diagnóstico, e a não mobilização dos agentes públicos envolvidos, o projeto educacional se mantém suspenso, indicativo de que a comunidade não estava certa de sua demanda. Diferença que no momento dos fatos se faz como linha tênue e nuances, mas que o tempo demonstra tratar-se de sonho.

Bibliografia

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro.** (Tese de Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra:** A Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo 1994.

FERRANTE, Vera L.S.B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Retratos de Assentamentos.** Nº 10-1006. ARARAQUARA-SP: UNIARA. NUPEDOR. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Roberto Machado (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Graal. 1979.

INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em Política e Serviços Públicos:** Desenvolvimento Social com intersetorialidade.

OLIVEIRA, Alecio Rodrigues de. **Gleba Tucano**: A Conquista de um pedaço de chão. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2001.

SANTOS, Marcos Augusto Paladini dos. **Lógica de Cooperação dos Assentados**: Idealizações e Realizações. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola) – FEAGRI, Campinas, 2005.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural Questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.

A Organização da Produção do Assentamento Mario Lago: uma experiência de diversificação produtiva no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo

Dorival Borelli Filho
Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
dorivalborelli@ig.com.br

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Livre Docente
vbotta@techs.com.br

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

Objeto de reflexão

O Sistema Produtivo do Assentamento Mário Lago de Ribeirão Preto (SP)

Situação empírica

O presente estudo é parte de uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2009 junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), com o título de "A Luta pela Posse da Terra na Região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do assentamento Mário Lago". A estratégia de pesquisa empregada neste trabalho acadêmico foi o estudo de caso, fazendo-se necessário salientar que não é pretensão deste trabalho estabelecer, a partir de um estudo de caso, paradigmas gerais de análise à respeito dos processos produtivos dos projetos de assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Objetivando a coleta de dados junto às famílias de trabalhadores rurais assentados, foram utilizadas como ferramentas de pesquisa técnicas qualitativas, além de dados quantitativos colhidos junto às instituições estatais (Incra e Itesp) responsáveis direta ou indiretamente pela administração do assentamento Mário Lago. Como técnicas qualitativas de pesquisa, foram empregadas: a observação participativa, com redações no diário de campo e a utilização de uma entrevista semi-estruturadas com as principais lideranças do assentamento e com um grupo de famílias assentadas.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de janeiro de 2009. Em virtude de o assentamento Mário Lago ser constituído por 264 grupos familiares, foram selecionadas, a fim de atingir uma amostragem significativa do universo empírico da pesquisa, o número de 27 famílias (10%), seguindo os critérios de relação anterior com a terra e tempo de permanência no assentamento. Os grupos familiares foram selecionados a partir de cinco distintos núcleos de moradia, levando-se em consideração a distância entre estes. Dessa maneira, foram entrevistas seis grupos familiares do núcleo de moradia denominado Dom Hélder Câmara, seis do núcleo Antonio Gramsci, cinco do Rosa Luxemburgo, cinco do Zumbi dos Palmares e cinco do Che Guevara.

Contribuições ao Debate na Temática do Grupo de Trabalho

A principal intenção deste estudo é contribuir com a vasta literatura existente sobre assentamentos na região de Ribeirão Preto, podendo auxiliar na formulação de um referencial analítico, que considere os assentamentos como instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas, ou ainda como modelos de produção agrícola diversificada e diferenciada das estratégias convencionais do agronegócio local, caracterizado nesta região do estado de São Paulo pela produção sucroalcooleira.

1. Introdução

O presente estudo de caso propõe-se a realizar uma análise qualitativa do sistema produtivo do projeto de assentamento federal Mário Lago de Ribeirão Preto, como a gestação de um possível embrião de desenvolvimento regional sustentável diferenciado e contestador das estratégias convencionais do modelo de agronegócio local. O assentamento localiza-se na região nordeste do estado de São Paulo, no município de Ribeirão Preto, mais especificamente, na antiga Fazenda da Barra. O assentamento foi criado pelo Incra, em junho de 2007, no modelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), objetivando a produção agroecológica, isto é, sem a utilização de agrotóxicos e, conseqüentemente, sem ocasionar prejuízos ao meio ambiente, pois se encontra localizado sobre uma área de recarga de um dos maiores mananciais de água subterrânea do mundo, o Sistema Aqüífero Guarani.

O assentamento Mário Lago é resultado de um longo processo de luta política, promovida por um movimento social fortemente organizado, o MST. O processo de ocupação da Fazenda da Barra iniciou-se em abril de 2003, o conhecido *Abril Vermelho*, momento em que, cerca 500 famílias, sob a liderança do MST, ocuparam a entrada do Sítio Bragheto (anexo à Fazenda da Barra), reivindicando a desapropriação da propriedade para fins de assentamento de reforma agrária, pois, segundo o movimento sem-terra, os proprietários da área estariam deixando de cumprir sua função social, a produção, além de ocasionarem uma série de prejuízos ao meio ambiente.

A imediata ocupação da Fazenda da Barra não poderia ocorrer em razão de duas Medidas Provisórias herdadas do governo Fernando Henrique Cardoso, que desautorizam o Incra a realizar vistoria em áreas ocupadas por movimentos sociais durante um período de dois anos. As famílias permaneceram acampadas no sítio Bragheto durante quatro meses, sendo despejadas por força de uma ação judicial. Em agosto 2003, o movimento sem-terra ocupa Fazenda da Barra, obtendo êxito nesta segunda intervenção e, conseqüentemente, permanecendo na área até os dias atuais.

Atualmente, o assentamento é constituído por um número de 264 famílias, que se encontram internamente organizadas pelo movimento sem-terra em 20 núcleos de moradia, que, por sua vez, agregam, em média, de 10 a 20 grupos familiares. Todos esses núcleos foram intitulados com nomes de personagens que abraçaram causas sociais e políticas, tais como: Dom Hélder Câmara, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, entre outros. Para cada núcleo de moradia, existem coordenadores gerais de ambos os gêneros. Simultaneamente a esta organização, existem ainda os coordenadores dos seguintes setores: saúde, formação e gênero, coordenação, educação, ciranda, segurança, esporte, cultura e lazer eleitos pelos núcleos familiares.

O movimento sem-terra entende que a organização é imprescindível para a vida das famílias assentadas. Por essa razão, existe uma estrutura organizacional para a sua manutenção, que se altera de acordo com as especificidades e necessidades de cada assentamento. Ainda acerca da organização interna do assentamento Mário Lago, verificou mediante a pesquisa de campo a existência de um rigoroso regimento constituído por doze regras, cujo propósito principal é disciplinar o comportamento das 264 famílias assentadas que se encontram sob a liderança do MST.

Segundo Morissawa (2001), em seus assentamentos rurais, o MST tem estimulado as famílias assentadas que se encontram sob sua tutela à prática da agroecologia, desenvolvendo um novo paradigma de produção cujo objetivo central é que não ocasionar prejuízos aos seres humanos e ao meio ambiente, reduzindo ainda os custos de produção. O movimento tem realizado um grande esforço a fim de produzir sementes dos alimentos básicos da agricultura, rústicas e mais adaptadas a cada região, que foram descartadas pelas produtoras de sementes híbridas.

> A articulação da dimensão técnica com compromissos sócio-ambientais computa à agroecologia aportes de diferentes disciplinas na área da produção agrícola. De fato, a agroecologia conta com a aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, agronomia, sociologia, economia, antropologia e outras áreas do conhecimento para um manejo e redesenho de agroecossistemas em direção à sustentabilidade do rural ao longo do tempo (ALTIERI, 2002 *apud* CARMO, 2005, p. 224). Embora o termo, entendido como um corpo teórico tenha surgido nos anos 1970, "... a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura" (HECHT, 1989, p. 25 *apud* CARMO, 2005, p. 224).

No campo do combate a pragas, insetos e nutrição dos vegetais, as famílias assentadas têm buscado utilizar novas e velhas fórmulas de agroecologia. No lugar dos agrotóxicos, estão utilizando as caldas (um fungicida diluído em água que pode ser orgânico ou químico), o controle biológico, os inseticidas naturais, substituindo os adubos químicos pelos biofertilizantes, praticando a cobertura solo, adotando ainda plantas que recuperam a matéria orgânica do solo (adubos verdes). A fim de evitarem a erosão do solo, os assentados estão implantando nos assentamentos rurais as chamadas curvas de nível. O reflorestamento também vem se transformou em uma prática usual entre os assentados, com a criação de viveiros para a produção de mudas de árvores nativas, frutíferas e até mesmo exóticas (MORISSAWA, 2001).

Ainda acerca da produção agroecológica implementada nos projetos de assentamentos rurais, observa Gonçalves e Scopinho (2008), desde a década de 1990, pesquisadores, governos e movimentos sociais que lutam pela implantação da reforma agrária no país têm se debruçado sobre as novas dimensões do universo rural brasileiro, especialmente, sobre as questões provenientes da implantação de projetos baseados na sustentabilidade agroecológica. Recentes pesquisas apontam que esse processo resulta de uma nova visão sobre o rural, isto é, uma nova concepção sobre as possibilidades de desenvolvimento agropecuário nos distintos agroecossistemas do país. No contexto deste debate, os assentamentos da reforma agrária vêm sendo considerados espaços importantes para a implantação de projetos de desenvolvimento agropecuários alicerçados nos princípios da agroecologia.

2. A Organização da Produção do Assentamento Mário Lago

O assentamento Mário Lago constitui um importante foco de resistência pela posse da terra no interior do estado de São Paulo, sendo de importância, sumamente, estratégica e simbólica para o movimento sem-terra, pois se encontra instalado muito próximo a um município que é considerado centro de uma região, onde a predominância da agroindústria canavieira, com alto padrão tecnológico é praticamente absoluta. Dessa maneira, o MST pretende apresentá-lo à sociedade como um modelo alternativo de produção ao implementado pelo agronegócio local, isto é, como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável.

O principal objetivo da coordenadoria regional do MST é recuperar esta área devastada pela ação predatória do agronegócio, utilizando-a para a agricultura orgânica ou agroecológica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos, pretendendo construir um cinturão verde, que garanta o fornecimento de produtos orgânicos para Ribeirão Preto. Apesar da degradação por que passou, a Fazenda da Barra possui ainda oito maciços florestais que totalizam 308 hectares e uma Área de Preservação Permanente margeando o Rio Pardo que totaliza 130 hectares. O assentamento possui um "banco de sementes", cujo principal objetivo é assegurar a qualidade da produção no assentamento, além de auxiliar os demais acampamentos e assentamentos da região de Ribeirão Preto.

Com o investimento empregado pelo governo federal mediante recursos advindos do Ministério do Desenvolvimento Agrário da ordem de 23 milhões de reais para o processo de desapropriação da Fazenda da Barra, quantificando quatro pessoas por família assentada, foram gerados somente no assentamento Mário Lago cerca de 1.000 empregos diretos. Dados

governamentais apontam que, para cada família assentada, geram-se pelo menos três empregos indiretos.

O objeto empírico pesquisado, estruturalmente, apresenta-se como um universo social que mantém suas propostas de organização política centradas nos princípios do movimento social do qual se originou, o MST. A organização da produção apresenta-se comprometida com o atendimento ao que foi postulado em seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável[1], o que significa usufruir dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente, uma proposta de assentamento postulada pelo próprio MST e assimilada pelo Incra. Decorre deste modelo de produção agroecológica a sigla utilizada para a nomenclatura oficial do assentamento: PDS – Mário Lago. Em princípio, este modelo de produção sustentável, foi criado para os seringueiros do Acre.

A titulação da terra foi estabelecida pelo movimento sem-terra. A posse da propriedade não é individual, mas coletiva, de modo que o seu titular permanece limitado pelo compromisso que assumiu perante toda a comunidade. Este fator impede a possibilidade de venda ou arrendamento do lote familiar, objetivando fortalecer a visão coletiva da produção e permanência na terra conquistada.

Ao que tudo indica o assentamento provisório das famílias não ocorreu de acordo com as afinidades de produção pretendidas por cada assentado. Aparentemente, para a distribuição dos lotes individuais, foi utilizado o critério parentesco, as famílias agregaram-se próximas aos seus familiares. Os 264 grupos familiares que constituem atualmente o assentamento encontram-se, temporariamente, assentados em lotes provisórios, denominados "Comunas da Terra". *A Comuna da Terra tem a sua centralidade num público diferenciado do campesinato tradicional. Ela procura entender a dinâmica urbano-rural e incluir a população excluída das cidades* (CONCRAB, 2004, p.17). Por sua vez, a agroecologia apresenta-se como um dos alicerces da *Comuna da Terra*, o que, por sua vez significa almejar um novo padrão produtivo e tecnológico, fundamentado na sustentabilidade ecológica.

Os lotes familiares não possuem a mesma dimensão, comportando, em média, o tamanho de 0,9 hectares, sendo que algumas famílias possuem mais de um lote que, por sua vez, encontram-se destinados à produção coletivamente do assentamento. Os lotes não são delimitados por cercas, conseqüentemente, não é possível se identificar onde se iniciam e/ou onde terminam. As dimensões deste lote familiar tornam somente possíveis a realização de pequenas plantações e a criação de animais de pequeno porte. Esse tamanho de lote é o menor

[1] De acordo com Girardi (2009), entre os anos de 1988 e 2006 foram criados 84 assentamentos no modelo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sendo assentadas 24.765 famílias de trabalhadores rurais sem-terra em uma área total de 2.945,086 hectares.

dentre os projetos de assentamentos rurais do país, que chegam a comportar vinte hectares por grupo familiar. As principais lideranças do assentamento chegaram inclusive a questionar, indagando ao pesquisador que o Incra não dispõe de um módulo ou padrão mínimo de assentamento a ser utilizado em todo o país e que, conseqüentemente, os lotes diferem em muito com relação ao seu tamanho.

As dimensões do lote familiar não somente estabelecem atualmente barreiras ao processo produtivo, verificando-se também com uma baixa produção, como também causa preocupação com relação ao futuro das gerações que se sucederam no assentamento, ou seja, com um possível aumento do núcleo familiar em razão de futuros nascimentos e casamentos. Verificou-se ainda que muitas famílias encontram-se temporariamente assentadas em áreas que futuramente serão destinadas à preservação ambiental no assentamento, estando cientes que serão obrigadas a se deslocarem para outros lotes.

Os sujeitos investigados praticam a denominada agricultura tradicional, estando proibidos pelo Termo de Ajustamento de Conduta que assinaram, em acordo com o Ministério Público local e com o Incra, de não fazem uso de quaisquer tipos agrotóxicos. Como técnicas de plantio, os assentados utilizam a semente de mucuna-preta, uma leguminosa anual muito utilizada pelos assentados nas plantações de milho, como uma espécie de adubo orgânico, em razão de ser uma grande fixadora de nitrogênio e muito rica em nutrientes, não sento tão exigente quanto à fertilidade do solo, entretanto, não tolera os solos de baixa drenagem. Utilizam ainda garrafas plásticas cortadas a fim de proteger as mudas pequenas da ação de formigas.

A produção é realizada individualmente nos lotes familiares, embora em alguns núcleos de moradia existam áreas de produção coletiva. O movimento sem-terra não obriga todas as famílias a produzirem coletivamente no assentamento. A produção coletiva é uma escolha individual. No caso, por exemplo, de uma família evadir-se do o assentamento e não havendo outro grupo familiar a ser assento em seu lugar, este lote não permanece improdutivo, é destinado à produção coletiva no assentamento. Neste sistema coletivo de produção, o plantio, a manutenção, a colheita e a divisão dos bens produtos ocorrem coletivamente. A produção de polvilho, de cana-de-açúcar e a horta também são produzidas coletivamente. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, verificaram-se problemas na divisão dos bens produzidos coletivamente.

As famílias têm desenvolvido no assentamento uma incipiente policultura orgânica, produzido uma grande diversidade de gêneros alimentícios, tais como: milho, feijão de corda, feijão carioca, arroz, abóbora, mandioca, quiabo, banana, vagem cuja base é a utilização da

semente crioula, que, ao contrário da semente híbrida, não possui alterações genéticas. Em sua primeira safra colhida em 2005, os assentados produziram cerca de 30 toneladas de milho, 15 toneladas de feijão e 20 toneladas de mandioca.

Os assentados produzem ainda na horta comunitária legumes, verduras, criam pequenos animais confinados, tais como: aves, caprinos e suínos. A criação de animais de grande porte, como, por exemplo, gado torna-se praticamente impossível em razão das dimensões do lote. O assentamento não dispõe de nenhum sistema de irrigação[2], dependendo as famílias assentadas da água que captam da chuva mediante cisternas improvisadas, pequenos poços cavados manualmente e riachos existentes na propriedade. Por esta razão, o sistema produtivo do assentamento encontra-se totalmente subordinado às estações da natureza.

As famílias realizam o plantio dos gêneros alimentícios nos meses que antecedem o período do verão, em razão da grande incidência de precipitação pluviométrica neste período do ano. No decorrer do ano, as famílias não realizam nenhum tipo de plantio. Os gêneros alimentícios também são plantados pelos grupos familiares de acordo com a sua época. Desde a fase de acampamento, as famílias têm produziram esses mesmos gêneros alimentícios, utilizando para tanto as mesmas técnicas de plantio, considerando ainda esse modelo de produção agroecológica como uma alternativa viável ao sistema produtivo do agronegócio local, sistema esse entendido pelos sujeitos pesquisa como pura degradação do meio ambiente e exploração do trabalho humano. No entanto, os cuidados com o meio ambiente no assentamento são muito mais percebidos no plano do discurso do que em ações concretas.

Embora ainda seja possível observar a presença muita cana-de-açúcar no assentamento, esta produção coletiva vem declinando. No decorrer do processo de ocupação da Fazenda da Barra e assentamento provisório das famílias acampadas, nem todos os pés de cana existentes na propriedade foram arrancados para a construção dos barracos ou substituídos pela produção de alimentos para o acampamento provisório. Na sede do assentamento, existe um espaço destinado à produção de caldo de cana e rapadura A produção de rapadura e de caldo de cana transformou uma alternativa fora da ótica do Incra para as famílias assentadas que comercializavam esses produtos dentro e fora do assentamento, além de servir como complemento para a alimentação de animais.

[2] Nas experiências de policultura, o acesso aos recursos hídricos ou a implementação de sistemas de irrigação constituem pré-requisitos para essa experiência de produção. A utilização das poucas áreas férteis junto aos rios e o assentamento de pessoas com vasta experiência anterior no manejo da terra são os elementos mais significativos que explicam essa interessante diversidade na produção destes assentamentos (FERRANTE *et al.*, 2006).

No entanto, verificou-se através dos depoimentos orais que atualmente os sujeitos pesquisados, em razão da formação política desenvolvida pelo movimento sem-terra, totalmente contrária à monocultura da cana-de-açúcar, não possuem grandes pretensões com relação a esta produção. Indagados a respeito desta produção, o questionamento parece soar como uma ofensa às famílias. A principal intenção do movimento sem-terra e das famílias assentadas era e é eliminar os pés de cana existentes ainda no local.

A produção de cana-de-açúcar, remanescente da antiga Fazenda da Barra, poderia ser transformada em uma mini-usina para a produção de álcool combustível, agregando-se, dessa maneira, valor ao produto e gerando renda para as famílias assentadas. No entanto, essa idéia mostra ser impensável para o movimento sem-terra, em razão de seu projeto ideológico de somente produzirem alimentos. O movimento social não consegue perceber que não é a planta em si que gera a exploração do trabalhado humano, mas as relações de trabalho que se estabelecer a partir dessa produção. Contudo, recentemente, as famílias iniciaram a manufatura da produção de mandioca, produção de polvilho.

Embora de propriedade particular e encontrando-se em um avançado estado de deteriorização, os bens de capital, tais como: tratores, arados, colheitadeiras são utilizados coletivamente pelos assentados. Em razão das famílias estarem assentadas em lotes provisórios e em futuras áreas de preservação ambiental, ainda não iniciaram o plantio da Reserva Legal e o resgate do passivo ambiental, estipulado em 7 bilhões de reais. O assentamento Mário Lago também não tem recebido nenhum apoio de organismos externos governamentais ou não-governamentais para a realização de projeto que objetivem a preservação de matas ou águas superficiais existentes no local.

No que tange à relação das lideranças do assentamento e dos sujeitos pesquisados com os técnicos do Incra, constatou-se mediante a realização da pesquisa de campo que possuem uma relação amigável, embora esses mesmos técnicos também sejam vistos com certa desconfiança pelas famílias assentadas. O Incra em conjunto com o movimento sem-terra têm oferecido assistência técnica aos assentados. A qualificação técnica dos jovens do assentamento é realizada pelo movimento sem-terra no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, que, por sua vez, conta com um curso técnico agroecológico, ministrado por docentes da Unicamp, até mesmo porque cerca de 50% das famílias assentadas nesse local não possuía qualquer vínculo anterior com a agricultura. O curso é realizado em etapas que duram setenta e cinco dias, com turmas de sessenta alunos, recebendo inclusive trabalhadores rurais de diversos estados. Esse espaço conta ainda com um curso superior de Pedagogia da Terra em parceria com a UFSCar, além de oficinas de viola.

A formação política das famílias que se inicia nas reuniões de base em que são convidadas a ingressar no movimento estende-se também no referido centro de formação. Além da formação política e qualificação técnica, esta estrutura centraliza a alfabetização e a promoção da cultura popular, difundindo ainda idéias de cooperativismo e associativismo. As técnicas transmitidas no curso agroecológico permitem recuperação do terreno sem prejuízos ao meio ambiente. As famílias queixam-se ao pesquisador de que a terra encontrava-se exaurida em razão das sucessivas plantações de cana-de-açúcar no assentamento.

No final de 2008, as famílias receberam o primeiro fomento destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos na ordem de R$ 2.400,00[3]. Esse primeiro fomento foi recebido pelas famílias em três parcelas. No entanto, como as famílias encontram-se assentadas em lotes provisório, estas investiram esse primeiro fomento em uma propriedade que futuramente pode não lhes pertencer.

Com a liberação desse primeiro crédito agrícola pelo Incra, emerge um conflito no assentamento, pois um grupo de famílias desejava utilizar parte dos recursos financeiros para a aquisição de eletrodomésticos e móveis para suas residências, no entanto, essas famílias foram impedidas pelos técnicos do Incra. Com o assentamento provisório das famílias, o Incra deixou de distribuir cestas básicas às famílias pré-assentadas. No primeiro fomento, os grupos familiares utilizaram a primeira parcela de setecentos reais para a compra de alimentos. Em 2008, o início das chuvas atrasou, dificultando dessa maneira o processo produtivo. Em virtude deste fato, as famílias assinaram um abaixo assinado, solicitando ao Incra que, no recebimento do segundo fomento, quinhentos reais sejam destinados a compra de alimentos.

Em sua grande maioria, as famílias consideram como razoáveis suas atuais condições de trabalho. A renda familiar mensal para os núcleos familiares que não possuem uma complementação de renda fica em torno de trezentos a quatrocentos reais. A mão-de-obra utilizada no assentamento é a familiar, com a esposa e os filhos, em alguns casos, menores de idade, participando no processo produtivo.

3. A Comercialização dos Produtos

[3] O Crédito Instalação Modalidade Fomento, no montante de R$ 2.400,00 por grupo familiar, objetiva consolidar a segurança alimentar das famílias e gerar renda, fortalecendo especialmente as atividades produtivas no entorno das habitações e experiências de microcrédito associativo (INCRA, 2005).

O projeto de assentamento Mário Lago encontra-se localizado em uma região caracterizada pela monocultura de exportação, circundado por grandes latifúndios e isolado de outros projetos de assentamentos rurais, o que, por sua vez, dificulta em muito o estabelecimento de redes de cooperação e a comercialização de seus produtos. Os produtos produzidos no assentamento são comercializados de distintas maneiras. Embora, em sua grande maioria, a produção seja realizada individualmente nos lotes familiares, o repasse dos produtos à Conab é realizado coletivamente. A adesão ao programa demonstra a importância da organização associativa, incentivando os assentados a elevarem sua produção, além de estimular as famílias associadas a procurarem outros projetos e estratégias de desenvolvimento para o assentamento.

No entanto, torna-se importante esclarecer que não são todos os assentados que possuem este convênio com a Conab. Dessa maneira, as famílias têm também comercializado individualmente seus produtos em Feiras do Produto realizadas aos sábados em frente a um supermercado localizado no Bairro Ribeirão Verde. Moradores residentes neste referido bairro também têm se deslocado até o assentamento para adquirirem os produtos. As lideranças possuem um projeto de construir uma espécie de galpão na entrada do assentamento, que funcionará como uma feira.

Objetivando reverter à pejorativa concepção que vigora sobre o movimento sem-terra em parte da sociedade brasileira, as famílias têm realizado mensalmente a distribuição dos alimentos orgânicos produzidos no assentamento no centro da cidade de Ribeirão Preto. Os dados colhidos mediante a realização da pesquisa de campo sugerem que os grupos familiares estão conseguindo sobreviver precariamente com o desenvolvimento da incipiente policultura orgânica no assentamento, permanecendo em uma condição de mera subsistência. Verificou-se que os sujeitos pesquisados utilizam parte dessa produção orgânica para o autoconsumo[4], sendo que o excedente de produção é utilizado como moeda de troca com outras famílias ou comercializado individual ou coletivamente.

À exceção da produção de cana-de-açúcar e do polvilho, produzidos coletivamente, os demais produtos orgânicos não passam por um processo de beneficiamento, não se agregando dessa maneira valor em sua cadeia produtiva. Comercializados individualmente, esses produtos são vendidos a preços irrisórios. Com os ganhos adquiridos mediante a

[4] De acordo com Duval e Ferrante (2006), nos projetos de assentamentos da região de Araraquara, a produção de autoconsumo, além de possibilitar a subsistência das famílias assentadas, de comportar valores sociais, tais como solidariedade e preservação ambiental, oferece possibilidades de integração dos produtores rurais na economia regional mediante feiras e programas municipais, gerando parte da renda dos núcleos familiares.

comercialização individual e coletiva (repasse à Conab), as famílias adquirem fora do assentamento, pois não é permitido pelo movimento sem-terra qualquer tipo de comércio individual no assentamento, os demais produtos utilizados em sua alimentação. Dessa maneira, parte da riqueza produzida não permanece no próprio assentamento.

4. Complementações de Renda

No decorrer da pesquisa de campo, foram encontrados casos de famílias que complementam a sua renda mensal com o recebimento de benefícios de seguridade social, alugueis ou mesmo realizando serviços temporários na cidade, pois não podem possuir um vínculo empregatício. Foram verificados muitos casos de faxineiras, pedreiros e auxiliares de pedreiro que realizam os chamados serviços de empreita na cidade. Após realizarem o plantio da safra a ser colhida no ano seguinte, os assentados dispõem de um considerável tempo ocioso para desempenharem tais atividades na cidade, complementando, dessa maneira, sua renda familiar. Entretanto, no período da colheita, as famílias permanecem quase que em tempo integral no assentamento.

Em 2007, surgiu uma tese na mídia brasileira afirmando que o Programa Bolsa Família do Governo Federal, aliado a uma maior identificação dos movimentos sociais que lutam pela implementação da reforma agrária no país com a pessoa do presidente da República e um aumento da subvenção destas organizações, estariam servindo como um fator de desmobilização destes mesmos movimentos sociais, esvaziando-os. As famílias prefeririam permanecer acomodadas nas periferias urbanas recebendo este benefício social a ingressarem nos referidos movimentos sociais e que, dessa maneira, o MST estaria impedindo as famílias que estão sob sua tutela de receberem este benefício social.

No decorrer da pesquisa de campo, não foram encontrados elementos suficientes para corroborar a afirmação de que o MST estaria proibindo as famílias que estão sob sua responsabilidade de receberem o Programa Bolsa Família. Aliás, frente às dificuldades estruturais e até mesmo de subsistência enfrentados pelos sujeitos pesquisados seria uma verdadeira insanidade por parte de o movimento sem-terra impedir o recebimento deste benefício social, o que, por sua vez, poderia gerar ainda mais conflitos e divisões na estrutura social do assentamento Mário Lago.

5. Referências Bibliográficas

CARMO, Maristela Simões do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY Júnior, Osvaldo (org.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. 2ª ed. São Paulo: INCRA, ABRA, UNIARA, 2005, p. 219-234.

CONCRAB, Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra, **Caderno de Cooperação Agrícola**, n.15, Brasília: Editora Distrital, 2004.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Programas Municipais e Produções de Autoconsumo: Alternativas para o Desenvolvimento com Sustentabilidade nos Assentamentos de Araraquara – SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 10, p. 67-81, 2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al*. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. *In*: _____. (Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, n. 10, p. 19-43, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. **Conflitos e Negociações em Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável:** o caso do assentamento Mário Lago – Ribeirão Preto (SP). In: FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE: POLÍTICAS, LEGISLAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL, 1., Araraquara/SP, 2008. Anais. p. 5. CD-ROM.

INCRA. Superintendência Regional de São Paulo. **Relatório de Gestão**. São Paulo INCRA – SP, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

A PLURIATIVIDADE NA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL: o caso do açude de Pentecoste/CE

Clarissa Maria Telles Vieira[1]

Gleydson Ribeiro dos Santos[2]

Francisco Casimiro Filho[3]

[1]Especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo – Programa Residência Agrária – UFC, mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFC – E-mail: clarissa_telles@yahoo.com.br

[2]Especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo – Programa Residência Agrária – UFC – E-mail: gleydson_vet@hotmail.com

[3]Profº. Dr. do Departamento de Economia Agrícola, Centro de Ciências Agrárias – UFC – E-mail: casimiro@ufc.br

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

RESUMO

Dentro da concepção de usos múltiplos da água em reservatórios construídos no semi-árido, popularmente conhecidos como açudes, a pesca artesanal vem se destacando como um dos principais usos desses ecossistemas artificiais. Esta atividade pode ser realizada com finalidade de subsistência familiar para obtenção de proteína e também comercial, sendo a principal fonte de renda de muitas populações sertanejas, como é o caso dos pescadores artesanais do Açude de Pentecoste. Diante disso, é fundamental para que se desenvolva esta atividade, levando em conta sua complexa rede de variáveis, o estudo do perfil dos pescadores nos diversos sistemas produtivos adotados por cada um deles, visando não só melhoria de renda, mas a conservação e preservação dos estoques pesqueiros. A partir de entrevistas foi possível traçar a evolução histórica em cinco décadas dos sistemas produtivos e definir sete categorias atuais de pescadores em seus respectivos sistemas e subsistemas de produção pesqueira.

Palavras-chave: pesca artesanal, açude, pluriatividade, evolução histórica, sistemas produtivos

INTRODUÇÃO

A população que habita hoje às margens do açude de Pentecoste, antes de sua inauguração em 1957, sofria com a inconstância das precipitações, intensa evaporação e com a consequênte intermitência do rio local. Se antes dedicavam-se a agricultura de sequeiro e cultivos de vazante, o novo ecossistema aquático artificial, implicou em mudanças não só na agricultura, mas também na forma da pesca artesanal que para alguns agricultores, passou a ser uma imporntante fonte de renda. Hoje, sem dúvida, a atividade da pesca artesanal nos açudes do semi-árido cearense vem se destacando evolutivamente como um dos principais usos desses ecossistemas. Vieira (2007), diz que as formas particulares como a agricultura e a pesca se estruturaram na região atuam na construção de um conjunto de valores em que o açude tem um papel fundamental na elaboração da cultura das comunidades rurais ribeirinhas.

Estudando a mesma realidade em uma barragem no Rio Tietê em São Paulo, Novaes (2008), afirma que esta atividade é realizada em diversos níveis de esforço e finalidades, como subsistência e comercial, sendo a principal fonte de renda para uma parcela da população muitas vezes socialmente excluída, e que tem na pesca sua única forma de emprego ou de obtenção de proteína animal. Além disso, a pesca artesanal em reservatórios vem se constituindo em uma das principais fontes de pescado de água doce, única fonte de sustento para famílias de baixa renda, que vivem em péssimas condições no entorno desses açudes, recebendo pouca assistência do poder público.

No Açude de Pentecoste não tem sido diferente, há mais de ciquenta anos esta atividade vem sendo marcada por riscos e incertezas, como a maioria das pescas em açudes no semi-árido que são realizadas com carater de subsistência e/ou de pequena escala. Diante desta inconstância produtiva, devido principalmente a decorrência de ciclos ecológicos irregulares e desfavoráveis, os pescadores atuais ao longo do tempo adotaram uma diversidade de atividades para garantir o sustento familiar, pois apesar da instalação do açude ter garantido estabilidade hídrica, a progressiva presença de pescadores atuando sobre os estoques pesqueiros locais somada à efeitos paulatinos da falta de administração e monitoramento nesses reservatórios por instituições gestoras, foi limitando a possibilidade de desenvolvimento a partir da pesca e obrigando este produtor a não só adotar outras atividades, mas, também deixar muitas vezes a atividade pesqueira em segundo plano. Existem ainda outros tensores, como a expansão imobiliária irregular nas margens do açude e a instalação

crescente de pisciculturas que transformam o entorno do açude em áreas aquícolas particulares. Cotrim (2009), confirma essa realidade, ao se referir aos pescadores, como uma categoria social que vem sofrendo influências das externalidades de outros produtores que ocupam o mesmo sistema.

Além de ser uma atividade basicamente extrativista, a pesca é uma atividade muito maior do que se supõe por manter-se descentralizada e cercada de grande informalidade. A complexidade e heterogeneidade dos principais fatores sociais, econômicos, ecológicos, culturais e estruturais da cadeia produtiva (identificar os principais recursos pesqueiros capturados e nível tecnológico atual) ainda é um dos principais problemas para que se possa quantificar a sua importância econômica e social. Essa é uma questão importante para Vianna (2009), quando se trata a pesca com a heterogeneidade que a atividade possui.

Assim, este trabalho tem objetivo de se deter não apenas na descrição, mas promover um breve diagnóstico do setor pesqueiro do açude Pereira de Miranda, através da discussão a cerca da pluriatividade existente no açude, a partir da evolução histórica dos sistemas produtivos da pesca. Como também, mostrar que a pesca é bem mais que o ato de capturar um organismo vivo, mas ela está inserida em toda a cadeia produtiva do pescado, ou seja, em todas as atividades do seguimento da pesca.

MÉTODO

Este trabalho foi realizado entre junho e setembro de 2009 no entorno do açude Pereira de Miranda no município de Pentecoste – CE, nas localidades de Malhada, Pedra Branca Ilha, Capivara e Beira D`água. Esta pesquisa de campo, representa apenas as primeiras etapas do diagnóstico completo da pesca artesanal do açude.

Para Rodriguez et al. (2007), a utilização do enfoque sistêmico pressupõe que o objeto estudado seja um todo que deve ser entendido integrando-se suas partes para o verdadeiro conhecimento da realidade estudada. No entanto, para alcançar nosso propósito que é de perceber a presença da pluratividade na pesca artesanal do açude como um fator de evolução produtiva, utilizou-se a ferramenta metodológica de reconstituição da evolução histórica do sistema produtivo, que leva em consideração a diversidade da situação local como indica Dufumier (2007), e entrevistas com pescadores mais antigos da comunidade que apontam, através de informações qualitativas, o processo de desenvolvimento da atividade, como mostra Geilfus (2002).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir do resultado das entrevistas históricas somado à análise de paisagem, foi possível entender a evolução do sistema de produção pesqueira realizado no açude de Pentecoste. Os dados indicaram pelo menos três sistemas produtivos mais significativos, como mostra o quadro 01:

QUADRO 01 – Evolução histórica dos sistemas produtivos

1930 – 1956 SISTEMA DA PESCA FLUVIAL DE SUBSISTÊNCIA (antes do açude)	**1957 – 1980 SISTEMA DE PESCA E AGRICULTURA (20 anos de transição)**	**1981 - 2009 SISTEMA DE PESCA PROFISSIONAL (hoje)**
Agricultura de sequeiro e cultivo de vazantes (milho, feijão e algodão).	Fortalecimento da agricultura, principalmente devido à cultura de algodão.	Declínio da agricultura devido à ataque de pragas ao algodão, queda de preços do milho e feijão, atividade volta a ser de subsistência.
Pesca de subsistência, em rios intermitentes de espécies nativas.	Fortalecimento da pesca (espécies nativas e aclimatadas) com maior aparato tecnológico e monitoramento por parte de órgão gestores.	Pesca estagnada, apesar dos benefícios concedidos pelo Ministério de Trabalho, o pescador precisa exercer outras atividades complementares a cadeia produtiva.

Foram encontradas duas zonas homogêneas (figura 01). A região onde está localizada a os pescadores ligados somente a cadeia produtiva da pesca é a Zona 1, que compreende a área mais urbanizada. Os pescadores mantêm relações do tipo familiar e capitalista. Neste caso o sistema de produção pesqueira está organizado em subsistemas de que se diferenciam pelo acesso à mão-de-obra, à tecnologia e pelo nível de capitalização. Basicamente foram encontrados quatro subsistemas:

Subsistema de pesca de subsistência – pescadores familiares que vivem exclusivamente da pesca e em períodos de safra ruim procuram ocupar-se de trabalhos temporários. Observou-se ainda que os participantes deste grupo são em geral descapitalizados.

Subsistema de pesca associado ao beneficiamento – pescadores familiares que vivem pouco da pesa e dedicam-se durante maior parte do tempo ao beneficiamento, processamento e

comercialização do pescado. Observou-se que os participantes deste grupo estão em capitalização.

Subsistema de pesca associado à fabricação de embarcações – pescadores familiares que realizam a pesca e dedicam-se em parte do tempo que sobra à fabricação de embarcações. Observou-se que os participantes deste grupo estão em capitalização.

Subsistema de pesca associado à comercialização – pescadores capitalistas ou "semi-atravessadores" que raramente pescam, pois dedicam maior parte do tempo em comercializar o produto de pesca de outros pescadores. Observou-se que uma parcela dos participantes deste grupo que dispõem de mão-de-obra são capitalizados e outra parcela que não dispõe de mão-de-obra é descapitalizada.

Do outro lado do açude, a região da Ilha, denominada Zona 2, é onde existem os pescadores com grande pluriatividade, realizam atividades relacionadas a pesca, agricultura e pecuária. Lá foram identificados apenas pescadores que mantém relações do tipo familiar, organizados em dois subsistemas:

Subsistema de pesca do camarão – pescador-agricultur, com grande disponibilidade de mão-de-obra, além de atividades agrícolas e pecuárias, especializou-se na cadeia produtiva do camarão. Observou-se que os participantes deste grupo são capitalizados.

Subsistema de pesca profissional – pescador-agricultor, por não dispor de grande quantidade de mão-de-obra dedica-se maior parte do tempo à pesca profissional. Observou-se que os participantes deste grupo são capitalizados.

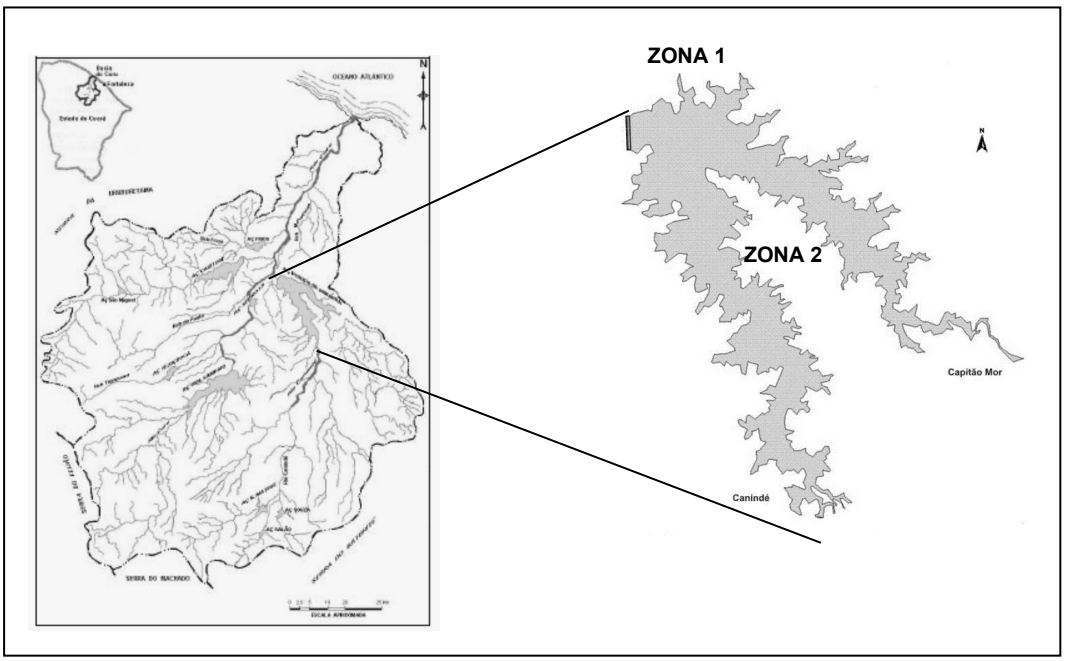


FIGURA 01 – Bacia do Rio Curu e localização das Zonas encontradas no Açude Pereira de Miranda, Pentecoste – CE.

Estes dados nos trazem resultados estremamamente preliminares, porém buscamos acompanhar a trajetória desses agricultores-pescadores que se tornaram pescadores-agricultores da mesma forma como se comporta comunidades assentadas, estudadas por Ferrante (2009), a complexidade também marca a abordagem das dimensões constitutivas do modo de vida destes pescadores artesanais.

Para Dufumier (2007), a análise dos processos históricos através dos quais os pescadores foram levados a praticar diferentes sistemas de produção permite finalmente identificar os critérios mais pertinentes para a elaboração das tipologias das produções pesqueiras. Mais imporntante que descrever, é poder explicar as origens e as razões de existir de cada um dos sistemas de produção pequeira identificados.

CONCLUSÕES

Os pescadores da Zona 2, região da Ilha, possuem grande capacidade de trabalho e de diversificação produtiva podendo assim persistirem na pluriatividade. Este fato deve-se ao acesso a terra e à mão-de-obra que possibilitou a este grupo utilizar-se de várias estratégias de desenvolvimento.

Os pescadores da Zona 1, região urbana, que tem iniciativa suficiente para acreditar na sua atividade capitalista, devem ser mais cuidadosamente analisados e ver sob que condições ets atividade vem sendo realizada para que se possa avaliar os efeitos sobre os demais subsistemas pesqueiros. Este grupo pode observar a existência de um leque de opções nas estratégias de comercialização e não somente as tradicionais alternativas colocadas

Os demais produtores da Zona 1, em capitalização e descapitalizados , mesmo diante das dificuldades impostas pela natureza, pelo acesso a tecnologia adequada e a mão-de-obra devem buscar alternativas que garatam mais estabilidade, como buscar a pluriatividade dentre de suas realidades.

Sendo assim, este trabalho fica ampliada a necessidade de continuação de estudos sobre o tema, já que ele se propôs à busca do entender a evolução da pluriatividade no desenvolvimento da pesca no açude Pereira de Miranda. A partir de estudos mais aprofundados será possível ter mais segurança para traçar linhas de tendências para esta atividade realizada no açude.

BIBLIOGRAFIA

COTRIM, Décio S.; MIGUEL, Lovois A. **Renda da pesca artesanal: análise dos sistemas de produção na pesca em Tramandaí - RS.** 47° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**; *Les projets de developpement agricole*, tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificacíon, monitoreo y evaluación.** San José – Costa Rica. IICA, 2002.

NOVAES, José L. C. **Estudo comparativo da pesca artesanal em dois grandes reservatórios do alto Paraná: Barra Bonita (Rio Tietê) e Jurumirim (Rio Paranapanema).** Tese (doutorado) – Instituto de Biociências de Botucatu, Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (2008).

RODRIGUEZ, José M. M.; SILVA, Edson V. e CAVALCANTE, Agostinho P. B. **Geoecologia das paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

VIANNA, Marcelo. **Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro**. Rede de Tecnologia. RJ, 2009.

VIEIRA, Clarissa M. T. **O Peixe Nosso de Cada Dia: A Pesca Artesanal e o Uso de Recurso Pesqueiro no Assentamento São Joaquim/25 de Maio, Madalena/CE.** Fortaleza, 2007. Monografia (Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo). Universidade Federal do Ceará.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDUSTRIA ARTESANAL: investimento em inovação tecnológica no Sudoeste do Paraná.[1]

Rose Mary Helena Quint Silochi[2]

Romilda de Souza Lima

Ivanira Correia de Oliveira

Daniela Ragazzon[3]

Cristiane Abraão Pelusso

Célio Lucas Rodrigues Panazzolo

Letícia Favero

Michelle Alves dos Santos

Grupo de Trabalho: 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

Resumo: Neste estudo são apresentadas as ações desenvolvidas e os resultados obtidos no período de quinze meses do projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas dos Produtos Alimentícios e Agroecológicos da Pequena Agroindústria Familiar. A Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) foi constituída em 2001 com o intuito de suprir as necessidades dos pequenos agricultores em comercializar os seus produtos, porém ao decorrer do tempo apareceram dificuldades para desempenhar tal atividade. Diante dos problemas encontrados surgiu a demanda do projeto, visando melhorar as tecnologias já existentes e sugerir novas na área de pós-colheita, comercialização e processamento de produtos alimentícios, entre outras atividades de capacitação dos produtores e o centro de comercialização tornando-o rentável para seus associados. Utilizou-se para o levantamento de dados, investigação exploratória por meio da aplicação de questionários, observação, pesquisas bibliográficas e documentais, tais métodos possibilitaram diagnosticar as situações interna e externa da

[1] Projeto de Extensão Tecnológica Empresarial em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnológica e Ensino Superior (SETI). E-mail: projeto.itec@hotmail.com

[2] Coordenadoras do Projeto de Extensão Tecnológica Empresarial e docentes orientadoras da UNIOESTE. Membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Segurança Alimentar – GEPSA, Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural – DERU e Grupo Multidisciplinar de Estudos Organizacionais, respectivamente.

[3] Bolsistas do Projeto. Recém Graduados e graduandos, respectivamente.

cooperativa. Também foram realizadas atividades que consistiram na elaboração do manual de Boas Práticas de Fabricação (BPF), plano de marketing, *layout*, treinamentos aos produtores associados.

Palavras-chave: Tecnologia. Gestão. Agroindústria Artesanal.

INTRODUÇÃO

O sistema de cooperativismo surge da necessidade da viabilização de custos de insumos e conhecimentos de novas tecnologias de produção e comercialização. Foi com esse intuito que as cooperativas de agricultura familiar já existente no Sudoeste do Paraná optaram por consolidar essa união, a qual resultou no Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integrada que segundo Ferraz *et al* (2008), teve início entre 2003 e 2004. Atualmente esse sistema é formado por 17 cooperativas, envolvendo aproximadamente 2.000 associados.

Em Francisco Beltrão. a Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), anteriormente denominada Cooperativa de Profissionalização Artesanal da Agricultura Familiar (COPAAFI), teve suas atividades iniciadas no município de Francisco Beltrão, no ano de 2001.

Diante das dificuldades que os associados, produtores rurais encontravam em comercializar sua produção, em 2008, foi inaugurado, sem o planejamento necessário, um centro de comercialização. De forma desestruturada e sem a organização esperada dos próprios cooperados, a cooperativa encontrou problemas de gestão, desde a produção primária, do processamento dos produtos alimentícios até as etapas de comercialização, bem como dificuldades administrativas e financeiras que resultaram na limitação das atividades do referido espaço de comercialização.

A direção da COOPAFI, juntamente com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar (UNICAFES), tiveram a iniciativa de procurar a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) para parceria em um projeto de extensão com subsídios da Fundação Araucária, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnológica e Ensino Superior

(SETI), para contribuir com conhecimentos técnico-científicos e de inovação, a fim de sanar suas deficiências nas áreas de gestão e controle de qualidade do local em questão.

Em dezembro de 2008, forma-se uma equipe multidisciplinar, composta por docentes, acadêmicos e profissionais dos cursos de Administração e Economia Doméstica, para a condução do projeto intitulado "Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas de Produtos Alimentícios e Agroecológicos da Pequena Agroindústria Familiar".

O projeto é de extrema importância sócio-econômica, pois atua junto a pequenos produtores e a COOPAFI, oportunizando conhecimento e possibilidade de implantação de novas tecnologias de produção, com ênfase na pós-colheita de frutas e hortaliças, processamento agroindustrial, gestão e comercialização, buscando assim a diversificação de renda. Para tanto, o objetivo foi contribuir para a melhoria das tecnologias existentes e propor alternativas de novas tecnologias de pós-colheita, comercialização e processamento de produtos alimentícios, de modo a permitir o desenvolvimento e competitividade referente aos desafios de novos mercados. Buscou se aprimorar técnicas já utilizadas, como também introduzir novas possibilidades de controle de qualidade na pós-colheita de frutas e hortaliças em toda a cadeia, incluindo Boas Práticas Agrícolas (BPA).

Neste contexto, foi possível detectar limites operacionais e gerenciais das pequenas agroindústrias familiares, principalmente no processamento e comercialização de produtos alimentícios.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o levantamento e tratamento das informações apresentadas foi a seguinte: i) Investigação exploratória por meio da aplicação de questionários junto à Direção Administrativa da COOPAFI, consumidores e associados, de caráter quantitativo e qualitativo; ii) Observação, pesquisas bibliográficas e documentais para levantamentos de informações da cooperativa e seus consumidores; iii) Participação em seminários com os produtores (associados da COOPAFI). Tais metodologias contribuíram para o desenvolvimento das atividades no decorrer do projeto. Atividades essas que envolveram a aplicação de tecnologias, como Manual de Boas Práticas de Fabricação (BPF), plano de marketing, rotulagem

geral e nutricional para os produtos alimentícios, treinamentos e capacitação de produtores, entre outros.

A população atendida pelo projeto até o momento foi de aproximadamente 150 pessoas, totalizando 30 famílias que compõem a cooperativa de comercialização.

DISCUSSÃO E RESULTADO

Os resultados do projeto contribuíram para agregar conhecimento e possibilitar o uso de novas tecnologias de gestão, desde a pós-colheita, desconhecidas por parte dos produtores, até as etapas de comercialização. Essas tecnologias foram repassadas no sentido de facilitar as atividades agroindustriais, aumentar a competitividade de agricultores familiares, adequando-os às normas vigentes na área de alimentos. Além disso, contribuiu para ampliar os conhecimentos dos profissionais recém-formados e acadêmicos, participantes como bolsistas do projeto, sobre cooperativismo, agricultura familiar, comercialização, gestão administrativa, controle de qualidade e demais áreas, possibilitando formação profissional dos membros do projeto.

Inicialmente as atividades do projeto consistiram em diagnosticar o perfil e a preferência dos consumidores do Centro de Comercialização da COOPAFI, assim como conhecer e entender a forma de gestão administrativa da cooperativa e das agroindústrias familiares a ela associadas.

Em seguida foi realizado um estudo para melhor adequação do espaço físico, construindo *Layout* apropriado à comercialização de alimentos e produtos alimentícios da COOPAFI, de forma a aumentar sua vida de prateleira e ofertar ao consumidor produtos de qualidade sob os aspectos físicos, químicos e biológicos. Priorizou-se estudo sobre a importância da qualidade sensorial dos alimentos e produtos alimentícios. Neste sentido, foram também confeccionadas aproximadamente 100 informações nutricionais para produtos alimentícios provenientes da agroindústria artesanal que são distribuídos para comercialização na região sudoeste do Paraná.

As visitas de diagnóstico da realidade dos cooperados possibilitaram relatórios técnicos detalhados sobre as características sócio-econômicas e tecnológicas das propriedades e agroindústrias familiares. A pesquisa abrangeu 18 agroindústrias familiares e 12 produtores rurais associados à cooperativa.

Segundo Ruiz *et al* (2003), a agroindústria familiar se constitui a partir de motivações de natureza econômica e social, onde a principal motivação é de ordem econômica, via transformação artesanal dos excedentes da produção. Dentre as motivações sociais mais relevantes destacam-se a fixação do produtor na propriedade rural e a manutenção da integridade familiar, via envolvimento de todos na produção, inclusive das mulheres da família.

Constatou-se que na COOPAFI e também em feiras de pequenos produtores são comercializados diversos tipos de produtos, como frutas e hortaliças, laticínios e derivados, panificação, embutidos, vinhos, compotas e geléias de frutas, congelados, artesanatos, entre outros. Os produtos de panificação são produzidos em sua maioria pelas mulheres associadas à cooperativa, elas desempenham um papel importante, pois os produtos de panificação têm alta demanda por serem oriundos da agricultura familiar.

No intuito de contribuir para a verticalização da comercialização foram planejadas ações que viabilizaram a elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação (BPF), a fim melhorar a qualidade higiênico-sanitária do espaço de comercialização dos produtos alimentícios e alimentos *in natura*.

Foi constatada baixa demanda de consumo pelos produtos comercializados pela COOPAFI. Em reuniões e visitas de incentivo à comercialização na cooperativa, realizadas durante as atividades do projeto, verificou-se que o associado não entende a COOPAFI como seu espaço de comercialização.

Elaborou-se um plano de *marketing* que aponta estratégias de ações a serem desenvolvidas no curto e médio prazo, as quais implementadas irão melhorar a comercialização e, conseqüentemente a saúde financeira da cooperativa e seus associados. Segundo Las Casas (2006), os objetivos, metas e estratégias de *marketing* têm o intuito de conhecer o mercado, no qual a empresa está inserida, seu público-alvo, seus concorrentes e, principalmente conhecer o seu espaço, para em seguida traçar estratégias de ação de curto, médio e longo prazo. Além disso, algumas ferramentas de gestão foram utilizadas, como classificação ABC[4] na comercialização de produtos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, previsão de vendas e de caixa.

[4] Técnica de controle de estoque utilizada na gestão financeira para análise e avaliação de consumo de produtos, cuja finalidade é definir políticas de vendas.

Juntamente com os treinamentos nas áreas de "Pós Colheita de Frutas e Hortaliças" e "Planejamento e Administração Rural" ofertado aos associados da COOPAFI, foi realizado uma feira no espaço físico da UNIOESTE, objetivando divulgar os produtos oriundos da agricultura familiar e a marca da cooperativa.

Como forma de escoar a produção, a COOPAFI faz a intermediação entre agricultores e governo federal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Fome Zero. Nesse processo, o projeto de extensão teve participação efetiva no planejamento e elaboração de documentos necessários à inclusão dos pequenos agricultores no programa.

Para o desenvolvimento das atividades relatadas anteriormente, foi necessário a capacitação dos bolsistas do projeto em planejamento, aplicação e construção de diagnóstico econômico-social, Rotulagem Geral e Nutricional de Alimentos, gestão, elaboração de relatórios de campo, confecção de *Layouts* para organização de espaço físico de comercialização, Controle de Qualidade e Produção Segura de Alimentos pelos métodos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Boas Práticas Agrícolas (BPA).

Foram também realizados eventos como o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro de 2009) sob o tema "Alcançar a Segurança Alimentar em época de crise", com o intuito de incentivar o consumo de produtos oriundos da Agricultura Familiar Regional, motivando cooperados e também consumidores. Este evento foi divulgado nos meios de comunicação rádio e televisão do município de Francisco Beltrão e via *on-line* em: <http:// www.youtube.com/watch?v= oZnFGgMu17I&fé ature = player _embedded>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa e seus associados necessitam de apoio à sua sustentabilidade tecnológica e sócio-econômica. Há necessidade de priorizar planejamento, ações, programas e projetos, com ênfase na qualidade dos produtos, orientação e capacitação dos produtores/processadores de alimentos, planos de negócio, traçados em toda a cadeia alimentar, desde a produção primária à comercialização, rotulagem dos produtos embalados, *marketing e* divulgação da marca COOPAFI, visando ampliar a visão de negócio na agricultura familiar artesanal. Outro aspecto relevante é o apoio à capacitação gerencial com o objetivo de solucionar problemas relacionados a questões econômico-financeiras, logística, custos e comercialização.

A participação das instituições de ensino superior em parceria com órgãos públicos é fundamental, pois possibilita a pesquisa aplicada, capacitação tecnológica para melhorar a qualidade de produtos, bem como oferecer assessoria e consultoria econômico-financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRAZ, O. G., BRANDÃO, S., PASE, H. L. **SOBER. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/423.pdf>. Acesso em: 31 de mar. de 2010.

LAS CASAS, A. L. ***Marketing*** **de serviços**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

RUIZ, M. S.; VENTURINI, V.; CAMBERLIN, W.; LYRA, J. R. M; UCHOA, P. P. M.; **Agroindustria Familiar de Londrina – PR.** Londrina. Disponível em:< www.fisica.uel.br/SBPC_LD/agroind.htm>, em 04 de abril de 2010.

AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SEMENTES CRIOULAS: A PREMISSA DE UMA REDE REGIONAL

Thiago Roberto Zibetti Gonçalves[1]

Ana Maria de Carvalho[2]

Daniela da Rocha Herrmann[3]

Wilson João Zonin[4]

[1]Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - E-mail: thiagorzg@gmail.com

[2]Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Projeto Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia – Programa Universidade Sem Fronteiras, Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná - E-mail: imagemmcr@gmail.com

[3]Projeto Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia – Programa Universidade Sem Fronteiras, Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná - E-mail: daniherrmann85@yahoo.com.br

[4]Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - E-mail: wzonin@yahoo.com.br

GT 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

A agricultura familiar brasileira, apesar de ser responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos no país, é um setor sócio-econômico em risco. Dada a falta de reconhecimento, incentivos e políticas públicas somada ao intenso desenvolvimento de sistemas agroalimentares industriais que homogenizam o mercado e a paisagem rural, a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos agrícolas está comprometida.

De acordo com estudos ainda não publicados realizado pelos mesmos autores do presente trabalho, no Oeste paranaense constata-se um êxodo rural marcante, em partes responsável pelo crescimento da população urbana em cerca de 21% entre os anos 1991 e 2000. Neste mesmo período, mais de setenta mil pessoas trocaram o ambiente rural pelas cidades da região.

Em contrapartida, a mesma região Oeste do Paraná pode ser considerada um celeiro de experiências agroecológicas, tendo raízes nas organizações dos agricultores familiares e entidades de apoio. Entre as mais atuantes pode-se citar o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, com quinze anos de atuação em Marechal Cândido Rondon e região; o Fórum Oeste de Entidades da Agricultura Familiar, que agrega atores e experiências agroecológicas há vinte anos; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e a Via Campesina, através de iniciativas de alguns assentamentos e das jornadas de agroecologia nos últimos oito anos; a Rede Ecovida de Agroecologia; o Programa Cultivando Água Boa financiado por Itaipu Binacional, nos últimos cinco anos; a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, a EMATER-Pr e o IAPAR, nos últimos oito anos; e mais recentemente a BIOLABORE, cooperativa de profissionais que presta serviços para a Itaipu Binacional e aquelas Prefeituras Municipais envolvidas nos projetos de desenvolvimento da agricultura ecológica.

Assim, a transição agroecológica no Oeste do Paraná está em curso, com diversas limitações e potencialidades evidentes. Dentre as demandas apontadas pelas organizações de agricultores da região, destacam-se um programa de apoio à produção e certificação de sementes crioulas, uma maior unidade de ação e intercâmbio entre as diversas instituições e organizações que atuam na agroecologia, além da necessidade de realização de atividades e eventos educativos, redesenho de mercados, certificações públicas e participativas (Zonin et al., 2009).

Já não restam dúvidas de que a agricultura familiar, além de gerar mais postos de trabalho do que a agricultura convencional é o setor propício para o desenvolvimento de uma agricultura mais diversificada, conduzida sobre bases ecológicas de manejo, fato que carrega possibilidades reais de reestruturação dos modelos de desenvolvimento rural. Também não se questionam os impactos positivos acarretados aos solos e demais recursos naturais pelas práticas de manejo agroecológico. Porém, todo esse modelo diferenciado e alternativo de se fazer agricultura carece de reconhecimento e apoio popular e institucional para que possa realmente florescer em escalas maiores e gerar os frutos a que se propõe, inclusive financeiramente, uma vez que não há sustentabilidade real sem viabilidade econômica. É nesta perspectiva que se constroem as redes de apoio à agricultura familiar ecológica.

Diante do contexto regional e através da iniciativa de um grupo de atores ligados à UNIOESTE e entidades de assistência à pequenos agricultores, surgiu o projeto de extensão universitária Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia, financiado pelo programa Universidade sem Fronteiras da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

do Paraná – SETI. O ambicioso objetivo de estruturar uma rede em vasto território – 50 municípios e envolver a pluralidade de atores e processos existentes nesta região acabou por propiciar uma diversidade de experiências (ainda em andamento) que envolvem desde aspectos agronômicos e ecológicos até sócio-econômicos e organizativos, nos âmbitos de capacitação agroecológica, validação técnica de sementes crioulas, formação de associações de agricultores, grupos de consumidores e criação de feiras para comercialização direta. Ao mesmo tempo, surgiram e surgem situações problemáticas a serem avaliadas e solucionadas, principalmente na medida em que a rede vai se assumindo enquanto processo coletivo autogestionado, o que obviamente demanda maiores esforços participativos e auto-organizativos.

O presente trabalho pode ser considerado uma breve auto-análise da pretensa Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia, cujas percepções podem enriquecer o debate sobre a formação de redes de cooperação e outras estratégias de desenvolvimento rural, além de tocarem em pontos específicos relacionados ao resgate de sementes crioulas, organização de atores e transmissão de conhecimentos agroecológicos. Há de se perceber que o projeto de extensão universitária em questão possui seus próprios objetivos e metodologias de trabalho no intuito de organizar e impulsionar a Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia, assumindo também o caráter de uma pequena rede dentro desta pretensa rede maior. Esta distinção entre o projeto de rede e a Rede propriamente dita são importantes para a plena compreensão deste processo construtivo.

Mudar o panorama da agricultura regional, incentivando basicamente a diversificação produtiva nas propriedades, o conhecimento e emprego de técnicas agroecológicas, o resgate e a manutenção de sementes crioulas e a organização coletiva dos agricultores é o desafio dos extensionistas, técnicos e educadores vinculados a este conjunto de indivíduos e entidades que assumem a responsabilidade de pensar e construir outro desenvolvimento rural que não aquele pautado nas monocultoras de exportação, comprometedor da segurança e soberania alimentares de toda uma região e um povo.

No entanto, regionalmente a visibilidade e a própria auto-consciência desta "rede difusa" careciam e ainda carecem de sistematização e impulso, a fim de fortalecer a coletividade e consequentemente suas iniciativas, tornando mais eficientes os trabalhos técnicos e mais estruturadas as articulações políticas de desenvolvimento da agricultura familiar ecológica no Oeste do Paraná. Eis que o já citado projeto de extensão universitária de formação da Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia carrega em seus objetivos básicos justamente essa preocupação de impulsionar o auto-reconhecimento da rede e

estabelecer ações e vínculos que permaneçam ativos após a conclusão dos prazos oficiais de atuação perante a agencia financiadora. Ou seja, objetiva formalizar a rede perante seus próprios participantes e estimular sistemas de comunicação, organização e atuação que sejam autogestionados.

Oficialmente, o projeto iniciou seus trabalhos no mês de abril de 2009 com um quadro de três bolsistas recém-formados nas áreas de agronomia, ciências-biológicas e administração rural e mais bolsistas acadêmicos dos cursos de agronomia, contabilidade, administração, direito, zootecnia e geografia, formando uma equipe bastante heterogênea e ampliando o caráter interdisciplinar das propostas.

Especificamente, existem metas pontuais como: organizar banco de dados através de realização de diagnósticos e registros sobre agricultores familiares ecológicos, localização e diversidade de sementes crioulas e processos de transição agroecológica; colaborar na organização de eventos da agricultura familiar e agroecologia regionais; organizar dias-de-campo, oficinas e palestras para difusão de conhecimentos técnicos e educativos; promover a capacitação de agricultores em associativismo, cooperativismo e autogestão; avançar processos de certificação técnica de produção e produtividade de sementes crioulas; e iniciar coleta e armazenamento de amostras de variedades crioulas para formação de banco de sementes.

Em se tratando dos métodos de atuação da equipe diretamente vinculada à UNIOESTE, na prática, estruturou-se uma agenda de trabalhos diversificada, com atividades concentradas em alguns pontos da região, de acordo com a localização dos bolsistas e parceiros do programa. Tomou-se por base de atuação o município de Marechal Cândido Rondon e a estrutura do Laboratório de Extensão Rural da UNIOESTE, organizando informações e banco de dados e armazenando amostras de sementes crioulas coletadas. Um ponto de atuação foi estabelecido na região de Guaraniaçu, Ibema e Diamante do sul, com grupos de agricultores dispostos a implantar áreas experimentais de cultivos de milho crioulo e iniciar capacitação em associativismo. Outro ponto formou-se na região de Cascavel com capacitação em associativismo, criação de uma feira da agricultura ecológica nas dependências da UNIOESTE e outros trabalhos de âmbito informativo em conjunto com grupos de consumidores de produtos orgânicos. De certa forma, entre esses pontos existem fluxos de comunicação e atuações conjuntas através do deslocamento de seus interlocutores, no entanto, percebeu-se desde cedo a existência de dificuldades organizacionais e burocráticas envolvendo questões como canais de comunicação direta e frequente e transporte de extensionistas de um ponto a outro.

Outros focos de experiências vinculadas ao projeto estão situados em Guaíra, Diamante do Oeste e Matelândia, havendo um menor grau de interação entre estes e aqueles pontos anteriormente citados, fato este também relacionado à carência de um sistema eficiente de comunicação.

Diante do que está sendo exposto, vai ficando evidente a complexidade e a riqueza das intenções deste projeto que, buscando atender às demandas dos agricultores familiares de uma forma sistêmica, possibilitou o vislumbramento de quatro pilares interdependentes que sustentam as propostas de formação da Rede: ciência agroecológica pautando as práticas de manejo agrícola; utilização e domínio de sementes crioulas; conhecimento e efetivação do associativismo e cooperativismo; e redesenho e criação de mercados.

Um ponto relevante nas propostas do projeto da Rede Oeste é o foco na soberania agroalimentar através da preservação e ampla utilização de sementes crioulas. Trata-se de uma ferramenta que gera autonomia ao mesmo tempo em que recupera toda uma diversidade genética e alimentar seriamente ameaçadas por transgenias e a homogenização agrícola das monoculturas convencionais. Manter e cuidar da diversidade de sementes e cultivos é manter a diversidade de alimentos e a soberania nutricional dos povos. É manter a diversidade cultural e respeitar os milhares de anos de evolução da agricultura e o trabalho dos agricultores ancestrais e tradicionais. Essa linguagem e linha de pensamento podem soar demasiado românticas no contexto da agricultura modernizada, mas isto é apenas mais um dos efeitos colaterais das monoculturas mentais que este sistema hegemônico implica, tanto no meio técnico-acadêmico quanto entre os próprios agricultores.

É verdade que sem uma resistência organizada politicamente é bastante complicada a luta contra a utilização de sementes transgênicas que desrespeita os princípios de precaução. São fatos também a falta de informações sobre a produtividade e outras características de sementes crioulas e a existência de empecilhos burocráticos que freiam sua utilização generalizada, como a necessidade de registro de variedades para obtenção de seguro agrícola. Diante disso, estão em andamento em propriedades de agricultores parceiros do projeto experimentos para validar tecnicamente a produção de alguns milhos crioulos, sem dados suficientes para expor neste momento.

O que se pode afirmar é que existe sim uma grande diversidade de sementes crioulas mantidas in locu entre agricultores da região, sendo que segundo os registro do projeto, praticamente todos os produtores cadastrados possuem ao menos um tipo sob seus cuidados. As variedades coletadas como amostra passam de setenta. Apenas de milho crioulo são vinte-e-uma e de feijão somam onze. Através de mapeamento das localizações de agricultores

“guardiões de sementes”, inicia-se agora um trabalho de apoio à reprodução de variedades para distribuição, troca ou mesmo comercialização das mesmas, afim de que se preserve a diversidade agrogenética regional. Além disso, já existe um subprojeto vincula à rede destinado à captar recursos e organizar a implementação de um banco de germoplasma para intensificar à proteção destas variedades crioulas.

Em relação à difusão de conhecimentos agroecológicos entre comunidades rurais e mesmo dentro das universidades, o projeto assumiu como método básico a apresentação de oficinas e palestras introdutórias com objetivo de aproximar o público alvo da temática de uma forma científica porém de fácil assimilação, lançando mão de técnicas didáticas e recursos áudio-visuais. Os resultados até o momento foram excelentes no tocante ao interesse dos participantes e à qualidade das discussões desenvolvidas. Naturalmente frisando a interdisciplinariedade, as apresentações abordam princípios básicos de ecologia que contextualizam o conceito de “agroecologia”, perpassando por recapitulações histórico-políticas que foram e são determinantes para as construções ideológicas sobre a agricultura e o mundo rural. Por fim, após demostração de possíveis benefícios e danos causados pela agricultura industrial moderna, emergem as propostas práticas da agricultura sustentável que já podem ser encontradas em diversos pontos do Brasil e do mundo, ainda que de forma isolada.

Tecnicamente, estas apresentações introdutórias abrem espaço para continuidade de ações em conjunto com comunidades interessadas. Assim, surgem reuniões comunitárias que acabam por evidenciar tendências e intenções de um grupo, facilitando um planejamento de atividades em que este grupo será atuante e experimentador. Em geral, pode-se dizer que os interesses tendem à processos formativos sobre trabalho associativo/cooperativo e práticas de manejo ecológico na agricultura. Essa continuidade passa a ser de responsabilidade compartilhada entre atores do projeto de extensão e a própria comunidade ou grupo rural interessado. Idealiza-se neste ponto, a implementação de cursos de curta duração pré-elaborados e adaptáveis às condições peculiares de cada coletividade envolvida, contando com suporte dos diferentes parceiros da Rede Oeste na organização programática e nas própria “aulas temáticas”, de acordo com suas esferas de atuação.

Avaliando a comunicação entre as entidades parceiras que demonstraram interesse em formar a Rede Oeste, após um ano de trabalhos, foi possível constatar falhas que indicam que a estrutura e o funcionamento daquela mesma “rede difusa” citada no início do trabalho acaba ainda por predominar, do mesmo modo como ainda predomina a coexistência entre as entidades envolvidas sem maiores atuações conjuntas. Isto, parcialmente se deve ao fato de

que as atuações do projeto de extensão priorizaram o florescimento de subprojetos que já estavam em formação mas que também careciam de impulsos institucionais e/ou técnicos, em detrimento dos esforços pela coesão da pretensa rede. Assim, seus êxitos talvez repousam sobre a difusão da agroecologia no meio acadêmico regional e nas experiências pontuais desenvolvidas naqueles polos de atuação, como o desenvolvimento da feira semanal de agroecologia em Cascavel, a continuidade das reuniões sobre associativismo nas comunidades da região de Guaraniaçu e o banco de dados em formação na base de Marechal Cândido Rondon. Ou seja, há indícios de que o projeto acabou atuando mais como um ator técnico-educativo dentro do contexto agroecológico regional, ainda sem efetivar os impulsos necessários ao auto-reconhecimento da Rede Oeste.

No entanto, "as sementes já estavam lançadas" e todo este processo-aprendizagem com amplos objetivos fornece uma carga importante de temas geradores aos debates e experiências de ensino, pesquisa e extensão universitárias, havendo sem dúvida a possibilidade da continuidade de estruturação da Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia através do apoio em incentivos e sistematizações por parte da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A agroecologia enquanto ciência e movimento social encontra-se agora em estágio de reconhecimento crescente e é certo que as experiências acumuladas por este projeto brevemente avaliado já servem e continuarão servindo como base teórico-prática para diversas outras iniciativas que virão, buscando diagnosticar, interpretar, organizar e dinamizar o desenvolvimento rural sustentável, nesta e noutras regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: De-senvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Editora da UFPR, n. 6, 2002, p. 11-28.

- CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

- GONÇALVES, Thiago R. Z. ; GNOATO, Camila de J. ; MARQUES, Leonardo F. M. . Grupo de Compras Coletivas de Produtos Orgânicos e Ecológicos de Cascavel, Paraná. In: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia / II Congresso Latinoamericano de Agroecologia, 2009, Curitiba. Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia / II Congresso Latinoamericano de Agroecologia, 2009. v. 1. p. 04115-04118.

- ZONIN, Wilson J.; GONÇALVES, Thiago R. Z. ; POZZOLO, Luiz ; HERRMANN, Daniela R. ; ZACHOW, Karine ; LUZ, Maurício S. ; CARVALHO, Ana M. ; SCHOLZ, Fabiano ; RABBERS, Dominik ; IARROCHESKI, Giuliana ; TSUTSUMI, Cláudio Y. ; SILVA, Carlos A. ; CÂMARA, Roberto ; VIEIRA, Marco A. B. . Rede Oeste de Sementes Crioulas e Agroecologia. In: 27º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2009, Santa Maria. Anais do 27º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2009.

- ZONIN, Wilson J. Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR.

AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS DE UMA REGIÃO ESSENCIALMENTE AGRICOLA E SUAS IMPLICAÇÕES.

Jaqueline Mallmann Haas[1]

Pedro Selvino Neumann[2]

[1]Doutoranda em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – E-mail: jaquelinehaas@yahoo.com.br

[2]Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - E-mail: neumannsp@yahoo.com.br

GT 05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

INTRODUÇÃO

A busca por um processo contínuo de desenvolvimento tem sido a "perseguição" de grande parte dos municípios brasileiros. Processo de desenvolvimento que, além do econômico, consiga também dar conta das questões sociais e ambientais. Parte-se assim do princípio que o desenvolvimento de determinado espaço, depende em grande medida, da organização e da pactuação de sua sociedade em torno de objetivos comuns.

No Brasil, as políticas deste tipo, segundo Ortega (2008), começaram a receber atenção nos anos 1980, sob um contexto de crise econômica onde surgiram experiências buscando encontrar respostas autônomas de desenvolvimento para os espaços locais. Agências multilaterais também passaram a induzir aos arranjos socioprodutivos locais, que de maneira autônoma e endógena, deveriam buscar a centelha que detonasse seu processo de desenvolvimento.

Partindo deste contexto, o presente estudo foca a análise na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que também compõe o Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (COREDE – Missões) e mais recentemente, forma o Território Rural Missões. Tendo em vista que a região ainda busca/procura por um processo de desenvolvimento, que contemple a grande maioria de seus municípios, no presente artigo tem-se por objetivo analisar algumas características, a partir dos censos agropecuários de 1996 e 2006, no intuito de verificar se neste espaço de tempo, houveram mudanças significativas na dinâmica e/ou

transformações produtivas na configuração geral dos municípios que compõe o espaço em estudo e suas respectivas implicações.

A região de estudo, conforme figura 01, abrange vinte e cinco municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Eminentemente agrícola e com dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportadora, a região em estudo acumula um histórico de ampla dependência do setor primário, especialmente de cultivos de alto valor comercial, destacando-se a cultura da soja. Tal dependência fez-se repercutir na significativa vulnerabilidade da economia local diante as instabilidades dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas.

FIGURA 01 - Localização da Região Missões/RS

FONTE: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (adaptado), 2008

Frente a um cenário de dependência externa, os municípios integrantes do noroeste gaúcho, passam a arquitetar repostas às crises do modelo em que estavam imersos. Surge um vasto conjunto de estratégias reprodutivas, que refutam a tendência a homogeneização, e passam a ressaltar as peculiaridades, com especial atenção a diversidade produtiva do meio rural. Estratégias que passam a modificar a realidade da região, transformando-a em um espaço heterogêneo, especialmente quanto à matriz produtiva.

O histórico na questão agrícola, fez com que outras demandas ficassem a margem das discussões, em resumo, cada município elegeu uma atividade produtiva prioritária, e trabalhou para que seus agricultores se inserissem e se aperfeiçoassem em tal. Questões de cunho organizativo para compra de insumos e venda da produção raramente foram lembradas, pois o que interessava era a divulgação sobre as melhores variedades a ser adquiridas para plantio e as técnicas adequadas de cultivo.

Também agricultores que não adotariam os cultivos em questão ficaram a margem das discussões, não havendo preocupação em criar alternativas secundárias, ou apoio a atividades diferenciadas. Os jovens do meio rural, que migram massivamente para os grandes centros urbanos todos os anos, mais uma vez não foram lembrados. Esses são alguns dos exemplos mais evidentes que identifica-se, além de infinitos outros.

METODOLOGIA

Para apreciação da realidade da região em estudo alguns dados, referentes aos censos agropecuários de 1996 e 2006, foram compilados e analisados, a partir da Análise de Estatística Multivariada (Análise Fatorial e Análise de Agrupamento), com auxilio do software de estatística "STATISTICA". As técnicas de Análise Fatorial foram utilizadas, em um primeiro momento, de maneira exploratória, em blocos de variáveis com a finalidade de selecionar aquelas com maior poder de diferenciação. Estabelecida a matriz definitiva dos dados, composta por trinta e uma variáveis (tabela 01), realizou-se a Análise de Agrupamento. A Análise de Agrupamento é uma técnica empregada na classificação de observações (ou variáveis) em grupos homogêneos, quando há mais de uma dimensão a ser considerada simultaneamente. Por meio da análise de agrupamentos, os municípios da região foram agrupados conforme o grau de similaridade.

Ressalta-se que os dados referentes os municípios de Mato Queimado, Rolador, Ubiretama e Sete de Setembro, foram inseridos apenas na análise do ano de 2006, devido às recentes emancipações. Também houve a introdução de algumas novas variáveis no censo agropecuário do ano de 2006, caso dos assentados sem titulação definitiva, no item Condição do Produtor.

Tabela 01: Relação das Variáveis Utilizadas no Agrupamento dos Municípios

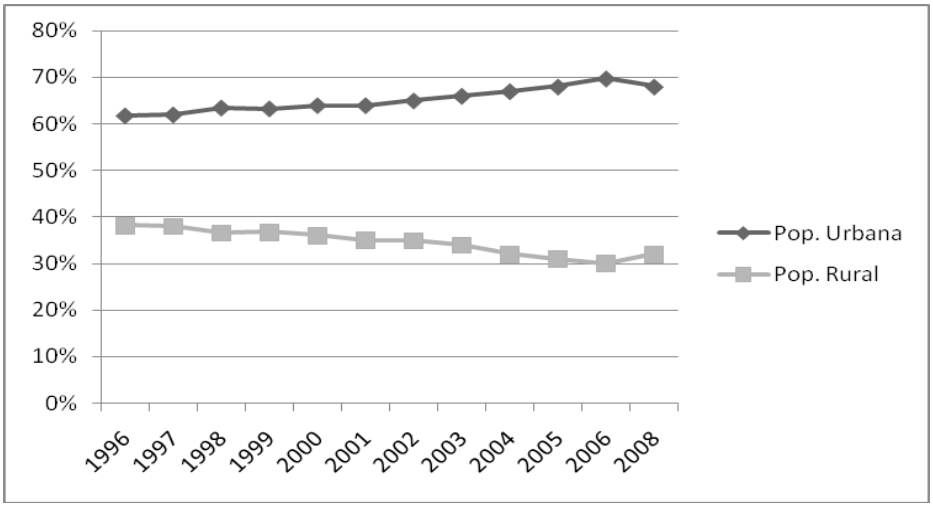
VARIÁVEL	TIPO DE VARIÁVEL	FONTE

Nº de Estabelecimentos	**A** – Nº de estabelecimentos de 0 a 10 há	IBGE 1996 e 2006
	B – Nº de estabelecimentos de 10 a 20 há	IBGE 1996 e 2006
	C – Nº de estabelecimentos de 20 a 50 há	IBGE 1996 e 2006
	D – Nº de estabelecimentos de 50 a 100 há	IBGE 1996 e 2006
	E – Nº de estabelecimentos de 100 a 500 há	IBGE 1996 e 2006
	F – Nº de estabelecimentos de mais de 500 há	IBGE 1996 e 2006
Área dos Estabelecimentos	**G** – Área de estabelecimentos de 0 a 10 há	IBGE 1996 e 2006
	H – Área de estabelecimentos de 10 a 20 há	IBGE 1996 e 2006
	I – Área de estabelecimentos de 20 a 50 há	IBGE 1996 e 2006
	J – Área de estabelecimentos de 50 a 100 há	IBGE 1996 e 2006
	K – Área de estabelecimentos de 100 a 500 há	IBGE 1996 e 2006
	L– Área de estabelecimentos de mais de 500 há	IBGE 1996 e 2006
Atividades Econômicas	**M** – Área ocupada por Lavoura Temporária	IBGE 1996 e 2006
	N - Área ocupada por Horticultura / Fruticultura	IBGE 1996 e 2006
	O - Área ocupada por Lavoura Permanente	IBGE 1996 e 2006
	P - Área ocupada por Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	IBGE 1996 e 2006
	Q - Área ocupada por Pecuária e criação de outros animais	IBGE 1996 e 2006
	R – Área ocupada por Produção florestal - florestas plantadas	IBGE 1996 e 2006
	S - Área ocupada por Produção florestal - florestas nativas	IBGE 1996 e 2006
	T - Área ocupada por Aqüicultura	IBGE 1996 e 2006
Produtos Agrícolas	**U** - Participação do Milho no VAB agropecuário municipal	FEE 1996 e 2006
	V - Participação da cana-de-açúcar no VAB agropecuário municipal	FEE 1996 e 2006
	W - Participação da soja no VAB agropecuário municipal	FEE 1996 e 2006
Produção Animal	**X** – Participação da Pecuária no VAB agropecuário municipal	FEE 1996 e 2006
	Y - Participação do leite no VAB agropecuário municipal	FEE 1996 e 2006
Condição do Produtor	**Z** – Proprietário	IBGE 1996 e 2006
	AA – Assentado sem titulação definitiva	IBGE 2006
	BB – Arrendatário	IBGE 1996 e 2006
	CC- Parceiro	IBGE 1996 e 2006
	DD – Ocupante	IBGE 1996 e 2006
	EE - Produtor sem área	IBGE 1996 e 2006

COMPARANDO REALIDADES: 1996 VERSUS 2006

Possuindo atualmente uma população de aproximadamente 253.407 habitantes (FEE, 2008), correspondendo a 2,36% da população do Estado, a região Missões apresenta, em média, 68% de sua população residente no meio urbano e apenas 32%, residente no meio rural (Figura 02).

Figura 02 – Evolução da população urbana e rural da Região Missões (1996 – 2006)



Fonte: IBGE (2008)

Considerando-se que o espaço de tempo de 10 anos, seja relativamente importante, para o estabelecimento de dinâmicas diferenciadas em regiões essencialmente agrícolas, a seguir apresentam-se duas das simulações realizadas através da Análise de Agrupamento, a fim de identificar transformações da região em estudo.

As simulações representadas nas figuras 03 e 04 levam em consideração todas as variáveis descritas na tabela 01.

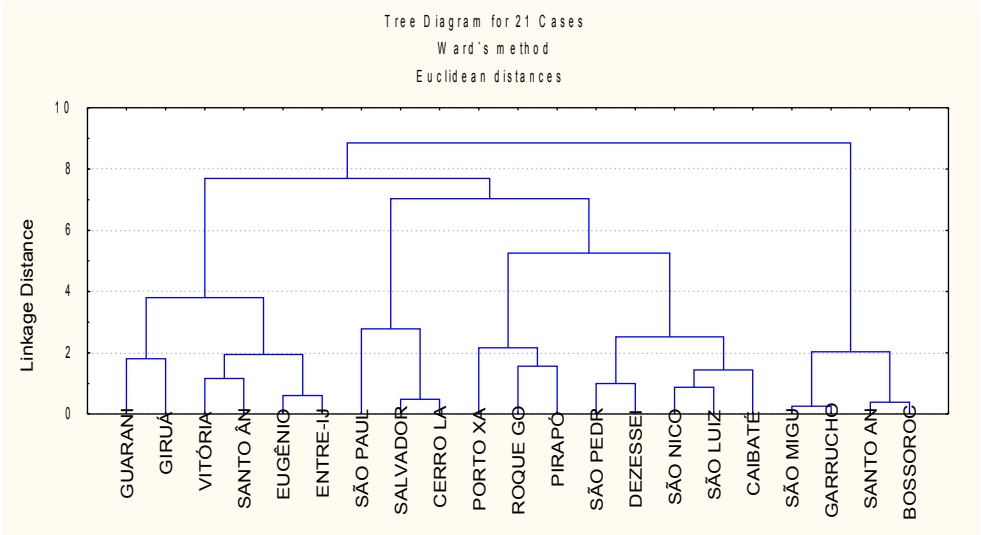


FIGURA 03 - Agrupamento contendo todas as variáveis, referente ao ano de 1996.

Verifica-se que quando da análise das variáveis referentes ao ano de 1996, temos uma diversidade menor de grupos de municípios em relação ao ano de 2006, mostrando assim a existência atual de uma heterogeneidade maior entre os municípios. Tal resultado pode ser justificado por uma tentativa dos municípios de utilizarem-se de estratégias diferenciadas, especialmente no espaço rural, com a adoção de sistemas de produção distintos.

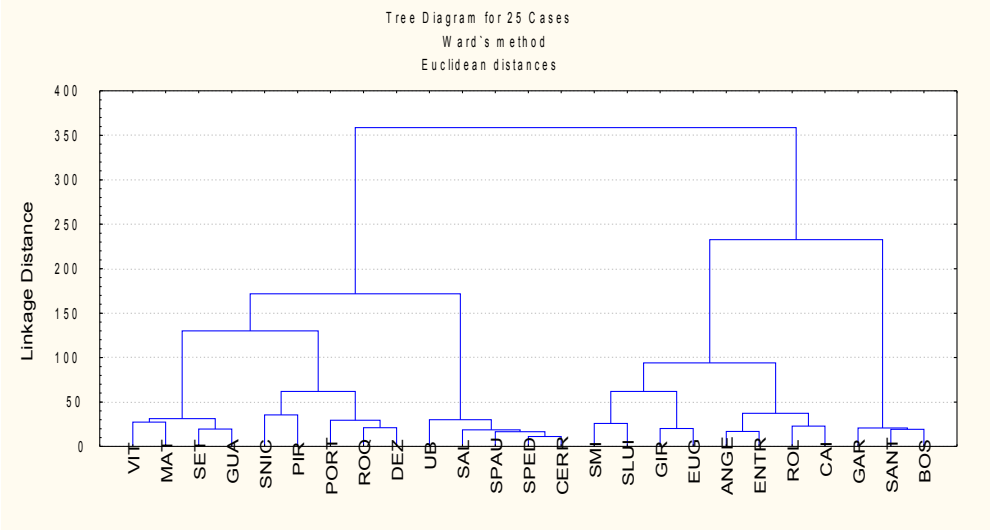


FIGURA 04 - Agrupamento contendo todas as variáveis, referente ao ano de 2006.

Historicamente a região conformava dois grandes sistemas agrários: o de mata e o de campo. Tais sistemas desenvolveram-se e diferenciaram-se ao longo do tempo basicamente a partir da forma de ocupação. Na região de campos havia um predomínio do modo de Sesmarias, e por conseqüência a pratica da pecuária extensiva, ao passo que na região de mata houve a inserção dos agricultores vindos das chamadas Colônias Velhas (Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari), os quais desenvolviam atividades produtivas diversificadas (HAAS, 2008).

Os anos se passaram e mais recentemente percebe-se que o que tem determinado os agrupamentos de municípios homogêneos são os sistemas de produção praticados, normalmente guiados pela área de produção disponível. Destacam-se neste sentido, claramente as culturas de grãos e a atividade leiteira, as quais por sua vez impulsionam diversos outros sistemas de produção.

Para tanto, quando direcionamos a análise, especificamente para as atividades econômicas e produtos agrícolas, tendo em vista que a região é essencialmente agrícola e tem seu histórico mais recente alicerçado nas culturas de grãos, destacam-se claramente dois grupos de municípios, tanto no ano de 1996 como no de 2006, conforme figura 05 e 06. Demonstrando assim, frente a uma diversidade de atividades e produtos a existência de uma especialização produtiva nos vinte e cinco municípios.

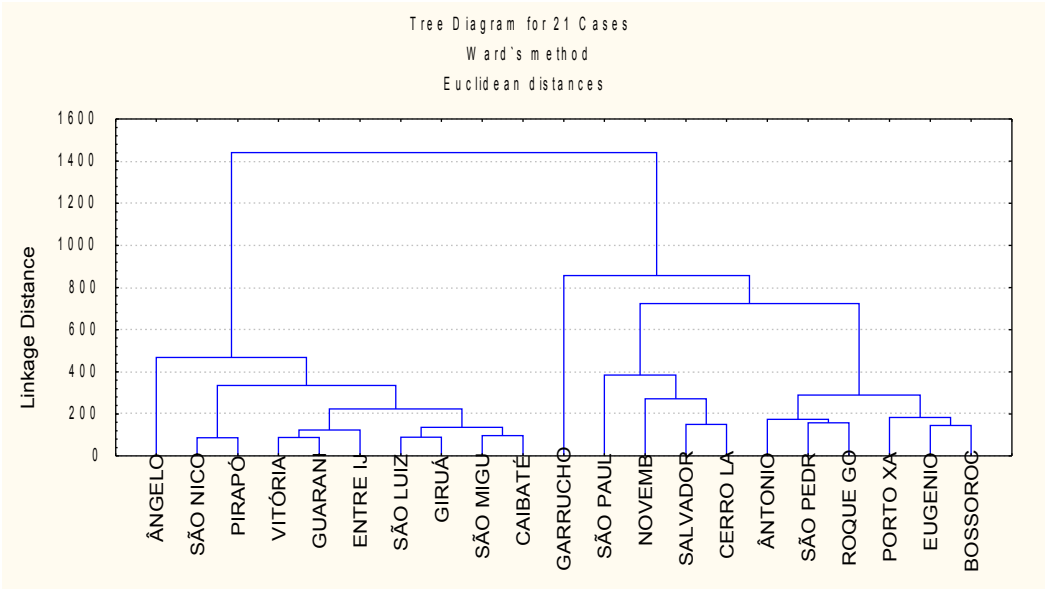


FIGURA 05 - Agrupamento contendo as atividades produtivas, referente ao ano de 1996.

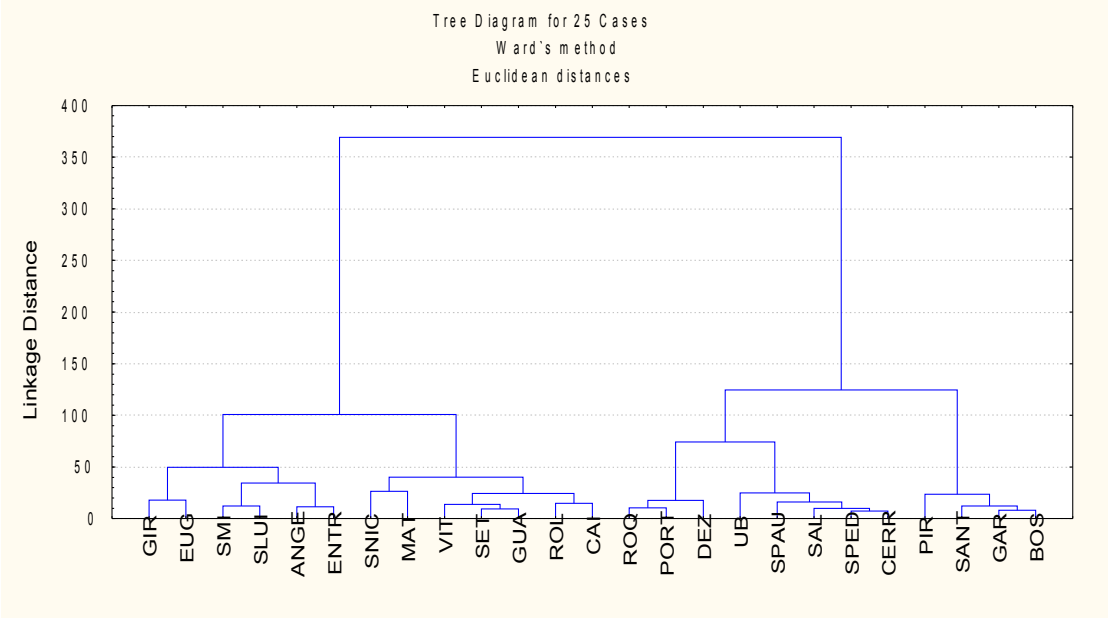


FIGURA 06 - Agrupamento contendo as atividades produtivas, referente ao ano de 2006.

A partir de uma análise mais detalhada aos dados, percebe-se que a divisão esta diretamente relacionada com a área dos estabelecimentos agropecuários, que por sua vez direcionam a matriz produtiva a ser praticada pela unidade de produção. Neste caso, como colocado anteriormente, as atividades que condicionam essa divisão são a produção de grãos, especialmente soja e milho, que requerem áreas maiores para seu cultivo, e a atividade leiteira, desenvolvida em áreas menores.

Atentando em particular para a atividade de grãos, especialmente a soja, a mesma ao longo dos anos tem perdido espaço na região, em questão de área, apesar de ainda ser uma das culturas mais importantes, tanto em área como economicamente. Essa perda de espaço dá-se especialmente nas pequenas propriedades, que não dispõe da tração mecanizada necessária para a realização das atividades, tendo necessidade de contratação de terceiros, o que acaba tornando os custos de produção muito elevados e conseqüentemente a atividade menos rentável. Desta forma as culturas de grãos, na região noroeste do Rio Grande do Sul, apresentam tendência de serem culturas características de médios e grandes estabelecimentos agropecuários.

Quanto à atividade da pecuária leiteira, a mesma exerce importância significativa na região, pois é a grande responsável pela manutenção dos pequenos estabelecimentos agropecuários. A importância da atividade esta relacionada ainda, as variadas possibilidades de estrutura, ou seja, é possível desenvolver a atividade em nível de especialização ou também, é possível desenvolver a atividade com poucas estruturas, em pequenas áreas de terra.

A título de ilustração selecionou-se os municípios onde a soja e o leite exercem a maior participação no VAB (Valor Agregado Bruto) agropecuário, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2010). Os municípios são Eugenio de Castro (soja) e Ubiretama (leite), com respectivamente 73% e 37% de participação de cada atividade nos VABs agropecuários municipais. Se realizarmos uma simples divisão dos valores do VAB agropecuário do ano de 2006 pela área dos municípios (em Km²), os resultados mostram que no município onde a soja exerce grande importância, Eugenio de Castro, temos um VAB agropecuário por Km² de 41,18(R$ mil). Já em Ubiretama, município com grande predomínio da produção leiteira, o VAB agropecuário por Km² eleva-se para 76,41(R$ mil). Com esse resultado é possível verificar que um município, no caso Ubiretama, com a produção leiteira, praticamente agrega o dobro de valor por unidade de área em relação ao município de Eugenio de Castro. Ressalta-se que se retirada à área de mata do calculado, dos respectivos municípios, provavelmente teremos uma eficiência ainda maior. O calculo realizado também

nos aponta e reforça para a grande diferenciação, possível de ser estabelecida através da matriz produtiva adotada nos municípios.

Com a identificação de tendência à especialização, fundamentalmente nas atividades de grãos e pecuária leiteira, remetemo-nos a considerar uma elevação de produção e conseqüentemente uma economia mais dinamizada. Porém segundo Silva Neto e Basso:

> O aumento da produção e da produtividade na agricultura de um determinado território nem sempre resulta na ampliação da renda e na melhoria das condições de vida da sua população como um todo. Para que o aumento da produção e os ganhos de produtividade da agropecuária possam repercutir favoravelmente sobre a economia e o desenvolvimento de uma região é imprescindível que estes sejam compatíveis com a manutenção de uma população relativamente elevada no campo, o que pressupõe produções com valor agregado suficientemente elevado e com uma distribuição equitativa da renda (2005, p.55-56).

Através da colocação dos autores, especialmente a remetida sobre produções de alto valor agregado, percebe-se que as atividades de grãos e pecuária leiteira, no contexto atual da região noroeste do Rio Grande do Sul, muito pouco agregam de valor a produção. Além de o produtor, inserido nessas atividades, ser bastante dependente de terceiros, tendo pouca autonomia frente a seu modo de produção.

Frente a essa tendência de matriz produtiva especializada, fica também a tendência de, a economia da região noroeste do Estado, passar a ser extremamente frágil, dependente e suscetível a crises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As figuras apresentadas ao longo do texto apontam para a existência de significativas mudanças nos grupamentos de municípios com características semelhantes, apontando assim para uma maior heterogeneidade de grupos, quando de uma análise generalizada das trinta e uma variáveis, referentes aos anos de 1996 e 2006. Tal característica, possivelmente, seja em função de um processo natural de mudanças ocorridas em busca de um processo de

desenvolvimento. Desenvolvimento esse que parece ser perseguido individualmente por cada município e não coletivamente como pregam as políticas públicas.

Já quando da análise mais especifica sobre a matriz produtiva, percebe-se a consolidação de dois distintos grupos de municípios ao longo dos 10 anos em estudo. Divisão esta estabelecida fundamentalmente pela produção de grãos e atividade leiteira, que por sua vez são fruto, em grande parte, da área dos estabelecimentos agropecuários. Tal divisão evidencia-se também pelos tipos de estabelecimentos, pois, onde há produção de grãos existe um predomínio de estabelecimentos de cunho patronal, com contratação de mão-de-obra, já nos municípios com predomínio da produção leiteira os tipos de estabelecimentos são predominantemente familiares.

Em suma, a direção apontada para a especialização produtiva, que a região noroeste do Rio Grande do Sul paulatinamente assume, talvez não seja a melhor estratégia, que leve a um processo de desenvolvimento continuo, uma vez que esse processo é totalmente dependente de agentes externos, não permitindo assim que a região seja detentora de seus rumos. No entanto, é necessário lembrar também que este espaço situa-se longe dos grandes centros consumidores, e acumula um histórico de dependência agrícola, vinculado por muitos anos a produção de grãos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA NETO, Benedito e BASSO, David,. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. In: **Revista Desenvolvimento em Questão**. Ijui: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ano 3, nº 5, p 53-72, 2005b.

ORTEGA, Antonio César,.**Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Editora Alínea, Campinas, SP; Uberlandia, MG: Edufu, 2008.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística - FEE. FEE Dados. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acessado em 2009/2010.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **As Diferenciações Transformações Sócio-Territoriais no Espaço Agrário das Missões/RS.** 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

INTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Banco de Dados Agregados. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acessado 2009/2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005. Disponível em: www.scp.rs.gov.br/atlas. Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

Associativismo como formalização da ocupação irregular e de alcance de novas fronteiras da agricultura do Sul na Amazônia

RAIMUNDA N. MONTEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ; Doutora
Monteiro.raimunda@gmail.com

GT 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural.

Objeto de reflexão

A tensão da economia rural moderna com as necessidades de expansão de espaços produtivos, confrontando modelos e sistemas de produção, assim como os projetos de uso agropecuário ou florestal e os atores – agricultores familiares, produtores de grãos médios e grandes e populações tradicionais.

Situação empírica (quando concernente à proposta do paper) em que foi realizada a pesquisa ou a prática profissional (apresentada sob a forma de relatório reflexivo da experiência): local e período de trabalho de campo, base institucional a partir do qual ocorreu tal tipo de exercício.

Este trabalho desenvolvido por ocasião dos estudos de campo para o ZEE (zoneamento Econômico e Ecológico da BR-163), coordenado pela Embrapa e com participação do Museu Goeldi, UFPA, UFRA e outras instituições, de 2004 a 2006. Posteriormente, entre 2007 e 2009, a mesma dinâmica foi acompanhada no processo de ordenamento territorial da região de Mamuru-Arapiuns, uma área de 1.200.000 hectares de florestas estaduais, onde foram detectados os mesmos mecanismos de utilização de meios associativos, com a presença mesclada de pequenos agricultores, testas de ferro de grandes pretendentes a terras na Amazônia. Situação de conflito com comunidades tradicionais, indígenas e, desta vez, com o Estado.

Esse fenômeno se refere a um recurso que setores pretendentes a incorporação de áreas públicas na Amazônia, utilizaram em várias frentes, circunstanciados na década de 2000, em que se verifica o uso do associativismo como um mecanismo de "limpeza" de processos de grilagem de terra, mas também e, paradoxalmente, de reprodução social de setores da agricultura familiar do sul, em busca de novos espaços.

DEFINIÇÃO, PELO(S) AUTOR(ES), DA CONTRIBUIÇÃO QUE PRESSUPÕE(M) OFERECER AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GRUPO DE TRABALHO (até 15 linhas)

Num momento em que a questão da modernização na agricultura brasileira é vista como um fenômeno hegemônico, este estudo questiona as dependências que este modelo ainda apresenta em relação a práticas arcaicas de obtenção de terras novas. Assim como, de utilização de mecanismos

de coerção e de violência contra populações originárias, permeadas de incertezas quanto a sua viabilidade econômica, social e ambiental.

Pretende-se demonstrar que a disputa por territórios produtivos nas regiões periféricas para o capitalismo agrário no Brasil, embute aspectos característicos do mundo moderno, com o que há de mais avançado na economia rural do país, como o agronegócio. Mas também, características próprias de fronteiras civilizatórias que remontam as frentes pioneiras que adentraram o interior do país nos dois séculos que nos antecedem.

O estudo discute os meios como a agricultura moderna do centro-sul do país, estende seus laços de dependência e de prepotência sobre os espaços habitados por populações tradicionais na Amazônia, para onde remete os segmentos menos competitivos de sua sociedade agrária. Também dialoga sobre as necessidades estruturais dessa agricultura por novas áreas, conformando alianças com movimentos especulativos, tendo no associativismo, um mecanismo de "limpeza" e formalização de apropriação ilegal.

Associativismo e mercado de terras: movimentos especulativos na expansão amazônica da agricultura familiar do Sul

Este estudo faz uma reflexão sobre as contradições do atual estágio da agricultura brasileira, ainda sobre os impactos da modernização e restrições de oportunidades promovendo o *transbordamento territorial* dos segmentos menos competitivos para as regiões menos valorizadas e em condições de menor governança.

O objetivo deste *estudo é contribuir para o debate sobre a convivência e dependência de setores considerados avançados na economia rural do país em relação dos espaços considerados periféricos, se defrontando, justamente nesses espaços, com políticas avançadas de gestão ambiental e de uso da terra, conformando novas naturezas de conflitos e de visão de futuro.*

O associativismo como mecanismo ação coletiva por objetivos comuns é um fenômeno da modernidade. No Brasil, o movimento associativista rural se proliferou nos últimos cinqüenta anos, orientado ora pelo Estado e ora pelas iniciativas não governamentais que marcaram a organização social e política no campo no país.

A economia agrária no Sul e Sudeste do Brasil é fortemente marcada pela ação de cooperativas fortes na estruturação produtiva de base capitalista empresarial. Cooperativas como a Cotrijui (Cooperativa Tritícola de Ijui), por exemplo, atuam não só na administração da produção de seus sócios na região de origem, como empreende a aquisição de terras e empresas rurais em outros estados brasileiros

O movimento associativista para obtenção das terras ainda é um elemento significativo na conjuntura na ocupação recente da Amazônia, reeditando métodos consagrados, inclusive com elevada agressividade da incorporação das terras, na substituição do Estado em todas as funções na abertura de uma nova fronteira.

Esse é um dos aspectos em que o discurso de modernização é atropelado pela ação atrasada, neo-coronelista dos grupos que dizem representar regiões mais desenvolvidas do país e trazem consigo a missão redencionista de "desenvolver uma região inexplorada".

O tipo de associação privada para obtenção de terras que se observa em várias partes da Amazônia se caracteriza basicamente pela **instrumentalização do mecanismo associativista para institucionalizar interesses individuais de grupos, agricultores familiares e, em alguns casos,**

quadrilhas de grilagem de terras. Independente e a revelia do Estado. Esse fator torna essas associações fortes num quadro de ilegalidade e vulneráveis diante de uma conjuntura de ordenamento territorial e ambiental e de ruptura com modelos convencionais de uso da terra e relações com o mercado, na rota de novas políticas públicas, presentes nos estados da Amazônia.

O mecanismo do associativismo vem se proliferando nas décadas de 1990 e 2000 na apropriação de terras públicas ou ocupadas por populações tradicionais na Amazônia. As Associações de Produtores se tornaram comuns com a onda de ocupações de terras públicas da Amazônia no início deste século. **Essas associações obedecem a um padrão: são formadas nos estados de origem dos ocupantes; reúnem familiares e pessoas próximas as famílias empreendedoras; se caracterizam como um empreendimento (investimentos dos pretendentes às terras; divisão do trabalho entre os que fazem a frente na fronteira, os que fazem a parte legal e os que representamos associados junto aos órgãos públicos); são profissionais urbanos de diversos ofícios (advogados, médicos, contabilistas, pequenos madeireiros) associados a produtores rurais especializados na agricultura mecanizada; entram na terra com projeto de colonização definido, plotado no mapa e negociado politicamente (acordos nem sempre cumpridos) com autoridades que lhes avalizam a ocupação; assumem a frente da construção da infra-estrutura de acesso às terras, plaqueiam áreas públicas em seu próprio nome e influenciam os poderes públicos locais.**

Os casos analisados neste estudo representam um tipo de ação presente no desmatamento da Amazônia que precisam ser compreendidos e tratados em sua complexidade estrutural.

No Pará as Associações de Produtores para ocupação de novas áreas são encontradas em todas as frentes recentes de ocupação no Oeste do estado: Gleba Nova Olinda, Gleba Pacoval, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Itaituba, Aveiro e Jacaraecanga. No Amazonas, são comuns as associações nas frentes que adentram o município de Lábrea, Humaitá, Novo Aripuanã e Apuí. *A modalidade de auto-assentamento* pode mudar conforme as condições locais.

No entanto, nem sempre as associações chegam à Amazônia, com as características modernas que aparentam nos estados mais desenvolvidos do país. São reativas **às restrições ambientais, se aliançam com os setores mais conservadores nos locais em que se instalam e trazem consigo um discurso e uma prática redencionista**. Carregam a imagem de progresso que se impõe por uma rotina intensiva em trabalho, pelo desmatamento das áreas que ocupam e *investimento privado* na construção de condições locais para assegurar o acesso: estradas, pontes, portos – privadas quando não conseguem o imediato apoio público. Essa é a regularidade encontrada na maioria dos casos

paraenses e no Amazonas. O investimento privado cria dependências em nível local junto às comunidades desassistidas pelo Estado, gerando conflitos entre as organizações sociais locais, dividindo as famílias, na medida em que *o empreendimento das associações, eventualmente, emprega moradores locais*.

Os mecanismos de ocupação variam de situação, tendo no tipo de ação do Estado, um elemento determinante na agressividade ou civilidade nos meios de apropriação das áreas e no trato com as populações locais.

O caso Jacareacanga: um lócus de transbordo da agricultura do Sul

No caso de Jacareacanga, os produtores encontraram espaço de assentamento (ocupação autônoma) num trecho de 40km da rodovia Transamazônica da sede do município até a fronteira com o Amazonas. Trata-se de uma planície com ocorrência de ouro nos igarapés, cujas florestas estão praticamente intactas. Embora os representantes das associações do Sul afirmem se tratar de posses pacíficas pôde ser aferido que há parcelas da população local (remanescentes de garimpos, representantes indígenas e da agricultura familiar) que contestam a posse.

Os conflitos sobre a destinação dessas áreas são o objeto das disputas territoriais do presente. **Em questão, essas áreas serão destinadas a agricultores familiares ou a indústria madeireira normatizada e controlada socialmente? Que chances essa agricultura familiar terá em espaços tão distanciados do mercado e como será sua reprodução.** *A* madeira e os minérios são recursos mirados, os mais rentáveis e de rápido retorno, essa é uma razão forte para a disputa das áreas.

A presença das associações do Sul em Jacareacanga tem um lado da história ligado às condições estruturais da agricultura moderna nos estados de origem. O limite físico do espaço para abrigar a reprodução social dos produtores responde em parte pela constante migração. O processo estrutural de concentração da terra contribui para a migração, na medida em que esta se incorpora ao mercado de c*ommodities* e se tornam dependente de um sistema de elevado custo de produção, créditos bancários atrelados e sujeitos a riscos das variações dos preços. Pesa também no processo de concentração da terra, os problemas climáticos capazes de devastar safras inteiras que, quando sucessivas e aliadas à queda de preços dos produtos, promove uma seleção natural entre os produtores. Por conseqüência, eliminando os mais frágeis, ou seja, aqueles que possuem menor escala de produção e estão reduzidos a uma única atividade.

O mercado de terras é um vetor da migração. Em Rodeio Bonito o hectare custa entre 300 e 500

sacas de soja. *"Como sobra menos de 20 sacas por ano, nós precisamos trabalhar de 20 a 25 anos para pagar a terra",* afirma Roberto Strapasson, tesoureiro da Aprojapi[1]. Seus pais estão a 60 anos na terra e possuem 25 hectares que não podem mais subdividir entre filhos e netos. São famílias que não podem mais se reproduzir socialmente no espaço como pequenos agricultores. Para eles, estruturalmente, só há uma solução: uma fronteira aberta no país.

Como a maioria da população desses municípios, não são apenas os filhos dos agricultores que se vêem constrangidos em seu espaço de crescimento. Também muitos profissionais liberais, comerciantes, pequenos empresários se deparam diante de limites de um mercado que se fecha em torno da cadeia produtiva do agronegócio e limita o crescimento de outras atividades econômicas nos municípios marcados pelo monocultivo da soja.

Os complexos agroindustriais (CAIs) aos quais se refere Graziano (1981) em sua constatação sobre a inexorabilidade da modernização na agricultura são de fato um fator estrutural que transfere valor para as áreas rurais, globaliza o consumo de insumos estabelecendo um elevado patamar de sobrevivência na economia rural.

Entre as famílias que se lançam ao projeto de viver em Jacareacanga estão os precursores como o Tesoureiro da Aprojapi, Roberto Strapasson, agricultor familiar em Rodeio Bonito (RS), estudou para ser padre e não tem mais como adquirir terras no seu Estado. Tem lote na Transamazônica trecho Jacareacanga-Apuí. Seu projeto continua sendo de agricultor familiar, *"pretendo trabalhar com carne de porco, cupuaçu, diversificar. Hoje em Jacareacanga não tem leite, verduras, frutas...temos a preocupação de tornar a região sustentável"*. Observe-se que o projeto de agricultura que traz é o mesmo de sul do Brasil.

Ao se referir ao reduzido número de sócios que estão morando na terra pretendida, Strapasson afirma que quando resolver o problema fundiário todos vêm. *"Os que têm outros negócios não vêm mas vão investir (...) já estamos trazendo tratores, pulverizadores...mas, às vezes baixa um desespero pela falta de regularização. No sul com 5 hectares se mantém uma propriedade. Quando o prefeito trouxe a gente para cá disse que poderíamos estender o desmatamento até 50% ..."* (IBID).

Como Strapasson (Aprojapi), Martinho Paulo Hainle também se mudou para Jacaraecanga e é um dos precursores da Aproeste – Associação dos Produtores de São Miguel do Oeste (PR). Foi o

[1] Entrevista obtida no âmbito do ZEE-BR-163, em 2006. Em 2008, Strapasson tornou-se secretário de Agricultura do município e continua trabalhando para viabilizar o projeto de sua Associação, mas em mediação com os demais grupos sociais presentes na área rural de Jacareacanga.

primeiro da associação que trouxe a família, junto com 4 outras que deixaram São Miguel do Oeste (SC) para a aventura de investir na região mais distante da Transamazônica. Já pegou e se recuperou de 7 malárias. Hainle afirma que *"tem pavor de ser empregado"* e por isso arrisca uma nova vida na Amazônia, com mais de 40 anos.

Narciso Schmidt, um dos dirigentes da Aproeste manifestou sua visão na Audiência Pública para a criação das Unidades de Conservação pelo Governo Federal. Na ocasião afirmou que *"não adianta o governo criar isso e aquilo e sim mecanismos para aproveitamento da madeira, porque é o que tem aqui. Cada região com seu potencial. Não adianta distribuir lotes de 100 hectares porque é difícil para os agricultores familiares sobreviverem. No Sul se vive com 5 hectares, mas aqui não se vive. Aqui a realidade é apropriada para a madeira porque agricultura familiar é cara. A gente do Sul trabalha de graça e não deu certo. Tem que trabalhar com a realidade."* (pronunciamento em Audiência Pública, Jacareacanga (PA), 2006).

Schmidt defende a tese da "*adaptação da culturas às condições*", conforme suas palavras. É um dos sócios das associações de Jacaraecanga que também tem terras em Apuí (AM), onde encontrou áreas mais planas e apropriadas para a mecanização. A sua racionalidade é fruto de uma experiência econômica da qual extraiu lições que reproduz de forma peremptória, manifestando juízo de valor sobre o modo de vida das populações locais*: "agricultura manual não dá. Aqui não se sabe o valor das coisas. Verduras, não se consumia, agora vamos produzir. Os alimentos vêm de fora. Produzir de fora os insumos são caros, mas potencializando as áreas vai dar certo. Hoje o transporte é caro, se perde produção. O povo de fora influencia os de cá. Mas, o povo daqui precisa de incentivo, é acomodado, não tem visão de acumular, só a subsistência. Pode ver que ao redor das casas não tem uma árvore. No sul, as plantas são plantadas antes da casa."* (entrevista no âmbito do ZEE-BR-163).

A Aprojapi é propositora do Projeto de Implantação de Pólo Agropecuário. O projeto pretende *"implantar de forma associativista pólo de produção agropecuária em área de 12.300 hectares divididos em 123 lotes com cultivo* **diversificado (grifo meu)** *observando índices de produtividade compatível e de alta rentabilidade, utilizando os recursos locais tais como: solo, temperatura e pluviosidade aliado a alta aplicação de técnicas agropecuárias"* (Aprojapi, projeto, novembro de 2003).

A racionalidade do projeto é simples e representativa das expectativas que a Aprojapi tem sobre a ocupação de uma área tão vasta se comparada aos lotes ocupados pelos seus sócios em Rodeio

Bonito e Pinhal. Na justificativa do projeto afirma-se que "*a matriz produtiva do Projeto Aprojapi está voltada para culturas largamente dominadas e conhecidas pelos associados como o caso da produção de grãos e criação de suínos e aves, aliadas com a pecuária, fruticultura e cultivo de palmeiras que são culturas com grande capacidade de produção na região em questão onde será implantado o projeto"* (Ibid.).

Na base da concepção de uso da terra está na reprodução de um saber tecnológico consagrado na experiência econômica dos pretendentes a novos habitantes da Amazônia. Porém, não se deve subestimar a percepção de um uso mais diversificado também expresso no projeto, que os diferencia do padrão da grande empresa agropecuária. No projeto está expresso que *"existe um cuidado muito grande de assegurar a remuneração ao projeto, para que o mesmo não seja frustrado, para isso optamos por diversificar as culturas e atividades, diminuindo as probabilidades dói fracasso visto podermos contar (sic) com várias culturas oferecendo fonte de produção e renda. É o que chamamos de 'diversificação de culturas na propriedade'*(ibid.). Note-se que a Aprojapi se concebe, acima de tudo como um **projeto** de ocupação de economia a se instalar numa região de fronteira.

Strapasson expressa bem a visão da produção de grãos integrada num sistema de produção que abriga outras atividades na medida da disponibilidade de terras: *"nos preocupamos em tornar a região sustentável. Produzir alimentos é sustentável*". Na base dessa concepção se manifesta antes do conhecimento sobre as especificidades ecológicas da região ocupada, a premência da transferência de um padrão produtivo – este sim, sustentável na visão desses novos migrantes. Percebe-se como mudam os sentidos do termo "sustentável" de acordo com a cosmovisão do ator produtivo.

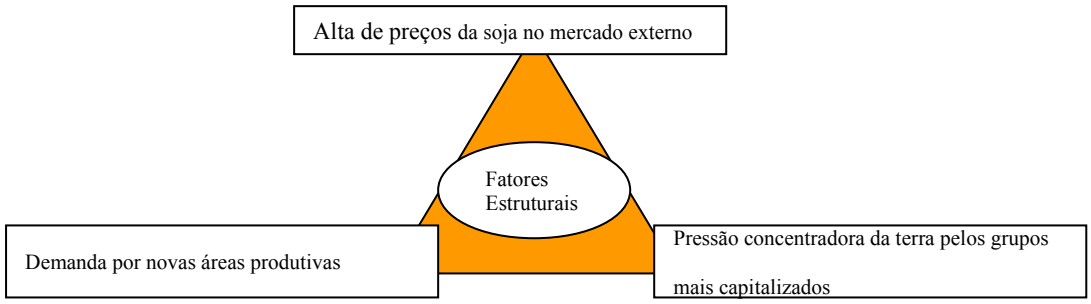
Apesar da preocupação com a **diversificação** estar presente, a Aprojapi projeta para o período 2004-2010 um escala de produção em que 10 dos 12.300 hectares das florestas a serem convertidas em uso serão ocupados com grãos. Destes, 4,5 hectares serão convertidos em plantios de milho, a cultura que, na atual conjuntura econômica do Rio Grande do Sul é a mais adotada depois de três anos de seca e da queda dos preços da soja. Ou seja, a Aprojapi reproduz uma mentalidade imediatista generalizada na agricultura brasileira.

Oportunidades estruturais e conjunturais para o movimento de expansão

A demanda por novas áreas produtivas, principalmente em terras mais baratas, pressiona por terras na Amazônia, configurando dois movimentos: i**) expansionista:** os produtores mantêm suas

propriedades nos estados de origem, principalmente no Mato Grosso, onde as áreas produtivas são mais extensas**; ii) migratória**: os produtores vendem suas terras nos estados de origem, geralmente as menores propriedades e procuram por terras mais baratas e mais extensas na fronteira não integrada ao mercado.

Desta forma merece ser considerado na análise da relevância para a proliferação de associações que agem na obtenção irregular de terras na Amazônia são os fatores estruturais que foram o tripé a seguir:



A bolha de alta dos preços da soja na última década promoveu a ampliação das áreas plantadas pelos produtores que estavam estruturados para suportar esse crescimento: terras bem localizadas, tecnologias, crédito disponível (cujos pagamentos foram seguidamente renegociados), pesquisa e tecnologias de alta competência e infra-estrutura de transportes e armazenamento estruturados. Esses grupos foram fortalecidos e foi maior sua afirmação quanto mais presentes nos elos da cadeia da produção: produção, comercialização de insumos e das safras e a privatização da logística de transporte. Isso quer dizer que além das **tradings** (Cargill, ADM e Bunge), somente médios e grandes grupos entre os quais se destaca o Grupo Amaggi, tiveram folga para expandir a atividade dentro das áreas valorizadas.

Os dois movimentos se utilizam dos mesmos mecanismos, sendo o primeiro com um caráter institucional, influenciando as decisões centrais do Estado e sendo co-gerenciadora principalmente na construção de infra-estrutura; e o secundo movimento, de caráter mais autônomo, em parte marginal, negociando seus favores nos escalões locais do Poder Público ou abrindo seus próprios caminhos quando estes não os favorecem.

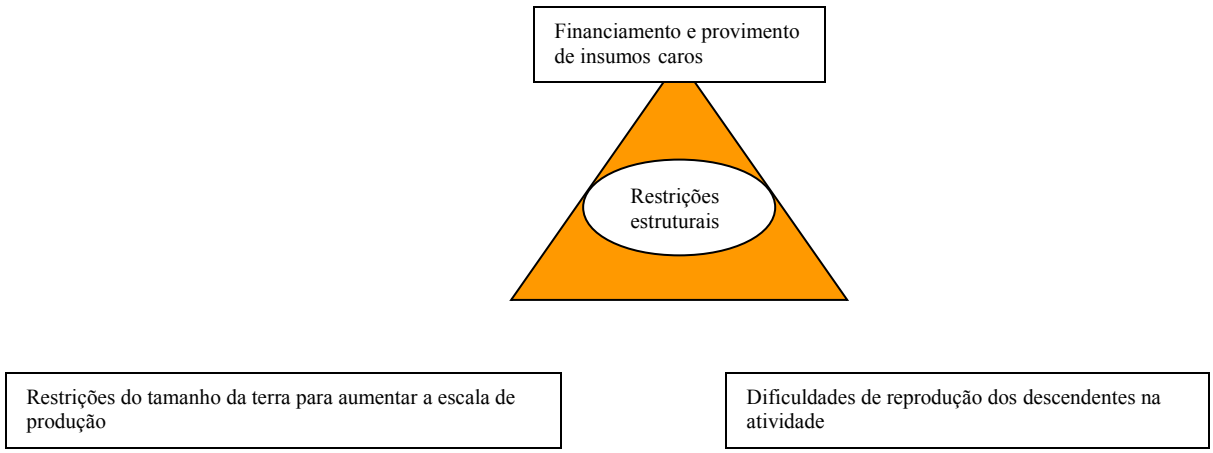
Os movimentos expansionista e migratório foram atuantes na configuração territorial no Oeste Paraense e no Sul do Amazonas em menos de uma década, trilhando ou abrindo os caminhos cujo acesso rodoviário estava começado (caso da BR-163) ou hidroviário quando os rodoviários estavam dados, caso da Hidrovia Porto Velho - Itacoatiara. As terras planas do Centro-Oeste tiveram sua

configuração de propriedade e conversão determinada até meados da década de 1990. Vale frisar que também nessa época e simultaneamente ocorre a ocupação das terras planas do Departamento de Santa Cruz, na Bolívia por grupos brasileiros, associados aos bolivianos (japoneses, menonitas e autóctones).

Nos estados da Amazônia, ambos os grandes grupos se beneficiaram da **i) estagnação da economia rural familiar**, principalmente dos sistemas de produção convencionais (mandioca, grãos, frutas), com baixa eficiência tecnológica, reduzida organização (cadeias fragmentárias em torno do mercado local e regional). Pesa também e remuneração do trabalho em níveis de subsistência, nenhum esforço direcionado de pesquisa, produção na difusão tecnológica dirigida para promover a economia rural em escala familiar; **ii) preço da terra praticamente simbólico e terras em posse que de pequenos proprietários não regularizadas**, sendo este um mecanismo de manutenção de uma falsa desvalorização dos imóveis rurais; **iii) deliberação das elites locais em aderir à modernização de suas bases produtivas,** abandonando principalmente a pecuária, atividade rural em que os médios e grandes proprietários de terra haviam se ancorado nos anos 1980 e 1990.

Restrições estruturais empurrando a migração

Os produtores que representam o movimento migratório pode também ser caracterizado pela defensividade diante das pressões das quais estão se refugiando ao procurar novas terras para se viabilizar na única atividade em que adquiriram competência em sua atividade produtiva. Esses produtores que se lançam na busca de novas áreas, migrando do território produtivo valorizado, podem ser identificados pelos seguintes fatores estruturais:



A característica de defensividade se justifica porque a migração para a Amazônia se dá pelas condições restritivas em que se encontram nas regiões valorizadas. No entanto, a maioria dos que chegaram até

2002, encontraram preços tão baratos que a própria terra tornou-se seu principal negócio.

Os pequenos produtores não suportam o endividamento com os insumos quando os preços baixam. A cada queda dos preços das *commodities*, uma camada de produtores dependentes do sistema de financiamento fica sujeito a um endividamento que compromete a terra e o abriga a migrar no território.

A escala das propriedades se define estruturalmente pela fase de valorização em que o produtor adquire a terra - em outras palavras – de acordo com a idade da fronteira pioneira. Quando mais jovem for fronteira, preços mais baixos e mais chances de pequenos investidores adquirem terras. A conversão para as *commodities* garante alto valor da produção mesmo para pequenas parcelas, mas em situação de crise (variações climáticas, queda dos preços), a pequena escala não ajuda a suportar os custos de produção.

Diretamente vinculado às duas restrições mencionadas está também a dificuldade dos descendentes se manterem na atividade pela impossibilidade de aquisição de novas áreas valorizadas e de parcelamento das áreas da família e destas sustentarem as famílias que crescem.

Outro aspecto interessante a ser observado nesses espaços *commoditizados* é que junto com o esvaziamento populacional no campo, ocorre o esvaziamento das estruturas escolares, comunitárias, prevalecendo uma paisagem homogênea e solitária por longos quilômetros. Os pequenos aglomerados de agricultura *divergente* do padrão homogeneizador, se tornam ilhas de exceção social e espacial, fadadas à contaminação por agroquímicos, a solidão, a dependência da infra-estrutura dos grandes plantios e, como fortemente observado nas pequenas cidades do Rio Grande do Sul, muitas incidências de casos de depressão entre os jovens.

Nesse contexto de uma Amazônia que pulsa cada vez mais as contradições do modelo agrário exportador do Brasil, a aquisição das terras pelo novo associativismo, um modelo de cooperação para a sobrevivência na fronteira deve ser observado em todas as suas redes de interação social, econômica e seus impactos socioculturais nas origens e nos destinos. Assim também novos protagonismos das populações locais que passam a ser considerados nas políticas públicas, com o choque de governança representado pelo ordenamento territorial e florestal, com a destinação e regularização das áreas habitadas por populações tradicionais, fortalecimentos pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. No entanto, a dinâmica de migração de agricultores familiares e de movimentos especulativos para a Amazônia, ainda é um fenômeno a ser considerado, por suas causas estruturais e a concepção convencional de desenvolvimento que transportam, ainda atrelado a um modelo hoje considerado inadequado na região e incongruentes com os movimentos agroecoelógicos que se

fortalecem nas suas regiões de origem.

Bibliografia

EMBRAPA ZEE BR-163, 2007.

SILVA, J. F. G. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo/SP: Hucitec, 1981. 210 p.

CASTRO, E. M. R. (Org.) . Sociedade, Território e Conflitos: a BR 163 em Questão. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

CASTRO, E. M. R. . Dinâmica socioeconocômica e Desmatamento na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, Belém-Pa, 2005.

CASTRO, E. M. R. . Atores Sociais na Fronteira mais avançada do Pará - São Felix do Xingu e a Terra do Meio. Papers do NAEA (UFPA), Belém, 2005.

CASTRO, E. M. R. . Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém. Papers do NAEA (UFPA), Belém, p. 1-27, 2005.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros**, **parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

VEIGA, J. Eli e Cechin A., Economia Socioambiental (Org.), SENAC, 2009.

COOPERATIVISMO NO ESPAÇO RURAL: algumas reflexões teóricas [1]

Heribert Schmitz [2]

Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPA)– E-Mail: heri@amazon.com.br

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é refletir sobre o cooperativismo no espaço rural. Propõe uma tipologia das organizações associativas para estudar diferentes empreendimentos coletivos e discute a problemática da autogestão através da participação dos sócios.

Um dos maiores desafios que os produtores familiares rurais enfrentam é dinamizar a produção, o beneficiamento e a comercialização de forma associativa num contexto de crescente competitividade em que a qualidade e a disponibilidade dos produtos são indispensáveis para uma efetiva inserção no mercado. Soma-se a isso, a dificuldade dos produtores limitarem-se a uma produção para o autoconsumo em decorrência dos crescentes custos de produção e da necessidade de formação educacional e do atendimento aos novos hábitos de consumo da família. Ciente dessa problemática, a atuação do estado, nas últimas décadas, valoriza o engajamento dos mesmos em diferentes formas associativas como requisito para a obtenção de serviços, mas também, para facilitar a execução das suas políticas que têm nas organizações dos produtores os seus interlocutores privilegiados em detrimento do atendimento individual. Mesmo que esteja havendo uma supervalorização do associativismo,[3] a idéia da organização voluntária em cooperativas não é novidade e foi sugerida há 80 anos por Chayanov (1974). Já anteriormente, uma das soluções para realizar o socialismo era a idéia de um mundo organizado em cooperativas (Owen, em 1817, Fourier, em 1820, ambos citados por Singer, 2002a; Morris, 1892/2002).

[1] Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq através do Projeto "Ação coletiva com fins econômicos no espaço rural do Pará: problemas e possibilidades".
[2] Bolsista de Produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br
[3] A promoção do associativismo pelo estado foi introduzida no Brasil através da estratégia de desenvolvimento comunitário nos anos 50 do século passado (ver Amman, 1997).

Hoje, se destaca a "ressurreição da economia solidária" (Singer, 2002b, p.85-86), para o cooperativismo fiel aos princípios dos pioneiros de Rochdale.[4] Segundo Singer (2002b, p.83), "a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles". Ainda mais: "Para que sejam solidárias, é preciso que os trabalhadores que as operam profissionalmente sejam sócios delas" (Singer, 2002b, p.85).

Desde a formulação da expressão "tragédia dos bens comuns" (Hardin, 1968) existe a concepção de que indivíduos defenderiam preferencialmente seus próprios interesses e, consequentemente, seria impossível a ação coletiva para regular o seu uso apropriado. Segundo Olson (1965), membros de um grupo com objetivos comuns não atuariam voluntariamente para alcançar os interesses do grupo, mesmo se eles pudessem viver numa situação melhor quando esses objetivos fossem alcançados. O principal argumento de Olson se baseia no fato observado de que alguém que não pode ser excluído de obter os benefícios alcançados tem pouca motivação a contribuir para a ação. Para esta pessoa introduz o termo de "aproveitador" (*free rider*). O problema da cooperação mostra-se também na maneira de gerenciar os bens comuns: frequentemente, encontram-se no meio rural tratores e caminhões sem funcionar ou usados de forma prejudicial para a economia do empreendimento, muitas vezes, por razões políticas. Todas as formas de cooperativismo enfrentam problemas como a baixa participação dos membros e a condução centralizadora dos processos pelas lideranças. Mesmo assim, se encontram em algumas partes do Brasil cooperativas bem sucedidas na agricultura.

As idéias aqui apresentadas são resultantes de revisão de literatura sobre o cooperativismo e associativismo) na agricultura familiar no Brasil e em outras partes do mundo, além de resultados de pesquisas sobre o tema no âmbito de um projeto financiado pelo CNPq no Estado do Pará.

TIPOS DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Na literatura brasileira sobre cooperativismo e associativismo não encontra-se, frequentemente, uma distinção entre os diferentes tipos de empreendimento coletivo. Assim, a

[4] Os princípios dos pioneiros de Rochdale que definem a cooperativa como democrática e igualitária incluem: 1. Controle democrático: uma pessoa, um voto; 2. Portas abertas, livre adesão; 3. Juros fixos e limitados sobre o capital emprestado à cooperativa; 4. Retorno dos excedentes em proporção às compras; 5. Vendas em dinheiro; 6. Venda de mercadoria de qualidade; 7. Educação dos sócios; 8. Neutralidade política e religiosa. No entanto, nem sempre é mencionado que se tratou de uma cooperativa específica, a cooperativa de consumo, e, por isso, nem todos os princípios podem ser aplicados aos demais tipos.

autogestão é tratada quase exclusivamente relacionada à cooperativa de produção. Os princípios dos Pioneiros de Rochdale são sustentados para o cooperativismo como um todo, apesar de que eles se referem a uma cooperativa de consumo e, consequentemente, nem todos os princípios podem ser aplicados aos demais tipos. Os critérios de distinção também variam, sendo a regulação pelo Estado um importante distintivo que varia significativamente entre os países. Assim, a legislação brasileira diferencia entre cooperativa, que é uma associação de pessoas para realizar uma atividade econômica de benefício mútuo ou comum, e a associação, que tem o objetivo de facilitar as atividades (econômicas, culturais, etc.) dos seus sócios, sem finalidade econômica própria da organização.[5] Na prática, os dois tipos de organização podem ser considerados, muitas vezes, como sinônimos (Veiga & Fonseca, 2001; Veiga & Rech, 2001; Cattani, 2003; Pinho, 2004; Schneider, 2003).

Para compreender as interações complexas no interior das organizações é indispensável a identificação do tipo de cooperativa ou associação que influencia o comportamento dos atores envolvidos, seu engajamento, a relação com os líderes e com a coordenação, os problemas enfrentados, a natureza dos beneficiados, etc.

Podemos partir de um jogo com seis tipos de atores: os sócios, os líderes, os dirigentes, os funcionários da organização, os beneficiados e os externos (por exemplo, os líderes de um movimento social). Os funcionários (ou operários) podem ser membros voluntários, sócios contratados ou assalariados não cooperados (trabalhadores e executores externos). No caso de uma associação filantrópica, como Emaús estudado por Eme et al. (1997), os beneficiados são os outros, os pobres e os serviços são realizados por membros voluntários ou remunerados. No entanto, os beneficiados não são contemplados com o mesmo peso na estrutura participativa dessa associação como os dirigentes, os funcionários e os voluntários.

Realizamos a análise das organizações associativas a partir do critério: grau de interesse dos membros em contribuir para o projeto comum, que pode ser considerado uma hipótese sobre a probabilidade do engajamento dos sócios. Porém, na realidade, estes atores podem mostrar ainda um comportamento diferente sob a influência de outros fatores (criação de identidade, cultura organizacional, sucesso econômico, etc.), o que pode ser analisado apenas no caso concreto. Assim, foram identificados oito tipos de empreendimentos associativos entre cooperativa e associação com objetivos diferentes, aqui denominados: 1) produção; 2) serviço; 3) comercialização; 4) mediação; 5) política; 6) crédito; 7) consumo; 8) cultural. Destes, selecionamos três, que são ilustrativos das diferentes relações que se

[5] O Novo Código Civil de 11/01/2003 determina que as associações não devem possuir finalidade econômica.

estabelecem no seu interior, quais sejam: a cooperativa de produção, a cooperativa de comercialização e a de associação de mediação.

Na primeira, o objetivo é, através da cooperação no trabalho produtivo, alcançar um efeito de escala e através da divisão do trabalho aumentar a eficiência, tratando-se, muitas vezes, de atividades que não podem ser realizadas de forma viável em escala menor ou individualmente. O modelo é a fábrica, onde tem uma divisão de trabalho definida e a cooperação é indispensável. O operário perde frequentemente o domínio do seu produto, do tempo e dos meios de produção, porém através da sua participação na gestão pode aumentar, indiretamente, os conhecimentos sobre o processo e superar a alienação[6] do trabalho, porque é o "dono" do empreendimento. A atividade econômica é realizada pelos próprios membros-operários que são também os beneficiados. Aproveita-se da criatividade, pois os operários conhecem bem o processo da produção. Quando se trata do trabalho coletivo na agricultura ou outros setores onde normalmente o trabalho é autônomo e o produtor não perdeu ainda o controle sobre o produto final, a situação muda, porque o trabalho individual é sempre uma alternativa. Porém, o trabalho coletivo pode viabilizar atividades que não seriam possíveis por falta de infra-estrutura (terra, máquinas), ou de concorrência (verticalização), como mostra o exemplo dos kibutzim. Como os próprios sócios executam o trabalho, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum.

Já na segunda, o objetivo é facilitar a comercialização oferecendo um volume de produtos maior com mais regularidade, abrir canais de comercialização alternativos, aumentar o poder de negociação e, frequentemente, beneficiar os produtos (verticalização). Pode dispor de uma infra-estrutura de máquinas, veículos, armazéns, etc. (bens comuns). Muitas vezes, a principal função é a quebra de um monopólio. Os beneficiados são os sócios, em geral no meio rural, agricultores autônomos. Tem tanto interesse em aumentar os membros para ter um maior movimento, quanto, ao contrário, em diminuir o número dos mesmos para reservar as vantagens para poucos, mas com uma produção maior. Existe a tendência de que os produtores com maior movimento exercem mais poder de barganha na tomada de decisões, pois podem ameaçar retirar seus produtos ou criar regulamentos favoráveis (por exemplo, voto e distribuição do excedente anual em função do volume entregue). A atividade é alheia à atividade dos membros, por isso tem uma tendência de contratar funcionários especializados não cooperados. No entanto, o envolvimento dos membros é ainda mais forte que na cooperativa de crédito e de consumo, pois a própria produção e remuneração do trabalho

[6] A alienação é entendida aqui como um estranhamento ou distanciamento do trabalhador em relação ao seu trabalho. No capitalismo, estabelece-se nas relações dos homens entre si, sob a dupla forma do domínio do não-trabalhador sobre o trabalhador e da mediatização pelo dinheiro de todas as relações humanas (ver Marx, 2004).

depende do resultado da atividade. Por isso, esse tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum.

Na terceira, o objetivo é facilitar (intermediar) as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Pode atender também, numa estrutura clientelista, aos interesses de pessoas influentes, especialmente de políticos. Não tem produção própria de forma mútua. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas. Trata-se tipicamente de uma "associação de pequenos produtores", que tem como sócios agricultores familiares autônomos, que são, também, os beneficiados da atividade. Presta serviço num sentido mais amplo. Mesmo sendo um tipo com uma atividade econômica indireta, por causa da sua importância, por exemplo, para receber crédito e ter projetos, e pelo fato de serem os próprios sócios que executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum.

Em se tratando dos oito tipos identificados, eles podem ser ordenados num contínuo, no qual os pólos extremos são, por um lado, o "ideal de cooperativa" e, por outro, o "ideal da associação". A cooperativa de produção é colocada mais perto do ideal da cooperativa (para Singer, 2002a, p.90, "é o protótipo de empresa solidária") e a associação cultural se encontra mais perto do ideal da associação. O conteúdo da atividade (por exemplo, tipo de serviço oferecido, assistência técnica ou máquinas agrícolas) ou o produto comercializado (por exemplo, cacau ou flores) é considerado secundário nesta tentativa de identificar as interações entre os envolvidos.

Esta tipologia trata de tipos ideais, enquanto na prática encontram-se frequentemente tipos mistos. A própria cooperativa de compra e venda deve ser analisada segundo suas duas funções (comercialização e consumo).

A PROBLEMÁTICA DA AUTOGESTÃO

Todos estes tipos praticam a autogestão. Porém, a forma da autogestão pode variar em função das estratégicas da organização, o que é relacionado ao tipo da organização associativa. A participação dos membros na vida da organização e na tomada de decisões é altamente influenciada por estes fatores.

A autogestão é a "gerência de uma empresa pelos próprios trabalhadores" (Ferreira, 2004; ver também: Candeias et al., 2005). Para Singer (2002a, p.16), "talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas". Distingue entre heterogestão, a administração hierárquica, e a autogestão, a

administração democrática. A organização associativa se administra através da autogestão que pode se realizar de três formas sendo os extremos a gestão central e a fraca coordenação (a "anarquia"), enquanto a autogestão equilibrada se mantêm numa posição intermediária, baseando-se na participação ativa dos sócios.

A gestão central pode se realizar de três maneiras: a) Gestão por representação" com a delegação do poder pelos sócios. “Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam em diretrizes aprovadas em assembléias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores” (Singer, 2002b, p.83-84). b) Gestão "tradicional", por exemplo, através de um gerente centralizador. c) Gestão carismática, frequentemente caracterizada mais pela maneira de coordenar (sem regras, relações personalizadas) do que pelas qualidades "extracotidianas" do líder (Weber, 1994, p.158; Eme et al., 1997, p.222).[7] Nesses dois últimos casos, pode ter falta de transparência, contabilidade e controle (social), fatos que permitem a atuação de um gerente-aproveitador.

A gestão do tipo "fraca coordenação" tem o discurso de que todos são cooperados e ninguém manda neles, a exemplo de uma parte das cooperativas prestadores de serviço do Projeto Lumiar, nas quais o coordenador era um ator com pouco poder em relação aos extensionistas.

A autogestão equilibrada baseia-se na participação ativa dos sócios, mesmo quando gerenciada por representação.

Precisa-se do poder como uma força estruturante para possibilitar a coordenação da organização. Não se trata de fazer "desaparecer o poder". O poder, segundo Crozier & Friedberg (1993, p.39), é "a possibilidade disponível de indivíduos ou grupos de influenciar outros indivíduos ou grupos". Caracteriza-se como uma relação entre atores, sem necessariamente incluir o dever de obedecer (dominação). Crozier & Friedberg (1993, p.283) destacam que o poder “... é uma relação e, consequentemente, não pode ser possuído, tampouco não pode ser apropriado de forma coletiva ou distribuído como confiança e amor”.

Apenas numa relação entre uma pessoa A e uma pessoa B pode-se desenvolver o poder e, assim, representa uma relação e não a qualidade de uma pessoa. [...] Uma condição é que os interesses pessoais dos atores se dirigem ao alcance de um determinado objetivo comum, o que os torna dependentes uns dos outros. O poder se desenvolve apenas através da

[7] "O líder fica à vontade para fazer intervenções sempre que sente que os participantes não resolvem a situação. A organização não tem regras formais, nem órgãos administrativos e nem precedentes para guiar novos julgamentos". O líder pode utilizar os bens comuns como se fossem de sua propriedade particular, fato muito comum nos relatos sobre empreendimentos coletivos (Ritzer, 1996, p.133).

troca entre estes dois atores, pela qual o mesmo é relacionado a um processo de negociação (Crozier & Friedberg, 1993, p.39-41). Crozier & Friedberg (1993, p.68) introduziram na análise das organizações a liberdade dos atores e proporcionaram uma nova visão da ação social, superando a visão tayloriana de um indivíduo passivo. Dentro da organização podem se formar, portanto, grupos que possuam oportunidades de ação comum (trunfos) e capacidades de interação, sendo alguns considerados estratégicos, outros apáticos, segundo a sua influencia na vida organizacional. O mecanismo fundamental de estruturação das relações de poder e da ação coletiva pode ser entendido, então, como jogo, possibilitando a cooperação, unindo liberdade e coação. O poder está localizado nestes espaços livres, zonas de incerteza, de que cada um dos "adversários" dispõe, quer dizer, na sua possibilidade maior ou menor de recusar o que o outro exige dele. Raramente alguém cujo futuro comportamento é totalmente previsível (quer dizer transparente) consegue ganhar. Enquanto cada ator quer reduzir a complexidade, quer dizer, a imprevisibilidade do outro, no mesmo tempo é preocupado em aumentar a complexidade do seu próprio comportamento para os outros. Porém, o poder não surge apenas destas oportunidades, mas também do uso que os atores efetivam nas suas posições. Não é suficiente dispôr de oportunidades de ação comum (trunfos), precisa estar disposto a aplicá-los em determinadas relações de poder (Crozier & Friedberg, 1993, p.40-48).

Crozier & Friedberg (1993, p.50) distinguem quatro tipos de poder nas organizações que são relacionados: a) à existência e ao uso de regras organizacionais; b) ao controle de informação e canais de comunicação; c) à relação da organização com seu contexto; e d) a um conhecimento específico (especialização).” Em seguida, serão aprofundados a influência das regras e das relações com o exterior que mostram-se importantes e assumem características específicas nos empreendimentos associativos.

Os superiores têm a possibilidade de influenciar as informações, a política de promover os recursos humanos, as regras para estruturar os jogos. No âmbito da organização associativa, os interesses dos sócios se confrontam mais e a margem de manobra (negociação, sanção, determinação de regras, demissão) da chefia é limitada. Laville & Sainsaulieu (1997, p.285-286) se referem a uma "disfunção de fusão" identificada em pesquisas sobre diferentes tipos de cooperativas na França: "Quanto mais as empresas se organizaram segundo um modelo participativo generalizado, com diferenças hierárquicas e salariais pequenas, assim como, de inúmeras formas de comunicação institucionais internas, [...] tanto mais estimulam suas dinâmicas e os projetos individuais, e menos chegam a se entender sobre o projeto inicial fundador da sua experiência coletiva". Objetivos e personalidades diferentes, jogos de poder,

contatos com os ambientes profissional, familial e local, nos quais cada um dos membros é envolvido criam uma dinâmica "disfuncional". Segundo Friedberg (1995, p.349), "... funcionamentos mais participativos das organizações passam por um reforço das prerrogativas, das possibilidades de ação e das margens de autonomia do quadro operacional". Contribuem para essa dinâmica a subestimação da complexidade das relações sociais e a concentração da atenção apenas aos mecanismos de decisão.

Os atores que controlam a relação com o entorno (contexto) são denominados "intermediários". Esta relação é importante no duplo sentido: para conseguir recursos (material, pessoas, financiamento) e para "vender" os serviços da organização. No caso de associações e cooperativas de produtores rurais é forte, pois os empreendimentos associativos surgem, frequentemente, a partir de movimentos sociais. A necessidade de uma infra-estrutura e da aquisição de novos conhecimentos relacionados às atividades coletivas cria facilmente dependências com órgãos financiadores e de fomento, assim como, com instituições de difusão de tecnologias e práticas. A questão dos "pais fundadores" e outros líderes carismáticos, anteriormente mencionado, ganha um peso maior a medida que as lideranças normalmente estão vinculadas a organizações políticas e movimentos sociais maiores. Estas relações se estabelecem através do intermediário, que pode ser, em certos casos, ao mesmo tempo, o dirigente da organização. Assim, interesses alheios de grupos externos podem predominar nas decisões da organização associativa (a exemplo da intervenção de fundadores de uma organização regional de agricultores na noite antes da assembléia geral determinando a nova direção; Schmitz, 2005, p.141) reforçando o poder dos intermediários na organização.

As organizações autogestionárias mantêm uma estrutura democrática garantindo a participação dos seus membros nas decisões, no entanto, podem-se comportar como empresas capitalistas, quando contratam, ao mesmo tempo, assalariados não cooperados. Observa-se esta tendência, especialmente, nos tipos com tarefas que não são comuns aos cooperados. Singer (2002b, p.84) confirma a tendência da cooperativa de consumo, de crédito e de comercialização de empregar "... trabalho assalariado, o que enseja lutas de classe no seu interior. Por isso *não* fazem parte da economia solidária". Outros tipos apresentam também esta tendência de abandonar o ideal da economia solidária, porém em menor intensidade. Podemos então distinguir entre a organização solidária, na qual todos que trabalham nela são membros plenos, e a organização associativa que emprega trabalho assalariado. Além do conflito no interior da organização, coloca-se o problema que em alguns tipos de organização associativa os profissionais contratados são qualificados, como por exemplo os assistentes sociais numa cooperativa de serviço ou os bancários numa cooperativa de crédito. Este

conflito não pode ser facilmente eliminado transformando estes profissionais contratados em sócios, porque, por causa da sua presença no dia-a-dia da organização e seu conhecimento, exercem mais influência na organização do que os próprios membros. A integração como sócios daria um duplo poder a eles, ser "dono" do capital e mandar no funcionamento que eles conhecem melhor, como mostram Eme et al. (1997) na estrutura complexa de Emaús.

A autogestão equilibrada, que se mantêm numa posição entre a gestão central e a coordenação fraca, baseia-se na participação ativa dos sócios. Podemos distinguir dois tipos gerais de participação. Por um lado, existe a "participação social" (Amman, 1997; Bordenave, 1994), também chamada de participação macro ou participação política, que se preocupa com a democracia e a cidadania no âmbito da sociedade. Por outro, existe a "participação concreta", que se preocupa com a tomada de decisão em organizações associativas ou projetos de desenvolvimento e que pode ser analisada através da sociologia das organizações usando o conceito do sistema de ação concreto (Schmitz, 2005; Schmitz et al., 2006). Em seguida, tratamos apenas a participação concreta e não a contribuição da participação nas associações e cooperativas para a cidadania dos seus sócios.

A participação dos membros da organização na sua gestão aumenta a criatividade da mesma permitindo acertar ou ajustar mais fácil e rapidamente os rumos. Os membros contribuem para aumentar a produtividade ou baixar os custos. Porém, esta vantagem teórica pode ser aproveitada na prática somente se as decisões forem tomadas em tempo hábil. O aumento da criatividade não é compartilhado por todos os tipos de cooperativa, pois depende dos conhecimentos dos membros na área da principal atividade do empreendimento, que é o caso, tipicamente, na cooperativa de produção devido ao fato de que os operários-sócios exercem todas atividades na organização. No entanto, não se aplica aos casos das cooperativas de comercialização, de consumo e, menos ainda, de crédito.

Em geral, a participação ativa na autogestão significa um controle (democrático) da diretoria e possibilita a constituição de uma maior identidade com a organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S.B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9.Ed. São Paulo: Cortez, 1997. 211p. <Primeira Ed. 1980>

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 8.Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 84p. (Coleção primeiros passos). [Original: 1983; primeira edição].

CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306p.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 339p. [Primeira publicação em alemão 1923].

CHAZEL, F. Poder. In: BOUDON, R. (dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.213-245.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **Die Zwänge kollektiven Handelns**: Über Macht und Organisation. Trad. E. Friedberg; S. Stelzer. Hain, Frankfurt a.M., 1993. 391p.

EME, B.; GAUTRAT, J.; GOUNOUF, M.-F.; LAVILLE, J.L. Organisation, charisme et citoyenneté: l'UCC Emmaüs. In: LAVILLE, J.L.; SAINSAULIEU, R. (Dir.) **Sociologie de l'association**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997, p.219-265.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.Ed. Curitiba: Editora Positiva, 2004. 2120p.

FRIEDBERG, E. **O poder e a regra**: dinâmicas da acção organizada. Trad. A.P. da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1995b. 412p.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science** 162:1244-8, 1968.

LAVILLE, J.L.; SAINSAULIEU, R. (Dir.). **Sociologie de l'association**. Paris: Desclée de Brouwer, 1997. 399p.

CANDEIAS, C.N.B.; MACDONALD, J.B.; MELO NETO, J.F. (Orgs.). **Economia solidária e autogestão**: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005, 162p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. A. Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. 198p. <Escrito em 1844>.

MORRIS, W. **Notícias de lugar nenhum**: ou uma época de tranquilidade. Trad. P.C. Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 318p. [Original: 1892].

OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1965. 186p.

PINHO, D.B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357p.

RITZER, G. **Sociological Theory**. 4.Ed. New York: McGraw-Hill, 1996. 757p.

SCHMITZ, H. **Partizipation und Partnerschaft**: Bauern, Forscher und Berater in Brasilien. Weikersheim: Margraf, 2005. 312p.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. Métodos participativos para a agricultura familiar. In: Monteiro, D.M.C.; Monteiro, M.A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: NAEA/UFPA, 2006, p.75-102.

SCHNEIDER, J.O. **Democracia, participação e autonoma cooperativa**. 2.Ed. São Leopoldo: Editora Unsinos, 2003. 496p. [Original: 1991].

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a. 127p.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p.81-129.

VEIGA, S.M.; FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2001. 112p. (Série Economia Solidária).

VEIGA, S.M.; RECH, D. **Associações**: como construir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2001. 128p. (Série Economia Solidária).

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume I. Trad. R. Barbosa, K.E. Barbosa; rev.téc. G. Cohn. 3.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994. 422p.

DESENVOLVIMENTO RURAL EM ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO: a perspectiva de rumos diferenciados

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante[1]

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida[2]

Luís Antonio Barone[3]

[1]Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara) - E-mail: mestrado@uniara.com.br

[2]Professor da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador do Mestrado de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Uniara, Araraquara-SP. Email: manoel77@yahoo.com.br

[3]Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP) – E-mail: laborone@uol.com.br

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

1. Um itinerário de questões polêmicas

A luta pela terra e a conseqüente política de assentamentos rurais desenvolvida no Estado de São Paulo nos últimos 20 anos tem colocado, tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos e população assentada, questões e desafios no desenvolvimento destas experiências de democratização do acesso à terra na unidade mais modernizada da federação. Paralelamente, o setor agroindustrial ligado à produção de açúcar e álcool combustível (etanol) tem, neste Estado brasileiro, sua base mais importante. A presença constatada da cultura agroindustrial da cana-de-açúcar nos Projetos de Assentamentos (P.A.s) paulistas constitui um dilema que expõe o futuro destas experiências de Reforma Agrária a controvérsias de natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre esta trajetória.

Igualmente, registra-se que, atualmente, a produção para fornecimento às indústrias de biocombustíveis acontece em duas regiões do Estado – região Nordeste e região Oeste (esta última mais conhecida como Pontal do Paranapanema). Embora ambas contem com a produção de cana-de-açúcar agroindustrial, apenas no Pontal foi implantado um projeto de produção para o biodiesel.

As duas alternativas, polêmicas, exigem um cuidadoso acompanhamento face aos bloqueios e perspectivas que se apresentam para os assentamentos (Medeiros e Leite, 2004), as trajetórias, tanto dos trabalhadores quanto da expansão da cana de açúcar – e de culturas para a produção de biodiesel - no interior dos assentamentos ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Nos termos em que essas relações de parcerias vêm se concretizando, este trabalho vai discutir a necessidade de desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social e a importância de submeter ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, bem como a construção possível de uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar e da produção de biodiesel, pautada nos princípios da produção agroecológica, na valorização da produção regional e na inclusão social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais.

Os assentamentos rurais, experiências inovadoras na gestão do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades de uma certa agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo. Nestes, os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Essa ambigüidade está bastante presente nas distintas maneiras pelas quais usinas, órgãos técnicos, agências de mediação e trabalhadores assentados se posicionam na discussão e no encaminhamento das ações no tocante a plantar ou não plantar cana ou oleaginosas para as agroindústrias.

As alternativas que envolvem a aceitação ou a recusa em plantar cana para usinas têm que ser pensadas de uma perspectiva político-social integradora, não unicamente por uma determinação econômica. Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão, que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos

rurais, os quais têm como referência, neste artigo, duas regiões do Estado de São Paulo, diferenciadas em suas relações e em sua dinâmica.

2. Fragmentos da Caracterização dos Assentamentos

2.1. No território das agroindústrias

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (P.A.s Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (P.A. Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador André Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o ITESP, 418 famílias residentes nessa antiga propriedade da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.).

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias. O Projeto de Assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (Ferrante e Barone, 1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia produtiva constitui o maior complexo agroindustrial da região..

2.2. Nas terras do Pontal do Paranapanema

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (extremo Oeste Paulista) a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999).

Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (PSDB, 1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (em 2008, eram 103 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

3. O modo de vida dos assentamentos e a “parceria” com as agroindústrias

Dados recentes da Fundação ITESP (Quadro 1) revelam que, em 2008, mais de 350 assentados em projetos da jurisdição do governo estadual, distribuídos pelas regiões Nordeste e extremo Oeste do Estado, têm contratos para fornecimento de cana a diferentes usinas. Essa distribuição geográfica apresenta situações distintas na constituição das tramas sociais que suportam essa relação.

Quadro 1 - Distribuição dos assentamentos geridos pelo ITESP que implantaram cana de açúcar para fornecimento a agroindústrias.

Grupo Técnico	Agroindústria	Projeto de Assentamento	Nº de assentados

de Campo			
Araraquara	Usina Santa Luiza – Motuca Usina Maringá – Araraquara e Usina São Martinho – Pradópolis em processo de oficialização da parceria	Monte Alegre Bueno de Andrade Silvania Guarany	212 (total de contratos com a Usina Sta. Luiza)
Teodoro Sampaio	Destilaria Alcídia S/A	Santa Zélia Sta. T. da Alcídia Alcídia da Gata Sta. Cruz da Alcídia	18 6 4 3
Rosana	Destilaria Alcídia S/A	Gleba XV de Novembro	38
Bebedouro	Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A	Ibitiúva	24
	Usina Viralcool S/A	Reage Brasil	46

Fonte: Fundação Itesp, 2008.

Poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em espaços para a produção de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia sugeridas pelas políticas de assentamentos.

Na situação dos assentados que fornecem cana às usinas, o termo "parceria" aparece referido a uma portaria da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – Itesp (Portaria Itesp nº 75 de 24/10/2002, revogada pela Portaria nº 77 de 27/07/2004). Trata-se, portanto, de um termo utilizado pelos órgãos gestores para definir a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Dentre os programas que poderiam proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas, aparece a referencia à formação de "'parcerias negociais' (grifo nosso) visando alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria prima para as agroindústrias".

Estas expectativas vão se confrontar com a situação concreta da parceria com os assentados, expressão institucional de um contrato, no qual são detectadas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela

controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool. Estamos bem longe, também, da situação clássica de "parceria", descrita por Antonio Candido (1987). N'Os parceiros do Rio Bonito encontramos o que poderíamos chamar de uma forma de arrendamento em espécie, unindo proprietários e parceiros num universo social no qual as distâncias sociais e as distorções na gestão do negócio são pequenas. Nos assentamentos, está em questão uma forma de arrendamento totalmente mercantil, que se tenta disfarçar de variadas maneiras, às vezes com algum regramento oficial na transação (no caso dos canaviais implantados segundo Portaria do Itesp).

Expressando efetivamente uma desigualdade de condições, a parceria tem sido desconfigurada pelas práticas adotadas. Nessa reconstrução sociológica, a "parceria" com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando, exige a sua desconexão da matriz conceitual de "capital social", que tem, como princípio, parcerias sociais embasadas em valores como "solidariedade", "reciprocidade", "cooperação" e "confiança" (PUTNAN, 2000).

4. Impactos das parcerias nos assentamentos das regiões investigadas

O que tem significado, efetivamente, os contratos feitos pelos assentados em parceira com empresas ou agroindústrias? Existem diferenças marcantes entre as diversas parcerias com o setor privado. Não é incomum, embora de difícil avaliação quantitativa, que assentados negociem parcela de seus lotes para cultivos agroindustriais voltados para a produção de alimentos, sendo o caso da mandioca o mais recorrente. A utilização maior ou menor da mão-de-obra familiar dá a tônica nesta diferenciação. Mesmo nas "parcerias" com as usinas, estão previstas – a partir das Portarias do Itesp – a utilização da força de trabalho do assentado em determinadas tarefas do ciclo produtivo. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos. Isto pôde ser constatado nas duas regiões objeto de análise.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o exemplo mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (STETTER, 2000; FERREIRA JÚNIOR, 2007).

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo

produtivo de álcool e açúcar. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

A diferença de posição que os órgãos gestores (Incra e Itesp) adotaram aprofunda as contradições e ambigüidades dessa realidade. Tais diferenças entre as posições dos órgãos têm demarcado o campo político no contexto da gestão dos projetos de assentamentos no Estado de São Paulo, com acusações mútuas de omissão frente ao dilema do desenvolvimento econômico e social desses territórios.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado. Além disso, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos – tempo superior ao previsto no Estatuto da Terra – inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexos, de resultados não imediatos.

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de "pegar o cheque". Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, no mesmo volume de área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Esse bom relacionamento – que, no entanto, comporta também uma crítica à exploração imposta pela usina – viabiliza a manutenção da cultura canavieira e recria uma integração sistêmica, conforme estudado em outros contextos envolvendo pequenos fornecedores de cana (Neves, 1981).

A cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda através da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada. Há exemplos, mesmo que restritos, de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote.

Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para

outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar carente de braços e, sobretudo através do assalariamento fora do assentamento.

5. O balanço positivo dos programas municipais de segurança alimentar no município de Araraquara-SP: alternativas possíveis de políticas públicas às parcerias

Através dos dados do LUPA (2008) pode ser observado que a maior quantidade de UPAs existentes no município de Araraquara-SP, 79%, possui uma área inferior a 50 ha, que é inversamente proporcional à área total existente, já que as propriedades com mais de 100 ha, em número de cerca de 12%, ocupam 76% da área total, compreendendo 904 UPAs. Estão dentro deste recorte produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos rurais, sendo este último grupo o mais numeroso. A produção agrícola familiar no município de Araraquara provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional.

Nesse município, como uma forma de contemplar a agricultura familiar de assentados e pequenos produtores rurais na agenda municipal, a prefeitura desenvolveu parceria com o Governo Federal com dois objetivos: 1) venda direta dos produtores aos consumidores locais (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal); 2) integração das produções de alimentos da agricultura familiar em projetos de mercado institucional (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos). As análises dos resultados dessas ações parecem apontar perspectivas que podem levar os agricultores familiares à inclusão social por meio de uma agenda política de segurança alimentar local.

As políticas de segurança alimentar do município de Araraquara funcionam sob uma rede de coordenação centralizada. Esta forma de gestão permite uma maior dinâmica em relação aos produtos recebidos pelo PAA, agente dinamizador da rede e do destino dos mesmos. Os produtos do PAA são destinados ao Banco de Alimentos e posteriormente a entidades e escolas municipais. Alguns produtos recebem um pré-processamento ou um preparo final nos programas da gerência de abastecimento geral, antes de serem enviados aos destinos finais (escolas, entidades e Restaurante Popular), compondo a rede primária de segurança alimentar do município.

Também existe o Programa Direto no Campo e outras iniciativas isoladas da rede primária que apresentam resultados significativos, ainda que tímidos, de inclusão social e desenvolvimento regional. Atualmente o programa Direto do Campo ou Varejão Popular no Município de Araraquara é operacionalizado através de 3 iniciativas, onde entram cerca de 100 mulheres e homens assentados em uma rede, da qual participam distintos atores.

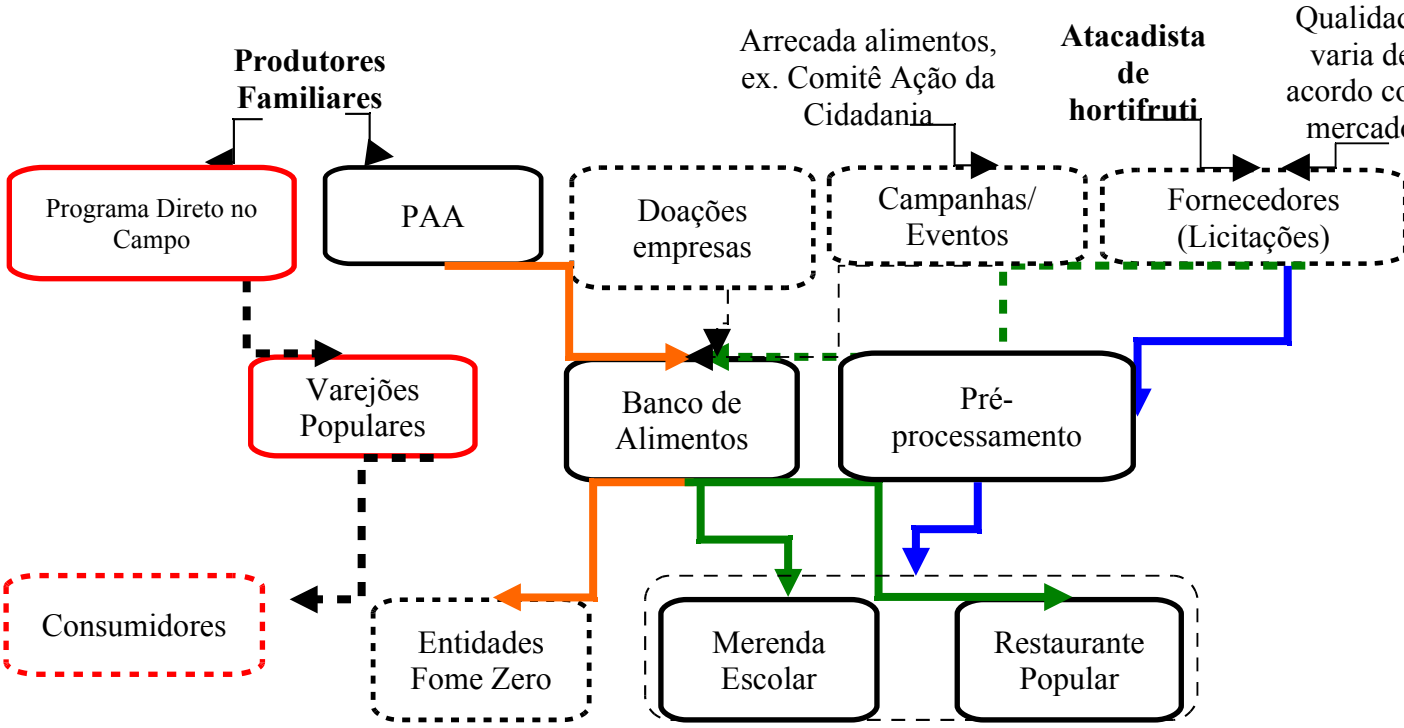


Figura 1. Rede Política de Segurança Alimentar no Município de Araraquara-SP.
Fonte: ALMEIDA, 2008.

O envolvimento dos produtores assentados nesses programas – o que lhes permite sair do circuito de dependência dos atravessadores no processo de comercialização – a melhoria de qualidade da alimentação escolar podem ser embriões de um modelo alternativo de desenvolvimento rural, o que merece, sem dúvidas, atenção e acompanhamento.

6. O biodiesel como "salvação" dos assentamentos do Pontal

A implantação de uma política nacional de biodiesel, que define o segmento da agricultura familiar como sua principal base de fornecimento de matéria-prima, projeta

impactos ainda não claramente avaliados nos assentamentos rurais, implicando em novas estratégias e conflitos no encaminhamento das experiências de reforma agrária. No Estado de São Paulo, a adesão ao projeto de fornecimento de oleaginosas para a produção de biocombustíveis ainda tem um caráter um tanto incipiente, já que não foi instalada qualquer planta industrial processadora de matéria-prima. No entanto, divergências e concorrências têm marcado a discussão dessa alternativa.

Na região de Araraquara, na qual há mais tempo tem-se a cana nos assentamentos, a produção para o biodiesel não passou até hoje de projeto nos discursos políticos. No Pontal do Paranapanema, por outro lado, uma iniciativa concreta – embora bastante problemática – fez com que centenas de assentados já tenham, no ano de 2008, produzido e vendido mamona para a produção do combustível.

Em rota de colisão com a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) desde o final do governo FHC, a principal liderança dos sem-terra na região (José Rainha Júnior) segue efetivamente, com seu grupo de militância, como principal referência da luta pela terra na região. Excluído da organização nacional, essa fração mantém a bandeira, o "método" e a denominação do Movimento[xi]. Este grupo tem buscado construir uma alternativa institucional à cooperativa (COCAMP - outrora sob a direção do grupo de Rainha Júnior), direcionando seus esforços na montagem de uma entidade legalmente constituída, a fim de também concorrer às verbas federais destinadas aos assentamentos do Pontal. Surge em 2006, então, a Federação das Associações de Agricultores Familiares do Pontal do Paranapanema (FAAFOP), com sede no município de Mirante do Paranapanema – vizinho de Teodoro Sampaio, sede da COCAMP. Registros da imprensa regional dão conta de um relativo sucesso desta nova entidade, que foi apontada, em 2007, como a que mais recebeu recursos dos vários programas do governo federal destinados a atender sem-terras e assentados rurais.

Como principal projeto da FAAFOP para o desenvolvimento dos assentamentos no Pontal está a produção de cultivares para a industrialização do biodiesel. Certamente, boa parte dos recursos federais recebidos pela entidade foi investida no fomento da produção de oleaginosas nos assentamentos. Nas palavras de José Rainha Júnior na imprensa regional, o biodiesel seria "a salvação" da reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

Dados divergentes são ventilados acerca dessa experiência de produção para o biodiesel no Pontal. Dirigentes da FAAFOP falam em 2000 assentados envolvidos no projeto (distribuídos em vários assentamentos da região). Outras lideranças dos assentamentos calculam em centenas os produtores assentados que efetivamente se engajaram nessa

alternativa. O certo é que, embora o "MST/Pontal" busque financiamentos para a instalação de uma planta industrial de produção do biodiesel no Pontal, os assentados – mediados pela Federação e por uma nova cooperativa (Cooperativa de produção de Biodiesel do Oeste Paulista – Cooperbioeste) – tiveram que negociar a mamona colhida nos assentamentos em 2008 para uma indústria do Mato Grosso do Sul.

A novidade e o caráter recente desta alternativa impede que se tenha conclusões acerca de sua viabilidade. No entanto, constata-se que a disseminação da mamona nos assentamentos do Pontal foi notável em abrangência geográfica. Além disso, cerca de cem produtores se concentram num único assentamento – a "Gleba XV de Novembro", maior assentamento do Pontal, com mais de 500 lotes produtivos. Dados preliminares dão conta de que praticamente todas as operações de plantio e colheita da mamona foram subsidiadas pela FAAFOP/Cooperbioeste. Por outro lado, assentados se queixam de que não conseguiram "entregar" a mamona – ou seja, a entidade fomentadora não conseguiu recolher toda a produção, distribuída por assentamentos muito distantes uns dos outros.

As críticas, no entanto, vão além das dificuldades logísticas e do caráter altamente subsidiado da produção para o biodiesel. Com a defesa dessa alternativa produtiva para os assentamentos, a fração do MST liderada por Rainha Júnior estabelece uma clara divergência ideológica com a organização nacional dos sem-terra – frontalmente contrária aos biocombustíveis.

7. Considerações Finais: apenas um enunciado

Os impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados puderam imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica ficou, em princípio, prejudicada.

Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação "cativa". É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo

afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em principio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados na produção das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, criação de frangos e fruticultura na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são "dispensados" na cultura canavieira.

Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem, como já afirmado, programas da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo, que absorvem parte da produção existente.

Em Araraquara, o Incra mudou, no discurso, sua forma de gestão, mas na prática, há muitas indefinições. A tentativa, por parte do Sindicato dos Empregados Rurais, de um novo modelo de agricultura baseado nos moldes de prevenção e proteção ambiental, sem certeza das formas de viabilizá-lo reforça inseguranças.

No Pontal do Paranapanema, relações de clientelismos se alternam com situações de proximidade e de distanciamento face ao MST, com as indefinições da Prefeitura, com as estratégias de mobilização buscadas pelos assentados produtores familiares de leite em uma construção de outro modelo de desenvolvimento rural. Lá, também, as incertezas da produção para o biodiesel se mesclam com a ameaça de ampliação da área plantada de cana para as destilarias. Além disso, a defesa do biodiesel marca a principal divergência programática entre o MST nacional e o MST/Pontal.

Passamos em revista estratégias e projetos os quais colocam, frente a frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

Analisar continuadamente, a trama de tensões presentes nos paradoxos da integração do assentamento aos complexos agroindustriais e as perspectivas, difíceis, mas possíveis, de um modelo de desenvolvimento alternativo se constitui em um desafio para os pesquisadores da rede rural.

Bibliografia

ANTONIO, A. P. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado. Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990** (Tese de Doutorado em Geografia), FFLCH-USP, SP, 1990.

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos.** Nº 08, Araraquara: FCL/UNESP, 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo, Ed. Duas Cidades, 7ª Ed., 1987.

FERNANDES, B. M. **MST: FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO**, São Paulo, Hucitec, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais**. (Tese de Livre Docência), UNESP Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA/Uniara, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B e Barone, L.A. "*Homens e Mulheres nos Assentamentos: Violência, Recusa e Resistência na Construção de um Novo Modo de Vida"*. **Revista Perspectivas**, v 20/21. São Paulo: EDUNESP, 1997/1998.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP** (Monografia de Bachareladoem Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2007.

LEAL, G. M. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio/SP** (Monografia de Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2003.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** S. Paulo,Hucitec, 1998.

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais.** Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos produtores de cana.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", 2002.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

RAMOS, P. **Relatório de contrato de Prestação autônoma de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria – Quarto relatório** (PROCESSO 15000/2005 – CONVÊNIO INCRA – ATES). Campinas, Outubro/2005.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO

Clotilde Zai[1]

Cicilian Luiza Löwen Sahr[2]

[1]Mestre em Geografia – UFPR – E-mail: clotildezai@yahoo.com.br

[2]Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR e UEPG

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural.

RESUMO

No Paraná, em concordância ao que ocorre no Brasil, grande parte da população vive em pequenos municípios, que concentram 25,5% da população do estado, ocupam 84% do território paranaense e somam 79,5% do número total das unidades municipais do Paraná. Alguns desses pequenos municípios estão no Território Paraná Centro, adotado como objeto do estudo, que caracteriza como um Território que contém 38,82% dos habitantes residindo na área rural ou nos pequenos centros dos municípios, as chamadas "cidades imaginárias". Com base no conceito de desenvolvimento territorial rural o trabalho visa entender os pequenos municípios enquanto lugares específicos de vida e trabalho, que representam um grande potencial econômico, social, cultural e natural, com apontamentos de um projeto de desenvolvimento territorial rural e uma caracterização da organização do Território Paraná Centro e seus pequenos municípios.

Palavras-chave: Desenvolvimento, rural, Território Paraná Centro.

ABSTRACT:

In Paraná, in agreement to what occurs in Brazil, much of the population live in small municipalities, which account for 25.5% of the state population, occupy 84% of the area and Paraná totaled 79.5% of the total number of municipal units of Paraná. Some of these are small towns in the Center Territory Paraná, adopted as an object of study, which is characterized as a Territory that contains 38.82% of the population living in rural or in small

centers of the municipalities, so-called "imaginary cities." Based on the concept of territorial rural development work aims to understand the specific small towns as places of life and work, which represent a large potential economic, social, cultural and natural, with notes of a project to develop rural land and characterization of the organization Center Territory Paraná and its small towns.

Key words: Development, Rural, Center Territory Paraná.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a intenção de provocar uma discussão em torno do conceito de desenvolvimento territorial rural e sua articulação aos municípios classificados como pequenos, partindo para um projeto de desenvolvimento para os municípios do Território Paraná Centro (TPC). Para tanto, as reflexões partem da apresentação dos critérios "oficiais" utilizados no Brasil e em outros países para a distinção desta modalidade de município, bem como, das discussões acadêmicas em torno desta questão.

Num segundo momento a análise se volta às discussões em termos de desenvolvimento territorial rural, esta que está inserida na vertente analítica conhecida como "urbanização no rural" (RUA, 2006, p.91). Este autor distingue os autores que trabalham esta questão em duas vertentes analíticas.

Na "abordagem clássica" estariam agrupados autores como Henri Lefébvre, Milton Santos e Otávio Ianni, que trabalham a idéia de "urbanização do rural", segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano. A segunda vertente, que incorpora à discussão o território e a escala, enfoca a "urbanização no rural", que se aplica "à manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano" (p.91). Nesta segunda vertente, agrupam-se autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider[1]. Estes, apesar de apresentarem imensa diversidade, defendem um necessário destaque no rural, priorizando seus estudos na idéia de "novas ruralidades".

As reflexões que seguem se apóiam, sobretudo, nesta segunda vertente analítica e visam fornecer as bases para as reflexões em torno dos pequenos municípios do TPC, cujas sedes não apresentam características tipicamente urbanas, mas sim de reprodução da zona rural.

[1] Embora Rua (2006) enquadra José Graziano da Silva no primeiro grupo, por adequação à sua literatura, este será apresentado como integrante da segunda vertente: "urbanização do rural".

POR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Na compreensão de Schneider e Tartaruga (2004, p.111), a dimensão do lugar refere-se ao espaço cotidiano da vida dos agricultores e de suas famílias que se inicia no espaço da moradia e estende-se à comunidade local, aos vizinhos, e chega ao pequeno povoado ou sede de município. Este território tem como características importantes a coincidência espacial entre a unidade produtiva e a unidade doméstica e, ao mesmo tempo, a articulação coletiva com a comunidade local, onde se desenrola o seu modo de vida.

O enfoque do desenvolvimento territorial rural pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Segundo Bianchini (2001), tal organização não é comum em nível local e quando existe, está restrita aos atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento do local.

Em sua obra intitulada "O do futuro das regiões rurais", Abramovay (2003) menciona que o território possui, antes de tudo, um tecido social, com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica. Alerta sobre a necessidade de um consenso quando nas decisões para elaboração de um projeto de desenvolvimento, que citando os estudos de Casarotto Filho e Pires (1998, p. 100), o autor chama de "pacto territorial".

Para Abramovay (2003, p.92), este pacto deve responder a cinco pré-requisitos: 1) mobilizar os atores em torno de uma idéia-guia; 2) contar com o apoio desses atores, não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; 3) definir um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; 4) realizar o projeto em um tempo definido; e 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial. Sugere ainda, a partir desses eixos, a "construção de um sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas da região em questão".

Em seguida, Abramovay (2003, p. 95-97) apresenta sete hipóteses elaboradas com intuito de superar as principais dificuldades na atuação das organizações do processo de desenvolvimento rural: a) alteração da concepção de educação no meio rural, rompendo com o costume e idéia de atribuir atividades rurais aos indivíduos que não conseguem estudar e

valorizando as técnicas produtivas locais; b) criação de uma rede envolvendo os atores locais entre diversos segmentos políticos, econômicos e sociais da região, valorizando de seus atributos; c) extrapolar os limites das redes de relações para uma ação que ultrapasse o limite municipal, diminuindo as ações políticas estritamente municipais; d) divulgação dos resultados dessa nova dinâmica e incentivo às potencialidades territoriais por meio de feiras de agricultores e outros eventos, possibilitando novos contatos e ampliação da rede; e) fortalecimento das identidades culturais e dos saberes populares, como o artesanato, movimentos sociais e produtos tradicionais, estimulando a produção coletiva e fortalecendo a renda das famílias envolvidas; f) estimular as faculdades e universidades do interior do país a contribuírem decisivamente para a formação de redes territoriais de desenvolvimento com ampliação do conhecimento, capacitação local e fornecimento de assistência técnica e organizacional; e g) construir procedimentos estatísticos que permitam uma visão do territorial sobre o processo de desenvolvimento sem separar as cidades das regiões rurais.

Quanto as articulações intermunicipais para o desempenho socioeconômico de um município rural, Veiga et al. (2001 p. 57), relatam que depende muito das qualificações individuais de seu representante administrativo. São recorrentes os casos em que a dinamização do prefeito pode ser capaz de atrair para seu município decisivos investimentos privados e públicos.

O governo local detém possibilidades variadas de atuação para impulsionar o desenvolvimento local, entre elas, a de articular medidas que criem um incentivo a novas formas de organização da produção; novas formas de ajuda e cooperação; articulação com atores e dinâmicas externas; e aumento da produtividade social. A elaboração de diagnósticos detalhados, a procura por novas parcerias e a postura de compromisso com o desenvolvimento local são exigências para uma atuação eficaz do poder público local (TAVARES, 2006 p. 21).

Veiga e colaboradores (2001 p. 58) sentem o fato das políticas do governo federal ainda não incorporarem a dimensão intermunicipal. Na maioria das vezes exigem que pequenos municípios se utilizem de estratégias fechadas, por meio da criação de conselhos apenas municipais, quando igualmente importante seria induzir articulações intermunicipais.

Rocha et al. (2004, p. 97) aponta o caráter institucional-multidisciplinar do desenvolvimento territorial rural. Este se revela importante na definição e direção das políticas públicas territoriais, que devem conter objetivos múltiplos e promover um sistema participativo de base. Outros enfoques dizem respeito à cooperação dos agentes públicos na redefinição do papel do Estado como facilitador da gestão das políticas públicas.

Uma sugestão de Veiga (2002, p.50) é um plano de desenvolvimento territorial. Para isso, propõe a elaboração de um Contrato Territorial de Desenvolvimento (CTD), a ser firmado com articulações intermunicipais, cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por órgãos competentes.

A sugestão é que se tenha um plano voltado para o efetivo respeito de cinco princípios constitucionais da atividade econômica: busca do pleno emprego, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades sociais, função social da propriedade e tratamento diferenciado para pequenas empresas (VEIGA et al, 2001).

Veiga (2002, p.38) fala da expressão "recomposição dos territórios", a qual expressa a necessidade de novas formas institucionais de "governança" das aglomerações e das microrregiões. Para ambos os casos essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político-administrativas pré-existentes.

Graziano da Silva (2001) e Veiga et al (2001) na obra intitulada "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento" Graziano relata sobre sua concordância com Veiga com relação ao esboço de um projeto de lei proposto para dar início a uma discussão sistemática na esfera dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, a começar pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), permitindo a elaboração de uma lei sobre o desenvolvimento rural de importância equivalente ao "Estatuto das Cidades".

Mas essa lei não deve ser uma simples nova versão do histórico "Estatuto da Terra", que volte a dispor apenas sobre a política fundiária e agrícola. Precisa ser uma lei que contemple as outras dimensões essenciais da vida rural, que ajude as áreas rurais a garantirem o bem-estar e a cidadania aos que nelas prefiram viver. Enfim, que facilite o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida mais diretamente relacionados com a natureza. (GRAZIANO DA SILVA, 2001 e VEIGA et al, 2001)

Dentro das organizações internas na esfera nacional, existe o CNDRS, cuja principal finalidade é deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), que se constituirá das diretrizes, dos objetivos e das metas de quatro programas: Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Fundo de Terras e Reforma Agrária (Banco da Terra), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF[2]) e Programa de Geração de Renda no Setor Rural (Proger-Rural) (Veiga et al., 2001 p. 80).

[2] "O PRONAF, possui basicamente duas vertentes de atuação: crédito para agricultores e recursos para dotar os municípios de infra-estruturas e serviços necessários ao melhor desempenho da agricultura familiar. Para que os municípios possam receber estes recursos, deve ser construída uma Comissão de Desenvolvimento Rural na qual os agricultores familiares terão ao menos metade dos membros" (ABRAMOVAY, 2003, p. 92).

Muitos programas governamentais financiados ou orientados por organismos internacionais (bancos ou agências de desenvolvimento) exigem ou recomendam o estabelecimento de instâncias locais de planejamento participativo, ou seja, os municípios rurais só poderão exercer influência positiva na fixação das diretrizes, objetivos e metas destes programas, se conseguirem articulações locais e com os demais municípios da microrregião a qual pertence.

O PRONAF, um desses programas de desenvolvimento territorial rural em andamento no Brasil, é abordado na literatura estudada por autores como Veiga (2001 e 2002), Graziano da Silva (2001), Denardi *et al*. (2000) e Abramovay (1998).

O que precisa ser visto com maturidade e clareza, segundo Veiga e colaboradores (2002), é uma proposta que possa mesclar as ações dos governos federal e estaduais, diminuindo a distância entre o local e o setorial, mesmo nos casos em que tais políticas já romperam com o velho padrão centralizador.

Graziano da Silva (2001) concorda novamente com Veiga et al. (2001) em relação à definição de uma estratégia de ação com objetivo de reorientar, reformular e, se necessário, criar outros programas no atual PNDRS, resultando em um plano que deverá oferecer novas e melhores perspectivas aos municípios rurais, ou seja,

> ... não pode ser um plano que se limite a diretrizes, objetivos, e metas de caráter essencialmente fundiário e creditício, como ocorre com os quatro programas citados (PNRA, Banco da Terra, Pronaf e Proger-Rural), mesmo que alguns contenham "linhas de ação" de outra natureza. Este plano de desenvolvimento deverá conter também outras diretrizes, objetivos e metas que favoreçam ligações entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Diretrizes, objetivos e metas que promovam todas as formas de empreendedorismo que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios (VEIGA et al. 2002, p. 82).

Uma solução retórica para o problema de acesso dos pequenos municípios aos programas de apoio nacional já foi encontrada há muito tempo, com a popularização do discurso sobre o "desenvolvimento local":

Segundo Denardi *et al*. (2000, p. 46) e Graziano da Silva (2001), a grande maioria dos municípios não elabora nenhum planejamento estratégico. E raros são os casos em que há

mecanismos institucionalizados de participação popular na construção de planos e na aprovação do orçamento municipal. Segundo eles no Paraná, esse quadro desfavorável é dominante nos menos desenvolvidos.

Um atuante programa anteriormente já mencionado é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) que atualmente está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Tal secretaria tem como objetivo apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas

O PRONAT tem a função de promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de Desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia (MDA, 2008).

Diante os estudos até aqui discutidos por pesquisadores do desenvolvimento territorial rural, mostramos neste desfecho um pouco do que foi elaborado com base no PTDRS, nos municípios do TPC.

TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO E SEUS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Dos 399 municípios do Paraná, 100 apresentam população total inferior a 5.000, destes três encontran-se entre os municípios que compõem o Território Paraná Centro, o que para Veiga (2002 e 2005), são considerados “municípios anões” ou “micro-municípios”. Do total de municípios paranaenses, apenas 60 possuem sedes com uma população superior a 20.000 habitantes (IBGE, 2000), que é um critério primordial para a qualificação de cidade para Veiga (2002 e 2005), Wanderley (2000) e Abramovay (2003). Assim, 339 municípios paranaenses possuem uma população urbana menor que 20.000 habitantes, o que os classifica, segundo Veiga, como “cidades imaginárias”. Inclui-se neste valor para o Território Paraná Centro, 17 dos 18 municípios, excluindo apenas a município de Guarapuava que possui 141.694 habitantes na área urbana que pode se incluir na categoria de cidade.

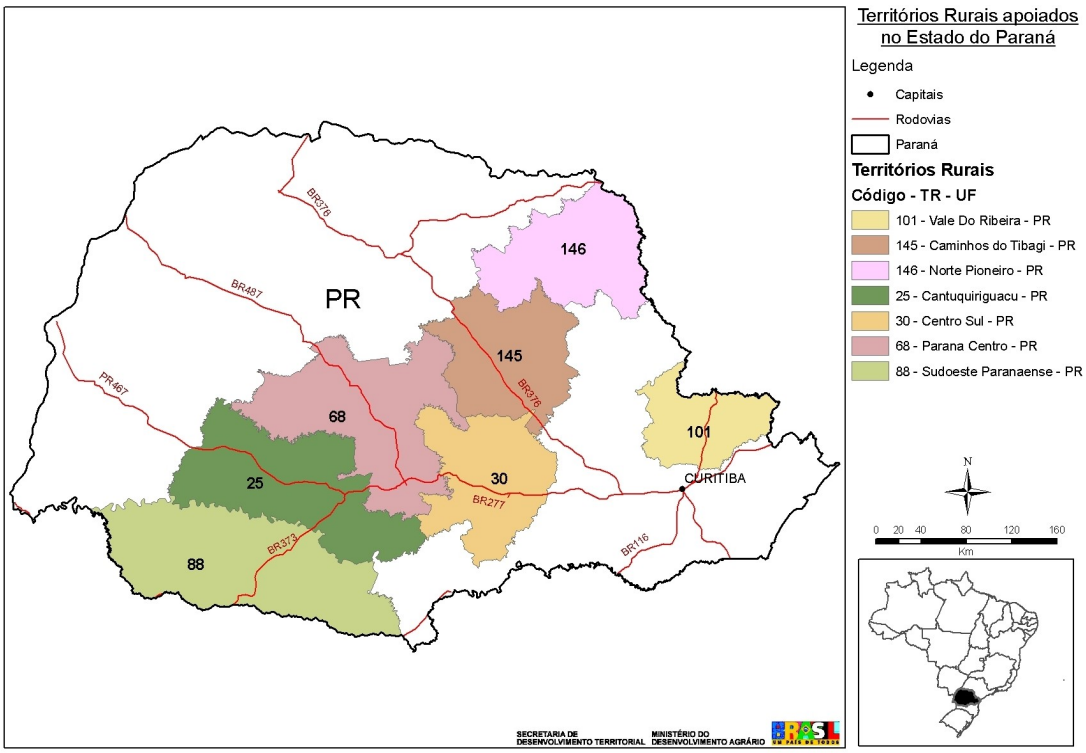
Os critérios de Kageyama (2003 p.07) e Veiga et al. (2000, p.90) classificam como municípios de pequeno porte os que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km^2; e de médio porte aqueles que têm população entre 50 e 100 mil habitantes ou cujas densidades superem 80 hab/km^2.

No Paraná estão organizados sete Territórios, sendo que o Território Paraná Centro teve seus trabalhos iniciados em março de 2006, por meio de uma dedicação conjunta entre o

grupo gestor do Território, Amocentro, Emater, Prefeituras Municipais e Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, tendo como interventores os representantes municipais, membros dos conselhos, sindicatos rurais e agricultores familiares, para elaboração de propostas e possíveis ações juntamente com Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais[3] e de outros parceiros em busca de estratégia de desenvolvimento territorial (PTDRS/TPC, 2006, p.02).

O Território Paraná Centro localiza-se na região central do Estado do Paraná (Figura 1). Os municípios pertencentes ao estudo são: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantú, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo.

FIGURA 1 – TERRITÓRIOS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IPARDES, 2006

Para elaboração do plano, estes foram subdivididos em 04 (quatro) microrregiões, sendo: Microrregião Centro (Boa Ventura do São Roque, Nova Tebas, Pitanga e Turvo), Microrregião Vale do Rio Piquiri (Campina do Simão, Laranjal, Palmital e Santa Maria do

[3] O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, tem como objetivo básico contribuir para o aumento do capital social de conhecimento territorial, através do fortalecimento da capacidade técnica dos recursos humanos que atuam nos municípios do território e também no aprimoramento do conhecimento sobre os recursos naturais e potencialidades do próprio meio físico territorial e suas relações com outros espaços.

oeste), Microrregião Vale do Rio Cantú (Altamira do Paraná, Iretama, Mato Rico, Nova Cantú e Roncador), Microrregião Vale do Rio Ivaí (Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí e Rosário do Ivaí) (TPC, 2006, p.04).

Foram elaboradas oficinas de trabalhos para a construção do Plano Territorial chamada pelos atores do processo de "Oficina Territorial de Elaboração do PTDRS". Nelas foram expostos os principais fundamentos do desenvolvimento sustentável, sua origem, as concepções, seus objetivos e importância para o processo de planejamento. Foram estudados ainda os conceitos de Agricultura Familiar, Planejamento Estratégico Participativo e os fundamentos da abordagem Pedagógica Participativa orientada pelos técnicos que operam nos municípios (PTDRS/TPC, 2006, p.05).

Além disso, as opções estratégicas foram formuladas a partir do estudo da realidade de cada município, diagnóstico dos técnicos, atores sociais e propõe as estratégias e medidas essenciais para que os municípios da área em questão construam e implantem o modelo sustentável de desenvolvimento territorial (PTDRS/TPR, 2006, p.05).

Vale mencionar que o TPC é um dos menos atuantes dos Territórios paranaenses, apesar de ter uma forte cooperativa popular a Cresol em pleno funcionamento. Nota-se uma grande influência do agronegócio na região influenciada principalmente pela COAMO – Agroindustrial Cooperativa que atua em toda América Latina e tem sede em Campo Mourão.

Em 2007 o IPARDES elaborou um "Diagnóstico Socioeconômico do Território Paraná Centro" que se refere a um estudo contratado pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Este faz parte de um conjunto de oito estudos sobre a realidade socioeconômica dos territórios: Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Ribeira, União da Vitória e Vale do Ivaí.

Tal Projeto foi desenvolvido com objetivo de contratação de empréstimo internacional junto ao Banco Mundial, dando continuidade, assim, a uma cooperação de décadas voltada para o meio rural paranaense. Revelou que os municípios do TPC são caracterizados por pequenos municípios que vivem principalmente da agricultura familiar com população dom IDH-M de médio a baixo tendo um de seus municípios – Mato Rico – com o terceiro índice mais baixo do Paraná.

Com isso, nota-se ainda estudos de longo prazo que permitam sustentar as estratégias que venham a ser criadas para os próximos anos. O crescimento agrícola não assegurará mais

o desenvolvimento rural simplesmente porque a vida rural não possui mais fundamento diretamente produtivo tampouco agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a economia dos municípios do TPC ainda apresenta-se fortemente associada à agropecuária. Acredita-se que a diversificação no uso da propriedade rural pode propiciar importantes resultados tanto na economia quanto na diminuição do êxodo rural. Portanto, a pluriatividade e a construção de novos mercados transforma-se no mais importante desafio do desenvolvimento rural para os pequenos municípios do TPC. Deve-se lembrar que é cada vez mais significativa e aparente a demanda por produtos diferenciados e que podem ser desenvolvidos a partir de seu potencial endógeno.

O estímulo a pequenas indústrias pode agregar valor aos produtos da pequena propriedade familiar. Isto é possível, entre outros, por meio de políticas de incentivos fiscais, capacitação e consultorias técnicas, incentivo a organização dos pequenos produtores rurais em cooperativas e associações. O Paraná já possui várias experiências de sucesso em cooperativismo que podem ser aplicadas pontualmente nos municípios do Território Paraná Centro.

É necessário para o desenvolvimento destes municípios, entender a importância de suas ações rurais, apoiada numa base econômica de pequenas propriedades, que valoriza o patrimônio familiar e desenvolve uma cultura diferenciada. Esta valorização do espaço rural deve ser incorporada para que ocorra um envolvimento entre a população e os órgãos de gestão pública do território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Territorial**. IICA 940/98 Núcleo de Estudos Agrários para o Desenvolvimento do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. 1998.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BIANCHINI. V. **Estratégias para o desenvolvimento rural** In: Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário /

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

CASAROTTO FILHO N. ;PIRES L. H. **Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas,1998.

DENARDI, R. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado Do Paraná**. Emater – Paraná. Out, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, set-dez. 2001.

JACOBS, J. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001

MDA - **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais Disponível em: http://br.geocities.com/eridiane/ea/programa_desenv_sustent_territorios_rurais_mda Acesso em setembro de 2008.

ROCHA, A. S., SCHEFLER, M. DE L. N. e COUTO, V. DE A. **Organização social e desenvolvimento territorial**: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Bahia. *In*: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. Análise Territorial da Bahia Rural. Salvador: SEI, 2004

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em:<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br> Acesso em: junho de 2008.

SCHNEIDER, S e TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. Campina Grande. Vol. 23, Nºs 01 e 02, jan.–dez./2004

TPC – Território Paraná Centro. Sistematização do Processo de Elaboração. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Paraná Centro**. Pitanga. 2006. Acesso em maio de 2008. Disponível em http://www.condraf.org.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_pr_parana_centro.doc.

VEIGA, J. E. A história não os absorverá nem a geografia. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENQUANTO ESTRATÉGIA ECONÔMICA E SOCIAL NA QUARTA COLÔNIA - RS

Carlos Alberto da Rosa Maciel[1]

José Antônio Louzada[2]

José Marcos Froehlich[3]

Rafaela Vendruscolo[4]

Jaqueline Quincozes da Silva Kegler[5]

[1]Acadêmico de Geografia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.

[1] Email: carlosutm12@hotmail.com

[2]Acadêmico de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria.[2]

Email: jalouzada@gmail.com

[3]Docente da Universidade Federal de Santa Maria.

Email: jmarcos.froehlich@pq.cnpq.br

[4]Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria.

Email: rafasociais@yahoo.com.br

[5]Docente da Universidade Federal de Santa Maria.

Email: jaque.kegler@gmail.com

GT 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

INTRODUÇÃO

A discussão sobre território vem ocupando cada vez mais espaço no cenário acadêmico e político. Os estudos apontam para uma compreensão de que essas localidades interligam-se a partir de dinâmicas sociais, políticas, econômicas, históricas, étnicas e geográficas. Muito mais que simples base geográfica e física, o território se configura em uma estrutura complexa potencializadora de fluxos diversos, resultando em ações heterogêneas em nível micro ou macro político.

[1] Bolsista FAPERGS

[2] Bolsista PIBIC/ CNPq.

O processo de consolidação de um território ocorre por meio da produção de sinergias e construção de um pertencimento, formando um tecido social. Assim, por meio da formação de redes de cooperação, muitos locais têm potencializado seus recursos naturais e culturais valorizando comunidades tradicionais, sua história, seus saberes e fazeres, tradições e costumes. Desta forma, a diversidade da agricultura familiar, aliada aos conhecimentos e saberes reproduzidos ao longo dos anos possibilita a agregação de valor e a inserção de produtos e serviços em tendências do mercado consumidor. A valorização e a possibilidade de inserção no mercado de produtos e serviços antes estigmatizados revela um impacto significativo, não apenas na sobrevivência das comunidades rurais, como também na auto-estima de famílias antes estigmatizadas pelo modo de vida e sua cultura.

Vislumbrando estas tendências, destaca-se a experiência de nove municípios localizados na região central do Rio Grande do Sul de mobilização dos seus recursos naturais e culturais, formando um novo território: A Quarta Colônia. A experiência envolveu a criação de uma rede de cooperação entre os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, institucionalizada por meio de um Consórcio Inter-municipal de Desenvolvimento Sustentável, o CONDESUS. Partindo desta experiência, o artigo analisa a construção deste território como meio de potencializar o desenvolvimento da microrregião. Desta forma, observamos os elementos potencializados para a agregação de valor, inserção dos produtos no mercado e a visibilidade possibilitada pela promoção de sinergias, entorno de uma narrativa de pertencimento.

A FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A potencialização dos recursos naturais, sociais e culturais vem apresentando-se como importante estratégia de desenvolvimento para muitos lugares, os quais buscam criar ou reconstruir sua própria identidade. Dessa forma, a construção de um território ocorre a partir da apropriação simbólica e política de um espaço geográfico. O sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e a apropriação do espaço instituem laços de solidariedade. A identidade, portanto, é construída pela relação entre os sujeitos, com base em afinidades histórico-culturais, e pela negociação dos atores locais com a alteridade na

delimitação de fronteiras simbólicas que permitam a diferenciação e conseqüente identificação. As identidades são construídas socialmente nas interações sociais internas ou externas, nos laços estabelecidos pelos sujeitos nas situações cotidianas, formando círculos étnicos, territoriais ou de grupos, os quais possuem elementos identificadores com significados comuns, seja num processo de afirmação ou distinção (RODRIGO, 1996).

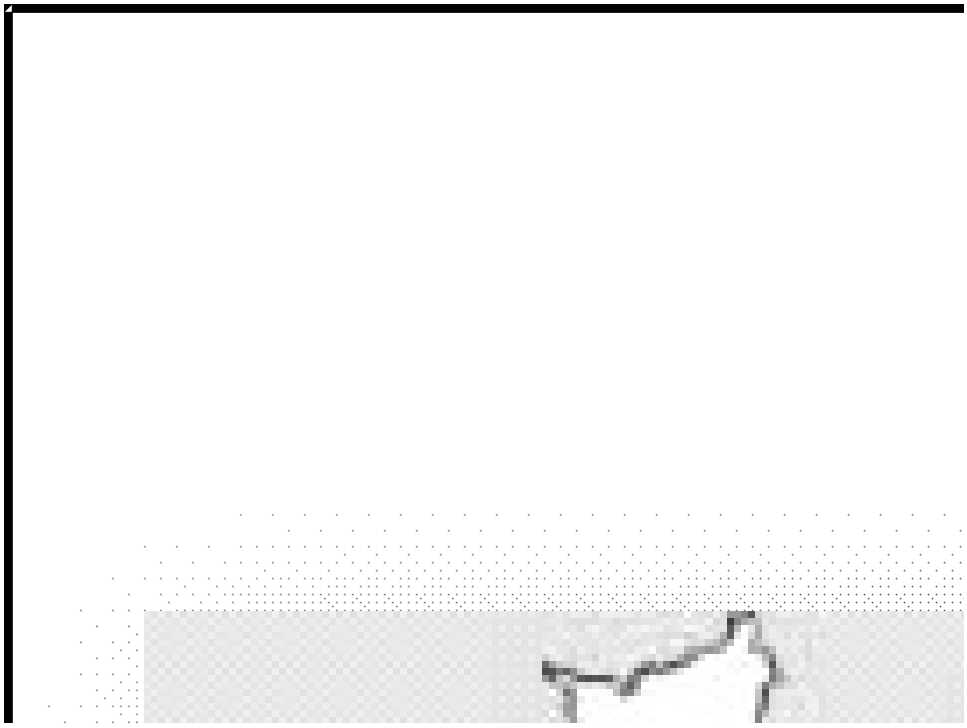
A construção de territorialidades está pautada na apropriação social, cultural e política do espaço, ou seja, os territórios são caracterizados pelo seu tecido social, as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que dinamizam o espaço, valorizando os saberes, tradições e história do local (ABRAMOVAY, 2003; 2007). Estes processos de valorização das regiões rurais por sua cultura e pela natureza ganham dimensões promissoras na atualidade, contradizendo vaticínios históricos de desaparecimento do rural; e, por vezes, até desconstruindo o estigma de atraso que lhe foi atribuído nas visões da modernização conservadora, construindo atualmente novos sentidos e novos papéis para os territórios rurais no âmbito das discussões sobre o desenvolvimento (FROEHLICH, 2002; FROEHLICH e ALVES, 2007).

A territorialidade constitui uma construção social, um processo de negociação entre os diferentes sujeitos, internos e externos, incorporada pelo jogo de poder que resulta na configuração de uma identidade comum, territorial. O aproveitamento dos recursos locais e a mobilização dos atores exigem a valorização do patrimônio material e imaterial e, portanto, a construção de uma identidade local ou regional, bem como a formação de laços de interação e solidariedade. Este processo de mobilização do capital social e de identificação com os recursos culturais e biofísicos define a construção do que se denomina um novo tipo de territorialidade, formada a partir da articulação de forças internas e externas. Portanto, a identificação dos atores locais com as características definidoras do território é essencial para a constituição de uma territorialidade. É na construção e recriação de narrativas que as identidades territoriais vão afirmando-se estabelecendo o que Hall (2007) chamou de processo de identificação, uma constante afirmação das narrativas e dos elementos que a compõem.

TERRITÓRIO QUARTA COLÔNIA: A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE COOPERAÇÃO

A experiência dos nove municípios que conformam o território *Quarta Colônia* revela-se como uma tentativa de união político-administrativa em busca do desenvolvimento desta microrregião. Por meio do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS* – PRODESUS, nove municípios da região central do RS (Dona Francisca, Faxinal do

Soturno, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Ivorá, Silveira Martins, Nova Palma, Agudo e Restinga Seca) reuniram-se em um consórcio[3] que visualizava a preservação e potencialização dos recursos naturais e culturais da região[4]. O Consórcio de desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) significou a institucionalização de uma rede de cooperação de passou a projetar o desenvolvimento da microrregião. Por meio desta união, foram desenvolvidos diversos projetos de educação ambiental, educação patrimonial, produção de alimentos e organização de sinergias, pautadas em um sentimento de pertencimento projetado a partir do contexto histórico.



Fonte: Dissertação de mestrado de Rafaela Vendruscolo

Figura 01: Localização do território Quarta Colônia

[3] O CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) foi fundado a partir do aproveitamento das oportunidades de financiamento a fundo perdido de projetos que tiveram como foco a questão ambiental e o 'desenvolvimento sustentável'. O principal destes projetos foi o PRODESUS (Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, proposto ao Programa Man and Biosphere da Unesco com base no reconhecimento como 'reserva da Biosfera' dos remanescentes da Mata Atlântica que se apresentam em significativas parcelas do seu território (FROEHLICH e ALVES, 2007).

[4] Os primeiros sete municípios citados constituem o que historicamente configurou-se como Quarto Núcleo Colonial de Imigração Italiana (Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul), constituída ao longo do ano de 1978, que recebeu imigrantes italianos de diversas regiões do norte da Itália, principalmente da região Vêneta. A configuração do território *Quarta Colônia,* a partir do CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – RS), também abarcou os municípios de Restinga Seca e Agudo, onde a colonização se deu com o predomínio da etnia alemã, embora hajam famílias da etnia italiana bem como africana e portuguesa, em virtude da sua estratégica proximidade geográfica e agroecológica com os outros municípios. Para maiores detalhes sobre a história e colonização da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana no RS ver Sponchiado(1996) e Righi *et alii* (2001).

A conformação do território Quarta Colônia originou-se de relações já existentes e dinâmicas próprias sócio-culturais. Essas cidades apresentam características semelhantes do ponto de vista étnico-cultural e econômico. Constitui uma região de colonização alemã e italiana, que guarda traços étnicos bem definidos e reproduzidos no cenário local. Segundo Vendruscolo (2009):

> A conformação atual, que se refere aos municípios citados, indica um processo antigo de configuração das colônias alemãs e italianas criadas pelo governo imperial, no século XIX, com o objetivo de ocupar as terras devolutas e fazê-las produzir (Vendruscolo 2009, p. 62).

O intuito de unir a antiga Colônia Silveira Martins, que historicamente havia se desmembrado em núcleos coloniais e posteriormente em municípios distintos, nasceu da comparação com as colônias irmãs que estariam em um patamar de maior desenvolvimento e união[5]. Este confronto de realidade impulsionou a tentativa de união e construção de uma territorialidade, buscando ativar suas potencialidades.

> Uma pena que a *Quarta Colônia* ficou muito atrasada na questão do desenvolvimento. Ela ficou abandonada. Mas não sei se ela ficou abandonada ou se fomos nós próprios que nos abandonamos. Ela ficou muito tempo sem integração. Agora, de uns 20 anos para cá, é que começou a integração e, quando começou essa integração, começou, basicamente, o desenvolvimento (E.P, prefeito).

A organização em rede apresenta-se como principal ação para a visualização da *Quarta Colônia*, o que passou a conferir sentido à territorialidade. Ao analisar regiões desenvolvidas da Europa, Mior (2005) salienta que são regiões que conseguem incorporar elementos naturais e sociais como novas estratégias de desenvolvimento econômico. Para ele

[5] As três colônias irmãs, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi, tiveram sua emancipação na primeira metade do século XX e se destacaram por um processo de desenvolvimento que envolveu a indústria, o comércio, bem como o turismo local. O desenvolvimento das colônias irmãs revela um processo distinto da *Quarta Colônia* Imperial, principalmente por unificarem-se através da municipalização, sem que a colônia fosse desmembrada em núcleos ou municípios. Esta constitui uma das causas apontadas por Santin (1986) para o 'esquecimento' da colônia Silveira Martins.

as novas oportunidades econômicas estão ancoradas na associação em rede, não apenas arranjos institucionais, mas relações de cooperação imersas na noção de territorialidade. A organização social, segundo Abramovay (2003), constitui uma das principais fontes do desenvolvimento na atualidade, onde o fortalecimento dos vínculos localizados constitui potencialidades para o desenvolvimento econômico. Esse fortalecimento, para o autor, vai desde a integração institucional em rede à identidade social dos atores, elementos decisivos para a constituição e consolidação de um território, o qual "consiste exatamente numa trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum" (ABRAMOVAY, 2003, p.14). Essa constituição organizacional é acionada pelos atores locais na caracterização do que significa a *Quarta Colônia*.

> Hoje, a *Quarta Colônia* assumiu uma posição de destaque exatamente pelo poder de **aglutinação das forças**. Então, hoje, a *Quarta Colônia* é referência na questão da organização e de se pensar junto. Essa forma de organização que pra nós veio através do CONDESUS. Então esse **poder de aglutinação através do consórcio** é citado como referência para outras regiões. Conseguir se unir para juntos conseguirmos todos os avanços na questão do turismo, e outros (C.M., prefeito).

Observa-se que as ações e projetos têm sido pensados e realizados em conjunto pelos atores políticos, o que é reconhecido por estes como a principal possibilidade para o desenvolvimento da microrregião. Diversos projetos vêm sendo realizados ao longo da constituição do CONDESUS, mobilizados por um espírito de cooperação e de sentimento de territorialidade. Projetos de sinalização turística, de educação ambiental e patrimonial, de capacitação e incentivo à agroindustrialização, bem como de formação de cooperativas de comercialização como a "Rede da Casa". Os projetos passaram a ser pensados em nível territorial adquirindo maior força e reconhecimento em nível estadual e federal. "Eu acho que é muito mais fácil e mais barato trabalhar em rede, trabalhar no coletivo hoje" (E.P, prefeito).

> **A nossa atitude foi a de elevar o nome da *Quarta Colônia***. Nós fizemos a pesquisa sobre a **memória** e trabalhamos a importância que foi a imigração da *Quarta Colônia* para esta questão regional. Fomos trabalhando devagar, isso não foi fácil. Até porque muitos

> escondiam a italianidade, principalmente. Nós não queríamos ser chamados de colonos ou de Colônia. **E nós começamos a trazer o orgulho novamente para estas pessoas.** Com o trabalho da educação patrimonial que foi desenvolvido com a estada do Secretário de Cultura, José Itaqui, em Silveira Martins. A nossa reunião de prefeitos, mesmo sem ser oficial, nós nos reunimos para nos fortificar. Nós fizemos um trabalho conjunto. Todas as secretarias da Educação trabalharam a educação patrimonial. **Foi quando se mexeu com o ego dos avós e dos pais através do trabalho dos netos nas escolas.** (...) Nós começamos a trabalhar também a questão turística. A questão da sustentabilidade da área ambiental dentro de um programa da Mata Atlântica. Eu acho que **foi quando se começou mostrar quem era a *Quarta Colônia*.** Aí as ações começaram a chamar a atenção dos órgãos públicos. (...) em 1996 quando batemos o martelo para a oficialização através do Consórcio. **Com o consórcio oficializado nós ficamos mais fortes.** (V.B, prefeito).

A rememoração do efeito positivo que o princípio de pensamento coletivo e regional proporcionou é afirmado por um dos atores locais que participou da idealização e das primeiras ações que culminaram com a formação do CONDESUS. Dentre as ações, o incentivo à agroindustrialização tem um sentido afirmativo na medida em que constitui uma alternativa de renda para as famílias e potencializa o desenvolvimento local. A materialização do sentido de rede é observada na formação de uma cooperativa organizada com o objetivo de promover as ações de comercialização em conjunto. O projeto 'Rede da Casa' vem sendo trabalhado afirmando uma rede de comercialização da produção da *Quarta Colônia*. O projeto visa transformar a 'Casa da *Quarta Colônia*', construída às margens da RSC 287, em uma vitrine dos produtos do território, constituindo, assim, um espaço de divulgação e de comercialização.

> Estas ações têm sido muito boas, porque nosso problema principal aqui é a comercialização. Todos sabem produzir muito bem. Mas o problema é a comercialização. Na Rede da Casa são mais de 100 estabelecimentos conveniados, 33 sócios fundadores. Acho que,

quando abrirmos, vai ser um ótimo local para vender os produtos (G.B, proprietário de padaria).

Além da Rede da Casa, a Mostra Gastronômica constitui um evento realizado pelos empreendedores da *Quarta Colônia*, organizados a partir da Rota Gastronômica *Quarta Colônia*, como iniciativa do CONDESUS. Revela-se um espaço para apresentar os produtos e serviços que podem ser consumidos pelos visitantes. Um espaço de projeção da *Quarta Colônia*, uma marca que vem sendo construída e fortalecida por meio das ações conjugadas. "Juntos somos mais fortes" (J.I, CADERNO *QUARTA COLÔNIA*, nº38, 20-04-2009, p.02). A frase enaltece a rede como primordial na concretização da territorialidade, desvelada pelo sentido de pertencer e de acionar o coletivo. Instância em que ações são conjugadas a partir do entendimento de que a articulação apresenta benefícios ao fortalecer uma marca territorial.

> Esse fazer junto não nasce da noite para o dia, ele faz parte de um processo de articulação e de diálogo entre os mais diversos segmentos que estruturam a economia da *Quarta Colônia*. É um olhar alargado, onde os atores começam a perceber que os seus negócios fazem parte de um todo articulado nos diferentes segmentos da economia local/regional. Esse é um novo olhar, melhor, um passo qualificador que reconhece a incidência concreta do outro na formatação e no desenvolvimento de um negócio (J.I, CADERNO *QUARTA COLÔNIA*, nº38, 20-04-2009, p.02).

Figura 2: Logomarca da *Quarta Colônia*.

A projeção do território, por meio de suas potencialidades acionadas, vem definindo e consolidando uma marca, a qual, constantemente é acionada como identificadora dos produtos, serviços ou demais potencialidades. Acionada nos folders de divulgação e nos produtos agroindustrializados, o visual da arquitetura colonial italiana representa o sentido do território, o qual se consolida sob suas potencialidades histórico-culturais e pelo seu sentido coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e consolidação de um território tem se apresentado como uma importante estratégia contemporânea de desenvolvimento para regiões interioranas. A articulação de redes de cooperação é identificada, por muitos autores, como possibilidades para a inserção de pequenos agricultores no mercado consumidor, bem como para a agregação de valor aos produtos que historicamente fazem parte da produção para o consumo das unidades de produção familiar.

Possibilidades de desenvolvimento vislumbradas na formação do território Quarta Colônia, através da valorização de ativos culturais e da organização institucionalizada de uma rede de cooperação em prol do desenvolvimento dos nove municípios envolvidos. Em seu contexto histórico de estagnação, a formação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável reiniciou um processo de reintegração de uma microrregião dividida pelos processos de emancipação político-administrativa.

As ações integradas realizadas ao longo dos últimos 20 anos são reconhecidas pelos atores locais que visualizam as significativas transformações materializadas em melhorias na infra-estrutura, nas ações sinérgicas e, principalmente, nas novas oportunidades e alternativas de renda ao atores locais. A organização em cooperativas, a realização de eventos integrados e a construção e consolidação de uma marca aos produtos do território angariaram processos de sinergia. Estes resultaram em possibilidades de inserção dos produtos em circulação local e regional e de agregação de valor, possibilitadas pela ressignificação e valorização da história e cultura da microrregião. Desta forma, observamos as possibilidades de desenvolvimento a partir das organizações e redes de cooperação criadas e institucionalizadas sob diversos aspectos e atores.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____ **Para uma teoria dos estudos territoriais.** In: ORTEGA, A.C.; Almeida Filho, N.(Orgs.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza**. **A construção social do rural contemporâneo na região central do RS**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ (Tese de Doutorado), 2002.

_____ *et alli.* **Colonização alemã na região Central do Rio Grande do Sul: Capital Social e Desenvolvimento Regional.** VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FROEHLICH, José Marcos & ALVES, Heberton. **Novas identidades, novos territórios – mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial.** In: Extensão Rural. Santa Maria: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM; Ano XIV; pp.65-90; Jan – Dez de 2007.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T.T. Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais. 7º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MIOR, Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

RIGHI, José *et alli.* **Povoadores da Quarta Colônia.** Porto Alegre: EST edições, 2001.

RODRIGO, Isabel. **Identidades sociais e agriculturas familiares.** Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida.** Porto Alegre: Editora EST, 1986.

SPONCHIADO, Breno. **Imigração e Quarta Colônia.** Santa Maria: Ed Palloti, 1996.

VEIGA, Eli José da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2003.

VENDRUSCOLO, Rafaela. **“Somos da Quarta Colônia”: Os Sentidos de Uma Identidade Territorial em Construção**. Santa Maria: PPGExR/UFSM (dissertação de mestrado), 2009.

EXTENSÃO DE CONHECIMENTO DO CURSO DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PATO BRANCO COM ALUNOS DA CASA FAMILIAR RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO – PR

Edson Roberto Silveira[1]

Geordan Girardelli da Rosa[2]

Ezequiel Valentim da Silva Calgaro[3]

Marisa Pickler[4]

[1]Professor do Curso de Agronomia da UTFPR, Pato Branco/PR –
E-mail: edsonsilveira@utfpr.edu.br

[2]Acadêmico do Curso de Agronomia da UTFPR, Pato Branco/PR –
E-mail: geordanr@hotmail.com

[3]Acadêmico do Curso de Agronomia da UTFPR, Pato Branco/PR –
E-mail: ezequielagro@gmail.com

[4]Eng. Agrônoma, Professora da Casa Familiar Rural - CFR, de Francisco Beltrão/PR - E-mail: marisa@agronoma.eng.br

COLABORADORES:

Ângela Bernardon – Acadêmica 3º ano do Curso de Agronomia da UTFPR.

Driéli Aparecida Reiner - Acadêmica 3º ano do Curso de Agronomia da UTFPR.

Henrique Vinícius Scopel - Acadêmico 3º ano do Curso de Agronomia da UTFPR.

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

OBJETO DE REFLEXÃO

Extensão universitária com os jovens rurais é uma prática que tem enorme potencial para contribuir para a viabilização econômica das propriedades rurais da região através da educação, visando aumentar o nível de conhecimento das pessoas residentes nesse meio, bem como desenvolver um ensino voltado à promoção da melhoria das condições de vida dos alunos da CFR e sua família.

SITUAÇÃO EMPÍRICA

A Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão, instalada na comunidade de Vila Lobos foi fundada em 1996, é administrada por uma Associação de pais de alunos e atende filhos de agricultores. Desde a sua fundação até a atualidade, foram formados 125 alunos, que na sua maioria continuam vinculados com o campo. Atualmente, a CFR de Francisco Beltrão atende 45 alunos com idade entre 12 e 16 anos, através da Pedagogia da Alternância, incluindo em torno de 60 Famílias e 26 comunidades do Município.

Os objetivos da CFR são oferecer uma educação voltada ao meio em que vivem os Jovens e suas Famílias permitindo um desenvolvimento das propriedades rurais, melhorando a qualidade de vida, a renda familiar, bem como promover uma formação integral que lhes permitam atuarem como profissionais, além de se tornarem pessoas em condições de exercerem a plena cidadania.

A metodologia utilizada é a Pedagogia da Alternância baseada na realidade familiar dos jovens, sendo a forma de vincular o conhecimento teórico ao prático. O objetivo geral deste trabalho foi disponibilizar conhecimento técnico e científico das universidades, para os alunos da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão-PR e seus respectivos familiares, para que possam contribuir no desenvolvimento em suas propriedades.

Os objetivos específicos foram incentivar os alunos da Casa familiar Rural, para continuar seus estudos, em nível superior; promover consciência ecológica e ambiental; promover conhecimento técnico, beneficiando a produção em suas propriedades; buscar o desenvolvimento da pequena propriedade rural, com incentivo à agricultura familiar; divulgar pesquisas e atividades com jovens rurais, como o Agroshow, promovido pelo curso de agronomia da UTFPR; aproximar as atividades curriculares da realidade regional que cerca o curso de agronomia do Campus Pato Branco da UTFPR, especialmente no que se refere à agricultura familiar, facilitando a efetivação de um programa de extensão universitária, vinculado ao processo de ensino e pesquisa.

DEFINIÇÃO

O trabalho de extensão da UTFPR colabora nas atividades rotineiras da CFR, através da inserção de um acadêmico bolsista, verificando as reais necessidades, as condições de mudança, o levantamento de carências e prioridades para o desenvolvimento da família dos alunos agregados às CFR's.

Os objetivos principais são: oferecer uma educação voltada ao meio em que vivem os Jovens e suas Famílias permitindo um desenvolvimento das propriedades rurais, melhorando

a qualidade de vida, a renda familiar, bem como promover uma formação integral que lhes permitam atuarem como profissionais, além de se tornarem pessoas em condições de exercerem a plena cidadania.

Em convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná – a CFR oferta o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e 1º ano para jovens que residam no meio rural e que tenham interesse em continuar, progredir e investir em suas propriedades, pois têm a oportunidade, além de aprenderem as matérias básicas do ensino regular, incluírem em seu currículo, as técnicas da agricultura e pecuária.

RESULTADOS:

Segundo a AMSOP (2008), a estrutura fundiária da região sudoeste do Paraná é formada, basicamente, por pequenas propriedades, sendo que 93% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares e ocupam 58% da área, caracterizando primordialmente uma região de agricultura familiar.

A pedagogia da alternância é uma das poucas propostas de educação rural voltada ao desenvolvimento integral do jovem no meio rural, e que terá, indiretamente, reflexos na melhoria da qualidade de vida nas famílias e na comunidade onde essas escolas estão inseridas. A pedagogia da alternância alterna períodos na propriedade e na escola, vinculando o conhecimento empírico dos jovens agricultores com o conhecimento científico, unindo teoria e prática.

O Paraná é o estado brasileiro em que o programa mais avançou. Hoje são trinta e nove unidades distribuídas por todo o estado, com grande número de jovens nesta modalidade de ensino reconhecida pela Secretaria de Educação.

As Casas Familiares Rurais desenvolvem uma proposta pedagógica que se identifica com os anseios dos agricultores, pois a partir da pedagogia da alternância abre-se a possibilidade de o jovem rural seguir seus estudos, profissionalizar-se e, ao mesmo tempo, contribuir com sua mão de obra para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas na propriedade e da família.

Segundo BRANDENBURG & FERREIRA (1990), as CFR's visam à qualificação dos filhos de agricultores familiares, ensinando a produzir no ambiente em que vivem sem degradá-lo, promovendo o uso eficiente dos recursos locais; e mostrando um caminho alternativo e eficaz para a agricultura familiar, incentivando que eles permaneçam na agricultura familiar. Essa temática está diretamente vinculada aos esforços que toda a região

sudoeste vem fazendo hoje no sentido de encontrar alternativas para seu desenvolvimento, considerando a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho será desenvolvido com os alunos na faixa de 12 a 16 anos da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão, de janeiro de 2009 até dezembro de 2010 com atividades práticas nas dependências do curso de agronomia da UTFPR, localizada no município de Pato Branco – PR e com atividades teóricas, como palestras e oficinas, na Casa Familiar Rural em Francisco Beltrão. As palestras realizadas na CFR de Francisco Beltrão, beneficiarão não só os alunos, como também as famílias envolvidas.

Com relação ao nível de escolaridade, números apresentados por Corrêa (1998), citado por CAVALLET (1999), demonstram que "42,8% do total de um quarto da população brasileira que vive no meio rural não tem ao menos um ano de escola". Isto demonstra que o poder público pouco se preocupou em promover políticas educacionais que viessem suprir essas enormes desigualdades educacionais do meio rural em relação ao meio urbano.

As atividades principais desenvolvidas até o momento constaram de palestra sobre a agricultura familiar com a Profª Dra. Hieda Pagliosa Corona, sobre plantas ornamentais e jardins com a Profª Marlene de Lurdes Ferronato, sobre projetos de irrigação e produção em estufas com o Prof. Dione Farináceo, todos professores do curso de agronomia. Além disso os alunos fizeram diversas visitas ao Campus da UTFPR em Pato Branco, onde puderam verificar as instalações de ensino e laboratórios, realizar trabalhos e pesquisas na biblioteca, participar de seminário sobre plantios florestais e visitar o Agroshow promovido pela UTFPR na área experimental do curso de agronomia, onde através de várias estações, tiveram palestras e treinamentos sobre diversos temas que compõe o evento, além de caminharem pela trilha ecológica da área experimental, onde tiveram noções da preservação ambiental e da exploração sustentável dos recursos da natureza.

Entre as metas propostas pelo programa foi realizado de um questionário para levantar os indicadores socioeconômicos dos alunos da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão, aplicado pela equipe do projeto de extensão em Outubro de 2009, com os alunos da 6° série e 8° série da CFR de Francisco Beltrão, totalizando um número de 31 alunos.

O questionário foi constituído de vinte e quatro questões abordando desde a renda familiar, escolaridade dos familiares, tamanho da propriedade, até a disponibilidade de equipamentos e o conhecimento de técnicas para a execução das atividades agrícolas desenvolvidas pelas propriedades. Dentre estes, os mais relevantes serão abordados aqui, pois tais são de extrema importância para a caracterização das propriedades, quanto ao acesso aos instrumentos de produção agrícola, tais como máquinas, ferramentas e técnicas agrícolas.

Entre as questões abordadas, o acesso ao computador dentro da propriedade foi um deles, mostrando que 83% dos alunos não têm computador na propriedade, e que dos 17% restantes que têm acesso a computador, apenas 7% tem acesso á internet. Apesar de não ser uma ferramenta de produção, o computador é uma ferramenta importante para o acesso á informação da propriedade, trazendo maior disponibilidade de informações, como previsões meteorológicas, preços de produtos, etc.

Outro ponto relevante é o tamanho das propriedades. Verificou-se que 58% das propriedades possuem até dez hectares, outros 25% possuem entre dez e vinte hectares e apenas 17% possuem propriedades com mais de vinte hectares conforme Figura 1, sendo que a totalidade das propriedades é de agricultura familiar, necessitando do trabalho de todos os integrantes da família para realização das atividades dentro das propriedades.

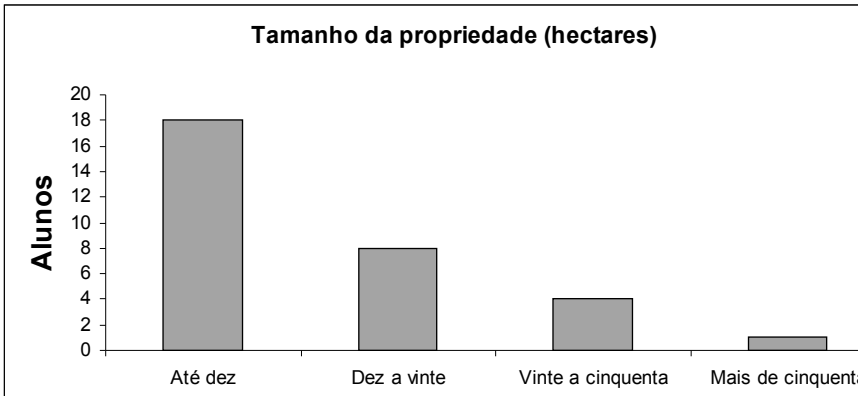


Figura 1. Tamanho da propriedade familiar dos alunos da CFR, 2009.

A região sudoeste do Paraná é caracterizada pela agricultura familiar. A estrutura fundiária da Região é caracterizada por pequenas propriedades, das quais 87% são classificadas como Unidades Familiares de Produção e 94% possuem áreas menores do que 50 hectares (ASSESOAR, 1996).

Isso demonstra a importância da permanência do jovem na propriedade rural, ao mesmo tempo, em que realiza os estudos. Sendo assim, a pedagogia da alternância exercitada pela Casa Familiar Rural vêm de encontro com as necessidades das propriedades destas famílias, pois ao mesmo tempo em que carecem da mão-de-obra dos filhos para as atividades da propriedade, necessitam que estes saiam da propriedade em busca de conhecimento sobre novas práticas, equipamentos e técnicas agrícolas que acarretem em melhoria da renda das famílias e da qualidade de vida das mesmas.

Ao questionar aos alunos, quanto ao futuro 4% responderam que gostariam de trabalhar fora sem continuar os estudos, 8% gostariam devoltar para trabalhar na propriedade,

38% responderam continuar os estudos, e 50% continuar os estudos e trabalhar fora, conforme foi verificado na Figura 2.

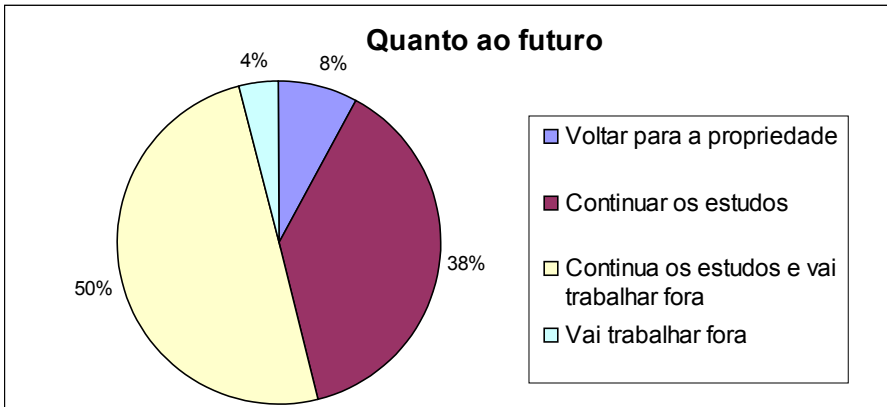


Figura 2. Questionamento quanto ao futuro dos alunos da CFR, 2009.

Outro dado importante é o de que 90% das propriedades trabalham com animais, principalmente gado de leite, sendo uma atividade que demanda bastante mão-de-obra e que tem retorno financeiro mensal, torna-se uma atividade de extrema importância para a sustentabilidade da propriedade.

Segundo (DERAL, 2004) ao analisar-se o ranking da produção de leite por regiões a região oeste lidera com 26 % da produção do Estado, seguida pela região Sudoeste com 19%, Centro Oriental com 15%, Noroeste e Norte ambas com 10% e as demais com menor expressão. A região Sudoeste foi a que apresentou maior crescimento, tendo aumentado sua participação em 13,52%.

Pelos diferentes e fundamentais papéis exercidos pela produção de leite na economia familiar da região Sudoeste do Paraná, varias ações devem ser realizadas por instituições que trabalham com a agricultura familiar no sentido de evitar exclusão de famílias do processo produtivo, tais como, melhoria de acesso ao crédito, aumentar a difusão de informações técnicas, e de tecnológicas a respeito da produção leiteira e entre outras que vêem de encontro com a melhoria da capacidade produtiva da propriedade.

Algumas informações e ações são cruciais para elevar a sustentabilidade dos sistemas de produção de leite nas propriedades, tais como, aumentar o cuidado com a sanidade dos rebanhos e a qualidade do leite produzido, reduzir os custos de produção do leite, pelo fornecimento de pastagens de qualidade, aumentando a eficiência de produção. Isso exigirá criatividade e espírito associativista dos produtores e órgãos técnicos, devido à pequena extensão das propriedades da região Sudoeste do Paraná.

Os objetivos da enfase destes pontos vêem, de encontro com os dados obtidos pela pesquisa deste grupo, que constatou que a maioria das propriedades dos alunos da CFR Francisco Beltrão, que trabalham com a atividade leiteira é pouco tecnificada. Quanto á efetuação de análises de solos, 50% responderam que nunca fizeram, sendo então que não tem conhecimento sobre a real situação da fertilidade dos solos de sua propriedade.

A silagem de milho de planta inteira que é uma forma importante e generalizada de conservação de forragem, sendo considerada um dos pilares da produção de leite, segundo os alunos da CFR Beltrão, é realizada em apenas 55% das propriedades, sendo que parte não a realiza anualmente. Isso pode ser resultado da falta de assistência técnica, que não incentiva ou informa sobre as vantagens de tal procedimento e da forma correta que o procedimento de ensilagem deve ser feito e pode ser também resultante do não acesso á tratores e equipamentos necessários para o processo de ensilagem.

A prática de adubação e calagem nas áreas de pastagens ainda é pequena, se restringindo a áreas de integração lavoura pecuária, aonde se produz grãos no verão e no inverno se cultiva espécies gramíneas para o pastejo pelos animais.

Um dos pontos positivos presente nas propriedades, o qual se evidenciou no questionário, foi à diversificação. Sendo que, todas as propriedades produzem mais de um produto, ficando mais protegidas contra variações de preços pagos pelos produtos, ou seja, maior a diversificação, menor a dependência da propriedade de um único produto, como fonte de geração de renda para a propriedade.

Dentro da lista de produtos produzidos pelas propriedades estão os grãos (milho, soja, trigo, feijão, aveia e azevém) sendo que a maior parte da produção de grãos se deve a cultura do milho. Além disso, há a criação de animais, (suínos, peixes, bovinos de leite e aves) sendo a maioria bovinos de leite.

Grande parte das propriedades trabalha com a fabricação e venda de outros produtos, tais como, salames e derivados suínos, queijos, açúcar e derivados de cana-de-açúcar, verduras e hortaliças, frutas e produtos orgânicos.

Essa grande diversificação de produção só se verifica na agricultura familiar, já que a agricultura patronal trabalha com o cultivo de commodities para o mercado de exportação, como exemplo a sucessão trigo/soja já consagrada há décadas nos campos na região sul do país.

Graças a essa diversificação de produtos que são gerados pelas propriedades, gera-se uma estabilidade produtiva dentro da propriedade, pois não se depende apenas de um ou poucos produtos, logo um evento climático que venha a dizimar a produção de determinado

produto, não gerara uma frustração de safra, ou seja, uma frustração na fonte de renda da propriedade, sendo que essa diversificação deve se tornar foco de investimentos por parte de órgãos e instituições governamentais que pretendam fortalecer a agricultura familiar.

Ao final nota que os objetivos do projeto estão sendo atingidos, pois trabalhou-se incentivando os alunos da Casa familiar Rural, para continuar seus estudos, em nível superior, promover sua consciência ecológica e ambiental, conhecimento técnico, beneficiando a produção em suas propriedades, buscando o desenvolvimento da pequena propriedade rural, com incentivo à agricultura familiar.

As metas do projeto estão sendo amplamente alcançadas, em divulgar pesquisas e atividades com jovens rurais, como o Agroshow, promovido pelo curso de agronomia, aproximando as atividades curriculares da realidade regional que cerca o curso de agronomia do Campus Pato Branco da UTFPR, especialmente no que se refere à agricultura familiar, facilitando a efetivação de um programa de extensão universitária, vinculado ao processo de ensino e pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

AMSOP, 2008 – **Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Disponível em: http://www.amsop.com.br**. Acesso em 22 de março de 2008.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século** XXI. Tese de Doutorado, São Paulo, 1999

BRANDENBURG. A. e FERREIRA, A. D.D. **Agricultura e Políticas Sócio ambientais Rurais**. 1990.

SEAB/DERAL. **Conjuntura da agropecuária do Paraná, 2004**. Disponível em http://www.seab.pr.gov.br. Acesso em 27 de fev. 2010.

GESTÃO PÚBLICA DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA COMO INVENÇÃO DEMOCRÁTICA

Marcelo Gomes Justo
Professor do Centro Universitário SENAC – SP
E-mail: mgjusto@hotmail.com

GT05 – Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural.

A coexistência justiça estatal e não-estatal e as invenções democráticas

A expressão invenções democráticas, no sentido aqui tomado, expressa uma vertente do socialismo, associada à democracia e às lutas sociais autônomas em relação aos partidos políticos. São conquistas socialistas no seio do capitalismo, independentemente da necessidade da conquista do poder do Estado. Nos trabalhos de Paul Singer sobre a economia solidária como socialismo autogestionário e democrático, encontramos a defesa desta concepção em oposição ao modo de produção capitalista e aos regimes autoritários ou totalitários (de esquerda ou de direita).

Há um debate interno aos movimentos de luta pela terra: a organização dos camponeses em formas associativas de produção e/ou de comercialização agropecuária são modos socialistas ou são caminhos para a conquista de um futuro socialista? De acordo com a perspectiva da economia solidária, a atenção aqui se volta para as formas de gestão de assentamentos de reforma agrária como experiências inovadoras, em que novas sociabilidades são aprendidas para a realização do socialismo independentemente da tomada do Estado.

Na virada da década de 1970 para 80, as pesquisas sociais no Brasil passaram a enfocar os movimentos sociais como agentes políticos que postulavam o direito a ter direitos. Esta era uma forma de interpretar aqueles relativamente novos movimentos como democráticos e não meros repetidores das manifestações de autoritarismo comuns ao conjunto da sociedade brasileira, como trabalhou Chauí (1989). Seguindo tal veio analítico, é possível focar diferentes formas e manifestações de justiça na luta pela terra no Brasil na perspectiva das invenções democráticas.

Em distintos trabalhos (JUSTO, 2002 e 2005), foi analisada a coexistência da justiça estatal e não-estatal e estudadas diferentes manifestações de justiça e de gestão de conflito, sob o conceito de pluralismo jurídico[1]. Rapidamente, a concepção de justiça para o Estado moderno diz respeito a um monopólio, a terminar com ciclos de vinganças e a universalização dos meios para exercer a justiça. Neste sentido, todas as outras formas de justiça deveriam ser superadas. Analisar outros modos de justiça que convivem – legitimamente – com a justiça estatal significa olhar as organizações populares como constituintes de direitos. O pluralismo jurídico é um conceito que foi largamente utilizado para interpretar situações em que populações locais encontravam formas de gerir seus conflitos sociais em coexistência com as do Estado. Veio, então, como suporte para que outras formas de justiça e de controle social não fossem mais interpretadas simplesmente como pré-modernas, no sentido de que deveriam superar tal condição e alcançar a forma de justiça estatal. Os camponeses em luta pela terra tanto recorrem ao Estado quanto utilizam formas costumeiras de justiça em ações locais, como evitar o contato com pessoas da comunidade ligadas aos fazendeiros, por exemplo (JUSTO, 2002).

Ao analisar as formas como os moradores lidam com os conflitos sociais num assentamento de reforma agrária, encontrou-se a gestão pública (JUSTO, 2005). A gestão pública é pensada aqui como contraponto ao autoritarismo da sociedade brasileira, caracterizado pelo comportamento predominante da elite de defender única e exclusivamente os interesses privados, sem compromisso com o bem público; pela imagem de que o povo seria incapaz de mobilização coletiva e defesa de seus interesses comuns; pelas crenças de que os problemas sociais devem ser resolvidos de cima para baixo e que a desigualdade social é algo natural etc. Isto não quer dizer que a população também não reproduza formas privadas ou autoritárias de "resolver" os conflitos.

Tomando o assentamento de reforma agrária como um lugar onde ocorrem experiências de economia solidária, temos que a construção do socialismo aparece em meio às disputas internas. Por isso, há a necessidade e a busca por uma gestão pública dos conflitos como central para efetivar a economia solidária. Os assentados aprendem a gerir publicamente os conflitos sociais, entre intrigas e boicotes, e a cobrar a atuação do Estado (isto é a coexistência de formas de justiça estatal e não-estatal).

O modo de produção capitalista embate-se constantemente com suas fronteiras. O capital, em sua lógica desenfreada de se multiplicar, defronta-se inevitavelmente com o seu

[1] A principal referência sobre pluralismo jurídico são os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos. Para uma revisão do tema, ver Justo (2002: 152-167).

limite, o não-capital. A fronteira define-se pelo encontro dessas duas lógicas, portanto, é um lugar conflituoso. Tratar os conflitos sociais pelo olhar dessa fronteira não é novo, é próprio da lógica do capital gerar o seu contrário. O que parece ganhar nova força – após tantas lutas do século XX – é privilegiar as revoluções sociais (que são distintas das revoluções políticas que implicam necessariamente na tomada do poder de Estado), as experiências de autogestão, no lugar da luta centralizada e dirigida exclusivamente para a conquista do Estado.

Como os assentamentos de reforma agrária são locais de disputa, eles precisam estar conectados às redes de economia solidária para que sejam realizações socialistas (aqui e agora). Há visões contrárias, que expressam a concepção de que os trabalhadores rurais precisam tomar o poder do Estado e, só assim, seria possível a construção do socialismo. Muita tinta já foi gasta para criticar o autoritarismo de certas lideranças dos movimentos de luta pela terra, principalmente o MST, e suas visões sobre o socialismo. Junto à crítica à posição autoritária de alguns militantes, há as análises acadêmicas críticas às visões autoritárias de determinadas orientações do MST. Não cabe aqui retomar essa discussão, mas sim apontar para o potencial de socialismo democrático que há em assentamentos de reforma agrária, em oposição ao socialismo autoritário.

Procura-se retomar uma pesquisa anterior (JUSTO, 2005) realizada em um assentamento de reforma agrária para destacar o processo de constituição da gestão pública (e democrática) dos conflitos sociais e repensar a relação daqueles moradores com o espaço público. Além da especificidade do caso, há fatores generalizáveis. Foi enfocado o potencial de realização de formas de economia solidária no assentamento e foram mostrados os avanços e as limitações na realização desse processo. *Defende-se que a gestão dos conflitos é um elemento fundamental para a consolidação de empreendimentos de economia solidária em assentamentos e que a reforma agrária tem a importância de abrir espaço para experiências socialistas*. Como mostrou Oliveira (1997: 22), não cabe mais compreender o campesinato pelo veio do desenvolvimento das forças produtivas em direção a um capitalismo mais avançado, o velho debate capitalismo versus feudalismo, mas sim pelo posicionamento socialismo contra capitalismo.

A pesquisa baseou-se na análise de um assentamento em Itapetininga -SP, cuja conquista foi possibilitada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), num município do sudoeste paulista, com uma parcela de ex-moradores de ruas da cidade de São Paulo e com outras pessoas que viviam nas regiões de Campinas e Sorocaba.

Foram trabalhadas duas hipóteses. Na primeira, é assumido que a mudança para o campo pode ser uma alternativa para um problema vivido na cidade, a situação de morador de

rua. A noção de "alternativa" é entendida em contraposição ao modo de produção capitalista, no sentido da economia solidária definida por Singer (2002b). A segunda hipótese coloca que, numa fração de território potencialmente alternativa ao modo de produção capitalista, desenvolvem-se formas de gestão pública dos conflitos sociais referentes à vida coletiva no assentamento, que podem se tornar democráticas, com base na concepção de Quijano (2002: 511-2), que estabelece um "sistema de controle democrático da autoridade" referenciado em instâncias supranacionais.

A pesquisa: gestão pública e gestão estatal

Basicamente, a diferença entre a gestão pública e a estatal consiste no seguinte. A gestão estatal dos conflitos não é realizada pelo público envolvido, mas por técnicos operadores da lei e, portanto, distantes do cotidiano gerador do conflito. Além disso, o controle social exercido pelas leis baseia-se em distinções sociais, a lei comporta-se no espaço social realizando discriminações, quando pessoas de baixa posição social recorrem a ela, pouca ou nenhuma lei será aplicada, conforme estabelecido pela teoria de Black (1998).

A gestão pública dos conflitos diz respeito ao controle social e à apropriação do espaço exercidos pela população de um dado local, no caso um assentamento de reforma agrária. É este movimento que transforma o espaço em território, no sentido definido por Raffestin (1993). No caso, um território camponês e não um território estatal. Mas é um território marcado por interesses diversos e em disputa e que, assim, traçam redes. Longe de negar os poderes estatais, essa forma de gestão está em diálogo com eles, mas não se limita a referendá-los e sim apontar manifestações plurais do jurídico. É um caminho para a emancipação do assentamento, no sentido de ganhar autonomia em relação à tutela estatal, mas não no de livrar o Estado de suas responsabilidades perante as políticas de reforma agrária.

O trabalho de campo no assentamento mencionado acompanhou uma movimentação de final de uma fase de união, depois uma grande desunião, para uma nova etapa de reuniões entre os assentados. A partir de 2001, houve uma grande desunião entre os moradores, em que muitos deles passaram a se isolar devido a um conflito que "rachou" (como eles disseram) o assentamento, envolvendo os resultados de uma decisão coletiva de dividir um crédito público referente à instalação. Não houve reuniões nem assembléias, que fizeram parte da vida daquelas pessoas ao longo de mais de dois anos de luta pela terra. No entanto, de 2002 para 2003, surgiram duas associações de produção agropecuária e grupos de trabalhos com estufas.

Houve a primeira tentativa de formar uma associação, que durou quatro meses e era onde se encontravam alguns ex-moradores de rua. Depois, com algumas variações reuniram-se para a formação de outra, em duas tentativas, até a formalização em 2003. Porém, em 2004, o grupo ficou enfraquecido. Essa associação formou-se em contraposição aos antigos coordenadores da fase de acampamento, que foram acusados de apropriação de dinheiro de outros assentados.

Relacionada à trajetória dessa associação, além da oposição aos ex-coordenadores do assentamento quando houve o "racha", há outro caso de conflito envolvendo o conjunto. Em setembro de 2003, um membro da associação enviou uma carta a um jornal local do município, que publicou uma matéria com supostas irregularidades. Ele pretendia vender as benfeitorias do lote onde mora. Os moradores conseguiram gerir coletivamente o conflito, enquanto aguardavam o INCRA. Uma parcela dos assentados reuniu-se e posicionou-se contrária à "venda" do lote e redigiu uma carta resposta ao jornal. Cabe ao INCRA fiscalizar e controlar a tentativa de comercialização de benfeitorias, porém o órgão, notificado pelos moradores, simplesmente não compareceu naquele momento.

Outra associação iniciou em 2003 e se oficializou em 2004, começou com 12 famílias e, em 2004, entraram mais duas. Além desta, há os chamados grupos das estufas, compostos por três semi-coletivos (forma de organização em que parte da produção é coletiva), que se formaram a partir de 2002. Essa segunda associação e os grupos das estufas são os moradores que apresentam melhores condições materiais no assentamento e unem-se compondo um grupo majoritário. Eles destacam-se como pessoas que convocam assembleias para tentativas de gestão do assentamento. Em 2004, acirrou-se a separação entre essa maioria e os membros da associação com ex-moradores de rua. Houve, naquele ano, um terceiro caso de conflito social. Trata-se das complicações decorrentes da "venda" e abandono de um lote por um morador associado às pessoas que vieram das ruas. Uma comissão de moradores foi formada como uma instância pública de gestão dos conflitos e/ou irregularidades do assentamento. Apesar de a comissão ser aberta a todos os grupos do assentamento, havia um grupo majoritário que estava contrário e cansado das acusações e brigas com as pessoas "da rua". É uma rede se contrapondo a outra, ou, na linguagem de Raffestin, formando densidades mais fortes ou mais fracas de relações.

Até aquele momento, em 2004, as redes no assentamento apresentavam uma dinâmica que permitia conexões. Ou seja, havia uma intensa movimentação no assentamento, as redes juntavam e separavam as pessoas com rapidez. Famílias que, num momento, preferiram isolar-se, depois uniram-se; outras que estavam unidas, separaram-se. Ocorreu tanto a

necessidade de fortalecer o caráter camponês de voltar-se para a família, quanto a de buscar conexões com outras famílias de fora do assentamento. Porém, com o aumento dos conflitos internos no assentamento, a tendência foi a polarização entre a associação com ex-moradores de rua, de um lado, e a outra associação e os grupos das estufas, de outro.

Ao todo foram analisados três casos de conflitos sociais internos ao assentamento e suas respectivas formas de gestão: 1) desdobramentos na justiça em relação aos ex-coordenadores do assentamento (envolve a partilha do dinheiro de fomento); 2) denúncia pública de irregularidades e tentativa de venda de benfeitorias; 3) abandono de lote e venda de benfeitorias. No primeiro caso, houve a gestão do conflito baseada na arbitragem do Estado; no segundo, uma gestão pública e a omissão do Estado e, no último, houve o paralelo entre gestão pública e estatal.

Na experiência de acampamento antes da conquista do assentamento, os camponeses sem-terra aprendem, no dia-a-dia a gerir aquele espaço público específico, formam distantes comissões para dividirem os trabalhos e realizam reuniões e assembléias regulares. Estas vivências continuam presentes no assentamento, mas com menor intensidade. Há também um forte circuito de intrigas, fofocas etc. que muitas vezes emperram a formação de grupos. Os assentados sabem e demonstram que a gestão dos conflitos não pode ficar refém dos interesses privados.

Entre as questões presentes no trabalho de campo, a razão de a sede da antiga fazenda não ser efetivamente apropriada como um local de uso comum dos moradores era algo particularmente inquietante. A sede foi (e é) muito utilizada para festas, reuniões, assembleias etc. Chegou a abrigar uma confecção das bandeiras símbolo do MST. No entanto, sucessivamente ela era abandonada e novamente cuidada; os moradores chegaram a começar a cercá-la. O trabalho de Ramos (2009) trouxe novo elemento ao interpretar as histórias de assombrações que rondam o assentamento e do fantasma do dono da fazenda que aparece no interior da casa da sede. A desapropriação da fazenda não representou eliminar – literalmente – fantasmas da propriedade privada. Como é possível, então, efetivar uma gestão pública do bem comum? O local que pensei ser a referência comum (por isso, espaço público) representa no imaginário o espaço de lembrança da propriedade privada e da desunião dos assentados. É vivido e interpretado diferentemente pelos moradores, mostrando ambigüidades e contradições. Alguns vêem no fantasma o "individualismo" e a negação do "coletivismo" de alguns e outros associam aquele às referências de moral familiar e identificam-se com ele. O autor destaca que os assentados conquistaram em conjunto as terras do fazendeiro, mas a desunião deles os colocou como incapazes de gerir algo de uso comum e, portanto, deixando

aberto ao fantasma do morto. Ao falarem do fantasma, estão interpretando a si próprios, mostra o autor. Esta análise possibilita repensar a relação dos assentados com o espaço público e com as formas de gestão. Pode-se inferir que as histórias de assombração também são maneiras de gerir o uso do espaço coletivo da sede. A compreensão e o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais são elementos fundamentais para ampliarmos os cânones dos direitos, da diferença e da emancipação social, como coloca Santos (2003), e pensarmos as invenções democráticas.

Invenções e limites da gestão pública e democrática

Quanto à primeira hipótese levantada, foi possível constatar que o MST é uma alternativa aos moradores de rua; porém, é preciso que essa união do Movimento com a população de rua possibilite a formação de redes para que esta não caia no isolamento. Quando estão nas ruas, os "sem teto" conseguem estar inseridos em redes, geralmente conectadas ao trabalho da pastoral católica. No assentamento, esse contato não perdura ou muda de caráter (voltando-se mais para financiamentos e menos para a articulação política). Com as pessoas morando e produzindo em seus próprios lotes, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos, em geral, carecem de mão-de-obra familiar e a falta de família é, muitas vezes, vista como ausência de características camponesas. Os apoios da direção do MST, da Igreja e de outros militantes podem servir para que essas pessoas cheguem ao assentamento com o potencial de formar um grupo voltado para formas de economia solidária, de acordo com a concepção de Singer (2002a; 2002b).

Aqueles que vieram da rua não pertencem aos maiores grupos do assentamento estudado. As redes, para todos os assentados e – principalmente - para os ex-moradores de rua, são formas de ultrapassar o isolamento dos lotes e estar em comunicação com o mundo exterior ao assentamento para garantir algo além do que é produzido no sítio. O assentamento propiciou conquistas aos ex-moradores de rua: ter um pedaço de terra para morar, plantar e garantir parte da alimentação, formar ou reencontrar família, estar atado a redes e manifestar habilidades paralelas ao cultivo da terra. Porém, ainda não se consolidou entre eles uma alternativa socialista ao modo de produção capitalista.

Vejamos os elementos que se aproximam, ou não, da conceituação de economia solidária. A primeira associação tinha como intenção desenvolver projetos agropecuários em comum em alguns lotes, em paralelo ao roçado para a família; não possui trabalho assalariado; há reuniões para decidir sobre os projetos agrícolas em comum (cada sócio um

voto); a organização é voltada para a produção e comercialização, e, há registro civil como associação (sem fins lucrativos). No ano de 2004, a associação perdeu sócios, eles não realizam projetos em conjunto e não há sobras a serem distribuídas. Pode-se dizer que a economia solidária, definida pela autogestão da produção coletiva e pelas decisões democráticas, está em estágio embrionário.

Em termos comparativos, há os casos da outra associação e dos grupos das estufas. Os objetivos da associação são o incentivo à produção de leite e de produtos agrícolas, a comercialização e a compra de implementos e máquinas em comum. Os sócios realizam reuniões regulares sobre o andamento do grupo, o que produzir em comum e a comercialização (cada sócio um voto). Há um registro civil como associação (sem fins lucrativos). Os grupos das estufas têm como objetivos a compra de sementes e de insumos e a comercialização em comum. Realizam reuniões sobre as compras, as vendas e as épocas de plantio (para colher no mesmo período e ganhar volume na venda). Cada grupo divide entre seus membros o montante da venda, geralmente, de forma igualitária ou conforme as horas trabalhadas. O trabalho nas estufas é coletivo, no sentido em que todos os membros laboram conforme uma escala e na época de maior atividade, como na colheita, todos se unem. O grupo todo investe na construção de novas estufas. Não possuem registro civil. Tanto a associação quanto os grupos das estufas mostraram crescimento e melhorias nas condições materiais de seus membros. Em novo contato com o grupo, em 2009, a produção em estufas não está mais tão consolidada.

Com base nessas observações, podemos pensar a questão da formação do território camponês, via política de reforma agrária. Este território possibilita que não haja relações de produção capitalista, mas não garante que se construa uma economia solidária no assentamento. Por definição, o modo de vida e de produção camponês baseado na mão-de-obra familiar não é capitalista. Porém, só o fato de haver terra para frutificar essa forma de produção, não quer dizer que ela se tornará uma economia solidária (socialista). É preciso que o assentamento esteja inserido na rede da economia solidária e que os grupos se voltem para a gestão pública e democrática da produção e dos conflitos sociais e para o reconhecimento do socialismo como algo vivido, desde já, nos interstícios do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que, potencialmente, os grupos e associações mais fortes podem atrair aqueles que estão num grupo mais fraco, desde que não se consolide uma polarização entre os grupos. O trabalho de campo revela que a mobilidade de união e desunião entre os assentados é maior do que a tendência à polarização entre grupos.

O paradigma teórico da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista permite que camponês seja um personagem moderno. Portanto, ele reivindica a tradição da família e do território e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção. Ou seja, encontra-se no campesinato um repertório de *ethos* familiar e de luta por justiça social e por um modo de vida e de produção não-capitalista (quiçá socialista).

Quanto à segunda hipótese, a principal constatação é que as associações e os grupos tendem a ser os promotores da gestão pública dos conflitos internos no assentamento. No entanto, a gestão dos conflitos vive uma tensão entre depender do Estado e buscar autonomia, o que demonstra uma dificuldade de consolidação dessa gestão pública como algo que é de responsabilidade de toda a comunidade. O presidente de uma das associações, por exemplo, é um dos organizadores das reuniões no assentamento, desde 2003.

Vale ressaltar que é relativamente comum nos conflitos pessoais entre vizinhos (briga por causa de gado que derruba cerca, por exemplo) o recurso a formas judiciais de gestão. Porém, houve somente um caso de ação judicial envolvendo o assentamento como um todo. Num momento em que não havia associações registradas (2002) e havia poucas reuniões e assembleias a forma judicial apareceu como gestão de um conflito relativo ao coletivo.

Encontrou-se no assentamento a demanda por justiça estatal. No entanto, pela teoria de Black (1998) sobre gestão de conflitos, sabe-se que a aplicação da lei é uma forma entre outras de exercer controle social e ela se comporta no espaço social realizando discriminações. Então, a lei pode ser uma reivindicação legítima de alguns camponeses, mas ela não recairá da forma almejada por eles. É mais relevante o Estado como promotor de justiça social do que de justiça penal para os assentados. Estes aprendem a gerir os conflitos sociais internos ao assentamento. Pode-se concluir que quanto maior a organização participativa da produção agropecuária, menor a necessidade de se recorrer à justiça estatal para a gestão dos conflitos sociais.

Nos dois casos de conflito em que houve gestão pública, verificou-se a presença de instâncias democráticas, como assembleias, em que cada um tem direito a voz e voto. Portanto, a gestão pública tem potencial democrático. No segundo caso tratado, as partes chegaram a um acordo quanto à irregularidade da venda do lote. No terceiro caso, o acordo ocorreu com a mediação dos agentes do INCRA. Mais uma vez, é a coexistência da justiça estatal com a não-estatal como dinâmica da gestão de conflitos.

O assentamento é uma fração de território camponês plasmado pelo conflito, não há homogeneidade. As alianças, as controvérsias e os ataques são redes que configuram aquele

local, expressam os micropoderes que constroem – e destroem – iniciativas de economia solidária. Há tanto o circuito pessoal de intrigas quanto a busca por espaço público de gestão dos conflitos. As redes são formadas internamente, em alguns momentos cristalizam-se em organizações e permitem a comunicação, a troca de informações e a obtenção de recursos externos. Na fração territorial que é o assentamento, os lotes são nós; assim, as movimentações de ataques e alianças entre os moradores formando grupos e associações são as redes que o atravessam e permitem o fluxo com o exterior: venda, compra, financiamento, informações, apoios etc.

Uma das principais conclusões é que os moradores aprendem a lidar com os conflitos à medida que eles ocorrem e que eles se mobilizam para geri-los. Paralelamente à incipiente formação de um modo de produção solidário, os assentados aprendem a desenvolver formas públicas e potencialmente democráticas de gerir os conflitos. Trazendo novos dados para a reflexão, a pesquisa de Ramos (2009) trabalha o quanto o espaço da sede do assentamento é, na visão dos assentados, assombrado pelo fantasma do antigo dono da fazenda. Portanto, construir um espaço público é um processo lento, aprendido, com idas e vindas e que depende de exorcizar a presença dominante da propriedade privada e acreditar que o espaço de uso coletivo pode ser gerido pelo público envolvido, de modo democrático.

REFERÊNCIAS

BLACK, Donald. *The Social Structure of Right and Wrong*. San Diego: Academic Press, 1998 [versão revisada de original de 1993].

CHAUÍ, Marilena S. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

JUSTO, Marcelo G. *Capim na Fresta do Asfalto: conflito agrário violento e justiça*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

_____. *A Fresta: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento pelo MST*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, Tese de Livre Docência apresentada ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP, 1997.

QUIJANO, Aníbal. "Sistemas alternativos de produção?", in: SANTOS, Boaventura S. [Org.]. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 473-514.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Danilo P. Nervos da Terra: histórias de assombração e política entre os Sem-Terra de Itapetininga - SP. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

SANTOS, Boaventura S. e NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, in: SANTOS, Boaventura S. [Org.]. *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 25-66.

SINGER, Paul. "A recente ressurreição da economia solidária no Brasil", in: SANTOS, Boaventura S. [Org.]. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, pp. 81-129.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2002b.

INDICADORES AGROECOLÓGICOS PARA ANÁLISE DO PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS: contribuições ao Mesmis

Wilon Mazalla Neto[1]

Julieta T. A. de Oliveira[2]

[1]Doutorando em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável - E-mail: wmazalla@yahoo.com.br

[2]Pesquisadora doutora. FEAGRI/UNICAMP - E-mail: julieta@feagri.unicamp.br

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

1. Introdução

A agricultura familiar tem mostrado potencial para sustentar o paradigma baseado na qualidade de vida, na geração de renda e segurança alimentar garantida na própria propriedade; produção de alimentos sadios, limpos e acessíveis no mercado interno; e, equilíbrio com os ecossistemas nas produções agrícolas sustentáveis e ecológicas locais. Para aportar o desenvolvimento sustentável para o campo vem-se utilizando, cada vez mais, a ciência da Agroecologia, que traz embutida a lógica de permanência na terra e as práticas de conservação ecológicas, ancoradas na integração de conhecimentos acadêmicos variados e saberes tradicionais.

Caporal & Costabeber (2002) definem Agroecologia como a ciência que estabelece as bases – princípios, conceitos e metodologias – para a construção de estilos de agricultura e de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis, a partir de três dimensões principais: ecológica, social e econômica. A dimensão ecológica aborda a manutenção e recuperação da base de recursos naturais, que inclui a qualidade do solo (características físicas químicas e biológicas), a biodiversidade, as reservas e mananciais hídricos e outros recursos naturais. Considera-se elemento importante desta dimensão a reciclagem energética e de materiais. A dimensão social refere-se à distribuição e acesso ao produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, e às estruturas produzidas e disponíveis neles. Esses elementos devem ser eqüitativamente apropriados e usufruídos pelos diversos segmentos da sociedade. Na dimensão econômica busca-se a independência crescente em relação a fatores externos, como energia, insumos e serviços, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção

agropecuária e consumo de energias não renováveis. Valoriza práticas como o autoconsumo, a produção de bens de uso em geral, igualmente, a soberania e a segurança alimentar.

Dentro destes universos da agricultura familiar e da Agroecologia, atenta-se para um recorte mais particular - o da transformação dos alimentos -, advogando-se que o processamento agroecológico de alimentos pode constituir mais um elemento de fortalecimento da agricultura familiar, gerando renda, reduzindo custos econômicos e impactos sócio-ambientais. Neste trabalho analisa-se o processamento de alimentos realizado por família do Assentamento Fazenda Ipanema, localizado na região oeste do estado de São Paulo. Pôde-se observar que processamento de alimentos constiuía-se num elemento integrador da complexidade e busca por solidez no processo de emancipação dos agricultores e agricultoras e resignificação do campo como espaço de vida.

2. O Marco Mesmis como referencial teórico-metodológica para estudos sobre processamento de alimentos com base na Agroecologia

Miguel A. Altieri, prefaciando a publicação do Mesmis (Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade), destaca que o leitor está diante de um marco metodológico que consegue captar a complexidade dos sistemas produtivos e o comportamento de seus aspectos mais importantes para alcançar os objetivos de um sistema sustentável. No método, parte-se do pressuposto de realizar o potencial multifuncional dos recursos que compõem o sistema buscando produtividade, proteção ambiental, equidade e sustentação econômica.

O Marco do Mesmis é direcionado para a avaliação de sistemas de manejo de recursos naturais como também para análise dos sistemas produtivos relacionados à agricultura, pecuária e sistemas florestais, . Porém, o delineamento teórico do Mesmis permite se trabalhar com qualquer sistema produtivo, em qualquer recorte de escala dentro de um agroecossistema. Além disso, Altieri (1989) inclui dentro de um agroecossistema as atividades de processamento da produção agrícola e animal, bom como não existe uma metodologia específica para avaliar o processamento de alimento a partir do enfoque agroecológico e como este marco é amplamente reconhecido na avaliação de sistemas com base na Agroecologia decidiu-se adaptar o método para trabalhar as questões do processamento de alimentos dentro dos assentamentos de reforma agrária.

O horizonte do Mesmis, segundo Masera et al. (2000), é fornecer elementos substantivos para a transformação dos modelos de desenvolvimento vigentes, trazendo contribuições concretas da sustentabilidade, tanto do ponto de vista prático quanto conceitual.

Assim, o Mesmis traz marcos operativos para avaliar de maneira tangível os agroecossistemas de forma prática de modo que não seja tão genérico que permita uma utilização inapropriada e vazia do conceito de sustentabilidade, mas também não tão detalhada que só possa ser realizada em condições experimentais.

Neste sentido é muito necessário tornar concretos e operativos os princípios de sustentabilidade com base na Agroecologia e, na pesquisa referente ao presente artigo, o Marco do Mesmis se encaixou muito bem porque trouxe:

- uma avaliação da sustentabilidade de sistemas de manejo de recursos naturais com foco nos agricultores familiares no âmbito local;
- uma estrutura flexível para as diferentes realidades locais e sistemas abordados;
- um processo de reflexão crítica que permite levantar elementos para melhorar a sustentabilidade dos sistemas como também retroalimentar o próprio método;
- a utilização de análises quantitativas, qualitativas e comparativas de sustentabilidade;
- o envolvimento da comunidade local na construção e avaliação participativas dos indicadores; e
- uma ferramenta de desenvolvimento, apresentando um caráter não só analítico mas também crítico e propositivo.

A sistematização de pesquisas e bibliografias levaram os autores do Mesmis a propor uma definição operativa do conceito de sustentabilidade baseada em 7 atributos conceituais e 5 atributos operacionais: produtividade; estabilidade, confiabilidade e resiliência; adaptabilidade; equidade; autodependência/autogestão.

A aplicação do método do Mesmis parte do estabelecimento de algumas premissas afiançando que o conceito de sustentabilidade se dê através dos atributos produtividade, estabilidade, confiabilidade e resiliência, adaptabilidade, equidade e autogestão: a) a avaliação de sustentabilidade se aplica a sistemas produtivos específicos, em um determinado lugar geográfico, em determinado contexto social e político e em escalas temporal e espacial previamente determinadas; b) a avaliação da sustentabilidade do sistema produtivo se dá em um processo participativo com equipe de trabalho interdisciplinar e a comunidade; c) a sustentabilidade não pode ser avaliada pontualmente e sim de forma comparativa e relativa; d) o processo de avaliação é cíclico e a análise também se modifica ao longo do tempo e dependendo do contexto; e, assim o processo tem que ser reaplicado e avaliado ao longo do tempo, ou seja a ferramenta (Masera et al., 2000).

Operacionalmente, primeiro se define o objetivo da avaliação e com ele a delimitação do sistema produtivo específico e do contexto socioambiental a ser estudado.

Num segundo momento se determinam os pontos críticos[1] do sistema de manejo. Os pontos críticos, que trazem um aspecto concreto para os atributos, se relacionam com as três dimensões de avaliação - ambiental, social e econômica - se desdobrando em critérios de avaliação e indicadores em cada uma dessas dimensões. Os critérios de diagnóstico representam um nível mais detalhado que os atributos, porém mais gerais que os indicadores, se referem especificamente a um ponto crítico e uma dimensão. Já os indicadores descrevem um processo ou um controle específico relacionado a um ponto crítico. Num quarto momento se aplicam as ferramentas para medir e monitorar os indicadores. O próximo passo se define na apresentação dos resultados e em sua análise multicriterial a partir dos indicadores. Por fim, se realizam as conclusões e sugestões sobre o sistema analisado e sobre o próprio processo de avaliação (MASERA et al, 2000).

3. Construção da ferramenta de análise do processemanto de alimentos no assentamento fazenda Ipanema com base no Mesmis

3.1. Introdução da proposta de pesquisa no Assentamento Fazenda Ipanema

O assentamento Fazenda Ipanema, patrimônio federal, localiza-se na região centro-sul do estado de São Paulo, pertencente ao município de Iperó, a 126 km da capital e foi criado em dezembro de 1995. Atualmente conta com uma área total de 1.768,71 ha, sendo 1.368,48 distribuídos entre 151 lotes e o restante reserva legal. Predomina a produção agro-pastoril.

A escolha do assentamento para desenvolver o trabalho se deu em razão de sua história consolidada de 17 anos e na existência e permanência de atividades de processamento de alimentos, além de interesse dentro do assentamento em discutir e desenvolver essa temática enquanto uma pesquisa científica. Além disso, existiam elementos concretos e teóricos de Agroecologia permeando o assentamento. Segundo Souza (2006), há, no assentamento, manejos agrícolas de baixo impacto e alta diversificação e um histórico de parecerias e capacitações em no campo da Agroecologia, além da relação com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) , propiciando um bom diálogo e capacitações em cursos e reuniões no tema.

Assim, através de encontros com lideranças e agricultores a proposta de pesquisa foi sendo apresentada e discutida suas possibilidades e formas de viabilização com vários assentados.

[1] Pontos críticos são os elementos mais importantes do sistema, tanto os aspectos limitantes e problemáticos quanto os elementos fortalecedores e potencializadores do sistema.

3.2. Identificação inicial de pontos críticos e indicadores

Após as primeiras visitas ao assentamento realizou-se um levantamento inicial sobre possíveis pontos críticos e indicadores, buscou-se definir o aspectos e processos mais importantes para o processamento de alimentos realizado com base nos atributos de sustentabilidade propostos pelo Mesmis. Este levantamento, por um lado construído a partir das bases teóricas sobre processamento de alimentos, e por outro, nos referenciais gerais da Agroecologia sistematizados na análise da dimensões agroecológicas proposto por Caporal e Constabeber (2002), foi miscigenado a algumas observações percebidas nas primeiras visitas ao assentamento, quando se pode obter informações gerais sobre o processamento de alimentos, como quais produtos eram processados e quem os processava. Os resultados desta compilação inicial estão mostrados no Tabela 1.

Tabela 1. Identificação dos pontos críticos, e indicadores correspondentes, do processamento de alimentos no Assentamento Fazenda Ipanema. Iperó/SP, 2009.

Pontos críticos	Indicadores
Insumos de produção	Origem e composição de matéria-prima Origem e composição de outros ingredientes Origem e composição de embalagens
Higiene e Limpeza	Tipos de produto de limpeza Consumo de produtos de limpeza
Resíduos	Quantidade de resíduos Destinação dos resíduos
Água	Origem da água Pureza da água Disponibilidade de água Consumo de água
Energia	Origem de energia Consumo de energia
Equipamentos	Propriedade dos equipamentos
Produto processado	Diversificação Destinação dos produtos
Trabalho	Divisão de tarefas Relação de gênero Relação de geração Decisões
Interações com outras organizações locais	-
Ganhos no processamento	Distribuição
Dependência de capital	-
Propriedade das edificações	-
Organização jurídica	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

Com base neste quadro de pontos críticos e indicadores montou-se um roteiro de levantamento de dados com questões norteadoras para caracterização das atividades de processamento de alimentos no âmbito do assentamento. Os temas geradores centrais deste roteiro abarcaram características da produção agropecuária, formulação de produtos processados, equipamentos utilizados, insumos e sua proveniência, destinação dos resíduos,

organização e divisão do trabalho e instâncias de decisão, sempre a partir das dimensões de sustentabilidade da Agroecologia.

3.3. Levantamento preliminar de dados e abordagem no campo

Neste ponto se iniciou efetivamente as atividades de campo de acompanhamento do processamento de alimentos no assentamento. Ele ocorreu entre os meses março, abril e maio de 2009. Durante este período o pesquisador permaneceu períodos intermitentes no assentamento, vivenciando sua rotina integralmente pela imersão no local.

A aproximação às famílias processadoras foi viabilizada através da participação em grupos focais constituídos pelas reuniões de coordenadores dos grupos de afinidade do assentamento. Estabeleceu-se, então, a apresentação da proposta de pesquisa as famílias que processavam alimentos dentro de cada grupo. A partir daí se organizou um cronograma de visitas às famílias visando à realização de entrevistas em profundidade sobre o processamento[2] de alimentos.

Além das entrevistas em profundidade realizou-se investigações com grupos focais sobre questões mais conjunturais do processamento, principalmente as motivações e da viabilidade da atividade dentro do assentamento. Juntamente para compor os dados primários da pesquisa foi praticada a observação participante das festividades do assentamento, do acompanhamento da rotina das famílias e do acompanhamento cotidiano das atividades técnicas variadas ligadas ao processamento dos alimentos.

As entrevistas em profundidade foram realizadas em duas etapas abraçando 18 famílias. A primeira, exploratória com duas famílias, teve o objetivo de testar o roteiro de pesquisa inicial e identificar novas questões relevantes ao objeto da pesquisa e contribuir para a definição final do quadro de indicadores para analisar o processamento com enfoque na Agroecologia e base no Mesmis.

Na segunda fase das entrevistas em profundidade já havia sido feita a rodada de apresentação da proposta de pesquisa e o levantamento das famílias processadoras a serem entrevistadas. Para esta segunda fase de entrevistas utilizou-se uma nova versão do roteiro incorporando elementos importantes identificados nas entrevistas exploratórias, a saber: tempo das etapas de processo, ritmo de produção, quantidades de ingredientes e embalagens, consumo de água e energia,tomada de decisões e motivações para o processamento.

[2] A definição das atividades de processamento de alimentos, e de produtos processados, se contruiu junto as famílias, sendo esse os produtos da transformação física e química do alimento encarado como atividade produtiva e ~~tendo~~ gerando produtos passíveis de comercialização.

3.4. Análise de indicadores de sustentabilidade agroecológica no processamento de alimentos no Assentamento Fazenda Ipanema

Após a pesquisa exploratória pode-se ter um retrato mais claro sobre as atividades de processamento de alimentos no assentamento, seus principais fatores determinantes, recursos (naturais, humano, capital e de produção) e processos (de trabalho, ecológicos e energéticos).

Esse material foi analisado à luz dos autores Altieri (1998), Masera et al. (2000), Guzmán-Casado, González de Molina, Sevilla-Guzmán, (2000), Verona, (2008) e Narezi (2008) de forma a permitir a determinação dos pontos críticos, seus critérios de diagnóstico e os indicadores finais, sempre buscando abarcar os atributos de sustentabilidade e as três dimensões propostas pelo Mesmis. As Tabelas 2, 3 e 4 mostram os resultados desse procedimento.

Em relação à dimensão ambiental (Tabela 2) foram criados indicadores para os pontos críticos *matérias-primas, outros ingredientes, embalagens e sobras e recursos naturais e energéticos – utilidades.* Para qualificar os pontos críticos trabalhou-se com os critérios de diversidade, otimização e reciclagem de biomassa, conservação e regeneração de recursos naturais.

Tabela 2. Pontos críticos, critérios de diagnóstico e indicadores da dimensão ambiental do processamento de alimentos no Assentamento Fazenda Ipanema, SP, 2009.

Pontos críticos	Critérios de diagnóstico	Indicadores
Matérias-primas, outros ingredientes, embalagens e sobras	- diversidade	-número de produtos processados -qualidade da matéria-prima
	- otimização e reciclagem de biomassa	-reaproveitamento da produção para o processamento -tipo de sabão -aproveitamento de sobras do processamento -otimização de matéria prima
Recursos naturais e energéticos - utilidades	- conservação e regeneração de recursos naturais	-qualidade de água -consumo de água no processamento -qualidade da energia para o processamento -consumo energético no processamento
Processos tecnológicos e etapas de processamento	- conservação e regeneração de recursos naturais	- escala de processamento

Na dimensão social os pontos críticos *organização do trabalho, processos tecnológicos e etapas de processo, produto final e destinação* foram contemplados pelos critérios solidariedade e cooperação, participação, controle, valorização dos saberes populares, qualidade de vida e segurança alimentar (quadro 5).

Tabela 3. Pontos críticos, critérios de diagnóstico e indicadores da dimensão social do processamento de alimentos no Assentamento Fazenda Ipanema, SP, 2009.

Pontos críticos	Critérios de diagnóstico	Indicadores
Organização do trabalho	-solidariedade e cooperação	-práticas solidárias
	-participação	-participação das mulheres, homens e filhos no processamento
	- controle	-divisão de tarefas -definição do ritmo de produção e adaptação à rotina familiar -tomada de decisões -divisão de renda
Processos tecnológicos e etapas de processo	- valorização dos saberes populares	-integração entre saber popular e conhecimento técnico
	- controle	-domínio e adequação técnica -práticas seguras de processamento
	- qualidade de vida	-adequação tecnológicas -conforto e segurança
Produto final e destinação	- segurança alimentar	-número médio de produtos processados -utilização de aditivos sintéticos -consumo familiar -confiança na qualidade do produto
	- solidariedade	-uso de produtos processados como elemento de sociabilização

Na dimensão econômica (Tabela 4) identificou-se os pontos críticos *matérias-primas, outros ingredientes, embalagens e sobras, recursos naturais e energéticos – utilidades, produto final e destinação, e ganhos e patrimônios* pelos critérios auto-suficiência, diversidade confiança e solidariedade, controle.

Tabela 4. Pontos Críticos, critérios de diagnóstico e indicadores da dimensão econômica do processamento de alimentos no Assentamento Fazenda Ipanema, SP, 2009.

Pontos críticos	Critérios de diagnóstico	Indicadores
Matérias-primas, outros ingredientes, embalagens e sobras	-auto-suficiência	-origem da matéria-prima -origem de embalagens -origem de outros ingredientes
Recursos naturais e energéticos - utilidades	-auto-suficiência de recursos naturais	-origem de água
	-auto-suficiência energética	-origem da energia
Produto final e destinação	- diversidade - confiança e solidariedade - controle regional	-integração dentre outras atividades produtivas -relação produtor consumidor -circuitos de comercialização
Ganhos e patrimônio	- auto-suficiência	-participação na renda -propriedade dos meios de produção -endividamento devido ao processamento

A análise dos indicadores aconteceu de forma qualitativa e discursiva, isso porque neste trabalho não se preocupou em medir quantitativamente quão sustentável era o sistema, mas em destacar os indicadores e características de um sistema sustentável para que se pudesse identificar práticas e princípios do processamento de alimentos que fossem coerentes

dentro do enfoque da Agroecologia. Também por este caráter foi possível a aplicação do método de forma não comparativa, nem temporal, tendo em vista o horizonte do ineditismo e as conseqüentes dificuldades de analisar as atividades de processamento de alimentos à luz do Mesmis.

4. Considerações Finais

Observou-se um diálogo possível entre o Marco Mesmis e as atividades de processamento de alimentos realizadas nos assentamentos rurais, sendo aplicáveis os princípios e ferramentas do método na rotina dos agricultores na transformação e beneficiamento dos alimentos.

No uso dessa abordagem metodológica neste trabalho buscou-se integrar elementos da análise de indicadores, porém mantendo-os numa forma aberta e qualitativa, com objetivo de permitir uma perspectiva mais discursiva e analítica do debate da Agroecologia. Nesta perspectivas o quadro de indicadores sugere um papel de elementos de análise que podem ser abordados e discutidos na composição das atividades de processamento de alimentos dentro da perspectiva da Agroecologia.

A integração satisfatória entre o Marco Mesmis e as atividades de processamento de alimentos se reflete na amplitude de pontos críticos *Matérias-primas, outros ingredientes, embalagens e sobras; Recursos naturais e energéticos – utilidades; Processos tecnológicos e etapas de processamento; Organização do trabalho; Processos tecnológicos e etapas de processo; Produto final e destinação; Ganhos e patrimônio*, que abordam quase a totalidade de processos e recursos constitutivo como a diversa composição de indicadores em cada dimensão.

Por fim percebeu-se a dificuldade da análise da sustentabilidade dentro do enfoque agroecológico para o processamento de alimentos, o que trás desafios metodológicos para o levantamento de dados técnicos e das motivações dos agricultores e agricultoras para o processamento, bem como indica a necessidade de novos estudos nessa temática.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALTIERI, M. **Agroecologia - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**; tradução Patrícia Vaz; rio de Janeiro 1989.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set 2002.

CHAYANOV, A, V. La organizacion de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión.1974.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid:** Mundi- Prensa, 2000.

NAREZI, G. . **Análise de sustentabilidade de experimentos agroecológicos do assentamento rural Fazenda Pirituba.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós graduação e Agroecologia e Desenvolvimento Rural .Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. 2008

SOUZA, A. M. **Análise emergética do assentamento Fazenda Ipanema: reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de Alimentos. Campinas. Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas. 2006.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. 2008. 192p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Agronomia.Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS – Brasil.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In : **Para pensar outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 29-49

OS INCENTIVOS PARA A PRODUÇÃO DE GIRASSOL E CANOLA NO OESTE CATARINENSE: os casos de Abelardo Luz e Xaxim

João Fábio Diniz[1]

Arilson da Silva Favareto[2] (co-autor)

[1]Mestrando em Energia – Subárea Ambiente e Sociedade
Universidade Federal do ABC - E-mail: jfabiodiniz@yahoo.com
[2]Professor Adjunto vinculado ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Energia - Universidade Federal do ABC – E-mail: arilson@uol.com.br

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

INTRODUÇÃO

São três as polêmicas que são associadas ao tema dos biocombustíveis: a polêmica sobre a verdadeira sustentabilidade ambiental dos mesmos; aquela em torno da eficiência do novo mercado engendrado pela sua produção; e a dúvida sobre a real inclusão dos atores mais pobres, os agricultores familiares, na cadeia produtiva dos biocombustíveis, fator que é visto como o principal propulsor de ganhos sociais associados ao tema (Favareto, Kawamura & Diniz 2008). No que se refere à produção de biodiesel, sua introdução no Brasil se deu de acordo com a instituição do PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que prevê o oferecimento de benéficos específicos às empresas produtoras que provem adquirir matéria prima dos produtores familiares e ofereçam assistência técnica a eles. Neste processo, é obrigatório o monitoramento das entidades associativas dos agricultores e é previsto o fornecimento de um crédito específico – o Pronaf Biodiesel.

Neste artigo buscamos avaliar a tentativa de produção de oleaginosas segundo os ditames do PNPB em dois municípios do Oeste Catarinense: Abelardo Luz e Xaxim. Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: primeiramente, na seção seguinte, explicamos mais detalhadamente como funcionam os mecanismos de funcionamento do

programa e de que maneira foi buscada sua instauração na região abordada; na sequência, analisamos como se desenrolou essa tentativa em Abelardo Luz, com as culturas de girassol e canola, e em Xaxim, com o girassol. Finalizamos com uma conclusão acerca da eficiência das formas de cooperação engendradas pelo programa em sua tentativa de gerar renda aos produtores familiares nos dois municípios.

O PNPB, a agricultura familiar e o selo combustível social

Segundo sua nota de divulgação oficial, o PNPB – programa interministerial do Governo Federal – objetiva implementar, de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, a produção e o uso do biodiesel no país, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Entre as principais diretrizes do PNPB, coloca-se manifestamente a de implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através do selo combustível social. Esse selo é uma certificação fornecida pelo governo federal a empresas produtoras que tenham contratos de compra de matéria prima de produtores familiares agrícolas. É interessante para as empresas adquirirem tal selo, pois ele permite acesso a melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras, além de dar direito de concorrência em leilões de compra antecipada de biodiesel realizados pela Petrobrás. As empresas produtoras que tiverem o selo também terão direito à desoneração de alguns tributos, mas se obrigarão a garantir a compra da matéria-prima com preços pré-acordados, oferecendo segurança aos agricultores familiares. Há, ainda, possibilidade dos agricultores participarem como sócios ou quotistas das indústrias extratoras de óleo ou de produção de biodiesel, seja de forma direta, seja por meio de associações ou cooperativas de produtores.

No que se refere aos financiamentos, o programa apresenta também um mecanismo inovador: o Pronaf-Biodiesel. De acordo com o manual do crédito rural, seu funcionamento consiste na possibilidade de oferecimento de mais uma operação de custeio Pronaf por ano – que é a forma regular de crédito oferecida aos produtores familiares pelo Banco Central, uma vez ao ano – para o cultivo de oleaginosas destinadas a servir de matéria prima para a produção de biodiesel. Isso significa que mesmo o produtor que já recebe um financiamento anual para agricultar outras culturas que não as oleaginosas, tem a possibilidade de obter outro crédito no mesmo ano para tomar parte da produção de matéria prima para o óleo vegetal, seja para cultivá-la na safrinha, seja para fazê-lo em uma porção de sua propriedade não utilizada para a plantação da outra cultura financiada. (www.biodiesel.gov.br) (www.mda.gov.br).

Outro fator importante é que, na realização do contrato entre as empresas e os agricultores, há necessariamente a mediação dos sindicatos ou cooperativas de agricultores locais. São eles quem negociam e fiscalizam os contratos realizados entre a empresas e os produtores familiares locais A validade da operação também depende do fato de que cada produtor tenha obtido do sindicato ou cooperativa uma declaração formal assegurando o seu pertencimento à categoria "agricultor familiar", a DAP – declaração de aptidão, como mostram Abramovay e Magalhães (2007). Há ainda uma outra espécie de DAP: trata-se da DAP jurídica, que não é concedida a uma produtor individualmente, e sim a uma cooperativa ou sindicato que prove possuir entre seus associados uma porcentagem maior ou igual a 90% de produtores familiares, sendo que ao menos 70% da produção dessa cooperativa ou sindicato seja oriunda da agricultura familiar (www.mda.gov.br).

Mais um aspecto que deve ser mencionado é o de que as empresas de biodiesel precisavam adquirir matérias primas que estavam dispersas. Já que a produção de oleaginosas com o fim de serem transformadas no óleo combustível não estava organizada, o programa, em conjundo com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), procurou articular a criação de pólos: determinadas áreas onde haveria uma concentração de esforços para viabilizar a produção e a oferta de matéria prima para as empresas. Cada pólo possuiria um articulador: um indivíduo a quem caberia entrar em contato com as organizações dos agricultores para que elas participassem de espaços onde se pudesse planejar a produção dessa matéria prima, e, junto disso, articular as empresas produtoras de biodiesel para colocá-las em contato com esses produtores (www.mda.gov.br).

A agricultura familiar tem se constituído historicamente como a base social da economia agrícola do Oeste Catarinense, uma das seis mesorregiões do estado composta por 117 municípios. Badalotti (2007) realizou um estudo específico em relação à agricultura familiar, sua composição e sua importância para a região oeste do estado recentemente. Segundo ela, mais de 50% do valor da produção agrícola do estado vem dessa região, cuja estrutura fundiária é caracterizada pelo minifúndio com predomínio de pequenas unidades de produção, sendo que 94,8% de suas propriedades possuem entre 10 e 50 ha. De acordo com essas possibilidades referentes à mão de obra da agricultura familiar, o MDA investiu na instituição de um pólo para a produção de matéria prima para biodiesel na região. É importante notar que, como o mercado agrícola da região é bastante estruturado e possui uma rede de comercialização eficaz para a maioria das culturas de safra, o cultivo de oleaginosas com o intuito de vender a produção para as empresas de biodiesel foi projetado para ocorrer somente na entressafra.

O caso de Abelardo Luz

Abelardo Luz é um município com uma população estimada de cerca de 18.000 habitantes, em uma área total de 955 Km quadrados, da qual a maior parte pertence à zona rural. Um aspecto que teve importância decisiva para a configuração do município tal qual ele se encontra na atualidade foi a reforma agrária. Ao todo, são 23 assentamentos, nos quais habitam e produzem cerca de 1500 famílias em uma área estimada de 1000 hectares. Desse modo, pode-se constatar que há um considerável público potencial na região para se inserir no PNPB nos termos do selo combustível social. (www.ibge.com.br).

Uma vez que a reforma agrária e os assentamentos tiveram papel importante no estabelecimento dos moldes da agricultura em Abelardo Luz, há um ator que tem que ser pensado como de atuação relevante na área, por ter feito parte da história desses assentamentos: o MST – Movimento dos Sem Terra, que atua no município há cerca de 24 anos. O principal meio para viabilizar economicamente sua atuação no município foi a criação pelo MST de uma cooperativa para reger sua interação com os pequenos produtores. Trata-se da Coopeal – Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Edson Adão Lins – criada em 1997. Sua atuação é fundamentalmente a de gerir a produção e a distribuição das plantações de seus cooperados, que no momento são em número de 170. Com a intensificação da produção e o aumento de cooperados na primeira metade dos anos 2000, foi fundada outra cooperativa, parceira da Coopeal, a Coptrasc – Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina. A Coptrasc tem a incumbência de prestar serviços técnicos para os cooperados da Coopeal, e a atuação de ambas é conjunta.

É com a intermediação dessas duas cooperativas conjuntas que foram ensejadas as únicas plantações destinadas a prover matéria prima para a produção de biodiesel em Abelardo Luz segundo as diretrizes do PNPB que exigem a participação da agricultura familiar no processo. Desse modo, poderíamos supor que apenas os 170 filiados a ela tiveram a possibililidade de produzir e vender a matéria prima repassada às empresas pela Coopeal. Não obstante, quem ofereceu a possibilidade – ou seja, quem divulgou aos agricultores a oportunidade de fazer parte da cadeia do biodiesel – foram, além dos próprios integrantes da cooperativa, indivíduos pertencentes ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Dessa forma, tal possibilidade foi exposta para grande parte das famílias produtoras da região, já que tanto os primeiros quanto os segundos tem larga rede de contatos entre os agricultores do município – mesmo com os que não são diretamente vinculados à Coopeal/Coptrasc. Para os

não cooperados, foi oferecida a possibilidade de fazer parte do contrato que foi realizado entre a cooperativa e as empresas a partir de uma adesão simples que não prejudicaria as suas relações comerciais com outras cooperativas locais. Mas o fato recorrente no discurso de quase a totalidade dos atores contatados, inclusive dos próprios produtores familiares, é que o desconhecimento das formas de manejo produtivo das oleaginosas introduzidas e a desconfiança em relação à sua produtividade e rentabilidade são os principais fatores que impedem a entrada de um número maior deles na produção para o PNPB.

Na verdade, até o momento apenas agricultores filiados à Coopeal tomaram parte no negócio do biodiesel. Até agora, foram três as safras que foram plantadas e distribuídas nos moldes dos arranjos produtivos tal qual os propõe o PNPB – a saber, em que as empresas compradoras possuem benefícios em função de terem estabelecido contrato de compra com agricultores familiares. Dentre essas três safras, duas foram de girassol e uma de canola. Segundo análise do agrônomo especialista na área Luís Borsuk, que também foi o articulador do pólo da região, o girassol é compatível agronomicamente a ser a cultura da safrinha, principalmente nas plantações de milho e fumo. Mas o fato é que ele é, por natureza, uma cultura de risco. Na primeira safra realizada em Abelardo Luz (2006), aconteceram alguns problemas que fizeram com que os resultados não fossem os esperados: o material genético das sementes utilizadas não era de grande qualidade e as recomendações técnicas não foram totalmente adequadas. Sendo assim, na segunda tentativa (2007) o número de produtores diminuiu, o que, juntamente com alguns problemas contratuais entre a Coopeal/Coptrasc e a Brasil Ecodiesel, acabou por fechar a parceria dessa empresa com os produtores do município, que sempre foi intermediada pela cooperativa em questão.

A primeira exigência necessária para que os produtores possam prover a matéria prima como agricultores familiares é a chamada DAP. A Coopeal/Coptrasc possui essa declaração de aptidão coletiva, que é fornecida pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nos casos em que as declarações de aptidão individuais são as garantidoras dos direitos de propriedade que validam os contratos dos arranjos produtivos do biodiesel, há a necessidade de que as próprias empresas estabeleçam contratos de garantia de compra direto com os produtores familiares. Já nas situações em que a garantia é fundada em uma DAP jurídica, existe a possibilidade de que os contratos sejam realizados de uma forma diversa, como é o caso em Abelardo Luz. As duas safras de girassol foram produzidas em função de contratos com a empresa Brasil Ecodiesel. Após a definição de quantos produtores familiares iriam tomar parte no negócio, foram realizados então dois tipos de contrato, que podemos chamar de complementares. De uma lado, a Brasil Ecodiesel fez um contrato de compra com a

própria Coopeal/Coptrasc, no qual garantia a aquisição da produção de girassol realizada pelos agricultores familiares (com preço pré-acordado) que, por sua vez, tivessem estabelecido um outro contrato com a cooperativa. A Brasil Ecodiesel também oficializou contratualmente o pagamento de R$ 1, 80 por cada saco de girassol entregue para que a Coptrasc garantisse o oferecimento de assistência técnica aos agricultores.

No contrato entre a Coopeal e os produtores, a primeira se prontificou a oferecer as sementes, que foram vendidas à cooperativa pela Epagri, os insumos e a assistência técnica para o cultivo. Os dois primeiros poderiam ser pagos à cooperativa após a entrega da matéria prima, ficando assim subordinados à posterior negociação da mesma com a empresa. A assistência técnica seria oferecida gratuitamente aos produtores, já que, como propõem as diretrizes do PNPB, faz parte das obrigações das empresas que desejam adquirir o selo combustível social o seu oferecimento gratuito – ficando a cooperativa encarregada de tal ação. A primeira safra não teve problemas de cumprimento de contrato, e seu malogro teve causas primordialmente agronômicas, já que a falta de experiência tanto dos produtores como dos técnicos na cultura de girassol, somadas à já mencionada não boa qualidade genética das sementes, foram as principais causas do insucesso da lavoura. A cooperativa teve, porém, auxílio da Epagri no provimento da assistência, e a empresa se mostrou disposta a auxiliar. Segundo Borsuk, mesmo com esse auxílio os conhecimentos agronômicos colocados em prática não foram de qualidade suficiente para fazer essa primeira tentativa rentável economicamente para nenhum dos atores envolvidos, ainda mais pelo fato de se ter feito o plantio de maneira tardia. O grande sinal de que não foi obtido sucesso nesse primeiro cultivo foi o de que a matéria prima realmente obtida foi muito menor do que a estimada. Sendo assim, os produtores individualmente produziram menos do que imaginavam com as sementes adquiridas; com a cooperativa ocorreu fato análogo em relação à produção coletiva, e a empresa obteve menos matéria prima do que imaginou.

Em função disso, a demanda por parte dos agricultores para entrar no negócio do biodiesel na segunda safra (2007) foi bem menor, o que colocou problemas desde o início dos contratos. A Brasil Ecodiesel, através de seus negociadores, mostrou-se bastante decepcionada com a diminuição da projeção estimada para a segunda safra de girassol. Mesmo assim foram realizados novos contratos complementares, a exemplo do ocorrido no ano anterior. Mas, se a lição da safra anterior foi valiosa e os agricultores conseguiram uma produtividade maior em números relativos, o número absoluto de sacas de girassol foi muito pequeno, o que acabou por levar ao fia da atuação da Brasil Ecodiesel no município.

No que se refere à canola, segundo Borsuk há duas razões fundamentais pelas quais ela pode ser considerada uma ótima opção para o comércio de matéria prima de biodiesel na região. A primeira delas é que a canola é naturalmente uma cultura de inverno; pela própria especificidade do solo local, as culturas de inverno são raras e pouco efetivas no oeste catarinense, em geral, e em Abelardo Luz, em particular. A canola, porém, adaptou-se muito bem a esse solo, e floresceu de maneira melhor que a esperada, nas propriedades em que o manejo da lavoura foi realizado de maneira indicada. A segunda razão é que ela tem em sua composição natural a propriedade de recuperar bem a terra, favorecendo os plantios de verão, sobretudo a soja – que corresponde a grande parte da produção do município. Nesse sentido, podemos concluir preliminarmente que a canola se apresenta como uma alternativa viável para a produção de matéria prima para o PNPB no município. Em 2008 surge então um novo capítulo na produção de matéria prima para o biodiesel em Abelardo Luz, associado à essa cultura. O princípio dessa fase se deu com a nova parceria realizada pela Coopeal/Coptrasc com a BS Bios, outra empresa produtora de biodiesel. Analisando as condições objetivas de plantio e distribuição, a cúpula da empresa envolvida na negociação propôs como mais viável ao município, no que se refere ao plantio de matéria prima para o biodiesel, a produção de canola. Sendo aceita a idéia pela cooperativa, passou-se a se divulgar a possiblidade para os produtores familiares, tanto pelos técnicos e agentes da cooperativa, quanto pelos integrantes do MPA – que, como vimos, tem relação direta com a Coopeal/Coptrasc. O fato de que a cultura da canola é favorável à recuperação do solo, sobretudo no que se refere à soja, foi colocado em pauta desde o princípio dessa divulgação, fato que era bastante desacreditado por grande parte dos produtores.

As bases contratuais eram similares às daquelas instituídas com a Brasil Ecodiesel: a empresa paga a cooperativa para prestar a assistência técnica aos produtores (R$ 1, 90 por saco entregue), e dá a garantia de compra de toda a canola produzida. Foram 16 os produtores que ingressaram no negócio e firmaram o contrato com a Coopeal/Coptrasc. Um aspecto importante se refere à aquisição das sementes de canola: quem as forneceu à cooperativa foi a própria BS Bios; as sementes eram de boa qualidade e foram fornecidas por um preço razoável. Além disso, antes mesmo do plantio, houve um seminário explicativo gratuito ministrado por representes da Epagri aos técnicos da Coptrasc em relação às formas mais favoráveis de se lidar com a lavoura da canola – informações essas que foram passadas aos produtores por esses técnicos, também em um período anterior ao plantio. Isso indica que a Epagri esteve presente nas relações sociais que envolveram a produção da canola para o biodiesel no município, assim como já havia estado nas lavouras de girassol. Apesar disso,

também foram observados problemas agronômicos na lavoura de canola: segundo tanto os técnicos da cooperativa quanto os da Epagri, porém, dessa vez o principal problema foi a adequação dos produtores à tecnologia necessária ao cultivo da canola. Já que trata-se de uma cultura totalmente desconhecida para eles, quase a metade dos produtores não conseguiu proceder da maneira que otimizaria a produção da canola – maneira essa que foi comunicada a eles, segundo os técnicos responsáveis. Mesmo assim, deve-se ressaltar que a porcentagem dos produtores que obteve com a lavoura um maior volume de canola se mostrou bastante satisfeita com os lucros angariados e estaria disposta a continuar produzindo canola na safrinha. Mas um outro problema contribuiu para a parada da produção em 2009: o perímetro municipal de Abelado Luz é bastante extenso; coincidentemente, quase a totalidade dos agricultores que estabeleceram o contrato de produção de canola têm suas propriedades em áreas bastante distantes da sede da cooperativa, na fronteira com o município de Coronel Martins. Como foi a Coopeal/Coptrasc a encarregada de buscar a mercadoria nas propriedades, houve um encarecimento significante do frete; além disso, as atividades logísticas de prestação de assistência técnica se tornaram mais difíceis. Esses fatores tornaram o negócio inviável para a cooperativa. Isso não ocorreria, segundo membros dirigentes da Coopeal/Coptrasc, se o volume da produção fosse maior. Para que isso se tornasse possível, contribuiria não apenas a entrada de um número maior de produtores no negócio, como a feitura da colheita de modo não manual – e sim através de uma máquina colheitadeira.

Visando concatenar a realização dessas duas situações, a cooperativa estabeleceu um acordo com o MDA, que visa capacitar um número maior de agricultores para tomar parte na produção de canola. Através de visitas às propriedades dos interessados, que poderão aumentar na medida em que foi constatado que realmente a canola contribui com a recuperação do sólo para as culturas de verão, os técnicos da cooperativa e também os da Epagri irão procurar disseminar os conhecimentos agronômicos necessários para que a produção alcance os patamares visados em cada uma dessas propriedades. Além disso, mesmo que em 2009 não tenham se realizado contratos de fornecimento com a BS Bios, as relações entre a cooperativa e a empresa não cessaram. Desse modo, a Coopeal/Coptrasc optou por produzir em 2009 ela mesma, em terras de sua posse, girassol na safra regular. Acreditando que essa cultura tenha mais possibilidades de trazer lucratividade na safra e na expectativa de manter o vínculo com a empresa, a cooperativa se utilizou de sua DAP jurídica para encetar um novo contrato de fornecimento com a BS Bios e repassar a essa empresa a produção de girassol a ser realizada neste ano. O grande objetivo da Coopeal/Coptrasc com essa atividade é gerar fundos para a aquisição de uma máquina colheitadeira indicada para a

colheita de oleaginosas, sobretudo a canola. Através dessas ações, a cooperativa espera possibilitar a volta da produção de canola para ser vendida para a BS Bios senão já em 2010, em 2011 e nas safras futuras; espera sobretudo que nessas safras a quantidade de produtores seja cada vez maior, e que a canola produzida por cada um deles e no total seja representativa – o que não ocorreu em 2008.

O caso de Xaxim

Como toda a região do oeste catarinense, Xaxim também tem na agropecuária e na agroindústria a base de sua economia. A exemplo do que ocorre com Abelardo Luz, há um grande número de produtores em potencial de matéria prima para o biosiesel, já que a grande maioria da área rural é ocupada por produtores familiares. Também de maneira análoga ao que ocorre naquele município, e pelos mesmos motivos referentes às diversas possibilidades produtivas já arraigadas como opções viáveis para os pequenos produtores e para as cooperativas com fins lucrativos no período da safra, só se considerou a instalação da produção de matéria prima para o biodiesel na safrinha. Mas em Xaxim ocorreu apenas o cultivo de uma lavoura com o intuito de servir de matéria prima ao biodiesel, no ano de 2007. Vejamos em quais situações ela foi cultivada, e quais motivos acarretaram a não continuidade da empreitada.

O processo de instalação principiou com a visita de representantes da própria empresa produtora de biodiesel, a Brasil Ecodiesel, à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim. Esse sindicato tem ligações intrínsecas com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – Fetaesc, mas sua administração do período em que a produção para o biodiesel foi realizada tinha diferenças políticas com a Prefeitura Municipal. Desse modo, o poder público municipal não foi atuante nesse processo de instalação do PNPB como fora em Abelardo Luz, mediando as relações da cooperativa daquele município com os representantes locais da Epagri. Isso concorreu para que, em Xaxim, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural não tivesse qualquer participação na discussão acerca das informações agronômicas necessárias ao cultivo da oleaginosa que foi introduzida – o girassol. Assim como ocorrera no outro município abordado, também em Xaxim a própria Brasil Ecodiesel foi quem sugeriu a produção dessa oleaginosa, afiançando através de seus agentes que a mesma teria grandes chances de apresentar boa produtividade na safrinha. Através de diversas visitas feitas ao edifício sede do sindicato, nas quais vários contatos com os produtores mesmos foram realizadas, esses

agentes se mostraram eficientes em atrair a atenção daqueles, sobretudo ao salientar que as perspectivas de lucratividade seriam animadoras.

Segundo informações do sindicato, cerca de 40 agricultores demonstraram bastante interesse em tomar parte da produção, dos quais 27 realmente firmaram contrato com a empresa. O sindicato foi o responsável por avalizar esses contratos e conceder a DAP individual aos agricultores interessados. Dessa maneira, tais contratos foram feitos individualmente entre cada produtor e a Brasil Ecodiesel, não ocorrendo aquele processo de feitura de contratos complementares observado em Abelardo Luz que funcionava também como uma forma de financiamento, uma vez que a Coopeal/Coptrasc se encarregava de fornecer sementes e insumos para serem pagos posteriormente pelos produtores. Em Xaxim também não se registrou nenhuma retirada no Banco do Brasil da linha de crédito Pronaf-Biodiesel. Como então foram financiados as sementes e os insumos para os agricultores?

A Brasil Ecodiesel se dispôs a fornecer as sementes de girassol e os insumos aos produtores, não sem operar um pequeno desconto no momento da compra da produção decorrente desse fornecimento. Se até esse ponto tudo parecia caminhar da maneira pretendida por ambas as partes, os problemas começaram a aparecer no momento do fornecimento da assistência técnica. A empresa contratou três técnicos, todos recém formados, a fim de prover os serviços assistenciais aos produtores. Esses técnicos ficaram responsáveis pela totalidade da assistência; contratados pela empresa, sem relações de cooperação quaisquer no município e sem o apoio da Epagri, eles ficaram na dependência exclusiva de seus conhecimentos, que não envolviam experiências empíricas com o manejo do girassol. Segundo os agricultores contatados, desde o momento do plantio, passando pelo cultivo e chegando à colheita, houve dúvidas por parte desses profissionais contratados pela empresa em relação a quais procedimentos adotar. Isso concorreu para as duas principais causas apontadas como as razões da baixíssima produtividade apresentada pela safra de girassol: a plantação tardia e o limitado conhecimento agronômico posto em prática pelos técnicos. Somados a isso, podem ser apontados também o desconhecimento dos próprios agricultores em relação às particularidades da cultura e o inverno do ano de 2007 – que apresentou temperaturas mais baixas que as usuais do período na região e geadas intensas e constantes – como motivos que acarretaram o insucesso da lavoura. De fato, alguns produtores relataram a perda de mais da metade da produção; nenhum deles fez alusão positiva ao resultado do cultivo do girassol.

Essa situação foi totalmente inversa ao que havia sido divulgado pelos representantes da empresa e esperado pelos produtores. A baixa produtividade e a pouca rentabilidade da

lavoura de girassol desviaram totalmente o interesse dos agricultores da produção de matéria prima para o biodiesel. Além disso, os três últimos produtores a efetuarem a colheita não fizeram os acertos finais com a Brasil Ecodiesel, o que também concorreu para a descrença da categoria e representou um não total cumprimento do contrato por parte da empresa. Desse modo, não mais se teve notícias de qualquer possibilidade de produção de oleaginosas para servir de matéria prima para o biodiesel no município – o que, deve se ressaltar, contrasta muito com o ambiente de empolgação com esse novo possível vínculo causou a um número não tão restrito de agricultores quando foi anunciado pelos representantes da empresa e do sindicato.

Como vimos anteriormente, o articulador do pólo Luís Borsuk relatou que o girassol é naturalmente uma cultura de risco. Esse aspecto foi reafirmado pelo secretário de agricultura de Xaxim, Ivanor Galon. Para ele, a possibilidade que o girassol obtenha boa produtividade na safrinha é sempre duvidosa, já que a cultura não pode ser considerada típica de inverno; sendo assim, além de ser essencial um acompanhamento próximo de técnicos com conhecimentos específicos em relação ao cultivo dessa lavoura, a incidência de um inverno mais rigoroso que o regular pode ser extremamente prejudicial para o resultado da colheita. No caso relatado, desafortunadamente tanto para os produtores quanto para os representantes da Brasil Ecodiesel que visavam fomentar a produção de girassol no município, o inverno foi rigoroso e o acompanhamento técnico providenciado pela empresa se mostrou falho e insuficiente, o que fez com que a produção fosse considerada um fracasso.

Conclusão

Podemos constatar que as alterações no mercado agrícola do oeste catarinense no que se refere à geração de renda para a produção familiar, de maneira geral, ainda foram restritas de acordo com a análise realizada nos dois municípios. Em Xaxim, a única experiência até agora foi frustrada agronomicamente, e os beneficiamentos propostos pelo PNPB não causaram o favorecimento esperado no que se refere às dimensões técnica, econômica e na relativa à segurança de venda da produção. Em Abelardo Luz, em função do estabelecimento de contratos entre a Coopeal/Cooptrasc e as duas empresas de biodiesel, foram cultivadas três safras de oleaginosas, mas todas elas esbarraram em problemas agronômicos e no momento não há produtores familiares envolvidos com a produção, apesar da própria cooperativa estar plantando girassol em suas propriedades com o intuito de gerar divisas para investir na dinamização do negócio do biodiesel no município. Além disso, está em processo um esforço

de capacitação de agricultores familiares interessados na produção de canola, através de uma parceria realizada entre a Coopeal/Cooptrasc, o MDA e a Epagri. Deve-se dizer que essa ação corresponde a uma prática de cooperação inovadora engendrada em função da tentativa de inserção do PNPB, que pode vir a trazer resultados positivos no futuro para um número ainda indefinido de agricultores. Dessa experiência podemos concluir que, se por um lado os mecanismos de incentivo do PNPB são frágeis para estabelecer sozinhos a geração de renda para os produtores familiares, sua introdução pode e deve levar a práticas de cooperação ivovadoras no sentido de favorecer a produção de culturas alternativas que possam ser rentáveis a médio e a longo prazo para a produção familiar, e assim favorecer o desenvolvimento regional paulatinamente.

Bibliografia

Abramovay, Ricardo. & e Magalhães, Reginaldo. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel:** parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. In: Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial, AIEA2, 2007, Londrina. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos. Londrina: Anais da AIEA 2, 2007. pp.1 -19.

Badalotti, Rosana. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no oeste catarinense.** Artigo apresentado na VII RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL. Porto Alegre, 2007. 20 pp.

Favareto, Arilson; Kawamura, Yumi & Diniz, João Fábio. **Para uma socioeconomia dos biocombustíveis**: três controvérsias internacionais e uma avaliação do programa nacional de produção e uso de biodiesel. Artigo apresentado na ANPOCS – Associação nacional de pós-graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 2008. 29 pp.

Bibliografia eletrônica

www.biodiesel.gov.br
www.ibge.com.br
www.mda.gov.br

PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DA LOCALIDADE DE TRAPEIRA-CANGUÇU/RS

Priscila Barcelos Cardoso Röhnelt[1]

Giancarla Salamoni[2]

[1]Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – PPGeo/ FURG - Email: prirohnelt@yahoo.com.br

[2]Professora Associada I do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; Professora- Orientadora do PPGeo da FURG - Email: gi.salamoni@yahoo.com.br

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

INTRODUÇÃO

Diante da expansão do modo capitalista de produção e suas relações com a agricultura o camponês teve de buscar formas para se adaptar, utilizando estratégias para se manter enquanto organização social familiar na agricultura. Esse processo de reorganização socioespacial não foi, em todos os casos, gerado diretamente pelo movimento do capital, mas subordinado a ele. Por exemplo, a produção integrada seja ao complexo agroindustrial – CAI ou às cooperativas gera a dependência do produtor familiar ao mercado urbano-industrial, ou seja, vincula o camponês ao sistema econômico e o subordina ao capital, através da obtenção de insumos, créditos e fornecimento de matéria-prima. A integração torna esses camponeses agricultores tecnologicamente modernos, porém, não perdem a característica de serem eminentemente produtores familiares. Para Wanderley,

> São produtores responsáveis por parcela da produção de mercadorias, que acionam em seus processos de produção um capital de certa magnitude, que adotam tecnologia moderna, que conseguem constituir certo patrimônio, especialmente em terras valorizadas, mas que apesar disso permanecem trabalhando, representando o essencial da força de trabalho da unidade familiar de produção. (WANDERLEY, 1988, p.14)

A fim de manter a organização familiar de produção pode se tornar necessário, inclusive, a contratação externa de mão-de-obra temporária em período de safra ou o emprego da mão de obra familiar fora da propriedade. E, embora as relações capitalistas tenham se inserido na unidade familiar de produção, o camponês continua mantendo sua autonomia no interior das unidades produtivas, sendo ou não proprietário da terra e passa a utilizar insumos externos para melhorar sua produção para adequá-la ao mercado, havendo a integração da produção, circulação e comercialização dos produtos agrícolas.

Justifica-se a existência do camponês, atualmente, devido a sua capacidade de adaptação, a fim de dar continuidade a um modo de vida, onde é valorizada a questão dos costumes, tradições, saberes aliada ao fato de trabalhar na terra, com os seus meios de produção, principalmente, no que diz respeito a mão de obra familiar.

Salamoni (2001) identifica em sua análise a existência de relações específicas relacionadas a produção familiar na agricultura, tendo como lócus de estudo o município de Pelotas, onde conclui que:

> O que se percebe no município de Pelotas, é que a maior parte dos produtores familiares caracteriza-se hoje, por um tipo de subordinação ao capital que não implicou necessariamente a perde de controle dos seus meios de produção, principalmente da sua parcela da terra, a qual permanece apropriada juridicamente. E apesar da relativa dependência econômica das culturas comerciais, não significa que estes produtores eliminem uma das suas características históricas que é a produção de subsistência. [...] Em síntese, os camponeses do sul do Brasil reafirmam continuamente sua vinculação com a terra, baseada na organização do trabalho familiar e na pequena propriedade. (SALAMONI, 2001, p. 39-40)

Observa-se, nesse processo, a existência de propriedades rurais cuja organização socioprodutiva tem sua base no trabalho familiar, organizado em unidades com dimensões físicas variadas e na atividade policultora para o autoconsumo e semi-especializada para o mercado. Por outro lado, o produtor familiar mesmo possuindo uma área restrita de terra e com precários meios de produção, não se restringe somente a produção de gêneros alimentícios para o seu sustento, mas, incorpora novas tecnologias e cultivos que eram até então alheios ao seu manejo e passa a adotar características técnicas de acordo com as exigências do modelo imposto pela indústria – agroindústria - a fim de se inserir no mercado.

À medida que este segmento produtivo aprofundou suas relações com o setor urbano-industrial teve alteradas suas relações sociais de produção, devido ao padrão técnico imposto pela indústria, bem como, passou a fazer parte desse processo de homogeneização o manejo agrícola com certo grau tecnológico que este segmento não utilizava anteriormente. Torna-se, então, um membro efetivo do complexo que comanda a dinâmica na moderna agricultura.

Assegura-se, assim, a sua reprodução enquanto produtor familiar no contexto da agricultura brasileira, tida nos dias atuais como moderna, altamente mecanizada e capitalista. Conforme explica Salamoni

> Nessa perspectiva, o produtor familiar, criado e recriado no contexto da agropecuária colonial, é um camponês – inserido nos circuitos mercantis da produção agrícola, subordinado às diferentes formas assumidas pelo capital, realizando um processo de trabalho definido como um processo de trabalho não-especificamente capitalista, reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente". (SALAMONI, 2001, p.40)

As estratégias de reprodução social das famílias surgem como alternativas para o produtor continuar a manter sua produção, bem como, permanecer no espaço rural, mesmo que alterando as formas e funções desempenhadas neste espaço, mas que propicie a este a sua reprodução econômica e, consequentemente, do grupo familiar.

- **Integração ao complexo agroindustrial e a modernização da agricultura**

O processo de modernização da agricultura foi implantado no Brasil por volta dos anos 50-60. Entretanto, a Revolução Verde – como foi denominada a mudança da base técnica na agricultura, surgiu após a segunda guerra mundial, mais especificamente entre 1940 e 1950, tendo como seu berço a América do Norte. Esse modelo – baseado em inovações biológicas, químicas e mecânicas – deu origem a um novo padrão agrário considerado como moderno, sendo transladado para o Brasil em meados dos anos 50 e se intensificando entre 1960 e 1970, devido a estímulos de políticas públicas, como por exemplo, o crédito rural com juros subsidiados.

Essas transformações ocasionaram uma dependência da agricultura em relação ao mercado externo, dependência de capital e de modelos de produção muitas vezes alheios ao produtor familiar. Diante de tal realidade, o pequeno produtor familiar que junto com sua

família produzia unicamente para garantir seu sustento e não tinha como investir em maquinários e terras para a expansão de sua produção, passou a destinar seu trabalho em benefício dos segmentos externos à agricultura, uma vez que esse segmento familiar não contabiliza no preço final de seus produtos o valor monetário da mão-de-obra. A indústria viu nessa organização socioprodutiva uma ótima oportunidade para geração de lucros, configurando, então, o complexo agroindustrial. O complexo se constitui a partir da expansão da modernização da agricultura, associando a ação de quatro atores principais: o Estado, os produtores rurais, a indústria de insumos e a agroindústria. Segundo Montoya:

> A agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando rapidamente a se integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como "complexos agroindustriais" ou "agronegócios". Com base nesses fatos, pode-se afirmar que a produção rural passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtores de bens e insumos para a agricultura (a montante) e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a jusante). (MONTOYA, 2001, p.180)

A modernização da agricultura estabeleceu a condição de dependência da agricultura com a indústria de máquinas e insumos, restringindo a inserção de muitos produtores nessa nova dinâmica da agricultura. Esse processo, ao mesmo tempo em que intensificou as relações de trabalho assalariado, provocou o aumento da pequena propriedade baseada no trabalho familiar. Surgindo, assim, o produtor familiar que produz matérias-primas destinadas à agroindústria, que embora não contemple suas expectativas, principalmente em relação aos preços pagos pelos produtos, significam uma garantia de comercialização. Para Tedesco,

> Estudos recentes, no Brasil, tentam mostrar, nas suas especificidades, essa tendência da redefinição e permanência do camponês na sua constante vinculação ao processo agroindustrial. [...] é no sentido de corroborar essa dimensão, no intuito de perceber a articulação dos processos produtivos rurais na dinâmica agroindustrial. (TEDESCO, 1994, p.115)

As estratégias de reprodução do agricultor familiar frente à modernização se estabelecem ao produzir para a agroindústria para se manter ativo no processo produtivo, ao mesmo tempo, que se torna um consumidor de produtos industrializados. Essa adesão gerou

novas dinâmicas nas relações sociais e econômicas presentes no meio rural, em princípio, o segmento da agricultura familiar camponesa apresentava certas desvantagens em relação aos produtores tecnificados e capitalizados, os quais dispunham ainda de propriedades com grandes extensões físicas, resultado da concentração fundiária histórica na agricultura brasileira. Entretanto, a formação dos complexos agroindustriais vai se consolidar, em muitos casos, como da produção de leite, aves, suínos, frutas, fumo, entre outros com a integração dos produtores familiares.

Historicamente, o estado brasileiro reconhece a importância de amparar a agricultura para garantir o abastecimento interno e externo por produtos agrícolas, mas, via de regra, quem merece destaque nas políticas públicas é o grande agronegócio que visa a exportação. Salvo políticas direcionadas especificamente para a agricultura familiar, como é o caso do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ainda que este não apresente um caráter universalizante, uma vez que muitos produtores familiares camponeses permanecem excluídos dos requisitos para acessar o crédito, na maioria das vezes, a integração ao complexo agroindustrial representa uma possibilidade de manutenção da organização social e econômica da produção familiar. Ainda assim, o papel do Estado e de encontrar alternativas, não apenas do ponto de vista econômico, mas, por seu caráter social, que maximizem as condições de mercado para o produtor familiar "[...] através de estruturas econômicas que permitam enfrentar os oligopólios à montante e à jusante." (MONTOYA, 2001, p.211)

- **Multifuncionalidade e pluriatividade**

O termo multifuncionalidade, mais especificamente da multifuncionalidade da agricultura familiar – refere-se às múltiplas funções que a agricultura desempenha para a sociedade como um todo. O berço das discussões teóricas e práticas se situa na França e estas provocaram grandes impactos, devido às repercussões sociais, uma vez que serviu de base à adoção de políticas públicas para amparar tal segmento produtivo e,mais tarde, veio a sustentar o conjunto de políticas públicas transladadas para toda a Europa. Essas políticas podem ser observadas, atualmente, no bojo do PAC – europeu (Política Agrícola Comum) com estabelecimento de preços mínimos, subsídios, e outras medidas eficazes no amparo ao segmento agrícola familiar.

No contexto francês, no qual o debate sobre a multifuncionalidade surgiu, a agricultura se encontra organizada de maneira que a produção familiar garanta a segurança alimentar interna e ao agronegócio cabe atender ao mercado internacional. Em vista do reconhecimento

da importância do segmento familiar, as políticas públicas incorporaram a noção da multifuncionalidade como mecanismo de valorização dos agricultores e dos espaços rurais.

Mais tarde, quando o exemplo francês foi aplicado no contexto da União Européia houve controvérsias, que partiram do contexto político de âmbito internacional, sob a alegação de que o modelo de modernização da agricultura implantado no território europeu era o responsável pelos impactos negativos tanto econômico, social como ambiental. Levando a questionamentos sobre os rumos a seguir pela agricultura, e da necessidade de se repensar o processo de modernização e de se redesenhar o processo produtivo dos agroecossistemas.

> Por um lado, uma visão econômica da crise da agricultura – baseada na determinação das leis do mercado que, em última instância, se traduziria pela drástica redução do número de agricultores e pela extinção desta atividade em grande parte do território nacional – e, por outro lado, uma visão sociopolítica que defendia o princípio de que a atividade agrícola não se esgota na simples oferta de produtos ao mercado, mas que oferece igualmente outros bens à sociedade, inclusive bens considerados imateriais, o que faz da agricultura uma atividade com múltiplas funções, isto é, multifuncional. (WANDERLEY, 2003, p.13)

A multifuncionalidade não se restringe a uma dimensão puramente econômica produtivista. Ela constitui uma síntese de múltiplas dimensões, envolvendo atividades rurais agrícolas e não-agrícolas. Essas atividades exercidas no espaço rural, como por exemplo as não-agrícolas representam as estratégias de reprodução das famílias rurais, e consequentemente, alteram as formas de ocupação e organização do espaço agrário.

> "multifuncionalidade da agricultura" [...] "múltiplas funções da agricultura", viés em parte explicado pela intenção inicial de seus propositores de obter o reconhecimento social da concessão de uma retribuição monetária para as contribuições ("funções") não exclusivamente produtivas da agricultura. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19)

No Brasil, a multifuncionalidade é expressa como efetivamente uma estratégia de reprodução social do segmento agrícola familiar. Sendo assim, a multifuncionalidade da agricultura surge como uma nova possibilidade para os produtores familiares em substituição

ao paradigma baseado na modernização da agricultura. Entretanto, esse conceito torna-se ambíguo á medida que a concepção de espaço rural abarca atividades agrícolas e não-agrícolas exigindo ampliar as discussões a respeito da funcionalidade e aplicabilidade do termo.

Neste trabalho, a multifuncionalidade é concebida como o conjunto de estratégias de reprodução do grupo familiar, ou seja, a partir das quais é possível "a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária [...]" (WANDERLEY, 2003, p.9). Em complemento a essa idéia toma-se o conceito de pluriatividade tida como a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas entre os trabalhadores no caso do espaço rural, sendo exercidas dentro ou fora dele. Tem sua presença marcada no campo pela expansão dos serviços aliados ao que se convencionou chamar de modernização da agricultura, que carregou consigo a técnica e toda a diversidade de ocupações associadas a ela. Além disso, pode ser representada pelas relações de trabalho em atividades relacionadas ao turismo, indústria, comércio e outros.

Principais estratégias de reprodução familiar na localidade Trapeira - Distrito de Coxilha das Flores- Canguçu/RS

- Integração aos complexos agroindustriais

O produtor familiar camponês passou a buscar nas relações com o mercado garantias para a comercialização da sua produção.Nesse caso, o fumo ocupou papel fundamental uma vez que o município de Canguçu se destaca, atualmente, como o maior produtor da zona sul do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, a produtividade varia de acordo com as condições climáticas, que interferem diretamente nesse processo.

A cultura do fumo é difundida pelas indústrias fumageiras que, incentivadas pelo Estado, oferecem o financiamento necessário à produção. O fumo exige intenso trabalho manual e ao longo de todo o ano agrícola, além disso, é uma cultura que ocupa uma área pequena no interior das unidades produtivas, se comparada a outros cultivos, adequado às características do produtor familiar, ou seja, pequena propriedade e trabalho familiar. Os tratos com o fumo são essencialmente artesanais e intensivos em mão-de-obra, envolvendo o trabalho de toda a família.

> Muitas vezes é a própria configuração da estrutura fundiária que favorece a integração da agricultura ao complexo. Nessa situação, embora ocupando uma pequena área fundiária, a produção integrada

> apresenta-se altamente capitalizada e, portanto, apta a participar do contexto produtivo moderno. (SALAMONI, 1993, p.153 - 154)

Os demais produtos com garantia de comercialização por meio de integração com a agroindústria são: o pêssego, o leite e, mais recentemente, o eucalipto. O pêssego produzido em Canguçu destina-se às indústrias de doces e conservas do município de Pelotas, nesse caso, o produtor opta por produzir para a agroindústria, porque já possui contrato de venda anterior ao plantio, assegurando a venda do produto com o comprador – a agroindústria. Mesmo este contrato sendo informal.

> A venda do pêssego nos mercados industriais é feita de modo direto e por isso, não envolve nenhum tipo de intermediação entre produtores e indústrias. Essa relação coloca face a face produtores familiares e empresários, sendo que esses últimos assumem dupla função: a de comerciantes-compradores do produto, e a de industriais transformadores do produto comprado. (SALAMONI, 1992, p. 57)

Na localidade estudada, a produção leiteira é uma atividade secundária ou complementar da renda nos estabelecimentos agrícolas, mas, também é um produto com garantia de comercialização, principal estímulo ao produtor.

A plantação de eucaliptos também se constitui em uma atividade complementar aos rendimentos familiares devido a também característica de se ter contrato de comercialização antes mesmo do plantio.

> Entre os "novos" produtos, merecem destaque o reflorestamento, a fruticultura, a olericultura, a apicultura, a piscinicultura e a floricultura. Mesmo que, em nível estadual, alguns desses produtos apresentem valor de produção relativamente pequeno, eles constituem uma estratégia produtiva desenvolvida por produtores familiares capaz de garantir sua reprodução e permanência no campo. (BRUMER, 2001, p. 234)

- <u>Produção para o autoconsumo</u>

A produção para o autoconsumo tem um direcionamento para a satisfação de necessidades básicas do grupo familiar. A produção de gêneros alimentícios com valor de uso interno na propriedade é valorizado pela agricultura familiar, tendo em vista, evitar a dependência e os gastos externos, gerando uma economia da renda doméstica. A atividade policultora possibilita maior diversificação da produção e, consequentemente, uma ampliação das estratégias de reprodução familiar, porém, com a adoção de atividades ligadas à agroindústria e o tempo despendido em função desta, não resta muito tempo para diversificação produtiva.Nas palavras de Wanderley

> Tende-se a desconhecer ou mesmo a qualificar como descaracterizadoras da condição de agricultor as estratégias produtivas que incluem o autoconsumo, em muitos casos como uma atividade central nos estabelecimentos agrícolas mais fragilizados. (WANDERLEY, 2003, p.14-15)

- Trabalho assalariado na agricultura

Devido à integração ao complexo agroindustrial, a produção de cultivos comerciais como o fumo vem se expandindo no espaço rural e, como este necessita de abundante mão-de-obra, por ser eminentemente artesanal, gera a oferta de empregos assalariados temporários em período de safra, possibilitando uma nova alternativa de reprodução do agricultor familiar excluído de contratos diretos com o CAIs. Então, alguns membros do grupo familiar vêem uma possibilidade de aumentar seus rendimentos empregando-se como trabalhador assalariado permanente ou em épocas de safra, em propriedades vizinhas.

- Produção artesanal

O artesanato doméstico é visto como uma estratégia de reprodução familiar devido a importância exercida por esta atividade nos rendimentos familiares. Geralmente, este trabalho fica a cargo da mulher, que exerce seus dotes manuais para beneficiar e agregar valor à produção, tais como, fabricação de doces caseiros e atividades manuais como tricô, crochê,pinturas em guardanapos e toalhas de mesa.Esses produtos artesanais são comercializados tanto na área rural quanto urbana.

- Produção de mel

Concebida aqui como uma importante estratégia, encontrada na prática da criação de abelhas (produção apícola) – a fim de produzir mel para ser comercializado. Na localidade

analisada foi observada uma propriedade onde seu principal rendimento era oriundo da comercialização do mel, com uma produção considerável de até 3.000 quilos por ano, representando ser a principal fonte de renda familiar.

- Trabalho sazonal na indústria

Atividade eminentemente desempenhada pela mulher que compõe o grupo familiar e consiste no trabalho temporário, em períodos de safra, nas agroindústrias de doces e conservas que se localizam nos municípios vizinhos a Canguçu. Este período, geralmente, compreende os meses de novembro a janeiro. Estas mulheres após cumprirem suas jornadas de trabalho na indústria, ao chegar em casa contribuem nas tarefas ligadas à produção agrícola, no cuidado com os animais e nos afazeres da casa. Representando, assim, a tripla jornada de trabalho feminino, sendo expressa esta estratégia como um importante incremento nos rendimentos para assegurar a manutenção e reprodução da unidade agrícola de base familiar.

BIBLIOGRAFIA

BRUMMER, Anita, Qual a "vocação" produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, João Carlos (Orgs.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p.223-254.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato. (Orgs.). **Para Além da Produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MONTOYA, Marco Antônio; GUILHOTO, Joaquim J. M. A Mudança estrutural no Agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, João Carlos (orgs). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p.189 – 217.

MÜLLER, Geraldo. As Relações indústria-agricultura e os Padrões Agrários no Brasil. Araraquara -SP: UNESP, **Rascunho** n. 2,1989.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. Pelotas- RS, **História em Revista,** v. 7, n.1, p.25-41, 2001.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lucia. H. de O. A Produção Familiar de Pêssego no Município de Pelotas – RS. Rio Claro- SP, **Geografia**, v.17, n.2, p. 45 – 64, 1992.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, L. H. de O.. Considerações sobre a Transformação da Agricultura Tradicional em um Complexo Moderno. **Ambiente y Sociedad: La Geografia hacia o siglo XXI**. Mérida – Venezuela, v.1, n.1, p. 149-154, 1993.

TEDESCO, João Carlos. O produtor e a agroindústria. Porto Alegre - RS**, Cadernos de Sociologia**: produção familiar, processos e conflitos agrários, v. 6, p. 112 -132, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os produtores de algodão na região de campinas.** Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato. **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.9-16.

PROXIMIDADE E DIFERENÇAS: a diversidade de produtores rurais cooperativados da Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda. – Alagoas

Conceição Maria Dias de Lima
(ceicadias@yahoo.com)
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
(saletcav@hotlink.com.br)

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

Objeto de reflexão:

No debate atual acerca do cooperativismo como possível resposta para a inserção no modelo produtivo de forma organizada e competitiva (Pires, 2004) e da formação de redes de cooperação enquanto perspectivas de diversificação agroindustrial, o objeto de reflexão se dá a partir de uma experiência que conta com mais de 50 anos de existência, a Cooperativa Pindorama. Neste sentido, o texto tece algumas reflexões contemplando a proximidade e diferenças desses produtores rurais, acerca da diversidade diante das múltiplas formas de construção de espaços de comercialização nas tecnologias adotadas e no acesso a terra.

Situação empírica:

O presente artigo trata de resultado parcial da minha pesquisa de Doutorado em Sociologia pela UFPE, sob orientação da Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Co-orientação da Profa. Dra. Maria Luíza Lins e Silva Pires. A pesquisa de campo ocorreu no período de janeiro a setembro de 2009 junto aos 151 produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama, localizada no município de Coruripe na Zona da Mata Sul do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. Os recursos metodológicos foram aplicação de questionários e entrevistas com produtores rurais cooperativados, fontes e bibliografias especializadas.

Contribuição para o debate na temática do Grupo de Trabalho:

A Cooperativa Pindorama é considerada como uma organização produtiva e dinâmica por movimentar um volume considerável da comercialização do setor sucroalcooleiro e de industrialização de frutas e de leite nos mercados local, regional e global; constituindo-se num laboratório interessante para observação da diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural; delineando uma base produtiva heterogênea e uma variedade de formas de inserção nos mercados (Cavalcanti e Bendini, 2001). A análise dessa cooperativa revelou a diversidade dos produtores rurais – pequenos, médios e grandes - quanto a diversificação da produção, inserção nos mercados, usos de tecnologias e acesso a terra. O artigo contribui para tornar visíveis as diversas categorias de produtores rurais cooperativados, numa melhor compreensão dos processos e práticas instituídas pela Cooperativa Pindorama.

PROXIMIDADE E DIFERENÇAS: a diversidade de produtores rurais cooperativados da Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda. – Alagoas

1. Introdução

O artigo em questão é um esforço teórico no sentido de possibilitar uma reflexão acerca da diversidade dos produtores rurais cooperativados, em meio a um processo de desenvolvimento rural atrelado ao mundo globalizado que a Cooperativa Pindorama se encontra, tendo que atender as atuais exigências desta nova configuração e se adequar a essa nova realidade.

As diferentes dinâmicas do setor sucroalcooleiro e de industrialização de frutas e de leite (local, regional e global), vivenciadas pelos produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama interferem no acesso a terra e na própria atividade produtiva existente no município, fato que também se conecta ao tipo de trabalho na propriedade, comercialização e usos de tecnologias específicas. Produto como o açúcar (mercado global), o álcool, o suco de frutas, o leite de coco, o doce de leite e a manteiga (mercado nacional e local) exigem tecnologias melhores, mão de obra, recursos naturais e estratégias de comercialização distintos dos produtos com valores mercantis considerados inferiores (hortaliças e frutas) vendidos em feiras locais.

Tais questões têm relações com as seguintes estratégias dos produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama: maior ou menor investimento de capital; particularidades nas relações de trabalho; relações locais, nacionais e/ou globais com o mercado; modos peculiares de apropriação da terra; graus distintos de autonomia e subordinação frente aos gestores da Cooperativa Pindorama; incorporação (ou não) de novas tecnologias; construção de processos plurais na atividade agropecuária; e modos de vida diferenciados.

Assim, produtores rurais cooperativados, a Cooperativa Pindorama e os produtos comercializados são elos de uma cadeia econômica e de práticas culturais e sócio-ambientais repletas de especificidades, que se articulam em circularidades e informam práticas e processos que produzem os produtores rurais e a cooperativa em busca dos valores de troca, sobretudo, e de usos atribuídos a certos produtos.

2. Metodologia

O presente artigo trata de resultado parcial da minha pesquisa de Doutorado em Sociologia pela UFPE, sob orientação da Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Co-orientação da Profa. Dra. Maria Luíza Lins e Silva Pires. Ressalta-se que um dos objetivos específicos da referida pesquisa é no sentido de caracterizar os produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama, o que resultou no esforço teórico e reflexivo em registrar as diversidades desses produtores rurais traduzido no presente artigo.

Para isso adotou-se como foco de investigação esses produtores rurais, com a presença da propriedade familiar, mas com realidades diferentes em termos de alternativas agropecuárias adotadas, acesso a terra, tipo de trabalho, inserção nos mercados e usos de tecnologias.

Dessa forma, buscou-se caracterizar os produtores rurais cooperativados, a partir dos dados relativos ao perfil dos cooperados, à família, escolaridade, idade, profissão, fonte de renda; bem como ao tamanho do lote, tipo de trabalho utilizado na propriedade, usos de tecnologias e formas de inserção nos mercados

A Cooperativa Pindorama é uma experiência agro-industrial que engloba 33 mil hectares de terra, envolvendo uma população de 28.000 habitantes. As terras de Pindorama foram divididas em 1.400 lotes, organizados em 20 aldeias e cada lote variando de 5 a 20 hectares, ou seja, são 33.000 hectares distribuídos para cerca de 1.160 cooperados. A área da cooperativa é distribuída para o cultivo de cana-de-açúcar (15 mil ha), pastagem/pecuária (5 mil ha), fruticultura (3.450 ha), área reservada a lavouras de subsistência e preservação ambiental (9.550 ha). Vale ressaltar que, para ter acesso ao lote de terra o produtor deve se associar a Cooperativa Pindorama, uma vez que o cooperado só tem direito ao usufruto ficando a propriedade da terra com a cooperativa[1].

[1]A colonização em Pindorama surge em 1954, a partir do novo modelo de desenvolvimento nacional através da empresa particular Companhia Progresso Rural - CPR, encarregada de, juntamente com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC, fundar e desenvolver colônias agrícolas em diversas partes do Brasil. Em 1956 surge a Cooperativa Pindorama. Pelo fato de a cooperativa ter sido fundada com base numa intervenção do Governo Federal foi beneficiada nos diversos momentos históricos por financiamentos governamentais e por recursos humanos e financeiros da Suíça, Alemanha, Estados Unidos e Holanda. O grande estímulo à cooperação internacional foi no sentido de atender a deficiência educacional e técnica dos cooperados. Esses recursos foram fundamentais para garantir a infra-estrutura e a viabilidade econômica da cooperativa, desde sua fundação até os dias atuais.

Considerando que há uma hierarquia entre os produtores cooperativados – pequenos, médios e grandes – em relação ao acesso aos recursos naturais e a inserção nos mercados, a orientação seguida na seleção inicial dos produtores pesquisados foi baseada nos seguintes critérios: (1) considerando a existência de 20 aldeias com 1.400 lotes distribuídos para cerca de 1.160 famílias de cooperados, selecionamos 10% dos cooperados de cada aldeia para obter um retrato geral e distinguir as regularidades; (2) em relação ao tamanho do lote uma vez que cada lote varia de 5 a 20 hectares, podendo um cooperado possuir até 4 lotes, selecionamos os cooperados a partir da seguinte classificação: até 10 hectares, de 10,1 a 30 hectares e acima de 30,1 hectares para realizar a enquete a fim de verificar se em função da quantidade de lotes há uma diferenciação social; (3) em relação a inserção nos mercados, selecionamos os cooperados que entregam a produção apenas na Cooperativa ou aqueles que entregam também para outros destinos: comercialização em feiras locais de Pindorama e Coruripe, atravessadores; usinas da região; e os que comercializam apenas em feiras locais e não entregam a produção para a Cooperativa; (4) o trabalho na propriedade com a família ou a utilização de ajuda eventual de terceiros, podendo contar ainda com até dois empregados fixos; (5) no que se refere à fonte de renda do produtor, selecionamos os cooperados em que a renda é proveniente apenas da agropecuária ou aqueles que obtém renda também de outras fontes: aposentadoria, programas sociais ou de outras ocupações.

O levantamento das principais características dos produtores, de suas famílias e da propriedade, foi realizado por meio de um questionário aplicado junto a 151 produtores rurais cooperativados. Posteriormente foram realizadas entrevistas gravadas com um terço dos produtores de cada aldeia, que haviam respondido ao questionário. A aplicação do questionário e a realização das entrevistas foram feitas basicamente com o chefe da família – homem ou mulher –, mas em um número significativo de propriedades houve, também, a participação de outros membros da família (pai, mãe, esposa(o), filhos e outros), no processo de coleta de informações.

3. Caracterização geral dos cooperados pesquisados

Do total de 151 produtores rurais entrevistados foram 122 homens (81%) e apenas 29 mulheres (19%). Os produtores rurais pesquisados, em função do perfil que se buscou na pesquisa, apresentam idade média entre 47 e 51 anos e estão em Pindorama há cerca de quatro décadas. Em Pindorama 77% dos produtores rurais

pesquisados moram na propriedade. O número médio de anos de trabalho na área atual é de 31 anos.

A quantidade média de moradores na mesma residência é de 5 pessoas. Em relação ao número médio de moradores nas propriedades, há uma relativa diferença entre as famílias, uma vez que algumas são compostas por dois integrantes, outras possuem até dez pessoas.

A ocupação principal de 96% dos entrevistados é a agropecuária, 72% desses produtores trabalham apenas na agropecuária e 18% possuem outras ocupações na área de prestação de serviços e 10% no comércio.

De modo geral, o grau de instrução formal dos pais de família pesquisados é muito baixo, mas tem ocorrido uma evolução incipiente da escolaridade dos membros da família. Quando se compara o grau de instrução dos pais com a escolaridade dos filhos, nota-se que a maior freqüência passou de saber ler e escrever (entre os pais) para o fundamental incompleto (entre os filhos). Essa realidade é homogênea entre as aldeias pesquisadas. O fato de não haver uma evolução acentuada no nível de escolaridade dos filhos dos produtores em relação aos seus pais sugere que o fator estrutural (falta de oferta de ensino em graus mais elevados) é que determinou a baixa escolaridade.

Em termos de uso de tecnologia e produtividade no cultivo da cana-de-açúcar, 55% dos produtores atingem produtividade de açúcar e álcool superior à média da região. Na produção de frutas, apenas 17% suplantam a média regional, enquanto outros 28% atingem a média da região em, ao menos, uma das atividades desenvolvidas (açúcar, álcool, frutas ou leite).

Os produtores pesquisados, em função do perfil – pequenos, médios e grandes - apresentam quantidade de terra diferenciada e estão na mesma área há cerca de quatro décadas. No que se refere ao acesso a terra, 21% dos cooperados pesquisados possuem até 10 hectares, 58% possuem de 10,1 a 30 hectares, enquanto que 21% possuem acima de 30,1 hectares. (Tabela 01).

A análise dos dados indica que para um pequeno número de unidades familiares pesquisadas em Pindorama (7%) é problemática a sua subdivisão, pois uma área menor que cinco hectares para gerar uma renda suficiente para a manutenção de uma família teriam de ser ocupada por atividades intensivas em capital ou trabalho (cana de açúcar, por exemplo)[2].

[2] Seyferth (1984) estudando "colonos-operários" do Vale do Itajaí (SC), que combinam sua ocupação na agricultura com o trabalho na indústria têxtil, mostra que a estrutura fundiária composta por propriedades muito pequenas (62,5 % menores do que 10 ha) é um fator importante para explicar esse fenômeno, pois

Tabela 1. Dados sobre o perfil dos produtores rurais pesquisados, de acordo com a quantidade de hectares disponível

ITEM	Pequenos (até 10 hectares)	Médios (de 10,1 a 30 hectares)	Grandes (de 30 a 89,6 hectares)
No. de entrevistados	32	87	32
Produção de cana de açúcar	Varia de 41 a 1600 ton. na safra	Varia de 30 a 9000 ton. na safra	Varia de 72 a 8000 ton. na safra
Destinos da produção	Cooperativa – 16%	Cooperativa – 37%	Cooperativa – 27%
	Cooperativa e feiras locais – 18%	Cooperativa e feiras locais – 15%	Cooperativa e feiras locais – 2%
	Cooperativa e atravessadores – 3%	Cooperativa e atravessadores – 5%	Cooperativa e atravessadores – 11%
	Cooperativa e usinas – 12%	Cooperativa e usinas – 20%	Cooperativa e usinas – 18%
	Cooperativa, usinas e feiras – 32%	Cooperativa, usinas e feiras – 23%	Cooperativa, usinas e feiras – 42%
Mão de obra	Familiar – 72%	Familiar – 27%	Familiar – 9%
	Contrato eventual de terceiros – 28%	Contrato eventual de terceiros – 72%	Contrato eventual de terceiros – 91%
		Contrato permanente de terceiros – 1%	
Fonte de renda	Agropecuária – 31%	Agropecuária – 48%	Agropecuária – 47%
	Agropecuária e programas sociais – 59%	Agropecuária e programas sociais – 24%	Agropecuária e programas sociais – 16%
	Agropecuária e aposentadoria – 10%	Agropecuária e aposentadoria – 25%	Agropecuária e aposentadoria – 28%
		Agropecuária, programas sociais e aposentadoria – 3%	Agropecuária, programas sociais e aposentadoria – 9%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

Considerando que os produtores rurais cooperativados não dispõem da posse da terra porque esta é uma propriedade coletiva da Cooperativa Pindorama. Trata-se de uma população que não possuía terras e construiu certo patrimônio fundiário, embora nem sempre suficiente para garantir a reprodução social de suas famílias.

Wanderley (1995) destaca que o acesso a terra é o eixo central das estratégias dos produtores e de suas famílias. Nas entrevistas realizadas com os produtores

essas áreas não garantem renda suficiente para a subsistência da família.

pesquisados constatamos que seus projetos de vida mostravam-se relacionados ao desejo de adquirir mais lotes ou de ampliá-los, no sentido de deixá-los aos seus sucessores.

De maneira geral, as principais atividades produtivas desenvolvidas pelos produtores rurais entrevistados são cultivo de coco, abacaxi, acerola, maracujá e a pecuária de leite. Salienta-se que os produtores pesquisados também realizam cultivo de feijão, criação de galinha caipira, mandioca, inhame, batata doce e milho, destinados ao autoconsumo da família e a comercialização em feiras locais de Pindorama e Coruripe.

Há um destaque para o cultivo de cana de açúcar como o produto mais importante e que tem aumentado nos últimos anos, devido às políticas públicas que estimulam a produção de álcool no país.

4. Diversidades de categorias: colonos, pequenos, médios e grandes produtores

O debate no Brasil acerca da abrangência teórica diluiu o conceito de pequena propriedade para camponeses (parceiros, foreiros, arrendatários, moradores, proprietários, sitiantes, ocupantes, colonos, etc.) em oposição ao latifúndio. As relações se estabelecem no âmbito de forças e conflitos oriundos da diferenciação que se concretiza no processo de apropriação da terra, pois o capitalismo redirecionou a visão sobre o valor da terra equivalente a mercadoria.

O conceito de "camponês" foi fartamente utilizado na década de 1960, no Brasil, que nas décadas seguintes foi substituído pelo de "pequena produção", utilizado na qualidade de conceito "operacional", apresentando uma noção de "funcionalidade" da pequena produção ao capital. Na década de 1980, a força explicativa situa-se na questão do estabelecimento de relações de subordinação ao capital. A categoria de camponês foi utilizada, então, como "um trabalhador para o capital". No final dessa década os estudos desembocam na noção de integração e exclusão (Porto e Siqueira, 1997).

Porto e Siqueira (1997) partindo dos conceitos sobre o *campesinato e a pequena produção*, ao analisar seu desdobramento em novas categorias, traça uma linha norteadora que se inicia nos anos 50 para explicar esta trajetória quando o rural se constitui como objeto teórico e como problema político, em um conceito-síntese, o de campesinato desembocando, nos anos 90, em um conjunto de categorias empíricas.

O conceito era utilizado nas reflexões sobre modo de produção e da sua dinâmica de funcionamento, na organização dos processos produtivos e do processo de trabalho, que incorporavam aspectos simbólicos. O caráter histórico do conceito de

campesinato brasileiro é atribuído ao seu caráter marginal (preencher os espaços "deixados" ou liberados pela grande propriedade). A marginalidade no nível econômico correspondia às relações de poder caracterizadas pelo favor, clientelismo, compromisso moral (pautados no coronelismo). Neste sentido, os estudos direcionam para a distinção entre características genéricas (trabalho familiar) e mais específicas (formas de inserção no conjunto da economia).

Neste contexto, segundo Correa de Andrade (2005), a região Nordeste é conhecida peculiarmente sobre o monopólio da cana de açúcar que por séculos reinou em nosso cenário enquanto cultivo absoluto, surgindo os serviçais, a princípio os índios, depois os escravos para enfim chegar a adotar a mão de obra do trabalhador, que também viviam em condições subumanas em troca do trabalho que por vezes era gratuito ou num valor muito baixo que o conduzia a condição de sujeito.

Garcia Jr (1989) retrata a situação dos campesinos no Brasil entre a década de 40 e 80, a partir de conhecimentos adquiridos sobre ótica de alguns autores como Chayanov, Shanin, Wolf, dentre outros, que apresentam em suas respectivas obras várias categorias utilizadas para melhor compreender o universo campesino. Em comum, os aspectos referentes à produção familiar no âmbito da agricultura, alguns questionamentos que envolvem o processo de transformação social sobre as categorias de campesinos atrelados ao efeito do desenvolvimento tecnológico que expande cada vez mais os meios naturais, uma reflexão sobre as variações possíveis da relação entre o campesinato e o mercado de trabalho industrial, o realce da heterogeneidade e a diferenciação presentes na situação camponesa e nas grandes propriedades a partir da apropriação de modernização nos padrões produtivos e nas formas de dominação sobre os trabalhadores – numa referência do trabalhador considerado *sujeito ou liberto.*

Nesse sentido, Garcia Jr (1989) preocupou-se em romper com a oposição entre agricultura de subsistência e agricultura de mercado, sugerindo a arbitrariedade dessa distinção, uma vez que privilegia o mercado em detrimento da agricultura de tipo camponês e pode forçar a categorização do "pequeno produtor" a partir das leis de regularidade conceituais do mercado.

A agricultura inserida nessa conjuntura de transformações estruturais da economia, promovida pela inserção do capital industrial, possui a lógica dominante que é a aplicação sistemática em seus processos produtivos de tecnologia e processos de gestão com elevado nível de especialização.

A integração no sistema nacional, conforme preconiza Celso Furtado (2007), vai depender da conjuntura econômica, ou seja, de elementos exteriores ao modelo, fazendo com que o indivíduo ora esteja mais próximo de uma economia de mercado, ora recue para uma economia de subsistência.

Lamarche (1998) afirma que a agricultura camponesa é um modelo bem específico de exploração agrícola, e para ilustrar recorre a Chayanov que define o modelo camponês como diverso, ora se apresenta como desenvolvido e moderno, bem integrado ao mercado, ora arcaico e fundamentado sobre a economia de subsistência.

Assim, o agricultor familiar pode ocupar espaços de mercado diversificados a partir de produtos diferenciados – nichos de mercados, como forma de inserir-se nas relações da cadeia produtiva, criando com isso seus espaços de adaptação e autonomia em relação ao mercado.

A noção de estratégia *habitus*[3] definido por Bourdieu (1983 e 1994) ajuda a compreender a dinâmica produtiva desses produtores no seio de uma agricultura globalizada – exercício de senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições sociais existentes, e não como exercício de livre escolha – agricultores integrados.

Dessa forma, a questão não é uma oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *continuum* (*continuum* camponês-proletário) com dois casos-limites entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores, colonos, etc. podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho (Wanderley, 2001).

Essa abordagem indica alguns aspectos comuns aos diversos tipos de estabelecimentos de produção agrícola existentes, quanto ao grau tecnológico, modo de gestão do trabalho e características de ocupação dos espaços físicos da propriedade, renda, contratação de mão de obra e suas relações com o mercado.

Dessa forma, a reflexão sociológica encontra-se em face de uma multiplicidade de categorias empíricas expressivas da complexidade do campo brasileiro. Trata-se de

[3] Bourdieu (1983) define *habitus* como algo adquirido e que assume "a forma de disposições permanentes", mas destaca também seu caráter histórico: "é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós 'reproduzamos' as condições sociais de nossa própria produção, mas de maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos". (Bourdieu, 1983, p. 105).

uma questão empírica a ser investigada, a de verificar como situar as diversas ocorrências concretas que se apresentam em nosso meio rural.

5. Considerações finais

A análise das diversidades dos produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama em relação às grandes propriedades de alguns cooperados em comparação com dimensões de terra reduzidas de outros; na forma de aquisição e ampliação de terra que para alguns está apoiada na herança e para outros na compra de lotes dos colonos, embora mantenham uma fachada de adequação às normas legais da Cooperativa; na necessidade crescente de aumentar a produtividade e a escala de produção para se manterem competitivos nos mercados; nos parcos recursos disponíveis para alguns cooperados investirem em tecnologias na produção e contratação de mão de obra; são fatores que têm levado os produtores rurais cooperativados a reproduzirem ou adaptarem regras desigualitárias.

As estratégias ligadas à aquisição de lotes, às formas de produção, aos usos tecnológicos e à inserção nos mercados revelaram que os produtores rurais cooperativados possuem a capacidade de organizar complexas formas de capitalização, centradas em maiores esforços no trabalho familiar e na contenção de gastos, além da utilização de políticas públicas favoráveis.

Nesse sentido, as estratégias dos produtores rurais cooperativados da Cooperativa Pindorama são numerosas e diversificadas. A hipótese considerada neste trabalho é de que o eixo central que norteia e dá coerência ao conjunto de estratégias desenvolvidas pelos cooperados entrevistados, inclui como elemento essencial sua permanência na terra, na condição de produtores rurais.

Referências

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. *Stratégies de reproduction et modes de domination. Actes de la Recherche en Scienses Sociales*, Paris, nº 105, p. 3-12, 1994.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I. *Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001,

CORREA DE ANDRADE, M. *A Terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste***.** 7ª ed. Ver. E aumentada. SP. Cortez 2005.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34ª edição. Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

GARCIA Jr, A. R. *O Sul: o caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1989.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, 1998.

PIRES, M. L. L. e S. *O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2004.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: Produção familiar, processos e conflitos agrários. *Cadernos de Sociologia*. vol.6. 1997. p. 77 – 88.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria 'colono' numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 73-96, 1984.

WANDERLEY, M. N. B. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. Reforma Agrária: Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *¿Una nueva ruralidad em América Latina?* Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

REDES DE COOPERAÇÃO EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: a casa da Quarta Colônia

Alex Leonardi[1]

João Augusto Rossi Borges[2]

João Batista de Freitas[3]

Luciana Maria Scarton[4]

[1]Doutorando em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – E-mail: alex.leonardi@ibest.com.br

[2]Mestrando em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Email: joaoaugusto08@yahoo.com.br

[3]Doutorando em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e-mail: joaofreitas@uern.br

[4]Mestranda em Agronegócios – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – E-mail: luscarton@hotmail.com

GT05: Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o agronegócio brasileiro tem enfrentado profundas transformações no seu ambiente competitivo, tais como a globalização e a internacionalização dos mercados, e que influenciam a forma como as organizações ligadas a este setor são geridas e organizadas. Com o acirramento da concorrência resultante desse processo, as organizações que sobrevivem e prosperam nesse ambiente dinâmico são as que podem tomar as decisões mais rápidas, construir relações de confiança e aprender como se adaptar a esse novo ambiente competitivo (JERÔNIMO, 2005).

Os estabelecimentos classificados como agroindústrias familiares são considerados importantes instrumentos para os processos de desenvolvimento e inclusão social. Essas agroindústrias lançam mão de diversas estratégias com vistas a tornarem-se competitivas no mercado, estruturando-se de diferentes formas na aquisição de matéria-prima e insumos, bem como nas táticas de comunicação e comercialização dos produtos (CENCI, 2007).

Segundo Fensterseifer (2000), a cooperação interorganizacional no formato de rede torna-se uma estratégia adequada para pequenos empreendimentos, pois através de ações

coletivas as organizações têm maior probabilidade de melhorar suas performances competitivas.

Porém, analisando-se redes formadas por pequenas e médias empresas encontram-se na literatura relatos de alguns problemas para a consolidação desse formato organizacional. Diante disso, o objetivo principal do artigo é identificar os entraves para a consolidação da rede da Casa da Quarta Colônia, na região central do estado do Rio Grande do Sul.

Para cumprir com o objetivo desta pesquisa, será utilizado um referencial teórico divido em duas partes: a primeira refere-se aos conceitos atuais sobre agroindústrias familiares e na sequência é apresentada uma breve revisão sobre rede como arranjo interorganizacional no formato horizontal.

2. AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Tanto para países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento, o cenário da agricultura familiar continua a ser de grande importância, sendo que cabe aos estudiosos encontrar mecanismos que possibilitem a inserção e inclusão dos agricultores familiares no contexto da alta sustentabilidade, representando assim um significativo avanço por parte das nações. No Brasil, o sucesso do agronegócio possui uma relação direta com o desenvolvimento da pequena propriedade rural, já que nestas ocorre à produção de grande parte dos produtos que compõem a cesta básica.

Nesse contexto, é crescente a organização de pequenos produtores rurais em redes, onde a finalidade é de interligar suas respectivas agroindústrias por meio de uma unidade central de apoio técnico, formalizada de diversas maneiras, de acordo com a realidade individual de cada local e da característica de gestão social desejada.

A evolução das pequenas propriedades rurais no que diz respeito à produção, transformação e comercialização de produtos, pode ser percebida através da consolidação das agroindústrias familiares como forma de aproveitar um produto antes cultivado apenas para a subsistência familiar, tornando-o um bem comercial com maior valor agregado.

Conforme Mior (2005), a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. O autor afirma ainda que a origem e evolução das agroindústrias familiares podem ser vista como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interage junto com o processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias.

No entanto, alguns aspectos que contribuem para uma melhor compreensão da definição de agroindústria familiar, são os seguintes: ser de propriedade de agricultor familiar,

individualmente ou de um grupo de agricultores; utilizar a mão-de-obra pertence às famílias proprietárias ou a outros agricultores próximos; ter um nível de sofisticação dos equipamentos utilizados não muito elevado; utilizar tipos e tamanhos de equipamentos compatíveis com a quantidade de produção prevista, com o número de pessoas que trabalham na agroindústria, com a viabilidade econômica da unidade e com as tecnologias disponíveis; adotar tecnologias simples e procurar observar sua adequação e/ou adaptação, principalmente em relação ao seu custo e à quantidade de produtos industrializados; produzir a matéria-prima principal que abastece a agroindústria através dos associados, ou, eventualmente, adquirir uma pequena parte junto a agricultores não associados, nas proximidades da agroindústria; ser gerenciadas por agricultores familiares e ser implantadas nas suas propriedades rurais ou nas proximidades (PREZOTTO, 2002).

Assim, a agroindústria familiar apresenta-se como uma alternativa capaz de proporcionar dignidade e qualidade de vida para os agentes envolvidos nas pequenas propriedades rurais. Observa-se, ainda, que o cenário rural tem recebido uma atenção maior por parte dos agentes, sejam eles locais, regionais, estaduais e nacionais, isso podendo ser justificado pela atenção que é direcionada para a tentativa de permanência dos agricultores em seus locais de origem. Dentro deste escopo Wilkinson (1999), enfatiza a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercados de nicho – produtos orgânicos e de qualidade diferenciada.

No entanto, alguns entraves são enfrentados pelas pequenas agroindústrias familiares referente à legislação e ao sistema de fiscalização de alimentos. No Brasil diversos órgãos governamentais atuam na fiscalização, envolvendo as áreas da agricultura e pecuária, saúde, meio ambiente, além de questões do código de defesa do consumidor, dos conselhos de classe e legislações de ordem tributárias, trabalhista, previdenciária e cooperativista, sendo que as mesmas podem se tornar um obstáculo na formalização das organizações. Uma vez que sua influência é determinante para as possibilidades de implantação, registro, produção e comercialização dos produtos (PREZOTTO, 2002).

Apesar das dificuldades causadas pela legislação e o sistema de fiscalização, a inserção numa rede de cooperação pode representar um caminho positivo, com vistas a tornar as agroindústrias familiares competitivas.

3. REDES DE EMPRESAS COMO ARRANJOS INTERORGANIZACIONAIS

A formação de redes é uma configuração de relevante importância ao se tratar do agronegócio, em função dos benefícios sociais e econômicos proporcionados aos diversos agentes envolvidos em relações de colaboração e parcerias que se estabelecem entre as organizações (PEDROZZO, ESTIVALETTE & BEGNIS, 2004).

Há uma diversidade de entendimentos na literatura a respeito do tema redes. Porém, para atender aos objetivos propostos por esta pesquisa, e também pelo tipo de arranjo estudado, restringe-se o conceito à rede de empresas como arranjos interorganizacionais no formato horizontal. Para Fensterseifer (2000), uma rede de empresas pode ser definida como um complexo de relações cooperativas que dinamizam a ação de seus agentes em torno de objetivos comuns ou complementares. Com isso, a cooperação interorganizacional torna-se o conceito central para formação de uma rede de empresas.

Os relacionamentos horizontais ocorrem entre organizações que oferecem produtos e serviços similares e que atuam no mesmo ramo, ou seja, são concorrentes diretos que estabelecem relacionamentos interorganizacionais para compartilhar recursos, atender o mercado e inovar (SANTOS, PEREIRA & FRANÇA, 1994).

Neste sentido, Prezzoto (2002), afirma que é fundamental a articulação entre as agroindústrias na forma de rede, uma vez que juntas podem resolver problemas que individualmente são difíceis de superar. O autor sugere, também, que através de uma rede de agroindústrias é possível oferecer um portfólio de produtos em escala compatível com a demanda de mercado, e negociá-los em condições mais favoráveis junto ao mercado local e regional, assim como com médias e grandes redes varejistas e atacadistas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nos procedimentos técnicos utilizados essa pesquisa é classificada como estudo de caso (GIL, 2008). Por se tratar de um caso específico, onde os resultados são característicos da Rede da Casa, optou-se então pelo referido delineamento.

Cortes (2002) identifica que em se tratando de estudo de caso, as entrevistas serão um dos principais métodos para obtenção de dados. Assim, se elegeu como método de coleta de dados, entrevistas individuais semi-estruturadas (VERGARA, 2009) com os participantes da Rede. As entrevistas foram conduzidas durante os meses de maio e junho de 2009.

Quanto ao número de entrevistados, Duarte (2005) entende que o procedimento que se tem mostrado mais adequado é o de ir realizando entrevistas, até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio. Nesse

sentido, realizou-se entrevistas com cinco participantes da Rede da Casa da Quarta Colônia, número que se mostrou suficiente para atingir o objetivo proposto no presente artigo.

Os dados qualitativos obtidos através das entrevistas foram interpretados utilizando-se da técnica de análise de conteúdo, onde se buscou temas relevantes sobre o assunto em questão (CORTES, 2002). Além disso, foram analisados dados secundários obtidos da Fundação de Economia e Estatística (FEE) a fim de identificar o perfil sócio-econômico da região.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do objetivo do trabalho e dos procedimentos metodológicos apresentados, essa seção é dividida em duas subseções; a primeira trata do perfil sócio-econômico da região e na segunda identificam-se os entraves para a consolidação da rede.

a. Caracterização do Perfil Sócio-Econômico da Quarta Colônia Região

Fazem parte da Quarta Colônia nove municípios da microrregião central do Estado do Rio Grande do Sul, os quais estão elencados na Tabela 1. Ambos localizam-se na Região Central do Estado, no extremo sul do Brasil, situada entre os Campos da Depressão Periférica Central e os Campos do Planalto Médio, na Bacia do Rio Jacuí.

Como forma de caracterização sócio-econômica da região pode-se destacar alguns indicadores que demonstram, conforme a Tabela 1, que essa microrregião do Rio Grande do Sul, quanto à demografia, abrange uma área total de 2.899,5 km², que representa 0,57% da área do total e uma população de 61.651 habitantes, que corresponde a 1,03% da população do Estado.

Tabela 1 – Perfil Sócio-Econômico da Região da Quarta Colônia

QUARTA COLÔNIA	**População Total (2007)**	**Área (km²) (2007)**	**Densidade Demográ-fica (hab/km²) (2007)**	**Taxa de analfa-betismo (%) (2000)**	**Expectativa de Vida ao Nascer (anos) (2000)**	**PIB**pm **(R$ mil) (2006)**	**PIB *per capita* (R$) (2006)**
Agudo	17.020	536,10	31,75	8,46	73,24	188.991	10.499
Dona Francisca	3.627	114,30	31,73	11,16	69,00	32.488	7.855
Faxinal do Soturno	6.459	169,90	38,02	7,23	71,40	71.954	10.276
Ivorá	2.423	122,90	19,72	6,30	72,75	20.801	8.507
Nova Palma	6.495	313,50	20,72	5,86	73,16	95.624	14.918
Pinhal Grande	4.556	477,10	9,55	9,37	73,16	74.399	14.402
Restinga Sêca	15.806	961,80	16,43	10,39	69,00	162.637	9.425
São João do Polêsine	2.751	85,60	32,14	7,17	71,40	25.281	8.555
Silveira Martins	2.514	118,30	21,25	8,10	73,11	17.898	6.633

Microrregião 4ª Colônia	**61.651 (0,57%)**	**2.899,50 (1,03%)**	**21,26**	**8,23**	**71,80**	**69.0073 (0,44%)**	**10.119**
Rio Grande do Sul	**10.727.937**	**281.748,50**	**38,08**	**6,65**	**72,05**	**156.882.623**	**14.310**

Fonte: Elaborada a partir de dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Dos indicadores de renda, conforme Tabela 1, nota-se que os dois municípios mais populosos (Agudo e Restinga Sêca) também apresentam os maiores valores para o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB). Comparando-se aos dados do Rio Grande do Sul, o PIB da região da Quarta Colônia representa apenas 0,44% do total. No entanto, os dados relativos, que mostram o PIB *per capita,* apenas Nova palma e Pinhal Grande com R$14.918,00 e R$14.402,00 anuais, respectivamente, se equivalem aos R$14.310,00 de média do Estado, enquanto que os demais municípios ficam bastante abaixo, chegando a apenas R$6.633,00 o PIB *per capita* de Silveira Martins.

No entanto, a Quarta Colônia se caracteriza por ser uma região com especificidades quanto à estrutura de produção agropecuária, devido principalmente a sua formação histórica que tem por base uma agricultura em pequenas propriedades rurais, sua força de trabalho principal é familiar, pela diversificação de culturas e pelo processamento próprio de considerável parte dessa produção. As principais atividades produtivas e comerciais estão ligadas a cultura do feijão, do milho, a criação de bovinos e suínos, o cultivo do fumo, do arroz e da soja, entre outras.

Esse processamento pelas próprias famílias de sua produção agropecuária leva a mais uma importante forma de caracterização da região que é a de uma agroindústria familiar de destaque em termos regionais. No entanto, essa agroindústria não está imune aos problemas econômicos e sociais que a circundam, tanto que sofreu e ainda sofre desde uma formação cultural, que em muitas vezes tem "aversão ao novo", até a falta de políticas públicas que levem em consideração essas especificações locais, dentre outros diversos problemas.

As transformações econômicas e sociais ocorridas nas ultimas décadas do século XX levaram a necessidade de mudanças no agronegócio familiar e a partir daí, entre a década de 90 e inicio de 2000, a região passou a debater as perspectivas de desenvolvimento para a região. Com isso, cria-se o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus) com o objetivo principal de desenvolver projetos no sentido, principalmente, de qualificar a produção da região a partir de uma educação técnica e continuada, por meio de levantamentos das necessidades de investimentos.

Com o apoio do Sebrae, Sesc, Senat, outros órgãos e instituições passou-se a desenvolver vários programas em parceria que entre outros aspectos, identificou a necessidade de se apoiar na cooperação entre as agroindústrias e a constituição de um espaço

para apresentar os produtos da região para facilitar a comercialização reduzir custos de transporte, comprar insumos, entre outros. Integrando assim, produtores das mais diversas unidades, desde artesanato a produtos coloniais e hortigranjeiros.

A partir do momento que agroindústrias familiares precisam consolidar-se no mercado, o arranjo em formato de redes de cooperação interorganizacional proporciona uma estratégia adequada a essas organizações, pois através de ações cooperativas há uma maior probabilidade de melhorar suas performances competitivas (JERÔNIMO, 2005).

Na perspectiva de gerar novos empreendedores e conseqüentemente novas oportunidades de trabalho, além de desenvolvimento econômico e social para a região, nasceu a Casa da Quarta Colônia no final de 2007, e em abril de 2008 formou-se a Coopagro, cooperativa para gerenciar a Casa.

b. Identificação dos Entraves a Consolidação da Rede

Para a consolidação de uma rede de agroindústrias familiares, alguns entraves acabam por dificultar ou até mesmo impedir o seguimento do projeto. Na rede analisada no presente estudo verificou-se que das 30 agroindústrias familiares que iniciaram o projeto de educação que visava inserção de tecnologias e adequação aos padrões da legislação sanitária vigente, somente 14 fazem parte da rede da casa.

Os entraves identificados a partir das entrevistas perpassam por três pontos centrais, quais sejam: dificuldades de ordem sanitária nas agroindústrias familiares, problemas de ordem política nas cidades participantes e ainda referentes à estrutura física e administrativa da Casa.

As dificuldades de ordem sanitária das agroindústrias estudadas encontram-se em processo de adequação a legislação sanitária vigente. Constatou-se ainda que, em decorrência dessa falta de adequação, a Rede da Casa sofre restrições em mercados consumidores tanto dentro quanto fora dos municípios participantes da rede. Observou-se neste estudo que o nível de investimento em máquinas e equipamentos necessários para uma agroindústria familiar adequar-se a legislação sanitária é extremamente alto e acaba por vezes inviabilizando o projeto.

Nesse sentido, Cenci (2007) afirma que as agroindústrias familiares estão sujeitas às mesmas exigências que grandes indústrias processadoras de alimentos, o que para esse mesmo autor acaba inviabilizando economicamente pequenos projetos devido a não diferenciação, pela legislação sanitária, das diferentes escalas de produção dos dois tipos de organizações, ou seja, de grandes processadoras de alimentos para pequenas agroindústrias. Como conseqüência, empreendimentos que processam alimentos de forma artesanal ou caseira, com

pequena escala de produção, acabam por não satisfazer as exigências da lei, trabalhando, portanto, na informalidade.

Outro aspecto tratado como entrave, e que também diz respeito à legislação sanitária é a restrição dos locais de comercialização dos produtos oriundos das agroindústrias familiares. A restrição acontece por força lei federal 7889/89 de 1950, a qual estabelece que a comercialização de produtos inspecionados pelos serviços de inspeção municipal pode somente ser realizada dentro dos perímetros do município onde está localizada a agroindústria.

Em estudo realizado na região da Quarta Colônia, Guimarães (2001), afirma que grande parte dos agricultores reside a poucos quilômetros de Santa Maria, maior mercado consumidor da região, o que implica poucas horas de viagem até o local de comercialização. Mesmo assim, de acordo com a legislação vigente, a certificação dos produtos obtida através dos Serviços de Inspeção Municipal não é válida para o comércio fora desses municípios, independente da distância entre esses.

Problema semelhante ao abordado por Guimarães (2001) foi identificado através do presente estudo, onde a Rede da Casa localizada no município de Restinga Seca recebe produtos oriundos das agroindústrias familiares de outras cidades participantes do Condesus, no entanto não está legalmente apta a comercializá-los, pois a inspeção das agroindústrias se dá a nível municipal, não podendo, portanto seus produtos ser revendidos em outros municípios.

Ainda, pôde-se observar que aspectos políticos acabam por dificultar a consolidação da rede da Casa. Assim, é importante ressaltar que as prefeituras da região deveriam atuar no sentido de promover a capacitação da mão-de-obra, assim como no auxílio ao planejamento, promoção e execução das ações elaboradas pelo Condesus, portanto, fundamentais para o desenvolvimento dos projetos. No entanto, constatou-se em muitos momentos que esse ciclo não se concretiza devido a interesses políticos partidários da região, fruto de incertezas advindas de interesses dos agentes envolvidos neste cenário. Fato que fica mais em evidencia no momento da sucessão dos prefeitos.

Por fim, as questões da estrutura física e administrativa da Casa também aparecem nas entrevistas como forma de obstruir sua consolidação como rede, pois a falta de educação continuada por parte das instituições parceiras, bem como a mão-de-obra qualificada capaz de organizar e gerir o processo fizeram necessária a constituição de uma cooperativa que assuma as responsabilidades administrativas, além da concretização da estrutura necessária para o bom funcionamento da Casa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente foi constatado que a rede representa um importante mecanismo de inserção e inclusão social para o desenvolvimento da região, em especial como forma de refrear o êxodo de jovens em busca de novos horizontes em regiões mais promissoras, corroborando com o que mostra a abordagem teórica trazida no referencial da pesquisa.

No que diz respeito aos entraves sanitários identificados pela presente pesquisa, uma alternativa está sendo desenvolvida pelo Governo Federal no sentido de unificar as diferentes esferas da inspeção que ocorre atualmente em nível de agroindústria. Esse novo modelo denominado Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) substituirá a Inspeção Municipal. Com este novo modelo a rede da Casa da Quarta Colônia estará habilitada a revender os produtos das diversas agroindústrias participantes da rede, independente do município que ela está instalada.

No caso dos aspectos políticos que acabam por dificultar a consolidação da rede, identificou-se que em muitos momentos esse entrave representa um obstáculo de difícil superação, pois se trata de relações e interesses políticos partidários locais. O que pode ser compreendido como alternativa nesse contexto seria a sensibilização dos agentes locais (políticos da região) no que condiz com o desenvolvimento continuo, e de preferência sustentável, de ações que promovessem o crescimento da sociedade, principalmente na integração dos elos com a agroindústria familiar.

Com relação aos problemas de estrutura, tanto administrativa quanto física, pode-se ter como alternativa a busca por experiências semelhantes em outras regiões do país ou até mesmo em outros países no sentido de identificar formas mais adequadas de promover uma educação continuada e adequada para gerenciamento da rede, no sentido de identificar problemas e definir soluções.

REFERÊNCIAS

CENCI, Alexander. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do Condesus**. Dissertação de Mestrado. Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil. 2007.

CORTES, Soraya. M. Como Fazer Análise Qualitativa de Dados. In: D. A. Bêrni (Coord.). **Técnicas de Pesquisa em Economia.** São Paulo: Saraiva, 2002. Cap. 11, pp. 234-270.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisas**. São Paulo. n. 115. 2002.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística.** Recuperado em 05 junho, de 2009 de <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado.php>.

FENSTERSEIFER, Jayme. E. Internacionalização e Cooperação: dois imperativos para a empresa do terceiro milênio. **Read**. Vol. 6, n.3. 2000.

GIL, Antonio. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. Dissertação de Mestrado. Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil. 2001.

JERÔNIMO, Fátima B. **A confiança em redes: a experiência de uma rede formada por sete cooperativas do setor agroalimentar do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio (CEPAN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2005.

MIOR, Luiz. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos. 2005

PEDROZO, Eugênio. A., ESTIVALETTE, Vânia. F. B. & BEGINS, Heron. S. M. Cadeia(s) de Agronegócio: Objeto, fenômeno e abordagens teóricas. **Anais...** Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, Curitiba, PR, Brasil. (2004).

PREZOTTO, Leomar. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas.** p.133-154. 2002.

SANTOS, S. A., PEREIRA, H. J. & FRANÇA A. S. **Cooperação entre as micro e pequenas empresa.** São Paulo: SEBRAE. 1994.

VERGARA, Sylvia. C. (2009). **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEMENTES CRIOULAS: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E REDES DE COOPERAÇÃO EM UM ASSENTAMENTO NO SUDOESTE DE GOIÁS

Mariza Souza Dias[1]

Dinalva Donizete Ribeiro[2]

Mainara da Costa Benincá[3]

Hildeu Ferreira da Assunção[4]

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: mariza_dias@yahoo.com.br

[2]Doutora em Geografia e professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás – E-mail: dinalvadr@gmail.com

[3]Licenciada em Geografia. Pós-graduanda do curso de Especialização em Gestão Ambiental - Universidade Federal de Goiás – E-mail: mainaracosta@gmail.com

[4]Doutor em Agronomia e professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e Agronomia. Universidade Federal de Goiás – E-mail: hildeu@yahoo.com.br

GT 05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural.

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados do Projeto "Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO)"[1], em desenvolvimento no Projeto de Assentamento Rio Claro, município de Jataí-GO, financiado pelo CNPq, edital 036/2007, conduzido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF)[2], da Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí. Objetiva-se discutir as repercussões produtivas e sócio-econômicas das ações já desenvolvidas, contemplando o

[1] O Projeto é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN- Nº 36/2007 e pelo Programa de Extensão Universitária (PROEXT) – MEC/SESu/DIPES, edital 09/2008.

[2] O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF), da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, conduz cinco projetos financiados pelos editais 036/2007, 023/2008, 029/2009 e 033/2009 do CNPq (sendo dois projetos no último edital), todos desenvolvidos junto a assentamentos dos municípios de Jataí e Perolândia, localizados na microrregião Sudoeste de Goiás. Para maiores detalhes dos projetos e demais atividades do Núcleo visitar o endereço www.neafufg.org

acesso dos agricultores às sementes, elevação da renda, intensificação do trabalho coletivo e da organização sócio-política. A metodologia adotada pelo Projeto é participativa e de caráter multidisciplinar. A implantação deste projeto neste Assentamento se deu a partir de um diagnóstico sócio-econômico realizado em comunidades tradicionais e assentamentos do município, por meio da qual se identificou que o PA Rio Claro apresentou o menor índice de qualidade de vida. Ainda com o Projeto em andamento, é possível evidenciar alguns resultados obtidos, destacando o plantio das sementes de milho, a construção de silagem para alimentação do gado leiteiro, o resgate da cultura do plantio de alimentos básicos, a realização de mutirões, festas, reuniões, decisões coletivas e participativas e a implantação do Banco de Sementes de milho Crioulo. Estes resultados são percebidos como instrumentos na construção de circuitos de comercialização, de agregação de valor e de melhoria de qualidade de vida e de segurança alimentar dos agricultores. De forma que, este projeto, enquanto instrumento público proporciona reforço da diversificação agrícola e sua importância, abrindo novas vias de comercialização e a possibilidade de agregação de valor e da segurança alimentar dos assentados, que passa essencialmente pelo caráter do projeto em questão.
Palavras-chave: Agricultura Familiar, Sementes Crioulas, Diversificação da Produção, Geração de Renda.

INTRODUÇÃO

O município de Jataí possui sua economia baseada no agronegócio, cuja produção é destacada em nível nacional, sendo o maior município produtor de milho safrinha do Brasil e está localizado na microrregião Sudoeste de Goiás, que ostenta a maior produtividade por unidade de área plantada anual do Brasil (DIAS, 2008).

Paradoxalmente, para onde avança este modelo produtivo a oferta de alimentos cai para a população local e um dos motivos está associado às sementes, cujas variedades foram se perdendo na medida em que a revolução verde foi se amalgamando, comprometendo a segurança alimentar da população rural com forte impacto na população assentada. Isso se dá, pois uma das marcas da revolução verde é a semente híbrida, que tem seu potencial reprodutivo limitado, ou seja, não pode se reproduzir qualitativamente após o seu primeiro ciclo. Por isso estas sementes não permitem a autonomia no processo produtivo que os agricultores assentados necessitam.

Neste sentido, entende-se que a aniquilação das diversas variedades de sementes por meio das tecnologias agrícolas modernas representa um problema que extrapola o aspecto genético e agrícola, se estendendo aos aspectos sociais e culturais da população e das comunidades rurais, incluindo aí os assentamentos de reforma agrária. Para Woortmann (2004) a concepção etno-ecológica-holística presente na relação do camponês com a terra é promovida especialmente pelo cultivo com as sementes crioulas, que além de manter a cultura e a sabedoria popular, fazem a re-ligação do sagrado e do simbólico, reavivam a história de cada geração e reforçam o sentido de pertencimento à terra, pois estas sementes são cultivadas e repassadas por várias gerações.

Na microrregião Sudoeste de Goiás, a consolidação do agronegócio traz consigo as contradições que estão explícitas por meio do elevado número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e grande número de assentamentos de reforma agrária (RIBEIRO, 2005).

Frente a esta realidade o projeto "Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO)" - aludido neste trabalho como Projeto Sementes Crioulas – foi elaborado a fim de contribuir com a autonomia dos agricultores assentados a partir da reprodução e distribuição de variedades de milho crioulo (sementes reproduzíveis, não híbridas), além do desenvolvimento de ações vinculadas e derivadas do plantio das sementes, como a diversificação da produção e da construção do Banco de Sementes que proporciona a socialização das sementes entre os agricultores.

A construção deste Projeto parte da compreensão de que o domínio das próprias sementes é um fator indispensável para a autonomia produtiva e a segurança alimentar, pois a diversidade e a existência delas podem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada localidade, servindo de base para uma alimentação adequada e saudável, permitindo o desenvolvimento das formas culinárias preservadas e desejadas na reprodução cultural dos povos (MENDONÇA, et. al., 2007). Ao passo que a indisponibilidade de sementes não híbridas (variedades, conhecidas como "sementes crioulas") dificulta a autonomia dos agricultores frente ao mercado de sementes, de insumos e de alimentos.

Diante do exposto, o presente trabalho apresenta os resultados das estratégias e inovações desenvolvidas a partir das sementes de milho crioulo buscando aperfeiçoar o ambiente produtivo e social do Assentamento Rio Claro, tratando qualitativamente as repercussões produtivas, sociais e econômicas do Projeto em desenvolvimento desde março

de 2008, bem como avaliando problemas e dificuldades encontradas, principalmente no que tange a participação efetiva dos assentados no Projeto e o prazo para a execução do mesmo.

As metodologias utilizadas no projeto, tanto na assistência agronômica quanto nas ações sociológicas, ocorrem de forma participativa, considerando as principais necessidades e conhecimentos dos assentados. Buscou-se articular estas metodologias segundo referenciais da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que aponta que toda metodologia para a ação deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis (MDA, 2008).

O Projeto está em desenvolvimento no Assentamento Rio Claro, cultivando a variedade CAIANO. As sementes utilizadas são oriundas do projeto: "Resgate, Produção e Conservação de Sementes Crioulas nas Comunidades Rurais do Sudeste Goiano" desenvolvido na Comunidade São Domingos, no município de Catalão-GO. Na primeira safra 2008/2009 foram feitos também experimentos de reprodução com as variedades CAIANO-CERRADO, MPA-1 e BRS SOL-DA-MANHÃ.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Assentamento Rio Claro está localizado a 50 quilômetros da cidade de Jataí - Goiás. A área total do assentamento é de 485 hectares que foram distribuídos a 17 famílias (lotes), sendo que a área média de cada lote é de 28,5 hectares. O Projeto está em desenvolvimento desde março de 2008, com término previsto para junho de 2010.

A primeira etapa se pautou na realização do diagnóstico do grau de qualidade de vida das comunidades de agricultura familiar de Jataí, a fim de delimitar o local de implantação do mesmo. Definiu-se o Assentamento Rio Claro para a implantação do Projeto Sementes Crioulas, pois, conforme identificado no diagnóstico, este assentamento apresentou o menor índice de qualidade de vida.

Iniciaram-se os trabalhos no Assentamento Rio Claro, com reuniões entre a equipe do Projeto e os agricultores para o estabelecimento das estratégias de ação, bem como as responsabilidades e contrapartidas de cada parte envolvida. Nesta etapa fora utilizada como referência o "Método dos 10 passos: um diálogo como ferramenta básica da participação na comunidade rural" (BROSE, 2001).

Foi definido juntamente com os assentados que as lavouras de milho crioulo seriam cultivadas em diversas parcelas, custeadas parcialmente com os recursos do Projeto, existentes para tal e que a assistência técnica se daria por meio da equipe técnica do Projeto em parceria com os agricultores. Após a definição dos locais de plantio foram realizadas todas as etapas de avaliação, correção e aração do solo, indispensáveis para o plantio que se iniciou em novembro.

Concomitante à preparação das áreas para o plantio foi implantado o Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP. O NAP foi criado de forma a identificar demandas e qualificar as ações desenvolvidas pelo Projeto no Assentamento Rio Claro, sejam elas técnicas (referentes ao plantio e às atividades veterinárias e zootécnicas) sociais, econômicas, culturais e políticas.

Faz parte dos métodos de trabalho do NAP, ações para o resgate cultural e incremento da organização social dos agricultores, neste sentido destaca-se a realização da Festa da Pamonha, do 1º Dia de Campo do Milho Crioulo, dos mutirões de colheita e da Festa Julina e técnico com a elaboração do curso teórico, seguido de prática, orientando os agricultores para a experiência da silagem e integração lavoura-pecuária.

O Banco de Sementes foi constituído a partir das sementes colhidas em 2 hectares de lavoura do milho crioulo cultivadas no assentamento, que foram selecionadas, classificadas e tratadas com recursos do Projeto e, posteriormente, emprestadas a 50 famílias de assentados dos municípios de Jataí, Perolândia e Doverlândia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dado o caráter do Projeto Sementes Crioulas, a metodologia propõe o trabalho de forma participativa e as ações têm sido orientadas pela integração dos assentados com os técnicos, onde o saber é socializado e não imposto, buscando os encaminhamentos e as deliberações em conjunto com os agricultores de forma a envolvê-los plenamente nas atividades do Projeto, pressupondo que se os agentes públicos não estiverem voltados à participação popular não terão cumprido seu papel na sustentabilidade do rural contemporâneo.

Assim, os agricultores apontaram à equipe técnica os lotes a serem cultivados com o milho crioulo. As sementes foram plantadas em 7 dos 17 lotes do assentamento, num total de 9 hectares, isto na safra de 2008/2009. Os recursos oriundos do Projeto, de acordo com o orçamento aprovado pelo CNPq, foram utilizados para custear o preparo do solo e todos os insumos usados nas lavouras. Destes 9 hectares cultivados, 2 se destinam exclusivamente ao

banco de sementes e os demais são de uso dos assentados cujos lotes foram plantados de forma individual, devendo estes devolver ao banco o dobro do que lhes foi cedido para o plantio, de acordo com o sistema de empréstimo de banco de sementes. Para a safra 2009/2010 foram cultivados mais 2 hectares para abastecer novamente o banco e 10 agricultores cultivaram as sementes crioulas, num total de 16 hectares cultivados no assentamento.

Deve-se dar atenção ao dado que apenas 2 dos 7 assentados que tomaram emprestado as sementes para a primeira safra conseguiram concluir o ciclo das sementes, ou seja, selecionou e armazenou-as para o plantio da safra seguinte 2009/2010, os outros assentados que as cultivaram não as armazenaram devidamente. Pode-se avaliar este fato resultante do costume destes assentados em adquirir as sementes nas casas agropecuárias e ao desapego que estes tiveram em relação às sementes neste primeiro momento, pois, mesmo tentando estabelecer uma nova forma de decisão e de ação entre os parceiros (técnicos e assentados), o referido projeto não foi uma demanda anterior dos assentados e sim uma proposta gerada e levada de forma exógena, o que dificulta, em parte, a parceria e a execução do mesmo. Vale considerar que, como as propostas são definidas pelas linhas temáticas dos editais, estas são geradas muito mais a fim de se enquadrar nestes do que de se enquadrar nas demandas do público parceiro, daí, muitas vezes, aparecer como elemento exógeno ao público parceiro.

As visitas de assistência técnica foram e são realizadas de forma a tentar integrar os assentados no monitoramento das lavouras. No entanto, em diversas ocasiões, identificou-se que alguns agricultores não responderam satisfatoriamente às decisões e aos encaminhamentos que deveriam ser dados no cuidado com a lavoura. Este problema foi avaliado como sendo o resultado da falta de envolvimento atual com a prática agrícola, já que todas as famílias daquele Assentamento têm sua renda oriunda da produção de leite, com raras lavouras, roças e hortas. Já na safra seguinte, 2009/2010, por decisão interna dos assentados, eles estão cultivando as lavouras e recebendo assistência técnica de forma individual.

Mesmo não obtendo o sucesso esperado nas atividades propostas de forma participativa e coletiva, cabe lembrar que a organização e decisões internas dos assentamentos e dos assentados são um *lócus* privilegiado para o exercício da liberdade, o qual foi defendido e respeitado neste projeto e que é um elemento indispensável para a conquista de real desenvolvimento (FERRANTE, et. al., 2006).

A partir desta primeira experiência (2008/2009) verificou-se, também, a necessidade de trabalhar alguns conceitos enraizados que traz prejuízos aos agricultores e ao ambiente.

Para tal entende-se ser necessário construir em conjunto as situações que melhor lhes compete, pois, segundo Freire (1983), os adultos aprendem a partir da prática, com experiências; o saber imposto não é concebido como parte da vida e por isso não a altera.

No entanto, mesmo com estas dificuldades encontradas, a dinâmica que se criou no Assentamento, com o cultivo das variedades de milho, trouxe transformações aos assentados e gerou boas expectativas em relação à retomada da prática agrícola entre eles.

Vários assentados tinham deixado de cultivar alimentos básicos, como arroz, feijão, mandioca e os retomaram a partir da introdução das lavouras de milho crioulo no assentamento, com a introdução também de algumas novidades como o gergelim e o amendoim, também apresentados de forma paralela a este Projeto, como parte de outro projeto desenvolvido pelo NEAF. Este resgate da agricultura é considerado por todos, equipe técnica e assentados, como rico e belo, pois reflete, conforme Whitaker (2008) a capacidade dos assentamentos de Reforma Agrária criar mosaicos e diversidade, que eliminam a fome não só para seus agentes, mas em muitos casos para a população.

Quanto aos avanços na geração de renda, vale ressaltar o convênio que foi firmando entre a Associação do assentamento e a Prefeitura Municipal de Jataí para venda de diversos produtos do assentamento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre os quais o milho verde crioulo se destaca, sendo que, para todos os agricultores que cultivaram o milho crioulo, este foi responsável por uma renda média de R$3.500,00 a cada agricultor.

A inserção da produção da agricultura familiar em projetos municipais, como o PAA, indica novas estratégias para o desenvolvimento dos assentamentos mais coerente com o modo de vida dessa população e representa um processo de inclusão social das famílias no comércio local, além de proporcionar benefícios também à população urbana com a segurança alimentar na merenda escolar, nos asilos, creches, dentre outros (DUVAL e FERRANTE, 2008).

Neste momento os assentados estão firmando parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que prevê uma cota de venda maior do que o PAA, para fornecer seus produtos, enquanto alimento, a outras instituições. Também está em fase de negociação um convênio com a CONAB para a venda das sementes de milho crioulo do Banco, aumentando as possibilidades de geração de renda e autonomia dos assentados.

Pelo fato de a maioria dos agricultores assentados possuírem renda com base na produção leiteira, dentre as diversas ações do Projeto Sementes Crioulas, foram realizadas capacitações técnicas para a produção de silagem e reforma de pastagem usando a integração

da lavoura-pecuária. Dos sete agricultores que plantaram o milho crioulo quatro utilizaram parte de suas lavouras para produção da silagem, além de um agricultor que havia plantado milho híbrido.

Verificou-se que o custo total para se produzir esta silagem foi de R$1.562,00. Se o agricultor tivesse optado pela compra da ração, em detrimento da silagem, ele teria um custo de aproximadamente R$2.753,00. Optando pela produção da silagem o produtor economiza perto de R$1.200,00, o que significa uma economia em torno de 43% do custo de alimentação do seu plantel no período de estiagem.

Em um lote de assentamento rural esta redução de custo faz uma diferença significativa no orçamento familiar. Economia esta que permite ao agricultor investir em outras atividades e tecnologias a fim de elevar a renda e a qualidade de vida da família. Dessa forma, avalia-se que um dos objetivos centrais do Projeto, que trata da redução da dependência dos assentados frente ao mercado de rações, com a conseqüente elevação da renda, está sendo devidamente cumprido. Ainda destacamos a reforma da pastagem, que na safra 2008/2009 foi feita em caráter experimental em dois hectares. Esta promove o plantio consorciado entre o milho e o capim *brachiaria,* proporcionando duas produções na mesma área e com um único custo, uma que alimentará a família e outra que alimentará o gado.

Estas estratégias não podem ser vistas e analisadas apenas sob a ótica da valorização capitalista, mas como uma articulação que integra a produção vegetal e animal, que se destinada primeiramente ao autocosumo e se reflete na otimização do uso do solo, como no caso da integração lavoura-pecuária.

Como incremento sócio-cultural resultante das ações do Projeto, ressalta-se a realização da "Festa da Pamonha", do 1º Dia de Campo do Milho Crioulo, dos mutirões de colheitas do milho crioulo e da Festa Julina.

A pamonhada foi a primeira festa do assentamento desde a sua constituição (há 12 anos) e espera-se que outras sejam motivadas. As festas são *lócus* de confraternização e podem ser vistas como o melhor momento de resgate de tradições e de afirmação de identidade, dado que, usualmente, nos Assentamentos os agricultores não têm uma história de vida em comum, como se dá nas comunidades tradicionais.

O 1º Dia de Campo foi uma atividade técnica de exposição do milho crioulo e os variados usos que se pode dar ao mesmo, por isso foram convidados agricultores familiares dos assentamentos, dos acampamentos e das comunidades de toda região. O evento foi

programado e realizado numa ação conjunta, entre a equipe do Projeto Sementes Crioulas e os agricultores do Assentamento Rio Claro.

Este evento proporcionou a divulgação do milho e seus usos derivados para outros agricultores assentados e tradicionais, revelando a capacidade produtiva e organizacional dos assentados na realização de um evento deste porte, que usualmente acontece somente para agricultores empresariais. Também deve ser ressaltado que essa atividade elevou a auto-estima dos agricultores, que, espera-se, em médio prazo deve refletir na capacidade de aprimoramento das suas atividades nos seus lotes.

Os mutirões de colheita das lavouras de milho crioulo também foram outro momento de integração social dos agricultores. Mesmo sendo uma atividade de trabalho árduo, nos mutirões os agricultores resgatam e fortalecem o senso coletivo de ajuda mútua, que é essencial para a lida no campo, principalmente em pequenas parcelas de terra, uma vez que estes não possuem máquinas para colheita, tampouco podem contratar mão-de-obra. Os mutirões aproximam os agricultores em torno de um objetivo em comum, que é o de realizar uma tarefa densa no menor tempo possível através do agrupamento do maior número de trabalhadores (isso geralmente ocorre nos períodos de plantio e/ou colheita) e torna a relação de companheirismo mais forte, o que se reflete na organização social e nos laços afetivos da comunidade.

Além de trabalhar em conjunto, é importante festar junto também! Neste sentido foi programada a realização da Festa Julina, que aconteceu no dia 2 de julho de 2009. As festas, como já tratado, são lócus de convivência da comunidade que também fortalece o sentido do coletivo. Os agricultores organizaram a festa, criando toda a estrutura necessária como barracas, leilão, quadrilha, fogueira, quentão, pipoca, brincadeiras para as crianças, tudo embalado com música e dança.

Além disso, um dos principais resultados deste projeto foi a constituição do Banco de Sementes do milho crioulo. Foram selecionados 1000 quilos de sementes que foram emprestadas, em outubro de 2008, a 50 famílias de 10 assentamentos dos municípios de Doverlândia, Jataí e Perolândia. Em visitas de acompanhamento aos agricultores que receberam as sementes pode-se perceber que houve redistribuição das sementes entre os próprios assentados que se impressionaram com a qualidade das espigas e da planta. Este empréstimo foi coordenado pelo projeto e o próximo deverá ser feito pelo assentamento Rio Claro, onde o projeto foi implantado, para que a associação dos assentados possa gerenciar o

Banco, a fim de que eles aumentem esta rede de cooperação e também transformem as sementes em geradoras de renda, por meio da comercialização via CONAB.

Vale ressaltar que surgiram algumas dificuldades na condução das ações por parte da equipe técnica em trabalhar com os métodos participativos, pois a formação acadêmica não se dá nesta perspectiva. Outro elemento a ser considerado é que para haver a elaboração deste tipo de metodologia o tempo de gestão, reflexão e ação deveria ser mais elástico, uma vez que a participação prevê diálogos de saberes e construções coletivas, considerando as diferenças entre a percepção e a vivência de tempo por parte dos assentados. A rigidez acadêmica e sua obrigatoriedade nos cumprimentos de prazos e produtividade, por vezes não consente à equipe técnica o tempo suficientemente necessário que pressupõem as metodologias participativas e acaba por estrangular o tempo demandado para a realização de algumas etapas metodológicas.

Junto a estes problemas, agrega-se o fato dos assentados estarem habituados com a extensão convencional, onde os técnicos apresentam um pacote pronto de supostas novidades. Porém, estas inovações tecnológicas demandam recursos e infra-estruturas que, usualmente, os assentados não os possuem, por isso a maioria dos cursos que compõe estes pacotes não surte efeito prático no cotidiano dos agricultores por se tratar de um pacote de tecnologias que não se aplica àquele perfil e realidade.

É tentando avançar nesta realidade que o Projeto Sementes Crioulas tem desenvolvido suas ações, a fim de superar estes problemas, buscando soluções exeqüíveis, aproximadas do cotidiano dos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do Projeto Sementes Crioulas se manifestam, sobretudo no resgate da prática agrícola, na dinâmica sócio-cultural gerada a partir do plantio das lavouras de milho e na elevação da renda dos agricultores em função da venda do milho verde e do fabrico da silagem. O cultivo do milho abriu caminhos para os cursos e as práticas, para a socialização entre os agricultores, para o festejo, os mutirões, os debates, sendo que este conjunto de elementos se traduz em maior cooperação e no aumento da qualidade de vida dos assentados.

Com o Banco de Sementes foi possível disseminar as sementes de milho crioulo a outros assentados interessados no seu cultivo e a partir de então se pretende ampliar a consciência sobre a importância da manutenção destas sementes, criando novos instrumentos de produção que se refletem na segurança alimentar, na possibilidade de comércio e geração de renda, proposta hoje por várias instituições governamentais e não-governamentais.

Vale ressaltar que os Assentamentos possuem diferenças substanciais em relação às comunidades tradicionais. Nestas as diferentes formas de se reproduzir social e economicamente na terra aparecem de forma mais enraizada do que nos assentamento, principalmente naqueles que não têm sua origem fundamentada em algum segmento do movimento social, como é o caso do Assentamento Rio Claro. Tal situação é um grande desafio para a equipe do Projeto: entender estas diferenças e trabalhar com elas sem impor pré-conceitos, tratando os conhecimentos e valorizando os saberes dos assentados.

Quanto às metodologias participativas, que norteiam a execução deste Projeto, estas vêm sendo aplicadas com o entendimento de que os resultados não podem ser aguardados no curto prazo, tampouco podem ser mensurados apenas quantitativamente e nos aponta o desafio de lidar com esta perspectiva em meio à racionalidade produtivista na qual tem imergido o saber e o fazer acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROSE, M.. **Metodologia participativa – Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

DIAS, M. S.. As vicissitudes dos pequenos produtores rurais de Jataí-GO. **Trabalho de conclusão de curso de graduação**. Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí, 2008.

DUVAL H. C., FERRANTE V. L. S. B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (orgs). Brasilia: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

FERRANTE, V. L. S. et al. Reforma agrária e "desenvolvimento como liberdade": Uma visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara: NUPEDOR, n. 10, pp. 19-43, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**? 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

MENDONÇA, M. R et al.. Resgate, produção e conservação de sementes Crioulas na comunidade rural são domingos – Catalão-GO. In: **Anais** do Fórum ambiental da Alta Paulista. São Paulo: Alta Paulista, 2007.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

WHITAKER, D.C.A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (orgs). Brasilia: MDA; São Paulo: Uniara [co-editor], 2008.

WOORTMANN, E. O Saber tradicional camponês e inovações. In: **O Campo no Século XXI**. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Maria Inez Medeiros Marques (orgs). São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS:o caso do Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão - RS

Veridiana Soares Ribeiro
veridiana_ribeiro@yahoo.com.br
Giancarla Salamoni
gi.salamoni@yahoo.com.br

GT05 – Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural (penso que talvez esse seja o GT mais adequado);

Objeto de reflexão
Territorialização camponesa em assentamentos de reforma agrária e a produção alimentos

Este trabalho é resultado de uma pesquisa para monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa foi realizada junto ao assentamento de reforma agrária "24 de novembro", localizado no município de Capão do Leão – RS, durante o segundo semestre do ano de 2009. Buscou-se realizar uma pesquisa qualitativa, a partir da realização de entrevistas com os assentados, baseadas em roteiro estruturado e semi-estruturado que dessem conta de abranger a totalidade das variáveis propostas nos objetivos do estudo sobre a organização espacial do assentamento, nas suas dimensões social, técnica e de produção.

O assentamento 24 de novembro do município de Capão do Leão/RS, representa o lócus para o processo de reterritorialização de agricultores e agricultoras que, por diversos fatores, foram expropriados de suas terras. O assentamento permitiu, antes de tudo, a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, não só no que diz respeito ao acesso à terra ,mas, sobretudo, à produção de alimentos para o autoconsumo. Ao se territorializarem no assentamento, garantindo sua reprodução social como camponeses, puderam dar início à produção agrícola baseada na organização do trabalho familiar, cujo objetivo principal é a manutenção das famílias no espaço rural. Cabe ressaltar que além da produção para o autoconsumo, os assentados estão integrados ao mercado local e regional, principalmente, pela comercialização de leite e hortifrutigrangeiros com agroindústrias e feiras livres, respectivamente. Diante disso, entendemos que a apresentação desse estudo de caso pode contribuir para a reflexão sobre as estratégias socioprodutivas adotadas pela agricultura familiar camponesa em suas relações com o mercado.

Introdução

Ao realizarmos uma análise sobre a questão agrária brasileira é possível identificar significativas transformações, seja pela adoção de novas técnicas advindas com a modernização da agricultura, ou por novas formas de organização do espaço rural, como é o caso da política pública da reforma agrária. Esse processo, que reorganiza as formas de uso e apropriação da terra, também, insere no território sujeitos que estavam excluídos do acesso a terra, deflagrando novas dinâmicas produtivas e estratégias de reprodução social.

Essas transformações, ocorridas ao longo do tempo, no espaço rural brasileiro estão relacionadas ao processo histórico de ocupação do território pelo colonizador europeu. Um processo que se efetiva a partir da concentração fundiária, de relações de trabalho escravistas e caráter mercantil exportador. A partir dessa forma de apropriação, nosso país se constituiu, historicamente, marcado pela grande propriedade, pela monocultura e pela desigualdade social no campo.

Em meio à discussão sobre a questão agrária brasileira se torna de extrema importância a abordagem em torno do conceito de território, ou seja, a forma como as sociedades rurais foram se apropriando do espaço e (re)criando diversas e heterogêneas territorialidades. A partir da compreensão do território podemos analisar essas formas de apropriação, sejam aquelas baseadas na agricultura patronal, ou aquelas baseadas na organização socioprodutiva familiar[1]. Nestas últimas, a construção do território representa o lugar de viver, produzir e construir um futuro. Desse modo, o conceito de território para a compreensão da questão agrária brasileira se mostra muito importante, pois, conforme Santos (2001, p. 20): "O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual."

A discussão que permeia esse estudo gira em torno das novas configurações territoriais que a reforma agrária possibilita, ou seja, as novas territorialidades criadas a partir do assentamento rural. Via de regra, um território, anteriormente estruturado pela presença da grande propriedade patronal, fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar, que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural.

A reforma agrária aqui é analisada no seu âmbito socioespacial, buscando identificar quem são os sujeitos que personificam a luta pela terra, quais suas origens e trajetórias, como se dão as relações de organização social e produtiva no assentamento. Trata-se de compreender de que forma

[1] De acordo com o relatório da FAO/INCRA (1994), na agricultura familiar o trabalho e a gestão estão intimamente ligados, apresenta a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, possui ênfase na diversificação e assegura ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida. E, o trabalho assalariado no modelo familiar é complementar. Por outro lado, na agricultura patronal existe uma completa separação entre gestão e trabalho; trata-se de uma organização centralizada, com ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis. E, o trabalho assalariado é predominante.

estes fatores se constituem em limites ou possibilidades para o desenvolvimento dos territórios reorganizados pelos assentamentos rurais.

Sendo assim, este trabalho se justifica ao permitir a análise e compreensão dos territórios reorganizados pela reforma agrária no campo brasileiro, constituída pelos assentamentos, como também, o modo como as famílias imprimem suas territorialidades e seus modos de vida, garantindo a reprodução social camponesa.

As relações entre a política da reforma agrária e a construção do território

A política pública da reforma agrária tem como objetivo desapropriar áreas improdutivas, ou seja, que não estão cumprindo com sua função social, a fim de assentar famílias de agricultores sem terra que por determinadas razões foram expropriados de suas terras, ou ainda, aqueles moradores urbanos que possuem suas origens no rural e desejam retornar ao campo.

Percebe-se, então, o quanto é complexo esse processo. Diversos elementos sofrem mudanças, seja o espaço, o território, com as novas formas e funções que serão efetivadas neles, e até mesmo os diferentes modos de vida que darão outros significados àquele território com a implementação do assentamento e da chegada das famílias dos agricultores. O que deve ser enfatizado aqui são as mudanças significativas que ocorrem quando um latifúndio improdutivo é desapropriado para dar lugar a um assentamento rural composto por diversas famílias. Pois, conforme Medeiros:

> O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente. O espaço é transformado. (MEDEIROS, 2007, p. 174)

O assentamento 24 de novembro se apresenta como peculiar diante dos demais projetos de reforma agrária, pois, a área é de propriedade da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, oficialmente denominado Centro Agropecuário da Palma, conhecida como “Fazenda da Palma”, tendo uma área de 1500 ha, sendo que o assentamento corresponde a apenas 442 hectares da fazenda.

Antes mesmo da efetivação do assentamento 24 de novembro na Fazenda da Palma, e antes do acampamento das famílias que compõem atualmente o assentamento, uma primeira ocupação por trabalhadores rurais sem terra, integrantes do MST, foi realizada no ano de 1987, por famílias provenientes do acampamento na Fazenda Anonni, no município de Ronda Alta - RS. O projeto de assentamento não teve sucesso, principalmente, em função da legislação que não permitia assentamentos de reforma agrária em terras públicas.

A segunda ocupação realizada pelos atuais assentados da área ocorreu incentivada pelo fato de que o presidente da república na época, no ano de 1992, Fernando Collor, lançou um programa que permitia assentamentos em terras públicas. (LOPES, 2007) Então, as famílias que o constituem chegaram ao local em 12 de março do ano de 1992, data estrategicamente planejada pelos agricultores, pois, o atual presidente estaria na região para abertura da colheita de arroz e, dessa forma, a pressão da reforma agrária sob o Estado teria maior intensidade.

As famílias permaneceram acampadas na área por um período de oito meses. Cabe ressaltar, que essas famílias já estavam há algum tempo vivendo em acampamentos do MST, o primeiro no município de Cruz Alta, logo após acamparam em duas áreas distintas no município de Bagé, de onde vieram até chegar na Fazenda da Palma, no ano de 1992. Esse acampamento proveniente de Bagé era composto por cerca de 200 famílias de trabalhadores sem-terra. As 26 famílias que constituíram o assentamento inicialmente foram definidas por sorteio.

Após oito meses acampados na Fazenda da Palma, um contrato de comodato é fechado entre a UFPel e as 26 famílias sorteadas que formavam a Associação do Assentamento da Palma. De acordo com Wizniewsky:

> La opción por el "contrato de comodato" se relaciona con el hecho de la Universidad no tenía la intención de donar al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), de forma definitiva, las 442 hectares para que se pudiera establecer un asentamiento de responsabilidad estatal. El "contrato de comodato" concede a los asentados el derecho de disfrutar de la tierra, de las estructuras y de los recursos naturales, así como de hacer construcciones y mejorar las estructuras existentes; en definitiva, el asentado tiene libertad en el desarrollo de sus actividades agrícolas y ganaderas. En el término de contrato no parece existir una idea clara de lo que pueda suceder en el futuro, ya que puede ser transformado en asentamiento del INCRA, o bien, tras indemnización por las estructuras construidas, ser designados los asentados otro asentamiento. El "contrato de comodato" se hizo con la asociación de asentados, es decir, en grupo y no de forma individualizada, lo que significa que el comodato fue firmado representando a la colectividad del asentamiento. (WIZNIEWSKY, 2001, p. 434)

Percebe-se que tanto para as famílias assentadas, como para a universidade e os pesquisadores envolvidos no projeto de assentamento[2] era indefinido o futuro daquelas famílias naquela área, ou seja, não se sabia ao certo se o assentamento seria legalizado pelo INCRA, se as famílias deveriam ser assentadas em outra área, ou, enfim, se algum outro procedimento ocorreria.

O contrato de comodato finalizou no ano de 2007, ficando as famílias assentadas à mercê de uma situação de indefinição quanto às normatizações legais de continuidade no local e da construção de projetos futuros. Atualmente, as famílias ainda permanecem no assentamento e esperam pela legalização desse assentamento pelo INCRA, pois, desde o fim do contrato vêm

[2] No contrato de comodato constam determinadas atividades a serem cumpridas tanto pela universidade, quanto pelas famílias assentadas. Entre as atividades a serem cumpridas pela universidade estava o comprometimento de pesquisadores e professores da mesma prestarem assistência às famílias visando o desenvolvimento do assentamento.

sofrendo com a interferência de processos jurídicos que têm por objetivo a expropriação dessas famílias da área ocupada.

Entretanto, não deixam de continuar suas vidas como moradoras efetivas daquele lugar, independente do fim do contrato de comodato. Por meio de pesquisa de campo realizada junto às famílias do assentamento é possível perceber muito forte o sentimento de pertencimento àquele lugar, inclusive relatam que não imaginam, nem pretendem sair do local, caso o contrato não seja renovado ou o assentamento não seja legalizado pelo INCRA. As famílias ainda afirmam que após tantos anos de luta em busca do acesso à terra, não pretendem sair do local que com tanto esforço conquistaram.

A organização socioterritorial do assentamento: ênfase na diversificação produtiva

O assentamento 24 de novembro apresenta sua organização socioprodutiva baseada na agricultura familiar, onde cada família produz individualmente em seu lote produz. Essa situação não era a mesma no início do assentamento, pois, todas as 26 famílias tinham sua produção organizada coletivamente, onde formavam a Associação dos Agricultores da Palma, que por diversos motivos não durou mais do que um período de dois anos. Loner et al. explicam como se constituía a organização coletiva, entre os anos de 1993 e 1994:

> Provavelmente, esta situação – excepcional em termos de assentamentos de colonos sem terra – tenha condicionado em muito as expectativas destes colonos quando vieram se estabelecer aqui. Inicialmente, tudo foi pensado para ser feito em termos coletivos e muito até hoje assim continua: por exemplo, a cozinha é coletiva, o que é justificado pelo fato de que haveria menos desperdício, além do que retira um pesado trabalho das costas das mulheres. Existe um projeto de lavanderia coletiva, e um setor de conserto de roupas, também coletivo. Coletivo ainda se pretende que seja a creche, o que liberaria a mãe dos cuidados com as crianças enquanto trabalha. (LONER et al., 1996, p. 73)

Percebe-se que o projeto coletivo se apresentava bem organizado e promissor, no sentido de garantir melhores condições de vida às famílias assentadas. Em entrevista, um agricultor relata que a associação conseguiu adquirir algumas máquinas e equipamentos agrícolas para facilitar a produção, o que individualmente se torna excessivamente difícil, em função da falta de capital necessária para aquisição dos mesmos.

Mas, em função de diversos fatores, as necessidades individuais de cada família se sobressaíram e a organização coletiva do assentamento teve seu fim, constituindo-se a produção individual de cada família em seus lotes. Cabe ressaltar, que a própria divisão dos lotes foi feita em função da desagregação da associação, onde os próprios assentados fizeram a medição da área, distribuindo lotes do mesmo tamanho para cada família, em torno de 20 hectares cada um. As primeiras famílias a deixarem a associação foram as primeiras a ocuparem os lotes divididos, dessa

forma, as famílias que permaneceram até o fim da associação ficaram com os lotes que ainda estavam desocupados.

Atualmente, a produção familiar em cada lote se apresenta de forma diversificada. Entre os principais produtos cultivados no assentamento para a comercialização encontra-se a produção de pepino, morango, hortifrutigranjeiros, ovos, mel e leite. Esses produtos são responsáveis pela formação da renda que abastece a propriedade, principalmente o leite, que de acordo com todas as famílias entrevistadas é a principal atividade geradora de renda. Algumas famílias já foram produtoras de fumo, dentre as famílias entrevistadas, atualmente, nenhuma mantém este cultivo no lote.

Os assentados apresentam uma certa autonomia em relação a comercialização dos produtos, pois, são vendidos aos supermercados e atacados da região. Em alguns produtos como o morango, grande parte da produção é vendida diretamente ao consumidor. Essa situação acontece devido ao fato do assentamento estar muito bem localizado no que diz respeito ao escoamento da produção, ou seja, muito próximo às áreas urbanas dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

Entretanto, a produção de leite se encontra submetida aos Complexos Agroindustriais – CAI ´s, pois, a comercialização é feita junto a Cosulati – Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios Ltda.. Essa submissão aos CAI´s pode representar a perda de autonomia dos agricultores no que diz respeito à comercialização dos produtos, pois, a produção deve seguir as normas técnicas estabelecidas pela indústria, e os valores muito baixos agregado ao produto pela indústria representa a exploração do trabalho familiar camponês.

Sobre a criação de animais nos lotes, como já citado anteriormente, existe a criação de gado para produção de leite em todas as famílias pesquisadas. Também, em todos os lotes existe a criação de galinhas caipiras para abastecimento da própria família (carne e ovos). Ainda, encontra-se a criação de porcos em três lotes, essa criação destina-se tanto para o autoconsumo quanto para comercialização.

No que diz respeito às maquinas e implementos agrícolas utilizados pelos assentados na produção, todas as famílias entrevistadas utilizam-se de animais como, bois e cavalos para auxiliar nas tarefas produtivas, ou seja, utilizam-se da tração animal, pois, não possuem maquinários próprios. Quando necessitam destes maquinários como tratores, arados e etc, utilizam os da Prefeitura Municipal de Capão do Leão que aluga o maquinário para os agricultores, cobrando um determinado valor por hora de cada agricultor.

A produção é feita basicamente com a utilização de adubos orgânicos, já que além de fornecer alimentos mais saudáveis, não necessita de recursos financeiros do agricultor, pois, pode ser obtido no próprio lote. Alguns assentados ainda utilizam adubos químicos, inseticidas,

herbicidas e fungicidas ocasionalmente. Sobre a autonomia no uso dos recursos, Ploeg complementa:

> (...) o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção. (PLOEG, 2006, p. 25)

A assistência técnica prestada às famílias é realizada pela Emater, em todos os lotes do assentamento. De acordo com os relatos das famílias, embora no contrato de comodato conste a assistência técnica a ser prestada às famílias pela Universidade Federal de Pelotas, atualmente, isso não ocorre, diferente dos primeiros anos da efetivação do assentamento.

Assim como a maioria dos trabalhadores rurais sem terra que formam o MST, os agricultores do assentamento 24 de novembro são procedentes do espaço rural, ou seja, têm suas origens no rural. Das sete famílias entrevistadas, apenas duas encontravam-se em ocupações na área urbana antes de ingressarem no movimento, as demais trabalhavam na agricultura como parceiros ou meeiros.

Sabe-se que a grande parte dos assentamentos existentes no estado do Rio Grande do Sul são formados por famílias provenientes do norte do estado, alguns destes assentamentos localizados no sul do estado, onde historicamente foi formado por grandes propriedades. Dessa forma, nessa porção do estado se encontram muitas áreas improdutivas destinadas á reforma agrária. Diante disso, agricultores do norte do estado compõem assentamentos no sul do estado. E, essa situação não é diferente no assentamento 24 de novembro. Entre os municípios de origem dos assentados encontram-se: Ronda Alta, Nonoai, Erval Seco, Erechim, Palmitinho, Rodeio Bonito e Seberi.

É unânime entre os assentados o fato de terem ingressado no MST, o desejo de possuir um pedaço de terra para "produzir para si, com os seus, no que lhes pertence"[3], o que significa o projeto de vida camponês. Ainda, as famílias que estavam na área urbana antes de acamparem, o desejo ia mais além de possuir um pedaço de terra, era a vontade de retornar ao campo, do qual foram expulsos pela busca de melhores condições de vida, nesse caso, na cidade.

A fim de concretizarem o acesso à terra, as famílias organizaram um primeiro acampamento no município de Cruz Alta, passando logo após por outros dois acampamentos no município de Bagé, antes de acamparem na atual área do assentamento, na fazenda da Palma. Ao todo, foram quatro anos vivendo em acampamentos do MST, fazendo pressão ao estado em busca da reforma agrária. As famílias relatam que a vida no acampamento era muito difícil, pois viviam em precárias

[3] Ver mais sobre o assunto em WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social – Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

condições de vida. Ainda, depois de assentados permaneceram por quase um ano vivendo em barracos, pois, não possuíam capital necessário para a construção das casas, e o INCRA não pode oferecer o financiamento para a construção das mesmas, já que o assentamento não estava legalizado por este órgão.

Além de ficarem um período significativo vivendo em barracos mesmo estando assentados, as famílias ficaram um período maior ainda sem luz elétrica. O assentamento passou a ter rede elétrica em todas as propriedades somente a partir do ano de 2002, no programa de governo de Olívio Dutra intitulado "Luz para todos". Em relação à disponibilidade de água para uso doméstico, os assentados ainda estão em situações precárias. A água para abastecer as casas é retirada de um poço artesiano localizado na área da EMBRAPA. Foram feitas várias tentativas de construção de poços artesianos para abastecimento doméstico dos lotes, mas todos sem sucesso, pois, a água se apresentava imprópria para uso doméstico. Para a dessedentação dos animais domésticos é utilizada a água de açude.

Dentre as famílias entrevistadas, no que diz respeito ao número de filhos pode-se dizer que á bastante significativo, o que garante a reprodução da agricultura familiar já que a mesma depende do trabalho da família. Em apenas duas famílias não havia filhos, onde em uma o assentado vivia sozinho em seu lote, e na outra o casal morava sozinho, sem os filhos, em seu lote.

Relativo à escolaridade, a grande maioria dos assentados não possui o primeiro grau completo, já os filhos que estão em idade escolar, todos estão freqüentando a escola, alguns adolescentes estudam no CAVG (Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – Pelotas – RS), e ainda, existem alguns filhos dos assentados que estudam, ou já estão formados em um curso superior.

Ainda sobre o trabalho dentro do lote, pode-se dizer que o mesmo é estritamente familiar. Entretanto, duas famílias afirmaram já ter contratado trabalhador temporário. Uma destas famílias fez a contratação na época em que eram produtores de fumo, e em determinados períodos da produção sentiram necessidade de complementar a mão-de-obra familiar com trabalhador temporário. A segunda família realizou a contratação na época em que produziam pepinos para conserva que, de acordo com a mesma necessitava de mão-de-obra extrafamiliar. Sobre a prestação de serviços por parte dos assentados fora da propriedade encontram-se também duas famílias em que essa situação ocorre. Em uma família duas pessoas trabalham como técnicos agrícolas. E na outra família onde essa situação ocorre, o trabalho não é permanente. O pai e os filhos trabalham em serviços gerais quando surge alguma oportunidade, que não comprometa o trabalho agrícola em seu lote.

Percebe-se que os modos de vida camponeses existentes no assentamento 24 de novembro estabelecidos pelas múltiplas relações que exercem os agricultores assentados configuram a

territorialidade camponesa. O assentamento, que antes se configurava em uma fazenda improdutiva deu lugar ao assentamento de muitas famílias que viram ali a oportunidade de garantir o acesso á terra e de reproduzir-se socialmente, economicamente e culturalmente. De acordo com Leite:

> A presença dos assentamentos enquanto unidades territoriais e administrativas, novas referências para as políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles são implantados, resultando numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal, redimensionando o tema do acesso às políticas públicas. (LEITE, 2003, s.p.)

Diante disso, é necessário reconhecer as transformações na estrutura dos municípios em que os assentamentos se inserem com seus modos de vida e territorialidades camponesas, transformações essas que beneficiam tanto as famílias assentadas quanto a população local, seja ela urbana ou rural, pois:

> Qualquer assentamento, com o simples ato de ser criado, altera as relações de poder local. Mesmo que haja adesão ao modelo produtivista, o assentamento promove um rearranjo do processo produtivo, a produção se diversifica e novas atividades são introduzidas. Além disso, pode-se constituir o associativismo e se formar cooperativas. Esse fatores, em conjunto, afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros. (BUTH & CORRÊA, 2006, p. 163)

Portanto, fica claro o significado da reforma agrária e da implementação de assentamentos rurais em nosso país, ou seja, a efetivação de uma sociedade democrática, que busca garantir os direitos de trabalhadores brasileiros a partir da aplicação das políticas públicas existentes.

Bibliografia:

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso do assentamento Ramada – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

FAO/INCRA. Projeto UTF/BRA/036/BRA – **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

LEITE, Sérgio. **Assentamentos Rurais: impactos locais e geração de emprego**. Disponível em http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml, acessado em 12/05/09 as 19:52hs.

LONER, Beatriz et al. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo. **História em Revista**. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo de documentação histórica/UFPel, nº 2, 1996. p. 65-83.

LOPES, Angelo da Silva. **Construção participativa de estratégias para a transição agroecológica em assentamento de reforma agrária.** 2007. 100 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agronomia) UFPel, Pelotas.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. p. 168-178.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-53.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 470 p.

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da modernidade social – Uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Campinas: UNICAMP, 1989.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Reforma Agraria y asentamientos en Brasil: El caso de los asentamientos de Reforma Agraria en Capão do Leão, RS**. Universidade de Córdoba, 2001. (tese de doutorado, V.II).

TRABALHO INTENSIVO E PAGAMENTO POR PRODUÇÃO NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

Francisco Alves José Roberto Novaes
DEP/UFSCar e IE/UFRJ

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

RESUMO

Esse artigo parte da seguinte premissa: uma das mais importantes características da produção capitalista contemporânea é a intensificação do trabalho. Sob o paradigma da produção enxuta, a partir da década de 1980, houve elevação da precarização e da intensidade do trabalho. Neste cenário, os trabalhadores reclamam, em difertentes setores de atividade, de aumento da carga de trabalho, de ganhos menores, de menor tempo livre, para dedicarem-se a família, ao lazer, a educação, etc.). Além disso reclamam do comprometimento maior causado à sua saúde física e mental pelo trabalho.

A questão da intensificação do trabalho vem sendo estudada em diferentes setores de produção, especialmente naqueles que utilizam mais fortemente as novas tecnologias de base microeletrônicas, especialmente o Tele-marketing.

Neste trabalho, o objetivo é mostrar que o processo de aumento da intensidade do trabalho, ou intensificação do trabalho, tem ocorrido também em outras atividades, especialmente na agricultura, no corte manual de cana-de-açúcar. Nessa atividade houve aumento da intensificação do trabalho e crescimento da produtividade do trabalhado, sem que houvesse mudança tecnológica. Ao contrário, os trabalhadores estão cortando maior quantidade de cana por dia hoje (2010) do que cortavam na década 1960, utilizando os mesmos instrumentos de trabalho, mas equipamentos de proteção individual desconfortáveis. Isso caracteriza o aumento da extração de mais-valia absoluta, contrariando a expectativa geral, de que no século XXI, teríamos aumento da produtividade do trabalho decorrentes do avanço tecnológico, que seria a condição necessária para o crescimento da mais-valia relativa. Daí a importância de discutir as questões relacionadas aos ganhos pela produção e os estímulos materias e simbólicos oferecidos pela empresa que colocam os trabalhadores no limite

de sua capacidade física. Sem enfrentar estes problemas os trabalhadores, mesmo tendo seus direitos trabalhistas cumpridos continuarão morrendo por execesso de trabalho no eito da cana.

PEQUENA DIGRESSÃO TEÓRICA

Antes de entrar no tema central deste texto, que é o pagamento por produção e o aumento da intensidade do trabalho no corte de cana, é necessário fazer uma pequena digressão teórica sobre as seguintes questões: intensidade do trabalho, intensificação do trabalho, produtividade do trabalho, mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Essa digressão se faz necessária, tendo em vista as conclusões do texto, que apontam para a necessidade de se extinguir essa forma de pagamento lesiva à vida e à saúde dos trabalhadores e a adoção imediata de políticas públicas compensatórias, que mitiguem a redução de postos de trabalho causados pela possível mecanização completa da atívidade. Em primeiro lugar, consideramos intensidade do trabalho e intensificação do trabalho como proposições distintas. Isto porque intensidade do trabalho pressupõe a ideia de que todo e qualquer trabalho que se realiza através da venda da força de trabalho dispende energia e esse dispêndio se dá com uma dada intensidade. O trabalho é aqui entendido como conjunto de atividades físicas e mentais realizada pelos trabalhadores, com o objetivo de agregar valor às mercadorias produzidas. Conforme aparece em Marx (MARX, K. 1975, O Capital, Livro 1, Capítulo IV, pag.187)

> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades fisicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser hum,ano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

A intensificação do trabalho pressupõe que o dispêndio de energia na realização do trabalho aumentou, ou que houve aumento da intensidade do trabalho e, portanto, os trabalhadores dispenderam mais energia e realizaram mais trabalho do que antes num determinado tempo. Portanto, intensidade do trabalho é uma característica estática do trabalho, ao passo que intensificação assume uma característica dinâmica do trabalho, porque implica em mudança no processo de trabalho.

> "Durante o processo de trabalho, o trabalho se transmuta de açâo em ser, de movimento em produto concret,. Ao fim de uma hora, a ação de fiar está representada em determinada quantidade de fio; uma determinada quantidade de trabalho, uma hora de trabalho se incorpora ao algodão. Falamos em trabalho, ou seja, no dispêndio de força vital do fiandeiro, durante uma hora, porque o trabalho de fiar só interessa, aqui, como dispêndio de força de trabalho e não como ótrabalho especializado. "
>
> *(MARX,K, ibdem pag214)*

A intensidade do trabalho varia em função de: do tipo de trabalho realizado; das características físicas de cada trabalhador empregado; de suas habilidades inatas ou adquiridas no trabalho, que lhe dão certa capacidade de trabalho, as quais variam de pessoa para pessoa. A capacidade de trabalho é imanente ao ser humano, que tem um cérebro, que é capaz de antecipar mentalmente as atividades a serem realizadas para dar conta do trabalho a ser executado. Isto é, o cérebro planeja a atividade antes de ordenar ao corpo a sua execução. As atividades são realizadas com certo ordenamento, determinado pelo cérebro, com o intuito de cumprir o planejado, no prazo requerido e com o mínimo dispêndio de energia. Isto porque o cérebro humano, ao planejar o trabalho a ser realizado, considera o esforço corporal necessário, e como ele é o responsável pela preservação do corpo, planejará a intensidade do trabalho que será imprimida na realização do trabalho, de fornia a minimizar o dispêndio da energia necessária.

O homem dispõe de uma gama de habilidades físicas e mentais, que são postas em ação na realização de trabalho. Os capitalistas empregam os trabalhadores, que detêm essas habilidades, com o intuito de se valer delas para valorização do capital. Com este objetivo, seleciona criteriosamente os trabalhadores de acordo com as capacidades físicas e mentais requeridas pelo trabalho a ser realizado. Além disto, os capitalistas empregarão trabalhadores que, em conjunto, tenham habilidades semelhantes. Isto significa que o conjunto de trabalhadores empregados em cada ramo de produção e para a realização de cada um dos trabalhos específicos tem habilidades laborais semelhantes e as põe em exercício numa dada intensidade.

Quando ocorre intensificação do trabalho a intensidade requerida é aumentada e, portanto, o dispêndio de energia necessária para a realização do trabalho aumenta e, em função deste aumento, as habilidades médias exigidas para o exercício das atividades

laborais se modificam. Estas modificações podem resultar na necessidade de mudar os trabalhadores empregados, ou mudar as habilidades dos trabalhadores já empregados. Algumas vezes é necessário apenas trabalhadores mais jovens, com maior disposição física e mental para o trabalho, o que acontece no corte de cana, como veremos a seguir, outras vezes será necessário empregar trabalhadores possuidores de novas habilidades.

Quando ocorre mudanças na intensidade do trabalho ocorrem também mudanças no processo de trabalho. As mudanças no processo de trabalho, por sua vez, variam em decorrência de:

- Incorporação do progresso técnico e ou
- Mudança no ritmo do Trabalho

A incorporação do progresso técnico, por sua vez, se dá em decorrência de dois conjuntos de mudanças, não necessariamente separadas ou excludentes:

- Mudanças nas máquinas, equipamentos e ferramentas utilizadas no trabalho e ou
- Mudanças na organização do trabalho, isto é, na forma com que os trabalhadores executam o trabalho.

As mudanças no ritmo do trabalho se dão quando os capitalistas requerem dos trabalhadores maior número de atividades num determinado tempo. Estas exigências podem ser decorrentes de acordos realizados entre trabalhadores e capitalistas ou sob coerção. Quando realizadas sob a forma de acordos, os trabalhadores, em geral, ganham compensações peto maior esforço despendido. Esse pode se dar através de compensações salariais ou maior tempo de descanso em outros momentos, como ocorre com a implantação de banco de horas, por exemplo. Quando o aumento do ritmo de trabalho é realizado sob coerção as formas são várias: desde a ameaça e agressões físicas, psicológicas e morais, tais como ameaças de demissão com ou sem justa causa, ameaças de redução de salários, difamações, xingamentos etc, ou redução de salários, através de mudanças na forma de pagamento, e nisso pagamento por produção (que será analisado com maior profundidade adiante) parece ser a forma ideal de se conseguir aumentos da intensidade do trabalho. Isto porque o pagamento por produção, dentre outras características, transfere para o trabalhador a responsabilidade pelo salário auferido. O aumento da intensidade do trabalho, ou a intensificação do trabalho, pode objetivar aumento da produtividade do trabalho; que é a realização de mais trabalho num mesmo tempo, ou o mesmo trabalho num tempo menor. Porém, há casos em que o aumento da intensidade do trabalho não objetiva diretamente o

aumento da produtividade do trabalho, mas é fundamentalmente meio para maior controle operário

É comum se creditar todo o aumento da produtividade do trabalho, apenas à adoção do progresso técnico. É comum também se associar o aumento da produtividade do trabalho à mais-valia relativa. Porque se considera que o aumento da produtividade do trabalho é apenas e fundamentalmente decorrente da introdução do progresso técnico e não da intensificação do trabalho resultante da coerção física ou psicológica, quando há inúmeros casos, como o que trataremos com profundidade neste texto, em que há substanciais aumentos da produtividade do trabalho sem que tenha ocorrido nenhuma introdução significativa de progresso técnico.

Essa associação entre aumento da produtividade do trabalho, decorrente da introdução do progresso técnico, à mais-valia relativa, ocorre porque há uma mitificação do progresso técnico. Somos, de certa forma, seduzidos pela ideia de que a incorporação do progresso técnico, resultante do avanço da ciência, à produção é libertadora do homem das agruras do trabalho. Toma-se a ciência e a tecnologia e não a política como capazes de promover a libertação do homem do trabalho, que é sempre estafante, alienante e impeditivo do homem se realizar integralmente.

Se a produtividade do trabalho liberasse pessoas da produção, reduzindo a quantidade de horas trabalhadas e permitisse o acesso a bens de consumo a menores preços, teríamos, talvez, melhores condições de vida, porém, isto não ocorre. O aumento da produtividade do trabalho, seja ele decorrente apenas do aumento da intensidade do trabalho e ou da adoção de novas tecnologias, não é apropriado pela sociedade como um todo, é apropriada privadamente, pelos capitalistas.

Os capitalistas estão apenas interessados no aumento da mais-valia. Esse se dá pela apropriação de quantidades maiores de trabalho excedente, com menor dispêndio de salários. A redução do dispêndio com salários pode se dar pela redução da quantidade de trabalhadores empregados, ou pela redução dos salários pagos a cada trabalhador. Tanto numa forma, como na outra há redução relativa da quantidade de trabalhadores empregados. Desta forma, os capitalistas promovem, a um só tempo, a exclusão social de trabalhadores e o aumento dos lucros. Esse aumento se manterá até esbarrar na crise de realização, devido à contradição capital/trabalho, que tenderão a se tornar mais frequentes, devido à redução da massa de trabalhadores empregados.

Para os trabalhadores que se manterão empregados, poderá haver acesso a maior quantidade de bens de consumo, caso estes se tornem mais baratos. Porém estarão realizando

mais atividades para suprir a redução do número de trabalhadores demitidos no processo. O acesso a maiores quantidades de bens de consumo somente ocorrerá se houver redução do valor dos bens que compõem o custo de reprodução da força-de-trabalho, que é decorrente da redução do tempo de trabalho socialmente necessário gasto para produzi-los, que, por sua vez, decorre do aumento da produtividade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho quando se generaliza, atingindo diferentes ramos de produção, principalmente aqueles que produzem bens de consumo dos trabalhadores, permite o aumento da mais-valia, através do que Marx chama de mais-valia relativa. A redução do tempo de trabalho faz com que o valor dos bens componentes do custo de reprodução da força-de-trabalho se reduzam e isto provoca redução de salários e o aumento da mais-valia, dado a oposição entre salário e lucros. Portanto, o aumento da mais-valia relativa se dá quando o aumento da produtividade do trabalho, resultante da incorporação do progresso técnico, reduz o valor dos bens que compõem o custo de reprodução da força-de-trabalho.

Este resultado, a redução do custo de reprodução da força-de-trabalho, através da redução do valor dos bens salários, é muito atraente, porque, de um lado, traz a ideia que o capitalismo permite o acesso pela classe trabalhadora de bens de consumo, que antes eram exclusivos dos capitalistas. De outro lado, é verdade, há um fator menos atraente deste movimento, que é a redução relativa da quantidade de trabalhadores empregados e redução dos salários, que são determinados peio custo de reprodução da força-de-trabalho e pela luta de classes.

Quando a redução de salário é mais que compensada pela redução do custo de reprodução da força-de-trabalho, o aumento da mais-valia provocada pela redução de salários, torna-se imperceptível. Desta forma, uma parte dos analistas, especialmente aqueles que fazem apologia do modo de produção capitalista, ressaltam apenas que a adoção do progresso técnico provocou aumento da produtividade e esta disponibilizou maior quantidade de novos e variados bens de consumo. Escondem, o que é menos óbvio, como dissemos: a redução relativa dos trabalhadores empregados, através do desemprego e da exclusão social que o acompanha; a redução dos salários e maior apropriação privada de lucros. Desta forma, verificamos, que a mais-valia relativa é um processo social complexo e não é palpável, ou observável no estudo de processos de trabalho concretos, como em geral fazemos, através de estudos de casos. Além disto, só é possível perceber a ocorrência da mais-valia relativa em períodos de tempo razoavelmente longos, no decorrer das chamadas ondas

longas de acumulação. Não é possível, portanto, observá-la em curtos períodos de tempo, que é, em geral, o tempo dos nossos estudos.

O que queremos dizer, é que apenas a mais-valia absoluta é possível de ser observada empiricamente, através de estudos de caso e ela é de grande importância para observarmos a exploração do trabalho, que tem um enorme significado nas relações entre saúde e trabalho. No caso em que vimos estudando, já há alguns anos, os cortadores de cana do complexo agroindustrial canavieiro em São Paulo, houve entre as décadas de 1980 e a presente década aumento da intensidade do trabalho, redução de salário e aumento dos encargos sociais, pagos pelo conjunto da sociedade e estes se configuram como resultantes do aumento da intensidade do trabalho. Essa intensificação do trabalho, só é possível graças a uma enorme massa de trabalhadores continuamente expulsa da agricultura familiar, num processo semelhante ao da acumulação primitiva. O objetivo deste texto é, portanto mostrar que no complexo agroindustrial canavieiro está em curso um processo de intensificação do trabalho, que se apoia, de um lado, na expulsão de trabalhadores da agricultura familiar do nordeste, de outro, na manutenção dessa horrenda forma de pagamento, que é o pagamento por produção, que no caso do corte de cana, é mais cruel, porque trata-se, como veremos, de um pagamento por produção sem que os trabalhadores tenham previamente conhecido o valor do que é produzido. Nessa medida a intensificação do trabalho verificada na cana nas últimas décadas é resultante da maís-valia absoluta e não da mais-valia relativa, que, talvez, tivesse mais sentido no século XXI, do que a mais-valia absoluta, que foi a forma hegemônica de aumento da mais-valia, nos séculos XIX e XX.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CORTE DE CANA E O AUMENTO DA INTENSIDADE DO TRABALHO

O debate atual sobre a expansão da produção do CAI canavieiro concentra-se nos seus impactos sobre o meio ambiente e sobre as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, mais especialmente dos cortadores de cana. Na questão ambiental, o problema central é a Amazônia, isto é, as conseqüências da expansão da cana sobre o bioma, secundariamente, há uma poreocupação sobre o que resta de cerrado. Nas regiões já ocupadas com cana, a preocupação ambiental é sobre as queimadas de cana previamente ao corte e sobre a contaminação sobre a água e solo, provocados pelos agrotóxicos e efluentes da cultura, como o vinhoto.

A expansão da cana em áreas ocupadas por outras culturas, especialmente gado e alimentos, como a soja, deverá empurrar estas culturas para áreas de florestas e para áreas de pequena produção familiar. Isto provocará efeitos deletérios sobre o meio ambiente e sobre as condições de vida de trabalhadores ligados à agricultura familiar, que, sem condições de vida em suas regiões de origem, tornar-se-ão força-de-trabalho barata para as áreas de expansão da cana, ou para as frentes de trabalho escravo. (ALVES 2007).

As condições de trabalho dos cortadores de cana vêem se deteriorando significativamente entre as décadas de 80, período de grande expansão da atividade, e a presente década, com aumentos expressivos da intensidade do trabalho.

Na década de 80 um cortador de cana cortava, em média, 6 toneladas de cana por dia. Hoje um trabalhador corta, em média, 12 toneladas de cana.

Quando se olha este significativo aumento: 100% de crescimento na produtividade do trabalho, busca-se as causas para isto. A primeira coisa a ser buscada, diante de um aumento tão expressivo da produtividade do trabalho, é se houve a introdução de mudanças técnicas, quer nos meios de trabalho, quer na organização do trabalho.

Comparando-se os meios de trabalho entre as décadas de 80 e a atual década, verifica-se que não houve nenhuma mudança. A principal ferramenta utilizada no corte manual de cana é o podão, que neste longo período não se alterou em nada. O podão continua sendo o mesmo: um facão de lâmina curva, com cabo de madeira, com uma saliência metálica na extremidade, que serve para puxar a cana. A única mudança significativa foi o uso generalizado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Essa mudança se deve, fundamentalmente, a atuação dos órgãos fiscalizadores (promotores públicos do trabalho e servidores das delegacias regionais do trabalho). Os EPIS exigidos no corte de cana são:

- Botas com biqueira de ferro, para evitar cortes dos pés,
- Perneiras de couro, ou plástico, com três hastes de ferro frontais, para proteger as pernas (canela) de acidentes com o podão;
- luvas para a mão de empunhadura do facão e para a mão que pega a cana;
- Óculos com proteção laterais para os olhos;
- Chapéu ou Boné com lenço árabe para a proteção da cabeça,

pescoço e face dos raios solares e

- Mangote[1] para o braço que pega a cana.

Estes EPIs estão longe de explicar o aumento da produtividade do trabalho, eles, ao contrário, são sempre objeto de reclamação dos trabalhadores, porque: dificultam os movimentos; provocam ulcerações nas mãos, caso das luvas; incham os pés, caso do sapato; lesionam joelhos e canelas, devido ao atrito com as perneiras;, paradas excessivas para limpeza dos óculos, devido à fuligem e peira da cana queimada. Portanto, os EPIs, devido as suas características, atrapalham mais na realização do trabalho do que facilitam. Desta forma, o resultado esperado da maior utilização dos EPIs seria redução da produtividade do trabalho.

Os trabalhadores reclamam, tanto da qualidade destes equipamentos, quanto das suas reais eficácias na prevenção de acidentes, na medida em que, em alguns casos, provocam o surgimento de novos tipos de acidentes e são responsáveis pelo surgimento de novas doenças do trabalho, especiamente o aumento da sudorese e as cãimbras.

Se não houve mudança nos meios de trabalho, o aumento da produtividade poderia advir de mudanças no objeto do trabalho, no caso a cana. Isto é, poderia ter havido aumento da produtividade de cana por hectare, permitindo maior quantidade de cana, numa área menor, o que provocaria aumento da produtividade do trabalho, medida em toneladas de cana cortadas por dia. Porém, observando-se os dados sobre produtividade da cana por hectare verifica-se que houve apenas flutuação baixa na produtividade, conforme tabela abaixo.

[1] Mangote, é uma cobertura para o braço que pega as canas formando um feixe, para serem cortadas. Esta peça é, em geral de brim forte e é como uma camisa de manga comprida, com frente única e com um única manga reforçada.

Tabela : Evolução da Produtividade da Cana-de-Açúcar (ton/ha.) por Região e principais Estados Produtores entre 1990 a 2007.

Anos/Estados e Regiões	90	95	2000	2005	2007
Brasil	45,3	44,41	51.78	54,83	69,12
Norte	11,71	18,0	33,01	55,3	55,63
Tocantin	19,6	40,83	14,04	0,00	40,00
Nordeste	35,2	35,60	40,03	49,7	46,42
Pernamb	39,9	39,4	43,74	45,8	41,38
Alagoas	40,4	44,62	43,10	61,5	58,69
Sudeste	49,3	46,19	52,39	53,0	76,30
Minas	33,05	35,45	46,72	64,6	69,13
São	72,7	65,9	78,17	78,0	80,39
Sul	54,3	54,22	64,90	64,9	65,85
Paraná	67,4	60.73	74,43	72,5	73,38
Centro-	53,5	51,93	66,11	74,1	67,75

Fonte: ÚNICA

Se não houve mudança nas ferramentas e se não houve mudança na produtividade da cana, resta examinar as mudanças na organização do trabalho[2].

Em geral quem determina a forma como trabalho é realizado é a Diretoria de Recursos Humanos. Entre as décadas de 80 e a presente houve uma mudança significativa na área de recursos humanos das usinas. Na década de 80, a maior parte das usinas de São Paulo não tinha um departamento recursos humanos, tinha apenas um departamento de pessoal, que fazia, fundamentalmente, admissão, demissão e controlava a folha de pagamentos; o registros em carteira; as férias; afastamentos etc. A partir da década de 90 as principais usinas, promoveram o Departamento de Pessoal à Diretoria de Recursos Humanos, isto é o velho DP deixa de ser um mero departamento e passa a ser uma diretoria, com o mesmo status das duas outras: a industrial e a agrícola, passando, portanto, a formular com elas a estratégia corporativa da usina.

A Diretoria de RH passa a ter novas funções, além daquelas tradicionais, descritas acima, que têm por finalidade o aumento da produtividade do trabalho, através de uma

[2] Organização do trabalho é a forma como o trabalho prescrito é determinado para os trabalhadores e como a sua realização é conferida ou fiscalizada.

estratégia de participação, envolvimento e controle dos trabalhadores. Essa novas funções são: cursos de treinamento, admissão por controle de resultados e seleção; controle diário da produtividade de cada trabalhador e implementação da política de participação nos lucros e resultados. Além disto, esta diretoria vai se automatizar, através da informatização completa de suas atividades.

Uma das primeiras mudanças é a automação do controle diário da produção de cada trabalhador da usina, a partir do chão de produção. No caso dos apontadores e fiscais de campo, estes passarão a utilizar um *palm top* ligado *on line*, via satélite, aos computadores da Diretoria de RH, transmitindo, do campo, a produção individual dos cortadores de cana, medida em metros lineares, através de um rústico compasso de madeira[3].

Essa aferição diária da produtividade de cada trabalhador, além de simplificar a montagem da folha de pagamentos, é utilizada pela Diretoria de RH na cobrança dos fiscais de turma por maior produtividade, como também para o processo de seleção continuada. Esse processo permite medir a produtividade de cada trabalhador antes de completarem 3 meses de trabalho, tempo do contrato de experiência, demitindo aqueles que não obtiverem, no período, a produção desejada, que, nesse momento, está em torno de 10 toneladas por dia.

O compasso é um instrumento que afere a produção individual, em metros lineares de cana cortada. Posteriormente, o metro de cana receberá um valor, após a transformação do valor da tonelada, já definida, para valor do metro. Essa transformação é, para os trabalhadores e mesmo para uma parte dos estudiosos, quase uma mágica, pois requer uma grande quantidade de cálculos, que começam com uma amostragem dos tipos de cana existentes no talhão (grossa, fina, alta, baixa, ereta, caída ou enrolada), o seu transporte até a usina, a sua pesagem, nas balanças aferidas das usinas, e terminam com uma regra de três composta.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

[3] Esse é um aspecto emblemáticos do comportamento esquizofrênico das usinas: de um lado, utilizam o que há de mais moderno, em termos de instrumentos de controle, o *Palm top on line*, de outro, para pagar os trabalhadores, aferem a produção com um compasso de madeira, sujeito a fraudes.

É necessário perceber, que os trabalhadores no corte de cana recebem por produção. Porém, a unidade de medida dessa produção, o valor da"peça"[4], fica encoberto até o momento em que os trabalhadores são pagos, o que ocorre semanas após a realização do trabalho. Isto significa, que esses trabalhadores trabalham durante dias, expostos ao tempo, sem saber quanto receberão.

Essa forma de pagamento, através do salário atrelado à produção, mas com o valor da unidade de pagamento (metro linear de cana) desconhecido, converte o trabalho no corte de cana uma das formas mais precárias de trabalho existentes e é o que garante, juntamente com as condições de contratação desses trabalhadores, em sua grande parte migrantes, tangidos pela fome, aumentos contínuos da produtividade do trabalho, caracterizando aumento da intensidade do trabalho, que é, nesse caso uma forma de extração de mais-valia absoluta.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F. (2007) Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte de Cana em São Paulo – Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexco Agroindustrial Canavieiro? In NOVAES, R. & ALVES, F, (Orgs.). Migrantes- Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro), EDUFSCar, Sãso Carlos, 314p. 21 a 54.

ALVES, F. & PAIXÃO, M.J. (2007). Reflexões Sobre a Questão Social e Trabalhista nas Áreas de Domínio do Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo. In ALVES, F., PAIXÃO, M.J., FERRAZ, J; (ed) - **Certificação socioambiental do setor Sucroalcooleiro**. São Paulo , 2ª. Edição: EMBRAPA/IMAFLORA/EDUFSCar, no prelo.

ALVES, F. (1989) - A mecanização do corte de cana e o movimento dos trabalhadores assalariados volantes na região de Ribeirão Preto: algumas reflexões. **Cadernos de Engenharia de Produção, DEP/UFSCar, Ano V, nº 12**. São Carlos (p.p. 18-48)

[4] "peça", é comum aparecer na literatura o pagamento por produção como pagamento por peça. Isto é, o trabalhador é pago pelo número de peças produzidas. Esse pagamento está presente no pagamento das costureiras, que ganham pela quantidade de blusas, ou saias produzidas; dos jornalistas free-lancer, que ganham pela quantidade de laudas escritas; dos digitadores etc. Porém, em todas essas atividades os trabalhadores conhecem, previamente à realização do trabalho, o valor da peça a ser produzida e o gasto de energia para a produção de cada peça. No caso da cana a peça é o metro linear de cana cortada no dia. Cada metro linear é diferente do outro, porque cana é, como qualquer ser vivo, Além disso, esse metro tem que ser contado por outro, que o faz através de um compasso de madeira, e só depois essa peça, o metro, é valorado.

ALVES, F. (1991) - **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 270 p.

ALVES, F. (1994) - Progresso técnico e trabalho migrante no setor sucroalcooleiro da Região de Ribeirão Preto, **Travessia - Revista do Migrante, Centro de Estudos Migratórios, Vol. 7, jan/abril**, São Paulo, SP (p.p.17- 22)

ALVES, F. (1995).- O corte de cana Crua: talvez haja luz no meio da fumaça, in **Teoria e Pesquisa, Janeiro/Junho de 1995, n 12/13**, São Carlos: Departamento de Ciências Sociais/UFSCar (p.p. 17-28).

ALVES, F. & ALMEIDA, L. (2000) - Novas formas de contratação de mão-de-obra rural na nova configuração do complexo agroindustrial citrícola paulista. **Revista Informações Econômicas, Instituto de Economia Agrícola, V. 30, nº 12, dez**, São Paulo (p.p. 7-20).

ALVES, F.; NOVAES, J. & RICCI, R. (1994) - **Dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro no Brasil.** Estudos de Política Agrícola nº 15, Brasília: IPEA.

ALVES, F. (2006). Por que Morrem os Cortadores de Cana, in Saúde e Sociedade, set/dez 2006, No. 15/3, p 90 a 98.

FERREIRA, L, GONZAGA, M & DONATELLI, S. (1996) - **Análise Coletiva do Trabalho dos Cortadores de Cana da Região de Araraquara.** São Paulo. FUNDACENTRO.

MARX, K. (1975 [1883]).- **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

NOVAES, J. (1993) - **Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações na agroindústria canavieira no Nordeste**. Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutoramento, 280p..

NOVAES, J. e ALVES, F. (orgs.) (2003) - **No eito da cana: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto**, São Carlos: Rima Editora.

NOVAES, J., ALVES, F (2002) - **A memória em nossas mãos**. Vídeo documentário, VHs., Rio de Janeiro: IE/UFRJ / São Carlos: DEP/UFSCar.

NOVAES, J., ALVES, F (2007) – Migrantes, Vídeo Documentário, DVD, DEP/UFSCar, IE/UFRJ, 43 minutos, EDUFRJ

NOVAES, J. (2007). Quadra Fechada. Vídeo documentário em VHS, Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

SILVA, M.A.M. (2002) Errantes do Fim do Século. EDUNESP, Araraquara, 305 p.

SZMRECSÁNYI, T. (2002) - Efeitos e desafios das novas tecnologias na agroindústria canavieira. In MORAES, M. *et alli*. – **Agroindústria canavieira no Brasil**. São Paulo. 1ª ed. Hucitec, São Paulo.

SZMRECSÁNYI, T. (1979) – **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC.

VIABILIDADE ECONÔMICA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS DE CACAUEIRO COM ESPÉCIES MADEIREIRAS, DIFERENCIADOS PELA COMPOSIÇÃO COM *EUCALYPTUS UROGRANDIS* OU PAU-JACARÉ (*PIPTADENIA GONOACANTHA*) PARA FINS ENERGÉTICOS, NA REGIÃO SUL DA BAHIA

Thais Ferreira Maier[1]

Dan Erico Vieira Petit Lobão[2]

Yuri Muriel Sousa[3]

[1]Graduanda em Engenharia Florestal - Universidade Federal do Paraná

E-mail: thais.maier@hotmail.com

[2]Pesquisador da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

E-mail: dan@ceplac.org.br

[3]Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

E-mail: yurimuriel@hotmail.com

GT05 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

1. INTRODUÇÃO

Os cacauicultores da região sul da Bahia transformaram uma cultura originalmente extrativista da região amazônica brasileira, em um negócio gerador de expressiva riqueza para este estado e para o Brasil, oportunizando empregos em larga escala e melhoria da infra-estrutura básica (acesso, comunicação, educação e saúde) da região. O Brasil alcançou a posição de 2º maior país exportador mundial de cacau, sendo a Bahia líder da produção nacional, entre 1976 e 1987 (CEPLAC, 2009a).

Por ser uma planta tolerante à sombra, o cacaueiro é cultivado tradicionalmente em ambiente umbrófilo, sob sombreamento de topo proporcionado por diversas espécies arbóreas (ALVIM, 1989). Trata-se, portanto, de um sistema agrossilvicultural[1], independente de ser cultivado sob proteção de

1 Sistemas agrossilviculturais constituem-se em modalidade de sistema produtivo que contempla o plantio combinado de árvores e culturas agrícolas com ou sem a presença de animais em uma mesma área em bases sustentáveis (NAIR, 1993).

sombreamento monoespecífico ou multiespecífico, como o sistema cabruca, com espécies arbóreas nativas (CEPLAC, 2009a). É um cultivo perene, que apresenta uma condição ecológica assemelhada à existente em uma floresta natural em relação à proteção contra erosão, lixiviação e compactação do solo (ALVIM, 1989).

A partir de 1987, se inicia a atual crise da cacauicultura. O período prolongado de preços baixos do cacau, a ocorrência de adversidades climáticas, a insuficiência de crédito e a infestação da doença vassoura-de-bruxa, contribuíram decisivamente para o declínio acentuado da produção baiana e para o endividamento dos produtores. Apesar da queda acentuada no volume de produção registrado nos últimos 20 anos, a cacauicultura tem ainda grande importância social e econômica para a Bahia (CEPLAC, 2009a).

A cacauicultura sulbaiana depende, tradicionalmente, do cacau como único produto de valor comercial. Este fato imprime à economia cacaueira um caráter de dependência, em particular do mercado externo, uma vez os preços internacionais de cacau sofrem grandes variações, o que a fragiliza, sujeitando-a à variabilidade nos níveis de renda dos produtores (SILVA, 2000). A estratégia de melhorar a produtividade diversificando o uso da terra através de consórcios com espécies de expressão econômica, buscando tanto aumentar a renda como a própria sustentabilidade do sistema produtivo é uma necessidade (MENDES, 1997).

A esse aspecto, soma-se, como oportunidade, o fato de que a região sul da Bahia abriga uma das maiores riquezas de espécies arbóreas do planeta (THOMAS & CARVALHO, 1997) o que potencializa um vasto campo para escolha de espécies que possam ter finalidade comercial. A introdução de espécies madeiráveis valiosas e de rápido crescimento na cacauicultura, pode ser uma alternativa de baixo custo, compatível com a produção de cacau e permite ainda valorizar a terra em médio prazo. A madeira é um produto atrativo visto que a tendência é o aumento de preço (SOMARRIBA & CALVO, 1998).

Adicionalmente, a avaliação econômica é um dos critérios mais importantes para definir a possibilidade de uma tecnologia como viável e favorecedora de desenvolvimento. No entanto, para que isto ocorra, o enfoque deve ser considerado juntamente com o caráter bioecológico da produção (ALVIM, 1989).

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva estabelecer predições e performances econômicas para sistemas agrossilviculturais formados por cacaueiro e árvores madeireiras, diferenciados quanto à

espécie utilizada para fins energéticos - *Piptadenia gonoacantha* (pau-jacaré) ou *Eucalyptus urograndis*.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização do sistema agrossilvicultural

As espécies arbóreas foram agrupadas em categorias de ciclos de corte curto (CC), médio (CM), intermediário (CI) e longo (CL). Foi considerado o ritmo de crescimento, o fornecimento de produtos de acordo com o objetivo de produção e ocorrência natural ou adaptação às características edafoclimáticas da região de cada espécie.

Detalham-se cada um destes ciclos de corte: a) ciclo curto (CC) - produção de madeira para fins energéticos, ciclo de espécies de rápido crescimento, espaçamento de 6 x 1,5 m, 1.111 plantas/ha, sendo realizadas duas rotações (ciclos de corte) do CC nos sistemas; b) ciclo médio (CM) - produção de estacas e mourões, duração de 9 anos, espécies de crescimento moderado a rápido, espaçamento 6 x 6 m, 278 árvores/ha; c) ciclo intermediário (CI) - produção de madeira serrada, ciclos de corte de 15 anos, na ocasião do primeiro desbaste, e 20 anos no corte final, espaçamento 12 x 6, 139 árvores/ha e; d) ciclo longo (CL) - representa um bônus econômico e ambiental ("poupança verde") ao produtor rural, espécies de crescimento moderado a lento, produtoras de madeira nobre, espaçamento 24 x 24 m, com 17 árvores/ha, proporcionarão o sombreamento definitivo para o cacaueiro em longo prazo. Tendo em vista o horizonte temporal da pesquisa, de 20 anos, as espécies CL não foram incluídas no centro de receitas (produtos) das análises econômicas, sendo consideradas como prestadoras de serviços ecossistêmicos. Foram, no entanto, contempladas no centro de custos.

A composição de espécies do CC corresponde ao fator de variação na análise econômica do presente trabalho. No sistema 1, o CC foi composto por pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*). Segundo Carvalho (2003), esta espécie gera energia de boa qualidade para siderurgia, queimando ainda verde, sendo considerada uma das melhores essências brasileiras para carvão e lenha. Apresenta rendimento de 25 m³/ha/ano, fácil acesso a mudas e possui tradição em sua utilização na região. É uma espécie que rebrota com vigor da touça, sendo manejada por regime de talhadia, sendo desnecessária a aquisição de mudas para o segundo ciclo. No sistema 2, o CC foi composto por eucalipto (*Eucalyptus urograndis*), pois agrega segurança econômica pelo seu desempenho produtivo, com rendimento de 45 m³/ha/ano

(CENEX, 2010) e valores superiores na venda de sua madeira para energia. Esta espécie brota com vigor, sendo desnecessária a aquisição de mudas para o segundo ciclo.

A biriba (*Eschweilera speciosa*) foi utilizada para compor o CM. Tendo como base informações obtidas com produtores em sistema cabruca da região, apresenta madeira dura, crescimento rápido e fuste retilíneo. Atribuiu-se uma altura aproveitável de 9 metros, em uma rotação de 9 anos, e um rendimento de 15 m³/ha/ano para as espécies CM.

O louro-freijó (*Cordia alliodora*), o vinhático (*Plathymenia reticulata*) e o araribá (*Centrolobium robustum*) compõem o CI. Estas espécies apresentam madeira para fins nobres e crescimento considerado moderado (estimado em 10 m³/ha/ano). Para o CL, selecionaram-se as espécies jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), cedro-rosa (*Cedrela odorata*), pau-brasil (*Caesalpinia echianta*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras. Estas espécies apresentam crescimento lento a moderado (CARVALHO, 2003; 2006; 2008).

O cacaueiro foi implantado em espaçamento 3 x 3 metros, de forma sobreposta ao layout e entre as linhas das espécies madeireiras. Foi realizado o plantio a partir de mudas de variedades híbridas, conforme recomendação da CEPLAC para a região. Utilizaram-se espaçamentos densos, considerando a alta capacidade de convivência interespecífica entre espécies tropicais, com espécies ocupando diferentes estratos verticais.

Segue na figura 1 o croqui dos sistemas, ilustrando o layout após a implantação (ano 1) e colheita dos ciclos de corte (ano 4 – ciclo curto; ano 10 – ciclo médio; ano 16 – 50 % ciclo intermediário e; ano 21 – corte final do ciclo intermediário). O ano 7 não foi representado, sendo o mesmo layout do ano 4.

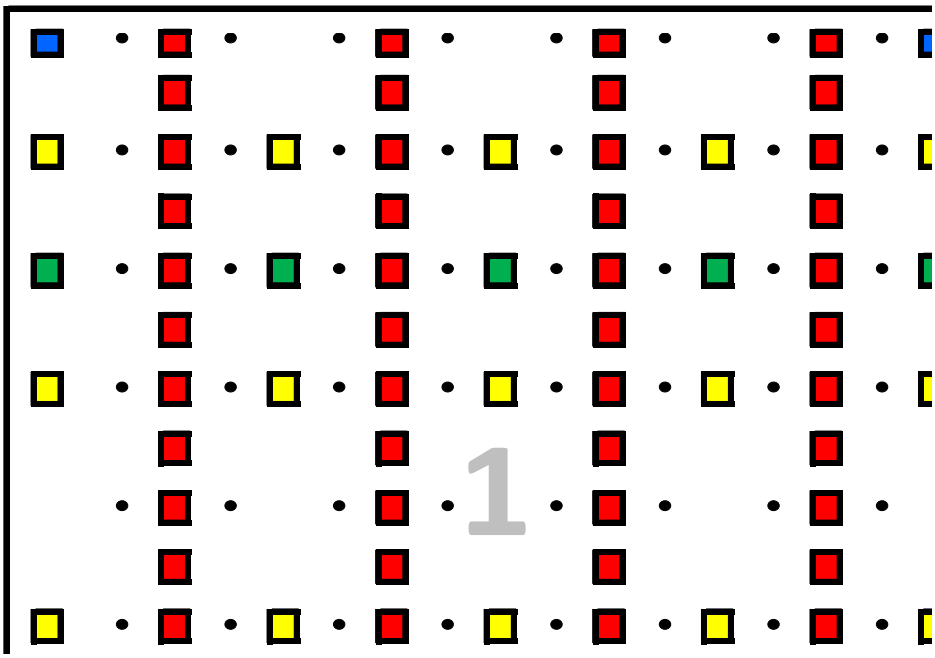


Figura 1 - Escalonamento dos ciclos de corte nos anos 1, 4, 10, 16 e 21 (24x21m)

Fonte: os autores

Nota: figura sem escala

2.2 Metodologia de avaliação econômica

A avaliação econômica foi realizada tomando como base o fluxo de caixa dos projetos em horizonte temporal de 20 anos, utilizando a taxa de juros de 8,75% ao ano (taxa do FNE Verde[2] para o pequeno e médio produtor rural), em valores para 1 hectare. Tendo em vista a inserção internacional do cacau e a necessidade de padronizar os valores financeiros praticados na pesquisa para facilitar futuras comparações, utilizou-se o Dólar-dos-Estados Unidos (US$), como indexador comum. Para isto, foi considerada sua cotação comercial de venda do dia 1º de abril de 2010, que apresentava a taxa de câmbio de: US$ 1,00 = R$ 1,77 (FONTE: Banco central do Brasil).

Os indicadores básicos de análise econômica usados para avaliar os resultados foram o Valor Presente Líquido (VPL), a Razão Benefício/Custo e a Taxa Interna de Retorno (TIR). Utilizou-se também o período de retorno do capital (*Payback*).

2 FNE Verde: fundo promovido pelo Banco do Nordeste, que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas que tenham ênfase na conservação ambiental, estimulando a utilização de itens de proteção ao meio ambiente dos empreendimentos produtivos.

O método do valor presente líquido (VPL) é a técnica de análise de investimento mais conhecida e mais utilizada (SOUZA & CLEMENTE, 1999). Representa a concentração de todos os valores esperados de um fluxo de caixa na data zero. Portanto, é a soma algébrica dos valores do fluxo líquido, atualizado à taxa de desconto. Matematicamente,

$$= \sum \frac{Li}{(1+r)^i} = \sum \frac{Ri}{(1+r)^i} - \sum \frac{Ci}{(1+$$

sendo: *Li* é valor do fluxo líquido definido como receita (*Ri*) menos custos (*Ci*) a preços constantes do ano base, para i= (0, 1, 2, 3,..., n) e *r* é a taxa de desconto real anual considerada.

A razão B/C é uma medida de quanto se ganha por unidade de capital investido (SOUZA & CLEMENTE, 1999). É um aprimoramento da taxa média de remuneração do capital investido no projeto e uma variante do método do Valor Presente Líquido. Relação entre o valor presente dos benefícios e o valor presente dos custos. É calculada através da expressão:

$$B/C = \frac{\sum \frac{Ri}{(1+r)^i}}{\sum \frac{Ci}{(1+r)^i}} = \frac{Ra}{Ca}$$

sendo: *Ra* o valor presente das receitas a serem obtidas e *Ca* o valor presente dos custos.

A TIR é definida como uma taxa de desconto que faz com que o valor atualizado dos benefícios seja igual ao valor atualizado dos custos. Constitui uma medida relativa que reflete o aumento no valor do investimento ao longo do tempo, tendo em vista os recursos demandados para produzir o fluxo de receitas (REZENDE & OLIVEIRA, 1995).

Para que se possa considerar um sistema de produção economicamente viável através da TIR, os resultados obtidos devem superar a taxa básica de remuneração ou taxa mínima de atratividade (TMA). Calculada de acordo a equação a seguir:

$$\frac{Li}{(1+r^{**})^i} = \sum_{i=0}^{n} (1+r^{**})^{-i} =$$

sendo: *Li* o valor do fluxo líquido tal já definido anteriormente e *r** a taxa interna de retorno.

O p*ayback* corresponde ao número de períodos necessários para a recuperação do capital investido em uma determinada atividade, com o uso ou não de uma taxa de juros. Quanto menor o período do *payback*, maior o mérito do projeto. Neste caso, os valores do fluxo de caixa foram atualizados em valores presentes.

2.2.1 Composição dos custos

Foram considerados todos os insumos e serviços do processo produtivo a partir do preparo inicial da área. Os coeficientes técnicos da produção de cacau foram obtidos no Centro de Extensão (CENEX) da CEPLAC, no ano de 2010 e no trabalho realizado pela CEPLAC (2009b). Os coeficientes técnicos e os valores de custo, referentes à produção madeireira, seguem na tabela 1. Os valores do cacau não foram incluídos, pois são amplamente divulgados pela CEPLAC, anualmente.

Tabela 1 - Coeficientes técnicos de implantação e manutenção para produção de madeira - dados para 1 ha

	Sc	12		Ano 0	Sc	4,52
gas	dias/homem	1	6	Ano 0 e 1	dias/homem	15,59
		1	3	Ano 2 em diante		
	unid./ha	20		Ano 0	unid.	5,65
		3		Ano 1em diante		
manutenção das árvores para produção de madeira						
	covas/homem/dia	160	1	Ano 0	dias/homem	15,59
uição das mudas	mudas/homem/dia	275	1	Ano 0	dias/homem	15,59
s is tema 1)	unid.	1278		Ano 0	unid.	0,34
nativas (s em contar CC, ha 2)	unid.	500		Ano 0	unid.	0,45
ento de covas/plantio	mudas/homem/dia	150	1	Ano 0	dias/homem	15,59
	g/planta	180		Ano 0 e replantio	Kg	0,85
(15%)	dias/homem	5,7	1	Ano 1	dias/homem	15,59
o árvores (CM e CI)	plantas/homem/dia	100	1	Ano 3 a 5	dias/homem	15,59
		80	1	Ano 6 em diante, a cada dois anos		
s altos motorizado	unid./ha	120		Ano 3	unid.	62,13
	l/dia	5	1		litro	1,47
	l/dia	0,25	1		litro	3,73
	m³/homem/dia	10	1	Final de ciclo	dias/homem	15,59
mento (2 homens)	árvores/dia	150	1	Final do CC	empreitada diária	79,11
		75		Final do CM e CI		

FONTE: os autores (2010); CENEX (2010); CEPLAC (2009b)

O custo de equipamentos foi calculado como uma unidade para 20 hectares, tendo como base o critério utilizado por CEPLAC (2009b). O custo de transportes de insumos foi calculado em 5 % sobre a soma dos custos referentes a estes. Estimaram-se ainda os gastos eventuais (5 % sobre os insumos, transporte e mão-de-obra), representando as despesas gerais, perdas não previstas que podem ocorrer nas culturas, causadas por pragas, entre outros fatores. O custo de assistência técnica foi atribuído no valor de 1% sobre os custos de insumos, transporte e mão de obra, de acordo com CEPLAC (2009b).

Os valores utilizados para mão-de-obra (dias/homem) foram baseados no salário mínimo vigente em 2010 (R$ 510,00) com a adição dos encargos sociais pertinentes.

2.2.2 Composição dos benefícios

A amêndoa seca, como é chamada a semente depois de beneficiada para fins comerciais e industriais, é o principal produto do cacaueiro. Através de informações obtidas no Centro de Extensão (CENEX) em 2010, considerou-se a produção de cacau em 15 arrobas/ha no ano quatro, 30 arrobas/ha no ano cinco, 60 arrobas/ha no ano seis e 80 arrobas/ha para os anos seguintes. O preço utilizado nos cálculos foi de R$ 80,00/arroba, ou seja, US$ 45,20.

Para a produção de lenha (CC), no sistema 1, estimou-se a produção de 117,18 st por hectare de lenha de pau-jacaré, em um ciclo de três anos, e 210,94 st de lenha de eucalipto, utilizando o fator de cubicação de 0,64, conforme Barros *et al.* (2008). Atribuiu-se o valor, com base no que é praticado na região, de R$ 20,00/st (US$ 11,30) e R$ 30,00/st (US$ 16,95/st), para lenha de pau-jacaré e eucalipto, respectivamente. O rendimento em volume de madeira obtido em literatura, do CM e CI, foi extrapolado proporcionalmente ao número de árvores por hectare do projeto, considerando o espaçamento padrão de 3x3m, ou seja, 1111 árvores por hectare. Foi definido que cada árvore do CM produziu três mourões de 2,2 metros, totalizando 831 mourões por hectare, com valor unitário de R$ 10,00, ou US$ 5,65. Considerou-se 10% do volume como parte não aproveitável para mourões, resultando como subproduto 5,26 st/ha de lenha. No desbaste de 50% (69 árvores) das árvores do CI, aos 15 anos, foram produzidos 9,3 m³/ha, e em 20 anos, 12,4 m³/ha. O preço do metro cúbico de madeira para serraria foi estimado, com base em valores praticados na região, em R$ 800,00 (US$ 452,23). Estimar esse valor, no entanto, é uma tarefa desafiadora, uma vez que não existe esta informação sistematizada na região. Atribuiu-se o valor de 25% do volume obtido como porção não aproveitável da tora, sendo então destinada à venda de lenha.

3. RESULTADOS

Atualizando o fluxo de caixa à taxa de 8,75% ao ano, e acumulando os valores obtidos identifica-se o período de retorno do capital investido (*payback*), gerando-se o gráfico 1. Verificou-se que o sistema 2 apresentou menor tempo para recuperação do capital investido, sendo aos 8 anos e 11 meses, sendo o melhor sistema de acordo com este critério. Isto se deve, à maior produtividade do eucalipto e do maior preço de venda de sua lenha.

Considerando o prazo de reembolso do FNE Verde, de 12 anos, apenas o sistema 2 apresenta viabilidade, se pagando em tempo hábil. Quanto menor o *payback*, melhor a condição inicial de capitalização e autogeração do sistema. No entanto, o intercultivo com culturas anuais podem representar uma solução para antecipar o *payback*, sendo inclusive viáveis tecnicamente, durante os anos iniciais dos sistemas, devido à disponibilidade de luz solar decorrente.

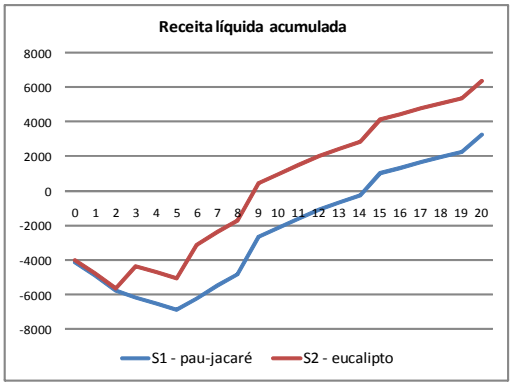


Gráfico 1 - Fluxo de caixa atualizado à taxa de 8,75% ao ano, acumulado dos dois sistemas
Fonte: os autores

Na tabela 2, estão evidenciados os resultados do Valor Presente Líquido (VPL), Razão Benefício/Custo (RB/C), Taxa Interna de Retorno (TIR) e *payback*.

Tabela 2 - Custo e benefício à taxa de 8,75% ao ano, VPL, RB/C, TIR e *Payback*, de acordo com o período de avaliação – valores para 1 ha

(US$)	(US$)	(US$)			
23.963,61	20.975,39	2.988,22	1,14	13%	Ano 14 e mês 3
26.826,17	20.953,32	5.872,85	1,28	18%	Ano 8 e mês 11

Fonte: os autores

Observa-se que mesmo com períodos de retorno do capital investido relativamente longos, ambos os sistemas foram considerados viáveis de acordo com os demais indicadores. De acordo com o VPL, o melhor sistema é o 2, devido à maior produtividade do eucalipto e do maior preço de venda de sua lenha. Todos os arranjos apresentaram a TIR maior do que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA = 8,75%), sendo viáveis economicamente. As taxas de retorno apresentadas permitem evidenciar uma elevada capitalização do investimento realizado, significando em termos financeiros que para cada unidade monetária investida, haverá um retorno equivalente anual de 1,18 no caso do sistema 2, por exemplo. Ou ainda, interpretando a razão B/C, que o sistema 2 gera 1,28 unidades de benefícios para cada unidade de custo.

Estes resultados mostram que os sistemas avaliados, embora com desempenhos econômicos diferenciados, são alternativas promissoras, capazes de incrementar economicamente a cacauicultura.

4. CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos nesta avaliação, foram formuladas as seguintes conclusões:

- o princípio do modelo de produção avaliado é válido para a cacauicultura;
- a combinação do cacaueiro com espécies madeireiras é compatível em termos agroecológicos e econômicos, e a produção de madeira complementa a produção de cacau;
- além de ser compatível economicamente, estes sistemas permitem ainda a conservação de espécies importantes ecologicamente na região;
- as espécies avaliadas, por serem amplamente conhecidas na região e fazerem parte da tradição cultural dos agricultores locais, potencializam a adotabilidade dos sistemas;
- a utilização do eucalipto é mais viável economicamente, devido à sua alta produtividade e reconhecimento do produto no mercado, garantindo preços melhores;
- os resultados obtidos demonstram a importância dos trabalhos de melhoramento genético das espécies nativas para produção;
- o baixo custo da produção de madeira aliado à receita que esta proporciona, de forma escalonada no sistema, confirma a inserção econômica complementar do componente florestal madeireiro na cacauicultura.

Ao final deste trabalho, foram formuladas as seguintes recomendações: a) devem-se utilizar espécies de maior produtividade, variar o número de espécies por ciclo em função da receita desejada, prevalecer geração de produtos de maior valor agregado, ou ainda, adotar técnicas de manejo que aproveitem melhor a curva de incremento volumétrico da espécie escolhida, obtendo assim maiores volumes e; b) utilizar culturas anuais para diminuir o tempo de retorno do capital investido e aumentar a rentabilidade dos sistemas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Paulo de T. Tecnologias apropriadas para agricultura nos trópicos úmidos. **Agrotrópica**, Ilhéus, ano 1, n. 1, p. 5-23. 1989.

BARROS, Marcos V.; FINGER, César A. G.; SCHNEIDER, Paulo R.; SANTINI, Elio J. Fator de cubicação para toretes de *Eucalyptus grandis* e sua variação com o tempo de exposição ao ambiente. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 109-119, jan.-mar. 2008.

CARVALHO, Paulo E. R. **Espécies arbóreas brasileiras.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo: Embrapa Florestas, 2003-2006-2008. 3 v. (Coleção espécies arbóreas brasileiras, v. 1-3).

CEPLAC. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira**, 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações. **Nota técnica**, abr. 2009. Ilhéus: CEPLAC, 2009a. 33p.

CEPLAC. **Análise da situação financeira dos cacauicultores da Bahia em 2009**. Ilhéus: CEPLAC, 2009b. 44p.

CENEX. Coeficientes técnicos de produção. [Informação pessoal]. Ilhéus: Centro de Extensão (CENEX)/CEPLAC, mar. 2010.

MENDES, Fernando A. T. **A sustentabilidade sócio-econômica das áreas cacaueiras na Transamazônica**: uma contribuição ao desenvolvimento regional. 105 f. Tese (Doutorado em

Economia Aplicada) – Departamento de Economia e Sociologia Rural, Escola Superior Luiz de Queiroz/USP, Piracicaba, 1997.

NAIR, P. K. Ramachandran. **An introduction to agroforestry.** Dordrecht: Kluwer, 1993. 499 p.

REZENDE, José Luiz P.; OLIVEIRA, Antônio D. **Avaliação de projetos florestais**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 1995. 47p.

SILVA, Ivan C. **Viabilidade agroeconômica do cultivo do cacaueiro (*Theobroma cacao* L.) com açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) e com pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth) em sistema agroflorestal na Amazônia**. 143 f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

SOMARRIBA, Eduardo; CALVO, Gustavo. Enriquecimento de cacaotales con espécies maderables. **Agroforestería em las Américas.** Turrialba, vol. 5, n. 19, p. 28-31, jul.-set. 1998.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos**: fundamentos, técnicas e aplicações. 3.ed. São Paulo: Atlas. 1999. 142p.

THOMAS, William W.; Carvalho, André M. Atlantic moist forest of southern Bahia. In: S.D. Davis; V.H. Heywood; O. H. MacBryde; A. C. Hamilton (ed.). **Centres of plant diversity: a guide and strategy for their conservation**, v.3, London: IUCN-WWF, 1997. p. 364-368.

REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010.

GT6

MEIO AMBIENTE E RURALIDADES:POSSIBILIDADES E LIMITES DE DESENVOLVIMENTO

COORDENADORES

CIMONE ROZENDO (UFRN)

ANGELA DUARTE DAMASCENO FERREIRA (UFPR)

COLABORADORES

HIEDA CORONA (UTFPR)

JANISE BRUNO DIAS (UFMG)

“A ÁGUA QUE DÁ VIDA”: limites ao acesso dos recursos naturais e a construção de alternativas para reprodução social dos agricultores assentados no PA Che Guevara, RJ

Priscila Tavares dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense (PGA/UFF). Mestranda em Antropologia.

GT 6 - Diversificação produtiva e redes de cooperação enquanto instrumentos de desenvolvimento rural

Introdução

Este artigo é fruto de um investimento inicial no estudo das condições de produção e transmissão de conhecimentos coletivamente construídos pelo grupo de agricultores do Assentamento Che Guevara. Enfatizo para tanto os investimentos postos em prática para melhoria dos recursos naturais locais, isto é, das condições que eles constroem para tornar viável o processo de assentamento em área altamente degradada. Construindo a análise a partir de dados empíricos, tomo como objeto o estudo das diferentes alternativas criadas pelos assentados do PA Che Guevara frente às condições de escassez hídrica e de pauperização do solo. Nesse contexto, a busca por outras formas de acesso aos recursos naturais expressa uma luta dos assentados contra os limites impostos pela natureza degradada, transferida por falência de uma das usinas açucareiras na região.

Alinho-me aos estudos sobre as condições de implementação dos assentamentos rurais, geralmente questionados quanto à eficácia da reforma agrária[1], levando em conta, no absoluto, o despreparo técnico para o papel, mesmo quando os assentados se encontram em áreas altamente degradadas[2]. Portanto, estão em jogo as formas como os agentes interventores demonstram desconhecimentos e preconceitos em relação aos saberes pelos quais os trabalhadores desejam a inclusão no assentamento. Ora os assentados são acusados de não acumularem um saber sobre processos agrícolas necessários à realização das atividades no lote; ora são criminalizados por desrespeito à imposição legal[3] da condição de agentes da preservação de reservas; e em certos casos são legitimados para recuperação e restauração dos

[1] Para uma análise do processo de reforma agrária no Brasil, ver Neves (2005).
[2] O Embrapa (2007) elaborou uma classificação dos solos, numa escala estadual, mas que permite um conhecimento mais aprofundado acerca da qualidade do solo no município de Campos dos Goytacazes.
[3] Sobre este aspecto, ver Resolução Conama 289 de 25 de outubro de 2001 (DOU 21/12/2001) que estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no país.

recursos naturais de áreas degradadas transferidas para assentamento. Contudo, esses agricultores são, em geral, pensados como incapazes de gerirem seus lotes, pela pressuposição da preguiça como aspecto inato ao modo de vida. Na relação entre funcionários estatais e assentados, o sistema de acusações mútuas é denotativo da hierarquia de credibilidade que referencia o processo de socialização em jogo.

Para elaborar as trajetórias que me irão permitir pensar a produção coletiva, situacional e concorrencial de saberes, vali-me de entrevistas, conversas, fofocas, reuniões, caminhadas e outras formas que me propiciaram vivenciar a produção desse saber prático sobre os recursos naturais, como ele se constitui enquanto conhecimento coletivo, até mesmo por aqueles assentados que afirmam que naquela terra não é possível produzir. Essa afirmativa, relativamente reafirmada em unanimidade pelos membros do grupo, não impede que, em alguns casos, mediante um maior investimento em tecnologia de irrigação, os produtores consigam tirar proveito do lote. Outros se valem de formas de correção por irrigação ou adubo, mas em tal proporção dispendiosa, que por vezes eles optam por secundarizar o uso produtivo do lote, migrando para regiões próximas. Em outros casos, os assentados encontram outras alternativas de trabalho, como a pesca e a produção de esteiras, atribuindo à terra um lugar de residência.

Assentamentos rurais: condições de acesso à terra e contextos políticos

No país, diversos autores que se dedicaram ao estudo do processo de implantação dos assentamentos rurais e das políticas correspondentes demonstram que os debates em torno da reforma agrária estão longe de ter fim.

Mediante abordagem comparativa, ao refletir sobre o espaço da construção da agricultura, Wanderley (1995) afirma que os agentes deste processo são definidos pelo acesso à terra, condição inerente ao exercício da atividade. Demonstra a autora que a terra é percebida para além desses limites, mas corresponde a um eixo norteador da construção de estratégias de diversificação das atividades produtivas e também local de absorção de força de trabalho.

Bergamasco e Norder (1996), participantes neste debate, reafirmam que a “conquista” da terra não condiz com a infra-estrutura necessária à manutenção e à reprodução social dos assentados. Segundo eles, serviços de saúde, educação, transporte, moradia, condições de adubação, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial são alguns dos

componentes que até então têm sido deixado no esquecimento pelos responsáveis da elaboração de políticas públicas voltadas aos processo de assentamentos rurais.

De acordo com o documento elaborado pelos membros do Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO, intitulado "A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira", os princípios fundamentais norteadores da análise giram em torno dos seguintes aspectos: organização fundiária, qualidade de vida, organização social, qualidade do meio ambiente, renda e atividades produtivas. (Gerd, 2003) Como é apresentado, a qualidade dos assentamentos de reforma agrária é classificada segundo sua localização geográfica, condições de solo e clima, densidade populacional e produção agropecuária. Como resultado desse sistema classificatório, especificamente no que tange à qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais, o texto aponta para pauperização proporcional ao tempo de desenvolvimento do projeto e do desenvolvimento das atividades produtivas. A respeito da qualidade dos solos, o relatório demonstra que o Sudeste é a região que melhor foi beneficiada; entretanto, quando analisado do ponto de vista nacional, este não é um parâmetro muito valorizado para a escolha dos PAS no país, tendo em vista que grande parte se encontra situado em áreas com a mais alta restrição edáfica. (Gerde, 2003) Nessa perspectiva, o documento reforça o papel dos assentados enquanto agentes degradadores da natureza e culpados pelo insucesso dos projetos de assentamento rural no contexto brasileiro.

Menezes e Neves (2004) incorporam ao debate diversos estudos de casos, pelos quais os modelos estabelecidos para análise do papel dos agentes políticos destinados à implantação de projetos de assentamento são, em diferentes contextos sociais, colocados em xeque.

Esse mesmo aspecto foi analisado por Martins (2005). De acordo com seu ponto de vista, o processo de constituição dos projetos de assentamentos de reforma agrária no país é construído mediante o estabelecimento de um passivo ambiental de grande impacto, em decorrência de um direcionamento para regiões em que o desmatamento da terra é necessário à implantação dos sistemas produtivos.

Outra contribuição importante para considerar os limites impostos aos assentados é dada por Neves (2005), ao afirmar que "a política de reforma agrária no Brasil, em boa parte dos casos, é política de auto-assentamento dos trabalhadores e seus familiares, modo de compreensão registrado por inúmeros pesquisadores que consideram os processos privilegiando a experiência da construção social dos assentados." (2005: 4) Ao levar em conta a temporalidade dessas políticas, ressalta o aspecto provisório das estratégias de controle e gestão dos agentes institucionais. (Neves, 1998)

Ferrante et al (2005) tomam como objeto de reflexão os espaços sociais que serviram de cena para 20 anos de projetos de assentamentos rurais no estado de São Paulo. Demonstram as singularidades das ações de resistência, de acomodação ou de conflito nos encaminhamentos das alternativas de sustentabilidade entre meio natural e os diferentes contextos sociais. Para eles, o aspecto multidimensional do modo de vida dos assentados é construído com vistas a dar conta de um amplo espectro de situações e relações com a terra. No contexto da pesquisa, a terra representa múltiplos interesses que ora se coadunam, ora são conflitantes.

Nogueira e Ferrante (2006), ao tomarem como estudo de caso os agricultores assentados no PA Fazenda Monte Alegre em São Paulo, demonstram as múltiplas formas que os assentados encontraram para integrar a produção agrícola com a conservação das áreas de reserva e de proteção permanente e assim manterem-se distantes da dominação da monocultura da cana. No quadro das atividades desenvolvidas, encontram-se plantio de árvores frutíferas nativas, produção diversificada de hortaliças e piscicultura como atividades mantenedoras da sustentabilidade do projeto de assentamento local.

Ainda neste mesmo viés, Duval e Ferrante (2006) reafirmam o papel dos assentados na preservação dos recursos naturais locais, a partir de investimentos na construção de um mosaico produtivo, fundamentado na diversificação de culturas, em contraposição à homogeneização da paisagem pelas monoculturas nos assentamentos estabelecidos na região de Araraquara, São Paulo.

Universo social da pesquisa

O assentamento Che Guevara, criado em 31 de janeiro de 2000 (decreto publicado no Diário Oficial de 05/10/1999), beneficiou 74 famílias que anteriormente se dedicavam não somente à realização de atividades agrícolas, mas também relacionadas a outros setores produtivos. Localizado na região de Marrecas, em Campos dos Goytacazes, apresenta uma área total de 1.244,7476 hectares, dos quais 336.5067 ha do território se encontram destinados a reservas legal e permanente.

Encontra-se distribuído por uma vasta planície de clima tropical quente e úmido, tendo por estação chuvosa os meses de verão. Os meses de janeiro a março são aqueles nos quais se registram as maiores temperaturas anuais, em contraposição aos meses de junho e julho, mais frios. As maiores taxas pluviométricas são as iniciadas em novembro, estendendo-se até janeiro, enquanto o período de maior estiagem é o observado no mês de agosto.

O assentamento tem como principal fonte hidrográfica a Bacia do Paraíba do Sul, que atravessa horizontalmente o município de Campos, mas que também representa uma fonte de recursos tanto pesqueiros quanto energéticos e turísticos. Segundo informações levantadas pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - Fiderj (1978), o lençol freático é de fácil captação devido à sua pouca profundidade.

O relevo predominantemente plano é cortado pelo Canal do São Bento e pelo Canal do Colégio - atualmente assoreados e tomados pela vegetação - e outros tantos *valados* e *valas*[4], construídos no período de tentativa de implementação do Projeto de Irrigação do Norte Fluminense (Projir), que visava aumentar a produtividade da lavoura canavieira mediante amplo sistema técnico de irrigação.

No que ainda se refere ao aspecto dos recursos hídricos, Carneiro (2004), em estudo sobre os conflitos inerentes aos usos da água na Baixada Campista, afirma que, a partir do segundo quartel deste século, os cursos d'água na região foram geridos com vistas a responder a interesses políticos e econômicos. Segundo ele, lagoas, lagunas, brejos e áreas pantanosas foram drenadas e, assim, incorporadas ao conjunto de propriedades particulares responsáveis pela produção da cana de açúcar.

A produção agrícola no decorrer do tempo de gestão da usina fundava-se no cultivo da cana-de-açúcar, mas era complementada por a cultura temporária, voltada para o atendimento das necessidades de trabalhadores. Esses cultivos giravam em torno dos seguintes produtos: milho, feijão, arroz, mandioca, aipim, abóbora, olerícolas (quiabo, batata doce, alface, milho verde, maxixe, melão, pimenta, tomate, inhame, melancia e brócolis) e pomares frutícolas (banana, café, coco verde, laranja, abacaxi, caju, goiaba, maracujá, manga, acerola, carambola, mamão, pinha e graviola). Concomitantemente, a pecuária voltava-se à produção de carne e seus derivados para consumo e venda, tanto de bovinos quanto de galináceos, suínos, equinos, ovinos, muares, caprinos, codornas, coelhos, bubalinos e asininos. O pescado compreendia basicamente o camarão branco, a corvina e a sardinha.

Em contraposição às informações contidas no PDA do assentamento, as práticas agrícolas acompanhadas durante a realização do trabalho de campo demonstravam algum tipo de cuidado em relação à manutenção e à reposição das condições de fertilidade e produtividade do solo. Como relataram os agricultores em situação de entrevista, o vinhoto, líquido residual do processamento da cana de açúcar pelas usinas, apesar de extremamente

[4] O *valado* é parte de um sistema de captação de água construído pelos administradores da usina. Representa uma vala de nível abaixo do solo por onde a água desviada dos canais do Colégio, São Bento e Andresa chegavam até às fazendas. As *valas* são de menores proporções, mas destinam-se à mesma atividade.

ácido, era aplicado no solo porque servia como um repositório de matéria orgânica necessário ao processo de adubação do solo. O vinhoto que chegava era distribuído via *irrigadeiras*, canaletas construídas no tempo da usina para levar a água dos canais até às fazendas. Este mesmo vinhoto, que antes foi utilizado com esses fins restauradores, atualmente é instrumento de acusação sobre aqueles que se apropriaram desta prática, por contaminarem os mananciais hídricos dos quais os assentados se valem para captar água para uso doméstico. A má qualidade da água no PA é facilmente percebida, tanto a partir do mau cheiro exalado, quanto a partir da coloração marrom-esverdeada que apresenta, tanto nos *valados* como nas *valas* que cortam todos os lotes percorridos na área.

O diagnóstico dos solos da região do assentamento é inexistente e os dados divulgados no PDA encontram-se fundados em levantamentos realizados em 1982 pela Sondatécnica, elaborados para atender aos objetivos dos projetos de irrigação e drenagem, postos em prática no período pretensão da ampliação máxima da produtividade da lavoura canavieira. Sinaliza um solo aluvial, de areia quartzosas e hidromórficas, com fortes limitações devido à sua pouca fertilidade, sendo possível encontrar solos alagadiços nas regiões de várzeas e de solos mais baixos, bem como solos com alto teor de sal.

Atualmente, como informaram os agricultores, o solo que cobre praticamente toda área do assentamento é de textura arenosa, o que facilita o escoamento da água e impede que o solo seja aproveitado em sua totalidade. Essa condição não deixa que a água da chuva seja retida em nível mais profundo do solo, aspecto este, do ponto de vista desses agentes, fundamental para que a planta se fixe e cresça com *força*. Além disso, informam eles que o solo é *salitrado* (com muito salitre) e apenas nas manchas de solo que apresentam menor teor desse componente é possível a obtenção de algum recurso produtivo, especialmente o de destinação mercantil, mas também para subsistência.

Como pude perceber a partir da realização das entrevistas, esse conhecimento relacionado ao solo é fruto de um saber elaborado a partir de experimentações, de tentativas que deram certo e também daquelas que não obtiveram êxito. Afinal, conhecer as características do solo e sua relação com a cultura que ali pode ser realizada é condição fundamental para o sucesso da lavoura e também para o sustento da família.

Conforme informações obtidas mediante a realização de uma caminhada pelos lotes, em companhia de um dos agricultores assentados, foi-me possível perceber ainda que muitos dos beneficiários do assentamento enfrentam situação de precariedade, devido às dificuldades encontradas com o plantio e à falta de recursos financeiros para investir em maquinário necessário à irrigação do solo.

Algumas instituições se fazem presentes entre os assentados, todas voltadas para a capacitação e a promoção do desenvolvimento econômico e social do assentamento. Destacam-se a Universidade Estadual do Norte Fluminense, que ofereceu curso técnico voltado para a produção de mudas; a Universidade Federal Fluminense, com curso de capacitação sobre Aquacultura; a Universidade Federal de Viçosa, com curso de extensão sobre Homeopatia; além da Emater e da Pesagro, com programas educacionais e assessoria técnica voltados à elaboração de projetos com fins de promover o desenvolvimento produtivo dos lotes.

Alguns entrevistados afirmam ter recebido a visita em seus lotes de técnicos da Emater, incentivando-os para desenvolverem projetos relacionados ao cultivo de frutíferas e beneficiamento para a produção de doces caseiros e compotas. Esses técnicos ajudaram na elaboração do projeto técnico para obtenção do financiamento junto ao Banco do Brasil; também distribuíram as mudas e desenvolveram cursos de capacitação para o plantio e cuidado dos pomares.

As áreas de reserva e de preservação permanente na área do Assentamento Che Guevara, embora criadas segundo princípios legais expostos no Código Florestal Brasileiro, encontram-se irregularmente ocupadas. As atividades ali realizadas não correspondem ao que essa carta estabelece. Ambas foram alvo de intenso processo de destruição, o que resultou num processo de assoreamento dos leitos dos canais e de eliminação de matas ciliares em quase toda extensão desses condutores hídricos. Durante a visita realizada a esta região, foi-me possível observar que inúmeros assentados dela se apropriam para desenvolver a pecuária extensiva, desrespeitando os princípios legais de proteção do meio ambiente.

Além disso, atualmente, a superexploração do solo para plantio de cana e a constituição de pasto transformaram a área do assentamento Che Guevara - que já é pobre em nutrientes - em um ambiente desgastado e distanciado de suas condições naturais de manutenção e recuperação dos recursos. Tal aspecto é, inclusive, objeto de acusação entre os assentados, decorrendo em denúncias aos funcionários do Ibama, quando presentes na região de Marrecas. Esse controle moral cria uma situação de tensões e de conflitos pelo direito à ocupação e apropriação dos recursos oferecidos por este espaço de interesse comum.

Outrossim, durante minha presença no assentamento, tornou-se notável o castigante período de seca pelo qual os assentados atravessavam. Segundo eles, ele se estendeu desde o mês de novembro do ano de 2009. Esse tempo de seca provocou inúmeros prejuízos aos agricultores, queimando a plantação, afetando a criação e a produção de queijos.

As antigas canaletas de irrigação, na maior parte dos lotes visitados, além de secas e/ou assoreadas, em caso contrário estavam tomadas pela *tabua*[5] e utilizadas para a plantação de bananeiras. A proximidade da *tabua* dos lotes facilita a produção artesanal de esteiras, mas impede o fluxo da água e também impõe limites à sua colheita.

Em relação a esse aspecto, um dos assentados no PA Che Guevara, em situação de entrevista, mostrou-me como é possível caminhar sobre o leito do rio quando tomado por este recurso. Afirmou ele que o fato de as *tabuas* tomarem este espaço é o motivo pelo qual "o rio não *rompe* a água pelas valas que construiu com sua draga". Em outra situação de pesquisa, uma entrevistada fala da facilidade de acesso a este recurso quando localizado nos *valados* existentes nas proximidades dos lotes. Portanto, os interesses nesse aspecto são divergentes e contrapostos.

Excetuando-se as áreas de reserva, em praticamente toda extensão, o solo arenoso é inadequado, exigindo investimentos em irrigação e adubação, para o cultivo agrícola ou pasto para criação de gado. Deste modo, nas condições atuais e imediatas de ocupação, pouco tem sido produzido a partir do solo. Os assentados, em grande parte, mantêm os cultivos de cana para comercialização; em outros, cultivam quiabo, milho, quiabo, coco, em grande parte para subsistência. Como ficou demonstrado a partir das entrevistas e percorrendo os lotes, a produção administrada pela usina recebia investimentos em tecnologias que, no contexto atual, os assentados não conseguem manter. Os produtos cultivados nos lotes, como ressaltavam os produtores, jamais alcançaram índices tão baixos de produtividade, inclusive para a cana de açúcar (cultivo em diminuição no município desde a falência de diversas usinas), dado o longo período de seca.

A falta de água para irrigação, para dessedentização de animais e para os criadouros de peixes foi mencionada por grande parte dos entrevistados como uma grande barreira para a manutenção social do grupo. Como uma estratégia encontrada para solucionar o problema da falta de água, em um dos lotes onde realizei entrevista, um agricultor construiu um sistema de captação da água da chuva e de filtração da água de má qualidade que chega ao lote pelos canais.

Sendo assim, driblando as adversidades das condições ambientais (de solo e disponibilidade de água), os agricultores exibem o cultivo de uma variedade crescente de produtos e correspondente à proporção ao tempo de permanência no assentamento. Aqueles

[5] Inúmeras entrevistadas relataram, em entrevista, que utilizam da *tabua vermelha* ou *branca* no processo de confecção de esteiras. A renda obtida é utilizada na complementação da casa e esse é um processo acompanhado pelos maridos ou companheiros tanto no momento da colheita da *tabua* no brejo como durante processo de tear a *embira* no *cambito*.

que estão estabelecidos há mais tempo no lote, possuem maior número de variedade e quantidade de cabeças de gado.

Uma possível conclusão

Diante de tamanhas dificuldades para a sobrevivência e para a manutenção das condições de reprodução social do grupo, os agricultores assentados no P.A. Che Guevara não se distanciam da atual situação da maioria dos assentamentos rurais no país. Enfrentam situações de precariedade e são forçados a encontrar outras formas para assegurar a sobrevivência. Buscam alternativas para driblar as limitações de acesso aos recursos, principalmente de escassez hídrica e condições edáficas inadequadas, mas esbarram na precariedade de investimentos em tecnologia e infra-estrutura. Assim, a compreensão dos modos de constituição dessas diferentes alternativas criadas pelos assentados do PA Che Guevara expressa uma luta contra os limites impostos por uma natureza degradada, todavia propiciadora de outras vantagens, além das residenciais, como por exemplo: produção de goiabada, fabricação de esteiras, criação de aves para auto-consumo e venda, bem como de ovos, criação de cabritos e venda de leite e queijo e etc.

Referências bibliográficas

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996 (coleção Primeiros Passos, 301).

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Annablume, 2004.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Um Estudo sobre Sustentabilidade em assentamentos rurais. In: I Encontro da rede de estudos rurais, 2006, Niterói. Um Estudo sobre Sustentabilidade em assentamentos rurais. **Anais**... I Encontro da rede de estudos rurais. Niterói, 2006.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Org.). **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: Incra/Uniara, 2005.

GERD, Sparovek. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

MARTINS, Paulo Roberto. Reforma agrária e a questão ambiental: por uma outra concepção. In: FRANÇA, Caio Galvão de e GERD, Sparovek (Colaboradores). **Assentamentos em debate.** Brasília: Nead, 2005: 184-198.

NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDERBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: EdUFPA, 1998: 147-168.es

NEVES, Delma Pessanha; MENEZES, Maria de Nazaré Ângelo (Orgs.). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. Desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar. v**. 4. Belém: EdUFPA, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. Reforma agrária esforçada. In: **Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos - balanço de 20 anos**. São Paulo. Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos - balanço de 20 anos. São Paulo: UNIARA, 2005.

NOGUEIRA, João Ricardo e FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Alternativas para a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária: integração da produção agrícola com a conservação das áreas de preservação. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói. **Anais** ... I Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária,** Campinas, v. 25, n. 2-3, p. 37-57, 1995.

A [ECO]LÓGICA DO "AGRONEGÓCIO": UMA REFLEXÃO SOBRE DISCURSOS AMBIENTALISTAS

Cleiderman Teixeira de Souza Braga[1]

[1]**Mestrando - UFRJ/IFCS/PPGSA – E-mail**: cleidermanbraga@gmail.com

GT 06_Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

A [ECO]lógica do "agronegócio": uma reflexão sobre discursos

- Introdução:

Nos últimos trinta ou quarenta anos, a questão ambiental vem se colocando cada vez mais como um movimento de reivindicação política, na incorporação de novas questões, relativas à preservação da natureza, nos grandes projetos de Estado e na própria conduta dos atores sociais, reformulando antigas idéias e conceitos e colocando-os sob novas perspectivas (eco)lógicas. A natureza política deste novo paradigma, tem transcendido os aspectos mais retóricos de conscientização, para articular diretamente na prática, exercendo pressões e influências nos processos decisórios dos Estados por ações efetivas dos governos.

No contexto brasileiro, os debates que se acirram hoje sobre "meio ambiente" e "agricultura", na produção de modelos de desenvolvimento entendidos como mais profícuos para a sociedade, remontam antigos debates sobre "agricultura" e "modernidade", recolocando também novas questões para pensar o território. Nesta perspectiva, a idéia de "agronegócio" surge como um novo elemento fundamental para uma reflexão do contexto agrário brasileiro em suas novas dinâmicas políticas e sociais, bem como uma contribuição para pensar novas dinâmicas espaciais dentro deste novo universo rural.

Vemos, assim, que entidades ligadas à temática ambientalista têm ganhado cada vez mais espaço e relevância no contexto político contemporâneo. A presença de duas instituições ambientalistas internacionais, em especial, Greenpeace e Conservation International, marcam os interesses de análise do presente trabalho. A escolha destas deve-se precisamente a significativa relevância pública destas instituições no contexto nacional e internacional, dando-lhes significativa capacidade de pressão junto a órgãos de Estado e empresas privadas, além de marcarem uma forma distinta da presença estrangeira no contexto nacional.

Nesta perspectiva, pretendo trazer, neste trabalho, alguns elementos que permitam pensar em uma dissonância no discurso ambientalista das Ongs, a partir da categoria "agronegócio". Espero que as reflexões sobre as diferentes formas de perceber a realidade do "agronegócio", possam vir a abrir para outras discussões sobre o que se tem entendido por "meio ambiente", desenvolvimento e, principalmente, as concepções sobre território e o "agronegócio" enquanto modalidade de *fronteira*.

- Agronegócio e Meio-ambiente:

Foi, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX que, no Brasil, as questões sobre "modernização da agricultura" e "meio ambiente" passam a se configurar como novos agentes no campo político, embora a primeira remonte um período anterior. No contexto dos anos 1970, são implantados projetos que visam a "modernização" da agricultura, desencadeando políticas para o aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias voltadas para a exportação (Bernardes, 2005), que mais adiante aparecerá embutida na idéia de "agronegócio"[1].

No que tange as questões ambientais, vê-se uma mudança significativa de natureza interpretativa e prática. Com a conferência da ONU sobre meio ambiente de Estocolmo em 1972, a questão passa a ser analisada em termos globais, deslocando a questão para um patamar moral nunca antes atingido (Lopes, 2004). Dentro do modelo "modernizador" implantado pela ditadura, as questões relativas ao meio ambiente tiveram uma importância secundária. Havia por parte do governo, uma tentativa de controle dos conflitos sociais produzidos dentro deste novo contexto[2] (de "ambientalização") (Lopes, 2004), implicado no processo de institucionalização da questão do meio ambiente.

No contexto da década de 1980, vê-se um avanço significativo no campo político, refletido na ampliação de demandas institucionais por parte de agentes ligados a questão ambientalista[3], bem como técnicos envolvidos na administração ambiental. É durante esta década também, que o termo "*Agribusiness*" surge, no Brasil, como categoria para designar uma realidade específica.

---

[1] Idéia inspirada a partir do artigo produzido por Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, intitulado *"Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil"*, apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009.

[2] Assim, é que em 1973 é institucionalizada a Secretaria de meio ambiente (Sema), subordinada ao Ministério do Interior. Em São Paulo e no Rio de Janeiro são criadas novas instituições de controle ambiental: Cetesb (1974) e a Feema (1975), respectivamente. É neste contexto de normatização que se produzem os dispositivos de "licenciamento ambiental", com o objetivo de ordenamento de projetos industriais, arquitetônicos ou urbanísticos segundo uma lógica de redução de "impactos sobre a natureza". Ver (Lopes, 2004).

[3] Em 1981é criado um sistema nacional de meio ambiente; em 1985 é criada a 'lei de ação civil pública'; em 1986 o Conama institui uma política nacional de avaliação de impactos ambientais e em 1988, com a promulgação da nova constituição, o tema do meio ambiente ganha um capítulo importante, reforçando as leis de 1981 e 1985 (Lopes, 2004).

Na década de 1990, vê-se o surgimento de dois novos atores no contexto político-social brasileiro: o "agronegócio" (designação que marca um novo estatuto do setor agropecuário com foco na mecanização, no "gerenciamento" e na "atividade integrada" dos negócios voltados para um mercado externo)[4] e as "Ongs ambientalistas"(que surgem como produto e produtoras de mudanças nas orientações políticas nacionais e internacionais, onde a retórica do "meio ambiente" passa a ser incorporada enquanto nova questão social)[5].

É neste sentido que os interesses ambientalistas das Ongs passam a se contrapor a interesses de outros atores coletivos, entre eles, aqueles que se convencionou chamar por "agronegócio". Esta contraposição, entretanto, constitui-se como produto de processos de natureza política de interação entre atores, moldando a ambos de forma contingente segundo os contextos mais específicos. A construção de imagens e a atribuição de valores por parte das Ongs ambientalistas na tentativa de delimitar "o agronegócio", podem apontar para algo além do surgimento de novos atores sociais. Neste sentido, as próprias abordagens ambientalistas das ONGs devem ser desnaturalizadas enquanto abordagens homogêneas. Por esta perspectiva, a categoria "agronegócio" passa a representar algo mais do que um grupo social efetivo, para localizar também formas diferenciadas de interpretar o meio ambiente, o território, o desenvolvimento, etc. Falando mais sobre as visões das próprias instituições em questão, do que sobre uma realidade empírica objetiva.

- O espaço do agronegócio:

Refletir sobre o termo "agronegócio", enquanto categoria de análise, pode nos permitir construir uma visão mais abrangente e relativizada sobre a questão, envolvendo múltiplos atores sociais, bem como contextos e lugares que fazem parte do processo de incorporação territorial de (e percepções sobre) "novos" espaços geográficos dentro de uma lógica econômica de desenvolvimento. O lugar onde tem se fixado, concepções e representações sobre a categoria e mesmo a relação com os agentes envolvidos, talvez pudessem ser pensados de forma exploratória, por meio das discussões (algumas delas, é evidente) que se tem levantado no campo das Ciências Sociais sobre a temática da *fronteira*.

Pensar no "agronegócio" enquanto modalidade de *fronteira* é tratá-lo como um mecanismo que viabiliza a incorporação de "novas" terras, vinculado-as ao conjunto mais

[4] Em artigo também apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009, Mario Grynszpan, aponta para o uso relativamente recente do termo. Ocorrendo uma transformação do termo *Agribusiness*, muito usado nas décadas de 1970 e 1980, para o Agronegócio, propriamente dito, na década seguinte. Esta passagem, segundo Grynszpan, não deve ser entendida como mera tradução do termo, mas como uma redefinição importante que estaria circunscrita em um conjunto de lutas políticas, onde são incorporados novos sentidos.

[5] Como veremos mais adiante neste trabalho, este foi o caso das instituições Greenpeace-Brasil e a Conservação Internacional-Brasil.

amplo e dinâmico de uma economia de mercado de uma forma subordinada, por meio de processos de liberação da força de trabalho, criação de mercados e produção de infra-estrutura (Oliveira Filho, 1979). Neste sentido, a idéia de *fronteira* (bem como a de "território"), em si, não pode ser definida por atributos naturais intrínsecos e imutáveis de uma realidade empírica. Seu surgimento está diretamente ligado à construção de processos políticos, negociados, conscientes, que tem historicidade e que, enquanto "ficção política", a todo momento sofrem processos de reformulação. Sua existência dinâmica, deve-se precisamente a toda essa gama de processos locais e extra-locais que o organiza por detrás.

No Brasil, o tema da "unidade nacional" e da "integração", presentes no período dos anos de 1960 e 1970, enfatizavam o movimento de *fronteira* enquanto um movimento permanente de ocupação e preenchimento de "espaços vazios"[6]. Este movimento estaria supostamente vinculado, segundo Otávio Velho, "a idéia de que as 'fronteiras políticas' estariam à frente das 'fronteiras econômicas' e que essas últimas precisam alcançá-las". Essa complementaridade entre regiões, supõe um movimento 'natural' entre as partes, que autorizam a ocupação das "novas" terras por meio de movimentos de colonização. O trabalho clássico de Frederick Jackson Turner (1967) chama atenção para a importância do papel ideológico que a idéia de *fronteira* pode assumir em determinados contextos.

A tendência desenvolvimentista dos anos de 1970, pautada predominantemente numa lógica inter-regional (Velho, 1976), com o fechamento da *fronteira* do Paraná, passa a ser direcionada ao norte do país, em várias frentes. Neste processo inicia-se uma expansão da produção de *commodities* agrícolas sobre áreas do Cerrado[7] brasileiro, tendo a soja como principal cultura. Apesar de algumas visões tratarem este como um movimento normal, o caso mineiro de Araguari analisado por Célia Oliveira (1991) mostra o contrário. O município, que hoje é um dos pólos produtivos do agronegócio onde se produz o "café do cerrado", durante período anterior a década de 1970 comportava uma produção agrícola marginal e pouco

[6] Sob argumentos de prevenção contra uma intervenção internacional, o governo militar do então presidente Médici, inicia uma política de "integração" da Amazônia sob o lema que seria o de levar: "Homens sem terras (do nordeste) para terras sem homens (na Amazônia)". Esta foi encarada como uma solução possível para acabar com o problema da seca no nordeste e desenvolver a região.

[7] O Cerrado está distribuído, principalmente, pelo Planalto Central Brasileiro, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, abrangendo 196.776.853 ha.. Há outras áreas de Cerrado, chamadas periféricas, que são transições com os biomas Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga.

O Cerrado contém basicamente dois estratos: um superior, formado por árvores e arbustos dotados de raízes profundas que lhes permitem atingir o lençol freático, situado entre 15 a 20 metros; e um inferior, composto por um tapete de gramíneas de aspecto rasteiro, com raízes pouco profundas, no qual a intensidade luminosa que as atinge é alta, em relação ao espaçamento. Na época seca, este tapete rasteiro parece palha, favorecendo, sobremaneira, a propagação de incêndios. Os Cerrados também apresentam relevos variados, embora predominem os amplos planaltos. Metade do Cerrado situa-se entre 300 e 600m acima do nível do mar, e apenas 5,5% atingem uma altitude acima de 900m

rendosa, destinada à pequena produção agrícola (principalmente arroz, feijão e milho) e pecuária extensiva ligada a grandes fazendeiros. Isto devia-se principalmente, segundo a autora, à idéia de que aquelas eram terras "improdutivas".

Essa produção de "terras livres", características nos processos de criação de zonas de *fronteira*, está diretamente articulada com movimentos migratórios controlados, marcando o "espaço do agronegócio" também como espaço de forte crescimento demográfico.

O aumento do envolvimento do Estado nas questões relativas à agricultura, pode ser visto nos apoios e incentivos a expansão da agroindústria, com criação de infra-estruturas, políticas de crédito e incentivos a mecanização[8]. Estes processos que começam nos anos 1970 serão aprofundados nos anos 1980 e 1990, marcando um novo patamar de acumulação dos setores agroindustriais, bem como uma nova forma de relação destes setores e os mecanismos estatais (Heredia, Palmeira e Pereira Leite, 2009). Se o contexto democrático pode ter marcado a transformação do setor em uma "categoria de aglutinação e de identificação de agentes e instituições[9]" (Grynszpan, 2009), ele também marca o período de articulações de enfrentamento dos projetos do agronegócio. Neste contexto, as questões ambientais surgem com relativa importância enquanto mecanismo de constrangimento que produzem reformulações não só no *modus operand*i do setor, mas também nas próprias formas de conceber e ocupar o território. Embora isto não signifique uma homogeneidade de abordagens e projetos, como veremos a seguir.

- As perspectivas Ambientalistas:

Certamente, há muitas "Ongs ambientalistas" com projetos e percepções variadas sobre a realidade, sendo impossível uma abordagem deste campo tão variado a partir de uma denominação tão simplista e homogeneizadora como a de "discurso ambientalista". As análises que se seguem centram-se especificamente em duas Ongs estrangeiras: Greenpeace–Brasil e Conservação Internacional–Brasil. Isto deve-se, basicamente, à relevância pública destas instituições, não só no quadro nacional, mas também internacional (com escritórios e atuações em diversos países do mundo), tendo visões e projetos específicos sobre o "agronegócio". Como já viemos construindo, entendo que a relevância do entrecruzamento das questões relativas ao "setor do agronegócio" e as "Ongs ambientalistas", passam pela

[8] Dentre algumas políticas de incentivo a este modelo agro-empresarial, Oliveira (1991) e também Bernardes (2005), chamam atenção para os programas de ocupação "racional" do Cerrado e de liberação de créditos, tais como POLOCENTRO e PRODOESTE em 1975. Além destes, podem ser ressaltados também os incentivos concedidos pela SUDAM e os preços relativamente baratos das terras, que funcionaram como facilitadores e atrativos para ocupação e o desenvolvimento de uma agricultura empresarial no Cerrado brasileiro.

[9] Como forma de articular melhor os interesses do setor, congregando órgãos variados de representação e empresas para exercer pressões políticas, que em 1993 foi criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG).

concepção de um confronto aparente entre atores com interpretações opostas sobre os sentidos e significados do território. A estratégia de emparelhar os discursos de duas Ongs internacionais autodenominadas ambientalistas (no que se refere a um modelo de desenvolvimento agrário também internacionalizado como o *agronegócio*), reflete em última instância, o desejo de questionar esta oposição polar (agronegócio X Ongs ambientalistas) entre ambos projetos e consequentemente, de tornar o olhar sobre tais entidades ambientalistas um pouco mais heterogêneo.

- O discurso do Greenpeace – Brasil:

O Greenpeace interpreta-se como uma "organização global", "sem fins lucrativos" e "independente". Atua em defesa do "meio ambiente", em busca de medidas que sejam "economicamente viáveis" e "socialmente justas". A entidade não se coloca como "instituição de pesquisa, política ou de conservação", suas ações são ditas de "denúncia" e de "propostas alternativas" que visam garantir a "sustentabilidade do planeta"[10]. A entidade foi criada em 1971 no Canadá, por ecologistas e jornalistas, a partir de um protesto contra testes nucleares praticados pelo governo dos Estados Unidos. Mas, foi no contexto da década de 1990, mais especificamente às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (também conhecida por Eco-92), que o Greenpeace desembarca na cidade do Rio de Janeiro, dando início a suas atividades no Brasil.

Apesar da ramificação da Ong por diversos países, a entidade é caracterizada no discurso por certa centralidade e coesão, que marca sua forma específica de atuar e lhe dá identidade. Neste sentido, alguns "valores" são elencados como princípios pelos quais a entidade (com todos os seus escritórios) orienta sua conduta. São eles: "independência", "não-violência", "confronto não-violento" e "ação conjunta", com destaque para o primeiro, que se refere diretamente a sua estratégia de captação de recursos.

No que se refere às ações, a entidade também elenca alguns de seus métodos ("investigar", "denunciar", "confrontar", "inspirar" e "propor soluções"). Segundo ela, estes almejam sempre mudanças de comportamento e atitudes dos indivíduos. O movimento político de confrontação de valores proposto pela instituição, procura enfatizar o altruísmo de seus ativistas e colaboradores em prol de uma causa universal, por meio de uma idéia de 'justiça' que perpassa suas percepções de ação, classificando determinadas ações como "crimes" ou "agressão" e outras como "racionais", "viáveis" e "justas".

Esta construção da auto-imagem da entidade será muito importante para dar os contornos particulares da Ong, no que se refere ao seu olhar sobre o termo "agronegócio".

[10] Retirado de (www.Greenpeace.org/brasil/quemsomos/). Acesso: março de 2008/dezembro de 2009

Nela, o termo apresenta-se enquanto representação de uma entidade objetiva que se constrói no discurso como realidade inquestionável. Esta passa a indicar grupos sociais efetivos que possuem porta-vozes, são objeto de denúncia, são beneficiados por políticas públicas, engendram elas, etc. Geralmente, o termo "agronegócio", propriamente dito, aparece de forma muito difusa nos documentos disponibilizados na página virtual do Greepeace (Brasil).

As interpretações do Greenpeace sobre o que é o "agronegócio" e o modelo de "desenvolvimento" por ele engendrado, parecem passar invariavelmente por suas próprias concepções do que é "meio ambiente" e o que deve ser o "desenvolvimento" ("sustentável"). Isto não se trata de uma questão meramente retórica, mas também de diferenças de conteúdos. A aparente divergência na forma de conceber o que seja "desenvolvimento" talvez se reflita também em sua própria forma de conceber e pensar o "território". Os choques entre os projetos de desenvolvimento da Ong (que passam pela idéia de "sustentabilidade", da qual também não nos aprofundaremos aqui) e os ditos do "agronegócio", não parecem referir-se unicamente a uma disputa sobre a posse da terra, é possível que antes apontem para modelos de usos diferenciados pautados em formas distintas de conceber a terra e o território[11]. Nas visões mais gerais da entidade, os territórios parecem estar referidos e valorizados por características basicamente biológicas (idéia do "bioma"), paisagísticas e culturais. Nesta perspectiva, os movimentos de denúncia da entidade seguem interconectados com propostas e projetos de gestão do território aliados à concepção de "preservação" e "conservação" (dos aspectos "naturais" do espaço). Estes são apresentados às instâncias de Estado como forma de articular seus interesses ao próprio processo de produção de políticas públicas. Neste movimento, a entidade cobra atuação local do Estado, apesar dos interesses de "preservação" estarem vinculados a questões teoricamente globais.

O estabelecimento de territórios de "conservação" em áreas estratégicas – em virtude de sua "biodiversidade" – como a Amazônia, aparecem como possibilidade de barrar o avanço das "*fronteiras* de expansão do agronegócio" e, consequentemente, a "destruição ambiental". A queda de braços travada pela entidade com os setores resistentes aos seus projetos, portanto, passa a fazer do Estado o foco privilegiado de suas pressões[12].

[11] Esta questão aparece mais claramente na reportagem intitulada "Nota da Ongs contra a revogação da legislação ambiental", de 6 de outubro de 2009. Retirada da página virtual do Greenpeace na internet (www.greenpeace.org.br).

[12] Ver especialmente a reportagem intitulada: "Trator do agronegócio tenta mas não consegue atropelar o senado." Postada em 30 de Abril de 2009. (http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/trator-do-agroneg-cio-tenta-m). Acesso: 12/05/09.

- O discurso da Conservation International – Brasil:

Foi nos anos de 1980 que as questões ambientais passam a considerar possível um modelo de desenvolvimento capaz de adequar práticas conservacionistas e ambientais aos projetos e empreendimentos mais pragmaticamente capitalistas de forma "sustentável", com o Relatório Brundtland em 1987.

No mesmo ano surge nos Estados Unidos outra instituição não-governamental de caráter ambientalista que em pouco tempo passará a atuar no cenário internacional, assumindo papel de relevância num contexto brasileiro. É a instituição Conservation International. Sua atuação no Brasil, segundo dados disponibilizados pela página virtual da entidade[13], teve início em 1988 com a produção de um projeto conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para proteger muriquis em Caratinga (MG).

A instituição define-se como "organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade". Seu surgimento nos Estados Unidos se dá, segundo a entidade, quando "a small group of pioneers single-handedly redefined conservation"[14]. Esta "redefinição da conservação" apontada, passa primordialmente por uma idéia de que "preservação" estaria menos vinculada a uma visão de passado e mais voltada para o futuro. Com esta idéia, a instituição traça seus objetivos a partir da concepção de que suas ações são orientadas, em última instância, por uma "missão" maior: "preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza".

A "ciência" surge, para a instituição, como um de seus aliados importantes. Sua própria visão de si aponta para seu "caráter técnico-científico" como "vocação fundamental" da entidade. Por ciência, poderíamos dizer que a entidade estaria referindo-se, basicamente às ciências naturais, com maior relevância para biologia.

A constatação da instituição de que aproximadamente vinte por cento das espécies do planeta venham a sofrer processos de extinção nos próximos trinta anos, em virtude da ação humana, acentua, para a entidade, a necessidade de atuação e intervenção. Esta será, basicamente, mediante "programas de conservação" que visam identificar os problemas ambientais e construir "soluções inovadoras" por meio de parcerias que as financiem.

Além de programas específicos para "parcerias corporativas", que visam "dialogar com empresas líderes de diversos setores da economia", possuem programas específicos voltados para o setor agro-empresarial como "programas de agronegócio". Assim, para a

[13] www.conservation.org.br/index.php
[14] Retirado de: (www.conservation.org/discover/Pages/history.aspx). Acesso: 21/12/09.

entidade, a importância do setor do "agronegócio" na "conservação da natureza", deve-se precisamente a sua realidade objetiva, enquanto ator que existe economicamente e espacialmente. Uma mudança de atuação do setor, dentro de uma realidade interpretada como de crise ambiental, aparece não só como estratégica para a humanidade (e a Ong surge ai como uma de suas representantes), mas também para o próprio setor, na medida em que pode "auferir lucros" com isso.

As áreas prioritárias de atuação da entidade são determinadas basicamente por dois critérios, um relativo ao seu grau de "biodiversidade" e outro, conjuntamente, ao grau de ameaça de esgotamento desta. Isto significa que seus focos prioritários de atuação coincidem com os mesmos espaços onde o setor agro-empresarial está localizado, isto é, nos biomas do Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica. Neste sentido as parcerias com o setor privado são imperiosas, segundo a entidade. Isto também se justificaria pelo fato de as áreas públicas de conservação serem interpretadas como insuficientes pela entidade, sendo necessário o envolvimento do setor privado nos projetos de conservação pela ampliação dos padrões sustentáveis de desenvolvimento[15].

Embora o "agronegócio" seja reconhecidamente visto como um dos principais causadores do "impacto ambiental", ele, entretanto, não parece ser considerado o "vilão" da história[16]. Suas ações não são criminalizadas pela entidade, como em alguns casos analisados sobre a Ong Greenpeace-Brasil e, de certa maneira, são tidos como aliados com grande potencial de ação em favor do meio ambiente. Desta forma, as soluções que passam por reivindicações por ações efetivas de instituições públicas na ampliação de políticas ambientais, não parecem visar uma alteração nas bases de acumulação do setor do "agronegócio".

A solução passa, invariavelmente, por um "planejamento do setor privado, principalmente no que se refere à expansão da *fronteira* agrícola". No caso observado, o "agronegócio" não se encontra vinculado diretamente à expansão referida. A ideologia de *fronteira*, desconectada do "agronegócio", surge como a produtora do movimento de degradação ambiental e principal inimiga da sustentabilidade. Este movimento, segundo a Ong, deve ser entendido como uma lógica já obsoleta de uso da terra e que precisa ser modificado.

- Considerações finais:

[15] Referido ao documento intitulado: "*Lançada em São Paulo a Aliança pela conservação do Cerrado*". Disponibilizado em outubro de 2007. Acesso: 14/12/09.
[16] Ver, sobretudo, as notícias intituladas: "*Lançada em São Paulo a Aliança pela conservação do Cerrado*" e "*Lei não garante conservação de 25% das espécies do Cerrado*". (www.conservation.org.br/noticias/). Acesso: 14/12/09.

O confronto inevitável de seus projetos com variados atores pelas formas mais profícuas de ocupação do espaço geográfico, passam por estratégias de reivindicação junto a organismos de Estado por linhas demarcatórias de "conservação". As pressões exercidas, para uma maior e mais eficaz atuação do Estado, neste sentido, apesar de dialogarem com uma concepção global e sistêmica de "natureza" e "meio ambiente", também reconfiguram mecanismos de Estado para um maior exercício de soberania nacional, isto é, exercício da autoridade política sobre o território (Leach, 1960). Por outro lado, projetos de demarcação de terras para usos pré-determinados, não marcam somente um exercício político de soberania do Estado. Marcam também um exercício econômico de demarcação de propriedades e seus usos legítimos. Espaços reservados, que são ao mesmo tempo, cercados de regras e interesses.

O avanço do modelo do agronegócio sobre áreas de ecossistemas nativos, tem sido tratado como elemento de forte controvérsia, principalmente entre instituições ambientalistas. As formas de interpretar o evento, entretanto, ao mesmo tempo em que apontam para uma diversidade de abordagens entre instituições, pode estar sugerindo um movimento de disputa interna por legitimidade de discursos e projetos sobre o desenvolvimento e o próprio meio ambiente. Mesmo sendo extremamente heterogêneas em seus postulados e em suas retóricas, juntas agem dando dinâmica e materialidade ao axioma ambientalista.

Portanto, seus postulados sobre o que vem a ser e qual o sentido do "agronegócio", podem estar significando algo mais do que a construção de um ator social. Como vimos, talvez estas variadas abordagens por parte destas entidades não-governamentais estejam falando mais sobre si mesmas e seus valores, do que sobre um aspecto dado da realidade empírica.

- Referências bibliográficas:

ANDRADE, M. (2008). *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA.

AQUINO, M. J. S. (2003). *"A casa dos nossos gens": um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFRJ. (Tese de Doutorado).

BECK, U. (1992) *Risck society: towards a new modernity*. London: Sage.

BERNARDES, J. A.: FREIRE Fo, O. (orgs.). (2005). *Geografia da soja*. Rio de Janeiro: Arquimedes.

BOHANNAN, Paul. (1967). *Beyond the frontier: Social process and cultural change.* New York: The Nature History Press.

BOURDIEU, Pierre. (1989;[1998]). *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTELLS, Manuel. (2000). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.

DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas M.. (1994). *Border approaches: Anthropological perspectives on frontiers.* H Donnan & T. N. Wilson (eds). Boston: University Press of America.

DOUGLAS, M. (1976) *Pureza e perigo.* São Paulo: Perspectiva.

FANON, Frantz. (1979;[1961]). *Os condenados da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GIDDENS, A. (1997). *Para além da esquerda e da direita*. Oeiras: Celta Editora.

GRYNSZPAN, Mario. (2009). *A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural.* Apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009.

HEREDIA, B.M.A. de (1989). *Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo. MarcoZero, MCT/CNPq.

HEREDIA, B.: PALMEIRA, M.: LEITE, S.P. (2009). *"Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil"*, apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009.

LEACH, Edmund. (1960). "The frontier of Burma". *Comparative studies in society and History.* 3 (1): 49-73.

LOPES, J. S. L. (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MARTINS, José de Souza. (1997). *Fronteira_ A degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: Editora Hucitec.

MONBEIG, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite/Polis.

MONTENEGRO, T. (1994). *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Célia R. G. (1991). *A frente cafeicultora em Araguari – MG.* São Paulo: Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado. FFLECH).

OLIVEIRA, João Pacheco. (1978). "O 'caboclo' e o 'brabo': Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a civilização brasileira,* 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PRATT, Mary Louise. (1992). *Imperial eyes: travel writing and transculturation.* London: Routledge.

SAID, Edward. (1999). *Cultura e imperialismo.* São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, C. C. M. (2007). *Oeste da Bahia: modernização com (dês)articulação econômica e social de uma região*. Salvador: UFBA. (Tese de Doutorado).

SCOTT, James C.. (2008). *La domination et lês arts de la résistance. Fragments d' um discours subalterne.* Paris: Édtions Amsterdam.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1993). *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis: Vozes.

TURNER, Fredrick Jackson. (1967). *The Turner Thesis concerning the role of the frontier in American History.* Boston: D.C. Heath and Co.

VELHO, Otávio Guilherme. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato.* Rio de Janeiro – São Paulo: Difel.

VELHO, Otávio Guilherme. (1972 [1981]). *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WOLF, Eric. (1998). *American Ethnologist.* 15(4).

A FORMAÇÃO DO DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO MST: breves considerações

Sérgio Botton Barcellos

Mestre em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. Doutorando no CPDA/UFRRJ.

sergiobbarcellos@hotmail.com

GT – 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites do desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

No atual cenário, em que a temática ambiental está em evidencia, ocorrem no Brasil discussões e experiências em relação à Agroecologia nos mais diversos cenários. Essas experiências são mediadas e desenvolvidas por diversos grupos de interesse social, em contraposição ou favoravelmente as empresas que participam da cadeia produtiva do agronegócio, tanto no mundo rural, quanto urbano. Em um contexto permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso a terra no Brasil, os Movimentos Socais Rurais mobilizados em torno da questão fundiária também estão passando por determinadas mudanças e ampliações tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política.

Perante a realidade na qual é debatida a Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem ocupado historicamente lugar de destaque como mediador desse processo. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST incorpora, como uma das suas questões centrais, temas relacionados à temática socioambiental[1]. Dentre eles destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à Agroecologia (Piccin e Picolotto, 2007). Ela aparece como uma alternativa viável na perspectiva de ser uma possibilidade que visa estabelecer autonomia socioeconômica e outras formas de organização no processo produtivo[2] dos assentamentos. Essas propostas são observadas, além de serem indicadas como alternativa para a organização produtiva dos assentamentos. A temática socioambiental aparece como reivindicação em manifestações públicas em contraposição as ações das multinacionais do agronegócio e do ramo da mineração. Contextualizando a temática da Agroecologia no MST, Martins (2003) aponta que esta alternativa de organização produtiva seria uma possibilidade de superação em relação às experiências coletivizadoras que reconhecidamente foram pouco exitosas na organização do sistema de Cooperativas de Produção Agrícola - CPAs.

[1] O termo "socioambiental" ao qual me refiro, está relacionado às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em interação com os ecossistemas e biomas.

[2] Sistema produtivo nos assentamentos se refere às estratégias e opções de produção agropecuária por parte dos assentados, equipe de assistência técnica e coordenação política do MST.

Outro fato que explicita a presença desse tema no discurso do MST foi a importância dada a temática da Agroecologia em seu último Congresso Nacional (realizado em 2007), no qual o Movimento o assumiu como um de seus compromissos (MST, 2007). Dessa forma, a percepção acerca do processo de constituição de um discurso político, em um determinado movimento social (no caso MST), também estimula reflexões acerca das formas de organização adotadas por este ao longo de sua história. Sob essa perspectiva, esse trabalho apresenta como problema analisar como se formou e vem se constituindo o discurso da Agroecologia no MST, mediante o seu contexto de atuação e de mobilização política.

Esse trabalho tem por objetivo resgatar o modo como ocorreu à constituição das discursividades e acontecimentos históricos os quais formaram o discurso adotado em relação aos modelos de organização socioprodutivos preconizados pelo MST, em especial a partir dos anos 1990, até o período histórico atual. A escolha desse período histórico justifica-se devido os dados coletados em pesquisa indicarem que durante esse espaço de tempo iniciou-se a proposição da temática da Agroecologia junto a base social do MST em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento. Para a compreensão da constituição do discurso agroecológico no MST, o presente estudo teve como universo de pesquisa as publicações acadêmicas as quais abordam questões sociohistóricas relativas ao MST, inclusive as relacionadas à temática da Agroecologia, bem como materiais informativos e de formação política veiculados pelo Movimento. Cabe ressaltar, que esse processo foi observado sob a perspectiva de um processo histórico, dinâmico, disputado e permeado por conflitos entre os sujeitos. Assim, esse discurso pode auxiliar a evidenciar características específicas, apoios e lutas inerentes ao campo social e político no qual está situado esse movimento social.

2. DE ONTEM PARA HOJE: A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA NO MST

O MST e Seu Contexto Circundante: Inter-relações e Discursividades

Para Caldart (2001) o MST é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica que foi estabelecida no Brasil. O MST nasceu da articulação das lutas pela terra, as quais foram retomadas com mais força a partir do final da década de 1970 e início de 1980, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, foram expandidas por todo o Brasil. Junto a isto ocorreram mobilizações sociais no meio rural brasileiro em referência ao processo de redemocratização político-social do país, após o golpe militar em 1964, e voltaram a ganhar força social na década de 1980 culminando em uma série de mobilizações em prol da assembléia constituinte. As mobilizações e acampamentos dos "sem-terra" que ocorreram naquela época foram considerados de grande importância na instituição do MST como um agente político na luta por reforma agrária no país. Assim, este Movimento foi gerado em meio à reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, os quais promoveram ocupações de terra nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década

dos anos 1980 (MEDEIROS, 1989). O MST foi criado formalmente, em 1984, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, no estado do Paraná. Cabe também ressaltar que nesse período ocorreu também a reorganização da União Democrática Ruralista (UDR).

Da mesma forma, ocorreram mudanças de ordem econômica no país, no qual a modernização conservadora da agricultura decorrente do período de governo militar, produziu também um conjunto de acontecimentos sociais no país. Esses acontecimentos conforme Da Ros (2006) estão diretamente relacionados ao caráter seletivo configurado nesse processo, o qual foi concentrado geograficamente nas regiões Centro-Sul do Brasil, e beneficiou apenas os médios e os grandes produtores rurais dedicados à produção das culturas de exportação. Ainda em Da Ros (2006, p. 127) constam algumas das principais conseqüências sociais promovidas pela modernização no meio rural brasileiro que foram observadas nos anos 1980:

> i) a concentração da propriedade fundiária e da renda no campo; ii) o aumento da dependência dos agricultores ao crédito; iii) desaparecimento das pequenas propriedades associado ao aumento das dificuldades de acesso à terra; iv) a diminuição dos empregos associada ao surgimento da sazonalidade do trabalho rural; vi) o aumento do êxodo e a conseqüente redução da população rural; vii) o surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos; viii) o surgimento de problemas ecológicos.

Nesse contexto as dinâmicas da luta pela terra tendem a surgir como alternativa de mobilização social para a camada da população rural atingida por essas medidas. As famílias, ao buscarem um pedaço de terra, organizando-se junto a um movimento social, almejavam possibilidades para a construção de projetos de futuro, nos quais as áreas reformadas poderiam tornar-se lugares de vida, de trabalho e de produção agropecuária.

Em consonância com a conjuntura socioeconômica do país, a discussão em relação aos sistemas de organização da produção teve início a partir de 1986 nos assentamentos rurais do MST, segundo Fernandes e Stédile (1999), devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. A organização dos sistemas de produção surgiu nos assentamentos de reforma agrária no Brasil como um fator determinante para a permanência do trabalhador assentado na terra. O MST entendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, com a consolidação da cooperativa também como forma específica de formação política, favoreceria a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, o modelo de coletivização, baseado nas CPAs proporcionou a sua base social experienciar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos.

As linhas políticas e orientações para a organização dos assentamentos transformaram-se ao longo do tempo no MST, tanto em suas dimensões econômicas e político-ideológicas, na promoção da cooperação agrícola. Ao abordar essas mudanças ocorridas entre 1989 e 1999, Martins (2003) descreveu a circulação de diversos documentos em meio ao debate político interno do Movimento, muitos dos quais publicados pela Confederação das Cooperativas

de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) criada em 1992[3]. No II Congresso do MST, em 1990, o tema do mesmo traduzia a inclinação e a menção a formulação de modelos de produção com o lema "Ocupar, Resistir e Produzir". Dessa forma, o aumento do número de assentamentos de reforma agrária, ocorrido especialmente a partir da década de 1990, aprofundou o desafio da atuação do MST, pois era necessário viabilizar socioeconomicamente esses novos núcleos. Isto decorre da dependência da própria legitimidade da bandeira da reforma agrária, em grande parte de um desenvolvimento considerado próspero nos assentamentos.

O surgimento das CPAs coincidiu com a definição política de se constituir, no MST, um sistema cooperativista dos assentados, o qual foi um dos principais responsáveis pela organização dos assentamentos e da promoção da cooperação. Tal sistema teve sua organização estruturada a partir das cooperativas de base (célula básica) junto aos assentamentos às CPAs, às Cooperativas Centrais em nível intermediário na esfera estadual e à CONCRAB em nível nacional como uma esfera superior (MARTINS, 2003). Assim, as CPAs podem ser consideradas como uma das principais formas nas quais o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto ao discurso relacionado a esse modelo de produção. Desse modo e durante este período histórico foram organizadas mais de 40 experiências de produção coletiva e cooperativizada, nos assentamentos sob a coordenação política do MST, em todo o país e em diversas regiões (MARTINS, 2003).

Mediante a esse conjunto de dinâmicas sociais é que várias propostas e discursividades relativas à viabilização dos assentamentos foram elaboradas, principalmente pelos sujeitos políticos do MST. No entanto, a própria dinâmica interna dos assentamentos é, em si mesmo, um desafio para a materialização de propostas, como as coletivizadoras, considerando se tratar de um espaço social onde os sujeitos e os grupos são definidos pelas suas posições relativas, sendo que os interesses que daí resultam podem ser contraditórios e conflituosos (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, a opção por um determinado tipo de organização social e produtiva faz parte dessas situações de enfrentamentos e disputas por projetos, rumos e discursos, tanto externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

Em relação à discussão de Estado, Pinheiro (1995) descreve que a partir da década de 1990 no Brasil foi difundida uma visão de um Estado ajustador, no qual suas políticas sociais estavam orientadas a favorecer camadas da sociedade excluídas socioeconomicamente, direcionando os gastos sociais a esse público e estimulando formas de co-financiamento aos que já tinham alguma capacidade produtiva no meio rural. Como alude Zanini (2006), neste

[3] Isenta-se de reproduzir aqui a evolução destas formulações, mesmo porque não é objetivo desse trabalho.

período houve uma forte pressão social por investimentos dos trabalhadores rurais, por meio de suas organizações representativas e Movimentos Socais do campo, como o MST.

Essa conjuntura também é identificada pelo próprio MST ao expor sua percepção daquele período histórico do país, em sua página na internet:

> Foi assim, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, no Governo Sarney, em que apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida - cerca de 90 mil famílias - ainda assim, graças à pressão das ocupações da terra. E quando não recorria à burocracia e à falta de vontade política para inviabilizar a Reforma Agrária, o Estado omitia-se ou estimulava a violência. Assim foram os anos de Fernando Collor na Presidência da República, com despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. *Nossa resposta estava na organização, na expansão do Movimento nacionalmente, no avanço na área de produção. Como dizia o lema de nosso II Congresso, em 1990, "Ocupar, Resistir e Produzir"*. (MST, 2009. Grifos do autor).

Conforme Resende e Mendonça (2005) o Projeto Novo Mundo Rural financiado pelo Banco Mundial foi centrado em três questões: o assentamento de famílias como uma política social compensatória; a "estadualização" das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do "mercado de terras". Esse projeto teve como principais programas o Cédula da Terra, o Banco da Terra, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos.

Diante da conjuntura política gerada no governo Collor e FHC (1990 - 1998) é importante considerar que o Estado brasileiro teve participação ativa como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, além do fomento em assistência técnica. Assim, as políticas governamentais de crédito foram estruturantes na implantação das cooperativas almejadas pelo MST (BORGES, 2007). Nesse sentido, em Medeiros e Leite (2004), está ressaltada a significativa importância do acesso as Políticas Públicas pelos assentados para a viabilização socioeconômica e produção agropecuária nos assentamentos de reforma agrária. Mediante o conjunto de medidas governamentais, os agricultores assentados tendencialmente entraram em contato com situações sociais até então alheias. Umas das dimensões do conjunto das novas experiências vividas em um assentamento dizem respeito ao acesso às políticas públicas, mesmo que precárias. Entre as mais notórias estão as de acesso ao crédito monetário como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os serviços de assessoramento técnico, energia elétrica, água potável, entre outros.

Essa parte do trabalho teve como proposta demonstrar que as formas de atuação e discursividades dos sujeitos atuantes em relação ao MST influenciam a constituição de um discurso no MST, porém, sem detalhar a ação específica de cada um. Assim, cabe demonstrar que o discurso da Agroecologia no MST, tem influência e é

determinado pelo contexto sociohistórico e pela interpelação ideológica vivida por um sujeito discursivo conforme a posição ocupada por este no Movimento, como assentado, técnico ou dirigente.

2.1. As CPAs entre os Sujeitos assentados e dirigentes do MST: a constituição da suposta "crise"

Dependendo dos sujeitos que interagem nos assentamentos de Reforma Agrária, esse espaço em si, pode passar a ter vários significados, formas de vivência e propiciar a formação de um determinado discurso. Nesse sentido, Carvalho (1999) aponta que para as famílias assentadas este tende a ser um espaço em que se abrem possibilidades para a objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais pode ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo em um determinado imóvel rural adquirido pelo Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com a finalidade de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma Agrária.

Dentre algumas contradições e limitações ora criadas ou impostas aos modelos de produção adotados pelo MST perante determinado contexto social e político do país, a organização do trabalho nos assentamentos por meio das CPAs também encontrou resistência e gerou questionamentos junto às famílias acampadas e assentadas em relação aos seus costumes culturais e tradicionais. Por exemplo, em seu estudo Zimmerman (1994, p. 208), aponta que os assentados buscavam a "(...) efetivação do projeto de 'ser colono', ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra (...)" e, com isso, ter de alguma maneira sob seu controle a organização e os resultados da produção. Da mesma forma, Ferrante (1994) identificou processos semelhantes, quando afirma que, no processo de luta pela terra, "todos os demandantes" se põem como iguais, mas isso não implicaria em "ver na terra o mesmo projeto". Neste sentido, a (re) produção discursiva em relação a esses modelos de produção adotados pelo MST fez parte de tais situações de enfrentamentos e disputas por projetos e rumos no interior dos assentamentos, constituindo o conjunto de experiências vivenciadas neste campo social.

Nesse caminho, Scariot (2003, p. 71) aponta que "os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e redirecionamento nas estratégias de organização da produção, o que torna os espaços dinâmicos e ricos em possibilidades". A partir disso é possível analisar que cada grupo social em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação. O acúmulo histórico de experiências, de êxitos e de fracassos no MST em relação às CPAs consolidou um tipo de conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo àquilo que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social concreta na qual o Movimento age. Com isso, determinada posição de um movimento social, bem como suas estratégias de ação política junto à sociedade seriam mais seguras e possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política do MST, como da sua base social.

Nesse sentido, alguns estudos de Scopinho e Martins (2003) descrevem que algumas formas de organização produtiva difundidas nos assentamentos de Reforma Agrária, como as CPAs, coordenados politicamente pelo MST

enfrentaram duas ordens de dificuldades: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito insuficientes, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, estariam às dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados, relacionadas, segundo os autores, à "falta de formação cultural" para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo MST.

Essa perspectiva e discurso da organização coletiva e das CPAs como modelo de produção nos assentamentos esteve apoiada em grande medida em argumentos de ordem tecnológica e econômica, e com menor ênfase em aspectos sociais e de uma suposta moral ideológica do Movimento. No campo tecnológico, como alude Melgarejo (2000) o esforço contemplaria o fato de equacionar as necessidades e meios disponíveis para viabilizar as unidades produtivas, em função da inadequação do modelo preconizado pela chamada "modernização conservadora da agricultura". Em termos econômicos, a organização coletiva permitiria acumulação de capital, superação das limitações de escala e redução dos custos de investimentos e também maior acesso ao crédito e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Contudo, ficou evidente, que a organização das cooperativas, associações, entre outras formas organizativas foram reconhecidas como importantes para viabilização dos assentamentos de reforma agrária, mas, por outro lado, percebeu-se as grandes dificuldades enfrentadas pelo modelo de CPAs e suas demandas operativas e econômicas em relação aos costumes e experiências dos assentados na sua forma de cultivar a produção agropecuária. Com isso, como alude Thompson (1987), percebeu-se que as contradições são inerentes ao movimento social, pois este é permeado por avanços e recuos, gerados não apenas pelas condições objetivas, materiais, mas também pelas condições subjetivas, pelas possibilidades históricas já construídas pelos trabalhadores e suas tradições em um contexto mobilizado politicamente pelo discurso da luta de classes.

Dentre esse conjunto de fatores relativos ao MST e aos diversos sujeitos os quais atuavam em meio ao campo social da Reforma Agrária no Brasil na época, o modelo cooperativista e de coletivização no MST, bem como, a afirmação destes princípios organizativos entraram em evidente questionamento e crise, junto à base social do movimento em especial ao final dos anos 1990[4]. As contradições sociais inerentes à implantação das cooperativas, o sistema de trabalho coletivo e o acirramento da oposição com o Estado provocaram um possível desgaste e descrédito do modelo adotado[5]. Essa crise possibilitou mudanças importantes na orientação política, produção e comercialização da produção agropecuária do MST junto aos assentamentos rurais, as quais serão discutidas mais adiante neste capítulo (BORGES, 2007).

[4] Essa crise foi evidenciada inclusive pelo próprio MST e por parte de estudos acadêmicos realizados por integrantes vinculados à direção do movimento, como na dissertação de mestrado de Martins (2003).

[5] Frente a esse contexto, cabe ressaltar, corroborando com Borges (2007), que o estado brasileiro pode ser considerado um dos agentes protagonistas dessa crise, pois como financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, uma vez que as políticas governamentais de crédito nos anos de 1990 foram estruturantes da implantação das cooperativas almejadas pelo MST.

Assim, as experiências das CPAs em assentamentos que não obtiveram um suposto êxito social e comercial dentre as expectativas do sistema capitalista, não significaram a inviabilidade do modelo em questão. Apenas relatam e problematizam acontecimentos comuns a muitos assentamentos nos quais a organização social e de produção eram centradas no modelo das CPAs e na coletivização. Acredita-se que o acontecimento dessa crise, na história do MST, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização sócio-culturais, políticas e econômicas dos assentados de Reforma Agrária representados politicamente por este Movimento.

2.2. A Chegada da Experiência da Agroecologia ao MST

A constituição do discurso da Agroecologia no MST ocorre em um contexto sociohistórico vivenciado no Brasil, o qual é gerador de experiências em tecnologias sociais de caráter socioambiental tanto em âmbito urbano, quanto rural junto a sua população. Em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social (BORGES, 2007).

No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados Movimentos Socais rurais, dentre eles o MST, incorporaram como uma das suas questões centrais temas relacionados a temática socioambiental, como, por exemplo, a preservação ambiental, a defesa da biodiversidade, culturas locais e a Agroecologia (PICCIN e PICOLOTTO, 2007). Dessa forma, o surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações de reprodução/transformação das relações de produção sociais nas quais se dão os processos discursivos (PÊCHEUX, 1997). Assim, um discurso novo é constituído em meio às relações sociais políticas mediante determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 1969).

Em uma conjuntura mais atual, a partir do ano de 2003, com o início do Governo Lula as Políticas Públicas (PPs) para a agricultura passam por um processo de reorientação e aumento dos investimentos, de maneira que o governo sinaliza que as PPs atenderiam de forma mais específica demandas de agricultores familiares, assentados de Reforma Agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros. A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi um dos órgãos atuantes nesse cenário, no qual os sujeitos que a compuseram também passaram a influenciar os espaços e campo político-institucional de constituição das PPs para este setor da população rural. A SAF em seus departamentos, no caso da DATER (Extensão Rural) foi composta por ex-dirigentes políticos da EMATER-RS[6], na qual se pode perceber a influência exercida no campo da institucionalidade para o debate da pauta da Agroecologia e das tecnologias de produção agrícola nessa linha, como a valorização dos produtos agrícolas considerados orgânicos junto as PPs de crédito e apoio a comercialização, por exemplo (ANA, 2007).

[6] Um desses agentes seria Francisco Caporal, o qual já foi coordenador da EMATER-RS durante o governo Olívio Dutra. Neste período ocorreu o fomento, junto à entidade, da discussão e implementação da agroecologia como alternativa junto ao sistema de assistência técnica e extensão rural, também influenciando a constituição desse discurso junto à política estadual de Reforma Agrária no RS no período de 1998-2002.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que nas fontes acadêmicas disponíveis, descreve-se que a perspectiva da Agroecologia passa a ser introduzida na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. Desse ano em diante, o discurso do MST intensificou seu conteúdo em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade (COSTA NETO e CANAVESI, 2002). Em seu quinto Congresso Nacional realizado em 2007, o MST assumiu como um de seus compromissos:

> Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno (MST, 2007).

Com isto, o MST se comprometeu em defender as sementes "crioulas" e a biodiversidade, incentivando as "práticas de Agroecologia" nos assentamentos. Ficava, porém, indicado que é um processo em construção, e que esse movimento social tenta se colocar como um ator que irá interagir nesse campo social (Piccin e Picolotto, 2007).

Nesse sentido, como aludem Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica nos mais diversos cenários está sendo impulsionada por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. A primeira representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias "verdes" para manejo da produção. No caso do MST, essa mudança seria representada pela notória constituição de projetos e ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios; utilização de biofertilizantes; plantio de lavouras em cultivo direto; uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária, dentre outras. O segundo processo está associada à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de uma alternativa de desenvolvimento sob um determinado contexto local. Ações nesse sentido são sinalizadas pelo MST tais como: criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia; constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos; criação e fomento da BioNatur[7] (Figura 02); manifestações públicas questionando as ações das multinacionais do agronegócio; realização das Jornadas em Agroecologia; entre outras atividades. Nesse contexto, cabe considerar a influência e a ação dos mediadores técnicos, como por exemplo, ONGs nacionais e internacionais e a Via Campesina (ainda um dos seus principais aliados políticos na atualidade), e ainda, as políticas públicas e assistência levadas a cabo.

No Brasil cabe ressaltar que o MST também participou, por meio de seus representantes, de diversos eventos e espaços políticos, tanto na esfera governamental, acadêmica como nos meios de comunicação enunciando seu

[7] A BioNatur se constitui em um projeto estratégico para o MST e para inúmeras organizações de pequenos agricultores, constituindo uma rede nacional de produção e comercialização de sementes agroecológicas de hortaliças.

discurso em relação às pautas socioambientais e da Agroecologia. Nesse sentido, um dos principais eventos dos quais o MST participou foram os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e a organização da Jornada de Agroecologia no estado do Paraná há quase nove anos, este junto a outros Movimentos Socais vinculados a Via Campesina.

Mais uma forma de mobilização política e enunciação de seu discurso realizada pelo Movimento acerca das pautas socioambientais, estão ocorrendo em locais onde as transnacionais vinculadas ao agronegócio estão territorializando e instalando suas plantas industriais e desenvolvendo seus sistemas de produção no Brasil. Dentre essas empresas as mais citadas em seu discurso e alvo de suas mobilizações e ações políticas são a Syngenta, Monsanto, Aracruz Celulose e a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce, após sua privatização em 1996.

Mediante a participação nestes eventos em escala nacional, internacional e em ações, atos e manifestações públicas foi percebida a influência e a incidência do discurso ambiental e agroecológico do MST, o qual foi enunciado de forma efusiva por seus dirigentes políticos.

Do mesmo modo, no aspecto acadêmico devem ser consideradas as contribuições dos pesquisadores e professores da Escola de Estudos Avançados em Campesinato – Córdoba/Espanha, as quais fomentam estudos e pesquisas no âmbito epistemológico-conceitual com foco na Agroecologia. Dessa forma, para situar conceitualmente esse processo é fundamental apresentar algumas considerações que permeiam uma análise mais abrangente em relação à Agroecologia. Para esses estudiosos, a Agroecologia constitui-se como um campo de estudos que ambiciona um manejo ecológico dos recursos naturais e uma ação coletiva participativa capaz de reconduzir o eixo alterado da co-evolução social e ecológica da sociedade.

A Agroecologia surgiu como um enfoque novo para o desenvolvimento agrícola, sendo mais sensível às complexidades das agriculturas locais e ampliando os objetivos e critérios agrícolas, para abarcar prioridades como a sustentabilidade, seguridade alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos com igualdade, junto com o objetivo de uma maior produção agrícola (ALTIERI, 1991). Na problematização relativa à Agroecologia, levam-se em conta também as contribuições de Eduardo Sevilla Guzmán[8] e Stephen Gliessman Um modelo de produção que tenha em vista a questão socioambiental pode constituir sistemas de agricultura alternativa, potencializando a biodiversidade ecológica, a diversidade sociocultural e o desenvolvimento local das comunidades (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, 1996). Assim, a Agroecologia deve ser percebida nesse aspecto acadêmico também por meio destes sujeitos, pois estes compõem o campo político no qual se formou e constituiu o discurso adotado pelo MST..

[8] Eduardo Sevilla Guzmán também já realizou trabalhos de assessoria e elaboração de publicações tanto para a Via Campesina quanto para o MST, em relação à temática do campesinato e agroecologia. Exemplo disso é a publicação "Sobre a evolução do conceito de campesinato" editada pela Expressão Popular (editora vinculada ao MST), no ano de 2005.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante essa revisão bibliográfica de estudos e materiais relativos à Agroecologia no MST percebeu-se que esse discurso não se forma exclusivamente pelo MST ou somente junto à Via Campesina de forma isolada, uma vez que a Agroecologia tem uma estruturação interdiscursiva[9] na qual sujeitos/mediadores[10] interagem, disputam e influenciam político-ideologicamente a formação deste processo discursivo. Em meio a esse conjunto de inter-relações sociais e políticas que se constituem no MST, ao discurso da Agroecologia associado ao socioambiental se conforma como um processo permeado por conflitos e divergências as quais perpassam a mediação desse discurso por parte dos sujeitos atuantes no movimento, pelas entidades do terceiro setor (ONGs, Associações, entre outras), Universidades, Estado, instituições as quais também tem sujeitos que produzem discursividades em relação a esse discurso.

Portanto, as experiências acumuladas pelo MST em referência à Agroecologia e ao discurso nessa temática são oriundas de um interdiscurso com peculiaridades do Movimento, mesmo que provenientes de outros espaços e de diversas correntes de pensamento políticas e teóricas nacionais e internacionais. Como alude Rodrigues (2006), o conteúdo discursivo materializado (de forma pontual ou de forma geral) pelo MST relativo à Agroecologia tem como efeito, entre outros, estabelecer contato direto ou indireto com organizações da sociedade civil, do terceiro setor, partidos políticos, sindicatos, associações, Movimentos Socais rurais e urbanos geral, entre outros.

Outra variável possível de ser percebida é que o MST ao deliberar em seus espaços políticos e por meio da ação de sua base social em atuar e discursar acerca de pautas diferenciadas, como os da Agroecologia, abriu possibilidades de os sujeitos interagirem em outros espaços de relações sociais. A partir disto ocorreu no MST o que pode ser considerado como um processo de hibridação de múltiplos recursos materiais, discursivos, simbólicos e cognitivos (IBARRA et al, 2002).

Pode-se perceber que o discurso da Agroecologia no MST não é apenas sustentado sob preceitos de preservação/preservacionista em relação ao meio- ambiente e aos sistemas de produção agropecuária. Ao ser enunciado esse discurso o MST busca debater, junto com os seus apoiadores, uma pauta socioambiental mais ampla e assim busca debater as suas diversas relações com o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e internacionalmente. Isto envolve, por exemplo, dentre diversas pautas, a questão da apropriação dos recursos naturais e territórios por parte das indústrias transnacionais instaladas no Brasil, inclusive as vinculadas ao agronegócio e o estímulo dado pelo Estado para o crescimento e estabelecimento econômico dessas empresas.

[9] O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva (ORLANDI, 1999).

[10] Esses sujeitos/mediadores seriam colaboradores políticos que fazem intermediações junto a governos, organizações do terceiro setor, que elaboram e fazem parceria junto a projetos para captação de recursos. São, geralmente, técnicos de extensão e assistência técnica rural que trabalham junto aos assentamentos, bem como, pessoas contratadas para prestação de serviços técnicos ao MST.

Já o Estado no Brasil transparece ter no atual governo ações políticas e um discurso dúbio, tanto sobre sua relação com o MST, como em relação à questão do debate acerca da Agroecologia. Isto pode ser percebido pelo montante assimétrico de recursos destinados ao fomento do agronegócio e da agricultura familiar, bem como o conjunto de ações em prol de um modelo de desenvolvimento agrícola nos preceitos da agricultura moderna ou convencional. Cabe também considerar as ações e os planos do governo que pautam a Agroecologia como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a linha do PRONAF- Agroecologia e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Assim, ao mesmo tempo em que é enunciado um discurso de apoio ao tema e à Reforma Agrária, também há ações do governo, em grande medida, de apoio e fomento ao agronegócio e à concentração da posse das terras agricultáveis do país para a expansão do agronegócio incentivada com recursos públicos.

Finalmente, de forma alguma foi buscado encerrar uma total e definitiva compreensão acadêmica acerca da problemática apresentada nesse caso. Pois essa dissertação além de ser um exercício acadêmico com limitações, devido à limitação de laudas, reportou-se a um objeto específico, resultado de um dos capítulos de um trabalho de dissertação. Dessa forma, esse estudo deve ser considerado como mais uma das pesquisas realizadas e que tratam das temáticas relativas à Agroecologia, ao MST e a Reforma Agrária, bem como mais uma ferramenta de discussão, provocação e questionamentos junto ao Grupo de Trabalho da Rede de Estudos Rurais em 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M.A. **La Agroecologia y el desarollo en América Latina.** In: Agroecologia y Desarollo. Revista del CLADES, año I, nº I, p. 25-36, marzo, 1991.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Financiamento da Transição Agroecológica.** Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Tiragem: 1000 exemplares. Junho, 2007.

BARCELLOS, S.B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST.** Rio de Janeiro-RJ. CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado. 2010.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad.: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES, J.L. **A transição do MST para a Agroecologia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 183f.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas.** São Paulo,Brasiliense, 1990.

BRASIL. **LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003.** *Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm. Acessado em: 03/08/2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

CALDART, R.S. "**O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo"**. Estudos Avançados, 43 (15), São Paulo, 2001.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia**: **as bases cientificas da agricultura alternativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 237 p.

CARDOSO, FH. **Avança Brasil: proposta de governo/Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: s.ed., 1998.

COELHO, V. P.; SILVEIRA, C. A. da. **A Agroecologia e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, legitimando modelos de agricultura e de desenvolvimento rural?** .In: 47.º Congresso da SOBER, 2009, Porto Alegre. 2009.

COMPARATO, B.K. **A ação política do MST.** São Paulo em Perspectiva, 2001, vol.15, n. 4, ISSN 0102-8839.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de aquisição de alimentos. Brasília, 2008.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/ agriculturaFamiliar/ paa_o_que_e.html>.Acesso em: 04/08/2009.

CORDEIRO, A. et al. **Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil – Relatório preliminar do Estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais no campo no Brasil, 2003.** In: www.deser.org.br (acessado em 10/10/2004).

COSTA NETO, C.P. L.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?** In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia. México: Clacso, p. 203-215. 2002.

COSTABEBER, J.A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva.** Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

DA ROS, C.A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002).** 2006. 475p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Instituto Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

DELGADO, G. **Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea.** Versão Preliminar (mimeogr.), 2004.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3^{0} ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FAO/INCRA. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.** Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt *et alii*. Agosto/1998.

FERNANDES, B.M.; STEDILE,J.P. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRANTE, V.L.B. **Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas.** In: MEDEIROS, L.S. et al. (org.). Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná.** Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". UNICENTRO – Presidente Prudente. 2008.

IBARRA, P; PUIG, S.M; GOMÁ, R. **Creadores de Democracia Radical: Movimientos Sociales y Redes de Politicas Públicas.** Movimientos sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. Espanha: Icaria, 2002, p. 9-22.

MARTINS, A.F.G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST.** São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, L.S de. **História dos Movimentos Socais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad.2004.

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em Assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul.** Florianópolis: UFSC, 2000. (Tese de Doutorado).

MST. Caderno de formação n.º 11. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** São Paulo, 1986.
MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 junho 2007.

ORLANDI, E.P. **A análise de discurso: três épocas.** In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, M. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas (SP): Pontes; 1999.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso (1969)**. In: GADET, F. & HAK,T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas:Editora da UNICAMP, 1993, p.61-161.

PÊCHEUX. M.. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975).** Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. 317 p.

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória** *in o Papel da Memória***.** 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M. B. **Movimentos camponeses e questões ambientais: positivação da agricultura camponesa?** Extensão Rural (Santa Maria), v. 15, p. 5-36, 2008.

PICCIN, M.B.; PICOLOTTO, E.L. **A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e Agroecologia.** *In:* XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007.

PINHEIRO, V.C. (1995). **Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica.** Planejamento e Políticas Públicas, Nº 12 (jun/dez), pp.63 – 88.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M.L. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial.** Brasil, janeiro de 2005. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ_009.htm. Acessado em 10 de Dezembro de 2009.

SABOURIN, E**. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?**. *Soc. estado.* [online]. vol.22, n.3, pp. 715-751. 2007,

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR**. 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.

SCOPINHO, R.A.; MARTINS, A.F.G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método.** Psicologia & Sociedade; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003.

SEVILLA GUZMÁN, E; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España.** In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, p.153-197. (Serie Estudios). 1996.

SEVILLA GUZMANN, E. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SOARES, N. **A Nova face do MST: João Paulo Rodrigues é uma das principais lideranças do MST e simboliza uma geração que começa a mudar a forma de agir e pensar dos militantes sem terra**. Revista Fórum. São Paulo, ano 0, p. 12-15, jun./2005.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Oficinas da historia). Vols.1 e 2. 1987.b.

VALADÃO, A.C.; BRANDENBURG, A. **A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná.** Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/. Acessado em: 10/08/2009.

VENDRAMINI, C.R. **Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana.** In: Célia Regina Vendramini. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. 1 ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, p. 69-90, 2002.

VENDRAMINI, C.R. **Experiência humana e coletividade em Thompson.** Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 1, n. n.12, p. 25-36, 2004.

VENDRAMINI, C.R. **Pesquisa e movimentos sociais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VIA CAMPESINA. **Cartilha da Biodiversidade, Organização Popular, Agroecologia.** 5.º Jornada de Agroecologia.2005.

ZIMMERMANN, N.C. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L.S. et al. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NOS NOVOS RUMOS DO SISTEMA LOCAL DE PRODUÇÃO SUINÍCOLA[1]

Ezequiel Plínio Albarello[2]

Jaqueline Bilibio Klauck[3]

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

RESUMO

Este artigo aborda um tema de vital importância para as organizações que, de algum modo, fazem parte do processo produtivo suinícola e que ainda aspiram a se manterem vivas, produtivas e, principalmente, competitivas, em um mercado globalizado, em que, por isso mesmo, mostra-se repleto de desafios. Realiza, também, algumas considerações quanto à realidade da suinocultura a nível mundial, brasileiro e estadual, e as comparada às formas locais de produção de suínos, sem perder o foco nas escalas produtivas. Passa, para tanto, pelo planejamento produtivo, discorrendo sobre escala produtiva e seus reflexos socioeconômicos e até mesmo sobre os contratos de integração firmados entre produtores rurais e empresas agroindustriais.

Palavras-chave: Globalização, Suinocultura e Agroindústria.

ABSTRACT

This article approaches a main theme to the organizations that, some way, made part of the swine productive process and still wishes to keep them alive, productive and mainly competitive in a globalize market in what for that show it full of challenges. Also carry out research some considerations how about a reality of pig farming in a world level, Brazilian and state and compared of some local ways of swine production do not missing the focus on the productive scales. It gone through for the productive planning broaching on the productive scale and its reflections social economics and even though about the integrations contracts firmed among rural manufacturer and agribusiness companies.

Palavras-chave: Globalization, Pig Farming and Agribusiness.

[1] Artigo produzido no Mestrado em Desenvolvimento Local Sustentável/UNIJUI/2009

[2] Comércio Exterior pela URI :Mestrando do Mestrado em Desenvolvimento/UNIJUI.e-mail: ezequielalbarello@brturbo.com.br

[3] Médica Veterinária pela UNICRUZ;Mestranda do Mestrado em Desenvolvimento/UNIJUI.e-mail: jaquebili@hotmail.com

1. Introdução

Analisar a suinocultura no Brasil é um desafio que nos condiciona a considerar a inovação e a tecnologia utilizadas neste sistema produtivo agropecuário, as quais nos levam a alguns questionamentos: Quanto à viabilidade econômica, será possível, frente aos modelos de contrato de integração entre produtor rural e agroindústria, obter lucros relevantes em relação ao capital investido e à mão-de-obra dispensada para tal? Ainda é possível, o agricultor desenvolver a suinocultura com recursos próprios? Quais são as maiores dificuldades socioeconômicas que a suinocultura apresenta considerando o sistema econômico mundial? Será que o sistema atual de produção de suínos é realmente rentável.[4]

Levando em consideração que o mercado mundial vem sendo cada vez mais competitivo, e que as empresas do setor suinícola estão buscando, como alternativa o comércio exterior, a suinocultura passa exigir grandes investimentos. Esta realidade faz com que os agricultores de menor poder aquisitivo sejam automaticamente excluídos desta modalidade de agronegócio. A diversidade genética dos suínos,que está em plena evolução,e da renovação tecnológica quanto à alimentação, a equipamentos e à localização geográfica das agroindústrias, contribuem para a competitividade do setor. Todo esse processo está diretamente ligado à demanda e à procura levando-se em consideração a escala de produção capaz de ser atingida por um único produtor ou por um único sistema produtivo.

A maior dificuldade que se apresenta ao setor,nas condições socioeconômicas em a suinocultura se encontra, consiste numa avaliação, balizada nos moldes atuais de produção e comercialização de suínos de alta qualidade e com demanda produtiva capaz de atingir metas impostas pelas indústrias aquisitoras dessa produção. Viabilizada a avaliação outro procedimento necessário é a elaboração de um diagnóstico sobre a realidade da suinocultura na região do CODEMAU (Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai). Este diagnóstico poderá basear-se-á nas condições financeiras para investimento em pocilgas, áreas de terra, água, cumprimento das leis de proteção do meio ambiente e mão-de-obra qualificada, estes, por parte do produtor rural. Já quanto às agroindústrias, diagnosticar as condições contratuais e as exigências de produtividade impostas.

Com essas informações, minuciosamente especificadas, e outros que surgirem durante a pesquisa, poderá mensurar os problemas do setor suinícola e apontar alternativas viáveis, tanto para os produtores rurais quanto para as agroindústrias.

A importância desta pesquisa reside na busca de elementos reais que poderão dar suporte para o estudo de viabilidade socioeconômica dos sistemas atuais da suinocultura na região do CODEMAU, apresentando alternativas viáveis para produção, investimento e retorno financeiro, tanto para os agricultores quanto para as agroindústrias. Acreditamos que, como a região do CODEMAU é formada por municípios pequenos e com a maioria de seus territórios distribuídos em minifúndios, faz-se necessário uma pesquisa aprofundada sobre a suinocultura e seus pormenores para dar suporte teórico e prático para o aluno pesquisador ampliar seus conhecimentos na busca da carreira profissional que almeja.

2 Aspectos socioeconômicos da suinocultura

2.1 Globalização

O acelerado desenvolvimento de tecnologias de comunicação e o processamento de dados contribuem para intensificar o processo de globalização. Neste novo cenário mundial, as relações tornam-se mais transparentes, com trocas comerciais baseadas mais na competição do que na proteção. Para Torres 2000, o fenômeno da globalização caracteriza-se pela redução da capacidade de intervenção e regulação da economia dos Estados Nacionais. Os limites territoriais vão perdendo a importância, e os países tornam-se cada vez mais próximos, pois "Globalização é a unificação do mercado em escala planetária". (MAIA, 2000, p. 61).

Então, a globalização é a capacidade que dois ou mais países possuem de fazer um intercambio de informações, tecnologias, pessoas, materiais, melhorias, fazendo com que as nações cresçam juntas na busca de qualidade e crescimento social e sustentável.

Segundo Maluf (2000), o Brasil, neste processo de globalização, finalizou a década de 90 com altíssima concentração de sua pauta exportadora 18 setores respondiam por mais de 90% das vendas externas, e apenas 300 empresas eram responsáveis por 80% das nossas exportações. Apesar de todos os esforços do governo brasileiro para a promoção e diversificação das nossas exportações, estas ainda apresentam um alto grau de concentração, tanto com relação aos produtos, quanto aos países de destino, mostrando que há um longo caminho a ser explorado, e que o Brasil tem muito que crescer no comércio internacional.

2.2 A suinocultura no mundo

O ganho de produtividade, decorrente da tecnificação do setor suinícola, fez com que ocorresse uma significativa expansão do setor no país, nos últimos anos. Um salto de 36.540 milhões em 2006, para 37.048 milhões em 2007 (ANUALPEC, 2007).

Dados da Anualpec (2007) mostram que os maiores produtores de suínos são China, União Européia, Estados Unidos, Brasil, Federação Russa e Canadá, juntos responsáveis por 90% da produção mundial, sendo que os mesmos tiveram um crescimento de 2% na produtividade. , fez com que ocorresse uma significativa expansão do setor no país, nos últimos anos.

Conforme pesquisadores da FAO, calcula-se que o mundo irá produzir 105 milhões de toneladas de carne suína no ano de 2010, o que representa um crescimento de 11,44% nos próximos 2 anos. Cerca de 60% desta produção, uma bagatela de 63 milhões de toneladas estará concentrada nos países em desenvolvimento, o que demonstra que a tendência é de maior concentração de suínos nos países em desenvolvimento, decorrente do preocupante dos países desenvolvidos com o aumento da poluição provocada pelos dejetos de suínos nos países desenvolvidos.(ANUALPEC, 2007).

Neste sentido,

> Calcula-se que em 2075 a população da terra atingirá o seu ponto de saturação, passando a manter-se na faixa de 11 bilhões de pessoas. A criação de suínos, pela capacidade de reprodução da espécie e facilidade de seu manejo, é atividade chamada a responder ao desafio de produzir em quantidade proteína animal de alta qualidade para atender ao crescimento populacional. (ANUALPEC, 2002, P. 281).

Sabe-se que a produção de carne suína, como fonte de proteína animal para uso na alimentação dos seres humanos, é a de menor custo e de menor ciclo temporário de produtividade. Então é a única que pode, em curto espaço de tempo, alterar a demanda de produção de acordo com seu consumo.

2.3 A suinocultura no Brasil

Os primeiros suínos chegaram ao Brasil, no litoral paulista, na cidade de São Vicente Martim Afonso de Souza(Cavalcanti, 1984). Eram da mesma raça daquelas da Península Ibérica, existentes em Portugal. Destes animais, muitos escaparam, embrenhando-se mata adentro e formando grupos independentes.

No Brasil, a suinocultura é uma atividade relevante no setor pecuário. Tem-se um dos maiores “porcinos” do mundo, com aproximadamente 38.164.000 de cabeças, segundo (ANUALPEC, 2007). No entanto, o país não acompanhou os progressos técnicos da suinocultura ditados pela Europa e América do Norte. Somente a partir de 1960 a 1970, as raças melhoradas passaram a integrar o cenário suinícola nacional (CAVALCANTI, 1984).

Afirma Cavalcanti (1984) que o aumento da produção de suínos no Brasil é tecnicamente possível, socialmente desejável e economicamente interessante. Isto porque o país tem potencial para aumentar o desfrute do rebanho por meio da racionalização da suinocultura. Necessitamos melhorar a alimentação dos brasileiros, deficiente em proteína e energia, e este composto orgânico está presente em grande escala na carne suína.

A população suína brasileira apresenta uma maior concentração na região sul, com cerca de 17.367.000 de cabeças (ANUALPEC, 2007). A distribuição por região no ano de 2007 foi a seguinte:

- Sul: 17.367.000 de cabeças
- Sudeste: 5.141.000 de cabeças
- Centro Oeste: 3.450.000 de cabeças
- Demais regiões: 5.991.000 de cabeças

2.4 A suinocultura no Rio Grande do Sul

Conforme dados obtidos da (Secretaria de Planejamento e Gestão do estado (2009), o Rio Grande do Sul contribui com o terceiro maior rebanho de suínos do país, uma participação que corresponde a 12,4% (4.222.435 cabeças) do efetivo nacional. A criação de suínos geralmente aparece associada à agroindústria, constituí-se uma das mais tradicionais cadeias produtivas do Estado. Também apresenta grande destaque nas exportações ao responder por 26,3% das exportações brasileiras do setor, crescendo 260% entre 1996 e 2003.

O rebanho está bem distribuído pelo território e conta com produção em todas as regiões do Estado, destacando-se entre elas o Vale do Taquari com 14,33%, a Serra com 11,86%, Norte com 7,92% e Fronteira Noroeste com 7,43% do rebanho estadual, no período 2004 a 2006. Os municípios que apresentam maior produção são Santa Rosa, com rebanho de 80.598 cabeças, Putinga com 64.475 cabeças; Itaqui com 63.676 cabeças e Arroio do Meio 61.051 cabeças. Os demais municípios possuem rebanho inferior a 60.000 cabeças, no

entanto, o efetivo de suínos também é significativo em diversos outros municípios, com 118 municípios possuindo um número superior a 10.000 cabeças.

2.5 Modelo brasileiro de integração da cadeia produtiva da carne suína

Com a alteração dos sistemas e arranjos produtivos da cadeia suína no Brasil, houve algumas alterações importantes no sistema de criação e manejo do suíno, as quais representaram uma enorme alteração no quadro econômico social do setor.

> O modelo de integração entre agroindústria e produção rural surgiu na década de cinqüenta, mas teve sua maior expansão a partir da década de setenta e auge na de oitenta. Tal modelo foi caracterizado pela transação via contrato formal, na qual a empresa integradora se situava, na maioria das vezes, a montante, fornecendo medicamentos, reprodutores de genética de ponta, ração e assistência técnica; bem como a jusante, adquirindo o suíno pronto para o abate (MIOR, 1992, P. 298).

Ainda, conforme (MIOR, 1992), os produtores caracterizavam-se por possuírem pequenas propriedades, com produção diversificada, mão-de-obra familiar, condições financeiras para obter crédito e por situarem-se em um determinado raio de distância da agroindústria. Naquele momento, este perfil chegava a ser uma exigência da integradora, pois esta compreendia que, na propriedade de produção diversificada, a suinocultura seria apenas mais uma fonte de renda. Quanto à mão-de-obra, a empresa acreditava que um empregado não teria os mesmos cuidados que a família na atividade de produção. De outro modo, a capacidade de endividamento do produtor reduzia a necessidade de imobilização de capital em ativos fixos por parte da empresa. Com relação à menor dispersão espacial das granjas, a empresa buscava eficiência logística diminuindo os custos com o transporte de insumos e animais.

Com o passar do tempo, a integração foi saturando seu modelo de contratos com os pequenos produtores familiares, tendo como causa, principalmente os seguintes fatores:

a) evolução tecnológica – mudanças constantes nas instalações e equipamentos, impossível de serem acompanhadas pelo pequeno produtor;
b) aumento dos custos de transporte – um número grande de produtores recebendo pequenas quantidades de ração e fornecendo pouca quantidade de matéria-prima para a agroindústria comprometia a ineficiência do sistema;

c) o gerenciamento de grande número de integrados – com assistência técnica, e gerenciamento de centenas de diferentes contratos, eleva, os custos de transação;
d) a poluição do meio ambiente – principalmente pela contaminação das águas, uma vez que as pequenas propriedades já não possuíam área disponível para a utilização racional dos dejetos.

Por tudo isso, na década de noventa, passou a ocorrer uma realocação espacial dos sistemas de integração, sem, no entanto, serem abandonadas as regiões onde se deu origem o sistema no Brasil. Surge então a estratégia de expansão para regiões que permitissem maior economia de escala, sem a ocorrência dos velhos problemas que levaram à saturação modelo anterior.

Para (HELFAND E REZENDE, 1998, P. 30-31), quando uma grande agroindústria de aves e suínos instala-se na região Centro-Oeste, esta escolha não se deve somente a vantagens, como o preço de insumos básicos, segundo os mesmos autores, parte desta vantagem seria perdida devido aos custos de transporte, tanto para o grande mercado da região Sudeste, quanto para a exportação. Assim, porder-se-ia se afirmar que alguns outros fatores deveriam condicionar a tomada de decisão.

Para vários autores, a realocação dessas agroindústrias vai depender, também, de outros importantes fatores (vantagens), tais como:

- Oferta e qualidade de mão-de-obra,
- Infra-estrutura, disponibilidade de carne bovina (para embutidos que necessitam deste tipo de carne),
- Condições climáticas favoráveis, tanto para a criação, como para a produção de grãos (Favareto Filho e Paula, 1998, p. 125),
- Incentivos fiscais (Helfand e Rezende, 1998, p. 32),
- Áreas que permitem a distribuição benéfica dos dejetos, favorecendo a questão ambiental,
- Economia de escala, logística (Helfand e Rezende, 1998, p. 32-33),
- Programas de desenvolvimento regional,
- Adoção de novas tecnologias,
- Novas formas de organização da produção, diminuição dos custos de transação por meio da reorganização das instituições de integração,

- Expectativas sobre preços de grãos no futuro devido ao crescimento da produção,
- Redução futura dos custos de transporte, (Helfand e Rezende, 1993, p. 32-33);
- A capacidade de investimento e reinvestimento do produtor.

Disso, todos os fatores limitantes acima citados, que levaram à saturação do sistema tradicional de integração na região Sul, não existiriam no Centro-Oeste, onde, havia um campo fértil para se implantar a estrutura de governança com os contratos de integração, com grandes e médios produtores. No entanto, este tipo de integração não foi aceito pelos produtores da região, as empresas não conseguiram estabelecer seu programa de integração de forma a respeitar os interesses dos produtores, sem lançar mão de imposições.

Com a fuga de algumas indústrias para a região Centro-Oeste, houve uma diminuição de oferta de integração para os pequenos produtores da região Sul. Tento em vista este problema, o mercado da suinocultura partiu para uma nova formação de parceria, excluído de vez os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul, produtores estes incapazes de investir e reinvestir para produção de suínos em parceria com as grandes empresas agroindustriais.

3 Considerações finais

Como pudemos constatar, está aumentando, nos últimos anos, o número de cancelamento de contratos das agroindústrias com aos agricultores produtores de suínos. As alegações para o cancelamento são muitas, como: questão ambiental, falta de capacidade de reinvestimento conseqüência do minifúndio, falta de qualificação profissional para manejo de suínos.

O fator predominante é a questão ambiental, que deve ser assumidas integralmente pelo produtor, cujos conhecimentos em relação aos impactos ambientais são superficiais o que o lhes permitem defini-la. A gestão inadequada dos dejetos pode- se tornar uma ameaça para o solo, para a qualidade da água e do ar, para a saúde dos animais e dos seres humanos. Como o objetivo deste trabalho é identificar problemas socioeconômicos AB` Saber (1998) ressalta que impacto ambiental consiste em qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia resultante das atividades humanas, as quais, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades socioeconômicas; a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

Quanto à falta de capacidade de reinvestimentos nas estruturas físicas de produção, observamos que elas resultam da baixa produtividade. Como já salientamos, 90% das propriedades pertencentes a região do CODEMAU são de minifúndios, com pequena produtividade, entrada de recursos muito baixa, cobrindo apenas as despesas de produção e de sustentabilidade familiar. Assim, as sobras financeiras referentes à produção rural são muito baixas e incapazes de atender a futuros reinvestimentos em reformas ou ampliações de espaços físicos, visando às exigências acompanhamento tecnológicas e ao aumento da produtividade requeridas contratualmente.

Quanto à realidade atual, notamos uma forte diminuição do número de produtores, em detrimento a quantidade mínima exigida pelas agroindústrias, o resultado não poderia ser outro: a acumulação produtiva para poucas propriedades, justamente aquelas que preenchem os requisitos impostos pelas agroindústrias. Em suma, a pequena propriedade está excluída desta cadeia produtiva, pois não possui condições básicas para a produção em escala e com a qualidade exigida.

Como sugestão, fica a idéia de se estabelecer e fortalecer as atividades de planejamento, manejo, ensino e informação, relativas ao uso da terra, para a agricultura e dos recursos terrestres. Iniciar e manter grupos voltados ao planejamento, manejo, conservação dos recursos terrestres agrícolas nas comunidades, com o objetivo de contribuir para a identificação dos problemas, o desenvolvimento de soluções técnicas e a implantação de projetos que viabilizem também a pequena propriedade.

REFERÊNCIAS

ANUALPEC 2007. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2007.

AB' SABER, A. N. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. IN: **Previsão de impactos**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CAVALCANTI, S. de S. **Produção de Suínos**. Campinas: São Paulo, Icea Campinas, 1984.

FAVARETO-FILHO, P.; PAULA, S. R. de. **Um estudo de integração a partir do Projeto Buriti da Perdigão**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 1998.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **Mudança na distribuição especial da produção de grãos, aves e suínos do Brasil: o papel do Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MAIA, J. de M.. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2000.

MALUF, S. N. **Administrando o comércio exterior do Brasil.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MIOR, L. C.. **Empresas Agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).

SPG. **Secretaria de Planejamento e Gestão**, 2008. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/. Acesso em abril de 2009.

A MODERNA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO SOBREPOSTA/IMPOSTA A TERRITÓRIOS RURAIS CAMPONESES: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Fernanda Testa Monteiro[1]

Doralice Barros Pereira[2]

[1]Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – E-mail: fernandamonteiro5@hotmail.com]

[2]Professora Adjunta do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

A partir de uma reflexão teórica, visamos compreender melhor as transformações no uso e na apropriação de territórios de comunidades rurais camponesas no contexto das Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral. Essas UCs, enquanto categoria da modernidade e partícipe da produção capitalista do espaço, apresentam, no contexto atual brasileiro, novas roupagens institucionalizadas por políticas públicas ambientais, e continuam gerando conflitos ambientais territoriais ao mesmo tempo em que incitam à construção de iniciativas e movimentos de resistência.

Introdução

De um ponto de vista mais urbano do que *rural*, a valorização urbana divide a opinião pública e o discurso científico. Para alguns, o espaço rural está direcionado a um declínio irreversível; para outros, ele é submetido a um surpreendente renascimento (JEAN, 1999a). Na segunda perspectiva, a *ruralidade* confirma-se na forma *territorial* da vida social (JOLLIVERT, 1988 citada por JEAN, 1999b). Dada a proximidade com um centro urbano, o espaço rural é então reconhecido como gerador de oportunidades ou pela reorientação de suas atividades e pela prática de uma agricultura alternativa (BRYANT *et al.,* 1982).

Um dos marcos referentes à temática ambiental na modernidade diz respeito à criação de áreas "naturais" protegidas - as unidades de conservação. Forjadas no imaginário urbano,

tendo como referência a dicotomia sociedade/natureza, aparecem, em especial, as unidades de proteção integral. Comumente elas são materializadas nos espaços rurais, sobrepondo-se a *territórios* já constituídos historicamente.

No Brasil, instrumentos legais voltados ao meio ambiente ainda se mostram insuficientes para barrar as imposições de determinadas UCs sobre a vida das comunidades atingidas. Em consequência, os *conflito*s emergem de uma assimetria de poder nem sempre evidente. Entre eles, destaca-se a ação do Estado voltada para a produção capitalista do espaço, que subjuga territórios de *comunidades rurais camponesas*.

Objetivos

Este ensaio busca explicitar a necessidade cada vez mais premente de se pensar o rural e a ruralidade, em sua riqueza de produção do espaço e de vida e face às roupagens atuais e diversificadas que as UCs de proteção integral apresentam e impõem. A conexão entre as UCs de proteção integral, enquanto uma categoria da modernidade, e a produção capitalista do espaço oculta diversas interfaces/embates geradores de conflitos ambientais territoriais, ao mesmo tempo em que incita à construção de iniciativas e movimentos de resistência.

Metodologia Utilizada

A revisão bibliográfica possibilitou a articulação de um conjunto de autores e interpretações que nos ajudaram a verificar as imbricações e desdobramentos das relações rural/urbano, apropriação e uso espacial, local/global, enfim, a produção do espaço na modernidade. Esses nexos foram verificados tendo-se como referência as unidades de conservação de proteção integral que se assentam em territórios rurais camponeses, com prioridade nas mobilizações face às conseqüências/conflitos que encerram.

Referencial Teórico e Conceitual

Os cinco conceitos principais que subsidiam a presente análise referem-se a *rural, ruralidade, território, comunidades* e *resistências*.

O rural, baseado em Wanderley (2000), constitui uma categoria políticoideológica e transacional que possibilita a compreensão e a construção de uma representação social em

torno do espaço e do tempo. Tal representação é criadora de identidades sociais, de mobilização e organização social de pessoas e grupos, cujas reivindicações específicas, concomitantemente, resignificam suas histórias. É oportuno ter em conta que as relações entre espaços rurais e urbanos não se despem da diversidade que as envolvem e se modificam no tempo e no espaço de uma forma dialética (mundo rural e mundo urbano).

Dessa forma, a ruralidade revalida a cultura, as práticas, a construção imaginária-simbólica e ressignifica o espaço, criando lugares que as remetem a um modo de vida singular. A interação de relações, processos e práticas constitui tentativas concretas de produção e reprodução de espaços como formas de resistência ou de reexistência: "a vida contraditória invade e perturba a racionalidade redutora imposta. Nesse momento, mesmo que residualmente, existe apropriação" (DAMIANI, 2001, p. 54). A resistência constitui e reconstitui sujeitos, valores e referenciais culturais e legais, novos espaços de deliberação, novas territorialidades. Coloca-se em xeque a ordem/desordem do sistema que impõe e converte vida em valor, condicionada pelos processos de produção e consumo do modo de produção capitalista e, também, pelos ciclos do capital.

Numa perspectiva de realidade "ideal", o território incide sobre a construção de símbolos e representações para além de sua base material. A geografia humana estuda as forças que interagem entre si, para compreender um território e seus usuários, com ênfase no papel dos atores. O território detém uma função social e simbólica: "sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: (é desconhecer que) perder seu território é desaparecer" (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 citado por HAESBAERT, 2007, p. 51, inclusão nossa).

Face a situações de conflito, a noção de comunidade, enquanto ator coletivo, é mobilizada para a defesa do território ou para a construção de projetos comuns. Na busca pelo reconhecimento de seus direitos, a própria comunidade reconstrói-se como esfera de ação coletiva (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005). As comunidades rurais camponesas constroem suas territorialidades ao longo do tempo, privilegiando a relação com a natureza - estruturadora da vida material e social -, e da qual se percebem como parte. Para Woortmann (1990), a ética camponesa, constitutiva de uma ordem moral, descreve as relações dos homens entre si e com as coisas, especialmente com a terra. Algumas categorias culturais centrais da cultura camponesa brasileira - *terra, trabalho, família e comida* – mostram-se imbricadas.

As tentativas de preservação do ambiente, na reconstrução de paisagens, recuperação de zonas degradadas, exigem uma ação mais engajada, com um maior número de atores, cuja

sensibilidade e criatividade sejam ascendentes. Entretanto, frequentemente, o que observamos são situações de relação desigual de poder entre os atores sociais, o que termina por expropriar e obliterar comunidades rurais camponesas.

As UCs de proteção integral – modernidade/colonialidade

Após a Revolução Industrial, em função da acumulação capitalista, a degradação ambiental aumentou significativamente e áreas nativas diminuíram. A produção capitalista transformou a terra e a natureza, enquanto recursos naturais, em mercadoria. As áreas naturais passaram a ser vistas também como o lugar do descanso, da renovação espiritual e do lazer urbano, passando, assim, a terem um caráter de uso público. Tal gama de usos pode ser considerada uma mudança nas práticas e ações de proteção da natureza (VALLEJO, 2003).

O primeiro parque de uso público da modernidade foi criado nos Estados Unidos no final do século XIX e objetivou preservar a vida natural selvagem e permitir recreação para os urbanos. Ele estava imbuído de uma perspectiva preservacionista, defendia a necessidade de se proteger a natureza, pois o homem era colocado em suas ações como destruidor (VALLEJO, 2003). A iniciativa inspirou outros países, como o Brasil. Estava, portanto, delineada a dicotomia entre natureza e sociedade moderna.

Até meados do século XX, os parques (UCs de proteção integral) criados em várias partes do mundo tinham um caráter preservacionista ainda incipiente. A partir daí, passaram a reproduzir conflitos entre ambientalistas preservacionistas e presença/uso das/pelas comunidades rurais camponesas. Vários debates contribuíram para a implementação de políticas, codificadas por leis, seja para a proteção da natureza para as gerações futuras, seja para a sua conservação através do bom uso e manejo dos recursos naturais, ressaltando-se a importância da biodiversidade, cada vez mais mercantilizada, a ser desvendada pela ciência (MEDEIROS, 2003). Esses mesmos argumentos permanecem no século XXI.

A temática ambiental ganhou o cenário global e inaugurou a fase de cooperação e de conflitos internacionais e acordos multilaterais, "tendo em vista uma agenda ambiental planetária" (CASTRO JÚNIOR *et. al.*, 2009, p.34). Os zoneamentos econômicos e ecológicos, as políticas e planos de ação definidores de áreas prioritárias, bem como a preservação, pautam-se por critérios científicos e programas financiados por agências como o Banco Mundial. As UCs, categoria da modernidade, estabelecem-se com o incentivo e apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais. A exportação dessa política para os países tidos como em desenvolvimento

resulta em uma maior concentração das UCs em ecossistemas nativos – ricos em recursos naturais aos olhos do capital.

Mignolo (2003) contextualiza a modernidade como uma ideologia fortemente ancorada em uma episteme que, da teologia, vai à ciência, passa pela filosofia secular e se autodefine como ponto de chegada da humanidade – o que se tornou um mito. A modernidade como referência de padrão social de desenvolvimento global representou, ao mesmo tempo, colonialidade enquanto negação epistêmica planetária e dominação. Daí a dupla face modernidade/ colonialidade – densa e silenciada, afeita particularmente ao poder e ao saber, cujas referências eurocentradas contavam com narrativas pautadas na raça, gênero, religião e capitalismo. Uma das expressões mais significativas desse processo foi/é a construção do evolucionismo linear e do dualismo dicotômico – que separa, fragmenta e controla.

As UCs de proteção integral centradas nessa ideologia e partícipes do padrão de poder global e hegemônico condicionam a relação entre os homens e a natureza dicotômica, fragmentada, que se produz e reproduz no espaço. Para Lefebvre (2008), o capital passa a se re-produzir através da re-produção das relações sociais de produção, que, desafinadas com a reprodução dos meios de produção, busca efetuar-se através da cotidianidade no espaço inteiro. O espaço aqui, fragmentado, é considerado como sendo lugar e meio da prática social, onde normas reinam e as conexões são coercitivas (LEFEBVRE, 2008). O espaço é produto social e histórico, político e ideológico. E a natureza é, simultaneamente, "posta em pedaços, fragmentada e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista" (LEFEBVRE, 2008, p.54), de modo que a produção do espaço vincula-se aos grupos que dele se apropriam, para geri-lo a partir de normas criadas ao longo do tempo.

As UCs de proteção integral alinham-se a regras vinculadas à produção capitalista do espaço, pois com ele não rompem e, sim, representam a sua face oposta complementar, corroborando com a dicotomia destruição/proteção – sociedade/natureza. Não questionam, necessariamente, o padrão de produção e consumo da modernidade, mas organizam o espaço a partir de políticas ambientais eurocentradas, voltadas para o "desenvolvimento sustentável".

A dicotomia existente nos países em desenvolvimento é aquela que exclui socialmente povos e controla os recursos naturais, seja para a reserva de capital, seja para a adoração da natureza pelos urbanos, ou, ainda, para a pesquisa científica e produção de serviços ambientais destinados à sociedade urbana, como produção de água para o abastecimento das

cidades. Os recursos naturais são explorados cotidianamente pelo capital (no caso dos parques), configurando o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 1996).

Processo com dupla face modernidade/colonialidade, o desenvolvimento sustentável robustece em países como o Brasil. Com o papel de "guardiões dos recursos naturais remanescentes", sob uma agenda internacional global para a preservação da natureza imposta através de pressões aos Estados-nação, os países em desenvolvimento cumprem eficazmente suas metas por meio da colonização interna, nacional.

Ainda que haja um *continuum* entre cidade e campo (MÁRQUEZ, 2002), há também contradições nas relações e processos no que diz respeito à relação rural-urbano e meio ambiente. Existe toda uma assimetria de poder nas relações sociais que diferencia os papéis a serem desempenhados quanto à temática ambiental. Da mesma maneira que países desenvolvidos impõem a países em desenvolvimento a preservação do meio ambiente, o urbano brasileiro o faz ao rural – reproduzindo o olhar colonizador interno no país.

Por que cabe somente ao rural preservar a natureza para a geração de *serviços ambientais* (água, sequestro de carbono e ar puro), favorecendo-se o urbano poluidor desenvolvido? Seria um processo de subordinação e reforço da mercantilização da natureza? Tal condição tem gerado normas rígidas, a exemplo das UCs de proteção integral em áreas rurais, que se expressam em leis e fiscalização severa às comunidades que ali se encontram, além de punições, multas e ameaças.

Ao serem implementadas, as UCs de proteção integral se deparam com a produção não-capitalista do espaço de comunidades rurais em seus territórios de vida, os contra-espaços (LEFEBVRE, 2008). Esse espaço vivido e território social de comunidades rurais camponesas torna-se palco de um conflito ambiental[1] de caráter territorial. Grupos distintos, com racionalidades díspares na relação com a natureza e na concepção econômica e política do espaço, disputam o mesmo território. Tais UCs configuram-se, assim, como a-históricas, a-temporais e a-relacionais.

Esse tipo de conflito, verdadeiro confronto entre visões sociais de mundo[2], traz dificuldades para o acordo/consenso, nas sobreposições de territórios, de projetos de vida e de acúmulo de poder diferenciado. Para impor-se, a colonização mobiliza múltiplas ferramentas,

[1] "conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território, o qual alude a territorialidades para além dos espaços físicos, sociais e culturais subsumidos pelo ambientalismo neoliberal dito pragmático ou de resultados..." (ZHOURI *et. al.*, 2005, p.12)

[2] As visões sociais de mundo seriam todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representação, idéias e orientações cognitivas (LÖWY, 2002).

como leis e direitos, sem descartar, se preciso for, a opressão militar, o acesso às informações, aos recursos financeiros e à rede de relações.

As faces atuais da política de conservação no Brasil

Diversas UCs de proteção integral implementadas no regime militar (1964/84), de par com um desenvolvimentismo tecnocrata e burocrático do Estado, explicitaram uma política conservacionista em umcontexto centralizador e autoritário. Muitas delas agravaram conflitos territoriais já existentes, para atender demanda do próprio Estado pelo controle dos recursos. Tal aspecto refletiu nos mecanismos de gestão, emergindo como prioridade o combate às infrações legais oriundos de pressões sociais nessas áreas (COSTA JÚNIOR *et. al.,* 2009).

Embora haja o desejo por mudança na postura dos órgãos implicados na questão ambiental, surgem diversas contradições, determinações e conflitos. No Brasil, os processos de implantação de UCs de proteção integral continuam sendo violentos, eis que servem/servirão como estratégia de reserva de capital – da mineração, por exemplo (COELHO *et. al.,* 2009). Quanto à biodiversidade, esta passou a ser vista como questão estratégica (BECKER, 2001), de médio e longo prazo, pelo valor a ela agregado.

A despeito da exigência de realização de audiências públicas, notadamente com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, muitas perdem sua objetividade ou nem são efetuadas. Inúmeros impasses atingem as UCs nacionais (p. ex. sobreposição de categorias, inoperância dos órgãos públicos, falta de orçamento para pagamento das indenizações, execução de planos de manejo e peso político), evidenciando a desigualdade de poder nas disputas travadas quanto à definição de limite e tipo de uso dessas áreas naturais protegidas (COELHO *et. al.,* 2009), bem como sua localização e situação.

A arrecadação de recursos financeiros para a implementação de UCs tem como um de seus principais instrumentos os mecanismos de *compensação ambiental* (SILVA, 2005). O SNUC exige que pelo menos 0,5% do montante total de projetos de desenvolvimento, públicos ou privados, que tenham significativo impacto ambiental (hidrelétricas, mineração, etc.) sejam voltados à criação e implementação de UCs. Todavia, boa parte dos parques federais (categoria que corresponde à maior extensão preservada no país) criados desde a década de 60 ainda não foi legalizada ou completamente efetivada devido ao alto custo de regularização fundiária (SILVA, 2005) e à própria complexidade da questão. A maioria ainda não conta com um conselho consultivo gestor e mais da metade está fechada para visitação.

Na verdade, essa possibilidade legislativa e financeira permite que os empreendedores se valham da criação de UCs de proteção integral, ou invistam em seus projetos de implementação, como uma compensação pela degradação causada em outro local, compreendendo, portanto, uma transferência geográfica de passivos ou de benefícios. Alianças entre ambientalistas preservacionistas, Estado nacional e capital têm garantido o apoio, o reconhecimento e a normatização de parte das estratégias de *modernização ecológica*[3], não enquanto "tecnologia limpa", mas como solução técnica para a questão ambiental na modernidade. As soluções promovem o transbordamento, do território, de projetos econômicos para além da sua planta e reforçam a produção capitalista no espaço. Ademais, nas propagandas feitas pelas empresas, os *selos verdes* agregam valor econômico aos produtos postos no mercado.

Recentemente, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais aprovou a averbação de reserva legal de propriedades rurais no interior de parques, desde que sejam áreas de tamanho equivalente, localizadas no mesmo bioma e otto-bacia hidrográfica (Deliberação Normativa 132 e 138 de 2009). O interessado deve provar a impossibilidade de averbação na própria propriedade, comprar a terra do atingido pela UC de proteção integral (no interior ou no entorno), averbá-la em sua escritura e doá-la ao Estado, sem a necessidade de recomposição da área. A terra deve ser titulada e geo-referenciada. Para o COPAM, o intuito é "acelerar a regularização fundiária da UC de proteção integral", o que corresponderia ao que o Estado denominou *compensação social da reserva legal.* Entretanto, tal medida pode se tornar uma via de desmobilização social e de expropriação dos atingidos pela UC, vindo a compor uma outra face da modernização ecológica.

Quanto à questão fundiária, em todos os ciclos econômicos do Brasil, a estrutura social foi caracterizada pela concentração de terras e renda (GONÇALVES, 1995). A alocação das UCs de proteção integral se dá comumente em áreas rurais tidas como terra devoluta e de topografia mais acidentada. Tais terras, anteriormente marginais aos interesses do capital, agora irão compor seus novos ciclos sob novas roupagens e signos. Coincidência ou não, essas UCs se assentam sobre áreas em regime de uso comum (e informal perante o Estado) por camponeses com feições variadas - geraizeiros, vazanteiros, quilombolas, etc.

[3] Esse conceito se mantém na lógica econômica atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a *degradação ambiental*, "economizando" o *meio ambiente* e abrindo *mercados* para novas *tecnologias* ditas *limpas*. "Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico" (ACSELRAD, 2004, p.20-21). Fala-se sobre a superação da *crise ambiental,* fazendo-se uso das instituições da *modernidade*, sem abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista de modo geral.

(ALMEIDA, 1994). Tal complexidade fundiária, enquanto produto sociohistórico, contribui para que esses camponeses tenham seus territórios mais facilmente solapados pela produção capitalista do espaço. A expropriação se dá também em função da ausência de titulação das terras.

Assim, o universo de relações camponesas - *terra, trabalho, família e comida -,* é pressionado em todas as suas manifestações. Mas os camponeses, como sujeitos ativos que são, buscam na politização de suas identidades a resistência e a luta pela manutenção de seus territórios e vidas. Produzem contra-narrativas a partir de seus saberes para questionar os atores hegemônicos. A articulação em redes e a luta pela recategorização de UCs de proteção integral e mesmo pelo reconhecimento e criação de reservas extrativistas, também instituem e constituem expressões de resistência.

Considerações finais

A dinâmica das relações sociais implica uma relação de *poder* sobre a *natureza*. Em busca do almejado *desenvolvimento sustentável,* como parte do projeto hegemônico global, "políticas verdes", com papéis diferenciados entre ricos e pobres, sul e norte, são implementadas.

As UCs de proteção integral quase sempre são vistas como objetos dados, e não como criados e disputados na sobreposição de territórios concebidos sobre aqueles já vividos. Elas constituem instrumentos de apropriação e de gestão territorial que trazem tensões, relações e alianças, frequentemente contraditórias, entre atores sociais diversos, reafirmando o espaço como social e político, como exercício de poder. Tanto o papel que o Estado exerce na implementação dessa política de preservação da natureza, ainda que ele não seja um bloco monolítico, quanto as mudanças desencadeadas por essas UCs, na relação entre as comunidades rurais camponesas e a natureza, merecem aprofundamento.

A problemática socioambiental tem sua origem em processos sociais e históricos, exigindo a revisão dos padrões de produção e consumo, desigualdade e exclusão social, organização fundiária e organização internacional do trabalho. No bojo da luta ambiental, circunscreve-se a luta de classes e de subjetividades. Entretanto, há resistência no *lugar* (Santos, 2005), e a possibilidade de se construir uma história diferente do projeto dos *sujeitos hegemônicos* está exatamente na autonomia desse *lugar*.

"*É na medida em que lutamos para transformar a realidade que a entendemos e é na medida em que melhor a*

entendemos que mais lutamos para transformá-la".

(LÖWY, 1985, p. 27).

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. **Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia**. In: Maria Angela D´Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização***.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade.** In: GARAY, I e DIAS, B. (orgs.) *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento.* Petrópolis: Editora Vozes, 2001, pp. 92-101.

BRYANT, Christopher R. *et al.* **The City's Countryside: Land and its Management in the Rural-Urban Fringe**. London: Longman, 1982.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno H.; FREITAS, Leonardo E. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas.** . In: GUERRA, A.J.T. e COELHO, M.C.N. (orgs.) *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp.25 – 65.

COELHO, Maria Célia N.; CUNHA, Luis H.; MONTEIRO, Maurílio de A. **Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política**. In: GUERRA, A.J.T.e COELHO, M.C.N. (orgs.) *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, pp. 67 – 111.

DAMIANI, Amélia L. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço.** In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-6.

DIEGUES, Antônio. C. **O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas.** In: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, pp. 279-313.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil**. In: BECKER, B. et al. (orgs) *Geografia e meio ambiente no Brasil.* São Paulo: Hucitec/UGI, 1995

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina. 2007.

JEAN, Bruno. **La construction sociale de la ruralité, la place du paysage dans les discours sur la ruralité dans la modernité avancée.** Montréal: *Séminaire Le temps du paysage.* Chaire en paysage et environnement de l'Université de Montréal, (conférence), 23-4, sept, 1999a.

_____. **La régionalité: regards croisés sur une réalité et un objet d'études**. Montréal: *Perspectives*, L'affirmation régionale, 23(1), hiver 1999b,17-31

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social.** São Paulo: Cortez, 1985.

MARQUEZ, Marta I.M. **O conceito do espaço rural em questão**. In: Terra livre. São Paulo: Ano 18, No. 19, 2002 , pp. 95-112.

MEDEIROS, Rodrigo J. **A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais**. Tese de doutorado. Rio de Janeioro: IGEO/UFRJ, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica**. In: Boaventura Sousa Santos (org.) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente.* São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, Marina. **O Programa Brasileiro de Unidades de Conservação.** In: *CONSERVATION INTERNATIONAL. Megadiversidade – Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil.* Vol. 1, No. 1, pp 22-26, 2005.

VALLEJO, Luiz R. **Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. In: *GEOgraphia*. Rio de Janeiro: UFF, Ano 4, No. 8, pp. 77-106, 2003.

WANDERLEY, Maria de N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo**. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, p. 69-129, 2001.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. B. (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

A NATUREZA NO MUNDO DA VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR: UM ESTUDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – PR

Douglas André Roesler[1]

[1]Professor Adjunto da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR – Universidade Federal do Oeste do Paraná – E-mail: douglasroesler@gmail.com

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa realizada com agricultores familiares que vivem no sul da Região Metropolitana de Curitiba, especificamente no que trata a natureza no mundo da vida do agricultor familiar. A caracterização e a reprodução social e econômica da agricultura familiar está diretamente relacionada com suas interações com o meio natural. A abundância ou escassez de recursos naturais reflete na demanda por força de trabalho e na forma que são organizados os recursos produtivos para que o agricultor, conjuntamente com sua família, possa atingir os seus objetivos. O artigo apresenta aspectos teóricos relacionados ao mundo da vida do agricultor familiar e a metodologia apresenta como que os agricultores familiares foram tipificados em dois grupos. Os resultados da pesquisa demonstram o entendimento do agricultor familiar em relação a definição, importância, e capacidade de resiliência da natureza. Espera-se, desta forma, contribuir nas discussões e reflexões sobre o agricultor familiar e o desenvolvimento do rural na perspectiva socioambiental.

Natureza e o mundo da vida na agricultura familiar

Para Wanderley (2000), a busca do reconhecimento da importância do mundo rural e do seu papel nos processos de desenvolvimento deve considerar um rural que se transforma e se adapta diante das mudanças e imposições do sistema, mas ressalta-se que não deixa de existir. Desta forma, a reconfiguração do rural, na contemporaneidade, passa a contemplar as

questões ambientais que, no caso, foram desdenhadas pela modernização da agricultura brasileira. Como reação aos impactos da modernização da agricultura, caracterizada pela expansão do mercado e colonização do mundo da vida dos agricultores familiares, Wanderley (1996) aponta que estes buscaram adaptar-se aos diferentes impactos, enfrentando os novos desafios com os meios que possuíam e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Atualmente prevalece um novo imperativo – o da questão socioambiental - que já está influenciando o modo de viver e dos agricultores familiares e também os que não são agricultores. Esta questão é decorrente da crise ambiental que tomou dimensões globais e está em pauta nos meios de comunicação e nas discussões sobre políticas públicas e de desenvolvimento. Abrem-se novas perspectivas para se pensar e discutir o rural, trata-se do rural socioambiental. Brandenburg (2006, p.10) apresenta o rural socioambiental como uma característica da modernidade, sendo que este não é apenas substituído pelo moderno, "mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e juntamente com as questões ambientais passa a ser tratado como uma política pública".

As relações do agricultor familiar com a natureza são complexas e também dependem das interações com o sistema e com o mundo da vida. Utilizando-se da reflexão de Habermas (1987), definiu-se que no mundo da vida que o agricultor familiar decide e age buscando reproduzir-se social e economicamente nas suas relações com a natureza. Habermas (1992, p. 205) afirma que "o conceito de mundo da vida tem validez geral e, portanto, pode aplicar-se a todas as culturas e épocas e faz-se um conceito complementar da teoria da ação comunicativa". Desta forma, a aplicação dos conceitos do mundo da vida à realidade do agricultor familiar contempla o seu modo de viver, produzir e interagir com o ambiente natural e estabelece relações e objetivos considerando a realidade percebida na sua unidade de produção, comunidade rural e sistema, ou seja, além do mundo da vida.

Habermas (1989, p. 82) afirma que a atividade humana pode ser orientada para muitos fins, mas "é através da capacidade da ação comunicativa em se reconstruir e coordenar racionalmente que resulta na mútua compreensão e ação." Para compreender as dimensões da ação, Habermas (1989) especifica três mundos que compõem o mundo da vida: o mundo natural (objetos físicos e biológicos), o mundo social e o mundo pessoal-interior (personalidade).

Em se tratando das interações, através da ação do mundo exterior, social e pessoal existe uma diferença conceitual e de ponto de partida entre a ação comunicativa (substantiva) e instrumental. A ação comunicativa visa a mútua compreensão do mundo social, no caso, as relações do agricultor com a família, parentes, vizinhos, igreja, associações, comunidade,

município e RMC. A ação instrumental é dirigida em busca de êxito (do mundo pessoal) nas relações com o mundo exterior. O mundo exterior trata dos objetos, do meio físico e biológico e dos recursos técnicos das unidades de produção familiares. A ação instrumental visa organizar e aproveitar os recursos disponíveis para o alcance dos objetivos deste agricultor e de sua família. "A ação estratégica é dirigida no sentido do êxito no mundo social" (HABERMAS, 1989, p. 279).

Habermas (1992, p.196) afirma que as estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem pela continuação do saber válido, pela estabilização da solidariedade dos grupos e pela formação de atores capazes de responder as suas ações. "A cultura é o acervo de saber dos agricultores familiares que se abastece nas interpretações para entender sobre algo no mundo". Este saber é repassado nas sucessões familiares e reconstruído ao longo da vida, assim como adaptado e assimilado a partir das informações dos meios de comunicação, da assistência técnica pública ou privada e na ação comunicativa com o mundo social do agricultor familiar. É no mundo social que se estabelecem as regras pelas quais os participantes, em interação, regulam seu pertencimento a grupos sociais e asseguram o elo de solidariedade. Neste caso, no mundo pessoal estão as competências do sujeito capaz de linguagem e ação, isto é, estas capacidades possibilitam-lhe tomar parte dos processos de entendimento e afirmar os elos de sua própria identidade.

Segundo Habermas (1992, p.192) "o fragmento do mundo da vida relevante para determinada situação se impõe ao ator", no caso, o agricultor familiar, como problema que ele tem de resolver por sua própria conta e o leva a transformar, a modificar seu mundo da vida. Isto demonstra que o mundo da vida está sempre em transformação e adaptação. A resolução de problemas demanda habilidades individuais, de um saber intuitivo, das relações com o mundo social e dos limites e potencialidades do mundo objetivo. A ação comunicativa além de compreender o mundo social, pessoal e objetivo, também considera as dimensões do espaço social e do tempo histórico. As interações do mundo pessoal, social e exterior que acontecem pela ação garantem a dinâmica e a reprodução do mundo da vida do agricultor familiar e da sua comunidade, assim como constituem um processo de renovação ou de ruptura da tradição. Neste movimento se pautam as influências do sistema e inserem-se as questões ambientais que passam a ter significados diferenciados e afetam as práticas administrativas dos agricultores familiares.

Os sistemas sociais, no caso as comunidades rurais, realizam trocas com o seu meio natural e estas intervenções necessitam de organização. Desta forma, os agricultores familiares tratam do uso e da manutenção do substrato material do mundo da vida que é

resultante de decisões sobre o que produzir ou qual atividade é mais apropriada para a realidade da sua unidade de produção e recursos disponíveis. Na medida em que as decisões resultam em bom resultados, a forma de decidir e utilizar os meios se convertem em critérios intuitivos na solução satisfatória das tarefas, "produzem estímulos para uma especificação funcional das tarefas para correspondente diferenciação dos resultados" (HABERMAS, 1992, p. 225).

Desta forma, Habermas (1992) considera o intercâmbio de uma comunidade no seu entorno natural e social e pela teoria da ação busca-se combinar as atividades teleológicas efetuadas em termos de divisão do trabalho, combinação e incremento na capacidade de adaptação e fins do sistema social pretendida pelos participantes. A ação teleológica é definida no mundo objetivo e visa buscar um objetivo pretendido. Por exemplo, pode ocorrer associação e parcerias com outros produtores familiares e agentes de produção e comercialização, fazendo com que estes se diferenciem e se integrem para a formação de unidades sociais mais vastas. Isto demonstra as interações do mundo da vida do agricultor familiar com o sistema. Habermas (1992) observa que estas interações tendem a um equilíbrio, pois a predominância das ações do sistema pode resultar na colonização do mundo da vida. Desta forma a interação com o sistema é importante e necessária para o fortalecimento e autonomia do mundo da vida. O agricultor familiar, vivenciando outras realidades através de trabalhos, viagens, conversas com pessoas de outros lugares ou em contato com os meios de comunicação, pode encontrar subsídios para avaliar, compreender, aprender e adaptar as suas práticas administrativas.

Na medida em que a interação social nas comunidades rurais se enfraquece ou está desarticulada, as mudanças se fazem a cargo dos meios de controle no lugar da linguagem, o que significa uma desconexão na interação com respeito aos contextos do mundo da vida. Os interesses financeiros e o poder vinculam as ações que representam um trato racional com respeito aos fins. Habermas (1992, p. 259) afirma que "no contexto do mundo da vida evidenciam-se os processos de entendimento e quando isto não acontece ocorre uma tecnificação do mundo da vida".

A teoria da ação aplicada à realidade do agricultor familiar traz elementos importantes para a compreensão das interações entre o mundo pessoal, social e natural que acontecem através do trabalho da família do agricultor familiar faz visando atingir os seus objetivos. É no contexto do ambiente natural que o agricultor desenvolve ações visando a autonomia e a diferenciação do seu mundo da vida. Estas ações se desencadeiam no sentido de interferir no mundo natural para a realização das suas práticas administrativas e produtivas que irão,

também, se relacionar com o sistema através da venda ou troca de produtos, adoção ou adaptação de tecnologias, equipamentos e insumos.

02. Aspectos metodológicos da pesquisa

Os critérios de escolha das comunidades rurais tiveram como orientação a possibilidade de ilustrar a diversidade do rural da Região Metropolitana de Curitiba-RMC. Foram definidas três comunidades rurais do sul da RMC da Santo Amaro Um (39 famílias), no município de Mandirituba; Postinho (32 famílias), no município de Tijucas do Sul e Mergulhão (22 famílias), no município de São José dos Pinhais.

As definições de agricultura familiar destacam o papel preponderante da família na unidade de produção. Todavia, a diversidade da agricultura familiar suscita situações em que o papel da família tem maior ou menor importância. Nesta perspectiva, Lamarche (1998, p.63) admite a "existência de lógicas familiares de funcionamento diferentes". Visando amparar a classificação dos agricultores familiares, o autor definiu "três temas para determinar o grau de intensidade das lógicas familiares: a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento." (LAMARCHE, 1998, p. 63). Os graus de dependência da agricultura familiar contemplam o seu contexto e suas relações com o mercado, salienta-se que estas relações podem ter diferentes graus de dependência tecnológica, financeira e de mercado. Para Lamarche (1998), a capacidade de adaptação das unidades de produção diante das mudanças do contexto estão relacionadas, em grande parte, do seu grau de dependência. O detalhamento da metodologia utilizada na pesquisa encontra-se em ROESLER (2009).

Nos estudos de Lamarche (1998) foram identificados quatro tipos de agricultores familiares: empresa; empresa familiar; agricultura camponesa e de subsistência; e, agricultura familiar moderna. A classificação em quatro tipos de agricultores familiares de uma amostra de 93 agricultores familiares poderia "fragmentar" os diferentes tipos, perdendo a especificidade na sua diferenciação. Desta forma, optou-se em diferenciá-los em dois tipos Tipo 01 - Tradicional e de subsistência e o Tipo 02 - Empresa familiar.

O Tipo 01 se caracteriza por uma forte predominância das lógicas familiares e pela fraca dependência em relação ao exterior, ao mercado. As unidades de produção familiares produzem pouco, em termos de quantidade e produtividade, e utilizam técnicas tradicionais para produção. Para o Tipo 01, o objetivo principal é satisfazer as necessidades de sobrevivência da família pela garantia de alimentação e moradia.

Para o Tipo 02, a organização do trabalho é em torno da mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma noção familiar e o futuro é pensado em termos de reprodução familiar. O agricultor familiar do Tipo 02 é excelente técnico e fundamentalmente produtor. Além disso, ele é dependente do exterior. A produção é pensada em termos de renda agrícola e o trabalho, em termos de salário. As noções de remuneração e de produtividade do trabalho estão presentes neste tipo de agricultor familiar.

Após a organização e atribuição dos pesos referentes às lógicas familiares e aos graus de dependência, a tipificação dos agricultores familiares ficou assim distribuída: na comunidade de Santo Amaro, são 16 agricultores do Tipo 01 e 24 do Tipo 02; na comunidade de Postinho são 21 do Tipo 01 e 11 agricultor do Tipo 02; e, na comunidade de Mergulhão, são 12 agricultores do Tipo 01 e 09 do Tipo 02. Observa-se que o questionário (93) foi invalidado para falta de dados. Os diferentes tipos de agricultores e as diferenças entre as comunidades indicam a sua heterogeneidade entre os agricultores e entre as comunidades rurais localizadas no sul da RMC. Do total de 93 agricultores separados em Tipo 01 e Tipo 02, foi selecionado 10 de cada tipo para a realização da entrevista semi-estruturada.

03. O entendimento do agricultor familiar sobre natureza

a) Agricultor familiar: tradicional – subsistência (Tipo 01)

Visto que o ambiente natural faz parte do mundo da vida do agricultor familiar, busca-se identificar seu entendimento sobre natureza e sua importância para a sua vida e para a UPF. As respostas demonstram que os agricultores definem a natureza relacionando-a com os aspectos concretos (terra, água, floresta, animais) encontrados no local em que vivem. Trata-se de uma natureza que está próxima do agricultor familiar e é visível, pois, ao responder esta pergunta, muitos agricultores buscaram responder observando a paisagem, o entorno da sua UPF. Além disso, a definição de natureza faz referência à vida e suas condições para a reprodução da vida, sendo considerada como "dádiva de Deus", o que justifica a presença e a explicação para aspectos invisíveis da natureza como a "força que faz a semente germinar e crescer" (Produtor 61).

A definição de natureza pelo agricultor familiar está associada à vida das plantas e animais e à sua própria vida, pois é a natureza que propicia as condições (terra, chuva, ar, sol, lua) para a produção e sua reprodução social e econômica. Observa-se, que o agricultor familiar tem clareza da sua inter-relação entre a natureza e o seu mundo da vida, uma vez que

é na natureza que os agricultores vivem, trabalham e plantam para tirar o seu sustento e garantir a sua reprodução.

Sobre a importância da natureza para o agricultor familiar, agricultor associa a natureza com a sua vida e com as condições necessárias para a produção. Observa-se que a ação de produzir liga-se à sua relação com a natureza e à necessidade de sobrevivência, de garantia da reprodução da sua vida e da sua família. A ausência da natureza é associada à idéia de morte, de sua própria inexistência, dado que muitos agricultores responderam que "é da natureza que tiramos o nosso sustento" (Agricultor A2), justificando a importância da natureza para a sua vida.

Muitos agricultores justificam a importância da natureza pelo fato de que ela "faz parte da nossa vida", evidenciando as interações do agricultor familiar com o ambiente natural que caracterizam o seu mundo da vida. A ideia e a importância de natureza para o agricultor associam-se com a vida e com a permanência do mesmo enquanto agricultor familiar. As respostas sobre a definição e importância da natureza como integrante do mundo da vida do agricultor familiar revelam que ela oportuniza as condições para, junto com o trabalho deste agricultor, produzir e reproduzir-se econômica e socialmente.

As respostas dos agricultores (A2 e 63), bem como sua postura perante as visitas e entrevistas de campo, demonstram uma atitude e visão diferenciada sobre a natureza, suas relações e importância na UPF, quando comparadas às respostas dos outros agricultores familiares entrevistados. As práticas administrativas e produtivas daqueles agricultores procuram contemplar os princípios ecológicos na sua produção, em interação com a natureza, por uma opção de vida e por considerar o ambiente natural como uma patrimônio da família. Os agricultores A2 e 63 têm como prioridade garantir a autonomia do seu mundo da vida através da sua interação com o meio natural e da interação com sua comunidade através da participação e organização social. Estes produtores (A2 e 63) são participantes ativos nas atividades de mobilização e organização social, sendo considerados líderes (informais) em suas comunidades. Observando as características dos agricultores A2 e 63, apresentadas anteriormente, as suas práticas administrativas e produtivas indicam uma racionalidade ambiental, conforme definido por Leff (2007).

Visando buscar mais informações sobre as relações do agricultor familiar com o ambiente natural, perguntou-se sua opinião sobre a abundância da natureza e sua capacidade de regeneração. Alguns agricultores se referem à abundância ou exuberância que existia na natureza antigamente e a associam à atualidade como uma diminuição desta natureza, ou seja, ela era abundante antigamente e, com a ação do homem, foi diminuída, prejudicada. Outros

agricultores observam que se o homem deixasse de interferir na natureza, ela voltaria a ser abundante, mas seria diferente do que antigamente, verifica-se neste posicionamento o entendimento da existência de uma natureza transformada. Constata-se que as pessoas notam que a natureza modificou-se devido à ação do homem. Alguns agricultores responderam que a natureza é uma força superior à força do homem e que permanece ao longo do tempo. Nestas respostas, tem-se a comparação entre a breve existência do homem e o tempo da natureza, que se comparado ao tempo do homem, é infinito.

b) Agricultor familiar: empresa familiar (Tipo 02)

As relações do agricultor familiar com o seu ambiente natural acontecem, independentemente da tipologia em que foi classificado, como o caso do Tipo 02 identificado nesta pesquisa. O que pode ocorrer são diferenças e peculiaridades nestas relações, pois o ambiente natural é o espaço que possibilita as interações pessoais e sociais que compõem o mundo da vida do agricultor e sua família. Além disso, através destas interações com o ambiente natural que realizam-se as práticas administrativas e produtivas as quais resultam em produtos para o consumo doméstico, troca ou venda no mercado. Dessa forma, o ambiente natural é indissociável e imprescindível na composição e caracterização do agricultor familiar e tem função preponderante no seu mundo da vida.

Diante disto, busca-se investigar qual o entendimento e a importância da natureza para o agricultor familiar. Em uma análise geral das respostas dos agricultores familiares do Tipo 02 observa-se que não existem diferenças significativas com as respostas dos agricultores do Tipo 01, apresentado anteriormente. Isto indica que as relações do agricultor familiar com seu ambiente natural são inerentes aos tipos de agricultor familiar. O que diferencia entre as tipologias de agricultores são as formas ou os sentidos que as relações com o ambiente natural são estabelecidas. Elas podem ser utilitaristas no sentido de atender a produção para consumo doméstico ou a demanda do mercado, ou ainda, ter um sentido de ser patrimônio familiar e cultural intrínseco ao mundo da vida do agricultor e sua família, denotando uma racionalidade substantiva ou ambiental. Isto significa que o agricultor familiar do Tipo 02 ao considerar seu mundo da vida, desenvolve ações diferenciadas devido a uma maior integração com o sistema, prevalecendo, neste caso, a racionalidade instrumental em suas práticas administrativas e produtivas.

Os agricultores definem a natureza como a paisagem visualizada no entorno da sua UPF e associam a natureza aos recursos por ele trabalhados, principalmente a terra e a água, assim como aos fenômenos naturais da chuva, sol e lua. Também entendem que a natureza é

uma dádiva de Deus que possibilita a reprodução da vida e a força que faz a semente germinar, a planta e os animais crescerem. Além disso, os agricultores familiares fazem uma relação direta da natureza com o meio e com as condições para vida.

Os agricultores também foram questionados sobre a importância da natureza. Assim como na questão anterior, as respostas dos agricultores familiares do Tipo 02 não diferem ostensivamente das respostas dos agricultores do Tipo 01. A importância da natureza é justificada com sua associação direta com a vida e com as condições necessárias para a reprodução social, cultural e econômica do agricultor familiar. A ausência da natureza tem como consequência a morte, o desaparecimento do agricultor familiar, ou até mesmo, o desaparecimento do homem devido à falta de alimento que, no caso, é produzido pelos agricultores.

As respostas demonstram que a natureza é fundamental para sua existência, pois dela que são extraídos ou utilizados os recursos (terra, água, sol, plantas, etc.) para seu cultivo e criação. Observa-se que algumas respostas enfatizam a importância da natureza para a produção e o mundo da vida na UPF. Outros agricultores destacam a natureza num sentido mais amplo, estabelecendo relações com o meio ambiente, e abordam a questão da necessidade e dependência da sociedade por alimentos e recursos naturais. Alguns agricultores reportam ao passado e observam que "antigamente tinha mais natureza" (Agricultor 50) e, ao longo do tempo, o homem destruiu a natureza. O agricultor (90) observa que "a natureza não precisa do homem, mas o homem precisa da natureza" e que a natureza corre perigo de desaparecer se o homem continuar destruindo-a.

As respostas indicam que os agricultores atribuem um importante significado a natureza no seu mundo da vida e para a realização das suas atividades produtivas. Nas observações durante a visita às UPFs, destacam-se os agricultores (16 e 87) que possuem uma relação diferenciada com a natureza no sentido de conciliar suas atividades produtivas com a preservação dos recursos naturais. Para estes agricultores, a natureza significa um patrimônio da família e tem grande importância na sua UPF. Estes agricultores possuem áreas de preservação maiores que os percentuais definidos pela lei e procuram repor as florestas nativas com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento da biodiversidade. Ao observar as características, as ações e práticas administrativas e produtivas destes agricultores familiares, identificam-se aspectos que caracterizam a racionalidade ambiental.

Buscou-se investigar a opinião do agricultor familiar sobre a abundância e regeneração da natureza. As respostas de alguns agricultores fazem referência a terra disponível, à água e às florestas remanescentes. Alguns agricultores acreditam na capacidade de regeneração da

natureza, mas observam que quem atrapalha esta regeneração é o homem. Além disso, observam que a natureza regenerada será diferente da natureza que existia no passado. Os agricultores comentam também que o tempo da natureza é diferente do tempo dos homens, porque "quem tem pressa é o homem e não a natureza" (Agricultor 16).

Por outro lado, existem agricultores que acreditam que a natureza está desaparecendo e são pessimistas com relação a sua capacidade de regeneração. Estes agricultores fazem menção ao passado em que a natureza era abundante e concluem que ela deixou de ser pela ação do homem. Neste caso, o agricultor confirma a abundância da natureza que existia no passado e avalia que dificilmente ela voltará a ser o que era antigamente. Outros agricultores observam que a natureza "pode voltar, mas não como era antes" Agricultor (86). Seria o retorno, a regeneração, da natureza transformada pelo homem, isto se ele deixar de interferir nela. As respostas dos agricultores familiares explicitam que o problema não está na natureza, mas no homem que faz o uso indiscriminado da natureza e ultrapassa os limites de sua resiliência.

Considerações Finais

Em aspectos gerais, a apresentação e análise dos dados pesquisados evidenciam que agricultura familiar se caracteriza pela sua interação com o meio natural. O entendimento do agricultor sobre a natureza demonstra a importância e a necessidade do seu uso para a sua reprodução social e econômica. O agricultor familiar entende que as suas ações interferem na natureza, mas são necessárias para a sobrevivência de sua família, pois são inerentes a sua condição de agricultor familiar, além de acreditar na capacidade de regeneração da natureza, mesmo que seja de maneira diferenciada ou transformada em relação a abundância da natureza no passado. Observa-se que, independentemente do Tipo de agricultor familiar, a definição e a importância dada a natureza no seu mundo da vida é semelhante, pois são as relações com a natureza que o definem enquanto agricultor. O que diferencia os agricultores é a utilização da natureza em detrimento das suas interfaces com o sistema.

Bibliografia

BRANDENBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Curitiba: MADE-UFPR, 2006. (Texto de Aula).

HABERMAS, Jürguen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, Humanidades, 1987. Tomo 1.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, Humanidades, 1992. Tomo 2. Reimp.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **Agricultura familiar: do mito a realidade**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. v. 2.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 4.ed.rev. São Paulo: Cortez, 2007.

ROESLER, Douglas André**. Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná**. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambú, 1996. Anais... Caxambú, 1996.

_____. A **valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 2, p. 27-37, 2000.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO (E DA VOTORANTIM) NO MÉDIO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.

Thiago Lucas Alves da Silva
CPDA/UFRRJ - Mestrando
thiagogeoffp@yahoo.com.br

GT 06: Meio ambiente e ruralidade: possibilidades e limites de desenvolvimento.

Contextualização

"Uma árvore sozinha não faz uma florestal" – Provérbio Chinês

Do final da década de 1960 até o final da década de 1980, o Brasil vivenciou um momento de transformações na economia, marcado por profundas modificações na estrutura produtiva, especialmente na agricultura. É no início deste período que surge a Revolução Verde, que vai alterar significativamente as relações sociais e econômicas no campo brasileiro. A chamada revolução verde é um modelo científico e tecnológico de produção agrícola baseado no uso intenso dos insumos químicos, na mecanização agricultura, no melhoramento genético para aumentar a produtividade agrícola, na intensificação da subordinação da agricultura em relação à indústria e da produção agropecuária em larga escala (Graziano Neto, 1982 e Goodman et. al, 1990).

A partir do processo de implantação da Revolução Verde houve um significativo aumento das monoculturas no Brasil. Segundo Oliveira (2007), a partir da década de 1980 a utilização do eucalipto no Brasil sobre uma forte mudança devido à falta de madeira nos países ricos para atender à demanda das indústrias do papel e da celulose. As empresas multinacionais setor com o apoio dos governos europeus resolveram terceirizar a produção, enviando o plantio e a produção para os países subdesenvolvidos como o Brasil.

Não por acaso, esse período de transferência das multinacionais do papel e da celulose, caminha junto com um período de intensa modernização da agricultura brasileira, chamado por muitos pesquisadores como – modernização conservadora[1] – onde o modelo agro-exportador foi ratificado como projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro (Delgado, 2004).

[1] Sobre este tema ver entre outros, Graziano da Silva (1996), Abramovay (1991) Oliveira (2002) Delgado (2004).

Existiam no Brasil três grandes multinacionais do setor de papel e celulose (Votorantim Celulose e Papel, a Aracruz Celulose e a Stora Enso) controlavam o mercado de papel e celulose, além de serem as grandes latifundiárias do setor da silvicultura comercial. Porém devido à atual conjuntura de crise do capitalismo em escala global, essas empresas, que possuíam ações umas das outras acabaram se fundindo e tornando esse mercado monopolizado no Brasil[2].

Apesar de anteriormente já terem possuído vínculos empresariais essas empresas atuavam de forma diferenciada no estado. A Votorantim atuava no estado do Rio de Janeiro, especialmente no setor siderúrgico, enquanto que a Aracruz já atuava no estado através do programa fomento florestal, associado a médios produtores rurais no Noroeste do estado. Todavia, podemos indicar como o início da tentativa de expansão da silvicultura em larga escala o ano de 2001, através da assinatura do protocolo de intenções entre a Aracruz e governo estadual (do então governador Garotinho). Apesar desta tentativa, a Aracruz não conseguiu exportar suas atividades para o território fluminense, devido às fortes mobilizações contra esse projeto no Noroeste e Norte Fluminense (FOEGER & PEDLOWSKI, 2004).

A Aracruz Celulose sempre viu o Norte Fluminense e especialmente a Região Noroeste como uma ótima área para a expansão das suas atividades, seja devido aos fatores ambientais (clima e solos favoráveis ao plantio do eucalipto), seja pela proximidade com a sua principal área de atuação, o Espírito Santo. (ARACRUZ, 2007). Já a Votorantim, vê no Médio Vale do Paraíba Fluminense uma importante área de expansão devido à proximidade com suas siderúrgicas, a boa logística de transporte e a proximidade com o seu centro de pesquisa e sua unidade industrial localizada em Jacareí – SP[3].

Numa contraposição ao modelo do latifúndio e da monocultora, trabalhadores rurais organizados pelo MST têm buscado no vácuo deixado pelo fracasso desse modelo, realizar ocupações visando à desapropriação de fazendas improdutivas. Neste caso, o MST tem conseguido vitórias importantes, expressas nas desapropriações de áreas anteriormente ocupadas pela pecuária e também pelo eucalipto na região do MVPF, como é o caso da fazenda Estrela Branca em Barra do Piraí (atualmente o pré-assentamento Vida Nova) e Fazenda da Cesbra em Piraí (atualmente o pré-assentamento Roseli Nunes). Alguns

[2] Com a compra da Aracruz Celulose pela Votorantim, esta empresa passa a ser também a maior acionista da Stora Enso.

[3] O Município de Jacareí esta situado no Vale do Paraíba Paulista. Neste município, a Votorantim Celulose e Papel - VCP - possui uma fábrica integrada de celulose e papel, sendo está, a maior unidade industrial da VCP.

acampamentos\assentamentos da região tem desenvolvidos práticas agroecológicas que têm ajudado a recuperar áreas intensamente degradadas[4].

Por ser um tema ainda bastante controverso, este trabalho tem como objetivo geral, **analisar a expansão territorial da monocultura do eucalipto (e da Votorantim) tendo como recorte espacial a região do Médio Vale do Paraíba Fluminense**. **Buscaremos entender a dinâmica e a transformação socioambiental proporcionada pela expansão territorial da monocultura do eucalipto no meio rural desta região**. Desta forma, tentar desenvolver um trabalho que possa contribuir para um melhor conhecimento do ordenamento territorial rural que vem se configurando nesta região, articulando o conceito de território as estratégias de expansão da Votorantim.

Problematização

O Eucalipto é a designação popular das várias espécies vegetais do gênero *Eucalyptus*, são em termos gerais, árvores nativas da Oceania. Podemos considerar como o início do cultivo de eucalipto para fins comerciais no Brasil o final do século XIX devido a escassez de madeira para suprir a demanda de dormentes e carvão das empresas ferroviárias da época (Martini, 2004). Porém, se a primeira função do eucalipto foi ser matéria-prima para as empresas ferroviárias, logo foi incorporada por outros setores e começou a ter sua função diversificada. Os camponeses utilizavam o eucalipto, por exemplo, como lenha e também na fabricação de remédios, (Via Campesina, 2007) mas especialmente, a partir da década de 1980 seu uso para ser vinculado primordialmente para atender a demanda industrial.

Este aprofundamento das relações capitalistas no campo coloca-se como uma importante questão teórica que pode nos apontar caminhos para a análise das transformações sociais e ambientais causadas pela monocultura do eucalipto no Médio Vale do Paraíba Fluminense. A implementação desse modelo tecnológico na agricultura brasileira gerou como conseqüências: o aumento da concentração de terras e a expansão das monoculturas; o êxodo rural; subordinação da agricultura em relação às demandas urbano-industriais e a dependência de muitos agricultores frente às multinacionais do setor agrário.

Como reflexo desse processo, nos últimos anos há um crescimento da monocultura do eucalipto, para uso industrial, principalmente para abastecer as indústrias de papel e celulose e as siderúrgicas. A expansão inicial apesar de ter sido lenta, contou com o apoio dos governos

[4] Um ótimo exemplo desta situação é o acampamento Terra Livre situado numa antiga fazenda no município de Resende – Médio Vale do Paraíba Fluminense - que era ocupada pela pecuária extensiva e hoje os acampados através da cooperação e de princípios agroecológicos vem desenvolvendo uma significativa produção orgânica. Sobre este caso ver Alentejano (2004) e Pimentel et al., (2006).

estaduais e federal através de isenção impostos e financiamento público[5] para que plantio crescesse com maior rapidez.

Neste sentido, nosso trabalho terá como **questão central a ser pesquisada, as formas de territorialização pela qual a Votorantim vem se utilizando para expandir a monocultura do eucalipto no Médio Vale do Paraíba Fluminense**.

Com isso, nos parece fundamental analisar a atuação dessa empresa e de áreas onde a silvicultura comercial de larga escala foi implantada para buscarmos caminhos, similaridades entre as áreas estudadas e a singularidade do fenômeno que estamos estudando. Assim, acreditamos que precisamos entender tal problemática como parte de um processo mais amplo de transformações da sociedade, que tem rebatimento no meio rural fluminense.

Para enfrentar tais desafios, nos parece fundamental o **instrumental teórico referente ao conceito de território**. É importante destacar que a discussão sobre o conceito de território tem sido uma das mais relevantes da última década devido a analises que buscam compreender os fenômenos sociais a partir da (re)valorização da dimensão espacial da sociedade.

Neste sentido, os trabalhos teóricos desenvolvidos por uma série de geógrafos e outros cientistas sociais[i] poderão contribuir para a nossa pesquisa, mas no momento, nos ateremos à contribuição do conceito de território a partir dos trabalhos de Rogério Haesbaert (2006), que no nosso entendimento, é quem melhor tem avançado nas suas postulações teóricas, porém de forma subsidiária buscaremos outras contribuições.

Haesbaert (2006) aponta que território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional "poder político" ou "Estado-Nação" como sugeriu Raffestin (1993). Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Assim, nos parece muito pertinente utilizar o conceito de território para estudar a expansão da monocultura do eucalipto.

Neste sentido, o autor analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) *jurídico-política*, segundo a qual "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"; 2) *cultural (ista)*, que "prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço"*:* 3)*econômica*,

[5] Já em 1966 o governo brasileiro incentivava o "reflorestamento" com eucalipto, dentre outras facilidades concedidas pelo estado estavam os incentivos fiscais para aqueles que participassem do projeto. Hoje, os empréstimos do BNDES às multinacionais da Celulose e do Papel são cada vez mais comuns.

"que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho".

Esta conceituação multidimensional do território é importante, pois nos possibilita analisar as diferentes estratégias, as formas de controle e a expansão territorial da monocultura do eucalipto (Votorantim) no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

A Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel no bojo da crise internacional do capitalismo acabaram se fundindo e hoje formam a FIBRIA, uma das maiores empresas exportadoras de celulose do mundo. Cabe ressaltar, que antes da fusão as duas empresas eram marcadas por desrespeitos ao meio ambiente e às populações rurais[6]. São notórios também os casos de conflitos nas regiões onde estas multinacionais estão instaladas, especialmente, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo (Scarim, 2006). Assim como no contexto nacional, estas duas empresas, tem tido um papel de comando na expansão territorial da silvicultura em larga escala no estado do Rio de Janeiro.

No que tange a noção de territorialidade, esta além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois esta está *"intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar"*. Assim, estudar as formas de apropriação (material e simbólica\cultural) utilizadas pela Votorantim, como a compra direta de terras, o arrendamento, o incentivo ao fomento florestal e outras, é na verdade, estudar as distintas formas de territorialização desse ator social e o seu papel no ordenamento do território.

Porém, é nosso objetivo também estudar as **formas de resistências (caso ocorram) contra esse projeto para o meio rural da região**, com isso, passeatas, ocupações, assentamentos, audiências públicas e outros, seriam também formas de expressão das territorialidades matérias e\ou simbólicas de resistência que nos interessa aqui estudar.

Outra importante contribuição teórica de Haesbaert para o nosso projeto de pesquisa é a relação entre território e rede, pois segundo o autor, estas categorias são fundamentais para entendermos os fenômenos cada vez mais complexos do mundo globalizado. Segundo o autor:

> *"A distinção entre território e rede envolve diferentes interpretações. Podemos delimitar três grandes perspectivas, desde os que*

[6] Os movimentos sociais aglutinados na Rede Alerta Contra o Deserto Verde vêm sistematicamente denunciando as agressões ao meio ambiente e os crimes cometidos pela Aracruz Celulose contra os povos Indígenas e Quilombolas no Espírito Santo. Já a Votorantim é marcada por diversos danos ambientais, tais como, a contaminação das águas do rio São Francisco na região de Três Marias - MG, ocasionado por despejo de resíduos de sua produção industrial.

> *radicalizam na dicotomização e consideram território e rede duas categorias distintas, até aqueles que transformam a rede num simples componente do território, a ele totalmente subordinada ou ainda aqueles que buscam uma interpretação dialética de ambas as categorias." (HAESBAERT, 2006:57)*

Nesse sentido fazemos coro a Haesbaert (2006), em sua crítica aos que apontam a existência de uma dicotomia entre território (estável, enraizado) e rede (fluidez e instabilidade) e também os que subordinam as redes ao território, o autor propõe uma interpretação onde ambos formam um par dialético que ora podem se fortalecer mutuamente, ora se confrontam.

Tal problemática nos é bastante útil para tentarmos compreendermos as ações e a organização dos movimentos sociais aglutinados Rede Alerta Contra o Deserto Verde, uma organização social que aglutina diferentes movimentos sociais na luta contra a monocultura do eucalipto. Assim como, nos parece útil também para discutirmos a questão do fomento florestal e da expansão do território da Votorantim para o Médio Vale do Paraíba Fluminense (monocultura do eucalipto) interligado por redes (econômicas, sociais e simbólicas).

Hipóteses Iniciais

Ainda que de forma bastante sucinta buscaremos aqui apontar algumas hipóteses a serem trabalhadas em nosso trabalho.Supomos que a expansão da monocultura do eucalipto no estado do Rio de Janeiro faça parte de um processo mais amplo de intensificação da subordinação da agricultura familiar frente aos interesses industriais, bem representado, pelo comando de grandes empresas que atuam no setor da silvicultura comercial de larga escala, como a Votorantim Celulose e Papel, proprietária de grandes extensões de terras em São Paulo e que agora tem se expandido para o Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que esse processo de subordinação da agricultura esta atrelado ao processo de modernização agrícola empreendido especialmente a partir da revolução verde.

Acreditamos que devido à forte mobilização contra a implantação do projeto de Lei n.º 5.067/2007 que regula a silvicultura comercial no Rio de Janeiro e as vitórias (judiciais e territoriais) contra a Aracruz Celulose no Espírito Santo, a Rede de Alerta contra o Deserto Verde - RADV – possa ser um importante movimento social a ser estudado em nosso trabalho. Assim, como uma importante chave de analise para entender o interesse dessas empresas do setor em atuar em novos estados, como o Rio de Janeiro, devido aos intensos conflitos sociais empreendidos em outros estados, especialmente no Espírito Santo. .

Acreditamos que os pequenos produtores rurais da região do MVPF que já estejam plantando eucalipto através de projetos de fomento florestal possam ser um caminho para compreendermos como tem se dado a relação território\rede, por acreditarmos que estes pequenos produtores rurais estão interligados territorialmente (material e simbolicamente) aos interesses da Votorantim, com isso, fariam parte da expansão do território da Votorantim (silvicultura comercial) através de redes.

Acreditamos com base em outras experiências já analisadas sobre a expansão da silvicultura comercial de larga escala, que este projeto de desenvolvimento rural regional enfrente resistências por parte de alguns setores da sociedade civil, assim as formas de resistência a territorialização da monocultura do eucalipto deverão fazer parte da redefinição do ordenamento territorial rural do MVPF.

Justificativa\relevância

A região do Médio Vale do Paraíba Fluminense é considerada uma das mais dinâmicas do estado, pois possui um importante pólo metal-mecânico, uma ótima logística de transportes e está entre as metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) mais importantes do país (Fusco 2003; Marafon, 2005). Entretanto, esta região apesar de ter um forte caráter urbano-industrial, possui ainda uma agropecuária bastante significativa numa escala estadual, especialmente, no que se refere à pecuária leiteira. (Madanêlo, 2008).

Uma das principais políticas de desenvolvimento econômico e social que o atual governo estadual tem apontado como fundamental para ser realizada e a implementação do projeto da silvicultura comercial de larga escala no território fluminense, os Secretários Julio Bueno e Christino Áureo tiveram e ainda tem um papel central, pois além de defenderem o projeto da silvicultura, ambos têm defendido a importância das empresas de celulose e papel para o desenvolvimento do nosso estado[7], utilizando o argumento, que esses novos empreendimentos possibilitarão que o estado possa concorrer neste mercado com os estados vizinhos e darão uma nova dinâmica ao decadente espaço agrário fluminense.

Apesar da forte mobilização de diversos movimentos sociais aglutinados na Rede Alerta contra o Deserto Verde que tem conseguido expressivas vitórias no conflito com a Aracruz Celulose no Espírito Santo, as empresas de papel e celulose juntamente com o governo do estado conseguiram aprovar o projeto de lei que foi enviado pelo governador em

[7] O Sr. Julio Bueno defendeu e representou os interesses da Aracruz no estado, fato este, evidenciado pelo seu discurso em defesa do projeto da silvicultura comercial e da Aracruz na audiência pública sobre PL 383/2007 realizada na Assembléia Legislativa, onde procurou exaltar os novos empregos e o desenvolvimento regional que esta empresa poderia trazer para o estado.

"regime de urgência" para a Assembléia. Em relação à lei anterior – Lei n.º 4.063/2003 – a atual lei n.º 5067/2007 traz alterações e facilidades para a silvicultura comercial, como o ônus total para o estado na realização do zoneamento ecológico-econômico, ausência de EIA-RIMA nas áreas com plantio de eucalipto em até 400 hectares nas regiões hidrográfica do Baixo Paraíba (IX) e Itabapoana (X) e a diminuição no percentual (de 30% para 20%) da área a ser plantada com espécies nativas (Alentejano e Porto-Gonçalves, 2007).

De acordo com o site da Aracruz, *"o cultivo de florestas plantadas esbarrava na falta de regras claras para disciplinar a atividade, na morosidade dos licenciamentos e na falta de um incentivo para deslanchar"*. Como essas barreiras foram derrubadas pela lei vigente, a Votorantim que já atuava no Médio Vale do Paraíba Fluminense e a Aracruz Celulose que desde 2005 já estava instalada no município de Itaperuna, terão o caminho aberto para expandir o plantio de eucalipto.

Outro importante mecanismo que será utilizado para expandir a silvicultura comercial no estado é fomento florestal. Com isso, tanto os secretários Julio Bueno e Christino Áureo, juntamente com engenheiros da Aracruz Celulose e da Votorantim Celulose e Papel, além de representantes da Firjan e da EMATER têm percorrido diferentes municípios do estado, participando de eventos como a Exposição Agropecuária do Sul Fluminense 2008 realizada em Barra do Piraí na Região do Médio Vale do Paraíba e a IX Merco Noroeste 2007 ocorrida em Itaperuna no Noroeste Fluminense, buscando divulgar o crescimento do mercado da silvicultura comercial para os produtores rurais dessas regiões e os incentivos públicos e privados para esse mercado. Tal incentivo pode ser entendido como medida política por parte do estado a favor da expansão da silvicultura comercial de larga escala.

Segundo Nadai et al., (2005) e Alentejano & Porto-Gonçalves (2007) o fomento florestal é um projeto no qual são firmados contratos de fornecimento entre o produtor e a empresa, esse contrato, representa na verdade uma forma de monopolização, pois o agricultor tem apenas uma opção de comprador, além disso, nos contratos de fomento florestal a empresa fornece as mudas, o adubo, o formicida e a assistência técnica para desenvolver as plantações, sendo com isso, uma espécie de assalariamento disfarçado.

É importante destacarmos que o projeto da silvicultura no estado do Rio de Janeiro representa não só uma aliança entre o governo estadual e as multinacionais deste setor, pois este projeto está atrelado à expansão de novos projetos siderúrgicos no estado, tais como, a construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz - RJ com previsão de começar a realizar suas atividades em 2010 e a nova siderúrgica da Votorantim em Resende que já esta em funcionamento, além disso, tanto o governo estadual como o federal sinalizam

com fortes investimentos na melhoria da logística e do escoamento da produção como a melhoria e a construção de novos portos e a criação de novos acessos rodoviários, como, por exemplo, a ponte (sobre o rio Paraíba do Sul) do acesso oeste em Resende, ligando a Votorantim a rodovia Presidente Dutra [8].

Este trabalho tem uma grande relevância social devido às transformações ambientais e sociais que este objeto de estudo pode provocar na região ora estudada. Assim como, tornar-se um projeto viável tendo em vista o acumulo teórico a respeito do processo de expansão territorial da monocultura do eucalipto e as suas conseqüências socioambientais em alguns estados brasileiros, o que nos permite pensar em um projeto investigativo que vise analisar tal problemática, entendendo que a disputa por territórios e por um projeto de "desenvolvimento rural" que já está em curso no Médio Vale do Paraíba envolve diferentes setores da sociedade e faz parte dos conflitos sociais inerentes a nossa sociedade capitalista, com isso, estão abertos às circunstâncias do lugar (espaço) e do tempo em que ocorrem.

Procedimentos (metodologia) de pesquisa do trabalho

Buscaremos desenvolver a pesquisa de forma teórica e metodológica a partir do conceito de território, buscando, com isso, transformar a inquietação surgida por um fato social em um problema sociológico, que será pautado por toda a problemática que foi exposta acima e as pesquisas (referências) científicas sobre este tema.

Para darmos conta de tal tarefa buscaremos **analisar diferentes fontes secundárias**, tais como: textos, artigos, livros, dissertações e teses sobre o tema estudado. Notícias publicadas em periódicos regionais também serão importantes para tentarmos reconstruir e contextualizar o debate da introdução da silvicultura no estado do RJ e no Médio Vale do Paraíba Fluminense, assim como, a atuação da Votorantim na região. Assim, as fontes de pesquisa utilizadas serão primordialmente as secundárias.

Buscaremos fazer um **levantamento de dados estatísticos** sobre a área com plantio de eucalipto em larga escala no Médio Vale do Paraíba Fluminense, de forma secundária e para fins de comparação poderemos utilizar também dados de concentração da terra e produção agrícola da região.

A antiga lei n.º 4.063/2003 e a atual lei n.º 5.067/2007 que versam sobre o zoneamento ecológico-econômico do estado também serão importantes elementos de análise, pois as modificações realizadas na legislação podem ser indicativos a serem observados\analisados na

[8] Sobre este assunto ver o programa "Política de Desenvolvimento Produtivo: inovar e investir para sustentar o crescimento", lançado pelo Presidente Lula em parceria com o governo estadual na sede do BNDES no RJ, onde fica claro, que as áreas da siderurgia, petroquímica, celulose e logística terão fortes investimentos durante os próximos anos no estado do Rio de Janeiro.

realização dos trabalhos de campo nas áreas com plantio de eucalipto na região estuda, buscando de forma empírica observar e tentar compreender melhor a expansão da monocultura do eucalipto.

Outra importante ferramenta metodológica que poderá ser utilizada no decorrer dos **trabalhos de campo** é a **entrevista,** na tentativa de localizar a posição de diferentes atores sociais que possam estar envolvidos no desenvolvimento do projeto da silvicultura comercial de larga no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo R. R. Assentamentos rurais e conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, Henri (org.). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALENTEJANO e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Cabral e o Deserto Verde. Rio de Janeiro: mimeo, 2007.

ARACRUZ CELULOSE. Revista do Produtor Florestal. Espírito Santo. 2007

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei n.º 4.063/2003. Rio de Janeiro: 2003.
_____. Lei n.º 5.067/2007. Rio de Janeiro: 2007.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOEGER, Tarcisio J. e PEDLOWSKI, Marcos A. Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça a ambiental: o caso da mobilização contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro. *In:* ACSELRAD, Henri (org.). Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARAFON, Gláucio J. et al. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: NEGEF, 2005

NADAI, Alacir de.; OVERBEEK, Windfridus.; SOARES, Luiz A. Plantações de Eucalipto e Produção de Celulose: *promessas de emprego e destruição de trabalho - O caso da Aracruz Celulose no Brasil*. Espírito Santo: Fase, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, M. A. C. (Org.); MARAFON, G. J. (Org.). Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.

_____. Revisitando o Território Fluminense II. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2008.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental. São Paulo: 2º edição, Junho 2008.

VIA CAMPESINA. O latifúndio dos eucaliptos – informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Rio Grande do Sul: 2006.

Sites Consultados:
www.odia.com.br
www.avozdacidade.com.br
www.cide.rj.gov.br
www.diariodovale.com.br
www.ibge.gov.br
www.ceperj.rj.gov.br

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NOS NOVOS RUMOS DO SISTEMA LOCAL DE PRODUÇÃO SUINÍCOLA[1]

Ezequiel Plínio Albarello[2]

Jaqueline Bilibio Klauck[3]

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

RESUMO

Este artigo aborda um tema de vital importância para as organizações que, de algum modo, fazem parte do processo produtivo suinícola e que ainda aspiram a se manterem vivas, produtivas e, principalmente, competitivas, em um mercado globalizado, em que, por isso mesmo, mostra-se repleto de desafios. Realiza, também, algumas considerações quanto à realidade da suinocultura a nível mundial, brasileiro e estadual, e as comparada às formas locais de produção de suínos, sem perder o foco nas escalas produtivas. Passa, para tanto, pelo planejamento produtivo, discorrendo sobre escala produtiva e seus reflexos socioeconômicos e até mesmo sobre os contratos de integração firmados entre produtores rurais e empresas agroindustriais.

Palavras-chave: Globalização, Suinocultura e Agroindústria.

ABSTRACT

This article approaches a main theme to the organizations that, some way, made part of the swine productive process and still wishes to keep them alive, productive and mainly competitive in a globalize market in what for that show it full of challenges. Also carry out research some considerations how about a reality of pig farming in a world level, Brazilian and state and compared of some local ways of swine production do not missing the focus on the productive scales. It gone through for the productive planning broaching on the productive scale and its reflections social economics and even though about the integrations contracts firmed among rural manufacturer and agribusiness companies.

Palavras-chave: Globalization, Pig Farming and Agribusiness.

[1] Artigo produzido no Mestrado em Desenvolvimento Local Sustentável/UNIJUI/2009

[2] Comércio Exterior pela URI :Mestrando do Mestrado em Desenvolvimento/UNIJUI.e-mail: ezequielalbarello@brturbo.com.br

[3] Médica Veterinária pela UNICRUZ;Mestranda do Mestrado em Desenvolvimento/UNIJUI.e-mail: jaquebili@hotmail.com

1. Introdução

Analisar a suinocultura no Brasil é um desafio que nos condiciona a considerar a inovação e a tecnologia utilizadas neste sistema produtivo agropecuário, as quais nos levam a alguns questionamentos: Quanto à viabilidade econômica, será possível, frente aos modelos de contrato de integração entre produtor rural e agroindústria, obter lucros relevantes em relação ao capital investido e à mão-de-obra dispensada para tal? Ainda é possível, o agricultor desenvolver a suinocultura com recursos próprios? Quais são as maiores dificuldades socioeconômicas que a suinocultura apresenta considerando o sistema econômico mundial? Será que o sistema atual de produção de suínos é realmente rentável.[4]

Levando em consideração que o mercado mundial vem sendo cada vez mais competitivo, e que as empresas do setor suinícola estão buscando, como alternativa o comércio exterior, a suinocultura passa exigir grandes investimentos. Esta realidade faz com que os agricultores de menor poder aquisitivo sejam automaticamente excluídos desta modalidade de agronegócio. A diversidade genética dos suínos,que está em plena evolução,e da renovação tecnológica quanto à alimentação, a equipamentos e à localização geográfica das agroindústrias, contribuem para a competitividade do setor. Todo esse processo está diretamente ligado à demanda e à procura levando-se em consideração a escala de produção capaz de ser atingida por um único produtor ou por um único sistema produtivo.

A maior dificuldade que se apresenta ao setor,nas condições socioeconômicas em a suinocultura se encontra, consiste numa avaliação, balizada nos moldes atuais de produção e comercialização de suínos de alta qualidade e com demanda produtiva capaz de atingir metas impostas pelas indústrias aquisitoras dessa produção. Viabilizada a avaliação outro procedimento necessário é a elaboração de um diagnóstico sobre a realidade da suinocultura na região do CODEMAU (Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai). Este diagnóstico poderá basear-se-á nas condições financeiras para investimento em pocilgas, áreas de terra, água, cumprimento das leis de proteção do meio ambiente e mão-de-obra qualificada, estes, por parte do produtor rural. Já quanto às agroindústrias, diagnosticar as condições contratuais e as exigências de produtividade impostas.

Com essas informações, minuciosamente especificadas, e outros que surgirem durante a pesquisa, poderá mensurar os problemas do setor suinícola e apontar alternativas viáveis, tanto para os produtores rurais quanto para as agroindústrias.

A importância desta pesquisa reside na busca de elementos reais que poderão dar suporte para o estudo de viabilidade socioeconômica dos sistemas atuais da suinocultura na região do CODEMAU, apresentando alternativas viáveis para produção, investimento e retorno financeiro, tanto para os agricultores quanto para as agroindústrias. Acreditamos que, como a região do CODEMAU é formada por municípios pequenos e com a maioria de seus territórios distribuídos em minifúndios, faz-se necessário uma pesquisa aprofundada sobre a suinocultura e seus pormenores para dar suporte teórico e prático para o aluno pesquisador ampliar seus conhecimentos na busca da carreira profissional que almeja.

2 Aspectos socioeconômicos da suinocultura

2.1 Globalização

O acelerado desenvolvimento de tecnologias de comunicação e o processamento de dados contribuem para intensificar o processo de globalização. Neste novo cenário mundial, as relações tornam-se mais transparentes, com trocas comerciais baseadas mais na competição do que na proteção. Para Torres 2000, o fenômeno da globalização caracteriza-se pela redução da capacidade de intervenção e regulação da economia dos Estados Nacionais. Os limites territoriais vão perdendo a importância, e os países tornam-se cada vez mais próximos, pois "Globalização é a unificação do mercado em escala planetária". (MAIA, 2000, p. 61).

Então, a globalização é a capacidade que dois ou mais países possuem de fazer um intercambio de informações, tecnologias, pessoas, materiais, melhorias, fazendo com que as nações cresçam juntas na busca de qualidade e crescimento social e sustentável.

Segundo Maluf (2000), o Brasil, neste processo de globalização, finalizou a década de 90 com altíssima concentração de sua pauta exportadora 18 setores respondiam por mais de 90% das vendas externas, e apenas 300 empresas eram responsáveis por 80% das nossas exportações. Apesar de todos os esforços do governo brasileiro para a promoção e diversificação das nossas exportações, estas ainda apresentam um alto grau de concentração, tanto com relação aos produtos, quanto aos países de destino, mostrando que há um longo caminho a ser explorado, e que o Brasil tem muito que crescer no comércio internacional.

2.2 A suinocultura no mundo

O ganho de produtividade, decorrente da tecnificação do setor suinícola, fez com que ocorresse uma significativa expansão do setor no país, nos últimos anos. Um salto de 36.540 milhões em 2006, para 37.048 milhões em 2007 (ANUALPEC, 2007).

Dados da Anualpec (2007) mostram que os maiores produtores de suínos são China, União Européia, Estados Unidos, Brasil, Federação Russa e Canadá, juntos responsáveis por 90% da produção mundial, sendo que os mesmos tiveram um crescimento de 2% na produtividade. , fez com que ocorresse uma significativa expansão do setor no país, nos últimos anos.

Conforme pesquisadores da FAO, calcula-se que o mundo irá produzir 105 milhões de toneladas de carne suína no ano de 2010, o que representa um crescimento de 11,44% nos próximos 2 anos. Cerca de 60% desta produção, uma bagatela de 63 milhões de toneladas estará concentrada nos países em desenvolvimento, o que demonstra que a tendência é de maior concentração de suínos nos países em desenvolvimento, decorrente do preocupante dos países desenvolvidos com o aumento da poluição provocada pelos dejetos de suínos nos países desenvolvidos.(ANUALPEC, 2007).

Neste sentido,

> Calcula-se que em 2075 a população da terra atingirá o seu ponto de saturação, passando a manter-se na faixa de 11 bilhões de pessoas. A criação de suínos, pela capacidade de reprodução da espécie e facilidade de seu manejo, é atividade chamada a responder ao desafio de produzir em quantidade proteína animal de alta qualidade para atender ao crescimento populacional. (ANUALPEC, 2002, P. 281).

Sabe-se que a produção de carne suína, como fonte de proteína animal para uso na alimentação dos seres humanos, é a de menor custo e de menor ciclo temporário de produtividade. Então é a única que pode, em curto espaço de tempo, alterar a demanda de produção de acordo com seu consumo.

2.3 A suinocultura no Brasil

Os primeiros suínos chegaram ao Brasil, no litoral paulista, na cidade de São Vicente Martim Afonso de Souza(Cavalcanti, 1984). Eram da mesma raça daquelas da Península Ibérica, existentes em Portugal. Destes animais, muitos escaparam, embrenhando-se mata adentro e formando grupos independentes.

No Brasil, a suinocultura é uma atividade relevante no setor pecuário. Tem-se um dos maiores “porcinos” do mundo, com aproximadamente 38.164.000 de cabeças, segundo (ANUALPEC, 2007). No entanto, o país não acompanhou os progressos técnicos da suinocultura ditados pela Europa e América do Norte. Somente a partir de 1960 a 1970, as raças melhoradas passaram a integrar o cenário suinícola nacional (CAVALCANTI, 1984).

Afirma Cavalcanti (1984) que o aumento da produção de suínos no Brasil é tecnicamente possível, socialmente desejável e economicamente interessante. Isto porque o país tem potencial para aumentar o desfrute do rebanho por meio da racionalização da suinocultura. Necessitamos melhorar a alimentação dos brasileiros, deficiente em proteína e energia, e este composto orgânico está presente em grande escala na carne suína.

A população suína brasileira apresenta uma maior concentração na região sul, com cerca de 17.367.000 de cabeças (ANUALPEC, 2007). A distribuição por região no ano de 2007 foi a seguinte:

- Sul: 17.367.000 de cabeças
- Sudeste: 5.141.000 de cabeças
- Centro Oeste: 3.450.000 de cabeças
- Demais regiões: 5.991.000 de cabeças

2.4 A suinocultura no Rio Grande do Sul

Conforme dados obtidos da (Secretaria de Planejamento e Gestão do estado (2009), o Rio Grande do Sul contribui com o terceiro maior rebanho de suínos do país, uma participação que corresponde a 12,4% (4.222.435 cabeças) do efetivo nacional. A criação de suínos geralmente aparece associada à agroindústria, constituí-se uma das mais tradicionais cadeias produtivas do Estado. Também apresenta grande destaque nas exportações ao responder por 26,3% das exportações brasileiras do setor, crescendo 260% entre 1996 e 2003.

O rebanho está bem distribuído pelo território e conta com produção em todas as regiões do Estado, destacando-se entre elas o Vale do Taquari com 14,33%, a Serra com 11,86%, Norte com 7,92% e Fronteira Noroeste com 7,43% do rebanho estadual, no período 2004 a 2006. Os municípios que apresentam maior produção são Santa Rosa, com rebanho de 80.598 cabeças, Putinga com 64.475 cabeças; Itaqui com 63.676 cabeças e Arroio do Meio 61.051 cabeças. Os demais municípios possuem rebanho inferior a 60.000 cabeças, no

entanto, o efetivo de suínos também é significativo em diversos outros municípios, com 118 municípios possuindo um número superior a 10.000 cabeças.

2.5 Modelo brasileiro de integração da cadeia produtiva da carne suína

Com a alteração dos sistemas e arranjos produtivos da cadeia suína no Brasil, houve algumas alterações importantes no sistema de criação e manejo do suíno, as quais representaram uma enorme alteração no quadro econômico social do setor.

> O modelo de integração entre agroindústria e produção rural surgiu na década de cinqüenta, mas teve sua maior expansão a partir da década de setenta e auge na de oitenta. Tal modelo foi caracterizado pela transação via contrato formal, na qual a empresa integradora se situava, na maioria das vezes, a montante, fornecendo medicamentos, reprodutores de genética de ponta, ração e assistência técnica; bem como a jusante, adquirindo o suíno pronto para o abate (MIOR, 1992, P. 298).

Ainda, conforme (MIOR, 1992), os produtores caracterizavam-se por possuírem pequenas propriedades, com produção diversificada, mão-de-obra familiar, condições financeiras para obter crédito e por situarem-se em um determinado raio de distância da agroindústria. Naquele momento, este perfil chegava a ser uma exigência da integradora, pois esta compreendia que, na propriedade de produção diversificada, a suinocultura seria apenas mais uma fonte de renda. Quanto à mão-de-obra, a empresa acreditava que um empregado não teria os mesmos cuidados que a família na atividade de produção. De outro modo, a capacidade de endividamento do produtor reduzia a necessidade de imobilização de capital em ativos fixos por parte da empresa. Com relação à menor dispersão espacial das granjas, a empresa buscava eficiência logística diminuindo os custos com o transporte de insumos e animais.

Com o passar do tempo, a integração foi saturando seu modelo de contratos com os pequenos produtores familiares, tendo como causa, principalmente os seguintes fatores:

a) evolução tecnológica – mudanças constantes nas instalações e equipamentos, impossível de serem acompanhadas pelo pequeno produtor;
b) aumento dos custos de transporte – um número grande de produtores recebendo pequenas quantidades de ração e fornecendo pouca quantidade de matéria-prima para a agroindústria comprometia a ineficiência do sistema;

c) o gerenciamento de grande número de integrados – com assistência técnica, e gerenciamento de centenas de diferentes contratos, eleva, os custos de transação;
d) a poluição do meio ambiente – principalmente pela contaminação das águas, uma vez que as pequenas propriedades já não possuíam área disponível para a utilização racional dos dejetos.

Por tudo isso, na década de noventa, passou a ocorrer uma realocação espacial dos sistemas de integração, sem, no entanto, serem abandonadas as regiões onde se deu origem o sistema no Brasil. Surge então a estratégia de expansão para regiões que permitissem maior economia de escala, sem a ocorrência dos velhos problemas que levaram à saturação modelo anterior.

Para (HELFAND E REZENDE, 1998, P. 30-31), quando uma grande agroindústria de aves e suínos instala-se na região Centro-Oeste, esta escolha não se deve somente a vantagens, como o preço de insumos básicos, segundo os mesmos autores, parte desta vantagem seria perdida devido aos custos de transporte, tanto para o grande mercado da região Sudeste, quanto para a exportação. Assim, porder-se-ia se afirmar que alguns outros fatores deveriam condicionar a tomada de decisão.

Para vários autores, a realocação dessas agroindústrias vai depender, também, de outros importantes fatores (vantagens), tais como:

- Oferta e qualidade de mão-de-obra,
- Infra-estrutura, disponibilidade de carne bovina (para embutidos que necessitam deste tipo de carne),
- Condições climáticas favoráveis, tanto para a criação, como para a produção de grãos (Favareto Filho e Paula, 1998, p. 125),
- Incentivos fiscais (Helfand e Rezende, 1998, p. 32),
- Áreas que permitem a distribuição benéfica dos dejetos, favorecendo a questão ambiental,
- Economia de escala, logística (Helfand e Rezende, 1998, p. 32-33),
- Programas de desenvolvimento regional,
- Adoção de novas tecnologias,
- Novas formas de organização da produção, diminuição dos custos de transação por meio da reorganização das instituições de integração,

- Expectativas sobre preços de grãos no futuro devido ao crescimento da produção,
- Redução futura dos custos de transporte, (Helfand e Rezende, 1993, p. 32-33);
- A capacidade de investimento e reinvestimento do produtor.

Disso, todos os fatores limitantes acima citados, que levaram à saturação do sistema tradicional de integração na região Sul, não existiriam no Centro-Oeste, onde, havia um campo fértil para se implantar a estrutura de governança com os contratos de integração, com grandes e médios produtores. No entanto, este tipo de integração não foi aceito pelos produtores da região, as empresas não conseguiram estabelecer seu programa de integração de forma a respeitar os interesses dos produtores, sem lançar mão de imposições.

Com a fuga de algumas indústrias para a região Centro-Oeste, houve uma diminuição de oferta de integração para os pequenos produtores da região Sul. Tento em vista este problema, o mercado da suinocultura partiu para uma nova formação de parceria, excluído de vez os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul, produtores estes incapazes de investir e reinvestir para produção de suínos em parceria com as grandes empresas agroindustriais.

3 Considerações finais

Como pudemos constatar, está aumentando, nos últimos anos, o número de cancelamento de contratos das agroindústrias com aos agricultores produtores de suínos. As alegações para o cancelamento são muitas, como: questão ambiental, falta de capacidade de reinvestimento conseqüência do minifúndio, falta de qualificação profissional para manejo de suínos.

O fator predominante é a questão ambiental, que deve ser assumidas integralmente pelo produtor, cujos conhecimentos em relação aos impactos ambientais são superficiais o que o lhes permitem defini-la. A gestão inadequada dos dejetos pode- se tornar uma ameaça para o solo, para a qualidade da água e do ar, para a saúde dos animais e dos seres humanos. Como o objetivo deste trabalho é identificar problemas socioeconômicos AB` Saber (1998) ressalta que impacto ambiental consiste em qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia resultante das atividades humanas, as quais, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades socioeconômicas; a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

Quanto à falta de capacidade de reinvestimentos nas estruturas físicas de produção, observamos que elas resultam da baixa produtividade. Como já salientamos, 90% das propriedades pertencentes a região do CODEMAU são de minifúndios, com pequena produtividade, entrada de recursos muito baixa, cobrindo apenas as despesas de produção e de sustentabilidade familiar. Assim, as sobras financeiras referentes à produção rural são muito baixas e incapazes de atender a futuros reinvestimentos em reformas ou ampliações de espaços físicos, visando às exigências acompanhamento tecnológicas e ao aumento da produtividade requeridas contratualmente.

Quanto à realidade atual, notamos uma forte diminuição do número de produtores, em detrimento a quantidade mínima exigida pelas agroindústrias, o resultado não poderia ser outro: a acumulação produtiva para poucas propriedades, justamente aquelas que preenchem os requisitos impostos pelas agroindústrias. Em suma, a pequena propriedade está excluída desta cadeia produtiva, pois não possui condições básicas para a produção em escala e com a qualidade exigida.

Como sugestão, fica a idéia de se estabelecer e fortalecer as atividades de planejamento, manejo, ensino e informação, relativas ao uso da terra, para a agricultura e dos recursos terrestres. Iniciar e manter grupos voltados ao planejamento, manejo, conservação dos recursos terrestres agrícolas nas comunidades, com o objetivo de contribuir para a identificação dos problemas, o desenvolvimento de soluções técnicas e a implantação de projetos que viabilizem também a pequena propriedade.

REFERÊNCIAS

ANUALPEC 2007. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2007.

AB' SABER, A. N. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. IN: **Previsão de impactos**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CAVALCANTI, S. de S. **Produção de Suínos**. Campinas: São Paulo, Icea Campinas, 1984.

FAVARETO-FILHO, P.; PAULA, S. R. de. **Um estudo de integração a partir do Projeto Buriti da Perdigão**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 1998.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **Mudança na distribuição especial da produção de grãos, aves e suínos do Brasil: o papel do Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MAIA, J. de M.. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2000.

MALUF, S. N. **Administrando o comércio exterior do Brasil.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MIOR, L. C.. **Empresas Agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).

SPG. **Secretaria de Planejamento e Gestão**, 2008. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/. Acesso em abril de 2009.

AGROECOLOGIA E ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ: ECOLOGIZAÇÃO E AUTONOMIA.

Adriano da Costa Valadão[1]

[1]Doutorando em Sociologia; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Email: adrianocv01@yahoo.com.br

GT 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Neste trabalho procuramos discutir o processo de ecologização em curso nos assentamentos rurais, através das proposição do MST e algumas das experiências concretas existentes nos assentamentos do Estado do Paraná. A partir de meados da década de 1990, alguns assentamentos rurais passam desenvolver experiências em agricultura alternativa. A partir das discussões do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, a agroecologia passa a ser assumida pelo Movimento como nova matriz produtiva em substituição ao modelo de agricultura da Revolução Verde. Assim, diversos assentamentos rurais ligados ao MST tem desenvolvidos processo de ecologização através de processos de transição agroecológica. As famílias assentadas buscam uma maior autonomia, desenvolvendo processos de recampesinização.

Interfaces entre a sociologia rural e sociologia ambiental

O período que se sucedeu a Segunda Guerra mundial, o mundo viveu um período de crescimento econômico sem precedentes. O período entre as década de 1950 e 1970 ficaram conhecidos, entre outros termos, como a *Era de ouro.* A produção industrial e agrícola ampliaram sua produtividade e o comercio mundial avançou muito. Por outro lado todo este crescimento econômico apresentou uma face que ficou praticamente ignorada, "a poluição e a degradação ecológica" (HOBSBAWM, 1995, p 257).

A conscientização acerca da degradação ambiental, principalmente da poluição industrial, leva a constituição de um forte movimento ambientalista ao final da década de 1960. A sociologia passa a se preocupar com a relação sociedade-natureza. Até este momento os sociólogos "não dispunham de um corpo teórico ou tradição empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza" (FERREIRA, 2005, p. 185).

Autores, como Catton e Dunlap (1978) chegam a propor um novo paradigma para as ciências sociais, no qual a análise da sociedade humana não pode ser feita sem considerar os fatores ambiental. Importantes autores da sociologia contemporânea, como Offe (1985) e Touraine (1985) tratam da questão ambiental, mas focando apenas a organização do movimento ambientalista. Já autores, como Beck (1997) e Giddens (1996, 1997) trazem o debate ecológico para o centro da discussão social, pois não se trata somente de combater a degradação ecológica, pois cada vez mais as alterações no meio ambiente comprometem toda a humanidade. Para Giddens (1996, p.257) a crise ecológica é "uma expressão material dos limites da modernidade".

A ação do movimento ambientalista, o avanço da pesquisa e a crescente conscientização da degradação ambiental levam inclusive a organismos internacionais, como a ONU a promover estudos, painéis, encontros e conferências sobre a temáticas da degradação ambiental e suas consequências para o planeta. A Conferência sobre o Meio Ambiente, a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro é provavelmente o mais importante evento desta temática organizado pela ONU. Seja em sua programação oficial ou nas ações dos eventos paralelos não-oficiais, este evento chamou a atenção da sociedade sobre o tema do meio ambiente e as possíveis consequências que a atividade humana estariam acarretando para o planeta, dando um forte impulso ao movimento ambientalista. Ou como coloca Leis (1995, p. 34), "o aspecto mais forte da Conferência do Rio [foi] a emergência germinal de uma sociedade civil planetária".

Na sociologia rural, podem ser encontrados alguns dos antecedentes da *sociologia ambiental*, apesar desta não ter surgido por esta vertente, e sim dos problemas relativos a poluição industrial (JOLLIVET, 1998). Assim, o debate acerca da questão agrária, um elemento estrutural do modelo capitalista, também vem apresentando uma a dimensão ambiental. Pois conforme seu momento histórico apresenta e incorpora determinados elementos característicos de sua época, "neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigo e novos elementos". Destaca-se a centralidade pela "disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo"(FERNANDES, 2001, p. 19). Nesta disputa por projetos diferentes a questão ambiental tem se mostrado como central.

Neste disputa por projetos de desenvolvimento do campo, destacam-se duas propostas, de uma lado as proposições do agronegócio, o qual mantém e aprofunda o modelo de desenvolvimento atual. Busca fazer do campo um local de fornecimento de matérias-primas para industria e como tal, deve funcionar da mesma maneira. Para os defensores deste

modelo, as questões sociais não são relevantes, visto que o campo não é um local de moradia, ou um local para as pessoas viverem. Nesta visão, a questão ambiental é vista como um impedimento do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, a proposta dos movimentos sociais, sobretudo os movimentos ligados à Via Campesina, buscam um projeto alternativo de desenvolvimento do campo. Este projeto tem como base uma agricultura camponesa, que busque desenvolver relações de igualdade e justiça social, a soberania alimentar dos povos, a produção de alimentos de forma saudável e sustentável e com respeito as tradições culturais locais. (VIA CAMPESINA, 2010). Assim o campo é visto como um espaço de vida, onde moram pessoas, que se produz cultura, de onde as pessoas tiram seu sustento e que busca uma autonomia. Uma autonomia, que não se trata de uma isolamento, mas sim dos grandes complexos de empresas, ou os Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008) que controlam os mercados agrícolas mundiais e que são a base do agronegócio. Ou como colocam Fernandes e Welch (2008, p. 166):

> O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas da principal referências. No sistema agrícola camponês a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências.

O modelo da agricultura convencional, apresenta sinais de crise, não são previstos grandes aumentos de produtividade (BUTTEL, 1995), mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias como foi na época da Revolução Verde. Também são questionados os efeitos dos agroquímicos sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente. Assim, a pressão por uma agricultura "mais limpa" levou iniciou uma transição agroecológica, a qual é marcada por um processo de ecologização da agricultura. Esta ecologização pode ser compreendida como um período de politização ecológica da agricultura, onde os movimentos ambientalistas, cada vez mais exercerão pressão e influencias sobre as políticas agrícolas e alimentares (BUTTEL, 1995).

Esta ecologização não pode ser compreendida como uma volta a agriculturas tradicional autóctona. Mesmo que isso possa acontecer em algumas regiões, principalmente regiões marginais. As agriculturas ecológicas em emergência, devido ao estágio de tecnificação e a utilização de práticas desenvolvidas pela ciências moderna, estarão muito mais próximas ao modelo da Revolução Verde do que das agricultura autóctonas tradicionais. (BUTTEL, 1995). Esta ecologização ainda apresenta diversas faces, pois vão desde os defendem a manutenção do modelo, apenas com a utilização de menos insumos químicos ou

buscando nesta uma justificativa para a utilização de novas tecnologia que são muito questionadas, como os transgênicos, até os que a partir da ecologia esta sirva como base para transformações estruturais no modelo agrícola e na sociedade como um todo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como proposição para a transição a uma agricultura ecológica os movimentos sociais do campo assumiram a defesa da agroecologia como forma de produção a ser adotada pelos assentamentos rurais. Esta, surge como uma ciência ou enfoque científico, que busca aproximar as ciências agrárias da ecologia, e com base em sua unidade de análise, os agroecossistemas, fornecer subsídios para um processos de transição para uma agricultura mais ecológica e sustentável (ALTIERI, 2001). Da mesma forma, a agroecologia incorporou uma dimensão social, sem abandonar seus aspectos técnicos, a partir da compreensão das formas de exploração e dependência a que estão submetidos os agricultores (SEVILLA GUZMAN, 2000). Questionando a destruição das culturas camponesas com base no mito da superioridade do mundo urbano sobre o rural, e do campo apenas como um local de produção de mercadorias, a agroecologia, ganha uma dimensão "subversiva e crítica" (SEVILLA GUZMAN, 1993, p. 91). Outra dimensão importante da agroecologia, está na busca de um diálogo, entre o conhecimento científico com os saberes tradicionais das populações indígenas e camponesas. Pois estes podem constituir-se como base para o desenvolvimento de agricultura mais sustentáveis, visto que estes por muito tempo utilizaram diversos ecossistemas em promover sua degradação. A agroecologia busca assim construir uma base científica com fundamentos epistemológicos diferentes da ciência tradicional (GOMES, 2005).

Modernização conservadora, questão agrária no Brasil e agricultura alternativa.

No Brasil, o processo de modernização do campo, organizado durante o regime militar (1964-1985), é um dos principais fatores que possibilitaram a reorganização do movimento de luta pela terra[1] no final da década de 1970. O processo de modernização acabou por expulsar milhões de camponeses do campo, os quais não conseguiam mais colocações urbanas, assim como as políticas de colonização das fronteiras agrícolas mostravam seus problemas. Esta modernização ficou conhecida como conservadora ou "dolorosa" por se modernizar em cima de uma estrutura agrária herdade do passado colonial, beneficiando uma minoria de proprietários rurais (SILVA, 1981). A crítica ao processo de modernização inicialmente estava

[1] Também contribuíram para a reorganização dos luta pela terra, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, o processo de abertura política que permitiu a organização de diversos movimentos sociais e sindicais e o fim do período de rápido crescimento econômico da década de 1970, (STÉDILE E FERNANDES, 1999).

centrada em seus problemas sociais, pois predominava a concepção que não era um problema da adoção das modernas tecnologias em si, mas da apropriação social dos meios de produção.

Por outro lado, alguns setores questionavam o modelo de modernização. Esta estava na defesa em torno da ideia de Agricultura Alternativa. A qual se articulou em um movimento na qual a principal expressão eram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA)[2]. Este movimento se destaca por conseguir "reunir pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas, destacando-se por um lado, as diversas correntes e experiências produtivas, existentes e, por outro lado, uma diversidade de instituições (públicas e privadas) e movimentos sociais que lutavam por mudanças mais profundas na sociedade" (LUZZI, 2007, p. 36). Por outro lado havia uma fragilidade nas propostas, pois superavam apenas parcialmente o modelo da revolução verde, já que a maioria das propostas estava centrada na substituição de insumos.

O Movimento pela Agricultura Alternativa influenciou diversas organizações, desde setores de órgãos de extensão rural e de pesquisa, ONGs e movimentos sociais. Entre estes movimentos sociais, o MST, que chegou a participar dos EBAAs. Um dos primeiros documentos produzidos por este Movimento, o livro *Construindo o Caminho* (MST, 1986) defende como uma das propostas para organização dos assentamentos rurais "o uso de tecnologias alternativas". O material traz uma crítica ao modelo e as práticas da agricultura convencional e chega elencar algumas práticas alternativas para serem utilizadas pelas famílias assentadas.

Este material também traz a proposta da cooperação agrícola como forma de organizar a produção dos assentamentos. Esta proposta surge no MST, a partir da contribuição de diversos mediadores. Cada agente de mediação envolvido com questão da Reforma Agraria, via na cooperação uma forma de inserir seus ideais entre as famílias assentadas, seja no ideal de comunidade dos agentes pastorais; na construção do socialismo dos militantes dos partidos políticos de esquerda ou do próprio MST; ou na predeterminação da eficácia na inserção no mercado para os técnicos governamentais (D'INCAO e ROY, 1995, p. 27). Para o MST, esta proposta se materializou principalmente através das CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, onde os meios de produção eram coletivos, assim como é introduzida a divisão social do trabalho, de forma semelhante ao que acontece na industria (MST, 1993, p. 8).

Mesmo com a proposição da utilização de tecnologias alternativas, essa preocupação

[2] Os EBAAs eram organizados principalmente pela FAEAB – Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil e da FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Foram quatro encontros que progressivamente foram da crítica a agricultura convencional a divulgação de experiências concretas. (LUZZI, 2007)

não se traduziu em ações práticas nos assentamentos rurais. Os assentamentos reproduziam o modelo da agricultura convencional. Essa adoção do modelo da agricultura convencional ocorria de forma parcial (CAPORAL, 1994). Assim, além das áreas serem normalmente pequenas, o que não proporcionava o ganho em escala, a produtividade nem sempre alcança assim índices semelhantes da agricultura convencional de larga escala. Em muitos caso era aplicado, por exemplo, "pouco adubo", fazendo com que a produtividade fosse muito menor em relação aos agricultores que aplicavam as recomendações técnicas. Por outro lado, muitas famílias assentadas, desenvolveram práticas de agricultura tradicionais, não fazendo o uso de insumos químicos, em parte ou em toda seu lote.

Essa opção pela utilização de técnicas da agricultura convencional por parte das famílias assentadas pode ser creditada a diversos fatores ligados ao processo de modernização do campo. Incluindo principalmente as políticas de assistência técnica, que discriminavam os conhecimentos da agricultura tradicional camponesas, considerando-a atrasada e as políticas de crédito existentes até então, principalmente o PRONERA[3]. Suas normativas e gerenciamento através dos bancos públicos acabavam por exigir a utilização do pacote tecnológico convencional[4].

Ainda em 1997 inicia-se o que pode ser considerada a primeira grande experiência com agricultura alternativa do MST, a produção de sementes de hortaliças nos assentamentos de Hulha Negra no Rio Grande do Sul e comercializadas sob a marca Bionatur. A produção de sementes de hortaliças já era realizada através de grandes empresas, mas suas práticas excluíam um grande número de famílias. Criou-se condições para a introdução de práticas ecológicas e a eliminação de insumos químicos. (MST, 2006). Essa experiência ajudou o MST a aprofundar sua crítica ao agronegócio, assim como mostrou que havia possibilidade concreta de realizar a produção sem a utilização de insumos químicos e utilizando técnicas alternativas de produção.

Agroecologia e os assentamentos rurais do MST

A partir da realização do IV Congresso Nacional do MST, realizado na cidade Brasília em 2000, a proposição da utilização de tecnologias alternativas começa a ganhar destaque nas proposições do Movimento (MST, 2000). A partir desta momento a agroecologia passa a ser defendia como nova matriz tecnológica a ser assumida pelas famílias assentadas. Ampliam-se

[3] O Programa Nacional de Crédito Especial para Reforma Agrária – foi criado em 1986 e extinto em 1999, quando seu público foi incorporado ao PRONAF.

[4] A liberação dos créditos era condicionada a um projeto no qual os agentes financeiros que gerenciavam os recursos exigiam a utilização dos insumos e tecnologias da Revolução Verde, além disso os assentados adquiriam produtos ou serviços que eram pagos diretamente as empresas ou prestadores de serviço.

assim o desenvolvimento de experiências agroecológicas nos assentamentos rurais. Documentos e entrevistas de lideranças do MST, criticam o modelo do agronegócio e re-afirmam a necessidade de mudança da matriz produtiva e tecnológica dos assentamentos rurais (MST, 2006). Em recente entrevista, uma das principais lideranças do MST, ao avaliar os 25 anos do Movimento coloca que:

> Nós avançamos muito e digo isso com uma autocrítica porque há seis, dez anos atrás, nós não dávamos bola para a agroecologia, achávamos que era coisa de ambientalista. Quando começamos a perceber a gravidade da produção agrícola, as consequências dos agrotóxicos, do monocultivo, é que fizemos uma autocrítica e adotamos a agroecologia. (STÉDILE, 2009).

O MST assume a agroecologia como nova matriz produtiva e tecnológica para os assentamentos rurais ao compreender que "ela responde aos princípios e objetivos que norteiam o movimento na luta pela reforma agrária, a partir da visão política do movimento social" (MST, 2006, p.59).

Segundo Toná (2004), Eng. Agrônomo do Setor do Produção, cooperação e Meio Ambiente do MST do Paraná, ao analisar a compreensão da agroecologia no MST, destaca duas dimensões sobre o papel da agroecologia para o Movimento Social, a da *resistência* e da *superação*. A dimensão da *resistência* se manifesta no embate contra o modelo da agricultura convencional e na busca da autonomia das famílias frente a grandes empresas transnacionais. Esta dimensão se reflete nas ocupações de terra, na adoção da policultura pela maioria destas famílias a fim de satisfazer as suas necessidades alimentares. Assim como diversas famílias desenvolvem experiências de transição agroecológica e comercialização através de canais alternativos, como feiras e programas públicos.

A segunda dimensão, a de *superação*, busca a "construção de um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e todas as formas de vida" (TONÁ, 2004, p.3) . Assim, a agroecologia assume para o MST a perspectiva de uma outra forma de relação das pessoas com o mundo natural, não mercantil, mas sim, construir uma sociedade que atenda as necessidades dos seres humanos sem degradar o recursos naturais. As experiências de transição tem como base uma lógica diferente da lógica do modelo capitalista, por exemplo, ao privilegiar a produção para o sustento familiar e não a comercialização. Por outro lado, estas experiências estão limitadas pelo contexto estrutural do modelo capitalista. Portanto, essa é uma dimensão que permanece muito mais em um plano utópico; de um devir. É uma dimensão presente principalmente nos momentos de mística[5] dos movimentos sociais.

[5] A mistica é considerada como uma 'energia' que anima e dá força a luta dos militantes do MST; está presente não só nos momentos de rituais; mas em todas as atividades realizadas por seus militantes. (BOGO, 1999)

Neste processo de ecologização, o MST no Estado do Paraná, tem buscado incentivar o processo de transição agroecológica principalmente através do desenvolvimento de curso de formação para os jovens. Aliando a discussão da agroecologia com a movimentação pela Educação do Campo[6] estabeleceu parcerias com instituições de ensino e pesquisa a fim de oferecer Cursos Técnicos e Superior de agroecologia para jovens assentados e filhos de assentados. No Estado do Paraná são oferecidos cursos de nível médio, de Técnicos em Agroecologia ou Técnicos Agrícola em ênfase em Agroecologia nas Escolas Milton Santos em Maringá; José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguaçu e no Ceagro em Cantagalo e em sua nova sub-sede em Rio Bonito do Iguaçu; também há o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, oferecido na Escola Latino Americana de Agroecologia no município da Lapa. Todos funcionando com base na pedagogia da alternância, a qual é divida em tempo escola e tempo comunidade. Neste ultimo, os estudantes desenvolvem atividades propostas pelas escolas e relacionadas à agroecologia em suas comunidades de origem. Ainda do que diz respeito a educação e pesquisa em agroecologia, em conjunto com os movimentos sociais da Via Campesina, o MST busca a implantação de politicas públicas de apoio a agroecologia e para o desenvolvimento de pesquisa neste sentido, um exemplo é a implantação, por parte do Governo do Paraná, de um Centro de Pesquisa em Agroecologia[7] no município de Santa Teresa do Oeste pelo IAPAR – órgão estadual responsável pela pesquisa agropecuária.

A mobilização pela agroecologia também influi eventos de formação, como a Jornada de Agroecologia [8,] ou a participação em Encontros como da Rede Ecovida de Agroecologia[9.] São exemplo de grupos dos assentamentos que participam da Rede Ecovida, o Pré-Assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa e as famílias do Grupo Terra Livre no Assentamento Contestado do Município da Lapa. Da mesma forma, são desenvolvidos diversos projetos para buscar formas de apoiar o processo de transição agroecológica, como o Projeto Iguatu, desenvolvido na Região Sul e Metropolitana de Curitiba, abrangendo não só assentamentos, mas também outras comunidades rurais.

---

6 Educação do Campo é uma articulação entre diversos movimentos sociais, que defendem uma educação a partir da realidade do campo e que respeite sua cultura e seja um instrumento para o seu desenvolvimento.

7 O Centro Valmir Mota Keno, foi implantado em uma área da multinacional Syngenta, que realizava experimentos ilegais com organismos geneticamente modificados. Esta área foi ocupada diversas vezes por militantes da Via Campesina até que a empresa doou a área ao Governo do Estado que implantou a área e nomeou o centro em homenagem a um militante do MST que foi morto no local por seguranças da empresa.

8 A Jornada de Agroecologia é uma articulação entre movimentos sociais, ONGs, técnicos e acadêmicos na denúncia do agronegócio e na promoção da Agroecologia, tradicionalmente realiza um grande evento anual com a participação de mais de 4000 pessoas. Em 2009 foi realizada na cidade de Francisco Beltrão, Região Sudoeste do Paraná.

9 Rede Ecovida é uma articulação entre organizações, agricultores e movimentos sociais que defendem a agroecologia, sua principal ação é a Certificação de produtores agroecológicos de forma participativa.

Outro exemplo de áreas que tem conseguido avançar no processo de transição agroecológica é a Copavi, situada no Assentamento Santa Maria, em Paranacity. Essa experiência surgiu sob durante o processo de implantação de experiência de cooperativas coletivas da década de 1990. Mas ao contrário de outras experiências que tiveram que encerrar suas atividades ou permanecem no modelo de agricultura convencional, a Copavi, tem investido na transição agroecológica, produzindo hortaliças, açúcar mascavo e cachaça sem a utilização de insumos químicos.

Finalmente destacamos que destacamos que as questões ambientais cada vez mais tem ganhado importância para a compreensão do mundo atual. No que diz respeito ao mundo rural, a relação sociedade-natureza cada vez mais assume um lugar central.

No Brasil, o modelo de modernização, implantado sem alterar a estrutura agrária, trouxe graves consequências sociais e ambientais. Por outro lado, ao longo de sua trajetória, o MST vai incorporando o debate ambiental, superando as propostas de modernização da agricultura e assume a agroecologia como a base para a organização dos assentamentos rurais. Busca assim, desenvolver processos de ecologização dos assentamentos rurais, a partir da agroecologia. Esta ecologização acaba assim por ser a base para processos de recampezinização dos meio rural. Onde em locais antes vistos apenas como local de produção de matérias-primas, agora são lugares de vida, onde as pessoas moram, produzem suas condições de vida e buscam autonomia frente as grandes empresas do agronegócio. Da mesma forma, a agroecologia representa um instrumento de resistência ao modelo de modernização da agricultura convencional, ao mesmo tempo que quer ser um ensaio de uma outra forma de organização social e do ser humano se relacionar com a natureza.

Referências

ALTIERI, M.: **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11-72.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CAPORAL, F. R. A questão tecnológica na realidade dos assentamentos de **reforma agrária**-RS – questões para o debate. Santa Maria: Emater, 1994.

CATTON JR, W. R.; DUNLAP, R. E. Environmental sociology: a new paradigm. **The american sociologist.** V.13, feb, 1978, p. 41-49.

CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. (1989-1999). **Cadernos de Cooperação Agrícola,** São Paulo, n.8, 1999.

D'INCAO, M.C.; ROY, G. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B.M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, L.C. A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 7, out, 2005, p. 185-201.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional.. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997, p. 73-134.

GIDDENS, A. **Para além da direita e da esquerda**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOMES, J. C. C. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. (orgs). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília, DF. Embrapa, 2005.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOLLIVET, M. A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos, sociedade e agricultura.** n.11, out. 1998. p. 5-25.

LEIS, H. R.. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995, p.15-43.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil:** uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado) Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997

MST. **Construindo o caminho.** São Paulo: MST, 1986.

_____. **Reforma Agrária.** Por um Brasil sem latifúndio!. 4ª Congresso Nacional – MST, Brasília (DF), 7-11 de ago de 2000.

_____. **Bionatur:** sementes patrimônio dos povos a seviço da humanidade. Rede bionatur sementes agroecológicas. Bionatur. s.l. 2006.

OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institucional politics. **Social Research,** vol. 52, n. 4 (Winter) 1985. p. 817-868

SEVILLA GUZMAN, E. **Agroecologia y desarrollo rural sustentable:** uma propuesta desde Latino América. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicads a la Agricultura. 2000.

SEVILLA GUZMAN, E.; LÓPEZ CALVO, Araceli . Agroecologia y campesinado: reflexiones teóricas sobre lãs ciências agrárias ante la crisis ecológica. A**ctas de las Jornadas de Historia Agraria** : Almería, 19-23 de abril de 1993.

SILVA, J.G. **Modernização dolorosa.** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. **Brava gente.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J.P. **Governo Lula está em dívida com MST.** Entrevista realizada em 15/08/2009. Disponível em www.mst.org.br/node/7958 acesso em 19/08/2009.

TONÁ, Nilciney. **Uma reflexão sobre a agroecologia no MST-PR**. Paranacity – PR, agosto de 2004 (não publicado).

TOURAINE, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research,** vol. 52, n. 4 (Winter) 1985. p. 749-787.

VIA CAMPESINA. ¿**Quién somos**? La voz de los campesinos y de las campesinas del mundo. Disponível em www.viacampesina.org. Acesso em fevereiro de 2010.

WELCH, C.A.; FERNANDES, B.M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E.T.; FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, 2008.

AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA: uma metodologia para avaliar o desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais

Ricardo Serra Borsatto[1]
Maristela Simões do Carmo[2]
Julieta Teresa Aier de Oliveira[2]
Lucas Diniz de Melo Vieira[3]

[1] Professor Associado da FATEC Itapetininga, Doutorando FEAGRI/UNICAMP. rsborsat@ig.com.br

[2] Professoras Doutoras da Linha Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da FEAGRI/UNICAMP. stella@agr.unicamp.br ; julieta@feagri.unicamp.br

[3] Discente do Curso de Tecnologia em Agronegócios da FATEC Itapetininga – e-mail: vieira_diniz@hotmail.com

GT06 – Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites do desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A partir de seu IV Congresso Nacional realizado em 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), traz para o centro de seus debates a discussão sobre a "organização dos assentamentos" (MST, 2000). Isso ocorre devido à percepção de que era necessário aprimorar o modelo de assentamento realizado até então, que se caracterizava por priorizar, notadamente, durante a implantação, as dimensões ligadas ao trabalho e à produção, modelo esse que acabava por priorizar os aspectos econômicos da existência e relegava a um segundo plano às outras dimensões da vida.

Assim, foi colocado em pauta, a necessidade de levar em conta outras dimensões no processo de conformação dos assentamentos rurais, tais como: aspectos sociais, político-organizativos e ambientais, que proporcionassem espaços de convivência social entre as famílias e influenciassem os valores éticos e morais das pessoas (MST, 2000). As questões relacionadas à soberania e segurança alimentar, bem como à dimensão ecológica do aspecto produtivo, ganham relevância dentro do movimento. (GONÇALVES, 2008; VALADÃO e BRANDENBURG, 2009).

Ao se buscar uma nova matriz tecnológica que auxilie nesse processo, o MST traz para o centro de seus debates a Agroecologia, que se apresenta como uma ciência capaz de propiciar soluções contemplando os anseios acima colocados. Na interpretação do MST, a Agroecologia não se restringe somente a uma ciência provedora de técnicas para uma produção ambientalmente correta.

Alinhado com diversos pensadores da Agroecologia, o MST vê esta como uma nova área do conhecimento, que abarca em seu arcabouço epistemológico a superação de paradigmas científicos (principalmente do cartesianismo, empirismo e positivismo), tão característicos das ciências agrárias, que ao invés de melhorar a vida dos agricultores pobres, têm os levado ao êxodo.

A Agroecologia nesta percepção, que será melhor explorada no próximo tópico, busca fornecer caminhos para a construção de uma agricultura "realmente sustentável", onde outras dimensões como a ética, política, cultural, social, econômica, sejam tão relevantes como a ambiental (CAPORAL e COSTABEBER, 2002)

Deste modo, o MST começa a difundir entre os seus militantes, as diretrizes discutidas no IV Congresso Nacional, realizando esforços para que os acampamentos e assentamentos que se formam, a partir dessa data, introspectem preceitos agroecológicos em sua conformação.

Dentro deste contexto, este trabalho tem o objetivo de apresentar uma metodologia para avaliar a eficácia da adoção da Agroecologia como nova proposta para o desenvolvimento de assentamentos rurais vinculados MST.

A elaboração dessa metodologia se baseia em quatro premissas básicas, a primeira é que esta metodologia seja apropriável pelo movimento; a segunda é que ela seja suficientemente flexível para ser utilizada em diferentes contextos sócio-ambientais que caracterizam os assentamentos brasileiros; terceiro que rompa com a relação hierárquica entre sujeito-objeto da pesquisa cientifica clássica (pesquisa participativa), e que por fim sirva não somente de instrumento para explicar e conhecer uma determinada realidade estudada, mas que gere a possibilidade de mudanças nas ações sociais dos sujeitos estudados (pesquisa-ação).

AGROECOLOGIA

Neste trabalho a Agroecologia será considerada como uma ciência emergente, ainda em processo de construção e organização. Esta concepção é corroborada e defendida pelos principais pesquisadores que se preocupam com a difusão deste novo paradigma ainda em construção (ALTIERI, 2002 e 2004; NOGAARD e SIKOR, 2002; CAPORAL e COSTABEBER, 2004a; GOMES, 2005a; SEVILLA GUZMÁN, 2005; GLIESSMAN, 2005).

A Agroecologia não surgiu - como ocorreu com diversas outras ciências - unicamente dos estudos realizados por um ou vários cientistas dentro de seus laboratórios ou universidades, ela se originou da articulação do conhecimento tradicional e das demandas sociais – principalmente de grupos de pequenos agricultores marginalizados pelo paradigma

da “Revolução Verde”, que buscam garantir a sua reprodução social - com os conhecimentos provenientes de diversas áreas do meio cientifico.

O fato de ser oriunda de demandas sociais impõe à Agroecologia, uma base epistemológica diferente da ciência convencional, pois naquela parte-se do saber social para se conformar conhecimentos teóricos e científicos, enquanto na ciência convencional os cientistas desenvolvem suas pesquisas em laboratórios e universidades para posteriormente tentarem estendê-las ao cotidiano.

Entender a epistemologia desta nova abordagem científica e as consequências que ela gera nas pesquisas derivadas desta maneira de enxergar o universo, é fundamental para que a Agroecologia, como ciência emergente, consiga atender as demandas sociais que lhe deram origem.

Sevilla Guzmán (2005) cita que nos últimos anos a Agroecologia está virando moda, e ganhando espaço no mundo da pesquisa e do ensino, ao ser utilizado como um simples instrumento metodológico para compreender melhor a dinâmica dos sistemas agrários e resolver a grande quantidade de problemas técnico-agronômicos que as ciências convencionais não conseguem esclarecer, porém este modelo de agroecologia carece totalmente de compromissos socioambientais. O mesmo autor denomina este modelo de “agroecologia fraca”, pois apesar de assumir certa importância, ela não busca soluções globais que ultrapassem o âmbito da propriedade ou da técnica concreta em que se encontra a questão. As bases epistemológicas desta “agroecologia fraca” não se diferenciam muito das da Agronomia convencional, propondo somente uma ruptura parcial com as visões convencionais.

Floriani e Floriani (2010) sugerem que a Agroecologia se baseia em uma epistemologia diferente das demais ciências, visto que ela requer uma abordagem que integre as ciências da natureza e as sociais, com demais saberes culturalmente produzidos, para tanto propõem o paradigma do pensamento complexo moraniano como método para construção de conhecimentos pela Agroecologia.

Caporal e Costabeber (2004b) alertam que tem o corrido uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, que muitas vezes é utilizado como sinônimo de um modelo de agricultura, ou de produtos ecológicos, ou da adoção de algumas técnicas agrícolas menos agressivas. Apesar de estas interpretações possuírem, em geral, conotações positivas, elas “*podem prejudicar o entendimento da Agroecologia como uma ciência que estabelece as bases para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e principalmente de uma agricultura sustentável”*. (CAPORAL E COSTABEBER, 2004b: 116).

Gomes (2005b) acrescenta que a Agroecologia pode ser considerada uma disciplina cientifica que transcende os limites da própria ciência, pois ao se originar de fora dos círculos acadêmicos, ela pretende incorporar questões não tratadas pela ciência clássica, como relações sociais, equidade, segurança alimentar, qualidade de vida, etc.

Esta transcendência dos limites da ciência convencional é possível devido ao pluralismo epistemológico em que se baseia a Agroecologia, que pode ser, segundo Gomes (2005b), resumido nos seguintes aspectos: a) aceitação da pluralidade de contextos e soluções para a produção e circulação do conhecimento agrário; b) abertura ao saber tradicional agrícola como fonte de conhecimentos válidos; c) implicação da dimensão social e suas demandas na produção e na circulação do conhecimento agrário; d) combinação de diferentes técnicas de pesquisas, qualitativas e quantitativas, numa perspectiva interdisciplinar.

Deste modo, a Agroecologia não é uma ciência que busca a objetividade nem a neutralidade, como pretenderam os positivistas, ela se propõe a ser uma ciência mais humanizada, que considera a íntima associação entre questões políticas e técnicas (GOMES, 2005b).

Em suma, a Agroecologia não se restringe ao manejo dos recursos naturais em bases ecológicas dentro de propriedades agrícolas, ela é uma ciência emergente com o potencial de abordar de forma mais holística, sistêmica e complexa a realidade agrária, e apoiar processos de desenvolvimento rural sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2004b; MOREIRA e CARMO, 2004).

A característica, da Agroecologia, de possuir bases epistemológicas radicalmente diferentes das que sustentam a ciência agronômica convencional, acarreta na aceitação da sua "não neutralidade". Os agroecológos possuem a consciência de que as suas pesquisas são direcionadas a atender demandas sociais de determinados grupos e como consequência, eles compreendem que o seu trabalho exercerá uma influência direta nas organizações sociais e políticas do meio rural.

Caporal e Costabeber (2004b) citam que tanto teoricamente como metodologicamente, a Agroecologia, parte de preceitos da agricultura familiar não submetida exclusivamente à lógica "produtivista", o que determina que esta agricultura de base familiar seja o lócus privilegiado para estratégias de transição agroecológica, principalmente as poucos tecnificadas e as de subsistência, onde as técnicas difundidas pela Revolução Verde não foram adotadas ou tiveram baixa penetração.

Isto acontece, pois a agricultura familiar possui o controle sobre os meios de produção, sobre a terra e sobre os processos de trabalho, que propiciam a ela atender os

pressupostos do que é sustentável dentro do enfoque da Agroecologia, que na interpretação de Sevilla Guzmán (2005) podem ser resumidos em: a) ruptura com as formas de dependência, sejam elas de natureza ecológica, socioeconômica ou política, que põem em perigo os modos de reprodução; b) a busca para que os ciclos energéticos e materiais, dentro das unidades produtivas, sejam os mais fechados possíveis; c) o aproveitamento das propriedades emergentes positivas dos sistemas ecológicos, econômicos, sociais e políticos, em seus diferentes níveis; d) maior resiliência às variações dos fluxos materiais ou energéticos; e) o estabelecimento de sistemas bióticos para a reciclagem de materiais deteriorados, propiciando a manutenção das capacidades produtivas dos agroecossistemas; f) valorização, resgate e/ou criação de conhecimentos locais que fomentem o nível de vida da população a partir de sua própria identidade local; g) a valorização da biodiversidade, tanto biológica como local; h) a conformação de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, permitindo uma melhoria da qualidade de vida da população local.

BASE TEÓRICA

Este tópico apresenta o neoinstitucionalismo como referencial teórico-conceitual adotado para a construção da metodologia de avaliação da eficácia da adoção da Agroecologia como nova proposta para o desenvolvimento sustentável de assentamentos rurais vinculados ao MST. Ressalte-se que o neoinstitucionalismo é o pano de fundo de todo o processo de construção dos indicadores, sendo que a ele somou-se elementos do enfoque sistêmico e da perspectiva da complexidade por constituírem princípios fundamentais da Agroecologia.

A escolha do neoinstitucionalismo como referencial teórico-metodológico foi motivada, principalmente, porque esta corrente de análise enfatiza a importância das instituições que mediatizam o comportamento dos atores. Sem negar a importância das peculiaridades sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos na configuração do contexto social da política e das motivações dos atores individuais. O novo institucionalismo insiste num papel mais autônomo para as instituições. Nessa abordagem as instituições são consideradas algo além de um simples órgão formal, elas são constituídas por regras, normas, procedimentos operativos, acordos de comportamento e convenções, que acabam por modelar as decisões dos atores (PAULILLO, 2002; PAULILLO et al., 2009).

Dentro dessa abordagem, avaliar a eficácia da adoção da Agroecologia na promoção do desenvolvimento de assentamentos rurais, consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando a diferença entre o que foi realizado com o que foi previsto. Essa análise se apóia na focalização dos fatores suscetíveis de explicar a capacidade

das ações divulgadoras e promotoras da Agroecologia sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena a uma dinâmica social endógena, sendo, portanto, variável visto que as diferenças entre as características sócio-demográficas dos beneficiários, dinâmicas socioeconômicas locais, organização das instituições, formação dos envolvidos, características dos gestores, entre outros fatores, podem estabelecer interações diferenciadas entre si e influenciar esses resultados (PAULILLO, 2002; PAULILLO et al., 2009).

Essa abordagem, por enfatizar muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia, é apropriada, teórica e metodologicamente, para análises de eficácias das ações dos movimentos sociais, nos quais esses elementos estão presentes tanto quanto ou mais que nas ações de políticas públicas.

PREMISSAS METODOLÓGICAS

A construção de uma metodologia para ser utilizada por um movimento social como o MST, deve ser elaborada sobre preceitos epistemológicos concordes com sua ideologia.

Disto deriva que a primeira premissa considerada é que a metodologia seja apropriável pelo próprio movimento, a fim de evitar sua dependência de quaisquer pessoas e/ou organizações. Assim, ela deve ser simples em sua operacionalização e passível de ser executável pelos próprios participantes do movimento, prescindindo da figura do pesquisador-avaliador de fora, superando a hierarquia sujeito-pesquisador (intelectual idealizador do processo de avaliação) sobre o objeto-pesquisado (movimento social, ou ações dele).

A metodologia também deve ser participativa em todos os seus níveis, desde sua elaboração, passando pela coleta e sistematização de dados primários, até a avaliação dos resultados.

Outra premissa, é que essa participação dos assentados não sirva somente para o pesquisador, ou o gestor do processo de avaliação (no caso o MST), conheça (caracterizado por metodologias mais qualitativas) e/ou explique (caracterizado por metodologias mais participativas) a aderência ao discurso agroecológico dentro dos assentamentos, e sim sirva como um processo de problematização da realidade vivenciada (FREIRE, 2002), onde o assentado, ao compreender criticamente a sua situação presente, possa se auto-avaliar e deste modo perceber a sua posição em relação a um ideal subjetivo, o que propiciaria possibilidade de mudanças de suas ações sociais (pesquisa-ação) (SEVILHA GUZMÁN, 2002).

Ademais, a metodologia deve possuir flexibilidade, para que possa ser utilizada nas diferentes realidades sócio-ambientais características dos assentamentos brasileiros.

Baseados nessas premissas, concluímos que uma metodologia composta por indicadores de múltiplas dimensões (categorias de análise) atenderia aos objetivos do trabalho.

APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

Abaixo descrevemos o processo de elaboração da metodologia.

a) Definição das categorias de análise: o primeiro passo para a construção de indicadores é a definição das categorias de análise. Por ser uma metodologia que avaliará os aspectos agroecológicos de um assentamento, a definição das categorias baseou-se na proposta de Caporal e Costabeber (2002) que propõem seis dimensões para a análise da sustentabilidade em processos de transição apoiados nos princípios da Agroecologia, a dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Ecológica - A dimensão ecológica diz respeito à manutenção e recuperação da base de recursos naturais. Relaciona realidades, até então, aparentemente desligadas, mostra a universalidade, mesmo com as variações regionais dos problemas socioambientais contemporâneos relacionados à biodiversidade, solo, água, práticas agrícolas, práticas florestais, políticas e legislação ambiental, insumos, energia, uso e ocupação da terra, percepção ambiental. Alerta para a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam a continuidade e a qualidade da vida no longo prazo, a fim de administrar e garantir recursos vitais e finitos em um sistema social caracterizado pela desigualdade e insustentabilidade.

Econômica - Considera-se que resultados econômicos obtidos pelos agricultores são estratégias-chave para fortalecer estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Nessa categoria considera-se a importância da produção para o auto-consumo, bem como as estratégias de comercialização que devem prioritariamente basearem-se em circuitos curtos.

Social - Aborda a distribuição dos produtos gerados pelo agroecossistema, que deve ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. Inclui a busca de melhores níveis de qualidade de vida e na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades.

Cultural - Nesta dimensão considera-se que as intervenções devem ser respeitosas à cultura local. Os valores e saberes locais devem ser considerados e utilizados nos processos de desenvolvimento rural.

Política - Trata dos processos participativos e democráticos presentes nos locais de estudo, assim como com as redes de organização social e de representações.

Ética - Esta dimensão se refere à solidariedade intra e intergeracional e com as responsabilidades dos indivíduos em respeito à preservação do meio ambiente. Trata também da adoção de novos valores além dos produtivos econômicos que não necessariamente serão homogêneos nos locais estudados.

b) Construção dos indicadores para cada categoria de análise: um indicador pode ser definido como "uma medida dotada de significado social substantivo". Essa medida, com valor quantitativo ou qualitativo, é usada para substituir ou operacionalizar um conceito social abstrato, em geral de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação, análise e avaliação de políticas) (JANNUZZI, 2001).

A definição de um indicador, ou um conjunto deles, é uma tarefa cognitiva, de abstração, que tem por objetivo identificar as características essenciais de uma determinada realidade e expressá-las na forma de valores quantificáveis e/ou qualificáveis. Trata-se, portanto, de um processo reducionista, ou seja, nenhum sistema de indicadores, por mais complexo e sofisticado que seja, será capaz de expressar a realidade exatamente como ela é. Sempre se estará "perdendo" algum elemento desta realidade.

No ANEXO 1 apresentamos uma proposta de indicadores, distribuídos entre as categorias de análise agroecológica, para serem debatidos e reformulados com a contribuição com os gestores do processo de avaliação, no caso o MST. Vale ressaltar que essa metodologia somente terá aplicabilidade se os gestores a apoiarem e consentirem com os indicadores.

c) Determinação dos pesos de relevância de cada categoria de análise e dos indicadores: etapa participativa de construção da relevância (importância) de categorias e indicadores analíticos. Construção ao olhar dos gestores da equipe executora do projeto.

e) Delimitação das variáveis de análises para cada indicador: definição de quais variáveis-micro explicam os indicadores e que serão observadas na pesquisa de campo. Etapa fundamental para construção dos instrumentos para os levantamentos de campo.

f) Delimitação dos níveis qualitativos de eficácias dos indicadores: esta etapa consiste em classificar em níveis de eficácia (muito bom, bom, razoável, entre outros), compondo os parâmetros qualitativos de análise dos resultados da pesquisa de campo referente aos indicadores levantados.

Quadro1: Conceitos utilizados

- Elementos: são as partes essenciais de cada categoria, que a estruturam em termos dos valores, princípios e objetivos definidos.
- Indicadores: são as medidas dos resultados da ação promovida.
- Variáveis: são os dados e informações primárias, coletadas junto aos atores protagonistas da Política, que permitirão formar os indicadores de avaliação.
- Instrumentos de coleta: dependem da natureza e das variáveis que compõem os indicadores. Podem ser questionários de entrevistas com os agricultores contendo questões abertas e fechadas, pesquisas documentais e em nosso caso especifico será da uma maior relevância a metodologias de pesquisa-ação, tais como diagnósticos participativos, dinâmicas de grupo, entre outras.
- Atores: são os indivíduos e as instituições protagonistas do processo. Que no nosso caso podem ser os agricultores, os líderes comunitários, lideranças regionais e ou nacionais do movimento.
- Escala temporal: refere-se aos períodos de coletas dos dados e informações relativas aos indicadores, variando segundo sua natureza e finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente para efeito de registro, o processo de elaboração dessa metodologia ainda se encontra em aberto, os autores estão cientes de que a metodologia aqui apresentada ainda apresenta uma série de lacuna e que a mesma se constitui somente em uma proposta inicial, fruto de um esforço teórico, que ainda deve ser questionada e validada em vários fóruns de discussão, bem como a mesma deve passar por experiências pilotos antes de ser utilizada em uma escala maior. A apresentação desse trabalho nesse evento visa recolher críticas e contribuições para o aperfeiçoamento da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110p.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável**.** Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent.,** Porto Alegre, v.3, n.3, jul/set 2002.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: CAPORAL F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a. p. 5-15.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e**

Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b. p. 95-120.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Porto Alegre, v.5, n.1. p. 3-23. 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 93p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2005. 653p.

GOMES, J.C.C. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, A.M.; ASSIS R.L. (Ed.) **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005a. p. 73-99.

GOMES, J.C.C. Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios. In: AQUINO, A.M.; ASSIS R.L. (Ed.) **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005b. p. 135-146.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais do Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001. 141p.

MOREIRA, R.M.; CARMO, M.S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**. São Paulo, v.51, n.2, p.37-56, jul/dez. 2004.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio: São Paulo: MST, 2000

NOGAARD, R.B.; SIKOR, T.O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53-83.

PAULILLO, L. F. Análise organizacional em redes de recursos de poder: contribuições para os estudos da concorrência, das decisões estratégicas e das políticas públicas. In: FUSCO, J. P. **Tópicos emergentes em engenharia de produção – v. 1**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002, p. 27-58.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVA, V. Eficácia e Coesão Social do Projeto Viva Leite na Grande São Paulo: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba. **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo, v.56, n.3, p. 3-28, dez. 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**., Porto Alegre, v.3, n.1 p.18-28, jan./mar. 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M.; ASSIS R.L. (Ed.) **Agroecologia:** princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 103-132.

VALADÃO, A.C.; BRANDENBURG, A. A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 14, 2009, Rio de Janeiro-RJ. **Anais...** Disponível em: < http://starline.dnsalias.com:8080 /sbs/arquivos/30_8_2009_11_39_33.pdf> Acesso em: 30 mar. 2010.

ANEXO 1

PROPOSTA DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA AGROECOLOGIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Categoria	Elemento	Indicador	Variáveis
Política	Organização Social	Existência de Organizações Sociais	1. Número de organizações formais no assentamento 2. Número de organizações informais no assentamento
		Participação em Organizações Sociais	3. Grau de participação dos associados 4. Participação em reuniões decisórias 5. Auto-percepção sobre sua participação 6. Auto percepção da participação no desenvolvimento comunitário
	Organizações política	Importância e Relevância política interna	7. Importância da Assentamento para os assentados
		Relevância política externa	8. Número de convênios/parcerias com o poder público para a aquisição da produção do assentamento 9. Apoio do poder público para o assentamento 10. Número de convenios/parcerias formais ou informais com outras organizações (em funcionamento)
Econômica	Renda agrícola	Autoconsumo	11. Renda autoconsumo 12. Renda autoconsumo por gênero 13. Renda autoconsumo por geração
		Produção animal	14. Renda produção animal 15. Renda produção animal por gênero 16. Renda produção animal por geração
		Produção vegetal	17. Renda produção vegetal 18. Renda produção vegetal por gênero 19. Renda produção vegetal por geração
		Produção florestal	20. Renda produção florestal 21. Renda produção florestal por gênero 22. Renda produção florestal por geração
		Relevância da renda agrícola	23. Renda agrícola / renda total
	Renda não agrícola	Benefícios	24. Renda provenientes de benefícios 25. Renda provenientes de benefícios por gênero 26. Renda provenientes de benefícios por geração
		Assalariamento temporário	27. Renda de assalariamento temporário 28. Renda de assalariamento temporário por gênero 29. Renda de assalariamento temporário por geração
		Assalariamento	30. Renda de assalariamento permanente

		permanente	31. Renda de assalariamento permanente por gênero 32. Renda de assalariamento permanente por geração
		Extrativismo	33. Renda de atividades extrativistas 34. Renda de atividades extrativistas por gênero 35. Renda de atividades extrativistas por geração
		Turismo	36. Renda proveniente do turismo 37. Renda proveniente do turismo por gênero 38. Renda proveniente do turismo por geração
		Artesanato	39. Renda proveniente do artesanato 40. Renda proveniente do artesanato por gênero 41. Renda proveniente do artesanato por geração
		Serviços ambientais	42. Renda proveniente de serviços ambientais
		Agregação de valor e Agroindústria	43. Renda proveniente de agregação de valor e agroindústrias 44. Renda proveniente de agregação de valor e agroindústrias por gênero 45. Renda proveniente de agregação de valor e agroindústrias por geração
		Arrendamento e parceria	46. Renda proveniente de arrendamentos e parcerias
		Serviços diversos	47. Renda proveniente de serviços diversos 48. Renda proveniente de serviços diversos por gênero 49. Renda proveniente de serviços diversos por geração
		Relevância da renda não agrícola	50. Renda não agrícola / renda total
	Comercialização	Canais de comercialização	51. Diversidade de canais de comercialização utilizados 52. Distribuição das vendas em função de canal de comercialização
		Organização para comercialização	53. Organização social para comercialização 54. Responsabilidade pela comercialização (gênero e geração)
	Agregação de valor	Processos de agregação de valor	55. Porcentagem da produção a que é agregada valor 56. Responsabilidade pela agregação de valor (gênero e geração)
		Organização para a agregação de valor	57. Apropriação de processos de agregação de valor. (industrialização, embalagem, seleção, etc.)
Social	Bens e Patrimônio	Disponibilidade de bens duráveis e não duráveis	58. Número e tipo de bens duráveis e não duráveis
		Disponibilidade de reserva de valor	59. Existência de poupança bancária, reserva de valor, sobras monetárias
	Disponibilidade de atividades	Oportunidades de	60. Periodicidade de atividades de lazer (coletivas e individuais)

	de lazer, cultura e religião	lazer	61. Diversidade de atividades de lazer (coletivas e individuais)
		Oportunidades de atividades culturais	62. Acesso e periodicidade a atividades culturais (cinema, teatro, circo...)
		Oportunidades de atividades religiosas	63. Acesso e periodicidade a atividades religiosas (cultos religiosos, festas religiosas)
	Saúde	Acesso a serviços de saúde e outras alternativas	64. Acesso e periodicidade de consulta com profissional de saúde 65. Acesso a formas alternativas de saúde 66. Acesso a produtos fitoterápicos (hortas medicinais, extrativismo...)
		Ocorrência de doenças graves	67. Ocorrência e descrição de doenças graves
		Ocorrência de acidentes de trabalho	68. Ocorrência e descrição de acidentes de trabalho
		Ocorrência de intoxicação humana	69. Ocorrência de intoxicações por uso de agrotóxicos e medicamentos veterinários
	Transporte	Infraestrutura de transporte	70. Tipo de transporte 71. Acessibilidade da comunidade 72. Avaliação da qualidade
	Habitação	Características do abastecimento da água de uso doméstico	73. Fontes de abastecimento 74. Tratamento da água
		Características do saneamento doméstico	75. Destino do esgoto
		Disponibilidade de energia doméstica	76. Tipo de energia de uso doméstico
	Educação	Escolaridade da família	77. Grau de escolaridade da família
		Acesso a educação formal	78. Acesso à educação formal 79. Condições de acessibilidade a educação formal
		Acesso a educação informal	80. Acesso à educação informal 81. Condições de acessibilidade a educação
		Acesso a inclusão digital	82. Acesso a programas de inclusão digital
	Alimentação	Nível de In(Segurança) Alimentar	83. EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar)
Ambiental	Sistema de	% de monocultivos	84. Área de monocultivo / área total da propriedade

	Produção	% de plantio direto	85. Área de plantio direto / área total da propriedade
		% de rotação de cultura	86. Área de rotação de cultura / área total da propriedade
		% de rotação de pastagem	87. Área de rotação de pastagem / área total da propriedade
		% de queimadas	88. Área de queimadas/ área total da propriedade
		% de pousio	89. Área de pousio / área total da propriedade
		% de consórcios	90. Área de consórcios/ área total da propriedade
		% de SAF´s na propriedade	91. Área de SAF´s na propriedade/ área total da propriedade
		% terraços, curvas de nível	92. Área de terraços, curvas de nível/ área total da propriedade
		% de agricultura orgânica	93. Área de agricultura orgânica/ área total da propriedade
		% de outras práticas	94. Área de outras práticas/ área total da propriedade
		Utilização de agrotóxicos	95. Uso e tipo de agrotóxicos
		Utilização de adubos orgânicos	96. Uso e tipo de adubos orgânicos
		Utilização de adubos inorgânicos	97. Uso e tipo de adubos inorgânicos
		Alternativas controle de pragas e doenças	98. Alternativas de controle de pragas e doenças
		Grau de dependência de insumos externos	99. Percepção de dependência de insumos externos
		Qualidade do Solo	100. Percepção sobre a qualidade do solo
	Políticas e legislação ambiental	Existência de APP´s	101. % de APP na propriedade
		Existência de RL´s	102. % de RL na propriedade
		Existência de Unidades de Conservação	103. % de unidade de conservação na propriedade (APA, RPPN...)
		Condição	104. Existência de passivos

		ambiental	ambientais 105. Formalização de TAC 106. Ações de recuperação de APP e RL
	Água	Qualidade de água	107. Mata ciliar nas nascentes, rios e reservatórios 108. Presença de assoreamento 109. Dejetos lançados na água 110. Diversidade de peixes nativos 111. Diversidade de plantas nativas
		Disponibilidade de água	112. Volume disponível para as necessidades / sazonalidade
	Destinação de resíduos	Destinação das embalagens de agrotóxicos	113. Destinação das embalagens
		Destinação dos dejetos domésticos	114. Destinação dos dejetos domésticos
		Destinação do lixo produzido	115. Destinação das lixo doméstico
		Reciclagem de resíduos agropecuários	116. Destinação dos resíduos biológicos da produção
	Práticas de Extrativismo	Gestão da caça	117. Existência de debates sobre gestão da caça
		Gestão da pesca	118. Existência de debates sobre gestão da pesca
		% extrativismo madeireiro	119. Área de extrativismo madeireiro / área total da propriedade
		% extrativismo não-madeireiro	120. Área de extrativismo não-madeireiro / área total da propriedade
		% de manejo florestal	121. Área com plantio direto com utilização de herbicida / área total da propriedade 122. Área com plantio direto sem utilização de herbicida / área total da propriedade 123. Possui corredores ecológicos 124. Possui quebra-ventos
	Biodiversidade	Diversidade de fauna nativa	125. sp identificadas pela família
Cultural	Tecnologia de Processos Produtivos	Utilização de Insumos Autóctones	126. Utilização de sementes crioulas. 127. Disponibilidade de fertizantes locais.

		Concepção de ATER	128. Atua de maneira participativa. 129. Demonstra interesse por outros setores que não só o produtivo.
		Transmissão de tecnologias	130. Importação de tecnologias produtivas ao assentamento. 131. Exportação de tecnologias produtivas do assentamento. 132. Participação em feiras de troca de conhecimentos e troca de sementes
	Práticas Artísticas e Culturais	Presença de grupos folclóricos e artesanato	133. Existência de grupos de dança, ciranda, catira, congada, etc. 134. Presença de artesãos no grupo. 135. Participação (%) dos assentados nesses grupos.
	Interferência Exógena	Organizações formais	136. Ater
			137. Religiões
			138. ONGs
		Mídia	139. Impacto da mídia nas relações sociais
	Resiliência	Transmissão de conhecimentos	140. Existência de cantorias e toadas como forma de perpetuar conhecimentos tradicionais. 141. Trocas de conhecimentos intergeracionais. 142. Existência e aplicabilidade de simpatias, lendas e crendices.
	Assentamento e MST	Impacto do MST no assentamento	143. Interferência no plano de ocupação da terra 144. Influência na escolha do sistema produtivo 145. Influência na formação das lideranças 146. Viabilidade de aplicação das diretrizes da coordenação do MST no assentamento
Ética	Ética ambiental	Significação da importância de meio ambiente	147. Utilização de sementes crioulas. 148. Disponibilidade de fertizantes locais.
	Valores éticos para a vida	Solidariedade	149. Mobilização do grupo para cooperar com indivíduos 150. Mobilização dos indivíduos para cooperar com o grupo 151. Existência de mutirões
	Valores éticos na produção	Confiança para consumir os produtos que produzem	152. Ater
			153. Religiões
			154. ONGs
		Autoavaliação dos pontos fortes e	155. Impacto da mídia nas relações sociais

		fracos do produto	
	Ética comercial	Fidelidade como fornecedor	156. Existência de cantorias e toadas como forma de perpetuar conhecimentos tradicionais.
		Percepção sobre a concorrência	
	Ética nas relações sociais internas	Gênero	157. Participação feminina nos processos decisórios
		Geração	158. Participação de jovens nos processos decisórios 159. Participação de idosos nos processos decisórios

AGROECOLOGIA PARA UM PROJETO DE REFORMA AGRARIA SUSTENTÁVEL

Carolina Bonelli[1]

[1]Pós-graduanda em Geografia do Desenvolvimento, Universidade Estadual de Turim, Itália – E-mail: carolina.bnll@gmail.com

GT 06, Meio Ambiente e Ruralidade: possibilidades e limites de desenvolvimento

Os assentamentos são um campo fértil
para que as ideais possam materializar-se
e as utopias não morrerem
(FABRINI 2003)

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho nos escolhemos de enfocar no Mst e no seu processo de elaboração de uma alternativa viável ao agronegócio e ao modelo da Revolução Verde, de um projeto de Reforma Agrária mais abrangente e de qualidade, que não se limite só à luta pela terra, mas vise à incubação de um novo modelo agrícola e de desenvolvimento humano.

A escolha do Mst está justificada pela presencia da dinâmica dos acampamentos e assentamentos, que, além de ser lugares dedicados á produção agropecuária, se constituem como espaço de existência camponesa e de debate político, então como possíveis laboratórios de alternativas concretas aos modelos capitalistas de produção agrícola. De fato, a conquista de cada latifúndio pode representar uma derrota desse modelo; no entanto, se nas terras conquistadas pelo movimento, as famílias assentadas seguirem aplicando o mesmo modelo que tentam combater, com base em monocultura, química, mecanização, transgênicos, comercialização em grande escala e produção para exportação, estarão recolocando o agronegócio e a Revolução Verde naquele meio, fomentando a decomposição gradual dos assentamentos conquistados em novos micro-latifúndios.

Discutir o tema da agroecologia nas pautas de luta do Mst atende a um preciso de contribuir na direção de uma qualificação do projeto popular de Reforma Agrária e de dar coerência aos anseios de uma mudança radical nos modelos de produção adentro dos assentamentos e de relações políticas e sociais entre os assentados.

A agroecologia apresenta todas as características que podem tornar possível um novo papel social e econômico da pequena propriedade, lhe permitindo de sobreviver afora do capitalismo, organizando-se para enfrentá-lo e dando novamente vida as relações camponesas desaparecidas com a imposição das relações de tipo capitalista.

A agroecologia está de fato pegando sempre maior espaço nas prioridades, nos objetivos e

nas ações do Movimento, seja a nível nacional, seja a nível internacional adentro da Via Campesina. Porém, como verificaremos através alguns estudos de caso em assentamentos que apresentam (ou, melhor, afirmam de apresentar) grupos de produtores agroecológicos, a realidade nos assentamentos está ainda bem longe da viabilização e da concretização de uma produção agroecológica. Os obstáculos são muitos, e tem origem seja no exterior (sistemas de assessoria e de extensão rural, sistemas de crédito e seguro) seja no interior do assentamento (mentalidade e objetivos dos assentados, escassa vontade de elaborar projetos em coletivo, escassa formação e cultura rural).

O objetivo é aprofundar a contribuição determinante que a perspectiva agroecológica pode oferecer na reconstituição das bases camponesas da agricultura familiar e sopesar a fundo as dificuldades do Movimento em por em prática a alternativa agroecológica, tentando de entender quais poderiam ser as soluções mais coerentes e eficazes para realizar nos assentamentos um autêntico desenvolvimento humano auto-sustentável e ecológico.

Agroecologia, um paradigma tradicional e revolucionário

> Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. (ALTIERI 2000)

> [...] por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. (GLIESSMAN, 2001)

O termo agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930, para significar a aproximação da ecologia à agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de "ecologia aplicada". O interesse na aplicação da ecologia à agricultura expandiu-se nas décadas de 60 e 70, devido à intensificação da pesquisa de ecologia de populações e comunidades, à influência crescente de abordagens em nível de sistemas e à ampliação da chamada "consciência ambiental". A análise de agroecossistemas permitiu a estruturação, no início dos anos 80, da ciência agroecológica, dotada de metodologia e de estrutura básica conceitual apropriadas para o acompanhamento de agroecossistemas. (COSTA NETO, CANAVESI, 2002).

Nesse período, a ciência agroecológica passou a ser influenciada por sistemas tradicionais de cultivo de países em desenvolvimento, que passaram a constituir "exemplos importantes de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados" (GLIESSMAN, 2000: 52).

A agroecologia é definível como um manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica, quer reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica mediante um controle das forças produtivas, que estanque as formas degradantes e espoliativas da natureza e

da sociedade, causadoras da atual crise ecológica (GUZMAN MOLINA 1996).

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir uma proposta de agricultura abrangente, que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida toda e toda a vida. Nesta visão se estabelece uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis.

A agroecologia permite de realizar um ciclo construtivo virtuoso: partindo de um manejo e uma renovação natural do solo, visado a um aumento da biodiversidade e da fertilidade, obtêm-se uma produção de alimentos saudáveis com métodos que consentem valorizar a cultura local e restabelecer um equilíbrio ecológico; esses alimentos, se inseridos num circuito de economia solidária acabam gerando uma boa renda para os agricultores, devida a uma poupança de insumos quimicos e a um maior valor mesmo dos alimentos orgânicos; essa geração de renda permite também enfrentar um outro grande problema atual do rural, isto é o êxodo dos jovens; através a agroecologia parece possível um fortalecimento da juventude rural e a promoção da igualdade de gênero através da participação das mulheres. Resumindo, a agroecologia pode gerar uma concreta melhoria da qualidade da vida e fortalecer processos políticos coletivos e participados.

Quando Guzman Molina (1996) se refere a um enfoque holístico, quer dizer que na agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserido na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Neste sentido, a agroecologia precisa de uma abordagem sistêmica, e não linear, no manejo das propriedades agrícolas, buscando pôr em relação todos os atores (animais, vegetais, minerais) presentes no ciclo de produção.

A agronomia moderna que, em América Latina como em todo o mundo, é influenciada pelas teorias do alemão Justus Von Liebig, visa a ultrapassar os fatores limitantes ao desenvolvimento dos cultivos, através o uso maciço de substâncias químicas. Isto é dizer, através a aplicação de uma visão linear: por exemplo, se num parreiral aparecesse um bichinho não desejado, o agricultor linearmente aplicaria um inseticida para afastá-lo.

A agroecologia tenta entender a causa da presencia desses fatores limitantes, sem pretender de resolvê-los, mas tentando de perceber os fatores biológicos e as relações dialéticas que estão atrás e tentando atuar no manejo ecológico e orgânico do solo (ALTIERI 2000). Na agroecologia então não existem pragas, mas sim sinais de um errado manejo do solo. A natureza não se pode dar o luxo de manter alguma planta que não está em plena saúde. Então no momento em que a planta está deficiente em alguma coisa, a saúde dela não vale mais a pena e vem um inseto e mata. A doença é para a vida não degenerar, e não para eliminar uma cultura (PRIMAVESI 2009).

As implicações desta imposição, em relação às receitas espalhadas por décadas pela Revolução Verde, são, para dizer o mínimo, revolucionárias.

Através da abordagem agroecológica, os agricultores, além de produzir num contexto saudável, livre de agrotóxicos, podem alcançar um estado de autonomia das empresas a montante, industrias e

comércios de insumos, próprios cavalos de luta do agronegócio e da Revolução Verde. O modelo produtivo agroecológico, diversificado e poupador de insumos, se coloca claramente em oposição a esse modelo dominante. A agroecologia se baseia no aprendizado com a natureza, de forma a debater as relações presentes na tecnologia, a fim de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmicas (STÉDILE 2009).

Nesse sentido, parece claro que é de fundamental importância para o agricultor que deseja produzir agroecologicamente ter um conhecimento das relações dialéticas entre todos os atores presentes no ciclo de produção.

Como aprofundaremos em seguida, o desafio maior para os pequenos agricultores, sobretudo para os assentados da Reforma Agrária, freqüentemente de origem urbana, é mesmo recuperar e acreditar nesses conhecimentos tradicionais de um lado, e ter acesso a uma assessoria técnica e a um saber científico agroecológico do outro.

As técnicas agroecológicas são compatíveis com a cultura camponesa, visto que não questionarem sua lógica, mas se baseiarem no saber camponês tradicional, combinado com elementos da ciência e da agricultura moderna (ALTIERI, 1996:129). A agroecologia nada mais é do que a agronomia dos anos 40 ou 50 do século passado, com a obvia incorporação dos avanços científicos e sociais dos últimos 60 anos (PINHEIRO MACHADO 2009).

A questão é que de um lado esse saber camponês tradicional enfraqueceu como efeito das políticas de modernização agrícola e da Revolução Verde e da urbanização de muitos agricultores que, uma vez reassentados pelas políticas do INCRA, não tem os conhecimentos das dinâmicas das produções e dos cultivos, ou que, mesmo tendo permanecido no campo, tem agora a mentalidade gerada pela invasão do capitalismo no rural, isto é imediatismo, querer uma produção rápida, aumentar a renda, a produtividade; do outro lado, a pesar da presencia de um acompanhamento aos assentamentos por institutos como a Emater no caso do Paraná, faltam funcionários, a assessoria não é sistemática e arisca de gerar desanimação, decepção e abandono do caminho da agroecologia.

Altieri (1996:131) enfatiza que a verdadeira sustentabilidade será obtida quando os camponeses incrementarem seu acesso à terra, aos recursos e a uma tecnologia apropriada para manejá-los.

O desafio é entender como esse acesso possa realizar-se concretamente, para evitar que o modelo agrícola convencional, considerado insustentável, seja reproduzido em parte significativa pelos assentados nos assentamentos.

Em poucas palavras, como mesclar saber popular e saber cientifico para criar um paradigma agroecológico que possa de verdade gerar autonomia e auto-sustentabilidade para os agricultores dos assentamentos, permitindo de construir no dia a dia um projeto concreto de sociedade alternativa aos modelos capitalistas, e uma recampenização do mundo rural?

Para responder a essa pergunta, analisaremos agora o processo histórico de adoção dos conceitos de sustentabilidade e agroecologia adentro das pautas de luta do MST e consideraremos alguns casos práticos para avaliar, passo a passo, as dificuldades e tentar de achar soluções possíveis.

O MST rumo a uma reforma agrária agroecológica no Brasil

Nos 25 anos de luta do MST, em termo de seu ideário de Reforma Agrária, vem se incorporando sempre mais preocupações com a sustentabilidade nos assentamentos sob a sua responsabilidade (COSTA NETO, CANAVESI 2002).

Desde o seu primeiro congresso nacional, realizado no 1985, teve uma, mesmo tímida, inclinação favorável aos temas da preservação ambiental. Foi deliberado, dentre diversas outras resoluções, que o governo federal deveria garantir que a produção, a ser realizada nos assentamentos, respeitasse a preservação do meio ambiente e que o MST acataria a indicação pelo governo de técnicos agrícolas nas áreas do assentamento, "desde que eles se comprometessem com uma agricultura de pequena propriedade e não com a do modelo capitalista" (COSTA NETO, 1999:317).

No ponto 14 dos princípios práticos do Programa de Reforma Agrária do MST – 1984 é declarado: "Em todas as conquistas de terra, deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra". (STÉDILE, 2005: 179).

No Primeiro Encontro Nacional de Agricultores Assentados, no 1985, estes exigiam que o governo estimulasse, com recursos, as comunidades dos assentamentos. Os assentados solicitavam ao governo o seguinte: "que fornecesse sementes para adubação verde; que os técnicos fossem escolhidos pelos reassentados e que residissem nos assentamentos; que a assistência técnica estimulasse formas alternativas de produção menos dependentes do capital". (COSTA NETO, 1999:318).

Dez anos mais tarde, no terceiro congresso nacional que realizou, o MST divulgou a visão de um novo tipo de reforma agrária, na qual se percebe uma forte preocupação com as questões do desenvolvimento, mais notadamente o rural agrícola, a ser implementado de forma auto-sustentável, levando em conta o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais:

> A Reforma Agrária significa um conjunto de medidas necessárias para alcançar os objetivos de luta para a criação de um novo modelo agrário que garanta um novo modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural para toda a população do campo e beneficie a população urbana. (STÉDILE, 2005: 189).

Com relação ao meio ambiente, a proposta de Reforma Agrária do 1995 prevê o preciso de estabelecer um programa ambiental para as áreas de assentamento, buscando a reeducação dos assentados em sua relação com o ambiente (STÉDILE, 2005). A educação é considerada uma das áreas fundamentais em que o governo deve investir visando elevar o nível cultural dos trabalhadores rurais através da escola de qualidade (STÉDILE, 2005: 200): o objetivo é de levar a ciência para o campo e evitar o êxodo juvenil para os grandes centros urbanos. (STÉDILE, 2005: 201).

A proposta do 1995, volta a dar importância estratégica à questão da assistência técnica, enfatizando a urgência de criar um programa de assistência técnica publica e gratuita, específico

para os assentamentos. As equipes técnicas devem ser multidisciplinares, contemplando todas as dimensões da vida humana e não apenas o econômico.

Foi, porém, no Congresso Nacional do MST do 2000, que lideranças nacionais do Movimento denunciaram "as linhas políticas do governo adotadas para a agricultura" (Stédile, 2000: 17): estímulo à implantação de grandes fazendas de grãos, sobretudo na região Centro-Oeste, destinadas à exportação; estímulo à oligopolização do controle do mercado interno agrícola, por parte de grandes empresas agroindustriais, em sua maioria multinacionais; implantação de um processo de seletividade dos pequenos agricultores integrados à agroindústria, reduzindo drasticamente seu número, aumentando a tecnologia e selecionando regiões mais propícias para cada produto; desaparecimento da agricultura de subsistência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste; desmantelamento do chamado setor público agrícola, representado pela atuação do Estado, no controle dos estoques, na assistência técnica, na pesquisa agropecuária e no destino de recursos públicos para o crédito rural; transferência do controle da biotecnologia para os grandes grupos multinacionais e sucateamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); redução do emprego agrícola em aproximadamente 5% ao ano. (COSTA NETO, CANAVESI, 2002).

Em fim, na Carta do 5º Congresso Nacional do MST, no 2007, é declarado o compromisso em “defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”**.**

Os princípios da agroecologia vêm ao encontro da busca do MST pela modificação das relações sociais na agricultura, de dependência, exploração e degradação, por práticas que se direcionem para uma agricultura mais sustentável. Pobreza, degradação ambiental, crise climática, dependência dos insumos químicos e dos pacotes da Revolução Verde: a estes problemas a agroecologia responde através o fortalecimento da agricultura camponesa, permitindo fortalecer a sua autonomia dos insumos e a sua ligação com o território e a natureza.

A agroecologia é uma conduta capaz de, não só confrontar com o agronegócio, mas de recompor o ambiente, produzir alimentos limpos para a humanidade, outorgar cidadania, especialmente aos pequenos agricultores. (PINHEIRO MACHADO 2009).

Tentamos agora de ver como o MST tenta de por em prática os princípios assumidos nas declarações do MST, analisando um caso problemático de assentamento: o de Palmital, situado em Quedas de Iguaçu (Oeste do PR).

A agroecologia nos assentamentos de Quedas de Iguaçu (PR)

Os três assentamentos Celso Furtado, Palmital e Rio Perdido, situados em Quedas de Iguaçu, estão entres os maiores do país, envolvendo quase 1100 famílias.

Existe, a nível estadual, graças à mobilização social do MST, um convênio com o EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) para que forneça assessoria técnicas. Tratam-se de 10 funcionários, técnicos agrícolas e engenheiros florestais, divididos para atender todas as famílias. A atividade do Emater tem como linhas principais: cursos de capacitação, com o objetivo de fortalecer os conhecimentos tradicionais e trazer novas tecnologias (em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná, SENAR); organizar excursões para conhecer outras propriedades e assentamentos e realizar trocas de experiências; realizar a preparação para receber o PRONAF A, o programa de crédito específico para os assentados.

Os três eixos temáticos que caracterizam a ação do EMATER nos assentamentos são: sustentabilidade e segurança alimentar, geração de renda e agroecologia.

A produção principal nos assentamentos é o leite, mas o EMATER está tentando de insistir na direção de uma maior produção de hortaliças, para suportar principalmente o autoconsumo. Aspecto, isso, que os assentados aceitam com dificuldade. Na ideia do EMATER a comercialização deveria ser secundária a respeito da garantia de uma segurança alimentar. De fato, segundo as palavras do técnico do EMATER Eugenio G.S. Neto, os assentados produzem, mas compram os alimentos na cidade.

Quando começou a assistência técnica sobre agroecologia, só 76 famílias do assentamento quiseram trabalhar para realizar a transição. Hoje, persistem só 40 famílias, que, segundo o Neto, são aquelas com comportamentos mais politizados. Quem desistiu, o fez causa falta de recursos e incentivos para cultivar, investir, comprar sementes, e voltou ao convencional.

Os produtores agroecológicos são os menos endividados adentro do assentamento, pois não tem débito com as empresas a montante que vendem sementes e insumos químicos.

As dificuldades maiores encontradas no processo de extensão entre o EMATER e os assentados na fase da transição e produção agroecológicas são ligadas a uma falta de conhecimentos atualizados a respeito de um manejo ecológico do solo mais adequado; ao preciso de muita mão-de-obra para cuidar os cultivos sem insumos químicos e à desconfiança e recusa de um processo de diversificação das produções.

Na opinião do Neto, essas dificuldades dependem principalmente da cultura das famílias, que na maioria vêm da cidade e são portadores da cultura da monocultura, do imediatismo, e não estão interessados num projeto volto á auto-sustentação.

Mesmo o Silvano, vereador e membro da coordenação do assentamento Celso Furtado, denuncia a presença nos assentamentos de pouca consciência, de uma ideologia capitalista que empurra os agricultores só na direção de objetivos de renda.

São muitos os paradoxos presentes nessa situação e que decepcionam quem acha de encontrar uma alternativa não queremos dizer revolucionaria, mas ao menos coerente com os objetivos oficiais proclamados nas cartas e nas propostas do Movimento.

Acredita-se que houve uma perda da cultura do agricultor, a partir do momento que essa é substituída pelo padrão químico-mecânico. Incorporou essa ótica e hoje, mesmo tendo noção de

seus problemas, receia a mudança. (GOMES 2003)

A falta de recursos e incentivos econômicos, como de uma assistência técnica de qualidade, constitui um problema percebido por todos os atores envolvidos, na transição e permanência de produções agroecológicas. Mas a colocação da necessidade de mais recursos entra em contradição com o enfoque agroecológico que, segundo Altieri (1998), é uma proposta que se destina a agricultores com pouca disponibilidade de recursos, menor acesso aos insumos tecnológicos e pouca relação com o mercado.

O preciso de assistência técnica ameaça de recolocar na mesa a questão da dependência de pacote e receitas típica do modelo da Revolução Verde, dependência de atores externos ao assentamento. Mesmo evidenciando a importância do que o técnico deveria ser comprometido com a transformação social, respeitar a realidade e o conhecimento do assentado, não restringir sua ação à difusão de tecnologia, assumindo um caráter de agente de desenvolvimento envolvido com toda a dinâmica do assentamento, conforme a uma crônica incapacidade de atender com qualidade os precisos de todos os assentados, têm que achar novas soluções que partam do campo mesmo e de uma valorização e coletivização dos saberes já existentes no assentamento.

> O agricultor precisa, antes de tudo, ter convicção. E convicção se adquire por meio do saber, do conhecimento, do estudo. Na agroecologia não existem receitas, fórmulas. Existe o saber fundamental e, a partir dele, é o cérebro o principal insumo que movimenta os processos da natureza. (PINHEIRO MACHADO 2009).

Fazer agroecologia é apenas uma fase posterior ao processo de s**entir agroecologia** e v**iver agroecologia. Não é suficiente tirar o agrotóxico do processo de produção. Não é uma questão só ambiental, mas uma questão que incorpora uma dimensão social e cultural. O que parece a tendência em andamento nos assentamentos, é a de produzir organicamente, mais que organizar e estruturar produções agroecológicas. Isto é tentar de gerar uma renda, poupando os gastos dos insumos e aproveitando do valor maior ao qual consegue-se colocar os produtos orgânicos no mercado e nos Programas sociais nacionais. Quando ocorra um qualquer obstáculo, como a falta do Sistema de Inspeção Municipal que permita a comercialização dos produtos ou uma dificuldade no manejo do solo ou a manifestação de uma praga que retardam a produção e reduzem a produtividade, como aconteceu em Quedas, os agricultores desistem e voltam á produção convencional.**

Há ainda muito preconceito e uma influência muito grande da hegemonia do capital sobre a agricultura, o que faz come que muitos camponeses ideologicamente pensem apenas em imitar os fazendeiros, como se isso fosse garantir o aumento da produção, do lucro e da melhoria das condições de vida. Então há um trabalho político-ideológico também, para que os pequenos agricultores camponeses se dêem conta dos interesses de classe que estão por trás de cada modelo. (STÉDILE 2009).

Como deveria se articular esse trabalho político e ideológico? Pelo que foi evidenciado até agora conhecendo o exemplo dos assentamentos de Quedas de Iguaçu, os eixos

fundamentais desse trabalho parecem ser: um novo modelo de assistência técnica, uma educação e revalorização da cultura e do saber rural, a construção de ações coletivas e de uma organização políticas mais forte.

4. Troca de saberes, educação e organização política

"É preciso reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícito em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relaçõe de dominação" (FABRINI 2003)

Caporal (1999) refere-se ao conceito do que seria uma extensão agroecológica, definindo-a como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade.

Os modelos clássicos de assistência técnica podem ser considerados *top-down*, do alto para baixo, dependendo de um técnico ir às propriedades com a ciência. Esse modelo foi adotado para promover os agrotóxicos, mas não pode ser um modelo politicamente e socialmente adequado para a agroecologia e sobretudo nos assentamentos.

Onde achar os conhecimentos? Jesús Leon Santos (2009), co-fundador do Centro de desenvolvimento Integral Camponês da Mixteca (México) e coordenador do Programa de Agricultura Sustentável, proporciona diferentes rumos: a construção de escolas técnicas nos e dos assentamentos; a atuação de processos territoriais de aprendizagem e cooperação entre atores envolvidos na produção, na pesquisa e na extensão; a metodologia camponês a camponês.

Essa ultima metodologia parece muito interessante rumo a um fortalecimento da autonomia, da identidade e da consciência coletiva dos assentados, com o objetivo também de reconstituir um tecido compartilhado de ações e lutas políticas.

A metodologia camponês a camponês consiste numa troca de experiências e saberes a nível horizontal entre organizações camponesas que visa a um processo de construção horizontal dos conhecimentos, valorizando e deixando circular entre os agricultores mesmos os conhecimentos e os saberes tradicionais, como patrimônio de todos. Os camponeses experimentam e inventam cada dia novas soluções, ao contrario da pesquisa o da assistência que é descontinua e de corto prazo. Apostando em uma metodologia desse tipo, se fortalece a soberania tecnológica dos agricultores, maximizando a própria autonomia. Essa metodologia permite também de amenizar espíritos individualistas e competitivos, típicos do capitalismo, visando a uma socialização dos saberes e das práticas.

A construção de escolas técnicas é também um elemento fundamental, atuando nos jovens de hoje para educar os agricultores de amanhã.

O MST tem trabalhado muito nos últimos anos no sentido de uma luta pela apropriação dos conhecimentos científicos e técnicos, em continuo diálogo com os conhecimentos dos camponeses. Essa perspectiva tem orientado a formação desenvolvida nos centros de formação e nas escolas de agroecologia do MST e da Via Campesina, espaços que contribuem no processo de luta e organização do sujeito camponês.

No Paraná a escolarização é feita em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o INCRA. Já foram concluídas sete turmas, cujas práticas educativas em agroecologia proporcionaram a formação de 185 militante-técnicos, habilitados profissionalmente para intervir na organização e construção das práticas agroecológicas nas áreas de Reforma Agrária e comunidades do campo. O método de formação, que alterna atividades teóricas e praticas, prevê que cada educando acompanhe, desde o inicio do curso, aproximadamente 50 famílias, contribuindo tecnicamente e também na organização dos assentamentos.

Essas escolas, entre as quais a Escola Latino Americana de Agroecologia de Lapa (PR) constitui um exemplo de excelência, e têm o objetivo de atender à necessidade de um saber agroecológico autônomo e auxiliam na criação de agentes de promoção de transformações na produção no sentido da agroecologia, atuados pelos mesmos filhos dos assentados, contribuindo a parar o processo de êxodo rural.

A educação é então uma importante ferramenta para promover um desenvolvimento na consciência coletiva e social nas comunidades do assentamento, construindo valores que se contrapõem ao consumismo, ao isolamento, á passividade política, a falta de comunicação, a insegurança.

O método camponês-camponês e a construção de escolas nos assentamentos são instrumentos fundamentais que podem ser viabilizados com ações coletivas pelos grupos de assentados, favorecendo a organização política ao entorno de objetivos comuns.

Conclusões

O futuro da agricultura camponesa no Brasil depende em grande parte das opções do Movimento e da sua capacidade de traduzir em projeto político coletivo as estratégias de resistência e de inovação que estão sendo construídas em todo o país pela iniciativa dos agricultores.

A agroecologia, como demonstramos amplamente nesse texto, pode contribuir num jeito fundamental na mudança do modelo de produção e das relações sociais adentro do campo.

Permite aumentar a autonomia dos agricultores, os liberando da dependência das empresas multinacionais de insumos químicos e das dividas e gastos a essa relacionados.

Permite valorizar a cultura camponesa tradicional, enfraquecida nos últimos 50 anos como efeito da Revolução Verde, envolvendo também as novas gerações num trabalho de síntese entre inovações científicas e saberes antigos.

Permite fortalecer processos políticos de organização e compartilhamento de objetivos de luta.

Permite realizar um processo de produção em harmonia com a natureza e sustentável nos anos.

Em fim, permite dar vida a um processo cultural de re-construção de uma identidade e de uma função social dos agricultores, produtores de soberania alimentar.

Muitas as dificuldades ainda no caminho, mas muitas, como demonstrado, as ferramentas em experimentação para fortalecer um rumo coerente de luta contra o capitalismo.

Para isso acontecer, é importante enfatizar a necessidade de um trabalho de formação e educação nos assentamentos, para a divulgação de uma consciência política e o fortalecimento da mobilização social, frente ao resgate de valores como confiança, reputação, responsabilidade, e normas de solidariedade, reciprocidade e interdependência.

A difusão de uma consciência desse tipo entre um maior número de assentados, além de evitar que movimentos ideológico-políticos e processos sociais eticamente fundados sejam "utilizados" para a afirmação de uma lógica utilitarista típica do capitalismo, favorece ao mesmo tempo a coesão social e a viabilização de uma produção agrícola cooperativa e ecologicamente sustentável nos assentamentos da Reforma Agrária.

Bibliografia

II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política. Recife, 2 a 6 de junho de 2006

ALTIERI, M. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI**, en Romano, Jorge y Wessel Eykman (orgs.) La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional (Río de Janeiro: REDCAPA/EDUR), 1996.**

ALTIERI, M. Agroeocologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. **Porto Alegre: UFRGS, 1998**

ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. **São Paulo: Expressão Popular, 2008.**

COSTA NETO, C. "Agricultura sustentável, Tecnologias e Sociedade", **em de Carvalho Costa, Luis Flávio et al. (orgs.) Mundo Rural e Tempo Presente (Rio de Janeiro: Mauad) 1999**

COSTA NETO, C. "Ciência e Saberes: Tecnologias convencionais", **em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Porto Alegre) 2000 Vol. 1, N° 2.**

COSTA NETO, C. e MAYLTA B. ANJOS "Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico", **em Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural/XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (Rio de Janeiro) 2000 Vol. 1.**

COSTA NETO C., CANAVESI F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à

reforma agrária agroecológica no Brasil? **Em publicación: Ecologia Política. Naturaleza, sociedad y utopia. CLACSO. 2002**

FABRINI, J. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Ed. Edunioeste, 2003**

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2000

GOMES, E. **Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária – o caso do assentamento Alvorada/RS**, Mestranda em Extensão Rural/PPGER/DEAER/CCR/USFM

MELUCCI, A. A invenção do presente. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, **Número Especial, 2009, p. 104-127**

PETERSEN (org.), Revista Sem-Terra**,** Edição Especial Agroecologia**, 2009-2010**

PINHEIRO MACHADO, L. C. A agroecologia e a Cirse Civilizatória, **In PETERSEN (org.), Revista Sem-Terra, Edição Especial Agroecologia, 2009-2010**

SCHMITT, C. e TYGEL D.. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, **Número Especial, 2009, p. 104-127**

STÉDILE, J.P. **A luta pela reforma agrária e o MST.** In: Stédile, J.P. (Org.). A reforma agrárioa e a luta do MST. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997

STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil 3, Programas de reforma agrária 1946-2003**, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005.

STÉDILE, J.P. **A agroecologia e os movimentos sociais do campo. O MST.** In: PETERSEN, P. (Org.) Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Referências bibliográficas

ASSESOAR, Biodiversidade, Alimentos, Sementes, Revista Cambota, **anno XXXIV n°260, 2008**

BEZERRA, I. A Sustentabilidade da segurança alimentar e nutricional a partir da agroecologia, **8° Jornada da Agroecologia – Paraná – Brasil, 2009**

CAPORAL, F.R. e DIREÇÃO À Extensão Rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. **In Bracagioli Neto, A. (Org.) Sustentabilidade e cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999**

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentado. In: FABRINI, J. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Ed. Edunioeste, 2003**

CONCRAB. O que Levar em Conta para a Organização do Assentamento. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Ed. Edunioeste, 2003**

POLANYI K. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**, Boston: Ed. Beacon Press, 1944, 1957

SABOURIN, E. Camponês do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**, Brasil: Ed. Garamont Universitária, 2009**

SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. **Rio de Janeiro:**

Civilização Brasileira, 2002

SANTOS, R. O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. (tese de doutorado). **UNESP, Presidente Prudente, 2008**

SAUER, S. Agricultura Familiar versus Agronegócio, Processos históricos de construção e de apropriação de termos no Brasil, **Texto para Discusão 30**

APOIO À DIFUSÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS DE MENORES IMPACTOS AMBIENTAIS A PARTIR DA ANÁLISE DA DINÂMICA AGRÁRIA REGIONAL: um estudo de caso no sudoeste de Nova Friburgo (RJ)

Pierre-Nicolas GRISEL[1]

Renato Linhares de ASSIS[2]

GT 06: Meio ambiente e ruralidade: possibilidades e limites de desenvolvimento.

1 Introdução e objetivos

A Região Serrana Fluminense, em que localiza-se o município de Nova Friburgo, é hoje um importante pólo de produção hortícola no Brasil e o maior do estado do Rio de Janeiro. Em relação ao total da produção estadual, essa região é responsável por 99% no caso da ervilha, 99% da beterraba, 96% da couve-flor, 96% do brócolos, 88% da batata-inglesa, 79% da cenoura, 77% do feijão-de-vagem, 66% da salsa e 28% do tomate (EMATER-RIO, 2009). Possuindo cerca de 1662 estabelecimentos agrícolas com uma área média de 16 ha, Nova Friburgo é hoje um dos principais municípios produtores de hortaliças do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2006).

A região sudoeste de Nova Friburgo é especializada nessa produção, representando a principal região produtora de hortaliças do município. Cercada pela Serra do Mar, pelo Parque Estadual dos Três Picos e pela aglomeração urbana da cidade, a região concentra várias comunidades de horticultores familiares. O termo comunidade é aqui entendido como uma população de famílias de produtores rurais. Esse tipo de produção é conhecido por ser intensiva em mão-de-obra mas também em insumos químicos. No entanto, a situação nem sempre foi assim. A história do povoamento desse pedaço da Serra do Mar é longa e complexa: houve várias etapas na evolução da agricultura regional para chegar ao estado atual. No ponto de vista de ASSIS (2006), é necessário conhecer as formas históricas e culturais das relações dos seres humanos com os objetos naturais para definir um modelo de bem estar adequado, *i.e.* um equilíbrio desejável pela comunidade. Como explicar a situação da presente agricultura e as dinâmicas atuais à luz dos eventos passados? Esse artigo tem como objetivo apresentar a

[1] estudante em segundo ano de doutorado na Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines – UMR UVSQ-IRD 063 (França), estagiário no CPDA – UFRRJ (no período 2009-2010). pierrenicolasgrisel@gmail.com

[2] pesquisador Embrapa Agrobiologia – Núcleo de pesquisa e treinamento para agricultores – Nova Friburgo (RJ) renato@cnpab.embrapa.br

dinâmica das mudanças das práticas agrícolas no sudoeste do município de Nova Friburgo para, em seguida, analisar como poderiam ser integradas aos atuais sistemas de produção novas práticas de menor impacto ambiental.

2 Metodologia de pesquisa

Baseamos-nos principalmente na teoria dos sistemas agrários, para identificar e hierarquizar os parâmetros que condicionam e interferem nas transformações da agricultura regional (DUFUMIER, 2004). Essa abordagem sistêmica nos ajuda a caracterizar os aspectos técnicos, econômicos e sociais das unidades de produção. É preciso conhecer as razões pelas quais os agricultores manejam os atuais sistemas de produção para, em seguida, avaliar as condições que modificam os seus comportamentos. A partir da delimitação do sistema agrário (MAZOYER, 1987), podem-se analisar melhor os comportamentos dos agricultores graças ao conceito de sistema de produção, cuja escala de estudo é a unidade de produção. Um sistema de produção sintetiza todas as práticas agrícolas de um certo tipo de unidade de produção, bem como avalia seus desempenhos técnico e econômico.

O método aqui usado consiste em juntar unidades de mesmas características e investigar se *« seu acesso aos recursos produtivos são comparáveis, se as condições sócio-econômicas são iguais e se praticam uma combinação dada de produções »,* ou seja, se podem *« ser representadas como um modelo*[3] *».* Esta escala de análise conceitual será privilegiada para *« formular hipóteses quanto às perspectivas de evolução das unidades e identificar e hierarquizar os problemas encontrados pelos agricultores para sublinhar as condições em que poderiam modificar as suas práticas* [4]».

Um sistema agrário diferencia-se segundo vários fatores. Crises ou revoluções agrícolas ensinam como essas operam. Na teoria dos sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2002), os fatores que influem no desenvolvimento agrícola das regiões rurais são, sobretudo, ligados às variações dos preços agrícolas e, indiretamente, às modificações das condições ecológicas. Os transtornos econômicos exprimem-se primeiro através dos sistemas de produção e em seguida difundem-se na escala do sistema agrário. Uma situação de revolução ou de crise pode surgir após uma degradação das condições econômicas das famílias. Nessas condições, os sistemas de produção sofrem outras pressões: novas decisões podem agravar as condições de trabalho e de degradação da fertilidade dos solos, diminuir as transferências de fertilidade, etc. Essas escolhas econômicas conduzem afinal à degradação dos ecossistemas cultivados. As práticas de trabalho impõem-se aos agricultores no sentido em que não

3 Cochet e Devienne, 2006, p. 579
4 ibid, p. 579

correspondem mais aos esquemas de práticas conhecidos e integrados por eles. Esses estão cada vez redefinidos e geralmente simplificados (ASSIS, 2003).

A pesquisa desenvolveu-se em quatro etapas. Uma primeira consiste em descrever as principais características físicas da região sudoeste de Nova Friburgo e delimitar uma área homogênea: o sistema agrário hortícola atual. Para isso, usamos pesquisas bibliográficas, encontros com técnicos regionais e análises de paisagens. Num segundo tempo, retratamos a história agrária da região a partir de uma série de 15 entrevistas semi-dirigidas baseadas nos testemunhos de agricultores com mais experiências agrícola e de alguns técnicos de instituições de apoio à agricultura (Emater-Rio, Embrapa, Secretaria Municipal da Agricultura, CEASA-RJ – mercados do Rio de Janeiro e de Nova Friburgo, etc.). Foram também usados documentos mais antigos, bem como trabalhos de pesquisa de historiadores e economistas para acessar dados do século XIX. Na terceira etapa, analisamos 32 entrevistas semi-dirigidas de produtores rurais de todas as comunidades da área de estudo e apresentamos uma tipologia dos sistemas de produção contemporâneos encontrados. Enfim, entrevistamos 6 produtores de hortaliças situados fora da zona de estudo, mas nas mesmas condições geo-climáticas. Esses foram escolhidos por usarem práticas alternativas e servirem como base de reflexão para elaborar perspectivas de inserção de novas práticas agrícolas de menor impacto ambiental.

3 Resultados

- **Apresentação da região estudada**

Na região da Serra do Mar fluminense, a altitude atenua as características do clima tropical. Fala-se então de clima subtropical de altitude. O sudoeste do município de Nova Friburgo é representativo disto: as chuvas são intensas – 1808 mm/m²/ano (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2009). As amplitudes pluviométricas são muito fortes entre o verão e o inverno, variando de 328 mm/m² em janeiro para 33 mm/m² em julho. À luz do indicador empírico de Gaussen[5], situamo-nos no limite do déficit hídrico de junho até agosto. Observamos que essas grandes variações intra-anuais são consideradas como riscos climáticos importantes para os agricultores. Quanto às temperaturas, a média anual é de 18,8°C. O mês mais quente é fevereiro (22,1°C), e o mais frio julho (15,2°C). Dividimos o ano em duas partes: a primeira corresponde aos meses mais secos e frios (de maio a outubro) e a segunda à época quente e chuvosa (de novembro a abril).

Considerando as rochas do subsolo regional, os granitos dominam. Menos sensíveis à erosão,

5 i.e.: Temperaturas ≤ 2*Chuvas (mm/mês) caracterizam um mês seco.

elas deram aos morros formas arredondadas e, as vezes, muito altas no caso dos granitos mais jovens (os morros dos Três Picos e da Caledônia atingem mais de 2000 m de altitude). É nesse substrato granítico que se formou a bacia do Rio Grande. Esse rio é alimentado por vários córregos que saem das encostas dos morros ao redor formando vales secundários em forma de um "V". Embora as encostas dos morros sejam naturalmente bem drenadas, o vale principal cercado pelos morros e localizado em cima de um subsolo pouco permeável é menos drenado e sujeito a enchentes na época das chuvas. O diálogo com os agricultores revelou a presença de dois tipos de solos importantes para eles e que determinam a forma de trabalhar a terra: os solos "arenosos" e os solos "argilosos".

A atividade econômica limita-se à agricultura. Observam-se dois setores: a criação de gado bovino e a produção de hortaliças. Geralmente, os pastos ocupam as partes mais altas dos morros, enquanto as lavouras estão localizadas nas encostas coluviais e nas planícies. Nas demais áreas, a floresta ainda está presente, especialmente em áreas de afloramentos rochosos e de forte declividade. Além disso, a região estudada faz divisa com o Parque Estadual dos Três Picos, uma importante área de conservação ambiental da Mata Atlântica. A figura 1 apresenta as condições da área de estudo.

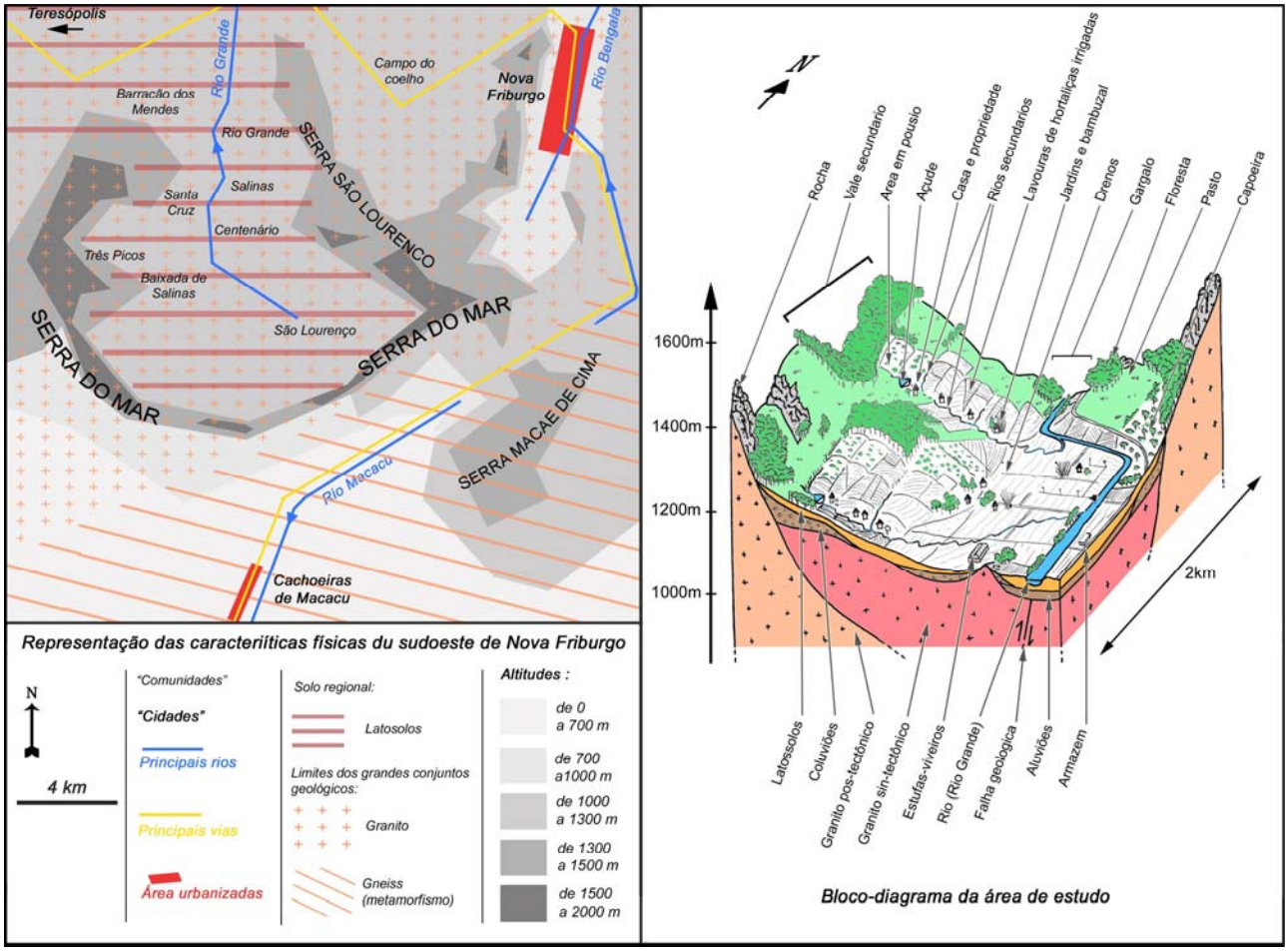


Figura 1: Situação e representação atual da área de estudo no município de Nova Friburgo (fonte: autor)

- **Origem da horticultura no sudoeste de Nova Friburgo**

Os primeiros tempos da colonização da região de estudo, no final do século XIX, foram marcados pela apropriação das terras dos índios por grandes fazendeiros produtores de carne suína e de cana-de-açúcar. A partir de 1820, com a chegada de imigrantes suíços (e alemães em 1824) iniciou-se um processo de mudança dos sistemas de produção até então baseados na mão-de-obra escrava. Depois de alguns anos, um grande número de famílias de colonos suíços e alemães decidiram ir trabalhar nos cafezais ao norte ou nas fazendas da área de estudo, no sudoeste de Nova Friburgo (NICOULIN, 1981). Esses últimos se tornaram os primeiros meeiros de Nova Friburgo.

A partir do final do século XIX, a região de estudo passou por um período de reorganização espacial. Os donos das fazendas investiram seus capitais na nova indústria de Nova Friburgo e venderam lotes de terra para famílias de meeiros (descendentes dos colonos ou não). Os novos donos, no entanto, continuaram com o sistema de meiação: havia entre 5 e 30 meeiros por propriedade e, cada propriedade era dividida em várias unidades de 40 a 60 ha. Além disso, o desenvolvimento do transporte ferroviário a partir do centro de Nova Friburgo em 1873 tornou possível a exportação de certos produtos agrícolas até o Rio de Janeiro (CORREA FILHO, 1947).

No período 1900-1950, dominava um sistema de produção na área de estudo em que a produção de milho em grão constituía o coração da unidade agrícola, para engordar porcos, e abastecer a família com fubá. As únicas mercadorias pouco perecíveis cultivadas e exportadas eram tubérculos e raízes. Encontrava-se então um sistema de cultivo de cenoura e batata-inglesa e batata-baroa consorciada com ervilha. A fertilidade dos solos era renovada graças a derrubada e queima da capoeira no primeiro ano e a queima dos resíduos vegetais nos anos seguintes. Após o final do ciclo, havia 2 a 3 anos de pousio.

Para incorporar as cinzas e a matéria orgânica ao solo, as lavouras eram lavradas e, em seguida, os torrões de terra quebrados com a enxada. Em área de maior declive, o arado, puxado por bois, seguia as curvas de nível e era reversível. A preparação do solo e as semeaduras representavam o pico de trabalho, pois necessitava-se uma quantidade de trabalho de 50 a 60 homens×dias/ha (HD/ha). Os agricultores, porém, já constatavam que o tempo de pousio (4 vezes mais curtos do que no século XIX) não era suficiente para renovar totalmente a fertilidade dos solos.

- **Evolução das práticas agrícolas e consequências da intensificação**

A região conheceu um segundo período de grandes transformações a partir da segunda metade do século XX. Registramos os seguintes fatores que determinaram as mudanças no antigo sistema agrário:

- Diminuição do tamanho das propriedades: as heranças sucessivas acabaram provocando divisões mais rapidamente que na época das grandes fazendas (*cf.* figura 2);
- Melhora da infraestrutura de transportes: na década de 1960, o município criou a primeira estrada pavimentada entre o centro urbano e o norte da área de estudo. O transporte das mercadorias por caminhões se tornou possível;
- Introdução de novas espécies vegetais: a partir de 1970, hortaliças como couve-flor, repolho, brócolos, feijão-de-vagem, alface, tomate começaram a ser cultivadas na região. Essas espécies foram escolhidas por ter um alto valor agregado por hectare e um ciclo mais curto que tubérculos e raízes (*cf.* figura 2);

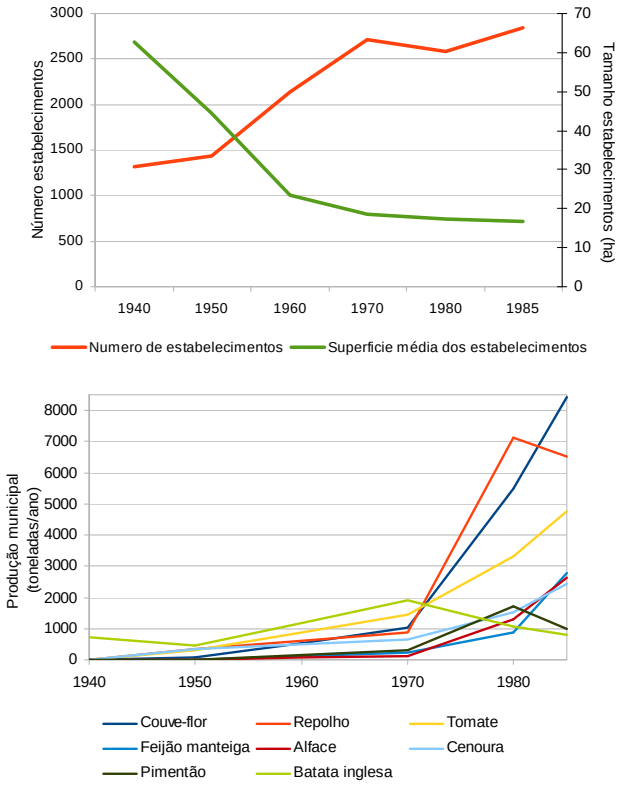


Figura 2: Evolução de indicadores agrícolas em Nova Friburgo (fonte: IBGE, 1940-1985)

- Os efeitos da Revolução Verde na região: os agricultores adotaram pacotes tecnológicos com objetivo de aumentar a produtividade rapidamente. Isso foi impulsionado através do crédito agrícola, que favoreceu inclusive a aquisição de máquinas e implementos (microtrator, trator e motor diesel para bombear a água de irrigação);
- Obra de retificação dos rios: em 1977 o Governo estadual realizou obras de retificação e de dragagem do Rio Grande para diminuir a frequência das enchentes na zona rural.

Nesse novo contexto, o antigo sistema agrário transformou-se, intensificando-se com base na produção de hortaliças em que todas as inovações tinham como objetivo otimizar as pequenas áreas dos produtores. As estratégias seguiam um duplo processo de diversificação: em qualidade (plantas de alto valor agregado) e em quantidade (número de plantas cultivadas por ano).

Atualmente, a agricultura regional é dominada por dois sistemas de cultivo: tomate/couve-flor

(principalmente) e beterraba/cenoura. A adoção do microtrator trouxe um ganho de tempo muito alto na hora de gradear o solo depois da aração: a eficiência do trabalho foi multiplicada por 60, atingindo 0,5 HD/ha. Em seguida ao uso do trator, houve a disseminação de implementos como o arado de discos e a rotativa-encanteiradora na região, melhorando ainda mais a eficiência total. Hoje, é preciso 0,4 HD/ha para preparar o solo. Além disso, alguns ex-trabalhadores rurais e produtores mais capitalizados especializaram-se na prestação de serviços como tratoristas e viveiristas contribuindo mais uma vez para o ganho de eficiência produtiva na lavoura. Assim, a partir de 1980-90, passou a ser possível fazer até três safras de hortaliças por ano. O limite da área por UTA passou a ser hoje determinada pela colheita manual (para todas as hortaliças) e não mais pela preparação do solo.

Além dos ganhos de tempo, os rendimentos de algumas espécies foram também melhorados graças ao estacamento (tomate, feijão-de-vagem, pimentão e jiló). Hoje, essa tendência à intensificação não parou, observando-se a multiplicação de estufas de produção hidropónica (alface e rúcula) ao norte da região. Destarte, com o processo de intensificação da produção, as práticas agrícolas sofreram importantes modificações:

- O trator mudou o jeito de lavrar o solo, enquanto os bois trabalhavam seguindo as curvas de nível nas áreas de forte declive, o trator só pode lavrar perpendicularmente a essas, acelerando fenômenos erosivos durante as chuvas de verão (REBRAF, 2006);
- As terras em pousio outrora incluídas nas rotações passaram a ser cultivadas todo ano. Somente alguns produtores deixam as terras de várzea ou do alto dos morros em pousio por 3 a 6 meses. Não há mais período de descanso na maioria dos sistemas de cultivo, de forma que a renovação da fertilidade dos solos faz-se agora graças a adubos químicos e cama de aviário.
- Os proprietários de terras de baixada nivelaram as várzeas do Rio Grande para suprimir micro-relevos em que as águas das enchentes ficavam paradas no verão, ganhando ainda mais áreas para plantar na época das chuvas;
- Considerando que as hortaliças são cultivos muito sensíveis a pragas e doenças e que os ciclos de rotação foram encurtados, surgiram novos problemas fitossanitários. O mais representativo é a hérnia das crucíferas, contra qual não há mecanismos de controle e que invadiu a grande maioria das lavouras da região. O uso de agrotóxicos ampliou-se. Hoje, estima-se que, na área de estudo, o uso de agrotóxicos é cinco vezes mais alto do que a média nacional e está relacionado a graves problemas de saúde humana (MOREIRA *et al.*, 2002).

- **Sistemas de produção atuais e perspectivas de inserção de novas práticas**

Os sistemas de produção contemporâneos seguem essa dinâmica de intensificação da produção segundo dois parâmetros: a maximização da produção nas áreas trabalhadas e a otimização da gestão do tempo da mão-de-obra. Encontramos quatro sistemas de produção

Sistemas de produção (SP)	1	2	3	4
Descrição	*Hortaliça irrigada, unidade familiar com meeiros*	*Hortaliça irrigada, família de meeiros*	*Hortaliça irrigada, unidade familiar sem meeiros*	*Criação de bovinos e produção de queijos*
Localização	Planícies	Planícies	Planícies e vales segundários	Alto dos vales segundários
Principais sistemas de cultivo/criação	Couve-flor/Tomate/Couve-flor	Couve-flor/Tomate/Couve-flor	Couve-flor/Tomate/Couve-flor	5 vacas leiteiras, 0,8 cabeças/ha, pastagens e ordenha manual
			Baldio/Couve/Nabo	
	Beterraba/Cenoura/Couve-flor	Beterraba/Cenoura/Couve-flor	Pequenas culturas/Couve-flor	
Mão-de-obra	Familiar	Meeiros	Familiar	Familiar
Número de UTA	2 (e mais 4 UTA trabalham como meeiros)	2	4	2
Estatuto da terra	Propriedade e arrendam 75% para meeiros do SP2	Meiação (terras arrendadas do SP1)	Propriedade	Propriedade
Capital	1 trator, 2 microtratores, 1 caminhão, 3 bombas d'água, 5000m de varas de irrigação, 1 galpão	Nemhum (tudo pertence no proprietário)	1 microtrator, 1 bomba d'água, 2000m de varas,	Estrebaria (madeira)
Superfície máxima trabalhada	0,72 ha/UTA	0,72 ha/UTA	0,93 ha/UTA	15 ha/UTA
Superfície agrícola útil	4,5 ha	1,5 ha	3,7 ha	30 ha
Valor agregado	24 795 R$/UTA/ha	24 795 R$/UTA/ha	22 808 R$/UTA/ha	455 R$/UTA/ha
Renda agrícola líquida	21 636 R$/UTA/ano (3,5 salários mínimos/mês) *i.e.: adicionando a renda externa (50% do VA dos meeiros) e a renda familiar*	8 911 R$/UTA/ano (1,5 salários mínimos/mês)	20 116 R$/UTA/ano (3,3 salários mínimos/mês)	6 815 R$/UTA/ano (1,1 salários mínimos/mês)
Estratégias econômicas	Segurança da renda: aproveitando as grandes áreas, o objetivo é produzir variedades poucas sensíveis às condições clímaticas (raízes) ao longo do ano para obter contratos com compradores	Pouco poder de decisão, mas tentam minimizar o uso de insumos, e investir (a partir de uma boa safra) para demitir-se e comprar um lote mais longe	Diversificar a produção (quantidade de espécies cultivadas) para diminuir os riscos climatícos e econômicos	Buscar e manter mercados de proximidade (restaurantes, turistas, etc.)

Figura 3: Características dos sistemas de produção regionais

(SP) cujas características são resumidas na figura 3.

Constata-se uma fraca capitalização dos SP2, 3 e 4 e, a partir do diagnóstico feito, verifica-se que os SP1, 2 e 3 são intensivos em mão-de-obra (1 UTA cuida no máximo de 0,72 a 0,93 ha) limitando as áreas úteis das unidades de produção na faixa de 1,5 a 4,5 ha. Em função da contratação das tarefas de preparação do solo e das mudas, o trabalho manual fica restrito às atividades de plantio, capina, pulverização e colheita. O SP3 diversifica seus sistemas de cultivo de forma que cada indivíduo da família procura especializar-se em vários tipos de hortaliças, ao contrario do SP1 que, com mais disponibilidade de área e mão-de-obra, busca uma estabilidade de preço comercializando um ou dois tipos de hortaliças através de

atravessadores. Os SP2 e 4 apresentam, por motivos diferentes, uma renda por UTA muito mais baixa que os outros sistemas e podem ser considerados como mais sensíveis a riscos econômicos e climáticos. Assim, observa-se que cada sistema de produção respeita uma estratégia diferente em reposta ao contexto ecológico e sócio-econômico.

Graças a essa análise histórica, vimos que as mudanças de práticas ocorreram e se mantiveram somente quando respeitou-se a dinâmica geral. Os problemas que surgiram após a segunda metade do século XX – altos riscos de contaminação humana pelos agrotóxicos, empobrecimento dos solos e problemas fitossanitários como a hérnia das crucíferas – foram sinalizados pelos agricultores durante as entrevistas. Para eles, são pontos para quais ficam abertos às inovações técnicas (endógenas ou exógenas à comunidade) que considerem que possam ajudá-los.

Em método descrito por ASSIS et FEIDEN (2006) para realizar a transição agroecológica dos sistemas de produção, os primeiros passos consistem em racionalizar o uso de insumos químicos e começar a substituição deles. O abandono das antigas práticas e a transição para as novas devem ser graduais e incluídos numa escala de tempo longa para que essas sejam ajustadas e adotadas pelos agricultores. É essa base crucial da inserção das novas práticas que queremos explicitar aqui. Assim, conhecendo a forma da dinâmica do desenvolvimento local, propomos analisar quais são as condições sócio-econômicas que permitiriam que essas comunidades aceitassem e incluíssem novas práticas de menor impacto ambiental. A partir de uma série de entrevistas feitas com agricultores orgânicos nos arredores da região estudada, analisamos práticas agrícolas e sistemas de cultivos alternativos de hortaliças. Para cada nova prática, procuramos saber em que ponto era compatível com a dinâmica do desenvolvimento local (*cf.* coluna de direita na figura 4).

Dinâmicas sócio-econômicas (estabelecidas a partir das entrevistas)			Luta contra riscos econômicos						Luta contra riscos climáticos				Condições necessárias para inserir uma nova prática e adatações a prever
			Baixa taxa de diversificação de cultivos (grandes quantidades para conseguir contratos com compradores), até especialisação em 1 ou 2 produtos (caso da hidroponia)	Alta taxa de diversificação de cultivos (minimizar os riscos de perder uma safra se um dos preços for baixos)	Diminuição do ciclo das variedades usadas	Alta velocidade das rotações, diminuição do intervalo de pousio entre 2 safras de hortaliças	Maximizar a a produção durante o período do verão (período de preços mais altos) com culturas de alto valor agregado	Tendência a diminuir o uso de máquina (custo da prestação) e descapitalisação	No verão, pousio nas lavouras das várzeas (enchentes)	No inverno, pousio nas encostas dos morros inacessíveis à irrigação (secas)	Obras de nivelamento das áreas de várzeas e de forte declives dos morros	Irrigação no inverno	
Sistemas de produção de hortaliças estudados		SP1	×		×	×					×	×	
		SP2	×		×	×		×				×	
		SP3		×	×	×	×		×	×	×	×	
Exemplos de SC alternativos encontrados			Compatibilidade das práticas com a dinâmica global do sistema agrário: « + »: compatível, « - »: pouco compatível e « »: não relacionado										
Localização	Descrição	Razão evocada pelo uso da prática											
Morro	Couve-flor/Tomate ***Aração com bois***	Não uso do trator nas áreas de forte declive. Aração em curvas de nível (evitar erosão)			+	-	+	+		-	-		Seria uma alternativa à artificialização dos relevos das parcelas. Mas, nem todo pode sustentar uma junta de bois e falta de competitividade (em ganho de tempo)
Planície	Brássicas (várias variedades)/Alface/Pousio ***Rotações longas***	Não repetição da mesma família de plantas no mesmo lugar e parcelas menores	-	+	+		+						Essa prática não seria muito adatada ao SP1e 2 (pouca diversidade de cultivos e rotação simplificada). Os produtores vinculados ao SP3 poderiam adatá-la já que trabalham com mais espécies
	Milho+leguminosa/Ervilha/Couve-flor ***Plantio direto depois da adubação verde***	Enrequicemento do solo em matéria orgânica verde e desenvolvimento da fauna do solo				-	+	+				+	Apesar de garantir o plantio de uma hortaliça no verão, o pousio não permite uma terceira safra. Basta saber se o menor uso de insumos possa evitar as perdas de renda
Várzeas	Milho/Couve-flor ***Adubação verde só***	Milho restiste melhor às enchentes de verão. As canas são incorporadas ao solo depois da colheita. Luta contra a hérnia das cruciféras				-	-		+		-		No lugar do pousio (caso do SP3 só), o plantio do milho permite adubação verde sem roçar e queimar. Mas impediria os produtores (SP1 e 2) o cultivo de verão nessas áreas arriscadas. Ou precisaria achar uma planta que tenha um interesse econômico.
Ex. de sistemas de criação encontrados (combinação)													
Galinhas	Gestão dos resíduos pós-colheita de cultura (folhas estragadas, pés cortados, etc.) - galinhas presas	Aproveitar a produção vegetal que não é vendida e produzir esterco de melhor qualidade ; venda dos ovos.	+	+				-					Demanda mais trabalho (recolher os resíduos diaramente) mas pode acresecentar a renda familiar. Poderia ser adatado ao SP2 também pois não é preciso ter muito espaço para o galpão.
	Galinhas soltas nas áreas de pousio cercada	Lutam contra as populações de lesmas e caracois nas lavouras antes do plantio das alfaces	-	+		-		+	+	+			O tempo para pousio com galinhas não ultrapassa 10 dias/ha mas pode diminuir a frequência de cultivo/ano ou atrapalhar as decisões do produtores. Para qualquer SP, precisaria de cercar as parcelas e manejar as rotações para ser adatada às couves. Basta saber ser diminuir a quantidade de inseticida usada.

Figura 4: Condições à adaptação de novas práticas agrícolas, no caso dos sistemas de produção de hortaliça

4 Conclusão

Através de uma abordagem histórica e sistêmica, procuramos mostrar como as dinâmicas de desenvolvimento das próprias comunidades agrícolas impõem um movimento específico para o surgimento de novas práticas agrícolas. No caso das comunidades de produtores de hortaliças do sudoeste de Nova Friburgo, vimos que a principal condição a ser analisada para que práticas alternativas sejam adotadas pelos agricultores é o processo histórico de intensificação dos sistemas de cultivo. ASSIS (1997) informa-nos que as novas práticas ecológicas devem passar por um processo de disseminação e de assimilação . Isso pode servir

de base para um trabalho participativo nas comunidades de produtores da região, usando as referências ambientais integradas pela comunidade e a dinâmica sócio-econômica que ela segue como ponto de partida na análise das propostas alternativas. Esta é a condição para formular, a partir das adaptações levadas pelos agricultores, políticas agrícolas dedicadas à transição gradual a práticas de menores impactos ambientais, de forma a contribuir para a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento.

5 Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, **Sistema de Informações Hidrológicas, Estação meteorológica n°2242009.** http://www.hidroweb.ana.gov.br, acedido em 2009.

ASSIS Renato Linhares, AREZZO Dryden Castro, **Propostas para a difusão da agricultura orgânica.** Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília, v. 14, N°2, pp. 287-297, 1997.

ASSIS, Renato Linhares, **Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica.** Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília, Vol. 20, N°1, 2003.

ASSIS, Renato Linhares, **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.** Economia aplicada, 2006.

ASSIS, Renato Linhares, FEIDEN, Alberto, **Transição agroecológica.** In. Fertibio 2006: Reunião brasileira de fertilidade de solo e nutrição de Plantas, 27; Reunião Brasileira sobre micorrizas, 11; Simpósio Brasileiro de Microbiologia do solo, 9; 2006, Bonito. Anais CD-Rom, Bonito: SBCS/SBM, 2006.

COCHET Hubert, DEVIENNE Sophie, **Fonctionnement et performances économiques des systèmes de production agricole : une démarche à l'échelle régionale.** Cahiers Agricultures, 15(6), p.578-583, 2006.

CORREA FILHO, Virgilio, **Cidades Serranas (Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis).** Revista brasileira de geografia, Ano IX, n°1, 1947.

DUFUMIER Marc, **Les projets de développement agricole, Manuel d'expertise.** CTA Karthala, 2004;

EMATER-RIO, www.emater.rj.gov.br, acedido em 2009.

IBGE, **Recensamento geral do Brasil** e **Censos econômicos do estado do Rio de Janeiro**, 1940-1985.

IBGE, **Banco de dados agregados, Censo agropecuário 2006.** www.sidra.ibge.gov.br, acedido em 2009.

MAZOYER Marcel, **Rapport de synthèse.** Colloque «Dynamique des systèmes agraires», 1987.

MAZOYER Marcel, ROUDART Laurence, **Histoire des agricultures du monde, du néolithique à la crise contemporaine.** Ed. Points, 2002.

MOREIRA C., Josino, *et al*., **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxico sobre a saúde**

humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo. Ciência e Saúde Coletiva 7(2), 2002.

MUSUMECI, Leonarda, **Pequena produção e modernização da agricultura – o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro.** Ed. IEPA/INPES, 1987.

NICOULIN Martin, **La Genèse de Nova Friburgo, émigration et colonisation suisse au Brésil – 1817-1827.** 4ème édition. Ed. Universitaire Suisse, 1981.

REBRAF – Instituto Rede Brasileira Agroflorestal, **Proteção e restauração da área do entorno do parque estadual dos três picos.** Relatório de Diagnóstico Rápido Participativo (2004), 2006.

APROPRIAÇÃO SOCIAL DO BURITI NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: sistemas de acesso e regimes de propriedade

Ricardo André Rocha Monteles
M. Sc. Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará

Dalva Maria da Mota
Drª. Sociologia
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas
EMBRAPA Amazônia Oriental

Grupo de Trabalho 06 – Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A existência de determinado grupo social pressupõe a busca de um equilíbrio entre suas necessidades e os recursos naturais dos quais dispõe, requerendo por parte do grupo, soluções adequadas, das quais depende a eficácia e o equilíbrio que se procura estabelecer.

As necessidades humanas apresentam caráter natural e social. Manifestam-se primariamente através de impulsos orgânicos e são satisfeitas por meio de iniciativas, as quais se complexificam, perdendo, em parte, o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. A partir daí é possível assumir que as sociedades se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos e pelos recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 2003).

A discussão sobre a obtenção dos meios de vida vem ganhando mais vigor à medida que se reconhece a existência de uma crise ambiental, uma vez que se torna evidente a necessidade de se buscar formas mais harmoniosas de interação com os recursos naturais. Em se tratando de populações locais, o debate se amplia, pois se constituem em grupos sociais que, secularmente estabelecem uma estreita relação com os recursos biológicos, e deles dependem diretamente para satisfazer suas necessidades vitais. É exatamente neste contexto de construção de uma preocupação socialmente conectada às distintas formas de apropriação da natureza, que se reconhece o papel e a importância das populações locais para a conservação da biodiversidade.

Refletindo acerca das relações dos grupos humanos com os recursos naturais, propõe-se a ampliação da discussão sobre a apropriação social do buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.), na perspectiva de reconhecer e valorizar a existência de formas alternativas e igualmente

legítimas de percepção e construção de racionalidades, em que o homem esteja na condição de enriquecedor e mantenedor da diversidade biológica na Terra.

Investiga-se a apropriação social do buriti no povoado Cantinho, a fim de compreender os sistemas de acesso, os regimes de propriedade, as regras de uso e as estratégias de manejo e conservação de um sistema eco-cultural específico, localmente reconhecido como de fundamental importância, que são os buritizais.

Em linhas gerais, propõe-se um estudo sobre as relações entre a população do Cantinho e o buriti, identificando e discutindo as formas de obtenção, o modo como este recurso se relaciona à vida social e como reflete as formas de organização social.

Situa-se o grupo estudado, buscando compreender onde as formas de apropriação social dos recursos naturais encontram um ponto de referência enquanto objeto de estudo, sem, no entanto, perder de vista os demais aspectos da vida do grupo. Em termos específicos, o principal objetivo deste trabalho consiste em investigar os aspectos referentes à apropriação social do buriti, caracterizando as formas de acesso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade.

Como forma de organização dos eixos temáticos de pesquisa, propõem-se questões que, articuladas, são utilizadas como fundamento empírico deste estudo, conforme seguem:

a. Como se processa a apropriação dos buritizais pelas famílias do Cantinho?

b. Como se estrutura o acesso aos buritizais, quais os regimes de propriedade e as regras de apropriação do recurso?

A observação participante foi o principal método utilizado durante a realização da pesquisa, que aqui se entende como “o papel perfeitamente digerível pela sociedade observada que o pesquisador assume, a ponto de viabilizar uma aceitação, senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Conversas em ocasiões informais e entrevistas abertas, guiadas por um esquema temático elaborado após a primeira incursão a campo foram igualmente realizadas. Em algumas ocasiões, foram realizadas caminhadas transversais na companhia de informantes-chave, no intuito de captar informações pormenorizadas sobre os aspectos que se pretende discutir.

2. CONTEXTUALIZANDO

Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana preocupou a sociedade, porém nesta fase da história, tais preocupações se vêem redobradas, porque os problemas também se acumularam (SANTOS, 1991).

Com a inauguração da preocupação mundial com a conservação dos recursos naturais, vêm se tornando também tema de interesse global, as formas de apropriação social de espaços e recursos naturais. Este contexto de crise de paradigmas vem gerando um processo reflexivo de questionamento dos eixos paradigmáticos de uma racionalidade tecnicista, unidimensional e monocultural, que impulsionam e legitimam um processo de modernização e crescimento econômico ilimitado, que por sua vez, tende a negligenciar a importância simbólica e material dos povos e de seus recursos biológicos.

Reconhece-se, nesse sentido, uma mudança significativa no grau em que a chamada crise ambiental contemporânea vem se impondo. De problemas locais ou regionais, transformou-se efetivamente em um problema planetário.

A discussão em torno dos direitos de propriedade fornece alguns desdobramentos relacionados a dois aspectos, fundamentalmente: a natureza do recurso e os regimes de propriedade. A natureza do recurso pode ser definida a partir de dois atributos. O primeiro é a "exclusão" (*excludability*), isto é, a dificuldade ou impossibilidade de excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos. O segundo atributo está relacionado à "subtração" (*subtractability*), ou seja, a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Neste caso, "o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário" (FEENY et al., 2001).

Deste modo, Berkes et al. (1989) definem recursos comuns como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração. A partir desta definição, compreende-se que esses recursos podem ser apropriados sob distintos regimes de propriedade, em que propriedade refere-se a um conjunto de direitos de apropriação sobre determinado recurso.

Feeny et al. (2001) definem quatro tipos analíticos ideais, embora no campo do concreto esses tipos possam complementar-se entre si, podendo também haver sobreposição e combinações conflitantes de categorias, além de variações em cada um dos tipos. São eles o livre acesso, a propriedade privada, a propriedade comum e a propriedade estatal.

A base do modo de produção de distintos grupos assenta-se na concepção de posse e uso comum de espaços e recursos naturais. Tais grupos, ao conceber estes patrimônios

como bens comuns, respondem a regras definidas nos cânones do direito consuetudinário, historicamente fundador de sua territorialidade.

Almeida (1989) sustenta que as modalidades de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social. Estas normas atualizam-se em territórios próprios, possuindo a territorialidade um caráter identitário, onde os laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável sobre a qual os grupos garantem a seus membros, direitos estáveis de acesso, uso e controle dos recursos.

A despeito de se fazerem concretamente presentes ao redor do planeta, os sistemas tradicionais de apropriação comum de espaços e recursos naturais vêm sofrendo processos nefastos de desestruturação. Segundo Diegues (2001), há hoje no Brasil uma variedade de formas de acesso a espaços e recursos naturais de uso comum, que por muito tempo foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas hegemônicas de apropriação da natureza.

3. EXAMINANDO A APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS BURITIZAIS

Conforme Porto-Gonçalves (2006), as formas comuns de acesso e apropriação dos recursos naturais eram muito mais difundidas do que a propriedade privada, imposta como modalidade única e exclusiva de organização da sociedade.

Nesse processo de expansão e dominação, não se pressiona apenas a biodiversidade, mas a diversidade cultural e as múltiplas formas de apropriação socialmente construídas. No Cantinho, o advento da privatização de importantes áreas de terra e água, a partir do final da década de 1990, inaugurou uma dinâmica degradante de remoção de porções consideráveis das vegetações ciliares e do manguezal para a implantação de complexos hoteleiros e casas de veraneio.

As formas de acesso ao buriti influenciam peremptoriamente no domínio das práticas, dos saberes, do uso sustentável e da conservação do recurso. De modo geral, o acesso ao buriti obedece a regras de apropriação comum que se processam a partir de distintas formas, engendrando diferentes regimes de propriedade localmente reconhecidos.

Para compreender as formas de uso de recursos comuns é essencial distinguir o que Elinor Ostrom (1990) cunhou de “sistema de recursos” e “unidades de recursos”. A distinção entre os recursos como estoque e a colheita de unidades de recursos como um fluxo é útil, notadamente em relação aos recursos renováveis, sobre os quais é possível definir uma cota de reabastecimento. Portanto, desde que a cota média explorada não ultrapasse a cota média de reabastecimento, uma fonte de recursos renováveis pode se sustentar por tempo indeterminado.

A característica do buriti é de um sistema de recursos naturais que fornece um fluxo de unidades de recursos[1], os quais não são apropriados conjuntamente, embora o sistema de recursos em si seja apropriado de forma comum.

O sistema de acesso parece apoiar-se em uma ética cooperativa, da qual nasce uma noção endógena de respeito que parece assegurar o usufruto comum do recurso. Trata-se de um código de conduta pessoal que requer honra e deferência, configurando-se, portanto, em um aspecto referencial cognitivo associado à consciência coletiva do grupo.

Conforme Cordell (2001), em um trabalho sobre marginalidade social e apropriação territorial marítima, este código de honra, intimamente ligado à reciprocidade, forma e governa as relações pessoais.

> A ética associada ao respeito vai além de um cerimonial: ela liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que o capital é escasso, o respeito (...) é a medida da dignidade das pessoas (CORDELL, 2001, p. 144).

Analogamente à interpretação de Schmitz et al. (2006) para o caso das catadoras de mangaba no nordeste brasileiro, não há no Cantinho, uma tentativa evidente de estabelecer um quantitativo máximo permitido de extração. Contudo, a coleta excessiva dos *olhos* do buriti sujeita o sistema de apropriação do recurso, uma vez que pode inviabilizar a reprodução da vida das palmeiras, interditando as disponibilidades presentes, pois o buriti *“dá só um olho de cada vez”*, devendo-se deixá-lo descansar e esperar a próxima lua cheia para que possam ser novamente coletados outros *olhos*.

Nesses casos, as áreas de coleta são terras públicas, onde os membros da coletividade podem coletar, desde que acatadas as regras de acesso e uso localmente estabelecidas.

[1] Os olhos correspondem aos brotos das folhas, que, ao ser apropriado por um extrativista, e posteriormente traçado por uma artesã, fornecem a matéria-prima do artesanato local.

> "Não é todo mundo que pode [coletar os olhos], quer dizer que tem é muita pessoa que não pode (...) mas o cabôco não trata não, à noite ele vai buscar mesmo. Às vez, mei-dia cê tá dormindo, e ele tá lá com a faquinha tirando..." (Eliseu, lavrador e extrativista).

Há também, as normas de exclusão e de acesso aos recursos naturais por parte dos "de fora". Estes, por sua vez, podem lograr acesso, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte do grupo, normalmente através de casamentos e estabelecimento de relações de compadrio.

Entretanto, já existe uma relativa preocupação local sobre a comercialização de porções de terras por moradores a especuladores imobiliários. Muitos moradores criticam os que venderam seus quinhões de terra, apontando que estes fizeram um mau negócio, tendo que viver em Barreirinhas ou *"lá do lado de cima"*, na porção mais árida do Cantinho.

Com pouca disponibilidade de água, e acessando o rio (e os buritizais) graças à benevolência dos moradores, parentes ou compadres, essas famílias que se desfizeram de seus pedaços de terra sofrem atualmente de problemas sociais crônicos, como a escassez de terra para plantar e o constrangimento em acessar, de forma limitada, os recursos naturais que antes estavam disponíveis, literalmente, no fundo de seus quintais.

> "Os pessoal mesmo daqui do Cantinho é que vende as terra. Ouve falar de dinheiro, aí acha que dinheiro é tudo, aí pega e vende a casa, o terreno. *Em pouco tempo, eles [os compradores] tão aí rico, e quem vendeu suas casa, suas terra tá na pior, sem ter nenhum centavo, e nem casa e nem terra e nem nada.* Assim acontece aqui com o nosso povo. A maior parte do nosso pessoal venderam o lado de baixo, que é o lado mais procurado, por causa do rio e ficaram do lado de cima. Ah, tem água pra todo mundo, tal e tal (...) a água acabou, que era dessa caixa [d'água] bem aí, deu problema, não prestou mais. Agora quem tá do outro lado tá sentindo só o cheiro do rio. Eu, graças a Deus, meu rio tá aqui em casa, passa aqui no fundo do quintal. Vendi uma parte, mas o que eu tenho tá bom ainda pra nós..." (Dona Bebel, professora aposentada, grifo meu).

O que parece estar ocorrendo, na realidade, é uma tragédia dos comunitários, os quais vêm tendo suas vidas desestruturadas por sua própria expulsão, consensual e negociada, pela forçosa implantação de uma dinâmica nefasta de apropriação e consumo do lugar, através da indústria do turismo, que avança a passos largos rumo, não apenas ao Cantinho, mas também aos demais povoados adjacentes, sobretudo aqueles mais próximos ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

No transcurso dos anos de coleta, alguns consensos vieram se estabelecendo quanto ao que é considerado aceitável no sistema extrativo do buriti. Utiliza-se aqui o conceito de instituição como uma prática social ou um conjunto de regras e procedimentos

socialmente reconhecidos, aceitos e sancionados por determinado grupo. Trata-se de um conjunto de regras de trabalho que determina as permissões e proibições, quais procedimentos devem ser seguidos, quais informações devem ou não ser fornecidas, e que benefícios são atribuídos aos indivíduos a depender de suas ações.

No caso do extrativismo de buriti, as regras referentes à forma de apropriação comum são as seguintes:

a. As artesãs, seus parentes (marido, filhos e sobrinhos) e compadres podem tirar o *olho* do buriti para que elas façam o artesanato;

b. Deve-se respeitar os limites das propriedades privadas (pousadas e casas de veraneio);

c. Deve-se *zelar* pelas palmeiras adultas, não tirando os *olhos* de forma excessiva;

d. Deve-se respeitar o ciclo biológico do buriti, deixando-os *descansar* até repor os *olhos*;

e. Não se deve tirar o *olho* quando este se encontra imaturo;

Se há regras no extrativismo de buriti, há também exceções, e ainda, o que se pode chamar de transgressões. Uma exceção bastante difundida, que por vezes pode se metamorfosear em regra é a coleta de olho dos buritizeiros machos. Segundo as artesãs, mesmo de qualidade inferior, o linho do buritizeiro macho é igualmente apropriado ao trabalho artesanal, sobretudo quando as palmeiras fêmeas estão se recuperando das coletas, notadamente nos meses de julho e dezembro, considerados de alta estação para o turismo.

Nestes períodos de pico de produção artesanal, para evitar a compra da matéria-prima e poder dar continuidade aos trabalhos, os buritizeiros machos são indistintamente explorados, e mesmo com dificuldade de beneficiamento – pois fornece um linho mais duro e de difícil tratamento – dão forma às peças artesanais locais.

A “transgressão” mais evidente é a coleta furtiva nas áreas privadas. Se o proprietário estiver ausente ou o caseiro (normalmente morador do Cantinho) permitir, pode-se entrar livremente e tirar os olhos dos minguantes buritis característicos das áreas de apropriação privada. Contudo, relatos informam que os extrativistas podem entrar às escondidas, em qualquer hora do dia (ou da noite), negligenciando as regras impostas pelos proprietários.

> “Eu penso assim: se eu tivesse [dinheiro], eu não ia, né? Eu tenho precisão [necessidade] de tirar o linho pra muié fazer os trabaio, pra comprar uma besteirinha pros minino, porque se eu tivesse, eu não ia, só vou porque não acho outro meio. Isso aqui é dado pela natureza, não foi ele [o proprietário] que plantou... Aí eu não sei se é roubo ou se não é (...) pra mim eu digo que não é, porque esse é meio de caçar um meio de viver” (Eliseu, lavrador e extrativista).

Semelhantemente ao trabalho de Schmitz et al. (2006), ainda há poucas regras, nenhuma sanção, nem multas ou instâncias para a resolução de conflitos referentes ao uso e apropriação social do buriti no Cantinho. A falta de sanções em torno da coleta do olho do buriti é coerente, porém no caso de ações prejudiciais, esta ausência de mecanismos coercitivos pode revelar um problema de considerável alcance, uma vez que há um incremento gradual na quantidade de palmeiras exploradas por escala de tempo.

Associado a este fato, importante é reforçar que o processo de privatização das áreas de coleta está em pleno avanço, contando inclusive com o apoio e incentivo do Estado à medida que garante aos novos proprietários, plenas condições para seu estabelecimento no lugar, a exemplo da ligeireza e facilidade nos licenciamentos ambientais para construção de parques náuticos e sofisticados *resorts* à beira-rio.

Mesmo diante das práticas que podem prejudicar o estoque do recurso, os conflitos ainda estão em latência, indicando que a pressão nos recursos e nas condições de reprodução social ainda não obrigou o grupo a se organizar para determinar sanções e medidas coercitivas.

O conflito social de matriz ambiental pode advir da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos naturais ou de bases distintas, mas interconectadas pelas interações ecossistêmicas. Este tipo de conflito tem como arena as unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades, cujo acordo simbólico é rompido em função do reconhecimento dos efeitos indesejáveis das atividades de um agente sobre as condições materiais do exercício das práticas de outrem.

Henri Acselrad (2004) sustenta que o conflito se estabelece a partir de embates objetivos pelo controle material de um recurso, pela sua apropriação, mas também pela sua forma de uso. Desse modo, os conflitos ambientais são aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação da natureza ameaçada por impactos indesejáveis, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Embora não se possa prever o que vem acontecer com a disponibilidade de buriti, e em consequência com o grupo, convém ressaltar que, mesmo havendo um decréscimo considerável na quantidade de palmeiras, este não deverá ser suficiente para aniquilar por completo os estoques desse recurso. Contudo, o fato de o grupo investir em práticas de

manejo relativamente eficazes não garantem por si, a conservação e manutenção do recurso, sobretudo em se tratando de um contexto de expansão da propriedade privada no lugar.

Apontam-se duas tendências centrais, a saber:

a. Manutenção das práticas locais de manejo e conservação do buriti;

b. Criação de "novas" formas de subsistência, através da agregação de valor aos produtos oriundos do extrativismo de buriti.

Na criação de "novas" formas de subsistência, associadas ao incremento da atividade turística, e consequentemente, ao avanço da propriedade privada, reside uma controvérsia principal, se a tomarmos como uma estratégia de conservação, uma vez que a capitalização dos moradores não necessariamente evitaria a exploração dos recursos, podendo inclusive, estimular a criação de novos nichos de mercado de produtos extrativos, incrementando assim a pressão no recurso como uma forma de garantir a disponibilidade dos produtos no mercado.

Surgem, assim, algumas questões candentes: Estará este novo contexto de pressão dos recursos naturais, oportunizando um repensar sobre as formas de uso dos buritizais? De que derivam os constantes infortúnios que vêm ameaçando as formas de acesso ao recurso, e em consequência, a reprodução das famílias no lugar? Existem condições objetivas para o reconhecimento da existência de um conflito silencioso entre grupos, e, portanto, entre lógicas de acesso e apropriação de espaços e recursos naturais tão diferenciadas? Não se tem respostas prontas e acabadas a estas perguntas, entretanto, abrem-se aqui, novas frentes de investigação para futuros diálogos e pesquisas.

A recente dinâmica local de proibição de acesso ao recurso processa-se através da implantação de pousadas e casas de veraneio. Como consequência, todas as artesãs entrevistadas assumem estar, atualmente, comprando o linho a fim de realizar seu trabalho.

Embora haja restrições de acesso ao buriti em regime de propriedade privada, estes não se constituem no recurso imediato para a lida das artesãs. É preciso, pois, relativizar os dados referentes à aquisição comercial do linho, uma vez que apenas algumas artesãs entrevistadas fazem uso dessa estratégia.

Por se constituir o artesanato local em um trabalho exclusivamente feminino, e ao se considerar o acúmulo de tarefas socialmente impostas às mulheres, notadamente relacionadas à economia do cuidado é possível que o recente movimento de compra do linho esteja mais associado às facilidades representadas pela diminuição do volume de trabalho, do

que ao escasseamento do recurso em si, pelo menos em se tratando das áreas de coleta situadas no Cantinho.

4. CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

O grupo em exame representa uma coletividade submetida a uma progressiva depleção de seus espaços e recursos naturais de uso comum, em virtude das recentes formas pelas quais vem sendo transformado seu território. Com o advento da privatização das áreas de coleta de buriti, ocorre uma significativa remoção de porções das vegetações ciliares para a implantação de complexos hoteleiros e casas de veraneio.

As formas de acesso aos buritizais influenciam decisivamente no domínio das práticas, dos saberes e da conservação do recurso. De modo geral, o acesso ao buriti no Cantinho obedece a regras específicas de apropriação comum, processadas a partir de distintas formas, sob o domínio do regime de propriedade comum, no qual o recurso é apropriado por um grupo identificável de usuários interdependentes, os quais regulam o uso do recurso pelos membros da coletividade.

Contudo, o processo de privatização parece se acirrar à medida que se incrementa a atividade turística no lugar. Quanto à apropriação do recurso, mesmo havendo ainda poucas regras, nenhuma sanção ou instância para a resolução dos conflitos de matriz socioambiental que se tecem no Cantinho, as regras estabelecidas pelo grupo parecem ser ainda suficientes, por se tratar de um sistema de recursos tido como abundante, havendo risco moderado de desestruturação total de seu sistema extrativo. Entretanto, a ausência de mecanismos coercitivos pode revelar um problema de considerável alcance, uma vez que se aumenta o grau de exploração de palmeiras ao longo do tempo.

A intensificação da dinâmica de apropriação privada do buriti torna evidente a re-definição dos processos sócio-ecológicos, materializada na depleção da biodiversidade, à medida que as áreas de coleta se transformam em áreas pauperizadas em termos de disponibilidade de palmeiras.

Convém, portanto, investir na compreensão dos diversos motivos causais de conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais para que se possa compreender melhor estas realidades multifacetadas. O tema dos recursos naturais de uso comum traz um conjunto de questões complexas, para as quais a abordagem interdisciplinar oferece grandes contribuições, integrando conhecimentos de diferentes disciplinas, extraindo daí, suas relações de interdependência e de conexões recíprocas. Neste sentido, observa-se uma

sensível mudança dos velhos paradigmas em todas as áreas do conhecimento. A ordem, o absoluto, o determinado, o equilíbrio e os processos reversíveis se tornam casos particulares onde predominam as complexas realidades do rural.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, n. 10, p. 163-196, 1989.

BERKES, Fikret; FEENY, David; McCAY, Bonnie J; ACHESON, James M. The benefits of the commons. **Nature**, 340, p. 91-93, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 1998. p. 17-35.

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 139-160. Tradução de Antonio Carlos Diegues.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: _____; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 97-124.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio C.; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 17-42. Tradução de André de Castro C. Moreira.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York: Cambridge University Press, 1990.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 3, Brasília-DF, 2006. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006.

CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS DA AMÉRICA DO SUL

Elói Martins Senhoras[1]

[1]Prof. Dr. Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI) – E-mail: eloisenhoras@gmail.com

GT 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

O presente artigo objetiva analisar o surgimento de uma onda relevante de conflitos socioambientais na América do Sul tomando como referência a reconstrução dos principais fatos que se desdobraram em distintos países da região.

É feita uma reflexão uma geopolítica dos recursos naturais que se consubstancia por atores endógenos e exógenos às América do Sul por meio de redes conectivas que promovem integração e fragmentação sócio-territorial.

Com estas considerações o estudo procura mostrar que formação territorial sulamericana é um processo relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica permeada pela polarização de campos de poder.

Introdução

O clássico sistema geopolítico de relações internacionais, fundado nos preceitos de soberania interna e externa da Paz de Westphalia (1648), torna-se crescentemente aberto por porosidades transescalares de outras temáticas que vão além da guerra. Por isso, compreender a problemática do poder no espaço internacional requer compreender que existe uma ecopolítica construída por uma pluralidade de atores estatais e para-estatais de âmbito transnacional.

As redes de atores têm sido cada vez mais reconhecidas e crescentemente participam dos mais importantes processos decisórios de exploração dos recursos naturais, uma vez que elas suscitam mudanças na dinâmica socio-territorial na América do Sul.

Palco fragmentado por visões conflitantes e opostas, cuja síntese á apreendida em um espectro entre a polarização da perspectiva desenvolvimentista e a perspectiva ambientalista composta por conservacionistas e preservacionistas, a América do Sul é recortada por uma rede de atores que se estabelecem nos fóruns de debate ecopolítico.

Os atores passam a se relacionar por meio de redes institucionalizadas em função do potencial de geração de uma série de externalidades positivas causadas pelo adensamento social,

uma vez que a ação reticular integrada e interdependente dos atores cria brechas dinâmicas de escala e escopo para o surgimento de inovações sociais e econômicas e para a diminuição de custos em razão da complementaridade de competências e de especialização.

No plano da diplomacia clássica, os Estados Nacionais participam de uma ecopolítica de exploração de recursos naturais por meio de obras infra-estruturais de caráter transregionais que se assentam em uma lógica de exploração das vantagens comparativas naturais na América do Sul ou por meio de processos de nacionalização dos recursos naturais e reestatização de empresas estratégicas.

Neste contexto, a expansão territorial por meio de obras infra-estruturais e a apropriação dos recursos naturais são pivôs de um padrão de crescimento baseado na exportação de matérias primas, embora as estratégias implementadas pelos países sul-americanos ou pelos acordos regionais transnacionais nem sempre sejam as mais adequadas socialmente e ambientalmente nas comunidades onde se localizam.

No plano da nova diplomacia, as empresas multinacionais e as organizações internacionais governamentais e não-governamentais apresentam uma série de características reticulares que os tornam nos mais representativos atores transnacionais nos debates internacionais sobre a exploração dos recursos naturais, uma vez que eles têm capacidade de expansão e flexibilidade institucional ao atuarem sem bases territoriais fixas ou interagindo em redes com outros atores e com os próprios Estados nacionais, mostrando preocupação crescente em influenciar os processos de tomadas de decisão internacional nos assuntos de sua competência (Villa,2004).

Em primeiro lugar, à medida que se observa a financeirização das commodities, facilmente se identifica que o setor privado, em especial as empresas multinacionais, tem aumentado sua organização autônoma enquanto um grande ator de peso na exploração dos recursos naturais, na construção de obras de infra-estrutura transregionais ou ainda aumentado sua representação junto a governos e organizações internacionais.

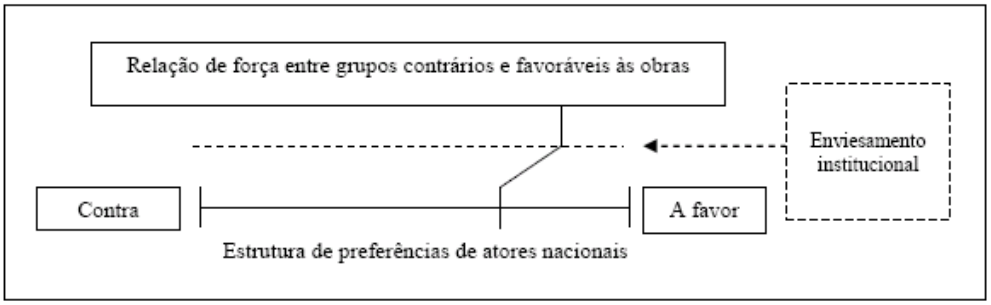
Conforme Leprestre (2000), existe uma tendência à ampliação da ação política das empresas multinacionais pois a indústria lato sensu tem sido muito ativa no financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou no exercício de lobby junto às representações de vários governos, com vistas à regulamentação do modo de produção, haja vista que elas estão na base primária de poluição ou muitas vezes vêem oportunidade de crescimento e lucros em cima da temática ambiental.

Em segundo lugar, as Organizações Internacionais Supra-Governamentais têm desempenhado um papel central junto aos Estados Nacionais Sul-Americanos enquanto matrizes de catálise de uma série de negociações internacionais ou enquanto fornecedoras de serviços de assistência técnica e financeira ligadas à formação de redes infra-estruturais para exploração de recursos naturais, em especial os bancos de desenvolvimento como a CAF, FONPLATA e BID, que influenciam mais diretamente sobre a formulação das políticas nacionais e sobre a própria regionalização transnacional da IIRSA.

Conforme Senhoras (2008), os empreendimentos ligados a grandes projetos de exploração de recursos naturais são normalmente justificados por uma série de discursos funcionalistas dos governos nacionais e das organizações internacionais supragovernamentais que relativizam os impactos ambientais das obras geradas ou dos seus efeitos deletérios em detrimento dos possíveis efeitos teóricos de transbordamento do desenvolvimento regional trazidos pela modernização.

Normalmente, para estes projetos nacionais ou transregionais, quando são financiados por organizações internacionais supra-governamentais ou mesmo por fundos públicos, existe uma intervenção seletiva no processo de formulação e execução do planejamento que fica restrito a uma tecnoburocracia favorável às obras e que tende a ampliar a distância entre as decisões técnicas e as preferências das sociedades civis de cada país, repercutindo no fechamento do canal político para a participação democrática da sociedade civil.

Quadro 1 - **Esquema de forças de pressão nas grandes obras relacionadas à exploração de recursos naturais na América do Sul**



Fonte: Elaboração própria. Adaptações baseadas em Lima (2006).

Como o acesso de atores da sociedade civil às decisões das grandes obras estratégicas para o fluxo e a exploração de recursos naturais nos países e na América do Sul passa por um natural canal assimétrico e seletivo, normalmente observa-se que as demandas próximas à tecnoburocracia têm maior poder de influência na agenda da construção devido a discrepância de seus poderes nas negociações em relação aos atores contrários.

Em terceiro lugar, observa-se que a transnacionalização de Organizações Não-Governamentais (ONGs) tornou-se um fenômeno que se difundiu na América do Sul por meio da formação de grandes redes ambientalistas e na difusão de papel qualitativo de cunho coletivo junto a vários governos e negociações multilaterais.

Atuando como *comunidades epistêmicas*[1] sobre meio ambiente, as ONGs têm características reticulares de operabilidade transescalar que se estruturam estrategicamente por meio de ações lobistas com base cognitiva e política nos níveis local, nacional e internacional para influenciar Estados ou Organizações internacionais na negociação de tratados e na formação de regimes internacionais.

Segundo o movimento ambientalista, a percepção temporal dos recursos naturais na regionalização transnacional da infra-estrutura tem sido empobrecida pela lógica imediatista de crescimento econômico engendrada pelos agentes de mercado e pelos Estados Nacionais à custa da degradação ambiental.

Como estes diferentes atores apresentam diferentes escalas de ação e concepções cognitivas, ideológicas sobre a exploração dos recursos naturais na América do Sul, eles acabam muito freqüentemente gerando tensões ou dificuldades de coordenação de valores ambientais, demonstrando assim porque não existe linearidade na frágil dinâmica geopolítica socioambiental.

Conflitos socio-ambientais na América do Sul

Frente aos impactos socioambientais negativos trazidos por um padrão de apropriação privada de territórios, regulado sob a tutela dos Estados e dos quadros institucionais de regionalização transnacional, que se assenta em um processo contraditório de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, um crescente número de movimentos politizados de resistência e de pressão se estruturou em diferentes países na América do Sul.

Reflexivo a estes movimentos sociais, observa-se que as políticas de reapropriação dos recursos naturais protagonizadas por países como a Venezuela, Bolívia e o Equador emergiram para combater os efeitos negativos de políticas neoliberais e dos processos de desindustrialização

[1] Segundo Haas (1992), uma comunidade epistêmica se caracteriza como uma rede de profissionais especialistas em uma determinada área do saber que compartilham um conjunto de princípios e convicções normativas, de explicações acerca da validade dos fenômenos que trata e das causalidades entre eles, de noções acerca da de validez e de uma vontade de empreender um determinado processo de elaboração de políticas. O conhecimento compartilhado é uma propriedade central das redes que estruturam as comunidades epistêmicas, pois ele é a variável de intermediação ou convergências de especialistas científicos ou outros provedores de aconselhamento técnico nos processos de elaboração de políticas.

que assolaram muitos países, colocando a exportação dos recursos naturais como a principal fonte de divisas (Porto-Gonçalves, 2007).

Essas lutas se expressam por movimentos ambientalistas, antiglobalização, antiimperialistas ou ainda movimentos bolivarianos, indigenistas e de sem-terras espalhados em vários pontos da região transnacional da América do Sul, embora concentrados nas localidades mais vulneráveis e degradadas.

No caso região amazônica, o caráter internacionalizado em que acontece o modelo de apropriação dos recursos naturais deu ensejo ao longo do tempo a um padrão de resistência, de início, protagonizada, localmente por seringueiros e, posteriormente, adensado por movimentos ambientalistas transescalares.

Segundo Vieira *et* al. (2005), a ocupação e exploração dos territórios da Amazônia engendradas por meio de surtos de expansão das economias de fronteira levaram à formação de rugosidades espaciais de onde podem ser extraídas periodizações de apropriação dos territórios e de conflitos segundo as categorias de *terras públicas* e *terras privadas*[2].

Porém, a área com maior crescimento de conflitos socioambientais na América do Sul tem sido a região andina, onde os conflitos por recursos naturais, particularmente ao redor dos hidrocarburetos assumem crescente relevância nas políticas nacionais (Seoane, 2005).

Na Bolívia, os contenciosos ligados a recursos naturais conhecidos como guerra da água e guerra do gás são episódios que rearticularam discursos em torno da geopolítica e do papel do Estado por parte dos movimentos sociais, quando se articularam ao redor de diferentes coalizões de forças protagonizadas por camponeses, indígenas, ambientalistas, pela igreja e por amplos setores populares e em diferentes escalas de ação desde o nível local até o nacional, com a finalidade de colocar no centro do palco político a propriedade e a distribuição dos benefícios da exploração.

No caso do Equador, as luta contra a contaminação, os abusos e a apropriação assimétrica de benefícios advindos da exploração petrolífera por grandes empresas multinacionais geraram uma série de conflitos engendrados pelos movimentos sociais das províncias amazônicas de

[2] Na primeira categoria, os territórios públicos da região amazônica são compostos principalmente por *novas zonas de fronteira* que se dividem *em áreas com destino definido* onde estão unidades de conservação, terras indígenas e projetos de desenvolvimento sustentável que são gerenciadas pelos órgãos públicos e em *áreas sem destino* definido onde se encontram as terras não ocupadas, as terras ocupadas e ainda cobertas por florestas e as terras ocupadas e já alteradas. Na segunda categoria, os territórios que são adquiridos legalmente por meio de registros em cartórios estão concentradas em *antigas zonas de fronteira* e possuem um elevado passivo ambiental e uma série de conflitos socio-ambientais oriundos da exploração florestal ou mineral.

Sucumbíos e Orellana. Neste contexto, a própria eleição de Rafael Correa para presidente reabriu o debate sobre o papel do Estado na reapropriação dos recursos naturais, tomando como referência as políticas implementadas na Venezuela e Colômbia (Porto-Gonçalves, 2007).

No Peru, a destacada mobilização de ativistas indígenas e dos movimentos campesinos conhecidos como "cocaleros" gerou no ano de 2005 uma série de greves e protestos que param o país contra as políticas de erradicação dos cultivos de coca e contra a assinatura do tratado de livre comércio com os Estados Unidos (Seoane, 2005).

No caso da Venezuela, o processo em curso de privatização da empresa Petróleos de Venezuela (PDVSA) foi abortado com a vitória de Hugo Chávez na eleição para presidência da República. Desde que tomou posse em 1999, o presidente não somente iniciou um movimento de reapropriação do petróleo, mas também nacionalizou uma série de ativos "estratégicos para o país" de empresas estrangeiras.

Na região do Cone Sul, segundo Verdum (2008), os conflitos socioambientais tem sido de menor intensidade, embora também revelem um grau acentuado de politização, tal como nos países andinos, haja vista que os países-membros do MERCOSUL cresceram a um ritmo mais acelerado nos últimos anos em função do modelo de desenvolvimento exógeno via exportação de commodities dos complexos de mineração e agronegócios, porém ao custo de relevantes impactos colaterais sobre o meio ambiente.

No caso da Argentina e do Chile, houve um incremento da conflitividade socioambiental ligados a projetos de mineração que foram dinamizados em função do crescimento da economia mundial e da reforma dos marcos jurídicos do setor na década de 1990. Os movimentos sociais têm buscado se mobilizar em redes de comunidades afetadas pela mineração para discutir uma agenda política nacional sobre o setor e seus impactos ambientais sociais e econômicos (Walter, 2008).

No Brasil, os principais movimentos sociais relacionados aos recursos naturais são articulados pelos trabalhadores rurais do Movimento dos Sem-Terra (MST), que fazem protestos e ocupações de terras em diversos Estados da federação, denunciando o descompasso do programa de Reforma Agrária e das políticas que beneficiam o agronegócio, principalmente voltado à exportação, em contraposição ao descaso com a pequena média produção agrícola que garante a segurança alimentar doméstica, bem como pressionando o governo federal por

investimentos públicos em novos assentamentos do governo federal e na criação de linhas de crédito para assentados.

Outro movimento social articulado a uma temática dos recursos naturais fluviais e a uma problemática segurança energética nacional é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que se estruturou em distintas áreas no Brasil no final da década de 1980 e ainda hoje se mantém como um ativo grupo de pressão e de resposta popular aos deslocamentos provocados pelas conjunturas de acelerada construção de represas, uma vez que a busca da integração elétrica nacional acabou criando fragmentações sócio-espaciais em diversas localidades (Zen, 2007).

No Paraguai existe uma recorrência de conflitos sociais envolvendo os imigrantes brasileiros e os camponeses paraguaios que lutam por reforma agrária e que repercute nas relações entre os dois países. A tensão na fronteira Brasil-Paraguai adquire complexidade em função da polarização de imagens construídas de que os camponeses pobres são explorados segundo um padrão de acumulação por espoliação pelos ricos brasiguaios plantadores de soja (Albuquerque, 2009).

Estes contenciosos ligados aos recursos naturais são exemplos de um universo maior de análise em que diversas localidades dos países da América do Sul estão inseridas em alguma medida, haja vista que possuem similares características políticas e econômicas de vulnerabilidade socioambiental.

Uma variável a se destacar é que as tensões e conflitos socioambientais ganharam visibilidade na América do Sul em função da disseminação generalizada de contenciosos em vários países determinados por lutas sociais e políticas pela reapropriação de territórios e de recursos naturais.

O padrão de avanço da economia de fronteira para a exploração de recursos naturais com freqüência choca-se com a disposição de muitos atores locais que buscam dar outros sentidos aos territórios, determinando assim fraturas socioambientais que se disseminam na regionalização transnacional por meio de crescentes conflitos sociais.

Nesse contexto, além dos problemas sócio-culturais e ambientais existentes nos territórios da Amazônia, do Chaco-Pantanal e do Pacífico-Andino sul-americano, a subordinação do espaço ao papel de meio de extração de recursos naturais e de corredor de fluxos, sem vinculação direta com a apropriação da riqueza produzida na América do Sul ou consumida no exterior, gera um

destacado problema de articulação do território à dinâmica do capitalismo territorialista sul-americano.

Últimas considerações

Os vínculos contemporâneos entre os atores e os espaços com a problemática de exploração dos recursos naturais na América do Sul ilustram os sintomas do processo de adensamento ou de complexificação histórica das relações geopolíticas intra e inter-estatais, haja vista que existe uma multiescalaridade envolvida por vetores geoeconômicos de integração e fragmentação.

Em um primeiro plano, observa-se que os fluxos de investimento estatal e privado na América do Sul nos últimos anos se concentraram em setores intensivos em recursos naturais, principalmente em minérios, energia e agronegócio, demonstrando uma lógica de acumulação que se baseia pelo modelo de crescimento econômico exógeno caracterizado pela exportação de commodities e produtos de baixo conteúdo tecnológico (Felix, 2007).

Em um segundo plano, a politização de movimentos resistência em diferentes países da região que se expressa por um aumento crescente de conflitos sociais de natureza complexa e com distintas demandas, tende a deflagrar os efeitos de tensionamento e fragmentação socio-ambiental diante dos projetos de integração econômica pautados no padrão de acumulação espoliativo do capitalismo-territorialista.

A fragmentação socio-ambiental que tensiona várias comunidades locais em função de atividades consideradas estratégias pelas políticas nacionais e de regionalização transnacional na América do Sul comparte similaridades com a tese do "ecologismo dos pobres", segundo a qual, a qual a mobilização nasce de diversos conflitos socioambientais que são decorrentes por um tipo de crescimento econômico assentado na extração de recursos naturais e no aumento dos riscos de contaminação e depredação dos territórios (Guha e Alier, 1997).

Este campo relacional de poder revela que a acumulação pautada por um padrão de capitalismo territorialista engendra uma geopolítica espoliativa dos territórios que tem como dinamizador a exploração dos recursos naturais e como repercussão processos de integração dos fluxos comerciais e fragmentação do tecido socioambiental.

Neste contraditório contexto que permeia todos os países sul-americanos e a próprio processo de regionalização transnacional, a preservação socioambiental dos lugares e o macro-

planejamento territorial apresentam discursos diferenciados com conteúdos geopolíticos conflitantes ao representarem diferentes interesses na apropriação do meio ambiente, assimetria de poder entre os atores e distintas escalas de ação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C. "Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil". **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 02, fevereiro, 2009.

FELIX, L. **Evolución y composición de los flujos de inversión extranjera en América Del Sur bajo la óptica de las principales empresas inversionistas**. Brasilia: PNUD/CEPAL/NAE, 2007.

GUHA, R.; ALIER, J. M. **Varieties of environmentalism: Essays North and South.** London: Earthscan, 1997.

HAAS, P. M. "Epistemic Communities and International Policy Coordination".**International Organization**, n. 1, vol. 46, 1992.

LIMA, M. R. S. "Instituições democráticas e política exterior". **Contexto Internacional**, vol. 22, nº 2, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. "A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: O caso da Petrobrás no Equador". **América Latina en Movimiento**, 02 de junho de 2007. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em 03/05/2009.

SENHORAS, E. M. **Regionalismo Transnacional e Integração Física: Um Estudo sobre a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 20008.

SEOANE, J. "Movimientos sociales y recursos naturales en América Latina: Resistências al neoliberalismo, configuración de alternativas". Observatorio **Social de América Latina**, año VI, n. 17, 2005.

VERTUM, R. "Introdução". In: VAINER, C.; NUTI, M. **La integración energética sudamericana: contribuciones para una agenda socio-ambiental**. Brasilia: INESC, 2008.

VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; TOLEDO, P. M. "Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia". **Estudos Avançados**, n. 19, vol. 54, 2005.

WALTER, M. "Nuevos conflictos ambientales mineros en Argentina. El caso Esquel (2002-2003)". **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 8, 2008.

ZEN, E. L. **Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens**. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB, 2007.

Conservação da biodiversidade no Assentamento Agroextrativista Americana (Grão Mogol-MG)

Igor Simoni Homem de Carvalho[1]

[1]Mestre em Política e Gestão Ambiental (Universidade de Brasília), Doutorando em Ambiente e Sociedade (NEPAM/Unicamp) - Email: igorshc@yahoo.com

GT06 - **Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento**

Introdução: assentamentos rurais e conservação da biodiversidade

Existem hoje no Brasil cerca de oito mil assentamentos rurais criados pelo poder público, correspondendo a uma população aproximada de um milhão de habitantes em uma área de quase 70 milhões de hectares, e ainda outro milhão de pessoas ocupando terras à espera de serem assentadas (Girardi, 2008). É cada vez mais evidente a importância destes novos núcleos rurais na dinamização da economia e na geração de outros benefícios sociais (Abramovay, 1998; Oliveira, 2001; Fernandes, 2004).

Estudos e debates relacionando assentamentos rurais e a questão ambiental são recentes, mas vêm se intensificando (p.ex., Esterci & Valle, 2003; Beduschi Filho, 2003). Nas últimas décadas, os movimentos sociais do campo vêm se aproximando da "causa" ambiental, devido a motivos que vão desde a estratégia de luta política até as vantagens comparativas de uma agricultura ecológica (Costa Neto & Canavesi, 2002; Sawyer, 2002; Cullen Jr. e*t al*, 2005). Entretanto, a pesquisa relacionada ao manejo dos recursos naturais por assentados de reforma agrária ainda é incipiente, em que pese a oportunidade de uma combinação efetiva entre agricultura de pequena escala e conservação de ecossistemas apresentada pelos assentamentos rurais.

O potencial de conservação da biodiversidade das comunidades rurais está relacionado especialmente à possibilidade do estabelecimento de conexões entre os fragmentos de vegetação nativa dentro e no entorno dos assentamentos. O nível de conectividade da vegetação de uma determinada paisagem condiciona, em grande medida, a conservação da biodiversidade nesta paisagem. Por outro lado, a perda e a fragmentação de habitats são as principais causas da erosão de biodiversidade no mundo (Dramstad *et al.*, 1996; Kageyama *et al*., 1998; Hess & Fischer, 2001; Metzger, 2001). Dessa forma, um assentamento pode contribuir significativamente à conservação da biodiversidade, por meio do planejamento de sua paisagem.

O presente texto refere-se à pesquisa de doutorado em andamento sobre a experiência do Assentamento Agroextrativista Americana, implantado sob uma proposta de uso sustentável dos ecossistemas, na perspectiva de obter lições e aprendizados para a conciliação de objetivos sócio-econômicos, culturais e ambientais, especialmente para o Cerrado e seus povos.

Contexto

O Assentamento Americana localiza-se no município de Grão Mogol, que ocupa cerca de 3,9 mil km² e pertence à meso-região Norte de Minas; geograficamente, porém, localiza-se no divisor de águas das bacias dos rios Vacaria e Itacambiruçu, ambos parte da bacia do rio Jequitinhonha. Assim, a localização do Americana compartilha características dessas duas regiões, consideradas das economicamente mais pobres do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Grão Mogol é de 0,670, bem abaixo da média nacional, que já é de 0,800.

Nesta região, a partir da década de 1960, a vegetação nativa começa a ser substituída por grandes monoculturas de eucalipto, destinadas à produção de carvão para a atividade siderúrgica de Minas Gerais. As conseqüências mais visíveis deste processo são a perda da biodiversidade e o secamento de córregos e nascentes, com impactos diretos na reprodução sócio-econômica das populações rurais da região, aprofundando as desigualdades sociais e o êxodo rural (Mazzetto, 1999; Porto-Gonçalves, 2000; Ribeiro & Galizoni, 2003).

A inserção da região na rota dos mega-projetos econômicos vinculados ao capital globalizado faz parte de um processo mais amplo de "desbravamento" dos cerrados do Brasil central, que, a despeito dos efeitos positivos na balança comercial brasileira, vem acarretando uma série de prejuízos socioambientais, cada vez mais evidentes (Ratter *et al.*, 1997; Buschbacher, 2000; Klink & Machado, 2005). O bioma Cerrado é considerado hoje a savana mais rica e mais ameaçada de todo o planeta (Mittermeier *et al.*, 2004), e uma parte muito pequena dele se encontra oficialmente protegida (Klink & Machado, 2005). Reconhece-se, portanto, a necessidade de implementação de estratégias de conservação mais amplas, que incluam as comunidades rurais e o uso sustentável dos ecossistemas (Alcorn, 1993; Diegues, 2000).

Histórico e caracterização do Assentamento Americana

Como reação à degradação socioambiental na região Norte de Minas, iniciaram-se, em princípios da década de 1980, movimentos de organização dos camponeses na luta pela (re)conquista dos direitos de acesso à terra, água, biodiversidade e mercados. Neste contexto foi fundado o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), que, desde 1985, trabalha em prol da organização camponesa, com base na agroecologia, na valorização cultural e no estímulo a participação política. O Assentamento Americana foi criado em 2001, a partir de uma proposta liderada pelo CAA-NM, na qual a estratégia de viabilização sócio-econômica das famílias passa pela complementaridade de atividades agro-pastoris com o uso da biodiversidade nativa e pela valorização da cultura local. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi orientado a partir da agroecologia e dos conhecimentos e modo de vida dos Geraizeiros – habitantes tradicionais das áreas de Cerrado da região (*cf*. Dayrell, 1998).

O Assentamento Americana tem 18,8 mil hectares no total, sendo 23% de Reserva Legal e cerca de 40% destinados ao manejo agroextrativista. Os lotes, que têm em média 70 hectares cada, estão distribuídos de forma que cada um possui uma área de baixada (onde o solo é mais fértil, viabilizando a produção de culturas anuais como milho e feijão) e o restante destinado ao extrativismo e à criação extensiva de gado. Vivem no Americana 72 famílias, das quais 11 adotam práticas agroecológicas e extrativistas, recebendo assessoria técnica do CAA-NM. As outras famílias recebem assessoria somente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), sendo que algumas vêm adotando práticas de maior impacto ambiental, como a produção de carvão da vegetação nativa.

As 11 famílias mencionadas fundaram a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada Grupo Agroextrativista do Cerrado (GAC), que vêm buscando articulações desde o nível local até o internacional, em prol da sustentabilidade econômica, cultural e ambiental do Americana. As famílias que compõem o GAC utilizam diversos recursos da vegetação nativa para auto-consumo (lenha, madeiras, frutas, plantas medicinais) e fazem uso comercial de sete espécies nativas (Tabela 1). Os frutos do pequi, cagaita, coquinho-azedo, araçá, panã e maracujá-nativo são entregues para a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão (Carvalho, 2007), enquanto do rufão se extrai um óleo medicinal que é vendido por até R$ 100,00/L nas feiras locais.

Nome popular	**Nome científico**
Araçá	*Psidium araca* Raddi
Cagaita	*Eugenia dysenterica* DC.
Coquinho-azedo coco-butiá	*Butia capitata* (Mart.) Beccari
Maracujás nativos	*Passiflora* spp.

Panã ou araticum	*Annona crassiflora* Mart.
Pequi	*Caryocar brasiliense* Camb.
Rufão	*Peritassa campestre* (Camb) A.C.Smith.

Tabela 1. Espécies nativas utilizadas comercialmente pelas famílias do Assentamento Americana.

os tem sido significativa, chegando a até R$ 1.000,00/família/safra. Grande parte dessas espécies está sendo plantada para adensar as áreas de coleta e recuperar áreas degradadas, e outras iniciativas para garantir a sustentabilidade do aproveitamento da biodiversidade nativa vêm sendo levadas a cabo (Carvalho, 2007). Está sendo implantada no assentamento uma pequena agroindústria, cujo objetivo é dar mais autonomia ao GAC no beneficiamento e comercialização de produtos.

O Assentamento Americana tem potencial de conservação de uma mancha de 15 mil hectares de vegetação nativa contínua, bastante significativa se considerarmos os padrões atuais de degradação do Cerrado, sobretudo no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Próximo ao Assentamento está o Parque Estadual de Grão Mogol, com 33 mil hectares de importante remanescente de Cerrado, com destaque para as fitofisionomias rupestres. O nível de conectividade da vegetação nativa pode ser determinante para o fluxo gênico de diversas espécies, inclusive grandes mamíferos. Tem sido comum, no assentamento, o avistamento de animais como o porco-espinho (*Coendou prehensilis*), o veado-catingueiro (*Mazama gouazoupira*) e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), este último ameaçado de extinção. A presença de outros, como o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*) e a suçuarana (*Puma* concolor), também ameaçados, foi registrada em levantamentos de biodiversidade já realizados (CAA-NM, 2002). Pelo menos 141 espécies de aves também são encontradas no assentamento. A presença desses animais é um importante indicador do grau e do potencial de conservação da biodiversidade na área.

O estudo

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como as diferentes práticas agrícolas das famílias do Assentamento Americana têm influenciado na conservação da biodiversidade local. O principal indicador dessa conservação é o nível de conectividade e a proporção da vegetação nativa conservada nas diferentes áreas manejadas.

A proposta metodológica interdisciplinar busca conectar diferentes referenciais teórico-metodológicos: sociologia rural, etnociências, ecologia de paisagens e pesquisas participantes. O eixo central da metodologia é o uso de mapas e imagens de satélite, como

forma de analisar a conectividade da vegetação, a proporção de vegetação nativa em relação aos diferentes usos do solo, bem como as percepções e o manejo praticado pelos assentados. Assim, será possível inferir alguns indicadores relacionados à conservação da biodiversidade na paisagem em foco.

As imagens de satélite obtidas e analisadas retratam dois momentos: o imediatamente anterior à implantação do assentamento (ano 2000) e o atual (2010). O intervalo de 10 anos é a escala temporal que indicará a dinâmica do uso do solo e da cobertura vegetal, permitindo a análise da paisagem no que interessa à conservação da biodiversidade. Já as escalas espaciais analisadas são:

- Lotes: o lote de cada família pesquisada será analisado individualmente, incluindo seu entorno imediato, em especial no caso das famílias que adotam o manejo coletivo de algumas áreas, como as do GAC;
- Assentamento: nesta escala, será possível analisar a paisagem e a cobertura vegetal do assentamento como um todo, incluindo suas Áreas de Proteção Permanente, de Reserva Legal, de manejo agroextrativista e do entorno imediato.

Usarei ainda, de maneira auxiliar, imagens em uma escala maior, que incluam, no mesmo quadrante, o Assentamento Americana e o Parque Estadual de Grão Mogol, para que se possa analisar a cobertura vegetal entre os dois e verificar a possibilidade de estabelecimento de conectividade da vegetação nativa em escala local.

As informações obtidas por meio de imagens de satélite serão correlacionadas com as percepções, concepções e projetos dos assentados sobre a paisagem, sobre o manejo dos recursos naturais e da biodiversidade do Cerrado. Buscar-se-á uma *sistematização espacial e temporal* da experiência em curso no assentamento.

A metodologia inclui ainda entrevistas semi-estruturadas em grupos e individualmente. Algumas entrevistas são realizadas em incursões pelas paisagens, de modo a facilitar a visualização dos elementos que a compõem. As incursões aos ambientes manejados pelas comunidades, acompanhados dos comunitários, talvez se constituam no elemento central das metodologias "etnocientíficas" (*cf*. Toledo, 1996). Em geral, é neste momento em que se revelam os conhecimentos etnoecológicos mais sutis e as percepções e concepções diferenciadas sobre o ambiente e a paisagem. As incursões às paisagens servirão também à coleta de pontos georreferenciados, com o uso de GPS (*geoprocessing system*), para que tais pontos possam ser plotados sobre as imagens de satélite, auxiliando na análise da paisagem.

E, finalmente, parte das entrevistas será realizada simultaneamente à confecção e análise de mapas. Pretendo realizar dinâmicas de mapeamento participativo, conforme utilizado em diferentes estudos sobre comunidades rurais (p.ex., Bergamasco et al., 1997). Estes mapas serão confrontados com as imagens de satélite, e, a partir dos dois, serão problematizadas questões centrais da pesquisa, como a conectividade e conservação da vegetação nativa e a dinâmica da paisagem no intervalo de 10 anos. Os mapeamentos participativos com o uso das imagens de satélite irão permear toda a análise da paisagem, da conectividade e do grau de conservação de sua vegetação nativa, e serão utilizados na investigação sobre as percepções, concepções e projetos dos assentados a respeito dos fatores que concernem à conservação da biodiversidade.

É importante ressaltar que em nenhum momento a metodologia desta pesquisa está sendo apresentada aos assentados do Americana como definitiva. Os temas e propostas estão sendo introduzidos aos poucos, de modo que se perceba as diferentes reações, se analise as críticas e sugestões e se construa, conjuntamente, uma metodologia que possa ser de fato chamada de *participativa*.

Considerações finais

Atualmente, evidencia-se a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, ou, mais além, de sociedade, que concilie os objetivos de justiça social e qualidade ambiental. Dentre as iniciativas existentes em todo o mundo, muitas podem se configurar como valiosas fontes de lições e aprendizados para serem aproveitadas em ações mais amplas, como políticas públicas ou financiamentos a projetos socioambientais.

Num contexto regional onde as grandes monoculturas de eucalipto avançam sobre os territórios tradicionais, exaurindo os recursos naturais, o Assentamento Americana apresenta-se como um "laboratório" para pesquisas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade e à valorização da cultura local. Tendo como referência as ciências que lidam com a noção de paisagem, as etnociências e a sociologia rural, pretendo traçar perspectivas e cenários para a conservação da biodiversidade neste assentamento, com possibilidade de expandi-los a um contexto mais amplo.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** v.28, n.1,2 e 3 e v.29, n.1, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Moratória para os cerrados: elementos para uma estratégia de agricultura sustentável.** São Paulo: Consórcio Atech/Museu Emílio Goeldi, 1999.

ALCORN, J.B. Indigenous Peoples and Conservation. **Conservation Biology**, v.7, n.2, pp.424-426, 1993.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza:** do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: FAPESP, 2003.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros:** espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 52p., 1997.

BUSCHBACHER, R.(ed.). **Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado:** origens históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWF, 2000.

CARVALHO, Igor S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado:** um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 164p., 2007.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? *In*: Alimonda, Héctor. **Ecología Política:** naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO. p.203-215, 2002.

CULLEN JR., Laury; ALGER, K.; RAMBALDI, D.M. Reforma agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesses comuns. **Megadiversidade**, n.1, v.1, p.199-207, 2005.

DAYRELL, Carlos A. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais:** la contribuición de la agroecologia e de la etnoecologia en los estudios de los agroecossistemas. Dissertação de Mestrado, Universidad Internacional de Andalucia, Espanha, 1998.

DIEGUES, Antonio C. Apresentação *In*: DIEGUES, A.C. (org). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP/Annablume/HUCITEC, 2000.

DRAMSTAD, W.E.; OLSON, J.D.; FORMAN, R.T.T. **Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning**. Washington, DC: Harvard University/Island Press, 80p., 1996.

ESTERCI, Neide; VALLE, Raul S.T. (orgs). **Reforma Agrária e Meio Ambiente.** Documento especial para o Fórum Social Mundial. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Lincoln Istitute of Land Policy/Harvard University, 57p., 2004.

GIRARDI, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 347p., 2008.

HESS, G.R. & FISCHER, R.A. **Communicating clearly about conservation corridors**. Landscape and Urban Planning, v.55, p.195-208, 2001.

KAGEYAMA, Paulo Y.; GANDARA, F.B.; SOUZA, L.M.I. Conseqüências genéticas da fragmentação sobre populações de espécies arbóreas. **Série Técnica IPEF**, v.12, n.32, p.65-70, 1998.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. **A conservação do Cerrado brasileiro.** Megadiversidade, v.1, n.1, pp.147-155, 2005.

MAZZETTO, Carlos E. **Camponeses e Cerrados no Norte de Minas:** a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas em questão. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 250p., 1999.

METZGER, Jean-Paul. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, v.1, n.1/2, 2001.

MITTERMEIER, R.A.; ROBLES GIL, P.; HOFFMANN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, T.; MITTERMEIER, C.A G.; LAMOREUX, J.; FONSECA, G.A.B. **Hotspots revisited:** Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Cidade do México: CEMEX, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p.185-206, 2001.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Americana. Grão Mogol: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/INCRA/UFMG, 99p., 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. *In*: LUZ, C.; DAYRELL, C. (orgs.). **Cerrado e desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: CAA-NM e Rede Cerrado, 2000.

RATTER, J. A.; RIBEIRO, J. F.; BRIDGEWATER, S. The Brazilian Cerrado vegetation and threats to its biodiversity. **Annals of Botany**, v.80, pp.223-230, 1997.

RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flávia M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v.V, n.2; v.VI, n.1, p.129-146, 2003.

SAWYER, Donald. **Ação em meio ambiente no Brasil:** estado atual e perspectivas futuras. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2002.

TOLEDO, Victor M. **La apropriación campesina de la naturaleza**: un análisis etnoecológico. Mexico (mimeo), 1996.

CONSERVAÇÃO E USO DE RECURSOS NATURAIS NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS, PASSOS MAIA – SC

Ezequiel Antonio de Moura [1]
Natalia Hanazaki [2]

[1]Biólogo, formado em bacharel pela Universidade Federal de Santa Catarina – E-mail: ziquearaucaria@yahoo.com.br
[2]Profª Depto. de Ecologia e Zoologia. Universidade Federal de Santa Catarina – E-mail: natalia@ccb.ufsc.br

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Ciências Biológicas – Departamento de Ecologia e Zoologia – Bloco C, Térreo, sala 009, Campus Trindade. Florianópolis / SC. CEP: 88010-970.

GT 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade no Brasil tem sido a criação de Unidades de Conservação da Natureza (UCs), porém esta política tem enfrentado algumas limitações e muitas vezes têm demonstrado não ser a via mais efetiva de proteção da biodiversidade (MOURA & HANAZAKI, 2006). Na maioria dos casos, as populações locais atingidas por projetos de criação de UCs não são envolvidas efetivamente nos processos decisórios, apenas informadas da sua categoria de manejo e de seus objetivos. Como conseqüência da aplicação desse modelo de UCs, os objetivos de conservação não são cumpridos e as populações locais são criminalizadas e, simultaneamente, impedidas de explorar os recursos naturais de forma sustentável e garantir sua reprodução sociocultural (ARRUDA, 2000).

Tanto o interior das UCs quanto a zona de amortecimento e os corredores ecológicos impõem restrições no uso dos recursos naturais e, em muitos casos, essas normas são geradoras de conflitos socioambientais muito difíceis de serem solucionados. Os planos de manejo, principalmente das UCs de proteção integral, frequentemente têm ignorado os modos de vida e de apropriação dos recursos naturais das populações humanas que já viviam anteriormente nessas áreas. A exclusão das comunidades locais dos processos decisórios só

aumenta as divergências de interesses em relação ao uso dos recursos naturais, o que é contra o interesse de todos.

Outra estratégia brasileira de gestão de recursos naturais é a criação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PA). De maneira similar a maioria das UCs, quando um PA é criado a terra passa a ser propriedade pública e gerido por um órgão governamental. Na prática os PAs têm se demonstrado dinamizadores das regiões onde estão inseridos, principalmente na economia local. Estudos realizados sobre o impacto econômico das unidades de produção criadas pelos PAs "*mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades dos trabalhadores rurais que ali se encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, é viável*" (REYDON; ESCOBAR & BERTO, 1999).

As UCs e os PAs passam por processos de criação muito similares e se caracterizam como territórios de gestão pública de recursos naturais (MOURA & HANAZAKI, 2008). Ambos exigem estudos prévios sobre os atributos naturais e sociais da área visada que, se for considerada de interesse público, será desapropriada para fins de reforma agrária ou conservação da natureza. Em alguns locais se verifica a ocorrência de PAs e UCs muito próximos ou sobrepostos, estabelecendo-se uma influência mútua entre estes e exigindo uma compatibilização entre os objetivos de ambos.

O presente trabalho foi direcionado à realidade dos PAs no entorno do Parque Nacional (PARNA) das Araucárias, localizados no município de Passos Maia, Santa Catarina. Foi escolhido para desenvolver a pesquisa o PA Zumbi dos Palmares, limítrofe ao PARNA das Araucárias, em virtude de já haver iniciativas de preservação ambiental, mudanças nos modos produtivos e na própria dinâmica de vida dos assentados.

Através deste diagnóstico foi feito um reconhecimento preliminar dos principais modos de apropriação e uso dos recursos naturais no PA Zumbi dos Palmares. Além disso, o diagnóstico procurou relacionar os resultados com possíveis explicações de algumas das causas da degradação ambiental. Conhecer o que leva os assentados ao modo atual de apropriação e uso da biodiversidade e identificar as atividades compatíveis e conflitantes com o PARNA das Araucárias foi de fundamental importância, principalmente no momento em que o plano de manejo estava em fase de elaboração.

Metodologia

Local de estudo

O Zumbi dos Palmares é o maior PA de Passos Maia, com 1.745,30 hectares (INCRA, 2006) e está localizado a cerca de 21km da sede de Passos Maia. Possui aproximadamente 100 famílias, num total de 254 pessoas residentes (INCRA/COOPTRASC, 2007). O Zumbi dos Palmares, assim como outros PAs vizinhos, foi resultado de uma grande ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Passos Maia em 20 de novembro de 1995, com cerca de 800 famílias. A data da ocupação foi justamente para lembrar os 300 anos da morte do líder quilombola "Zumbi dos Palmares", símbolo de luta e resistência para o MST.

Com apenas 12 anos, o Zumbi possui várias infra-estruturas construídas, como centro comunitário e uma escola de ensino médio. Esse PA possui uma forma de organização muito importante, os Núcleos de Base, que tem por finalidade mobilizar e conscientizar os assentados para participarem coletivamente da tomada de decisões. Essa característica organizacional foi importantíssima durante a fase de campo desta pesquisa porque permitiu selecionar uma amostra representativa de todo o PA.

Método

A coleta de dados desta pesquisa consistiu-se na realização de entrevistas em unidades familiares no PA Zumbi dos Palmares e na participação em outras atividades na região. Para a seleção dos entrevistados foi usado o mapa do Zumbi dos Palmares, que define com exatidão todos os lotes definidos a partir de sua criação. Foram efetuadas entrevistas em 10 unidades familiares, uma por Núcleo de Base, com um roteiro de entrevistas semi-estruturado, previamente testado e ajustado através de entrevistas-piloto com outras famílias do mesmo PA.

Além das perguntas, foi esboçado um mapa de uso da terra (*land-use*) em cada lote enquanto eram feitas as entrevistas. Essa ferramenta é útil para fornecer uma noção instantânea da situação local, quanto aos limites da propriedade, a posição dos recursos-chave, e características gerais da comunidade (BORRINI-FEYERABEND, 1997).

Anteriormente à realização de cada entrevista e da elaboração do mapa, foram apresentados os objetivos deste estudo e verificado a concordância da família na realização da pesquisa. Todos os dados coletados nas entrevistas nas unidades familiares foram sistematizados e analisados com base na revisão bibliográfica feita anteriormente. Os mapas

foram guardados para exercícios futuros de avaliação e de monitoramento das mudanças ambientais que venham a ocorrer.

Nas entrevistas foram incluídas questões sobre: caracterização do lote utilizado pela família, incluindo áreas cultivadas e preservadas; identificação dos principais recursos e das mudanças na paisagem, enfocando a biodiversidade local; atividades de subsistência e de geração de renda que implicam alterações na qualidade ambiental, como por exemplo uso de agrotóxicos e queimadas, bem como manejo de espécies nativas e práticas agroecológicos.

Resultados e discussão

Caracterização do lote

A primeira parte da entrevista incluiu a elaboração do mapa de uso da terra, durante as perguntas gerais sobre as características do lote. A primeira característica desenhada no mapa foi o limite externo do lote e as divisas com os outros lotes. Além de identificar a vizinhança, os mapas permitiram identificar quando os lotes faziam divisa com alguma gleba da Reserva Legal, com as áreas comunitárias, com a parte do PA que funciona de maneira coletiva, com as fazendas vizinhas ou com o PARNA das Araucárias.

Também foi perguntada a opinião das famílias sobre a posição do lote, buscando identificar as vantagens e desvantagens de sua localização em relação ao restante do Assentamento. Todas as respostas foram positivas, apesar de alguns não mencionarem o por quê de considerarem seu lote bom. Os motivos de gostarem do seu lote variaram, desde a presença de água com boa qualidade, a pouca declividade do terreno, a proximidade da comunidade, do colégio ou do ponto de ônibus.

Para localizar espacialmente as características do lote citadas, os entrevistados eram estimulados a desenhá-las no mapa, principalmente os recursos naturais (córregos, banhados e remanescentes florestais) e infra-estruturas. Na maioria dos casos, verificou-se que o lote todo possui alguma forma de uso, direto ou indireto. Geralmente a parte da terra não cultivada é cercada para criar o gado, mesmo que não haja uma pastagem constituída.

Também foram citados os banhados como áreas não utilizadas, geralmente vistos como empecilhos por impedirem o uso total da terra. Outras áreas citadas como inutilizadas foram as manchas de Bracatinga (*Mimosa scabrella*), mas que na verdade são áreas em pousio e serão cortadas quando atingirem o porte ideal. Experiências similares de manejo desta espécie nativa já foram registradas em outros PAs de Santa Catarina e "*indicam que, efetivamente, este manejo vem se constituindo a base de uma cadeia produtiva mais adequada do que a*

matriz produtiva regional, do ponto de vista da conservacao ambiental" (STEENBOCK, 2009)

Recursos naturais e paisagem

Este bloco de perguntas serviu para identificar as principais formas de apropriação e uso dos recursos naturais na área do Zumbi dos Palmares, bem como suas conseqüências e possíveis impactos ao PARNA das Araucárias. O principal destino dos recursos florestais é a lenha para produção de carvão e uso doméstico. Outros usos não tão freqüentes, mas de suma importância para os assentados, é a madeira para construção de galpões, palanques para cercas e cabos de ferramenta.

Observa-se um cuidado especial com a proteção das fontes, pois geralmente deixam uma pequena reserva de floresta ao seu redor. Em 4 lotes (40%) foram observadas reservas de mata nativa sem muita intervenção, apenas com o intuito de proteger fontes de água ou de resguardar recursos florestais para utilização futura.O mapa ajudou muito nesse momento, pois foi possível localizar o local da coleta da água e o caminho percorrido até os locais de consumo. Alguns entrevistados reclamaram que precisam proteger as fontes, o que chamam de "*encamisar*", que consiste em colocar um tubo na saída da água para evitar a contaminação.

Quanto à percepção dos entrevistados sobre as mudanças na paisagem desde que chegaram no PA, a resposta foi quase a mesma: desmatamento. As citações mais freqüentes foram: "*era tudo mato*", "*mais escuro*", "*desmatação*", "*foi tudo devorado*". A principal causa desta mudança drástica na paisagem parece ser o fato de antes da desapropriação da antiga Fazenda, o fazendeiro ter retirado todos os recursos florestais possíveis. Não foram os assentados, portanto, os maiores responsáveis pela destruição da floresta, mas sim o antigo proprietário da área, com a anuência dos órgãos governamentais.

Produção

O terceiro bloco esteve voltado aos modos de produção no Zumbi dos Palmares, bem como culturas e métodos em potencial no PA. Também procurou-se identificar nestas perguntas formas alternativas de produção utilizadas pelos assentados. A primeira pergunta deste bloco visou identificar as fontes de renda das famílias entrevistadas, e a dependência direta ou não com os recursos naturais do lote.

Identificou-se que a produção agropecuária é voltada prioritariamente para subsistência. Na maioria dos casos só se vende quando a produção ultrapassar o necessário para o

consumo, no caso de leite, peixe, mel, feijão, milho, queijo. Somente um dos assentados relatou vender esporadicamente erva-mate, visto que este possui em seu lote uma área com abundância desta espécie.

Em virtude da baixa fertilidade do solo, a necessidade de insumos é muito grande, incluindo desde adubos orgânicos produzidos no lote e comprados até adubos químicos. Houve três citações de plantio direto como uma prática de menor impacto por não precisar lavrar a terra todo ano. Muitos reclamaram da falta de acesso a produtos comuns (calcário, adubos) e serviços necessários (destoque, terraços, açudes).

O fogo foi citado como uma prática antiga, quando muitas áreas precisaram ser abertas para o plantio, mas que agora não se utiliza muito. Entretanto, o fogo é utilizado como principal instrumento de preparação da terra para o plantio por duas razões principais: sua eficácia e seu baixo custo (INCRA, 2006).

Foi feita uma pergunta sobre a utilização de agrotóxicos nos lotes para se ter uma idéia geral do seu potencial contaminador de outras áreas, principalmente do PARNA das Araucárias. Apenas um entrevistado disse não utilizar, justamente por ter trabalhado com muitos agrotóxicos anteriormente na plantação de fumo. Todos os demais usam em algum grau para controle de "pragas" (inseticida, herbicida) ou para propiciar o plantio direto (secante).

O carvão foi citado por 70% das famílias como fonte de renda, principal ou complementar. O carvão vegetal é produzido a partir da lenha pelo processo de carbonização. A carbonização da lenha é praticada de forma tradicional em fornos de alvenaria com ciclos de aquecimento e resfriamento que duram até vários dias (INCRA, 2006). A produção de carvão não é bem vista pelos próprios assentados, em função da dificuldade de venda, do baixo preço do produto, dos problemas de saúde decorrentes, da degradação ambiental que causa, entre outros motivos, e a maioria almeja conseguir alternativas de renda.

Outra opção no caso do carvão seria a regularização da produção e comercialização conforme a legislação vigente. Isso permitiria aos assentados receberem mais pelo produto e conseqüentemente não precisariam produzir tanto. Ademais, outro produto poderia ser aproveitado dos fornos, o extrato pirolenhoso, que atualmente é perdido em virtude dos fornos tradicionais utilizados. Somente o carvão vegetal é aproveitado, enquanto os gases voláteis, compostos de uma fração que pode ser liquefeita – o material pirolenhoso – são decompostos em uma fração não-condensável (INCRA, 2006).

Também foi perguntado sobre práticas agroecológicas nos lotes do Zumbi dos Palmares. Apesar deste conceito ainda não ser amplamente difundido entre os assentados,

algumas experiências foram relatadas ou observadas nos lotes. Quase todos os alimentos para o consumo são produzidos sem o uso de agrotóxicos, e em alguns casos por meio de culturas para cobertura de solo e adubação verde, o que representa um potencial para práticas agroecológicas.

Considerações finais

Este trabalho mostrou que os assentados no Zumbi dos Palmares têm uma forte relação com a terra em virtude do histórico de conquista do espaço e da dependência direta dos recursos locais para sobrevivência. Além disso, os assentados acompanharam todo o processo de mudança na paisagem e a alteração na composição da biodiversidade local desde que o PA foi implantado. Além disso, todo o patrimônio cultural já existente na área e construído após o processo de PA dessas famílias influencia muito nos atuais modos de apropriação e uso dos recursos naturais pelas comunidades.

As percepções dos agricultores sobre essas mudanças e as influências daí decorrentes são muito importantes para delinear estratégias de intervenção nessas áreas. É preciso envolver as comunidades para reverter a degradação ambiental e a devastação das florestas, aparentemente as principais responsáveis pelo esgotamento da base de recursos e pela perda de biodiversidade local. Somente a partir desse envolvimento será possível alcançar êxitos na recuperação das áreas degradadas e no incentivo a práticas alternativas de uso dos recursos, em consonância com a proteção do PARNA das Araucárias.

Durante todo esta pesquisa buscou-se trabalhar em conjunto com o projeto de elaboração do plano de manejo do PARNA das Araucárias. Pretendia-se, através deste diagnóstico, incorporar o conhecimento dos assentados na elaboração do plano de manejo para potencializar o envolvimento comunitário dos assentados para implementação do PARNA das Araucárias. Contudo, mesmo diante de várias tentativas de integração das atividades sendo realizadas na área, a ONG responsável pelo plano de manejo do PARNA nunca abriu-se para o diálogo para que esses resultados pudessem contribuir nas atividades em andamento. Ao final percebeu-se que os assentados continuarão sendo marginalizados neste processo, da mesma maneira como foram durante todo o processo de criação do Parque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, R.S.V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, A.C. (org.) **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000. p. 273 - 290.

BORRINI-FEYERABEND, G.(ed.). **Beyond Fences:** Seeking Social Sustainability in Conservation. A Resource Book vol. 2, IUCN, Gland, Switzerland. 1997.

INCRA. **Projeto de Assentamento**: Zumbi dos Palmares. Projetos Básicos para obtenção do licenciamento ambiental. Superintendência Regional de Santa Catarina. Florianópolis. 2006.

INCRA/COOPTRASC. **Dados sócio-econômico e ambiental do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares**. Passos Maia. 2007. 12p.

MOURA, E. A.; HANAZAKI, N. 2008. **Interfaces entre Unidades de Conservação e Reforma Agrária**: um estudo de caso sobre o Parque Nacional das Araucárias e o Assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia-SC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MOURA, E. A. de; HANAZAKI, N. 2006. Oficina participativa como ferramenta de envolvimento comunitário na implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual das Araucárias, São Domingos-SC. In: **Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social,** 2. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: EICOS-IP/UFRJ, 2006.

REYDON, B; ESCOBAR, H.H.; BERTO, J.L. 1999. Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz - Santa Catarina. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 37, 1999, Foz do Iguaçu. Anais.

STEENBOCK, W. **Domesticação de bracatingais**: perspectivas de inclusão social e conservação ambiental. Tese de doutorado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais. UFSC, 2009.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CRESOL: AUTOGESTÃO E SUSTETABILIDADE

Ana Paula Debastiani Vasco[1]

Hieda Maria Pagliosa Corona[2]

[1]Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – E-mail: anadbas@yahoo.com.br

[2]Professora Doutora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – E-mail: pagliosa@utfpr.edu.br

GT06 – Meio Ambiente e Ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

1. Introdução

O atual cenário mundial coloca em tensão o modelo convencional de desenvolvimento, centrado na competição e no crescimento econômico, e o modelo da sustentabilidade e da solidariedade. As organizações, na busca pelos seus interesses motivados e estimulados pelo sistema vigente, acumulam riquezas privadamente e agem sobre os recursos naturais sem vislumbrar o suprimento das necessidades da atual e das futuras gerações. Essas questões têm provocado reflexões nas esferas acadêmicas, organizacionais, entidades governamentais e não governamentais, entre outras.

É neste contexto de preocupações que o presente artigo se situa. Ele visa apresentar uma experiência concreta que, pode ser viável para os excluídos e marginalizados pelo sistema capitalista, e ainda promove a sustentabilidade da agricultura familiar, a partir de uma perspectiva endógena. O cooperativismo, em uma perspectiva solidária, tem procedimento econômico-social, o qual os cooperados, homens e mulheres, devem participar ativamente das decisões da organização. Neste modelo autogestionário, as decisões são determinados pelos próprios acionários da cooperativa, que elegem uma direção e um conselho de gestão.

O teórico inglês Robert Owen (1771-1858) apud Rech (2000), um grande intérprete deste movimento, já afirmava que o principal objetivo de toda existência é a felicidade, contudo, ela não pode ser obtida individualmente. Nesta perspectiva, as cooperativas, com regime de economia solidária, tornam-se "a base organizativa de uma caminhada em busca da sociedade mais justa, mais igualitária" (RECH, p.08, 2000). As cooperativas surgem como um meio alternativo ao capitalismo, como uma luta de trabalhadores contra este sistema; como tal, ela não precede o capitalismo, mas acompanha em toda a sua evolução como uma sombra.

(SINGER, 2000).

Portanto, este trabalho apresenta, como resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um estudo da Cooperativa de Crédito Rural Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária), - sendo esta organização um sistema de crédito integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária, e é uma instituição financeira amparada por lei, - analisando seu processo autogestionários e suas contribuições para o desenvolvimento regional sustentável, tendo em vista que tal organização atende aos agricultores familiares da região, em geral excluídos das fontes tradicionais do crédito, para atender as necessidades destes produtores. Logo, se apresenta com tamanha importância no desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná considerando que a região tem uma estrutura fundiária particularmente desconcentrada, com forte presença da agricultura familiar. Portanto, o presente artigo mostra o resultado de uma pesquisa realizada através de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e funcionários da cooperativas, bem como, através de pesquisa documental, durante o ano de 2009.

2.0 Desenvolvimento Solidário e Sustentável

Desde a primeira Revolução Industrial, o capitalismo esteve a frente do desenvolvimento ocidental, contudo relatos mostram iniciativas solidárias na Grã Bretanha a partir do século XIX. Iniciativas que permanecem até hoje sendo desenvolvidas por entidades de produção, cooperativas de compras e de vendas, de crédito, de habitação e de seguro, ações que representam mais de um século de desenvolvimento solidário.

O desenvolvimento solidário é, conforme Singer (2004), impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua, mesmo que competindo entre si no mercado. Ainda conforme o autor, o desenvolvimento solidário e o capitalista apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos. Porém, diferenciam-se em seus propósitos, sendo que o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e igualitário; já o segundo, embora não há como negar que trouxe melhoras aos capitalistas e a uma parcela dos trabalhadores, apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. E é neste sentido que surge o desenvolvimento em uma perspectiva solidária. Ele é uma reação contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento.

A reação de atores sociais contra esse paradigma social firmado na riqueza e no bem-estar material revela a radicalidade contra os excessos da modernidade. Tal crítica atinge o modo como se “trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e

as assimetrias das relações sociais," (SANTOS, 1997) e ainda formas de opressão que atingem grupos sociais transclassistas. Portanto, a reação desses sujeitos funcionou como uma alternativa de inserção como atores sociais e agentes de desenvolvimento.

Deste modo, a economia solidária pode ser uma alternativa para promover a sustentabilidade, considerando que esta última requer uma inter-relação de diferentes dimensões para sua promoção, são elas: econômica, social, ambiental, espacial e cultural (SACHS, 1993). O Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester[3] (1995) estabeleceu os valores das organizações solidárias, nos quais se considera as diferentes dimensões que, de forma sistêmica, podem promover a sustentabilidade, são elas: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos cooperados (RECH, 2000).

3.0 Economia Solidária - Cooperativismo

O cooperativismo no Brasil é amparado pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e este regulamento exige um número mínimo de 20 sócios para sua constituição formal. O artigo quatro desta lei define cooperativa como "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados". Essa formalização e institucionalização do cooperativismo vinculado ao Estado brasileiro e as suas políticas de desenvolvimento, acabaram distanciando-se dos princípios originários do cooperativismo solidário. O processo de modernização do campo brasileiro, promovido pelo Estado via financiamento subsidiado e inserção forte do agricultor no mercado, promoveu uma significativa ampliação do cooperativismo desta natureza (CORONA, 1999).

O cooperativismo entrou em um importante momento, resultando no estímulo da produção do binômio soja/trigo, a qual fomentou a "modernização" agrícola, somando-se ao acesso ao crédito subsidiado. Porém, nos anos oitenta, com a queda do preço do soja no mercado internacional, as cooperativas tiveram que buscar outras alternativas de renda, já que o Estado brasileiro, afetado com a crise, dificultou o financiamento subsidiado. A principal alternativa foi a agroindustrialização a qual agregou valor aos produtos. Em um primeiro momento, elas impulsionaram as cooperativas, mas não foram suficientes para enfrentar um mercado mais competitivo. Com isso, o cenário do cooperativismo na década de noventa foi o endividamento, ameaças de fechamento e ainda as dificuldades dos agricultores familiares

[3]Os Congressos da Aliança Cooperativa Internacional em Paris (1932), Viena (1966), Tóquio (1992), e de Manchester (1995) formularam os princípios de funcionamento das cooperativas.

(CORONA, 1999).

As transformações socioeconômicas ocorridas durante nas décadas de 70-90 faz-nos compreender como o cooperativismo ganhou força. A década de setenta é marcada pela transição do modelo Keynesiano (Estado de Bem estar Social), endividamento do estado, para o modelo econômico neoliberal e caracteriza-se pelo início de uma nova crise econômica mundial, a chamada crise do petrodólar. A década de oitenta é marcada pelo liberalismo econômico, na qual há mudanças profundas na estrutura econômicas e políticas de países em desenvolvimento. Na década de noventa, a integração econômica e a globalização são os pontos fortes, a formação de blocos econômicos, a integração monetária, o rompimento de barreiras políticas através do avanço da tecnologia (RAS, 2009). Portanto, em decorrência da crise, o número de desempregados aumentou, formando um exército de reserva, porém, com a posterior redemocratização, o associativismo e o cooperativismo ganham forças, especialmente no sudoeste do Paraná onde os agricultores familiares se mobilizam para se engajarem no processo de desenvolvimento da região. E nessa perspectiva a Cooperativa de Crédito Rural Cresol foi a resposta da insistência destes agricultores.

4.0 Autogestão e Gestão Convencional

As organizações na perspectiva solidária são autogestionárias, ou seja, os sócios são os trabalhadores e também participam das decisões da gestão da organização. A autogestão não é entendida como um processo empresarial, mas, como um procedimento econômico-social, o qual os cooperados, homens e mulheres, devem participar ativamente das decisões. Portanto, na gestão de uma cooperativa de economia solidária efetivamente deve-se considerar a participação dos trabalhadores, a transparência administrativa, as relações comunitárias, as atividades sociais e ainda o quadro social dos envolvidos no empreendimento. Contrariando os dois fatores fundamentais da empresa privada: a centralidade do processo decisório e a busca constante do lucro através da competitividade no mercado. Tais fatores encontram referência nas teorias da administração.

Da Administração Científica de Frederic W. Taylor (1856 - 1915) à Abordagem Comportamental de Herbert Simon (1916 - 2001) deu-se ênfase na produção, mesmo que nesta evolução alguns aspectos humanos foram levantados, como na Teoria das Relações Humanas com Elton Mayo (1880 - 1949). No entanto, sempre estiveram preocupadas com a gestão centralizada e com a melhoria na produção para atingir o objetivo maior de aumentar a lucratividade da organização.

A Teoria da Administração mostrou grande avanço desde seus primórdios. Uma

abordagem que é considerada um dos itens de grande importância para o perfeito funcionamento do tripé da administração (competitividade, qualidade e produtividade) é a administração estratégica (OLIVEIRA, 1999). E aqui pode-se lembrar do conceito de estratégia de Bourdieu (1990), o qual define como praticada por atores que dentro do "jogo social" estabelecem as estratégias que estão condicionadas, mas devem estar abertas para inovações no contexto do jogo. As estratégias estabelecidas dentro da administração podem condicionar o jogo e pressionar os atores sociais, muito embora estes tenham suas escolhas e interpretações. Portanto, a administração estratégica embora preconize uma administração participativa, as decisões tomadas estrategicamente permanecem sob a responsabilidade de alguns apenas, pois, quando instituído metas e estas não são cumpridas os tomadores de decisão devem reajustar ou corrigir esse desempenho ou as funções do processo administrativo, garantindo o cumprimento dos planos e metas previamente estabelecidos.

5.0 Cooperativa de Crédito Rural Cresol

A Cooperativa de Crédito Rural Cresol que faz parte da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL - nasceu para atender as necessidades dos agricultores familiares da região Sudoeste do Paraná. Considerando que este espaço é o locus de uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena e média propriedade, onde 93% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares, os quais ocupam 58% da área e, ainda, 87% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar, segundo dados do INCRA de 2008. Os produtores da região dedicam-se ao binômio soja/milho, à criação de suínos e aves, à produção leiteira e, mais recentemente é introduzida a cultura do fumo. Aliada a uma importante produção para mercado a agricultura familiar da região produz também para o auto-consumo. Parte desta produção é processada através das cooperativas leiteiras, de suínos e aves ou cooperativas agrícolas (IPARDES apud LIONÇO, 2007).

A CRESOL é fruto da luta de agricultores familiares que se uniram com o objetivo de encontrar alternativas para a parcela da agricultura familiar que foi excluída parcial ou totalmente do projeto de modernização e de suas linhas de crédito. Como atores sociais buscam acessar o crédito solidário para participar ativamente do processo de desenvolvimento local e regional em bases sustentáveis. Na década de 80, foi estruturado um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) com fins de financiar experiências alternativas da agricultura e dos assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. Fundo administrado por entidades/movimentos

pastorais, sindicais, organizações não governamentais, associativas e sem terras, destas regiões. Desde então, sentiram a necessidade de uma instituição que atendesse as necessidades de crédito rural aos produtores da região. Após discussões, em 1995/1996, foram criadas as primeiras Cooperativas do sistema Cresol em vários municípios do sudoeste do Paraná e em seguida uma base de serviços – Cresol Baser - que cinco anos depois, resultado do desenvolvimento destas organizações e por orientação do Banco Central, tornou-se a cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão. Posteriormente, em 2004, conforme princípio de descentralização e crescimento horizontal foi criada a segunda cooperativa central em Chapecó – SC, a qual atende o Estado do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina (CRESOL, 2008).

A Cooperativa de Credito Rural Cresol é uma organização popular e é constituída e administrada por agricultores familiares. Sua diretoria é eleita por seus cooperados com estatuto e regimento próprio.

Neste sistema, os recursos captados não ficam centralizados na Cresol-Baser, como normalmente ocorre nas cooperativas de crédito, mas ficam no município de origem do cooperado para melhor se relacionar com o sistema bancário local. Deste modo, cada Cresol consegue maior articulação com as fontes de financiamento do município, evita a concentração de poder em uma instituição apenas (BITTENCOURT, 2000) e permite uma maior aproximação com os cooperados.

O sistema Cresol funciona através de Cooperativas Singulares, Bases Regionais de Serviços e a

Cooperativa Central. A Cresol Baser - cooperativa central – reúne as Bases Regionais de Serviços e as Cooperativas Singulares. O quadro social da cooperativa é composto exclusivamente por agricultores familiares, que também são responsáveis pela administração das cooperativas (CRESOL, 2009).

A estrutura da Cresol é, em tese, descentralizada justamente por articular pequenas cooperativas municipais. Tal estratégia faz jus a legislação quando regula que a "área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços" (artigo 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

O Sistema Cresol oferece diferentes produtos e serviços aos agricultores familiares, como: conta corrente e talão de cheques, depósitos à vista e a prazo (valores em conta-corrente e aplicações dos associados no chamado depósito cooperativo, semelhante à poupança convencional), seguros e pagamentos de tarifas públicas e impostos. Há também, a disponibilidade de crédito com recursos oficiais, como o Pronaf, e recursos próprios,

financiando capital de giro, investimentos nas estruturas produtivas, oportunidades de negócio, emergências de saúde e construção ou reforma da casa. Tais financiamentos são concedidos para atividades produtivas na região. A taxa de juros cobrada nos financiamentos leva em conta as condições do público da cooperativa, o que permite a mesma ter um índice de inadimplência baixo, numa média de 2,8%, se comparado a média nacional de inadimplência do Pronaf, por exemplo, que conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é de 14%. Isso também pode ser reflexo da histórica caminhada do crédito da agricultura familiar, que conforme dados do sistema, grande parte dos agricultores familiares, 85,2%, nunca havia obtido o crédito antes de se associarem a uma cooperativa do Sistema Cresol, ou mesmo um contato de depósito em uma agência bancária (49,8% não tinham conta corrente) (SCHRÖDER, 2005), ao contrário do que acontece agora, na vasta oferta de crédito ao agricultor. Nota-se que organização tem um crescimento bastante expressivo em todos os últimos anos, considerando que iniciou suas atividades com 1.639 associados, e hoje conta com 62.474 cooperados, distribuídos somente no Estado do Paraná e que dois anos depois já estava ampliando seus serviços para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse pode ser resultado da fácil acessibilidade do agricultor ao sistema Cresol, já que este sistema procura distribuir-se nos mais diversos municípios seja através de PACs ou de cooperativas singulares.

Vê-se o crescimento da Cresol nesses anos de existência. Destaca-se a evidente diferença que há entre os anos de 2004 e 2005, nos quais houve uma diminuição dos números, a exemplo do número de associados e de cooperativas, em que o primeiro terminou 2004 com 50.450 e 2005 com 34.340, da mesma forma o segundo que terminou 2004 com 80 cooperativa e 2005 com 59. Esse biênio justifica-se pois a Cresol Baser separou-se das cooperativas do estado de Santa Catarina. Desde 2003 foram desencadeada discussões para elaboração de um novo organograma do sistema prevendo a criação de duas centrais. A necessidade desse novo organograma foi resultado da expansão do sistema Cresol e do cumprimento do seu princípio de descentralização, como uma forma de melhorar o acesso do associado a cooperativa. Portanto, essa nova estratégia seria implantada a partir de 2006 ou 2007, porém, essa separação foi realizada em 2004, motivo que em termos formais parece por questões geográficas. Mas houve alguns choques de idéias a respeito do cooperativismo solidário, bem como seu processo de gestão, fato que resultou na separação antecipada da Cresol Baser com a Central de Santa Catarina (BÚRIGO, 2006).

Nesse processo ficou claro que a separação da cooperativa ocorria por motivos geográficos e

diferenças ideológicas. Conforme Búrigo (2006) é evidente que um grupo, o qual formaria a nova central, desejava manter laços mais estreito com a Fetraf – uma das correntes sindicais que articula grupos de agricultores familiares que emergiram em oposição aos sindicatos "pelegos" e as federações sindicais tradicionais do Sul. Por outro lado, estava um grupo que defendia que a organização deveria preservar a autonomia com relação as correntes sindicais. Com essa divisão então, as cooperativas do Rio Grande do Sul migraram para a nova central em Santa Catarina.

O que se pode observar quanto ao processo autogestionário da cooperativa entendeu-se que ela

preocupa-se com o envolvimento de todos os cooperados, desde o nível dos agentes comunitários de

desenvolvimento de crédito – cooperados que representam a cooperativa na sua comunidade, levando informações sobre ela e fiscalizando informalmente - até o conselho administrativo. Para que esse envolvimento seja viabilizado há a formação do cooperado e do colaborador, para que assim possa contribuir ainda mais com as decisões da organização. Esse é uma forma de organização que sem dúvida põe em tensão o modelo convencional de gestão, e remete-se a acreditar na possibilidade de se ter uma organização que preze pela participação dos seus trabalhadores e também de seus clientes – os cooperados.

Lembra-se dos princípios da autogestão tratados nesse trabalho, os quais contemplam um procedimento participativo decisório que engloba aspectos econômico-social. Portanto, considera a gestão participativa dos trabalhadores, a transparência administrativa, as relações comunitárias, as atividades sociais. Nesta última pode-se destacar a realização da Copa Cresol, onde todos os cooperados podem participar de um campeonato dos mais diversos esportes, e ainda as próprias pré-assembléias e assembléias, que muitas vezes são realizadas com almoços de confraternização.

Não há dúvida que a gestão dessa cooperativa questiona o processo de gestão convencional. A administração da cooperativa, na medida em que é feita pelos agricultores/cooperados beneficia, o cliente, que também é o cooperado, o gestor, que também é cooperado, e ainda o fornecedor, que nesse caso capitaliza a organização com os produtos gerados pelo cooperado. Portanto, os três fatores (funcionários, clientes e fornecedores) de uma organização privada, na qual as decisões são centralizadas pelos gestores, são claramente questionados nesse procedimento solidário. Em suma, observa-se que é possível gerir de forma conjunta, beneficiando todos os envolvidos.

Dentro da perspectiva de desenvolvimento em bases sustentáveis, o qual a Cooperativa

de Crédito Cresol afirma promover na região em que atua, algumas considerações foram realizadas a partir dos dados e informações levantadas na pesquisa.

Na percepção dos dirigentes e colaboradores da Cresol sobre o que é a sustentabilidade e quais as ações que a organização realiza para promoção desta, nota-se uma relativa diversidade de conceitos que, conforme as dimensões da sustentabilidade consideradas nesse trabalho, alguns são incompletos. Porém destaca-se que a maioria das falas concentrou-se na dimensão econômica, afirmando a necessidade de manter a sustentabilidade econômica do agricultor e consequentemente da cooperativa. A Cresol se propõe resgatar a percepção de agricultura familiar. Porém, nas circunstâncias econômicas de mercado esse pressiona para a adoção dos pacotes tecnológicos e coloca limites para a viabilidade da organização se predominasse somente com esse olhar.

Pelo que se observou entende-se que realmente a cooperativa não se preocupa apenas com a lucratividade, até porque, conforme afirma um dos entrevistados, seria até um fator de desconfiança para o cooperado na medida em que se questionaria onde estaria sendo aplicados os recursos. Porém, ela preocupa-se sim com a sobrevivência, é por essa razão que se pode chegar a uma consideração: a Cresol discute as questões da sustentabilidade da agricultura familiar, e fornece ao agricultor subsídios para a efetuação da mesma, no entanto, o agricultor está em busca de outras alternativas, consequentemente, a cooperativa deve submeter-se a demanda desse agricultor, e indiretamente ao sistema de mercado, caso contrário ela não sobreviverá.

A organização desde sua fundação preocupou-se com a inclusão dos agricultores familiares, que parcialmente foram excluídos do crédito oriundo da modernização do campo brasileiro, no entanto, não consegue fazer frente ao modelo convencional de agricultura seja porque pode perder cooperados, seja porque não consegue fazer frente ao modelo dominante de mercado. Isso remete a reflexão sobre as possibilidades de promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável na região.

A preocupação com a inclusão social se reflete na concessão de crédito que faz com que a cooperativa diferencie-se das outras instituições financeiras, pois ela concede crédito a arrendatários, posseiros e para assentados da reforma agrária, mesmo, conforme afirma um dos entrevistados, sem ter garantia real da devolução do financiamento. Diz ele que são feitos avais solidários, ou seja, quando financiado a um, o vizinho deste financiador, também pode desfrutar desse benefício. Então, com essa estratégia mais pessoas têm acesso ao crédito, e como outras pessoas podem se beneficiar, essa liberação de crédito torna-se auto fiscalizadora, já que os beneficiados podem fiscalizar.

Dentro dessa perspectiva também se pode considerar os cursos promovidos pela Cresol para o agricultor. Com o Infocus há o desenvolvimento de atividades de formação para os associados, colaboradores e diretores da Cresol, incluindo a pós-graduação para diretores e funcionários, curso para agentes de desenvolvimento e crédito, curso de iniciação profissional de gestão com ênfase em cooperativismo. A cooperativa realizou um curso sobre produção em parceria com a Universidade Federal do Paraná para os agricultores, o qual possibilitou o agricultor aprender sobre modelo de produção sustentável, discutir em sala e aplicar na propriedade dele. Portanto, mais uma vez através dessas ações percebe-se a responsabilidade da cooperativa com o desenvolvimento, com os agricultores, para que esses não só recebam o crédito, mas saibam como e onde aplicá-lo.

Conclusão

Na percepção que se pode ter com os dados e informações apresentados neste trabalho, a gestão da Cresol – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – busca a integração de todos os agentes envolvidos nas suas atividades, sejam eles cooperados ou colaboradores. E esse modelo de gestão pode ser uma das contribuições para o vasto crescimento da cooperativa, já que o envolvimento das pessoas nos processos de gestão pode motivá-las para desempenharem suas funções com mais entusiasmo, e portanto, irão influenciar outros, colaboradores ou cooperados, a se tornar parte da cooperativa, confirmando a TRH de Mayo, quando trata a influência como um fenômeno social, o qual ocorre em grupos sociais, influenciando tais grupos a desempenharem seu trabalho de forma a atingir um determinado objetivo.

Nota-se que a Cresol faz um trabalho intenso para a integração do agricultor familiar no processo de desenvolvimento, seja através de cursos ou da participação nas atividades da cooperativa, ou através da concessão de crédito. Referindo-se a sustentabilidade, se observa que a inclusão social e a luta pelo desenvolvimento equitativo está presente, mesmo com destaque na questão econômica. Embora o produto da organização seja o crédito, há uma preocupação por parte da cooperativa para que os agricultores consigam se sustentar, sem depender fortemente de financiamento. A questão ambiental é debatida na cooperativa e entre os cooperados, no entanto, a concessão de crédito para novos financiamentos não consegue garantir que sejam ambientalmente sustentáveis.

A Cresol preocupa-se que o agricultor familiar mantenha sua cultura, e que não seja submetido apenas a competição no mercado, por isso, investe na discussão sobre a agricultura de auto- consumo e no estímulo a atividades tradicionais. Há, também, uma preocupação com

o desenvolvimento praticado na região, pois a cooperativa discute alternativas para os problemas encontrados no contexto do modelo hegemônico e estimula estratégias ambientais, produtivas e técnicas sustentáveis. No entanto, algumas alternativas levantadas como sustentáveis não têm o êxito de procura como esperado pela cooperativa, pois, como se pode ver, há uma forte competição no mercado, incluindo o de crédito, que coloca pressões para a sobrevivência da organização, o que acaba dificultando as opções alternativas a esse modelo.

Por fim, a Cresol confirma a afirmação de Singer (2004) quanto ao desenvolvimento solidário e capitalista, asseverando que tais modelos apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos, no entanto, a diferença está em seus propósitos: o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e equitativo; já o segundo, apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. Entendeu-se que essa proposta, ainda não pode ser considerada como um modelo de superação do modelo capitalista, conforme afirmavam alguns teóricos do século XIX; no entanto, é uma reação de pessoas que foram excluídas em parte ou totalmente do sistema hegemônico. Conforme a afirmação desse mesmo autor, essa proposta não precede o capitalismo, mas o acompanha em toda a sua evolução como uma sombra.

Referencias

ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão) et al. **Autogestão e**

Economia Solidária: uma metodologia. 2° vol., 2005.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre agricultores familiares. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** – São Paulo: Contexto, 2000. Pág.193-218.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Florianópolis, 2006. 375 folhas. Tese de doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina.

CORONA, Hieda Maria P. **A Resistência Inovadora: a pluriatividade no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1999. 184 folhas. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná.

CRESOL. Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em 08/11/2008, 15/09/2009.

LIONÇO, Vânia. **A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná**. Pelotas, 2007. 250 Folhas. Tese de Doutorado - Universidade Federal

de Pelotas.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na Administração Estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Organização de Cooperativas Brasileiras – OCB. Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em 07/11/2008.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RAS-REDE AMAZONIA SOLIDÁRIA. Disponível em: www.redeamazoniasolidaria.org.br Acesso em 12/03/2009.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHÖDER, Mônica. F**inanças, Comunidades e Inovações: oganização financeira da agricultura familiar – o sistema Cresol**, 2005. 215 folhas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul Singer e André

Ricardo de Souza (organizadores). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. – São Paulo: Contexto, 2000. Pág. 11-28.

_____. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Scielo. Vol. 18 n°51. São Paulo: May/Aug., 2004.

DESENVOLVIMENTO RURAL E EXPANSÃO DAS LIBERDADES - um estudo sobre o Cariri Paraibano. [1]

Maria do Carmo D'Oliveira
Técnica do Projeto Dom Helder Camara (PDHC)/
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE/Rimisp
mariacsdoliveira@ gmail.com
Ricardo Abramovay
Professor Titular do Departamento de Economia da FEA
Universidade de São Paulo - Coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA)/Rimisp
abramov@usp.br
Arilson Favareto
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do ABC/ Rimisp
arilson.favareto@ufabc.edu.br

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Durante os anos noventa, quando o Brasil via a desigualdade se ampliar ao mesmo tempo em que estagnava o crescimento econômico, o Cariri Paraibano, uma região situada no maior bolsão de pobreza rural do Brasil – o Semi-Árido do Nordeste – foi um dos poucos lugares a apresentar melhoria nesses mesmos dois indicadores e também na redução da pobreza (FAVARETO & ABRAMOVAY, 2009). Já na atual década esta mesma região apresentou significativo crescimento econômico e melhoria dos indicadores sociais, de forma que vários

[1] Este artigo é parte do relatório de pesquisa, cujo título é Desenvolvimento em processo - mudanças incrementais nas estruturas sociais de uma região do Semi-árido brasileiro**,** produzido no âmbito do Programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado pelo Centro Latinoamericano para El Desarollo Rural (Rimisp) – Chile com apoio do International Development Research Centre - IDRC

dos municípios que a compõem melhoraram sua posição relativa comparativamente aos demais municípios do país (FIRJAN, 2009). Como explicar esse surpreendente desempenho?

As características desta região convidam a que se coloque em dúvida o alcance de algumas das mais influentes explicações sobre as possibilidades de dinamização da vida econômica e social de regiões interioranas: não se pode atribuir o sucesso deste caso a aspectos locacionais, a maciços investimentos governamentais, a um transbordamento dos efeitos do crescimento econômico do país, ou mesmo a um incremento do setor produtivo (KRUGMAN, 1991; MAIA GOMES, 2000; WORLD BANK, 2009). Nem mesmo se pode afirmar que tal desempenho é decorrência de ações intencionais levadas adiante por coalizões políticas capazes de moldar uma nova estrutura institucional local.

As páginas a seguir pretendem demonstrar que o caso em tela é revelador de uma dinâmica de desenvolvimento na qual mudam de maneira incremental as estruturas sociais locais, num processo que poderia ser descrito e analisado de três maneiras.

Primeiro, como resultado da expansão das liberdades dos indivíduos, tal como abordado na obra de Amartya Sen (2000). Ali houve uma significativa melhoria dos indicadores de educação e saúde, como resultado do maior acesso a equipamentos sociais básicos que vem ocorrendo nas décadas mais recentes, ao mesmo tempo em que a ampliação da renda familiar, decorrente em grande parte de transferências públicas, praticamente elimina do cenário regional as modalidades mais perversas de pobreza absoluta. Contudo, esse maior acesso a equipamentos sociais e a rendas básicas ocorreu também em boa parte das regiões interioranas do Brasil, tornando essa explicação plausível, mas insuficiente.

Segundo, portanto, essa dinâmica pode ser explicada também como uma situação de mudança econômica não intencional (NORTH, 2005). Para North, uma situação de mudança econômica envolve não somente crescimento contínuo, mas uma mudança no bem-estar físico e material de uma sociedade. E tal mudança ocorre, com freqüência, de uma maneira incremental, não abrupta, como resultado de uma conjunção de fatores que começam com uma disjunção entre um determinado quadro institucional e a realidade com a qual este mesmo quadro se coadunava. Esta disjunção abre espaço para que os indivíduos busquem ajustar seu comportamento e as instituições em vigor diante da nova situação.

Terceiro, e finalmente, é especialmente útil a teoria bourdieusiana do *habitus* e dos campos para explicar como se formam as crenças destes indivíduos, de maneira a evidenciar tanto a

maneira como serão interpretadas e classificadas as mudanças, como o repertório de alternativas acessado pelos indivíduos diante desta realidade em mudança (BOURDIEU, 2000); e, ainda, para explicar como são desigualmente distribuídos os trunfos necessários ao aproveitamento das novas possibilidades abertas com a fissura na configuração regional tradicional.

Aplicando esse quadro de análise, baseado nas idéias de Sen, North e Bourdieu, pretendemos descrever três movimentos analíticos capazes de apresentar e compreender a situação presente no caso do Cariri Paraibano.

Neste trabalho apresentaremos a primeira análise baseada em Sen que traça o conjunto de mudanças que ocorreu nos indicadores econômicos e sociais recentes da região e que lhe conferem destaque. Como será visto, houve um significativo processo de formação de capacitações (*capabilites*) necessárias a determinados funcionamentos (*functionings*) coerentes com as realizações (*achievements*) mais usuais de uma sociedade democrática e de mercado.

A conclusão pretende, à luz das evidências parcialmente expostas aqui, apresentar a idéia de que, mesmo com a melhoria recente nesses indicadores, a realidade regional é algo ainda distante daquilo que se poderia chamar de uma sociedade aberta, onde os vínculos de dominação não são entrave a que todos os indivíduos participem em iguais condições das oportunidades sociais e econômicas. Trata-se, sim, de uma situação onde uma mudança qualitativa importante está em curso. Uma mudança que pode alterar as bases seculares em que se constituiu a dominação e as estruturas sociais locais. Mas cujo alcance e longevidade dependem de que sejam modificados comportamentos e instituições, ainda em muito influenciados pela visão predominante nas etapas anteriores da história regional.

1. O que mudou no Brasil e no Cariri Paraibano?

1.1 O surpreendente desempenho do Brasil rural

A primeira parte desta pesquisa consistiu na análise de dados de renda, de desigualdade e de pobreza sobre o Brasil no período compreendido entre 1991 e 2000 (FAVARETO & ABRAMOVAY, 2009). Ali se concluiu que as regiões rurais brasileiras, ao longo da década de noventa, tiveram um desempenho socioeconômico menos sofrível, comparativamente às regiões urbanas. A tabela abaixo apresenta a síntese dos dados analisados para o Brasil.

Apenas 20% dos municípios[2] brasileiros conseguiram, nos anos noventa, aumentar a renda per capita e simultaneamente diminuir a pobreza e a desigualdade. No país em seu conjunto, o período foi marcado por um crescimento medíocre da renda e por uma dinâmica econômica que, na maior parte das regiões, não foi capaz de beneficiar a maioria da população, resultando em diminuição da pobreza, mas em ampliação da desigualdade.

Tabela 1
Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho – Brasil

Categoria	Metropolitano		Intermediário		Rural		Total	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	75	13,5	180	18,8	637	23,1	892	20,9
Melhora significativa em renda e pobreza	71	12,8	161	16,8	663	24,1	895	21,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	5	0,9	2	0,2	4	0,1	11	0,3
Melhora significativa somente em renda	55	9,9	60	6,3	154	5,6	269	6,3
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	86	15,5	177	18,5	487	17,7	750	17,6
Melhora significativa somente em pobreza	4	0,7	22	2,3	62	2,3	88	2,1
Melhora significativa somente em desigualdade	116	20,9	180	18,8	373	13,5	669	15,7
Nada melhora significativamente	144	25,9	175	18,3	374	13,6	693	16,2
Total	**556**	**100,0**	**957**	**100,0**	**2754**	**100,0**	**4267**	**100,0**

Fontes de dados Brutos: Censos demográficos, IBGE. **Retirado de:** Favareto & Abramovay (2009).

Quando se olhou especificamente para o desempenho das regiões rurais, foi possível constatar que aquelas cujos índices foram mais positivos, não estavam situadas nos chamados pólos dinâmicos das economias interioranas. Ou seja, não foi necessariamente nos perímetros irrigados, nem nas regiões a que chegaram as indústrias petroquímicas, de calçados e têxteis – atividades impulsionadas pelas tradicionais políticas de desenvolvimento regional - que se encontrou, nos anos noventa, os melhores indicadores.

Além de apresentar esses dados relativamente surpreendentes, o relatório ainda levantou algumas hipóteses para explicá-los. As transferências de renda, que cresceram bastante nas últimas duas décadas, mais acentuadamente na atual, sob a forma de programas sociais,

[2] Os municípios foram agregados em AMCs (áreas mínimas comparáveis) segundo os critérios do IBGE para os anos de 1991 a 2000. Dessa forma, se municípios foram criados após 1991, eles são agregados em áreas mínimas para fins comparativos ao longo deste período.

teriam tido papel fundamental, mas não explicariam sozinhas os indicadores positivos. Outros fatores, tais como programas públicos de crédito e de produção e a melhoria de infra-estruturas locais poderiam também ter um papel determinante.

Na atual etapa do estudo, procurou-se analisar em profundidade as dinâmicas territoriais de uma das regiões onde se observou convergência positiva nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade. A região escolhida foi o Cariri, no Sertão Semi-Árido do Estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil. As razões dessa escolha foram várias: o Nordeste é a região onde historicamente se concentrou a pobreza rural no Brasil; a Paraíba em particular é o Estado onde proporcionalmente se verificou a maior ocorrência de municípios com a tripla convergência positiva nos indicadores observados; e o Cariri, dentre as várias regiões daquele estado brasileiro, vem apresentando uma dinâmica interessante, tendo melhorado significativamente o seu PIB comparativamente a outras áreas da Paraíba (SEBRAE, 2009), sendo ainda uma das áreas com maior concentração de municípios que melhoraram sua posição relativa no mais recente ranking de desenvolvimento humano publicado no país (FIRJAN, 2009)[3].

1.2 - O Cariri Paraibano

O Cariri Paraibano, localizado no Semi-árido nordestino é formado por vinte e nove municípios, está situado nas Microrregiões Cariri Ocidental e Cariri Oriental em região de Caatinga e possui os menores índices pluviométricos do Brasil. Suas atividades econômicas principais são o pequeno e médio comércio local, fortalecido nos últimos anos pelas políticas de transferência de renda, a caprinovinocultura e a bovinocultura extensivas, além de uma agricultura de baixa produtividade. O artesanato, sobretudo com fios, tecidos e palha, é uma prática generalizada, embora não existam informações precisas sobre sua importância na geração regional de renda (PEREIRA, 2009).

Até a década de setenta, as áreas rurais do Semi-Árido, Cariri incluído, se dividiam em boa medida entre as grandes fazendas de gado e minifúndios. Com o objetivo de formar os pastos e garantir a manutenção da fazenda, as primeiras contratavam moradores e minifundistas para plantarem fibras, basicamente o algodão e o sisal, e alimentos. Em outras palavras, elas representavam fonte de emprego e de renda monetária para pequenos proprietários e

[3] Além disso contribuiu para a escolha o fato de que, nesta região, houve interesse e disposição de organizações locais em participarem do estudo e em se debruçarem sobre seus resultados para, à luz disto, refletir sobre as iniciativas de promoção do desenvolvimento ali em curso.

trabalhadores sem-terra. No entanto, durante a década de setenta, o sistema agrário regional entra em processo de crise, principalmente devido à impossibilidade de concorrência das fibras naturais da economia local com as fibras sintéticas introduzidas na década de sessenta, de forma que a região do Cariri praticamente deixa de produzir fibras partir da década seguinte. A crise no sistema de consórcio entre fibras e pecuária constitui um marco na degradação tanto de condições de vida como dos principais ecossistemas regionais. A partir daí que tem início um severo processo de desertificação que marca a paisagem até hoje (SOUZA, 2008)

A crise é agravada a partir do final dos anos oitenta devido ao abandono das políticas agrícolas, em particular os subsídios e os preços garantidos. Por um lado, as unidades de produção familiares voltaram-se praticamente à subsistência, condicionada por difíceis condições climáticas. A isso se pode acrescentar outro problema: com o fim da política de preço mínimo, mesmo nos anos chuvosos, a renda do produtor seria prejudicada pela diminuição dos preços. Por outro lado, os investimentos dos grandes proprietários eram restringidos pela falta de renda propiciada pelo algodão e pelo sisal e, principalmente, pela suspensão ou eliminação dos projetos subsidiados pela SUDENE ou pelo Banco do Nordeste (MDA/FAO, 2003).

Portanto, ao menos até a década de noventa, o processo histórico da região do Cariri pode ser caracterizado pelo declínio das diversas atividades econômicas locais. Mas quando se toma por análise os dados da década de noventa, observa-se um crescimento da renda e uma inflexão nas condições sociais de pobreza e renda. Como se pode ver na tabela abaixo, o desempenho da região é ainda mais surpreendente quando contrastado ao do restante do país, que, durante os anos noventa, como já foi dito, não apresentou um contexto favorável para o desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 2
Distribuição das AMCs nas categorias de definição de tipologias de desempenho – Cariri, Região Nordeste, Brasil

Categoria	Cariri Paraibano		Nordeste		Brasil	
	AMCs	%	AMCs	%	AMCs	%
Melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade	10	59,0	249	17,1	892	20,9
Melhora significativa em renda e pobreza	1	5,8	315	21,7	895	21,0
Melhora significativa em renda e desigualdade	0	0		0,0	11	0,3

Melhora significativa somente em renda	0	0	70	4,8	269	6,3
Melhora significativa em pobreza e desigualdade	3	17,6	245	16,9	750	17,6
Melhora significativa somente em pobreza	1	5,8	55	3,8	88	2,1
Melhora significativa somente em desigualdade	1	5,8	216	14,9	669	15,7
Nada melhora significativamente	1	5,8	302	20,8	693	16,2
Total	**17**	**100,0**	**1452**	**100,0**	**4267**	**100,0**

Fonte: Censos demográficos, IBGE.

Mais da metade dos municípios do Cariri Paraibano obteve melhora significativa em renda, pobreza e desigualdade. A proporção é três vezes maior que a relação de municípios brasileiros com desempenho positivo nos três índices. E se comparado aos municípios apenas do Nordeste a diferença é ainda maior. E mesmo se considerarmos apenas as regiões rurais, ainda assim é notório o desenvolvimento traçado pelo Cariri na década.

Para ir além dos indicadores que envolvem renda, é importante observar o que ocorre com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano para o mesmo período[4]. Apesar de algumas diferenças, pode-se notar que o IDH em educação teve um desempenho melhor que em longevidade e renda. Embora, estes últimos também tenham tido, para quase todos os municípios, algum avanço.

Tabela 3

Indicadores de Desenvolvimento Humano, Municípios do Cariri

1991-2000

Município	IDH M Edu 1991	IDH M Edu 2000	IDH M Long 1991	IDH Long 2000	IDH M Renda 1991	IDH M Renda 2000
Alcantil	0,455	0,715	0,603	0,624	0,463	0,479
Amparo	0,511	0,696	0,568	0,619	0,388	0,495
Assunção	0,547	0,717	0,528	0,608	0,424	0,509
Barra de Santana	0,467	0,646	0,536	0,619	0,472	0,461
Barra de São Miguel	0,524	0,724	0,481	0,591	0,488	0,523
Boqueirão	0,551	0,708	0,536	0,591	0,505	0,526
Cabaceiras	0,68	0,821	0,572	0,684	0,487	0,542
Camalaú	0,536	0,635	0,568	0,619	0,43	0,49
Caraúbas	0,509	0,731	0,536	0,626	0,459	0,511
Caturité	0,553	0,736	0,507	0,602	0,455	0,512
Congo	0,519	0,693	0,645	0,692	0,433	0,509
Coxixola	0,609	0,752	0,568	0,644	0,435	0,52

[4] Em 1997, foram criados 12 municípios no Cariri, que acrescidos aos 19 já existentes, totalizaram os 29 atuais. Para os próximos índices, utilizaremos as estimativas do IBGE e do PNUD para estas localidades que, portanto, ainda não existiam em 1991 – e não o critério de Áreas Mínimas Comparáveis.

Gurjão	0,592	0,759	0,603	0,624	0,464	0,535
Livramento	0,576	0,718	0,469	0,581	0,373	0,459
Monteiro	0,523	0,678	0,538	0,568	0,476	0,563
Ouro Velho	0,575	0,743	0,519	0,619	0,435	0,538
Parari	0,605	0,767	0,519	0,619	0,39	0,501
Prata	0,604	0,691	0,479	0,598	0,425	0,534
Riacho de Santo Antônio	0,412	0,668	0,481	0,591	0,469	0,508
Santo André	0,571	0,743	0,536	0,602	0,445	0,533
São Domingos do Cariri	0,575	0,737	0,603	0,759	0,456	0,53
São João do Cariri	0,637	0,793	0,572	0,684	0,469	0,545
São João do Tigre	0,441	0,59	0,469	0,517	0,374	0,475
São José dos Cordeiros	0,568	0,719	0,621	0,678	0,401	0,496
São Sebastião do Umbuzeiro	0,514	0,659	0,477	0,543	0,443	0,519
Serra Branca	0,645	0,767	0,568	0,658	0,501	0,56
Sumé	0,592	0,739	0,647	0,692	0,481	0,544
Taperoá	0,555	0,701	0,469	0,538	0,421	0,486
Zabelê	0,492	0,674	0,478	0,596	0,433	0,523

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Outra consideração importante é que, em 1991, todos os dados do IDH para o Cariri apresentam considerável inferioridade à média geral para o Brasil (0,706). Em 2000, o cenário não se altera muito: os valores para educação, longevidade e renda no para o Brasil – respectivamente 0,83, 0,71 e 0,72 (PNUD, 2001) - continuam bastante superiores ao do Cariri. A diferença é mais marcante em relação à renda.

Esta mesma melhoria nos indicadores compostos do IDH se observa em importantes indicadores individuais. Assim, por exemplo no que diz respeito ao analfabetismo, em 1991, quase 45% da população do Cariri era analfabeta. Ao longo da década de noventa, ocorre uma melhora significativa da situação, levando a uma diminuição de 26,9%. Contudo, em 2000 um terço (32,87%) de sua população ainda permanece sem saber ler nem escrever.

Na saúde o panorama não foi muito mais favorável que o da educação. Em mortalidade infantil o Cariri parte, no início dos anos noventa, de uma situação relativa muito inferior ao resto do país e tem um avanço semelhante ao das outras localidades. Entre 1991 e 2000, a mortalidade infantil diminuiu em aproximadamente 32% no Cariri, que é praticamente a variação para o país todo.

O que esses dados parecem demonstrar é que, apesar da melhoria nada desprezível nos indicadores, tanto econômicos como sociais, não se pode afirmar que a realidade regional apresentou uma mudança profunda de panorama. O Cariri permanece sendo uma região pobre e com agudos problemas de assimetria perante a média brasileira. O que houve foi a mudança na secular inércia regional e que vem permitindo , para usar os termos de Amartya

Sen (1998), um lento processo de formação de capacitações (*capabilites*) – tal como o acesso à educação básica, escapar à morbidez prematura, ter rendas monetárias básicas -, necessárias à determinados funcionamentos (*functionings*) – como partilhar códigos lingüísticos, gozar de padrões mínimos de saúde - coerentes com as realizações (*achievements*) mais usuais de uma sociedade democrática e de mercado – como ter acesso a informação, poder interpretar oportunidades de inserção social e buscar os meios para fazê-las. Em outros termos, a ambigüidade da afirmação acima, que envolve mudança e permanência no quadro do desenvolvimento territorial, não pode servir para minimizar a amplitude do que vem ali ocorrendo: não se pode afirmar que a região do Cariri Paraibano encontrou um padrão de desenvolvimento que possa ser tomado como exemplar e que sirva de modelo a outras regiões, face a precariedade ainda reinante nos indicadores e face à diferença do padrão regional comparativamente à média brasileira; mas o processo em curso aponta para uma real expansão das liberdades individuais, para mais uma vez voltar aos temos de Amartya Sen, e que representam uma efetiva mudança; uma mudança incremental, portanto.

Conclusão

Como lembra Ricardo Paes de Barros, um dos maiores especialistas brasileiros em desigualdade, o que se viu nesta década em regiões interioranas do Brasil, das quais o Cariri Paraibano é representativo, é uma mudança nada desprezível, em grande parte decorrente do processo de transferências de recursos públicos para estas regiões. O risco que se corre é de imaginar que, por inércia, essa melhoria seria constante e duradoura. Ao contrário, diz ele, é preciso pensar as políticas sociais da mesma forma que as inovações tecnológicas: elas precisam ser constantemente aperfeiçoadas sob o risco de perderem seu efeito gerador positivo nas economias locais.

Quatro são as lições que o caso do Cariri Paraibano deixa para se pensar as formas de promoção do desenvolvimento rural sustentável? Primeiro, que há processos sociais e econômicos de origem exógena às regiões rurais dos quais estas podem se beneficiar, pois abalam formas tradicionais de dominação, e geram, por decorrência, um novo campo de possibilidades a ser aproveitado pelas forças sociais locais. Segundo, que o acesso a rendas básicas e serviços e equipamentos sociais são fundamentais na formação de *capabilities*, sem as quais esses agentes locais não podem aproveitar as possibilidades abertas, mas tampouco são uma condição bastante para tanto. Terceiro, que o sentido das mudanças por que passam essas regiões , a julgar pelo caso em análise , não é o resultado intencional da atuação de novas

coalizões de atores, e sim a conseqüência não antecipada dessa recomposição na configuração social e nas instituições locais, tornada possível pela realidade em mudança. Quarto, e último, convém não desprezar o peso da inércia contida nas velhas formas de interpretação e classificação do mundo social que as elites, mas também parte expressiva dos segmentos mais pobres, trazem consigo: em geral são elas que direcionam a reconstituição destas configurações sociais e das instituições locais. Ou seja, não basta criar novas possibilidades, é preciso constituir todo um sistema de incentivos e novas habilidades voltados a alterar as bases desses comportamentos sociais e fortalecer o tecido econômico regional.

Para a próxima etapa do estudo sobre a região do Cariri Paraibano espera-se ser possível captar o sentido maior das mudanças que ali ocorrem e, igualmente, identificar os bloqueios a um maior grau de profundidade destas mesmas mudanças, ainda muito parciais, embora extremamente significativas.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre (2000). **Coisas ditas**. São Paulo : Ed. Brasiliense.

FAVARETO, Arilson e ABRAMOVAY, Ricardo (2009). **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos noventa.** Serie Documentos de Trabajo. Rimisp, Santiago do Chile.

FIRJAN (2009*).* **Indice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. www.firjan.org.br

KRUGMAN, Paul (1991). **"Increasing Returns and Economic Geography"**, Journal of Political Economy, June 1991, Vol. 99, No. 3, pp. 483-499.

MAIA GOMES, Gustavo (2001). **Velhas secas em novos sertões**. IPEA

MDA/FAO (2003). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Cariri Paraibano**. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO – UTF/BRA/057/BRA. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Versão preliminar, Janeiro de 2003

NORTH, Douglass (2005). **Understanding de process of economic change**. Princeton University Press.

PEREIRA, Ronildo A. (2009). **"Empreendedorismo e parcerias: caminhos para o desenvolvimento sustentável à luz da agenda 21 no Cariri Paraibano".** Revista Global Tourism. Vol.5 nº1 – Maio/2009.

PNUD (2001). **Indicadores de desenvolvimento humano**. www.pnud.org.br

SEN, Amartya (1988). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras.

SEN, Amartya (2000). **Desigualdade reexaminada**. São Paulo: Ed. Record

SEN, Amartya & Jean Dreze (1989). **Hunger and public action**. Oxford: Oxford University Press.

SOUZA**,** Bartolomeu I. (2008) **Cariri Paraibano: do silêncio do lugar à desertificação**. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Programa de pós-graduação em geogradia. UFRGS. Mimeo.

WORLD BANK (2005) **Equity and Development**. World Bank, Washington.

DESENVOLVIMENTO RURAL PROMOVIDO PELO PRONAF

Jaiarys Capa Bataglin[1]
Hieda Maria Pagliosa Corona[2]

[1]UTFPR – E-mail - jajys@hotmail.com
[2]UTFPR – E-mail: hiedacorona@hotmail.com

GT06 – Meio Ambiente e Ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

O presente artigo contribui significativamente para o tema a ser debatido, pois buscou analisar o modelo de desenvolvimento agrícola promovido pelo PRONAF custeio – Agricultor Familiar frente aos pressupostos da sustentabilidade preconizados pela linha de crédito. Bem como, a gestão de crédito rural, disponibilizado por uma das agências do Banco do Brasil da microrregião do sudoeste paranaense. Entende-se que a gestão na concessão de crédito, deve estar comprometida com os resultados esperados por determinada política pública para o desenvolvimento, que pode ser no caso da agricultura familiar tanto de estímulo ao modelo convencional ou sustentável. A escolha de refletir sobre as ações decisórias dos gestores, estas que passam a ser, num determinado momento, subjetivas (SIMON), e de identificar as informações dos projetos financiados que apontassem para dimensões sustentáveis (SACHS), permitiu verificar os critérios considerados relevantes desde a elaboração dos projetos até a concessão do crédito. A partir das informações coletadas e observadas, o que se evidenciou nesse processo é justamente a ênfase por parte dos gestores e dos engenheiros agrônomos para as questões econômicas em detrimento às sociais e ambientais e um modelo convencional de desenvolvimento da agricultura familiar.

1. INTRODUÇÃO

Um dos modelos de desenvolvimento atualmente discutido tem sua base na sustentabilidade, a qual integra três dimensões principais, sendo estas, as sociais, econômicas e ambientais. Esse debate tem origem nas constatações de que o modelo hegemônico de

desenvolvimento da era industrial entra em crise tanto pelas desigualdades sociais e entre países, como pelos danos ambientais. Assim, percebe-se o quão significativo tem sido as políticas de crédito disponibilizadas pelo Estado, que podem colaborar com o modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) demonstra uma iniciativa do Governo Federal em estimular o desenvolvimento dos agricultores familiares e viabilizar a concessão de créditos com taxas e prazos adequados, buscando promover a geração de trabalho e renda. A alocação dos recursos do PRONAF pelo Banco do Brasil (BB), os quais estão vinculados às políticas públicas do governo federal para o desenvolvimento rural, depende do processo de gestão, incluindo as Assistências Técnicas (ASTEC'S) que elaboram e acompanham os projetos dos agricultores. A partir desse processo é possível identificar quais os projetos que estão sendo financiados e o modelo de desenvolvimento rural promovido por esta política pública.

É no contexto destas reflexões que o presente trabalho foi construído. Seu objetivo principal é analisar o modelo de desenvolvimento rural promovido pelo PRONAF custeio – Agricultor Familiar e a gestão desta linha de crédito rural, disponibilizado por uma agência do Banco do Brasil localizada na microrregião sudoeste do Estado do Paraná. Essa análise foi feita através do estudo detalhado dos projetos aceitos e financiados pela agência, bem como, das entrevistas orientadas com todos os envolvidos na gestão deste programa. Isso para que se pudessem verificar as características dos agricultores atendidos nesta linha de financiamento, o modelo de desenvolvimento rural promovido pelo Programa na perspectiva dos gestores, incluindo nisto os funcionários do BB, engenheiros agrônomos, e a visão e ações internas da organização para a concessão do crédito. Tal procedimento teve em vista o tempo todo, a comparação dos modelos de desenvolvimento rural promovidos pela linha de crédito com os preceitos do desenvolvimento sustentável preconizado pelo PRONAF.

2. AGRICULTURA CONVENCIONAL E FAMILIAR

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial que sem dúvida foi um divisor de águas em âmbito político, econômico e social, problemas como escassez crônica de alimentos se intensificou ainda mais, iniciando com isso, a Agricultura Moderna, hoje identificada como agricultura convencional. Esta passou a utilizar-se de fertilizantes químicos, do melhoramento

genético das plantas e animais e da utilização de maquinários agrícolas. Fortaleceram-se nesta época as grandes empresas agrícolas e os latifundiários, e em contrapartida, a pequena propriedade rural se tornou em certo ponto inviável para o modelo preconizado, (TEDESCO, 1999). Este processo de modernização agrícola que tinha como um dos seus pilares a conhecida Revolução Verde, chegou ao Brasil em meados da década de setenta e teve como objetivo promover alta eficiência na produção agrícola, estimulando ainda mais a agricultura moderna.

Tal modelo estava fundamentado em alguns princípios que pretendiam basicamente o aumento da produtividade através da utilização intensiva de insumos químicos e mecanização do campo. Este fato justificou-se pelo cenário econômico encontrado na época, citado anteriormente. Em face disto, a modernização se acentuou consideravelmente contribuindo também para o aumento da desigualdade social.

Primavesi (1992) se refere à agricultura convencional como sendo uma alternativa de produção desfavorável, visto que é uma agricultura não sustentável, pois não apenas ambientalmente, mas também em termos econômico-sociais não gera benefícios a ambas as partes envolvidas. Sejam estas, o governo, os pequenos agricultores, os consumidores, as Instituições Financeiras ou o meio ambiente.

Em contrapartida ao modelo de desenvolvimento acima mencionado, os pequenos agricultores que detinham fortes características do camponês tradicional, foram excluídos (êxodo rural) desse modelo ou de certa maneira foram assumindo uma nova condição de produtor moderno. De acordo com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 2006 este modelo de agricultura era responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondiam a 10% de todo o Produto Interno Bruto do País. Representava 84% dos estabelecimentos rurais e empregava 70% da mão-de-obra do campo. Percebe-se, então, a crescente expansão do PRONAF, que segundo Mattei (2008) atende aproximadamente dois milhões de famílias de agricultores.

Para Ferreira (2004), embora a agricultura familiar esteja fundamentada no campesinato, esta desenvolveu novas formas de reprodução buscando adaptar-se ao mundo moderno, comunicar-se com o espaço urbano e inserir-se em um sistema produtivo capitalista, ainda que esta inserção seja representada por uma produção em pequena escala. Segundo Lamarche (1993), a agricultura familiar refere-se a uma "unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família", (LAMARCHE, 1993, p.15).

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o término da II Guerra Mundial, os crescentes desenvolvimentos dos Estados Unidos e Europa refletiram na inserção do setor agrícola ao sistema econômico de base capitalista. A partir disto, a agricultura introduziu-se como fator relevante nas relações mercantis e de produção, já que esta é a base natural da produção como um todo.

Este modelo de desenvolvimento com ênfase nos aspectos econômicos que resultasse do interesse social, não excluiu a hipótese de que o seu associativismo ao sistema capitalista contribuiu fortemente para a desigualdade na vida social, maior exploração dos recursos naturais e avanço tecnológico. Por tais conseqüências provenientes deste modelo de desenvolvimento nasce uma nova noção de desenvolvimento, este por sua vez, na perspectiva sustentável.

Em face da evolução nos meios de produção rurais e da degradação ambiental proveniente disto, o desenvolvimento sustentável introduz nova alternativa de produção, buscando minimizar os fortes impactos ambientais e reduzir o grave desequilíbrio social. O Relatório Brundtland publicado em 1987, referente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92), deixa explícito que o desenvolvimento sustentável destina-se a garantir as necessidades das atuais e futuras gerações.

Para Jalcione (1998), o desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em: "Potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades", (JALCIONE, 1998,p.21).

A partir de análises criteriosas com relação ao impacto da ação humana sobre o meio ambiente, percebe-se a importância do desenvolvimento em bases sustentáveis. Para isso faz-se necessário um equilíbrio entre os agentes sociais e os recursos utilizados por estes. Com relação às três dimensões de desenvolvimento já referidas neste trabalho, Sachs (1993) cita-as como sendo parte das cinco dimensões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade social que se refere a um melhoramento no padrão de vida da população, maior equilíbrio entre as diferenças sociais; a sustentabilidade econômica que diz respeito à maior eficiência na gestão e alocação dos recursos públicos e privados; e a sustentabilidade ecológica que tem seus princípios basicamente na redução do consumo de recursos naturais.

4. GESTÃO DO PRONAF

Verificar a intervenção estatal no meio rural e como as políticas públicas interfere e se relacionam com a agricultura, mostra o quão necessário é que haja harmonia entre o Estado, os atores sociais e as políticas públicas, que visam beneficiar e promover o bem-estar da sociedade.

Neste ponto, a intervenção do Estado no meio agrícola justifica-se por objetivar a regulação dos mercados, garantindo assim o preço e renda para os agricultores, bem como, estimular a produção familiar. Isto para que o abastecimento de alimentos, tanto para o setor urbano como para o rural, não seja comprometido pela escassez dos recursos naturais ou por aumento excessivo dos preços internos dos produtos, (LEITE, 2001).

Observa-se, então, o quão relevante são as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos espaços rurais de modo a contribuírem efetivamente para o desenvolvimento harmônico destes espaços e atores sociais envolvidos. Surge com isso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (1996), de modo a contribuir com este desenvolvimento. A ação do Governo Federal neste programa de apoio ao desenvolvimento das famílias agricultoras tem permitido várias modificações nos últimos anos, a fim de criar novas circunstâncias para que as pequenas propriedades possam se expandir e melhorar as condições dos seus produtos e processos de produção. Castilhos (2002), baseando-se no "Manual Operacional" do PRONAF, afirma que este é um programa de apoio ao desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro, o qual está baseado no fortalecimento da agricultura familiar, entendendo-o como setor estratégico à segurança alimentar do país e geração de emprego e renda.

Enquadra-se no PRONAF, necessariamente o agricultor familiar, que tem por características uma área de até quatro módulos fiscais, com no mínimo 70% de sua renda bruta anual de origem agropecuária, e sendo esta, entre 4 mil e 110 mil reais. Várias são as modificações de natureza normativa e institucional a que este programa de apoio ao desenvolvimento das famílias agriculturas, tem se submetido nos últimos anos. Este fato se dá pela própria intervenção do Governo Federal, a fim de criar novas circunstâncias para que as pequenas propriedades possam se expandir e melhorar as condições dos seus produtos e processos de produção, aumentando com isso o ganho familiar.

Em 2007 o Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de onde se originou o PRONAF, ressalta que são quatro eixos que devem orientar todos

os instrumentos que operacionalizam as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. São eles: contribuir com a segurança alimentar (qualidade e quantidade); "esverdeamento" dos sistemas de produção, focando na sustentabilidade para enfrentar a crise ambiental do rural brasileiro; redução da pobreza rural com intensificação das atuais políticas do governo federal; geração de renda e agregação de valor, apoiando a relação da agricultura familiar e o atual mercado (SAF/MDA, 2009).

Conforme o exposto entende-se que estes sãos os eixos que devem nortear os gestores e operadores das políticas públicas para a agricultura familiar. Nisto, percebe-se a importância da gestão do crédito rural advindo do PRONAF, pois cabe às instituições financeiras levarem em consideração, para as tomadas de decisões, as questões sustentáveis.

De acordo com Weber (1982) a sociedade moderna da qual predomina o sistema capitalista, está fundamentada na sociedade burocrática. Weber (1982) descreve a burocratização como uma mudança da organização antes baseada em valores e ação, para uma orientada por objetivos e ação.

A partir de estudos e concepções de Weber, Hillig (2008) define a burocracia como uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos.

Friedberg (1995), concernente à burocracia idealizada por Weber diz que a eficácia da burocracia advém-lhe do fato despersonalizar e de padronizar as atividades humanas, já que estas apresentam uma execução objetiva e racional, ou seja, previsível, calculável e independente das pessoas efetivamente encarregadas da execução.

Herbert A. Simon, cientista norte-americano, é uma das grandes referências no estudo sobre o processo de tomada de decisões no interior de organizações econômicas, estas que dizem respeito às restrições à racionalidade dos indivíduos nas organizações. Segundo Barros (2004), a idéia geral apresentada por Simon é a de que os homens possuem a intenção de racionalidade, mas por limitações cognitivas e computacionais, não conseguem escolher alternativas ótimas, apenas suficientemente boas.

Simon sustenta suas percepções partindo do pressuposto de que muito do comportamento humano, tem, ao menos, a intenção de racionalidade, esta que é orientada por objetivos. Para o cientista, toda a decisão envolve na prática ambos, os tipos de elementos. Barros (2004) diz: "Simon argumenta que o homem não se comporta de forma objetivamente racional não porque

não queria, mas porque não consegue", (BARROS, 2004, p.71). Em face do exposto, percebe-se a importância de aprofundar as pesquisas e a análises sobre a gestão do PRONAF, por ser um Programa que tem em seus princípios orientadores o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, portanto que contempla as três dimensões do desenvolvimento.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A leitura do PRONAF sugere, além de outros aspectos, a discussão das normas e critérios já estabelecidos por esta política de intervenção na agricultura familiar. Surge, portanto, questionamentos com relação ao cumprimento desses critérios e/ou normas por parte dos beneficiários deste programa. Com a realização das entrevistas, aos cinco funcionários da agência que contratam e deferem as operações rurais, pôde-se observar que as práticas rotineiras dos funcionários e a necessidade de cumprir com o trabalho demandado correspondem a algumas das características do modelo burocrático estabelecidas por Weber. Sendo estas, o caráter racional da divisão do trabalho, rotinas e procedimentos estandardizados, entre outras. (CHIAVENATTO, 2000).

Procurou-se analisar como funcionam os procedimentos da organização desde o contato com os clientes, elaboração dos projetos de financiamento até a concessão do crédito, a fim de identificar a estrutura de trabalho desenvolvida na mesma. Nisto pôde-se observar que na instituição referida há uma clara definição hierárquica nas funções desenvolvidas pelos funcionários, e para ilustrar tal situação houve consenso entre os gestores em explicar a maneira como são contratadas e analisadas as operações.

Neste ponto, as operações podem ser contratadas por qualquer funcionário do banco, até mesmo fora da agência através das organizações parceiras que por utilizar um sistema específico do banco, podem contratar as operações sem a presença de um funcionário do BB. Feito isso, serão feitas posteriormente a conferência e análise das operações. A análise é feita somente pelos gerentes (gerência média e gerente geral da agência), sendo que a votação para o deferimento da operação pode ser individual ou através do Comitê de Crédito, diferenciando-se apenas no valor financiado. A partir de determinado valor, a votação do Comitê torna-se necessária. Enfim, são os gerentes que determinam se a operação será liberada ou não. Isso mostra uma clara separação hierárquica, entre as funções de direção e as de execução, estas que são evidenciadas na burocracia.

A fim de se entender com mais clareza a estrutura de funcionamento da organização, foi perguntado aos gestores se a estrutura formal da Instituição contribui ou não para maior eficiência em relação às ações realizadas pelos funcionários. Nisto eles alegaram que sim, considerando que o estabelecimento de normas contribui justamente para uma maior institucionalização. O entrevistado 4 citou: "Essa estrutura é necessária. É preciso ter um controle maior sobre tudo por se tratar de valores monetários".

Sobre a demora do procedimento, o entrevistado 3 declarou: "O processo é burocrático e moroso. Como exemplo disto, há uma preocupação excessiva com detalhes que não interferem negativamente na Instituição", como cumprimento do protocolo. Entende-se que o processo burocrático ou demora do procedimento de acordo com a resposta está relacionado, à padronização de tarefas, execução previsível e calculável, ou mesmo, devido às normas previamente estabelecidas, (FRIEDBERG, 1995).

Tal afirmação do gestor vem de encontro, com a opinião dos três engenheiros agrônomos entrevistados em relação às principais dificuldades encontradas no relacionamento com o BB. Todos afirmaram que a principal dificuldade é a questão da "burocracia", da demora no processo. Um deles alegou: "A principal dificuldade é a burocracia, há muita exigência da organização em relação à documentação que nós 'ASTEC e agricultores' julgamos desnecessário".

Como bem cita Chiavenatto (2000), popularmente a burocracia é visualizada como uma organização em que a quantidade de papéis utilizados no procedimento se avoluma e se multiplica, impedindo com isso soluções rápidas e eficientes. Assim, entende-se que designação "burocracia" passou a ser utilizada para caracterizar os defeitos do sistema e não o sistema em si.

Quando perguntado sobre a existência de alguma política interna da organização para o atendimento aos clientes, todos responderam haver sim um direcionamento dos clientes. Referente a isto o entrevistado 2 disse que o atendimento destes agricultores é separado dos demais, pelo fato de que há uma segmentação de clientes. Ele afirma: "A única ação diferenciada da agência em relação ao atendimento é o fato de o PRONAF ser atendido separado dos demais, isso por serem clientes preferenciais e não exclusivos, mediante a renda". O próprio entrevistado dá ênfase aos aspectos econômicos priorizados pela organização.

Já que uma das etapas da pesquisa deste trabalho era documental, com base nos projetos de financiamento, foi observada pelo pesquisador a grande falta de informações e incerteza das que constavam nos projetos, no geral aqueles propostos pela EMATER local. Considerou-se

então, imprescindível perguntar aos gestores sobre os projetos de financiamento elaborados especificamente pela EMATER local em relação às outras Assistências Técnicas.

Observou-se que a quantidade de projetos elaborados pela EMATER local corresponde a mais da metade dos projetos analisados, sendo então pertinente um olhar mais específico para estes projetos, para as informações contidas neles ou falta destas, supondo que estas devam auxiliar nas tomadas de decisões.

De maneira geral os entrevistados tiveram a mesma opinião sobre o assunto, ao ponto que os projetos são deficitários, problemáticos, simplificados, não atendem às normas do BB e que têm muito a melhorar. No entanto, os itens do formulário do projeto que a EMATER local não vem preenchendo adequadamente referem-se às informações sobre se a propriedade tinha "terraços de base larga e reserva de mata ciliar" o que nenhum dos gestores citou.

Cabe aqui uma ponderação sobre o relato dos entrevistados quando afirmaram que os projetos da EMATER local não atendem às normas do BB e de certa forma vincularam isso à falta de avaliação da produtividade e rentabilidade do agricultor. Ou seja, os gestores nem colocaram em pauta a falta das informações que deveriam constar nos projetos de esfera ambiental ou que atendessem a uma das dimensões da sustentabilidade. Ao contrário disto, deram destaque aos aspectos econômicos de interesse da instituição.

Isso vai de encontro com a teoria de Simon (1947 apud BARROS, 2004) sobre a racionalidade objetiva no processo de decisão, pois segundo o autor o processo final de decisão é o de valoração, onde as preferências são determinadas pelas conseqüências. Ou seja, a alternativa que produz o conjunto preferido de conseqüências é selecionada. Assim, compete ao decisor a escolha de valores ou preferências que atendam aos objetivos organizacionais, entre outros. Porém, nos casos referidos entende-se que as preferências utilizadas pelos gestores resumem-se à renda, capacidade de produção e pagamento.

A partir dos 427 projetos verificados, evidenciou-se que 253 correspondiam aos elaborados pela EMATER, e deste total apenas 3 não omitiram as informações contidas nos projetos, que se referiam à conservação do solo, o que respalda a maioria dos depoimentos. No entanto, verifica-se que a omissão também está presente nos projetos dos agrônomos das Assistências Técnicas particulares. Isso revela que o único item que se refere a uma possibilidade de atendimento à dimensão ambiental é negligenciada.

Frente ao exposto, achou-se viável questionar os agrônomos das ASTEC's também sobre isto, tendo em vista que esta informação é a única que trata de aspectos ambientais e que poderia dar ao menos algum subsídio aos gestores, neste ponto. Vale considerar que o quadro nomeado por "conservação do solo" se refere à terraços de base larga e preservação de matas ciliares.

Neste caso, houve concordância de todos afirmando que esta informação contida no projeto não é verificada de fato na propriedade do agricultor, eles apenas procuram ter o conhecimento de tal situação a partir de conversas informais com os próprios clientes. Um deles afirmou: "Não há muita fiscalização com relação à reserva legal e conservação permanente, até mesmo por falta de abertura dos agricultores com as suas propriedades. Tal informação é obtida no atendimento aos clientes, nas conversas informais". Tal realidade observada sugere então, uma discussão sobre quais informações os gestores estão levando em consideração nas tomadas de decisões. Sabendo-se que os projetos de financiamento se apresentam como instrumento de análise para a concessão do crédito, de acordo com o observado, não houve menção dos gestores em termos de precariedade das informações contidas nos projetos no que tange ao meio ambiente.

Dentre os critérios considerados pelos gestores como sendo importantes para a concessão do crédito, destacou-se a questão da análise às restrições no sistema financeiro (SPC, SERASA), pois segundo um dos entrevistados, o BB procura resguardar os seus capitais e obter certamente retorno dessas operações financiadas. Fator que destaca a ênfase por parte da instituição, pelo interesse econômico. Como comentado pelo entrevistado, as operações financiadas visam inevitavelmente o lucro ou retorno financeiro. Outros fatores destacados pelos entrevistados foram o histórico e idoneidade do cliente quanto aos pagamentos. O entrevistado 4 comentou: "o que considero mais relevante é o histórico do cliente e idoneidade dele, pois muitos se utilizam do crédito sem estar enquadrado conforme as normas". Frente ao exposto, faz-se necessário destacar e refletir sobre dois pontos relevantes, sendo que para isto será imprescindível a explicação de um termo utilizado.

A palavra idoneidade segundo o dicionário publicado pela Fundação Nacional Federativa do Brasil, tem o significado de aptidão; competência. Sendo assim, conclui-se que segundo o ponto de vista do gestor a idoneidade estaria mais ligada a ser um bom pagador, do que a outros quesitos. O que reforça ainda mais a importância da renda, capacidade de pagamento e responsabilidade nas dívidas para com o banco. Partindo do pressuposto de que o "histórico" do cliente é levado em conta para os financiamentos, então, significa dizer que o crédito é

preferencialmente destinado àqueles que já possuem um relacionamento com a instituição, o que de certa forma estaria beneficiando sempre aos mesmos e gerando dificuldade de acesso ao crédito por parte dos novos clientes.

Do último grupo de questões a serem analisadas, buscou-se entender como os gestores avaliam os resultados proporcionados pelo PRONAF aos agricultores familiares, se os objetivos desta política pública são atendidos ou não, e considerando também neste ponto o desenvolvimento sustentável. De modo geral, os gestores avaliaram como sendo muito bons os resultados do PRONAF para os agricultores, tendo em vista os benefícios e vantagens que estes obtêm através desta modalidade de financiamento. Foi também constatado nos projetos que o binômio "soja e milho" de fato corresponderam a mais de 92% das culturas financiadas, sendo que 63,4 % do soja é transgênico. Isso mostra os efeitos da modernização que afetou a agricultura tradicional, de modo a transformar o pensamento do agricultor para plantar soja e milho e consumir os demais produtos do mercado. O agricultor deixou de produzir muitas coisas para o auto-consumo, e em contrapartida passou a se "adaptar" aos modelos do novo desenvolvimento proposto pela modernização.

O PRONAF como política pública de apoio à agricultura familiar preconiza em seus princípios orientadores o desenvolvimento sustentável, abordando as três dimensões consideras por Sachs (1993). A partir disso, o que se espera daqueles que estão gerindo tais políticas, é que sejam no mínimo observadas as normas de regulamentação e os princípios já estabelecidos, para as tomadas de decisões. No entanto, o que foi constatado mediante as entrevistas é que os gestores em nenhum momento relacionam os objetivos do PRONAF em estar sendo ou não atingidos com os aspectos ambientais. Ao contrário, eles afirmam estarem sendo atingidos tais objetivos pelo fato de perceberem aumento de produtividade das lavouras ou de os agricultores possuírem seguro destas.

Quanto ao método de plantio constatou-se que 100% dos projetos financiados apresentam o plantio direto. Porém em relação à outra informação sobre terraços de base larga e reserva de mata ciliar, além deste dado não constar nos projetos da EMATER local e de parte das Assistências Técnicas particulares, os engenheiros agrônomos afirmaram não fiscalizar tal situação. Ou seja, os projetos não dão condição de análise para os aspectos ambientais. Observou-se também que em todos os projetos financiados houve a aplicação de inseticidas e herbicidas. Por isso entende-se que a agricultura tradicional já não é uma realidade nas propriedades a que se

referem os projetos financiados, pelo fato de apresentarem produção tecnificada, aplicação em larga escala de fertilizantes químicos e a própria utilização de insumos transgênicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pesquisado denota-se que tanto no procedimento efetivado para a concessão do crédito como na estrutura formal da organização, há evidências do modelo burocrático caracterizado por Weber, já exposto neste trabalho.

Como visto até aqui, é notória a prioridade da organização pelos interesses econômicos, em detrimento a outros fatores como os sociais e ambientais, os quais correspondem aos objetivos do PRONAF. Pode-se dizer que de maneira geral, os entrevistados possuem um olhar voltado aos critérios que favoreçam e que não venha a comprometer o capital financeiro do banco.

Procurou-se avaliar as ações, visão e critérios envolvidos em todo o procedimento desde a elaboração do projeto até a concessão do crédito, observando as dimensões da sustentabilidade citadas por Sachs (2001). Assim, das dimensões a que o PRONAF pretende atingir, apenas a econômica é levada em consideração por parte dos gestores nas decisões. Ou seja, desde o atendimento aos clientes até a concessão do crédito há uma nítida separação dos clientes por renda e capacidade de pagamento. Nota-se que não há preocupação por parte dos gestores e agrônomos, sobre aspectos que promovam de alguma forma a sustentabilidade social e ambiental ou que visem atender os princípios orientadores do PRONAF. Tanto é que os dados investigados apontam para uma agricultura convencional, que apresenta traços da modernização no seu desenvolvimento e em nenhum momento da entrevista é percebido e levado em conta o impacto disto no desenvolvimento sustentável indicado pelo PRONAF.

Diante do investigado e analisado, pode-se concluir que o PRONAF – Custeio Agricultor Familiar no município de Pato Branco vem promovendo uma agricultura com características da modernização. Dos princípios que norteiam esta política pública para a sustentabilidade, o constatado é que os gestores estão agindo e tomando suas decisões priorizando os aspectos econômicos, e desconsiderando em grande parte o social e ambiental.

Partindo do pressuposto de que a instituição possui um modelo burocrático, em que incidem normas e regras previamente estabelecidas, caberia aos decisores nortear suas preferências nas tomadas de decisões, aos aspectos que tangem à sustentabilidade e orientam o

PRONAF. Deste modo, compete aos gestores optarem por financiar prioritariamente projetos ou desenvolver ações internas que levem em consideração o desenvolvimento sustentável.

7. Referências

BARROS, Gustavo. **Racionalidade e Organizações: Um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon.** São Paulo, 2004. 152 folhas. Dissertação de mestrado – USP.

CASTILHOS, Dino Sérgio B. de. **Capital social e políticas públicas: Um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Porto Alegre, 2002. 172 folhas. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CHIAVENATO, Adalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FERREIRA, Gilca Angélica L. **A proposta da política Pronaf para a agricultura familiar e seus resultados em Palotina – PR.** Curitiba, 2004. 123 folhas. Dissertação de mestrado – UFPR.

FRIEDBERG, Erhard. "Organização" In: BOUDON, Raymound. **Tratado de sociologia.** Rio de Janeiro: Zaha, 1995. p 375-412.

HILLIG, Clayton. **A cidadania e a racionalidade técnico burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares.** Porto Alegre, 2008. 180 folhas. Tese de doutorado – UFRG.

LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar.** Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

LEITE, Sergio (org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 2001.

MATTEI, Lauro. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura.** Disponível em: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files.pdf> Acesso em 29 de jun. 2009.

PRIMAVESI, M. **A agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1992.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia** – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1982. 5ª ed. (Biblioteca de ciências sociais).

EFEITOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO NO CAMPO: notas sobre um estudo de caso em Piracicaba (SP)

Samir de Souza
Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos
samircso@hotmail.com

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o tema das ruralidades com enfoque nos cruzamentos entre a revolução verde, iniciada na década de 1960, e suas decorrências em âmbito local, aqui registradas por meio de um estudo de caso em uma comunidade rural de Piracicaba (SP). Mais precisamente analisaremos as transformações decorrentes da contínua produção de monocultura de cana-de-açúcar, e suas transformações em termos sócio-ambientais, culturais e a própria transformação do espaço rural. As transformações ocorridas no município ao longo do século XX no que tange à agricultura e a passagem da policultura para a padronização agrícola compõem o cenário da pesquisa, em que se considerada também a transposição da matriz produtiva da região, que se deslocou para setores industriais, ou seja, a região ao se configurar num setor sucroalcooleiro, também engendrou movimentos essências para a sua modernização por meio da indústria.

Nesse contexto encontramos também as articulações entre o governo militar, setores ligados a produção canavieira e a metalurgia que possibilitaram a instituição do Proálcool, evento este que transformou definitivamente a agricultura no interior do estado de São Paulo, incluindo as áreas citadas neste trabalho.

A REVOLUÇÃO VERDE

A revolução verde foi uma das primeiras iniciativas direcionadas ao setor rural com o objetivo de modernizá-lo. Sua base se encontra no período após a II Guerra Mundial, num momento em que os países europeus, que presenciaram o significado da insegurança alimentar, registraram a desestabilização do abastecimento de alimentos. A reestruturação do continente incluiu o campo, lugar onde novas técnicas foram introduzidas, sobretudo no que

se refere à mecanização e rendimento do solo por meio de fertilizantes (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Existe um caráter ideológico junto dessa nova reorganização no campo após o período pós-guerra. Segundo Porto-Gonçalves (2006) esse conjunto de transformações indicava uma relação de poder por meio da tecnologia, implicando num caráter político e ideológico. Com a revolução verde houve um deslocamento do sentido social da fome e da miséria, registrado pelas marchas das revoluções socialistas camponesas contra a fome. Ao contrário, o viés capitalista atribuiu ao problema da insegurança alimentar uma solução estritamente técnica.

Todo um aparato técnico-científico e financeiro, assim como educacional (registra-se um forte incentivo na formação de engenheiros e técnicos em agronomia) foi mobilizado, com a contribuição inclusive de empresários como os Rockefellers.

Somente nas décadas de 1960 e 1970 é que de fato foi utilizado o termo Revolução Verde no sentido de uma política de modernização do campo, especificamente nos países em desenvolvimento, com o intuito de reverter o atraso na agricultura frente os setores industriais da economia, de modo a colocá-lo como uma extensão da lógica industrial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esse período foi o início dos grandes saldos nas colheitas de grãos nos países em desenvolvimento e a ampliação da fronteira agrícola, enquanto a técnica científica era desenvolvida nos países de centro, que após seriam exportadas para os locais de aplicação: os países em desenvolvimento.

Os impactos impressionantes dos resultados dessa nova dinâmica se apresentam em dois aspectos: Primeiro pelos números apresentados nos saldos de produtividade; Segundo, pela afirmação de que o problema da fome e da miséria tinha uma solução, e esta seria o desenvolvimento técnico-científico voltado para o campo. Fome e miséria deixam de ser um problema político-social, e se desloca para uma solução técnica.

Contudo o que parecia ser a solução da segurança alimentar em sintonia com as relações sociais próprias do campo, no sentido de ser um setor da sociedade necessário não só na questão cultural e de preservação ambiental, mas também como um espaço que absorve mão-de-obra e fomenta a existência do meio urbano, acarretou em desdobramentos cujas implicações resultaram em processos de descontinuidades no desenvolvimento rural, ou ainda na apropriação dos recursos desse setor para o benefício de grupos e agentes específicos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A revolução verde iniciou um processo de exclusão na agricultura e em suas respectivas comunidades, além de danos ambientais. O objetivo de aumentar a produtividade

agrícola dos países em desenvolvimento por meio da introdução de sementes manipuladas, agrotóxicos, normas técnicas e mecanização, resultou na depreciação sócio-ambiental e exclusão social.

Podemos considerar que a revolução verde criou uma situação paradoxal na agricultura, com preponderância de fatores questionáveis. Se por um lado houve uma situação mais rentável incorporando-se a uma lógica de acumulação mercadológica por meio da técnica, esta se limitou a um grande volume de capital apropriado e administrado por um grupo minoritário de corporações e empresas privadas (SHIVA, 2003; BRANDEMBURGO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Mudanças na política energética: O PROÁLCOOL

O Proálcool foi uma grande articulação ligada ao Estado, à produção canavieira e metalúrgica. Instituído pelo decreto nº 76.593 em 14 de Novembro em 1975, o país conseguiu fazer do seu excedente de produção, até então de difícil colocação no mercado internacional, uma matriz energética que viabilizava o uso do álcool derivado da cana, de modo a substituir parte da importação de petróleo e dinamizar seu pólo sucroalcooleiro e metalúrgico.

Empréstimos do governo federal, sob o regime militar, foram concedidos em larga escala aos industriais que se dispusessem a montar novas destilarias, assim como investir na potencialidade das que já existiam. O governo atendia parte das demandas do país ligadas aos setores sucroalcooleiro e metalúrgico, e justificava o crescente investimento no setor por meio das benesses como o crescimento econômico que gerava novos postos de trabalho e mão-de-obra especializada, porém,

> esquecia-se que os empregos criados eram sazonais, que as unidades industriais iriam causar grande impacto sobre o meio ambiente, com a destruição de matas, a poluição dos rios devido ao lançamento do vinhoto e nas águas servidas, e dos solos pelo uso de agrotóxicos nos canaviais (CORREIA DE ANDRADE, 1994:13).

Naquele momento Piracicaba, que possuía forte tradição no cultivo da cana, sentiu o impacto do programa, aumentando sua produção agrícola. A área de cultivo ampliou-se de forma significativa no período de 1975 e 1985, passando de 31,2 mil ha. em 1975 para 47.693 hectares, em 1985. A produção de cana saltou de 1,4 milhões de toneladas em 1975 para 3,7 milhões de toneladas em 1985. A produção de álcool que em 1970 se encontrava na faixa dos

20 milhões de litros, em 1989 era cinco vezes maior, ou seja, 99,6 milhões (GALLO E MARTINS, 2001).

Enquanto isso, o cultivo de outros gêneros foi reduzido, um reflexo do deslocamento das demais atividades agrícolas para o setor canavieiro. O Proálcool contribuiu para o fenômeno da monocultura da cana no município. Se sua relação com esta já era grande, a partir daí passou a ser mais forte ainda. No mesmo período em que se acentuou a monocultura da cana-de-açúcar, aumentou também a concentração canavieira pelas grandes usinas que mantinham sob a sua direção tanto o processo de beneficiamento da cana como de fornecimento, aumentando também a concentração fundiária.

O mercado de trabalho local foi um dos primeiros setores a sentir os reflexos do avanço da cana. Embora tenha ocorrido a diversificação da mão-de-obra, como novos postos de trabalho na indústria, o mesmo fenômeno contribuiu para aprofundar a sazonalidade do trabalho.

> No início dos anos 70, parte da população do município residia na cidade e trabalhava no campo apenas na colheita. O aumento da área cultivada com cana, no decorrer da década, incrementou o emprego agrícola temporário. A especialização na produção de cana-de-açúcar diminuiu as alternativas de emprego no campo, e o trabalhador começou a alternar, cada vez mais, empregos agrícolas e urbanos (GALLO E MARTINS, 2001: 142).

Nessa época o município passou a receber grande contingente de imigrantes vindo de outras regiões brasileiras. Chegavam à cidade sem qualificação e logo eram absorvidos pela lavoura canavieira. Os baixos salários não lhes possibilitavam ascensão social, e as condições de vida eram precárias nos espaços disponíveis para habitar, sem saneamento ou algum outro tipo de benefício, em sua maioria se constituía por favelas.

A produção canavieira, impulsionada pelo Proálcool, gerou dois cenários distintos: contribuiu para acentuar a pobreza e os problemas sociais do município, e em contrapartida viabilizou as atividades industriais diversificando a economia do município. As indústrias de bens de produção, - indústrias de máquinas, peças, implementos, equipamentos e acessórios para a indústria canavieira - obteve um grande incentivo na produção devido a instalação de 420 destilarias na região, de um total de 458 projetos autorizadas pelo governo federal (dentro do Proálcool), nos períodos de 1975 e 1982-1983 (GALLO E MARTINS, 2001).

O Proálcool contribuiu para que o município se tornasse um setor sucroalcooleiro com grande visibilidade nacional. Os produtores de máquinas e equipamentos a ele destinados

puderam reforçar esse título sem avaliar a intensa monocultura canavieira, a concentração de terras que expulsou as demais culturas e pequenos proprietários, a diminuição do trabalho agrícola e o aumento da sazonalidade no mercado de trabalho, ou seja, os efeitos perversos do Proálcool que junto da intensificação agrícola imprime reflexos específicos encontrados em plena atividade em comunidades rurais.

AS COMUNIDADES ANALISADAS: SANTANA E SANTA OLÍMPIA

Em 1877 um grupo proveniente da atual província de Trento na Itália vem ao Brasil para trabalhar na fazenda Sete Quedas, em Campinas (SP). O regime era de colonato firmado por um contrato de nove anos de trabalho na lavoura de café. Um novo grupo de famílias chega em 1881 à fazenda, aparentados em sua grande maioria.

Após o término do contrato as famílias que pouparam parte dos rendimentos se mobilizaram para adquirirem terras onde pudessem produzir por conta própria, com a intenção de deixar a posição de colonos para a de pequenos produtores. Assim adquirem as fazendas Santa Olímpia e anos mais tarde outro grupo compra a fazenda vizinha, Santana.

As primeiras famílias que fundaram os bairros dedicaram parte das terras para o plantio de café afim de comercializá-lo, sendo este a principal fonte de renda cujos resultados deveriam ser destinados ao pagamento de parte do valor das fazendas e, outra parte, para a produção de gêneros destinados ao consumo interno, como arroz, feijão milho, hortaliças junto de uma pequena quantidade de víveres. Esta situação se altera com a valorização do mercado de açúcar e álcool já na década de 1930, e assim se seguiu por um longo período:

> Com o término da Segunda Guerra mundial, uma nova valorização do produto no mercado externo e uma expansão do consumo no mercado interno, levaram o instituto do Açúcar e Álcool - IAA - a dirigir maiores atenções à modernização das indústrias açucareiras. Para isso enormes quantias de recursos seriam necessárias, tanto no setor industrial quanto agrícola (GIRALDELLI, 1992: 66-67).

A política de incentivo a produção de açúcar e álcool do IAA (Instituto do Açúcar e Álcool) entre as décadas de 1940 e 1950 atinge os pequenos proprietários de regiões rurais. Piracicaba, que já se despontava com grande potencial na produção canavieira, passa a direcionar grande parte de sua produção agrícola à cultura da cana. Como havia a presença da pequena propriedade familiar, foram esses que sentiram os principais efeitos das mudanças econômicas decorrentes da produção de cana-de-açúcar, incluindo os pertencentes do território aqui analisado.

Os recursos direcionados às usinas possibilitaram a modernização na produção, enquanto as mesmas faziam pressão para a produção da matéria-prima pelos pequenos proprietários, dando início a substituição das culturas.

Os moradores por vezes foram procurados para vender as suas terras à usina de açúcar e álcool Costa Pinto, localizada na região, pertencendo hoje ao grupo Cosan. Sem resultado no pleito, esta decide firmar um contrato com a comunidade. Os moradores passam a cultivar cana-de-açúcar a ser fornecida para a usina. A própria usina enviou técnicos ao local para orientar na plantação. Como a demanda pelo produto era consideravelmente grande, os moradores plantavam em suas terras e nas terras da própria usina. Os ganhos eram obtidos por tonelada do produto e a usina se responsabilizava pelo transporte até os locais de beneficiamento.

O plantio da cana inicialmente favoreceu a comunidade que já buscava formas de obter lucros por meio de outras atividades. A rentabilidade da cana veio a suprir necessidades econômicas que a população enfrentava, principalmente pelo aumento das famílias. No entanto, a partir da década de 1960 essas políticas de incentivo a produção terminam por provocar um processo de desalojamento das famílias. O desenvolvimento da industrialização brasileira que atingiu o campo, oferecendo melhores condições de trabalho com a introdução de insumos e maquinários, cujas aquisições eram incentivadas pelo governo por meio de subsídios e financiamentos relacionados a revolução verde, foram benefícios estendidos inclusive aos pequenos proprietários para continuarem a produzir cana.

Isso resultou num efeito negativo visível: os pequenos proprietários da comunidade de Santana e Santa Olímpia não conseguiram se sustentar diante da contínua exigência por meios tecnológicos na produção. Estes venderam suas terras à famílias que conseguiram se manter ou à usina, e passaram a ser empregados destas ou se transferindo para outros setores econômicos (GIRALDELLI, 1992).

As extensões de terras nas mãos de poucos são trabalhadas num sistema familiar, geralmente entre pais e filhos. Como a produção de cana não demanda mão-de-obra permanente, no período de maior necessidade, o da colheita, contratavam-se pessoas do próprio local.

A escassez de terras e a produção de uma cultura que ofertava empregos de caráter sazonal fizeram com que muitos jovens se dirigissem à cidade no setor industrial que estava em expansão. O melhoramento no transporte público possibilitou que essas pessoas trabalhassem e estudassem na cidade, enquanto mantinham o convívio familiar em suas moradias no local de origem.

Atualmente três famílias ainda plantam e fornecem cana para a usina Costa Pinto. As extensões de terras de outras famílias se reduziram a “chácaras”, suficientes para a moradia e plantio de hortas e criação de alguns animais. Em suma podemos afirmar que as transformações econômicas nos bairros passaram por três etapas: A policultura de subsistência, a substituição pela monocultura de cana, e posteriormente a troca desta por empregos no meio urbano, permanecendo até hoje. As divisas são oriundas dos diversos setores econômicos da cidade de Piracicaba, onde a população residente esta empregada.

O RURAL NA CONSTRUÇÃO DO SABER

O debate sobre novas ruralidades (VEIGA, 2004; CARNEIRO, 2008) objetivam desvendar em que espaço se localiza o rural ao considerar que processos de modernização no campo imprimiram neste uma característica urbana a ponto de reconstruí-lo como uma categoria em transe na qual existe uma linha tênue que a todo o momento tenta delimitar os espaços de cada um deles.

A produção do conhecimento dos agentes que ocupam esses espaços dicotômicos sofre as devidas implicações de acordo com os espaços em que os discursos são proferidos. Dessa forma existiria um distanciamento entre os saberes da cidade, considerados de maior validade, local de procedência da técnica científica, enquanto que no campo os conhecimentos são compreendidos como “arcaicos”, ou seja, numa forma atrasada que necessita ser superada ou orientada pelo especialista formado no ambiente urbano. Logo, as práticas dos atores sociais que ocupam este espaço “atrasado”, junto de seus sistemas de conhecimentos, são subjugadas como um saber obsoleto.

As transformações no campo ocorridas por meio de elementos que priorizaram a modernização desse ambiente desencadearam um processo de silenciamento das antigas práticas classificadas como rudimentares para o predomínio da técnica. A partir disso o elemento humano estaria sujeito a ser uma continuidade da máquina, ignorando os reflexos e desdobramentos que as práticas sociais, neste caso a agricultura, possuem na construção de visões de mundo. O rural junto de seus agentes estaria num espaço real de dominação e vazio, impossibilitado de construir uma identidade frente à representação dos saberes que são reconhecidos como legítimos. Toda subjetividade que existe quando se reconhece numa categoria lhe é negada. A violência simbólica criada pelos deslocamentos e descontinuidades das práticas locais padroniza e expropria os sujeitos numa relação delimitada pelo conflito que os estabelecem em pólos opostos.

Do questionamento desses debates desenvolve-se a idéia de que o rural faz parte de um contexto de relações sociais que por sua vez produz imperativos que se interagem gerando situações plurais de modo a construir disposições generalizantes.

> (...) o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais (CARNEIRO, 2008: 16).

O rural absorveu os elementos modernos e opera hoje os mesmos mecanismos técnicos originários da urbanização. A reconstrução de conhecimentos ocorre no âmbito da incerteza, cujos riscos social, econômico e cultural, fazem parte da segurança ontológica[1]. O rural como promotor do saber é conectado por diversas instâncias sociais desde as geradas no local, até as produzidas no global.

AGRÍCOLA, RURAL OU URBANO? AS NOVAS PERCEPÇÕES NA COMUNIDADE FRENTE À PRODUÇÃO DO SABER LOCAL

Os estudos que se debruçam sobre a temática rural por vezes privilegia dois pares dicotômicos: rural/urbano e rural/agrícola. Ambos implicados num processo de descontinuidades no qual pretendem evidenciar sobreposições e valores preponderantes, assim como a delimitação dos espaços como forma de determinar os imperativos que irão colaborar na construção das relações sociais produzidas em cada um desses espaços (VEIGA, 2004; CARNEIRO, 2008). O estudo de caso evidenciou o papel do agente local e de sua cultura na produção de saberes influenciados pela assimetria dos termos.

As mudanças em curso desde a Revolução Verde possibilitou uma aproximação dos espaços rurais e urbanos e configurou à atividade agrícola um papel padronizado de técnicas advindas do meio industrial, o que alterou o seu ritmo de produção e as relações econômicas, culturais e sociais nas comunidades rurais. Hoje têm-se a idéia do rural como um espaço com múltiplas funções que requalificam a dinâmica social obedecendo a troca de elementos locais e globais, favorecendo também a prática de atividades, sejam elas rurais ou urbanas independentes dos espaços nos quais os atores estejam inseridos.

Verificamos que em Santana e Santa Olímpia as fronteiras se tornaram móveis. A distinção “nós/eles” e cada vez menos praticada e a tradição abriu espaço para novos padrões

[1] Giddens, 1991.

já registrados por algumas gerações. A eliminação da prática agrícola, uma centralidade local, fez com que valores vindos de fora ganhassem novos significados e a realização de práticas culturais compreendidas como rurais, passassem apenas a permear a reestruturação do local. Na região, o rural se tornou sinônimo de lazer, de festas típicas e conservação ambiental, para os moradores locais, um espaço de vivência mais saudável e menos violento quando comparado com a cidade.

Notamos uma ruptura do rural unicamente ligado a atividade agrícola e provedora de subsistência, realidade que se transformou com a aproximação da cidade. Uma via de mão dupla se estabelece, e a troca resultante disso evidencia a contínua reapropriação de elementos que até então eram considerados díspares. Assim independente da localidade os agentes podem praticar e reivindicar causas similares influenciados por temas que extrapolam as fronteiras territoriais e ganham uma dimensão político-social se sobrepondo as particularidades locais. No caso estudado, por exemplo, as manifestações culturais do grupo tradicional são continuamente fomentadas e estimuladas pela população e órgãos municipais da região. Há o incentivo de preservar o local e a manutenção da cultura, a língua materna, por exemplo, o dialeto trentino, é ensinado gratuitamente na localidade, e grupos de conservação e estudos ambientais colaboram na formação dos moradores para que por meio da conservação ambiental possa ser implantado o turismo rural na região. Manifestações tipicamente culturais ganham novos elementos vindos do carnaval e de outras festas populares da região. Neste contexto, grupos e pessoas de diferentes espaços sociais se confluem reconstruindo e resignificando o espaço rural junto de seus valores específicos, como das comunidades aqui analisada.

Estas reflexões colaboram no entendimento das existentes mutações nos processos sociais que conduzem a um movimento por diferentes vias, nos quais os agentes sociais são impulsionados a interpretar e reavaliar as antigas ações recriando novas, mesmo que estas diluam valores tão arraigados na sua formação. Salvo esse movimento contínuo de reestruturação, é que podemos falar da emergência que os conhecimentos tradicionais trazem consigo, na insistência e resistência dos grupos que insistem em mantê-lo presente, mesmo quando reinventado, ou sobreposto sobre novas circunstâncias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, 250 p.

ANDRADE, T. H. N. Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques. *In*: *Ambiente e Sociedade*, Junho 2004, vol. 7, no.1, p. 89-105.

_____. Inovação e Ciências Sociais: em busca de novos referenciais. *In*: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Junho 2005, vol. 20, no. 58, p. 145-156.
Barreto, Giaroli de Oliveira Pereira *et. al*. *Atlas rural de Piracicaba*. Piracicaba: IPEF, 2006. 76 p.
BILAC, Maria Beatriz, TERCI, Eliana Tadeu. *Piracicaba: de centro policultor a centro canavieiro*. Piracicaba: MB editora, 2001. 130 p.
BAUMGARTEN, Maíra. Reestruturação produtiva. *In*: Antônio Cattani (Org). *Trabalho e tecnologia - dicionário crítico*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 202-205 p.
BERRÍOS, Manuel Rolando. *Degradação na bacia do Rio Piracicaba (SP): Agricultura e industrialização da cana-de-açúcar*: Tese de doutorado, USP/ESALQ. Piracicaba, 1993.
BOURDIEU, P. *O camponês e seu corpo*. Revista de sociologia política, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.
BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *In Ambiente e Sociedade*, Janeiro 2005, vol. 8, no1, p. 51-64.
CARNEIRO, Maria José. *O rural como categoria de pensamento*. Ruris, vol. 2, n1, Março 2008. p. 9-38.
FURTADO, Celso Monteiro, 1920-2004. *Formação econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Nacional, 1972. 248 p.
GARCIA DOS SANTOS, Laymert. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003. 320 p.
GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Raul Fiker (Trad.). São Paulo: Editora Unesp, 1991. 177 p.
GIRALDELLI, Sandra Regina. Santa Olímpia e Santana: trajetória social e memória. Dissertação de mestrado, Instituto de filosofia e ciências humanas/Unicamp, Campinas, 1992, 140 p.
MARTINS, Lília A. de T. Piza, GALLO, Zildo. *Qualidade do crescimento econômico: Uma reflexão sobre o caso de Piracicaba*. In: Terci, Eliana Tadeu (ORG.). O desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectiva. Piracicaba: editora UNIMEP, 2001. 237 p.
NEME, Mário. *Um município agrícola: aspectos sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba*. Piracicaba: LVII, 1939. 99 p.
TERCI, Eliana Tadeu (org). Desconcentração industrial: impactos socioeconômicos e urbanos no interior paulista (1970-1990). Taquaral: MB Editora, 2005. 181 p.
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 461 p.
ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, 1998. 272 p.
SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In*: *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Boaventura S. Santos (Org.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005. 21-121 p.
SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2001. 152 p.
_____.*Monoculturas da mente*: *perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Dinah de Abreu Azevedo (Trad.). São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.
SPAROVEK, G.; LEPSCH, I.F. Diagnóstico de uso e aptidão das terras agrícolas de Piracicaba. In: TAUK-TORNISIELO, S.M.; GOBBI, N.; FORESTI, C.; LIMA, S.T. (Eds.). Análise ambiental**:** estratégias e ações. São Paulo : Fundação Salim Farah Maluf/T.A. Queiroz, 1995, p. 273-280.
VEIGA, José Ely. *Destinos da ruralidade no processo de formação*. Estudos avançados, São Paulo, n. 51, 2004. p. 51-67.
WANDERLEY, Maria Nazareth. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, out. 2000, p. 87-145.

ENTRE AS CATEGORIAS DE CAMPESINATO, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: Estudo de caso do acampamento *Terra Livre* em Resende, no Rio de Janeiro.

Priscilla Gomes da Silva[1]

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

O presente artigo foi fundamentado a partir das reflexões ensejadas em uma das disciplinas que cursei no mestrado, sob o título "O lugar da agricultura familiar e do campesinato na Sociologia Rural"[2]**.** O objetivo deste curso foi o de promover debates bibliográficos de distintas áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais, a Ecologia, a História, a Agronomia, a Geografia, entre outras, acerca de temáticas relativas ao mundo rural contemporâneo. As principais noções trabalhadas em sala de aula pertenciam às categorias de "novo rural", "rural tradicional", "campesinato", "agroecologia" e "agricultura familiar", e é sob estas caracterizações que pretendo analisar a experiência empírica vivenciada em meu trabalho de campo no acampamento *Terra Livre*. Para tal objetivo, tentarei perceber as estratégias de reprodução das famílias residentes no acampamento, investigando suas histórias de vida, suas práticas sociais e a formação subjetiva dos mesmos, e interpretando os hipotéticos processos de descampesinização e recampesinização em que estão inseridos.

O *Terra Livre* é um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no sul do estado do Rio de Janeiro, na região de Resende, e sua constituição data do ano de 1999. A ocupação da fazenda da Ponte no município de Resende, ação organizada pelo trabalho conjunto entre o MST e o sindicato dos trabalhadores rurais de Barra Mansa originou o referido acampamento. A área da fazenda estava abandonada e endividada com os antigos trabalhadores rurais devido à falência da granja Rocha Klotz. As famílias envolvidas na luta eram constituídas principalmente por trabalhadores provenientes da zona urbana, entretanto as raízes e o histórico de vida da maioria destes sujeitos provinham de áreas rurais, uma vez que seus parentes e alguns destes próprios indivíduos residiam no meio agrícola em tempos anteriores. Com a ascensão do modelo produtivo protagonizado pela Revolução

[1] Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

[2] Disciplina externa cursada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), proferida pelo professor Canrobert Costa Neto.

Verde desde os anos da ditadura militar estas famílias foram expulsas do campo e forçadas a migrarem para áreas urbanas (PIMENTEL, SANTOS & CHAVES, 2005).

Parte dos integrantes destas famílias e de seus descendentes herdou experiências e elementos culturais do meio rural. Nesse sentido, apesar de viverem em áreas urbanas, alguns dos moradores com quem dialoguei que residem no *Terra Livre* asseveraram que já tiveram algum tipo de experiência agrícola na infância ou na juventude, como o cultivo de pequenas hortas em suas casas, ervas, condimentos e frutas, e que tal conhecimento lhes foi passado pela própria família, o que eles fazem questão de ainda manter vivo. D. Penha residia em área urbana na Baixada Fluminense antes de entrar para o *Terra Livre*, e se empregava nas seguintes atividades:

"Eu fazia artesanato, eu costurava pra fora, trabalhava [corte] passava roupa em casa de família... Quando sobrava tempo eu fazia faxina e quando eu era criança eu ajudava minha tia na roça". (Moradora do acampamento Terra Livre, 2009).

Em relação às experiências anteriores com a "roça", D. Penha deu os seguintes depoimentos:

Priscilla Gomes: "A senhora já tinha experiências anteriores, né? A senhora já plantava... Dona Penha: Já, porque eu nasci na roça, me criei na roça. Depois fui pra cidade, mas... [pausa] trabalhar na cidade, mas meus tios, minha tia que me criava, cabô que me criava morava na roça... (dia) de fim de semana eu tava na roça com ela".

Priscilla Gomes: "E o que vocês plantavam lá? Dona Penha: Era horta mermo [sic]. A gente só plantava horta porque ela trabalhava fora também. Aí plantava horta só pra comer. Mas fim de semana é que a gente limpava. Ao invés de descansar, a gente ia trabalhar na hortinha dela no quintal. Depois que eu formei minha família, por onde eu morava, eu fazia minha hortinha também, pra não ter que comprar". (Moradora do acampamento Terra Livre, 2009)

A origem do *Terra Livre* foi marcada pela organização do acampamento por núcleos de famílias, visando a divisão de tarefas para uma produção coletiva com melhores resultados. A partir do cotidiano no acampamento tentou-se resgatar o senso comunitário nas relações entre as famílias, perdido com o processo de desterritorialização e de urbanização . Viver no acampamento exigia a cooperação entre

os seus membros, fortalecendo a identidade e os laços de amizade entre as pessoas, contudo este excesso de proximidade entre distintas famílias acabou gerando também fortes momentos de tensão (PIMENTEL, SANTOS & CHAVES, 2005). É interessante destacar que se nos tempos iniciais do *Terra Livre* as famílias produziam de maneira coletiva, isso logo se transformou ainda no primeiro ano do estabelecimento, uma vez que os agricultores optaram em produções individualizadas. No depoimento do Sr. José alega-se que:

"Tinha os [agricultores] que trabalhavam muito e tinha aqueles que não queriam nada, não é justo, né? Como é que ia dividir o que a gente produzia?" (Morador do acampamento Terra Livre, 2010).

Os agricultores mantêm a produção individualiza até os dias presentes, e cultivam, em geral, frutíferas, leguminosas, tubérculos, hortaliças e cereais. Dessa forma, é o caráter individual-familístico da terra que recai sobre esses agricultores. Sua constituição identitária encontra-se centrada na família. Concordando com Marisa de Fátima Lomba "(...) a família é o sujeito fundamental do processo de luta pela terra e na terra" (LOMBA, 2008: 153). Parte das casas também conta com a criação de animais como galinhas e porcos. A criação de espécies bovinas ocorre na área elevada do *Terra Livre*. Os animais são mantidos de forma livre e as criações se dividem entre as três unidades do acampamento.

O destino da produção de algumas famílias se direciona prioritariamente à sua subsistência, e os excedentes são vendidos na vizinhança. Gêneros como frutas, leite, queijo, hortaliças e legumes fazem parte da mesa dos agricultores, que se não têm todas essas produções em seus terrenos, podem trocar de maneira informal gêneros com amigos no interior do acampamento. Alguns alimentos provenientes da cesta básica do brasileiro e que não são produzidos no acampamento, como feijão, arroz, pão e macarrão são comprados fora do local.

Tratando-se das relações com o meio natural sob o processo produtivo observei que parte das famílias residentes no acampamento passou a ter maior consciência da importância de uma produção mais harmônica com a natureza, porém esse caráter não se tornou homogêneo na comunidade. Houve a promoção de uma série de cursos por diversas entidades para os agricultores. Quando perguntada sobre os cursos que fez, uma das moradoras[3] do *Terra Livre* respondeu:

[3] A moradora não autorizou a divulgação de seu nome no trabalho.

"Eu fiz tanto (curso) quando eu morava em Miguel Pereira[4] pela Emater, pela prefeitura, pelo SENAR, pela Embrapa, pela Rural (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) como aqui eu já fiz pela Emater, fiz em Itatiaia pela Emater, fiz curso de compotas, curso de embutidos e fiz um curso (isso já em Miguel Pereira) de conservantes naturais, que não levam química, como a pectina, (ácido) cítrico, isso tudo para se produzir em casa. E na Emater de Miguel Pereira e na Emater de Resende eu já fiz cursos de embutidos, derivados de leite (não todos, uma parte dos derivados do leite), derivados de suíno, conservas, doces, salgados, congelados... Tudo isso eu fiz pela Emater e prefeituras, tanto Miguel Pereira como Resende e Itatiaia". (Moradora do acampamento Terra Livre, 2009).

Apesar disso, as movimentações das lideranças do MST visando a formação de um acampamento em que a produção fosse direcionada para a sustentabilidade tiveram cisões internas. Assim: "(...) Algumas pessoas, por dificuldades pessoais, ou por não se adaptarem à nova forma de vida e à produção agrícola desistiram do acampamento o que em alguns momentos causou bastante tensão entre os membros da comunidade. Quanto aos que permaneceram o resultado quantitativo foi a geração de trabalho direto para cerca de 70 pessoas, que agora já sobrevivem de sua produção" (PIMENTEL, SANTOS & CHAVES, 2005:5).

Já em relação à cultura das sementes, em diálogo com os acampados eles disseram que as sementes são produzidas e compradas fora da comunidade, o que compromete um dos aspectos fundamentais da soberania alimentar dos mesmos. Segue o depoimento de D. Penha sobre o assunto:

"Priscilla Gomes: E as sementes que vocês usam aqui para produzir? Dona Penha: Primeiro foram comprados pacotinhos na casas de rações. Depois nós tentamos fazer a nossa própria semente, só que ela não produz o suficiente. Ela fica pura, sem agrotóxicos, porque a semente já vem com agrotóxicos. O quiabo Santa Cruz que é desse tamanho, se você tirar a semente e plantar de novo, ele dá desse tamaninho. O jiló dá bichado. Aí nós paramos de fazer a nossa própria semente. Tem muita gente que ainda compra pacotinho aí fora. O meu filho, como todo mês ele vai ao Rio de Janeiro, ele vai ao CEASA comprar (...)".(Moradora do acampamento Terra Livre, 2009).

[4] Antes de ir para o Terra Livre a moradora participava de outro acampamento do MST em Miguel Pereira, até ser deslocada para Resende.

Através do trabalho de campo e das investigações acerca do modo como as famílias produziam, dos insumos utilizados, das técnicas empregadas, e das formas de comercialização, pude vislumbrar uma certa pluralidade na produção entre as famílias ali residentes. Alguns agricultores são entusiastas de um modelo produtivo mais harmônico com a natureza, e negam sistematicamente o uso de quaisquer insumos químicos, pois a produção tem como prioridade o próprio consumo familiar, apesar da venda dos excedentes nas regiões afins. A despeito destas visões e das próprias deliberações do MST no acampamento, que se opõe ao uso de substâncias químicas na produção[5], percebi que há famílias que acreditam ser valioso o uso de fertilizantes e outros insumos não naturais, para que possa haver uma expansão na produção, e para que estes não dependam tanto de fatores naturais em seu processo produtivo, o que poderia comprometer a renda destas famílias.

Há também agricultores que teriam uma visão mais "empreendedora", almejando uma espécie de convênio com alguma empresa para que houvesse a introdução de um maquinário e de novas técnicas que possibilitassem o aumento da produção em larga escala. Em conversa com alguns deles, eles afirmaram acreditar ser melhor para a saúde e para o meio ambiente uma produção de tipo agroecológica, entretanto esta tem limites, pois não possibilitaria a produção em larga escala e dependeria de uma temporalidade longínqua.

No que se refere à comercialização de seus produtos, percebe-se uma diversidade de opiniões dos agricultores. Alguns deles preferem a venda de seus produtos de porta em porta ou então a pequenos mercados e a outros comércios. Vemos que há também os agricultores que optam em vender para os grandes mercados, e se puderem, em se especializar em só um tipo de produção, para ampliação do lucro. Alguns deles como o Sr. Márcio[6] reconhecem a importância da diversidade alimentar e de uma produção sem insumos químicos, porém ele afirmou que por vezes tem que sacrificar tais ideais visando um maior lucro e uma vida melhor, mesmo porque ele não tem quem o ajude nas produções, pois vive sozinho, o que torna seu trabalho agrícola mais árduo.

Um episódio que ocorreu no *Terra Livre* há cerca de três anos pode corroborar com a tese da diversidade de opiniões dos agricultores no que tange ao processo produtivo. Uma das lideranças da comunidade, o Sr. Osvaldo, me disse que houve um "racha" nas posições dos agricultores diante da proposta de uma grande empresa alimentícia, que propôs às famílias a produção de pepino para ser comercializado para

[5] De acordo com os princípios agroecológicos deliberados pela entidade desde fins da década de 90.
[6] O entrevistado solicitou alteração de sua identidade.

os grandes mercados como pepino em conserva. Tal empresa prometeu uma série de lucros salientes aos moradores do acampamento, a partir do cultivo dos pepinos, o que ocasionou divergências entre estes sujeitos. Parte deles priorizou a permanência das relações sustentáveis e a venda dos produtos à comunidade próxima ao acampamento, que oferece seus produtos de porta em porta aos consumidores, ou então a pequenos mercados da região. O outro grupo residente no *Terra Livre* escolheu participar do negócio do pepino, mesmo tendo seu tempo direcionado exclusivamente à produção deste gênero, que demandava tanto trabalho que os agricultores não podiam se dedicar a outros cultivos, comprometendo a soberania alimentar. Apesar disso, esse segundo grupo foi em frente em sua empreitada, contudo o plantio não se mostrou muito exitoso, e ao invés de lucro, estes indivíduos galgaram um grande prejuízo.

Segundo essa breve explanação sobre aspectos materiais e culturais dos agricultores da comunidade, verificamos a realidade multifacetada e plural existente no acampamento. Isso indica que parte dos agricultores sofreu um processo de descampesinização e de desenraizamento a partir de sua trajetória histórica (ou de suas famílias) de expulsão do campo e da interação e hegemonia dos valores citadinos. As formas de reprodução social destas famílias em processo de descampesinização são retratadas pelo bioetnólogo Victor Manuel Toledo (TOLEDO, 1991).

O autor interpreta a dinâmica destes grupos em sua tendência a tecer relações de cunho mercadológico, ao optarem por produções insustentáveis e pela comercialização para grandes redes de mercado ao visarem a ampliação de seus lucros. O comportamento destes grupos se voltaria à ampliação dos fluxos de mercado, diminuindo-se os fluxos com a natureza, o que levaria à sobreposição dos valores-de-troca aos valores-de-uso (Idem).

Ao orientarem sua produção num sentido de especialização, lucro e certa negligência com o meio ambiente parte destes agricultores do *Terra Livre* se aproximam da categoria de "agricultura familiar" proposta pelo sociólogo Sérgio Schneider (SCHNEIDER, 2006). Num sentido de propor uma diferenciação entre os conceitos de campesinato e agricultora familiar, Schneider evita incorrer no risco de dicotomizar tais elementos neste tipo de caracterização, pois para o autor tal análise seria reducionista e desconsideraria que a realidade social é bem mais complexa, marcada por aspectos de rupturas e de permanências nas práticas e consciências dos indivíduos[7].

[7] Quando pensamos nos debates acerca da terminologia "agricultura familiar" devemos contextualizá-los no terreno da Sociologia que se refere ao "Novo Rural". Pesquisadores como Maria José Carneiro (CARNEIRO, 1999), Sérgio Gómez (GÓMEZ, 2001) e Sérgio Schneider (SCHNEIDER, 2006) pontuam

Sérgio Schneider efetua uma diferenciação entre aquilo que chama de campesinato, agricultores familiares, e agricultores capitalizados e tecnificados. Concordando com Ricardo Abramovay, Schneider afirma que "(...) a agricultura familiar tenderá a se distinguir mais do campesinato quanto maior for a sua interação com o ambiente social e econômico no qual imperar a impessoalidade das relações mercantis" (SCHNEIDER, 2006:45). Apesar desta incorporação da agricultura familiar ao modelo capitalista, isto não significa que tenha havido uma transformação completa desta categoria num sentido de ser totalmente voltada ao mercado. Este grupo ainda consegue manter algum tipo de caráter dos grupos camponeses anteriores, enquanto organização social e modo de vida.

Pontuemos agora as famílias do *Terra Livre* cujas práticas se voltam hegemonicamente à produção e comercialização de caráter endógeno, demonstrando igualmente uma preocupação mais estabelecida nas relações com o meio ambiente: como fora colocado, a maioria destes homens e mulheres eram moradores de áreas urbanas e se ocupavam em sub-empregos urbanos, estando distantes da vida rural desde a sua juventude. Com a ocupação da área do acampamento estes indivíduos retornam às atividades agrícolas e o desejo de manterem este tipo de vida mais endógeno e voltado à produção e à família parece resgatar o modo de vida que tinham em outrora. Sendo assim, percebemos que a convivência em centros urbanos marcados por estilos de vida com capitais culturais diferenciados dos do meio rural não afetou de maneira contundente as consciências e modos de vida destes indivíduos.

A ocupação das terras e a origem do acampamento podem ser vista como uma forma de resistência não só material, mas, sobretudo, cultural destes sujeitos. A materialidade da ação se dá como uma forma de sobrevivência e de subsistência destas famílias, mas a ocupação pode ser vista como uma resistência dos valores e modos de vida destes indivíduos, que buscavam maior autonomia em suas vidas.

Apoiando-nos nas teses que confirmam a existência do campesinato na contemporaneidade e reiteram as suas formas de resistência, destacamos que parte dos integrantes da comunidade *Terra Livre* podem ser caracterizados enquanto

---

que o(s) paradigma(s) de se pensar no "novo rural" no interior da Sociologia começou(çaram) a se desenvolver em fins dos anos 80 do século XX e em inícios da década de 90. As perspectivas do "novo rural" se constituíram numa maneira de ultrapassar os conhecimentos teóricos sobre o mundo rural baseados numa visão do rural enquanto o universo do tradicional e do anacrônico. Esmaeceram-se as teorias que afirmavam que as sociedades rurais tenderiam a desaparecer. Apesar da grande pluralidade existente entre os autores que tratam da temática do "Novo Rural" nas ciências sociais, há elementos que os homogeneízam, pois eles buscam suplantar a polarização entre o urbano e o rural em seus estudos. Para Schneider a emergência das discussões acerca do "novo rural" e da "agricultura familiar" foi fruto de eventos como: a adoção desta idéia por movimentos camponeses ligados ao sindicalismo rural da Contag; o papel do Estado na criação do Pronaf; e à reorientação acadêmica de temáticas relativas ao rural e aos estudos agrários na segunda metade dos anos 90.

“camponeses”. Os pesquisadores Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel Navarro vão apontar para as contradições dos estilos de vida do campesinato, imersos na lógica do capital. Para eles, a comunidade local camponesa seria “(...) o núcleo básico de relações sociais estabelecidas entre os grupos domésticos que as integram. A dimensão comunitária de solidariedade, como formas múltiplas de ajuda mútua constitui um elemento central para caracterizar os grupos domésticos camponeses. Sua ação social baseada em laços de parentesco e residência e, constituídos como unidade econômica em cujo seio se desenvolvem estratégias de subsistência e reprodução, têm uma dimensão central em nossa análise” (GUZMÁN & MOLINA, 1991: 7).

Articulemos essa definição de campesinato à visão de Victor Manuel Toledo sobre esses grupos. Este autor trabalha centralmente com a idéia de “racionalidade camponesa”, cuja tese pode ser dividida em dois núcleos principais: A primeira se referiria à questão agrária: “Em contraste com os sistemas mais modernos de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e gestionar sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais” (GUZMÁN & MOLINA, 1991: 198). Em seguida, ele afirma a existência de sua segunda tese: “Existe uma certa racionalidade ecológica na produção tradicional” (Idem, 198). Victor Toledo engloba nesta categoria grupos tribais e camponeses, entretanto ele reitera que os últimos representam a maior parte da população das chamadas culturas tradicionais.

Podemos atribuir o sentido da “racionalidade camponesa” aos grupos do *Terra Livre* que venho me referindo: algumas famílias realmente parecem possuir uma lógica de vida familística e voltada para a auto-suficiência. O que parece dar sentido às suas vidas é o fato de procurarem manter a sua autonomia material, mas também a defesa de seus valores. Os aspectos que mencionei acima sobre a grande auto-suficiência dos bens produzidos pelas famílias, sobre a quem elas direcionam os seus produtos e sobre o aspecto de priorizarem valores-de-uso a valores-de-troca podem qualificá-las como “camponesas”.

São essas famílias que preconizam de maneira mais sólida produções harmônicas com a natureza, e a partir de seus modelos produtivos e estilos de vida acho que posso chamá-las de “agroecológicas”. Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber têm as seguintes perspectivas: “(...) quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL &

COSTABEBER, 2005: 5). Ao se apoiarem em Sevilla Guzmán e Manuel Navarro, os autores também dizem que "Uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), para quem a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para —através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica— reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade" (Idem: 5).

O mediador MST vem incorporando desde a última década o princípio agroecológico em espaços do movimento, e por essa linha estimula os agricultores a participarem de cursos de formação agroecológica. Vimos que a agroecologia para alguns autores como Guzmán e Navarro (1991), e Toledo (1991) possui um enfoque que visa ser totalizante, ao entrelaçar aspectos da produção e cultura camponesas, além de considerar o processo de circulação das mercadorias. Apesar desta configuração holística agroecológica venho percebendo que ela é compreendida pelos agricultores, ao menos os do *Terra Livre*, de maneira parcial, condensada no aparato técnico-produtivo. Algumas ações do mediador MST por vezes atestam esse recorte, pois pelo que compreendi nos depoimentos que coletei no acampamento, destacaram-se aspectos técnicos nos cursos de formação agroecológica promovidos pelo MST. Acho proveitoso, contudo, aprofundar a minha pesquisa nessa direção para qualificar as minhas análises. Segue abaixo o depoimento do Sr. Luiz:

"Luiz: Fiz curso de agroecologia, foi muito bom. Priscilla: E a onde foi? Luiz: Aqui no galpão mesmo. Aprendi a fazer todo o sistema de agroecologia, conservação de solo, essas coisas todas, Eh... Adubação orgânica. Muito bom, entendeu? Embora seja muito trabalhoso, é muito bom, é um negócio eficiente, ajuda muito, e muito e muito. Sem esse tipo de coisa não pode ficar. Mais o que? Algumas caldas, calda bordalesa, eh, como é que é o nome? Agrobio, sulfato de cobre misturado também com uma outra coisa. Então quer dizer, são várias coisas que eu aprendi num sistema agroecológico. Foi em alguns cursos que fizemos aqui". (Morador do acampamento Terra Livre, 2010)

Ao finalizar este trabalho retomo que tive por objetivo articular algumas categorias presentes no campo das Ciências Sociais às minhas atividades do *Terra Livre*. Destas, destacam-se as plurais terminologias "agricultura familiar", "campesinato" e "agroecologia". No intuito de propiciar uma análise qualitativa, busquei avaliar distintos aspectos relativos ao histórico de vida destes sujeitos e às suas

formas de produção e trabalho, comercialização, estilos de vida e relações com a terra e a natureza. Uma das conclusões a que cheguei é que não se pode avaliar os agricultores do *Terra Livre* de maneira homogênea, pois estes têm demandas materiais e culturais por vezes diferenciadas, o que causa conflitos no interior do acampamento no que se refere a opções por estilos de vida e de produção.

Apesar destas diferenças, acredito que a idéia aqui não seja a de polarizar e condensar estes sujeitos em categorias absolutamente díspares (polarizando agricultores familiares e camponeses) em que não se perceba um processo de transição de uma possível categoria a outra, nos processos de descampesinização e recampesinização. Por fim, ainda reitero que a realidade é multifacetada, e que a dialética das subjetividades e práticas sociais é marcada por avanços, rupturas e elementos contraditórios.

Referências bibliográficas

CAPORAL E COSTABEBER. *Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáv*eis. Disponível em: http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm. Acessado em: 20 de outubro de 2009.

CARNEIRO, Maria José. "Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas". In: CARVALHO COSTA (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de janeiro: Pronex/Mauad. 1999.

GÓMEZ, Sergio. "¿Nueva Ruralidad? Um aporte al debate". *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro, 2001, número 17, pp: 5 a 32.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.). *Ecología, campesinado y História.* Madrid: La Piqueta, 1991.

LOMBA, Marisa de Fátima. "O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE & WHITAKER (org.). *Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: Uniara, 2008.

PIMENTEL, VANIA; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. *Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade Terra Livre.*

SCHENEIDER, Sérgio. "Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso". In: FROEHLICHE & DIESEL (org.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2006.

ESTADO, FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE: DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE AGÊNCIAS E AGENTES

[1]Edison Antônio de Souza

[1]DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL – UFF - Email: edisonas@terra.com.br

GT 06 - Meio Ambiente e Ruralidades: Possibilidades e Limites de Desenvolvimento

Resumo:
O objetivo desta comunicação é refletir sobre a fronteira norte mato-grossense, a disputa hegemônica pela fala legítima, direção e controle, manifestado entre os agentes e agências da sociedade civil e da sociedade política. Os interesses que estão em jogo, ação e pressão sobre as políticas públicas para a região, discutindo as disputas entre as frações da classe dominante para obter hegemonia política de suas aspirações. Procuramos trazer para o debate os resultados das nossas pesquisas, refletindo sobre as contradições sociais, políticas, econômicas e ambientais, implementadas ao longo dos últimos trinta anos na região norte de Mato Grosso.

Palavras-Chave: Estado, Fronteira, Hegemonia e Meio Ambiente.

ESTADO, FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE: DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE AGÊNCIAS E AGENTES.

A partir das últimas décadas, a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial, pois a maioria das nações do mundo tem reconhecido a emergência dos problemas ambientais. Atualmente, a Amazônia ganhou destaque no cenário internacional no que se refere à complexidade da questão ambiental e acaba despertando conflitos de interesses, fruto das contradições de inserção do país no mercado internacional e da dinâmica interna da sociedade brasileira. Logo, pergunta-se, o que está em jogo para o futuro de Mato Grosso, com a devastação de matas ciliares, comprometendo as cabeceiras dos rios; quais são os interesses e a lógica econômica e social desse modelo de desenvolvimento?

Nesse processo de ocupação, percebe-se uma política de valorização do empreendimento, em um ciclo rápido. Exige-se, além das benesses fiscais, a exploração do trabalho. O preço pago pela sociedade por tal velocidade de ocupação destas áreas de cerrado, floresta e zonas de transição, foi alto. O Brasil perdeu 26.140 km2 de floresta apenas entre os anos de 2003 e 2004, Mato Grosso individualmente respondeu por 12.586 km2, ou 47,34% desse total. Outro fator a ser considerado e que agrava ainda mais essa situação, é a forma predominante de como se procedeu esse desmatamento.

No norte de Mato Grosso existe um descompasso histórico, ou seja, um crescimento da agroindústria com grandes investimentos tecnológicos e de informação, com problemas que, na sua origem, ainda não foram superados, como por exemplo, assistencialismo político, paternalismo, favorecimentos e mentalidade em grande parte colonialista e paroquial. É interessante observar a hegemonia do discurso da organização extrativista como representante do projeto coletivo regional. Existe uma tendência em ocultar as contradições que apontam para o desencadeamento de uma crise estrutural nas atividades econômicas e sociais. O setor madeireiro no norte de Mato Grosso, além de legitimar-se como o responsável pela identidade do trabalhador que habita neste espaço, inscreve-se numa estrutura mercadológica em que os discursos desenvolvimentistas e neoliberais prevalecem sobre os demais que tentam um embate no campo ideológico-social.

O papel dos intelectuais orgânicos (advogados, engenheiros florestais e economistas), que prestam assessoria aos empresários madeireiros é de formular mensagens ideológicas voltadas para criar uma "bela imagem" do setor. São aquelas formas de discursos que, sob a aparência de uma função informativa, veiculam uma propaganda do grupo e dos interesses do grupo hegemônico que está no poder. Pode-se expressar sob a forma de falas apologéticas públicas, através do uso de meios de comunicação, principalmente o rádio, utilizados como meio de divulgação e propaganda "oficial", com forte conotação política, ideológica, religiosa e afetiva. De qualquer modo, as mensagens ideológicas fazem largo uso de um tipo de argumentação que requer dos receptadores uma adesão muito mais próxima da fé do que da razão crítica.

Neste contexto, precisamos discutir quais são os benefícios sociais do avanço do agronegócio, pois a questão da Amazônia é uma questão política. Há recursos naturais e não conhecimento científico, o que requer um projeto nacional, pois sem conhecimento aplicado, reproduz-se o atraso.

No norte mato-grossense ocorreu uma mudança da paisagem natural (cerrados e matas) pela agricultura mecanizada, provocando um desmatamento nesses dois biomas,

ameaçando o desaparecimento desses ecossistemas em escala local e regional. Esta mudança deve-se ao modelo de colonização dessas novas áreas, onde as terras ocupadas, em sua grande maioria, estavam em lotes acima de Cem hectares, reproduzindo, assim, na fronteira, o padrão de concentração característico da estrutura agrária tradicional do restante do país.

Dentre os principais problemas ambientais daquela região, podemos destacar os desmatamentos e as queimadas, provocados pelos sojicultores, fazendeiros e pecuaristas, cujo objetivo era a abertura de novas áreas para o plantio e a criação de gado, e que constituem as principais ameaças ao meio ambiente mato-grossense. A elite dominante utiliza-se de uma justificativa e/ou "explicação" sobre o meio ambiente de conotação romântica, religiosa ou preservacionista, de cunho idealista. Estes transgressores da lei ambiental usam, e enquanto estratégia política, a desqualificação e a desmobilização dos movimentos sociais pois afirmam que é necessário "conhecer a realidade do Estado". Organizam-se através da bancada ruralista, porém, em busca de subsídios federais para financiar os custos de produção. Essas estratégias em Sinop e região são utilizadas em primeiro lugar por uma forte crítica das forças políticas conservadores, utilizando-se da mídia para desqualificar qualquer movimento social, como o MST, depois acionando o poder judiciário e, por último o uso da força policial para efetuar despejos dos sem terras. O que se pode ler na seguinte notícia:

> Ordem de retirada de invasores de fazenda no Nortão pode sair ainda esta semana. A ordem da Secretaria Estadual de Segurança para cumprir a liminar da Justiça e fazer a retirada dos invasores da Fazenda Continental III deve sair ainda esta semana. A informação é do chefe Administrativo do Comando Regional Norte da Polícia Militar de Sinop, major Antonio Mário da Silva Ibanez Filho. Segundo ele, a PM aguarda uma determinação. A fazenda foi invadida há mais de um mês por famílias ligadas ao MST (Movimento Sem Terra). São aproximadamente 100 famílias que invadiram a propriedade localizada a 60 km de Sinop. Na semana passada, saiu a decisão judicial, expedida pela Comarca de Cláudia, que determinou a retirada dos invasores. O prazo para a saída espontânea terminou no último dia 12.
> O Governo Federal decretou que a área, de mil alqueires, é para fins de reforma agrária. Mas a indústria madeireira instalada em Sinop, que é proprietária da área, está finalizando documentação para recorrer da decisão. A empresa alega que está tendo inúmeros prejuízos e cerca de 100 funcionários (50 em Cláudia e 50 em Sinop) estão parados porque a proprietária da área não conseguiu retirar madeira da fazenda invadida por famílias ligadas ao MST[1].

Naquela região, existe um monopólio político de uma classe (agronegócio – sojicultores, fazendeiros, madeireiros), na expressão política de grupos particulares, em detrimento do interesse social mais geral. A chamada classe economicamente dominante

[1] Disponível em: http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=4563&ano=2006 Acesso em 24 de maio de 2005 .

(produtores rurais e madeireiros) disputa espaços internamente, porém, quando a questão é problema da terra, une forças, procurando legitimar a sua hegemonia através de vários meios possíveis para esse fim.

Com o avanço do agronegócio em Mato Grosso, o passivo ambiental é altíssimo. Contudo, seus causadores, justificam suas ações com o tradicional discurso da segurança alimentar, que é necessário ter bom senso, que a legislação ambiental é punitiva e os problemas são do Estado. Criticam a ameaça internacional à nossa soberania nacional de ocupação da Amazônia e afirmam que o sucesso do agronegócio deve-se ao espírito do empreendedor rural. A respeito dos crimes ambientais, o que a realidade nos revela? E o desrespeito às questões trabalhistas?

A complexidade da questão ambiental na Amazônia reflete a forma de ocupação daquele espaço, que ocorreu sem um estudo sobre a região (com exceção do Projeto RADAM Brasil - década de 1970), onde inúmeros projetos de colonização foram implantados pelo Governo Federal e executados pela iniciativa privada. A região foi usada como uma válvula de escape para os conflitos sociais do campo no Sul e Sudeste do País. A partir da década de 1970, quando Mato Grosso passa a ser inserido no mercado nacional e internacional como fornecedor de matéria prima e consumidor de produtos industrializados. A expansão capitalista, no que ficou conhecido como fronteira agrícola, provocou um aumento da procura por propriedade privada e pela abertura de grandes fazendas agropecuárias, através de incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo Governo Federal.

Para combater crimes ambientais no norte de Mato Grosso, uma grande operação foi desencadeada, em junho de 2005, chamada "operação Curupira", comandada pela Polícia Federal. Esta operação fechou mais de 400 empresas-fantasma especializadas na venda de autorizações de transporte ilegal de madeiras e levou 47 funcionários públicos à prisão. Segundo estimativas do Governo Federal, publicadas no livro "A Grilagem de Terras Públicas na Amazônia", existem no país aproximadamente 100 milhões de hectares sob suspeita de grilagem, dos quais 30 milhões de hectares estão no Pará. O estudo que resultou no livro, analisou casos exemplares de grilagem (apropriação ilegal e indevida) de terras públicas na região, associados ao desmatamento e à exploração ilegal de madeiras, bem como a eficácia dos atuais mecanismos jurídicos e institucionais que atuam no controle dessas práticas ilegais.

Forças econômicas e políticas regionais não tiveram uma visão de longo prazo em relação à exploração dos recursos naturais e não fizeram um reflorestamento adequado para que desse sustentação à atividade madeireira, base da economia regional. Acomodaram-se e como o extrativismo é e foi presa fácil para os diversos tipos de ilegalidade em menos de

trinta anos de exploração das reservas naturais, essas basicamente se exauriram, provocando, entre outros fatores, o declínio dessa atividade. Em Mato Grosso, a grilagem de terras é um problema fundiário sério influenciado pela dinâmica de desmatamento, em que o Estado é o campeão, e com problemas de titulação. A questão ambiental no Estado decorre do próprio modelo de ocupação e de propriedade imposto pelo avanço do agronegócio. Grilagem de terra, indústria madeireira e o avanço da agropecuária são os responsáveis pelo desmatamento em Mato Grosso.

A região norte do Estado, nas últimas décadas, vem sendo explorada por colonizadoras e grandes produtores agropecuaristas, cujo objetivo principal é transformar aquela região em grande produtora de grãos, utilizando-se a princípio da madeira extraída, em grande parte de forma ilegal, como capital inicial para seus empreendimentos, inclusive o de adquirir áreas de terras a preços baixos para posteriormente revender ou usar para o cultivo de grãos (em nossa pesquisa de campo, constatamos que aproximadamente 40% dos agropecuaristas de Sinop e região, são ex-madeireiros).

As atividades econômicas hegemônicas (soja e pecuária) provocam um inchamento urbano, num contínuo movimento da fronteira, devido à expansão capitalista, com rápidas alterações no processo migratório. A produção mecanizada de grãos, com seu impacto no desmatamento amazônico, voltada principalmente para a exportação com apoio financeiro, ocupa grandes áreas. Esta modalidade de produção agrícola, principalmente de arroz, soja e milho, com grandes áreas desmatadas no Centro-Oeste para a sua plantação, acabam afetando os trabalhadores além do desrespeito às leis ambientais.

> O ciclo da pecuária extensiva, que desmatou paulatinamente a Amazônia nos últimos 30 anos, constituiu um processo de ocupação relativamente lento, baseado em atividades desenvolvidas pela elite local, subsidiada por incentivos fiscais, ou por migrantes com baixo nível de capitalização. A soja, no entanto, apresenta dinâmica totalmente distinta. Esse cultivo é uma atividade praticada por produtores altamente capitalizados ou subsidiados (por meio de pré-financiamentos) por meio de grandes empresas exportadoras. Assim, o potencial de entrada da soja na Amazônia é mais dependente de aspectos topográficos e do movimento de preços internacionais[2].

Puty afirma ainda que a relação entre a expansão da agricultura mecanizada e o desmatamento não é direta, já que a mecanização exige áreas já totalmente antropizadas, o que, do contrário, tornaria a própria atividade inviável economicamente. O avanço da soja na floresta amazônica depende da demanda internacional, e da busca por novas terras, o que

[2] PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. *A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico.* Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. *Amazônia: o desafio mal começou.* Vol. 40, nº 239. Julho de 2007. P.47.

possibilita o desmatamento a partir da capitalização de alguns madeireiros, que vendem ou arrendam suas antigas propriedades e passam a grilar terras devolutas. Esta apropriação de novas áreas de floresta primária poderá vir a se constituir numa nova área de expansão da agricultura mecanizada no futuro[3].

O processo extrativo madeireiro se caracteriza de forma predatória, numa lógica capitalista atrasada, utilizando-se de técnicas ultrapassadas, em sua grande maioria trazidas do Sul do país, sendo que seus proprietários valorizam acima de tudo as suas terras como reservas de valor. Podemos destacar alguns problemas ambientais provocados pela atividade madeireira, como pó de serra residual produzido em grande quantidade, devido aos desajustes dos equipamentos, ficando suspenso no ar, causando irritação às pessoas mais expostas, com sérios problemas de saúde dos trabalhadores das indústrias e para a alegria dos proprietários de hospitais e farmácias da cidade. Quando esse pó de serra é queimado, a fumaça toma conta de toda a cidade, independentemente de classe social. Além disso, há os acidentes de trabalho e de trânsito provocando por ele. Com a decadência do setor madeireiro, estes empresários mudaram o discurso para "atividade de base florestal", e as elites políticas procuraram incentivar a atração de indústrias com incentivos fiscais municipais, justificando a geração de emprego e renda, ou seja, quem vai "ganhar é a classe pobre".

No âmbito da fronteira norte mato-grossense, as forças capitalistas (madeireira e agropecuária), apoiadas pelas forças oficiais, negam a importância da floresta, da preservação do meio ambiente, visando a expansão dos seus projetos, dos seus interesses ligados à exploração predatória dos recursos naturais. As forças políticas regionais vinculadas à economia madeireira e agropecuária, forças que reagem violentamente frente às conquistas dos trabalhadores como greve para forçar os patrões a concederem aumento salarial, buscam interlocução no âmbito da sociedade política, demonstrando a importância da esfera institucional enquanto campo de luta da elite regional. Essa apropriação dos recursos naturais, com interesses imediatos de capitais privados, não é considerada como a destruição de um bem público, seguindo a lógica da mercantilização da natureza[4]. Os grandes proprietários de terra, fazendeiros e madeireiros, influenciam e demarcam a estrutura agrária regional, mesmo sendo a minoria em termos quantitativos, mas poderosos do ponto de vista econômico e político. Residem nas cidades (SINOP, Sorriso, Lucas do Rio Verde, entre outras), onde atuam também no comércio e na indústria. Politicamente, são forças retrógradas,

[3] PUTY, Cláudio Castelo Branco. Relatório: Agricultura Empresarial Mecanizada. *Zoneamento Econômico ecológico da BR-163*. Belém/PA: UFPA. Departamento de Economia. 2007. P. 55.

[4] Sobre esta questão consultar: *Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade.* MOREIRA, José Roberto. In: *Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares.* SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P.120 a 133

reacionários, que procuram direcionar os investimentos para o agronegócio, estabelecendo uma rede estratégica de alianças entre fazendeiros, pecuaristas e políticos locais. Ao tornar-se uma fronteira de ocupação, a Amazônia mato-grossense atraiu também empresários socialmente irresponsáveis que, apropriando-se de modo ilegal e violento do patrimônio natural (terra, florestas/madeira, recursos hídricos), ocasionaram graves conflitos com a população indígena, os posseiros e os ribeirinhos.

> A atuação desses empresários tem causado graves problemas na Amazônia, porque se baseiam em vantagens competitivas espúrias, as quais compreendem o que se pode denominar kit ilegalidade, composto de grilagem de terras, desmatamento ilegal, suborno, corrupção, desvios de recursos públicos, trabalho escravo, não cumprimento das contribuições tributárias, fiscais e previdenciárias. Nesse sentido, reproduzindo os conflitos por terra que aconteciam nas regiões de origem dos migrantes. Hoje, esses conflitos agravam-se com a expansão dos agronegócios na própria Amazônia, que expulsam os antigos migrantes, colonos e assentados e não absorvem os novos, ao se implantarem com uma tecnologia avançada[5].

O crescimento econômico daquela região ocorreu de forma que reproduziu as desigualdades regionais e sociais de outras regiões do país, a concentração de renda e o não cumprimento da legislação trabalhista (desrespeito ao Estado "Democrático" de Direito), sobretudo nas atividades agropecuárias e madeireiras. Esses conflitos estão associados com a cumplicidade do poder público, com a grilagem de terras e com o desmatamento ilegal, dado que a fronteira é uma terra sem lei, uma vez que representantes dos pecuaristas, junto com os madeireiros e frações da sociedade civil regional delimitam um espaço de ação e intervenção sobre o território. Esses agentes interferem sobre a política local e estadual e estão também articulados nacionalmente. Seus interesses são defendidos por uma bancada suprapartidária, talvez a maior representação política presente no Congresso Nacional[6]. No Estado de Mato Grosso, o dinamismo econômico está fortemente atrelado ao setor agropecuário, e este, à constituição de complexos agroindustriais, como a do agronegócio. Assim, pode-se considerar que naquele Estado verificou-se um processo de expansão produtiva acompanhada de concentração fundiária e da estrutura produtiva agropecuária.

Este avanço da fronteira capitalista provocou sérios impactos causados ao ecossistema florestal, devido à exploração predatória da madeira, na estação seca. Quando as queimadas das áreas rurais e das áreas urbanas se intensificam, a poluição do ar e a temperatura tendem a

---

[5] FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade.* Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p. p. 10 e 13.

[6] Id. p. 42.

se elevar, ao passo que, a umidade relativa do ar diminui, provocando desconforto térmico e problemas respiratórios na população que vive próxima Às áreas mais comprometidas.

É possível observar que, nos últimos anos, os sistemas de exploração da madeira, na Amazônia, estão mudando as formas de fiscalização e aplicação de leis, uma vez que o madeireiro típico, que tinha a serraria e uma série de áreas de exploração próprias que o abasteciaM, controlando, muitas vezes, até a vida das comunidades das redondezas, deu lugar a um dono de serraria tipicamente urbano, que não quer se envolver com toda a burocracia dos planos de manejo, nem pode mais manter os esquemas de barracão que antes atrelava aos seus negócios a população local. Prefere, agora, comprar a madeira de terceiros, cujas toras são provenientes das pequenas áreas autorizadas de desmatamentos, sobretudo em assentamentos agrários, e já chegam na entrega da matéria prima com os papéis necessários para a comercialização do produto. Estudos mostram que, hoje, uma pequena parte da madeira extraída na Amazônia é legalizada por autorizações de desmatamento. O restante sai de áreas com planos de manejo regulares ou são ilegais, correspondendo à madeira roubada de unidades de conservação e áreas indígenas, principalmente.

Elder Andrade de Paula fez um importante estudo sobre o (Des)envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental, no qual sustenta que: '(...) ao jogar o jogo' da mercantilização da natureza, o Estado (no sentido ampliado) corroborou ativamente para maximizar a apropriação privada do patrimônio natural. É preciso inverter esse jogo, combater esse pragmatismo exarcebado, que relegou, em grande parte, aos 'mercadores da natureza' o destino da conservação da paisagem natural na Amazônia"[7]. Já em Mato Grosso, podemos afirmar que ocorre o desmatamento insustentável na Amazônia norte mato–grossense, através da associação de crescimento econômico, desmatamento e avanço do agronegócio em áreas de florestas, unidades de conservação, terras indígenas para usos e abusos dos recursos naturais, pois esta exploração ajuda a aumentar o desmatamento.

> Além do prejuízo direto da perda da floresta, o desmatamento provoca emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global da atmosfera. Em 1988, quando foi publicada a primeira avaliação oficial sobre o desmatamento na Amazônia, entre 1978 e 1987, a taxa média do período foi de 21.050 km2. Diante das críticas de ambientalistas e organismos internacionais, a resposta do governo foi o programa Nossa Natureza, de que resultou a criação do IBAMA (Lei nº 7.735 de 22/02/89) a partir da fusão de quatro entidades que atuavam na área ambiental: a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir daí o desmatamento anual diminuiu, atingindo o mínimo histórico de 11.030 km2 em 1991, véspera da Conferência Internacional do Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro (Rio-

[7] PAULA. Elder Andrade de. *(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza.* Rio Branco: EDUFAC, 2005 383p.

> 92). Já em 1992, porém, o desmatamento voltou a subir, até chegar ao máximo histórico de 29.059 km2 em 1995. Para conter essa escalada, o governo alterou, por meio de Medida Provisória, em agosto de 1996, o Código Florestal, ampliando a Reserva Legal (parcela da floresta existente em uma propriedade que não pode ser desmatada) de 50% para 80% em projetos agropecuários[8].

Para o Estado de Mato Grosso, o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) com as alterações promovidas pela Medida Provisória (Lei nº2166-67/01), determina que a Reserva legal seja de 80% do imóvel rural em áreas cobertas por florestas (incluídas as chamadas florestas de transição) e de 35% no cerrado.[9] A relação entre cultivo de soja e o desmatamento na fronteira norte mato-grossense deve ser analisada como uma das conseqüências do processo de expansão e concentração fundiária de renda, com grandes fazendas de gado e monocultura mecanizada (principalmente a soja), por parte de produtores de outras regiões do país que compram terra, com acesso ao capital e à tecnologia. Este processo tem provocado nos últimos anos uma pressão sobre a abertura de novas áreas, aumentando os conflitos pela posse e pelo uso da terra, com práticas de escravidão e desmatamento (ilegais) para conversão das florestas em pastagens ou lavouras. A questão econômica do norte de Mato Grosso caracteriza-se por retirada da madeira, avanço da pecuária com empresários capitalizados e demais profissionais da chamada fronteira consolidada, médio norte e sul mato-grossense, além de empresários do Sul e Sudeste do país e mais recentemente, empresários de outros países, como fazendeiros norte-americanos que estão comprando terras em Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Com a disponibilidade de terras e o investimento em infra-estrutura pelo governo Blairro Maggi, as chamadas PPPs, ocorreu um direcionamento da atividade madeireira e agropecuária para a região noroeste do Estado e a divisa com o Pará, provocando uma relação direta da expansão da agropecuária com o desmatamento[10]. Estudos mais recentes afirmam que a Amazônia exerce um papel fundamental na formação e no controle da incidência de chuvas no planeta, diferente do mito de "Pulmão do Mundo" difundido no início da década de 70 do século XX.

BIBLIOGRAFIA:

[8] HIGUCHI, Niro. *O desmatamento insustentável na Amazônia*. In: Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC. Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.

[9] Mato Grosso, Amazônia (i)Legal. Desmatamentos de Florestas em propriedades rurais integradas ao Sistema de Licenciamento Ambiental Rural entre 2001 e 2004. Brasília: Instituto Sócio Ambiental, junho de 2005.

[10] *Relação entre cultivo da soja e desmatamento*. São Paulo: Relatório de Pesquisa: Grupo de Trabalho de Florestas. Amigos da Terra – Amazônia, 2004.

BECKER, K. Bertha. **No Início do Século 21, a Geopolítica do Poder.** In: **AMAZÔNIA: O QUE FAZER?** Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 35.
BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** In: **Pontos e Bordados: Escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas/SP: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006. 106 p. p. 10 e 13.
GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Campinas/SP: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1986.
HAESBAERT, Rogério. ***Ser Gaúcho no Nordeste. TRAVESSIA: Revista do Migrante***. São Paulo: Publicação CEM. Ano VII, Nº 19, maio/agosto de 1994. P. 14.
HIGUCHI, Niro. **O desmatamento insustentável na Amazônia.** In: **Ciência Hoje – Revista da divulgação Científica da SBPC.** Rio de Janeiro: Vol. 39. nº 232, nov. de 2006. p.69.
MARTINS, José de Souza. *FRONTEIRA:* **A Degradação do Outro nos Confins do Humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997.
PAULA. Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos Missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005. 383p.
PINTO, Lúcio Flávio. A Última Página da Criação. In: AMAZÔNIA: O QUE FAZER? Revista da UnB. Brasília/DF: Ano i. Nº 2. Abril/Jun de 2001. P. 27.
PUTY, Cláudio. ALMEIDA, Oriana, RIVERO, Sérgio. **A produção mecanizada de grãos e seu impacto no desmatamento amazônico.** Rio de Janeiro: Revista Ciência Hoje. *Amazônia: o desafio mal começou.* Vol. 40, nº 239. Julho de 2007. P.47.
VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.* Corpo e Alma do Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 2. ed. 1979.
MOREIRA, José Roberto. **Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares**. SANTOS, Raimundo et. alli. Rio de Janeiro: Campus, 1998. P.120 a 133
Revista *POTENCIAL SINOP – 25 anos. Uma trajetória de sucesso.* Sinop/MT. 2000. p. 44
Disponível em: http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=4563&ano=2006 Acesso em 24 de maio de 2005 .

IDENTIDADE AGROECOLÓGICA E A DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Daniela Aparecida Pacífico[1]
Fábio Kessler Dal Soglio[2]

[1]Socióloga, Me. Desenvolvimento Rural – SLCN E-mail: danisociais@yahoo.com.br

[2]Agrônomo, Phd. Fitossanidade - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – E-mail: fabiods@ufrgs.br

GT 6 – Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Questões relacionadas ao multiculturalismo e a diferença são questões relevantes e tem aparecido com mais intensidade nas questões sociológicas que buscam explicar e/ou analisar, por exemplo, o rural brasileiro. Silva (2000) afirma que mesmo que tratadas de forma marginal as questões do multiculturalismo são reconhecidas como legitimas questões de conhecimento, e que o estranhamento acerca disso está no fato de inexistir uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença. O autor segue afirmando que o multiculturalismo está apoiado muito mais em uma vaga e benevolente tolerância e respeito ao tema da identidade e da diferença do que na proposta de construção de uma perspectiva teórica que não se limite a proclamar apenas a existência da diversidade, e sim discutir como são produzidas as identidades e as diferenças.

O estranhamento citado pelo autor talvez esteja vinculado ao fato de que nas Ciências Sociais a questão da identidade e da diferença está muito mais como periférica no contexto das abordagens generalistas do que na centralidade do debate. Os clássicos da sociologia se referem a esse tema em momentos distinto, e muito embora não destinem tempo à discussão, apontam a significativa contribuição da temática para o conjunto de suas análises. Nas Ciências Sociais, Emile Durkheim, por exemplo, se refere indiretamente à questão da identidade e da diferença quando reflete sobre os tipos de solidariedades, grau de coesão social que as sociedades atingem ou perdem.

Para ele a solidariedade mecânica deriva da aceitação de um conjunto de crenças e tradições comuns, onde "o que une as pessoas não é o fato de uma depender do trabalho da

outra, mas de toda uma gama de sentimentos comuns" (TOMAZI, 2000: 51). Quando a solidariedade mecânica está na base da coesão social, "a consciência coletiva envolve completamente a consciência individual, tornando os indivíduos muito próximos pela identificação" (Idem). A solidariedade orgânica pressupõe não a identidade, mas, antes, a diferença entre os indivíduos suas crenças e ações. "O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, necessidade que as pessoas têm uma das outras, em virtude da divisão social do trabalho" (Idem).

Outro exemplo interessante é na lingüística, onde: identidade e diferença são tratadas como atos de criação, elementos que não pertencem à natureza, que não são essências, mas que para existirem precisam ser produzidas ativamente por meio da linguagem e das significações. De acordo com Saussure os elementos da língua, os signos, não fazem sentido se considerados isoladamente, eles só adquirem valor se considerado em uma cadeia de outros conceitos. Dessa maneira, a linguagem enquanto sistema de diferenças se liga a outros sistemas como, por exemplo, culturais e sociais, e estes constituem variados e complexos atos lingüísticos, que definem as identidades. Silva (2000) afirma que a identidade e a diferença não podem ser entendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, elas são seres da cultura e dos sistemas simbólicos.

Isto dito, não significa afirmar que a "identidade e a diferença são definidas uma vez por todas pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhe dão definição" (SILVA, 2000:2).

Ocorre que a linguagem uma vez entendida como sistema de significação é ela também uma estrutura instável e indeterminada, colocando a identidade e a diferença também como indeterminadas e instáveis tanto quanto a linguagem da qual dependem. Essa característica define identidade e diferença como resultados de processos de produção simbólica e discursiva e conduz o entendimento de que também são relações sociais e estão sujeitas as condicionantes das disputas nos diversos campos de poder e grupos sociais. "O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes." (SILVA, 2000:3), e o fato de existir diferenciação precede a existência de disputa de poder.

A diferenciação é o processo central pela qual identidade e diferença são produzidas, sendo assim, "a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir." (SILVA, 2000:3). Seria como dizer que 'o que somos' trás consigo dizer 'o que não somos'. Neste ensaio inicia-se o debate por esta via, compreendendo a existência de lacunas e a necessidade de novas interpretações para o tema da identidade e da diferença nas Ciências Sociais. Entretanto, o exercício ainda preliminar é a reflexão sobre a

afirmação de identidades agroecológicas por meio das configurações terminológicas atuais na agricultura sustentável. Ou seja, afirmar identidade por meio de uma ressignificação da prática profissional – no caso, a de agricultor - pode ser não apenas a afirmação da identidade, mas pode ser também a marcação de uma fronteira do ponto de vista da diversidade de estilos de agricultura de base ecológica que as Agroecologias propõem.

Entender como são conduzidas as afirmações das identidades nos grupos sociais rurais que praticam agricultura de base ecológica, analisando quais os elementos de diferenciação que constroem e/ou contribuem para a ressignificação das identidades, é um componente estratégico para o desenvolvimento rural e para a construção do conhecimento Agroecológico.

Muito embora o tema seja instigante, este ensaio limita-se, por hora, a problematizar a temática, e não se propõe nesse momento a responder o desafio.

A proposta, portanto, é também trazer para a discussão sobre meio ambiente questões relativas à possibilidade de afirmação da identidade e diferença no que tange aos estilos de agriculturas de base ecológica, na tentativa de averiguar se a identidade e a diferença podem oferecer subsídios para interpretações das realidades rurais e das questões ambientais. Nessa perspectiva, este espaço de debate é fundamental para refletir se a agricultura de base ecológica pode fomentar a afirmação de identidades agroecológicas e/ou ressignificações, e se esses processos podem influenciar o próprio entendimento social acerca do campo e da prática das Agroecologias.

Assim cabe discutir também, questões acerca da clareza conceitual e prática do manejo de base ecológica, na intenção de tratar como a afirmação de identidades pode também significar a demarcação de fronteiras e a inclusão ou não de agricultores e agricultoras na perspectiva de produção ecológica. A presente problematização trás questões referentes à como se deve analisar e/ou compreender agricultores e agricultoras que praticam manejo ecológico em suas propriedades, mas não chegam a ser agroecológicos e, também, àqueles agricultores que são ecológicos/ecologistas e não se dizem agroecológicos. O que temos nesses casos? Qual o entendimento que estes agricultores têm de suas práticas? O agroecológico é diferente do ecológico? Essas e tantas outras questões refletem não só uma confusão terminológica, e um excesso de termos, mas também um processo contínuo de construção de um campo de conhecimento.

Sendo assim, a necessidade de se analisar adequadamente as definições, buscando-se associá-las, é uma tentativa de articulação teórica e prática com vistas à reflexão de novas estratégias para o desenvolvimento rural no Brasil. Na expectativa de contribuir para o debate e apresentar outras formas de olhar os desdobramentos da Agroecologia, este ensaio irá

apresentará, primeiramente, como a Agroecologia tem se referido a sua prática, e assim buscar aspectos orientadores para definição dessa prática. Em seguida, se irá buscar nas Ciências Sociais elementos para discutir identidade e diferença entre os agricultores e agricultoras que realizam alguma prática ecológica. E, finalmente, o ensaio irá concluir apresentando considerações sobre identidades agroecológicas e a demarcação de fronteiras.

Práticas de base ecológica implicam a operação de incluir e excluir?

Os estudiosos da Agroecologia sugerem definições diferenciadas para Agroecologia enquanto "campo de conhecimento" (usa-se maiúscula) e agroecologia enquanto "prática" (usa-se minúscula). No Brasil, a definição mais usual para Agroecologia/agroecologia está em torno de: campo de conhecimento que pretende o manejo ecológico dos elementos naturais e a conservação da sociobiodiversidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Por hora, a distinção se faz necessária por ser a Agroecologia ora um campo de conhecimento, ora um amplo "guarda-chuva" conceitual que reúne teoria e prática. Embora evidentemente interligadas, especialmente pela unânime adoção do enfoque sistêmico, as duas posições conceituais do termo se posicionam em campos diferentes de atuação, separadas pelo tratamento diferenciado que as formas de conhecimentos ainda recebem, divididas entre o saber acadêmico e o saber comum, por vezes criando-se situações de conflito pela guarda de um nome.

Assim, pode-se pensar Agroecologia como campo do conhecimento, academicamente consolidado como tantos outros, sem necessariamente diferenciar-se da denominação para suas práticas[1]. Entretanto, mesmo estando generalizado o uso de agroecologia designando o campo das práticas de agricultura de base ecológica, torna-se hoje necessária uma denominação das práticas que consiga ser mais includente, reconhecendo como agroecologia todas as pequenas ações de base ecológica, não apenas as tipologias "puras" que se está adotando como para 'agricultura agroecológica'. É fato a existência dentro do campo da produção de base ecológica de uma tendência às diferenciações, e isso aponta para

[1] Á exemplo sugere-se a reflexão: A Agronomia enquanto pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que reuni áreas de conhecimentos é campo de conhecimento, e enquanto ferramentas de atuação no campo da assistência técnica é prática. No campo de conhecimento agronômico o foco está vinculado à pesquisas especializadas e podem ser referentes à fitossanidade, fitotecnia, zootecnia, solos, etc. Assim, agronomia enquanto ferramenta de manejo é técnica e também conhecimento práticos acumulado pelos atores sociais. Isso ocorre também com outras áreas do conhecimento nas diferentes áreas das Ciências, que possuem uma orientação quase metafísica – com princípios, teorias e métodos apropriados - e as ferramentas de ação na sociedade.

tratamentos diferentes que não podem ser excludentes no próprio campo da Agroecologia como campo do conhecimento.

A Agroecologia, que também estuda diferentes experiências (ou escolas) de agricultura com vistas à sustentabilidade (orgânica; natural; ecológica; biodinâmica; etc.), trabalha com a definição de estilos de agriculturas e agricultores, e trás para si a riqueza e a complexidade do meio rural. E, somente compreendendo a diversidade dos estilos de agriculturas é que se pode compreender a diversidade de maneiras de se fazer agroecologia, sem ser necessário recorrer aos tipos ideais agroecológicos - se assim pudermos ousar nos referir. O risco em cercear a denominação e o conceito de agroecologia é de restringi-lo.

Ao pretender desenvolver uma agricultura sustentável, a Agroecologia deve dar elementos e possibilidades para o maior número possível de agricultores se enxergarem no processo e trazer para seu sistema discursivo e simbólico imagens que traduzam a sua inclusão e o seu pertencimento. Os indivíduos classificam, incluem e excluem os elementos significativos que compõe a identidade durante os processos de interiorização de novos conhecimentos e práticas.

Nesse sentido, trazer para a discussão a necessidade de se atentar para o conhecimento local e a prática da Agroecologia, de forma que ela seja compreensível e atingível, passa a ser uma necessidade para o avanço da própria construção do campo de conhecimento, que por sua vez não se trata de uma questão recente. Embora definida anteriormente em outros países, a Agroecologia se coloca relevante no Brasil desde a década de 1970, quando o termo "agricultura alternativa" – usado para contrapor a agricultura industrializada – se expande e não dá conta de se manter ativo e atuante enquanto proposta de novo paradigma para o desenvolvimento rural. A questão, ou gargalo, nesse caso, foi à relação de dois elementos fundamentais constitutivos: a teoria e a prática. O movimento da agricultura alternativa passa a perder forças devido ao seu caráter excessivamente prático, e a crítica contundente foi referente ao pragmatismo da proposta, muito mais de enfrentamento e resistência, seguidamente referenciado como "militância", do que de cunho teórico acumulativo e propositivo.

Essa afirmação tem sido refletida hoje, e é traduzida, por exemplo, na enorme quantidade de material produzido pela academia, pelas organizações não governamentais (ONG) e pelos próprios movimentos sociais sobre o conceito de Agroecologia. O Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) exprime essa necessidade construída pós 70, quando a maior parte dos resumos publicados no congresso busca, primeiramente, conceituar Agroecologia. Ao observar outras ciências, por exemplo, nota-se que não há necessidade de

conceituá-las para desenvolver uma temática. Não é necessário definir o que é Sociologia para discutir as relações sociais de identificação que geram a problemática da identidade e da diferença. Igualmente, a Agroecologia precisa avançar nesse sentido. Isso dará mais propriedade à ciência.

Dito isto, cabe retomar a proposta deste item, ou seja, destacar como a Agroecologia tem se referido a sua prática, para então refletir acerca de como a agricultura de base ecológica pode fomentar a afirmação de identidades, ocasionando ou não a demarcação de fronteiras includentes e/ou excludentes na dinâmica busca pela sustentabilidade. Assim, selecionou-se alguns dos estudiosos no campo da Agroecologia para iniciar este diálogo, com a ressalva de que no momento de reelaboração desse ensaio esse tema será retomado e refeito detalhadamente.

Iniciando pela escola americana, para Altieri (2004), a agroecologia consiste no desenvolvimento de técnicas para a produção sustentável em um agroecossistema mantendo o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solos, microorganismos, umidade, etc., implicando na sua conservação e ampliação da biodiversidade. Na mesma linha de reflexão, agroecologia para Gliessman é a "aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis" (GLIESSMAN, 2005: 54). Sevilla Guzmán (2005), um dos estudiosos sobre a temática agroecológica na Europa se refere à agroecologia como manejo ecológico dos recursos naturais por meio da ação coletiva. Para este pesquisador a Agroecologia aparece muito mais como campo de conhecimento do que como prática. Os dois primeiros autores abordam muito mais as questões produtivas da Agroecologia do que as questões organizativas. Se para Guzmán (2005) a Agroecologia é uma ciência que tende a reforçar a resistência dos camponeses ao capital, ela, sobretudo, amplia o poder de integração dos produtores e consumidores.

Muito mais interessados em definir a Agroecologia enquanto ciência, estes autores não se prendem a definir agroecologia enquanto prática. Subentende-se que a agroecologia é uma prática de base ecológica, que inclui no seu campo de conhecimento a diversidade de estilos de agricultura de base ecológica, e que essa base ecológica deve ser reelaborada segundo a dinamicidade e a diversidade local. Considerando que a prática da agricultura não está descolada dos processos de construção e ressignificação da identidade socioprofissional, e que a ressignificação contribui não apenas para o agricultor se reconhecer como agroecológico, orgânico, natural, biodinâmico, ou associado a qualquer outro estilo de agricultura, mas também para se diferenciar dos de fora e dos de dentro de um projeto de sustentabilidade, pode-se afirmar que a terminologia "de base ecológica" é mais includente do que a própria

terminologia “agroecológico”. De alguma maneira, essa terminologia não restringe o campo de atuação do próprio conhecimento Agroecológico.

Outros elementos para se pensar essa relação está no item a seguir, onde a reflexão é acerca da identidade e da diferença na relação com as práticas de base ecológica.

A identidade e a diferença na relação com a agricultura de base ecológica

O processo de classificação é central na vida em sociedade. Todas as sociedades classificam, desde as consideradas primitivas até as ditas sociedades complexas. Classificar é ordenar o mundo em que se vive, e essa classificação está relacionada segundo a forma como as sociedades e/ou os grupos humanos veem o ambiente que os cerca. Para Lévis Strauss, por exemplo, o pensamento selvagem se exerce primeiramente sobre as categorias sensíveis, ou seja, segundo as primeiras classificações que as sociedades fazem acerca do mundo (DESCOLA, 2009), e ele vai se complexificando ao longo das ressignificações e reclassificações exercidas pelos grupos humanos.

Segundo Silva (2000), a identidade e a diferença mantêm estreita relação com o movimento classificatório. Para ele, “as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade” (SILVA, 2000: 3). Isto é, a classificação do mundo social é hierarquizada, e valores diferentes são atribuídos quando da classificação. Isto, devido ao fato das normas e regras sociais juntamente com os valores e os costumes de uma sociedade cristalizarem atitudes, e o próprio habitus dos indivíduos. A classificação, nesse caso, carrega o ponto de vista, as diretrizes, dos elementos constituídos estritamente em sociedade.

Uma das formas de classificação mais relevantes é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, ou seja, em torno de classes polarizadas. Silva (2000), ao citar Jacques Derrida, diz que as oposições não são só simples divisões do mundo, mas elas expressam que há privilégios de um dos lados; que um recebe valor positivo e o outro recebe carga negativa. Silva (2000), afirma que as identidades e diferenças ordenam-se por oposições binárias e que questionar como se dão essas relações na produção das identidades e da diferença é também “problematizar o binarismo em torno dos quais elas se organizam” (SILVA, 2000: 4).

Aqui, mais que discutir as formas de classificação e como elas mantêm uma estreita relação com a identidade e a diferença, busca-se problematizar que as classificações também são refeitas, as sociedades “reclassificam” antigas e até mesmo as novas questões, e que nesse processo de dar novos nomes e refazer suas próprias práticas, os grupos exteriorizam mesma “coisas” e interiorizam “coisas” novas. Esse processo de interiorizar e exteriorizar diz respeito

ao conceito de habitus, de Pierre Bourdieu. Para este autor, o habitus trata-se de um conhecimento adquirido associado a algo cristalizado, embora, envolve uma capacidade inventiva, criadora. A partir de um código comum os atores sociais atualizam/ressignificam o conjunto de esquemas sociais que lhes é implantando pela sociedade. Para Bourdieu (2001:108), "[...] as realidades sendo em primeiro lugar representação dependem tão profundamente do conhecimento e reconhecimento." Através do habitus o exercício de conhecimento e reconhecimento define-se como a partilha de um código comum que valoriza e dá seqüência ao processo de interiorização e exteriorização dos costumes, normas e regras.

Se as classificações são feitas a partir do ponto de vista das identidades e se estas implicam a operação de incluir e excluir os elementos dos sistemas das representações, e se, por exemplo, ao dizer "sou brasileiro" digo que não sou de outra nacionalidade, a analogia que se propõe é no sentido de dizer que se "sou agricultor agroecológico" é que no conjunto da ressignificação, seja por meio do discurso e dos símbolos, houve uma peculiar operação de deixar fora algo que foi utilizado para compor o de dentro. Melhor dizendo, ser "agricultor agroecológico" está carregado de um especial significado de diferença. O agricultor, primeiramente, não é convencional. Ele se opõe ao agricultor que tem suas práticas produtivas baseadas em insumos exógenos de base industrial. Mas este agricultor pode estar se opondo também ao seu "semelhante".

A afirmação "sou agricultor agroecológico" - de pertencimento ao campo de conhecimento da Agroecologia -, carrega uma oposição também entre seus pares que também pertencem ao campo de conhecimento da Agroecologia, mas com outra nomenclatura. Isso reflete dúvida, como, por exemplo: será o agroecológico diferente do orgânico, do ecológico, do natural, do biodinâmico, etc.? Se entrarmos na "seara" das posições políticas que estes termos assumiram no campo das políticas públicas veremos que são sim diferentes, e que cada política dá um foco de desenvolvimento para estes termos, inclusive fomenta as suas lógicas de gestão. Ao mesmo tempo é a Agroecologia que fomenta a diversidade de modalidades e estilos de agricultura de base ecológica. Seriam estes termos apenas variações terminológicas no campo da política tomam conotações diferenciadas? Cabe aqui também refletir sobre isso.

As questões sugerem o debate acerca da relação da temática da identidade e da diferença juntamente com as questões da Agroecologia enquanto fomentadora de modalidades/estilos de agricultura de base ecológica. Do mesmo modo, é relevante refletir como a definição e a simplicidade terminológica potencializa a compreensão e o próprio reconhecimento, ora também ressignificação, dentro dos sistemas simbólicos e discursivos.

Algumas considerações

Este ensaio buscou instigar e/ou potencializa o debate acerca da construção do conhecimento Agroecológico com a preocupação de contribuir substancialmente para a teorização da Agroecologia no campo de suas práticas, principalmente, no que tange ao uso de termos precisos que incluam a diversidade de maneiras de se fazer agroecologia. Julga-se que ao usar a terminologia "de base ecológica" há inclusão de um grande número de praticantes da ecologia na agricultura.

Esta afirmação está muito baseada nas observações de campo, onde é comum os agricultores se referirem ao tal 100% agroecológico. Neste caso, surgem outras questões, como: o que é esse 100% agroecológico? Quem define? E como essa definição deixa dentro do conceito e fora ao mesmo tempo? Será que a fragmentação poderá levar ao enfraquecimento da proposta da sustentabilidade? Preocupada com essas questões e com a necessidade de trazer para o campo de conhecimento da Agroecologia também aqueles praticantes de algum manejo agroecológico é arriscou-se a rascunhar este ensaio, também na intenção de receber contribuições mais que construtivas, e sim contribuições que realmente avancem na teorização sobre as práticas sustentáveis para a agricultura.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre – Ed. UFRGS. 2004.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

DESCOLA, F. Lévi Strauss. Estudos Avançados 23. São Paulo: Edusp, 2009.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

TOMAZI, N. D (org.). Introdução à sociologia. 2 ed. São Paulo: Atual, 2000.

IDENTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE PLANTAS NATIVAS MATRIZES: COMPARTILHANDO SABERES

CORREIA[1], João Roberto; SANO, Sueli Matiko[2]; BRAGA, Ligier Modesto[3]

1.Pesquisador da Embrapa Cerrados, doutor em Ciência do Solo/Etnopedologia. jroberto@cpac.embrapa.br;
2.Pesquisadora da Embrapa Cerrados, doutora em Ecologia. sueli@cpac.embrapa.br;
3.Estudante de graduação em Geografia, Universidade de Brasília. ligierbraga@gmail.com;

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A relação do homem com o ambiente é, antes de tudo, uma via de mão dupla: os seres humanos recebem influências do ambiente para seus modos de vida, que por sua vez provocam modificações em todo o ambiente que os cerca. A afirmação de Ingold (1992) de que nenhum ambiente está completamente criado, está sempre em processo de criação, reforça a compreensão de que a interação homem x ambiente está sempre presente.

Nesse sentido, trabalhos com comunidades que têm por objetivo fortalecer a relação de equilíbrio entre pessoas e o ambiente assumem uma grande importância, considerando ainda que "a história de um ambiente natural é a história das atividades de todos os organismos, humanos e não humanos contemporâneos e ancestrais, que contribuíram para a sua formação" (Ingold, 1992).

Por essa razão, o presente trabalho apresenta uma experiência realizada junto a um grupo de jovens da comunidade Água Boa 2 que, por meio da estruturação de um viveiro de mudas, vem construindo saberes acerca dos processos de produção de mudas (principal atividade), bem como do aprofundamento do entendimento de características do ambiente que permitam utilizá-lo de maneira sustentável e, ao mesmo tempo, ajudar a reconstruir a paisagem que foi degradada. A construção desse viveiro foi fruto da mobilização dos jovens da comunidade com o apoio técnico de pesquisadores e estagiários da Embrapa Cerrados, e está relatada em artigo no 3º. Encontro da Rede Rural em 2008 (Correia et al. 2008).

Nesse sentido, foram realizadas oficinas para identificar as plantas da vegetação nativa do Cerrado que possuem potencial para fornecer material vegetativo e sementes para a formação das mudas.

Nessa atividade, pretendeu-se não apenas “informar” como se identifica uma matriz, mas também compartilhar conhecimentos presentes nos técnicos responsáveis pela oficina (uma botânica, um agrônomo e uma estudante de geografia), nos jovens e em membros adultos da comunidade que acumularam saberes sobre a vegetação nativa do Cerrado.

Essa troca de saberes pode ser uma ferramenta importante para aglutinar jovens de comunidades rurais e fortalecer os laços entre estes e seus pais, utilizando as experiências construídas sobre o ambiente que os cerca. Essa prática pode contribuir, ainda, para fortalecer nos jovens a sua capacidade de reflexão e observação, aproveitando o conhecimento que já possuem e permitindo o compartilhamento de outros conhecimentos que possam enriquecer o que já possuem.

OBJETO DA PESQUISA

O trabalho foi realizado no mês de março de 2010 junto ao grupo de jovens da comunidade Água Boa 2, município de Rio Pardo de Minas, que trabalham com a experiência de um viveiro comunitário (Correia et al, 2008). É parte de um projeto de pesquisa da Embrapa Cerrados, intitulado “Avaliação participativa da aptidão agroecológica e extrativista das terras de agricultores familiares do território do Alto Rio Pardo (MG) para construção de sistemas de produção em bases ecológicas”, que vem atuando no sentido de construir conhecimentos sobre o ambiente e seu uso por meio do compartilhamento de saberes locais e técnicos. Uma das ações desse projeto é junto aos jovens, onde a estruturação de um viveiro foi o mote para aglutiná-los. Para que o viveiro possa ter continuidade e avançar na sua organização e estruturação, uma etapa fundamental é a identificação de matrizes, ou seja, plantas que servirão de fonte de sementes e de material para enxertia que alimentará a formação de mudas. Nesse sentido foram realizadas duas oficinas para identificação de matrizes, sendo uma teórica, com diálogos sobre o que representa uma matriz de planta e outra prática com a identificação no campo de plantas com potencial para matrizes.

METODOLOGIA

Para realizar as práticas voltadas para identificação de matrizes, partiu-se da experiência acumulada pelos jovens sobre produção de mudas no viveiro. Essa experiência foi potencializada

através de um curso de formação de mudas, realizado em dezembro de 2009 na comunidade, onde técnicos da Embrapa Cerrados orientaram a produção de mudas enxertadas. Essa prática, resultado de uma demanda do próprio grupo de jovens, fortaleceu as iniciativas de observação de como produzir uma muda, quais as qualidades que a planta matriz deve ter para que o material vegetativo (galho) dela possa dar origem a uma planta de qualidade. Retornamos a esse diálogo no mês de março de 2010, quando realizamos as oficinas sobre matrizes. Utilizando técnicas como diálogos em grupo, troca de experiências teóricas e práticas entre técnicos e membros do grupo de jovens, estão sendo construídos conhecimentos sobre a identificação de plantas matriz.

Diálogos buscando conceito de matriz

No primeiro dia da oficina, iniciamos o diálogo levantando os entendimentos sobre o que é uma matriz. Uma jovem fez a seguinte afirmação:

> "...a farmácia, fala que é matriz, a igreja matriz, então é uma coisa que tem uma certa idade e tem uma história por trás daquilo, tem uma importância e (...) um valor e que através dela vieram outras fazendo a mesma história. Então aquilo ficou marcado" (Sirlene, 19 anos).

Na conversa, os diálogos se superpunham, um jovem complementando o que o outro dizia:

> "Da árvore principal vai vir outras..." (Didi, 20 anos) "tipo uma mãe; uma mãe teve vários filhos; então a matriz quem sabe não é uma árvore que dela já tem filhos, às vezes produzindo ou não" (Sirlene, 19 anos).

Indagados sobre o que seria uma árvore matriz, uma jovem afirmou que é uma árvore velha. Outra afirmou que é uma árvore que já produziu alguns anos e a gente já experimentou os frutos dela e sabe que é bom.

A partir dessas afirmações foi sendo construído o conceito de matriz genética, buscando uma definição que permitisse compreender o seu significado e, assim, ser possível identificar no campo quais as árvores que teriam essa função. As afirmações iniciais foram muito interessantes para que o imaginário dos jovens pudesse ser externado, abrindo a possibilidade de enriquecimento dos saberes sobre plantas e sua multiplicação. Após as afirmações dos jovens, a instrutora fez algumas colocações sobre o que seria uma árvore matriz do ponto de vista botânico.

Afirmou que uma árvore matriz tem uma diferença das outras, deve ter algumas qualidades como frutos bons, sadios. Essas qualidades estão na dependência da finalidade principal da planta.

> “Os critérios para seleção de matriz são variáveis, de acordo com a finalidade do material, no caso a planta. Para uso como fruta, deve ser considerado o sabor, a textura, a cor, o aspecto visual. Para fins de uso como lenha, deve ser boa para queimar, produzir muitos galhos, mas uma árvore para madeira terá que ter tronco grosso, alto, sem muitas ramificações. A distância e a facilidade de acesso também são importantes para definir uma matriz, pois se é muito difícil o acesso à planta, é pouco provável que dela sejam retirados frutos” (Instrutora da oficina).

Para essa identificação foi destacado que o conhecimento deles e dos seus parentes sobre plantas e seus ambientes de ocorrência é fundamental, pois as qualidades variam, além do tipo de uso, de local para local, de ambiente para ambiente. Por isso não se pode escolher qualquer planta como matriz. No caso de não haver mais plantas sadias e adequadas para servir como matrizes na área da comunidade, deve-se buscá-las em outros locais.

Sobre uso, foi dialogado com o grupo buscando identificar a partir do ponto de vista local, quais os usos relacionados com as plantas. Neste momento os próprios jovens começaram a identificar os usos e respectivas plantas. Compreendido que as características buscadas em cada matriz dependia primeiramente da sua finalidade, os jovens por si só começaram a apontar certas plantas que serviriam a determinado uso. Num primeiro momento, os jovens faziam referência apenas aos usos citados pela instrutora (madeireiro, alimentar, medicinal). Mas com o desenrolar dos diálogos, outros usos advindos de seus próprios conhecimentos vieram à tona e puderam ser acrescidos ao diálogo: uso artesanal, ornamental e para recomposição de áreas degradadas.

Foi consenso que plantas muito novas e muito velhas não seriam boas matrizes.

> “muito nova é criança ainda (...) nem tão vovó mas nem tão nova” (Didi, 20 anos).

Esse diálogo inicial foi muito importante pois além de buscar “falar a mesma língua” no que se refere à matrizes de plantas, trabalhou-se com o imaginário dos jovens que puderam ajustar os conceitos a partir dessa conversa com técnicos. A troca de saberes foi muito rica, pois do lado dos jovens, a contribuição para o diálogo se deu a partir do conhecimento e de sua interação com o ambiente que é muito grande, uma vez que vivem seu dia a dia estreitamente relacionado com ele.

Nesta oportunidade a pesquisadora comentou que seria interessante verificar a época de produção de frutos e sementes das plantas com potencial para matrizes. Uma das jovens, coordenadora do grupo (Didi) afirmou que esta lista eles já possuem (resultado de um trabalho feito anteriormente por eles com ajuda de um estudante de biologia e que culminou em uma cartilha).

Diálogos sobre identificação de matrizes no campo

No dia seguinte, após os diálogos iniciais sobre as qualidades de uma planta matriz, os pesquisadores fizeram a proposta de caminharmos nas proximidades para que o grupo de jovens pudesse identificar algumas plantas que eles consideravam como matrizes. Foi sugerido pelo grupo que iniciássemos pelo araticum, jatobá, pindaíba e pequi.

Na árvore de araticum, foi realizada uma avaliação da qualidade da planta. Verificaram, inicialmente, os frutos, sua sanidade e o aspecto geral da planta. Neste momento, estava presente a Da. Madalena, proprietária do terreno onde estava o pé de araticum. Perguntamos a ela se aquela árvore sempre produzia muitos frutos daquele tamanho (eram frutos pequenos) e ela respondeu:

> "não, quando ele dá frutos, ele dá de cabeça grande. Este ano deu bastante, mas frutos pequenos" (Da. Madalena, 68 anos).

Sobre este comentário, uma jovem fez uma observação, a partir do que aprendeu em outros cursos e que ajuda a realizar manejos na planta para que ela produza frutos maiores:

> "... a goiaba mesmo, se der muito, tem que tirar algumas, deixar só uma por galha para ela crescer, senão tira a força" (Sirlene, 19 anos).

Com base nessas observações, e depois de provar o fruto do araticum, o grupo concluiu que esta seria uma boa planta para matriz.

A próxima planta visitada foi uma árvore de jatobá. Debaixo de sua copa foi realizado um diálogo sobre a sua potencialidade para matriz. Concluiu-se que ela tinha características adequadas para produzir mudas para madeira. Em relação à produção de frutos, existem plantas de jatobá com frutos mais saborosos, mas é possível aproveitar também os frutos dessa planta.

Uma questão importante para identificação das plantas matrizes é colocar uma marca nelas, como uma plaquinha de metal, para que ela não seja derrubada. Essa também foi uma questão discutida com o grupo, ou seja, lembrar que o fato de estar com uma marcação não impede que outras

pessoas coletem frutos dela. O trabalho é de proteger aquelas plantas matrizes de sua destruição, mas não impedindo o seu uso sustentável.

A próxima planta visitada foi um pequizeiro, que, segundo os jovens, seria uma planta ideal para matrizes.

> “Os frutos dele são os primeiros a cair ” (Didi, 20 anos)”

Alguém comentou que deveria ficar um cheiro forte quando os frutos caíam, mas Didi afirmou:

> “Não dá pra cheirar não, porque eles são tão queridos que quando caem, tudo mundo já pega os frutos”.

Ela acrescentou, ainda, uma característica importante desta planta:

> “Se pensar que vai comer o fruto no mesmo dia que cai, é engano” (Didi, 20 anos).

Essa é uma informação muito importante, pois o consumo do fruto (que fica protegido por uma casca espessa) só se desprende com facilidade no dia seguinte à queda do fruto da árvore. Essa característica é muito favorável, especialmente para o transporte de frutos a longas distâncias. A partir das vantagens de se ter aquele pequizeiro como uma boa matriz, surgiu a idéia de nomeá-lo no sentido de facilitar a sua marcação e identificação, facilitar a popularidade de suas mudas entre os compradores na feira e, como sugeriu a instrutora, “quem sabe se tornar uma variedade”. A partir da sugestão de uma jovem, ficou concensuado de que o nome seria uma homenagem à dona do terreno onde fica o pequizeiro: pequizeiro Madalena. Todos também concordaram de que essa sugestão seria apresentada à D. Madalena para obter sua autorização.

A próxima planta foi uma árvore de pindaíba. Nela também foram identificadas qualidades para produção de mudas voltadas para madeira. Segundo os jovens, são excelentes também para recomposição de vegetação em nascentes, pois elas se desenvolvem muito bem nesses locais.

Ao final das atividades, uma questão importante foi levantada pelo grupo. Como eles já estão vendendo mudas na feira da cidade de Rio Pardo de Minas, que ocorre aos sábados, muitos jovens não conseguem responder as perguntas feitas pelos compradores sobre a origem das mudas, características da planta mãe, etc. Concluíram que o trabalho de identificação de matrizes vai ajudar bastante a sanar esse problema, pois todos poderão saber quais as características das plantas mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diálogo sobre matrizes para alimentar a produção de mudas do viveiro tem permitido aprofundar o pensar e o visualizar o ambiente não só do ponto de vista da produção, mas também da importância de ver o ambiente como parte de cada pessoa que nele vive. Assim, podemos recorrer mais uma vez a Ingod (1992) em sua afirmação de que "adquirir conhecimento do ambiente e prática produtiva representam faces da mesma moeda", entendendo prática produtiva como o conjunto de ações voltadas ao produto do viveiro em si (mudas) e produção de conhecimento.

Ficou claro que a construção do conhecimento sobre matrizes deve ser o resultado de troca de saberes entre os jovens, destes com outros membros da comunidade (adultos) e com técnicos que estejam dispostos a trocar conhecimentos (muitas vezes os técnicos têm dificuldades em reconhecer o conhecimento local). Percebeu-se ainda que a identificação de matrizes no campo foi importante para o exercício da troca de experiências, no momento, por exemplo, em que D. Madalena enriqueceu a informação sobre a produção de frutos do araticum.

Nas duas oficinas realizadas (teórica e prática), foi interessante observar nos jovens a forma gradual com que eles foram se inteirando acerca do assunto matrizes. Na oficina teórica, onde foi construído o conceito de matriz, alguns arriscaram algumas definições. Mas foi na oficina prática que a maioria se manifestou e se sentiu mais à vontade, sobretudo na identificação das plantas, seus usos, reflexo do conhecimento que cada um.

Outra questão que merece destaque refere-se ao diálogo inicial sobre matrizes estabelecido entre jovens e técnicos. Pelas colocações dos jovens, a definição que apresentaram sobre matriz assume uma outra dimensão, mais ampla do que o proposto pela botânica. Na realidade, todos estavam buscando uma representação do mundo natural a seu modo. Conforme assinalado por Lima (1998):

> "Mesmo uma questão aparentemente simples e técnica – como a escolha de um espécime da flora ou da fauna e a indicação das características exemplares da hidrografia ou do relevo que definem um determinado espaço rural – muitas vezes, não é consensual"(pg31).

Mesmo não sendo consensuais, as definições podem se complementar, uma vez que o que se pretende é compreender como identificar características de uma planta visando sua multiplicação por meio da produção de mudas. Quando uma jovem afirma que “é uma coisa que tem uma certa idade e tem uma história por trás daquilo”, ela visualiza que uma matriz carrega “tradições”, o que é uma qualidade de uma planta matriz. Mas ao mesmo tempo, para que esta planta possa gerar novas plantas e que estas possam produzir segundo as necessidades do ambiente e do uso pelas pessoas, a idade passa a ter uma importância, uma vez que plantas muito velhas ou muito jovens normalmente não são boas matrizes, pois não estão numa fase vegetativa apropriada para produção de sementes e material vegetativo de qualidade.

Nessa atividade, pudemos observar ainda a importância do técnico como mediador social. Na construção de conceitos acerca de matrizes de plantas, buscou-se construir uma definição que tornasse efetivo não apenas o uso do conceito, mas também a sua operacionalidade, para que sua função seja exercida para atingir o propósito que todos almejavam, ou seja, a produção de mudas de qualidade que atenda às necessidades ambientais e do mercado que busca tal produto, associando a conservação ambiental com a geração de trabalho e renda para os jovens da comunidade. Nesse sentido, vale destacar a citação abaixo da Profa. Delma Pessanha Neves acerca do papel dos mediadores:

> “Os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos”(Neves, 2008, pg 10).

Este pano de fundo é fundamental quando técnicos e pesquisadores buscam não apenas transferir informações técnicas, mas compartilhá-las em uma via de mão dupla. Tudo isso no sentido de construir conhecimentos que permitam dar autonomia aos grupos sociais que estão na busca de saberes compartilhados para exercerem de fato seus papeis de cidadãos. Exercer, por conseguinte, o papel de agentes de transformação das realidades que não se coadunam com suas necessidades e, no caso em questão, com as necessidades que o ambiente natural exige.

O presente trabalho ainda continua em andamento. Sua próxima etapa será o retorno dos técnicos e pesquisadores à comunidade para verificar e dialogar sobre o progresso na identificação das

matrizes e na forma como o grupo desenvolveu o processo, a partir de atividades que foram programadas nas oficinas (teórica e prática) de março de 2010. Este trabalho com o grupo de jovens pode ser considerado como uma estratégia para construir saberes e consciências acerca do desafio de equilibrar o uso e a conservação ambiental, uma vez que permitiu compartilhar conhecimentos de diferentes atores sociais (jovens, adultos, agricultores, estudantes, pesquisadores) sobre percepções do ambiente relativas às plantas do Cerrado como matrizes para produção de mudas.

BIBLIOGRAFIA

CORREIA, J.R.; CAVECHIA, L.A.; BUSTAMANTE, P.G.; FERNANDES, S.G.; SANO, S.M.; LIMA, I.L.P.; OLIVEIRA. W.L. Mobilização de jovens agricultores da Comunidade Água Boa II do município de Rio Pardo de Minas, MG na construção do viveiro comunitário e no aproveitamento alimentar de frutos do Cerrado. In: 3º. Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campina Grande, 2008.

INGOLD, T. Culture and the perception of the environment. London: Routledge Ed., 1992.

LIMA, R.B.Natureza: uma categoria social. In: DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L.deS. Tristes Cerrados. Sociedade e Biodiversidade. Brasilia, Paralelo 15, 1998.

NEVES, D.P. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre, UFRGS, 1ª. ed., 2008.

LE « ROLE DES "CONSOMMATEURS" DANS LA CONSTRUCTION D'UN ACCORD ENTRE AGRICULTEURS ET ENVIRONNEMENTALISTES

STASSART Pierre Marie
Université de Liège, Professeur Associé
p.stassart@ulg.ac.be

GT06 : Meio ambiente e ruralidades : possibilidades e limites de desenvolvimento

Introduction

La sociologie de la consommation est fortement axée sur une compréhension des comportements d'achat (et secondairement d'utilisation) à partir de dynamiques qui relèvent des rapports sociaux : elles accordent donc une place importante à des facteurs tels que la distinction culturelle, les processus identitaires, la diversification des styles de vie, la mobilité des biens et des messages. Le consommateur est moins un usager qu'un communicateur ou plus exactement c'est un « choisisseur » qui se prononce en fonction de la valeur communicationnelle de ses consommations. Mais ce type d'analyse ne peut ignorer complètement toute une série de consommations qui ne relèvent pas de ce type de consommation communicationnelle, notamment celle des biens de consommation domestique (eau, gaz, électricité). Leur usage pèse à la fois sur le budget des ménages et sur les conséquences environnementales de leurs modes de production. Ce qui pousse à leur consommation les relie de manière complexe au volume des ressources consommées selon des dynamiques très différentes. Ces systèmes d'approvisionnement (Systems of Provision) sont des « systèmes socio techniques » qui combinent des technologies et des formes d'organisation. On peut ainsi montrer comment le consommateur est un utilisateur affecté de façon structurelle par le processus d'électrification (Thomas Hughes ,1983) mais qu'il n'y est pas vraiment impliqué comme un agent de changement à la manière des investisseurs, des ingénieurs, des gestionnaires… Il est alors pratiquement difficile de dire s'il vaut mieux agir sur les « infrastructures » de production et de distribution de ces biens ou sur les styles de vie de ses usagers qui les accompagne, les informe et influence leurs actes d'achat individualisés.

La sociologie marchande (Cochoy 2002, Cochoy & Dubuisson-Quellier 2000) s'est intéressée au travail de médiation entre ces extrêmes, qui aboutit à la construction de figures

de consommateurs. Entre vendeur et acheteur, tout un travail de construction est effet nécessaire pour aboutir à l'échange, en aval, du travail de mise en forme de l'offre selon des critères différents de ceux de la production qui jouent ainsi un rôle de prescription (Hatchuel 1995) . Ceci aboutit fréquemment au paradoxe de consommateurs définis par les distributeurs, les organisations consuméristes, mais assez peu par les principaux intéressés, sauf lorsqu'ils finissent par s'identifier à ces portraits d'eux-mêmes construits en dehors d'eux.

Un point de vue opposé consiste à considérer comment le consommateur peut devenir non pas le résultat d'une construction du marché ou l'aboutissement du travail de représentation d'un système d'approvisionnement, mais plutôt un point de départ possible dans la construction-même de nouveaux systèmes agroalimentaires. C'est l'approche du reflexive design. Ce terme désigne des tentatives de redéfinir des normes et des technologies agricoles par la confrontation entre les différentes parties prenantes à ces technologies, à savoir les chercheurs, les producteurs agricoles, les transformateurs et distributeurs et les consommateurs (Voss *et al.* 2005). Ces initiatives ont cependant rencontré des difficultés liées à l'historicité des organisations sectorielles, notamment dans les modalités de représentations des consommateurs (Grin *et al.* 2004). Si ces cas reposaient sur des formes de légitimité forte, programme du Ministère de l'Agriculture, le cas proposé va reposer au contraire sur une légitimité faible : une initiative locale dans le champ conflictuel qui voit légitimité des agriculteurs et des environnementalistes s'affronter.

1. L'émergence de filières agroécologique se heurte à des conflits de légitimité

On peut définir le problème de la légitimité par les processus par lesquels des sujets sociaux élaborent ou reconnaissent des principes de portée générale susceptibles de constituer une matrice, perçue alors comme légitime, pour le règlement des conflits ou la constitution d'accords sur des décisions engageant le sort commun (l'avenir de l'agriculture et de la biodiversité dans un territoire donné). Cette question de légitimité est au cœur de la question de la gestion de la Nature et la légitimité des intérêts associés à la co-construction de systèmes de gestion de la nature est aujourd'hui très faiblement assurée. Les relations entre agriculture et environnement sont caractérisées par de multiples stratégies de dénégation et d'évitement, stratégies d'autant plus fortes qu'il y a incertitude sur l'action qui convient (Godard 1989). L'enjeu réside donc d'abord dans la co-existence de divers principes de légitimité (Boltanski & Thévenot 1991) au sein d'un système de légitimité **(**Laufer, 2001). Les actions de gestion de la Nature qui impliquent l'élevage reposent sur des légitimités mal assurées. Dans la zone

rurale considérée, l'enjeu de la gestion de la biodiversité s'est fait connaître et reconnaître à travers des expériences où les éleveurs ont longtemps été instrumentalisés, que ce soit comme prestataires de service dans les réserves naturelles ou dans la mise en œuvre des mesures agri-environnementales. De son côté, la profession agricole reste campée sur sa mission historique de nourrisseurs du monde, disqualifiant à travers des images telles que celles de « jardiniers du paysage » tout l'enjeu d'une gestion de la biodiversité (imposée - concertée - partagée) que pose plus radicalement le passage sous *Natura 2000* d'importantes zones de pâturages en 2003.

Le cas qui informe cette question est celui de l'émergence d'une filière agroécologique, le « bœuf des prairies gaumaises ». L'ambition de ce projet est de contribuer, par des pratiques spécifiques d'élevage, à la gestion de la biodiversité tout en valorisant le produit de l'élevage, le bœuf sur un marché de qualité. Le point de vue est celui d'une recherche participative qui propose à deux acteurs locaux, un marché fermier et un groupe d'action locale (GAL) de s'associer à une équipe de recherche interdisciplinaire. L'hypothèse de travail des chercheurs (sociologues et agronomes) est de poser le construit territorial comme cadre de convergence possible entre des intérêts différents et non stabilisés d'acteurs hétérogènes (Lascoumes & Le Bourhis 1998). Ce construit est indissociable de son contexte : un territoire possédant une identité plutôt rêvée : la Gaume. Ce terroir se caractérise par des pratiques d'élevage bovin extensif au regard du modèle belge du Blanc Bleu[1]. On y comptait 15 % d'élevage bio en 2002. D'importantes surfaces de ses pâturages (jusque 50% dans certaines communes) sont passées sous statut « Natura 2000 », ce qui témoigne de la richesse de sa biodiversité.

1.1 Diversité des principes de légitimité mobilisés

Agriculture et Environnement se confrontent dans le contexte suivant : un programme européen de développement rural « Leader + « (règlement Union Européenne 1698/2005) amène deux associations locales à collaborer.

Le « Marché fermier d'Ansart » est porteur d'une double légitimité. Marché hebdomadaire où se retrouvent depuis une trentaine d'années une douzaine de producteurs locaux. Le public familial, de proximité, (150 à 250 personnes), s'y retrouve autour d'un espace convivial de restauration. C'est le règne du local et des histoires enchevêtrées et singulières du prêtre promoteur du marché, des producteurs, de certains consommateurs militants, bref un réseau interpersonnel d'appartenance à une l'identité locale de la Gaume.Ce

[1] Ces pratiques d'élevages contrastent avec le modèle dominant du Blanc Bleu Belge dont l'hégémonie repose sur un référentiel extrêmement cohérent et peu réversible (Stassart et al. 2008)

registre est celui de la cité domestique. Mais avec le temps, des artisans transformateurs (boucher, boulanger) se sont associés aux producteurs. Ils créent ainsi leur boulot en développant le marché et profitent alors de sa rente de situation pour organiser la rareté du produit. L'enjeu est de transformer le décor du marché fermier en comportement d'achat de biens devenus désirables et d'organiser sa rareté en protégeant ce nouvel espace marchand de la concurrence via un accès limité. Le marché fermier repose donc sur un double principe de légitimité : domestique et marchand.

L'arrivée dans la région d'un opérateur Leader +, le GAL Cuestas asbl, va complexifier cette configuration initiale : comme nous allons le voir, initiant des actions portant sur les relations entre agriculture et environnement, il introduit un troisième principe de légitimité qui repose sur l'efficacité de la cité industrielle. On peut lire le script de la stabilisation de ces trois principes - domestique / marchand / industriel - dans les trois fiches des projets qui opérationnalisent Leader + : projet biodiversité, diversification agricole et consommateurs.

1.2 Les tensions entre porte-paroles de différents principes de légitimité

C'est au sein de cette construction qu'arrive l'invitation faite aux chercheurs par le Marché fermier d'Ansart, d'exposer et d'explorer leur proposition de filière agroécologique.

Le porte-parole de l'efficacité, le représentant de la Direction Générale de l'Agriculture en charge des mesures agri-environnementales, souhaite « *simplifier la démarche* » : reprendre tel quel le dispositif réglementaire de l'agriculture biologique pour cadrer les pratiques d'élevage et utiliser ensuite l'image du terroir Gaumais pour communiquer sur la bonne gestion et le respect des ressources naturelles par le monde de l'élevage. C'est l'efficacité de la cité industrielle qu'il tente d'imposer, sans se soucier vraiment de la question de la qualification du produit d'élevage. Mais sur ce point un éleveur se fait le porte-parole de ses collègues et de la cité marchande : pour lui « *il faut que ça gagne* » car « *produire nous savons, il suffit de nous trouver le marché* » et le projet ne sera crédible que quand le premier bœuf sera vendu. C'est la question de la valorisation d'un actif spécifique (la biodiversité) et celle de sa rentabilité qui est mise en avant. Paradoxalement si l'étude technico-économique, chargée de faire la lumière sur la faisabilité du projet (Stilmant, 2006) conclut négativement, les éleveurs de leur côté s'engagent en castrant leurs premiers bœufs. Pour eux, au-delà de l'indéfinition du prix et du produit, le retour à la castration, pratique révolue depuis une trentaine d'années en Belgique, leur permettrait de gagner en autonomie vis-à-vis des marchands de bétail en redonnant du sens à une production dont la plus value se réalise classiquement dans les ateliers industriels d'engraissement du Nord du Pays et d'Italie. *Le*

retour du bœuf gaumais [2]est un pari : celui d'être le porte-parole matériel et symbolique d'une identité. La norme (le cahier de charges), le marché (la filière), un bien d'appartenance (le produit porte-parole) co-existent et se frottent l'un à l'autre. Mais la tension demeure soutenable parce qu'encastrée dans l'emboitement Programme européen – associations locales – fiche projet Leader

1.3 Indécidabilité quant au principe de légitimité supérieur

Les conflits de légitimité sont des conflits liés à l'indécidabilité quant à un principe-même de légitimité supérieure et non à un déficit d'élaboration au sein d'un principe. Il ne s'agit donc pas de conflits de type cognitif comme on l'observe dans le sous-équipement de la conversion à l'agriculture biologique (Stassart & Jamar 2008). L'affrontement sur les principes se traduit dans des tensions plus profondes, des mouvements tectoniques résultant **des** tentatives de déplacement qu'opèrent sur le débat local des acteurs institutionnels situés en amont, à l'arrière-plan de l'action, à travers le double levier des lignes de financement et des formats d'évaluation très contraignants. Ce ne sont pas de simples relations frictionnelles entre acteurs aux intérêts hétérogènes (Soulard *et al.* 2007) mais bien des forces qui s'expriment à distance dans le débat local, notamment en fonction des politiques publiques mises en place au niveau régional. Ces tensions s'expriment selon le processus classique de disqualification des systèmes de valeurs liés aux autres principes et affirmations-impositions de son système de valeurs. Ceci passe par des tentatives d'imposition de sa propre définition de l'opération de qualification des objets et sujets pertinents. On voit ainsi apparaître, tels les porte-drapeaux de chaque cité, les objets et sujets de qualification suivants :

- cahier de charges/Contrôle/conseillé pour la cité industrielle des gestionnaires de la nature de la Direction Générale de Nature et Forêt
- produits différentiés//Marché/filières pour la cité marchande de la Direction Générale de l'Agriculture et sa politique de qualité différentiée (décret)
- bien territorial/compagnonnage/réseau interpersonnel pour la cité domestique que la recherche-participative des chercheurs tente de mettre en place (stassart, 2005 : 4)

L'enjeu du dispositif formé par les chercheurs et les agents de développement locaux (GAL et marché fermier) est de résoudre le paradoxe suivant : prendre en compte tout en les déniant les intérêts particuliers liés à chaque principe de légitimité. Nous allons voir alors

[2] Le Soir, région Luxembourg, 30.11.2007

comment des consommateurs vont tenir ce paradoxe en s'engageant dans un processus de type délibératif.

2. Indécidabilité assumée et construction de l'accord

Les consommateurs sont d'abord ambivalents. La notion d'ambivalence désigne des situations où l'acteur peut se référer à des principes ou des valeurs différentes, voire opposées en principe. Ainsi une mère de famille, très sérieuse quant au souci de la santé de son enfant, le nourrira à base d'aliments bio mais admettra qu'elle et son mari, tout en étant soucieux de leur alimentation, se nourrissent d'aliments conventionnels. Un tel comportement montre que les consommateurs différencient les *situations* de consommation. Cette analyse peut être élargie et montre que cette même mère de famille s'inquiète du sort de l'éleveur de son village. Les consommateurs en tant qu'acteurs n'ont pas une seule identité stable et univoque. Ils. font preuve d'identités multiples qui varient selon le dispositif dans lequel ils se situent : acheteurs, citoyens locaux, solidaires, amoureux de la nature. Cette qualité de malléabilité permet, selon le dispositif dans lequel il est engagé, de complexifier un problème (Louviaux 2008) et de redéfinir ses frontières. Il y aura une forte interdépendance entre la diversité des qualifications du problème et la multiplicité des identités mobilisées.

Trois dispositifs successifs vont engager de façon différente les consommateurs. Ceux-ci constituent les trois étapes de la construction d'un accord et d'un bien commun

2.1 Consommateur représenté

Un « think tank », groupe « multistakeholders » où les consommateurs sont représentés, a traversé le marché fermier. Ce dernier est historiquement issu d'une initiative de consommateurs et se constitue comme porte-parole territorialisé articulant justification marchande (un produit différencié) et justification domestique (supporter les agriculteurs locaux). Il est chargé de se prononcer sur l'intérêt stratégique de l'idée du bœuf au nom des consommateurs et permet de faire le constat de l'absence d'un autre acteur, les environnementalistes. Il génère *in fine* un contrat de collaboration entre partenaires locaux et chercheurs et une mise en débat public du projet qu'il décrit.

2.2 Consommateur citoyen

Pour passer de l'idée au déploiement du concept, trois groupes de travail distincts, consommateurs-citoyens, éleveurs et environnementalistes, sont ensuite constitués. Les

consommateurs citoyens vont explorer selon des modalités très différentes. Le sociologue et l'animateur du marché fermier vont organiser une série de cinq focus groupes délibératifs itératifs. Ce processus délibératif[3] met l'accent - au niveau des objectifs, de l'organisation, de l'animation et de l'analyse - sur les interactions discursives entre participants et non sur la saisie de leurs représentations individuelles ou collectives d'un thème donné (Duchesne & Haegel 2004). Il rejoint la conception habermassienne (Habermas 1997) de la délibération dans sa dimension de non soumission à la contrainte externe. S'il existe un cadre – le projet bœuf des prairies gaumaises – tous les sujets susceptibles de peupler l'horizon du bœuf des prairies gaumaises sont d'intérêt égaux et donc tous abordables. Les participants en choisiront trois groupes : le prix et l'organisation de la filière, le territoire, le goût et les races bovines.

A travers les thématiques 1 - le prix et l'organisation de la filière - et 2 – le territoire - on peut observer la redéfinition des frontières du problème. L'engagement vers le système alimentaire et sa complexité bien au-delà de l'acte d'achat ouvre sur l'univers de l'autre et mène à des découvertes : l'opacité des filières viande et les rapports de forces que subissent les éleveurs amènent les consommateurs à suggérer la construction d'un dispositif de recours qui puisse garantir l'équité. Diverses options sont explorées quant à la « finition » de l'engraissement des bovins. La compréhension partagée de cette diversité et complexité amène un rapprochement entre l'univers naturaliste et l'univers consommateur. Ainsi, un lien entre élevage et biodiversité apparait, au travers des explications de certains participants naturalistes[4]. Certaines espèces, telle la pie grièche, nichent dans les haies et se nourrissent d'insectes des prés de fauche qui se font rares. Les systèmes d'élevage intensif et leur coupe très précoce tuent le cycle de reproduction de la faune et la flore. La « pyramide écologique » s'effondre, les oiseaux insectivores disparaissent. Ils relient alors ce constat avec les mesures agri-environnementales incitatives que les pouvoir publics promeuvent pour favoriser des fauches tardives (plus 45 jours), plus favorables à la diversité de la flore et la faune. Cette mesure leur semble plus pertinente que celle des « charges à l'hectare » qui tente de limiter le nombre de bêtes et donc la suppression de pâturages mais dont les buts leur semblent moins manifestes : protection de la nappe phréatique ou gestion de la biodiversité ? Enfin les

[3] Les principes méthodologiques des focus groupes délibératifs itératifs, dont nous nous inspirons largement, ont été introduits par M Louviaux et sont décrits dans Louviaux 2008.

[4] Les Naturalistes locaux sont des membres adhérents de l'antenne locale de l'association nationale de défense de la Nature « Natagora ». Principalement masculins, leur relation à l'élevage à des fins productives, demeure ambigüe : ils insistent sur le respect de la vie animale mais, à la manière des chasseurs, ils apprécient la consommation d'une viande rouge et goûteuse qui apporterait force et énergie. Certains d'entre eux concèdent que consommer de la viande n'est pas /« environnementale » et qu'il convient pour la santé d'en manger de façon modérée. Ce sont des mangeurs ambigus

réserves des naturalistes locaux sur l'agriculture et sa mission nourricière amènent à spécifier ce qui justifie une activité agricole, plus proche des consommateurs et plus humaine pour le travail des agriculteurs, plus respectueuse des ressources en eau et en carbone. Derrière ces questions et ces rapprochements d'univers, les participants oscillent entre deux principes de légitimité : domestique dans sa dimension nourricière pour les générations futures et culturelle, industrielle dans sa dimension de performances biotechnologiques et énergétiques. Parce qu'un principe n'est pas plus légitime que l'autre, l'exploration est possible. Ces consommateurs des veilleurs civiques des systèmes alimentaires (Lyson 2004), qui cherchent l'inclusion plutôt que l'exclusion, vont alors être confrontés à un exercice plus difficile : celui du zonage et de la définition des frontières du projet.

2.2bis Citoyens territorialisés

Sur base des justifications civiques et industrielles, domestiques et marchandes, trois qualifications possibles du territoire et de ses frontières apparaissent.

La région dite « jurassique » (voir annexe) a été définie selon son potentiel agro-pédologique par le Ministère de l'Agriculture comme une des 14 régions agricoles de Belgique auxquelles un régime de taxation forfaitaire est appliqué. La logique sectorielle voudrait, comme le souhaitent les fonctionnaires agricoles et certains environnementalistes, que ce zonage soit retenu : un territoire aux performances agricoles et environnementales administrativement homogènes.

Mais les naturalistes locaux, engagés de façon bénévole dans des actions de gestion de réserve *Natagora (www.natagora.be),* sont plus nuancés. Ce zonage est *« le plus petit dénominateur commun ».* Ils sont convaincus que s'il s'agit de définir un territoire « ressource » comme réseau d'acteurs, qui faciliterait la convergence progressive autour d'un projet complexe, alors le choix d'une frontière plus culturelle comme la Gaume convient davantage. C'est un basculement dans la délibération : pour les participants la Gaume est un énoncé mobilisateur, une force à laquelle ni le Jurassique, ni le pays d'Arlon (qui forme avec la Gaume le Jurassique) ne peut prétendre. La Gaume, que des frontières administratives et linguistiques définissent, possède une identité en creux. C'est ce que les éleveurs disent à leur manière quand ils affirment « *on n'est pas des ardennais donc on est des gaumais ».*

Cependant le groupe de consommateurs ne veut pas d'un territoire repli. Au contraire il revendique une porosité socioculturelle vis-à-vis du pays d'Arlon avec lequel la Gaume forme le Jurassique et une ouverture au-delà des frontières sud vers la France. Cette insistance à

l'ouverture renvoie au risque du troisième registre de justification, celui de l'Indication Géographique Protégée (Règlement Européen 2082/92) « Pâté Gaumais ». Car la Gaume pourrait être réduite à un outil de marketing : une image de qualité liée à l'origine pour convaincre le monde extérieur et organiser la rareté au sein d'un club fermé. L'IGP serait le cheval de Troie d'une logique marchande mobilisant la tradition et l'exclusivité pour s'imposer. Dans ce cadre, la Gaume et son identité en creux, si elle n'est pas synonyme de repli sur soi ou de rente de situation, semble être la voie à emprunter.

En final des conclusions de la délibération portant sur les univers, le territoire et l'exploration des irréversibilités sont rédigées par les animateurs sous forme d'un rapport à transmettre au groupe d'éleveurs. Fidèles au statut délibératif de leur travail, les neuf consommateurs choisissent d'ajouter au titre « délibération consommateurs – naturalistes » un sous-titre : « *Nous avons voulu vous dire ce que nous avons appris et non ce que vous devez faire* » (Stassart & Lecomte 2006). Ceci inscrit le caractère délibératif et indécidable de leur travail et conteste en particulier toute exigence à trancher par eux-mêmes.

La dimension territoriale et le caractère itératif de la délibération va avoir une seconde conséquence, celui de transformer les consommateurs en consom'acteurs dans la phase suivante, celle de la construction d'un accord local tripartite entre consommateurs, environnementalistes et éleveurs.

2.3 Des consom'acteurs

De représentés, dans la première phase de « Think tank », à citoyens territorialisés dans la seconde phase délibérative, la trajectoire des consommateurs les amène alors à se projeter dans la réalisation de quelque chose de futur. Cette réalisation de « quelques chose » importe pour eux. En effet, si le rapport du processus délibératif (Stassart & Lecomte 2006) introduit la notion de « consommateurs-citoyens », lors de la phase suivante qui va aboutir à la rédaction d'un cahier de charges, les consommateurs vont collectivement refuser le terme de citoyens (les éleveurs ne sont ils pas eux aussi des citoyens ?) pour proposer de se nommer comme *consom'acteurs*.

Cette identification traduit une position pro-active du groupe consommateurs qui désire rencontrer les premiers concernés, les éleveurs, dans leur confrontation avec les environnementalistes en les soutenant et en apprenant sur leurs pratiques. L'effet est de rééquilibrer au profit d'un bien commun la prééminence des intérêts et considérations économiques et professionnelles, c'est-à-dire la dominance des cités industrielles et marchandes. Le bœuf des prairies gaumaises est en effet une tentative de type patrimonial, un

produit porte-parole qui cherche à s'associer à des activités à la fois marchandes (la filière), et des demandes expertes (les exigences environnementalistes).

Ce rééquilibrage et ce soutien aux éleveurs se traduit dans un changement des formats et contenus de négociation du lien agriculture-environnement. La négociation du cahier de charges, jusqu'alors confiné au travail de trois groupes dissociés, dans un format administré (logique de représentation et de rapport de réunion), va se déplacer symboliquement sur le terrain (une pâture à bœufs), y réunissant pour la première fois les trois groupes à la demande des éleveurs. Les consommateurs n'y sont pas que des témoins. Ils vont suggérer de hiérarchiser le cahier de charges autour de l'élevage, plutôt qu'autour des des prescriptions environnementalistes. Enfin ils exprimeront une certaine prise de distance (y compris les naturalistes locaux) par rapport à l'expertise environnementale dont ils veulent qu'elle aussi rende des comptes. Cette proposition de déplacement par rapport à l'expertise va contribuer à relocaliser partiellement aux niveaux des pratiques d'élevage des contraintes environnementales. Elle aura ensuite un second effet : celui de voir certains experts du groupe environnemental requalifier leur engagement en s'affichant davantage en acteurs locaux désirant soutenir plutôt que contraindre le projet. Ceci ira jusqu'à gommer de la signature finale la qualification universitaire au profit de celle de naturaliste local.

Le bien patrimonial, support de l'intérêt général, ne peut recevoir un contenu que s'il émerge comme question à l'intérieur d'un périmètre délimité. Ce périmètre qualifie à la fois des acteurs et des objets. Nous avons montré comment les consommateurs, rapprochant des univers délimitant un territoire-projet, définissent ce périmètre. Au sein de ce périmètre et au passage de la délibération à l'action (le soutien du projet des éleveurs), les consommateurs contribuent à faire reconnaître la légitimité des éleveurs face aux exigences des environnementalistes. Mais inversement ils légitiment les environnementalistes en démontrant comment, au sein du groupe des consommateurs, des naturalistes sont capables de se territorialiser comme consom'acteurs. Leur effet est double. Ils reconfigurent la relation polaire environnementalistes – éleveurs en une relation triangulaire environnementalistes - éleveurs – consommateurs qui évite la confrontation frontale. Ensuite, à l'abri de cette confrontation, ils font co-exister de façon « paradoxale » ce que décrit l'exercice de délibération : indécidabilité quant au principe de légitimité. La voie du compromis est alors tracée par la notion ambigüe de patrimoine territorial. Quelque chose de la Gaume est à visibiliser, protéger et transmettre, pour les uns ce sont des fermes d'élevage et un savoir-faire, pour les autres, une biodiversité particulièrement riche, pour d'autres encore un savoir-vivre. Le territoire est le support commun de l'identité de ces acteurs, même si ceci se double

du paradoxe que ce territoire est davantage rêvé qu'organisé, davantage à construire qu'à protéger. Ce qui se négociera alors à travers la construction de l'accord sur le cahier de charges est la définition de comportement et d'attitude ayant pour enjeu la prise en compte d'un intérêt territorial ou patrimonial. La négociation de l'accord sur le cahier de charges[i] (http://www.boeufgaume.be/) a pour double enjeu la révélation d'un intérêt commun et de formation d'engagements sur sa gestion.

Conclusions

Nous faisons l'hypothèse que dans les systèmes alternatifs émergeants (AMAP, CSA, etc.), les tensions entre acteurs sont souvent la manifestation de conflits de légitimité parce que faiblement équipés au niveau cognitif. Dans ce type de confrontation, l'expérience du « Bœuf des Prairies Gaumaises » montre qu' il n'existe pas un principe de légitimité supérieur, capable d'arbitrer les principes en présence, et la légitimité ne s'accroit pas en additionnant pêle-mêle des références. Il s'agit au contraire d'articuler quoi ? autour d'un bien commun. La constitution de ce bien commun suppose donc une opération de sélection et de qualification (des objets pertinents et des sujets sociaux habilités) qui permettent d'aboutir à un compromis qui réfère à une pluralité de principes de légitimité (Godard 1989).

Dans la construction du compromis, des consommateurs, à travers un processus délibératif dont l'enjeu est l'émergence d'un projet territorial, peuvent assumer l'indécidabilité sur les principes de légitimité. Ils développent ainsi une capacité singulière à explorer les voies qui mènent à relier et à articuler les principes mobilisés par les uns et les autres en vue de la construction d'un accord ou bien commun. Ce travail de lien et de requalification par les consommateurs s'opère par étape à travers différentes épreuves qui vont permettre de retenir des éléments de représentations particulières et la définition d'un intérêt collectif dont l'efficacité fonde l'action collective susceptible de recueillir l'accord des parties prenantes.

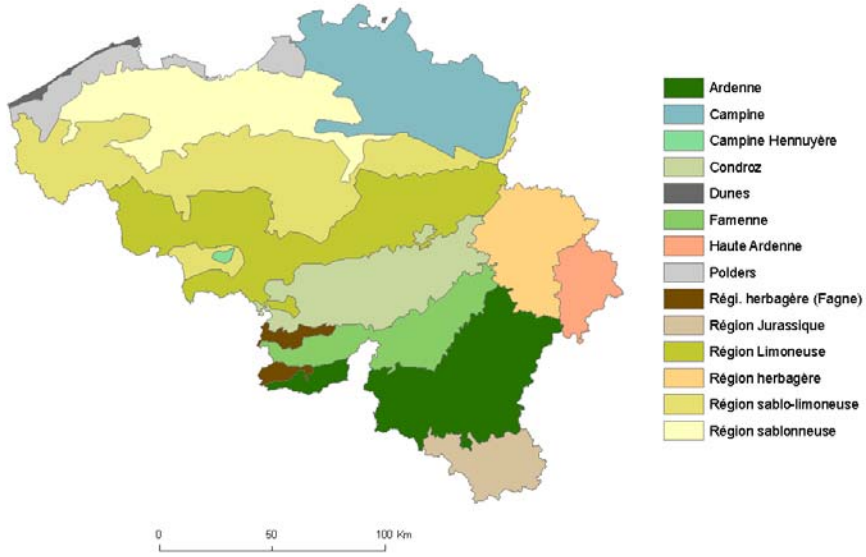
D'un point de vue plus théorique sur la consommation durable, l'expérience montre que le consommateur peut aussi être un lien dans la construction d'accords entre acteurs agricoles et environnementaux aux intérêts initialement divergents. Ceci parce qu'ils développent une capacité de prise en compte des multiples dimensions de systèmes de production qui permettent de penser la dimension intégrative (Thompson 1997) du

développement durable plutôt que de rechercher un principe supérieur qui permettrait d'arbitrer entre les différents principes en présence.

Nous remercions pour leur engagement dans le projet Boeuf des Prairies Gaumaises, Cuestas ASBL (Lecomte Marc, Hanus Hélène, Roussel Laurence, Catherine André, Le Marché Fermier de Ansart (Wenkin André) ainsi que les chercheurs de l'unité SEED ULg : Mélanie Louviaux, Armony Piron, Catherine Mougenot et Marc Mormont

Annexe 1 : trois justification du zonage

Qualification 1 : une justification technico-administrative : la zone agricole Jurassique



Qualification 2 : une justification socio-culturelle ancrée dans la tradition : La Gaume

Qualification 3 : une justification orientée vers le marché : l'Indication Géographique Protégée « Pâté Gaumais »

Boltanski, L. and L. Thévenot (1991) *De la justification, les économies de la grandeur,* (Paris: Gallimard)

Cochoy, F. (2002) Les figures sociales du client, leçons du marché. *Sciences de la société,* 56)

Cochoy, F. and S. Dubuisson-Quellier (2000) Les professionnels du marché. *Sociologie du travail,* 42(3) pp. 359-505

Duchesne, S. and F. Haegel (2004) *L'enquête et ses méthodes : L'entretien collectif,* (Paris:

Godard, O. (1989) Jeux de natures : Quand le débat sur l'efficacité des politiques publiques contient la question de leur légitimité. Pp. 303-342 in N. Mathieu and M. Jollivet eds., *Dur rural à l'environnement* (Paris: L'Harmattan)

Grin, J., F. Felix, B. Bos and S. Spoelstra (2004) Practice for reflexive design: Lessons from a dutch programme on sustainable agriculture. *International Journal Foresight and Innovation Policy,* 1(1/2)

Habermas, J. (1997) *Droit et démocratie. Entre faits et normes/, traduit de l'allement par rainer rochlitz et christan bouchind'homme,* (Paris: Gallimard)

Hatchuel, A. (1995) Les marchés à prescripteurs. Crises de l'échange et genèse sociale. in A. Jacob and H. Vérin eds., *L'inscription sociale du marché* (Paris: L'harmattan)

Lascoumes, P. and J.P. Le Bourhis (1998) Le bien commun comme construit territorial. *Politix,* 42) pp. 37-66

Louviaux, M. (2008) A reflexive method for revising food policies:Deliberative focus groups. in, *Sustainable consumption and Alternative Agrifood Systems* (Arlon 27-30 may:

Lyson, T.A. (2004) *Civic agriculture: Reconnecting farm, food and community.* . (Hanover and London: Universtiy Press of New England)

Soulard, C., C. Compagnone and B. Lemery (2007) La recherche en partenariat: Entre fiction et friction. *Natures Sciences Sociétés,* 15(pp. 13-22

Stassart, P. and D. Jamar (2008) Steak up to the horns ! The conventionalization of organic stock farming: Knowledge lock-in in the agrifood chain. *GeoJournal,* 73(1) pp. 31-44

Stassart, P. and M. Lecomte (2006) Délibération consommateurs projet "Boeuf" De la "Semois", *nous ne désirons pas dire aux éleveurs ce qu'ils doivent faire mais nous souhaitons qu'ils écoutent ce que nous avons appris (18 p.)* in, (Liège: ULg)

Thompson, P.B. (1997) The varieties of sustainability in livestock farming. In : Livestock farming systems ; more than food production. in J. T. Sorensen ed., *4th International Livestock Farming Systems Symposium,* (Foulum (Denmark), 22-23 Aug. 1996: EAAP , Wageningen Pers (Wageningen).)

Voss, J.-P., D. Bauknecht and R. Kemp (2005) *Reflexive governance for sustainable development,*Cheltenham: Edward Elgar)

[i] Le cahier de charges est conçu pour des non professionnels. Il est articulé autour de 4 principes portant sur 4 échelles d'action différentes : l'élevage – la ferme – le territoire – la filière. Ces principes sont ensuite déclinés en une série de 8 annexes techniques. La colonne vertébrale patrimoniale que constituent ces quatre principes permet de constater l'impossibilité de trancher entre les différents principes de légitimité : les principes 1 (élevage pâturage) et 3 (territoire) relèvent d'une logique de tradition d'élevage et de réseau de coopération interpersonnelle au niveau local (cité domestique). Le principe 2 au contraire (à l'échelle de la ferme) relève du plan environnemental négocié avec un conseiller (cité industrielle). Quant au principe 4, à l'échelle du produit, de sa qualification, il relève de la cité marchande.

Le cahier de charges instaure les bases d'une organisation réflexive capable de prendre en charge l'indécidabilité des principes de légitimité. La « commission d'animation » qui réunit les trois groupes d'intérêt au niveau local et à laquelle les experts sont chargés de rendre des comptes est chargée de l'évolution et l'avancement du cahier de charges sur ces question suspendues telles que la place du maïs dans le système bœuf : indécidabilité entre registre marchand (aliment de finition pour le bon produit), industriel (maïs issu de l'agriculture bio) et domestique (non-exclusion des agriculteurs traditionnels).

MEDIAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGO DE SABERES: O CASO DO CAPA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SUDOESTE PARANAENSE

[1]Everton Marcos Batistela

[1]Doutor em Sociologia - CESUL – Centro Sulamericano de Ensino Superior
E-mail: em.batistela@hotmail.com.br

GT06 – Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

Objeto de Reflexão

O presente trabalho discute o papel e a metodologia da mediação social, tomando por base o caso da atuação de uma ONG ligada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) denominada Capa (Centro de Apoio à Pequena Agricultura), que desde 1997 assessora agricultores familiares na transição agroecológica no sudoeste paranaense. Partindo da crítica da mediação social feita por Delma Peçanha Neves (1998), verificamos que a atuação do Capa possui algumas particularidades, e orienta-se pela perspectiva do *diálogo de saberes* como estratégia de reconstrução da ruralidade, através da recomposição de saberes, culturas, conhecimentos e etc. Assim, a mediação social do Capa com vistas à reconstrução agroecológica em pequenas propriedades, propicia um *resgate identitário* do agricultor familiar, que ao reapropriar-se do conjunto cultural de seus saberes, acaba reconstruindo sua *autonomia* e sua capacidade e disposição para a organização social.

Situação Empírica

A pergunta inicial que orientou nossa pesquisa empírica foi essa: *qual o sentido da configuração relacional que se estabelece a partir da mediação, interligando partes (ou situações) distintas como uma igreja histórica e um agricultor familiar?* Existirá no centro desse processo também uma dinâmica contraditória que (como alertou Neves (1998), pode ser decisiva para a realização dos objetivos maiores da mediação como a construção de outra realidade fundada na autonomização gradativa dos mediados?

Segundo Neves (1998), a mediação é um processo social relacional e contraditório. Ao fazer uso de um instrumental dialético de interpretação da realidade, a autora compreende que a viabilidade do processo mediático depende, paradoxalmente, do processamento de situações

---

∗ A presente pesquisa toma por base um estudo de caso relativo ao trabalho do CAPA - Centro de Apoio à Pequena Agricultura, ONG ligada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), que desde 1997 atua na promoção e assessoramento à transição agroecológica em pequenas propriedades de agricultura familiar no sudoeste paranaense. Esse trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado em Sociologia na UFPR, com tese defendida em 2009, versando sobre o tema: *Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do Capa e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense*, com a orientação do Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva.

contraditórias, dinamizadoras da geração da novidade esperada: a nova ordem do social e a nova situação dos mediados. No centro dessa dinâmica gesta-se, portanto, o conflito, como condição fundante e razão existencial dos processos mediáticos.

Essa perspectiva contempla o fenômeno da mediação a partir da constituição de um *campo de relações* que dinamiza o processo mediador. A natureza desta relação é, desde o início, contraditória, conflitiva, visto que congrega as distinções situacionais de duas partes distintas: mediados e mediadores. Essa crença pressupõe uma aceitação (ou imposição) hierárquica em que os mediadores sociais advogam essa posição por se considerarem portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo (NEVES, 1998). Essa perspectiva considera a marginalidade dos mediados a partir de padrões sociais erigidos, como com relação ao mercado, à cultura, práticas produtivas ou visões de mundo. Por isso o direcionamento da mediação como processo educativo, pensado como viabilidade para a realização da mudança. Na crítica da referida autora, os mediadores direcionam a ação no sentido da *adaptação e aculturação*, instaurando o perigoso artifício da desqualificação de saberes e práticas (comportamento) dos mediados.

A partir dessa crítica é pertinente perguntar, especificamente, sobre o processo de mediação do Capa. Primeiramente, o trabalho mediador dessa ONG luterana acontece a partir de um explícito *reconhecimento da alteridade* (e autoridade) do agricultor familiar assessorado. Por isso a missão do Capa é claramente percebida como mobilizadora da organização social e reaticuladora de uma dimensão cultural desarticulada (esvaziada) com o processo de modernização. Esse é um ponto particularmente importante na especificidade do trabalho do Capa: o reconhecimento de que a reconstrução da ruralidade, decomposta (esvaziada) em suas múltiplas dimensões a partir da modernização, pode acontecer a partir do resgate cultural da ruralidade tradicional, latente na história da agricultura familiar do sul do Brasil. Assim, não acontece uma desqualificação e desnaturalização situacional dos mediados, mas um reconhecimento do saber-fazer dos agricultores, o que se diferencia da mediação histórica no Brasil que não reconhece a adequação dos conhecimentos dos mediados como ponto de partida para a transformação social.

O que se estabelece aí é um processo (re)construtivo de conhecimentos pertinentes, a partir do *diálogo de saberes*, um dos pontos-chave do assessoramento agroecológico do Capa. Assim, o conhecimento ultrapassa as limitações (tipicamente científicas) da mão única (partindo do técnico para o agricultor), passando a constituir-se como construção (não transmissão) em que o diálogo estabelece a base (não hierárquica) para o resgate de saberes sustentáveis. Por isso o agente do Capa se vê como facilitador, superando a usual pré-potência de reconhecer-se detentor de um conhecimento emancipatório repassável para um agricultor ignorante, desenculturado e despossuído de saberes válidos e adequados.

As particularidades desse processo mediador do Capa passa a significar, também, uma *requalificação ou reapropriação de saberes*, visões de mundo, e cultura dos mediados. Ao

considerar a validade cultural de uma tradição em desuso na agricultura, e que merece ser resgatada, a mediação do Capa não visa, propriamente, uma mudança comportamental (nem cultural), mas a recomposição das bases (sociais, técnicas, teóricas, valorativas e culturais) sobre as quais se assentava um saber-fazer do agricultor na agricultura, constitutivo de outro padrão de relações homem/natureza.

O que se estabelece é um explícito *reconhecimento do saber-fazer do agricultor ancorado na tradição* e que pode ser resgatado, adaptado, fundido, atualizado ou transformado com saberes atuais (científicos e tecnológicos), potencialmente válidos para a construção de outro padrão de relações homem/sociedade/natureza.

Contribuições ao Debate

O Capa caracteriza-se como organização mediadora, servindo de meio para as relações entre a IECLB e os pequenos agricultores familiares do sudoeste paranaense. Desde 1997, o Capa trabalha no assessoramento à transição agroecológica em pequenas propriedades familiares, atendendo, atualmente, três municípios, e acompanhando aproximadamente 150 famílias. Um dos objetivos fundamentais do trabalho do Capa é resgatar a multidimensional cultura camponesa, esquecida sob as pesadas pressões de uma racionalidade social centrada no mercado. Para isso, a estratégia metodológica principal do seu trabalho tem sido o *diálogo de saberes*. A proposta desse trabalho é contribuir para a compreensão das configurações da mediação social como diálogo de saberes, tendo por base o caso da atuação dessa ONG luterana no sudoeste paranaense. Tradicionalmente a mediação social na ruralidade brasileira fundamentou-se no pressuposto de uma múltipla inadequação da cultura camponesa, o que justificava o processo mediador como o repasse de um conjunto de conhecimentos e técnicas, pretensamente mais racionais, adequados e eficazes, partindo dos agentes mediadores e chegando até os agricultores. A mediação do Capa dialoga com o agricultor, e o ponto de partida para a reconstrução agroecológica tem sido a recomposição de sua base cultural de conhecimentos, entendida como racional, adequada e eficaz para a solução de problemas atuais da ruralidade brasileira.

Referências

NEVES, Delma Peçanha. *O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais.* In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs.) **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 147-168.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL:
Perspectivas em agricultura familiar e restauração ambiental.

José Henrique Bezerra Mantovani
Mestrando do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
zehmantovani@hotmail.com

GT. 06. Meio Ambiente e ruralidades*:* possibilidades e limites de desenvolvimento.

"A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem".
Max Horkheimer

1. OBJETO

O objeto em questão pesquisado neste estudo se pauta na análise do "Programa de Recuperação de Vegetação Ciliar e Reserva Legal do Município de Londrina – PR" e as potencialidades de dinâmicas diferenciadas de planejamento para a conservação ambiental de maneira integrada as premissas de promoção e desenvolvimento da agricultura familiar na região sul do município de Londrina, região Norte do Paraná.

INTRODUÇÃO

A concepção deste trabalho se pauta em pesquisas realizadas em comunidades rurais localizadas no entorno do Rio Ribeirão Cambé e Ribeirão Três Bocas, importantes afluentes do Rio Tibagi. Devido ao papel deste rio como principal corpo hídrico responsável pelo abastecimento de água da cidade de Londrina, uma série de ações foram articuladas no intuito de promover estratégias de recuperação e conservação destes recursos almejando a construção de corredor ecológico de maneira integrada com as populações locais no intuito de unir duas unidades de conservação do município. Através de consolidação de programa de recuperação, que se pauta em realizar assessoria técnica aos pequenos produtores junto ao fomento de práticas de adequação ambiental nas áreas

de reserva legal e mata ciliar das unidades produtivas, foi possível mapear as dimensões sócio-ambientais relacionadas às perspectivas de conservação deste ecossistema.

O acesso ao campo da pesquisa se deu através de investigação à cerca das condições ambientais das pequenas propriedades da região. Através da participação no "Programa de Recuperação de Vegetação Ciliar e Reserva Legal do Município de Londrina – PR", coordenado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Londrina, foram articuladas iniciativas de regularização ambiental das pequenas propriedades de acordo com as premissas do Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65).

Através do mapeamento das condições de conservação e degradação das propriedades, e atividades produtivas desempenhadas pelos produtores, foi possível reconhecer as particularidades e estratégias locais de produção principalmente de alimentos, associadas à utilização dos recursos dos Rios.

Por intermédio de pesquisa etnográfica e de problematização sociológica foi possível nortear as investigações sobre as dinâmicas de reprodução social dessas comunidades. Um dos principais pontos da pesquisa pauta-se no pensamento próprio do campo da sociologia rural no que se remete a reflexões à cerca da análise indissociada de seu objeto (o meio rural) em relação com o meio urbano. Ao se explicitar o teor das relações existentes tanto entre os atores como entre os espaços em questão, buscou-se enfatizar a existência de relações de interdependência entre o meio rural e urbano, principalmente em aspectos concernentes à produção e fornecimento de alimentos. Ao deflagrar-se a dinâmica de dependência do abastecimento alimentar do centro urbano do município com os meio rurais regionais, quadro manifesto não só na situação do município de Londrina, mas também corroborado pelos resultados do último Censo Agropecuário do IBGE (2008), foi possível investigar tais relações sobre outro prisma, em contrapartida a hipótese da dependência do campo para com a cidade (no que se refere à ausência de condições infraestruturais no campo, transporte, escolas, hospitais,...).

SOBRE O PROGRAMA

O “Programa de Recuperação de Vegetação Ciliar e Reserva Legal do Município de Londrina – Paraná” deriva de outras atividades desenvolvidas pela ONG Meio Ambiente Equilibrado no município de Londrina.

A partir de iniciativas de pesquisa organizadas pela ONG MAE; inicialmente concentrando-se no Parque Arthur Tomas; fora constatado o que se pode chamar de “vocação ecológica” das regiões definidas entre a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cambé e Três Bocas, trecho em que se conectam as Unidades de Conservação; Parque Municipal Arthur Tomas e Parque Ecológico Daisako Ikeda, e que se estende até o encontro com o Baixo Tibagi, este, sendo o principal corpo hídrico da cidade de Londrina, abrangendo um percurso de cerca de 30 quilômetros pelo curso do rio.

Desenvolveu-se à partir da constatação à cerca da necessidade de efetivação de dinâmicas de conservação nesta região – onde se concentram diversos bairros rurais estabelecidos preponderantemente nas margens dos referidos rios que compõem a Bacia Hidrográfica - o presente programa, que visa a promoção e o planejamento de iniciativas de adequação ambiental às pequenas propriedades rurais existentes na localidade.

O Programa se desenvolve em etapas; são realizadas as primeiras visitas onde se aplicam os questionários e o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), e posteriormente são elaborados Planos de Manejo Florestais (PMF) - pautando-se nos dados e aspectos particulares das propriedades através de interpretação dos referidos diagnósticos – em vista de promover a adequação ambiental das propriedades rurais

Sob o pano de fundo de ações que visam à regularização das áreas de mata ciliar e reserva legal das pequenas propriedades, outros eixos temáticos estão em desenvolvimento através do programa. Dimensões como a problematizada no decorrer desta pesquisa; relativa à incorporação da esfera da manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar ao planejamento de iniciativas que visam à recuperação e conservação do meio ambiente.

2. METODOLOGIA

A metodologia instrumentalizada para a concepção deste estudo se pauta nas atividades de atuação e pesquisa de campo junto aos pequenos proprietários na região

compreendida para a efetivação do “Programa de Recuperação de Reserva Legal e Mata ciliar”. O método empregado nas atividades de pesquisa junto aos proprietários rurais da região da Bacia do Ribeirão Três Bocas, se pauta primeiramente na aplicação instrumentalizada do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Este se constitui como uma forma de guia prático concebido inicialmente pelo Centro Cultural POVEDA, órgão ativo em pesquisas do meio rural na República Dominicana, adaptado e revisado por cientistas atuantes no âmbito das pesquisas quantitativas e qualitativas no meio rural brasileiro, e posteriormente publicado em forma de cartilha pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Torno manifesto que, este se trata de um instrumento de auxílio teórico extremamente presente, mas que apesar de apontar as diretrizes para o trabalho de campo e atividades de extensão rural, não os instrumentaliza em favor de uma proposta de diagnóstico no sentido de enquadramento funcional das múltiplas realidades e perspectivas do mundo rural em categorizações prescritas, mas sim se fundamenta como um auxiliar formativo e interpretativo para efetivação de pesquisa ação “*centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas as dinâmicas locais”* (CAPORAL apud: VERDEJO, 2006)

Antes de terem início às atividades de cadastramento para as posteriores visitas de campo na comunidade rural, foi realizado levantamento substancial de dados, que buscou coletar o máximo de informações à cerca da região de implementação do programa. Observou-se, a partir desta busca por dados relativos à localidade, que existe considerável desconhecimento em relação ao número de propriedades e sobre quem são os proprietários destes estabelecimentos rurais da região. Esta ausência de dados com que nos deparamos incentivou outra iniciativa a ser efetuada com o transcorrer das atividades de aplicação dos questionários e do DRP; a elaboração de um banco informacional para aplicação destes dados no Sistema de Informações Geográficas (SIG).

A partir da familiarização com experiências, a exemplo do Diagnóstico Participativo em Comunidades Ribeirinhas do Entorno da Estação Ecológica de Anavilhas, realizada pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) no projeto de

Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (MMA, 2008, p. 62) observou-se que:

> "As pesquisas participativas seriam um caminho alternativo para a produção de conhecimento científico, descentralizando este processo e servindo simultaneamente para a educação, a conscientização e a mobilização social no contexto das áreas protegidas. Métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como os sistemas de informação geográfica geraram um novo horizonte [...].

As referências fornecidas pelo SIG, além de subsidiar informações para posteriores ações (de políticas públicas ou não) a serem implementadas na região, constitui-se como de importância fundamental para garantir a transparência dos encaminhamentos das atividades de recuperação das áreas, ao passo que se configuram como fonte de dados de consulta pública. Além de se tornar referência substancial para iniciativas de pesquisa na região, este se torna importante instrumento para localização das propriedades, pois como foi relatado pelos moradores, existe grande dificuldade dos serviços públicos (ambulância, força verde,...) em se localizarem na região em caso de ocorrências.

A organização das atividades de campo fora estruturada de maneira à serem realizados procedimentos para que se obtenha, à partir das visitas, materiais e informações à cerca da situação de cada propriedade cadastrada no programa em particular. A estratégia inicial da equipe de extensão rural consistiu em entrar em contato com figuras de expressão da comunidade local para que estes anunciassem aos produtores a existência e as intencionalidades do programa. Fôra proposta a realização reuniões para o esclarecimento à cerca das possíveis atividades à serem iniciadas na localidade, e principalmente em vista de estabelecer um canal de comunicação com os produtores locais. Com a realização das reuniões, a equipe pode estimar a quantidade de unidades familiares que se interessaram em conhecer o programa e que se dispuseram a receber a

visita da equipe em sua propriedade. Foram cadastrados inicialmente cerca de quarenta (40) pequenos proprietários que tiveram a visita agendada para que a equipe pudesse conhecer suas respectivas propriedades e, pudesse assim, aplicar questionários semi estruturados para que se obtivesse conhecimento à cerca das condições objetivas dos produtores e características de suas unidades produtivas.

A realização da primeira visita as pequenas propriedades pela equipe do DRG, composta por pesquisadores da área das Ciências Sociais e da Biologia, consiste em realizar observação à cerca das condições da propriedade em vista de detectar as atividades produtivas desenvolvidas, além mapear as condições da conservação e degradação ambiental. É aplicado nesta visita um questionário inicial, semi estruturado. Este tem por objetivo diagnosticar o condicionamento particular de cada pequeno produtor, além de possibilitar um mapeamento das recorrências das problemáticas mais presentes na comunidade rural, principalmente no que tange os aspectos da conservação/degradação ambiental e atividades econômicas produtivas.

Como o enfoque central do Programa se pauta na objetivação de construção conjunta de iniciativas junto aos agricultores, a primeira visita marca um início do processo de familiarização entre a equipe e os proprietários (alvo da pesquisa), momento em que as particularidades relativas ao cenário, atores e regras envolvidos começam a adquirir contornos mais expressivos articulados como ferramentas de análise. Refiro-me aqui, as proposições do método formulado por Magnani (2000) à cerca da pesquisa etnográfica. Trata-se de efetivar, através deste contato (visita) as primeiras relações, que adquirem caráter subjetivo e construtivo através da observação participante, pois todo o direcionamento necessário à efetivação do trabalho proposto se materializa ao se deparar com as condições objetivas do alvo da pesquisa. O fato é que o pesquisador irá propor questões, teoricamente formuladas ao campo, assim como o campo, ao longo da realização do estudo, irá propor alterações: partindo do referencial de que a pesquisa antropológica em si pode ser pensada como uma relação de mediação entre a teoria e a realidade estudada (MAUSS, 1979; FAVRET-SAADA, 2005; GOLDMAN, 2003).

As visitas de campo realizadas nas pequenas propriedades constituem-se como uma das fases principais para a implantação do Programa, pois após a realização dos relatórios que reportam as condições específicas das propriedades cadastradas, nova etapa

de planejamento se edifica. Segue-se para a parte relacionada à assessoria técnica e a elaboração de PMF's, formulados pela equipe da ONG MAE do setor composto por profissionais da área de direto e biologia. Este plano formulado pela equipe e discutido em conjunto com os proprietários em particular, se ocupa em propor modalidades de planejamento para a recuperação das áreas de reserva legal e da mata ciliar procurando seguir as condições de vocação ecológica da região, e mais especificamente os anseios do proprietário em questão. A fase de implementação do programa alicerça a relação de parceria entre a ONG e os pequenos proprietários; o processo de averbação de reserva legal e mata ciliar, concernentes a regularização ambiental da propriedade, edificando-se a partir da construção conjunta do Plano de Manejo Florestal (PMF).

Nestes planos de manejo são trabalhadas, de maneira particular, possibilidades de implemento de cultivos de maneira consorciada com a realização do plantio de árvores nativas designadas à compor as áreas de reflorestamento.

3. OBJETIVOS

O objetivo se resume no estabelecimento de um panorama, através da consecução desta pesquisa, à cerca da potencialidade de dinâmicas de conservação/recuperação de recursos naturais em associação direta as premissas de manutenção e fomento de práticas em agricultura familiar a partir do caso investigado. Trata-se de efetuar contribuição, através da interpretação desta experiência e de dados nacionais, à cerca da importância de se pensar outras vias para o desenvolvimento do meio rural; através de ações de planejamento de políticas públicas que se atentem para a necessidade de incorporação de populações tradicionais em atividades conservacionistas (DIEGUES, 2000).

Buscar-se-à em seguida, realizar reflexão sobre o papel e a importância da modalidade da agricultura familiar - tanto para o meio rural como para o meio urbano – de forma a relacionar esta, a manutenção das condições de reprodução das organizações sociais. Trata-se de pensar sob outro prisma os aspectos da interdependência existente entre a cidade e o campo, muitas vezes colocado como relações de laços de dependência de um (o rural) para com o outro (o urbano) unicamente.

CAMPO X CIDADE

No decorrer da pesquisa realizada junto aos pequenos produtores rurais - na região Sul do Municípo de Londrina, compreendida como Bacia do Ribeirão Três Bocas - constata-se cada vez com mais clareza através da realização das visitas e da aplicação de questionários sobre questões relativas à produção familiar (modalidade de cultivos), composição e histórico da unidade produtiva - além de outros eixos relativos ao trabalho de recuperação de áreas de Mata ciliar e Reserva legal - que a produção de gêneros alimentícios, principalmente de legumes e hortaliças corresponde à principal atividade produtiva nas pequenas propriedades rurais. A maioria das unidades produtivas se ocupa na produção de pouca variedade de culturas; inhame, batata-doce, cará, couve, etc...e em praticamente todas as pequenas propriedades o escoamento da produção é destinada ao CEASA – Londrina, ou seja, direcionada as empresas que abastecem as prateleiras dos mercados da cidade, exclusivamente.

Chama-se a atenção na existência desta rede de comercio, o fato de que grande parte do que é consumido pelo morador da cidade de Londrina nos pequenos e médios mercados, é proveniente da produção em agricultura familiar regionais, e o fato é que o caso do município investigado não se constitui como é exceção. O que se observa no contexto nacional é exatamente o que fora constatado no recorte de campo selecionado para aplicação deste levantamento na pesquisa efetuada pelo programa em questão.

De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006 divulgado no mês de outubro do ano de 2009, constatou-se a existência de 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que por sua vez representam 84.4% total de estabelecimentos destinados a produção agropecuária. Em contraponto a este dado deflagrou-se que estes ocupavam apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, já os estabelecimentos não familiares representava 15,6% do total da produção e 75,7% da área.

> “Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar (os anteriormente referidos 24,3%), 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Ainda assim, a agricultura familiar mostrou seu peso na cesta básica do brasileiro, pois era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos” (Sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2008).

O fato é que apesar de estar muitas vezes à margem do socialmente atribuído como importante para a reprodução da vida em sociedade, a pequena agricultura qualificada como familiar, muitas vezes tratada como retrato de uma fase atrasada e residual do desenvolvimento do capitalismo - fadada ao desaparecimento - desponta como elemento de fundamental importância. É correto se afirmar que existem amplas variedades de interpretações e de conclusões a serem efetuadas sobre os resultados desta pesquisa acerca do meio rural brasileiro e seus estabelecimentos agropecuários. Todavia, um dos fatos deflagrados neste levantamento que corrobora as estimativas, fruto das pesquisas realizadas pela equipe do programa, é a de que, mesmo sustentando uma posição de subjugo em relação à administração pública, serviços e infraestrutura, e qualificado como atrasado e fadado ao desaparecimento por conta do processo de desenvolvimento, o campo; meio rural brasileiro e a prática da agricultura familiar, são responsáveis por grande parte de uma das mais importantes esferas da reprodução da vida social, seja no meio rural ou no meio urbano; a alimentação.

Como é constado nessa pesquisa (IBGE), é de fundamental importância a presença da agricultura familiar no nosso país; modalidade que se ocupa em abastecer os grandes centros urbanos com variados gêneros alimentícios. Observa-se que mesmo com os índices alarmantes no que concerne a problemática da concentração de terras no país, a

produção alimentícia advinda da pequena produção familiar se configura como principal responsável por levar alimento à mesa dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

DIEGUES, A.C.: **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

FAVRET-SAADA, J.: **"Ser afetado",** de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo*. São Paulo: USP, 2005. nº 13. (p. 155-161)

JACOBI, Pedro Roberto. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** *In*: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. O Município no Século 21: Cenários e Perspectivas. São Paulo: CEPAM, 1999.

MAGNANI, J. G.C. **Quando o campo é a cidade.** São Paulo: Fapesp, 2000.

MENDRAS, H. **Sociologia do meio rural.** 4. ed. Tradução Darcy da Silva.(Org).Maria Isaura Pereira de Queiróz. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HANNIGAN, J.A. **Sociologia Ambiental**; A formação de uma perspectiva social. 1.ed. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 1995

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br acesso em: dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.** Disponível em: http:// www.mma.gov.br/sítio/ consultado em: junho 2009. p.62.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo.** Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

MEIO AMBIENTE OU MEIOS AMBIENTES?
Reflexões sobre as inter-relações entre demandas globais e conhecimentos locais

Patrícia dos Santos Pinheiro
Tecnóloga em Meio Ambiente, Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
patricia_s_pinheiro@ibest.com.br.
Jalcione Almeida
Agrônomo, Doutor em Sociologia. Professor-pesquisador dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
jal@ufrgs.br.

GT 06 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

O presente texto é fruto de pesquisa de mestrado intitulada "*Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul*", realizada entre 2008 e 2009, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Durante esse período foi realizado trabalho de campo, com o apoio de métodos etnográficos, de fevereiro a junho de 2009, nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu, no Rio Grande do Sul, buscando visualizar na agricultura de base ecológica quais os significados sobre tal produção presentes entre os atores.

A contribuição para a temática do grupo de trabalho está na possibilidade de refletir sobre a inserção de uma série de temas que fazem parte de discussões globalizadas sobre o "Meio Ambiente" – tais como mudanças climáticas e preservação da biodiversidade – para agricultores familiares de base ecológica. Esses atores, organizados em associações e cooperativas, têm maneiras de manejar os elementos naturais em suas propriedades que foram construídas ao longo do tempo, com inter-relações com esses elementos que nem sempre se "encaixam" com as ações que ali chegam em função de discussões externas, introduzidas e/ou intensificadas por meio de agentes fiscalizadores (de diferentes esferas), por mediadores sociotécnicos e outros atores.

Introdução

Da importância dada a temas como mudanças climáticas, extinção de espécies animais e vegetais ou desmatamento de florestas, que se expandem às mais distintas realidades e se associam com conhecimentos experimentais acumulados localmente, emergem novas maneiras com as quais os seres humanos se relacionam com os elementos naturais.

Nesse processo, é possível perceber que, dentro das múltiplas dimensões do que poderia ser associado a esses elementos, há a construção de um Meio Ambiente, no singular, que apresenta demandas globais e passa, com a "crise ambiental", a ser responsabilidade do todo da produção humana (sejam os humanos degradadores ou protetores), influenciando assim no delineamento das interações cotidianas entre diferentes coletivos de humanos e não humanos. A centralização e propagação de determinadas prioridades globais para atores locais é o objeto de reflexão deste texto.

Neste contexto, serão abordadas inter-relações que emergem a partir desses temas para agricultores familiares de base ecológica dos municípios de São Lourenço e Pelotas, no extremo sul do Brasil, organizados, dentre outras entidades, na Cooperativa Sul Ecológica[1]. Esses agricultores estabelecem na conservação dos elementos naturais uma importante argumentação para o modo como os mesmos são manejados em suas propriedades.

A Cooperativa Sul Ecológica, com sede no município de Pelotas e presente em oito municípios da região de Pelotas, engloba cerca de 250 cooperados que formam uma rede de produção e comercialização formalizada em 2001. Esses agricultores se organizam em grupos por localidade, de 5 a 15 famílias, que se reúnem (processo iniciado na década de 80) continuamente para debater temas relacionados à sua produção e para trocar informações diversas.

Para esses atores, uma série de demandas externas associadas ao Meio Ambiente está presente através de discursos sobre a maneira mais correta de produzir, relacionadas a situações como o aquecimento global, a conservação de espécies de fauna e flora, entre outros. Essas demandas chegam aos agricultores como prioridades por meio de mediadores sociotécnicos de organizações não governamentais, pela participação em espaços e fóruns de discussão da região e, atualmente, ainda pela inserção de propostas de modificação da legislação ambiental por parte do poder público, em especial aquela que diz respeito ao Código Florestal Brasileiro.

[1] Muitos deles participam de mais de uma organização, dependendo das possibilidades de comercialização e dos produtos disponíveis.

A centralização em alguns assuntos que remetem à “crise ambiental” possibilita o estabelecimento de alguns novos consensos e lugares-comuns, mas não os exime de se tornarem controvérsias, por mobilizarem diferentes atores e reunirem os mais diversos argumentos, trazendo consigo discussões que podem representar mudanças e delimitações às ações locais. Mas as ações que se estabelecem a partir da demanda de conservação ambiental também passam por negociações, realinhamentos e mesmo negações.

Algumas responsabilidades

Nas relações das ações locais com temas mais abrangentes tem visibilidade expressiva para os agricultores atualmente as mudanças climáticas, associadas a eventos extremos no clima, cada vez mais frequentes na região. Segundo seu Roni Mühlenberg, agricultor da localidade de Butiá, em São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, “[...] uns anos atrás a gente nem sabia o que era aquecimento global”. Conforme seu relato, os últimos dez anos foram marcados por constantes estiagens e alguns momentos de chuvas muito fortes, que inviabilizaram algumas safras ou demandaram novos investimentos.

As mudanças no clima, percebidas e reforçadas como prioridades, provocam novas conexões e significados entre os atores. Nesse caso, o clima assume significado de incerteza quanto à viabilidade da produção e é visto por muitos agricultores com estreita ligação com a (falta de) conservação dos elementos naturais. Desta maneira, o aquecimento global torna-se uma justificativa, muito citada entre os agricultores, para a adoção de práticas agrícolas de base ecológica. Nesse sentido, para Luciano Mühlenberg, filho de seu Roni, é também uma responsabilidade:

> Por que há uns tempos atrás o clima não era tão violento. Quando nós começamos com a ecologia era mais fácil que hoje. [...] aquela força de vontade eu não mudei nada, só que eu também reconheço que nós fomos os que estragamos muito a natureza. Nós também temos que intervir pra consertar ela. Se nós tivemos o direito de estragar, nós temos direito de ajudar a consertar.

Nesse processo dinâmico de mudança de significado e de construção de discursos ambientais, o que antes não apresentava problemas (e por vezes era estimulado), por exemplo, retirar árvores nativas, utilizar agroquímicos ou caçar animais silvestres, adquire novos significados e os seres envolvidos se tornam alvo de preocupações. Ou seja, por trás da “crise ambiental” há também uma mudança relacionada ao que representam esses não humanos

(LATOUR, 2004) para os humanos, ou seja, objetos que não corriam risco passam a demandar remodelações e “cuidados” relacionados às ações humanas.

De tal situação surgem as necessidades de adaptação e também as controvérsias, em que cada ator tem suas justificativas para modificar ou não suas ações de acordo com suas motivações e estratégias de vida. Seguindo o processo em que os atores influenciam e são influenciados, aparecem distintas formas como eles se adaptam à proposições que lhes são transmitidas, aceitando, modificando ou rejeitando-as.

Entende-se que manter o Meio Ambiente no singular, notadamente separando humanos e elementos naturais é resultado de um trabalho de estabelecimento e ordenamento dos elementos naturais por parte dos humanos, mobilizados pelas ações de uso e preservação (LATOUR, SCHWARTZ e CHARVOLIN, 1998). Considera-se aqui que além das influências exercidas pelos humanos sobre os elementos naturais, também os não humanos, sejam eles plantas, animais, entre outros, mesmo indiretamente, possibilitam o desenvolvimento ou a revalorização de significados e práticas junto aos atores envolvidos.

Desta maneira, torna-se necessário rever as imagens de natureza selvagem (em um polo), que precisaria ser domada, ou de natureza frágil (em outro polo), que precisaria ser protegida, em concepções que pressupõem que a natureza estaria à parte do social. Latour, Schwartz e Charvolin (1998) sugerem que esse debate sobre as “crises ambientais” passariam pela explicitação do processo de socialização da natureza, baseado na ideia de que as prioridades escolhidas como problemas globais da presumida crise são resultantes da adoção de valores aos fatos.

Percebe-se que a tentativa de separar o que é construído pelo ser humano e o que pertence ao meio físico demonstra, não obstante, a dualidade presente a qual considera que a natureza, como a entendemos, existe independentemente da sociedade, mesmo quando ela parece tão dependente de nossa proteção ou das transformações que realizamos. Nesse sentido, mais do que consequência do histórico comumente apresentado do ambientalismo mundial (Relatório Brundtland, ECO 92, Protocolo de Kyoto, etc.), a relevância dada à problemática ambiental se situa dentro de um processo dinâmico, com implicações para a organização, para o pensamento e para a elaboração dos construtos humanos, segundo suas prioridades e necessidades.

Controvérsia envolvendo o Código Florestal

Outro tema que tem demonstrado relevância (em um processo que não se esgotou) para os agricultores da região de Pelotas no momento é a exigência legal, no Brasil, de áreas de preservação dentro de cada propriedade (a Reserva Legal – RL – e a Área de Preservação Permanente – APP), como parte do Código Florestal Brasileiro. A repercussão dada ao Código no ano de 2009 causa nos agricultores apreensão, por ser um motivo para mudarem seus hábitos e interferirem em sua maneira de gerenciar a propriedade, em um ritmo diferente do que seria sem tais regulações.

Seja nos fóruns de debate, nas ações das organizações ou mesmo nas ações fiscalizatórias do poder público, esse tema provoca negociações e adaptações e aos locais em que chegam. Essa legislação, apesar de antiga (o Código Florestal data de 1965), foi alterada recentemente, através de decretos federais, o que causou um acirramento do debate e também de mobilizações contrárias aos decretos[2].

Nesse sentido, quando se fala em Meio Ambiente junto aos agricultores, a implementação de áreas de preservação dentro de cada propriedade é destaque. O assunto está sendo alvo de debates nos espaços de discussão da região, pois foi marcada uma data para o início da fiscalização, 11 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2008).

A Reserva Legal é, segundo o Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 1965, incluído por BRASIL, 2001), um espaço da propriedade em que se deve, obrigatoriamente, manter a mata preservada ou recuperá-la, com a possibilidade de manejo sustentável (por exemplo, extrativismo). Na região representa 20% da propriedade, mas pode chegar a 80% nas áreas de floresta, quando integram parte da Amazônia Legal. É definida (e justificada) no Código Florestal como "necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos; à conservação da biodiversidade e ao abrigo e à proteção da flora e fauna nativas" (BRASIL, 1965, art. 1º, incluído no Código por BRASIL, 2001).

De maneira semelhante, segundo o mesmo Código Florestal, as APPs têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, etc. Isto é, o estabelecimento dessas áreas congrega diversos dos temas que são discutidos globalmente. A legislação ambiental brasileira exige que ao redor de nascentes de arroios, de fontes de água, naturais ou construídas, haja uma área de 50 metros de diâmetro de mata nativa, que deve ser intocável,

[2] É importante esclarecer que a discussão está em pauta para os mais diversos atores que se relacionam com a agricultura. Neste trabalho, o foco é levado aos agricultores familiares de base ecológica, que também se inserem em debates com outros setores da agricultura.

salvo por utilidade pública ou interesse social, em casos muito restritos (CONAMA, 2006). Ao longo dos cursos de água, de acordo com a sua largura, são exigidos de 30 a 500 metros de mata ciliar (BRASIL, 1989). As APPs constituem-se, além de áreas de mata ciliar, nascentes de cursos d'água, também de locais com declividade acima de 45 graus (BRASIL, 1989).

Nesse sentido, a supressão de árvores torna-se um tema emblemático, no sentido que se situa entre uma necessidade – "o colono precisa ter um mato pra cortar, pra fazer um galpão, pra ter lenha, e se for comprar [madeira] é muito caro", afirma um agricultor de São Lourenço do Sul – e um motivo de realinhamento de estratégias de acordo com esses fatores externos – o que antigamente era recorrente, retirar árvores nativas, agora é uma ação limitada e agora é associado pelos agricultores à "falta de consciência ecológica", fazendo com que se instalem áreas de reflorestamento na propriedade ou que a madeira seja comprada de outras áreas.

Os debates que envolvem as modificações no Código Florestal passam por vários pontos, mas em especial relativo aos percentuais de preservação de mata, muito questionados principalmente em função das áreas (menores) das propriedades familiares e do viés (no caso específico dos agricultores de base ecológica) que é dado a elas. O melhor "exemplo" de propriedade, segundo os preceitos ecológicos difundidos entre esses agricultores, não cumpre todos os requisitos da legislação, mesmo mantendo um ecossistema considerado equilibrado, segundo os mesmos preceitos.

São apresentados casos como o de propriedades estreitas (comuns na região) que têm cursos d'água em toda sua extensão, como comenta Ivo Scheunemann, agricultor de Pelotas e presidente da Cooperativa Sul Ecológica:

> Por exemplo, a nascente de água: 50 metros de entorno (...). Eu conheço várias propriedades em que a largura nem chega a 100 metros. Daí a nascente é no meio, fica 50 pra cá, 50 pra lá, não vai sobrar nada. Não que eu esteja duvidando de que isso é o certo, mas é que são casos e casos.

A finalidade da preservação da flora local seria, basicamente, a de evitar maiores desequilíbrios ecológicos nos ecossistemas locais, considerando que esses lugares necessariamente precisariam de regulação para manter níveis aceitáveis de preservação. Mas para seu Edwin Radtke, agricultor de São Lourenço, preocupado com a agricultura familiar e, mais especificamente, com a produção de base ecológica, a lógica de preservação é de toda a propriedade e na sua manutenção para a continuidade da família, não somente de um espaço

de isolamento ou de manejo controlado. "A gente planta tudo já sem veneno, cuida tudo (...) e ainda tem mais isso".

Argumentos importantes são discutidos entre os que se consideram porta-vozes da natureza – neste caso principalmente os agentes fiscalizadores, mas também organizações não governamentais estão presentes – e os que se consideram porta-vozes dos agricultores – movimentos sociais, organizações de extensão rural.

Alguns desses representantes chegaram a propor a Reserva Legal Zero e a APP Zero, com base nas mais diversas justificativas, por exemplo, de que quem deve preservar é quem polui mais, que seriam os maiores produtores e/ou as populações urbanas – principalmente de outros países (industrializados). Por outro lado, os agentes fiscalizadores têm nas sanções financeiras um instrumento de controle dessas ações, embasados em parâmetros científicos (que justamente por isso seriam os mais adequados).

Dentro do debate sobre o Código Florestal a posição oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul é de discordância com a atual legislação em um momento de incertezas sobre os rumos da legislação, devido à grande insatisfação com as regras vigentes. Essa proposição foi detalhada e entregue oficialmente em uma Audiência Pública, que contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, realizada em 25 de junho de 2009[3].

Um dos pontos mais polêmicos do debate é em relação a áreas mais inclinadas, muito utilizadas principalmente em áreas de agricultura familiar. Tanto na proposta estadual quanto em outra, elaborada por diversas entidades relacionadas à agricultura familiar em conjunto com o próprio Ministro, estão sugeridas possibilidade de manejo na RL, sem o corte raso (extrativismo), dando atenção especial às áreas de preservação em que já há uma atividade consolidada (com culturas permanentes, como os parreirais, por exemplo), com exceção das matas ciliares, que deveriam ser necessariamente repostas. Outra demanda das organizações envolvidas no debate é em função de possíveis manejos da APP com espécies que não descaracterizem a cobertura vegetal.

Com essa normatização, a partir de regras específicas, impôs-se um cenário que "protege" os elementos ambientais das ações humanas, proposto por agentes externos a partir de parâmetros de proteção definidos. Mas esses parâmetros foram contestados pelos atores locais por serem distantes da realidade praticada, contextualizada pelas ações específicas dos

[3] Apesar da grande mobilização do tema ao redor dos movimentos que envolvem a agricultura familiar no Estado, essas mudanças, que teriam o objetivo de possibilitar que a lei se adaptasse às peculiaridades regionais, também trariam espaço para outros setores da agricultura.

atores que fazem parte da rede de produção de base ecológica, que também tem justificativa de conservação ambiental.

"A gente sabe que um pouco de mato tem que ter", diz seu Roni Mühlenberg. "Aqui a gente tem uma área de mato e eu nunca derrubei nenhuma árvore dali. Tem também perto das sangas, mas não é o que pedem", complementa, referindo-se à área de APP, acrescentando que o dono anterior havia suprimido boa parte das árvores da propriedade. Ele considera que a preocupação com os elementos ambientais não se restringe a essas áreas, sim a toda sua propriedade, mas ainda assim se sente apreensivo em relação à fiscalização.

Nessa mesma perspectiva, Ivo Scheunemann complementa:

> Eu acho que tem que ter reserva, mas cada propriedade é uma realidade diferente. Não poderia ser assim, exatamente 30 metros, não pode ter nem 29 e meio nas beiras de sangas. Eu acho que tem que ter a preservação, mas aquela pessoa que deixou dez [metros de mata ciliar], e que tem todo resto [da propriedade], com diversidade e preservação, ela de repente preserva mais do que aquele que deixou 30, usa o defensivo quase 24 horas por dia [no resto da propriedade], faz queimada e tudo mais.

Esses temas são limitadores da ação, mas a inserção de conhecimentos não é simples, há uma pluralidade de sentidos e efeitos provocados e negociados em uma situação de diversidade organizacional em que os atores convergem para a aceitação (ou reconstituição), ou para a negação dos significados. Segundo Moacir Mühlenberg, filho de Roni:

> Tem uma sanga [nascente] aqui que falaram [um mediador sociotécnico] pra gente plantar umas árvores em volta. Mas, capaz! Se plantar árvores ali, vai secar a sanga, por que aquilo tudo é pedra embaixo [sob o solo], só tem uma parte por onde corre água, entre as pedras, que as raízes de uma árvore iriam tapar. E assim como está essa sanga nunca secou[4].

Seu argumento, baseado nas particularidades que a vivência lhe trouxe, é contrário aos argumentos baseados em modelos científicos difundidos, de que em qualquer situação as nascentes exigiriam a proteção de mata ciliar em um raio de 50 metros. Pode-se observar simetricamente tais situações de divergência, de maneira a flexibilizar a noção de que haja um saber superior dissociado dos valores culturais como formas efetivas de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[4] É um local onde não há nenhum cultivo, somente gramíneas, mas é próximo a uma área, mais baixa, de mata nativa.

A condição experimental de nossa inclusão nos meio ambientes traz novos questionamentos: como podemos viver juntos, no mesmo planeta, com objetivos diferentes, com definições diferentes sobre o que é o planeta e sobre quais os limites para a intervenção humana sobre os elementos naturais? Partir da ideia de que as muitas culturas humanas estariam sob um mesmo pano de fundo, a natureza, passa a não bastar. Os meios ambientes, incontáveis, expressam-se nas relações estabelecidas junto aos que compõem essas peculiaridades, em inúmeras maneiras de significação do mundo e de relação com o Outro, sejam eles humanos ou não humanos, naturais ou artificiais (GERHARDT & ALMEIDA, 2005).

Dando esse caráter universal - e universalizante – ao Meio Ambiente, associando-o a uma série de assuntos específicos da "crise ambiental", presentes no cotidiano de diferentes grupos, corre-se o risco de não perceber as inúmeras maneiras de agência e os sentidos construídos sobre o modo de manejar a terra e também de se relacionar com as práticas, de acordo com a concepção do que seja mais legítimo no momento.

Considerando as inúmeras possibilidades de meio ambientes, entende-se que não está em jogo somente a necessidade de preservação dos elementos ambientais, mas também o poder dado para a escolha das prioridades humanas de preservação e os resultados dessas escolhas para os ambientes locais, pois essas ações trazem novas ligações entre agricultores e os elementos ambientais.

É importante lembrar que essas influências não são vistas apenas no ambiente físico, mas na formação de novos vínculos trazidos por esses debates. Esses vínculos não se resumem às mudanças nos elementos naturais, mas também aos novos contextos forjados pela interligação de mundos diferenciados por temas em comum. Modificam-se as demandas e definem-se novos sentidos no que as pessoas fazem.

É possível ressaltar as interações e a complexidade que existem na dinâmica social, entendendo em que medida estas associações estabelecidas através das discussões ambientais reconfiguram as relações locais. A partir de temas globais são construídas alternativas nos modos de produção, mas cada família tem maneiras próprias de se relacionar com os elementos que são manejados diariamente em sua propriedade, fundados em diferentes construções e inter-relações junto aos elementos não humanos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei Federal 4.771, de 15 de setembro de 1965, institui o Código Florestal Brasileiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1965.

BRASIL. Decreto Federal 6.686, de 10 de dezembro de 2008, regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). *Diário Oficial da União,* Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. CONAMA. Resolução 369 de 28 de março de 2006, dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente. *Diário Oficial da União,* Brasília, 2006.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A Dialética dos Campos Sociais na Interpretação da Problemática Ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. In: *Ambiente & Sociedade,* Campinas, SP, v. 8, n. 2, 2005.

LATOUR, B. Haciendo la '*res* pública'. Madrid, 2005. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*. n. extra 1. p. 1-8. nov./dez. 2005. Entrevista concedida a Tomás Sánchez-Criado. Disponível em: <www.aibr.org>. Acesso em 16 jun. 2008.

_____. *Políticas da Natureza:* ou como fazer ciência na democracia. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

_____. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. IN: ARAÚJO, H.R. *Tecnociência e cultura: ensaio sobre o tempo presente.* São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS COMUNIDADES RURAIS: um debate preliminar

Luciana Luiza Chaves Azevedo
Mestranda pelo programa de pós-graduação em Geografia pela UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais
Luluiza74@gmail.com

Desenvolvimento sustentável e justiça ambiental: uma possibilidade?

Os debates que se desenvolvem atualmente produzem uma reflexão sobre o que é justiça ambiental e a possibilidade de desenvolvimento sustentável. Sachs é um dos grandes debatedores do desenvolvimento sustentável, analisando as possibilidades e os desafios postos pelos precussores do conceito que apresenta um viés economicista, baseada na idéia de "modernização ecológica" (Blowers *apud* Acselrad, 2002:01). Em oposição a essa modernização, Sachs defende o *ecodesenvolvimento* apresentando 5 dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica, política e espacial. Dessa forma, o ecodesenvolvimento exige um equilíbrio no sistema em questão, contrapondo-se à realidade vigente, onde as inovações no processo produtivo atendem aos interesses dos atores econômicos e sociais organizados, mas desestruturam e descaracterizam os modos de produção e vida das comunidades locais.

Vários autores empreenderam esforços para estabelecer o nexo existente entre os problemas ambientais e os sócio-econômicos, resultado do processo de produção capitalista e que promovem influência direta na organização do espaço. Segundo Lefebvre (1991), a produção social do espaço acrescenta valores e significados ao uso da terra e estes usos representam a forma física do mundo social e a base para a prática regulatória. O espaço geográfico visualizado como agente e produto da sociedade refletiria, portanto, a reprodução das desigualdades, entre as quais se incluem formas diferenciais de exposição dos diversos estratos sociais, culturais e étnicos aos riscos ambientais.

O modelo desenvolvimentista adotado em grande parte Ocidente, teve como objetivo a aceleração e expansão do processo de produção, distribuição e consumo capitalista, pautado

na exploração massiva dos recursos naturais possibilitada pela emergência de novas tecnologias. Este modelo de desenvolvimento ambientalmente e socialmente insustentável, além de ter sido responsável em grande parte pela a desigualdade social que vivenciamos na atualidade, através do acúmulo de seus benefícios em classes sociais hegemônicas, gerou concomitantemente a distribuição geograficamente desigual dos malefícios e dos riscos ambientais associados ao uso indiscriminado destas tecnologias, que por sua vez irão se concentrar geograficamente no ambiente de trabalho e moradia das classes sociais economicamente menos favorecidas.

Neste sentido, Druck e Franco (1997) constata que o avanço das novas tecnologias no inicio dos anos 70, propiciou a geração de novos e inéditos riscos ambientais decorrentes dos novos padrões de industrialização associado ao modelo de desenvolvimento representando uma transformação profunda entre estes, o meio ambiente e a saúde das populações.

Os autores assim irão afirmar que este avanço tecnológico representado na "incorporação de milhares de novas substancias químicas, o aumento das plantas industriais, dos volumes produzidos e transportados e da aplicação de diversas novas formas de energia" irão redundar na ampliação na grandeza dos impactos sócio-econômicos das atividades humanas nas sociedades contemporâneas, na expansão do alcance e da mobilidade dos riscos, na ampliação das populações expostas a eles e de novos meios de agressão do meio ambiente.

Com vistas ao entendimento do processo de distribuição espacial desigual dos ônus e bônus deste modelo, Torres (2000) propõem como alternativa uma abordagem metodológica do problema através do tradicional conceito de impacto ambiental, esta presente em instrumentos como o EIA e o RIMA, uma abordagem focada em uma categoria que considera epistemologicamente mais abrangente, a categoria de riscos ambientais.

Diante desta desigual vulnerabilidade aos riscos ambientais provenientes do modelo de desenvolvimento adotado e a partir da constatação de que "a legislação ambiental não tem beneficiado de maneira uniforme todos os segmentos da sociedade" (BULLARD, 1996), que irá surgir nos EUA o chamado movimento por justiça ambiental. Este movimento, que foi formado primeiramente por grupos de comunidade de base cujas reivindicações pressupunham ações em uma escala local pelo direito à qualidade ambiental, é composto por minorias étnicas (afro-americanos, latinos, indígenas, asiáticos e povos do pacifico) e se voltam contra as práticas dos empreendimentos poluentes de se instalarem prioritariamente em áreas ocupadas por estas minorias, sob a conivência dos governos locais que incentivadores desta prática, o que no entendimento do movimento constituiria uma prática de "racismo ambiental".

Um documento firmado ao final da Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Cor cita 17 princípios fundamentais para a garantia da justiça ambiental para todos. O manifesto assim afirmará que o objetivo deste movimento seria:

> *“ (...) combater a degradação e proteger nossas terras e comunidades, restabelecendo assim nossa interdependência espiritual com a sacralidade da Mãe Terra; em respeito e celebração a cada uma de nossas culturas, linguagens e crenças sobre o mundo natural e os nossos papéis em curar a nós mesmos/as; para assegurar a justiça ambiental; para promover alternativas econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento de meios ambientalmente seguros de subsistência; e para garantir a liberdade política, econômica e cultural que foi nos negada ao longo de mais de 500 anos de colonização e opressão, resultando no envenenamento de nossas comunidades e da terra e no genocídio de nossos povos.”*

Acselrad (1992) destaca que este movimento resultou na superação da resistência do movimento sindical estadunidense ao desenvolvimento das lutas ambientais quando compreendida a relação intrínseca entre degradação ambiental e injustiça social.

Segundo o autor, a articulação entre movimentos sindicais, movimentos ambientalistas e comunidade de base encerra o entendimento de que os males ambientais, que a primeira vista teriam causas naturais, na verdade encontram sua origem nas estratégia de acumulação dos diversos agentes políticos e econômicos fomentadores da produção desigual do espaço e, significaria por sua vez, a privatização dos recursos naturais quando o acesso a estes recursos estaria ligado ao processo de segregação espacial que impele a população menos favorecida a habitar as periferias das grandes cidades, lócus preferencial de estabelecimento dos empreendimentos poluidores. Desta forma, a injustiça ambiental significaria o combate a esta segregação espacial e a luta pelo acesso democrático aos recursos naturais.

Quanto às táticas empregadas por este movimento em suas reivindicações, Bullard (1996), que foi responsável segundo Acserald (op cit) pela pesquisa que impulsionou o Movimento por Justiça Ambiental, destaca o uso de estratégias do antigo movimento por direitos civis visando influenciar diretamente e indiretamente as tomadas de decisões do governo nos níveis municipal, estadual e federal. O autor irá citar para ilustrar esta estratégia de ação vários casos da atuação do movimento nos EUA, nos quais a participação ativa das comunidades de base na reivindicação por seus direitos a um ambiente saudável, forçou os agentes a revisarem os planos de intervenção no espaço.

Bullard (op. Cit) ressalta que o principal instrumental de pressão política destes grupos foi a apropriação da estratégia dos agentes responsáveis pelas agressões ambientais de se apropriarem dos meios de informação para gerar relatórios técnicos, não para encobrirem os fatos como aqueles, mas buscando dar visibilidade a fenômenos que diversas vezes se apresentam de forma invisível à opinião publica e cujos efeitos nocivos são imperceptíveis em um curto prazo, mostrando-se devastadores em um longo prazo.

Para tanto foi fundamental a articulação deste movimento com as universidades enquanto lócus de produção do conhecimento, pois só assim foi possível evidenciar, através de pesquisas e relatórios técnicos e estatísticos, a indubitável relação entre as características da população, sua localização e a presença de riscos ambientais.

Política ambiental: uma breve análise do caso brasileiro

O crescimento econômico provocado pelo desenvolvimento das atividades urbano-industriais ou pela territorialização do capital (Acselrad, 2001) na década de 1970 favoreceram as mudanças na organização produtiva e sócio-espacial brasileira, com a inserção do país no circuito dos países em desenvolvimento. Nesse processo de modernização econômica observamos a concentração crescente do poder de controle dos recursos naturais nas mãos de poucos agentes e a "privatização do uso do meio ambiente comum, mais especificamente do ar e das águas de que dependem todos os grupos humanos" (Acselrad, 2001:77), com o uso predatório dos recursos e a poluição sem controle.

Nesse mesmo período, verificamos a organização dos movimentos e de conferências internacionais que debatem a questão ambiental e os problemas provenientes da crescente industrialização e seus impactos. A participação do governo nesse novo contexto geopolítico dá maior visibilidade ao país, pois o Brasil é responsável pela congregação dos países em desenvolvimento nos debates ambientais – é importante relembrar que nesse momento de crescimento econômico o uso dos recursos naturais aumentam significativamente, ao mesmo tempo em que são visíveis os problemas socioambientais resultantes das divergências e dissonâncias geradas.

A problemática ambiental é discutida inicialmente através da implantação de controle de poluição e preservação de algumas amostras dos ecossistemas naturais. Sendo os recursos naturais do país considerados infinitos, era preciso explorá-los garantindo altas taxas de crescimento econômico.

Após três décadas de implantação do modelo desenvolvimentista, o saldo possível de se observar é o esgotamento do modelo civilizatório brasileiro e quiçá do mundo Ocidental e a crise do Estado com o desenvolvimento da ideologia neoliberal que usurpa comunidades inteiras com a implantação de programas que são "socialmente justas e ambientalmente corretas", dando ao processo tecnicista a possibilidade de solução dos problemas existentes.

As populações tradicionais e a modernização econômica brasileira.

Os direitos de uso dos recursos naturais e de reprodução material e imaterial dos povos tradicionais foram veementemente comprometidos com o desenvolvimento da política econômica implantada no território nacional nos idos de 1960 e 1970 – o período da "modernização econômica" brasileira caracterizado anteriormente.

A pujança econômica foi motivada pelos grandes investimentos no setor de base, especialmente na implantação de infra-estrutura de produção e distribuição de energia hidrelétrica. Enquanto grandes usinas hidrelétricas eram construídas ao longo do território brasileiro, várias comunidades rurais (camponeses e pequenos produtores rurais) viam-se destituídas de seu território.

Nesse contexto, os agricultores de diferentes locais e distintas realidades do país conseguem convergir interesses motivados pela busca de direitos e preservação ambiental, criando um movimento de caráter nacional – o MAB (Movimento de Atingidos por Barragens). O MAB se apresenta como um dos movimentos capazes de discutir a questão ambiental atrelada à oposição ao modelo injusto e excludente.

A produção industrial e o desenvolvimento da agricultura moderna também forjaram um quadro de empobrecimento e desterritorialização dos grupos populares tradicionais, fazendo dos grupos remanescentes comunidades de resistência.

A modernização agrícola (a chamada Revolução Verde) que ocorreu no país nos anos de 1960 e 1970 provocou intensa desestruturação dos modos de vida e produção do produtor rural que se viu "obrigado" a utilizar técnicas e tecnologias até então desconhecidas e inadequadas às condições morfo-ambientais do país. Outro problema que surgia era o desmerecimento às técnicas de produção tradicionais, levando os produtores rurais a abandonar seu "saberfazer" em nome do progresso e da maior produtividade. Como resultado do processo podemos observar os problemas de poluição das águas e dos solos, os problemas de saúde relacionados ao uso inadequado de insumos agrícolas, a perda da propriedade da terra e a descaracterização do modo de produção tradicional. Podemos mencionar como

exemplos a expansão da fronteira agrícola e o avanço da silvicultura no Vale do Jequitinhonha e o processo de modernização agrícola no Centro-Oeste brasileiro.

Os espaços de produção industrial também vão contribuir com a desarticulação da produção rural a partir da concentração fundiária regional. No tocante à atividade industrial é preciso considerar tanto o processo de valorização da terra/ especulação fundiária como a mudança nos padrões de produção regional para o atendimento às necessidades da indústria.

Os recentes investimentos na infra-estrutura de produção energética são realizados e tal iniciativa tem respaldo no discurso da *modernização ecológica.* "Em verdade, no cerne dessa visão aloja-se a fé nas soluções tecnológicas para as chamadas "externalidades" do processo produtivo. E, com isso, uma certa despolitização do debate ecológico foi ocorrendo, na medida mesma em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente" (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA,2005: 13).

Em nome do progresso técnico e econômico, novas unidades geradoras de energia são instaladas em todo o país, contribuindo para o desenvolvimento de tensões nas comunidades rurais. Como conseqüência as comunidades afetadas sofrem intenso processo de desterritorialização. Para entendermos melhor esse processo, precisamos relembrar o que para Milton Santos é um território:

> *"O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o* ***território usado,*** *não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise".* (SANTOS, 2006)

É preciso entender o sentido da terra para as comunidades atingidas não apenas do ponto de vista material, mas enquanto elemento de sobrevivência ou como elemento carregado de significado, de simbologia espiritual e cultural. Se por um lado temos os grandes grupos econômicos que desestruturam, desestabilizam a realidade vigente segundo seus interesses, re-criando a territorialização totalmente integrada às redes de produção nacional e internacional, sem qualquer interesse na manutenção dos aspectos etnogeográficos por outro,

são esses pequenos grupos que se apresentam em oposição às atividades econômicas massificantes.

Dessa forma, o espaço geográfico deve ser entendido como o espaço não apenas de produção econômica mas de reprodução sócio-cultural, de manutenção de saberes que foram construídos e são repassados a cada geração e que fazem da terra e dos recursos ambientais não apenas produtos para apropriação econômica, mas recursos com significado de manutenção de vida, de ligação da sociedade com o ambiente natural.

Considerações finais

A complexa trama da realidade do meio rural brasileiro deve ser analisada sob a ótica das relações de interdependência produtiva com o espaço urbano, da elaboração de políticas públicas, dos interesses político-econômicos vigentes no contexto em questão e nas construções sociais, econômicas e culturais existentes nos grupos ou comunidades rurais em estudo.

O crescimento econômico experimentado pela economia brasileira nos idos de 1960 e 1970 impulsionou mudanças significativas nas estruturas produtivas e nos modos de vida das populações nos espaços urbanos e rurais. Acreditava-se no desenvolvimento técnico e científico como possibilidade para a resolução dos problemas resultantes do processo.

Analisando especificamente o espaço rural brasileiro, observamos que a relação de inter-dependência que sempre existiu entre os espaços de produção e de vivência ganhou novo significado e nova dinâmica com a implantação de atividades urbano-industriais: o meio rural passa a apresentar uma relação de dependência com as áreas urbanizadas, à medida que precisam dos suprimentos e maquinários que devem garantir a produção de alimentos. Mas essa relação também acontece porque é necessário fornecer outros recursos ambientais como água para consumo e recursos minerais, por exemplo, além do fornecimento de energia que é gerada e transmitida aos grandes centros de consumo, as áreas urbanas.

A crença no processo de modernização tecnológica faz das áreas de elaboração de novas técnicas e tecnologias os espaços de excelência, enquanto o meio rural ganha caráter de algo ultrapassado, com formas de produção e modos de vida a serem superados.

Atualmente vemos crescer o embate entre os grupos políticos e econômicos que mantêm o discurso do crescimento econômico e que agora agrega a dimensão de desenvolvimento ambiental – a sustentabilidade sócio-ambiental e os movimentos

reivindicatórios que ora assumem o discurso desenvolvimentista, ora trabalham em prol das reivindicações da comunidade rural. É possível ainda mencionar um outro grupo, formado pelos acadêmicos que se debruçam sob seus estudos e análises e constroem *Ideologias* e *Ciências* que podem atender e favorecer a manutenção da ideologia desenvolvimentista ou promover uma nova leitura, uma nova análise da realidade, verificando as manutenções e rupturas do processo.

Reconhecer e valorizar os *saberes* aponta para a ressignificação do conhecimento. Os *saberes* construídos e repassados entre gerações que são materializados no modo de vida, na relação com a natureza e com a sociedade que muitas vezes, em muitos casos, fogem à lógica produtiva capitalista. Assim, consideramos que o meio rural é complexo, múltiplo e cada realidade é única, ainda que as formas de produção e a organização sócio-espacial apresentem caráter similar.

As relações construídas, a organização do trabalho, as manifestações culturais e populares, os saberes constituem um legado que tem materialidade própria. Eis o grande desafio: dar voz aos pequenos produtores, aos camponeses frente aos interesses e às materialidades capitalistas que são distintas. Faz-se necessário pensar numa nova realidade, numa nova visão de mundo que abarque a diversidade existente. Para Mannheim:

> "Somente quando estivermos completamente conscientes do âmbito limitado de cada ponto-de-vista, estaremos a caminho da almejada compreensão do todo" (Mannheim, 1976, p.131).

Referências bibliográficas:

ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll: 2004.

ACSELRAD, H. Políticas Ambientais e construção democrática. *In:* VIANA, G.; SILVA, M.;DINIZ, N. (orgs) *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil.* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALTVALTER, E. *O preço da riqueza.* São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BRÜSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. *In:* FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez. 2000

DRUCK, G.; FRANCO, T. A degradação do trabalho e os riscos industriais no contexto da globalização, reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, EDUFBA-CRH/FFCH/UFBA (Salvador, BA): 1997.

HISSA, C.E.V. (org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. *In:* BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.* São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS,M.;BECKER, B. (orgs.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* Rio de Janeiro: DP&A Editora, PPGEO/UFF,2006.

TORRES, H.;COSTA, S. *População e Meio Ambiente: debates e desafios.* São Paulo: SENAC, 2000.

VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.;PÁDUA, J.A. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D.B. (orgs.) *A insustentável leveza dapolítica ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O ESVERDEAMENTO DO BOI PANTANEIRO: ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO TRADICIONAL NO PANTANAL

Icléia Albuquerque de Vargas[1]

Ana Paula Correia de Araújo[2]

Ana Maria de Souza M. Bicalho[3]

Sergio Ricardo Oliveira Martins[4]

[1]**Profa. Dra. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DGC / CPAQ / UFMS – E-mail:** icleiavargas@yahoo.com.br

[2]**Profa. Dra. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - DGC/CPAQ/UFMS – E-mail:** –anapaula_rj@yahoo.com

[3]**Profa. Dra. da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza E-mail**: anabicalho@hotmail.com

[4]**Prof. Dr. da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - DGC/CPAQ/UFMS – E-mail:** pietraecaua@uol.com.br

GT 06 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

I – Introdução

Pantanal, "wetlands", terras alagadas: é assim que se define a maior planície de inundação do mundo, localizada no centro da América do Sul, extremo oeste do Brasil, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alcançando terras do Paraguai e da Bolívia. Uma região considera de extremo valor cênico, composta por ecossistemas de rica e complexa biodiversidade, com fauna e flora exuberantes, orquestrada por um sistema de inundações de origem fluvial e pluvial, que avança sobre os vastos campos de vegetação limpa, cobrindo-os parcialmente na estação das chuvas. As águas do Pantanal influenciam a dinâmica hidrológica sul-americana.

A vida no Pantanal é essencialmente rural, semelhante aos modos de vida do campo do restante do país. Particulariza-se, entretanto, por fundamentar-se nas tradições da pecuária de corte, desenvolvidas no ambiente singular, de extrema complexidade.

Na vasta região pantaneira, tradição e modernidade coexistem espacialmente entre interesses diversos e conflitantes: área de preservação ambiental, área de produção, população tradicional, emergência de novos atores, paisagem de especial beleza cênica, ecossistemas

frágeis, atividades modernas e tradicionais, implementação de novas políticas públicas e de novos modelos de gestão e ordenamento territorial (VARGAS, 2009, p. 47).

O sistema tradicional de produção de bovinos no Pantanal é considerado sustentável em relação à cultura e ao ambiente. O ciclo de cheia-vazante (grandes enchentes e períodos de estiagem), no entanto, limita o tamanho dos rebanhos, e os mantém dentro de um padrão considerado ecologicamente sustentável. Nesse sentido, pode-se afirmar que os bois se tornaram parte integrante da paisagem e da cultura pantaneira.

Pensar o Pantanal é pensar a pecuária bovina de corte. Assim, este trabalho tem como objetivo central analisar a sustentabilidade sócio-espacial e ambiental dos sistemas de produção da pecuária de corte pantaneira tradicional. Os procedimentos operacionais que norteiam a pesquisa são: revisão bibliográfica e trabalho de campo.

Os anos de 1990 marcaram o início da reestruturação do espaço rural do Pantanal de Mato Grosso do Sul, com a introdução de alternativas tecnológicas no sistema de produção da pecuária de corte. Esse movimento de mudança que se instalou no Pantanal vincula-se ao processo de inserção do Brasil na economia globalizada, nesse período, que trouxe como conseqüências a abertura do mercado e a reestruturação de diversos setores produtivos da economia brasileira, com a intenção de torná-los mais competitivos no cenário internacional.

No setor da bovinocultura de corte as prioridades centraram-se em dois vetores inter-relacionados de atuação:

> 1 – o controle e erradicação da febre aftosa, condição imprescindível para alcançar novos mercados;
>
> 2 – a modernização dos sistemas de produção de bovinos de corte, com a introdução de novas técnicas, buscando o aumento da produção e da produtividade, da qualidade dos produtos e a diversificação da produção.

A modernização e a diversificação da tecnologia empregadas na bovinocultura de corte estão atreladas a esses vetores, e representam a consolidação da região como uma área de produção, capaz de abastecer em condições de competitividade, os mercados interno e externo.

Neste processo, uma nova racionalidade se impõe sobre um modo de produzir que se caracterizou pela criação extensiva em pastagens naturais com baixo uso de tecnologia e de insumos industriais. O aporte tecnológico que se difunde no Pantanal é, entretanto, caro, exigindo investimentos que, em geral, dificultam a modernização de fazendas mais tradicionais da região.

Entender como a pecuária tradicional buscou (e busca) estratégias para manter-se competitiva, num ambiente de extrema complexidade é fundamental para as propostas de planejamento regional.

II – Pecuária Verde, Biodinâmica, Orgânica: estratégias tecnológicas nas tradicionais fazendas de gado do Pantanal

O Pantanal sempre participou, como uma região periférica, da dinâmica territorial do Brasil e do mundo. Nos anos de 1990 inicia-se um novo processo de reestruturação do espaço, a partir da inserção da região na economia globalizada. Esse movimento de articulação local-global estimulou a modernização da pecuária de corte, principal atividade econômica do Pantanal. As vantagens comparativas deste espaço, notadamente as pastagem naturais em quantidade e qualidade, aliadas à incorporação da dimensão ambiental ao processo de desenvolvimento atual, fomentaram investimentos e transformações na base técnica da pecuária.

A condução da pecuária pantaneira a um novo perfil tecnológico, com o uso mais intensivo de capital envolve, entretanto, a presença de novos atores sociais, em geral empresários de fora da região, mais capitalizados e com novos modelos de gestão e de gerência. Esses atores combinam atividades agropecuárias com outras ligadas a outros setores da economia. Circulam nesse universo, grupos econômicos, como por exemplo, o grupo Votorantin e o grupo Vicunha, possuidores de grandes extensões de terras no Pantanal, administradas a partir de uma nova racionalidade produtiva, econômica e espacial.

> Para manter o meu empreendimento competitivo e rentável nas condições atuais de mercado, que impõe produtos de qualidade e preço com oferta durante todo o ano, três aspectos são fundamentais: tecnologia, administração e Marketing (Pecuarista moderno, proprietário de terra no Pantanal do Paiaguás – Entrevista realizada em fevereiro de 2004).

Em conseqüência, ocorre a reorganização das relações sócio-espaciais em busca de maior competitividade. A sociedade pantaneira tradicional[1] que desenvolveu um sistema técnico e de conhecimento próprios, articulado ao equilíbrio do ecossistema em que vivem - o *modus vivendi pantaneiro* - cede paulatinamente lugar às inovações.

Como esse processo de modernização técnica exige maiores recursos financeiros, nem sempre é viável para os pecuaristas pantaneiros tradicionais. Tais atores vêm sofrendo descapitalização desde a década de 1980. Soma-se a isso acentuada redução da capacidade

[1] O homem pantaneiro inclui o elemento nativo da região ou aquele que nele vive há mais de 20 anos, tanto na condição de vaqueiro, quanto na de proprietário rural (NOGUEIRA, 2002).

produtiva da propriedade rural pantaneira decorrente, sobretudo, da constante divisão da terra por venda ou herança. Desse modo, os produtores pantaneiros buscam estratégias de permanência no campo, utilizando-se do sistema tradicional articulando-o a sistemas alternativos de produção, como, por exemplo, a pecuária orgânica e a pecuária biodinâmica. Em paralelo, observa-se a expansão da atividade turística nas fazendas pantaneiras típicas, nas modalidades recentes de ecoturismo e/ou turismo rural.

Desta forma ocorrem a valoração e a valorização da natureza como estratégia fundamental para a obtenção de recursos financeiros de organismos internacionais, para o fortalecimento do marketing dos produtos do agronegócio pantaneiro[2] no mercado mundial e para a dinamização do ecoturismo local. As ações incluem a criação de unidades de conservação, de RPPNs, de "estradas-parques" .

Na esfera da produção pecuária tem-se uma variedade de produtos: o marketing do boi verde, animal criado em pastagens naturais com pouca utilização de insumos químicos; da pecuária orgânica, que agrega à pastagem natural, a adubação orgânica e o uso de medicamentos homeopáticos e fitoterápicos, além dos cuidados médicos sanitários necessários; e da pecuária biodinâmica, que agrega ao pasto natural a nutrição e cuidado com o solo e com o ambiente a partir de processos sistêmicos biológicos e naturais de organismos vivos.

São utilizadas técnicas próprias de manejo adaptadas ao sistema ecológico, caracterizando um sistema tradicional de produção, no qual a interferência humana requer conhecimentos sobre o ecossistema local. Esse sistema baseia-se na experiência empírica, mantida e transmitida por sucessivas gerações e que vem garantindo a sustentabilidade do ecossistema.

A pastagem natural representa o grande atributo deste espaço na consolidação da função pecuária. As pastagens nativas do Pantanal são renovadas naturalmente pela alternância das águas. No período das cheias, os capins menos resistentes morrem. Com o fim das cheias, as plantas renascem mais viçosas e nutritivas. Várias espécies nativas são usadas na alimentação dos bovinos. O capim-mimoso (*Axonopus purpussi*), o capim-fino (*Axonopus paraguayensis*), o capim-felpudo (*Paspalum plicatulum*), o capim-colonião (*Rottoboelia exaltata*), a grama-do-carandazal (*Panicum laxum*), a grama-do-cerrado (*Mesosetum chaseas*), o mimoso-peludo (*Paratheria prostrata*) e o mimosinho (*Reimarochloa spp*), são alguns exemplos.

> A pastagem nativa reduz custos e garante a sustentabilidade econômica e ambiental da fazenda (Pecuarista tradicional, proprietário de terra no Pantanal de Nhecolândia – Entrevista concedida em junho de 2004).

A forma de utilização das pastagens naturais varia de acordo com a localização das propriedades. Nas fazendas onde ocorre o alagamento de origem pluvial, com o nível de

[2] Grandes grupos econômicos instalados no Pantanal utilizam-se deste marketing, centrado no discurso do boi verde.

inundação mais baixo, o gado permanece nas pastagens durante o ano todo. Nas propriedades cortadas por rios, corixos e baías, onde as inundações são mais profundas, o gado é obrigado a migrar das partes mais baixas para as partes mais altas, com um deslocamento inverso na medida do recuo das águas. Em propriedades localizadas nas partes mais baixas da planície, o gado só é colocado durante o período seco.

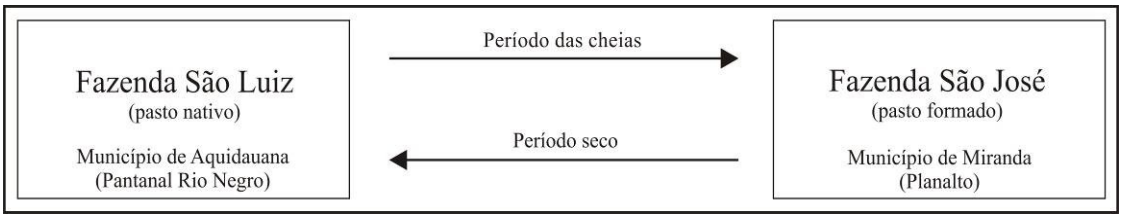
Nos períodos de restrição alimentar[3] é comum a utilização de suplementação mineral e sal, em cochos e no solo, misturado com o pasto nativo. Em sistemas orgânicos[4], o uso do sal mineral é permitido, e a adubação a pasto é feita com esterco dos próprios animais. É proibida a suplementação nutricional com alimentos originados de sistemas convencionais de produção.

Deve-se destacar que no Pantanal tudo depende das águas. São elas que condicionam os diversos tipos de vida, modificam os solos, nutrem as pastagens, obrigam os animais a migrarem. A atividade das águas, marcada por períodos de seca e de enchente, processo conhecido como pulso das inundações, comanda a riqueza, a abundância e a diversidade de vida na região.

Nesse universo marcado pela natureza inconstante, a dinâmica ambiental produz uma articulação territorial marcada por redes de fazendas de gado de corte multilocalizadas e integradas (figura 1). Em paralelo, o espaço agrário regional especializou-se na fase de cria[5].

Figura 1:

DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO DO PANTANAL



Fonte: ARAUJO, 2006.

O procedimento de manejo inclui o sistema de rotação de pastagem que, segundo os pecuaristas, é dificultado pelo tamanho das invernadas e pelo custo das cercas, e o manejo contínuo sem rotação que é mais utilizado. Os trabalhos com o gado incluem ferrar, vacinar, castrar, marcar, entre outras atividades.

[3] No Pantanal Sul os períodos de restrição de pasto nativo são: o período de pico até o fim da cheia e o período que vai do meio até o fim da estação seca (agosto e setembro).

[4]A produção pecuária orgânica do Pantanal Sul conta com 20 produtores, envolvendo uma área de 285 000 hectares e um rebanho de 90 587 cabeças. Entre 2000 e 2004 a Associação Brasileira de Pecuária Orgânica – ABPO produziu 15 000 animais orgânicos, dos quais 5% provenientes do Pantanal Sul. Exportaram aproximadamente 900 toneladas de cortes de carne orgânica neste período (100% dos traseiros e 50% dos dianteiros para exportação). O principal mercado é a União Européia, que paga de 15 a 20% a mais pela carne orgânica (ARAUJO, 2006).

[5] Considera-se a fase de cria o período do nascimento do bezerro até o desmame.

As fazendas são divididas em unidades de manejo comumente conhecidas como invernadas ou piquetes. Em função das inundações, as invernadas são divididas de forma perpendicular aos corpos d'água, principalmente rios e corixos (figura 2) (SANTOS E CAMASTRI FILHO, 2002). No sistema tradicional, essas invernadas apresentam grandes extensões, de 500 hectares em média, embora seja comum encontrar invernadas de 1000 hectares ou 2000 hectares. A justificativa para divisões tão grandes está na sazonalidade climática. Segundo os produtores, na época das chuvas o gado segue em direção aos capões e cordilheiras, que lhes serve de abrigo. No período seco, é necessário que o gado tenha liberdade para se deslocar livremente em busca de água e pasto.

Figura 2: Cerca perpendicular ao curso da água – Pantanal. As características físicas da região, marcada por ciclos de cheia/seca, exige que a cerca seja colocada desta forma, reforçando o movimento de uniformidade e diferenciação que marcam os processos de globalização e fortalece o conceito de região. Foto retirada de SANTOS E CAMASTRI FILHO, 2002.

No sistema tradicional a divisão do rebanho em categorias (sexo e idade) é ajustada ao sistema extensivo utilizado e a disponibilidade de recursos financeiros. Como as invernadas são grandes e as cercas são caras, a maioria dos produtores não distribui o rebanho, sendo comum a mistura de idades diferentes e de sexos, em uma mesma invernada.

A eficácia reprodutiva é considerada baixa neste sistema. A taxa de parição é de 60% em média. O tempo de vida útil das vacas nelore no Pantanal em sistema tradicional de criação é de 10 anos em média, neste período a produção é de 6 a 7 bezerros, com uma taxa de mortalidade de 20% até o desmame, por ano. Geralmente os pecuaristas adotam uma estação de monta natural, evitando o nascimento de bezerros no período das cheias. Um touro da raça nelore cobre, em média, de 10 a 30 vacas (EMBRAPA PANTANAL, entrevista de campo, 2006).

Surgem novos produtos que possibilitam maior capital de giro e produção anual. São exemplos, a produção e comercialização do novilho precoce (representa o animal pronto para o abate com menos de 2 anos de idade e peso mínimo de carcaça de 210 Kg para novilhos e carcaça de 180 Kg para novilhas); do vitelo (animal de até doze meses de idade, terminado

para abate. Por ser um animal muito jovem, a carne é considerada de excelente qualidade, com pouca gordura e de grande aceitação no mercado externo); e do orgânico do Pantanal (Trata-se da produção de bezerro, macho ou fêmea, criado exclusivamente em pasto natural, em sistema orgânico de produção, que ao desmamar entre 7 e 12 meses, deve apresentar um peso de 170 a 180 Kg).

Em função da necessidade de obtenção de maior rentabilidade e maior giro de capital associado à necessidade de produção durante todo o ano, estimula a adequação da pecuária pantaneira tradicional às exigências atuais do mercado consumidor interno e externo. Percebe-se, nas gerações mais novas (filhos e netos), a convicção da necessidade de mudanças através de um novo aporte de tecnologias e de medidas mais intensivas de produção.

Desta dinâmica, surgem conflitos familiares entre os membros que apóiam a manutenção do sistema tradicional e aqueles que desejam modernizar a atividade. Neste processo, o saber tradicional, transmitido por várias gerações da família é desvalorizado, por ser considerado inviável economicamente, face às novas exigências por produtividade e qualidade de um mercado cada vez mais competitivo.

Este aspecto novo da realidade local é interessante, pois no Pantanal, independentemente das características dos grupos sociais e das sub-regiões, sempre ocorreu uma transferência de conhecimento entre as gerações:

> Tudo que sei aprendi com meu pai, e passei para os meus filhos. Mas eles já não se interessam mais, preferem o conhecimento de fora, estão cheios de novas idéias e preferem morar nas cidades (Pecuarista tradicional, proprietário de terra no Pantanal de Aquidauana (MS) – Entrevista realizada em dezembro de 2006).

Embora a evolução do conhecimento ocorra naturalmente, os pantaneiros mais jovens, muitos com diploma de nível superior (Veterinária e Agronomia, principalmente), buscam novos conhecimentos para melhorar e modernizar sua atividade em novas redes de comunicação e de informação como a Internet, as feiras de agronegócios e os programas destinados ao meio rural transmitidos pela televisão. O conhecimento prático de produtores mais experientes representa uma fonte de informação, porém, os pecuaristas mais jovens tendem a introduzir conhecimentos mais técnicos (CÉSAR, 2000).

IV – Considerações Finais

Nos últimos vinte anos o Pantanal vem passando por acelerado processo de transformação, justamente quando o capitalismo mundial se reestrutura, lançando-se para uma

nova divisão do trabalho, na qual o lugar passa a ser valorizado. Nesta valorização da escala local, o Pantanal se destaca como uma área de produção de carne bovina, sendo fortalecida sua função tradicional, mas que passa por um processo de modernização com a finalidade de criar as condições necessárias para a inserção da região no capitalismo mundial em sua fase atual. Dentre as mudanças em curso, percebe-se a intensificação do processo de produção da pecuária bovina de corte, principal atividade econômica da região, com a introdução de novas técnicas e de novos modelos de administração e de gerência, que possibilitam o aumento da produção e da produtividade local e a diversificação da produção.

Como o espaço é o suporte das atividades produtivas dos grupos humanos (SANTOS, 1997), as pressões por aumento de produção e de produtividade devem ser associadas à conservação ambiental e à qualidade de vida animal e humana. No Pantanal Mato-Grossense esses fatores são potencializados em função da complexidade do sistema ecológico. Neste sentido, os sistemas de produção devem estar adequados as características ambientais da região, aspecto que inclui necessariamente a pecuária extensiva e a valorização do saber-fazer do pantaneiro tradicional. O sistema tradicional de produção, associado ou não com sistemas orgânico e biodinâmico, tem contribuído para a conservação e para o desenvolvimento sustentável desta planície.

V – Referencias Bibliográficas

ARAUJO, Ana Paula C. de. **Pantanal, um espaço em transformação**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006. (Tese de doutorado).

CESAR, I.M. **Os pecuaristas e suas redes de conhecimento e informação**. Campo Grande: EMBRAPA GADO DE CORTE, 2000.

NOGUEIRA, A. X. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande, UFMS ed., 2002.

SANTOS, M **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, S. A.; CAMASTRI FILHO, J. A. Alimentação. In: SANTOS, S. A. (*et. al.*) **Sistema de produção de gado de corte no Pantanal**. Corumbá (MS): EMBRAPA, 2002.

VARGAS, I. A. **Porteiras assombradas do paraíso**: embates da sustentabilidade socioambiental no Pantanal. Campo Grande (MS): Editora da UFMS, 2009.

O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra[1]

[1]Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR - E-mail: anael@onda.com.br

GT 6 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

O meio ambiente – lugar onde se vive, ou em outra palavras, o espaço ocupado pelo homem sobre a terra (*aekoumène*), sofreu grandes transformações a partir da segunda metade do século XX. Começaram a surgir novos espaços ou territórios 'habitáveis'. Um novo território para ser considerado habitável, depende não só do número estatístico observado num dado momento das pessoas que migram, mas principalmente, da própria sociabilidade destas pessoas. Segundo Decroly, um território habitável "é por sua vez uma virtualidade e um projeto, [...] a habitabilidade sempre é determinada socialmente: depende de meios de produção, técnicas de desenvolvimento, relações sociais de produção, mas também de representações que um grupo humano faz de seu meio ambiente". [1]

É esta sociabilidade que provoca alterações nas condições naturais e nas influências que atuam sobre as populações, fazendo com que determinados espaços geográficos – aqui entendido como uma delimitação física de uma parcela do meio ambiente - possam ser classificados em espaços urbanos e rurais.

Uma das definições clássicas da sociologia rural entre a diferenciação de espaços rurais e urbanos pode ser encontrada na obra clássica de Pitirim A. Sorokin, Carlo A. Zimmerman e Charles J. Galpin, intitulada A Systematic Source Book in Rural Sociology, publicada em 1930.[2] Segundo os autores:

> diferenciação rural-urbano parece originar-se e crescer ou progredir como uma função parabólica: começa gradualmente, aumenta com o tempo, a ritmos cada vez mais altos, e a diferenciação da cidade-campo torna-se grande; então

[1] DECROLY, Jean-Michel. La répartition dês hommes à la surface de la planète. In: CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques; WUNSCH. (Org.) *Démographie: analyse et synthèse*. vol 5. Histoire du Peuplement et Prévisions. Paris:INED, 2004. p.182.

[2] SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. *A systematic source book in Rural Sociology*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em: <http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp> Acesso em: 22 abr. 2007.

> diminui até a absorção da cidade pelo campo ou do campo pela cidade, ou a fusão mútua entre campo e cidade[3].

A abordagem desta diferenciação é realizada a partir da definição do conceito de cidade (uma aglomeração humana num determinado espaço do meio ambiente), de sua origem, bem como de suas características mais importantes, que permitem uma consideração sobre os estágios iniciais da diferenciação entre o rural e urbano. Estes autores enfatizam que a "definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de *uma* característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes." Para eles, a combinação sociológica destes universos requer uma combinação de vários traços típicos, ou seja, uma "definição composta". [4]

Esta definição composta seria formada a partir das características diferenciais de oito traços típicos:

> (1) diferenças ocupacionais; (2) diferenças ambientais; (3) diferenças no tamanho das comunidades; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social; (8) diferenças na direção da migração.

Estes critérios de diferenciação entre o rural e o urbano, no final da década de 1920, foram utilizados na Antropologia Norte Americana, em especial na Antropologia Social, nos estudos das chamadas sociedades avançadas, a partir de adaptações feitas nos métodos utilizados nos estudos das sociedades primitivas – *estudos de comunidades*. Tais estudos, segundo o antropólogo Oracy Nogueira, eram entendidos como:

> levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais.[5]

[3] Id., p.147 (tradução livre).
[4] SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.90.
[5] NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, n. 2, dez. 1955, p.95.

Tanto nas definições de Sorokin et. al., quanto na definição de Oracy Nogueira, estamos falando de um determinado espaço geográfico ocupado pelo homem sobre o meio ambiente, cujas características desta ocupação vai definir uma certa urbanidade ou ruralidade no referido espaço.

Vale observar que, a despeito da dificuldade de definir com clareza a concepção de ruralidade, para o geógrafo francês Bernard Kayser ela só pode ser entendida "em seu sentido mais imediato, o espaço social" [6]. Em outras palavras, "é uma forma de relação da sociedade ao espaço, que apresenta um caráter dominante: sua inscrição [pertencimento] local." [7] Ainda segundo Kayser, este *espaço rural* se define como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, caracterizado por:

> a) uma fraca densidade de habitantes e de construções, podendo manifestar uma preponderância de paisagens com cobertura vegetal;
> b) um uso econômico dominantemente agro-silvo-pastoril;
> c) um modo de vida de seus habitantes caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por suas relações particulares com o espaço;
> d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura campesina.[8]

A partir destes conceitos clássicos de espaço rural, o espaço geográfico ocupado pelos municípios brasileiros até 20.000 habitantes, pode ser entendido como espaços rurais. [9] E que as questões pertinentes à estes espaços diferem em parte das abordagens dos espaços rurais dos países avançados e ou das questões pertinentes ao meio ambiente onde se inserem comunidades de tamanhos populacionais diferentes.

Para Perrier-Cornet, no início dos anos 90, a tendência francesa da sociologia rural tende a refletir sobre o futuro dos espaços rurais com a idéia central de acabar com o mito da desertificação do rural e centralizar o debate sobre a renovação dos espaços rurais, o nascimento de novos campos.[10] O trabalho do autor se baseia na idéia de mobilizar três grandes chaves de leitura para compreender as dinâmicas atuais e futuras dos espaços rurais: a primeira se refere às relações campo-cidade, centrada nas mobilizações entre estas duas

[6] Cf. CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.
[7] Id., p.34 (tradução livre)
[8] Ibid.,p.13 (tradução livre)
[9] KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990. p.12.
[10] PERRIER-CORNET, Philippe. "Quelles perspectives pour les campagnes françaises?", ceras, Les promesses du rural, n° 274, juin 2003, 2003, La Revue Projet, Publications. Disponível em : http://www.ceras-projet.com/lodel/document.php?id=886 [Acesso em 21/08/2005]

categorias numa sociedade urbanizada; a segunda está relacionada aos usos e funções dos territórios rurais, focalizando sobre as disposições e tensões entre os diferentes usos do espaço rural; a terceira se refere à gestão do espaço rural que reflete ao mesmo tempo com intervenção de finalidades públicas vis-à-vis do mundo rural e considere o campo como "bem comum" de desenvolvimento da sociedade.[11]

Segundo Mormont (2006), grande parte dos conflitos existentes nos espaços rurais europeus são devido à questões ambientais dos territórios e ou espaços rurais em disputa, cujas relações entre sociedade e território tem sido contestada e redefinida pelas populações que ocupam estes espaços. [12] Mormont (2007) considera o espaço rural europeu, depois de um século e meio de modernização do mundo rural, como portador de uma racionalização e individualização crescente do trabalho agrícola, em detrimento de todas relações de gestão coletiva das formas de relação de uso do ambiente natural .[13]

Nos países de capitalismo avançado, de acordo com Ferreira (2002), podemos encontrar entre as análises do rural contemporâneo,

> "um rural, no entanto, que não se assimila mais à natureza e a um ambiente de qualidade. A crise da agricultura moderna e os problemas ambientais e de saúde dela decorrentes desmistificaram essa relação. [...] Como ponto de contato por excelência entre sociedade e natureza, o rural passa a ter centralidade nos embates sobre meio ambiente: "Uma categoria nova de rural se constrói: a de um rural formado, permeado, estruturado, dinamizado, mesmo se por relações conflituosas, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que esta referência veicula" (Jollivet, 1997: 364). O sentido de referência ambiental evidencia as crescentes relações de complementaridade entre o rural e o urbano: a maioria dos problemas ambientais (água, paisagem, saúde ligada à alimentação) torna-se "reveladora das interdependências fortes que ligam inexoravelmente os espaços rurais e urbanos" (Mormont, 1997: 30)" [14]

Em virtude da dimensão territorial brasileira, e da predominância numérica de pequenos municípios interligados à uma rede de cidades,[15], coloca-se como uma das problemática de pesquisa contemporânea, a espacialização dos dados referentes aos diferentes espaços rurais brasileiros, em especial, a espacialização dos dados do Censo Agropecuário 2006, a fim de verificar de forma e com que intensidade, as abordagens do espaço rural brasileiro estão convergindo ou divergindo das abordagens disponíveis para os países capitalistas avançados.

[11] PERRIER-CORNET, Philippe. La dynamique des espaces ruraux dans la société française In : Sylvestre, J.P. (éd.). *Agriculteurs, ruraux et citadins : les mutations des campagnes françaises*. Dijon: Educagri Editions, 2002. p. 35

[12] MORMONT, Marc. Conflit et territorialisation. Géographie, Economie et Société, 8(3), p. 299-318, 2006.

[13] MORMONT, Marc. Renouveler le rapport du travail à la nature. La Revue Nouvelle, n°1-2, p. 44-49, 2007.

[14]FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002.

[15]IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008..

Falar em espacialização é uma tarefa complexa, pois envolve a interdisciplinaridade, no entanto, tal complexidade, não deveria ser justificativa para o uso recorrente de interpretações generalizantes acerca do meio rural brasileiro.

Agricultura Familiar – dados gerais[16]

A divulgação dos resultados do Censo Agropecuário 2006 incorporou critérios específicos para atender à demanda dos usuários, como, por exemplo, a agricultura familiar. Os critérios utilizados para delimitar este segmento da agricultura foram estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006).

No Brasil, dos 5.175.489 estabelecimentos existentes, 84,4% enquadraram-se na categoria agricultura familiar. No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 81,63% enquadraram-se na categoria agricultura familiar. Note-se que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos próximos aos do Brasil e da Região Sul, segundo os critérios estabelecidos (tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Brasil	5 175 489	807 587	4 367 902	100,0	15,6	84,4
Sul	1 006 181	156 184	849 997	100,0	15,52	84,48
Paraná	371 051	68 144	302 907	100,0	18,37	81,63

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil aponta que 16.567.544 de pessoas ocupadas, cerca de 74,4%, encontram-se em estabelecimentos classificados como da agricultura familiar. No Estado do Paraná, de 1.117.084 de pessoas ocupadas, cerca de 70%, encontra-se em estabelecimentos classificados como da agricultura familiar, evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho (tabela 2).

TABELA 2 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Brasil	16 567 544	4 245 319	12 322 225,0	100,0	25,6	74,4

[16] CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. Agricultura Familiar Paranaense – Um primeiro Olhar. In: JÚNIOR, Julio Takeshi Suzuki. CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. **Nota Técnica - Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná**. IPARDES, Curitiba, out. 2009.

Sul	2 920 420	679 122	2 241 298,0	100,0	23,3	76,8
Paraná	1 117 084	336 766	780 318,0	100,0	30,2	69,9

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Novamente, a análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil aponta que dos 16.567.544 de pessoas ocupadas, cerca de 52,2%, encontram-se em estabelecimentos agropecuários localizados em municípios com até 20 mil habitantes, sendo que na região Sul, dos 2.920.420 de pessoas ocupadas, cerca de 68% estão em municípios até 20 mil habitantes. Se levar em consideração os municípios até 50 mil habitantes, 82% do pessoa ocupado na agropecuária encontram-se nestes municípios, sendo que na região Sul esta participação atinge 82% (tabela 3).

TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR, POR REGIÃO E FAIXAS DE TAMANHO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

REGIÃO	FAIXAS DE TAMANHO POPULACIONAL	PESSOAL OCUPADO					
		Total		Agricultura familiar		Não familiar	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
NORTE	Até 20 mil	613.774	37	495.790	36	117.984	43
	20 a 50 mil	633.630	38	543.327	39	90.303	33
	50 a 100 mil	221.222	13	185.532	13	35.690	13
	+ 100 mil	187.019	11	159.440	12	27.579	10
	Total	1.655.645	100	1.384.089	100	271.556	100
NORDESTE	Até 20 mil	3.649.526	47	3.061.785	48	587.741	44
	20 a 50 mil	2.750.048	36	2.286.652	36	463.396	35
	50 a 100 mil	912.044	12	739.354	12	172.690	13
	+ 100 mil	387.013	5	277.692	4	109.321	8
	Total	7.698.631	100	6.365.483	100	1.333.148	100
SUDESTE	Até 20 mil	1.845.830	56	1.069.724	59	776.106	52
	20 a 50 mil	838.626	26	448.130	25	390.496	26
	50 a 100 mil	303.992	9	150.898	8	153.094	10
	+ 100 mil	294.514	9	130.594	7	163.920	11
	Total	3.282.962	100	1.799.346	100	1.483.616	100
SUL	Até 20 mil	1.975.744	68	1.571.045	70	404.699	60
	20 a 50 mil	522.382	18	373.605	17	148.777	22
	50 a 100 mil	241.756	8	174.349	8	67.407	10
	+ 100 mil	180.538	6	122.299	5	58.239	9
	Total	2.920.420	100	2.241.298	100	679.122	100
CENTRO-OESTE	Até 20 mil	611.757	61	329.719	62	282.038	59
	20 a 50 mil	250.435	25	132.669	25	117.766	25
	50 a 100 mil	75.467	7	37.520	7	37.947	8
	+ 100 mil	72.227	7	32.101	6	40.126	8
	Total	1.009.886	100	532.009	100	477.877	100
TOTAL	Até 20 mil	8.696.631	52	6.528.063	53	2.168.568	51
	20 a 50 mil	4.995.121	30	3.784.383	31	1.210.738	29
	50 a 100 mil	1.754.481	11	1.287.653	10	466.828	11
	+ 100 mil	1.121.311	7	722.126	6	399.185	9
	Total	16.567.544	100	12.322.225	100	4.245.319	100

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário; Contagem da População 2007.

No Estado do Paraná, de 1.117.084 de pessoas ocupadas, cerca de 65%, encontra-se em municípios até 20 mil habitantes, enquanto que no Estado de Santa Catarina, este valor chega à 74,9% e no Rio Grande do Sul 66,7% (tabela 4).

TABELA 4 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR, POR ESTADO E FAIXAS DE TAMANHO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

REGIÃO	FAIXAS DE TAMANHO POPULACIONAL	PESSOAL OCUPADO					
		Total		Agricultura familiar		Não familiar	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
PARANÁ	Até 20 mil	726.735	65,1	513.147	65,8	213.588	63,4
	20 a 50 mil	240.261	21,5	169.162	21,7	71.099	21,1
	50 a 100 mil	70.059	6,3	48.220	6,2	21.839	6,5
	+ 100 mil	80.029	7,2	49.789	6,4	30.240	9,0
	Total	1.117.084	100,0	780.318	100,0	336.766	100,0
SANTA CATARINA	Até 20 mil	427.894	74,9	361.611	77,1	66.283	64,6
	20 a 50 mil	74.284	13,0	53.296	11,4	20.988	20,5
	50 a 100 mil	43.843	7,7	34.632	7,4	9.211	9,0
	+ 100 mil	25.495	4,5	19.353	4,1	6.142	6,0
	Total	571.516	100,0	468.892	100,0	102.624	100,0
RIO GRANDE DO SUL	Até 20 mil	821.115	66,7	696.287	70,2	124.828	52,1
	20 a 50 mil	207.837	16,9	151.147	15,2	56.690	23,6
	50 a 100 mil	127.854	10,4	91.497	9,2	36.357	15,2
	+ 100 mil	75.014	6,1	53.157	5,4	21.857	9,1
	Total	1.231.820	100,0	992.088	100,0	239.732	100,0
SUL	Até 20 mil	1.975.744	68	1.571.045	70	404.699	60
	20 a 50 mil	522.382	18	373.605	17	148.777	22
	50 a 100 mil	241.756	8	174.349	8	67.407	10
	+ 100 mil	180.538	6	122.299	5	58.239	9
	Total	2.920.420	100	2.241.298	100	679.122	100

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário; Contagem da População 2007.

Os dados acima apontam que em 2006, uma parcela significativa das pessoas ocupadas residia nos pequenos municípios brasileiros, sendo que nos pequenos municípios da Região Sul, essa participação é muito significativa. Como se observa na tabela 3, o peso dos pequenos municípios como lugar de moradia da população ocupada na agropecuária varia de uma região para outra. Nas interpretações dos dados divulgados do Censo Agropecuário 2006 é possível observar que cada uma das Unidades da Federação apresenta uma conformação espacial de participação dos municípios, segundo faixas de tamanho populacional, no total da população ocupada, e que a maior parte do pessoal ocupado nestes municípios, é de ocupados na agricultura familiar.

Considerações Finais

As interpretações dos resultados do Censo Agropecuário 2006, por um lado, demonstram a pertinência da utilização de certas linhas teóricas clássicas da sociologia rural, uma vez que apontam que uma das características dos pequenos (até 20 mil habitantes) e médios (entre 20 a 50 mil) municípios brasileiros, é servir de moradia e trabalho para uma importante parcela dos ocupados na agropecuária brasileira.

Defende-se aqui o aprofundamento de pesquisas que indiquem a espacialização desta população ocupada no meio rural brasileiro, a fim de indicar quais interações existem entre os habitantes destes espaços e o seu meio ambiente. Será que é possível falar em conflitos entre atores urbanos e rurais na maioria dos pequenos municípios brasileiros?

É preciso com urgência projetos de pesquisas interdisciplinares que apontem as principais dificuldades e ou estratégias de desenvolvimento que estão ocorrendo no meio rural brasileiro. E mais

importante, verificar até que ponto os espaços rurais brasileiros, e em que medida, se assemelham aos espaços rurais europeus.

Entre a divulgação dos dois últimos Censos Agropecuários se passaram mais de uma década. Antes de falar em novos atores, nova ruralidade, novas categorias, novas conformações e ou reconstrução do rural, é preciso antes de tudo, esgotar a análise sobre o que permanece e ou se alterou na ruralidade brasileira. Sem dúvida alguma temos um aumento da produção de alimentos orgânicos e das experiências com agroecologia, no entanto os resultados do Censo Agropecuário apontam certos padrões de sistemas produtivos, sistemas estes que do ponto de vista agronômico, são os sistemas tradicionais da agricultura brasileira.

Desde outubro de 2009 estão disponíveis os primeiros resultados definitivos do Censo Agropecuário sobre os 4.245.319 de estabelecimentos agropecuários familiares, bem como sobre 12.322.225 de pessoas ocupadas em estabelecimentos classificados como de agricultura familiar. Dados estes que estão à disposição da pesquisa, em especial da Sociologia Rural, e que possibilitam à sociedade, em especial, à comunidade cientifica, valorar o esforço que os mais de 5 milhões de agricultores investiram no tempo necessário para responder aos recenseadores do Censo, e disponibilizar informações atualizadas sobre a agropecuária brasileira.

Nesta última década se avançaram muito em recursos de tecnologia de informação, principalmente aqueles relacionados à espacialização de dados. Como isso, no presente, é possível fornecer informações espacializadas sobre a diversidade dos espaços rurais brasileiros e comparar estes resultados com as tendências dos espaços rurais mais globais.

Referências Bibliográficas

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Espaços Rurais no Paraná**: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. Agricultura Familiar Paranaense – Um primeiro Olhar. In: JÚNIOR, Julio Takeshi Suzuki. CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; PEREIRA, Valéria Villa Verde Reveles. **Nota Técnica - Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná**. IPARDES, Curitiba, out. 2009.

DECROLY, Jean-Michel. La répartition dês hommes à la surface de la planète. In: CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques; WUNSCH. (Org.) **Démographie: analyse et synthèse**. vol 5. Histoire du Peuplement et Prévisions. Paris:INED, 2004. p.182.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002.

JOLLIVET, Marcel. (org.) Vers um rural postindustriel; rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L'Harmattan, 1997. *Apud* FERREIRA, Angela Duarte Damasceno.

Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002.

MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel. (org.) Vers um rural postindustriel; rural et environnement dans huit pays européens. Paris: L'Harmattan, 1997. Apud FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006:** Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008..

KAYSER, Bernard. **La Renaissance Rurale***: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.

MORMONT, Marc. Renouveler le rapport du travail à la nature. **La Revue Nouvelle**, n°1-2, p. 44-49, 2007.

MORMONT, Marc. Conflit et territorialisation. **Géographie, Economie et Société**, 8(3), p. 299-318, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 3, n. 2, dez. 1955, p.95.

PERRIER-CORNET, Philippe. "Quelles perspectives pour les campagnes françaises?", ceras, Les promesses du rural, n° 274, juin 2003, 2003, **La Revue Projet**, Publications. Disponível em : http://www.ceras-projet.com/lodel/document.php?id=886 [Acesso em 21/08/2005]

PERRIER-CORNET, Philippe. La dynamique des espaces ruraux dans la société française In : Sylvestre, J.P. (éd.). **Agriculteurs, ruraux et citadins** : les mutations des campagnes françaises. Dijon: Educagri Editions, 2002. p. 35

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano**. In: MARTINS, José de Souza (Org). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986, p.90.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. **A systematic source book in Rural Sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em: <http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp> Acesso em: 22 abr. 2007.

O PARADIGMA PRODUTIVO DA AGROECOLOGIA A PARTIR DA RACIONALIDADE AMBIENTAL

Sandra Andrea Engelmann – Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
sandraenge@gmail.com

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (Orientador)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
llagc3@yahoo.com.br

GT06 – Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

Resumo: A origem da Agroecologia pode ser entendida, no âmbito da recusa e reação aos modelos agrícolas depredadores principalmente os desenvolvidos na chamada *Revolução Verde*. Ela se constituiu através de um novo campo de saberes práticos e que buscam uma agricultura sustentável, pregando tanto o equilíbrio ecológico do planeta, como também a segurança alimentar das comunidades rurais camponesas. Nesse trabalho procurou-se entender o novo paradigma da Agroecologia, a partir da concepção que este pode contribuir para a construção de novas estratégias na gestão de territórios rurais, especificamente nos acampamentos e assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem incorporando a Agroecologia nas suas práticas produtivas.

Palavras – chave: Paradigma, Agroecologia, Racionalidade Ambiental.

INTRODUÇÃO

A origem da Agroecologia pode ser entendida, no âmbito da recusa e reação aos modelos agrícolas depredadores principalmente os desenvolvidos na chamada *Revolução Verde*. Ela se constituiu através de um novo campo de saberes práticos que buscam uma agricultura sustentável, pregando tanto o equilíbrio ecológico do planeta, como também a segurança alimentar das comunidades rurais camponesas.

Os saberes na ciência agroecólogica, são configurados tanto pelos conhecimentos científicos como pelos tradicionais, possibilitando assim o renascimento do ser na natureza, e, é na reconstrução do sujeito que essa ciência deve ser compreendida.

As práticas agroecológicas remetem a recuperação dos saberes tradicionais, na interface das suas cosmovisões, teorias e práticas. No qual para Leff (2001, p. 36) “o humano era dono do seu saber, há um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido de existência (...), a época dos saberes próprios”.

Nesse contexto os elementos centrais da ciência agroecológica, estão na identidade local e nas práticas sociais que levam em conta as condições culturais locais que o agricultor esta envolvido.

Suas técnicas são constituídas na junção dos saberes, cosmologias dos povos tradicionais, como também de técnicas modernas desenvolvidas por uma ciência ecotecnológica, ou seja, as técnicas derivam da fusão da empiria camponesa e da teoria agroecológica.

A Agroecologia se traduz numa categoria de racionalidade ecotcnologica, mas ela não se produz a partir de um conjunto de regras gerais, formuladas em laboratórios ou gabinetes, em universidades, de forma burocratizada e instrumentalizadora. É um paradigma que congrega uma generalidade de novos princípios que são aplicados através dos saberes pessoais e coletivos, em contextos culturais particulares.

Na Agroecologia a terra é libertada do conceito de recurso, a terra e a natureza são ressignificados por meio dos agrossistemas.

Nesse trabalho procurou-se entender o novo paradigma da Agroecologia, a partir da concepção que este pode contribuir para a construção de novas estratégias na gestão de territórios rurais, especificamente nos acampamentos e assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem incorporando a Agroecologia nas suas práticas produtivas.

Na medida em que novos processos estão em fase de mobilização, a partir da emergência de novos atores sociais do campo, cujas lutas vêm se traduzindo pelos princípios de uma nova racionalidade ambiental, através de novas práticas produtivas apropriadas pelas comunidades camponesas que garantam suas necessidades básicas e suas aspirações dentro de diversos estilos de vida e de desenvolvimento.

Paradigma alternativo a racionalidade dominante: A Agroecologia

O entendimento da Agroecologia, esta posta como um novo paradigma produtivo, que parte da construção de uma nova racionalidade ambiental, no qual a natureza constitui uma

estrutura universalizante/totalizante e os conhecimentos estão baseados no ser, ou seja, na construção de um saber ambiental.

Esse novo paradigma busca organizar seu conhecimento na complexidade da realidade socioespacial, e foi definido a partir de uma constelação de ciências, técnicas e práticas que possibilitem uma produção ecologicamente sustentável da agricultura.

É considerada uma ciência em estagio de construção, que se contrapõe a atual crise do modelo tecnológico de organização, e da produção dominante na agricultura, de acordo com Gonçalves (2004), tem com base de sustentação, o paradigma da chamada agricultura capitalista moderna, baseada nas grandes monoculturas destinadas às exportações (principalmente nos países periféricos), o suporte técnico adotado nesse contexto esta atrelado a um pacote tecnológico oriundo da chamada Revolução Verde, que se encontra dominado por empresas multinacionais e transnacionais, que tem o controle de todo o processo de produção agrícola desde a produção das sementes até a comercialização.

Segundo Caporal e Costabeber (2000 p. 10), esta crise se manifesta sob uma multiplicidade de dimensões na atividade humana e, portanto, sua superação depende da produção de novos conhecimentos e do processo cientifico e tecnológico adaptado as circunstâncias socioeconômicas e culturais das populações rurais.

Dentro desse contexto, estudiosos como Leff (2006) defendem que é urgente e necessário um novo paradigma produtivo, que pode estar tanto fundamentado, em uma nova racionalidade ambiental que estabeleça estratégias teóricas, investigações científicas, como também ações práticas para que as qualidades da natureza sejam convertidas em fontes reais de riqueza, a partir de uma nova teoria que possa produzir e/ou construir sociedades sustentáveis.

É particularmente nesse ponto que a Agroecologia aparece como principal metodologia, ainda que mais teórica do que prática, que vem ganhando destaque nos meios acadêmico e científicos, no hibridismo e no dialogo dos saberes disciplinares e dos saberes culturalmente enraizados.

Para Gomes, (2005, p. 6), a Agroecologia é um paradigma que foi proposto, a partir da nova filosofia da ciência, que abarca a historicidade como fator principal na captação do conhecimento cientifico, pois, é a partir dessa nova filosofia da ciência proposta por Thomas Kuhn, que se tem desenvolvido na ciência uma atividade autônoma, considerando que não se podem conferir mais um caráter neutro nas atividades cientificas.

Outra característica do paradigma agroecológico, considerado muito importante, e que se pode dizer indispensável, no desenvolvimento dessa ciência é a dimensão do

desenvolvimento local, pois na medida em que seus princípios e conceitos estão fundamentados na consideração do Potencial endógeno. Que faz referência à identificação da historia das experiências já desenvolvidas, contribui para a obtenção de aprendizados sobre as distintas maneiras de se produzir.

Nesse contexto vale ressaltar, que não só os conhecimentos tradicionais são importantes nesse paradigma em desenvolvimento, como também os conhecimentos científicos. Para Gomes e Guasp (2001) é importante ressaltar a necessidade da articulação dos conhecimentos científicos como os saberes cotidianos.

> Neste campo, a importância da estrutura dos conhecimentos tradicionais, levando em conta a relação do homem com a natureza sem promover degradação ambiental, e a validez destes conhecimentos na construção de programas de desenvolvimento sustentável são vistas como alternativas importantes e inclusive como base de sustentação para a pesquisa em Agroecologia. (GOMES e GUASP, 2001 p. 9)

Entretanto, a que se fazerem ressalvas sobre essa articulação de conhecimentos oriundos de bases epistemológicas diferentes, pois, pode não ser fácil o relacionamento. Nesse sentido Gomes e Guasp (2001) destacam que devem ser consideradas as diferenças entre conhecimento “letrado” e o conhecimento “cotidiano” lembrando que o conhecimento letrado é um produto do que se caracteriza como “atividade cientifica”. E o conhecimento cotidiano é produto tanto da acumulação pessoal como do acumulo das sucessivas gerações.

Para Caporal e Costabeber (2002, p. 28) é essencial na aplicação dos princípios da Agroecologia “multidimensões” na “busca de contextos de sustentabilidade” na medida em que a sustentabilidade é definida pelos autores como “a capacidade de um agrossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo”.

Nesse sentido defende-se que estratégias para a produção agrícola e do desenvolvimento rural sustentável devem levar em consideração, seis dimensões que devem estar intrinsecamente relacionadas, quais são: ecológica, econômica, social, cultura, política e ética.

Segundo Altieri e Nicholls (2000), houve em nível mundial o aumento do consenso em torno da necessidade de novas estratégias de desenvolvimento rural, que permitam a produção sustentável de alimentos e assegurem a qualidade ambiental.

O enfoque Agroecológico pode contribuir efetivamente, pois neste, estão inseridos objetivos emergentes como a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, a proteção aos

recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção dos processos de auto-gestão e a participação comunitária para superar a pobreza rural através de novos processos de desenvolvimento rural, e, é a partir deste enfoque que no espaço rural brasileiro movimentos sociais como o MST, vem tentando difundir a Agroecologia.

Vinculando o conhecimento tradicional ao conjunto de diferentes práticas sustentáveis de agricultura (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) ao conhecimento técnico e científico, pode-se pensar e viabilizar estratégias de desenvolvimento rural principalmente para comunidades de camponeses empobrecidas e estagnadas economicamente, como são os casoss de vários assentamentos rurais.

Segundo Guzmán (2005), a Agroecologia é um conjunto de conhecimentos e práticas socioambientais que pode reforçar a resistência dos camponeses ao capital globalizado, sobretudo porque amplia a capacidade de integração entre produtores e consumidores, através de redes de comercialização.

Amparados em estudos de experiências agroecológicas realizadas por movimentos sociais, ONGs, movimento sindical e comunidades camponesas da Europa e América Latina, entre os quais o SOC – Sindicato Obreros Del Campo (Espanha) –,Via Campesina (Nicarágua). MST (Brasil), EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional (México) –, Guzmán e Mielgo (2005) entendem que o debate entorno da superação das formas de resistência aos imperativos econômicos e sociais promovidos pelo liberalismo e globalização econômica permitiu a união de diferentes grupos sociais em uma rede de difusão da agroecologia em nível mundial, centrada em diferentes tomadas de consciência agroecológica, da consciência econômica à ambiental, passando pela consciência de classe, visando reordenar o modelo de desenvolvimento do campo.

Tal reordenamento, na verdade, está na superação do atual modelo agrícola e alimentar "agricultura imperialista" e "agricultura orgânica" a construção de uma nova agricultura (novas relações envolvendo produtores, consumidores, preservação ambiental, soberania alimentar, reforma agrária e emancipação da agricultura camponesa).

Tendo em vista que estas discussões e esta abre-se a perspectiva de entender a Agroecologia como uma ferramenta de gestão territorial que envolve os movimentos sociais do campo na luta contra o capital.

Segundo Norder (2006), é pela ação social que tem se desenhado no Brasil complexas dinâmicas territoriais, sendo que os movimentos sociais camponeses têm papel preponderante na criação de novas alternativas de desenvolvimento.

Construção da categoria da racionalidade ambiental

Para se construir um conhecimento que de conta de compreender a complexidade da problemática ambiental e que possibilite uma verdadeira transformação de pensamento, Leff (2001, p. 109) defende a construção de uma nova racionalidade, esta agora ambiental, que estaria em oposição à atual racionalidade dominante, que é a econômica, e instrumental.

Essa nova racionalidade ambiental partiria de um enfoque "prospectivo orientado para a construção de uma racionalidade social, aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade". Esta se consolidaria como um "processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social". (LEFF, 2001, p. 110)

Os estudos sobre a incorporação da "dimensão ambiental" mostram que dentro das ciências sociais encontram-se resistências, para desenvolver novos paradigmas que privilegiam os estudos relacionados à "problemática ambiental".

Leff em seu trabalho, intitulado *Epistemologia Ambiental*, apresenta três teorias, para se compreender os processos sociais, que constituiriam a possibilidade de construção de uma racionalidade ambiental. O conceito de formação socioecômica em Marx, o conceito de racionalidade em Weber e o conceito de saber em Foucault.

Nesse trabalho será dada ênfase a categoria da racionalidade ambiental, derivada da teoria da racionalidade de Weber. Esta escolha se deve ao entendimento de que essa categoria esta intrinsecamente ligada à construção de um novo paradigma produtivo da agricultura que é a Agroecologia.

Para Leff (2001, p. 44), o paradigma da Agroecologia ressiginificaria "a terra e a natureza como agrossistema produtivo", ou seja, liberta-se o conceito de terra e de recurso das formas limitadas de significação natural submetida à racionalidade econômica, prevalecendo desse modo o conceito de "adaptação" em contraponto ao conceito de "domínio".

O *agroecossistema é* conceito fundamental da Agroecologia, pois, possui um escopo *integrador* e holista que inspira fortemente vários trabalhos desenvolvidos com o propósito de compreender esse sistema agrícola. Para Gliessman (2001), um *agroecossistema* é "um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, pode ser um exemplo – compreendido como um ecossistema". Para o autor, "o conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo,

incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que o compõem"

Desse modo a utilização do enfoque holístico para o entendimento do manejo dos recursos naturais supõe, para o autor, o questionamento da disjunção e parcelamento do conhecimento científico. Neste sentido, a separação e falta de comunicação entre as ciências sociais e naturais teria gerado a acumulação de saberes separados não apenas entre as categorias citadas, mas no interior de cada uma delas.

A categoria da racionalidade ambiental é concebida por Leff (2001), a partir da critica ao discurso ambientalista que para ele vem sendo construído de forma superficial, ou seja, apenas estaria refuncionalizando a racionalidade econômica dominante, que acabaria penas incorporando dentro de sua lógica os processos naturais dentro dos mecanismos do mercado.

Para isso, Leff (2001), defende que o questionamento da problemática ambiental deve ser feito de modo mais profundo. A partir disso sinaliza para a necessidade da introdução de reformas democráticas no Estado, a incorporação de normas ecológicas ao processo econômico e a criação de novas técnicas, novas formas de produção, enfim que possibilitasse:

> Novas perspectivas para o desenvolvimento, descobrindo novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais e propondo a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimentos da sociedade, para construir uma *racionalidade produtiva alternativa*. (LEFF, 2001, p. 125. grifos do autor)

Dessa forma uma racionalidade ambiental pode ser construída não como expressão de uma lógica, mas como efeito de um conjunto de praticas sociais e culturais diversas e heterogêneas. No qual a organização dos processos social ganha sentido no intermédio de certas regras, meios e fins, construídos, e conseqüentemente ultrapassando as leis derivadas da atual estrutura de um modo de produção baseado, construído e tendo como fim a aquisição do lucro.

O segredo para entender a categoria da racionalidade ambiental, estaria na compreensão da dialética teórica das lógicas opostas que são traduzidas numa dialética social, que serão responsáveis pela transformação do conhecimento e dos sistemas produtivos. Para Leff, (2001, p. 123), a categoria racionalidade ambiental "não constitui um paradigma acabado, fundado num conhecimento positivo e formal", entretanto propõe uma "percepção holística e integradora do mundo que incorpora os valores da natureza e da democracia participativa em novos esquemas de organização social". Isto é, uma nova epistemologia, um novo paradigma cientifico baseado em princípios integradores da realidade socioambiental complexa: um paradigma do pensamento complexo.

Considerações Finais

A construção desse artigo foi uma tentativa de amadurecer teoricamente, as categorias e os conceitos que envolvem o paradigma produtivo da Agroecologia, partindo da possibilidade de se construir uma nova racionalidade ambiental. Na qual a natureza é compreendida como uma estrutura universalizante/totalizante, e os conhecimentos são adquiridos na complexidade da realidade socioespacial.

A compreensão do paradigma produtivo da Agroecologia está no contraponto da crise atual baseado no modelo dominante de agricultura, ou seja, no paradigma da chamada agricultura capitalista moderna, que se encontra dominada por empresas multinacionais e transnacionais, que possuem o controle de todo o processo de produção, comercialização, industrialização e distribuição.

Nesse contexto evidencia-se a necessidade de um novo paradigma produtivo que para Leff (2006), pode estar tanto fundamentado em uma racionalidade ambiental, como em ações práticas. Para a construção de uma nova racionalidade ambiental esse autor defende a construção de um conhecimento que de conta da compreensão da complexidade da problemática ambiental e que possibilite uma verdadeira transformação do pensamento, aberto à diversidade, às interdependências e a realidade complexa.

Referencias Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental.
4 ed. PNUMA/Orplac: México, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia:** Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. A analise multidimensional da sustentabilidade**. Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOMES, J. C. C. GUASP. J. T. Bases epistemológicas para a ação e pesquisa em Agroecologia. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Botucatu, 2001.

GOMES, João Carlos Costa. Bases Epistemológicas da Agroeco*logia*. IN **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1ª Ed. Brasília, DF. Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução: Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental.** 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Questão Agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. In: **Lutas & Resistências**, Londrina, v.01, n.01, p.107-120, set, 2006.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Agroecología y agricultura ecológica:** hacia una "re" construcción de la Soberanía Alimentaría**.** Madrid: Mundi-Prensa, 2005.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. ALONSO MIELGO, Eduardo. **Entre la Agroecologia, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio:** el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores**.** Sevilla: Dirección General de Investigación Agrária, 2005.

O REFLORESTAMENTO E A VENDA DE CRÉDITOS DE CARBONO PODEM SE CONSTITUIR NUMA ALTERNATIVA DE RENDA PARA PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS?

Marcio Henrique Coelho
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Cristian Marcelo Kwasniewski
Economista

GT – 06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites do desenvolvimento

1. Introdução

Em terras brasileiras, diversas espécies de pinus vêm sendo plantadas há mais de um século, segundo Shimizu (2005) trazidas inicialmente por emigrantes europeus para fins ornamentais. Sendo que por volta de 1936 iniciaram-se os primeiros ensaios para fins silviculturais, não tendo inicialmente sucesso em decorrência da má adaptação climática. Somente a partir de 1950 com a introdução de espécies americanas, com destaque para espécie de pinus elliottii e do pinus taeda, devido à adaptação, facilidade nos tratos culturais, rápido crescimento e reprodução intensa, principalmente no Sul e no Sudeste do Brasil, é que foram plantadas em escala comercial como fonte de matéria-prima para indústria de madeira cerrada, de lâminas, de chapas, de resina e de celulose e papel. Além disso, o estabelecimento e manejo de florestas plantadas com pinus vêm possibilitando o abastecimento de madeira, que anteriormente era suprido com a exploração da araucária, estabelecendo-se assim como uma importante aliada dos ecossistemas florestais nativos, e no suprimento da demanda de produtos de madeira.

Com isso, diversas espécies de pinus têm sido plantadas e apresentam valorização comercial crescente em todo mundo. Entre as principais características, podem ser citadas: madeira de cor clara, variando de branca a amarelada; madeira de fibra longa, apropriada para fabricação de papel de alta resistência para embalagens, papel de imprensa e outros tipos de papel; possibilidade de extração de resina em escala comercial em algumas espécies; rusticidade e tolerância, possibilitando o plantio em solos marginais para

agricultura, agregando desse modo valor a terra com a produção adicional da madeira, formação de cobertura de solo e reconstituição de ambiente, com a recomposição espontânea da vegetação nativa em ambientes degradados além da valorização como ornamentação para arborização e paisagismo.

Dessa maneira o setor florestal no país tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico com importância destacada, seja no crescimento da economia, proporcionando benefícios sociais através da geração de renda e empregos, ou no equilíbrio ambiental, por intermédio da utilização sustentável de recursos naturais. Dados de Dossa (2002), mostram que no ano de 2002, o total da área nacional existente, cerca de 64,5% eram cobertos por florestas naturais, 0,5% por florestas plantadas e outros 35% utilizados para agricultura, pecuária, áreas urbanas e infra-estrutura, dentre outros.

Nesse contexto, o reflorestamento pode auxiliar o pequeno agricultor no fortalecimento econômico, ou seja, a existência de uma nova renda, derivada do reflorestamento, diminuindo relativamente à dependência total financeira das culturas tradicionais, e no fortalecimento social, pois uma nova renda permite a opção pela manutenção do homem no campo, evitando os efeitos danosos do êxodo rural.

2. Metodologia

2.1 Instrumental de análise

Os Indicadores econômicos de lucratividade utilizados foram:

Valor Presente Líquido (VPL): O método do valor presente líquido estabelece que sempre que o valor presente dos retornos for maior que o valor presente do investimento calculado com a taxa mínima requerida, o projeto deverá ser aceito.

Taxa Mínima de Atratividade (TMA): A taxa mínima de atratividade, da o enfoque ao capital investido, mais o risco envolvido no investimento.

Taxa Interna de Retorno (TIR): A taxa interna de retorno significa a taxa de juro que anula o valor presente liquido de um fluxo de caixa e deve ser interpretada como uma medida de risco da decisão de investir. A diferença entre a TIR e a TMA, pode ser vista como uma medida de segurança ou de risco do projeto.

Índice de Benefício/Custo (IBC): O cálculo do índice de benefício/custo demonstra o valor que retornará após o expurgo da TMA ao investidor, de cada unidade monetária investida inicialmente no projeto.

Retorno Sobre Investimento Adicionado (ROIA): É obtido a partir do IBC, e tem a função de representar as expectativas quanto à rentabilidade anual do projeto analisado, sendo seu valor obtido anualmente.

Método do Tempo de Recuperação de Capital ou Pay Back: Consiste na determinação do número de períodos (meses ou anos) necessários para recuperar o capital investido.

2.2 Custos

Insumos: Compreende a compra de 1.870 mudas de pinus da espécie elliottii para implantação e replantio de um hectare de reflorestamento, e 2 Kg. de formicida.

Mão-de-obra: Esse fator compreende o número de pessoas utilizadas no processo de plantação, manutenção e corte do pinus.

Imposto para corte: Incidirá no momento da venda da matéria-prima, sendo que seu valor implicará em 3% do valor da venda.

2.3 Universo da análise

Pequena propriedade rural situada no Município de Cruz Machado, tendo como base o reflorestamento com pinus.

O universo de análise consiste na compilação de dados em um período de 21 anos, para o ciclo integral de reflorestamento, que vai desde a implantação até o corte final de todas as árvores da área, em uma pequena propriedade.

2.4 Delimitação temporal

O tempo de maturação deste projeto de reflorestamento é de 21 anos, com implantação prevista para o ano de 2008 e final no ano de 2029, com o corte raso, configurando-se assim o período de cálculo.

2.5 Delimitação geográfica

A limitação geográfica para a análise de viabilidade econômica tem como foco o Município de Cruz Machado situado no Estado do Paraná, na área de transição entre o segundo e o terceiro planalto com clima temperado e solo conhecido como latos solo vermelho.

2.6 Caracterização da pequena propriedade rural

Nas pequenas propriedades rurais, que segundo lei n° 4.504/64 caracterizam-se como sendo exploradas mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitindo a ajuda eventual de terceiros e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em 80% (oitenta por cento), da atividade florestal ou do extrativismo e a área não supere 30 ha. (trinta hectares), as plantações de pinus podem se constituir como um complemento da atividade produtiva sendo que o pequeno agricultor pode auferir uma renda alternativa a atividade que desenvolve, investindo na floresta de pinus a partir de recursos próprios ou de financiamento de terceiros, dentre outros podem ser citado o Programa Nacional de Fortalecimento das Atividades da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem dado apoio financeiro as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, e no caso florestal, o programa PRONAF FLORESTAS, que com uma taxa de juros de 3% a.a. e carência de 12 anos, vêm a ser o mais indicado para os pequenos agricultores.

2.7 Fonte de dados

Para a obtenção de dados primários e secundários, montagem de tabelas e análises foi feita pesquisa junto às pessoas terceirizadas de empresas que fazem desbastes, a produtores de mudas de pinus, e também, junto a proprietário de pequena propriedade rural reflorestadas com pinus. Livros e sites especializados, tais como da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), Revista da Madeira (REMADE), Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA).

3 Desenvolvimento

3.1 Síntese financeira para o ciclo de reflorestamento

Observa-se que nos anos de desbaste houve uma estimativa mínima e outra máxima com metros cúbicos e valores de mão-de-obra, com isso foram feitas duas tabelas síntese uma para valores mínimos e outra para valores máximos.

A tabela 1 demonstrará a diferença das estimativas mínima e máxima oriundas das diferenças na produtividade do reflorestamento as quais irão gerar diferentes valores nos custos, receitas, lucros e custo de oportunidade.

Tabela 1 – Diferença entre o valor mínimo e o máximo

Variáveis	Valor mínimo em (R$)	Valor Máximo em (R$)
Mão-de-obra	5.310,00	5.910,00

Receita Total	40.950,00	44.250,00
Despesa Total	7.066,50	7.765,50
Lucro	33.883,50	36.484,50
Custo Oportunidade (8%a.a.)	17.375,95	19.046,88

Fonte: Dados da Pesquisa, 2007.

Dados da tabela 4 informam que as diferenças entre valores mínimos e máximos foram de R$ 600,00 para mão-de-obra, R$ 3.300,00 nas receitas totais, R$ 699,00 nas despesas totais, R$ 2.931,00 no lucro e R$ 1.670,93 no custo de oportunidade.

Quanto à síntese dos indicadores financeiros, demonstrados na tabela 2, possibilita a análise com os respectivos valores mínimos e máximos. Nos dois casos o valor presente dos fluxos de benefícios esperados supera o investimento inicial. A taxa interna de retorno contempla a rentabilidade do empreendimento frente à taxa mínima de atratividade e para cada unidade investida, nas duas situações existe retorno positivo, sendo que rentabilidade do projeto também é positiva. No caso da análise com valores mínimos, a única ressalva recai sobre o tempo de recuperação do capital, que se iguala ao tempo de maturação do investimento do projeto, fato esse que pode suscitar dúvidas quanto à efetivação das receitas no tempo relacionado.

Tabela 2 – Síntese dos indicadores financeiros

Indicadores		Mínimos	Máximos
VPL	Valor Presente Líquido	6.028,54	7.074,46
TIR	Taxa Interna de Retorno	17,5%	19,0%
TMA	Taxa Mínima de Atratividade	8% a.a	8% a.a
TMA “ajustada”	Taxa de Atratividade Ajustada	11,3% a.a	13,8% a.a
IBC	Índice Benefício/Custo	1,9	3,0
ROIA	Retorno sobre Investimento Adicionado	1,03	1,47
PAY BACK	Tempo de Recuperação do Capital	21 anos	12 anos

Fonte: Dados da Pesquisa, 2007.

Tendo como referência os indicadores da tabela 2, constata-se a existência de viabilidade econômica para o projeto de implantação de um hectare de floresta com pinus em uma pequena propriedade agrícola.

A margem de segurança do projeto, no qual é contemplada a diferença entre a TMA, que tem valor calculado de 11,3%, com a TIR, que tem valor calculado de 17,5 %. A margem de segurança no projeto para estimativa com valores mínimos, atingiu 6,3%.

A visualiza-se a margem de segurança a qual foi mencionado anteriormente como sendo a diferença entre a TMA (13,83%) e a TIR (19,12%), gerando a taxa da margem de segurança de 5,3% do projeto com estimativa de valores máximos.

Por sua vez, FERNADES e JACOVINE estimaram que a quantidade de carbono acumulado em uma floresta é de 990,512 t/ha até o quinto ano, podendo permanecer constante enquanto durar o empreendimento. Tomando-se por base o preço de R$ 20,00 a tonelada de CO_2, o empreendimento florestal em questão teria um acréscimo de 30% nos resultados calculados.

4. Considerações Finais

O presente trabalho teve como foco, demonstrar a viabilidade econômica da implantação de um hectare de reflorestamento com pinus em uma pequena propriedade rural, cujo horizonte de maturação do projeto se estende até o vigésimo primeiro ano. As questões relacionadas ao processo de implantação e de desenvolvimento do projeto, com vistas a quantificar os custos de implantação, ou seja, mão-de-obra, insumos e tributação, e de rentabilidade e risco foram consideradas. A mensuração dos resultados, estabelecidos através da elaboração de dois cenários, apontou a existência de resultados positivos para implantação do reflorestamento em pequenas propriedades, com maior êxito econômico quando da venda dos créditos de carbono.

Com base nos indicadores de viabilidade, observou-se que o Valor Presente Líquido (VPL) apresentou resultado positivo, sendo que ao ser estimado para valores mínimos, atingiu o montante de R$ 6.028,54, e para valores máximos atingiu R$ 7.074,46. Com relação à Taxa Interna de Retorno (TIR), a mesma apresentou o valor relativo de 17,47% para estimativa de valores mínimos e 19,12% para o máximo, sendo que a Taxa Mínima Ajustada ao projeto (TMA) foi calculada em 11,03% para valores mínimos e 13,83% para valores máximos. Os resultados apontaram para margens de segurança o percentual de 6,4%, para o projeto de valores mínimos, e de 5,3%, para o de valores máximos. Quanto ao Índice Benefício/Custo (IBC), apresentou o índice de 1,88 para valores mínimos e 3,01 para máximos, indicando que para cada unidade de real investida no projeto retornará ao final entre R$ 1,88 e R$ 3,01. Sobre o Retorno sobre Investimento Adicionado (ROIA), as magnitudes indicaram 1,03% a.a. para o projeto com valores mínimos e 1,47% a.a. para o

de valores máximos. Quanto ao Tempo de Recuperação de Capital (PAY-BACK), na estimativa do projeto com valores mínimos, a recuperação se dará no 21º ano, o que representará elevado risco em relação ao tempo de recuperação de capital para valores mínimos, pois qualquer projeção de receita equivocada revelará a inviabilidade do projeto. Entretanto, para estimativa do projeto com valores máximos a recuperação se dará no 12º ano.

No que se refere ao Custo de Oportunidade, caso não fosse investido o capital no reflorestamento, e sim aplicado na caderneta de poupança com juros de 8% a.a., como resultado após o 21° ano, no projeto para valores mínimos haverá um montante de R$ 17.375,95, sendo que no caso do reflorestamento, descontando todos os custos, o montante será de R$ 33.883,50, o qual significará um acréscimo de 95,5% a mais do que o investido na caderneta de poupança. Quanto à estimativa para valores máximos, ao final do projeto o valor será de R$ 19.086,88 no Custo de Oportunidade e R$ 36.484,00 na área reflorestada já descontado todos os custos, o que indicou um montante de 91,54% maior para o investimento no reflorestamento do que na caderneta de poupança.

Com base nos dados calculados, pode inferir que mesmo com um grande período de maturação, no caso do projeto 21 anos, a proposta de reflorestamento constitui-se em uma alternativa viável para o pequeno agricultor como perfil de renda alternativa, pois o fluxo financeiro é irregular, ou seja, o primeiro ingresso acontece somente no oitavo ano, o segundo ingresso no décimo segundo e o terceiro ingresso no vigésimo primeiro ano, ao final do ciclo.

6 REFERÊNCIAS

DOSSA, Derli, **Produção e Rentabilidade de Pinus, em empresas florestais**, 2002, disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br> Acesso em: julho 2007.

DOSSA, Derli, **Um estudo de caso: Produção e Mercado do Pinus,** 2001, disponível em: <http:/www.cnpf.embrapa.br> Acesso em: maio 2007.

EMATER, **Manual Técnico:** Reflorestamento. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 1993.

HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B. de; CUNHA, U. S. da. **Introdução ao manejo e economia de florestas**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

LAPPONI, Juan Carlos. **Projetos de Investimento:** Construção e Avaliação do Fluxo de Caixa. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2000.

LOPES, Evaristo M., **Relatório Estatístico Florestal 2005**, disponível em: <http://www.bracelpa.org.br> Acesso em: maio 2007.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia Agrícola:** Princípios Básicos e Aplicações. Curitiba: Scientia et. Labor, ZNT, 1998.
OLIVEIRA, Edílson Batista de; OLIVEIRA, Yeda Maria M. de, **Sistema para manejo e análise econômica de florestas de pinus**, disponível em: <http://www.remade.com.br> Acesso em: julho 2007.
OLIVEIRA, Jair Figueiredo. **Economia para Administradores**. São Paulo: editora Saraiva 2006.
PINDYCK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2002.
RODIGHERI Honórino Roque, **Indicadores de custo, produtividade, valor da produção do pinus em propriedades familiares,** 2006, disponível em <http:/www.cnpf.embrapa.br> Acesso em: julho 2007.
SHIMIZU, Jarbas Yukio, **Cultivo de Pinus**, 2005, disponível em <http:/www.cnpf.embrapa.br> Acesso em: maio 2007.
<http://www.abimci.com.br> Acesso em: julho 2007.
<http://www.sbs.org.br> Acesso em: julho 2007.

O SISTEMA FAXINAL COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA.

Tiaro Katu Pereira (1), Carinne Correa Chaves (2), Neuri Carneiro Machado (3), Nicolas Floriani (4), Rosemeri Segecin Moro (5)

1- Mestrando em Gestão do Território – UEPG. 2- Bióloga, 3- Pesquisador IAPAR – Pólo Regional de Ponta Grossa, 4- DEGEO/UEPG- PPG Gestão do Território, 5- DEBIO/UEPG- PPG Gestão do Território.

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Fitossociologia, Floresta Ombrófila Mista, Unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais.

RESUMO: Faxinal é um sistema de organização e produção camponesa tradicional típica da região centro–sul do Paraná, caracterizada pela produção animal coletiva comunitária, pela produção agrícola e pelo extrativismo florestal de baixo impacto. As áreas de criadouro comunitário são florestadas e constituem, atualmente, os últimos remanescentes expressivos de Floresta Ombrófila Mista da região, merecendo o *status* de unidades de conservação estaduais (ARESUR). Para avaliar a diversidade e a estrutura destas comunidades arbóreas, realizou-se um levantamento fitossociológico preliminar no Faxinal Taquari dos Ribeiro, de 234,84 ha, no município de Rio Azul, Segundo Planalto Paranaense. Utilizou-se cinco parcelas de 20x20m, totalizando uma área amostral de 2.000m², considerando um perímetro na altura do peito superior a 10cm. Identificou-se 208 indivíduos com DAP mínimo de 5,09cm, incluídos em 49 espécies e 18 famílias. As famílias mais representativas foram Lauraceae, Myrtaceae, Podocarpaceae, Flacourtiaceae e Aquifoliaceae. A espécie mais freqüente foi guaçatunga-preta (*Casearia obliqua*), seguida por pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*). O índice de Shannon (H') foi de 3,26, para uma equabilidade (J) de 0,84. Das espécies com maior Índice de Valor de Importância (IVI), destacaram-se *Podocarpus lambertii* (28,9), *Campomanesia xanthocarpa* (20,8), *Casearia obliqua* (20,2) e *Ilex paraguariensis* (19,5) A ausência de *Araucaria angustifolia* e outras espécies climácicas apontou o manejo anterior da área, mas a alta diversidade específica observada confirma a importância da manutenção deste sistema para a conservação do Bioma

Mata Atlântica na região. Executor e financiador: Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR; Fundação Araucária (FUP 9683/2006).

INTRODUÇÃO

O Sistema Faxinal é uma forma de organização e produção camponesa tradicional (Figura 1), típica da região centro–sul do Paraná, caracterizada pela produção animal coletiva em criadouros comunitários, pela produção agrícola para fins de subsistência e comercialização e pelo extrativismo florestal de baixo impacto onde se preserva a natureza (GOMES; RIBEIRO, 2008). A cobertura vegetal típica é a Floresta com Araucária (FOM) em estágio médio de sucessão, num relevo ondulado (CASTELLA; BRITEZ, 2004).

As áreas ocupadas pela FOM no sul do Brasil foram bastante reduzidas pela exploração madeireira de araucária e espécies consorciadas, como a imbuia, e a expansão de áreas agrícolas (BACKES, 1983). A partir de 1982, começam a desaparecer também diversos faxinais na região, substituídos principalmente pela fumicultura, tornando-se Rio Azul o maior produtor de fumo da região (NERONE, 2006). Essa nova cultura exigiu uma demanda maior de terras, sendo necessário desmatar áreas nativas reduzindo os fragmentos ainda restantes.

Fonte: SAHR (2003)

Figura 1 - Esquema de organização do uso da terra em um faxinal. Fonte: SAHR (2003).

As áreas de criadouro comunitário são florestadas e constituem, atualmente, um dos poucos remanescentes expressivos de Floresta Ombrófila Mista da região (Figura 2), merecendo a *status* de unidades de conservação estaduais como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) (DECRETO ESTADUAL N.º 3.446/97). No entanto, para

receber esta condição, são necessários estudos, entre eles o fitossociológico, para avaliar a diversidade e estrutura da comunidade arbórea nas áreas.

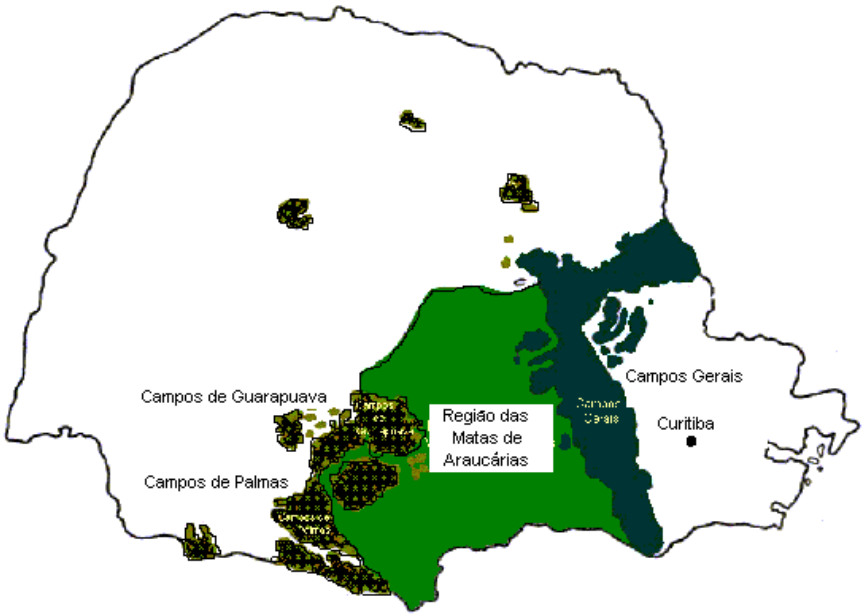


Figura 2 - Área de distribuição da Floresta Ombrófila Mista com ocorrência de faxinais. Fonte: Albuquerque (2005).

MATERIAL E MÉTODOS

O Faxinal Taquari dos Ribeiro, localizado no município de Rio Azul, possui 234,84 hectares de terras agricultáveis e de Floresta Ombrófila Mista (FOM), sendo um remanescente da Floresta com Araucária do Segundo Planalto Paranaense, próximo a microrregião do município de Irati, na mesorregião Sudeste Paranaense (Figura 3).

Segundo CASTELLA e BRITEZ (2004), a região apresenta precipitações de 1.400 a 1.500mm anuais e temperatura média anual entre 18 e 19º C. A umidade relativa do ar média varia de 80 a 85% e ocorrem geadas em média 14 dias por ano.

Para o levantamento fitossociológico foram analisadas cinco parcelas (20x20m), totalizando uma área amostral de 2.000m². (X=509167 Y=7168934). Foram coletadas árvores com perímetro na altura do peito (PAP) superior a 10cm, considerando-se todos os indivíduos em pé, vivos ou mortos. A herborização e determinação do material coletado em campo se deram no herbário HUPG da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

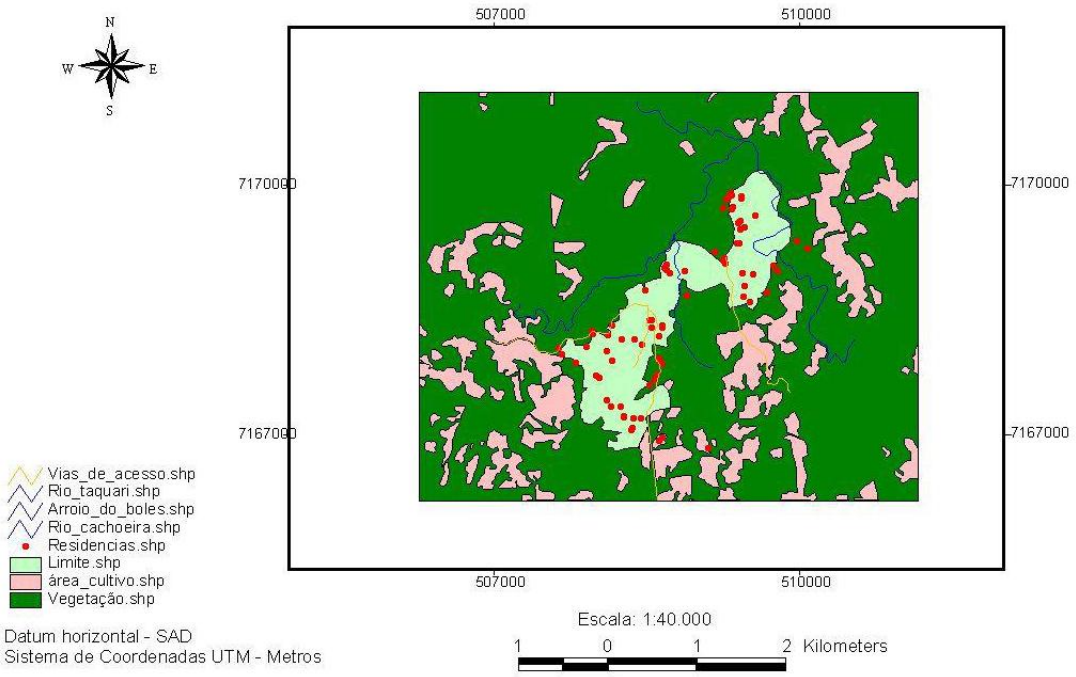


Figura 3: Classificação do Uso e Cobertura do Solo do Faxinal Taquari dos Ribeiro, Rio Azul – PR. Fonte: GOMES e RIBEIRO (2008).

Os parâmetros fitossociológicos foram calculados através dos dados amostrais utilizando-se o *software* Fitopac (SHEPHERD, 1995). As variáveis fitossociológicas calculadas incluíram: densidade absoluta e relativa, freqüência absoluta e relativa, dominância absoluta e relativa, e valor de importância (MUELLER-DOMBOIS; ELLENBERG, 1974).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram levantados 208 indivíduos com DAP mínimo de 5,09 cm, em 49 táxons e 16 famílias, incluindo quatro táxons mortos e seis indeterminados.

As famílias mais representativas, em termos de número de táxons, foram Myrtaceae (50 indivíduos e 10 táxons), Lauraceae (51 indivíduos e 9 táxons), seguidas por Flacourtiaceae (31 indivíduos e 4 táxons), Aquifoliaceae (21 indivíduos e 3 táxons) e Sapindaceae (9 indivíduos e 3 táxons). Podocarpaceae, com apenas um táxon, apresentou alta frequencia de indivíduos (18). As demais famílias variaram de 1 a 5 indivíduos e 1 ou 2 táxons (Tabela 1).

No faxinal Paraná Anta Gorda, em Prudentópolis, DYKSTRA (2007) listou 27 espécies em 17 famílias, sendo as mais freqüentes Sapindaceae, Lauraceae, Aquifoliaceae e Flacourtiaceae. No faxinal Saudades Santa Anita, em Turvo, BITTENCOURT (2007) encontrou 32 espécies em 18 famílias; as famílias que tiveram o maior número de espécies

foram Lauraceae e Myrtaceae. NIEDZIELSKI (2007), para o faxinal Sete Saltos de Baixo, em Ponta Grossa, lista 33 espécies para 16 famílias, com a maior riqueza em Myrtaceae, Lauraceae e Flacourtiaceae. ALBUQUERQUE (2005), no faxinal Marmeleiro de Cima (Rebouças), determinou 44 espécies e 21 famílias, sendo as mais freqüentes Myrtaceae, Aquifoliaceae, Flacourtiaceae e Fabaceae. O faxinal Taquari dos Ribeiro apresenta, portanto, uma estrutura florística similar a outros criadouros comunitários já levantados.

As espécies mais constantes foram *Campomanesia xanthocarpa* e *Ilex paraguariensis*, presentes nas cinco parcelas, seguidas por *Casearia obliqua* e *Podocarpus lambertii* observadas em quatro das parcelas.

Tabela 1: Lista de famílias em ordem decrescente de quantidade de táxons.

Família	**Nº Ind.**	**Nome Científico**	**Nome Comum**
Lauraceae	51	Lauraceae 1	Canela
		Lauraceae 2	Canela
		Nectandra grandiflora	Canela-fedida
		Nectandra megapotamica	Canela-amarela
		Nectandra rígida	Canela
		Ocotea diospyrifolia	Cafezeiro
		Ocotea odorífera	Canela sassafrás
		Ocotea porosa	Imbuia
		Ocotea puberula	Canela-guaicá
Myrtaceae	50	*Campomanesia xanthocarpa*	Guabirobeira
		Eugenia pluriflora	Pitanga-verde
		Eugenia uniflora	Pitangueira
		Gomidesia sellowiana	Guamirim
		Gomidesia sp	
		Myrcia hatschbachii	Caingá
		Myrcia obtecta	Cambuí
		Myrcia rostrata	Guamirim-chorão
		Myrtaceae 1	
		Plinia rivularis	Jaboticabeira
Flacourtiaceae	31	*Casearia decandra*	Guaçatunga
		Casearia obliqua	Guaçatunga-preta
		Casearia SP.	Guaçatunga
		Casearia sylvestris	Cafezeiro
Aquifoliaceae	21	*Ilex amara*	
		Ilex paraguariensis	Erva-mate
		Ilex theezans	Cauna
Sapindaceae	9	*Allophylus edulis*	Chal-chal
		Cupania vernalis	Cuvantã
		Matayba elaeagnoides	Miguel-pintado
Euphorbiaceae	5	*Sebastiania brasiliensis*	Leiteirinho
		Sebastiania klotzschiana	Branquinho
Fabaceae	2	Fabaceae 1	
		Machaerium stipitatum	Sapuva
Podocarpaceae	18	*Podocarpus lamberti*	Pinheiro-bravo
Meliaceae	2	*Cedrella fissilis*	Cedro-rosa
Rosaceae	2	*Prunus sellowii*	Pessegueiro-bravo
Borraginaceae	2	*Cordia ecalyculata*	Chá-de-bugre

Styracaceae	1	*Styrax SP.*	Carne-de-vaca
Myrsinaceae	1	*Myrsine umbellata*	Capororocão
Simaroubaceae	1	*Picrammia parviflora*	Maria-mole
Canellacea	1	*Capsicodendron dinisii*	Pimenteira
Araliacea	1	*Didimopanax* sp.	Mandiocão

Com relação aos parâmetros fitossociológicos (Tabela 2), pode ser observado que *Casearia obliqua* apresentou o maior número de indivíduos (21), seguida por *Podocarpus lambertii* e *Ilex paraguariensis*, ambas com 18 indivíduos.

Tabela 2: Parâmetros fitossociológicos listados em ordem decrescente de Índice de Valor de Importância (IVI).

Espécie	**No.Ind**	**Freq.Ab**	**Freq.Re**	**Dens.Re**	**IVI**
Podocarpus lambertii	18	80.00	5.26	8.65	28.95
Campomanesia xanthocarpa	15	100.00	6.58	7.21	20.81
Casearia obliqua	21	80.00	5.26	10.10	20.23
Ilex paraguariensis	18	100.00	6.58	8.65	19.53
Gomidesia sellowiana	12	40.00	2.63	5.77	13.86
Ocotea odorifera	15	40.00	2.63	7.21	13.08
Ocotea porosa	5	40.00	2.63	2.40	12.74
Gomidesia sp	17	20.00	1.32	8.17	11.88
Ocotea puberula	8	40.00	2.63	3.85	10.89
Matayba elaeagnoides	4	60.00	3.95	1.92	9.91
Lauraceae 1	6	40.00	2.63	2.88	8.66
Nectandra megapotamica	1	20.00	1.32	0.48	7.63
Lauraceae 2	7	40.00	2.63	3.37	7.19
Cedrella fissilis	2	40.00	2.63	0.96	6.90
Casearia sylvestris	6	20.00	1.32	2.88	6.12
Sebastiania brasiliensis	4	40.00	2.63	1.92	5.99
Prunus sellowii	2	20.00	1.32	0.96	5.84
Casearia decandra	7	20.00	1.32	3.37	5.77
Allophylus edulis	4	40.00	2.63	1.92	5.35
Casearia sp	3	40.00	2.63	1.44	4.76
Styrax sp	1	20.00	1.32	0.48	4.21
Ilex amara	1	20.00	1.32	0.48	4.03
Morta	4	20.00	1.32	1.92	3.99
Cordia ecalyculata	2	40.00	2.63	0.96	3.81
Ocotea diospyrifolia	1	20.00	1.32	0.48	3.70
Desconhecida 4	1	20.00	1.32	0.48	3.39
Desconhecda 5	1	20.00	1.32	0.48	3.22
Sebastiania klotzschiana	1	20.00	1.32	0.48	3.08
Nectandra grandiflora	1	20.00	1.32	0.48	3.03
Eugenia uniflora	1	20.00	1.32	0.48	2.74
Fabaceae 1	1	20.00	1.32	0.48	2.43
Desconhecida 6	1	20.00	1.32	0.48	2.23
Nectandra rigida	1	20.00	1.32	0.48	2.22
Cupania vemalis	1	20.00	1.32	0.48	2.17
Desconhecida 1	1	20.00	1.32	0.48	2.12
Desconhecida 2	1	20.00	1.32	0.48	2.10
Myrtaceae 1	1	20.00	1.32	0.48	2.07
Myrcia rostrata	1	20.00	1.32	0.48	2.05
Myrsine umbellata	1	20.00	1.32	0.48	2.05
Capsicodendron dinisii	1	20.00	1.32	0.48	1.97

Picrammia parviflora	1	20.00	1.32	0.48	1.97
Myrcia obtecta	1	20.00	1.32	0.48	1.96
Didimopanax sp	1	20.00	1.32	0.48	1.95
Desconhecida 3	1	20.00	1.32	0.48	1.95
Eugenia pluriflora	1	20.00	1.32	0.48	1.92
Machaerium stipitatum	1	20.00	1.32	0.48	1.90
Plinia rivularis	1	20.00	1.32	0.48	1.90
Myrcia hatschbachii	1	20.00	1.32	0.48	1.88
Ilex theezans	1	20.00	1.32	0.48	1.86

Os táxons com maior índice de valor de Importância (IVI) foram *Podocarpus lambertii*, *Campomanesia xanthocarpa*, *Casearia obliqua* e *Ilex paraguariensis*. Em BITTENCOURT (2007), as espécies mais importantes também foram *Ilex paraguariensis* e *Campomanesia xanthocarpa*. Para ALBUQUERQUE (2005), *Capsicodendron dinisii*, *Casearia obliqua*, *Casearia sylvestris* e *Campomanesia xanthocarpa* foram as mais importantes. Para CASTELLA e BRITEZ (2004), as principais espécies desta região seriam *Campomanesia xanthocarpa*, *Capsicodendron dinisii*, *Casearia decandra* e *Casearia sylvestris.*

Analisando a densidade relativa (DR), estimado em relação ao número de indivíduos de uma determinada espécie e o número de indivíduos de todas as espécies amostradas (CURTIS; McINTOSH, 1950), destacaram-se *Casearia obliqua* (10,1%), *Podocarpus lambertii* e *Ilex paraguariensis* (8,7%), *Gomidesia* sp (8,2%), *Ocotea odorifera* e *Campomanesia xanthocarpa* ambas com 7,2% de densidade relativa. Das 49 espécies amostradas, 73,5% apresentaram valores de DR inferiores a 2%.

O índice de Shannon (H') para a área analisada foi de 3,26, demonstrando uma alta diversidade específica se comparada a outras áreas impactadas (MORO et al., 2001; NIEDZIELSKI, 2007) com índices entre 2,92 e 2,97, e mesmo com relação aos faxinais Paraná Anta Gorda, com 3,08 (DYKSTRA, 2007) e Saudades Santa Anita, de 2,94 (BITTENCOURT, 2007). Por outro lado, em áreas de vegetação bem conservada a diversidade H' pode chegar a 3,61 (NAKAJIMA et al., 1996).

Concordando com CASTELLA e BRITEZ (2004), constatou-se uma das características bem marcantes da região, onde quase sempre o sub-bosque é alterado, devido à extração de erva-mate e ao pastoreio, tornando cada vez mais baixa a diversidade arbórea pela ausência de regeneração natural. Com relação às espécies listadas, estas são características de florestas em estágio intermediário de regeneração, apresentando poucas epífitas e lianas, estrato superior com 22m de altura aproximadamente e o diâmetro das árvores variando entre 30 e 70cm.

CONCLUSÃO

O estudo realizado no Faxinal Taquari dos Ribeiro mostrou-se suficiente para o conhecimento das espécies e da estrutura da vegetação, amostrando espécies representativas da região e obtendo resultados semelhantes a outros estudos de remanescentes de Floresta Ombrófila Mista em faxinais no Paraná. A maioria dos indivíduos pertence às três famílias mais freqüentes nestas florestas: Lauraceae, Myrtaceae e Aquifoliaceae.

A alta frequência de pinheiro-bravo nas parcelas e a ausência de pinheiro-do-Paraná e imbuia indicam o corte seletivo ocorrido no passado. As espécies de maior importância, guaçatunga-preta (*Casearia obliqua),* pinheiro-bravo *(Podocarpus lambertii)* e erva-mate (*Ilex paraguariensis),* possuem seus indivíduos em classes de menor diâmetro e altura, no estrato regenerativo, portanto.

Os resultados apresentados correspondem a uma floresta de boa diversidade e em estágio médio de regeneração, apontando para a importância da manutenção deste sistema agropastoril tradicional para a conservação do Bioma Mata Atlântica na região.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J.M. de. **Análise fitossociológica da vegetação do Faxinal do Marmeleiro de Cima no município de Rebouças-PR.** União da Vitória, 2005. Monografia (Especialização) - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

BACKES, A. Dinâmica do pinheiro-brasileiro. **Iheringia,** Série Botânica, v. 30, p. 49-84, 1983.

BITTENCOURT, A. **Caracterização da vegetação arbórea do faxinal Saudades Santa Anita, Turvo, PR**. Ponta Grossa, 2007. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CASTELLA, P.R.; BRITEZ, R.M. **A Floresta com Araucária no Paraná.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CURTIS, J.T; McINTOSH, R.P. The interrelations of certain analytic and synthetic phytosociological characters. **Ecology**, v. 31, p. 434-455, 1950.

DYKSTRA, C. **Levantamento Fitossociológico no Faxinal Paraná-Anta Gorda, Município de Prudentópolis,** PR. Ponta Grossa, 2007. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

GOMES, I.A.; RIBEIRO, S.R.A. Fusão de Imagens Spot5 para a Classificação qualitativa do Uso e Cobertura do Solo do Faxinal Taquari dos Ribeiros – PR. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 1., 2008, Florianópolis. **Anais ...**

MORO, R.S.; SCHIMITT, J. DIEDRICHS, L.A. Estrutura de um fragmento da mata ciliar do Rio Cará-Cará, Ponta Grossa, PR. **Publicatio**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 19-38, 2001.

MUELLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. **Aims and methods of vegetation ecology,** New York: John Wiley, 1974.

NAKAJIMA, J.N.; SOARES-SILVA, L.H.; MEDRI, M.E. Composição florística e fitossociológico do componente arbóreo das florestas ciliares da bacia do Rio Tibagi, Paraná. Fazenda Monte Alegre, Município de Telêmaco Borba, Paraná. **Arq.Biol.Tecnol.,** v. 39, n. 4, p. 933-948, 1996.

NERONE, M.M. **Terras de plantar, terras de criar: sistema Faxinal Rebouças 1950, 1997, 2000.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, 2006.

NIEDZIELSKI, C. **Caracterização da vegetação arbórea do faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR.** Ponta Grossa, 2007. Monografia (Especialização Gestão Ambiental) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SAHR, C.L.L. **O sistema faxinal no município de Ponta Grossa:** diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**.** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

SHEPHERD, G.J. **FITOPAC 1. Manual do usuário.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DA GESTÃO AMBIENTAL EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Ezequiel Redin[1]
Paulo Roberto Cardoso da Silveira[2]
Aline Weber Sulzbacher[3]

[1]Mestrando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM - E-mail: ezequielredin@gmail.com

[2]Doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC na área de Concentração: Sociedade e Meio-ambiente. - E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

[3]Geógrafa; Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM) - E-mail: sulzba@gmail.com

GT 06 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Apresentação

A disposição dos resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais caracteriza-se por ser *localizada, de maior intensidade, apresentando constância de emissão no meio ambiente, mensurável em seu nível de poluição e o responsável é identificável pelo impacto ambiental e passível de ação corretiva e punitiva, causando entraves ao agricultor* (GENRO et al, p. 01, 2008). Portanto, isso desencadeia uma séria de preocupações quando se trata da aplicação inflexível da legislação ambiental.

A experiência aqui analisada parte desta situação, abordando o caso das Agroindústrias Familiares Rurais -AFRs- da região denominada Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, associada à demanda por parte dos agricultores quanto a uma intervenção da Universidade para buscar soluções. A ação da Universidade ocorre junto ao

grupo de dezesseis agroindústrias familiares rurais agregadas na Rede da Casa[1] que processam produtos de origem animal e vegetal.

Neste contexto, foi construído e executado o projeto "Poluição dos recursos hídricos causados por resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais", idealizado por uma equipe de pesquisadores coordenada pelo Professor Dr. Danilo Rheinheimer dos Santos (grupo de Pesquisa no CNPq- Ciclos Biogeoquímicos e Produtividade do Solo do Departamento de Solos) e por componentes do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.

O projeto foi aprovado e financiado pelo CNPq, articulando duas propostas de estudo: a primeira envolvia o diagnóstico dos sistemas de gestão ambiental dos resíduos sólidos e líquidos e da forma de ação dos agentes de desenvolvimento na constituição das agroindústrias familiares rurais. Essa parte do projeto tinha como intuito realizar um diagnóstico identificando os pontos críticos em relação ao tratamento dos resíduos e a forma de ação dos agentes de desenvolvimento em seu trabalho de assessoria na implantação nas agroindústrias familiares rurais (AFRs). Nessa etapa, realiza-se a entrevista com os informantes-chaves (agentes de assistência técnica e extensão rural, funcionários públicos municipais das áreas de Meio-ambiente e agricultura, gestores da Rede da Casa e demais lideranças envolvidas no desenvolvimento das AFRs), a visita nas AFRs para reconhecimento da realidade e, concomitantemente, realização de uma entrevista no local com os responsáveis pelas AFRs, a análise dos dados e por último, a realização de um seminário de discussão com todos os atores sociais envolvidos no processo de qualificação e legalização das AFRs.

A segunda parte do Estudo propunha analisar a gestão ambiental da água, dos resíduos sólidos e efluentes líquidos das agroindústrias familiares rurais, propondo-se a verificar o volume dos resíduos e seu respectivo potencial poluente. Essa parte tinha como objetivo avaliar a qualidade da água utilizada nas AFRs e o risco de poluição dos recursos hídricos pelos dejetos sólidos e líquidos por elas gerados, verificando a eficácia das unidades de tratamento destes resíduos, contribuindo para a elaboração de planos de controle ambiental adequados. Nessa etapa envolvia algumas ações: a localização e caracterização das agroindústrias familiares rurais, a instalação de três unidades de tratamento de efluentes junto

[1] Por Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs) entendem-se empreendimentos dedicados ao processamento de matérias-primas de origem animal ou vegetal, com instalações e equipamentos específicos, contando com a gestão e a mão-de-obra a cargo, majoritariamente, da família. No contexto que aqui trabalhamos, temos AFRs que produzem de forma artesanal, a partir do saber fazer herdado das gerações passadas e as chamadas AFRs de pequeno porte, onde apenas a escala de produção as diferenciam das grandes plantas industriais (Guimarães e Silveira, 2007).

a AFRs, adaptação e validação dos métodos alternativos de tratamento de resíduos sólidos e líquidos por intermédio das estações de tratamento instaladas e a realização de algumas análises laboratoriais.

Ao analisar essa experiência, nosso objetivo é discutir como foi realizada a estratégia de intervenção dos técnicos da universidade e ainda, correlacionar a ação/execução do projeto com os dilemas enfrentados a nível da região da Quarta Colônia. Sua principal contribuição refere-se à reflexão além da assessoria técnica, trazendo elementos para discutir a formação e concepção dos grupos de agricultores, seus interesses e pontos divergentes como ferramentas que devem ser consideradas pela ação de extensão rural.

Antecedentes

Este recorte histórico se faz importante para efeitos da análise da participação dos diferentes atores: técnicos da universidade, agricultores que desenvolvem atividades de processamento de alimentos, atores políticos da Quarta Colônia e agentes dos serviços públicos de extensão rural.

Os primeiros passos da construção do projeto acontecem quando as lideranças da Rede da Casa mantiveram contato com os pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria. A procura se dá pela necessidade de assistência técnica capacitada, da busca de ampliação do mercado, o desafio da legalização ambiental e sanitária das AFRs, que sem apoio externo se mostrava um entrave. Esse fato [re] aproximou a universidade nas questões que envolviam o processo de qualificação das agroindústrias familiares rurais (AFRs) da Quarta Colônia. Tal ação da Universidade ocorre através do NESAF – Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar

Para elaborar o projeto a equipe de pesquisadores promoveu um espaço de discussão com os agricultores ligados a Rede da Casa com o intuito de conhecer sua percepção da realidade vivenciada, a sua história, o seu funcionamento, os seus integrantes e, principalmente, quais eram as demandas/necessidades dos agricultores no momento. Após várias reuniões com os integrantes da Rede, percebeu-se uma complexidade de problemas existentes, todos parte de um processo em curso há vários anos conduzido pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) e com a participação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE RS).

Na perspectiva dos agricultores, a questão que envolvia a parte sanitária já tinha evoluído bastante no aspecto da qualificação, tanto dos recursos humanos, como das

estruturas produtivas (agroindústrias) e os limites que agora estavam enfrentando eram estruturais, ou seja, para isso era necessário financiamento e crédito, além de assessoria técnica qualificada. Outra questão levantada pelos agricultores referia-se as cobranças pela licença ambiental para os estabelecimentos. Essa demanda foi inserida como uma necessidade mais relevante e urgente, pois era o principal empecilho para galgar a legalização (sanitária e fiscal) dos empreendimentos. Cabe destacar que as exigências para a validação legal dos empreendimentos deve-se especialmente ao destaque alcançado pela Rede da Casa em nível de região, sendo que esta visibilidade torna as agroindústrias empreendimentos com potencial de crescimento e, inclusive, como geradoras de impacto ambiental.

Desta forma, percebeu-se que a discussão ambiental nunca tinha sido tratada nos processos de qualificação, anteriores a intervenção da universidade. Isso tem uma explicação histórica, se considerarmos que quando implantado o programa SABOR GAÚCHO, pelo governo de Olívio Dutra (1999-2002), a questão ambiental foi colocada em segundo plano diante do desafio de legalização sanitária e das questões gerenciais. Naquela oportunidade, o programa tido como marco para as agroindústrias familiares rurais no território gaúcho, fez um convênio que envolvia a FEPAM e a EMATER, onde os escritórios municipais desta última tinham autonomia para realizar e aprovar o licenciamento ambiental.

Na prática, os técnicos da empresa de extensão realizavam os projetos com a implementação de um sistema de tratamento que os mesmos tinham a autonomia de validar sem necessitar a legitimação da FEPAM. Se por um lado, existia a agilidade no processo e o baixo impacto ambiental, por outro, a questão ambiental tratada de forma simplificada não assumiu devida importância e as questões sanitárias ganham destaque no processo. Desse modo, as questões ambientais eram deixadas de fora do cenário de discussão e como os técnicos da EMATER local usavam um sistema de tratamento de resíduos uniformizado e padronizado, o problema passou a ser percebido como grave quando aumentou a produção nas agroindústrias e extinguiu-se o Sabor Gaúcho[2].

Nessa conjuntura, volta a haver uma ação mais rigorosa por parte dos órgãos ambientais e isso implica numa revisão das licenças ambientais concedidas e a necessária re-adequação dos empreendimentos. É importante notar-se que a busca pela legalização dos empreendimentos com vista a mercados extra-local, cria a necessidade de obter o licenciamento ambiental com requisito para legalização sanitária e fiscal.

Em tal contexto, a intervenção da universidade iniciou pela identificação do problema ambiental (discutido em conjunto com os agricultores) com intuito de conhecer a realidade

[2] Informações da entrevista com os agentes de extensão participantes ativos do projeto.

objetiva das AFRs, as formas com que os agricultores se relacionam com o meio ambiente e, principalmente, qual sua concepção em relação à "problemática ambiental".

O interessante de se abordar, nesse momento, é que os agentes universitários não criaram uma necessidade, como geralmente acontece com a aprovação de projetos junto a órgãos financiadores e, posteriormente, buscaram adequar a sua execução aos interesses da comunidade. A necessidade foi percebida pelos agricultores e pelos agentes de extensão rural e a universidade vem para tentar contribuir na identificação da problemática e dos possíveis meios para solucioná-la. Nesse contexto, antes do projeto ser elaborado, foi construído a partir de discussões junto aos interessados (empreendimentos e agentes de desenvolvimento).

Elaboração do projeto

Previamente identificado o problema ambiental em conjunto com os agricultores, a equipe da Universidade começa a discutir internamente as ações de intervenção que seriam realizadas nas agroindústrias familiares rurais (AFRs) vinculadas a Rede da Casa, na Quarta Colônia. O grupo de pesquisadores de caráter multidisciplinar teve alguns motivos para se formar na busca de uma intervenção mais eficaz no campo prático. O departamento de solos porque trabalham as questões ambientais, da água, ou seja, realizaria todas as análises laboratoriais necessárias para pós-certificação/aval da universidade. O grupo de extensão rural, uma vez que já vinha trabalhando na discussão do problema com os agricultores familiares e possibilitaria toda a parte do diagnóstico/reconhecimento local do trabalho a campo nas AFRs.

Além disso, esse trabalho colaborativo entre os dois departamentos foi importante para entender que a discussão no âmbito das agroindústrias familiares não pode se restringir somente ao âmbito técnico ou social. A realidade exige um processo de construção sócio-ambiental para compreensão da realidade como um todo (Silveira e Guimarães, 2007), especialmente quando se trata da agricultura familiar e da questão ambiental.

Dentre as possibilidades de resolução "técnica" da problemática, buscou-se uma experiência usada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Encantado que trabalhou para buscar métodos alternativos para o tratamento de dejetos de suínos. A experiência da Universidade Estadual no uso de biofiltros físicos alternando com plantas macrófitas para o tratamento de dejetos de 120 suínos mostrou-se eficaz e serviu de inspiração para a indicação de uma proposta de intervenção no caso da Rede da Casa.

Em espaço de discussão sobre uso do método, o grupo de agricultores ponderou sobre uma questão: “Se o uso desses métodos alternativos propostos pela universidade garantia que a FEPAM liberaria e legalizasse suas AFRs?”. Evidentemente que essa garantia não poderia ser oferecida, no entanto, havia a possibilidade de fornecer aparato técnico no sentido de contrapor os atuais métodos indicados para o tratamento de resíduos e que no universo das agroindústrias familiares se apresentam inadequados devido à pequena escala de produção e seus altos custos de implantação.

A partir disso, deu-se inicio a elaboração do projeto e ao levantamento de informações a campo. Uma vez aprovado pelo CNPq, o recurso liberado de aproximadamente R$ 42.000,00 foi usado para a aquisição de equipamentos para as análises laboratoriais, para as despesas dos agentes de extensão a campo e para a construção de três unidades experimentais nas AFRs que fossem instaladas segundo as definições que seriam tomadas nas etapas iniciais do projeto.

Após essa aprovação, novamente se realizou uma reunião com as AFRs envolvidas para apresentar todas as etapas do projeto e o montante de investimentos que se teria para desenvolvê-lo. Após essa apresentação, iniciou-se um debate com os agricultores de como iriam continuar a participar do projeto. A preocupação por parte dos agricultores se referia aos “ganhos” financeiros com a execução do mesmo. A partir disso, pode-se observar concretamente que o interesse coletivo estava ali mediado por fortes interesses particulares. Quando argumentado aos agricultores que os mesmos não receberiam recursos, mas somente a implementação de três unidades experimentais, em locais ainda a serem definidos depois da fase inicial de diagnóstico, eles desestimularam-se e o interesse pelo mesmo começa a ser menos empolgante.

Percebe-se que cada um desejava que fosse investido recurso em sua AFR para resolver o problema ambiental localizado, demonstrando pouco interesse em um processo de superação coletiva do problema mediada pela ação de pesquisa da Universidade.

Nessa proposta de intervenção existia outra inquietação, a qual surge no momento em que os agricultores sentiram-se ameaçados pelo tempo em que o projeto levaria [2 anos] para mostrar que os métodos alternativos de tratamento dos poluentes poderiam ser realmente eficazes. Então, se por um lado, o uso de tecnologias [métodos] alternativos de baixo custo e acessíveis eram interessantes por parte das AFRs, por outro, existia a preocupação de que os órgãos de fiscalização não aprovassem ou legitimassem essa estratégia de intervenção nas

AFRs, mesmo que estas se demonstrem eficazes[3] naquela escala de resíduos emitidos por estas.

Tal fato provocou a apresentação de proposta de intervenção baseada nos princípios da validação social, ou seja, através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado junto ao Ministério Público, envolver-se-ia todos os atores sociais (agricultores, Condesus, SEBRAE, Vigilância Sanitária, CISPOA, SIM, prefeituras municipais e outros) em um processo que tinha por objetivo básico a progressiva regularização dos empreendimentos num período máximo de dois anos. Nessa proposta, a idéia era acrescentar ao processo um conjunto de entidades trabalhando unidas com os produtores junto as suas unidades de produção com objetivo de qualificar todo o processo buscando acrescentar uma qualidade diferencial ao produto. O monitoramento tinha em vista colocar ambas as partes em responsabilidade com o objetivo final (a legalização), por isso, a validação social se mostrava interessante e seria um processo que futuramente poderia levar a construção de novos parâmetros para o processo de legalização, especialmente ambiental, das agroindústrias.

Execução do projeto

Inicia-se a execução do projeto com o reconhecimento da situação enfrentada pelas agroindústrias familiares rurais em dois momentos: o primeiro teve como finalidade entender como o agricultor-gestor de AFR pensava/agia frente às questões ambientais, em relação aos atores públicos e aos órgãos de fiscalização e, num outro momento, definindo o histórico das AFRs, a organização da produção e a infra-estrutura. Concomitantemente a esse processo, parte do grupo buscava entender através de questionário semi-estruturado as ações da EMATER e da Secretaria do Meio Ambiente ou da agricultura de todos os municípios envolvidos com as agroindústrias da Rede da Casa.

Todo esse processo ainda necessitava de uma validação perante os atores sociais envolvidos nessa proposta de melhorar a situação ambiental das AFRs. Em mais um encontro, dessa vez com a presença do Promotor Público responsável pelas questões ambientais na região, o grupo apresentou a idéia do TAC e como ele seria implementado para que esse processo não demorasse e inviabilizasse a continuidade da produção nas AFRs até o projeto ser concluído. Ambos os lados, membros da Rede da Casa e promotor, acreditaram ser interessante o processo, porém o promotor não quis comprometer-se e a Rede da Casa ficou

[3] Ser eficaz aqui se entende que os poluentes liberados pelas AFRs no meio ambiente não causassem nenhum dano com o uso de tecnologias alternativas.

com receio de ariscar sozinha, apostando em um projeto que não lhe daria garantias legais. Esse foi um dos pontos de estrangulamento no andamento do projeto, mas este continuou assim mesmo.

Para Genro et al. (2008) esta forma de tratar os problemas ambientais segue a Lógica do Imperativo Técnico. O termo imperativo refere-se à imposição de normas por um agente público investido de legitimidade jurídica (calcada na legislação ambiental vigente no país) e na legitimidade científica (calcada no conhecimento produzido pela ciência) diante da população envolvida em atividades que gerem impacto ambiental. Deste modo, a força da lei e de seus agentes, acabam por obstaculizar a geração de novas formas de ação.

Definidas, após análise das informações do diagnóstico, quais as três agroindústrias familiares a serem beneficiadas com as unidades experimentais-UE de resíduos líquidos e, contatados os agricultores beneficiados para o apoio em questões da viabilidade de instalação, a equipe dirige-se a campo para o inicio do trabalho de montagem das UE. Uma unidade de tratamento de resíduos sólidos seria montada em outra agroindústria, mas quando foi informado de que os equipamentos, após o término do projeto, voltariam para a universidade, seu proprietário não demonstrou interesse. Acabou-se viabilizando essa estrutura nas dependências da Universidade Federal como uma unidade demonstrativa e experimental para estudos acadêmicos e afins da utilização da comunidade em geral.

Contradições internas e externas da rede da casa: uma análise dos atores em ação

A Rede da Casa como organização de empreendedores que possuem agroindústrias familiares rurais é resultante de um processo histórico de vinte anos de capacitação e qualificação das AFRs na Quarta Colônia. Desse modo, as dezesseis agroindústrias que participam desse processo são aquelas que conseguiram evoluir e se diferenciaram das demais. O primeiro ponto a se analisar aqui é a inexistência de uma compreensão deste processo, pois os membros da Rede da Casa não consideram que receberam atenções especiais dos poderes públicos e muitos recursos públicos foram aplicados para permitir sua diferenciação. Assim, acabam cobrando tratamento diferenciado a si e esquecem que as demais AFRs da região precisariam de incentivos e ação efetiva do Estado para se qualificarem. Ao contrário, a Rede da Casa reivindica que seja beneficiada por ter melhores condições de produzir com qualidade e cobra fiscalização e pressão sobre as demais.

Dentro da Rede da Casa haviam diferentes concepções e diferentes interesses no que se refere à estratégia que se deveria adotar. Para exemplificar, o Condesus conseguiu recursos junto ao governo federal e construiu o terminal para que acontecesse a comercialização dos produtos da Quarta Colônia, próximo a BR 287 (via que liga o centro do Estado a Porto Alegre), mas por motivos legais ainda não está em funcionamento tendo, portanto, um ativo permanente em plena depreciação e espaço ocioso. Nisso, o Condesus repassa a responsabilidade de abrir o terminal para a Rede da Casa, pois já possui um histórico e, por isso, se mostra mais apta e organizada para tal. É nas conversas com os agentes de desenvolvimento e nas discussões internas que a rede resolve fundar uma cooperativa para alavancar recursos e facilitar todo o processo de comercialização, uma vez que, é necessário, pois ultrapassa os limites territoriais dos municípios e que facilitaria a resolução de alguns problemas de validação legal. Então o propósito da cooperativa é conduzir as ações para que o terminal possa abrir e estar em pleno funcionamento.

É nesse contexto, que surge a primeira contradição, a qual chamaremos de contradição externa, uma vez que a Rede da Casa assume essa responsabilidade de, através da cooperativa, conduzir o processo de inauguração do terminal. O maior problema é que as lideranças da Rede da Casa têm interesses diferentes do restante dos integrantes da recente Cooperativa. As lideranças da Rede da Casa pretendem crescer rapidamente e alcançar circuitos longos de comercialização, conseqüentemente, necessitando aumentar escala, investimentos, mão de obra e outros fatores de produção. Já o restante, não tem interesse em fazer investimentos nas AFRs, muito menos, aumentar a escala de produção ou sair do circuito curto, onde os locais de comercialização já estão consolidados e não ambicionam avançar mais na qualificação e estruturação das AFRs. Então, surge uma contradição interna, a qual se refere ao nível de mercado que se deve atingir e o ritmo que se deve avançar.

Anterior a todo esse processo aqui relatado, muitos integrantes da Rede da Casa já comercializavam seus produtos no Supermercado Dois Irmãos sem nenhum processo de validação legal. No momento em que ocorre o andamento do projeto, as lideranças conseguem inserir seus produtos na rede Carrefour, beneficiando-se de todo o histórico de trabalho da Rede da Casa, desde sua idealização, passando por sua constituição com a participação em feiras, eventos e todo um esforço dos lideres até sua constituição formal. O que se deve alertar é que a empresa fez um processo de seleção das agroindústrias que poderiam ser fornecedores, sem necessitar de status legal somente três empreendimentos foram aprovados, ou seja, os beneficiados são as lideranças que estavam interessadas neste mercado e que já tinham condições de investimento para atender a nova demanda. Neste

momento, legalizar para os beneficiados com acesso ao Carrefour deixa de ser prioridade, pois já conseguiram atingir um circuito longo sem essa necessidade.

A concepção da liderança em relação ao projeto aqui relatado passa a ser de descaso, pois entendiam que o problema ambiental não os impedia mais de crescer. Já havia aqueles que preferiam continuar a vender informalmente. A diferença de concepções e ambições dos integrantes não motivou uma participação mais efetiva de todo o grupo em relação ao projeto e as estratégias adotadas pela Rede da Casa passam a ser dúbias em relação à problemática ambiental das AFRs.

Entendido isso, a participação poderia ser reflexo de uma vontade especifica na busca de recursos financeiros para investirem nas suas agroindústrias. Até o momento da efetivação formal do projeto eles não tinham claro que não existiria recurso a fundo perdido para se beneficiarem. Essa falsa expectativa moveu a condução da participação inicial do projeto, mas quando ficou claro que somente seriam contemplados com unidades experimentais aqueles que, após o diagnóstico se enquadrassem nas definições iniciais do projeto, o interesse reduziu-se.

As diferentes concepções que tinham o grupo da Rede da Casa sobre os problemas ambientais, sobre a forma de se organizar, sobre ritmo que deveria seguir eram alguns problemas internos que tornaram-se pontos de estrangulamentos para uma ação realmente participativa. O projeto sempre buscou envolver os responsáveis pelas AFRs como atores fundamentais no processo. A idéia inicial era que as unidades experimentais, além de serem importantes ferramentas para demonstrar cientificamente que os métodos alternativos também podem ser eficazes para fins de validação legal, também pudessem servir para os agricultores/empreendedores perceberem a importância do meio ambiente e como as atividades que eles conduziam eram potenciais agentes poluidores. Era um meio de tentar conscientizá-los da importância do cuidado com as atividades que vinham desempenhando e a necessidade de serem tratadas de forma mais cuidadosa e, desse modo, melhorando as condições para que as atividades se tronassem mais sustentáveis ambientalmente. Desta forma, o problema ambiental deixa de parecer imposição e incorpora-se aos critérios de gestão do empreendimento.

Talvez a falta de conscientização pudesse ser levantada como algo importante, contudo, é necessário fazer uma indagação pertinente, pois será que ainda é necessário qualificação dos responsáveis pelas AFRs depois de tantos anos de cursos de formação e qualificação? Além de que a Rede da Casa é um grupo seleto de agroindústrias familiares que conseguiu se diferenciar das tantas outras que estavam em funcionamento desde o inicio do

programa de incentivos. Para Sulzbacher et al. (2008) seria ingênuo acreditar que os conflitos entre as concepções dos agricultores e dos peritos, que envolvem também a atuação dos diferentes atores sociais, poderão ser resolvidos num simples salto qualitativo ou quantitativo, seja através de uma enxurrada de cursos de qualificação, seja através de contínuos espaços de discussão. Parte-se agora para a necessidade de ações concretas e da atribuição de funções a cada ator social.

Outro ponto que envolve as questões macro-ambientais são as concepções políticas existentes na Quarta Colônia que independente de posições partidárias ou afins, emperram qualquer processo de desenvolvimento se não conduzirem ações conjuntas com os potenciais atores do desenvolvimento rural.

As reflexões dessa análise de experiência não terminam por aqui, pois aqui se relata uma interpretação dos agentes de extensão que participaram efetivamente do projeto, portanto, uma análise crítica unilateral, a qual poderia ser contraposta pelos demais atores envolvidos. O que procuramos demonstrar é que mudar a forma de agir em relação às questões ambientais não depende apenas da vontade expressa em um projeto universitário, mas de alterar toda uma cultura persistente de passividade e mobilização por interesses imediatos, presentes no universo de ação dos agricultores e extensionistas rurais.

Referências Bibliográficas

GENRO, Cícero J. M. et al. Conflitos na construção sócio-ambiental de políticas de desenvolvimento rural: O caso das Agroindústrias Familiares Rurais da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul – Brasil. **Anais...** IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER) Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008.

GUIMARÃES, Gisele M.; SILVEIRA, Paulo Roberto C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. IN.: **Anais...** VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza/Ceará, 2007.

SULZBACHER, Aline Weber et al. As diferentes percepções de risco ambiental: os conflitos entre a lógica do imperativo técnico e a lógica dos agricultores. **Anais...** In: IV Congresso Argentino e Latinoamericano de Antropologia Rural. Mar Del Plata, 2009.

OS IMPACTOS E A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO FLORESTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

FRANCO, José Gustavo de Oliveira[1]
ALMEIDA, Luciano de[2]

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

Nos últimos anos, após o surgimento de considerável contingente de normas voltadas à proteção do equilíbrio do meio ambiente, vêm se discutindo a problemática da aplicação de crescentes restrições da Legislação Ambiental, e principalmente da Legislação Florestal às atividades rurais e, em especial, aquelas desenvolvidas por pequenos agricultores familiares.

O presente artigo discute o impacto e a efetividade da legislação florestal brasileira no contexto da agricultura familiar, com base em estudo de caso realizado em três comunidades de agricultores familiares, situadas ao sul da Região Metropolitana de Curitiba. Neste escopo, por meio de pesquisa de campo, com o mapeamento em Sistema de Informações Geográficas - SIG de 98 imóveis de pequenos agricultores familiares, associado à aplicação de entrevistas/questionários e estudos elaborados anteriormente no local[3], procurou-se identificar os índices de observância da legislação florestal e quais as repercussões da mesma, se aplicada fosse, bem como identificar os motivos que levam ao seu cumprimento ou não.[4]

Legislação Florestal e a Agricultura Familiar

A legislação florestal brasileira, em seu histórico de formação, reflete mudanças de concepção quanto à questão ambiental pelas quais a sociedade vem atravessando. As diversas restrições de uso do solo mostram que o antigo processo de ocupação e conversão de áreas de mata para cultivo, antes visto como sinônimo de progresso, geração de riquezas e benefício social, passou a ser visto como sinal de destruição da natureza.

---

[1] Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. jgofranco@gmail.com
[2] Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Professor da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Departamento de Economia Rural e Extensão. lucianoalmeida@ufpr.br
[3] Corona (2006), Dias (2006), C. Souza (2006), O. Souza (2006) e Queiroga (2006).
[4] Os estudos de campo foram realizados em conjunto com Karla Hora, Douglas Roesler e Paulo Mayer. Foram analisados 98 Imóveis pertencentes a 82 agricultores familiares, situados: 43 na Comunidade de Santo Amaro I, Município de Mandirituba- PR; 27 na Comunidade de Postinho, situada em Tijucas do Sul - PR; e 28 na Comunidade de Mergulhão, Município de São José dos Pinhais - PR.

Neste processo, a partir dos anos 1970 e em especial na década de 1980, aumentaram em muito as regras de regulamentação de uso e proteção florestal, restringindo consideravelmente usos antes comuns. A ampliação de áreas antes previstas como protegidas, como as Áreas de Preservação Permanente – APP's, situadas ao longo dos cursos d'água, no entorno de nascentes, em topos de morros, montes ou áreas de maior declividade, passam a conflitar com usos já consolidados e, mesmo, a impedir novos. A título de exemplo, entre 1965 e 1986 o Código Florestal (Lei. 4.771/65) estabelecia como APP para cursos d'água de até dez metros de largura uma faixa de cinco metros para cada lado das suas margens. Em 1986 passa-se a exigir uma faixa de trinta metros a partir de suas margens, e em 1989, cada nascente passa a contar com a restrição de uso de um raio de cinquenta metros. Ao mesmo tempo, os agricultores devem manter áreas de reserva florestal, ou "Reserva Legal - RL", correspondente a 20% das propriedades na região do estudo, sendo aquelas obrigatoriamente compostas por vegetação nativa.

Destaca-se que o principal aspecto inserido na proteção florestal diz respeito à proteção da biodiversidade abrigada pelas florestas tropicais úmidas. Neste viés, também os remanescentes florestais passaram a gozar de proteção jurídica, especialmente em ecossistemas mais ameaçados e significativos, como é o caso da Mata Atlântica, cuja relevância é reconhecida pela própria Constituição Federal de 1988. Nas décadas seguintes, teriam inclusive a sua possibilidade de supressão praticamente vedada e seu uso em muito restrito.

Ao mesmo tempo, apesar destas diversas restrições e do aumento da legislação protetora a realidade aponta no sentido de um aumento na devastação e da perda de áreas florestais. Inobservância de exigências como as citadas APP's e RL's, poluição e assoreamento dos rios estão constantemente presentes nos noticiários. Evidencia-se que a simples existência da legislação não é suficiente para impedir o avanço do desmatamento, a perda dos remanescentes florestais e garantir a observância das restrições inerentes às áreas protegidas. A fiscalização no modelo tradicional não é suficiente para aplicar a legislação e torná-la efetiva.

Neste contexto, as normas legais, necessariamente genéricas, acabam por prever grandes restrições aplicáveis às mais diversas situações concretas, muitas vezes na dependência das interpretações dos seus diversos operadores e aplicadores, sob a certeza de que grande parte não seria efetivamente cumprida.

De outro lado, encontra-se em curso outra realidade: a da luta de pequenos agricultores e suas famílias, para garantir a sobrevivência, a autonomia, a dignidade e, mesmo, sua permanência

no meio rural. Trata-se de um rural marcado por uma série de conflitos que emanam nas disputas por terras, na exclusão e no êxodo gerados no processo de modernização da agricultura, ou nas condições seletivas e excludentes de adequação ao mercado.

Este mesmo rural é agora também marcado pelas restrições e exigências de ordem ambiental que, em geral, foram pensadas no seio de uma sociedade urbanizada, em relação às grandes propriedades do agronegócio e ao modelo convencional de agricultura, mas que também incidem sobre o pequeno agricultor familiar.

Estas percepções e antagonismos também se refletem sobre a legislação florestal. Sua interpretação e aplicação pelos diversos atores envolvidos, que somadas a algumas concepções científicas com viés preservacionista tendem a pensar todos os remanescentes florestais, presentes neste rural, como áreas intocáveis, destinadas a manter o que restou dos ecossistemas florestais e sua biodiversidade.

O grande problema aí presente decorre do fato de que, não raro, são os agricultores familiares, em muitos casos já fadados a ocupar as áreas relegadas pelo mercado, os que acabam sendo direta, e mais significativamente, atingidos pelas restrições geradas pela legislação florestal. (SONDA et al., 2006) [5]

Evidencia-se, aqui, um problema de ordem socioambiental, no qual duas variáveis de significativa importância para a sociedade encontram-se em jogo. Representam verdadeiro choque entre direitos humanos fundamentais, demandando análises que auxiliem na compreensão do mesmo, e identificação de eventuais caminhos para minimizar os conflitos daí decorrentes.

Esses conflitos agravam-se sobremaneira no atual momento, em que normas jurídicas que penalizam pesadamente, administrativa e penalmente, a inobservância da legislação ambiental e florestal associam-se a novas tecnologias disponíveis, que permitem a fiscalização remota de grande parte de seus dispositivos. Trata-se aqui dos chamados Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) que, utilizados em conjunto com imagens aéreas ou de satélite de alta resolução, permitem identificar o descumprimento das determinações legais e demarcar com precisão as áreas legalmente protegidas. Isto, porque boa parte dos instrumentos da Legislação Florestal pode ser demarcada espacialmente, tais como os remanescentes de Mata Atlântica, as Reservas Legais e as APP's, estas associadas a características geomorfológicas e hidrográficas,

[5] Também identificaram conflito entre os interesses dos agricultores e a legislação ambiental os trabalhos de Brandenburg et AL (2004), Corona (2006), Dias (2006), C. Souza (2006), O. Souza (2006) e Queiroga (2006).

mediante as quais se pode identificar tanto seus limites quanto a observância das restrições legais. Tais mecanismos, conjuntamente com o gradativo georeferenciamento dos imóveis rurais no território nacional, determinado pela Lei 10.267/01, possibilitará em alguns anos verificar com precisão a adequação de cada propriedade às exigências legais.[6]É neste cenário, que este artigo apresenta alguns resultados parciais obtidos durante a pesquisa.

Resultados do Estudo de Caso

O sistema jurídico ambiental brasileiro busca conciliar o desenvolvimento humano e social, ao equilíbrio ecológico – dinâmico – do meio ambiente, dando especial ênfase aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, alterou drasticamente o clássico conceito de desenvolvimento, antes focado no aspecto econômico, e passou a focar-se nos aspectos da justiça social e da sustentabilidade ambiental, em que tais variáveis ganham prevalência, condicionando inclusive o exercício de direitos individuais no conceito de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável.

Em uma leitura integrada dos artigos 1º, 3º, 5º, 170, 186, 193, 216 e 225 da Constituição Federal, denota-se que o modelo de proteção, bem como o conceito de meio ambiente adotado não se restringe à proteção de recursos naturais e seus ecossistemas, dissociados dos sistemas sociais nele inseridos, mas sim considerados em conjunto.

Em paralelo a esta mudança de enfoque Constitucional, a legislação florestal, em seu processo de evolução, modernizou-se e incorporou diversas funções ambientais em suas previsões, em especial a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade. Mas também adotou o viés socioambiental, incorporando uma série de flexibilizações para populações socialmente vulneráveis, tais como as populações tradicionais e os agricultores familiares. Determinou, inclusive, ao Poder Público o dever de prestar assistência técnica e informações a estes. Neste contexto, mesmo o regime jurídico de preservação das APP's cede à possibilidade de usos sustentáveis, como o uso agroflorestal, diante do interesse social. Sobressaem, entretanto, a grande quantidade e a complexidade das determinações e exigências decorrentes da legislação florestal, implicando, de um lado em difícil conhecimento integral e acesso à lei; e, de outro, em conflitos de interpretação.

[6] No Estado do Paraná existe ainda o SISLEG, sistema de recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente, criado por decreto que exige o mapeamento de ambas e averbação da reserva legal quando da realização de qualquer pedido de licença ambiental junto ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

Ocorre que, quando do levantamento da observância da legislação em relação às APP's e RL's, observou-se um baixo nível de efetividade, especialmente nas pequenas propriedades ou posses familiares mapeadas. Neste sentido, os resultados obtidos apontam uma média de 54,74% das APP's sem cobertura florestal nas comunidades e 70,4% no interior dos imóveis familiares, sendo que 92% dos imóveis que possuem APP's apresentam irregularidades de uso e ocupação. Já com relação às RL's, apenas 36% das pequenas propriedades, ou posses, possuem atualmente cobertura florestal superior a 20% de suas áreas. Tais dados evidenciam também maior pressão sobre as florestas e sobre a demanda de uso do solo na propriedade familiar, quando comparadas às demais áreas das comunidades, refletindo em piores índices de observância da legislação florestal. Tal diferença está vinculada à necessidade de uso da terra e à pequena área dos imóveis familiares.

De outro lado, as entrevistas de campo, associadas à pesquisas anteriores, apontam no sentido de que a atuação exclusivamente restritiva, repressiva e fiscalizatória do Poder Público na aplicação e na interpretação da legislação florestal não apresenta resultados satisfatórios para sua observância e, por vezes, acarreta mesmo efeitos "colaterais". Evidencia-se ainda que, além desta atuação, a efetividade está fortemente vinculada às dinâmicas locais.

Diante desta postura restritiva e repressiva do Poder Público, as práticas voltadas a impedir a regeneração de florestas nativas e mesmo substituí-las por exóticas, sobressaem entre os agricultores, visando especificamente evitar a perda de áreas e possibilitar o uso de matéria-prima florestal. Tal reação, aliás, já foi relatada em outras situações em relação à Araucária, ou Pinheiro do Paraná, diante da severa proibição de corte. (NEUMANN, 2006) Também aparece nos relatos de entrevistas, realizadas nas comunidades, transcritas por Corona (2006, p. 190), em trechos tais como: "...Pinheiro, eu acho lá no meu pasto eu corto eles quando ta pequeno, porque depois fica grande vai me incomodar, eu não posso derrubar ele".

Neste sentido, a atuação do Poder Público focada nas potencialidades e nas possibilidades de uso das florestas, APP's e RL's, com enfoque pró-ativo, voltado a *como fazer*, traria resultados mais efetivos e adequados ao proposto pelo sistema jurídico ambiental. Tal afirmação se deve às evidências de que a possibilidade de uso dos recursos florestais e a percepção de sua utilidade direta contribuem para a manutenção da floresta. Identificou-se também, em campo, que exemplos "bem sucedidos" tendem a influenciar na mudança das práticas dos agricultores. Em contrapartida, a idéia de restrição tende, de fato, à sua supressão/eliminação.

As práticas autorizadas pela legislação em APP's e mesmo RL's, como agroflorestas e manejo, são desconhecidas pelos agricultores familiares, e demandam conhecimentos técnicos específicos não dominados por estes, e não disponibilizados pelo Poder Público.

Neste viés, a simples proibição ou repressão aos usos das áreas florestais retira destas qualquer finalidade e funcionalidade ao sistema produtivo do estabelecimento, reduzindo suas chances de manutenção, caso a fiscalização não dê conta de protegê-las.

Já, quando enfocada a análise da legislação florestal sob o aspecto dos impactos socioeconômicos, decorrentes das restrições de usos impostas às pequenas propriedades ou posses familiares, se implementada integralmente, sobressaem outras questões preocupantes.

Tal afirmação decorre do significativo percentual de restrição de áreas aos usos convencionais atingindo, em média, cerca de 42,5% das áreas dos imóveis mapeados na pesquisa, quando consideradas a soma das APP's, RL's e Remanescentes Florestais. E mais, em todas as comunidades alguns imóveis restaram absolutamente inviabilizados ao uso, se interpretada a lei de forma "rígida", com enfoque restritivo, principalmente em relação às APP's. Seriam também bastante significativos os impactos decorrentes da necessidade de remoção de infra-estrutura e edificações, situadas em APP's – cerca de 177 nas comunidades e 80 nas pequenas propriedades, grande parte residências, granjas, estufas etc. – cujos custos e impactos seriam insustentáveis à maioria dos agricultores, além de em alguns casos implicar a perda de fontes de renda. Em diversas situações, a aplicação da letra da lei de forma coercitiva acarretaria a restrição de Direitos Fundamentais dos Agricultores Familiares, como moradia, trabalho, sustento e dignidade.

Já sob o aspecto ambiental, os impactos e efeitos da aplicação integral da legislação florestal, especialmente das APP's, também seriam consideráveis, uma vez que tenderiam a proteger os cursos d'água atualmente expostos, bem como a conectividade da grande maioria dos fragmentos florestais remanescentes. Cabe ressaltar que certas situações físico-ambientais, como a presença de várzeas e campos nativos, reduzem naturalmente a conectividade, afastando esta função ambiental das APP's.

Análises e considerações

Diante de tais resultados, verifica-se que o estudo de caso, sob enfoque interdisciplinar, permitiu identificar a importância da Legislação Florestal, e seus instrumentos, para a

manutenção da vida, em todas as suas formas, e para a qualidade de vida, diante das funções ambientais desempenhadas pelas florestas, mas também, a complexidade de sua aplicação e interpretação na prática. Permitiu ainda, inferir que características do ambiente local, como solos, declividade, cobertura florestal, associados aos usos, influenciam na efetividade ambiental (e não de observância) dos dispositivos legais. Diante disso, verifica-se que outras variáveis físico-ambientais, sempre vinculadas às sociais, em eventual reforma legislativa, poderiam ser incorporadas à legislação, criando novos instrumentos para compatibilizar usos sustentáveis com demandas sociais. Possibilitaria-se assim, aprimorar a norma sem afetar a qualidade ambiental.

Portanto, uma vez identificados e ilustrados alguns dos impactos e efeitos socioeconômicos e ambientais da aplicação da legislação florestal na realidade das comunidades de Santo Amaro I, Postinho e Mergulhão, cabe questionar: Qual o balanço para se atingir a efetividade da lei no contexto do sistema jurídico socioambiental?

Evidencia-se, que a aplicação deste modelo, por meio da simples coerção legal, acarretaria, especialmente em relação aos agricultores “menos capitalizados”, resultados extremamente injustos em termos socioambientais e mesmo éticos, especialmente em relação àqueles que mantiveram maiores áreas florestais e seriam mais penalizados diante da impossibilidade de fazê-lo diante da legislação atual. A necessidade da remoção de edificações, a redução de rendas ou empregos seria, em muitos casos, insustentável para os agricultores. Também pelo fato de que aqueles que dispõem de menos áreas e os socialmente mais vulneráveis teriam grandes dificuldades em se adaptar. De outro lado, a pressão pela “limpeza” das áreas fora de APP’s, ou o aterramento/canalização de cursos d’água e nascentes, sem dúvida, aumentaria, tal qual verificado em relação ao pinheiro Araucária. Certamente, não são estes o objetivo e o espírito da Lei Florestal, uma vez que vários são os dispositivos que buscam flexibilizar as exigências legais para a agricultura familiar, na figura da pequena propriedade ou posse rural familiar.

Os dados apontam também que, em geral, os problemas não decorrem da necessidade de recuperar a Reserva Legal, mas sim da implementação das APP’s e eventualmente da impossibilidade de conversão de áreas florestadas para áreas de cultivo. Mas, como observado na pesquisa, recuperar uma área e autorizar a supressão de um remanescente com vários anos, que guarda exemplares de flora e fauna nativos e pode funcionar como “banco genético” para a região, não parece a opção mais recomendável.

O conflito aqui posto é inquietante, pois, de um lado estão a garantia da qualidade ambiental, a proteção das águas, a manutenção da biodiversidade de remanescentes florestais; e, de outro, a necessidade de famílias continuarem a viver e a trabalhar em suas terras, em sua condição de agricultores, com seu modo de ser, criar, fazer e viver, constitucionalmente garantido. Em outras palavras, um aparente conflito entre o direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à habitação, ao trabalho, ao uso da terra, à cultura e à dignidade da pessoa humana dos agricultores familiares, todos tidos como fundamentais. Em face deste dilema, algumas considerações em relação à efetividade da Legislação Florestal e da busca pelo equilíbrio entre as variáveis sociais e ambientais devem ser pontuadas e ponderadas.

Diante da garantia dos direitos fundamentais, da pressão sobre as áreas florestais identificada nas pequenas propriedades familiares, e também do fenômeno do fracionamento destas entre as novas gerações, pode-se inferir que uma política agrária, que permitisse o acesso a terra para estes agricultores, e seus filhos, aumentaria a efetividade da legislação florestal, reduzindo seu impacto social e potencializando os efeitos ambientais.

Considerando que a legislação florestal não traz apenas determinações e restrições aos agricultores, mas também ao Poder Público, determinando seu apoio ao pequeno proprietário ou possuidor rural familiar, para a efetividade da lei, inequivocamente, cabe ao Estado uma atuação pró-ativa que possa conjugar programas que gerem outras fontes de renda, que apresentem e incentivem outras formas de uso adequados às condições, limites e potencialidades ambientais locais, e que garantam acesso à terra aos que nela trabalham e pretendem ali continuar. Nestas o incentivo e capacitação a práticas agroflorestais, à formação de cooperativas locais, a aquisição de produtos não-madeiráveis provenientes de atividades florestais, a criação de bolsas florestais ou pagamentos por serviços ambientais apresentam-se como alternativas. A indução de práticas adequadas à legislação florestal pode ser realizada por meio da implantação de projetos piloto, que demonstrem a viabilidade e o retorno socioeconômico, uma vez que, como visto, as experiências "bem sucedidas" tendem a influenciar na adoção de práticas/modelos semelhantes pelos agricultores.

É possível ainda observar que a análise de casos individuais, e seus impactos ambientais, somente são passíveis quando considerado o contexto mais amplo das características ambientais e mesmo de uso e ocupação de cada região. Assim, análises voltadas à ponderação entre as variáveis, não são viáveis se focadas no caso isolado, em apenas um imóvel por exemplo, uma vez que este compõe o ambiente em conjunto com outros que terão de ser considerados com os

mesmos critérios, se em condições socioambientais equivalentes. Isso significa dizer que, a bacia hidrográfica, o ecossistema florestal local, as condições socioeconômicas individuais, comunitárias e locais, as fragilidades e potencialidades ambientais deverão servir de base para o confronto com o uso e ocupação local para que se possa buscar de forma ponderada um equilíbrio destas variáveis, e conseqüentemente a opção mais adequada à garantia da efetividade socioambiental da Legislação Florestal, buscando a construção de paisagens sustentáveis. As políticas públicas e programas destinados a garantir a qualidade ambiental e a estabilidade social devem pautar-se por ambas as variáveis considerando a intersecção espacial das mesmas, e assim viabilizar um desenvolvimento socioambientalmente sustentável.

Conclusões

Nestes termos, vislumbra-se que a legislação florestal em estudo apresenta efetividade se for adequada e ponderadamente aplicada, observando tanto restrições como determinações para todos os atores envolvidos, comportando, entretanto, espaço para seu aprimoramento com a inclusão de novos mecanismos e variáveis até então, por esta, ignoradas.

Verifica-se que a atribuição de uma finalidade ou "valor" para os remanescentes florestais apresenta-se como fator importante na manutenção dos mesmos, por outro lado às contrapartidas financeiras, em alguns casos, figuram como indispensáveis em relação à própria manutenção do estabelecimento rural.

A efetividade socioambiental da Legislação Florestal Brasileira depende de Políticas Públicas e da implementação de programas que dêem suporte técnico e financeiro à adequação das pequenas propriedades familiares às exigências legais, associadas a novas fontes de renda, indispensáveis para repor as perdas decorrentes da redução de áreas disponíveis para a produção, e compensar os benefícios ambientais para a sociedade, daí decorrentes.

Conclui-se que, para que se possa ampliar a efetividade ambiental da legislação florestal e reduzir os impactos sociais desta decorrentes, é indispensável a indução de novas práticas e atividades alternativas compatíveis nas áreas protegidas, contrapartidas financeiras pelos *serviços ambientais* prestados, além do acesso a terra, visando acabar com a dualidade preservacionista, passando a uma perspectiva conservacionista do problema, que integre o desenvolvimento e a proteção ambiental.

Portanto, o grande desafio para o Direito Socioambiental reside em construir e aplicar normas que possam conciliar a preservação da qualidade ambiental com a justiça e desenvolvimento social e econômico. Ou seja, buscar e permitir o Desenvolvimento Humano Sustentável, pois, pode-se afirmar, utilizando-se das palavras de Souza Filho (2003, p. 15), que "o direito coletivo ao meio ambiente sadio engloba o direito a não passar fome, a não sofrer miséria, poder viver em paz".

Referências

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Dimensões socioambientais de rural contemporâneo. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente – Revista Interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento: Desafios e avanços do ensino e da pesquisa**, n. 10, Ed. UFPR, 2004, p. 119-125.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

DIAS, Janise Bruno. **A dimensão dos sistemas naturais na (re)produção dos sistemas agrícolas da agricultura familar: análise da paisagem de três comunidades rurais na região metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul**). Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

NEUMANN, Pedro Selvino. Os efeitos contraditórios da legislação ambiental sobre as práticas agrícolas dos agricultores familiares. **Revista de Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, nov. 2006, p. 361-364. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia /ojs/viewarticle. php?id=95&layout=abstract>. Acesso em: 23 fev. 2007.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de; CHAVEZ, Fátima Almada. Justiça social e desenvolvimento sustentável. In: **Revista Brasileira de Agroecologia – Resumos do I Congresso Brasileiro de Agroecologia**, n. 1, v. 1, nov. 2006. p. 631-634. Disponível em:<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/ include/getdoc.php?id= 1326&article=159& mode=pdf>. Acessado em: 13 mar. 2007.

QUEIROGA, Joel Leandro. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários da RMC: Estudos de caso de comunidades de agricultores familiares.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SONDA, Claudia; KUNIYOSHI, Yoshito Saito; GALVÃO, Franklin. Comunidades rurais tradicionais e utilização dos recursos vegetais silvestres: um estudo de caso na APA Estadual de Guaratuba. In: **Unidades de Conservação: Ações para valorização da biodiversidade**.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **A função social da terra.** Porto Alegre: Fabris, 2003.

SOUZA, Cimone Rozendo de. **Políticas Ambientais e Agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba e a Recomposição dos Espaços Rurais.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SOUZA, Osmar Tomaz. **Políticas Públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos em comunidades rurais da Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

OS PESCADORES ARTESANAIS DE OLD PROVIDENCE E SANTA CATALINA ISLANDS: UMA APROXIMAÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE SERES HUMANOS E ECOSSISTEMAS

Ana Isabel Márquez Pérez*

[1]Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA, UFRRJ. Bolsista da CAPES/CNPq – IEL – E-mail: anaisa54@gmail.com

GT06: Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

O escrito contribui ao debate sobre a disputa entre diferentes atores pela apropriação dos recursos naturais numa Reserva da Biosfera da UNESCO assim como à discussão sobre os conflitos entre produção e conservação numa comunidade de pescadores agricultores tradicionais.

Os Pescadores Artesanais de Old Providence e Santa Catalina Islands: Uma aproximação ao estudo das relações entre seres humanos e ecossistemas

Localizado no Mar Caribe, a mais de 700 quilômetros de Cartagena e 200 da costa da América Central, o Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina está constituído por três ilhas povoadas e diferentes conjuntos de ilhotas e bancos desabitados. Todo isto conforma perto de 250.000 km² de águas territoriais, das quais "70 km² são ilhas e 5000 m² são águas pouco profundas sobre plataformas de ilhas e ilhotas, com arrecifes ricos em pesca e biodiversidade; o resto são águas oceânicas menos produtivas" (Márquez, Pérez e Toro, 1994; 11).

As ilhas de Providencia e Santa Catalina estão comunicadas por uma ponte pedestre. Situam-se a mais de 50 milhas náuticas de San Andrés e devido a sua origem vulcânica são montanhosas. As rodeia uma plataforma coralina de 100 km², o maior complexo recifal oceânico do Caribe, que proporciona abundantes recursos e constitui uma das principais bases econômicas para seus habitantes. Por otra parte, a porção terrestre estaba coberta por floresta seca, hoje bastante transformada. Com uma população de aproximadamente 5000 habitantes, as principais fontes de ingresso são a pesca, o turismo, atividades agropecuárias e o emprego

*Bolsista da CAPES/CNPq – IEL – NACIONAL - BRASIL

com o Estado (Márquez, Pérez e Toro, 1994: 18).

Na atualidade a maioria da população é nativa, afrocaribenhos descendentes da população escravizada que habitou as ilhas durante a época colonial, de livres que depois da abolição tanto no Caribe inglês como na Colômbia, chegaram em migrações desde diferentes ilhas das Antilhas, de europeus de diversas origens y, em menor medida, de asiáticos. Suas tradições são uma mistura entre o africano e o europeu, assim como sua língua, denominada creole, uma língua crioula de base inglesa, com aportes de diversas línguas de África Ocidental e recentemente com influência do espanhol (Dittman, 1992).

Por sua parte, a situação de San Andrés é muito distinta se bem está em relação direta com a realidade providenciana. Hoje com uma das maiores densidades de população do Caribe (Vollmer, 1992: 127), a ilha está habitada por uma grande quantidade de continentais, sobretudo colombianos e sírio-libaneses. Em palavras de Márquez (1992: 31), as conseqüências da superpopulação são "o maior problema ambiental atual em San Andrés (...) a situação é mais grave si se considera os recursos limitados de água e espaço com os quais se conta no restringido médio insular". O porto livre declarado em 1953 y, mais tarde, a indústria hoteleira, geraram uma urbanização sem controle e "um crescimento sem planificação e dentro de esquemas que no se acomodam ás realidades locais" (Márquez, 1992: 36).

Com respeito aos ecossistemas, para 1992, Márquez e Pérez indicavam que "a plataforma submarina e as estruturas coralinas se encontram em bom estado em todo o Arquipélago; sem embargo, há evidências da intervenção humana (...) Ali [San Andrés] e em Providencia é crescente a escassez de peixes de bom tamanho e a influência de sedimentos originados por erosão nas ilhas; este último fator implica grave risco para a subsistência do coral" (Márquez e Pérez, 1992: 17). Assim mesmo, estes autores consideram que "três mecanismos induzidos pelo

homem se combinam para causar o deterioro do recurso pesqueiro nas ilhas: deterioro de hábitats
coralinos, sobrepesca e deslocamento do equilibro ecológico com alternação de redes tróficas"
(Márquez e Pérez, 1992:18).

Pese ao anterior, não é possível ignorar que nos últimos tempos, alguns setores da população de Providencia têm tomado consciência da necessidade de cuidar aquilo que garante seu sustento.

Isto tem sido uma árdua tarefa que sem embargo tem logrado alguns frutos. Si no tivesse sido assim, Providencia provavelmente tivesse corrido a mesma sorte que San Andrés, pero a luta por evitar-lo até agora tem sido ganhada, ainda que com grandes dificuldades. É de ressaltar que no ano 2001, o Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina foi declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO, segundo á proposta que fizeram alguns membros da sociedade civil e a Academia desde Providencia. Isto constitui um grande logro a favor da conservação e proteção das ilhas e seus habitantes, se bem o caminho que resta por recorrer é longe.

Resultados e Análise

Os pescadores das ilhas de Old Providence e Santa Catalina apresentam rasgos culturais comuns aos de outras comunidades de pescadores artesanais em ecossistemas de recifes de coral ao redor do mundo e especialmente não Caribe. não obstante o qual apresentam também características modeladas por seu ecossistema particular e por os contextos históricos, políticos e econômicos nos quais têm se desenvolvido. A pesquisa etnográfica permitiu identificar diferentes práticas, técnicas, artes, conhecimentos, saberes e manejos.

A idéia desta pesquisa foi estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, que permitisse realizar uma leitura das relações entre os seres humanos e os ecossistemas. Os dados coletados permitiram-me gerar uma aproximação aos pescadores artesanais de ontem e de hoje, em Old Providence e Santa Catalina, de suas relações com o ecossistema, de seus conhecimentos e de sua relação com o deterioro ambiental.

Houve um tempo, há já mais de meio século, quando a pesca em Providencia era sustentável, isto é, era uma atividade que gerava bem-estar e satisfazia as necessidades das pessoas sem danar o ecossistema não qual se levava a cabo. Naquele então as coisas eram diferentes as de agora, tão diferentes que os jovens de hoje só podem sabê-lo por seus avôs e

cada vez lembram-no menos.

Aproximadamente até 1950, não existia ninguém que comprasse ou vendesse, não somente pescado senão também o que os providencianos chamam breadkind, os frutos da terra. Uma grande quantidade da população masculina pescava, e o fazia para a casa, a família e os amigos. Pero, além disso, as pessoas tinham seus cultivos nos quais crescia o necessário para complementar um prato de comida. A ilha provia o resto, sem necessidade de semear, com suas árvores frutais.

Naquele tempo o mar era um enorme recipiente, cheio de pescado, donde cada quem pegava o necessário para comer, e quatro séculos de história não haviam esgotado. A final de contas não se podia sacar muito. Há oitenta, setenta, sessenta, cinqüenta anos, antes que o pescado se volvesse negócio, fonte de dinheiro, antes que o dinheiro se volvesse comum, sacar muito pescado era um problema. Providencia e Santa Catalina não tinham eletricidade, o qual não permitia o uso de geladeiras elétricas. Salgar e afumar pescado eram os modos de conservar, o qual requeria tempo assim que era melhor tirar só o suficiente. E o suficiente conseguia-se em pouco tempo e sem problemas. Não havia que ir o nge porque o mar estava cheio de peixes, caracóis o lagostas, e de todos modos, também não era conveniente porque as embarcações de então não estavam desenhadas para isso.

Durante quatro séculos, não existe evidência de que a pesca providenciana fosse levada até os limites da sobrepesca. Pero na metade do século XX aconteceu algo que alteraria a vida da ilha para sempre. Na vizinha San Andrés foi declarado o porto livre em 1953 e a migração massiva em direção a esta começou; se Providencia tinha sido historicamente a despensa de San Andrés (Wilson, 1973), no momento em que a demanda interna gerada pela população em aumento de esta última diminuiu drasticamente os recursos marinos próprios, um grande peso recaiu sobre a primeira.

"Providence is gaan, is not like before, Providence is gaan, gaan" repite um velho pescador referindo-se a outros tempos. Providencia está ida. Nada é como antes, quando os barcos da América Central vinham e partiam carregados de laranjas e gungu (Cajanus cajan), quando ás ilhotas estavam cheias de peixes, quando vinham as tartarugas hawksbill (Eretmochelys imbricata) e o ggerhead (Caretta caretta) em grandes quantidades e eles as caçavam e as comiam, quando um pescador só tinha que sair por Southwest Bay e dar um passeio no catboat para procurar mais pescados dos que necessitava.

Ele não é o único que diz isso, todos coincidem. "Things hard now, you know? Things not like before. Them days better"[1]. E isso também dizem os diagnósticos, tais como o

[1] "As coisas estão difíceis agora, ¿sabe? As cosas já não são como antes. Aqueles dias eram melhores" (A tradução é minha)

Diagnóstico Ambiental de San Andrés e Providencia (Márquez, 1992), a Avaliação sobre o Caracol Pala de Ospina et al. (1996?), ou o Diagnóstico sobre a Atividade Pesqueira da Secretaria de Fomento Agropecuário, Pesca e Meio Ambiente (1999): o ecossistema marino providenciano se há deteriorado progressivamente nos últimos anos, devido sobretudo á ação humana que, combinada com a fragilidade própria do ecossistema de recife, tem tido um efeito nocivo; há redução de espécies, de talhas; há empobrecimento e deterioro da qualidade de vida da população o cal.

De maneira que, em efeito, ha existido um cambio ambiental que a gente percebe e ressente. Pero ¿qual ha sido a relação entre este cambio e a gente? Não é só que as pessoas geraram câmbios, sino que estas a sua vez também têm cambiado. Infelizmente, estas relações não são siempre evidentes, em especial para quienes se ven afectados de manera directa.

Antes do Porto Livre a gente não estava em condições de sacar demasiado: não tinha motores, não tinha equipes de mergulho, não tinha geladeiras nem congeladores. Além disso, havia muitos recursos marinhos, de fato, havia tantos, que motores e equipe não eram necessários; ao final de contas, os caracóis estavam ao alcance do mano, as lagostas de conseguiam entre as rocas da costa, os peixes picavam com só lançar a linha. Sem ninguém para comer-os, não havia razão para tirar mais do necessário. Não é possível afirmar que o conhecimento tradicional deu as ferramentas para um manejo adequado do ecossistema, pero sim que as condições da comunidade providenciana fizeram possível a conservação do mesmo durante um o ngo tempo.

Foi então que apareceu o Porto Livre e a conseguinte demanda de produtos, e sem embargo, o cambio foi gradual. Foi tão gradual que possivelmente as pessoas não notaram quando as coisas mudaram tanto. De repente havia motores, equipes de mergulho, arpões, eletricidade. Ao princípio da cadeia de inovações deveu haver tantos recursos marinhos como sempre, com a diferença que agora sim existia o modo de extraí-los, quem os comprara e uma necessidade cada vez maior de ganhar dinheiro.

A demanda de produtos marinhos apareceu desde San Andrés e se incrementou gradualmente. Ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas para pescar começaram a chegar, assim como os televisores, os rádios, os alimentos enlatados, provenientes dos Estados Unidos e do continente colombiano. Se bem antes o dinheiro circulava em pequenas quantidades, só depois de 1950 converteu-se na base da economia. Assim, quase sem notá-lo, Providencia entrou na economia capitalista. E o mar, que até então tinha sido provedor de comida se converteu em provedor de dinheiro.

Dadas as condições de abundância do ecossistema, os pescadores obtiveram num

princípio grandes benefícios. Pero já não se tratava de conseguir o necessário sino de extrair o máximo possível. O mais provável é que ninguém pensou que os recursos podiam reduzir-se. ¿Como pode terminar-se algo que sempre esteve ali? Pero aconteceu. Ninguém entre os pescadores lembra com certeza quando.

Infelizmente, os estudos sobre as populações marinhas no Arquipélago têm sido esporádicos e sua profundidade temporal é curta, pelo qual é muito difícil comparar a informação mais antiga reportada por os pescadores com pesquisas científicas. Sem embargo, pesquisas como as indicadas anteriormente e algumas mais recentes como Buitrago (2004) reportam o deterioro evidente do ecossistema e a diminuição de populações tais como caracol pala (Strombus gigas), lagosta espinosa (Palinurus argus) e alguns peixes principalmente carnívoros como pargos e meros.

Com a incorporação de Providencia à economia monetaria, a pesca artesanal sofreu um processo de especialização, descrita por a antropóloga Zandra Pedraza em 1984. Ela o indicou como o principal câmbio que tinha sofrido a pesca providenciana e como um resultado da demanda exercida por San Andrés. Hoje isto é ainda uma realidade, ao qual deve adicionar-se que o processo de especialização é mais profundo, se se considera que a demanda interna é maior, devido ao incremento do turismo e a que uma parte importante da população depende de este.

Se para inícios de 1980 havia uma população grande de pescadores artesanais exclusivos, na atualidade esta população é ainda maior. Além disso, como resultado da recessão econômica do país e suas múltiples conseqüências, muitas pessoas optaram e ainda optam pelo ofício de pescador, o qual ainda que já não seja tão rentável, ao menos significa uma entrada de alimentos e algo de dinheiro.

Em seu momento, a especialização da pesca, somada a outros fatores, como a aparição dos empregos estatais, implicou a sua vez o abandono da agricultura, que até esse momento era o complemento fundamental da pesca. Cabe anotar, sem embargo, que ainda que o processo de abandono da agricultura persista hoje, nos últimos tempos adquiriu um novo matiz, já que a crise econômica levou a algumas pessoas a volver às atividades agrícolas. Infelizmente, ser pescador já não é tão rentável.

A especialização da pesca determinou um incremento cada vez maior da pressão sobre o ecossistema, especialmente sobre algumas espécies, se bem a sobrepesca recente aumentou o número de espécies aproveitadas, assim como a necessidade de elevar a eficiência das artes, tecnologias e práticas, para aumentar os benefícios. Assim chegaram os motores, os arpões, os tanques de mergulho, as embarcações de fibra de vidro, a pesca de fundo com múltiples

anzóis, as geladeiras; assim se abandonaram as velas e os remos, o water glass (caixa de vidro utilizada para olhar o fundo), o corned e roast fish (peixe salgado ou defumado), entre outros.

E por suposto, o deterioro do ecossistema teve suas conseqüências. A coleta de lagostas no litoral rochoso não se abandonou porque aparecesse uma maneira mais eficiente, senão porque não houve mais lagostas. Os mergulhadores de apnéia viram-se obrigados a ir cada vez mais profundo, porque os caracóis desapareceram das zonas costeiras e pouco profundas. Os dias trabalhando tornaram-se cada vez mais longos porque os peixes já não eram tão abundantes, e o que antes se conseguia em poucas horas precisou agora de todo um dia o de toda uma noite. As distâncias aumentaram porque as espécies nas cercanias foram as primeiras em ser pescadas e terminaram por ser escassas quando não desapareceram por completo.

Do mesmo modo que a introdução de inovações implicou mais pressão no médio, esta gerou câmbios negativos que tiveram que ser afrontados pelos pescadores em busca de seu sustento mediante inovações e câmbios nas práticas que permitiram continuar a extração, pero que o que fizeram foi aprofundar cada vez mais no deterioro. A espiral de câmbios criou-se, e ainda não para. O ecossistema marino providenciano não tem alcançado ainda um limite irreversível, porque o recife conserva condições adequadas e não todos os recursos estão esgotados, pero este limite não está longe, e a pressão sobre o médio por parte dos pescadores ainda existe. A escassez crescente resultado desta pressão segue determinando, por sua parte, as práticas pesqueiras de os que buscam obter os médios econômicos para subsistir.

Aliás, as razões que as pessoas dão para explicar a diminuição dos recursos são diversas e com freqüência pouco têm que ver com as explicações dos livros, citadas por os científicos que trabalham a situação do recife coralino de Old Providence Island. Para a grande maioria das pessoas que compartilhando seu conhecimento e experiência geraram a informação para esta pesquisa, as razões que explicam a escassez crescente rara vez estão relacionadas com os pescadores artesanais. Mais ainda, muitas destas explicações ignoram o deterioro e às vezes em que este não é ignorado, sempre há alguém para culpar. Por suposto, esta negação a aceitar a responsabilidade de algo que afeita a toda a comunidade, propicia que as pessoas não se preocupem seriamente por o processo que acontece a seu redor. De modo que, incluso si toda a comunidade das ilhas sofre o deterioro de maneira direta, muitos não são conscientes da necessidade urgente de tomar medidas antes que este alcance um ponto irreversível.

Conclusões

¿Por que as pessoas a pesar de ver-se afeitadas pelo deterioro, dá explicações aos efeitos deste que o negam e se comporta como se o mar fosse ainda esse enorme recipiente cheio de animais para comer? É aqui onde é conveniente falar da abundância. Houve uma época na qual Providencia era uma ilha de abundância, não só pelo que havia no mar, sino também pelo que havia na terra. Wilson escreveu em 1950 que os habitantes das ilhas "apreciam não só a beleza paisagística de sua ilha sino também sua fertilidade, que os surte com abundância de frutas, vegetais, carne e frango, ao qual deve somar-se a riqueza do mar"[2] (1973: 41).

Enquanto a pesca foi sustentável, a abundância se manteve. Ninguém extraia mais do necessário, ninguém alterava os ciclos naturais dos ecossistemas, e isto não necessariamente por um conhecimento adequado do manejo dos recursos, sino simplesmente, porque se tratava duma população pequena, em sua maioria auto-suficiente, que se bem mantinha relações comerciais com outras comunidades externas, estas se baseavam, ao igual que ao nível local, no intercambio e em donde não havia necessidade de sacar grandes quantidades de nenhum recurso porque não havia quem o demandara.

Incluso, depois que a demanda se incrementou, Providencia foi abundante durante várias décadas mais, em tanto que o ecossistema foi capaz de suportá-lo. Até que um dia isso cambiou, e uma comunidade que durante séculos esteve acostumada a ter o necessário, teve que enfrentar uma situação desconhecida, sem as ferramentas adequadas. Talvez se trate duma afirmação audaz, pero o caso de Providencia serve de exemplo para dizer que a adaptação sociocultural a situações de cambio ecológico ocorre com uma lentidão maior à deste câmbio, e precisamente por elo, geram-se as situações de deterioro dos dois fatores. Cito ao antropólogo Emilio Morán (1982) quando escreve:

> "The role of human culture in human adaptability is ambiguous. On the one hand, cultural knowledge embodies information that has proved useful in human survival. (…) On the other hand, cultural knowledge also includes much that is not o nger useful or accurate for enhancing our survival. Cultural knowledge is full of comtradictions out of which individuals must extract the knowledge that will be applied to new situations. When the rate of change quickens, the gap between environmental change and cultural change tends to widen. As the gap widens, the likelihood of making decisions that inadequately perceive the problem at hand is increased. One of the crucial questions for our time is how to protect the pool of past knowledge and at the same time bridge the gap between cultural and environmental change" [3] (Moran, 1982; 322).

[2] A tradução é minha

[3] O papel da cultura na adaptação humana é ambíguo. Por uma parte, o conhecimento cultural contem informação que tem demonstrado ser útil para a supervivência humana. Por outra, o conhecimento cultural também contem muitas cosas que já não são úteis ou adequadas para permitir nossa supervivência. O conhecimento cultural está cheio de contradições, e deste os indivíduos devem extrair o conhecimento que deve ser aplicado para enfrentar novas situações. Quando os câmbios se aceleram, a brecha entre o câmbio ambiental e o câmbio cultural tende a ampliar-se. A medida que esta amplia-se, a possibilidade de tomar decisões que percebem inadequadamente o problema, se

La gente não se adapta com rapidez à situação de deterioro da qual ela mesma é a causa, o se adapta de modos inadequados, e continua deteriorando. Além disso, o dano é cada vez maior já que ao descender a produção, tenta-se incrementá-la elevando a eficiência das artes, o qual implica que se tire o pouco que fica.

É preciso adicionar que os pescadores artesanais de hoje se enfrentam a novas situações, as quais não existiam há cinqüenta anos. O deterioro é maior, pero também agora existe uma crescente consciência do mesmo, assim seja em pequenos sectores da população local. A discussão sobre desenvolvimento sustentável é parte da realidade dos pescadores. Instituições como a Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina (CORALINA), a autoridade ambiental das ilhas, encarregada de cumprir os objetivos da Reserva da Biosfera, são hoje atores importantes, com os quais os pescadores devem manter relações. Agora, muito mais que antes, seu trabalho tem restrições e regulamentos que cumprir.

Minha experiência me leva a afirmar que os modos em que as autoridades ambientais, e outras instituições, têm manejado suas relações com a comunidade, gerando mal-estar e recusa ao interior desta, são também causadores de que na comunidade haja muitas pessoas resistentes a colaborar e a empreender um processo sério e comprometido de proteger o que lhes pertence, para seu próprio benefício; não deve ignorar-se que na atualidade existe uma porção da população providenciana, pescadores o não, que é consciente da necessidade de proteger e de que esta proteção não está somente relacionada com a conservação dos recursos senão também com a supervivência das pessoas.

Além disso, o fenômeno do narcotráfico também é hoje mais profundo e afeita em geral o curso de Providencia e Santa Catalina, e em particular aos pescadores. A importância que esta atividade está cobrando entre a juventude local pode contribuir à perda de conhecimentos que até hoje demonstraram sua utilidade para a supervivência da cultura providenciana.

Para concluir, é possível dizer que o conhecimento tradicional que possuem os pescadores providencianos, acumulado durante gerações, tem lhes permitido aproveitar o médio marinho desde há muito tempo, sorteando as dificuldades que impõe o ecossistema. Sem embargo, este conhecimento não conta com as ferramentas adequadas para enfrentar o deterioro ambiental num modo que permita a supervivência e o bem-estar tanto dos seres humanos como do ecossistema.É por esta razão que eles, ao igual que outras comunidades

incrementa. Una das perguntas cruciais de nossa época é como proteger o conhecimento passado e ao mesmo tempo superar a brecha entre o cambio ambiental e cultural. A tradução é minha.

tradicionais, encontram-se numa encruzilhada: conservar para o futuro, fazendo sacrifícios no presente o continuar sem câmbios, a
costa das gerações do futuro e, provavelmente, deles mesmos em uns quantos anos.

Neste contexto, só um diálogo respeitoso entre o conhecimento tradicional e o científico pode gerar as condições adequadas para segurar o bem-estar e a satisfação das necessidades dos habitantes das ilhas de Providencia e Santa Catalina o qual depende diretamente da conservação e proteção do ecossistema que lhes rodeia e do qual são parte.

Bibliografia

- Buitrago, David. 2004. "La pesquería en Providencia e Santa Catalina, ilhas del Caribe Occidental. Estrategias de aprovechamiento de recursos marinos relacionadas com o palangre vertical". Trabajo de grado para optar al título de Biólogo Marino. Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. Bogotá. Colombia.
- Cano, Claudia. 1980. "Familia e cultura en a comunidad negra de a Ilha de Providencia". Monografía para optar al título de Antropóloga. Universidad de los Andes. Bogotá. Colombia.
- Castro, Erick. 2005. "Caracterización del régimen de pesca artesanal en a ilha de San Andrés, Caribe colombiano: inferencias sobre a estructura de a comunidad íctica". Tesis de grado presentada para optar al título de Magíster en Biología Línea Biología Marina. Universidad Nacional de Colombia. San Andrés. Colombia.
- Corporación para o Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina (CORALINA). 2000. "Plan de Manejo. Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Reserva de Biosfera". www.coralina.gov.co
- Dittman, Marcia. 1992. "El Criollo Sanandresano: Lengua e Cultura". Universidad del Valle. Cali. Colombia.
- Márquez, Germán e Pérez, María Eugenia Eds. 1992. "Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Perspectivas e Acciones Posibles". Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.
- Márquez, Germán e Pérez, María Eugenia. 1992. "Archipiélago de San Andrés e Providencia: Ecología, Recursos Naturales e Desarrollo". En: Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Perspectivas e Acciones Posibles. Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.

- Márquez, Germán e Pérez, María Eugenia. 1992. “Relaciones ecológicas e manejo ambiental en o complejo arrecifal de Providencia Ilha”. En: Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Perspectivas e Acciones Posibles. Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.
- Márquez, Germán. 1992. “Diagnóstico Ambiental de San Andrés e Providencia”. En: Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Perspectivas e Acciones Posibles. Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.
- Márquez, Germán, Pérez, María Eugenia e Toro, Catalina. 1994. “Una Guía Ambiental de Providencia e Santa Catalina”. Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.
- Márquez, Germán. 1996. Ecología e Desarrollo Sostenible en Providencia e Santa Catalina. En: Ecosistemas Estratégicos e Otros Estudios de Ecología Ambiental. Fondo FEN Colombia. Santafé de Bogotá, D.C. Colombia.
- Márquez, Ana Isabel. 2004. “Movilidad Caribeña a través de jóvenes migrantes de Providencia Ilha (Caribe Occidental Colombiano)”. Ponencia presentada en a Reunión 30 de a Asociación de Estudios del Caribe. República Dominicana.
- Moran, Emilio. 1982. Human Adaptability. An Introduction to Ecological Anthropology. Westview Press. Boulder, Colorado. EE.UU.
- Ospina, José et. Al. 1996? “Evaluación de a Captura e o Esfuerzo del Caracol Pala (Strombus Gigas) en o Departamento de San Andrés, Providencia e Santa Catalina”. En: Boletín Científico INPA. Colombia.
- Pedraza, Zandra. 1984. “We Was One Family: recopilación etnográfica para uma antropología de Providencia”. Monografía para optar al título de Antropólogo. Universidad de los Andes. Bogotá. Colombia.
- Price, Richard. 2005. o Presidiario e o Coronel. Ediciones Callejón. San Juan. Puerto Rico.
- Sandner, Gerhard. 2003 (1984). “Centroamérica & o Caribe Occidental. Coyunturas, crisis e comflictos 1503 – 1984”. Universidad Nacional de Colombia. Sede San Andrés. Colombia.
- Secretaría de Fomento Agropecuario, Pesca e Medio Ambiente – CORALINA. 1996. “Plan de Manejo e Comservación de los Recursos Marinos e Pesqueros”. San Andrés Ilha. Colombia.

- Secretaría de Fomento Agropecuario, Pesca e Medio Ambiente – CORALINA. 1999. "Diagnóstico de a Actividad Pesquera en o Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina". San Andrés Ilha. Colombia.
- Vollmer, Loraine. 1992. "Poblamiento de San Andrés, Providencia e Santa Catalina". En: Desarrollo Sostenible del Archipiélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Perspectivas e Acciones Posibles. Organización de Estados Americanos – Colciencias – IDEA Universidad Nacional. Bogotá. Colombia.
- Wilson, Peter. 1973. "Crab Antics. A Caribbean Case Study of the Comflict between Reputation and Respectability". Waveland. EE.UU.

OS TERMOS DO DEBATE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ABORDAGEM CÉTICA E A ABORDAGEM INTEGRALISTA NO CONJUNTO DAS DISCUSSÕES SOBRE OS AGRO(BIO)COMBUSTÍVEIS

Fábio Dias dos Santos[1]

Rômulo Soares Barbosa[2]

[1]Sociólogo. Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – E-mail: santosociolog@gmail.com

[2]Sociólogo. Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – E-mail: romulosoaresbarbosa@gmail.com

GT06: Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Os agro(bio)combustíveis vêm ganhando legitimidade sendo apresentados pela mídia e governos de vários países, principalmente o do Brasil, como uma solução para duas graves crises que preocupam a humanidade neste início século: a crise ambiental e a crise energética. A ascendente demanda mundial pelo combustível e a tendência à especialização e homogeneização do uso da terra para produção põem em relevo o debate em torno da disponibilização de recursos naturais para mercado global, risco à sustentabilidade das populações e do ambiente nos países produtores. Este estudo apresenta uma reflexão sobre a formação de duas diferentes abordagens no debate sobre os agro(bio)combustíveis, a abordagem cética e a abordagem integralista. Portanto, problematizar a questão dos agro(bio)combustíveis a partir de uma visão sociológica no GT: Meio Ambiente e Ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento, tem como objetivo apresentar e debater teorias e práticas dos agentes sociais inseridos nas diferentes abordagens, além de discutir de que forma esses agentes concebem a questão da sustentabilidade para o enfrentamento das crises energética e ambiental.

Introdução

As mudanças climáticas anunciam que está em curso uma grave crise ambiental e junto à essa a crise energética, dado à tendência de escassez e ao aumento dos preços dos combustíveis fósseis e seus derivados. As duas crises apontam para o mesmo rumo, ou seja,

para a necessidade de mudança da matriz energética hegemônica – o petróleo - que é cada vez mais rara, para outras fontes de energia, de preferência renováveis. Nesse sentido, por um lado, a produção dos combustíveis a partir da biomassa de vegetais deveria resolver, ou pelo menos mitigar significativamente, a crescente crise energética. Por outro, diminuir a emissão de gases efeito estufa (GEE) contribuindo com o enfrentamento do problema do aquecimento global. Diante disso, os agro(bio)combustíveis vêm ganhando legitimidade, sendo apresentados pela mídia e governos de vários países, principalmente o do Brasil, como uma solução para os graves problemas que preocupam a humanidade neste início século.

No entanto, o debate em torno dos agro(bio)combustíveis não é consensual. A ascendente demanda mundial do produto tem contribuído para a especialização e homogeneização do uso da terra e para a disponibilização de recursos naturais para o mercado global, apresentando fatores que podem colocar em risco a sustentabilidade das populações e do ambiente nos países produtores. Esse cenário tem provocado um conjunto importante e consistente de críticas (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007), sendo essas, questões que envolvem contribuições teóricas que vão desde o campo econômico até o campo antropológico. Interessa-nos o viés sociológico, portanto, apresentamos nossa reflexão voltada para a formação de duas abordagens presentes no debate, uma que se apresenta cética e posiciona-se em oposição ao discurso de produção e uso dos agro(bio)combustíveis, e outra mais moderada que opta por perspectivas de integração entre produção de alimentos e agroenergia[1].

O enfoque do comparativo sobre essas duas abordagens objetiva, sobretudo, compreender onde cada uma se posiciona no debate dos agro(bio)combustíveis, bem como apresentar os múltiplos significados que emergem do tema, a totalidade dos grupos sociais envolvidos e seus interesses, que é parte integrante do nosso objeto.

Do ponto de vista metodológico, deve-se destacar a preferência deste estudo pelo termo "agro(bio)combustíveis" e não "agrocombustíveis" ou "biocombustíveis", tendo relação com o cuidado que se deve ter com os sentidos e os significados dos termos no âmbito do debate. Assim, no decorrer do trabalho, explicitaremos a discussão em torno dos conceitos, objeto da análise sociológica, onde o processo de nomeação diferente para combustíveis produzidos a partir da biomassa posiciona os agentes em visões e posições divergentes no campo do debate.

[1] O Plano Nacional de Agroenergia considera que a agroenergia é composta por quatro grandes grupos: etanol e co-geração de energia provenientes da cana-de-açúcar; biodiesel de fontes lipídicas (animais e vegetais); biomassa florestal e resíduos; e dejetos agropecuários e da agroindústria.

A comparação como instrumento de investigação sociológica

De acordo com Franco (2000), podemos compreender o exercício de fazer analogias e de comparar como processos inerentes ao ato de conhecer e de construir um discurso sobre a realidade ou um dado processo. Ou como aponta Sartori (1994), o conhecimento comparativo, como todo saber, sem exceção, tem como objetivo a compreensão bem como a explicação.

Ao reconhecer a pluralidade ou a diversidade dos fatos e acepções que recobrem os agro(bio)combustiveis, o método comparativo põe em relevo a importância dos debates, dos acontecimentos, da ruptura, da mobilização, da ação e, portanto, dos agentes sociais responsáveis pela discussão em diferentes correntes.

O suporte da sociologia histórica será fundamental nesse processo, pois nela encontramos instrumentos metodológicos como a análise dos conceitos e o método comparativo (FRANCO, 2000). Nessa lógica, é possível relacionar a produção dos agro(bio)combustíveis no Brasil à agentes e estruturas que remontam ao período colonial, como a cadeia de produção da cana-de-açúcar que se perpetua em um modelo de funcionamento baseado na "grande lavoura"[2], monocultora e com produção destinada ao mercado externo. A soja, outra matéria-prima dos agro(bio)combustíveis, também está fundamentada nessa estrutura, embora, sua produção só tenha se expandido já na segunda metade do século XX. No que diz respeito à análise dos conceitos, atenta-se aqui para o processo de construção desses pelos agentes sociais no debate dos agro(bio)combustíveis.

As deferentes nomeações para os agro(bio)combustíveis

Neste processo de investigação, uma das questões que se deve observar sobre os agro(bio)combustíveis e, que é fundamental em sociologia, é o processo de nomeação dos elementos constitutivos do debate. A construção dos conceitos não é um mero detalhe ou um dado da realidade, pois os grupos sociais não se nomeiam, nem nomeiam outros e nem aos acontecimentos por uma simples escolha do acaso, o fazem segundo seus interesses. Portanto, cabe ao investigador estar atento a essa construção conceitual.

As diferentes denominações conceituais, "biocombustível" ou "agrocombustivel", para o combustível fabricado a partir da biomassa de vegetais são objeto de analise sociológica, uma vez que o processo de nomeação envolve a ação de atribuição de significados e de sentidos aos termos ou conceitos utilizados pelos agentes sociais.

[2] Conceito utilizado por Caio Prado Junior em sua obra clássica "Formação do Brasil contemporâneo", para designar a grande propriedade colonial produtora da cana-de-açucar em referência a pequena propriedade voltada para a agricultura de subsistência. O autor desenvolve um comparativo entre a "grande lavoura" e a "agricultura de subsistência" do período colonial até 1920.

O processo de atribuição de sentido e significados aos elementos é feito por agentes sociais que estão inseridos numa relação de disputa e assumem posições divergentes no espaço social. Dessa forma, a posição no espaço social traça conseqüências, pois viabiliza, de alguma maneira, a possibilidade do agente social agir sobre aquilo que ele vê em seu contexto, visão que está condicionada a sua posição no espaço social (BOURDIEU, 2000).

Nesse contexto, estamos diante de um processo em que, enquanto alguns agentes sociais nomeiam os agro(bio)combustíveis, ou os combustíveis produzidos da biomassa de vegetais, como bioenergia, outros agentes sociais, em contraposição a esta nomeação, chamam este combustível de agroenergia. Vejamos o porquê de tal divergência.

A opção de alguns agentes sociais pelo conceito de agroenergia e/ou agrocombustível remete ao interesse desses agentes em associar aos processos produtivos do combustível produzido de vegetais, as condições agrárias e agrícolas em que esses combustíveis são produzidos que aparentam ser questões técnicas, mas são, essencialmente, questões sociopolíticas. Pois retomam processos agrários e sua interferência histórica sobre determinados espaços sociais e territoriais. Tais agentes relacionam os modelos produtivos dos agro(bio)combustíveis às estruturas agrárias e fundiárias. No Brasil, por exemplo, às da cana-de-açúcar, principal matéria-prima do etanol brasileiro, que possui uma histórica dinâmica de produção baseada na "grande lavoura", na monocultura e na concentração fundiária, como nos apresentou Caio Prado Jr. (1999), em sua obra clássica "Formação do Brasil contemporâneo".

Por sua vez, os agentes sociais que utilizam a terminologia bioenergia e/ou biocombustíveis, tendem a concentrar-se em outro ângulo de enfoque, distinto do anteriormente apresentado, pois sua opção pelo uso da terminologia "bio" tem o foco na condição renovável da energia originada através da biomassa em substituição à energia dos combustíveis fósseis.

Na perspectiva do caráter renovável do conceito de "biocombustível", vários setores apresentam aqueles fabricados a partir da cana-de-açúcar, milho, soja, mamona, dendê e outras plantas como sendo o passo seguro de uma "transição vitoriosa" da civilização do petróleo, ou economia do petróleo, para uma outra economia ou civilização renovável ainda a ser definida (REBRIP, 2008). Esses agentes sociais apostam na dimensão renovável da biomassa, utilizada para fabricação do combustível, como garantia de uma energia limpa, verde e sustentável que contribuirá para a solução da crise ambiental e energética. Para os

países do sul, produtores da biomassa, os biocombustíveis surgem como uma nova promessa de desenvolvimento (HOUTART, 2008).

Nesse quadro, a premissa sociológica atua como instrumento de identificação e análise dos agentes envolvidos, suas posições e os sentidos que os mesmos atribuem as suas teorias e práticas. Assim, entendida a dinâmica de estratificação e posicionamento dos agentes no quadro do debate podemos identificar as correntes e respectivas abordagens investigadas neste estudo.

As bases da abordagem cética

Este estudo vem, a partir do esforço investigativo, denominar como abordagem cética o conjunto de argumentos críticos levantados por agentes sociais e organizações em oposição à opção teórico–prática dos "biocombustíveis". Para tanto, apresentaremos nesta seção quatro dos principais argumentos que justificam tal abordagem.

Um dos argumentos utilizados em oposição à agroenergia de biomassa é o cálculo do balanço energético que chega a resultados baixos ou até negativos (ABRAMOVAY & MAGALHAES, 2007). O balanço energético indica o volume de energia consumido para produzir determinada energia. Em outras palavras, constitui o cálculo do gasto de energia para a produção dos agro(bio)combusíveis em toda a sua escala de produção, desde o cultivo da terra até a bomba de abastecimento nos postos revendedores.

Os produtores de biomassa para a fabricação dos agro(bio)combustíveis rebatem as críticas apresentando um balanço positivo em sua produção, destacam as vantagens na característica renovável da matéria-prima junto ao processo de fotossíntese desenvolvido pelas monoculturas que atuam no sequestro de carbono da natureza. Porém, de acordo com Weid (2009), em se tratando do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, o balanço energético seria levemente positivo. Isto, se o bagaço e as folhas da planta (restolho) fossem utilizados como fontes de energia para a produção do etanol. No entanto, o restolho não é aproveitado na maioria dos canaviais, o que faz o balanço energético ficar negativo. Quando o cálculo é feito da produção do etanol de milho o balaço energético é claramente negativo, pois seria necessária 1,29 unidade de energia fóssil para produzir uma unidade de etanol. Sobre o balanço energético para o agro(bio)diesel, Weid (2009) afirma que os dados ainda estão limitados às principais matérias-primas como a colza (mais cultivada na Europa, dada aos pesados subsídios concedidos pelos governos europeus) e a soja (que mantém uma grande área cultivada no Brasil, esta é responsável por 80% da matéria-prima utilizada no país).

Segundo ele, o balanço energético da soja é negativo, entre 32% e 8%, e o da colza ainda é pior, restando ao óleo da palma (azeite de dendê) as expectativas de balanço positivo.

O grande complicador no esforço da substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis renováveis é que, da forma como vêm sendo produzidos, pela agricultura convencional do agronegócio[3], dependem totalmente dos combustíveis que pretendem substituir. Isso se deve ao processo de artificialização da produção caracterizado por grandes extensões de monocultura que exigem o uso maciço de produtos químicos, fertilizantes e defensivos, mecanização, transporte do produto até o mercado consumidor. Sendo cadeias que fazem uso da queima de grandes quantidades de combustíveis. Dessa forma, quanto maior o uso de combustíveis fósseis na produção dos agro(bio)combustíveis menos renováveis eles serão.

Outro argumento é a crítica ao modelo produtivo dos agro(bio)combustíveis em sua contribuição na redução das emissões de gases efeito estufa – GEE. De acordo com Weid (2009), as emissões de GEE produzidas pelos veículos representam 14% do total das emissões mundiais, o mesmo percentual emitido pela agricultura. Contudo, segundo o autor, diante do cenário de desmatamento e de substituição da cobertura vegetal natural por plantações de culturas homogêneas voltadas para os agro(bio)combustíveis, as emissões da agricultura podem chegar a 30%. Célio Bermann (2007), aponta que o uso de agro(bio)diesel puro reduz a emissão de CO^2 em aproximadamente 80%, o que provocaria um aumento das emissões de óxido nitroso (N2O) em 13%, entendendo que o último é 300 vezes mais poluente que o CO^2, o resultado será negativo (WEID, 2009).

Outro argumento de destaque constitui a ameaça dos agro(bio)combustíveis à segurança alimentar mundial. Existe a preocupação de que o avanço dos agro(bio)combustíveis constitua impacto negativo para a seguridade alimentar mundial. Por um lado, em função da diminuição da oferta e acesso a alimentos no espaço regional. Por outro, o problema da baixa disponibilidade de produtos alimentícios no estoque dos sistemas reguladores mundiais e, portanto, causando uma elevação dos preços.

Nesse sentido, Weid (2009) apresenta um estudo publicado em setembro de 2008 pela revista New Scientist, o estudo apontam que não existam mais do que 250 à 300 milhões de hectares de terra cultivável em todo o mundo. Ainda de acordo com o estudo, para suprir 10% da demanda mundial de agro(bio)combustíveis até 2030 seriam necessários 290 milhões de

[3] Estamos entendendo por agronegócio, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários que mantém associação com a grande propriedade fundiária e está inserido estrategicamente no capital financeiro internacional (DELGADO, 2005).

hectares, enquanto a demanda mundial por alimentos demandaria mais 200 milhões. Por essa lógica, a produção de agro(bio)combustíveis provocaria uma inevitável destruição das florestas.

A preocupação com os efeitos da produção dos agro(bio)combustíveis sobre a produção de alimentos levou a uma reunião emergencial da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) em 2008, no Brasil. A organização da ONU apresenta uma duplicação dos preços dos alimentos entre 2002 e 2008, que está diretamente ligada à produção dos agro(bio)combustíveis. O uso do milho nos EUA para a produção do etanol impactou negativamente a produção de alimentos, pois muitos produtores de trigo passaram a produzir milho dado aos subsídios do governo.

Outra dimensão da análise cética é a influência da produção de agroenergia no processo de concentração fundiária e de renda. De acordo com Assis & Zucarelli (2007), a expansão dos plantios de cana nas regiões Sudeste e Centro-Oeste tem alterado a dinâmica de ocupação territorial. Eles destacam a questão dos arrendamentos de propriedades improdutivas por grandes produtores como entraves aos programas de reforma agrária. Com relação à concentração de renda deve-se atentar para o envolvimento de setores automobilísticos, petroleiro e da biotecnologia no ramo dos agro(bio)combustíveis. No setor automobilístico, por exemplo, as metas de substituição dos combustíveis fosseis por agroenergia desviam as restrições das emissões de CO^2 por veículos, evitando assim a redução das vendas que não param de crescer.

Por fim, argumentos ainda mais radicais da corrente cética denominam os agro(bio)combustíveis como o novo colonialismo ou colonialismo energético. François Houtart (2008) associa a idéia de neocolonialismo energético com a chamada revolução energética ou transição energética. De acordo com o pesquisador, os agro(bio)combustíveis, na verdade, atuam como estratégia de inserção de grandes corporações internacionais interessadas na exploração de áreas agrícolas nos países do sul para o cultivo da biomassa. Esse processo constitui para a corrente cética uma nova dimensão da colonização, agora não por nações ou por conflitos em torno da soberania dos estados nacionais, mas por grandes corporações empresariais extraindo energia da biomassa em países em desenvolvimento. De acordo com essa abordagem, esse fenômeno não se dá pela suposta característica "bio" do produto ou, ainda, pela inserção de camadas desprivilegiadas ao processo produtivo da agroenergia, mas fundamentalmente por estratégias de ganhos e realização da "mais valia" a partir dessa produção.

A abordagem integralista

Neste estudo, estamos conceituando como integralistas aqueles agentes e organizações que no conjunto do debate, em torno da agroenergia, apresentam argumentos favoráveis à utilização da biomassa na fabricação dos combustíveis. No entanto, vale ressaltar que essa corrente não é negligente e, está atenta às implicações negativas dos agro(bio)combustíveis, por isso defendem sua viabilidade com uma série de condicionantes e cautelas. Assim como os céticos estão preocupados com a questão da segurança e soberania alimentar e energética e, talvez, nessa questão esteja uma forte semelhança entre as duas perspectivas, a de avaliar os agro(bio)combustíveis com uma visão crítica do processo.

A abordagem integralista reconhece posiciona em oposição à insustentabilidade dos modelos hegemônicos da produção de agro(bio)combustíveis via monocultura da cana-de-açúcar, soja e milho por fatores como a mecanização, uso de defensivos, más condições de trabalho, concentração fundiária etc. Portanto, essa levanta os seguintes questionamentos: é possível pensar diferente? Como buscar dentro da diversidade de situações estruturais, ambientais, políticas, econômicas e sociais formas de contribuir com a redução das emissões de carbono? Ou estaríamos todos determinados a destruição fora da modalidade proposta pelas grandes corporações e do agronegócio?

Segundo a lógica da abordagem integralista, uma das possíveis resposta a estas questões está na produção de alimentos e agroenergia numa base diversificada e em escalas menores em um sistema orientado, sobretudo, para os pequenos produtores da agricultura familiar. Nesse sentido a abordagem condiciona as vantagens dos agro(bio)combustíveis para uso de âmbito local, sem grandes resultados para escalas nacionais ou internacionais.

Entre os integralistas mais destacáveis podemos citar o Prof. Ignacy Sachs (ABRAMOVAY & MAGALHAES, 2007), contrário ao padrão tecnológico em que se apóia a oferta de agro(bio)combustíveis predominante hoje, que está estruturado no sistema de commodities através da produção em monoculturas voltadas essencialmente para a eficiência econômica do processo.

De acordo com Abramovay & Magalhães (2007), a idéia central da abordagem integralista está no estimulo à biodiversidade e no emprego de biotecnologias capazes de potencializar sistemas integrados de produção de agroenergia e alimentos, além da idéia de inserção de outros grupos no processo produtivo da agroenergia fora da ótica da exploração perversa das grandes corporações.

Os autores destacam, ainda, os trabalhos de Tilman publicado na Revista Science em 2006. O estudo apresenta grandes êxitos da produção de biomassa quando utilizados solos mais degradados em paralelo ao uso de uma diversidade de plantas que não exigem graus elevados de insumos nem terras férteis. Um dos indicadores mais positivos foi o fato de que a diversidade dessas plantas amplia a capacidade de estocagem de carbono, quando comparado com plantios homogêneos (ABRAMOVAY & MAGALHAES, 2007).

Na perspectiva integralista, a produção dos agro(bio)combustíveis pode ter seu lado positivo quando implementada como política pública de inclusão social. No Brasil, foi instituído no ano de 2004 o Programa Nacional de Produção de uso do Biodiesel – PNPB e o Selo Combustível Social que, por hipótese, deve integrar agricultores familiares à oferta de matéria-prima, que pode ser óleo ou o produto em natura. Algumas usinas, como a Petrobras, só recebem o óleo, o que exige a formação de um complexo produtivo pelos agricultores familiares a partir da formação e estruturação de cooperativas e associações.

Abramovay & Magalhães (2007), destacam o pioneirismo do programa brasileiro em integrar no processo produtivo do agro(bio)combustível a agentes historicamente conflitantes e indiferentes no cenário nacional – empresas e agricultores familiares.

A abordagem integralista brasileira acredita na possibilidade de sucesso do PNPB em contraposição ao PROALCOOL da década de 1970 que levou a problemas sociais e ambientais pelo modelo produtivo utilizado ligado à concentração de vastas proporções de terras, uso de agentes contaminadores do solo dentre outros. Portanto, esta corrente está crente de que o agro(bio)combustível como política pública estimula: a diversificação produtiva; a participação dos agricultores familiares no mercado, através da oferta de matéria-prima para a produção do agro(bio)combustível; a responsabilidade social das empresas; a geração de renda por parte da população que vive próximo a linha da pobreza. Contextos que colocam o ceticismo quanto ao futuro dos agro(bio)combustíveis em dúvida (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007).

Considerações finais

Nestas considerações finais buscamos apresentar de forma resumida as questões centrais que o estudo comparativo permite extrair em termos de semelhanças e divergências existentes entre as duas abordagens estudadas.

O estudo comparativo revela a primeira divergência ainda processo de nomeação do combustível produzido a partir da biomassa de vegetais pelas diferentes abordagens. Sob o argumento de que os agro(bio)combustíveis atue como estratégias dos grupos transnacionais

para a solução em curto prazo da crise econômica no mercado global, a abordagem cética questiona a efetividade das políticas de inclusão social no processo produtivo desse combustível. Segundo a mesma abordagem, tais políticas e investimentos estão a reboque de um conjunto de interesses dificilmente guiados por questões de segurança alimentar ou da promoção da agricultura familiar como beneficiária desses programas (WILKINSON & HERRERA, 2008). Pelo contrario, para eles, contingentes enormes de agricultores da agricultura familiar e camponesa, assim como vastas áreas de florestas nativas, sofrerão diretamente com o avanço das monoculturas em uma reprodução de cenários coloniais.

De acordo com a abordagem integralista, o caminho alternativo às políticas que vão contra a sustentabilidade energética, social e alimentar tem o conceito de descentralização produtiva. Alguns agentes sociais que apostam na integração estão atentos para essa questão.

Sob essa lógica, a inserção dos agricultores familiares está alicerçada na autonomia de todas as etapas de produção do agro(bio)combustível, o que implicará no encurtamento das distâncias entre áreas produtoras e centros consumidores (ASSIS & ZUCARELLI, 2007).

Quanto à questão da sustentabilidade ambiental, o estudo apresenta os argumentos da corrente cética como descrente da possibilidade de contribuição dos agro(bio)combustíveis como agentes de redução das emissões de gases efeitos estufa. Ao contrário, esta corrente apresenta fortes indícios de insustentabilidade dos sistemas convencionais de produção dos agro(bio)combustíveis, além de questionar as denominações conceituais para os combustíveis fabricados através da biomassa, nos termos de "bio", "energia limpa" ou "verde" dada a amplitude dos impactos ambientais que provoca.

Como convergência entre as duas abordagens destaca-se postura crítica ao modelo hegemônico de produção de agroenergia através das práticas do agronegócio e do mercado de commodities. O ponto de convergência deixa claro que estamos tratando de duas abordagens que estão do mesmo lado no quadro dos debates sobre os agro(bio)combustíveis.

Portanto, a solução para as crises ambiental e energética, no conjunto dos argumentos da abordagem cética, está na luta pela racionalidade no uso da energia, sobretudo nos países mais desenvolvidos, além do investimento em novas tecnologias, como a energia solar. Dessa forma, especialistas como François Houtart (2008) reconhece que a agroenergia não seja um mal em si e pode contribuir como solução em âmbito local, o que converge com a perspectiva da abordagem integralista. Ou seja, as abordagens comungam essencialmente da perspectiva da agroenergia como solução para as crises no âmbito local, sob a condição de respeitar a biodiversidade, a qualidade dos solos e da água, a soberania alimentar e a agricultura camponesa em oposto à lógica do capital. Junto a essa perspectiva, a abordagem integralista

confia na possibilidade de inclusão social através da substituição paulatina do modelo produtivo da agroenergia baseada nos sistemas de monoculturas.

Diante do que foi apresentado é possível apreender que as abordagens estudadas têm uma lógica própria, capaz de levar à compreensão a dinâmica em que cada uma se apresenta no quadro do debate sobre os agro(bio)combustíveis. O consenso existente entre as duas abordagens está em práticas e/ou políticas que apóiem a produção descentralizada do agro(bio)combustível em âmbito local e em escalas menores fora da racionalidade estabelecida pelos mecanismos de mercado.

Por fim, vale destacar que, naturalmente, muitas das questões em jogo não obedecem somente ao desdobramento dos posicionamentos aqui apresentados em cada abordagem, mas ao conjunto das posições adotadas. Esperamos, porém, que as distinções e semelhanças ajudem a separar o peso e as implicações de distintos argumentos no intuito de facilitar o avanço das discussões em uma visão mais detalhada dos conceitos e práticas que estão em jogo no debate dos agro(bio)combustíveis.

Referencial bibliográfico

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. São Paulo: FIPE, Junho. 2007. Disponível em: **www.usp.br/feaecon/incs/download. Acesso *em: 15 de Março*** de 2009.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In. Justiça Ambiental e Cidadania. ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene & PÁDUA, José Augusto. Ed. 2, Rio de Janeiro. 2004.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Despoluindo Incertezas: Impactos Territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2007.

BERMANN, Célio (org.). As novas energias do Brasil – Dilemas da inclusão social e programas de governo. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BOURDIEIU, Pierre. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz.3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NOHLEN, Dieter. Método Comparativo. Disponivel em: http://www.politicacomparada.com.ar/material/articulos/Metodologia/1-Metodo-comparativo-Nolhen.pdf. Acesso em 23/10/2009.

FAO. Biocomustibles: perspectivas, reiesgos y oportunidades. Roma: Organización de las nacione unidas para la agricultura y la alimentación, 2008.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Educação & Sociedade, ano XXI, no 72, Agosto. 2000.

HOUTART , François. Agro-combustível, solução para o clima ou reprodução do Capital. In: Colóquio Internacional (Des) envolvimentos contra a Pobreza. Montes Claros, Setembro de 2008.

_____. O escândalo dos agrocarburantes nos países do Sul. (Disponível em http://odiario.info/articulo.php?p=1394&more=1&c=1). Acesso em 05/10/2009.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel – PNPB. (Disponível em www.biodiesel.gov.br). Acesso em 16/11/2009.

Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate. Rio de Janeiro: REBRIP / FASE, 2008.

SARTORI, Giovanni. Compare Why and How: Comparing, Miscomparing and the Comparative Method. In. Comparing Nations: Concepts, Strategies, Substance. Edited by DOGAN, Mattei & Kazancigil, Ali. Oxford UK, Cambridge, USA, 1994.

WEID, Jean Marc Von der. Agro-combustíveis: Solução ou problema. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org). Biocombustíveis - A energia da controvérsia. São Paulo, Editora Senac, 2009.

WILKINSON, John & HERRERA, Selena. Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil. In. Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate. Rio de Janeiro: REBRIP / FASE, 2008.

Racionalidade social e condição de agente: perspectivas de análise para os atores e populações rurais

Cláudio Machado Maia.
Email: claudiomaia.dr@hotmail.com

Eduardo Ernesto Filippi.
E-mail: mriedl@unisc.br

GT 06 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Objeto de reflexão

Introduzir uma perspectiva analítica para atores e populações rurais, a partir do entendimento de sua racionalidade social. Recorrendo-se a algumas noções e reflexões, apresentando algumas características fundamentais da condição camponesa, que podem ser aplicadas no contexto das populações rurais, que contribuem para surgir formas endógenas de desenvolvimento.

Situação empírica em que foi realizada a pesquisa ou a prática profissional (apresentada sob a forma de relatório reflexivo da experiência): local e período de trabalho de campo, base institucional a partir do qual ocorreu tal tipo de exercício.

A reflexão proposta surgiu durante os estudos e o trabalho de campo para a realização do Curso de mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, nos anos de 2006 e 2007. O trabalho de campo, objeto desta reflexão, foi realizado no município de Crissiumal, localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, durante o curso de doutorado em Desenvolvimento Rural, iniciado no ano de 2008, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a referida situação empírica foi retomada. Entretanto numa perspectiva de análise comparativa com o município de Santo Antonio da Patrulha, localizado na região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul.

DEFINIÇÃO, PELO(S) AUTOR(ES), DA CONTRIBUIÇÃO QUE PRESSUPÕE(M) OFERECER AO DEBATE NA TEMÁTICA DO GRUPO DE TRABALHO

Observação: o preenchimento deste item é fundamental para a seleção do texto.

O debate aqui proposto pressupõe oferecer a contribuição de que entre abordagens que procuram focar as relações, mais do que os extremos, chama-se a atenção para a mudança social, econômica, política e cultural no meio rural não poder ser compreendida com a simples referência a condições estruturais, muitas vezes remetidas apenas para forças externas que reduzem ou potencializam a ação dos indivíduos. Mesmo que as explicações por análises estruturais, sejam importantes, introduzam uma visão útil, revelam-se insuficientes para compreender a totalidade da mudança no meio rural, pois o que está ocorrendo no meio rural

é bem mais complexo, não correspondendo a uma leitura meramente estrutural. Por outro lado, a existência de respostas diferentes em situação estrutural semelhante, essa heterogeneidade de soluções encontradas à escala local e a nível de ação individual, só pode ser então atribuída à ação dos indivíduos, reconhecendo-se sua capacidade reflexiva e de ação – autonomia. Ação só compreendida quando integrada no contexto social e natural, que começa por ser local, mas que inclui outros níveis e escalas espaciais e temporais. Então, tem-se que cair em conceitos de ação individual, de ator e de estrutura social, bem como outros conceitos que permitam clarificar o campo onde se situa a problemática, para depois procurar estabelecer a relação entre ação e a interação individual com a estrutura social e econômica mais amplas.

O TEXTO

O texto, propriamente, deve conter no máximo 10 laudas (times roman 12, espaço 1,5) e ser anexado à folha de rosto. Pode ser de livre organização estrutural pelo autor, todavia, respeitando alguns padrões academicamente considerados consensuais. Para facilitar a leitura e a compreensão, sugere-se destaque para as questões a serem consideradas no texto e a definição do objeto de reflexão, os métodos de trabalho selecionados e os objetivos pretendidos pela textualização.

Como destacado, os textos podem contemplar resultados de pesquisas, debates acadêmicos e resenhas temáticas, mas também relatos problematizados de experiência prática, tal como ocorre no exercício de diversos profissionais, que não vislumbram objetivos acadêmicos. Com esta inserção, valorizam-se formas de atuação que dizem respeito a situações de intervenção, apoio e assessoria a agricultores ou residentes em áreas rurais, nas suas diversas condições de diferenciação socioeconômica.

O autor deverá estar ciente de que seu trabalho será tornado público no *site* que cria as condições de comunicação e participação dos interessados e participantes no Encontro. E pode ser assim mantido por longo tempo, conformando uma memória coletiva dos Encontros da Rede de Estudos Rurais.

Dada a modalidade de participação já caracterizada, é vedado o encaminhamento, como autor principal, de *papers* para mais de um Gt. Cada autor deverá permanecer no Gt. a que se afiliou, acompanhando e colaborando com o trabalho intelectual coletivo de reflexão sobre a temática selecionada.

Titulo:
Titulo: Racionalidade social e condição de agente: perspectivas de análise para os atores e populações rurais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
MESTRADO E DOUTORADO

RESUMO:

Esta reflexão objetiva introduzir uma nova perspectiva analítica para as populações rurais, a partir do entendimento de sua racionalidade social. A tentativa camponesa em adotar uma alternativa de desenvolvimento sustentável onde pudesse garantir sua capacidade de reprodução social, nos faz recorrer a algumas noções e reflexões. A metodologia e o marco teórico adotadas observam o entrelaçado, o distanciamento e a transformação mútua dos diferentes modos de vida, estratégias, interesses e representações culturais dos atores. A condição de agente dos camponeses é apropriada a partir da Sociologia do Desenvolvimento numa perspectiva centrada no ator. São apresentadas dez características fundamentais da condição camponesa que contribuem para surgir formas endógenas de desenvolvimento. A questão da autonomia é tratada como relativa ao espaço de manobra manifestada entre a responsabilidade e a condição de agente. A pluriatividade é tratada como garantindo suplementação de renda, e associada ao bem estar. Após a modernização, reconhece-se que o campesinato continuará existindo sob muitas formas novas e inesperadas, e que essa situação deve ser lidada tanto na prática, como na teoria. O estudo de caso de Crissiumal é brevemente apresentado como uma realidade que pode ser analisada na perspectiva aqui introduzida.

Palavras-chaves: campesinato, agricultura familiar, populações rurais, racionalidade social

INTRODUÇÃO

A tentativa dos agricultores familiares em adotar uma alternativa de desenvolvimento sustentável onde pudessem garantir sua capacidade de reprodução social, nos faz recorrer a algumas noções e reflexões. Considera-se necessário o entendimento da racionalidade social como uma perspectiva analítica das populações rurais. Para tal entendimento, apropria-se de alguns autores para reflexão sobre populações rurais, o campesinato como modos ou estilos de vida. Conforme Long e Ploeg (1998, p.6),

> Portanto, para entender mais as generalidades das chamadas tendências centrais de mudança rural, necessitamos observar cuidadosamente o entrelaçado, o distanciamento e a transformação mútua dos diferentes modos de vida, além das ações recíprocas das estratégias, interesses e representações culturais dos atores. Os projetos dos atores não estão simplesmente presos nos contextos estruturais definidos por circuitos de mercados ou por programas de desenvolvimento organizados pelo Estado. Mas, vão criando, reproduzindo e transformando as estruturas particulares através das maneiras em que se entrelaçam (LONG e PLOEG (1998, p.6).

Como o processo de divisão social do trabalho jamais conseguiu homogeneizar totalmente o trabalho do agricultor, assim como fez ao assalariado, o agricultor familiar não abandonou totalmente seus princípios, nem suas peculiaridades como agente social. O pequeno produtor continuou tentando viver sem a exploração do trabalho alheio e não vendendo sua força de trabalho.

Neste estudo, será apresentado um estudo de caso, do município de Crissiumal, localizado na região noroeste colonial, no Estado do Rio Grande do Sul, região marcada pelas suas características rurais e estrutura fundiária predominantemente de agricultura familiar descapitalizada, contrastando com o predomínio do plantio de soja e trigo, produtos de utilização intensiva de tecnologia, onde o soja marca presença no mercado mundial de comercialização de grãos (MAIA, FILIPPI e RIEDL, 2009, p.2-3).

UMA INTRODUÇÃO À NOVA PERSPECTIVA ANALÍTICA

De um ponto de vista sóciopolítico, os campesinatos de hoje constituem várias multiplicidades, das quais emergem continuamente a resistência, a pressão da contraposição, as novidades, as alternativas e novos campos de ação (LONG, 2007 apud PLOEG, 2008, p.8).

Conforme Ploeg (2008),

> Agora, no começo do século XXI, é evidente que esse projeto de modernização ultrapassou seus limites – não só materialmente como intelectualmente. Por

> conseguinte, é necessário desenvolver uma nova abordagem que supere a modernização como enquadramento teórico (e prático) (PLOEG, 2008, p.9).

Depois da modernização, reconhece-se que o campesinato continuará existindo sob muitas formas novas e inesperadas, e que essa situação deve ser lidada tanto na prática, como na teoria (PLOEG, 2008, p.9).

Em todo o mundo, estudos rurais têm repensado e redefinido o conceito de campesinato para ir além das teorias camponesas, tal como foram desenvolvidas durante o final do século XIX e as primeiras oito décadas do século XX.

> Assim, se considerou necessário criar conceitos diferentes nas pesquisas, análises e teorias. Nem sequer é necessário dizer que as manifestações fenomenológicas dos campesinatos de hoje são diversas e, em muitos casos, altamente contrastantes. No entanto, isso não implica negar que essas manifestações se baseiam analiticamente na mesma forma de ordenamento[1] (PLOEG, 2008, p.37).

Reconhecendo a condição de agente dos camponeses, cita-se nesta reflexão a contribuição de Long (2007) sobre a Sociologia do Desenvolvimento numa perspectiva centrada no ator, onde:

> Una ventaja del enfoque centrado en el actor es que se empieza con el interés de explicar las respuestas diferenciales a circunstancias estructurales similares, aun cuando las condiciones parezcan más o menos homogéneas. Así se asume que los modelos diferenciales que aparecen son en parte creación colectiva de los actores mismos. Sin embargo, los actores sociales no deben figura como simples categorías sociales incorpóreas (basadas en la clase o algún criterio clasificatorio), o destinatarios pasivos de la intervención, sino como participantes activos que reciben e interpretan información y diseñan estrategias en sus relaciones con los diversos actores locales, así como con las instituciones externas y su personal. Las sendas precisas del cambio y su importancia para los implicados no pueden imponerse desde fuera, ni pueden explicarse por los mecanismos de alguna lógica estructural inexorable[2] (LONG, 2007, p.43).

Long (2007, p.46), afirma que os estudos nutridos pela perspectiva do ator tendem a enfatizar a racionalidade discursiva dos atores a custa da sua consciência prática. Onde a racionalidade não é uma propriedade dos indivíduos, sim de discursos disponíveis que

[1] Subjacente a este ponto de vista está uma grande variedade de estudos sociológicos, antropológicos e econômicos desenvolvidos especialmente na Europa Ocidental (mas suportados por vários estudos empíricos desenvolvidos nos EUA, Canadá e Austrália, embora estes tenham sido alvo de pouca atenção). Esses estudos mostram que muitos agricultores (senão mesmo a maioria dos agricultores de países capitalistas altamente desenvolvidos) estão longe de ser o "agricultor empresarial" retratado nos livros (em Ploeg (2003), existe um resumo desta idéia). Ao invés disso, estes agricultores são muito mais parecidos com camponeses do que poderá, ou alguma vez será, admitido nos discursos políticos e teóricos oficiais. Evocando a descoberta de Latour de que "nunca fomos modernos", poderia dizer-se que "nunca deixamos de ser camponeses" (PLOEG, 2008).

[2] Como está implícito en el modelo de "periferia desarticulada" de De Janvry (1981) apud Long (2007, p.43): "para un conocimiento más amplio de la postura crítica de la "lógica del capital" en el enfoque de De Javry y su argumento de que el Estado actúa como un instrumento para resolver las crisis de acumulación capitalista".

formam parte do entorno cultural da prática social. Refere-se que a construção de agencia[3] segue as concepções de racionalidade, poder e conhecimento que são culturalmente variáveis, e não podem ser separadas das práticas sociais dos atores.

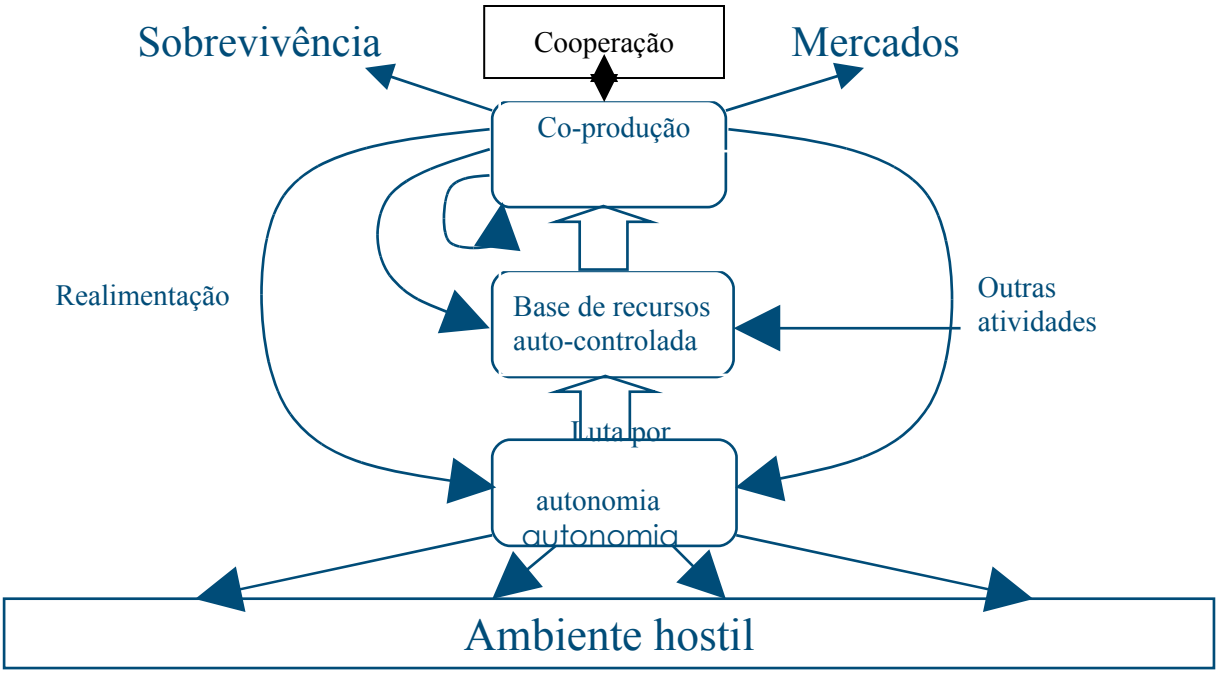
Importante, na teorização do campesinato, Ploeg (2008, p.39) desenvolve uma nova definição da "condição camponesa" situando-a num contexto atual, reconhecendo sua condição de agente como característica central. A condição camponesa e o modo camponês de fazer agricultura correspondem às condições teóricas formuladas, que em conjunto, levam a um enriquecimento teórico dos estudos camponeses, enquanto, ao mesmo tempo, aumentam sua utilidade na prática.

Logo, as características fundamentais da condição camponesa[4], apresentadas por Ploeg (2008, p.40), são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Figura 1 – Esquema da condição camponesa

[3] Em geral, a noção de agencia atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida. Dentro de limites de informação e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem "capacidade de saber" e "capacidade de atuar". Intentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor, e em certa medida estão em torno de suas próprias ações, observando como outros reagem à sua conduta e tomando nota das várias circunstâncias contingentes (LONG, 2007, p.48).

[4] A noção de "condição camponesa" vem sendo usada em vários estudos camponeses anteriores como um prelúdio para a especificação em termos da posição da classe. Contudo, o que me interessa neste ponto não é a classe nem as relações de classe, uma vez que, tal como muitos outros atores, os camponeses participam de vários campos situacionais e históricos. De qualquer forma, as condições que os camponeses enfrentam ou criam (ver Capítulos 6 e 7) não dependem de sua localização numa posição de classe reificada.



Fonte: Ploeg, 2008.

A co-produção refere-se à interação entre e transformação mútua constantes entre o homem e natureza viva. Recursos sociais e naturais são constantemente configurados e reconfigurados gerando novos níveis de co-produção. Na co-produção expressam-se a agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, a agroindustrialização, bem como fenômenos recentes, como o turismo rural. A natureza artesanal do processo de produção, a centralidade da artesanalidade e a predominância de unidades familiares estão intimamente relacionadas com a co-produção e com a co-evolução do homem e da natureza viva. Ploeg (2008, p.41), enfatiza que do ponto de vista teórico, é através da co-produção que o progresso é alcançado[5].

É na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado.

> Melhorando lentamente a qualidade e a produtividade dos recursos essenciais – terras, animais, culturas, instalações, infra-estruturas de irrigação, conhecimentos, etc. –, aprimorando o processo de produção e reestruturando as relações com o mundo exterior, os camponeses lutam e por fim alcançam os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas unidades agrícolas (PLOEG, 2008, p.41).

Uma base de recursos auto-controlada e uma co-produção administrada por camponeses são um processo de trabalho onde o homem e a natureza viva se encontram e onde ciclos diferentes são integrados conjuntamente.

[5] Assim surgem formas endógenas de desenvolvimento.

A auto-suficiência não se relaciona à sobrevivência, e sim ao aumento dos recursos. A auto-suficiência inclui os conceitos locais, orientados para o autor. Conceitos que se utiliza para organizar seus mundos, suas práticas. Um conjunto de recursos auto-controlados não depende do mercado, mas permite produzir para os mercados, e isto se exprime para todos os recursos disponíveis – vacas, terra, etc.

O campesinato representa basicamente uma luta constante por autonomia[6] ou a busca pela "liberdade dos agricultores", como Slicher van Bath (1948, 1978 apud PLOEG, 2008) expressou. Liberdade que implica, dois tipos de relações: um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre de relações agressivas de exploração e submissão, e outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade para agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos. Enquanto as relações de dependência se situam dentro da própria formação social, a busca por autonomia e a construção dessa mesma autonomia centram-se, mais uma vez, nas inter-relações entre a unidade agrícola e seu contexto. Entretanto, conforme Ploeg (2008, p.49), é importante notar que lida-se com graus de sistemicidade (GOULDNER, 1978 apud PLOEG, 2008) que vão desde níveis elevados de integração em sistemas e dependência, passando por todo o tipo de situações intermédias, até níveis elevados de relativa autonomia.

Outro aspecto importante, a questão da pluriatividade que é concentrada para desenvolver outras atividades ajudando na suplementação da renda, muitas vezes servindo também para obter recursos para aplicar na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Conforme analisado por Ploeg (2008, p.49-50), através da pluriatividade a dependência de circuitos bancários e prestações pode ser evitada.

> Pode até parecer que a pluriatividade apenas substitui um padrão de dependência por outro. Entretanto, há uma diferença estratégica. Quando as sementes, fertilizantes, etc. foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato "pagos". Esses insumos são comprados como mercadorias, mas entram no processo de produção da unidade agrícola como valores de uso. Eles não devem ser mais valorizados em termos de valor de troca. A história social particular destes recursos confere ao camponês a *liberdade para* fazer com eles o que melhor entender (ele pode emprestá-los a um vizinho ou vendê-los de novo para pagar a conta do hospital da mulher). Contudo, se esses insumos forem comprados a crédito, eles terão de ser pagos com juros e com os produtos que serão gerados no *próximo* ciclo de produção, o que muitas vezes implica uma reestruturação do processo de produção (por exemplo, para evitar riscos). E se o mau tempo provocar a perda da colheita, o camponês provavelmente perderá sua terra (PLOEG, 2008, p.49-50).

[6] A autonomia, tal como é aqui discutida, não deve ser interpretada como uma categoria negativa, como uma instância que não é condicionada por ninguém. Pelo contrário, refere-se à autonomia relativa - ao espaço de manobra, tal como definido por Long (1985), que consiste em uma constelação em que a responsabilidade e a condição de agente se manifestam. A relevância desta especificação será salientada quando a questão do Império for discutida.

Em linhas gerais, os níveis de renda familiar são mais elevados em unidades pluriativas do que nas chamadas unidades em tempo integral. Um estudo irlandês sobre pluriatividade concluiu que esse fenômeno não é uma expressão da pobreza. Pelo contrário, a pluriatividade está associada ao bem-estar (KINSELLA, et al, 2000 apud PLOEG, 2008, p.50).

O CASO DE CRISSIUMAL

Observa-se que a presença da globalização na agricultura, pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo "novas" formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades. A percepção de adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante e da sua possibilidade de se adequar à lógica do capital, se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas.

Nesta concepção, a pluriatividade entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, seria uma expressão dessa tendência, e se manifesta como um "transbordamento do urbano sobre o rural" (SILVA, 1999), sendo responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo a originária de famílias de pequenos agricultores. Além disso, se caracteriza também pela não identificação do espaço rural à atividade agrícola, se é que podemos dizer que algum dia houve esse rural exclusivamente agrícola.

Outra argumentação, cuja pluriatividade não seria uma prática estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas atuando, portanto, muito mais como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola ou das famílias do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola. Ela não seria, portanto algo transitório e conjuntural, mas também não poderia ser generalizada para toda e qualquer situação, sendo característica de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas e não mais pela produção (SCHNEIDER, 2005).

Com uma população de 15.000 habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, inserido na Microrregião Celeiro. Emancipado do município de Três Passos no ano de 1954, o município de Crissiumal possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de

fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. Além das agroindústrias do Pacto Fonte Nova[7], destacam-se a indústria moveleira e de calçados. De agropecuária diversificada, cerca de 62 % da população mantém sua residência no meio rural (PACTO FONTE NOVA, 2006).

Na perspectiva territorial de uma nova ruralidade, uma nova forma de gestão do desenvolvimento, o Pacto Fonte Nova, revela a tensão entre o local e o global. Onde os alambiques de cachaça que existem tradicionalmente nos costumes locais, são regularizados conforme a exigência da Legislação. Essa atividade constitui uma alternativa viável no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo, proporcionando estabilidade no nível de renda, emprego e qualidade de vida, desempenhando um papel de desenvolvimento local sustentável ao proporcionar diversificação da atividade econômica.

Em Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de derivados como a cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado, evidenciando os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. A comercialização dos produtos é realizada a nível local, regional e estadual, com registro de exportações para outros países, como Chile e Alemanha. Com isso, o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova[8], gerou mais de 260 empregos diretos, industrializando mais de 114 produtos e com o faturamento das 44 agroindústrias familiares anual no ano de 2004 sendo superior a 2,4 milhões reais[9]. Sendo que nos últimos três anos Crissiumal recebeu mais de 250 caravanas e excursões que vem dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e Países, com o objetivo de conhecer a iniciativa de agroindustrialização local (MAIA, 2008).

Uma alternativa de reprodução social que foi adotada em reposta a tensão entre um movimento global de modernização agrícola excludente e as iniciativas locais, numa conjuntura universalizante onde o rural se apresenta "urbanizado", numa nova ruralidade, pluriativa como forma de "sobrevivência" num sistema maior – o sistema capitalista.

[7] Surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos, gerando empregos e receitas públicas. Para facilitar aos consumidores a identificação dos produtos de origem no município, decidiu-se pela criação de um SELO de Qualidade, nascendo a marca Fonte Nova

[8] O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal mobilizou as principais entidades e lideranças locais, destacando-se no Conselho de Administração, a Prefeitura Municipal de Crissiumal; EMATER-RS; Associação Comercial e Industrial; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; SICREDI; Banco do Brasil; Banrisul; Caixa Econômica Federal; Conselho Municipal de Agropecuária; Associação dos Técnicos Agrícolas e Câmara Municipal de Vereadores

[9] Banco Central do Brasil, 2007, www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Palestras/10_2_Walter.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão demonstrou que há uma nova possibilidade de analisar o campesinato, as populações rurais, suas multiplicidades e formas de luta e resistência, considerando novas alternativas de ação e reprodução em busca de autonomia num mundo caracterizado por relações de dependência (PLOEG, 2008). A autonomia como necessária frente à dependência e a privação.

Logo, conforme defendido por Ploeg (2008), a característica especifica das populações camponesas é que a autonomia e o seu progresso são criados através da co-produção entre o homem e a natureza. E, que a natureza é usada para criar e desenvolver a base de recursos que é complementada pela mão-de-obra, investimentos na produção, conhecimentos, redes de cooperação, acesso a mercados, etc. Partindo da condição camponesa, é possível especificar o modo camponês de fazer agricultura a partir de sua condição de agente.

No estudo de caso apresentado, notou-se que mesmo após a modernização o campesinato, a agricultura familiar continuará existindo sob muitas formas, e neste caso, como uma alternativa de gestão e de desenvolvimento a partir das agroindústrias familiares. Numa abordagem do desenvolvimento a partir de perspectiva e visão interna ou endógena.

Por outro lado, finalizando este estudo, vale dizer, que os limites de um desenvolvimento local endógeno não são fixos.

> Um exemplo bem simples pode ilustrar as considerações finais: uma criança não se torna adulta, capaz de sustentação e auto-determinação, sem internalizar criticamente e dentro de padrões e organizações particulares e individuais as interdições que garantem sua reprodução na sociedade. Porém, nenhuma criança se torna adulta sem a mediação "endógena" da autoridade e da educação. Toda a criança em transição para a fase adulta é um sistema em desenvolvimento endógeno. Mas um sistema que vive dentro de outro sistema – a família, que vive dentro de outro – a comunidade, a localidade, que vive dentro de outro – a sociedade, a nação, e assim por diante. Nenhum destes subsistemas pode se desenvolver sem relação com o (vale dizer, sem depender do, sem se moldar pelo) sistema maior do qual é parte. E, por definição, nenhum subsistema pode se desenvolver ou alcançar auto-determinação, se depender apenas das impulsões do sistema maior (PAIVA, 2006, p.4).

Ora, um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxilio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no exterior[10]. Empiricamente, identifica-se (ao menos, hipoteticamente numa fase inicial) o fundamento legítimo do modelo

[10] A articulação com o exterior é altamente potencializadora do desenvolvimento endógeno (PAIVA, 2005, p.4).

de desenvolvimento regional apontado contemporaneamente por North[11]. Onde a especialização produtiva regional controlada desde de dentro e planejada com vistas a deprimir a volatilidade da renda dos agentes internos apresenta-se como instrumento de alavancagem da mercantilização, da urbanização, da divisão do trabalho e da produtividade daquelas regiões caracterizadas pela limitação do tamanho do mercado interno. Como é o caso de Crissiumal, onde na relação com o exterior, há a endogeneização das condições de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Livros da Terra Editora: São Paulo, 1996.

LONG, Norman. Cambio rural, neoliberalismo y mercantilización: el valor social desde una perspectiva centrada en el actor. In: Zendejas, S y de Vries P (eds). **Las Disputas por el México Rural: Transformaciones de prácticas, identidades y proyectos** El Colegio de Michoacán. Zamora, 1998.

LONG, Norman. **Creating space for change: a perspective on the sociology of development**. Sociologia Rurales, v.XXV, n.1, 1985.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York, Routledge, 2001. Tradução de Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodrígues. Mexico: El Colegio de San Luis, 2007.

MAIA, Cláudio Machado. **A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

MAIA, Cláudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto e RIEDL, Mario. Território, Ruralidade e Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Universidade de Taubaté, RBGDR, 2009.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em:< http:// http://www.redeambiente.org.br >. Acesso em: 30 dez. 2008.

OLIVEIRA J., P.H.B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Fase: Rio de Janeiro, 1989.

[11] Usualmente conhecido como "modelo de base de exportação", uma vez que pode-se identificar, pelo menos inicialmente, a transformação de uma tensa relação difuncional entre "tamanho de mercado" e divisão de trabalho, de uma contradição retardadora do processo de desenvolvimento, em um fator de alavancagem desse mesmo desenvolvimento que só é possível através da solução exportadora (NORTH, 1955, p.243-258 Apud PAIVA, 2004, p.24-25). Havendo uma dupla identificação e mobilização: dos seguimentos internos capazes de produzir um excedente vis-a-vis à demanda regional e, de comunidades externas aptas a demandar aquela produção excedente a um preço igual ou superior ao somatório dos custos efetivos de produção.

PACTO FONTE NOVA, 2006. **Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial**. Disponível em: <http://www.pactofontenova.com.br/sobre.php>. Acesso em 28 ago. 2007.

PAIVA, Carlos Águedo. **Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais**. Porto Alegre: FEE, 2006. (mimeo).

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: **Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: **Documentos FEE**. n .59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PLOEG, Jan Douwe van der. **The Virtual Farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**, Royal Van Gorcum, Assen, 2003.

PLOEG, Jan Douwe van der. O que é, então, o campesinato? In: **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. "**O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**". Porto Alegre, PGDR/UFRGS, 16 set. 2005. (Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS).

SILVA, J.G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, S.P. Coleção Pesquisas, n.1. São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola : uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 1991.

RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE E AS RELAÇÕES TERRITORIAIS E A PAISAGEM RURAL, NO CONTEXTO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.

Arilde Franco Alves[1]
Edgard Afonso Malagodi[2]

[1]Prof. *Dr.* em Ciências Sociais - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – E-mail:alves@ifpb.edu.br
[2]Prof. Dr. em Sociologia – PPGCS/UFCG – E-mail: emalagodi@uol.com.br

GT 06 - Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

1- Introdução

Ao aprofundar a temática da multifuncionalidade da agricultura (MFA) no Brasil, em especial no Nordeste, tomando como base empírica o semi-árido da Paraíba, verificaram-se algumas particularidades sócio-ambientais que merecem ser aqui enfatizadas. Refere-se a uma das funções – a *ambiental* – da MFA, que teve destaque na pesquisa de campo, quando se demonstrou os diferentes perfis da *Agricultura Familiar Camponesa* (*AFC*) nas comunidades do *Curimataú Ocidental*. É, pois, um recorte dos *Recursos naturais e meio ambiente* e da *Relação com o território e a paisagem rural*, descritos no *Capítulo VII* da tese[2]. O primeiro, discutido através de: práticas produtivas e as relações com a agricultura 'moderna'; estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente; e, algumas concepções dos camponeses em relação aos recursos naturais. O segundo, evidenciando a inserção do debate territorial na temática da MFA e seu uso enquanto ferramenta analítica do Desenvolvimento Rural (DR).

Metodologicamente, a pesquisa buscou um "novo enfoque" na Agricultura Familiar (AF) permitindo analisar a interação entre famílias e a relação com o meio ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social, considerando os diversos "modos de vida" das famílias na sua integridade. Para tal, valeu-se, primeiramente, de um aprofundamento do marco teórico da MFA, tanto na Europa[3] como no Brasil, descritos, respectivamente, nos *Capítulos I* e *II* do referido trabalho de tese. E, a partir desses, dedicou-se mais dois capítulos teóricos que pudessem caracterizar a região estudada. Num deles os aspectos fisiográficos e sócio-econômicos. Noutro as peculiaridades ambientais, destacando as concepções de

[2] ALVES, A. F. "**As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido**". Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.
[3] Que incluiu um Estágio Doutoral "sandwich", apoiado pela CAPES, junto ao *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (*LADYSS*), na *Université Paris Ouest Nanterre-La Défense* (ex-Paris X).

convivência com a semi-aridez. Porém, por questões de delimitação do tema enunciado, bem como a impossibilidade de se abordar aqui todos esses pontos teóricos preliminares arrolados na pesquisa, reserva-nos ficar apenas neste recorte da função ambiental da MFA.

Assim, o presente artigo está dividido em três partes. Primeiro, uma breve revisão da questão ambiental enquanto *função* da agricultura. Depois, os elementos relacionados aos recursos naturais e ao meio ambiente levantados pela pesquisa de campo. Por fim, uma discussão na direção das *Contradições e possibilidades em um espaço* [território] *de construção social* e a *Qualificação de uma realidade multifuncional* no aspecto ambiental.

2- Da experiência francesa ao debate no Brasil

Na Europa, após o fim da 2ª Guerra Mundial, dada à precariedade estrutural em que se encontrava o setor agrário, de imediato se designou à agricultura, um incremento na produção, seguido de um processo de modernização, assegurando a reconstrução socioeconômica dos países que haviam se envolvido no conflito. Em 1947 é fixado um mínimo de reservas alimentares de certos produtos, garantindo preços e mercado para a produção agrícola. Em 1957, no Tratado de Roma, foram levantados alguns pressupostos sobre o DR, culminando em 1962 com a proposta de uma "Europa Verde", dando origem à Política Agrícola Comum (PAC). Em 1958 surgem os primeiros sinais de precariedade socioeconômica e ambiental de alguns espaços agrários europeus. Manifestam-se as primeiras preocupações em torno da ordenação territorial. Estes aspectos, somados à perspectiva de criação de um mercado comum, inspiraram a criação, na França, das Leis de Orientação Agrícola (LOA) de 1960 e 1962, que formaram a base legal e política do contrato entre o Estado e os agricultores.

De fato, as pioneiras pesquisas de Kaiser (1990; 1993) já demonstravam que a revitalização do meio rural era um fenômeno real e durável, mesmo em zonas mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico. Na Europa, especificamente, na França, depois da reforma da PAC em 1992, certos dispositivos de regulação territorial foram reforçados e passaram a demonstrar retornos práticos. Além disso, nas pioneiras discussões sobre a MFA, Allaire (1995) via nas formas 'marginais' de agricultura de resistência ou alternativas dos anos de 1980 indícios de uma transformação do rural. Somando-se a essa tese de alternativas à agricultura, decorrentes de uma forte pressão ambiental que acontecia na Europa e, sobretudo, corroborada pela crise econômica deflagrada com primeiro choque do petróleo de 1974-75, o centralismo produtivista começou a ceder espaço.

O conceito de MFA surge, em meados dos anos de 1990, alicerçado em três preocupações: a) ligação da agricultura com o meio ambiente num processo de desenvolvimento sustentável; b) relações da agricultura com a segurança alimentar; c) relações da agricultura com o comércio internacional. Essa noção passa a ser reconhecida no texto da *Agenda 21* de 1992, com título "*Promoção de um Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentável*" (FAO, 1999). Nesse sentido, o termo fazia referências às diferentes dimensões produtivas, sociais e ambientais das atividades agrícolas. Daí em diante, inúmeros eventos ocorridos ao longo da última década[4], todos fazendo referências às "*múltiplas e indispensáveis funções da agricultura*", na ótica da segurança alimentar.

Numa avaliação mais recente, Cazella (2003) diz que na França a MFA passou a ser interpretada com a pedra angular de um modelo de DR construído à margem da PAC, principalmente, no momento em que se ampliaram às discussões sobre as contradições do modelo de agricultura profissional. É importante salientar que os impactos negativos causados pela agricultura sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a paisagem rural, bem como em relação ao sistema de ocupação de áreas e a problemática da qualidade dos alimentos forçaram o debate em torno da necessidade de uma política de regulação.

E no Brasil os estudos começaram a partir de uma interlocução, com pesquisadores franceses, envolvendo diversas instituições de pesquisa, que em meados de 2001 resolveram aprofundar as bases epistemológicas sobre a temática da MFA. Então, sob a coordenação do CPDA/UFRRJ, é encaminhado a CAPES, um projeto de estudo sobre "*A noção de MFA, aspectos analíticos e (...)*"[5]. Posteriormente, um segundo projeto de pesquisa "*Estratégias de DR, MFA e agricultura familiar: Identificação e avaliação de (...)*"[6], desta vez, com o apoio financeiro do CNPq e, se desenvolveu, concomitantemente, nos Estados do PI, RJ, SC e SP, que depois incorporou pesquisas desenvolvidas na Paraíba (Lagoa Seca e Soledade) e em Tocantins, sob a tutela de pesquisadores do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD). Entre as propostas da equipe, estava a realização de pesquisas de campo, que possibilitaram "*explorar as possibilidades oferecidas pela noção de MFA em face das peculiaridades da realidade rural brasileira*". Isso permitiu definir um referencial comum em torno desta noção e "*apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do Desenvolvimento Rural Sustentável*".

[4] Rodada do Uruguai [1994], a Declaração de Québec [1995], a Conferência Mundial da Alimentação [1996].
[5] MALUF, 2001. 49 p.
[6] MALUF, 2001a. 21 p.

Mais recentemente, a luz das constatações e angústias da equipe, que realizaram a pesquisa anterior, a qual apontou a necessidade de aprofundar o debate referente aos processos de Desenvolvimento Territorial Rural, foi desenvolvida uma terceira etapa de estudos[7], entre os anos de 2006/08, contando com o apoio do NEAD e do *IICA*. Assim, semelhante às etapas anteriores, isto é, através uma rede interinstitucional de pesquisadores[8] enquadrada num debate maior, que ocorria igualmente em outros países, em torno da apropriação do tema da MFA, enquanto ferramenta de políticas públicas, especialmente, daquelas relacionadas à questão territorial. Nessa etapa incorporaram-se planos do território e da sociedade, enquadrando-se rol de estudo da *Rede de Pesquisa Internacional*[9], que buscava legitimar a AF multifuncional, a partir da observação das dinâmicas ou processos socioeconômicos em diferentes situações empíricas.

3- Recursos naturais e meio ambiente

Na *Introdução* considerou-se a necessidade de analisar a interação entre as famílias rurais e a relação com o meio ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social. Na seção anterior, ao se resgatarem as concepções sobre a MFA, igualmente, a questão ambiental esteve na pauta, sendo uma das principais razões da emergência das discussões na Europa, que apontava políticas de revitalização e reintegração territorial, enfatizando uma agricultura de melhor qualidade ambiental. Por outro lado, sabe-se como se deu a exploração do espaço agrário do Semi-Árido, decorrente da implantação, primeiramente, da pecuária, seguindo-se de uma agricultura sem qualquer cuidado com o ambiente. A confirmação disso teve-se a partir dos primeiros contatos com o local estudado, bem como das informações e entrevistas com os "atores sociais" locais, descritas no *Capítulo VI* da tese, que demonstra a clarividente forma de como ocorreu o uso dos recursos naturais no *Curimataú Ocidental*[10].

Para Maluf (2003), a preservação dos recursos naturais só pode ser avaliada, quando são consideradas as relações entre a agricultura praticada pelos camponeses no território em que vivem. Isto porque, de modo geral, é permeada por inúmeras controvérsias entre os *objetivos* e as *práticas* desenvolvidas por essa agricultura. Diante disso, a amostra dos 32 estabelecimentos, através das entrevistas junto nas oito comunidades, buscou elucidar questões relacionadas aos recursos naturais, através dos pontos a seguir descritos.

3.1- Práticas produtivas e as relações com a agricultura 'moderna'?

[7] MALUF *et ali*., 2006/08.
[8] Da UFRRJ-CPDA (coord.), UFSC-CCA, UFRGS-PGDR, UERGS, EMBRAPA Meio Ambiente, USP/ESALQ, UFES, UFCG e UFPA pelo Brasil e o *CIRAD* pela França.
[9] Que tinha, entre os diferentes eixos temáticos, o da "*Construction d'une démarche d'analyse au niveau local a partir d'un dispositif en France au Brésil.* In: VÉRON, F. (coord.), 2003. pp. 109-112.
[10] Que em nossa amostra teve os municípios paraibanos de Olivedos, Soledade, Pocinhos e Algodão de Jandaíra.

Em relação aos sistemas de produção, constatou-se que em todos os estabelecimentos que realizam algum tipo de cultivo, o fazem de forma convencional, preparando os 'roçados', ou através da aração, ou de um cultivo mínimo através do uso da enxada, após realizarem a 'broca' da área. Dos que fazem a aração, a grande maioria já não utiliza mais a tração animal, pois entre os municípios pesquisados há alguns que são beneficiários dos serviços da "patrulha agrícola mecanizada", que faz a preparação de terras, na época do plantio. Já entre aqueles, que, ainda, possuem animais para o trabalho na lavoura, no máximo os utilizam para as tarefas complementares de capina e transporte da colheita. Entre os entrevistados, quando questionados sobre a não ou pouca utilização da tração animal, muitos alegaram que,

> "*por causa das secas que têm ocorrido nesses anos todos, tem poco pasto pras criação, as áreas são pequenas, fica tudo muito difícil, [...] manter uma junta de bois ou um jumento pra os trabalho do cercado*" (Agricultor do "sítio" Serra do Algodão – Algodão de Jandaíra).

Referente ao uso de insumos e outras técnicas da agricultura "moderna", percebeu-se que as respostas eram evasivas, já que no rol de questões estava àquelas relacionadas ao uso ou não de agrotóxicos, demonstração de uma espécie de receio dos entrevistados em responder fielmente sobre esse assunto. No máximo, respondiam que utilizam "... *somente veneno para matar formiga*", como se os riscos fossem menores, tanto para o ambiente como para o agricultor, já que, normalmente, manipulam esses produtos sem o mínimo de cuidados e de orientação técnica. De fato, há um uso relativamente pequeno de insumos, se comparado com outras áreas de produção mais dinâmica, do ponto de vista do agronegócio, como é o caso de municípios vizinhos (Remígio e Esperança). Nesse item *insumos*, o questionário apontou que a grande maioria ainda utiliza sementes 'certificadas' distribuídas pelo governo, mesmo que alguns relatos tenham sido de que tais sementes,

> "*... não têm dado o esperado*, *igual aqueles que dava antes, [...], que a gente tirava das 'roças' [...] de tudo que a gente usava prá comer, daquilo que plantadas com sementes que a gente mesmo guarda ou que um vizinho cede prá gente*" (agricultor do "sítio" Jandaíra – Algodão de jandaíra).

Talvez essa controvérsia esteja relacionada com a facilidade e a certeza dos agricultores, de que a cada ano programas farão à distribuição de sementes. Prova disso, é quando a coleta de dados estava sendo feita no município de Soledade, período em que já havia iniciado a estação das chuvas, percebeu-se a intensa movimentação dos agricultores junto a Secretaria Municipal de Agricultura, na busca de sementes. Verificamos *in lócus* que essa secretaria possui um Banco de Sementes, e no momento tinha tanto variedades *crioulas*, quanto variedades "certificadas" do Programa Federal de distribuição de sementes. Essa iniciativa tutelada pela secretaria demonstra a importância e o engajamento dos agricultores

no processo de *convivência* com a semi-aridez, tanto no uso de sementes crioulas quanto no sincronismo das atividades de cultivo às condições climáticas locais.

3.2- Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente

Em relação à estrutura dos estabelecimentos, no tocante ao abastecimento de água, destino dos dejetos e do lixo, a pesquisa encontrou uma diversificada situação sanitária e ambiental, relacionadas, obviamente, a fatores como: grau de instrução das pessoas do núcleo familiar; faixa etária do grupo doméstico; tipo de atividade (agricultura ou pecuária); estrutura das moradias, etc. Assim, referente ao abastecimento de água os resultados apontam a forte presença de cisternas, especialmente as do tipo "placas", ultrapassando a 65% dos estabelecimentos pesquisados. Porém, encontramos quase 20% dos estabelecimentos, especialmente nos municípios de Algodão de Jandaíra e Olivedos, que ainda não possuem esse tipo de reservatório da água de longa duração. Possuem, porém, outros tipos de reservatórios, de menor capacidade (como tanques de cimento). Estes, por sua vez, são abastecidos, regularmente, pelos carros-pipa do exército e/ou das prefeituras municipais. Outros se abastecem de água 'potável' através de depósitos do tipo "Tanque de Pedra", construídos aproveitando as formações naturais do terreno. Sobre esse último tipo de reservatório, quando questionamos sobre a qualidade dessa água, muitos respondiam: "*... só utilizamos pra o consumo das criação*" (agricultor do "sítio" Umbuzeiro – Soledade). Contudo, faz-se necessário esclarecer que estes tipos de reservatórios são bastante vulneráveis, do ponto de vista quantitativo e sanitário, respectivamente, pela rápida evaporação da água armazenada e facilidade de contaminação, já que a maioria fica a céu aberto. Referente ao destino dos dejetos humanos encontrou-se uma razoável estrutura nas residências visitadas, ou seja, 50% delas têm instalações sanitárias com fossa séptica e outros 22% possuem pelo menos uma privada (latrina). No entanto, em alguns "sítios" menos estruturados, encontramos um considerável número de habitações que ainda não possuem instalações sanitárias (mais de 20%), dando um destino incorreto aos dejetos (a céu aberto).

Estas duas informações (abastecimento de água e do destino dos dejetos) foram comparadas às informações fornecidas pelos agentes de saúde locais (do PSF). Os dados confirmam os erros no uso da água e a falta de condições sanitárias, através dos inúmeros casos, pelos mesmos confirmados, de enfermidades de transmissão hídrica. Isso condiz com alguns IDHs do lócus pesquisado, que contribuem para a manutenção de alguns índices negativos da saúde da população rural. Ainda em relação a questão sanitária, porém relacionada com o destino dos dejetos dos animais, as informações deram conta que grande parte dos estabelecimentos dá importância ao destino corretos das excretas dos animais, ou

seja, juntam em determinado local e aproveitam como adubo nos 'roçados', especialmente de milho, feijão e palma forrageira. Verificamos, ainda, que, apenas, dois estabelecimentos utilizam esses dejetos na produção técnica de compostagem, igualmente, utilizada na lavoura. Por fim, na mesma questão, encontrou-se ainda um considerável percentual (quase 30%) de estabelecimentos, em que seus moradores não se preocupam com a questão ambiental, tampouco vislumbram o aproveitamento dos dejetos dos animais, no sentido socioeconômico.

3.3- Os recursos naturais: algumas concepções dos camponeses

Encerrando esse eixo de questões sobre os *Recursos naturais e meio ambiente*, se buscou saber a concepção dos agricultores sobre o uso de alguns recursos naturais como água, vegetação e fauna local. Preliminarmente, cabe ressaltar que, além de ser uma questão bastante subjetiva, na maioria das vezes, foram respondidas com certas ressalvas pelos entrevistados, alegando que o assunto era delicado de se abordar. Segundo algumas confidências, além da pressão da lei e da opinião pública sobre a problemática ambiental, no cenário atual, como um compromisso cidadão de todos, muitas vezes, os agricultores são colocados como os únicos vilões do problema.

Deste modo, foram levantadas duas questões: i) *Nos últimos 10 anos, as matas na região aumentaram, diminuíram ou permaneceram em igual patamar*? ii) *Nos últimos 10 anos, as espécies silvestres da região aumentaram, diminuíram ou permanecem sendo vistas com a mesma freqüência*? Sistematizadas as informações, 33% e 15% optaram, respectivamente, por não responder sobre a situação da flora e da fauna local. No entanto, considerável número (46%) percebem que as matas têm diminuído ao longo dos anos e uma outra maioria (65%) foi categórica em responder que a fauna é quase inexistente, devido à caça ao longo do tempo. Muitos desse grupo até ilustraram com declarações de que:

> "*... muita gente de vez em quando vive da venda de uma lenhazinha, [...], vendendo carvão, mesmo sabendo qui pode a qualqué hora ser pego pelo IBAMA*" (agricultor do "sítio" Arruda - Soledade).

Outro também afirmou que:

> "*... tem gente, [...] ainda as vez pega um tatu peba por essa caatinga ai, mesmo sabendo que é proibido...; mais é difícil, tem muito poca caça hoje...*" (agricultor do "sítio" Umbuzeiro - Soledade).

Além disso, determinado percentual (18% e 15%) de entrevistados responderam, respectivamente, que as matas e a fauna estão da mesma forma, como era há algumas décadas. Com isso julgamos que essa heterogeneidade das respostas dos agricultores denotam distância entre a compreensão destes e a emergência da problemática ambiental.

4- Contradições e possibilidades em um espaço de construção social...

Na arena da construção social, falar no emergente debate territorial é, igualmente, re-configurar as ruralidades em que identidades sociais e coletivas passam a ser interrogadas no mesmo patamar das práticas agrícolas, principalmente, quando é adicionado um preocupante ingrediente, o ambiental, as diferentes modalidades de ação ecológicas e sociais se interdependem e onde as fronteiras da ação coletiva e pública se redesenham. Esses são os pressupostos de Billaud (2004), ao analisar os *desafios* e os *paradoxos* da problemática ambiental em se tratando de ruralidades contemporâneas. Nesse sentido, sem deméritos às inúmeras concepções sobre território mesmo sendo num olhar de situações européias, as considerações de Billaud (*op. cit*.) merecem atenção, não somente, por ser território o espaço de *construção social*, *ação coletiva* e *importância da questão ambiental*, mas também pela capacidade de resgatar o necessário e convergente debate – a *questão camponesa* no contexto da modernização e as *microsociedades rurais* no contexto de integração social – aos quais há traços comuns. Com isso, pode-se dizer que o que se tem na Europa é uma superação de alguns paradigmas. O mais notável é o da integração urbano-rural, que no Brasil tem sido um debate impróprio ou, às vezes, desfocado (SABOURIN, 2007).

Outro paradigma que parece ter sido igualmente superado, ao menos no discurso, é o distanciamento entre camponês e agricultor [profissional], quanto à importância de seus específicos papéis. Não que não haja diferenças, mas cada vez é mais destacado o papel do camponês no contexto das ruralidades contemporâneas, principalmente, quando emergem as questões ambientais, que têm na agricultura o centro dos debates. Nesse aspecto, em complemento, Billaud (*op. cit.*) destaca que esses *desafios*, colocados no âmbito do desenvolvimento agrícola e rural, como um projeto de modernidade da sociedade, são ao mesmo tempo, capazes de evitar o constrangimento do sistema produtivo em relação ao ônus ambiental e à radical separação entre espaços de produção e de proteção. Desse modo, faz emergir nos espaços rurais particularidades de:

> "Pertencer aqueles que se nomeia 'bens comuns' [**como**] a água com seus desafios de escassez, de qualidade e de apropriação; os recursos naturais em sua dimensão renovável (a pesca, a madeira) ou em seu caráter de irreversibilidade (como os problemas de erosão, de contaminação, salinização, desertificação, etc.)" (BILLAUD, 2004, p. 115). [adendo meu]

Estando a agricultura, enquanto atividade, no centro desses desafios, no mais crucial dos momentos (produzir mais, porém com os quesitos de qualidade, sanidade, etc.). Em decorrência disso, destaca como *paradoxo* a ambivalência ou a ambigüidade que encarna a noção de agricultura duradoura, tendo de um lado a imposição dos mercados, através dos

preços (as eco-condicionalidades, por exemplo) e de outro, o modelo patrimonial, baseado na concertação e ajudas diretas. Disso suscitam dispositivos sócio-técnicos ligados ao tratamento dos problemas ambientais, definindo dessa maneira, cenários locais, que refletem a diversidade sociológica dos espaços rurais. Contudo, compensando determinadas contradições das políticas públicas, como essas apontadas por Sabourin (*op. cit*.), existem algumas experiências que convergem, como 'espaço de construção social' em determinadas ruralidades. Refere-se aqui ao estudo desenvolvido por uma equipe do Grupo de Pesquisa sobre a MFA no Brasil[11], ao qual se referiu na primeira seção deste artigo, ou seja, através de um estudo de caso – da *Borborema* – que foi pesquisado na região de intersecção ao lócus empírico do presente estudo, que comparou duas distintas dinâmicas territoriais, ligadas a territórios de políticas públicas.

Segundo Piraux & Bonnal (2009) essa pesquisa pautada em quatro fatores de diferenciação espacial na Região da *Borborema*, atribuiu, metodologicamente, cinco diferentes zonas de específicas características, no sentido de caracterizar, duas diferentes dinâmicas territoriais – a do Pólo Sindical e das Associações da *Borborema* e a do Fórum de Desenvolvimento Territorial[12] – no contexto da MFA. O primeiro fator de diferenciação dessa heterogeneidade espacial foi à intensidade pluviométrica entre os diferentes municípios pesquisados; o segundo, relacionado à amplitude das dinâmicas socioeconômicas, através da atuação de diferentes instituições (Sindicatos, ONGs, etc.), no sentido de possíveis alianças e/ou divergências em torno de determinadas tecnologias produtivas (a agroecologia, por exemplo); o terceiro, pela influência de pólos urbanos e vias de comunicação representados, por Campina Grande; e, o quarto relacionado com as práticas, mais ou menos articuladas e sensíveis às dinâmicas territoriais, das administrações locais (das Prefeituras).

Se no início desta seção deu-se ênfase ao aspecto ambiental, nesse espaço de construção social denominado território (BILLAUD, 2004) e se na seqüência valorizaram-se as estratégias territoriais denominadas ações coletivas (SABOURIN, 2007), foi para referendar o marco teórico apresentado, quando se afirmou que o território é, cada vez mais, multifuncional, por abrigar a fronteira entre a sociedade e a natureza, exigindo, por vez, políticas mais integradas. Isso não só 'desmonta' o discurso setorizado, como, também, propicia, na prática, ações de desenvolvimento sustentável do espaço rural.

[11] PIRAUX, M; BONNAL, Ph. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.), 2009. pp. 113-135.

[12] Que reúne sindicatos da Região da *Borborema*, a partir dos STRs de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que a partir de 1995, com o apoio de ONGs como o PATAC e AS-PTA, passaram a adotar as estratégias mobilizadoras em torno da importância da agricultura familiar e o conjunto de experiências que dela existentes, no sentido alternativo ao processo de 'modernização' da agricultura.

5- Qualificando uma realidade social *multifuncional*

Com referência aos *Recursos naturais e meio ambiente*, reiteradas as informações, de um modo geral, há um conjunto de ações (atividades), que pouco corroboram na manutenção de determinados *recursos naturais* dessa porção do bioma Caatinga, bem com na construção de uma *sustentabilidade territorial*. Malgrado parecer bastante pessimista esta consideração, há ações e atitudes encontradas pela pesquisa, que permitem apontar como um espaço que se define como de *concertação* social (SABOURIN, 2007) ou de *construção social, (...) e importância da questão ambiental,* resgatando *o necessário e convergente debate – a questão camponesa* – contextualizado no processo de modernização das sociedades rurais (BILLAUD, 2004), como um desafio que deve ser construído coletivamente.

Nesse aspecto, primeiro, em relação às *Práticas produtivas e as relações com a agricultura moderna*, o que foi encontrado demonstra uma enorme e perversa transformação: de forma concreta, do pioneiro ambiente de Caatinga e de forma abstrata, das concepções sobre os limites e riscos de determinadas práticas (tanto 'modernas' como 'arcaicas' de uso do espaço). No caso, ambas as transformações, pressionadas pela trajetória histórica de ocupação local/regional e pelos ditames capitalistas de uso da terra. Decorrente disso, em que pese esta avaliação, ratifico a concordância com Maluf (2003), de que avaliar a preservação dos recursos naturais à luz das diferentes agriculturas desenvolvidas precisaria de uma minuciosa consideração de todas essas práticas, principalmente em seus elementos técnicos (questões edáficas, uso de insumos, técnicas agronômicas, etc.). No entanto, isso fugiria aos objetivos do estudo, que tem na caracterização das atividades agropastoris levantadas, apenas elementos qualitativos para contextualização sócio-ambiental. É preciso dizer que a pressão da 'modernização' agrícola, impôs determinados usos e tecnologias como a da aração mecanizada, mesmo que as condições agronômicas dessas áreas indicam-na como sendo totalmente impróprias. Além do mais o processo segregador da 'modernização' imposto àqueles menos capitalizados, dificuldades no acesso à terra e aos modelos (técnicas e informações) de práticas agrícolas mais adequadas a cada realidade ambiental. Isso ocorreu, sobretudo, no período áureo da "Revolução verde", que tinha como norma (nas próprias políticas públicas) voltada aos agricultores, a tese de: "*ou adotar ou ficar de fora do processo modernizador da agricultura*", como se todos os diferentes ecossistemas possuíssem as mesmas aptidões agrícolas, logo idênticas políticas, ou seja, regras e políticas dirigidas ao Sul, integradas ao agronegócio, também serviriam ao Nordeste, majoritariamente, camponês.

Segundo, quanto à *Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente*, as considerações complementares, especialmente daquelas relacionados à ambiência humana

nesses estabelecimentos, denotam que estão condicionadas à água. Ou seja, quase todas as ações e melhorias estruturais ficam pré-condicionadas à suficiência de água para o abastecimento. Como atividade minimizante dessa dada situação tem sido o trabalho de ONGs na construção de reservatórios de água (cisternas de placas) e dos agentes públicos do PSF, que acrescem orientações no âmbito sanitário dessas famílias rurais. Do ponto de vista técnico, esses dois exemplos de ações corroboram com a tese de que a saúde ambiental está diretamente relacionada à saúde humana e, principalmente, na estrutura (ambiência) destes estabelecimentos rurais. Do ponto de vista da MFA, ambas as ações propiciam um aprendizado sobre a necessidade de *proteção* e *renovação* dos recursos naturais, enquanto *função* ambiental que emana das atividades agrícolas.

Terceiro, em relação a *algumas concepções dos camponeses* sobre os recursos naturais, em que pese a visível descaracterização do bioma da Caatinga, a percepção, inicial que se teve foi que entre aqueles que se manifestaram, opinando sobre questões como: o desmatamento, a caça e as outras atividades relacionadas aos recursos locais, ainda é daquela que: separando a natureza do convívio e/ou ação do homem é o correto, "*uma concepção construída pela memória dominante*" (NEVES, 1994) ou daquela concepção de que o ato de preservar e/ou defender os recursos naturais fosse o de deixá-lo intocável.

Juntando esses três pontos referentes aos recursos naturais e a biodiversidade, poderíamos dizer que há uma precária situação ambiental, decorrente do processo de exploração espacial, sumamente pressionada pelas condições de pobreza dos agricultores familiares. No entanto, há alguns exemplos no âmbito do aproveitamento desses recursos, como o uso do Xique-xique na alimentação animal no período de escassez de pastagens; o da construção de tanques de pedra, aproveitando as características naturais do estabelecimento. Ambos os exemplos de sintonia e, ao mesmo tempo, aproveitamento racional desses recursos disponíveis, referendando aquilo que Neves (*op.cit.*) apontou, o da inseparável relação homem-natureza. Diz-se isso por compreender que determinadas atitudes, podem somar no sentido da multifuncionalidade territorial no aspecto ambiental, através da proteção e ao mesmo tempo usufruto desses recursos como suporte às atividades econômicas.

Descontadas essas mecânicas concepções sobre os recursos naturais, ditadas em sua maioria pela pressão da sociedade e/ou regras fiscalizadoras, que obrigam ao agricultor construir um senso de que o natural deva ser intocado, há (ainda que raros) bons exemplos dessa sincrônica relação homem-natureza. Refere-se às ações de alguns agricultores em Pocinhos, que passaram a construir coletivamente ações e concepções de proteção e renovação dos recursos naturais (cisternas de placas, cercas-vivas, barragens subterrâneas,

banco de semente, etc.), na lógica da *convivência* com a semi-aridez. Portanto, essa precariedade ambiental é minimizada por ações dessa ordem. Estas referências são a proposta, ainda em construção, da ação das ATERs, em desenvolverem uma assistência técnica no viés da agroecologia. Quiçá isso venha ganhar vulto, qualificando essa função ambiental.

6- Considerações finais

A primeira ponderação, que faço vai em direção da importância da questão ambiental, por ter sido esta uma das questões-chave para o uso dessa ferramenta teórica (a MFA) na internalização de dinâmicas de reprodução social, de ruralidades contemporâneas, na Europa, que no Brasil, ainda, se somam a outros ingredientes mal resolvidos, dentre eles a problemática fundiária. A segunda, em relação ao modelo de política pública adotada pela *PAC* na União Européia (por exemplo, através de CTE, depois pelo CAD na França). Desse modo, a experiência francesa, em particular, permite-nos pensar uma melhor forma de apoio público a AF no Brasil, sobretudo, a de modo camponesa, predominantemente presente no local estudado. Além disso, a concepção territorial, concretamente, ainda, é incipiente no local estudado, pois determinados índices sociais obstaculizam atitudes (coletivas) voltadas a essa construção social, que noutras regiões já é uma realidade. O perfil geral (social) do território demonstrou isso. Dentre estes índices, se destaca a baixa escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, como o grande entrave na compreensão de determinadas necessidades e atitudes, a exemplo da mobilização em torno da questão ambiental.

Isso nos leva, a concluir que o uso da noção MFA, bem como o reconhecimento das *múltiplas funções* da agricultura e/ou do território, deve estar devidamente, adequado a cada situação empírica em questão. Se na Europa essa teoria sócio-econômica foi posta em prática com apreciáveis resultados econômicos, sociais, ambientais e políticos, são, porque, lá ocorreu uma prévia construção coletiva de seus dispositivos; Isso, no Brasil, particularmente na esfera local, está ainda muito distante de dinâmica semelhante. Contudo, isso não invalida a utilização da metodologia da MFA para determinadas iniciativas de políticas públicas (do PRONAF, por exemplo) e dos próprios agricultores (de práticas de *convivência* com a semi-aridez), ambas importantes na construção de uma coesão social da *AFC*. E é nesse espaço que a MFA passa a encontrar eco e pode cumprir sua função ambiental.

7- **Referências**

ALLAIRE, Gilles. *De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire*. **In**: ALLAIRE, G; BOYER, R. (éds.). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris, INRA/Économie, 1995. pp. 381-410.

ALVES, Arilde F. **"As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de *convivência* com o semi-árido"**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.

BILLAUD, Jean-Paul. *Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, nº 10, jul./dez., Editora da UFPR, 2004. pp. 111-18

CAZELLA, Ademir A. ***Développement local et agriculture familiale: les enjux territoriaux le département de l'Aude***. Tours: Université François Rebelais, Thèse doctorat, 2000. 372 p.

_____. *A multifuncionalidade agrícola numa zona rural "desfavorecida": um estudo de caso na região serrana catarinense.* In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 28-43.

_____. *A multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural*. **Revista Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 12-15, jul. 2007.

FAO. ***Contribución da la Francia a la conferencia de la FAO sobre al carácter multifuncional de la agricultura y la tierra***. Maastricht (Países Bajos), sept./1999. (mimeo)

KAISER, Bernard. ***La renaissance rural: sociologie des campagnes du monde occidental***. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

_____. (éd.). ***Naissance de nouvelles campagnes***. Paris: DATAR/L'Aube, 1993. 174 p.

MALUF, Renato S. (coord.). "**A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil**". Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. 49 p. (Acordo CAPES-COFECUB).

_____. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, set. 2001a. 21 p. (Projeto de Pesquisa).

_____. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira*. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

MALUF, Renato *et ali.* **Projeto 'Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil'**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2006-2008. (Projeto com apoio do NEAD/MDA/*IICCA*).

NEVES, Frederico C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT-CE, 1994. 127 p.

PIRAUX, Marc; BONNAL, Philippe. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB) – O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura*. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 113-35.

ROUX, Bernard; BONNAL, Philippe. *Analyse au neveau de la prise en compte de la multifonctionnalité de l'agriculture au Brésil à partir d'un dispositif comparatif régional. Rapprochement du cas français.* In: ***Les Cahiers de la multifonctionnalité***. [2002/4]». (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 109-112.

SABOURIN, Eric. ***Paysan du Brésil. Entre échange marchant et réciprocité***. Versailles, Éditions Quae, 2007.

_____. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?* In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, nº 3, pp. 715-51, set./dez., 2007.

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E "TRAGÉDIA DOS COMUNS" EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO

Roberto de Sousa Miranda
Universidade Federal de Campina Grande
Doutorando em Ciências Sociais
robertosmiranda@yahoo.com.br

GT06 – Meio Ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

Os riscos socioambientais relacionados à produção industrial têm sido abordados em debates políticos e acadêmicos, na tentativa de avaliar a distribuição e as conseqüências destes na vida social (ALEXANDER e SMITH, 2000). O aumento dos riscos sociais, nos últimos trinta anos, está diretamente ligado à intensificação do desenvolvimento técnico-científico e industrial (BECK, 1992 *apud* ALEXANDER e SMITH, 2000). Assim, a noção de risco se torna central em sociedades que estão deixando o modo tradicional de vida e passam a viver num universo de alta modernidade (GIDDENS, 2002).

Em situações de incerteza e múltipla escola, os riscos tendem a serem maiores e mais difíceis de serem previstos. Porém, podem ser reduzidos quando há confiança entre os indivíduos e grupos sociais envolvidos. A confiança está relacionada à obtenção de um senso precoce de segurança e é fundamental para a construção de um "casulo protetor" em torno das relações sociais cotidianas (GIDDENS, 2002).

A partir da idéia de confiança, sugerida por Giddens (2002), associada ao papel das instituições[1] sociais na vida social, proposta pelas abordagens do neo-institucionalismo, analisarei os riscos ambientais inerentes à apropriação coletiva de recursos naturais nos assentamentos José Antônio Eufrosino e Osiel Pereira, ambos localizados na Mesorregião do Agreste, no semi-árido paraibano.

O processo de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e coletivos requer o empreendimento de ações coletivas continuadas, que definam e redefinam, quando necessário, regras e normas que garantem a todos a apropriação desses recursos e evite a consumação da "tragédia dos comuns"[2]. Deste modo, uma instituição tem um problema de

[1] No trabalho se considera instituições enquanto regaras e normas que regulam comportamentos individuais, definem o contexto no qual se darão as relações sociais, políticas e econômicas (NORTH, 1990) e, assim, possibilitam a redução das incertezas.
[2] A "tragédia dos comuns" ocorre quando uma base de recursos naturais, apropriados coletivamente, é utilizada além de sua capacidade de regeneração (HARDIN, 1968).

ação coletiva quando é melhor para o grupo que todos participem e melhor para cada um não cooperar (ELSTER, 1994). Desta contradição surgem os dilemas da ação coletiva[3].

2. RISCO, "CONFIANÇA" E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Giddens associa as mudanças ambientais modernas a dois eixos institucionais da modernidade: capitalismo e industrialismo. O "capitalismo", na condição de sistema econômico, não pressupõe a existência de um Estado-Nação, já a "sociedade capitalista" sim. O industrialismo se caracteriza pelo: a) uso de fontes energéticas no processo produtivo; b) mecanização da produção; c) predominância da manufatura; e d) centralização espacial da produção. A relação entre o eixo institucional da modernidade e a ciência e tecnologia é mediada pelos "sistemas peritos"[4] (LENZI, 2006, p. 156).

Nas sociedades pré-modernas a relação entre o homem e o seu meio-ambiente era mediada pela tradição. Já nas sociedades modernas, em que os ambientes são criados pelo homem, há um enfraquecimento da "tradição mediadora" na relação com a natureza. A forte intervenção da ciência na natureza altera as formas tradicionais de mediação e de interação com a mesma (LENZI, 2006). Portanto as instituições modernas são, em alguns aspectos, bem diferentes das tradicionais (GIDDENS, 1991).

A noção de risco se origina da compreensão de que resultados inesperados são, em grande medida, conseqüência das atividades e decisões tomadas pelos indivíduos, a nível individual ou institucional. Contudo, o desenvolvimento das instituições sociais modernas possibilita aos indivíduos a redução dos riscos socioambientais e maiores oportunidades de segurança do que qualquer tipo de sistema pré-moderno (GIDDENS, 1991).

A natureza das instituições modernas está profundamente ligada a mecanismos de confiança[5]. Embora todos saibam que o verdadeiro repertório de confiança está vinculado aos sistemas abstratos e não nos indivíduos, que a representam em situações específicas, não devemos esquecer que os operadores desses sistemas são pessoas de "carne-e-osso" (GIDDENS, 1991).

[3] Os dilemas de ação coletiva correm sempre que indivíduos em situações interdependentes realizam escolhas que maximizem o auto-interesse, a curto prazo, e geram resultados que deixam todos os participantes em uma situação ruim, a longo prazo (CUNHA, 2002, 2004; OSTROM, 1998).

[4] Os sistemas peritos "são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje" (GIDDENS, 1991, p. 35).

[5] A confiança para Giddens (1991, p. 41) é a: "(...) crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos".

No caso dos assentamentos rurais as associações se constituem as instituições predominantes, "pelo simples fato de que são uma espécie de 'exigência' do Estado (...)" (LEITE et al., 2004, p. 113). Nos assentamentos em que não existem associações, outras instituições formais, como as cooperativas, constituem-se os arranjos institucionais responsáveis pela superação dos dilemas de ação coletiva e redução dos riscos referentes à regulação do uso e acesso aos recursos naturais.

Tratarei associações e cooperativas enquanto instituições que possibilitam a construção de novas formas sociais nas áreas reformadas, não refletindo uma forma de organização já dada, mas, espaços de construção dos arranjos institucionais que caracterizarão um novo ordenamento social (MIRANDA, 2007). Neste sentido a redução dos riscos referentes à consumação ou não da "tragédia dos comuns" nessas áreas refere-se à capacidade das instituições sociais possibilitarem a redução das incertezas e dos dilemas de ação coletiva[6].

3. RISCOS AMBIENTAIS E A "TRAGÉDIA DOS COMUNS" EM ASSENTAMENTOS RUARAIS

A metáfora da "tragédia dos comuns" vem sendo utilizada para ressaltar a necessidade da implementação de arranjos institucionais que possibilitem a regulação de acesso e uso de recursos naturais (CUNHA e COELHO, 2003) e para que os riscos que envolvem os processos de apropriação coletiva sejam reduzidos, garantindo assim, que a degradação da base comum de recursos comuns não se consuma.

Com a criação dos assentamentos rurais, a vida das famílias assume uma nova dinâmica. Novos espaços e redes de sociabilidade são (re)construídos ou estabelecidos com o surgimento de novas formas de organização. Além disso, nos primeiros anos os recursos naturais tendem a serem explorados de maneira desordenada, colocando em risco o acesso das famílias à água, madeira e pastagem, entre outros.

A partir de Giddens (1991) podemos considerar que nas comunidades rurais a confiança, ainda, tende a ser um elemento central. Não quero dizer com isso que são pré-modernas, mas que a criação de arranjos institucionais modernos, como associações e cooperativas, não destroem esses vínculos e que os mesmos podem facilitar na resolução de conflitos referentes à apropriação coletiva de recursos naturais.

[6] Para Ostrom (1998) a superação de dilemas de ação coletiva ocorre também, quando os possuem experiência em administrar recursos comuns a partir normas de reciprocidade e confiança.

As instituições sociais e as práticas de reciprocidade e confiança ajudam os assentados a orientarem e coibirem a degradação da base de recursos naturais apropriados coletivamente. Entretanto, o processo de regulação requer o empreendimento de ações coletivas continuadas, pensadas e repensadas constantemente, para que os arranjos institucionais garantam a todos o acesso e uso desses recursos e reduzam os riscos de consumação da "tragédia dos comuns".

3.1 Assentamento José Antônio Eufrosino

O assentamento José Antônio Eufrosino está localizado na porção semiárida do município de Campina Grande (PB), na microrregião de Campina Grande e na mesorregião do Agreste (BRASIL, 2002), ocupando uma área de 2.990,6401 ha. Criado no ano de 2001, mediante a desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, ofertadas ao INCRA pelo antigo proprietário. A ocupação das fazendas foi encabeçada por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

A maioria das famílias assentadas estava acampadas no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo e se deslocaram para as áreas das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro depois de um acordo com o INCRA. As famílias ligadas ao MST foram mobilizadas e recrutadas pelo "trabalho de base" feito nos sítios vizinhos e nos bairros de Campina Grande ou vinham de outros acampamentos. As ligadas a FETAG moravam nas fazendas desapropriadas ou eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

As instituições do assentamento José Antônio Eufrosino foram sendo criadas de acordo com as exigências formais e as necessidades de redefinição dos arranjos institucionais, que visavam possibilitar a superação dos dilemas sociais inerentes às ações coletivas empreendidas pelas famílias para executar e implementar políticas governamentais encaminhadas pelos representantes do INCRA e, especialmente, para regulamentar a apropriação do uso e acesso aos recursos naturais. Nos dias atuais, o assentamento possui duas instituições principais: a Associação e os Núcleos de Família[7] (MIRANDA, 2007).

Já a regulação da base de recursos naturais do assentamento é marcada por momentos de grande tensão e de reestruturação dos modos de apropriação dos mesmos. Entre 2001 e 2003, vários conflitos relativos ao acesso e uso dos recursos naturais envolveram os assentados e pessoas de fora do assentamento. Os conflitos propiciaram a exploração

[7] Os núcleos de família são partes do modelo organizacional implementado pela direção nacional do MST a partir de 2005. Para maiores esclarecimentos ver Miranda (2007, p. 75-78).

intensiva da madeira, para a venda de estacas e fabricação de carvão; caça e pesca predatória e a superexploração das pastagens naturais.

Para solucionar parte dos conflitos ambientais e os riscos de consumação da "tragédia dos comuns", as famílias optaram por restringir a retirada de madeira apenas para fazer cercas, barracos, chiqueiros e currais, e formaram uma comissão para fiscalizar o cumprimento das normas. Caso fossem encontradas estacas, tiradas *ilegalmente*, os fiscais (da associação, dos núcleos e dos setores) apreenderiam e acionariam os fiscais do IBAMA.

Extração de madeira nas áreas de reserva. O conflito ambiental mais sério enfrentado pelas famílias foi a extração de madeira das Áreas de Preservação Permanente (APPs), feita tanto por assentados que a comercializavam diretamente ou a utilizavam para a fabricação de carvão; quanto por atravessadores que contratavam mão-de-obra para o corte e transportavam a lenha em caminhões para padarias em Campina Grande e vendiam as estacas e mourões para fazendas da região (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006). Toda a extração era realizada sem o consentimento da Associação e sem o conhecimento do IBAMA.

Muita madeira foi retirada do assentamento para ser vendida. Como as regras e normas de regulação não eram claras ou não foram estabelecidas previamente e a confiança entre as famílias era frágil, muitos assentados procuraram maximizar os benefícios pessoais:

> (...) as pessoas tem aquele, aquele espírito de dizer o seguinte: não é meu, não é seu, não é de ninguém, eu vou me aproveitar o mais rápido possível. É o que a gente chama de oportunismo, o oportunista ele chega e quer levar, se ele puder levar 200, 300 peças de madeira, ele leva tranqüilamente e faz uso qualquer disso (...) vende até por migalha e depois vai necessitar não é (...).
> Muitas pessoas vieram (...) com o seguinte pensamento: lá tem muita madeira, lá tem isso, lá tem aquilo outro, eu vou pra lá trabalhar um ano, trabalhar dois meses ou três meses e aí tirar uma parte de coisa e vou embora (...) (Assentado do núcleo Castelo, membro da direção estadual do MST).

Através de denúncias feitas ao IBAMA, fiscais compareceram no assentamento, orientaram os assentados a redobrarem a fiscalização para que os problemas de caráter externo fossem contornados. As famílias deram-se conta de que, se as coisas continuassem do jeito que estavam, os recursos naturais iriam se esgotar, o que abriria caminho para a concretização da "tragédia dos comuns". O início do processo de regulação está associado à chegada de militantes do MST, que orientaram a adoção de práticas capazes de coibir o livre acesso, e ao pré-parcelamento[8] que deu uma nova configuração ao regime de propriedade.

[8] O pré-parcelamento é uma definição prévia dos lotes aonde cada família irá morar e trabalhar, que é formalizada assim que o parcelamento e realizado pelos agentes do INCRA em parceria com as instituições sociais que representam os assentados.

Além da extração ilegal, foram registrados dois incêndios no assentamento, provavelmente criminosos, causados por pessoas insatisfeitos com as proibições adotadas quanto ao uso de alguns recursos naturais que causaram a morte elevada de árvores. O controle da retirada de madeira nas áreas de reserva é importante para os assentados, a lenha é a principal fonte de energia utilizada para cozinhar. Cada família consome, em média, uma carroça de lenha a cada dez dias (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

A pesca e a caça. Os recursos pesqueiros do assentamento foram altamente explorados, principalmente por forasteiros. No período de desregulação, pescadores profissionais ou amadores entravam indiscriminadamente no assentamento e levavam consigo grandes quantidades de pescado sem remunerar os assentados. Para controlar a pesca, as famílias proibiram a entrada de pessoas estranhas, os acessos foram trancados com cadeados e, caso alguém fosse pego pescando os peixes, seus instrumentos de pesca eram apreendidos.

Entre 2004 e 2005, a pesca foi proibida por um período de seis meses, momento em que foram colocados, no açude grande, alevinos (carpa). Após a inserção de novos peixes, esperou-se que os mesmos crescessem e se reproduzissem, para retomar a pesca. Atualmente, as famílias podem pescar em qualquer época do ano em todos os reservatórios.

O livre acesso, também, restringiu a fauna existente no assentamento, às aves popularmente conhecidas como galo de campina, concriz, sabiá, rolinha, azulão, golado, caboclo e ema, além de outros animais silvestres, popularmente conhecidos como tejo, tatu, tamanduá, tacacá, raposa, preá e cobras (BRASIL, 2002). As emas foram os animais silvestres mais abatidos pelos caçadores e assentados.

As áreas de pastagem coletiva. A superexploração da pastagem coletiva foi outro problema enfrentado pelos assentados. Antes do pré-parcelamento, como não havia sido definida a área coletiva para pastagem, houve a entrada de muitos animais de fazendeiros do entorno que queriam se apossar de lotes do assentamento.

Um criador de gado, ex-arrendatário de uma das fazendas e empresário em Campina Grande, colocou cerca de 200 reses no assentamento (os animais destruíram boa parte da lavoura dos assentados) e mandou cerca uma área de 400 ha, porém só chegou a cercar 90 ha. Insatisfeitos, os assentados denunciaram o fazendeiro ao INCRA, que exigiu a retirada do gado. Como o fazendeiro descumpriu as ordens judiciais de retirada dos animais, os assentados tomaram medidas mais drásticas: tentaram colocar o gado para fora do assentamento, como não deu certo, começaram a abater os animais e distribuir a carne entre si, só assim, o fazendeiro retirou o restante dos animais (MIRANDA, 2007).

Após o pré-parcelamento, algumas famílias passaram a alugar o pasto da área coletiva. Como cada família queria colocar muitos animais, para garantir lucros maiores, a pastagem ficou lotada de animais, calcula-se que havia aproximadamente 3.000 (três mil) animais. Quando começaram a aparecer os problemas de degradação ambiental, devastação da pastagem, compactação do solo e escassez de água, os assentados que possuíam animais no pasto passaram a exigir a redução do número de animais.

Atualmente, as instituições sociais do assentamento continuam tendo dificuldades para regular a quantidade de animais por família na área de reserva, que, no "inverno" (época das chuvas), recebe animais:

> (...) a gente está com um problema sério e grave porque (...) aqui era para criar os bichos da gente, só da gente, quem tem cria quem não tem, arruma um jeito de comprar, mais aqui o pessoal (...) se eu tenho 10, eu pego 20 da rua e boto aqui na reserva (...) está acabando com tudo, quando é no verão os cabras levam seus "**gadão gordos**" e deixam o da gente aqui morrendo de fome (...) (Assentado do núcleo Bonfim, grifo nosso).

Foram feitas assembléias para discutir o número de animais na área de reserva, a quantidade de animais por família e, principalmente, a presença de animais de terceiros pastando na área de reserva. Além disso, o acesso ao crédito do Pronaf para a criação de animais está contribuindo para as famílias definam claramente as regras de uso da área de reserva e organizar da criação de animais no assentamento, de maneira que todos possam ter acesso à água e à pastagem da área de reserva.

Água. O uso e acesso à água vêm se tornando um grave problema a ser enfrentado pelas famílias. Com o parcelamento, parte dos barreiros e açudes (que são de uso coletivo) ficaram dentro dos lotes, em alguns casos, os proprietários deixam os animais beberem nos locais em que se retira água para o consumo (beber e cozinhar).

> (...) água para beber são poucos [os barreiros e açudes], ainda mais agora depois que foi feito esse loteamento, agora que vai ficar [mais] escasso mesmo, porque muitos caíram dentro dos lotes (...) os animais usam. Eu acredito que daqui para frente, água pra beber de barreiro daqui, não vai ter, na minha opinião, porque já foi tudo destinado para animais, tanto que já existe esse projeto de cisternas, que está bem encaminhado, iniciado (Assentado do núcleo Logradouro, duas vezes presidente da associação).

As instituições sociais do assentamento, especialmente a associação, não têm possibilitado a regulação do acesso e uso aos recursos naturais. Os entraves estão relacionados à dificuldade de empreender ações coletivas contínuas, na maioria das vezes, as famílias só se mobilizam quando os conflitos se agravam, e as regras de acesso e uso estabelecidas nessas ocasiões nem sempre são monitoradas e fiscalizadas. Por outro lado, o fato dos assentados não

se conhecerem anteriormente a práticas pautadas na confiança e na reciprocidade não são tão comuns ainda, o que poderia ajudar na redução dos riscos ambientais.

3.2 Assentamento Osiel Pereira

O assentamento Osiel Pereira, passou por inúmeros conflitos, muitos de difícil resolução, levando o INCRA a tomar a inédita decisão, na Paraíba, de dividir um assentamento. No dia 27 de julho de 2002 foi criado o assentamento Queimadas. O assentamento Osiel Pereira, que passou a ter 986,7253 ha e 50 famílias assentadas ligadas ao MST, teve sua localização significativamente alterada, dos 100 ha localizados no município de Areia (microrregião do Brejo) restaram apenas 30 ha e 956,7253 ha no município de Remígio (microrregião do Curimataú Ocidental).

Desde então a organização do assentamento passou a ser orientada por uma Cooperativa e pelos Núcleos da Família (são três). Existe também um grupo de mulheres que se reúne para fazer louças de barro e organizar a produção de plantas medicinais, e alguns ex-moradores fazem parte da Associação da Pia[9], que possui sua sede fora do assentamento e congrega famílias da região.

A presença dessas instituições se deve, em parte, à história de vida dos assentados. As famílias do núcleo Pia moravam na área, conhecem-se há muito tempo, possuem laços de amizade, parentesco e compadrio. As famílias do núcleo Cajá, apesar de serem de regiões diferentes, estão juntas desde a época da primeira ocupação da fazenda. Já as famílias do núcleo Lagoa de Jogo são as que menos se conhecem, foram as últimas a chegarem.

Ao que se refere ao acesso e uso dos recursos naturais, entre 1999 e 2003 os conflitos foram intensos, envolveram assentados e pessoas externas. A falta de regulação foi caracterizada pela extração de madeira para a fabricação de carvão, pela pesca predatória e pela entrada de animais das fazendas vizinhas nas áreas de reservas.

O processo de regulação se intensificou depois que o assentamento foi dividido, e as famílias que ficaram no assentamento Osiel Pereira passaram a se reunir para estabelecer as regras e normas que iriam definir as formas de apropriação dos recursos naturais e coletivos. As ações da cooperativa e dos núcleos de família permitiram a realização de discussões, mas as famílias não conseguiam fiscalizar a aplicabilidade das decisões tomadas coletivamente.

[9] As principais atividades da associação são organizar e manter a tradição de fabricar louças de barro e realizar festas nas principais datas comemorativas do ano (dia das Mães, dia dos Pais, Páscoa, Natal etc.).

Extração de madeira. Nos três primeiros anos do assentamento, antes da divisão, muita madeira foi retirada do assentamento para fabricar carvão. As espécies mais utilizadas eram o juá e o angico. Como os conflitos não eram só ambientais, o processo de regulação era inexistente. A produção de carvão era a principal fonte de renda de muitas famílias que vendiam em Remígio.

A exploração fora tão intensa que hoje quase não existe mais madeira para os assentados utilizarem na construção de chiqueiros, barracas e cercas. A única área que ainda disponibiliza madeira é a área de reserva próxima à agrovila de Lagoa de Jogo, por ser muito distante não foi tão explorada. As poucas árvores que existem próximo a agrovila da Pista são preservadas, e as famílias não têm insistido em desobedecer a regulamentação.

As ações coordenadas pelas instituições sociais do assentamento, na tentativa de regular a extração de madeira, aconteceram depois que as áreas próximas à agrovila da Pista não disponibilizavam mais madeira e a água era escassa. Depois da consumação da "tragédia dos comuns" os assentados estabeleceram regras para regulamentar o acesso à madeira e adotaram práticas sociais orientadas pela confiança e reciprocidade (fiscalização coletiva, mutirões para limpeza dos mananciais) o que contribuiu para a redução dos conflitos.

Além da ausência de regras e normas internas que inibissem a retirada ilegal de madeira, as famílias assentadas tiveram dificuldade em ter acesso aos representantes do IBAMA. A certeza de que dificilmente o IBAMA enviaria fiscais ao assentamento contribuiu para extração excessiva de madeira na área.

A pesca nos açudes. A pesca predatória foi o principal conflito ambiental enfrentado pelos assentados. De 1999 a 2003, várias tentativas de regulação foram realizadas, mas não obtiveram sucesso. Os piores anos foram antes da divisão do assentamento. Famílias de Remígio iam tomar banho, beber, fazer churrasco e pescar no açude Queimadas.

Com a divisão do assentamento, as ações reguladoras implementadas pela cooperativa passaram a ser mais rigorosas, principalmente no açude Queimadas. No dia 17 de novembro de 2002 as famílias do assentamento Osiel Pereira e um representante do assentamento Queimadas, em assembléia, decidiram que no açude Queimadas: a) o pescador que passar o dia pescando tem direito a 1/3 do pescado (não ficou definido em ata, quem ficaria com a outra parte); b) somente os assentados poderão pescar; c) os assentados só poderão pescar durante a segunda quarta-feira e a quarta quinta-feira de cada mês, das 05h às 17h. Apesar das famílias estabeleceram as regras de acesso ao açude Queimadas, a fiscalização e frágil.

No primeiro semestre de 2003, as famílias retomaram os debates sobre a pesca predatória e sobre a falta de fiscalização. Visto que todas as tentativas de monitoramento e

regulação do acesso aos açudes não tinham sido eficazes, os assentados decidiram, em assembléia, proibir a pesca e cercar parte do açude Queimadas para dificultar o acesso de pessoas de fora do assentamento.

Atualmente quase não há pesca no assentamento, os peixes do açude Queimadas estão escassos, caso queiram pescar, os assentados têm de se dirigir ao açude de Lagoa de Jogo, mais preservado, por ser mais distante. Mas, a ida de pessoas não assentadas para tomar banho, beber e fazer churrasco no açude Queimadas foi definitivamente controlada e inibida.

As áreas de pastagem coletiva. As famílias do assentamento Osiel Pereira praticamente não enfrentaram problemas relacionados às pastagens como os ocorridos no assentamento José Antônio Eufrosino. Houve casos de animais de fazendas vizinhas que entraram no assentamento e comeram a plantação de algumas famílias.

Talvez por não ser um problema, as instituições sociais do assentamento, principalmente a cooperativa, não procuraram mobilizar os assentados para regulamentarem a quantidade de animais que cada família poderia colocar na área coletiva ou nas áreas de reserva. Em 2006, membros da direção da COOPAP fizeram o levantamento de quantas famílias da agrovila da Pista utilizavam as áreas de reserva para colocar animais. Das 30 famílias da agrovila, apenas 9 utilizam algumas das áreas para colocar os animais.

Apesar de poucas famílias utilizarem as áreas de reserva, ocorreram conflitos entre essas famílias. Na agrovila da Pista o principal local de pastagem é o açude Queimadas, que fornece alimento para os animais na época da seca. Como não existem regras que regulamentem o uso da várzea do açude, algumas famílias começaram o colocar seus animais pata pastarem às margens do açude. Isso vem acontecendo depois que as famílias tiveram acesso a linhas de crédito destinadas a comprar animais (bois e bode, na maioria dos casos).

Em virtude desses conflitos, houve uma assembléia para formalizar e regular o acesso de animais no açude Queimadas e no açude de Lagoa de Jogo (próximo à reserva) e ficou acordado que:

> (...) não se pode amarrar animais dentro da várzea que pega o açude, que ali é uma reserva de alimentos para quando chegar a seca o povo cortar capim, só que as pessoas não respeitam, muitas pessoas não respeitam, e soltam os animais dentro, ai é aquela confusão, os que vão buscar manual [capim] reclama porque destruíram tudo (...) dizem que tem proposta [a atual diretoria da COOPAP] para ver se consegui organizar, mas até agora não tem organização em relação a isso não (Assentada do núcleo Pia, ex-membro da diretoria da cooperativa, coordenadora do núcleo, membro do grupo de mulheres, e militante do MST).

A construção da cerca não ocorreu ainda porque:

> Alguns sócios (...) preferem ver a área aberta, desmantelada, porque ele coloca [animais] de todo jeito, do que ele contribuir para cercar (Assentado do núcleo Pia, atual tesoureiro da cooperativa).

As famílias deliberam em assembléia a forma de apropriação, mas não conseguem garantir a aplicabilidade das decisões tomadas coletivamente. Em parte isso ocorre porque muitos assentados não estão interessados em dividir os custos associados ao processo de regulação, sejam eles construção de cerca ou fiscalização de quem está descumprindo as normas e porque a cooperativa e os núcleos de família não possibilitam a redução das incertezas que envolvem o acesso e uso dos recursos naturais e coletivos.

Água. Os conflitos nas várzeas de açudes e rios ocorrem porque o parcelamento não regulamentou que os recursos hídricos do assentamento seriam coletivos e que todos podem ter acesso a esses benefícios, mesmo que esses se encontrem dentro de algum lote. Houve família que cercou barreiros e margens de rio que havia no lote:

> Em relação às margens de rio foi uma confusão muito grande, porque quando foi feito o parcelamento uma parte ficou dentro do lote de uma pessoa. Ela achou que aquilo era dela e cercou tudo, então as pessoas que tinham acesso antes, que usavam, tiravam capim, amarrava animal, essas pessoas começaram a brigar entre elas. (Assentada do núcleo Pia, ex-membro da diretoria da cooperativa, coordenadora do núcleo, membro do grupo de mulheres, e militante do MST).

Assim como no assentamento José Antônio Eufrosino, as famílias do assentamento Osiel Pereira têm tido dificuldade em regulamentar o acesso e uso dos recursos naturais. As ações implementadas ocorreram sempre que os conflitos se agravavam e as regras e normas estabelecidas nas assembléias ou nas reuniões dos núcleos são descumpridas.

As instituições sociais do assentamento Osiel Pereira tem tido dificuldade para regulamentar o acesso e uso aos recursos naturais. Os depoimentos nos mostram que o assentamento viveu dois casos de consumação da tragédia dos comuns: a escassez de peixes no açude Queimadas, e pequena quantidade de árvores das espécies juá e angico. Mesmo havendo um certo grau de confiança entre as famílias que já moravam na área e entre as que chegaram depois, mais já se conheciam, o fato de parte do assentamento estar às margens da PB 105 (muito movimentada) dificulta a fiscalização dos mananciais e pastagens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação coletiva dos recursos naturais em assentamentos rurais tende a ser mais difícil de ser regulamentada em áreas em que as famílias vieram de diferentes lugares. A falta de convivência prévia pode aumentar as incertezas e os níveis de desconfiança, o que leva as

famílias a adotarem comportamentos egoístas e a explorarem desordenadamente os recursos naturais.

A redução dos riscos de consumação da “tragédia dos comuns” diminuem quando as áreas individuais e coletivas são definidas, as instituições sociais possibilitam a redução dos dilemas da ação coletiva e práticas sociais de reciprocidade e confiança se expandem. A reciprocidade e a confiança contribuem para a redução dos riscos ambientais em áreas reformadas porque os assentados passam a respeitar o vizinho que se torna um amigo ou compadre, assim, os comportamentos oportunistas passam ser vergonhosos e inibidos.

As constatações feitas nesse trabalho pretendem sinalizar para o fato de que os conflitos e riscos sociais em assentamentos rurais estão diretamente ligados à fragilidade das instituições formais (associações ou cooperativas) e de instituições informais (confiança, reciprocidade, mutirões, compadrio). A partir do momento em que os arranjos institucionais passam a articular esses dois tipos de instituições os riscos sociais são reduzidos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. C. e SMITH, P. Ciencia social y salvación: sociedad de riesgo como discurso mítico. In: ALEXANDER, J. C. **Sociologia cultural**: formas de clasificación em lãs sociedades complejas. México: FLACSO, 2000. p. 1-29.

BECK, U. **The risk society**: towards a new modernity. Londres: Sage, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento José Antônio Eufrosino**. João Pessoa, 2002.

CUNHA, L. H. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**: arranjos institucionais e mediação externa. 2002. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

_____. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Revista Raízes**, v. 23, n. 01 e 02, 2004, p. 10-26.

CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 43-79.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B.; MIRANDA, R. S. Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1., 2006, Niterói. **Anais**... Niterói: UFF, 2006. CD-ROM.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science Magazine**, v. 162, n. 3859, 1968, p. 1243-1248.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: EDUNESP, 2004.

LENZI, C. L. Ulrich Beck e Anthony Giddens: sociedade de risco e política ecológica. In: **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru (SP): EDUSC, 2006. p. 129-181.

MIRANDA, R. S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 01, 1998, p. 1-21.

RURALIDADES, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ATORES DA SUSTENTABILIDADE

Larissa Lopes Mellinger

Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná
Mestre em Ecologia – Doutoranda em Sociologia
larimellinger@yahoo.com

Manuela Dreyer da Silva

Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais – Universidade Federal do Paraná
Mestre em Ecologia e Conservação
leladreyer@yahoo.com.br

GT 06 – Meio Ambiente e Ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Introdução

O ambiente rural passa por um processo de transformação, sendo as relações de conservação da natureza parte importante desta mudança. Esse trabalho tem o intuito de discutir exatamente alguns aspectos dessas relações, tendo como foco a temática das áreas protegidas de uso sustentável no Brasil.

Na formulação de uma teoria sobre a emergência de um novo rural, Veiga (2004, 2006) remete a duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização (Lefebvre 1970) ou a de um renascimento rural (Kayser 1972). Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere. Seriam três os vetores fundamentais dessa nova ruralidade: aproveitamento econômico das amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo; desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade; e crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais.

> "Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza." (Veiga 2006).

Veiga aborda ainda a questão da globalização sobre o destino das áreas rurais. Na dimensão econômica, há vastos territórios que se tornam cada vez mais excluídos das grandes dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global. E na dimensão ambiental, há uma valorização da qualidade de vida, do bem-estar. “A ação simultânea dessas duas tendências está tendo um duplo efeito sobre a ruralidade. Por um lado, faz que aquele rural “remoto”, ou “profundo”, seja cada vez mais conservado, mesmo que possa admitir várias das atividades econômicas de baixo impacto. Por outro, faz que no rural “próximo”, ou “acessível”, ocorram inéditas combinações socioeconômicas. Em territórios rurais dos mais dinâmicos, predominam atividades do setor terciário, especialmente serviços que atraem rendas geradas pela produtividade de outros lugares. Assim, maior dinamismo rural em sociedades avançadas se baseia em atividades voltadas a segundas residências, aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. E o que mais gera emprego são arranjos locais de saúde, cultura, educação, esportes e inúmeros outros tipos de recreação ou turismo.” (Veiga 2006).

Concluindo a idéia do autor, as manifestações desta nova ruralidade pouco têm a ver com o passado, pois inserem outras classes e grupos sociais escolhendo os melhores remanescentes naturais para locais de residência ou usufruindo seu tempo livre fora das aglomerações urbanas onde residem e trabalham, valorizando a natureza.

Neste contexto também da valorização da natureza no rural contemporâneo, Brandenburg (2005) aborda o rural brasileiro hoje através de três rurais da história recente: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental. A modernização não atingiu todos os espaços do ambiente rural, permanecendo situações de um rural tradicional. Acrescenta-se ainda um rural novo típico das sociedades altamente modernizadas, com a natureza revalorizada. Tradicional e moderno não são opostos nestas condições e sim componentes de uma ruralidade multidimensional formando um conjunto de rede de relações de sociabilidade heterogênea. Se na modernidade a tradição é seu oposto a ser ultrapassado e a natureza é objeto de controle, na modernidade avançada do rural em reconstrução a natureza é parceira e parte integrante das relações sociais.

O rural ecologizado com estilo de vida redefinido, mas que se opõe ao estilo padrão massificado, surge no Brasil por obra de agricultores familiares, neo-rurais de origem rural que hoje retornam ao campo. São eles os protagonistas do que se poderia chamar de novo rural. Não constitui um projeto do Estado ou de políticas

governamentais, ou seja, o projeto de um rural ecologizado não é oriundo do sistema (estado e mercado) como no projeto de um rural modernizado. O rural ecologizado é um projeto advindo do cotidiano, do mundo da vida dos agricultores e de agentes de desenvolvimento com essa visão de mundo (Brandenburg 2005).

O rural socioambiental, portanto, é um rural de múltiplos atores, mas também é um rural de espaços e tempos diferenciados. Se identificamos um rural sendo reconstruído por atores com projetos ecológicos, identificamos também um rural moderno e (ou) pré-moderno. A modernização da agricultura não se realizou em todos os territórios e não envolveu todos os agricultores de forma completa. Por isso se identificam, ainda, resquícios do que chamamos de um rural tradicional, como também um rural em processo de modernização. O rural brasileiro é, portando, o rural da diversidade, e é esse o rural do socioambientalismo (Brandenburg 2005).

Mas nesta relação entre o rural e a natureza, nada foi tão emblemático com conseqüências tão impactantes para a conservação de um e de outro do que o movimento dos seringueiros surgido na década de 70 até seus desdobramentos mais atuais em políticas públicas.

Ao buscarem soluções para conflitos fundiários, os seringueiros do Acre construíram uma trajetória peculiar formulando políticas inovadoras de conciliação entre reforma agrária e proteção do meio ambiente. São considerados atores sociais da sustentabilidade (Allegretti 2008), pois foram protagonistas de uma revolução paradigmática ao fundir dois campos conceituais que até então estavam separados e, quase sempre, em oposição. A Reserva Extrativista inaugurou um novo paradigma que ultrapassa, inclusive, as proposições consideradas mais avançadas do desenvolvimento – aquelas baseadas na idéia de sustentabilidade. São então atores sociais da sustentabilidade, pois sua existência e atividade produtiva dependem diretamente da conservação dos recursos naturais, apesar da lógica dominante da modernidade estar assentada na destruição da natureza.

Segundo Allegretti (2008) o êxito deste movimento foi ter unido a luta dos seringueiros, de caráter sindical, por justiça social, com uma identidade ambiental que surgiu somente depois, fruto de alianças com o ambientalismo nacional e internacional. Mas essa identidade só foi possível porque já havia uma vinculação orgânica histórica com a floresta. E de outro lado, o movimento dos seringueiros preencheu uma lacuna que faltava ao movimento ambientalista: o componente social e econômico para a

defesa das florestas tropicais. Este apoio internacional também deu força política ao movimento dos seringueiros, e toda esta combinação fez surgir uma política pública socialmente construída, a RESEX (Reserva Extrativista).

Toda RESEX criada no Brasil precisa preceder de uma vontade e solicitação formal das comunidades tradicionais que ali residem (Brasil 2007). As RESEX foram decretadas em 1990 e depois incluídas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil 2000) como unidades de uso sustentável, juntamente com as APA (Áreas de Proteção Ambiental), RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), ARIE (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), Florestas Nacionais, Reservas de Fauna e RPPN (Reservas Particulares do Patrimônio Natural, apesar dessa última hoje ser interpretada por alguns estados brasileiros como de proteção integral).

Estas Unidades de Conservação têm como objetivo compatibilizar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações locais com a conservação da natureza. Corroborando o fato de ser uma política pública construída socialmente, a criação de uma RESEX necessita legalmente, como comentado, de um pedido via comunidade local; enquanto as outras unidades de uso sustentável são criadas pelo governo federal, governos estaduais e/ou municipais sem terem sido fruto de uma política pública de construção social, ou seja, sem terem partido de uma idéia que nasceu entre os atores sociais locais. Poderia a sua implementação, por outro lado, reverter esse ônus? Após uma UC ser criada, ela precisa ser implementada através de um plano de manejo e de um conselho gestor. Seriam então os conselhos gestores destas unidades de conservação os espaços capazes de tornar os atores sociais locais, atores da sustentabilidade, ou seja, lutando em prol de um território que consiga conciliar desenvolvimento e conservação? Ou justamente por estas UC não terem sido socialmente construídas, os conselheiros estariam ali para defender seus próprios interesses? Sendo estas UC normalmente áreas rurais de municípios, como os múltiplos atores do rural socioambiental se colocam?

Algumas Considerações

No Paraná, por exemplo, as UC estaduais de uso sustentável em maior número são as Áreas de Proteção Ambiental (APA), totalizando oito unidades distribuídas por mais de trinta municípios do Estado. Destas, porém, apenas duas possuem conselhos gestores atuando.

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2000), "A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais." Constitui-se de terras públicas e privadas e todo este arranjo permite uma grande diversidade de atores sociais atuando neste espaço, desde empresários da indústria, da agropecuária, até comunidades tradicionais, agricultores familiares, pescadores artesanais; ou seja, lógicas diferenciadas e as vezes até contrastantes de produção e consumo.

Cabe aos Conselhos Gestores destas áreas serem um espaço público de participação e deliberação, onde esta diversidade de vozes, atores é abarcada, produzindo acordos legítimos, junto a democratização das relações de poder e o efetivo atendimento às demandas sociais. Normalmente estes conselhos são formados 50% por representantes de órgãos e instituições da administração pública federal, estadual e dos municípios abrangidos pela APA e os outros 50% pela sociedade civil organizada e representantes das comunidades locais, inclusive assentamentos de reforma agrária. A plenária é a instância máxima de decisão, composta por este conjunto de conselheiros e presidido por um deles. Seu funcionamento é baseado em reuniões periódicas ordinárias, abertas e públicas e também, quando necessário, reuniões extraordinárias, em que os conselheiros têm direito a voz e voto e os demais participantes têm direito a voz.

Para que esses espaços possibilitem realmente a argumentação e a decisão é importante analisar qual a lógica e os valores que movem os atores envolvidos na construção desses foros (Coelho & Favareto 2007), se há assimetrias entre a participação de membros do governo e da sociedade civil, seja quanto ao acesso à informação ou à influência nas deliberações. A socialização das informações não pode se dar apenas pela disponibilização destas a todos, mas tornando-as realmente inteligíveis a todos. Há que se considerar também o saber acumulado dos atores sociais, decorrente de suas práticas sociais (Cunha 2007).

Relações eficientes entre participação, desenvolvimento e política perpassam pela presença de uma sociedade civil organizada na forma de associações e movimentos sociais, um desenho institucional do conselho favorecendo a expressão das demandas

daqueles que contam com menos recursos e um comprometimento e abertura dos gestores para com a organização e as decisões tomadas nestes foros (Coelho & Favareto 2007).

Diante disso, só um estudo minucioso destes espaços pode revelar o que de fato está acontecendo, pois a simples existência deles não garante a inserção comprometida de todos os atores sociais locais ou que estes sejam atores da sustentabilidade, muito menos que as condições institucionais sejam capazes de favorecer a inclusão, o diálogo e o sentimento de real pertencimento àquele espaço. Importante é perceber nesta arena a diversidade do rural socioambiental e lançar estratégias que dêem visibilidade às diferentes ruralidades, suas práticas e suas relações com a conservação da natureza.

Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, M. 2008. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente 18: 39-59.**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal no 9.985/00, de 18 de julho de 2000. Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de jul. de 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa n° 3 de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de set. de 2007.

BRANDENBURG, A. 2005. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia.**

CUNHA, E. S. M. 2007. O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos Participativos para o aprofundamento democrático. In: Dagnino, E. & Tatagiba, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Editora Argos: Chapecó.

COELHO, V. S. P. & FAVARETO, A. 2007. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. In: Dagnino, E. & Tatagiba, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Editora Argos: Chapecó.

VEIGA, J. E. 2006. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados 20 (57): 333-353.**

VEIGA, J. E. 2004. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados 18 (51): 51-67**

SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA NO ALTO URUGUAI DO RS[*]

Everton Lazzaretti Picolotto[1]

[1]Sociólogo, Mestre em Extensão Rural pela UFSM, doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista da FAPERJ. E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br

GT06- Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Este artigo visa refletir sobre como que as preocupações ambientais foram assimiladas pelo sindicalismo da FETRAF no Rio Grande do Sul, principalmente através da definição da pauta da "agroecologia". Para se analisar quais são os efeitos práticos desta pauta entre as bases do sindicalismo da FETRAF escolheu-se o caso do município de Constantina, onde são desenvolvidas experiências nessa área desde a década de 1980. Na realização dos investimentos de pesquisa que deram base para este artigo fez-se uso de consulta a documentos produzidos pelas organizações de agricultores e suas assessorias, jornais, entrevistas com lideranças de agricultores, participação em eventos da Federação, além de consulta a bibliografia já existente sobre o tema.

Formação de "rede agroambientalista": sindicatos, ONGs e igrejas

As preocupações ambientais do período contemporâneo têm influenciado organizações de representação de agricultores familiares a incluírem em seus projetos apoio a formas e técnicas de produção causadoras de menores impactos ambientais, resgate de práticas de produção e de conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva, "agroecologia", entre outras. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), herdeira do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), é um dos atores que desde a sua origem, na década de 1980, tem procurado incluir em seu projeto político estas preocupações, ao passo que também tem estimulado e orientado ações práticas desse formato de agricultura entre os agricultores de sua base social. Inicialmente com o uso das noções de "agricultura alternativa" ou "tecnologias alternativas" e, no período mais recente, com a noção de "agroecologia".

[*] Boa parte dos dados e informações que deram base para construção deste artigo contaram com apoio financeiro do Programa de Apoio à Pesquisa Discente CPDA/UFRRJ / ActionAid Brasil 2009. Sou grato ao apoio recebido.

Para promover novas práticas produtivas tem sido importante a assessoria de organizações não governamentais (ONGs) que vêm construindo críticas aos efeitos "perversos" do processo de "modernização da agricultura" promovido no Brasil desde a década de 1960. A construção da pauta ecológica parte de um diagnóstico sobre as conseqüências negativas da "modernização": as ambientais com a destruição de recursos naturais, a erosão de solos, a contaminação de águas etc.; as socioeconômicas com o êxodo rural, o empobrecimento e a exclusão dos pequenos agricultores do processo produtivo; e as culturais com a perda dos conhecimentos tradicionais, do "saber fazer" e da "etnobiodiversidade". Da constatação dos efeitos negativos da "modernização" surgiram propostas de recuperar formas de produzir e de relação com a natureza do passado dos agricultores e criação de novas visando recompor relações mais harmoniosas entre homem e natureza.

Essa tentativa de resgate de técnicas de produção e formas de relação com a natureza do passado foi buscada, na região Sul, nas práticas de um grupo específico de agricultores, os chamados "colonos". Os "colonos" são entendidos como os pequenos proprietários descendentes de imigrantes europeus (do século XIX e início do XX, especialmente alemães, italianos, poloneses, entre outros) que ocuparam algumas regiões de matas e dando origem a um formato de exploração agropecuária diversificada, dedicada a subsistência familiar e ao comércio de alguns produtos (Roche, 1969). Com o processo de modernização da agricultura promovido pelo Estado nas décadas de 1960-70, os colonos foram incentivados a abandonarem as formas tradicionais de produção e adotarem novas técnicas, consideradas mais modernas e eficientes, ao passo que se especializaram na produção de poucas culturas e criações (como soja, trigo, uva, suínos, frangos, entre outras). Com a crise do final dos anos 70 e início dos 80, muitos destes colonos que haviam seguido estas orientações do Estado (mesmo que parcialmente) enfrentaram fortes dificuldades de manterem-se na atividade e muitos foram obrigados a migrar para as cidades ou a entrarem na luta por terra (Brum, 1988). Foi nessa conjuntura de crise do processo de "modernização da agricultura" que surgiram as iniciativas de resgate das formas tradicionais de produzir, de diversificação da produção, de "tecnologias alternativas", "agroecologia", de sementes próprias etc.

A agroecologia, segundo a ótica de Sevilla Guzmann (2000), deve ser entendida de uma forma ampla, onde os agricultores, baseando-se em suas experiências, seus conhecimentos locais sobre as culturas, os recursos naturais locais e a sua "matriz comunitária", aliados com as preocupações ambientais e os conhecimentos científicos da

atualidade orientem sua ação política e suas práticas produtivas de forma mais autônoma e sustentável. É uma maneira de os agricultores romperem com a dependência tecnológica das empresas de insumos e sementes e com a sua submissão político-econômica, como uma forma de resgate e desenvolvimento de formas autônomas de produzir e viver, baseadas na "matriz sociocultural" das comunidades de agricultores.

Nessa forma de entender, as experiências de "tecnologias alternativas" ou de "agroecologia" na medida em que foram buscar formas de produzir do passado dos "colonos" e são pensadas a partir das dificuldades enfrentadas no período contemporâneo podem ser lidas como formas de reinterpretar ou dar novos sentidos às formas tradicionais de produzir do grupo social, atualizando-as positivamente. Ao resgatar práticas do passado, ressignificadas com questões do tempo presente (preocupações ambientais), buscou-se alcançar um espaço na sociedade atual para "colonos" (ou "agricultores familiares" como passaram a ser chamados a partir dos anos 90) e pensar, a partir de sua "experiência" enquanto grupo social (Thompson, 1981), um novo modelo de agricultura com menores impactos no ambiente.

Desde na sua origem, em meados da década de 1980, alguns sindicatos cutistas já procuravam tratar não apenas de reivindicações, mas também de tratar da questão produtiva (alternativas produtivas). Entretanto, foi no II Congresso do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais (DETR) da CUT, em 1993, que foi tomada a decisão política de partir para uma etapa de "organização da produção" e de formulação de um "projeto para o campo" com base "no resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças" (II Congresso do DETR-RS, 1993, p.11). Com a formulação desse "projeto para o campo" pretendia partir para uma tática de ação sindical não mais somente de "caráter reivindicatório e contestatório", mas tratava-se de elaborar uma "proposta alternativa de desenvolvimento rural" que servisse para "definição de pautas concretas de reivindicação e negociação" (id.). Este novo modelo de agricultura a ser construído além de ter por meta fortalecer os "agricultores familiares" e apoiar a reforma agrária, implicava em fazer escolhas tecnológicas que levassem em conta preocupações ecológicas e culturais. Nas resoluções do II Congresso já eram apresentados alguns indicativos do que seria esse projeto, que passaria a dar os contornos do projeto cutista para o campo:

> Um projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um *novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola*; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para

> transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) *construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo*, *resgatando valores* como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma *nova relação homem-natureza* (DETR-RS, 1993, p.14-17) (grifos nossos, ELP).

Acompanhando a construção deste "projeto alternativo" em nível nacional também ocorreu a emergência de uma nova categoria de identificação que passou a unificar boa parte do sindicalismo: a *agricultura familiar*. Para Medeiros (2001), a afirmação da identidade de "agricultor familiar" como unificadora de boa parte do sindicalismo relaciona-se a uma série de fatores: ao aumento da importância dos "pequenos produtores" no interior do sindicalismo; à reivindicação destes agricultores por um "novo modelo de desenvolvimento" centrado na agricultura familiar; ao aumento do debate intelectual sobre a temática; às atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências (promovidas pela Igreja e por ONGs européias); e à criação de políticas públicas específicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na região Sul com a adoção da categoria de identificação "agricultura familiar" e com a conquista do PRONAF, ocorreu um processo de organização e fortalecimento dos atores da agricultura familiar com formação de uma rede de cooperativas de crédito (Cresol), cooperativas de produção e de leite, grupos agroindústrias etc. Esse processo de fortalecimento de organizações de agricultores alcançou tal magnitude que em 2001 ocorreu a formação de uma estrutura sindica própria dos "agricultores familiares" através da fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), congregando os sindicatos cutistas dos três estados do Sul. E, em 2005, essa proposta de um sindicalismo exclusivo de "agricultores familiares" foi nacionalizada com a formação da FETRAF-Brasil.

Em suma, da confluência entre experiências do passado do grupo social dos "colonos" que poderia ser resgatadas e das preocupações ambientais contemporâneas constituíram-se articulações entre organizações de representação de agricultores (como o sindicalismo da CUT/FETRAF), setores de igrejas e ONGs que buscavam formas de reinserir os "pequenos agricultores" na sociedade nacional ao mesmo tempo em que se preocupavam com as questões ambientais. As ações do conjunto destes atores foram capazes de articular uma "rede" de pequenos grupos de agricultores dispostos a experimentarem mudanças nas práticas agrícolas adquiridas com a "modernização da agricultura" (muitas vezes, através do resgate de antigas práticas que estavam caindo em desuso) e de organizações sócio-política. Com a articulação desta rede, constitui-se um "movimento" para promover a valorização da pequena

agricultura e o desenvolvimento de formas de produzir mais autônomas dos agricultores na região Sul. Segundo define Melucci (1989, p.61), "a situação normal do 'movimento' é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da *inovação cultural*" (grifo nosso, ELP). Então, dessa forma, o conjunto de ações promovidas pelos "pequenos grupos" de colonos, assessoradas por organizações que promoviam o desenvolvimento de conhecimentos técnicos conseguiu produzir algumas "inovações culturais" (no sentido atribuído por Melucci). Dentre elas, destacaram-se: o resgate e o desenvolvimento de práticas mais autônomas de produção, a diversificação produtiva, a agroindustrialização caseira (produtos "coloniais"), a agroecologia, etc. Em suma, ocorreu uma *ressignificação cultural* da agricultura praticada pelos pequenos produtores ou colonos, que a partir dos anos 90 passou a ser chamada de *agricultura familiar,* passou a ser associada a um projeto "alternativo de desenvolvimento rural".

Em suas declarações públicas a FETRAF oferece uma definição do que compreende como "agroecologia", entendendo-a como "um processo de produção de alimentos numa relação de respeito entre seres humanos e destes com a natureza, que se dá sem pacotes tecnológicos e insumos industriais, sem agressão ao meio ambiente, utilizando-o para promoção da qualidade da vida nos ecossistemas" (FETRAF-Sul, 2002, p.7). Diante desta concepção afirma escolher a forma "agroecológica" de produção de alimentos como base para promover o "desenvolvimento rural sustentável, [que] pressupõe uma ética de respeito ao conjunto da natureza, entendendo os seres humanos como parte dela, envolvendo as dimensões social, econômica, política, tecnológica, ambiental e cultural" (id.).

A "agricultura familiar" é apresentada nos documentos da FETRAF como o setor social que pode constituir uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produzir alimentos diversificados e com qualidade para o "povo brasileiro" e conjugar as intenções de desenvolvimento agrícola com o respeito à natureza e às culturas locais (FETRAF, 2002; 2010). Para a FETRAF, o "agricultor familiar" passa a ser o personagem que pode consolidar um novo modelo de desenvolvimento para a agropecuária brasileira, onde as preocupações com inclusão social, desenvolvimento agrícola e preservação das culturas locais e do ambiente constituem eixos centrais.

Sindicalismo, "agricultura familiar" e "agroecologia" em Constantina

O despontar da ação política dos agricultores em Constantina se dá articulado com a construção de uma "rede de movimentos" de luta por terra, de renovação do sindicalismo e de construção da "agricultura alternativa". Assim como em outros locais do país, a atuação de agentes da Igreja Católica foi um importante desencadeador da mobilização política dos agricultores também em Constantina. O trabalho de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), promovido por sacerdotes e leigos da Igreja, identificados com a Teologia da Libertação teve forte expressão local, principalmente no trabalho de formação política junto aos jovens rurais (Picolotto, 2006).

A questão do sindicalismo rural foi a pauta que inicialmente mais impulsionou a ação política das jovens lideranças, que avaliavam que a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) pouco fazia para ajudar a resolver os problemas dos "pequenos agricultores" naquela conjuntura difícil do início dos anos 80: "o Sindicato era 'pelego', era só ficha pra consulta, pro dentista. Não tinha iniciativa de construir luta" (Liderança V. L.). Partido deste entendimento, as jovens lideranças, assessoradas por agentes católicos, fizeram uma articulação política nas comunidades do município em favor da renovação da direção do Sindicato, tendo vindo a disputar uma eleição com a chapa da situação e saindo vitoriosos no ano de 1986.

O Sindicato motivou os agricultores de Constantina a participarem de grandes mobilizações populares por conquistas de políticas publicas e direitos de cidadania durante o processo Constituinte do final dos anos 80. No que se refere a forma de encaminhar a luta pela construção de um modelo alternativo para os pequenos agricultores, o Sindicato foi além da postura reivindicatória buscando avançar no aspecto propositivo com a realização de experiências ao nível local-regional. A ênfase em experiências locais foi resultante de um processo de aprendizado de que as "lutas" reivindicatórias não bastavam para viabilizar a pequena agricultura. A Liderança I. V. relata como se chegou à compreensão de que era fundamental conciliar a luta geral com ações locais:

> Depois de terminadas estas lutas iniciais nós também passamos a discutir sobre a agricultura, que *não bastava só fazer lutas, nós precisávamos construir experiências próprias, alternativas, na questão da agricultura.* E paralelo a isso, as organizações da nossa região criaram o CETAP, que vinha pra trazer suporte técnico e também político na questão da agricultura. Então, resolvemos fazer aqui em Constantina, em conjunto com o CETAP, algumas *experiências* na área de *adubação verde e sementes*.

Ressalta-se que nesse período de meados dos anos 80 até início dos 90 foi gestada, na região do Alto Uruguai, a idéia de que era preciso fazer *experiências* de "agricultura alternativa", não bastava "só fazer luta" reivindicatória frente aos governos, era preciso achar alternativas por conta própria, experimentar alternativas. Para isso, as organizações de

agricultores da região criaram o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)[1] para oferecer assistência técnica aos agricultores e as organizações, resgatar práticas agrícolas do passado dos agricultores que poderiam ser adaptas as necessidades daquele período (como a adubação verde, a produção próprias de sementes, o uso de controle natural para pragas como a "lagarta da soja") e desenvolver novas tecnologias adaptas as pequenas propriedades.

Assumindo o projeto de diversificação da produção e a busca de autonomia na atividade produtiva para os pequenos agricultores no município foram organizados diversas em associações de cooperação agrícolas e construídas diversas experiências de "agricultura alternativa" e de "organização da produção" com assessoria dos técnicos do CETAP. Segundo Liderança I. V.:

> Se constituíram várias associações de cooperação agrícola que passaram a desenvolver experiência de forma coletiva algumas delas, outras de semente de milho, outras de adubação verde, enfim, e que teve um papel importante, por que o pessoal produzia a semente de milho e nós conseguia colocar toda a semente de milho. Se desenvolveu, por exemplo, criação de suínos ao ar livre, inicialmente, depois se parou, associações de máquinas, enfim, teve uma série de alternativas que foram sendo trabalhadas.

O auge destas associações se deu no início dos anos 90, quando se "chegou num momento em que nós estávamos com 32 associações que vinham num processo de discussão sobre a agricultura. Eram 320 famílias que participavam deste debate" (Liderança I. V.).

Nos relatos das lideranças fica evidente a busca de resgatar experiências do passado consideradas mais adequadas que as práticas agrícolas difundidas com a "modernização agrícola". A produção de semente de milho própria e a adubação verde são exemplos disso. Enquanto no passado o agricultor tinha o domínio sobre a sua própria semente e fazia adubação com os recursos de sua própria propriedade não ficava dependente das empresas de insumos químicos e sementes híbridas. Com a modernização havia sido "vendida" a idéia de que as variedades de milhos híbridos eram mais produtivas, mas era necessário usar adubos químicos para alcançar esta maior produtividade. Então, nesse modelo "moderno", o agricultor ficava dependente da compra de sementes e dos adubos. Para procurar livrar o agricultor dessa dependência eram desenvolvidas estas experiências.

A procura de bases para reformular a agricultura do período contemporâneo foi buscada nas formas de produzir do passado ao mesmo tempo em que se orienta pelas preocupações do presente. Fazendo-se uma alusão a discussão sobre a "experiência" (Thompson, 1981), estas iniciativas dos agricultores e suas organizações de buscar alternativas em um momento de crise nas suas vivências históricas e formas de produção anteriores mesmo depois de terem abandonado muitas delas no período da "modernização"

[1] Criado por iniciativa da Igreja Católica, da CUT rural, do MST, MAB e MMTR.

revela que a história de um grupo social não é linear ou lógica, mas, ao contrário, é formada por rupturas, continuidades, caminhos sinuosos e reinvenções de formas sociais, costumes, tradições e técnicas que já haviam caído em desuso, becos sem saída de onde é necessário se retroceder. É um processo constante de (re)criação.

Nesse sentido, outra iniciativa construída na busca de alternativas de reformulação do formato de produção agrícola foi a organização das "associações de cooperação agrícola", baseada nos laços de cooperação entre os "colonos" que vem de longa data. Em Constantina estas associações foram organizadas entre os pequenos agricultores que moravam próximos (vizinhos), que já colaboravam entre si em trabalhos coletivos (como com os "mutirões" para o trabalho agrícola ou para construir alguma obra como casas, galpões, igrejas etc., com a ajuda na forma de trabalho na "roça" às famílias com doentes, com as trocas de gêneros alimentícios entre vizinhos, etc.) ou em grupos de agricultores que alguns de seus indivíduos já tinham participado de ações políticas chamadas pelo STR. As associações eram constituídas pelos grupos de agricultores que eram mais "sensíveis" a mobilização, seja por serem os que estavam em maiores dificuldades e por isso abraçavam a ação política procurando alcançar solução aos seus problemas, seja por estarem disposta a construir novas experiências de "organização da produção" coletiva e/ou de "agricultura alternativa" que eram estimulados pelo Sindicato e pelo CETAP. Diante disso, as associações eram entendidas como um instrumento de organização dos agricultores para resolverem juntos os problemas enfrentava; e, além disso, era principalmente nas associações que se desenvolviam as experiências de "agricultura alternativa", por isso recebiam atenção especial do STR e do CETAP.

No início da década de 90, segundo relato das lideranças entrevistadas, as experiências de "agricultura alternativa" e de "organização da produção" citadas começavam demonstrar que não eram suficientes para viabilizar os pequenos agricultores que estavam enfrentando fortes dificuldades de permanecer na atividade agrícola. De um lado, ficava evidente que as experiências conseguiram propiciar certa autonomia aos pequenos agricultores no que tange as sementes (mesmo limitadas a algumas culturas, principalmente o milho e adubação verde), no controle natural a pragas (como a lagarta da soja) e que estas fortaleceram a capacidade de iniciativa e de construção de ações coletivas entre as "associações". Por outro lado, as lideranças entrevistadas destacaram que estavam tomando consciência que estas experiências não conseguiram atender a principal necessidade que a "pequena agricultura" possuía naquele período: gerar fontes de renda para permanecerem na atividade. Ou seja, fazer as próprias

sementes de milho, adubação verde, organizar associações não propiciava o desenvolvimento de fontes alternativas de renda para viabilizar economicamente os agricultores. O que se conseguia era reduzir os custos de produção de algumas culturas que, na maioria das vezes, eram de subsistência. Dessa forma, as principais fontes de renda continuavam sendo o plantio da soja e do trigo (culturas que a adubação verde e a produção de sementes próprias eram de difícil aplicação) e a criação de suínos. Assim, não conseguiam romper com a dependência dos agricultores aos agentes da agricultura especializada (como a Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda - COTRISAL).

A direção do Sindicato observando as limitações das experiências de "agricultura alternativa" afirma ter entendido que parte dos problemas devia-se a falta de uma organização para incentivar e escoar a produção alternativa dos agricultores. O encaminhamento dado, então, foi a convocação de um seminário municipal para discutir a "pequena produção" e a "questão agrária". O seminário foi organizado pelo STR no ano de 1991, tendo contado com a participação de cerca de 400 agricultores e órgãos de assessoria, tais como: CETAP, CPT e DESER. Logo após este evento, os agricultores, motivados pelo Sindicato, tomaram a decisão de formar uma cooperativa que trabalhasse com a atividade do leite, pois um fato conjuntural de eminente exclusão dos pequenos produtores de leite teria levantada essa questão como urgente. Segundo relato das lideranças, um fator que motivou os pequenos agricultores a fundar uma nova cooperativa foi a imposição, por parte da COTRISAL (cooperativa tradicional da região), de uma cota mínima de 50 litros a cada dois dias por produtor para continuar recolhendo o leite. Neste contexto, foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (COOPAC), fundada no ano de 1991.

Após a fundação da nova Cooperativa "se tira de encaminhamento de se construir um Posto de Recebimento de Leite e se começa a fazer trabalho a campo, sobre adubação verde, pastagens, vaca de leite, criação correta da terneira" (Liderança A.L.). Dessa forma, os pequenos agricultores de Constantina teriam buscaram solucionar as limitações das "associações de cooperação agrícola" criando uma cooperativa de produção que propiciasse suporte, em princípio, para o desenvolvimento da atividade leiteira, considera com potencial para gerar renda para as famílias agricultoras. Outro elemento que se destaca na fundação da COOPAC é que ela surgiu também como uma reação a exclusão dos pequenos produtores de leite pela COTRISAL. Ou seja, estes produtores de leite teriam sido motivados a criar uma estrutura alternativa para "os pequenos" frente aos "grandes" que continuavam entregando sua produção a Cooperativa tradicional. Ficava evidente um recorte entre grupos diferentes de

agricultores, com diferentes interesses, nessa iniciativa: os "pequenos" frente aos "grandes" produtores; uma cooperativa dos "grandes" e uma dos "pequenos".

A fundação da Cooperativa para garantir a compra do leite dos "pequenos" e o início dos trabalhos de construção do Posto de Recebimento de Leite foi divulgado pelo jornal do CETAP:

> Com o posto será viabilizada a comercialização do leite, possibilitando o crescimento da bacia leiteira do município e arredores e principalmente o *fortalecimento econômico dos produtores*. A COOPAC fará a administração do posto e também será responsável pelo conjunto do projeto. Já foi iniciado um roteiro de reuniões nas associações visando à formação técnica dos produtores nesta linha de produção; formação e capacitação dos produtores são os objetivos centrais da COOPAC nesse momento (Agricultura Alternativa, 1992, p.6, grifos meus, ELP).

Em 1993, após a construção do Posto de Resfriamento de Leite, o número de produtores de leite do município que eram 150 em 1991 havia mais do que dobrado, pois neste ano a COOPAC começou a operar com 300 produtores de leite, o que se deveu ao fato de a nova cooperativa ter procurado incluir todos os produtores de leite que existiam no município. Como atesta a Liderança A.L.: "aqueles que produziam cinco, dez litros, também entregaram e a COOPAC recebeu". Ficando evidente que a nova cooperativa surgia para trabalhar com inclusão dos "pequenos".

A comercialização do leite foi viabilizada, inicialmente, através da Cooperativa Estadual de Lácteos e Correlatos (CORLAC)[2], que garantia o escoamento da produção. Com a possibilidade de escoamento garantido e relativo sucesso na ampliação da produção e do número de produtores deram base para um entusiasmo que teria persistido até o ano de 1997. As lideranças comentaram que até este ano a atividade ancorou-se bastante na "vontade que se tinha", no voluntarismo.

Entretanto, em 1997 o sistema CORLAC faliu e a COOPAC precisou "buscar seu próprio caminho" no que se refere à comercialização, e fez isso através da formação de uma marca própria de leite e do estabelecimento de um escritório para comercializar sua produção na região metropolitana de Porto Alegre. Com a realização do planejamento surgiu idéia de expandir a atuação da Cooperativa a outros produtos da "agricultura familiar", buscando viabilizar mais fontes alternativas de renda às famílias. Considerou-se que já estava aberto um canal de comercialização de leite na região metropolitana, e através deste poderia ser viabilizada a comercialização de outros produtos. Do mesmo modo, poderiam ser incentivadas outras formas de comercialização como as feiras. Optou-se por incentivar a produção de produtos "orgânicos" ou "agroecológicos", tendo em vista a busca de culturas

[2] A CORLAC que no início das atividades da COOPAC era uma empresa estatal, ainda no final de 1993 foi privatizada, passando ao controle de algumas cooperativas de pequenos agricultores do setor leiteiro. Mesmo com a privatização esta continuou recolhendo e comercializando a produção leiteira das pequenas cooperativas.

"limpas" e a exploração deste nicho de mercado que se abria. O relato da Liderança A.L. detalha:

> E a COOPAC também cria uma marca própria do leite, de 97 pra cá. Entra no mercado, ela não depende mais de ninguém e continua o seu trabalho. Entra o soja orgânico, que é uma experiência bastante importante. E a COOPAC foi uma das pioneiras da região sobre o soja orgânico, o milho, o trigo. A COOPAC entra ali na produção familiar, com experiências de feira, a COOPAC começa a participar de feiras em Porto Alegre, pra cá, pra lá, venda de açúcar mascavo, compra dos produtores e vende pra fora, amendoim e pipoca.

Dessa forma, foram estabelecidas algumas bases político-organizativas locais para a viabilização econômica dos "pequenos" agricultores através do rompimento (mesmo que relativo) do circulo vicioso da dependência das cooperativas tradicionais (da produção de trigo e soja). No entanto, com o fortalecimento da COOPAC não se pode deixar de perceber que as associações de cooperação agrícola e toda a diversidade de experiências que estas desenvolveram passaram a ser colocadas em segundo plano ou reformuladas. A Liderança I. V. reconhece isso quando afirma:

> Um dos grandes problemas que hoje a gente avalia [...] é que daí todo aquele trabalho da cooperação agrícola se perdeu. Se perdeu aquelas experiências alternativas, por que quem tocava isso antes era eu e o Ideno [técnico agrícola] e nós viemos pra Cooperativa, os que ficaram no Sindicato não conseguiram tocar isso.

Ou seja, o movimento dos agricultores tomou a decisão de construir uma cooperativa que propiciasse a viabilização de uma nova atividade produtiva (leite) rentável e com isso abriu mão, em grande medida, das outras experiências de agricultura alternativa e das associações de cooperação que eram células relativamente autônomas. Mas, também se deve reconhecer que a COOPAC também incentivou a produção de culturas "orgânicas", visando a diversificação da "pequena agricultura", o que se relaciona diretamente ao fortalecimento da agricultura alternativa que começou com as associações. Neste aspecto, continuou batendo de frente com a COTRISAL, um adversário forte que o Sindicato e as associações já vinham enfrentando.

Ao mesmo tempo em que a COOPAC continuou o esforço em prol do fortalecimento da produção leiteira e da diversificação da produção agropecuária, observa-se também um aumento do interesse pelos produtos "agroecológicos" ou "orgânicos". Nesse aspecto, deve-se ressaltar que em nível local o uso do termo "orgânico" ficou mais popularizado tendo em vista que foi através da produção da "soja orgânica" que foi puxado o trabalho com toda uma série de outras culturas agrícolas que vieram em seguida, seguindo práticas de cultivo sem uso de insumos químicos.

Em 1998, a Cooperativa após realizar uma reunião com cerca de 50 agricultores, de início a um programa pioneiro de produção de "soja orgânica" com 30 produtores

participantes, em uma área de 48 hectares. Segundo relato de lideranças e técnicos este trabalho inicial contou com assessoria do CETAP e da empresa Sustentagro de Passo Fundo (ligada a produção de alimentos "orgânicos", viria a ajudar na comercialização da produção). O Jornal de Constantina registrou os motivadores do início da atividade:

> Por presenciar quase que diariamente os problemas decorrentes do uso exagerado e indiscriminado de agrotóxicos pelos agricultores em suas propriedades, atitude que acaba causando sérios danos a saúde e ao meio ambiente, é que a direção da COOPAC começou a incentivar o cultivo de produtos agroecológicos (1998, p.3).

Em 1999, a inovadora experiência de produção de "soja orgânica" em Constantina foi noticiada pelo jornal Correio do Povo, destacando as "vantagens" desse tipo de cultivo: "os custos de produção são mais baixos e que o cultivo orgânico permite a utilização da mão de obra familiar" (Correio do Povo, 1999, p14). Neste ano era ampliada a produção de "soja orgânica" que passava a envolver 180 produtores (de Constantina e outros municípios vizinhos), tendo-se alcançado uma área plantada de 380 hectares. A maior parte da "soja orgânica" foi certificada pelo IBD (Instituto Biodinâmico de São Paulo) e exportada para a Europa e a Ásia a um preço maior do que a convencional (id.).

O Técnico N.L, que foi um agente que trabalho nesta experiência pioneira, destaca as vantagens que este tipo de produção propiciava aos agricultores:

> Além da produção orgânica, que muitos produziam e não sabiam que era orgânico, tu acabava agregando um valor a mais por que era um produto saudável, conseguia vender esse produto com a agregação com um pouquinho a mais de valor. Queira ou não queria isso começou o debate, bom se eu vou plantar o soja convencional e vau ganhar, vamos dizer na época, 20 reais, eu posso ganhar 26 no orgânico e ainda vou envolver a mão de obra da família. O que vai fazer, uma adequação que na verdade ia ter o não uso de agrotóxicos, preservação das águas, ter a matas nativas, ter as áreas de matas e tal para fazer barreiras de proteção do orgânico. Então se teve todo um debate aí que foi peliado.

No relato do Técnico fica evidente que o trabalho foi feito no estímulo ao orgânico não chegou a ser uma completa novidade, pois como ele mesmo diz "muitos produziam e não sabiam que era orgânico". Tratava-se dos agricultores que já desenvolviam práticas de agricultura que era chamada de "agricultura alternativa" em anos anteriores, que procuravam se livrar da dependência do uso de insumos. Para estes agricultores o que mudou foi o nome da agricultura que praticavam, passava a ser chamada de "orgânica" para ser vendida em mercados específicos. Outros agricultores, naturalmente, foram atraídos para passar a produzir desta forma, tendo em vista que o retorno financeiro era maior ou mesmo em que atendiam aos apelos por terem lavouras "limpas".

Outro elemento que chama atenção nesse relato é que com o cultivo "orgânico" se aproveitava a "mão de obra" das famílias dos "pequenos" agricultores para a produção, não dependendo mais da contratação de serviços de máquinas para preparar e fazer os tratos

culturais das lavouras. Valorizava, portanto, o trabalho das famílias que trabalhavam diretamente em todas as etapas da produção, fazendo um trabalho de "cultivo" desde a semeadura até a colheita. Este seria um exemplo do que seria de fato uma agricultura "familiar", que vinha se gestando no interior do sindicalismo (nesse período em que se criava a FETRAF-Sul), como se refere a Liderança D.B.:

> Se tu vai dizer "pequeno agricultor" parece que tu tá dizendo que é só o homem, lá o "pequeno agricultor". Então a "agricultura familiar" quer dizer que envolve homem, mulher e jovem. Então é uma agricultura "familiar" onde todo mundo faz parte. É essa a visão que nós tivemos no momento de dar o nome da "agricultura familiar" [com a criação da FETRAF-Sul), é quando toda a família participa do processo né, no processo da agricultura, no seu planejamento.

Nestes depoimentos fica evidenciado como é apropriado do uso do termo "agricultura familiar" em nível local, associado ao projeto do sindicalismo: associa-se a adoção do termo ao uso do trabalho da família nas atividades "orgânicas", que seria um produto diferenciado, saudável, produzido pela força de trabalho da "família" agricultora; associa-se também ao fato da produção neste formato de agricultura ser feita por todos os integrantes da "família" (homem, mulher e jovens) e não só ao "homem" como se referiria o termo "pequeno agricultor". A noção "agricultura familiar" ganha em nível local uma conotação associada ao projeto do sindicalismo de formar uma agricultura mais comprometida com a cidadania, com a inclusão social, com a produção de alimentos saudáveis e em harmonia com a natureza.

A partir da terceira safra de "soja orgânica" a área plantada aumentou para mais de 606 ha e do ano 2000 em diante a produção "orgânica" direcionada a mercados que requeriam este tipo de produto cultivado de forma "orgânica" expandiu-se para outras culturas agrícolas como: trigo, leite, milho, feijão, arroz, batata, carne e açúcar mascavo (Correio Riograndense, 2001, p.6). Segundo a Liderança A. L., com esse conjunto de experiência se criou condições básicas para fortalecer a "agricultura familiar" pela diversificação das atividades produtivas promotoras de renda. Em suas palavras:

> Então, o agricultor começou a fazer açúcar, a plantar amendoim, pipoca, para vender pra COOPAC, a noz pecã ajuntá no chão e vender pra COOPAC. E daí cria debate da agricultura familiar e eu acho que este momento foi bastante rico. Bastante rico por que *a COOPAC dá a cara da agricultura familiar*.

Entretanto, estas experiências de produção "orgânica" tiveram fortes dificuldades para a sua continuidade a partir dos anos 2000 e 2001 fazendo com que a estratégia de diversificação da produção da "agricultura familiar" precisasse sofrer alterações. Segundo Liderança A.L. e Técnico N.L., a partir do ano de 2000, começou-se a ter problemas na produção da "soja orgânica" devido a dificuldades de mercado, problemas com falta de outros produtos agrícolas "orgânicos" de grande rendimento como a soja para fazer rotação de

culturas (passava-se a produzir só soja nas áreas causando problemas produtivos) e a introdução de variedades de soja transgênica no município, que passaram a competir com a "orgânica" em rentabilidade e contaminaram algumas áreas de cultivo orgânico. Com esses problemas as lavouras de soja e trigo "orgânico" tiveram forte retração.

Paralelo ao incentivo aos produtos "orgânicos" tiveram papel importante as políticas públicas de estimulo a geração de renda entre os agricultores familiares. Uma política criada com este intuito foi o programa de estímulo à formação e à qualificação de agroindústrias familiares criado durante a gestão de Olívio Dutra (1999-2002)[3] no governo do estado, em parceria com organizações de agricultores, dentre elas a FETRAF. Em Constantina com o acesso a esta política estadual foram formadas algumas pequenas agroindústrias coletivas, principalmente com os grupos de agricultores remanescentes das antigas associações de cooperação agrícola. Estes grupos receberam cursos de capacitação do Estado e alguns deram início a atividade de processamento de matérias-primas de suas propriedades, tais como: cana-de-açúcar para produção de açúcar mascavo, cachaça e melado, queijos, salames, doces e sucos de frutas, entre outros.

Outra política pública tem contribuído na diversificação da produção e na geração de renda entre os agricultores familiares de Constantina, trata-se da participação destes no Programa Fome Zero. Em Constantina, por intermédio da COOPAC e da Prefeitura Municipal, começou-se em 2004 o desenvolvimento de um projeto local operacionalizado através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A operacionalização do Programa implica a definição de uma "cesta básica", fornecida pelos agricultores, que é entregue quinzenalmente a famílias carentes e para a merenda escolar no município. No ano de 2006, por exemplo, foram adquiridos de 254 famílias de agricultores 26 produtos diferentes para serem entregues nas cestas básicas e na merenda escolar. Dentre os produtos contemplados pelo Projeto estavam: açúcar mascavo, arroz, banha, batata doce, batata inglesa, beterraba, canjica, carne bovina, carne suína, cebola, cenoura, doce de frutas, farinha de milho, farinha de trigo, feijão, laranja, leite, mandioca, massa, mel de abelha, melado batido, ovos, queijo e repolho (cf. Projeto COOPAC/CONAB, 2006).

Como se trata da produção de 26 itens alimentares diferentes a participação dos agricultores familiares nesse Programa tem sido apontada como extremante positiva para a diversificação da produção agropecuária no município, para ajudar na comercialização dos

[3] O governo Olívio Dutra (Partidos dos Trabalhadores, PT) contava com apoio e até mesmo participação direta de quadros dos movimentos sociais e do sindicalismo do campo na administração.

produtos das agroindústrias, para possibilitar um reforço na renda das famílias agriculturas e por ajudar a solucionar o problema da fome entre os segmentos marginalizados da sociedade e fornecer alimentos de qualidade para a merenda escola. Nesse aspecto, os agricultores familiares estariam ajudando a resolver o problema da fome ao mesmo tempo em que estariam realizando sua "missão histórica" de produzir alimentos.

Além destas formas de comercialização estimuladas pelas políticas públicas aparece também no depoimento das lideranças que é usada também a estratégia de comercialização através de feiras. Parte da produção das agroindústrias e dos agricultores que produzem hortigranjeiros tem sido direcionada para uma feira semana que tem sido organizada junto a sede do Sindicato e para feiras eventuais fora do município. Longhi e Santos (2003) avaliando a importância das feiras para o estimulo a diversidade da produção dos "agricultores familiares" atendidos pelo CETAP destacam:

> As Feiras Ecológicas desde o início vem se destacando como espaços importantes de valorização da biodiversidade. O contato direto com os consumidores proporcionado pelas feiras mostra para o agricultor a importância da diversidade dos produtos ofertados, pois é assim que as bancas tornam-se atrativas. Do lado dos consumidores percebe-se que estes também começam a valorizar uma série de produtos difíceis de serem encontrados no mercado convencional e que os agricultores costumavam produzir apesar para o consumo familiar (Longhi e Santos, 2003, p.8).

No caso da feira de Constantina estimulada pelo Sindicato, não se trata estritamente de uma "feira ecológica", pois apenas uma parcela dos produtos ofertados na feira são apresentados como "agroecológicos" ou "orgânicos", enquanto outra parte não segue este formato de produção. Entretanto, se nem todos os produtos podem ser considerados como "agroecológicos", a feira tem outro apelo que gera forte atrativo para os seus produtos, todos (ou quase a totalidade) são considerados como "coloniais". Ou seja, são produtos elaborados de forma artesanal, segundo formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados que imigraram da Europa, os chamados "colonos". São produtos considerados como tradicionais da região, tendo um apelo forte à tradição e ao costume, em oposição aos produtos industrializados, artificiais. Como destacado por Longhi e Santos (2003, p.8-9):

> A importância que os consumidores têm dado aos chamados *produtos coloniais* deve-se, em grande parte, ao fato de uma parcela significativa da população urbana da maioria das cidades brasileiras mantém ainda um forte vínculo com o meio rural, considerando que o êxodo rural no Brasil iniciou a pouco tempo, comparando-se com outras regiões do mundo. Isso faz com que muitos costumes sejam preservados e também, através das feiras ecológicas, muitos hábitos alimentares vão sendo resgatados, ao contrário da artificialização e alienação consumista promovida pelos sistemas de comercialização mercantis. (grifo no original).

As lideranças dos agricultores em Constantina também chamam atenção para este diferencial dos produtos "coloniais" e "orgânicos", o seu potencial de se estabelecer como um "produto diferenciado", que pode fazer "bem pra saúde":

> Temos que abrir mais espaços para a produção orgânica, até por que a tendência agora e de que as pessoas cada vez mais valorizam a saúde, então pra mim hoje vai ter muito espaço no mercado hoje de produtos orgânicos pra se vender. Então a relação da agricultura familiar com a agroecologia, eu acho que nós vamos avançar mais ainda é no momento que nós conseguir produzir mais produtos orgânicos, ecológicos. Por que vai ser o diferencial, senão nós não vamos conseguir competir né... Se eu vou fazer um salame convencional, eu vou comprar da Sadia, da Perdigão, da Seara, de outras empresas, muda o que? Só se vender com preço mais barato né. Agora se eu produzir um produto diferenciado, colonial, orgânico, eu acho que daí vamos ter mercado, vai ter um mercado muito bom (Liderança A.L.)

No aspecto da saúde movimento dos agricultores não pensou apenas em valorizar a saúde do consumidor dos produtos da "agricultura familiar", mas também a das famílias agricultoras, pois como se refere a Liderança D.B. (que trabalha pelo Sindicato diretamente na área da saúde) "a saúde vem pela boca, as doenças vem pela boca, então muitos tão comendo veneno", portanto, o cuidado com os alimentos consumidos seria uma grande necessidade. Além do cuidado com a alimentação, foi incentivada pelo Sindicato a busca de "remédios naturais". Desde meados dos anos 90 o Sindicato (apoiado pelo Conselho Municipal de Saúde) tomou a decisão de montar uma "farmácia natural", custeou a formação de uma de suas lideranças para atuar nessa área e passou a promover cursos sobre "remédios naturais" e sobre a qualidade dos alimentos entre as famílias agricultoras do município e de municípios vizinhos. Montou-se também (em parceria com a EMATER) duas hortas com plantas medicinais para produzir matérias-primas para elaboração de remédios naturais (tendo 120 tipos de ervas diferentes, segundo Liderança D.B.).

Para o entendimento das lideranças entrevistadas não bastava gerar renda aos agricultores de forma descomprometida com a saúde das famílias, portanto, esse trabalho sobre a qualidade da alimentação, de saúde preventiva e sobre "remédios naturais" é desenvolvido pensando na qualidade de vida das famílias agricultores. Mas, esse trabalho também pode ser entendido como uma iniciativa de livrar os agricultores, mesmo que parcialmente, dos "remédios de farmácia", os remédios industrializados. Da mesma forma, que se procurou livrar o agricultor da dependência das indústrias de insumos e sementes na agricultura, procura-se diminuir a dependência em relação aos "remédios" industriais. Nesse sentido, também com relação ao trabalho de saúde e qualidade de vida existe um apelo ao passado dos "colonos" (os antepassados) que não viviam uma vida mais natural, mais saudável, sem usar "venenos", com base em alimentação diversificada, em função disso tinham menos doenças do que nos dias atuais. Estes hábitos mais saudáveis do passado no entendimento das lideranças podem embasar os debates sobre qualidade de vida no tempo presente.

Considerações finais

As preocupações ambientais estiveram presentes desde o início da trajetória do sindicalismo rural da CUT. Porém, o entendimento sobre esta temática sofreu alterações ao longo de sua trajetória. Da mesma forma, foram atribuídas importâncias distintas a aspectos particulares do que se pode chamar genericamente de "agroecologia" ao longo do tempo. Neste aspecto, o estudo de caso em Constantina permite visualizar como as questões relacionadas ao ambiente foram tratadas em diferentes momentos pelo sindicalismo e as organizações de agricultores associadas a ele, preocupadas que estiveram com a viabilização econômica dos agricultores e em diminuir os impactos ambientais. Se num primeiro momento o ataque as conseqüências negativas da "modernização agrícola", a busca de saberes e técnicas de produzir do passado dos "colonos" e a da produção de subsistência para a as famílias eram o centro das suas ações, com o passar dos anos a "diversificação" produtiva e das fontes de renda para viabilizar os agricultores foram assumindo este lugar, ao passo que no período mais recente também adquirem forte importância as políticas públicas de estímulo à renda dos agricultores e as preocupações com a saúde.

Optou-se por não entrar em discussões conceituais sobre agroecologia neste artigo, mas mesmo assim, não se pode deixar de perceber que a construção do que seria a "agroecologia" (ou outras nominações usadas pelas lideranças e técnicos) na experiência dos agricultores de Constantina está relacionada a busca de viabilização econômica e ambiental dos agricultores (principalmente os "pequenos"). Viabilização que se dá, seja através de uso de práticas agrícolas resgatadas do passado que permitem maior autonomia aos agricultores, causam menores impactos ambientais e ainda estimulam a diversificação produtiva e das fontes de renda, seja através da cultivo de produtos diferenciados (como os "orgânicos" ou "coloniais") para venda e para consumo próprio, da agroindustrialização de matérias-primas e da venda para o "Programa Fome Zero" ou para a merenda escolar. Em nível geral, a preocupação ambiental é associada à preocupação com a permanência do agricultor na sua atividade e com a qualidade de vida. Neste aspecto, se observa que as experiências relacionadas à "agroecologia" em Constantina se assemelha coma outros casos estudados entre os agricultores assentados ligados ao MST no Rio Grande do Sul, onde a "agroecologia" é entendida de forma ampla, como associada "à obtenção de alimentos, diversificação produtiva, soberania alimentar, independência dos produtores e, assim, a uma vida mais saudável." (Barcellos, 2010, p.79-80).

Em nível geral, as preocupações com o ambiente e com a construção de forma de produzir com menores impactos no ambiente e na saúde dos indivíduos estiveram e ainda estão entre as preocupações centrais do sindicalismo dos agricultores familiares em Constantina e, em nível geral, no sistema FETRAF. A Federação em suas orientações para os sindicatos e agricultores recomenda que estes passem a adotar os "princípios da agroecologia", mas reconhece, ao mesmo tempo, as dificuldades que os agricultores da sua base enfrentam para fazer a transição para formas de produzir com menores impactos ambientais (a maioria ainda é dependente da produção de *commodities* para indústrias ou cooperativas-empresariais). Nesse sentido, a agroecologia está mais para uma intenção, um projeto, de longo prazo do que para uma realidade concreta entre os agricultores de sua base. O que existem é uma orientação política da Federação e experiências entre alguns agricultores ou grupo de agricultores que passaram a trabalhar de forma agroecológica e encontraram formas de produzir e viver dessa forma. A agroecologia, nessa ótica, seria um processo em construção.

Referências bibliográficas

AGRICULTURA ALTERNATIVA. *Constantina: Colonos enfrentam a crise.* Passo Fundo, ano 2, n.8, maio/jun 1992.

BARCELLOS, S. B. *A formação do discurso da agroecologia no MST*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Dissertação (Mestrado), 2010.

CORREIO DO POVO. *COOPAC investe no cultivo orgânico.* Porto Alegre, 5 dez. 1999 (ano 105, n.066)

CORREIO RIOGRANDENSE. *Cooperativa Constantina dobra produção de soja orgânica.* Caxias do Sul, 7 nov. 2001 (ano 93, n. 4.757).

DETR/CUT-RS. *II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo.* Passo Fundo, 1993 (Mimeo).

FETRAF-SUL. *Documento de Chapecó: Diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para o fortalecimento da agricultura familiar.* Chapecó: V Encontro da Agricultura Familiar [23 a 25 de julho de 2002].

_____. *III Congresso da FETRAF-Sul/CUT: Agricultura familiar: alimento e vida para o Brasil.* Erechim, 2010. (Documento Base).

LONGHI A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade.* Passo Fundo: CETAP, 2003. Disponível em: <http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/11/o-cetap-e-a-biodiversidade.pdf>. Acesso em: 15 mar 2010.

MEDEIROS, L. S. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. *In:* GIARRACCA, N. (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

JORNAL DE CONSTANTINA. *COOPAC incentiva productos agro-ecológicos.* Constantina, 12 set. 1998.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova,* n. 17, jun 1989.

PICOLOTTO, E. L. *"Sem medo de ser feliz na agricultura familiar": o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS*. Santa Maria: UFSM, Dissertação (Mestrado), 2006.
ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 (2 vol.).
SCHMITT C. J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. *In:* NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
SEVILLA GUZMÁN, E. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América.* XI Curso Intensivo em Agroecologia. Rosario, 2000.
THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS: SUA INTERFACE COM A CULTURA CAMPONESA

Ana Paula Fraga Bolfe[1]

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco[2]

[1]Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Doutoranda de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas – E-mail: anapaula_f76@yahoo.com.br

[2]Doutora em Ciências, Professora Titular da FEAGRI - E_mail: sonia@feagri.unicamp.br

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

Sistemas agroflorestais e sua relação com a cultura camponesa.

O presente trabalho aborda parte da pesquisa do doutorado em Ciências Sociais **Sistemas agroflorestais: um caminho para agricultura sustentável sob a luz da cultura camponesa,** que está sendo conduzida junto a agricultores familiares no litoral norte do Rio Grande do Sul, mais conhecido como a região de Torres, que congrega os municípios de Torres, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba e Dom Pedro de Alcântara, municípios que com exceção de Torres que é pólo turístico, têm como principal atividade econômica a agricultura de base familiar.

Poucos trabalhos e estudos disponíveis na literatura abordam a cultura camponesa no contexto de incorporação de sistemas agroflorestais. As publicações disponíveis e analisadas na temática remetem à importância das metodologias participativas para tal enfoque, ou a análises de indicadores biológicos, ecológicos, econômicos e sociais. Ao nos depararmos com essa produção acadêmica, propomos o nosso trabalho para entender a relação da cultura camponesa e sistemas agroflorestais através das práticas familiares, do entendimento dos modos de vida desses agricultores, de trajetórias e de habitus.

O Texto

A história dos sistemas agroflorestais já vem de longa data, visto que foram e continuam sendo desenvolvidos por populações tradicionais em todo o mundo, cujos princípios estão arraigados às culturas milenares, os quais foram se adaptando ao meio e este, se moldando à

ação humana. Neste sentido, Götsch (1996) ressalta que esses sistemas são tentativas de harmonizar nossas atividades agrícolas com os processos naturais dos seres vivos, para produzir um nível ideal de diversidade e quantidade de frutos, sementes e outros materiais orgânicos de alta qualidade, sem o uso de insumos como fertilizantes, pesticidas ou maquinários pesados. O objetivo é que cada espécie se desenvolva para aproximar nossos sistemas agrícolas do ecossistema natural local, portanto, trata-se do oposto da agricultura moderna, na qual o homem tenta adaptar plantas e ecossistemas às necessidades da tecnologia.

Esse sistema de produção promove a interface entre a silvicultura (estudo e exploração de florestas) e a agricultura, tendo por objetivos a produção de alimento, fibras, frutas, produtos florestais madeireiros e não madeireiros (medicamentos, extratos). A agrossilvicultura inclui tanto o conhecimento e uso de práticas agroflorestais quanto o desenvolvimento de sistemas agroflorestais - SAF's, diferindo de um sistema agropecuário tradicional por ter um componente lenhoso e perene que ocupa papel fundamental na sua estrutura e função; e são usados deliberadamente na mesma unidade de manejo da terra com espécies agrícolas de arranjo espacial e seqüência temporal (ICRAF, 2004). Também no entendimento dos agricultores os sistemas agroflorestais denotam os princípios de quantidade e da diversidade, ainda a parceria com a mata através de seus componentes arbóreos, como mostra os depoimentos a seguir:

> Ah, o sistema agroflorestal é, na minha opinião ter várias culturas numa área só né. Ter um consórcio de planta, açaí, bananeira, bergamota, quanto mais tipos de árvore, árvore frutífera, tira madeira, talvez no futuro cresce muito rápido, muito ligeiro, acho que é isso. (Agricultor Familiar Agroflorestal E)

> É um sistema com diversidades de plantas que possam me render alguma coisa, algum, digamos até algum dinheiro, produzir frutas dentro de uma floresta que esteje bem completa de mata. (Agricultor Familiar Agroflorestal T)

A questão da diversidade de culturas e da preservação dos recursos estão presentes entre os agricultores agroflorestais analisados nessa pesquisa:

> ... então assim aquelas árvores que tinham dentro ali das bananeiras eu tava conduzindo, eu conduzi, que são, a farinheira, a farinha seca, alecrim, diagrafa que é de um tipo só, (que são quatro nome aqui na região), o ingazeiro, a pororoca branca, a pororoca vermelha, o camboatá, a grandeúva, o sobragi, o louro não tinha, a licurania e a canjerana tão vindo devagar, fui conduzindo elas e fui plantando outras, fui plantando assim de cada árvore que não tinha na região; que já existia na região aqui que tá precisando, eu busquei, eu tenho umas mudas de umas árvores ali de guatembuco ou matembú, não sei, é por aí. Que tinha antigamente aqui, canela garuva que é uma madeira boa, que essa parede da casa aqui é canela garuva, a licurana que é madeira boa, essa tá mais ou menos, tinha alguma matriz e ainda tá vindo ali, mas a canjerana também, também eu plantei alguma coisa, o louro pardo eu plantei bastante ali dentro, eu plantei a canela sassafras, eu plantei a peroba, eu plantei uvaia... (Agricultor Familiar Agroflorestal A).

Na maioria das vezes o ambiente natural tem um significado distinto para agricultores familiares, especificamente os Agroflorestais, que para grandes proprietários. Para os últimos, o mato é algo a ser removido, para ser substituído pelo capim,soja cana de açúcar, e outras monoculturas, mas para os primeiros, é algo a ser preservado, como parte mesmo do espaço de trabalho, ou utilizado apenas à medida das necessidades de reprodução social, (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997).

> ...esses dias um cara me disse: — Bah rapaz, teu bananal só tem mato né? — Eu digo é eu tenho pouco (risos). — Bah mas o teu bananal era bonito e agora só tá mato? — Aquilo não é por acaso. —Mas o que que você vai fazer com aquilo tudo? — Aquele ali é deposito que eu tenho de matéria orgânica que eu tô cortando e botando no chão. — Tá doido! (risos). É mais ou menos isso que o pessoal pensa né, até porque com essa quantidade de, o dobro de banana que eles colhem no sistema convencional né, claro que eles vão, eles vão...a influência deles é que produz bastante, mas quando tu apela para os números e eles não botam em conta a vida né. (Agricultor Familiar Agroflorestal A)

Essa organização do espaço-ambiente corresponde a um padrão tradicional de reprodução social e de percepção do ambiente de agricultores familiares camponeses, que tendem a uma forma de economia auto-sustentada (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997). Nesse espaço são construídos outros espaços, microespaços, em que as plantas cooperam entre si e com a terra, cooperação essa que parece buscar uma harmonia, um equilíbrio. Tal ecossistema é o resultado da aplicação de um saber e este é, em boa medida, uma linguagem simbólica que constrói o mundo. Ecologia e simbolismo não são, pois, dimensões separadas. É o que aproxima a cultura camponesa e sistemas agroflorestais.

Os sistemas agroflorestais são entendidos como arranjos seqüenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, através dos quais se busca, ao longo do tempo, reproduzir uma dinâmica sucessional natural, visando atender demandas humanas de modo sustentável (VIVAN, 2000). É um modelo de desenho ecológico sustentável voltado para a agricultura e floresta. É inclusivo porque combina as instâncias sociais e naturais em que compartilhar com semelhantes da espécie e com todos os demais seres vivos torna-se mais amplo, uma vez que proporciona um espaço para a coexistência de todas as formas de vida.

No desenvolvimento dos sistemas agroflorestais, segundo Vaz da Silva (2002), não existe competição entre as espécies e entre os consórcios. O que há é uma relação de criador e criados entre os consórcios de vida mais curtos com aqueles mais longos; entre as espécies de mesmo consórcio, a relação é de complementariedade, enquanto o estrato a ser ocupado é função a ser cumprida. Vaz da Silva (op.Cit.) ressalta ainda que, na história da agricultura o fenômeno da competição entre as espécies é motivo de grande preocupação e responsável pelas complicações e prejuízos desta atividade. No entanto, as dificuldades são do próprio ser

humano em diferenciar os meios empregados pela vida e suas causas, sendo que as "pragas", "doenças", "ervas daninhas"[1] são o meio que a vida, pacientemente, emprega para realizar em determinadas situações sua tarefa complexificadora.

Segundo Peneireiro (2004), deve-se observar e ter-se postura aberta para aprender, pois nesses sistemas acaba-se por ser aprendiz da própria natureza. Os sistemas agroflorestais fundamentam-se em bases ecológicas e têm a sucessão ecológica como a mola mestra. É importante compreender o funcionamento da natureza para se basear nesses fundamentos, visando elaborar, implantar e manejar estes sistemas de produção. Os sistemas de produção sustentáveis, a exemplo dos agroflorestais, provavelmente deverão ser mais dependentes de conhecimentos científicos, ecológico e local; assumindo, ainda perspectivas interdisciplinares (EHLERS, 1999), e não será um retrocesso apesar de diminuir a dependência externa, pois a tecnologia será essencialmente atrelada ao conhecimento de vida e sua dinâmica. Os agricultores sabem que nesse sistema é a experiência, no sentido das tentativas e a vontade de fazer dois pontos essenciais da prática.

Todas as intervenções antrópicas[2] nos SAF acontecem visando intensificar a vida e as condições para a vida, agindo no sentido de sintropia[3], de otimizar processos de fotossíntese, catalisando a reciclagem e o fluxo de carbono, participando do metabolismo saudável do Planeta.

Destaca-se aqui que, no Brasil, os sistemas agroflorestais estão sendo amplamente estudados e difundidos nos últimos anos com ênfase na agricultura familiar (GÖTSCH, 1996; VIVAN, 1998; PENEIREIRO, 1999; KITAMURA e RODRIGUES, 2000; YANA e WEINERT, 2001; OSTERROHT, 2002, SANTIAGO, 2004; LUIZÃO et al., 2006; KATO et al., 2006; CARVALHO, 2006, MAY & TROVATTO, 2008). Esses sistemas produtivos permitem a recuperação de áreas degradadas, a produção de cultivos diversificados (alimentares e biocombustíveis) e a geração de serviços ambientais (infiltração d'água, aumento da matéria orgânica, elevação da biodiversidade).

---

[1] o termo está entre aspas porque as pragas, doenças e ervas daninhas num sistema agroflorestal deverão ser vistas como nossos professores, que nos mostram os pontos frágeis do sistema. Se esses pontos forem observados, notaremos que não teremos danos severos nos sistemas. (PENEIREIRO, 2003)

[2] Efeitos, processos, objetos ou materiais derivados de atividades humanas, em oposição a aqueles que ocorrem em ambientes naturais sem influência humana.

[3] termo cunhado por E. Götsch que pressupõe uma ação participativa do homem na direção da complexificação, do aumento da qualidade e da quantidade de vida consolidada no Planeta (PENEIREIRO, 1999)

Valois (2003) destaca que sistemas agroflorestais não se constituem apenas em um sistema de produção, mas no uso da terra de maneira estratégica, pois a produção é elevada por unidade de área, principalmente pela combinação simultânea ou escalonada de espécies anuais, semi-perenes, perenes, madeireiras e não-madeireiras, além de criações, de maneira compatível com os padrões dos produtores rurais familiares.

Os sistemas agroflorestais têm-se mostrado como uma estratégia que privilegia a convergência entre diferentes maneiras de encarar a sustentabilidade dos sistemas de produção, pois, ao contrário da maximização dos sistemas proposta pela agricultura moderna, o objetivo dos sistemas agroflorestais é otimizá-lo, e isso tem sido uma alternativa desenvolvida pelos agricultores:

> Estou convencido que o sistema agroflorestal é o caminho que além de recuperar a terra tu tens menos despesa. (Agricultor Familiar Agroflorestal A)

Em essência, os sistemas são uma tentativa de imitar as estratégias usadas pela natureza para aumentar a vida e melhorar o solo. Da mesma forma que na natureza, onde as plantas ocorrem em consórcios (e não isoladas) e requerem outras plantas para um ótimo desenvolvimento, na agrofloresta as plantas cultivadas são introduzidas da mesma forma, para preencher todos os nichos, inclusive considerando nessa combinação, espécies nativas remanescentes, de regeneração ou reintroduzidas. Além de combinar as espécies no espaço, combinam-se os consórcios no tempo, assim como ocorre na sucessão natural de espécies, onde os consórcios se sucedem uns após outros**,** num processo dinâmico, dependendo do ciclo de vida das espécies (PENEIREIRO, 2007).

Dessa forma, percebe-se que nos sistemas agroflorestais a essência analógica do sistema é a semelhança e imitação da natureza, visto que plantas e animais vivem em consórcios com outras espécies porque precisam dessas espécies para otimizar sua existência e reprodução; criando novos consórcios com diferentes composições, que serão determinados por uma procedência e determinam uma continuidade (VAZ DA SILVA, 2002). As espécies sucessionais são aquelas que no processo acumulam qualitativamente e quantitativamente fertilidade para o solo, diversidade, complexidade e energia vital para a transição gradual de um estágio para o outro.

Ao analisar o trabalho, o modo de vida dos agricultores que adotam os sistemas agroflorestais vê-se uma perspectiva, na qual as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais como: a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura, não se traduziram em uniformização da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços e certos grupos sociais. A modernização da agricultura, em seu sentido mais amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade,

ao lugar do agricultor na sociedade, a importância social, cultural e política da sociedade local.

Martins (2001) enfatiza que a modernização do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente como modelo imperante do desenvolvimento acarretou um contradesenvolvimento social, mas mesmo assim as populações rurais têm e mantêm seus próprios códigos de conhecimento e suas próprias concepções de destino. Da mesma forma, Lefebvre (1981) afirma que a comunidade rural mantém-se, desaparece ou se reconstitui sob modos de produção muito diferentes: escravista, feudal, capitalista e socialista. A agricultura familiar persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução, desde os tempos mais remotos até nossos dias; não certamente alheia às vicissitudes da história e as transformações econômico-políticas, mas com sua vida e história próprias, numa idéia que se aproxima a noção de habitus. Visto que o habitus é produto da história e produz práticas individuais e coletivas que assegura a presença ativa de experiências passadas, que depositadas em cada organismo sob forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem mais seguramente que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantia da conformidade de práticas e sua constância, (BOURDIEU, 1980).

Essa noção do habitus nos ajuda a entender a ligação dos sistemas agroflorestais com a cultura camponesa, bem como a relação que estes agricultores estabelecem com a natureza. É nesse sentido, que os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura.

As comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo necessário para que o essencial de suas formas de vida não se percam. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria (BRANDÃO, 2007).

> Então se eu ganhei, eu comprei, mas se eu ganhei aquela terra ali pra viver, quem me deu aquilo ali, eu vou ter que deixar para os outros, melhor do que eu peguei, se eu começar a usar toda essa parafernália de veneno e adubo químico, esses troço, dali a pouco as pessoas não tem mais o que plantar ali, não tem mais terra pra plantar e aí como é que eles vão viver, a gente sempre prepara um pouco para os outro né, tem que preparar, nós temos consciência disso aí, então um pouco do nosso trabalho é por causa disso, por isso que eu disse pra vocês que nosso plano é de vida (risos). Não sei o que vocês acham disso? A gente tem que pensar um pouco na gente e outro pouco nos outros. "(Agricultor Familiar Agroflorestal A)

Queremos mostrar assim como Woortmann & Woortmann (1997) que, ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz o cultural. O processo de

trabalho é um procedimento técnico, mas cada cultura tem procedimentos técnicos, formas de saber e construções simbólicas específicas.

Os agricultores familiares Agroflorestais apresentam as marcas da cultura camponesa, e se assentam nas práticas de produção nela baseadas, numa forma camponesa específica. Esses princípios informam estratégias dinâmicas e orientam seletivamente a incorporação de conhecimentos e práticas novas, como respostas a mudanças no ambiente natural e social (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997)

Para os agricultores familiares Agroflorestais, os sistemas agroflorestais fazem parte de suas vidas, de toda sua propriedade, estão intrinsícamente vinculados a esta prática, o que nos mostra que embora a natureza, ao longo do processo histórico, seja vista como algo a ser utilizado pelo homem como se este não fizesse parte dela, como se o que fizesse ao meio, não implicasse intimamente em sua vida, na própria natureza, e nas relações entre os próprios homens, os agricultores que assumem essa prática de sistemas agroflorestais se modificam e modificam sua relação com a natureza. No entanto, não se propõe, não se tem um retorno à *physis*, ou a visão romântica de natureza, mas visualiza-se a possibilidade da coexistência de todos, os seres-vivos e seres não-vivos, numa forma de pertencimento de homens e natureza, natureza e homens, pois estes fazem parte de um todo, ou de uma teia, como afirma Capra (1997).

Esses agricultores familiares Agroflorestais têm consciência de que de fato impomos riscos à própria vida de que somos parte no planeta, então não estamos mais no tempo de decidirmos como repartir *entre nós* os recursos naturais, incluídas todas as outras formas de vida , mas estamos sim, num momento de pensarmos sobre como devemos repartir-nos e como devemos relacionarmo-nos com a vida no planeta (BRANDÃO, 1995).

O agricultores agroflorestais trazem a tona questões referentes à redefinição nas formas de organização da produção e em suas narrativas desvelam sentidos e significados entre homens as voltas com plantas, animais e outros seres de domínio natural por meio do exercício do seu trabalho, ou seja, naquilo em que, culturalmente, os homens do campo se pensem e pensam a sua cultura no que ela tem de mais vizinha ao próprio mundo natural, o qual é provido de teias e tramas de significados, vividas entre atores sociais e os seus seres (BRANDÃO, 1999) numa interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza, transformando a relação sociedade e natureza, as formas de produção em forma de integração, pertencimento.

Na região de Torres são mais de 18 anos na prática, o que não foi fácil e os agricultores relembram e esclarecem isso a todo o momento, pois vêem os sistemas agroflorestais como

co-produção entre o homem e a natureza viva, numa interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza.

> ... o Sistema agroflorestal é o nosso plano de vida, é um modo de viver porque é que eu vou cortar as árvores? Se elas não tiram nada, elas devolvem para as plantas, para a terra... (Agricultor Familiar Agroflorestal A)

A partir do que foi apresentado e que vem se desenrolando no decorrer da pesquisa trabalha-se na perspectiva de que os agricultores que adotam sistemas agroflorestais, sabem, sofrem os impactos da modernização da agricultura, lutam por uma agricultura sustentável, e trazem marcas de uma cultura camponesa. E mais, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas em outros modos de fazer agricultura, moldando e desenvolvendo recursos tanto materiais como sociais de modo distinto, numa condição de agente, a qual lhe atribui capacidade de processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida dentro de limites de informações, de incertezas e outras limitações.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU*, P.* ***Le sens pratique****. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.*

BRANDÃO, C.R. ***O Afeto da Terra:*** **imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Unicamp, *1999, 175p.*

_____. Outros Afetos, Outros Olhares, Outras Idéias, Outras Relações. In: **A Questão Ambiental: cenários de pesquisa**. A experiência do Ciclo de Seminários do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), 1 Ed., Campinas: Unicamp, p. 13-30, Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, 1995.

_____. Tempos e espaços nos mundos *rurais* do Brasil. ***Ruris***, *2007,* v.1, n.1, p. 37-64.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, SP: Cultrix, 1997. 256 p.

CARVALHO, J. E. U. de. **Utilização de espécies frutíferas em sistemas agroflorestais na Amazônia**. In: GAMA-RODRIGUES, A. C. da; BARROS, N. F. de; GAMA-RODRIGUES, E. F. da; FREITAS, M. S. M.; VIANA, A. P.; JASMIN, J. M.; MARCIANO, C. R.; CARNEIRO, J. G. de A.. (Org.). Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável.. Campos de Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006, p. 169-176.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1999. 157p.

GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA. 1996. 24 p.

KATO, O. R. et al. **Uso de agroflorestas no manejo de florestas secundárias**. In: GAMA-RODRIGUES, A. C. da; BARROS, N. F. de; GAMA-RODRIGUES, E. F. da; FREITAS, M. S. M.; VIANA, A. P.; JASMIN, J. M.; MARCIANO, C. R.; CARNEIRO, J. G. de A.. (Org.). Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável.. Campos de Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006, v. , p. 119-138.

KITAMURA, P.C.; RODRIGUES, G.S. Valoração de serviços ambientais em sistemas agroflorestais: métodos, problemas e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, III. 2000, Manaus. **Anais...** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2001. p. 115-121.

LEFEBVRE, H. Problemas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J.S. (Org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec: 1981.

LUIZÃO, F. J. et al. Ciclos biogeoquímicos em agroflorestas na Amazônia. In: Antonio C. Gama-Rodrigues; Nairam F. Barros; Emanuela F. Gama-Rodrigues; M. S. M. Freitas. (Org.). **Sistemas Agroflorestais: Bases Científicas para o Desenvolvimento Sustentável**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006, v. 1, p. 87-100.

MARTINS, J.S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.15, n. 43, p.31-36, 2001.

MAY, P. H.; TROVATTO, C.M.M. (Org.). **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. 1 ed. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2008, v. 1, 195p.

PENEIREIRO, F.M. Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Florestais). ESALQ/USP, Piracicaba, São Paulo, 1999. 138p.

_____. Fundamentos da agrofloresta sucessional**.** 2003. Disponível em: http://www.agrofloresta.net/bibliotecaonline/artigos.htm. Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. Educação agroflorestal: construindo o conhecimento. II Simpósio de Sistemas Agroflorestais, 2004. Aracaju, SE. **Anais...**v. 2, 2004. p. 118-124.

_____. **Cuidando da Natureza, Cuidamos da Humanidade**. 2007. Disponível em: http://www.agrofloresta.net. Acesso em março de 2007.

SANTIAGO, J. L. Sistemas agroflorestais tradicionais e a sustentabilidade social das comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, V. 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Embrapa Floresta, 2004. p. 96 - 104.

VALOIS, A. C. C. **Benefícios e estratégias de utilização sustentável da Amazônia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. 75p. 2003.

VAZ DA SILVA, P.P. Sistemas Agroflorestais para recuperação de matas ciliares em Piracicaba, SP. Piracicaba, SP. **Dissertação.** Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), 2002. 98p.

VIVAN, J.L. Agricultura e florestas: princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998. 207 p.

_____. Diversificação e Manejo em Sistemas Agroflorestais. In: III Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2000, Manaus, AM. Anais... III CBSA, 2000. p. 32-41.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. ***O trabalho da terra: a lógica*** **e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997. 192p.

YANA, W e WEINERT, H. **Técnicas de sistemas agroflorestales: multiestrato, manual práctico**. Sapecho, ME: Interinstitucional Alto Beni, 2001. 56 p.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORDESTE PARAENSE

Maria Lúcia Lopes Bahia
Professora e pesquisadora da Universidade da Amazônia (UNAMA)
E-mail: luciabahia@unama.br.

Fabrício Khoury Rebello
Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA)
E-mail: : fabriciorebello@hotmail.com.

Luiz Benedito Varela
Professor e pesquisador da Universidade da Amazônia (UNAMA)
E-mail: varela@unama.br.

Lorena dos Santos Bentes
Bolsista UNAMA/FIDESA
E-mail: bbentes@superig.com.br.

GT06 - Meio ambiente e ruralidades: possibilidades e limites de desenvolvimento

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os Sistemas Agroflorestais (SAF's) como alternativa de desenvolvimento sustentável no Nordeste Paraense (PA). Identificou-se as principais características dos produtores e de suas propriedades, avaliando o sistema de uso da terra predominante na região e suas características ambientais, como forma de contribuir para a sustentabilidade por meio de diferentes fatores, principalmente o reflorestamento que ajuda na redução do desmatamento. Utilizou-se como instrumento de análise os programas SPSS, confirmando a viabilidade dos SAF's implantados pelos nipo-brasileiros no município de Tomé-Açu.

Palavras – Chave: Sistemas Agroflorestais, Sustentabilidade, Nordeste Paraense**.**

ABSTRACT

AGROFORESTRY SYSTEMS: ALTERNATIVE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE STATE OF PARA NORTHEAST

ABSTRACT

This paper aims to assess Agro forestry Systems (AFS) as an alternative for sustainable development in the State of Pará (PA) Northeast. The main characteristics of small farmers and their properties were identified, assessing the both the prevailing use and the characteristics of the land in the region, as a means to contribute for sustainability through different factors, especially reforestation which helps reducing deforestation. SPSS was used

as the instrument of analysis, confirming the viability of implanted AFSs by Japanese Brazilians in the Municipality of Tomé- Açu.

Keywords: Agroforestry Systems, Sustainability, State of Para Northeast

1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento agrícola utilizado no Nordeste Paraense, especificamente em Tomé-Açu, tem despertado o interesse para realização de vários estudos no município. Isso se deve as condições naturais da região que são bastante propícias para a produção de variados tipos de culturas e pelas práticas agrícolas que estão sendo efetuadas, favorecendo assim a implantação de diferentes sistemas de uso da terra, entre eles os Sistemas Agroflorestais (SAF's).

A história desse município é marcada pela chegada dos imigrantes japoneses em 1929, que trouxeram para a região o plantio de culturas de alto valor comercial, o que possibilitou o desenvolvimento local. Durante muitos anos, os nipo-brasileiros utilizaram em suas propriedades o tipo de sistema tradicional, que não garante renda o ano inteiro para o produtor, como por exemplo, o monocultivo da pimenta-do-reino. Entretanto, em 1970 os produtores enfrentaram uma brusca queda na produção dessa cultura em virtude da murcha do *Fusarium*. Os estragos nos pimentais, causados pela doença, levaram os produtores locais a buscar novas alternativas, a partir da diversificação da produção.

Desse modo, encontraram nos SAF's o modelo com menor custo, razoável rentabilidade e retornos financeiros a médio prazo. Além disso, possibilita promover o desenvolvimento rural das áreas tropicais e garantir a sustentabilidade econômica e ambiental, em virtude de provocar baixo impacto sobre as florestas.

Assim, o presente artigo pretende analisar os SAF's como alternativa de desenvolvimento sustentável na mesorregião do Nordeste Paraense, no estado do Pará.

2 MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa tem como área de estudo o município de Tomé-Açu, localizado na mesorregião Nordeste Paraense, estado do Pará. Possui uma área equivalente a 5.145 km^2. Geograficamente, está dividido em quatro núcleos urbanos: Tomé-Açu, Vila Nova, Quatro

Bocas e Vila Forquilha. O lugar é conhecido pela presença da imigração japonesa e pelo seu modelo de desenvolvimento rural, que favorece a sustentabilidade do meio ambiente, por meio da utilização dos Sistemas Agroflorestais. Nele foram implantados diferentes tipos de SAF's, como forma de garantir o abastecimento da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). No local, encontra-se um dos mais modernos laboratórios de pesquisa e experimentação agrícola do norte do País, o Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (INATAM).

Os dados utilizados fazem parte do Relatório de pesquisa "Desenvolvimento rural sustentável: avaliação dos sistemas de produção agrícola na Amazônia Paraense", apresentado em 2008, e que contou com o apoio e patrocínio da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA). Foram aplicados 33 questionários, aleatoriamente, junto aos produtores rurais, sendo considerados válidos 27. Além disso, muitas informações importantes foram obtidas com os técnicos da CAMTA. Utilizou-se o método da estatística descritiva, a partir do software SPSS (versão 17.0), para tratamento dos dados.

3 ANALISE DOS RESULTADOS

3.1 SISTEMA TRADICIONAL *VERSUS* SISTEMA AGROFLORESTAL

O sistema tradicional perdura por várias décadas no desenvolvimento rural da Amazônia. É um sistema de cultivo simples, com base no corte e queima, e pouco intensivo em insumos modernos. Já os Sistemas Agroflorestais exigem um nível de conhecimento e práticas agrícolas mais complexas, onde são valorizadas as interações dos agroecossistemas.

Os SAF's são considerados como um tipo de uso da terra em que há um consórcio de espécies arbóreas, cultivos agrícolas e/ou criação de animais numa mesma área de maneira simultânea ou ao longo do tempo. Segundo Viana et al. (1997), os SAF's são práticas de exploração dos recursos naturais, onde os aspectos da preservação e recuperação do meio ambiente e a viabilidade econômica andam juntos. São utilizados com o objetivo de otimizar a produção por unidade de área, com uso mais eficiente dos recursos naturais (solo, água, luz).

Os SAF's foram criados para uso especial da terra, envolvendo o manejo intencional de árvores com cultivares agrícolas, ou em conjunto com a atividade pecuária. A finalidade destes procedimentos está relacionada à interação ecológica e econômica. Mais

especificamente, trata-se da inclusão de espécies arbóreas em associações com culturas agrícolas, combinando plantas de ciclo anual, perenes, de florestas e/ou criação de animais. Tal procedimento ocorre em sequência temporal adequada às características de cada espécie, bem como, aos padrões culturais das populações locais (NAIR 1989, DUBOIS, 1996).

Os SAF's podem ser desenvolvidos de diversas formas: i) sistemas silvi-agrícolas, que se caracterizam pela combinação de árvores ou arbustos com espécies agrícolas como, por exemplo, os consórcios de açaí x paricá x cupuaçu; ii) sistemas silvipastoris, caracterizado pela combinação de pastagens, animais e árvores; e iii) sistemas agrossilvipastoril, caracterizado pela criação ou manejo de animais, pastagem, árvores e cultivos agrícolas.

Algumas pesquisas revelam que a excelente biodiversidade interna dos agrossistemas, SAF's e reflorestamento fazem com que as doenças e as pragas não cheguem aos níveis de dano, característicos das monoculturas.

Existem inúmeras vantagens na adoção de sistemas agroflorestais. Além de garantir a sustentabilidade, esse tipo de sistema possui baixos custos de manutenção, diversificação da produção, mantém a fertilidade do solo, contribui para o equilíbrio rural por meio da conservação do ecossistema.

Segundo Locatelli (2001), os sistemas agroflorestais têm sido considerados a melhor alternativa na recuperação de áreas degradadas, ou uma forma de minimizar a degradação do solo causada pela agricultura de derruba e queima. Para Smith (1998), esse tipo de sistema possui um enorme potencial para retardar o desmatamento, aumentando o período de produção agrícola, melhorando com isso a qualidade de vida e estimulando a conservação dos recursos agroflorestais.

Segundo Nair (1991), os SAF's visam aumentar a produção, diminuir os riscos sofridos quando se cultiva apenas uma cultura, fixar o homem no campo e garantir rendimentos constantes o ano todo.

Além disso, eles têm origem no estudo da agrossilvicultura, que é arte de cultivar árvores em conjunto com culturas agrícolas ou a criação de animais, e tem sua base fundamentada na silvicultura, agricultura, zootecnia e manejo do solo. Ajudam a melhorar a paisagem, aumentar a diversidade genética, a conservação ambiental, a formação de cercas-vivas, quebra-ventos e servir de sombra para a criação de animais e para a produção de algumas culturas que necessitam de sombra para se desenvolver.

De acordo com Lima (2007) os benefícios gerados pelos sistemas agroflorestais são biológicos e socioeconômicos. Existem inúmeras vantagens quando se adota um SAF, pois ocorre a máxima utilização dos espaços da propriedade, maior produção de biomassa, melhoria na caracterização química, física e biológica dos solos, aumento da produção agrícola ou de animais, facilidades de adaptação a um manejo agroecológico, redução do risco de perda da cultura por ataques de pragas ou doenças e permite o uso econômico da sombra. Além disso, aumenta a variedade de produtos, distribuição do serviço e da receita gerada. A diversidade da produção diminui o risco com impacto econômico da flutuação de preços no mercado e perda com a colheita. A associação de culturas anuais ou de ciclo curto com as árvores reduz os custos de implantação do sistema agroflorestal.

A falta de tradição em cultivo com SAF's gera desconfiança no produtor, o que dificulta a adoção deste tipo de sistema. A produção de várias espécies em uma mesma área torna o manejo mais complexo, o que exige muito conhecimento e habilidade técnica do produtor, principalmente, com relação às melhores combinações para cada tipo de região.

3.2 CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Uma das características dos SAF's é favorecer a sustentabilidade ambiental. Em Tomé-Açu, a pesquisa mostrou que da área total de 2.645,60 hectares das propriedades visitadas, 36% ainda possuem mata natural. A Tabela 1 apresenta a participação da área cultivada nas propriedades visitadas, onde se observa que 56% das propriedades possuem uma área com até 40 hectares de plantio com diferentes culturas, caracterizando a amostra como de pequenas propriedades ou agricultura familiar na sua maioria. Em 15% são áreas variam entre 40 e 80 hectares.

Tabela 1 – Tamanho da área cultivada (ha), município de Tomé Açu, 2008.

Tamanho da área cultivada	Frequência	Participação (%)
0 ___| 40	15	56
40 ___| 80	4	15
80 ___| 120	1	4
120 ___| 160	1	4
160 ___| 200	1	4
Não responderam	5	19
Total	27	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tipo de sistema de produção agrícola, a Tabela 2 evidencia que 33% das propriedades visitadas ainda continuam utilizando somente o tipo de sistema tradicional, uma vez que para os produtores a monocultura requer pouca técnica de produção. Modo geral, esse segmento se caracteriza por possui baixo nível de escolaridade. Entretanto, observou-se que eles se preocupam com a preservação do meio ambiente e reconhecem a importância da utilização de Sistemas Agroflorestais para a sustentabilidade. Do total, 7 declararam que adotam apenas os SAF's, o equivalente a 26%.

Vale destacar que 11 propriedades desenvolvem os dois sistemas conjuntamente, o correspondente a 41% do total. Esses produtores adotam essa estratégia como forma de garantir maior renda. Observou-se que os produtos agrícolas que fazem parte do sistema tradicional, nessas propriedades, são aqueles que estão sendo valorizados no mercado nacional e internacional e possuem competitividade, trazendo maior retorno financeiro, como, por exemplo, o açaí e o cupuaçu. Existe uma diversidade de SAF's implantados, porém, a categoria mais utilizada é a de sistema silvi-agrícola. É muito raro encontrar sistemas silvipastoris.

Tabela 2 – Tipos de sistemas de produção agrícola, município de Tomé Açu, 2008.

Sistemas de produção agrícola	Frequência	Participação (%)
SAF	7	26
Tradicional	9	33
Tradicional e SAF	11	41
Total	27	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com Dubois (1996), um consórcio é constituído por uma ou mais espécies perenes agrícolas associadas a espécies adjuvantes. As espécies perenes mais encontradas em consórcios no município são: açaí, cacau, cupuaçu, pimenta, mogno, ipê e paricá.

Em algumas propriedades, a Embrapa Amazônia Oriental e a CAMTA estudam, junto com o produtor, o sucesso de uma nova experiência, ou seja, o resultado positivo do consórcio feito com diferentes espécies.

Entre os produtos cultivados nas propriedades visitadas, destacam-se cinco: açaí, cacau, cupuaçu, pimenta e acerola. Observa-se que, modo geral, a produção obtida pela cultura dos cinco produtos citados foi maior pela utilização do Sistema Agroflorestal, cujo total foi igual a 391.320 kg, enquanto que no sistema tradicional alcançou 341.070 kg, conforme a Tabela 3. Vale destacar que nas propriedades em que é praticado o sistema

tradicional são cultivados mais de um tipo de produto, visando, principalmente, atender a demanda da CAMTA por polpa de frutas para a agroindústria.

Tabela 3 – Principais produtos cultivados por sistemas de uso da terra, no município de Tomé Açu, 2008.

Produto	Sistema Tradicional			SAF			Total Geral		
	Frequência	Produção (kg)	%	Frequência	Produção (kg)	%	Frequência	Produção (kg)	%
Açaí	9	73.750	22	8	191.650	49	17	265.400	36
Cacau	14	48.600	14	8	16.450	4	22	65.050	9
Cupuaçu	11	115.000	34	10	48.500	12	21	163.500	22
Pimenta	11	33.720	10	15	84.620	22	26	118.340	16
Acerola	1	70.000	21	2	50.100	13	3	120.100	16
Total	46	341.070	100	43	391.320	100	89	732.390	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Particularmente, verifica-se que o produto líder na produção pelo sistema tradicional é o cupuaçu, com 34% de participação no conjunto do sistema tradicional, enquanto que o açaí lidera no conjunto das espécies em que foi utilizado o SAF, com 49% de participação (Tabela 3).

A pimenta-do-reino está presente em 96% das propriedades, em virtude de sua utilização sob a forma de consórcio, cuja finalidade é contribuir para a proteção contra as pragas da lavoura. Além disso, ainda há agricultores que permanecem no monocultivo dessa espécie vegetal, considerada pelos nipo-brasileiros como o "diamante negro". Para Dubois (1996), na Indonésia, o cultivo tradicional de pimenta-do-reino, ocupava clareiras abertas em florestas altas ou capoeiras velhas. A adoção dessa prática teria impedido a disseminação das doenças e pragas que tanto causam prejuízo no monocultivo da pimenta-do-reino em Tomé-Açu.

O cacau é o produto de maior participação no uso do sistema tradicional dentro das propriedades visitadas, haja vista que está presente em 14 propriedades, ou seja, 52% do total do sistema citado. Sua participação, em termos de produção, no contexto geral de ambos os sistemas, é a menor (9%). A acerola, apesar de ser cultivada em, apenas, três propriedades, representa 16% da produção total das propriedades pesquisadas, chamando a atenção para o fato de que essa produção é maior quando realizada pelo sistema tradicional.

Os sistemas agroflorestais propiciam ao meio ambiente melhor alternativa de sustentabilidade. Nessas condições, percebe-se a diminuição do uso de fertilizantes e agrotóxicos no plantio. Nos SAF's apenas 20% usam produtos químicos, porém, a maior incidência é no plantio tradicional, pois é mais sensível a pragas (32%). Quanto à utilização

de agrotóxico, 14% são encontrados em propriedades com SAF's e 20% no tradicional, utilizando até 100 litros por hectare. Nenhum produtor usa outro tipo de insumo tóxico.

De acordo com os produtores das culturas mais cultivadas no município, o cacau, o cupuaçu e a pimenta-do-reino são mais sensíveis a doenças e pragas, como a *fusariose* e a vassoura de bruxa.

Nas propriedades visitadas, observou-se que não existem indícios de desmatamento e sim reflorestamento, pois nas áreas em que as culturas um dia foram destruídas por algum tipo de praga ou doença, hoje, existe uma produção diversificada, um dos pontos relevantes da implantação dos SAF's nas propriedades.

De acordo com Michinori Konagano, produtor agrícola de Tomé Açu (PA) e diretor da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu (CAMTA), o financiamento e a assistência técnica são os maiores desafios para a expansão dos sistemas agroflorestais. Segundo ele os grandes produtores deixaram o município, permanecendo os pequenos o que ressalta a importância do crédito de fomento e o papel da assistência técnica para o sucesso dos empreendimentos. Consorciar a produção de pimenta com cacau foi a primeira alternativa. Aos poucos, outras culturas foram sendo inseridas no sistema. O SAF atual combina mais de duas dezenas de espécies frutíferas, florestais, leguminosas e ainda plantas medicinais.

4 CONCLUSÃO

Os produtores nipo-brasileiros entrevistados possuem uma das mais ricas experiências já estudadas e, hoje, o município de Tomé-Açu é considerado um dos maiores laboratório de experimentos de Sistemas Agroflorestais existente. Vários estudos demonstram as vantagens social, econômica e ambiental que os SAF's proporcionam para os produtores rurais do mundo todo. Para os produtores nipo-brasileiros que já implantaram diferentes tipos de sistemas agroflorestais em suas propriedades, a viabilidade é comprovada a cada novo tipo de consórcio que rende muito conhecimento para eles, aumenta a produtividade e a produção, gerando mais renda. Devido a esses fatores, produtores do mundo todo vão em busca de respostas para o sucesso desse tipo de sistema, tanto econômico, como social e, principalmente, ambiental, saindo com um enorme conhecimento sobre a agrofloresta.

Mas ainda existem poucos estudos que comprovem todas as reais vantagens dos SAF's. Para os produtores de Tomé-Açu, os sistemas agroflorestais foram criados para uso

especial da terra envolvendo o manejo intencional de árvores, cultivares agrícolas, e/ou pecuária. A finalidade destes procedimentos está relacionada à interação ecológica e econômica. Mais especificamente, trata-se da inclusão de espécies arbóreas em associações com culturas agrícolas, combinando plantas de ciclo anual, perenes, de florestas ou criação de animais. Tal procedimento ocorre em sequências temporal adequada às características de cada espécie, bem como, aos padrões culturais das populações locais.

Portanto, para os pequenos produtores rurais que desejam combinar lucratividade e sustentabilidade, esse tipo de sistema é um excelente meio de se obter renda, pois a sua implantação correta dos consórcios de vários tipos de culturas representa a melhor forma de alavancar a produtividade e o lucro do produtor.

Como se pode observar, o sucesso de um SAF depende de vários fatores. Por isso, recomenda-se a necessidade de estudos no âmbito local, pois o sucesso desse tipo de sistema de produção, como por exemplo, no caso do município de Tomé-Açu, não garante o sucesso em outras regiões. Porém, comprovadamente, todos os produtores que produzirem nesse tipo de sistema, estará ajudando a salvar a biodiversidade, protegendo o meio ambiente e contribuindo para a diminuição do aquecimento global, através da redução do desmatamento.

A partir da prática de SAF's, pretende-se trabalhar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e os sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas a partir do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes, como ensina Altiere (2001).

REFERÊNCIAS

ALTIERE, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 110 p.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU (CANTA). Dados coletados na pesquisa de campo. Out. 2008.

DUBOIS, J. C. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: Rebraf, 1996,vol.1

ENGEL, V. L. **Sistemas Agroflorestais:** conceitos e aplicações. Disponível em: <http://saf.cnpgc.embrapa.br/publicacoes/01.pdf>. Acesso em: 19/03/09.

FEARNSIDE, P. M. **Sistemas Agroflorestais na política de desenvolvimento da Amazônia brasileira:** papel e limites como uso para áreas degradadas**.** Manaus, 1995. Disponível em: <www.*philip.inpa.gov.br/publ_livres/.../Agrosilv-por.htm*>. Acesso: 22/04/09.

HOMMA, A.K.O. **Dinâmica dos Sistemas Agroflorestais:** o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu (Pará). Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/080395>. Acesso em: 20/03/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados Agregados. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16/04/09.

LIMA, M. A. **Caracterização e viabilidade econômica dos sistemas agroflorestais (SAFs) em três pequenas propriedades rurais, no município de Santa Isabel do Pará.** Monografia apresentada ao Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam). Belém, 2007.

LOCATELLI, M. **Nutrientes e biomassa em sistemas agroflorestais com ênfase no cupuaçuzeiro, em solos de baixa fertilidade**. Rondônia: Embrapa, 2001.

MENDES, F. A.T. **Avaliação de módulos simulados de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades cacaueiras selecionadas nos municípios de Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará.** Série Relatórios de Pesquisa**.** Belém: Unama/Fidesa, 2003.

NAIR, P. K. **Agroforestry Systems in the Tropics.** Dordrecht: Kluwer Academic, 1989. 664p. (Forestry Sciences, 31)

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SEPOF). **Pará em números**. População 2007. Belém, 2007.

SOARES, S.; STRAUCH, J. C. M.; **Comparação de metodologias utilizadas para análise do desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br /encontro2006 /.../ABEP2006_524.pdf> . Acesso em:19/03/09.

SMITH, N. **Experiências Agroflorestais na Amazônia Brasileira:** restrições e oportunidades. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Brasília, 1998.

VARELA, L. B. **Analise econômica da produção e do risco em sistemas agroflorestais e sistemas de produção tradicionais:** Tomé-Açu, Pará – 2001 a 2003. Tese de doutorado em Ciências Agrárias. Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Belém, 2006.

VIANA, V. M.; TABANEZ, A. J.; BATISTA, J. L. F. Dynamics and restoration of forest fragments in the Brazilian Atlantic moist forest. In: LAURANCE, W.; BIERREGARD, R.O.; MORITZ, C., ed. **Tropical Forest Remnants:** ecology, management and conservation of fragmented communities. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 351-365.

Elenice Aparecida Coutinho
Licenciada em Geografia - UFV
Carina Amorim Dutra
Licenciada em Geografia - UFV

Sustentabilidade sócio-ambiental e manutenção dos laços familiares em propriedades rurais: estudo de caso realizado em uma propriedade

Artigo apresentado ao IV Encontro da Rede de Estudos Rurais

Curitiba
2010

As discussões à cerca do meio ambiente envolvem diversos campos do conhecimento devido a relação existente entre ambiente e sociedade. O modelo de ciência iluminista não alcançou seus objetivos e acabou por comprometer seriamente os recursos naturais do planeta sem, contudo, melhorar as condições de vida de grande parte da população que vive atualmente em condições precárias. Neste sentido, esta pesquisa visa realizar uma discussão sobre a necessidade de entender como os agricultores familiares constroem alternativas para este modelo. Além de demonstrar que o conhecimento local não pode ser simplesmente desconsiderado em ações de "desenvolvimento" do meio rural. As visitas de campo e as entrevistas semi-estruturadas utilizadas como metodologia desta pesquisa revelaram que o campo simbólico se reflete diretamente nas práticas de manejo tradicionais para os diversos recursos por eles utilizados; tais práticas podem ser consideradas fortes instrumentos que favorecem a permanência das famílias no local, já que ajudam a manter a terra produtiva. A sustentabilidade sócio-ambiental da terra favorece ainda mais o estreitamento dos laços entre gerações.

Palavras-chave: famílias rurais, manejo, campo simbólico, sustentabilidade

Os debates e estudos referentes às questões ambientais têm sido realizados por diversos campos das ciências modernas, buscando construir um arcabouço teórico e conceitual que possibilite a ampliação dos conhecimentos sobre a temática. Isso porque o modelo de produção vigente, em grande parte, pautado inicialmente no projeto iluminista de ciência e que não alcançou seus objetivos, tem comprometido seriamente os recursos naturais do planeta sem, contudo, melhorar as condições de vida de grande parte da população que vive atualmente em condições precárias.

Emerge dessa forma, a necessidade de serem repensados os conceitos e crenças consagrados pelo desenvolvimento econômico com relação à natureza. Esta última tem representado para o sistema capitalista de produção fonte de riqueza para o desenvolvimento econômico de muitos países. Para Laschefski, Zhouri & Pereira (2005), percebe-se, nos dias de hoje, a vinculação do conceito de desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico; a natureza, dessa forma, torna-se algo a ser manejado de forma a não atrapalhar o desenvolvimento da economia.

Assim sendo, esta pesquisa procurou elencar as formas de manejo tradicionais consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental entre pequenos produtores de uma propriedade localizada na área rural da cidade de Cajuri-MG. Como sustentável entende-se nesse estudo como sendo as práticas que têm mantido a propriedade em questão produtiva não representando sérias agressões ao meio ambiente de modo a garantir o uso das gerações futuras. Buscou-se dessa forma, observar se as práticas dos pequenos agricultores influenciam na manutenção dessas pessoas na propriedade. Nesse sentido, pretendeu-se ainda verificar a existência de laços identitários entre os agricultores e a terra e que poderiam se refletir na resistência daquela família em deixar

a propriedade apesar das dificuldades cada vez maiores de geração de renda através da pequena agricultura.

Para tanto foram realizadas cinco visitas à propriedade durante as quais foi possível obter informações a partir de entrevistas semi-estruturadas com os pequenos produtores. Por meio das entrevistas foram obtidos grande parte dos elementos propostos para essa análise, informações estas que foram comparadas com o que de fato foi observado no local.

Dessa forma, destaca-se como ponto importante a ser considerado com relação à sustentabilidade, as práticas locais de manejo, ou seja, os mecanismos utilizados pelos pequenos produtores para manter a produtividade da sua propriedade. Tais práticas estão pautadas na realidade vivida por eles e que são também responsáveis pela continuidade da família nessa terra ao longo de quatro gerações.

É nesse sentido que o presente estudo se embasou nas idéias defendidas por Zhouri (2007), para quem "o mundo material é entrecortado por sujeitos sociais que elaboram projetos distintos de uso e significação do espaço, seja ele rural ou urbano".

É no diálogo com a autora que considerou-se de grande contribuição para esta proposta a abordagem local com base no conceito de lugar, entendido aqui como uma construção espacial singular onde estão agregados símbolos e valores que possuem um significado intrínseco para as pessoas que nele vivem. Para Santos (1997), o lugar é entendido como a dimensão da existência, a qual pode ser observada através de um cotidiano compartilhado entre pessoas, firmas, instituições, que em cooperação e em conflito constituem a base da vida em comum.

Buscou-se ainda, como forma de embasar esse estudo, dialogar com Tuan (1983), para quem o espaço se transforma em lugar quando é preenchido por experiências e vivências que se relacionam a sentimentos de dependência e liberdade, ou seja, o espaço enquanto local de relações de proximidade e de identidade se transforma em lugar no qual estão envolvidas relações humanas. (TUAN, 1983).

Ainda para Silva (2005), o fortalecimento do lugar é estratégico do ponto de vista da sustentabilidade sócio-ambiental, uma vez que esta só pode acontecer em âmbito local, do contrário, a construção de ações sustentáveis nesse sentido, será somente um discurso ilusório. É dessa forma, que esta proposta toma como elemento de fundamental importância considerar que uma sociedade sustentável só será possível se considerada a realidade, os instrumentos e o entendimento de mundo local, tendo sempre como base a sua organização sócio-espacial produtiva. Para a autora, o lugar

descontextualizado do conhecimento daqueles que o constroem perde sua concretude e simbolismo e, por conseguinte, a lógica da territorialidade local.

É neste sentido, que este trabalho vai ainda ao encontro das idéias de Bourdieu (2002), para quem o espaço físico por si só não reflete as propriedades sociais dos agentes e instituições que nele atuam, sendo considerado, portanto, como um suporte vazio. Com base na interpretação das idéias do autor, compreende-se que o meio físico nada mais é do que a impressão das ações humanas na superfície terrestre e que ele reflete a forma como os diferentes grupos sociais se apropriam da natureza.

Sendo assim, é do conceito de lugar que acredita-se dever partir a análise ambiental, uma vez que é do entendimento local dos signos embutidos em um determinado espaço, que se torna possível encontrar a melhor forma de compreensão de sua significação. Trata-se, portanto, de entender como esses atores constroem alternativas para os problemas por eles encontrados na vida cotidiana e de demonstrar que o conhecimento local não pode ser simplesmente desconsiderado em ações de "desenvolvimento" do meio rural, dado que é através de muitas dessas práticas que esses produtores vêm garantindo sua permanência na terra ao longo dessas quatro gerações.

Menciona-se ainda a importante contribuição de Souza e Pimentel (2006) para os quais é o conhecimento parcial e tendencioso do meio ambiente uma das principais causas da sua degradação. E a visão positivista que dicotomiza a relação entre homem e natureza só faz aumentar os problemas referentes às alterações do meio ambiente pelo ser humano. Com base na colocação acima parte-se para outra discussão que ocorre ao nível da conscientização. Assim, pretende-se demonstrar que de nada pode acrescentar fornecer informações sobre a problemática ambiental em ampla escala, uma vez que estas carecem de uma realidade prática para o homem rural, ou seja, os problemas ambientais divulgados em escala global não são percebidos, mas sim aqueles que podem ser vivenciados na vida cotidiana, como longas estiagens por exemplo. Ressalta-se ainda que a imposição de práticas de difusão tecnológica extremamente tecnicistas - tanto para a proteção do meio ambiente quanto para a racionalização da produção - que estejam descomprometidas com as mudanças sócio-culturais podem acarretar um processo de invasão cultural.

O trabalho realizado por Coelho (2005) menciona a importância do exercício etnográfico no registro das práticas produtivas, e isso porque tais práticas foram sócio-historicamente construídas entre os grupos de produtores familiares, quilombolas,

indígenas ou assentados, motivo pelo qual deve ser a preocupação e o propósito primeiro do trabalho de orientação técnica.

Entende- se ainda que há grande importância na multiplicidade de lugares – significativos para uns e não para outros - como locais onde ocorrem as relações sociais. Esses lugares se relacionam com uma realidade maior que compõe o espaço global. Nesse sentido, considerou-se a contribuição de Santos (2001) para quem a própria necessidade do sistema produtivo cria a dissociação entre processos e subprocessos, criando um complexo campo de forças com uma multiplicidade de ações, graças à individualização gritante dos elementos do espaço geográfico, quer dizer, homens, empresas, instituições, meio ambiente construídos ao mesmo tempo em que se configura a relação de cada elemento com o sistema mundo. Dessa forma, para o autor, tem-se um diálogo contínuo entre globalidade e localidade e cada lugar se torna a sua maneira, e diferenciado dos demais, o mundo. O que se apreende das idéias levantadas por Santos é que a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. Isso requer dizer que a existência do planeta se materializa nos lugares que são construções sociais únicas. E desta forma, com base na interpretação do autor apreende-se neste estudo, que não é possível pensar sustentabilidade sócio-ambiental sem considerar a relação de oposição e de complementaridade entre o local e global.

No sentido de enfatizar o objetivo maior desse trabalho dialoga-se ainda com Zhouri, Laschefski & Pereira (2005) os quais defendem que para que algo realmente eficiente possa ser feito é preciso não dissociar do meio ambiente as esferas sociais e políticas da sociedade. Para os autores, a elevação da técnica como solução para os problemas ambientais gerados pelo modelo de produção cria certa despolitização do debate ecológico.

Essa nova abordagem pressupõe que métodos anteriores de ação voltadas para o "desenvolvimento" no meio rural sejam repensados. Isso porque o elemento primordial no entendimento com o pequeno produtor é a interação, na qual sejam possíveis trocas de conhecimentos e experiências. Assim, ter-se-ia um contínuo processo de aprendizado numa prática democrática pautada no entendimento por meio do diálogo.

Dessa forma, acredita-se nessa proposta, que é de suma importância considerar que tratar de questões ambientais envolve muito mais que questionamentos acerca da finitude dos recursos e de políticas construídas de cima para baixo que não respeitam às diferentes alteridades. Diante do acima exposto, a questão que se coloca vai muito além de mudar somente os hábitos, significa repensar novos valores, entender aqueles

existentes e com base no diálogo modificar elementos sociais que forem passíveis de modificação na relação entre o homem e a natureza.

Análise da propriedade

A pesquisa foi realizada em uma propriedade rural localizada no município de Cajuri- MG, divisa com os municípios de Coimbra, Viçosa e São Miguel do Anta localizadas no mesmo estado. A seguir segue-se a caracterização da área estudada para posteriormente proceder ao diagnóstico ambiental do local com base na análise das práticas de manejo dos recursos naturais pelos pequenos agricultores.

A propriedade pesquisada possui uma área total de vinte hectares e já está sendo transferida para a quarta geração de uma família que vive no local e utiliza os recursos da terra como parte de seu sustento. Daí resulta a importância da sustentabilidade do local, dado o seu valor sócio-econômico para essa família e seu valor ambiental como parte de um sistema nas quais as alterações são interligadas, o que significa um valor também para a humanidade. Neste estudo, como anteriormente citado, parte-se da análise local como uma pertencendo a um sistema global, ou seja, de um todo resultante da junção de suas partes.

Partindo das informações obtidas entre os produtores, a princípio a família era constituída dos pais e oito filhos, todos criados no regime da agricultura familiar. Nesta época, a área servia como base direta para o sustento da família a qual consumia em pequenas quantidades outros produtos que não provenientes da propriedade rural.

Após a morte dos patriarcas da família os vinte hectares da propriedade foram divididos entre os oito filhos do casal, os quais continuam, ainda hoje, a cultivar a terra. Na área em questão, não existem delimitações que demarquem a posse de uma ou outra pessoa dentro da propriedade embora os limites da posse de cada um seja reconhecido pelos demais. Os herdeiros da terra realizam o plantio separadamente, mas não há também restrições quanto ao consumo por parte dos demais de determinada produção realizada na área de outro produtor. Pôde-se perceber ainda que alguns dos produtores trabalham com a terra diariamente e dela retiram seu sustento, já outros plantam

seguindo a lógica do sistema de "meação"[1], visto que possuem outras profissões geralmente na cidade, o que caracteriza uma certa pluriatividade entre eles.

Essa última situação pode ser entendida com base no entendimento do conceito em Schneider (2003), para quem a pluriatividade refere-se a situações sociais nas quais os indivíduos que compõem uma família no meio rural dedicam-se a um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas que não ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Como percebido durante a visita de campo na propriedade é realizado o cultivo de milho, feijão, tomate, pimentão, hortaliças contando com um grande pomar; existem alguns poucos pés de cafés na propriedade, em um número em torno de 200, uma pequena área com cana-de-açúcar, bem como ervas medicinais. De acordo com os proprietários, no ano de 2005 foi realizado o plantio de sete mil pés de eucalipto em uma área de pasto. Existe ainda na propriedade uma pequena criação de porcos, boi e frango.

A propriedade conta ainda com área de pastagem que acaba por acarretar erosão na área. Pôde-se perceber ainda, que os topos de morro constituem áreas relativamente bem preservadas, perfazendo 30% de Floresta Estacional Semi-Decidual[2]. Da mata pode-se destacar a presença do Jacarandá, Embaúba, Angelim, Angico, canela, etc.

O sítio possui quatro pequenos lagos (os proprietários chamam de tanques), sendo que dois são naturais, utilizados como fonte de água para a irrigação e uma pequena parcela de criação de peixes para o consumo e lazer durante os fins de semana. Na propriedade existem ainda três nascentes, o que torna a área de grande importância do ponto e vista ambiental. Percebe- se ainda, que uma das nascentes está sendo invadida devido ao aumento no fluxo de água para o lago. Para a produção são utilizadas máquinas agrícolas alugadas para o corte do solo e fertilizantes artificiais.

1 Cessão onerosa de parte do terreno de um proprietário, para que outro trabalhador rural (meeiro ou colono) a explore. Como retribuição, o proprietário recebe um percentual in natura da produção agrícola, geralmente 50%. (FARIA, 2007)

2 VELOSO, H.; FILHO, A.; LIMA, J..1991

Até o momento existem somente três casas na propriedade, o abastecimento de água nas casas é proveniente de poços semi-artesianos registrados e esgoto canalizado até uma fossa respectivamente.

No caso da propriedade tratada o uso da terra se dá de geração em geração, ou seja, um espaço de experiências e de identidade, mas no qual existem também razões de ordem prática que podem ser observadas no sustento de alguns desses proprietários que se originam da produção dessa terra. Sabe-se que como o modelo de propriedade analisado existem outros pelo Brasil; espaço simbólico, local de vivência das várias gerações, no qual existe um significado intrínseco, aquele pautado na memória, mas também espaço prático que envolvido um mundo sistêmico que não poupa os diferentes atores no que tange aos problemas advindos da degradação do meio ambiente. Assim, acredita-se na conscientização a nível local tanto para a tomada de decisões para proteger o espaço vivido nos termos defendidos por Lefebvre (2002) quanto nos termos do espaço de onde é retirado o sustento de toda uma família e parte do sustento de outras. .

Abaixo se encontra elencado algumas das várias práticas que garantiram o uso da terra ao longo dos anos. Em primeiro lugar a propriedade é administrada pelo grupo familiar, sendo que cada um dos produtores cultiva a parte que lhe coube na partilha da terra. No entanto, percebeu-se que existe uma harmonia e consenso entre eles no que concerne à produção e a administração total do terreno. Nas áreas cultivadas, o uso de insumos agrícolas ocorre de forma complementar ao uso de práticas agroecológicas como a adubaçao pelo uso de esterco animal, bem como a incorporação da palhada de milho ao solo após a colheita, medidas estas que tornam a propriedade mais sustentável do ponto de vista ecológico. Desta forma, os pequenos produtores utilizam de técnicas próprias que podem ser consideradas sustentavéis, tendo em vista que o uso desta terra vem ultrapassando gerações e continua sendo produtiva

A limpeza das áreas de pastagem, da ‘‘roça’’ e da área entorno da nascente é feita manualmente, pelo uso da enxada ou da foice[3], o que garante o não uso de agrotóxicos para eliminação da vegetação indesejada. O esgoto é canalizado até fossas sépticas[4] como prevê a legislação. Além do que foi acima mencionado, deve-se considerar ainda

3 Instrumentos manuais de corte de solo e vegetação presentes no meio rural para lidar com a terra.

o grande valor atribuído à variedade de produtos cultivados na terra, o que garante uma maior independência do conjunto familiar em relação à cidade, e sendo estes muitas vezes fornecedores para pequenos comércios da cidade de Coimbra-MG (cidade vizinha a Cajuri, porém mais próxima da propriedade que o centro do município de Cajuri). O trabalho para a produção e tratamento da terra ocorre na maioria do ano utilisando mão de obra exclusivamente familiar, o que os tornam também mais sustentáveis do ponto de vista econômico.

Considerações Finais

As visitas à propriedade e das conversas realizadas junto às famílias de agricultores revelaram que as práticas de manejo são fortes instrumentos que favorecem a permanência das famílias no local já que ajudam a manter a terra produtiva. Outras práticas de manejo, aquelas associadas às práticas de manejo modernas nunca favoreceriam o uso da terra por todos os herdeiros nem a manutenção das raízes daquela família com a terra. Isso porque se fossem divididos vinte hectares de terra entre os herdeiros de forma demarcada e jurídica cada membro da família não seria capaz de produzir sequer para si próprio. Esse trabalho em conjunto é harmonioso entre os pequenos agricultores é que favorece o aproveitamento de toda a família daquela propriedade. As práticas de produção diversificada e em pequenas quantidades permitem o estreitamento das relações entre os membros da família e o convívio conjunto entre as diversas gerações, filhos, netos e bisnetos que estão relacionados com essa terra. Favorece então a continuidade de uma relação próxima com o meio rural ao longo das gerações.

4 Os locais não servidos por rede coletora pública de esgotos, os esgotos das residências e demais edificações aí existentes, deverão ser lançados em um sistema de fossa séptica e unidades de disposição final de efluentes líquidos no solo, dimensionados e operados conforme normas NBR 7229 e NBR 13969.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo concepções e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2005.

FARIA, R. G. L. Aposentadoria rural por Idade. Rio de Janeiro, n. 21, p. 209-232, 2007. Disponível em: http://www.jfrj.gov.br/Rev_SJRJ/num21/artigos/artigo_10.pdf. Consultado em: 28/03/2010.

Fossas sépticas. Acesso em: http://sanambiental.blogspot.com/2008/10/fossas-spticas.html

LASCHEFSKI, K. O Comércio de carbono e a industrialização de paisagens. Alternativas energéticas e conflitos sócio-ambientais. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio, Brasília, 2006.

LEFEBVRE, H. A Produção do Espaço. Paris: Armand Colin, 2002.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São

Paulo: Edusp, 2006.

SCHNEIDER. S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Disponível em: http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Teoria%20Social,%20Agricultura %20Familiar.pdf. Consultado em 25/03/2010

SILVA, C. E. M. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do cerrado. In: A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socio-Ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

SOUZA, J. P.; PIMENTEL, D. S. O Lugar e a sua Percepção nas práticas de Educação Ambiental em áreas protegidas.
Disponível em: http://www.ivt rj.net/sapis/2006/pdf/JulianadeSouza.pdf.
Acessado em 14/08/2009.

TUAN.Y. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de oliveira.

São Paulo: Difel, 1983.

VELOSO, H .; FILHO, A.; LIMA,J..Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um Sistema Universal. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS %20%20RJ/classificacaovegetal.pdf . Acessado em 10/01/10.

ZHOURI, A. A revolta da ecologia política. Conflitos Ambientais no Brasil. In: Ambiente e Sociedade, v.7 n.2, Campinas jul/dez.2004

ZHOURI, A. Segregação Social como Externalização de Conflitos Ambientais: A Elitização do Meio Ambiente na Apa Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Ambiente e Sociedade. Vol.11, nº 2, Campinas 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.;PEREIRA, D.P. ; Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos sócio-ambientais. In: A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socio-Ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: O CASO DO *CONTESTADO*

Antonio Marcio Haliski[1]

[1]Doutorando do Programa de pós-graduação em Sociologia: ruralidades, desenvolvimento e e meio ambiente - UFPR

Resumo

Discutir sobre território não é tarefa fácil. Essa tarefa fica ainda mais complicada quando relacionamos a ele o (re)conhecimento de sua identidade. Nesse enfoque, o trabalho tem como objetivo mostrar como a identidade sofreu/sofre os impactos da modernidade e como ela pode auxiliar os pesquisadores nos estudos sobre o desenvolvimento territorial. O objeto de análise é o território do *Contestado.* Parte-se da premissa que estudos sobre elementos que mostrem a identidade territorial de um povo podem contribuir para atingirmos um desenvolvimento econômico social e ambiental. O território, em nossa análise, seria uma escala de análise entre o local e o nacional.

1 – O território do Contestado

O significado de território é amplo e suscita várias discussões. Portanto, para defini-lo, nos reportarmos a Saquet (2003) que o considera como uma expressão concreta/abstrata do espaço produzido a partir de uma multidimensionalidade de relações sociais (econômicas, políticas, culturais). Para ele, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Assim, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas. Portanto, um território[1] é "[...] uma determinada fração do espaço geográfico, na qual se conformou uma estrutura territorial, que se apresenta diferenciada ao ser confrontada com outras estruturas" (CUNHA, p.4).

Dito isso, entende-se que quinze municípios que fazem parte das associações dos Municípios do Contestado (AMURC) e a Associação dos Municípios do Sul do Paraná (ANSULPAR) constituem (juntos) um território voltado ao ramo madeireiro. Estes municípios constituem o que chamamos de território do Contestado.

[1] O fato de trabalhar-se em escala local não é uma forma de supervalorizá-la, mas de mostrar que as sua particularidades fazem parte de uma escala maior. Visa-se mostrar que as análises territoriais/regionais não devem ser homogeneizadoras, justamente pela formação de territórios específicos.

Os municípios da AMURC pertencem à microrregião de Canoinhas, sendo esta formada pelos seguintes municípios: **Bela Vista do Toldo**[2], **Canoinhas**, **Irinióplois**, Mafra, **Major Vieira**, Monte Castelo, Papanduva, **Porto União**, Santa Terezinha**, Matos Costa**, Timbó Grande, **Três Barras**. Os municípios da ANSULPAR são os mesmo que integram à microrregião de União da Vitória, sendo eles: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontim, Paula Freitas, Mallet, Porto Vitória e União da Vitória.

Abaixo, temos um mapa ilustrativo de onde estariam localizados esses municípios. A circunferência destaca o ponto de nossa análise:

Mapa ilustrativo do território do Contestado (área destacada em vermelho)

Fonte: o autor

1 - Introdução à noção de identidade territorial

Uma grande extensão de terras entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, por razões históricas e geográficas de ocupação e povoamento, possui relações societárias que dificultam a delimitação dessa área para fins de planejamento e, inclusive, de "definição" do tipo social ali existente. Por isso, acredita-se que o conflito do *Contestado*, trazido pela *modernidade*, pode servir operacionalmente ou analiticamente para denominarmos o território em questão de *Território do Contestado*.

[2] Os municípios em negrito pertencem a AMURC.

Baseado em aforismos como "*Tudo Flui*" e "*Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio*" do filósofo *pré-socrático* Heráclito, Dubar (2009), afirma que não há essências eternas e que tudo está submetido a mudanças e, portanto, a identidade de todo e qualquer ser empírico depende da época considerada, do ponto de vista adotado. Assim, os modos de identificação são historicamente variáveis. Essa posição assumida por Dubar (e em nossa tese) é chamada de "*nominalista*" ou "*existencialista*". Esta postura recusa considerar que existem pertencimentos "*essenciais*" (em si) e, portanto, **diferenças permanentes** entre os indivíduos. O que existe são modos de identificação variáveis ao longo da história coletiva e da vida pessoal, destinações a categorias diversas que dependem do contexto.

Essas maneiras de identificação são de **dois tipos**: as identificações atribuídas pelos outros ("*identidade para outrem*") e as identificações reivindicadas para si mesmo ("*as identidades para si*"). Aqui, Dubar (2009) diz que pode-se sempre aceitar ou recusar as identidades que lhe são atribuídas e pode-se identificar-se de modo diferente daquele que é praticado pelos outros. É essa relação entre esses dois processos que fundamente a noção de forma identitárias: **a)** *Comunitárias* – são as mais antigas e até ancestrais. Essa forma supõe a crença na existência de agrupamentos chamados comunidades, consideradas como sistemas de lugares e nomes pré-atribuídos aos indivíduos e que se reproduzem de modo idêntico através de gerações. Essas formas são dependentes das crenças no caráter essencial dos pertencimentos a certos grupos considerados primordiais, imutáveis ou vitais para a existência individual (etnias, nações, corporações, etc.); **b)** *formas societárias* – Elas supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recurso de identificação. Essa forma é baseada na temporalidade.

Essa forma societária é a que baliza a discussão de Haliski (2007) e leva o autor a afirmar que a cooperação entre os indivíduos do território do Contestado é "prejudicada" pela história desses municípios. Na forma identitária societária ocorre uma primazia do sujeito individual sobre pertencimentos coletivos e da primazia das identificações "*para si*" sobre as identificações "*para outrem*". Acredita-se que estudar sobre identidade é dar um passo rumo ao entendimento do que é e como se constitui um território. É essa a justificativa da relevância de se estudar o território e sua(s) identidade(s), ou seja, trazer elementos que contribuam para estudos e pesquisas científicas que mostrem "a cara dos territórios", ou melhor, a sua identidade.

2 - Território e identidade: a contribuição de Claude Dubar e Anthony Giddens

Percebe-se que uma das maiores carências nos estudos sobre territórios está ligada à identidade. Nesse enfoque, tem-se como objetivo geral do trabalho, verificar como as identidades coletiva e individual podem servir para nos auxiliar nos estudos territoriais.

Num primeiro momento parte-se da contribuição Claude Dubar (2009), que nos mostra o que ele chama de "A crise das identidades". Mesmo que o estudo de Dubar tenha sido realizado na França (1990 a 2000), acredita-se que ele traz elementos importantes sobre a(s) identidade(s) e pode contribuir para estudos realizados no Brasil.

Interessa-nos a concepção de identidade utilizada por Dubar e sua passividade de aplicação ao que chamamos, na tese, de território do Contestado. Dubar afirma que

> "(...) a identidade não é o que permanece necessariamente 'idêntico', mas o resultado de uma 'identificação' contingente. È o resultado de uma dupla operação linguageira: diferenciação e generalização. A primeira é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda é a que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum. Essas duas operações estão na origem do *paradoxo* da identidade: o que há de único é o que é partilhado. Esse paradoxo só pode ser solucionado enquanto não se leva em conta o elemento comum às duas operações: a identificação de e pelo outro. Não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição. (Dubar, 2009,p.13)

A hipótese estruturante do livro de Dubar (2009) é que existe um movimento histórico, ao mesmo tempo muito antigo e incerto, de passagem de certo modo de identificação a outro. Eis um ponto fundamental em nosso trabalho. Acredita-se que no território do Contestado esse marco na passagem de identificação se deu com a modernidade que agrupou várias etnias (e suas identidades). Aqui teríamos o germe dessa mudança, ou seja, identidades (como a ucraniana) que estavam territorializadas em seu país de origem ou em colônias de povoamento, se fundem com outras etnias via relações econômicas, sociais, políticas, religiosa, entre outras, e se reterritorializam nesse novo lugar agregando novos elementos em sua cultura. È o caso do próprio caboclo ou sertanejo que passou a incorporar técnicas e tecnologias de grupos étnicos vindos de outras partes do Brasil e do Mundo. Essas relações estabelecidas entre grupos diferente gera o que Dubar designa de passagem das relações comunais para as relações societárias.

Essa diversidade étnica e as relações entre povos diferentes é que da concretude a nossa nominação de território do Contestado. Ela provoca uma unidade passível de ser diferenciada de outros territórios. È evidente que dentro das etnias ainda permanece resquícios das primeiras formas identitárias e os grupos tentam mantê-las pelas suas tradições, como por exemplo, os rituais ucranianos de páscoa, natal, danças típicas, o idioma falado em casa, no comércio, etc. A história do Contestado é lhe atribui a sua identidade.

Dubar (2009) chama as primeiras formas identitárias, as mais antigas e até ancestrais, de formas comunitárias. Para ele, essas formas supõem a crença na existência de agrupamentos chamados comunidades, consideradas como sistemas de lugares e nomes pré-atribuídos aos indivíduos e que se reproduzem de modo idêntico através de gerações. Assim, cada indivíduo tem um pertencimento considerado principal como membro de sua *comunidade* e uma posição singular como ocupante de um lugar no seio desta.

> "Quer se trate de 'culturas' ou de 'nações', de 'etnias', ou de 'corporações', esses grupos de pertencimento são considerados, pelos Poderes e pelas próprias pessoas, como fontes 'essenciais' de identidades. Essas maneiras de identificar os indivíduos a partir de seu grupo de pertencimento persistem nas sociedades modernas e podem ser assumidas pelas próprias pessoas: elas podem ser 'para si' bem como para 'outrem'.
> (Dubar,2009,p.15)

Dubar (2009), ainda defende a existência de formas identitárias mais recentes e até emergentes. Ele as chama de formas societárias. Assim,

> "Elas supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efêmeros, aos quais os indivíduos aderem por períodos limitados e que lhes fornecem recursos de identificação que eles administram de maneira diversa e provisória. Nessa perspectiva, cada um possui múltiplos pertencimentos que podem mudar no decorrer de uma vida. Essas formas estão ligadas a crenças diferentes das precedentes, em particular as da primazia do sujeito individual sobre os pertencimentos coletivos e da primazia das identificações 'para si' sobre as identificações 'para outrem'. As identificações do tipo societário podem produzir identidades 'para outrem' como identidades 'para si' segundo a natureza das categorias utilizadas. È a crença na identidade pessoal que condiciona as formas de identificação societária com os diversos grupos (familiares, profissionais, religiosos,políticos) considerados como resultantes das escolhas pessoais e não como designações herdadas.
> (Dubar,2009,p.15-16)

Essa afirmação nos possibilita mostrar que o território do Contestado possui um tipo social com características culturais específicas e que, por esse motivo, possui uma identidade regional/territorial que o diferencial do povo litorâneo, do gaúcho, do amazonense, etc. E, não

resta dúvidas que a imigração foi muito importante para o estabelecimento dessas relações societárias.

Outra questão importante de ser discutida é que o foco das disputas que antes eram pela posse de terras, e deu origem ao conflito do Contestado, hoje é pela produção de madeira. A legislação ambiental e a falta de planejamento pensando no território do Contestado tem sido um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Assim como Dubar (2009) outro autor que mergulha na discissão sobre a identidade é Giddens (2002). Seu foco de análise é calcado na modernidade e identidade, mostrando os impactos da globalização no "eu" e as implicações que ela acarreta.

> As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os impactos mais pessoais da nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, **e portanto com o eu**. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois "extremos" da extensão e da intencionalidade: influencias globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro.(...)[3]
> (Giddens,2002,p.9. grifo nosso)

Esse impacto da modernidade nos indivíduos parece ser o ponto fundamental na análise do território do Contestado. Entender como o *eu* reage às mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas, institucionais, entre outras mudanças, fazem parte do que adotamos como identidades societárias. Aqui está a nossa tentativa de usar conjuntamente os autores Dubar e Giddens.

Quando mostramos o impacto da aproximação de hábitos diferentes trazidos pelo progresso da vida moderna que agora une com mais "intensidade" e rapidez modos de vida diferentes, vemos uma reorganização de hábitos e costumes que influencia e é influenciado por outros. Estamos nos referindo as várias etnias que se deslocaram de suas pátrias para e agora devem se reorganizar em outro lugar. Isso fica evidenciado nas palavras de Giddens.

> Além de sua reflexividade institucional, a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reoganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que deslocam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinando-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. A reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da

[3] Giddens faz questão de mostrar que embora seu alvo principal seja o eu, a sua obra não é de psicologia. A ênfase principal do livro é o surgimento de novos mecanismos de auto-identidade que são constituídos pelas instituições da modernidade, mas que também se constituem.

> modernidade; e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana.
> (Giddens,2002,p.10)

A obra de Giddens é repleta de pontos interessantes para a análise da modernidade. Dois serão destacados: O *primeiro* é ao se referir sobre a noção de estilo de vida e seu significado particular afirmando que

> Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Certamente existem também influencias padronizadoras – particularmente na forma da criação da mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalista são componentes centrais das instituições da modernidade. No entanto, por causa da "abertura" da vida social de hoje, com a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de "autoridades", a escolha de estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da auto-identidade e da vida diária. (...)
> (Giddens,2002,p.13)

Por auto-identidade compreende-se o *eu entendido reflexivamente pelo indivíduo em termos de sua biografia.* Merece destaque a afirmação de que a vida é reconstruída pelo jogo de oposições entre envolvimentos locais e tendências globalizantes que interferem no estilo de vida do eu.

O *segundo* ponto refere-se a afirmação de que "A modernidade, não se deve esquecer, produz *diferença, exclusão e marginalização*.(...)"(Giddens,2002,p.13). Aqui dentre os vários exemplos possíveis pode-se enfocar a exclusão dos e entre os territórios, pois alguns podem ser mais ou menos lembrados por políticas públicas, projetos de desenvolvimento econômico, repasse de verbas, estudos acadêmicos, entre outros aspectos importantes. Um exemplo clássico é o desenvolvimento diferencial/desigual das macroregiões brasileiras e o resultado que isso acarreta até mesmo no espaço/tempo dedicados nos telejornais.

Em Giddens (2002), pode-se verificar que questões como o casamento, divorcio, adoção, ou seja, problemas pessoais, sofrimentos, crises pessoais e relações pessoais mostram as mudanças que a modernidade trouxe para a sociedade[4]. Essas afirmações de mudança do eu reforçam a nossa idéia, na tese, de que a modernidade gerou um "novo tipo social" no território do Contestado. Por exemplo, Giddens mostra que a separação de um casal e o luto originado por ela gera "*um novo sentido do eu*", um "*novo sentido de identidade*". Isso ocorre porque

[4] Essa análise Giddens realizou a partir do estudo sobre o divórcio e o casamento que Judith Wallerestein e Sandra Blakeslee realizaram. O livro que as autoras publicaram e que foi objeto de análise de Giddens chama-se *Segundas Chances*.

> (...) Num casamento longo, o sentido de identidade de cada individuo se torna unido ao da outra pessoa e, de fato, ao próprio casamento. Depois de uma ruptura do casamento, cada pessoa deve 'retroceder à sua experiência prévia e encontrar outras imagens e raízes de independência, para ser capaz de viver só e enfrentar a segunda chance que o divórcio oferece'. (Giddens,2002,p.18)

Pode-se verificar que Giddens está mostrando o impacto da modernidade no ambiente social externo ao indivíduo, afetando o casamento, a família, assim como outras instituições. Assim, quando os indivíduos enfrentam seus problemas pessoais, estão contribuindo para a reconstrução do universo social a sua volta. Todas essas discussões mostradas estão no evidenciando o novo sentido da auto-identidade ou o que poderia ser chamado de processo de *encontrar-se a si mesmo*.

> (..) todos estamos de algum modo conscientes da constituição reflexiva da atividade social moderna e das implicações disso para nossas vidas. A auto-identidade constitui para nós uma *trajetória* através das diferentes situações institucionais da modernidade por toda a *duração* do que se costumava chamar de 'ciclo da vida', um termo que se aplica com maior precisão a contextos não-modernos que aos modernos. Cada um de nós não apenas 'tem', mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos de fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional em que a pergunta 'como devo viver?' tem tanto que ser respondida em decisões cotidianas sobre o comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da auto-identidade. (Giddens,2002,p.20-21)

Tanto em Dubar quanto em Giddens constatamos o emprego da palavra "*crise*" para mostrar os impactos das mudanças trazidas pela modernidade no indivíduo. A relação entre o local e global, as mudanças ambientais, a aproximação de hábitos culturais diferentes, entre outros, servem para refletirmos sobre a (re)construção das identidades individuais e coletivas.

3 – Território do Contestado: o(s) impacto(s) da modernidade na formação social

Para Haliski (2007), o contingente populacional que ocupou todo este território no seu processo de desenvolvimento socioeconômico tem um histórico similar de apropriação e instalação nesta área. Os municípios desse território estão inseridos na formação rochosa que segue a estrutura paranaense - estando todos - na transição do segundo para o terceiro planalto. A cobertura florestal remanescente que cobre esta localidade, ainda hoje, movimenta a economia.

As características do relevo são marcantes na paisagem do segundo para o terceiro planalto predominando a Mata de Araucária. Devido ao relevo irregular, a vegetação resistiu a

ação predatória do homem – que chegou mais tarde a esta localidade - e ainda hoje se extrai madeira para a comercialização.

Percebe-se que o território é de ocupação tardia, pois no período anterior a 1900, o que se tem são esparsos vilarejos com uma dinâmica econômica interna de subsistência e com o comércio ligado ao tropeirismo. Começa o fortalecimento econômico e o crescimento dos municípios com a navegação a vapor nos rios Iguaçu e Negro (1882), responsável pelo transporte da erva e da madeira que são abundantes na região. Fagundes e Ribas (2002), fazem o seguinte relato:

> O planalto Catarinense e parte do paranaense estende-se apertado entre o Iguaçu e o Uruguai [...]. A sua natureza difere grandemente da do litoral. Longos campos se desdobram, sinuosos, pelas colinas que se sucedem em curvas macias e longas. Os capões de mato denso, semeados de longe em longe, são oásis deste deserto verde. Avultam os pinheiros e as erveiras; aqueles, estendendo ao sol a taça magnífica das suas linhas; estas, cerrando-se em ervais admiráveis e ricos (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.28).

Para Fagundes e Ribas (2002), segregada, isolada, abandonada, por longo tempo, nas suas mais remotas paragens, a zona permaneceu inculta e bravia, agressiva e hostil, conservando quase intacta a sua riqueza nativa. Assim, ao longo dos grandes rios, foi o homem plantando cidades: Rio Negro, Canoinhas e Porto União. A audácia do sertanista deitou fundamentos em Palmas, em pleno sertão. O lageano que trazia no sangue glóbulos dos desbravadores audaciosos de Piratininga plantou Campos Novos e Curitibanos. O mais era sertão grosso; eram os campos sem fim. O homem do planalto remoto permaneceu segregado ali. Não chegavam até ele os influxos da civilização. Nem conforto, nem instrução, nem justiça. Viveu, por isso, segundo as leis da natureza, sem sofrer quaisquer restrições a sua liberdade.

Sabemos que nos atuais municípios que integram a AMURC e ANSULPAR existia um verdadeiro vazio demográfico, fruto das condições de relevo já mencionadas, deste modo, o povo que perambulava por estas bandas anterior a descoberta do vau, resumia-se a índios e mamelucos que desbravavam todo este território.

Posteriormente a navegação, a maior responsável pela disseminação de povos e culturas por este território foi a estrada de ferro. Conforme Santos (2000), na Região do Contestado, a estrada de ferro São Paulo Rio Grande propiciava o surgimento de diferentes

cidades e atraía descendentes de imigrantes que originalmente haviam se localizado no Rio Grande do Sul e europeus que, vitimados pelas agruras da Primeira Guerra Mundial, procuravam novas terras para refazer suas vidas.

De acordo com Santos (2000), as primeiras décadas do século XX marcaram profundamente o futuro imediato de Santa Catarina. Os desdobramentos do projeto da modernidade[5] que avassalava o mundo, estavam chegando através de uma estrada de ferro. A questão dos limites entre o Brasil e a Argentina, na chamada área de Palmas (ou Missões), estava resolvida e uma Comissão Mista definia, entre 1900 e 1904, a demarcação da fronteira. Foi nesse cenário de busca pelo "progresso" e de disputa entre os dois países que foi projetada, ainda no Império, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande[6], objetivando garantir o rápido deslocamento de tropas em caso de um conflito e paralelamente assegurar o domínio de imenso território no interior da região sul. O Estado-Nação unitário e hegemônico tomava a sua conformação, definindo seus limites, construindo estradas de ferro e linhas telegráficas, e criando os seus símbolos.

A falta de demarcação de fronteiras gera a disputa por terras entre o estado do Paraná e Santa Catarina, que resultou na chamada guerra do "Contestado" [7]. Esse conflito marcou a historia de seu povo[8]. Quando se emancipou de São Paulo, o território da província do Paraná estendia-se de São Paulo até o Rio grande do Sul. Só uma faixa litorânea, de São Francisco do Sul até Laguna não estava incluída no mapa paranaense, pois constituía a província de Santa Catarina.

[5] Segundo Santos, o trem a vapor simbolizava o moderno. As ferrovias haviam possibilitado novas formas de articulação de bens e capital, em nível mundial.

[6] Na semana anterior a sua destituição, o Imperador Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares privilégios para a construção de uma estrada de ferro que partia de Itararé, na província de São Paulo, e chegava até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Teixeira Soares criou inicialmente a *Compagni Chemins* de *Fer Sul Quest Brésiliens*, que a seguir transferiu parte da concessão original para a Brazil Railway Company, empresa sediada em *Portland* (EUA). Esta empresa já controlava vários trechos ferroviários no Brasil e na América do Sul, investindo também na extração de madeiras, indústria de papel, frigoríficos e negócios de colonização, formando um grande conglomerado, administrado pelo mega investidor Percival Farquhar.

[7] Em 1853, deu-se a emancipação política do Paraná. Separou-se de São Paulo para formar a província paranaense, ao definir as suas linhas divisórias, entrou em litígio com a Província de Santa Catarina, disputando o território que hoje é o oeste catarinense.O conflito durou de 1912 a 1916.

[8] Segundo Fagundes e Ribas (2002), no primeiro dia do mês de janeiro de 1910, nasce em União da Vitória a Junta Governativa do "Estado das Missões", estado esse que deveria compor todo o território em litígio. O Estado das Missões seria constituído da zona denominada de "O Contestado" em toda a sua extensão. A tentativa de criação deste estado fracassou. Representantes de Palmas, Rio Negro, Clevelândia e União da Vitória eram seus idealizadores.

Conforme Santos (2000), a população que ocupava a região que estamos focalizando, era formada por uns poucos fazendeiros e seus agregados, pequenos sitiantes, alguns fugitivos da justiça e negros escapulidos do cativeiro. Além desses, grupos de índios Kaigang, Xokleng e Guarani tentaram manter seus espaços de ocupação tradicional. A mestiçagem estava presente há muito tempo nesse cenário rústico. O caboclo emerge neste contexto. A passagem de tropeiros com suas cargas e manadas de gado e de militares e civis envolvidos em guerras, permitia um pequeno escambo e a troca de informações sobre o que acontecia em locais distantes, como São Paulo, Curitiba, ou Porto Alegre. A região também era percorrida por andarilhos, beatos, e monges[9].

Para chegar a esta configuração, Santos (2000), nos mostra que ao fim do conflito do Contestado houve muitos sacrifícios de parte a parte. Acredita-se que em torno de 20.000 pessoas nela estiveram envolvidas. Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado para a região 13 expedições militares. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre caboclos, militares e civis, foram mortas. A guerra *sertaneja* terminou em 1915, quando nos bastidores da República desenhava-se um acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina para pôr fim a questão de limites. Aos poucos sobreviventes, que escaparam do arbítrio e da repressão, não sobrou outra alternativa senão a fuga para o mais distante do sertão, apostando na invisibilidade para garantir a vida.

Vivenciada a questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, admite-se a relevância desse fenômeno social para a formação e ocupação do território do Contestado. Mestiços conformados historicamente da cruza dos índios, negros e portugueses, passam a dividir o mesmo espaço geográfico com imigrantes europeus dispersos pela área do Contestado, e dessa maneira, até seus hábitos e costumes e, sem dúvida, a economia sofre alterações.

De acordo com Paraná (2004, p.11), o estado paranaense ingressa no século XX dando destaque à estrada de ferro[10], sendo uma das principais a estrada São Paulo - Rio Grande,

[9] O mais conhecido deles foi João Maria D'Agostinho, um italiano que chegou ao Brasil em 1844. São João Maria, como ficou conhecido, percorreu várias vezes a região Sul, pregando e receitando remédios no intuito de aliviar os males da população.

[10] A estrada de ferro do Paraná (Paranaguá – Ponta Grossa) está em plena atividade (1908), possuindo três ramais: o que liga Lapa a Rio Negro, transportando a produção da colônia Lucena (Itaiópolis) ; o de Curitiba a Rio Branco, que visava inicialmente interligar a capital com Jaguariaíva e o Norte pioneiro; o terceiro liga Morretes e Antonina, para beneficiar este último porto.

ligando Itararé (SP) a União da Vitória (PR), estando em franca atividade. A *Brazil Railway Company*, que adquiriu a concessão, está, neste período, construindo a continuação de União da Vitória a Marcelino Ramos (RS). Ao longo da ferrovia, dezenas de serrarias se encarregam do beneficiamento da madeira, cuja indústria está em ascensão[11]. Por volta de 1912, o sucesso que as estradas de ferro estavam proporcionando a São Paulo e no resto do Brasil, levou o governo Federal e os Estados a sonharem com a multiplicação das ferrovias por todo o território nacional, e não dispondo de verbas para construí-las, apelaram para as concessões de ramais a particulares.

Conforme Santos (2000), a nova dimensão da velocidade permitia a incorporação de enormes áreas de terras ao processo produtivo, promovendo a reorientação da produção econômica, a exploração de recursos naturais e a relocalização de investimentos[12]. A expansão da malha ferroviária para os mais distantes pontos da superfície terrestre era uma realidade que interessava a diferentes governos e grupos econômicos.

Para Tonon (2002), a presença de novas forças econômicas e sociais, compostas pelo capital estrangeiro, na construção da ferrovia e extração da madeira e os imigrantes nos projetos de colonização, alteram de forma significativa o panorama social da região. Os sertanejos da área contestada, isolados do restante do país, inseridos na estrutura coronelista, praticando uma agricultura de subsistência e de extrativismo, defrontam-se com uma nova ordem capitalista, representada, sobretudo, pelas consistentes e modernas empresas do Sindicato Farquhar, que invadem de forma abrupta o espaço e tempo do sertanejo. O reordenamento econômico promovido pelo avanço do capital estrangeiro, marginaliza milhares de sertanejos. São novas as relações de trabalho que adentram o sertão, são elementos de culturas distintas, trazendo novos costumes.

Considerações finais

Em linhas gerais, o que se defende é a necessidade de estudos sobre a identidade dos territórios. Acredita-se que (re)conhecer o seu povo é indispensável para atingirmos o tão sonhado desenvolvimento sustentável. No caso do Contestado verificou-se que existem 10

[11] Nesse tempo, o Paraná já havia perdido no supremo Tribunal Federal, em dois julgamentos, a questão do contestado para santa Catarina. Mesmo estando em recursos, para o Paraná a divisa meridional com o estado do Rio Grande do Sul é definida pelo Rio Uruguai.
[12] Cerca de 30.000:$000 (trinta mil contos de réis), equivalentes ao cambio da época a três milhões de libras esterlinas, foram gastos para a construção dos 1.403 Km de estrada.

grupos étnicos marcados pelos conflitos que a proximidade entre culturas diferentes propiciou. Isso deve ser compreendido.

Posterior a identificação de um território percebe-se uma maior facilidade em diagnosticar suas características essenciais. No caso do Contestado três elementos são fundamentais para qualquer análise de desenvolvimento socioeconômico: *1º)* o território do Contestado **é rural** – isso contraria os modelos de desenvolvimento que priorizam as cidades e o setor secundário da economia – e deve ser visto em sua multidimensionalidade (econômica, política e cultural); *2º)* o povo do Contestado **é marcado pelo conflito entre etnias e com capital estrangeiro**. Isso gera diferentes processos de identificações: uma quando o indivíduo se reconhece como representante de um determinado grupo étnico (italiano, ucraniano...) e outra quando ele é identificado como povo do Contestado; *3º)* o povo do Contestado é **individualista e desconfiado** – isso seria um dos principais motivos que leva a dificuldade de cooperação entre indivíduos nessa área.

Portanto, discutir território e identidade pode ser um grande passo ao entendimento do que é, de como se forma e de como podemos desenvolver um território.

Referencias

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial:** o caso do Paraná tradicional. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003.

DUBAR,C. **A Crise das Identidades: Interpretação de uma mutação**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2009.

FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (orgs) Monografia de Porto União. Palmas: Kaygangue, 2002.

GIDDENS,A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.,2002.

HALISKI,A.M. **Arranjo produtivo local das gemes do Iguaçu: Uma alternativa para o desenvolvimento territorial?**. Dissertação de Mestrado. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Paraná 150 anos**: o sesquicentenário do Paraná no contexto escolar. Curitiba: CETEPAR, 2004.

SANTOS, S. C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

TONON, E. **Ecos do Contestado:** rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

UMA LEITURA DA PAISAGEM SOCIOAMBIENTAL DO RURAL DA RMC: a dinâmica natural, seus limites e potencialidades, e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Janise Bruno Dias
Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora Adjunta do departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG

GT06 Meio ambiente e ruralidades: limites e possibilidades de desenvolvimento

1 Introdução

A realidade multiforme que a agricultura familiar expressa nas sociedades modernas é conseqüência de sua capacidade de adaptações a contextos sociais e políticos os mais diversos, constatou Lamarche (1998 p. 14). Tal característica possibilita a observação de relações socioambientais singulares com a "terra", o substrato natural, e meio de reprodução social para a agricultura. Os resultados das interações desses processos permitem também a observação de como os sistemas naturais respondem diferentemente às diversas maneiras de apropriação, contribuindo para a expressão da heterogeneidade. Partindo dessa reflexão, este trabalho teve por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa[1] que analisou como acontece a interação da dinâmica dos sistemas naturais, suas fragilidades e suas potencialidades, com a reprodução dos sistemas agrícolas da agricultura familiar sobre a base natural na qual se estabelecem — no rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a despeito da forte determinação das demais lógicas do modelo de desenvolvimento. Utilizou-se para esse fim, como marco teórico-metodológico, a análise integrada da paisagem e a gestão dos recursos naturais sob responsabilidades de comunidades camponesas.

[1] Constitui-se em resultados parciais da tese defendida pela autora em março de 2006, na linha de pesquisa "Ruralidades, ambiente e sociedade" – na época intitulada, "Sistemas Sociais, Técnicos e Recursos Naturais de Áreas Rurais", que corrobora com o programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (MADE-UFPR), e compartilha da pesquisa na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Diante de uma lógica de desenvolvimento[2] de prevalência do crescimento econômico a todo custo, de acúmulo de capital financeiro, de homogeneização dos processos caracterizados por tecnologias que demandam grandes quantidades de insumos químicos, sintéticos e poluidores com vistas à manutenção de um modelo eficiente de produção, seria possível identificar a dimensão da dinâmica natural na reprodução socioeconômica dos sistemas humanos?

O rural, considerado numa escala socioespacial, representa estreitas e específicas relações entre sociedade e natureza refletindo uma intrínseca complexidade e heterogeneidade ambiental. Observa-se nesse espaço a interação dos sistemas sociais e naturais, numa dinâmica de preservação e mudança, que lhes possibilita ajustes e transformações, incorporando novas dinâmicas à sua lógica, conforme afirmou Raynaut (1994).

A despeito do projeto homogeneizador das políticas modernizantes na agricultura, o fenômeno da modernização no rural não tem provocado as mesmas conseqüências frente aos diferentes contextos e realidades num país de dimensões continentais como o Brasil. Os diversos Biomas brasileiros, com diferentes propriedades físicas, químicas e biológicas, fornecem o substrato sobre o qual os sistemas socioeconômicos, incluindo parcelas do rural, apresentam capacidade de suportar mudanças, transformar-se e conformar novos rearranjos. Tais alterações estão expressas na paisagem, por meio de novos formatos de apropriação, ocupação e uso dos potenciais naturais conformando tipologias. Portanto, evidencia-se uma dimensão natural que contribui na dinâmica de desenvolvimento dos sistemas agrícolas rurais. Esta hipótese foi investigada foi investigada no rural metropolitano de Curitiba e alguns dos resultados serão apresentados a seguir.

Para apresentação da análise proposta e os resultados desta pesquisa o texto foi assim organizado: a justificativa da escolha do rural metropolitano de Curitiba como objeto de pesquisa; a apresentação da expressão agrícola das comunidades rurais e a gestão do meio natural; por fim a expressão da diversidade das paisagens no espaço das comunidades rurais, no caso específico de Postinho na RMC.

2 O rural metropolitano de Curitiba, por que da escolha?

A RMC situa-se na Região Sul do Brasil, a Leste do Estado do Paraná, no Primeiro Planalto Paranaense. Possui uma área de 15,5 mil quilômetros quadrados e uma população de 2,7

[2] A questão que se coloca atualmente refere-se às possibilidades de pensar o desenvolvimento a partir das suas múltiplas vias, ou seja, reinventar a teoria a partir e a propósito de sua ação, aceitando a impossibilidade de criar um modelo único de desenvolvimento (SACHS, 1986). (DIAS *et al.*, 2003).

milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), naquela época, 91,2% da população da RMC era urbana, e 8,8% rural; no entanto, em alguns municípios, o percentual de população rural superava os 80% da população total.

A RMC é marcada pela heterogeneidade social, econômica e físico-natural. Apresenta modos singulares de expressão do rural e possibilita a observação desses processos. A heterogeneidade sociocultural que compõe a RMC se estabelece sobre uma base natural também marcada pela diversidade físico-natural (geológica, climática, geomorfológica, pedológica e biológica). Essa interação resultou, então, numa heterogeneidade de formas de uso, ocupação e dinâmicas socioeconômicas metropolitanas. Contudo, o rural metropolitano constitui-se de formas singulares tendo em vista seu processo histórico social de ocupação[3] e construção e suas relações com a dinâmica metropolitana, que inclui políticas públicas socioeconômicas excludentes da dinâmica rural e principalmente políticas ambientais por vezes restritivas à produção agrícola.

As comunidades rurais são áreas com limites físicos definidos por relações de "pertencimento" estabelecidas pelos próprios grupos. Alguns limites são barreiras físicas, (cursos de água, áreas de matas mais preservadas, serras ou vertentes de maior declividade); outros são limites político-administrativos ou grandes propriedades de exploração agrícola (sistemas diferenciados da exploração pela agricultura familiar). Dentro dessas comunidades rurais concentram-se a área construída da unidade e as áreas de exploração agrícola que as vezes podem se localizar em outra área.

Essas comunidades são atualmente mescladas etnicamente: compõem-se tanto de descendentes europeus, inclusive de descendentes dos colonizadores portugueses, também europeus, quanto de negros e indígenas que, casados entre si, são conhecidos como "caboclos".

[3] O processo histórico de ocupação da área rural da RMC, que é caracterizado por uma diversidade étnica e conseqüência dos diferentes ciclos econômicos, iniciou-se a partir do século XVII. No século XIX, esse processo foi fortemente marcado pelo incentivo á imigração européia resultante de fortes mudanças políticas na sociedade brasileira, como a escassez de mão-de-obra escrava decorrente das políticas sociais da época. As colônias de imigrantes de composição heterogênea, que se estabeleceram em pequenas unidades (de 5 a 15 ha) de exploração familiar, precedem a formação de núcleos de população hoje designados "comunidades rurais". Tal designação é utilizada correntemente tanto pelo poder público local quanto pelos líderes locais e pelos próprios agricultores.

Dessas comunidades rurais fazem parte, muitas vezes, grupos de famílias "tradicionalmente" agricultoras.[4]

Os grupos sociais de agricultores familiares, diversos nas suas formas de ruralidade, comportam uma parcela de agricultores[5] que — seja por falta de recursos técnicos, seja por total falta de acesso as políticas públicas para o setor — estão mais expostos aos processos naturais porque praticam uma agricultura basicamente de subsistência, que está mais sujeita às adversidades dos processos naturais por causa da falta de tecnologia. Essa situação estimula o desenvolvimento de estratégias que possibilitam sua manutenção e sua sobrevivência no rural, mas os colocam em confronto direto com a questão da sustentabilidade. Para compreender a heterogeneidade do rural, é preciso compreendê-lo como espaço de produção e reprodução da "vida", o que requer um estudo que permita entender as especificidades das localidades.

A pesquisa foi desenvolvida em três municípios[6] como ilustrativos desse universo rural da RMC que apresentaram dinâmicas diferenciadas[7]. Considerando a expressão dos sistemas agrícolas dos grupos de agricultores familiares no contexto do rural desses municípios, elegeu-se três comunidades rurais[8]. Neste estudo serão apresentados os resultados de Postinho, em Tijucas do Sul. Para chegar a esse recorte geográfico a pesquisa orientou-se pela análise das diversas dinâmicas sociais, econômicas, físico-naturais e ambientais em seus formatos diferenciados nas comunidades rurais, onde Postinho destacou-se pela singularidade nas interações dos sistemas naturais e agrícolas.

3 A expressão agrícola das comunidades rurais e gestão do meio natural

Para a análise da expressão dos sistemas agrícolas dessas comunidades,[9] adotou-se as contribuições de Sautter e Pélissier, (1964) devido a pontos de aproximação com apresente

[4] Ou seja, são proprietárias dos meios de produção e assumem o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1996), designados de agricultores familiares. Esses grupos sociais freqüentemente ocupam espaços em que as relações e as interações singulares entre os sistemas naturais e os sistemas agrícolas possibilitam uma análise em escala mais detalhada da paisagem rural.

[5] A agricultura familiar é um "guarda-chuvas" que comporta diversas formas e grupos sociais. Wanderley afirma: "[...] A agricultura familiar é um conceito genérico, que abriga dentro de si várias formas de reprodução econômica e social. Do campesinato tradicional com produção de subsistência à produção familiar moderna, a qual convive com a modernização da agricultura, a inserção nos processos globais de acumulação de capital e com a "abertura" ao modo de vida moderna" (1999, p. 23-35). Por isso restringir qual parcela de agricultores a que se refere.

[6] São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul

[7] Quanto às políticas públicas para o meio rural; sistemas produtivos; condicionantes ambientais; tamanho das propriedades; acesso às tecnologias e ao mercado consumidor; história da ocupação e trajetórias das famílias.

[8] Mergulhão, em S. José dos Pinhais; Santo Amaro, em Mandirituba; e Postinho, em Tijucas do Sul

[9] As comunidades rurais eleitas são conformadas espacialmente pela "noção de pertencimento" e legitimadas pelo poder público municipal local, mas essa denominação se aproxima do conceito: *Qualquer conjunto populacional*

pesquisa[10]. “O estudo de ‘*terroir’* é o meio de um conhecimento aprofundado das estruturas agrárias. (...) a gestão dos *terroir* se inscreve também no quadro de uma gestão dos recursos naturais sob a responsabilidade das comunidades camponesas” (BLANC-PAMARD, 2005, p.5). Foram utilizados os seguintes indicadores construídos por Sautter e Pélissier (1964).

- Grau de coerência dos sistemas agrícolas com relação às formas de exploração agrícola e os ciclos naturais (climáticos, sazonais);
- Força e natureza das relações com o meio local (natural) com relação às fragilidades e às potencialidades do meio natural;
- Matrização do meio físico com relação à atitude ativa e construtiva de gestão à domesticação e transformação do meio natural em benefício da vida agrícola
- Formas de gestão do solo e da vegetação, meios utilizados para conservação da fertilidade (pousio herbáceo, arbóreo, orgânicos, etc);.

Segundo os autores, esses aspectos permitem a caracterização da expressão agrícola da comunidade. Sautter e Pélissier (1964) afirmam que análise associada ao conjunto de cartas da comunidade possibilita um conhecimento profundo da estrutura fundiária e da gestão do território e dos potenciais naturais sob a responsabilidade das comunidades. Para a avaliação desses aspectos na pesquisa associou-se as características dos elementos naturais das unidades de paisagem descritas (Bertrand, 1972) e as informações dos questionários transcritas nas tipologias e croqui - paisagem “humanizada”. Avaliou-se a integração dos sistemas naturais e agrícola das comunidades em um quadro analítico apresentando: (a) caracterização do potencial ecológico e fragilidades potenciais; (b) descrição das práticas de usos e ocupação; e (c) caracterização da fragilidade emergente. O trabalho desenvolvido nessa pesquisa se divide em três etapas:

1) Descrição dos elementos da paisagem da área estudada com elaboração das cartas dos elementos naturais, das unidades de paisagem, quadro descritivo e os limites e as potencialidades.
2) Associação da análise das cartas e das entrevistas trabalhadas em tipologias e croquis
3) Identificação e análise dos pontos de interação e do modo como ocorreu por meio de indicadores adaptados com base em Sautter & Pelissier (1964).

---

considerado como um todo em virtude de aspectos geográficos, econômicos, e/ou culturais comuns (FERREIRA, 1986, p. 444 in DIAS, 2006).

[10] Sem querer aproximar a estrutura étnica, cultural e social das comunidades africanas com as comunidades rurais paranaenses, considerando que estas últimas refletem certamente a “miscigenação” brasileira, e com a convicção das diferenças de conformação sócio-cultural e econômica, o que nos interessou neste trabalho foi a análise da relação do sistema agrícola com o meio natural por meio de uma base cartográfica e um inventário produzido por questionários com a finalidade de analisar a gestão dos potenciais naturais sob a responsabilidade dessas comunidades rurais.

Para a construção de uma "tipologia de práticas, usos e ocupação agrícola dos solos", utilizou-se algumas variáveis[11] resultantes da tabulação do perfil socioeconômico dessas famílias:

Utilização da área da propriedade em porcentagem: por lavoura temporária, lavoura permanente, horta e pomar domésticos, mata plantada, mata natural, pastagem plantada, pastagem natural e pousio.
Técnicas de uso e conservação: curvas de nível, consórcio de produtos, rotação de culturas, queimadas, adubação verde, plantio direto, sistemas agroflorestais ou agrossilvopastoril, mata ciliar, proteção artificial de nascentes.
Usos e problemas com recursos naturais: Identificação de solos diferentes, erosão dos solos, cultivo em área "quebrada"[12], utilização de madeira da propriedade, finalidade da água retirada da propriedade: criação, abastecimento de pulverizadores, irrigação, limpeza de máquinas e equipamentos.

Com base no conceito de heterogeneidade e considerando a diversidade[13] um de seus aspectos organizou-se as práticas utilizadas pelos agricultores entrevistados em dois grupos: 1) práticas que, teoricamente, contribuem para a *diversidade ecológica*[14] dos sistemas naturais;

Área ocupada diversamente: As propriedade cuja área são ocupadas por lavoura temporária, mata natural, pastagem natural e/ou pousio e cujo somatório destas áreas assim ocupadas totalizam 50% ou mais de suas (das propriedades) áreas totais. Código na tabela: AocDv
Área de mata natural[15] maior ou igual a 50% da área total da propriedade. Código na tabela: MN>50.
A propriedade adota pelo menos três das cinco das práticas identificadas como favorecedoras da diversidade ecológica: (a) consórcio de produtos, (b) rotação de culturas, (c) adubação verde, (d) sistema agro/silvopastoril, (e) presença, preservação ou recuperação de mata ciliar. Código da tabela: PrDv .
A propriedade utiliza as águas encontradas na propriedade só para tratar da criação (espécies de animais domesticados)[16]. Código na tabela: Ág Cr.
A propriedade utiliza a prática de adubação verde que interfere menos nos ciclos naturais. Código na tabela: Ad. Vd.
O agricultor identifica mais de um tipo de solo na propriedade, o que teoricamente permite a presença de diferentes *habitats* naturais com a conseqüente diversificação de espécies naturais ou introduzidas. Código na tabela: S Dv.
Diversidade de produção é o somatório da *diversidade de criação* e da *diversidade de culturas* ou apenas a *diversidade de cultura*, já que algumas propriedades entrevistadas não possuem criação[17]. Código na tabela: Dv pr.

---

[11] variáveis resultantes das respostas obtidas nos questionários após tabulação dos dados (Dias, 2006).
[12] Áreas com declive acentuado, em geral maior que 45%.
[13] Nesse caso, considerou-se *diversidade* o número de táxons ou espécies numa área ou região determinada (RICKLEFS, 2003, p. 483).
[14] Uma medida da diversidade que leva em conta os diversos papéis ecológicos das espécies diferentes (RICKLEFS, 2003, p. 483).
[15] A mata natural possui maior número de espécies que a mata reflorestada porque no reflorestamento usa-se uma única espécie, ou um número menor do que aquele existente naturalmente.
[16] Teoricamente esse uso não polui nem contamina os potenciais hídricos.
[17] Esta variável foi calculada segundo metodologia de DIAS (2006)

2) práticas convencionais, que pouco ou nada contribuem para isso.

Área de mata natural da propriedade menor que 30% da área total. Código na tabela: **MN<30**.
A propriedade utiliza as águas encontradas na propriedade para irrigação e lavar pulverizadores e maquinário. Código na tabela: **AgIPM**.
Prática de retirada de madeira da propriedade. Código na tabela: **Mad ha**.
Práticas convencionais. Código na Tabela - **Pcon**.

Classificação dos problemas indicados pelos entrevistados[18]:

Presença de erosão na área da propriedade. Código na tabela: E.
Identificação de "áreas quebradas"[19] (áreas com declividade acentuada em geral > 30%) na área da propriedade. Código na tabela: AQ.
Após elaborou-se a tipologia e classificou-se de cada uma das propriedades entrevistadas:

Tipo 1: Área ocupada diversamente (AOcDv) + outra(s) práticas do grupo 1 que favorecem a diversidade ecológica = **Muito favorável à diversidade ecológica**.
Tipo 2: Área ocupada diversamente (AOcDv) + outra(s) práticas do grupo que favorecem à diversidade ecológica 1 + com Problemas indicados pelos agricultores (**E** ou **AQ**) = **Favorável à diversidade ecológica.**
Tipo 3: Área ocupada diversamente (AOcDv) + outra(s) práticas do gr 1+ prática (s) do grupo 2 que não favorecem a diversidade ecológica+ com ou sem Problemas indicados pelos agricultores (**E** ou **AQ**) = **Pouco favorável à diversidade ecológica**
Tipo 4: Demais práticas convencionais + prática (s) do grupo 2 que não favorecem à diversidade ecológica + com ou sem Problemas indicados pelos agricultores (**E** ou **AQ**) = **Desfavorável à diversidade ecológica.**

Em seguida elaborou-se o C*roqui (carta temática) da expressão da vida agrícola das comunidades rurais* com o objetivo de identificar o perfil das práticas agrícolas de cada comunidade. Depois, confeccionou-se um quadro analítico afim de integrar as unidades de paisagem, expressão dos sistemas naturais, ao *Croqui de expressão da vida agrícola das comunidades rurais*, representação dos sistemas agrícolas.

4 A expressão da diversidade das paisagens no espaço das comunidades rurais: o caso de Postinho na RMC

O reconhecimento de uma expressão singular da diversidade das paisagens no espaço rural de Postinho por meio da visão integrativa se expressou da seguinte forma: A Comunidade de Postinho, Tijucas do Sul (RMC) situa-se no extremo sul do município de Tijucas do Sul e do Estado do Paraná a Comunidade de Postinho, em altitudes que compreendem de 840-940 m. O difícil acesso se dá pela rodovia BR-376, que liga Curitiba a Florianópolis, seguindo pela PR-281, antes de chegar à sede do município, converge-se à esquerda, na altura do Ambrósios,

[18] A codificação dos problemas serviu como um dado a mais, que possibilitou a análise da percepção dos agricultores sobre as práticas adotadas em sua propriedade e a análise das fragilidades dos sistemas naturais também em relação a essas mesmas práticas.
[19] Vocabulário próprio do agricultor entrevistado.

continuando por uma estrada secundária até a comunidade de Rodeios (já em Santa Catarina), que se limita com Postinho pelo Rio Negro ao sul da comunidade. A leste o perímetro é traçado pelo rio Piraí; a oeste, até certa altura pelo rio Piraiguaçu; ao norte é o pelas propriedades que se incluem na comunidade, conforme a carta-base. Os resultados, para a comunidade, da expressão dos sistemas agrícolas na espacialização da tipologia e do tamanho das propriedades conduziram a seguinte análise: trata-se de uma comunidade em que prevalecem propriedades com área entre 7,2 ha e 18,2 ha. A maioria apresenta *tipologia 2*, ou seja, possui área total com mais de 50% ocupada diversamente com lavouras temporárias, mata natural, pastagem natural e pousio. Deve apresentar outras práticas do grupo 1, que favorecem a diversidade ecológica, como consórcio de produtos, rotação de culturas, adubação verde, sistema agrossilvopastoril, e presença, preservação ou recuperação de mata ciliar, indicando problemas com erosão (E) ou áreas "quebradas" — de declive acentuado > 45%, (AQ). Apenas uma propriedade está classificada na *tipologia 1*, com mais de 50% da área total ocupada diversamente e outras práticas do grupo 1 que favorecem a diversidade ecológica práticas. Outras cinco propriedades classificam-se na *tipologia 4*, ou seja, apresentam práticas agrícolas convencionais, como lavouras permanentes (monoculturas), matas plantadas (espécies exóticas, monocultura), pastagens plantadas (espécies exóticas, monocultura), uso de agrotóxico, uso de adubo químico, semente certificada e uso de maquinário, o que constitui menos de 50% de sua área total ocupada diversamente. Com base nesse estudo, pode-se concluir que o perfil da comunidade de Postinho, a despeito da carência de políticas e recursos (informação externa a estes mapas), é de práticas que favorecem a diversidade. A carta de cruzamento dos geofácies com expressão dos sistemas agrícolas colaborou para a análise e leitura da diversidade desenhada em um mosaico mutante cuja estrutura e dinâmica traduzem fielmente os detalhes ecológicos (Bertrand 1972, p. 16); e conduzem a avaliação das fragilidades potencial e emergente (Ross, 1977) na interação da dimensão dos sistemas naturais com a exploração agrícola da comunidade.

O Quadro analítico de integração dos sistemas naturais e agrícolas foi a ferramenta utilizada para analisar as impressões explicitadas na comunidade estudada, proporcionada pela sistematização deste conjunto de mapas e quadro demonstrando que a comunidade de Postinho apresenta algumas práticas que favorecem a biodiversidade e a conservação dos solos; demonstra a percepção das mudanças provocadas pela alteração das práticas (uso de insumos químicos, exploração intensiva e extensiva do solo, desmatamento), mas utiliza práticas prejudiciais à

bioconservação (desmatamento, queimadas). Prevalecem as práticas e as políticas das grandes empresas de reflorestamento e das fumageiras. Isso acontece porque são as únicas políticas que alcançam a comunidade. Os sistemas agrícolas estão subjugados aos fatores naturais devido provavelmente à falta de recursos econômicos. As culturas são tradicionais (milho, feijão, mandioca e inhame), e a diversidade se dá por sobrevivência ("planta-se tudo que dá"). Por isso, não há matrização do meio. A comunidade está sujeita aos problemas da instabilidade emergente (relação com a retirada de cobertura florestal e declive acentuado aliado à litologia que favorece os processos). Resolve os problemas com práticas tradicionais (aragem, reviramento do solo, etc.). É a comunidade cujos sistemas produtivos estão mais à mercê da dinâmica natural. Apesar da política privada á qual é submetida (empresas de reflorestamento, fumageiras e intermediários que comercializam carvão vegetal), possui a maior área de cobertura florestal das três comunidades, boa diversidade de produção, fraca matrização do meio físico, além das práticas que favorecem a biodiversidade e conservação do potencial natural, embora as políticas públicas (de nenhuma esfera) para o setor agrícola e social não atinjam a comunidade.

5 Considerações Finais

Considerando os resultados alcançados pode-se avaliar que as transformações expressas na paisagem, sob a forma de um novo gerenciamento de relações entre o homem e o solo, como o esforço de renovação e de adaptação ativa das comunidades rurais às mudanças técnicas, econômicas e sociais puderam ser observadas, revelando o modo como as estruturas elaboradas sobre o substrato natural se deformam se adaptam ou se destroem sobre essa base. Observou-se que as respostas dos sistemas naturais respondem a esses estímulos na medida em que aparecem as insuficiências ou as contradições do plano sistemático da exploração agrícola familiar, proporcionando a constatação efetiva de que uma gestão que se expressa plenamente na paisagem.

O fenômeno da modernização no rural não tem provocado as mesmas conseqüências frente os diversos contextos e realidades da RMC. A diversidade da base natural, aliada às diferentes ruralidades configuram um rural diverso e heterogêneo, com capacidade de suportar mudanças, transformar-se e conformar novos rearranjos, conforme já haviam confirmado diversos estudos (Wanderley; Veiga; Raynault; Souza Martins; Brandenburg; Ferreira). Portanto, a interação das dimensões naturais, sociais e econômicas resulta na heterogeneidade socioambiental desse rural.

A existência de uma dimensão da dinâmica natural (seus sistemas e processos) na (re)produção socioeconômica da agricultura familiar pôde ser observada através da análise da paisagem, cuja organização e funcionamento se dão pela inscrição no espaço real e correspondem a uma estrutura ecológica determinada, que não seria apreendida nem qualificada senão a partir de um mecanismo social de identificação e utilização, um processo de transformação, como um fenômeno escrito na história. A paisagem é instrumento de uma interpretação social da natureza, uma ida à sociedade através da natureza (Bertrand, 1978),

Há que considerar o rural como um espaço e um território que tem por tradição a transformação, a renovação, que assimila as crises e se revigora na complexidade de suas relações, por meio dos grupos sociais que o compõem. Nesse universo social do rural, a agricultura familiar reafirma seu lugar por suas relações singulares de espaço, trabalho, família e na conformação de seu território específico. Nesse contexto, é imperativo rever as relações socioambientais no rural, melhorar as condições de trabalho, o acesso aos recursos financeiros, à segurança alimentar. Investir no conhecimento ambiental dos agricultores, valorar as práticas que contribuem para a conservação e a biodiversidade, privilegiar formas de ação coletiva e de cooperação. Isso é indispensável à reformulação de novas políticas públicas. Cabe aos gestores fomentar e monitorar as novas relações, trazer novas experiências de parcerias à agricultura familiar estimulando a estruturação e o funcionamento dos conselhos de desenvolvimento rurais, por exemplo. O futuro do rural passa pela singularidade da relação que a agricultura familiar apresenta com a “terra”, com os sistemas naturais. Por isso, deve considerar processos ecologicamente sustentáveis e socialmente includentes, de forma participativa e negociada.

6 Referencias Bibliográficas:

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. In: **Cadernos de ciências da terra. São Paulo,** v. 13, p. 1-27 (1972b)

BERTRAND, G. Paysage entre nature et societé. In: **Revue géographique des Pyrénées et du sud-ouest,** Toulouse: Presses Universitaires Le Mirail-, v. 49, fascicule 2. (avril 1978).

BLANC-PAMARD, C. Jeux déchelles, territoires de recherche: exemples africains et malgaches cybergeo. In: **Revue européenne de geographie**, n. 301, 2 février 2005.

DIAS, J. B. et al. O rural da Região Metropolitana de Curitiba sob o olhar interdisciplinar: da invisibilidade à afirmação. **SOBER,** 2003. Juiz de Fora, MG. Anais. Juiz de Fora, MG, jul. 2003(b).

DIAS, J. B **.A dimensão dos sistemas naturais na (re) produção dos sistemas agrícolas da agricultura familiar: análise da paisagem de três comunidades rurais na região**

metropolitana de Curitiba (em São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul). Tese de doutorado apresentada no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 357p. março. 2006

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE) **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas: UNICAMP, 1998. v. II.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas de mudança: a necessidade de uma abordagem holística. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 1, p. 81-105, 1994.

RICKLEFS, R. **A Economia da Natureza**. Editora Koogan. 5ª Edição Rio de Janeiro, RJ.2003 503 p

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 4. ed. Campinas: Contexto. 1997.

SACHS, I. Ecodesarrollo. concepto, aplicación, implicaciones. In: **Comercio Exterior**, v. 30, n. 7. 1980.

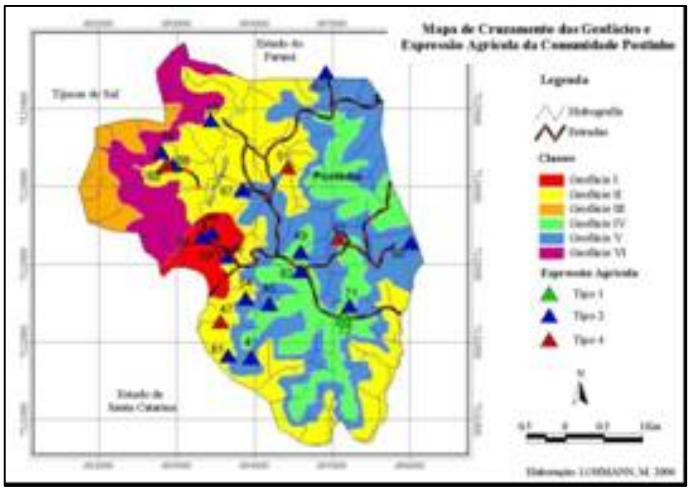
SAUTTER, G.; PELISSIER, P. Pour un atlas des terroir africains: structure-type d'une étude de terroir. In: **L'Homme.** Paris , IV, 1 , p. 56-72,1964.

WANDERLEY, M. N. B. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 4, 1999, Porto Alegre. Conferência... Porto Alegre, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anual da ANPOCS**, 20, 1996, Caxambu (MG). Conferência. Caxambu 1996.

Anexos: Mapas de Cruzamento Geofácies e expressão agrícola de Postinho (1)

Mapa de localização da área de estudo



REDE DE ESTUDOS

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES
E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO
06 a 09 de julho de 2010.

GT7

CULTURA E COMUNICAÇÃO NO MUNDO RURAL

COORDENADORES

MARCELO ERNANDEZ MACEDO (UERJ)

ROSEMEIRE APARECIDA SCOPINHO (UFSCAR)

2002

A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA FOLKCOMUNICAÇÃO

Irenilda de Souza Lima

(irenilima@hotmail.com)

Professora do Programa em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Eliana Maria de Queiroz Ramos

(eliana_queiroz144@hotmail.com)

Mestranda do Posmex

GT7: Cultura e comunicação no mundo rural

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi relacionar o modelo de desenvolvimento Rural e sustentável com um modelo comunicacional. Realçamos o conceito e a validade da teoria da Folkcomunicação exemplificando com algumas experiências de formação de educadores e de extensionistas para uma prática agroecológica, baseadas na valorização da cultura local para a promoção do desenvolvimento rural. Nestes exemplos, utilizamos como bases empíricas: o uso didático das bases teóricas da folkcomunicação e em duas publicações analisadas oriundas da área de extensão rural, no caso a Cartilha Agrofloresta e o Jornal Dois Dedos de Prosa utilizadas pela ONG Centro Sabiá para agricultores em Pernambuco. Consideramos a linguagem folkmidiática como inspiradora para adoção de metodologias participativas que considerem a cultura local enquanto linguagem de resistência dos segmentos predominantemente marginalizados.Tais perspectivas pressupõem que a relação da comunicação com o desenvolvimento rural sustentável não pode ser pensada fora da abordagem política, histórica, social e cultural.

INTRODUÇÃO

No âmbito da agricultura familiar tradicional, a dimensão cultural permeia e emerge em todos os aspectos deste segmento que, mesmo reconhecido como setor produtivo e não oposto ao

âmbito do urbano, tem uma forte marca diferencial. Na afirmação de sua identidade rural, as lutas encetadas pelos inúmeros movimentos sociais que existiram no passado - como no caso de Pernambuco, as Ligas Camponesas -, não se distanciaram de seus aspectos culturais peculiares, ou seja, o mundo rural. Reconhecidos no passado, estes movimentos atualizam suas pautas em prol de conquista sociais ao longo da história do Brasil. Nesta trajetória, as necessidades e conquistas dos itens demandados historicamente passaram de uma forma predominantemente reivindicatória para, contemporaneamente, o caráter propositivo (GOHN, 2003).

Consideramos importante o estudo da cultura campesina como portadora de uma linguagem pertinente que poderá ser utilizada na mediação como apoio aos processos de desenvolvimento. Por isso, nosso olhar investigativo direciona-se para as manifestações populares situadas no contexto rural, pois como diz Ferreira Gullar (1980) "cultura popular é consciência revolucionária, um tipo de ação sobre a realidade social". Acrescentaríamos que a vivência da cultura popular folkmidiática pode ser entendida como ferramenta estratégica da comunicação pelo diálogo na formação do capital social (LIMA *et all*, 2009). Estes aspectos de união na força do coletivo promovem a legítima participação que, por sua vez, deverá ser considerada nas ações de apoio aos agricultores familiares e ao desenvolvimento rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

De uma forma geral, as reflexões sobre o momento da agricultura brasileira remetem-nos a fazer ligações com um conjunto mais amplo de transformações ocorridas desde os primeiros momentos da colonização do Brasil, marcado pela forte invasão cultural e, em seguida, pelo processo de industrialização ocorrido em sociedades de bases agrárias, transformações estas acompanhadas por uma atenção maior ao que se refere ao desenvolvimento.

A relação do desenvolvimento com os respectivos modelos de comunicação remete-nos a Barreto (2001) para quem a comunicação permeia todas as áreas da sociedade e não pode ser ignorada, pois que também permeia quase todas as áreas de conhecimento. Assim, já está bem consolidada a relação de dois domínios teóricos interdisciplinares como a área de comunicação e os estudos sobre desenvolvimento. Podemos aqui pensar, sobretudo, no conceito de desenvolvimento e o modelo de comunicação sempre subjacente, coerente. Neste sentido, o desenvolvimento rural também tem associado a este um paradigma de comunicação, peculiarizando a cultura campesina. Neste sentido, encontramos em Lima e Roux (2009)

referências sobre as estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil.

O objetivo deste artigo é relacionar o modelo de desenvolvimento local e sustentável com um modelo comunicacional necessário para implementação de ações de apoio ao desenvolvimento e que considere a cultura local campesina. Pretendemos também realçar o conceito e a validade da teoria da Folkcomunicação para as ações voltadas a uma abordagem educativa e agroecológica. E ainda relacionar algumas experiências na prática da extensão rural, enquanto abordagem educativa e agroecológica, baseadas na valorização da cultura local para a promoção do desenvolvimento rural brasileiro. Nestes exemplos, citamos o uso didático das bases teóricas da folkcomunicação e em duas publicações na área pertinente à extensão rural, no caso a *Cartilha Agrofloresta* e o Jornal *Dois Dedos de Prosa.*

Desenvolvimento:

De que forma o conceito e as concepções sobre desenvolvimento foram construídos ao longo da história da sociedade capitalista? Podemos afirmar que o conceito de desenvolvimento foi originado a partir da lógica de dominação dos países mais desenvolvidos. Então, compreende-se que estas mesmas nações determinem o modelo padrão vigente daquilo que deva ser desejado como ideal de progresso e desenvolvimento. Os critérios de desenvolvimento passam por enquadramentos que hierarquizam "países em desenvolvimento" e "países subdesenvolvidos." Os países que estão fora do círculo de afluência têm como destino a tarefa de alcançar os "países desenvolvidos" numa corrida desenvolvimentista que nunca termina e em que as regras do jogo são sempre modificadas para atender aos interesses dos que estão na frente. Este jogo global é reproduzido também no contexto local. Isso percebemos na relação urbano *versus* rural, economia de massa *versus* economia de subsistência, cidade *versus* interior, industrializado *versus* não-industrializado etc. 'O primeiro sempre se afirmando como superior ao segundo." (CAVALCANTI, 2002, p. 3)

Ilustrando esta forma de construção do que seja desenvolvimento, podemos prestar a atenção na citação seguinte que trata dos índices de desenvolvimento humano já tão consagrado para determinar o destino de ações públicas:

> O IDH mede o lado vazio do copo, mede as carências. Não interessa olhar a carência. Isso já foi medido, estudado, analisado. Está cheio de coisa olhando para o lado vazio, o lado obscuro. Eu quero mexer com o lado cheio do copo. Eu quero entender o IPDH: o Índice de Potencial de Desenvolvimento Humano, que é a capacidade que as pessoas têm de acolhimento, de

> convivência, de aprendizagem e de oportunidade. A gente tem que ter a capacidade de só olhar pelo lado luminoso, para ver o brilho das pessoas. Se você junta um monte de pontos luminosos, você faz um feixe de luz, um holofote, sai energia, sai calor, sai transformação (GLOBO RURAL, 2010) "[1]

Concordamos com o que disseram Wolfe (1976) e Furtado (1996) que, para se desenvolverem, os contextos populares e também os agricultores familiares brasileiros dependem inicialmente de recursos externos e de políticas públicas, principalmente. Desta forma, identificamos a importância dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Brasil contemporâneo. A nova proposta está completamente atrelada à política agrária do governo, e não podia ser diferente. Por sua vez, a política está associada a várias outras políticas, trazendo a idéia de complexidade das inter-relações entre estes vários segmentos na perspectiva do desenvolvimento do país.

Se o tipo de desenvolvimento capitalista não nos é propício, porque valoriza prioritariamente o fator econômico, outro paradigma de desenvolvimento está sendo gestado em muitas práticas exitosas no Brasil. Nesta linha, o conceito de desenvolvimento local tem sido considerado como alternativa ao mito do modelo de desenvolvimento capitalista em vigor.

> [...] um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais. (DE JESUS, 2003, p.72).

Nesta conceituação, as indicações de esforço local, concertação, articulação indicam-se como expressões sinalizadoras da imprescindibilidade da participação neste tipo de desenvolvimento e o valor do que é endógeno como a revelar a importância da cultura local.

Já sobre desenvolvimento sustentável, Milanez (2003) ressalta que tal desenvolvimento tem como principal objetivo satisfazer às necessidades e às aspirações humanas e que elas são determinadas social e culturalmente. A abordagem cultural é bem valorizada neste modo sustentável de desenvolvimento que, por sua vez, tem uma característica holística, sistemática e interdisciplinar. Estas modalidades de desenvolvimento local e sustentável tendo como destino o

[1] Tião Rocha, educador no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres deste nosso país numa reportagem do GLOBO RURAL do dia 28.02.2010.

campesinato trazem consigo a exigência de uma proposta comunicacional com ênfase na cultura local folkmidiática, podendo ser entendida como ferramenta estratégica da comunicação pelo diálogo na formação do capital social. Este tema já foi tratado sob a ótica das relações entre a cultura popular, desenvolvimento local, prática da extensão rural e folkcomunicação (LIMA et al, 2009).

Nos exemplos evidenciados, observamos que as metodologias utilizadas na extensão rural valorizam o diálogo de saberes e a cultura local na construção do capital humano e o capital social como condição indispensável para alcançar as melhores condições de vida para os que habitam no campo. De acordo com Hohlfeldt (2008), atualmente a folkcomunicação passa a ser entendida como

> O estudo dos procedimentos comunicacionais pelos quais as manifestações da cultura popular ou do folclore se expandem, se sociabilizam, convivem com outras cadeias comunicacionais, sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos (HOHFELDT, 2008, p.82).

Para Hohfeldt (2002), a folkcomunicação, portanto, é um campo complexo e interdisciplinar que perpassa vários modelos de desenvolvimento, como o modelo difusionista e a existência dos líderes de opinião; passando pelos estudos culturais britânicos e a vertente que estuda hegemonia e intelectuais orgânicos, de Gramsci, mediante valorização de elementos da cultura popular ou iletrada*;* aos estudos da chamada escola latino-americana de comunicação, com Nestor Garcia Canclini, Jesús Martin-Barbero e José Marques de Melo, que enfocam os hibridismos e miscigenações culturais, o convívio de múltiplos e variados níveis de manifestações e práticas culturais.

A Teoria da Folkcomunicação surgiu como comunicação dos marginalizados. Isto porque

> em função da estrutura social discriminatória mantida em nações como a nossa, a massa camponesa, as populações marginalizadas urbanas e até mesmo extensas áreas proletárias ou de subempregados se comunicam através de um vocabulário escasso e organizado em significados funcionais próprios dentro dos grupos (BELTRÃO, 2007, p.43).

Segundo Beltrão (2007), o fenômeno da marginalidade se caracterizou após a Revolução burguesa e sua ideologia, agravando-se na Revolução industrial. Seguindo este pensamento, temos três tipos de grupos marginalizados que compõem a audiência folk: os grupos rurais

marginalizados, os grupos urbanos marginalizados e os grupos culturalmente marginalizados (o messiânico; o político-ativista e o erótico-pornográfico).

Os estudos sobre folkcomunicação representam bem esta tentativa de diálogo entre a área de educação e a cultura popular. A atualidade das pesquisas do pioneiro Beltrão tem despertado o interesse de diversos grupos, não só no Brasil, mas também na América Latina e em países europeus.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), alguns professores pesquisam e ensinam sobre os temas de folkcomunicação, mediados por aspectos relacionados com desenvolvimento local, extensão rural, desenvolvimento sustentável e comunicação científica. Entre outros são os seguintes nomes: Roberto Benjamin, Betânia Maciel e Irenilda Lima.

Alguns trabalhos têm servido para divulgar os resultados de pesquisas que apontam a necessidade de associação da comunicação folkmidiática às metodologias participativas adotadas tanto por agências governamentais, organizações não-governamentais (ONGs) e por instituições de ensino. Alguns estudos estão aqui exemplificados: como é o caso do estudo sobre os *festejos juninos como recurso didático* (LIMA e SILVA, 2000; LIMA, 2009; LIMA JÚNIOR, 2006).

A Teoria da Folkcomunicação pode ser utilizada como ferramenta pedagógica na formação de educadores do campo que poderão no futuro ser extensionistas rurais, como também os educadores do campo que atuarem na modalidade de ensino técnico agrícola ou em instituições de educação popular ou de fomento ao desenvolvimento local. Exemplo desta modalidade pode ser atestado quando as autoras e autor deste trabalho utilizaram-se da Teoria Folkmidiática na disciplina didática do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE no ano letivo de 2009. No resultado da aplicação da teoria para a comunicação de um diálogo entre agricultores e técnicos, a dramatização foi registrada em forma de vídeo com o uso da linguagem folkmidiática. Com excelente nível de compreensão e de comunicabilidade da idéia. A proposta foi traduzir aos licenciandos a possibilidade de diálogo de saberes. Também a valorização de uma linguagem de resistência local associada à cultura que os agricultores e agricultoras utilizam para se defenderem dos assédios dos saberes externos com apelos comerciais.

Neste trabalho, outra base empírica foi utilizada ao avaliamos o uso das bases folkmidíaticas nas estratégias de comunicação por uma ONG mediante a análise de conteúdo da

Cartilha *Agricultura Agroflorestal,* criada em 2000, e do jornal *Dois Dedos de Prosa*, criado em 1989, que são veículos de comunicação adotados com bastante êxito nas estratégias de comunicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, de Pernambuco.

Segundo a própria ONG, a primeira edição desta cartilha teve uma tiragem de 15 mil exemplares e foi utilizada em um amplo processo de capacitação de professores e professoras de escolas rurais de Pernambuco. É um instrumento pedagógico bastante procurado e utilizado em cursos de agricultora agroecológica (SABIÁ, 2010).

Devido à grande procura por esta publicação, o Centro Sabiá fez a sua reedição ampliada e atualizada. A sua reedição contou com a colaboração de um grupo de agricultores e agricultoras agroflorestais que, em duas oficinas para atualização da cartilha, discutiram as mudanças necessárias a partir dos novos saberes adquiridos ao longo dos anos de práticas agroflorestais. A publicação contém uma análise do panorama da agricultura familiar no Nordeste e situa a agrofloresta como promotora de um modo de vida sustentável, trazendo para o leitor os principais conceitos e maneiras de implantação deste sistema, que vem melhorando a vida de diversos grupos familiares no interior do país.

O outro instrumento nas estratégias de comunicação é o *Dois Dedos de Prosa,* que é o jornal institucional do Centro Sabiá. Sua história começa antes mesmo da existência do Centro Sabiá, em 1989, quando ainda era o Projeto de Tecnologia Alternativa (PTA), do Centro Josué de Castro. Direcionado para o contexto da assistência técnica e extensão rural, este jornal é publicado trimestralmente e traz, no seu conteúdo, informações sobre as práticas das famílias agricultoras assessoradas pelo Centro Sabiá.

Em versão impressa, agora também disponível *online*, o *Dois Dedos de Prosa* traz notícias, entrevistas e reportagens elaboradas a partir do cotidiano do meio rural. Ele tem o papel de divulgar o trabalho realizado pelo Centro Sabiá com multiplicação dos sistemas agroflorestais e de organizações parceiras. Analisamos o número 50 – Recife/dezembro de 2009. Esta ONG utiliza-se de recursos midiáticos com linguagem, socialização de saberes locais, participação ativa dos agricultores e agricultores muito próxima da teoria da folkcomunicação.

No contexto contemporâneo podemos pensar como referem Lima e Roux (2009), que a partir das novas tecnologias da comunicação e da informação são modificados, dentro da comunicação, os conceitos de emissor, receptor, canal, mensagem. As próprias mensagens são como agentes, atuando nos sistemas interativos e virtuais, como produtoras de outras mensagens

e sentidos. E nas estratégias de comunicação observa-se ainda o acolhimento de um grande e complexo aparato de objetividades, subjetividades, metacomunicação, ou seja, a transmissão das condições desta comunicação.

Portanto, neste trabalho fizemos a associação das estratégias de comunicação ao modelo de desenvolvimento local e sustentável, tendo como marco de referência a cultura popular campesina na perspectiva da folkcomunicação. Consideramos a linguagem folkmidiática como inspiradora para adoção de metodologias participativas que considerem a linguagem da cultura local como foco de resistências dos segmentos predominantemente marginalizados, como é o caso do público atendido como agricultores familiares, que corresponde às unidades produtivas de agricultores tradicionais, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, extrativistas, povos da floresta, públicos resultantes de programas de reforma agrária e outros.Tais perspectivas pressupõem que a relação da comunicação com o desenvolvimento rural não pode ser pensada fora da abordagem política, histórica, social e cultural.

Neste texto a intenção foi reforçar e realçar o conceito e a validade da teoria da Folkcomunicação para as ações que visem a uma abordagem educativa e agroecológica em apoio ao desenvolvimento rural brasileiro e à questão agrária, tendo como base a agricultura sustentável. Tanto na possibilidade de formação de técnicos para atuarem neste setor, na formação de educadores para o campo bem como nas atividades de apoio direto ao público, no caso na associação da teoria da folkcomunicação à prática extensionista em programas de assessoria técnica ou assistência técnica e extensão rural pública no Brasil.

Referências:

BARRETO, Emilia. **La Communication et ses Raport avec le Developpemment Local: le cas du payss de Loches et de La Tourraine de Sud.** Mémoire de Recherche pour le DEA d ´Amenagement. Université François Rabelais. France. 2001.

BELTRÃO, L. A comunicação dos Marginalizados. In: **Folkcomunicação: a mídia dos excluídos.** INTERCOM. Cadernos de Comunicação. Estudos. V. 17. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: A secretaria, 2007. Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação 2006 na categoria grupo inovador.

CAVALCANTI, Joabe G. **Desenvolvimentismo: uma crítica ao conceito de desenvolvimento**. 8º Seminário de Administração e Comunicação. Curso de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2002. [Paper]

DE JESUS, Paulo. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. David. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. P. 72-75.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

GLOBO RURAL. Educação na zona rural utiliza sabedoria da roça. Reportagem exibida em 28.02.2010. Disponível em: <http://globoruraltv.globo.com/TVGlobo/Jornalismo/Telejornais/globorural/CDA/tvg_cmp_globorural_noticia_imprimir/0,28073,339751,00.html>, acessado em 19.03.2010.

GHON, Mª da Glória (org**). Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FERREIRA GULLAR. A cultura posta em questão. In: Arte em revista, n°2, São Paulo. Ed. Kairós. 1980.

HOHFELDT, Antônio. **Novas tendências nas pesquisas da folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais**. Comunicação apresentada no Núcleo de Pesquisas sobre Folkcomunicação no âmbito da XXV INTERCOM, Salvador, set. 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1. htm> Acesso em: 08 fev. 2009

_____.Contribuição de Luiz Beltrão aos Estudos acadêmicos de Comunicação social. In: MARQUES DE MELO, José.TRIGUEIRO. O.M. **Luiz Beltrão: pioneiro das ciências da comunicação no Brasil**. Paraíba: UFPB, 2007/INTERCOM 2008.

LIMA, Irenilda S; SILVA, Ana Paula G. **Os festejos Juninos como recurso didático**. Trabalho apresentado na III Conferência Brasileira de Folkcomunicação, realizada de 26 a 29 de junho de 2000. João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba.

_____; SILVA, Filipe Lima; RAMOS, Eliana Maria de Queiroz;SILVA, José Ribeiro da. **Folkcomunicação e Desenvolvimento Local: a importância da cultura popular para a Formação do capital social entre agricultores familiares no Nordeste do Brasil**. Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Folkcomunicação. Folkcom, de 11 a 13 de novembro de 2009 em Taubaté, São Paulo, na Universidade de Taubaté –UNITAU

_____; ROUX, Bernard. As Estratégias de Comunicação nas políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, Gustavo (comp.) **Comunicacíon, tecnología y desarollo: tayectorias/Comunicação, tecnologia e desenvolvimento: Trajetórias.** 1ª. Ed. Rio Cuarto, Universidad Nacional do Rio Cuarto, 2008

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. David. (org). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. p. 205-211. ISBN 85-88687-04-6

MORIN. Edgar. **Teoria da Complexidade**. Publicações Europa-America. 1996.

SABIÁ.Centro de Desenvolvimento Agroecológico. Disponível em: <http://www.centrosabia.org.br/ >. Acessado em 29.03.2010.

SOUSA, Joseilton Evangelista de; FERNANDES, Adeildo. **Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta**. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Cartilha 2000 (1ª edição), 2007 (2ª edição).

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-socia**l. São Paulo: Paz e Terra. 1976.

CLASSE, CULTURA E IDENTIDADE EM COLÔNIAS RURAIS NO SUL DO BRASIL: análise de expressões de manifestações populares através da mídia impressa local.

Patrick Machado Kovalscki

(trickmk@gmail.com)

Mestrando em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas

GT 07 - Cultura e comunicação no mundo rural

1.0 - Apresentação

O presente trabalho propõe analisar os meios de comunicação escrita como campo de produção e circulação de representações sociais socialmente demarcadas, bem como, o processo de identificação de populações rurais no sul do Brasil frente a multiplicidade de atributos culturais (etnia, classe, língua, credo confessional, condição geográfica) mobilizados e mobilizadores destes agentes.

Esta análise utilizará os conceitos e proposições dos cientistas sociais Bourdieu, Cuchê e Castells para situar as principais questões deste processo, além de um estudo de caso de Seyferth[1] sobre a reelaboração e segmentação da identidade étnica e, como dado empírico, publicações da mídia impressa local na última década (1998-2008).

A partir da comparação de eventos mobilizadores da sociedade local, esta análise tem como hipótese central que a principal fonte de identificação das populações rurais em São Lourenço do Sul expressa na mídia impressa local é a atividade laboral e sua identificação como colono ou agricultor e não a identidade étnica.

A identificação como colono ou agricultor familiar será também problematizada, uma vez que esta diferenciação não é gratuita.

Por fim, se buscará generalizar estas observações para outras etnias existentes no universo rural da região sul.

2.0 - Classe, Cultura e Identidade

Para que se possa compreender os objetivos deste estudo se apresentará e se discutirá os principais conceitos utilizados pelos pesquisadores que orientam esta análise sobre classe, cultura e identidade.

[1] SEYFERT, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. Cadernos Ceru, série 2, n.13, 2002, p.9-36.

Uma importante definição é realizada por Cuchê ao diferenciar cultura de identidade, ao identificar a primeira com processos inconscientes e a segunda como processo consciente baseado em oposições simbólicas:

> Não se pode, pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente (CUCHÊ, 1999, p. 176)

Para Cuchê a identidade permite que um indivíduo se localize em um sistema social[2] e seja localizado socialmente, sendo ao mesmo tempo inclusão e exclusão, uma categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

Neste sentido, Cuchê opõe às concepções objetivistas (dimensão atributiva) e subjetivistas (identidade como sentimento de vinculação), uma concepção relacional e situacional identificada inicialmente na obra de Barth, mas compartilhando muitas interfaces com a obra de Bourdieu que também propõe a ruptura com a tendência substancialista em detrimento das relações, a ruptura com o economicismo e com o objetivismo:

> … que leva a ignorar as lutas sociais desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos (BOURDIEU, 2007, p.133)

Por sua vez, Cuchê entende que:

> A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas (CUCHÊ, 1999. p. 183)

Cuchê propõe entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais, onde a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizarem suas trocas; no entanto, Bourdieu nos atenta para a assimetria na orientação destas trocas, em especial quanto a distância em relação aos instrumentos de apropriação, distância em relação ao núcleo dos valores culturais.

Ainda, semelhante a Bourdieu que propõe tentar nomear apenas o princípio gerador de todas as propriedades dos agentes, Cuchê propõe não fazer um inventário dos traços distintivos entre os grupos, mas localizar aqueles que são utilizados por estes para afirmar e manter uma distinção cultural.

Desta forma, reduz a ênfase na vinculação etno-cultural, uma vez que esta identificação é relacional e referente a trocas sociais, ou nos termos de Simon:

[2] Nos termos que Bourdieu toma de empréstimo de Goffman, um "sense of one's place" ou um sentido de lugar em português (BOURDIEU, 2007, p.141).

> A identificação pode funcionar como afirmação ou como imposição de identidade. A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma "auto-afirmação" definida por si mesmo e uma "hetero-identidade" ou uma "exo-identidade" definida pelos outros (SIMON, 1979, p. 24, apud CUCHÊ, 1999. pp. 183-184)

No caso da hetero-identidade, segundo Cuchê, em situação de dominação, produz estigmatização da identidade dominada, ao qual os indivíduos agredidos por este estigma procurarão eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores da diferença negativa.

Outro elemento interessante na abordagem de Cuchê que o aproxima também de Bourdieu é o de identificar na identidade o que está em jogo nas lutas sociais, onde nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação, e este poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Nesta discussão, Cuchê (1999, p.186) cita Bourdieu e a noção de autoridade simbólica legítima que traz importantes indicações para entender a orientação das nomeações identitárias.

Bourdieu reafirma a existência de um espaço objetivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias, onde a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: objetiva (as propriedades na forma de capitais dos agentes e dos campos) e subjetiva (os esquemas de percepção e apreciação, produtos de lutas simbólicas anteriores).

Desta forma, Bourdieu afirma haver uma correspondência entre o espaço das posições sociais e o espaço dos gostos e estilos de vida (práticas através dos quais os agentes se marcam e se demarcam) como conjunto unitário de preferências distintivas, onde "os grupos se investem inteiramente, com tudo o que os opõem aos outros grupos, nas palavras comuns onde se exprime sua identidade, quer dizer, sua diferença" (BOURDIEU, 1983, p.86).

Pode-se ver uma série de proximidades entre Cuchê e Bourdieu, mas suas diferenças também podem ser percebidas. Cuchê faz questão de diferenciar cultura e identidade, o inconsciente e o consciente na orientação dos agentes. Bourdieu não dá destaque a esta distinção, uma vez que, privilegia uma consciência prática que é antes aprendida na e pela prática do que racionalizada e sublimada em uma consciência reflexiva nos termos de Giddens. Para Bourdieu, importa não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas:

> … a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem nesse mundo, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 2007, p.139)

À noção de consciência de classe, Bourdieu opõe o inconsciente de classe:

> … mais chegado a um inconsciente de classe que a uma consciência de classe no sentido marxista, o sentido da posição ocupada no espaço social (aquilo que Goffman chama o "sense of one's place") está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura (BOURDIEU, 2007, pp.140-141)

Pode-se entender melhor o que Bourdieu diz sobre inconsciente de classe na definição que faz em Meditações Pascalinas:

> O inconsciente é a história - a história coletiva que produziu nossas categorias de pensamento, e a história individual por meio da qual elas nos foram inculcadas: por exemplo, é a história social das instituições de ensino (...) e a história (esquecida ou recalcada) de nossa relação singular com essas instituições que podem nos oferecer algumas verdadeiras revelações sobre as estruturas objetivas e subjetivas (classificações, hierarquias, problemáticas, etc.) que, a despeito de nossa vontade, sempre orientam nosso pensamento (BOURDIEU, 2001, p.19)

Seguindo-se a recomendação de Cuchê em diferenciar cultura (processo inconsciente) de identidade (processo consciente baseado em oposições simbólicas), podería-se afirmar que Bourdieu não trata de identidade de classe em seus estudos, mas sim de cultura de classe, mas sua ênfase na distinção, nas lutas pela imposição de significados, nas estratégias de valorização e conversão de capitais pelos agentes, assim como o sense of one's place que solicita um sense of other's place (BOURDIEU, 1990, p.158) nos faz repensar até que ponto ao falar em cultura de classes, Bourdieu não está a falar também de identidade de classe. Apenas por atribuir três quartos de nossas ações a lógica prática é que Bourdieu não opera esta distinção tão cara a Cuchê, e este por não aprofundar o que entende por processos conscientes, a que nível de consciência se refere, talvez acabe por dificultar a apreensão desta divisão.

O quarto final de nossas ações, que Bourdieu não atribui a lógica prática, atribui a uma consciência reflexiva que opera em situações de crise e em posições intermediárias do espaço social (BOURDIEU, 1991, p.161).

Estas situações de crise é que servem como palco das reflexões de Castells, para o qual saímos de uma sociedade pós-tradicional, nos termos de Giddens, para uma sociedade em rede, a qual ele associa sua análise sobre identidades (CASTELLS, 2001).

Partindo de um paradigma construtivista, tendo como modelo teórico de análise a agência e como objeto de estudo o ator social, Castells entende que:

> … no que diz respeito aos atores sociais, entendo por identidade o processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fomas de significado (CASTELLS, 2001, p.3)

Diferente de Cuchê que privilegia a distinção entre cultura e identidade, Castells busca

diferenciar identidade (organizadora dos significados) de papel (organizador das funções), onde:

> ... esses papéis (por exemplo, ser trabalhadora, mãe, vizinha, militante socialista, jogadora de basquete, frequentadora de uma determinada igreja e fumadora, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no acto de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização (CASTELLS, 2001, p.3)

Assim, para Castells a identidade é construída, reorganizada em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na visão de tempo/espaço.

Trabalhando sobre esta base, Castells tem como hipótese central que as questões de "quem e para quê se constrói a identidade coletiva são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, e do seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem".

Castells não descuida do aspecto relacional da identidade, entende que "a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder".

Desta forma distingue três formas e origens de construção de identidade:

> Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais;
> Identidade de resistência: criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;
> Identidade de projeto: quando os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constróem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2001, pp.4-5)

Estes proposições teóricas serão melhor desenvolvidas a partir da contextualização dos estudos de caso no próximo tópico.

3.0 - A construção identitária em regiões rurais no sul do Brasil

A forma como estes conceitos ajudam a entender a construção identitária em populações rurais no Sul do Brasil, através da comparação entre o estudo de caso de Seyferth[3] e dados documentais em São Lourenço do Sul[4] é o tema deste tópico neste estudo.

[3] SEYFERT, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. Cadernos Ceru, série 2, n.13, 2002, p.9-36.

[4] Manifestações de cumprimentos de empresas e autoridades publicadas no jornal "O Lourenciano" na última década (1998-2008) sobre duas importantes festas locais em São Lourenço do Sul: A festa do Colono, alusão a atividade laboral da mais expressiva atividade profissional de São Lourenço do Sul e a Südoktoberfest,

São Lourenço do Sul surgiu a partir de um projeto de colonização particular em 1858 para o estabelecimento de colonos alemães na região através de uma parceria entre o empresário e aventureiro prussiano Jacob Rheingantz e o Coronel José Antonio de Oliveira Guimarães proprietário destas terras. As primeiras levas de imigrantes eram formadas por alemães de diversas regiões da futura Alemanha, sendo que a maior parte veio da extinta Pomerânia e parcelas menores de outros povos teuto-germânicos (COARACY, 1957).

Ainda hoje São Lourenço do Sul possui forte expressão rural, é o terceiro maior município do Rio Grande do Sul em número de estabelecimentos rurais, com quase 50% de sua população de 42.339 habitantes vivendo no meio rural. Apesar da existência de outras atividades, no meio rural predominam a agricultura e pecuária responsáveis por R$ 105.071.000,00 do PIB total do município que é de R$ 361.016.000,00 (fonte IBGE).

Para este trabalho foram selecionadas dois importantes eventos no município que procuram celebrar aspectos da identidade lourenciana relacionados a suas origens europeias, um urbano e um rural.

A Festa do Colono e do Motorista, mais comumente chamada apenas de Festa do Colono, é organizada pela Comunidade Evangélica de Picada Moinhos e ocorre na Coxilha do Barão – 6º Distrito de São Lourenço do Sul no final do mês de julho, próximo ao dia do Colono e do Motorista, 25 de julho.

A Südoktoberfest ocorre no mês de outubro, realizada no ginásio municipal, organizada pelo Grupo de Danças Folclóricas alemãs Sonnnenschein que no *site* da festa faz sua própria leitura desta expressão:

> No final da década de 80, mais precisamente no ano de 1988, jovens integrantes do Grupo de Danças Folclóricas alemãs Sonnnenschein chegaram à conclusão de que a dança era apenas uma das formas de resgatar os costumes e a cultura alemã no município de São Lourenço do Sul e arredores, mas que só isso não bastava, e foi a partir daí que surgiu a Oktoberfest do Sul do Estado, que recebeu o batismo de Südoktoberfest.
> Tendo como metas e objetivos principais a promoção, preservação e divulgação da tradição e do folclore alemão, a Südoktoberfest figura-se a cada ano como um local de encontro e confraternização entre famílias de descendentes de imigrantes e pessoas das mais diversas faixas etárias, moradores do interior e da cidade, além das diversas etnias que compõe a população do nosso Estado.
> Hoje a Südoktoberfest é o principal evento germânico do município, uma das formas mais importantes de manter viva a cultura trazida pelos imigrantes alemães, tudo isso revestido de muita alegria e regado a muito chope (In. http://sudoktoberfest.com.br).

Analisando as manifestações de cumprimentos de empresas e autoridades sobre estas duas importantes festas locais em São Lourenço do Sul publicadas no jornal "O Lourenciano"

festa criada para homenagear as origens étnicas da maior parte da população local, oriundos da Alemanha e da extinta Pomerânia.

na última década (1998-2008) percebe-se uma desproporcional superioridade das manifestações relacionadas a atividade laboral em detrimento da identidade unicamente étnica dos imigrantes germânicos[5].

Em seu estudo sobre a reelaboração e segmentação da identidade étnica realizado sobre descendentes de imigrantes alemães no sul do Brasil, Seyferth levanta importantes questões referentes a diferenciação social destes "imigrantes" para além de uma suposta homogeneidade que a mesma origem étnica poderia lhes proporcionar. Neste estudo, Seyferth destaca a importância da diferenciação de classes, a oposição entre camponeses (denominados em seu estudo de colonos) e operários especializados (denominados pelos imigrantes mais antigos de Neudeustscher, alemães novos) e os esforços destes últimos em impor distinção através da língua (na distinção plattdeutsch, baixo alemão ou alemão vulgar e hochdeutsch, alto alemão ou alemão culto) e de outros atributos exteriores.

Seyferth chama a atenção para a identidade de colono, geradora de uma identidade comum com base em um passado germânico e numa história da colonização, glorificando o trabalho árduo de desbravadores e pioneiros, a experiência compartilhada historicamente permitiu a formação de uma identidade comum, não obstante as eventuais diferenças regionais, diferentemente dos Neudeustscher, alemães novos atraídos pela crescente industrialização do Vale do Itajaí onde a importância atribuída ao idioma na qualificação da pertinência étnica é inegável, a origem presuntiva e a língua materna são marcas de distintividade usadas no curso das relações sociais, bem como a ideologia de pertencimento de natureza primordialista.

Destaca ainda as classificações pejorativas e as ambiguidades que cercam os usos sociais de classificações étnicas e raciais, como o uso do dialeto e a cultura camponesa como definidoras da identidade, com maior destaque para esta última, estigmatizada como símbolo do atraso, onde em alguns lugares o pomerano é identificado como roceiro, homem rural dado a pouca racionalização da agricultura.

Ainda que conclua com a centralidade da etnicidade primordial pela região de origem, Seyferth reconhece que a aparente univocidade do fato étnico não impediu a segmentação da identidade, produzida pela interação em sistemas culturais diversificados, em especial quanto a diferenciação de classe.

[5] No total são 635 manifestações de cumprimentos que tem a atividade laboral como identidade principal contra somente 62 que tem a identidade étnica como única referência na última década1; sendo que a Festa do Colono teve um menor número de anúncios em 2001 igual a 44 anúncios e um maior número em 2008 com 88 anúncios, sendo a mediana na casa dos 60; enquanto a Südoktoberfest, teve o menor número de anúncios em 2000, onde não houveram anúncios apenas matéria jornalística e maior em 2008 com 11 anúncios, estando a mediana em 6 anúncios.

4.0 - Conclusões

A profundidade e a natureza dos dados levantados nesta pesquisa só permitem afirmar uma coisa, que o reconhecimento da identidade de colono é muito maior que em relação à identidade étnica alemã.

A explicação para este fenômeno pode ser entendida a partir das proposições teóricas dos cientistas sociais utilizados para embasar esta análise.

Primeiramente é importante destacar que a identidade não é um atributo neutro, despido de sentido de poder ou força. Tanto Cuchê como Bourdieu veem na identidade ou na identificação o que está em jogo nas lutas sociais, onde "os grupos se investem inteiramente, com tudo o que os opõem aos outros grupos, nas palavras comuns onde se exprime sua identidade, quer dizer, sua diferença".

Em segundo lugar, os dois autores destacam a importância do contexto social e a posição dos agentes numa situação relacional, onde a identidade é entendida como uma concessão, uma negociação, sem descuidar a assimetria existente nesta relação, em especial quanto a distância em relação aos instrumentos de apropriação, distância em relação ao núcleo dos valores culturais e a autoridade simbólica legítima, onde nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação, e este poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos.

Estas proposições podem ser percebidas nas manifestações de cumprimentos expressas pela sociedade local através de um veículo socialmente demarcado como o da mídia impressa em oposição a mídia radiofônica, mais característico de classes populares. Aqui, evidencia-se a assimetria de poder em relação a apropriação deste espaço, as distâncias em relação ao núcleo dos valores culturais que demarcam quem escreve, qual sua legitimidade simbólica e a quem é escrito.

Desta forma podemos perceber que identidade pode ser expressa a partir deste veículo, qual o resultado desta negociação, até onde se permite expressar uma identidade não hegemônica neste campo.

Neste ponto, é importante destacar a discussão que Cuchê realiza em relação não só a multiplicidade de identificações, normalmente aceitas, uma vez que se situam em diferentes níveis, numa forma multidimensional; mas principalmente, em relação a dupla identidade, sempre mais problemática, uma vez que se situam duas identidades num mesmo nível, como por exemplo a identidade pátria, o que denota um sentimento de infidelidade. Não se aceita facilmente que se seja alemão e brasileiro ao mesmo tempo, especialmente porque ser alemão num período onde a Alemanha é um dos mais fortes países do mundo, traz recursos sociais e

culturais que podem ser convertidos em outras formas de capitais, desequilibrando a disputa identitária.

Já a identidade de colono, assim como percebe Seyferth, é mais apropriada as ambiguidades e classificações pejorativas que cercam os usos sociais de classificações étnicas e raciais.

Esta identidade é reconhecida pelas populações rurais de São Lourenço do Sul e região, tanto que comemoram seu dia, 25 de julho, realizam suas festas, escolhem suas rainhas. É ao mesmo tempo reconhecida e estimulada pela população urbana através de suas manifestações na mídia impressa local. No entanto, parte da população de origem étnica germânica, sobretudo urbana, devido a maior ambiguidade e maior suscetibilidade à classificações pejorativas da identificação como colonos (identificada por Seyferth sobretudo em relação a população descendente de pomeranos no Vale do Itajaí) sentindo-se agredidos por este estigma, procuram eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores da diferença negativa, a começar por uma total identificação com a construção identitária do Estado moderno alemão, insipiente na época da migração, em detrimento de identificações regionais como pomeranos, realizando esta conversão sobretudo cultuando a língua, distinguindo o plattdeutsch, baixo alemão ou alemão vulgar, relacionado ao pomerano, rude e relaxado, do hochdeutsch, alto alemão ou alemão culto, do alemão cosmopolita, organizado, caprichoso.

Contudo, e por causa disto, as manifestações de reconhecimento desta identidade étnica apenas alemã são expressivamente inferiores por parte da sociedade que se manifesta através da mídia impressa local. No entanto, porque não há organização dos grupos de origem étnica em torno desta identidade, reforçando sua expressão e reconhecimento? A explicação para esta falta de organização em torno de uma identidade unicamente étnica pode ser entendida através do que Bourdieu expressa quando afirma que "os reagrupamentos na estrutura do espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradoiros e que as outras formas de reagrupamentos estarão sempre ameaçados pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no espaço social". Ou seja, as organizações de classe, camponeses x classes médias urbanas, tem muito mais chance de expressarem uma identidade comum do que a unificação destes orientados para uma mesma identidade unicamente étnica. Semelhante a análise que Castells faz em relação as cisões de classe nos afro-americanos a partir dos anos 60 nos Estados Unidos.

Ainda assim, mesmo no meio rural, a identidade de colono começa a ser questionada, ao que parece, não pelos próprios habitantes do meio rural, antes por mediadores sociais que começam a inserir a identificação de agricultor familiar ou camponês em detrimento de

colono.

A primeira identificação, a de agricultor familiar, é estimulada pelo governo federal, em especial a partir de seu principal mecanismo de crédito para pequenos produtores rurais, o Pronaf. Para se ter acesso ao Pronaf é necessário uma modernização das técnicas de cultivo, uso de agroquímicos, equipamentos e mecanização.

A substituição da identidade de colono por agricultor familiar vai neste sentido de modernização e profissionalização do homem do campo. Neste sentido trata-se de uma identidade legitimadora (introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais).

Nos termos de Castells, identidade é construída, reorganizada em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na visão de tempo/espaço. Desde a revolução verde, este projeto de modernização conservadora no campo estimula a mudança do colono, sertanejo, caboclo, posseiro, extrativista para o agricultor familiar, racional, moderno, mecanizado.

Acredita-se, que as considerações feitas sobre o colono de origem teuto-germânica em São Lourenço do Sul, podem ser generalizadas para outras etnias da região que possuem forte atuação no meio rural como poloneses, italianos e no limite, mesmo quilombolas.

Para isto, um trabalho semelhante necessita ser realizado para cada caso particular a ser estudado.

As possibilidades são muitas e podem superar em muito os esforços realizados neste sentido através de dados que possam ultrapassar os limites da amostra utilizada neste trabalho.

5.0 - Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____ **Meditações Pascalinas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____ **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____ **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ **Sociologia (coletânea organizada por Renato Ortiz).** São Paulo: Atica, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação, v.2. O poder da identidade.** Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço e seu Fundador Jacob Rheingantz.** São Paulo: Saraiva, 1957.

CUCHÊ, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: Edusc, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **Estudos sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica.** Cadernos Ceru, série 2, n.13, 2002.

Comunicação, Religião e Cultura:
um estudo de estratégias comunicativas entre missionários e grupos católicos leigos.

Fabrício Roberto Costa Oliveira[1]

Introdução

Este texto se propõe a apresentar reflexões a respeito de estratégias comunicativas de missionários religiosos do Movimento da Boa Nova (MOBON) desenvolvidas junto a grupos de lideranças religiosas leigas no processo de promoção de educação e evangelização religiosa que contribuiu para a ação política de grupos religiosos leigos em sindicatos e na política partidária. A hipótese do texto é de que o uso de metáforas e de representações simbólicas do mundo rural foram fatores de suma relevância para a eficácia do processo relacional entre missionários e grupos católicos leigos.

O MOBON é um movimento católico que emergiu em fins da década de 1960 e tem sede no município de Dom Cavati-MG, circunscrito à Diocese de Caratinga-MG. Sua sede foi inaugurada em 1979 e continua em funcionamento atualmente, com capacidade de receber aproximadamente duzentos católicos leigos que nela se hospedam por três dias para participarem dos cursos de evangelização. Estes têm como temática "Preparação para Semana Santa", "Curso de Natal", "Religião e Política", "Campanha da Fraternidade", dentre outros.

Os temas dos cursos podem variar em função de diversos motivos como: demanda dos leigos, interesses dos missionários, pedido do bispo, etc. Enfim, há processos sociais de negociações e trocas que tanto promovem novos cursos como levam outros a não serem mais ministrados. O MOBON foi formado com o apoio de padres e do bispo da Diocese de Caratinga, e desde sua fundação tem à frente dois missionários religiosos sacramentinos: Alípio Jacinto da Costa e João da Silva Resende.

Os missionários vivem na casa de cursos por alguns períodos do ano e se dedicam a viajar por paróquias e dioceses que demandam cursos e interesses na presença dos mesmos para a evangelização, e que os missionários têm interesse em se fazerem presentes. Assim, os cursos podem ministrados, tanto na sede do Movimento como em diversas paróquias e dioceses. A maior parte do público é de pessoas de comunidades rurais de Minas Gerais. Uma das regiões de maior atuação foi a Zona da Mata mineira, onde Comerford (2003) percebeu que:

[1] Doutorando do programa de Ciências Sócias em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

> o MOBON disseminou-se na região principalmente de fins da década de sessenta em diante (sobretudo na área rural), multiplicando uma estrutura de cursos, grupos de reflexão, comunidades, plenárias, e coordenações que formou uma considerável camada de lideranças camponesas católicas. Foi sobre a base dessa estrutura e dessas lideranças que se construiu a parcela atualmente dominante hegemônica dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região (p. 141).

A formação das lideranças se dava com o intuito de que estas pudessem atuar como agentes ativos na organização comunitária e coordenação de trabalhos religiosos e sociais nas comunidades rurais. Além disso, objetivava-se que lideranças aprendessem a ministrar cursos e pudessem reproduzi-los em outras comunidades, dioceses e regiões. Algumas destas lideranças extrapolaram a esfera religiosa e atuaram de forma ativa na vida política e sindical de suas localidades.

Muitos aprimoraram a fala e a habilidade nos cursos, pois acabavam tendo que ler ou falar em algum momento. Neste sentido, o missionário Alípio afirma que:

> uma que melhorou, prático, gente usar a palavra na comunidade, expressão, fazer debates, gente do povo sempre dirigindo curso religioso, falando pros outros, isso foi desenvolvendo muito, estudar, pesquisar e sobre estudar, estudar a Bíblia, estudar os livrinhos, etc.[2]

Enfim, os cursos eram um estímulo ao estudo e aprimoramento de habilidades individuais nas relações sociais, constituindo-se num processo contínuo em que se vai aprendendo, ganhando confiança, se destacando e contanto com o aval de padres e missionários, bem como contando o respeito dos colegas leigos. Ou seja, a liderança vai se construindo nos processos relacionais (MELUCCI, 1996).

Os processos relacionais se dão entre os leigos em suas comunidades rurais, mas também com os missionários religiosos. A relação, dos leigos e missionários, se dá num contexto em que há diferenças de formação escolar e de vivências bastante acentuadas. Neste sentido, "considerar o pluralismo cultural é, sobretudo lidar com o problema das mediações ou meios de interconexão de universos distintos em que graus de correspondências são desejadas" (NEVES, 2008: 26). Os universos aqui podem ser classificados como universo clerical e comunitário, em que as configurações dos grupos e as relações de interdependências são bastante diferentes.

[2]Entrevista concedida em outubro de 2004.

As metáforas e o mundo rural: apresentando estratégias de comunicação

Na década de 1960, Alípio e João Resende atuavam em comunidades rurais a convite dos padres e lideranças religiosas leigas. Os trabalhos de evangelização se tornavam mais efetivos a partir do Concílio Vaticano II, neste foi enfatizada a missão social da Igreja Católica em que se declarou a importância dos leigos; motivou maiores responsabilidades e co-responsabilidade entre o papa e os bispos, e entre padres e leigos; desenvolveu a idéia de Igreja Católica como povo de Deus; valorizou o diálogo ecumênico e modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível (MAINWARING, 1989: 62).

No sentido de promover um trabalho de evangelização condizente com as propostas do Vaticano II, João Resende buscava modificar os termos técnicos do seminário adaptando-os à linguagem dos grupos leigos:

> o que eu tinha visto na teologia, eu fui coloquei num moinho e fui triturando num jeito mais popular e no começo eu ficava pensando, e quando as comparações acabarem, o que eu vou arrumar, porque o forte eram as comparações, mas agora a gente percebe que isso num acaba, porque uma mesma comparação você pode usar diversos ângulos é uma mina tão grande que a gente vê que não acaba e no contato com o pessoal a gente vai descobrindo coisas novas[3].

As comparações tinham o meio rural como foco principal. Para João Resende "a linguagem rural é mais simbólica, ao passo que a linguagem chamada urbana ou cibenética é muito abstrata, sem símbolo, quem vai entender de placa-mãe? Uma minoria"[4]. João disse que em fase inicial, "ía pra beira da lavoura, ajudava o pessoal panhá café e a gente pegava o ritmo, pegava o jeito"[5].

Ir à lavoura e "pegar o jeito" reflete interesse em conhecer melhor o "universo cultural rural, o que facilitaria a comunicação, por ser uma linguagem mais "simbólica". A antinômica entre a linguagem rural e urbana colocada pelo missionário aparece nas ciências sociais, Bosi (2003) afirma que vivemos num tempo vazio, morto de significação, no qual nossa possibilidade

[3] Entrevista concedida em novembro de 2009.
[4] Entrevista concedida em novembro de 2009.
[5] Entrevista concedida em novembro de 2009.

de lembrar está enfraquecendo, pois a sociedade industrial é burocrática, impessoal e vazia. "A sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas, dos bancos, dos preenchimentos dos formulários" (BOSI, 2003: 24). Jeudi (1995) também enfatiza esta idéia ao afirmar que perdemos elementos culturais autênticos em função do processo de industrialização.

Provavelmente, também no meio rural pode-se viver "tempo vazio", "horas mortas" e enfrentar burocracias e, por outro lado, construir, no meio urbano-industrial, novos elementos culturais. Mas é fato que alguns termos tipicamente rurais como colocar "num moinho" e "triturar" já remete interesse de democratizar as informações e torná-las mais palpáveis a grupos com menor acesso à escolaridade. A ida ao cafezal e a busca de "símbolos" para viabilizar a aproximação da linguagem teológica às experiências de vida e trabalho dos atores sociais do meio rural, marca uma ruptura com práticas católicas mais tradicionais em que havia um distanciamento grande entre padres e leigos.

Neste sentido, Comerford (2003) ouviu relato na Zona da Mata mineira de que os padres não falavam com o povo, diferentemente dos missionários. Neste sentido, Alípio ressalta que a marca do MOBON é "uma conversa, a gente não fazer palestra, nós nunca fomos de fazer palestra, sempre trabalho explicando e conversando com o povo e pedindo a opinião do povo"[6]. Essa idéia acaba sendo fortalecida pelo argumento de João Resende de que "no contato com o pessoal a gente vai descobrindo coisas novas", ou seja, há um processo relacional em que o missionário acaba também aprendendo novos "ângulos", possibilidades, e novos argumentos construídos pelos leigos. Há assim, um processo de troca e reprodução da linguagem e argumentação dos missionários e pessoas que *a priori* seriam receptores das mensagens, mas que acabam por construir uma relação de interlocução.

Neste sentido vale a assertiva defendida por Moscovici e Doise (1991), de que as pessoas pensam por novos canais de interpretação, percebendo o que os une. Assim, o envolvimento dos indivíduos nas decisões do grupo, leva as pessoas a incorporarem as decisões como sendo suas. Segundo esses autores, quanto mais a discussão for *pública* e *ativa*, mais ela caminhará no sentido de que os indivíduos estarão mais implicados. A forma como se organiza a *discussão* também influencia. A cerimônias e formalidades inibem a *discussão*. Limites quanto a tempo,

[6] Entrevista concedida em outubro de 2004.

assuntos, etc. também. A interferência de um chefe do grupo, mesmo apenas para colocar algum tipo de ordem, tornaria o debate mais *frio*.

Por mais que as relações dos missionários e leigos tenham um caráter de democratização e os debates ganhem circularidade, uma vez que os missionários também internalizam discursos, essas relações não se dão sem estudos e relações de poder de lado a lado. Indicativo disso é o fato de João Resende procurar elementos do meio rural para as falas nos cursos e as diferenças de habilidades na compreensão de textos entre missionários e católicos leigos.

Em entrevista, João afirmou acreditar que; "o grande desafio é o seguinte: o difícil é falar fácil e o fácil é falar difícil"[7]. Ele se refere à dificuldade de transformar textos teológicos em discussão palpável para os grupos das comunidades e apresenta preocupação em popularizar, "sem ser vulgar", ressaltando o fato de que as pessoas merecem dignidade. Isso mostra interesse de fidelidade às mensagens, buscando evitar distorções, buscando não subestimar grupos católicos leigos pouco escolarizados.

João disse já ter ouvido de muitos leigos o relato de que "a gente entende melhor porque você fala dentro de uma comparação"[8]. Na entrevista foi possível ouvir algumas metáforas do Missionário sobre a evangelização:

> O Missionário não é o que despeja. A gente usava a comparação, que a gente não podia ser caminhão basculante, que ao chegar no monte de terra, dar as costas ou de banda e a cara fica pra lá e depois que encheu tan..tan..tan e vai embora. E chega lá no buraco, ele chega de ré, entorna. A gente foi percebendo que a pedagogia de Jesus, não é a pedagogia do despejo, mas chegar de frente e tocar o coração da pessoa, quando toca o coração a cabeça abre[9].

João Resende, assim, enfatiza a necessidade da vivência conjunta e da proximidade à vida e a realidade social dos atores, "chegar de frente", "tocar o coração das pessoas", neste sentido, são argumentos relevantes. Outra analogia interessante sobre o mundo rural vem da afirmação de que o "trabalho de comunidade não é plantar lavoura de morro acima, se não vem a erosão e puxa"[10].

[7] Entrevista concedida em novembro de 2009.
[8] Entrevista concedida em novembro de 2009.
[9] Entrevista concedida por João Resende, em novembro de 2009.
[10] Entrevista concedida por João Resende, em novembro de 2009.

As metáforas e símbolos do meio rural são utilizados para explicar relações nas comunidades de grupos religiosos. “Tocar no coração”, “não despejar e ir embora” são características de uma relação que requer interação e proximidade, o que facilita o contato com os problemas cotidianos e as perspectivas culturais dos atores.

Em seu trabalho de doutorado, Ricci (2002) percebeu que a linguagem é elemento importante para a mobilização de lideranças religiosas e sociais da Zona da Mata mineira. Uma liderança comunitária, Tereza Gomes, lhe citou alguns exemplos:

> Para poder discutir com a gente política partidária, por exemplo, ele desenhava no quadro. Pegava uma árvore e falava do poleiro da galinha. Então, assim, por exemplo, ele pegava galinha caipira, galinha D'Angola e um pato. Então, dizia: qual o discurso que os políticos fazem da dificuldade e de sofrimento? Na realidade - ele dizia - eles estão na parte mais alta do poleiro, como a galinha D'Angola, que está lá por cima... e desenhava a galinha no alto. A galinha caipira fica um pouco abaixo. E o pato fica na parte mais baixa. E aí ele fazia uma discussão conosco. E acabávamos nos identificando com os patos, porque nós somos pobres e nós não temos poleiro. Só as galinhas D'Angola e caipira têm. E ele perguntava: e onde ficam as galinhas? E o pato? Então, quer dizer, entendíamos que o pato fica embaixo do poleiro e o que sobra para ele? Aí a gente começava a refletir e percebi que o lugar do pato não é poleiro, mas a lagoa. Então ele fazia essa discussão de classe social por aí. Tinha também a história do trairão que come lambari. Todo lambarizinho que tentava nascer na correnteza era atacado pelo trairão. Ele queria dizer para termos cautela. Não era para chegarmos e falarmos o que a gente era. Então o trabalhador tinha que mostrar o seu poder. E se quiser desmoronar um prédio como tinha que fazer? Começa por baixo ou por cima? Então, aprendíamos que tínhamos que fazer como tatu. Nós somos conhecidos como tatu, e todo mundo sabe. (Depoimento ao autor da tese, set.1999). (RICCI, 2002: 123-124).

Este trecho nos remete a Thompson (1987), mais especificamente ao conceito de experiência, cujo postulado é que a experiência histórica e cultural desencadeia reflexões pessoais e culturais, que não é apenas assimilada, mas construída no processo de luta social e transmitida entre o grupo através de memórias, tradições, rituais, etc. Há em todo o processo comunicativo, reunião de vivências coletivas que perpassam o universo cultural partilhado pelas pessoas, sendo elemento significativo de construção de identidade e sensação de compartilhamento de uma situação comum que leva os atores a se verem como fazendo parte de uma mesma situação. Neste caso, a situação remete às dificuldades dos trabalhadores rurais.

A narrativa perpassou símbolos do meio rural, certamente muito conhecidos pelo público dos cursos. O lugar mais alto do poleiro é o "das classes mais abastadas", existe o poleiro mais baixo que é o da galinha caipira e o pato ocupa o pior espaço, com o qual o grupo se identifica. Das metáforas, se partia para uma discussão sobre a vida social em que as questões deveriam se passar pelas necessidades de transformações sociais.

Na metáfora que envolve a traíra e o lambari, a mensagem a ser passada diz respeito às estratégias que devem podem ser utilizadas pelos atores na luta social. Explicitá-se as formas que o lambari pode se utilizar para fugir das traíras, isso deveria refletir maneira com que o trabalhador poderia se utilizar pra mostrar suas forças, seu poder. No mesmo sentido, pode-se referir à questão de como se pode destruir um prédio, deve-se começar na articulação por baixo, no caso em questão, pela vida social pelos pobres.

Esta problemática nos faz lembrar a assertiva de Bourdieu (1983), segundo a qual em se tratando de comunicação o problema não é a construção de frases gramaticalmente corretas, mas a possibilidade de utilizar, de maneira coerente e adaptada uma infinidade de frases num número infinito de situações (p.158). Dessa forma, o domínio prático da gramática não é nada sem o domínio das condições de utilização adequada das possibilidades infinitas, oferecidas pela gramática. Pois a produção do discurso adequado precisa levar em consideração "o contexto social no qual ela se instaura e, em particular, a estrutura do grupo no qual se realiza" (p. 162-163).

Estas idéias nos ajudam a fortalecer o argumento de que a linguagem das lideranças religiosas locais podem ter sido um dos fatores que contribuíram para a relação construída na mediação pelos grupos católicos. Essa concepção ainda pode ser reforçada por Melucci (2001), para quem a "agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida cotidiana", assim "a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros na sua existência cotidiana" (p. 97).

Num livro de formação política João Resende (1997) defende que linguagem popular na utilização de símbolos e comparações atinge o coração das pessoas, e vai adiante ao afirmar que "o que atinge o coração tem força educativa, tem poder de transformação. O que atinge a cabeça fica no mundo do discurso, criando a elite dos 'entendidos' que não atinge a massa popular. É o 'cavalo desligado da carreta'" (p. 35).

A defesa da linguagem e da necessidade de democratização da informação, contrária à criação da "elite dos entendidos" aparecem no texto:

> a missão do educador popular é descobrir, na cultura do povo, os símbolos e comparações que ajudam a entender e analisar a realidade. Desta maneira, aos poucos, as pessoas vão se sentido à vontade para participar. Vão se envolvendo, questionando e questionando-se. Vão se libertando dos chavões e idéias pré-fabricadas, deixando de ser passivas, fatalistas, individualistas, passando a fazer a sua história, abrindo-se aos valores solidários. Aí vai acontecendo a formação popular (RESENDE: 1997, 35).

O missionário enfatizou a necessidade de conhecimento da cultura popular e faz, neste sentido, uma associação interessante entre cultura e comunicação. Conhecer a primeira, pra ele, é exercício fundamental para o sucesso da segunda. Este deixa subentendido o entendimento de que vive em universo diferente e com outras possibilidades de se comunicar. Há, então, uma relação entre grupos com práticas cotidianas e experiências de vida diferenciadas.

Para Resende (1997) "o segredo do sucesso dos movimentos populares está em saber usar uma linguagem popular proveniente do universo cultural simbólico das pessoas. Esta linguagem é que atinge o coração" (p. 36). Ou seja, para ele cultura e símbolos precisam ser levados em consideração no universo na prática comunicativa. Ele defende que "a linguagem de uma formação popular não é vulgarização das idéias. É fazê-las entendidas no universo cultural popular" (RESENDE, 1997: 36).

Esta questão nos faz lembrar o relato de Raul Messias, que foi deputado estadual pelo PT em Minas Gerais entre 1987 e 1994. Raul acredita que: "o principal do MOBON é que, eu acho que ele falava a linguagem do povo, então o povo entendia. Ao passo que os marxistas leninistas não falam a linguagem do povo, então o povo não entende, então fica um diálogo meio de surdos"[11]. O testemunho de Gramsci, transcrito por Bourdieu (2003) é também bastante elucidativo: "nós outros, afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de *quiproquos,* de mal-entendidos, de jogo verbal complicado. Acabaremos por aparecer como pessoas que querem, a todo o custo, conservar o seu lugar" (p. 178). Ou seja, Gramsci mostra preocupação com o fato de se constituir uma elite política dirigente distância das massas e ressalta a necessidade aproximação entre os grupos.

[11] Entrevista concedida por Raul Messias, em janeiro de 2010.

Em relação ao modelo de comunicação adotado pelo MOBON na Zona da Mata mineira, Ricci (2002) tece crítica a este modelo de comunicação na Zona da Mata mineira, ao afirmar que a comunicação tem ”baixa profundidade teórica e analítica, constituindo-se no maior *deficit* formativo das jovens lideranças que se lançarão à construção de alternativas organizativas de produção e gestão pública da região” (p. 123). O lugar de que fala Ricci (2002) não é de alguém que quer defender a educação popular, e nem de quem está religiosamente engajado nesta proposta, mas de quem faz uma avaliação acadêmica, o que se reflete na sua avaliação das metáforas como sendo de “baixa profundidade teórica e analítica”. Sua visão é de que o método de formação político-religiosa com o

> uso e abuso de metáforas e parábolas, apropriado para a construção de imagens míticas e carregadas emocionalmente. A partir desse discurso, selava-se um profundo compromisso com causas sociais, mesmo que construídas sem grande rigor teórico (RICCI, 2002: 123).

Para Ricci (2002), ”um discurso imagético sensibiliza, constrói uma percepção do conteúdo da mensagem, mas não possibilita ao receptor a identificação dos elementos constitutivos que fundamentam tal discurso, diminuindo a capacidade crítica na assimilação da mensagem” (p. 123). Aqui se coloca em debate então duas propostas avaliações diferentes do processo de comunicação mais popular: o missionário religioso acredita que a mensagem metafórica é mais adequada, pois “atinge o coração”, leva as pessoas a um entendimento da comunicação, as faz refletirem e partirem para os meios cabíveis de mobilização para solucionarem seus problemas. A outra proposta considera que este tipo de mensagem pouco aprofundada e não contribui de forma efetiva para a maturidade política e social dos atores.

Neste sentido, na análise da atuação dos membros das comunidades em sindicatos, Ricci (2002: 125) percebeu que estes encontraram dificuldades e tiveram muitas dificuldades na gestão da instituição e na organização de produtores familiares. Sobre esta situação apresenta crítica contundente ao afirmar que “Seria realmente difícil compreender as práticas políticas da FETAEMG a partir da metáfora de patos e galinhas”.

Considerações Finais

Este texto procurou trazer reflexões sobre as formas de comunicação utilizadas pelos missionários religiosos que são reproduzidos por leigos. Muitos destes últimos se engajaram em sindicatos e partidos políticos, possivelmente a linguagem repleta de metáforas e símbolos rurais foram elementos importantes no processo de formação.

Muitas dessas lideranças afirmam ter aprendido a conversar, dialogar e fazer discursos através do que aprenderam nos cursos. Muitos realizaram trabalhos religiosos e comunitários, outros ampliaram as possibilidades partindo para trabalhos de maior engajamento político, em sindicatos, associações e na política partidária. Neste sentido, não há como negar que a perspectiva metafórica e simbólica foi capaz de levar os sujeitos à mobilização.

Para João Resende, o respeito ao conhecimento das práticas culturais dos atores constitui-se como um dos grandes segredos do sucesso de um "movimento popular", uma linguagem que torna os processos sociais mais inteligíveis. Para Ricci (2002) esta forma de comunicação não permite reflexões arrojadas teórica e analiticamente.

O argumento de Ricci (2002) é de que há certa redução na análise de processos mais complicados ao se popularizá-los. Será que esta prática provoca reducionismo de processos complexos? Um discurso cientificamente legitimado, com conceitos teóricos devidamente aplicados teria lugar nas comunidades rurais? Acreditamos que reducionismos podem ou não aparecer e que discursos científicos também possa ter lugar, desde que haja amadurecimento dos atores envolvidos na mediação, na promoção da relação de processo de comunicação e aprendizagem.

Não obstante, elementos de cultura rural facilitam a interação dos missionários com atores locais. Além disso, a mística religiosa, as parábolas e os símbolos podem ser fundamentais para a mobilização. Por último, vale ressaltar que nem o trabalho missionário ou qualquer outro impediria os atores sociais de terem dificuldades práticas em um sindicado ou qualquer outra forma de organização política. Há muitos elementos que se aprende na prática e dificuldades novas podem aparecer, mas pode-se afirmar que a linguagem missionária e seu exercício de formação popular foram fundamentais para as primeiras iniciativas.

Referências Bibliográficas

BOSI, E. **O tempo vivo da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre (1983). **Sociologia**. Org. Renato Ortiz (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo Atica, 1983.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). "Compreender". **A miséria do mundo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.

COMERFORD, John Cunha . **Como uma família:** sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ (Coleção Antropologia da Política), 2003.

GRAMSCI, A. **Écrits Polítiques**, tomo II. Paris, Gallimard, 1974.

JEUDY, H. **Memórias do Social**. São Paulo: Forense, 1995.

MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil** (1916-1985). Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLUCCI, Alberto. **Challenge Codes:** Colective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.

MELLUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria Alves do Carmo Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELLUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura – Por uma sociologia reflexiva. In: **Por uma sociologia reflexiva; pesquisa qualitativa e cultura**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, S.; DOISE, W.. **Dissensões e Consenso**: uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação Social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFGRS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Série Estudos Rurais, 2008.

REZENDE, João. A linguagem de uma formação popular. In: Durval Ângelo (org.).**Caderno de Formação Política.** Belo Horizonte. O Lutador; 1997.

RICCI, Rudá Guedes Moisés Salermos. **FUGA PARA O FUTURO:** Novos Movimentos Sociais Rurais e a concepção de Gestão Pública. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DINÂMICAS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL EM DOIS VIZINHOS

Fagner Carniel*

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão.

Chico Buarque, *Cio da terra*, 1979.

Em meados de março de 2006 a rádio *Educadora* (AM) tocou "Cio da terra", escutei-a segurando uma cuia de chimarrão sentado na varanda de Seu Hélio, em Dois Vizinhos. A cadência "lenta" da melodia composta por Chico Buarque utiliza o trigo, a cana e a terra como metáforas da produção e da reprodução da vida fora das "grandes cidades". Tais construções são muito conhecidas na cultura brasileira e remetem a imaginários que constroem a agricultura, o campo e o próprio rural a partir de representações de um mundo "imóvel". Esta também foi interpretação de Seu Hélio, que comentou admirar quem ainda hoje consegue "conhecer os desejos da terra" enquanto apreciávamos a canção. Para este agricultor de quarenta e poucos anos a lentidão das plantações, o trabalho no roçado, o sol, a chuva, a sucessão das colheitas, tudo isso confere ao campo a perspectiva de um tempo cíclico do qual não está acostumado. Ao contrário do que muitos possam imaginar, este sujeito do "interior" me narrou uma vida bastante dinâmica, que também traz embutida uma agenda de transformações e inovações em busca de melhores resultados, do melhor produto, da maior colheita; o que contraria, ao menos em parte, a idéia de imobilidade, lentidão e proximidade com a natureza contida na música[1]. Hélio pode não ter percebido, mas a representação da proximidade tão necessária para "afagar a terra" constrói também valores que distanciam o campo e as pessoas que ali vivem de todo "dinamismo" frequentemente representado pela figura das cidades – como se o rural sempre estivesse

* Doutorando em Sociologia Política pela UFSC. FAGNERCARNIEL@YAHOO.COM.BR

[1] Georges Duby, ao analisar o Ocidente medieval, observou que a dificuldade em perceber as transformações camponesas está menos em sua "imobilidade" do que na precariedade das fontes históricas que permitem observá-las (1962:10).

sendo sobredeterminado de “fora”, mesmo quando resgatados alguns dos elementos que o constituem.

Seu Hélio, assim como outros agricultores com que conversei, não se identifica com a lentidão do trabalho na terra, nem mesmo chega a se reconhecer no isolamento da propriedade; se comove é com a “doçura” e a “ternura” de um “rural imaginário”, imaginado apenas como um tempo passado, um tempo romantizado de que até pode ser herdeiro, mas ao qual já não pertence[2]. Diz não ter tempo para “ficar mais na lida” como gostaria e nem saber das “coisas como o pai”, pois não consegue “viver só disso”. Hélio precisa da ajuda dos técnicos agrícolas para produzir, sempre conversa com amigos, vizinhos, liga o rádio ou mesmo a televisão na tentativa de “buscar novas experiências”, de aprender “o que dá certo e o que dá errado”. Necessita trabalhar “fora” da propriedade “quando a produção não ajuda”; freqüenta feiras para vender alguns de seus produtos artesanais, ajuda na propriedade de vizinhos e conhecidos em troca de “alguma coisa”, “se vira como pode para garantir que as coisas continuem” do modo como planeja. Lourdes, esposa de Hélio, também diz sempre ter de rever seus projetos de vida, “não é sempre que dá pra investir no leite” (que é de sua responsabilidade), muitas vezes precisa “de uma renda extra” e para isso costuma costurar para lojas de roupas durante o inverno. Esta “versatilidade” do casal também tem reflexos na economia doméstica e nos projetos cotidianos da família, afinal, “nem sempre compramos [para casa] o que a gente quer”, mas sempre “tentamos dar o melhor para os filhos” – ambos estudam na faculdade, no município de Francisco Beltrão.

O que me chamou atenção na história de Seu Hélio e Dona Lourdes não foi exatamente a descoberta de um universo de trabalho e relações sociais extremamente dinâmico, mas a percepção “aguçada” deste casal acerca de sua condição de vida – percepção também partilhada por muitos outros com que convivi em Dois Vizinhos. De fato não esperava encontrar qualquer “imobilidade” ou “isolamentos” neste cenário rural, ao contrário, a luta para adaptar sementes, animais, para enfrentar a escassez e rever seus projetos familiares de vida, constitui práticas sociais que compõem um mundo repleto de iniciativas e criatividade – experiências “móveis” e dinâmicas que

[2] Idealização de um rural romantizado que, como já observou Raymond Williams, apenas reproduz o já propagado contraste entre campo e cidade a partir da abstração metafórica do campo como um lugar bucólico, oposto à vida na cidade. “Campo e cidade são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas” (WILLIAMS, 1990: 11); conforme Williams, determinadas visões sobre o campo e os camponeses foram cristalizadas e, de certa forma, generalizadas tendo como referência as cidades.

constituem diferentes modos de vida a partir da atividade agrícola. Tais experiências compõem a própria especificidade da vida no campo; não se trata de uma "essência" rural, mas um modo de vida que é construído processual e historicamente[3]. Contudo, foi decisivo para esta pesquisa perceber que estes agricultores também se desprendem de perspectivas e (auto)representações que os vinculam a concepções "fixas" da vida em comunidade e atualizam seu saberes e práticas a partir de uma compreensão mais "fluida" e aberta de suas perspectivas e relações sociais no campo.

Decisivo porque trouxe a tona um processo dinâmico de reconhecimento e auto-reconhecimento que está em curso na região e é constantemente atualizado também pelo contato destes agricultores com a televisão. Foi assistindo ao *Globo Rural* com eles que compreendi como a televisão e particularmente o telejornalismo rural, ao informar o agricultor, está transformando a percepção que têm de si mesmos e de sua vida na região. Seu Hélio mesmo me disse certa vez: "muda bastante o jeito de a gente pensar [o rural e a agricultura] quando fica vendo o que outras pessoas fazem", do mesmo modo se passa a considerar as possibilidades de "fazer tudo isso aqui". Realmente este "bombardeio" de informações e representações sobre a agricultura e o rural, muitas das quais desconexas e descontextualizadas, modifica o modo como muitos agricultores pensam seu cotidiano e a si mesmos (sua história, hábitos e conhecimentos). Mas foi um outro agricultor, chamado José, que me disse tudo isso com maior clareza. Conforme ele, "tem muita gente que pensa que aqui [no campo] tudo é atrasado, mas isso é porque não se informa", para ele basta assistir ao *Globo Rural* para ver como no campo "tem muitas coisas modernas". O fluxo de imagens e informações, característico dos telejornais, no *Globo Rural* parece efetivamente estar transformando o modo como suas audiências concebem a atividade agrícola, rompendo com uma percepção de isolamento e imobilidade para sua vida e atualizando seus saberes e práticas, então tidas como "tradicionais".

Estas perspectivas locais sobre a vida e as relações sociais no campo abrem a própria concepção de "comunidade rural" – tradicionalmente encarada como "bairros" ou "agrupamentos" espacial e temporalmente determinados[4] – para novas

[3] Inclusive, foi Eric Hobsbawm quem viu nestes homens e mulheres comuns a figura de "pessoas extraordinárias", pois o que realizam e pensam transforma o curso da história e faz a diferença (1999:9-8).

[4] Neste caso, parece-me igualmente necessário atentar para o fato de que estas "pequenas" comunidades rurais não devem ser interpretadas unicamente a partir da representação de uma "sociabilidade densa" que se identifica como intimidade, ou seja, afinação espiritual e cooperação desinteressada ao estilo de Tönies. Como se evidencia nos contextos locais de interação em Dois Vizinhos, a amizade não é a única

sociabilidades, saberes e práticas agrícolas que não podem mais ser entendidas a partir de concepções concretas e estáticas de tempo ou espaço. Partindo das representações fluidas da vida no interior e do cotidiano agrícola – que transitam por distintas noções locais (técnicas, administrativas e leigas) acerca do rural e urbano, campo e cidade, tradição e modernidade, bem como pela construção (fabricação) mitificada de um rural televisivo – a ruralidade duovizinhense está sendo considerada a partir dos processos dinâmicos de mudança e de deslocamento nos sentidos e significados para os espaços de vida e trabalho que conformam a atividade agrícola.

* * *

No início de 2005, quando comecei esta pesquisa, Dois Vizinhos figurava nos índices do *IBGE* como um município com 32.492 habitantes, diferentemente da década de oitenta, quando atingiu seu ápice populacional com 42.536 pessoas. Paradoxalmente, para quem traz gravado na memória essa época, tudo parece hoje bem "maior" do que antigamente. Lembro-me, inclusive, de uma senhora que sempre me dizia se sentir em uma "cidade grande" porque seus vizinhos mudavam tanto que já não tinha nem tempo de chegar a conhecê-los como gostaria. É claro que este "maior" remete a um imaginário que enaltece o desenvolvimento, a novidade e o moderno, e tende a "diminuir" o costume, o cotidiano e o popular, mas quer dizer outras coisas também. Enquanto a população se espalhava pelo território nos anos oitenta – 30.234 pessoas residindo na chamada "área rural" e 12.302 na "área urbana" –, nesta última década a situação se inverte, é a "cidade" que passa a abrigar a grande maioria da população do município – 22.382 pessoas, enquanto apenas 9.604 vivem no "campo"[5]. Este cenário quantitativo nos coloca diante de processos sociais que durante cerca de duas décadas marcam tanto os fluxos migratórios na região, assim como o estabelecimento das próprias representações locais sobre o que é percebido como campo ou cidade.

forma de sociação, a inimizade também configura esta moldura na qual se torna possível a sociação.

[5] Evidentemente é importante salientar que as pesquisas do *IBGE* são orientadas por lógicas que tendem a dicotomizar rural e urbano, campo e cidade, não podendo ser consideradas balizas acabadas para investigação dos diferentes espaços sociais que configuram nosso território nacional. Discutir estes espaços a partir de representações dicotômicas tende a simplificar contextos e processos complexos em curso na maioria das "pequenas cidades" do país. Dois vizinhos não foge a essa regra. Mesmo sendo considerada um município com sede "urbana" no Estado do Paraná, com seus 32.492 habitantes, é perceptível que a simples oposição entre uma área urbana e outra rural encobre processos econômicos, sociais e políticos mais complexos que constituem as relações sociais na região.

À primeira vista, estes índices do *IBGE* apenas indicam um processo de intenso esvaziamento do rural, o que de fato ocorreu em quase toda a região do Sudoeste do Paraná. Contudo, com um olhar mais atento é possível perceber que, ao lado da migração de inúmeros colonos para "fora" deste território (cerca de dez mil somente em Dois Vizinhos), o município tem convivido, há mais de duas décadas, com um concomitante movimento de "urbanização" de todo um território que antes era visto e percebido apenas como "rural". Embora esta oposição rural/urbano simplifique demasiadamente a realidade duovizinhense e encubra relações simbólicas de poder que desde muito configuram um imaginário mitificado das pessoas e dos espaços em nosso país, é interessante retomá-la na medida em que é constantemente reproduzida pelos atores locais e constitui aspecto relevante na construção social da noção de agricultura na região. Ao passo que o discurso da urbanização do campo desconsidera a complexidade das relações sociais e o alcance dessas sociabilidades, também é importante reconhecer nele e em seus interlocutores todo um universo de práticas e representações sociais que permitem identificar estruturas de poder alojadas em muitos discursos acerca do campo e da cidade. Em Dois Vizinhos a idéia de urbanizar coincide com a de modernizar; e modernizar no "interior" significa levar tecnologia ao agricultor. Foi isso que a *Sadia* (ainda considerada a "maior" empresa da região) fez na década de oitenta, ou pelo menos é assim que pensam muitos dos técnicos agrícolas e agricultores da região. De qualquer modo, é curioso notar como esta urbanização parece mais com um movimento que vai da roça à cidade do que o contrário. Como me disse um comerciante local: "quando a cidade está bem é porque o campo também vai bem". Muito a contragosto dos técnicos e gestores públicos de Dois Vizinhos, é claro, hoje já se admite que todo o processo de urbanização planejada, realizado durante a década de noventa, significou menos a transformação (modernização, como se costuma chamar) de práticas, valores, representações e modos de vida, do que o simples planejamento e redemarcação das propriedades. Nesse sentido, trata-se antes de um processo técnico do que uma modificação no modo como as pessoas produzem sua existência e percebem o espaço em que vivem. Aliás, já é por demais conhecido o esforço do economista José Eli da Veiga em demonstrar como "o Brasil é menos urbano do que se imagina". As ditas "cidades" seriam antes um recorte arbitrário pelo qual analistas e gestores públicos constroem representações (valores) do campo e da cidade a partir de lógicas técnicas e interesses políticos e econômicos. Desse modo, o autor procura alertar para a importância de um "mundo" rural que não aparece nos dados oficiais elaborados pelas

políticas públicas do país. Um rural que surge a partir das relações e identidades sociais (perspectivas) centradas na família e no trabalho familiar como meio de reprodução da vida no campo (WANDERLEY, 1996, 1997, 2000, 2001; VEIGA, 2002).

Romper com estas tradicionais oposições e idealizar um projeto de desenvolvimento comum para o campo e para a cidade não é um intento exatamente novo no Brasil. Na verdade, está proposta fora esboçada inclusive por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1931), como um modo de reabilitação dos valores rurais em nossa modernização[6]. Tal noção de desenvolvimento "rurbano", que legitimou a formulação de certas concepções de "reforma agrária ampliada" de Caio Prado a Ignácio Rangel, têm inspirado pesquisas sobre o que há algum tempo vêm sendo chamado de "novo mundo rural"[7]. Uma proposta que reúne tentativas de redimensionar o mundo rural, percebido como cada vez "menos" agrícola, valorizando as potencialidades da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento regional orientada à desconcentração da base produtiva e à dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos "espaços rurais"[8]. Contudo, a idéia de um "novo rural", ao modelo de outros países "mais desenvolvidos", na medida em que sugere certa rurbanização dos espaços rurais do país a partir da redução da atividade propriamente agrícola, acaba por atribuir um sentido determinado ao processo de desenvolvimento: o de que o rural (seja ele tradicional ou não) está acabando e que a modernização dos espaços rurais deve caminhar na "máxima" diminuição da atividade agrícola.

---

[6] A este respeito ver o artigo de Raimundo SANTOS (2006), ou mesmo os trabalhos mais recentes do próprio Gilberto FREYRE (1982) que enfatizam a necessidade de se construir "políticas sociais rurbanas" que dêem conta das relações "intraculturais" entre campo e cidade.

[7] Vale mencionar uma conhecida passagem de HOBSBAWN a propósito das transformações ocorridas no mundo rural na segunda metade do século XX: "a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado é a morte do campesinato" (1995:284). Uma outra referência importante sobre o "novo rural brasileiro", de José Graziano da Silva, autor que lidera uma pesquisa chamada "Projeto Rurbano", passagem na qual ele afirma: "mas o nosso mundo rural já não é mais só agricultura e pecuária, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, em especial na Europa. Segundo o PNAD de 1990, de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro duas estavam ocupadas com atividades agrícolas e uma outra em outras atividades, com destaque para prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro no início dos anos 80" (SILVA, 1998: 82-83). E mais, "vale a destacar ainda que, de acordo com as PNADs de 1981 e 1990, a taxa de crescimento das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agropecuárias cresceu a 0,7% a.a., enquanto a das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades não-agrícolas cresceu a 5,9%" (1998:83).

[8] Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso e mesmo hoje no Governo Lula o projeto rurbano tem servido de baliza para sustentar discursos políticos de esquerda numa tentativa de redimencionar a reforma agrária numa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. A esse respeito vale a pena consultar um texto oficial do INCRA (1999), intitulado: "Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento rural para um novo rural".

Ora, o município de Dois Vizinhos abriga espaços sociais, muitas vezes entendidos como "rurais" ou "de interior", que certamente tem se transformado no decorrer das últimas duas décadas; contudo, tais transformações indicam antes um processo de ressignificação do espaço social local do que propriamente uma rurbanização. Embora a atividade agrícola local tenha reduzido em quantidade de mão-de-obra e no número de pessoas a ela ligadas, parece-me problemático definir o "mundo rural" a partir de noções exclusivamente econômicas que enfatizem unicamente as atividades produtivas destes agricultores. O rural em Dois Vizinhos não se define unicamente pela produção, antes se trata de um mundo de valores (representações), práticas e saberes que constituem a vida local e estão enraizados no cotidiano destas pessoas. São construções simbólicas, produzidas e reproduzidas aos olhos destes agricultores, que configuram certa identidade (perspectiva) "rural", ou "de interior", que extrapola a identidade produtiva. Portanto, mesmo em meio a pluriatividade e a multifuncionalidade, a agricultura ainda existe enquanto ideal na região, ou melhor, pode ser compreendida como parte daquilo que Maria de Nazareth Wanderley identifica como um processo de resgate das relações e valores sociais que ajudam a (re)construir o rural a partir de suas especificidades[9]. Trata-se de projetos de vida cuja identidade e a sociabilidade configuram lógicas que convivem e são constantemente resignificadas à luz de novas práticas e contextos sociais.

A literatura recente das ruralidades no Brasil tem apontado para a reconstrução e ressignificação do rural a partir dos seus múltiplos espaços locais de vida e trabalho[10]. Verdadeiros "locais da cultura" (para utilizar a feliz expressão de Homin BhaBha) que configuram perspectivas específicas de pertencimento e reconhecimento (identidade) a partir de seus principais protagonistas: os agricultores. São eles que movimentam estratégias de sobrevivência e permanência no campo, significando saberes, práticas, representações e sociabilidades, que fazem do campo um espaço de trocas e vivências culturais extremamente dinâmico[11]. Isto me parece evidente, ao menos em Dois Vizinhos, onde o espaço local abriga famílias de agricultores crescentemente pluriativos, que trabalham em uma agricultura cada vez mais multifuncional, mas que mesmo assim não abdicam de seus vínculos (identidades) com a agricultura e com o

[9] Conforme Wanderley (1996:3), a agricultura familiar "é um conceito genérico que busca compreender as distintas formas de organização assumidas na produção rural que tem a família como proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume o trabalho no estabelecimento produtivo" (1996:3).
[10] Para mencionar apenas algumas referências relevantes para este trabalho, ver: (BRANDEMBURG, 1999; FERREIRA, 2002; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1997, 2000).
[11] Sobre tais estratégias, ver: (FERREIRA 2001; FERREIRA, SILVA e ANTUNIASSI, 1999).

próprio rural – afinal, como me disse Seu Cleison: "a gente [agricultores da região] não quer trabalhar em outra coisa, é isso que sabemos fazer". Desse modo, parece necessário ressaltar que apesar da definição administrativa do rural como tudo aquilo que não é uma aglomeração dotada de alguns serviços, como já observou Eli da Veiga (2002), e dos próprios critérios que definem os dados censitários e informam a diminuição dos rurais brasileiros, os contextos locais de vida em Dois Vizinhos apresentam ruralidades reconstruídas à luz de práticas, saberes e identidades sociais que configuram estratégias culturais híbridas (ressignificadas) de produção e reprodução da vida no campo. Portanto, trata-se de um rural que se define não apenas pela agricultura, mas também pelos agricultores.

Pude observar claramente este processo conversando com Emanuel, antigo morador do novo bairro *Extensão Urbana.* Fui informado que toda a extensão da área hoje demarcada como urbana antes pertencera a quatro ou cinco famílias que trabalhavam como "colonos". Com a valorização das terras nos últimos dez anos todas as outras famílias foram vendendo suas propriedades e migrando para o "interior". A família de Emanuel vendeu apenas parte da propriedade, o restante ele herdou e dividiu com o irmão – hoje falecido. No entanto, foi curioso perceber que Seu Emanuel continua morando no bairro, em um terreno considerável em comparação com os outros ao seu redor, e permanece cultivando uma parte considerável daquilo que consome em uma área atrás de sua casa. Conversando com ele percebi que todas as verduras e frutas consumidas, bem como seus derivados, como sucos, doces e bolos, são produzidos no terreno. Lá ele tem uma grande horta com um pomar e um parreiral ao fundo onde passa a maior parte do dia. O "pouco" que sobra de sua produção ainda vende a "mercadinhos" locais e compra principalmente salame e queijo, "sempre da região". Tirando o imposto (IPTU), que leva quase toda sua aposentadoria, Emanuel diz ter uma vida "típica de interior".

Embora a experiência de Seu Emanuel – em sua propriedade rurbana (sic.) – possa ser tomada como exceção em Dois Vizinhos, ou pelo menos como estilo de vida que está sendo suplantado pelo desenvolvimento ou pela carência dos "novos" moradores da região, vale a pena resgatar alguns elementos "pouco" visíveis sob a ótica da produção, mas decisivos na configuração deste estilo de vida. Se pensarmos exclusivamente a partir das "unidades de produção"[12], dificilmente seria possível

[12] A noção de unidades de produção foi inicialmente formulada por Alexander Chayanovy, ao estudar as unidades camponesas na antiga União Soviética, como tentativa de trabalhar com lógicas de produção

admitir que este aposentado que hoje se dedica à terra leve uma vida "típica" de um agricultor familiar. Por outro lado, quando partimos dos dispositivos simbólicos, que conformam sua sociabilidade e as próprias relações de saber e poder em que está inserido, desvela-se um estilo de vida repleto de lógicas e práticas que constituem algumas das próprias representações sociais acerca da agricultura familiar na região[13].

Para isto basta retomar o exemplo das "negociatas" de Seu Emanuel com os mercados locais; aqui é interessante notar como elas são orientadas por lógicas de vizinhança e amizade. Trata-se de uma venda consignada, em que os donos de "mercadinhos" locais forneciam um espaço para que ele oferecesse seus produtos (frutas e verduras em geral) e os vendiam "quase sem lucro". Mas segundo ele, isso não ocorre com outros moradores, negociavam desse modo por que já conheciam Seu Emanuel e sabiam da "qualidade do produto". Quando conversei com o proprietário de um mercado, que se localizava no mesmo bairro a duas quadras do terreno de Emanuel, não foi o mesmo que ouvi: "na verdade sempre recebemos os produtos de pequenos porque os fregueses gostam", me informou o sujeito. De qualquer forma, tal relação denota uma sociabilidade de bairro, nada, ou quase nada impessoal, que orienta as lógicas comerciais por relações de vizinhança. Tais lógicas são regidas por racionalidades que divergem da racionalidade capitalista, pelo menos da que eu estava acostumado na capital, e compõem o projeto comercial tanto do produtor quanto do grupo social envolvido. Afinal, a produção de Seu Emanuel não é feita com base em cálculo de lucratividade, não há um projeto de crescimento, ele não quer e nem pensa em expandir.

No caso de Emanuel e inúmeros outros moradores dos bairros de Dois Vizinhos, a sede central do município, considerada urbana, parece continuar abrigando famílias que vivem e se reproduzem a partir de atividades ligadas essencialmente à terra[14]. Mais do que isso, para onde quer que se vá, a "cidade" transpira "roça". Um imaginário que constrói uma representação da vida local como uma vida "típica de interior", tradicional

diversas da capitalista (que visaria exclusivamente o lucro), onde o grau de auto-exploração é determinado por "um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e própria penosidade do trabalho" (1981:138).

[13] Desde as formulações de Kroeber (1948) e Readfield (1941) as relações entre as sociedades camponesas com o meio exterior que as envolve têm constituído o próprio conceito de campesinato. Trata-se do entendimento de que o campesinato só pode ser compreendido em um contexto de *part-culture* (para empregar uma expressão de Kroeber), ou seja, que não pode ser estudado unicamente a partir das relações internas que compõem estas comunidades, justamente porque elas possuem relações estruturais com a totalidade integrante.

[14] Como já formulou Maria de Nazareth B. Wanderley, são personagens sociais que "nunca entraram nas cidades apesar de terem saído do campo" (apud. FERREIRA, 2002: 39).

ou atrasada, em oposição a outros centros do Estado – como Pato Branco, Cascavel ou mesmo Curitiba – considerados modernos. Esse é o discurso comum que se escuta da boca não apenas de agricultores, mas é também reproduzido por outros agentes locais. O que pode explicar a admiração de alguns médicos com as unidades de saúde "mais desenvolvidas"; da fala de alguns políticos ao se referirem ao município como seu "curral eleitoral"; dos comerciantes locais entusiasmados com os "grandes" centros comerciais; ou mesmo de muitos adolescentes que idealizam uma vida "mais cheia de oportunidades" fora do interior. Tais construções discursivas denotam que a vida local, apesar da urbanização, ou por conta mesmo dela, permanece reproduzindo certas identidades "rurais", de "interior", ou ainda de "cidade pequena", à vida social do município. São representações sociais (valores) que, ao mesmo tempo, (re)configuram as construções simbólicas internas acerca do que é moderno (urbano) e tradicional (de interior) e, diversamente, conferem certa unidade exterior ao município, que se afigura, muitas vezes, na forma de "interior". Trata-se de percepções ambivalentes do espaço social local que, além de dificultar a delimitação do campo (espaço) de investigação, acabam complexificando o próprio objeto desta pesquisa, ou seja, a percepção do que pode ser entendido como agricultura familiar.

Ao "aproximar" o olhar dos contextos locais em Dois Vizinhos, descobrindo continuidades e descontinuidades na configuração do rural e nos modos como as pessoas concebem seu espaço de vida, é possível perceber as ambigüidades inerentes à própria representação (interpretação) do campo como algo distanciado da cidade. Por um lado, são estereótipos (ora puro, ora ultrapassado) que reforçam o jogo simbólico dos poderes locais e colocam a cidade em toda uma série de possíveis relações com o campo sem jamais lhe tirar o relativo domínio; assim, descrevendo a "vida típica de interior" a partir de perspectivas de superioridade flexível do "urbano" sobre o "rural". Por outro, são modos de produzir a vida que contradizem os saberes técnicos e administrativos que procuram representá-la, configurando o rural e a própria agricultura familiar a partir de relações que extrapolam os limites da propriedade rural ou mesmo a atividade agrícola – produzindo saberes, práticas e identidades híbridas. Portanto, se já não é mais possível estabelecer rigidamente a distância entre rural e urbano, também não se pode compreender a agricultura a partir de identidades fixas ou bem delineadas; antes se trata de perceber como os modos locais de produção da vida ativam estratégias identitárias na produção de sentido para a vida (projetos de vida).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDENBUG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR. 1999.

CHAYANOVY, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA e V. Stolcke. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense. 1981.

DUBY, Georges. **A Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval (I, II e III)**. s/I. Montaigne. 1962.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processo e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** N° 18. 2002.

FERREIRA, Ângela Duarte; SILVA, Claudia e ANTUNIASSI, Maria Helena. **Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: organizaçãp da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade.** São Paulo: USP, Cadernos Ceru n° 10 . 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** São Paulo. 1931.

_____. Novas reflexões em torno de uma reorientação para o desenvolvimento brasileiro: a rurbana. In: **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana. 1982.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

_____. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

KROEBER, A. L**. Anthropology: culture, patterns and processes.** New York: Harcourt, Brace & Wolrd. 1948.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas. UNICAMP. 1993.

READFIELD, Robert. **The Folk Culture of Yucatan**. Chicago: Univ. Press. 1941.

SANTOS, Raimundo. **Rurabanização como estilo de desenvolvimento em Gilberto Freyre.** I Encontro Nacional das Redes Rurais. 2006.

SILVA, José Graziano da. Uma Reforma agrária não essencialmente agrícola. In: COSTA, L. F C. & SANTOS, R. **Política e reforma agrária.** Rio de Janeiro: Mauad. 1998.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias.** Campinas: Ed. Autores Associados. 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo.** Recife: UFPE, 2000.

_____. **O lugar dos rurais**. Caxambu: Anpocs. 1997.

_____. **Raízes históricas do campesinato**. Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS. 1996.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Clacso. 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

FOTO-HISTÓRIAS: o olhar do sujeito em projetos de desenvolvimento local sustentável

Mônica C. Lepri
(monica.lepri@rjo.incra.gov.br)
INCRA – RJ

O contexto da abordagem

Este texto procura retomar algumas indagações recorrentes em minha práxis no campo das chamadas "metodologias participativas" utilizadas em projetos de desenvolvimento local sustentáveis, principalmente na área rural:

- em um país com a perversa desigualdade do Brasil, no qual o analfabetismo funcional atinge, em algumas regiões e principalmente entre a população rural, a quase totalidade da população, como ensejar contextos de comunicação capazes de criar as condições necessárias de "interação" – ativa e autônoma – dos sujeitos-alvo de tais projetos de desenvolvimento sustentável com a equipe técnica urbana e universitária?

- como evitar que nossa práxis de inspiração libertária, em sua ânsia de ajudar a transformar esta secular desigualdade, acabe por encobrir o discurso - por vezes contraditório e perturbador - dos sujeitos reais, por projeções idealizadas de como eles são e merecem viver, acabando por recriar a tão criticada postura "assistencialista"?

- como "instrumentalizar" (no bom sentido e no sentido do bem) a crença na sabedoria e inteligência ecológica, social e estética dos sujeitos que nos alimentam desde esse desvalorizado, mas insubstituível, mundo rural, sem cair em maniqueísmos que neguem suas limitações e imperfeições, sem as quais eles não seriam nunca "como nós", imperfeitos e limitados pesquisadores-pedagogos?

Estas questões que me mobilizam – sem me imobilizar – às vezes me colocam em um espaço um tanto solitário de reflexão. Por razões que mesclam experiências pessoais e acadêmico-científicas, cheguei à conclusão que o lugar mais próximo do real humano do qual podemos almejar falar, ouvir e sermos ouvidos é aquele que só hoje posso nomear como o do "*desamparo do sujeito*", que a psicanalista (e petista) Maria Rita Kehl tão bem mapeou em seu livro *Sobre Ética e Psicanálise*. Para os propósitos deste texto, lidar com a noção de desamparo como constituinte de todos os sujeitos humanos é uma tentativa de encontrar a medida exata de nossa potência, evitando as armadilhas inconscientes de uma postura onipotente – de dono da única insofismável "VERDADE" – que acaba por negar o outro e sua autonomia, mesmo quando nosso objetivo manifesto é a "libertação" do outro de suas cadeias de submissão.

Embora em aparente contradição, essa concepção do sujeito humano que carrega em si um desamparo essencial sustenta uma investigação na área das metodologias participativas/interativas cujo foco é uma relação entre sujeitos que não se coloquem como "vítimas" de suas histórias, que realce as possibilidades cotidianas de superação da passividade, que traga para a esfera da expressão e da comunicação também a beleza, o sonho e a alegria[1] de que todos somos capazes. Como o grande educador brasileiro, Paulo Freire, sugere: em qualquer pedagogia voltada para a transformação das condições sociais, culturais e ambientais da realidade brasileira é necessária, ao lado da atitude crítica e da denúncia, a presença do sonho, do desejo e da imaginação:

> Vi pela televisão uma jornalista perguntar ao adolescente bóia-fria: 'Você sonha?' E o menino respondeu: 'Não, eu só tenho pesadelo.' No fundo, essa é uma infância que vem sendo proibida de sonhar. E o sonho, a arquitetura de hipóteses, o lúdico, a beleza, a seriedade, o rigor fazem parte da experiência humana (...) a ética está realmente casada com a estética e para mim, cada vez mais, é difícil vê-las separadas. (Folha de São Paulo - 13/9/1996: 3-7)

Do ponto de vista teórico, a incorporação das questões estéticas e afetivas como constitutivas da reflexão e da práxis científica se baseia nos trabalhos do biólogo e antropólogo Gregory Bateson (1908-1980). Para Bateson, *percepção estética* e *conhecimento científico* são processos solidários e não excludentes nas relações de nossa espécie com a natureza que nos precedeu, nos engendrou e até hoje nos sustém. *Estética* é como se define uma certa sensibilidade em relação ao *"padrão que liga"* todos os seres vivos, já que as questões de beleza e feiúra não são um privilégio apenas da evoluída espécie dos humanos, mas um fato da natureza:

> ... enquanto eu escrevia [o livro *Mente e Natureza: a unidade necessária]*, a mente tornou-se para mim um reflexo de grandes e muitas partes do mundo natural do lado externo do pensador. De modo geral, não foram os aspectos mais rudes, mais animalescos e primitivos da espécie humana que refletiram o fenômeno natural. Foram, pelo contrário, os aspectos mais complexos, estéticos, complicados e elegantes que refletiram a natureza. Não foram meus assim chamados "instintos" e assim por diante que eu estava reconhecendo no outro lado daquele espelho, lá na "natureza". Mais exatamente, eu estava vendo ali as raízes da simetria humana; beleza e feiúra, estética e vivacidade e um pouco da sabedoria do ser humano. Sua sapiência, seu encanto corporal e mesmo seu hábito de fazer objetos bonitos são tão "animais" quanto sua crueldade. Afinal de contas, a própria palavra "animal" significa "contemplado com mente ou espírito (animus)" (Bateson 1986: 13).

Na epistemologia anti-darwinista e anti-cartesiana de Bateson[2], a *mente* – a capacidade de aprender e de fazer escolhas – não é um atributo exclusivo do *homo sapiens sapiens*, e nós

[1] Como definiu Oswald de Andrade, em seu *Manifesto Antropofágico*: "*A alegria é a prova dos nove."*

[2] Para uma explanação mais detalhada desta filiação anti-darwinista e anti-cartesiana de Bateson e sobre sua concepção de que as questões de "beleza e feiúra" fazem parte do universo de estudo das Ciências Naturais e Humanas, ver meu artigo "Semeando Interdisciplinaridade: as 'idéias-vivas' de Gregory Bateson", *Revista Ciência Hoje*, nº 228, Vol. 38, julho de 2006, págs. 16-21.

só podemos compreender a natureza e nossa natureza humana quando percebemos que os seres com vida, além de não serem *máquinas*, "*pensam* em termos de histórias":

> "Existe uma história que já usei antes e usarei novamente. Um homem desejava saber sobre a mente e perguntou a seu computador: "Você computa que você algum dia pensará como um ser humano?" O computador começou então a trabalhar para analisar seus próprios hábitos computacionais. Finalmente, a máquina imprimiu a sua resposta numa folha de papel: **"Isto me lembra uma história."** Agora quero lhes mostrar que seja qual for o significado da palavra história na história que lhes contei, o fato de pensar em termos de histórias **não isola** os seres humanos como alguma coisa separada das estrelas e anêmonas-do-mar, dos coqueiros e das prímulas. Na verdade, **se o mundo é ligado**, se estou fundamentalmente correto no que estou dizendo, então o **"pensar em termos de histórias"** deverá ser repartido por toda mente ou mentes, sejam as nossas ou aquelas das florestas de sequóias e das anêmonas-do-mar (Bateson 1986: 21).

Foi um acaso feliz ter encontrado, em primeiro lugar, os trabalhos de Bateson quando sofri minha "conversão ecológica"[3] e busquei incorporar em minha agenda de estudos todo o mundo natural do qual fazemos parte e que é parte de nós, um mundo vivo e real além e aquém de nossas artificiais fronteiras disciplinares, que a formação em Ciências Sociais na década de setenta - tempo no qual as questões principais eram, sem dúvida, de uma "outra" ordem - havia subtraído do universo de preocupações e reflexões acadêmico–científicas de sua "propriedade".

Assim, ao começar a trabalhar dentro do universo tal qual visto quando a ele se incorporam as questões da natureza (natureza humana incluída), minha intuição foi alimentada pelas "idéias-vivas" de Bateson. Guiada por estas duas suas idéias (a importância da percepção estética, das questões de "beleza e feiúra", na construção do conhecimento e o fato de que pensamos, sempre, "através de histórias") comecei a trabalhar em projetos de desenvolvimento local sustentável propondo a produção de "Foto-Histórias" pelos sujeitos-alvos destes projetos.

Na verdade, uma Foto-História nada mais é do que uma espécie de "foto-novela", gênero de grande sucesso até algumas décadas atrás e hoje, com a internet, em franca extinção. Mas uma "foto-novela" com o sinal invertido, na qual o "sujeito-alvo" não é um mero consumidor (em geral, diga-se a verdade, consumidora), mas o autor das fotos e da narrativa, tendo como enredo as pessoas, os lugares e os sentidos que ele/ela confere à sua própria vida.

Foto-Histórias

[3] Esta "conversão" se deu quando da mudança da família – meu filho ainda bebê incluído – das margens da Baía de Guanabara (onde vivi desde os dois anos de idade) para o centro da megalópole de São Paulo, por motivos exclusivamente profissionais de meu marido. Para processar o "choque" de ambientes – onde as questões de beleza e feiúra foram protagonistas – a releitura de *O Capital*, de Marx, com o novo olhar "ecológico", foi profundamente fértil de sentidos, fazendo-me resgatar intuições sobre a importância da natureza e dos processos naturais na subjetividade humana que a primeira leitura, ainda na década de 70, não foi capaz de aprofundar.

O que é uma "Foto-História"? Em primeiro lugar é um instrumento de investigação de campo visando a descrição/avaliação de um determinado ambiente, procurando apreendê-lo não apenas do prisma do conhecimento de seus aspectos físicos, ecológicos e sociológicos, mas também em seus aspectos estéticos/afetivos, revelando o *olhar* do sujeito que nele vive ou trabalha. Em segundo lugar, é um instrumento que busca oferecer um contexto dialógico de aprendizado que acolha a sempre sutil comunicação entre diferentes formações culturais (cientistas da equipe técnica X população alvo, em geral sofrendo do que certos especialistas diagnosticam como "analfabetismo funcional") através da expressão do que cada sujeito vê/sente/pensa do ambiente, facilitando a interação entre os também multi-facetados olhares humanos que se põem em relação nos projetos de desenvolvimento local sustentável.

Do ponto de vista teórico, as Foto-Histórias foram pensadas como um recurso útil visando amenizar o problema que é esta baixa escolaridade encontrada entre a população trabalhadora brasileira envolvida em projetos de desenvolvimento local sustentável, principalmente na área rural. Essa metodologia interativa parte do pressuposto de que, apesar desse "déficit" em termos de educação formal, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros possuem uma cultura, uma inteligência sensível e um conhecimento técnico a respeito do ambiente em que vivem e trabalham - ao mesmo tempo muito refinados e concretos - que não são em geral investigados, ouvidos e aproveitados, como realçado pelo grande (e pouco utilizado) mestre Paulo Freire.

Do ponto de vista prático, as Foto-Histórias são feitas colocando câmeras descartáveis nas mãos dos sujeitos-alvos do projeto em questão e pedindo-lhes que fotografem/comentem "o feio e o bonito" dos ambientes onde vivem e/ou trabalham. Além da foto em si, procura-se sempre recolher um comentário/história (dependendo das possibilidades que o escopo do projeto autoriza) que registre os sentidos atribuídos a cada escolha feita, usando as fotos como substrato sensível para a construção de narrativas (individuais e de grupo) ilustradas com os seres e paisagens locais. Assim, não só uma imagem é requerida, mas também uma história – um contexto de sentidos, que incorpore a fala do sujeito sobre o seu próprio *olhar*.

Utilizo essa metodologia das Foto-Histórias desde 1996, quando realizei um trabalho na área de Educação Ambiental com professoras e alunos da rede pública de Ensino Fundamental, que resultou na publicação "artesanal" (50 exemplares) "Escolas contam histórias sobre Niterói". A mesma metodologia foi aplicada com a população das cidades fluminenses e capixabas que vivem às margens do rio que separa/une o Estado do Rio do Estado do Espírito Santo, para o Projeto Managé de Recuperação da Bacia do Rio Itabapoana

(UFF/1998)[4]; com pescadores e marisqueiros que vivem no último manguezal vivo da Baía de Guanabara, para o Plano de Gestão Participativa da APA de Guapi-Mirim/RJ (IBAMA/2000-2001), com índios Tupinikim e Guarani de Aracruz, para o Estudo Etnoecológico das Terras Indígenas do Espírito Santo (FUNAI-PETROBRAS/2005) e com quilombolas do agreste alagoano, para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Povoado Tabacaria (INCRA/2007).

Em todos estes trabalhos, uma cópia do resultado final editado das Foto-Histórias foi entregue às comunidades que as fizeram.

Do lado da equipe técnica, a idéia de construir foto-histórias pode proporcionar um instrumento valioso para o pesquisador, que seleciona e edita imagens especiais do "local" estudado - como fotos aéreas e de satélite, fotos antigas, mapas, gráficos e outras -, ajudando-o assim a construir suas versões para o mesmo ambiente. Versões produzidas por um olhar diferente, mas complementar ao olhar do "filho da terra", que auxilia os "locais" a se situarem no contexto socio-ambiental global, como no caso que apresentaremos a seguir, no trabalho com os agricultores urbanos da comunidade de Rio da Prata, que vivem nas íngremes encostas do Parque Estadual da |Pedra Branca, a maior floresta urbana do mundo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

De carvoeiros a produtores orgânicos: a "conversão" ecológica dos agricultores do Rio da Prata

Esta foi uma experiência de oito meses de trabalho com várias Metodologias Interativas – entre as quais as "Foto-Histórias" - durante o processo de conversão agroecológica de grupo de famílias agricultoras do Rio da Prata/RJ em um projeto que congregou seus esforços e conhecimentos com os de uma equipe de profissionais com formação acadêmica nas Ciências Naturais e Humanas (dois agrônomos, um historiador-pedagogo e esta antropóloga). Os dois agrônomos, Ronaldo Salek e André Correia, trabalham por mais de dois anos com a comunidade, em um projeto chamado "Desenvolvimento Sustentável da comunidade rural do Rio da Prata", cujo subtítulo é "Conservar, desenvolvendo". Este projeto foi financiado pela Comunidade Econômica Européia e implementado pela ong carioca "Roda Viva".

Eu e o historiador Marcos Barreto fomos chamados em um momento politicamente delicado do trabalho, no qual a comunidade, já decidida a construir sua Associação de Produtores Orgânicos, foi "assediada" por lideranças políticas locais, que ofereciam "apoio"

[4] Estes dois trabalhos foram analisados em minha dissertação de Mestrado, *Em busca do 'padrão que liga': histórias de uma Educação pelo Ambiente.* UFF, 2000.

em troca da Presidência de tal associação. Nossa tarefa era tentar trabalhar a coesão e a consciência política da comunidade, visando fortalecer sua autonomia interna, única forma de fazer frente às demandas clientelistas assediava seus participantes.

No Projeto do Rio da Prata, o formato das Foto-Histórias incluiu não apenas o que se achava "feio e bonito" no ambiente, mas foi pedido que cada participante fotografasse: a si mesmo (com a ajuda de outra pessoa), sua casa, sua família, seu sítio, seus caminhos cotidianos, sua comunidade, sua feira e fotos "livres", com temas de sua própria escolha. Ao final, foi pedido que cada um confeccionasse um cartaz usando cerca de 9 de suas fotos e que escrevesse (ou ditasse) "legendas" para cada imagem dos ambientes e sujeitos importantes em suas vidas, de acordo com o seguinte modelo (editado em papel tamanho A3):

Foto 1 A Casa	Foto 4 Foto Antiga	Foto 7 O Caminho
Foto 2 O Sítio/A Plantação	Foto 5 Foto do Fotógrafo/a	Foto 8 A Comunidade
Foto 3 O Sítio/A Plantação	Foto 6 Tema Livre	Foto 9 A Feira

Participaram dos 15 encontros quinzenais, ao todo, cerca de 18 agricultores da comunidade. Neste texto apresento cerca de quatro Foto-Histórias (Seu Antídio, Dona Antonia, Madalena e Claudinho-Bichinho), para ilustrar o resultado possível de ser obtido. Uma observação importante é a qualidade estética das imagens, feitas por pessoas que muitas vezes manusearam pela primeira vez uma máquina fotográfica.

A hipótese é que o contexto dialógico "horizontal" estabelecido entre a equipe e a comunidade e os laços de afeto e o profundo conhecimento ecológico dos agricultores são os fatores principais de onde emanam a beleza e a precisão narrativa dos trabalhos.

Os "Mapas das Conexões Ativas", metodologia participativa proposta por Marcos Barreto, apresentados logo a seguir, ajudam a mapear os efeitos subjetivos – com efeitos políticos internos bem delineados – do trabalho com a comunidade.

O Mapa Inicial, feito no primeiro encontro, engloba as relações de parentesco, amizade e trabalho, ditadas pelos presentes (Seu Antidio e Seu Arnaldo não estavam presentes). O Mapa da Amizade Final, feito no penúltimo encontro da equipe – em um momento em que o "líder oculto" da comunidade já havia se incorporado ao trabalho (esta incorporação tardia de Seu Antidio, inclusive, não permitiu que suas "legendas" fossem adicionadas à Foto-História) - mostra, para nós da equipe, como as metodologias e a

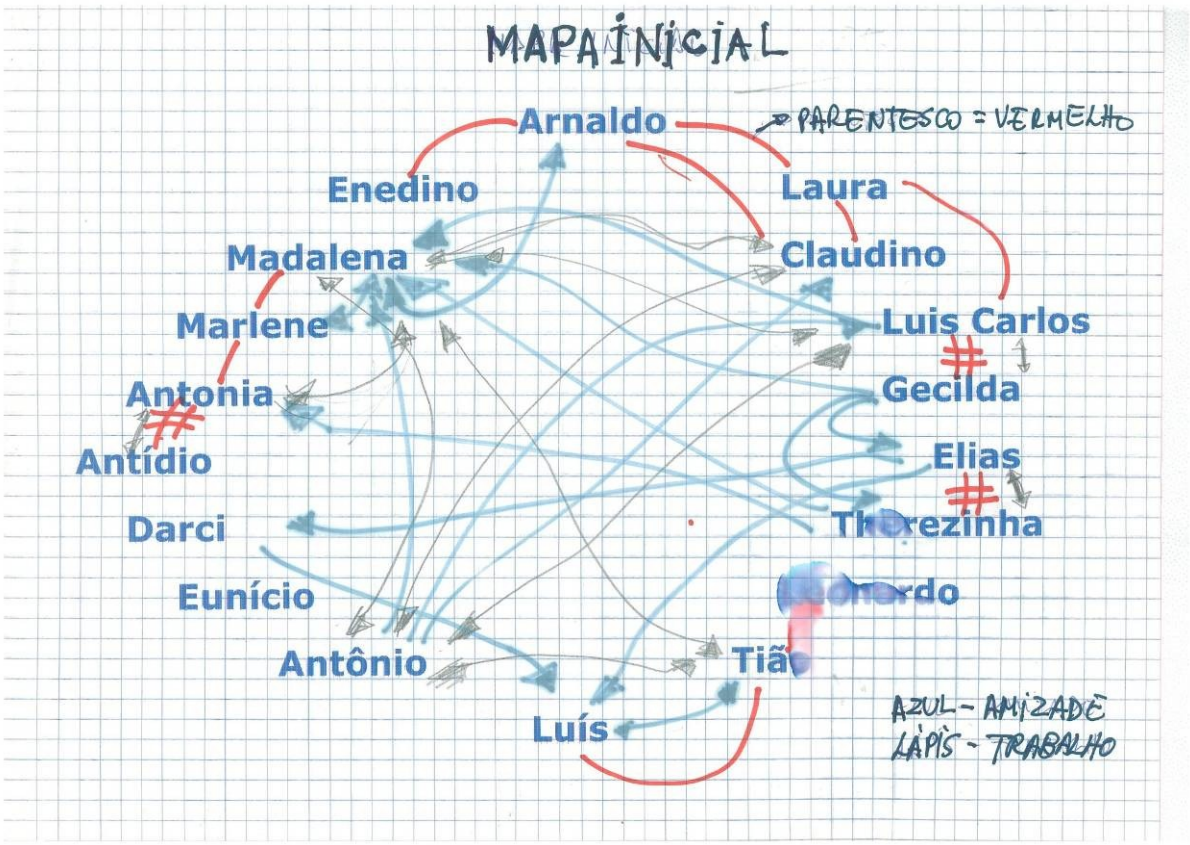
comunicação dialógica usadas no trabalho foram capazes de permitir que a comunidade ganhasse confiança em nós e em si mesma.

Entre outros, o resultado desse trabalho foram cerca de 15 Foto-Histórias individuais**.** Cada autor/fotográfo recebeu uma cópia completa das fotos que realizou e uma xérox colorida (tamanho A3, papel especial) com a sua própria Foto-História. Com as fotos não utilizadas, o grupo "inventou" cerca de duas Foto-Histórias coletivas, procurando contar um pouco sobre o Rio da Prata e sua gente para todos.

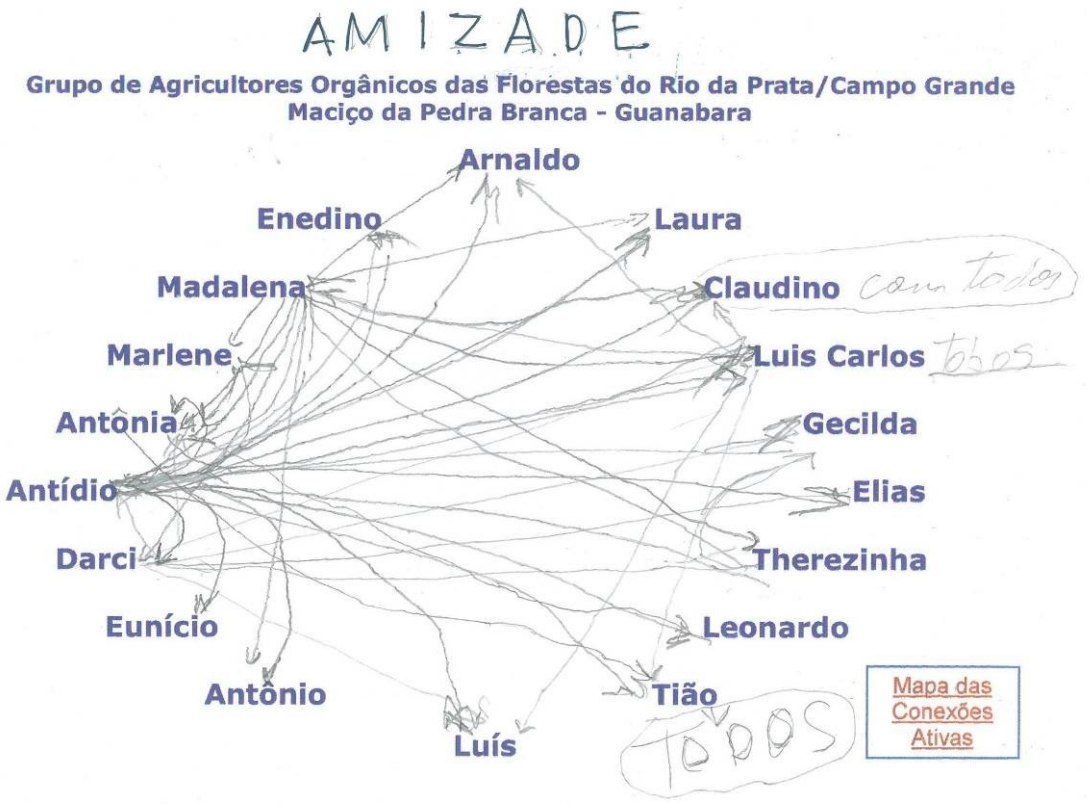
As Foto-Histórias foram expostas, junto com os produtos orgânicos da comunidade, em um evento realizado na praça da igreja do Rio da Prata no dia 30 de outubro de 2002, quando eu e Marcos nos "despedimos" desse estimulante trabalho.

Fotos: Mônica Lepri

Depois disso, mais de dois anos se passaram até que eu tivesse novamente notícia do pessoal do Rio da Prata. Foi quando a antropóloga e amiga Delma Pessanha me telefonou chamando para a defesa da dissertação de mestrado de seu orientando Pedro Leal (2005), sobre o Rio da Prata, com o qual eu havia conversado tempos atrás, passando dicas e informações sobre essa interessante comunidade. O trabalho de Pedro é uma ótima etnografia do grupo que, como agora pude saber, já se constituiu formalmente na Associação de Produtores Orgânicos da Pedra Branca, com a ativa Madalena na Presidência.



Mapa das Conexões Ativas – Amizade – Penúltimo Encontro



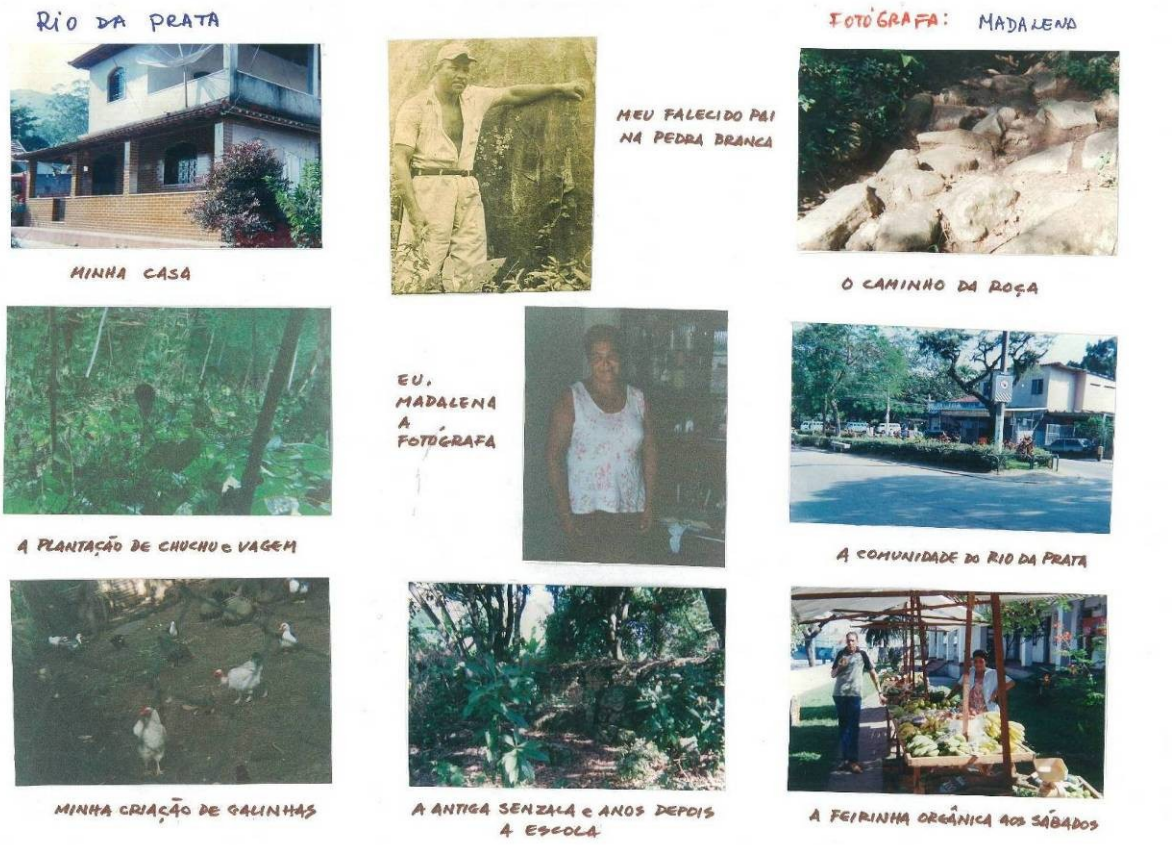


Foto-História de Madalena, Rio da Prata/RJ – 2002

Foto-História de Claudino ("Bichinho"), Rio da Prata/RJ - 2002

Bibliografia

BATESON, Gregory - *Steps to an Ecology of Mind.* London, Paladium, 1973.
_____, *Une Unité Sacrée - Quelques pas de plus vers une écologie de l'ésprit*. Paris, Seuil, 1996.
_____, *Mente e Natureza: A Unidade Necessária.* Rio de Janeiro, F. Alves, 1986.
_____, *Metadiálogos*. Lisboa, Gradiva, 1989a.
_____ e BATESON, Mary Catherine – *La Peur des Anges*. Paris, Seuil, 1989b.
_____ e RUESCH, Jurgen – *Comminication e Societé*. Paris, Seuil, 1988.
FREIRE, Paulo - *Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
_____ , *Pedagogia do Oprimido,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KEHL, Maria Rita – *Sobre Ética e Psicanálise.* Cia. das Letras, 2002.
LEPRI, Mônica - "Semeando Interdisciplinaridade: as 'idéias-vivas' de Gregory Bateson", *Revista Ciência Hoje*, nº 228, Vol. 38, julho de 2006, págs. 16-21.
_____, *Em busca do 'padrão que liga': histórias de uma Educação pelo Ambiente.* Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 196 págs., março de 2000.
MARX, Karl - *O Capital* - Livro I . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
_____ , - *O Capital - Livro III*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
VELHO, Otávio – *Ensaio Bibliográfico: De Bateson a Ingold, passos na constituição de um paradigma ecológico*. Rio de Janeiro, Revista Mana, Volume 7, n º 2, out/2001, PPGAS-Museu Nacional/UFRJ.

IDENTIDADE TERRITORIAL, MÍDIA E DESENVOLVIMENTO: a experiência do Brasil Meridional[1]

Prof. Dr. José Marcos Froehlich[2] e Profª. Me. Joseline Pippi[3]

GT 07 - Comunicação e Cultura no Meio Rural

INTRODUÇÃO

O momento histórico vivenciado mundialmente permite que as comunidades mostrem seus traços específicos, evidenciando-os como marcas culturais distintas em sua auto-afirmação e legitimando suas identidades em relação aos demais indivíduos e comunidades. O palco almejado para a evidência dessas identidades é a mídia, capaz de garantir a existência de realidades. O presente artigo propõe-se a tecer considerações sobre as relações entre a visibilidade midiática de identidades territorializadas e o uso desta "existência cosmopolita" como desencadeadora do consumo amplo de caracteres identitários específicos. Tendo como base a constituição dos marcos territoriais que caracterizam a região, os elementos discursivos sobre desenvolvimento presentes na mídia e a forma como a identidade cultural do lugar é ofertada na imprensa, o ponto de partida a ser considerado é a região da Quarta Colônia, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Interessa meditar sobre a possibilidade de a mídia estar inserida neste processo de desenvolvimento a partir do momento em que se volta para a visibilização de identidades específicas, ofertando-as como produtos que podem ser consumidos como mercadoria, e a respectiva influência que o consumo pode ter em estratégias de desenvolvimento desse território.

DESENVOLVIMENTO

A influência da esfera globalizada

A globalização representa a interseção entre presença e ausência, refere-se ao entrelaçamento de eventos e relações sociais à distância, localmente contextualizados (GIDDENS, 2002). Para o autor a globalização produz resultados divergentes ou mesmo contrários, o que definiu como perspectiva da *dialética do local e global.* Assim, acontecimentos

[1] Esta reflexão é oriunda de resultados parciais obtidos a partir da elaboração de uma tese de doutoramento inserida no projeto "As indicações geográficas como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira", do Programa Hispano-Brasileiro de Cooperação Interuniversitária, apoiada pelo Ministério da Ciência e Inovação (Espanha) e pelo Ministério da Educação (Brasil).

[2] Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço: Faixa de Camobi, Km9 – Campus. Prédio 44, S.5209. Bairro, Santa Maria – RS, (97105-900). E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com.

[3] Mestre, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professora de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Endereço: Rua Aparício Mariense, 2012 – ap.02. Bairro Pirahy, São Borja – RS, (97670-000). E-mail: josipippi@gmail.com.

que tomam forma em lugares longínquos podem influenciar a vida cotidiana dos indivíduos num outro espaço contextual. O contato instantâneo com a multiplicidade de mundos situados além do horizonte imediato faz com que a percepção da realidade ultrapasse as barreiras de espaço e tempo, antes delimitadas, restritas às comunidades de pertença (RODRIGUES, 1994). Uma das características atribuídas à experiência transmitida pela mídia é a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana, fato que demonstra que o processo de globalização pode ser encarado de forma dialética: ações em âmbito global incidem e tem consequências melhor observáveis em âmbito local.

A intensificação do contato entre as nações mostrou que a tendência é haver choques culturais, levando a tentativas mais intensas de delinear de forma mais contundente as barreiras entre si e os outros. As mudanças que vem ocorrendo no mundo devido ao processo de globalização, portanto, provocam reações responsáveis por voltar o indivíduo para a localidade (FEATHERSTONE, 1996). Houve aumento da importância dos localismos, das afinidades de pertencimento às comunidades locais na mesma proporção que houve intensificação do contato entre as nações. São indissociáveis, logo, os processos de globalização e localização.

Supõe-se que a própria identidade se ancora num local específico emocionalmente carregado e sedimentado com suficiente significado simbólico para tornar-se um lugar. O local é o sentido geográfico mais próximo do indivíduo, mas não é homogêneo, estando constantemente sujeito a conflitos. Evidencia-se, assim, a elevação do localismo e suas conseqüências para a formação/reformulação de identidades, com forte sentimento de identificação/pertencimento a um determinado local ou região.

A possibilidade de pertença a inúmeras identidades tornou o indivíduo suscetível a um cenário fragmentado, incitando-o na busca por algum significado simbólico conhecido. Este contexto onde travam-se buscas por identificação em locais específicos, ressalta-se o papel de protagonismo desempenhado pelo território na constituição material da identidade.

A dialética do global e local, permite, assim, algumas considerações em referência aos papéis da identidade e cultura na contemporaneidade. Em primeiro lugar deve-se considerar que, por mais que haja uma tendência direcionada para perceber a cultura ‘globalizada’ como homogênea, isto não ocorre. Houve, em contrapartida, a reprodução em potencial de qualificações e características culturais em todo o mundo, possibilitando o afloramento das culturas e identidades locais, que sentiram necessidade de existir e proclamar sua existência frente ao outro.

Em segundo lugar, a busca pela identificação está na pertença que o indivíduo nutre por seu grupo de origem (ou de escolha), e isto se demonstra em âmbito local. Acredita-se que a

ampla visibilidade de diferentes culturas e identidades permite que os indivíduos desenvolvam melhor a consciência de si frente ao outro, fator que permite a busca da auto-afirmação neste *choque*. Auto-afirmação implica conhecer os limites de sua própria identidade a partir da vivência de todo o aparato simbólico que a constitui; por outro lado, também significa mostrar aos demais suas características, ou seja, *representar* essas especificidades.

Em terceiro lugar, a mídia configura-se como o palco onde estas identidades localizadas se tornam visíveis. Tendo como pressuposto que não há cultura sem mediação (MATTELART, 2005), são essas formas de mediação que as identidades são visibilizadas. Além dos indivíduos, sujeitos responsáveis pela existência de características identitárias, a mídia também encampa este processo. É via discurso midiático que as expressões identitárias são reproduzidas e difundidas. É através dos programas televisivos, radiofônicos, de notícias impressas e na internet que as mais diferentes culturas tomam conhecimento das demais existentes. A mídia é, assim, a grande responsável pela mediação cultural na contemporaneidade.

A representação dessas identidades é feita através da construção de um discurso que atende aos objetivos da empresa midiática, repleta de intencionalidades outras além de *informar*, sendo *vender* uma delas. Se por um lado a mídia aproveita-se da constituição fragmentária das culturas na contemporaneidade para, de posse de alguns pressupostos culturais, vender produtos embutidos em informações, por outro lado existem comunidades que almejam a visibilidade midiática com o intuito de existir publicamente, diferenciar-se em relação às demais e, (por que não?) *vender* suas características identitárias como produto.

O território como base para o desenvolvimento

Toma-se como pressuposto que o território, enquanto espaço de vida de uma sociedade local, com sua história, dinâmica social e redes de integração, é a inscrição espacial da memória coletiva, tendo, assim, uma forte referência identitária para com os indivíduos que nele habitaram ou habitam (WANDERLEY, 2000). É o território a origem de características de identificação para seus habitantes, sendo estas passíveis de se inscreverem sob a forma de balizas que marcam (e marcavam) o cotidiano, com a finalidade de demonstrar sua materialidade de forma visível, facilitando, assim, sua representação simbólica. Se a determinação do território depende das relações de poder, dos aspectos culturais, então é convincente afirmar que desenvolver um território de forma autônoma é valorizar o diferencial de cada lugar em particular, atentando para sua constituição material e sócio-cultural específicas. Sendo assim, o princípio do desenvolvimento territorial residiria nos usos materiais e simbólicos colocados em prática a partir da representação do *que é o território* pela população que nele reside, quais suas

expectativas em relação a este desenvolvimento e como aplicá-lo no intuito de alcançar a felicidade de todo o grupo.

Neste sentido o desenvolvimento se parece mais com uma atividade (inter) subjetiva do que propriamente objetiva, visto que depende mais do capital social e humano do que propriamente de condições materiais de excelência. Um exemplo pertinente neste âmbito é a consolidação de uma identidade coletiva regional atrelada ao território da Quarta Colônia, estabelecida a partir da afirmação da cultura dos imigrantes que povoaram o local, aliado a fatores como origem histórica etno-cultural e na pertença a um território diferenciado, com suas caracteristicas específicas (FROEHLICH e ALVES, 2007). A identidade territorial tomou forma a partir do momento que determinado grupo (imigrantes italianos e alemães que povoaram o local em meados do Séc. XIX) desenvolveu socialmente aquele espaço, imprimiu ali suas marcas culturais e identitárias. Insere-se neste viés, também, como integrante do capital cultural, a identidade de grupo e a capacidade simbólica de se auto-representar perante a alteridade (o outro) e também a capacidade de visibilizar esta representação através de mensagens direcionadas. Se cada território possui características peculiares, seja no seu âmbito natural, espacial, de costumes e lidas específicas, nada mais justo que tomar estas características como apoio em projetos voltados para o desenvolvimento. É perceptível, então, que em muitas situações as características culturais e identitárias atreladas a um determinado território sejam ofertadas enquanto mercadoria para os consumidores. Assim, não apenas produtos materiais, mas experiências congregam-se em mercadoria.

Partindo-se do viés que considera o desenvolvimento territorial tendo as relações sociais e culturais mais as características do território como base de apoio, como tomaria forma este processo? A derrocada das barreiras espaciais não diminui a significância do espaço para o sistema capitalista, mas ao contrário, ao enfatizar determinadas especificidades na qualidade dos lugares, desperta a curiosidade de potenciais investidores, acarretando forte competição entre os que disputam investimentos e buscam atraí-los para os seus respectivos espaços. Neste contexto complexo, no qual a dialética do global e local mostra-se como o viés mais adequado para interpretar as nuances fragmentárias da contemporaneidade, é mister compreender a forma como as interações global-local ocorrem, principalmente em se tratando de determinar estratégias de desenvolvimento.

Na mesma proporção que a globalização evidencia os espaços específicos, mostra os territórios a partir de suas constituições culturais, visibiliza estes lugares para empresas ou indivíduos que queiram investir em seus contextos como forma não só de incentivar o desenvolvimento desses lugares, mas também obter lucros com isso. Ademais a este contexto é

interessante notar que não são somente investidores os sujeitos atraídos, mas também consumidores.

Este contexto do consumo de identidades pode ser de grande valia para as estratégias de desenvolvimento territorial. Como o processo de desenvolvimento estrutura-se sobre os moldes capitalistas, não se pode prescindir da lei de oferta e procura. Ao se considerar o território como *sui generis* a partir de suas especificidades sócio-culturais, nada impede que este diferencial seja ofertado na forma de um produto. Assim, as experiências específicas de um determinado território reificam-se, tornando-se produtos. Esta oferta de experiências *sui generis* como podem ser entendidos como *kits identitários fornecidos pelo mercado* (BAUMAN, 2008). Assim, o indivíduo consumidor tem à sua disposição diferentes opções de identificação para tornar-se apto a ser consumido – pode-se optar pela experiência expressa acima e/ou por diversas outras semelhantes ou diferentes.

Ao refletir sobre a sociedade e cultura de consumo, nota-se que esta está repleta de novos valores que guiam a dinâmica da sociedade. Não há mais divisão entre 'coisas a serem escolhidas' e 'os que as escolhem': houve, assim, a *transformação dos consumidores em mercadorias;* ou antes, sua dissolução no mar de mercadorias (BAUMAN, 2008). Nesta conjuntura os indivíduos tornam-se mercadorias, sendo aliciados, estimulados ou forçados a promover-se enquanto mercadoria atraente e desejável. Estar inserido na sociedade de consumidores, portanto, transforma os indivíduos em mercadoria. Tornar-se mercadoria é ter um corpo suficientemente reificado[4] para que possa ser consumido; é contribuir constantemente para elevar seu próprio valor agregado , facilitando o consumo de si mesmo; é estar apto a ser consumido. Assim, tornar-se apto para ser objeto de consumo implica ser diferente, especial, distinto dos 'outros' que também almejam serem consumidos. Estas características subentendem algo a oferecer em troca – o que pode ser representado pela capacidade de ter tido experiências *sui generis*, ter estado em determinados locais ou em contato com certas pessoas.

Ter a experiência de uma identidade, de um território, de uma forma específica de vivência pode, assim, ser o diferencial que determina o indivíduo enquanto mercadoria consumível. A partir deste estágio é interessante perceber que as experiências, a fim de serem consumidas, devem ser ofertadas no mercado. Uma forma plausível de ofertá-la é formular uma proposta coerente, baseada num discurso tentador, e transmiti-la à audiência. Nesta esfera de performance a mídia é o suporte mais adequado para a tarefa.

[4] Reificação é outro conceito criado por Marx, que significa a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de acordo com os hábitos humanos, mas segundo as leis que regem os objetos (BOTTOMORE, 2001).

A mídia como suporte da identidade-mercadoria

A esfera da informação integra o conjunto dos acontecimentos que ocorrem o mundo, formando o meio ambiente dos indivíduos (RODRIGUES, 1994), noção que implica que o indivíduo interiorize o fato de que é a visibilidade midiática que garante a existência pública dos fenômenos. A mídia, assim, passaria a condicionar a existência pública de informações.

A apropriação dos produtos da mídia é sempre um fenômeno localizado, no sentido de que ela sempre envolve indivíduos específicos que estão situados em contextos social-históricos particulares, e que contam com os recursos que lhes são disponíveis para dar sentido às mensagens da mídia e as incorporar em suas vidas (THOMPSON, 2008). Em se tratando da mídia como mediadora desta representação identitária das culturas, tem-se que atentar para o fato de que todos os produtos midiáticos atendem a padrões pré-estabelecidos que possuem uma intencionalidade na disseminação de mensagens. Assim, programas jornalísticos formulam um padrão de discurso voltado para finalidades diferentes de anúncios publicitários, por exemplo.

Se a mídia é responsável pela representação de identidades no palco globalizado, é interessante notar a busca de grupos locais pela existência midiática, para além de auto-afirmarem-se, angariarem visibilidade de longo alcance. No momento em que a globalização possibilitou a ampliação do espaço de existência das identidades, a contemporaneidade decretou a necessidade anterior da existência restrita como forma de auto-afirmação. Nesta conjuntura, papel central é desempenhado pelos meios de comunicação, visto serem eles os mais diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do espaço público para a população (CANCLINI, 2007). Assim, pode-se considerar que o cenário de existência das comunidades foi potencializado pela ação da mídia, que, através da veiculação de informações, difunde esta existência.

A mídia *representa*[5] realidades e o faz através do discurso midiático. O discurso determina o lugar de fala dos indivíduos e expressa uma intencionalidade. É através do discurso que as identidades e culturas são representadas. O discurso midiático, por sua vez, possui características específicas: i) o discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário; ii) as mídias são parte interessada nessa prática social, mas de forma organizada, instituindo-se em empresa de produzir informação através do que se pode chamar de *máquina midiática*; e, por fim, iii) tais empresas acham-se em concorrência num mercado que as

[5]A representação cumpre três funções sociais: a de *representação coletiva* (orienta os esquemas de classificação, ações e julgamentos do grupo); de *exibição* (materializa as características do grupo via signos), e, *presentificação* (encarnação, em um representante, de uma identidade coletiva) (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006). A representação, assim, pode ser encarada como a maneira como um grupo constitui a consciência de si, partindo-se da sua identidade coletiva, para evidenciá-la em relação aos outros (detentores de outras características identitárias).

força a desenvolver estratégias de diferenciação para *vender* mais e melhor seu produto (CHARAUDEAU, 2006). A mídia constitui-se, a partir do exposto, como o suporte do 'discurso midiático', seu principal produto e resultado final de seu funcionamento.

É interessante notar que o discurso é reflexo de relações de poder e espelha determinadas práticas concebidas a partir de certas estratégias tanto de produção como de objetivos (FOUCAULT, 2008). O discurso midiático, por sua vez, é fruto de correlações de força entre diferentes agentes, que fazem uso de estratégias para atingir objetivos distintos. O discurso resultante desses embates certamente será voltado para a *venda* de informações. A busca da visibilidade midiática também determina a existência da informação enquanto produto viável para consumo.

Tendo por base o pressuposto que a visibilidade midiática pode ser uma maneira de grupos específicos existirem no contexto global (como por exemplo, a região da Quarta Colônia – Brasil, aqui objeto de reflexão), esta existência pode ser parte de uma estratégia voltada para o desenvolvimento de seu território.

Assim, verifica-se que o discurso midiático é consumido como produto. Este consumo é, num primeiro momento, simbólico, visto que sensibiliza os indivíduos expostos a esse discurso em relação às informações ali contidas. Esta sensibilização pode ter desdobramentos objetivos: levar o indivíduo a consumir algo relacionado à informação visibilizada e também influenciá-lo a adotar determinados discursos como seus. Este jogo torna a mídia essencialmente atrativa, posto que o discurso midiático torna-se um meio para atingir o fim (ser consumido enquanto informação e como produto também).

Em segundo lugar, pode-se inferir que a multiplicidade de culturas, ao permitir que houvesse um retorno à localidade, possibilitou que a mídia se tornasse espaço de disputa para a visibilidade das identidades e culturas territoriais de comunidades. A visibilidade midiática, assim, torna-se a forma mais eficaz de garantir a existência/visibilidade global de territórios e comunidades locais, que ao se constituírem enquanto produto de consumo, despertam a atenção dos consumidores.

Um terceiro ponto a se ressaltar é o fato de a visibilidade midiática integrar-se a estratégias de desenvolvimento dessas comunidades territorializadas. Neste sentido, verifica-se a existência de associações que, ao produzirem informações segundo as práticas noticiosas, contribuem para tornar seus respectivos locais de origem visíveis na mídia. O desenvolvimento de dispositivos midiáticos garante a existência pública (local e global) desses territórios e de suas especificidades tornam-se atrativos para investidores e também consumidores.

O Caderno Quarta Colônia como estratégia de desenvolvimento

O recorte territorial da pesquisa representa uma região com história, cultura e desenvolvimento sócio-econômico específico, que recorreu à visibilidade midiática para afirmar sua identidade territorial *sui generis* no país. A Quarta Colônia é uma área localizada na região central do Rio Grande do Sul, conhecida por ser um dos territórios mais antigos do Estado a receber um grande número de imigrantes. Das etnias que compõem o local destacam-se os italianos e alemães (os 'desbravadores'), além de outras que também compõem o cadinho cultural da região, como portugueses, espanhóis e afro-descendentes (ZANINI, 2006).

Em 1996 foi aprovado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS/Quarta Colônia), voltado para o planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento da região. Os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, que integram a região, reuniram-se, para eleger o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS/Quarta Colônia), que se tornou o fórum legal de discussão das ações, projetos e programas de interesse regional voltados para a integração e o desenvolvimento dos municípios consorciados. Um dos traços fortes evidenciados, além das características dos imigrantes que ali se estabeleceram em fins do Sec. XIX, é o apelo à natureza: toda a Quarta Colônia é reconhecida por suas belezas naturais devido à sua localização em espaço que constitui uma franja da Mata Atlântica (FROEHLICH e ALVES, 2007). A área total compreendida pelos nove municípios é 2.923 Km^2, onde residem 60.711 habitantes.

Em se tratando de visibilidade midiática neste contexto, interessa, então, verificar a maneira como o Condesus, enquanto editor do Caderno Quarta Colônia, evidencia a região através desse produto midiático. Assim, procurou-se qualificar o Caderno Quarta Colônia como um jornal impresso, formato tablóide, colorido, informe semanal encartado no jornal Diário de Santa Maria, que circula em 35 municípios da região central do Rio Grande do Sul. Produzido segundo os moldes jornalísticos pelo Condesus, o caderno retrata a memória, os costumes, as belezas naturais do local, bem como a herança dos colonos que ali se instalaram a partir de meados do Séc. XIX e, também, reserva espaço para divulgar as ações praticadas pelo Condesus em vistas ao desenvolvimento do território. O caráter *sui generis* da publicação é referenciado pelo fato de ser único produto informativo midiático voltado para a divulgação de uma determinada identidade territorial no Estado do RS.

Tendo como base os marcos que definem o território da Quarta Colônia, procurou-se determinar como eles são referenciados e como aparecem no discurso midiático referenciado no Caderno Quarta Colônia. Assim, i) lugares: rio, montanha, vale, mercado tradicional; ii) trajetos:

de caça, de trabalho, defesa, lazer; iii) símbolos: lutas, heróis, criações, produção; iv) estruturas fundiárias: obras, construções, pontes, arquitetura; e, por fim, v) equipamentos coletivos: moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol (WANDERLEY, 2000), foram buscados no texto midiático e figuram como caracteres que delimitam a região e servem como qualificativos da Quarta Colônia.

Analisando a incidência dos marcos foi possível qualificar o texto midiático e a representação identitária do território, convergindo para o estabelecimento do ideário de desenvolvimento buscado pelo CONDESUS, entidade que produz o informativo semanal. Após leitura analítica e direcionada do periódico, verificou-se as seguintes características relacionadas à visibilização de identidade territorial como estratégia voltada para o desenvolvimento:

a) Com relação aos *marcos territoriais*: a região é demarcada por suas belezas naturais, sendo sempre ressaltado o caráter *desbravador* das etnias que ali se instalaram em meados do séc. XIX. Este posicionamento faz consonância com o ideário pluralista de junção étnica e cultural, atribuido a todas as etnias constituintes do local (italianos, alemães, portugueses, espanhóis, afro-descendentes) o papel de construtoras da região – discurso que a seu tempo faz jus

à proposta de desenvolvimento sustentável para o território. Como a região é formada por diversos municípios, apenas os nove integrantes do CONDESUS são mencionados de forma regular. Assim, é a *constituição natural* única da região ressaltada regularmente, inferindo ao leitor que o lugar Quarta Colônia possui uma paisagem inigualável; no mesmo sentido, os *trajetos* dos desbravadores sempre são relembrados em tom épico, enfatizando a importância de sua atuação no local para a constituição identitária do território (a forma como o cultivo se estendeu pelo relevo, por exemplo, demonstra a apreciação pela *constituição fundiária* do local, trabalho dos colonizadores). Os símbolos (religiosos, heróicos, memoráveis, exemplares) também são fortemente recordados, sendo inferidos eminentemente como episódios reais, mas com certa conotação épica, suscitando o saudosismo pelos "velhos tempos".

b) Em se tratando dos *elementos discursivos sobre desenvolvimento* emitidos pelo periódico: a voz oficial é a do CONDESUS, que enquanto produtor da informação evidencia o potencial de desenvolver o território a partir de sua base identititária *sui generis* (demonstrada pelos marcos), atribuido aos constituintes objetivos e subjetivos do território o poder para tanto. Dessa forma, sempre toma a palavra o diretor do Consórcio, que demonstra os aspectos diferenciais da Quarta Colônia, fomentando ações em conjunto (indivíduos e associações) das localidades em prol do desenvolvimento – sendo este ora de conotação local, ora regional. O periódico existe para

incluir os indivíduos na comunidade e visibilizar aspectos da região que possam despertar interesse em outras pessoas, que possam, a partir da leitura, querer fazer parte daquela realidade.

c) A *oferta da identidade* mostra-se de maneira efetiva através da titulação das matérias jornalísticas publicadas e também pelas imagens apologéticas que buscam despertar o interesse do leitor. Indiretamente, os sentidos apontam para a oferta de um lugar (a Quarta Colônia), local onde pessoas corajosas se estabeleceram e aí firmaram-se para viver, trazendo seus hábitos diferenciados e adquirindo tantos outros no decorrer do tempo, construindo um território com símbolos, crenças, práticas culurais distintas e diretamente relacionadas ao espaço físico daquela região. O periódico evidencia uma região formada por descendentes de imigrantes que até hoje cultuam algumas práticas de seus antepassados, como festas religiosas, cultivo de determinadas culturas, gastronomia, modo de falar, características que com o passar do tempo tornaram-se inerentes àquele território. A utilização de imagens evidencia que *o local fala por si mesmo* e o leitor pode fazer parte dessa realidade, consumindo o lazer, a cultura, as festas religiosas, a gastronomia que somente a Quarta Colônia pode oferecer.

É interessate enfatizar que a constituição da identidade da região da Quarta Colônia para consumo via mídia passa pela idealização de um lugar repleto de memórias épicas (passado difícil, árduo e glorioso), mas ao mesmo tempo parte integrante do mundo contemporâneo, globalizado – este representado pela presença de novas tecnologias. Ou seja, são características específicas e relacionadas ao território que se revestem do tom de novidade para despertar a curiosidade e o interesse dos consumidores, que também podem ter aquela experiência do território, tornando-se indivíduos mais valiosos no mercado de bens simbólicos. O "consumo" da Quarta Colônia torna os indivíduos mais bens cotados nesse mercado e ainda auxilia na perpetuação e disseminação do ideário identitário da região.

CONCLUSÃO

A maneira como as identidades são representadas na mídia pode ter vieses distintos, dependendo do produtor da informação, como ele dá-se a conhecer via discurso midiático e qual sua intencionalidade. Assim, grupos territorializados utilizam-se do formato da informação midiática (jornalística) com o intuito de ter visibilidade, sendo esta um *meio* agenciado para atingir determinado fim, ou seja, fazem uso do formato discursivo midiático como estratégia para alcançar objetivos pré-determinados.

A relação entre cultura (tomando como pressuposto o caráter da identidade), território e desenvolvimento expressa nesta reflexão pode ser expressa da seguinte forma: o território, sendo moldado por relações de poder, por forte referência identitária, pela memória coletiva e também

pela significação simbólica que seus habitantes lhe conferem (em consonância à constituição natural), é cenário do deslanchar de culturas específicas. O desenvolvimento, a seu tempo, pode se apegar a estas características específicas como forma de ancoragem para sua aplicação. Tornar-se mercadoria é uma forma de garantir que o processo de desenvolvimento de um dado território tenha êxito, visto que o contexto social contemporâneo pode ser caracterizado também como consumista. Dessa forma, aspectos culturais podem ser representados alhures e ofertados para o consumo de indivíduos que desejam *ter a experiência daquela cultura*. A forma mais viável de oferecer uma mercadoria é através da mídia, haja vista sua grande penetração na tessitura social. Passa-se, agora, ao escrutínio das relações destes com a mídia – suporte da visibilidade almejada.

Ao expor possibilidades de relações entre identidade territorial, mídia e desenvolvimento, procurou-se demonstrar que a idéia de indivíduos integrando o discurso midiático ao seu cotidiano é uma prática possível. Ao fazer uso de sua identidade territorial como um produto simbólico a ser ofertado como mercadoria, abrem-se outras possibilidades, outros objetivos de uso da visibilidade midiática. Neste sentido, Thompson (2008) demonstra bem esta situação, ao afirmar que a apropriação localizada dos produtos da mídia foi o maior fator de estímulo às variadas formas de conflito e mudança social no mundo moderno. Se a apropriação de bens simbólicos veiculados via mídia abre a possibilidade de mudança social, então é capaz de gerar modificações que guiem os grupos para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada.* São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, M. *O poder da identidade.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias.* São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso.* São Paulo: Contexto, 2006.

FEATHERSTONE, M. *Localismo, globalismo e identidade cultural*. Sociedade e Estado. Brasília: UnB, pp.9-42, 1996.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber.* 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FROEHLICH, J. M. e ALVES, H. F. I. *Novas identidades: novos territórios: mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial.* In: Extensão Rural. Santa Maria: UFSM, n. 14, p. 65-90, 2007.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MATTELART, A. *Diversidade Cultural e mundialização.* São Paulo: Parábola, 2005.

RODRIGUES, A. D. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação.* Lisboa: Editorial Presença, 1994.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo.* Estudos Sociedade e Agricultura. 15 out. pp 87-115, 2000.
ZANINI, M. C. C. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

IMAGINÁRIOS E SIGNIFICADOS DAS FESTAS CAMPONESAS: olhares urbanos e rurais

Josiane Carine Wedig
(josi_wedig@yahoo.com.br)
Mariana Oliveira Ramos
(mariana_avati@yahoo.com.br)
Renata Menasche
(renata.menasche@pq.cnpq.br)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

GT 07 - Cultura e comunicação no mundo rural

Resumo:

Podemos notar estar em curso um movimento crescente de valorização do rural, ou seja, a busca por um rural idealizado, por suas tradições, paisagens, história, alimentos *naturais*. Esses aspectos podem ser observados na medida em que a população urbana procura, cada vez mais, alimentos de qualidade, moradia para os finais de semana, turismo e também as festas rurais. Temos observado esse movimento em nossas pesquisas junto a camponeses e citadinos, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Maquiné e Vale do Taquari). Neste trabalho, focaremos o olhar sobre o processo de idealização do rural a partir das festas, buscando identificar quais são as representações de agricultores e citadinos sobre as mesmas, ao mesmo tempo em que observamos permanências e mudanças que se operam nas festas e estão associadas a transformações mais profundas nas relações entre o rural e o urbano.

Introdução

Neste estudo buscamos refletir acerca de um movimento crescente, que tem ocorrido nos últimos anos, de valorização do rural por parte da população urbana, ao mesmo tempo em que procuramos apreender as configurações que vão tomando as representações da população rural a partir desse movimento.

No contexto de nossas pesquisas, essa idealização dá-se a partir da valorização explícita, por citadinos e agricultores, do modo de vida no campo, percebido enquanto um lugar de bem- viver, de bem comer, de calma e tranquilidade. Nos últimos anos, o espaço rural, suas tradições e identidades, vêm sendo reconhecidos pela população urbana, o que é evidenciado em nossos contextos de pesquisa, explicitando-se a partir da instalação de casas para passar finais de semana, da circulação de carros, trazendo pessoas que vêm da cidade especialmente para comprar alimentos e celebrar as festas rurais, entre outros.

Comida caseira, produtos artesanais e festas tradicionais, entre outros elementos de um passado agora admirado e desejado, têm sido demandados por turistas e visitantes. Nesse processo, práticas e tradições antigas são atualizadas, voltando a fazer parte de contextos rurais, ressignificadas e reelaboradas, remetendo à memória do passado. Interessa-nos aqui

refletir sobre como ocorre a reinvenção de práticas, identidades e tradições, consumo de bens e, ao mesmo tempo, as reconfigurações das fronteiras entre o rural e o urbano a partir da atualização desses processos.

Vivências e olhares do rural idealizado

Para a construção desta reflexão acerca do processo recente de valorização do rural (de suas tradições, paisagens, produtos, festas, entre outros) por parte de indivíduos oriundos da cidade, nos voltamos a estudos que têm observado essa dinâmica em diferentes contextos (Champagne, 1977; Carneiro, 1998; Cristóvão, 2002; Menasche, 2009). Estes estudos têm demonstrado que entre a população urbana há os que buscam no rural espaços e produtos capazes de os (re)conectar com um estado de *pureza*, de autenticidade e de vida *natural*, aparentemente perdidos nas urbes mas resguardados no espaço rural. A demanda desse segmento urbano caracteriza o que Champagne (1977) denominou de "moda do antigo", cujo movimento provém, conforme Menasche (2009), da construção da imagem de um "rural idealizado".

Cabe ressaltar que esse movimento de (re)valorização do rural é um contraponto recente ao que se consolidou a partir da difusão da agricultura moderna, quando saberes e práticas de camponeses foram estigmatizados e entendidos como símbolos de atraso e fadados ao desaparecimento, em não seguindo o processo de modernização, difundido por governos, meios de comunicação, mediadores, entre outros. Esses processos, associados a forte desprestígio e estigma dos modos de vida rurais, concorreram para um intenso êxodo rural.

Uma referência interessante sobre a mudança de percepções sobre o rural (agora positivado) é o estudo de Champagne (1977), no contexto de uma comunidade rural francesa. O autor aponta, na França do final dos anos 1970, um movimento inverso àquele ali observado nos anos 1950, quando – no momento em que tudo o que tinha ligação com o modo de vida camponês era considerado arcaico – os camponeses desfizeram-se, por exemplo, dos antigos móveis de família, de madeira, adquirindo móveis de fórmica, símbolo então, a seus olhos, de "modernidade". Champagne observa, no período mais recente, uma reviravolta nos valores dominantes, já que os móveis de estilo rústico voltam à cena com valor decorativo: os móveis dos ancestrais passam a ter um valor afetivo (são os móveis da família) e um valor simbólico, agora positivado. O autor evidencia um movimento de valorização do passado, da natureza, da agricultura tradicional, isso como contraponto ao avanço da civilização urbano-industrial.

Esse movimento de valorização do rural foi também salientado por Menasche (2004) com relação às escolhas alimentares. Em pesquisa junto a moradores de Porto Alegre, a autora observou que, frente à desconfiança expressa por consumidores com relação a alimentos industrializados, percebidos como excessivamente manuseados e, ainda, provenientes de lugares distantes, o *natural* e o *rural* seriam identificados como autênticos, o que estaria associado a uma busca, por moradores da cidade, por produtos vegetais e animais locais, regionais e produtos artesanais. Como salienta a autora, "a ruralidade, mais que qualquer outro atributo, parece condensar todas as vantagens que distinguem o alimento desejável do alimento industrializado." (Menasche, 2004, p. 122)

Figura 1- Comida caseira preparada para o Filó do Jacarezinho.

Deste modo, podemos apreender que ocorre atualmente um movimento de busca do rural por parte de segmentos urbanos e, ao mesmo tempo, uma (re) significação do rural por parte da própria população rural, como apontado por Menasche (2009, p.9)

> Poderíamos sugerir que temos (…) situações em que, ao ressignificar positivamente, entre aqueles que vivem no campo, práticas e identidades até pouco estigmatizadas, ou seja, ao demandar um rural idealizado, consumidores urbanos estariam contribuindo para uma reinvenção dessas práticas, identidades e tradições.

A valorização recente por moradores da cidade dos atributos rurais implica, assim, também em novos significados atribuídos pelos moradores do campo a respeito de seus modos de vida. Contudo, vale mencionar que antes desse processo, era possível observar um tipo de valorização do rural por parte desses que ali habitam. Na comunidade[1] de Fazenda Lohmann (Vale do Taquari), por exemplo, os agricultores narram que durante o processo de industrialização e modernização do campo, a maior parte das famílias rurais adquiriu máquinas e implementos agrícolas, adaptando seus sistemas de produção, estabelecendo parcerias com agroindústrias na produção de porcos, aves, leite, entre outros. Na adesão às novas tecnologias, os agricultores viram-se compelidos a adequar-se aos padrões produtivos urbano-industriais, estabelecidos pelas agroindústrias. No entanto, o que aqui interessa notar é que, ao mesmo tempo, elementos do "modo de vida rural" eram reafirmados, como, por exemplo, a manutenção das práticas produtivas tradicionais na produção de alimentos, especialmente na criação de porcos e galinhas destinados ao autoconsumo da família, parentes e vizinhos.

A partir desse exemplo, centrado na alimentação das famílias rurais, podemos sugerir que, em momentos em que seu modo de vida era estigmatizado e desvalorizado em detrimento do ideal "moderno", os camponeses, ainda que de forma não explícita, permaneceram valorando positivamente sua alimentação, o que não se deu sem contradições, uma vez que, ao mesmo tempo, também os alimentos industrializados eram positivamente valorizados.

Por outro lado, podemos, em alguma medida, observar que o atual movimento de

[1] Utilizamos aqui o termo *comunidade* a partir da nomeação nativa.

valorização do rural por parte dos citadinos está relacionado aos elementos do modo de vida rural que, ainda que timidamente, continuaram a coexistir com a modernização da agricultura, que se pretendia homogenizadora. Hoje, a valorização observável do rural é explícita: através do turismo rural, na realização de festas e busca de alimentos de origem rural por parte dos citadinos, num movimento de valorização do rural que se intensifica no meio urbano e que também pode ser observado entre as agricultoras e agricultores, que identificam o rural como lugar de bem-viver.

Desse modo, temos que comidas caseiras, produtos artesanais, festas tradicionais, entre outros elementos de um passado agora admirado e desejado, têm sido demandados por turistas, visitantes e parentes que moram em espaços urbanos. Nesse processo passam a ser revividas e reordenadas práticas e representações tradicionais que em alguns contextos rurais já haviam quase desaparecido.

Buscamos refletir sobre essa reinvenção de práticas, identidades e tradições, bem como sobre os significados atribuídos a eles pelas famílias rurais e por citadinos, tomando como foco de observação as festas rurais.

As festas e seus significados simbólicos

Neste estudo, centramos nosso olhar nas festas, por compreendermos que elas apresentam-se como tempos e espaços privilegiados de demonstração de valores dos grupos que as realizam. As festas podem ser compreendidas como atos simbólicos que falam da organização social de um grupo e, ao mesmo tempo, falam de sua sociabilidade.

Figura 2- Filó do Jacarezinho – organização dos alimentos.

Mesmo entendendo que as festas constituem-se como momentos não-cotidianos, elas podem expressar os valores ali encontrados, pois, como nos ensina Peirano (2003), aquilo que encontramos em um ritual – e aqui entendemos a festa como um ritual – está também presente no dia-a-dia e vice-versa, já que no ritual expandem-se e ressaltam-se as representações e valores de uma sociedade, presentes em seu cotidiano em manifestações muitas vezes mais sutis.

Rituais festivos apresentam-se, nas palavras de Perez (2002), como bons para pensar: pensar os fundamentos dos vínculos coletivos, o que faz a sociedade. Eles têm dinâmicas próprias, constituindo-se como atos coletivos "extraordinários", "extra-temporais" e "extra-lógicos", espaços em que interligam-se elementos do comer, beber, partilhar e alegrar-se. Nesse sentido, neles se realizam consumação, dispêndio, sacrifício, troca-dom, reciprocidade,

ou seja, o ato mesmo de produção da vida (Perez, 2002). Para essa autora, a festa é o tempo-espaço do excesso, em que rompe-se a temporalidade linear, a lógica da utilidade e do cálculo, opondo-se ao ritmo regular e rotineiro da vida, doando-se ao dispêndio, à exacerbação.

Compreende-se, assim, que as transformações mais amplas dos significados dos espaços e dos modos de vida rurais podem também ser observadas através desses rituais, que, reelaborados, evidenciam adaptações a espaços e tempos distintos daqueles em que foram gestados e, neste aspecto, corrobora-se com Douglas (1966), que explica que os rituais animam a memória e ligam o presente com o passado.

Para o desenvolvimento destas reflexões, toma-se como inspiração, entre outros, o estudo realizado por Champagne (1977) – anteriormente mencionado –, em que o autor analisa as transformações ocorridas, em contexto francês, nos valores e modos de vida camponeses no que concerne às práticas "tradicionais" e àquelas importadas do "exterior". O autor citado toma como objeto de estudo as festas camponesas locais, entendendo que elas exprimem sua unidade e integração, bem como as mudanças que as afetam.

Aqui cabe fazer menção à interessante diferenciação estabelecida por Champagne, a partir de observações realizadas em comunidade rural francesa, no que diz respeito às festas. O autor aponta um processo de mudança nas festas, que traduz as mudanças mais amplas nos modos de vida das famílias rurais. Essas mudanças estariam relacionadas à questão de quem organiza e "para quem" é realizada a festa. Teríamos, assim, a festa antiga (*da* aldeia) e a festa à antiga ou *na* aldeia.

As festas *na* comunidade, segundo a classificação de Champagne (1977), são aquelas em que é reconstruída uma tradição local, para um público externo ver, num movimento recente (a partir dos anos 1970) de revalorização do rural pela sociedade englobante. O público presente nessas festas é constituído principalmente de estrangeiros e jovens locais, sendo que os moradores locais mais velhos não participam. Já nas festas *da* comunidade, como observou o autor, a presença da família, de conjunto, é muito importante e é a comunidade que organiza a festa, para si.

Vale ainda mencionar que as festas apresentam-se como um modo privilegiado de organização em torno do princípio da reciprocidade, como proposto por Mauss (1950). Para esse autor, este princípio vai para além da troca, referindo-se ao ritual da troca como mais importante que as coisas trocadas em si, já que não são trocadas apenas coisas economicamente úteis, mas antes de tudo gentilezas, banquetes, ritos, danças e festas. A reciprocidade está alicerçada no movimento de dar, receber e retribuir, constituindo laços sociais; é assentada na obrigação e associada à liberdade de retribuir. É assim que observamos

nas comunidades pesquisadas como as festas comunitárias alimentam laços de sociabilidade entre os membros da própria comunidade e desses com os de outras comunidades próximas, a quem são oferecidos convites de participação nas festas, abundância de comidas, danças, alegrias, que serão novamente retribuídas.

Entendemos, finalmente, que as festas podem ser reconhecidas como "fato social total" (Mauss, 1950), na medida em que integram, em um "todo", as dimensões familiares, técnicas, sociais, culturais, econômicas, jurídicas, estéticas, religiosas, entre outras, que passam a compor o sistema em sua totalidade. Assim, podemos apreender, com Tedesco e Rosseto (2007, p.19), a festa

> como momento de situações profanas e sagradas, relacionais e grupais; em última instância, comunitárias; é o passado, ou algo do passado cotidiano e tradicional que busca manter e atualizar significações, expressar relações simbólicas, formatos societais, hierarquias, posições sociais, performance de grupos étnicos nacionais que buscam fortalecer um sentimento próprio de si mesmos, porém em correlação.

Isso posto, entendemos que a festa também define identidades, construídas na inter-relação entre o tradicional e moderno. As festas traduzem simultaneamente momentos que se opõem e se complementam: religiosos e profanos, trabalho e lazer, gênero e geração, entre outros. Tendo em conta essa diversidade de sociabilidades que se expressam nas festas, procuramos apreender, junto às comunidades rurais estudadas, interlocutoras das pesquisas aqui referenciadas, como as festas são realizadas e significadas, ou ressignificadas, tendo presente o contexto, antes comentado, de valorização do rural. Do mesmo modo, buscamos apreender os significados atribuídos à festa pelos participantes de *fora* (citadinos).

Festas rurais: organizando, participando e (res) significando

Buscando refletir, a partir das festas, sobre a questão do rural revalorizado, remetemo-nos a trabalhos etnográficos realizados por nós anteriormente, quando foram observadas festas no município de Maquiné – no litoral norte gaúcho (Ramos, 2007) –, em Fazenda Lohmann (Menasche, 2007 e Wedig, 2009) e em Jacarezinho (Menasche, 2007) – na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. No primeiro contexto mencionado, tomamos como emblemáticas a Festa da Polenta e do Vinho (festa idealizada pela administração municipal) e a Festa de São José (festa da comunidade, em referência ao santo padroeiro). Já em Fazenda Lohmann, nos debruçamos, de modo mais difuso, sobre o calendário de festas, enquanto que em Jacarezinho dirigimos o olhar para a festa em alusão à migração dos ascendentes italianos.

Em Maquiné[2], as festas de santos padroeiros, revelam, por exemplo, uma modalidade

[2] A programação das festas dos santos padroeiros em Maquiné ocorre em um final de semana. No sábado, há uma missa no final da tarde, depois um jantar (comumente um galeto) seguido de baile noturno. No

de mutirão que permanece viva, evidenciando a organização da comunidade, que anualmente organiza a missa e baile, decora o salão e a igreja e prepara com capricho a refeição da festa. A respeito da refeição festiva, vale remetermo-nos a Da Matta (1987), que afirma que é a qualidade da comida, servida com capricho e de maneira farta, que exprimirá a consideração para com os convidados (humanos e divinos). A comida é, ainda segundo esse autor, um elemento que congrega, na medida em que a festa enseja o comer e o beber, apresentando-se, desse modo, o caráter socializante da comida.

Nas festas de padroeiros – em que o público presente é normalmente a própria comunidade, pessoas que costumam vir de localidades próximas , assim como parentes que já não moram mais ali, mas que fazem questão de comparecer – observamos a manutenção dos laços familiares e comunitários. A festa de São José, por exemplo, não depende de estímulos ou apoios externos à comunidade para ser bem sucedida. A arrecadação da festa é utilizada para a manutenção da igreja e do salão da comunidade.

As festas que ocorrem na localidade de Fazenda Lohmann se aproximam muito, em sua forma de organização, das festas de padroeiro como a realizada na comunidade rural que, em Maquiné, tem São José por santo protetor. A maioria das festas que ocorrem na comunidade são celebrações coletivas. Essas festas – excetuando-se, eventualmente, alguma promovida pela Prefeitura Municipal (como a Festa do Suíno, realizada a cada ano em uma diferente localidade rural da região) – são essencialmente locais, isto é, reúnem principalmente as pessoas residentes na localidade e os parentes que vêm de *fora*.

Figura 3 – Festa de Kerb em Fazenda Lohmann

Em Fazenda Lohmann, as festas realizadas na localidade são festas *da* comunidade, organizadas pelos membros da comunidade, para si. A característica familiar dessas festas pode ser percebida durante os festejos: nos comentários, os convivas são identificados como *parentes* ou *conhecidos* de alguém que pertence à comunidade. As festas ali são organizadas por diretorias locais, para e pela comunidade, bem diferente das festas acessadas pelos jovens nas cidades e que são organizadas por profissionais de festa. As festas comunitárias, em ambos os contextos,

domingo, a missa acontece no meio da manhã e todos logo partem da igreja para o salão, a fim de garantir seu espeto de carne e um lugar nas grandes mesas para sentar e comer com suas famílias e amigos. A comida servida no domingo normalmente consiste em churrasco, saladas (maionese de batatas e verduras cozidas – como couve-flor, brócolis e beterraba), aipim cozido com molho de carne e sobremesas – sagu, pudim de leite, torta. Além disso, há também para vender doces feitos no forno de barro – cucas, pães, bolachas, broas, rosquetes.

envolvem períodos de preparação anteriores (dias ou semanas), em que os membros das diretorias da comunidade reúnem-se – desse processo fazem também parte os cônjuges e muitas vezes as (os) filhas (os). A participação na preparação da festa não é uma atividade remunerada, todos trabalham gratuitamente pela comunidade. Tomar parte nessa organização está associado a honra e prestígio.

Tanto a festa do padroeiro, em Maquiné, como as festas de Fazenda Lohmann (Kerb[3], Ação de Graças[4], entre outras), podem ser percebidas, de acordo com a classificação de Champagne (1977), como festas *da* comunidade, realizadas "entre si", ou seja, organizadas pela comunidade e marcadas por um caráter familiar e parental.

Já a Festa da Polenta e do Vinho, em Maquiné, é realizada com grande investimento da Prefeitura Municipal e outros patrocinadores. Essa festa tem como objetivo divulgar o município, comercializar produtos locais e gerar renda para os organizadores. A visitação de pessoas "de fora" do município é condição para o sucesso da festa. Como atrativos para turistas e visitantes, observam-se situações e cenas que remetem ao "contexto colonial" são construídas na época da festa, como é o caso do museu, montado a partir de peças de mobiliário, roupas, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho usadas pelas famílias de imigrantes italianos que ocuparam a região no passado; ou a polenta, que é preparada em fogões a lenha, especialmente montados pela prefeitura, e distribuída gratuitamente para os visitantes, com ar de comida de festa.

A Festa da Polenta apresenta, para seus visitantes, a imagem de um rural marcado por tradições familiares e agrícolas. Tradições que, muitas vezes, já não são mais vividas cotidianamente – e tampouco desejadas – por parcela significativa dos moradores locais.

Figura 4 – Filó do Jacarezinho, menção a polenta.

Caso emblemático, nesse sentido, é o da ressignificação da polenta, que para os colonos italianos, ainda na Itália ou nos primeiros anos de chegada no Brasil, foi a comida que, nos períodos de escassez, assegurou sua manutenção. Esse alimento está relacionado à memória de escassez e, por isso, muitas vezes não é mais consumido no cotidiano das famílias. Contudo, na Festa da Polenta, em Maquiné, e no Filó do Jacarezinho, em Encantado, a polenta toma um lugar central, na medida em que é consumida como alimento emblemático e tradicional,

[3] Ritual religioso e festivo, que acompanhou os colonos migrantes que vieram da Alemanha. Refere-se à comemoração do aniversário da igreja para os evangélicos luteranos ou dia do padroeiro da paróquia para os católicos.

[4] Festa na qual os camponeses trazem o melhor da colheita do ano para o altar do templo religioso e oferecem esses alimentos colhidos à Deus como retribuição à boa colheita anual.

referente à italianidade. Nessas festas, as tradições italianas também são revividas na celebração religiosa, nos cantos, vestimentas e objetos, que remetem a um passado de migração e ocupação do território.

A Festa do Santo Padroeiro, em Maquiné, e as festas comunitárias de Fazenda Lohmann têm um significado vital e sua permanência por si demonstra a continuidade de identidades e tradições vivas no cotidiano das famílias, que as organizam ou que prezam pela participação nelas.

Figura 5 - Festa do Santo Padroeiro em Maquiné

O mesmo não pode ser dito sobre a Festa da Polenta e do Vinho, muito mais construída e voltada para um público de fora, representando um rural que se imagina ser aquele desejado pelos prováveis visitantes – um "rural idealizado" – capaz de oferecer paisagens, produtos e tradições autênticas, puras, naturais.

Neste movimento de valorização do rural, conforme Menasche (2009) poderíamos reconhecer que, ao serem ressignificadas positivamente práticas e identidades que até recentemente haviam sido estigmatizadas, consumidores urbanos estariam contribuindo para a valorização e ressignificação das tradições, identidades e práticas dos moradores do campo.

Porém, para os grupos rurais, ao mesmo tempo em que percebem a valorização de seus modos de vida e que passam a valorizá-los mais explicitamente, isso se dá ao mesmo tempo em que também são valorizados elementos associados à modernidade. Isso pode ser observado em suas refeições cotidianas, em que estão presentes, lado a lado, alimentos industrializados e aqueles produzidos em casa, do mesmo modo que ocorrem suas práticas agrícolas, em que coexistem modos de fazer antigos e tecnologias modernas. Esses elementos modernos têm sido reconhecidos, pelas famílias rurais, como mais práticos e facilitadores do trabalho.

Também os jovens rurais têm buscado cada vez mais acessar a cultura urbana, adotando práticas desses grupos e habitando ou circulando pelos centros urbanos.

Frente a esses movimentos, de idealizações diferenciadas, entre citadinos e agricultores, percebe-se que novos significados são atribuídos ao urbano e ao rural, ocorrendo uma circularidade entre as fronteiras desses dois mundos, e onde estas fronteiras estão cada vez mais diluídas.

Referências

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v.11, p.53-75, out.1998.

CHAMPAGNE, Patrick. La fête au village. **Actes de La Recherche**, Paris, v. 17, n. 18, p.73-84, 1977.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; BARBOSA, A.L. **Turismo Rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2002.

DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p.22-23, 1987.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, 1976 [1966].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca das sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1950].

MENASCHE, Renata. Riscos à mesa: alimentos transgênicos no meu prato não?. **Campos**: Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 5, n. 1, p.111-129, 2004.

_____. **Percepções do rural à mesa:** campo e cidade, comida e imaginário. Mimio. Simpósio "Alimentación y transformaciones de las identidades en América Latina. Perspectivas antropológicas", no 53º Congresso Internacional de Americanistas, México, 2009.

MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no
Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

PEIRANO, Mariza. **Rituais:** ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREZ, Lea Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida.** Petrópolis: Vozes, 2002.

RAMOS, Mariana Oliveira. **A "comida da roça" ontem e hoje**: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TEDESCO, João Carlos; ROSSETO, Valter. **Festas e saberes:** artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WEDIG, Josiane Carine. **Agricultoras e agricultores à mesa**: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

"MAS O FUTURO VAI DEMORAR A CHEGAR"

Cultura, lazer e juventude em uma "comunidade de resistência" do MST

Janaina dos Santos Moscal

(janainamoscal@yahoo.com.br)

PPGAS/UFPR

GT 07 - Comunicação e Cultura no Meio Rural

A fala que intitula esta comunicação foi dita por um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante uma da reuniões da *Frente de Trabalho*[1] *de Educação, Formação e Comunicação*, realizada na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, localizada em Ponta Grossa, no Paraná. Conhecido como Tonho da Vaca, o militante expressava sua opinião sobre os problemas enfrentados com e pela juventude, suas opções (ou a falta delas) de lazer e educação.

A Comunidade de Resistência Emiliano Zapata conta uma história de sete anos e, segundo definições do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), ainda é um pré-assentamento, pois a desapropriação das terras - pertencentes a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – ainda não foi efetivada, devido à entraves jurídicos. A negociação para a desapropriação do terreno, que muitas vezes teve seu fim anunciado, chegou perto de acontecer, mas até hoje não foi efetivada. Há quase dois anos, por iniciativa da própria comunidade, os lotes foram medidos e as famílias realocadas. Foi a partir desta decisão, que, além das mudanças nos aspectos econômicos, iniciaram-se modificações na *socialidade* daqueles que vivem na comunidade.

O tempo em que permaneci em campo foi motivado pela intenção de observar, de maneira mais aprofundada, as relações que se estabeleciam a partir da Rádio Liberdade FM[2], pois antes de iniciar a pesquisa já conhecia[3] a comunidade e alguns dos integrantes da emissora. Esclareço, no entanto, que as pressuposições acerca de uma centralidade da Rádio no cotidiano de jovens e adultos do Zapata eram tidos por mim apenas como apontamentos. Faço notar que, ao chegar no pré-assentamento durante um final de semana, pude observar como funcionava o lazer "não programado" de alguns jovens da comunidade, lazer este

[1] As Frentes de Trabalho, como comentado ao longo do texto, são formas estabelecidas pela direção nacional do MST, onde setores e coordenações consideradas de atuação próxima reúnem-se para a articulação de ações mais efetivas, sejam em assentamentos ou em ações no meio urbano.

[2] A Liberdade FM, assim como todas as rádios do MST, não possuem outorga do Ministérios das Comunicações. A discussão sobre a concessão de rádios comunitárias, como exposto em textos e falas militantes, não interessa ao Movimento, que julga a legislação das rádios comunitárias ineficiente.

[3] As oficinas de rádio foram o meio de meus primeiros contatos com o MST. Anteriormente a minha entrada no mestrado e formada em jornalismo, conheci alguns assentamentos e militantes ao realizar estes trabalhos. Foi através das oficinas que surgiram alguns questionamentos que motivaram meu ingresso na pós-graduação.

tomado por algumas pessoas enquanto "bagunça"[4]. Esta consistia na reunião, no barracão da sede do Zapata, de cerca de dez a quinze jovens, acompanhados de garrafas plásticas de vinho, "som", danças, risadas e conversas.

Os questionamentos que se seguiram à "bagunça" observada no sábado de minha chegada, marcaram o tempo em que estive em campo e as reflexões que posteriormente faria, inclusive sobre as falas militantes da coordenação e da direção acerca da juventude. A reunião que passo a descrever ocorreu numa manhã de sábado, em uma sala contígua à cozinha comunitária, e que tinha como objetivo organizar as ações da Frente de Trabalho de Educação, Formação e Comunicação. Boa parte dos presentes também integrava a equipe da Rádio Liberdade. Entre os militantes que eu ainda não conhecia estavam Cléverson e Antônio, conhecido como Tonho da Vaca. Ambos tinham cerca de trinta anos e atuavam no Setor de Educação e Formação, respectivamente.

Quem abre a reunião é Tonho da Vaca, que fala sobre o planejamento da Frente de Trabalho e sobre o papel dos coordenadores e a necessidade de que eles façam o curso de formação. A reunião só começa realmente quando a bandeira do Movimento é estendida sobre a mesa e Cléverson conclama todos a cantar o hino do MST. Logo em seguida, os participantes voltam a se sentar em torno da mesa.

Embora a primeira pauta seja a alfabetização de jovens e adultos, Tonho, de maneira descontraída, comenta sobre a necessidade de um "*momento de baile*" na comunidade, *"(...) que já ouvi falar que o pessoal anda entrevado das pernas!*". Cléverson reforça e diz que eles poderiam pensar em uma noite cultural e em uma *jornada socialista*[5]. A proposta é apreciada e permanece em aguardo até que a pauta chegue aos pontos intitulados Integração e Juventude. E é Tonho da Vaca quem inicia a discussão sobre estes sujeitos que têm sido tratados enquanto um "problema" para a comunidade.

[4] Também como aponto ao longo do texto o termo "bagunça" é a categorização nativa para o encontro de jovens sem programação prévia. Geralmente os encontros eram realizados no barracão da sede e os jovens tinham algumas dificuldades em conseguir a liberação do som por parte da organização da comunidade. Estas reuniões contavam com a participação de meninos de "fora" da comunidade e eram acompanhadas de bebidas alcoólicas, geralmente vinho.

[5] *Jornadas Socialistas* são eventos que tem como tema mártires, heróis e revoluções ligados ao ideal socialista, podendo ser trabalhada em formato de mística, leitura de texto, apresentação de canções ou debates. A primeira vez que presenciei uma Jornada foi durante o encerramento de uma etapa do curso de Agroecologia, realizada na Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELA), na Lapa, Paraná. Nela, os participantes foram guiados pelo terreno acidentado no entorno da escola, em um caminho iluminado por tochas de fogo. O ritual, próximo a uma idéia de procissão, trazia a sua frente um jovem tocando violão e uma jovem que ia lendo um texto que contava a história daqueles que "tombaram" pelo MST, a cada tocha uma história, que culminou com a leitura do poema no mesmo ponto de onde havíamos partido.

> "*Então companheirada, nóis vemo que até hoje, nós tamo com cinco, seis anos...essa companheirada, nós nunca tivemos uma atividade pra essa juventude , nóis deixamos eles solto que nem burro chucro. (...) Tá assim desse jeito porque a gente sempre falou que a juventude vai ser o futuro, mas o futuro vai demorar a chegar, tem que ver o presente, tem que ver o que vai fazer, como vai fazer. (...) A culpa não é deles, que não são que nem nós que chega de noite e quer deitar...porque o guri quer dançar, mas que seja decente, senão eles vão começar a dançar o tchan e coisas mais pesadas que já tiveram*".

A fala de Tonho representa a inquietação tanto dos jovens quanto dos adultos e da própria direção do pré-assentamento quanto a esse "futuro que vai demorar a chegar". A perspectiva de Tonho é mais flexível que de outros militantes e procura, de certa maneira, compreender as razões destes jovens que, ao contrário deles (os adultos) querem, além de trabalhar, dançar e se divertir. Embora participe das atividades da comunidade, Tonho não tem um grande histórico de militância, fez apenas um curso de formação e tem se dedicado mais ao trabalho em sua roça. Sua trajetória, ao meu ver, influencia este olhar mais flexibilizado em relação às orientações do Movimento.

Em contraste à sua posição é possível observar a fala de Cléverson e Célio, militantes com tempos de permanência e trajetórias bem diversas no Movimento. A intenção aqui não é colocá-los em oposição, mas tratar de um "gradiente" militante, refletido em seus discursos. Esclareço, que em nenhum momento da reunião as opiniões de Célio, Cléverson e Tonho foram vistas como contrárias, mas sim complementares, e que as coloco em perspectiva apenas para fins de análise.

Cléverson, militante ligado ao Setor de Educação, fala da j*ornada socialista* que eles querem realizar na comunidade, seguida de uma noite cultural. É durante a reunião quer percebo como as categorias *noite cultural* e "baile" se diferenciam e se confundem, conforme a posição de quem enuncia e do contexto onde estão colocadas. A *noite cultural*, como explicitado em nota no início do capítulo, é um evento onde o ideário da luta é posto a baila, a *mística*, a *jornada socialista* e apresentações culturais integram o evento. O imaginário constituído em torno desta categoria pode ser percebido na fala de Cléverson, notadamente quando ele põe em jogo o que seria ou não "cultura".

> " *(...) dizer que égua pocotó é cultura, isso não é cultura, depois dizem que rico tem cultura, tem nada, porque diversificação da cultura é uma coisa, não ter cultura é outra. (...) Nesse pensar, a gente tem que pensar a especificidade da juventude, essa noite cultural, porque fazer um baile e terminar às onze*

> *horas a juventude vai se revoltar contra nós...porque se continuar a fazer baile até certa hora os jovens vão embora*".

Entre a definição de cultura e os anseios da juventude, Cléverson aponta para a necessidade de um equilíbrio dos termos. A leitura do militante para o conceito de cultura integra o imaginário criado pelo MST acerca de suas especificidades. Em algumas das cartilhas produzidas pelo Movimento acerca do tema, boa parte delas editada ou com participação de Ademar Bogo, um dos principais intelectuais da organização, a cultura – e a arte – "transformam sentimentos em atitudes concretas". É o que informa a matéria veiculada no site do Movimento (www.mst.org.br), em abril de 2007, com o título "Importância da cultura dentro do MST".

> Mas o que é cultura para o Movimento Sem Terra? A palavra cultura vem do latim e significa cultivo, cuidado com o solo. Quer dizer é um termo que tem tudo a ver com a identidade Sem Terra. Então cultura para o MST é o jeito de viver, produzir e de reproduzir a vida, baseada na construção cotidiana de novos conhecimentos que são fortalecidos e renovados todos os dias. Mas onde que a arte entra nesta história? A arte no Movimento é o jeito como os Sem Terra contam sua cultura. Através da música, da poesia, do teatro e das pinturas trabalhadores e trabalhadoras rurais contam sua história, transformando sentimentos em atitudes concretas. Então, como todo mundo tem sentimento, todo mundo pode produzir arte.

Pensar as características dadas às músicas comerciais pelo discurso do Movimento mostra como a indústria cultural e seus produtos permeariam os gostos e pensamentos camponeses e como, numa espécie de contra discurso, o MST tenta "esclarecer" as conseqüências desse consumo. Segundo Letícia Vianna, em artigo que discorre sobre identidades musicais e a cultura de massa no Brasil.

> (...)música na cultura de massa não se reduz ao estatuto de mercadoria; mas enquanto mercadoria, além de ser produto de trabalho, de interações sociais específicas, é potencialmente um contingente de significados coletivamente atribuídos (2003, p. 71).

Esse contingente de significados pode ser exemplificado no discurso a respeito das músicas que precisam ser tocadas nas rádios do Movimento e ouvidas pela população *sem terra*; as mesmas produções que fazem pensar e sensibilizam as pessoas podem estar inseridas na indústria cultural.

> Precisamos ouvir músicas que falam do nosso Movimento, contestem o sistema capitalista e estimulem o senso crítico da população. Músicas que sensibilizem

> o coração das pessoas e nos façam pensar sobre a realidade, como as músicas do MST, música popular brasileira (MPB), músicas de raiz, de cantores latino-americanos, entre tantas outras que discutem os problemas sociais. (As Rádios do MST. 2004, p. 02)

Segundo Vianna, uma música pode ser considerada, em diferentes graus, mais ou menos legítima, mais próxima ou mais distante de uma *raiz*. Essa proximidade pode determinar, para alguns integrantes deste ethos musical, a qualidade de uma composição e como será sua circulação dentro dos processos de difusão cultural.

É este mesmo discurso que permeia falas e textos produzidos por dirigentes e intelectuais ligados ao Movimento. A cultura no MST, ao contrário do que "impõe" a indústria cultural, portanto, traduz a identidade *sem terra* e a arte, produzida entre seus militantes, expressa e conta sua história. A criatividade necessária à *luta*, em seu sentido mais amplo, é matéria-prima do cotidiano e também do que os articula em uma *unidade* (CHAVES, 2000, p.85), em ações rituais e coletivas como as místicas, reuniões, assembléias e encontros.

Desta forma, tanto a fala de Cléverson e sua leitura sobre o conceito de cultura, quanto o apresentado por Tonho, são pertinentes à construção deste universo simbólico, referencial para as reflexões militantes sobre seus significados dentro do Movimento Sem Terra. Neste contexto, e seguindo o debate realizado durante a reunião da Frente, trago á tona as afirmações e questionamentos dos miliantes Warysson e Célio, que tratam do embate "cultura da rua" e "cultura da roça". O jovem, coordenador do Acampamento Teixeirinha e produtor do programa Ritmos Periféricos, toma defesa do sentido conscientizador do Movimento Hip Hop, afirmando também o alcance e a identificação produzida por suas batidas entre os jovens acampados, boa parte deles, assim como Warysson, vindos do ambiente urbano. O debate se faz em torno da sugestão de se incluir o hip hop no repertório da *noite cultural* e do baile, que seriam promovidos dali uma semana.

> "*Porque essa música norte-americana, bate-toco não, mas desde que tô aqui nessa comunidade nunca tocou um rap e rap é conscientizador. Porque rap, qualquer um desses piás tem dez, trinta rap no celular, nem precisa de computador. (...) porque se tem essa idéia de se planejar, porque a gente sempre fez baile e tá do jeito que ta? não se pensa na diversão que vamos ter. Você pode entrar fundo nessa questão, quanta gente sabe dançar? Podia ter uma aula de break, dessas danças gaúchas...*".

A insistência de Warysson em trazer para a comunidade o que entende como potencial transformador do hip hop, é resultado de sua interpretação acerca da categoria consciência e seus efeitos. Jovem e "urbano", Warysson afirma que no Movimento descobriu "*um outro conceito de vida*". Durante uma conversa em seu barraco, ele havia narrado a importância do primeiro curso de formação que fez, chamado "Realidade Brasileira". O curso - conhecido entre os militantes que iniciam sua caminhada no Movimento – traz, por meio de uma perspectiva histórica construída com base em teóricos socialistas, uma leitura sobre a realidade do país. É a partir dele que o jovem começa a ser conscientizado sobre o *projeto de transformação social* pretendido pelo MST e aqueles que compõem suas fileiras. E é neste contexto que ele pretende aliar os conhecimentos acerca da "cultura de rua", e seu tom reivindicador, ao projeto de transformação proposto pelo Movimento.

Os pontos levantados por Warysson, no entanto, são relativizados na fala de Célio. Um dos militantes mais antigos da comunidade e também um dos responsáveis pela formação do acampamento, Célio é figura conhecida e controversa aos olhos de algumas pessoas da comunidade. Vindo de uma sólida formação militante, foi um dos primeiros dirigentes do Zapata e acumula uma vasta experiência em diversas instâncias da organização. Durante a conversa sobre o baile e a noite cultural pede a palavra e faz uma observação para Juca, que tenta sintetizar e colocar no papel as propostas da reunião.

> "*Ô Juca, só uma coisa, dessa questão da música, que a juventude conhecesse esse som novo, a origem da história, que o hip hop, o rap, é uma música muito dialética, que a juventude não entende. (...) que os que mais escutam isso, às vezes, são os que menos contribuem na comunidade. Antes de iniciar essa mescla, da cultura camponesa com a cultura da rua, da periferia, a comunidade tinha que entender isso, que as letras são muito confusas, a gente não sabe se estão incentivando ou não. Eu vou de vanerão, daí que eu sei que tem coisa boa e tem coisa ruim, porque uma parte do rap só tem música comercial, igual às outras, igual, igual. (...) Nós temos que estudar o que nós temos que dançar, o que nós temos que deixar de dançar, mas eu acho tranqüilo que esse som, esse tipo de som é o que motiva a juventude. Mas esse som tem que servir pra transformação, não pra diversão, pra rebeldia desorganizada. Porque essa noite eu tava refletindo, os jovens ficaram gritando até umas doze horas...mas é isso companheirada, nós temos uma boa safra de jovens, mas tem que ver se essa juventude vai se transformar em militante, porque a cultura ela não é neutra, ela pode tanto libertar, quanto escravizar. Eu não desprezo gênero musical, mas tem que conhecer*".

As questões postas por Célio são permeadas por uma leitura militante mais "ortodoxa" e reflexiva que a de seus companheiros, para ele é necessário esclarecer aos jovens e à

comunidade a "dialética" proposta por algumas das letras de rap. É necessário que o hip hop seja não apenas "diversão", mas ferramenta de conscientização. Em sua perspectiva, não adianta apenas ser simpático ao teor revolucionário do que é cantado, ou mesmo gostar do ritmo que o conduz, mas transformar palavras em ação. Esta proposição, própria ao discurso do Movimento, não permite que as ações pensadas pelo e para o coletivo se desmanchem em "rebeldia desorganizada".

Tomo a fala de Célio de maneira contrastiva, não somente à outras falas e fragmentos etnográficos já descritos, mas ao próprio ato de bailar. Rigidez ou fluidez, contrastes, falas fragmentadas, descrições, bailes, música, arte, experiências coletivas e individuais, discursos, gostos e diversão, constituem assim um campo de confluência que tomo como ponto de partida para meus questionamentos antropológicos. Estudar o que deve ser bailado é uma proposta militante para o lazer e a diversão, e reunir a comunidade por meio da música e da dança é um ato coletivo: proposta primeira de experimentar a *unidade*[6]. Desta maneira, passo da reunião ao barracão da sede que se faz enquanto palco para a mística e apresentações culturais, bem como serve de salão para o baile que se seguirá.

Entre a noite cultural e o baile

Chego no barracão por volta das 21 horas. No chão, Warysson desenha o mapa do Brasil com cal. Dino e Seu Henrique ensaiam as músicas que serão tocadas ao vivo. Wellington e Miriane ajeitam as coisas no estúdio da rádio, Juca faz os ajustes no equipamento de som. Em seguida, Dalzi, Tio Bilia, Tonho, Andréia, Juca, Warysson, Dino e Seu Henrique ensaiam a mística. Eles passam o texto, produzido coletivamente. Os músicos tocam versões instrumentais de algumas modas de viola. Wellington combina com eles o momento de entrada e saída. Após o ensaio, todos retornam ao estúdio da rádio. Célio aparece, algumas pessoas começam a chegar no barracão.

A venda está aberta e o movimento começa a crescer. Juca permanece no comando da seleção musical, alternando música do Movimento e um repertório de música sertaneja. É noite de baile e todos aparecem bem arrumados. São quase dez horas, e os "meninos da granja" aparecem no barracão: Gideão, Samuel, Bob, Diego e sua esposa. Diego, que está acampado com seu tio no Texeirinha, havia chegado há poucos dias, ele é de São Paulo e conhece o Movimento Hip Hop. É ele que fará uma apresentação de *break*, logo após a mística. As famílias começam a se reunir em torno da sede.

[6] A unidade no MST, segundo Chaves, é um "princípio que se desdobra em valor" (2000, p.86). É a unidade, evocada na mística e no próprio ato de ser coletivo, a força e também a fraqueza do Movimento. A força na unidade moral que "constitui o MST enquanto identidade coletiva" e a fraqueza, na indissociabilidade desta com a organização e disciplina, que implicam em "subordinação hierárquica" e "sacrifício da diferença".

Há uma certa apreensão dos militantes, que aguardam que mais gente chegue para dar início à mística. Algumas pessoas começam a perguntar se o baile irá começar ou não. Enquanto isso, compadres, comadres, vizinhos e parentes conversam e observam o movimento, sentados nos bancos de cimento que ficam no barracão. Uma parte dos jovens e dos homens está na venda, jogando sinuca e bebendo. Na trilha sonora Legião Urbana. Dino e Perereca, outro acampado do Teixeirinha, contam moedas para comprar bebida.

Passam-se alguns minutos e Juca anuncia, com sua voz grave, a programação da "noite cultural": mística, apresentação de hip hop e o baile. Wellington e os outros participantes se ajeitam para dar início à mística. Andréia comenta "*tem que fazer logo, senão o povo vai dormir!*". Warysson responde, "*o povo ta esperando pra dançar*". Todos aguardam o retorno de Tonho, que depois do ensaio, havia ido para casa jantar. Enquanto isso, a criançada corre pelo barracão, o funk "Eu só quero é ser feliz"[7] embala a brincadeira. Joãozinho comenta comigo, "*tem pouca gente hoje, não sei...o povo tá acomodado*".

Wellington desiste de esperar Tonho e a mística é iniciada. Minerinho segue para o centro do barracão tocando sua viola, da rádio Juca lê o texto que fala da diversidade cultural dos povos e da formação da Via Campesina. A cada momento da história, um dos militantes entra "em cena" compondo o mapa do Brasil. Mineirinho permanece na ponta do mapa, empunhando sua viola. O texto se encerra com os militantes esticando a bandeira da Via Campesina, o músico permanece no centro do barracão tocando mais uma moda de viola.

Warysson assume o microfone e anuncia: "*pra todos que curtem e praqueles que não curtem, vamos fazer uma conscientização pra mostrar o hip hop. Vamo lá Diegão apresenta o Movimento Hip Hop!*". Diego se prepara, ele fará uma demonstração de *break* ao som do rapper Sabotage. Ele se agacha logo na entrada, permanece uns minutos nessa posição e segue ao centro do barracão. Percebo um burburinho, Diego comenta que precisa que o chão seja varrido, os meninos logo se articulam e limpam o salão.

O som começa e Diego dá início à apresentação fazendo vários passos de chão. Os mais velhos olham, alguns impassivos, outros curiosos, outros nem olham. Diego parece cansado, volta à entrada do barracão, a música continua. Bob e Samuel arriscam uns passos, em seguida Diego volta para a roda de jovens que se formou no centro do salão. Os meninos pedem em coro que Bob faça mais alguns passos, Célio aproveita a deixa e grita em tom de deboche "agora o Iéio!". Iéio é o presidente da cooperativa local e acha graça no comentário

[7] Embora sucesso na voz dos funkeiros Cidinho e Doca, a música "Eu só quero é ser feliz", é reconhecida também enquanto rap. O teor de sua letra, que trata da desigualdade sócio-econômica brasileira, é animado por uma batida claramente "funkeada". Durante o tempo que permaneci em campo, na rádio e nos bailes ou "bagunças" que participei, este funk era tocado recorrentemente, inclusive em eventos de teor militante, como as "noites culturais".

de Célio. Os presentes se aproximam da roda, mas o clima ainda é de estranhamento. Logo em seguida, a apresentação é encerrada. Os jovens batem palmas e logo se dispersam.

A mudança na seleção musical é repentina, logo o salão começa a encher e vários casais embalam os corpos ao som da música gauchesca. A "noite cultural" se faz em baile. A cada música, casais permanecem dançando, outros sentam e outros pares se fazem. A trilha sonora faz os casais girarem no salão: vanerão, xote, forró, sertanejo universitário, vários são os gêneros musicais a compor as coreografias. Por volta das onze e meia da noite, alguns casais e homens mais velhos se retiram, mas outros permanecem dançando, mantendo o salão permanentemente ocupado.

Observo Célio: a cada bloco de música ele tira alguém para dançar, das senhoras mais idosas a moças e crianças. A diversão parece embalar os passos do militante. A participação de Célio no baile pode ser colocada em contraste com sua fala durante a reunião, não em uma perspectiva de contradição, mas de afirmação da importância do baile enquanto ritual coletivo. Além da dança, é no baile que Célio e outros militantes mantêm contato com outros moradores do Zapata. E, realmente, durante todo o período que permaneci em campo, o baile foi o momento onde presenciei a reunião de maior parte da comunidade, incluindo aqueles que viviam no Acampamento Teixeirinha.

Esses encontros, experienciados em tempo onde "todos já foram pro lote", surgem como forma, não apenas de "*desenferrujar as pernas*", como afirmou Tonho da Vaca, mas enquanto momento para rearticular as relações, em um espaço comum, público. O baile, em diversos estudos sobre a cultura camponesa, é percebido enquanto estratégia de "reprodução social", onde namoros, relações de vizinhança e parentesco são reafirmados ou encerrados, ou ainda são pauta e motivo para conflitos. É nestes eventos também que a *poética* e a *política da reputação* (COMMERFORD) ganham espaço.

No contexto etnográfico trazido à tona, o baile traz um "clima ambíguo, de confraternização e tensão" (ibidem), onde aparecem – e são resolvidos ou acirrados - conflitos geracionais, políticos ou ideológicos, motivados por diferenças entre vizinhança ou parentesco ou, ainda, pela própria "contradição" da militância no Movimento.

No sentido mais lato do termo, o baile é também mística, reúne e agrega sujeitos e suas diversas posições perante o Movimento e perante à própria comunidade. É através do baile, que os moradores do Zapata, já vivendo em seus lotes, em uma dimensão mais produtiva da *luta*, promovem encontros, fortalecem laços, trazem à tona conflitos, em um espaço onde a *unidade* é ela mesma posta à prova, para posteriormente, ser reafirmada.

Bibliografia:

CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem Terra, Um Estudo Sobre a Fabricação do Social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2000.

COMMERFORD, Jonh Cunha. **Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

VIANNA, C. R. Letícia. **Movimentos musicais e identidades sociais no contexto de cultura de massa no Brasil: uma reflexão caleidoscópica**. In TRAVANCAS, Isabel e FARIAS, Patrícia (orgs.) *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MEMÓRIA AMBIENTAL E CULTURAL DO VALE HISTÓRICO DO RIO PARAÍBA DO SUL

Valéria A. Whitaker
Profa. Dra. Doutora em Engenharia Civil
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Profa. Dra. Doutora em Sociologia
Marinaldo Fernando de Souza
Mestrando em Educação
Márcia Izabel do Vale Pereira
Técnica em Turismo Histórico Regional e Ecológico
sil.onofre@uol.com.br
Programa de Pós-graduação em Educação UNESP/FCLAr – Araraquara S.P.
Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional UNIARA Araraquara S.P.

GT07 – Cultura e Comunicação no mundo Rural

I. INTRODUÇÃO: DESCRIÇÃO DO VALE HISTÓRICO E DOS DOIS TEMPOS HISTÓRICOS

Este estudo está sendo realizado no fundo do Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul, constituído pelos municípios de Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Queluz e Silveiras. A região do Vale Histórico localiza-se no extremo leste do Estado de São Paulo, entre os Estados de Minas Gerais (sul de minas) e do Rio de Janeiro (sul fluminense), sendo separado do litoral sul do Rio e do Oceano Atlântico pela Serra da Bocaina, na Serra do Mar. O acesso ao Vale Histórico pode ser feito pela Rodovia Presidente Dutra (no eixo Rio-São Paulo), a partir de vários pontos na altura dos municípios de Cachoeira Paulista (S.P.), Cruzeiro (S.P.), Queluz (S.P.) e Barra Mansa (R.J.), entrando pela antiga Rio-São Paulo, isto é, Rodovia dos Tropeiros.

O Vale Histórico encontra-se no plano espacial paralelo e de certa forma marginal ao Vale Econômico do Rio Paraíba do Sul, compondo com ele dois tempos históricos diferentes. A Bacia Hidrográfica, na altura do Vale Histórico, está compreendida entre as Serra da Mantiqueira e do Mar as quais contém os Parques Nacionais do Itacaca e da Bocaina respectivamente. Desta forma os municípios integrantes do Vale Histórico estão situados nos

contrafortes da Serra da Bocaina, numa região de colinas – "mares de morro" – contidas entre as escarpas das duas serras, na altura em que estas mais se aproximam.

Estes municípios pertencem ao Circuito Turístico do Vale Histórico, constituído por um consórcio e integram a "Estrada Real" criada em 1702, para transportar o ouro produzido em Minas Gerais até os pontos fluminenses em Paraty e Angra dos Reis, incluindo rotas alternativas abertas por tropeiros na Serra da Bocaina[1] (DA LUZ, 2002).

II – A PESQUISA

A tentativa de estudar o processo de envelhecimento numa região marcada por fortes tradições rurais, para comparação com o mesmo processo em áreas ditas modernas, como são os assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara – uma das mais ricas do país, no que se refere à produção do agronegócio – está resultando em notáveis achados do ponto de vista da cultura (no sentido antropológico) e da comunicação (no sentido das expressões regionais, do turismo e principalmente do ponto de vista histórico).

Há uma originalidade, no que se refere às práticas, aos modos de vida e às manifestações coletivas, que vai além do que pode ser explicado apenas a partir dos estudos folclóricos. Aliás, conforme observa Geertz (1978), folclorizar a cultura implica um certo etnocentrismo da parte do pesquisador, que pode resultar apenas em catalogações ou pior, "fossilização" (GEERTZ, 1978 p. 16). Assim, alguns fenômenos que observamos referem-se a um outro tempo histórico, mas permanecem vigorosos, o que assinala, paradoxalmente, alternativas para problemas atuais, criados pelo industrialismo. Eis que esses modos de vida (BOTTA FERRANTE, 1995) se dão em áreas que constituem verdadeiros santuários ecológicos – que sobrevivem no eixo Rio-São Paulo, graças a esses mesmos modos de vida – na dialética entre cultura e ecossistema (WHITAKER E BEZZON, 2006)

Mas as práticas culturais que constituem esses modos de vida, não são excludentes; a observação que já realizamos sugere que o caráter expressivo, herdado do passado e que se manifesta muitas vezes de forma barroca, não elimina a intersecção com a "modernidade" – e até com certo cosmopolitismo – determinado pela atração que exerce a Bocaina sobre os intelectuais e artesãos, mas não só – porque isso não seria novidade. Ocorre em muitos lugares.

[1] As informações até aqui foram colhidas a partir da leitura do espaço e algumas referendadas em Bibliografia de Turismo (SEBRAE-SP, 2007)

Na verdade existe ali uma classe dominante, em alguns casos "decadente" que descende dos barões do café ou dos tropeiros (ou de ambos) e também dos europeus, que vieram já no século XX (ou final do século XIX), atraídos pelo clima e pela natureza, em intensa miscigenação com descendentes de escravos. Pudemos registrar alemães, libanezes e até chineses – estes últimos tangidos pela imigração oficial, quando após a decadência da produção cafeeira, pensou-se no cultivo do chá como substituto para salvar a economia da região. Assim, há uma certa originalidade na formação da população, que merece destaque.

Mas o pano de fundo histórico das práticas culturais que marcam essa região parece ser a escravidão negra que deixou bases profundas, não só através da miscigenação, como principalmente na cultura regional. Esta precisa ser estudada e valorizada para ser preservada das ameaças que pairam sobre a região, não só a partir de um turismo predatório, do qual esteve relativamente protegida pelas barreiras geográficas, como também do impacto ambiental que pode resultar da passagem de um trem bala, cujo projeto está sendo previsto e já provoca preocupação entre alguns moradores.

Mas para expor com clareza o caráter quase barroco da cultura local e sua importância como manifestação de uma certa identidade enriquecedora para nossa formação, dois aspectos serão por nós equacionados:

- a questão da natureza preservada (importantíssimo dado do ponto de vista da Sociologia Rural ligada a problemas ambientais (WHITAKER, 2002));

- e detalhes históricos ligados à formação de uma região marcada por dois tipos fundamentais – os Barões e os Tropeiros, refinamento por um lado, rusticidade por outro.

Este último equacionamento pode fornecer a chave talvez (um pouco como hipótese provisória) para o caráter barroco de algumas manifestações locais[2].

A questão da natureza está sendo investigada em profundidade pela Engenheira Agrônoma e Ecóloga Valéria Whitaker com o apoio de uma técnica em turismo rural e histórico que também estuda a região – Márcia Izabel do Vale Pereira. A questão é de grande complexidade e também aí encontraremos singularidades. O café esgotou rapidamente o solo e devastou – como já estudado, a mata atlântica na região (DEAN, 1997). Mas a ondulação do relevo manteve a salvo os pontos mais altos. A região foi de certa forma, salva pela sua geografia, que além de dificultar a agricultura predatória dos Barões, limitou a agricultura

[2] O cinema, o teatro a literatura do Brasil, ao que parece, ainda não descobriram, que em meio a modernidade do eixo Rio-São Paulo se matem viva, uma gama de fenômenos culturais, que talvez a câmara de um Glauber Rocha ou a literatura de Garcia Marques aproveitassem na sua essência

moderna em larga escala, e contribuiu ainda para impedir a desestruturação que teria sido provocada pelo industrialismo, que muito próximo, à beira da Rodovia Presidente Dutra implantou as bases do desenvolvimentismo já nos anos 1950. Assim, a natureza teve oportunidade de refazer parte do ecossistema.

III – MARCOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS

Resgatar a História do Vale Histórico não é fácil. Ela está registrada em bibliografia considerável e ainda não tivemos tempo para reuní-la toda. Em primeira mão, no entanto, o que nos parece, é que grande parte das análises se concentra na decadência do café e na destruição da Mata Atlântica (DEAN, 1997), enquanto uma outra parte estuda os Barões ou se concentra nas manifestações ditas folclóricas do Vale. Por outro lado, a literatura, na pena preconceituosa de Monteiro Lobato contribui para atribuir às "Cidades Mortas" e principalmente aos habitantes da zona rural, um caráter negativo que nossas investigações vão contestar[3].

Por ora, já podemos partir da História Oficial de Bananal (que vamos também contestar, uma vez que em muitas fontes consultadas, apresentam contradições). Escolhemos iniciar o percurso em Bananal, a terra dos Barões, por ser a cidade que se destaca historicamente no auge do período cafeeiro, como município mais rico do país. Seus marcos históricos, principalmente as fazenda de café, algumas tombadas, são testemunhos desse apogeu.

Em meados do século XIX, Bananal era tão rica, que quando o Imperador D. Pedro II tomava empréstimos nos Bancos europeus, quem endossava os títulos eram seus fazendeiros, responsáveis então pela maior produção de café do país. Para se ter uma idéia dessa riqueza, basta lembrar que a cidade chegou a cunhar sua própria moeda. (FARIA, 1995)

Não cabe aqui reconstruir a história de Bananal desde os seus primórdios, envoltos nas brumas dos primeiros séculos. Para o que nos interessa basta situá-la a partir do ciclo do café – quando a região já era cortada por caminhos, trilhas e sendas – as principais delas determinadas a partir das necessidades do ciclo do ouro e percorridas pelos tropeiros que povoavam o Vale como um todo.

[3] Monteiro Lobato é, sem dúvida, um dos grandes nomes de nossa literatura. Quando escrevia para crianças, conseguia milagrosamente despir-se de todos os preconceitos que alimentou como homem do seu tempo, marcado pelos limites da consciência possível (GOLDMAN, 1958). Foi um grande nacionalista e defensor das nossas riquezas. Mas o preconceito contra o rural é forte em nossa sociedade e na literatura para adultos, Lobato concretizou-o de forma expressiva. (DANTAS, 1999).

Bananal é fruto da expansão do café, que marca o século XIX. Em 1839 já era o segundo maior produtor do Brasil e possuía uma população escrava numericamente superior à composta pelos habitantes livres da região. Sua população atual resultou em forte miscigenação e práticas culturais e artísticas marcadas pela herança afro-brasileira, aspecto importante para os estudos de comunicação.

A riqueza dos cafeicultores determinou a implantação, já em 1883, da Estrada de Ferro (ramal bananalense) inteiramente financiada por eles sem qualquer ajuda do governo. A estação de Bananal, verdadeira jóia da arquitetura, hoje atração turística, guarda a memória desses tempos gloriosos. Fabricada na Bélgica, composta toda ela de chapas de metal – almofadadas e duplas – foi montada no Brasil como um gigantesco quebra-cabeças (GRAÇA, 2006).

Mas tal prosperidade estava baseada em um plantio predatório – o café subindo pelas colinas sem curvas de nível ou qualquer outro recurso para proteção do solo. Historiadores locais resumem o fim do período áureo, com muita propriedade:

> "Mas o período de riqueza e prosperidade chegou ao fim, impulsionado por fatores como a exaustão da terra, explorada ininterruptamente por tanto tempo, a abolição da escravatura em 1888 [...] e a abertura da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que propiciou a expansão das plantações de café no Oeste Paulista (GRAÇA, 2006 p. 44).

Bananal entrou em decadência, e com ela todas as cidades do Vale Histórico. Os aspectos da decadência dessas cidades são bastante conhecidos e não vamos repetir tais registros embora fundamentais. Ao nosso projeto interessa o renascimento da natureza na belíssima paisagem e a re-construção de modos de vida (BOTTA FERRANTE, 2008) que caracterizam hoje o rural urbano, com enormes possibilidades de sustentabilidade, a partir de modelos a serem elaborados com base nas condições locais.

Afinal, a cultura e o ecossistema, profundamente imbricados (WHITAKER e BEZZON, 2006) sofrem constantes devastações a partir das chamadas civilizações, mas apresentam sempre, capacidade de restauração. (SHELDRAKE, 1991)

BIBLIOGRAFIA

BOTTA FERRANTE, Vera L. S. **Retratos de Assentamentos.** Ano II, N° 3. Araraquara: NUPEDOR/UNESP, 1995.

DA LUZ, Rogério R. **Cinco Cidades Paulistas: uma pequena viagem.** São Paulo, 2002

DANTAS, Alexandre. **Uma tentativa de compreensão do homem rural.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia UNESP/FCL, Araraquara, 1997.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FARIA, Sheila S. de C. **Fortuna e Família em Bananal no século XIX.** In: de CASTRO, H. M. M. e SCHNOOR, E (org) *Resgate: uma janela para o Oitocentos.* Editora TOPBOOKS RJ. 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOLDMAN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia.** São Paulo: Cultrix, 1958.

GRAÇA, Plínio. (org.) **Bananal, terra dos Barões do café.** São Paulo: Noovha América, 2006.

SHELDRAKE, Rupert. **O Renascimento da Natureza. O Reflorescimento da Ciência e de Deus.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1991.

SEBRAE-SP, **Circuito Turístico do Vale Histórico – Arapeí, Areias, Bananal, Queluz e São José do Barreiro.** Boletin, 2007.

WHITAKER, Dulce C. A. & BEZZON, Lara C. **A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo.** Campinas: Ed Alínea, 2006.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

MULHER ALÉM DA MARÉ: Um diálogo cinematográfico entre violência e desenvolvimento local vivenciado por pescadoras artesanais do município de Itapissuma (PE)

Autora: Silvana Marques Porto Araújo (Marpoara)

marpoara@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

rosario@hotlink.com.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

GT7: Cultura e comunicação no mundo rural

A pesquisa **"Mulher além da Maré"**, um recorte do projeto Violência de Gênero, Empoderamento, Cidadania: Estratégias de Comunicação das Promotoras Legais Populares para as Pescadoras Artesanais de Itapissuma[1] tem como objeto de estudo as mulheres pescadoras do município de Itapissuma, litoral norte do estado de Pernambuco, e o problema das diversas modalidades de violências praticadas contra elas como: a violência física, a que se refere à saúde e também a da invisibilidade social. Nesta perspectiva, vamos utilizar os recursos audiovisuais – em especial o cinema – como ferramenta dessa investigação através da metodologia da pesquisa-ação[2].

Esta é uma proposta de pesquisa realizada pela mestranda/jornalista Silvana Marpoara e orientada pela profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão que, cujo Núcleo de Pesquisa vem desenvolvendo estudos relacionados às questões de gênero na pesca artesanal. Sendo assim, torna-se de grande relevância estudos que visem a aprofundar o conhecimento sobre mulheres e a atividade pesqueira, principalmente aliados aos recursos audiovisuais, atividade até então inédita. Segundo Leitão (2008) esse é um tema ainda pouco explorado no mundo acadêmico. Nessa profissão, a relação entre homens e mulheres reproduz o que ocorre no resto da sociedade: apesar de desenvolverem atividades relacionadas à pesca, as mulheres não têm o seu trabalho suficientemente valorizado. Por conta disso, muitas vezes, elas próprias não conseguem perceber a importância da sua contribuição no processo produtivo.

[1] Pesquisa aprovada pela CAPES no EDITAL Enfrentamento da Violência contra as Mulheres 003/ 2008.

[2] Metodologia de pesquisa amplamente estudada por Michel Thiollent, francês que está no Brasil há mais de 30 anos, é doutor em sociologia e economia, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas áreas de estudos abrangem desenvolvimento local, extensão universitária, sistemas agroindustriais, inovação tecnológica e organizacional

Mas por que mulheres, o universo da pesca e ainda os problemas com a violência como temas centrais desta investigação? Foi através do contato com a colônia de pescadores da cidade de Itapissuma, a Z-10, onde boa parte da população vive da pesca artesanal, que descobrimos a violência – e suas variantes - como um dos temas de maior preocupação dessas pessoas e também das autoridades locais. Cerca de 60% dos trabalhadores da pesca, na região, são mulheres (IBGE,2000), o que demonstra uma tendência contemporânea no que diz respeito a esse universo – tradicionalmente masculino - onde as mulheres, até então, não tinham oportunidade de atuar. Mas, há cerca de 20 anos, são as mulheres que estão no comando das atividades administrativas da colônia exercendo assim um importante papel – enquanto atores sociais – para o desenvolvimento local. Entre essas mulheres escolhemos três personagens que vão nos ajudar a conduzir essa história: Joana, Maria e Cícera – cada uma vítima de um tipo de violência.

Esta pesquisa tem como objetivo, revelar as especificidades do conflito de gênero e violência nesse contexto da pesca artesanal; Assim como documentar - através de uma produção audiovisual - a história de vida dessas mulheres – um cotidiano marcado por situações de extrema carências sociais e de extrema beleza natural. Neste contexto, boa parte das mulheres da pesca, dessa região, já vivenciaram situações de violência, o que pode ser constatado nos 500 questionários respondidos por elas no programa das Promotoras Legais Populares[3]. E certamente essa é uma realidade muito constante no dia a dia dessas mulheres que, acabam se calando diante dessas violações, e possivelmente poderão, através do recurso audiovisual, e de forma lúdica, dar voz a essa problemática.

Podemos compreender por violência não só o comportamento agressivo – muitas vezes praticado pelos companheiros dessas mulheres - como surras e estupros, assim como as violências mudas que tanto atingem as pescadoras (as doenças provenientes da atividade pesqueira, por exemplo) e ainda a invisibilidade perante a sociedade (como o não reconhecimento da atividade profissional e a falta de acesso a educação). Nesta pesquisa estaremos abordando essas questões sob o ponto de vista das nossas personagens que relataram sua experiência de vida no que se refere aos diversos aspectos da violência.

E é por meio da utilização do recurso audiovisual, e a apropriação do suporte vídeo, que pretendemos abordar as questões da violência como um todo através da perspectiva das próprias pescadoras na tentativa da re-construção do seu ambiente social. Mas como utilizar o

[3] Projeto realizado pela Secretaria de Ação Social do estado de Pernambuco,no ano de 2008, através de oficinas de capacitação e entrevista com mais de 500 pescadoras de Itapissuma, modelo de questionários em anexo.

produto audiovisual como ferramenta de registro dos anseios e necessidades dessas agentes sociais dentro de um contexto rural como a pesca artesanal?

Diferentemente do que afirmam alguns autores, como o historiador Wagner Pereira[4], sobre o uso do cinema como instrumento pedagógico doutrinário ou de propaganda (como o cinema produzido durante o nazismo, por exemplo), atualmente a idéia de um cinema direcionado aos interesses do espectador – com um encaminhamento educativo e de formação - é o que há de mais interessante no campo da pesquisa e defendido pelos novos autores como Carvalho (2008) que em Brasil em Tela, aborda questões primordiais sobre cinema, educação e sociedade. Assim como acreditamos desenvolver através desta pesquisa com as pescadoras.

Segundo Marc Ferro (1992) "o cinema educativo e o cinema científico ocupam um lugar privilegiado no programa cultural (...) o documentário, o cinema 'para os camponeses', o documento-cinema são considerados igualmente como essenciais". Pensando nisso, no decorrer da pesquisa, observou-se que o fenômeno da violência física, de saúde e social - praticado contra as pescadoras de Itapissuma - era tema freqüente e de grande preocupação e interesse dessas mulheres e por isso a idéia de transformar o tema em documentários produzidos pelas próprias pescadoras.

Violência e Cinema constitui-se em nosso objeto de estudo. Vale ressaltar que a violência constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos[5], no seu artigo III, toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Mais adiante no artigo V, afirma-se que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Porém, nenhum artigo (especificamente) trata da violência contra a mulher. Apenas a partir de 1993 com a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, que a violência contra a mulher foi reconhecida como uma violação dos direitos humanos.

Com base nesses princípios é que foi gerada a proposta e todo o desenvolvimento desta pesquisa. A partir da elaboração de entrevistas prévias e semi estruturadas, com as pescadoras, onde o propósito era criar elos entre os pesquisadores e os personagens na produção de histórias de interesse coletivo, uma importante etapa no processo de coleta de dados – segundo a pesquisa ação; Foram realizadas também oficinas de audiovisual e o acompanhamento de diversas atividades do dia a dia – das nossas entrevistadas – para que elas participassem da inclusão de uma produção midiática, não apenas como consumidoras

[4] Autor de Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933 - 1945) - Dissertação de mestrado (USP), orientada pela Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato

[5] A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem. (documento em anexo)

(visto que assistem ou não filmes), mas também como produtoras de imagens. A cultura foi redefinida, segundo Turner (1988), como o processo que constrói o modo de vida de uma sociedade. O cinema, a TV e a publicidade tornaram-se assim os principais alvos de pesquisa e análise. Tornou-se necessário investigar mais de perto o próprio cinema como um meio específico de produzir e reproduzir significação cultural.

E assim desenvolve-se "**Mulher além da Maré",** projeto de pesquisa que alia violência, cinema e pesca, fazendo alusão a uma celebre frase do cineasta Glauber Rocha[6] que acreditava ser possível fazer cinema apenas com uma câmera na mão e uma boa idéia na cabeça. De acordo com Bernadet (1980), essa era a proposta defendida pelo chamado cinema novo (inspirado no movimento francês *"Nouvelle Vague*"), que tinha em Glauber um de seus mais fervorosos representantes que vinha contra a idéia de cinema-indústria, concentrando-se principalmente na temática rural.

Por isso, como fundamentação teórica, esta pesquisa baseia-se em alguns autores voltados a questão de gênero como Álvares, Leitão, Mendéz, Rosaldo e Teles; Também os que abordam questões sobre violência como Foucault e Strey; E ainda referências na questão da pesca artesanal como Callou e Tauk Santos; No que se refere à metodologia da pesquisa-ação Dionne, Richardson e Thiollent e no campo da produção audiovisual Bernardet, Deleuze, Metz, Turner e Xavier.

A pesquisa integra o programa de pós graduação Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que juntamente com as Universidades Federais de Santa Catarina, Santa Maria (RS), Viçosa (MG), do Pará, além das Universidades Estaduais de Campinas (SP) e do Mato Grosso formam o grupo de instituições que dedicam estudos e pesquisas em torno da extensão rural no Brasil e se encaixa na linha de investigação: políticas e estratégia de comunicação (visto que aqui são contempladas as culturas populares e suas diferentes manifestações, como as comunidades pesqueiras, assim como o impacto da tecnologia da comunicação – nesse caso o audiovisual).

[6] Diretor de três importantes filmes da cinematografia brasileira *:* Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), Terra em Transe (1967) e Barravento (1962), esse último, inclusive, tem como cenário uma aldeia de pescadores.

Vale lembrar que esta investigação contou com importantes apoios como o projeto casadinho[7] , o programa de pós graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que tão carinhosamente acolheu esta proposta, além da Capes que proporcionou a esta pesquisadora uma bolsa através do projeto "Violência de Gênero, Empoderamento, Cidadania: Estratégias de Comunicação das Promotoras Legais Populares para as Pescadoras Artesanais de Itapissuma", para o desenvolvimento e realização desta pesquisa.

Este documento está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução, sempre fazendo paralelos entre a produção audiovisual e a atividade pesqueira. Logo no primeiro capitulo – **argumento e roteiro** - vamos abordar as questões de gênero, violência, extensão pesqueira e a produção audiovisual; No segundo capitulo será a vez de contextualizar o **cenário** e **os personagens** desta história (a cidade de Itapissuma e as pescadoras); No terceiro capítulo, denominado **produção**, serão discutidos alguns conceitos sobre a metodologia da pesquisa-ação; O quarto capitulo – **edição** - chama a atenção para os resultados, conclusões e desdobramentos. E finalmente no quinto capítulo – **luz, câmera, ação** – nossas considerações finais e todas as referências, anexos e créditos desta investigação.

Com isso, esperamos que estes textos e imagens, aqui apresentados, sejam observados por vocês leitores-espectadores com a mesma satisfação com que produzimos estas histórias de pescadores e a partir de agora também de cineastas. Boa leitura e uma ótima sessão a todos !

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste. Cortez Editora – São Paulo, 2001.

BARBERO, Jesús Martin. Dos meios as mediações. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997

BARRETO, Jorge Paes e GALVÃO, Tácito L. Itapissuma sua história, sua gente. Recife, 2005.

BEAUVOIR, Simone. A história do sexo. 1980

BERNARDET, Jean Claude. O que é Cinema?. São Paulo – Editora Brasiliense, 2006.

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Ed. Zahar- Rio de Janeiro, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital Social- Notas provisórias. Petrópolis-RJ- Editora Vozes, 1998.

CALLOU, A.B.F. A Voz do Mar. USP-São Paulo, 1994.

[7] projeto **"Pescando pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local"**, financiado pelo Edital MCT / CNPq / CT – Infra / CT - Energ n.07/2006. - uma parceria do programa Posmex com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco que tem como objetivo compreender as ações da Extensão Rural e da Extensão Pesqueira no âmbito do desenvolvimento local, face às condições atuais dos pescadores e das pescadoras

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p-51/100.

CARTA DE PRINCÍPIOS DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Disponível em: http://www.promotoraslegaispopulares.org.br. Acesso em: 20/07/2008

CARTILHA PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. *Um projeto de cidadania com sexo, raça / etnia, orientação sexual e classe social.* Disponível em:

http://www.promotoraslegaispopulares.org.br. Acesso em: 20/07/2008

CARTILHA Diagnóstico sócio econômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. Instituto Oceanário de Pernambuco- Recife, 2009.

CARVALHO, Edgar de Assis. Cinema, educação e Sociedade. Ed. Sulina – Porto Alegre, 2008.

CHAUI, Marilena. Cidadania Cultural – O direito à Cultura. Editora Fundação Perseu Abramo.São Paulo, 2006.

COLLOMB, Gerard. Imagens do outro,imagens de si – cadernos de Antropologia e Imagem. UERJ – Rio de Janeiro, 1995.

COOK, Rebecca. *Human Rights of Women, National and International Perspectives*. University of Pennsylvania Press, 1994.

DICK, Bob. Approaching an action research thesis:an overview. Disponível em: www.scu.edu.au/school/gcm/ar/arp/phd.html. 1997

DIONNE, Hugues. A pesquisa ação para o desenvolvimento local. Ed.Liber Livro – Brasília, 2007.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Ed.Perspectiva- São Paulo, 2007.

FERRO, Marc. **Cinema e história.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

FIGUEIROA, Alexandre. Cinema Pernambucano – uma história em ciclos. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. Rio de Janeiro – Editora Graal, 1988

GALENO, Alex e outros. Brasil em Tela – Cinema e Poéticas do Social. Ed. Sulina – Porto Alegre, 2008.

HUYSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro – Editora Aeroplano Faculdade Candido Mendes, 2000.

LEITÃO, M. R.. F. A et all. *Gênero, Identidade e Extensão Rural*. In Extensão Rural, Extensão Pesqueira, experiências cruzadas (org) Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. Recife, FASA, 2008, pp 163-170.

LEITÃO, Maria do Rosário Andrade (org.). Gênero e pesca: o papel da mulher no desenvolvimento local. Recife : Editora FASA, 2008.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero e políticas públicas na pesca artesanal de Itapissuma. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUK SANTOS, Maria Salett; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Orgs.). Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas. Recife : FASA, 2009.

LOPEZ, I; SIERRA, B. *Integrando el análisis de género en el desarrollo.* Manual para técnicos en cooperación. AECI, Madrid, 2001

MACHADO, Leda Maria Vieira. A incorporação de gênero nas políticas públicas. Ed. Annablue, 1999.

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). In:MARTINS, Francisco Menezes. SILVA, Juremir Machado da. A Genealogia do Virtual:comunicação, cultura e tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARPOARA, Silvana. Produção da Cultura na Pesca de Itapissuma – Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporaneas. Ed.FASA.Recife, 2008

METZ, Christian. A Significação do Cinema. Ed. Perspectiva – São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Contrução da Identidade da Antropologia na área da saúde – Antropologia da Saúde. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA-MAUÉS, M.A**.** *Pesca de Homem / Peixe de Mulher(?):* repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Revista Etnográfica, Vol. III, 1999, p. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf.

Acesso em: 21.07.2008.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Silvia Helena. Famílias, gênero e violência – Violência, Gênero e Políticas Públicas. EDIPUCRS – Porto Alegre,2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma – O que quer dizer desenvolvimento local. Polis Programa Gestão Pública – São Paulo, 1994.

ORTNER, S.H. Olhares Feministas. Edições MEC UNESCO – Brasília, 2009.

PERROT, Michele. As mulheres e os silêncios da história. EdUSC – Bauru-SP, 2005.

PINTO, Virgilio Noya. Comunicação e Cultura Brasileira. Ed. Ática – São Paulo, 1999.

PUCCINI, Sérgio. Roteiro de Documentário- da pré produção à pós produção. Papirus Editora. Campinas-SP, 2009.

QUINAMO, Tarcisio. Ambiente e Pesca Tradicional-Foco em Itapissuma. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa ação? – Pesquisa e Métodos. PPGE/Ed. Universitária. João Pessoa-PB,2003.

ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE,Louise. A mulher, A Cultura, A sociedade. Rio de Janeiro – editora Paz e Terra, 1979.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Cientifico. Cortez Editora – São Paulo,2002.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. TECNICA DE REPORTAGEM.Summus Editorial- São Paulo, 1986.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Metodologias em extensão rural: a pesquisa-ação em debate. In: LEITÃO, Maria Rosário de Fátima Andrade. (Org.). Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas. Recife: FASA, 2008

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil- São Paulo – Editora Brasiliense, 2003.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa ação. Ed. Cortez - São Paulo,1985.

TURNER, GRAEME. Cinema como Prática Social. São Paulo – Summus Editorial, 1988.

VIEIRA, Elza; LIMA, Isa. Um novo olhar para a Extensão Pesqueira: gênero na prática organizativa das mulheres marisqueiras. In: *Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*. Org: Prorenda Rural. Bagaço, Recife, 2003.

WOLLEN, Peter. *Making Time—Considering Time as a Material in Contemporary Video and Film,* Distributed Art Publishers, 2000.

XAVIER, Ismail. O Discurso Cinematográfico. Paz e Terra. São Paulo, 2008.

PROJETO REDE RIBEIRINHA DE COMUNICAÇÃO

Thiago Antônio de Sousa Figueiredo
(thiago@mamiraua.org.br)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

GT07: Cultura e comunicação no mundo rural

Objeto de reflexão

Os projetos e organizações sociais voltados às atividades de apoio à agricultura familiar, são diretamente afetados pelas informações da grande mídia, não possuindo, conseqüentemente o acesso, com facilidade, às informações de seus interesses.

O projeto Rede Ribeirinha de Comunicação, aqui exposto, é destinado às populações tradicionais ribeirinhas, moradoras e do respectivo entorno, de duas Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável, (as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã), localizadas no Estado do Amazonas. É desenvolvido, desde 2006, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e tem o objetivo de formar uma rede de comunicação local para apoio das atividades realizadas pelos moradores destas UC´s.

A rede de informação comunitária na RDS Mamirauá e Amanã interliga atualmente dezessete comunidades através do "O Comunicador[1]", jornal comunitário idealizado e produzido pelos comunicadores populares[2]. Nove comunicadores de diferentes comunidades possuem rádios gravadores e enviam informações e entrevistas ao programa de rádio *Ligado no Mamirauá*. Outras três comunidades, Boa Esperança, Boca do Mamirauá e Porto Braga, utilizam as *rádios poste* como estímulo para produção e disseminação de informações, através do envio das entrevistas e programas de rádio criados pelos jovens comunitários ao programa *Ligado no Mamirauá*. Esse arranjo social possibilita a formação de um canal de fortalecimento da organização e da cidadania,

[1] Informativo trimestral produzido com matérias e informações produzidas pelos comunicadores populares e editado pelo Programa de Comunicação Comunitária do IDSM.
[2] Responsáveis pela produção de entrevistas e notícias para a comunidade e a transmissão destas, nas *Rádios Postes, no jornal O Comunicador* e no programa de rádio *Ligado no Mamirauá realizado desde 1993 pelo IDSM.*

através do acesso e construção de informações sobre a conservação ambiental da floresta amazônica. Vale lembrar que esta população beneficiada apresenta baixo índice de escolaridade o que dificulta o desenvolvimento de projetos desta natureza.

Objetivos

O projeto tem como objetivo a criação de uma rede de Rádios Postes Comunitários na RDS Mamirauá, e Amanã, interligando as comunidades de Boa Esperança, Boca do Mamirauá e Porto Braga através do envio de informações, entrevistas e programas de rádio criados pelos jovens comunitários, possibilitando assim um espaço de fortalecimento da organização e da cidadania, através do acesso e construção de informações sobre as práticas desenvolvidas com o propósito da conservação ambiental da floresta amazônica, utilizando o modelo já existente na Reserva Amanã, da *Rádio Poste*[3] A Voz da Selva na comunidade Boa Esperança. Essa proposta inclui o uso de energia solar fotovoltaica, uma vez que essas comunidades não foram ainda contempladas com a universalização da energia elétrica. Este projeto tem como principal objetivo, a ampliação e fortalecimento da atuação de jovens das comunidades em ações educativas através de seu envolvimento social como *comunicadores populares*. Nessa condição eles são responsáveis pela produção de entrevistas e notícias para a comunidade e a transmissão destas, nas *Rádios Postes* e no programa de rádio *Ligado no Mamirauá*[4], alcançando uma grande extensão de ouvintes na Amazônia.

Objetivos Específicos

[3] Caixas de som externas (boca de ferro), amplificadores, rádios gravadores, tocador de cd e MP3, além de microfones, funcionado por sistemas de energia solar.

[4] Programa radiofônico desenvolvido pelo IDSM desde 1993, pela Rádio Educação Rural de Tefé. Tem o intuito de informar e educar a população moradora e usuária das RDS Mamirauá e Amanã sobre conservação, educação ambiental, organização e saúde comunitária, agricultura, pesca, manejo de madeira, artesanato entre outros assuntos relevantes para o desenvolvimento local. É o veículo responsável por disseminar os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Mamirauá e seus parceiros, em prol da conservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida dessa população mediante o manejo participativo dos recursos naturais.

- Implementação da rede de Rádio Poste Comunitário na Reserva Mamirauá para que os comunicadores populares sejam capazes de transmitir informações de interesse local, valorizando assim a cultura tradicional da região.
- Permitir a participação das comunidades rurais na produção de um jornal comunitário e dos programas e rádio veiculado na Rádio Rural de Tefé.
- Contribuir para que as comunidades tradicionais amazônicas tornem-se produtoras, e não só receptoras da comunicação mediada tecnologicamente, aumentando a auto-estima dos moradores desses lugares e fortalecendo a identidade local e regional da população.
- Propiciar a integração cultural e política entre as comunidades e setores, gerando a identificação de valores e interesses comuns, e ampliar o debate horizontal para a solução de conflitos, fortalecendo a gestão e a organização comunitária para produção de suas atividades econômicas.

Situação empírica

Com o desenvolvimento do projeto Rede Ribeirinha de Comunicação pretende-se ampliar o acesso, a produção e veiculação de informações sobre a agricultura familiar, possibilitando o fortalecimento de um senso crítico, por parte dos agricultores rurais, sobre a produção, circulação e disseminação de conteúdo, gerado nas grandes redes de comunicação existentes.

Este projeto tem um grande potencial de difusão de sua metodologia, principalmente pela simplicidade nos métodos utilizados para o seu desenvolvimento.

A metodologia de envolvimento e aprendizagem dos moradores dessas comunidades consiste na realização de oficinas de comunicação popular sob o monitoramento de profissionais da área de comunicação do IDSM e professores do departamento de comunicação da UFAM. Nessas oficinas os jovens das comunidades aprendem sobre linguagem adequada para jornal e linguagem radiofônica, além de técnicas para criação de roteiros, vinhetas, matérias e pautas. As oficinas de comunicação popular são realizadas nas comunidades, pelos profissionais do Instituto Mamirauá, e na cidade de

Tefé, pelos professores da UFAM, abordando a produção, pelos próprios moradores, do Jornal Comunitário *O Comunicador* e de Programas de Rádio.

As oficinas oferecem instrumentos e informações para que a própria população local seja agente das transformações da região e desenvolvam práticas de conservação ambiental.

A rede de informação comunitária, na RDS Mamirauá e Amanã, interliga atualmente dezessete comunidades por meio do Jornal Comunitário. Os moradores das 3 comunidades Boa Esperança, Boca do Mamirauá e Porto Braga consideram as rádios poste um estímulo à produção e disseminação de informações. Os comunicadores populares dessas comunidades enviam entrevistas e programas de rádio, criados pelos jovens comunitários, aos responsáveis pela edição do programa de rádio Ligado no Mamirauá, sediado na cidade de Tefé. As informações produzidas relatam as experiências e dificuldades no manejo sustentado dos recursos naturais nessas localidades, assim como outras informações sobre aspectos vivenciados pelos moradores desses lugares.

Cada *rádio poste* utiliza-se da energia fotovoltaica, através de placas solares, uma vez que essas comunidades não foram ainda contempladas com a universalização da energia elétrica. Nas comunidades já existem jovens que foram capacitados para o uso de energia fotovoltaica como parte dos investimentos realizados pelo Instituto Mamirauá.

Vale lembrar que esta metodologia deve ser adequada às possibilidades da organização local. O sucesso depende do interesse e vontade dos participantes e na sua capacidade de criação e apropriação da tecnologia e das técnicas disseminadas.

Valor investido ou financiado e contrapartidas

Para a concretização deste projeto, foi necessária uma etapa inicial, realizada com o projeto Formação de Comunicadores Populares, durante os anos de 2004 e 2005. Neste período as atividades foram apoiadas pelo programa de EssoMamiraua de Educação Ambiental, financiado pela Esso Brasileira de Petróleo. Este recurso financiou a realização de 4 (quatro) módulos de formação de comunicadores populares, ministrados por professores da Faculdade de Comunicação da UFAM na cidade de Tefé, além de outras 6 (seis) oficinas de comunicação popular realizadas pelos profissionais do IDSM, nas próprias comunidades. Na ocasião a Esso financiou o transporte, alimentação e a

hospedagem dos professores que vieram da cidade de Manaus até Tefé, além da alimentação e material didático utilizados pelos alunos durante os cursos, bem como toda a logística de atendimento as comunidades.

A partir de 2006, com a iniciativa por parte da comunidade Boa Esperança - Reserva Amanã - na criação da *rádio poste*, inicia-se o Projeto Rede Ribeirinha de Comunicação, com a implementação e ampliação da rádio poste A Voz da Selva e a replicação deste modelo, em outras duas comunidades (Porto Braga e Boca do Mamirauá - Reserva Mamirauá). Além, das rádios poste instaladas em 2007, foram realizadas, até o momento, quinze (15) oficinas nas comunidades e quatro na cidade de Tefé, com a presença de professores da UFAM e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), além da distribuição de rádios gravadores para outras 6 comunidades. Estas participam na construção e envio de notícias para a rede.

A implementação da rede teve apoio do Instituto Oi Futuro de responsabilidade social da empresa OI Telefonia. Em contra-partida, o IDSM é o responsável pelos recursos humanos necessários para realização deste projeto, bem como da infra-estrutura necessária para o bom desenvolvimento das atividades do projeto. Com o encerramento, em 2009, do apoio do Oi Futuro, o IDSM continua o desenvolvimento das atividades com recursos próprios, além da busca constante de financiamento através de agências financiadoras de projetos desta natureza como a USAID e Exxon Mobil.

Apoio institucional

Para realização deste projeto o IDSM disponibiliza, além dos recursos humanos, sua infra-estrutura (barcos, voadeiras e bases de apoios flutuantes). Este projeto utiliza-se de uma canoa com motor 40Hp, uma base de campo, localizada na RDS Amanã, além de um barco utilizado para a instalação e implementação das rádios poste.

A UFAM apoiou o projeto com liberação de professores para realização das oficinas realizadas periodicamente na cidade de Tefé.

Principais dificuldades na realização do projeto

Existem algumas dificuldades encontradas no desenvolvimento deste projeto, a principal delas é a continuidade e manutenção das ações, pela ausência e falta de envolvimento dos municípios do entorno das Reservas, onde está se desenvolvendo o projeto. Outra grande dificuldade é a falta de financiamentos mais longos, que subsidiem a manutenção e avaliação das ações do projeto.

Contribuição ao debate na temática do grupo de trabalho

A formação da Rede Ribeirinha de Comunicação nas Reservas Mamirauá e Amanã teve início em 2004 após uma parceria com a Universidade Federal do Amazonas. A experiência tem demonstrado que a participação dos moradores locais na produção de informação básica, especialmente direcionada à educação ambiental e saúde, está sendo valiosa principalmente para o fortalecimento das lideranças locais.

A realização das oficinas de comunicação tem capacitado os jovens comunicadores sobre a criação de pauta, de matérias, realização de entrevistas, uso de técnicas de locução para produção de notícias e entrevistas a serem veiculadas no Ligado no Mamirauá, criação de *fanzines*, jornal mural e comunitário.

A instalação das *Rádios-Poste Comunitárias* em duas localidades da RDSM e em uma localidade da RDSA contribuiu para a maior participação das comunidades rurais na produção e divulgação de informações de interesse local. Após o funcionamento dessas rádios identificamos aumento da auto-estima, fortalecimento da identidade local, integração cultural e política entre as comunidades e setores, fortalecimento da gestão e a organização comunitária para produção de suas atividades econômicas**,** maior interesse nos assuntos de saúde e educação ambiental.

Observa-se que as ações de comunicação comunitária ou mesmo comunicação alternativa, na Amazônia, destacam-se como importante meio de desenvolvimento ambiental e social, utilizando os veículos, as técnicas e as atividades alternativas de produção e de circulação de informações de interesse da população tradicional. Observamos também que a orientação de um profissional de comunicação e com a introdução de novas tecnologias sociais em comunidades ribeirinhas na Amazônia representam formas de garantir que os consumidores de mídia sejam também os seus

produtores, e que o valor democrático seja constitutivo dos conceitos normativos de conservação da biosfera e do desenvolvimento sustentável.

Anexos

Comunicadores Com. Boa Esperança – RDS Amanã

O COMUNICADOR

INFORMATIVO DOS COMUNICADORES POPULARES DO MÉDIO SOLIMÕES

ANO 3 NÚMERO 15 JULHO E AGOSTO DE 2007

CRIAÇÃO DE PRODUTOS ARTESANAIS NA COMUNIDADE VILA ALENCAR

Comunidade Boca do Mamirauá se prepara para eleições

A visita do padre Volney Carlos

XV Exemplar do Jornal O Comunicador – Julho/Agosto de 2007

Modelo Rádio Poste

Iran Baleeiro – Comunidade Boca do Mamirauá (RDS Mamirauá) fazendo programa na Rádio Poste

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL

Maria Inês Vidal (Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas) artevidal@yahoo.com.br
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (professor adjunto no Curso de Graduação em Geografia e nos programas de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e Gestão do Território) llagc2@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa

GT07 – Cultura e Comunicação no Mundo Rural

Introdução

Este trabalho aborda as representações sociais e as percepções dos jovens entre 17 e 18 que vivem no campo na região do Sertão de Cima, Município de Jaguariaíva –PR. Buscou descobrir como esses sujeitos estão percebendo o meio em que vivem, as suas perspectivas futuras, seus projetos de vida, suas concepções de mundo, através desse conhecimento construído e compartilhado socialmente denominado de representações sociais.

O trabalho também abordou representações sociais da comunidade onde os jovens estão inseridos. Para desenvolver o trabalho com essa abordagem subjetiva, no qual implica o contato direto do pesquisador com o sujeito-objeto da sua pesquisa utilizou-se da pesquisa qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas e questionários mistos. Essa metodologia possibilita a investigação das concepções de mundo, das percepções, dos valores e das ideologias dos sujeitos.

Contextualização da região de estudo

O Sertão de Cima está localizado a 22 Km da sede do Município, apresenta variados aspectos topográficos, desenvolvidos em função dos processos morfo-genéticos, exibindo desde topografia suave ondulada a montanhosa. O sistema de produção está relacionado as questões fisiográficas, na região encontra-se pequenos produtores que cultivam basicamente milho e feijão acompanhado da criação de bovídea. Nessa área encontra-se também a maior parte dos cultivos florestais, representados pelos grandes maciços como também mais um componente dos sistemas de produção das pequenas propriedades.

Fonte: VIDAL, M.I Vista parcial Sertão de Cima – 2008.

A monocultura do pinus foi à alternativa encontrada pelos gestores para o desenvolvimento da região devido o solo pobre**.** Somente com uma agricultura tecnificada, com práticas conservacionistas e usos de adubos e corretivos esses solos podem ser bastante aproveitado e apresentarem bons rendimentos. Implicaria em políticas públicas para auxiliar os pequenos produtores, pois, "acredita que ações sociais bem formuladas e implementadas por um aparelho estatal equipado e competente pode fazer diferença". (CUNHA, 2003, p. 36).

Fonte: VIDAL, M.I Vista parcial Sertão de Cima – 2008.

A cultura dos sujeitos está relacionada as suas origens caboclas

> Estranhos aos costumes dos imigrantes europeus que influíram na cultura e nas tradições do povo brasileiro se mantiveram em cultura de subsistência, a margem do progresso, pouco se interessando pelos acontecimentos que se acentuavam

> em outras regiões. […] o preparo da roça de subsistência, a criação de animais, a construção de habitações geralmente de duas águas, feitas de taipa ou de madeira lascada do pinheiro em chão de barro batido, com cobertura de tabuinha ou de sapé, ainda permanecem em alguns grupos da região do Sertão de Cima. É comum o casamento entre parentes próximos, de primeiro e segundo graus que os denuncia pelo grande número de pessoas com o mesmo nome de família e vivendo geralmente no mesmo bairro. (ARTX, 2000, p.5)

Fonte: VIDAL, M. I. Casas no Sertão de Cima - 2008.

Análise e discussão das representações sociais e percepções dos jovens.

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente construída e partilhada ao longo do tempo em um determinado espaço, norteado para "a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal" (JODELET apud SÁ, 1995, p. 32). Segundo Moscovici (2003, p. 37), as representações sociais

> são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma seqüência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições cientificas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

São nas representações sociais que estão enraizadas as ideologias, as concepções de mundo, os juízos de valor. As percepções e o ponto de vista dos sujeitos sobre um determinado objeto ou situação vivenciada no cotidiano.

Para investigar esses conhecimentos que circulam no dia-a-dia através da comunicação entre indivíduos, gerando informações é necessário um certo período de tempo para conviver com esses sujeitos e implica um certo desafio

> está sempre trabalhando o homem como sujeito-objeto, pois os meios de obter informação exercem influência sobre o sujeito que a fornece, mas não pode deixar de reificar metodologicamente esse sujeito na pesquisa empírica, para conhecer o que pensa, sente e faz. (SAWAIA, 1995, p. 73-74).

A pesquisa foi desenvolvida com jovens entre 17 e 18 anos que estavam concluindo o ensino médio, por considerar essa fase de idade um período de decisão para esses jovens. Ao terminar o ensino médio e entrar na maioridade, entram em um futuro incerto, o que fazer? Para onde ir? Continuar no campo com a família ou mudar para a cidade? Trabalhar onde? Continuar os estudos ou ajudar a família? Nesse período são tantas incertezas, é um momento de transição, por esse fato resolveu-se desenvolver a pesquisa com esses jovens.

Relação entre elementos objetivos e subjetivos presentes na vida dos jovens.

- 100% dos pais com ensino fundamental incompleto.
- Renda mensal da família até 2 salários mínimos. Somente 20% das mães trabalham fora.
- 20% dos pais são agricultor, 30% tem outras atividades como: motorista e nos fornos de carvão; 50% trabalham na silvicultura.
- 80% encontram dificuldade para chegar até a escola devido as condições das estradas e a precariedade do transporte escolar.
- 10% já moraram na cidade e 40% das famílias pretendem mudar para a cidade.
- 90% querem continuar os estudos após o término do Ensino Médio, 60% recebem incentivo dos familiares para continuar estudando e 90% recebem incentivo dos professores.
- 80% mantêm-se informados através do rádio e da TV, 20% através de professores e amigos.
- 60% dos alunos já sofreram alguma forma de preconceito por morar no meio rural.

Percebe-se que continua atualmente o estereótipo do camponês como diferente e inferior:

> *"Quando fomos jogá na cidade, tinha uma torcida que gritava quando a gente tava jogano, índio do sertão, só porque moramos no Sertão eles se acham que são diferente de nós, mas somos iguais."*(AMS)

> *"Quem mora em cidades se acham mais inteligente, e nos tornam mais inferiores que eles. Me senti um pouco decepcionada, mas o que importa é ser valorizada pelo meu bom comportamento e tem coisas que temos que ignorar. Só assim consiguiremos um pouco de sucesso no futuro."*(AMB)

Esse preconceito ao camponês ocorre devido ao "homem urbano ter uma cultura técnica e industrial pretensamente mais evoluída, sente-se superior, caricaturando-o como atrasado e colocando-o em espetáculos pitorescos de inferioridade" (LABRIOLA, apud PRÊMIO CRIANÇA, 2002, p. 23).

É como se estivássemos vivendo no início do século passado, onde em um discurso, Olavo Bilac se referiu aos homens que habitavam no campo da seguinte forma, de acordo com Garcia (2006, p. 23):

> Os indivíduos que habitavam os sertões viviam a vegetar como qualquer ser irracional. Nos rudes sertões onde os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como feras, como insetos, como as árvores. (BILAC apud GARCIA, 2006, p. 23).

Essa forma depreciativa de ver o homem que no vive no meio rural, enraizada no imaginário das pessoas faz com que os camponeses sintam vergonha do que são, como podemos observar no depoimento seguinte:

> *"Quando me perguntam onde moro, eu não conto que é no sertão, falo que é na cidade. Quando a gente fala que é no Sertão eles pensão que é um lugar devastado e as pessoas que moram aqui são uns bobos, são diferentes, eu não conto que moro aqui. O problema é a fala, o r arrastado."*(LMP)

Surge a necessidade de resgatar os valores e cultura de quem vive no campo. Ver o campo como "território social e cultural dinâmico, como lugar de produção de vida, trabalho, cultura, saberes e valores" (ARROYO, 2006, p. 10). A população rural estabelece com a urbana:

> a mesma relação que os países subdesenvolvidos com os desenvolvidos. Desde o nosso mito de origem e colonização, ficamos submetidos a uma condição de inferioridade que continua sendo atuada e mantida historicamente, para garantir diferenças econômicas, sociais e políticas. Somos aos olhos e ações do primeiro mundo, os subdesenvolvidos, os ignorantes ou incultos, os improdutivos, os coitados, os atrasados. Somos os pobres, os depositários da função inferior da América...Acontece que acolhemos em nós esta desigualdade. Um estereótipo do qual é difícil se desfazer. (LABRIOLA apud PRÊMIO CRIANÇA, 2002. p.23).

Com as mudanças decorrentes no espaço rural nas últimas décadas, o rural passou a ser considerado para alguns em via extinção. Isso não está ocorrendo, pois começa a emergir uma nova ruralidade. Onde:

> O fim das sociedades rurais não significa o fim do rural, assiste-se nas sociedades modernas, a um processo de recomposição do rural e da emergência de uma nova ruralidade. […] Afirma a necessidade de uma nova abordagem que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um espaço singular. (WANDERLEY, 2000, p. 129).

Nessa perspectiva, Kaiser se refere ao espaço rural como:

> como um modo particular de utilização do espaço e de vida social. […] a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físicos (referência a ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidade do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (KAISER apud WANDERLEY, 2000, p. 88).

Essa mudança no espaço rural, pode contribuir para amenizar e mais tarde talvez até acabar com o estereótipo do camponês de atrasado e tantos outros termos depreciativos que fere a dignidade humana. São sujeitos produtores de saberes com suas perspectivas, ideologias e

concepções de mundo como observa a seguir através das respostas dos jovens quando questionados sobre a relação campo-cidade, suas vantagens e desvantagens.

> *"O local onde a gente reside é melhor porque a gente pode plantar muitas coisas e na cidade tem que pagar água, mas no campo não precisa. A desvantagem é não ter acesso a internet."*(AMV)
>
> *"É um lugar tranquilo, mas tudo é bem mais difícil. Na cidade tem mais oportunidade de trabalho."*(SEB)
>
> *"Menas violência, podemos cultivar plantas e verduras e que falta é atendimento médico."*(ACZ)
>
> *" A cidade é melhor porque você tem acesso a mais coisas."* (CZX)
>
> *"Eu acho que a cidade é pior, porque lá encontra mais dificuldade de sobrevivência, principalmente por motivo de trabalho."*(QRA)
>
> *"Aqui as pessoas se ajudam, todos se conhecem, na cidade não tem dessas coisas. Só falta oportunidade de emprego."* (SWA)
>
> *"Na cidade encontramos oportunidades que não tem aqui, cursos técnicos e trabalhos."* (SMX)
>
> *"Na cidade é melhor para alcançar objetivos, no campo é bom de se viver a desvantagem é o pouco acesso as coisas novas."* (LTZ)

A desvantagem em viver no campo está relacionada à falta de oportunidades de emprego, de continuar os estudos, o difícil acesso de bens de serviços e consumo, a marginalização do espaço rural. O campo pode ser um bom local para se viver se for investido em infra-estrutura. Percebe que os seus sujeitos têm uma identidade com o local, com a terra como produção de vida e de existência.

Os jovens dão grande importância a educação formal, valoriza o conhecimento adquirido na escola, veem na educação escolar a oportunidade de melhorar de vida, de poder arrumar um emprego. Como podemos ver nesses comentários:

> *"Eu pretendo continuar estudando para ter um futuro melhor"*(DKL)
>
> *"Até para arrumar emprego é mais fácil."*(MPO
> *"Hoje o mercado de trabalho exige muita capacitação profissional."*(SVA)

Mas para os jovens continuarem estudando precisam mudar para a cidade e isso gera um impasse no ambiente familiar. Uns encontram apoio dos pais, outros não. Muitos pais gostariam

que os filhos estudassem mais não tem condições de arcar com as despesas financeiras que implica em mudar do campo para a cidade. Outros precisam da mão-de-obra dos filhos na lavoura ou na silvicultura para ajudar na renda da família. Sendo possível constatar no comentário de um pai:

> *"Eu queria que o meu fio continuasse estudano, mais a gente não tem condição prá isso. Era bom se tivesse uns cursos aqui mesmo."* (MNO)

A mudança para a cidade não é defendida com muita ênfase pelos adultos pois tem consciência que para arrumar um emprego precisa ter estudo e eles têm somente o fundamental incompleto. Isso é um fator que faz com que permaneçam no campo. Além destes cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos e outros cursos que viabilizam a aprendizagem dessas pessoas não evoluem na comunidade.

Começam e acabam antes da data prevista por falta de pessoas, os que começam acabam desistindo, ainda não ocorreu uma experiência bem sucedida no local, desistem com o argumento que:

> *"A gente tá véio não aprende mais, já tamo com a cabeça dura".* (SMT)

A evasão escolar está relacionada a um fator cultural como podemos observar na fala.

> *"As meninas são estudiosas, interessadas em aprender, mas as mães não deixam vir mais para a escola por achar que as meninas vão começar a namorar e depois ainda acabam ficando grávidas, não sei o que fazer para convencer essas mães e deixarem as meninas voltar a freqüentar a escola."* (PFA)

As meninas recebem das mães incentivo para o casamento desde cedo.

> *"É difícil a menina que termina o ensino médio e a mãe deixa continuar os estudos.."*(SLO)

Conclusões

O difícil acesso a bens de serviço e consumo conjugado com fatores históricos, culturais, caracterizam a particularidade do espaço geográfico e a condição de vida das pessoas e de suas relações sociais. Numa localidade na qual a silvicultura vem aumentando e sufocando os camponeses e os pequenos proprietários pela diminuição de suas terras, mas, ao mesmo tempo, é

uma alternativa para o aumento da renda das famílias, empregando mão-de-obra temporária e permanente.

Para a maior parte das pessoas ouvidas a cidade não é vista como alternativa para uma vida melhor, mais digna, mas sim como o lugar do progresso, do avanço científico e tecnológico do qual se vêem excluídos, marginalizados. Os adultos têm consciência da importância do conhecimento institucional para a melhoria de vida, principalmente se a pessoa pretende mudar para um centro urbano. Assim, como a maioria é semi-analfabeta, observa-se que não se defende mais com entusiasmo a mudança para a cidade.

Os jovens não querem sair do campo, deixar suas famílias para se aventurarem nas cidades, mas a falta de emprego e a renda da família fazem com que saiam em busca de alternativas. Sentem-se desvalorizados pela sociedade e isto fica explícito na cultura dos citadinos de achar que o homem do campo é ingênuo, atrasado, fácil de ser enganado. Na vida concreta, são excluídos pelos órgãos públicos, pela falta de serviços básicos na região como saúde, transporte, telefone. A grande maioria da população não tem acesso ao telefone um serviço indispensável nos dias atuais. Observa-se uma despreocupação dos gestores com a sorte dessa população pela ausência de políticas públicas que valorizem a cultura local, os saberes da comunidade e proporcione oportunidade dos jovens permanecerem no campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARXT, J. **Jaguariaíva**: do tropeirismo aos dias atuais. Jaguariaíva: PMJ, 2000.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná Tradicional. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GARCIA, E. M. S. **A educação do homem do campo (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2006.

IBGE Cidades. Disponível em: < http://www.ibge.com.br/cidades >. Acesso em: 16 set. 2008.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 31 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IPARDES. **Caderno do município de Jaguariaíva**. (2007). Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/ >. Acesso em: 20 jun. 2008.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

LABRIOLA, I. Do analista-caipira ao caipira-analista. In: **A colheita da Fazenda Escola Fundamar**: uma experiência premiada da Educação Infantil no campo. São Paulo: Prêmio Criança, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia: o encontro desfetichizador. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995

VIDAL, M. I. **As representações sócias na educação do campo, no município de Jaguariaíva – PR.** Monografia (Licenciatura em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura,** 15, p. 87-145, out. 2000.

1.Título: Vozes femininas no ar: rádio comunitária e desenvolvimento local em contextos rurais.

2.**Identificação do autor:** trabalho orientado pela Prof. Dra. Maria Salett Tauk Santos, docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco e apresentado pela mestranda Ivanice Oliveira de Lima, do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52171900. Fone: (81) 3320 6587. E-mail: nicelima.com@gmail.com

3. Grupo de trabalho: Cultura e comunicação no mundo rural.

4. Objeto de reflexão: analisar as apropriações da Rádio Comunitária Alternativa FM pelas mulheres envolvidas nas ações da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam. Especificamente o que se buscou compreender foi de que forma o trabalho na produção de uma rádio comunitária contribui para o desenvolvimento local.

5. Situação empírica: o presente artigo utilizou alguns dados da pesquisa de mestrado **RÁDIO COMUNITÁRIA, GÊNERO E CAPITAL SOCIAL:** a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam, da autora Ivanice Oliveira de Lima para o Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O trabalho de campo foi empreendido no município de Nazaré da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco, em novembro de 2009.

6. Contribuição ao debate da Cultura e comunicação no mundo rural: A geração e a valorização da cultura local a cada dia vêm se configurando como fatores essenciais ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Ao mesmo tempo, frequentemente, destaca-se a importância do envolvimento dos atores locais no sentido de alcançar a sustentabilidade de uma região através de ações que envolvem colaboração e geração de capacidades. Na experiência relatada no presente artigo, os atores locais envolvidos numa iniciativa capaz de gerar desenvolvimento são as mulheres de contextos rurais responsáveis pela produção e manutenção da Rádio Comunitária Alternativa FM. Essas mulheres são as protagonistas de um processo de construção do desenvolvimento local na perspectiva de gerar melhorias no âmbito pessoal e coletivo. A comunicação comunitária possibilitada através da participação das mulheres envolvidas nas práticas radiofônicas se mostra relevante para a valorização da cultura e da comunicação no município de Nazaré da Mata, visto que há de se considerar que o rádio comunitário tem o potencial de envolver energias endógenas com vistas a estabelecer projetos de melhorias numa localidade através da informação, capacitação, valorização da cultura local e da comunicação dos contextos populares rurais.

Vozes femininas no ar: rádio comunitária e desenvolvimento local em contextos rurais.[1]

Ivanice Oliveira de Lima[2]
Maria Salett Tauk Santos[3]

Resumo: o estudo analisa a Rádio Comunitária Alternativa FM, da cidade de Nazaré da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Destaca-se a construção do desenvolvimento local a partir da atuação das mulheres de contextos rurais nos trabalhos de produção da Rádio Comunitária Alternativa FM. A comunicação comunitária envolvendo energias endógenas se mostra relevante para a valorização da cultura e da comunicação no município de Nazaré da Mata, visando empreender projetos de melhorias numa localidade através da informação, capacitação, valorização da cultura local e da comunicação dos contextos populares rurais.

Palavras-chave: rádio comunitária, contextos populares rurais, desenvolvimento local.

Rádio Comunitária em contextos rurais para o desenvolvimento local.

O objetivo deste texto é analisar as apropriações da Rádio Comunitária Alternativa FM pelas mulheres envolvidas nas ações da Organização Não Governamental Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam.

Especificamente busca-se compreender de que forma o trabalho na produção de uma rádio comunitária contribui para o desenvolvimento local em Nazaré da Mata, Pernambuco.

Trata-se de um estudo de caso que utilizou técnicas combinadas de coleta de dados, como pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de entrevista semi-estruturada com a coordenação da Amunam, a direção e coordenação da Alternativa FM e com mulheres radialistas dessa emissora. Como fundamentação teórica para a pesquisa utilizamos os aportes

[1] O presente artigo utilizou alguns dados da pesquisa de mestrado **RÁDIO COMUNITÁRIA, GÊNERO E CAPITAL SOCIAL:** a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam, da autora Ivanice Oliveira de Lima para o Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52171900. Fone: (81) 3320 6587. E-mail: nicelima.com@gmail.com

[3] Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP 52171900. Fone: (81) 3320 6587. E-mail: mstauk@terra.com.br

de autores como Cicilia Perruzzo e Dioclécio Luz para debater sobre Rádio Comunitária. Já a perspectiva da comunicação voltada para o desenvolvimento local é fortalecida pela autora Maria Salett Tauk Santos.

O movimento das rádios comunitárias é uma temática que vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões sobre desenvolvimento local. As razões estão nas características deste meio de comunicação. Para Peruzzo (1998) a rádio comunitária favorece a democratização da comunicação; não tem fins lucrativos, tem uma programação com vínculo com a comunidade em que está inserida; valoriza a cultura local e tem compromisso com a cidadania no conjunto de sua programação e não somente em atividades específicas. Na visão de Dioclécio Luz (2007), como fundamentos desses veículos de comunicação popular estão presentes: a) o oferecimento de oportunidades para a difusão de ideias, cultura, tradições e hábitos sociais de uma comunidade; b) oferecimento de mecanismos de integração e formação comunitários que estimule o convívio social; c) prestação de serviços de utilidade pública e integração aos serviços de defesa civil, sempre que se apresentar necessário; d) contribuição para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas; e) capacitação de pessoas para o exercício do direito de expressão.

O rádio comunitário, pelas suas características, aparece muito próximo dos contextos populares, uma vez que suas técnicas de produção são apropriadas por atores locais; existe a conquista de espaços nos meios massivos através de luta e organização dos grupos populares, que muitas vezes não se sentem representados pela grande mídia; se estabelece a abordagem crítica dos temas tratados nas emissoras; a articulação e cultura através da livre expressão das pessoas da localidade; e conquista da cidadania, a partir da participação política da comunidade.

Por esses e outros fatores, o rádio comunitário vem sendo considerado importante nos processos de construção do desenvolvimento local; este é entendido por Tauk Santos como um:

> esforço de mobilização de grupos na comunidade, no município, a fim de promover, em parceria com o Estado e organizações não-governamentais, ações empreendedoras a partir do aproveitamento das energias endógenas voltadas para os contextos locais (TAUK SANTOS, 1998, p.30).

O rádio também aparece, nas considerações da autora, como subsidiário à construção da cidadania quando oferece, por exemplo, a oportunidade de democratizar a comunicação e funcionar como uma ponte entre gestores públicos e a população (TAUK SANTOS, 2005). Isso oferece chances de os problemas de saúde, saneamento, educação, moradia e tantos

outros que afligem as populações pobres serem veiculados no rádio e a partir disso se cobrar providências das autoridades públicas para a resolução dessas questões.

O veículo serve como um canal de trocas de informações entre os membros de um grupo, que além de serem ouvintes, são também produtores de conteúdos. Nesse sentido, a Alternativa FM, rádio produzida por mulheres de contexto popular, traz nas suas propostas atender aos quesitos de formação, informação, cidadania, valorização da cultura e qualidade de vida da população marcada pela pobreza (AMUNAM, 2008).

De modo geral, quando se estuda a pobreza, percebe-se que são as mulheres os contingentes populacionais que mais sofrem com as carências de bens materiais ou não, por isso, costuma-se utilizar o termo *feminização da pobreza* para se referir ao conjunto de aspectos dentro do tema que dizem respeito aos fatores que afetam de maneira diferencial a mulher, à quantidade maior de mulheres entre os pobres; e à tendência a um aumento da pobreza feminina.

Na Zona da Mata pernambucana, a situação de submissão e contingência das populações femininas também é marcante. Historicamente as mulheres de contexto rural passaram por poucos acessos à saúde, educação, participação política e sofreram com a invisibilidade do trabalho doméstico, explicitada por Amartya Sen (2000, p.226):

> Embora as mulheres trabalhem muitas horas em casa todos os dias, esse trabalho não tem remuneração, sendo com frequência desconsiderado no cômputo das respectivas contribuições de mulheres e homens para a prosperidade conjunta da família.

Mesmo as mulheres que conseguiram alguma independência e se inseriram no mercado de trabalho convivem com as dificuldades de conciliar o trabalho fora de casa com as atividades domésticas, cuidado dos filhos e com demais familiares.

Ainda que a contingência financeira esteja longe de ser erradicada na população feminina da Mata Norte de Pernambuco, algumas iniciativas vêm surgindo no sentido de combater a pobreza e propiciar a inserção social de mulheres pobres dessa região. São iniciativas que favorecem a geração de renda, capacidades, habilidades, e empoderamento das mulheres.

Entre essas iniciativas, destaca-se o trabalho da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata. A Amunam está sediada no município de Nazaré da Mata, Mata Norte pernambucana, há 62 km da capital de Pernambuco, Recife. A ONG desenvolve projetos sociais de assistência a mulheres adultas e jovens em situação de vulnerabilidade social. Entre esses projetos está a Rádio Comunitária Alternativa FM, que corresponde a um canal por meio do qual são difundidas as estratégias comunicacionais da Associação. Através do veículo

comunitário, a Amunam tem a proposta de envolver contextos populares na produção e no consumo de conteúdos de interesse local e iniciar e capacitar as mulheres da comunidade nas práticas radiofônicas, oportunizando a essas mulheres a aferição de renda, profissionalização, e empoderamento para exercer a cidadania, tendendo a oferecer, dessa forma, possibilidades para a superação da pobreza nas famílias dessas mulheres.

A inserção de temas relativos à mulher na programação das rádios e a participação feminina na produção de conteúdos de interesse comunitário demonstra ser um caminho de inserção social de mulheres de contextos populares, o rádio vem configurando um espaço público utilizado pelas mulheres para saírem da invisibilidade e exercerem o seu direito à comunicação (VELOSO, 2005). A produção radiofônica feita por mulheres serve como um estímulo para elas questionarem sua forma de ser e de pensar, incrementar sua capacidade comunicativa, aumentar o seu conhecimento, ampliar a visão de mundo, valorizar-se como pessoa e como mulheres e recolocar-se em seus papéis familiares e sociais (MATA, 1997).

Por isso o investimento em pessoas, para gerar nelas qualidades e capacidades, torna-se uma medida importante na configuração do desenvolvimento local.

O trabalho conjunto desenvolvido numa emissora de rádio comunitária, portanto, aparece como um fato novo numa comunidade historicamente marcada pela pobreza. Esse trabalho pode ser entendido como um fator que tende a possibilitar articulações entre seus membros visando o desenvolvimento não só de caráter pessoal, mas também coletivo num município pobre como Nazaré da Mata.

Nazaré da Mata e sua população feminina.

Nazaré da Mata pertence à Mesorregião da Mata pernambucana, na região de desenvolvimento denominada Zona da Mata Norte. A área da cidade é de 150,816 km2 (CONDEPE; FIDEM, 2009) e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município registra aumento de 0,613 em 1991 para 0,703 em 2000 (CONDEPE; FIDEM, 2009). A população de Nazaré da Mata é de pouco mais de 30 mil habitantes, desses, 89,04% residem na área urbana e 10,96% moram na área rural do município (CONDEPE; FIDEM, 2009).

A base econômica de Nazaré da Mata é a produção de cana de açúcar, atividade tradicional na região desde a época do Brasil Colônia; também destacam-se como atividades econômicas a avicultura, indústrias cerâmicas, indústria alimentícia nos ramos de biscoitos, pães e massas e, mais recentemente, vem ganhando importância o turismo cultural/rural impulsionado pela tradição que o município detém na arte dos Maracatus de Baque Solto

(AGENDA 21, 2003). Dados de 2006 apontavam o valor do Produto Interno Bruto – PIB municipal de 146.650, o que representa 0,26% do PIB de Pernambuco (CONDEPE; FIDEM, 2009).

A atividade laboral na produção açucareira ao longo dos anos, evidentemente, gerou marcas na organização social na Zona da Mata. Não à toa ainda estão presentes as marcas dessa sociedade patriarcal, exemplificadas pela posição que, historicamente, as mulheres ocuparam com poucas opções de colocação profissional e de dependência financeira do marido. As mulheres representam pouco mais de 51% da população nazarena (CONDEPE; FIDEM, 2009). Embora venham surgindo iniciativas, no local, de inserção social da mulher, a exemplo da colocação delas em novas atividades econômicas, a Mata Norte pernambucana ainda registra situações de desfavorecimento das populações femininas, seja nos aspectos relacionados à educação, saúde, moradia, vulnerabilidade familiar e até violência praticada pelos maridos.

Há situações, por outro lado, das mulheres que não convivem com parceiros, mas assumem sozinhas a responsabilidade pela casa e pelos filhos. Em Nazaré da Mata 4,04% das mulheres são mães, chefes de família que sustentam, sem cônjuge, filhos menores de quinze anos de idade (CONDEPE; FIDEM, 2009). Além disso, 6,51% das mulheres de 15 a 17 anos no município, já têm filhos (CONDEPE; FIDEM, 2009).

Iniciativas do terceiro setor, a exemplo da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata, vêm trabalhando com a população feminina desse município no sentido de proporcionar a elas oportunidades de mudar de vida. Dentre os projetos que merecem destaque pelo papel de estimular a capacitação e a geração de renda para essas mulheres e suas famílias está a Rádio Comunitária Alternativa FM, como veremos a seguir.

A Rádio Comunitária Alternativa FM.

A emissora Alternativa FM é um dos principais projetos desenvolvidos atualmente na Associação das Mulheres de Nazaré da Mata. A Amunam foi fundada em 23 de janeiro de 1988 na cidade de Nazaré da Mata, Zona da Mata Norte de Pernambuco, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Buenos Aires. Atualmente a ONG desenvolve, graças às parcerias com outros grupos e apoiadores da iniciativa público e privada, oito projetos sociais com crianças, jovens e mulheres adultas.

Entre as iniciativas da Amunam, destacamos a Rádio Comunitária Alternativa FM, emissora que visa estimular e contribuir para o desenvolvimento em comunicação,

informação, educação, cultura e direitos humanos, buscando envolver a comunidade nas questões sociais, estimulando a reivindicação de direitos e a prática dos deveres (AMUNAM, 2009).

De maneira geral, a Alternativa FM conta com cerca de quinze pessoas que estão envolvidas diariamente na suas atividades, dez das quais as jovens mulheres que participam ou já integraram projetos sociais da Amunam. Elas têm entre 16 e 28 anos são as responsáveis pelas funções de recepção, operação de áudio, produção e apresentação de programas. Mas a emissora não conta exclusivamente com mulheres no seu quadro de pessoal, não existe a proposta de excluir os homens das atividades no veículo de comunicação, embora o foco de atuação da emissora seja difundir as temáticas de interesse dos contextos femininos populares – criação dos filhos, sexualidade, inserção e participação política, emprego, direitos de saúde, moradia, segurança, educação e cultura.

A Alternativa FM surgiu a partir do Programa Espaço da Mulher, que vai ao ar todas as sextas-feiras, das 10h30 às 11h30 pelos 104,9 Mhz da Alternativa FM em Nazaré da Mata, com debates sobre família, sexualidade, violência sexual e doméstica. O Programa foi ao ar pela primeira vez em 1994, na Rádio Planalto de Carpina, cidade próxima a Nazaré da Mata, mas, depois de oito anos naquela emissora, a atração foi retirada da grade de programação. Depois disso, muitas foram as tentativas de inserir o Espaço da Mulher em emissoras comerciais, até que a equipe de produção do programa tomou a iniciativa de montar uma emissora de rádio própria. Surgia, assim, em 8 de março de 2003, a Rádio Comunitária Alternativa FM.

Por duas vezes, a emissora teve seus equipamentos lacrados por agentes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), após sofrer denúncias, que a equipe da Alternativa FM acredita terem partido de donos de emissoras comerciais da Região. Mas hoje, a Alternativa FM está próxima de conseguir, do Ministério das Comunicações, a outorga definitiva de funcionamento.

A Alternativa FM opera nos 104,9 MHz com 25 wats de potência, o máximo permitido pela Legislação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. A estimativa de audiência é de 12 mil ouvintes na cidade de Nazaré da Mata, e em alguns pontos das cidades vizinhas de Buenos Aires e Itaquitinga. As temáticas mais recorrentes trabalhadas na Rádio dizem respeito à cidadania, educação, saúde, violência doméstica e sexual, meio-ambiente e problemas da comunidade.

São os apoios culturais que provêem a maior parte dos recursos financeiros responsáveis pelos pagamentos de bolsas mensais de prestação de serviço às mulheres que atuam na emissora e aos colaboradores externos à Amunam e que também atuam na rádio.

Os trabalhos técnicos são realizados sem uma capacitação profissional específica para as atividades, tudo é transmitido pelas recepcionistas, operadoras, produtoras e locutoras que estão há mais tempo atuando na emissora e repassam as técnicas para as que ingressam na rádio.

Numa região pobre, são várias as queixas da população em relação aos acessos precários á saúde, educação, habitação, infra-estrutura e a rádio passa a ser reconhecida como um canal onde a população se faz ouvida pelos órgãos públicos.

Expostas as condições de vida e de trabalho das jovens mulheres que atuam na Rádio Alternativa FM em Nazaré da Mata, em seguida analisaremos como se constrói o desenvolvimento local via experiência de uma rádio comunitária.

As apropriações das radialistas da Alternativa FM na perspectiva do desenvolvimento local.

Aqui iremos empreender as análises das apropriações da Rádio Comunitária Alternativa FM pelas mulheres envolvidas nas ações da Organização Não Governamental Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam.

Todas as radialistas consultadas na pesquisa residem na cidade de Nazaré da Mata. São mulheres dos 16 aos 28 anos, cujas famílias mantêm uma ligação direta ou indireta com atividades agrícolas, o que revela que as marcas das atividades rurais ainda estão muito presentes na população de estudo.

Das entrevistadas, há aquelas que têm o Ensino Médio completo, outras estão estudando para prestar concurso público e há aquelas que cursam o Ensino Superior, mas não em área de comunicação social. Há também aquelas que cursam o Ensino Médio e se preparam para o vestibular. A remuneração das jovens vem em forma de bolsas de auxílio, cujo valor varia de acordo com a função de cada uma. É comum que essas mulheres, apesar de jovens, já assumam a responsabilidade de ajudar financeiramente suas famílias:

> Eu pago a conta de luz da minha casa, eu compro alguma coisa que falta, sempre que falta, eu *tô* comprando, e o resto fica pra mim, para eu comprar coisa para mim mesma (Entrevistada 5).

Entre as mulheres da Alternativa FM, nem todas pretendem seguir carreira profissional na área de comunicação:

> Eu pretendo fazer um curso técnico em análises clínicas, que eu acho interessante. Se eu não conseguir, eu pretendo fazer outra faculdade, tentar fazer a faculdade aqui para História (Entrevistada 3).

Outras, ao contrário, vêm o rádio como grande projeto de vida profissional:

> O que eu queria, de verdade, era fazer a minha faculdade de Rádio e Tv. É o que eu mais quero na minha vida (Entrevistada 4).

Independente do desejo de seguir carreira no rádio, há de considerar que em qualquer área de atuação profissional deve existir a boa comunicação e bom relacionamento capazes de incentivar a colaboração na tentativa de empreender projetos capazes de gerar desenvolvimento individual ou coletivo, que, hoje, com a prática radiofônica na Alternativa FM, já são incentivados.

Percebe-se o predomínio de empoderamento e controle das atividades aprendidas nos trabalhos na emissora:

> Chego lá, ligo, opero, boto as músicas no ar, solto tudo. Além de ser uma atividade nova que eu *tô* aprendendo, *tô* levando conhecimento às pessoas através do rádio (Entrevistada 3).

Isso pelo fato de, dia após dia, conhecimentos serem gerados num trabalho conjunto, possibilitando uma gradual apropriação das técnicas do rádio pelas jovens mulheres.

A partir do empoderamento gerado com os trabalhos na Rádio Alternativa é possível inferir que as mulheres radialistas tornam-se muito mais capacitadas profissionalmente e donas de seus próprios projetos de vida, uma vez que têm despertadas habilidades que algumas dessas mulheres não tinham consciência de que possuíam.

Através do relato de uma das radialistas, exemplifica-se a situação em que alguém da comunidade chegou até as comunicadoras para sugerir encaminhamentos a serem adotados pela Rádio Alternativa FM no sentido de contribuir para o debate de questões de interesse público:

> Na minha própria comunidade funciona uma associação de moradores, e sempre quem está à frente da associação de moradores onde eu moro, quando tem um ofício para entregar para uma entrevista de interesse da comunidade rural, fala comigo, e aí eu já falo com o locutor para agendar o horário (Entrevistada 1).

O potencial do rádio em funcionar como um meio entre a comunidade e os gestores públicos (TAUK SANTOS, 2005) também aparece nos depoimentos das entrevistadas. Como exemplo, uma das jovens radialistas destacou o trabalho da Alternativa FM em cobrir as sessões da Câmara de Vereadores do município, com a intenção de contribuir para a conscientização política da população, ao mostrar para os ouvintes como os parlamentares vêm atuando:

> Nem todo mundo sabe o que acontece nas reuniões da Câmara mesmo, que os nossos repórteres estão sempre lá. A outra rádio não cobre (Entrevistada 3).

Ao mesmo tempo, também se percebe a consciência, entre as entrevistadas, de que a rádio comunitária não pode ser a única responsável pela solução dos problemas da localidade, mas, ao contrário, é necessária uma soma de forças, dos atores locais para lutar pelas reivindicações:

> Só por ela [a rádio comunitária] e a população não se mobilizar, não vai a canto nenhum (Entrevistada 5).

Com base nos relatos, fica evidente o incentivo da Rádio Alternativa FM ao desenvolvimento local por meio da informação, mobilização da sociedade, e motivação para as resoluções dos problemas da comunidade. Além disso, outra contribuição que merece destaque e que aproxima a emissora do desenvolvimento local é o fato dela absorver mão-de-obra local, mulheres de contextos populares, potencializando a criação de habilidades profissionais nelas a fim de empreender novos projetos de vida e desenvolvimento no âmbito individual e coletivo.

Conclusão.

No decorrer do trabalho, observou-se que a Amunam, por meio da Rádio Alternativa FM, desenvolve um projeto voltado ao desenvolvimento local ao utilizar energias endógenas na tentativa de melhorias em Nazaré da Mata. Melhorias que em muito se relacionam à formação e desenvolvimento de habilidades técnicas pelas mulheres radialistas; e colaboração e a participação política dessas mulheres envolvidas na prática radiofônica. Esta, para as mulheres de contexto rural, se configura num importante fator capaz de criar perspectivas profissionais para elas e favorecer, assim o desenvolvimento individual e coletivo.

Além disso, percebe-se o reconhecimento da comunidade em relação à Alternativa FM, uma vez que a população encontra um canal para se expressar mais livre e

frequentemente do que nos veículos comerciais, e utilizando a emissora de rádio para a solução de questões da própria comunidade.

Referências.

AGENDA 21. **Nazaré da Mata 2004:** no caminho de desenvolvimento sustentável. Nazaré da Mata: A Prefeitura, 2003.

AMUNAM. Disponível em: <http://www.amunam.org.br/>. Acesso em: 9 jun. 2008.

AMUNAM. **Currículo Institucional.** Nazaré da Mata: Amunam, 2009.

CONDEPE; FIDEM. **Dados e informações:** perfil municipal.de Nazaré da Mata. Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=pub.1557.57>. Acesso em: 11 maio, 2009.

LUZ, Dioclécio. **A arte de pensar e fazer Rádios Comunitárias**. Brasília: [s.n], 2007.

MATA, Maria Cristina. **Mulher e Rádio Popular**. São Paulo: Paulinas, 1997. – Coleção: Manuais de comunicação, n.11.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Gestão da comunicação e desenvolvimento regional. **Comunicação e Educação**. São Paulo, n.11, p.29-30, jan/abril 1998.

_____. **Rádio comunidade:** construindo a democracia participativa na cidade. III Seminário Internacional Latinoamericano de investigación de La comunicación. São Paulo, 2005.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O fenômeno rádio mulher**: comunicação e gênero nas ondas do rádio. 2005, 160 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010.

GT8

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

COORDENADORES

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO (SOCIOLOGIA-UFF)

FRANCISCO MENEZES (IBASE - ONG)

COLABORADORES

LUCIANE BURLANDI (NUTRIÇÃO-UFF)

A FOME E O RURAL: contradições de uma realidade atual

Tanise Pedron da Silva
(tani_agronomia@yahoo.com.br)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Aline Weber Sulzbacher
(sulzba@gmail.com)
Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Paulo Roberto Cardoso da Silveira
(prcs1064@yahoo.com.br)
Ms. em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria , Prof. Ms. Depto. Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PICH)

GT08 – Segurança e Soberania Alimentar

1. Introdução

Roncou, roncou
Roncou de raiva a cuíca, roncou de fome
Alguém mandou
Mandou parar a cuíca
É coisa dos home
(O Ronco da Cuíca, de João Bosco e Aldir Blanc)

No mundo contemporâneo, mesmo com todos os avanços científicos e tecnológicos que facilitam a vida dos sujeitos, a fome se apresenta como um problema cruel, que ainda não foi resolvido pelo poder criativo dos agentes que buscam a superação dessa realidade.

A situação de déficit de alimentos chegou também ao espaço rural. De inicio isso parece curioso já que historicamente este espaço se caracterizou pela produção de seus próprios alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional. Cabe-nos questionar porque afinal a problemática da alimentação chegou ao campo? Como se explica o fato do rural estar num processo de insegurança alimentar, tendo em vista que historicamente desempenhou papel de produção de alimentos e que ainda teria condições (demanda) de continuar sendo?

Nas últimas décadas se observa que com o avanço de um modelo agrícola baseado em elevados índices de produção, os sujeitos rurais passaram a incorporar progressivamente uma lógica empresarial de produção que canaliza os fatores de produção da propriedade familiar, abandonando às práticas domésticas de produção para auto-sustento. Outro ponto

que deve ser considerado é a proximidade do rural com o urbano, que têm contribuído para reforçar a incorporação dos padrões alimentares, submetendo o espaço rural, à demanda de consumo típico das sociedades urbanas, reforçando a desvalorização em relação a produção para a subsistência e introduzindo outros valores em relação aos hábitos e práticas alimentares.

Neste contexto, esse artigo tem por objetivo discutir a situação da (in)segurança alimentar que atinge o espaço rural, especialmente no caso dos assentamentos rurais do município de Capão do Cipó/RS, gerando um estado de fome permanente entre os sujeitos. Especificamente, procura-se levantar algumas potencialidades do moinho colonial (fruto de investimentos do Programa Terra Sol) poderia contribuir para reverter essa realidade. Para tal discussão toma-se o caso de Capão do Cipó/RS, onde há vinte anos os assentados constroem e reconstroem seus sistemas produtivos, visando superar a (in)segurança alimentar, e suas formas de aquisição de alimentos na busca pela estabilidade econômica, social e ambiental dos lotes. Dessa forma, resgatando *antigas* formas de produção para autoconsumo, resgate-se também o orgulho e a auto-estima do "ser agricultor", (re)valorizando o trabalho e a vida de quem pertence ao rural.

2. Construindo conceitos: da segurança alimentar à fome

O Brasil, com suas diferenças no clima, na cultura e na organização econômica, se apresenta como um campo fértil de investigação sobre a questão da (in)segurança alimentar. Tais investigações podem auxiliar no entendimento de como se comporta esse fenômeno, a construir um panorama entorno do déficit de alimentos em seus diferentes comportamentos no território nacional. Nisso adentra também a problemática da qualidade dos alimentos, pois pode não haver um regime habitual de consumo de certos nutrientes.

Nessa discussão é interessante discernir o que é segurança alimentar, o que é fome, e o que é desnutrição. Maluf (2001) conceitua *segurança alimentar*:

> [...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (p. 147)

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional **(**CONSEA, 2008) a *fome* pode se apresentar de forma aguda/momentânea, ou permanente que é aquela alimentação diária, habitual, que não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas.

Enquanto que a *desnutrição* se refere aos indivíduos que tem acesso à alimentos, mas, de uma forma insuficiente para satisfazer as necessidades de manutenção e desenvolvimento do corpo, perdendo as suas defesas[1].

Na obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, o autor identifica com precisão o problema da fome no Brasil, apontando as especificidades necessárias para escolha das ações de políticas para combater este mal permanente na história da humanidade.

Ao analisar e caracterizar as diferentes regiões do Brasil, Castro passa a tratar o problema da fome como "a expressão biológica dos males sociológicos", pois sua ocorrência está associada a deficiências nutritivas com conseqüências biológicas e, onde as causas estão vinculadas com o estrato social dos indivíduos. Seu estudo preocupou-se com as fomes coletivas, e ocultas[2] que, segundo ele, são as que mais atingem as populações e com elevado poder de dizimação.

Portanto, compreende a fome como sendo provocada pelo déficit constante de elementos nutritivos: "o individuo come todos os dias, mas não se alimenta". É importante ressaltar que a obra do autor se tornou uma referência sobre o tema, motivando outros pesquisadores a estudar as origens e ações a serem tomadas para solução desse problema. Tema que por muito tempo, pareceu estar proibido de discutir na sociedade, chegando a ser um tabu, um assunto chocante. Mas hoje, o que se percebe é que tal discussão tem ganhado espaço no cenário nacional e internacional, não sendo mais possível ignorar tal situação.

Na história do Brasil uma série de lutas, protagonizadas por classes populares, foram travadas entorno da fome, mas que acabaram sendo classificadas pela história oficial como simples revoltas, mesmo que não explicitada, era a fome que estava por trás de muitas dessas lutas (GOHN, 1995). Mesmo assim, o Brasil permanece com uma dívida social incompatível com sua busca pelo desenvolvimento, pois ainda possui um contingente significativo de famintos, apresentando elevados níveis de desigualdade, com milhões de famílias que ainda não têm acesso a programas públicos, o que resulta na violação cotidiana de seu direito humano à alimentação adequada (CONSEA, 2009). Não são fáceis de encontrar dados atualizados sobre o número de indivíduos famintos no Brasil, mas segundo IBGE (2006), o censo aponta que 13,9 milhões de pessoas sofrem desse mal.

Esse problema grave, resultado da insegurança alimentar, vem extrapolando os limites do espaço urbano, pois não é difícil encontrar propriedades rurais com baixa

[1] A desnutrição está dividida em três grupos: leve, moderada e grave. A subnutrição se refere ao estado leve de desnutrição (CONSEA, 2008)

[2] Segundo o autor, fome oculta se refere a falta permanente de determinados elementos nutritivos, levando grupos inteiros à um processo lento de morte, apesar de comerem todos os dias.

diversidade de alimentos para consumo familiar. E nos assentamentos rurais, esse problema chama a atenção dos pesquisadores que trabalham com esse tema, justamente por estes terem funções diferenciadas das demais unidades de produção. Segundo Bergamasco & Norder (1996), os assentamentos surgiram no início da década de 90, sendo definidos como novas unidades de produção que, no nível local ou regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de propriedade e uso das terras e estabelecem outros padrões sociais. Portanto, quando os assentamentos começam a se defrontar com o problema da carência alimentar, há necessidade de se investigar as causas que levaram à tal situação.

3. A insegurança alimentar e suas conseqüências em assentamentos rurais – o caso de Capão do Cipó/RS

Historicamente, o rural se caracterizou pelo seu modo de vida particular, pela manutenção das tradições, pela produção de alimentos para consumo das famílias agricultoras, com acesso à alimentos independente da renda familiar. Oliveira, (2009) aponta os fazeres e saberes alimentares presentes no rural, como fatores de permanência de um modo de vida, representando a identidade do "ser agricultor".

Mas a prática de produção para autoconsumo, fazendo referencia ao "ser agricultor", tem sido abandonada em prol de outras prioridades na área da unidade de produção. Tal processo foi bem ilustrado na análise de Abramovay (1998, p. 127):

> "(...) integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho".

Portanto, essa realidade tem chegado até às áreas de assentamento rurais, onde a relação com a indústria processadora (complexo agroindustrial) tem se constituído como uma das únicas alternativas para a geração de renda e de trabalho. Por tal conjuntura, acaba-se adentrando num contexto de insegurança alimentar, em função de que o autoconsumo deixa de ser prioritário para o grupo familiar, (re)direcionando seus esforços para a especialização produtiva visando atender o mercado.

Esta reflexão instigou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Sociedade (NEPALS) a investigar o caso dos assentamentos rurais do município de Capão do Cipó/RS, tendo em vista que as famílias estão lá assentadas há cerca de 20 anos e atualmente apresentam situação preocupante de pobreza, insegurança alimentar e falta de auto-estima. Além de problemas também graves, como o acúmulo de um enorme passivo ambiental e irregularidades no uso da terra, entrando num conflito direto com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Assentamento:	**Número de Famílias**	**Área (ha)**	**Ano Implantação**
Santa Rita	43	1000	1982
Sepé Tiarajú	25	480	1987
14 de Julho	32	530	1992
Nova Esperança	100	1837	2001

A partir da vivência de campo realizada nos assentamentos[3], observou-se um processo de empobrecimento alimentar dos assentados, provocado pela especialização na atividade leiteira, o que segundo (SILVEIRA, PIRES & MARIN, 2000) atinge seu "modo de vivência", fazendo referência ao "ser agricultor". Ou seja, observa-se uma dedicação exclusiva à produção de leite, suprimindo as pequenas produções para autoconsumo que sempre identificaram este modo de vida do agricultor.

A produção leiteira nesses assentamentos como única fonte geradora de renda é altamente arriscada, pois além dos agricultores ficarem dependentes do preço definido pela indústria processadora, há também um alto custo em função dos complementos na alimentação, que acabam por determinar a quantidade e qualidade. Há, ainda, que se considerar o fator tecnológico, que exige progressivos níveis de padrão de qualidade muitas vezes incompatíveis com os fatores de produção disponíveis em um lote. Importante destacar que *unicamente* a atividade leiteira não deve pagar a conta pela problemática de déficit alimentar nos lotes, existem outros fatores, tais como o contato cada vez mais próximo com o urbano, a falta de repasse intergeracional de atividades para autoconsumo, e ainda o culto ao ócio, na maior parte das vezes sendo explicado por meras questões de "solo ruim", ou ficando na dependência do trabalho extensionista. Observe a fala de uma das assentadas mais antiga**:**

> (...) o solo aqui é muito duro, muito pesado. Na horta não dá nada, mas quando a gente chegou aqui há 20 anos era muito diferente. O solo era bom, a soja e o azevém dava muito lindo. A horta era uma beleza. Mas o problema é que a gente só tira e não coloca nada, nós mesmo colocamos calcário duas vezes desde quando chegamos. (Assentada no Santa Rita)

Assim, percebe-se que a falta de dedicação no cuidado com a terra, cultuando o ócio é um forte elemento a ser considerado nas áreas dos assentamentos de Capão do Cipó/RS. A espera pelo trabalho da COOPTEC (Cooperativa Técnica) é outro fator a ser considerado, já que os próprios agricultores desvalorizam o seu conhecimento empírico, esperando pelas visitas técnicas que trazem seus conhecimentos científicos.

3.1 **A metodologia do estudo**

Metodologicamente, foi realizada uma vivência com objetivo observar os métodos agrícolas, a rotina e principalmente as práticas alimentares dos assentados. No total foram

[3] Refere-se ao projeto: "A ação da universidade na re-construção sócio-ambiental das práticas alimentares em assentamentos rurais – o caso dos assentamentos do município de Capão do Cipó". Projeto utilizado para o Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau em agronomia.

visitadas quatro residências, permanecendo dois dias em cada uma, para se ter tempo suficiente de acompanhar e conferir os alimentos constituintes na dieta alimentar, não confiando apenas nas entrevistas realizadas anteriormente.

Com esse instrumento metodológico foi possível observar a disponibilidade de alimentos relacionados com os sistemas de produção praticados e a inexistência de produção para autoconsumo. Antes dessa vivência foram realizados encontros com os grupos de mulheres buscando resgatar o histórico das práticas alimentares nos assentamentos, através da aplicação de questionários, chegando à conclusão de que logo na implantação dos assentamentos, o déficit de alimentos era uma realidade, mas que com o investimento do INCRA e melhoria das condições de infra-estrutura, as famílias começaram a se dedicar à produção para autoconsumo, sendo uma tarefa quase que exclusiva das mulheres. O fato das mulheres serem as responsáveis do cultivo para subsistência e determinarem o que a família consome foi um determinante para a escolha dessa metodologia, por isso os encontros foram realizados com elas.

Durante as reuniões com esses grupos de mulheres, descobriu-se que os cultivos oriundos de hortas, pequenas criações animal e pomares era comum entre as famílias, chegando a vender o excedentes em feiras na cidade, apresentando uma realidade diferente do que se observa hoje: a freqüência de consumo de hortaliças e frutas é muito baixa, às vezes até inexistente, as antigas práticas de pequenas produções próximas à residência foram abandonas com a justificativa que não se consegue produzir porque o solo é de baixa qualidade, *"a terra é ruim",* não se observa processamento de alimentos, ou qualquer prática de incremento alimentar, fatos que leva a confirmar o processo de deficiência alimentar nos assentamentos. Trabalhar com grupo de mulheres possibilitou diagnosticar os pontos críticos da dieta vivida pelas famílias, possibilitando apontar possíveis ações para incremento na disponibilidade de alimentos para autoconsumo com aproveitamento máximo dos alimentos.

Assim, fica mais claro que essa *opção* por mudar o foco dos recursos da propriedade, buscando a especialização numa única atividade, no caso de Capão do Cipó somada a outras características têm sido decisivo para a situação de empobrecimento alimentar nos assentamentos.

> [...] produzir para subsistência passa a significar o deslocamento destes recursos [terra, capital e trabalho] das atividades responsáveis pelo ingresso monetário anual na unidade de produção e até a ameaça às condições de atender as constantes inovações no processo produtivo [...] (BALEM &SILVEIRA, 2005 p. 3)

Uma vez conhecendo a realidade da área, e discutindo as debilidades e potencialidades junto ao grupo de mulheres das carências alimentares, é possível identificar possíveis estratégias para contornar a situação e incrementar a dieta alimentar.

4. Perspectivas para a comunidade

A partir do investimento do Programa Terra Sol (INCRA), em 2006, na construção de um moinho colonial no assentamento Santa Rita desencadeou-se uma série de ações visando proporcionar condições para que a estrutura possa atender seu objetivo enquanto uma ferramenta para estimular iniciativas empreendedoras e a diversificação produtiva das famílias para participar do circuito de produção-processamento-comercialização, seja para atender ao consumo doméstico – da família e dos animais – seja para direcionar aos mercados convencionais e institucionais.

No entanto, um dos primeiros limitantes para a inauguração e operação do empreendimento foi colocado em função da Licença Ambiental. Tendo em vista o enorme passivo ambiental, a FEPAM condicionou a Licença de Operação do moinho colonial à elaboração de plano visando a regularização do assentamento em relação à problemática ambiental. Nesse contexto, através do trabalho desenvolvido pelo Programa Somar[4] iniciou-se a discussão e elaboração do Plano de Compensação Ambiental (PCA) que está em fase de implantação e se projeta como um conjunto de ações voltadas para a conscientização, à geração de renda a partir da extração de sementes nativas e a produção de mudas nativas.

Portanto, estão colocadas duas estratégias que poderão transformar a realidade dos assentamentos de Capão do Cipó. O PCA tem foco centrado na construção de um viveiro florestal que terá por finalidade num primeiro momento, de produção de mudas para recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos próprios assentamentos, e num segundo para comercialização de mudas, já que há demanda na região de espécies nativas para recuperação dessas áreas.

Já o Moinho Colonial é um espaço que será motivador e se coloca como um desafio no tocante ao planejamento e gestão. Sendo uma estrutura coletiva e que tem papel de viabilizar também as unidades de produção familiar (que são individuais), ele exige que a

[4] O Programa Somar foi idealizado em 2008 e efetivado em 2009 a partir de convênio realizado entre o INCRA-SD11/RS e a UFSM e constitui-se enquanto um núcleo de assessoria técnica aos empreendimentos que recebem ou receberam investimentos do Programa Terra Sol nos assentamentos do Estado do Rio Grande Sul. Informações detalhadas no site: www.terrasolrs.com

comunidade se reúna, discuta e construa um processo de planejamento e gestão participativo. Tal desafio, diante da atual conjuntura dos assentamentos, se coloca como um divisor de águas entre participar do processo reconstruindo perspectivas para se manter na terra ou então, abandonar o lote.

A conjuntura não tem contribuído para que o processo possa avançar. Dentre os fatores, cabe citar as divergências políticas internas e na ação das lideranças assentadas. Um espaço conquistado pelo Movimento Social onde, a rigor, deveria haver uma coesão social e política, observa-se uma disputa pelo poder e a desmobilização das famílias. Outros fatores que se aliam a este cenário são a falta de perspectivas e a baixa estima. Os indivíduos, em função das frustrações vividas, já não alimentam o sonho de garantir qualidade de vida a partir do lote e, quando trata-se do 'pensar' ou do 'agir' no coletivo, essa tendência piora. E, por fim, o fato de constituírem-se como obras públicas, em muitos casos não se observa uma co-responsabilidade na viabilização das estruturas.

Portanto, o desafio cabe também as ações de extensão rural, tanto para a Assistência Técnica, Social de Ambiental (ATES) quanto para os demais convênios do INCRA-SD11/RS que desenvolvem ações ou programas no município. O andar das atividades tem demonstrado que, através da união de esforços, representada nos encontros do Grupo de Trabalho[5], pode-se avançar a passos lentos.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

BALEM, T. e SILVEIRA, P. R. C. da. A Erosão Cultural Alimentar: **processo de insegurança alimentar na agricultura familiar.** In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Anais. 2005. Disponível em: <www.ufsm.br/desenvolvimentorural>, Acesso em: 20 de out. de 2009.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. ***O que são assentamentos rurais?*** São Paulo, Brasiliense, 1996 (coleção Primeiros Passos, 301).

CASTRO, J. **Geografia da fome**. São Paulo.1946. 10ª ed. 361p

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: uma experiência brasileira.** Brasília. 2009. 46p

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **O que é fome, desnutrição e subnutrição, Ano 2008.** Disponível em:

[5] Os Grupos de Trabalho (GTs) é uma ferramenta de organização, discussão e planejamento onde participam diferentes entidades envolvidas no processo. Geralmente é composto por membros da Prefeitura Municipal, da ATES, da Equipe Somar, Articulador, Incra, Cooperativa local, Assentados, Coceargs e demais convênios do Incra (Confie e Leite-Sul).

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais – a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo : Loyola, 1995. 213p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Famintos no Brasil.** 2006. Disponível em: www.radiobras.com.br

MALUF, R.S. et al. **Segurança Alimentar.** Disponível em: www.zooide.com

OLIVEIRA, N. R. F. **Fazeres e saberes alimentares**: permanências do ser agricultor. Parte da dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em <http://www.slowfoodbrasil.com/index.php?option=com_content&task=view&id=295&Itemid=95 >, Acesso em: 24 de Julh. 2009

SILVEIRA, P.R.C. da., PIRES, P. J. & MARIN, M. **As formas de exploração do espaço em regiões marginais.** X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 2000(anais em CD).

A REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO POLITRANSDIMENSIONAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM OS POVOS INDÍGENAS DE MINAS GERAIS – Um estudo analítico das transformações na cultura alimentar

Rodica Weitzman

(roassessorias@yahoo.com.br)

Museu Nacional- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UFRJ

GT 08 - Segurança e Soberania Alimentar

1. Apresentação

Neste trabalho, pretendo focar a experiência de ***um Diagnóstico Estadual sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável dos Povos Indígenas de Minas Gerais*** - realizado no período de março à julho de 2009 - no qual atuei como consultora, com a função de construir uma metodologia de pesquisa e elaborar o relatório final. Este estudo analítico pretende extrair desta pesquisa dois eixos que ocupam um lugar de centralidade na relação que os grupos étnicos tem estabelecido com sua alimentação, enquanto fonte de sobrevivência – em termos físicos, fisiológicos, sociais e culturais. O primeiro se refere às formas que os hábitos alimentares se tornam um dos marcos constitutivos destes grupos étnicos, enquanto vestígios de sua *tradição*, ao mesmo tempo em que seus significados se transformam diante dos processos de mudança cultural. O segundo se refere às formas que o alimento adquire significados no âmbito do que entendemos por *território* – definido como o suporte físico, material e ambiental para a expressão de identidades coletivas e a criação de suas estratégias sócio-culturais.

Busca-se, portanto, compreender como o *resgate*[1] de tradições alimentares, e sua valorização na atualidade, constitui uma bandeira de luta para as lideranças indígenas no contexto do movimento de Segurança Alimentar e Nutricional e como o diagnóstico tem servido como um instrumento desta articulação política. Neste

[1] *Resgate* é um termo utilizado com freqüência pelos movimentos e organizações sociais que elaboram estratégias de intervenção no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, para se referir à tentativa de valorizar as tradições alimentares que fazem parte da chamada "cultura alimentar". Resgate, portanto, traz o sentido da "recuperação" de valores e costumes que eram descartados ou desprezados.

sentido, proponho situar o alimento dentro de uma leitura dinâmica das relações sociais, buscando uma compreensão do alimento como um *símbolo* que transita por diversos espaços e é construído e re-construído nos jogos da interação social.

Para tal finalidade, será preciso debruçar-se sobre os vínculos que vêm sendo fortalecidos entre *a luta pelos direitos territoriais* e *a luta pela segurança alimentar e nutricional*. A ligação que se estabelece entre estas lutas e bandeiras políticas passa pelo entendimento da posse e gestão territorial como questões chaves que, dependendo de como são articuladas, se tornam condicionantes para a garantia de uma estabilidade no direito de acesso, de uso e controle dos recursos e sua disponibilidade. Entende-se, assim, que a apropriação dos territórios e sua *disciplinarização,* que se dá mediante as diferentes modalidades de gestão, tem tido um impacto direto não apenas sobre o reconhecimento destes grupos sociais mas também sobre sua relação com o alimento.

A partir do ano 2007, houve uma mudança no cenário politico que possibilitou a construção de uma nova categoria identitária: *Os povos e comunidades tradicionais*. Os povos indígenas foram abrigados abaixo do rótulo *comunidades tradicionais,* junto com outras populações que se definem a partir de sua aproximação com o meio ambiente - como os quilombolas e extrativistas. A configuração de uma nova *identidade coletiva* reforçou, mais ainda, sua relação estreita com os *territórios* e com os recursos naturais que eles contém. No Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os povos e comunidades tradicionais são entendidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". (CONSEA, 2008)

Entendemos, portanto, que a determinação territorial vai além de suas fronteiras físicas. Sendo fiéis aos parâmetros da definição Weberiana do grupo *étnico,* é possível afirmar que as comunidades tradicionais constroem suas *lutas* para proteção dos recursos naturais nas bases de uma proposta política e a partir de critérios bastante *subjetivos,* como sua identificação com um conjunto de anseios e objetivos que surgem no coletivo. Entretanto, não se pode negar o valor do território enquanto base para uma ação política - representando assim, um elemento-chave na

consolidação destas categorias sociais dentro da conjuntura atual.

Portanto, a definição citada acima, em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais, salienta as conexões existentes entre os seguintes termos: terra, território, etnia e tradição. Esta teia de conexões constitui o espinha dorsal da análise que será realizada ao longo deste estudo, sendo que a relação que estes grupos étnicos tem construído com a terra, e especificamente com o território, constitui o foco primordial. Entretanto, embora se reconheça a aparente *organicidade* desta relação entre estes grupos étnicos, a terra e os recursos naturais, é preciso tomar cuidado para não reforçar uma *naturalização* da mesma, como se estas populações *naturalmente* tivessem uma maior afinidade com as condições sócio-ambientais.

2. Introdução

O diagnóstico sobre a realidade alimentar dos povos indígenas de Minas Gerais foi priorizado pelo projeto CRESANS por permitir aceder às diversas realidades vivenciadas pelos povos indígenas no estado de Minas Gerais. Ao identificar as lacunas e as potencialidades existentes no que se refere à alimentação, tendo como foco os aspectos referentes ao acesso e produção dos alimentos, os fatores nutricionais e culturais dos hábitos alimentares e as questões sócio-ambientais que influenciem diretamente a sustentabilidade do sistema agro-alimentar, o diagnóstico fornece valiosas informações sobre o estado de segurança alimentar destes povos e permite o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dessa problemática; além de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas.

É importante contextualizar esta ação dentro do universo de mobilizações e pressões coletivas exercidas pelos representantes do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (COPIMG) e o Instituto Dom Luciano Mendes sobre o processo de formulação e implementação de politicas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional desde o final dos anos 90s. Neste sentido, remetemos à definição Weberiana de grupos étnicos, enquanto comunidades que se organizam a partir da ação politica. (Weber, 1983)

O campo político, na visão bourdieuana - no qual os diversos atores sociais defendem seus "interesses" - constitui o espaço de articulação mais privilegiado para debater esta temática no estado de MG - o Conselho Estadual de Segurança Alimentar

e Nutricional[2], criado em 1991. Neste espaço, os representantes de diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais vêm articulando suas demandas e necessidades de tal forma que possam ser contempladas no desenho das politicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, cabe dizer que o *capital simbólico*, associado à determinadas identidades coletivas, e marcado por diversos *interesses,* é negociado através de *relações de forças.* (Bourdieu, 1989)

Entretanto, neste *campo politico,* dado o jogo de forças, os movimentos e organizações que representam as questões indígenas não tem tido força política suficiente para serem "ouvidos" face ao seu quantitativo minoritário. Segundo várias lideranças de COPIMG, as politicas públicas neste campo temático historicamente não tem atendido as especificidades dos povos indígenas. Portanto, a incorporação desta atividade - voltada especificamente para os povos indígenas - no plano de ação do projeto "Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional", sobre a coordenação do CONSEA-MG, representou uma conquista significativa para estas populações, visando a superação de sua exclusão social. Em algumas entrevistas durante o processo preparatório do diagnóstico, informantes expressaram sua opinião de que esta conquista poderia ser atribuída, em parte, à visibilidade que os grupos étnicos ganharam a partir da criação da categoria *populações tradicionais* e seu impacto nas articulações realizadas no cenário político. No processo de construção deste projeto e de suas diretrizes, as organizações ligadas à *causa indígena* se mobilizaram e exerceram uma *pressão coletiva* sobre os delegados do CONSEA-MG, o que teve um impacto na hora da *concretização* da proposta politica.

Portanto, a análise que será realizada, a seguir, sobre as informações angariadas durante o trabalho de campo, busca levar em consideração o contexto politico no qual esta ação foi construída e executada por diversos atores políticos e os interesses de cada agente envolvido.

Para explorar estas múltiplas expressões de estratégias e posicionamentos, por parte dos povos indígenas de Minas Gerais, talvez seja interessante pensar a "invenção", no sentido proposto por Roy Wagner. Wagner (1975) atenta para a extensão criativa e inovadora dos significados culturais que são *produzidos* em função

[2] **O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional** é um espaço de articulação entre governo e sociedade civil voltado para a proposição de diretrizes para ações e políticas na área da alimentação e nutrição. É um órgão colegiado de interação do Governo do Estado com as organizações sociais, composto por 13 Secretarias do Estado, um representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 26 representantes da sociedade civil organizada e Diretoria.

de contextos específicos. Na sua leitura da capacidade inventiva dos agentes sociais, o autor afirma que não se deve partir dos grupos, mas da criatividade dos indivíduos, o que possibilita captar os "estilos de criatividade" na sua variedade infinita. Wagner também afirma que, neste sentido, se deve aplicar esta mesma lógica à pressuposição de cultura; ou seja, se nossa cultura é criativa, então as culturas que são os "objetos" deste estudo também devem ser vistas como operações criativas e inventivas.

3. Uma análise das informações angariadas durante o diagnóstico em segurança alimentar e nutricional

A seguir, será apresentada uma síntese das informações que foram colhidas durante o diagnóstico e que revelam o estado de Segurança e Soberania Alimentar dos povos indígenas:

- *A degradação das terras e o alto nível de desmatamento - atribuídos à invasão de fazendeiros e posseiros, a implantação de projetos agropecuários e ao uso do fogo enquanto prática para a renovação das pastagens - tem impedido o acesso aos recursos naturais e o desenvolvimento dos processos produtivos.*

- *Em relação aos recursos hídricos, a conjunção entre demanda necessária e demanda disponível é baixa em todas as aldeias pesquisadas. As fontes são insuficientes e com a necessidade da demanda produtiva provocam perda da produção, considerando também que várias áreas indígenas estão localizadas no polígono da seca. Além da ausência de água suficiente, outro problema que inviabiliza produção é a sua localização no território. No caso exemplar dos Maxakali, houve inclusive uma tentativa de realocação das áreas de produção no território que foi mal sucedida devido a distância entre os locais de moradia e de plantio.*

- *Em relação ao acesso aos alimentos, em todas as aldeias houve uma diminuição nas práticas de coleta, caça e pesca nos últimos 20 anos, diretamente relacionada com as mudanças ambientais. Isso levou à uma maior intensificação da produção agrícola. Entretanto, os danos causados pela ocupação indevida das terras e as invasões de não-índios provocaram a necessidade de efetivar reajustes nos sistemas locais de produção. Em muitos casos, percebe-se que o desgaste do solo tem provocado uma demanda para o uso de vários insumos e tecnologias, anteriormente não empregados nas atividades agrícolas.*

- *Em relação aos hábitos alimentares, foi relatado - na maior parte das aldeias - a crescente aquisição de alimentos industrializados, advindos do mercado externo nos últimos 20 anos.*

As informações angariadas ao longo deste diagnóstico serão examinadas a partir dos dois eixos centrais que norteiam este processo analítico: primeiramente, chamam atenção para as alterações ocorridas nas chamadas "tradições alimentares" e os incômodos decorrentes deste processo de transformação cultural. Em segundo lugar, demonstram o impacto das mudanças sócio-ambientais sobre os recursos naturais e explicitam de que modo estes fatores tem modificado as relações estabelecidas com o território, acarretando assim em um estado de insegurança alimentar.

3.1 Tradição diante da mudança cultural: As forças em jogo no domínio dos "hábitos alimentares" dos grupos étnicos

Durante o diagnóstico sobre Segurança Alimentar e Nutricional, surgiu uma série de informações que constatam processos acelerados de mudança nas condições sócio-ambientais, e simultaneamente, a intensa convivência com as influências da época moderna, no campo alimentar. De certo modo, a intensificação de processos de transformação em vários âmbitos da realidade social, provoca o surgimento, com bastante força, do conceito de tradição, como se fosse um *contraponto* destes acontecimentos. Somos provocados, portanto, a refletir sobre os contrastes inerentes à realidade social – no contexto das aldeias indígenas de Minas Gerais – que são expressos a partir de categorias de *modernidade* e *tradição*; *o que é novo* e *o que é velho.*

As tensões entre o novo e o velho no campo alimentar se concretiza a partir de uma diferença de geração; as novas gerações relatam, com maior freqüência, seu consumo de alimentos industrializados advindos do mercado externo e demonstram uma vontade de se integrar nesta nova ordem cultural. Estas diferenças de geração, que se evidenciam através das mudanças alimentares, são relatadas por um Pankararu/Pataxó, morador da aldeia Cinta Vermelha Jundiba:

"E a gente lá comia só farinha. E a gente comia mais feijão de corda, andu, fava. Essas coisas. Era o caranguejo o peixe, siri, a ostra. Os mariscos que a gente usava mais. Hoje a gente não tem. Agora já acostumou...e com os costumes do branco, veio os temperos, o sal, a gordura, o leite e os enlatados.... os mais velhos sentem ainda, mas os meninos que nasceram aqui acostumou com a comida daqui".

Por outro lado, as velhas gerações tendem a *se agarrar* em alguns alimentos enquanto símbolos de traços culturais, e o cultivo dos mesmos se torna uma estratégia viável para preservação da *memória coletiva.* Por exemplo, no caso do povo Pataxó, que tem sua origem na Bahia e migrou para a região de Carmésia/MG, alguns informantes expressaram um desejo coletivo de manter algumas comidas, associadas com seu *passado*, mesmo enfrentando os desafios de uma nova realidade, repleta de condições sócio-ambientais diferenciadas. Um sentimento expresso por vários informantes durante as entrevistas individuais e coletivas, ao longo do diagnóstico, foi que "as comidas do mar eram sempre intimamente ligadas aos mitos de origem deste grupo étnico" e portanto, alimentar-se dos frutos do mar representava "uma necessidade vital". As falas de alguns informantes confirmam esta sensação:

"Estou desnutrida do mar da Bahia. Tinha mangue, tinha mar... Como que traz para cá?" (moradora de Aldeia Imbiruçú – Carmésia/MG)

"Até hoje minha mãe e minha esposa reclamam que estão desnutridas por falta dos mariscos da Bahia. Lá se alimentavam exclusivamente de marisco e farinha. As crianças já perderam os costumes, mas às vezes viajamos para lá para ensiná-las nossas tradições". (morador de Aldeia Alto das Posses- Carmésia/MG)

Mesmo percebendo esta relação ambígua entre o *passado* – que representa as tradições alimentares - e o *presente* - símbolo de mudança alimentar - é preciso problematizar esta dicotomia. Pode-se afirmar que o dualismo criado entre *a tradição,* ao ser associada com o passado e *a contemporaneidade,* vista como símbolo de mudança, nega o caráter mutável e dinâmico dos processos sociais. Traz uma noção ilusória de que mudanças apenas ocorrem no contexto da modernidade, enquanto as tradições são enraizadas e cristalizadas no *passado*- um passado que pode perdurar na atualidade, de forma inalterável

Entretanto, o que aparece ser um *choque* entre visões contraditórias, constitui um domínio em que *o velho* e *o novo,* a *tradição* e *as novidades,* trazidas pela *modernidade,* são forças imanentes da própria realidade social. A *cultura alimentar*[3] não apenas nos remete às raízes históricas que compõem as tradições, mas

[3]. O conceito de *cultura alimentar* está embasada numa compreensão da alimentação enquanto uma série de práticas imbricadas nas tradições culturais de determinados grupos sociais. Canesqui e Garcia, por exemplo, ao falar da alimentação afirmam que esta envolve "seleção, escolhas, ocasiões e rituais, imbrica-se com a sociabilidade, com idéias e significados, com as interpretações de experiências e situações". (Canesqui e Garcia, 2005:9).

principalmente, aos hábitos cotidianos que são compostos pelo que é tradicional e que, ao mesmo tempo, representam novos costumes, modificados com o passar do tempo sobre a influência das condições sócio-ambientais. (Braga, 2004)

3.2 A centralidade do "território" na garantia de segurança e soberania alimentar

No decorrer do diagnóstico realizado, foi possível perceber uma preocupação recorrente com o processo de *demarcação territorial,* o que demonstra claramente a ligação existente entre modalidades de gestão territorial e a garantia da segurança alimentar e nutricional destas populações. O processo de demarcação territorial não deixa de ser uma ação conflituosa, devido às complexidades inerentes aos modos de articulação que os povos indígenas tem estabelecido entre o espaço geográfico e suas atividades econômicas, políticas e simbólicas.

Houve várias queixas nas aldeias indígenas em relação à forma como a demarcação vem sendo realizada. Em muitos casos as especificidades (produtividade, localização e dimensão) das terras indígenas e territórios onde hoje se situam os indígenas não derivam de atos de escolha norteados por critérios da coletividade envolvida. Segundo vários informantes, quase sempre se exclui da terra indígena os territórios sagrados, áreas de circulação e/ou áreas férteis. Esse é o caso dos Xacriabás que não possuem em seus limites acesso ao Rio São Francisco (importante local para realização de suas prática agrícolas e sagradas), dos Maxakali em cuja terra indígena não há fontes de água suficiente, dos Krenak cujas terras foram invadidas por ferrovias e de muitos outros. Uma reivindicação expressa em quase todas as aldeias foi em relação à importância de considerar suas diferentes necessidades (matéria prima para o artesanato, reserva de caça e pesca, locais sagrados etc.) e suas concepções de território nos processos demarcatórios das terras.

Para o público envolvido nas ações do diagnóstico, foi claramente percebido que nem sempre o processo de demarcação contempla as necessidades dos grupos étnicos em relação aos recursos naturais, o que interfere diretamente nas fontes de subsistência e a segurança alimentar. Também, reconhece-se que as mudanças ambientais - em particular a degradação e o desmatamento - tem reduzido drasticamente as fontes que possam ser acessados para garantir uma alimentação adequada. Desta forma, percebe-se o tanto que as condições sócio-ambientais podem

ser consideradas condicionantes para a garantia da segurança e soberania alimentar destes grupos étnicos.

4. Considerações Finais

As reflexões apresentadas ao longo desse trabalho pretendem fazer uma problematização de duas concepções que incidem sobre o universo dos grupos étnicos e que interferem na segurança e soberania alimentar – *território* e *tradição*. Percebe-se que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional[4], abordado no contexto dos povos indígenas de MG, pressupõe uma relação estreita com o território, entendendo o mesmo como o suporte físico, material para o fortalecimento de identidades étnicas. Portanto, desde o processo preparatório do diagnóstico, realizado por diversas organizações engajadas na causa indígena, enfatizou-se que, para compreender a realidade alimentar das aldeias indígenas, seria preciso pensar a partir das relações que estes povos estabelecem com os territórios, o que passa necessariamente, por uma compreensão do processo histórico de *disciplinarização* das terras e as modalidades de gestão territorial.

Outro conceito-chave que surge com força no contexto desta ação é a *tradição,* sendo que a articulação dos povos indígenas em torno do tema de SAN nos faz instintivamente pensar na preservação de suas chamadas tradições alimentares e o choque das mesmas com as influências advindas da mídia e das grandes empresas, na chamada época moderna - quando alimento efetivamente se torna *mercadoria.* Também, é importante destacar que, ao longo do diagnóstico em Segurança Alimentar e Nutricional, as lideranças das aldeias indígenas de Minas Gerais expressavam a necessidade de *resgatar as tradições alimentares* e valorizar sua *autêntica cultura alimentar.* De fato, a *autenticidade* se transforma em um dos principais objetivos de sua ação política neste campo temático; ao mesmo tempo em que os povos indígenas testemunham sentir-se *dominados* pelos padrões de uma alimentação industrializada, *trazida pela modernidade*- e associada aos *brancos.*

Portanto, a intenção aqui não é ser um trabalho conclusivo; pelo contrário,

[4] Partimos do seguinte conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovado na II Conferência Nacional de SAN, no ano de 2004, em Olinda (PE): "Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis".

representa o início de um estudo sobre os cruzamentos entre vários conceitos que são subjacentes ao processo de realização do Diagnóstico Estadual em Segurança Alimentar e Nutricional com os povos indígenas de Minas Gerais. Pretendo apenas acompanhar o fluxo de mudanças que tem atingido os modos de alimentar nas aldeias indígenas e compreender as diversas estratégias de mobilização e luta que tem sido adotadas por diversos atores sociais ao longo deste trajetória.

5. Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras.* In: **O guru iniciador e outras variações antropológicas.** São Paulo: Contra Capa, 2003.

BECKETT, Jeremy. *The past in the prest, the present in the past: constructing a national Aboriginality.* In: **Past & Present: The Construction of Aboriginality.** Jeremy Beckett (ed.). Victoria: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *"A representação política. Elementos para uma teoria do campo político".* **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

_____. *"É possível um ato desinteressado?"* In: **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BRAGA, Vivian. *Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação.* in: **SAÚDE VER,** Piracicaba, 6(13): 37-44, 2004.

CANESQUI, Ana Maria (Org.); GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA. **Terra: direitos patrimoniais e territoriais.** Documento interno elaborado pelas CP 5 e CP 6 do CONSEA para Plenária: 2008.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: contracapa, 1998b.

TURNER, Terence. *Representing, resisting, rethinking: Historical transformations of Kayapó culture and anthropological consciousness.* In: G.W. Stocking Jr. (ed.). **Colonial Situations: Essays on the contextualization of ethnographic knowledge.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture.** Chicago: The University of Chicago Press, 1981 (1975).

WEBER, Max. *Comunidades étnicas.* In: **Economia y Sociedad.** Mexico: Fondo de Cultura Economica. 1983.

A Realização de um Diagnóstico Politransdimensional em Segurança Alimentar e Nutricional com os povos indígenas de Minas Gerais

Rodica Weitzman

- Instituição: Museu Nacional- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UFRJ
- Formação: Graduação em Ciências Sociais, mestrando em Antropologia Social.
- Endereço: Rua Aãrao Reis 56 Apt. S302 Bairro Santa Teresa CEP: 20240-090 Rio de Janeiro, RJ
- E-mail: roassessorias@yahoo.com.br

08 - Segurança e Soberania Alimentar

Objeto de Reflexão

Neste trabalho, pretendo focar a experiência de um Diagnóstico Estadual sobre Segurança Alimentar e Nutricional - realizado entre janeiro e julho de 2009 - com os povos indígenas de Minas Gerais, no qual atuei como consultora, com a função de construir uma metodologia de pesquisa e elaborar o relatório final. Este estudo analítico pretende extrair desta pesquisa dois eixos que ocupam um lugar de centralidade na relação que os grupos étnicos tem estabelecido com sua alimentação, enquanto fonte de sobrevivência – em termos físicos, fisiológicos, sociais e culturais. O primeiro se refere às formas que os hábitos alimentares se tornam um dos marcos constitutivos destes grupos étnicos, enquanto vestígios de sua *tradição*, ao mesmo tempo em que seus significados se transformam diante dos processos de mudança cultural. O segundo se refere às formas que o alimento adquire significados no âmbito do que entendemos por *território* – definido como o suporte físico, material e ambiental para a expressão de identidades coletivas e a criação de suas estratégias

sócio-culturais.

Busca-se, portanto, compreender como o *resgate*[1] de tradições alimentares, e sua valorização na atualidade, constitui uma bandeira de luta para as lideranças indígenas no contexto do movimento de Segurança Alimentar e Nutricional e como o diagnóstico tem servido como um instrumento desta articulação política. Neste sentido, proponho situar o alimento dentro de uma leitura dinâmica das relações sociais, buscando uma compreensão do alimento como um *símbolo* que transita por diversos espaços e é construído e re-construído nos jogos da interação social.

Para tal finalidade, será preciso debruçar-se sobre os vínculos que vêm sendo fortalecidos entre *a luta pelos direitos territoriais* e *a luta pela segurança alimentar e nutricional*. A ligação que se estabelece entre estas lutas e bandeiras políticas passa pelo entendimento da posse e gestão territorial como questões chaves que, dependendo de como são articuladas, se tornam condicionantes para a garantia de uma estabilidade no direito de acesso, de uso e controle dos recursos e sua disponibilidade. Entende-se, assim, que a apropriação dos territórios e sua *disciplinarização,* que se dá mediante as diferentes modalidades de gestão, tem tido um impacto direto não apenas sobre o reconhecimento destes grupos sociais mas também sobre sua relação com o alimento.

A partir do ano 2007, houve uma mudança no cenário politico que possibilitou a construção de uma nova categoria identitária: *Os povos e comunidades tradicionais.* Os povos indígenas foram abrigados abaixo do rótulo *comunidades tradicionais,* junto com outras populações que se definem a partir de sua aproximação com o meio ambiente - como os quilombolas e extrativistas. A configuração de uma nova *identidade coletiva* reforçou, mais ainda, sua relação estreita com os *territórios* e com os recursos naturais que eles contém. No Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os povos e comunidades tradicionais são entendidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e

[1] *Resgate* é um termo utilizado com freqüência pelos movimentos e organizações sociais que elaboram estratégias de intervenção no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, para se referir à tentativa de valorizar as tradições alimentares que fazem parte da chamada "cultura alimentar". Resgate, portanto, traz o sentido da "recuperação" de valores e costumes que eram descartados ou desprezados.

econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". (CONSEA, 2008)

Entendemos, portanto, que a determinação territorial vai além de suas fronteiras físicas. Sendo fiéis aos parâmetros da definição Weberiana do grupo *étnico,* é possível afirmar que as comunidades tradicionais constroem suas *lutas* para proteção dos recursos naturais nas bases de uma proposta política e a partir de critérios bastante *subjetivos,* como sua identificação com um conjunto de anseios e objetivos que surgem no coletivo. Entretanto, não se pode negar o valor do território enquanto base para uma ação política - representando assim, um elemento-chave na consolidação destas categorias sociais dentro da conjuntura atual.

Portanto, a definição citada acima, em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais, salienta as conexões existentes entre os seguintes termos: terra, território, etnia e tradição. Esta teia de conexões constitui o espinha dorsal da análise que será realizada ao longo deste estudo, sendo que a relação que estes grupos étnicos tem construído com a terra, e especificamente com o território, constitui nosso foco primordial. Entretanto, embora se reconheça a aparente *organicidade* desta relação entre estes grupos étnicos, a terra e os recursos naturais, é preciso tomar cuidado para não reforçar uma *naturalização* da mesma, como se estas populações *naturalmente* tivessem uma maior afinidade com as condições sócio-ambientais.

Situação empírica

5.1 Contextualização: Diagnóstico Estadual sobre Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas de Minas Gerais

O ***Diagnóstico Estadual sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável dos Povos Indígenas de Minas Gerais*** faz parte de um conjunto de atividades promovidas pelo Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional – (CRESANS) vinculado ao Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA/MG) e executado pelo Instituto Felix Guattari (IFG/MG). O CRESANS é um instrumento permanente de apoio e assessoria que tem por principal meta contribuir para implementação da Política e do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Organiza-se a partir de uma série de estratégias: apoio a pesquisas, bancos de dados, integração de ações,

mobilização social, e formação que visam, conjuntamente, a promoção da cidadania e participação social pelo direito humano à alimentação adequada (DHAA).

O diagnóstico sobre a realidade alimentar dos povos indígenas de Minas Gerais foi priorizado pelo projeto CRESANS por permitir aceder às diversas realidades vivenciadas pelos povos indígenas no estado de Minas Gerais. Ao identificar as lacunas e as potencialidades existentes no que se refere à alimentação, tendo como foco os aspectos referentes ao acesso e produção dos alimentos, os fatores nutricionais e culturais dos hábitos alimentares e as questões sócio-ambientais que influenciem diretamente a sustentabilidade do sistema agro-alimentar, o diagnóstico fornece valiosas informações sobre o estado de segurança alimentar destes povos e permite o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento dessa problemática; além de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas.

Todas as etapas deste diagnóstico, desde seu planejamento até sua execução, foram realizadas em parceria com instituições públicas e da sociedade civil que atuam junto a essas comunidades. A formação de uma Comissão Gestora plural, responsável pelo planejamento das ações, foi um passo fundamental no processo metodológico. Foi priorizada ainda a elaboração de uma metodologia que permitisse a autogestão[2] dos atores envolvidos e que conduzisse a uma auto-análise das relações construídas. Esta procurou sempre respeitar e dialogar com a pluralidade de temáticas apresentadas e com as situações específicas de cada aldeia. Assim, esta metodologia foi concebida a partir das seguintes etapas: (1) planejamento da ação com integrantes da Comissão Gestora e representantes dos povos indígenas; (2) levantamento das expectativas de cada ator social sobre o diagnóstico por meio de entrevistas individuais e coletivas; (3) capacitação dos pesquisadores/as nos conceitos e metodologias do diagnóstico politransdimensional; (4) trabalho de campo nas aldeias indígenas; (5) sistematização das informações coletadas; (6) devolução e validação dos resultados em encontros com representantes das organizações envolvidas e lideranças das comunidades indígenas. As atividades de campo foram realizadas no período de 26/05 a 06/07 de 2009, com as seguintes etnias: os Pataxó, Xacriabá, Caxixó, Krenak, Maxakali, Aranã, Pankararu, Xukuru-Kariri, Mocuriñ, e Pataxó Hã

[2] **Auto-análise:** É um conceito empregado na Análise Institucional e Esquizaoanálise. Consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida.

Hã Hãe.

É importante contextualizar esta ação dentro do universo de mobilizações e pressões coletivas exercidas pelos representantes de COPIMG e Instituto Dom Luciano Mendes sobre o processo de formulação e implementação de politicas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional desde o final dos anos 90s. Neste sentido, remetemos à definição Weberiana de grupos étnicos, enquanto comunidades que se organizam a partir da ação politica. (Weber, 1983)

O campo político, na visão bourdieuana - no qual os diversos atores sociais defendem seus "interesses" - constitui o espaço de articulação mais privilegiado para debater esta temática no estado de MG - o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional[3], criado em 1991. Neste espaço, os representantes de diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais vêm articulando suas demandas e necessidades de tal forma que possam ser contempladas no desenho das politicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, cabe dizer que o *capital simbólico*, associado à determinadas identidades coletivas, e marcado por diversos `interesses,` é negociado através de *relações de forças.* (Bourdieu, 1989)

Entretanto, neste *campo politico,* dado o jogo de forças, os movimentos e organizações que representam as questões indígenas não tem tido força política suficiente para serem "ouvidos" face ao seu quantitativo minoritário. Segundo várias lideranças de COPIMG, as politicas públicas neste campo temático historicamente não tem atendido as especificidades dos povos indígenas. Portanto, a incorporação desta atividade - voltada especificamente para os povos indígenas - no plano de ação do projeto "Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional"[4], sobre a coordenação do CONSEA-MG, representou uma conquista significativa para estas populações, visando a superação de sua exclusão social. Em algumas entrevistas durante o processo preparatório do diagnóstico, informantes expressaram sua opinião de que esta conquista poderia ser atribuída, em parte, à visibilidade que os grupos étnicos ganharam a partir da criação da categoria *populações tradicionais* e seu impacto nas articulações realizadas no cenário político. No processo de construção deste projeto e de suas diretrizes, as organizações ligadas à *causa indígena* se

[3] **O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional** é um espaço de articulação entre governo e sociedade civil voltado para a proposição de diretrizes para ações e políticas na área da alimentação e nutrição. É um órgão colegiado de interação do Governo do Estado com as organizações sociais, composto por 13 Secretarias do Estado, um representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 26 representantes da sociedade civil organizada e Diretoria.

[4]

mobilizaram e exerceram uma *pressão coletiva* sobre os delegados do CONSEA-MG, o que teve um impacto na hora da *concretização* da proposta politica.

Percebe-se que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional[5], abordado no contexto dos povos indigenas de MG, pressupõe uma relação estreita com o território, entendendo o mesmo como o suporte físico, material e simbólico para a constituição de coletividades. Portanto, desde o processo preparatório do diagnóstico, realizado por diversas organizações engajadas na causa indígena, enfatizou-se que para compreender a realidade alimentar das aldeias indígenas, seria preciso pensar a partir das relações que estes povos estabelecem com os territórios.

Também, é importante destacar que, ao longo do diagnóstico em Segurança Alimentar e Nutricional, as lideranças das aldeias indígenas de Minas Gerais expressavam a necessidade de *resgatar as tradições alimentares* e valorizar sua *autêntica cultura alimentar.* De fato, a *autenticidade* se transformou em um dos principais objetivos de sua ação política neste campo temático; ao mesmo tempo em que os povos indígenas testemunharam sentir-se *dominados* pelos padrões de uma alimentação industrializada, *trazida pela modernidade*- e associada aos *brancos.*

Portanto, a análise que será realizada, a seguir, sobre as informações angariadas durante o trabalho de campo, busca levar em consideração o contexto politico no qual esta ação foi construída e executada por diversos atores políticos e os interesses de cada agente envolvido.

Para explorar estas múltiplas expressões de estratégias e posicionamentos, por parte dos grupos indígenas, talvez seja interessante pensar a "invenção", no sentido proposto por Roy Wagner. Wagner (1975) atenta para a extensão criativa e inovadora dos significados culturais que são *produzidos* em função de contextos específicos. Na sua leitura da capacidade inventiva dos agentes sociais, o autor afirma que não se deve partir dos grupos, mas da criatividade dos indivíduos, o que possibilita captar os "estilos de criatividade" na sua variedade infinita. Wagner também afirma que, neste sentido, se deve aplicar esta mesma lógica à pressuposição de cultura; ou seja, se nossa cultura é criativa, então as culturas que são os "objetos" deste estudo

[5] Partimos do seguinte conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovado na II Conferência Nacional de SAN, no ano de 2004, em Olinda (PE): "Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis".

também devem ser vistas como operações criativas e inventivas.

5.2 Uma análise das informações angariadas durante o diagnóstico em segurança alimentar e nutricional

Durante o diagnóstico, foi possível identificar problemas recorrentes em todas as aldeias indígenas de Minas Gerais em relação ao uso, manejo e gestão dos territórios que interferem diretamente nas fontes de subsistência e no estado de segurança alimentar destas populações, relatados a seguir:

- A degradação das terras e o alto nível de desmatamento - atribuídos à invasão de fazendeiros e *posseiros,* a implantação de projetos agropecuários e ao uso do fogo enquanto prática para a renovação das pastagens - tem impedido o acesso aos recursos naturais e o desenvolvimento dos processos produtivos.

- Em relação aos recursos hídricos, a conjunção entre demanda necessária e demanda disponível é baixa em todas as aldeias pesquisadas. As fontes são insuficientes e com a necessidade da demanda produtiva provocam perda da produção, considerando também que várias áreas indígenas estão localizadas no *polígono da seca.* Além da ausência de água suficiente, outro problema que inviabiliza produção é a sua localização no território. No caso exemplar dos Maxakali, houve inclusive uma tentativa de realocação das áreas de produção no território que foi mal sucedida devido a distância entre os locais de moradia e de plantio.

- Em relação ao acesso aos alimentos, em todas as aldeias houve uma diminuição nas práticas de coleta, caça e pesca nos últimos 20 anos, diretamente relacionada com as mudanças ambientais. Isso levou à uma maior intensificação da produção agrícola. Entretanto, os danos causados pela ocupação indevida das terras e as invasões de não-índios provocaram a necessidade de efetivar reajustes nos sistemas locais de produção. Em muitos casos, percebe-se que *o desgaste do solo* tem provocado uma demanda para o uso de vários insumos e tecnologias, anteriormente não empregados nas atividades agrícolas.

- Em relação aos hábitos alimentares, foi relatado - na maior parte das aldeias - a crescente aquisição de alimentos industrializados, advindos do mercado externo nos últimos 20 anos. As tensões entre *o novo* e *o velho* no campo alimentar se concretiza a partir de uma diferença de geração; as novas gerações relatavam, com maior freqüência, seu consumo de alimentos industrializados advindos do *mercado externo,* que não eram típicos de sua herança cultural, e demonstravam uma vontade de *se integrar* nesta nova ordem cultural. Estas diferenças de geração, que se evidenciam através das mudanças alimentares, são relatadas por um Pankararu/Pataxó, morador da aldeia Cinta Vermelha Jundiba: *"E a gente lá comia só farinha. E a gente*

comia mais feijão de corda, andu, fava. Essas coisas. Era o caranguejo o peixe, siri, a ostra. Os mariscos que a gente usava mais. Hoje a gente não tem. Agora já acostumou...e com os costumes do branco, veio os temperos, o sal, a gordura, o leite e os enlatados.... os mais velhos sentem ainda, mas os meninos que nasceram aqui acostumou com a comida daqui. Mas, eu plantei uma mandioca, cauim. Mandioca cozida a gente sempre usa".

As informações angariadas ao longo deste diagnóstico nos faz voltar para os dois eixos centrais desta análise: primeiramente, chamam atenção para as alterações ocorridas nas chamadas "tradições alimentares" e os incômodos decorrentes destes processos de transformação cultural. Em segundo lugar, demonstram o impacto das mudanças sócio-ambientais sobre os recursos naturais e explicitam de que modo estes fatores tem acarretado em um estado de insegurança alimentar.

Em relação ao primeiro eixo mencionado, no diagnóstico sobre Segurança Alimentar e Nutricional, surgiu uma série de informações que constatam processos acelerados de mudança nas condições sócio-ambientais, e simultaneamente, a intensa convivência com as influências da época moderna, no campo alimentar.[6] De certo modo, a intensificação de processos de transformação em vários âmbitos da realidade social, provoca o surgimento, com bastante força, do conceito de tradição, como se fosse um *contraponto* destes acontecimentos. Somos provocados, portanto, a refletir sobre as forças contrastes desta realidade social – no contexto das aldeias indígenas de Minas Gerais – que se expressam a partir de categorias de *modernidade* e *tradição*; *o que é novo* e *o que é velho.*

Em relação ao segundo eixo, no decorrer do diagnóstico realizado, foi possível perceber uma preocupação recorrente com o processo de *demarcação territorial,* o que demonstra claramente a ligação existente entre modalidades de gestão territorial *e* a garantia da segurança alimentar e nutricional destas populações. O processo de demarcação territorial não deixa de ser uma ação conflituosa, devido às complexidades inerentes aos modos de articulação que os povos indígenas tem estabelecido entre o espaço geográfico e suas atividades econômicas, políticas e simbólicas.

Durante o diagnóstico, as demarcações territoriais foram postas pelas discussões e debates como sendo medidas importantes para garantir a sobrevivência

[6] Os resultados do diagnóstico apontaram o seguinte fenômeno na maior parte das aldeias indígenas: a escassez de recursos naturais, por causa de processos de desmatamento e degradação ambiental, o que tem acarretado em uma maior dependência no mercado externo para compra de alimentos.

das aldeias indígenas e a preservação de suas tradições culturais. Apesar de entender que a demarcação, por si só, não assegura a implementação de políticas públicas às quais os povos indígenas têm direito, as lideranças constantemente enfatizavam o fato de ela tornar-se um instrumento político de reivindicação e de legitimidade através do qual os grupos poderiam requerer junto a outras instituições e agências indigenistas (FUNASA, Prefeituras, Conselhos, Ministérios e Secretarias, ONG's etc.) o direcionamento de suas ações para área demarcada.

Apesar da demarcação significar a conquista de direitos, houve várias queixas nas aldeias indígenas em relação à forma como a demarcação vem sendo realizada. Em muitos casos as especificidades (produtividade, localização e dimensão) das terras indígenas e territórios onde hoje se situam os indígenas não derivam de atos de escolha norteados por critérios da coletividade envolvida. Segundo vários informantes, quase sempre se exclui da terra indígena os territórios sagrados, áreas de circulação e/ou áreas férteis. Esse é o caso dos Xacriabás que não possuem em seus limites acesso ao Rio São Francisco (importante local para realização de suas prática agrícolas e sagradas), dos Maxakali em cuja terra indígena não há fontes de água suficiente, dos Krenak cujas terras foram invadidas por ferrovias e de muitos outros. Uma reivindicação expressa em quase todas as aldeias foi em relação à importância de considerar suas diferentes necessidades (matéria prima para o artesanato, reserva de caça e pesca, locais sagrados etc.) e suas concepções de território nos processos demarcatórios das terras.

Para o público envolvido nas ações do diagnóstico, foi claramente percebido que nem sempre o processo de demarcação contempla as necessidades dos grupos étnicos em relação aos recursos naturais, o que interfere diretamente nas fontes de subsistência e a segurança alimentar. Também, reconhece-se que as mudanças ambientais- em particular a degradação e o desmatamento- tem reduzido drasticamente as fontes que possam ser acessados para garantir uma alimentação adequada. Ao concluir esta breve análise das informações, percebe-se o tanto que as condições sócio-ambientais podem ser consideradas condicionantes para a garantia da segurança alimentar e nutricional destes grupos étnicos.

Definição da contribuição que pressupõe oferecer ao debate do GT 08- Segurança e Soberania Alimentar

As reflexões apresentadas ao longo desse trabalho pretendem fazer uma problematização de uma série de concepções que incidem sobre o universo dos grupos étnicos: *território; tradição; mudança cultural*. Este trabalho demonstra como a construção da segurança e soberania alimentar dos povos indígenas tem sido um processo mutável, susceptível às mudanças sócio-ambientais, às modalidades de gestão territorial e às influências da alimentação industrializada. Ao mesmo tempo, este exercício analítico nos convida a questionar uma série de dicotomias que são tão caras à cultura ocidental: passado x presente; tradição x modernidade; o velho x o novo. O fluxo de mudanças que atingem os modos de se alimentar nas aldeias indígenas pesquisadas tem provocado um instinto de preservação de traços definidores da herança alimentar e, ao mesmo tempo, tem implicado em uma nova relação com o que constituíam estas tradições e hábitos. A contribuição ao debate do GT 08 passa pela tentativa de compreender como os agentes sociais, ao representar as "comunidades tradicionais", encontram seus processos reivindicatórios - de mobilização e luta no campo politico – e atribuem novos significados ao alimento.

Referências bibliográficas

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA. **Terra: direitos patrimoniais e territoriais.** Documento interno elaborado pelas CP 5 e CP 6 do CONSEA para Plenária: 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: contracapa, 1998b.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture.** Chicago: The University of Chicago Press, 1981 (1975).

WEBER, Max. *Comunidades étnicas.* In: **Economia y Sociedad.** Mexico: Fondo de Cultura Economica. 1983.

WEITZMAN, Rodica. **Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: Uma metodologia de formação com enfoque de gênero.** Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: um relato de experiência no estado do Tocantins.

Ilian Délvia V. C. de Souza, nutricionista pela UFAL ilian_delvia@ibest.com
Renata da Cruz Gonçalves, especialista em Sociologia Política pela UFPR, renatanutricao2000@yahoo.com.br
Paloma Sodré Cardoso, especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da UFPR, palomascar@yahoo.com.br

GT 8 – Segurança e Soberania alimentar.

APRESENTAÇÃO

Durante a primeira fase da pesquisa **Educação Alimentar e Nutricional - Ferramenta básica na Construção da Segurança Alimentar e Nutricional às Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins**, foram investigados dados para compor o Diagnóstico de Insegurança Alimentar e Nutricional. Antes da análise e consolidação empírica dos dados coletados através de questionário fechado, pudemos traçar breve perfil e apontar problemáticas em comum às comunidades, que otimizaram o entendimento dos fatores co-relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional. Desse modo, o relato a seguir será descrito a partir das principais informações e características observadas e registradas nos questionários pelas pesquisadoras, e a partir dos decorrentes depoimentos coletados dos próprios entrevistados.

A primeira fase da pesquisa se deu entre julho e dezembro de 2008, e alcançou especificamente as comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas[1] até esse período, que no Estado do Tocantins somavam quatorze comunidades quilombolas em dez

[1] O reconhecimento se dá através da Fundação Cultural Palmares e segundo o decreto 4.887/03 que considera "remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, cujas raízes negras estejam presumidamente relacionadas com a resistência à opressão histórica sofrida". A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos, de acordo com o decreto, é atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

municípios do estado, totalizando 807 famílias, sendo que entre as comunidades uma é considerada urbana.

A seguir os autores pretendem relatar a situação de insegurança alimentar em que se encontram as famílias das comunidades estudadas e destacar o impacto dos conflitos de terra gerados pela morosidade no processo de regularização fundiária no afastamento do modelo de agricultura familiar, agravando a situação de insegurança alimentar em que se encontram.

DISCUSSÃO DAS SITUAÇÕES OBSERVADAS

De maneira geral as principais características observadas estão relacionadas às condições de vida, saúde, acesso aos programas sociais, características de produção e disponibilidade dos alimentos, e hábitos de vida na comunidade.

Pôde-se constatar a vulnerabilidade das moradias, especialmente nas comunidades rurais, com alguns domicílios em alvenaria, a maioria em adobe (por fabricação própria) e algumas em palha, pau-a-pique ou com material aproveitado. Ressaltando que programa de moradia popular estava sendo implantado em algumas comunidades, e foram freqüentes queixas referentes à qualidade do material utilizado, e quanto à participação ativa no projeto inicial no modelo das casas. Em muitos casos a família opta por permanecer com a edificação antiga após a construção da nova casa.

Apenas duas comunidades têm acesso à energia elétrica e há problemas com o abastecimento de água potável e saneamento básico (realizado na maioria dos casos juntamente com a implementação do programa de moradia popular), algumas comunidades possuem poço artesiano que atende parcialmente a comunidade, mas a maioria recolhe água nos rios. Foi comum observar relatos de que a dificuldade de acesso à água estaria diretamente relacionada à dificuldade de irrigação.

No período de estiagem há dificuldade de plantar, havendo pouca disponibilidade de frutas e outros gêneros cultivados na região. Neste período, as famílias se alimentam basicamente dos gêneros armazenados no período da chuva, e de doações de perecíveis/industrializados proveniente de ações e programas municipais, estaduais e ou federais.

Observou-se a criação de animais sendo em maior proporção a criação de galinhas e em menor quantidade criação de gado e porco, bem como o plantio de pequenas roças para subsistência. Há produção eventual de rapadura e farinha de mandioca para o consumo próprio. Em alguns casos havia produção de excedente que poderia ser comercializada, porém o acesso às feiras é dificultado pela questão de transporte e pelo custo dessas passagens.

As escolas existentes, especialmente nas comunidades rurais, são distantes e encontram-se em situação precária, considerando sua estrutura física, falta de professores, material escolar, e a alimentação escolar não respeita os princípios definidos para comunidades tradicionais e de segurança alimentar e nutricional. Ainda assim, se observa que as famílias priorizam a permanência das crianças nas escolas, mesmo com grande dificuldade de acesso, uma vez que isso garante a permanência em programas sociais, como o Bolsa Família, e a possibilidade da alimentação das crianças na escola. As poucas escolas existentes não atendem a todas as séries previstas para a conclusão dos estudos, forçando o deslocamento dos estudantes para outras localidades para dar continuidade ao estudo.

O recurso proveniente do programa Bolsa Família freqüentemente é a única fonte de renda da família e é direcionada para compra de alimentos básicos constantemente faltosos. Outras fontes de renda verificadas são as provenientes de trabalhos temporário de baixa remuneração nas fazendas do entorno. Foi verificada também a pratica de prestação de serviços sem remuneração em dinheiro, por exemplo, em situações onde o quilombola faz serviço de caseiro e recebe um bezerro a cada seis nascidos, podendo plantar pouco e vivendo em insegurança constante. Existem alguns assalariados, como professores e servidores municipais e a geração de renda com artesanato aparece em algumas comunidades de forma esporádica e pouco significativa.

Relataram que há dificuldade das pessoas idosas de terem acesso aos alimentos, mesmo as que já estão aposentadas, pois não conseguem cultivar, e possuem poucos recursos pra comprar alimentos, além da pouca disponibilidade de gêneros para comercialização na região, os quais quando encontrados tem preços altos devido ao difícil acesso.

Segundo relatos de moradores de determinadas regiões, costumava haver muitos peixes nos rios e este era um importante componente na alimentação dos moradores.

Atualmente ocorreu uma diminuição da quantidade de peixes, além da diminuição de outros gêneros alimentícios como banana e cana. Relataram que costumavam fazer óleos vegetais como, por exemplo, de mamona e pequi, usavam panela de barro e candeeiro, usavam o leite de mangaba para fazer borracha. Atualmente, poucas atividades tradicionais, dessas relatadas, restam entre os moradores.

Alguns moradores fornecem produtos para o Programa Compra Direta e há queixa sobre a dificuldade de entendimento, da falta de políticas públicas para aprimorar a produção, por meio de ações que incentivassem a agricultura familiar, voltadas para aperfeiçoar o conhecimento técnico sobre os cuidados com a terra e com os animais. Na comunidade Lagoa da Pedra, se desenvolve o Projeto Mandala, que se aproxima da discussão de sustentabilidade, cooperativismo e fortalecimento da agricultura familiar de subsistência podendo gerar renda com a venda do excedente.

De maneira geral, foi observada a insignificância da presença de políticas publicas efetivas na atenção às comunidades. Ressalta-se a inexistência de políticas relacionadas à estruturação do sistema de transporte público, telefonia e a deficiência da estruturação do sistema de saúde, com poucas unidades básicas de atenção primária e quando existem são precárias e sem insumos mínimos, bem como a falta de profissionais e incentivo a sua formação.

Ocorreram relatos sobre a dificuldade geográfica para o cultivo, uma vez que não há espaço suficiente e terras de qualidade próximas aos rios. Muitas terras no entorno das comunidades são ocupadas por grandes fazendas e grilheiros, o que gera situação marcante de conflitos de terra, que chama atenção pela gravidade das ocorrências. Houve sérios relatos de ameaças/ações violentas constantes realizadas por fazendeiros e grileiros da região, onde os quilombolas são impedidos de plantar, criar animais, e de coletar água nos poucos rios que mantêm corrente de água na época da estiagem. Foi observada a presença de piquetes realizados por homens a mando dos fazendeiros em meio à plantação das famílias das comunidades. Essa prática, segundo relatos, é usada para aumentar as áreas particulares, garantindo uma maior indenização quando essa vier. É notável que a violência dos conflitos e a invasão de suas terras forçam a migração para o meio urbano.

Diante da experiência vivenciada no estado do Tocantins durante a execução do projeto e relatada neste estudo, pudemos relacionar a temática com a abordagem de outros

pesquisadores e suas publicações. Em outros relatos de experiência, há referência de que na maioria das comunidades a produção é realizada por meio da agricultura familiar de subsistência. Podendo haver atividades de extração mineral e vegetal, caça, pesca, pecuária, artesanato e agroindústria caseira para a produção principalmente de farinha de mandioca e produtos de uso local, como derivados de cana, variando de região para região. De maneira geral, são observadas dificuldades de diversas instancias no processo de produção, como por exemplo, as questões climáticas.

Nas comunidades quilombolas brasileiras, segundo o Relatório Geral - Diagnóstico Socioeconômico- Cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombos -, elaborado pela Fundação Cultural Palmares e a Universidade de Brasília, as condições de acesso aos alimentos, por meio da produção e pela renda, são muito precárias.

Estudos em comunidades remanescentes de quilombos no estado do Mato Grosso do Sul relacionam as questões da agricultura familiar e organização social com situações semelhantes às identificadas no Tocantins. Essas comunidades costumam produzir por meio da agricultura de subsistência, sofrem as mesmas necessidades em infra-estrutura, de assistência à saúde, educação e de boas estradas para o escoamento da produção, além de participarem de projetos voltados à agricultura familiar, e outros programas do Governo Federal, porém os conflitos sociais, descaso e perseguição são freqüentes, com casos de invasão das terras e exploração por fazendeiros locais e por grupos de sem terras, grileiros, posseiros, e mesmo de políticos e setores do Governo. Deste modo, concluíram que a terra deixava de ser local de residência e de produção, passando apenas a ser para muitos jovens, o local de moradia, para procurar empregos nas cidades (TEIXEIRA e LIMA, 2010).

Como já abordado anteriormente, uma das principais dificuldades das comunidades estudadas no Tocantins, para o cultivo de alimentos é a ameaça constante gerada pelo "conflito" de território. Os moradores enfrentam diversas formas de agressão que objetivam a expulsão o que gera desagregação comunitária e familiar do território.

Os "problemas" de regularização fundiária são fatores que geram insegurança e dificulta o acesso a políticas públicas e aos programas de Governo, especialmente o acesso ao crédito, aumentando a exclusão social. Lembrando que o processo de "conflitos territoriais" no Brasil teve inicio com a chegada dos europeus que invadiram o território por volta de 1502, levando a um longo processo de expulsão, escravidão e genocídio dos

habitantes encontrados(designados índios) e acrescido posteriormente pela imigração forçada de africanos para servir a expansão do capital mercantil (ITCG, 2008).

Concordamos com Canto (2008) também quando coloca que o próprio Estado efetiva a violação aos direitos básicos das populações tradicionais seja direta ou indiretamente, sendo em alguns casos o próprio causador das violações. Sunfeld e colaboradores (2002) citados por Teixeira e Lima (2010) argumentam que as diversas comunidades espalhadas pelo país buscam obter o direito de lutar pelo reconhecimento de propriedade da terra, direitos que foram garantidos pela Constituição Federal desde 1988. No entanto a lentidão para o cumprimento da lei, justificadas pelo Governo pelas constantes mudanças na legislação, gerou a realidade atual onde poucas comunidades conseguiram a titulação de suas terras, ponto fundamental para que o INCRA (órgão responsável pelo processo de regularização fundiária) acione outros ministérios que garantem os direitos constitucionais destes brasileiros.

Segundo Canto (2008) os quilombolas não reivindicam apenas a manutenção do *modus vivendi*, mas também a manutenção das suas terras, pois está diretamente relacionado com o sustento proveniente da "roça" familiar, como salienta. De maneira geral os quilombolas usam o meio de modo ecologicamente equilibrado dentro do modelo de desenvolvimento sustentável.

> "A relação com a terra também se constrói através do trabalho. O dia-a-dia,o cotidiano na "roça" não é visto como uma forma de trabalho: é uma espécie de obrigação com a terra, pois ocupar a terra só tem sentido a partir de seu uso, a partir do momento em que a terra é capaz de fornecer alimentos para a família (2004, p. 338)." Barcellos apud Canto 2004.

Há registros de diversos casos em que enfrentam a tomada de seus territórios em nome do capital, por hidrelétricas e empresas mineradoras e até em nome da aparente política de preservação ambiental, por órgãos públicos de "preservação do meio ambiente". Nesse ultimo caso podemos citar o relato temeroso de quilombolas da região do Jalapão, os mesmos relatam que já há limitações para a coleta do capim dourado - matéria prima tradicionalmente utilizada para confecção de artesanato- e que historicamente foi utilizado de forma sustentável pelos indígenas e quilombolas da região.

Em seu estudo sobre a rede de causalidade de insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Silva e colaboradores (2008), verificaram que as comunidades estão submetidas a condições de vida semelhantes às condições observadas no Tocantins, como no caso das fontes de renda, que têm relação, em sua maioria, com os benefícios do INSS e programas do governo federal ou não tem nenhum tipo de renda. A falta de uma renda monetária, de empregos e salários é um aspecto na identificação dos fatores causais da insegurança alimentar e nutricional, além da situação fundiária dos quilombos que tem na grilagem de terras e invasão de fazendeiros como principais desafios a serem superados.

Nesse sentido entendemos que a soberania e especialmente a soberania alimentar do povo quilombola historicamente vem sendo negada, assim como afirma Valente (1989) os distúrbios nutricionais são inerentes a organização social do modo de produção capitalista.

Como bem lembra Meirelles(2007):

> "o conceito da Soberania Alimentar vai mais longe e abrange o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção".

Quando o direito a terra é negado se nega também o direito a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas do Tocantins têm predominantemente o acesso aos alimentos provenientes da agricultura familiar, seja para suprimento próprio seja na geração de renda, por outro lado os conflitos de terra e a falta de políticas públicas dificultam a manutenção desse modo de vida e acentua a situação de insegurança alimentar e nutricional. Somando-se a este fato às precárias condições de vida e implantação de políticas assistencialistas tem acelerado o processo de migração das comunidades, o afastamento do modelo de produção tradicional e a mudança no hábito alimentar das famílias.

A instrumentalização das comunidades para desenvolvimento da agricultura familiar, por meio da garantia da titulação da terra e de políticas públicas de incentivo parecem fundamentais para o alcance da soberania alimentar. Igualmente, essas políticas

precisam considerar o incentivo à agricultura familiar de acordo com as tradições do modo de produção e da cultura alimentar das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diagnóstico sócio-econômico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos**: **Relatório geral**. Brasília: Fundação Cultural Palmares; 2004.

CANTO, A. C. **Quilombos e a materialização de direitos através das políticas publicas**: um estudo sobre o recanto dos evangélicos. 2008.

ITCG- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná: **Regularização Fundiária, Agricultura familiar e Cidadania**. 2008. Disponível em:<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6> Acessado em 09 de Fevereiro 2010.

MEIRELLES, L. **Soberania Alimentar** . 2007 . Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/secoes.php?vidcanal=1> Acessado em 16 de fevereiro 2010.

SILVA, D. O. e; et al. **A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil**. Revista de Nutrição, Campinas, 21(Suplemento):83s-97s, jul./ago., 2008.

TEIXEIRA, L. A; LIMA, D. G. de. **Agricultura familiar: terra, produção e organização social das comunidades remanescentes de quilombos no estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/163.pdf>. Acessado em: 27 de fevereiro de 2010.

VALENTE, F.L.S. **Fome e desnutrição:** determinantes sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Agricultura agroecológica em Hortas Comunitárias na cidade de Maringá (PR)

Fernando Maria de Meira[1];
Ednaldo Michellon[2];
Ligia Mara Jung[3];
Amanda Cacere Almagro[3],
Fernando Rodrigues Neto[3]

[1] Engenheira Agrônoma, CERAUP-Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, CEP 87020-900, Maringá, PR,
nandagulinho@hotmail.com;
[2]Professor Doutor, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR,
emichellon@uem.br;
[3]Acadêmico do Curso Agronomia. Departamento de Agronomia Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR

08 - Segurança e soberania alimentar

Objeto de Reflexão: O presente trabalho tem como objeto de reflexão o resgate social, a ampliação e a melhora na oferta de alimentos.

Contribuição ao debate na temática do grupo de trabalho: O objetivo do presente trabalho é contribuir de forma eficaz no debate, expondo o trabalhado desenvolvido com a população de Maringá-Paraná, com o objetivo de produzir para suprir necessidades alimentares e resgatar pessoas socialmente.

O programa Hortas Comunitárias implantado pela prefeitura na cidade de Maringá, no Paraná, faz parte do programa Maringá Saudável, visando mais qualidade de vida à população como alimentação adequada e a prática de atividades físicas.

No ano de 2008, a prefeitura em parceria com o Departamento de Agronomia da UEM -Universidade Estadual de Maringá, encaminhou um projeto ao MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para inclusão no programa de Agricultura Urbana e

Periurbana que visa à produção de alimentos de forma comunitária com a adoção de tecnologias de bases agroecológicas em espaços urbanos e periurbanos ociosos.

A proposta de implantação de um CAAUP - Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana na região foi aprovada, sendo implantado o CERAUP - Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, e conta com o trabalho de três engenheiros agrônomos contratados, um psicólogo, um assistente social e oito estagiários do curso de agronomia; onde os quais oferecem serviços de assistência técnica e formação aos agricultores.

Durante a assistência técnica oferecida pelos profissionais e estagiários, os participantes das hortas comunitárias aprendem a pratica e conteúdos teóricos ministrados durante minicursos que são oferecidos visando à capacitação dos produtores. Os temas dos minicursos são variados, sempre objetivando garantir a participação da comunidade, fortalecer a ação coletiva, respeito ao meio ambiente e consumo responsável.

As hortas comunitárias têm como principais objetivos combater a fome de pessoas que estejam em risco social, oferecer oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolver hábitos alimentares saudáveis. O projeto já beneficiou mais de 300 famílias e pretende difundir e ampliar as hortas comunitárias.

Os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto e o excedente é comercializado com a população. O programa optou por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente e a saúde dos produtores.

A participação na horta comunitária já trouxe inúmeros benefícios para seus produtores, como redução na ingestão de medicamentos, redução de stress, fonte de renda para complementar o orçamento familiar e resgate social.

Desde a Declaração dos Direitos Universais da Pessoa Humana em 1948, o direito à adequada alimentação tem sido reconhecido como necessário para a garantia de um padrão de vida

satisfatório. Esta afirmação significa que o Estado tem a obrigação de garantir estes direitos a todos os cidadãos, assistir adequadamente os mais vulneráveis e garantir que, a longo prazo, todos possam ser capazes de se alimentar por seus próprios meios (ROBINSON, 1999).

Entre os benefícios das hortas para os produtores, destaca-se melhoria na qualidade de vida. Cleide Alves da Silva, 59 anos, presidente da Horta Conjunto Atlanta/Itatiaia, é aposentada devido a um câncer de mama; e, não se adaptando a terapias que lhe foram propostas, hoje cuida dos seus canteiros e preside a horta.

A dona de casa Cleuza Rodrigues dos Santos, uma das beneficiarias do programa, apresentava um quadro de depressão e ingeria vários medicamentos, com o a participação e envolvimento nos trabalhos da horta, houve melhora significativa na sua saúde e redução na quantidade de medicamento ingerido.

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Esse é o conceito que foi definido na Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, Pernambuco, em 2004, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006).

Referências

ROBINSON, M.. The Human Right To Food And Nutrition. United Nations
High Commissioner For Human Rights. Scn News N. Jul., 1999.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRUTURA SÓLIDA QUE GARANTA A SEGURANÇA E A SOBERANIA ALIMENTAR

Marcos R. da S. A. dos Santos[1] marcosrogerio.alves@gmail.com, Ednaldo Michellon[2] emichellon@hotmail.com, , Camila P. Croge[3] camilacroge@hotmail.com, Samireille S. Messias[3] samimessias@hotmail.com

1 Engenheiro Agrônomo. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.
2 Professor Doutor, Adjunto Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.
3 Acadêmica de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.

GT08 - Segurança e soberania alimentar.

Desde março de 2009, quando começaram os trabalhos do Centro de Agricultura Urbana e Periurbana - Ceraup, é fácil perceber a relação criada entre o CAAUP (Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana) e os agricultores urbanos e periurbanos atendidos pelo projeto. Nas hortas comunitárias situadas em baixo da rede de alta tensão da Eletrosul, outra parceira do projeto, encontramos realidades diferentes que ilustram bem as características de público que atendemos.

Nestas áreas encontramos várias pessoas que eram agricultores em algum canto do Brasil, antes de chegar a cidade. Agricultores que vem com muito conhecimento e muita vontade de aplicar tudo o que já sabem na horta comunitária. Também encontramos pessoas que não tinham tido nenhum contato com o meio rural, mas que foram atraídos pela possibilidade de produzir seu próprio alimento e comercializar o excedente. Quem também pode ser facilmente encontrado nas hortas comunitárias são os aposentados e as donas de casa. Pessoas que tem na horta uma distração, um passatempo, um local para fazer amizades, conversar, trabalhar em grupo e debater sobre os interesses coletivos.

Na horta comunitária do conjunto Cidade Alta, existem hoje 12 famílias trabalhando no local. Número que se mantém estável desde o início dos trabalhos do Ceraup, mas que tem sido trabalhado para melhorar, respeitando a coletividade da horta. O Ceraup contribui com visitas técnicas semanais, onde são repassadas informações sobre controle de pragas e

doenças, tratos culturais, todos voltados para o manejo sem a utilização de agrotóxicos. Estas visitas semanais fazem com que haja uma interação entre os profissionais, estagiários e os produtores que trabalham na horta. O presidente da horta, senhor Alberto, sempre comenta com orgulho sobre nossa presença junto a eles. Nesta horta foram ofertados alguns cursos, como controle de pragas e doenças através de extratos naturais e caldas e produção e utilização do biofertilizante. A participação nos cursos sempre gira em torno de 50 a 80% dos participantes da horta. Outra atuação marcante do Ceraup nesta horta é no acompanhamento e conversas referentes às reuniões periódicas. Em nossa opinião o principal motivo de conseguirmos ter mantido o número de famílias na horta após um período de diminuição drástica, foi através das reuniões, onde os participantes puderam expor suas insatisfações. Um exemplo disso é que após a última reunião realizada em fevereiro deste ano, umas das participantes, senhora Fátima, disse ter sentido uma melhora significativa no comportamento do grupo. A localização privilegiada da horta também favorece a comercialização. De acordo com a dedicação e o interesse do participante, podem comercializar por volta de R$ 200,00 mensais em hortaliças. O principal desafio e, ao mesmo tempo, a próxima meta do Ceraup para esta horta é conseguir aumentar o número de famílias participantes, de maneira a não causar atrito com as pessoas que já trabalham no local e contribuir para a condução dos canteiros, aliada a melhoria no atendimento.

A horta do Jardim Universo conta hoje com 45 famílias. É a maior horta do município de Maringá. Assim como nas outras eles recebem visitas técnicas semanais, onde são discutidos problemas referentes ao manejo das culturas, a organização interna e mesmo um espaço para conversas descontraídas sobre o cotidiano das pessoas. Os cursos de capacitação também estão sendo oferecidos aos agricultores urbanos e periurbanos da horta do Jardim Universo, como por exemplo, o curso de preparação de caldas protetoras. Um detalhe importante em ressaltar nesta horta vem por parte do seu presidente, o senhor Ismael Mazolla, sendo que, a cada semana que não podemos realizar a visita técnica ele nos cobra. Isto serve de estímulo para nosso grupo de trabalho, já que este pequeno detalhe mostra que o esforço do Ceraup esta sendo percebido por parte dos produtores. Por ser uma horta com muitas famílias, a principal dificuldade é a interação com todos os participantes, já que nem todos estão presentes nos cursos, reuniões ou visitas técnicas. Uma das

principais contribuições que o Ceraup vem deixando para esta horta é o manejo sem a utilização de agrotóxicos. Quando iniciamos os trabalhos muitas famílias não tinham idéia de como controlar pragas e doenças sem o uso desses produtos e, hoje, esta realidade é bem diferente, pois grande parte dos produtores aderiu ao manejo ecológico de pragas.

No Conjunto Cidade Canção temos outra horta comunitária. Neste bairro ocorre um diferencial, pois o Ceraup acompanha a horta desde antes da sua inauguração, tendo uma visão muito mais ampla dos trabalhos. No local 35 famílias desenvolvem agricultura urbana e periurbana e desde o início já fazemos um trabalho com eles para que não ocorra um desânimo natural e relaxamento quanto às regras de trabalho interno, pois este foi o principal motivo da diminuição do número de famílias na horta do Conjunto Cidade Alta, que não podemos acompanhar desde o seu início no final de 2007. Por ser uma horta com um grande número de aposentados, o tempo de dedicação deles aos trabalhos é maior, e, essa dedicação é representada pela produção e pela venda das sobras de alimentos, ou seja, maior dedicação, maior produção, consequentemente, maiores as sobras que podem ser comercializadas. Essa comercialização assim como nas outras hortas é feita no próprio local. Mas, cerca de 10 produtores vendem seus produtos em cestas que são entregues diretamente na casa do consumidor. O acompanhamento desde o início dos trabalhos nos possibilitou uma interação maior com esses produtores, e, isso é percebido quando analisamos a assimilação que eles tem pelos temas que propomos nas reuniões e mesmo nas visitas técnicas semanais. Um exemplo disto foi a idéia proposta pelo Ceraup a eles de montar uma feira para comercializar os produtos oriundos da horta comunitária, de maneira a fazer um projeto pioneiro na cidade e que poderia ser expandido para outros pontos do município. Os produtores gostaram da idéia, sendo que já se mobilizaram e fizemos uma reunião com a prefeitura para saber os procedimentos de implantação da feira. Possivelmente, até o final do primeiro semestre de 2010 a feira poderá estar em funcionamento.

Outro local de atuação do Ceraup é o município de Sarandi, onde existe uma horta implantada e outras duas já encaminhadas para implantação. A horta já implantada fica localizada no Jardim Aliança. É a maior horta comunitária da Região Metropolitana de Maringá, com uma área de um hectare, e, atualmente, trabalham na horta 66 agricultores/as

urbanos e periurbanos. Os trabalhos neste local também foram acompanhados desde o início. O desafio é conseguir levar assistência técnica e extensão rural a todos, já que são muitas famílias participantes e que vêem a horta com objetivos diferentes. Tentamos suprir esta dificuldade através dos cursos e reuniões. Os agricultores urbanos deste local são bem participativos e experimentam todas as alternativas que oferecemos à eles para o manejo orgânicos de pragas e doenças. Um exemplo disso é o caso da utilização da urina de vaca como adubo foliar e repelente de pragas. Assim que os informamos em um dos cursos sobre os benefícios da utilização desse produto, os agricultores se mobilizaram e coletaram a urina de vaca, sendo que os que estão utilizando vêm conseguindo bons resultados. Como em qualquer grupo, alguns ainda resistem a essas técnicas, mas, com o decorrer dos trabalhos estamos tentando uma adesão maior por parte de todos os produtores. Vale ressaltar, ainda, os benefícios desse tipo de agricultura na vida das pessoas. Dona Cícera, umas das participantes da horta do Jardim Aliança, nos informou que depois que começou os trabalhos na horta, suas dores de coluna vem diminuindo. Nesta horta, há ainda a participação de várias crianças, inclusive crianças com deficiência e com síndrome de down, mostrando que esse tipo de trabalho funciona como terapia.

Não podemos esquecer que Sarandi é um município de baixo IDH e o bairro Jardim Aliança se enquadra muito bem nessa realidade. Desta forma, o benefício de maior destaque que essas famílias recebem é poderem produzir seu próprio alimento, com qualidade, assegurando a segurança alimentar dos beneficiários.

A atuação do Ceraup vem contribuindo diretamente na promoção da segurança alimentar e nutricional de 158 famílias de forma direta, somente nessas 4 hortas, que ficam situadas embaixo da rede de alta tensão da Eletrosul, além de outras 10 hortas de Maringá e as que estão sendo implantadas em Paiçandú. Ainda, os benefícios não são restritos apenas às famílias ligadas diretamente às hortas, pois em cada um dos bairros que possuem horta comunitária, ocorre uma ampla repercussão e muitos moradores se tornam clientes assíduos na compra das hortaliças, ou seja, toda a população a sua volta usufrui da produção, já que, além do manejo ser feito sem o uso de agrotóxicos, os preços são bem menores que no mercado local.

Após a aplicação de um questionário sócio econômico em todas as hortas atendidas pelo projeto, notamos que a alimentação das famílias melhorou com o início dos trabalhos, pois todas as famílias entrevistadas disseram que aumentaram o consumo de hortaliças, já que não precisam mais comprá-las nos supermercados.

A renda obtida através da venda do excedente da produção é outro ponto positivo da atuação do Ceraup nas hortas comunitárias. Muitas famílias conseguem obter valores que chegam próximos a um salário mínimo mensal com essa comercialização e, outras, conseguem R$ 50,00, R$ 100,00 e até R$ 200,00 com a venda das hortaliças. Varia muito do objetivo que cada pessoa tem para a horta comunitária. Em Sarandi, um dos participantes deu um depoimento dizendo que para ele o principal benefício do trabalho na horta é a integração, a amizade com outras pessoas.

É notória que a presença do Ceraup tem trazido muitos benefícios para todas essas famílias que fazem parte do programa de agricultura urbana e periurbana implantado na região metropolitana de Maringá, seja através dos investimentos conseguidos através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, como exemplo, poços artesianos, insumos, seja pelo empoderamento levado a eles, seja pela presença dos profissionais e estudantes no trabalho de assistência técnica e extensão rural ou mesmo pelos trabalhos de escritório, buscando mais investimentos e parcerias.

BIBLIOGRAFIA

MESSIAS, S. S.; MICHELLON, Ednaldo; FERNANDES, F. A.; SANTOS, M. R. S. A.; CROGE, C. P.; VARESCHINI, J. T.. **Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) em Maringá, Paraná.** In: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia, 2009, Curitiba. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia. Curitiba : RBA, 2009. v. 1. p. 1-8.

DUBBELING, Marielle; VEENHUIZEN, René van. **Editorial: Financiando a Agricultura Urbana.** Revista de Agricultura Urbana. Nº 9.

AGRICULTURA URBANA: experiência prática

Camila P. Croge[1] camilacroge@hotmail.com, **Ednaldo Michellon**[2] emichellon@hotmail.com, **Marcos R. da S. A. dos Santos**[3] marcosrogerio.alves@gmail.com, **Samireille S. Messias**[1] samimessias@hotmail.com

1 Acadêmica de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.
2 Professor Doutor, Adjunto Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.
3 Engenheiro Agrônomo. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP.

GT08 - Segurança e soberania alimentar.

Em 2008, iniciou-se a construção do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP, na Região Metropolitana de Maringá – RMM, ligado à Universidade Estadual de Maringá – UEM, a partir do edital 05/2008 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Essa iniciativa faz parte da política nacional de investimentos em agricultura urbana e periurbana, com o intuito de desenvolver a segurança alimentar e nutricional para essa "nova" classe de agricultores.

Atualmente, o Ceraup conta com três engenheiros agrônomos e uma equipe de 10 estagiários de agronomia, além de um psicólogo e um assistente social, que trabalham na Assistência Técnica e Extensão Rurbana – ATER, para hortas comunitárias já implantadas, além de participar diretamente da implantação de mais hortas em Maringá e nos municípios de Sarandi e Paiçandu.

Para dinamizar os trabalhos e possibilitar uma cobertura ampla de toda a região de abrangência do projeto, a equipe foi dividida em quatro grupos. Neste artigo explanaremos sobre os trabalhos desenvolvidos em um dos locais de atuação do projeto, que conta hoje com 14 hortas comunitárias e está prestes a implantar mais hortas, ainda nesse primeiro semestre.

Dessa forma, conseguimos estabelecer com êxito a horta do Conjunto Cidade Canção, localizada na Rua Pioneiro Paschoal Locatelli, s/nº, que foi inaugurada no dia 18 de setembro de 2009, para alegria e satisfação da comunidade. Sua implantação foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Maringá, a Eletrosul e o Ceraup. Inicialmente, foram beneficiadas ao redor de 35 famílias, que podem plantar no local hortaliças para consumo próprio e vender o excedente. A área da horta, de 5 mil metros quadrados, é um terreno da Eletrosul, que além de ceder o espaço também subsidia parte dos investimentos.

Além do programa de apoio a agricultura urbana e periurbana, o projeto faz parte da programa Maringá Saudável do governo municipal. A Prefeitura realizou o trabalho com maquinário para preparação do terreno e forneceu o adubo orgânico e o calcário. Somado a isso, o MDS tem subsidiado insumos para a produção, além dos recursos para funcionamento do Ceraup. Foi criada uma comissão administrativa entre os participantes desta horta, composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, todos moradores da comunidade, sendo que a presidente é a senhora Elizabete de Fátima Mascote do Prado. Essa tem exercido a liderança buscando benefícios para a horta.

Desde o inicio, houve uma participação significativa dos produtores urbanos. Todos se mostraram muito animados com o projeto e vêm trabalhando e colaborando para o bom funcionamento da mesma. Para dar inicio aos trabalhos foi realizada uma reunião que estabeleceu o estatuto da horta, no qual consta direitos e deveres dos participantes. A proposta é ainda aumentar o número de famílias beneficiadas, para que a horta englobe o máximo de pessoas possível, atendendo àquelas mais carentes da região. Em média, cada produtor possui três canteiros para o seu cultivo.

O projeto tem melhorado a qualidade de vida de muitas pessoas. Não só daquelas que trabalham na horta, mas também da população ao redor, que deixam de comprar em mercados, onde as hortaliças são mais caras não são fresquinhas como essas que são colhidas na hora para o cliente. Ademais, de acordo com a presidente, a horta tem contribuído para a melhoria da autoestima dos moradores do bairro, pois “o bairro está até mais bonito”, disse. Uma das melhorias, observadas pela equipe, foi a construção do asfalto em frente à horta, logo após a sua inauguração.

Entre os 35 beneficiados, estão incluídos aposentados, donas de casa, profissionais e pessoas de baixa renda de família numerosa. A partir da venda dos produtos excedentes, eles conseguem uma quantia que acrescentam à sua renda mensal. Eles plantam couve, alface, almeirão, espinafre, repolho, salsa, cebolinha, alho, jiló, entre outros, sem a utilização de agrotóxicos. Em depoimento, o senhor Francisco, participante assíduo da horta, mostrou sua satisfação com o trabalho: “Estou contente, em um fim de semana consegui tirar R$ 50,00 reais só com a venda dos pés de alface. Coloco as verduras na carriola e vou vendendo de casa em casa”. O mesmo, ainda afirmou que divide a sua produção com toda a família, levando alimento mais saudável para todos. Outra produtora, a senhora Maura, em uma conversa nos disse “Em dez a doze dias, eu e meu marido vendemos mais ou menos uns 600 pés de alface”.

Contando que em média cada pé de alface é vendida a R$ 0,50 centavos, podemos ter uma idéia da renda obtida pelo casal.

Após a aplicação de um questionário sócio econômico em todas as hortas atendidas pelo projeto, notamos que a alimentação das famílias melhorou com o início dos trabalhos, pois todos os entrevistados disseram que aumentaram o consumo de hortaliças, já que não precisam mais comprá-las nos supermercados e que agora tem a garantia sanitária do produto.

A principal importância desse trabalho é a promoção de uma alimentação mais saudável e a garantia da segurança alimentar da população. Hoje em dia, é de conhecimento de todos, os efeitos nocivos que a agricultura convencional tem causado a saúde humana. Doenças como câncer e depressão tem sido cada vez mais incidente na população. E há inúmeros trabalhos que relacionam isso ao uso indiscriminado de agroquímicos. O Prof. Dr. Angelo Zanaga Trapé, da área de Saúde Ambiental do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, escreveu em seu trabalho de 2003, sob o título "Uso de Agrotóxicos e a Saúde Humana" que "as estimativas feitas pelas agências internacionais de saúde são extremamente preocupantes, indicando não só problemas de intoxicações agudas determinadas pelo contato direto com produtos altamente tóxicos e de consequências imediatas podendo levar o indivíduo à morte, mas também e, principalmente problemas crônicos determinados pelo contato tanto direto como indireto a produtos muitas vezes de baixa toxicidade aguda e por tempo prolongado".

Somado-se a isso, encontramos os efeitos indiretos dessas hortas. Entre eles, está o fato de que trabalhar com a terra tem se tornado uma terapia para muitas pessoas ao redor do mundo, sendo uma ocupação para os aposentados e uma forma de descanso para os trabalhadores urbanos. Como um participante da horta mesmo relatou: "Isso aqui é um descanso, tira todo estresse da gente". Existe o caso de uma senhora que estava se recuperando de um câncer, e encontrou no trabalho na horta um refúgio de seus problemas, está curada, e ela sempre nos relata que não há terapia melhor. Nesse mês de fevereiro de 2010, outro senhor foi acometido de um câncer na garganta. Fez cirurgia e agora, mesmo fazendo tratamento com remédios muito fortes, não deixa de ir lá nenhum dia. Disse ele, que estar na horta é uma distração.

Nosso psicólogo e assistente social sempre está presente, nos ajudando, entre outros, na conscientização da importância do trabalho comunitário. Este tem sido outro fator que tem colaborado com os produtores. Contamos, como foi já dito, com muitos aposentados na horta,

que antigamente ficavam em casa se sentindo inválidos e até mesmo passavam seus dias em bares, contribuindo para o aumento do alcoolismo. Hoje, eles têm a oportunidade de trabalhar e fazer amigos. Senhor Júlio, outro participante, conversando sobre esse assunto nos disse: "Aqui sou amigo de todo mundo, fico aqui o dia inteiro". Muitos deles são ex-produtores rurais, que moravam em sítios, e por terem pouca terra, tiveram que vir para a cidade trabalhar para sustentar a família. Porém, com a horta, eles se sentem em casa outra vez. E, estes, na maioria das vezes, são os que demonstram maior satisfação em compor o quadro de produtores. Eles também ajudam os outros que não tiveram experiência nesta área, o que faz o ambiente ser um local de trocas e compartilhamento de experiência de vida.

O trabalho do Ceraup, seja na extensão rural ou nas parcerias, busca garantir a essas famílias a soberania e a segurança alimentar. Isso vem sendo obtido através do empoderamento desses agricultores urbanos e periurbanos, que é gerado nas reuniões, visitas técnicas, cursos e outros, para que desta forma eles não fiquem presos a programas de governos e tenham condições de se auto-gerir.

BIBLIOGRAFIA

TRAPÉ, Ângelo Zanaga. **Uso de defensivos e a saúde humana.** Faculdades de Ciências Médicas da Unicamp. 2003.

MESSIAS, S. S.; MICHELLON, Ednaldo; FERNANDES, F. A.; SANTOS, M. R. S. A.; CROGE, C. P.; VARESCHINI, J. T.. **Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) em Maringá, Paraná.** In: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia, 2009, Curitiba. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia. Curitiba : RBA, 2009. v. 1. p. 1-8.

"CONFORME COMERMOS, ASSIM SEREMOS"? – SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTAS PARA SE ALCANÇAR A SAN

Islandia Bezerra
Professora Assistente do Departamento de Nutrição da Universidade do Paraná. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN
Email: islandia@ufpr.br

Aldenor Gomes
Profº Adjunto: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN. Engº Agrônomo. Dr. Econ./IA/Unicamp
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA - Departamento de Ciências Sociais
E-mail: aldenor@ufrnet.br

Sérgio Schneider
Coordenador do PGDR [Head of Rural Development Post-Graduate Program]
Professor Associado: Sociologia Rural e Teorias do Desenvolvimento
E-mail: schneide@ufrgs.br

3. GT08 - Segurança e soberania alimentar

1. INTRODUÇÃO

A diversidade do mundo rural, por si só, se caracteriza como singular. Cada região, cada estado e/ou cada município, possui suas peculiaridades, salvo algumas características edafoclimáticas, econômicas, bem como de identidade social e construção de capital social, que podem ser traduzidas na concepção de territórios[1]. Kageyama (pg. 09, 2008), ressalta que "*...a essência da noção de rural é territorial ou espacial, não podendo ser identificada como setor de atividade nem como mercado enquanto lócus de transições mercantis específicas"*.

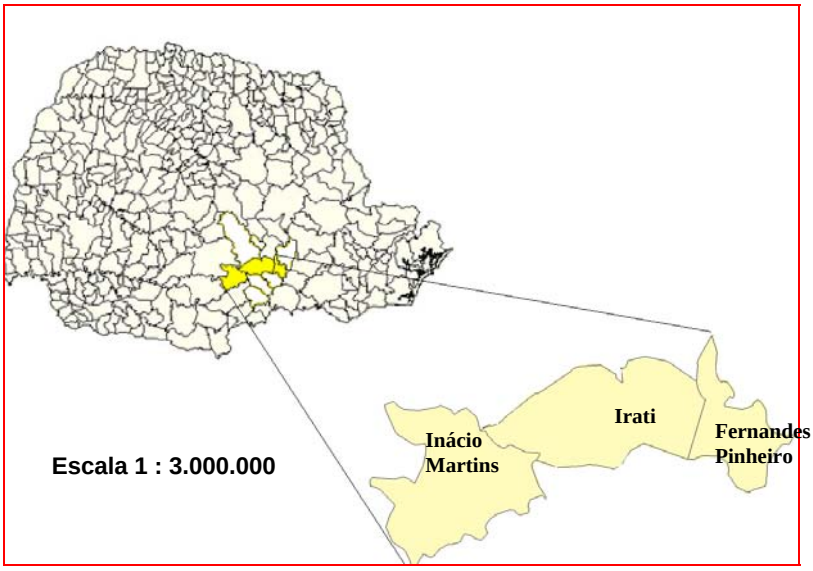
É a partir dessa singularidade que surge, portanto, a impossibilidade de generalizar. E, uma vez constatando esse fato, é necessário lançar mão de alternativas metodológicas como o chamado Estudo de Caso, que para o autor Roese (pg. 192, 1998) *"... possibilita enxergar as especificidades do caso e é, nessa perspectiva, um elemento fundamental, na medida em que fornece a característica metodológica que se necessita, ou seja, a sua novidade, o fato dele ser especial é que interessa"*. Contudo, salienta esse autor que tal abordagem metodológica deve "*... ser voltada, preferencialmente, para instituições e movimentos sociais*" (pg. 193).

Seguindo essa assertiva, alguns processos e/ou relações sociais serão analisadas como uma tentativa de compreender as práticas envoltas da produção de alimentos agroecológicos em três municípios do estado do Paraná, na região sul do Brasil, de forma a compreender como se caracterizam, por exemplo, a participação dos agricultores e agricultoras, as alternativas de organização e de tecnologias, e ainda, se tais práticas contribuem ou não no percurso da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, o percurso analítico caminhará sob os moldes de um estudo de caso sobre os protagonistas partícipes do projeto do PAA em execução desde 2004 – antes gerenciado pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP)[2] – e atualmente gerido pela Associação Assis (de agricultores e agricultoras familiares) nos municípios

[1] Utiliza-se aqui a compreensão de território na sua integralidade, referenciada por Schneider (2009) que identifica a partir das ciências Geografia Política, Antropologia e Ciências Sociais para explicar e analisar os processos de desenvolvimento e mudança social no meio rural.

[2] Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) - Com sede em Irati/Pr, trata-se de uma organização não governamental que desenvolve trabalhos de assessoria com agricultores familiares e camponeses e população urbana e rural em situação de insegurança alimentar da região Centro e Centro Sul do Estado do Paraná. Depende financeiramente de recursos provindos de projetos enviados para fundações e organizações nacionais e internacionais de cooperação.

de Irati, Fernandes Pinheiro e Inácio Martins, no estado do Paraná. O mapa ilustra a região na qual a pesquisa foi realizada.



Mapa: Localização geográfica dos três municípios do estado do Paraná que fizeram parte da pesquisa. **Fonte:** SEPL/IPARDES, 2009. **Adaptado** por Fonini, R., 2009.

Outro aspecto que foi considerado nessa pesquisa, diz respeito a uma experiência na execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (via Companhia Nacional de Abastecimento – Conab) que traz à tona evidências sobre como uma política pública pode possibilitar transformações em vários aspectos que vão desde o modo de produção, passando por valores éticos-econômicos-ambientais, valores de sociabilidade, de solidariedade, tudo isso, repercutindo de forma significativa, no padrão alimentar e, consequentemente, no estado de saúde e nutricional.

Segundo o Ipardes (2004) atividades extrativas, relação latifúndio e pequena produção alimentar, solos rasos e de baixa fertilidade natural com relevo escarpado foram e são determinantes da ocupação e do desempenho atual da agropecuária regional. Segundo alguns relatos históricos, as restrições naturais e as atividades extrativas tiveram um peso tão acentuado nas formas de exploração da terra que os migrantes europeus "se acaboclaram". Até o presente, ainda se encontram remanescentes de "faxinais"[3] como forma de organização social na região.

[3] "(...) a gênese dos faxinais do Paraná se deu por meio de uma aliança, construída nas grandes fazendas dos Campos Gerais do Paraná entre uma parcela de índios escravos e negros africanos escravos fugidos, a qual se concretizou nas matas mistas de Araucárias e se consolidou com a contribuição de uma fração de camponeses poloneses e de imigrantes ucranianos, que conseguiram escapar do genocídio da Guerra do Contestado. Na contemporaneidade, a formação social do faxinal tem diversas definições, tanto do ponto de vista de pesquisadores do Estado, quanto dos camponeses faxinalenses, que englobam seu tripé de sustentação: terras de uso comum no criadouro comum ou comunitário, cercas das terras de uso comum do criadouro comum ou comunitário e terras agrícolas ou terras de planta." (TAVARES, 2008).

A Associação dos Grupos de Agricultura Agroecológica São Francisco de Assis (ASSIS) é responsável, atualmente, por gerenciar o PAA em 4 municípios: Irati, Fernandes Pinheiro, Inácio Martins e Teixeira Soares. A ASSIS é uma associação que desenvolve trabalhos de organização e formação de agricultores, produção e distribuição de alimentos ecológicos e preservação do meio ambiente, desde o ano de 2002. Ao todo hoje são 120 famílias de agricultores e mais de 6.000 pessoas que se beneficiam da produção dos alimentos agroecológicos produzidos.

A associação se organiza mediante grupos de agricultores e agricultoras distribuídos nos 4 municípios e, em comunidades rurais. Dos 4 municípios atendidos pela associação ASSIS, somente 3 fizeram parte da pesquisa de campo, considerando nesse caso, as famílias pertencentes aos grupos das comunidades rurais em cada município (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição comunidades rurais visitadas e o número de famílias pertencentes a cada grupo.

MUNICÍPIO	COMUNIDADES RURAIS	FAMÍLIAS DE AGRICULTORES (AS)
Irati	1.Arroio Grande 2.Pirapó 3. Faxinal do Antonio	58 famílias organizadas em 5 grupos
Fernandes Pinheiro	1.Bituva dos Machados 2.Bituva dos Saruva	23 famílias organizadas em 3 grupos
Inácio Martins	1.Sobradinho	23 famílias organizadas em 2 grupos

Fonte: Assis, 2009. **Nota:** Pesquisa de campo, 2009.

A prática da organização em grupos, por comunidade, foi iniciada, ainda pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEPP) e trouxe a proposta de “socializar” e compartilhar momentos que vão desde a formação, incluindo práticas tracionais e/ou modernas da agricultura, até aos “novos” conceitos e/ou termos utilizados como agroecologia, bioenergia e soberania e segurança alimentar e nutricional. Além disso, nas reuniões de grupo se trabalha intensamente o princípio de reciprocidade, tendo em vista a prática das trocas de sementes, bulbos, raízes e grãos como uma alternativa na sua produção dispensando a compra de sementes e garantindo a reprodução das sementes ditas crioulas, contribuindo para a diversidade no banco de sementes que cada família dispõem. O trabalho do IEEP nas regiões centro-sul e sudeste do estado do Paraná desencadeou um processo de sensibilização de famílias camponesas em relação à possibilidade da prática da agricultura ecológica. Esse processo associado à

participação de várias famílias no Projeto Terra Solidária[4] (em grupo) potencializou a formação de novos grupos de famílias de agricultores e agricultoras pela associação Assis.

A idéia de 'exportar' a experiência para outros municípios ocorreu mediante a aprovação do primeiro projeto aprovado na Conab que priorizava as práticas agroecológicas. O programa de aquisição de alimentos potencializou essa prática e, sobretudo, estimulou a criação de novos grupos de famílias de agricultores e agricultoras, já que a proposta inicial não era, necessariamente, a comercialização e, o resgate das práticas agrícolas e alimentares, como reforça o técnico do IEEP

> *"O PAA vem depois né. As famílias não se organizaram por causa do PAA. Mas, ele (o PAA) trouxe o motivo primeiro. Não se pensava em comercialização ou feira. Esse comercio foi posterior né. O primeiro trabalho na verdade era pra resgatar a segurança alimentar das famílias. Começou por aí sempre. Nunca pondo a comercialização em primeiro lugar ou os projetos em primeiro lugar. Então a estratégia metodológica foi organizar pequenos grupos de famílias e estas famílias passavam por um processo de formação que era tanto levada quanto construída porque na verdade era uma resgate do que os pais, os avos já faziam né, de produção, técnicas enfim"*. (Técnico do IEEP. Pesquisa de campo, 2009).

Desde a sua implantação em 2004, os recursos do PAA tiveram um significativo aumento como demonstra a tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos recursos do PAA que financiaram os projetos executados pela Conab.

ANO BASE	VALOR	FAMÍLIAS DE AGRICULTORES (AS)	Nº DE PESSOAS BENEFEICIADAS ATENDIDAS PELAS ENTIDADES
2004	48.953,80	19	1.115
2005	109.760,76	45	3.095
2006	234.923,53	77	5.656
2007	277.428,03	86	6.875
2008	277.428,03	86	6.875
2009	397.861.14	120	6.552
		TOTAL	***1.346.355,29***

Fonte: ASSIS e IEEP, 2009. **Nota:** Pesquisa de campo, 2009.

[4] O Projeto Terra Solidária, desenvolvido de 1999 a 2003, teve como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Sua atuação se deu no âmbito da formação sindical, profissional e de elevação de escolaridade (ensino fundamental), voltando-se para agricultores/as familiares da Região Sul. O Projeto Terra Solidária foi coordenado pela FETRAF-SUL/CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) em parceria com a Escola Sindical Sul/CUT e Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), sendo que a certificação de Ensino Fundamental foi feita pelo CEFET/RS, através das Escolas Agrotécnicas Federais do PR, RS e SC.

A tabela 2 demonstra, também, o número de famílias de agricultores(as) que passaram a acessar o recursos do PAA vendendo seus produtos, bem como a o crescimento do número de pessoas atendidas pelas entidades receptoras. Evidencia-se, que o histórico dos recursos destinados aos projetos agroecológicos desenvolvidos, inicialmente pelo IEEP e posteriormente pela ASSIS se configura como uma busca da qualidade de vida, alimentar e de saúde sócio-ambiental das famílias agricultoras, vez que houve, também, um aumento significativo do número de famílias envolvidas nos projetos. Por vários momentos, durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que as famílias percebem que as práticas agrícolas tradicionais[5] que eram utilizadas implicaram em impactos negativos para suas vidas, sobretudo, na sua saúde. Ao traçar o perfil das 120 famílias agricultoras inseridas associadas à ASSIS nos três municípios pesquisados tem-se as seguintes informações:

Tabela 3. Distribuição segundo sexo dos agricultores (as) pertencentes à ASSIS nos três municípios pesquisados.

	MUNICÍPIOS							
	Irati		Fernandes Pinheiro		Inácio Martins		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	45	76,3	15	68,2	9	39,1	69	66,3
Feminino	14	23,7	7	31,8	14	60,9	35	33,7
Total	59	100,0	22	100,0	23	100,0	104*	100,0

Fonte: ASSIS, 2009. **Nota:** Pesquisa de campo, 2009.

*As informações correspondem aos agricultores e agricultoras que possuem cadastro na ASSIS, das 120 famílias associadas, 16 não possuem, por esse motivo o perfil refere-se apenas a 104 famílias.

É interessante observar que, de acordo com o cadastro, de fato, há uma predominância de titulares do sexo masculino nos três municípios pesquisados. Contudo, foi possível constatar que a presença nas reuniões dos grupos nas comunidades é majoritariamente feminina. Pode-se inferir que, mesmo sendo a DAP no "nome do marido", quem, de fato, produz e lida com a roça para produzir e "*entregar pra Conab*" como muitas falas referem, são as mulheres.

Reconhece-se que esse fato não é exceção. Historicamente tem-se comprovado que há, tradicionalmente na agricultura familiar, uma divisão sexual do trabalho, no qual se designa à mulher a responsabilidade da produção destinada ao autoconsumo familiar que diz respeito ao plantio de pequenas hortas e pomares, bem como a criação de pequenos animais. Ao homem, destina-se a lida com a grande lavoura e/ou pecuária. Outro fato que reforça achados de outros estudos é o princípio do cuidado (com a saúde

[5] Tradicionais em oposição à agroecologia refere-se ao uso indiscriminado de insumos agrícolas (agrotóxicos, pesticidas, adubos químicos).

da família, com a qualidade dos alimentos consumidos e, posteriormente, àqueles entregues à Conab (vendido ao PAA), também, fortemente presente na mulher.

> *"A verdade é que tem famílias não chegam a gastar nem os três mil e quinhentos/ano, mas algumas famílias tem. E e três e quinhentos é muito pouco e a feira ainda é muito pouca ai o homem já sai pra trabalhar fora ou sai em outra cultura ou tá numa função convencional ainda e quem fica mais é as mulheres. Me parece que o que tem que avançar mais é na comercialização pra que a propriedade toda entre no processo que hoje me parece que é muita horta.(...) Mas hoje me parece que as mulheres estão mais envolvidas devido a sensibilidade que tem com relação a vida é o alimento agroecologico tem a diferença então e é ela que põe o alimento na panela então me parece que ela tem mais sensibilidade quanto a isso que a saúde e o estado de saúde da família".*(Técnico do IEEP. Pesquisa de campo, 2009).

> *"...não é de hoje que as famílias não plantam, mas aí tem que comprar comida com o dinheiro do fumo. Então daí nesse caso a mulher tem a sua autonomia, a sua renda, a sua renda da horta no caso. Então tem muitas famílias que é assim, o marido centraliza mais o trabalho dele, contribui, tem muitos que ajudam nas horas que não está no trabalho, mas dá uma mão e apóia a mulher e os filhos que estão envolvidos dentro do trabalho. Mas tem muitas fala das mulher que elas tiveram que assumir, porque o dinheiro daqui da produção, da horta, ou da fruta, das galinhas, dos pães... que a mulher que cuida então aquele dinheiro é para ela. É pra despesa da casa. Então cada um tem uma, então também tem isso, mas acho que tem família que o marido não se envolve, até os maridos não apóiam muito, mas tem família que não tá junto direto, mas de várias forma ajuda a investir na propriedade, na horta pra fortalecer também a produção de alimentos".* (Agricultor – então presidente da ASSIS. Pesquisa de campo, 2009)

Heredia *et alli* (1984) analisaram as relações sociais no Nordeste açucareiro e fizeram a seguinte afirmação *"... se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa. A ela cabe a organização e o controle das atividades que possibilitam o consumo"* (1984, pg. 30). Já no Sul, Brumer (2004) confirma que, aos homens são destinados o trabalho que tem relação direta com a comercialização, enquanto às mulheres destinam-se cuidar da casa, preparar refeições, cuidar da horta e da criação de pequenos animais, ou ainda pequenas lavouras voltadas ao autoconsumo (ZANETTI; MENASCHE, 2007).

Dentre as entidades que recebem as doações de alimentos, estão, prioritariamente, creches e escolas do ensino fundamental, salvo algum asilo ou hospital, mais especificamente no município de Irati. Por município, é possível listar as entidades receptoras, conforme o quadro seguinte (Quadro 2).

Quadro 2. Entidades receptoras das doações de alimentos comprados pela Conab, 2009.

IRATI	FERNANDES PINHEIRO	INÁCIO MARTINS
Associação Santos Inocentes	Escola Rural Municipal Professora Genny Schumanske Kuller;	Casa Lar
Escola Municipal João Paulo II		Casa de Apoio
C. E.[1] Dona Candinha	Escola Rural Municipal Presidente Costa e Silva;	Centro Municipal de Educação Infantil Meu Pequeno Mundo
C. E. Irmã Ana		
C. E. Anjo da Guarda	Escola Municipal Francisco Malanski	
C. E. Alexandre Iarema		Escola de Educação Infantil Criança Feliz
C. E. Padre Pedro	Escola Municipal Bituva dos Machado	
C. E. Planalto do Futuro		Escola Municipal Luiz Scheleder
C. E. Tempo de Construir	Escola Municipal Floresval Ferreira	
C. E. Jardim das Orquídeas		Escola Municipal Maria de Jesus Turra
C. E. Madre Tereza de Calcutá	Centro Municipal de Educação Infantil Tia Aurora	
C. E. Santo Antonio		

FONTE: ASSIS, 2009. **Nota:** Pesquisa de campo, 2009. (1) C. E. = Centro Educacional.

O processo com múltiplas repercussões em pelo menos dois segmentos sociais: produtores-consumidores (famílias agricultoras) e consumidores (pessoas atendidas pelas entidades) trouxe uma "nova" interpretação sobre o que vem a ser Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Essa aproximação – produção-consumo - fortaleceu, potencializou e, sobretudo criou novas redes de sociabilidade. O princípio da reciprocidade que opera nessa relação é traduzida na proposta do PAA de comercialização de alimentos de forma solidária que garante a sustentabilidade ambiental, econômica e alimentar das famílias produtoras, bem como a sustentabilidade alimentar de quem recebe os alimentos.

Em geral, observa-se que as famílias estão de alguma forma redefinindo suas estratégias e práticas de organização, produção, comercialização e consumo de alimentos. Alia-se à isso a construção de experiências, que para algumas são mais que inovadoras – como é o fato de comercializar aquilo que sempre produziu e, que antes do PAA, era '*jogado pro bichos"* como relata uma das entrevistadas

> *"Eu trabalhava toda a vida e perdia porque não tinha comércio, e eu não queria deixar a luta com a horta. Eu trabalhava na roça e fazia horta, mais eu perdia...quer dizer não perdia porque dava pra a criação (dava pros bichos).Então esse foi o primeiro motivo que me estimulou a entrar no grupo e vender pra Conab, porque eu gostava e não queria deixar a horta, e eu tomava prejuízo, daí eu tinha comércio...o primeiro motivo que veio..o segundo porque daí eu tinha o meu dinheirinho, o meu recursinho pra mim né? Porque oh pra mim fazer o que queria, o que eu interessava (Risada)*". (Agricultora. Pesquisa de campo, 2009)

Os efeitos dessas novas práticas, segundo a percepção das pessoas entrevistadas, ganham proporções imensuráveis a contar pela a própria capacidade de refletir sobre o seu papel na família e na sociedade. A comercialização dos produtos, antes “desperdiçados” redefine, também, o cuidado que se deve ter, na produção dos alimentos agroecológicos que agora tem outro destino: o mercado.

A organização coletiva também é algo que merece ser destacado. Culturalmente, os(as) agricultores dessa região do estado do Paraná apresentam dificuldades de articulação, de associação e/ou cooperação.

Algumas pesquisas demonstram as diferenças, sobretudo, no quesito da qualidade dos alimentos agroecológicos especialmente no que diz respeito aos aspectos nutricionais, ou seja, na composição química dos alimentos com a utilização de agrotóxico há redução na quantidade de vitaminas e minerais, há redução no teor dos aminoácidos essenciais, isso tomando por base o valor de referência de 100 gramas de alimento. Por isso, é inevitável não fazer referência à qualidade dos alimentos produzidos sob as bases da agroecologia. A presença de resíduos de agrotóxicos, principalmente, em frutas, legumes e verduras, tem desencadeado uma série de processos capazes de debilitar o organismo humano. Podem-se citar como exemplos, reações alérgicas, dores de cabeça, diminuição na mobilidade dos espermatozóides e, abortos sucessivos. Breilh (2007) contribui de forma crítica-reflexiva sobre essa assertiva quando afirma

> (...) la salud se asume como un proceso socialmente determinado, donde los hechos de salud individuales, tales como los trastornos y as enfermedades típicas de los(as) trabajadores, se los comprende como parte de los procesos colectivos de salud. Además para este modelo no existen sólo determinantes "negativos" o dañinos, sino también aspectos protectores, soportes y defensas que determinan la condición de salud. Así surge un objeto de estudio cuya complejidad se expresa en dos formas: es un proceso multidimensional y es un proceso contradictorio. La salud en la monocultura es un proceso multidimensional porque su determinación abarca tanto los procesos determinantes del dominio general de una sociedad, cuanto los modos de vida particulares de los grupos, los estilos de vida familiares y las formas de existencia de las personas (BREILH, P.06, 2007).

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A produção e o consumo de alimentos agroecológicos tem contribuído, também, para a compreensão do que vem a ser Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA[6]. Entende-se que DHAA vai além de ter o acesso físico ou não ao alimento. O DHAA preconiza que uma alimentação adequada é aquela que não traga riscos, nem tão pouco favoreça o surgimento de doenças, como é o caso do consumo de alimentos com alto teor de resíduos de agrotóxicos. É fundamental considerar que a produção e o consumo de alimentos agroecológicos estimula novas relações sociais de respeito, solidariedade e responsabilidade, sobretudo para a saúde, esse fato se justifica dada a concepção de saúde, que por sua vez, deve extrapolar a relação homem-natureza.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que, a partir da compreensão da agricultura agroecológica, os saberes e práticas alimentares das famílias vão ao encontro das concepções de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que representa o resgate de práticas alimentares adequadas e saudáveis, considerando as novas relações homem-natureza estabelecidas pela agroecologia.

Ratifica-se, portanto, que a partir das suas organizações, quando de fato elas acontecem, sejam sob a forma de associações, cooperativas, ou mesmo de forma individual, os agricultores(as) constroem estratégias e inovações para a sua relação com o mercado, de forma tímida, ou expressiva. Constatou-se que esse movimento vem acontecendo e, interferindo em outros processos que repercutem em setores mais diversos, como educação (no caso da alimentação escolar), saúde (pela repercussão positiva no padrão alimentar), social (pelas redes de solidariedade formadas) e econômicas, atualmente favorecidas pela modalidade de compra direta do PAA.

Mesmo com os aspectos negativos referenciados pelos entrevistados(as) (de forma implícita ou explícita), não se pode correr o risco de ofuscar o mérito destes atores de terem passado pelo árduo processo de (re)construção, dos esforços desprendidos para se organizarem, considerando, sobretudo, o fato de ingressar num campo, antes desconhecida, que a venda para o poder público, que por sua vez,

[6] O Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência. As normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome, como pré-requisitos para realização de outros direitos humanos. A incorporação do conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada nas várias estratégias de desenvolvimento social e de segurança alimentar e nutricional é um caminho eficaz para reverter essa situação. No início desse ano (2010) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047/2003, que inclui a alimentação entre os direitos sociais da Constituição Federal, foi aprovada em segundo turno, pelo plenário da Câmara dos Deputados (CONSEA, 2010).

impulsiona a criação de mecanismos de aquisição de produtos e de regulação de preços voltados especificamente para o seu segmento: a agricultura familiar.

Outro aspecto que merece ser considerado é a inserção dessas famílias no PAA. A relevância do debate da agricultura familiar, como uma importante ferramenta de manutenção da família, parte do princípio básico que a sua reprodução constitui-se no autoconsumo, salientando-se que essa prática sofreu, e ainda sofre, alterações devido a forma como a produção de alimentos vem sendo estabelecida. Partindo deste pressuposto, a prática da agroecologia vem ganhando repercussão, por se entender que não basta, simplesmente, produzir por produzir alimentos, mas, que estes devem considerar os aspectos de saúde, não somente do homem, como também do ambiente.

Analisando ainda, os aspectos de SAN, não apenas a dimensão do acesso, mas também as dimensões: disponibilidade e consumo de alimentos, houve uma nítida compreensão, por parte das famílias entrevistadas, que a prática da agroecologia representa, não apenas alimentos livres de agrotóxicos, mas, sobretudo, representa saúde. Já em relação ao PAA foi constatado que este programa exerce, frente aos agricultores(as) familiares, um real caráter pedagógico e uma expressiva capacidade organizativa, vez que potencializa nos grupos uma (re)organização da sua produção, garantindo quantidade, qualidade e variedade dos alimentos consumidos no âmbito do domicílio, fato que pode ser evidenciado quando da reivindicação para converter esse programa de governo em política de Estado, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional de uma parcela considerável da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP, 2006.

BASTOS, Fernando; GOMES DA SILVA, Aldenôr. INSTITUIÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR: ampliando a discussão sobre arranjo e ambiente institucional. **Texto elaborado para circulação interna do Grupo de Pesquisa IPODE,** 2009.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 6, 2002.

BRASIL, **Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008**. Nova redação, em 19 de setembro de 2009.

BRASIL, Ministério da educação. **Lei 11.947** de junho de 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Os Alimentos da Agricultura Familiar no Combate à Fome. Brasília, 2009 Disponível em: < http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa. Acesso em: 15/01/2010.

CHMIELEWSKA, D. THE SOCIAL SIGNIFICANCE OF THE POLICY PROCESS: The case of the Program of Acquisition of Food from Family Agriculture (PAA) in Araraquara, São Paulo State, Brazil. **MSc Management of Agro-Ecological Knowledge and Social Change**. Wageningen, April 2009.

CHIRIBOGA, Manuel. **Comercialización y Pequeños Productores.** Estudio elaborado para FIDAMÉRICA. Quito, abril de 2007.

DELGADO, G.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Texto para Discussão N° 1145. Brasília: IPEA, 2005.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Relatório da II Conferência Nacional de SAN. Olinda/PE. 2004. Brasília, julho 2004. 80 p.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, novembro de 2009.

GOMES DA SILVA, A. e BASTOS, Fernando. **Limites e Expectativas da Agricultura Familiar no PAA em Pernambuco.** IN: BOTELHO FILHO; CARVALHO, Amauri (Organizadores). Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – Núcleo de Estudos Rurais, v. 7, nº 27, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaenses**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

MALAGODI, Edgard; MENEZES, Marilda. Os camponeses como atores sociais: autonomia e resistência. **Texto elaborado para circulação interna do Grupo de Pesquisa IPODE,** 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C. ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas de alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.21, 145-158, jul/ago, 2008.

MINAYO, M. C. S. ; CRUZ NETO, O. ; DESLANDES, S. F. ; GOMES, R. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE.** 80 p.14. ed: Editora: VOZES. PETRÓPOLIS/RJ, 1999.

PLOEG, J. D. van der. **Camponese e Impérios alimentares – lutas por autonomia e sustentabilidade da era da globalização.** Editora: UFRGS, Porto Alegre/RS, 2008.

RIGON, Silvia do Amaral; DINIZ FILHO, Luis Lopes; BRANDENBURG, Alfio; CASSARINO, Julian Perez. A Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade

Natureza – Um Estudo de Caso sobre a Agricultura Ecológica e o Auto-consumo em Turvo – Pr. **III Encontro da ANPPAS**. 23 a 26 de maio de 2006, Brasília/DF.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 9, p. 189-200, 1998.

SCHNEIDER, S. **Sementes e Brotos da Transição: Inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil.** (IPODE). Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007, 2007.

SCHNEIDER, S. CIÊNCIAS SOCIAIS, RURALIDADE E TERRITÓRIOS: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** Uberlândia, V.4, Nº 7, p. 24-62, fev. 2009.

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas** - v. 5 - no 2. Junho de 2008.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: construindo a integração entre a política agrícola e a política de segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV N° 2, Abr/Maio/Jun. Brasília: 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3ª ed. Editora: Bookman. Porto Alegre, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA A. D. & BRANDENBURG A. (org.) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o "rural" brasileiro. *In:* **O mundo rural como espaço de vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre, RS. Editora: UFRGS, 2009.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R (Org). **Agricultura familiar à mesa – saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre/RS. UFRGS, 2007.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

Silvia Regina Starling Assad de Avila[1]
Mário Lucio de Avila[2]

GT 8 – Segurança e Soberania alimentar.

1. Introdução

A crise econômica mundial não foi suficiente para diminuir o ritmo de crescimento da produção de cana de açúcar no Brasil, pelo contrário, os investimentos cresceram e o governo manteve sua contribuição para o fortalecimento do setor, reforçando ainda mais a necessidade de estudos qualitativos sobre as implicações da expansão das áreas plantadas com cana.

O governo brasileiro promovendo a expansão e a produção de bicombustíveis propôs o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) no ano de 2006, com discurso sustentado na idéia de preservação do ambiente e crescimento planejado.

O escopo das diretrizes da PNA está ao mesmo tempo orientado para o meio ambiente, a sociedade e a indústria, com estabelecimento de propostas efetivas, como a conquista e manutenção da liderança do *biotrade* e outras genéricas, como a sustentabilidade ou geração de emprego e renda.

Justifica-se a iniciativa, a partir da conjuntura favorável composta pela crescente demanda do mercado externo, incentivos governamentais, mercado interno de veículos movidos por gasolina ou álcool combustível em alta, preços favoráveis no mercado de açúcar e áreas nobres para a produção com terras férteis.

Neste cenário, Goiás, no Centro-Oeste brasileiro é uma das novas fronteiras da expansão da produção de cana no Brasil, com crescimento da área plantada da ordem de 125% nas últimas quatro safras, superando estados tradicionais (Alagoas e Pernambuco) no número de usinas instaladas.

Rubiataba, município da região centro-norte do estado, concentra grande parte dessa expansão e reúne diversos elementos dos questionamentos acerca das conseqüências do aumento da

[1] Mestre em Agronegócio (PROPAGA-UNB), administradora de empresas rurais. silassad@gmail.com
End. Rua Antonio Mayer, 137, Suzano – SP, Fone: (11) 4747 1842, CEP: 08674-310
[2] Professor do IFET-Goiano – campus Ceres - GO, Doutorando em Desenvolvimento Sustentável (CDS-UNB), iapecmario@gmail.com
End.: 32, rue Jeanne Hachette, Lyon – France CEP 69003, fone: (33) 0426 555404

área ocupada com cana-de-açúcar. Região tradicional de pequenos produtores dedicados à produção de grãos e pecuária, a cidade conta com uma usina sucroalcooleira, instaladas no início da década de 1980. No entanto, nos últimos anos a expansão dessa atividade se consolidou e avançou na região, sem planejamento e acompanhamento efetivo de suas implicações.

Apesar de o etanol apresentar as vantagens de um combustível renovável, ele perde parte de suas vantagens ambientais por conta do modelo de produção de sua matéria prima. Para Schlesinger (2006), a produção monocultora resulta em diversos problemas para a sociedade.

> *"Desmatamento ilegal para dar lugar a novas plantações de cana, soja ou florestas de eucalipto; expulsão de pequenos agricultores de suas terras, às vezes com o uso da violência, gerando conflitos rurais; concentração de terras nas mãos de latifundiários, em alguns casos a partir de áreas doadas pelos governos; utilização elevada de agrotóxicos e outros agroquímicos, atingindo a saúde de trabalhadores e das populações de áreas próximas, principalmente quando ocorre pulverização através de aviões; contaminação dos solos, rios, lençóis freáticos e nascentes, devido aos desmates e à elevada quantidade de produtos químicos utilizada em áreas de monoculturas; pobreza rural e urbana, porque além de expulsar os pequenos agricultores de suas terras, a monocultura quase não gera emprego e, sem opção, muitos camponeses se deslocam para as periferias das cidades"* (SCHLESINGER, 2006, p.05).

Segundo o autor, esses são os impactos já detectados em função do crescimento do agronegócio no Brasil. Os bicombustíveis, afirma Schlesinger, entram como mais uma demanda que pode agravar a situação. Para ele, "em regime de monocultura, não é possível promover o desenvolvimento sustentável do Brasil" (SCHLESINGER, 2006, p.07).

Diante dos históricos e recentes questionamentos e polaridades contidas no debate sobre sustentabilidade e monocultura (FURTADO, 1992; SACHS, 1986; SCHLESINGER, 2006), surge a problemática a ser tratada neste artigo: na realidade local do município objeto deste estudo, no tocante a sustentabilidade, é perceptível a distancia entre as ambições globais da PNA e os impactos observados no nível local, sobretudo aqueles ligados às dimensões sociais e ambientais.

Assim, a hipótese estabelecida é que o Plano Nacional de Agroenergia não promove totalmente os aspectos preconizados quanto às questões sociais e ambientais no âmbito local, pelo contrário, aprofunda e acentua estes aspectos.

Desta forma, o **objetivo do texto é verificar e discutir as implicações locais da expansão sucroalcooleira face às diretrizes do PNA, com ênfase ao entendimento das conseqüências sociais do avanço da cana** na cidade de Rubiataba-Go.

O texto será composto por cinco partes alem desta introdução. No primeiro momento, elaborou-se uma breve retomada histórica das políticas públicas relacionadas com o setor sucroalcoleiro, em seguida, apresenta-se a conjuntura relacionada à produção de açúcar e álcool no Brasil. Em um terceiro momento, descortina-se o Plano Nacional de Agroenergia, com intuito de

analisar suas proposições, finalmente, apresenta-se o estudo de um caso local e as conclusões apreendidas pelo estudo.

2. As políticas públicas e o setor sucroalcoleiro

Diante da necessidade de diversificar a matriz energética do país, e devido à larga experiência acumulada pelo setor sucroalcooleiro e às vantagens da cana-de-açúcar como matéria prima para a produção de etanol, é criado, em 14/11/1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), a partir do Decreto 76.593/1975. Também a queda no preço do açúcar no período contribuiu para aumentar o interesse do setor pela busca de um novo segmento de mercado. Cabe ressaltar que na realidade, desde o início, este programa foi concebido para beneficiar os usineiros que dispunham de poder político e de uma estrutura de organização capaz de colocar o aparato do Estado funcionando de acordo com seus interesses, carreando recursos para o setor (THOMAZ JÚNIOR, 1996).

Com o programa, o governo buscava estimular pesquisas sobre o etanol, de forma a viabilizar sua produção em larga escala como substituto à gasolina. Michelon, Alves e Rodrigues (2008) destacam a relevância da ajuda governamental, com financiamentos e subsídios ao setor, para o surgimento e expansão do carro movido a álcool hidratado.

Na primeira metade da década de 1980, com novas altas do petróleo, o Proálcool se consolida, atingindo a produção de mais de 12 bilhões de litros de etanol, em 1986. A partir daí, com seguidas quedas do preço do petróleo e a retirada do apoio estatal ao setor, a atividade declina, chegando ao desabastecimento do mercado interno. Esse processo resulta em uma grave crise de governança e confiabilidade do setor sucroalcooleiro. Sem os subsídios do governo, o preço do etanol praticamente se iguala ao da gasolina, resultando no desestímulo à aquisição de veículos movidos a álcool. Com o aumento na demanda por veículos movidos a gasolina, o setor concentra sua produção no etanol anidro, que serve de mistura à gasolina, fazendo com que o mercado do álcool nacional não se alterasse bruscamente (ÚNICA, 2001).

Em 1990, o governo do então presidente Collor de Mello decreta a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool e elimina os controles públicos sobre preços e produção, evidenciando a intenção de se promover a desregulamentação do complexo sucroalcooleiro (BACCARIN, 2005). Esta década marca o acirramento das disputas de interesses entre empresários das duas principais áreas produtoras, Nordeste e São Paulo, principalmente. Os produtores paulistas reivindicaram o fim da prática protecionista do Estado, a saída deste do setor e ainda a eliminação dos subsídios regionais, alegando que se tratava de uma política paternalista que premiava os produtores menos

produtivos. Deixando as divergências de lado, os empresários do setor passaram a exigir do Estado a renegociação das dívidas e a liberação de mais recursos para o setor (THOMAZ JÚNIOR, 1996).

No período pós-desregulamentação, a situação exigiu das indústrias um ajustamento técnico e produtivo. Não significa, no entanto, um distanciamento dos financiamentos públicos que garantiram esse desenvolvimento tecnológico. Desde então, o país acumulou uma larga experiência no setor. É líder na produção mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento a ela associadas (COSTA, 2008).

Em 2000, dez anos após a desregulamentação, o Brasil contava com 5.022.490 de hectares plantados com cana-de-açúcar (eram 4.322.299 milhões de hectares em 1990, de acordo com dados do IBGE). Conforme ressalta Marcoccia (2007), em 2001, com os atentados terroristas protagonizados pela Al Qaeda nos Estados Unidos e as ofensivas contra o Afeganistão e o Iraque, que resultaram em nova escalada no preço do petróleo, surge um novo cenário para o etanol brasileiro.

O setor retomou o crescimento na ultima década, devido à garantia de mercado para o álcool combustível, com o desenvolvimento dos motores movidos a biocombustíveis (álcool ou gasolina) por todas as montadoras de veículos que atuam no mercado brasileiro. Cresceram os investimentos, conforme o gráfico que mostra desembolsos do BNDES ao setor sucroalcooleiro.

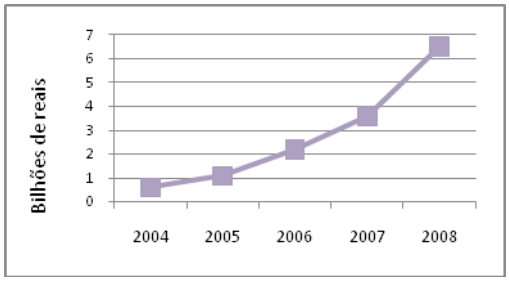


Gráfico 1: Desembolso do BNDES para o setor sucro-alcooleiro
Fonte: Elaborado pela autora

3. Açúcar e Álcool

O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de cana, de açúcar e de etanol, e também um grande exportador de açúcar e álcool. A área cultivada com cana-de-açúcar no país é de, aproximadamente, 8,3 milhões de hectares. O Brasil lidera a produção mundial de cana-de-açúcar com 558 milhões de toneladas.

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2009) indicam que o país possui 420 fábricas de açúcar e de etanol cadastradas. Destas, 248 unidades são produtoras mistas (produzem açúcar e álcool), 156 produzem exclusivamente etanol e 16 processam apenas açúcar. Conforme o Ministério, o estado de São Paulo lidera o ranking, com 194 fábricas, seguido de Minas Gerais (35) e do Paraná, com 31 unidades cada. Goiás assumiu o terceiro lugar com 30 unidades ultrapassando Alagoas (24) e Pernambuco que conta com 23unidades. Mato Grosso do Sul integrante da nova fronteira canavieira, possui 17 fábricas cadastradas.

A criação dos carros *flex fuel* deve ser destacada como de suma importância para a explosão do consumo de álcool anidro. Esses veículos, movidos tanto a álcool como a gasolina, já representam 87,7% das vendas de veículos leves no Brasil. Os números das vendas nacionais de veículos flex evoluíram de 48,2 mil unidades, em 2003, para 376,6 mil, em 2004, passando para 1,2 milhões em 2005 e 2 milhões, em 2006. Em 2007, foram vendidos 3,85 milhões de veículos (de um total de 20 milhões de automóveis em circulação no país), e há uma projeção de que cerca de 12 milhões de veículos flex estarão rodando no mercado brasileiro até 2012 (ROMERO, 2007).

Neste sentido, dados da UNICA revelam o crescimento da produção brasileira de álcool de 11,5 bilhões de litros, em 90/91, para 15,93 bilhões, em 2006, chegando, em 2008, a 22,53 bilhões de litros produzidos (ÚNICA, 2009). O consumo interno brasileiro do etanol está avaliado em pouco mais que 14,0 bilhões de litros.

Michelon, Alves e Rodrigues (2008, p. 16) argumentam que "devido à freqüente alta dos preços do petróleo, a conscientização em nível mundial para redução de poluição, [...], as perspectivas futuras para o etanol brasileiro são bastante otimistas, pois o consumo interno está aumentando e vários países já aprovaram a mistura do álcool anidro à gasolina, o que deverá aumentar significativamente as exportações"

No mercado externo, o país vende cerca de 5,1 bilhões de litros de álcool anidro, sendo os principais compradores os Estados Unidos, Países Baixos, Jamaica, El Salvador e Japão.

4. **Plano Nacional de Agroenergia**

O Brasil é o país que dispõe das maiores vantagens comparativas para tornar-se o líder do mercado internacional de agroenergia. O país adotou, ao longo dos anos, diferentes mecanismos de política pública para promover o uso de biocombustíveis como parte de sua matriz energética, e recentemente, o governo desenvolveu o PNA, cujo objetivo está abaixo citado:

> *O Plano Nacional de Agroenergia objetiva, a partir da análise da realidade e das perspectivas futuras da matriz energética mundial, organizar uma proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e de transferência de tecnologia, com vistas a conferir sustentabilidade, competitividade e maior eqüidade entre os agentes das cadeias de agroenergia, em conformidade com os anseios da sociedade, as demandas dos clientes e as políticas públicas das áreas energética, social, ambiental, agropecuária e de abastecimento.* (BRASIL-MAPA, 2005, p. 7).

Quadro 01: Objetivos do PNA

Estabelecer marco e rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável. Tem por meta tornar competitivo o agronegócio brasileiro e dar suporte a determinadas políticas públicas, como a inclusão social, a regionalização do desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental
O alcance desse propósito geral implica atingir os seguintes objetivos específicos, de acordo com as políticas públicas brasileiras, de atender aos anseios da sociedade e às demandas dos clientes:
• Assegurar o aumento da participação de energias renováveis no Balanço Energético Nacional (BEN).

• Garantir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, baseados na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor nas cadeias produtivas a ela ligadas.
• Criar oportunidades de expansão de emprego e de geração de renda no âmbito do agronegócio, com mais participação dos pequenos produtores.
• Contribuir para o cumprimento do compromisso brasileiro no Protocolo de Quioto e possibilitar o aproveitamento das oportunidades que o acordo favorece para a captação de recursos de crédito de carbono.
• Induzir a criação do mercado internacional de biocombustíveis, garantindo a liderança setorial do Brasil.
• Otimizar o aproveitamento de áreas resultantes da ação humana sobre a vegetação natural (áreas antropizadas), maximizando a sustentabilidade dos sistemas produtivos, desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola e o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos.
• Desenvolver soluções que integrem a geração de agroenergia à eliminação de perigos sanitários ao agronegócio.

Fonte: BRASIL/MAPA. Política nacional de agroenergia. Brasília, 2006. Brasília, MAPA, 2006.

Esse Plano pressupõe o alinhamento de diversas políticas governamentais, como política tributária, de abastecimento, agrícola, agrária, creditícia, fiscal, energética, ambiental, industrial, entre outros para sua concretização.

O Plano pressupõe investimentos ponderáveis em logística (transporte e armazenamento), uma política aguerrida de atração e fixação de capitais internacionais, a segurança patrimonial e contratual dos investidores, as condições para ampliação da oferta de matéria prima e uma ambiciosa política de Pesquisa e Desenvolvimento, que consolide o Brasil na fronteira da tecnologia do agronegócio tropical.

4. Resultados preliminares

O governo brasileiro apóia a produção de bicombustíveis, com discurso sustentado na idéia de preservação do ambiente e crescimento planejado. Considerado como energia limpa, o etanol é apontado como menos poluente para a atmosfera e, conseqüentemente, capaz de minimizar os efeitos das alterações climáticas, resultantes do aquecimento global. No entanto, é necessário lidar com muita cautela com esse assunto, haja vista exemplos anteriores sobre o processo de intensificação do uso de insumos na agricultura e das relações entre agricultura e agroindústria, como é o caso da cana-de-açúcar.

O otimismo em torno do crescimento no setor tem convivido com fortes críticas. A relação entre produção de alimentos e agroenergia tem provocando grandes polêmicas, como a explicitação de contradições entre a necessidade de energia limpa e a garantia de segurança alimentar, e a contraposição entre sistemas de produção agroecológicos includentes e o avanço das monoculturas concentradoras de renda e de terra.

5.1 O Caso Rubiataba: características gerais

Rubiataba produz leite, milho, carne, arroz, mandioca, feijão, frutas e outrora café, cultura que deu origem ao nome da cidade. Além destas atividades, a cidade conta com uma usina sucroalcooleira – Cooper Rubi, instalada há mais de 20 anos, e dezenas de empresas moveleiras, atividade que deu à cidade a designação de capital moveleira do Estado.

Quadro 02: O município de Rubiataba "Rainha do Vale"

O projeto do núcleo populacional surgiu por iniciativa do Governo do Estado, objetivando a criação de uma colônia agrícola na mata de São Patrício. Em 1950, iniciou-se, sob planificação, a construção da colônia, com o nome de "Rubiataba" (rubiácea = café; e taba = aldeia) em virtude da existência do cafezal na região, cultura que dominou a região na época. Suas ruas planejadamente receberam o nome de madeira ou de frutas.
O municipio conta atualemente com uma população de 18.025 habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,748 e PIB per capita de aproximadamente seis mil reais.

Fonte: Dados da autora e IBGE, Cidades e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2009)

A destilaria Cooper–Rubi situada em Rubiataba, estado de Goiás, foi fundada em 1983 graças aos incentivos pós-crise do petróleo de 1972 e à criação do Proálcool.

Quando comparada a região Centro Sul a usina de Rubiataba ocupa o 58º lugar no ranking da produção de álcool. Já no estado de Goiás, é a quarta em produção dentre as usinas em funcionamento. A Cooper Rubi tem sido responsável pela expansão da produção canavieira em Rubiataba e entorno, principalmente após a aquisição da respectiva usina por um grupo tradicional no setor, oriundo do nordeste do Brasil.

A Cooper Rubi, que contava com uma produção inicial de 18 milhões de litros/ano, passou pela crise de 1999/2000 produzindo cerca de 59 milhões/litros. É importante ressaltar que houve, no período, a redução do apoio estatal ao setor e a queda na produção de carros movidos a álcool. Sua recuperação deu-se após 2002 e, atualmente, conta com uma produção de 110 milhões de litros anuais.

A Cooper-rubi emprega atualmente 2.105 pessoas, das quais 1.000 são cortadores de cana. Os trabalhadores hoje vão para o campo de ônibus, interrompem o trabalho no horário de almoço, quando se acomodam sob toldos, em cadeiras e mesas de plástico fornecidas pela usina, que também disponibiliza água tratada e resfriada. Cumprem jornada de oito horas diárias. Tais condições seguem exigências legais.

5.2 A visão local

A partir de entrevistas realizadas na cidade, foi possível estabelecer um paralelo entre as implicações da presença da cana de açúcar no município e as diretrizes do PNA.

Com relação ao **emprego**, tido como o maior trunfo da Usina na cidade, percebe-se que uma possível redução da oferta de trabalho agrícola é a grande a preocupação dos entrevistados.

Com a mecanização do corte da cana, até 2018, a Cooper Rubi deverá mecanizar toda colheita na área. O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais apontou como alternativa a estratégia adotada na usina Jalles Machado em Goianésia, que vem realocando os trabalhadores desempregados do corte da cana no plantio e tratos culturais da seringueira.

A **renda** é outro elemento bastante importante nas argumentações do PNA e também dos usineiros. Segundo eles, grande parte do dinheiro que circula na cidade advém da atividade. O presidente da Usina estima que 70% do dinheiro circulante na cidade é devido à presença da Usina.

Se por um lado a presença da Usina é responsável pela circulação financeira na cidade, por outro, é também responsável pela migração e extinção de atividades que outrora foram responsáveis pelo crescimento da cidade, a exemplo dos móveis, confecções e pecuária. A competição pela mão de obra e investimentos acabou por inviabilizar setores importantes da economia local.

Se para produzir cana são necessárias áreas agricultáveis, a estratégia da usina é procurar as melhores áreas. Desta forma, reduz custos para formação e manutenção das lavouras. No entanto, adota o arrendamento/parceria como a forma de aquisição de terras, estratégia que diminui a imobilização do capital e os riscos. Desta forma, induz a uma **dependência financeira.**

Para incentivar o arrendamento, a usina paga adiantado os três últimos anos do contrato. Esse fato, segundo os entrevistados, faz com que a família fique "forçada" a renovar o contrato de arrendamento com três anos de antecedência, ou então ficará sem recursos nos três anos finais (pois recebeu adiantado, no início). Com pouca prática de gestão de recursos, é comum o agricultor administrar mal o dinheiro recebido ao longo do contrato e ficar dependente da renegociação com a usina, submetido, inclusive, à redução de valores.

Os agricultores que arrendam suas terras apontaram dificuldades para o caso de um possível retorno às atividades na propriedade, ao término do contrato de arrendamento. Isso se deve às condições de arrendamento, segundo as quais a usina, para plantar a cana, fica autorizada a retirar cercas, currais, habitações e demais benfeitorias, além de todos os plantios existentes, inclusive pomar e demais árvores. Alem disso, uma reclamação constante entre os proprietários entrevistados é que, mesmo quando a família sai da propriedade e acredita estar arrendando toda a área, só recebe pela parte útil, o que acaba diminuindo o valor contratado no arrendamento.

Reflexos na economia local: outra preocupação relatada diz respeito ao fato de a expansão da monocultura e dos arrendamentos estar reduzindo os espaços da agricultura familiar, que por sua vez diminui a demanda por serviços técnicos prestados ao campo (topografia, projetos, veterinários) e ofertas e demandas no comércio local (verdurão, lojas agropecuárias, oficinas).

Produção de alimentos: os entrevistados relatam que os cultivos alimentares estão desaparecendo. Um deles relata que um grande armazém, onde era estocado arroz, hoje está desativado:

"Alguns anos atrás, a produção era tanta que era preciso guardar arroz até do lado de fora".

Relata ainda a existência de beneficiadoras de arroz, hoje completamente desativadas. Este mesmo agricultor trocou sua propriedade (hoje plantada com milho) por nova área oferecida pela usina. Em seus hectares, a usina construirá uma represa. As terras fornecidas pela usina estão ocupadas com cana-de-açúcar e o agricultor pretende substituir por milho e outras culturas. O agricultor reconhece que sua atitude é pouco comum no município e até "gerou surpresa entre os representantes da usina", uma vez que a maioria dos pequenos agricultores procurados pela usina decide arrendar a terra.

Fatores ambientais, além das queimadas realizadas pela usina para a colheita, os entrevistados também manifestaram preocupação com o fato de a responsabilidade pelos "estragos ambientais" com o arrendamento ser do proprietário da terra. Também há a relação entre problemas de água da cidade e a expansão da usina, uma vez que a usina já conta com duas caldeiras e construirá outra. A usina dispõe de unidade de tratamento de água para o abastecimento da caldeira e investe na construção de represas.

A deriva destes impactos, a expansão da produção de cana na cidade ocorre sistematicamente desde 2002, dobrando a área plantada que saiu de três mil hectares para mais de seis mil hectares.

5. Considerações finais

Sabe se que ao longo dos anos no Brasil, foram adotados diferentes mecanismos de políticas publicas que desenvolvessem o uso dos biocombustíveis, o que pode ser percebido desde 1975 com o Programa Nacional do Álcool, até mais recentemente com o Plano Nacional de Agroenergia (PNA).

Tomando por base algumas diretrizes que dão suporte ao Plano percebe-se que existem inúmeras questões importantes sem respostas. Enquanto o setor sucroalcooleiro amplia a utilização de tecnologias de ponta em parte de sua cadeia produtiva, os parceiros envolvidos na atividade e aqueles direta ou indiretamente afetados não se beneficiam na mesma proporção.

A super-exploração da mão-de-obra, as estratégias de aumento de áreas plantadas e o desrespeito às legislações ambientais ainda são práticas comuns na grande maioria das usinas, independente de sua localização geográfica.

Segundo Ávila e Ávila (2007), torna-se importante observar que a lógica dominante de mercado ainda é suprema no negocio da agroenergia, sobretudo a cana-de-açúcar e sua dinâmica de concentração de terra e riqueza, que disputa com pequenos produtores os potenciais benefícios oferecidos pelas políticas de apoio ao setor. De acordo com os autores "há clara correlação entre a expansão da atividade e problemas sociais e ambientais incluindo o êxodo rural de agricultores familiares para as pequenas cidades e metrópoles e conseqüentemente aumento de problemas urbanos".

Colocar em prática uma política de incentivo, não torna o Plano e o produto etanol um combustível social.

6. Referencias bibliográficas

AVILA, Mario Lucio de; AVILA, Silvia Regina Starling Assad de. Cidades, agronegócio e sustentabilidade. In: Seminário População, Pobreza e Desigualdade, 2007, Belo Horizonte. Anais do Seminário População, Pobreza e Desigualdade, 2007.

BACCARIN, José Giacomo. **A constituição da nova regulamentação sucroalcoleira.** Cadernos do CEAM – Núcleo de Estudos Agrários**.** Brasília: UnB, ano V, n.22, set. 2005.

BRASIL/MAPA, Relação das Unidades Produtoras Cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia Brasília, 2009. Brasília, MAPA, 2009.

BRASIL/MAPA. Política nacional de agroenergia. Brasília, 2006. Brasília, MAPA, 2006.

BRASIL/MAPA. Programa nacional de produção e uso de biodiesel. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mapa.gov.br>. Acesso em 01 de jul. de 2009.

COSTA, Wanderley Messias. **Cenários da pesquisa e da produção de bioenergia no Brasil e no mundo.** USP Online. Set. 2007. Disponível em: http://www4.usp.br/index.php/sociedade/38-sociedade/14052. Acesso em 12 de junho de 2009

FURTADO, Celso. **A Construção Interrompida**. São Paulo: Paz e Terra. 1992

GASQUEZ, Jose Garcia, BASTOS, Eliana. **Tendências: Projeções para 2017/2018**. Disponível em: http://www.ripa.com.br/fileadmin/noticias/agroanalysis/2007_12_RIPA.pdf. Acesso em 12 de junho de 2009

MARCOCCIA, Renato. **A participação do etanol brasileiro em uma nova perspectiva na matriz energética mundial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa Interunidades de Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Anna Aracely; RODRIGUES, Juliano Ricardo Alves. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. **Reunião anual da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Rio Branco-Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

ROMERO, Thiago. **Produção de etanol no Brasil deverá subir dos atuais 18 para 65 bilhões de litros por ano em 2020**. Disponível em: http://inovabrasil.blogspot.com/2007_10_02_archive.html. Acesso em: 15 junho de 2009.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice. 1986

SCHLESINGER, Sergio. **Agronegócio e bicombustíveis: uma mistura explosiva**. Impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia. Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/biocombustiveis/biocomb_port.pdf. **Acesso em 12 jun**. 2009.

THOMAZ Jr., Antonio. Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutoramento), 439 p.

ÚNICA - UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ÚNICA). Disponível em http://www.unica.com.br. Acesso 15 jun. 2009.

HORTA COMUNITÁRIA E O INCREMENTO DA RENDA FAMILIAR E QUALIDADE DE VIDA

Thaísa Calvo Fugineri Moreti[1]; Luiz Fernando Pialarissi Sinzker[1]; Márcio Aleksandro Daniel[2]; Tiago Ribeiro da Costa[2]; Fernande Antunes Fernandes[2]; Ednaldo Michellon[3].

1- Acadêmico(a) do curso de Agronomia na Universidade Estadual de Maringá – PR, e estagiário(a) do projeto CERAUP/UEM;
2- Engenheiro Agrônomo do projeto CERAUP/UEM;
3- Prof. Dr. do Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá – PR, e coordenador do projeto CERAUP/UEM.

GT08- Segurança e soberania alimentar

INTRODUÇÃO

A experiência analisada neste presente artigo é parte integrante de um projeto maior intitulado Centro de Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP, concebido através de uma parceria multi-institucional envolvendo professores, graduandos e voluntários de diferentes áreas do conhecimento, sendo a Universidade Estadual de Maringá a instituição proponente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, instituição financiadora, e as Prefeituras Municipais de Maringá, Sarandi e de Paiçandu, e demais Organizações Sociais, instituições parceiras. Tal projeto tem como missão transferir o conhecimento científico apreendido pela Universidade para a comunidade, ampliando-o através de um processo de integração social que possa auxiliar uma parcela da população a conquistar os seus direitos e honrar os seus deveres enquanto cidadãos.

A proposta deste estudo é demonstrar que o projeto de implantação e fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana na região de Maringá, Noroeste do Estado do Paraná, se dá em um processo interativo de aprendizado entre todos os envolvidos, sendo as experiências de sucesso, advindas de suas respectivas ações, subsídios para futura consolidação de novos empreendimentos solidários ancorados na democracia, na liberdade, na justiça social e na igualdade.

O programa de Agricultura Urbana e Periurbana prevê ações que visam a produção de alimentos em nível local e o acesso ao conjunto de políticas públicas de segurança alimentar, que abrangem, além dos aspectos produtivos, os diversos aspectos de cunho

social (incentivo ao associativismo, geração de empregos e renda e ao acesso à direitos sociais).

O CERAUP/UEM visa atender moradores dos bairros oferecendo-lhes Assistência Técnica e Extensão Rurbana – ATER, através de reuniões e visitas semanais além de insumos para a implantação e condução das hortas comunitárias, caracterizando o apoio técnico e humanizado aos protagonistas envolvidos. Em contrapartida, o participante, que pode ser qualquer pessoa da comunidade que deseja cultivar uma horta, especialmente de baixa renda, se responsabiliza pelo cultivo das hortaliças.

Este estudo abordará, portanto, a experiência de disseminação da política pública de Agricultura Urbana e Periurbana nos municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi. Ao todo, 300 famílias são beneficiadas pelas ações do CERAUP/UEM, em diversas localidades dos três municípios, a saber: Jardim Rebouças, Parque Das Palmeiras, Cidade Alta, Conjunto Itatiaia, Cidade Canção, Jardim Universo, Branca Vieira, Tuiuti e Léa Leal. E também com uma horta inclusa no Centro Cultural Indígena, que faz parte da Associação Indigenista – ASSINDI (Maringá); Escolas públicas de ensino fundamental e médio (Paiçandu); e, Sarandi (ainda em fase de implantação).

As ações do CERAUP/UEM foram propostas com vistas à promoção da saúde da população como um todo, através de ações educativas na área ambiental, alimentar, comportamental, social e humana (este último com a criação de vínculos afetivos e solidários entre o grupo envolvido e a comunidade).

São ainda objetivos do referido centro: Promover a segurança alimentar do público alvo e da comunidade local; Gerar trabalho e renda através da produção de alimentos sadios (sem agrotóxicos) e com custos reduzidos (eliminação do custo com frete); Tornar os participantes capazes de gerenciar o empreendimento (horta comunitária); Incentivar ações coletivas atreladas à prática laboral diária, elevando a auto-estima e criando o sentimento de identificação com o processo de construção de suas identidades, resgatando deste modo a alegria de viver e se sentir incluído na sociedade como um todo.

METODOLOGIA

"A metodologia adotada para o presente estudo está baseada em diagnóstico descrito por Vieira (1995) e é baseada em:

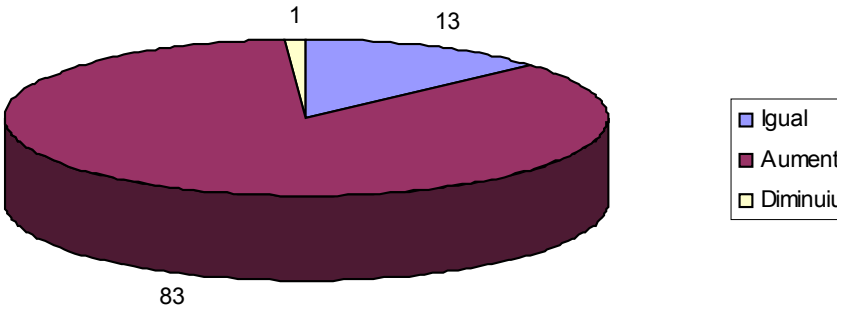
1.A formação da consciência crítica, que contempla a fase de auto-diagnóstico, com conhecimento de teor acadêmico e popular. Portanto essa primeira etapa pode ser interpretada como o momento de trabalhar a educação popular, educação ambiental, e a troca de conhecimentos em geral a partir de teorias críticas que possibilitem, através de dinâmicas, reuniões, palestras, exercícios teórico-práticos, o reconhecimento dos determinismos históricos que objetivam a exclusão social. Assim como, desenvolver ocupação, transformação e geração de produção, através das atividades propostas para efetivação das hortas. Este momento contempla o saber popular como detentor de conhecimentos imprescindíveis para a elaboração do trabalho.

2. Etapa de proposição de soluções para enfrentar os problemas detectados no autodiagnóstico, que se materializa pela capacidade de criar um projeto próprio, de ser o sujeito capaz de realizar a práxis, ou seja, visar uma ação que possibilite a transformação social, pessoal, e comunitária. Pois, o processo de codificação e decodificação leva o sujeito a estabelecer a percepção de que ele faz parte da realidade e que esta realidade é o reflexo das ações de todos, passível, portanto, de transformações também a partir de suas próprias ações. Esta etapa corresponde à percepção da necessidade da autonomia para a sustentabilidade das hortas comunitárias".

Para isso, foram realizadas, pelos membros integrantes do CERAUP/UEM, entrevistas com noventa e sete agricultores urbanos, nas próprias hortas comunitárias. Foram aplicados questionários com 35 perguntas com o objetivo de se conhecer o contexto sócio-econômico de tais produtores, entre as quais as que foram selecionadas para este trabalho são referentes à melhoria da qualidade de alimentação, e melhoria de renda das famílias que participam deste projeto

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As famílias aumentaram o consumo de hortaliças na dieta (Figura 1). De um total de 97 famílias entrevistadas 83 afirmaram ter aumentado o consumo de hortaliças, 13 afirmaram ter mantido o mesmo consumo, e uma relata que o consumo diminuiu. Tal fato reflete a inserção da cultura da alimentação saudável a partir da própria produção dos alimentos, que ocorre nos diferentes cenários atendidos pelo CERAUP/UEM.



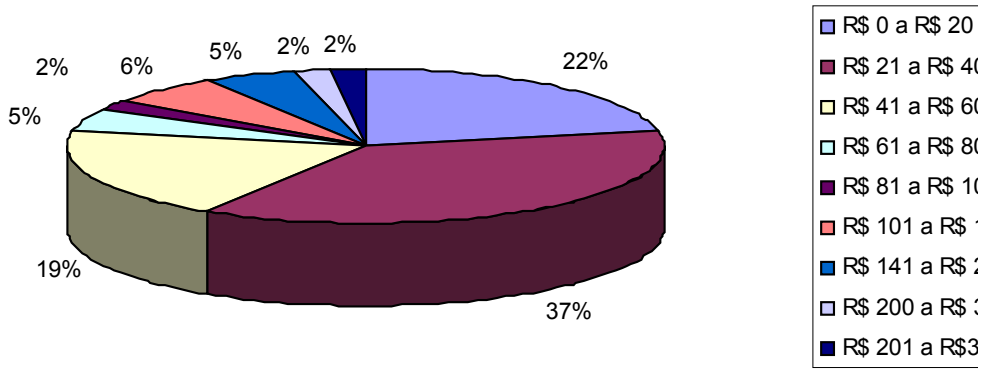
Fonte: Autores

Figura 1 – Consumo de hortaliças

Este alimento, fundamental para a saúde humana, passou a fazer parte da sua alimentação em maiores quantidades. Isso se mostra como um resultado extremamente positivo e favorável ao aumento da qualidade de vida da população, lembrando que se pretende uma formação de uma cultura de segurança alimentar, que implica não simplesmente em estar alimentado, mas sim em estar bem nutrido, ingerindo nutrientes importantes para uma vida saudável como vitaminas, fibras e minerais, encontrados em grande quantidade nas hortaliças produzidas pelos próprios agricultores urbanos. Vale salientar que estas hortaliças são produzidas em um sistema de cultivo que dispensa o uso de agrotóxicos, aumentando ainda mais a qualidade e a segurança do produto que o cidadão coloca à sua mesa.

O projeto CERAUP/UEM tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida e na auto-estima, pois o trabalho na horta em vários casos acaba funcionando como terapia ocupacional para pessoas que estejam ociosas, ou até mesmo para pessoas que chegam do trabalho e encontram na horta uma atividade relaxante e prazerosa, onde elas podem se esquecer dos problemas do dia-a-dia, ou seja, a atividade na horta comunitária além de lhes fornecer qualidade de vida através da alimentação mais saudável, também é uma forma alternativa de lazer.

Dependendo da produção que o agricultor urbano consegue obter com o seu trabalho na horta comunitária, ele ainda pode comercializar esse excedente produzido, ampliando o leque de pessoas beneficiadas pela presença da horta na comunidade, também servindo, portanto, como uma fonte de renda complementar, auxiliando no orçamento doméstico com despesas de qualquer natureza. Embora sejam raros os casos, ainda, podem-se observar pessoas que têm na horta comunitária não só uma grande importância no orçamento geral do lar, mas tem nela a principal fonte de renda. Na Figura 2 está representada em porcentagem a renda semanal média das 97 pessoas entrevistadas:



Fonte: Autores

Figura 2 – Renda semanal média

Este trabalho com hortas comunitárias também traz à comunidade outros benefícios de ordem educacional e de capacitação profissional. Assim, na área disponibilizada para a instalação da horta são realizados alguns trabalhos como: realização de mini-cursos de técnicas e manejos das culturas de horta; encontros de agricultores urbanos; preparo de canteiros; produção de mudas; e preparo do solo.

Através destes trabalhos realizados com a comunidade, podem ser observados resultados positivos e satisfatórios, entre eles: formação de um grupo de trabalho; conscientização sobre o trabalho comunitário, onde devem ocorrer cooperação e convivência pacífica entre os membros de tal organização, e também em que as decisões devem ser tomadas em grupo e com o consenso da maioria através de reuniões quinzenais com todos os membros da horta, e não de forma arbitrária e individualista.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados pelas ações do CERAUP/UEM, observa-se que as hortas comunitárias podem ser um eficaz instrumento para a geração de trabalho e renda para a população do mercado informal. É importante ressaltar que sem as parcerias entre o meio acadêmico, o setor público e a sociedade, através os bairros envolvidos este trabalho não seria possível.

Esta experiência abordada incentiva os beneficiários a melhorar a sua qualidade de vida, através de suas próprias intervenções, promovendo o desenvolvimento em cadeia das comunidades dos municípios atendidos. Essas experiências podem gerar maiores fluxos de renda no entorno da comunidade e, consequentemente, criar melhores condições de vida para a população de Maringá e região.

MULHERES E A SOBERANIA ALIMENTAR

Isaura Isabel Conte
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
Mestranda em Educação nas Ciências
isauraconte@yahoo.com.br

Débora Mate Mendes
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
Acadêmica do Mestrado em Educação nas Ciências
bedamate@hotmail.com

Marlo dos Reis
marloreis@hotmail.com

GT08 - Segurança e soberania alimentar

A relação existente entre mulheres e alimentos é bastante estreita, havendo uma associação quase que direta entre ambos e, devido a isto, se faz necessário algumas reflexões e até questionamentos do por que desde fato. Se de um lado, há naturalização do universo que envolve a alimentação como papel das mulheres, de outro, nega-se a elas outros espaços, ou, é configurada a sobrecarga de trabalho feminino.

Por meio deste ensaio nos propomos a manter e suscitar diálogo a respeito das mulheres, de forma especial, camponesas, com relação a si próprias e as contradições relativas ao campo da produção de alimentos. Procura-se elucidar um olhar historicizado acerca da agricultura considerando a predominância do patriarcado[1] e, apresenta-se a caracterização do campesinato. Ressaltamos, entretanto, que o entendimento de soberania alimentar se dá a partir do campo de luta social da Via Campesina[2] Brasil.

Para tanto, traremos algumas reflexões e ponderações a partir de pesquisa realizada no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC RS). Tais elementos são

[1] Do patriarcalismo. Segundo Castells (1999), o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas e se caracteriza pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e os filhos desde o âmbito familiar. Dessa forma, ele permeia toda a organização da sociedade: produção, consumo, política, legislação, cultura etc.

[2] A Via Campesina do Rio Grande do Sul surgiu "oficialmente" por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, acontecido em 2001 em Porto Alegre, pois já haviam relações estabelecidas e lutas conjuntas, entre os movimentos do campo. No momento atual aglutina as seguintes Organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Pastoral da Juventude Rural – PJR; Federação dos estudantes de Agronomia – FEAB; e, Conselho Indigenista Missionário. Paludo (Org.), 2009.

oriundos de observações decorrentes da própria inserção militante e, também, aplicação de questionários, em pesquisa de campo, a vinte mulheres que compõe a coordenação estadual do Movimento. Além disso, contamos com contribuições teóricas de autores e autoras estudiosos do tema.

O que se constata com certa facilidade, sendo uma ideia bastante recorrente, é que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis quando se trata de alimentação e, mesmo diretamente, da produção de alimentos. Assim, tem sido pelo menos das sociedades agrárias aos dias atuais. Neste aspecto, Carvalho (2003) afirma que desde a antiguidade as mulheres eram e, continuam sendo responsáveis por cerca de 80% da alimentação dos grupos humanos.

Da mesma forma, a maioria dos escritos e estudos salienta que a agricultura foi invenção das mulheres entre o período de mais ou menos 10 000 a 20 000 anos. Com o predomínio das atividades agrícolas, foram estabelecidas as sociedades agrárias, deixando para trás a da coleta e da caça, as quais serviam de base para a sobrevivência e vida humana, anteriormente.

Sobre o fato da invenção da agricultura pelas mulheres, devido aos homens se ausentarem grandes períodos por causa da caça aos grandes animais para garantir carne (proteína) às tribos, Muraro (2002), argumenta que foi na sociedade de base agrícola que ocorreu o maior grau de subordinação feminina.

Do desenvolvimento da agricultura à constatação da supremacia patriarcal, que de acordo com a mesma autora, se dá no mesmo período, inclusive com o elemento do surgimento da propriedade privada e, consequentemente do escravismo, evidencia-se uma das maiores contradições da história.

Obviamente, que a leitura efetuada sobre a história do patriarcado e sua ligação com a agricultura não pode ser feita de maneira linear, tampouco estanque. Nesse sentido, Eisler (1996) afirma haver em várias partes do mundo, ainda entre o período de oito a quatro mil anos, inúmeras estátuas e demais simbologias da Grande Mãe, a Deusa representando o poder feminino.

Sabe-se que foram as mulheres as pioneiras na agricultura assim como também, criaram os primeiros instrumentos de trabalho, porém não foram estes fatos que as levou a inferioridade até os dias atuais na estrutura da sociedade O desenvolvimento de outras técnicas agrícolas, entretanto, baseada na utilização do fogo e de metais, trazendo-se como exemplo a mudança de patamar pela utilização do arado, foi fundamental para deslocar as

mulheres das funções que lhes possibilitavam grande reconhecimento e prestígio junto aos grupos.

Muraro (2002) comenta que com as transformações ocorridas no modo de fazer agricultura, que passou a gerar o excedente e, consequentemente as guerras, as mulheres perderam sua função econômica e ficam relegadas ao ambiente doméstico/privado. Neste sentido, a autora argumenta que os homens passam a controlar a cultura e as decisões da esfera pública, ao passo que elas foram consideradas não produtivas e secundarizadas, portanto.

Contudo, ao longo dos tempos, podemos afirmar que as mulheres não se desvincularam do espaço da produção de alimentos bem como do preparo dos mesmos. De uma maneira, estes aspectos parecem possibilitar-lhes, de certa forma, algum poder, quando não estão em outras esferas da sociedade, principalmente. De outra, são tarefas consideradas de produção e reprodução da vida, *consideradas de mulher*, aparecendo nitidamente a divisão sexual do trabalho.

Em geral o trabalho de reprodução, ligado à produção e preparo de alimentos fica no âmbito considerado *cuidado,* na categoria *serviço*, não sendo trabalho, portanto. Por isto, grande parte das atividades ditas femininas não são valorizadas, tampouco reconhecidas. Na afirmação de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984, p.29), "o lugar que ocupa cada membro do grupo está ligado à sua posição em relação a atividades que desenvolve no roçado ou na casa".

Os autores se referem ao universo de trabalho camponês e, por este motivo argumentam que:

> Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificadamente femininas, tais como a semeadura ou limpeza dos cultivos, tarefas estas que na medida em que são realizadas pela mulher perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas ajuda (p. 31).

Percebe-se, a partir da citação, a desvalorização do próprio trabalho, pelo fato de ser efetuado por mulheres, o que demonstra a predominância do patriarcado, com a supremacia masculina em detrimento do feminino, inclusive naquilo que é fundamental para a sustentabilidade da humanidade. E, é neste campo em que estão inseridas as mulheres camponesas, sendo que nem todas, obviamente se dão conta do que isto significa.

A contradição existente entre a sustentabilidade, incluindo a maior parte do trabalho realizado por mulheres camponesas, e o poder que elas possam ter nesta esfera, por dominarem certas técnicas ainda que herança de comunidades primitivas e das bruxas, parece ser um dos elementos centrais das relações estabelecidas entre mulheres e homens em todo o período das sociedades agrária aos dias atuais.

Constata-se que na atualidade a maioria das sociedades são ditas industriais, porém, em todas o campo e o campesinato, com a produção primordial de alimentos não desapareceu. Sendo assim, por mais moderna que sejam considerados alguns países, estes não sobrevivem sem o setor primário, mesmo que tendo que importá-lo quando a produção não é suficiente.

Diante do fato de que os avanços tecnológicos tomaram conta de grande parte que já fora território do campesinato, um número significativo de camponeses e camponesas não desapareceu, tampouco irão desaparecer como defendem Horácio Martins de Carvalho, e Paulo Zarth[3], por exemplo. Sendo assim, em meio às sociedades industriais, altamente tecnificadas, e até robotizadas, há núcleos camponeses, onde as relações entre as pessoas, de forma geral seguem outra lógica que a dos grandes centros e mesmo da dinâmica hegemônica do país.

Campesinato, soberania alimentar e mulheres camponesas

O termo campesinato tem sido utilizado no sentido de contrapor o agronegócio, pelo fato de ambos os termos representar interesses opostos, especialmente, a partir de concepções e teorias advindas do campo de luta popular da Via Campesina Brasil. Para a Via, a retomada do termo *campesinato* rememora as Ligas Camponesas[4] das décadas de 40 e 50 do século passado.

De acordo com Carvalho (2005), há quem acredite em parceria entre os camponeses e camponesas e o agronegócio, para formar aquilo que o autor nomeia de agronegocinho. Neste sentido, ressalta a não possibilidade de um agronegócio em pequena escala, vista a concorrência com latifundiários, os quais têm acesso a avançadas tecnologias (mesmo que dependentes), investimentos em forma de subsídios governamentais e anistia de dívidas, o que via de regra, ocorre com os chamados grandes produtores do Brasil.

[3] Zarth, 2002, conforme referências.

[4] As ligas camponesas constituíam uma entidade que organizava os camponeses em torno da luta pela reforma agrária, no sertão pernambucano. Foi o movimento mais importante pela reforma agrária no Brasil até o golpe de 64. Sua origem remonta às antigas Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista do Brasil no campo. (Wikipédia, 2010).

Segundo Umbelino (2004), no Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou, sendo que pouco mais de 32 mil latifundiários concentram mais de 132 milhões de hectares de terra. O mesmo autor argumenta, contrapondo um mito criado, de que não existiriam mais latifúndios no Brasil e sim empresas rurais, sendo que com estas falácias dizem não haver mais terras consideradas improdutivas.

A partir do que o autor coloca, evidencia-se o porquê da oposição entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Modelos antagônicos, onde o avanço de um significa o recuo, senão o desaparecimento do outro. Desta concepção, é perceptível a incompatibilidade e jamais a pareceria, como bem descreveu Carvalho.

De um lado, defensores do agronegócio dizem que é este setor que gera riqueza com a produção, porém sabe-se que os produtos deste são majoritariamente para exportação ao passo que recebe altos volumes em créditos[5]. De outro, de acordo com Carvalho (2005), cerca de 70 a 80% dos alimentos do país são produzidos pela agricultura camponesa, trabalho feito majoritariamente por mulheres.

Diante disso, podemos também afirmar que, quando se opta por políticas que beneficiam o agronegócio, em detrimento do campesinato que, em geral é ignorado/ "esquecido" das agendas políticas, este último é massacrado e forçado a desaparecer, pois representa resistência ao modelo considerado hegemônico de fazer agricultura. A ideia predominante ainda é de que o campesinato representa o atraso, ao passo que a agricultura em grande escala é associada ao progresso.

A agricultura camponesa nas suas mais variadas formas de vidas e vivências, desde pescadores (as), extrativistas, faxinalenses, quebradeiras de coco, agricultoras, trabalhadoras rurais, ribeirinhos (as), e outras denominações são postos de fora do atual modelo de desenvolvimento do campo. Aliás, são considerados atrapalho frente ao avanço das tecnologias advindas da revolução verde[6] em diante, de forma especial. Para ilustrar:

[5] De acordo com dados da Via Campesina, o agronegócio recebe 80% do volume dos recursos destinados à agricultura, além de ser um setor altamente endividado.

[6] O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no Gerenciamento de produção. De uma forma crítica, a "Revolução Verde", proporcionou através destes 'pacotes' agroquímicos a degradação ambiental e cultural dos agricultores tradicionais.Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 70. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significamente a cultura dos pequenos proprietários (Wikipédia, 2010).

> A busca da homogeneidade nos campos de produção retira das mulheres a possibilidade da livre experimentação no quintal. A ideia de ordenamento e homogeneidade da agricultura industrial é o avesso das práticas das agricultoras, como se percebe no discriminatório dito popular "mais bagunçado que horta de mulher" (NOBRE, 2005, p. 53).

Como afirmado pela autora, o fato de que as mulheres camponesas costumam desenvolver experiências, desde os quintais, ou seja, a partir de pouco espaço territorial não constitui nenhuma novidade. Foi desta forma que desenvolveram e desenvolvem adaptações de muitas espécies as transformando em alimento durante séculos. Carvalho (2003) afirma que as hortas das mulheres constituem verdadeiros laboratórios experimentais, onde fazem, inclusive melhoramentos de plantas e espécies.

Apesar de as mulheres serem as que estão diretamente na produção, armazenamento e industrialização dos alimentos, segundo Brumer (2004), os homens são considerados os responsáveis pelo provimento da família e até pouco tempo senão em muitos casos nos dias atuais, considerados os chefes de família. De outra parte, segundo a mesma autora, o trabalho das mulheres, mesmo sendo em maior volume de tempo, aparece como ajuda.

Contudo, sendo o trabalho das mulheres considerado ou não, o que é evidente é que a biodiversidade de espécies cultivadas, melhoradas e adaptadas, especialmente para alimentação é fruto de trabalho feminino, que por sua vez, significa acúmulo de conhecimento. Acúmulo este, que pode ser ligado à memória e a história de grupos e povos, não desvinculado de espaço de poder ou construção de empoderamento feminino em alguns casos, apesar do patriarcado.

Diante disso, pode ser feita a afirmação de que são as mulheres camponesas as que diretamente potencializam formas de soberania alimentar, não isoladamente de grupos e algumas entidades consideradas, atualmente, de resistência[7]. As sementes, por sua vez, estão diretamente imbricadas na soberania alimentar, visto que é por meio delas que se possibilita formas de vida no planeta, junto aos demais elementos da natureza, obviamente.

O entendimento de soberania alimentar de acordo com a Via Campesina (2003) é

> Quando um povo tem o direito de definir a sua própria produção, distribuição e consumo de alimentos. Um povo que não produz sua própria comida é povo escravo, pois depende de outros povos para se alimentar. Nenhuma nação será soberana se não tiver o domínio da produção de suas sementes (p.8).

[7] Dá para citar algumas ONG´s e outros grupos e associações com experiências de preservação da biodiversidade. Grupos que em geral se organizam em torno da agroecologia.

Neste aspecto o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (2007)[8], com mais de vinte anos de história, apresenta algumas propostas concretas, para potencializar a soberania. Atitudes estas que são efetuadas no cotidiano das mulheres militantes desde suas experiências e trabalhos nas comunidades em que vivem: Manter sementes e mudas crioulas para plantar quando decidir; conhecer técnicas de adubação orgânica do solo; fazer fertilizantes e insumos com produtos orgânicos disponibilizados pela natureza; efetuar trocas entre vizinhos e outras pessoas para garantir e aumentar a diversidade de espécies; continuar com práticas de fazer remédios caseiros para uso medicinal de pessoas bem como homeopatia animal. Reunir-se em grupos ou em comunidades para debater e socializar experiências bem como para confraternizar, como forma de manter vínculos e organização frente ao sistema dominante.

Podemos constatar por meio de observações realizadas que, acima de tudo, o Movimento investiu politicamente na potencialização das trocas de mudas e sementes entre as mulheres, bem como nas chamadas farmácias caseiras, a partir do ano de 2001, quando o debate das sementes transgênicas foi intensivo, devido à pressão das empresas transnacionais no Brasil, com interesses econômicos com os OGM´s[9]. Verificou-se que, como as mulheres camponesas já possuíam como hábito efetuar trocas, foi espalhado muitas sementes e mudas entre as comunidades e mesmo entre diferentes regiões.

Internamente no Movimento se avaliou de que tais ações foram importantes e significativas ao passo que estas atividades envolviam formação política das mulheres nas comunidades, na tentativa de politizar tais fazeres para que não fosse mais uma sobrecarga sobre elas.

Verificamos a partir da vivência militante no MMC RS desde o início da década de 2000 aos dias atuais, por parte de alguns companheiros da luta popular, falácias de que as mulheres do MMC estavam a *fazer chazinhos* ao invés de fazerem algo mais revolucionário, do ponto de vista masculino. Em geral, as ações que partem do cotidiano e da vida das mulheres não são bem entendidas pelos chamados revolucionários.

Disso se constata, que as mulheres fizeram de conta que nada houve, continuaram suas práticas e, alguns anos depois a Via Campesina do mundo todo lançou a campanha "Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade" (2003). Da mesma forma, a partir de constatações de inserção militante, ficou explícito que as lutas gerais camponesas do

[8] Em cartilha da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, 2007.
[9] Organismos geneticamente modificados.

Brasil, centraram foco contra o modelo de agricultura hegemônico ao passo que os diversos Movimentos pressionavam e propunham alternativas e, dentre elas, a agroecologia.

Algumas considerações

Frente a hegemonia patriarcal as mulheres continuam em desvantagem na sociedade, sendo que boa parte do trabalho que realizam, sequer é considerado trabalho. Isto se deve em boa medida pela falta de politização das próprias mulheres (não eximindo os homens), inclusive devido à restrição a que foram submetidas durante milhares de anos.

As lutas explícitas de caráter notório e de grande envergadura das mulheres camponesas aparece no cenário apenas da década de 80 em diante, por mais que, de acordo com Muraro (2002), as camponesas estiveram presentes senão foram protagonistas das principais revoluções da história. Foram, porém, elas e suas lutas, ocultadas, silenciadas e boicotadas. Dessa forma, muitas de suas bandeiras/reivindicações foram apropriadas e renomeadas por homens, ou não seria considerado luta, ao passo que o que foi atribuído a elas, recebeu caráter secundário.

As resistências, especialmente das camponesas aparecem em forma de teimosia, apesar das violências existentes sobre si em seus cotidianos, sendo que, as trocas de mudas, sementes, e alimentos diversos serviram e servem como pretexto, muitas vezes para poderem sair de casa, se articular e manter contato com outras pessoas que não sejam a família.

Em Movimento seja específico de mulheres, no caso do MMC, seja de outros movimentos mistos, os quais compõem a Via Campesina Brasil, as mulheres, de forma organizada, têm desencadeado processos fortalecidos de lutas de enfrentamento ao capital e em defesa da natureza/biodiversidade, o que veio a ferir, também o patriarcado.

No caso dos dados apresentados por ocasião dos questionários, as entrevistadas dizem trabalhar muito, sendo que se dão conta disso, mas por outro lado afirmam forçar a divisão de tarefas em casa, até por causa do tempo necessário para a militância no Movimento. Descrevem o trabalho das mulheres com sobrecarga de tarefas, penoso, não valorizado, que possui uma grande importância para a sociedade.

Contudo, ficou evidente que as mulheres camponesas são elementares, de acordo com o que explicitaram os autores e autoras trazidos no texto, no que se refere à soberania alimentar por causa de suas práticas milenares. O desafio, no entanto, é politizar cada vez mais seus fazeres e os não fazeres, forçando a divisão de tarefas para que consigam ter ao menos um pouco mais de liberdade e reconhecimento em detrimento da sobrecarga.

Se as mulheres camponesas, engajadas ou não a Movimentos Sociais Populares, são importantes diante das tarefas que realizam para e na sociedade, em vista da possibilidade de garantir soberania alimentar aos povos, elas precisam ser reconhecidas. Este reconhecimento, necessariamente, passa pela autonomia de si, como sujeitos, que decidem sobre seus corpos – não mais somente para o trabalho, mas para o direito a prazeres, algo tão pouco falado pelas camponesas.

Mais que corpos que trabalham e são sobrecarregados de tarefas, o desafio colocado parece ser as camponesas com direitos para além da terra e da casa: mulheres que constroem nova cultura, não escravas de transnacionais tampouco de patrões masculinos. No dizer de Eisler (1996): tentando construir novamente sociedades de parceria e não de violência e concorrência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MULERES TRABALHADORAS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Soberania alimentar – compreensão e ação na luta camponesa. Passo Fundo: Gráfica Battistel, 2007.

BRUMER, Anita. *Gênero e agricultura:* a situação da mulher agricultura no Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Vol 12, nº 1, p. 205-227, 2004.

CARVALHO. Horácio Martins de (Org). *Sementes:* patrimônio dos povos a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO. *O campesinato no século XXI.* Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis: São Paulo: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* A era da informação: economia, sociedade e cultura. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EISLER, Raiane. *O prazer sagrado:* sexo, mito e política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HEREDIA, Beatriz M. A; GARCIA, Marie France; GARCIA Jr., Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. IN: AGUIAR, Neuma (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina.* Petrópolis: Vozes, 1984.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio.* 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

NOBRE, Mirian. Relações de gênero e agricultura familiar. IN: SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Feminismo e luta das mulheres* – análises e debates. São Paulo: SOF, 2005.

PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, resistência e luta:* em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

UMBELINO, Ariovaldo de Oliveira. As contradições do campo brasileiro: mitos e verdades. IN: CONCRAB. *O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária.* Brasília: Gráfica e Editora Peres Ltda, 2004.

WIKIPÉDIA, Enciclopéia Livre. Ligas camponesas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ligas_camponesas. *Acesso em 27/03/2010*.

WIKIPÉDIA, Enciclopéia Livre. Revolução verde. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde. *Acesso e, 27/03/2010.*

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno.* O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

NATIVO, CATIVO E ESTRANGEIRO:
categorias alimentares e percepções sobre Segurança Alimentar e Nutricional[1]

Jone Januário Mirasse[2]
Renata Menasche[3]

GT08 - Segurança e soberania alimentar

Introdução

O consumo de batata-doce em Moçambique data de 1885, com o processo de dominação do País por Portugal. Segundo Niederwieser (2004), a batata-doce (*Ipomea batatas*) é originária da América Latina. No entanto, foi no triênio 1997/1999 que o Instituto Nacional de Investigação Agronômica (INIA) de Moçambique, em parceria com o *International Institute of Tropical Agriculture* (IITA, com sede na Nigéria), introduziu, para fins de pesquisa, o cultivo da batata-doce de polpa alaranjada, desenvolvendo variedades melhor adaptadas às condições agroclimáticas de Moçambique[4].

Em 2000, a partir de um programa governamental, a produção e consumo dessa batata-doce[5] foram massificados, de modo a buscar dar resposta a problemas de desnutrição, agravados por inundações. Durante esse processo, a batata-doce de polpa alaranjada passou a ser tema nas discussões sobre segurança alimentar e nutricional.

A província de Nampula, onde foi realizada esta pesquisa, tem como base alimentar a mandioca, que, apesar de originária da América Latina, naturalizou-se, vindo a constituir a identidade alimentar das comunidades daquela região de Moçambique[6]. Além do consumo doméstico, aquele realizado nas festas tradicionais é – a partir de pesquisa de campo de cunho

[1] Trabalho submetido à discussão no Grupo de Trabalho "Segurança e Soberania Alimentar", no âmbito do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais (Curitiba, 6 a 9 de julho de 2010).

[2] Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Agrônomo e Pesquisador do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). E-mail: jmirasse@yahoo.com.br. Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de conclusão do Mestrado em Desenvolvimento Rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

[3] Doutora em Antropologia Social, Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), vinculada ao Bacharelado em Antropologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: renata.menasche@pq.cnpq.br.

[4] Segundo estudos feitos por Andrade, Naico e Ricardo (2003), são 11 as variedades dessa batata-doce adaptadas e produzidas em todo País, nomeadamente: Resisto, Jonathan, Japon selecto, Caromex, Tainung64, Coordener, Lo 323, Kandec, CN144849, 1999062.1 e Gaba gaba.

[5] A batata-doce de polpa alaranjada é rica em beta caroteno, que constitui significativo precursor de vitamina A, importante principalmente na alimentação das crianças.

etnográfico, realizada, nos primeiros meses de 2009, em duas distintas comunidades rurais da província de Nampula – tomado neste trabalho como relevante, pois esses são considerados momentos importantes para a observação e reflexão sobre segurança alimentar, visto que os alimentos ali incorporados devem ser culturalmente aceitos.

Trazendo à tona hábitos alimentares das famílias rurais estudadas e suas percepções a eles referentes, este trabalho busca evidenciar os elementos constitutivos de seus padrões alimentares, lembrando, por um lado, que a base alimentar da região é a mandioca e, por outro, que, ancoradas em sua cultura, essas percepções são orientadas pelos espíritos dos ancestrais, que zelam pelo cumprimento das regras estabelecidas.

Percebendo como insuficientes os parâmetros que habitualmente norteiam a concepção e gestão de políticas públicas referentes a Segurança Alimentar e Nutricional – dentre outras –, propomos atentar para as categorias classificatórias que as comunidades empregam. Veremos que, no caso em tela, tal qual para as pessoas em referência a sua situação quanto às comunidade rural, existem *nativos*, *cativos* e *estrangeiros* no que diz respeito às preferências alimentares. Esse sistema de classificação merecerá nossa atenção ao longo deste artigo, de modo a possibilitar vislumbrar porque é que se a produção e consumo de batata-doce provocam azar, o mesmo não se pode dizer com relação à mandioca, cuja produção e consumo trazem honra ao chefe da família e ao agregado familiar.

Nativos e cativos

O nome *nativo* provém da tradução para a língua portuguesa do vocábulo *achinene*, que significa, entre outras coisas, *os donos*. O verdadeiro sentido do termo *cativo* provém da palavra em língua local *anammurua,* que significa pessoas que vieram e que estão morando na comunidade ou filhos da comunidade que tinham saído para morar fora e retornaram e, ainda, os que se naturalizaram. Isso inclui também os sitiantes não residentes. A ideia é que a pessoa quando nasce é moldada segundo a cultura do local de nascimento. A sua personalidade revela o ser daquele grupo, portanto a sua identidade natural é de *achinene*-nativo, enquanto que aquele que, por um motivo qualquer, vive fora do seu meio, é *cativo*, porque procura representar o que não é e nunca vai ser. Se chegar a voltar às origens, continua no dilema de ser ou não ser, por isso é chamado de *anamurua*-cativo, porque já está contaminado.

[6] A propósito, cabe mencionar que todas as províncias do norte do País – entre elas está Nampula – têm na mandioca seu principal alimento, enquanto que na região central é o milho e na zona sul o arroz.

Podemos sugerir que as mensagens de propaganda sobre a relevância da produção e consumo de batata-doce de polpa alaranjada levam a uma instabilidade social no seio das comunidades. Isso porque as mensagens são aceitas de diferentes formas e interpretadas também de diferentes maneiras, em função do grupo social – escolarizados e não-escolarizados. Os escolarizados são crianças e jovens que frequentam as escolas oficiais e os filhos que, por vários motivos, migraram para as cidades, que embora possam não ter estudado o suficiente, embalam-se nos padrões da urbanidade. Os não-escolarizados são nativos que nunca se ausentaram da comunidade para morar fora e, na sua maior parte, não sabem ler nem escrever em língua oficial, o português.

Os escolarizados que vivem nas comunidades, ao mesmo tempo em que acreditam no professor, que também é agente de propaganda, desconfiam dele na mesma medida. Ao mesmo tempo em que o professor come a batata-doce de polpa alaranjada na sala de aula e nas festas da escola, ele não o faz em sua casa, com sua família, e nas festas comunitárias. Tal disjunção leva as crianças a duvidar e ficar indecisas sobre como se deve e não se deve proceder com relação à batata-doce de polpa alaranjada. Mas, estando as crianças envoltas em costumes e regras locais, dirigem-se aos pais, tios e avós para tirar as dúvidas. A pergunta mais frequente é se constitui verdade que a batata-doce traz todos os benefícios nutricionais e alimentares mencionados ou se na verdade faz mal à saúde e à constituição do homem enquanto membro da sociedade.

Apesar das interferências que se verificam na zona rural, pode-se dizer que existe sempre convivência dos velhos hábitos com os novos. Em um estudo sobre agricultores de origem alemã, em região rural do Rio Grande do Sul, Brasil, Menasche e Schmitz (2007) mostraram que hábitos antigos resistem a modelos novos de adaptação:

> Ao se instalarem em regiões rurais do Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães trouxeram consigo costumes e tradições que seriam transmitidos às gerações que os sucederiam. Mas já na chegada à nova terra seus saberes e práticas iniciariam a passar por modificações. (MENASCHE E SCHMITZ, 2007. p. 2)

As autoras complementam, mais adiante:

> [...] se bem é verdade que, na agricultura e na alimentação, assim como nas demais dimensões do trabalho e da vida desses colonos, muita coisa tem se alterado, temos que ao lado dos novos hábitos convivem saberes e práticas herdados. (id., p. 15)

No caso dos professores entrevistados em Nampula, pode-se dizer que tanto os hábitos antigos resistem aos novos modelos como esses tampouco são totalmente permeáveis aos antigos

padrões. Pode-se notar que os novos modelos são fortes no meio urbano e os antigos na zona rural, se considerarmos que eles afirmam comer a batata-doce quando estão na cidade e rejeitar quando estão na zona rural, onde passam maior parte do seu tempo. Os dois grupos, junto com o professor, têm visões diferentes. Os professores alegam seguir o comportamento alimentar tradicional por questões de ética e respeito à cultura local e os escolarizados dizem que, quando moraram na cidade, não sentiam tanto impacto quando comiam batata-doce, mas que ali na comunidade não iriam desrespeitar as regras porque senão poderia acontecer o inesperado azar. E os outros escolarizados, que não se ausentaram, preferem ficar com a cultura local e não abrem mão dela. A dúvida permanece entre os alunos: quais pessoas falam a verdade, os pais, os parentes que foram escolarizados ou o professor, que é um estrangeiro? A escola, como instituição de formação oficial, ou a família, como instituição de formação da comunidade, qual dessas instituições está certa?

As pessoas que saem do meio rural para o urbano, quer voltando ou permanecendo nas cidades, nunca ficam totalmente satisfeitas, o choque cultural sempre permanece, por isso são considerados *cativos*. Se retornam para casa, o hábito urbano sempre lhes colocará alternativas de pensar, fazer e ser. É como se estivessem a viver no cativeiro pelo resto da vida. Enquanto que o ser estrangeiro pressupõe que a pessoa está na comunidade de passagem, como se fosse um turista, não conhece as regras, por isso não pode cumpri-las, assim como também não se compromete com elas. A sua vida passageira faz com que sejam ignorados, isto é, considera-se que a sua presença na comunidade não interfere em nada, mas as famílias podem reforçar a vigilância para que se sintam seguras perante a pessoa passageira.

Batata-doce de polpa alaranjada: é estrangeira

Debruçando-nos sobre as três plantas envolvidas nesta pesquisa, a mandioca, a batata-doce de polpa branca e a de polpa alaranjada, poderíamos, a partir da observação das percepções das famílias rurais estudadas, enquadrá-las nas categorias antes comentadas, pois, à semelhança das pessoas, que por vários motivos se ausentam da comunidade, transformando-se em *cativos*, assim também se dá com as plantas. A estrangeira seria aquela que não pertence àquela comunidade e que existe em outro lugar, está ali de passagem, por isso nunca merece confiança. Já com a *cativa*, se pode contar, mas não na totalidade, ou ao menos não se pode confiar nela para assuntos importantes e sérios, porque ela está maculada. Segundo o estudo realizado, em termos

de preferência alimentar, entre os dois tipos de batata-doce, as pessoas preferem a de polpa branca. A batata-doce de polpa alaranjada se enquadraria, então, na categoria de estrangeira, aquilo que, não sendo da comunidade, existe em outro lugar e veio entrar em contato, portanto ninguém conhece.

Propomos relacionar o caso em análise com o estudo realizado por Comaroff e Comaroff (2001), "Naturalizando a Nação: estrangeiros, apocalipse e o estado pós-colonial". Nesse trabalho, os autores discutem como plantas estrangeiras foram consideradas culpadas em queimadas na província do Cabo e em enchentes na província de Mpumalanga, ambos os casos verificados na África do Sul e que podemos afirmar guardar semelhança com as situações observadas em Nampula. Os autores relatam que a opinião que mais se ouviu, na tentativa de explicar as causas desses desastres, foi a de que o fogo atingiu proporções tão calamitosas apenas devido à presença de plantas estrangeiras invasoras, que queimam mais facilmente do que a flora nativa. E, no caso das enchentes em Mpumalanga, culparam-se "enormes áreas cobertas por plantas invasoras estrangeiras", os vastos reflorestamentos de poderosas madeireiras, por impedirem a capacidade de plantas nativas de atuar como "esponjas naturais".

Portanto, quer no caso de Moçambique, quer no caso da África do Sul, encontramos que a planta estrangeira constitui, *a priori*, uma vulnerabilidade, passível de valoração negativa quanto àquilo que pode ser a sua contribuição. A batata-doce de polpa alaranjada é considerada estrangeira em Nampula, então não merece confiança, visto que pode ser a causa de todo mal, à semelhança das plantas exóticas na África do Sul.

Contudo, as famílias em Nampula agem a respeito de forma ambígua. Essa atitude de duplo comportamento é motivada pelo campo de disputa construído entre o nativo e o exótico, que a seguir iremos detalhar.

Duas entidades, uma só família

"Tem que se comer batata-doce de polpa alaranjada para aliviar a insegurança alimentar e nutricional" (Mauro).

Essa expressão, dita em meio a risadas por Mauro, que aparenta ter 10 anos de idade e estuda em uma escola local, todo habitante sabe dizer sem gaguejar. Mas uma questão entra no meio desse discurso. Se comendo batata-doce melhora-se a segurança alimentar e nutricional, também comendo-a provoca-se o que se evita sem comê-la. A praticidade da expressão, dita por

todos, é insuficiente para corresponder ao conteúdo da mensagem, porque existe um grupo alvo para as duas entidades, programa de massificação e mundo invisível, conforme explicação dos interlocutores, o que faz com que o que uma entidade constrói a outra venha a destruir. Consumindo batata-doce, o grupo alvo diminui a proliferação de doenças e os problemas alimentares, isto segundo o programa de massificação e também com base em provas científicas. Fazendo isso, o povo fica submetido a um bom propósito com esta entidade visível, o governo, que quer ver todos crescendo saudavelmente e desenvolvendo-se bem. A segunda entidade, que pertence ao mundo invisível, quando observa o mesmo povo submetido a essas "boas" práticas alimentares, vem "reivindicar" seu lugar, colocando abaixo os esforços da primeira entidade e desacreditando-a, ao deixar este mesmo povo doente, com fome e, como consequência, vivendo sob insegurança alimentar e nutricional.

Sabemos que a população que vive na pobreza e na miséria está marcada tanto pelo não-comer (a falta de comida) como por aquilo que come (MACIEL, 2001). Então, tanto por comer como por não comer a batata-doce de polpa alaranjada, a insegurança alimentar e nutricional que a primeira entidade evita, se confirma. Essa evidência da agência de aspectos culturais no programa de nutrição através da batata-doce de polpa alaranjada corrobora com o que apontou Maluf, em seu estudo sobre SAN, que sugere que,

> [...] a incorporação da SAN entre os objetivos que orientam as escolhas estratégicas de um país contribui para implementar processos de qualidade superior em termos de combinação de resultados econômicos com equidade social, sustentabilidade ambiental e valorização cultural. (MALUF, 2007, p. 11)

O autor complementa, mais adiante:

> O acesso a alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhes qualquer alimento. MALUF, 2007, p. 25)

Como temos evidenciado, as famílias rurais moçambicanas têm em sua cultura um guia para viver, e a valorização cultural de que fala Maluf passa necessariamente pela observação da cultura alimentar, visto que é na comida que se materializam as relações sociais dentro e fora das famílias daquelas comunidades. E isso faz com que as famílias façam escolhas pensadas a partir de seus padrões alimentares, que apresentamos a seguir.

Escolhas que trazem prazer e felicidade

Discutindo como o proceder das famílias rurais pode ser satisfatório para o equilíbrio entre as partes envolvidas neste processo de intervenção, importa trazer o que Maluf e Menezes (2004) apontam em seu "Caderno de Segurança Alimentar", em que indicam que embora a fome e a desnutrição sejam as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar e a incapacidade de acesso aos alimentos seja sua principal causa, é necessário desencadear outros processos de identificação das condições para uma boa segurança alimentar. Dentro da ótica aqui definida, pode-se afirmar que a segurança alimentar está regida por determinados princípios[7].

As comunidades possuem dois comportamentos, distintos e contraditórios. Conseguem animar-se aos olhos de quem é estrangeiro, porém, sem fazer notar o desprezo que sentem, isto é, fingem que está tudo bem. Essa situação acontece quando são realizadas festas para receber técnicos envolvidos no programa, em dias de campo ou ainda em festas de Natal e final de ano. Nessas festas, preparam o que os *anamuruas* (cativos e estrangeiros) procuram encontrar na comunidade, ou seja, os hábitos citadinos emergindo no meio rural. A esse comportamento, os cativos e estrangeiros interpretam como sendo sinais de boa vida, "moderna", como se diz em outras palavras, pois os hábitos urbanos emergindo no rural são para os estrangeiros um sinal de desenvolvimento.

> *Meus filhos não gostam de epuática[8], mas eu não consigo ver e deixar, pena que minha mulher quando faz não é como minha mãe. Eu trago essas coisas da cidade para entreter meus filhos, para não me incomodarem para voltar antes do tempo, se eu estivesse sozinho nada disso trazia, porque são coisas feitas de qualquer maneira*. (Fonca)

A mulher do senhor Fonca nasceu, cresceu e mora na cidade, junto com o marido, nascido e crescido na comunidade rural. Na cidade, a *epuática* é feita com óleo, temperos *maggidd*[9], na panela de ferro ou alumínio, no fogão elétrico ou a gás, enquanto que a mãe dele cozinha em um fogão a lenha, com temperos de amendoim e coco, em uma panela de barro. Portanto, aqui está a base culinária da mãe, claro que sem se esquecer que, na visão do filho, são

[7] Segundo Maluf e Menezes (2004, p. 3) o primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como "duas faces da mesma moeda", não podendo garantir-se uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabem a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida.

[8] Prato típico da comunidade feito de mandioca cozida, misturada com camarão ou caranguejo, com temperos de amendoim e coco. Pode levar também verduras e legumes.

[9] Tempero industrializado, da Nestlé, em forma de cubos. São caldos instantâneos, usados para cozimento de carnes e preparo de pratos salgados e sopas. Muito provavelmente, a composição é a mesma ou similar ao "caldo Maggi", encontrado nos supermercados brasileiros.

ainda acrescidos como condimentos o carinho e amor maternos. Considera-se que comer em um bar ou restaurante, por mais que o prato tenha amendoim, coco, camarão ou caranguejo, não vai ter o carinho e o amor que torna a comida da mãe desejável. Fazer as coisas de qualquer maneira significa que as pessoas que fazem tais coisas não são, na sua maioria, conhecidas ou identificadas, não se sabe como preparam a comida, que instrumentos utilizam na sua cozinha, se estão nervosos ou não com o patrão, enfim, tudo isso conta.

Essa característica fisiológica, descrita pelo senhor Fonca, de que o estado emocional da cozinheira na hora de preparo da comida pode ser transmitido aos seus consumidores, corrobora com aquilo que Menasche (2004), trazendo para sua análise as contribuições de Claude Fischler, afirma no trabalho intitulado "Risco à mesa: Alimentos transgênicos, no meu prato não?", de que se as classificações, práticas e representações que caracterizam um sistema culinário agem na incorporação do indivíduo a um grupo social, também é possível afirmar que, ao se alimentar, o indivíduo incorpora as propriedades do alimento. Trazendo esta discussão para a fala do senhor Fonca, em questão, a ideia é que uma mulher bem-humorada, alegre e feliz fará a comida com o pensamento nas pessoas que vão comer, a sua atenção carinhosa na hora do preparo fará com que os que vão comer fiquem saciados no estômago e na alma, e que a harmonia entre o biológico e o espiritual produza uma completa sensação de prazer. O argumento de Fischler (1995) é útil nesse sentido, quando afirma, ao discutir o princípio de incorporação, que o alimento absorvido nos modifica desde o interior, não apenas em um plano material, mas também simbolicamente. É como se existisse uma ligação entre o cozinheiro, o alimento e o indivíduo que vai consumir, daí que quando a comida é feita com carinho e amor há um encaixe perfeito. Gerando prazer em uma pessoa, também se produzirá prazer em outra, porque não há quem fique chateado, todos estão com o mesmo humor, o bom-humor que transmite paz, essa paz que começa a ser desenhada na cozinha na hora do preparo da comida.

O senhor Nahe, contribuindo na conversa protagonizada pelo senhor Fonca, também acrescenta: "*Não, porque a gente não produz ou não come batata-doce, até porque faz bem para as crianças aprenderem, mas não mais do que isso, porque o seu consumo não traz saúde"*. Várias interpretações poderiam ser dadas à palavra saúde, pois na concepção tradicional local alguém saudável é aquele que está bem consigo mesmo, com os outros e com seus espíritos. Se o equilíbrio desses três elementos estiver afetado, a pessoa nunca estará saudável. Por isso, frequentemente se escuta quando se pergunta a alguém se está bem e ele responde *vakhaane*, o

que significa “um pouco” na tradução direta, ou por outras palavras “nem tanto”, ou “não como desejaria”. Fazendo uma análise nesse sentido, desde o ano 2000, quando foi introduzida a batata-doce em proporções massivas, as pessoas nunca estiveram saudáveis, já que a presença da batata na vida delas subverte, culturalmente, a honra e o prestígio.

Essa constatação se enquadra no que foi descrito por Garine (1987), que mostra que a preferência por alguns alimentos e por determinados pratos nos diferentes grupos humanos não supõe de modo algum que possuam valor nutritivo efetivo. Isto mostra que existe por detrás de qualquer comportamento alimentar razões mais do que técnicas ou de âmbito científico, mas sim culturais, que levam a uma determinada escolha, é a alimentação cultural que está acima da alimentação biológica, porque o biológico não existe sem o cultural. A saúde e a alimentação andam juntas, ao mesmo tempo em que a saúde não é apenas ausência de enfermidade (HERNANDÉZ; GRACIA, 2004). Por isso, se a pessoa estiver bem de saúde mas tiver algum problema com outros, que podem ser parentes ou vizinhos, mesmo em paz com seus espíritos, ela não é saudável.

A espiritualidade está diretamente ligada à cultura, sendo por isso o cumprimento de um imperativo comunitário, no sentido de que aqueles que dirigem ou velam por suas normas são seres do mundo invisível, detentores de capacidades para agir onde o ser humano não tem alcance. Como o ser humano é constituído pelo que é visível e invisível, e pode influenciar somente no meio físico, os ancestrais, que agem fora do domínio humano, exigem-lhes a confiança e obediência acima daquilo que é material, porque eles atuam nos dois mundos. Por isso as famílias rurais se questionam: *de que adianta comer a batata-doce de polpa alaranjada*?

Considerações finais

Se de um lado a batata-doce de polpa alaranjada é estrangeira, portanto digna de desconfiança, sendo a causa de todo mal, provoca azar sendo por isso abominável, temos, por outro lado, a produção e consumo da mandioca prestigiando e dando honra à família, sendo considerada nativa e, por isso, digna de confiança. Daí que a produção e consumo da mandioca é tido como preferencial, mesmo diante de um programa de massificação da batata-doce de polpa alaranjada, com todo suporte financeiro e assistência técnica de extensão rural.

Referências

ANDRADE, Maria Isabel; NAICO, Abdul; RICARDO, José. **Estudos sobre disseminação e adoção de variedades de batata-doce de polpa cor alaranjada em Moçambique.** Maputo: IIAM/IITA, 2003.

COMAROFF, Jean e COMAROFF, John L. Naturalizando a Nação: Estrangeiros, Apocalipse, e o Estado Pós-Colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p.57-106, jul. 2001.

CONTRERAS H., Jesús; GRACIA A., Mabel. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2004.

FISCHLER, Claude. **El (h)omnívoro**: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

GARINE, Igor de. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**: O sal da terra; alimentação e culturas, Brasília, v. 15, n. 7, p.4-7, 1987.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 7(16), p.145-156, 2001.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional:** Conceitos fundamentais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, Renato Sergio; MENEZES, Francisco. **Caderno de Segurança Alimentar.** Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_ por.pdf,>. Acesso em: 11 jul. 2008.

MENASCHE, Renata. Risco à mesa: Alimentos transgênicos, No meu Prato Não?. **Campos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.111-129, 2004.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

NIEDERWIESER, J. G.. **Guide to Sweet potato Production in South Africa.** Pretoria: ARC-LNR, 2004. 96 p.

PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO, POTENCIAL PARA SEGURANÇA ALIMENTAR NOS ESPAÇOS RURAIS: situações na agricultura familiar do Vale do Taquari, RS

Saionara Araujo Wagner

(saionara-wagner@ufrgs.br)

Faculdade de Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Flávia Charão Marques

(flavia.marques@ufrgs.br)

Faculdade de Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

GT 8 – Segurança e Soberania alimentar.

A produção para autoconsumo, que caracteriza a forma de produção e de reprodução social da agricultura familiar, por muito tempo não ocupou os temas centrais de pesquisa e debate sobre o mundo rural, pois o pressuposto era de que, a médio prazo, esses agricultores desapareceriam do cenário agrícola; dando espaço para a produção altamente tecnificada, considerada o exemplo de sistema produtivo a ser implantado após a revolução verde. A produção para autoconsumo, diretamente relacionada à tradição e às culturas locais, simbolizava, então, o atraso, o avesso da modernização (GAZOLLA, 2004).

Nas últimas décadas, porém, inseridos no amplo e qualificado debate sobre agricultura familiar, se ampliam os estudos sobre a produção para autoconsumo como é o caso dos trabalhos de Leite (2004), Gazolla (2004) e Anjos et al. (2004), Conteratto (2004), Griza (2007), dentre outros. Os estudos enfatizam a importância da produção para autoconsumo como um dos pressupostos centrais para a segurança alimentar e para a diminuição da pobreza rural. Para além destes aspectos, outro conjunto de estudos têm demonstrado que as práticas de cultivo e de criação de animais para fins de autoconsumo estão relacionadas a um amplo conjunto de valores simbólicos, inclusive definidores de identidades e geradores de relevantes vínculos de sociabilidade nos espaços rurais (ZANETTI e MENASCHE, 2007; MARQUES et al., 2007).

A mobilização de capital que passou a estar desconectada dos arranjos sociais típicos foi transformando os processos locais altamente diversos em generalizadas relações de mercado, assim, como o trabalho na agricultura passou a ser padronizado, balizado por um esquema tecnológico homogeneizante (PLOEG, 1992).

Quanto mais a tecnologia aplicada nos processos produtivos tornou-se exógena à agricultura, tanto mais ela se distanciou dos contextos em que deveria estar inserida. A globalização do industrialismo e do progresso tecnológico reorganizou a produção, alterou as relações sociais e as relações com o ambiente físico e natural, desde o século XIX, quando a ciência, por interesse da indústria, coloca-se a serviço da técnica e transforma o desenvolvimento tecnológico (BRANDENBURG, 1996).

O presente artigo apresenta alguns dos resultados do projeto de pesquisa A multifuncionalidade da agricultura à mesa: hábitos alimentares e produção para autoconsumo; identidade e estratégias de reprodução social de famílias rurais (MCT/MESA/CNPq/CTAgro 503566/03-09). A pesquisa aconteceu em três comunidades do Vale do Taquari, RS, e Fazenda Lohmann (Roca Sales), Jacarezinho (Encantado) e Mato Queimado (Vespasiano Corrêa).

Para obtenção das informações e dados aqui analisados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 48 famílias assim distribuídas, 20 famílias na comunidade de Fazenda Lohmann, 16 na comunidade de Jacarezinho e 12 na comunidade de Mato Queimado. As visitas eram previamente marcadas e as entrevistas gravadas. O banco de dados foi digitalizado em programa de SPSS e as análises dos resultados seguem sendo realizadas.

O objetivo do presente trabalho foi evidenciar as transformações nas práticas agrícolas realizadas por essas famílias, condicionadas pelas transformações na agricultura da região e com isto discutir possíveis relações entre as tecnologias implementadas pelos agricultores familiares nas últimas décadas e a diminuição da diversidade da produção para autoconsumo, sob a luz da potencialidade da produção para autoconsumo como prática importante para a segurança alimentar das populações rurais.

Organizando a produção: um processo familiar

Nas comunidades estudadas, predominam agricultores descendentes de alemães e italianos, entre os primeiros, prevalecem os 'luteranos', respectivamente, os demais se declaram 'católicos praticantes'. Os estabelecimentos rurais são administrados pelos homens, registrando-se raras exceções. Por ocasião da pesquisa, os casais tinham idades entre 45 e 65 anos e o grau de instrução da grande maioria não ultrapassa a quarta série do ensino fundamental.

O universo observado é composto por 48 famílias, que podem ser compreendidas como parte da agricultura familiar. As áreas dos estabelecimentos dos agricultores

entrevistados não superam os 20 ha, sendo a área média calculada de 13 ha. As terras, na sua grande maioria, foram repassadas aos atuais proprietários através de herança, aparecendo em menor expressão algumas aquisições entre familiares e vizinhos. Esses agricultores vivem nas localidades há mais de 20 anos e metade deles relata que não houve alteração das áreas dos respectivos estabelecimentos nos últimos anos. Cabe destacar, que a atividade agrícola absorve 80% da força de trabalho dos entrevistados.

A forma de organização da produção, inclusive a maneira como dividem as parcelas de terra, está relacionada à variedade de produtos que cultivam e às várias atividades que desempenham, claramente buscando um equilíbrio econômico mínimo.

Deste modo, pode-se dizer que eles vêm praticando uma agricultura diversificada, baseada tanto em múltiplos cultivos, como na criação de animais. O milho é o cultivo comercial mais expressivo, seguido da soja, que, segundo os agricultores, vem perdendo espaço nos últimos anos. Também, há registros de produção de fumo, erva-mate e uva entre os pesquisados. Nas criações animais, predominam a produção integrada[1] de suínos e aves, com uso intensivo de insumos e capital, além da produção de leite, essa realizada com menor grau de tecnificação do que as anteriores. Tais atividades são responsáveis pela maior parte da renda das famílias.

As transformações relatadas pelas famílias podem ser identificadas com o processo de mercantilização da agricultura intensificado no Brasil como um todo, nas décadas de 1960 e 70, e que alterou profundamente as bases tecnológicas de produção. A denominada modernização da agricultura, promovida pela ação do Estado através de vários instrumentos de políticas públicas, levaram as unidades familiares a alterarem sua base tecnológica de produção através da introdução de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas. Essas inovações minimizaram a utilização da base endógena de recursos das unidades familiares, substituindo-as por recursos oriundos de fora dos estabelecimentos pela intensificação de transações comerciais (SILVA e MORUZZI MARQUES, 2004).

Entre os agricultores entrevistados, se verifica a adoção de diversas tecnologias modernas de produção como agrotóxicos, variedades híbridas, animais melhorados geneticamente, embora em diferentes intensidades. De modo geral, praticam uma agricultura altamente mercantilizada, muito embora, em alguns casos, venha diminuindo o grau de integração ao mercado em função do envelhecimento e da falta de sucessores.

[1] Sistema onde a indústria fornece os animais e a alimentação e após a terminação, recolhe os animais para o abate e processamento. Nesse sistema, o agricultor recebe um pacote tecnológico determinado pela indústria e apenas cumpre o protocolo técnico estabelecido.

A situação da agricultura no Vale do Taquari não é homogênea, Beroldt et al. (2007) afirmam que as estratégias dos agricultores tendem à especialização, restringindo a diversificação aos cultivos destinados para o autoconsumo. Nos estabelecimentos estudados, se observa, além das atividades produtivas orientadas para a comercialização, a produção de gêneros alimentícios para consumo, como batata doce, aipim, milho verde, abóbora, feijão preto, amendoim, além de frutas como bergamota (em outras regiões do país conhecida como tangerina ou mexerica), laranja, mamão, melancia, uva, pêssego, pêra e limão. Ao manter a produção para autoconsumo concomitante a outras atividades agrícolas e, também, não agrícolas, esses agricultores, de certa forma, minimizam a sazonalidade e complementam indiretamente sua renda.

Os cultivos mencionados se encontram nas hortas e pomares domésticos, nos quintais e em 'roças' estabelecidas com finalidade específica de atendimento às necessidades de autoconsumo da família. Neste caso, cabem duas considerações, a primeira é de que essa 'família' muitas vezes é estendida, uma vez que há sistematicamente o fornecimento de muitos itens para aos membros que residem na cidade.

O segundo aspecto, é que alguns excedentes dessa produção são eventualmente comercializados, revertendo em alguma renda para as famílias; ou são utilizados para trocas entre membros da comunidade, gerando todo um conjunto de compromissos e vínculos ligados à reciprocidade que não devem ser negligenciados considerando sua importância para a coesão social nos espaços rurais.

De um modo geral, pode-se identificar, entre as famílias, que a organização do trabalho, da produção e o modo de fazer agricultura estão ligados a repertórios culturais constituídos a partir de encontros de diferentes conjuntos de saberes, tanto relacionados aos hábitos alimentares, como às práticas agrícolas dos diferentes grupos étnicos presentes na região (indígenas, descendentes de africanos e poloneses, além dos já mencionados). As relações que emergem da vida em comunidade são igualmente significativas para o quê produzem, o quê comem, como e quando o fazem.

Observa-se que esses agricultores organizam suas unidades produtivas dentro do que se pode chamar de uma lógica camponesa, comparável àquela descrita por Chayanov (1974), em que a preocupação com a provisão de alimento é cultural, posto que as relações no interior da unidade produtiva são relações de trabalho e de consumo; havendo um balanço entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo definidas pela própria família.

Transformando o autoconsumo

Para Abramovay (1998), a penetração das relações capitalistas no campo e a inserção crescente dos agricultores familiares nos mercados capitalistas condicionam à emergência de um paradoxo em que existe a consciência da necessidade de preservação da cultura e dos hábitos alimentares saudáveis, ao mesmo tempo em que, a introdução de novas tecnologias e relações de mercado leva esse agricultor a praticar determinados manejos de produção que colocam em risco a segurança alimentar de suas famílias.

Dentre os exemplos deste paradoxo, estão os impedimentos estabelecidos pelas indústrias integradoras no caso da produção de suínos e aves chamados de 'crioulos' ou 'caipiras'. As famílias que, em seus estabelecimentos, desenvolvem a criação integrada de suínos ou aves ficam proibidas de manter animais de outras raças ou sob sistemas domésticos de criação. Isso foi evidenciado durante a pesquisa, agricultores entrevistados relatam a necessidade de extinguir de suas propriedades as galinhas caipiras, patos, galinhas d'angola e demais aves, além dos suínos crioulos, por exigência das agroindústrias. Deste modo, há uma compulsória modificação na base alimentar da família, gerando insatisfações face a essa intervenção em algo que faz parte da sua cultura e identidade.

> *"...antigamente, quando a gente não tinha geladeira nem freezer, a gente fazia salame, lingüiça, coisa defumada; o porco tinha mais banha então a gente fritava a carne e colocava guardado na banha. Fazia carne defumada também e se comia no café da manhã também".*

O relato, em tom de pesar, é de uma agricultora da comunidade de Fazenda Lohmann (família 07), que comparava os animais modernos com os que dispunham no passado, agora, proibidos de serem criados pelas normas sanitárias estritas impostas pelo sistema de criação modernizado.

Para tentar superar o paradoxo entre o atendimento às exigências das empresas integradoras e a sua própria noção de qualidade dos alimentos, os agricultores têm introduzido determinadas estratégias de manejo que diferenciam os animais que serão consumidos pela família, uma vez que associam características negativas à carne que eles próprios produzem para comercialização.

No caso dos frangos, um pequeno número de animais é separado e colocado em galinheiro 'doméstico', passando a receber alimentação distinta, como milho em grão, quirera de milho, restos alimentares, abóboras e restos da horta. Assim, os animais que são terminados em, aproximadamente, 30 dias no processo industrial, passam mais 30 dias neste regime diferenciado antes de serem consumidos pela família. Essa técnica também é utilizada com os suínos, que são colocados em baias separadas e passam a receber uma alimentação

diferente das rações industriais que compõe o processo de produção com finalidade mercantil. Um agricultor de Mato Queimado (família 23) relata:

> *"nós seguramos elas... em média 30 a 40 dias depois que é tirada do aviário. É tratada só a milho, milho moído, mas milho puro... aí, quando você matar, é que nem querer matar uma galinha caipira. Ela não enxuga mais a carne, pega aquela coxa e bota no espeto, ela fica normal. Senão, muitas vezes, só sobra a pele aqui fora, lá dentro a carne encolhe, né?"*

A qualidade atribuída ao alimento a ser consumido está, claramente, associada a procedimentos técnicos executados distintamente ao padrão produtivo prescrito pela indústria. Evidencia-se processos sucessivos de transformação e recombinação criativa de recursos por parte dos agricultores no sentido de garantir a segurança alimentar conforme percepções próprias. Em um passado recente, transformaram suas práticas tradicionais para adequarem-se às exigências de um mercado que se descortinava para a agricultura familiar, em seguida, transformam novamente, agora, para superar contingências que atentam contra sua autodeterminação, o que pode ser entendido como uma expressão da luta pela manutenção do princípio camponês da autonomia (PLOEG, 2008).

Neste contexto, espécies ou raças de animais tradicionais ou antigas (crioulas) existem na região, mas foram pouco encontradas durante a pesquisa. Já, as espécies vegetais tradicionais são um pouco mais freqüentes, foram citadas pelas famílias: a "batata abóbora", cuja polpa avermelhada dá razão ao nome; o "pepino abobrinha", considerado mais saboroso que os demais; a "melancia amarela"; a "soja preta", considerada mais produtiva que cultivares as atuais; o "tomate coração", de melhor sabor, porém, com baixa resistência a pragas; o "feijão cavalo" e "feijão de vagem", que são mais apreciados e reputados como mais produtivos do que os comerciais. Ainda, foram mencionadas "abóbora redonda" e "de pescoço", "melancia crioula", "melão bola", "melão colonial", "melão gaúcho", "melão comum", "amendoim papagaio", "amendoim crioulo" e "comum", "sorgo vassoura". Um dos mecanismos comunitários que tem garantido a manutenção da diversidade genética dos cultivos é tradição da troca de sementes entre vizinhos. Pode-se também atribuir a continuidade do cultivo dessas variedades aos hábitos alimentares associados, já que os agricultores afirmam que não cultivam as variedades locais para o mercado.

O caso do milho é um pouco diferente, pois se trata de um produto de duplo propósito, serve ao autoconsumo, mas também para o comércio. Algumas famílias ainda cultivam variedades de milho "crioulo" (milho branco, branco comum, comum, comum amarelo, pururuca), mas a grande maioria deixou de cultivá-las, porque perderam as sementes, ou porque não dispõem de espaço e/ou de mão-de-obra para seu cultivo.

Entretanto, a principal causa apontada pelo abandono das variedades crioulas é a substituição por variedades mais produtivas (em geral as cultivares híbridas). Por outro lado, é unânime o reconhecimento de que "o milho antigo" apresentava mais resistência ao "caruncho" (inseto infestante de sementes armazenadas), era mais saboroso e melhor para a produção de farinha; utilizada para a produção do pão de milho (principalmente entre os descendentes de alemães) e polenta (entre aqueles de origem italiana). Com o relato obtido em Fazenda Lohmann (famíla 31) se exemplifica as afirmações anteriores:

> *"... esses milho de hoje não agüenta mais nada! Antigamente, nós tinha um Paraguai dava umas espiga assim* [mostra com as mãos o tamanho das espigas]*, a dezoito ou vinte carreiras de grão, cada espiga. Grão compriiido! Podia deixar ... no paiol debulhar e ir pro moinho direto, ficava tudo no sol. E hoje esses milho selecionado ali... não dão nem de comer a espiga, viu. Não é bom! Não é bom!... Vão ver o milho de oito carreira, o branco antigo. Aquele, sim, é bom!"*
>
> *"...é esse aí que nós plantamos pra comer, então. E aí, então, se a gente planta e pensa ah, este ano não deu nada, tá lá, num dia assim, ele desenvolve. E aí o que sobra, a gente deixa secar e manda pro moinho, pra fazer farinha... uma polenta branquinha, fica bem clarinha".*

Em geral, os agricultores entrevistados produzem as carnes que consomem (de bovinos, suínos e aves), assim como, leite, nata, ovos, *käschmier* (obtido a partir da fermentação do leite, usado para consumo com pão), salame, morcela e torresmo. Entretanto, já não processam com tanta intensidade salsichão, requeijão, queijo de porco, mortadela, copa, charque, mel, peixe, queijo, iogurte, lingüiça e *scodeguin* (embutido a base de carne suína, típico dos italianos). Essas mudanças, que promovem em algum grau uma diminuição da diversidade dos alimentos consumidos por essas famílias, estão também associadas à diminuição da mão-de-obra disponível, justificada pela 'falta de tempo'. Esta situação ocorre devido à dedicação prioritária às atividades produtivas voltadas para o mercado, ao trabalho fora da agricultura (ainda que em tempo parcial) ou pela migração dos filhos para a cidade, diminuindo o número de pessoas disponíveis para o trabalho no estabelecimento. A fala de um dos agricultores de Jacarezinho (família 42) ilustra o fenômeno observado.

> *"Temos várias coisa para produzir... leite, soja, milho. Então, não precisamos nos dedicar a tantas miudezas... facilita comprar... estamos produzindo bem as outras coisas. Então, não tem aquela necessidade de ter que produzir até o tomate."*

No entanto, há outros elementos que interferem nas práticas relacionadas ao autoconsumo. A ampliação do acesso à energia elétrica, por exemplo, passou a permitir o armazenamento de alimentos de forma diferente, segundo as agricultoras, "facilitando a vida", uma vez que percebem na compra de alimentos prontos um alívio para a penosidade do

trabalho. Elas apontam que têm diminuído a produção caseira de compotas, conservas, *chimias* (termo usual dos alemães para designar doces à base de frutas para comer com pão), queijos e embutidos de carne em geral. Por outro lado, admitem, com orgulho, que o processo de elaboração está associado às suas raízes e aprendizado familiar e que os produtos tradicionais começam a ser re-valorizados, porém, pelo "pessoal que vem da cidade". Outro elemento que se pode destacar, é que as comunidades estudadas dispõem de acesso fácil a cidade e um alto índice de agricultores recebendo aposentadoria, com isto a compra de produtos alimentícios tem aumentado nos últimos anos.

Todavia, o aumento da obtenção de alimentos "fora de casa" parece estar motivando a formação de mercados locais. Já existem famílias produzindo alimentos para venda na comunidade, cuja qualidade é reconhecida pelos vizinhos como superior aos produtos que vêm "da cidade'. Este é o caso da produção de queijo, biscoitos, bolachas, pães e massas, também embutidos como copa, salame, lingüiça

> *"Antigamente se a gente não tinha dinheiro, ao menos tinha a comida porque a gente, pelo menos, se sustentava. Porque você vai deixar lá no banco dinheiro, dinheiro, nunca vi comer. A comida é importante porque a gente trabalha, mas tem que comer, porque saco sem fundo não para em pé."*

A fala do agricultor da comunidade de Mato Queimado (família 32) é emblemática, pois revela ainda um outro aspecto relacionado às transformações vivenciadas pelas famílias, em especial, a produção integrada de suínos e aves. Essa produção, muito exigente no uso de capital, se de um lado, eleva a renda média dos agricultores, por outro lado, eles reiteram que o "dinheiro só passa" por eles. Ou seja, percebem sua situação como vulnerável se considerada a segurança alimentar das famílias, ainda que possuam renda razoável.

Considerações finais

Refletindo sobre as situações encontradas, pode-se afirmar que propor ações que venham a garantir a segurança alimentar da população vai além da consideração do acesso dos indivíduos a alimentos, ainda que tomadas para análise a quantidade e a qualidade nutricional (MALUF, 2001). Em especial, nos espaços rurais é necessário associar o tema da alimentação aos processos sócio-econômicos relacionados à atividade agrícola, pois, eles têm efetivamente forçado mudanças no consumo e nos hábitos alimentares dos diferentes grupos sociais, muitas vezes, gerando vulnerabilidades.

Por outro lado, mesmo com todas as transformações da agricultura, a produção para autoconsumo é significativa entre os agricultores familiares do Vale do Taquari, extrapolando a função de abastecimento de alimentos. A produção para autoconsumo, embora tenha declinado em intensidade e diversidade quando comparada a tempos mais remotos, acaba por preencher diversas funções agregadas, uma vez que mantém-se como atividade estratégica para a reprodução social e econômica das famílias, incluindo, por vezes, os membros migrados para os espaços urbanos. Estando a diversidade vegetal e animal relacionada mais à produção para autoconsumo do que às atividades comerciais, é ela, então, também instrumento para o resgate de saberes e práticas locais associadas à biodiversidade, tão ameaçada pelos processos homogeneizantes da agricultura modernizada.

Assim, considera-se que a produção para autoconsumo possui importância na segurança alimentar dessas famílias, com potencial para a diminuição de vulnerabilidades nutricionais e sociais por estar relacionada à produção de alimentos e a manutenção do tecido social.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas, SP: UCITEC, 2. ed., 1998. (Coleção Estudos Rurais).

BEROLDT, L.; GRISEL, P. N.; SCHMITZ, J. A. K. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, R. (org.). **A agricultura familiar à mesa.** Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007. P. 11-42.

CHAYANOV, A. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2004.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. P.14-168.

MARQUES, F. C. et al. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (org.). **A agricultura familiar à mesa.** Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007. P. 154-176.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMÁN, E. (ed.). **Ecología, Campesinato y Historia.** Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992. P. 163-195.

PLOEG, J. D. van der. **The New Peasantries**. Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Earthscan, 2008.

SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. (Série Estudos Rurais)

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (org.). **A agricultura familiar à mesa.** Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007. P. 130-141.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Dinameres Aparecida Antunes
(dinameres@gmail.com)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
(cunhageo@uepg.br)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

GT08 - Segurança e soberania alimentar

1- Segurança Alimentar

Neste trabalho adotou-se um conceito de Segurança alimentar, que pareceu ser suficientemente abrangente as preocupações a esse tema e de forma intersetorial, em que cada categoria trabalhada esteja de forma articulada com as demais, desenvolvendo assim um conjunto que adquire sentido de forma integrada, essa é a concepção:

> Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestando no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.” (Maluf R. S., Menezes F., 2000, p. 4)

Nesse contexto dentre os direitos humanos, está o direito à alimentação, este é fator principal no estabelecimento da Segurança Alimentar, pois é componente do

direito à vida, sendo que não há como uma pessoa sobreviver sem uma alimentação adequada e consequentemente saudável.

Todas as pessoas devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional, e estes devem ser isentos de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana. A Segurança alimentar e a nutricional andam atreladas, pois não há como se garantir uma sem a garantia da outra. No contexto atual com o cultivo de plantas transgênicas, e o consumo de seus derivados favorece-se um desequilíbrio nutricional das dietas alimentares, em virtude de uma maior produção, com o uso de componentes químicos como o uso de agrotóxicos que acabam por envenenar alimentos e o uso de tecnologias inadequadas que não se sabe ao certo quais os riscos que trazem a saúde humana.

Em relação aos transgênicos, NODAR et al. (2003, p.3-4) argumenta que é preciso normas adequadas de biossegurança, análise de riscos de produtos biotecnológicos, mecanismos e instrumentos de monitoramento e rastreabilidade, para dessa forma assegurar que não ocorra danos à saúde humana e ao meio ambiente. Também cita que as liberações para cultivo comercial de transgênicos têm que ser antes analisadas por estudos nutricionais e tecnológicos de longa duração. Em seu texto menciona que há uma relação entre as plantas transgênicas que tem genes de resistência a antibióticos, e ao surgimento e reaparecimento de algumas doenças nos seres humanos. Do mesmo modo esses alimentos podem causar hipersensibilidade alérgica e intolerância alimentar.

Pode-se dizer que a culinária é um dos mais importantes aspectos do patrimônio cultural dos povos, então deve existir respeito a essas dimensões culturais ligadas a preferências alimentares e suas práticas de preparo e consumo nas comunidades locais, tais hábitos passam de forma hereditária e é importante a sua conservação, e possuem uma lógica ligada a condições ambientais e a história da comunidade. No entanto, nem todas essas práticas alimentares tradicionais garantem a Segurança Alimentar, para tanto devem ser ajustadas de forma que não percam de todo suas origens. Um exemplo bem básico é o caso do arroz e feijão no Brasil, estes não compreendem de todo as necessidades nutricionais, para isso são a alimentação é complementada com frutas, verduras, proteínas.

O sistema alimentar definido pela produção, distribuição, consumo desempenha papel central na configuração social, econômica e cultural das sociedades como um todo, questões ligadas aos alimentos sempre foram preocupação de movimentações

sociais, e objeto de políticas públicas, este é um dos fatores que implica a segurança alimentar como eixo de desenvolvimento.

A insegurança alimentar não se deve a disponibilidade de alimentos no mercado, mas sim em grande parte, a desigualdades sociais na distribuição de renda, onde muitas pessoas não têm renda suficiente para adquirir alimentos que satisfaçam as suas necessidades e garanta a segurança alimentar. Se existisse uma melhor distribuição de renda, de forma que as pessoas tivessem acesso à compra de alimentos, a capacidade em adquirir alimentos impactaria na produção e consumo. Assim políticas que combatessem o desemprego e salários muito baixos permitiriam o consumo dos alimentos e estimularia a produção destes.

Maluf e Menezes (2000, p.5-6) argumentam que a solução dos problemas a respeito da segurança alimentar não se limita a isso, a questão alimentar não é apenas resultante das condições de equidade social, mas tem uma relação de mútua determinação. O combate a pobreza e a busca por melhor distribuição de renda contribuem para a segurança alimentar, e também as formas sociais em que se organiza a produção de alimentos e as condições em que se dá o acesso a estes são determinantes para a equidade social. Também citam que associar crescimento econômico com crescente equidade social possa ser o maior desafio para formulação de estratégias econômicas que tenham em conta razões de justiça social e de sustentabilidade ambiental.

A pobreza é fator principal de insegurança alimentar, originando fenômenos da fome e da desnutrição. Deste modo políticas publicas e programas de segurança alimentar têm que incluir estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo, mas ao mesmo tempo implementar ações que promovam transferência de rendas e alimentos com natureza suplementar ou emergencial para satisfazer as necessidades imediatas causadas pela pobreza.

Um ponto de importância no que se trata de segurança alimentar, são as questões de sustentabilidade, pensa-se em promovê-la sem comprometer as condições de produção, distribuição e consumo de alimentos as gerações futuras.

2- **Segurança Alimentar e Agricultura Familiar**

A agricultura familiar ocupa papel fundamental na constituição da segurança alimentar, sendo que as atividades agrícolas são importantes fontes de renda e também de alimentos. A produção de alimentos dentro da agricultura familiar tem amplos

benefícios, bem como as oportunidades de trabalho e criação de renda para as famílias, e a ampliação da oferta de alimentos para a população em geral.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA), a estrutura agrária ainda é muito concentrada no Brasil, os estabelecimentos não familiares ocupam 75,7% da área total e contam com apenas 15,6% dos estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos familiares ocupam somente 24,3% da área total e tem 84,4% dos estabelecimentos. Mesmo com apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar responde por 38% do valor bruto da produção gerada, o equivalente a R$ 54 bilhões.

A agricultura familiar conta com 74,4% do pessoal ocupado neste setor, são 12,3 milhões de pessoas, enquanto o agronegócio conta com somente 4,2 milhões e 25,6%. A agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos e proteína animal para a população brasileira, embora ocupe menor área.

A partir desses dados temos uma noção da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, pois vem dela a maior parte dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros, esse segmento ainda ajuda garantir tanto a segurança alimentar com o aumento da oferta, a sustentabilidade na produção dos alimentos com maior incentivo a agroecologia, e pode diminuir a migração de pessoas do campo para a cidade, logo que com a agricultura familiar se tem fonte de renda no campo.

Há algumas políticas públicas que ajudam a aumentar a agricultura familiar e conseqüentemente garantir a segurança alimentar, como é o caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), onde o Governo disponibiliza recursos para operações de custeio, investimentos e comercialização. Há também o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), neste programa o governo compra alimentos que serão utilizados em organismos públicos (alimentação escolar, e hospitais, por exemplo).

Maluf, R. e Menezes (2000, p. 17-18) afirmam que a reforma agrária pode ser meio para reduzir a insegurança alimentar, sendo que esta está diretamente ligada a situações de conflitos e exclusão no campo. Citam quatro pontos em que a reforma agrária favorece a segurança alimentar:

1- É uma política de geração de trabalho e renda;
2- Dá condições às famílias de produzir os alimentos que irão consumir;
3- Fortalece a segurança alimentar local, com a garantia de produção de alimentos para as áreas ao seu entorno;

4- As opções de cultivo adotadas tendem a alimentos básicos integrantes da tradição dos agricultores;

3- Algumas Considerações

Partindo do pressuposto em que um dos direitos humanos fundamentais é o direito a alimentação e que essa é essencial a própria vida, pode se concluir que a segurança alimentar é um direito de todos, e para a garantia desse direito é necessário o acesso de todos a alimentos de qualidade.

A desigualdade social é fator determinante para a insegurança alimentar, podendo levar a fome, tem que ser pensado e posto em prática políticas públicas que amenizem essa falta de equidade, disponibilizando recursos que satisfaçam as necessidades de alimentação de qualidade, saneamento básico e higiene para a população carente e que não tem acesso e esses, e o maior prazo programando programas e políticas que venham de fato promover equidade social, como as de emprego que fazem com que as pessoas tenham renda, e possam comprar alimentos e bens necessários para viver, e assim garantindo a compra para a produção do país.

A agricultura familiar e suas políticas públicas têm ajudado nas questões da segurança alimentar, pois é a maior fornecedora de alimento e proteína animal a população, e é um setor da economia que ocupa uma quantidade considerável de pessoas, gerando assim renda para essas.

No entanto, deve se considerar a enorme concentração fundiária no Brasil, e procurar mecanismos que resolvam esse problema, acelerar a reforma agrária no país, pois se a agricultura familiar é a maior fornecedora de alimentos e proteínas animais, com menor área total, se tivesse um aumento nessa área, a produção seria maior e a oferta também, garantindo mais renda a um maior número de pessoas e o acesso dessas a segurança alimentar.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. J. F. **A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar**. Revista Estudos Avançados 9 (24), 1995. Disponível em http://64.233.163.132/search?q=cache:QDxAWZ53MM4J:www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0103-40141995000200008+A+produ

%C3%A7%C3%A3o+de+alimentos+e+o+problema+da+seguran
%C3%A7a+alimentar.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
Acessado em 31/03/2010.

MALUF, R. S. , MENEZES, F. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>
Ultimo acesso em 26/03/2010.

MDA, **Agricultura familiar no Brasil e o Censo agropecuário de 2006**. Disponível em <http://64.233.163.132/search?q=cache:dJUnfGpNyL8J:portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivosdestaque/censo_2006.pdf+Agricultura+familiar+no+Brasil+e+o+Censo+agropecu%C3%A1rio+de+2006&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br.>
Ultimo acesso em 26/03/2010.

MDA, **Cartilha do Plano Safra da Agricultura 2009/2010**. Disponível em http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3593108
Ultimo acesso em 26/03/2010.

NODAR, R. O., GUERRA M. P., **Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar (Biossegurança de plantas transgênicas)**. Revista Nutrição, Campinas, 16(1):105-116, jan./mar., 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732003000100011&script=sci_arttext&tlng=es
Acessado em 31/03/2010.

TEODORO, P. A. V. B., NAZZARI, R. K., BERTOLINI, G. R. F., MIYAZAKI, J., GAFFURI, J. , SCHMIDT, R. M., **Agricultura Familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. 2º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:aaLWW56ciFMJ:cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf+Agricultura+Familiar:+Uma+alternativa+para+o+desenvolvimento+sustent%C3%A1vel.+2>
Ultimo acesso em 25/03/2010.

SEGURANÇA ALIMENTAR, REFORMA AGRÁRIA E FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO

RODRIGUES, Livia Penna Firme
(liviapenna@unb.br)
Universidade de Brasília, Faculdade de Planaltina (FUP)
SÁ, Lais Mourão
(lais.maria@terra.com.br)
Universidade de Brasília, Faculdade de Educação

GT8 - Segurança e Soberania Alimentar

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a articulação entre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e a concepção de Educação do Campo, a partir de uma pesquisa realizada em duas comunidades rurais que são assentamentos da reforma agrária. Estas comunidades são Vale da Esperança e Virgilândia, localizadas a 76 e 100 km, respectivamente, do município de Formosa no Estado de Goiás, onde vivem e trabalham estudantes da segunda e terceira turma da Licenciatura de Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília (UnB).Serão considerados os dados parciais da pesquisa sobre produção e consumo de alimentos, que vem sendo realizada nesses locais a partir de 2009.

As discussões realizadas em âmbito nacional e internacional nos últimos dez anos sobre alimentação, nutrição e políticas públicas apontam inequivocamente para a revisão do modo de produção globalizados da agricultura e da agroalimentação, identificando problemas nutricionais persistentes e emergentes agravados pela acentuação das desigualdades sociais (LE BIHAN et al, 2002). Neste sentido, uma das principais preocupações atuais das políticas públicas de saúde e nutrição no Brasil é limitar o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados como pães, biscoitos, embutidos, refrigerantes, comida pronta, entre outros, que favorece o aumento das doenças crônico degenerativas, principal causa de mortalidade no Brasil. Para minimizar esse problema, busca-se incentivar o consumo de alimentos minimamente processados ou in natura como frutas, hortaliças, grãos, carnes, leite, ovos, entre outros (MONTEIRO, 2009).

Por outro lado, no que se refere à promoção de ações visando à educação popular e à organização comunitária, as políticas de Educação do Campo propõem a formação de educadores com a intencionalidade de torná-los agentes de transformação nas escolas e comunidades rurais. Esta transformação é compreendida como a necessidade de tornar mais intrínseca a relação entre a escola e a realidade vivida pela comunidade que nela se insere.

Esta proposta implica em transformar os processos político-pedagógicos que se apresentam no atual perfil da escola rural, para que ela possa contribuir com transformações necessárias à emergência de novos modos de produção do conhecimento e da vida nas comunidades rurais (ROCHA, 2009).

Neste artigo pretende-se identificar aspectos que representam oportunidades de compreensão para a elaboração de estratégias formativas de educadores que possam atuar no sentido dessas transformações, a partir das formas de reprodução da vida ancoradas nos hábitos alimentares da população. A reflexão é especialmente pertinente para apoiar o trabalho docente na LEdoC que os sujeitos pesquisados estão cursando, visto que estão sendo formados como educadores para atuar em suas comunidades e escolas de origem (UNIVERSIDADE DE BRASILIA, 2009).

Devido ao modelo capitalista vigente, à influência dos grupos corporativos das indústrias alimentícias e o poder da mídia, os hábitos alimentares estão se transformando de uma geração para outra. Alimentos consumidos com freqüência em passado recente passaram a ser substituídos pelos industrializados, de má qualidade nutricional e baixo custo, em áreas urbanas e rurais. Além disso, o modelo de agricultura dominante, que recebe o maior volume de recursos do poder público, favorece as monoculturas e, embora a agricultura familiar seja a base da alimentação do povo brasileiro, não dispõe das mesmas facilidades de créditos e outros subsídios destinados aos grandes produtores (POUBEL, 2006).

Essa situação interfere na Segurança Alimentar e Nutricional da população, definida como o *"direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis"* (CONSEA, 2004).

A dimensão alimentar se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a nutricional diz respeito à escolha, preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento. Esse conceito deve ser ampliado para incluir a concepção de *soberania alimentar* proposta desde 2001, a partir dos fóruns mundiais que vêm reunindo organizações de trabalhadores do campo, indígenas, associações de pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e pesquisadores de países de todos os continentes na defesa dos sistemas alimentares sustentáveis e do direito dos povos à alimentação, e no sentido da transformação do modelo de desenvolvimento pautado pelo capitalismo global (SÁ, 2009).

No que se refere à dimensão familiar e comunitária da questão alimentar, o conceito de *soberania* acrescenta à noção de *segurança* o sentido da autonomia relativa em relação ao mercado que caracteriza o modelo tradicional camponês (CARVALHO, 2005), permitindo que a reprodução da vida humana fique a salvo das conseqüências nefastas da desigual distribuição de renda monetária. Nesta visão, a sustentabilidade dos sistemas alimentares não é uma questão somente técnica, mas também um desafio político e educacional, que implica na superação da lógica do lucro que gera uma situação de insustentabilidade dos sistemas alimentares, ao ultrapassar os limites da produção permitidos pela natureza.

Na história do campo brasileiro, desde a colônia até os dias atuais, a agricultura familiar tem sido o espaço sócio-econômico onde se dá a reprodução ampliada da relação direta de produção e conservação dos recursos socioambientais e da diversidade cultural dos hábitos alimentares da população brasileira (CARVALHO, 2005). Porém, ao longo dos sucessivos ciclos históricos de expansão do latifúndio capitalista, e da conseqüente expropriação da população do campo, a agricultura familiar tem sido atingida em sua capacidade de reprodução ampliada, e de preservação dos saberes e hábitos culturais que garantem a sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento que se encontra ameaçado. Esta é a raiz da luta pela garantia de acesso a terra, manifestada concretamente nos movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro hoje.

Nas últimas décadas, estes movimentos têm lutado insistentemente pela reversão dos impactos negativos da expansão do modelo neocapitalista sobre a classe trabalhadora, e contra estas formas de expropriação que ameaçam a qualidade de vida da população brasileira.

A pesquisa

Foram levantados os hábitos alimentares das famílias dos estudantes da LEdoC/UnB residentes nos assentamentos rurais de Virgilândia e Vale da Esperança, tentando-se identificar como eram originalmente e que mudanças ocorreram nas diferentes gerações, além de se observar o espectro de alimentos produzidos na agricultura familiar.

A metodologia utilizada, de caráter qualitativo, constou do levantamento e leitura do material produzido pelos estudantes durante o curso, levantamento dos recursos ambientais alimentares disponíveis nos assentamentos (plantados e nativos) a partir da observação direta, por ocasião do acompanhamento do tempo-comunidade nas duas comunidades estudadas, e entrevistas semi-estruturadas para levantamento da memória ancestral e familiar referente aos hábitos alimentares.

Conforme dados coletados nos diagnósticos realizados pelos estudantes da LEdoC/UnB, as comunidades de Virgilândia e Vale da Esperança se formaram a partir de acampamentos do Movimento dos Sem Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujas famílias foram contempladas com parcelas de terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Ambas as comunidades desenvolvem atividades agropecuárias.

Os resultados parciais mostram que as comunidades têm características distintas com relação à produção de alimentos locais e aos hábitos alimentares. O local de origem dos assentados é um aspecto essencial na formação de seu hábito alimentar. Um estudante entrevistado, oriundo do sul do país, procura manter e reproduzir os hábitos alimentares adquiridos em sua região e os alimentos que produz refletem essa realidade, inclusive pela maior variedade disponível. Possui horta própria onde cultiva mandioca, milho, quiabo, maxixe, abóbora, salsa e várias espécies de pimenta. Algumas frutas como melancia, manga e goiaba são cultivadas em seu lote e consome as frutas encontradas no cerrado. Produz farinha de mandioca e polvilho. A cada dois dias compra queijo e leite no vizinho para fazer coalhada. Regularmente prepara massa de macarrão caseiro. Compra em Formosa, sede municipal mais próxima do assentamento, apenas alguns itens como sal, arroz, feijão (quando está fora da safra), óleo, açúcar, café, sal, entre outros.

Já os moradores oriundos do Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso), não costumam consumir regularmente frutas e hortaliças, e quando o fazem é com pouca variedade, sendo a alimentação predominante voltada para o consumo de arroz, feijão, carne e farinha de mandioca, com uso constante e cada vez maior, de alimentos industrializados, comprados nos supermercados de Formosa. A carne é produzida no assentamento, pois a maioria das famílias possui criação de galinha e porcos e a carne bovina é fornecida pelos criadores de gado. Um estudante relatou pescar nos rios da região e consumir peixe, o que mostra que, embora haja essa alternativa alimentar, ainda é utilizada por poucos.

Observou-se que, as pessoas mais velhas do assentamento, avós e mães dos estudantes entrevistados, possuem hortas domiciliares (onde se planta couve, ervas aromáticas e medicinais, abóbora, quiabo, chuchu e jiló) e culturas de milho, feijão e mandioca, bem como pomares, cujas frutas mais cultivadas são manga, melancia, goiaba, caju, acerola e banana. Os estudantes com mãe e avós vivendo nas comunidades costumam ganhar esses alimentos da família e embora tenham terra, não plantam, principalmente em Virgilândia.

Uma estudante relata que na sua comunidade é comum famílias passarem dificuldades para produção e aquisição de alimentos, pelo fato de não terem renda suficiente e pela desestruturação interna de algumas famílias, cujos jovens saem em busca de empregos na

cidade. *"Para plantar tem que investir no solo, tem um custo alto",* afirma. Relata ainda que sua família participou de uma plantação coletiva de arroz, cujos custos com adubo e outros fomentos foram divididos entre 37 famílias. Como estão sujeitos às variações climáticas que estão cada vez mais imprevisíveis, essa experiência não tem se repetido, pois os moradores preferem investir o dinheiro em alimentos não perecíveis, nos mercados de Formosa.

Em Virgilândia, devido à maior proximidade com Formosa, observou-se que o consumo de alimentos industrializados é ainda maior e mais diversificado que no Vale da Esperança, com uso de iogurtes, requeijão, pães, biscoitos e bolos, "shakes" para emagrecer, macarrão instantâneo, enlatados, entre outros. Já no que se refere ao consumo de hortaliças, embora seja mais variado, com uso de alface, beterraba, tomate, repolho, abóbora, estes são usualmente trazidos de Formosa, principalmente na época da chuva. Os estudantes alegam que a água para irrigação é difícil, não conseguem sobreviver com a renda do lote devido à falta de assistência técnica e à necessidade de buscar trabalho fora do assentamento, em outras fazendas da região, o que reduz o tempo disponível para se dedicarem à sua terra.

Produzir para viver, autonomia alimentar e formação do educador do campo: questões em debate

Esta pesquisa pretende apontar questões relevantes para a compreensão da articulação entre segurança alimentar e formação de educadores do campo, entre comunidades assentadas da reforma agrária. Até o momento, os dados demonstram que existe um forte vínculo entre o processo de degradação das condições de reprodução social destes grupos e a iminência de um rompimento geracional no processo de transmissão e recriação das práticas e saberes camponeses.

Esta questão se constitui numa chave de compreensão para as propostas de formação de educadores do campo, as quais se articulam intrinsecamente com a criação de possibilidades concretas de reprodução sustentável do sistema da agricultura familiar, nas suas dimensões sócio-econômica, cultural e política. Nesse quadro, a juventude do campo que se encontra hoje em assentamentos de reforma agrária é herdeira da luta de seus pais pela re-conquista da terra. Ela desempenha um papel fundamental, enquanto categoria de sujeitos do campo que tanto pode atuar como elo de transmissão e recriação das condições de reprodução ampliada de um modo de produção da vida que oferece uma alternativa real ao modelo expropriador do capital agrário (CARNEIRO, 2007).

As dificuldades relatadas pelos agricultores e suas famílias, nos dados levantados pela pesquisa até o momento, podem ser interpretadas a partir de dois parâmetros. Por um lado, é

notório que as políticas de Reforma Agrária revelam uma fragilidade de concepção e de recursos que torna os trabalhadores assentados vulneráveis e dependentes dos escassos recursos a eles destinados, seja no que se refere à qualidade das terras, seja nas políticas de crédito e assistência técnica.

Por outro lado, é preciso considerar que a consciência da classe trabalhadora do campo vem sendo há décadas modelizada pela ideologia dominante na extensão rural, cujas concepções ligadas à chamada "revolução verde" impõem a dependência da agricultura ao setor industrial da economia e ao império do mercado, ao mesmo tempo em que deslegitimam os conhecimentos e práticas ancestrais produzidos pela cultura camponesa nas diversas regiões do Brasil.

Este é o modelo que está fortemente enraizado no imaginário dos sujeitos do campo, contribuindo para a sua aceitação do processo de sujeição da reprodução da vida às condições flutuantes do mercado, e para uma visão fatalista sobre as condições de sua expropriação e subordinação à lógica do capital. Além disso, os vínculos que a juventude do campo mantém atualmente com os movimentos sociais e sindicais que organizaram a luta pela terra, na região pesquisada, apresentam uma grande fragilidade, pouco contribuindo para a formação de uma consciência crítica. Estas são questões fundamentais para a formação dos educadores do campo, indicando a necessidade de um conhecimento mais preciso sobre as condições materiais, sócio-políticas e culturais que determinam a visão de mundo desta juventude.

Não é de se estranhar, portanto, que encontremos famílias assentadas que não desenvolvem estratégias permanentes de garantia de sua autonomia alimentar, e jovens que abandonam o projeto de vida dos pais em busca de renda monetária nas cidades. No entanto, diante das crescentes restrições de mercado que os interesses do capital globalizado impõem ao trabalho assalariado de baixa qualificação, é raro que a juventude do campo encontre nas cidades a salvação deste impasse.

Os dados da pesquisa apontam para uma tendência crescente ao consumo de alimentos industrializados entre as famílias, principalmente entre os moradores mais jovens. Esta tendência se acompanha por uma limitação na variedade de alimentos que poderia ser produzida localmente e em pequena escala. O predomínio das atividades pecuárias sobre as agrícolas reflete também as práticas das elites agrárias que ocuparam o mesmo território desde o período colonial, práticas que matrizaram na consciência coletiva desses agricultores a ideologia do modo de produção do grande fazendeiro pecuarista, o qual, no entanto, dispunha da presença das gerações antepassadas desses mesmos agricultores que hoje ocupam suas terras, para produzir o alimento de que necessitavam.

Neste sentido, podemos formular, a partir dos dados até agora levantados, uma indagação que conduz a explorar a relação entre a permanência de uma memória ancestral e familiar referente aos hábitos alimentares de matriz camponesa, e a fragilidade da consciência coletiva atual sobre a importância da segurança e da autonomia alimentar nas comunidades estudadas. Para desenvolver essa questão, será necessário investigar o processo histórico que marcou a perda das condições de reprodução anteriores, passando pelo período de luta pela conquista da terra que ocorreu nos anos 1996 a 2002, para verificar quais foram as contradições vividas por estas famílias e os processos que ainda estão em vigor na sustentação ou precariedade de suas atuais condições de reprodução social.

As histórias de vida destas famílias, que ainda serão registradas, poderão se constituir em importantes referências para demonstrar como eram originalmente estas condições e que mudanças ocorreram no espectro de alimentos produzidos/consumidos nas diferentes gerações. O fato observado da ausência do consumo regular de frutas e hortaliças, e a restrita variedade dos mesmos, não pode ser atribuído a aspectos peculiares dos hábitos tradicionais básicos da alimentação regional, visto que os mais velhos apresentam ainda hoje, práticas de formação de hortas domiciliares e pomares.

O uso constante e cada vez maior de alimentos industrializados aponta para a hipótese de uma perda crescente dos elos de transmissão cultural, na medida em que a permanência das famílias em áreas urbanas, concomitante à perda da base territorial de origem, enfraqueceu a dinâmica do processo educativo intergeracional (POUBEL, 2006). Esta também é uma questão central para os processos de formação dos educadores do campo, pois lida com as possibilidades de intervenção educativa sobre os modos de inserção ou distanciamento da juventude atual no projeto de autonomia e segurança alimentar.

O levantamento da dinâmica territorial destas famílias permitirá também determinar a importância da base material de recursos ambientais alimentares (plantados e nativos), disponíveis anteriormente e nos atuais assentamentos, visando à definição das necessidades de produção de conhecimentos técnicos específicos para condições viáveis de segurança e autonomia alimentar e nutricional. Os dados parciais já revelam que a desestruturação das famílias decorrente da migração dos jovens está associada à ausência de criação de conhecimentos e práticas coletivas de produção capazes de fazer face às necessidades decorrentes das condições ambientais e sociais. Ou seja, novamente, trata-se de questões de formação humana e cultural, diretamente articuladas às propostas da Educação do Campo e à relação escola-comunidade.

Modelo de desenvolvimento e soberania alimentar: ampliando a lente

Nestas reflexões, estamos situando as questões sobre a segurança e soberania alimentar no contexto mais amplo da discussão sobre os modelos de desenvolvimento adotados na apropriação dos bens coletivos que são a terra e o alimento que nela se produz.

Retomando as colocações iniciais deste artigo, enfatiza-se que, embora exista uma grande diversidade de formas e contextos de produção no setor agrícola brasileiro, eles se resumem em dois modelos de desenvolvimento, com distintas conseqüências sobre a segurança e a soberania alimentar. De um lado, o padrão produtivo efetivamente dominante, baseado na monocultura em grande escala e numa matriz tecnológica ambientalmente predatória, voltado para o mercado internacional e acoplado à indústria de máquinas, insumos e alimentos ultraprocessados; e de outro, a possibilidade de consolidação do padrão baseado na diversidade produtiva e na pequena escala, não necessariamente predatório dos ecossistemas, voltado para o suprimento direto e local das necessidades básicas de alimentação e saúde das populações locais e regionais (MANÇANO, 2008).

A reflexão sobre a necessidade de construção de um projeto de nação que contemple as soluções para a superação das desigualdades sociais mostra que o papel da produção de alimentos é a raiz por onde se entrelaçam as questões de soberania, segurança alimentar e qualidade de vida, não apenas das populações em situação de risco social e ambiental, mas de toda a sociedade. É inegável a importância dos elementos terra e água como fundamentos materiais da concretização de tais soluções. No entanto, as contradições históricas decorrentes das formas de apropriação da terra e da água não são consideradas nas políticas públicas que envolvem a distribuição social estes recursos.

A questão que ressalta nesta discussão é a prioridade ética e política de um modelo sobre o outro, quando se trata de definir políticas públicas de reforma agrária. Não estão envolvidas aí apenas as questões de ordem estritamente econômica, mas principalmente questões de interesse da sobrevivência social e cultural dos grupos expropriados pela expansão capitalista sobre os recursos ambientais, e questões de soberania alimentar e ambiental que envolvem toda a nação brasileira, no campo e na cidade. Está, também, intrinsecamente associada a essas questões a dimensão da formação humana individual e coletiva, para que os trabalhadores do campo possam efetivamente protagonizar a emergência de uma alternativa.

A transformação dos hábitos alimentares não está descolada de uma política de gestão pública, que garanta o direito de acesso à terra e à educação dos povos do campo,viabilizando processos informativos e formativos que articulem a dimensão da segurança e da soberania alimentar com as questões mais amplas relacionadas ao uso do território e dos recursos

ambientais, ao patrimônio coletivo da biodiversidade, às práticas produtivas e à integração campo-cidade.

Neste sentido, é imprescindível um esforço pedagógico de tradução entre o modo de construção de conhecimentos e práticas ambientais produtivas gerados na experiência vivencial dos povos do campo, e o modo de construção e práticas técnico-científicas que informam a elaboração dos projetos de políticas públicas. Nesta pesquisa, este esforço pedagógico se realiza no contexto de formação de educadores do campo, capacitando-os a promover o diálogo entre saberes científicos e saberes culturais, como uma estratégia a mais para garantir a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária nas comunidades onde atuam.

Bibliografia de Referência

CARNEIRO, Maria José – Juventude e novas mentalidades no cenário rural, in Juventude Rural em perspectiva, Maria José Carneiro e Elisa G. de Castro (orgs.), Rio de Janeiro: Mauad X, 2007 (53-66)

CARVALHO, Horácio M. de – Camponeses no Capitalismo, in *O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005 (15-46)

CONSEA Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

LE BIHAN, G.; DELPEUCH, F.; MAIRE, B. Alimentação, nutrição e políticas publicas. S. Paulo: Instituto Polis, 2002

MANÇANO, Bernardo – Entrando nos territórios do Territórios do Território, in *Campesinato e territórios em disputa*. Paulino, E. T. e Fabrini, J. E. (orgs.). S. Paulo: Expressão Popular, 2008 (273-301)

MONTEIRO, C.A. The issue is not food, nor nutrients, so much as processing. Public Health Nutr 2009; 12: 729-31.

POUBEL, R.O. Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar. 2006. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ROCHA, Helianane O. - Da Educação Rural à Educação do Campo: as "velhas" lutas políticas como espaço de emergência de novos conceitos. I Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba: UFPR, 2009 www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica

SÁ, L. M. – A questão camponesa e os desafios do Programa Residência Agrária, in *Educação do Campo e Formação Profissional*. Molina, M. C. et al (orgs.) Brasília: MDA, 2009 (372-385)

UNIVERSIDADE DE BRASILIA Projeto político-pedagogico da Licenciatura em Educação do Campo. Brasília: UnB/FUP, 2009.

SEGURANÇA ALIMENTAR, UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

Elisabete Maniglia

(manigliaelisabete@gmail.com)

Prof. Livre Docente em Direito Agrario da UNESP de Franca

GT08 - Segurança e soberania alimentar

O presente trabalho descreve a questão da segurança alimentar no Brasil, descrevendo a insegurança alimentar suas causas, e os dados referentes nas diferentes regiões onde ela é presente. Aponta os grupos mais afetados pela fome descrevendo a questão da exclusão social e as garantias constitucionais. Cuida de expor o histórico das política publicas , voltadas para a segurança alimentar até os nossos dias, enfatizando o estudo crítico do Bolsa família . Aponta conceitos e estudos multidisciplinares acerca da conceituação de segurança alimentar e modula as questões jurídicas que se entrelaçam ao tema , defendendo a segurança alimentar como um direito , cujo fato se tornou uma norma constitucional neste ano de 2010.

A Constituição brasileira de 1988 contempla, em seu art. 5º:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Não obstante, a realidade brasileira aponta: 35 milhões de pessoas com fome crônica; de cada cinco brasileiros, um passa fome; de cada três crianças, uma é desnutrida.[1] Há, ainda, uma grande parcela da população vivendo em condições de indigência, principalmente no meio rural. Neste setor, 50% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Também aí, encontram-se os mais elevados índices de desnutrição infantil. Situação ainda mais crítica é a dos trabalhadores rurais sem terra. Estima-se que no país existam 4,8 milhões de famílias sem terra para viver e trabalhar. Há também a situação dos pequenos agricultores que, mesmo possuindo terra, não dispõem das condições mínimas necessárias para gerar o sustento de suas famílias.[2]

[1] HELENE, Maria Elisa Marcondes. Op. cit. Acesso em: 16 out. 2006.
[2] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENAR E NUTRICIONAL. Op. cit. Acesso em: 22 jan. 2007.

O mapa da fome, elaborado pelo Ipea, em 1993, revelou a fome e a indigência de 32 milhões de brasileiros; o dado para calcular esta situação levou em conta a pessoa cuja renda familiar mensal fosse correspondente, no mínimo, ao valor da aquisição de uma cesta básica de alimentos que atendesse aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/ONU e OMS.

A sociedade brasileira convive com a existência das doenças associadas à pobreza e à exclusão, tais como a fome e a desnutrição e aquelas associadas a hábitos alimentares inadequados, que afetam mais gravemente as populações pobres, mas que atingem duramente todas as outras parcelas da sociedade. Ninguém está imune às distorções impostas pelo paradigma do desenvolvimento dominante.[3]

A Organização Mundial de Saúde, em seu último relatório, apontou o Brasil com uma disparidade regional chocante e uma falta de reformas sociais, o que leva à caracterização da desnutrição brasileira como umas das maiores causas de mortes no país, principalmente das crianças. Aponta, como forma de diminuir este problema, as garantias de empregos e a construção de infra-estrutura para saneamento básico.[4]

Os últimos dados do IBGE computam 14 milhões de pessoas que, pelo menos um dia, em 2004, passou fome. A pesquisa que levou em conta os problemas de insegurança alimentar e sua manifestação mais severa, a fome, foi aplicada em todo o território nacional e demonstrou que no norte e no nordeste brasileiros, mais de 60% das pessoas revelaram ser habitual ou eventual a insuficiência de alimentos, o que comprovou as grandes desigualdades existentes no Brasil, já que foi estimado que na região sul a mesma situação contemplava 30%.[5] Os 13 milhões de pessoas vulneráveis à fome representam menos de um terço dos 44 milhões usados como base para implementação do Programa Fome Zero. Para a economista Lena Lavinas, da UFRJ, os 72 milhões de pessoas em insegurança alimentar mostram que o contingente de pessoas abaixo da linha de indigência, sem dinheiro para consumir uma dieta de 2200 calorias diárias, é superior ao estimado pelo governo. [6]

Os mais atingidos pela fome, em proporcionalidade, são os negros: 52,3% deles residem em domicílios sob o risco de conviver com a fome, enquanto 28% dos brancos

[3] VALENTE, Flávio Luiz Schiek. **Direito humano à alimentação...**, p. 39.
[4] CASTELLON, Lena; TARANTINO, Mônica. Tragédia global. **Revista Isto É**, n. 1.727, p. 50, 6 nov. 2002.
[5] IBGE – COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Segurança Alimentar. 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 148.
[6] LAVINAS, Lena apud GOMIDE, Pedro Soares Raphael. Fome atinge 14 milhões de pessoas no país diz IBGE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mai. 2006. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 19 mai. 2006.

são atingidos pelo problema. Tal desigualdade afeta também as mulheres e a população mais jovem. Nos lares chefiados por mulheres há uma insegurança alimentar na faixa de 22,9% contra 17,3% naqueles coordenados por homens. A mesma pesquisa demonstra nitidamente que a fome deriva da falta de rendimentos, de emprego, de condições estruturais.

As doenças que provocam as causas da morte na infância são as parasitárias e infecciosas e as doenças do aparelho respiratório, resultantes de um estado físico deplorável da criança, pela ausência ou má qualidade dos alimentos. A (não) qualidade da água é provocadora de 89% das doenças e 65% das internações hospitalares; 90% dos domicílios no meio rural não têm serviço de saneamento; 82% das pessoas com renda até dois salários mínimos não têm coleta de esgoto.[7]

O Maranhão foi o Estado onde se registrou maior índice de fome. É a região com maiores problemas do Nordeste, onde o meio rural é a área mais atingida pela miséria: 17,1% da população contra 13% das cidades, contrariamente do ocorrido nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, onde a maior miséria está nas periferias das cidades, embora haja a proximidade dos índices na região Sul – 3,9% na cidade contra 2,6 no campo; Centro Oeste – 5,2% na cidade contra 4,2% no campo; região Sudeste – 4,1% na cidade contra 3,8% no campo. De acordo com os técnicos do IBGE, o fato se dá por conta da boa estrutura agrícola nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste e à pobreza concentrada em locais sem serviços adequados nas áreas urbanas.[8]

Mais uma vez, entrelaçam-se os direitos à alimentação e à saúde com o direito ao meio ambiente saudável. Os indígenas do Mato Grosso do Sul, Guarani-caiovás, perderam suas terras e acampam em acostamentos com crianças esquálidas, com doenças respiratórias provocadas pela inalação constante da poeira das estradas. Ainda conforme levantamento regional, 136 índios morreram por falta de atendimento médico, fome e desleixo do poder público. As estatísticas incluem a morte de 86 crianças, sendo que 32 eram índios de Mato Grosso. O número de suicídios cresceu, em 2005, para 29, sendo que a causa está relacionada à desagregação cultural, resultado da interminável disputa por terra com o branco grileiro, que age como se dono fosse da mesma.[9]

---

[7] MELO, Mabel de Faria. Água: o direito de proteger. **Revista Proposta** (Água: território e conflitos), Rio de Janeiro, ano 29, n. 106, set./nov. 2005. p. 7.
[8] IBGE. Op. cit., p. 28.
[9] MENDES, Vannildo. Sem aldeia, sem saúde, sem saída: retratos do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2006. Caderno Nacional, p. A6.

Mas, por outro lado, outra reportagem traz que: o dono da fazenda mais cara do Brasil pede R$ 420 milhões por suas terras, que ocupam um espaço maior que a cidade de São Paulo, com 100 mil cabeças de gado.[10]

Martins afirma, categoricamente, que a existência de fome no Brasil não é efetivamente um problema de insuficiência de produção de alimentos. A grande limitação está, decididamente, no acesso ao alimento que, colocado no mercado, é apenas acessível a quem disponha de renda. [11]

> O paternalismo brasileiro é protetor de riquezas e perverso com a pobreza. O rico desconta a atenção à saúde no imposto de renda, uma forma de subsídio pelo Estado. O pobre não tem garantido o seu acesso à saúde pública, ficando sujeito a seu voto em troca de atenção. As perversidades praticadas em nome da filantropia reiteram a exclusão social e necessitam ser rompidas.[12]

No Brasil, é mais fácil se ocupar da insegurança alimentar, da luta contra a fome, dos programas contra a miséria, da reforma agrária, da agricultura familiar, do que propriamente tratar dos temas "segurança alimentar", "nutrição" e "saúde pública". A abordagem tem que ser efetivada sob a ótica da exclusão social – problema maior – para, aos poucos, ir construindo o raciocínio ainda imaturo das políticas públicas propiciadoras de metas de redução da fome, desnutrição e doenças derivadas da miséria.

Em paralelo, há de se comentar que a ausência de reforma agrária, e mesmo de uma legislação agrária que fortalecesse o pequeno proprietário, junto com a crescente concentração da propriedade, foi uma das maiores causas da falta de segurança alimentar. A elaboração do Estatuto da Terra, em 1964, não aliviou a crise da produção de alimentos da cesta básica, a empregabilidade, o acesso à terra para que as pessoas não migrassem. Deste Estatuto é preciso lembrar que mereceu êxito a parte da política agrícola que beneficiava, em sua maioria, os grandes proprietários. Os poucos assentamentos não surtiram o efeito esperado, já que os recursos alocados eram tímidos e, ainda, conforme Zibetti,

---

[10] ATTUCH, Leonardo; PAIVA, Ana Paula. Como é a fazenda mais cara do Brasil. **Dinheiro Rural**, Cajamar/SP, ano 2, n. 12, out. 2005. p. 50-51.

[11] MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Construindo a cidadania: o papel da cidade. In: GALEAZZI, Maria Antonia M. **Segurança alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas: Mercados das Letras, 1996. p. 109.

[12] LINS, Ana Paola de Castro. Op. cit. Acesso em: 15 mai. 2006.

> o assentamento provoca a quebra da monocultura com preocupação de produzir produtos da cesta básica e introdução da biodiversidade, ampliando a cadeia agroalimentar e um *agribusiness* diversificado de interesse do consumidor nacional e até internacional. [13]

Lembra Zibetti que o produto agrícola, em especial a cesta básica, não pode ser tratado como mera mercadoria, ou bem de mercado, mas um bem social e de interesse coletivo. [14] Mas, no Brasil, o interesse coletivo não foi priorizado e a terra foi considerada uma riqueza de poucos, destinada à instalação da monocultura de exportação, com ênfase ao latifúndio e com políticas agrícolas para estes grandes proprietários, deixando à deriva os pequenos e médios proprietários, exatamente, aqueles que alimentam o país.

> A exclusão dos escravos, das mulheres, dos analfabetos, períodos longos de ditadura ou de participação limitada na vida pública foram alguns óbices à vigência plena das formas liberais de democracia. A falta de políticas públicas compensatórias e assistenciais fizeram com que grandes parcelas da população deixassem de se integrar no mercado como trabalhador regular e formalmente assalariado, com capacidade de consumo e de alguma mobilidade social.[15]

lA Constituição de 1988 converteu todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas em direitos legais e instituiu uma série de mecanismos processuais, que buscam dar a eles eficácia. Mas, a esta época, já estava consolidada a tremenda desigualdade à qual Jessé Souza atribui a ausência de responsabilidade social, a falta de limitar e regular o mercado que produz riquezas e simultaneamente miséria, sofrimento e desespero para aqueles que não logram se adaptar aos seus imperativos. [16]

Garantir com certeza os direitos constitucionais exige, conforme Maria Helena Rodrigues, que os compromissos históricos e as promessas emancipatórias saiam do papel e da mera retórica, para se ter a oportunidade de construir um país mais democrático. [17] O Ministério das Relações Exteriores, em 1996, posicionou-se no sentido de que o acesso à alimentação é um direito em si mesmo, na medida em que a

---

[13] ZIBETTI, Darcy. Cidadania e segurança alimentar no Brasil. In: BARROSO, Lucas; PASSOS, Cristiane. **Direito agrário contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 137.
[14] Ibidem, p. 137-138.
[15] LOPES, José Reinaldo Lima. Crise da norma jurídica e a reforma do judiciário. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 86.
[16] SOUZA, Jessé. Efeitos ópticos da nossa miséria. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2006. Caderno Aliás, p. J5.
[17] RODRIGUES, Maria Helena. Os direitos sociais na Constituição. In: PIOVEZAN, Flávia; CONTI, Irio Luiz (Orgs.). Op. cit., p. 120.

alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar esse direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida; daí ser o direito à alimentação um direito humano básico, que, juntamente com os demais direitos prolatados no art. 5º, CF, integram o rol das garantias e direitos fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro.

Daí se extrai o comprometimento do Direito com a questão da segurança alimentar, fato até então pouco trabalhado. O Brasil, como signatário do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, não tem como refutar o previsto no sentido de que cada Estado-parte tem uma obrigação mínima de assegurar a satisfação de, pelo menos, níveis mínimos essenciais de cada um dos direitos.

> Assim, por exemplo, um Estado-parte no qual um número significativo de indivíduos esteja privado de uma alimentação adequada, de cuidados médicos essenciais de abrigo e moradia ou das formas mais básicas de educação está, *prima facie,* descumprindo as obrigações contidas no Pacto. [18]

O envolvimento do Poder Judiciário torna-se vital, assim como a participação do MP nas investigações das apurações das violações. Sobre a questão da justiciabilidade do direito humano à alimentação, Valente, Burity e Franceschini se manifestam, afirmando que o problema é de ordem ideológica e política.

> Os setores Judiciário e Executivo do governo não têm problemas em defender os direitos econômicos de bancos e empresas privadas falidas, alocando bilhões de dólares em reparações ou subsídios às mesmas. Isto é visto como uma coisa natural a ser feita para preservar a estabilidade econômica, preservar empregos, entre outras justificativas. Porém, discutir a justiciabilidade ou mesmo a exigibilidade econômica dos DHESC dos setores mais pobres da sociedade, violados pela implementação ou falta de políticas públicas é visto como fora de pauta, e uma desnecessária interferência do Judiciário, no reino do Executivo. [19]

Para Cançado Trindade,

> Há que se garantir a justiciabilidade dos direitos econômicos e sociais, a começar pelo princípio da não discriminação. Por que motivo em relação aos direitos políticos são há muito condenadas práticas discriminatórias, as quais em relação aos direitos econômicos e sociais persistem e parecem ser toleradas como supostas realidades lamentáveis e inevitáveis? Há que submeter à justiciabilidade decisões governamentais e de organismos financeiros internacionais que, à guisa de resolver problemas econômicos, condenam ao empobrecimento, ao desemprego e à fome, se não a médio prazo ou longo prazo, à miséria e à morte, milhares de seres humanos. Se é

[18] PIOVEZAN, Flávia. **A proteção dos direitos...**, p. 29.
[19] VALENTE, Flávio Luiz Shchiek; FRANCESCHINI, Thais; BURITY, Valéria. Op. cit., p. 173.

> certo que a vigência de muitos direitos econômicos e sociais é de realização progressiva, também é certo que tal vigência requer medidas imediatas por parte dos Estados, certas obrigações mínimas em relação a um núcleo de direitos de subsistência (direitos à alimentação, à moradia, à saúde, à educação, somados ao direito ao trabalho) quanto pouco para neutralizar os efeitos devastadores das políticas recessivas particularmente sobre os segmentos mais carentes ou vulneráveis da população.[20]

Valente, Burity e Franceschini entendem que as ações judiciais devem ser os últimos recursos; os instrumentos administrativos e quase judiciais devem ter prioridade. Na opinião desses autores, as funções administrativas devem ser exercidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, pelo Consea, pela Comissão de Monitoramento de Violações de DHAA, pelo CDDPH e similares e pela realização de audiências públicas em parceria com o Ministério Público, incluindo a elaboração de TAC's. [21]

Nos informes do Relatório Nacional do DHAA, há apontamentos que registram que 40 casos de denúncias foram investigados por esta comissão que, em parceria com o Ministério Público Estadual e Federal, promoveram visitas que resultaram em solução dos problemas vivenciados, em sua maioria, na área rural, por trabalhadores sem terra, quilombolas, seringueiros, indígenas, atingidos por barragem e que as providências foram tomadas por meio de termos de ajuste de conduta, audiência pública e ação civil pública. [22]

Beurlen e Fonseca, ao tratarem da justiciabilidade do direito humano, lembram o Comentário Geral n. 12 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que estabelece que

> qualquer pessoa que seja vítima de violação do direito humano à alimentação adequada deveria ter acesso a efetivos remédios judiciais, ou de outra natureza, tanto em nível internacional, quanto nacional. Todas as vítimas de tais violações têm direito a reparações adequadas, as quais podem ter forma de restituição, compensação, satisfação ou garantia de não repetição.[23]

Os autores comentam que os contrários à justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais são os que continuam na lógica liberal, aduzindo que

---

[20] TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Direitos econômicos e sociais. p. 710-711 apud PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos econômicos..., p. 29.
[21] VALENTE, Flávio Luiz Shchiek; FRANCESCHINI, Thais; BURITY, Valéria. Op. cit., p. 173.
[22] Relatório do DHAA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea.dhaabrasil.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2007.
[23] BEURLEN, Alexandra; FONSECA, Delson Lyra da. Justiciabilidade dos direitos humanos à alimentação adequada: teoria e prática. In: PIOVEZAN, Flávia; CONTI, Irio Luiz (Orgs.), op. cit., p. 178-179.

apenas ao Poder Executivo e ao Legislativo nas suas atribuições, cabe definir quais as políticas públicas que devem ser criadas, em que ritmo e quanto se pode gastar para a realização de direitos através das referidas políticas, posto que o Poder Judiciário não está democraticamente legitimado para tanto.

Christopher Golay, citado por Beurlen e Fonseca, com extrema clareza, contrapõe-se, afirmando que de forma alguma a exigibilidade judicial dos direitos econômicos, sociais e culturais violaria o equilíbrio entre os poderes, pois cabe a todos os poderes do Estado garantir que as obrigações estatais relacionadas a tais direitos sejam cumpridas, inclusive no que diz respeito à destinação orçamentária. [24]

Esta opinião é compartilhada neste trabalho e ainda é fundamentada em Langford, que diz que a demora do Poder Judiciário em agir em defesa dos grupos vulneráveis sub-representados deriva da sua falta de poder político.[25]

No mundo, há várias decisões a favor da alimentação adequada e, no Brasil, esta postura ainda é tímida, mas o STF e o STJ vêm agindo a favor de pessoas que carecem de medicamentos especiais (STJ: RESP 335171, RESP 138583/SC; STF: RE241630/RS), situações especiais de carência a evidenciar-se o princípio da solidariedade social (STF Recl. 2319MC/RS) e, em decisão monocrática, o Ministro Celso de Mello chega mesmo a criticar a forma com que o argumento da "reserva do possível" vem sendo utilizado no Poder Judiciário Brasileiro e reconhece a legitimidade do Poder Judiciário para controlar a constitucionalidade de políticas públicas, notadamente em casos de omissão do Poder Executivo (ADPF45DF – sendo importante ressaltar que tal decisão extinguiu o feito sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do objeto).[26]

A construção jurídica do direito à alimentação adequada, afora todo instrumental já aqui apontado, ganhou um novo mecanismo no Brasil. No âmbito legislativo, foi aprovada a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Este foi um grande passo, pois consagrou o direito humano à alimentação e abriu a possibilidade de qualquer cidadão, desprovido deste direito, cobrar do Estado medidas que corrijam esta situação. [27]

O sistema estabelecido pela lei cria as condições para a formulação da política e

[24] Ibidem, p. 178.
[25] BEURLEN, Alexandra; FONSECA, Delson Lyra da, op. cit., p. 178.
[26] Apud BEURLEN, Alexandra; FONSECA, Delson Lyra da, op. cit., p. 181.
[27] Entende-se que o cidadão já poderia cobrar do Estado este direito, pelas razões apresentadas; porém, era bem mais difícil. Com a legislação em vigor, espera-se que os procedimentos fiquem mais ágeis.

do plano nacional nesta área, com diretrizes, metas e recursos, instrumentos de avaliação e monitoramento, composto de ações e programas integrados envolvendo diferentes setores de governo e a sociedade, na busca pela alimentação suficiente e de qualidade para todos.

É sabido que o fato de existir uma lei não significa sua eficácia; porém, este foi um grande passo na luta dos que acreditam que a fome pode ser superada neste país. Entretanto, outros obstáculos terão que ser vencidos.

o A alimentação Adequada, transformou –se em Direito social parte integrante do texto constitucional, pela emenda 64 , que foi promulgada no dia 4de fevereiro de 2010. Esta conquista originou-se da PEC 21/01 do deputado Antonio Carlos Valadares (PSB.CE) , tramitando com muita luta até se tornar realidade Hoje a segurança alimentar esta ao lado do direito a saúde , ao trabalho, a previdência social, lazer , fazendo com que o nosso texto de direitos sociais seja um dos melhores do Mundo. Lógico que para esta norma se tornar realidade, muitas políticas públicas terão que ser efetuadas como apoio a agricultura familiar. , incentivo a pesquisa , proteção ambiental aos agricultores pequenos . formação de cooperativas. A luta ainda continua só que desta feita mais animadora, já que o Direito pode ser cobrado por diferente instrumentos , principalmente quando a matéria é constitucional .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

<http://dhnet.org.bt/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/alimentaçãohtml>. Acesso em: 15 mai. 2007.

<http://www.sine.pr.gov.br/setp/conselhos/consea/index.php?id=10>. Acesso em: 16 out. 2006.

ASBJORN, Eide; ROSAS, Allan. Economic, social and cultural rights: a universal challenge. In: ASBJORN, Eide; KRAUSE, Catarina; ROSAS, Allan. Economic, social and cultural rights. 1995. p. 17-18 apud PIOVEZAN, Flávia. **Proteção dos direitos...**, p. 26.

ATTUCH, Leonardo; PAIVA, Ana Paula. Como é a fazenda mais cara do Brasil. **Dinheiro Rural**, Cajamar/SP, ano 2, n. 12, out. 2005. p. 50-51.

BERNARDES, Mônica. Retrato da desigualdade: Manari - o Haiti é aqui. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2005. Caderno Nacional, p. A16.

BUARQUE, Cristóvão. Prefácio. In: SACHS, Ignacy, op. cit., p. 12.

BURLANDY, Luciana; MAGALHÃES, Rosana. **Segurança, seguridade e direito:** as diferentes faces da questão alimentar e nutricional. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeimpreso /pdfspanorbrasleirod2004-bra-pdf>. Acesso em: 23 abr. 2007.

CASTELLON, Lena; TARANTINO, Mônica. Tragédia global. Revista Isto É, n. 1.727, p. 50, 6 nov. 2002.

CHIARA, Márcio de. 8 milhões de brasileiros deixam a baixa renda. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2007. Caderno de Economia, p. B1.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e diretrizes de uma política de SAN**. Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Outros/LivroConsea_DocumentoReferencia.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2007.

DANTAS, Fernando. Mais gente está empregada mas os salários estão cada vez menores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 jul. 2007. Caderno de Economia, p. B7.

Fausto, Boris . História Concisa do Brasil.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENAR E NUTRICIONAL. **Situação alimentar no mundo**. Disponível em: <http://www.fbsan.org.br/mundo.htm>. Acesso em: 22 jan. 2007.

FREIRE, Silvia. ONU vai analisar mortes no Maranhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2006. Caderno Cotidiano Especial, p. C5.

FREIRE, Silvia. ONU vai analisar mortes no Maranhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2006. Caderno Cotidiano Especial, p. C5.

FREIRE, Silvia. ONU vai analisar mortes no Maranhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2006. Caderno Cotidiano Especial, p. C5.

GALEAZZI, Maria Antonia M. **Segurança alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas: Mercados das Letras, 1996. p. 109.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grandes sertões:** veredas. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

HELENE, Maria Elisa Marcondes. A fome de alimentos e justiça social**. Revista Adusp, São Paulo, jul. 1995. Disponível em: <http://www.adusp.org.br.revista/03/r03a06.pdf>. Acesso em: 16 out. 2006.**

IPEA. **Segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: Ipea, 1996. Cadernos Comunidade Solidária, v. 2, p. 16.

IRANY, Teresa; RODRIGUES, Karine. Cai desigualdade social mas cresce trabalho infantil no país. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2006. Caderno Nacional, p. A18.

LAVINAS, Lena apud GOMIDE, Pedro Soares Raphael. Fome atinge 14 milhões de pessoas no país diz IBGE. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mai. 2006. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 19 mai. 2006.

LAVINAS, Lena. Exptionality and paradox in Brazil: from minimum income programs to basic income. In: CONGRESSO DA BIEN – Basic Income European Netwok, Barcelona, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.etes.ucl.ac.Be/BIEN/FILES/Paper/2004lavinas.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2007.

LINS, Ana Paola de Castro. **Direito à alimentação**. Disponível em:

LOPES, José Reinaldo Lima. Crise da norma jurídica e a reforma do judiciário. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 86.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 51.

MANIR, Mônica. Cinco pães e dois peixes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2006. Caderno Aliás, p. J5.

MELO, Mabel de Faria. Água: o direito de proteger. **Revista Proposta** (Água: território e conflitos), Rio de Janeiro, ano 29, n. 106, set./nov. 2005. p. 7.

MENDES, Vannildo. Sem aldeia, sem saúde, sem saída: retratos do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2006. Caderno Nacional, p. A6.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL. **Segurança alimentar nos anos 90**. Disponível em:

PIOVEZAN, Flávia; CONTI, Irio Luiz (Orgs.). Direito humano à alimentação adequada. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007. p. 25-26.

RAMALHO, José Ricardo; MARTINS, Heloisa de Souza. **Tercerização:** diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 73.

Rede de informação e ação pelo direito a se alimentar (Fian Brasil).

SANT'ANNA, Lourival. Crianças ainda sustentam famílias com ou sem o dinheiro do governo. Retratos do Brasil: a intenção e a realidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 abr. 2006. Caderno Nacional, p. A27.

SANT'ANNA, Lourival. Proibição do trabalho infantil revolta comunidade em Minas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 abr. 2006. Caderno Nacional, p. A28.

SICHIERI, Rosely; NASCIMENTO, Siléia do. O custo da obesidade para o sistema único de saúde. Perspectivas para as próximas décadas. In: TADDEI, José Augusto (Coord.). **Jornadas científicas do NISAN**. Barueri/SP: Minha Editora, 2007. p. 101. Relatório do DHAA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea.dhaabrasil.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2007.

SOUZA, Jessé. Efeitos ópticos da nossa miséria. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2006. Caderno Aliás, p. J5.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania:** a resposta dada pelo vento. Porto Alegre: L&PM, 2006. passim.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano; BELIK, Walter. **Combate à fome e pobreza no meio rural**. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2002. p. 168-169.

VALENTE, Flávio Luis Schiek. **Instrumentos internacionais...**, p. 191.

VALENTE, Flávio Luiz Schiek (Org.). Direito humano à alimentação. São Paulo: Cortez, 2002. p. 189.

ZIBETTI, Darcy. Cidadania e segurança alimentar no Brasil. In: BARROSO, Lucas; PASSOS, Cristiane. **Direito agrário contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 137.

REDE DE ESTUDOS

Rurais

4º ENCONTRO

MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO

06 a 09 de julho de 2010.

GT9

AGRICULTURA FAMILIAR, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESTRATÉGIAS DE MERCADO

COORDENADORES

CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

JOEL ORLANDO BEVILAQUA MARIN (UFSM)

COLABORADORES

SÉRGIO SCHNEIDER (PGDR/UFRGS)

A "ROÇA" E A "LAVOURA": a complementaridade entre consumo e inserção no mercado dos produtos da agricultura camponesa na região da Serra do Brigadeiro- MG

Marisa Singulano
(marisasingulano@decsa.ufop.br)
Universidade Federal de Ouro Preto

Nesta apresentação abordo algumas questões concernentes à produção, consumo e comercialização de produtos agrícolas, especialmente o café, por camponeses da região da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. O café é o principal produto agrícola dessa região e sua destinação é, principalmente, o mercado. Grande parte do café produzido na área estudada provém de uma agricultura camponesa, sendo que a inserção desses camponeses no mercado se faz por meio desse gênero, o constitui um dos elementos fundamentais de sua reprodução social.

Neste momento, desenvolvo algumas reflexões sobre dados de minha pesquisa de mestrado concluída em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (Singulano, 2008). A dissertação produzida aborda a relação entre economia e sociabilidade entre camponeses do distrito de Dom Viçoso, situado no município de Ervália, na região da Serra do Brigadeiro. A pesquisa de campo foi realizada no núcleo desse distrito, o qual constitui um *patrimônio* ou *terra de santo*, onde vivem cerca de uma centena de famílias de agricultores que cultivam "lavouras" e "roças" em "terrenos" situados nos arredores dessa área central. Tais agricultores diferenciam-se entre si em termos econômicos, sobretudo no que concerne ao acesso aos meios de produção, especialmente a terra. Dessa forma, alguns desses agricultores são pequenos proprietários, outros são parceiros e há ainda aqueles que não possuem acesso à terra. No entanto, argumento, em relação ao caso estudado, que as distintas categorias de agricultores compõem um mesmo universo social definido pela vivência compartilhada no *patrimônio*, que é construído socialmente por tais agricultores como seu território e núcleo de sua sociabilidade. Por conseguinte, a diferenciação econômica presente em Dom Viçoso não implica em uma estratificação social, pois as práticas econômicas desses agricultores são orientadas por uma moral

camponesa definida conforme o contexto da sociabilidade local, a qual é estruturada pelos princípios do parentesco.

O distrito de Dom Viçoso é uma área predominantemente agrícola e o principal gênero produzido é o café. Ao estudar o processo histórico de ocupação dessa região, percebemos como a introdução do café e a expansão dessa cultura foi responsável pela atual configuração desse espaço agrário. Ao longo de séculos, a produção cafeeira teria passado por momentos de crise e fragmentação fundiária e outros de expansão acompanhados de concentração de terras. No cenário atual, a partir da pesquisa realizada, pudemos observar que não há grandes propriedades, pois as poucas "fazendas" que teria havido na região foram desmembradas no processo de divisão por herança e/ou devido a crises econômicas. Apesar disso, não se poderia dizer que há atualmente uma crise da produção cafeeira nessa localidade. A despeito de variações bienais na produtividade, o que é uma característica natural desse cultivo, e da constante possibilidade de colheitas relativamente inferiores em alguns anos, devido a variações climáticas, a produção cafeeira em Dom Viçoso, de modo geral, encontra-se em um estágio de relativa estabilidade. Pode-se dizer que há uma relação equilibrada, a qual é predominante, mas não exclusiva, nessa região, entre a cafeicultura e a pequena e média propriedade. As propriedades fundiárias existentes têm, em geral, pequena extensão e são denominadas "terrenos".

Nas pequenas propriedades de Dom Viçoso, a produção de café coordena o ciclo agrícola anual e boa parte da organização da vida. Essa produção é predominantemente familiar, mas conta com um acréscimo de trabalho daqueles que vivem no *patrimônio* ou mesmo vem de outras regiões e da cidade, principalmente na época da colheita – período que demanda uma quantidade maior de mão-de-obra. Desse modo, o café é cultivado nos "terrenos" assimilando uma quantidade considerável de trabalhadores – sejam estes proprietários da terra, parceiros ou trabalhadores temporários – sobretudo no momento da colheita. O café é produzido visando, primeiramente, a comercialização. Este é o principal item comercial dessa região da Zona da Mata e é por meio dele que se realiza a inserção desses agricultores no mercado.

Além do café, os principais gêneros agrícolas produzidos nos "terrenos" são o milho e o feijão. A produção de milho e feijão é praticada, em geral, contanto apenas com mão-de-obra familiar, seja dos proprietários da terra ou de parceiros, nos espaços de terra e de tempo deixados pelo café. O milho e o feijão são destinados para o consumo da unidade familiar, podendo ser, eventualmente, comercializados. A maioria dos

moradores do patrimônio não é proprietária de "terrenos", mas os cultivam segundo o sistema de parceria agrícola, sendo normalmente apresentados como "meeiros".

O termo "lavoura" denomina principalmente o cultivo de café, podendo em alguns casos aplicar-se também à produção de milho e feijão, que são assim chamados de "lavoura branca". Contudo o termo mais comum para a "lavoura branca" é "roça", sobretudo quando esta é cultivada entre as "carreiras" da "lavoura" de café, situação bastante comum. "Tocar uma lavoura" significa cultivar certa parcela de cafezais ao longo de todo o ano agrícola. Pode haver, nos espaços deixados entre as "carreiras" de café, plantações de milho e feijão em períodos determinados, mas estes cultivos também podem ser encontrados em espaços próprios às "roças". O trabalho dos "meeiros" corresponde, prioritariamente, a "tocar lavoura", sendo raros os casos daqueles que possuem algum gado.

Alguns poucos moradores do patrimônio, por sua vez, não são proprietários nem "meeiros". Estes podem ser aposentados, comerciantes, funcionários públicos, dentre outras categorias que não estão diretamente relacionadas ao trabalho com a terra. Mas estas pessoas não deixam de depender do contexto social dominado pela agricultura, sendo que, na época da colheita, em geral, também trabalham na "panha do café". Há ainda os casos daqueles que se pode enquadrar na classificação de trabalhadores assalariados ou temporários na agricultura – conhecidos, segundo a denominação local, como "empregados" e "jornaleiros", respectivamente.

Em linhas gerais, temos uma organização do universo econômico local que se expressa em algumas categorias nativas, dentre elas as de "proprietário" ou "dono", "meeiro", "empregado", "jornaleiro", dentre outras. Tais categorias não correspondem a ocupações, funções ou profissões fixas, mas sim a possibilidades ou a situações definidas segundo contextos particulares. Um mesmo indivíduo pode ser pequeno proprietário, mas complementar a produção necessária para o sustento de sua família tocando uma "lavoura" de outrem à meia. Outro indivíduo pode ser "meeiro", mas considerar necessário trabalhar como "jornaleiro", esporadicamente, para aumentar a renda familiar; dentre uma série de situações recorrentes. Além disso, ao longo do ciclo da vida de um indivíduo, ou de uma família, pode-se passar de "empregado" a "meeiro" e a "proprietário", bem como o inverso. Portanto, tais termos indicam a existência de diferentes formas de se ter acesso à terra em Dom Viçoso que se apresentam como possibilidades aos indivíduos de reprodução de uma economia e de um modo de vida camponês. Além disso, tais categorias são complementares e se definem em função da

principal categoria fundiária local – o "terreno" – e da produção agrícola centrada no café.

A economia do distrito de Dom Viçoso é marcada decisivamente pela produção cafeeira. Praticamente todos os moradores do distrito dependem de algum modo do café, mesmo aqueles que não são produtores. Alguns podem ser comerciantes, que tem seu negócio movido pelo dinheiro obtido com a venda do café; outros podem ter alguma pessoa da família que cultive café e, na época da colheita, quase todos trabalham nas plantações de café, isto é, nas "lavouras", desde os bem jovens até os mais idosos.

O café é produzido para o mercado, sendo o principal gênero comercial dessa região. Ainda que o agricultor possa deixar uma parte da colheita para o consumo de sua família, seu destino é o mercado e é produzido com esse intuito. Para as famílias que vivem no patrimônio, e que em muitos casos não possuem terra própria, o trabalho anual na colheita do café é o que garante uma renda. Com essa renda, podem saldar dívidas, investir na melhoria da casa, comprar algum móvel, eletrodoméstico ou mesmo, o que é o sonho de muitos, "juntar pra comprar uma terrinha".

Nesse sentido, o café está em tudo Dom Viçoso. Poderíamos, parodiando Evans-Pritchard, dizer que o idioma social em Dom Viçoso é um idioma agrícola ou, mais especificamente, um idioma do café. Tal como o gado para os Nuer, povo estudado pelo antropólogo, o café em Dom Viçoso é o bem mais prezado por possuir grande valor econômico mas também por constituir o vínculo de numerosos relacionamentos sociais (Evans-Pritchard, 2002: 27). A seguinte fala de um "meeiro" nos dá uma idéia da importância do café para as pessoas que vivem nesta região. Segundo este entrevistado:

> "A gente vive exclusivamente do café. A gente planta milho, feijão, mais dá pouco. Por conta da despesa, tem hora que até falta na despesa, tem que comprar. Mais é do café. Inclusive nós aqui em casa, nós só vivemos do café. Nós vivemos aqui do café. Apesar da seca estar muito grande, mas é exclusivamente o café."

Além do café, os principais produtos agrícolas desta área são o milho e o feijão, mas estes, diferentemente do café, são produzidos principalmente pelos agricultores, sejam proprietários ou "meeiros", "para a despesa", como nos conta o entrevistado no trecho reproduzido acima, ou seja, para o sustento da família por meio do consumo direto, ainda que se possa vender uma parte da produção.

Em alguns casos sequer são destinadas terras próprias ao cultivo de milho e feijão que são assim plantados nos espaços deixados entre os pés de café, ou seja, em meio à "lavoura", constituindo a "roça". Entretanto, não se pode ignorar a importância que

esses produtos assumem para a economia local no sentido da manutenção de uma autonomia da unidade doméstica, em um contexto camponês.

As “lavouras” e as “roças” seguem uma mesma organização geral em todo o distrito. Nas “lavouras” o café é plantado ao longo de “carreiras”, que correspondem a linhas horizontalmente cortadas ao longo dos “terrenos”, os quais se situam quase sempre nos morros. Entre essas “carreiras” costuma-se plantar milho e feijão, ou seja, a “roça”. As culturas de café, milho e feijão são encontradas muitas vezes associadas. Argumento que tal integração da “lavoura” e da “roça” representa, em termos espaciais, a sua complementaridade em termos dessa economia camponesa. Desde a produção desses gêneros ao longo do ciclo agrícola até seu destino final para o consumo e/ ou comercialização é evidenciada a sua complementaridade. E para compreender a dinâmica dessa economia é essencial considerar a questão da autonomia doméstica e da inserção no mercado no contexto da economia camponesa.

Considero interessante apresentar, ainda que de forma sumarizada, a dinâmica do ciclo agrícola do café para compreender a importância desse cultivo para a economia local de modo mais geral. A “panha”, ou colheita, pode ser considera como o momento-chave no ano agrícola e, nesse sentido, compreende-se que os entrevistados considerem-na como o início do ciclo, tendo em vista a sua importância para a economia local. Nesse momento, quase todos os moradores da região, além de pessoas que vem de outras áreas, trabalham na colheita do café. Dessa forma, durante o período da colheita todos os moradores do patrimônio, praticamente, envolvem-se com a economia cafeeira, sejam proprietários, “meeiros”, ou outras categorias quaisquer de trabalhadores. Em tal momento, todos desempenham uma mesma função, apresentando-se como bastante semelhantes, sendo que as diferenças em termos de propriedade da terra e da posse de recursos são subsumidas na partilha de um cotidiano comum, o qual é marcado pela realização das mesmas tarefas. Depois de todo o trabalho ao longo de um ciclo anual na “lavoura”, e de colhido o café, este é posto ao sol nos “terreiros” até que esteja completamente seco. Logo em seguida o café é limpo e armazenado para aguardar o momento exato para a venda. Tal momento depende do preço que o produto assume no mercado, mas pode depender também de alguma necessidade excepcional da família, do desejo de adquirir algum bem, dentre outros motivos que configuram casos em que a venda pode se seguir quase que imediatamente à colheita.

A renda obtida com a venda do café movimenta a economia local, tanto no distrito quanto na cidade. Pagam-se dívidas de empréstimos, a conta da “venda”, insumos para

a produção, prestações de móveis, motocicletas e automóveis, etc. Como a colheita permite o acesso ao dinheiro a praticamente todos os moradores do *patrimônio*, sejam homens ou mulheres, tanto jovens quanto mais velhos, casados ou solteiros, a sua aplicação varia muito e depende, em boa medida, dos interesses individuais e/ou familiares. De modo geral, pode-se dizer que quando a colheita termina a vida em Dom Viçoso entra em um estado de profusão. Há nesse momento recursos suficientes para que se organizem festas, seja religiosas ou profanas, para que se beba bastante nas "vendas", e que se ocupe o tempo com diversões, após um longo período despendido quase que exclusivamente com o trabalho. Ao término da colheita do café o ciclo agrícola desse produto tem continuidade e, de maneira complementar, iniciam-se os ciclos do feijão e do milho. Como afirma um entrevistado, este é um "serviço que nunca acaba", constituindo um ciclo contínuo de lida com a terra ao longo do qual se conjugam as tarefas com a "lavoura" e com a "roça".

Como já se afirmou, a produção da "lavoura" é destinada ao mercado, enquanto que a produção da "roça" é destinada ao consumo doméstico, principalmente. Mas, de modo geral, tanto a comercialização da "lavoura" quanto o consumo dos produtos da "roça" compõem e caracterizam o que se poderia denominar uma economia de "aprovisionamento", a qual seria típica de grupos camponeses. Segundo Godói (1999: 91), a noção de "aprovisionamento" é preferível àquela de "subsistência", seguindo as indicações de Sahlins (1970)**.** Isso se deve ao fato de que, de acordo com a autora, a qual se baseia em Sahlins (1970: 121):

> A produção para aprovisionamento não se caracteriza exatamente como "produção para uso", isto é, para consumo direto, e as famílias podem produzir para troca, de modo a obter, indiretamente, o que precisam e não produzem, enquanto a "economia de subsistência" está marcada por uma concepção equivocada do trabalho camponês, sintetizada no binômio trabalho contínuo – sobrevivência. Ademais, a "produção para aprovisionamento" fornece à família seu "costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para o trabalho contínuo" (Godói, 1999: 91-92).

Ao analisar a economia doméstica dos camponeses da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Deborah Lima utiliza a noção de "economia de trocas" tomada a Weber. Segundo a autora, este tipo de economia caracteriza-se por uma orientação segundo a qual se trocam certos bens e demandam-se outros, não correspondendo de modo algum à idéia de uma economia natural (Lima, 2006: 170). Pelo contrário, a

autora destaca o aspecto, freqüentemente negligenciado em estudos sobre o campesinato, da inserção da economia camponesa no mercado. A ênfase na relação com o mercado não descaracteriza o campesinato, muitas vezes pelo contrário, pois a existência de uma economia de troca, seja monetária ou não, não anula uma lógica econômica diferenciada e esta se direciona ao consumo doméstico, isto é, trata-se de uma economia "consuntiva" e não "lucrativa", segundo a definição também proposta por Weber (Lima, 2006: 151).

Poderíamos correlacionar as considerações de Godói (1999) e Lima (2006) que abordam contextos camponeses distintos, no sertão nordestino e no Médio Solimões, respectivamente, à observação realizada na região da Serra do Brigadeiro. Nesse sentido, os moradores do *patrimônio* atendem ao que se considera aqui como uma economia camponesa de "aprovisionamento" ou "de trocas" ou ainda "consuntiva", a qual seria marcada por um ideal de autonomia do grupo doméstico, que se realiza por meio do cálculo bem feito das proporções do que será consumido e do que será vendido do todo da produção da "roça" e da "lavoura". Isso se aplica tanto aos proprietários quanto aos "meeiros", pois ambos cultivam, geralmente, uma "roça" em meio à "lavoura" que está sob seus cuidados ou em uma porção de terras destinada exclusivamente para isso. No entanto, é claro que as possibilidades de cálculo dos "meeiros" são limitadas devido ao fato de que devem entregar parte da produção em troca do uso da terra. Dessa forma, os "meeiros" têm sua condição camponesa, no que concerne ao aspecto econômico, sempre ameaçada, posto que sua autonomia doméstica depende de uma produção sempre menor do que a parcela que efetivamente cultiva.

Mas, apesar disso, o que distingue a "roça" e a "lavoura", e define sua complementaridade nesse contexto econômico, é a que propósitos se destinam desde o momento de sua produção até o seu consumo e troca. Mesmo quando a produção da "roça" é trocada no mercado, o objetivo principal dessa atividade é garantir indiretamente o sustento da família, sendo um gênero que se vincula ao consumo em termos da economia moral nativa.

O café, por outro lado, tem sua importância vinculada não à esfera do consumo, mas exatamente à esfera de sua circulação, como também já se afirmou. É por meio da produção da "lavoura" que os agricultores dessa região realizam sua inserção em um mercado relativamente competitivo, em que a cotação do café oscila significativamente. Na produção do café são contabilizados os custos com insumos agrícolas, com a mão-de-obra ao longo do ano e principalmente na colheita e todos os gastos em geral. Além

desses cálculos, os agricultores operam com as oscilações do preço da mercadoria segundo a sua possibilidade definida pela reserva de capital de que disponham, precisando assim o momento adequado para vender a produção. Dessa forma, o café é considerado uma mercadoria valiosa que garante a sobrevivência da família por meio de sua troca no mercado pelo dinheiro, o qual serve para atender a boa parte das necessidades definidas socialmente.

Nesse sentido, não se poderia considerar esta economia camponesa separadamente do mercado. Pelo contrário, em muitos casos, a renda obtida com a venda do café é revertida na compra de terras por parte de "meeiros", os quais passam assim a ter ampliada a sua autonomia e, por conseqüência, garantida de forma mais perene a sua condição camponesa. Contudo, a participação desses camponeses do mercado se faz segundo uma lógica econômica específica, direcionada para o consumo familiar, sendo que, desse modo, a renda obtida com a venda de produtos agrícolas é revertida para um consumo mais imediato ou para o aumento do patrimônio familiar. Ricardo Abramovay (1998: 100), em uma leitura das contribuições de economistas, tais como Chayanov e Tepicht, para o estudo do campesinato, propõe que estes, em geral, teriam pecado por ignorar o contexto social das práticas econômicas dos camponeses. Com isso, acabariam criando abstrações tais como a noção de "modo de produção camponês". Em lugar disso, o autor salienta o contexto social da racionalidade econômica camponesa e afirma que:

> [...] a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas (Abramovay, 1998: 101).

Segundo o sociólogo, haveria, portanto, regras ou normas formando um código que seria limitante da racionalidade econômica camponesa. Entretanto, "estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive" (Abramovay, 1998: 102). Tal inserção se daria no nível do mercado, mas de forma sempre parcial, posto que os próprios mecanismos de mercado atuariam de maneira incompleta no interior da sociedade camponesa. O campesinato seria

caracterizado, portanto, "por sua integração parcial a mercados imperfeitos" (Abramovay, 1998: 104). Essa característica conduziria à situação em que o campesinato teria sua reprodução social sempre ameaçada pela contradição inerente à sua inserção imperfeita no mercado.

É importante enfatizar, a partir do argumento de Abramovay, a existência de um código que coordena as práticas econômicas em sociedades camponesas e que a economia não existe como esfera autônoma do social no caso camponês. Nesse sentido, argumento que a especificidade camponesa deve ser buscada no plano moral e social. Dessa forma, a inserção no mercado não deve ser considerada uma ambigüidade em relação ao ideal camponês de autonomia doméstica, pois ambos são complementares em termos de uma lógica econômica específica, direcionado ao consumo. Isto é, as práticas econômicas e a economia de uma forma geral, são coordenadas por determinados valores e normas sociais.

Em um sentido similar, Raymond Firth (1974), afirma a respeito da economia camponesa na Malásia que uma "economia de preços" e uma "economia natural" (termo que ele utiliza sob a ressalva de que se trataria de um conceito econômico que não descreve uma situação empírica) podem conviver lado a lado, atuando em áreas diferentes, ou com relação a diferentes produtos, em um mesmo sistema econômico. Dessa forma, o comportamento dos indivíduos poderia se mover entre as relações que se dão no mercado e a troca não mercadológica, mas estando sempre submetido ao sistema ou estrutura social.

Nesse sentido, o que definiria um dado grupo como camponês não seria de modo algum a ausência de relações com o mercado e a existência de uma economia de autoconsumo, mas sim de uma dimensão social e moral bastante específica que transcende e coordena a lógica econômica de maneira geral. A complementaridade da produção de café, milho e feijão em Dom Viçoso ilustra bem tal questão.

Retornando à complementaridade da "roça" e da "lavoura" no contexto econômico local, podemos propor algumas conclusões. Em primeiro lugar, essa complementaridade se expressa no nível da produção, já que o trabalho realizado nos âmbitos da "roça" e da "lavoura" compõe um todo ao longo do ciclo agrícola anual. Em segundo lugar, essa complementaridade define um tipo particular de economia de "aprovisionamento" onde a "roça" vincula-se prioritariamente à esfera do consumo familiar, não deixando, contudo, de ser comercializada, enquanto que a "lavoura" está associada à esfera da circulação ou da troca, mas servindo também às necessidades do grupo doméstico.

Nesse sentido, trata-se de uma economia camponesa que tanto se direciona ao mercado quanto internamente ao próprio grupo e ao sustento da família, sendo que tal complementaridade permite a reprodução social desse modo de vida.

No sentido de aprofundar e desenvolver as considerações aqui apresentadas, seria necessário investigar os mecanismos próprios dessa racionalidade camponesa específica e buscar compreender, a partir daí, as práticas e estratégias de inserção no mercado, desses camponeses, operadas por meio do café. Esta constitui outra etapa do trabalho que se encontra ainda em fase inicial e que enfoca a construção social do mercado de café na região da Serra do Brigadeiro a partir da perspectiva dos camponeses que aí vivem. No entanto, nosso objetivo é aqui apresentar reflexões de caráter preliminar, produzidas a partir da análise de dados empíricos, que, espero, possam contribuir para os debates sobre formas de organização sócio-econômica camponesa e sua relação com o mercado e que possam ser aperfeiçoadas por esses debates.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FIRTH, Raymond. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

GODÓI, Emília P. de. **O trabalho da memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

LIMA, Deborah de M. "A economia doméstica em Mamirauá". In: Adams, Cristina; Murrieta, Rui; Neves, Walter (editores). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

SINGULANO, Marisa. **O patrimônio de Dom Viçoso: economia e sociabilidade entre camponeses da região da Serra do Brigadeiro – MG**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFMG, 2008.

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO UMA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DE NOVIDADES PRODUTIVAS NA AGRICULTURA:

Uma análise comparativa entre Sul e Nordeste do Brasil[1]

Norma Kiyota[2]; Marcio Gazolla[3]; Nildete Maria da Costa Ferreira[4]; Gelson Pelegrini[5]; Luis Alberto Cadoná[6]; Miguel Ângelo Perondi[7]

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1. Introdução

O padrão de produção majoritário no meio rural brasileiro é aquele baseado na intensificação do uso de recursos e insumos adquiridos através dos mercados de produtos. Nessa conjuntura os agricultores familiares encontram-se numa situação em que os custos de produção são tão elevados que estes não conseguem ser compensados pelos rendimentos da venda da produção, ocorrendo o que autores como Ploeg (2000; 2008) chamam de *squeeze* da agricultura[8]. Assim, muitas famílias de agricultores estão buscando alternativas mais viáveis e sustentáveis via agregação de valor do produto agrícola, no sentido de atingir o que vários autores atualmente chamam de maior autonomia no seu processo de reprodução social,

[1] Este estudo recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil no financiamento de dois projetos complementares: (1) o Projeto "Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil – IPODE" (SCHNEIDER, 2007) e; (2) Projeto "Condicionantes, estratégias, organização e agroindustrialização nos sistemas de produção familiares com a cadeia leite no Território Sudoeste do Paraná" (KIYOTA, 2008).

[2] Pesquisadora da Área de Socioeconomia do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) – Unidade Regional de Pesquisa Sudoeste/Pólo Pato Branco. Engenheira Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Rural. E-mail: normak@iapar.br

[3] Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus de Frederico Westphalen. Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural, Doutorando em Desenvolvimento Rural. Bolsista CAPES. E-mail: marciogazolla@smail.ufsm.br

[4] Professora de Cooperativismo da Escola Agrícola de Jundiaí - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Engenharia da Produção e doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais - UFRN. E-mail: nildete.ferreira@bol.com.br

[5] Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen. Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Extensão Rural. E-mail: g.pelegrini@fw.uri.br

[6] Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus de Frederico Westphalen – RS. Licenciado Pleno em Técnicas Agropecuárias, Mestre em Extensão Rural. E-mail: lacadona@smail.ufsm.br

[7] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Pato Branco. Engenheiro Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural. E-mail: perondi@utfpr.edu.br

[8] *Squeeze* significa "aperto", "compreensão" e/ou "estreitamento". O conceito refere-se à situação em que os agricultores mesmo aumentando a produtividade na agricultura, devido à queda generalizada dos preços agropecuários e o crescente aumento dos custos de produção, obtêm rendas agrícolas cada vez mais baixas. Ou seja, há um "aperto" nas suas condições de reprodução social.

formas de resistência e de diversificação das atividades produtivas e econômicas (PLOEG, 2008; ELLIS, 2000; SCOTT, 2002).

Nesse contexto a agroindustrialização da produção representa uma novidade produtiva e uma forma dos agricultores familiares se reproduzirem socialmente com mais autonomia, possuindo agência nos processos de desenvolvimento rural (LONG e PLOEG, 1944; LONG, 2001, 2006). A idéia principal é que a agroindustrialização é uma novidade produtiva construída pelos agricultores, devido a esta ser uma prática de desenvolvimento rural nova nas famílias que leva em conta os conhecimentos, habilidades e recursos dos próprios agricultores e, também, as condições do entorno local e do contexto em que os agricultores estão inseridos[9]. A partir da Perspectiva Orientada aos Atores – POA, os próprios agricultores constroem e geram as novidades produtivas em conjunto com outros atores sociais com que este possuem relações (extensionistas, instituições, organizações, investigadores, etc.) e estas não são exógenas, lineares e globais, tal como eram no paradigma da modernização agrícola.

Nesse sentido, o trabalho enfoca as estratégias adotadas por famílias envolvidas no trabalho em unidades agroindustriais nos espaços rurais com o objetivo de qualificar o processo de construção de novidades produtivas e de agência dos atores, de geração de valor agregado, de diversificação das famílias e da economia regional em que estes estão inseridos; bem como analisa, também, os efeitos das agroindústrias familiares sobre o desenvolvimento rural nestes locais pesquisados.

Para a comparação entre os resultados do Sul e Nordeste foram selecionados três estudos de casos. O primeiro no Município de Apodí – RN, em que foi pesquisada uma cooperativa de apicultores, a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Sustentável (COOPAPI). O segundo caso nos municípios do Sudoeste do Paraná, em que foram pesquisadas seis agroindústrias de leite, que são: Laticínio Coletivo Alto Alegre; Leite pasteurizado Aprove; Iogurte Celena; Queijo Colonial Capra; Queijo colonial Três Irmãos; Leite não pasteurizado (informal). O terceiro caso pesquisado localiza-se em Frederico Westphalen – RS, a agroindústria de derivados de cana de açúcar Vitalli e a agroindústria de derivados de doces de frutas e de conservas Magalski.

O artigo está dividido em três seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira há uma discussão resumida sobre a POA e a abordagem das novidades produtivas. Na segunda, ocorre a abordagem sobre a trajetória de construção social de novidades produtivas e dos processos de agroindustrialização nas famílias. E, por fim, são apontados os

[9] Nesse sentido as novidades produtivas diferem totalmente das inovações na agricultura. Para ver as diferenças, consultar a excelente obra organizada por Wiskerke e Ploeg (2004).

efeitos das agroindústrias e das novidades produtivas na economia e no desenvolvimento rural.

2. Os processos de geração de conhecimento e de novidades produtivas na perspectiva orientada aos atores

A POA oferece alternativas teóricas e metodológicas para a análise dos processos sociais e econômicos, bem como alguns conceitos chaves para se compreender o surgimento das novidades produtivas. O primeiro deles é o de agência, uma abordagem que coloca os atores sociais no centro das atenções e que os retira da passividade. Além disso, consegue-se analisar os seus repertórios culturais, os processos de mediação, as interfaces de relacionamento entre os atores diversos, as interações sociais e compreender os seus "projetos" e "mundos" de vida. A noção de agência recoloca os atores sociais em permanente interação em redes, manifestando-se quando há interações, interfaces, (re)construções e transformações entre os "mundos", os "projetos" e os repertórios culturais dos atores em arenas específicas e localizadas (LONG, 2001)[10]. Long resumiu a noção de agência (2006, p. 48; tradução livre) a partir de Giddens (1984, p.1-6):

> [...] A noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são "detentores de conhecimento" e "capazes". Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas.

Aplicada ao estudo dos processos de geração de conhecimentos e de novidades produtivas, a POA é útil para se pensar as formas com que os atores sociais são capazes de construir processos semi-autônomos de aprendizagem, em relacionamento e interação social com outros atores sociais e frente a um dado contexto institucional. Permite analisar como os processos de conhecimento e de produção de novidades expressam-se em resultados derivados das ações dos agricultores, em interação, interfaces e transformações do seu mundo com os projetos e os repertórios culturais dos outros atores sociais.

Segundo Ploeg *et all* (2004, p. 1; tradução livre), a novidades produtiva pode ser:

> [...] uma modificação e, algumas vezes uma ruptura com as rotinas existentes. Ela é, desse modo, um desvio. A novidade pode emergir e funcionar como um novo conhecimento dentro das práticas existentes ou pode consistir em uma nova prática. Principalmente, uma novidade é um novo jeito de fazer e pensar, um novo modo que carrega consigo o potencial de fazer melhor, de forma superior as rotinas já existentes. Por isso, elas são consideradas as *sementes da transição* [...].

[10] Consultar Long e Ploeg (1994), Long (2001) e Long (2006) para uma maior explicação de alguns termos e conceitos utilizados. Neste trabalho, dado a limitações de espaço, não é possível se explicar todos os conceitos, termos e noções utilizados pela POA.

No caso da agroindustrialização da agricultura familiar a POA revela-se adequada para se compreender como os agricultores se utilizam de estratégias familiares e coletivas para construir os seus projetos de vida, produção e trabalho, tendo por base as relações que desenvolvem com outros atores sociais e o contexto institucional vigente[11]. Também se revela útil para se analisar como os agricultores constroem as suas novidades produtivas através dos processos de aprendizagem e de produção do conhecimento no rural. Assim, por esta abordagem, consegue-se analisar como se geram as novidades produtivas e como elas são construídas em interação com o contexto, com os diferentes atores sociais e as instituições existentes que se relacionam com os agricultores e as suas organizações.

3. A construção social das agroindústrias familiares e das novidades produtivas

A agroindústria familiar inicia a partir da venda de muitos produtos que eram consumidos pela família, inovando, no sentido de descobrir uma nova estratégia de ganho de vida e de geração de renda, utilizando o conhecimento, o saber fazer e habilidades já apreendidas previamente. Pois, como formulou Stuiver *et all* (2004, p. 102):

> O conhecimento dos agricultores é implícito à prática produtiva, ou seja, é ancorado na ação. No curso do tempo os agricultores monitoram, avaliam e ajustam a eficiência de suas práticas e decisões. O ajustamento é constante e leva a novos ajustamentos nos diferentes domínios da produção. Este ajustamento é uma espiral: agricultores constantemente ajustam, monitoram, avaliam e novamente ajustam. Neste caminho eles aprendem fazendo e fazem através da aprendizagem.

A agroindústria familiar emerge assim como uma prática experimental e alicerçada no conhecimento histórico dos agricultores, que vão melhorando as suas maneiras de fazer e de produzir, ajustando-as e culminando com a agroindústria, uma novidade produtiva construída para que os agricultores consigam resistir (SCOTT, 2002) ao processo mais amplo de transformações sócio-técnicas no qual está passando a agricultura e continuar se reproduzindo de uma forma diferente e melhor, principalmente do ponto de vista da geração de renda e bem estar às famílias envolvidas.

Nas experiências individuais, são os membros das famílias que fazem o processamento e a comercialização do produto. Entretanto, quando o processo coletivo envolve um número maior de famílias este tende a ser centralizado em algumas pessoas que assumem a liderança do processo. Assim, o conhecimento utilizado para o processo de transformação dos produtos

[11] A definição de instituições e de organizações é abordada segundo Douglass North (1990, 1994). Para o autor as instituições de uma sociedade são históricas e moldam o padrão de comportamento dos indivíduos e das organizações, bem como o seu desenvolvimento. Estas seriam definidas como as regras formais e as condutas informais existentes em uma sociedade e que são reproduzidos tanto pelo Estado, pelas leis, regulamentos, etc., como pelos grupos sociais e os indivíduos privados através do seu sistema cognitivo. Já a idéia das organizações é de que estas seriam "os jogadores" em uma sociedade, pois são constituídas de atores e grupos sociais diversos que interagem no ambiente institucional. Para ver uma análise das agroindústrias familiares sobre a ótica institucional, consultar Gazolla (2009).

foi diferenciado entre as experiências individuais e a coletiva. Os agricultores também se inserem nesse processo articulando diferentes relações com mediadores, como: prefeituras, extensão rural, organizações dos agricultores, agentes financeiros e outras organizações que atuam com iniciativas geralmente apoiadas por programas e políticas de governos (municipal, estadual e federal).

Essas relações se inserem nas estratégias dos agricultores que protagonizam ações diferenciadas de acordo com os desafios enfrentados a partir das novidades que são engendradas em diferentes momentos em que estes se relacionam com os diversos atores que atuam nos cenários que se ampliam quando o agricultor passa de produtor de matéria-prima para aquele que produz e comercializa produtos agroindustrializados, pois é necessária uma maior integração e interação com outros atores, com os mercados e com o contexto institucional vigente (NORTH, 1994).

As famílias estudadas apresentam uma diversificação produtiva em torno de outras atividades além da agroindustrialização, tornando a divisão do trabalho mais complexa. Cada membro da unidade de produção possui um conjunto de tarefas e de atividades que deve cumprir para o sucesso da unidade de produção, ou seja, cada membro possui as suas habilidades, conhecimentos e saber fazer que são empregados de forma distinta em cada etapa do processo produtivo. É esse conhecimento e habilidades dos membros da família e do contexto que gera as novidades produtivas (STUIVER *et all*, 2004). Não que isso leve o grupo doméstico a uma produção do tipo fordista de alimentos, pois como demonstrou Ellis (2000), a especialização de alguns membros do grupo doméstico em algumas atividades de produção não implica que necessariamente a unidade de produção seja especializada como um todo. Nas unidades produtivas há uma divisão das tarefas em função do gênero e idade dos membros do grupo doméstico, que pode ser definida como uma novidade produtiva, já que foi a forma operacional encontrada pelas famílias para resolver os problemas diários das atividades de agroindustrialização (KIYOTA, 1999; PERONDI e KIYOTA, 2002).

Uma mudança perceptível nos diferentes casos foi à intensificação dos sistemas produtivos. No Paraná, depois da implantação das unidades de transformação, as famílias passaram a intensificar a atividade leiteira, aumentando e melhorando as áreas de pastagens, adequando o manejo e a qualidade genética dos animas e direcionando parte das áreas de grãos para a produção de silagem. Em Frederico Westphalen, os sistemas produtivos migram dos grãos para a produção de frutas, legumes, verduras, cana de açúcar, amendoim, para atender a necessidade dos processos agroindustriais e a demanda dos consumidores. O mesmo ocorre em Apodí, que ampliou e diversificou as atividades, como: a produção de

arroz, feijão, artesanato em palha, o beneficiamento da castanha de caju e a fabricação de polpa de frutas. Esta, talvez, possa ser considerada a maior novidade produtiva nos casos de agroindústria rural, pois os agricultores mudaram *radicalmente* os seus sistemas produtivos e de reprodução social, focando a agroindústria como sua principal estratégia de reprodução social.

Outra novidade produtiva é a relação com os mercados. Anteriormente vendia-se a produção uma vez por ano e com aqueles recursos as famílias se reproduziam o ano todo, além disso, a sua inserção mercantil era dependente e vinculada às cadeias longas de produção. Atualmente os mercados são construídos socialmente pelas próprias famílias, são de proximidade e de relacionamento social com os outros atores, desenvolve-se através das cadeias curtas (MARSDEN, 1999; 2009) e possuem uma maior autonomia sobre estes.

4. Resultados da agroindustrialização e o surgimento das novidades produtivas

Nota-se que as agroindústrias diversificaram a economia local, dinamizando pequenos negócios, comércios e serviços, reflexo da própria diversificação do estabelecimento rural. Isso é intrínseco ao surgimento das novidades produtivas, pois quando algumas famílias começam a agroindustrializar a sua produção há o surgimento de outras novidades produtivas e atividades ligadas direta ou indiretamente à primeira. Assim, este processo é *cíclico*, pois quando um fator limitante ou problema é corrigido, outro poderá emergir e novamente outra solução será desenvolvida e o processo se retro alimenta. Nesse sentido, Ploeg (2008), afirma que a criação de uma novidade pode levar ao surgimento de outras, sucessivamente, podendo este processo formar as chamadas teias de novidades (*webs novelties*) (PLOEG *et all*, 2004; VENTURA, *et all*, 2008).

O processo de agroindustrialização gerou aumento dos conhecimentos dos agricultores e do nível de informação destes, devido ao relacionamento com outros atores e instituições e à aquisição de um conhecimento contextual da atividade (LONG, 2001, 2006) que é essencial ao desenvolvimento das novidades. Com essas informações e conhecimentos, os agricultores conseguem construir suas estratégias tendo em mente as limitações, problemas e "flancos" em que devem agir, definindo ações a partir das informações e conhecimentos desenvolvidos pelos agricultores, pelas instituições e pelo contexto local (PLOEG *et all*, 2004).

Nas experiências coletivas, as informações sobre tecnologias, mercados, preços e custos são concentradas naqueles que trabalham diretamente na gerência das áreas e alguns funcionários. Os outros sócios permanecem quase alheios a administração, mas desenvolvem seus conhecimentos sobre os fatores de produção. Mas, comparativamente aos agricultores

que atuam especificamente em atividades agrícolas, ambos têm acesso a muito mais informações sobre tecnologia, preços, mercados, políticas, legislação, etc.

A agroindustrialização gerou mais qualidade de vida às famílias, por proporcionar maiores rendas e uma condição financeira mais estável durante o ano[12]. Com a renda gerada, as famílias conseguem acessar bens de consumo e adquirir mercadorias que antes não estavam ao seu acesso, bem como melhorar o nível de vida do grupo doméstico. As famílias vivem melhor, pois possuem acesso a meios de transporte, serviços de saúde e educação. Além disso, houve a melhoria da auto-estima familiar. No Sul, muitos filhos de agricultores estão conseguindo estudar, fazendo a graduação em alguma faculdade ou universidade da região ou fora desta.

A alimentação destas famílias é de boa qualidade e os seus membros têm adquirido alguns itens que não faziam parte de seus hábitos alimentares anteriormente, ampliando e melhorando as opções de alimentos. Além disso, as casas foram reformadas e ampliadas, apresentando móveis e equipamentos novos. Assim, nota-se que estas novidades geradas nas experiências de agroindustrialização, sejam elas produtivas, organizacionais, de mercado, de processo produtivo, etc. são muito importantes na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Em Apodí ocorreu também a melhoria das condições ambientais, pois devido a pressão dos vizinhos, parte dos agricultores não coloca mais agrotóxicos nas culturas e campos e aperfeiçoaram o manejo de dejetos, para evitar a contaminação das floradas, e com isso, a morte das abelhas ou a produção de mel de baixa qualidade.

Em relação ao ambiente institucional e a as organizações, as experiências estudadas participam em três direções diferentes: construção de relações com instituições públicas, com instituições e organizações privadas e com organizações da própria agricultura familiar local e/ou regional, demonstrando a gama ampla de relacionamento e contratos mantidos pelas famílias e as suas organizações sociais.

No que tange a inserção das experiências no ambiente institucional dos mercados locais e regionais é importante alguns comentários. Alguns produtos têm maiores demandas que outros, mas os mercados abertos por um determinado produto facilitam a entrada dos outros posteriormente. Os produtos das unidades individuais são comercializados,

[12] O processo de agroindustrialização do Sudoeste do Paraná pode ser observado no trabalho de Perondi (2007, 2009), que ao analisar que o grupo de agricultores que agrega valor à produção (por meio do beneficiamento) apresenta uma renda agrícola e total três vezes maior que a média do grupo que diversifica apenas com commodities agrícolas. Portanto, calcula-se que a maior renda agrícola e total foi obtida justamente pelo grupo de agricultores que diversificou a renda com a indústria doméstica.

principalmente, no município, pois isso facilita a comunicação entre produtor e consumidor, fazendo com que o produtor tenha acesso às demandas de paladar, preço, formas de apresentação, qualidade, etc. do produto; ou seja, são os chamados mercados de proximidade (ABRAMOVAY, 2004; WILKINSON, 2008; GAZOLLA, 2009; KIYOTA, 1999).

No Sul, as agroindústrias possuem uma trajetória histórica de construção de seus próprios mercados. Num primeiro momento com a própria família fazendo isso, como atores sociais autônomos em relação ao contexto institucional e as organizações sociais, como haviam afirmado Long e Ploeg (1994) e Ploeg (2008). Entretanto, num segundo momento esta estratégia modifica-se, obtendo um maior apoio das instituições, das organizações e das políticas públicas.

Nesta trajetória percebe-se que a estratégia dos agricultores passa pela idéia de "nunca se colocar todos os ovos na mesma cesta". Ou seja, do ponto de vista da construção social de mercados as famílias se preocupam em diversificar as vendas em um maior número possível de mercados, como forma de não ficarem dependentes de um elenco restrito de formas de acesso e de relacionamentos com estes. Além disso, nota-se a grande importância que possuem os mercados locais (de proximidade) e as cadeias curtas de comercialização neste tipo de atividade (RENTING *et all*, 2003).

6. Considerações finais

As experiências em agroindústria rural nas regiões sul e nordeste do Brasil demonstram que a agricultura familiar apresenta estratégias semelhantes na busca pela reprodução social. Apesar de viverem sua experiência em regiões distintas, com formas organizativas e sistemas de produção e transformação diferentes, as trajetórias das agroindústrias rurais estudadas têm muitos aspectos em comum, como:

(1) o início das experiências ocorreu no momento em que as famílias perceberam que os fatores de produção fundamentais das atividades agrícolas anteriores que estas desenvolviam estavam nas mãos de terceiros, o que gerava renda insuficiente para a sua reprodução e altos custos de produção (a idéia do *squeeze*, de Ploeg (2000, 2008));

(2) os agricultores precisaram de recursos organizacionais e financeiros para elaborar e concretizar seus projetos, pois simplesmente perceberam que a necessidade do encurtamento da cadeia produtiva não era o suficiente; estes precisavam buscar uma alternativa de reconversão produtiva frente às cadeias de *commodities* consolidadas;

(3) nesse momento, entram em cena atores sociais, mediadores e instituições catalisadoras do processo, apoiando o processo de organização coletiva dos agricultores, discutindo as

alternativas existentes e possibilitando o acesso a programas e políticas públicas de infra-estrutura, logística e assessoria técnica; por fim,

(4) foi fundamental interagir o conhecimento dos agricultores sobre o processo de organização social, gestão e transformação dos produtos caseiros com o chamado conhecimento científico de técnicos e assessorias (formando o conhecimento contextual), que foram e são demandados durante o processo de implantação e consolidação das unidades agroindustriais, pois esta atividade exige que sempre haja uma retroalimentação dos conhecimentos gerados.

Entretanto, é interessante observar que a inserção das famílias de agricultores no processo de agroindustrialização e nas cadeias curtas de comercialização não transformou a sua estratégia de diversificação produtiva.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. SP: USP, Vol. 16, n. 2, p. 35–64, 2004.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 273p., 2000.

GAZOLLA, M. Instituições e Economia dos Custos de Transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **Revista REDES**. UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 164 – 185, set/dez 2009.

KIYOTA, N. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização:** um estudo de caso no município de Capanema: Região Sudoeste do Paraná. 1999. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1999.

_____. **Condicionantes, estratégias, organização e agroindustrialização nos sistemas de produção familiares com a cadeia leite no Território Sudoeste do Paraná**. Projeto Edital MDA/SAF/MCT/SECIS/FNDCT/Ação Transversal I/CNPq – Nº 24/2008. 28p., 2008.

LONG, N. and PLOEG J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (ed) **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. England, Longman, p. 62-90, 1994.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. Routledge, 285p., 2001.

_____. **Sociologia Del Desarollo: uma perspectiva centrada em el ator**. Coleción Investigaciones: México. 504 p., 2006.

MARSDEN, T. Rural futures: The consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**. V. 39, nº 4, 20 p., 1999.

_____. Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring Pathways from Denial to Sustainable Rural Development. **Sociologia Ruralis**. Vol 49, Number 2, 19 p., April 2009.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Instituto Liberal. Tradução de Elizabete Hart, 36 p., 1990. (Série Ensaios & Artigos).

_____. Economic performance through time. **American Economic Review**. Vol. 84, N. 3, pp. 359 – 368, Jun 1994.

PERONDI, M. A.; KIYOTA, N. Gestão na agroindústria familiar de pequeno porte de cana-de-açúcar. *In*: Ferraz Dias de Moraes, M. A. e Assis Shikida, P. F. (Orgs.). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. 1ª Edição, São Paulo: ATLAS, 2002, v. 1, p. 354-367.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

_____. Repensando a especialização agrícola. **Revista Agriculturas.** V.6. n.3, p.12-14, Out 2009.

PLOEG, J. D. Van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K. de; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development: From pratices and polices towards theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, nº 4, pp. 391 – 408, 2000.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. *In*: PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Eds.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Royal Van Gorcum, pp. 01-28, 356p. 2004.

PLOEG, J. d. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS. 372p., 2008. (Coleção Estudos Rurais).

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food Networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning.** V. 35, pages 393 - 411, 2003.

SCHNEIDER, S. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil (Acrônimo: "IPODE")**. Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007 – Universal. 22p. 2007.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Revista Raízes**. Tradução de Marilda A. de Menezes e de Lemuel Guerra. v. 21, nº 01, jan – jun/2002.

STUIVER, M. The power of Experience: Farmer´s Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Van Gorcum, p. 93-117, 356p. 2004.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 213 p., 2008. (Série Estudos Rurais).

WISKERKE, J. S. C. and PLOEG, van der J. D. **Seeds of Transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 356 p., 2004.

VENTURA, F.; BRUNORI, G.; MILONE, P.; BERTI, G. The rural web: a synthesis. *In*: PLOEG, J. D. van der and MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development**. Van Gorgum, pp. 149 - 174, 262p., 2008.

A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM DOIS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Ana Patrícia Sampaio de Almeida*
Elisângela Froehlich**
Marilda Menezes*
Nerize Laurentino Ramos***
Rozane Márcia Triches**

* Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
rmtriches@terra.com.br
*** Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

Introdução

Este trabalho pretende analisar como o Programa de Alimentação Escolar (PAE) passa a ser utilizado como um novo mercado para a agricultura familiar, abordando o caráter inovador e os dispositivos coletivos de duas experiências municipais, uma na região Nordeste e outra no Sul do país. O PAE atendeu em 2008 mais de 34 milhões de alunos, despendendo quase 1.5 bilhões de reais só de recursos federais. Em 2009 foi sancionada a Lei 11.947 de 16/06 que obriga todas as entidades executoras a utilizarem no mínimo 30% destes recursos para aquisição de produtos da agricultura familiar. Este texto analisa duas experiências municipais que já se utilizavam desta política junto ao Programa antes mesmo da aprovação da referida Lei. Pretende-se avaliar como se deu o processo e a trajetória nestes dois casos, enfatizando as dificuldades e as formas encontradas para superação. Com isso, acredita-se poder contribuir para um debate mais ampliado sobre as questões que permeiam a construção deste novo mercado.

1 Contextualização

O município de **Dois Irmãos** é integrante da Região Metropolitana de Porto Alegre, localizado a apenas 52 km da capital na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 24.815 habitantes, uma área de 65,16 km², com uma densidade populacional de 380,9 hab./km², sendo o 7º município mais urbanizado do estado no ano de 2000. Em 2004, depois de dois movimentos, um no nível do município, que pretendia

melhorar a qualidade dos alimentos e da saúde dos escolares, e outro no nível da região, que pretendia abrir novos canais de comercialização para os produtos da agricultura familiar efetivou-se esta prática, com o início da participação de produtores rurais nos processos licitatórios. Desde então, já participaram direta e indiretamente como fornecedores, em torno de 20 agricultores, com produtos como: leite integral tipo C pasteurizado, néctar de uva orgânico, geléia e doces em pasta de frutas orgânicas, doce de leite, ovos de galinha caipira e de codorna, mel em pote e sache e hortaliças.

O município de **Lagoa Seca**, PB, situado na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião de Campina Grande, com uma população aproximada de 24.937 habitantes[1], sendo, 16.042 habitantes residentes na zona rural. São aproximadamente de 33 comunidades rurais, o que corresponde a mais de 70% de toda a área territorial do município. Em 1996, com a formalização do Pólo Sindical da Borborema com atuação em 16 municípios, dentre os quais Lagoa Seca, inicia um amplo trabalho com a agricultura familiar da região. Entre 2005 e 2006, inicia neste município a *"Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea"*, modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentre as entidades receptoras, constavam as escolas, iniciando-se assim, o vínculo entre o PAE e a agricultura familiar, intermediados pelo PAA.

Como se trata de gestão de políticas públicas diferenciadas, no caso do Rio Grande do Sul – o PAE e no caso da Paraíba – o PAA, as questões referentes à gestão propriamente, são diferenciadas. Em Dois Irmãos, o processo de comercialização dos agricultores regulamentava-se pelas exigências do PAE e às questões de licitação. Havia uma relação direta entre agricultor e prefeitura, com mediação de diversos atores sociais. Em Lagoa Seca, o processo de comercialização dos produtos normatizava-se pelo PAA na sua modalidade de doação simultânea a escolas e creches. No caso do PAA, não havia necessidade de licitação, assim, as questões principais para a efetivação do processo estavam mais relacionadas aos critérios de seleção dos agricultores, à complexidade burocrática e a infra-estrutura de pesagem, embalagem e transporte dos produtos entre as áreas produtoras e os locais de recebimento e distribuição para as escolas e creches.

Em ambos os casos, houve a necessidade de suplantar barreiras para a efetivação de uma gestão diferenciada do Programa no nível municipal, que por um lado necessitou de inovações no processo, de dispositivos coletivos para viabilizá-la e de uma distribuição de ativos sociais, especificamente aqui, de conhecimentos.

[1] População residente em primeiro de abril de 2007, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2 Burocracia dos programas: licitação, complexidade da documentação

Uma das principais barreiras a serem superadas para que os agricultores pudessem participar como fornecedores do PAE foi a burocracia das aquisições públicas. E nestes exemplos específicos pode-se verificar que tanto o processo licitatório regido pela Lei 8.666/93, que disciplina todas as compras e contratos públicos, quanto a utilização do mecanismo do PAA, que teve como um dos motivos de sua criação a desburocratização da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Estado, se demonstraram igualmente difíceis para o pequeno produtor acessar o mercado institucional.

Os recursos públicos remetidos à alimentação escolar até 2009, obrigatoriamente, deveriam ser utilizados para compras de gêneros alimentícios através de processo licitatório[2]. O município de Dois Irmãos realizava no mínimo duas licitações por ano na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico e, para compras emergenciais, Carta Convite ou Dispensa de licitação. Para adquirir produtos de agricultores familiares foi necessário adaptar o trâmite a este fornecedor específico. Assim, o Departamento de Compras em conjunto com o Departamento Jurídico, passou a considerar o Cadastro de Pessoa Física e o Bloco do Produtor Rural como símiles ao exigido às Pessoas Jurídicas.

Mesmo com esse auxílio, a manutenção do vínculo era dificultada, segundo depoimento da Coordenação do Serviço de Alimentação Escolar do município, pela própria Lei de Aquisições Públicas, que tem como uma de suas prerrogativas a livre concorrência, e a isonomia, devendo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, vetando-se aos agentes públicos agir de forma a frustrarem ou restringirem o seu caráter competitivo. Decorrente disto, os agricultores familiares, ao participarem deste processo, o faziam concorrendo com outros fornecedores e atravessadores tendo que obedecer às exigências documentais. Nesta condição, muitas vezes, não conseguiam concorrer com grandes atacados e varejos, seja pela questão do valor dos produtos, pela falta de informações e familiaridade com os processos ou pelas exigências estruturais que seriam onerosas e que incluiriam uma formalização que demandaria muitas vezes uma carga tributária que eles não conseguiriam sustentar.

Para suplantar estas questões, foi necessário utilizar formas inovadoras como as especificações dos produtos nos Editais que passaram a ser mais detalhadas, além de virem com exigências de qualidade referindo características de produção e manipulação diferenciadas que condiziam ao que e como eram os alimentos produzidos na região, como no

[2] A dispensa licitatória pode ocorrer em algumas situações emergenciais ou para valores que não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00/ano/objeto.

caso do leite produzido no município que se distingue dos demais leites pasteurizados tipo C pela característica da manutenção da gordura (tipo "integral"), sem a sua padronização a 3% (tipo "padronizado"), como é a maioria dos oferecidos no comércio. Além desta estratégia, estes gêneros passavam também pelo Núcleo de Controle de Qualidade (referido acima) que atentava para o atendimento estrito às exigências do Edital, podendo desclassificar as propostas que não estavam de acordo com o padrão de qualidade descritos. Assim, o proponente deveria além de oferecer o menor preço, também comprovar a qualidade exigida no certame para fornecer determinado gênero alimentício ao PAE.

Morgan (2004) defende que a reforma mais importante que deve ser criada para um novo conjunto de práticas é um quadro regulatório de incentivos e sanções globais e locais que promovam e não frustrem a ampliação de cadeias alimentares sustentáveis (o que significa para o autor a mesma coisa que cadeias alimentares locais). Para o mesmo, fazendo uma análise da União Européia, a maior barreira para estas cadeias se assentam no "formidável arcano das normas das compras públicas"(p. 6). No Reino Unido, por exemplo, ditam, como ilegais as compras que especifiquem adjetivos como "local" por ferir os princípios da livre concorrência, como a transparência e a não-discriminação. Ao contrário, países como a França e a Itália seriam mais criativos em relação à interpretação das regras, ao especificar certas "qualidades" nos produtos a serem comprados caracterizando-os como "orgânicos", "sazonais", "frescos", incentivando desta forma, as cadeias locais de abastecimento.

Se a gestão do PNAE tinha como um grande entrave a burocracia da licitação, o PAA, embora não tenha a exigência de licitação, também exigia uma documentação complexa e onerosa em termos administrativos. Essa foi uma das razões que, associadas às divergências político-partidárias que marcou o processo eleitoral no município, fez com que o Pólo Sindical da Borborema, como entidade proponente nos anos 2005-2006 e 2006-2007 em Lagoa Seca, se retirasse e repassasse a gestão do programa para a Prefeitura. O primeiro projeto apresentado, diretamente pela Prefeitura, ocorreu no final de 2008, contemplando o período de 2008-2009. No final de 2007 o Pólo Sindical informou à Prefeitura e aos demais parceiros que não seguiria mais como gestor do projeto, pois após avaliações internas havia constatado que os custos administrativos eram muito altos e totalmente assumidos pelo próprio Pólo.

Com a passagem da gestão do PAA para Prefeitura, ocorreram mudanças bastante significativas e que de certa forma impactaram "negativamente" na gestão da proposta como a responsabilização dos/as agricultores/as pelo preenchimento dos documentos necessários:

nota fiscal, relatório de recebimento e termo de recebimento e aceitabilidade - TRA (assinado pelo agricultor/a fornecedor/a, pelo responsável pela instituição beneficiada e pelo gestor do projeto) "que antes era assumido pelo Pólo". Este trabalho exigia habilidade para registrar todos os produtos, as quantidades e os valores que deveriam ser preenchidos à mão e sem rasuras, o que por vezes levava a erros visto que os/as agricultores/as não tinham o hábito de lidar com esse tipo de controle ou mesmo domínio do código escrito (poucos eram escolarizados). Este trabalho teria ficado a cargo da Associação, mesmo que o projeto tivesse uma relação direta com o/a agricultor/a, visto que o contrato era com a Associação. Qualquer erro no preenchimento dos documentos poderia acarretar atrasos.

Em resumo, verifica-se que existe uma burocratização de ambas as vias de acesso aos programas públicos. O PAE, sendo ainda regido pela Lei de Licitações, praticamente impossibilitava o acesso dos agricultores ao mercado da alimentação escolar. Por outro lado, o PAA mesmo tendo como orientação geral uma desburocratização de modo a facilitar tanto para os gestores públicos quanto para os agricultores, ainda se caracterizava por exigências que muitas vezes, dificultavam o acesso dos agricultores a estas políticas públicas.

Segundo Dargan e Shucksmith (2006), a ativação do processo inovativo requer o apoio das agências governamentais e dos governos locais, pois estes possuem um papel importante no processo de desenvolvimento e na sustentabilidade das inovações, por isso afirmam que há a necessidade de se desenvolver, entre os atores sociais, a capacidade de trabalhar de forma negociada.

3 Padrões de qualidade

Conhecimento e negociação são para Amin e Cohendet (2004), imperativos para o alinhamento das práticas em comunidades específicas às necessidades gerenciais para a construção de competências. Aqui, ressalta-se que a aprendizagem em comunidades pode ser parte importante desse processo, visto que elas ajudam a gerar elos significativos entre as partes. Quer se dizer com isso que há um conhecimento prévio e um conhecimento construído pela interface entre os atores que é negociado por eles. Nesse sentido, o exemplo a seguir retrata como os domínios de conhecimento se relacionam em ambos os casos e como são negociados.

Outro entrave a ser superado em Dois Irmãos foram as questões de legalização das agroindústrias e dos critérios de qualidade exigidos, como os Registros de Inspeção Sanitária, Registros no Ministério da Agricultura, entre outros. Frisa-se que estas exigências são intrínsecas ao PAE, pois são ditadas nas suas leis e regulamentações no que tange ao controle de qualidade dos alimentos adquiridos, seguindo as normas da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo os próprios agricultores e o STR, estas exigências, impossibilitavam a sua formalização devido à necessidade de tomarem uma série de medidas que tornariam a produção onerosa a ponto deles não conseguirem se adequar. Para a superação deste entrave, o município contou com ações conjuntas entre a Secretaria de Saúde e Agricultura para a implantação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que promoveria um maior número de produtores aptos, do ponto de vista sanitário, a venderem seus produtos para a Merenda Escolar do município.

Sendo que este Serviço não foi eficiente e rápido o suficiente para atender a demanda, foi necessário fortalecer a parceria entre os diferentes técnicos e instituições envolvidas, desencadeando uma relação de confiança sem exigências de rótulos, etiquetas ou certificados. Esta confiança era baseada no conhecimento do processo de produção dos alimentos pelos técnicos da prefeitura e Emater. Dessa forma, outros mecanismos foram criados para superação das questões de documentação e inspeções sanitárias como por exemplo, a atuação da Emater local junto à produção, à organização e estruturação das Agroindústrias, com as proposições de auxiliar no processo de adequação sanitária e ambiental.

Observou-se que uma estratégia para enfrentar os entraves burocráticos quanto a vigilância sanitária do PAE foi a relação entre os atores sociais envolvidos e a relação de confiança entre eles. No caso do RS, a relação entre os agricultores e os técnicos da prefeitura e da Emater funcionaram como uma certificação da qualidade. Este esforço parece estar centrado na busca de uma "qualidade" alimentar baseada em relações de confiança, no conhecimento sobre quem e como produz, no maior comprometimento do produtor e na maior exigência do consumidor.

No caso da PB, na formação de espaços institucionais de negociação e gestão, destacam-se neste período, com expressiva intervenção e visibilidade das organizações não-governamentais, (entre elas a AS-PTA[3]), que atuam junto aos agricultores familiares da Borborema como "instituição parceira" do Pólo Sindical desde a sua formação. Aos parceiros cabia o papel de apoiar a produção agroecológica, fornecer o atestado da produção, além da assessoria na organização dos agricultores e nas articulações e trâmites junto à CONAB.

[3] A AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) atua em Lagoa Seca desde 1993 promovendo ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar. As ações incluem formação para agricultores, visitas para intercâmbio de conhecimentos, encontros e seminários.

Comparando as experiências de Dois Irmãos e de Lagoa Seca, verificou-se que os atores mediadores, como Pólo sindical, ASPTA, Emater, atuaram como certificadores da qualidade, a partir da relação de confiança e conhecimento dos agricultores. No entanto, no caso de Lagoa Seca, com a mudança do gestor para a Prefeitura, observa-se que um dos critérios de qualidade foi abandonado, ou seja, aceita-se agora produtos sem certificação agro-ecológica não deixando claros quais seriam os novos critérios de qualidade.

Mesmo assim, observa-se que uma nova forma de confiança é estabelecida nestas relações, que não se baseiam em critérios estabelecidos fora daquela realidade e nem em rótulos, marcas, certificados, mas sim, em uma garantia com rosto, dada por contatos e conhecimentos feitos por trocas voluntárias e sob determinadas condições e valores sociais. Segundo Amin e Cohendet (2004), as inovações e o conhecimento são gerados através de uma combinação de práticas, deliberadas ou não, de compromissos sociais. Os autores argumentam que as comunidades (não necessariamente locais) são responsáveis por gerar aprendizagens estratégicas, através de práticas de socialização, interação, alinhamento de interesses, transmissão de conhecimento, entre outros aspectos. Os espaços de proximidade entre empresas seriam capazes de potencializar os processos de inovação e aprendizado pela maior circulação de idéias, conhecimentos e experiências compartilhadas.

4 Gestão do Programa e organização dos agricultores para o abastecimento

Em ambos os municípios, a gestão do programa baseou-se na articulação de vários atores locais. Em Dois Irmãos, o encontro de diversos atores no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), representando tanto os consumidores (professores, pais e Coordenação do Serviço), como os produtores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater), além de outros convidados como a Vigilância Sanitária, Secretarias da Agricultura e da Saúde resultaram a formulação de estratégias capazes de contornar os problemas burocráticos. Por meio destas aproximações ocorreram a reformulação dos cardápios e das especificações dos produtos, bem como, as exigências de comprometimento dos atores, tanto os da sociedade civil, como dos gestores públicos para a resolução dos problemas.

Em Lagoa Seca na Paraíba, a seleção dos agricultores e dos produtos aproxima-se do processo no RS. No primeiro ano do PAA, o planejamento inicial dava-se com os agricultores – levantamento dos produtos – e produção/ano; agricultores interessados, contatos com a Prefeitura (Secretaria de Educação, Agricultura, Saúde). E, com o apoio direto de uma nutricionista, se tinha o levantamento das demandas (produtos e quantidades por escola). No final se organizava a proposta a ser negociada com a CONAB: quantidade dos produtos

disponíveis e montante que cada agricultor/a deveria fornecer dentro das quotas estabelecidas pelo programa para cada produtor/a. Os critérios de seleção dos beneficiários[4] e dos produtos foram: ser agricultor/a com produção agroecológica ou em processo de transição para a agroecologia; estar envolvido nas dinâmicas gerais do Pólo Sindical na região e específicas do STR no município; ser sócio da ECOBORBOREMA[5] e com produtos certificados pela Organização não-governamental AS-PTA.

Nesse processo, correspondia ao Pólo Sindical como Instituição proponente e responsável pela coordenação direta dos agricultores: gerenciar todo o programa, como contabilizar o que seria fornecido e recebido, pagar os agricultores, prestar contas a CONAB, entre outros. Ao o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Lagoa Seca, correspondia o papel de organizar os/as agricultores/as familiares fornecedores/as dos produtos para a alimentação escolar, conduzindo os momentos de avaliação e planejamento, o apoio no processo de formação dos/as agricultores/as e distribuição dos produtos agroecológicos nas escolas. O Sindicato também acompanhava a coleta dos produtos que eram transportados até um local, na sede do município, onde eram pesados e divididos e enviados para as instituições consumidoras. Essa pesagem e divisão eram feitas pela Secretaria de Educação e Conselho da Merenda Escolar, que também era responsável pela distribuição dos mesmos para as instituições beneficiárias consumidoras.

A Prefeitura de Lagoa Seca cabia a cessão do transporte e pessoal (recursos humanos) para entrega da mercadoria, os espaços para guardar a produção e a infra-estrutura das escolas. A ela correspondia também fazer a coleta quinzenal dos produtos (nas casas dos/as produtores/as) e disponibilização de um servidor público (ou mais), do seu quadro técnico permanente, para cumprir com essas atribuições. A Secretaria de Saúde era responsável pela vigilância sanitária e o STR, como expressão e extensão do Pólo Sindical, a Secretaria de Educação e a de Agricultura, enquanto gestores locais, eram os responsáveis pelas discussões nas escolas com os alunos, pais e mestres acerca da importância econômica, social, ambiental e nutricional da alimentação escolar e, por desdobramento, da agricultura familiar agroecológica no município. Ao Comitê Gestor, formado pelas Secretarias de Agricultura, Saúde e Vigilância Sanitária, Educação, Pólo Sindical, STR de Lagoa Seca e EMATER, cumpria analisar o andamento das entregas e a satisfação das escolas e dos alunos através de avaliações bimestrais.

[4] Os critérios foram estabelecidos no processo de discussão da parceria Pólo/MDA (CONAB).

[5] Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema.

Em Dois Irmãos, frisa-se que os articuladores dos agricultores em relação a sua organização em acessar o mercado da alimentação escolar foram a Emater e o STR. Neste sentido, para eles, esta foi outra dificuldade enfrentada pelos agricultores – organizarem-se para uma nova lógica de mercado. Um mercado mais exigente em relação à qualidade e que conta com aquela produção, não podendo haver falhas no abastecimento. No entanto, com o auxílio das instituições e com a adaptação ao processo com o tempo, os agricultores conseguiram se adequar.

Neste contexto torna-se importante a geração de novos conhecimentos sobre processos produtivos e organizativos, tanto no âmbito das unidades de produção quanto entre elas. Neste processo o conhecimento dos agricultores (*farmers knowledge)* é uma questão chave, como pode ser observado nas palavras de Stuiver et al. (2004 p.94) que diz que deve-se reexaminar o conhecimento dos agricultores em vista da natureza adaptativa dos diversos estilos de agricultura. Para os autores, entender sua lógica subjacente e sua racionalidade é importante porque tem um relevante papel na construção de inovações na agricultura. Os casos em estudo salientam que o conhecimento dos agricultores é implícito à prática produtiva, ou seja, é ancorado na ação. No curso do tempo os agricultores monitoram, avaliam e ajustam a eficiência de suas práticas e decisões. O ajustamento é constante e leva a novos ajustamentos nos diferentes domínios da produção. *Este ajustamento é uma espiral: agricultores constantemente ajustam, monitoram, avaliam e ajustam novamente*. *Neste caminho eles aprendem fazendo e fazem através da aprendizagem* (STUIVER et al., 2004, p. 102).

Por outro lado, é implícito também a existência de arranjos ou os chamados dispositivos coletivos, compreendidos aqui enquanto redes de organizações configuradas a partir de relações de compromisso e normas de confiança, que foram essenciais para acessarem novas políticas como o PAA ou para utilizarem o próprio PAE de forma inovadora. Espaços institucionais de negociação e gestão como o Pólo Sindical e os Conselhos Gestores como o CAE, exemplificados aqui, aparecem como fundamentais para o acesso e viabilização das políticas públicas, corroborando com a tese de que para estes Programas realmente sejam efetivos no que se propõe, há necessariamente que haver um mínimo de capital social existente.

Considerações finais

As experiências dos dois municípios analisados acima indicam que o PAE é um mercado emergente para a agricultura familiar que tem como um de seus principais problemas atuais a comercialização de seus produtos. Por outro lado, o abastecimento do Programa com produtos mais frescos, naturais e de conhecida procedência providenciaria alimentos de melhor qualidade nutricional e ambiental, beneficiando, por conseqüência, a saúde dos escolares.

No entanto, ainda que políticas como o PAA ou como a Lei 11.947 (Art. 14) vise desburocratizar os processos de aquisições públicas e favorecer a inclusão da agricultura familiar nos mercados institucionais, não se exclui, ao contrário, se faz mais necessária a atuação dos atores locais de forma a construírem um ambiente institucional que faça com que estas intervenções do Estado realmente sejam propícias ao desenvolvimento local. As dificuldades dos agricultores em acessarem estes mercados só são transpostas por meio de meios inovadores que demarcam formas criativas e estratégicas dos atores locais em recompor as usuais, dando-lhes condições de alcançarem seus objetivos. Neste sentido surgem os dispositivos coletivos quais sejam, os Pólos Sindicais, ou os Conselhos Gestores que lhes oferecem condições de discutir, de compreender, de conhecer, de fazer, de convencer e ser convencido, governando o processo de forma a gerenciar os seus problemas, crises e riscos em conjunto.

Não obstante, estas construções não são perfeitas, e, portanto, existem as descontinuidades, os conflitos, os rearranjos, os diversos conhecimentos que necessitam de uma negociação permanente o que remete para o enraizamento do processo e a importância que tem junto aos envolvidos. Neste sentido, os atores, ao se sentirem parte do processo e verem suas necessidades atendidas, fazem com que ele se consolide, continue e se aprimore. Ou seja, a importância dos atores sociais locais é essencial para que as inovações aconteçam e para a sua institucionalização.

O papel do Estado na formulação de políticas públicas, neste contexto, tem diferentes impactos em diferentes espaços e esta constatação deveria ser considerada quando da elaboração de políticas nacionais. O problema é que muitas vezes, os burocratas e políticos que as elaboram, juntamente com suas regulamentações, nem sempre as fazem com conhecimento de causa. Se não generalizam e consideram como premissa a má conduta do agente público na utilização dos recursos, idealizam os programas e os colocam no patamar das ideologias. Ambas as posições são prejudiciais aos beneficiários destas políticas que acabam por se tornar insipientes mediante a potencialidade que teriam se fossem melhor elaboradas e gerenciadas no nível nacional e local.

Bibliografia

AMIN, A; COHENDET, P. **Architectures of Knowledge:** Firms, Capabilities, and Communities. New York: Oxford, 2004.

DARGAN, L. and SHUCKSMITH, M. **Innovatory Economic development: Comparative report**. Global Urban research Unit (GURU), School of Architecture, Planning and Landscape, 2006.

MORGAN, K. **School meals and sustainable food chains the role of creative public procurement.** Cardiff University, 2004.

STUIVER, M; LEEUVIS, C; PLOEG, J. D. van der. The power of Experience: Farmer´s Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition.** Assen: Van Gorcumm, 2004.

LONG. N. **Sociología del Desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Colección Investigaciones. México. Centro de Investigaciones y Estudios superiors en Antropologia Social, 2007

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: The interlocking of theory and practice in Social Research and Development. London. Routledge, 1992
LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90(Citado *apud* texto **"Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura",** em tradução de Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira; revisão técnica Sergio Schneider. Versão para circulação interna)
PETERSEN, P; SILVEIRA, L**. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores:** a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema. In: Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro, ANA, 2007.
SANTOS, M. S. **Cidade e campo no Brejo Paraibano: um olhar sociológico sobre Lagoa Seca.** 2000. 200p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2000.
SCHNEIDER, S. Sementes e Brotos da Transição: Inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. (IPODE). Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007, 2007.
SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson**. Saindo de trás do birô**: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. Revista Agriculturas. v. 4 – nº 2 – Junho de 2007.

A EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA COMO *POLÍTICA VIVIDA*: Um estudo de caso em Mirandiba/PE e Esperantina/PI

JALIL,Laeticia[1]

A proposta deste trabalho é apresentar algumas reflexões surgidas no desenvolvimento do projeto desenvolvido pela Actionaid Brasil em parceria com a Conviver do Sertão no município de Mirandiba/PE e o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB em Esperantina/PI. Ao longo de dezoito meses foram realizadas doze oficinas com grupos de agricultores e agricultoras, dois seminários nacionais e duas viagens com troca de experiência entre os grupos, em que se buscou compreender o significado, limites e potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e construir instrumentos de apropriação para sua melhor implementação como parte da metodologia de monitoramento de políticas públicas pela sociedade civil. As atividades buscaram discutir com os grupos qual o significado do Programa como uma "política vivida" (como passam de "beneficiários/as" à sujeitos políticos da política); os limites e potencialidades a partir da compreensão dos arranjos políticos e institucionais; quem são os atores envolvidos no processo de implementação, tanto em relação ao Estado quanto na sociedade civil organizada (e como se apresenta em realidades distintas). O projeto permitiu identificar que os grupos têm dificuldade em reconhecer o arranjo político do Programa; que a forma de implementação do Programa, depende não só de uma "vontade política", mas também da capacidade que os diversos sujeitos têm de negociar, propor e disputar os projetos políticos nas arenas locais, regionais e nacionais; que o programa carece de uma visão diferenciada em relação às mulheres rurais para ser um instrumento de emancipação e que ainda há uma burocracia excessiva e uma "distância" entre a aprovação do projeto e liberalização dos recursos, apontada como grande entrave. Neste sentido, o que percebemos com o projeto é que o Programa se apresenta de forma diferenciada nas duas regiões analisadas e isso faz com que os grupos criem estratégias distintas, bem como tenham diferentes percepções do mesmo, assim como entre mulheres e homens. Outro ponto é que a prática de monitoramento de políticas públicas ainda é um desafio a ser assumido tanto pelas organizações da sociedade civil, quanto para o Estado.

Palavras chaves: monitoramento, programa de aquisição de alimentos, sujeitos políticos, democratização.

I- INTRODUÇÃO

O projeto *Medindo e Melhorando o impacto do Monitoramento de Políticas Públicas pela Sociedade Civil* buscou compreender em que medida política é percebida e vivida por esses grupos e como estão transformando as suas realidades, visando construir uma maior participação desses grupos nos espaços públicos.

Com o objetivo de conhecer as visões dos grupos que participam do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a partir da dimensão da *política vivida* e iniciar um processo

[1] Socióloga e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ. Rua Francisco Muratóri, 37 apto 301. Santa Teresa. Rio de Janeiro,CEP:20230-080 Email: laeticiajalil@gmail.com.

de monitoramento é que se desenvolveu o projeto[2] proposto pela Actionaid Brasil em parceria com a Conviver do Sertão no município de Mirandiba/PE e o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB em Esperantina/PI.

Ao longo de dezoito meses foram realizadas doze oficinas com grupos de agricultores e agricultoras, dois seminários nacionais e duas viagens com troca de experiência entre os grupos, em que se buscou compreender o significado, limites e potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e construir instrumentos de apropriação para sua melhor implementação como parte da metodologia de monitoramento de políticas públicas pela sociedade civil.

A metodologia privilegiou a participação das mulheres com a realização de oficinas específicas ao grupo misto, para assegurar um olhar diferenciado do Programa e seus efeitos a partir de uma leitura de gênero. As atividades buscaram discutir com os grupos qual o significado do Programa como uma *política vivida* (como passam de "beneficiários/as" à sujeitos políticos da política); os limites e potencialidades a partir da compreensão dos arranjos políticos e institucionais; quem são os atores envolvidos no processo de implementação, tanto em relação ao Estado quanto na sociedade civil organizada (e como se apresenta em realidades distintas) e como o poder público dialoga com os grupos e assume à implementação do Programa.

Esta metodologia nos permitiu identificar e sistematizar algumas percepções do Programa por quem é o sujeito do programa a nível local, quem está *"na ponta",* quem vive a política e como vive, bem como algumas questões que surgiram ao longo do projeto como forma de conhecer e reconhecer os limites e as potencialidades das práticas de monitoramento desenvolvida.

O presente artigo se divide em três partes. Na primeira apresentaremos algumas percepções do Programa por quem é o sujeito do programa a nível local, *quem está "na ponta",* quem vive a política e como vive, bem como algumas questões que surgiram ao longo do projeto como forma de conhecer e reconhecer os limites e as potencialidades das práticas de monitoramento desenvolvidas. Na segunda, apresentaremos a visão das mulheres e por último algumas estratégias diferenciadas, elaboradas pelos grupos com fim de se apropriarem da política como um dos instrumentos de democratização do meio rural e de suas vidas.

[2] O projeto *Medindo e Melhorando o Impacto do Monitoramento das Políticas Públicas pela sociedade civil* foi proposto pela Actionaid Brasil em parceria com a Fundação FORD e desenvolvido no período de junho de 2008 a dezembro de 2009.Durante o período foram monitoradas em parcerias com cinco organizações e movimentos sociais, três políticas públicas : O Programa de Aceleração do Crescimento –PAC, A Lei Maria da Penha e o Programa de Aquisição de Alimentos –PAA. Para saber mais acesse: http://www.actionaid.org.br.

I- O PAA COMO POLÍTICA VIVIDA

> *"Eu era arrendeiro, vivia como uma folha seca voando. Hoje tenho onde trabalhar, porque eu comprei terra com o dinheiro que ganhei no projeto da CONAB (PAA). A partir desse programa tive a oportunidade de me associar. Não tinha organização".*Bartolomeu da Silva , Mirandiba/PE.

> *"Para mim melhorou um pouco, pois vendo a massa. Foi um complemento na minha renda, para pagar as minhas dívidas. Também valorizou o mesocarpo e agora muitas pessoas conhecem o produto. Incentivou o trabalho dos grupos e melhorou a organização das quebradeiras e melhorou a renda".* Dona Francisca Lera, Esperantina/PI.

A) O PAA e a Conviver do Sertão. *O Programa da CONAB*

A Conviver do Sertão é uma organização de agricultores/as e técnicos, fundada em 2001, como fruto de articulações anteriores de comunidades eclesiais de base nos anos 80 e 90, junto com outras organizações que atuavam na região fundamentalmente em torno da luta pela convivência com o semiárido[3] nordestino. Atualmente trabalha com desenvolvimento local, integral e sustentável no semiárido, partindo de experiências locais de convivência (Zimmermann e Ferreira,2008:45)

A Conviver soube da existência do PAA através de outra organização parceira. O primeiro projeto foi apresentado em 2005. Atualmente estão indo para o quarto projeto. Esta história é relatada por um dos coordenadores da Conviver:

> *"Em 2005, surgiu um convite da ONG IRPPA de Juazeiro da Bahia para participar de uma capacitação do beneficiamento do Umbu.Em conversa com a equipe do IRPAA, foi repassada a informação que a CONAB tinha projeto para comprar a produção da agricultura familiar, via o PAA para distribuir nas escolas.A conviver visitou a CONAB em Recife para acolher informações sobre o programa Fome Zero. O projeto não poderia ser no nome da Conviver,e sim em nome de uma cooperativa ou de uma associação. Assim a primeira associação apresentar um projeto foi a do sitio Feijão que decidiu assumir o projeto com o apoio da Convive"r. (Vavá, coordenador da conviver. Mirandiba, 2009).*

Na tabela visualizamos a situação do Programa de Aquisição de Alimentos em Mirandiba[4]. O que nos interessa para este trabalho é perceber a ampliação da participação de famílias e de associações no decorrer dos projetos apresentados para a CONAB, bem como o montante trabalhado.

---

[3] O semiárido foi delimitado pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1991, e corresponde a uma das seis zonas climáticas do Brasil, onde cresce a caatinga como vegetação predominante. Esta zona se estende por uma área que abarca a maior parte dos oito estados da região nordeste (86,46%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do estado do Espírito Santo (2,51%), cobrindo uma área de 974.752 Km². A média de precipitação pluvial chega a 750 milímetros/ano. Fonte: http://www.cpatsa.embrapa.br.

[4] Para saber mais sobre os impactos do PAA em Mirandiba ver: (Zimmermann e Ferreira,2008) ou acesse www.actionaid.org.br.

Projeto (ano)	N. de famílias	Valor mensal	Valor final/ano	Associações envolvidas
01(2005)	82	R$250,00	R$2.500,00	08
02 (2006)	205	R$350,00	R$3.500,00	17
03 (2007/08)	393	R$350,00	R$3.500,00	*[5]
04 (2009/10) *projeto finalizado em junho de 2009 e aguardando liberalização de recursos.	468 468	R$350,00 R$350,00	R$3.500,00 R$3.500,00	

B) O PAA e o MIQCB. *O Programa da SDR*

O Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu nasceu em 1995 após encontro ocorrido em São Luís do Maranhão. Integra quatro estados onde há ocorrência de palmeiras de babaçu: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Entre seus objetivos está a luta pelo acesso livre aos babaçuais e o reconhecimento das quebradeiras como uma profissão e agricultoras familiares.

O grupo participante do projeto foi da regional do Piauí, na cidade de Esperantina, localizada na região norte piauiense[6]. O MIQCB regional Piauí iniciou sua participação no PAA em 2006 através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDR. O que chama atenção é a forma fragmentada em que projeto se desenrolou, de acordo com a forma como foi apresentado ao MIQCB. Lideranças relatam que em 2006 a SDR fez uma "encomenda" de alguns produtos. Elas receberam o valor de cada produto e o montante, e decidiram dividir a "encomenda" entre os grupos participantes do movimento, como demonstra a tabela abaixo:

Município	Comunidade	Nº mulheres	Tipo de produto	Preço de compra
São João do Arraial	Chapada da Sindá	21	Mesocarpo	R$5,00Kg
Esperantina	Vila Esperança	11	Mesocarpo	/
	Olho D´Água dos Negros	18	Doces caseiros (frutas regionais)	R$5,00 (potes de 500gr)
	Fortaleza	08	Azeite de babaçu	R$ 5,00 litro
	Fortaleza	11	Mesocarpo	R$5,00 Kg
Joça Marques	Jatobá	08	Mesocarpo	/
	Jatobá	12	Azeite de babaçu	R$5,00 litro
Madeiro	Canto Grande	12	Azeite de babaçu	R$5,00 litro

[5] Este projeto pelo montante apresentado se dividiu em três propostas, cuja administração foi assumida pela Associação do Feijão, Associação de Juazeiro Grande e Associação do Croata.
[6] A escolha do grupo ficou à critério da coordenação do MIQCB, em que foi apresentada a proposta pela Actionaid Brasil.

A forma como o Programa foi implementado na região também pode visualizada através dos relatos dos grupos participantes:

> *"Em 2006 foi vendido 100Kg de massa dividido em 10 pessoas (10 kg para cada mulher) no valor de R$5,00 por quilo. Em 2008 foram 200 litros de azeite divididos em 7 mulheres (28 litros para cada uma) por R$5,00 o litro.Em 2008 foi vendido 100kg de massa párea a SDR dividido em 5 mulheres(20kg para cada uma). O valor do Kg foi R$5,00.100 litros de azeite por 5 mulheres, cada litro a R$5,00".* Grupo Mulheres Produzindo- Fortaleza
> *"A entrega para a SDR é feita através da prefeitura. A SDR repassa o dinheiro para a prefeitura e ela compra o nosso mesocarpo e repassa para as escolas, para servir na merenda escolar. Da primeira vez foi vendido 120kg. Na segunda vez 500kg".* Grupo de Mulheres Ativas da Chapada da Sindá
> *Em 2006 foi vendido 45 kg de massa por 3 mulheres, cada uma vendeu 15kg a R$5,00. Foi recebido R$225,00 e cada mulher recebeu R$75,00.Em 2008 vendemos 45 kg.* Grupo Canto Grande

A proposta de monitoramento do PAA como *política vivida* nos permite apresentar algumas questões sobre a percepção dos grupos em relação ao PAA.

Podemos perceber que a história de participação das quebradeiras no PAA se difere significativamente da Conviver. Apesar dos dois grupos acessarem quase no mesmo período os primeiros projetos (2006 e 2005), a forma de acesso e o montante disponibilizado trabalhado, bem como o arranjo político e institucional se diferenciam, tanto em relação ao número de famílias envolvidas, quanto em relação ao órgão executor (CONAB (órgão que executa o Programa na região de Mirandiba) ou a SDR (Esperantina)).

O que pode ser percebido ao longo do projeto é que os grupos envolvidos com o PAA apresentam uma dificuldade em identificar quem são os atores (estatais e da sociedade civil) que compõem este arranjo, quais as modalidades que podem ser operadas pelo Programa, para eles o Projeto da CONAB é o "compra antecipada" e o da SDR é para a " merenda escolar", bem como em determinar em que medida sua participação neste processo é determinante ou não para uma melhor implementação do programa como podemos ver em alguns relatos:

> *"Nós não conhecemos ainda o PAA. Podemos falar sobre a SDR que é onde vendemos nosso produto".* Grupo do MIQCB/PI
> *"Aqui nós conhecemos o Programa da CONAB que é quem compra nossa produto e fazemos a negociação. Queremos saber mais desse PAA e como podemos acessar". Grupo CONVIVER/PE*

Conhecer este arranjo é mais do que saber quem participa, mas como se participa e o que pode ser feito para modificar e melhora a participação. O arranjo político institucional não só diz respeito à forma de implementação de uma política pública, mas também mostra como estas podem se instrumentos de reafirmação de poderes político locais ou não, na

medida em que os grupos envolvidos podem de fato intervir e modificar , tanto na forma, quanto no conteúdo destes espaços e da participação. Segundo o coordenador da Conviver:

> *Este tema de políticas públicas que pra muitas pessoas é um tema muito fechado ,ninguém sabe nada. Ela chega e pronto. Pra muita gente só quem pode ter acesso as políticas públicas é os sabedores, os poderosos. São como os conhecedores, o vereador, o prefeito, o governador, os deputados e senadores.*

Outro desafio verificado em relação ao Programa é a variedade de modalidades em que este pode ser acessado. O projeto mostrou que os grupos desconhecem os mecanismos previstos. Isso faz com que os grupos não possam ser sujeitos da política de forma integral, mas sim de parte dela, já que não são eles que escolhem a forma de acessar, na medida em que, nos dois casos, a proposta foi apresentada pronta, tendo os grupos como executores/as do programa,como beneficiários/as.

> *"Nunca ouvi falar deste PAA. Eu conheço o projeto da Conviver e da CONAB, mas este tal de PAA nem sei".* (Dona Maria Cambraia, participa desde o 1° projeto em Mirandiba)
> *"Nós não conhecemos ainda o PAA. Podemos falar sobre a SDR que é onde vendemos nosso produto"*(Grupo Canto Grande, Esperantina)

Segundo Grisa(2009: 18) isto não é uma novidade em relação ao PAA. Para a autora:

> "*... as avaliações sinalizam também para a falta de clareza por parte dos participantes do Programa em relação aos objetivos e procedimentos do mesmo (Botelho et al., 2007; Gomes e Bastos, 2007; Brasil, s.d.). Como elencam Gomes e Bastos (2007, p. 19) para os casos de Santa Maria da Boa Vista (PE), Catende (PE) e Recife (PE), os agricultores desconhecem os objetivos do PAA, confundindo-o em muitas oportunidades "com um simples crédito de custeio 'financiado' pela CONAB"; os beneficiários (entidades sociais) por sua vez, em muitos casos, também ignoram o Programa e a origem dos alimentos (agricultura familiar) e; em relação aos mediadores, além do desconhecimento de muitos, "prevalece um desconcerto geral quanto aos seus papéis" em decorrência da predominância da cultura do produtivismo, onde a segurança alimentar e os "pequenos" agricultores têm pouco espaço.*

II- A VISÃO DAS MULHERES

Muito têm sido discutido em relação ao acesso das mulheres às políticas públicas e como estas, ao serem desenvolvidas, reafirmam ou não os papéis tradicionais das mulheres. Sabe-se que as dificuldades estruturais em acessar o PAA não são exclusivas das mulheres (falta de conhecimento do Programa e seu arranjo,estradas, infra-estrutura de refrigeração, carga tributária, dentre outros[7]) mas estas são percebidas e sentidas de forma diferenciada, a partir do lugar social que cada sujeito ocupa.

As agricultoras relatam que a falta de energia elétrica e estradas dificulta a saída de casa, pois quando a estrada é escura, não tem iluminação tudo pode acontecer. A questão da

[7] Para saber mais acesse WWW.conab.gov.br, relatórios avaliativos PAA.

violência no campo é muito forte, tanto pelo silêncio de quem sofre, mas também pela ausência de aparelhos do estado, com as delegacias especializadas (DEAM).

> *"Estamos no século XXI não é? Pois na minha comunidade ainda usamos lampião. Como eu posso sair, ou minha filha, se o mato bate no peito, ninguém vê quem vem e pode acontecer qualquer coisa?"*. Rosa, quebradeira.

A pesquisa mostrou que as mulheres ao participarem do programa, passam a ter suas atividades de agricultoras familiares e camponesas reconhecidas e valorizadas. Em conseqüência, suas identidades são fortalecidas positivamente, na medida em que passam a acessar espaços diferenciados (fora do espaço doméstico), a serem chamadas para participar de cursos e seminários e de estarem representando os grupos em diversas atividades. Outra questão é que como grupo de mulheres passam a ocupar certos lugares políticos, tais como fóruns e conselhos, o que proporciona a estas uma nova prática política, imprimindo um novo olhar sobre a vida e sobre a política mesma. Neste sentido se percebem como sujeitos políticos e são reconhecidas pelo grupo.

> *Agora como Fórum de mulheres de Mirandiba somos chamadas para fazer intercâmbio, viajar, fazer palestras. Também participamos das reuniões do conselho. Outra coisa é que conseguimos ter uma cota de mulheres no projeto. Hoje somos mais de 40% de mulheres*. Mazer, coordenadora do Fórum.

As mulheres do MIQCB, do Grupo Chapada da Sindá relatam que no início os maridos não gostavam, mas que depois que "deu dinheiro" eles até ajudam. O grupo de Mirandiba participa há mais tempo. De acordo com Mazer, coordenadora do Fórum de Mulheres de Mirandiba, quem iniciou o projeto das hortas agroecológicas foi o grupo de mulheres, "porque os homens não acreditavam" e agora todos estão envolvidos.

Um ponto comum às mulheres é a dificuldade de ter com quem deixar as crianças para participar de cursos de formação. Elas sempre contam com a ajuda de outras mulheres (mães, irmãs ou vizinhas). Também apresentaram a dificuldade de acessar o programa pela internet (PAA NET), sempre deixando a cargo de um técnico.

As quebradeiras relatam que a SDR nunca procura elas para negociar e sempre a organização que assessora o MIQCB (Centro de Educação Popular de Esperantina - CEPES). Outro ponto apresentado pelas quebradeiras é o baixo valor dos produtos e a falta de abertura para incluir em outros projetos. Também fala que não há sensibilidade das merendeiras em estarem preparando bem o mingau de babaçu.

Outro ponto que perpassa avaliação das mulheres nos dois grupos é dificuldade de obterem a DAP em seu nome, bem como o acesso à terra e documentação. Também

demonstram que querem conhecer melhor a política e terem uma relação direta com os órgão executores. Segundo Siliprandi e Cintrão (2009):

> "*o PAA tem que ter sensibilidade para perceber as dificuldades que as mulheres tem de acessar, tais como DAP, cultura de organização, falta de documentação, capacitação para acessar políticas, etc. Sensibilizar o mercado local para consumo de seus produtos, etc."*

Ressalta-se também a importância que as mulheres dão à participação no programa e as possibilidades de estarem se inserindo em outros espaços políticos. As mulheres de Mirandiba se mostram mais apropriadas ao processo, participam de várias etapas e estão ocupando cargos políticos de representação, bem com disputam o projeto com os agricultores.

> *Podemos observar também que o número de mulheres escritas nesse projetos foram crescendo de acordo com o andamento. Pois as mulheres estão enxergando que existe um espaço maior para elas na produção agroecologica. E assim garantindo sua autoestima, sua independência financeira e até mesmo ser reconhecida como parte da sociedade. Isso acontece quando participam nas reuniões, negociações nas Associações.Como também fazendo parte da direção, como por exemplo presidente e tesoureiro etc. No quarto projeto tem a participação de 44,8 % de mulheres e o resto e de homem.* (relato do grupo de mulheres Mirandiba.)

Neste sentido, conhecer o programa e seus arranjos é parte do desafio assumido pelas mulheres como forma de se colocarem em outros espaços e serem reconhecidas como sujeitos políticos no processo de implementação do PAA, rompendo com o papel de beneficiárias deste e se tornarem sujeitos políticos da política, como percebemos no relato a seguir:

> *"O que queremos? Queremos que mude tudo, que venham mais projetos para nossa comunidade, que possamos conhecer melhor este PAA, que mude a forma de trabalho, que tenhamos mais capacitação e mais informações e que o grupo tenha mais venda permanente para o nosso produto.Que as entidades sejam parceiras dos grupos, garantindo a compra dos produtos e incluindo a compra dos produtos na agricultura familiar".*(Grupo de Mulheres Chapa da Sindá- Esperantina/PI

III- ESTRATÉGIAS QUE MUDAM REALIDADES

Durante o projeto foram realizadas algumas atividades em que os grupos participantes realizaram diagnósticos[8] sobre o PAA e os impactos diretos em suas vidas, bem como discutiram estratégias para uma melhor implementação em cada realidade. Para tal foram realizados seminários locais em que foram apresentadas propostas qualificadas e diferenciadas a partir do acúmulo de cada grupo, bem como dos arranjos políticos locais e da capacidade dos grupos de serem reconhecidos como sujeitos políticos nestas arenas.

[8] As oficinas nos permitiram sistematizar e conhecer os arranjos políticos locais relacionados ao PAA gerados por perguntas como: Quem colabora com o desenvolvimento do PAA? Quem não colabora ? para identificar os sujeitos. Noutro momento foi elaborado um documento intitulado *Como podemos melhorar nossas vidas e o PAA em Mirandiba? Como podemos melhorar nossas vidas e o PAA em Esperantina?* que foi apresentado e discutido nestes seminários. As cartas seguem em anexo ao texto.

A Conviver para acessar o PAA apresentou o projeto com o apoio da prefeitura de Serra Talhada[9], reconhecido como um parceiro político das organizações locais. Na época a prefeitura de Mirandiba não mostrou abertura nem interesse político para assumir o PAA em seu município. O que percebemos é que a Conviver teve a capacidade de identificar os parceiros para desenvolver o projeto e assim "driblou" a cultura política local, construindo a *corrente do bem*.

Em Esperantina o PAA chegou de forma fragmentada, via Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, e o MIQCB foi "convidado" para entregar alguns produtos para a merenda escolar. Neste sentido, o que se percebe é que a forma de implementação do Programa, depende não só de uma "vontade política", mas também da capacidade que os diversos sujeitos têm de negociar, propor e disputar os projetos políticos nas arenas locais, regionais e nacionais.

Em relação às cartas[10] de propostas apresentadas pelos grupos , percebe-se que se diferenciam bastante. Assim como as dificuldades enfrentadas pelos grupos correspondem em grande medida as diferenças regionais (a política local,a capacidade dos grupos de se articularem e incidirem na esfera pública, etc), a carta de proposta apresenta claramente esta dimensão. Para o grupo de Mirandiba a proposta central gira em torno de uma ampliação do número de família, aumento dos recursos e da lista de produto adquiridos, possibilidade de recurso para gestão do projeto e maior facilidade para tirada das DAPs para as mulheres. Um dos pontos centrais é a redução da burocracia, pois segundo o grupo sempre há atrasos e uma distância entre a aprovação do projeto e a liberalização do recurso, bom como a dificuldade de acessar via PAA/NET.

Para as mulheres do MIQCB as demandas centram em torno de capacitação sobre o PAA, forma de acesso, modalidades e como serem reconhecidas no processo e terem seus produtos valorizados, problemas com as DAPs, variedade de produtos, infraestrutura, falta de apoio do poder público local e falta de articulação política do MIQCB com possíveis entidades beneficiadas.

IV- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Muitos estudos foram e estão sendo realizados em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. O que se buscou neste trabalho não foi apresentar uma avaliação do Programa em si, e sim como as organizações percebem e se apropriam deste como

[9] O primeiro projeto apresentado foi desenvolvido no município de Serra Talhada (nas escolas rurais e urbanas e entidades beneficiadas). Vale lembrar que a Conviver de Sertão se localiza no município de Mirandiba.
[10] Para saber mais acesse WWW.actionaid.org.br.

instrumento de transformação das realidades vividas, questionando as relações de poder que se estabelecem localmente.

Os limites e potencialidades do PAA não se estabelecem em si, mas depende da capacidade que os diversos sujeitos envolvidos com sua implementação têm de conhecer seu arranjo político e institucional e de se reconhecerem neste processo, percebendo qual o papel de cada um/uma e como podem se apropriar do Programa propondo novos arranjos, redefinindo a esfera pública e privada e negociando de "igual para igual" (o que inclui as relações de poder que se estabelecem não só entre os sujeitos políticos na arena pública, mas as relações de poder que estão na esfera privada, invisibilizadas e naturalizadas como uma condição de ser mulher agricultora).

Neste sentido, conhecer é desenvolver a capacidade de participar de forma diferenciada, não apenas para legitimar decisões e poderes políticos locais, mas de modificar a forma e o conteúdo desta relação. Conhecer é criar oportunidade de fazer diferente, é olhar a partir de outro lugar e construir novas possibilidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GRISA, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate.** Relatório OPPA. Rio de Janeiro, 2009, p.26.

ROMANO,J (org). **Olhar Crítico sobre monitoramento de Políticas Públicas Pela sociedade civil e aprofundamento da democracia. Experiências nacionais e internacionais.** Rio de Janeiro: ActionAid, 2009.

SILIPRANDI, E. CINTRÃO.R. **Participação das mulheres no PAA**. Relatório parcial de pesquisa. Brasília, 2009.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar en Mirandiba-Pe. In: SCOTTO, Gabriela (org.). **Aun hay tiempo para el sol**. Probrezas rurales y programas sociales. Brasil, Venezuela,Guatemala: una mirada desde lo local. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008. p.28 – 64.

ZIMMERMANN, S. **Políticas Públicas e arranjos políticos institucionais: O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007.

A INSERÇÃO DIFERENCIADA NO MERCADO COMO IMPORTANTE ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO NOROESTE PAULISTA

Antonio Lázaro Sant'Ana
Doutor em Sociologia, Professor da Unesp, Campus de Ilha Solteira.
lazaro@agr.feis.unesp.br
Flaviana Cavalcanti da Silva
Mestranda em Agronomia - Unesp Campus de Ilha Solteira
Valéria da Silva Modenese
Aluna de graduação em Agronomia - Unesp Campus de Ilha Solteira
Divanir Zaffani Sant'Ana
Aluna do Curso de Graduação em Geografia – UFMS Três Lagoas
Gabriela dos Santos Souza
Aluna de graduação em Agronomia - Unesp Campus de Ilha Solteira

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1. Agricultores familiares e estratégias

Os agricultores familiares organizam as atividades produtivas com base em um conjunto de fatores que envolvem a infra-estrutura disponível, a contribuição que os membros da família podem dar em termos de trabalho e conhecimento e as possibilidades de diversificação de que dispõem em função do contexto local/regional, além de incluir aspectos subjetivos como as preferências da família por esta ou aquela atividade. Portanto, avaliar a produtividade obtida e a qualificação técnica de um produtor familiar, inserido em um elo principal de uma determinada cadeia produtiva, pode ser uma medida necessária, mas não é suficiente para entender as decisões das famílias e para definir políticas de apoio eficazes à agricultura familiar, pois a grande maioria das famílias não limita suas ações a um único produto e, em muitos casos, nem mesmo ao âmbito da produção agropecuária, ao exercer também atividades não-agrícolas.

Carneiro (1997) considera que vários equívocos em termos de políticas públicas devem-se a noção de que esse produtor fortemente inserido em cadeias agroindustriais, com

capacidade empresarial, apto para encontrar na atividade agrícola a fonte da quase totalidade da renda familiar, seria o "verdadeiro agricultor". Para se buscar o desenvolvimento da agricultura familiar são necessárias políticas específicas, nas quais peculiaridades regionais e locais sejam consideradas nas ações governamentais, para tanto, torna-se necessário dirigir um novo olhar para o espaço rural em vista de suas novas necessidades, pois *"(...) sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente*" (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Nas grandes cadeias verticalizadas há a imposição de rígidos padrões técnicos que podem abranger o plantio, os tratos culturais e fitossanitários, a colheita (ou o manejo e sanidade dos animais) e regras estritas de gestão da atividade; tudo isso, contraria a forma de trabalho da grande maioria dos produtores familiares que só aderem a esses processos quando julgam que a renda é compensadora ou por não vislumbrarem outras opções viáveis. Mas esses produtores, quase sempre, desenvolvem outras atividades que permitem maior autonomia técnico-produtiva e/ou buscam circuitos alternativos de mercado para parte da produção do produto principal (TEDESCO, 1999; SANT´ANA, 2003, CAZELLA, 2000).

A mediação do mercado é fundamental para a reprodução da agricultura familiar contemporânea, mas esta não é orientada apenas pela obtenção do máximo rendimento econômico como em uma empresa capitalista típica. Um grupo de pesquisadores, sob a coordenação de Hugues Lamarche ao realizar um estudo comparativo entre os agricultores familiares de vários países, identificou vários tipos de produtores familiares com base em diferentes graus de importância que a lógica familiar tem nas decisões e o maior ou menor grau de dependência tecnológica, financeira e comercial desses produtores. A classificação proposta por Lamarche (1998) ao incorporar as diferentes estratégias dos produtores e destacar a importância de cada contexto, mostra que as variáveis econômicas e o maior grau de inserção no mercado não são os únicos aspectos significativos para entender e avaliar a situação da agricultura familiar. Mais do que um padrão de agricultura familiar, o que parece ser necessário diante dos desafios atuais, como do desenvolvimento sustentável, é a presença da diversidade de formas de produção e modos de vida.

Os agricultores familiares, diante dos desafios concretos de seu cotidiano, combinam várias estratégias em uma mesma unidade familiar, como a diversificação da produção; a agregação de valor aos produtos por meio do processamento e/ou comercialização diferenciada (que inclui formas associativas ou com algum grau de cooperação); o aumento da

escala de produção ou da produtividade de atividades específicas; a produção para autoconsumo; o investimento na educação dos filhos; a aquisição ou arrendamento de terras; a pluriatividade, dentre outras (BOURDIEU, 1994; TEDESCO, 1999; SANT´ANA, 2003).

A menor dependência do mercado e de agentes externos, característica de parte dos agricultores pesquisados pela equipe de Lamarche, não significa apenas que a produção para o autoconsumo é relevante, mas também que os produtores buscam maior autonomia relativa nos processos de produção e de comercialização, como ocorre na venda direta ao consumidor e/ou ao comércio varejista, em circuitos curtos de comercialização (local/regional).

Sant´Ana (2003) constatou que a agregação de valor ao produto via comercialização diferenciada, seja por meio do processamento; da inserção em circuitos curtos de comercialização (direta ao varejo ou ao consumidor) e/ou em processos grupais; foi a mais relevante estratégia de geração de renda dos agricultores familiares em três municípios da Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto (SP).

No caso da Europa, e particularmente da França, outra forma de comercialização que se apóia em relações de confiança e proximidade cresceu bastante nos últimos anos: são os esquemas de adesão de consumidores a cestas de alimentos semanais (especialmente frutas e hortaliças), compradas diretamente dos produtores rurais ou de cooperativas. Do lado dos agricultores as incertezas relacionadas às variações da produção e aos preços são reduzidas, pois os consumidores pagam antecipadamente e há o ajuste prévio da quantidade de cestas que serão vendidas (pois são subscrições, via-de-regra, anuais). Para os consumidores a aquisição das cestas se constitui numa forma de evitar as incertezas qualitativas, relativas à segurança, ao gosto, à dietética e mesmo a aspectos éticos; ao passo que aceitam incertezas sobre a composição da cesta e a quantidade dos produtos (LAMINE, 2005).

No Brasil, especialmente a partir da década de 1990, em função de pressões das grandes agroindústrias e segmentos de consumidores urbanos, ocorreu uma crescente restrição à comercialização direta do produtor ao consumidor e a edição de normas rígidas de enquadramento dos produtores em padrões industriais de qualidade, no caso de realizarem a transformação dos produtos.

Como reação, as organizações dos agricultores familiares e entidades de apoio reivindicaram a criação de normas específicas para a produção artesanal. Vários Estados editaram leis e decretos que visavam, ao menos em tese, facilitar a inserção (ou a manutenção) destes produtores no mercado, mas as leis estaduais para produtos artesanais, embora reduzam exigências e isentem os produtores de algumas taxas, ainda mantém barreiras referentes a custos e à logística para implantação de instalações e de procedimentos,

o que leva a exclusão de grande parte dos produtores familiares (SANT'ANA, SILVA e MODENESE, 2008). Isto se dá também porque após a edição destas leis há uma tendência da fiscalização tornar-se mais rígida e o não enquadramento nas normas impede o produtor de continuar na atividade.

Outro problema da legislação brasileira apontado por Maluf (2002) é que as políticas públicas brasileiras em relação à qualidade (referia-se aos produtos orgânicos, mas a observação é válida em outros casos) dão muita ênfase às normas e certificações, numa visão centrada no mercado, não considerando os possíveis efeitos excludentes destes instrumentos. Diante dos altos custos e exigências para os produtores da certificação por auditoria, Schmidt e Byé (2001) sugerem como opção a certificação participativa, realizada pelas próprias organizações dos produtores familiares, como no caso da Rede Ecovida no Sul do País[1].

O presente trabalho discute a importância e, ao mesmo tempo a fragilidade que caracteriza a inserção dos produtores em processos de comercialização direta ao consumidor ou em vendas ao varejo/pequena indústria/mercado institucional, no noroeste do Estado de São Paulo.

2. Metodologia

Foram pesquisados produtores que realizam algum tipo de comercialização diferenciada, entendendo como tal a venda, ao menos de parte, de sua produção diretamente ao consumidor e/ou ao comércio varejista/pequena indústria/mercado institucional, em três microrregiões (classificação do IBGE) do noroeste do estado de São Paulo: a de Andradina, com predominância de agricultores familiares assentados; a de Jales, que apresenta áreas com fruticultura diversificada e estrutura fundiária com predominância de pequenos estabelecimentos; e a microrregião de São José do Rio Preto que sofre influência deste centro consumidor relativamente vigoroso.

Em cada microrregião a pesquisa foi realizada em alguns municípios, sendo que na microrregião de Jales foi mais concentrada no município sede e em São José do Rio Preto foi mais dispersa, isto em função da maior ou menor facilidade de ter informações e acesso aos produtores que realizavam algum tipo diferenciado de comercialização, respectivamente. No

[1] Estes argumentos influenciaram as definições legais, pois a regulamentação da produção orgânica (Decreto nº 6.323, de 2007 e Instruções Normativas complementares) ao prever duas formas de certificação (por auditoria e participativa) e admitir a venda direta sem certificação, por parte de produtores familiares organizados, torna mais ampla as possibilidades de inserção dos produtores no sistema. Neste caso a conformidade do produto é realizada por meio do controle social, definido como um processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações e sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas no processo.

total foram aplicados questionários a um total de 148 produtores (50 em Andradina e nas demais 49, pois foi necessário descartar um questionário nas outras duas regiões). O número de produtores não foi definido por critério estatístico, portanto não teve a pretensão de representar o conjunto de produtores que realizam este tipo de comercialização diferenciada nas microrregiões estudadas, mas visou apreender qualitativamente a diversidade de experiências existentes.

O questionário destinado aos agricultores (mais de 90% familiares) visou caracterizar a família, a propriedade, a produção e as formas de transformação do produto, assim como a forma de comercialização utilizada e a renda gerada pelo processo.

3. Características dos agricultores e da produção

3.1 Caracterização das famílias

Dentre o universo de 148 famílias pesquisadas, nas três microrregiões, apenas 5% não reside na propriedade. O número de residentes é muito variável, enquanto metade das propriedades apresenta entre dois e quatro moradores, 38% possui cinco ou mais moradores e em alguns casos (13%) chegam a ter sete ou mais pessoas no estabelecimento. Em relação à mão-de-obra, em torno de 2/3 do total (66,9%) das famílias possui entre dois ou três de seus membros trabalhando no estabelecimento.

Quanto à faixa etária dos titulares e cônjuges que trabalham nos estabelecimentos pesquisados constatou-se que quase 70% situam-se entre 41 e 60 anos. Tanto produtores como produtoras apresentaram baixo grau escolaridade: 85,3 e 80,6%, respectivamente, não ultrapassaram o ensino fundamental, sendo que, em ambos os casos, mais da metade do total estudou no máximo até a 4ª Série do Ensino Fundamental. Já dentre os filhos, maiores de 14 anos, o maior percentual (43,1%) é o daqueles que freqüentaram (ou freqüentam) o ensino médio, enquanto outros 27,7% estudaram no mínimo até o segundo ciclo de ensino fundamental (5ª a 8ª série). Este perfil de escolaridade é semelhante ao verificado em outras pesquisas com agricultores familiares da região (SANT'ANA et al., 2007).

O tempo de trabalho na agricultura é muito variável dentre os produtores pesquisados, mas a maioria (63,8%) possui longo tempo de experiência (mais de 25 anos).

3.2. Caracterização das propriedades/lotes e da produção

Os estabelecimentos pesquisados apresentam em média 12,7 hectares, sendo que 86,3% dos estabelecimentos possuem até 20 hectares. A quase totalidade (94,6%) dos produtores pesquisados são proprietários ou possuem laços de parentesco com o proprietário, trabalhando em regime familiar.

A bovinocultura, presente em 96 estabelecimentos (65%), é a principal criação e frequentemente a que mais gera de renda, por meio da produção de leite, mas a maioria dos produtores possui rebanho pequeno de até 20 cabeças e há forte sazonalidade da produção leiteira, com redução média de 42,6% da produção no período de estiagem, devido à precária a suplementação da pastagem realizada pelos agricultores.

Além dos bovinos há outras criações nos estabelecimentos: 89 (60,1%) possuem aves, dentre os quais 28 comercializam a carne e 11 destes comercializam também o excedente da produção de ovos. Os suínos estão presentes na maioria dos lotes (58,1%), sendo que dentre o total de 86 criadores, 25 destinam parte da criação à comercialização. As demais criações são menos freqüentes e a grande maioria destina-se somente ao autoconsumo.

No que diz respeito à exploração vegetal, as pastagens estão presentes em 105 estabelecimentos, sendo que a área média corresponde a aproximadamente 70% da área total dos estabelecimentos. Além das pastagens, as culturas que plantadas com maior freqüência nos estabelecimentos são as culturas anuais e as olerícolas. Há considerável diversidade, sendo que cada estabelecimento possui em média sete culturas implantadas.

Analisou-se também o emprego de fertilizantes químicos e agrotóxicos nas culturas e verificou-se que 27,7% dos agricultores pesquisados declararam não utilizar fertilizantes químicos e nem agrotóxicos. Dentro deste grupo há agricultores que tem buscado adotar técnicas de cultivo orgânico e alguns que apresentam características próprias do processo de transição agroecológica (esta entendida não apenas como um conjunto de técnicas, mas também como um projeto político que visa dar maior autonomia ao produtor).

Ficou evidente a preocupação de muitos agricultores em produzir alimentos isentos de agroquímicos, não só em virtude do autoconsumo e de cuidados com o meio ambiente, mas também porque a maioria está em contato direto com consumidores finais e são mais permeáveis às restrições de parte destes em relação aos produtos químicos (fertilizantes e especialmente agrotóxicos), ao mesmo tempo em que destacam aspectos éticos, reforçados pelas relações pessoais de interconhecimento e amizade que desenvolvem com esses clientes.

4. Caracterização das formas diferenciadas de comercialização[2]

[2] Além da comercialização direta ao consumidor foi considerada comercialização diferenciada, aquelas realizada pelos produtores, com quitandas, pequenos mercados, supermercados, açougues, etc., como também com restaurantes, ambulantes, pequenas indústrias e com o mercado institucional (prefeitura, Conab), ou seja, todos os casos em que a venda representava alguma vantagem (preços, garantia de mercado, possibilidade de vendas em menor quantidade, redução de custo de transporte, dentre outras) para os produtores e quando realizada em circuitos curtos (no âmbito local: o próprio município ou municípios próximos).

O recorte da pesquisa só incluiu produtores que realizavam algum tipo de comercialização diferenciada, mas, dentre os 148 entrevistados, 72 (48,6%) declararam que comercializam seus produtos tanto diretamente ao consumidor, como, também diretamente ao comércio varejista/pequena indústria/mercado institucional, já 48 produtores (32,4%) comercializam apenas diretamente ao consumidor e outros 28 (18,9%) vendem seus produtos exclusivamente para o comércio varejista. Na análise a seguir serão caracterizadas separadamente a venda direta ao consumidor e a venda direta ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional.

4.1 Comercialização direta ao consumidor

Os produtores que realizam vendas diretas ao consumidor comercializam em média seis produtos. Embora haja casos de produtores que comercializam um único produto (9,5% do total), quase sete em cada dez (68,7%) colocam no mercado quatro ou mais produtos, enquanto 12,7% vendem mais de nove. Esta média de produtos comercializados é muito maior do que a média dos produtores familiares da região que situa-se em torno de dois a três produtos (SANT'ANA, 2003; SANT'ANA, 2007).

A diversidade de produtos pode observada também pela quantidade de produtos diferentes vendidos diretamente ao consumidor: são 37 diferentes grupos de produtos, sem contar que, há casos de diversidade dentro do grupo, como os cárneos, os lácteos e os resultantes de panificação. Parte significativa desses produtos provém de pequenos plantios e criações, em alguns casos são produtos de época do quintal ou que eram utilizados somente para o autoconsumo quando não realizavam comercialização direta.

Dentre os produtos comercializados destacam-se as olerícolas: as folhosas são comercializadas por 39,2% dos produtores (do total de 120 produtores) e as não-folhosas (37,5%). As olerícolas mais vendidas são a alface e a abóbora. As frutas são vendidas por 32,5% dos produtores, sendo a banana e laranja aquelas que aparecem com maior freqüência.

Com relação aos lácteos verificou-se que 24,2% os comercializa, sendo que parte dos produtores vende o leite *in natura* diretamente ao consumidor e outros vendem derivados, com destaque para o queijo tipo frescal. A comercialização deste tipo de produto em muitos municípios só é permitida a produtores que atendam as exigências da legislação sanitária e fiscal estadual/federal, o que excluiria a quase totalidade dos produtores pesquisados, mas há municípios que admitem a comercialização de produtores artesanais, sob condições menos rigorosas.

Os produtos cárneos são comercializados por 18,3% dos produtores, destacando-se o frango e o suíno (vivos ou abatidos e *limpos*), mas também são vendidos produtos específicos

e/ou transformados, como a lingüiça, o toucinho, a banha derretida, dentre outros. Embora parte dos animais seja vendida viva, aqueles que são comercializados abatidos ou na forma de derivados, em princípio também só poderiam ser abatidos por frigorífico que atenda aos padrões sanitários vigentes.

Dentre produtos específicos destacaram-se a mandioca comercializada por 24,2% e em menor grau o feijão e o milho verde, com participação de 12,5% e 10,8% dos produtores, respectivamente. Em relação aos condimentos vendidos por 14,2% dos produtores, o principal produto é a pimenta, vendida verde ou em conserva, mas também apareceram o coloral e o açafrão.

Há ainda uma grande variedade de produtos composta por doces diversos, vassoura (utiliza-se uma variedade de sorgo), mudas diversas, macarrão caseiro, broto de bambu, sabão caseiro, bucha (para o banho) e até produtos menos comuns como o pó de cogumelo (usado como suplemento alimentar).

O principal canal de comercialização utilizado pelos agricultores pesquisados que vendem direto ao consumidor é a feira-livre (60%), seguido da venda na rua/residência dos consumidores (25%) e nos estabelecimentos (22,5%). A grande maioria dos agricultores que utiliza as feiras mostrou-se satisfeita com esta forma de comercialização, mas afirmam que tem ocorrido uma paulatina diminuição do público que aflui a estes equipamentos públicos. Os produtores ao mencionarem sua satisfação pela comercialização nas feiras, destacam não apenas os aspectos econômicos, mas também, a formação de amizades/reencontro de amigos e trocas de experiências: um trabalho que se confunde com o lazer.

4.2 Comercialização direta ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional.

Com relação às vendas diretas ao comércio varejista, pequenas indústrias e mercado institucional[3] observou-se que o número de produtos distintos, vendidos pelos 100 agricultores que exploram esses segmentos, é um pouco menor do que aquele constatado na venda direta ao consumidor, pois 36% dos produtores vendem apenas um produto para o varejo (são 9,5% no caso dos que vendem para os consumidores) e quase sete em cada dez produtores vendem no máximo três produtos diferentes para este mercado (dentre os que vendem aos consumidores são 37%). Esta diferença pode ser conseqüência tanto da necessidade de fornecer maiores quantidades de produto com regularidade, quanto da dificuldade de inserção nesse tipo de mercado.

[3] Para facilidade de redação em alguns momentos citaremos este segmento simplesmente como comercialização direta ao "varejo" para diferenciá-lo do segmento comercialização direta aos "consumidores".

Assim como nas vendas realizadas diretamente ao consumidor, nas vendas diretas ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional, os principais produtos comercializados referem-se às olerícolas, sendo também as mais frequentemente vendidas a abóbora e a alface. O carro-chefe da produção é a alface, em muitos casos representando mais da metade da produção e da renda gerada (o que ocorre também nas vendas diretas ao consumidor). A mandioca é comercializada por 19% dos produtores que vendem comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional. Já com relação às frutas, 20% vendem algum tipo, sendo mais comum a laranja e outros citros.

No caso dos produtos lácteos (9%) e cárneos (3%) há maior dificuldade dos produtores venderem diretamente ao varejo, pois os supermercados, de modo geral, exigem selo de fiscalização estadual e a quase totalidade dos produtores pesquisados não possui. Em alguns casos a venda é realizada em pequenos estabelecimentos comerciais e a informalidade é mantida.

Os supermercados e mercearias respondem por 33% da produção destinada ao comércio varejista, pequenas indústrias e mercado institucional, seguida dos restaurantes/lanchonetes (17%), quitandas (16%) e Conab (10%), esta última por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A maioria dos produtores mantém relações comerciais com no máximo duas ou três lojas. Com a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a participação do mercado institucional deverá ser ampliada.

4.3 Renda obtida na comercialização diferenciada

Além do levantamento dos produtos comercializados, a pesquisa levantou, também, a quantidade e preços destes que aliados à periodicidade tornou possível o cálculo da renda bruta decorrente da venda dos respectivos produtos, segundo a forma de comercialização empregada. No entanto, parte dos agricultores entrevistados não conseguiu fornecer determinados dados importantes para tais cálculos, especialmente a quantidade comercializada dos respectivos produtos. Em virtude destes aspectos, calculou-se a renda mensal bruta decorrente dos produtos listados de 94 agricultores que realizam comercialização direta ao consumidor e de 78 agricultores que vendem diretamente para o comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional e que forneceram dados mais detalhados.

A renda bruta recebida mensalmente pelos agricultores, decorrente da comercialização direta ao consumidor é bastante variável, com valores inferiores a cem reais e outros que

ultrapassam três mil reais[4]. No primeiro caso são vendas eventuais e no segundo caso, que abrange cerca de ¼ do total, são produtores que se dedicam regularmente, às vezes mais de uma vez por semana, à comercialização direta de seus produtos. A maioria (52,1%) situa-se entre estes dois extremos e recebe mensalmente valores entre R$500,00 e R$2.000,00.

No caso da comercialização direta ao comércio varejista, pequena indústria e/ou mercado institucional, a renda bruta decorrente dos produtos relacionados pelos 78 agricultores teve variação ainda mais acentuada dentre os valores calculados. A faixa na qual se concentra o maior número de agricultores (34,2%) corresponde àquela representada por valores que variam de R$101,00 a R$500,00 e se somados aos que auferem entre R$501,00 e R$1.000,00, são 55,3% do total. Também neste há um grupo diferenciado de pouco mais de um quarto dos produtores com renda bruta mensal superior a três mil reais.

Estes indicam claramente a importância, em termos de geração de renda, que a comercialização direta tem para a grande maioria das famílias pesquisadas. A renda média da produção de leite (principal atividade da maioria dos agricultores familiares do noroeste paulista) calculada por Tarsitano et al. (2008), no Assentamento Timboré, foi de 2,27 salários mínimos, o que resulta em um total de R$942,05, se considerarmos para efeito comparativo o valor do salário mínimo no segundo semestre de 2008 (R$415,00), época em que foram coletados os dados da pesquisa a que se refere o presente artigo. Verifica-se que 62 produtores (66%) daqueles vendem direto ao consumidor e que foi possível calcular a renda (total de 94) e 36 (46,2%) daqueles comercializam com o mercado varejista, pequena indústria e/ou institucional superaram a renda média obtida pelos produtores de leite em cada um destes tipos de comercialização. Deve-se destacar que uma parte significativa dos produtores vende para ambos os segmentos, portanto a renda da comercialização diferenciada é ainda mais significativa para o conjunto destes produtores.

5. Considerações finais

A análise dos dados da pesquisa, as observações de campo e a comparação com outras pesquisas desenvolvidas na região permitiram verificar que o perfil dos produtores e das famílias pesquisados que realizam comercialização diferenciada, não difere dos demais agricultores familiares da região, inclusive em termos da produção e produtividade são poucos aqueles que apresentam um padrão mais intensivo e sofisticado. O que os diferencia é a estratégia de inserção em canais de comercialização diretos ou semi-diretos, o que lhes

[4] Os levantamentos de campo foram realizados entre o segundo semestre de 2008 e o final do primeiro semestre de 2009.

possibilita maior geração de renda, em função dos preços maiores que são obtidos pela eliminação de intermediários.

As restrições de ordem fiscal e sanitária previstas da legislação ainda não afetam de modo significativo as atividades destes produtores, pois a maioria vende produtos *in natura* não sujeitos às restrições legais e os demais trabalham à margem das regulamentações, desenvolvendo atividades de caráter informal que são 'toleradas'. Essa situação, no entanto, é de fragilidade, pois, a qualquer momento, pode ser objeto de impedimentos, caso um eventual aumento da produção passe a chamar atenção de legisladores ou incomodar outros atores sociais (indústrias, comerciantes ou mesmo outros produtores que tenham conseguido cumprir todas as normas vigentes).

Um aspecto marcante da comercialização realizada pelos agricultores é a grande diversidade de produtos colocados no mercado, alguns que exigem alto grau de especialização, outros um saber-fazer específico e transmitido de uma geração à outra dentro de uma família e ainda outros que são produtos do quintal, normalmente plantados exclusivamente para consumo próprio, mas que atendem preferências de determinados clientes. A diversidade também se manifesta nas estratégias que os produtores utilizam para colocar seus produtos no mercado: embora as feiras-livres sejam predominantes, há uma ampla variedade de formas de comercialização, como as vendas nos estabelecimentos, nas ruas/residências, barracas, pequenas casas comerciais, mercado institucional, outros produtores, por meio de rede de parentesco, pontos comerciais informais na cidade, supermercados com abrangência local/regional, correios, dentre outras.

Quanto à renda gerada pela inserção diferenciada no mercado, esta é muito relevante para a maioria dos produtores pesquisados. Em torno de dois terços dos produtores que vendem direto ao consumidor e quase a metade daqueles que comercializam com o mercado varejista, pequena indústria e/ou institucional conseguiram uma renda igual ou superior à média obtida pelos produtores de leite, que é a principal atividade da maioria dos agricultores familiares da região estudada. Deve-se considerar ainda que uma parte expressiva dos produtores vende para ambos os segmentos, portanto a renda da comercialização diferenciada é ainda mais significativa para o conjunto destes produtores.

6. Bibliografia

BOURDIEU, P *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

_____. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Scienses Sociales*, Paris, nº 105, p. 3-12, 1994.

CARNEIRO, M. J.. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, abril, p.70-82, 1997.

CAZELLA, A. A. *Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude.* Université François Rabelais. Tours, 2000.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar*: do mito à realidade. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, 1998, 348p.

LAMINE, C. Setling shared uncertainties: local partnerships between producers and consumers. *Sociologia Ruralis*, v. 45, p. 324-345, 2005.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A., WILKINSON, J. (Orgs.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar.* Brasília: CNPq/Paralelo 15, p. 301-328, 2002.

SANT´ANA, A. L. *Desigualdades entre iguais***:** a diferenciação das unidades familiares do Assentamento São Francisco, em Ribeirão do Pinhal (PR)**.** Araraquara, 1996, 203p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SANT´ANA, A. L. et al. Estratégias de Produção e Comercialização dos Assentados da Região de Andradina, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, *SP,* v.37, n. 5, maio 2007, p.29-41.

SANT´ANA, A. L., SILVA, F. C., MODENESE, V. S. Qualidade dos produtos na França e no Brasil: um campo de disputas. In: III Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008, Campina Grande (PB). *Anais do III Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Campina Grande (PB): EDUFCG, 2008. CD-rom. p.01 – 17.

SCHMIDT, W.; BYÉ, P. Agricultura familiar no Sul do Brasil - de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 104-118, 2001.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122 , fev. 2003.

TARSITANO, M. A. A., SANT´ANA, A. L., PROENÇA, Ércio Roberto, RAPASSI, R. M. A. Tecnologia e renda da pecuária leiteira em um assentamento da região de Andradina-SP. Informações Econômicas. Instituto de Economia Agrícola, v.38, p.69 - 79, 2008.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família*: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUFP, 1999. 325p.

A PRODUÇÃO E NOVIDADES NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: um estudo comparativo entre experiências no Sul e Nordeste do Brasil

Daniela Oliveira[1]

Joaquim Pinheiro de Araújo[2]

GT09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado.

Introdução

Nos anos sessenta do Século XX, dentro do emergente movimento ambientalista, surgem as propostas de agriculturas alternativas, buscando construir modelos de produção baseado na sustentabilidade. A evolução dessas iniciativas foi dando corpo aos princípios da agroecologia como novo paradigma de produção agropecuário, baseado na compreensão que as estruturas dos agroecossistemas são interações entre características endógenas (biológicos e ambientais) e fatores exógenos (sociais e econômicas). Nesse sentido, a agroecologia integra ideias e métodos de vários subcampos disciplinares como as ciências agrícolas, a ecologia, a antropologia e os estudos sobre desenvolvimento rural (Hecht, 1993).

Mas como fazer a travessia de uma agricultura fundamentada na mecanização, quimificação sintética e monocultura que artificializa, ao limite, o processo produtivo para uma outra que busca suprir as necessidades, tanto de quem produz como da população em geral, sem, no entanto, comprometer o ecossistema? Buscando decifrar esse enigma contemporâneo, emergem as estratégias de transição agroecológica (Buttel, 2004; Gliessman, 2000; Caporal & Costabeber 2004).

Parte-se da hipótese que as experiências analisadas se encaixam na idéia da transição agroecológica, pois a maioria desses agricultores, em maior ou menor intensidade, adentraram no uso dos pacotes tecnológicos intensivos em insumos químicos, como perspectiva de mobilidade social, e, diante do insucesso de tal perspectiva, engajaram-se na prática de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia. Portanto, tem-se como objetivo analisar, através do método comparativo, a experiência de grupos agroecológicos em duas regiões do Brasil. Uma localizada no Sul, a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA) em Antônio Prado/RS e a outra no Nordeste, mais precisamente no Assentamento Bonsucesso, município de Pedra Grande/RN. Este estudo integra o projeto "Sementes e Brotos" da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (IPODE).

[1] Eng. Agrônoma, mestre em desenvolvimento rural, Doutorando do Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRGS. Linha Almeida, 350. Antônio Prado/RS. CEP: 95.240-000. E-mail: danioliveira02@yahoo.com.br.

[2] Eng. Agrônomo, especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo (UNICAMP), mestre e doutor em Ciências Sociais (UFRN). E-mail: joaquim_rn@uol.com.br

A comparação tem o objetivo de destacar regularidades, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças entre os casos, e desta forma identificar as determinações e os constrangimentos que atuam sobre a proposta agroecológica.

A análise aqui desenvolvida teve como pressuposto os três eixos norteadores do projeto IPODE: as formas de inovação que podem ser técnicas, produtivas ou sociais; os dispositivos coletivos e capacidade de agência, compreendidos como modos de organização social e mobilização de recursos políticos e os processos de diversificação das economias locais. Além destes, buscou-se inserir como variáveis de análise do processo comparativo, quatro dimensões que consideramos essenciais para os processos de transição agroecológica: estratégias que ampliem a autonomia produtiva, processos de construção social de mercados, diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas e o papel dos mediadores nos processos de transição.

1. Caracterização das áreas e experiências pesquisadas

O município de Antônio Prado localiza-se na região conhecida como Serra Gaúcha. O município foi fundado em 1899 num movimento de extensão do processo de colonização dessa Região por imigrantes italianos. Possui uma população de 12.918 habitantes, sendo que destes 65,2% vivem na zona urbana e 34,8% na zona rural. As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a indústria (principalmente de moveis e de alimentos), ambas responsáveis por 35% no valor adicionado na economia dos municípios. Comporta 965 estabelecimentos agropecuários, sendo que a maior parte deles situa-se no estrato de área entre 20 e 50 ha (IBGE, 1995). A presença de pequenas propriedades decorre das particularidades do processo de colonização, ou seja, imigrantes que se instalaram em pequenas porções de terra.

A AECIA é um grupo formado por 25 famílias de agricultores ecologistas de Antônio Prado, que se organizam numa associação e numa cooperativa – COOPAECIA. Seus membros são fundamentalmente agricultores familiares, donos de suas terras, que trabalham em áreas de até 25 ha, usando principalmente a mão-de-obra familiar. Seu início foi em 1988, através de um grupo de jovens agricultores, integrantes da Pastoral da Juventude Rural que discutiam algumas conseqüências da modernização da agricultura, tais como o êxodo rural, com ênfase para os jovens, e problemas de saúde causados pelo uso intensivo de agrotóxicos em culturas como a maçã.

O contato deste grupo de jovens agricultores em busca de "alternativas" às práticas modernas que estavam sendo disseminados na região com o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS, na época denominado Projeto Vacaria[3], dá origem às primeiras experimentações em produção ecológica em unidades de produção de agricultores familiares na região da Serra do RS. Em 1989 o grupo dá início à primeira iniciativa de comercialização de produtos ecológicos, junto à feira da Cooperativa Colméia em Porto Alegre. A partir desta iniciativa, novos espaços de comercialização de produtos ecológicos são criados em Porto Alegre e outros municípios. Atualmente a AECIA comercializa em feiras de produtos ecológicos e em lojas e supermercados de 21 estados do Brasil.

[3] Organização não governamental, fundada em 1988 com o objetivo de promover práticas agropecuárias alternativas.

Com o crescimento da produção, superando a demanda, optam pela agroindustrialização como alternativa de comercialização e de melhoria da renda das famílias. Assim, na safra 1990/91 foi implantada a primeira agroindústria de produtos ecológicos da região, dando origem a toda uma linha de processados ecológicos produzidos pelas AECIA e também por outras associações de ecologistas da região. Hoje, são 35 produtos comercializados, com destaque para processamento de derivados de tomate (molho e extrato de tomate temperado) e de uva (suco de uva).

A outra experiência analisada nessa pesquisa, localiza-se em Pedra Grande/RN, onde está inserido o Assentamento Bonsucesso. Esse município integra o Território do Mato Grande, palco, na década de 1990, da retomada da luta pela terra em grande escala, significando a consolidação do MST no RN. Esse processo contribuiu para a constituição de um grande número de assentamentos e permanência de uma significativa população rural, além de uma dinâmica socioeconômica em torno da agricultura familiar e camponesa na região.

O Assentamento Bonsucesso, desapropriado e criado pelo INCRA em 1996, é constituído por 69 famílias residentes em uma agrovila localizada à 3 km da área urbana, o que facilita o fluxo de sua população do Assentamento para a cidade. Através do sistema viário regional, o assentamento tem acesso a importantes centros regionais e locais de consumo, distando de Natal 133 km, de João Câmara 40 km, a 32 km de São Miguel do Gostoso e a 8 km de Parazinho.

O ponto de partida para a transição agroecológica deu-se em meados do segundo semestre de 2005, a partir de um grupo com dez assentados (todos homens) que reuniram-se com o objetivo de impulsionar a produção de melão numa área coletiva. Para isso, foi elaborado um projeto para o Programa de Desenvolvimento Solidário – PDS, coordenado pelo governo do RN, com financiamento e monitoramento do Banco Mundial. Nele continha um sistema de irrigação para dois hectares e o pacote de insumos para o plantio de melão (sementes, fertilizantes e agrotóxicos).

Porém, o recurso tardou para ser liberado, provocando uma defasagem em relação ao orçamento previsto. Neste contexto a TECHNE[4,] que estava iniciando um trabalho de assessoria neste assentamento aceitou fazer um empréstimo de R$ 800,00 ao grupo iniciar a experiência, mesmo fazendo ressalvas sobre a insustentabilidade da opção pelo monocultivo do melão. Em contrapartida, o grupo mostrou-se aberto em experimentar outros desenhos produtivos baseado na diversificação produtiva, fortalecimento do potencial para uma perspectiva agroecológica. A permanência e evolução desse processo influenciaram na formação de dois novos grupos: um com três mulheres e um outro formado por quatro famílias, produzindo de hortaliças, frutas e galinhas caipiras.

2. Construindo a transição a partir de inovações

[4] TECHNE, criada em abril de 1988, com experiência em assessoria em áreas de assentamento, desde o Projeto Lumiar (1997-2000), integrante da Rede Pardal que tem na agroecologia o referencial norteador de suas atividades. Mais informações: www.redepardal.org.br

Tratando a produção agroecológica como uma forma de resistência e resposta possível à crise de reprodução social da agricultura familiar, apresenta-se a seguir os eixos comuns sobre os quais essas experiências vêm se desenvolvendo nas duas regiões estudadas. O foco aqui são as inovações na produção, na organização (dispositivos coletivos) e nas formas de relacionamentos das famílias com os mercados e sua repercussão sobre a economia e o ambiente institucional local.

De acordo com Ploeg et al. (2000) o desenvolvimento rural requer inovações de produtos, de serviços, de processos e, de forma associada, de novos mercados. No entanto para Ventura e Milone (2004) as inovações provindas do paradigma da modernização agrícola, que seguem trajetórias baseadas na especialização da produção e no aumento da economia de escala, têm sido pouco interessantes para agricultores que pretendem desenvolver suas unidades de produção sobre e a partir de outros padrões, ou de um novo paradigma.

Quando unidade de produção e grupos coletivos abandonam as regras do paradigma da modernização, elas entram no campo da produção de novidades, correspondendo às novas e emergentes formas de agricultura: orgânica, agroecológica, de baixos insumos, à produção artesanal em pequena escala de alimentos industrializados e alternativas de comercialização de alimentos, tais como feiras, venda direta e mercados institucionais, além da introdução da pluriatividade que concilia ações agrícolas e não agrícolas com estratégia para permanecer no meio rural (SCHNEIDER, 2009), podendo constituir-se em um programa de desenvolvimento através da interligação dessas novidades (PLOEG, 2008).

Neste caso identificou-se, em primeiro lugar, que a prática da agricultura ecológica assentou-se em mudanças/inovações radicais nas práticas agrícolas, já que rompem com as regras e tendências do paradigma dominante. Ao mesmo tempo estas inovações radicais no processo de trabalho agrícola (produção agroecológica) reordenam outros processos de produção e as relações internas e externas das unidades de produção, encadeando uma rede de novas inovações, em que as primeiras novidades originam outras (neste caso o processamento de alimentos e a construção dos canais alternativos de comercialização), gerando assim uma rede de mudanças técnicas, de novas alternativas tecnológicas e de novas práticas sociais.

De forma concreta foi possível identificar que na AECIA a rede de inovações nasce a partir da busca de alternativas à produção agrícola e que esta gerou quatro tipos/conjuntos de inovações: inovações produtivas, inovações de produto (agroindustrialização), inovações de mercado e inovações na forma de organização das famílias. Como inovações produtivas deve-se destacar o biofertilizante denominado localmente como Super-Magro e o uso de caldas fungicidas a base de insumos não tóxicos (calda bordaleza e calda sulfocálcica), ambos utilizados no controle de pragas e doenças. Em relação às técnicas de manejo e adubação dos solos as principais inovações introduzidas foram o uso de abubos verdes e de adubos não solúveis.

No caso do Assentamento de Bonsucesso, a proposta agroecológica contribuiu para gerar inovações no processo produtivo com a eliminação dos pacotes agroquímicos através de uma retroalimentação plantação/criação em que o esterco (bovinos, ovinos e galinha caipira) se constitui em adubação e os restos de culturas em alimentos para os animais; na dinâmica de

comercialização através de nichos (cesta agroecológica) e mercados de proximidade e nas ações coletivas em algumas fases do processo produtivo.

3. Construção social dos mercados

O termo construção social dos mercados é utilizado para denominar o conjunto de novidades (práticas e processos) na relação com os mercados que resultem não somente em novos canais de comercialização, mas também em maiores níveis de renda e de autonomia das famílias em relação aos canais tradicionais de comercialização. Dessa forma, destacamos que as principais inovações em AECIA foram: a) desenvolvimento e consolidação da agroindustrialização como fonte de renda: hoje são 35 produtos, com destaque para processamento de derivados de tomate (molho de tomate temperado e extrato de tomate) e de uva (suco de uva), com registro local; b) Inovações de processo: técnicas de produção e equipamentos para a fabricação de sucos de frutas, principalmente de suco de uva; c) inovações de produto: suco de amora, molho de tomate com temperos diferenciados, linha de néctares e linha de produtos light; d) organização das vendas e ampliação do mercado consumidor: implantação de um sistema de vendas e distribuição dos produtos AECIA em 20 Estados do Brasil.

No caso do Assentamento de Bonsucesso, pode-se listar como novidades na construção social dos mercados: a) maior autonomia em relação aos atravessadores, buscando aproximar produção e consumo; b) a participação em um processo de "Consumo Consciente" a partir da produção de Cestas Agroecológicas para consumidores de Natal; c) a participação nos mercados institucionais como o programa Compra Direta (uma das modalidades do PAA), d) exploração dos mercados de proximidade com a comercialização em feiras municipais, no próprio assentamento e entrega direta nas casas no município de Pedra Grande.

4. Dispositivos coletivos e autonomia

Estamos considerando novidades nos modos de organização social e mobilização de recursos políticos, aquelas que têm possibilitado, juntamente com novidades produtivas e de mercados, a consolidação de experiências que apontam para a transição de paradigma. Em ambos os casos analisados estas novas formas de organização coletiva são impulsionadoras para o avanço da proposta agroecológica.

No caso da AECIA a novidade chave foi a própria associação. Pois, até então, a principal organização de agricultores, relacionada à produção e comercialização, era a Cooperativa Pradense, completamente comprometida com a modernização convencional das técnicas e dos cultivos agrícolas. Na época, técnicos e lideranças do município eram convictos que os agricultores da região não eram *aptos à trabalhos coletivos*, que *era do italiano ser individualista,* etc. A experiência da AECIA trouxe para a comunidade uma nova perspectiva sobre a possibilidade e necessidade de trabalho coletivo entre as famílias rurais.

Outra importante inovação foi o formato que assumiu, em que o processo coletivo se dá somente na comercialização. A etapa de industrialização é realizada de forma individual ou

em pequenos grupos, permitindo maior autonomia das famílias em relação à cooperativa e ao destino dos produtos (se para agroindústria, ou se para a venda *in natura*), aos volumes produzidos e aos preços pagos pela matéria-prima que é utilizada no processamento. Pode-se dizer que a formação da associação e da cooperativa foi essencial para a consolidação da proposta agroecológica.

Vale destacar que a AECIA foi a primeira associação de agricultores ecologistas da região, sendo que a partir dela outras experiências germinaram. Em decorrência do trabalho associativo da AECIA, surgem no município de Antônio Prado, e também de Ipê (município vizinho) uma série de novas associações de agricultores ecologistas: Associação dos agricultores ecologistas da Linha Pereira de Lima – APEMA; Associação dos agricultores ecologistas da Vila Segredo – APEVS; Associação dos agricultores de Santa Catarina - APESC; Associação dos agricultores ecologistas da Linha São João – AESBA; Associação dos agricultores ecologistas de São José – APEJ; Associação dos agricultores ecologistas da sede de Ipê – APESI; Associação dos agricultores ecologistas de Santo Antão – APESAA. Mais tarde o movimento expande-se para outros municípios da região da Serra Gaúcha, totalizando em maio de 2009, 180 famílias de agricultores ecologistas na região.

Já no Assentamento de Bonsucesso, o trabalho coletivo é organizado através de três grupos que totalizam hoje 14 famílias. Conforme já relatado anteriormente, o trabalho coletivo, neste caso, foi anterior à prática agroecológica, em que um grupo de 10 homens (atualmente são 07) se organizaram para produzirem na área coletivo. Posteriormente, surge, a partir da assessoria, as discussões sobre a insustentabilidade socioambiental da agricultura modernizada.

Essas práticas organizativas em Bonsucesso têm contribuído para seus grupos tornarem-se referência no território do Mato Grande e no RN, angariando maior apoio e visibilidade. Estão inseridos nos projetos de assessoria da Rede Pardal com atividades de capacitação e intercâmbio, além de receberem com freqüência visitas de famílias agricultoras, interessadas nas suas experiências.

5 Diversificação da Economia Local

Atualmente a COOPAECIA ocupa o 28^0 lugar na arrecadação de tributos no município de Antônio Prado. Isto em função do grande volume de suco de uva e molho de tomate ecológico que são produzidos e comercializados, gerando uma nova possibilidade de atividade produtiva para as famílias rurais do município e da região. Antes, o processamento de alimentos era feito somente por grandes unidades. Portanto, a AECIA foi pioneira no processamento em pequena escala no RS. Um importante efeito positivo foi a geração de uma nova possibilidade de atividade produtiva para as famílias rurais do município e da região. Antes da experiência da AECIA o processamento de alimentos não eram atividades realizadas

em pequena escala, sendo que eram fabricados somente por grandes unidades de fabricação de alimentos. A AECIA foi pioneira no processamento de frutas e hortaliças em pequena escala por agricultores familiares no RS, tendo neste processo gerado uma série de inovações (de processo, de produtos e de mercados) que foram aproveitadas por outras famílias de agricultores.

Um dos principais efeitos que a proposta agroecológica gerou em Bonsucesso foi a diversificação da produção para o mercado e para o autoconsumo familiar. A proposta agroecológica tem, desde o início, se associado à mudanças técnicas-produtivas com a necessidade de diversificação de cultivos e criações e com a produção de alimentos para as famílias.

Esse processo tem significado, além de melhoria nos rendimentos familiares, passos no sentido de uma maior autonomia perante o mercado de insumos e também no consumo familiar, como comprova esse depoimento: *Acho que 80% do que a gente consome é aqui do assentamento. Macaxeira, batata, feijão, milho prá gente e pra as galinhas e animais. Fruta é toda ela do assentamento. Galinha caipira aos domingos... aqui a gente toma muito suco.* (Pesquisa de campo, 2009).

Mesmo com as dificuldades que o desenvolvimento da prática agroecológica encontra, pode-se afirmar que essas experiências têm um significado social bastante importante, pelo seu caráter inovativo e pelo conjunto de novas alternativas socioeconômicas que vêm sendo desenvolvidas criadas na produção e comercialização. Nesse sentido, podem ser consideradas sementes e brotos da transição de paradigma de desenvolvimento rural (PLOEG, 2005).

Atualmente os grupos de Bonsucesso, juntamente com um grupo produtivo do Assentamento Canto da Ilha de Cima, também assessorada pela TECHNE, tem atendido semanalmente a um grupo de consumidores de 40 pessoas, em Natal, com cestas contendo frutas e verduras agroecológicas. Essa experiência motivou o grupo a conquistar consumidores na própria cidade de Pedra Grande e distritos próximos, mostrando também o potencial do mercado local para os produtos agroecológicos. Outro importante impacto econômico que deve ser destacado é a melhoria da renda das famílias, destacando a contribuição ativa das mulheres nesse processo.

5. Obstáculos e desafios na transição

No caso da AECIA o principal fator limitante identificado é a pouca oferta de insumos para controle de pragas e doenças, além de sua baixa eficiência. Os insumos mais eficientes são aqueles que foram desenvolvidos pelos agricultores e técnicos de campo, através de experimentações nas unidades dos agricultores, e que vêm sendo aprimorados por estes, que são: as caldas bordaleza e sulfocálcica e os biofertilizantes.

No caso dos grupos de Bonsucesso o principal desafio parece ser a ampliação do entendimento da proposta agroecológica. Quando abordados sobre o que entendem por agroecologia, notou-se muita dificuldade em conceituá-la, mesmo entre aqueles que já desenvolvem algumas práticas produtivas e que já participaram de eventos, como encontros e

intercâmbios relacionados à temática. É o que fica claro nesse depoimento: *às vezes quando (pausa) eu assim vou para um encontro, eles falam muito (de agroecologia). Só que eu nunca entendo bem o que é direito, mas eu sempre vejo falar. Assistindo televisão (pausa) de vez em quando fala disso. Acho que é uma agricultura sem veneno* (Assentada de Bonsucesso).

Em relação a assessoria pode-se identificar pelo menos, três obstáculos: dificuldade em construir parcerias em torno de apoio ao processo de transição, já que no geral as ações governamentais continuam reforçando o paradigma da modernização; alta rotatividade dos profissionais da assessoria; inconstância técnicas e metodológicas da assessoria no apoio ao processo de transição agroecológico.

6. Algumas conclusões

Nos dois casos analisados o ponto comum parece ser a transição agroecológica como resposta a uma situação de crise de reprodução do paradigma da modernização agrícola. No primeiro caso, a crise concretiza-se através de algumas conseqüências, tais como intoxicação pelo uso de agrotóxicos e o êxodo rural. Já no segundo, a crise se expressa nos elevados custos e riscos de produção pela dependência de insumos exógenos. Assim, os dois casos parecem confirmar a idéia de que a agroecologia surge como resposta à crise do paradigma produtivista na agricultura.

Outro ponto comum entre as experiências analisadas é a participação determinante dos mediadores no processo de transição. No RS, a Pastoral da Juventude e o Projeto Vacaria; no RN, a TECHNE e a Rede Pardal. Essas assessorias têm sido centrais na problematização sobre a insustentabilidade da agricultura convencional e na idéia de que era possível trilhar um outro caminho de como fazer agricultura (a opção agroecológica) e também no desenvolvimento das inovações.

Em relação às inovações foi possível identificar em ambos os casos um conjunto de *novos modos de fazer as coisas,* decorrentes da proposta agroecológica. De forma geral, pode-se dizer que a prática da agricultura ecológica gerou um conjunto de inovações: produtivas, de produto (agroindustrialização), de mercado e de formas de organização das famílias em distintas fases da produção.

Outra semelhança entre os casos é o papel central da diversificação na produção. No caso da AECIA, ela se manifesta através das atividades de processamento de alimentos ecológicos, fundamental no engajamento das famílias na agroecologia. No assentamento Bonsucesso, a diversificação refere-se aos produtos agrícolas para a venda e autoconsumo.

Apesar deste conjunto de semelhanças algumas diferenças são bastante visíveis. Parece existir uma diferença temporal que pode significar um estágio distinto de amadurecimento das experiências com a agroecologia. Enquanto no RS o processo é constituído por agricultores familiares de uma longa tradição, em relação ao acesso à terra, no RN é um processo mais recente. Nesse caso, saíram da dependência do latifúndio para buscar de forma mais autônomas alternativas de produção após a conquista da terra. Também são tempos distintos a percepção das conseqüências da modernização da agricultura e o contato e adesão com a proposta agroecológica. No RS, tem início no final da década de 1980 enquanto que no RN o processo tem início somente em 2005.

Outra diferença é a importância que as atividades de processamento. Enquanto nas famílias de AECIA a agroindustrialização está no centro das estratégias, a partir de um avançado estágio de amadurecimento do processo de construção social dos mercados, colocando seus produtos em 21 Estados do Brasil, na experiência do RN a comercialização ainda é restrita às feiras e ao comércio local e a produtos não processados (*in natura*). Mesmo considerando os avanços como as cestas agroecológicas e uma maior conquista dos mercados locais, ainda permanece presente a figura do atravessador na comercialização de parte da produção. Nesse sentido, pode-se levantar a hipótese de acúmulo diferenciado e de diferenças nos estágios da transição. No caso da AECIA a transição encontra-se em estágio mais avançado, no caso do RN em estágio inicial ou intermediário.

Por fim, nos dois casos, os fatores limitantes, mesmo que em dimensões diferentes, estão bastante relacionados às dificuldades técnicas e metodológicas de construção de uma estratégia para a agroecológica, o que parece ser um problema/questão inerente a processos de transição de paradigmas. Mesmo com toda a relevância em termos de inovação e busca de rompimento com os pressupostos da modernização da agricultura, essas experiências continuam marginais em termos de produção de conhecimento e apoio efetivo do Estado em políticas públicas nas linhas de crédito, pesquisa e extensão.

7. Referência Bibliográfica

ALMEIDA, A. P. S. de. Participação Cidadã Como Instrumento de Desenvolvimento Local: Estudo de Caso Sobre a Experiência do Município de Lagoa Seca (PB). Campina Grande, s.d (texto de circulação restrita).

AMIN, A; COHENDET, P. **Architectures of Knowledge:** Firms, Capabilities, and Communities. New York: Oxford, 2004.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentáveis**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

DARGAN, L.; SHUCKSMITH, M. **Innovatory Economic development: Comparative report**. Global Urban research Unit (GURU), School of Architecture, Planning and Landscape, Newcastle University, 2006.

DOSI, G., Technological Paradigms and Technological Trajectories, **Research Policy**. n. 11, 1982.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento Agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília, Embrapa, 1988.

HOFFMANN, V., PROBST, K. and CHRISTINCK, A. **Farmers and researchers: How can collaborative advantages be created in participatory research and technology development?** Agriculture and Human Values, 2007.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: **Agroecologia e desenvolvimento.** AS-PTA, Ano I, nº1, 1993.

KUHN, Tomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 6. ed.. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the New Rural Spaces. **Journal of Rural Studies**. v. 11, n. 3, 1995.

MOORS, E. H.M; BOUMA, J; RIP, A.; WISKERKE, J.S.C. The Dinamics of Innovation: A Multilevel Co_evolucionary Pespective. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition.** Assen: Van Gorcumm, 2004. p.31-55.

MOULAERT, F. and NUSSBAUMER, J. **THE SOCIAL REGION: Beyond the territorial dynamics of the learning economy**. European Urban and Regional Studies. 2007.

PLOEG, J. D. van der. Styles of Farming: an introductory note on concepts and methodology. In: Ploeg, J. D. van der; Long, A. **Born from Within**. Assen: Van Gorcun, 1994. p. 7 – 30.

PLOEG, J. D. van der. On rurality, rural development and rural sociology. *In*: HANN, H. and LONG, N. (Editores). **Images and realites of de rural life**. The Netherlands, Van Gorgum, 1997.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, J. M.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILHA-GUSMAN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, October, 2000.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.: RIP, A.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA,F; WISKERKE, J. S. C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Produção. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition.** Assen: Van Gorcumm, 2004. P.1-29.

ROEP, Dirk; WISKERKE, Johannes S. C. Reflecting on Novelty Production and Niche Management. In: Wiskerke, J. S. C.; Ploeg, J. D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcun, 2004. p.1-30.

ROVERE, R. L. la. Paradigmas e trajetórias tecnológicas. In: PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tomás (Orgs.). **Economia da Inovação Tecnológica**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SICSÚ, A. B; ROSENTHAL. D. Apresentando um texto paradigmático. In: **Revista Brasileira de Inovação.** v. 5, n.1, 2006.

SCHULTZ, T. A. **Transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1965.

SILVA, J. S. Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social. In: SOUZA, I.S.F.; CABRAL, J.R.F. (Editores) **Ciência como instrumento de Inclusão Social.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p.329-79.

SCHNEIDER, S. Sementes e Brotos da Transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil. **Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica**. Brasil. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2ª Edição, 2009.

STUIVER, M; LEEUVIS, C; PLOEG, J. D. van der. The power of Experience: Farmer´s Knowledge and Sustainable Innovations in Agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition.** Assen: Van Gorcumm, 2004. P.93-118.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as Redefinition of Farm Boundaries. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J.S.C. **Seeds of transition.** Assen: Van Gorcumm, 2004.

WISKERKE, J. S. C. and PLOEG, van der J. D. **Seeds of Transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004.

WHITAKER, D. Soberania alimentar e assentamento de reforma agrária. In: FERRANTE, Vera L. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara[co-editor], 2008.

AS PERSPECTIVAS E OS ENTRAVES PARA A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O ACESSO A DIFERENTES MERCADOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS À UNAIC - UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO INTERIOR DE CANGUÇU (RS)

Sandra A. Kitakawa Lima
(sandrakitakawa@yahoo.com.br)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ)

Eduardo Ernesto Filippi
(edu_292000@yahoo.com.br)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS)

GT 09 – Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1. Introdução

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, pesquisas e debates foram realizados para analisar o predomínio das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar na estrutura agrária nos países desenvolvidos. No Brasil, essa discussão é ainda mais recente e estudos publicados, no início da década de 1990, demonstraram que a "agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva" (SCHNEIDER, 2003, p. 29).

Isso significa que a estrutura produtiva, onde a família é proprietária dos meios de produção e responsável pelo trabalho no estabelecimento, implica em conseqüências fundamentais na sua forma de agir econômica e socialmente. Assim, a categoria agricultura familiar passa a incorporar uma diversidade de situações específicas e particulares, além de abranger múltiplos atores no campo, criando uma nova identidade política (WANDERLEY, 1999).

Além dos estudos realizados, a consolidação da categoria também foi reflexo da mobilização e da organização desses agricultores por meio dos seus sindicatos, movimentos sociais e associações, para a discussão de seu papel e a reivindicação de apoio institucional

para a construção de condições e de reconhecimento – político, econômico e cultural - que permitissem sua reprodução social.

Na realidade, desde o final da década de 1970, diversos fatores apontados por Navarro (1996), como a retomada da liberdade política após o fim da ditadura militar, o agravamento das condições de vida e trabalho no campo devido às mudanças estruturais decorrentes da modernização agrícola e a ação catalisadora dos setores progressistas e, sobretudo da Igreja Católica para a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), convergiram e influenciaram a mobilização e a organização das populações rurais principalmente no sul do Brasil.

Dentro das várias experiências de organização desse período, o associativismo caracterizou-se por demandas mais cotidianas e específicas das comunidades rurais como a obtenção de crédito agrícola e melhores condições para produzir e comercializar junto a novas formas de participação, ou seja, os envolvidos deveriam ser responsáveis em identificar suas prioridades e deliberar os rumos da intervenção no local e não se adaptarem a esquemas pré-definidos de programas governamentais (PINHEIRO, 2001).

Esses elementos constituíram a trajetória das associações rurais no início da década de 1980 no município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul, onde as próprias comunidades fundaram suas associações com apoio das pastorais das igrejas anglicana, presbiteriana e católica ou foram incentivadas e articuladas pela prefeitura, sindicato e EMATER. Assim, a constituição de uma entidade, que abrigasse diversos grupos das comunidades rurais representou uma possibilidade, não somente econômica, mas também política e social para os produtores naquele momento.

2. União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC)

A organização das associações do município em uma única entidade foi permeada de conflitos e disputas entre as lideranças dos agricultores familiares alinhadas as pastorais das igrejas de um lado, e o poder público local, do outro. A prefeitura vislumbrava que a União das Associações deveria estar atrelada à Secretaria Municipal da Agricultura, enquanto o outro grupo almejava autonomia em relação à administração municipal.

A fundação da União das Associações somente foi possível após uma assembléia pública com a presença das associações do município e a composição de duas chapas para pleitear a diretoria por um ano. Com a vitória nas eleições do “grupo alinhado as pastorais”, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC) foi criada em 1988 e abarcou cinquenta associações.

Assim, foi criado o departamento de "Saúde Alternativa" em 1992. No ano seguinte, estruturou-se o setor de comercialização para os produtos agrícolas dos associados, principalmente o feijão e o milho, com o objetivo de conseguir melhores preços para as safras, evitando a venda aos atravessadores, conforme verificamos na fala de um dos agricultores fundadores da UNAIC:

> *[...] a comercialização era feita em saca de 60 quilos, só reunia do produtor e repassava. E conseguia já fazer alguma diferença, mas um milagre. Conseguia, só porque explorava menos do que o comerciante sem compromisso social. A gente começou a ver as possibilidades de agregar valor na produção. Assim foi o empacotamento de grão, isso no final de 1998, era bem artesanal, começamos empacotando feijão. Em 2004, foi a farinha, e 2005, o arroz também (Fundador da UNAIC entrevistado em abril de 2008).*

A comercialização desses produtos tornou-se sua principal atividade econômica, a qual foi ampliada após a participação em programas governamentais. Em 2000, a UNAIC iniciou a entrega para a alimentação escolar no município através da experiência piloto de "merenda ecológica" desenvolvida pelo governo do estado até o final da gestão em 2002. Esse fornecimento institucional é retomado a partir de 2005, com a sua inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Deste modo, a UNAIC compra a produção da agricultura familiar e repassa para escolas, creches e hospitais públicos, por exemplo, ou adquire a safra vigente para a formação de estoque para posterior comercialização com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou com o mercado.

Em 2006, a UNAIC beneficiou cerca de 1000 toneladas de feijão e arroz, 700 toneladas de milho e 500 toneladas de farinha de milho, além da sua produção de sementes, que iniciou em 1994, com o apoio técnico do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da Pastoral Rural, com o objetivo de resgatar e conservar variedades crioulas de milho e feijão. Em 1997, criou o Banco Comunitário de Produção de Sementes e começou sua produção comercial em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o fornecimento de sementes registradas de milho varietal e feijão. Já em 2001, outra parceria foi firmada entre o poder estadual, UNAIC, CAPA e EMBRAPA para desenvolver um projeto de pesquisa com o objetivo de promover tecnologias com menores impactos ambientais nas propriedades rurais.

No decorrer desses últimos anos, a UNAIC adotou a defesa por uma agricultura sustentável com manejo e utilização de insumos com menores impactos ao ambiente; a busca por *alternativas* para a agricultura familiar com a valorização de tecnologias populares; o

resgate e a conservação de sementes crioulas, as quais se tornaram o símbolo dos princípios norteadores da entidade, isto é, *autonomia* e *alternativa*.

Já a partir de 2005, a UNAIC foi a responsável regional pela representação e coordenação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) do Governo Federal. Assim, expandiu sua área de atuação para 27 municípios com a participação de aproximadamente 1000 agricultores familiares na produção de mamona e girassol para a safra 2006/2007.

Desta forma, a sua estrutura organizacional, atualmente, abrange 38 associações de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e de quilombolas, agregando um total de 720 famílias, as quais possuem uma produção agrícola muito distinta, ou seja, algumas cultivam hortifrutigranjeiros orgânicos, outras produziam pêssego, milho ou feijão e grande parte, fumo. Entretanto, a produção de milho e feijão está presente na maioria das propriedades para a subsistência da família e, quando há uma boa produtividade, comercializam o excedente, o que não está ocorrendo nos últimos anos devido às secas, que afetaram a região.

Ademais, a UNAIC é a representação das associações em vários espaços de participação da região sobre a agricultura familiar. Ainda é membro da Rede de Agroecologia EcoVida e da Articulação Nacional de Agroecologia e, possui parcerias com instituições e organizações locais e regionais, além de prefeituras para a produção e comercialização de seus produtos.

Portanto, observamos que a constituição da UNAIC objetivou criar oportunidades e reduzir os custos da produção agrícola e promover melhores condições de vida aos agricultores. Atualmente, outros aspectos estabelecidos em seu estatuto perfazem os objetivos da entidade, visto que a própria consolidação da agricultura familiar no Brasil e os papéis instituídos para a categoria, como colaborar na redução dos impactos ambientais e na produção de energia, permearam a UNAIC nos últimos anos.

3. Contribuição da abordagem de desenvolvimento endógeno para o fortalecimento da agricultura familiar

A modernização conservadora da agricultura, segundo Ploeg e Saccomandi (1995), criou um importante espaço de desconexão entre a agricultura e os recursos locais, além de ser empregada como parâmetro para julgar, hierarquizar e organizar a heterogeneidade da agricultura. O ecossistema local perde continuamente o seu valor como base para as atividades agrícolas, assim como o conhecimento da conversão dos recursos em produtos

finais e das técnicas desenvolvidas no local em função da especialização produtiva dos agricultores. Isto, por sua vez, pode ser observado na realidade analisada, uma vez que se foca no aumento da escala e na intensificação da produção, o que ocorreu sucessivamente nas propriedades familiares em Canguçu, como atenta a direção da UNAIC.

Na realidade, os impactos da modernização conservadora da agricultura não se restringiram somente na perda do saber–fazer dos agricultores familiares, mas na sua marginalização dentro do setor, visto que as pesquisas em novas tecnologias não almejam adaptá-las para situações específicas, pois entram no mercado como mercadorias, ou seja, sua transferência não se caracteriza pelo remodelamento às condições locais. As tecnologias desenvolvidas são específicas para se adequarem à organização do trabalho e aos processos de produção já prescritos, sancionados e designados pelo modelo de agricultura vigente (PLOEG, 1994; PLOEG *et al*, 2000).

Dessa maneira, o desenvolvimento de tecnologias e mecanismos próprios poderia valorizar os conhecimentos locais, adequar-se às suas demandas e aumentar a margem do produto final devido à maior mobilização dos recursos dentro da propriedade e à menor dependência no mercado. A diminuição dos custos de produção seria o diferencial, ainda mais com as oscilações dos preços dos produtos agrícolas (PLOEG, 2008).

É importante esclarecemos que o distanciamento ou a integração aos mercados e às tecnologias estabelecidas é uma questão delicada que está enraizada na história local, no ambiente e nas relações político-econômicas. Compreendemos, como Ploeg (1994), que mercados e tecnologias não determinam obrigatoriamente como a agricultura será realizada. Ao contrário, constituem um espaço de manobra para diferentes possibilidades, uma vez que os agricultores são capazes de definir e criar suas posições e estratégias, além de frequentemente desconstruírem e recombinarem a tecnologia original com a já existente, por exemplo.

Portanto, o ponto básico do desenvolvimento, conforme Ploeg e Saccomandi (1995), requer a articulação de elementos endógenos e exógenos desde que o ponto de partida para interpretar, avaliar e selecionar os elementos externos seja para realçar, consolidar e fortalecer o conjunto interno. Assim, a idéia dicotômica de desenvolvimento endógeno e exógeno como tipos ideais em oposição é equivocada, pois a potencialidade da localidade está vinculada a diversos fatores globais tais como os próprios mercados e políticas públicas.

Desse modo, a valorização e a predominância de elementos endógenos podem revitalizar e fornecer uma nova dinâmica com a construção de práticas e estratégias para a reconfiguração da agricultura e do rural, o que concilia com os objetivos da UNAIC. Assim, a

entidade propõe uma articulação que visa reorientar as práticas dos agricultores e minimizar os efeitos de privilégios no controle de recursos econômicos, porém solidificada no saber-fazer dos agricultores e "na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos". (NEVES, 1998, p.148). Ademais, enfatiza a busca por maior independência e autonomia para a entidade como para seus associados para fortalecer e impulsionar a categoria. Para isso, consideramos que a orientação da produção e das atividades deve ser analisada para compreendermos de que forma a UNAIC contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar a partir desse parâmetro.

4. Diversificação da produção e das atividades dos associados da UNAIC

A comercialização e o beneficiamento de feijão e de milho pela UNAIC possibilitaram uma opção para que o agricultor não se sujeitasse a um único mercado e aumentasse o valor agregado dos seus produtos, visto que, segundo Ploeg *et al* (2000), a forte dependência em poucos mercados, frequentemente, está relacionada a altos níveis de endividamento dos produtores, o que impossibilita ajustes para mudanças fundamentais dentro dos contextos sócio-políticos. Ainda, ao participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a UNAIC consegue escoar a produção para mercados institucionais, que eram inacessíveis a grande parte dos agricultores como averiguamos abaixo:

> *[...] muitas vezes não tem onde vender feijão aqui fora, que é muito barato, eles [UNAIC] fazem negócio, eles mesmo compram e passam para o Fome Zero. Eu estava até parando de plantar feijão, que não valia ter. No ano passado, eu plantei dez quilos para o gasto da casa e até que ele produziu bem, agora esse ano vou plantar mais um pouco (Agricultor familiar 9, entrevistado em junho de 2008).*

Nessa fala, observamos que o agricultor projeta uma nova perspectiva para vender e obter renda, no caso, do feijão, que se limitava à subsistência da família, já que as secas na região e o avanço do cultivo do fumo influenciaram na redução ou na substituição das áreas colhidas[1] desses produtos. No entanto, o maior grau de autonomia relativa, conforme Ploeg *et al* (2000), implica na criação de produtos e serviços, que reflitam novas necessidades da sociedade e não somente o acesso a mercados desconectados dos agricultores.

Assim, o apoio e a parceria da UNAIC com os produtores agroecológicos por meio dos vínculos com outras instituições, da ajuda pontual no escoamento das mercadorias e do repasse de informações podem representar a viabilização de "novos" produtos com qualidades

[1] De acordo com os dados do Ipeadata (2006), em 2000, as áreas colhidas de feijão e milho representavam, respectivamente, 7.200 e 50.000 hectares. Já em 2004, reduziram para 6.000 e 45.000 hectares; e no ano de 2007, foram 5.750 e 35.000 hectares. Outros dados anuais podem ser visualizados no sítio: <http://www.ipeadata.gov.br>.

intrínsecas e maior grau de informação sobre a origem, fatores cada vez mais buscados pelos consumidores. Desse modo, a construção de relações que envolvam diferentes atores e instituições deve abarcar novas demandas e ampliar os horizontes dos seus associados através de modelos descentralizados baseados nos arranjos locais, pois a pequena produção pode satisfazer melhor uma mudança ou uma diversificação na demanda do que uma produção do tipo "Fordista" (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2003).

Além disso, a UNAIC incentivava os agricultores familiares a comercializar sua produção através de feiras, vendas informais e/ou institucionais. Essas opções de escoamento permitem a mobilização dos produtos finais em diversos mercados fugindo da tendência a especialização e/ou do controle direto do capital. Observamos uma dinâmica e/ou valorização de elementos internos nesses agricultores familiares ao estabelecerem suas estratégias com maiores perspectivas e planos futuros, apesar das dificuldades enfrentadas para estabelecerem negociações com os diversos mercados. Ademais, a orientação da sua produção visa ao mercado e também à reprodução da unidade agrícola como um todo. Como mostra Gazolla (2006), o deslocamento das atividades produtivas (lavouras e criações de animais) de auto-consumo para atividades produtivas mercantis e rentáveis, como o cultivo de grãos e *commodities* agrícolas, pode representar maior vulnerabilidade para o agricultor familiar em relação à segurança alimentar, à reprodução social e à redução de sua autonomia.

Evidentemente que a participação do PAA e a sanção da Lei nº 11.947/09[2] permitem impulsionar a diversificação de produtos e a valorização dos circuitos curtos, como denomina Ploeg (2008). Desta forma, incluem-se no processo, os agricultores familiares que permaneciam à margem do processo de fornecimento da alimentação para creches, asilos e escolas municipais com produtos locais, os quais remetem à identidade ou ao pertencimento da comunidade, o que não ocorria anteriormente:

> *Então, ele [projeto de merenda escolar ecológica] nasce enquanto uma política também do município de distribuição de alimentos, de associar essa coisa de distribuição do alimento, porque toda prefeitura tem que ter e aqui, nós tínhamos uma realidade muito engraçada, as cestas, que Canguçu recebeu por um bom período as cestas de alimentos. Aí chegava assim, a cesta que vinha para cá era a mesma cesta que era comprada no Nordeste. Então, chegava quilos e quilos de farinha de mandioca, apesar que se come muita mandioca, mas aqui na nossa*

[2] A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], no âmbito do PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas".

> *região, farinha de milho e mandioca, isso não é muito comum. Nós não somos muito de comer milho, principalmente, farinha de milho, naquela quantidade. Feijão, não vem feijão preto, vem feijão carioca, aqui não se come, se come feijão preto (Funcionário da UNAIC entrevistado em junho de 2008).*

Notamos, através da fala acima, o descolamento entre a produção e o consumo de alimentos e, ao mesmo tempo, da agricultura e da sociedade, uma vez que a qualidade[3] ultrapassa as propriedades inerentes do alimento e deve agregar outros aspectos como as práticas culturais locais; o respeito à natureza e aos recursos; o valor culinário e estético; e outras questões como externalidades sociais e ambientais positivas. Visto que a qualidade não é um conceito monolítico, ou seja, ela pode envolver diferentes noções e dimensões que a padronização do sistema alimentar não abrange (SONNINO; MARSDEN, 2006).

Apesar da crescente valorização destes fatores e da abertura de novas possibilidades para a agricultura familiar, os impactos ainda são incipientes para os produtores, principalmente de fumo, os quais não visualizam outros caminhos para a geração de renda da família:

> *[...] porque a maioria aqui está plantando fumo, que é onde as pessoas estão fazendo algum dinheiro através do fumo, porque as outras coisas, nada dá. Mas também estão se envenenando aí também, aqueles venenos, aquelas coisas, cheiro horrível, né? Fumo não é comida. As pessoas se obrigam porque é a única coisa que dá para ir sobrevivendo, porque as lavouras, as pessoas plantam outras coisas, não ganham para comer (Agricultor familiar 1, entrevistado em junho de 2008).*

Além disso, essas falas podem indicar uma explicação implícita de alguns produtores de fumo para a escolha e a manutenção do monocultivo já que, naquele momento, ocorria um alarme mundial em relação à escassez e o aumento dos preços dos alimentos. Entretanto, eles percebiam a perda da diversidade nas propriedades e na região com o avanço do fumo:

> *[...] a gente olhando para trás, a agricultura que tinha aqui na volta, nos vizinhos, vinte, vinte e cinco, trinta anos atrás como tinha diversidade e olhando hoje assim, regrediu assustadoramente a produção de comida e de coisas. Até que os colonos tem, hoje em dia, muito trator novo, que naquela época não tinha, muito carro novo, naquela época não tinha, mas se vai olhar a propriedade do colono, a diversidade que tinha, a possibilidade dele sobreviver dali. Hoje praticamente nesse ponto pode dizer que não existe mais colono que tinha de tudo na propriedade [...]. Não dá pra dizer direito se o fumo foi meio que uma saída, que o pessoal achou*

[3] De acordo com Sonnino e Marsden (2006), o conceito de qualidade é negociável e contestado, sempre aberto a interpretações e apropriações. Há uma disputa, que não é meramente semântica, de diferentes interesses, agendas e valores para definir quem é a autoridade para estabelecer os critérios sobre o que é "qualidade". Existem atores poderosos dentro da cadeia de suprimentos de alimentos para manipular os significados, criando dificuldades para os pequenos produtores, que desejam diferenciar seus produtos e estabelecer valores agregados.

para conseguir sobreviver ou se o próprio fumo fez que as outras coisas ficassem de lado (Agricultor familiar 11, entrevistado em julho de 2008).

Apesar da falta de perspectivas ou planos futuros de alguns entrevistados, eles não denotavam passividade e/ou conformidade com a situação em que se encontravam, isto é, os agricultores constroem diversas estratégias e ações para melhorar as condições sócio-econômicas da família e da propriedade. Independentemente do cultivo de fumo representar o principal produto em relação à renda e à área ocupada, alguns produtores lavravam pequenas áreas com outros cultivos como trigo, soja, arroz ou mesmo oleaginosas, aguardando resultados positivos que pudessem indicar outras opções.

Outros já justificavam que não possuíam recursos para, ao menos, realizarem tentativas, pois estavam extremamente constrangidos pela dependência de recursos externos, pois *"qualquer lavourinha que se faz, a despesa é grande" (Agricultor familiar 9, entrevistado em junho de 2008*) ou pelo pequeno tamanho das propriedades: *"cada um com um torrãozinho de terra, oito hectares, cinco hectares, a maioria tem pouca terra [...] o pessoal fica ali e não tem como produzir mesmo"* (*Agricultor familiar 1, entrevistado em junho de 2008*).

Portanto, apesar da UNAIC representar uma opção de venda dos grãos ou para acessar mercados institucionais antes inacessíveis aos agricultores, o aumento do cultivo do fumo, a freqüência das secas na região e a redução das áreas de milho e de feijão colaboraram para que sua principal atividade comercial não ter sido tão destacada pelos associados. Desse modo, a comercialização de grãos não se revelou como o grande diferencial para eles como ocorreu no passado. Ao contrário, nos dias atuais, a entidade necessitava mais da produção de matéria-prima dos agricultores familiares para prosseguir com suas atividades. Mesmo assim, suas iniciativas e propostas permeiam de alguma forma a construção de ações coletivas mais amplas. Ademais, os agricultores familiares dependem de alianças com a UNAIC ou outras organizações para reconhecer e legitimar suas demandas.

Considerações Finais

A convergência de esforços coletivos de reflexões e estudos sobre essa temática, nos últimos anos, compartilha da preocupação em apreender as estratégias, as práticas, as organizações, os conflitos que estão em jogo, em um momento da emergência de outros valores e significados para o espaço rural como a relação entre agricultura e sociedade, a sinergia entre as diversas atividades dentro da propriedade, as inter-relações entre os espaços

geográficos e sociais, que refletem novos interesses e valores despertados na sociedade (PLOEG *et al*., 2000).

Consideramos importante aprofundarmos nossa compreensão das possibilidades dos produtores familiares obterem maior espaço de manobra, já que suas principais dificuldades nos países da América Latina são a marginalização de mercado e a divisão de terra devido ao crescimento demográfico (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2003). Portanto, a criação de alternativas de emprego e renda, principalmente, para os jovens rurais com o objetivo de melhorar suas condições sócio-econômicas e o seu isolamento são alguns dos grandes desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2008).

A partir desse olhar, observamos que as iniciativas e as propostas da UNAIC permeiam a construção de possibilidades para a diversificação da produção e o acesso a diferentes mercados para esses agricultores, o que pode indicar o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, a renda obtida por grande parte dos agricultores familiares no município provém do cultivo do fumo, o que proporciona pouco espaço de manobra pelo atrelamento as empresas fumageiras. Isso contribui para a vulnerabilidade dos produtores, que possuem baixa flexibilização até na geração da renda, uma vez que apresentam maior dificuldade para ajustar as mudanças no contexto econômico-político, onde estão inseridos. Assim, uma saída para as limitações e a ausência de perspectivas intrínsecas da modernização conservadora da agricultura é a redução na mobilização da força de trabalho, dos recursos e dos produtos finais através dos mercados, pois a menor subordinação e dependência representariam melhores condições de vida para os agricultores familiares.

Referências

BURG, I. C.; EICHOLZ, E. D. **As sementes na sustentabilidade da agricultura familiar: a experiência da UNAIC no Rio Grande do Sul**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2007.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82- 103.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In.: ZANDER, N. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In.: FERREIRA, A.D. D. & BRANDENBURG, A. **Para pensar**: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 147-167

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In.: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.
PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In. PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (Ed.). **Born from within**: practices and perspectives of endogenous development. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-27.
PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
PLOEG, J. D. van der; SACCOMANDI, V. On the impact of endogenous development in agriculture. In.: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. (Org.). **Beyond modernization: the impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995. p. 10- 27.
PLOEG, J. D. van der *et al*. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**. Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-406, oct, 2000.
REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. Globalization, Competitive Advantages and the Evolution of Production Systems: Rural Food Processing and Locgalized Agri-food Systems in Latin American Countries. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 15, n 1, p. 49-67, 2003.
SCHNEIDER, S. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
SONNINO, R; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, p. 181-199, 2006
WANDERLEY, M. N. **Meio rural**: um lugar de vida e de trabalho. Disponível em: < http://www.iicaforumdrs.org.br/index.php?
saction=conteudo&id=a12ac3b16ba6f272193312abda9386e8>. Acesso em: 29 jul. 2008.

CONSUMO DE PRODUTOS ORGANICOS EM FRANCISCO BELTRÃO/PR: influências exercidas pelo estilo de vida adotado pelo consumidor[1]

Chiara Munaro[2]; Romilda de Souza Lima[3]

RESUMO

A preocupação com uma alimentação saudável, e ainda, a procura por alimentos que sejam produzidas com utilização de técnicas mais sustentáveis vem ganhando cada vez mais adeptos e a escolha do consumidor por esses alimentos muitas vezes está diretamente ligada ao seu estilo de vida. O presente estudo teve como objetivo identificar o perfil do consumidor de produtos orgânicos em Francisco Beltrão/PR e analisar o seu enquadramento ao estilo de vida ego-trip e/ou, ecologico-trip. Nesta pesquisa, realizada em 2009, foram aplicadas sessenta entrevistas aos consumidores em supermercado, feira e cooperativa de produtores. Dentre as várias inferências possíveis, verificou-se neste estudo que as informações obtidas junto aos consumidores da feira os aproxima do perfil de consumidor ecológico-trip, já os entrevistados dos outros dois locais, sobretudo, ao do supermercado, se aproxima mais do perfil ego-trip.

INTRODUÇÃO

A busca por um estilo de vida saudável tem sido uma das preocupações em nível mundial, tanto no que se pode verificar nas políticas públicas em saúde, como também - e talvez como reflexo dessas políticas - nas constantes divulgações de programas de TV, documentários e nos *blogs*. O que antes era debate que se limitava a academia e aos centros de pesquisa, atualmente ganha-se novos espaços que são de acesso a qualquer individuo interessado com sua própria saúde ou de sua família. Isso nos aponta que, de alguma maneira, a preocupação com a qualidade de vida tem sido um dos fatores de interesse de grande parte da população.

Essa preocupação com o estilo de vida se reflete em diferentes comportamentos e hábitos buscados: atividade física, redução da carga de trabalho, maior tempo de sono, alimentação saudável, dentre outros.

Ao optar pela relação consumo de orgânicos – estilo de vida buscou-se a conceituação de estilos de vida cunhados por GUIVANT (2003), em que classifica os estilos de vida em *Ego-trip e Ecologico-trip.* Faz-se necessário também apresentar algumas abordagens teóricas conceituais, e ou, categorias analíticas que se utilizou ao longo desse trabalho, como 'estilo de vida', 'alimentos/produtos orgânicos', 'qualidade de alimentos'.

No presente trabalho, interessa-nos analisar a relação entre os indivíduos e o consumo de alimentos saudáveis. Neste caso, mais especificamente, a opção pelo consumo de alimentos

[1] Resultante de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Economia Doméstica na Unioeste - PR

[2] Graduada em Economia Doméstica da UNIOESTE. E-mail: kikamunaro@yahoo.com.br Membro externo do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar – GEPSA.

[3] Mestre em Extensão Rural. Professora Orientadora. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Rua Maringá, 1200 – Bairro Vila Nova – Francisco Beltrão. CEP 85605-010. Membro do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar – GEPSA e Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural..
E-mail: romis.lima@yahoo.com.br

denominados orgânicos. Objetiva-se avaliar se o estilo de vida individual tem ou não alguma relação com a opção pelo consumo desses produtos e se existem fatores que impulsionam este consumo ou que o limitam.

METODOLOGIA

Foram aplicadas sessenta entrevistas semi-estruturadas a consumidores em três seguimentos que comercializam produtos orgânicos, sendo, 20 na Feira de produtos orgânicos, 20 no Supermercado e 20 entrevistas na Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada do Município de Francisco Beltrão (COOPAFI), com o objetivo de identificar o perfil desses consumidores. A pesquisa foi realizada no período de maio a agosto de 2009.

Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente após a escolha dos alimentos orgânicos e a colocação do mesmo no carrinho ou cesta de compras. Observaram-se questões relacionadas à renda escolaridade, ocupação, freqüência de compra, hábitos diários relacionados a opções de qualidade de vida, motivos e frequência da compra, entre outros questionamentos.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Faixa Etária

A figura 1 se refere ao comparativo entre as faixas etárias de consumidores entrevistados nos diferentes locais. Observa-se que no supermercado predomina o público mais jovem, entre 18 e 25 anos em relação aos outros dois locais. Comparativamente, os consumidores acima de 60 anos, parecem evitar o supermercado e preferir a feira.

Uma das razões que pode explicar o interesse dos consumidores da faixa etária entre 18 e 25 anos preferirem o supermercado, pode estar relacionado ao apelo de consumo que existe neste local em relação aos outros dois. O supermercado é local de compra de vários itens e não apenas de frutas e verduras. Para os jovens é mais atraente, do ponto de vista de seu interesse, característicos da idade, evitar a feira e as cooperativas de produtores.

Em pesquisa realizada por Cerveira & Castro (2000), com 120 consumidores na feira de produtos orgânicos em São Paulo, aponta que a faixa etária predominante estava entre 31 a 50 anos e a faixa etária acima de 60 anos foi de apenas 10%.

No caso de Francisco Beltrão, numa cidade de pouco mais de 70 mil habitantes, a tranqüilidade e facilidade para os consumidores acima de 60 anos circularem pela cidade é maior em comparação a cidade de São Paulo. Além disso, como Francisco Beltrão é um município com grandes características rurais, em que a maioria da população é de origem rural, os consumidores

na faixa etária acima de 60 anos tiveram alguma atividade relacionada ao meio rural, assim a identificação com a feira é maior do que a dos consumidores de grandes centros.

Os consumidores com idade entre 26 a 40 anos possuem preferência pelas compras em supermercado e na cooperativa. Dentre esses, a cooperativa obteve maior índice. Já a faixa etária que varia entre 41 a 60 anos apresenta equilíbrio entre os três setores. Pode-se afirmar que os consumidores dessa faixa etária planejam melhor as suas compras, de acordo com a necessidade cotidiana e assim procuram explorar melhor as ofertas e os melhores produtos.

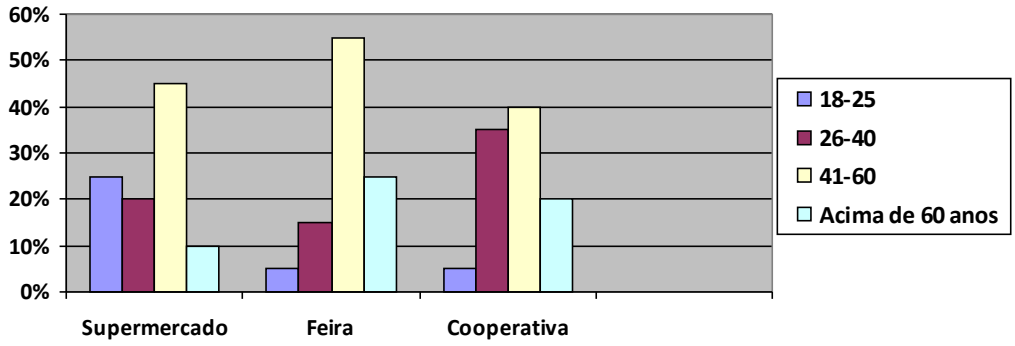


Figura 1 – Comparativo da faixa etária dos entrevistados por local de compra

Escolaridade

O nível de escolaridade dos consumidores da cooperativa é de certa forma bem distribuído, não havendo grande destaque para um deles, mas tanto na feira quanto na cooperativa predomina o nível fundamental e médio. Cruzando essas informações com as dos dados referentes a faixa etária encontra-se a explicação para isso, considerando que a população da faixa etária superior a 41 anos não tenha tido oportunidades de dar continuidade aos estudos. Já no supermercado verifica-se a predominância dos consumidores com nível de escolaridade superior completo (Figura 2).

Chama atenção também o fato de o público com apenas curso fundamental preferir a feira e a cooperativa, e em contra-partida não ter sido encontrado um perfil com pós-graduação na feira. Mais uma vez é possível cruzar essas informações com a faixa etária e encontrar a justificativa para tal aspecto retratado.

A partir da analise desses dois fatores (idade, escolaridade) arriscamos a inferir que tanto a feira quanto a cooperativa, mas principalmente a feira é local procurado predominantemente por pessoas de maior idade e evitada pela população mais jovem.

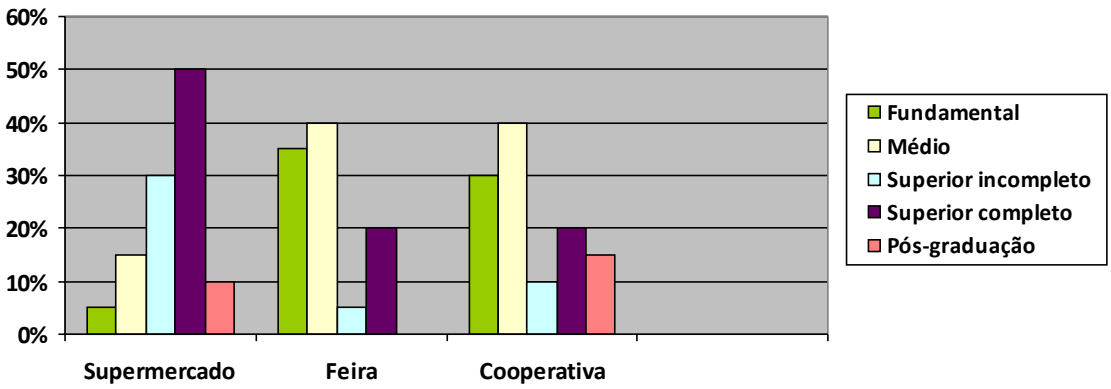


Figura 2 – Escolaridade dos Entrevistados

Realização de Atividade Física e opção pelos orgânicos.

Os consumidores de produtos orgânicos entrevistados na feira e na cooperativa apresentam diferenças consideráveis daqueles entrevistados no supermercado no que se refere ao quesito "realização de atividade física", conforme pode ser verificado na tabela 1. De acordo com essas informações é possível sugerir que os primeiros consumidores se preocupam mais com a saúde do que os segundos.

Atividade Física	Supermercado	Feira	Cooperativa
Sim	20%	50%	60%
Não	80%	50%	40%

Tabela 1 – Hábitos de Fazer Atividade Física

Porém, não se pode considerar como único fator de busca de melhor qualidade de vida a realização de atividade física, embora essa seja um dos mais relevantes.

Uma analise possível de se estabelecer neste aspecto são os dados apresentados sobre as razões para consumir produtos orgânicos. Nesta questão, a grande maioria dos entrevistados dos três locais de comercialização informou ser o fator saúde - por serem alimentos livres de agrotóxico - a principal razão que os levou a essa opção. Portanto, apesar de 80% dos entrevistados do supermercado não adotar hábitos de atividade física, há uma preocupação com a saúde e qualidade de vida no que se relaciona a qualidade dos alimentos que consomem. Isso aponta para o fato de ser a alimentação uma principal fonte de preocupação ligada a saúde dos consumidores de produtos orgânicos.

Outra razão relevante para opção pelos alimentos orgânicos foi o fator ambiental. Neste aspecto os consumidores da feira, e posteriormente, os da cooperativa foram os que se

mostraram mais preocupados. Os consumidores de orgânicos do supermercado não deram grande destaque à questão ambiental.

O item "preço" foi um aspecto que surgiu durante a entrevista como um dos fatores limitantes de ampliar o consumo, sobretudo, daqueles que são comercializados na cooperativa e no supermercado. Neste último, o preço é o mais elevado, pois os produtores precisam pagar para expor seus produtos, o que inviabiliza ainda mais. Esta é também uma das razões de se encontrar baixa oferta desses produtos neste local. Nos três locais pesquisados, a maioria dos consumidores informou estar disposta a pagar um valor até 10% a mais por um produto orgânico em relação ao convencional.

Escolha do Local de Compra

Os consumidores de alimentos orgânicos foram questionados sobre quais as razões para a escolha da feira e da cooperativa para suas compras e não no supermercado. As respostas em ambos os casos foi uniforme. A maior parte dos entrevistados alegou que consideram que os produtos adquiridos na feira e na cooperativa são mais confiáveis, pois sabem que são provenientes de agricultores da região e que também é uma forma de incentivar a agricultura familiar da região. Muitos alegaram também o fato de os produtos serem sempre fresquinhos e de boa qualidade. No caso dos consumidores da cooperativa, houve também o registro em relação à proximidade do local em que moram, os que nos leva a inferir que a maior parte dos consumidores da cooperativa mora no bairro onde está localizada.

Freqüência de Consumo de alimentos orgânicos

Na pesquisa foi possível verificar que os produtos mais adquiridos são frutas e hortaliças. Os consumidores entrevistados na feira são os que mostraram ser consumidores assíduos de alimentos orgânicos. Os da cooperativa, seguido pelos do supermercado, consomem os orgânicos com uma freqüência um pouco menor.

Interessante observar que 75% dos consumidores da feira, informaram que eventualmente consomem hortaliças convencionais, pois dão mesmo preferência aos orgânicos. Já os consumidores da cooperativa, a maioria informou consumir os dois tipos de alimentos, apesar de dar prioridade aos orgânicos, não se consideram tão fieis. Os consumidores no supermercado, em sua maioria, (85%) informaram que consomem mais produtos convencionais com freqüência, o orgânico é um coadjuvante.

A maioria dos 60 entrevistados procura adquirir o alimento orgânico a mais de dois anos e grande parte a mais de 6 anos.

Aquisição dos Produtos

Esse item pode explicar, em parte, porque o consumo de alimentos orgânicos é limitado para alguns consumidores como os do supermercado, por exemplo. De acordo com os entrevistados, há pouca oferta de produtos orgânicos disponíveis no comércio local. A maior parte dos consumidores da cooperativa e do supermercado alegou encontrar dificuldade para achar esses produtos. Apenas na feira as respostas foram equilibradas (Tabela 2). Considerando que na feira são comercializados somente produtos orgânicos e alguns produtos que estão em fase de transição, mas não tem certificação. Já na cooperativa são comercializados vários produtos da agricultura familiar, inclusive os orgânicos, mas que não ganham destaque na exposição das gôndolas e poucos possuem a certificação, dificultando a sua identificação. No supermercado essa dificuldade para aquisição foi percebida na pesquisa, pois em alguns dias não havia nenhum produto orgânico para ser comercializado no local. Um dos motivos, segundo o responsável pelo setor no supermercado é a falta de mais produtores na região que tenham a certificação e também que o clima dificultou a produção, reduzindo ainda mais os produtos disponíveis.

Essas informações confirmam uma situação que é verificada por pesquisadores e também técnicos que acompanham de perto a questão dos orgânicos na região. Há produção ainda é baixa na região Sudoeste do Paraná. Isso faz também com que a freqüência da oferta seja desorganizada, pois além de a produção ser pequena, ela ainda necessita de mais investimentos e desenvolvimento técnico.

Pesquisa que vem sendo desenvolvida por docentes da Unioeste de Francisco Beltrão, dos cursos de Economia Doméstica e Administração[4], apresenta alguns dados que apontam para a dificuldade dos agricultores familiares de Francisco Beltrão que produzem orgânicos, alguns em fase de transição, em produzir em quantidade e com qualidade, sobretudo, no que se refere aos produtos agroindustriais.

Encontra Facilmente o Produto Orgânico?	Supermercado	Feira	Cooperativa
Sim	20%	50%	15%
Não	80%	50%	85%

Tabela 2 – Facilidade de Aquisição dos Produtos Orgânicos

Coleta Seletiva

[4] Projeto Inovação Tecnológica dos Produtos Alimentícios da Pequena Agroindústria Familiar de Francisco Beltrão. Ligado ao Programa Universidade Sem Fronteiras e Financiado pela Fundação Araucária (2009).

A maioria dos entrevistados realiza a coleta seletiva doméstica como hábito. Na feira, 100% dos entrevistados. O menor índice entre os três se apresentou entre os consumidores no supermercado (85%).

O questionamento sobre realizar ou não a coleta seletiva em casa, foi usada neste estudo, juntamente com os hábitos de atividade física como parâmetro de verificação de uma adoção de estilo de vida mais saudável e ao mesmo tempo mais equilibrado com as necessidades de observação da capacidade do planeta no que tange aos aspectos de saúde ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar e cruzar as informações coletadas nas entrevistas, conclui-se que os resultados encontrados nesse estudo corroboram com aqueles verificados por Guivant (2003). O perfil dos consumidores da cooperativa e do supermercado, sobretudo, o deste ultimo, se classifica dentro da categoria *ego-trip*, ou seja, aquele consumidor que está ligado nas questões de saúde, de melhorar a qualidade de vida. A sua preocupação maior quando se fala em saúde está ligada basicamente à questão alimentar e pouco a realização de atividade física, por exemplo. Também o aspecto relativo ao meio ambiente e às noções de sustentabilidade não são muito evidenciadas em seus depoimentos e respostas sobre as motivações para o consumo de alimentos orgânicos. Poucos dentre esses são os que dão um grau de importância elevado à coleta seletiva.

Os consumidores da feira se aproximam daquele perfil considerado como *ecológico-trip*, pois demonstraram atitudes e opções cotidianas mais coerentes, voltadas a preocupação geral com a saúde e aos aspectos ambientais. A grande maioria pratica atividade física e realiza coleta seletiva, por exemplo, além de consumir com freqüência os alimentos orgânicos. A grande maioria também informou ir a feira todas as semanas e optarem pelos orgânicos tanto pelo aspecto da saúde quanto pelo aspecto ambiental.

A produção e a oferta de produtos orgânicos na região ainda é incipiente e não dá conta de suprir a demanda, uma das razões para isso pode estar na necessidade de melhor organização produtiva e de gerenciamento tanto da produção quanto da comercialização. O preço também é fator que restringe a ampliação do consumo.

Os produtos orgânicos não ganham grande destaque em sua exposição nas gôndolas, principalmente no supermercado, sendo que os orgânicos não se encontram separados dos convencionais, dificultando a sua identificação por parte consumidor, passando até despercebido por alguns. É de fundamental importância que se tenha nos locais de comercialização gôndolas

identificadas e separadas em um lugar específico e de destaque onde esses produtos estejam mais visíveis aos consumidores.

REFERÊNCIAS

CERVEIRA Ricardo; CASTRO, Manoel Cabral de. **Perfil de consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo – características de um padrão de consumo.** ESALQ/USP, 2000.

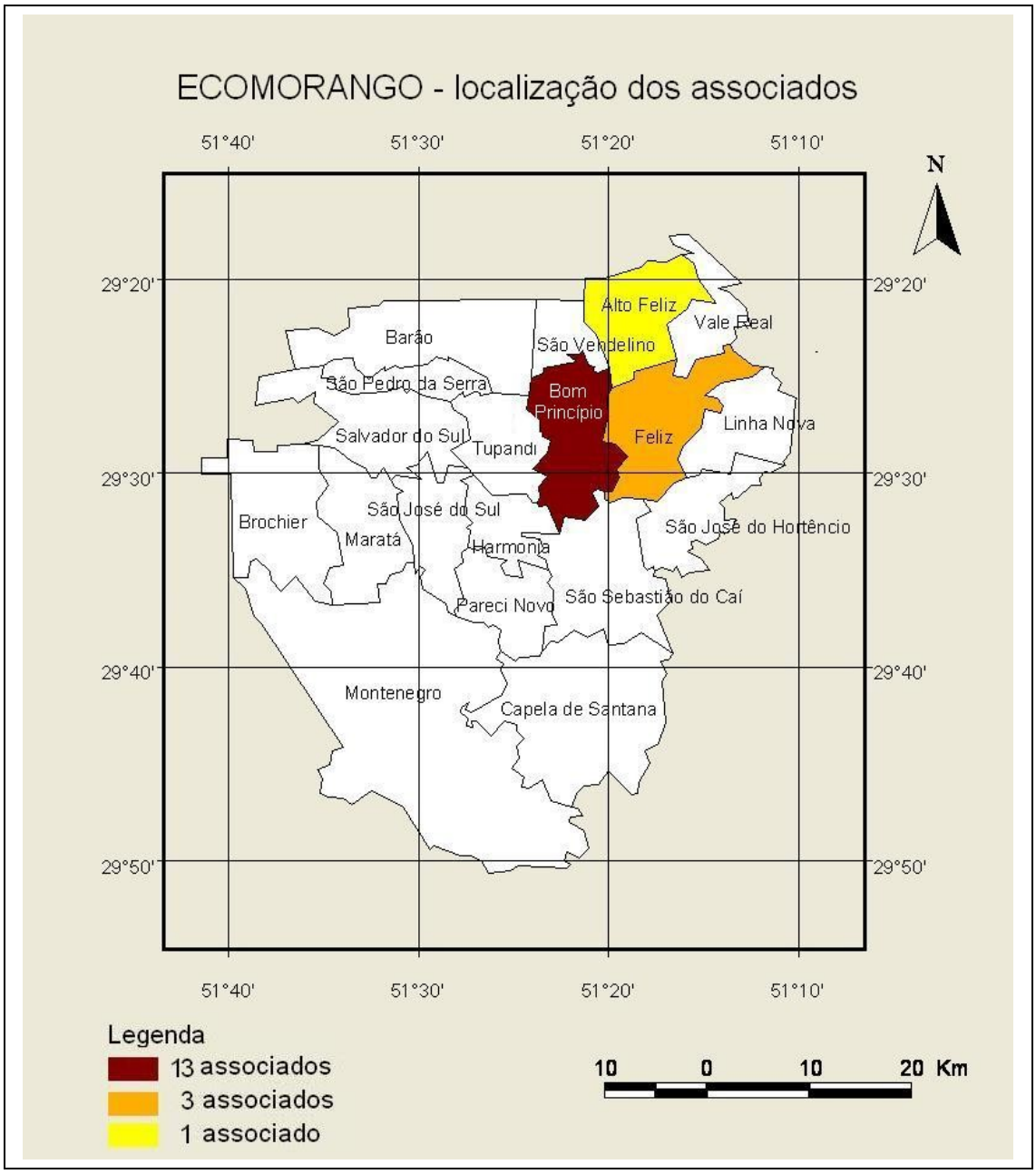
GUIVANT, J.S. **Os Supermercados na Oferta de Alimentos Orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*.** Ambiente e Sociedade. Vol.6 n°. 2 jul./dez./2003. Pág. 63-81.

COOPERATIVA ECOMORANGO: uma estratégia de posicionamento no mercado de agroalimentos orgânicos

Cláudio José Bertazzo
(cbertazzo@gmail.com)
Professor Adjunto no Deptº de Geografia na UFG

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

A Cooperativa de Produtores de Morango Ecológico de Bom Princípio Ltda. – ECOMORANGO –, com sede no município de Bom Princípio (RS), foi fundada em 2000 e está registrada no Ministério da Fazenda com o CNPJ nº 04.024.266/0001-25. Seus sócios estão distribuídos em: Bom Princípio (17), Feliz (3), e Alto Feliz (1), como se pode observar no Mapa 1.



Mapa 1 – Localização dos associados da ECOMORANGO

Fonte: IBGE, organizado pelo autor

A cooperativa possui quatro associados que não são agricultores. O quadro de associados, inicialmente, foi composto por 15 famílias (4 famílias de origem italiana e 11 famílias de descendentes de colonos alemães) alcançando o número de 24 associados. Todos os demais, que são produtores rurais ecologistas, vivem e trabalham em propriedades que possuem em média de 10 ha – ou até menos. Em média, cada família é constituída por quatro pessoas.

Em dezembro de 2007, a ECOMORANGO enfrentou uma nova crise[1]: entre seus associados. Nesta ocasião, os 7 associados (descendentes de famílias italianas), afastaram-se da Cooperativa e iniciaram (2007/2008) os procedimentos de descooperativização[2]. Estes agroecologistas não entregam mais sua produção na Cooperativa, todavia permanecem produzindo em estilos ecológicos. Desde a cisão passaram a atuar sozinhos nos mercados, como venda direta em feiras na cidade de Caxias do Sul (RS), onde também abriram uma pequena loja.

Aproveitando esta crise, a ECOMORANGO abriu-se para novos associados. Um destes novos admitidos já estava cumprindo o período de transição produtiva, produzindo de forma ecológica e vendendo parte da sua colheita através da cooperativa. Assim, a partir de agosto de 2008, a configuração dos cooperativados passou a ser a seguinte: 15 famílias; sendo 11 famílias de Bom Princípio; 3 famílias de Feliz; e, uma família de Alto Feliz.

No dia 14 de agosto de 2008, a Assembléia dos Associados da ECOMORANGO recebeu e admitiu quatro novos sócios, numa tentativa de superar as crises e avançar nos princípios da produção ecológica e de afirmação como grupo de produtores ecológicos. Da Ata desta assembléia extraímos o seguinte trecho: "[...] para que prevalecesse a união dos sócios e que a Cooperativa siga seus objetivos, que é a preservação do ambiente e para sobrevivermos com uma renda justa [...] e também o fortalecimento da Cooperativa." (ECOMORANGO, Ata da Assembléia Ordinária do dia 14 Ago. 2008) Este parágrafo sintetiza as afirmações do grupo de associados em busca de uma agricultura sustentável, contemplando a sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Para ser integrado ao quadro de associado da cooperativa, é requisitado do proponente que demonstre consciência ecológica[3], freqüente os cursos e reuniões que ela oportuniza, atue nas feiras em que comercialize sua produção e atender na loja da cooperativa em Bom princ[ipio. Se não for assim, dizem os associados, podem agregar-se outras idéias que desencaminhem os objetivos iniciais.

No momento em que realizávamos a pesquisa, quadro de cooperativados, que são efetivamente produtores agrícolas, estava constituído por 17 pessoas, sendo 13 produtores de

[1] A cooperativa passou por uma crise primeira em 2001 quando saiu o presidente e mais três sócios, que deixaram um prejuízo que precisou ser pago pelos cooperativados remanescentes.

[2] A saída dos cooperativados de etnia italiana, e inclusive o associado que presidia a ECOMORANGO, foi o resultado de disputas por modelos de gestão: os associados de etnia alemã queriam expandir a cooperativa e ampliar o quadro de sócios. Os cooperativados de etnia italiana queriam conservar a Cooperativa na inércia em se encontrava: não sem receber novos associados. Esta disputa levou a retirada do grupo de etnia italiana, que agora está formando nova Associação.

[3] O estatuto da ECOMORANGO exige que qualquer associado novo participe da cooperativa como estagiário durante um ano, sendo que somente então é admitido como cooperado pleno, se os demais requisitos e conformidades com os estilos de produção ecológica forem atendidos.

Bom Princípio e 3 produtores de Feliz e 1 produtor de Alto Feliz. Destes 17, duas associadas trabalham somente com produtos processados: geléias, doces, pães, etc. com matérias-primas procedentes dos associados da ECOMORANGO e de produtos orgânicos certificados. Estas associadas não cultivam morangos ou hortaliças em escala comercial, apenas para autoconsumo.

Os agroecologistas da Cooperativa, efetivamente, orientam-se pelos princípios da Agroecologia que, na visão dos seus fundadores, também constitui-se em uma estratégia para a superação do atual estágio de desenvolvimento da agricultura da região onde vivem. Para estes produtores, a agricultura de base ecológica tem representado uma proposição afirmativa para o seu desenvolvimento socioeconômico ao mesmo tempo em que buscam garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas evitando sobrecarregar os ecossistemas que cultivam. Estes produtores são certificados com o selo de produto orgânico pela Rede ECOVIDA de Agroecologia. Ela é uma organização não governamental – ONG, que atende a mais de dois mil produtores da região Sul do Brasil.

Em nossas observações de campo procuramos acompanhar e conhecer os processos de produção dos morangos orgânicos para poder avaliar as características das práticas agrícolas e seus estilos de agricultura, buscando evidências de fundamentos ecológicos na produção destes agroalimentos. Inicialmente conferimos que a maioria dos associados-produtores da ECOMORANGO planta suas lavouras em terras próprias, com mão-de-obra exclusivamente familiar. A Foto 1 registra três detalhes do cultivo de morangos ecológicos em Alto Feliz (RS). Este produtor utiliza a plasticultura e forma sua lavoura de morangos com túneis baixos de plástico transparente. Esta ação evita a predação por insetos e dos ataques de fungos disseminados pelo vento.

FOTO 1 – Lavoura de morangos de agroecologista da ECOMORANGO
Fonte: CJB, 2008

Em geral, a renda dos associados da ECOMORANGO com a produção de agroalimentos orgânicos chega aos dois salários mínimos mensais. O cultivo de morango em

cada Unidade de Produção Agrícola – UPA – não é inferior a 0,6 ha e representa o principal produto agrícola comercial de cada UPA. Em períodos de safra ou de preparo da terra, são feitos mutirões entre os cooperados, cujo pagamento é em trabalho, em oportunidades distintas. Eles contam com o apoio técnico de diversas entidades que atuam na região, principalmente a EMATER – RS e universidades comunitárias regionais, como por exemplo, a Universidade de Caxias do Sul – UCS e o Centro Universitário Vale do Taquari – UNIVATES. Também é (e foi) muito importante o suporte dado pela Prefeitura de Bom Princípio para o estabelecimento e funcionamento da ECOMORANGO. Além destes, não pode deixar de ser mencionado a solidariedade da Cooperativa dos Citricultores Ecológicos de Montenegro – ECOCITRUS, desde o ano de 2000, promovendo intercâmbio, formação em agroecologia, reuniões, relatos de experiências, etc.

Além de morangos os agroecologistas produzem outros 60 diferentes produtos. Como, por exemplo, os pomares de citros, de videiras e as hortaliças. Esta diversificação de produção garante renda durante todo o ano. Dois dos associados fabricam artesanalmente geléias, doces, compotas, pães, biscoitos e cucas, aproveitando as matérias-primas próprias e adquirem produtos orgânicos certificados daqueles itens que não produzem.

Alguns dos insumos que necessitam para o cultivo de hortaliças são produzidos no próprio estabelecimento rural Como, por exemplo, a compostagem cujo produto (o composto) repontencializa a fertilidade do solo, cuja prática é adequada aos princípios da agricultura sustentável. É comum trabalharem apenas com recursos próprios e com mudas que eles próprios fazem, também reservam para sis as sementes para produzirem nos cultivos futuros , como o feijão, o milho, as ramas de mandioca, etc. Quando se trata de incorporar tecnologias ou de expandir as lavouras alguns recorrem aos financiamentos bancários.; cerca de 70% dos produtores da ECOMORANGO já utilizaram os recursos do PRONAF Custeio e Investimento, disponibilizados pelo Banco do Brasil e Banco do Sistema de Crédito Cooperativo – Banco SICREDI, seja para aquisição de equipamentos ou de mudas para formação de suas lavouras.

Considerando que o cultivo de morangos é suscetível à muitas doenças e pragas; e que os agroecologistas precisavam lutar contra elas usando tecnologias naturais e compatíveis com a produção orgânica, foi preciso contar com o apoio do Centro de Pesquisas da UNIVATES. Esta Instituição pesquisou algumas profilaxias para o controle dos principais predadores dos morangos e chegou ao resultado de que, para se controlar os predadores em lavouras de morangos, a alternativa entomológica era a de melhor resultado, pois não deixavam resíduos. Esta tecnologia é aceita pela *Certificadora* de produtos orgânicos que

certifica os produtores da ECOMORANGO. O Centro de Pesquisas da UNIVATES selecionou um ácaro que se alimenta do ácaro rajado (principal inimigo das lavouras de morango) e elimina sua população. Esta tecnologia de controle de predadores pela via da eliminação dos invasores usando outra espécie viva é chamada de Entomologia. Ela é reconhecida como prática de agricultura orgânica e não contamina a produção. Trata-se apenas do controle biológico de insetos invasores[4]. Isto garante uma produção de boa qualidade, segura e nutritiva, livre de agroquímicos, e que não utiliza fertilizantes sintéticos. Após a colheita, amostras da produção são analisadas pela UCS – Universidade de Caxias do Sul, onde são feitos testes de toxidade nos produtos para garantir a credibilidade de produto orgânico.

A produção da ECOMORANGO é vendida no estabelecimento comercial cedido pela Prefeitura de Bom Princípio e nas feiras de produtos orgânicos realizadas em alguns municípios para onde se deslocam alguns produtores com a produção de todos os associados, como, por exemplo, em Caxias do Sul (52 km), nas quartas-feiras e sábados; em Canoas (65 km) e Porto Alegre (79 km) aos sábados. Todos os pontos de comercialização são atendidos em rodízio pelos cooperados. Os deslocamentos são feitos através de veículo próprio da cooperativa, doado à fundo perdido do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Aos sábados, todos os cooperados vão fazer a feira em uma das três cidades atendidas pela Cooperativa. Para este dia de trabalho, eles recebem uma diária-trabalho de R$ 30,00 (2008). A preparação do caminhão para a saída às feiras pode ser observada nas Fotos 2, 3, e 4 (agrupamento de imagens):

Foto 2 – Embarque da produção da ECOMORANGO rumo à Feira.
Fonte: CJB, 2008.

Fotos 3 – Pães – produzidos com trigo e açúcar orgânicos
Fonte: CJB, 2008.

[4] Mas o desequilíbrio original não está sendo considerado. Ora se há uma oferta extraordinária de alimento para o ácaro rajado ele se instala na lavoura monocultora e multiplica-se celeremente. Então a causa do aparecimento do ácaro é resultado do desenho do agroecossistema, que por ser monocultor não usufrui dos benefícios ecológicos disponibilizados pelos arranjos da biodiversidade.

Na Foto 2 observa-se os associados da ECOMORANGO diante do imóvel sede, embarcando os produtos para levar à Feira em Caxias do Sul. Na Foto 3 está registrado um dos muitos produtos processados pelos associados para complemento do leque de produtos que são oferecidos aos consumidores orgânicos. Estes pães são produzidos pelas associadas sem produção hortícola comercial. Mais detalhes do embarque no agrupamento de imagens que chamamos Foto 4:

Foto 4 – Detalhes da produção *in natura* e processada da ECOMORANGO
Fonte: CJB, 2008.

Neste conjunto de imagens (Foto 4) pode ser observada a variedade de agroalimentos orgânicos que vão à feira, tanto na forma *in natura* quanto processados artesanalmente. Na parte esquerda da Foto 4 observa-se limões, alfaces, tomates, mandiocas, etc. Ao centro observam-se figos roxos para mesa. Na parte direita da Foto 4 observa-se os doces elaborados artesanalmente pelas famílias, estando destacado o rótulo de produto orgânico certificado pela Rede ECOVIDA de certificação participativa.

A organização dos produtores através da Cooperativa lhes permite afastar-se dos meios tradicionais do mercado (através da intermediação de mercadores e atacadistas), vendendo eles mesmos suas produções aos consumidores nas feiras em que participam. Ainda não é um caso de organização de comércio entre cooperados (consumidores e produtores), mas rompe com a tradicional figura do intermediário. Representa, sim, uma estratégia para obter melhor remuneração por seu trabalho e fortalece a presença da figura da cooperativa – enquanto uma forma de grupo corporado – que os representa nas pontas de venda de sua produção orgânica.

De toda a produção entregue pelos associados na Cooperativa, ela retém o percentual de 20%, a título de comissão para custear as despesas operacionais, como, por exemplo: energia elétrica, transporte e manutenção do veículo da cooperativa, contabilidade, pagamento

das horas de trabalho ou das diárias dos cooperados que vão até as feiras ou atendem no balcão da loja, etc. O acerto de contas entre a cooperativa e os cooperados é feita semanalmente, quando se conhece a quantidade dos produtos entregues que foram efetivamente comercializados. Esta atividade de prestação de contas ocorre todas as segundas-feiras, nas casas dos cooperados, em sistema de rodízio. Quando há excedente de produção, os cooperados processam os agroalimentos através de agroindústria artesanal e familiar para vender na loja da Cooperativa ou nos espaços das feiras em que participam, de modo que as perdas de colheita são mínimas.

A produção de morangos orgânicos, que é vendida totalmente *in natura*, alcança sete toneladas/ano[5], sendo que cada pé de morango produz uma bandeja de 350 g. Para alguns dos os produtores pesquisados (sócios nº 9, 10 e 11) a renda dos morangos representa 90 e 97% das receitas, enquanto que para os produtores (sócios nº. 5, 6 e 14), a receita em R$ com morangos é de 40% do total de suas produções.

Considerações finais

As entrevistas com os agroecologistas associados da ECOMORANGO nos mostraram que apenas um dos agricultores não trabalha em terras próprias. Trabalhar em terra própria, entretanto, representa mais segurança no planejamento da produção. Este agroecologista, todavia, produz em área pertencente a um familiar e paga pelo uso da terra. Isto absolutamente não o torna mais seguro, mas também não significa que será despejado. Este mesmo produtor também é o único que trabalha com avicultura integrada convencional, dentre todos os participantes da cooperativa. Seu pomar, porém é separado e está distante cerca de 200 metros dos galpões de criação de aves. Em princípio a legislação não coloca impedimentos para esta ação produtiva em modelos distintos. Até mesmo as certificadoras não colocam nenhuma restrição em certificar como orgânicos a produção de uma UPA como esta. Portanto, estamos diante de fenômenos considerados dentro dos padrões.

Outra característica destes agroecologistas está no tamanho das lavouras e dos pomares. Eles realmente podem ser considerados pequenos produtores, pois seus estabelecimentos têm tamanho inferior ao módulo rural regional que é de 20 ha. Entretanto, eles produzem, sobrevivem e se propõem a multiplicar seus estilos de agriculturas ecológicas.

[5] Segundo a EMATER-RS, em Bom Princípio, 154 famílias dedicam-se ao cultivo de morangos em uma área de 31 ha. Estas famílias produzem cerca de 1.100 toneladas por ano. A produção orgânica de morangos dos cinco agroecologistas de Bom Princípio ligados à ECOMORANGO está inclusa nesta contabilização.

A qualidade de vida e saúde que advém destas relações e também pela renda maior que obtém pela comercialização direta, permite sua reprodução social mesmo em lavouras tão pequenas.

Também observamos na sistematização das informações, que nenhum dos associados da ECOMORANGO contrata de mão-de-obra externa à propriedade. Às vezes podem receber ajuda mútua, mas também é raro que isto aconteça, portanto, é muito comum trabalharem apenas os casais nas lavouras. Como a produção é planejada e a responsabilidade pelo cultivo é escalonada, conforme descrevemos anteriormente, estes produtores não sofrem com oscilação de preços ou de quantidades de oferta, exceto por quebra eventual de produção. Por isto, sua renda permanece constante e lhes permite dar passos bem pensados acerca de suas lavouras.

O grande diferencial de produção está nos morangos orgânicos. Enquanto que um produtor convencional consegue apenas R$ 0,50 por uma embalagem de 350 g de morangos, o produtor da ECOMORANGO consegue cerca de R$ 2,20 pela mesma quantidade do produto. Assim, estes AEs têm menos terras agrícolas, menores lavouras, menor volume de produção, mas obtêm maiores rendas devido à qualidade de seus produtos. Entretanto, esta realidade não se reproduz em toda a lavoura e para todos os produtos. O morango é uma exceção.

A infra-estrutura também é muito boa. As prefeituras de Bom Princípio e Feliz, por exemplo, esforçam-se para que a população rural permaneça nas zonas rurais. Assim, acabam levando redes de água tratada e outros serviços até as os estabelecimentos rurais. Como vimos os agricultores pesquisados são servidos por coleta de resíduos sólidos. Também há telefonia fixa disponível e instalada. Enfim, estão postos nas UPAs meios suficientes para garantir conforto aos produtores moradores na zona rural.

Ainda sobre a produção, convém citar que além do morango, cuja produção é muito trabalhosa, mas que compensa pela renda que gera, as maiores receitas das UPA, todavia, são obtidas com a produção de citros. Isto porque, quando os pomares de citros chegam à fase de produção plena, os tratos culturais são menores e a produção cresce bastante e garante maiores rendas.

Além disto, a grande diversidade de produtos dá uma amplitude de opções aos consumidores, inclusive pelos produtos artesanais, como geléias, doces, pães e cucas (pães doces). De todos estes produtos são obtidas as rendas de destes agroecologistas e com a comissão cobrada pela Cooperativa, a estrutura corporativa vai se fortalecendo e oferece melhores condições de comercialização para os cooperativados.

Finalmente, o apoio da Prefeitura de Bom Princípio e da EMATER-RS foram fundamentais para a transição produtiva que experimentaram estes produtores, tornando-se agroecologistas. Além de ter patrocinado cursos de formação para os agricultores familiares, a Prefeitura de Bom Princípio construiu uma loja para a comercialização dos agroalimentos orgânicos produzidos pelos associados da Cooperativa ECOMORANGO, resultando na incorporação, pela comunidade, da produção de morangos orgânicos como patrimônio cultural de Bom Princípio. Foi assim que o grupo que se decidiu enveredar pelos estilos de agricultura ecológica, a partir do curso ministrado pela Prefeitura e EMATER-RS, conseguiu se fortalecer na nova forma de produção e começou a superar problemas de renda e de comercialização de suas produções. Sua trajetória desde 2000 mostra que a jornada dos agricultores familiares não é fácil; e que buscar e criar alternativas para a produção, distribuição e comercialização de agroalimentos é fundamental para reproduzir socialmente e mais do que isto, encontrar modalidades de agricultura sustentável é um necessidade de primeira ordem para toda a sociedade.

DESAFIOS PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR NOS MERCADOS DIFERENCIADOS

Marina Ramos Caetano
(marinarcaetano@yahoo.com.br)
Universidade de Brasília
Mestranda em Agronegócios

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente
(alefv@uol.com.br)
Universidade de Brasília
Doutorado

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

Resumo: O objetivo do presente estudo é discutir se as novas demandas agroalimentares do pós-fordismo representam real oportunidade à valorização dos produtos da agricultura familiar no Brasil. Para tanto, o trabalho analisa como pequeno empreendimento rural de fabricação e venda de queijos artesanais conseguiu conquistar clientela fiel de classe alta em Brasília, Distrito Federal. A partir do aporte teórico da teoria de Bourdieu, foram identificados os atributos que possibilitaram a que um pequeno produtor artesanal de queijos inserisse-se em nicho de mercado de produtos diferenciados e construísse forte rede de clientes na capital federal. O presente trabalho levanta a hipótese, a partir da análise de um estudo de caso de construção social de mercado diferenciado, de que a inserção dos agricultores familiares nesses mercados será um desafio maior do que muitos estudos sobre desenvolvimento rural têm defendido**.**

Palavras-chave: agricultura familiar, estudo de caso, construção social de mercados diferenciados.

1. INTRODUÇÃO

O grande potencial da agricultura familiar brasileira no mercado de *commodities* é demonstrado, quando observamos que apesar do pouco investimento público que foi dispensado por muitos anos à categoria, o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) mais uma vez confirmou sua importância na política de segurança alimentar do país, por abastecer o mercado interno brasileiro de alimentos e de matéria-prima. A agricultura familiar foi responsável pelo fornecimento de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 40% do leite e 59% do plantel de suínos.

No entanto, é lamentável notar que o mesmo Censo ratificou a histórica concentração de terras no Brasil: enquanto 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários eram de agricultura familiar, eles ocupavam apenas 24,3% do total de área de estabelecimentos agropecuários. O problema é que essa alta concentração de terras constitui-se um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento econômico do país.

Apenas recentemente a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força. Tal discussão foi impulsionada pelos debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local a partir da década de 1990. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e impulsionam este debate incipiente sobre desenvolvimento rural na sociedade.

Entre essas discussões, é comum o debate entre vários estudos sobre desenvolvimento rural sobre as oportunidades que as demanda por produtos artesanais, com apelo à origem representam para a valorização dos produtos da agricultura familiar no Brasil. Porém, o artigo levanta a hipótese de que é complicado considerar a demanda por produtos diferenciados como uma solução para o problema de pobreza entre agricultores familiares no curto-prazo. Para testar essa hipótese, o trabalho analisa, com o aporte teórico da sociologia de Bourdieu, um caso empírico de construção social de mercado diferenciado, tentando identificar quais atributos foram fundamentais para o sucesso de empreendimento e discute ao final do trabalho em que medida tais atributos são encontrados entre os agricultores familiares brasileiros.

2. A SOCIOLOGIA DE BOURDIEU

Bourdieu (2008) em sua obra "A Distinção" fornece vários instrumentos conceituais que podem apoiar a análise da construção social dos mercados ao identificar os fundamentos sociais da construção do gosto. Ele afirma que os gostos estão associados a investimentos em capitais culturais que são utilizados pelos grupos para distinguirem-se pela superioridade cultural. Portanto, o autor defende que os gostos dos consumidores de bens culturais podem classificá-los, distingui-los, aproximá-los ou afastá-los.

A tese central da mesma obra é a de que o gosto é um importante marcador de classe e que, por isso, o consumo dos bens culturais mais diversos tem a função social de legitimar as diferenças sociais. Segundo o autor os gostos são formados socialmente e não individualmente. A classe social do autor relaciona-se a um grupo com *habitus* semelhantes e

não se baseia, portanto, puramente na posse de meios de produção, como na definição materialista de classe de Marx.

O conceito de *habitus* é um sistema de preferências construído socialmente. O autor demonstra que as escolhas individuais não são frutos de ordenamentos isolados ou decorrentes do acaso. Afinal, é o *habitus* que torna um agente detentor de determinado gosto e as diferenças estão estreitamente relacionadas às condições objetivas de existência. Portanto, para o autor, o paladar e as escolhas alimentares são determinados por fatores sociais, tais como casta, gênero, família, classe social, religião, entre outros. A maneira de cada indivíduo alimentar-se dependerá essencialmente do nível de cultura dos mesmos.

Segundo ele, diferentes formas de capital - cultural, social, simbólico, etc. - estruturam o espaço social e assim definem as oportunidades, escolhas e preferências de cada indivíduo. Nesse sentido, a obra discorda do valor central dado aos fatores econômicos nas análises sociais e denuncia a importância de compreender os mecanismos sociais e culturais de formação dos gostos. O mundo simbólico fundamenta a adesão a *habitus* distintos, que fortalecem a hierarquia do que é aceito ou não nas escolhas culturais. O *habitus* é o formato do capital objetivado em uma relação e incorporados pelos indivíduos.

Segundo o autor, o capital cultural, da mesma forma que o capital econômico, pode ser acumulado e transmitido de geração em geração. O capital cultural é adquirido simplesmente por meio da imersão em determinado *habitus*. O autor demonstra que a posse de capital cultural elevado representa uma vantagem em outras esferas, pois há intercâmbio entre as variadas formas de capital. O capital simbólico refere-se à esfera dos signos, sendo que os mais variados aspectos do comportamento social têm o potencial de operar como símbolo da posição de um indivíduo. Porém, cada grupo social atribui certos valores a determinadas práticas e, portanto, a interpretação dos signos varia conforme as posições relativas dos atores.

É a posse de quantidades distintas de variadas formas de capital que constrói as diferentes classes e os grupos dentro de cada classe. Dentro da classe dominante, por exemplo, há segmentos mais ricos em capital cultural e outros mais ricos em capital econômico, o que dá origem a diferentes *habitus* e gostos característicos em cada segmento. O capital cultural, como estratégia de distinção, compete pela superioridade com o capital econômico. Várias formas de capital cultural também competem pela superioridade, porém os símbolos culturais dos grupos sociais dominantes acabam adquirindo legitimidade cultural por estarem associados a um *habitus* superior. A classe dominante, portanto, adquire uma posição de distinção decorrente do poder de estabelecer o *habitus* superior. Nesse sentido, a classe média por aspirar à posição da classe acima, imita o gosto da mesma até onde o capital

cultural e econômico permitir, tudo isso, com o intuito de distinguir-se da classe trabalhadora. Quando os grupos de posições mais baixas adquirem mais capital cultural e econômico e adotam os gostos dos grupos mais altos, os grupos dominantes encontram novas práticas com o intuito de preservar sua superioridade. Portanto, o comportamento de consumo faz parte da luta por dominação e legitimidade entre classes sociais.

O autor destaca que o gosto de luxo, é um gosto característico de indivíduos das classes dominantes, aqueles que têm condições materiais de existência caracterizada pela distância da necessidade, pelas liberdades e todas as outras facilidades associadas à posse de capital. O gosto de luxo opõe-se ao conceito de gosto de necessidade que é motivado pela necessidade de garantir energia para o trabalho e não pelas características do produto. No caso dos gostos de luxo, os clientes estão dispostos a pagar um sobre-preço a determinados produtos que satisfaçam certas exigências. Por isso, para Bourdieu, a ideia de gosto é uma noção essencialmente burguesa, pois pressupõe que haja liberdade de escolha.

Em sua obra "As estruturas sociais da economia"[1], Bourdieu (2006) trata do campo econômico. Esse campo é formado pela interação entre os agentes – as empresas - que aí atuam, que por meio de sua atuação, alteram o espaço ao seu redor, construindo uma estrutura – o campo e as forças que o caracterizam. Para o autor, o campo econômico é um campo de luta que alteram ou mantêm a relação de forças em vigor, no qual defrontam-se agentes dotados de recursos diferentes. A estrutura do campo econômico é determinada pelo volume e estrutura dos diversos tipos de capitais – social, cultural, econômico atual ou potencial, simbólico, tecnológico, jurídico e informacional e comercial - dos agentes.

O capital social de Bourdieu distingue-se das definições da sociologia e economia americanas porque leva em conta, além das redes de relações, o volume dos recursos (capital financeiro, informacional, etc) que permitem mobilizar vantagens indiretas. É o tamanho e a capacidade de mobilização de capitais de uma rede de relações que garante vantagens competitivas aos empreendimentos. O capital simbólico são os recursos baseados no conhecimento e no reconhecimento, tal como a imagem a fidelidade à marca. Os capitais simbólicos funcionam como uma forma confiança e crença. Os capital financeiro é o domínio direto ou indireto de recursos financeiros e é a principal condição para acumulação e conservação das demais formas de capitais. O capital tecnológico é o conjunto dos recursos científicos e técnicos que podem ser utilizados na fabricação de produtos e o capital comercial

[1] A versão em francês foi publicada em 2000 e é basicamente um chamado à importância integração das disciplinas sociologia e economia. O desenvolvimento do livro demonstra como tal integração é possível.

relaciona-se à capacidade de venda – armazenamento, transporte, serviços de marketing e pós-venda.

3. O CASO DA "QUEIJARIA ALPINA"

A pesquisa sobre a "Queijaria Alpina" foi realizada de abril de 2009 a fevereiro de 2010 com o intuito de compreender melhor o funcionamento dos mercados diferenciados. **Tal pesquisa faz parte de estudo mais amplo a ser realizado por uma das autoras com vistas à elaboração de dissertação sobre a construção social desses mercados.** Essa temática, que já vem sendo bastante trabalhada em países europeus, notadamente na França, ainda é pouco desenvolvida no Brasil, apesar de seu grande potencial para elaborar estratégias de valorização de produtos artesanais com identidade regional. **No período de pesquisa de campo foram feitas entrevistas com o produtor, com seus clientes diretos e com os donos de estabelecimentos comerciais onde são vendidos seus queijos.**

Stephan Gaehwiler é um suíço que vive no Brasil desde 1983. É ele o responsável pela "Queijaria Alpina", em torno da qual se formou forte rede de consumidores em Brasília (DF) e Pirenópolis (GO). O queijeiro é proprietário da Fazenda Pica-Pau, de 162 hectares, localizada no município de Corumbá de Goiás, onde funciona sua pequena agroindústria de produção de queijos artesanais. O próprio produtor, com o auxílio de quatro funcionários, realiza as atividades desde a criação do gado até a fabricação e venda do queijo.

Quando criança, Stephan morava na Suíça em uma pequena fazenda - de 12 a 15 hectares – de seus avós, que produziam ovos e frutas. Segundo ele, desde seus cinco anos queria ter sua própria fazenda e, aos nove anos, decidiu que deixaria seu país quando fosse mais velho, afinal lá não tinha muita disponibilidade de terras. Stephan foi o único de cinco irmãos que optou por construir sua vida em outro país e investir em empreendimento rural.

O produtor cursou universidade de Zootecnia na Suíça, que terminou aos 23 anos. Porém, durante os anos de faculdade, Stephan parou os estudos várias vezes para morar em outros países e adquirir experiências práticas na área agrícola. Entre os países que morou estão Canadá, Estados Unidos e Áustria. Em 1983, aos 23 anos, após terminar a faculdade, veio para o Brasil para trabalhar numa fazenda de produção de gado de corte em Balisa, no estado de Goiás. A oportunidade do emprego foi conseguida quando ainda morava na Suíça, quando o dono da fazenda, que fazia negócios com seu pai, chamou-o para assumir um cargo administrativo de confiança em sua fazenda de 10.000 hectares no Brasil.

Com os lucros do trabalho na Fazenda, em 1992 adquiriu, em sociedade com seu amigo e sogro na época a fazenda Pica-Pau. Depois de estudar qual opção seria mais rentável produzir, decidiu-se pelo queijo como o produto mais lucrativo, tendo em vista a pequena dimensão de sua gleba. Para capacitar-se na produção de queijos, Stephan freqüentou queijarias na Suíça e fez cursos com professores suíços e brasileiros. Posteriormente, adaptou as receitas ao clima da região de sua fazenda e, também, ao paladar dos clientes brasileiros.

Os queijos produzidos na queijaria são dos tipos: Alpino, Quark, Chancliche e Tomme, além de outros produzidos somente por encomenda. O mercado consumidor dos queijos são delikatessens, padarias e restaurantes de Pirenópolis-GO e de Brasília-DF, além de pessoas de classe média/alta que compram diretamente do produtor no estacionamento da Escola Francesa e da Embaixada da Alemanha, em Brasília, onde ele vende pessoalmente uma vez por mês. Recentemente, com os lucros de seus negócios, Stephan comprou a parte do sócio na fazenda e tornou-se proprietário único da gleba.

É importante ressaltar que o produtor pesquisado, atualmente, não se enquadra na categoria de agricultor familiar, pois emprega mão-de-obra contratada, quatro funcionários, e possui tamanho de propriedade, 162 hectares, que excedem a permitida pela legislação de Política Nacional sobre Agricultura Familiar[2]. Porém, quando Stephan iniciou seu empreendimento, ele contava apenas com metade da propriedade, isto é, 81 hectares e com metade da mão-de-obra contratada, apenas dois funcionários, portanto, enquadrava-se na categoria de agricultor familiar. A expansão do empreendimento, que o levou a sair da categoria de agricultor familiar, foi alcançada a partir de lucros do próprio empreendimento rural. O trabalho identificará, portanto, os atributos desse empreendedor que foram fundamentais para o sucesso de seu empreendimento e discutirá ao final em que medida tais atributos estão presentes entre os agricultores familiares.

4. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUCESSO DA "QUEIJARIA ALPINA"

[2] A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: detenha até quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; tenha renda familiar predominantemente advinda de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu empreendimento com sua família. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município, que foi instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Segundo a Instrução Especial nº 20 do INCRA de 28 de maio de 1980, que estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, tal como foi previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980, o tamanho do módulo fiscal do Município de Corumbá de Goiás corresponde a 35 hectares.

Nesse item, são analisados alguns trechos da história de Stephan que demonstram sua capacidade de construir oportunidades a partir de sua rede de contatos. Além disso, também evidencia outras características do mercado que foram fundamentais para o sucesso da "Queijaria Alpina" em Brasília.

A vinda do produtor ao Brasil foi motivada por uma oportunidade de trabalho que um amigo do pai de Stephan ofereceu-o quando ainda morava na Suíça. Tal oportunidade de trabalho rendeu ao queijeiro o capital financeiro que investiu para o início de seu negócios próprio.

A localização do empreendimento em próximo à Brasília "Queijaria Alpina" mostrou-se como ponto-chave para o sucesso do negócio. A presença de 57 Embaixadas na cidade torna a população estrangeira local bastante considerável. Essa população, especialmente a parte européia, na busca pelos alimentos que consumia em seu país de origem, foram os primeiros a se interessarem pelos queijos de Stephan.

Mais tarde, os queijos de Stephan passaram a fazer sucesso entre consumidores brasilienses também, por caracterizarem-se pela abertura a novas culturas. Afinal, devido a pouca idade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, para ser a nova capital federal, ela abriga pessoas vindas das mais variadas partes do Brasil. Cada uma traz consigo os costumes de suas regiões, que faz com que a cidade tenha bastante diversificação de culturas e gastronomia. A presença na cidade de inúmeros restaurantes com propostas estrangeiras, para atender todo esse público, tanto brasiliense quanto estrangeiro, adepto a alimentos de culinária diferenciada, foi essencial para o sucesso da "Queijaria Alpina". Os restaurantes, delikatessens e padarias de porte pequeno em que são vendidos os queijos de Stephan têm, em geral, propostas de culinária estrangeira, notadamente européia. São lojas direcionadas à clientela de classe A e B, como eles se classificaram, que se localizam em um dos bairros mais nobres de Brasília.

Outro fator-chave para o sucesso dos queijos de Stephan é a capital federal possuir uma das mais altas rendas per capita do país, que os permite gastar com produtos de luxo, na classificação de Bourdieu. Além disso, a estabilização da moeda brasileira desde 2004 viabilizou o aumento considerável do consumo per capita de queijos finos (RESENDE *et a*l, p.8, 2003).

O consumo de queijos europeus está associado em Brasília a um símbolo cultural da população de alta renda. A idéia do empreendimento de queijos surgiu a partir da percepção de Stephan sobre a falta de queijos de alta diferenciação, que consumia em sua terra natal, no

mercado brasileiro. Stephan possui, portanto, alto capital cultural, que lhe rendeu alto capital simbólico associado a sua credibilidade frente às classes dominantes brasiliense.

A confiança do produto foi construída a partir da própria confiança no produtor. Os consumidores acreditam no Know-how de Stephan devido, principalmente, à sua nacionalidade suíça e à tradição do país na produção de queijos. Entrevistados afirmam que acham que seus familiares ou amigos próximos também produzem queijos na Suíça e que por isso ele tem familiaridade com a produção desde a infância. A nacionalidade do queijeiro, portanto, passa a credibilidade em relação à sua habilidade tanto na fabricação dos produtos, quanto no sentido de gosto do mesmo (por ser um legítimo apreciador dos queijos europeus).

A confiança no Know-how de Stephan baseia-se então no orgulho dos europeus em relação à sua tradição na produção de queijos e na admiração dos brasileiros em relação à cultura européia de produção de queijos. Toda essa admiração em relação à superioridade dos produtos europeus é comprovada pelo preço superior que os queijos importados da Europa têm no mercado brasileiro quando comparado ao preço das mesmas variedades de queijos produzidas no Brasil.

Além disso, o caráter artesanal dos produtos de Stephan - ligados ao saber-fazer tradicional da Suíça - está em sintonia com o caráter das novas demandas agroalimentares por produtos de qualidade diferenciada. Seu produto é direcionado a este nicho de mercado apreciador dos produtos diferenciados feitos em pequena escala com apelo a tradição. Dessa forma, Stephan consegue situar seus produtos entre os queijos mais caros vendidos no mercado brasileiro, o dos queijos finos. Mas torna seus produtos competitivos dando a eles preços mais baixos do que os concorrentes europeus.

Em relação à confiança dos consumidores quanto à higiene da queijaria na preparação dos queijos, Stephan é conhecido por ser uma pessoa muito exigente, que gosta das coisas rigorosamente certas, sendo que é ele mesmo que cuida de todo o processo de produção. O queijeiro é bastante disponível para apresentar as instalações de sua agroindústria a clientes. Muitos deles já visitam a Fazenda Pica-Pau e até mesmo a Escola Francesa já organizou excursão dos alunos à fazenda de Stephan.

Quando abriu a "Queijaria Alpina", foi a partir de amizade do queijeiro com diplomata da embaixada da Suíça, que participou da Feira das Nações em Brasília, evento em que representantes das embaixadas expõem os produtos de seus países. O embaixador e sua esposa também indicaram seus produtos a amigos estrangeiros de Brasília, que também passaram a comprar diretamente de Stephan. Em pouco tempo, o queijeiro também começou a vender seus produtos uma vez por mês nessa embaixada. Posteriormente, também passou a

vender na Escola Francesa e na Embaixada da Alemanha, todas essas oportunidades foram conquistadas por meio de contatos com funcionários desses órgãos.

O início da venda em estabelecimentos comerciais de Brasília foi possibilitado pela indicação que amigos fizeram aos donos desses estabelecimentos, que passaram a entrar em contato com Stephan por interesse em comercializar seus queijos. Em outros estabelecimentos, o próprio Stephan ofereceu seus produtos a partir de informações que pedia a amigos estrangeiros sobre os locais que freqüentavam em Brasília.

O circuito de amizades de Stephan com pessoas importantes de Brasília foi ainda mais expandido com a fama de "queijeiro suíço" que ganhou na cidade. Desde então tem participado de eventos gastronômicos, é alvo de reportagens em jornais e revistas e ministra cursos sobre preparação de pratos típicos suíços, tais como raclete e foundue, que usam seus queijos. Todas essas oportunidades contribuem para o crescimento constante de sua rede de relações. Stephan é identificado por muitos de seus clientes como amigos pessoais.

Foi também por meio de sua rede de relações pessoais que Stephan aperfeiçoou-se na produção de queijos, pois freqüentou queijarias e escolas de produção de queijos na Suíça e no Brasil. Ele conta que seus professores na Suíça é um dos renomados e que já ganhou inclusive prêmios de excelência na fabricação de queijos. Além disso, o capital tecnológico que Stephan possui atualmente para a produção dos queijos na Fazenda Pica-Pau são com duas câmaras frias para maturação dos queijos na temperatura ideal, sendo que cada uma custou cerca de R$ 30.000,00. Os leites que utiliza são apenas de vacas que ele próprio cria, de raça Pardo suíço. Ele afirma que toma cuidados com a ração e remédios adequados para que seus queijos sejam de qualidade superior. Além disso, compra apenas ingredientes de alta qualidade para a preparação dos mesmos.

Portanto, a rede de relações sociais do queijeiro possibilitou-o mobilizar diferentes tipos de capitais - comerciais, tecnológicos, financeiros e simbólicos – o que demonstra o alto capital social que foi responsável pelo sucesso da queijaria Alpina.

5. CONCLUSÕES

Se em relação a muitas *commodities*, a agricultura familiar tem se mostrado bastante competitiva, nos mercados diferenciados a situação é um pouco mais complicada por inúmeros fatores. Afinal, uma das questões que se levanta é que a demanda por produtos diferenciados no Brasil, ainda que em expansão, é ainda bastante restrita devido à própria limitação do tamanho das classes média e alta brasileiras. Tal limitação da demanda demonstra igual limitação de expansão da oferta pelos mesmos produtos.

Outro problema está relacionado à imagem do agricultor familiar. Enquanto na Europa um agricultor familiar que produz queijos, por exemplo, é considerado um artista, no Brasil, ele é considerado um jeca-tatu, um roceiro, um do mato ou tantas outras denominações comuns à população rural no país. No caso analisado, o capital simbólico e cultural de Stephan, por sua nacionalidade suíça, neutralizou essa representação social do morador rural em relação a ele. Portanto, um dos grandes desafios que se apresenta na construção de estratégias de valorização dos produtos da agricultura familiar é como construir a valorização de produtos fabricados com base em saberes tradicionais de uma cultura que atualmente não é valorizada.

É nesse sentido, que a conscientização da população brasileira sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento econômico, para a qual contribuem autores como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay é uma importante tentativa nesse sentido. Mas ainda há um grande abismo entre os achados dessas produções acadêmicas e a opinião pública. O descrédito dado ao MST pela população brasileira, que em parte é estimulado pela mídia, também contribui para uma construção negativa da imagem dos agricultores familiares.

Deve-se ter em mente que a valorização dos produtos dos agricultores familiares passa pela própria valorização da categoria. Afinal, a produção de bens diferenciados ainda que artesanais estão associados, na representação simbólica das pessoas, à produtores de alta cultura, na qual, atualmente, os agricultores familiares não estão inseridos.

Esse problema tem se tornado cada vez mais relevante com as novas exigências com cuidados sanitários e higiênicos. Portanto, a credibilidade dos agricultores em relação a esses cuidados determinará suas possibilidades de sucesso nos mais variados mercados alimentares. No caso dos mercados diferenciados, as exigências de qualidade são ainda maiores, tais como respeito ao meio ambiente, respeito às leis sociais do trabalho, fabricação de alimentos elaborados via processos tradicionais preservados por produtores locais, entre outros.

Com base no marco teórico da teoria bourdiana, conclui-se que a realização de um projeto consistente de reforma agrária no país que democratize acesso a direitos como moradia, crédito, educação, saúde, informação e tantos outros aspectos que contribuem para a construção da cidadania são condição *sine qua non* para viabilizar o acesso a mercados diferenciados por parte dos agricultores familiares. Afinal, o incremento dos mais variados capitais possuídos pelos agricultores familiares poderá aumentar suas chances de sucesso no campo econômico.

Portanto, ainda que uma ótima alternativa de desenvolvimento para o longo-prazo, para a entrada dos agricultores familiares nos mercados diferenciados serão necessários uma

série de ajustamentos em estruturas de mercado construídas ao longo de muitos anos. Afinal, a construção social do mercado tal como ele se apresenta hoje foi um processo histórico, no qual estiveram em jogo inúmeras lutas por poder. A reversão desse processo de concentração de terras, políticas públicas, legislações e normas que privilegiaram os grandes produtores será também um processo histórico árduo. É por essa razão que os casos de sucesso de agricultores familiares nos mercados diferenciados ainda que tímidos, não podem ser desanimadores.

BIBLIOGRAFIA

ALTAFIN, I **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar.** Mimeo. 2007.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 27 de nov. de 2009.

AMABLE, B.; PALOMBARINI, S. **L'économie politique n'est pas une science morale**. Paris : Raison d'agir, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção –** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Edit. Zaouk/ São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das letras, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006** - Agricultura Familiar Primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009.

FAVARETO, A. Empreendedorismo e dinamização dos territórios de baixa densidade empresarial – uma abordagem sociológica e econômica**. Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 32–44, jan./dez. 2005.

REZENDE, D. C., WILKINSON, J. e REZENDE, C. F**. Quality and coordination in the agroindustrial chain of fine cheeses.** IV Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares Outubro de 2003.

SEYMOUR, Diane. A construção social do gosto. In: SLOAN, Donald (org.) **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor.** Barueri, SP: Manole, 2005.

THÉVENOT, L. **Inovating in "qualified markets: quality, norms and conventions**. Paris: Département de la Recherche and Groupe de Sociologie Politique et Moral ; 2006.

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE: a participação do Assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA

Fernando Michelotti
(fmichelotti@ufpa.br)
Prof° Assistente – Faculdade de Ciências Agrárias – UFPA / Campus de Marabá
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA

Haroldo de Souza
(hsouza@ufpa.br)
Profº Auxiliar UFPA/Campus de Marabá
Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento – NAEA/UFPA

Ana Paula de Oliveira Almeida
(aninha_mba@hotmail.com)
Bolsista PIBIC Interior – CNPq / UFPA. Ano 2008-2009.
Graduanda em Agronomia - UFPA / Campus de Marabá

Introdução

Hurtienne (1999) apresenta um debate sobre a ocupação camponesa na Amazônia, contrapondo dois tipos de visão. Uma, representada pela idéia de existência de um 'ciclo de fronteira', caracterizado pela migração recorrente em conseqüência da impossibilidade de permanência do campesinato, no médio/longo prazo, na mesma área em função da insustentabilidade de seus sistemas de produção. Outra, referendada a partir de vários exemplos de 'estabilização relativa' do campesinato amazônico, diretamente relacionados a processos de complexificação dos sistemas de produção, combinando extrativismo, cultivos perenes, cultivos anuais e criações de pequenos e grandes animais.

Este autor fez uma comparação entre as trajetórias da agricultura camponesa de diversas zonas de ocupação no estado do Pará e concluiu que a diversidade existente não permite uma homogeneização das análises em torno da tese do 'ciclo da fronteira' ou da 'estabilização relativa'. Ao contrário, "... essas duas tendências presentes em qualquer fronteira entrelaçam-se entre si, predominando sempre uma delas, dependendo da história da ocupação, das políticas públicas e das condições agroecológicas" (Hurtienne, 1999: 82).

Ainda segundo esse autor, a Meso-região Sudeste Paraense foi uma das áreas onde houve uma predominância de um 'ciclo de fronteira' no processo de ocupação entre as décadas de 1960-70, com a presença de um campesinato com sistemas de

produção muito simplificados, baseados na trajetória mata→roça→pasto. Uma combinação de fortes conflitos de terra, ausência de uma política de colonização organizada pelo Estado e regularização tardia da posse da terra teriam sido determinantes para esta situação (Hurtinenne, 1999: 88).

Embora esse processo de ocupação camponesa na região tenha gerado uma predominância de sistemas de produção pouco diversificados, ele levou a uma grande capacidade de mobilização para a luta pela terra através da organização em sindicatos e movimentos sociais. Essa capacidade de luta pela terra, associada a conjunturas específicas do agrário regional e nacional ao longo das décadas de 1980-90, levou ao que em outros artigos chamamos de 'territorialização da luta pela terra' com a conquista de inúmeros projetos de assentamentos implantados pelo INCRA (Michelotti et. al., 2006 ; Michelotti et. al., 2007). Segundo dados do INCRA, até 2007, na área de abrangência da sua Superintendência Regional 27, que compreende aproximadamente a Meso-região Sudeste Paraense, haviam sido criados 481 Projetos de Assentamento, ocupando uma área de 4,4 milhões de hectares com 64,8 mil famílias assentadas.

Nesta região, conforme reforçam Oliveira et al. (2005), a partir da segunda metade da década de 1990, o Estado passou a ter uma ação mais contundente no que se refere ao apoio à agricultura familiar, promovendo e implementando políticas públicas direcionadas a esse público, o que provocou modificações significativas no contexto regional. Além da criação de assentamentos, foram implementadas pelo governo federal outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar[1] que, embora seguindo tendências nacionais, nesta região ganharam destaque, tanto em termos do volume de recursos aplicados, como do engajamento por parte de instituições do Estado e de movimentos sociais do campo.

Essas modificações foram de diversas ordens, como infra-estrutura em estradas e habitação, crédito produtivo e de apoio à instalação, fortalecimento das organizações e movimentos sociais do campo, complexificação do quadro institucional, busca e

[1] São diversas as ações de programas e políticas públicas voltadas para a região e para o âmbito nacional como um todo, valendo destacar: o estabelecimento de uma linha de crédito produtivo específica aos agricultores familiares assentados: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF "A"; a criação do primeiro programa de assistência técnica e extensão rural em 1998 e extinto em 2001, o Programa Lumiar, que posteriormente no ano de 2004 findou no programa de ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentamentos de reforma agrária e perdura até hoje; o grande montante de recursos financeiros aplicados na recuperação e abertura de estradas vicinais nas áreas do campo; a criação de programas de fomento à comercialização aos pequenos agricultores, as ARCOS – Agências Regionais de Comercialização; em 1998 inaugura-se uma política de educação do campo específica aos beneficiários da reforma agrária, o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, dentre outras.

fortalecimento de mercados. Houve uma clara reconfiguração no agrário regional, desde a investida na regularização fundiária até a disputa por espaços político-institucionais e recursos, configurando o que Leite et al. (2004) chamaram de um 'redesenho do espaço rural'.

A questão central que se coloca a partir dessa observação é: em que medida esse processo de 'territorialização da luta pela terra' e 'redesenho do espaço rural' tem permitido, na região, a reversão da tendência de sistemas produtivos muito simplificados e baseados no desmatamento total dos estabelecimentos para implantação de pastagens?

A tese que embasa este artigo é que, pelo menos em alguns casos particulares, a conquista do assentamento tem originado um conjunto de situações que tem favorecido uma tendência de maior complexificação dos sistemas produtivos, em função da maior segurança na posse da terra, no maior acesso aos benefícios das políticas públicas, na ampliação da capacidade dos assentamentos de organizar sua produção e nos resultados econômicos obtidos com a diversificação. Há que se ficar claro que esses itens não são resultados diretos e necessários da criação do assentamento, mas sim decorrências possíveis dessa conquista, relacionada a múltiplos outros fatores.

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo de caso que ilustra essa situação, focando nos estímulos à diversificação produtiva oriundos do acesso à comercialização direta de produtos agropecuários numa feira de produtores rurais no município de Paraupebas, Sudeste do Pará. Com isso, não espera-se apenas comprovar a possibilidade de existência dessas novas trajetórias, mas sobretudo indicar quais fatores têm sido relevantes para sua existência.

Breve Contextualização do Município de Paraupebas e PA Palmares

Inúmeros estudos já mostraram como os estímulos pelo Estado, através de obras de infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícios, bem como a ocupação territorial pelos chamados "Grandes Projetos" impactaram a região a partir dos anos 1960-70 (Assis, et al., 2008 ; Costa, 2000 ; Diegues, 1999 ; Ozório de Almeida, 1992). Os elevados índices de violência, conflitos de terra, desmatamento e apropriações desiguais de recursos, decorrentes desse modelo de ocupação, passaram a caracterizar negativamente a região e tornaram-se amplamente ilustrativos das contradições do modelo industrialista de desenvolvimento da Amazônia.

Por isso, mais do que a disputa pela posse da terra e dos recursos naturais subjacentes, conformou-se na região uma disputa entre dois projetos de desenvolvimento regional. Um deles conformado em torno da mineração-siderurgia associada aos grandes empreendimentos agropecuários patronais, voltados sobretudo à pecuária extensiva; o outro ligado à reforma agrária e a uma produção agroflorestal diversificada. A ação dos movimentos sociais ligados à luta pela terra passou cada vez mais a ampliar seu foco de ação, da mera luta por terra para a disputa por um projeto contra-hegemônico de desenvolvimento.

Sem desconsiderar essas disputa e a oposição entre as principais características dos respectivos projetos de desenvolvimento, Costa (2008) tem mostrado que há uma inter-relação entre essas trajetórias distintas de desenvolvimento que complexifica a análise. Para demonstrar essa situação, o autor construiu matrizes insumo-produto que permitem a observação da interdependência entre os diferentes componentes da economia regional, bem como seus transbordamentos externos e sua capacidade de retenção local.

Analisando a evolução das matrizes insumo-produto entre 1995 e 2004, Costa (2008) mostra que na base de exportação da economia regional, fortemente influenciada pela atividade ligada à mineração, tem prevalecido a ação de forças centrífugas (transbordamento econômico) em relação às forças centrípetas (retenção local). No entanto, mesmo frente a esse quadro geral negativo para a região, tem ocorrido um crescimento lento e continuado da capacidade de retenção da base de exportação, ligadas à complexificação e elevação da produtividade rural, inclusive a camponesa.

O estudo em tela reforça essa perspectiva. O Projeto de Assentamento Palmares II, constituído a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST na região e criado pelo INCRA em 1995 tem uma longa história de tensões e enfrentamentos com a mineradora VALE (antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD), cuja ferrovia atravessa a sua área. Paralelamente, os assentados têm conseguido aproveitar o crescimento populacional e econômico do município de Parauapebas, onde se localiza parte significativa da mineração da companhia na região, para comercializar seus produtos em uma feira de produtores rurais. A participação na feira pode ilustrar o que Costa (2008) chamou de capacidade de retenção local de parte da renda da mineração, influenciando positivamente não apenas na composição da renda camponesa, mas também no estímulo ao aumento da sua produtividade em função da diversificação e complexificação da produção.

Parauapebas nasceu como uma vila, no pé da Serra de Carajás em função da atividade minerária que se instalou na região. Foi emancipada como município em 1988, a partir do desmembramento do município de Marabá. Entre 1996 e 2007 sua população cresceu de 63.563 a 133.298 habitantes (6,96% a.a.), graças à forte migração atraída pela mineração. Seu PIB em 2007, de cerca de 3,069 bilhões de reais a coloca como a 7ª economia municipal da região Norte (Pará, 2008). São números que ilustram o dinamismo econômico desse município e que ajudam a entender a importância da comercialização de alimentos através da Feira Municipal.

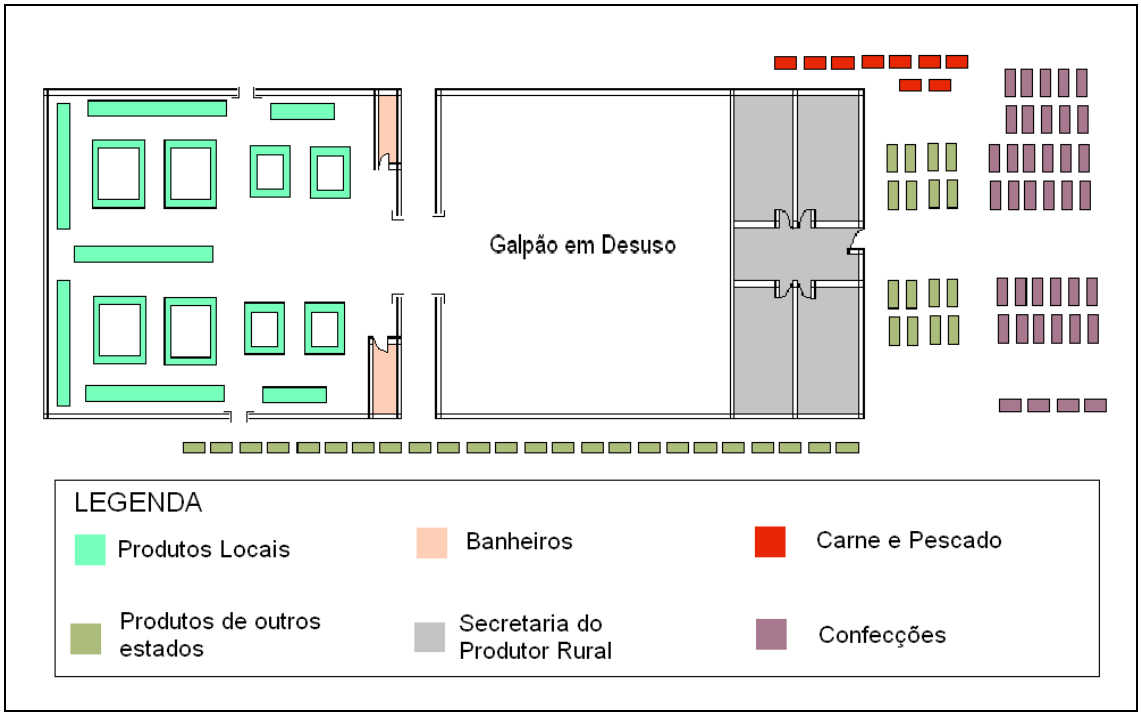
A Feira de Parauapebas

A Feira do Produtor Rural em Parauapebas foi criada em fevereiro de 1992, pela Prefeitura Municipal, com o intuito de favorecer a venda de produtos agrícolas de pequenos produtores. A feira teve início com cerca de 20 produtores cadastrados e hoje possui 403 feirantes cadastrados, além de produtores em espera e vendedores não cadastrados, vindos de 17 localidades diferentes, sendo 4 delas, assentamentos de reforma agrária.

Esta feira é mantida pela Prefeitura de Parauapebas, através da SEMPROR-Secretaria Municipal de Produção Rural. Cabe à secretaria a manutenção do local de comercialização, como limpeza e confecção das bancas onde o produto é exposto, transporte dos produtos e feirantes e hospedagem dos produtores. Para transporte são disponibilizados doze caminhões, que durante três vezes na semana percorrem diferentes rotas para conduzir os agricultores até a feira. Estes ficam hospedados na casa de apoio ao agricultor, localizada em frente à feira. Além disso, a SEMPROR oferece incentivos à produção, fornecendo serviços de mecanização agrícola e assistência técnica para uma parte dos agricultores.

Atualmente a feira funciona quatro dias na semana: terça feira pela tarde, quarta feira pela manhã, sexta pela tarde e sábado pela manhã. Os períodos de maior movimento são quarta e sábado, sendo as de sábado as mais procuradas pelos consumidores, pois apresentam a maior diversidade de produtos.

Ilustração 1: Disposição da Feira Municipal de Parauapebas.



Fonte: Almeida, 2009.

A ilustração 1 mostra a disposição dos feirantes e produtos na Feira Municipal. Esta conta com dois galpões para comercialização, porém apenas um está em uso. No interior deste galpão, os feirantes vindo das diversas localidades se organizam em bancas para comercialização de produtos de origem vegetal. Nas laterais do galpão há comercialização de produtos agropecuários vindo de outros estados, bem como artesanato. À frente do galpão está situada a Secretaria Municipal de Produção Rural, onde se encontram os registros de comercialização e cadastro dos agricultores. Na parte externa há uma feira fixa, que funciona todos os dias da semana, onde há comercialização de confecções e em menor quantidade revenda de produtos agrícolas por terceiros. Carnes e pescados são comercializados na lateral desta feira, expostos ao ar ou armazenados em caixas térmicas.

Segundo os arquivos da Secretaria da Feira do Produtor, entre os meses de julho e setembro de 2009, houve uma venda mensal da ordem de R$ 237.886,92, apenas por parte dos 403 agricultores cadastrados, ou seja, na parte 'Produtos Locais' da ilustração 1. O assentamento Palmares II, com 22,33% dos agricultores cadastrados, foi o responsável por 18,2 % desse movimento de vendas, configurando-se como a principal localidade participante da Feira (cf. Tabela 01).

Tabela 01: Localidades Presentes na Feira, Número de Agricultores Cadastrados pela SEMPROR/Parauapebas e Média de Vendas no Trimestre jul – set / 2009.

Localidade	N° de Agricultores		Vendas Mensal*	
	abs.	%	R$	%
Palmares II	90	22,3%	43.234,42	18,2%
Cedere e VS	48	11,9%	39.523,67	16,6%
APA II	23	5,7%	38.634,00	16,2%
Gameleira	34	8,4%	18.253,50	7,7%
Rio Branco	41	10,2%	16.967,17	7,1%
Palmares I	45	11,2%	16.622,50	7,0%
APA I	27	6,7%	15.422,33	6,5%
Paulo Fonteles	25	6,2%	12.196,33	5,1%
Brasil Novo	16	4,0%	10.309,33	4,3%
Zona Urbana	23	5,7%	9.809,83	4,1%
Carajás	8	2,0%	6.175,83	2,6%
Ilha do Gelado	5	1,2%	5.798,67	2,4%
Terra Roxa	7	1,7%	2.599,83	1,1%
Tapete Verde	6	1,5%	921,50	0,4%
Carlos Fonseca	1	0,2%	713,33	0,3%
Taboqueira	2	0,5%	568,67	0,2%
Valentim Serra	2	0,5%	136,00	0,1%
TOTAL	403	100,0%	237.886,92	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização dos autores.
* média dos meses jul a set de 2009

Comercialização na Feira e Diversidade da Produção

Para além das questões do abastecimento e comercialização de produtos, as feiras são reconhecidas pela sociabilidade e transformações na espacialidade urbana (Mascarenhas, 2008) e por apresentarem muitos elementos da cultura local, expressa na forma de artesanatos, comidas típicas, músicas, danças e sotaques (Sousa, 2000). Numa região de migração recente, a feira expressa muito bem essa diversidade de origens culturais do campesinato local e se apresenta com um local de síntese de uma identidade regional em construção.

Por todos esses aspectos, econômicos e sócio-culturais, a importância das feiras vem ganhando destaque no cenário político-institucional e acadêmico envolvido com a produção familiar. Em uma sociedade globalizada e hegemonizada por mercados universalizados e impérios agroalimentares, baseados em altos índices de produtividade e tecnologia, faz-se necessário a busca da construção, por parte do sistema produtivo familiar, de estratégias próprias de comercialização.

Conforme destaca Wilkinson (1997), a reprodução e o futuro dos sistemas produtivos familiares dependem menos da competitividade fincada nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que no surgimento de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas regionais a partir do reconhecimento dos sistemas produtivos familiares e suas potencialidades como propulsores do desenvolvimento. As feiras podem ser um bom exemplo disso.

No caso em tela, a participação de agricultores do Projeto de Assentamento Palmares II na comercialização direta através da Feira Municipal de Parauapebas, mostra sinais importantes de estímulo a diversificação e complexificação da produção, parte fundamental da 'estabilização relativa' do campesinato na Amazônia. Numa região cuja simplificação dos sistemas de produção teve sua maior marca na pecuarização, a produção da Palmares II apresentou uma elevada diversidade e importância de produtos não ligados à pecuária bovina.

O quadro 01 mostra que, ao longo de um levantamento da comercialização pela feira entre os meses de novembro de 2007 e outubro de 2008, os agricultores-feirantes dos Assentamentos Palmares I e II[2] levaram à feira um total de 62 produtos diferentes, sendo 05 produtos de origem animal, 05 tipos de grãos, 26 tipos de frutas (*in natura* ou processadas; obtidas em cultivos ou extrativismo), 21 produtos olerícolas e 05 derivados da mandioca. A maior parte desses produtos são obtidos em sistemas de produção terra-intensivos, ou seja, geram uma elevada renda agrícola por unidade de área o que pode ser um fator importante também face às preocupações ambientais decorrentes dos desmatamentos em áreas de assentamento.

Quadro 01: Diversidade de itens comercializados na Feira do Produtor Rural de Parauapebas entre Novembro de 2007 e Outubro de 2008.

Tipos de Produtos	**Quantidade e Variedade de Itens Produzidos**	
Produtos Animais	05	Frango, ovos, queijo cozido, queijo cru, requeijão.
Grãos	05	Amendoim, fava, feijão seco, feijão verde, milho seco.
Frutas	26	Abacate, abacaxi, açaí, acerola, azeite de babaçu, bacaba, banana, cajá, cajá manga, caju, carambola, coco seco, coco verde, cupuaçu, jaca, lima, limão, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, murici, palmito, pocan, polpa de fruta.
Olerícolas	21	Abóbora, abobrinha, alface, batata doce, berinjela, cheiro verde, corante, couve, inhame, jambú, jiló, maxixe, milho verde, pepino, pimenta de cheiro, pimentão, quiabo, rúcula, tomate, vagem,

[2] No período citado, novembro de 2007 a outubro de 2008, os dados da Secretaria da Feira Municipal não diferenciavam os dados de comercialização dos agricultores desses dois assentamentos vizinhos, uma vez que eles correspondem às mesmas rotas de transporte.

		vinagreira.
Mandioca e Derivados	05	Farinha branca, farinha puba, mandioca, tapioca, tucupi.

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização dos autores.

Tabela 02: Diversidade de Tipos de Produtos Comercializados por Agricultor

		N° Agricultores	Quantidade de Agricultores que Comercializam Cada Tipo de Produto de Origem Vegetal			
			Olerícolas	Frutas	Mandioca e Derivados	Grãos
Quantidade de Tipos de Produtos Comercializados pelo Mesmo Agricultor	1 tipo	19	4	2	13	0
	2 tipos	12	4	7	10	3
	3 tipos	8	8	4	8	4
	4 tipos	1	1	1	1	1
	Total	40	17	14	32	8
	1 tipo	47,5%	10,0%	5,0%	32,5%	0,0%
	2 tipos	30,0%	10,0%	17,5%	25,0%	7,5%
	3 tipos	20,0%	20,0%	10,0%	20,0%	10,0%
	4 tipos	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
	Total	100,0%	42,5%	35,0%	80,0%	20,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização dos autores.

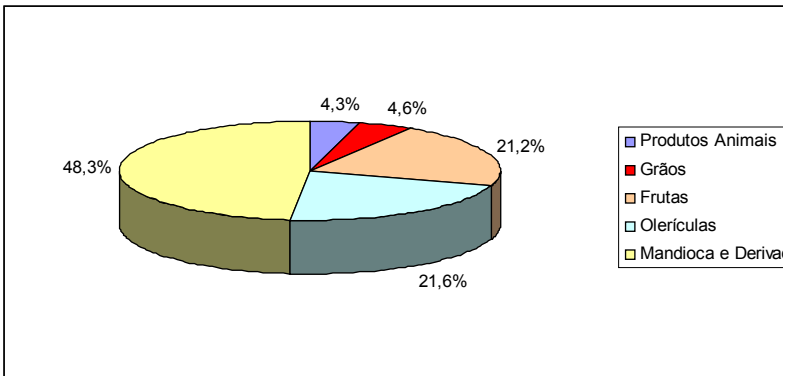
Um desdobramento dessa observação da diversidade de produtos comercializados pela localidade refere-se à diversificação de cada unidade familiar de produção. Conforme a tabela 02, uma amostra de 40 agricultores-feirantes dos Assentamentos Palmares I e II, que comercializaram entre novembro de 2007 e outubro de 2008, mostrou que 47,5% se especializaram em apenas um tipo de produto, enquanto 52,5% se dedicaram a mais de um tipo. Assim, para cerca de metade do grupo, a diversificação produtiva da localidade está sendo acompanhada também por uma maior diversificação do sistema de produção familiar.

Em todas essas situações, o tipo de produto que mostrou-se mais importante foi 'mandioca e seus derivados', sendo que 80% de todo o grupo de agricultores comercializou produtos desse tipo. 13 agricultores (32,5%) se especializaram apenas nesse tipo de produto, enquanto outros 19 (47,5%) associaram esse tipo de produto com outros. A mandioca e seus derivados é um produto da roça tradicionalmente praticada na região, sendo que por ser mais rústica que os demais itens (arroz, milho e feijão) pode ser produzida em situações de piores condições de fertilidade e estrutura física do

solo. Na Palmares II, a importância da mandioca vem sendo reforçada através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Produção Rural que tem disponibilizado máquinas e implementos agrícolas para retirada do capim de áreas de pastagens com aração e gradagem e posterior plantio agrícola, sobretudo da mandioca.

Além da sua rusticidade, os produtos derivados da mandioca têm se mostrado vantajosos do ponto de vista econômico. O gráfico 01 mostra que os produtos do tipo 'Mandioca e seus derivados' representaram 48,3% do valor total das vendas no período de novembro de 2007 a outubro de 2008. Seguindo, por grau de importância, aparecem Olerícolas (21,6%) e Frutas (21,2%).

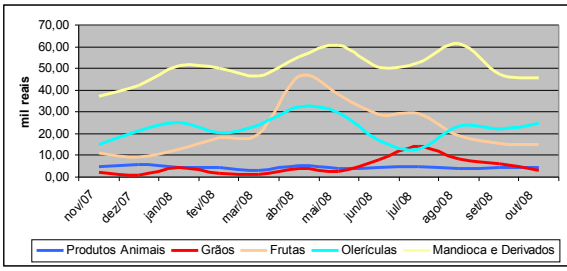
Gráfico 01: Importância econômica relativa dos tipos de produtos comercializados.



Fonte: Almeida, 2009.

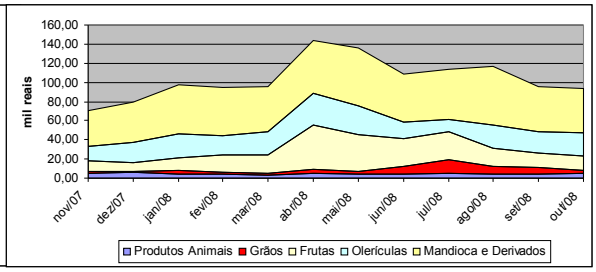
A importância do grupo de produtos 'Mandioca e seus derivados' pode ser mais bem compreendida nos gráficos 02 e 03. Seu valor de venda, além de elevado no total, é pouco sujeito a variação de safra ao longo do ano, podendo ser comercializado o ano todo. Outros tipos de produtos, como olerícolas e frutas, já apresentam maiores flutuações anuais, seja por efeito de variação na produção, seja por efeito de variação no preço. De qualquer forma, o gráfico 03 mostra que a combinação de diferentes tipos tem garantido certa estabilidade na receita total das vendas ao longo do ano, o que reforça a importância da diversificação também dos sistemas de produção para cada família e não apenas no conjunto agregado da Feira. Uma família com um sistema de produção diversificado tende a ter uma receita mais estável ao longo do ano.

Gráfico 02: Receita obtida com a comercialização de cada tipo de produto.



Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização dos autores.

Gráfico 03: Receita agregada obtida com a comercialização do conjunto de produtos.



Fonte: Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas/PA. Organização dos autores.

Considerações Finais

Uma primeira consideração a ser reforçada e já anunciada pelos próprios dados apresentados ao longo do texto diz respeito à diversidade de categorias e produtos comercializados na Feira do Produtor Rural de Parauapebas pelos agricultores (as) dos assentamentos Palmares I e II. Foram catalogados 62 itens diferentes, agrupados em cinco tipos de produtos: produtos animais, grãos, frutas, olerícolas e mandioca e derivados. Em sua grande maioria, são pouco vinculados a pecuária de corte e leite, que representa a maior tendência de homogeneização da produção local.

Outra questão não menos importante é o reconhecimento do papel estratégico desempenhado pela Feira, tanto pelos rendimentos econômicos e financeiros, como por se constituir num espaço de reprodução social, cultural e política do campesinato no município. A Feira contribui positivamente com o reconhecimento social do campesinato ao legitimar a produção de base familiar como fonte de abastecimento local e alternativa concreta de desenvolvimento rural para o município e região.

Além dessas conclusões mais gerais sobre a Feira como um todo, é necessário ressaltar a importância econômica do Assentamento Palmares II frente às outras localidades que participam da Feira. Tomando esse caso emblemático como exemplo, pode-se analisar quais são os principais fatores e tendências que estariam estimulando e estruturando a possibilidade de um diversificação produtiva entre esses agricultores, com ênfase na adoção de sistemas de produção terra-intensivos, com destaque para mandioca e seus derivados, olerícolas e frutas.

No caso em tela, destacam-se três grupos de fatores fundamentais para a viabilidade da participação dos agricultores do Assentamento Palmares na Feira Municipal: um locacional, um econômico e um político. Do ponto de vista locacional, a proximidade do Assentamento Palmares com a sede do Município de Parauapebas, facilita bastante o deslocamento de agricultores e produtos perecíveis à Feira. Ao mesmo tempo indica que a luta pela terra em áreas mais próximas dos núcleos urbanos, embora mais acirrada, pode ter efeitos importantes na fase seguinte de consolidação do assentamento.

Do ponto de vista econômico, destaca-se que a economia local em Parauapebas está em expansão, mesmo que, em parte, em função de atividades contraditórias com o projeto de Reforma Agrária na região, em especial a mineração. De qualquer forma, essa situação tem elevado a circulação monetária associada a um crescimento urbano e populacional que constitui um mercado consumidor ativo para os produtos camponeses. Essa interdependência ilustra a existência contraditória de possibilidades de certa retenção local da renda da mineração, apesar da predominância de efeitos de transbordamento econômico dessa atividade e das tensões existentes entre esses distintos projetos de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista político, em primeira instância ressalta-se a adoção pela Prefeitura Local de programas e subsídios ao funcionamento da Feira, como garantia de transporte, alojamento e instalações para os agricultores. Essa ação só pode ser compreendida num contexto mais amplo da força política acumulada pelo campesinato na região a partir da longa luta pela terra e da constituição de sindicatos e movimentos sociais relativamente fortes. No caso do Assentamento Palmares II, a presença organizativa do MST tem provocado o Estado a garantir diversos programas de apoio à produção familiar, além da Feira em si, tais como: mecanização agrícola para reconversão de áreas de pastagens, assessoria técnica, agroindústrias locais para processamento de produtos de origem animal e vegetal, viveiro de mudas nativas e frutíferas como parte do incentivo ao plantio de espécies perenes.

Apesar dos aspectos positivos apresentados, não se pode superestimar o exemplo da Feira Municipal de Parauapebas. Alguns aspectos negativos podem ser apontados, como: (i) o baixo número de agricultores envolvidos, em relação ao universo total dos assentados (517 famílias em Palmares II e 290 em Palmares I) ; (ii) o elevado tempo despendido com a comercialização pelos agricultores que participam da Feira, afinal são gastos praticamente quatro dias na semana longe da unidade de produção, o que

estruturalmente pode comprometer a dinâmica de funcionamento do estabelecimento agropecuário e da própria unidade familiar em si, principalmente para as famílias com uma composição menor ; (ii) as condições precárias de transporte dos produtos e dos feirantes, uma vez que vão todos no mesmo caminhão e não há nenhum tipo de acondicionamentos dos produtos ; (iii) a inexistência de investimentos na divulgação da Feira na cidade (fortalecimento do imaginário social), o que poderia reforçar a desmistificação de certas idéias pejorativas a cerca dos movimentos de luta pela terra, dos assentados e assentamentos e da reforma agrária como um todo.

Em termos mais gerais, o balanço entre esses vários e complexas aspectos positivos e negativos, mostra a importância de espaços de comercialização direta como as Feiras de Produtores Rurais, do ponto de vista social, econômico e político. No caso específico da participação do Assentamento Palmares na Feira Municipal de Parauapebas, há sinais de que essa possibilidade de comercialização tem sido parte importante de um processos mais amplo de diversificação e intensificação dos sistemas técnico-produtivos, possibilitando uma superação do 'ciclo de fronteira' clássico em direção a uma 'estabilização relativa' do campesinato na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. P. de O. (2009) **Estudo da Comercialização da Produção Familiar do PA Palmares na Feira Municipal de Parauapebas.** Relatório de Pesquisa – Bolsa PIBIC - Interior / CNPq-UFPA. *Mimeo*. 18 p.

ASSIS, W. S. de; HALMENSCHLAGER, F. L.; OLIVEIRA, M. C. de (2008) **Formação Agropecuária do Sudeste Paraense: a/ tores, conflitos e projetos de desenvolvimento.** Projeto de Pesquisa – PROPOCID. UFRRJ/CPDA. Marabá. No prelo. 64p.

COSTA, F. de A. (2000) **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: UFPA/NAEA. 355p.

COSTA, F. de A. (2008) Decodificando Economias Locais: estrutura e dinâmica do Sudeste Paraense, uma região crítica da Amazônia). In: Rivero, S. & Jayme Jr. , F. G (org). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: EDUFPA. 175 – 230 p.

DIEGUES, C. A. (1999) **Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia**. Campinas: Gráfica e Editora Alves Ltda.

HURTIENNE, T. **(**1999) Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições

históricas e agro-ecológicas diversas**. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, n° 1.** Junho de 1999. Belém, PA. 75 – 94 p.

MASCARENHAS, G. (2008) **Feiras livres: Informalidade e espaço de sociabilidade.** Colóquio Internacional. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/site_coloquio/mesa2_05.pdf> Acesso em: 12/06/09

LEITE, S. et. al. (2004) **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA, NEAD ; São Paulo: Ed. UNESP. 392 p.

MICHELOTTI, F. ; RIBEIRO, B. & FLORÊNCIO, S. R. (2006) A Re-existência Camponesa na Construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004). In: Monteiro, D.M.C. & Monteiro, M. de A. (org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA. 149 – 163 p.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B; SOUZA, H.; FREITAS, R.L.A. (2007) **O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos Assentamentos Rurais no Sudeste do Pará**. Artigo apresentado no II Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro-RJ. 17p.

OLIVEIRA, M.C.C.; VEIGA, I.; LIMA, L.M.; TAVARES, F.B. (2005) Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no Sudeste do Pará. In: MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H.E.M. (Org.). **Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica.** Aracaju-SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. 317-343 p.

OZÓRIO de ALMEIDA, A. L. (1992) **Colonização Dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA. 496p.

PARÁ (2008). **Estatística Municipal:** Parauapebas. Secretaria de Estado de Planejamento, Governo do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNICIPAIS/Mesorr_Sudeste/Parauapebas>

SOUSA, J. R. de (2000). Uma etnografia do Mercado do João Paulo. *In* Ferretti, S. (org): **Reeducando olhar: Estudos sobre Feiras e Mercados**. São Luís: UFMA-PROIN-CS. 117 – 134p.

WILKINSON, J. (1997) Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura, n° 8**. 25 – 50 p.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE: A experiência do PAA Leite

Fernando Bastos Costa
(fbastosufrn@gmail.com)
Professor/pesquisador do PPGCS/UFRN e PRODEMA/UFRN

Denes Dantas Vieira
(denesdantas@yahoo.com.br)
Graduado, Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

Introdução

No fim da década de 1980 o Programa do Leite no Rio Grande do Norte, teve por objetivo, dentre outros, fortalecer a bacia leiteira do Estado, socorrendo os pecuaristas através da criação de um mercado institucional. Atualmente, é consenso a importância do Programa do Leite para a sobrevivência da pecuária do Rio Grande do Norte e de milhares de famílias beneficiadas. O leite produzido no RN continua tendo como principal destino a execução de uma política pública que finda reunindo argumentos tanto para a assistência social quanto para o desenvolvimento econômico.

Identificar de que forma os agricultores familiares constroem suas estruturas de oferta e ao mesmo tempo articulam politicamente suas demandas no intuito de serem atendidos pelas políticas públicas, é o mais relevante dessa incursão inicial, que será ampliada em trabalhos posteriores.

Para a descrição da experiência relatada nesse trabalho foram realizadas visitas de campo, participação em reuniões e eventos e entrevistas com representantes do governo do Estado do Rio Grande do Norte, com Consultores do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; e com segmentos da agricultura familiar: Federação dos Trabalhadores Rurais – FETARN, Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar- FETRAF/RN e Articulação do Semi Árido-ASA Potiguar. Também foram entrevistados dirigentes de Associações Rurais e da Cooperativa do Assentamento Lagoa Nova – Coolagoanova, essas entidades fazem parte da Rede de Controle Social para implementação do PAA Leite no Rio Grande do Norte.

1. Atores envolvidos e a constituição da Rede de Controle Social

A partir de 2003, com o anúncio da política de combate a fome, e, em 2005, com a criação da modalidade leite para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Governo Federal condicionou o repasse de sua contrapartida para o Programa do Leite RN à aquisição de pelo menos 50 mil litros de leite, exclusivamente de agricultores familiares. Desde então, os movimentos sociais se uniram na reivindicação do cumprimento das normas e procedimentos exigidos para implantação do PAA Leite e constituíram a Rede de Controle Social.

Este trabalho, em muitos momentos, faz referência ao tradicional Programa do Leite como diferente do PAA Leite. A modalidade leite do PAA é voltada exclusivamente para a captação do produto dos agricultores familiares, sendo que, no Rio Grande do Norte, por conta das dificuldades impostas pelo tradicional Programa do Leite, ainda não conseguiu ser implantado. Portanto, a referência ao tradicional Programa do Leite se faz necessária, para que se possa reconstituir e compreender todo o processo que envolve as dificuldades intrínsecas à constituição do PAA Leite no Rio Grande do Norte.

O fato é que a implantação do PAA Leite produziu um amplo debate e embates entre representantes dos agricultores familiares e usinas, empresas privadas, que atualmente compõem o tradicional Programa do Leite no Estado, identificado originalmente como Consórcio Leite Potiguar. As empresas que atualmente abastecem o Programa do Leite, não têm compromisso com quem está fora do poder, o *lobby* é estabelecido com o grupo que assume o governo. "Sai governo e entra governo", como destacou um produtor durante uma conversa informal, nenhum deles tem coragem e a ousadia de contrariar os interesses do das usinas de leite, que detêm o controle sobre o Programa tradicional.

O que se consegue perceber dessa enorme teia de interesses e de negociações é que há muitas questões em jogo. De financiamento de campanha às ameaças veladas de desestabilização da bacia leiteira do estado, são muitos os elementos que desestimulam a proposição de algo diferente do modelo existente para captação e distribuição do leite.

Ações de resistência sob a iniciativa da Rede de Controle Social têm na atuação dos serviços da igreja católica uma forte explicação no projeto político-social, que

remete ao período em que a teologia da libertação exercia muita influência no clérigo. É sob o argumento de uma maior representatividade dos produtores de leite da agricultura familiar, que os seridoenses se pautam para reivindicar a exclusividade do uso dos recursos repassados pelo MDS para compra de 50 mil litros/dia de leite nas suas unidades produtivas.

Os integrantes da sociedade civil que compõem a Rede de controle social não têm conseguido persuadir os representantes governamentais sobre a importância da institucionalização da Rede, ou seja, o seu reconhecimento enquanto espaço legítimo de deliberação no âmbito da gestão do PAA Leite no Estado. Como isso não ocorre no vácuo, essa nova institucionalidade não reúne a capacidade de decidir os destinos dessa modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos.

No debate da gestão das políticas públicas, diz-se que um espaço de participação é institucionalizado quando ele é amparado por marcos legais e reconhecido pelos atores sociais. Esse espaço institucionalizado tem como substrato um arcabouço legal, um marco regulatório que normatiza procedimentos para proposição, deliberação e fiscalização de uma determinada política pública.

A Rede de Controle Social do PAA Leite "só existe de boca" como afirmam os consultores do MDA. O governo não tem a obrigação legal de acatar nem muitos menos de encaminhar suas deliberações, assim a Rede se reduz apenas a um espaço propositivo. Mesmo diante das questões aqui identificadas a propósito das dificuldades impostas ao processo de implantação do programa, ainda é na pressão que vem do governo central, através das diretrizes para execução do PAA Leite, que os integrantes da Rede se apegam para continuar contracenando nesse tortuoso enredo.

2-Arranjos e "desarranjos" para implementação do PAA Leite no RN

Afirmar simplesmente que as dificuldades do processo de implementação do PAA Leite no Rio Grande do Norte têm origem, contrariamente a contrario de outros Estados, em um arranjo institucional herdado de um programa do leite preexistente, embora explique muito das indagações, não atende satisfatoriamente às inquietações das entidades representativas dos agricultores familiares, que há tempos almejam o início da execução do programa em terras potiguares.

Em uma das reuniões do Colegiado do Território Rural do Seridó, realizada no município de Lagoa Nova, em setembro de 2009, da qual participaram os pesquisadores, dirigentes sindicais, representantes governamentais e de organizações não governamentais, foram apresentaram inúmeras hipóteses para explicar o atraso na execução do PAA Leite no Estado. Desde a falta de apoio de gestores municipais a desorganização do próprio movimento social, com dificuldades para identificar os agricultores familiares aptos a fornecerem leite ao programa. No entanto, um elemento usado como argumento por um dos participantes do evento – dirigente sindical, chamou a atenção por sua objetividade: *"o programa do leite foi criado para fortalecer as usinas, (...) daí hoje a gente tem essa dificuldade tão acirrada, foram eles que formataram esse modelo, eles davam as cartas, o consórcio das usinas sempre se impôs ao Governo do Estado*".

O que demonstra no depoimento anterior é que o programa do leite, existente desde a década de 1980, no caso Rio Grande do Norte, foi criado num contexto muito especifico e formatado com um propósito claro: salvar a bacia leiteira do Rio Grande do Norte, o que significava, naquele momento, criar um programa com mercado institucional para atender a uma demanda dos grandes produtores de leite, que não tinham para onde escoar a matéria prima.

O tradicional Programa do Leite, como assim é diferenciado do PAA Leite, pertence aos grandes produtores de leite do RN, foi criado para atendê-los. Quando dificultam a execução do PAA Leite e afirmam não existir agricultores familiares em condições de atender a demanda de 50 mil litros/ dia, reproduzem apenas o que as elites rurais tradicionalmente fazem: desqualificar os interesses dos menores produtores para assegurar um espaço que julgam ser seu por direito. O resultado econômico decorrentes desses privilégios por parte do estado e da mídia reforça o discurso da estigmatização dos *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Esta pesquisa tem confirmado que sobre o Programa do Leite foi erguida uma estrutura econômica e política que os sucessivos governos não conseguem contrapor-se. Isso ocorre por conta do caráter oligopsônico da demanda, sob controle do Consórcio das usinas fornecedoras/beneficiadoras do leite que fazem parte do Programa, condição facilitada pelas regras de licitação pública que centralizam o controle da produção e da

logística; e, devido aos benefícios políticos, consubstanciados em favores e apoios para campanhas eleitorais de determinados grupos locais.

A opinião pública construída nesse contexto reforça o poder de barganha política do Consórcio Potiguar, em detrimento das entidades representativas da agricultura familiar. Como as regras são dúbias e os direitos de propriedade não são claros, prevalece à força do poder econômico e os interesses dos grandes produtores, em detrimento das reivindicações dos movimentos sociais.

Segundo José Procópio – liderança do movimento social ligado a igreja católica no Seridó Potiguar, para enfrentar o *lobby* dos grandes produtores, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte deveria financiar uma estrutura especifica para o PAA Leite, proposta essa que já foi apresentada a representantes do Banco Mundial em visita ao RN. A idéia (que não prosperou) era que o Governo do Estado firmasse uma parceria onde, o Banco Mundial, através do Programa Desenvolvimento Solidário (Programa de Combate a Pobreza Rural), financiasse usinas de beneficiamento do leite para a agricultura familiar, ficando a logística sobre a responsabilidade do governo estadual.

3- Os preços pagos e os interesses envolvidos

Segundo Manoel Neto, agrônomo da EMATER/RN, nenhum estado brasileiro paga valor maior do que esse ao produtor de leite *in natura*. No atual modelo, a justificativa para pagar R$ 1,24 pelo leite bovino do Programa é controvertida. Na pesquisa de campo se pôde constatar que a maior parte do leite entregue pelos agricultores familiares, pelo menos entre aqueles que ainda conseguem fornecer ao Programa tradicional, tem sido quase sempre realizada por atravessadores. Isso significa que do valor recebido pelas beneficiadoras equivalente a R$ 0,50 por litro de leite, lhe é imputado ainda os custos de transporte.

Os chamados "fretistas" atravessadores que cobram de R$ 0,04 a R$ 0,06 do valor pago por litro de leite *in natura* – R$ 0,74, que deveria ser repassado integralmente ao produtor. Como afirma Procópio – liderança do movimento social rural: *"o ônus pela coleta é do produtor. Na proposta do Governo Federal, através do PAA Leite, esse ônus é da Usina"*. Em alguns casos o valor cobrado pelo "fretista" já é descontado pela própria usina no valor pago pelo leite do agricultor familiar. Se

implementado o PAA Leite, o valor a ser pago ao agricultor familiar deverá ser repassado diretamente para uma conta bancária criada especialmente para esse fim.

Como se pode observar, os interesses oligopólicos das usinas findam se materializando em outras instâncias da cadeia produtiva, tornando mais complexo o jogo de poder que ora se realiza e que dá sentido a força com vem dominando as regras do jogo político e econômico da pecuária leiteira no Rio Grande do Norte.

Mesmo com a construção de tanques de resfriamento nos municípios, a falta de informação, a precariedade de acesso e a distribuição atomizada das menores unidades produtivas, em geral, mantêm a ação dos atravessadores e reduzem os ganhos do agricultor familiar.

A usina CERSEL, sediada no município de Currais Novos, tem uma cota de cerca de 10 mil litros de leite/dia para serem adquiridos exclusivamente de agricultores familiares pronafianos. Segundo a engenheira química da empresa, essa dificuldade de atingir a meta para captação do produto dos pronafianos, deve-se em parte a concorrência com as Queijeiras[1], que em algumas épocas do ano conseguem pagar melhor do que a usina CERSEL. Quando não ocorre a oferta de melhores preços, o pagamento semanal faz a diferença, haja vista que a usina só consegue realizar quinzenalmente.

O descumprimento de regras por parte das usinas, que poderiam resultar na punição ou num cancelamento de contrato, parece não ser de conhecimento dos organismos de fiscalização, sem justificativa aparente, pois essa prática é quase generalizada no Programa operacionaliza o Programa do Leite no RN.

4 – Em meio à descrença, alguns sinais de reação

A Rede de Controle Social acompanha com atenção dois casos considerados por muitos como exitosos na organização dos agricultores familiares, em vista a implementação do PAA Leite no RN.

[1] Pequenas indústrias beneficiadoras de leite, produtoras basicamente de queijo e manteiga mais rústicos, de grande aceitação no mercado, em sua maioria de funcionamento precário, baixo nível tecnológico, bem distribuídas espacialmente com respeito a aquisição da matéria prima e por isso, de difícil fiscalização por parte dos organismos de controle de qualidade e das condições de trabalho.

No município de Acari, localizado na região do Seridó, a Associação dos Produtores de Leite de Acari – APLA tem demonstrado como a organização dos agricultores familiares pode render bons resultados no processo de implementação do modelo do PAA Leite no RN. A APLA foi criada a partir de um grande debate travado no município de Acari entre representantes do sindicato dos trabalhadores rurais, associações comunitárias rurais, prefeitura e EMATER local.

A APLA nasceu em meio a um instigante processo de *concertação* política entre os atores sociais locais, interessados em diminuir os custos para os pequenos produtores que vendiam sua produção ao Programa do Leite. No centro do debate salientou-se a presença do atravessador fretista, com papel determinante no processo de coleta e transporte da matéria prima, no entanto, um elemento encarecedor dos custos finais para o agricultor familiar.

Através da APLA um projeto foi aprovado junto ao Governo Federal e foi adquirido um tanque de resfriamento com capacidade para armazenar três mil litros de leite da agricultura familiar. Com a aquisição do tanque de resfriamento os agricultores familiares não mais necessitam do atravessador para entregar o leite na sede da usina, no município de Currais Novos.

Os agricultores familiares de Acari autorizaram a CERSEL a descontar R$ 0,02/litro de leite, do valor a ser recebido e repassá-lo para a APLA e esta entrega a usina. Com esses recursos provenientes da contribuição dos seus sócios, a APLA tem conseguido custear suas despesas e manter a unidade de resfriamento, que atende 46 pequenos produtores do município de Acari. Essa experiência possibilitou a organização da produção dos agricultores familiares e a oportunidade de diminuir a dependência em relação aos atravessadores que ficavam com parte do valor do leite entregue ao programa.

O êxito demonstrado no caso da APLA demonstra que a parceria entre poder público e sociedade civil organizada, como a representação dos agricultores familiares, resulta em ações concretas e incisivas ao processo de emancipação social e econômica de seus integrantes.

É o que se pode caracterizar como uma ação coletiva bem sucedida, numa situação onde os atores políticos locais se organizam em torno de um objetivo comum.

A aliança política e a afinidade entre os diferentes integrantes dessa parceria foram fundamentais. Caso contrário, como reconhece o sindicalista entrevistado, a experiência da APLA teria sido, possivelmente, apenas mais uma condenada ao fracasso como outras que tiveram seus projetos aceitos para instalação de tanques de resfriamento na região.

Outra experiência interessante e identificada na pesquisa está localizada no município de Riachuelo, Região do Potengi no Rio Grande do Norte. A cooperativa do Assentamento Lagoa Nova – Coolagoanova, é uma usina de beneficiamento de leite criada e gerida por assentados da reforma agrária.

Segundo palavras de um assentado entrevistado, a Coolagoanova possui uma infra-estrutura "invejável", quando comparada com investimentos existentes em outros assentamentos.

A experiência da Coolagoanova teve inicialmente o apoio da Associação de Apoio as comunidades do Campo – AACC. Com a saída da AACC, a gestão da Coolagoanova ficou sob a responsabilidade dos assentados. Segundo relatos dos atuais dirigentes da cooperativa, desvio de dinheiro, falta de prestação de contas, venda de equipamentos não autorizados pertencentes à usina e outras formas de ingerência administrativa, fizeram a Coolagoanova reduzir sua captação de leite junto aos agricultores familiares assentados e não assentados do município de Riachuelo.

O tradicional Programa do Leite tem sido o sustentáculo da experiência da Coolagoanova, que no passado também produziu derivados do leite, como o iogurte. Um percentual é descontado do agricultor para que a captação e o beneficiamento sejam realizados. A usina hoje tem a maior parte de sua captação destinada ao Programa do Leite do Governo do Estado.

A Coolagoanova é a única entidade vinculada ao Consórcio Leite Potiguar que é administrada por agricultores familiares. Segundo os dirigentes, apenas de três a quatro fornecedores da Cooperativa não são agricultores familiares. Os dirigentes da Coolagoanova tentaram participar dos outros consórcios formados para tentar acessar os recursos do PAA Leite, mas a Cooperativa não foi aceita, por problemas de prestação de contas decorrentes da antiga gestão.

Para um dos entrevistados, os problemas existentes atualmente na Coolagoanova ainda são resquícios da antiga gestão e estão relacionados com a "*falta de confiança que há entre os sócios da Coolagoanova, isso tudo devido aos problemas do passado. A atual gestão tenta reconquistar os sócios mas não é algo fácil"*, afirmou um dirigente atual cooperativa.

A nova gestão da Coolagoanova está tentando pagar os débitos ficais deixados pela antiga administração e assim, a exemplo da experiência dos agricultores familiares do município de Acari (APLA), resolver problemas de ação coletiva, tais quais: falta de confiança, identidade e pertencimento dos sócios. Talvez essa etapa seja algo bem mais difícil do que equilibrar as finanças da cooperativa.

5- Considerações finais

Os diversos elementos identificados no relato da experiência do processo de implantação do PAA Leite no Rio Grande do Norte, que estão travando a execução do Programa no Estado, têm sua gênese em uma estrutura econômica e política fortemente alicerçada no modelo gestão do tradicional Programa do Leite no RN.

A existência de um Programa do Leite centrado nos interesses dos grandes produtores tem exigido dos consultores do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão mediador na organização dos territórios rurais do Estado, um insistente trabalho de diálogo entre governo local e entidades representativas da agricultura familiar. A atuação desses consultores tem sido decisiva na pauta de negociações do PAA Leite.

Também se pôde observar que é necessário um grande apoio logístico para a atividade de captação, beneficiamento e distribuição do leite da agricultura familiar. Sem os recursos necessários, a criação de uma estrutura própria para os pequenos produtores, mesmo que ainda frágil, vem ocorrendo nos municípios de Acari com a APLA e em Riachuelo com a Coolagoanova. Entretanto, debalde todo esse esforço ainda não será possível enfrentar o discurso da falta de infra-estrutura e de capacidade de fornecimento, capitaneado pelos produtores que controlam o tradicional programa do leite. Os problemas de infra-estrutura e de gestão enfrentados por estes agricultores familiares têm sido utilizados com relativo sucesso para impedir a captação autônoma

dos recursos do PAA Leite por parte desses pequenos produtores, cuja cota para o Estado é de aproximadamente 50 mil litros/dia.

Por fim destaca-se também a fragilidade política existente ainda na organização dos agricultores familiares. Sem a presença dos consultores do MDA e de agentes governamentais, esse processo de mudança, mesmo que inicial, seria frustrado. As entidades representativas da sociedade civil organizada, mesmo as do Seridó, têm demonstrado, exceto a ASA Potiguar, uma "apatia política" diante da problemática do PAA Leite.

E isso tem uma razão que ainda carece ser mais aprofundada, mas que nesse momento remete ao "poder de fogo" identificado no *lobby* político e econômico dos grandes produtores. Esses produtores construíram uma relação com o Estado que os sucessivos governos não têm conseguido ou não desejam quebrar. Subjetivamente isso se mostra fortemente incorporado no imaginário daqueles que deveriam fazer frente a essas barreiras.

Portanto, o principal desafio da Rede de Controle Social para o PAA Leite no Rio Grande do Norte, parece ser o de ressignificar a atuação da sociedade civil organizada, em particular as iniciativas desenvolvidas pelos setores ligados a agricultura familiar, bem como a atuação do próprio Estado frente a essa problemática,

6- Referências Bibliográficas

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. 1. ed. São Paulo: Editora Polis Ltda., 2006. v. 600. 255 p.

Bourdiu, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 9ª edição. Editora papirus, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS, Peter. **Além da monocultura institucional**: instituições, capacidade e o desenvolvimento deliberativo. Revista Sociologias.Nº 9, Porto Alegre, 2003.

HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary. **As três versões do neo-institucionalismo**. Nº 58, São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO PEDRO/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado?

Paulo Eduardo Moruzzi Marques
(pmarques@esalq.usp.br)
Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)

Ademir de Lucas
(addlucas@esalq.usp.br)
Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)

Gustavo Sarmento
(gustavo.sarmento@usp.br)
Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)

GT09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir as iniciativas dos agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro, estudadas no âmbito do projeto de pesquisa "Dinâmicas da agricultura familiar em Piracicaba e região: estudo de processos de intervenção e seus impactos nas escolhas e modo de funcionamento das unidades de produção", financiado pelo CNPq. Com este objetivo, duas abordagens nos pareceram pertinentes para uma análise deste gênero: o esquema de interpretação da agricultura familiar proposto por Hugues Lamarche (1993 e 2005) e os estudos dos sistemas agroalimentares localizados (ROUX e SANTOS, 2006; MUCHNIK, CAÑADA e SALCIDO, 2008). De nosso ponto de vista, estas abordagens permitem integrar outros aspectos instigantes para a análise dos fenômenos sociais em torno da agricultura familiar, em particular a multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO e MALUF, 2003; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009; MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2009) e os circuitos curtos alimentares (MARÉCHAL, 2008).

Neste quadro analítico, esta comunicação de pesquisa propõe examinar o seguinte problema: em que medida as iniciativas, concepções e estratégias dos agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro reforçam as capacidades de perpetuação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL)? Enquanto pressuposto deste trabalho, foi admitido que a busca por maior autonomia, reforço de lógicas

familiares em torno dos estabelecimentos agropecuários e escolha por circuitos curtos alimentares favorecem a consolidação de um SIAL que, como será visto abaixo com o apoio das elaborações mais recentes sobre tal conceito, se assenta, sobretudo, na ancoragem territorial dos processos produtivos e comerciais em torno da agricultura e alimentação. Nesta ótica, constitui um trunfo maior para a sustentação e reforço de um sistema agroalimentar localizado iniciativas com vistas à valorização do local e à maior visibilidade do território, enquanto identidade dos produtos e serviços fornecidos pela agricultura familiar. Em termos de hipótese, considerou-se que o engajamento em circuitos curtos alimentares leva ao desenvolvimento de práticas e sensibilidades favoráveis à consolidação de um SIAL.

Para desenvolver este tipo de análise, nosso estudo procurou, num primeiro momento, estimar a solidez do SIAL em questão, conceituando brevemente tal sistema e analisando uma série de premissas em termos de ancoragem territorial. Num segundo momento, foram identificados e agrupados dois perfis de agricultores, em razão principalmente de suas práticas comerciais (essencialmente, a existência ou não de atividades de venda direta ao consumidor), para a análise de suas estratégias e concepções, tendo em conta a hipótese mencionada acima. Tratou-se aqui de examinar notadamente em que medida o engajamento em circuitos curtos alimentares fortalecem a ancoragem territorial da produção e, por conseqüência, tornam mais sólidas as bases do sistema agroalimentar localizado do território do Alto da Serra de São Pedro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, ABORDAGENS TEÓRICAS E CONTEXTO DO ESTUDO

Inicialmente, convém explicar que a escolha da pesquisa ter se voltado aos agricultores familiares instalados no Alto da Serra de São Pedro se justifica por diferentes motivos: a região apresenta, em relação ao conjunto do estado, grande número de agricultores familiares residindo em seus estabelecimentos agropecuários; trata-se de um grupo que recebe há vários anos o apoio de serviços de extensão rural da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), graças essencialmente ao Grupo de Extensão de São Pedro (GESP), o que favoreceu a elaboração de muitos trabalhos acadêmicos em torno desta agricultura familiar (MIRANDA, 1998; FASIABEN, LUCAS e MARQUES, 2001 e; MARTINS,

2006); estes agricultores se engajaram decididamente na edificação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP), o que leva a uma fermentação considerável de reflexões em torno de seu papel para o fortalecimento da agricultura familiar.

Em relação à pesquisa propriamente dita, o apoio do CNPq reforçou uma estratégia de investigação que teve por ponto de partida a escolha de indicadores para a análise das estratégias e trajetórias dos agricultores familiares da região em torno de Piracicaba. Para tal, consideramos notadamente trabalhos sobre a multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO e MALUF, 2003) e sobre a comparação entre distintas agriculturas familiares (LAMARCHE, 1993 e 2005). Dividido em quatro tópicos (relação com a terra, estratégias familiares, produção e relação com a sociedade), um questionário foi elaborado (passando por testes e ajustes) e aplicado (segundo um estratégia previamente estabelecida) junto a 49 famílias associadas à COOPAMSP em 2008, os dados obtidos constituindo hoje uma fonte fundamental para nossa reflexão no âmbito do projeto de pesquisa mencionado acima.

Em relação às referências teóricas, a abordagem analítica em torno dos sistemas agroalimentares localizados (SIAL) constitui um meio muito pertinente para a proposta deste estudo. O SIAL pode favorecer uma leitura das estratégias produtivas e comerciais dos agricultores e outros atores locais, sublinhando fragilidades e potencialidades em torno de escolhas notadamente por autonomia, mobilização de recursos locais e ancoragem territorial de produtos e serviços.

Nesta perspectiva, os estudos de Bernard Roux e Abeaci dos Santos (2006) sobre sistemas agroalimentares localizados em torno da produção de queijos nos fornecem elementos consistentes para uma reflexão sobre o caso dos agricultores familiares engajados na produção de leite do Alto da Serra de São Pedro. Em seu quadro de leitura, estes autores destacam certos elementos estruturais para uma análise sobre o grau de fragilidade do sistema (ancoragem territorial, natureza do produto final, número e diversidade dos atores implicados, a coordenação entre eles e as formas de comercialização). Assim, podemos considerar que o grau de robusteza de um SIAL se associa a capacidades de sua perpetuação em economias dominadas por empresas industriais e comerciais edificadas sobre a produção de bens e serviços em grande escala[1]. Esta dominação se funda em: produtos cuja matéria prima agrícola é

[1] A propósito, ver as interpretações de John Wilkinson (2002) sobre as estratégias destes grandes grupos agroalimentares.

padronizada e indiferenciada; pujantes meios publicitários em torno de suas marcas comerciais e; pouca ou nenhuma consideração dos territórios nos quais as atividades agrícolas e os processamentos alimentares se realizam (LACOMBE, 2002).

Num primeiro momento, este trabalho apresenta uma avaliação do grau de robustez do SIAL constituído em torno da produção dos agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro, cujo produto chave é o leite. Assim, convém inscrever efetivamente esta produção no quadro de referências dos sistemas agroalimentares localizados. Trata-se, como as definições disseminadas de SIAL, de "organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, entre outras) associadas por suas características e seu funcionamento a um território específico. O meio-ambiente, os produtos, os indivíduos e seu saber-fazer, suas instituições, seus comportamentos alimentares, suas redes de relação se combinam em determinado território para produzir uma organização agroalimentar em escala espacial circunscrita" (MUCHNIK, CAÑADA e SALCIDO, 2008).

Nos últimos anos, as pesquisas em torno desta conceituação conhecem uma sensível evolução: não são mais as concentrações espaciais, inspiradas na idéia de *Clusters* ou distritos industriais, que são consideradas como elemento determinante de um SIAL; atualmente, são as especificidades territoriais (considerando o território como universo de diversidade) que permitem caracterizar um SIAL e compreender sua dinâmica (MUCHNIK, CAÑADA e SALCIDO, 2008). Portanto, é sob este último ângulo de visão que nosso estudo se desenvolve.

Nesta ótica, convém apresentar o território do Alto da Serra de São Pedro enquanto fruto de uma história de ocupação territorial em grande medida ancorada na agricultura familiar. Nos dias de hoje, constata-se que a maior parte dos agricultores do local obteve suas terras através de herança familiar. Seus antepassados eram colonos ou meeiros no cultivo de café, vindo se instalar na região no início do século XX. Porém, a atividade cafeeira foi pouco a pouco abandonada devido a grandes perdas ocorridas por causa de geadas.

A organização dos estabelecimentos modificou-se sensivelmente ao longo do tempo. Nos primórdios desta colonização, era possível encontrar áreas de exploração em comum, implicando até 20 famílias. Atualmente, a exploração agropecuária se resume a uma família nuclear (casal e filhos, eventualmente os avós), cuja terra é transmitida de pai ao filho mais velho, como reza a tradição deste grupo.

No universo considerado por nossa pesquisa, os estabelecimentos familiares giram entre 4 e 190 ha, com área média de 30 ha. De fato, estes agricultores possuem meios muitos reduzidos para adquirir novas áreas de cultivo, tanto é que a maioria dos estabelecimentos não alterou seu tamanho ao longo dos últimos 20 anos: foram constatadas apenas 8 modificações, sendo 5 aquisições de terras e 3 vendas parciais, todos estes negócios realizados entre parentes ou vizinhos.

De todo modo, eles cultivam cereais, principalmente milho (entre os 49 representantes de famílias consideradas, vinte e oito entrevistados o plantam com múltiplos usos: 26 para silagem dos quais nove casos também para grão, além de todos aproveitarem oportunidades do mercado local para venda de milho-verde) e diversas hortaliças (14 famílias implicadas aqui). Em relação à criação animal, é possível destacar a avicultura e, principalmente, a atividade leiteira, que conhece grande crescimento nos últimos anos em razão essencialmente da fundação da cooperativa. A diversificação se associa também à bovinocultura de corte, além de criações e cultivos para o auto-consumo.

A expansão da cana-de-açúcar leva muitos proprietários da região a arrendar suas terras para este tipo de produção, solução pouco difundida entre os agricultores familiares considerados na pesquisa (quatro casos deste tipo). No quadro de forte pressão pela disseminação regional da cana-de-açúcar, esta resistência dos agricultores familiares já revela uma consistência considerável do sistema agroalimentar localizado em estudo.

Na maioria dos casos, o trabalho nestes estabelecimentos é exclusivamente assegurado pelo grupo familiar (em 82% das unidades, a totalidade da família se dedica às atividades agrícolas do estabelecimento). Assim, a renda total destas famílias é advinda, quase unicamente, da exploração agropecuária (por vezes, agregando valor graças à comercialização direta).

Como já foi mencionado acima, nossa pesquisa tomou como universo de análise as famílias rurais implicadas na implantação de uma cooperativa agropecuária no Alto da Serra de São Pedro. A propósito, convém explicar que, no final da década de 80, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) apresentou na região um projeto que emprestava recursos para a formação ou desenvolvimento de microempresas.[2] Esses recursos deveriam ser devolvidos, posteriormente, na forma de produtos gerados por essas empresas, que teriam como destino uma instituição local de caridade.

[2] De fato, o centro regional da LBA em Piracicaba decidiu também considerar projetos para o meio rural.

Em 1988, 38 produtores do Alto da Serra de São Pedro tiveram assim acesso a este empréstimo para financiar a lavoura e a compra de animais, com assistência técnica oferecida pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). No ano seguinte, nas discussões sobre o destino do dinheiro referente ao ressarcimento dos recursos emprestados, a proposta dos representantes da ESALQ considerava a idéia de formação de uma associação composta pelos produtores em questão. Desta forma, no lugar de devolverem o dinheiro a uma instituição de caridade, o montante poderia retornar à associação dos próprios agricultores, favorecendo assim outras iniciativas coletivas.

A proposta foi aceita pelos agricultores e pela LBA: o compromisso estabelecido levou à fundação de uma entidade representativa que pudesse receber tais recursos: assim nascia a Associação dos Produtores Agropecuários do Município de São Pedro (APAMSP), em 1989. Com esta origem, a APAMSP passa a realizar atividades em torno da aquisição coletiva de insumos, do auxílio para a comercialização dos produtos de seus associados, do acesso facilitado à assistência técnica, da captação de recursos para o grupo, da representação dos agricultores em conselhos de desenvolvimento rural e da organização de eventos sociais para arrecadar fundos.

O montante do primeiro projeto foi destinado à compra coletiva de insumos agropecuários. Em 1990, um barracão de 200 m² foi construído para servir de depósito e escritório da associação, que passa também a atuar na comercialização do leite de seus membros.

Neste quadro, o aumento da produção dos associados em razão particularmente do acesso regular à assistência técnica e a financiamentos fermentou a idéia de implantação de um laticínio. Em julho 1997, este último é inaugurado, passando a pasteurizar o leite e comercializá-lo enquanto tipo C. A sucessão de iniciativas e empreendimentos dos agricultores leva a um debate sobre a melhor forma de viabilizar a comercialização dos produtos lácteos, o que, por sua vez, conduz, em 2001, à fundação da COOPAMSP (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro).

Em 2009, 105 famílias estavam em dia com a cooperativa, das quais 52 fornecendo leite, num total de 7.000 litros por dia. Trata-se da matéria-prima exclusiva do laticínio para a produção de leite pasteurizado e de iogurtes de três sabores, comercializados sob a marca “Leite do Campo”, que é bem conhecida na região. Os outros 53 agricultores mobilizam a cooperativa para a compra de insumos destinados à produção de milho, aves, gado de corte, suínos e hortaliças.

No âmbito de nossa pesquisa, uma sondagem junto aos freqüentadores da feira do produtor de São Pedro[3] (24 entrevistas, das quais 22 realizadas com residentes em São Pedro), revela que a marca "Leite do Campo" é efetivamente muito conhecida. No entanto, esta marca é pouco associada à COOPAMSP, mesmo que a cooperativa seja conhecida por 54% dos entrevistados. Ora, este aspecto constitui uma fragilidade deste SIAL na medida em que a ausência de identificação dos alimentos ao território de produção implica em sua concorrência com os produtos indiferenciados do consumo de massa da população brasileira. Ademais, esta lacuna se agrava em razão de ainda não ter sido possível pela cooperativa o desenvolvimento de especificidades organolépticas em torno dos produtos lácteos, atualmente se resumindo em leite pasteurizado e em iogurte de três sabores (morango, côco e abacaxi).

Oportuno considerar que grande parte dos consumidores da feira reconhece uma importância do papel da agricultura familiar na região e confia em seus produtos. Assim, existe uma boa imagem da agricultura alimentar local[4] e da diversidade de produtos que são comercializados na feira, inclusive queijos artesanais com certas especificidades de sabor. Mesmo que existam alguns problemas em relação ao respeito de normas sanitárias (CHOLLET, 2009), esta produção de queijo artesanal, com bom escoamento na feira de produtores, parece oferecer pistas para a reflexão no seio da cooperativa. De fato, existe intenção de instalação de uma fábrica de queijos e de uma loja local de venda de produtos com maior identidade territorial, escapando da padronização em torno da grande indústria alimentar. Outros estudos fornecem igualmente elementos para esta reflexão, favorecendo a idéia de uma articulação territorial da produção com práticas sustentáveis (CASTRO, SANCHEZ, MORUZZI MARQUES, LUCAS e BONAUDO, 2009).

Por outro lado, a mobilização do grupo levou a uma pressão sobre a prefeitura para melhoria dos serviços públicos oferecidos na localidade. Este fenômeno favoreceu

[3] Cabe precisar que muitos agricultores filiados à cooperativa comercializam seus produtos nesta feira, notadamente aos sábados quando é mais movimentada. Tal equipamento de abastecimento nasce modesto no final dos anos 1980, reunindo poucos agricultores em praça da Igreja. Ao longo da década de 1990, a feira ganha terreno e maior visibilidade para, nos anos 2000, alcançar um lugar de destaque enquanto canal local de abastecimento alimentar: em 2007, a prefeitura reforma um galpão obtido do governo estadual a fim de destiná-lo à venda direta dos agricultores, em número aproximado de 50 nos dias de hoje.

[4] Convém assinalar que tal posição favorável não corresponde ao conjunto da agricultura regional, a monocultura de cana-de-açúcar despertando manifestações desfavoráveis. Nesta mesma sondagem, mais da metade dos entrevistados estimam que o sistema de produção de cana-de-açúcar na região constitui um problema para o município em razão da degradação do meio ambiente (58% dos entrevistados), da poluição do ar provocada pelas queimadas com efeitos sobre a saúde da população (46%) e da substituição de cultivos alimentares (21%).

a construção de uma escola municipal em terreno cedido pelos agricultores, mais tarde em 1994, a reativação de um posto de saúde e, em 2008, a instalação de um posto de odontologia graças aos apoios fornecidos pela rede de parceiros da cooperativa. Estas obras e serviços públicos favorecem uma redinamização social do Alto da Serra de São Pedro, a localidade sendo fortalecida como ponto de encontro e como referência para a construção de novas iniciativas. De fato, estas últimas se disseminam em diferentes campos, ilustradas na instalação de um restaurante e de bares, além da expansão dos salões de festas das igrejas locais. Com efeito, tal dinamismo constitui um alicerce importante para a elaboração de projetos familiares e coletivos em torno do desenvolvimento territorial.

No que se refere a outros atores implicados ou potencialmente interessados no reforço deste sistema agroalimentar localizado, cabe mencionar que o programa de desenvolvimento rural sustentável do Banco do Brasil incita a formação de uma rede de colaboração em torno da cooperativa, que é considerada uma iniciativa das mais vantajosas para o município. Em torno deste programa (que em São Pedro privilegia o leite), estão representados, além obviamente do Banco do Brasil, as secretarias de agricultura e de meio-ambiente da prefeitura local, a câmara de vereadores, a ESALQ/USP e outras associações e organizações ligadas à agricultura local, num total de nove instituições.

CIRCUITOS CURTOS ALIMENTARES: MEIO DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO?

A idéia segundo a qual maior autonomia, reforço de lógicas familiares em torno dos estabelecimentos agropecuários e escolha por circuitos curtos alimentares favorecem a estabilização de um SIAL permite selecionar este último aspecto enquanto recorte para analisar as estratégias e concepções dos agricultores. Assim, nesta parte do trabalho, nossa intenção consiste em examinar em que medida as atividades de venda direta do produtor ao consumidor, portanto inscritas no quadro dos circuitos curtos alimentares, favorecem autonomia e construção de projetos familiares em torno do estabelecimento agropecuário, o que, por sua vez, contribuiriam com uma perspectiva de reforço do sistema localizado em torno da agricultura e alimentação.

Desde já, convém precisar que a escolha pela implantação da cooperativa constitui uma opção por circuitos mais curtos de comercialização: seus produtos lácteos são escoados num raio de aproximadamente 50 km. É verdade que a definição proposta por Gilles Maréchal (2008) de circuitos curtos alimentares privilegia o número de intermediações entre o produtor e o consumidor ─ nesta conceituação, são inseridas duas situações: a venda direta e práticas de comercialização envolvendo apenas um intermediário ─ e não propriamente a distância percorrida pelos produtos alimentares. No caso da cooperativa, existe um esforço para a incorporação das etapas do processo de comercialização em seu seio: a comercialização e transporte dos produtos (destinados, sobretudo, ao comércio regional) hoje são realizados pela própria COOPAMSP.

Seja como for, estimamos que aqueles agricultores engajados na venda direta por eles mesmos de parte de seus produtos contribuem de maneira acentuada com uma identificação territorial dos alimentos e, igualmente, desenvolvem estratégias favoráveis ao reforço do SIAL do Alto da Serra de São Pedro. Então, nossa intenção foi conhecer o perfil deste grupo em comparação com aqueles que não praticam a venda direta

Convém agora apresentar mais algumas idéias sobre os circuitos curtos de comercialização alimentar. De fato, trata-se de formas de acesso ao alimento das mais tradicionais, tais como venda direta do agricultor ao consumidor em feira de produtores, mas também como as práticas inovadoras que mobilizam tecnologias de informação. A propósito, a COOPAMSP integra uma "rede de consumo responsável" que, sob a coordenação do Instituto Terra Mater, visa "favorecer a compra coletiva de produtos da agricultura familiar que tenham preocupação ecológica no processo de produção, na região de Piracicaba" (ver http://www.terramater.org.br/rede/). Nesta perspectiva, esta rede mobiliza notadamente possibilidades inovadoras em torno das ferramentas existentes nos meios de comunicação eletrônica com vistas a aproximar consumidor e produtor.

Além do mais, os circuitos curtos podem ser examinados como capazes de recriar ligações sociais e culturais, de favorecer um melhor conhecimento entre agricultores e consumidores urbanos e de participar de uma educação coletiva relativa aos produtos e sabores, à qualidade de vida e à lógica econômica. Com efeito, trata-se de alternativas fundadas em princípios de autonomia, agricultura sustentável e proximidade diante dos modelos de produção e consumo inscritos nas cadeias agroindustriais produtivistas (MARÉCHAL, 2008).

Portanto, a hipótese segundo a qual o engajamento em circuitos curtos alimentares, particularmente a venda direta, constitui um meio favorável ao reforço do SIAL orientou a concepção de uma representação gráfica podendo apoiar nossa análise. Para esta construção, oito variáveis foram consideradas representativas, permitindo comparar os dois grupos de agricultores familiares. No eixo das abscissas, as variáveis se associam com as grandezas familiares: grau da participação de membros da família no trabalho do estabelecimento agropecuário, expectativa em relação ao futuro dos filhos e da comunidade e participação familiar em organizações locais (cooperativa e igrejas). No eixo das ordenadas, as variáveis se referem ao grau de autonomia ou dependência do agricultor em termos de: insumos; transformação e comercialização dos alimentos, especialização/diversificação e abastecimento alimentar da família.

Gráfico representando graus de autonomia e de lógicas familiares nas estratégias das 49 famílias estudadas

Evidentemente, este tipo de exercício permite salientar alguns traços marcantes, mas não tem intenção de esgotar a reflexão proposta em nosso projeto de pesquisa. Nesta perspectiva, os resultados revelam que os estabelecimentos são muito ancorados em estratégias e lógicas familiares (o lado “pouco familiar” estando atrofiado no gráfico), que constituem uma referência essencial para a construção de projetos para os filhos, tanto entre aqueles praticando venda direta quanto o restante do conjunto.

Quanto à autonomia/dependência, os agricultores familiares considerados se caracterizam por uma trajetória em direção a uma maior dependência particularmente ao setor agroindustrial, traço que marca a modernização da agricultura. Nos últimos anos, muitas iniciativas das famílias rurais mostram, todavia, uma busca por soluções que forneçam maior autonomia (inclusive com iniciativas de conversão agroecológica), sendo muito ilustrativa aqui a própria opção pela constituição da cooperativa e, mais recentemente, pela venda direta de um grande leque de produtos. Com efeito, é possível apresentar o grupo praticante desta venda direta enquanto aquele um tanto mais inovador: sua média no eixo autonomia é 1,13; enquanto o restante do grupo possui uma média ligeiramente negativa, - 0,06, portanto mais dependente.

CONCLUSÃO

Em grande medida, é possível considerar que o sistema agroalimentar localizado em torno da agricultura familiar do Alto da Serra de São Pedro está assentado em bases consistentes. A resistência dos agricultores familiares contra o alastramento da cana-de-açúcar é emblemática. Mesmo que seja possível encontrar alguns pontos frágeis no que se refere notadamente ao reconhecimento dos vínculos territoriais dos produtos desta agricultura familiar, as iniciativas em torno da cooperativa local fortalecem um enraizamento profundo deste sistema agroalimentar localizado.

No que diz respeito ao engajamento em circuitos curtos alimentares, o perfil das famílias com práticas de venda direta ao consumidor em termos de lógicas familiares é muito parecido ao conjunto considerado. No entanto, este grupo parece perceber novos caminhos, com oportunidades de maior autonomia e reconhecimento, favorecendo um reforço do sistema agroalimentar localizado no Alto da Serra de São Pedro. O papel da cooperativa neste processo não pode ser negligenciado. Sua consolidação anima e favorece a construção de projetos e iniciativas inovadoras, notadamente aqueles que oferecem maior visibilidade para o papel da agricultura familiar no desenvolvimento territorial sustentável.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.]. **Para além da produção***:* multifuncionalidade e agricultura familiar, Rio de Janeiro: Mauad, 2003

CASTRO, Julia; SANCHEZ Diane; MORUZZI MARQUES, Paulo E.; DE LUCAS, Ademir; BONAUDO Thierry. "Adaptation de la méthode française IDEA pour l'évaluation de la durabilité des exploitations agricoles de la commune de São Pedro (Etat de São Paulo, Brésil)", *XVI Journées Rencontres, Recherches et Ruminants*, Paris: INRA-Institut de l'Elevage, 2009.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato [Org.]. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHOLLET, Claire. "Stratégies productives et commerciales des éleveurs laitiers de São Pedro (SP) autour d´une coopérative laitière", relatório de estágio vinculado à cooperação entre Purpan/Toulouse e ESALQ/USP, 2009.

FASIABEN, Maria do Carmo Ramos; LUCAS, Ademir e MARQUES, Pedro, Valentim. "O agronegócio do leite: estudo de caso do laticínio da Associação dos produtores Agropecuários do município de São Pedro- SP". *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Recife: SOBER, 2001.

LACOMBE, Philippe. **L´agriculture à la recherche de ses futurs**, Paris: éditions de l ´Aube et Datar, 2002.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar.** Comparação internacional, Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues. "Y a-t-il un modèle grec d'exploitations agricoles ?", **Strates Matériaux pour la recherche en sciences sociales***,* Paris, 2005.

MARÉCHAL, Gilles. **Les circuits courts alimentaires**, Dijon: Educagri édition, 2008.

MARTINS, Mônica Teles. "Desenvolvimento local e cooperativismo: um estudo de caso da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro-SP", TCC/ Administração, Ribeirão Preto: FEA/USP, 2006.

MIRANDA, Denise. "Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares", Dissertação de mestrado, Lavras: UFLA, 1998.

MORUZZI MARQUES, Paulo E. e LACERDA, Tatiana F. N. (2009), "Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes", **Économie Rurale**, nº 313-314, Paris: SFER, 2009, pp. 55-66.

MUCHNIK, José; CAÑADA, Javier S. e; SALCIDO, Geraldo T. “Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives”, **Cahiers Agricultures**, vol. 16, nº 6, Montrouge/France: Éditions John Libbey Eurotext, 2008

ROUX, Bernard e SANTOS, Abeaci. “La fragilité des systèmes agroalimentaires localisés. Une comparaison internationale sur le cas des systèmes fromagers”, **Estudos Sociedade e Agricultura**, volume 14, nº 2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006, pp. 175-204.

WILKINSON, John. “Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante”, **Estudos Sociedade e Agricultura** nº 18, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002, pp. 147-174.

ESTRUTURAS SOCIAIS E CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS EM ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MERCADO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: um olhar sobre experiências do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte - Brasil[1]

Anelise Graciele Rambo
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS)
ane_rambo@yahoo.com.br

Genivalda Cordeiro da Costa
Professora do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
genivaldacordeiro@uern.br

Eduardo Ernesto Filippi
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS)
edu_292000@yahoo.com.br

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

Introdução

Neste artigo é discutida a relação entre estruturas sociais e condições institucionais no que diz respeito a processos de desenvolvimento territorial local/regional. Pretende-se destacar a pertinência das estruturas sociais locais/regionais, pautadas no capital social, laços fracos, empoderamento e governança, sem deixar de considerar que estas estruturas estão imersas em um ambiente institucional que não necessariamente se adequa às demandas locais/regionais. Pressupõe-se que o capital social permite o fortalecimento dos laços fracos, levando ao empoderamento dos atores locais/regionais e assim, à governança. Estas variáveis são entendidas como fundamentais para que a construção social de estratégias de inserção dos agricultores familiares no mercado leve a uma maior autonomia e atenda a seus interesses. Entretanto, estas estratégias e as estruturas sociais resultantes estão imersas em um ambiente institucional mais amplo, o que pode ser observado pela análise de políticas públicas acessadas. Na medida em que há estruturas sociais relativamente consolidas, interagindo com condições institucionais, é possível desencadear-se processos de desenvolvimento territorial local/regional. Visando demonstrar o pressuposto acima, serão apresentadas duas experiências da agricultura familiar que se inseriram no esforço nacional de produção de bioenergia. Uma

[1] Artigo elaborado dentro do Projeto de Pesquisa IPODE - 'Sementes e Brotos' da Transição. Inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. - 2008-2010. Projeto apoiado com recursos do CNPq.

é desenvolvida em um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Norte, que diz respeito à produção e comercialização de mamona e girassol através do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). A outra, no Rio Grande do Sul, refere-se a projetos de microdestilarias de produção de etanol, as quais acessam recursos do Pronat e Pronaf Agroindústria para a implementação de seus empreendimentos.

1 A dinâmica entre Estruturas Sociais e Condições Institucionais nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional

Nesta discussão considera-se o desenvolvimento territorial local/regional um conjunto de ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território. Projetam suas ações a partir de relações de poder (RAFFESTIN, 1993), desenvolvendo suas potencialidades (ambientais, humanas, econômicas), constituindo-se assim, como atores mais ativos na intervenção sobre seu território.

Segundo Boisier et al (1995), o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: (1) o aperfeiçoamento do território enquanto um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence ao mesmo.

Por sua vez, o adjetivo local/regional procura enfatizar o exercício de poder dos atores (sociedade civil, Estado e mercado) desta escala sobre o território, bem como a interação destes com os atores de escalas exógenas. Nesta perspectiva multiescalar (PURCELL e BROWN, 2005; BORN e PURCELL, 2006; BECKER, 1993) a participação de atores locais/regionais passa a ser territorializada a partir da governança, um conceito de certa forma inerente à abordagem territorial do desenvolvimento, uma vez que se entende o território enquanto relações de poder.

De acordo com Milani e Solínis (2002), a governança engloba a constituição de uma legitimidade do espaço público, a repartição do poder entre os que governam e os que são governados, os processos de negociação entre os atores sociais e a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. Poder-se-ia afirmar, portanto, que a governança seria a prática pela qual se dá a gestão territorial do desenvolvimento, prática esta,

que passa por processos de concertação entre atores, pela minimização e solução de conflitos e assimetrias, bem como pela formação mínima de consensos.

Entretanto é importante destacar, como fazem Farina, Azevedo e Saes (1997), que a estrutura de governança se desenvolve dentro dos limites impostos pelo ambiente institucional Este estabelece o conjunto de regras que condiciona o surgimento e a seleção de formas organizacionais que irão compor a estrutura de governança. Esta perspectiva se aproxima da concepção de Douglass North (1990) que considera instituições enquanto as regras do jogo e organizações como jogadores.

Nesse sentido, as estratégias das quais se valem os atores locais/regionais no âmbito da agricultura familiar, caracterizam jogadores que atuam dentro das regras do jogo, as quais emanam de escalas para além da local/regional. North (1990) enfatiza que as instituições não apenas constrangem as escolhas como também modelam o comportamento.

E é dentro deste ambiente institucional e frente à multidimensionalidade de atores e poderes que as estruturas sociais adquirem maior importância, pois pela organização dos atores é possível constituir experiências inovadoras que fortalecem a capacidade de negociação dos produtores familiares diante do mercado e demais instituições, levando a diversificação de estratégias de reprodução econômica e social e a ampliação de seus níveis de autonomia, sociabilidade e coesão social.

Por sua vez, para uma governança efetiva, capaz de gerar um processo de desenvolvimento territorial que atenda aos três objetivos mencionados, é importante que esta esteja sustentada pelo empoderamento dos atores locais/regionais. Para Laverack e Labonte (2000), o empoderamento é definido como o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas, às mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade ou mesmo influência. Destacam ainda que qualquer tentativa de avaliar se determinada ação permitiu à população empoderar-se, deverá reconhecer a observação do momento anterior. Com base nisso, considera-se que uma forma de observar o empoderamento dos atores locais pode se dar a partir de sua capacidade de impregnar novos usos políticos e econômicos sobre o território (BECKER, 1993).

Mediante este pressuposto, o poder dos laços fracos do qual trata Mark Granovetter (1973) é um elemento que ajuda a compreender o processo de empoderamento dos atores locais/regionais bem como as ações que desencadeiam visando a promoção do desenvolvimento territorial. Para o autor, os laços fortes, em geral, referem-se àqueles de parentesco e amizade. Já os laços fracos são aqueles que têm por principal característica a

mobilização de recursos localizados na esfera pública, que proporcionam o acesso a recursos fora do âmbito da rede social mais restrita (GRANOVETTER, 1973).

Assim, parece ser através do fortalecimento dos laços fracos que se constituem experiências de organização local/regional que empoderam os atores e permitem que estes acessem determinadas políticas públicas para implementar suas estratégias. Contudo, não se pode deixar de mencionar que para o fortalecimento dos laços fracos, outro elemento assume pertinência, qual seja, o capital social visto na perspectiva de Robert Putnam.

Para Putnam (2000), o capital social refere-se aos laços de confiança e reciprocidade, cooperação e solidariedade, estabelecidos entre atores que compartilham uma história, normas, valores, objetivos, obrigações, bem como canais de informação. O estudo de Putnam evidencia a contribuição do capital social frente às pequenas estruturas, podendo-se incluir dessa forma a agricultura familiar. Nesse sentido, considera-se que as relações de confiança e reciprocidades permitem fortalecer os laços fracos.

As duas experiências apresentadas a seguir demonstram a relevância do capital social e dos laços fracos para o empoderamento dos atores locais/regionais, formando estruturas de governança que possibilitam processos de desenvolvimento territorial. Observa-se que estas estruturas sociais estão imersas em ambientes institucionais mais amplos, uma vez que para a implementação das experiências são acessadas políticas públicas. Por sua vez, as estruturas sociais com relativo grau de consolidação, *a priori*, favorecem a escolha de políticas públicas mais adequadas à realidade local/regional, permitindo assim a ampliação dos níveis de autonomia, sociabilidade e coesão social.

2 O Cultivo de Mamona e Girassol no Assentamento Palheiros III - Rio Grande do Norte

Os agricultores familiares do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Palheiros III, no município de Upanema, estão entre os primeiros a se inserirem no Rio Grande do Norte ao PNPB. Em 2006 incentivadas pela Petrobras S/A, 27 famílias assentadas dedicaram-se ao cultivo de mamona. Em 2007, foram 90 famílias, porém devido a falta de assistência técnica e dificuldades no momento da comercialização as famílias abandonaram o cultivo dessa oleaginosa. A partir de 2008, incentivadas por técnicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Empresa de Extensão Rural (Emater/RN), 53 famílias assentadas passaram a cultivar o girassol, mas novamente enfrentaram problemas devido a falta de assistência técnica e dificuldades no momento da comercialização. As experiências vivenciadas pelos

agricultores familiares do Palheiros III, leva ao seguinte questionamento: que fatores têm dificultado a inserção dos produtores familiares no mercado nacional do biodisel?

O PNPB é um programa federal que visa a implementação da produção e uso do biodiesel de forma sustentável, com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. O Programa propõe extrapolar o âmbito econômico, abrangendo ações de inclusão social e redução da degradação ambiental. O PNPB pretende ainda fortalecer as famílias no campo (MDA, 2004). Para alcançar seus objetivos, a partir de 2008, tornou-se obrigatória a adição de biodiesel ao óleo diesel num percentual de 3% (B3). Após 2013, passa a ser 5% (B5).

Para garantir a inserção da agricultura familiar na produção do biodiesel, criou-se o selo "Combustível Social". Este é concedido ao produtor de biodiesel que promover a inclusão social dos agricultores familiares fornecedores de matéria-prima, devendo o produtor realizar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais, além de assegurar assistência e capacitação.

Porém, a realidade observada no Assentamento Palheiros III, demonstra que os objetivos propostos pelo programa nem sempre têm sido alcançados. De acordo com os produtores rurais do assentamento, em 2006, a área plantada de mamona foi de 54 hectares, sendo 2 ha por família, uma vez que o cultivo foi realizado por 27 famílias, as quais produziram 5000 toneladas de mamona. Em 2007, a área plantada de mamona foi de 180 ha, cultivadas por 90 famílias. Porém, apesar do aumento da área plantada e do aumento do número de famílias, a produção de mamona foi mínima, pois, houve perda quase total da produção. Aqueles que conseguiram colher, não conseguiram comercializar a produção. Esta situação levou grande parte dos agricultores familiares a abandonarem essa cultura.

Em 2008, ainda acreditando que a produção de culturas voltadas para a produção de biodiesel era uma alternativa viável, capaz de gerar ocupação e renda para os membros das famílias assentadas, os agricultores substituíram a mamona pelo girassol. Sendo assim, 53 famílias plantaram uma área de 212 ha de girassol, sendo 4 ha por famílias.

Questionando os agricultores familiares sobre os motivos que os levaram a acessar o PNPB, estes afirmaram que buscaram a inserção por acreditarem que era uma oportunidade para a geração de ocupação e renda e que o preço estabelecido pela Petrobras permitiria a obtenção de lucro. Outro motivo foi a credibilidade que depositavam na própria Petrobras.

Ao contrário da experiência das microdestilarias no Rio Grande do Sul, apresentada a seguir, a forma de organização da produção e comercialização tanto da mamona quanto do girassol é individual. Não ocorreu, portanto, uma organização de grupos de produção,

associação ou cooperativa visando uma atuação conjunta desses agricultores junto ao PNPB. Os agricultores familiares do assentamento são filiados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Upanema e a Associação do Projeto de Assentamento Palheiros III. No entanto, quando questionados sobre as instituições que atuam como parceiras na atividade de produção e comercialização das culturas de mamona e girassol, citaram a Petrobras S/A, a Emater/RN; o BNB e o Governo do Estado. Percebe-se, portanto, que não foram estabelecidos laços com o Sindicato e a Associação.

Os dados empíricos demonstram pouca organização por parte dos agricultores familiares assentados. Não houve a percepção sobre a importância da organização coletiva como instrumento de fortalecimento da inserção desses agricultores no PNPB e do aumento do poder de barganha no mercado competitivo, exigente e complexo da bioenergia. A inexistência, naquela região, de um capital social capaz de fortalecer laços fracos e dar suporte a formação de estruturas de governança contribuiu para acentuar os problemas enfrentados pelos agricultores. As conseqüências dessa inexistência ficaram evidentes, quando solicitado aos agricultores que fizessem uma avaliação da participação da agricultura familiar no PNPB, a partir da realidade por eles vivenciada.

Durante a avaliação, os agricultores familiares apontaram uma série de dificuldades, dentre as quais destaca-se a falta de conhecimento sobre as culturas da mamona e girassol. No caso da mamona, enfrentaram dificuldades no momento da colheita e debulha. Com relação ao girassol, as fases de plantio e adubação apresentam elevado custo principalmente com mão-de-obra. Em 2007, a mamona não teve garantia de preço e não foi possível a comercialização sequer do pequeno volume produzido. Este cultivo, segundo os agricultores, ocupa muita terra, o que gera dificuldades devido ao pequeno tamanho dos lotes. Ressaltam não ser possível sobreviver com a produção da mamona, problema este, acentuado pela baixa produtividade no assentamento, podendo ser apenas uma complementação de renda.

A principal dificuldade apontada pelos agricultores refere-se à comercialização e a falta de garantia de um preço mínimo capaz de cobrir os custos de produção e garantir uma renda mínima para o produtor em ambas as culturas. Destacou-se ainda a falta de capacitação dos produtores para trabalhar com as culturas, a falta de assistência técnica em todas as etapas do processo produtivo; o baixo valor do financiamento por hectare - R$ 740,00- insuficiente para cobrir os custos com o plantio, segundo os produtores. Os agricultores destacaram também que parte dos recursos do financiamento são repassados pelo banco diretamente as lojas responsáveis pela venda do adubo, cadastradas junto ao BNB. Dessa forma, os produtores não podem escolher seus fornecedores.

O atraso no repasse dos recursos foi outro problema citado, bem como sua ausência para investimento na aquisição de equipamentos. A falta de orientação sobre como fazer o beneficiamento do girassol e o fato da cultura não poder ser consorciada foi outro problema mencionado. Os agricultores destacaram ainda como aspecto negativo, a dificuldade de contato com o BNB e a falta de fiscalização e acompanhamento por parte do mesmo. Observa-se assim, pouco empoderamento dos atores locais sobre as ações a serem tomadas dentro desta experiência.

3 Os Projetos de Microdestilarias de Etanol no Rio Grande do Sul

A organização social no noroeste gaúcho já se torna expressiva a partir da mobilização dos atores locais/regionais diante dos problemas gerados pela chamada Revolução Verde na agricultura familiar a partir da década de 1970. Destas mobilizações, resulta a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF), um ator importante na mobilização em torno da constituição da Coopercana. Esta Cooperativa, por sua vez, era uma sociedade anônima (S/A) que, após decretar falência, é assumida pelos agricultores fornecedores de cana e funcionários, tornando-se uma empresa de auto-gestão sob forma de cooperativa. É hoje a única usina de etanol do Rio Grande do Sul, responsável pelo atendimento de 4% da demanda do estado. Ambas, ASTRF e Coopercana são marcos da organização local/regional e parceiras nos projetos das microdestilarias.

Os laços fortes estabelecidos neste processo possibilitam hoje a organização e mobilização em torno da constituição destas microdestilarias, via recursos do Pronaf e Pronat. Criou-se um consenso nesta escala em torno da idéia de que PNPB não se adequa às especificidades locais/regionais da agricultura familiar, levando a dependência dos agricultores familiares para com as empresas processadores do biodiesel, além de incentivar o retorno da monocultura da soja. Há um considerável esforço das organizações dos agricultores familiares na busca pela inserção em toda a cadeia dos biocombustíveis (produção, processamento e comercialização).

Os projetos de microdestilarias, bem como inúmeras pequenas agroindústrias familiares, estão organizadas em cooperativas da agricultura familiar, e estabelecem laços fortes através de uma cooperativa central – a Unicooper. Esta, juntamente com sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e ONGs, em especial a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (Arede), vem dando suporte à discussão da produção de alimentos e do álcool combustível através do *Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste*.

Neste contexto, há 14 projetos de microdestilarias de produção de etanol existentes no noroeste gaúcho. Um está em funcionamento desde 2007 e localiza-se no município de Dezesseis de Novembro. Outro está em fase de adaptações e melhorias nos equipamentos, localizado no município de Porto Xavier. Os demais estão na fase de aprovação e liberação de recursos, sendo que a perspectiva é de que sejam efetivados ao longo de 2010.

A microdestilaria de Dezesseis de Novembro é formada por uma associação de cinco famílias as quais são vizinhas e/ou possuem grau de parentesco. Para a instalação da microdestilaria, os agricultores contaram com recurso do Pronat que disponibilizou R$ 55.000,00. Foram obtidos mais R$ 22.000,00 via Pronaf Investimento para infra-estrutura e equipamentos. Este foi acessado através do Sistema de Cooperativas de Crédito com Integração Solidária - Cresol Porto Xavier. Considerando-se ainda a mão-de-obra dos associados o investimento na microdestilaria girou em torno de R$ 90.000,00.

Embora seja uma experiência ainda recente, os agricultores mostram-se entusiasmados com a atividade, visualizando nela uma alternativa de diversificação da produção e das fontes de renda nas propriedades. O maior desafio, entretanto, é justamente a questão da venda do etanol. Inicialmente, a venda de combustíveis só é permitida a uma empresa distribuidora. Porém, os agricultores têm por objetivo realizar a comercialização diretamente ao consumidor, evitando intermediários e proporcionando um preço mais acessível. Para isso, vem sendo realizadas discussões entre as entidades envolvidas nos projetos, bem como com atores de microdestilarias do norte do Estado[2] no sentido de encontrar uma forma de legalizar a comercialização. Cogita-se a possibilidade de formação de cooperativas de consumo.

A segunda experiência é a Associação Agrícola São Carlos (Aasca), que atualmente também reúne cinco famílias, sendo a associação gerida por jovens. A Aasca inicia ainda em 1993 voltada à produção leiteira, passando a investir no plantio e processamento da cana-de-açúcar mais recentemente. Importante ressaltar que os associados da Aasca também fazem parte da Coopercana, e já possuem experiência no plantio e processamento da cana. No entanto, na Aasca, vêm fomentando uma produção mais agroecológica.

Os produtos da Associação são o melaço, melado, açúcar mascavo, cachaça, além de schmier. As mulheres associados também têm produzido picles e panifícios (massas, pães, bolachas) disponibilizados ao PAA. Neste caso, o etanol não vem sendo produzido ainda, em razão de adaptações necessárias nos equipamentos.

Os investimentos giram em torno de R$ 300.000,00, recursos estes oriundos do Pronat e Pronaf-Agroindústria, financiados via Cresol-Porto Xavier, além de recursos do próprio

[2] Há microdestilarias sendo instaladas nos municípios de Sananduva e Palmeira das Missões.

grupo beneficiário. Parte deste valor foi destinada a aquisição de uma engarrafadora de cachaça. A Aasca em parceria com a Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier (Coopax) pretende organizar em cooperativa, os agricultores que produzem cachaça e legalizar a produção, comum naquele município. Recentemente a associação adquiriu ainda um microtrator tobata, através do Pronaf Mais Alimentos, com o objetivo de facilitar os trabalhos na horta que se destina à produção de picles. Pretendem ainda, adaptar o equipamento para o corte mecanizado da cana, uma vez que há dificuldade em encontrar mão-de-obra para esta tarefa.

Observa-se, portanto, que a estrutura social formada em torno das microdestilarias resulta do capital social já existente e dos laços fracos que vem sendo fortalecidos pela interação das entidades. Esta organização local/regional tem empoderado os atores envolvidos, uma vez que estão implementando novas estratégias de diversificação produtiva e pluriatividade, buscando maior inserção no mercado, levando a garantia de sua reprodução econômica e social e ampliando sua autonomia.

Considerações Finais

Entende-se que elementos como capital social, laços fracos, empoderamento e governança facilitam a formação de estruturas sociais no âmbito da agricultura familiar com vistas ao desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial em escalas locais/regionais. Por outro lado, a dinamização dos processos de desenvolvimento territorial, demanda que a escala local/regional estabeleça redes com demais escalas que estruturam condições institucionais dentro das quais as estruturas sociais atuam. Acima, observou-se que uma estrutura social relativamente consolidada vem permitindo que os atores da escala local/regional optem por uma política pública mais adequada a sua realidade, levando a novas estratégias de reprodução econômica e social e ampliando seus níveis de autonomia frente ao uso de seu território.

Pelo exposto, observa-se que as microdestilarias, são experiências endógenas, decorrentes da crescente inviabilidade da monocultura da soja na agricultura familiar. Os atores locais/regionais, frente a esta realidade, optam por desenvolver experiências coletivas, sustentadas em elementos como capital social e laços fracos. Consequentemente, há um maior empoderamento destes atores em relação às decisões e ações sobre o território. As associações, cooperativas, representações de classe, resultantes deste processo, formam estruturas de governança junto às demais escalas, buscando políticas públicas como o Pronat e

Pronaf Agroindústria consideradas mais adequadas à realidade local e aos interesses da agricultura familiar daquela região.

Por sua vez, compreende-se que a carência de capital social no Assentamento e a não formação de laços fracos, dificultou a avaliação da viabilidade de substituir as culturas de subsistência, como feijão e milho, cultivadas tradicionalmente no assentamento, por novas culturas como a mamona e girassol. A inexistência de estruturas sociais impossibilitou a solução das dificuldades que surgiram durante a experiência, e assim, não foi possível aos agricultores se inserir no mercado do PNPB.

Durante a entrevista no Assentamento os agricultores mostraram ter consciência de que tomaram a decisão pouco adequada a sua realidade, e que teriam enfrentado menos dificuldades se tivessem permanecido no cultivo das culturas de subsistência. Também afirmaram que por falta de informação e capacitação optaram pela organização individual, dizendo acreditar que a organização coletiva seria mais adequada. Mas como não estavam habituados com essa forma de produção e devido ao fato da associação do assentamento estar enfrentando um período de crise política, optaram por atuar a partir de contratos individuais.

Uma inserção mais significativa no mercado ainda é um desafio a ser superado nas duas experiências, uma vez que são bastante recentes. Frente aos resultados alcançados até o momento, considera-se que uma forma de implementar estratégias para esta inserção pode se dar por meio da concertação entre atores de múltiplas escalas, uma vez que envolve um interesse dos atores locais/regionais bem como condições institucionais que emanam principalmente da escala nacional. Diante das considerações e das realidades apresentadas, fica a indagação: como desencadear processos de desenvolvimento territorial em regiões nas quais os níveis de capital social não parecem suficientes para reforçar laços fracos, empoderar os atores e formar estruturas de governança?

Referências

BECKER, Berta K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BORN, Branden; PURCELL Mark. Avoiding the Local Trap Scale and Food Systems in Planning Research. In: **Journal of Planning Education and Research**. 2006; 26; p.195-207.

BOISIER, Sergio et al. **Sociedad Civil, Actores Socielies y desarrollo regional.** Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. Vol. 78, Issue 6, may 1973, p. 1360-1380.

LAVERACK, G; LABONTE, R. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. **Health Policy Plan**., 2000, 15 (3): 255-262.

MDA. Apresentação da Ministra de Minas e Energia, Sra Dilma Rousseff no lançamento do PNPB em 06.12.2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=363>. Acesso em: jun/2006.

MILANI, Carlos & SOLÍNIS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos & SOLINÍS, Germán (Orgs.). **Democracia e Governança Mundial** – que regulações para o século XXI. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p. 266-291.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990, 152p.

PURCELL Mark; BROWN J. Christopher. Against the local trap: scale and the study of environment and development. In: **Progress in Development Studies** 5, 4 (2005) pp. 279–297.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: **Raízes**. Revista de Ciências Sociais. Campina Grande: vol 23, n. 01 e 02. jan-dez/2004. [p.99-117]. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos/sergio_e_tartaruga2.pdf. Acesso em jan/2008.

TUDO sobre biodiesel. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com>. Acesso em 15/10/2008.

EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTORES E CITADINOS NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO ALIMENTAR

Angela Duarte Damasceno Ferreira [*]
Alfio Brandenburg*
Celina Wisniewski*
Eleusis Ronconi Nazareno*
Myrian Del Vecchio*

Almir Sandro Rodrigues[**]
Julian Perez Cassarino**
Katia Isaguirre **
Luciano Celso B. G. Barbosa**
Sidemar Presotto Nunes**

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1- Apresentação

Esse texto foi redigido com produto parcial de um programa de pesquisa em andamento no âmbito do doutorado de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR para a reflexão sobre as mudanças ambientais globais e sobre *globalização hegemônica,* buscando identificar seus impactos sobre a natureza e sobre a sociedade contemporânea- configurando *crises* (em diversas dimensões , mas constituindo em comum um crise do modelo de desenvolvimento e da civilização vinculada a ele). O reconhecimento dos processos hegemônicos e de suas crises é o fundamento para identificar experiências em curso que podem indicar uma tendência de construir *sustentabilidades* nos processos de desenvolvimento. Essa percepção de um novo quadro de vida e de relação com a natureza, vistos como contraponto e recusa à noção de desenvolvimento na sua versão moderna, atualizada pelos embates da modernidade avançada, pressupõe o reconhecimento de *alternatividades* que se constróem localmente, mas se expressam globalmente através de articulações mais amplas, constituindo o que Santos chama de *local globalizado* e *globalização alternativa* (SANTOS, 2005a).

[*] Professores do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná

[**] Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná

Tendo por base esses noções- hegemonias, crises e alternatividades- um projeto específico foi construído- e é esse que foi a base do presente texto- que centra-se no estudo da crise alimentar, procurando identificar e analisar as alternativas socioambientais que estão sendo construídas por agricultores e citadinos que são consideradas como formas de contraposição a seus efeitos. Selecionou-se o caso da Rede Ecovida, que atua no Sul do Brasil, envolvendo várias atividades: são alternativas em construção locais e regionais - de apropriação da natureza com preservação da biodiversidade, de produção agrícola agroecológica, de segurança alimentar, de comercialização e de construção de mercados alternativos, de certificação participativa, de rastreabilidade intercomunicativa dos produtos alimentares pelos consumidores, de organização. Sua participação em associações, redes e fóruns nacionais e internacionais dão-lhe uma tecidura globalizada em construção que constitue um referencial importante para rediscutir a relação entre o local e o global, em suas múltiplas dimensões.

Como será implementado no âmbito de um projeto mais amplo que analisará a também as crises provocadas pelos grandes projetos (energéticos, de reflorestamento) , crise de governança e a crise da biodiversidade, os resultados desse projeto poderão contribuir para uma reflexão sobre as mudanças ambientais e societárias globais e sobre possilidades que se gestam como contraposição ao modelo de desenvolvimento hegemônico, ou seja, sobre as sustentabilidades em construção.

2- O contexto da análise : a crise alimentar e seus diferentes sentidos

Apesar da literatura sobre a agricultura já assinalar há décadas que o problema alimentar teria sido resolvido pela modernização agrícola, o que permitiu a elevação da produçã e a queda do preço dos produtos alimentares, em 2008 noticiou-se amplamente que o mundo estava passando por uma crise alimentar em função da alta dos preços dos produtos agrícolas. Mas de que crise está se tratando? Trata-se de um problema conjuntural ?

De fato, houve uma evolução bastante alta entre 2007 e 2008 do preço do arroz, do trigo e do milho, que são os produtos agrícolas mais produzidos e consumidos no mundo. Nesse período, o preço do milho, do arroz e do trigo aumentaram 40%, 81% e 130%, respectivamente e foi essa alta dos preços agrícolas o argumento mais utilizado para afirmar a existência de uma crise alimentar no mundo.

A ação dos estados nacionais no sentido de limitar as exportações, como é o caso do Brasil para o arroz e da Argentina para o trigo, e limitar o consumo, como se divulgou a respeito dos Estados Unidos, demonstra que os governantes se demonstraram preocupados.

No Brasil, por exemplo, o preço do feijão chegou a ser comercializado no varejo à R$ 8,00/ kg na região Nordeste do País e em outras regiões, quase 400% acima do preço médio verificado nessa época do ano.

Registraram-se impactos desiguais da crise alimentar à balança comercial dos países. Os países pobres foram os mais prejudicados. O Brasil, os EUA, Canadá, Austrália, a Rússia e outros países do leste europeu estão entre os "ganhadores moderados", de acordo com o referido estudo. Isso porque, embora se tratem de grandes produtores mundiais, também são países que também importam alguns produtos.

A alta dos preços trouxe impactos à população de uma forma geral, mas atingiu principalmente a população mais pobre do mundo. Foram registradas 6 grandes manifestações mundiais contra a fome a partir de fevereiro de 2008, resultando em confrontos, detenções de manifestantes e mortes. Essas manifestações aconteceram no Haiti, no Senegal, no Egito, na Costa do Marfim, na Burkina Fasso e nos Camarões. Pode-se afirmar, de forma geral, que são países em que grande parte da população vive na miséria e que a produção agrícola é pequena ou centrada em um pequeno número de produtos agrícolas, o que tende a intensificar os problemas e as manifestações sociais decorrentes da crise.

Segundo Renato Maluf (2008), pelo menos quatro fatores influenciaram fortemente a alta dos preços dos principais produtos agrícolas que compõe a base alimentar de vários países. Em primeiro lugar o autor aponta para a elevação de renda que vêm sendo observada em países emergentes (China, Índia, Brasil, entre outros), o que aumentou a demanda por alimentos, por ser este o principal item de despesa da maior parte de suas populações. Agrega-se a este aumento de demanda o uso de bens alimentares para a produção de agrocombustíveis, elaborados em muitos países a partir de culturas alimentares, tal como o milho nos Estados Unidos.

Um segundo fator apontado pelo autor se refere à forte elevação dos preços do petróleo observada nos últimos dois anos, que gera aumento nos custos de insumos (notadamente fertilizantes) e de transporte e mecanização, meios indispensáveis aos padrões da agricultura industrializada dos dias de hoje, extremamente petrodependente. Um terceiro aspecto está ligado ao momento conjuntural de quebra de safra no período de vários países com importância no mercado internacional de alimentos como na China e Austrália, além de perdas importantes na América Latina, Caribe e Ásia. Por fim, a conversão de produtos alimentares como milho, soja e trigo em commodities negociadas em bolsa, valorizaram os produtos ao se tornarem atrativos interessantes ao capital financeiro nacional e internacional (MALUF, 2008, p. 1).

> A combinação demanda mundial aquecida, baixo nível de estoques e governos desarmados de instrumentos reguladores oferece excelentes perspectivas de ganho especulativo no mercado de futuros que termina por se refletir no mercado físico desses bens. (MALUF, 2008, p. 1-2)

Neste sentido, há de se destacar que a década passada foi emblemática em termos de retirada do Estado de praticamente todos os setores da economia, sob o pressuposto de que o desenvolvimento do mercado seria capaz de regular a oferta e os preços. Isso aconteceu também no setor de alimentos, pois os Estados nacionais reduziram seus estoques reguladores públicos, deixando-os em grande parte nas mãos da iniciativa privada.

A atual crise alimentar – evidenciada pelas revoltas populares acima citadas – surge, em grande parte, como resultado deste intenso processo de liberalização econômica (que acabou por mostrar seus efeitos na economia global como um todo desde outubro passado) e de ausência do Estado como regulador do mercado e mais do que isso, como agente promotor e garantidor de direitos humanos fundamentais, entre os quais destaca-se o direito humano a alimentação adequada (DHAA).

> (...) o direito à alimentação, confirmada pela Cúpula Alimentar Mundial – colocada em prática pela FAO em 1996 –, supõe uma ruptura epistemológica: até agora a produção dos alimentos no mundo, a distribuição, o transporte, etc., dependiam exclusivamente do mercado. Um saco de arroz, um litro de leite, uma saca de trigo, eram consideradas mercadorias como outra qualquer. Por outro lado, até o momento, a Bolsa de Matérias Primas Agrícolas de Chicago (chicago Commodity Stock Exchange) é a que, a cada dia útil, fixa os preços dos principais alimentos. Seis sociedades transcontinentais de agroalimentação e finanças dominam essa bolsa. Os preços que elabora diariamente, são, quase sempre, fruto de especulações complicadas sobre contratos a prazo, pirâmides de derivados, etc. Porém, visto o crescente número de vítimas da desnutrição e da fome, a maioria dos Estados considera que não se pode deixar a distribuição da alimentação no mundo ao livre jogo da oferta e demanda. (ZIEGLER a*pud* RIECHMANN, 2003, p. 224)

No Brasil particularmente, pressupunha-se que a negociação de produtos agrícolas no mercado futuro pudesse garantir certa estabilidade dos preços e contribuir para regular estoque. No entanto, embora haja interesses de algumas empresas pela manutenção de estoques, principalmente aquelas ligadas à produção de carnes de aves e suínos, de uma forma geral não é isso que se verifica. As grandes empresas, com vistas a reduzir custos, trabalham de uma forma geral com a idéia de estoque mínimo, que é uma das características atuais do capitalismo.

A articulação entre retirada do Estado da regulação do comércio de alimentos e o aumento crescente da influência das grandes transnacionais na definição de políticas e marcos

regulatórios no sistema agroalimentar, faz crescer a brecha entre pobres e ricos, e coloca milhões de famílias à mercê do jogo especulativo no que se refere a garantia básica de ter o direito a alimentação adequada de forma regular e permanente.

Para além dos fatores conjunturais – dentre os aqui apontados: o crescimento da demanda (à exceção da expansão dos agrocombustíveis), a alta do petróleo e as quebras de safra –, as atuais manifestações são sinais preocupantes do esgotamento do modelo de estruturação do sistema agroalimentar global -e é esse o sentido estrutural da crise.

A forte tendência à substituição da produção de base familiar, orientada pela busca da auto-suficiência alimentar e voltada ao mercado interno, pela produção tecnificada em larga escala e extremamente especializada, orientada para os mercados externos, das grandes agroindústrias indicam que elementos subjacentes a esta lógica passam a ter reflexos diretos na disponibilidade de alimentos para a população em geral.

Da mesma forma, o intenso processo de concentração de todos os segmentos do sistema agroalimentar, observada não só na produção como acima citado, mas também no processamento, comercialização, distribuição e na produção e mercado de insumos, aponta para a necessidade de uma leitura mais profunda dos diferentes significados da crise alimentar mundial. Há uma necessidade proeminente de aprofundar o debate em torno da "atual" crise alimentar, que articule as dimensões conjunturais e estruturais, no sentido de apontar que as recentes manifestações observadas podem significar muito mais do que um 'momento' de crise, uma vez que o problema da fome é estrutural em nossa sociedade e que as políticas adotadas, bem como as estratégias de desenvolvimento promovidas têm representado mais do que uma superação deste quadro, para tornar-se fator de agravamento desta realidade.

A globalização, por outro lado, caracteriza-se por crises seqüenciais ditas como conjunturais pelo discurso hegemônico, mas o que pode ser analisado demonstra que a crise principalmente é estrutural. Neste aspecto, inclui-se também a crise alimentar. Milton Santos (2004, p. 35) afirma a existência de um caráter tirânico no processo de crise, isto é,

> O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro. Então, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características.

Pode-se perceber uma tendência de homogeneização dos mecanismos de organização e produção das relações no universo da postura hegemônica da globalização, pois de acordo com Milton Santos (2004, p. 120-121) "na esfera da racionalidade hegemônica, pequena

margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade". Contudo, é importante destacar que

> Surgem, nas outras esferas, contra-racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidades. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão 'embaixo', sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante.

É nesse âmbito das contra-racionalidades que se supõem poderem ser entendidas as alternativas em construção no âmbito da Rede Ecovida pelos agricultores familiares que dela participam e pelos demais atores envolvidos nos seus núcleos.

3- Uma problemática de pesquisa em elaboração

Parte-se do pressuposto, no presente texto, de que a crise alimentar é estrutural e global e seria mais pertinentemente colocada como questão alimentar, não redutível à dimensão produtiva ou tecnológica, nem a mecanismos econômicos em geral, mas envolve sociabilidades, identidades, quadros de vida. Parte-se também do pressuposto de que só pode ser colocada na contemporaneidade como parte das preocupações ambientais e de saúde. É por excelência um tema de transversalidade entre o rural e o urbano, além de integrar necessariamente as questões ambientais e de saúde. Além disso, pressupõe uma discussão sobre os atores a serem privilegiados pela cadeia alimentar, sua autonomia e seu compromisso solidário como outros atores e com a sociedade em geral.

Portanto, pretende trazer elementos que problematizem estas diferentes dimensões, na perspectiva de iniciar um debate aprofundado sobre quais as lógicas hegemônicas presentes na organização do sistema agroalimentar mundial – que historicamente tem sido insuficiente na superação do quadro estrutural de insegurança alimentar –, bem como das estratégias desenvolvidas por segmentos da sociedade que postulam alternativas a estes padrões hegemônicos.

O segunto pressuposto que o orienta é, portanto, de que, ao lado da força de homogeneização do modelo hegemônico, potencializada pelo atual momento histórico de globalização, existem movimentos de resistência, de construção de alternatividades no âmbito das diferentes dimensões que compõem a questão alimentar . Em tempos de globalização e em tempos de crises globalizadas, esse debate ancora-se nas possibilidades de resistência e construção de outras formas de produzir, de consumir, de viver, de outras sociabilidades em geral marcadas por lógicas que não as que se centrem na produtividade, na competitividade,

no controle da natureza e seu uso irrestrito como recurso. Tais possibilidades, frequentemente gestadas em territórios locais, se expressam globalmente através de redes, fóruns, articulações. É o local globalizado (Sousa Santos, 2008). Fala-se também em globalização solidária (Santos, 2005), em globalização contra-hegemônica e globalização alternativa (Sousa Santos, 2007, 2008), em outra globalização (vários, dentre eles Gendron, 2007; Fontan, 2007), assim como são identificados vários movimentos e processos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento práticas distintas das que são hegemônicas e que, nesse sentido, podem ser vistas como potencialmente construtoras de alternatividades. (FERREIRA *et al*, 2008, p. 2).[1].

De fato, há um crescente desenvolvimento de iniciativas alternativas a este modelo, que buscam resgatar a atualizar saberes e conhecimentos tradicionais e propor novas formas de organização social que respondam à crescente demanda por formas de desenvolvimento mais justas e ambientalmente equilibradas.

Da mesma forma, entende-se que no âmbito do debate sobre a estruturação do sistema agroalimentar, as experiências que articulam a dimensão da comercialização, no sentido da busca de 'construção de mercados', indo para além do acesso aos espaços de comercialização dados pela atual estrutura de distribuição (MALUF, 2004), ganham importante relevância, seja por centrarem seus esforços em atingir o elemento crucial de sustentação do sistema agroalimentar, a comercialização dos alimentos, bem como pela viabilização da agricultura familiar/camponesa que sustenta a sua produção.

Nesse sentido, as diversas experiências desenvolvidas no âmbito da Rede Ecovida no Sul do Brasil se destacam no fortalecimento e construção de mercados locais para os produtos ecológicos, promovendo uma interessante diversidade de estratégias de aproximação da produção e do consumo, assim como diferentes níveis de articulação política e social entre atores rurais e urbanos. Destacam-se nesse sentido as regiões sudoeste, centro-sul e metropolitana de Curitiba no Paraná; Planalto Serrano em Santa Catarina e Alto Uruguai e Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que articulam experiências de feiras locais, cooperativas de consumidores, economia popular solidária, abastecimento a empresas e restaurantes,

[1] Boaventura, em entrevista, lembra o percurso "passa por uma globalização solidária, a globalização dos movimentos e organizações sociais que começaram a ter notoriedade em 1999, em Seattle, mas que já vinham de longe, senão não teriam conquistado o espaço que tiveram, e que têm hoje a sua melhor formulação no Fórum Social Mundial. É essa globalização contra-hegemônica, como eu lhe chamo, que está em movimento. Não é por enquanto muito forte – por isso é que ela é contra-hegemônica –, não é absolutamente certo que ela possa vir a ter êxito, mas neste momento tem suficiente credibilidade para ser considerada uma outra forma de globalização, utilizando, muitas vezes, tecnologias de informação e de comunicação ou alternativas usando os mesmos equipamentos de base, e que está, neste momento, obrigando, pelo menos, a algumas mudanças na agenda política" (OLIVEIRA; COSTA, 2002, p. 6-7).

mercados de safra, alianças com pequeno varejo, fornecimento de alimentação escolar e implantação de circuitos de trocas de alimentos, que abrem possibilidades para se repensar as formas de acesso a mercados, na perspectiva de desenvolver estratégias inovadoras e transformadoras das estruturas do atual sistema agroalimentar.

Um elemento em comum das experiências é o privilegimento do empoderamento dos agricultores e demais atores envolvidos. Outro aspecto em comum é a ênfase em lógicas alternativas às hegemônicas inclusive nas sociabilidades que as constituem: a idéia de solidariedade , a construção de redes comunitárias que privilegiam os processos de companheirismo e boa convivência, a idéia de formação de um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo. Isso não significa dissolver o conflito. O importante é que o ideário de solidariedade coloca formas diversas de se conceber o desenvolvimento a partir da re-significação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza.

Através da inserção em redes, os participantes dessas experiências se viram alçados a uma discussão globalizada – foi o caso da participação da Rede Ecovida nos Fóruns Sociais Mundiais.

As questões fundamentais que se pode colocar para ampliar essa discussão podem ser as seguintes**:** quem são os atores locais dessas experiências, suas práticas nas várias dimensões aqui assinaladas (de apropriação da natureza, produtivas e tecnológicas, de certificação, ratreabilidade e comercialização, de consumo, segurança alimentar e saúde, de educação, organizacionais, de institucionalização das suas instâncias associativas), seus discursos em relação à sua própria alternatividade, seus processos de empoderamento e suas identidades reconstruídas (em função desses práticas, discursos e processos)? Tais experiências podem ser reconhecidas como alternativas no âmbito do atual sistema agro-alimentar? Em que sentidos? Como se articulam com outros atores regionais, nacionais e internacionais?

Referências bibliográficas

FERREIRA, Angela Duarte D. *et al.* A construção de alternatividades nos territórios rurais. Trabalho apresentado III Encontro da Rede de Estudos Rurais do Brasil, realizado em Campina Grande, Paraíba, em setembro de 2008.

MALUF, R. S. Mercados Agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: Ensaios FEE, v. 25, nº 1, p. 299-332. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2004.

MALUF, R. S. Elevação nos preços dos alimentos e o sistema alimentar global. In: Artigos mensais OPPA, nº 18. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2008

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999.

WANDERLEY, M. *Identidade social e espaço de vida***.** Texto apresentado para o VI congresso da Associação Latina Americana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, 2002. (CD-ROOM).

ZANONI, Magda M. M. *et al*. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores em Áreas de Proteção Ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza*, n. 3. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

FONTAN, Jean-Marc (227). Point de vue écologique critique et prospectif sur la place de l'économie plurielle dans le développement local des territoires. Home-page: Colóquio Internacional sobre DRTS, na UFSC em 2007.

RAUBER, Izabel. Construción de poder desde abajo: claves para una nueva estratégia Edição digital em: www.rebelion.org. 2003.

REDE ECOVIDA. Quem somos? Disponível no site: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em 13/03/2008.

SANTOS, Milton e BECKER, B. K. Territórios, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A. 2006 p.71-108.

SANTOS, Boaventura Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Pag web do autor: 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. Reiventar a emancipação social. SANTOS, Boaventura de Sousa [org.]. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Vol. 1 da Coleção "Reinventar a emancipação social: para novos manifestos", 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 a.

SANTOS, Boaventura de Sousa [org.]. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Vol. 2 da Coleção "Reinventar a emancipação social: para novos manifestos", 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 b.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

EXTENSÃO RURAL DESTINADA A AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DAS FEIRAS DE PRODUTORES NO NOROESTE DO PARANÁ. O PROJETO REDIfeira.

MOLINA S. C., MICHELLON E., COSTA T. R, PAULI D. A., PRADO D. M.

Resumo

A Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar – REDIfeira, projeto integrante do Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, tem como objetivo dinamizar a produção e a comercialização dos produtos produzidos por agricultores e agricultoras familiares e produtores urbanos no território da região da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, fazendo-o através de um acompanhamento das atividades destes atores, no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural Humanizadora, em sua principal atividade de comercialização: as Feiras de Produtores. Através de pesquisas de campo realizadas junto aos feirantes e consumidores, busca-se traçar um perfil da atividade, dando-se ênfase à detecção de prováveis entraves no processo de comercialização e às perspectivas de sua organização. São observações dos protagonistas sobre o futuro desta atividade, tão importante no cenário local como instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural. Após este levantamento, os dados são compilados, interpretados e devolvidos aos atores envolvidos de forma a demonstrar os entraves diagnosticados e, trabalha-se, de maneira conjunta, na resolução dos mesmos. Trata-se, portanto, da construção e aplicação de políticas públicas a serviço das comunidades envolvidas.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, feiras de produtores, políticas públicas.

Abstract

The Net of Dinamization of the Familiar Agriculture Fairs´ – REDIfeira, integrant of the University Without Border Program, State´s Secretary of Science, Technology and Higher Education of Parana, has as objective, to dinamize the production and the commercialization of the products produced from familiar agriculture in the territory of the Cities Association of the Parana´s Northern – AMUSEP, making through a accompaniment of these actors, in the scope of the Humanizated Assistance Technique and Agricultural Extension, in its main activity of commercialization: the Fairs of Producers. Through carried through research of field in such a way with the marketers as with the consumers, one searches to trace a profile of the activity, giving emphasis to the detention of probable impediments in the process of commercialization and to the perspectives of its organization, observed for the protagonists on the future of this activity, so important in the local scene as instrument of economic, social and cultural development. After this survey, the data are compiled, interpreted and returned to the involved actors of form to demonstrate the detected impediments and to work, in joint way, in the resolution same them, It is treated, therefore, as the construction and application of the public polices in the service of the involved communities.

Key Words: Fair of the producers, familiar agriculture, public polices, sustainable rural development

1. INTRODUÇÃO

A denominada "globalização do setor agroalimentar" introduziu profundas modificações na agricultura, sobretudo no âmbito dos países periféricos, que passaram, a partir de então, a dedicar-se fundamentalmente aos monocultivos de exportação, as chamadas 'commodities', destinadas aos países centrais. No plano interno, tal opção representou a exclusão de amplas camadas da agricultura familiar, que se organizou, a partir de 1990, para se contrapor a essa tendência discriminatória (MICHELLON, 2007a).

Assim, houve crescimento e fortalecimento do segmento, cujos resultados foram captados pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, pelo qual foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total dos estabelecimentos.

Mas, mesmo assim, esse conjunto significativo de agricultores familiares ocupa uma área de apenas 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País, pois os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. O Censo 2006 mostrou, ainda, que a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

Por sua vez, o mito de que a atividade da agricultura familiar era só de subsistência foi quebrado e, hoje, observa-se que os produtos produzidos por esta classe abastecem tanto o mercado interno quanto o mercado externo, com números relevantes quanto à porcentagem que essa produção representa em âmbito nacional. Entre estes produtos pode-se citar o leite, carnes (de suínos e aves), ovos, cebola, fumo, milho, feijão, mandioca, soja, arroz, banana, laranja, café e uva. Esses são produtos com relevante participação no valor bruto da produção agropecuária nacional – VBP, que no conjunto representava 10% do PIB do Brasil, em 2003, conforme Guilhoto e colaboradores (2005).

Um importante canal de comercialização interna destes produtos da agricultura familiar (considerando sua dinâmica ocupacional) são as feiras, um dos motivos destas tornarem-se foco deste trabalho. Estas, por sua vez, se tornam um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e frutarias, em função da maior diversidade, do produto ser mais fresco, da dinâmica peculiar de negociação do preço e o atendimento personalizado, possibilitando manter-se uma relação bastante próxima com o produtor feirante. Possivelmente, estejam aí as chaves que permitem explicar a persistência das feiras em relação às modernas superfícies de varejo.

Além disso, as feiras possuem uma função transcendental, muito além das questões econômicas, elas representam, em última instância, o lugar sagrado, onde se cumpre a ritualização da separação do mundo urbano do mundo rural (BARCELLOS, 2003). Ainda, segundo Aguillar (2004), trata-se de um espaço público que assume diferentes formas de sociabilidade para tornar-se um local de espetáculo da vida urbana.

Embora não seja a totalidade, mas grande parte dos feirantes é composta pelos "feirantes produtores", ou seja, aqueles que produzem parte ou a totalidade da mercadoria comercializada. Geralmente são produtores familiares de frutas verduras e legumes.

Desta maneira, este trabalho possui o objetivo de demonstrar e relatar as experiências e os impactos gerados pela composição e aplicação de políticas públicas, derivadas das ações do Projeto REDIfeira, na tentativa de dinamizar a produção e a

comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar e por produtores urbanos participantes de Feiras de Produtores nos municípios da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP.

2. METODOLOGIA

Este projeto é composto por fases distintas, sendo elas Fase Preliminar, Fase Diagnóstica e Fase de Avaliações. Embora haja esta separação, salienta-se que a resolução dos entraves das Feiras de Produtores (existentes ou em processo de criação) e/ou propriedades de Agricultores/as Familiares se dá à medida que os mesmos são identificados, sendo este um processo dinâmico, bastando, logicamente, que haja a aquisição de dados suficientes que permitam uma planificação para cada cenário.

2.1. Definição das áreas prioritárias de atendimento (Fase Preliminar).

Com o auxílio da EMATER, o perfil da região é estudado, avaliando-se quais são as áreas que necessitam de imediatas intervenções. Tais áreas são priorizadas no atendimento e os critérios de avaliação destas são os seguintes:

- Presença/Ausência de Feiras de Produtores;
- Índices sócio-econômicos (IDH, renda, participação dos agricultores no desenvolvimento de negócios, dentre outros); e,
- Regiões mais problemáticas quanto ao acesso às tecnologias (mecânica, técnica e social).

Definidas as áreas prioritárias a serem atendidas, procede-se o delineamento das rotas para que sejam atendidas o máximo número de feiras com o menor deslocamento possível (eficiência energética)

2.2. Fase Diagnóstica

A metodologia para esta fase é baseada, principalmente, em projeto piloto desenvolvido em 2006 e início de 2007, no noroeste do estado do Paraná, através da 1ª Reunião de Dinamização da Feira do Produtor e da Agricultura Familiar do Município de Paiçandu – REDIfeira, conforme Michellon e colaboradores (2007b). Também se vale das experiências acumuladas pela equipe no Programa Cidadão Profissional – Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, realizado pelo convênio MDA/Fundação Araucária/UEM, 2006) para os territórios do PRÓ-AMUSEP, Consad/Entre Rios e Paranavaí (MICHELLON et. al., 2007c).

Ela consiste de levantamento das feiras existentes na região da AMUSEP, bem como do estado da arte, ou seja, investiga-se como estão as atividades dos agricultores/as participantes destas Feiras dos Produtores/as no que tange aos seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades. Primeiramente, tal acompanhamento ocorre através da interação da equipe de trabalho com estes agricultores e agricultoras. Neste caso, a metodologia utilizada para trabalhar e interagir com o público é a individual, através de contatos, visitas e entrevistas, bem como a grupal, através do escritório local da Emater, que já possui melhor acesso a este público. Estes métodos visam atingir o público alvo em uma escala de tempo pequena e definida, não sendo métodos tão abrangentes quanto o massal, tendo por finalidade despertar o interesse nas pessoas, também podendo ser utilizado na fase de experimentação e avaliação dos resultados (BIASI, 1991).

Após este contato inicial inicia-se a fase de caracterização do principal canal de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar da região da AMUSEP, as Feiras dos Produtores/as. Esta caracterização se dá por meio de pesquisas, juntamente com os consumidores e produtores rurais locais. Esta pesquisa serve de instrumento para que seja traçado um perfil sobre as feiras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com universo explorado de máxima abrangência com relação aos feirantes (100% dos mesmos são entrevistados). Com relação aos consumidores, obtêm-se as opiniões de 50 indivíduos, que serão tomados aleatoriamente, considerando-se uma estimativa de público médio de 1.000 pessoas por feira, e que se disponham a participar deste estudo.

Os dados obtidos nesta pesquisa, em conjunto com os dados do levantamento e diagnóstico de cada propriedade envolvida, são compilados e analisados para a formação da linha temática a ser apresentada nas reuniões de dinamização das feiras, cujo nome proposto é 1ª REDIfeira – Reunião de Dinamização da Feira do Produtor e da Agricultura Familiar do Município.

2.3. Reuniões de Dinamização

Uma Reunião de Dinamização visa incentivar os integrantes a agir de maneira a obter êxito em suas atividades, através da discussão e problematização do sistema atual, levando em conta os aspectos positivos e apontando os gargalos que podem estar interferindo no desenvolvimento de determinado grupo. Não se trata somente de transferir conhecimentos, mas sim de discutir os caminhos, mostrando as melhores diretrizes para a obtenção do sucesso em uma atividade onde todos são membros ativos, seres pensantes, que tem sua história, visão de mundo, crenças, etc.

Desta maneira, as Reuniões de Dinamização das Feiras Agricultura Familiar abordam os problemas comuns aos grupos de produtores formados bem como servem de balizador para a tomada de decisões, planificação das atividades e estabelecimento de metas com relação à implantação das melhorias pertinentes a cada situação. Tais reuniões ainda servem para a prestação de contas com os gastos realizados pelo projeto (função fiscalizadora de todos os atores envolvidos).

Por meio da 1ª Reunião de Dinamização da Feira do Produtor e da Agricultura Familiar do Município, por exemplo REDIfeira de Lobato, apresenta-se o perfil obtido através das pesquisas e dados compilados na fase de diagnóstico. Da mesma forma, apresentam-se os problemas, necessidades, interesses e potencialidades no âmbito da produção, comercialização e organização, compondo diretrizes para viabilização do Desenvolvimento Rural/Regional Sustentável.

O método a ser utilizado para trabalhar e interagir com o público é o grupal, principalmente, através de palestras e reuniões. Este método visa atingir o público alvo em uma escala de tempo pequeno e definido (não sendo um método tão abrangente quanto o massal). Este método tem por finalidade despertar o interesse nas pessoas e também contribui no processo de organização dos feirantes. Também se utiliza da metodologia individual, especialmente quando se trabalha nas feiras menores.

Ademais, essa metodologia grupal, utilizada para trabalhar e interagir com o público, vem sendo experimentada desde 1991, pelo Projeto de Extensão Rural da Universidade Estadual de Maringá (MICHELLON, 1991, MICHELLON e SILVA, 2005, e MICHELLON et. al. 2006). São utilizados como recursos auxiliares para esses eventos e para as demais reuniões, microfones, caixas de som, data show, multimídia, carta circular aos feirantes e consumidores, folders, cartazes, faixas, anúncio em rádio e criação de página de internet, p.ex. *www.redifeira.cjb.net*, pela qual será acompanhada a situação de cada município participante (COSTA, 2006).

Ao final destas reuniões de dinamização, estabelecem-se metas com relação ao processo produtivo e à organização destes feirantes no âmbito do Associativismo, sendo que estas deverão ser cumpridas, com o auxílio da equipe de trabalho, para que novos ajustes, tanto nos aspectos discutidos quanto na metodologia de trabalho, sejam colocados em pauta em novas reuniões de dinamização.

Está previsto, inicialmente, três reuniões de dinamização, sendo a primeira realizada ao sexto mês do projeto e as restantes em intervalos de três meses (1ª, 2ª e 3ª REDIfeira), sendo que a última constará de uma avaliação final sobre os resultados obtidos com este projeto, além da entrega de um documento contendo o Levantamento, Diagnóstico e Planejamento das atividades produtivas.

2.4. Avaliações

Com o encontro entre Agricultores e Agricultoras Familiares, entidades públicas, estudantes, membros ativos da sociedade e da equipe de trabalho, torna-se possível realizar as Avaliações – Diagnóstica, Formativa e Somativa. Estas avaliações têm por objetivo analisar os resultados preliminares conseguidos com a ação do projeto e, através destas análises, corrigir os pontos deficitários, reorganizar as metodologias de trabalho, se for necessário, e traçar novas estratégias em conjunto com o público para que os objetivos deste projeto sejam alcançados com êxito.

Por último, pretende-se realizar uma avaliação conjunta com o público, para aferir o nível de conhecimento e o nível de protagonismo adquiridos com as constantes intervenções da equipe deste projeto, que serão realizadas através de metodologias de extensão rural humanizadora, considerando a realidade deste público.

2.5. Público Beneficiário e Municípios Atendidos

Em primeira instância trabalha-se em conjunto com Agricultores/as Familiares e produtores urbanos participantes de feiras dos municípios da região da AMUSEP, totalizando aproximadamente 480 produtores. Posteriormente pretende-se trabalhar com Agricultores/as Familiares em municípios que não possuam feiras organizadas, atendendo-os no âmbito de ATER e no sentido de viabilizar a composição de Feiras da Agricultura Familiar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2006, o REDIfeira atuou em doze dos trinta municípios que compõem a região da AMUSEP, compondo diretrizes para o incremento na qualidade técnica e pessoal dos atores envolvidos. Neste período, a equipe do projeto realizou 262 atendimentos diretos e indiretos, apontando, segundo a metodologia SWOT (WRIGHT, et. al., 2000), quais são os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de cada empreendimento.

Estes atendimentos se deram sob acompanhamento profissional, no qual o produtor, urbano ou rural, é tido como o protagonista de suas ações dentro de seu próprio negócio, uma vez que uma aparentemente simples barraca de feira torna-se, em muitos dos casos avaliados, a principal fonte de renda das famílias envolvidas, além de ser uma importante vitrine dos produtos produzidos.

Por tal fato, a capacitação dos envolvidos e o investimento nestas "vitrines" também foram balizadores da composição de políticas publicas por parte da Equipe. Cita-se, como exemplo, um problema que atinge, atualmente, todas as feiras avaliadas:

A maioria dos produtores (cerca de 75%) desconsidera o marketing de seus produtos e seu próprio marketing pessoal como vendedores.

Restringindo-se o foco para estes personagens, observa-se que as respectivas barracas possuem sérios problemas de conservação e despadronização quanto às feiras locais. Isso se deve ao fato de que muitos feirantes participam de feiras de produtores em diferentes municípios que não necessariamente seguem o mesmo padrão. Uma exemplificação deste fato pode ser ilustrada na Figura 1, onde é possível observar incoerências na coloração das lonas das barracas. Todavia, trata-se de uma tentativa de redução de custos ao produtor, que não possui condições de padronizar estas barracas, muito menos placas de preços, placas de procedência e uniformes.

Para solucionar estas questões de infra-estrutura, principalmente para os municípios mais carentes, a Equipe REDIfeira, em parceira com o Poder Público local, discutiu a criação de projetos para a captação de recursos, seja da esfera Estadual ou Federal, para a revitalização das Feiras de Produtores da região atendida. O exemplo mais bem sucedido é o que ocorre no município de Munhoz de Mello, onde através do convênio entre a Prefeitura Municipal (instituição proponente), Universidade Estadual de Maringá (parceira e consultora técnica) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, obteve-se acesso a um volume de recursos a fundo perdido, suficiente para revitalizar a Feira do Produtor local e dos municípios vizinhos. Tratou-se de um recurso destinado a aquisição de novas e padronizadas barracas, uniformes completos, materiais de consumo (placas de preço e procedência padronizadas com o logotipo da feira) e conjuntos para iluminação interna das barracas, uma vez que a maioria das Feiras de Produtores da região ocorrem em horário vespertino e noturno.

Fonte: Organização dos Autores, 2010.

Figura 1 – Problemas na padronização de barracas – Mandaguari/PR, Novembro de 2008.

Como observado, além da resolução de problemas de ordem física, a atuação do projeto contribuiu de forma decisiva para a capacitação dos atores envolvidos. No período compreendido entre setembro de 2007 e fevereiro de 2010 (período de vigência do edital 03/2007 – Apoio à Agricultura Familiar – Programa de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras – SETI/UEM), foram aplicadas 48 palestras, entre reuniões de sensibilização, dinamização e palestras avulsas, em escolas e assentamentos rurais (município de Querência do Norte). Fora ministrado, ainda, o Curso de Dinamização de Vendas para 11 turmas, em diferentes municípios, totalizando um

público de 312 pessoas. Trata-se de um curso com carga horária de seis horas, onde são abordadas técnicas e inovações na área de comercialização com vistas a conquistar e fidelizar o cliente, porém, estritamente voltadas às Feiras de Produtores, tomando como base, os dados coletados na fase de diagnóstico em cada município. A Figura 2 demonstra exemplos dos cursos aplicados através das ações do projeto.

Fonte: Organização dos Autores, 2010.

Figura 2– Curso de Dinamização de Vendas aplicado aos feirantes da Feira do Produtor de Munhoz de Mello/PR – Agosto de 2008.

Embora tenham existido dificuldades na execução do projeto, principalmente relacionadas aos deslocamentos da equipe entre os municípios (sobrecarga de trabalho devido a extensa demanda de atendimento), problemas sobre a aceitação e confiabilidade das soluções propostas para os problemas detectados e ainda a burocracia que envolve a aplicação de recursos públicos, o projeto tem demonstrado bons resultados no que tange a evolução das Feiras atendidas.

Resumidamente também se elencam como resultados:

- Levantamento concluído em 12 dos 21 municípios que contém feiras de produtores;
- Criação de banco de dados contendo informações sócio-econômicas das Feiras da Agricultura Familiar dos municípios já atendidos;
- Mobilização social não somente de Agricultores/as Familiares, mas também de forças políticas locais, no intuito de estabelecer metas de melhorias às feiras;
- Criação de um plano de marketing do projeto, usando como estratégias a produção de folders, cartazes e site de internet (http://redifeira.hd1.com.br), onde os atores que são beneficiados pelas ações do projeto podem conhecer, em tempo real, qual a presente situação por município;
- Implantação do serviço FEIRA DIGITAL no site do projeto. Trata-se de uma *newsletter* contendo informações relevantes sobre as promoções da

feira da semana. Por exemplo: ao se cadastrar, o consumidor receberá em seu endereço eletrônico e em seu celular (via SMS) um informativo contendo os preços dos produtos em promoção e informações sobre os produtos em destaque e atrações culturais. Portanto, é mais uma estratégia de marketing empresarial aplicada às Feiras de Produtores;

- Troca de informações entre profissionais que atuam na mesma área através da participação da equipe em eventos de pesquisa e extensão;
- Consolidação da parceria entre o Projeto REDIfeira e o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana – CERAUP/UEM, no treinamento dos beneficiários deste último, no que tange a comercialização de produtos e formação de associações (ligação conjunta ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS); e,
- Especialização da equipe e formação de profissionais especializados em economia, extensão rural e comercialização de produtos da Agricultura Familiar (feiras e outras modalidades);

Com o uso de metodologias da Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (MDA, 2004), e através da execução de palestras, atendimentos individuais e coletivos, inserção de tecnologias mecânicas, técnicas e sociais, espera-se que sejam solucionados grande parte dos entraves detectados no processo produtivo e organizacional dos envolvidos e na inserção destes atores no mercado regional. Esse fator dinamizará a função social da Agricultura Familiar, pela disponibilização e trabalho remunerado, que passará a injetar mais capital no mercado local ou com relação à comercialização dos produtos agropecuários, gerando e fazendo circular a renda em nível local, o que é um ponto importante a ser considerado no âmbito do desenvolvimento regional sustentável.

Pontualmente, espera-se que o público adquira o conhecimento de que o trabalho em conjunto e o espírito em equipe podem facilitar o desenvolvimento de qualquer processo, principalmente no âmbito organizacional e estrutural das Feiras dos Produtores em geral, bem como do processo produtivo de suas propriedades, em particular. Habilidades como liderança, autogestão, solidariedade mútua, dentre outras cabíveis, podem ser o fomento necessário para que se invista no crescimento social dos envolvidos, no que tange a capacitação profissional nas áreas de produção e comercialização; e, no crescimento econômico, dando a possibilidade de um desenvolvimento sustentável às diversas famílias que dependem da atividade de produção e comércio de produtos in natura e agroindustrializados.

Além disso, com o apoio ao comércio e ao desenvolvimento de negócios, espera-se que sejam assimilados conhecimentos referentes aos diversos aspectos básicos de produção e comercialização – aspectos sanitários, econômicos e mercadológicos, para que os protagonistas, os feirantes, possam reavaliar suas ações não tidas como errôneas, mas passíveis de acertos. Não obstante, outro conhecimento que se espera ser assimilado é o de como montar uma associação, passando por seus princípios básicos até chegar a ser forte e de responsabilidades sociais e locais, cumprindo sua função de agregar novos Agricultores/as familiares para que os mesmos possam se desenvolver economicamente e socialmente, em um ambiente de cooperação mercadológica solidária.

Tendo em vista os benefícios proporcionados pelas ações do projeto, salienta-se o reconhecimento do mesmo como instrumento de desenvolvimento regional: não somente reconhecimento por parte dos beneficiários diretos (Figura 4), que em muitos casos, estão tendo a primeira chance de sair da dependência ao protagonismo de suas

ações, mas também por parte de outros atores sociais, tais como entidades de assistência técnica e extensão rural, autoridades municipais e estaduais (prefeituras, secretarias de agricultura do município e Emater) e membros ativos da sociedade. Trata-se, portanto, de uma ação conjunta em nome do desenvolvimento sustentável de Agricultores e Agricultoras Familiares dos municípios do Noroeste do Paraná.

Fonte: Organização dos Autores, 2010.
Figura 4 – Sr. Airton, Agricultor Familiar do Município de Munhoz de Mello/PR, exibindo os produtos obtidos de sua propriedade – Junho de 2008.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do acompanhamento dado pela equipe do projeto REDIfeira, a realidade das feiras de cada município está sendo levantada, compilada, analisada e devolvida aos atores envolvidos, na tentativa de minimizar os entraves detectados e proporcionar um aumento na qualidade desta atividade, tão importante no cenário rural e urbano das localidades envolvidas.

Entende-se que o Projeto REDIfeira, bem como seus estudos derivados, não pode ser entendido por um enfoque restritivo. O entendimento só é possível através de um enfoque continuo e multidisciplinar, para que sejam construídas as bases da sustentabilidade e de um futuro promissor para os feirantes e Agricultores/as Familiares dos municípios da AMUSEP que, da dependência, passarão ao protagonismo. Para atingir estes objetivos torna-se fundamental a construção do conhecimento, onde todos, sem exceção, caracterizam-se como protagonistas capazes de proporcionar modificações positivas, e em conjunto, em suas realidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, A. Feira livre: O consumo cultural na prática. *Diário Popular*, Pelotas, 28 mar. 2004, p.7.

BARCELLOS, D. *As feiras livres: Cotidiano de uma feira popular num bairro de classe média*. Disponível em: <http://www.terravista.pt/aqualto/2158/feira.htm>. Acesso em 20 Jun. 2008.

BIASI, C.A., *Planejamento da Ação Pedagógica*. Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Informativo nº.006, Curitiba, 1991.

CENSO AGROPECUARIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

COSTA, T.R. et. al. *1ª Reunião de dinamização da feira do produtor e da agricultura familiar do município de Paiçandu – REDIfeira*. Disponível em <http://www.redifeira.cjb.net> Acesso em 05/03/2010.

GUILHOTO, J.J.M. et. al. *A Importância do Agronegócio Familiar no Brasil.* In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: Sober, 2005.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.* Brasília: Imprensa Oficial, 2004.

MICHELLON, E. *Projeto de Extensão Rural*. Maringá: UEM, 1991.

_____. e Silva, O. H. da. *Extensão rural e inclusão social.* III Fórum de Extensão e Cultura da UEM. Universidade e Sociedade, 20(supl.): Jul, 2005.

_____. *O dinheiro e a natureza humana*: como chegamos ao moneycentrismo. Rio de Janeiro: MK Editora, 2006.

_____ et. at. *Extensão rural e o desenvolvimento regional.* IV Fórum de Extensão e Cultura da UEM: Perspectivas da Extensão Universitária e da Prestação de Serviços. Arq. Mudi; 10 (Supl. 1), 2006.

_____. Agricultura familiar, pluriatividade e o novo rural. Maringá: Cesumar, 2007a.

_____ et. al. *Feira do Produtor e os entraves à sua organização e à comercialização: o caso de Paiçandu.* In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina: Sober, 2007b.

_____. et. al. O Programa Cidadão Profissional no território do PRÓ-AMUSEP e o desenvolvimento regional. In. V Encontro Nacional de Economia Regional e Urbana. Recife: Enaber, 2007c.

REDIFEIRA, Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar, REDIfeira, 2007.

WRIGHT, Peter.; MARK J. Kroll.; PARNELL, John. Administração estratégica: conceitos. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GESTÃO SOCIAL DE ÁGUAS: análise comparativa entre a experiência do pólo sindical da Borborema (PB) e associação do centro de educação sindical (PR) [1]

Miguel Ângelo Perondi[2]; Marc Piraux[3]; Ghislaine Duque[4]; Norma Kiyota[5]; Paulo Cesar O. Diniz[6]; Sidemar Presotto Nunes[7]

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado.

1. INTRODUÇÃO

No mundo, o aumento da população e do consumo da água e seu acesso desigual fazem com que a gestão da água se torne um dos maiores desafios da humanidade. A resposta a esse desafio ainda é diversa e, muitas vezes, origina intervenções públicas que privilegiaram grandes obras hidráulicas que procuram, em vão, transformar a realidade.

Para o Nordeste a percepção da falta d´água iniciou nos anos 1980 um movimento social pela convivência com o semiárido, pressupondo a gestão descentralizada dos recursos, autonomia, participação e controle das políticas públicas. Assim, começou a ser elaborado em 1999 o Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – o P1MC, com o objetivo de mobilizar atores sociais e institucionais do semiárido brasileiro, especialmente rural, para estratégias de convivência com a seca (iniciando, no caso, com a construção de cisternas recolhendo a água dos telhados). Particularmente, na Paraíba importa saber que depois de uma fase de mobilização, construção e experimentação do programa, somente a partir de 2003 é que o Pólo Sindical da Borborema e suas associações de agricultores familiares se instalaram como unidades gestoras para coordenar a execução do programa P1MC na região.

---

[1] Este trabalho procura contribuir com o Projeto de Pesquisa IPODE – Sementes e Brotos da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (SCHNEIDER, 2008).

[2] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Pato Branco. Agrônomo e Doutor em Desenvolvimento Rural. E-mail: perondi@utfpr.edu.br

[3] Professor visitante da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS) e pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD). Agrônomo e Doutor em Agro-economia. E-mail: marcpiraux@uol.com.br

[4] Professora colaboradora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS). Doutora em sociologia, pesquisadora do CNPq. E-mail: ghduque@uol.com.br

[5] Pesquisadora da Área de Socioeconomia do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) – Unidade Regional de Pesquisa Sudoeste/Pólo Pato Branco. Engenheira Agrônoma, Doutora em Desenvolvimento Rural. E-mail: normak@iapar.br

[6] Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/DED) e pesquisador do CNPq. Doutor em Sociologia. E-mail: p.diniz@uol.com.br

[7] Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus de Dois Vizinhos. Agrônomo e Mestre em Sociologia. E-mail: sidemarnunes@hotmail.com

No Sul, a partir da estiagem de 2004 a Associação do Centro de Educação Sindical (ACESI) procurou apoio num edital da Petrobras Ambiental e fez chegar aos sindicatos dos trabalhadores rurais da região Sudoeste do Paraná um projeto de resgate das minas naturais de água como forma de preservar a produção de água nos estabelecimentos rurais. Tal iniciativa promoveu uma série de medidas de preservação ambiental dos cursos e fontes d'água potável para o consumo sustentável no estabelecimento rural e contribuiu para despertar a consciência sobre o papel da água na qualidade de vida das famílias.

Assim, este artigo procura analisar comparativamente a experiência desenvolvida pelo Pólo Sindical da Borborema na Paraíba e a da ACESI no Território Sudoeste do Paraná. Mais precisamente, pretende-se analisar o processo de inovação da gestão descentralizada, incluindo também a trajetória da participação e da atuação dos sindicatos na construção e implementação de uma política pública, como no caso do Nordeste, e na reivindicação desta no caso do Sul. Mas também, analisar as práticas e os processos coletivos de experimentação e ajustes das propostas técnicas e de organização social e política, que permitiram uma apropriação pelos movimentos sociais desses modelos de gestão da água. Assim, buscar-se-á compreender os fatores que influenciam a capacidade de inovação e entender os impactos dessas inovações nos sistemas de produção, no funcionamento dos dispositivos de governança e nos processos de aprendizagem, que consideramos fundamental. A nossa hipótese é que os processos de inovação e as formas de organização que se apóiam conhecem trajetórias de inovação semelhantes, mais momentos diferenciados. No Sul, é o momento da experimentação social: eles constituem "sementes e brotos" de um novo modo de organização sócio-técnico na gestão social da água; no Nordeste, já é uma experiência consolidada, o momento da experimentação institucional. Para tanto, num primeiro momento esse artigo descreve como ocorre o uso das águas nas diferentes regiões, caracteriza as práticas e os mecanismos de inovação sócio-técnica dos agricultores, bem como a trajetória da inovação e suas dificuldades. Num segundo momento, analisa a influência dos dispositivos coletivos e os efeitos nos processos de diversificação das economias locais.

2. O PROBLEMA COMUM DE ACESSO À ÁGUA

As duas experiências ocorrem da dificuldade das famílias no acesso à água em condições adequadas para o consumo. No Nordeste a dificuldade de acesso à água se evidencia nas estiagens quando as famílias recorrem aos açudes e barreiros para apanhar água diariamente. Um trabalho, geralmente feito pelas mulheres, que buscam água com

baldes, várias vezes ao dia, despendendo tempo para obter uma água de baixa qualidade. Quando a estiagem se prolonga e os barreiros e açudes secam, a estiagem se transforma numa "seca". A situação de "calamidade pública" é declarada e as autoridades organizam a distribuição de água por carro-pipa para os "flagelados da seca". Então, formam-se filas de mulheres com seus baldes na beira da estrada, esperando pela distribuição de uma água. Essa política assistencialista e secular alimenta o clientelismo, preservando, o poder dos "coronéis". E no Agreste, apesar de ser uma região com melhores chuvas que o Sertão da Paraíba, no período de seca a água também se torna escassa devido a maior pressão demográfica e o menor tamanho das propriedades. Assim, com a população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia com medidas de caráter emergencial de "combate à seca", os agricultores organizados passaram a contestá-las com um novo paradigma de "conviver com o semi-árido" numa Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA –a qual inclui o movimento dos sindicatos e entidades que integram o Pólo Sindical de Borborema.

No caso do Sul, o tema da água aparece na agenda das organizações apenas na última década, quando a situação de chuvas irregulares em anos atípicos passou a ser recorrente e causou escassez de água para as criações e o consumo humano. Ao mesmo tempo que diminuía a vazão de água das fontes crescia o número de poços artesianos, geralmente, justificada na estiagem. Entretanto, a precipitação da região não tem se alterado significativamente nos últimos anos, mas sim um crescimento da produção agrícola que passou a demandar por um volume maior de água nos estabelecimentos.

Segundo o IBGE (2008), entre 1996 e 2006, houve um crescimento de 132% do leite na região, 243% de aves e 429% de ovos. Um crescimento maior que a média estadual e nacional, elevando a participação da região na produção estadual e nacional[8]. Neste contínuo crescimento da produção agropecuária, pode-se afirmar que a crise de abastecimento de água nos estabelecimentos decorre mais do aumento da demanda de água e da degradação do meio ambiente que de uma improvável diminuição média da precipitação pluviométrica anual, situação esta que é agravada com a prospecção indiscriminada e insustentável dos poços artesianos pela região. Assim, numa região com mais de 50 mil estabelecimentos rurais e sendo 88% agricultores familiares numa área média de 20 hectares (IBGE, 2009), existe a grande probabilidade que cada uma dessas pequenas propriedades possua, no mínimo, uma mina d'água por estabelecimento rural.

[8] A região atrai indústrias de leite em pó como a CONFEPAR, interessada na conjunção de oferta de leite a pasto e mão de obra familiar, resultando no que Ploeg (2006) chama de agricultura de pouco insumo externo.

Assim, desde 2005, os sindicatos de trabalhadores rurais da região, organizados em torno da ACESI, mantém o projeto "Água e Qualidade de Vida", responsável pela preservação mais de duas mil minas de água com solo cimento, replantio de mais de dois milhões de mudas nativas no entorno das minas, beneficiando mais de quatro mil famílias rurais.

3. A INOVAÇÃO SÓCIO-TÉCNICA

Percebe-se assim, que o processo de gestão social da água aparece focado como a grande novidade. Algo construído de forma diferente e específico para cada um dos casos, em diferentes estágios de desenvolvimento, entretanto, uma experiência social que percorre uma trajetória de realização e conquista popular e política muito similar.

No caso de Borborema, o Pólo Sindical encontrou uma base social consolidada para a gestão do programa P1MC na região. A construção das cisternas implica diagnósticos participativos nas comunidades, visando selecionar as famílias que serão beneficiadas prioritariamente, a organização de treinamentos de pedreiros de cisternas, a organização dos grupos para cavar o buraco onde cada cisterna será instalada, a compra do material, e na organização dos fundos rotativos solidários para financiar o material necessário e eventualmente a mão de obra dos pedreiros. Um sistema de crédito, proposto inicialmente apenas para multiplicar recursos, acabou se revelando um instrumento poderoso de organização e responsabilização das comunidades.

A cisterna de placas, como ficou batizada a novidade, tem formato cilíndrico, geralmente fica semi-enterradas e é construída com placas de cimento pré-moldadas, curvadas, que servem tanto para fazer o tanque que armazena água, quanto a cobertura da cisterna. E a intenção é captar a água da chuva que cai no telhado das casas no período do "inverno", por meio de uma calha que recolhe a água e a armazena na cisterna para ser usada pela família nos meses de "verão".

Esse processo de descentralização para a construção de cisternas, descendo do Pólo até as comunidades, também fazia o percurso de volta. Ou seja, as ações do P1MC, como as cisternas, a capacitação em recursos hídricos, o diagnóstico da comunidade, a formação de pedreiros e outras atividades, eram replanejadas e redefinidas nas comunidades e nos municípios, e levadas, muitas vezes, até o âmbito regional e estadual.

No Sudoeste do Paraná, o Projeto Água e Qualidade de Vida buscou melhorar a disponibilidade e qualidade da água de fontes nos estabelecimentos rurais. A idéia consiste em obter água de boa qualidade em fontes protegidas com solo-cimento e recuperar a mata nativa do entorno. Um método simples de proteção que já havia sido introduzido na região

pela Emater nos anos 1980, entretanto, agora com a novidade de ter na água o tema gerador do debate sobre a qualidade de vida das famílias rurais. Do ponto de vista metodológico a organização faz um diagnóstico socioeconômico das famílias interessadas e com base num histórico da mina de água se fundamenta uma proposta de preservação, definindo a estrutura do solo cimento e a área a ser preservada. Bem como, responsabiliza a família a disponibilizar materiais para o serviço de limpeza e proteção de solo cimento na mina de água e o isolamento da área de preservação permanente com mudas nativas.

Além disso, a família beneficiada pelo projeto dedica ainda dois dias de estudo sobre os objetivos e métodos do projeto em atividades articuladas pelos monitores locais, durante o processo de preservação da mina. Assim, apesar de ser recente, quando comparado ao P1MC, o projeto "Água e Qualidade de Vida" já apresenta algumas inovações sócio-técnicas que permitem ampliá-lo, não só no número de fontes protegidas ou de mudas plantadas, mas, na percepção dos agricultores sobre a fragilidade do meio ambiente em que eles vivem e seu papel transformador.

4. A CONSTRUÇÃO DOS DISPOSITIVOS COLETIVOS DOS PROJETOS

A percepção dos atores que atuam nas entidades dos agricultores familiares sobre o tema da água segue uma trajetória de descoberta a medida que crescia a insatisfação como o poder público tratava a questão ambiental. Em ambos os casos o tema da água se torna o foco que agrega as famílias para o debate da qualidade de vida rural.

No caso da Borborema, dois momentos vão caracterizar o surgimento do Pólo Sindical. Primeiro, quando num contexto conflituoso na região em 1996 os agricultores começaram a se organizar de forma autônoma e lutar por um espaço de comercialização dos seus produtos na empresa paraibana de abastecimento (EMPASA). O segundo momento foi quando o Polo Sindical se constituiu numa unidade gestora do P1MC na Paraíba, a partir de 2003. Neste caso, os financiamentos oficiais permitiram a contratação de pessoas e a aquisição de veículos e computadores, além de fomentar o uso de um sistema gerencial chamado SIGA (Sistema de Informação, Gestão e Auditoria), que permitiu acompanhar de forma *on line* cada passo realizado[9]. Assim, a qualquer hora, gestores e financiadores podiam acessar o progresso do programa em qualquer local.

No caso do Sudoeste do Paraná, a idéia de busca de qualidade de vida passou a

[9] Cada família beneficiada é identificada pelo CPF do responsável, cada cisterna é numerada e localização por GPS (Sistema de Posicionamento Global). Uma forma de gestão que exigiu um treinamento cuidadoso das equipes, pois a falta de habilidade no uso do GPS já registrou uma cisterna no meio do Atlântico.

ganhar importância no movimento sindical a partir de duas ações principais: habitação rural e meio ambiente. Ações que dão visibilidade aos sindicatos e ampliam sua base social. A busca da qualidade de vida promove a inserção de outros assuntos na agenda dos agricultores, como: auto-consumo, reserva permanente e uso dos recursos naturais, etc.

O sindicalismo na região constituiu-se em 1964 com apoio oficial do Estado numa assistência a saúde e previdência. Este sindicalismo assistencialista perdurou até 1978, quando um grupo de oposição ganhou a eleição sindical no município de Francisco Beltrão tendo como proposta a rediscussão do processo organizativo e produtivo. Durante a década de 1980 esse novo sindicalismo se expandiu pelo território, consolidando um movimento sindical de representação dos agricultores em diferentes instâncias políticas[10].

A luta pelo direito ao crédito com o Grito da Terra caracterizou este movimento sindical nos anos 1990, sendo que nos anos 2000 iniciou a luta pela melhoria da qualidade de vida expressa por uma política habitacional e pela conservação e recuperação do meio ambiente, focos que passaram a fundamentar o movimento sindical do Sudoeste do Paraná.

5. EFEITO LOCAL DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA RURAL

Em ambos os casos, havia crise de abastecimento de água e a inovação introduzida visa preservar recursos hídricos naturais: no Sudoeste do Paraná, com água brotando do chão e na região do Pólo, com a água da chuva caindo nos telhados. Porém, embora esse objetivo se desse em contextos diferentes, nas duas situações, há a carência de água: no semi-árido nordestino pela fraca pluviosidade e sua irregularidade e no Paraná em decorrência da multiplicação de poços artesianos que estão esgotando o lençol freático. A recuperação das minas naturais no Paraná e a construção de cisternas para armazenar a água de chuva na Paraíba são as inovações introduzidas para resolver o problema. O que mais diferencia os dois casos, talvez, seja a experiência ser mais recente no Paraná e mais antiga na Paraíba, o que permitiu o acompanhamento de um processo em que já houve a solução de problemas que geraram novos desafios.

No Nordeste, de junho de 2003 a início de fevereiro de 2010 foram construídas nos municípios articulados pelo Pólo Sindical 4.784 cisternas, representando quase cinco mil famílias atendidas, sob a gestão, sucessivamente, da AS-PTA e depois do Pólo. Isso sem contar umas 400 cisternas da etapa preliminar do P1MC ("Transição") construídas sob a coordenação do PATAC. Portanto, são mais de 5.000 cisternas construídas, fornecendo água de qualidade a aproximadamente 25.000 pessoas (SIGA, 2010).

[10] O processo ocorrido na região Sudoeste do Paraná é muito semelhante ao relatado por Navarro (1996) e Schmitt (1996) em relação ao movimento sindical dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul.

No caso do Sul, as duas edições do projeto, de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 resultou na preservação de 2.066 fontes de água, sendo 1.200 na primeira etapa e 866 na segunda, ações que melhoraram a qualidade de vida para um conjunto de mais de quatro mil famílias. Neste último, foi interessante perceber o quanto a sinergia de parcerias pôde potencializar e ampliar as metas de um projeto (ACESI, 2009).

De forma comparada poderíamos afirmar que em ambos os casos ocorreram efeitos ambientais positivos. No Sudoeste do Paraná, o Projeto "Água e Qualidade de vida" multiplicou a proteção das fontes, incentivou a recuperação das matas ciliares, chamou a atenção dos agricultores sobre os problemas trazidos pelos agrotóxicos, etc. No caso da Paraíba, o armazenamento da água de chuva proporcionou melhoramentos técnicos e um processo educativo sobre a importância da salubridade da água para a saúde e sobre os meios de assegurá-la e ensinando como cuidar da água.

A lição comum tirada dessas experiências é que as soluções técnicas só têm chance de serem adotadas se houver um processo educativo demonstrando sua importância para a saúde/qualidade de vida dos utilizadores e ensinando as formas de aplicar essas soluções.

No que se refere à utilização da água para produção, o Paraná levanta a questão do tamanho reduzido das propriedades, evocada como um limite fundamental. A mesma deficiência proveniente da estrutura fundiária também existe na região do Pólo na Paraíba, onde o tamanho médio das propriedades é inferior ainda ao do Sudoeste Paranaense, tema que deve ser articulado, nos debates, com o de uma necessária reforma agrária. Neste ponto, a articulação política está intimamente ligada ao problema da gestão da água. Na Paraíba, a questão da produção deu origem ao P1+2 (Uma Terra e Duas Águas, etapa seguinte ao P1MC) que, além de levantar a questão da reforma agrária, trata também do "trato" da terra – ou seja da transição agroecológica – e do armazenamento da água com outras tecnologias adaptadas ao uso da água para produção.

O Paraná demonstra ainda preocupação pela dificuldade que encontrou em fazer parcerias para ampliar o campo de aplicação da proteção das minas. Trata-se de um processo político de união das forças, indispensável sobretudo para fortalecer os atores dos projetos. Na Paraíba, a criação de uma rede de parceiros já tinha iniciado no Pólo antes da divulgação das cisternas, o que certamente foi um fator importante de sucesso.

Outra lição importante tirada dessas experiências foi perceber o surgimento de um "tema mobilizador", provocando ações políticas: em ambos casos, encontros regionais mobilizando um número crescente de participantes em audiências públicas, encontros e visitas de intercâmbios, que ultrapassaram amplamente o âmbito dos projetos resultando

em reivindicações políticas. E quando essas reivindicações se transformam em política pública de um programa assumido pelo governo, a principal dificuldade diz respeito às normas de funcionamento e de controle dos recursos de projetos oficiais. Uma dificuldade típica da gestão de recursos públicos para pequenas obras, que na experiência do Pólo Sindical oferece duas lições importantes: de um lado, a possibilidade de ampliar de forma exponencial uma proposta elaborada e experimentada num nível local, quando seu sucesso e sua boa administração fizeram dela um modelo tão convincente que foi adotado como programa de governo. Este que é todo o desejo dos sindicatos do Paraná. Porém, de outro lado, as várias dificuldades de execução de um projeto em grande escala administrado com recursos públicos, incluindo a perda de autoria do programa, uma vez que o P1MC não é mais do Pólo, mas do governo. O que importa é verificar os efeitos positivos para um número crescente de famílias, sem deixar de vigiar e eventualmente denunciar seu uso clientelista ou eleitoreiro.

Em resumo, apesar dos obstáculos, que foram vencidos, os efeitos positivos dos dispositivos de gestão da água estudados são bem mais importantes que as dificuldades.

6. CONCLUSÕES

O programa P1MC para auxiliar a convivência com o semi-árido reflete uma ação concreta e integradora – a construção de cisternas de placas articulando atores sociais e o Estado no fortalecimento de estratégias de convivência no semiárido. No caso do Sul o projeto "Água e Qualidade de Vida" - financiado pelo programa Petrobrás Ambiental - reflete uma reação aos impactos de um sistema de produção em crescente processo de intensificação produtiva. Nos dois casos se destaca o peso das crises que conduziram à busca de mudanças. No Nordeste, as iniciativas partiram da dificuldade de acesso à água e da descontinuidade de políticas públicas de abastecimento. No Sul, foram a poluição e a falta de água que levaram os atores a buscar por uma alternativa mais sustentável de vida.

Pode-se destacar que a novidade no caso do Sul e do Nordeste está em empregar o trabalho da comunidade e da organização sindical para empreender uma solução imediata ao problema crônico da falta de água, seja protegendo as fontes no Sul ou construindo cisternas de placas no Nordeste, vale ressaltar que as soluções têm sido eficientes com relação aos problemas encontrados pelas pessoas nos períodos de crise. Esta vontade de resolver um problema, a partir de uma crise, acabou por ressignificar a água para estas famílias e organizações, pois, mudou o paradigma de desenvolvimento para conviver com seca, tendo a água como o tema gerador de mobilização social, sendo a gestão e execução

do projeto realizados pelos agricultores familiares. Esse tema foi uma importante inovação observada no papel do projeto do desenvolvimento local, no fato de transformar a fonte de água num tema gerador de debate e de compreensão do papel da unidade de produção agrícola como uma unidade também produtora de água potável.

A sociedade civil foi assim capaz de propor um novo modelo de desenvolvimento baseado, no Nordeste, no princípio da convivência com o semiárido (institucionalizando-se de fato novas práticas locais). No Sul, procurou se contrapor ao processo de mercantilização do sistema produtivo, intensificação da produção e uso insustentável dos recursos ao ponto de não permitir a presença de áreas de preservação permanente e reserva legal, o que se reflete na escassez do suprimento da água das fontes superficiais.

Partindo de crises, conseguindo uma ressignificação da temática da água e a busca por alternativas de desenvolvimento e do próprio paradigma do desenvolvimento, descobre-se a necessidade de uma experimentação local e de ajustes para permitir a adaptação das técnicas à diversidade local. Da prática veio a aprendizagem, e esta permitiu a apropriação que uniu a inovação técnica (cisternas, proteção das fontes) e organizacional (gestão descentralizada). A partir disto houve então a necessidade de construir dispositivos para permitir esses processos e a necessidade de uma experimentação institucional.

Por exemplo, no Nordeste, a inovação técnica foi acompanhada de inovações sociais (os fundos rotativos), organizacionais (nas comunidades, municípios e região) e institucionais (regras a construir para respeitar as normas do programa). Isto foi possível, sobretudo a partir da aprendizagem constantemente gerada e processada no programa. Para isso, o público-alvo precisa de tempo, da internalização da confiança no processo (educacional, experimental) necessário à apropriação dos mecanismos tecnológico e organizacional e não unicamente dos resultados do programa (a construção das cisternas). De fato, se fosse este último parâmetro a orientar o programa, teria sido mais fácil de trabalhar diretamente com empresas privadas encarregadas da construção das cisternas. Essa conquista da autonomia das comunidades, provavelmente, talvez seja a maior garantia da sustentabilidade do processo em curso. Finalmente, a elaboração dos programas foi seguida de sua aplicação por etapas, prevendo avaliações e correções sucessivas, antes de lançar uma ação de maior amplitude.

É importante observar que o projeto Água e Qualidade de Vida também conseguiu responder à necessidade dos agricultores em sua dificuldade de acesso à água, frente à impossível solução dos poços artesianos para todos. Assim, uma solução mais em conta e com uma atitude coletiva, protagonista e de responsabilização foi a recuperação das fontes

de água superficiais. Tal inovação produziu resultados para além do acesso à água potável, permitiu formar agentes comunitários e ter incutido nas famílias beneficiadas a compreensão da necessidade de transformar o modelo de produção e consumo para um modo mais sustentável e responsável de se viver.

Neste processo de busca de autonomia e de implementação de processos de aprendizagem, o papel dos mediadores (ONG's e técnicos do programa) é fundamental para fortalecer os processos de aprendizagem, no sentido de desenvolver capacidades e competências locais, sendo importante formar os técnicos nesta "cultura".

Se a trajetória parece semelhante, distingue-se, portanto, momentos diferenciados para o Nordeste e Sul. Observa-se, no primeiro, um projeto já implementado de uma política pública (o P1MC) que nasce dos projetos locais de valorização dos recursos locais (a água em cada propriedade), e no Sul, a realidade de um projeto que valoriza as experiências locais e inicia uma reflexão sobre as políticas públicas.

Portanto no Nordeste ocorre uma experimentação institucional, uma experiência já consolidada; mais que sementes, são brotos que já orientam políticas públicas reconhecidas (P1MC, P.1+2). Entretanto, no Sul, o momento ainda é o da experimentação social, o momento da semente. Se é verdade que é difícil separar esses diversos aspectos, todos interdependentes, não resta dúvida que os processos políticos, que talvez não fossem o objetivo inicial, tornaram-se o resultado mais transformador de ambas experiências.

Com relação ao projeto IPODE, podemos perceber nestas experiências a relação importante entre a inovação (experimentação técnica, social e institucional que os agricultores são capazes de se apropriar das novidades) e a capacidade de renovação dos modelos de desenvolvimento tradicionais, mudando assim as relações de poder ao nível local (independência das oligarquias) e regional (governaça da política pública). Assim, a sociedade civil, através de luta profunda, ganha autonomia e se torna capaz de propor novas políticas públicas específicas. É importante ressaltar aqui a inovação no campo político, mais fundamentalmente a intenção de estabelecer processos pedagógicos e de "experimentação". Ou seja, não adiantava apenas propor algo "novo" para intervenção pública e deixar ao governo sua execução. Agora era uma ação coletiva que queria também ser protagonista na execução e implementação de ações e programas públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACESI – Associação do Centro de Educação Sindical. Publicação única do Projeto "ÁGUA E QUALIDADE DE VIDA". Francisco Beltrão: ACESI, 2009.

ASA - Articulação do Semiárido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semiárido*: Um Milhão de Cisternas – P1MC. Recife. 2ªed. 2002.
ASA - Articulação do Semi-Árido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido*: Uma Terra e Duas Águas – P1+2. Recife, 2007.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário.* Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2008.
PAES-SOUSA, Rômulo e VAITSMAN, Jeni (org.): *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, Brasilia: MDS/Secretaria de avaliação e gestão da informação, 2007 (A pesquisa foi realizada em 2005-2006)
SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org). *Política, Protesto e cidadania no campo:* as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1996.
SCHNEIDER, S. *IPODE - 'Sementes e Brotos' da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil.* Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica do CNPq. Edital Universal MCT/CNPq. 15/2007. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F.H.J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. *In*: PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Eds.) Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Royal Van Gorcum, pp. 01-28, 356p. 2004.
PLOEG, J. D. van der, O modo de produção camponês revisitado. In. SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar.* Porto Alegre: UFGRS, 2006.

O PADRÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA FIBRA DO CURAUÁ NO OESTE PARAENSE E AS DEFICIÊNCIAS DO ASSOCIATIVISMO [1]

MACIEL, Franciclei Burlamaque[2]
NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho[3]

Introdução

A região que compreende o oeste do Pará, situada na Amazônia Oriental[4], tem vivenciado a experiência agrícola com a planta nativa da região, conhecida como Curauá e de nome científico, *Ananas erectifolius* (L. B. Smith), pertencente à família da bromeliácea (LEÃO, et. al**.,** 2005). Do Curauá se extrai uma fibra vegetal, muito utilizada pela indústria de transformação, principalmente pela indústria automobilística e têxtil.

Os produtores rurais da região encontram na produção da fibra do Curauá uma oportunidade de geração de renda. No entanto, na fase da comercialização eles enfrentam um severo poder de mercado de um monopsônio, deflagrado pela única empresa compradora da fibra na região. Embora os produtores testemunhem que tenham melhorado relativamente seus ganhos com a produção da fibra, mas se queixam dos preços estabelecidos pela empresa demandante. Certamente, nesse jogo do mercado cada agente tenta estabelecer a melhor estratégia de negociação no sentido de maximizar seus benefícios monetários e minimizar perdas e custos. Ora, a fonte de fragilidade dos produtores nas negociações por um preço eficiente está na falta de cooperação estratégica entre seus pares e na institucionalização dos contratos formais de comercialização.

Diante dessa situação mereceu realizar um estudo mais cuidadoso visando prospectar as formas de contratos predominantes na comercialização da fibra do Curauá entre os pequenos produtores e uma empresa monopsonista. Justifica-se saber da existência de contratos de comercialização, posto que este instrumento vindo a fazer parte de uma cadeia de negócios, sem dúvida, dá uma indicação do estado de organização em que se encontra o agronegócio do Curauá, no oeste paraense. Além disso, a cultura mostra-se ser um segmento produtivo fértil para se pensar em políticas públicas que assegurem melhorias de renda e lucros para quem do Curauá depende. Por fim, este artigo está divido em três seções, além desta introdução. Na Seção 1 trata-se da infraestrutura analítica, ou seja, o método de análise. A Seção 2 traz os resultados da pesquisa. Enfim, por último as conclusões.

---

[1] Parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em fevereiro de 2010.

[2] Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Amazonas. Email: franciclei@yahoo.com.br.
[3] Economista, Profº Adjunto da Universidade Federal do Amazonas. Email: luiz.roberto@ufam.edu.br

[4] Os estados que compreendem a Amazônia Oriental: Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

1. Método de Análise

A análise deste estudo pauta-se em uma perspectiva funcionalista, mas sem perder de vista o aporte da Economia Institucional (a redução dos custos como indutor dos modos alternativos de organização da produção, dentro de uma estrutura analítico institucional). Na senda funcionalista levam-se em conta as relações entre os diversos atores de uma sociedade, visto que as necessidades básicas são contínuas, exigindo formas e meios para sua satisfação, além de admitir que as atividades desenvolvidas no contexto da sociedade são consideradas fundamentais entre os agentes.

O Desenvolvimento empírico da investigação situou-se no elo das relações comerciais que ocorrem no segmento "pós-porteira". Araújo (2003) identifica esta fase como a que engloba essencialmente operações de processamento, demarcando fluxo que perpassa pela distribuição dos produtos agropecuários até alcançar o consumidor final. Nessa intermediação, diferentes agentes econômicos estão contidos dentro de uma ordem funcional, ou seja, o produtor rural, o transportador e a empresa que demanda a matéria-prima, entre outros serviços. Todos desenvolvem o seu papel para que os resultados do mercado aconteçam. Portanto, o foco da análise centra-se nas relações de comércio entre o produtor e a empresa processadora de fibra, ou seja, no circuito da comercialização.

O fluxo de atividades da intermediação entre produtor, empresa processadora de fibras e indústrias demandantes de fibras processadas, resume-se em três níveis, conforme ilustra a Figura 2. No nível 1 situam-se os produtores do Curauá, que por sua vez vendem a sua produção diretamente a uma única empresa processadora da fibra na região, caracterizando uma ação *sui generis* de um monopsonista.

No nível 2 situa-se a indústria processadora da fibra de Curauá. Na condição de ser o único comprador da fibra na região, obviamente, detém o poder de mercado, determinando desta forma o preço e a quantidade a ser demandada, principalmente se os produtores negociarem o preço da fibra isoladamente. Caso os produtores estejam organizados em cooperativas ou mesmo em associações, o monopsonista perde forças, de modo que as negociações sobre preços e quantidade da produção poderão ser determinadas numa igualdade de forças.

No nível 3 encontram-se as indústrias de transformações, consumidoras da fibra do Curauá. Neste ele da cadeia têm-se um oligopsônio, ou seja, poucas empresas com poder para determinar preço, visto que a fibra tem substitutos próximos, tais como juta, malva, além de outras fibras. Isso afasta a possibilidade imediata de surgir um problema de especificidade, ou

seja, o "problema do atraco", ao ponto de gerar altos custos de transação, caso a empresa fornecedora da fibra não queira cumprir os contratos pré-estabelecidos.

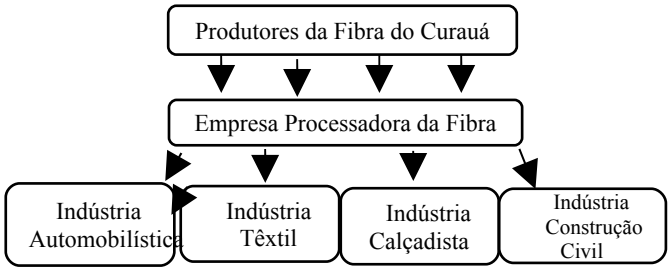


Figura 2 – Fluxograma de Intermediação entre produtor e comprador monopsonista
FONTE: Elaborado pelos autores

Conforme Verçosa (1985) pode-se fazer uso de uma rica tipologia de contratos no sentido de adequar-se ao tipo de transação que se pretende realizar, tais como: Contrato Público, Privado, Consensual, Real, Oneroso, Unilateral, Bilateral, Comutativo, Aleatório, Solene ou formal, Não Solene ou Informal e os Inominados ou atípicos. Todos os contratos, exceto o Não Solene ou os Informais, podem ser aprovados por qualquer instrumento permitido juridicamente. A extinção e a rescisão podem ocorrer, respectivamente, quando não existir o pleno cumprimento e o cumprimento parcial por uma das partes; podem ser nulos quando ocorrem prejuízos ao interesse público; podem ser anuláveis quando houver prejuízos aos contratantes. Todos os contratos comerciais apresentam custos, e requerem medidas de proteção ante a um possível descumprimento contratual, que reflete em uma atitude oportunista.

Em cada elo de uma cadeia de negócios acredita-se que as transações comerciais ocorrem salvaguardadas por algum tipo de contrato. Certamente, entre a empresa que processa as fibras e as indústrias de transformação existe algum tipo de contrato comercial. Sendo assim, neste elo é imperiosa a existência de algum mecanismo de contratação legal, a fim de que os agentes envolvidos cumpram com suas obrigações, e se beneficiem da eficiência da economia de mercado. No entanto, isso não significa que a institucionalização do contrato formal seja uma prática comum em todos os elos da cadeia do Curauá.

Como se pode saber da existência de contratos na cadeia do Curauá? A estratégia empregada neste estudo para conhecer as regras que assegure a operacionalização de intercambio entre os agentes inseridos nos níveis 1 e 2, foi por meio da pesquisa de campo. Sob a orientação da literatura especializada (ABEGG, 2002), foram aplicados dez questionários de pesquisa com perguntas semi-estruturadas, na perspectiva de colher dados

objetivos e subjetivos. Além disto, quando houve possibilidade de realizar entrevistas, estas se deram de forma individual e coletiva.

Por fim, a pesquisa de campo envolveu a empresa monopsonista[5], que processa a fibra do Curauá, situada na sede do Município de Santarém-PA e os produtores de Curauá, de três comunidades: Lago Grande do Curuai, situada a noroeste do Município de Santarém; a comunidade do Chibé[6], situada a 12 km da BR 163, dentro do Município de Belterra, pertencente a Microrregião Santarém; e a comunidade de São Benedito localizada no município de Juruti, a 24 km de distância da sede do município (IBGE, 2007).

2. A Produção em Escala Comercial e a Insuficiência de Garantias Contratuais

O cultivo em escala comercial da planta Curauá teve origem nos anos de 1920, na fazenda "Taperinha", município de Santarém, no Estado do Pará. Na época essa iniciativa não logrou o êxito esperado, devido à carência de capital para financiamento da produção. Felizmente, a partir da segunda metade da década dos anos 1990, na comunidade Lago Grande do Curuai, o plantio do Curauá foi retomado, mas em pequena escala. O retorno foi motivado pelo crescente interesse da indústria automobilística e da indústria têxtil, além de contarem com o financiamento do FNO[7] (SENA & COLARES, 1996).

A produção em escala comercial no oeste paraense deu-se em 1994, precisamente na comunidade de Boa Fé, na região do Lago Grande do Curuai, com a implantação de um viveiro com 350 mil mudas. Esse empreendimento foi iniciado com o suporte institucional da Secretaria Municipal de Agricultura de Santarém, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) e Programa Pobreza e Meio Ambiente (Poema)[8] (SENA & COLARES, 1996). O trabalho conjunto dessas instituições fortaleceu a horizontalização entre os atores sociais interessados no negócio do Curauá (CASTELLS, 1996). De fato, essa sinergia resultou em ações que favoreceram a implantação dos viveiros, visto que os produtores conseguiram se organizar em prol de um ideal coletivo.

---

[5] Esta empresa tem tradição no mercado automobilístico, fornece produtos para praticamente todas as montadoras instaladas no Brasil. Atualmente, a empresa atende outros mercados, como o colchoeiro, moveleiro, calçadista e construção civil, fornecendo mantas à base fibras naturais.

[6] O nome desta comunidade remete a mistura feita com farinha de mandioca e água, que servia de alimentação aos trabalhadores rurais da região. Nas habitações mais distantes de um centro urbano ainda é uma pratica real.

[7] O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988, tendo como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região, por meio de programas de financiamento aos setores produtivos privados (BANCO DA AMAZÔNIA, [S.d]).

[8] O programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA, é associado a Universidade Federal do Pará, que atua em projetos de desenvolvimento sustentável nos meios rural e urbano da Amazônia (POEMA [s.d], Disponível em: <http://www.poema.org.br>. Acesso em 20/11/2009).

A esse respeito Lévy (1994) reforça que o pensamento coletivo possibilita vislumbrar uma sinergia de comprometimentos entre os agentes sociais, por meio de articulação de informações e conhecimentos sobre a sua própria realidade. Dowbor (2008, p.63), por sua vez, reitera que "a sinergia só é possível se for construída [...]". Sem dúvida, a correlação de forças sociais só existe se houver interesse e empenho dos atores. Isso é algo positivo porque os sistemas de fomento tendem a dar muita importância á própria lógica do funcionamento das instituições. Sem essa organização os financiamentos tornam-se quase impossíveis. Além do mais, as agências de fomento exigem garantias por parte dos agentes tomadores de crédito, e quando os recursos são para a agricultura, exige-se o aporte institucional.

A iniciativa organizada das instituições locais possibilitou uma perspectiva de renda para muitos produtores do Curauá. Dos quais, 50 produtores do Lago Grande buscaram soluções institucionais que resultou na contratação do financiamento do FNO- especial, em 1995, com o objetivo de ampliar a produção por meio da implantação de outros viveiros de mudas. Nos anos seguintes novas contratações aconteceram, pois as possibilidades de renda com o cultivo do Curauá mostravam-se favoráveis. Essa crença no negócio e sua alavancagem convergem com as conclusões de Trigiglia (2005), segundo o qual as iniciativas socialmente organizadas tendem a maximizar a produtividade sistêmica. Realmente, os agentes precisam estar organizados e ter visão de como pode extrair ganhos do mercado. Neste ponto as instituições no oeste paraense parecem não ter atentado para isso, tanto que na época somente uma empresa automobilística demonstrou interesse pelo produto, mas não celebrou nenhum tipo de contrato para garantir a compra das fibras.

As conseqüências da ausência de um contrato formal foram sentidas no período pós-colheita, quando os produtores dispunham de uma grande quantidade de fibras secas, prontas para comercialização, mas a empresa interessada na produção desistiu da compra. Isso trouxe insolvência para muitas famílias que tomaram empréstimos bancários para financiar a produção. O cumprimento do pagamento do débito bancário estava associado à perspectiva de geração de lucros com a comercialização da fibra. Lamentavelmente, não aconteceu. Decorrentes disto, os produtores abandonaram a lavoura com um sentimento de forte decepção, posto que as dívidas contraídas junto ao banco se avolumavam, e não havia perspectiva para qualquer tipo de amortização do débito no médio prazo.

Essa situação frustrou os produtores. No entanto, merece ser lembrado que o acordo firmado entre os produtores de Curauá e a empresa automobilística foi apenas verbal, de maneira que seria muito difícil de ser cumprido pela demandante diante de uma mudança na feição de seu produto para o qual se destinava a fibra. Os produtores das comunidades de

Lago Grande e São Benedito, como registrado na pesquisa de campo, foram unânimes em afirmar que por cinco anos não havia para quem vender a produção, ou seja, não havia um mercado interessado na fibra do Curauá.

Importa refletir sobre esse cenário, tendo em conta que as iniciativas socialmente organizadas são, sobretudo, positivas. Todavia, são insuficientes na medida em que as instituições geralmente dominam apenas um ciclo do processo, e se articulam apenas parcialmente. Isso é percebido, por exemplo, quando uma instituição fornece apoio técnico, outra exerce o papel de formação profissional e outra se empenha na intermediação do microcrédito, outras ainda contribuem com o sistema de gestão, mesmo assim alguns sistemas permanecem desarticulados. Para que funcione efetivamente um processo de apoio ás iniciativas locais, as instituições precisam construir um sistema integrado que vai da concepção até o ponto de entrega do produto final. Ignorar esses fatos, indubitavelmente culminará em projetos falidos (DOWBOR, 2008).

Apesar das perdas acumuladas, em 2000, voltou-se novamente a discutir entre as famílias a retomada da produção de fibras do Curauá, bem como o seu demandante. Com muito esforço, as instituições locais de suporte a agricultura familiar contactaram algumas empresas que se mostraram interessadas na fibra. A atual empresa monopsonista na região, com sede na Região Sudeste, é a única empresa que assumiu comprar toda a produção do Curauá da região. Isso motivou as famílias a firmarem um novo acordo verbal com a empresa. No interior da Amazônia é comum firmar negócios do meio rural, levando-se em conta apenas a boa vontade da confiança entre as partes. Decorrem que os produtores motivados pela existência de uma demanda efetiva não atentaram, com maior racionalidade, para os riscos e incertezas do mercado já vivenciadas, quando não há garantias contratuais.

É importante destacar que, nesta fase de retomada da produção, os produtores tinham benefícios com a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICMS)[9] (17%) para comercializar a produção dentro do Estado. Entretanto, a fibra era exportada, o ICMS era embutido no custo do produtor. Durante a pesquisa de campo os produtores revelaram que em algumas exportações esse imposto chegou a ser rateado entre os produtores e a empresa monopsonista, porém essa prática não prosperou. Em decorrência disto a comercialização da fibra foi interrompida. A partir de 2003 quando a empresa monopsonista se instalou no

[9] "[...] Imposto sobre Circulação de Mercadoria cobrada na primeira operação de venda de uma mercadoria. Nas etapas subseqüentes da circulação dessa mercadoria, o tributo incide apenas sobre valor acrescentado em relação à operação anterior. De acordo com a Constituição de 1988, o ICM e o imposto sobre serviços (ISS) foram fundidos num único imposto, o ICMS" (SANDRONI, 2000, p. 289).

município de Santarém emergiu nova fase. Isto, novamente, significava a perspectiva de um mercado seguro para os produtores.

Destarte, novas esperanças e possibilidades germinaram; a produção comercial do Curauá foi reestruturada e os esforços foram reunidos pela EMATER, que incentivou a produção da fibra e forneceu o seu apoio técnico; pela Central de Comercialização do Lago Grande do Curuai (CENTRALAGO) e pela Associação Comunitária de Produtores Rurais e Extrativistas da Área do Planalto do Chibé (ASCPRC), ambas cederam suas infraestruturas para a instalação das máquinas de desfibramento de fibras pertencentes a empresa. Essa parceria possibilitou a empresa e as associações de produtores firmarem um novo compromisso verbal, ou seja, fornecer regularmente fibras para o processamento.

Novamente, a motivação entre as famílias dava a indicação de que a estrutura de produção implantadas no Lago Grande e no São Benedito levaria os produtores a obterem eficiência nos seus negócios. No entanto, essas Associações que eram autônomas na forma de gerir o processo produtivo não obtiveram êxito na superação dos desafios técnicos e de gestão *in lócus*. Por conta disto, não conseguiram atender a demanda da empresa. De acordo com a pesquisa de campo, algumas das vezes as Associações não tinham como transportar a produção da lavoura até o local de desfibramento. Além do mais, as Associações faziam rotatividade no uso das máquinas entre os membros associados, o que retardava ainda mais a produção, e comprometia a produtividade.

Essas insuficiências foram determinantes para que a empresa mudasse de estratégia na aquisição das fibras. A compra da produção de modo informal e sem regras pré-estabelecidas entre as partes favoreceu a empresa definir, unilateralmente, as suas regras que viessem atender os seus interesses. Ora, a finalidade das regras é garantir o mínimo de funcionamento do mercado e da interação entre os agentes, qualquer que seja o negócio. As regras formais ou informais dão uma segurança institucional mínima necessária para que o mercado funcione de forma eficiente (SAES, 2000).

Por conta da ausência de contratos formais que resguardasse os direitos de propriedade das partes envolvidas na comercialização, a empresa utilizou seu poder de mercado e deixou de comercializar com as Associações, e passou a fazê-lo individualmente com os produtores. Esse fato foi decisivo para que os mesmos perdessem poder de mercado. Para compensar, a empresa montou uma infraestrutura com máquinas, equipamento e pessoal nas duas comunidades, a fim de possibilitar o transporte da produção até a Central de beneficiamento, que era por ela gerida. Para tanto, a empresa contratou mão-de-obra, a fim de que as folhas do Curauá fossem colhidas e desfibradas. No transcurso do processo, a empresa enfrentou

problemas técnicos e deixou de cumprir os acordos com os produtores. Essa estratégia não trouxe resultados satisfatórios nem para a empresa, bem como para as famílias.

A literatura especializada tem tratado com muita ênfase de que a organização dos produtores possibilita a maximização dos lucros econômicos normais e a perpetuação do empreendimento. Neste sentido, Crozier & Friedberg (1977) afirmam que a organização é um processo de criação coletiva por meio do qual os membros aprendem juntos, ou seja, inventam e fixam juntos novas estratégias de jogar os jogos sociais da cooperação e do conflito, com isso adquirem capacidades de discernimento e de relacionamento dentro da organização.

As opiniões dos autores permitem evidenciar dois problemas no sistema produtivo do Curauá: há uma perceptível deficiência na organização, como também na gestão dos produtores, situados nas comunidades de Lago Grande do Curuai e de São Benedito. Estas duas comunidades não conseguiram criar métodos e nem se organizar para enfrentar os desafios e as imposições do mercado, por isso os resultados foram pouco animadores na fase do pioneirismo da produção comercial.

Na atual conjuntura as duas comunidades enfrentam desafios semelhantes: *a questão da dificuldade de acesso a máquina desfibradora* e a *questão da gestão*. O acesso a máquina, torna-se dificultoso devido o custo[10] relativamente elevado para o produtor adquiri-la. No entanto, algumas máquinas tipo "tapuia" [11] estão sendo adquiridas por meio de parcerias entre instituições locais, visando suprir a necessidade dos produtores, de modo que tenham condições de dar respostas ao mercado da fibra do Curauá.

A experiência da produção comercial na comunidade do Chibé, tem se revelado como uma experiência modelo. É óbvio, pois o modelo foi construído a partir da experiência do pioneirismo e da sinergia das instituições de suporte na região. A plantação comercial emergiu da cooperação das instituições, da organização da Associação local e da existência de mercado. As experiências do *modus operandi* das outras comunidades e a horizontalização entre as instituições possibilitaram a comunidade do Chibé um desenho de um modelo de plantio próximo menos ineficientes em relação aos seus vizinhos. É importante destacar que, o Chibé faz parte da Área de preservação da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA

[10] O modelo simples custa $2.600,00 (maquina e motor). Sem o gerador a máquina custa em torno de R$1.000,00.

[11] Máquina idealizada pela empresa monopsonista funciona com um gerador de energia de pequeno porte, a base de óleo diesel. A máquina é leve e econômica. Serve para desfibrar a folha do Curauá, para serrar mandioca e o motor pode ser útil em rabeta para atividade pesqueira.

TAPAJÓS)[12], logo, qualquer atividade econômica agrícola deve obrigatoriamente passar pelos critérios do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), órgão responsável pela FLONA, e que concede licença e autoriza o plantio de culturas destinado a exploração econômica. Neste sentido, a produção do Curauá teve permissão do ICMbio, em 2007. Sem essa autorização qualquer iniciativa de empreender na região seria inútil.

O *modus operandi* da fibra do Curauá na comunidade tem apoio organizado de diversos atores. Isso contribui para que a experiência do Chibé seja uma referência no agronegócio do Curauá. No entanto, ocorre nessa comunidade uma situação análoga ao negócio do Curauá do Lago Grande e do São Benedito, qual seja, a questão da comercialização é também balizada por um contrato verbal. Este é padrão que vigora na região. Importa destacar que, mesmo que a ASCPRC tenha conseguido uma certa organização, todavia, ela comercializa com uma empresa monopsonista, sujeita as suas regras. Evidentemente, não é fácil articular regras contratuais diante dessa estrutura de mercado. Durante a pesquisa de campo esse fato foi averiguado, e constatou-se que a questão contratual é apenas um objeto de discussão preliminar entre as partes.

Enfim, a instituição de contratos e a sua gestão são fatores importantes para o êxito de qualquer empreendimento. No *modus operandi do Curauá,* não seria diferente se fosse gestado com eficiência. A gestão eficiente de contratos e também da produção, possibilitaria as associações mitigarem esses problemas, além de criar estratégias coletivas que gerem impactos positivos em todo o sistema. Ora, como bem advoga Dowbor (2008), pequenas ações se multiplicam e geram rápidos impactos sistêmicos na sociedade.

Conclusões

Estudar um segmento de qualquer atividade econômica traz grande aprendizado e conhecimento de uma realidade, algumas vezes pouco explorada. De fato, ao estudar a forma de como as transações comerciais ocorrem em um elo da cadeia produtiva do Curauá, permitiram mostrar que a ausência de contratos condiciona o incremento dos custos de transação. Por conta disto, os agentes envolvidos no negócio do Curauá produzem comportamento oportunista de diversos modos, na tentativa de usufruir de vantagens pecuniárias. Isto pôde ser percebido sob o "pano de fundo" dos conceitos da Economia

12 "A Floresta Nacional do Tapajós é uma unidade de conservação criada pelo Decreto nº 73.684 de fevereiro de 1974, é administrada pelo IBAMA. Localizada no oeste do Estado do Pará, nos municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, o seu acesso é pela BR-163 partindo do município de Santarém e pelo Rio Tapajós" (ICMbio [s.d] Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/flona_tapajos/index.php?id_menu=0> Acesso em 02/01/2009.

Institucional, e nas entrelinhas da pesquisa de campo, quando a monopsonista resolve comprar as fibras diretamente do produtor, sem intermediação.

Infere-se que a *análise do ambiente institucional, na perspectiva econômica, é relevante, sobretudo em se tratando das organizações. A*s garantias legais são importantes porque podem dar suporte ao funcionamento das atividades econômicas, além de controlar as oscilações e atenuar riscos do mercado. Na visão da Economia dos Custos de Transação (ECT), as estratégias são deliberadas para salvaguardar os interesses dos agentes por meio da estrutura de governança. Essa tônica se torna bastante relevante para o oeste paraense, visto que a estrutura da cadeia produtiva do Curauá revela não haver forças para assegurar a sua própria transformação. A organização dos produtores locais por meio do cooperativismo legalmente organizada pode ser uma importante estratégia para a superação dos desafios do negócio do Curauá.

Enfim, ao diagnosticar alguns problemas do padrão de comercialização do Curauá, pautado na informalidade, o estudo possibilitou conhecer a localização da produção e os desafios para quem produz na Amazônia. Os problemas de transporte da produção, a deficiência na cooperação entre os produtores e a ausência da presença mais efetiva do governo no processo de desenvolvimento da cadeia de negócios são desafios que requer uma solução premente.

Referências

ABEGG, Claides,. **Como fazer levantamento de dados.** In.: BÊRNI, Duilio de Ávila. (Org.) **Técnicas de pesquisa em economia: Transformando Curiosidade em conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2002.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO DA AMAZÔNIA. **FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: Origem e características**. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.Br/bancoama zonia2/fno.asp. Acesso em 01/11/2009.

CASTELLS, **The Rise of the Network Society**. Blackwell, Orford, 1996.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et Le système**. Paris: Le Seuil, 1977.

DOWBOR, Ladislau,. **A Organização de iniciativas Locais.** In: LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Desafios da Economia Solidária.** Ed. 1ª, São Paulo: Instituo Paulo Freire, 2008.

IBGE., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (2007). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/12/2009.

LEÃO, Alcides Lopes et. al**. Concentrações de Bap e Tdz na propagação *In Vitro* de Curauá (*Anana Erectifolius* L. B. Smith).** Revista Biotecnologia: Ciência & Desenvolvimento. Ano: VIII; nº 35. 2005.

LÉVY, Pierre, **L'inteligence collective**. Ed. La Découverte, Paris, 1994.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Organizações e Instituições.** In. ZYLBERSZTAJN, Decio & NEVES, Marcos Fava. (Org.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo Pioneira, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Best Seller, São Paulo, 2000.

SENA, Joaquim Cristovam de Andrade; COLARES, Rosivaldo da Silva. (1996). **Informações básicas sobre a cultura do curauá**. Santarém: Emater – PA, 1996.

TRIGIGLIA, Carlo, **Sviluppo Locale**. Ed. La Terza, Roma, 2005.

VERÇOSA, Mário. **Trinta Capítulos de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Umberto Calderaro ltda, 1985.

ORGANIZAÇÃO PARTICIPATIVA DA REDE DE PRODUÇÃO E CONSUMO SOLIDÁRIO ENTRE CAMPONESES DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO E CONSUMIDORES DE TANGARÁ DA SERRA-MT

M.Sc. Sandro Benedito Sguarezi
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/Tangará da Serra-MT/NECOMT
Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP
E-mail: sandrosguarezi@terra.com.br

Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos
Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFPE/Departamento de Educação
E-mail: mattos@ded.ufrpe.br

Dr. Gilmar Laforga
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT/Nova Xavantina-MT/NECOMT
E-mail: gilmar.laforga@gmail.com

M.Sc. Juliano Luis Borges
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT
Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP
E-mail: jlb_br@yahoo.com.br

GT 9: Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado.

Introdução

O projeto Rede de Produção e Consumo Solidário-RPCS, foi *tecido* numa parceria entre o *Campus* Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT de Tangará da Serra-MT, através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho-NECOMT – Núcleo vinculado a Rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho-UNITRABALHO –, e camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, representados pela Associação Regional de Cooperação Agrícola-ARCA, no período de 2005 a 2008.

Com objetivo viabilizar o processo de produção e comercialização de produtos oriundos da reforma agrária, o projeto surgiu da demanda dos assentados que desejavam produzir dentro do sistema agroecológico, com organização da produção de forma associativista, para comercializar seus produtos diretamente com os consumidores, visando eliminar os atravessadores, que exploram camponeses e consumidores, e na maioria das vezes pagam preços inferiores aos custos de produção aos agricultores.

O projeto se propunha a consolidar essa rede, a partir da troca de saberes entre os sujeitos da pesquisa: camponeses, consumidores e pesquisadores. Com base em diagnósticos sobre os problemas de produção e comercialização, limitações e possibilidades foram

realizados momentos de diálogo, para construir ferramentas no coletivo desses sujeitos, com o objetivo de superar os gargalos que dificultam essa relação de comércio embasada no solidarismo.

O projeto: considerações iniciais

A relação da UNEMAT/NECOMT com os assentados surge ainda em 1996 no acampamento do MST no município de Nova Olímpia-MT. A relação com a comunidade se estreita quando é criado o assentamento, em abril de 1999. Foram realizadas várias visitas *in loco* para conhecer a comunidade e o coletivo de agricultores. Entre os projetos pioneiros desenvolvidos no Assentamento está o Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental, realizado entre 2003 e 2004. Aprofundando os indicativos do diagnóstico, existia o Programa de Ciências Agro-Ambientais-PCAA, que interdisciplinarmente pensava os cursos de biologia e agronomia organizados em Grupos de Aprendizagem-GA (projetos de pesquisa), inseridos em Grupos de Aprendizagem, Investigação e Extensão-GAIE (linhas de pesquisa). Em abril de 2005, conduziu-se o GAIE intitulado "Transição agroecológica: muito além da revolução verde" e o GA denominado "Fertilidade do Agroecossistema: muito além da fertilidade do solo". Nesse GA realizou-se, dentre outras atividades pensadas junto aos camponeses, uma pesquisa sobre: Intenção de consumo de produtos orgânicos no *Campus* Universitário da UNEMAT em Tangará da Serra-MT, com 435 representantes da Comunidade Universitária, de um universo de 1.244 acadêmicos, funcionários e professores. Segundo Echer et. al. (2005), observou-se que:

> [...] a maioria dos entrevistados é do sexo feminino (58%), tem de 16 a 30 anos (70%), possui poder aquisitivo entre dois a oito salários mínimos, tem interesse em consumir produtos orgânicos (92%), porém não estaria disposta (56%) a pagar mais para consumir esses produtos, enquanto 35% é favorável a pagar até 10% a mais que o valor cobrado pelos produtos convencionais.

Esses resultados foram apresentados e discutidos com os camponeses em um Seminário. Em junho de 2005, por solicitação das lideranças do MST, foi realizada uma reunião entre os representantes da ARCA, representantes discentes e docentes e os membros do NECOMT, que dialogaram e construíram uma proposta inicial de comercialização de produtos alimentícios *in-natura* produzidos sem a utilização de agrotóxicos e alguns produtos processados artesanalmente.

Nessa oportunidade também foram apresentadas as primeiras sugestões em relação a forma de entrega dos produtos, embalagem, periodicidade, entre outros. A idéia que ganhou força foi a apresentada pelos camponeses e consistia em entregar uma cesta desses produtos, à

escolha dos consumidores a partir de uma lista de produtos. Os primeiros consumidores deveriam ser prioritariamente professores e discentes.

Em julho de 2005 realizou-se outra reunião entre os membros do NECOMT e os representantes da ARCA, cujos objetivos eram: a) definir público alvo que iria participar da I Mostra de produtos da rede a ser realizada em 02 de agosto – momento em que seriam cadastrados os consumidores para a entrega do primeiro pedido –; b) definir quais produtos, seus respectivos preços, embalagem e a forma de apresentação destes na exposição; c) organizar os preparativos para a realização da amostra. Também foi acordado que os produtos deveriam ser apresentados na exposição da mesma forma que seriam entregues para os consumidores, e que o início das entregas deveria ocorrer na segunda semana de agosto.

A exposição foi realizada, nas dependências da UNEMAT, durante a Semana Pedagógica com organização dos membros do NECOMT/ARCA e total apoio da Coordenação do *Campus*. Nesse espaço de dialogo ficou acordado entre aos sujeitos da pesquisa que:

> a) as entregas aconteceriam quinzenalmente, na manhã de toda a segunda e última, sexta feira do mês; b) a escolha dos produtos seria realizada com base numa lista contendo as especificações técnicas de: quantidade, peso, peça, preço, estado de maturação – exemplo: banana: verde ( ) ou ( ) madura – etc; c) que para a rede ter viabilidade econômica e sustentabilidade, cada consumidor pediria no mínimo dez produtos diferentes; d) que o valor mínimo da compra seria de R$ 30,00 (trinta reais); e) que o pagamento deveria ser realizado no ato da entrega dos produtos; f) que o pedido para próxima cesta seria entregue junto ao pagamento.

Logo após a I Mostra dos produtos e do momento de diálogo, os agricultores ofereceram uma mesa farta de produtos para degustação, enquanto os consumidores preenchiam suas listas de pedido.

Em setembro de 2005, foi realizada uma reunião entre os representantes do NECOMT e dos agricultores fornecedores da cesta, para diagnosticar os principais gargalos e problemas da rede na visão dos produtores. Nesse encontro foi retirado como encaminhamento a realização de uma reunião de avaliação entre agricultores, consumidores e pesquisadores para um novo momento de dialogo no qual seriam ouvidas as ponderações dos consumidores, agricultores e pesquisadores, e a partir desse debate encaminhar novas regras para a relação de consumo. Ainda em setembro, após a terceira entrega da cesta foi realizada essa reunião de avaliação. Após a mística organizada pelos camponeses houve a contextualização dos objetivos do projeto.

Nesse momento, as falas dos sujeitos da pesquisa foram no sentido de reforçar os princípios do projeto: economia solidária, agroecologia, comércio justo, comércio solidário e autogestão. Igualmente de superar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da

experiência. As principais dificuldades apresentadas pelos fornecedores relacionavam-se ao: *recolhimento da ficha para o próximo pedido e recebimento das vendas*. Por outro lado, as principais angústias na visão dos consumidores eram: *o valor mínimo do pedido estava sendo considerado muito elevado; o acondicionamento/embalagem dos produtos não estava atendendo as expectativas dos consumidores*. Questões mais específicas foram apresentadas, como: *a banana passada do ponto (muito madura); o doce de mamão, continha muita calda e pouca massa; o abacaxi está verde; o doce de leite está muito açucarado; o doce de banana precisaria apurar mais no fogo; entregar parte das bananas mais no ponto de consumo e outras mais verdes; na primeira entrega faltaram alguns produtos; a mandioca com casca, veio sem casca; o pão veio amassado, mas bom de sabor; o valor de alguns produtos está muito elevado; quanto ao frango tem que ter mais cuidado, tirar as unhas, as penugens, lavar o frango com mais asseio*.

A sugestão apresentada pelos consumidores foi: *entrega da lista antecipada; a inclusão na cesta de ovos de codorna; de hortaliças e verduras; reaproveitamento das embalagens; que os produtos venham com uma etiqueta contendo o prazo de validade e ingredientes utilizados na fabricação dos produtos artesanalmente manipulados*. Falou-se também da *importância da marca para os produtos e sugeriu-se a utilização de um bloco de pedidos para cada consumidor, evitando, assim o extravio da lista de pedido avulsa, bem como facilitar o pagamento através de boleto bancário.*

Com base em depoimentos espontâneos, os representantes do NECOMT afirmaram que: *duas pessoas das que desistiram de fazer o pedido, justificaram como causa da desistência, o preço elevado*. Isso indicava a importância do levantamento dos custos de produção e um debate mais aprofundado sobre os princípios da rede. Também foi falado sobre *a importância do certificado da inspeção municipal nos produtos semi-industrializados, e que a rede deveria discutir com a Câmara Municipal uma legislação específica sobre a manipulação e comercialização de produtos da agricultura familiar*. A reunião foi encerrada mediante o consenso dos presentes, tanto camponeses, quanto consumidores, sobre necessidade de ampliar a divulgação, a oferta, a diversidade e a qualidade dos produtos, assim como o aumento do número de consumidores para garantir a viabilidade econômica e a sustentabilidade do projeto.

O grupo ligado à rede conseguiu avançar dentro dos princípios estabelecidos. As reuniões periódicas foram importantes para a identificar e corrigir os pontos fracos. Problemas como: planejamento da escala de produção, regularidade de entrega, compromisso dos produtores com a rede, dificuldades com transporte, padronização e qualidade dos

produtos, logística, entre outros, ainda existem, entretanto já avançaram bastante.

Dentre as sugestões recolhidas nas reuniões de avaliação, uma se mostrou fundamental. A formação de um grupo de trabalho (GT), que visava a sustentabilidade da rede, composto por três produtores, três consumidores e pesquisadores. Esse GT, além de propor metas, deveria identificar as prioridades da rede e propiciar aos consumidores vivenciar a realidade dos produtores, através de visita ao Assentamento; igualmente reforçaria os laços de solidariedade entre o grupo. As propostas do GT deveriam ser submetidas ao coletivo autogestionário da rede. Outra decisão importante, nessa reunião, indicava a necessidade de um rodízio de produtores na hora da entrega da cesta de produtos, pois eles também precisariam vivenciar os problemas e limitações no momento da comercialização.

Princípios-base

Os sujeitos da rede definiram coletivamente que o projeto funcionaria com base nos propósitos do desenvolvimento local sustentável e do associativismo solidário em rede. Utilizando da metodologia da pesquisa-ação e conceitos transformadores como *praxis*. Isso proporcionaria a melhoria da qualidade de vida dos que produzem e dos que consomem, na perspectiva da construção de uma sociedade mais democrática, mais justa, sustentável e solidária. Esse preâmbulo possibilitou a definição dos princípios-base do projeto: economia solidária, agroecologia, comércio justo, consumo solidário, redes e autogestão.

a) Princípio da economia solidária: pensar numa forma de produção baseada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam a inserção produtiva através do trabalho fundamentado na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

> O termo economia solidária, como sabemos abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania (SCHÜTZ; GAIGER, 2006, p. 56-57).

b) Princípio da agroecologia: o modelo de agricultura preconizada pela Revolução Verde não converge com o interesse dos agricultores organizados em empreendimentos de economia solidária. Daí a importância de se pensar a transição do processo de produção convencional para o agroecológico, pois

> [...] a agroecologia é uma metodologia, que quando aplicada mais amplamente, pode nos ajudar a examinar o desenvolvimento histórico de atividades agrícolas em uma região e a determinar a base para selecionar práticas mais sustentáveis adaptadas àquela região. Também pode averiguar as causas de problemas que resultaram de praticas insustentáveis. De forma mais ampla ainda, ajuda-nos a explorar a base teórica para desenvolver modelos que podem facilitar o desenho, teste e avaliações de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2001. p. 54).

A agricultura familiar camponesa e a agroecologia engendram conceitos e particularidades que se conectam com muita afinidade nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

c) Princípio do comércio justo: definido pela *News* – Rede Européia de Lojas de Comércio Justo –, como: "[...] uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado" (CORES DO GLOBO, 2010). Internacionalmente conhecida como *Fair Trade*, o comércio justo, busca além do preço justo, o equilíbrio entre os padrões social e ambiental. Isso significa um novo *ethos* para relação produtor/consumidor, o que proporciona novos meios e oportunidades de melhoria nas condições de produção e comercialização. O comércio justo está intimamente atrelado ao consumo consciente e solidário. Eles se retroalimentam num processo contínuo de construção de uma sociedade democrática, sustentável e solidária.

d) Princípio do consumo solidário: a opção pelo consumo possui reflexos desde a geração de trabalho e renda – manutenção da exploração capitalista ou inclusão sócio-produtiva – até a degradação do meio ambiente. Isso perpassa pela consciência das escolhas de consumo. Assim, o consumo solidário "[...] não visa apenas satisfazer necessidades naturais, biológicas, mas também necessidades culturais que são produzidas pelo próprio modo de viver das sociedades" (MANCE, 2001, p. 25). O consumo consciente e solidário visa reverter a lógica hegemônica e excludente do mercado e gerar a autonomia de empreendimentos econômicos solidários, autogestionários e sustentáveis, na perspectiva, econômica, social, ecológica e cultural. Portanto, o ato de consumir, não é apenas econômico, mas é também ético e político. Todos esses princípios vão se imbricando uns nos outros em forma de uma trama. Essa trama se *auto-eco-organiza*, e interliga os princípios em rede.

e) Princípio da rede: para Mance (2002), a noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de *autopoiese* em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que

circulam através de toda a rede. Assim, a consciência da cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais. Os objetivos principais de uma rede de produção e consumo solidária são a inclusão social, a minimização dos impactos ambientais e a melhoria da qualidade de vida dos que produzem e dos que consomem, antecipando uma nova sociedade mais justa, fraterna e participativa.

f) Princípio da autogestão: este princípio exige a participação – o sujeito toma parte na ação –. Assim a autogestão, como fundamento da economia solidária, é uma prática fundamental para a rede, que busca novas relações sociais e de trabalho e a democratização do processo de tomada de decisões baseado na cooperação. Para Singer (2002, p. 21),

> A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária.

Esses princípios interligados e conectados uns aos outros demonstram a orientação epistemológica pela *religação de saberes* e a multiplicidade cultural-política-ambiental-humana antecipa *outro mundo possível*.

Orientação metodológica do projeto

A Rede de Produção e Consumo Solidário – RPCS – foi organizada de forma participativa, através da pesquisa-ação realizada numa parceria UNEMAT/NECOMT e MST/ARCA e seus sujeitos. Segundo Haguette (1990), esse tipo de pesquisa promove a realização concomitante da investigação e da ação, envolve participação conjunta de pesquisadores e pesquisados e também porque uma proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos e tem por objetivo a transformação social. Todo o trabalho foi desenvolvido com a participação direta dos camponeses, consumidores e pesquisadores comprometidos com o projeto, que avaliaram coletivamente os problemas encontrados e com base num consenso provisório e trocando saberes aperfeiçoaram o processo de construção autogerido da rede.

> Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

Partindo do dialogo entre o movimento social e a universidade foram definidos os arranjos coletivos, o apoio institucional e os marcos teóricos, voltados para a escolha dos

princípios-base, fundamentais na construção de estratégias de organização, através de momentos de diálogo entre agricultores, consumidores e pesquisadores foi possível ousar, pois os camponeses queriam superar questões históricas de exploração, os consumidores desejavam produtos saudáveis e sustentáveis e os pesquisadores não buscavam

> [...] limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a 'dizer' e a 'fazer'. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT, 2005, p. 18).

A metodologia da pesquisa-ação foi ferramenta fundamental, pois permitiu o diálogo da contradição. Quando o debate era lançado aos sujeitos do processo se constituíam mediadores e construtores de alternativas observando princípios pactuados pelo grupo. As contradições não deixaram de existir, se tornam meios de realização, de educação e de troca de saberes. Percebeu-se o papel pedagógico da pesquisa-ação influindo positivamente na motivação do grupo e na auto-estima, principalmente dos agricultores. Ferramentas técnicas como questionário para os produtores, consumidores e ex-consumidores também foram utilizadas. A pesquisa documental, fundamentada no estudo de caso, observação, percepção e sensibilidade se mostraram imprescindíveis para o desenvolvimento do projeto. No entanto, há que se ressaltar que os momentos mais ricos da construção se deram durante os momentos de dialogo entre consumidores, e entre os próprios camponeses, que expunham suas demandas, dificuldades e potencialidades; trocavam saberes, experiências, receitas e sementes, e assim avançavam na construção do conhecimento e do empoderamento da rede.

A convivência nas idas ao campo, com participação em atividades cotidianas, foi uma experiência única e contribuiu para conhecer as limitações e as possibilidades da rede. Além disso, proporcionou o fortalecimento dos laços entre pesquisadores, consumidores e os camponeses e deixou como resultado uma universidade aberta para *aprender a aprender* e *aprender a conviver* com os movimentos sociais.

Considerações Finais: limites e possibilidades

A rede proporcionou grande aprendizado, a realidade de enfrentamento dos valores da sociedade de mercado, com base no solidarismo e na agroecologia, é uma tarefa árdua e de longo prazo. Após dois anos de funcionamento da rede chegou-se a esses dados: (31%) dos camponeses, quando questionados sobre a participação no empreendimento, *afirmaram vê-lo como uma alternativa de trabalho e renda*. Outros (31%) *afirmaram que foram atraídos pela*

proposta de trabalho coletivo, por acreditarem que a iniciativa em grupo tornaria mais fácil a busca de financiamentos através de uma cooperativa. Outros (38%) afirmaram que *já tinham os produtos em sua propriedade e viram na rede uma oportunidade para a venda de seu produto, porque teria um consumidor certo e resolveria o problema da entrega de seus produtos na cidade*. Aqui se explicita a contradição, as respostas pouco têm a ver com os princípios que foram definidos pelos sujeitos da rede. Vale ressaltar que seria oportuno levantar essa questão junto aos consumidores e os pesquisadores, mas não houve tempo hábil para esse passo.

Quando perguntados a respeito das limitações, os camponeses responderam que o aumento no trabalho e na renda ainda não era suficiente para suprir as necessidades básicas de nenhuma das famílias de agricultores envolvidas no projeto. Verificou-se que muitos dos entrevistados (38%) estavam envolvidos em outras atividades, o que fazia com que não tinham muito tempo para se dedicar ao empreendimento solidário. Cerca de 70% afirmaram que, apesar da importância da rede, ela estava desorganizada, com problemas de comunicação e falta interesse e comprometimento dos membros. Foi constatado que os agricultores tinham dificuldades para ampliar a escala de produção, tais como: falta de incentivo e investimentos externos, capacidade de produção não adequada à demanda, falta de mão-de-obra, escassez de matéria-prima e dificuldade para o controle de pragas. O transporte para a entrega dos produtos foi a principal dificuldade apontada por 54% dos camponeses; e 31%, citaram como maior dificuldade o valor descontado dos produtos para contribuir para a manutenção da rede. Ainda 46% apontaram a falta de união e de interesse coletivo e o individualismo dos agricultores desde o início do processo de incubação. 38% dos agricultores se mostraram desmotivados, muitos tinham consciência de que o processo de incubação era demorado, mas consideraram difícil para o integrante passar por este processo, porque *precisariam de alguma renda e não só de trabalho*. O grupo também teve receio de que os bolsistas voluntários/acadêmicos da UNEMAT, que prestavam assessoria, abandonassem a rede e que, devido a isso, a rede terminasse. Porém, os outros 62% consideraram-se satisfeitos com o andamento do processo. Eles avaliaram que o processo de produção e comercialização tinha melhorado bastante desde o início, e que se conseguissem solucionar os problemas (principalmente o do transporte e de crédito), a rede teria tudo para dar certo e melhorar ainda mais as condições de cada um dos integrantes.

No que se refere às possibilidades, 70% dos camponeses entrevistados afirmaram que o empreendimento gerou mais trabalho e renda à família; e 85% afirmam que a rede auxiliou na conquista de mercado, facilitando a comercialização de seus produtos. Antes, a única

alternativa para escoar a produção era a Feira do Produtor de Tangará da Serra-MT. Verificou-se ainda que a maioria dos integrantes (62%) passou a produzir mais com o empreendimento. Para 62% dos camponeses, a incubação trouxe conhecimento ao grupo, aproximando a prática com os conhecimentos teóricos da incubadora, melhorando a qualificação profissional das famílias camponesas participantes. Além disso, a maioria dos entrevistados, também 62%, afirmou que o trabalho em grupo ajudou a superar as dificuldades impostas aos trabalhadores do campo, principalmente apreenderam a planejar a produção. Os resultados mostraram a viabilidade de construir novas possibilidades, através de alternativas à exploração do trabalho, a produção e comercialização de alimentos aliadas a preservação de recursos naturais. A unanimidade que encontramos foi que a ação da UNEMAT junto aos camponeses foi – e continua sendo – bem recebida pelos movimentos sociais.

O receio dos agricultores, em relação ao afastamento dos bolsistas voluntários/acadêmicos e da UNEMAT, tinha motivos e acabou se concretizando. A demora na liberação dos recursos para a continuidade do projeto acabou inviabilizando prosseguimento do processo. O coletivo de agricultores, quando ciente de que os pesquisadores não dispunham de recursos e a universidade iria se retirar do projeto – ao menos temporariamente – optou por suspender as atividades da rede, pois a mesma ainda não tinha conquistado a autonomia necessária para sua sustentabilidade. Os consumidores, apesar de terem assimilado os conceitos, não tinham as condições de assumir a tarefa de incubação, estratégica para a rede, e papel da universidade. Na avaliação dos pesquisadores, o projeto foi fundamental para redefinir os objetivos da incubação. Sabendo o erro também faz parte do processo de aprendizagem, a maior lição foi a aproximação da Universidade com a sociedade indicando a importância estratégica dessa parceira, rumo a retomada do projeto. Parafraseando o poeta Antônio Machado, tem-se a certeza de que ao *andar se faz o caminho*.

Referências Bibliográficas

CORES DO GLOBO. **Comércio Justo**. <http://www.coresdoglobo.online.pt/cg_p_comjust.htm>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

ECHER, Fábio. R., *et al*. **Intenção de consumo de produtos orgânicos no *Campus* Universitário da Unemat em Tangará da Serra – MT**. Relatório do PCAA/UNEMAT pelos GA: "Transição agroecológica: muito além da revolução verde"; e GA: "Fertilidade do Agroecossistema: muito além da fertilidade do solo". Tangará da Serra-MT: PCAA/UNEMAT, 2005. mimeo.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

HAGUETTE, Teresa. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MANCE, Euclides. A. **A revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

____. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SCHÜTZ; Gabriela. D.; GAIGER, Luiz. I. O mister de reapreender os vínculos entre a economia e a vida social. In: ZART, Laudemir. L.; SANTOS, Josivaldo. C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Interação Universidade–Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

POLÍTICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Francisco Coelho Mendes, MSc[1] ; (Doutorado PPGCTIA–UFRRJ);
fcmgvm@gmail.com
Cezar Augusto Miranda Guedes, PhD[2]; (PPGCTIA–UFRRJ);
cezarguedes@ajato.com.br

GT09: Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

OBJETO DE REFLEXÃO

É com a idéia de produzir alimentos saudáveis e acessíveis, que os governos do Brasil e da Argentina criaram o PRONAF, em 1996 e o FoNAF, em 2004, respectivamente, visando suprir as necessidades de um dos maiores mercados consumidores do MERCOSUL. Este estudo apresenta resultados parciais de uma tese de doutoramento que busca contribuir com a atual gestão das políticas públicas de inovação e desenvolvimento da Agricultura Familiar, especificamente no Brasil e na Argentina devido a sua representatividade no âmbito do MERCOSUL. O Brasil e a Argentina possuem uma diversidade de fontes econômicas, entre elas, a agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores, que representam a maioria dos ruralistas do MERCOSUL.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As transformações em curso no desenvolvimento político, social, econômico e ambiental condicionadas pelos processos de internacionalização e integração regional, implicam em repensar o contexto produtivo onde as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural procuram se adaptar ao novo cenário, mas quase sempre de forma global e às vezes não atendendo às especificidades locais ou regionais. Algumas sociedades modernizam seus sistemas políticos e econômicos, enquanto suas práticas agropecuárias evoluem muito lentamente, bem aquém das necessidades da sociedade e do mercado. Cada vez mais a trajetória do MERCOSUL tem evidenciado a necessidade de reestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura e pecuária de qualidade no âmbito da agricultura familiar. Nos últimos anos tem havido um aprofundamento do debate e busca de alternativas para fortalecer e viabilizar a competitividade e qualidade dos produtos agropecuários. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é identificar e comparar as ações governamentais sobre políticas públicas de inovação tecnológica e desenvolvimento econômico para a agricultura familiar na região serrana do Rio de Janeiro (Brasil)

e no sul de Córdoba (Argentina). Os objetivos específicos são identificar, caracterizar e comparar os impactos das políticas públicas de inovação e desenvolvimento sobre a agricultura familiar no Brasil e na Argentina; verificar como o Brasil e a Argentina destinaram recursos públicos para a inovação e desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões pesquisadas; comparar e analisar a capacidade de articulação e contrapartidas das associações de agricultura familiar junto aos órgãos de fomento. A metodologia adotada é do tipo pesquisa qualitativa e descritiva, com base quantitativa. Na primeira fase desta pesquisa realizou-se consulta bibliográfica e pesquisa documental. Posteriormente, serão realizadas observação direta e aplicação de entrevista. A coleta de dados secundários se realizará no período de setembro de 2009 a abril de 2011. Já a coleta de dados primários se realizará no período de fevereiro de 2010 a abril de 2011, por meio de visitas às associações de agricultura familiar na região serrana do Rio de Janeiro (Brasil) e no sul de Córdoba (Argentina). Sendo que, as viagens para coleta de dados em unidades de agricultura familiar na Argentina serão nos meses de Julho e Agosto de 2010, bem como Julho e Agosto de 2011, conforme cronograma de pesquisa. O universo da pesquisa são os órgãos de fomento das políticas de inovação tecnológica e desenvolvimento econômico para a agricultura familiar, bem como as associações de agricultores familiares no Brasil e na Argentina. A amostra é composta por associações de agricultores familiares localizadas próximas de dois grandes centros urbanos/industriais importantes: Rio de Janeiro e Córdoba. Por fim, entende-se que as políticas públicas do MERCOSUL voltadas para a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico da agricultura familiar têm à sua disposição uma série de instrumentos e mecanismos de incentivo à P&D, mas prevalecem os problemas existentes no marco regulatório, na institucionalidade e na sua implantação que reduzem a eficácia de seu uso.

CONTRIBUIÇÕES

A evolução histórica da agricultura familiar, diante de uma análise sobre a política atual, centrada no PRONAF e FoNAF está alinhada com os princípios da acessibilidade às políticas públicas brasileiras e argentinas, respectivamente, direcionadas à assistência técnica para os produtores familiares. Como fato inovador de política pública voltada para o desenvolvimento rural e AF devemos destacar a criação do PRONAF, em 1996, no Brasil, como base para as dinâmicas das ocupações agrícolas no território brasileiro e do FoNAF, em 2004, na Argentina, com a contemplação de um novo espaço institucional, dedicado a implementar políticas de desenvolvimento rural que transcende o programa efetivo no SAGPyA, que se propõe colocar em prática experiências inovadoras das organizações do setor para a definição e implementação socialista e humanitária. As propostas de apoio à AF devem, inclusive, contemplar as atividades não-agrícolas, como por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, com

grande potencial de geração de renda e ocupação. A Secretaria de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar deverá concentrar esforços para criar instrumentos que auxiliem o setor agrário. Faz-se necessário salientar a importância que tem a agricultura família para a ocupação territorial, geração de emprego e produção de riqueza, soberania alimentar e proteção ambiental.

TEXTO

Agricultura Familiar no Brasil

Durante várias décadas a agricultura familiar (AF) e a sua base fundiária, a pequena propriedade, foram relegadas à segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado em detrimento da grande propriedade, considerados os setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. Mas sabe-se que, a agricultura familiar tem um papel preponderante na promoção do desenvolvimento econômico do Brasil e no aumento qualitativo das condições de vida da população possibilitando a redução das desigualdades sociais, desconcentrando a geração de renda, reduzindo o êxodo rural e gerando divisas.

Podemos observar que, no Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Entretanto, os resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares representam 15,6% do total dos estabelecimentos e ocupam 75,7% da área produtiva. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2009).

Segundo a utilização das terras dos estabelecimentos por agricultores familiar, dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45,0% eram destinados a pastagens, enquanto a área com florestas, matas ou sistemas agroflorestais ocupam 28,0% das áreas, e as lavouras ocupam 22,0%. A agricultura não familiar segue a mesma ordem, mas a participação de pastagens (49,0%) e matas ou florestas (28,0%) é um pouco maior, enquanto a área para lavouras é menor (17,0%). Podemos destacar aqui, a participação da área das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal que representa 10,0%, em média, nos estabelecimentos familiares, e os demais representam 13,0% de áreas utilizadas como matas ou florestas naturais. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de hectares) e pastagens (36,4 milhões de hectares), a agricultura familiar é responsável por garantir a maior parte da segurança alimentar do País, cumprindo importante papel como fornecedora de alimentos para o mercado interno (IBGE, 2009).

A participação da agricultura familiar é muito marcante em algumas culturas, no ramo agropecuário, como: 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, 58,0% do leite e 21,0% do trigo, bem como representa 59,0% da produção de suínos, 50,0% da produção de aves e 30,0% dos bovinos. A cultura com menor participação da agricultura familiar é a da soja (16,0%), que representa um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (IBGE, 2009).

Diante da representatividade da agricultura familiar no Brasil, observa-se que a colonização da economia e da sociedade brasileira, baseada na grande propriedade, nas grandes culturas de exportação e na escravatura subestimou a agricultura familiar brasileira. Apenas recentemente, a expressão "agricultura familiar" vem se fortalecendo e obtendo legitimidade social e científica no Brasil, sendo objeto de discussão nas academias, nos órgãos governamentais e em movimento sociais rurais. As camadas menos favorecidas da produção familiar nas áreas rurais vivem quase que exclusivamente das atividades agrícolas e produzem para sua subsistência e não são remuneradas. Normalmente, as famílias têm um grande número de filhos e são caracterizadas pelas que mais migram para as médias e grandes cidades brasileiras.

Enquanto nos países capitalistas avançados, a produção agrícola é estimulada pelo trabalho familiar, no Brasil o que predomina é a agricultura patronal, ou seja, de um lado a agricultura moderna, altamente capitalizada, com tecnologias de ponta e fortemente empresarial. Do outro lado, persiste a agricultura sob os moldes tradicionais voltada para a subsistência familiar. Atualmente, a agricultura familiar representa cerca de 85% dos estabelecimentos rurais do Brasil e a região nordestina possui maior índice com 50% desse tipo de propriedade existentes no Brasil e 80% no nordeste com uma renda mensal equivalente a apenas 25% da renda mensal dos produtores familiares de outras regiões. Isto porque somente 50% dos produtores familiares conseguem produzir para vender. O restante só produz o suficiente para a subsistência (FALCÃO e OLIVEIRA, 2004).

A agricultura familiar, se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais pode se transformar no grande potencializador de um desenvolvimento regional descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade. O conceito de agricultor familiar quando considerada as potencialidades locais (da natureza, do mercado de trabalho e da cultura) incorporando também aqueles que combinam a agricultura com outras atividades, não se restringe ao cultivo de subsistência e pode propiciar desenvolvimento sustentável. Portanto, é necessário levar em conta a pluriatividade como uma condição para que a população permaneça no campo ao mesmo tempo em que as pequenas unidades produtivas que não conseguem, pelos mais diversos motivos, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente

na atividade agrícola, seja viabilizada. Apoiar à agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento local é imprescindível e tem que considerar os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais na busca de soluções não excludentes.

As propostas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar as atividades não-agrícolas, como por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, com grande potencial de geração de renda e ocupação. Essas atividades nem sempre são remuneradas com dinheiro, mas com permuta de trabalho e outros arranjos informais. A pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de se garantir níveis de renda compatíveis, bem como a ocupação da força de trabalho familiar para garantir a reprodução das unidades familiares de produção (FALCÃO e OLIVEIRA, 2004).

Inovação e Desenvolvimento da AF no Brasil e na Argentina

A inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento econômico depende de tecnologia e condições políticos-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, etc. Esses fatores geralmente tem sido a principal limitante do desenvolvimento econômico agropecuário. Embora haja um esforço por parte do Governo Federal com programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1996, programas estaduais de assistência técnica e associativismo, há um imenso desafio a vencer.

A tecnologia disponível quando bem usada tem se mostrado adequada e viável. Isto acontece porque há um grande esforço da pesquisa voltado para o setor da agricultura familiar. A tecnologia é neutra e não discrimina classes de produtores quanto à área do estabelecimento. A maioria das tecnologias desenvolvidas visa aumentar a produtividade da terra e algumas, como máquinas e equipamentos adaptados aos pequenos produtores, têm como objetivo eliminar a ociosidade da terra ou aumentar a produtividade do trabalho. O desafio maior da agricultura familiar é adaptar e organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis.

Analisando as variáveis tecnológicas e político-institucionais existem dois fatores fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar: a) a massificação de informação organizada e adequada usando os modernos meios de comunicação de massa (TV, Rádio e Internet) e, b) a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra como, por exemplo, o turismo rural.

Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município do Brasil. No Norte há dificuldades de

comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul.

A pesquisa agropecuária precisa estar presente em todas as regiões do país, fornecendo novas variedades e cultivares mais produtivos e resistentes às doenças, disponibilizando novos processos de transformação do produto agrícola, contribuindo para qualificação da mão-de-obra para o uso das novas tecnologias e discutindo com os produtores quais as tecnologias, processos e serviços que a pesquisa agropecuária precisa desenvolver para a agricultura familiar. É desafiante para os pesquisadores atuarem com uma velocidade compatível com o processo de transformação que ocorre no Brasil e no mundo caracterizado por um mercado globalizado, aberto e competitivo.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), a criação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), aberto à participação dos países-membros do bloco, o FAF Mercosul será destinado ao financiamento de políticas integradas de desenvolvimento da agricultura familiar na região. Também terá importância no apoio ao funcionamento da própria REAF, permitindo a participação ativa da sociedade civil. Cada do Mercosul deverá contribuir, anualmente, com o FAF Mercosul com porcentagens proporcionais à média histórica do PIB do Mercosul. A contribuição brasileira será de 70%; a argentina de 27%; a uruguaia de 2%; e a paraguaia de 1%.

A agricultura familiar do Mercosul tem se modernizado com o intuito de se adequar ao desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos. Na Argentina, segundo o Fórum Nacional da Agricultura Familiar (FoNAF), existem mais de 900 organizações com mais de 180 mil famílias de produtores. Isso implica em mudanças no modelo de desenvolvimento agrário com implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, praticada por pequenos e médios produtores nas diversas atividades produtivas.

As políticas diferenciais estariam relacionadas com o acesso à terra e ao uso do solo, medidas impositivas, de infra-estrutura, de crédito, sanitárias, comerciais, provisórias, que incentivem o desenvolvimento produtivo desse setor que representa 70% das unidades agropecuárias da Argentina. O FoNAF afirma, segundo censo de 2002 da Argentina, que 71% dos produtores do setor agropecuário pertencem à agricultura familiar; eles ocupam 24 milhões de hectares equivalentes a 13,5% da superfície total de todas as explorações agropecuárias do território argentino. O valor bruto estimado da produção da agricultura familiar representa 20 % do valor gerado pelo total de explorações agropecuárias. Por outra parte, a produção por hectare é 53% maior na média dos Agricultores Familiares, o que evidencia que a agricultura familiar obtém a

maior produtividade da terra e participam em 19% da contratação de serviço de maquinaria agrícola; concentram 87,3% do trabalho de familiares do produtor e são responsáveis por 53% do emprego total (54% do trabalho permanente e 29% do trabalho transitório direto) no setor agropecuário em nível nacional.

Segundo Delgado (2005), com o avanço na concessão de crédito, cresceu a demanda por insumos modernos, abrindo o mercado para a consolidação do complexo agroindustrial. Antes os volumosos recursos advindos do crédito rural contribuíram para uma maior consolidação da relação rural-urbana e uma efetiva mudança na base técnica. Porém, na década de 1980, a situação não era a mesma, apresentando uma redução no crédito agrícola devido, principalmente, a fase crítica pela qual passava a economia brasileira.

A política de crédito rural subsidiado permitiu reunir os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária, permitindo ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política financeira expansionista (SILVA, 1996).

Conforme observa Delgado (1985), o processo de modernização da agricultura provoca intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais. É um fenômeno que não contribui para encurtar a distância existente entre o grande e o pequeno produtor no país, mas pelo contrário, contribui para aumentá-la. Na verdade, o processo de modernização é altamente concentrador, abrangendo basicamente a região Centro-Sul, mais propriamente o Sudeste e Sul. Nas demais regiões, esse fato ocorre lentamente e permanece o predomínio de um processo produtivo altamente heterogêneo com domínio das grandes propriedades. Para que esse processo ocorra dignamente é preciso responsabilidade e respeito ao mérito individual enquanto aspectos subordinados à própria personalidade (SOUZA, 2000).

Segundo Maluf (2000), a centralidade conferida nos debates atuais ao papel do Estado na economia, mais especificamente na promoção do desenvolvimento, de fato, mantém um tema que sempre foi muito importante e que se constituiu num dos principais problemas da economia do desenvolvimento. Assim, nas noções de eqüidade social e de desenvolvimento econômico como melhoria da qualidade de vida deve estar presente o respeito à diversidade, sem prejuízo de considerar que fenômenos sociais como a pobreza tem origem em fatores determinantes mais gerais derivados do padrão de desenvolvimento econômico.

Para Lima, Delgado e Moreira (2007), no Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambiência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Esse mundo desenvolvido passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas,

mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural).

A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e culturas popular e tradicional, bem como à dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem o processo de migração rural-urbana e estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), diversificando assim o desenvolvimento econômico.

Em nossa contemporalidade estaríamos falando de ruralidades no campo e na cidade, na história e nas diversas culturas, nas ciências, técnicas e profissões, nos processos educativos e socializadores, na cultura e política dos alimentos e nas contraculturas de uma infinidade de novos movimentos sociais (MOREIRA, 2002). Esse processo de desenvolvimento econômico reflete na modernização das políticas agrárias.

Diante desse contexto, o Brasil vem conquistando posições competitivas no mercado internacional em vários segmentos, sendo alguns de base fortemente tecnológica como, por exemplo, a produção de *commodities* do setor agrícola, a produção de alimentos e a fabricação de aeronaves. É evidente que a competitividade do agronegócio brasileiro tem sua fonte na EMBRAPA.

Sabemos que o investimento em P&D é primordial para se garantir um desenvolvimento sustentável. O investimento brasileiro em P&D é em torno de 1% do PIB, superior ao da Espanha (0,96%), mas inferior aos EUA (2,67%), Canadá (1,82%) ou China (1,29%). Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), o governo é responsável por 37% do investimento em P&D, enquanto o setor privado responde por 63%, o inverso do que ocorre no nosso País. No Brasil, 65% dos pesquisadores trabalham em tempo integral nas universidades, 27% nas empresas e 8% no Governo. Nos EUA, por exemplo, 81% dos cientistas estão nas empresas (ANPEI, 2004).

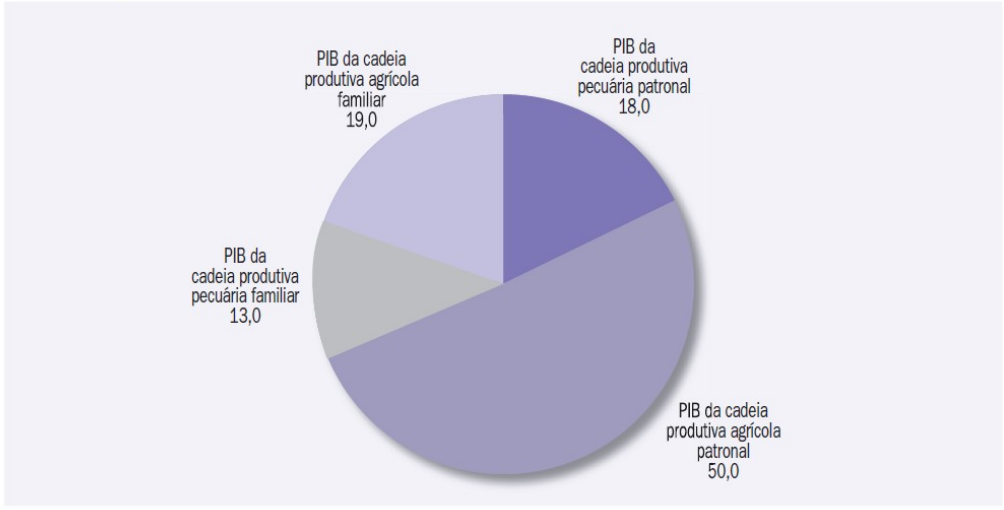
Se o investimento realizado pelas indústrias brasileiras é baixo, imagine você quão baixo é o investimento em agricultura familiar.

Como se vê, surge a necessidade da aplicação de um instrumento que possa auxiliar as políticas públicas federais de inovação e desenvolvimento da agricultura familiar visando favorecer a cooperação entre os serviços, reduzir desperdícios e melhor utilizar os recursos naturais. É notório que o papel das inovações na gestão da agricultura familiar assume um significado fundamental, na medida em que a superação de vários entraves e dificuldades características de uma administração burocrática depende de novas formas de gestão, para que se caminhe no sentido de um funcionamento efetivo da máquina gerencial, prestando serviços de qualidade e produzindo alimentos saudáveis para a sociedade.

O Gráfico a seguir, demonstra a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) das cadeias produtivas brasileiras, destacando a representatividade de 32% da agropecuária familiar (agricultura e pecuária).

Distribuição do PIB das cadeias produtivas segundo o tipo de produtor
Brasil 2005 (em %)

Gráfico 55



Fonte: Nead. PIB da agricultura familiar
Elaboração: DIEESE
Obs.: a) o cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)
b) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Desenvolvimento Rural e AF na Argentina

Durante as últimas décadas a Argentina vem evoluindo no processo de desenvolvimento rural com a implementação de políticas públicas que deveria partir da base da recuperação da capacidade reguladora do Estado dentre todos os aspectos que dizem respeito à reforma agrária. Essas políticas reguladoras devem garantir o desenvolvimento rural e a inclusão rural do familiar em um processo cheio de crescimento e desenvolvimento.

Segundo o FoNAF (2008), os argentinos não querem políticas assistencialistas para o setor. Querem sim, desenvolver e aplicar os diferenciais das políticas públicas para a Agricultura

Familiar, o Estado deveria reconhecer aos produtores familiares como companheiros indispensáveis do desenvolvimento eqüitativo, produtivo e econômico que forma um Estado democrático, igualitário, multiétnico e pluricultural que garante a soberania alimentar em troca do acesso à terra, à água e aos recursos naturais, com sustentabilidade ecológica, econômica e social. Tanto a nível nacional como regional, o caráter multifuncional da AF deveria ser valorizado, principalmente no que se refere a produção de alimentos de alta qualidade e segurança alimentar para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e para o desenvolvimento de atividades econômicas, agrícola ou não agrícola. Isso fortalece o desenvolvimento territorial e local para a geração, manutenção e postos de trabalho na ocupação territorial. Existe também a possibilidade de evitar a expulsão de fazendeiros e população rural para as áreas urbanas.

Nesse sentido, as políticas nacionais de Desenvolvimento Rural, bem como as políticas de Estado, devem guiar Agricultura Familiar como linha estratégica de desenvolvimento sustentável, no mesmo sentido, fortalecer os processos de desenvolvimento territorial e promover uma forma de vida geradora de trabalho merecedor. Encorajar a agricultura de base familiar com medidas claras que promova o retorno de mais de 100 mil produtores que migraram para a zona urbana na década dos anos 1990. A prática e experiência do FoNAF significou um crescimento das organizações em condições de capacidade de articulação e dinâmica de trabalho, como também uma proposta de atitudes positivas que chegou ao consenso com autoridades e funcionários da Secretaria de Agropecuária, Pesca e Alimentos (SAGPyA). Primeiro, houve a necessidade de se discutir as políticas públicas de Desenvolvimento Rural com ampla participação dos produtores. Segundo, trabalhou-se para a elaboração de limites gerais das políticas publicas. Depois, procurou-se elaborar um plano estratégico para a Agricultura Familiar, iniciado em 2008 com a administração da inscrição nacional de Agricultura Familiar (RENAF). Foi um feito inovador em termos de administração pública. Esse processo precisa do apoio de todos, governos nacional e das províncias, produtores, sejam grandes ou pequenos, experientes ou incipientes (FoNAF, 2008).

Considerando os esforços e experiências desenvolvidas pelos países do MERCOSUL, em favor da Agricultura Familiar, é necessário ressaltar que os aspectos comuns ou complementares podem facilitar o suplemento da Agricultura Familiar e devem contar com o apoio das organizações integrantes da Coordenadoria de Produtores Familiares do MERCOSUL (COPROFAM) e do Grupo de Compradores do MERCOSUL (GMC). As experiências compartilhadas por esses países devem contribuir, também, com o desenvolvimento de políticas internas e externas dos países do MERCOSUL.

Segundo o Jornal Página12 (Out, 2008), A criação da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar pelo governo Argentino é parte de um processo de muitos anos que na atual

conjuntura achou o apoio político para lançar este objetivo, visando contribuir para ajudar aos produtores que vivem de seu trabalho e precisam do apoio do Estado para progredir. Acrescenta também que uma maior organização da agricultura familiar poderá contribuir para o progresso dos pequenos e médios produtores rurais. O FoNAF é composto por mais de 900 organizações que associam umas 180 mil famílias de produtores na Argentina, que se encontram um vez por ano para consensuar e propor alternativa de desenvolvimento rural para o país inteiro. Desses produtores, aproximadamente três mil trabalhadores rurais participam do foro que discute os passos para continuar o progresso do setor no futuro.

O Jornal Página12 (Out, 2008) também realçou o trabalho de vários municípios que consideram relevante o seu papel para resolver as inconveniências locais, como o crescimento do ambiente dos pequenos e médios produtores, devido ao momento de crise financeira internacional. Destinação de parte do orçamento nacional de 2009, 500 milhões de pesos, para o desenvolvimento rural. Destaca também, que a criação da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar nasceu em frente à demanda das organizações de pequenos produtores arraigados no FoNAF, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento agrícola no país inteiro.

Segundo o Jornal Página12 (Jan, 2009**),** o Governo argentino oficializou 50% das exportações de frutas frescas e legumes, bem como parte da exportação de produtos orgânicos para AF, por meio do plano de apoio a Pequenos e Médios Produtores. Esse plano indica o desenvolvimento autônomo e sustentável dos produtos da agricultura familiar. No Boletim Oficial pelas resoluções nr. 38/2008 e nr. 40/2008, os Ministérios de Produção e de Economia formalizaram a redução que vai de 5% para 2,5% das retenções das frutas frescas e legumes (frutas de semente e caroço, cítrico, uvas de mesa, morangos, alho, cebola, batata e legumes em geral, entre outros). As atividades relacionadas ao cultivo desses produtos são promotoras de emprego local e mobilizadoras das economias regionais para o multiplicador de efeito nas comunidades agrícolas em função do valor acrescentado com posterioridade à produção primária. As estatísticas mostram que a medida alcança a 120.000 produtores é fortemente presente nos Municípios do Noroeste (NOA) e Nordeste (NEA) argentino e em municípios como San Juan, Mendoza, Entre Ríos, Correntes, Rio Preto e Santa Cruz, entre outros.

O plano de apoio a Pequenos e Médios Produtores procurou facilitar o acesso básico à água pelos humanos e animais; implementação e proteção de cultivos de verão; instalação predial básica e infra-estrutura das comunidades carentes; como também assistência técnica aos produtores rurais.

Assistência à Agricultura Familiar na Argentina

Segundo o FoNAF (2008), para apoiar a AF é necessário acompanhar o desenvolvimento do Plano Estratégico do Governo argentino, bem como melhorar as operações dos serviços de apoio que já

existem em diferentes áreas dos programas do SAGPyA. Dentre os serviços prestados podemos destacar: **assistência técnica, pesquisa tecnológica, programa de capacitação permanente e continuada, comunicação e informação, políticas educativas** para a AF.

Quanto à **assistência técnica**, na atualidade o SAGPyA conta com aproximadamente 800 técnicos que participam dos diferentes programas que ajudam ao setor da Agricultura Familiar. Também é existe o sistema de extensão do Instituto de Tecnologia Agropecuário (INTA). Esse sistema é a base para por em operação as novas políticas de desenvolvimento rural, por meio de treinamentos para conhecimento do plano estratégico do Governo, homogeneizando a visão política no setor, facilitando as tarefas de articulação para melhorar a eficiência da AF. O plano estratégico é acompanhado por uma equipe de técnicos idôneos, comprometidos com o setor, objetivando melhorar a infra-estrutura e capacidade operativa.

Quanto à **pesquisa tecnológica**, pretende-se articular com o INTA, particularmente com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para a Agricultura Familiar (IPAF), área de agronomia, universidades, entre outros, consensuado com as linhas de investigação de acordo com as necessidades das organizações em cada região do país. Também serão incluídos aconselhadores no conselho do INTA e representantes de fazendeiros familiares. A pesquisa deve ser apropriada e aplicável por promotores sociais, promovendo a investigação de tecnologias de produção alternativa e agroecológica.

Quanto ao **programa de capacitação permanente e continuada**, busca-se oferecer programas de treinamento permanentes e contínuos de acordo com as necessidades de cada região, completando o conhecimento técnico com o tradicional ou popular dentro do universo, tanto relativo às produções específicas (seja tradicional ou inovadores, visando impulsionar a diversificação produtiva), como também fortalecer as organizações de administração da agricultura ecológica, sustentabilidade e reforma agrária.

Quanto à **comunicação e a informação**, faz-se necessário projetar canais de mídia, como: a) canais e mídias internas entre as organizações, visando fortalecer as capacidades de comunicação nas diversas organizações, para melhor difusão das atividades, por exemplo, criação médios proprietários autônomos, por meio de boletim eletrônico e gráfico de circulação mensal com difusão da informação entre as organizações; reuniões periódicas informativas por províncias; financiamento para instalação de rádios em lugares onde a comunicação por computador (Internet) é inacessível; criação de uma rede de Freqüência Modular (FM) no país inteiro e também implementar um modo de facilitar que o AF tem um receptor de rádio e energia necessária de forma que o mesmo funcione; b) canais de difusão da informação nas organizações, por meio da criação de boletins eletrônicos e gráficos para difundir a informação que vem de diferentes organizações; c)

comunicação e difusão de características de informação do SAGPyA, por meio de desenho e distribuição de gráfico e material audiovisual com a informação necessária, instancias específicas de informação e explicação dos serviços disponíveis para cada província.

Quanto à **política educativa para a AF**, devemos pensar como personagens principais e executores coletivos da educação formal ou não formal, primeiro devemos desconstruir para depois fazer uma construção critica de uma verdadeira integridade como participativos do desenvolvimento das políticas educacionais em prol da agricultura familiar. Recuperando o conhecimento popular ao participar de uma escola aberta que da direito à inclusão da família, incorporando na formação do conhecimento, aprendizagens significantes, bem como recuperar o conhecimento entre diferentes culturas. Para elevar uma verdadeira transformação à frente da Educação deveria baseia-se em ações de pluralidade dirigida integralmente ao desenvolvimento de comunidade. No caso da Agricultura Família, deve-se aprofundar na filosofia atual da Educação, com linguagens economicista, promovendo a homogeneização, urbanizando a escola rural, ruptura social e valorização da educação pública.

Para transformar e elaborar estratégias de educação o Estado deveria tomar uma decisão política e chamar às organizações da Agricultura Familiar para a construção de um espaço permanente de discussão e de participação nas políticas educacionais que garantem o respeito e a diversidade cultural, por meio de: integração escolar (com qualidade educacional e acompanhamento dos ciclos produtivo, regional e cultural); educação superior (com orientações para o AF nas carreiras universitárias existentes, orientações geradoras de carreiras em todas as áreas profissionais: saúde, desenvolvimento social, agronomia, economia, direito etc); bolsas de estudos (com criação de um fundo especifico para o setor da AF); formação docente (incentivar a criação de institutos de formação docente orientado à educação rural para o AF com participação ativa das organizações); infra-estruturas de instalações, materiais e equipamentos; escola formadora (com recuperação de valores e direitos populares e identidade solidária, valorizando a capacidades de cada cultura geradora de uma cidadania com consciência de asociativismo, cooperativismo e proteção do ambiente). Tal proposta deve prezar pela recuperação da memória histórica das comunidades e organizações, incorporando aos conteúdos curriculares conhecimento sobre a constituição nacional, tratados internacionais, leis provincianas e leis nacionais. Bem como prever uma política educacional que expresse as realidades da educação rural para a agricultura familiar. Propiciando a educação para todos, inclusive crianças, jovem e adultos, repudiando qualquer forma de discriminação e exclusão ideológica, religiosa, política, social, econômica e cultural (FoNAF, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da apreciação realizada sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar no Brasil e Argentina, observamos que o desenvolvimento rural sustentável e as políticas de desenvolvimento local ou regional, bem como a evolução histórica da agricultura familiar, diante de uma análise sobre a política atual, centrada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Fórum Nacional de Agricultura Familiar (FoNAF) estão alinhados com os princípios da acessibilidade às políticas públicas brasileiras e argentinas, respectivamente, direcionadas à assistência técnica dos produtores familiares.

As propostas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar as atividades não-agrícolas, como por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, com grande potencial de geração de renda e ocupação. Essas atividades nem sempre são remuneradas com dinheiro, mas com permuta de trabalho e outros arranjos informais.

Como fato inovador de política pública voltada para o desenvolvimento rural e AF devemos destacar a criação do PRONAF, em 1996, no Brasil, como base para as dinâmicas das ocupações agrícolas no território brasileiro e do FoNAF, em 2004, na Argentina, com a contemplação de um novo espaço institucional, dedicado a implementar políticas de desenvolvimento rural que transcende o programa efetivo no SAGPyA, que se propõe colocar em prática experiências inovadoras das organizações do setor para a definição e implementação socialista e humanitária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário da Argentina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar deverá concentrar esforços para criar instrumentos que auxiliem o setor agrário. Também deverá articular com os governos provincianos e locais, em cada território, no Conselho Federal Agrícola, com as Comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e Senadores, bem como deverá negociar nos ambientes correspondentes, a aplicação de política educacional e segurança do trabalho que garantam ações de inovação e desenvolvimento. Faz-se necessário salientar a importância fundamental que tem a agricultura família para a ocupação territorial, geração de emprego e produção de riqueza, soberania alimentar e proteção ambiental.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DAS EMPRESAS INOVADORAS (ANPEI). **Como alavancar as inovações tecnológicas nas empresas**. São Paulo: ANPEI, 2004.

ARGENTINA. FORO NACIONAL DE LA AGRICULTURA FAMILIAR. **Documento base del FoNAF para implementar las políticas públicas del sector de la agricultura familiar. FoNAF, 2008.** Disponível em: http://www.fonaf.com.ar/documentos/Documento_base_FoNAF.pdf. Acesso em: 01 Mar 2010.

ARGENTINA. Jornal Página12. **La agricultura familiar como objetivo**. Economia. Viernes, 2 de enero de 2009. Disponível em: http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/subnotas/117592-37416-2009-01-02.html. Acesso em: 15 Set 2009.

ARGENTINA. Jornal Página12. **Cheppi presentó la subsecretaria de desarrollo rural y agricultura familiar**. Economia. Jueves, 9 de octubre de 2008. Disponível em: http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-113061-2008-10-09.html. Acesso em: 15 Set 2009.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro no Brasil**, São Paulo: Ícone, 1985.

_____. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros e OLIVEIRA, Ana Paula da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável: um guia prático para as comunidades do semi-árido Nordestino**. PROASNE. COOPERAÇÃO BRASIL-CANADÁ, 2004. Disponível em: http://proasne.net/desenvolvimentosustentavel.html. Acesso em: 20 Dez 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (INCRA/FAO). **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

MALUF, Renato. **Atribuindo sentidos ao desenvolvimento econômico**. Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 15. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2000. (p. 53-86).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (EMBRAPA). **Plano agrícola e pecuário 2008-2009**. EMBRAPA, 2007. Disponível em: www.embrapa.br/publicacoes/institucionais. Acesso em: 08 Mar 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar***,* 2002. Relatório Institucional. Brasília: MDA/SAF/PRONAF, 2002.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2006**. **Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p.1-267.

MOREIRA, Roberto J. **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2002 e VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre: Alasru, 2002.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** São Paulo: UNICAMP, 1996.

SOUZA, Jessé A. **Modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB. 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE MERCADO DE APOIO E VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS DA AMAZÔNIA

Jane Simoni
(jane.simoni@gmail.com)
Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília

Dóris Sayago
(doris.sayago@gmail.com)
Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

Este trabalho objetiva traçar panoramas políticos e de mercado de apoio e valorização de produtos locais, da agricultura familiar ou de comunidades e povos tradicionais. Tem-se como base de referência para análise casos de produtos locais da Amazônia brasileira, e mais especificamente, o tratamento político e de mercado que produtos do estado do Acre vêm recebendo. Esta pesquisa contou com levantamento de dados secundários em relatórios governamentais, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e relatórios técnicos, bem como entrevistas semi-estruturadas e abertas a gestores governamentais, técnicos em Brasília e no estado do Acre e produtores locais do Acre. Este estudo fez um levantamento de ações e políticas públicas relacionadas a valorização de produtos locais que estão ou não relacionadas a inserção desses produtos em mercados distintos (nichos específicos, circuitos curtos, médios e longos). Ressalta-se que a valorização de produtos locais via políticas públicas inclui aspectos de conservação e uso sustentável de recursos naturais, manutenção de modos tradicionais de produção e dinâmicas territoriais. Algumas iniciativas efetivas de valorização em torno produtos são identificadas: apoio a instrumentos tradicionais de promoção de produtos locais, como feiras; apoio a consolidação de infra-estruturas de produção e beneficiamento; crédito facilitado por políticas como Compra Antecipada e Direta, Crédito Rural Pronaf e Garantia de Preço Mínimo; e campanhas promocionais governamentais (federal e estadual) que auxiliam na disseminação dos produtos e na educação ao consumidor. Considerando os aspectos de mercado, formas de aquisição de selos, como de Indicação Geográfica, Orgânica, Comércio Justo, e Certificação Sócio-Participativa foram levantadas e analisadas. Destaca-se os limites da certificação como via de valorização da produção local na Amazônia, pois, por vezes processos de certificação exógenos às iniciativas locais colocam em risco a continuidade de sistemas sociais agrobiodiversos. Aponta-se a importância do espaço criativo do conhecimento local e a construção das relações sociais e ambientais para o reconhecimento das multiplicidades, em face da aplicação de instrumentos normativos que tendem a homogeneizar as singularidades. O estudo também verifica como os níveis de organização local dos produtores influenciam nas ações e processos de valorização, sejam esses políticos ou de mercado.

Palavras-chave: Produtos locais, políticas públicas, mercado, Amazônia, valorização

PROCESSOS DE INOVAÇÃO NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO NORTE: um estudo de caso.

Cimone Rozendo de Souza[1]

Wagner de Souza Leite Molina[2]

GT 09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

Este trabalho constitui a síntese de uma das partes de um projeto de pesquisa interinstitucional realizada em colaboração com sete universidades brasileiras, denominado IPODE, no eixo temático Construção de Mercados. Este projeto teve como objetivo a identificação de formas inovadoras de organização sócio-produtivas que tenham contribuído para o "empoderamento" de atores sociais locais. A idéia é que tais estratégias são como "brotos e sementes" de um novo paradigma de desenvolvimento rural (PLOEG, 2000), alternativo ao da modernização agrícola dominante até então. Desta perspectiva, pode-se entender este movimento de transição a partir de processos de Inovação, Poder e Desenvolvimento (IPODE). Partindo destas orientações, a reflexão subseqüente trata da experiência do município de Touros/RN - desenvolvida no âmbito do Programa de Aquisição de Alimento. A análise se centra no processo de construção de mercado e nas formas de inovação desenvolvidas com o programa. A perspectiva analítica adotada tem foco nos atores, neste quadro o texto busca evidenciar a complexidade da relação estrutura – ator, pautando-se na análise mais geral do processo de implementação do PAA, no município e, posteriormente, em uma experiência com a cooperativa de polpas de frutas – das Mulheres Lutadoras de Lilas. O propósito é verificar: quais as relações mercantis são construídas em cooperação com o PAA e em que medida estas favorecem os processos de inovação e contribuem na construção da autonomia destes atores locais. Nesse sentido, a categoria – inovação- constitui o elemento norteador do trabalho.

[1] Socióloga, Prof (a) adjunta do Dep. Ciências Sociais da UFRN. Email: cimone.rozendo@gmail.com
[2] Economista, Prof. Adjunto do Dep. Políticas Públicas da UFRN. Email: wagmolina@yahoo.com

A inovação nos processos de trabalho como estratégia na construção da autonomia da agricultura familiar.

Com base nos estudos de Dargan e Shucksmith (2006) Carvalho et al (2009) evidenciam que a literatura que trata do tema da inovação apresenta de um modo geral algumas caracteristicas comuns: a) O termo aparece associado ao desenvolvimento de um produto, em geral, no campo tecnológico; b) A inovação é concebida como um elemento exógeno a localidade em que ela se difunde; c) A inovação é um fenômeno essencialmente urbano, uma vez que o campo técnico-cientifífico é o seu meio de desenvolvimento por excelência. Por esta razão, as análises sobre inovação, se concentram no papel que as instituições assumem nesse processo, legando aos atores locais e ao mundo rural um papel bastante reduzido. Essa orientação, legada da tradição schumpeteriana, se distancia em muito da definição proposta por Dargan e Shucksmith (2006) citado por Carvalho et al (2009). Para eles, a inovação é concebida a partir de uma perspectiva mais abrangente e não é, de forma alguma, um atributo exclusivo dos espaços urbanos ou dos sistemas econômicos e tecnológicos e, tampouco das instituições. Estes afirmam que "A inovação não se refere simplesmente a produtos ou tecnologias, mas também a processos e modos de inovação, de desenvolvimento econômico, organização social, educação e criação de habilidades." (CARVALHO, 2009, p.2).

Nesse contexto, a inovação pode ser percebida pelo desenvolvimento de estratégias econômicas, mas também de novos aspectos culturais da população, de um novo tratamento concedido ao meio ambiente ou ainda de novas formas de integração social (CARVALHO, 2009, p.4). Para isso, concorre também a cultura do território ou a identidade local, pois conforma um ambiente favorável ao desenvolvimento de inovações, principalmente por intermédio das relações sociais entre diferentes atores. Assim, para Dargan e Shucksmith (2006) citado por Carvalho et al (2009, p. 2) "as inovações são reconhecidas como processos sociais e que poderá haver contribuição e validação de outras fontes de conhecimento que também as desenvolvem junto à economia rural". Desta perspectiva, a inovação resulta dos processos de interação social. Analisando alguns projetos de inovação na Europa, os autores evidenciam que estas fazem surgir novos mercados, novos padrões de qualidade para produtos e desenvolvem novas cadeias de suprimentos e produção. Um aspecto curioso evidenciado nesta análise é que em geral, as inovações não dependem de altos níveis tecnológicos e tampouco de grandes investimentos científicos e financeiros. Para além de uma noção tradicional de inovação centrada em produtos, neste contexto, as inovações aparecem

associadas “a criação de novas redes e relações sociais; a junção de identidades locais em uma determinada área rural, a disseminação de conhecimentos, entre outros aspectos” (Dargan e Shucksmith, 2006 citado por Carvalho et al 2009, p.5). como se verá mais adiante no relato da experiencia do PAA.

O protagonismo dos atores locais nos processos de inovação ocupa uma parte importante das discussões que envolvem o referido tema. A este respeito Dargan e Shucksmith (2006) citado por Carvalho et al (2009) destacam que, em geral, as análises sublinham o papel que os novos produtos e serviços teriam nos processos de organização social dos atores e que raramente, a inovação ocorre no sentido contrário. Pautando-se nas reflexões de Amin e Cohendet (2004) Carvalho et al (2009, p. 5) asseveram que o problema reside no fato de que os atores locais são, quase sempre concebidos apenas como suporte para implantação, execução e desenvolvimento de projetos inovadores, mas raramente como sujeitos ativos desse processo. Esta observação não é apenas um detalhe. Nos estudos realizados por Dargan e Shucksmith (2006) citado por Carvalho et al (2009, p. 6) as associações e entidades criadas pelos atores sociais locais são apontados como os responsáveis pela manutenção das atividades inovadoras, “na medida em que possibilitam a estabilização das relações locais e o desenvolvimento de novas redes”, concebidas como uma das maiores fontes de inovação pelo potencial que apresentam nos processos de desenvolvimento rural.

Neste quadro também é questionado o papel do Estado e dos mediadores, bem como a influência de suas diferentes noções de tempo nos processos de inovação. O Estado ocupa, nesta perspectiva, um papel importante, que envolve desde a difusão da idéia de inovação - integrando-a de forma mais sistemática às agendas atuais - até a criação de condições materiais para que estas inovações ocorram. Contudo, o seu papel assim como o dos demais mediadores envolvidos nestes projetos é visto de forma ambígua, na medida em que podem, ao mesmo tempo, possibilitar a criação de inovações e bem como limitá-las, principalmente nos casos em que seus projetos não apresentem vinculação com a cultura local.

Contudo, ainda que se considere a ambiguidade desses papéis Carvalho et al (2009, p. 8) a partir das reflexões de Amin e Cohendet (2004) sublinham a importância da interação entre o conhecimento especializado das organizações (técnico) e o saber gerado pela prática. Tais autores afirmam que desta interação, resulta uma verdadeira “epistemologia da prática”, conformando a base fundamental dos processos de inovação. Assim, o conhecimento dos diferentes atores nos processos de inovação e suas formas de interação são concebidos como uma “arquitetura cognitiva”, capaz de ampliar as capacidades inovadoras. Nesse sentido,

Ploeg et al. (2004) chamam a atenção para o fato de que o conhecimento é um processo de construção em rede e que, embora existam especificidades nas formas de produção deste, tanto no campo científico quanto no campo do conhecimento leigo, é importante romper com estas distinções que foram fecundadas historicamente pelo regime sócio-técnico reinante da modernização. Também é ressaltada a necessidade de um trabalho de tradução destes conhecimentos para que se possa vislumbrar a transição para o paradigma do desenvolvimento rural. Em termos mais amplos, mas em sentido análogo, Santos (2005) salienta a importância do trabalho de tradução, como capaz de revelar uma nova gramática que conduza a processos de autonomia e emancipação de grupos sociais tornados marginais.

Assim como em Santos (2005), em Ploeg (2008) o processo de autonomia está ligado primordialmente, ao reconhecimento desses sujeitos como agentes ativos dos processos de inovação, mas também ao desenvolvimento de outra ciência capaz de empreender e construir uma representação teórica das práticas destes sujeitos. Para Ploeg (2008) ao negligenciar a capacidade dos camponeses em influenciar nos processos mais gerais de desenvolvimento a ciência moderna converteu-se numa ciência bárbara (PLOEG, 2008, p. 35). Observa-se que nos trabalhos de Ploeg et al (2004) e Ploeg (2008) as concepções de conhecimento, inovação e autonomia se articulam formando uma tríade através da qual se pode gerar, promover e compreender as dinâmicas que tendem a um novo modelo de desenvolvimento. Tais conceitos não são tomados isoladamente, mas em seu conjunto, como chaves na compreensão dessa transição do paradigma de desenvolvimento agrícola para o de denvolvimento rural. Nesse contexto, Ploeg (2004) parece evidenciar a necessidade de transcender o próprio conceito de inovação, pois do seu ponto de vista este conceito, refere-se em geral, a tentativas de melhorar os fatores que limitam a produção, ou seja, a inovação ocorre no seio do regimes reinantes. Já as "novidades são inovações radicais, que emergem, em geral, na periferia destes regimes" (CARVALHO, 2009, p.14)

Para Ploeg et al (2004) citado por Carvalho et al (2009) a agricultura, compreendida como processo de trabalho, representa um locus de produção de novidades (noveltis).

> " A história da agricultura é a história da produção de novidades. Ao longo dos tempos, os agricultores têm introduzido, voluntária ou involuntariamente, pequenas mudanças nos processos de produção. Através de cuidadosas observações, interpretações, reorganizações e avaliações, as novidades são descobertas /criadas [....] Novidade é na agricultura, um processo altamente localizado: é sempre **dependente do ecossistema e da cultura local** nos quais os processo de trabalho está enraízado (PLOEG et al, 2004 citado por CARVALHO et al 2009, p, 13-14 –grifos nossos)

A importância dos aspectos culturais na produção das novidades já havia sido enfatizada por Ploeg et al (1994) em obra anterior. Para os referidos autores "o repertórios de estilos de vida, formas culturais, e racionalidades diferentes" (PLOEG et al ,1994 citado por MALAGODI et al, p.4, 2009) desempenham um papel crucial nesta criação. Nesse sentido, as novidades são concebidas como processos, uma vez que dependem do "estoque de práticas e experiências disponíveis – que remetem a tradições ou invenções locais, mas que existem devido ao fato da experiências social dar-se ao longo de certo tempo, firmando-se através de conjunturas mais ou menos adversas . São experiências que se acumulam e se somam "(MALAGODI et al, 2009, p.4,).

Essas experiências forjadas e acumuladas conformam o que Saborin (2001) chamou de espaços sócio técnicos. O referido autor afirma que as analises sobre inovação não podem prescindir do mapeamento desses espaços. A identificação destes bem como sua "valorização e utilização podem contribuir para ativar redes de comunicação já existentes ou para introduzir ou adaptar inovações e informações" (SABORIN, 2001, p. 43).

Evidenciou-se pouco mais acima o papel que Ploeg el al (2004) concedem a agricultura: lócus de produção de novidades. Isso se deve em parte, pelas especificidades com que a atividade se desenvolve, ou seja, um processo de trabalho que se dá com alto grau de dependência dos ecossistemas. Para este autor a importância atribuída ao processo de trabalho agrícola não se limita apenas aos produtos finais que são gerados pelo mesmo. Afirma Ploeg (2008) [....] A agricultura implica, acima de tudo criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos e, justamente por isso, o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta para o campesinato [...] (p.43); uma vez que constitui a base de sua autonomia, a qual é construída num processo em que se criam "espaços de manobra" entre as ações empreendidas no âmbito da unidade produtiva e as condições exteriores. O autor sublinha alguns elementos importantes para a efetivação deste processo: a) manutenção de uma base de recursos (melhoria da qualidade e da produtividade dos recursos); b) a construção de novos padrões de relações mercantis – o que dificilmente se conseguiria por meio do mercado tradicional ; c) a pluriatividade e; d) os padrões de cooperação (p. 41-51). Essa cooperação é avaliada tanto em termos das relações estabelecidas entre diferentes grupos de agricultores quanto pelas relações que os mesmos constroem com os mediadores. Nesse aspecto, vale destacar que, o fato destas reflexões se concentrarem no protagonismos dos atores locais, não exclui de modo algum, a importância que a constituição de ambientes institucionais mais favoráveis têm no difícil processo de construção da autonomia dos agricultores, conforme se verá a

seguir na análise das experiências das agricultoras beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Norte.

Caracterização do contexto da experiência: ambiente social e econômico no municipio Touros

Distante 85 quilômetros de Natal, maior centro consumidor do estado, o município de Touros faz parte de uma das regiões de maior dinamismo da agricultura familiar do Rio Grande do Norte, tanto no que se refere às suas potencialidades socioeconômicas e políticas quanto no que diz respeito à diversidade com que se apresenta esta agricultura. Pertencente ao território do Mato Grande, a região abriga, além de sua série de assentamentos rurais, aproximadamente sete colônias de pescadores. Touros possui uma população de 30.549 habitantes - sendo que 21.035 (IBGE, 2000) vivem no meio rural - e está entre os municípios com maior número de agricultores atendidos pelo PAA, no estado, cerca de 114 contratos na modalidade compra direta, além de movimentar também um dos maiores volumes em dinheiro: R$ 373.000.00, de acordo com dados da Emater/RN.

Para o gerente da Emater – RN responsável pela região na qual se encontra o município, o êxito do PAA depende, em parte, do potencial produtivo de cada localidade. No Nordeste brasileiro, esse potencial, além dos aspectos relacionados à qualidade do solo e aos modelos produtivos, está intimamente ligado ao regime de chuvas. A região litorânea do estado do Rio Grande do Norte – na qual Touros está situada – é privilegiada neste aspecto, pois as chuvas são constantes o que garante a produção permanente de alimentos seja de origem vegetal ou animal, enquanto nas regiões semi-áridas, nos períodos de estiagem, a oferta de produtos para PAA fica muito reduzida, restringindo-se às áreas de agricultura irrigada e aos produtos oriundos da chamada "agricultura de sequeiro".

Embora os gestores locais destaquem o dinamismo da agricultura em Touros, isso não se expressou ainda na melhoria dos indicadores sociais do município. Touros apresenta um dos mais baixos IDH do estado 0,595 sendo que a média estadual é de 0,700 conforme citado anteriormente.

Obstáculos já superados

Quando da implementação do PAA no estado, os técnicos da Emater conheciam as propostas do "Compra Direta", mas desconheciam os meandros do Programa como um todo. Segundo um dos técnicos entrevistados, isto ocorreu em função do Programa ter sido lançado num ano eleitoral, o que fez com que sua implementação fosse acelerada, dificultando uma

melhor organização nesse momento inicial. A instantaneidade da proposta surgida naquele contexto político suscitou grande desconfiança por parte dos agricultores sobre sua veracidade e efetividade. Acostumados aos históricos problemas do processo de comercialização de seus produtos, em que a figura sempre tão presente do atravessador representava, por vezes, a única saída possível, tinham dificuldades em imaginar outra situação em que sua inserção não se desse de forma subordinada. Somava-se a isso o fato desta população ter sido, por várias vezes, ludibriada com promessas políticas em ano de eleição. Nesse contexto, o primeiro ano de funcionamento do PAA foi marcado por uma adesão muito tímida dos agricultores do município de Touros, principalmente quando consideradas suas potencialidades e a demanda hoje existente. Vale ressaltar que tal situação não se constituiu de modo algum um fato isolado, tendo se repetido por todo estado do Rio Grande do Norte, conforme depoimentos de vários técnicos do Programa.

Após o primeiro ano de implantação do PAA houve a mudança da coordenação estadual do Programa, o que foi destacado nos depoimentos como um aspecto importante no redirecionamento e fortalecimento do mesmo. Com o estabelecimento da nova gerência e as experiências acumuladas no ano anterior, iniciou-se o processo de qualificação das equipes técnicas regionais e locais, com a realização de cursos de formação específica sobre o Programa. Os resultados dessa reestruturação se evidenciaram a partir do aumento do número de agricultores beneficiados, mas também foram percebidos por meio de novos arranjos institucionais constituídos a partir de então, os quais viabilizavam formas de gestão mais horizontalizadas. No caso de Touros, cabe ressaltar o importante papel do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável no processo de implantação do Programa.

No segundo ano do Programa no estado, diante da confirmação – ao longo do primeiro ano – das promessas de compra com garantia de preços mínimos, a modalidade compra direta do PAA passou a conquistar a confiança dos agricultores, e essa se ampliava à medida que os conselhos se envolviam no processo de planejamento e fiscalização. Se a existência do PAA acabou exigindo das instituições uma nova dinâmica em sua organização, tal demanda evidentemente se estendeu aos agricultores. As diferentes possibilidades de inserção destes no Programa acabaram impulsionando sua organização tanto no âmbito da unidade produtiva, por meio da diversificação da produção, melhoria da qualidade do produto e etc. como em suas formas de organização mais geral, como no caso da constituição de cooperativas e associações. Ainda que muitas destas formas de organização não tenham assumido um caráter formal, é interessante observar que o os processos de interação social desencadeados a

partir da execução do PAA aparecem como um elemento importante tanto nos depoimentos dos agricultores quanto dos gestores do Programa. Esta característica é sublinhada como um elemento distintivo entre as experiências vividas por estes atores antes de sua adesão ao Programa, e indicam que as dinâmicas de interação suscitadas pelo PAA não encontram equivalentes.

Algumas questões pendentes

Vale ressaltar, porém, que muito ainda há por fazer, a começar pela consolidação institucional do Programa. Segundo um dos responsáveis pela implantação do PAA em Touros, apesar de estar no final do segundo contrato, somente agora, por determinação do MDA, constituiu-se o "Comitê Gestor" do PAA. A central de recebimento dos produtos que funcionava até então em um espaço muito reduzido, somente agora foi transferida para um novo prédio, para que pudesse atender adequadamente os agricultores. A prefeitura do município também designou, recentemente, uma nutricionista, além de outra pessoa capacitada para ajudar no dia recebimento dos produtos. Se do ponto de vista do poder público local o Programa ainda carece de apoio – logístico, técnico, etc. – outras questões aguardam por soluções, principalmente no que diz respeito ao seu período de execução e à capacidade organizativa dos próprios agricultores.

Segundo vários técnicos da EMATER entrevistados, uma das maiores dificuldades ainda presentes na condução do Programa reside na descontinuidade do mesmo, pois efetivamente, este tem em média uma duração de sete meses no ano. No caso de Touros e de outros municípios que têm as escolas públicas como os principais beneficiários do Compra Direta, o fornecimento de produtos, está atrelado ao período letivo. De modo que em razão dos recessos escolares há a diminuição brusca das comercializações nesta modalidade. Outra dificuldade, destacada pelos técnicos tem a ver com a impossibilidade da maioria dos agricultores familiares em garantir a oferta de produtos com freqüência, quantidade e diversidade adequada às demandas do Programa, conforme mencionado anteriormente. Mas se estas limitações evidenciam-se ao longo da execução do Programa, elas por sua vez acabam por ensejar novas práticas sócio-produtivas. Nesse quadro, para o gerente regional da EMATER, uma das maiores virtuosidades do PAA tem sido o incentivo à produção, uma vez que a comercialização do produto além de ser garantida, ocorre em valores "mais justos" aos praticados no mercado em geral. Esta segurança, tão rara, no processo de reprodução dos agricultores familiares, tem permitido outro olhar, por parte destes, sobre as várias etapas e as

relações que envolvem o processo produtivo. Nessa condição, deve-se destacar, por exemplo, a minimização do papel dos atravessadores no processo de comercialização.

De fato, além do planejamento da produção, que tem se realizado considerando o período de vigência do Programa, há uma preocupação crescente dos agricultores com a diversificação da produção, bem como com a qualidade dos produtos fornecidos. Esta diversificação tem se constituído numa importante estratégia de inserção e continuidade destes agricultores no Programa na medida em que possibilita o fornecimento de produtos durante quase todo o período de vigência do mesmo. Embora esta provisão seja limitada em R$ 3.500,00 a diversificação tem assegurado, ainda que em valores reduzidos, uma renda contínua, sendo que o aumento da preocupação com a qualidade dos produtos pode ser observado a partir de diferentes iniciativas, que vão desde o esforço de adaptação às normas sanitárias (especialmente no caso de produtos processados como bolos, doces, etc..) até a adesão às práticas agroecológicas de cultivo - constatado pelo crescimento da produção orgânica em várias regiões do estado. Neste sentido, a previsão de pagamento de 30% a mais sobre o valor dos produtos convencionais tem sido um importante incentivo à produção orgânica, seja no âmbito da própria unidade produtiva seja por intermédio da criação de hortas comunitárias. Além disso, há um fator subjetivo nesse processo, que apareceu de forma muito sutil nas entrevistas, mas que não deve ser negligenciado: o PAA na modalidade "compra direta" atribui um novo sentido para a relação produtor/consumidor. O consumidor não é aquele personagem distante, com uma identidade vazia, com o qual se mantém apenas uma relação monetária genérica, mas alguém cujos vínculos passam por noções de apreciação e de reciprocidade. Na referida situação o consumidor é seu filho na escola, um idoso de uma instituição de apoio, um doente no hospital e etc. O mercado construído a partir das experiências do PAA é um mercado de proximidade, em que os mecanismos de controle de qualidade não estão ligados somente aos sistemas convencionais. A qualidade não é algo que se atribui apenas ao produto: é a própria "reputação" do produtor que passa a estar em jogo.

Além desses impactos positivos junto ao público diretamente beneficiado, o técnico frisou a importância econômica do Programa para o município, uma vez que a renda gerada com a compra dos alimentos engendra novos negócios. Nesse sentido, a experiência tem um alcance muito maior do que os objetivos previstos inicialmente na concepção do projeto, e isto também implica novos desafios. Embora haja um consenso entre os diversos atores envolvidos com o PAA quanto a sua importância como estratégia de desenvolvimento, sobretudo de estímulo a agricultura familiar, esse também se conforma como um objeto de disputa importante, na medida em que algumas administrações locais – e essa instância tem

um papel fundamental no desenvolvimento do Programa – se elegeram fazendo dele sua plataforma de governo. Em Touros, uma agricultora chegou a argumentar que com a mudança de gestão na prefeitura o Programa seria ampliado e certamente chegaria para um maior número de agricultores.

Assim como constatado em outras localidades visitadas, a dependência em relação ao poder público local – e mesmo em relação à iniciativa individual dos gestores do programa, sejam eles da Emater ou da Conab – só reflete a situação inicial de fragilidade econômica e política daqueles que seriam os maiores beneficiados pelo Programa: os agricultores. Reitera-se, assim, o desafio de promover uma maior participação dos agricultores em sua condução, o que pressupõe a própria organização coletiva dos mesmos. Este ponto é tido por todos os gestores entrevistados como essencial para que estes possam não apenas garantir a oferta de produtos para o PAA, mas que possam através de sua auto-organização, conquistar autonomia. Neste sentido, algumas experiências se destacam no município, e vão desde a aqüicultura (criação de tilápia) até as já tradicionais atividades relacionadas com apicultura e o processamento de caju para extração de castanha. Mas o exemplo mais citado pelos gestores e por muitos agricultores de Touros é o da "Associação das Mulheres Lutadoras de Lilás", que produz polpa de frutas, analisado a seguir.

3. Associativismo e mulheres "lutadoras"...

A referida associação tem o PAA como principal "cliente" o que tem proporcionado novas condições de desenvolvimento para o grupo. Esta associação está situada a aproximadamente 10 quilômetros da sede do município de Touros, na comunidade do Boqueirão, na qual a agricultura familiar de subsistência ainda é atividade das mais comuns.

A idéia de trabalhar com a produção de polpa de frutas se deu por conta da participação de uma das integrantes do grupo, em um curso sobre tal prática, ofertado pela Emater local. Como esta região é uma grande produtora de frutas e havia um enorme desperdício desta produção, as mulheres imaginaram que a fabricação de polpa poderia ser um bom negócio já que não existia ninguém desenvolvendo essa atividade na região. A princípio a produção era caseira e a comercialização se dava na própria localidade. O grupo de mulheres foi consolidado em 2002 e por meio de financiamento oriundo do programa "PRONAF para todos", adquiriu os primeiros equipamentos "profissionais" a serem utilizados na associação. Ao final desse processo de consolidação, de um total de 20 participantes nas primeiras reuniões da associação, restaram apenas 12 mulheres.

…uma bem vinda ajuda externa: A importância dos mediadores

No início, as atividades da associação ocorriam no centro de Touros, em instalações de porte aquém do razoável. A distância e os problemas de infra-estrutura não abateram as associadas, que logo no ano seguinte, foram recompensadas por sua persistência: por intermédio de um técnico da AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte) que prestava assessoria na região, conheceram a ONG suíça AMEROPA - naquela época muito atuante no RN. Ao tomar conhecimento da iniciativa, a organização suíça resolveu apoiar a idéia do grupo, financiando a construção de uma unidade de produção, que abriga hoje as instalações da associação. A instituição estrangeira financiou o material, mas toda construção foi realizada pelas mulheres em sistema de mutirão. No total, o grupo recebeu ajuda financeira no valor de R$ 70 mil.

Com a inauguração da nova estrutura e melhoria de todo o sistema de produção as mulheres acreditavam que haveria um aumento quase instantâneo de sua renda. Mas as dificuldades logo se apresentaram. As instalações não atendiam as condições sanitárias recomendadas impedindo a comercialização pelos canais convencionais do mercado. Isso demandou a readequação da mesma, repercutindo na diminuição da renda das integrantes do grupo. No primeiro mês de funcionamento cada sócia recebeu apenas R$ 30,00. O baixo valor da remuneração obtida fez com que cinco integrantes desistissem do projeto. Na comunidade muitos eram os rumores de que a experiência estaria fadada ao insucesso. Com a credibilidade em xeque e uma renda não condizente com os esforços empregados até então, as mulheres viram que sua organização estava por um fio.

…e um programa governamental de aquisição de alimentos

A chegada do PAA na Comunidade deu novo fôlego à associação, pois permitiu uma melhor remuneração de suas componentes, tornando-a viável, pelo menos por um período, e mantendo a coesão interna do grupo. Atualmente, as mulheres produzem uma média de 450 quilos de polpa ao dia e toda a produção é comercializada através do Programa na modalidade Compra Direta sem doação simultânea[3]. As agricultoras produzem polpas de abacaxi, goiaba, tamarindo, maracujá, cajá, acerola, manga, serigüela e mangaba. Não havendo disponibilidade de determinadas frutas na região estas recorrem à compra em outras localidades. Essa rede de comercialização que se organiza em torno da produção de polpa, é vista pelo grupo de forma bastante positiva. Para elas, ao acionar uma rede de fornecedores composta por agricultores

[3] Como a associação se regularizou somente após o início do PAA, os contratos foram feitos individualmente, embora toda a produção seja coletiva.

de várias localidades, confirma-se a importância de sua experiência que, embora ainda não empregue mais pessoas na associação - como é o desejo do grupo - também gera trabalho e renda. Nesse processo, as agricultoras destacam ainda o aumento da preocupação desses fornecedores com os padrões de qualidade, já que grande parte do que vendem é doado às escolas da região. Além das escolas, as "mulheres lutadoras" fornecem polpa de frutas para uma instituição no município de Natal.

Quando se busca avaliar as mudanças ocorridas na Associação após a adesão ao PAA, o grupo é taxativo em atribuir ao Programa a continuidade de sua atividade. Afirmam que sem o PAA, tudo teria sido ainda mais difícil e talvez a associação não suportasse um tempo tão longo sem apoio. As exigências de qualidade dos alimentos e os padrões sanitários preconizados pelo Programa fizeram o grupo rever suas estruturas para produção bem como suas práticas produtivas. Para o técnico da Emater no município, o ingresso delas no PAA fez aumentar as exigências com a higiene e a qualidade do produto fornecido. Em sua opinião o Programa proporcionou a valorização dos produtos locais e isso teve um duplo impacto: iniciou-se um processo de mudança dos hábitos alimentares por parte da população que recebe o produto, e ao mesmo tempo constatou-se uma preocupação crescente com a qualidade do alimento por parte daqueles que o ofertam. Assim, a existência de padrões sanitários mais rigorosos, nos quais se enquadram perfeitamente seus produtos, configura-se como elemento distintivo para o grupo. Mais do que o atendimento as exigências de mercado, para estas mulheres isso significa que elas não apenas são capazes de produzir, mas que aquilo que produzem tem qualidade reconhecida. Isso contribui para legitimar a permanência de cada uma delas no grupo, pois enfrentaram e continuam enfrentando a resistência dos seus maridos, familiares e mesmo dos membros da comunidade.

Nesse sentido, foram vários os depoimentos que destacaram a importância do fortalecimento da Associação com o PAA, como forma de se contrapor ao conservadorismo de certas práticas culturais na comunidade, sobretudo no que tange o papel da mulher. A conquista da autonomia parece ser uma unanimidade entre os membros do grupo, tanto no que se refere ao núcleo familiar quanto em relação ao seu posicionamento social. Em um dos depoimentos uma agricultora dizia "Hoje eu sou independente" a outra completava: "hoje nós sabemos sair e entrar dos lugares, negociar com fornecedores, fazer custo de produção". Mas além dessa autonomia individual, elas também crescem como grupo. Em um dos depoimentos a agricultora sublinhava o fato de que duas integrantes fizeram a carteira de motorista para que pudessem entregar os produtos nas instituições beneficiárias do Programa. Adquiriram um utilitário, e com isso diminuíram os custos com o transporte que, anteriormente, era

alugado. Além disso, ganharam mobilidade para poder participar de reuniões, cursos e mesmo buscar novos canais de comercialização. Também creditam ao PAA, ou as situações engendradas por ele, o fato de uma delas ter voltado a estudar e outra ter adquirido uma casa com os rendimentos obtidos na Associação. Embora a melhoria das condições de vida não possa ser avaliada em termos de incremento de renda absoluta, a sutileza desses processos pode ser captada nos relatos sobre a aquisição de vestimenta, material escolar para os filhos, maior consumo de alimentos, compra de medicamentos de uso continuo entre outros.

Na medida em que a natureza da experiência exige o planejamento das atividades a médio e longo prazo abre-se um universo de possibilidades que sequer eram cogitadas anteriormente pelo grupo. A elaboração de um projeto, por meio do PRONAF mulher, para aquisição de uma câmera fria que permitisse a formação de estoques foi um bom exemplo disso. A idéia surgiu da necessidade de garantir oferta de polpa de frutas na entressafra, o que resultaria em melhores rendimentos. Destaca-se ainda o fato de o projeto ter sido elaborado pelo próprio grupo, com o apoio da EMATER, o que contribui para evidenciar que estas mulheres poderiam realizar objetivos ainda mais ousados. Nessa meta está, por exemplo, a obtenção do SIF para comercialização das polpas com os restaurantes em Natal, além da própria diversificação da produção: a fabricação de geléia é apontada como uma alternativa viável pelo grupo. As entrevistadas afirmam ainda que, a partir da experiência na associação, desenvolveu-se maior preocupação com a diversificação dos produtos também em suas pequenas propriedades agrícolas, aspecto diretamente relacionado com a produção de polpa. Ao longo da entrevista com o grupo, surgiram referencias freqüentes sobre a avaliação positiva que as diretoras das escolas fazem de seu produto e o grau de satisfação das crianças com a melhoria da merenda escolar.

Embora o grupo veja o PAA de forma muito positiva, elas acreditam que não podem depender somente dele - até porque em sua opinião, o programa não funciona freqüência "adequada", capaz de garantir renda durante todo o ano. Com isso, o grupo tem feito um exercício de poupança, para que no período de indisponibilidade do Programa, possa garantir uma renda mínima para as sócias, bem como a manutenção das atividades da associação. Entre os seus grandes desafios ainda estão a criação de empregos na própria associação, a geração de maiores rendas para as sócias e a ampliação e adequação das estruturas.

O Programa, ao possibilitar melhores condições de desenvolvimento da Associação, oportunizou a criação de novas formas de sociabilidade (por meio dos mercados que ajuda constituir e de outros espaços de interação), colaborou no difícil processo de construção da autonomia dos sujeitos envolvidos, restituiu suas esperanças, trazendo à tona outros aspectos

relacionados à auto-estima do grupo - como é o caso do que pode ser classificado como "saída do anonimato". Como asseveram as mulheres entrevistadas referindo-se a presença dos pesquisadores: "não fosse a gente ser conhecido vocês não estariam aqui".

Considerações

A descrição da experiência do município de touros mostrou como ambientes institucionais mais favoráveis, como no caso do proporcionado pelo PAA, podem impulsionar a inovação. Essa observação não diminui, de forma alguma, o protagonismo dos atores locais neste processo. Ao contrário, a análise revela que o sucesso do PAA depende, em grande medida, do repertório cultural que estes construíram ao longo de suas vidas, conforme concluiu Ploeg (2008). A análise demonstrou ainda que a inovação, concebida aqui, em sua acepção mais abrangente, é um processo constante no âmbito da cooperativa das Mulheres Lutadoras de Lilás. A constituição de novas redes de comercialização, a busca por melhorias nos processos de produção, o aumento da escolarização dos membros da cooperativa, o aumento da importância da cooperação como estratégia na conquista da autonomia e etc, todos estes elementos caracterizam, certamente sistemas sócio-tecnicos que apontam para uma concepção de desenvolvimento rural diferenciada. Assim, constatou-se que o PAA não pode ser compreendido apenas como uma política de construção de mercado, pois suas ações transcendem em muito, este aspecto. Claro está que a experiência relatada aqui, assim como outras identificadas no âmbito da agricultura familiar potiguar, acenam para transformações importantes nas relações sociais no meio rural norte rio grandense, constituídas tradicionalmente por laços de pessoalidade e clientelismo em que a agricultura familiar aparece sempre de forma subordinada. Nesse quadro, a conquista da autonomia, ainda que em níveis muito precários, como se viu, não é de modo algum um resultado a ser negligenciado, pois foi esta busca, por este grupo de mulheres, que corroborou no processo de tornar-se ator. A partir daí foi possível vislumbrar um horizonte mais favorável de existência.

Referencias bibliográficas

CARVALHO, Cintia Xavier de; OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Márcio. **Formas de inovação sócio-técnicas nos espaços rurais.** Texto de discussão projeto de Pesquisa IPODE . 2009.

MALAGODI, Edgard. MENEZES, Marilda. **Camponeses como atores sociais: autonomia e resistência**. Texto de discussão projeto de Pesquisa IPODE .2009.

PLOEG, Jean Douwe Van Der. O que é então o campesinato? In: **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução, Rita Pereira. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ. Nº 16, Abril de 2001. P.37-61.
SANTOS, Boaventura de Souza. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo, Boitempo, 2007.
SCHNEIDER, Sérgio. Sementes e Brotos da transição: Inovação, Poder e Desenvolvimento em áreas rurais do Brasil (IPODE). Projeto Edital MCT?CNPq 15/2007.

PRODUÇÃO E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NUM BAIRRO RURAL DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG[1]

Regina Aparecida Leite de Camargo
(caprilbeijaflor@yahoo.com.br)
Eng. Agr., Doutoranda da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP
Julieta Teresa Aier de Oliveira
(julieta@agr.unicamp.br)
Eng. Agr., Doutora, Profissional de Pesquisa da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP

GT09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

1 – INTRODUÇÃO

Podemos defender a importância, pertinência e persistência da agricultura familiar na contemporaneidade reunindo argumentos de diferentes naturezas, que vão desde sua eficiência produtiva, à sua maior propensão de criar e manter sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis e formas de sociabilidades e expressões culturais que tornam algumas regiões rurais onde predomina a agricultura de base familiar o palco para a manutenção de uma paisagem natural e humana capaz de atrair outras categorias sociais e atividades econômicas como, por exemplo, o turismo rural e a instalação de citadinos que encontram no campo as amenidades ambientais em falta nos centros urbanos.

No caso do município de Ouro Fino, a beleza natural da Serra da Mantiqueira é completada pela paisagem criada por uma estrutura agrária formada principalmente por pequenas e médias propriedades familiares com uma diversificada produção agropecuária. Apesar de predominante, a cafeicultura local divide espaço com cultivos anuais como o milho, feijão, arroz, bucha, vários produtos olerícolas, plantios de eucalipto e a criação de gado bovino e de pequenos animais.

A agricultura familiar da região deve sua origem ao tipo de ocupação do território, calcada na exploração do ouro de aluvião em sua abundante e bem distribuída malha hídrica que propiciou, já nos primórdios da historia do município, a criação dos muitos bairros rurais que atualmente povoam sua área rural. A combinação de uma agricultura de subsistência com

[1] Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora sob a orientação da segunda, e contou com apoio financeiro da Fundação CAPES.

a produção mercantil para o abastecimento do mercado interno formado pelas regiões mineradoras centrais e a cidade do Rio de Janeiro e, em menor escala, São Paulo, durante todo o período colonial e a posterior instalação de imigrantes europeus primeiro como força de trabalho para os cafezais e, após o declínio da economia cafeeira, como pequenos proprietários, reforçou a vocação de uma agricultura de base familiar que consorcia a produção para o autoconsumo com produtos de mercado como o algodão, o chá e o tabaco, no passado, e o café, o alho, a batata, e o eucalipto, na atualidade.

Na pesquisa que buscou compreender a importância econômica, social e cultural da agricultura familiar para o município de Ouro Fino nos deparamos com estratégias de produção, como a troca de dias de serviço e a centralidade da família na organização da unidade produtiva, que remetem à herança camponesa e são complementadas com práticas como a compra conjunta de insumos e a diversificação dos canais de comercialização. Mesmo que largamente dependentes do preço dos insumos agrícolas e do café, controlados internacionalmente, os produtores familiares da região têm conseguido manter e mesmo melhorar sua qualidade de vida, como atestam as vendas do comércio local para os habitantes dos mais de cinquenta bairros rurais.

Ainda que a predominância da agricultura familiar regional possa ser creditada, em parte, às condições topográficas locais que impedem a mecanização em larga escala, ela corrobora também com as teorias explicatórias da persistência da agricultura familiar nas sociedades modernas, já discutidas por autores como Ricardo Abramovay (1992) e Sérgio Schneider (2009). A nosso ver, essa persistência fundamenta-se, por um lado, nas particularidades da atividade agrícola enquanto dependente e sujeita dos ditames da natureza, e por outro na disposição do agricultor familiar em extrair uma mais valia auto-direcionada desde que o esforço represente o atendimento das necessidades de consumo e reprodução da família e da unidade produtiva, sua independência como dono dos meios de produção e a manutenção de sua identidade no meio social a que pertence. Assim, como produtor simples de mercadorias o agricultor familiar segue na atividade mesmo quando as extorsões do movimento geral do capital representado pelas indústrias de insumo e de alimentos e políticas públicas desfavoráveis expropriam seu rendimento. Até, evidentemente, atingir o ponto que Lamarche (1993, p.20) denomina de ruptura. Apóia-se também na constante combinação de uma racionalidade que busca maximizar o recursos disponíveis ao mesmo tempo em que evita, na medida do possível, incorrer em riscos que ameacem sua reprodução; e se vale dos mecanismos de solidariedade presentes nas relações de parentesco e vizinhança em uma

sociedade de interconhecimento (Mendras, 1995) como complemento da força de trabalho e meios de produção aportados pela família.

2 – Metodologia da Pesquisa

Adotamos como metodologia básica da pesquisa a análise de sistemas agrários por nos parecer a que melhor trabalha a complexidade da agricultura familiar. Dessa forma, as unidades produtivas foram vistas como sistemas abertos operando em sistemas maiores com os quais mantém trocas de energia e matéria. Escolhemos como unidade de análise o bairro rural, denominação comum no Sul de Minas Gerais e em São Paulo para designar uma porção do território habitada por uma população mais ou menos concentrada e mais ou menos distante do núcleo urbano-administrativo. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973, p.50): *"[...] trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais foram e são, por toda parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter, afastadas das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente"*.

Nossa pesquisa concentrou-se no bairro de Ouro Fino denominado Peitudo[2]. Colhemos informações sobre todos os 59 produtores identificados no bairro para posteriormente dividi-los em familiares e não-familiares. Do grupo dos familiares descartamos aqueles que embora habitassem na propriedade não exerciam mais atividade agrícola, vivendo de aposentadoria, completada, em alguns casos, com o arrendamento de parte da área. Após essa seleção terminamos com 31 produtores familiares e 20 não-familiares. Consideramos como agricultores familiares aqueles que dirigiam pessoalmente a propriedade com a ajuda da família e não contratavam mão-de-obra assalariada em quantidade superior a aportada pela mesma. Os não-familiares foram subdivididos em não-familiares mistos, não-familiares e empresas agrícolas. Utilizamos a denominação "não-familiar misto" para aqueles produtores, proprietários ou arrendatários, que embora gerenciassem e participassem diretamente da condução dos trabalhos da propriedade, empregavam mão-de-obra temporária e/ou permanente superior à aportada pela família ou não tinham na agricultura sua principal fonte de renda. Após essa primeira etapa classificatória dividimos ambas as categorias por sistemas

[2] Há controvérsias acerca da origem do nome. Segundo a professora historiadora de Ouro Fino Dona Leyde Guimarães, o nome decorre da existência, muitos anos atrás, de um personagem lendário que enfrentava todo mundo "no peito". Mas há também quem atribua o nome ao formato de seio feminino de uma montanha local.

produtivos. Classificamos os sistemas produtivos pelos sistemas de cultivo e de criação predominantes em termos de demanda de trabalho e geração de renda para a família, acreditando ser esse procedimento o que melhor informa a estratégia adotada pelo produtor para garantir a reprodução da família e da unidade produtiva.

3 – Os sistemas produtivos

Os principais sistemas produtivos identificados no bairro Peitudo foram: café, milho, olericultura e criação bovina.

Os agricultores familiares agrupados no sistema produtivo onde predomina a cultura do café foram subdivididos em: café puro, café com milho e café com gado. Já todos os agricultores agrupados no sistema produtivo do milho combinavam a atividade com a criação de gado de leite complementada pela criação e venda de bezerros. Entre os olericultores encontramos dois grupos: os que se dedicavam ao cultivo comercial de algumas hortaliças principalmente tomate, brássicas e alho e os plantadores de bucha[3]. Os do primeiro grupo geralmente arrendam terra para possibilitar a necessária rotação do terreno que essas culturas demandam e os do segundo grupo são pequenos proprietários que combinam a atividade com o assalariamento agrícola e outras fontes de renda como a aposentadoria.

Os diferentes sistemas produtivos apresentam itinerários técnicos específicos que não cabe aqui elucidar, mas guardam algumas características em comum, tais como: em todos eles encontramos a prática constante de trocas de dias de serviço e de compartilhamento de instrumentos agrícolas como plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras, etc.; todos os produtores são frequentemente abordados por vendedores de insumos que visitam o bairro, mas são principalmente os produtores de milho que se valem de "avanços" tecnológicos como fertilizantes e biocidas de última geração e, desde 2007, o uso de sementes geneticamente modificadas. Mas são também os produtores que mais pesquisam preço na compra de insumos e na hora de vender a produção. Esses produtores, juntamente com os olericultores, são os que mais complementam a terra própria com o arrendamento de parcelas de outros produtores familiares e não-familiares.

O alho já foi uma cultura bastante importante no bairro até uns dez anos atrás quando foi abandonada pela maioria dos produtores em conseqüência dos baixos preços decorrentes

[3] Embora a olericultura seja um ramo da horticultura dedicada ao cultivo de plantas herbáceas destinadas ao consumo humano (Filgueira, 1972, p.13), incluímos no grupo os cultivadores de bucha (*Luffa cylindrica*) por ser o fruto jovem de algumas espécies da curcubitácea também comestível.

da entrada do produto chinês no mercado nacional. Mas deixou um saldo positivo na forma de maquinário agrícola.

4 – Os canais de comercialização

A produção agrícola do bairro Peitudo segue diferentes vias de comercialização, que vão da exportação ao consumo local, ou seja, alguns produtos percorrem circuitos longos e outros circuitos curtos de comercialização, conforme ilustrado na figura 01. Segundo Wilkinson (2008, p.16): "*Podemos identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso* (da agricultura familiar) *aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria e compras por parte do poder público*". No grupo de produtores familiares por nós estudado a interação com o mercado se dava pelo acesso direto nos casos do milho e da venda de bezerros e pela intermediação via atravessador nos casos do feijão, bucha e alho. O leite é vendido para o laticínio localizado num bairro rural vizinho e o café para comerciantes locais e as duas empresas de beneficiamento, classificação e exportação com representação no município. Parte dos produtos olerícolas eram vendidos diretamente em supermercados, quitandas e mercado municipal das cidades da região e parte vai para as Centrais de Abastecimento (CEASA) das cidades de Campinas e Pouso Alegre.

O milho nos parece o caso mais ilustrativo da complementaridade que pode haver num cenário de presença de uma agricultura familiar diversificada. Toda produção do bairro Peitudo era vendida diretamente para as pequenas e médias granjas de aves e porcos da região, produtores de gado de leite, lojas de agropecuária e demais produtores que possuíssem aves de quintal. A boa demanda pelo produto e o alto custo do frete para trazer milho de outras regiões faz com que o preço local de venda seja geralmente em torno de 20% a mais do que o cotado para as principais regiões produtoras do País[4].

No caso do café encontramos situação semelhante àquela descrita por Wanderley (1998, p.105) para aos produtores de algodão de Leme (SP) quanto à sujeição dos agricultores a classificações arbitrarias sobre a qualidade do produto e subseqüente valor pago pelo mesmo. O café é classificado e remunerado pelo tamanho dos grãos, porcentagem de

[4] Segundo a Conab, o preço de mercado pago ao produtor de milho em novembro de 2009 foi de R$ 17,50/saca, enquanto o preço mínimo para a região sudeste era de R$ 14,00/saca. Na mesma época os produtores do bairro Peitudo venderam o milho por R$ 21,00/saca.
Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0508_Mandioca_e_Milho.pdf. Acesso em 02/01/2010

impurezas e tipo de bebida. Quanto ao tipo de bebida ele pode ser bebida dura (qualidade inferior) ou bebida mole (qualidade superior), sendo a classificação feita por um degustador.

Embora vários produtores familiares alegassem produzir bebida mole, todo o café comercializado na região é convencionalmente (e convenientemente) classificado como bebida dura, o que desestimula investimento em qualidade. O café que não se encaixa na classificação mencionada é considerado como "sem bebida" e comercializado por preço bem inferior. Segundo os produtores, o mesmo café pode ser taxado de "sem bebida" por um comerciante e de "bebida dura" por outro.

Não acreditamos ser pertinente, ou mesmo frutífero, tentar classificar os produtores analisados segundo parâmetros de integração ao mercado, já que a integração é bastante forte em todos os sistemas produtivos. A agricultura do bairro Peitudo segue a vocação histórica da agricultura do município de Ouro Fino de fornecimento de mercadorias para mercados próximos e longínquos. Mais interessante, nos parece, é tentar compreender como os diferentes canais de comercialização e a forma de condução da produção nos sistemas produtivos apresentados concorrem ou não para o fortalecimento de um projeto de autonomia na agricultura familiar estudada. Nesse sentido dois conceitos podem ser particularmente úteis: o da importância das relações sociais na construção do mercado trabalhado por Wilkinson (2008) e o de mercantilização e espaço de manobra utilizado por Van der Ploeg (2008)

O processo de modernização da agricultura iniciado na segunda metade do século passado causou uma já bem conhecida e estudada série de transformações na agricultura que atingiram de modo diferenciado os muitos segmentos que compõem a heterogeneidade da agricultura familiar. Com a crescente globalização das cadeias produtivas tem-se o surgimento, por um lado, do monopólio na produção de insumos, dominado atualmente por umas poucas empresas que produzem do adubo à semente geneticamente modificada e por outro lado o que Van der Ploeg (2008) chama de "impérios alimentares" representado pelas empresas transnacionais de processamento e distribuição de alimentos. Aos agricultores, fragilmente situados entre esses dois gigantes, cabe a parte mais incerta e de maior risco: a produção propriamente dita.

Nesse cenário, para que o produtor possa ter maior "espaço de manobra" (Ploeg, 2008) é preciso diminuir a dependência a montante e aumentar o poder de barganha ou buscar canais diferenciados de comercialização a jusante. O primeiro pode ser conseguido através do alargamento do que Van der Ploeg (2008, p.42) denomina de "base de recursos". Essa base, desenvolvida dentro da propriedade, garante o processo denominado pelo autor de co-

produção, entendido como a: "[...] *interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva*" (PLOEG, 2008, p.40). Ambos podem ser responsáveis por uma maior independência do mercado para a realização da produção e uma maior garantia de reprodução da unidade produtiva.

A participação em mercados locais (circuitos curtos de comercialização) ou mercados a distância depende do que é produzido – *commodities*, produtos perecíveis, produtos regionais, etc., mas também das redes sociais criadas na produção e distribuição desses produtos. A idéia de redes sociais moldando ou influenciando o mercado ou de uma construção social do mercado é objeto de estudo da sociologia econômica, que, segundo Wilkinson (2008, p.87) "[...] *surgiu como resposta à expulsão da vida social na análise econômica*" e tem embasado os estudos do mercado, sobretudo os mercados diferenciados que podem ser uma alternativa para a agricultura familiar, vistos como extensão de redes sociais.

No bairro estudado os produtos que mais se beneficiam e dependem das redes sociais presentes numa sociedade de interconhecimento são aqueles comercializados informalmente como o queijo, os ovos, os frangos e os porcos caipiras. O grande mérito desse comércio não reside no preço dos produtos ou na escala de produção, mas no seu reconhecimento como resultado de um *know how* e modo de vida que carrega valores, saberes e sabores tradicionais e nas relações de confiabilidade em que se apóiam.

Os produtores familiares que pesquisamos não investem no aumento da produção leiteira principalmente por não encontrar praticamente nenhum espaço de manobra na venda do produto. A venda de queijo, embora bem mais rentável, esbarra no perigo de "ser pego" pela crescente fiscalização sanitária quando deixa seu local de origem e demandaria um grande investimento e aumento de escala para se enquadrar nos mecanismos oficiais de inspeção. Mesmo assim, essa não deixa de ser uma possibilidade que merece ser estudada.

5 – Considerações finais

Os produtores familiares do bairro estudado se valem da venda de um leque de produtos para completar sua renda. Os sistemas produtivos apresentados, embora contemplem os principais produtos de mercado, ficam aquém do entra, por exemplo, na lista do que as famílias consomem da própria produção.

No entanto, se tomarmos o café e o milho como exemplo de produtos com diferentes vias de comercialização e demanda de insumos, temos que no caso do café, sua natureza de cultura perene favorece a expansão de uma base de recursos auto-controlada e a co-produção

nos moldes expostos anteriormente. A simples substituição do uso de herbicidas pela prática de roçar a vegetação espontânea que cresce nas entrelinhas aumenta o teor de matéria orgânica do solo, disponibiliza fósforo para as plantas e diminui o problema com erosão. Da mesma forma, a utilização da palha de café como cobertura morta diminui a necessidade de adubação potássica. Embora não seja fácil produzir café sem o aporte de adubos químicos, a cultura permite uma maior flexibilidade na adubação com o uso de práticas simples de manejo sustentável. Por outro lado, como já dito, o mercado local do café obedece a regras rígidas que deixam pouco espaço de manobra para o produtor, a não ser que se afilie a algum canal alternativo de comercialização. Esses canais são representados no município através: da produção orgânica certificada, que até hoje só conseguiu atrair o interesse de um grupo bastante reduzido de produtores, do programa de certificação do governo estadual "Certifica Minas"e na tentativa de inserção no comércio justo. Essa última está sendo estimulada pela empresa Comexim Exportadora de Café Ltda que apoiou a formação da Associação dos Pequenos Produtores de Ouro Fino (ASSOPRO) em 2008. Essa associação conta atualmente com 108 sócios efetivos e 350 produtores em lista de espera para afiliação. No momento a empresa está comercializando, por essa via, seis *containeres* de 320 sacos de café por ano por um preço entre 10-20% superior ao corrente no mercado local.

Já no caso do milho, o sistema de plantio adotado no bairro deixa pouco espaço de manobra para uma diminuição da dependência de insumos externos. Ao mesmo tempo a cultura sofre mais com imprevistos climáticos como excesso ou falta de chuva no plantio e tempestades e ventanias que podem causar o acamamento da planta. Mas apesar de tratar-se de uma *commodity,* o fato de ser comercializado localmente (circuito curto de comercialização) para suprir uma demanda gerada pela diversidade de atividades produtivas da região permite a criação de uma ampla rede de contatos que favorece a venda direta para o consumidor. Observamos que agricultores que conseguem se posicionar favoravelmente nessa rede podem passar a exercer uma intermediação entre outros produtores e consumidores tanto no que se refere à venda do produto final como à compra dos insumos utilizados na lavoura.

O estudo dos principais sistemas de produção presentes na agricultura familiar possibilita o mapeamento dos itinerários técnicos e dos caminhos de comercialização a que os produtores têm acesso. A análise dos espaços de manobra e dos espaços de concentração da mercantilização nos diferentes sistemas produtivos pode revelar pistas importantes de ações de desenvolvimento no sentido de aumentar a autonomia dos produtores frente às variações dos mercados de insumos e de produtos. Por outro lado, não é possível dizer que no universo estudado a modernização e a conseqüente mercantilização tenha resultado numa

transformação significativa das relações sociais no interior nos estabelecimentos e do próprio bairro. Ou seja, nossos dados corroboram com Norder (2006, p.61) quando esse coloca que embora os avanços das políticas de modernização provoquem modificações importantes nas condições de produção da agricultura familiar, não podemos "[...] *prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia na mobilização e conversão dos recursos econômicos (e na utilização dos saberes locais) no interior das unidades produtivas*". Conforme já mencionado, embora bastante mercantilizada, a agricultura familiar estuda conserva formas de sociabilidade e compartilhamento de recursos que ampliam sua possibilidade de resistência e reprodução.

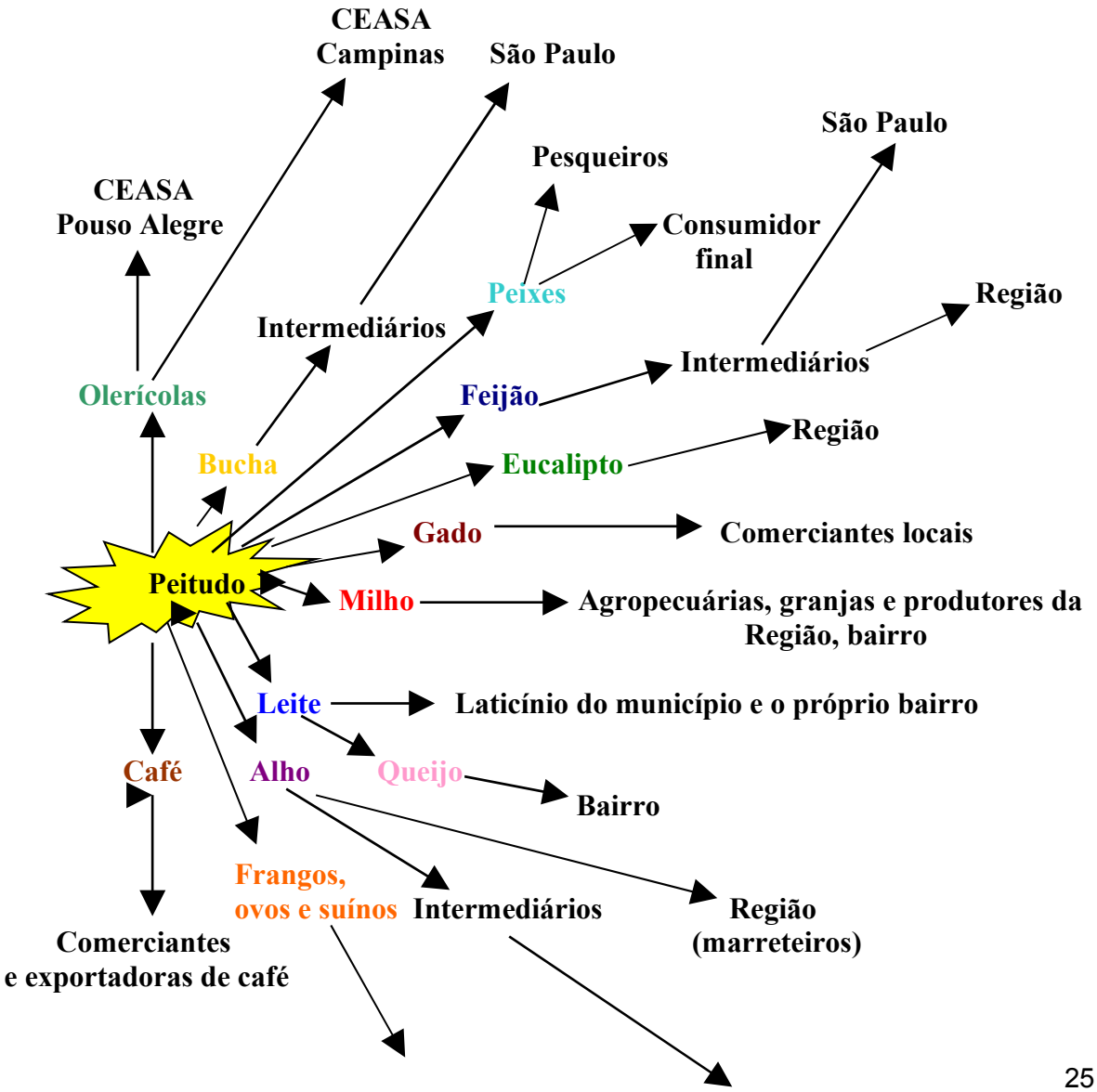


Figura 01: Principais vias de comercialização dos produtos do bairro Peitudo
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

4 – Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo: Anpocs ; Unicamp. Ed.Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992

LAMARCHE , Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar: comparação Internacional. I Uma Realidade Multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Paris: Éditions Gallimard, 1995

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

QUEIROZ. Maria Isaura Pereira. **O campesinato Brasileiro. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

SCHNEIDER, Sergio, NIERDELE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade de formas familiares de produção na agricultura.** In www.ufrgs.br/pgdr/docentes, acesso em 01/11/2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores**. . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

QUALIDADE DOS ALIMENTOS NA RELAÇÃO ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES: o caso das conservas de hortaliças comercializadas na Feira Ecológica da José Bonifácio, em Porto Alegre/RS

Fabiana Thomé da Cruz

(fabianathomedacruz@gmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)

Giovani Girolometto

(giovanigiro@yahoo.com.br)

Programa de Pós Graduação em Ciências Veterinárias (PPGCV/UFRGS)

GT09 - Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

Introdução

O tema da qualidade dos alimentos vem se colocando, especialmente desde as duas últimas décadas, como relevante ao pensar estratégias de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, as relações entre produção e consumo de alimentos tendem a ser mais pessoais e a valorização de alimentos tradicionais, associados ao rural, aproximam produtores e consumidores na "busca urbana" por produtos ligados ao rural e à imagem do natural e do artesanal.

Nesse sentido, a sociologia rural e a sociologia da alimentação têm apontado para novas preocupações, relacionadas à promoção de mudanças nos padrões de consumo. Do mesmo modo, estudos recentes sobre desenvolvimento rural têm considerado que novas formas de produção, associadas a novos padrões de consumo, pautados na dimensão simbólica dos alimentos, preocupações ambientais e desejo de promover a conservação do meio ambiente levam à emergência de espaços rurais diferenciados (MIELE, 2001).

Na mesma direção dos argumentos de Miele (2001), outros autores têm defendido novas relações baseadas na aproximação entre produtores e consumidores. Neste grupo, podemos citar Goodman (2002; 2004), Marsden (2004), Sonnino e Marsden (2006) e Wilkinson (2003; 2006), que têm estudado redes agroalimentares alternativas e, em especial, cadeias curtas de produção e abastecimento de alimentos. De modo geral, esses autores consideram a reconfiguração de cadeias de abastecimento, a partir da aproximação entre produtores e consumidores, como um importante mecanismo para a emergência de novas estratégias de desenvolvimento rural.

Nesse debate, o tema dos alimentos produzidos de forma artesanal pelos agricultores ganha destaque na medida em que, por um lado, são objeto de projetos de valorização e legitimação e, por outro, são alvo de críticas por serem produzidos informalmente, ou seja, por não se enquadrarem

nas leis sanitárias, fiscais e ambientais vigentes.

Nesse artigo, apresentamos dados de pesquisa iniciada em 2004, com produtores ecológicos da Zona Sul de Porto Alegre, que desde 2001 comercializam seus produtos na Feira Ecológica da José Bonifácio, importante ponto de comercialização de produtos provenientes da agricultura ecológica de Porto Alegre e região. A motivação para a pesquisa foram os relatos dos agricultores em relação à comercialização dos alimentos processados, especialmente conservas de hortaliças. Esses produtos, por terem seu processamento realizado fora dos critérios da legislação sanitária em termos de estrutura, estavam tendo, naquela ocasião, problemas para a comercialização. Com a intenção de discutir a qualidade das conservas de hortaliças, realizamos análises microbiológicas de amostras do produto e entrevistas com produtores e com um profissional da vigilância sanitária do município de Porto Alegre. Desde lá, temos acompanhado a produção do grupo pesquisado e, embora a produção e comercialização de conservas seja mantida, as pressões em torno do fim da produção ou legalização continuam presentes.

Frente ao contexto apresentado, nosso objetivo é trazer alguns elementos para a discussão em torno da qualidade dos alimentos e escalas de produção. Assim, tomamos como empírico o caso da produção artesanal de conservas de hortaliças por produtores ecológicos. Para tanto, utilizamos dados de entrevistas com produtores e com um profissional da vigilância sanitária de Porto Alegre, bem como resultados de análises microbiológicas de conservas de hortaliças produzidas pelos agricultores ecológicos estudados.

Nesse artigo discutimos primeiramente algumas das características da Feira Ecológica da José Bonifácio salientando as relações de confiança que se estabelecem entre produtores e consumidores. Em seguida, a partir da escala de produção adotada pelos agricultores estudados, refletimos sobre a qualidade dos produtos artesanais e os limites da legislação sanitária vigente para a escala de produção em que esses produtos são elaborados.

A feira ecológica: a qualidade dos alimentos pautada na relação produção-consumo

A Feira da José Bonifácio, no Bairro Bom Fim, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é um importante espaço para a comercialização de produtos da agricultura de base ecológica. Essa feira, que iniciou em 1989, é a primeira das atuais 11 feiras que comercializam produtos agroecológicos em Porto Alegre. De acordo com dados da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), atualmente a Feira tem 163 bancas, distribuídas em duas quadras da Rua José Bonifácio. A maioria dos produtores tem procedência de áreas rurais da Capital e região, mas há também produtores que trazem seus produtos, todos os sábados, de distâncias de até 200km.

Nas feiras ecológicas vende-se frutas, legumes, verduras e plantas medicinais *in natura,* produzidos sem agrotóxicos. Além dos produtos *in natura*, é possível encontrar também alimentos

processados, como é o caso de sucos, geleias, pães, massas, antepastos e conservas de hortaliças.

A comercialização é realizada diretamente pelos produtores, eliminando a presença de intermediários, de forma a valorizar as relações entre produtores e consumidores (MEIRELLES, 2007). Nessas relações, além de benefícios econômicos para quem vende e para quem compra, os consumidores passam a conhecer mais sobre o sistema produtivo, sazonalidade da produção e influência das condições climáticas, enquanto que os produtores, que têm espaço para ofertar ampla variedade de produtos, passam a conhecer o gosto dos consumidores e suas expectativas em relação aos produtos. Essa troca de informações e conhecimento favorece o desenvolvimento de relações de confiança entre os elos da produção e consumo de alimentos.

Relações baseadas em confiança apontam para a qualidade em uma perspectiva mais ampla, que supera a visão formal da qualidade, estabelecida a partir dos critérios presentes em normas vigentes. Mior (2005) argumenta que, em contraste com as noções de *qualidade superior* dos produtos de grandes empresas de alimentos, novas noções de qualidade têm considerado as relações entre produtos agrícolas e consumidores. Assim, a relação com o produtor e a valorização de produtos regionais passam a constituir atributos de qualidade e diferenciação de alimentos.

Entre os produtores que comercializam seus produtos na Feira Ecológicas da José Bonifácio, voltamos nossa atenção para alguns produtores e produtoras da Zona Sul de Porto Alegre. Esses agricultores ecológicos oferecem grande diversidade de alimentos, distribuídos de acordo com a sazonalidade e condições climáticas. Muitos dos produtos, além de comercializados *in natura*, tornam-se matéria-prima para o processamento de geleias, antepastos e conservas de hortaliças.

Para esses produtores, a relação de proximidade com os consumidores permite ajustar a produção para atender a demanda dos frequentadores da feira, pois, como salientou uma das agricultoras entrevistadas, na medida em que a relação com os consumidores vai se tornando mais estreita, muitos passam a demandar os produtos de acordo com o gosto pessoal, com mais ou menos sal, com determinado tempero, etc.

A demanda dos consumidores por esses produtos é grande e não parece haver preocupações quanto a qualidade envolvida na produção, embora o processamento das matérias-primas por esses produtores seja uma atividade não legalizada pelos órgãos de fiscalização sanitária. De fato, as relações de confiança, a proximidade entre quem produz e quem consome, aliada a possibilidade de, a qualquer momento, fazer uma visita às propriedades para conhecer como os alimentos são produzidos e processados, é uma eficiente ferramenta para legitimar a qualidade desses produtos.

É assim que a valorização de qualidades não formais dos alimentos, como as associadas à origem, modo de produção, aspectos sociais e culturais, entre outros, torna os alimentos em discussão preferidos por muitos dos consumidores, que parecem estar cada vez mais valorizando métodos de produção distintos daqueles adotados pela produção em larga escala.

Menasche (2003), em pesquisa realizada junto a moradores de Porto Alegre, aponta a crescente valorização de alimentos naturais, fortemente associados ao rural, como reflexo da desconfiança ante produtos industrializados. Do mesmo modo, Garcia (2003) sinaliza, a partir de resultados de um estudo realizado no centro da cidade de São Paulo, a valorização pelo gosto natural, caracterizado pelo não industrializado, por tudo o que é rotulado como artesanal e pela valorização da produção doméstica.

As tendências apontadas nas pesquisas citadas, que parecem estar associadas a um amplo processo de revalorização de sistemas produtivos locais e aproximação entre produtores e consumidores, estão em consonância com os argumentos de Goodman (2003), que considera que o atual momento histórico indica deslocamento da padronização e da lógica da produção de mercadorias em massa em direção à qualidade alicerçada em confiança, tradição, com base no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica. Assim, através da revalorização de práticas alimentares vinculadas a espaços rurais, as redes alternativas de alimentos alternativas às hegemônicas poderiam criar "novos espaços econômicos" capazes de superar as forças globalizantes, mercados não controlados, divisão do trabalho e poder de grandes empresas.

Contudo, apesar da crescente demanda por produtos que apresentam características de qualidade que superam os produtos oriundos da produção convencional, os limites que se colocam para a produção artesanal estão, para a maioria dos produtores, vinculadas às dificuldades de legalização da produção. De fato, ao tomar a qualidade dos alimentos somente a partir de critérios técnicos, normatizados a partir da escala de produção industrial, as práticas tradicionais de produção de alimentos, vinculadas a modos de vida específicos, são muitas vezes colocadas à margem do setor de produção de alimentos, encontrando dificuldades para a regularização dos processos de agroindustrialização e, assim, vendo-se na condição de informais.

Para aprofundar a discussão sobre os limites que têm se colocado para o processamento de alimentos diferenciados, produzidos em pequena escala, apresentamos, no próximo tópico, as características do sistema de produção das famílias pesquisadas, moradoras da Zona Sul de Porto Alegre e, em seguida, procuramos refletir sobre a qualidade dos produtos artesanais e os limites da legislação sanitária para a escala de produção em que esses produtos são processados.

Escalas de produção e os limites para a qualidade diferenciada

A agricultura realizada na Zona Sul de Porto Alegre tem se destacado, especialmente em relação à produção de frutas como pêssego, ameixa e uvas, à produção ecológica em pequenas propriedades e, também, em relação ao turismo rural. Alguns dos produtores ecológicos dessa região comercializam seus produtos nas feiras ecológicas da capital, entre elas, a Feira da José

Bonifácio. É o caso dos produtores pesquisados, que desde 2001 têm comercializado seus produtos diretamente aos consumidores nesse espaço.

Os produtores pesquisados possuem propriedades com área em torno de 2 hectares, onde produzem principalmente produtos de origem vegetal. A característica marcante nessas propriedades é a variedade de produtos, que entre os diferentes períodos e condições climáticas ao longo do ano, chegam ao total de 300 variedades, incluindo aí hortaliças, frutas, temperos, etc. Dada a pequena área de produção, é a diversidade de produtos que garante a manutenção dessas propriedades, através da comercialização dos produtos *in natura* e/ou processados nas feiras semanais[1].

Contudo, é muito comum que parte da produção esteja pronta para o consumo ao longo da semana ou, ainda, que parte dos produtos levados à feira não sejam comercializados. Nesses casos, as agricultoras processam esses produtos, transformando matérias-primas como frutas, hortaliças e legumes em geleias, conservas e antepastos. Com isso, agrega-se valor aos produtos, aumenta-se o tempo de conservação e, ao mesmo tempo, diversifica-se os produtos a serem oferecidos aos consumidores.

Contudo, embora as quantidades a serem processadas sejam pequenas e atreladas à disposição de matéria-prima na propriedade, os critérios da legislação sanitária estabelecem estrutura de processamento que requer investimentos em termos de estrutura e equipamentos incompatíveis com a realidade e escala produtiva dos agricultores pesquisados.

Em 2004, os agricultores relataram ações da vigilância sanitária no sentido de proibir a comercialização de conservas de hortaliças nos casos em que esse processamento não estava legalizado, como é o caso dos produtores pesquisados. Naquela ocasião, propomos fazer análises microbiológicas das conservas de hortaliças produzidas por essas famílias e através de entrevistas, apreender as motivações e dificuldades envolvidas nesse tipo de processamento. Ao mesmo tempo, entrevistamos um técnico da vigilância estadual de Porto Alegre, procurando apreender os problemas e possíveis soluções para a produção de conservas nos moldes como os produtores pesquisados estavam produzindo[2].

Assim, solicitamos aos produtores ecológicos pesquisados amostras de conservas de hortaliças para realizar análises bacteriológicas para salmonela e coliformes fecais, microrganismos presentes no regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos (RDC n° 12, de 2001, aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e também clostrídios sulfito redutores, indicativos da presença de *Clostridium botulinum*, microrganismo envolvido em alguns

[1] Recentemente parte da produção, em especial alguns produtos, têm sido comercializados diretamente para restaurantes, que se responsabilizam por buscar os produtos nas propriedades rurais.

[2] As análises microbiológicas e as entrevistas foram realizadas e apresentadas como trabalho de monografia no curso de Engenharia de Alimentos (ver Cruz, 2004).

casos de intoxicação alimentar por conservas. Foram 9 as amostras analisadas que, em virtude de não ser um elevado número, tratou-se de amostra indicativa. Os resultados, negativos para os três microrganismos estudados em todas as amostras analisadas evidenciam cuidados no processamento desses produtos. Nesse sentido, quando perguntada sobre a produção de conservas de hortaliças, uma das produtoras entrevistadas, lembrando os cuidados de higiene empregados, apontou que as conservas são tradição de gerações, sendo feitos como se eles mesmos [produtores] fossem comer.

Poderíamos discutir e aprofundar muitos aspectos referentes aos resultados das análises microbiológicas, mas o que nos parece pertinente para a discussão aqui proposta é o fato de os resultados negativos para os microrganismos investigados contrapor-se à visão pré-estabelecida de que o modo de produzir aqui descrito oferece riscos à saúde de quem consume os produtos.

Tal visão é expressa pelo profissional da vigilância sanitária entrevistado, que considera que as conservas caseiras oferecem risco aos consumidores. Para esse profissional, os consumidores não entendem os riscos atrelados a esses produtos e, por isso, há a necessidade de investir em trabalhos educativos em relação ao risco destes alimentos com o objetivo de alertar os consumidores sobre a necessidade de ter-se produtos seguros. A solução para os produtores seria, ainda conforme o mesmo profissional, adequar a produção caseira à legislação, já que a mesma não difere do resto do comércio, tendo como possibilidades os produtores se agruparem em forma de cooperativas ou formalizarem-se como agroindústria.

Diante da visão do técnico, que possivelmente represente a visão do órgão responsável pela fiscalização desses produtos, vale retomar que há algumas décadas atrás, antes do processo de industrialização ter se fortalecido, a produção e processamento de alimentos estavam associados à pequena escala, à produção familiar. Naquele contexto, a presença de práticas e atividades de transformação e/ou processamento de algumas matérias-primas para conservação dava-se principalmente no ambiente doméstico e fazia parte da vida dos agricultores e agricultoras, que, ao processar carnes, embutidos, queijos, conservas, compotas, etc, garantiam maior diversidade de alimentos durante todo o ano.

Wilkinson e Mior (1999), ao analisar a produção de lácteos pela agricultura familiar, pontuam que tradicionalmente não existia regulamentação do setor primário da cadeia de leite para normatizar a sanidade do rebanho, as práticas de ordenha ou a qualidade do leite, de tal forma que não era possível falar de setor informal. A partir da aprovação do sistema de inspeção federal para produtos de origem animal, no início da década de 1950, o leite entregue a laticínios passou a ser fiscalizado e, em decorrência, passou para o âmbito do setor formal, colocando os produtores tradicionais de leite e derivados diretamente na informalidade. Por isso, os mesmos autores fazem distinção entre informalidade e ilegalidade.

> O setor informal distingue-se do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos, como no caso de drogas ou contrabando. Trata-se de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Enquanto no primeiro caso o órgão repressor apropriado é a polícia, no segundo os organismos de fiscalização são responsáveis pelo enquadramento. O setor informal, portanto, é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado (WILKINSON, MIOR, 1999, p. 31).

Com o crescimento populacional e a intensificação da urbanização, a escala de produção de alimentos foi redimensionada para aumentar a produção e, dessa forma, garantir alimentos em quantidade suficiente para os moradores dos centros urbanos. Naquele momento, que no Brasil se deu principalmente a partir de 1950, o foco passava a ser a quantidade e em seu nome praticamente qualquer mudança no sistema de produção de alimentos seria justificável, inclusive a substituição de matérias-primas e o emprego de aditivos para tornar os alimentos mais baratos e duráveis. Para tanto, a produção agropecuária e os setores de processamento e distribuição adotaram tecnologias capazes de aumentar a produtividade e reordenar e ampliar a logística de distribuição dos gêneros alimentícios.

Gradativamente, a qualidade passou a ser associada a grandes estruturas e a aspectos sanitários - de inocuidade -, baseados na escala de processamento e no modelo produtivo de grandes indústrias de alimentos. Para garantir e controlar essa qualidade, adotaram-se sistemas e ferramentas de controle, padronização e rastreabilidade. Na medida em que a durabilidade dos produtos tornou-se maior, a produção passou a ser crescentemente centralizada e a distribuição realizada através de cadeias longas, processos hoje dominados por grandes empresas de alimentos.

No Brasil, como consequência da industrialização em larga escala, a noção de qualidade dos alimentos, balizada pela construção de uma legislação que viabilizasse a exportação de gêneros alimentícios, foi desenvolvida levando-se em conta quase que exclusivamente a realidade das grandes estruturas e da produção em larga escala, associadas ao cumprimento das exigências sanitárias como meio para garantir a segurança dos alimentos.

A ruptura entre produção tradicional e industrial evidencia-se na medida em que a qualidade do sistema industrial de alimentos tem tornado-se fortemente associada à estrutura e às ferramentas de garantia de qualidade, ambas desenvolvidas e dimensionadas tendo em vista a realidade e escala de produção de médias e grandes empresas, a partir dos riscos envolvidos na produção e transporte de alimentos em massa. Ao mesmo tempo, a produção tradicional de alimentos mantem-se embasada em métodos artesanais que operam em escalas de processamento incomparavelmente menores às empregadas pela indústria convencional. Ainda, a comercialização desse tipo de produção se dá em sistemas locais, alicerçados na proximidade e relações de confiança entre produtores e consumidores como meio para legitimar a qualidade desses produtos.

Deste ponto de vista, a produção tradicional não se adequaria à estrutura da grande escala, o que não significa necessariamente que nos sistemas tradicionais não existam práticas e condutas que

visam a qualidade. Por outro lado, dada a capilaridade e amplitude da produção industrial de alimentos, parece-nos que as exigências em termos de estrutura e ferramentas para a garantia da qualidade, quando aplicadas à escala industrial, são coerentes, pois representam, de fato, um controle, já que, como lembra Maluf (2007), tais processos ocorrem longe da visão, conhecimento e controle direto dos consumidores.

Desconsiderar que as escalas de produção que configuram o sistema convencional e o sistema tradicional são distintas implica em julgar a qualidade dos alimentos somente a partir de critérios técnicos, normatizados, que consideram inocuidade como sinônimo de qualidade. Nesta visão, as práticas tradicionais de produção de alimentos, enraizadas socialmente, vinculadas a uma cultura e um modo de vida específico são colocadas à margem do setor de produção e comercialização de alimentos. Aplicar os mesmos critérios que os empregados para a produção em larga escala à produção tradicional, realizada em escala micro se comparada às grandes corporações ou impérios alimentares, para utilizar um termo adotado por Ploeg (2008), implica em excluir qualquer singularidade inerente ao processo de produção, padronizando os modos de fazer, os sabores e a diversidade, comprometendo as características originais e tradicionais dos produtos.

Para as características e escala de produção das propriedades pesquisadas, investir em uma estrutura para o processamento de alimentos significaria alto investimento, principalmente se comparado com o retorno da produção agrícola oriundo de áreas pequenas como as mencionadas. Além do mais, qualquer agroindústria que atendesse aos critérios mínimos da legislação sanitária em termos de estrutura seria superestimada dada a escala de produção em questão.

Contudo, como já mencionamos, apesar de não atender às exigências em termos de estrutura para o processamento, as conservas têm sua qualidade legitimada através da relação direta e de confiança que se desenvolve entre produtores e consumidores. Nessas relações, qualidades como matérias-primas ecológicas, conhecimento do processamento e propriedades produtores, bem como aspetos sociais, culturais e econômicos somados, é claro, ao sabor dos produtos sobrepõem-se a qualidade formalmente estabelecida.

Ao mesmo tempo, o resultado negativo das análises microbiológicas indica que, no caso de escalas de produção como as adotadas pelos agricultores estudados, os cuidados no processamento parecem, mais do que estrutura, garantir também a qualidade sanitária desses produtos. Assim, entendemos que, no que se refere à dimensão higiênico-sanitária, o cumprimento das exigências em termos de estrutura, instalações e equipamentos não deve ser tomado como fator determinante para a qualidade do produto final, uma vez que tal característica também decorre da adoção de práticas e atitudes higiênicas durante sua produção(CRUZ, 2007). Assim, mais do que no tamanho da estrutura para o processamento, é possível focar no processo, desde a produção da matéria-prima até o produto final, como condição para produzir alimentos que, além de qualidade sanitária,

conservem características dos processos tradicionais, associados à realidade de pequenos agricultores.

Conclusões

Nesse artigo, em que discutimos o tema da qualidade dos alimentos processados artesanalmente tendo como empírico a produção de conservas de hortaliças por produtores ecológicos, argumentamos que para a escala de produção dos agricultores estudados, mais do que investimentos em estrutura, são os procedimentos adotados que influenciarão na qualidade sanitária das conservas.

Embora muitos produtos como os estudados não atendam aos critérios legais, que como argumentamos, foram estabelecidos levando-se em consideração as características produtivas de grandes empresas, os produtos estudados, produzidos, processados e comercializados por produtores ecológicos atendem as expectativas de muitos consumidores locais, que pelas relações diretas com os produtores, acabam conhecendo as propriedades rurais e os modos de produção, ou seja, a origem dos produtos.

Os resultados negativos das análises microbiológicas das conservas de hortaliças indicam que, para o contexto de produção estudado, além de produzir alimentos seguros do ponto de vista sanitário, é possível manter e valorizar aspectos sociais e ambientais que compõem a qualidade dos alimentos. Nesse sentido, as qualidades envolvidas produção ecológica apontam a necessidade de repensar as exigências em termos de estrutura e escala de produção, tornando-as condizentes com a realidade de pequenos produtores locais de alimentos. No que se refere à dimensão higiênico-sanitária, o cumprimento das exigências em termos de estrutura, instalações e equipamentos não deve ser tomado como fator determinante para a qualidade sanitária do produto final, uma vez que tal característica também decorre da adoção de práticas e atitudes higiênicas durante sua produção.

Em contexto de relações de proximidade entre produtores e consumidores e considerando as escalas de produção, seria possível pensar em sistemas capazes de legitimar essa realidade produtiva, tornando assim possível conciliar os diferentes aspectos que compõem a qualidade dos alimentos.

Referências

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Conservas de hortaliças agroecológicas em Porto Alegre/RS**: representações, significados e qualidade microbiológica. 2004. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Alimentos). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências

Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, 16(4), p.483-492, 2003.

GOODMAN, David Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. **Sociologia Ruralis***,* n. 42, v. 4, p. 271-277, 2002.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, n. 19, v. 1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, David. Rural Europe Redux? Relections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, n. 44, p. 3-16, 2004.

MALUF, Renato Sérgio J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 174.

MARSDEN, Terry. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MEIRELLES, Laércio. **Ferias de productos ecológicos.** Disponível em:<http://www.centroecologico.org.br/artigo_download.php?id_artigo=28&tipo=pdf>. Acesso em:10 mar. 2010.

MIELE, Mara. **Creating sustentability**: the social construction of the market for organic products. Grafisch Atelier Wageningen: Wageningen. 2001.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 388 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 372.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, 6, p.181-199, 2006.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, p.62-87, 2003.

WILKINSON, John. The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors. In: **Globalisation**: social and cultural dynamics, International Workshop, Rio de Janeiro: MINDS, 2006. Disponível em: <http://www.minds.org.br/arquivos/wilkinsontheminglingofmarkets.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2008.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 13, p.29-45, 1999.

REFLEXÃO ACERCA DA TEMÁTICA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADO NA PERSPECTIVA DA MEDIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Suênia Cibeli Ramos de Almeida
Embrapa Cerrados
Email: suenia@cpac.embrapa.br.
José Humberto Valadares Xavier
Embrapa Cerrados
Email: jhumbert@cpac.embrapa.br.
Marcelo Nascimento de Oliveira
Embrapa Cerrados
Email: manoli@cpac.embrapa.br.
Marcelo Leite Gastal
Embrapa (Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento)
Email: marcelo.gastal@embrapa.br.

GT09 – Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1 - Introdução

O presente texto pretende refletir sobre o papel que a Pesquisa-Ação via mediação e investigação pode aportar no apoio à construção social de mercados. A pesquisa será desenvolvida em Unaí, município localizado na região noroeste de Minas Gerais, com aproximadamente 70 mil habitantes. Está localizado no Território de Águas Emendadas, dentro da classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Território de Águas Emendadas, único no país a reunir três unidades da Federação, está localizado no Planalto Central brasileiro, abrangendo todo o Distrito Federal, três municípios do noroeste do estado de Minas Gerais (dentre eles Unaí) e sete municípios do nordeste do estado de Goiás.

Segundo estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, a agricultura familiar conta com aproximadamente 4000 famílias, sendo que nesse contingente há em torno de 1800 famílias de assentados de reforma agrária, nos 28 assentamentos presentes no município. Para esses produtores, a atividade leiteira é estruturante nos estabelecimentos, portanto há um grande esforço para incrementar essa atividade. Unaí responde pela oitava bacia leiteira do estado de Minas Gerais (PINHEIRO, 2007), com produção diária de 340 mil litros de leite, centralizada pela cooperativa local (CAPUL), que revende a quase totalidade do produto à indústria de laticínios ITAMBÉ. Com isso, a margem de influência dos cooperados na confecção

do preço do leite é mínima, sendo que os mesmos têm que se submeter à política de preços da indústria.

A equipe da Embrapa Cerrados em parceria com diferentes instituições, vem atuando em projetos de pesquisa e desenvolvimento no município de Unaí – MG, desde 2002. Foram conduzidos dois projetos intitulados: "*Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária*", finalizado em abril/2008 e "*Sistemas diversificados de produção visando a transição agroecológica no contexto dos pequenos produtores de assentamento de reforma agrária do município de Unaí-MG"*.

Foram identificados, no âmbito desses projetos, problemas na inserção das famílias assentadas nos mercados de produtos agropecuários, bem como uma maior dependência de insumos externos nas atividades agropecuárias. No caso específico do produto leite bovino, o mercado local exige um padrão mínimo de qualidade que nem sempre é atingido por esses agricultores. Esse e outros problemas estão associados às questões como: i) Deficientes estruturas organizacionais (entre eles e de suas comunidades locais), fragilidade das ações de instituições municipais, estaduais e federais, responsáveis pela implementação efetiva dos projetos brasileiros de reforma agrária; ii) Timidez nas ações coletivas que diversifiquem as alternativas de inserção no mercado.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unai, como instituição que representa a maioria dos agricultores familiares, vem estimulando uma reflexão coletiva de um projeto viável para a agricultura familiar do município. Dentro dessa reflexão, melhorar a comercialização é o grande rumo que os mesmos consideram como pertinente e, com isso, estão imbuídos em viabilizar meios para que se concretize. Para tal, criaram uma cooperativa de agricultores familiares (COOPERAGRO), inicialmente com o intuito de facilitar a produção e comercialização de produtos oriundos dos estabelecimentos familiares.

Parte-se da compreensão que a construção social de mercados pelos agricultores familiares de Unaí depende da superação de suas dificuldades organizacionais e produtivas; que a construção de tecnologias sociais com os agricultores, ao associarem aspectos técnicos e organizacionais serão capazes de dinamizar a produção e favorecer a construção social de mercado para os produtos da agricultura familiar. Nesse contexto, questiona-se como a Pesquisa-Ação pode potencializar, por meio de instrumentos de mediação e investigação, o apoio a esses

processos.

O projeto de pesquisa tem o objetivo gerar informações técnicas, sociais e econômicas para apoiar a construção de estratégias que permitam a inserção favorável dos agricultores familiares de Unaí nos mercados. A metodologia proposta baseia-se nos princípios da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2007) definida como "uma pesquisa social de base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão comprometidos de forma coletiva ou participativa" (pg. 14).

4 - Elementos relevantes

a) A pertinência da construção dos mercados

SEN (2000), considera que um dos grandes desafios do desenvolvimento é a criação de condições para a participação dos produtos dos pequenos produtores no intercâmbio econômico, na medida em que um dos objetivos do mercado deve ser a geração do crescimento econômico e, sobretudo, a eqüidade social. Nessa perspectiva, integrar a possibilidade da utilização dos mercados com o processo de oportunidades sociais deve ser levado em consideração para o acesso das pessoas a direitos sociais mais amplos. Nesse sentido, o autor destaca:

> *"O mecanismo de mercado, que desperta paixões favoráveis ou contrárias, é um sistema básico pelo qual as pessoas podem interagir e dedicar-se a atividades mutuamente vantajosas. Por essa perspectiva, é dificílimo pensar que um crítico razoável poderia ser contra o mecanismo de mercado em si. Os problemas que se originam geralmente de outras fontes – não da existência dos mercados em si – e incluem considerações como o despreparo para usar as transações de mercado, o ocultamento não coibido de informações ou o uso não regulamentado de atividades que permitem aos poderosos tirar proveito de sua vantagem assimétrica. Deve-se lidar com esses problemas não suprimindo os mercados, mas permitindo-lhes funcionar melhor, com maior eqüidade e suplementação adequada. As realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais."(pg. 169).*

Um dos principais problemas da agricultura familiar no país é a inserção da sua produção nos mercados e em cadeias produtivas, particularmente, na governança dessas. Iniciativas do CNPq demonstraram quão importante é esse desafio que envolve esforços de diferentes órgãos do Estado brasileiro. No caso específico do CNPq, algumas ações foram empreendidas nesse sentido, focadas em estudos de modelos organizacionais e das especificidades dos mercados (LIMA, 2002, pg. 34).

Hodienarmente uma das instituições que vem investindo fortemente nesse segmento é a Fundação Banco do Brasil, reconhecendo a problemática como atual, apesar do volume de investimentos já aplicados no combate à pobreza rural, especialmente, no nordeste. O foco das experiências da Fundação e das organizações dos agricultores familiares acerca dos empreendimentos solidários no Nordeste representa uma dessas iniciativas. Segundo PARREIRAS (2007), um dos pressupostos do referencial metodológico dessa instituição é a participação da agricultura familiar na governança de cadeias produtivas globais, isso porque acredita-se que:

> *"...esse objetivo, e apenas esse, é capaz de tirar os produtores de sua condição de marginalidade, da posição de explorados economicamente e de sua vulnerabilidade estrutural na operação da cadeia, abrindo-lhes perspectivas reais para sua realização autônoma como sujeitos históricos em um mundo globalizado." (pg. 39).*

Na compreensão desses atores, os agricultores familiares dominam a produção, mas o que lhes permitirá influenciar a cadeia no seu conjunto é o 'domínio' da comercialização, etapa do processo produtivo onde se concentra a maior parcela dos rendimentos e onde se apresentam as maiores dificuldades para esses atores se inserirem e, ao mesmo tempo, constituírem capacidades de gestão e empreendedorismo.

No que diz respeito aos assentamentos da reforma agrária, o panorama é tão complexo quanto o da agricultura familiar, apesar de diverso. Nesse sentido, análises econômicas de bases clássicas sobre a viabilidade econômica dessas propriedades podem levar a conclusões apressadas acerca da ineficiência dos assentamentos, como ressalta SILVA et al (2006). Esses autores propõem uma releitura do conceito de viabilidade econômica com base na abordagem neoschumpeteriana, que possibilita a permutação desse pelo de sustentabilidade econômica. Esse

novo olhar salienta:

> *"...questões teóricas e práticas associadas às mudanças tecnológicas...enfatiza aspectos institucionais e dinâmicos presentes na produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades inovativas dentro das organizações... (SILVA et al, pg. 218, 2006)".*

Na mesma direção, estudando a permanência dos agricultores familiares na cadeia produtiva do leite, apesar das projeções contrárias a esse fato, MAGALHÃES (2009) discute a pertinência da mudança de enfoque teórico e metodológico nos estudos de mercados. Assim, define o autor:

> *"Mercados são arenas sociais em que ocorrem trocas estruturadas, que por sua vez necessitam de regras e estruturas sociais para guiar e organizar as transações. A formação de um mercado territorial consolida-se à medida que as organizações...formem instituições peculiares no território em questão"(MAGALHÃES, pg. 267, 2009).*

Essa mudança de olhar, tanto da acadêmia quanto de agentes do Estado sobre o mercado, possibilita instituir iniciativas que promovam uma ação mais integradora dos agricultores familiares nesse universo. O governo brasileiro, também reconhecendo essa dinâmica, vem desde 2003, implementando uma política agrícola e de sustentabilidade alimentar por meio de instrumentos como o PAA[1], objetivando o fomento a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, garantir a assistência alimentar às populações em situações de risco (DELGADO el al., 2005). Esse conjunto de atividades demonstram a permanência e importância da temática e a diversidade de operações, instrumentos e atores em torno do mesmo.

[1] *"O PAA é uma política pública definida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que está sendo operacionalizada nas regiões Sul e Nordeste do país por órgãos federais, governos estaduais e governos municipais. Sua finalidade é buscar fortalecer os agricultores familiares, especialmente aquelas camadas deste segmento de produtores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores." O programa compõe-se das seguintes modalidades: Compra Direta da Agricultura* Familiar (CDAF); Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e Compra Direta Local da Agricultura *Familiar (CDLAF).(MATTEI, pg 1, 2007).*

A formação dos mercados e suas constantes mudanças, bem como os comportamentos econômicos dos indivíduos, são resultado de interações freqüentes entre campos econômicos, políticos e culturais (BORDIEU, apud MAGALHÃES, 2009). Sem levar em conta as influências do mundo social, importantes fenômenos econômicos são negligenciados pelos estudos de mercado baseados nas teorias econômicas neoclássicas (MAGALHÃES, 2009).

Segundo WILKINSON (2008) a teoria econômica clássica dispõe de poucos elementos para olhar o universo dos micros e pequenos empreendimentos no meio rural numa perspectiva de inserção autônoma dos agricultores nos mercados. Por outro lado, a nova sociologia econômica, especialmente a desenvolvida nos estudos de Mark Granovetter por meio do conceito de redes sociais e da noção de construção social, onde o tipo de rede social é correlacionada com a forma de funcionamento do mercado, vem se configurando importante na compreensão das dinâmicas que regem tais relações.

Considerando as questões acima, bem como os de economia de escala e de qualidade de leite bovino, principal produto da economia de Unaí-MG, e por outro lado a necessidade da busca, pela diversificação de suas atividades produtivas, da economia de escopo pelos agricultores familiares, acredita-se que a geração de referências[2] que possibilitem uma melhor inserção dos agricultores familiares no mercado proporcionará tomadas de decisões e elaboração de estratégias mais favoráveis.

b) Uma abordagem para a mediação e investigação na construção social de mercados – a Pesquisa-Ação.

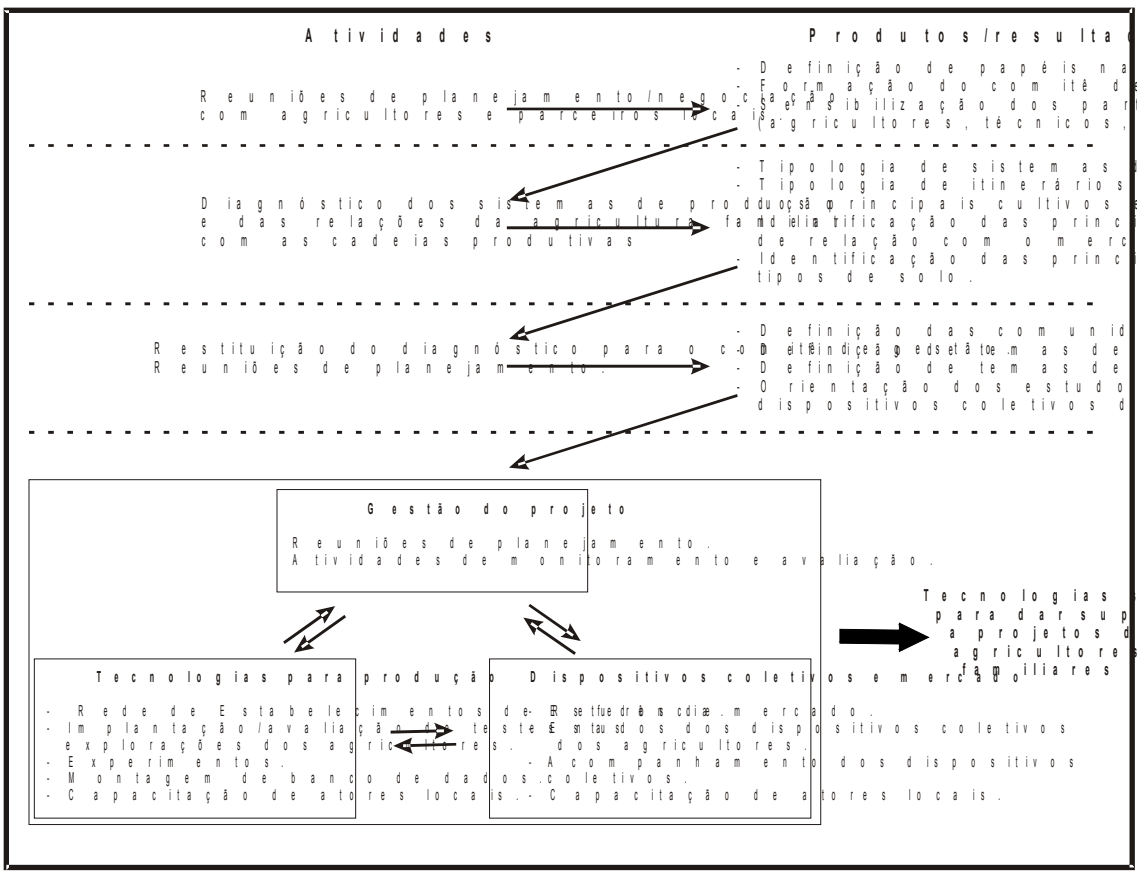
Há duas grandes linhas nas abordagens de pesquisa: a positivista, que se liga às pesquisas que se relacionam principalmente às "Ciências Duras"; e a interpretativista, onde se enquadram várias metodologias que se fazem presentes nas Ciências Humanas, a saber: a pesquisa participante, a pesquisa com abordagem sócio-histórica, a pesquisa com abordagem fenomenológica, a pesquisa-ação, entre outras. Estando eminentemente categorizada na linha interpretativista, a pesquisa-ação é possuidora de uma natureza argumentativa, o que quer dizer que ao mesmo tempo ela se choca com a concepção tradicional de pesquisa – aquela legitimada pela linha positivista. Isto porque na pesquisa-ação as interpretações da realidade observada e as ações transformadoras são objeto de deliberação (CUNHA, 2009).

[2] Entende-se por referência todo tipo de informação correspondente a uma situação local bem definida. Podem ser de natureza econômica, social ou técnica e relacionar-se a diferentes escalas, desde a parcela de cultivo até a fazenda ou a organização dos produtores (BONNAL et al., 1994).

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2007).

A pesquisa-ação é uma forma de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente. Os participantes não são reduzidos a cobaias e desempenham papel ativo. As variáveis, de seu lado, não são isoláveis, posto que todas elas interferem no que está sendo observado. Portanto, assim como nas outras pesquisas da linha interpretativista, a substancialidade dos pesquisadores não é total, pois o que cada pesquisador observa e interpreta nunca é independente da sua formação, de suas experiências anteriores e do próprio "mergulho" na situação investigada (CUNHA,2009).

Para estruturação dessa abordagem de construção do conhecimento serão considerados os seguintes instrumentos de mediação e investigação, sistematizados no esquema abaixo apresentado:



O trabalho de diagnóstico tem o objetivo operacional de encontrar e implementar

respostas adaptadas aos problemas identificados. Os principais produtos deste primeiro diagnóstico são a tipologia de sistemas de produção[3], a tipologia de itinerários técnicos[4] dos principais cultivos e criações, a caracterização dos recursos naturais, com ênfase nos solos e a identificação das principais formas de relação da agricultura familiar com o mercado. Para identificar oportunidades de mercado é necessário caracterizar o conjunto de sistemas produtivos existentes na região para que não seja preconizada uma alteração em um sistema produtivo em tipos que entram em desvantagem competitiva com sistemas de produção que já tenham uma estrutura mais adequada.

Uma outra estrutura fundamental para a realização das atividades propostas é a viabilização de uma rede de estabelecimentos de referência, que será definida buscando representar as principais situações socioeconômicas (tipos de sistemas de produção) e agroecológicas representativas da agricultura familiar do município. Nesse contexto, a rede terá os seguintes objetivos: conhecer as práticas utilizadas pelos agricultores e o funcionamento dos diferentes sistemas de produção; conhecer os problemas que dificultam a produção; testar, junto com os produtores e em função do diagnóstico realizado, tecnologias que permitam contornar os problemas e melhorar os resultados dos sistemas de produção; acompanhar e avaliar a evolução dos sistemas de produção e retroalimentar a pesquisa.

Para os estudos em torno dos dispositivos coletivos, o STR de Unaí e a Cooperagro estão definidas como lócus de ação de monitoramento, avaliação e mediação, pois este são os lugares onde os agricultores discutem e elaboram suas estratégias em torno da inserção coletiva dos produtos da agricultura familiar. Os estudos de mercados, os percursos de formação e capacitação e a socialização de informações também comporão caminhos de suporte para a construção de conhecimentos necessários à novas relações com os mercados.

Considerações

A abordagem da Pesquisa-Ação possibilitou em outros contextos mutações importantes geradoras de autonomia para diferentes grupos sociais em diferentes ambientes. Os projetos de pesquisa anteriores realizados em assentamentos de reforma agrária nesse município, por equipe multidisciplinar e multi-institucional, também comprovam experiência de êxitos no diálogo entre

[3] O sistema de produção é definido como a combinação dos fatores de produção utilizados por um produtor e sua família com a finalidade de satisfazer seus objetivos, tomando em conta um determinado contexto social, econômico, administrativo e político (BONNAL et al., 1994). O sistema de produção abrange toda a propriedade: as terras, equipamentos, benfeitorias, os cultivos, as criações, a família do agricultor e o modo como estes diversos componentes interagem.

[4] O itinerário técnico é a combinação lógica e ordenada de técnicas, que permite controlar o meio e obter uma produção (SEBILLOTE, 1974 e 1978, *apud* MILLEVILLE, 1992).

a equipe e os agricultores e na geração de referências produtoras de mudanças para a melhoria de vida desses grupos sociais.

Diferentemente de muitas pesquisas, nesse trabalho, considera-se que as limitações de acesso aos mercados como infraestrutura ou crédito não são apenas fatores externos, porém devem ser buscados com os agricultores formas de organização que permitam superá-los para alcançar os objetivos pretendidos. A participação dos atores e instituições locais é relevante em processos de inovações que se intencionam permanentes e geradores de autonomia, sendo princípio fundante da abordagem da pesquisa ação.

Portanto, acredita-se que a experiência que se inicia tenha grande potencialidade, embora com objeto de reflexão/ação diferenciado, na medida em que a inserção nos mercados está fortemente relacionado ao grau de organização e preparação dos agentes sociais para interagir e construir relações mais favoráveis.

Referências bibliográficas

BONNAL, P.; XAVIER, J.H.V.; SANTOS, N.A. dos; SOUSA, G.L.C. de; ZOBY, J.L.F.; GASTAL, M.L.; PEREIRA, E.A.; PANIAGO JÚNIOR,E.; SOUSA, J.B. de. **O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa/desenvolvimento: Projeto Silvânia.** Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1994. 31p. (EMBRAPA-CPAC. Documento 56).

CUNHA, Patrícia Vale. **Metodologia da pesquisa ação**. Juiz de Fora,Mg: [s.n], 2005. Disponível em <http://www.lic.ufjf.br/resenhas/metodologia.htm>. Acesso em 19 ago. 2009.

DELGADO, G. et alii. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1145).

LIMA, D. M. A. et al. **Iniciativas do CNPq em CT&I para apoio à agricultura familiar e a assentamentos de reforma agrária**. In: LIMA, D. M. A; WILKINSON, J. Inovação nas tradições da agricultura familiar**.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MAGALHÃES, R. S. **Habilidades sociais no mercado de leite**. In: MARTES, A C. B. (org.) Redes e sociologia econômica. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 263-284.

MATTEI, L. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. RER, Rio de Janeiro, vol 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007. http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22.

MILLEVILLE, P. Investigacion sobre las practicas de los agricultores. **Revista Investigacion Desarrollo para América Latina.** Barquisimento, Venezuela, n.1, p. 09-15, 1992.

PARREIRAS, L. E. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: IPEA: ANPEC: Fundação Banco do Brasil, 2007.

PINHEIRO, M. E. F. **Eficiência da produção familiar de leite: identificando benchmarks**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2007. 155p. (Dissertação de Mestrado).

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. H; COELHO, F. M. G; FILHO ALVES, E. **Inovação e Sustentabilidade Econômica em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, nº 2, abr-jun. 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: CORTEZ EDITORA 15a. ed., 2007, 132 p.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA AGROALIMENTAR: novas e velhas possibilidades para a agricultura familiar

André Kuhn Raupp
(andreraupp@yahoo.com.br)
Doutorando PGDR/UFRGS e Assessor de Política Agrícola na FETAG-RS.

GT 09 – Agricultura familiar, produção de alimentos e a construção social de estratégias de mercado

1. Introdução

No período pós-guerra, o mundo presenciou a emergência de um novo regime alimentar, densamente descrito nos trabalhos de Harriet Friedmann (1993 e 2000) e centrado nos EUA e Comunidade Econômica Européia. Características como marcos regulatórios nacionais, produção de excedentes, exportações subsidiadas, industrialização da agricultura e replicação do modelo em outros países, foram centrais na ordem que se estabeleceu. Apesar de suas bases terem começado a ruir a partir dos 1970, foi esse o regime que consolidou e multiplicou em diversos países o modelo fordista de agricultura.

Muitas das questões postas na época não se colocam mais atualidade, haja vista a emergência de diversos países como grandes exportadores de *commodities* agrícolas e a pressão para o fim das políticas de sustentação de preços dos EUA e da Europa. A crescente ligação das negociações comerciais multilaterais à Organização Mundial do Comércio também vem enfraquecendo as conexões do regime alimentar do pós-guerra.

Os desdobramentos desse processo na agricultura, segundo Friedmann (2000), tem sido que; a) apesar da redução da quantidade de agricultores nos últimos anos, não tem caído em igual proporção o seu peso político; b) a autonomia dos agricultores cedeu lugar à sua subordinação dentro de um complexo agroalimentar dominado pelo capital financeiro e industrial; c) as corporações agroalimentares cresceram além dos regimes nacionalmente regulados que as criaram e; d) os consumidores ganharam um peso igual ao dos agricultores dentro da política agroalimentar.

A conjuntura atual é de imprecisões e disputas nos marcos regulatórios da produção e comércio de produtos alimentares, de emergência de novos atores influentes (em especial a grande distribuição) e de novas tendências de consumo, logo, o regime alimentar aparece aberto para um conjunto diverso de arranjos e estratégias produtivas. Em função disso, direcionamos o foco do trabalho sobre essas possibilidades alternativas, no intuito alcançarmos nosso objetivo geral de discutir

as possibilidades produtivas e comerciais dos agricultores, em especial os de base familiar, dentro de um sistema agroalimentar complexo e em transformação, a partir da noção "agregar valor". A partir da identificação das tendências gerais, aprofundamos a discussão sobre a noção geral de sistema alimentar localizado presente no contexto europeu e dos EUA, chamando atenção tanto para as iniciativas concretas, como para os possíveis limites e distorções presentes na sua implementação e defesa. Finalizamos o trabalho com um exercício de discussão sobre como a inserção dos agricultores de base familiar em circuitos alternativos de produção e consumo tem se dado no contexto brasileiro, sistematizando as possibilidades e experiências em torno da noção de agregação de valor.

2. Diferentes leituras da atualidade

A leitura de Ploeg (2008), cujo ponto de partida está bastante focado na indústria alimentar, é de que o processo atual de industrialização e de produção e consumo de alimentos se expressa e é impulsionado por uma agenda centrada na globalização, liberalização, expansão dos organismos geneticamente modificados e de que o mundo, nunca na história, teria tido alimentos mais seguros que os atuais. Na prática, isso legitima uma argumentação em prol de maior industrialização, introduzindo fortes pressões descendentes sobre os sistemas locais e regionais de produção de alimentos, independente de sua estrutura específica. A tendência é de intensificação de um processo denominado *squeeze*, no qual os agricultores são constantemente pressionados de um lado, por uma tendência de rebaixamento dos preços dos seus produtos agrícolas e de outro, pelo preço crescente dos insumos.

Essa tendência de industrialização, segundo Ploeg (2008), leva a uma crescente desconexão entre produção e o consumo de alimentos e as particularidades do tempo e do espaço, ou seja, os espaços de produção e consumo (entendidos como localidades) e sua inter-relação deixam de ter importância. A industrialização representa também um processo de desintegração e recomposição que se manifesta: a) no crescente afastamento entre produção agrícola e ecossistemas locais (imposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza); b) na divisão da unidade que caracterizava o processo agrícola de produção em elementos e atividades isoladas que se recombinam através de divisões de trabalho, espaço e tempo complexas e controladas de forma centralizada; c) na desintegração e recomposição dos produtos alimentares, que não são mais produzidos e processados, mas projetados. Por fim, a industrialização coincide e é expressão de um controle direto e crescente do capital sobre a produção e o consumo de alimentos em escala global.

Para o autor referido, a agricultura se relaciona com essas tendências gerais de duas formas/modelos dominantes. O primeiro consiste na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção, a agricultura e a sociedade em geral, mais especificamente, a produção e o consumo. O segundo, fortemente centralizado, consiste em estabelecer vínculos com

grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que crescentemente operam em escala mundial[1]. Segundo o autor, esse modelo consiste, acima de tudo, no fortalecimento mútuo e intrincado de uma grande variedade de elementos, relações, interesses e modelos diferentes, relacionando-se com a sociedade de forma coercitiva.

Ploeg (2008, p.21) argumenta também que diferentes tipos de agricultura *"interagem com diferentes mecanismos que os ligam à sociedade e são, de certa forma, constituídos através desses mesmos mecanismos"*. O que ocorre na prática é que dependendo do tipo de agricultura praticada pelos agricultores, as conexões serão mais fortes com um ou outro modelo polarizante e influenciadas de forma mais direta ou indireta pelo capital.

Também Wilkinson (1999a) faz uma interessante abordagem sobre as tendências globais observadas nas estruturas agroalimentares de demanda e abastecimento, para o que procede uma análise qualitativa de processos macro a partir de uma perspectiva histórica e relacional. O autor identifica um conjunto de inovações sócio-institucionais relacionadas ao mercado de trabalho (fordista *versus* segmentação / participação da mulher / trabalho em casa), à lógica alimentar (nutrição *versus* qualidade), ao ambiente alimentar (cantina da fábrica / casa *versus* terceirização / foco no mercantil-comercial) e estratégias industriais (mercado de massa / de marcas *versus* diferenciação / individualização) que condicionam e caracterizam um novo momento da demanda e do abastecimento, diferente do que se consolidou no período pós-guerra.

Segundo Wilkinson, que faz uma leitura que valoriza bastante os processos e tendências vinculadas à demanda alimentar, continuarão existindo os mercados de massa para a indústria alimentar consolidados no pós-guerra, embora com padrões menos dinâmicos de demanda e baseados em tecnologias não competitivas. Como contraponto a esse padrão, tecnologias flexíveis somadas à saturação do mercado conduziram a estratégias que vão desde a diferenciação do produto até sua "individualização". Nessa dinâmica, critérios de preço e quantidade cedem espaço para a qualidade e o sistema agroalimentar polariza-se em estratégias orientadas para a demanda. Assim, o alimento deve atender pressões concomitantes e contraditórias de saúde e prazer.

A tendência apontada pelo autor é a de que mercadorias e serviços alimentares intermediários substituirão de forma crescente os serviços finais domésticos ou comerciais, realçando os aspectos qualitativos e individuais do consumo de alimentos – trata-se da individualização da preparação e consumo doméstico de alimentos.

Nessa linha, as estratégias de inovação do sistema agroalimentar tendem a basear-se cada vez mais na habilidade de transformar as novas demandas do consumidor em fundamentos para o

[1] Autor denomina esse modelo de Império. No livro, trabalha com uma segmentação da agricultura em três grupos interligados, a citar: agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista.

crescimento do mercado. Segundo o autor, esse novo modelo econômico seria baseado no conhecimento intensivo, em vez de intensivos em materiais ou energia. A oferta e demanda oligopolizada (que marca o período pós-guerra) cederam lugar a estratégias de crescimento calcadas na capacidade de identificar e atender aos padrões de demanda que além de diversificados, vem se transformando rapidamente. Logo, o sistema agroalimentar atual tem como chave para estimular o consumo, um processo de reestruturação de frente para trás a partir da dinâmica da demanda, atualmente dificultado pela separação de interesses a montante e jusante e a ausência de consensos sobre a aceitabilidade de tecnologias de fronteira (ex. biotecnologias). O perfil do sistema agroalimentar futuro depende mais dos padrões de consenso do consumidor do que de imposições por parte de estruturas rígidas de oferta.

Identificada a lógica de organização e as tendências gerais em curso no sistema agroalimentar, que alternativas restam para os diferentes tipos de agricultores? Como estes se relacionam com a demanda alimentar à luz dessas tendências?

Aparece como consensual entre Friedmann, Ploeg e Wilkinson a perspectiva de continuidade de um regime alimentar que, embora divergente do modelo hegemônico do pós-guerra, continua estabelecendo vínculos de subordinação a partir do setor de distribuição ou da indústria alimentar com os produtores, numa tendência geral de especialização e padronização dos produtos, aumento da escala e concentração produtiva. Nessa conjuntura de imprecisões e disputas nos marcos regulatórios da produção e comércio de produtos alimentares, de emergência de novos atores influentes (em especial a grande distribuição) e de novas tendências de consumo, o regime alimentar aparece aberto para um conjunto diverso de arranjos e estratégias produtivas. Em função disso, direcionamos o foco do trabalho sobre essas possibilidades alternativas, aqui compreendidas como as que emergem fora do ordenamento geral de integração com o grande varejo e a indústria alimentar, como estas vem sendo construídas e qual a lógica de argumentação que as tem fundamentado.

3. As tendências de (re) localização do sistema alimentar

Para Feagan (2007), a orientação dos movimentos de (re) localização dos sistemas alimentares, presentes nos EUA e Europa, é derivada da idéia de sustentabilidade e sua preocupação com descentralização, democratização, autosuficiência e subsidiariedade – todos conceitos referenciados espacialmente. A busca desses movimentos é retrabalhar relações de poder e de conhecimento distorcidas através do distanciamento – físico, social, metafórico – entre produtores e consumidores no sistema agroalimentar globalizado. Assim, lugar e local re-emergem importantes como expressões de nossa contemporaneidade, especialmente como contraponto ao desempoderamento e aos efeitos homogeneizantes da globalização, logo, parecem ocorrer como

formas de resistência aos complexos modelos de deterioração da modernidade. As iniciativas práticas desses movimentos dizem respeito a iniciativas alimentares alternativas, redes e sistemas agro-alimentares alternativos, segurança alimentar comunitária, formas de agricultura cívicas e democráticas, iniciativas pós-produtivistas, cadeias longas e curtas, produtos com apelos de qualidade específica, dentre outras, que vem sendo agrupadas sob a denominação geral de sistemas alimentares locais[2] (LFS).

Em linha de pensamento similar, Hinrichs (2003) argumenta que os "alimentos localizados" emergiram como estratégia através da qual as pessoas tentam contrariar as tendências de concentração econômica, desempoderamento social e degradação ambiental na agricultura e nos alimentos. Ou seja, se colocam como oposição a aparente homogeneização e dificuldades da industrialização e concentração no sistema agroalimentar globalizado descrito nas seções anteriores deste trabalho.

Ambos autores contribuem para a compreensão desse processo, chamando atenção para suas proposições, mas também para algumas de suas inconsistências e limitações. Hinrichs (2003) apresenta um conjunto de argumentos que buscam criticar a generalizada associação de "bom" com o local e "ruim" com o global, como se as relações espacializadas correspondessem necessariamente a formas desejáveis/positivas de sociabilidade e práticas ambientais. Ou seja, uma freqüente idealização do local em contraponto à satanização do global.

Para Hinrichs (2003), ocorre uma superestimação do valor da proximidade, que permanece indeterminado, ambíguo e obscuro em termos de resultados sociais e ambientais. Reconhecer esta limitação não significa que a proximidade ou a distância não é importante na caracterização do sistema agroalimentar. A autora concorda que existe um conjunto de aspectos positivos do enraizamento social presente nos sistemas alimentares localizadas, mas ressalta que nas interações sociais locais não estão ausentes relações de intolerância e relações desiguais de poder.

Complementarmente, Feagan (2007) aponta que os sistemas alimentares localizados buscam transmitir uma mensagem sobre um local delimitado no intuito de alcançar suas metas. Ocorre que na prática esses limites não são fixos, mas antes, porosos e integrados com sistemas alimentares convencionais e internacionais. Para este, a forma como determinamos o local em sistemas alimentares locais depende do lugar – circunstâncias sociais, ecológicas e políticas que o circunscrevem: o localismo é dialética e relacionalmente oposto ao global. Tais sistemas somente farão juz a aspirações progressistas/positivas se evitarem o xenofobismo, a puritanização do lugar, as orientações anti-democráticas e buscarem desenvolver delimitações espaciais que ajudam a prevenir e enfrentar as grandes questões estruturais que deram origem às questões a serem enfrentadas.

[2] Tradução nossa para expressão inglesa "*Local Food System"*.

Nessa mesma lógica de reflexão, Hinrichs (2003), ao analisar políticas públicas para os sistemas agroalimentares localizados, aponta que sua novidade está na referência espacial para o local, mas o entendimento sobre as fronteiras entre o local e o não local é bastante diverso. Assim, identifica duas tendências gerais: a) Políticas com uma lógica de localização defensiva: enfatizam a construção, o posicionamento relacional e a proteção do local. Envolvem também resistência a forças externas, estabelecimento de limites rígidos e políticas separatistas. Nessa perspectiva, obscurecem a complexidade cultural, social e ambiental do local; b) Políticas de localização diversificada/receptiva: enfatizam a elaboração de mérito. Os limites entre o local e o não local são bordas ao invés de barricadas, reconhecendo variações e diferenças tanto interna como externamente ao local (McMichael's (1996) apud Hinrichs (2003).

Do acima exposto, denota-se que a simples territorialização do sistema alimentar não assegura necessariamente virtudes positivas. Trata-se de um processo complexo, que para Hinrichs (2003), pela ausência de escala das iniciativas em curso, representa ainda mudanças modestas em distintas direções do ponto de vista sócio-econômico, cultural e ambiental as quais são bastante dependentes da relação agricultor – consumidor. Reconhecer o poder e ao mesmo tempo o perigo do local é crucial para a efetiva implementação dos sistemas alimentares localizados.

4. Uma interpretação das experiências brasileiras

Conforme destacado nas seções anteriores, a agricultura brasileira ingressou na segunda metade do século passado num intenso processo de transformação da sua base técnica e produtiva e se consolidou no sistema alimentar internacional como uma importante exportadora de *commodities* agrícolas. As conseqüências dessa integração e inserção no regime alimentar consolidado no pós-guerra (fordista), tanto positivas como negativas, podem ser evidenciadas na íntegra no caso brasileiro. Em caminho divergente deste, complementar ou de fuga, como resquícios do passado a serem reestruturados ou como estratégia planejada de inserção na dinâmica alimentar atual, nas diferentes regiões brasileiras são encontradas experiências que sinalizam para uma aproximação crescente entre produção, consumo e características do local/do espaço/ do território. Experiências de diferenciação de produtos, agroindustrialização, venda direta, exploração de circuitos de visitação e turismo rural, são alguns exemplos concretos desse processo.

Embora implementadas e articuladas por grupos sociais diversos no país, sua hegemonia está centrada na agricultura familiar[3] e em linhas gerais, tem sido tratadas e justificadas sob a perspectiva da "agregação de valor" aos produtos desse perfil de agricultores. Em trabalho anterior (RAUPP,

[3] A "agricultura familiar" é uma noção que assume dimensões distintas entre sua utilização enquanto categoria operacional de políticas públicas, de sua outra face, noção referência para debates no campo acadêmico. Existe uma ampla bibliografia específica sobre este debate.

2005), argumentamos que as estratégias de agregação de valor, pensadas a partir de um plano de ações para a agricultura familiar, podem ser agrupadas dentro de três processos básicos, constituídos cada qual por uma série de estratégias próprias. Essa postura não implica em reconhecer esses processos como independentes e isolados um do outro, mas chamar atenção para todo um conjunto de estratégias de agregação de valor passíveis de serem mobilizadas de forma articulada a partir das unidades de produção dos agricultores familiares e que servem de referencial de (re) localização de sistemas alimentares.

O primeiro processo destacado consiste em agregar valor a atividades produtivas via apropriação – pelos agricultores – de margens de renda, de etapas produtivas operadas fora da produção primária e usualmente retidas por segmentos que de alguma forma se articulam com as explorações agropecuárias. Consiste na reversão do processo de apropriacionismo[4] e na amenização dos impactos negativos causados pela queda dos índices de preços reais dos produtos agrícolas de origem animal e vegetal (*squeeze*) via maior retenção de renda dentro das unidades de produção. Nessa linha, as estratégias de agregação de valor consistem:

a) na exploração de processos produtivos menos dependentes de insumos externos à unidade de produção. Apesar da conotação de simples redução de custos de produção na rubrica insumos via inversão do processo apropriacionista – mesmo que somente parcial – esta estratégia adquire legitimidade enquanto prática de agregação de valor à medida que estratégias de valorização de produtos (vinculadas ao segundo processo) focam seu olhar também sobre os processos a montante da produção agrícola (insumos em geral), questionando ou legitimando processos produtivos de acordo com seus princípios e regulamentações de qualidade;

b) na prática de serviços de pós-colheita como classificação, limpeza, embalagem e mini processos de beneficiamento (descasca, picagem, ralagem, etc.). Nessa estratégia, a agregação de valor assume simultaneamente a conotação de valorização dos produtos via melhoria de aspectos qualitativos básicos (umidade, impurezas, etc.) com conseqüente ampliação da renda via maiores valores de venda dos produtos e internalização de serviços normalmente executados por agentes externos às unidades de produção;

c) em desenvolver, complementar as atividades de produção primária, processos de transformação dos produtos via alterações químicas, físicas ou biológicas. Nesse caso, o fator que implica em ampliação da renda dos agricultores é o controle de uma etapa adicional na cadeia de produção e conseqüente retenção para si desta parcela adicional de valor operada no setor de transformação.

[4] "[...] um processo descontínuo, mas persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades industriais e sua reincorporação à agricultura sob a forma de insumos" (GOODMANN, SORJ & WILKINSON, 1990, p.1).

Diferencia-se da estratégia anterior (b), basicamente, pelo grau/intensidade do processo de transformação da matéria-prima;

d) numa ação de crescente substituição de segmentos intermediários entre agricultores e consumidores, logo implica em atuar também sobre atividades de distribuição e comercialização, incorporando a parcela de renda operada nestes segmentos à renda dos agricultores. Diversas estratégias de venda direta aparecem como oportunidades, dentre as quais feiras livres, entrega a domicílio, merenda escolar, programas sociais, etc.

O segundo processo básico de agregação de valor consiste em investir em estratégias de valorização dos produtos (*in natura* ou processados) objetivando o pagamento de um "prêmio" monetário pelo consumidor. Este processo está relacionado com estratégias de diferenciação, onde a ação de compra do consumidor e pagamento do "prêmio" monetário depende de sua percepção sobre a presença dos aspectos por ele valorizados no produto, justificando tal decisão. Isso demanda tanto a criação de instrumentos que transmitam esses aspectos valorizados aos consumidores, como também uma estratégia própria de divulgação desses instrumentos a ponto de torná-los reconhecidos e legitimados enquanto tal. Nesse aspecto, adquirem particular importância estratégias de *marketing* para alcançar esses objetivos. Neste processo, trabalha-se com a idéia de que os mercados funcionam com base numa definição prévia da qualidade dos produtos a serem trocados, onde a identificação de tal qualidade requer a intermediação de normas e métodos de avaliação, os quais estão incorporados em instrumentos que representem esses valores (WILKINSON, 1999b). Essa definição de qualidade supõe a existência de uma coordenação entre um grande número de atores num processo de construção social da qualidade (formas de qualificar os produtos, técnicas, trabalho e mecanismos setoriais). Nesse grupo de iniciativas, diferente do primeiro processo analisado, faz-se necessária uma articulação interinstitucional mais complexa, à medida que envolve agricultores, consumidores, instituições privadas e setores governamentais. Acrescente-se a estes todo um conjunto de fatores como tradição histórica, gastronomia, meio ambiente, saúde, dentre outros. São duas as estratégias principais sob as quais podem ser agrupadas as ações de sinalização de qualidade dentro deste processo:

a) desenvolvimento de ações de certificação/rotulagem. Esta consiste na definição e implementação (estatal ou privada) de normas técnicas de avaliação de uma série de aspectos inerentes ao processo produtivo, visando assegurar aos consumidores a conformidade do produto a um padrão específico de qualidade. Nessa linha, inserem-se os processos de certificação dos produtos orgânicos, do comércio justo, do apelo por produtos naturais, de denominação e apelação de origem, além de tantos outros sistemas de sinalização de qualidade específica, cujos aspectos valorizados geralmente são comunicados aos consumidores através de um selo específico (instrumento) estampado na

embalagem dos produtos. Os mercados institucionais abertos para os produtos oriundos exclusivamente da agricultura familiar constituem um bom exemplo de como isso vem acontecendo na prática no Brasil;

b) fortalecimento de uma marca para um ou mais produtos, pertencentes a uma unidade produtiva ou conjunto delas, bem como a associação com o sobrenome da família. O objetivo é diferenciar-se dos produtos em geral e estabelecer junto aos consumidores uma imagem positiva de qualidade, baseada em valores como notoriedade, reputação e confiança.

O terceiro processo básico de agregação de valor consiste em explorar o que chamamos de externalidades de um conjunto de fatores presentes numa determinada localidade/região. Seu diferencial em relação aos anteriores está no fato de que não se trata de agregar valor a um produto ou a um modo específico de produção, mas a uma localidade ou região. Nesse caso, a agregação de valor se dá pela ampliação das fontes de renda monetária dos agricultores a partir de um conjunto de fatores, em grande parte já existentes – recursos naturais, paisagem, infra-estrutura, gastronomia, produção/artesanato, valores sociais e culturais, etc. – mas que não são explorados sob a perspectiva de valorização econômica. Nesse, um exemplo bastante claro tem sido a valorização do meio rural a partir de circuitos de visitação e turismo.

Embora as estratégias de agregação de valor vinculadas a cada um dos três processos básicos tenham sido apresentadas de forma separada, isso não significa que estas estejam separadas na dinâmica prática. Pelo contrário, estratégias de ambos os processos podem ser exploradas conjuntamente, ampliando as possibilidades e as margens de agregação de valor a certos produtos.

Ao analisarmos as estratégias intrínsecas a cada processo de agregação de valor, percebemos que existem diferenças entre ambos em termos de espaço para o desenvolvimento de estratégias uni ou multifamiliares. Se, no primeiro caso (agregação de valor via apropriação de parcelas de renda operadas fora das explorações agropecuárias), a sua implementação em nível de unidade de produção depende essencialmente das condições de que dispõem os agricultores – mesmo que numa estratégia unifamiliar - no segundo e terceiro casos, a agregação de valor somente se torna possível mediante o apoio de um arranjo interinstitucional e organizacional mais complexo e articulado.

Nesse sentido, destacamos que a diferença entre os processos de agregação de valor acima descritos está não na sua exploração em separado, mas em sua natureza intrínseca. E mais, evidências empíricas indicam que apesar de envolver um conjunto diversificado de processos e respectivas estratégias, as ações de políticas públicas estatais têm tido como ponto central enquanto estratégia de agregação de valor o fomento a iniciativas de agroindustrialização e de venda direta, tendo menor peso, embora não ausentes, as outras possibilidades de ação.

5. Considerações finais

O sistema agroalimentar atual, embora divergente do modelo hegemônico do pós-guerra, continua estabelecendo vínculos de subordinação com os produtores, numa tendência geral de especialização e padronização dos produtos, aumento da escala e concentração produtiva, tanto a partir do setor de distribuição como da indústria alimentar.

Do trabalho de Jan Douwe van der Ploeg, temos que o aprofundamento da industrialização da agricultura tende a intensificar um processo denominado *squeeze*, no qual os agricultores são constantemente pressionados de um lado, por uma tendência de rebaixamento dos preços dos seus produtos agrícolas e de outro, pelo preço crescente dos insumos. Mas este, efetivamente, não é o único caminho futuro a disposição dos agricultores. O próprio autor sugere uma espécie de rota de fuga, qual seja, a construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção, a agricultura e a sociedade em geral, mais especificamente, a produção e o consumo.

De John Wilkinson nos parece bastante contundente a idéia de que continuarão existindo os mercados de massa para a indústria alimentar consolidados no pós-guerra, mas como contraponto a esse padrão, tecnologias flexíveis somadas à saturação do mercado nos conduzem a estratégias que vão desde a diferenciação do produto até sua "individualização". Nessa dinâmica, critérios de preço e quantidade cedem espaço para a qualidade e o sistema agroalimentar polariza-se em estratégias orientadas para a demanda. As estratégias de inovação do sistema agroalimentar tendem a basear-se cada vez mais na habilidade de transformar as novas demandas do consumidor em fundamentos para o crescimento do mercado. Repousa aí um grande desafio para os agricultores, qual seja, o de identificar e co-responder adequadamente aos anseios dos consumidores.

As experiências americana e européia agrupadas sob a denominação geral de sistemas alimentares localizados constituem-se referências concretas de articulação entre produção e o consumo, ou em outras palavras, de conectar os agricultores e seus produtos à anseios objetivos advindos de uma demanda diversa e segmentada. Mas, como bem apontam Feagan e Hinrichs, em especial o segundo autor, a simples territorialização do sistema alimentar não assegura necessariamente virtudes positivas. Trata-se de um processo complexo, que pela ausência de escala das iniciativas em curso, representa ainda mudanças modestas em distintas direções do ponto de vista sócio-econômico, cultural e ambiental, as quais são bastante dependentes da relação agricultor – consumidor.

Também nas diferentes regiões brasileiras são encontradas experiências que sinalizam para uma aproximação crescente entre produção, consumo e características do local/do espaço/ do território. Embora implementadas e articuladas por grupos sociais diversos no país, sua hegemonia está centrada na agricultura familiar e em linhas gerais, tem sido tratadas e justificadas sob a

perspectiva da "agregação de valor" aos produtos desse perfil de agricultores. Argumentos que o "agregar valor" compreende distintos processos e estratégias, simples ou complexas, passíveis de serem trabalhadas de forma individual ou necessariamente a partir de arranjos multifamiliares e interinstitucionais. As políticas públicas do país, nas diferentes instâncias governamentais, parecem ainda não explorar essas possibilidades na sua íntegra, tendo se sobressaído até aqui, o incentivo a iniciativas de agroindustrialização e de venda direta produtor – consumidor.

Apesar da riqueza de experiências e possibilidades, o real dimensionamento, impacto e alcance dessas formas de inserção produtiva dos agricultores familiares no contexto brasileiro, demanda ainda agendas complementares de pesquisa e avaliação.

6. Bibliografia Referenciada

FEAGAN, Robert. The place of food: mapping out the 'local' in local food systems. **Progress in Human Geography**. 31(1). 2007. pp. 23–42.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**. Great Britain, n. 197, 1993.

FRIEDMANN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L; MALUF, R.S. **Abastecimento e Segurança Alimentar.** Campinas: UNICAMP, 2000. p. 1-21.

GOODMANN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Tradução de Carlos Eduardo Baesse de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HINRICHS. C. Clare. The practice and politics of food system localization. **Journal of Rural Studies**. 19 (2003) 33–45.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAUPP, André Kuhn. Políticas Públicas e Agroindústrias de Pequeno Porte da Agricultura Familiar – Considerações de Experiências do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: UFRRJ. 2005. 241 p. **Dissertação** (Mestrado). Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

WILKINSON, John. Perfis emergentes no setor agroalimentar. In. MALUF, R.; WILKINSON, J. (org); **Reestruturação do sistema agroalimentar** – questões metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999a, p. 27-45.

WILKINSON, John. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares – algumas considerações iniciais. In **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 1999b. v.20, n.2, p. 64–80.

UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DA GOIABA – o caso da associação de Curralinho em São José do Egito-PE

João Batista de Oliveira Junior[1]
(batistamirandiba@yahoo.com.br)

Marcus Pacheco[2]
(pachecomarcus@hotmail.com)

Horasa Maria Lima da Silva Andrade[3]
(horasa@uag.ufrpe.br)

Luciano Pires de Andrade[4]
(luciano@uast.ufrpe.br)

[1,2,4] Universidade Federal Rural de Pernambuco,- Unidade Acadêmica de Serra Talhada
[3] Universidade Federal Rural de Pernambuco,- Unidade Acadêmica de Garanhuns

GT 09- Agricultura familiar, produção de alimentos e construção social de estratégias de mercado

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem um papel econômico fundamental nas áreas rurais. "Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por conseqüência nas grandes metrópoles." (Alberto Duque Portugal, 2004)[1].

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que o Brasil é o país que mais investe na agricultura familiar. Assim, o estudo de sua influência torna-se uma questão premente para que se possa entender em quais aspectos pode-se melhorar, de forma a agregar valores ao que é produzido e, consequentemente aumentar a renda do agricultor.

No caso da região nordeste, que é a que possui maior número de agricultores familiares no país, torna-se fundamental o conhecimento dos percentuais atrelados a este conceito.

"A grande maioria dos estabelecimentos nordestinos (2.055.157 estabelecimentos) se enquadra na categoria familiar (88,3% dos estabelecimentos nordestinos). Esses estabelecimentos detêm 43,5% da área, geram aproximadamente o mesmo percentual do valor

bruto da produção (43,5%) e capturam 26,8% do financiamento total." (Francisco Raimundo Evangelista, 2000)².

Apesar de ter uma grande quantidade de estabelecimentos familiares, a região nordeste ainda não utiliza todos os recursos com uma maior eficiência. Necessitando portando de uma maior organização e administração destas famílias.

"O Nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%), comparado com as demais regiões. Esses estabelecimentos detêm também a maior fração da área (31,6%), mas não há uma participação correspondente no valor bruto da produção (apenas 16,7%) nem no financiamento total (14,3%), indicadores de uma menor eficiência relativa e certamente, de uma maior desarticulação." (Francisco Raimundo Evangelista, 2000)².

Visando especificamente o estado de Pernambuco que, segundo o IBGE (2005), possui aproximadamente 8.413.593 habitantes, numa área de aproximadamente 98.311,616 Km², onde 3.824 hectares destas são destinados ao plantio da goiaba, produzindo cerca de 102.671 toneladas, com um valor de cerca de 50.452 mil reais da produção, podemos perceber o quão é importante a prática da agricultura no Estado, e no caso em que estamos visando, da agricultura familiar em Curralinhos que se mostra a principal fonte de renda da população local.

Tendo em vista que apenas produzir não é suficiente, o caso de São José do Egito mostra que agregar valores ao que é produzido, além de elevar a renda dos agricultores, ainda é uma forma de valorizar o trabalho e, dar destaque a região. Um município pequeno que segundo o IBGE possui apenas 30.469 habitantes, e que destina 150 Km² de cerca de 792 km² ao plantio da goiaba, conseguindo uma produção de cerca de 24 toneladas, o que proporciona um rendimento de aproximadamente 4 mil reais.

Segundo Boucher & Riveros (1995, p.14) a agroindústria é uma "atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção das economias camponesas, através da execução de tarefas internas envolvendo os produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como a seleção, a lavagem, a classificação, a armazenagem, a conservação, a transformação, a embalagem, o transporte e a comercialização."

Em Curralinhos foi constatado que devido aos problemas encontrados com o preço da goiaba resultado do desequilíbrio da oferta – ou a produção era excessiva ou não existia – através de trabalhos de capacitação os agricultores aprenderam a agregar valores aos produtos locais, tornando-os empreendedores, uma vez que eles só tinham o domínio sobre a

agricultura familiar e evoluíram para uma associação. Alguns fornecedores se interessaram em se associar ao negócio, gerando duas rendas uma por fornecer e outra por participar, o que estimulou outros associados a fazerem o mesmo, já que a ACRUC (Associação Comercial Rural Unidos de Curralinhos) encontra sérios problemas estruturais, o que não estimula os agricultores a fazerem deste empreendimento sua principal atividade, pois é dedicado apenas dois dias por semana para essa finalidade; a estrutura necessita de melhorias tanto para a produção como para a distribuição e adaptação, necessárias para garantir as aprovações federais de qualidade, como por exemplo o SIF (Serviço de Inspeção Federal).

Segundo Drucker (1992) o empreendedor é aquela pessoa que pratica a inovação sistematicamente. O empreendedor busca as fontes de inovação e cria oportunidades e negócios, acreditando ele que o significado da palavra empreendedorismo está associado àquela pessoa que pratica uma empreitada trabalhosa e difícil. [3]

Ainda, segundo Drucker (1992), existem sete fontes para uma oportunidade inovadora: o inesperado, uma contradição entre o que é e o que deveria ser uma necessidade, uma mudança estrutural, mudanças demográficas, mudança na percepção e conhecimento científico novo.

Para ele, é fato que o empreendedorismo é um fenômeno cultural, ou seja, é fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países. Na verdade aprende-se a ser empreendedor através da convivência com outros empreendedores. Empresários de sucesso são influenciados por empreendedores do seu círculo de relações (família, amigos ou por líderes ou figuras importantes, tomados como modelo).

O objetivo desta pesquisa é caracterizar a atuação inovadora e empreendedora dos agricultores familiares da comunidade de Curralinhos no município de São José do Egito, em Pernambuco, que utilizaram de ousadia e criatividade para mudar sua realidade de vida.

A metodologia utilizada é de cunho quantitativo e qualitativo a fim de obter informações sobre a ACRUC (Associação Comercial Rural de Curralinhos) em pesquisa realizada com 12 pessoas a fim de obter o perfil do associado e descrever como a associação desempenha suas funções de cunho empreendedor e proporcionador do desenvolvimento econômico local.

No distrito de Curralinhos, localizado na cidade de São José do Egito, os moradores praticavam agricultura familiar e começaram a vender os excedentes e fizeram disso uma atividade, mas logo perceberam na prática que o comércio das goiabas, que é o produto mais

encontrado nessa região. Como é uma fruta sazonal, os produtores então estavam tendo uma dificuldade muito grande no período de safra e entre safra, o da safra é: como a oferta é muito maior que a demanda então o preço baixava demais e não compensa o trabalho realizado e o da entre safra, que é quando o preço sobe, não tinha o produto para oferecer, então os agricultores começaram a desmatar as goiabeiras e outras árvores parar produzir carvão que era produto com demanda e preço estável,o que gerava renda o ano todo.

Preocupados como os impactos ambientais e como os desperdícios dos alimentos o sebrae realizou atividades de capacitação para os produtores agregarem valor aos produtos locais. E, durante a realização deste evento que surgiu a oportunidade e necessidade de criação da associação, que inicialmente sofreu uma rejeição por parte dos homens que não viam no projeto uma garantia para sua manutenção mensal, mas com a iniciativa das mulheres que se prontificaram de realizar a atividade foi possível realizar o projeto.

Em 24/12/1999 é registrada a ACRUC (Associação Comercial Rural Unidos de Curralinho), inicialmente contava com 16 associados, hoje são 35 e desses 2 são homens. Inicialmente cada um colaborou com R$12,00, viabilizando uma produção inicial de 200 Kg. As vendas eram realizadas porta a porta até que após um certo tempo conseguiram apor parte da prefeitura de uma estrutura na cidade, ainda que não adequada para funcionar. Os seis primeiros meses eles destinaram todo o lucro para tentar estruturar a "fábrica" e aumentar a produção.

O sistema de organização é feito em 2 etapas:a 1ª é realizada na primeira sexta-feira de cada mês onde participam alguns associados junto com "políticos e comerciantes" para saber quais as tendências políticos e econômicas da região, a 2ªetapa é realizada na segunda-feira seguinte, com os associados para debater as pautas elaboradas na reunião da sexta .

As tarefas são divididas em 2 partes: a de quem produz e a de quem vende. O primeiro tem uma jornada que começa às 7h e termina as 12h, 2 vezes na semana, e o segundo é de acordo com os horários do comércio, o restante da semana é destinado a agricultura familiar, ou seja, a associação é um trabalho complementar.

A realidade do trabalho é que 1 agricultor em dia que vai das 6h-18h lucra entre 12-15 reais, já na associação os lucros variam entre 15-20 reais.

Os próprios associados começaram, após um certo tempo a serem fornecedores e associados, porque é uma forma de aumentar os rendimentos, então eles produzem para o próprio e o restante é vendido a ACRUC. A entidade trabalha na produção de doces(leite, goiaba e mamão), que após capacitação do Sebrae aumentaram a uniformidade da produção, a validade dos produtos e a qualidade da embalagem.

Hoje a produção é de 1200Kg/mês, porém o potencial é muito maior. A dificuldade em efetivar um financiamento para o projeto de expansão, mesmo tendo percepção do potencial do mercado, dificulta um crescimento ainda mais significativo da produção e comercialização de seus produtos, bem como a diversificação dos itens processados.

Assim, pode-se detectar em Curralinhos um enorme potencial na produção de frutas e, que estava sendo desperdiçada. A alternativa implementada para evitar a degradação ambiental e a melhoria da renda dos produtores mostrou-se eficiente na substituição da produção de carvão pelo processamento de frutas, sustentável para o ambiente e socialmente justa pelo trabalho coletivo realizado pelos produtores.

Também é importante ressaltar o papel das mulheres neste empreendimento. O primeiro homem atuou apenas nas vendas dos doces, mas após anos já é possível constatar a presença deles também em seu manuseio. Assim como, a iniciativa das mulheres garantiu a continuidade e ampliação do projeto.

6. REFERÊNCIAS

[1]PORTUGAL, Alberto Duque. Agricultura Familiar. Revista Agroanalysis. Março de 2004.

[2] EVANGELISTA, Francisco Raimundo, A Agricultura Familiar no Brasil e no Nordeste, Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2000.

[3]DRUKER, P. F. Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século. São Paulo: Pioneira, 1992.

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo – SP: Livros da terra, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 21. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval, OLIVEIRA, Roberto Guena de. Manual de Microeconomia. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro - RJ: Garamond, 2005.

BOUCHER F., RIVEIROS H. La agroindústria rural de América Latina y Del caribe, tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto, **PRODAR – documento de trabajor**. San José de Costa Rica, 1995.

UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NO CINTURÃO VERDE: a produção de hortaliças orgânicas

Antonio Wagner Pereira Lopes[1]

Silvia Maria A. Lima Costa[2]

INTRODUÇÃO

Proporção importante da sociedade contemporânea tem se revelado crítica quanto aos padrões de consumo alimentar humano baseado em produtos originários de sistemas produtivos intensivos em insumos de origem química. Busca-se por modos de vida saudáveis e sustentáveis, o que inclui revisões nos padrões e hábitos alimentares. Disto decorre mudanças nos níveis de consciência alimentar que se voltam para a busca, através dos alimentos, por mais longevidade associada à prevenção e até mesmo a cura de doenças, além da satisfação dos requerimentos diários recomendados de carboidratos, minerais, proteínas e vitaminas.

Uma alimentação saudável, crescentemente valorizada pelos consumidores, é popularmente entendida como aquela que, além de rica em frutas, verduras e legumes, seja inócua. Entende-se por inócuo o alimento não nocivo ao consumidor, livre ou com baixas cifras de metais pesados, resíduos antimicrobianos de defensivos agrícolas, bactérias patógenas ou outros componentes que afetem negativamente a qualidade intrínseca dos produtos.

A dimensão sustentável destes novos padrões de vida associa-se também a preocupação com os impactos proporcionados ao meio ambiente pela prática da agricultura tradicional, assim como pelas potenciais limitações que os sistemas produtivos tradicionais podem impor no futuro, em consonância com o próprio conceito de sustentabilidade ambiental, tal como apresentado, entre outros autores, em Souza Filho (2001).

Neste contexto, a procura por produtos orgânicos tem aumentado significativamente junto aos consumidores.

No principal relatório econômico internacional do setor orgânico, *The World of Organic Agriculture* 2007, elaborado pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) o Brasil aparece com cerca de 15 mil produtores orgânicos. Entretanto, a mesma entidade estima que esse número chegaria a 19 mil produtores no mesmo

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Unesp, Ilha Solteira/SP.
[2] Docente do Departamento de Fitotecnia de Alimentos e Sócio-Economia, Unesp, Ilha Solteira/SP.

período, se considerados tanto os produtores com certificação quanto aqueles não possuidores certificação de qualquer entidade.

A produção orgânica tem sido vista como alternativa factível de geração de renda para o pequeno agricultor familiar (CAMPANHOLA E VALARINI, 2001). Para a produção oriunda de assentamentos rurais, os sistemas orgânicos permitem ofertar alimentos aliando-se viabilidade econômica, social e ambiental. (VIEIRA et al.2006). Campanhola e Valarini (2001), relacionam alguns fatores que explicam tal vantagem comparativa: um primeiro diz respeito à constatação de que as commodities tradicionais requerem maior escala de produção para compensar a queda estrutural de preços e aumento dos custos de produção; outro decorre o fato de que produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e em geral atendem a um grupo restrito e seleto de consumidores dispostos a pagar um sobrepreço por estes produtos, o que não ocorre com as commodities, aspecto que facilita a interação com os consumidores.

Na agricultura familiar, especialmente no âmbito do projeto de reassentamento rural Cinturão Verde da cidade de Ilha Solteira (unidade do território que contém o sistema de produção que se analisa neste trabalho) a produção hortícola para abastecer o mercado local apresenta destacada importância no conjunto das explorações geradoras de excedentes comercializáveis e de renda. Entretanto, seja no âmbito deste projeto de reassentamento, seja no contexto dos demais assentamentos presentes na região do extremo oeste paulista, com exceção da unidade produtiva em análise, não existem iniciativas consolidadas de sistemas produtivos formatados para a produção de culturas orgânicas. Não existe também uma orientação dos órgãos de assistência técnica para a produção para a produção orgânica, assim como não existe uma orientação definida de mercado para o consumo de produtos oriundos da mesma, tal como acontece em municípios de maiores dimensões e de outras regiões do Estado.

O trabalho objetiva discutir o sistema produtivo e a estratégia de condução ao mercado de um produtor de hortaliça orgânica e levantar indicadores sobre o perfil do consumo da produção orgânica na cidade de Ilha Solteira/SP. Este caso destaca-se por dois fenômenos simultâneos: um primeiro, mais geral diz respeito à crescente busca por parte dos consumidores, por mais qualidade no consumo de alimentos. E um segundo, mais específico, em que, não obstante o aumento global da procura por mais qualidade associada ao consumo alimentar e em decorrência aumento do consumo de produtos orgânicos, em Ilha Solteira e região esta é a única iniciativa de que se têm notícias de conversão da produção convencional para produção orgânica (embora não certificada).

Os caminhos da Pesquisa.

Utilizou-se como métodos tanto entrevista pessoal não estruturada e entrevista pessoal estruturada com o produtor do sistema produtivo em análise. Para levantamento de hábitos e perfil dos consumidores, utilizou-se entrevista pessoal estruturada. Observação participante foi utilizada em quatro visitas à propriedade e também em cinco visitas ao ponto de comercialização direta dos produtos. O produtor contabiliza uma média de 100 consumidores na comercialização direta de sua produção. Na discussão conduzida para detalhar o sistema produtivo e inovações envolvidas foi utilizado alguns elementos de teoria neo-shumpteriana e economia do aprendizado

O sistema produtivo em análise está inserido no contexto produtivo de um projeto de reassentamento rural no município de Ilha Solteira/SP. Esta cidade apresenta uma população estimada, para o ano de 2008, em 25.476 habitantes. Conta com um PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* acima da média do Estado com aproximadamente R$ 67.084,95 enquanto a média estadual é de R$17.977,31 (SEADE, 2008).

O projeto Cinturão Verde foi criado no início dos anos 80 pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). A função social do empreendimento foi expressa nos objetivos divulgados à época, quais sejam: *i)* contribuir para a auto-suficiência em produtos agrícolas pelo núcleo urbano de Ilha Solteira; *ii)* reassentar famílias deslocadas pela construção da usina hidroelétrica no município; *iii)* assentar pequenos agricultores sem terra da região. A CESP esteve à frente da administração do projeto até 1993, quando então passou a contar também com a prefeitura municipal. Atualmente a área total de 549,23 ha está ividida em 77 lotes de sequeiro e 25 lotes irrigados (514,17 ha de sequeiro e 35,16 ha irrigados).

No sistema produtivo em análise, o início das atividades com a produção olerícola baseada no sistema convencional deu-se nos anos noventa. Atualmente, de uma área de 9.000 m^2 de sua propriedade destina uma área produtiva de 3.500m^2 para a produção olerícola. Seu projeto de conversão da área produtiva para produção orgânica começou a ser implantado no ano de 2001.

O SISTEMA PRODUTIVO E OS CONTORNOS DE UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA

Tendo em vista a inexistência de outras iniciativas presentes localmente em sistemas produtivos orgânicos, assim como espaços de estímulo ou aprendizado sobre práticas orgânicas, uma primeira questão levantada foi: quais seriam as origens da motivação

apresentada que permitiram ao produtor iniciar o projeto de conversão de seu sistema produtivo convencional para orgânicos? Este tinha em vista que o pioneirismo de sua iniciativa e esforço produtivo seria desenvolvido em um ambiente ausente ou com poucos colaboradores e permeado de dificuldades de comunicação e interação com atores e organizações de suporte. O produtor do caso analisado por ser entendido como inovador neste sentido.

A identificação das principais motivações e das estratégias de aprendizado adotadas pelo produtor constitui um dos pontos intrigantes e de relevância para se entender o sucesso do empreendimento, tendo em vista por um lado, as especificidades dos contextos produtivo e de mercado mencionadas, por outro a maior incerteza associada ao processo produtivo, que desafia constantemente o produtor em sua capacidade de aprendizagem e inovação. Enquanto na produção convencional o padrão tecnológico é moldado por paradigmas tecnológicos e encontra-se presente no interior das trajetórias tecnológicas (Dosi ET al 2002), mudança do padrão técnico para a produção orgânica tem subjacente a existência de uma visão heurística que, neste caso específico, induz ao desenvolvimento da competência e capacidade inovativa e adaptativa.

Para resposta àquela pergunta, o produtor afirmou que, embora tivesse capacitação e conhecimento na produção convencional, um episódio de intoxicação com agroquímicos o induziu a refazer suas perspectivas de trabalho e foi o elemento motivador para converter seu sistema produtivo em outro menos agressivo à saúde do produtor e potencialmente do consumidor. Para Lundvall (2001) conhecimento refere-se à informação técnica codificada e é grandemente facilitado pelas possibilidades de cooperação existentes entre indivíduos e entre estes e organizações presentes em um ambiente produtivo. Além das categorias cognitivas envolve também habilidades tácitas e códigos de informação relacionados ao corpo de conhecimentos relativos às habilidades pré-existentes, o que permite a formação de uma memória para a resolução dos problemas, segundo Dosi (2002). Neste sentido, as habilidades tácitas desenvolvidas com a produção de olerícolas no sistema convencional foram consideradas importantes para motivar o produtor a converter seu sistema produtivo para orgânicos, porém não suficientes, na declaração do produtor "a falta de experiência" foi um fator importante e que imprimiu dificuldades, o que o levou a procurar informações a realizar experimentos, até chegar a uma posição satisfatória no sistema produtivo de hortaliça orgânica.

O processo de conversão da horticultura convencional para orgânica

Neste período o produtor destaca como maiores dificuldades a grande infestação de plantas daninhas, a baixa oferta de sementes de qualidade e os ajustes necessários para as práticas agronômicas de preparo de solo. As principais práticas agronômicas apontadas pelo produtor, bem como os ajustes e inovações agroecológicas incorporados nas mesmas são descritas abaixo:

a) Preparo e Proteção do solo: neste caso ressalta a procura por melhoria dos níveis de umidade e o teor de matéria orgânica do solo, manutenção do solo coberto abafando-o com plástico escuro na área a ser preparada para a confecção dos canteiros. Este abafamento da mesma permite a eliminação de plantas daninhas e possibilita otimizar a energia solar como insumo importante.

b) Manejo da fertilidade do solo:

Dentre seu esforço adaptativo e inovativo, o produtor coloca grande ênfase nos experimentos que conduz com sucesso utilizando o bagaço de cana-de-açúcar para cobertura do solo, insumo com potencial para crescimento da oferta regionalmente[3]. O bagaço de cana contribui para retenção da luminosidade solar e manutenção da umidade do solo, contribuindo para o enriquecimento da quantidade de matéria orgânica disponível ao mesmo. Segundo o produtor, uma inovação de produto vem sendo estudada através de interações entre o mesmo e a UNESP/Ilha Solteira/SP, refere-se ao desenvolvimento de uma máquina trituradora de bagaço de cana, que permitirá a formação de pedaços de bagaço na forma de tapetes (tipos o de grama), prática que pretensamente agilizará a colocação sobre o canteiro, assim como a incorporação ao solo.

Outro artefato também desenvolvido refere-se ao que o produtor designa como "um gabarito, um molde" para distribuição do bagaço de cana. Trata-se de uma moldura confeccionada de cano em PVC, medindo 3 m de cumprimento na qual se preserva os pontos de espaçamento da cultura (20x30 cm), a ser utilizado estendido no solo sobre o canteiro. Colocado no solo, o bagaço de cana triturado é espalhado sobre o gabarito, no qual existem os orifícios moldados (no espaçamento definido) que permanecem sem preenchimento com o bagaço. Quando da retirada do gabarito do solo, resulta a área do canteiro já coberta com o bagaço e preservados os pontos definidos para as covas de plantio. Este artefato permite ganhar produtividade do trabalho, além da preservação e melhoria da qualidade do solo.

[3] Segundo o produtor os preços atuais não são considerados módicos, mas, com a expansão da cultura da cana-de-açúcar há perspectivas de redução.

c) Irrigação: feita através do sistema de aspersão, água vinda de um poço artesiano local, usando o sistema de berçário para o desenvolvimento das mudas, posteriormente à realização do plantio;

d) Manejo fitossanitário: para controle de insetos e patógenos associados às doenças mais comuns (fungos, nematóides, ácaros, pulgões), o manejo fitossanitário realizado pelo produtor utiliza extratos de plantas, chás ou sucos de plantas para o combate de pragas tais como alho (*Nothoscordum gracile*), confrei (*Symphytum officinale*), fumo (*Nicotiana tabacum*), pimenta (*Piper nigrum*), cravo de defunto (*Tagetes minuta*) e a árvore do Nin indiano (*Azadirachta indica*). A estas matérias primas são acrescentadas caldas enriquecidas com esterco bovino e urina de vaca.

Embora esforços sejam empenhados no processo de conversão da produção hortícola convencional para a produção orgânica, há que se ressaltar que o produtor não segue (e não pretende adotar) qualquer protocolo de boas práticas ou processo de certificação que ateste a origem ao sistema produtivo com o qual se obtém os produtos comercializados e os padrões de qualidade associados aos mesmos. Inquirido sobre esta questão, o mesmo afirmou que em uma oportunidade ele teria levantamento dos custos e os procedimentos necessários para participar de um programa do gênero, entretanto, segundo sua percepção, os custos são impraticáveis para o pequeno produtor familiar. Entende-se que o fato de não seguir protocolos ou programa de certificação não o desqualifica como produtor de produtos orgânicos, nem mesmo seu produto como produto orgânico, tendo-se em vista os princípios adotados pela IFOAM e também dispositivos da Lei 10.831 que dispõe sobre agricultura orgânica. Esta, em seu artigo terceiro, menciona que para a comercialização os produtos orgânicos deverão ser certificados, mas faz ressalva, no parágrafo primeiro, à comercialização direta, por parte de agricultores familiares, tornando facultativa a obrigatoriedade de certificação, se cadastrados junto a órgão fiscalizador.

Fica claro, neste contexto, a existência de algum grau de incerteza no processo produtivo, um risco não dimensionado ou uma ameaça à segurança alimentar no campo.

COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO

Com a produção orgânica o produtor especializou-se na produção de folhosas, especificamente alface, rúcula, almeirão, salsa e cebolinha. A alface responde por cerca de 70% da produção e comercialização realizadas. A produção média indicada pelo produtor é de 293 mil pés por mês (referência mês de março de 2009). Este se declara satisfeito com seu

negócio e pretende ampliar sua produção, o que será possível após investimentos a serem realizados em breve (como aquisição de sombrite móvel, melhoria no sistema de irrigação, aquisição de trator para hortaliças, construção de outro berçário de mudas, condução de novos experimentos com caldas, e contratação de mão de obra para suporte ao trabalho).

O produtor em análise além de incorrer em mais trabalho para ajustar seu sistema produtivo nos moldes de produção orgânica também assume todas as funções de comercialização, o que significa todos os dias, após a colheita das hortaliças, ele conduz suas folhosas a cidade e as expõe em local fixo, já tradicional e conhecido, para onde os consumidores se dirigem especificamente para a aquisição de seus produtos. Nesta interação destacam-se a informalidade, e as relações de conhecimento e confiança existentes entre produtor e consumidores, elementos que permitem que seja tecida uma rede de cooperação. Além disto, um serviço adicional é posto à disposição dos consumidores, relacionado às compras a crédito para pagamentos mensais.

Embora assuma todas as funções de comercialização, o produtor não trabalha a divulgação de seu produto por julgar desnecessário, dado, que, em sua percepção há grande demanda para seus produtos, o que não justifica utilizar estratégias de comercialização: não faz marketing.

O Consumidor e hábitos de consumo

Estudar o perfil do consumidor é importante para prospectar as especificidades associadas ao comportamento do segmento que se atente e assim também orientar a adequação da produção, com vistas a obter uma gestão mais profissional da comercialização.

Sobre a freqüência de aquisição das hortaliças orgânicas, dentre os consumidores abordados, 80% afirmaram adquirir os produtos orgânicos junto a este produtor uma vez por semana e os outros 20% restantes apontam para maior freqüência de aquisições fazendo suas compras dos produtos duas vezes por semana (figura 1).

Inquiridos sobre quais atributos de qualidade os consumidores identificam e valorizam nas aquisições dos produtos orgânicos locais, o atributo frescor foi o mais frequentemente mencionado, preferido por 52% dos consumidores, dos demais, 36% preferem o atributo sabor e o restante, 8% manifestaram a preferência pela maciez dos produtos (Figura 2). O frescor condiciona maior duração pós colheita às folhosas, este indicador de qualidade também destacado em trabalho desenvolvido por Gonçalvez (2008); que destaca o fato de estes produtos conquistarem os consumidores por serem mais saborosos e frescos do que os cultivados da maneira convencional.

O nível de escolaridade dos consumidores de hortaliças orgânicas Ilha Solteira revela que a maioria cursou o ensino fundamental, o que representa 64% da amostra pesquisada sendo que 32% estudaram até o ensino médio e um número pequeno (4%) concluíram o ensino superior (Figura 4). Este dado é um tanto surpreendente em se tratando de uma cidade como Ilha Solteira/ SP, que se destaca das demais cidades de mesmo porte da região por possuir maior nível médio no padrão de escolaridade da população.

Sobre a renda mensal expressa pelos consumidores, 72% destes declararam possuir renda mensal de até um salário mínimo (Figura 4). Os dados de rendimentos mensais revelam um perfil diferenciado para os consumidores dos produtos orgânicos local relativamente aos indicados em outros trabalhos, como os de Azevedo (2003) e Assis *et al.,* (1995). Azevedo (2003) constatou que os consumidores de produtos orgânicos de Pelotas (RS) recebiam à época entre R$1.500, 00 a R$2.500, 00/ mês. O que se aponta na literatura é que a produção de alimentos orgânicos é destinada a nichos de mercado, estes entendidos como mercados pequenos nos quais existem consumidores dispostos a pagar um sobre preço para aquisição dos produtos, tendo em vista os valores subjacentes que motivam os consumidores em busca dos mesmos. Entretanto, no caso de Ilha Solteira, alguns fatores explicam este perfil diferenciado de consumidores, tais como: a) ausência de certificação que ateste a origem orgânica dos mesmos; b) ausência de um trabalho de divulgação que ressalte as qualificações dos produtos e que utilize elementos de marketing (fato este reconhecido pelo produtor); c) o local definido para comercialização direta.

Os menores rendimentos médios, bem como os níveis de escolaridade declarados pelos consumidores da amostra pesquisada encontram correspondência com o local que o produtor adotou para aportar seu ponto fixo de comercialização, em uma área da cidade na qual residem famílias de menores classes de rendimentos mensais.

Quanto aos preços cobrados na comercialização direta, tanto o produtor quanto a totalidade dos consumidores afirmaram que os preços são sistematicamente menores do que aqueles praticados nos outros equipamentos de varejo locais (formais ou informais). Este é outro dado que surpreende neste caso. Sobre esta questão, vários trabalhos, entre eles Campanhola e Valarini (2001) constatam que, até pelo fato de a oferta de produtos orgânicos no Brasil ainda ser pequena, os preços destes são, em média, 30% a 40% maiores que os seus similares convencionais.

CONCLUSÃO

O trabalho relata a iniciativa pioneira de um produtor que atua em área de reassentamento rural e há oito anos vem moldando seu sistema produtivo para produção de hortaliças orgânicas. Mesmo considerando-se que o sistema produtivo e os produtos comercializados não encontram respaldo em protocolos de ajustes de boas práticas ou certificação, os princípios expressos para a produção orgânica são encontrados no sistema produtivo abordado. O produtor mostra-se satisfeito com a produção, porém a comercialização direta deixa de explorar nichos de mercado e de obter maiores rendimentos decorrentes da cobrança de preços diferenciados. Talvez se fosse desenvolvido um trabalho de divulgação de seus produtos e dos valores associados à produção orgânica, bem como a perspectiva real de absorver clientes de outras faixas de rendimentos mensais (e de outro níveis salariais) e outros pontos de venda adequados à captação destes segmentos de consumidores, a situação fosse um pouco diferente. No entanto, esta alternativa real de desenvolvimento local não pode ser avaliada pela lógica da produtividade e da comercialização que rege o mundo do agronegócio. Faz-se necessário que pesquisas sejam estimuladas, independentemente de organismos certificadores, para detecção de existência (em número e grau) de microorganismos patógenos na fase produtiva de hortaliças produzidas na agricultura familiar. Apesar dessa produção orgânica ser exceção no perfil do sistema agrícola local regional, este estudo de caso aponta para alternativas e/ou estratégias de intervenção capazes de contribuir para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de gricultura sustentáveis, entendendo-se a tripla dimensão de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O sistema de irrigação adotado por gotejamento, a diversificação das espécies de cultivares, o trato fitossanitário, com opção da variedade de produtos orgânicos, são exemplos de práticas agrícolas diferenciadas do convencional. A busca constante por experimentos inovadores, o aproveitamento do bagaço de cana como fonte de nitrogênio são fatores objetivos que se somam à outros de natureza subjetiva expressa no respeito aos conhecimentos e crenças adquiridos, desde sua origem, com produtos de hortaliças, na opção por não fazer da competitividade no mercado sua prioridade de vida. Fazeres e saberes se complementam em uma experiência de um sujeito ativo que irradia pela comunidade, a sua firme disposição de encarar diferenciadamente os desafios que se apresentam nos rumos de um assentamento.

Uma prova disso é sua contribuição continuada à pesquisa acadêmica, em uma demonstração de que o conhecimento pode ultrapassar os muros da universidade sendo alimentado pela experiência, pelos hábitos herdados e adquiridos pelo querer, aprender, saber

e inovar, pelo poder ensinar, em um caminho de mão dupla que pode e deve ser igualmente levado em conta na produção científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, R. L. de. **Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e proposta para a sua difusão**. Itaguaí. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. , 154p, 1993.

BRASIL, Lei nº 10831, de 24 de dezembro de 2003, Dispõe sobre a agricultura Orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União (Brasil)**, Brasília, DF, Disponível em: **http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao**. Acesso de maio 2009.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

DOSI, G.; ORSENIGO, L; LABINI, M.S. **Tecnology and Economy**. Working Paper Séries. Pizza: Laboratory of Economics and Management Sant'Anna School of Advanced Studies, 2002/18, 63 p.

GIL, A. C. **Pesquisa social.** Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos. **São Paulo: Atlas, p. 32. 1999.**

GONÇALVES, N. B. **Alimentos orgânicos ganham preferência do consumidor brasileiro**. Diário da saúde 13/01/2008. Disponível em: www.diariodasaude.com.br/news.php?article=alimentos-organicos-preferencia-consumidor-brasileiro.17/05/2009. Acesso em Maio de 2009.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A Cartilha Agroecológica.** Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

LOPES, A. W. P. **Doses e Épocas de Adubação Nitrogenada e Poda Apical na Produção e Qualidade das Sementes de Quiabeiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agronomia - Produção e Tecnologia de Sementes). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, 2007.

LUNDVALL-AKE. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado**. Parcerias Estratégicas**, n. 10, 2001, março, p. 200 – 216.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Pesquisa Municipal Unificada. SP: *Seade*, 2008. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/. Acesso em: 01 dez. 2008.

SOUZA FILHO, H.M. Desenvolvimento Agrícola Sustentável. In: BATALHA, M.O. (org). **Gestão Agroindustrial.** São Paulo, Ed. Atlas, 2001, p. 585-626.

STORCH, G.; AZEVEDO, R. de; SILVIA, F. F. da; BRIZOLA, R. M. de O. VAZ, D. da S. BEZERRA A. J.A. **Caracterização dos Consumidores de Produtos da Agricultura Orgânica na Região de Pelotas – RS.** Revista Brasileira de Agrociência, v.9, n. 1, p. 71-74. 2003.

U.S. Washigton, Department of Agriculture (USDA) **Agricultural**. **Research**. Organig vs. Conditional Production. Maneasuring. Microbs on Freech Producr. U.S., de July, 2008, p.16.

VIEIRA, M. A; NOMURA M.; ENGEL D. **Horticultura Orgânica nos Assentamentos das Regiões de Uberlândia e Araguari. Disponível em:** www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo2/7.17/05/2009. Acesso em Maio de 2009.

REALIZAÇÃO:

APOIO: